

Ecos de um passado:

Uma listagem cronológica de documentação educativa
(1288 – 1974)

António José Almeida e Mária Cristina Almeida
Coordenadores



Coleção Memórias da Educação

Ecos de um passado:

**Uma listagem cronológica de documentação educativa
(1288 – 1974)**

Mária Cristina Almeida, António José Almeida
(Autores)

Ecos de um passado: Uma listagem cronológica de documentação educativa (1288 – 1974). Mária Cristina Almeida, António José Almeida (Autores)

© UIED, Unidade de Investigação, Educação e Desenvolvimento

1.^a edição: março de 2017 Tiragem: 20 exemplares

ISBN: 978-972-8893-55-2 Depósito legal: 423875/17

UIED | Coleção Memórias da Educação

Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa Campus da Caparica
-2829-516 Caparica, Portugal Tel.: +351 212948383
e-mail: uied@fct.unl.pt

A UIED é uma Unidade de Investigação financiada pela
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Capa, impressão e acabamento: António José de Almeida, José Matos

Índice

Índice	3
Prefácio	
Áurea Adão	5
Historiando os historiadores	
José Manuel Matos	7
Apresentação	
Mária Cristina Almeida	8
Listagem cronológica	17
Documentação utilizada	751
Sites utilizados	756
Ortografia	757
Significados	760

PREFÁCIO

Convidam-me António José Almeida e Mária Cristina Almeida para uma curta apresentação do seu trabalho *Ecos de um passado: uma listagem cronológica de documentação educativa (1288-1974)*, ou seja, uma compilação de fontes oficiais abrangendo mais de vinte mil entradas recolhidas em um conjunto muito significativo de obras de referência e de séries editadas cronologicamente.

A legislação produzida, quer num país quer num conjunto de países, constitui um *corpus* de fontes primárias a que os investigadores na área da História da Educação recorrem com muita frequência, na medida em que a sua análise e estudo comparativo são necessários para a compreensão das políticas educativas que se foram sucedendo, nomeadamente, nos séculos XVIII, XIX, XX e nestes inícios do XXI.

Em Portugal, o sistema educativo transformou-se, com vista à sua modernização, a um ritmo muito lento consonante com a evolução da sociedade e, em especial, segundo os contextos políticos e as estruturas de Administração central que decidiam e executavam. As diversas políticas educativas que se foram desenhando ao longo dos tempos, corresponderam a orientações prioritárias emanadas do poder central, em ocasiões diversas, e sustentadas em valores sociais, morais e culturais dos seus autores.

Especialmente a partir do século XIX, o termo *reforma* pode ser tomado no sentido de grandes alterações de todo o sistema educativo ou de algum dos seus subsistemas, postas em execução por meio de leis/decretos aprovadas pelo poder legislativo. Mas, quando se trata de modificações administrativas e pedagógicas mais limitadas, essas decisões pertencem ao poder central e às estruturas dele dependentes e são impostas às instituições educativas por meio de portarias, despachos, circulares e ofícios. Embora os diplomas normativos legais e o discurso político proveniente da Administração central e neles contido se encontrem quase todos impressos, nos diversos Arquivos portugueses, relativamente à Educação e ao Ensino, existe um número considerável dessa documentação, manuscrita e, em alguns casos impressa, que não tem sido objeto de muita pesquisa ou ainda não foi trabalhada, devido, em grande parte, à dispersão desse material e à ausência de roteiros/repertórios/índices específicos que viabilizem um acesso mais fácil à informação nela contida.

Também os relatórios de introdução a propostas e projetos de reforma do sistema educativo são fontes importantes, enquanto explicativos políticos, e que não se encontram, geralmente, nas leis aprovadas. Com vista a fazer aprovar as propostas e projetos de reforma, os seus autores quer sejam governantes ou comissões especiais, quer sejam professores ou outros especialistas, procuram desenvolvidamente mostrar a situação existente por meio de estudos próprios ou da sua experiência profissional, baseados em autores e trabalhos contemporâneos e em estatísticas publicadas. Propõem igualmente alterações que consideram inovadoras e eficazes, que lhes foram sugeridas

muitas vezes pelos próprios profissionais do ensino. Muito desse material constituem documentos manuscritos depositados nos Arquivos, ou textos impressos publicados no *Diário do Governo/República*, nas atas das instituições do poder legislativo e na imprensa periódica. Ora, para o seu estudo será necessário um demorado trabalho de pesquisa e de compilação que não se compadece com os tempos definidos para projetos de investigação subsidiados e abordando temáticas específicas.

O trabalho, agora publicado, vem contribuir para proporcionar investigações mais amplas das políticas educativas portuguesas e de seus correspondentes sistemas de ensino, correspondendo a uma recolha séria e muitíssimo importante de documentação dispersa. Acrescente-se que, além da legislação respeitante à Educação e ao Ensino, os autores decidiram “incluir nesta listagem algumas entradas (...) que têm a ver com o quotidiano nacional” e lhes “pareceram interessantes ou divertidas”, usando as suas próprias palavras, escritas adiante. Por isso, a produção deste instrumento de trabalho corresponde a um contributo importante para a História da Educação e outras áreas do conhecimento.

Trata-se, pois, de um trabalho de grande mérito que não deixará de merecer a atenção dos especialistas e de todos os interessados e que merece vir a ter uma ampla divulgação.

Áurea Adão

Historiando os historiadores

Pediram-me os autores que esboçasse o contexto em que este livro foi produzido. Embora ele seja essencialmente fruto do trabalho persistente e minucioso do António Almeida e da Mária Almeida, a obra emerge do seio da linha de investigação de Educação Matemática do centro de investigação Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (UIED) sediado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Trabalhando há mais de 20 anos em diversos problemas do ensino e da aprendizagem da matemática e, embora mantendo outros focos de interesse (aprendizagem da matemática, livros escolares, exames, cultura de escola e da aula de matemática), um pequeno sub-grupo da linha de investigação começou a partir de 2005 a estudar o passado do ensino da matemática organizando o 13º Encontro de Investigação em Educação Matemática realizado em Beja.

O salto principal foi dado através do estudo comparativo da reforma da Matemática Moderna entre Portugal e Brasil. Este projeto conjunto com colegas brasileiros liderados por Wagner Valente permitiu entre 2006 e 2010 mapear o desenvolvimento das novas propostas curriculares nos diversos graus do sistema educativo, aprofundando o conhecimento dos novos tópicos, o desenvolvimento de novos materiais e o aparecimento de novos atores educativos. Este trabalho foi articulado com outro centrado no estudo do sucesso escolar e que envolveu toda a linha de investigação de Educação Matemática da UIED e que terminou em 2014.

Para além das teses de mestrado e doutoramento produzidas, o grupo publicou recentemente um estudo dos programas de matemática portugueses do ensino não superior e prepara um novo trabalho sobre a formação de professores de matemática.

Colaborando estreitamente com o Grupo de Trabalho sobre História e Memória do Ensino da Matemática da Associação de Professores de Matemática portuguesa e com o GHEMAT brasileiro, a equipa que tem estudado a história do ensino da matemática é constituída pelos investigadores: Alexandra Rodrigues, Ana Santiago, António Domingos, António José Almeida, Cecília Monteiro, Cristolinda Costa, José Manuel Matos, Mária Cristina Almeida, Rui Candeias e Teresa Monteiro.

José Manuel Matos

Apresentação

Mária Cristina Almeida

Ecos de um passado: uma listagem cronológica de documentação educativa (1288-1974)

A escrita antes de ser um produto é um processo que inclui esforço e dedicação. Há que procurar informação, ler, refletir, discutir com outros, escrever. Na escrita da história, os historiadores constroem documentos, armam enredos, dão voz a silêncios, preenchem lacunas, constroem factos (Certeau, 1982). Ou seja, há um processo de seleção, de escolha, de opções e exclusões para a construção de uma trama. Todavia, a constituição de fontes históricas é uma tarefa que nem sempre é fácil, ou possível, e Marc Bloch (1993) refere que “os exploradores do passado não são homens absolutamente livres. É seu tirano o passado, que só lhes consente saberem de si o que ele próprio, propositadamente ou não, lhes confiou” (p. 55), alertando que uma das tarefas mais difíceis do historiador é a reunião de documentos detentores de informações que sejam pertinentes para o objecto estudado.

Das diferentes fontes de informação para a história “existe toda uma documentação oficial normativa e legislativa do funcionamento do ensino. Decretos, normas, leis e reformas da educação, constituem material precioso para a análise de como a educação é pensada em diferentes momentos históricos e de que modo se busca ordenar a sua prática.” (Valente, 2007, pp. 39-40). A título de exemplo, lembremos que já foi feita distinção por sexos no âmbito da formação de professores ou que em 1957 foram criadas regalias exclusivamente para professores homens. O estudo da legislação¹ pode fornecer igualmente elementos preciosos para um começo de pesquisa, tais como a indicação de outras fontes que se devem procurar.

OBJETIVO DO LIVRO

A dificuldade que sentimos relativamente à consulta de legislação que tivemos que efetuar para diversos estudos que realizámos no âmbito da história da educação matemática, especialmente na morosidade no acesso e leitura dessa documentação, estimulou-nos para a elaboração desta obra. Pois, na nossa perspetiva, esta listagem cronológica de documentação educativa que tem mais de vinte mil entradas será um auxílio para os investigadores, permitindo que mesmo sem uma consulta direta à legislação se possam começar a aprofundar temas de investigação.

Um outro estímulo à elaboração deste livro foi a convicção de que é fundamental, em particular para todos os profissionais ligados ao ensino, conhecer a história e a evolução dos

¹ A investigação efetuada para a elaboração deste livro permitiu a descoberta de programas assim como de livros que foram adotados para o ensino, tendo também contribuído para a publicação do livro *A matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974)*. António José Almeida e José Manuel Matos (Eds.).(2014) Caparica: UIED e APM

contextos educativos, práticas e opções que se vêm desenvolvendo ao longo do tempo, nomeadamente em Portugal. Muitas vezes, quando nos debruçamos sobre a nossa história, constatamos que ideias aparentemente atuais, afinal, já eram defendidas há bastantes anos atrás. Assim, este trabalho visa ainda pôr à disposição de todos os que se interessem por questões de educação e ensino, uma ferramenta que pudesse permitir uma maior celeridade na pesquisa da informação sobre aquilo que se pretende estudarⁱ.

Convém observar e reconhecer que, se podem encontrar obras e estudos que utilizam a legislação como uma das suas fontes, no âmbito da História da Educação merece-nos referência especial a História do Ensino em Portugal, de Rómulo de Carvalho. Mas, sabemos também que esses estudos estão dispersos por arquivos e universidades, entre outros, sendo muitas vezes difícil aceder-lhes. O que diferencia esta obra de outros estudos é, por um lado, a sua natureza abrangente, podendo ser utilizada em temas tão diversos como, por exemplo, formação de professores e arquitetura escolar. Por outro lado, permitir divulgar ao público a informação sobre documentação educativa cuja falta pessoalmente sentimos.

Redigir este livro, que nas circunstâncias atuais tem assintoticamente toda a informação disponível nas diversas fontes consultadas, foi um desafio que abraçámos com prazer durante aproximadamente dez anos e que consideramos agora ultrapassado. Nos momentos de desânimo, que também os houve, foi a nossa vontade de assegurar uma divulgação conveniente de documentação educativa que nos possibilitou a conclusão desta tarefa.

Com o objetivo de ter um livro com um número de páginas que não desanime o leitor optámos pelo tipo calibri, em tamanho 9. Para alcançar o mesmo propósito decidimos ainda omitir todos os documentos publicados nos territórios ultramarinos/ex-colónias. Dizemos omitir, dado que uma versão inicial esta obra comportava entradas para esses documentos pois o nosso plano inicial era publicar apenas um volume. Porém, a massa de legislação envolvida e a dificuldade de acesso à documentação colonial obrigou-nos a reformular o plano. Este livro refere pois todas as peças legislativas relacionadas com educação publicadas no Reino/Portugal Continental/Metrópole que considerámos relevantes². No entanto, esta listagem inclui algumas entradas que não dizem respeito à educação nem ao ensino, mas que têm a ver com o quotidiano nacional e nos pareceram interessantes ou divertidas. Deixamos aqui o aviso desta nossa opção e o repto para quem quiser encontrar essas entradas.

² Resolvemos não incluir: a criação da maioria de cursos primários e cursos noturnos primários; a abertura de lugares de professores e professores auxiliares; a criação de lugares de ajudantes nas escolas; concursos, nomeações, permutas, exonerações e reformas de professores (excepto quando publicadas na I.ª série do DG); abertura de concursos e adjudicação de obras nas escolas e Universidades; autorizações de pagamentos de horas extraordinárias, visitas de estudo, idas ao estrangeiro (se por motivos particulares, sem encargos para o Estado); orçamentos dos Ministérios que tutelavam o ensino, entre outros. As entradas para os assuntos atrás referidos excediam, em muito, as mais de vinte mil que optámos por incluir.

Futuramente será publicado um segundo livro com a listagem da documentação educativa publicada nos territórios ultramarinos da África Ocidental e um terceiro com a listagem da documentação educativa publicada nos territórios ultramarinos da África Oriental e da Ásia.

FONTES CONSULTADAS

Passamos agora a descrever as fontes que utilizámos, começando por mencionar que entre os anos de 1288 a 1537, as entradas foram retiradas na sua quase totalidade dos “Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)”. Após essa data e até 1910, foram utilizados principalmente dois tipos de fontes: os livros conhecidos como anuários: “Collecção de legislação das Cortes”; Collecção Official da Legislação Portuguesa; Collecção de Decretos; Legislação da instrução, Reformas do ensino em Portugal da Secretaria Geral [do] Ministério da Educação, etc. e o portal <http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1> que contém documentos da Legislação Régia, do ano de 1521 e de 1603 a 1910. De 1910 até 1974 foi utilizado exclusivamente o Diário da República³, a versão em papel e, numa fase final, a versão eletrónica - <https://dre.pt/>

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

Para aumentar o aproveitamento da consulta da listagem, caberá agora referir o modo como a mesma se encontra organizada. O caule da listagem são os anos civis, em cada caule, as folhas da listagem são as entradas dos documentos. Na entrada para cada documento aparece um resumo do mesmo. Ora, nos documentos publicados após 1910, o resumo está no próprio Diário do Governo, mas em documentos com data anterior não existia um resumo oficial. Assim, na diversa

³ Para se compreender a nomenclatura utilizada nas referências vamos aqui deixar a História do Jornal Oficial do Governo em Portugal: “*Da Gazeta de Lisboa ao Diário da República*”

A origem do jornal oficial costuma situar-se em 1715, quando se dá início à publicação da Gazeta de Lisboa (assim chamada a partir do n.º 2, pois que o n.º 1 sai sob o título de Notícia dos Estados: História Anual, Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa). Entre 1718 e 1741 toma o nome de Gazeta de Lisboa Ocidental, para em 1741 voltar a chamar-se apenas Gazeta de Lisboa. Entre 1762 e 1778 a sua publicação é proibida pelo futuro Marquês de Pombal, só voltando a publicar-se em agosto de 1778. Entre 1778 e 1803 e entre 1814 e 1820 foi publicada pela Imprensa Régia e a partir de 1820, o jornal oficial não mais deixou de ser publicado pela Imprensa Nacional. Entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 1820 publica-se simultaneamente a Gazeta de Lisboa e o Diário do Governo, fundindo-se num só jornal em 1 de janeiro de 1821 com o nome de Diário do Governo, até 10 de fevereiro desse ano.

Desde então, refletindo o período conturbado que se vivia, passa por diversas designações:

- Diário da Regência (de 12 de fevereiro a 4 de julho de 1821);
- Diário do Governo (de 5 de julho de 1821 a 4 de junho de 1823);
- Gazeta de Lisboa (de 5 de junho de 1823 a 24 de julho de 1833);
- Crónica Constitucional de Lisboa e depois apenas Crónica de Lisboa (de 25 de julho de 1833 a 30 de junho de 1834);
- Gazeta Oficial do Governo (de 1 de julho a 4 de outubro de 1834);
- Gazeta do Governo (de 6 de outubro a 31 de dezembro de 1834);
- Diário do Governo (de 1 de janeiro de 1835 a 31 de dezembro de 1859);
- Diário de Lisboa (de 1 de janeiro de 1860 a 31 de dezembro de 1868);
- Diário do Governo (de 1 de janeiro de 1869 a 9 de abril de 1976);
- Diário da República (desde 10 de abril de 1976).”

documentação consultada encontrámos, por vezes, resumos diferentes, tendo optado ou por transcrever aquele que nos pareceu mais claro ou escrever um resumo cuja leitura permitisse uma melhor compreensão do conteúdo do documento.

No que concerne às folhas da listagem, o seu aspeto não é sempre o mesmo. Com efeito, entre 1538 e 1910, a grande maioria das entradas inicia-se com uma referência ao dia e mês (por exemplo: 30-7) que corresponde à data da assinatura do documento. Alguns documentos, após a data têm uma referência que indica o tipo de documento (exemplo: 27-9 Portaria). Outros ainda têm indicação do Diário do Governo (DG) ou Diário de Lisboa (DL) no qual foram publicados (exemplo: 27-9 Portaria (DG 219 de 28 de setembro)).

Após 1910, dividimos a listagem por hierarquia das leis portuguesas (uma ordem de importância), na qual as de menor grau devem obedecer às de maior grau (Lei, Decreto-Lei,...). Em cada ano e em cada grau da hierarquia, a entrada inicia pelo número (n.º) do documento, em seguida está o respetivo resumo. A terminologia que utilizamos (Lei, Decreto-Lei, Decreto, Portaria, Despacho,...) foi a que está mencionada no próprio Diário do Governo o que conduziu a algumas inconsistências ao longo da listagem, ela não foi alterada para facilitar a pesquisa na documentação utilizada.

A partir de 1970, no início de cada entrada o documento é identificado por um número e pelos dois últimos dígitos do ano de publicação.

Por vezes, o legislador procedia a alterações aos documentos já publicados. Para os anos anteriores a 1913, optámos por colocar no final do resumo a referência ao DG onde as erratas/retificações foram publicadas. Na nossa listagem, após 1913 as entradas das retificações começam com o número do documento original, seguido de uma referência ao número de revisão/retificação que fomos encontrando e, finalmente, a referência ao DG onde a revisão/retificação foi publicada; assim, por exemplo, o início da entrada da primeira retificação ao Decreto n.º 49204 tem o aspeto seguinte: 49204 (R1 DG 219). Quando sabemos que o documento foi Suspenso ou Revogado, essa menção aparece no fim do resumo com letra em cor vermelha.

PESQUISA DE DOCUMENTOS ON-LINE RECORRENDO A ESTE LIVRO

Optámos por transcrever literalmente as referências às peças legislativas de modo a permitir a sua pesquisa informática. Assim, para que os pesquisadores possam aperceber-se das variações dos termos usados (por exemplo: lyceu e liceu, ou escola e escola, etc.) incluímos no final do livro algumas grafias equivalentes.

O acesso on-line aos documentos que referimos poderá ser efetuado por dois caminhos distintos, consoante se trate de peças legislativas anteriores ou posteriores a 1913. Os documentos anteriores a 1913 podem ser consultados no portal referente à Legislação Régia já indicado acima ou no portal <http://net.fd.ul.pt/legis/indice-titulos.htm>. Neste último, as datas dos documentos

digitalizados estão no intervalo de 1821 a 1910. Para datas entre 1910 e 1913, deve entrar no site do Diário da República Digital, <https://dre.pt/>, e selecionar “Pesquisar”. Após entrar na página seguinte selecionar “Diários da República”, depois de aparecerem os campos de pesquisa no espaço referente ao “Número” escrever o número do Diário do Governo e o ano que se pretende, seguido de “Pesquisar”. Podem aparecer vários Diários com o mesmo número, deve então selecionar a 1.ª Série. Depois pode consultar apenas o documento pretendido ou, clicar em Ver/Descarregar para consultar o Diário do Governo.

Se o documento é posterior a 1913 e, a entrada inicia no número, para lhe aceder on-line deve entrar no portal do Diário da República Digital, <https://dre.pt/> e selecionar “Pesquisar”. Após entrar na página seguinte, selecionar “Atos da 1.ª Série” e, depois de aparecerem os campos de pesquisa, no espaço referente ao “Número” escrever o número do documento que se pretende, em seguida selecionar “Pesquisar”. Podem aparecer vários documentos com o mesmo número, aí deve selecionar aquele que pretende.

Mas, para ter acesso on-line a um documento cuja entrada inicia com DG (DG 70) ou cuja entrada corresponda a uma retificação (33674 (R1 DG 145)) deve entrar no site do Diário da República Digital, <https://dre.pt/>, e selecionar “Pesquisar”. Após entrar na página seguinte selecionar “Diários da República”, depois de aparecerem os campos de pesquisa no espaço referente ao “Número” escrever o número do Diário do Governo e o ano que se pretende, seguido de “Pesquisar”. Podem aparecer vários Diários com o mesmo número, deve então selecionar a 1.ª Série. Depois pode consultar apenas o documento pretendido ou, clicar em Ver/Descarregar para consultar o Diário do Governo.

Sabendo que nem a realidade do presente nem a do passado terão apenas uma verdade e uma leitura, acreditamos que todos os contributos se afiguram necessários e úteis para construir a memória educativa portuguesa. Pela nossa parte, esta obra é o nosso humilde meio de contribuir para essa construção.

Antes de terminarmos, queremos expressar o nosso agradecimento a José Manuel Matos pelas excelentes sugestões que em muito valorizaram este livro, bem como, pelo trabalho aturado e paciente de revisão das sucessivas provas de texto.

Referências bibliográficas

Bloch, M. (1993). Introdução à história. Publicações Europa-América, 6.ª ed. Portugal.

Certeau, M. de (1982). A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Rodrigues, A. (2014). Os programas de matemática do ensino profissional em Portugal. Em A. Almeida & J. M. Matos (eds.). A matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974). Caparica: UIED e APM.

Valente, W. (2007). História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. In: REVMAT – Revista Eletrônica de Educação Matemática. V.2.2, 28-49, UFSC.

ⁱ Na elaboração do livro notámos que houve fases em que a produção legislativa aumentou, para ilustrar esta variação recorreremos a um gráfico (figura 1), que concerne ao período 1834-1974, que em termos de regime político, abre com o regime monárquico, em 1910, passa-se para o regime republicano. Em 1926, o Golpe Militar de 28 de Maio, põe fim ao período designado por Primeira República e iniciou no País uns anos de Ditadura Militar, que se estendem até 1933. Com a Constituição de 1933 é instaurado o regime ditatorial do Estado Novo, este regime termina com o golpe militar de 25 de Abril de 1974. Observando o gráfico (figura 1), há um pico de produção legislativa, na segunda metade do século XIX. Este resultado, acontece numa altura em que as políticas públicas apoiam o desenvolvimento económico do país e em que é concretizado “um plano de escolas públicas vocacionadas para a formação profissional” (Rodrigues, 2014, p. 97). Considerando que diferentes formas de organização política conduzem a mudanças na linha de orientação seguida em matéria educativa, justificam-se os picos de produção legislativa para a educação e ensino nos anos iniciais da Primeira República e nos primórdios da década de trinta.

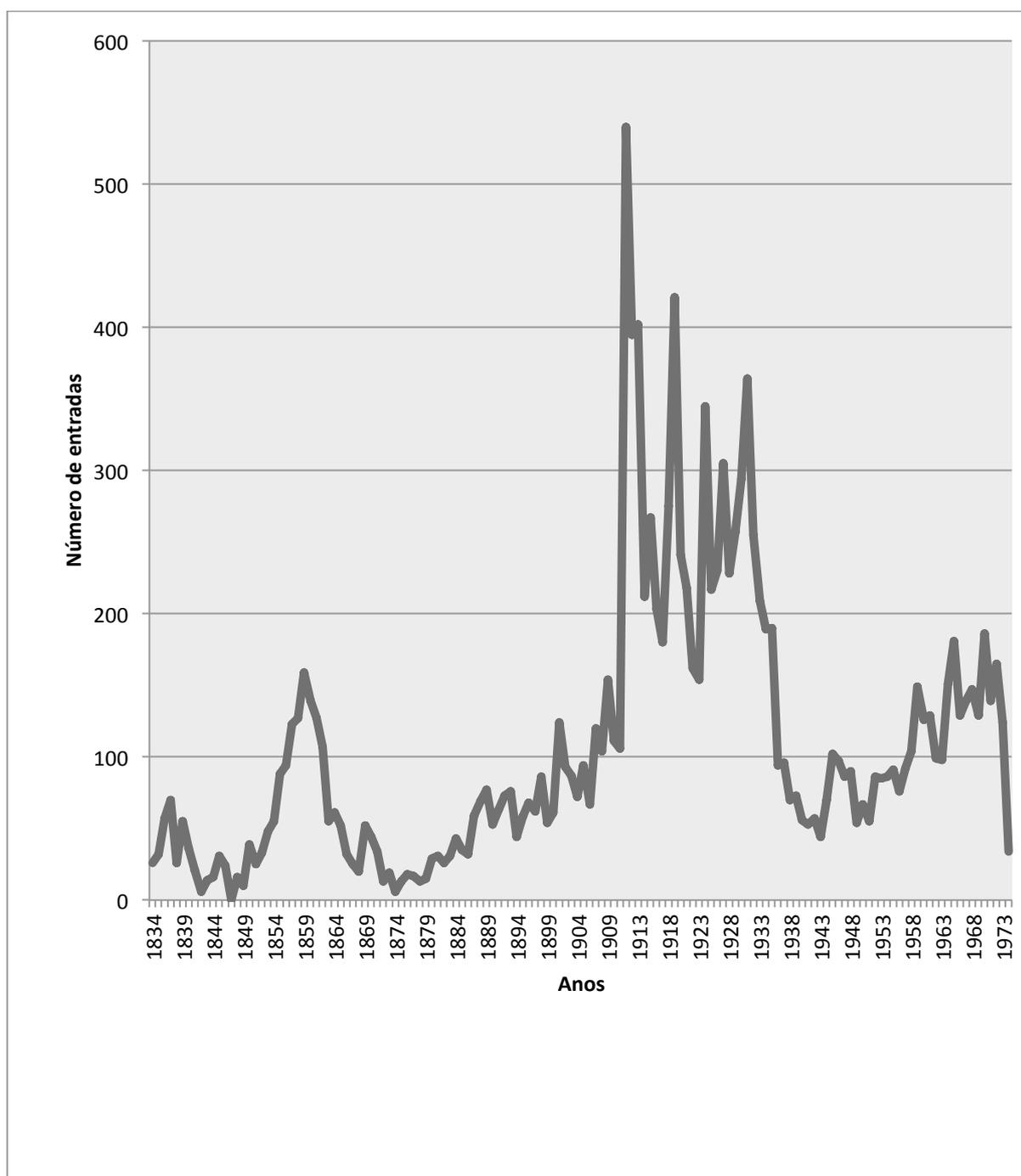


Figura 1. Número de entradas na listagem (1834-1974).

Ecos de um passado:

**Uma listagem cronológica de documentação educativa
(1288 – 1974)**

1288

- 5-8 Bula de Nicolau IV dirigida a Francisco Domingos: escolar de Lisboa, autorizando-o a receber todos os benefícios eclesiástico
- 12-11 Petição dirigida ao Papa por alguns prelados portugueses para pagarem, das rendas dos Mosteiros e Igrejas, os salários dos Mestres e Doutores do Estudo Geral de Lisboa, que ia ser criado
- 12-11 Tradução da petição anterior dirigida ao Papa por alguns prelados portugueses

1290

- 1-3 Carta de D. Dinis ampliando os privilégios concedidos ao Estudo Geral de Lisboa
- 1-3 Tradução da carta anterior de D. Dinis ampliando os privilégios
- 9-8 Bula de Nicolau IV aprovando o pagamento de salários aos professores do Estudo Geral de Lisboa e concedendo privilégios aos mestres e alunos
- 9-8 Tradução da bula anterior do Papa Nicolau IV

1291

- 9-4 Instituição, pelo Bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo, do Hospital dos Santos Paulo, Eloi e Clemente, na freguesia de S. Bartolomeu, determinando que se mantivessem seis estudantes, dois de direito e teologia e quatro de gramática, lógica, filosofia natural e medicina
- 1-5 Carta del-Rei D. Dinis transcrevendo uma outra de D. João, Bispo Sabinense, legado papal, dada ao prior e Capítulo de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães, em que determinava a existência de um mestre de Gramática na Colegiada, e a atribuição ao mesmo de uma prebenda completa
- 22-7 Carta de D. Dinis doando duas casas, sitas na Pedreira, onde existiam as casas para as escolas
- 25-10 Carta do alvazil de Santarém aos conservadores do Estudo de Lisboa sobre a razão por que não deu tutor a uns estudantes

1292

- 23-8 Carta de D. Dinis concedendo isenção de dízima aos escolares que estiverem em Estudos Gerais no estrangeiro

1293

- 29-10 Privilégio, dado pelo Bispo de D. Domingos Jardo, aos escolares que estiverem no Hospital de S. Paulo, na freguesia de S. Bartolomeu, para poderem pregar, ouvir confissões e haver sinos

1295

- 11-12 Bula do Papa Bonifácio VIII, aprovando e confirmando a instituição do Hospital dos Santos Paulo, Eloi e Clemente, com a obrigação de manter seis estudantes pobres, que podiam pregar e ouvir confissões

1296

- 30-1 Bula do Papa Bonifácio VIII, em que figura como professor de Direito Civil do Estudo Geral de Lisboa, Mestre Raimundo Lourenço

1299

- Sem data Inventário das casas que El-Rei linha em Lisboa, no lugar da Cruz e na Pedreira, onde funcionavam as escolas de Gramática e o Estudo Geral

1300

- 4-9 Sumário de um alvará de D. Dinis em que mandava dar ao Cabido da Sé de Lisboa umas casas em troca de um campo que lhe tomou, na Pedreira, para nele fazer os Estudos Gerais
- 4-9 Carta de D. Dinis mandando entregar uma casa ao Cabido de Lisboa, pelo campo da Pedreira que lhes «filhou», no qual mandara fazer as casas para o Estudo Geral

1301

- 7-2 Instrumento notarial em que figuram Mestres do Estudo Geral de Lisboa
- 7-2 Instrumento notarial, outro, em que figuram Mestres do Estudo Geral de Lisboa

1303

- 21-8 Carta de foro das casas onde funcionaram as escolas, na Pedreira, em Lixboa

1308

- 26-1 Bula de Clemente V autorizando a concessão dos rendimentos de seis igrejas paroquiais ao Estudo que ia ser trasladado para Coimbra
- 26-1 Bula de Clemente V autorizando a transferência do Estudo para Coimbra e confirmando-lhe os privilégios e graças concedidos por Nicolau IV
- 27-11 Carta de D. Dinis determinando que os escolares do Estudo Geral de Coimbra possam ter açougues, carnicheiros, vinhateiros, etc.

1309

- 15-2 Carta de D. Dinis fundando e estabelecendo em Coimbra o Estudo Geral e concedendo-lhe privilégios
- 15-2 Carta de D. Dinis determinando que se guardem os privilégios e cartas concedidas aos mestres do Estudo Geral de Coimbra
- 15-2 Carta de D. Dinis declarando que recebe em sua guarda e defendimento todos os escolares do Estudo Geral de Coimbra
- 15-2 Carta de D. Dinis determinando que não sejam presos os escolares do Estudo Geral de Coimbra que trouxerem lume ou candeia de noite
- 1-7 Alvará de D. Dinis ordenando ao alcaide e alvazis de Coimbra que deem à Universidade de Coimbra dos mais ricos carnicheiros para fornecimento dos escolares
- 1-7 Alvará de D. Dinis ordenando ao alcaide e alvazis de Coimbra que não consintam que as regateiras comprem mantimentos fora do açougue nem antes da hora de terça
- 27-11 Carta de sentença em que figura um Mestre de Leis do Estudo Geral de Coimbra

1310

- 19-1 Carta de sentença em que figura um Mestre de Leis do Estudo Geral de Coimbra
- 3-9 Carta de D. Dinis nomeando dois conservadores para o Estudo Geral de Coimbra
- 16-9 Carta de D. Dinis ordenando que os escolares do Estudo Geral de Coimbra não paguem portagem nem costumagem
- 16-9 Carta de D. Dinis nomeando Mestre Pedro procurador do Estudo Geral de Coimbra

1311

- 1-10 Carta de D. Dinis determinando que os escolares do Estudo Geral de Coimbra tenham almotacés
- 1-10 Carta de D. Dinis ordenando que deixem levar os mantimentos para os escolares do Estudo Geral de Coimbra

1312

- 25-5 Carta de D. Dinis ordenando que os escolares do Estudo Geral de Coimbra não andem de noite com armas
- 25-5 Carta de D. Dinis determinando que se façam casas para os escolares do Estudo Geral de Coimbra
- 25-5 Carta de D. Dinis ordenando que aluguem casas aos escolares do Estudo Geral de Coimbra
- 25-5 Carta de D. Dinis ordenando que guardem os privilégios e cartas dadas ao Estudo Geral de Coimbra
- 1-12 Alvará de D. Dinis autorizando os escolares da Universidade de Coimbra a comprarem casas para nelas morarem

1314

- 10-10 Carta de venda de umas casas sitas na Almedina a Mestre Estevão, professor de Física do Estudo Geral de Coimbra

1315

- 18-7 Carta de D. Dinis dirigida aos conservadores da Universidade de Coimbra ordenando que as demandas ocorridas entre escolares e outras pessoas sejam julgadas sem delonga e delas se não faça apelação para el rei
- 12-10 Instrumento público em que figura um Mestre de Leis do Estudo Geral de Coimbra
- 12-10 Instrumento notarial, outro, em que figura um Mestre de Leis do Estudo Geral de Coimbra

1316

- 16-11 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Guilherme da Cunha, professor de Leis do Estudo Geral de Coimbra

1317

- 27-1 Carta de D. Dinis confirmando as constituições celebradas entre os escolares e a Universidade de Coimbra
- 29-12 Carta de D. Dinis declarando que os estudantes da Universidade de Coimbra não podiam ser perseguidos por ninguém enquanto estivessem em Coimbra e durante 15 dias a contar da saída para suas terras

1318

- 4-3 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Guilherme da Cuiha, doutor em Leis
- 8-3 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Dinis, certas graças a Mestre Egidio Domingues
- 9-4 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Mestre Guilherme da Cunha
- 12-4 Bula do Papa João XXII legitimando o nascimento e concedendo certas graças a Vasco Martins, que estudara Direito Civil no Estudo Geral

1319

- 15-10 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Dinis, certas graças a Mestre Geraldo Pedro

1321

- 22-9 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Lourenço Martins, doutor em Decretos
- 14-10 Bula do Papa João XXII, outra, concedendo certas graças a Lourenço Martins, doutor em Decretos

1322

- 6-5 Carta de D. Dinis ordenando que as Igrejas de Pombal e Soure, pertencentes ao Estudo Geral de Coimbra, passem para a Ordem de Cristo
- 7-7 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Dinis, certas graças a Mestre Egidio Domingues

1323

- 18-1 Carta de D. Dinis determinando ao Mestre da Ordem de Cristo o quantitativo a pagar aos professores do Estudo Geral de Coimbra
- 16-5 Bula do Papa João XXII concedendo autorização, a pedido da Rainha D. Isabel, a Estevão Dade, para ler ou ouvir, durante dois anos, Direito Civil no Estudo Geral
- 29-9 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Mestre Egídio Martins

1325

- 26-1 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Dinis, certas graças a Mestre Geraldo de Arouca, médico
- 28-4 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Mestre Guilherme Octonis, professor de Leis
- 22-5 Carta de D. Afonso IV outorgando e confirmando todos os privilégios concedidos por D. Dinis e pelo Papa à Universidade de Coimbra
- 24-8 Bula do Papa João XXII dispensando os estudantes da Universidade de Coimbra de residirem durante cinco anos nas igrejas de que eram beneficiários
- 24-8 Bula do Papa João XXII informando os Bispos de Coimbra e Lamego de que tinha dispensado os estudantes da Universidade de Coimbra de residirem durante cinco anos nas igrejas de que eram beneficiários

1326

- 22-1 Bula do Papa João XXII concedendo graças a Vicente João, de Elvas, doutor em Leis
- 1-6 Bula do Papa João XXII concedendo autorização a Bernardo de Pena para ouvir e ler Leis no Estudo Geral, durante 7 anos
- 1-6 Bula do Papa João XXII concedendo a Bernardo de Pena permissão de continuar nos benefícios eclesiásticos, enquanto assistir às disciplinas escolásticas no Estudo Geral
- 15-7 Escritura de compra que fez D. Pedro Anes de umas casas foreiras à Sé, vendidas por Pero Soares, alvazil de Coimbra
- 3-8 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Afonso IV, certas graças a Mestre Gonçalo Martins, professor de Leis do Estudo Geral de Coimbra
- 16-8 Ordenação da Ordem de Cristo sobre o quantitativo a pagar anualmente pelas igrejas de Pombal e Soure, ao Estudo Geral de Coimbra

1327

- 10-1 Carta de foro numa casa, em Coimbra, que estava junta com as escolas de gramática, no canto dessas escolas

- 20-1 Carta de D. Afonso IV mandando trasladar um alvará de D. Dinis que concedia certos privilégios aos escolares da Universidade de Coimbra
- 20-1 Carta à el-Rei D. Afonso IV mandando trasladar uma carta de D. Dinis que concedia certos privilégios aos escolares da Universidade de Coimbra
- 20-1 Carta del-Rei D. Afonso IV mandando trasladar uma carta de D. Dinis com certas disposições favoráveis aos escolares da Universidade de Coimbra
- 3-6 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido da Rainha D. Isabel, certas graças a Mestre Lourenço de Dornelas, doutor em Decretos
- 6-6 Carta de D. Afonso IV determinando que todas as autoridades do Reino cumpram e façam cumprir as sentenças dadas pelos conservadores da Universidade de Coimbra

1328

- 15-7 Carta de D. Afonso IV para Francisco Anes, conservador da Universidade de Coimbra, compelir os beneficiários das comendas de Pombal e de Soure a pagar, às terças, as importâncias consignadas aos salários dos Lentos da Universidade

1329

- 1-8 Bula do Papa João XXII concedendo benefícios, a pedido da Rainha D. Isabel, a Estevão Miguel, bacharel em Decretos
- 17-10 Bula do Papa João XXII, renovando, a pedido de D. Afonso IV, a dispensa dos estudantes da Universidade de Coimbra de residirem durante cinco anos nas igrejas de que eram beneficiários
- 17-10 Bula do Papa João XXII, dirigida aos Bispo de Lisboa, Eleito de Viseu e Arcediago de Penela, dando instruções para observarem a Bula antecedente
- 17-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a João de Godim, jurisperito
- 13-11 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido da Rainha D. Isabel, certas graças a Mestre Gonçalo Martins, doutor em Leis
- 19-12 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Guilherme Octonis, doutor em Leis no Estudo Geral de Coimbra

1330

- 15-3 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Pedro Geraldês, bacharel em Leis
- 10-5 Bulas do Papa João XXII concedendo certas graças a Pedro Geraldês bacharel em Leis e a Mestre Gonçalo
- 28-12 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Lourenço Martins, Jurisperito

1331

- 25-6 Procuração em que figura como testemunha um escolar do Estudo Geral de Coimbra
- 21-9 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido da Rainha D. Isabel, certas graças a Lourenço Martins, doutor em Direito Canónico
- 3-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Martinho Vicente, jurisperito
- 17-10 Registo de óbito de Mestre Lourenço, doutor em Decretos Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei

1332

- 9-3 D. Afonso IV, certas graças a Mateus Afonso, jurisperito
- 9-3 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Afonso IV, certas graças a Martinho Vicente, jurisperito
- 2-8 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Pedro Anes, perito em ambos os Direitos
- 2-8 Bula do Papa João XXII onde se refere Mestre Martinho de Rogido

1333

- 28-1 Bula do Papa João XXII onde se refere Rodrigo Pedro, Mestre em Teologia e Martinho de Rogido, Mestre em Medicina
- 6-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Galhardo Ebrardo, sabedor de Direito Civil
- 6-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Pedro de Botoneco, sabedor em ambos os Direitos
- 8-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Lourenço Anes, bacharel em Direito Canónico

1334

- 14-2 Certidão de uma carta dada por D. Dinis em 6 de Maio de 1322 à Universidade de Coimbra
- 6-4 Bula do Papa João XXII dirigida a Mestre Martinho de Rogido
- 3-8 Bula do Papa João XXII concedendo, a pedido do Rei D. Afonso IV, certas graças a Mestre Estevão Miguel, doutor em Direito Canónico
- 25-10 Bula do Papa João XXII concedendo certas graças a Arnaldo de S. Vicente, licenciado em Leis

1335

- 29-6 Bula do Papa Bento XII concedendo certas graças, a pedido da Rainha D. Isabel, a João Aires, jurisperito
- 2-8 Bula do Papa Bento XII concedendo certas graças a João de Montemor-o-Novo, Mestre de Filosofia e Medicina
- 3-11 Bula do Papa Bento XII concedendo certas graças a Rodrigo Pedro, bacharel em ambos os Direitos

1338

- 18-7 Carta de venda em que figura como testemunha um escolar
- 17-8 Carta de D. Afonso IV transferindo o Estudo Geral, de Coimbra para Lisboa
- 18-9 Carta de D. Afonso IV nomeando Afonso Pais, o Moor, conservador da Universidade de Lisboa

1339

- 5-5 Carta de D. Afonso IV determinando que durante o tempo lectivo o Reitor, doutores e estudantes da Universidade de Lisboa só pudessem ser demandados perante o seu conservador
- Sem data Acta do Capítulo Geral da Ordem dos Dominicanos no qual foi designado um leitor para o Convento de Lisboa

1340

- Sem data Acta do Capítulo Geral de Assis, da Ordem de S. Francisco, em que foi criado o Estudo Geral de Lisboa

1342

- 29-7 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Guilherme de Cavanhaco, licenciado em Leis
- 29-8 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Bartolomeu Martins, de Vila do Conde, sabedor de Direito Canónico
- 2-10 Súplica dos reitores e Universidade do Estudo Geral de Lisboa a favor de Mateus Coelho, de Caiarco, diocese de Cahors, escolar de Direito Canónico no mesmo Estudo Geral
- 2-10 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Mateus Coelho, de Caiarco, escolar de Direito Canónico e professor do Estudo Geral de Lisboa

1343

- 4-3 Súplica de Estevão Miguel, doutor em Direito Canónico pela Universidade de Montpellier e lente, que foi, do Estudo Geral de Coimbra
- 4-3 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Mestre Estevão Miguel, doutor em Decretos, lente que foi, do Estudo Geral de Coimbra
- 13-3 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Mestre Estevão, de Lisboa, doutor em Decretos
- 26-3 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Gonçalo Váz, escolar de Direito Civil
- 27-6 Súplica de Mestre Estevão Miguel, de Lisboa, doutor em Decretos
- 27-6 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Estevão Miguel, doutor em Decretos
- 6-7 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Martinho Domingues, perito em Direito Canónico
- 21-8 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Lourenço Pedro, sabedor de Direito Canónico

1344

- 6-1 Súplica dos doutores, escolares e de toda a Universidade do Estudo Geral de Lisboa, a favor de Lourenço Anes, reitor do mesmo Estudo Geral
- 20-1 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Guilherme de Cavanhaco, licenciado em Leis
- 17-2 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Pâncio Pedro, bacharel em Direito Civil
- 19-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Iodo Gomes, perito em ambos os Direitos
- 26-4 Súplica de D. Beatriz, Rainha de Portugal, a favor de Lourenço Anes, escolar de Direito Canónico,
- 16-8 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Guilherme Danglares, bacharel em Leis

1345

- 10-1 Súplica de D. Afonso IV, pedindo ao Papa Clemente VI autorização para aplicar 3.000 libras das rendas das igrejas do seu padroado nos salários dos Mestres, Doutores e Rachareis e bem assim noutras coisas necessárias à Universidade de Lisboa
- 10-1 Bula de Clemente VI para os Bispos de Lisboa e de Évora autorizando, a pedido de D. Afonso IV, a consignação à Universidade de Lisboa de 3.000 libras de rendas das igrejas
- 25-1 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Garcia Diogo, escolar de Direito Canónico e sabedor de Medicina
- 25-1 Bula de Clemente VI dispensando os doutores, mestres e escolares da Universidade de Lisboa, sendo eclesiásticos, de residirem durante três anos nas igrejas de que eram beneficiários

- 25-1 Bula de Clemente VI dirigida ao Bispo de Coimbra e aos Priores dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fôra, de Lisboa, dizendo que dispensou os doutores, mestres e escolares da Universidade de Lisboa, sendo eclesiásticos, de residirem durante três anos nas igrejas de que eram beneficiários
- 26-1 Súplica de João de Lisboa, embaixador do Rei de Portugal, a favor de João Pedro quanto à administração de bens que Mestre Pedra de Lisboa deixara para sustentação de escolares pobres
- 26-1 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Gonçalo Domingues, escolar de Direito Canónico
- 26-1 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a João Afonso, perito em Direito Canónico
- 26-1 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Estevão Rodrigues, escolar de Gramática
- 2-2 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Martinho de Bosmarineto, Mestre de Medicina
- 22-2 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Lourenço de Barbudo, doutor em ambos os Direitos
- 22-2 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a vários Mestres-Escola e a um escolar de Direito Canónico
- 26-3 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Lourenço de Barbudo, doutor em ambos os Direitos

1346

- 8-2 Bula do Papa Clemente VI em que refere Mestre Gil Domingues, professor de Leis do Estudo Geral de Lisboa e um escolar de Direito Canónico
- 8-2 Bula do Papa Clemente VI em que refere Mestre Gil Domingues, professor de Leis do Estudo Geral de Lisboa
- 18-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Estevão Ages, bacharel em Leis
- 7-7 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Diogo Tónio, bacharel em Leis
- 12-9 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Martinho, Anes, bacharel em Decretos
- 15-9 Súplica dos reitores, doutores, mestres e de toda a Universidade do Estudo Geral de Lisboa, a favor de João Lourenço, cónego de Évora
- 1-12 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Pedro Domingues, escolar de Medicina
- 19-12 Súplica dos reitores, mestres e de toda a Universidade do Estudo Geral de Lisboa a favor de João Lourenço, cónego de Évora

1347

- 22-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Pedro de Marcelo, bacharel em Leis
- 21-7 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Estevão de Lisboa, doutor em Decretos
- 8-10 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Pedro de Marcelo, bacharel em Leis

1348

- 10-2 Bula do Papa Clemente VI concedendo autorização para Diogo la Vernha, cónego de Coimbra, receber, para efeito de estudo, certos benefícios eclesiásticos, durante 3 anos, em local onde exista um Estudo Geral
- 3-6 Súplica da Universidade do Estudo Geral de Lisboa a favor de Afonso Anes, escolar de Direito Canónico
- 3-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Afonso Anes, escolar de Direito Canónico
- 8-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Estevão Anes, bacharel em Leis
- 8-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Mestre Elias Roberto, bacharel em Decretos
- 8-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Mestre Fernando Anes, professor de Teologia
- 20-6 Letras do Bispo de Évora, D. Afonso, relativas à anexação de igreja do bispado de Lisboa à Universidade e dando execução à Bula de Clemente VI

1349

- 17-8 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Mestre Martinho la Cbapelle, deão da Sé de Lisboa e doutor em Leis
- 3-11 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Mestre Guilherme Piloto, licenciado em Leis
- 4-12 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Pedro de Marcelo, bacharel em Leis

1350

- 25-2 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Francisco Domingues, perito em ambos os Direitos
- 13-4 Súplica de Geraldo Esteves de Santarém, embaixador do Rei de Portugal, a favor de escolares
- 13-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Lopo Gomes, escolar de Artes
- 13-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Lopo Gomes, escolar de Artes
- 13-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Estevão Esteves, escolar de Direito Canónico
- 24-4 Bula do Papa Clemente VI concedendo autorização para Estevão Esteves receber certos benefícios durante 5 anos, em local onde exista Estudo Geral, a fim de ler e ouvir Direito Civil
- 10-5 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Afonso Domingues, perito em ambos os Direitos
- 13-5 Súplica de Estevão Esteves, estudante de Direito Canónico
- 13-5 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Afonso Domingues, perito em ambos os Direitos
- 4-8 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Raimundo Tolsano, bacharel em Leis

- 13-9 Bula de Clemente VI para a Universidade de Lisboa, dispensando os lentes e os escolares do Estudo Geral de Lisboa da obrigação de residirem nas igrejas onde tinham benefícios e concedendo-lhes durante cinco anos todos os frutos, réditos e proventos dos ditos benefícios
- 13-9 Bula de Clemente VI para o Bispo de Évora, o Abade de Santa Maria de Alcobaca e o Prior de S. Vicente de Fóra, comunicando-lhes a dispensa e a concessão apostólicas constantes da bula antecedente, e dando-lhes autoridade para a executarem
- 21-10 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Estevão Anes, bacharel em Leis
- 7-11 Súplica de Pedro de Corbinaco, professor de ambos os Direitos no Estudo Geral de Lisboa e conselheiro do Rei de Portugal
- Sem data Relação dos bens do Mosteiro de S. Vicente em que figura Afonso Esteves, escolar

1351

- 16-5 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Diogo Afonso, escolar de Direito Canónico
- 16-5 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Afonso Domingues, escolar de Direito Canónico e Civil
- 7-6 Súplica de D. Maria, Rainha de Leão e Castela, a favor de Estevão Esteves, perito em ambos os Direitos
- 8-7 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Raimundo Tolsano, bacharel em Leis
- 16-8 Súplica de João Afonso, embaixador do Rei de Portugal e Professor de Leis
- 16-8 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a João Afonso, professor de Leis

1352

- 11-2 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a Estevão Anes, bacharel em Leis
- 7-3 Súplica de João Afonso, professor de Leis
- 26-6 Bula do Papa Clemente VI concedendo graças a Afonso Domingues, de Linhares, perito em ambos os Direitos
- 12-7 Bula do Papa Clemente VI, concedendo graças a João Domingues, bacharel em Medicina
- 23-9 Bula do Papa Clemente VI concedendo autorização para Afonso Domingues, de Linhares, receber, para efeito de estudo, certos benefícios eclesiásticos, durante 3 anos, em local onde exista Estudo Geral

1353

- 16-3 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Estevão Martins, perito em direito Canónico e Medicina
- 14-5 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Carmo de Belmonte escolar finalista de Direito Canónico
- 15-5 Súplica da Rainha de Castela e Leão a favor de João Fogaça, Mestre em Artes e Medicina, escolar de Teologia da Universidade de Paris

1354

- 19-7 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Guilherme Piloto, licenciado em Leis
- 6-12 Carta de D. Afonso IV confirmando à Universidade todos os privilégios que anteriormente lhe haviam sido concedidos, quando esteve em Coimbra e na sua permanência em Lisboa
- 20-12 Instrumento público trasladando uma carta de D. Afonso IV, onde figura como testemunha Alvaro Pais, escolar-mór
- Sem data Aniversário por alma de Fernão Anes, cônego e chantre da Sé de Évora, que tinha sido escolar de Direito Canónico e lente de cadeira do Estudo Geral de Lisboa

1355

- 5-1 Carta de D. Afonso IV determinando que o Conservador do Estudo Geral de Coimbra possa receber e julgar todos os feitos cíveis e crimes em que sdam partes escolares ou seus servidores
- 22-3 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Vasco Rodrigues, que tinha estudado Direito Canónico
- 2-5 Bula do Papa Inocêncio VI concedendo a soma de três mil libras dos rendimentos de várias igrejas para pagamento de salários aos professores da Universidade de Coimbra
- 7-6 Resolução do concelho de Lisboa em lançar uma sisa para cobrir as despesas feitas com as muralhas e portas da cidade, a que esteve presente Álvaro Pais, escolar
- 9-6 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a João Esteves, de Lorvão, sabedor de Direito Canónico e que tinha estudado o referido Direito durante 5 anos
- 9-6 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Gil Afonso, licenciado em Leis
- 28-7 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças a Guilherme Piloto, licenciado em Leis

1357

- 16-4 Emprazamento do sobrado de umas casas, sitas em Coimbra, a Pero Vasques, Mestre de Lógica
- 7-9 Carta de D. Pedro I confirmando todos os privilégios e mercês que a Universidade de Coimbra havia recebido dos Reis seus antecessores

- 22-10 Carta de D. Pedro estabelecendo que se não lecionem fora da Universidade de Coimbra, com excepção de determinadas matérias

1358

- 2-6 Bula do Papa Inocêncio VI, concedendo graças, a pedido da Rainha D. Beatriz, a Pedro Afonso, escolar de Direito Canónico e estudante de Leis
- 7-9 Carta de D. Pedro nomeando Lourenço Esteves procurador da Universidade de Coimbra na Corte
- 19-10 Carta de D. Pedro determinando aos alvazis de Coimbra e ao conservador da Universidade que obrigassem os vendedores de mantimentos a venderem na Almedina e os proprietários a alugar casas aos estudantes; e que compelissem os serviçais a prestar serviços aos escolares pelos preços usuais

1359

- 18-11 Carta de D. Pedro onde figura Mestre Gonçalo das Decretais

1360

- 30-9 Instrumento de emprazamento em que figura, como testemunha, Pero Vicente, escolar
- 26-10 Carta de D. Pedro recomendando o cumprimento dos privilégios concedidos à Universidade de Coimbra, que os oficiais do concelho não respeitavam

1361

- 19-2 Sumário de uma carta de D. Pedro onde figura Gonçalo Vasques, escolar
- 6-4 Instrumento de emprazamento em que figura, como testemunha, Vicente Rodrigues, escolar
- 11-4 Carta de D. Pedro restabelecendo o couto anteriormente concedido ao bairro dos escolares, da porta de Almedina para cima
- 13-4 Carta de D. Pedro restabelecendo o antigo uso dos conservadores da Universidade de conhecerem e julgarem os feitos ocorridos entre escolares e outras pessoas e recomendando ao conservador Gonçalo Anes que tome conhecimento dos direitos invocados perante ele
- 30-5 Carta de D. Pedro transcrevendo um dos agravos apresentados às Cortes de Elvas de 1361 e ordenando aos conservadores do Estudo Geral de Coimbra que não deixem impunes os escolares contra quem haja querelas e queixas

1362

- 18-8 Carta de D. Pedro aforando um chão a Gil Eanes, escolar

1363

- 24-1 Rótulo apresentado pelo Bispo de Tusculum e súplica dos Doutores, reitores e Universidade do Estudo Geral de Coimbra, a favor de vários escolares e sabedores de Direito Canónico
- 10-2 Súplica de Pedro Afonso, escolar, finalista de Direito Canónico
- 18-3 Emprazamento de uma casa, sita em Coimbra, em que figuram, como testemunhas, Afonso Anes e Fernanda de Covas, escolares
- 6-4 Rótulo do bispo de Tusculum, a favor de João Afonso Coelho, professor de Direito Canónico no Estudo Geral de Coimbra, e de vários escolares e sabedores
- 29-7 Súplica de D. Pedro a favor de João Anes, professor de Direito Canónico e Civil na Universidade de Coimbra
- 7-8 Rótulo do Bispo de Tusculum, a favor de João Afonso Coelho, lente de Decretais no Estudo Geral de Coimbra e de outros lentes, escolares e sabedores

1364

- 22-2 Súplica de Lourenço Vicente, bacharel em Leis
- 23-2 Súplica de Afonso Pedro, que trabalhou em Direito Canónico e Civil durante dez anos
- 19-3 Súplica de Lourenço Vicente, bacharel em Leis
- 5-4 Súplicas de Lourenço Vicente, bacharel em Leis, Gonçalo Afonso, escolar de Direito Canónico e Gonçalo Vai, bacharel em Direito Canónico
- 10-5 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Lourenço Vicente, bacharel em Leis e sabedor de Direito Canónico
- 10-5 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Afonso Pedro, que tinha estudado Direito Canónico e Civil durante 10 anos

1365

- 22-2 Carta de D. Pedro determinando que ninguém dificulte o alojamento dos escolares no bairro que especialmente lhes fôra destinado

- 2-6 Doação de umas casas feita por Domingos Domingues, escrivão do conservador dos escolares do Estudo Geral de Coimbra
- 2-8 Súplica de Afonso Allartins, de Soure, que estudou Direito Canónico durante seis anos
- 1-9 Súplica de Rodrigo Lourenço, de Tavira, bacharel em Leis e Licenciado em Artes
- 30-9 Reformação da súplica de Rodrigo Lourenço, de Tavira, bacharel em Leis e Licenciado em Artes
- 10-11 Emprazamento de umas casas em que figura, como testemunha, Álvaro Vasques, escolar
- Sem data Bulas do Papa Urbano V dirigidas aos Doutores, Mestres e escolares do Estudo Geral de Coimbra, e ao Bispo de Évora, Prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e deão da Igreja de Coimbra, dispensando os primeiros da obrigação de residirem nas igrejas onde tinham benefícios e concedendo-lhes, durante 3 anos, todos os frutos, réditos e proventos dos ditos benefícios

1366

- 7-4 Súplica de João Estevão, de Tavira, que trabalhou em Direito Canónico durante seis anos, para lhe serem concedidas prebendas que lhe permitam frequentar o Estudo Geral
- 5-6 Instrumento notarial em que figura Gomes Lourenço, escolar
- 18-8 Súplica de Rodrigo Lourenço, de Tavira, bacharel em Leis e Licenciado em Artes
- 11-9 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Rodrigo Lourenço, de Tavira, bacharel em Leis e licenciado em Artes
- 10-11 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças ao escolar Gil Váz, que estudava Gramática

1367

- 18-2 Título de posse de uma casa, sita em Coimbra, onde figura, como testemunha, o porteiro dos Escolares
- 20-5 Carta de D. Fernando confirmando e outorgando ao Estudo Geral de Coimbra os privilégios, cartas e mercês dos Reis seus antecessores, que transcreve
- 13-7 Carta de D. Fernando mandando guardar os privilégios dos escolares da Universidade de Coimbra, sobre aposentadoria
- 24-7 Carta de D. Fernando proibindo que sejam tomadas bestas a estudantes ou a seus ovençais
- 24-7 Carta de D. Fernando determinando ao conservador do Estudo Geral de Coimbra que dê audiência nos Paços Reais e que não leve pela administração da Justiça mais direitos do que no concelho
- 30-12 Carta de D. Fernando legitimando Soeiro Pires, escolar

1368

- 8-1 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Domingos Pedro, da Lourinhã, sabedor de Direito Canónico
- 22-1 Carta de emprazamento em que figura Vasco Pires, escolar
- 4-2 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Gonçalo Vaz,, licenciado em Direito Canónico,
- 23-2 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Pedro Afonso, bacharel em Decretos
- 14-4 Carta de D. Fernando mandando o juiz de Coimbra examinar os privilégios da Universidade e respeitá-los, mantendo a jurisdição cível e crime do conservador; e ordenando ao alcaide que não solte os presos à ordem do conservador sem seu mandado
- 29-4 Certidão transcrevendo uma carta de D. Fernando mandando respeitar os privilégios da Universidade de Coimbra e mantendo a jurisdição cível e criminal do conservador
- 3-7 Certidão duma carta de D. Fernando e do juramento prestado pelo conservador da Universidade, Estevão Domingues
- 3-7 Certidão de três diplomas concedidos por D. Fernando à Universidade de Coimbra
- 24-7 Carta de D. Fernando nomeando Estevão Domingues conservador do Estudo Geral de Coimbra
- 7-8 Termo da congregação efectuada na Sé de Coimbra a respeito do ofício da almotaçaria, onde figuram o procurador da Universidade e escolares do Estudo
- 9-9 Certidão de um diploma de D. Fernando relativo à Universidade de Coimbra
- 12-9 Carta de D. Fernando determinando que o Conservador da Universidade de Coimbra desembargue todos os feitos crimes ocorridos entre escolares ou seus familiares, ficando essa jurisdição subordinada a apelação para a Corte e a correição ao Corregedor da comarca
- 1-10 Carta de D. Fernando mandando às Justiças do Reino que recebam e deem andamento às demandas que os escolares intentarem em férias
- 30-10 Emprazamento de umas casas, sitas em Coimbra, a Domingos Domingues, escrivão do Conservador dos escolares
- 11-12 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a João Gil, sabedor de Direito Canónico
- 13-12 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Pedro Esteves, bacharel em Decretos

1369

- 22-1 Bula do Papa Urbano V, concedendo graças a Maninho Lourenço, bacharel em Direito Canónico
- 12-4 Carta de D. Fernando determinando que o Corregedor da casa do cível não tomasse conhecimento dos feitos que se tratavam perante o Conservador da Universidade de Coimbra, por ser contrário aos privilégios
- 27-12 Certidão de uma carta de D. Fernando mandando fazer o apuramento dos moradores de Arruda e dos seus bens, da qual consta Afonso Martins Alvernás, escolar

1370

- 27-4 Certidão de um diploma de D. Fernando, passada pelo notário de Coimbra, onde figura Estevão Domingues, de Vouzela, conservador dos escolares do Estudo Geral
- 12-10 Certidão de cinco diplomas de D. Fernando, passada pelo notário de Coimbra, onde figura Estevão Domingues, de Vouzela, conservador dos escolares do Estudo Geral
- 14-10 Carta de D. Fernando mandando o conservador do Estudo Geral de Coimbra preparar, no arrabalde da cidade, casas convenientes para as Escolas e pousadas para habitação dos escolares, como havia quando o Estudo se encontrava no bairro alto da cidade
- 14-10 Carta de D. Fernando mandando observar os privilégios da Universidade de Coimbra e mantendo a jurisdição atribuída ao Conservador
- 6-11 Carta de D. Fernando determinando que o Conservador dos privilégios concedidos aos moradores da Almedida de Coimbra não prenda os oficiais do Estudo
- 6-11 Carta de D. Fernando ordenando que no selam postos embargos ao transporte de mantimentos destinados à Universidade de Coimbra, e a seus oficiais

1371

- 8-8 Artigos das Cortes realizadas em Lisboa, onde se pede que a Universidade de Coimbra seja reformada nos seus lentes
- 15-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças, a pedido do Rei D. Fernando, a Vasco Vicente, sabedor de Direito Civil
- 28-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo, a pedido do Rei D. Fernando, autorização para Frei Tomás, da Ordem dos Frades Menores, ler o Livro das Sentenças na Universidade de Toulouse, o qual tinha lido Artes, durante muitos anos, na sua Ordem, em Portugal

1372

- 13-2 Carta de D. Fernando legitimando Rodrigo Anes, escolar de Decretais

1374

- 8-3 Sumário da carta de D. Fernando de apresentação de Pedro Afonso, escolar
- 9-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Diogo Henriquer, sabedor de ambos os Direitos
- 14-12 Sumário da carta de D. Fernando mandando que o sacador das rendas do Estudo Geral de Coimbra não tenha cavalo
- 19-12 Carta de D. Fernando determinando que o conservador da Universidade de Coimbra não tenha jurisdição sobre os oficiais, salvo em quanto durar o Estudo

1376

- 21-1 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Afonso Esteves, bacharel em Decretos
- 21-1 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Gonçalo Anes, de Gaudes, escolar de Direito Canónico
- 15-2 Bula do Papa Gregório XI, diminuindo a contribuição para pagamento dos salários dos professores do Estudo Geral, por parte do pároco da Igreja de Santa Maria de Óbidos
- 20-3 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Metido Peres, bacharel em Decretos
- 3-4 Bula do Papa Gregório XI concedendo graças a Metido Peres, bacharel em Decretos
- 5-5 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Gonçalo Gonçalves, bacharel em Decretos
- 30-6 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Luís Domingues, da Mouraria, escolar de Direito Canónico
- 30-6 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Brás Martins, que estudava Direito Canónico
- 30-6 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Afonso Domingues, escolar de Direito Canónico
- 30-6 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Luís Domingues, da Mouraria, escolar de Direito Canónico
- 5-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Rodrigo Anes, bacharel em Decretos
- 7-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Estevão Vai, escolar de Direito Civil
- 18-9 Bula do Papa Gregório XI, concedendo graças a Afonso Martins, sabedor de Direito Canónico

1377

- 3-6 Carta de D. Fernando transferindo o Estudo Geral, de Coimbra para Lisboa, regulamentando a sua instalação e confirmando-lhe os privilégios que tinha recebido
- 1-7 Carta de D. Fernando nomeando Afonso Martins Alvernás conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 7-10 Bula do Papa Gregório XI concedendo ao Estudo Geral de Lisboa a faculdade de conferir, com as solenidades do costume, as insígnias de doutor, mestre, licenciado e bacharel, em qualquer das Faculdades autorizadas
- 7-10 Bula do Papa Gregório XI dirigida aos Doutores, Mestres e escolares do Estudo Geral de Lisboa, a conceder, a pedido de D. Fernando, a dispensa da obrigação de residirem nas igrejas onde tinham benefícios, durante um triénio, e de receberem, entretanto, todos os frutos, réditos e proventos dos mesmos benefícios

- 7-10 Bula do Papa Gregório XI, dirigida aos deões de Lisboa e de Silves e ao oficial de Lisboa, mandando-lhes executara dispensa por três anos, concedida aos Doutores, Mestres e escolares do Estudo Geral de Lisboa, da obrigação de residirem nas igrejas onde tinham benefícios
- 27-11 Bula do Papa Gregório XI sobre a concessão da igreja paroquial S. Salvador de Beja a André Esteves, escolar de Direito Canónico

1378

- 1-1 Carta de D. Fernando regulando, a pedido do Estado Geral de Lisboa, diversos assuntos e confirmando-lhe os privilégios até então recebidos
- 25-2 Carta de D. Fernando ordenando às justiças de Lisboa para não obrigarem os lentes e os escolares do Estudo Geral a pagar fintas, talhas nem peitas
- 25-2 Carta de D. Fernando ordenando a Gonçalo Abril que pagasse as despesas quando houvesse pleitos sobre assuntos que pertenciam ao Estudo Geral de Lisboa
- 8-4 Certidão transcrevendo cartas de D. Fernando a conceder privilégios, liberdades, graças e mercês ao Estudo Geral de Lisboa
- 14-10 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por João Afonso na Universidade de Bolonha
- 4-11 Carta de D. Fernando mandando passar certidão de diplomas relativos ao Estudo Geral de Lisboa
- 16-11 Rótulo de súplicas de D. Fernando, Rei de Portugal, a favor de clérigos de várias dioceses, escolares e bachareis
- 17-11 Rótulo de súplicas de D. Martinho, bispo de Lisboa, a favor de vários clérigos, escolares e bachareis
- 17-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Évora a Gonçalo Anes, bacharel em Decretos e estudante de Leis
- 18-11 Rótulo enviado pelo Reitor dos estudantes do Estudo Geral de Lisboa, pedindo certos benefícios ao antipapa Clemente VII
- 22-11 Rótulo de súplicas onde figura Gonçalo Vaz, sacerdote de Braga, licenciado em Decretos
- 22-11 Bula do antipapa Clemente VII reservando uma dignidade na igreja de Évora, a favor do cónego Gonçalo Anes, bacharel em Direito Canónico e estudante de Direito Civil
- 22-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Lisboa a Gonçalo Vaz, prior da colegiada de Guimarães e licenciado em Decretos
- 22-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Évora a Gonçalo Anes, bacharel em Direito Canónico
- Bula do antipapa Clemente VII; dirigida ao bispo de Viseu, mandando-o executara concessão dum porção na Igreja de Braga a Fernando Anes, clérigo bracarense e estudante de Direito Canónico
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Braga a Martinho Vicente, escolar de Direito Canónico
- 25-11 Bula do antipapa Clemente VII dirigida ao arceidiago do Couto, na igreja de Braga, mandando-o executara concessão do canonicato de Lisboa ao clérigo de Braga Vasco Afonso, escolar de Gramática
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII, dirigida ao arceidiago do Couto, na igreja de Braga, mandando-o executara concessão do canonicato do Porto a Martinho Fernandes, clérigo portuense e escolar de Gramática
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Lisboa a Álvaro Fernandes, escolar de Direito Civil
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII, concedendo a reserva dum benefício eclesiástico da colação do arcebispo e cabido de Braga a Martinho Anes, clérigo da diocese e escolar de Gramática
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo a reserva de um benefício da colação do bispo e cabido de Évora, a favor de Pedro Rodrigues, estudante de Direito Civil
- 24-11 Bula do antipapa Clemente VII reservando uma das porções da colegiada de Santa Maria de Guimarães, a favor de Luís Martins, clérigo do Porto e escolar de Direito Canónico
- 26-11 Bula do antipapa Clemente VII reservando um benefício eclesiástico da colação do arcebispo e cabido de Toledo, a favor de Gil Gonçalves, clérigo da Guarda e escolar de Direito Canónico
- 26-11 Bula do antipapa Clemente VII reservando um benefício eclesiástico da colação do prior e cabido da colegiada de Guimarães, a favor de João Gonçalves, de Guimarães, escolar de Direito Canónico
- 27-11 Súplicas ao antipapa Clemente VII de Fernando Gonçalves, clérigo porcionário da colegiada de Santa Justa de Coimbra, sabedor em Decretos, e de João Gonçalves, de Guimarães, escolar de Direito Canónico, respectivamente sobre o canonicato de Coimbra na expectativa da prebenda e sobre um benefício eclesiástico da colação do prior e cabido da colegiada de Guimarães
- 27-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato de Évora ao clérigo Aparício de Ares, estudante de Direito Civil
- 28-11 Súplica ao antipapa Clemente VII a favor de Gonçalo Anes, clérigo de Évora e bacharel em Direito Canónico, sobre o canonicato de Évora, na expectativa da prebenda
- 28-11 Súplicas ao antipapa Clemente VII a favor de Brásio Martins, escolar de Direito Canónico, João Gonçalves, de Guimarães, também escolar de Direito Canónico, e de Álvaro Fernandes, de Vila Pouca, clérigo da diocese de Coimbra e escolar de Direito Civil, respectivamente sobre a quartanária de Lisboa, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa e sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Évora
- 29-11 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o arceidiago de Santarém a Elias de Claustis, estudante de Direito Canónico

1379

- 12-5 Certidão de três diplomas relativos ao Estudo Geral de Lisboa
- 16-5 Súplica de Fernando Gonçalves, clérigo porcionário da igreja colegiada de Santa Justa de Coimbra e escolar de Direito Canónico, sobre o canonicato de Coimbra, na expectativa da prebenda
- 30-5 Certidão de dois diplomas relativos ao Estudo Geral de Lisboa
- 9-9 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato, prebenda e deado de Lisboa a João Garcia, escolar de Direito Canónico

1380

- 18-1 Súplica a favor de Vasco Peres, clérigo de Lisboa e bacharel em Direito Canónico, de Álvaro Peres, clérigo de Lisboa e escolar de Direito Canónico, e de Tomás Anes, clérigo de Coimbra e escolar de Gramática, respectivamente sobre o canonicato de Lisboa, na expectativa da prebenda, sobre um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa e sobre um benefício também da colação do bispo e cabido olisiponense
- 5-2 Carta de D. Fernando ao concelho de Lisboa sobre a ajuda a dar a Frei Rodrigo de Sintra que ia estudar fora do Reino
- 29-2 Rótulo de súplicas do Infante D. João ao antipapa Clemente VII a favor de vários clérigos, escolares de Direito Canónico e Civil
- 6-3 Súplica de Nicolau Martins, arcediogo de Vermoim e escolar de Direito Canónico, sobre o canonicato de Cartagena, na expectativa da prebenda
- 15-4 Rótulo de súplicas a favor de clérigos de Évora, bachareis em Direito Civil e em Leis
- 23-4 Bula do antipapa Clemente VII concedendo a vigairaria da igreja paroquial de S. Pedro de Sintra a João Durando, bacharel em Decretos
- 7-5 Rótulo de súplicas de Arias Peres de Camões, comandante de uma galé do Rei de Portugal, para sie alguns clérigos, entre os quais João Esfeves, escolar de Direito Canónico
- 16-5 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato do Porto a Vasco Anes, sacerdote e escolar de Direito Canónico
- 26-5 Súplica de Arias Peres, embaixador do Rei de Portugal, ao antipapa Clemente VII, a favor de Gonçalo Mendes, sacerdote da diocese de Évora, escolar de Direito Canónico, e de Gonçalo Anes, clérigo da diocese de Évora e bacharel em Decretos
- 26-5 Bula do antipapa Clemente VII concedendo o canonicato da Guarda a Gonçalo Mendes, escolar de Direito Canónico
- 2-6 Rótulo de súplicas do embaixador do Rei de Portugal ao antipapa Clemente VII, a favor de vários clérigos
- 2-6 Bula do antipapa Clemente VII, a reservar um benefício eclesiástico, a favor de Afonso de Urros, clérigo da diocese de Braga e estudante de Gramática
- 2-6 Bula do antipapa Clemente VII, a reservar um benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido do Porto, a favor de João Lourenço, clérigo da diocese de Braga e estudante de Gramática
- 7-6 Bula do antipapa Clemente VII autorizando a fundação de um Estudo Geral em Lisboa
- 7-6 Bula do antipapa Clemente VII dirigida ao bispo de Lisboa e ao deão de Coimbra mandando reverter para o Estudo Geral de Lisboa os rendimentos de certas igrejas
- 13-6 Rótulo de súplicas de D. Fernando, Rei de Portugal, apresentado ao antipapa Clemente VII, sobre vários benefícios de dioceses portuguesas para certos clérigos
- 13-6 Bula do antipapa Clemente VII, a renovar concessão anterior sobre benefício eclesiástico da colação do bispo e cabido de Évora, a favor de Pedro Rodrigues, clérigo de Évora e escolar de Direito Civil
- 14-7 Súplica a favor de Domingos Vicente, escolar de Gramática, clérigo de Lisboa, sobre um benefício da colação do prior e porcionários da igreja de S. Nicolau, de Lisboa
- 4-8 Carta de D. Fernando onde figura Gonçalo Gonçalves, licenciado em Leis e em Degredos
- 17-9 Bula do antipapa Clemente VII que, a pedido do deão e cabido de Braga, concede o canonicato da Sé a Nuno Gonçalves, escolar de Direito Canónico, oriundo da cidade de Braga

1381

- 11-1 Carta de D. Fernando isentando de dízimos e portagens tudo que os escolares trouxessem para seu mantimento no Estudo Geral de Lisboa
- 14-1 Súplica a favor de Gonçalo Mendes, sacerdote de Évora e escolar de direito Canónico, sobre uma dignidade, administração, etc., na igreja da Guarda
- 25-1 Bula do antipapa Clemente VII a reservar um benefício da colação do bispo e cabido de Évora, a favor de Garcia Dias, escolar de Direito Canónico e sabedor de Medicina
- 20-5 Rótulo de súplicas a favor de Gil Peres, bacharel em Leis, sobre o canonicato do Porto, na expectativa da prebenda
- 28-5 Súplica a favor de Mordo Gonçalves, sacerdote de Braga e escolar de Direito Canónico, sobre uma dignidade, administração, etc., da igreja de Braga
- 17-9 Súplica do deão e do cabido de Braga a favor de Nuno Gonçalves, porcionário bracarense e escolar de Direito Canónico, que servira a igreja de Braga durante vinte anos

1382

- 30-5 Assento do exame privado de Direito Civil realizado por Marfim de Portugal, na Universidade de Bolonha

- 7-6 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por Marfim de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 19-9 Termo do embargo que o prior da igreja de Sacavém, Gil Esteves, lançara ao arrendamento das rendas daquela igreja, anexada ao Estudo Geral de Lisboa
- 18-11 Carta de emprazamento onde figura, como testemunha, Vicente Lourenço, escolar
- Sem data Capítulo Geral da Ordem de S. Francisco criando, em Lisboa, o Estudo Geral de Teologia

1383

- 30-1 Emprazamento onde figura, como testemunha, Vasco Lourenço, escolar
- 28-3 Carta de D. Fernando deferindo a petição de D. Afonso, Bispo da Guarda, para poder dispor de bens para a criação de um Colégio para 12 escolares pobres
- 4-5 Carta de D. Fernando recomendando que tido fosse obrigado o Estudo Geral de Lisboa a pagar redizimas para o Papa, das rendas que tinha para seu mantimento, mas que os priores as pagassem
- 29-4 Instituição de capela feita por Vasco Lourenço de Almada a que esteve presente, como testemunha, Estevão, escolar de Leis
- 28-6 Carta de D. Fernão, sobre o arrendamento das rendas da igreja de Sacavém que o Prior embargara ao Estudo Geral de Lisboa
- 5-7 Procuração passada pelo concelho de Leiria onde figura João Pires, escolar de Leis

1384

- 3-10 Sumário da carta de D. João, Mestre de Avis, de confirmação dos privilégios e liberdades concedidos ao Estudo Geral de Lisboa
- 3-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, confirmando todos os privilégios e liberdades concedidos ao Estudo Geral de Lisboa
- 3-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, determinando que o Estudo Geral ficasse perpetuamente em Lisboa e não mudasse para Coimbra nem para qualquer outro lugar do Reino
- 3-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, confirmando o privilégio concedido por D. Fernando aos doutores, licenciados e bechareis em Direito Canónico e Civil, para advogarem, não obstante não possuírem a respectiva carta
- 3-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, concedendo e confirmando, ao Estudo Geral de Lisboa, o estatuto pelo qual ninguém podia ensinar sem primeiro ser examinado e só podia ensinar nas Escolas Gerais
- 3-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, restituindo ao Estudo Geral de Lisboa o direito a rendas de algumas igrejas
- 15-10 Carta de D. João, Mestre de Avis, confirmando o antigo privilégio concedido aos escolares e oficiais da Universidade do Estudo de Lisboa de poderem citar e demandar perante o conservador
- 22-11 Sumário do instrumento donde consta ter estado numa reunião do Cabido, no castelo de Ourem, João Afonso, doutor em Leis e Marfim Afonso, professor de Leis
- Sem data Carta de D. João, Mestre de Avis, de doação de Salvaterra e de outros lugares, onde são mencionados os doutores João Afonso das Regras e Marfim Lourenço

1385

- 16-2 Termo do protesto por dívida de renda da igreja de Sacavém que o procurador do Estudo Geral de Lisboa, Bartolomeu Domingues, mandou lavrar contra Gil Esteves, prior daquela igreja Capítulos Gerais das Cortes Coimbra onde figuram mestres e escolares
- 28-7 Ordem sobre os doutores poderem andar em mulas
- 31-8 Certidão de várias cartas e instrumentos notariais referentes ao Estudo Geral de Lisboa
- 5-9 Carta de D. João I para os Bispos de Lisboa e de Évora mandando que se informassem acerca de o pedido de Gil Esteves, prior da igreja de Santa Maria de Sacavém, que alegava não poder pagar as 650 libras anuais ao Estudo Geral a que era obrigado e requeria que lhe fixassem novas condições em harmonia como estado da freguesia
- 23-9 Sumário da carta de D. João I de confirmação dos privilégios, foros, usos e costumes do Estudo Geral de Lisboa
- 23-9 Carta de D. João I de confirmação geral dos foros, usos e costumes e privilégios do Estudo Geral de Lisboa
- 1-10 Carta do Bispo de Lisboa nomeando ouvidores do bispado a Ferrão Martins, bacharel em Degredos e Rodrigo Afonso, escolar de Direito Canónico
- 3-10 Carta de D. João I onde figuram João Afonso, bacharel em Degredos e João Afonso, escolar de Leis

1386

- 20-6 Certidão extraída do processo movido perante o Bispo de Lisboa, entre Gil Esteves, prior da Igreja de Sacavém e o Estudo Geral de Lisboa
- 26-6 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 8-8 Certidão de uma carta de D. João I concedida ao Estudo Geral de Lisboa
- 16-8 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 18-8 Carta de D. Afonso V nomeando João do Porto escrivão dos feitos perante o conservador dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 22-12 Instrumento notarial onde se transcrevem privilégios concedidos ao Estudo Geral de Lisboa

1387

- 9-1 Certidão de uma carta de D. João I nomeando André Esteves conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 20-2 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 26-3 Doação a D. João I, efectuada pelos Reis de Castela e Duques de Lencastre, onde figuram, como testemunhas, João das Regras e Gil do Sem, doutores em Leis
- 9-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 9-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 9-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 15-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso de Santarém, escolar de Leis

1388

- 28-2 Certidão de uma Bula de Gregório XI, passada pelo notário de Lisboa, concedendo privilégios ao Estudo Geral de Lisboa
- 10-3 Instrumento notarial onde figura Gil Martins, escolar de Leis
- 23-3 Instrumento notarial onde figuram Gil Martins, escolar de Leis e como testemunhas, Gonfalo Esteves e Vasco Simão, escolares
- 26-4 Termo da composição feita entre o Estudo Geral de Lisboa e o Prior da igreja de Sacavém, a cerca das rendas da igreja, anexa ao Estudo Geral e a respeito das quais corria demanda
- 3-7 Bula do antipapa Clemente VII confirmando a concessão do canonicato e prebenda de Viseu a Geraldo Regafreão, que estivera ao serviço da Câmara Apostólica no reino de Portugal já no tempo de João XXII
- 5-8 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 19-9 Assento do exame privado de Direito Civil realizado por Gil Martins, na Universidade de Bolonha
- 25-9 Carta de D. João I nomeando Afonso Martins lente de Leis da hora de Véspera do Estudo Geral de Lisboa
- 25-9 Bula do antipapa Clemente VII concedendo um benefício, da colação do bispo e cabido de Palência, a Jorge Peres, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Civil
- 25-9 Súplicas do Rei de Castela ao antipapa Clemente VII, a favor de portugueses, escolares e bachareis em Decretos, Leis, etc., entre os quais figura Afonso Gonçalves, regente, que fora, durante algum tempo, da cátedra de Direito Canónico do Estudo Geral de Coimbra
- 2-10 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por Gil Martins na Universidade de Bolonha

1389

- 6-3 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 10-4 Sumário da dispensa a favor de Lopo Martins, escolar
- 2-5 Carta de D. João I isentando o Estudo Geral de Lisboa das redízimas e de todos os outros encargos das Igrejas anexadas ao mesmo Estudo
- 2-5 Carta de D. João I ao almoxarife João Vasques mandando-lhe entregar ao Estudo Geral de Lisboa as casas da Moeda Velha que, pelo Reitor e lentes, fossem escolhidas para nelas se instalarem os Estudos
- 28-5 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 5-7 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis Sumário da carta de legitimação a favor de Gil Martins, escolar
- 9-11 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo benefícios a Vasco Peres, clérigo da diocese de Braga e escolar de Direito Canónico
- 9-11 Bula do Papa Bonifácio IX recebendo como seu familiar Fernando Martins, cónego de Lisboa, bacharel em Decretos
- 9-11 Bula do Papa Bonifácio IX a conceder a Fernando Martins, subcolector apostólico e bacharel em Decretos, o canonicato de Coimbra
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX mandando conceder bendícios, a pedido de D. Filipa, Rainha de Portugal, a Luís Pilote, porcionário da igreja de Santa Maria Madalena, de Lisboa, que tinha estudado durante quatro anos Direito Canónico e ainda estudava no Estudo Geral de Lisboa
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo o canonicato de Braga a João Gonçalves, escolar de Direito Canónico
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX dirigida ao chantre de Évora, a mandar conferir, a pedido de D. Filipa, Rainha de Portugal, o canonicato, de Évora a Afonso Rodrigues, porcionário da igreja de Lisboa, que estudou Direito Canónico durante um triénio
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX dirigida ao oficial de Coimbra, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, a Pedro Rodrigues, clérigo de Lisboa e escolar in primíuvis, o canonicato de Coimbra
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao abade de Alcobça, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, o canonicato de Coimbra a João Vicente, estudante de Direito Canónico
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao oficial de Lisboa, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, o canonicato de Lisboa a Fernando Rodrigues, clérigo lisbonense e escolar de Direito Civil
- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao mestre-escola do Porto, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, o canonicato do Porto a João Urtiz, clérigo da diocese portuense, que estudou Gramática durante quatro anos

- 12-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao deão de Coimbra, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, o canonicato de Évora a Martinho Afonso, porcionário na igreja de S. Salvador de Santarém, erudito em Gramática
- 13-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao bispo de Coimbra, a mandar conferir, a pedido de D. João I, Rei de Portugal, um benefício eclesiástico a Estêvão Anos, que tinha estudado Direito Civil durante cinco anos
- 15-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao bispo de Lisboa, a mandar reservar benefício da colação do prior e mosteiro de S. Vicente de Fora a João Lopes, cónego regente do sobredito mosteiro, escolar de Lógica
- 15-11 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao bispo de Segóvia, ao deão de Lamego e ao cónego de Coimbra Pedro Anes, mandando conferir, a pedido de D. Filipa, Rainha de Portugal, o deão de Viseu a Gonçalo Esteves, cónego de Viseu e bacharel em Decretos
- 21-11 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo benefícios a João Pores, reitor da igreja paroquial de Santo André do Tolões e sabedor de Direito Canônico
- 11-12 Carta de D. João I nomeando André Esteves conservador do Estudo Geral de Lisboa

1390

- 15-1 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis, e João Afonso, bacharel em Degredos
- 4-3 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 4-3 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 4-3 Carta de D. João I dirigida ao concelho de Lisboa onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 6-3 Sumário da dispensa a favor de Afonso Anes, escolar de Leis
- 7-3 Carta de D. João I nomeando Frei Fernando, dominicano, lente de Lógica do Estudo Geral de Lisboa
- 19-3 Bula do Papa Bonifácio IX, dirigida ao arcebispo de Braga, mandando conferir o canonicato de Lamego a Afonso Martins, deão do Porto e sabedor de Direito Canônico
- 9-5 Sumário da dispensa a favor de Gonçalo Vasques, escolar de Direito
- 30-6 Carta onde figura Álvaro Fernandes do Rêgo, escolar de Leis
- 23-8 Carta de D. João I onde figura Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 14-9 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo a João Afonso, do Algarve, porcionário na igreja de S. Salvador de Arraiolos, escolar de Direito Canônico, o canonicato e prebenda de Évora, de que João Esteves devia ser privado por ter aderido ao antipapa
- 2-11 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo o canonicato e prebenda de Braga a João Gomes, que estudara Direito Civil durante 5 anos e Direito Canônico, durante dois anos
- 4-11 Carta de D. João I estabelecendo que o bedel do Estudo Geral de Lisboa exercesse o cargo de tabelião do mesmo Estudo
- 28-11 Carta de D. João I isentando os lentes e escolares do Estudo Geral de Lisboa da obrigação de terem cavalos e armas
- 28-11 Carta de D. João I dirigida a Bartolomeu Domingues, recebedor das rendas do Estudo Geral de Lisboa, determinando que não dispendesse verba alguma dessas rendas sem conhecimento do bedel, escrivão das mesmas rendas

1391

- 7-1 Bula do Papa Bonifácio IX mandando reservar uma porção perpétua na igreja colegiada de S. Tiago de Coimbra, a favor de Luís Gonçalves, escolar de Direito Canônico
- 30-1 Instrumento de uma audiência realizada em Torres Vedras onde figura Pero Esteves, escolar de Degredos
- 1-4 Bula do Papa Bonifácio IX sobre a prebenda e tesouraria de Lisboa, a favor de João Domingues, licenciado em Decretos, lente da mesma disciplina no Estudo Geral de Lisboa
- 27-4 Bula do Papa Bonifácio IX reservando uma porção perpétua da Colegiada de Santa Maria de Guimarães, a favor de Pedro Lourenço, clérigo da diocese de Coimbra e escolar de Direito Canônico
- 3-6 Bula do Papa Bonifácio IX reservando uma porção perpétua na igreja de S. Miguel de Aveiro, a favor de Pedro Lourenço, clérigo da diocese de Coimbra, escolar de Direito Canônico
- 4-6 Bula do Papa Bonifácio IX sobre uma porção perpétua, na igreja de S. Miguel, de Torres Vedras, a favor de Martinho Lourenço, estudante de Lógica
- 10-6 Carta de D. João I onde figura Álvaro Pires, escolar de Leis
- 9-7 Instrumento público transcrevendo a Bula de Bonifácio IX, de 28 de Janeiro de 1391, a pedido de Fernando Alvares, Procurador da Universidade de Lisboa e onde figuram Frei Rodrigo, Mestre de Teologia, Pedro Domingues, Mestre de Gramática do Estudo Geral e Cristovão Anes, bacharel em Direito Canônico
- 19-9 Bula do Papa Bonifácio IX conferindo o canonicato, de Lisboa a Martinho Lourenço, que estudara Direito Canônico durante dois anos
- 19-9 Bula do Papa Bonifácio IX reservando um benefício da colação do bispo e cabido de Lisboa, a favor de Martinho Domingues, que estudara Direito Canônico durante dois anos
- 16-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 19-12 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 20-12 Carta de D. João I para o concelho de Lisboa onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis

1392

- 6-2 Carta de D. João I determinando as quantias que os escolares deviam pagar anualmente aos lentes de Leis e de Decretais do Estudo Geral de Lisboa
- 8-2 Carta de D. João I isentando os lentes e o bedel do Estudo Geral de Lisboa do pagamento de peitas, fintas, talhas e pedidos e mandando observar os privilégios dos escolares e das outras pessoas do dito Estudo
- 26-2 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 21-5 Sumário da carta de legitimação de Inês Vasques, filha de Mestre Vasco das Leis
- 6-6 Bula do Papa Bonifácio IX reservando uma dignidade eclesiástica numa das igrejas do Porto, Coimbra, Viseu, Évora ou Lamego, a favor de Luís Domingues, cónego de Coimbra, escolar de Direito Canónico
- 6-7 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 6-12 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos

1393

- 25-2 Carta de D. João I doando a D. Mem Rodrigues de Vasconcelos as casas que chamavam da Moeda Velha, junto de a Porta da Crus, onde funcionavam as Escolas
- 25-2 Emprazamento de uma vinha com seu olival onde figura, como testemunha, Afonso Anes, escolar
- 11-4 Carta de D. João I onde figuram João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 11-4 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 15-5 Sumário da carta de D. João I doando casas a Gonçalo Domingues, mestre das Escolas
- 3-9 Instrumento notarial da decisão do ouvidor geral do bispado de Lisboa na querela entre um lavrador de Carnide e o prior de S. Lourenço, onde figuram Mem Martins, escolar de Leis e João Martins, escolar de Direito
- 21-9 Emprazamento de uma vinha com seu olival onde figura, como testemunha, Anes de Covas, escolar
- 31-10 Carta de D. João I determinando que o Estudo Geral de Lisboa haja, logre e possua as casas da Moeda Velha, apesar da doação que anteriormente havia feito ao Mestre de Santiago
- 31-10 Instrumento notarial de uma decisão régia sobre o litígio entre o prior de Carnide e um lavrador, onde figura João Martins, escolar

1394

- 26-1 Bula do Papa Bonifácio IX nomeando D. Gonçalo, bacharel em Direito Canónico, bispo da Sé de Lamego, após eleição concorde do cabido
- 4-4 Acordo da Câmara do Porto para darem a Frei Pedro, da Ordem dos Pregadores, Mestre em Filosofia, 300 libras para ajuda da continuação dos seus estudos em Oxford
- 6-5 Carta de João I onde figuram João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 16-8 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo o arcediagado de Penela a Fernando Anes, escolar de Direito Canónico
- 22-8 Carta de D. João I intimando ao alcaide e justiças de Lisboa o acatamento dos alvarás do conservador do Estudo Geral ou de seus almotacés e ordenando a prisão de quem esses alvarás determinassem
- 7-9 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 5-12 Carta de D. João I onde figuram João Rodrigues, bacharel em Leis e Diogo Afonso fonso Alvares, bacharel em Direitos
- 14-12 Bula do Papa Bonifácio IX confirmando a concessão do canonicato e prebenda de Braga a Pedro Lourenço, escolar de Direito Canónico

1395

- 3-1 Carta de D. João I onde figura Alvaro Pires, escolar de Leis
- 8-1 Carta de D. João I para o concelho de Lisboa onde figura Alvaro Pires, escolar de Leis
- 10-1 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 24-1 Sumário de um privilégio concedido por D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 3-2 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 2-5 Carta de D. João I onde figuram João Afonso, escolar de Leis e João Afonso, bacharel em Degredos
- 8-6 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 10-10 Carta de D. João I onde figuram João Pires, escolar, João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 13-10 Sumário de um documento que existiu no cartório do Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, onde figurava Vasco Dias, escolar de Direito
- 19-10 Instrumento notarial onde figuram Vicente Domingues e João Martins, escolares

1396

- 14-3 Carta de emprazamento onde figura, como testemunha, Afonso Geraldês, bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 29-3 Carta de D. João I dirigida a Bartolomeu Domingues, recebedor do Estudo Geral de Lisboa, sobre os vencimentos do conservador do dito Estudo

- 8-4 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 24-4 Sumário de uma carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 24-4 Sumário de um privilégio concedido por D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 2-5 Sumário de uma carta de D. João I legitimando um filho de Alvaro Martins, mestre escola
- 10-6 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso de Santarém, escolar de Leis
- 20-6 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 8-7 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 14-9 Sumário da carta de D. João I legitimando Vasco Rodrigues, escolar de Degredos
- 30-12 Carta de D. João I onde figura Gomes Martins, doutor em Leis

1397

- 22-1 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 15-2 Carta de D. Filipa, Rainha de Portugal, onde refere Rodrigo Anes, escolar de Leis
- 12-3 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo um benefício da colação do provedor do Hospital dos Santos Pedro, Paulo, Clemente e Elói, de Lisboa, a Lopo Afonso, clérigo da diocese de Coimbra, escolar de Direito Canónico
- 23-4 Carta de D. João I, dirigida a Bartolomeu Domingues, recebedor das rendas do Estudo Geral de Lisboa, estabelecendo que as rendas das igrejas e demais rendas do Estudo fossem arrecadadas de acordo com o Reitor e que nenhum doutor, escolar ou lente pudesse arrendá-las
- 23-4 Carta de D. João I dirigida ao Conservador do Estudo Geral de Lisboa determinando que não fizesse as audiências na Sé mas perto do Estudo e estabelecendo um prado para dar alojamento aos escolares que lho requeressem
- 4-5 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 8-6 Certidão de sete diplomas dados por D. João I, passada pelo bedel do Estudo Geral de Lisboa, Afonso Geraldês
- 10-6 Carta de D. João I onde figuram como testemunhas, Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso de Santarém, escolar de Leis
- 11-7 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 14-7 Bula do Papa Bonifácio IX reservando um benefício eclesiástico da colação do arcebispo e cabido de Lisboa, a favor de João Lourenço, escolar de Direito Canónico
- 30-7 Bula do Papa Bonifácio IX mandando conferir uma porção perpétua na igreja de S. João, de Beja, a João Lourenço, escolar de Direito Canónico
- 13-8 Instrumento notarial onde figura como testemunha Nuno Gonçalves, escolar
- 17-8 Carta de D. João I onde figura Álvaro Pires, escolar de Leis
- 28-11 Carta de D. João I onde figura Álvaro Fernandes do Rego, escolar de Leis
- 3-12 Carta de D. João I onde figura Álvaro Pires, escolar de Leis
- 9-12 Emprazamento onde figura Lourenço Domingues, escolar de Direito

1398

- 3-1 Carta de D. João I onde figuram Rui Lourenço, licenciado em Degredos e João Afonso, escolar de Leis
- 20-1 Carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos
- 22-1 Carta do emprazamento feito pelo Abade e Convento do Mosteiro de Alcobaca onde figura Vasco Peres, escolar
- 12-2 Sumário de uma carta de D. João I onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 16-4 Certidão de um documento respeitante ao Estudo Geral de Lisboa
- 6-7 Sumário da carta de D. João I onde figura João Vicente, escolar
- 16-10 Bula do Papa Bonifácio IX concedendo, a pedido do Rei D. João I, a Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em Decretos e bacharel em Leis, um benefício eclesiástico, com faculdade de reter o deão de Coimbra e os canonicatos e prebendas de Lisboa e de Coimbra
- 20-10 Carta de D. João I para o conservador do Estudo Geral de Lisboa determinando que não exigisse ao escrivão dos escolares o original dos processos que subiam à Corte, em agravo, bastando o seu traslado

1399

- 6-5 Carta de D. João I onde figura João Afonso de Santarém, escolar de Leis
- 20-5 Sumário da carta de D. João I onde figura Garcia Fernandes, escolar de Decretais

1400

- 9-2 Bula de Bonifácio IX mandando conferir o priorado de S. Miguel de Souza a Gonçalo Domingues, prior de S. Salvador de Monte Córdova, bacharel em Decretos
- 1-4 Sumário da carta de D. João I onde figura Álvaro Pires, escolar de Leis
- 1-7 Carta de D. João I confirmando a eleição de Vicente Domingues, escolar, para juiz do Cível na cidade de Lisboa
- 7-9 Instrumento notarial onde figura Vicente Domingues, conservador dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 15-9 Sumário da carta de D. João I onde figura Alvaro Pires, escolar
- 24-10 Carta de D. João I onde figura João Afonso de Santarém, escolar de Leis e Rui Lourenço, licenciado em Degredos

- 25-10 Carta de D. João I mandando que o contador dos pedidos respeite o privilégio pelo qual eram isentos de pagar aquela contribuição os Lentes de Leis, Decretais, Gramática, Lógica, Física, Teologia, Música, e também o bedel e o conservador do Estudo Geral de Lisboa

1401

- 1-1 Bula de Bonifácio IX mandando conferir a Gomes Martins, clérigo de Évora, estudante de Leis, a igreja paroquial de S. Salvador de Arraiolos
- 9-1 Sumário da carta de D. João I onde figura Vasco Martins, escolar
- 30-3 Assento do exame privado de Direito Civil realizado por Diogo de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 19-4 Bula de Bonifácio IX autorizando Vasco Anes, sacerdote da diocese de Lisboa e escolar de Direito Canónico, a reter a tesouraria de Braga
- 22-6 Bula de Bonifácio IX concedendo a pluralidade de benefícios a Lourenço Anes de Sintra, clérigo da diocese de Lisboa e doutor em Leis
- 24-6 Bula de Bonifácio IX recebendo Lourenço Anes de Sintra, clérigo da diocese de Lisboa e doutor em Leis, no número de seus familiares
- 14-7 Bula de Bonifácio IX nomeando o inquisidor português Frei Vicente de Lisboa, da Ordem dos Pregadores, mestre em Teologia, inquisidor na Província Hispânica
- 25-8 Bula de Bonifácio IX mandando absolver o Doutor João das Regras, chanceler de D. João I, da pena de excomunhão em que incorrera
- 13-9 Bula de Bonifácio IX concedendo a D. João I e à rainha Dona Filipa que ninguém possa receber benefícios do padroado régio, sem o seu consentimento, mesmo que nas concessões pontifícias se faça menção de que tais benefícios são do direito de padroado régio
- 13-9 Tradução da Bula anterior de Bonifácio IX dirigida a D. João I e a D. Filipa, Reis de Portugal
- 23-9 Bula de Bonifácio IX concedendo a Frei Martinho de Sintra, professor da Ordem dos Pregadores e mestre em Teologia, a faculdade de receber ofícios na Ordem, apesar do impedimento de ilegitimidade
- 1-10 Bula de Bonifácio IX, relativa à condenação de Rodrigo Anes, sacerdote da diocese de Évora, diligenciada pelo promotor das causas criminais do bispado de Évora, Luís Gonçalves, bacharel em Decretos, e sobre a apelação ao ouvidor geral das causas do tribunal eclesiástico de Lisboa, Gonçalo Anes, bacharel em Decretos
- 6-10 Instrumento notarial em que figura Afonso Marfins, bacharel em Leis e escolar do Estudo Geral de Lisboa

1402

- 1-2 Bula de Bonifácio IX a conceder ao provincial, da Península, da Ordem dos Pregadores, a faculdade de designar inquisidor da heresia, após a morte de Frei Vicente de Lisboa, antigo professor da Ordem de S. Domingos
- 7-3 Bula de Bonifácio IX confirmando a eleição de Lopo Afonso, provincial dos Dominicanos mestre de Teologia, contra a oposição de alguns religiosos no Capítulo Geral, recentemente celebrado
- 18-3 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por Diogo de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 10-5 Bula de Bonifácio IX a conceder benefícios vacantes das dioceses de Lisboa, Évora e Coimbra, a Afonso Rodrigues, clérigo de Lisboa, escolar de Direito Canónico
- 13-5 Acordo da Câmara do Porto mandando entregar 10 francos a Frei Vasco Gil, da Ordem de S. Domingos, mestre em Teologia, para acabar de pagar o que dispendera em 17 anos de estudo
- 31-5 Bula de Bonifácio IX a conceder vários benefícios das cidades e dioceses de Lisboa, Porto e Coimbra, a Pedro Anes, clérigo da diocese do Porto, estudante de Direito Canónico
- 17-7 Instrumento de doação onde figura Afonso Guilherme, escolar
- 6-11 Bula de Bonifácio IX, a conceder novamente a posse do priorado de S. Miguel de Sola, a favor de Gonçalo Domingues, prior da igreja de S. Salvador de Monte Córdova, bacharel em Decretos

1403

- 9-2 Bula de Bonifácio IX a conceder o canonicato, prebenda e chantria de Lisboa a Nuno Gonçalves, escolar de Direito Canónico
- 24-4 Bula de Bonifácio IX a conceder a faculdade de permutar benefícios a Lourenço Anes de Sintra, prior da igreja secular de Santa Maria de Outeiro, de Lisboa, doutor em Leis e bacharel em Decretos
- 24-4 Bula de Bonifácio IX a conceder o indulto de receber os proventos dos benefícios sem obrigação da residência nos mesmos a Lourenço Anes de Sintra, doutor em Leis e bacharel em Decretos, enquanto estivesse ao serviço do Rei de Portugal ou residisse em qualquer Estudo Geral
- 24-4 Certidão da intimação feita, perante o notário Afonso Lourenço, por João Rodrigues, procurador do Estudo Geral de Lisboa, a Vicente Domingues, conservador, para realizar as audiências, daí em diante, no adro da igreja de S. Tomé
- 29-5 Bula de Bonifácio IX a favor de Lourenço Anes de Sintra, doutor em Leis e bacharel em Decretos, com alusão a várias concessões anteriores de benefícios ao mesmo
- 24-6 Sumário de uma carta de D. João I onde figura Álvaro Martins, mestre-escola da Guarda
- 25-7 Carta de D. João I onde figura Gomes Martins de Alvarenga, doutor em Leis
- 29-9 Carta de D. João I onde figuram Gomes Martins, doutor em Leis, o doutor João das Regras e Afonso Anes das Leis

1404

- 6-5 Assento do doutoramento em Direito Civil feito por Lançarote Esteves na Universidade de Bolonha
- 19-6 Carta de D. João I confirmando, a pedido de D. Leonor da Cunha, um legado do Doutor João das Regras e encarregando de estudar o assunto os Doutores Lourenço Anes e Gil Martins e outros letrados
- 26-6 Sentença do Vigário Geral do Arcebispado de Lisboa acerca de uma pendência entre o Prior da igreja de Santa Maria de Sacavém e o Estudo Geral de Lisboa
- 6-11 Carta de D. João I onde figura Vasco Gil de Pedroso, escolar de Leis
- 6-11 Carta de D. João I onde figura Vasco Gil de Pedroso, escolar de Leis
- 11-11 Bula de Inocêncio VII a conceder o canonicato de Lisboa a António de Carpineto, doutor em Decretos
- 15-11 Bula de Inocêncio VII a conceder a pluralidade de benefícios a favor de Estêvão Afonso, escolar de Direito Canónico e de Teologia, em Lisboa

1405

- 10-1 Carta de D. João I onde figuram Fernão Gonçalves, licenciado em Leis e Vasco Gil de Pedroso, escolar de Leis
- 29-5 Carta de D. João I onde figura Fernão Gonçalves, licenciado em Leis e Vasco Gil de Pedroso, escolar de Leis
- 15-7 Carta de D. João I onde figuram Fernão Gonçalves, licenciado em Leis e Vasco Gil de Pedroso, escolar de Leis
- 8-8 Carta de D. João I onde figura Fernão Gonçalves, licenciado em Leis
- 12-9 Livro dos moradores de D. João I onde figuram doutores e escolares
- 12-9 Carta de D. João I onde figuram Fernão Gonçalves e Vasco Gil de Pedroso, licenciados em Leis

1407

- 12-4 Carta de D. João I onde refere que Vicente Domingues, conservador dos escolares e João Martins de S. Mamede eram bons letrados e onde figuram Diogo Martins, Doutor em Leis e Vasco Gil de Pedroso, licenciado em Leis
- 7-5 Publica-forma do testamento de D. Mem Peres de Oliveira, Deão da Sé de Évora e bacharel em Decretos, legando várias importâncias para pagamento de estudos a escolares pobres e 39 volumes manuscritos para serem utilizados por eles no Estudo Geral de Lisboa nas disciplinas de Direito Canónico, Direito Civil e Teologia
- 6-6 Instrumento onde figura como testemunha João Martins, escolar de Decretais

1408

- 7-3 Instrumento passado pelo notário da Universidade de Bolonha autenticando os pareceres dados por professores do Estudo Geral sobre a instituição e sucessão dos bens e propriedades do morgado da vila de Gois, no Bispado de Coimbra, onde figuram Lopo Afonso, bacharel em Direito Civil e André Anes e João Gonçalves, escolares de Direito Canónico
- 28-3 Assento do exame privado de Direito Civil realizado por João Alvares, na Universidade de Bolonha
- 7-4 Acordo das Cortes celebradas em Évora, onde figuram João Afonso de Santarem e o Doutor Martim do Sem
- 4-5 Carta de D. João I dirigida ao Corregedor João Afonso Fuleiro recomendando a observância dos privilégios concedidos por D. Dinis e posteriormente confirmados, segundo os quais era ao conservador da Universidade que pertencia conhecer os feitos crimes e cíveis, praticados pelos estudantes
- 10-9 Assento do exame privado de Direito Civil realizado por Lopo Afonso, na Universidade de Bolonha

1409

- 16-1 Acórdão dos vereadores, procurador e mestres da cidade de Lisboa onde refere João Rodrigues, escolar
- 20-2 Procuração feita por João Afonso, escolar de Direito Canónico do Estudo Geral de Pádua, onde figuram Lopo Afonso, Licenciado em Direito Civil e Mestre Lourenço Fogaça
- 9-3 Assento do exame privado em Direito Canónico, realizado por Brásio Afonso, na Universidade de Bolonha
- 26-3 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por João Álvares e de Brásio Afonso em Direito Canónico, na Universidade de Bolonha
- 26-3 Assento do doutoramento em Direito Canónico, realizado por Brásio Afonso, na Universidade de Bolonha
- 3-9 Bula do papa Alexandre V, concedendo um benefício com cura de almas a Fernando Martins Coutinho, cónego de Lamego

1410

- 1-4 Emprazamento onde figuram, como testemunhas, Gonçalo Martins e Vicente Lourenço, escolares de Direito
- 12-4 Carta de D. João I onde figura Diogo Martins, Doutor em Leis
- 25-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo a Fernando Martins Coutinho, Cónego da Sé de Lisboa e escolar de Direito Canónico no Estudo de Pádua, dois canonicatos, um em Lisboa e outro em Évora, a pedido dos Reis de Portugal, D. João I e D. Filipa

- 25-5 Bula do antipapa João XXIII dirigida aos bispos de Lamego e de Orense, e ao tesoureiro da igreja de Lamego, mandando executar a bula da mesma data que conceder a dois canonicatos a Fernando Martins Coutinho cónego de Lisboa e escolar de Direito canónico do Estudo de Pádua
- 9-7 Bula do antipapa João XXIII nomeando Lourenço Afonso, dos Eremitas de Santo Agostinho e mestre em Teologia, bispo titular de a Mégara
- 10-7 Bula do antipapa João XXIII concedendo ao bispo eleito de Mègara, D. Lourenço Afonso, Mestre em Teologia, o mosteiro de S. João de Alpendurada em comenda
- 24-7 Certidão de uma carta de D. João I onde figuram Vicente Domingues, conservador, João Pais, escolar e procurador e Bartolomeu Domingues, tesoureiro da Universidade do Estudo de Lisboa
- 28-7 Carta de D. João I onde figuram Vasco Gil de Pedroso, licenciado em Leis e o Doutor Diogo Martins
- 17-10 Pública forma de um instrumento onde figura Cristóvão Anes, bacharel em Degredos
- 18-10 Carta de emprazamento onde figura João Lourenço, escolar
- 18-11 Carta de D. João I onde Diogo Martins Lei, doutor em Leis

1411

- 21-3 Bula do antipapa João XXIII encarregando o Prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora de dar execução à bula que ordenava se anexassem ao Estudo Geral de Lisboa uma igreja de cada bispado de uma do Padroado Real para melhor se poderem sustentar os lentes
- 31-3 Bula do antipapa João XXIII dirigida ao bispo de Tui, encarregando-o de comutar o voto feito pelo conselheiro régio, Marfim do Sem, doutor em Leis, de visitar as basílicas do Santo Sepulcro na Palestina, S. Pedro de Roma e S. Tiago de Compostela
- 2-4 Assento do exame privado de Direito Canónico, realizado por Estêvão Afonso, na Universidade de Bolonha
- 13-4 Assento do doutoramento em Direito Canónico, realizado por Estêvão Afonso, na Universidade de Bolonha
- 15-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo benefícios a Afonso Gonçalves, cónego de Lisboa e estudante de Direito Canónico
- 15-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo a pluralidade de benefícios a Estêvão Afonso, doutor em Decretos e arcediogo de Santarém, que estudara Teologia durante vários anos
- 29-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo a João Martins, cónego de Viseu, o indulto sobre a recepção dos rendimentos dos seus benefícios por sete anos, enquanto estiver num Estudo Geral
- 30-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo ao Doutor Martim do Sem, conselheiro do Rei de Portugal, a indulgência plenária
- 30-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo ao Doutor Martim do Sem, conselheiro do Rei de Portugal, o indulto sobre os lugares interditos
- 19-6 Bula do antipapa João XXIII contendo a Alvaro Martins, clérigo do Porto e bacharel em Leis, a faculdade de ter benefícios nas igrejas catedrais e metropolitanas, em relação com concessões feitas por Alexandre V
- 5-7 Bula do antipapa João XXIII concedendo a Fernando Martins Coutinho, clérigo de Lamego, estudante de Direito Canónico em Pádua, benefícios, a pedido de D. João I e D. Filipe de Lencastre, reis de Portugal
- 24-7 Carta do Bispo de Orense, D. Sancho, dirigida ao Arcebispo de Lisboa e ao bispo de Évora, dando execução à bula do Papa João XXIII que conceder a dois canonicatos a Fernando Martins Coutinho, cónego da Sé de Lisboa e estudante de Direito Canónico no Estudo de Pádua
- 6-8 Bula do antipapa João XXIII encarregando o chantre de Lisboa de conferir perpétua porção da igreja paroquial de S. João de Coruche a Afonso Anes de Refoios, clérigo da diocese do Porto e escolar em Direito Canónico
- 1-9 Bula do antipapa João XXIII para o colector dos rendimentos da câmara apostólica em Portugal pagar aos credores de Lançarote Esteves, doutor em Leis, e enviado do Papa junto de D. João I
- 9-9 Relação da visita ao Colégio de S. Clemente, de Bolonha, onde refere o capelão André de Portugal e Gomes Pais, de Portugal
- 1-10 Bula do antipapa João XXIII ordenando aos prelados de Braga, Porto e Évora para darem a Lançarote Esteves, doutor em Leis, tudo aquilo a que ele tem direito pelas despesas feitas em serviço da Igreja
- 1-10 Bula do antipapa João XXIII providenciando sobre despesas feitas pelo Doutor Lançarote Esteves, professor de Leis do Estudo Geral de Lisboa
- 1-10 Instrumento notarial onde figura Lopo Afonso, licenciado em Direito Civil
- 9-10 Bula do antipapa João XXIII, dirigida ao deão de Lisboa, sobre a confirmação do arrendamento duma vinha pelo reitor do hospital e colégio de Santo Elói de Lisboa
- 13-10 Bula do antipapa João XXIII concedendo o indulto de arrendar os rendimentos sem obrigação da residência pessoal na igreja de S. Salvador de Cervães, da diocese de Braga, a Rodrigo Alvelos, estudante de Direito Canónico havia já cinco anos, enquanto estiver em algum Estudo Geral

1412

- 13-5 Bula do antipapa João XXIII concedendo a igreja de S. Tiago das Antas, da diocese de Braga, a Álvaro Martins, bacharel em Leis
- 3-6 Bula do antipapa João XXIII concedendo benefícios a Frei João Fernandes, franciscano, capelão pontifício e bacharel em Teologia, a pedido da Infanta Dona Isabel, filha do Rei de Portugal
- 22-7 Carta de D. João I onde figura Diogo Martins, doutor em Leis

- 23-7 Carta do Prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora notificando ao arcebispo de Lisboa e eclesiásticos, a bula do Papa João XXIII, de 21 de Março de 1411, que ordenava a anexação ao Estudo Geral de Lisboa de uma igreja de cada bispado e de uma do Padroado Real
- 28-8 Bula do antipapa João XXIII encarregando o franciscano Frei Afonso de Alprão, ministro da província de S. Tiago, também conhecida pelo nome de Portugal, e mestre em Teologia, de se informar sobre os estudos de Frei Afonso de Benavente, franciscano da Custódia de Samora, que desde a juventude estudava e era lente de Teologia havia muitos anos em vários Estudos, e de promovê-lo ao magistério após exame, feito por ele e mais quatro mestres em Teologia
- 6-11 Instrumento notarial onde figura Vicente Anes, escolar de Direito Canónico
- Sem data Sumário de um prazo onde refere João de Alporem, escolar de Direito

1413

- 7-1 Instrumento notarial onde figura Afonso Anes de Faria, mestre de Gramática
- 1-5 Bula do antipapa João XXIII dirigida ao chantage de Évora, a favor de Vicente Afonso, com referências a Vicente Lourenço, promotor das causas criminais do arcebispado de Lisboa e a Cristóvão Anes, bacharel em Decretos e vigário geral do cardeal D. João, administrador da diocese de Lisboa
- 12-8 Carta de D. João I transcrevendo capítulos das Cortes realizadas em Lisboa onde figura o Doutor Diogo Martins
- 12-9 Carta de D. João I isentando Gil Eanes de certos pagamentos, onde figura Diogo Martins, doutor em Leis
- 25-9 Bula do antipapa João XXIII nomeando bispo do Porto a Álvaro Afonso, deão e cônego de Coimbra e perito em Direito Canónico
- 23-10 Bula do antipapa João XXIII renovando a concessão de Inocêncio VII, a favor de Lourenço Anes Fogaça, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Odemira e mestre em Medicina

1414

- 11-1 Instrumento notarial onde figura D. Fernando Martins Coutinho, perito em Direito Canónico, detentor do canonicato da Igreja de S. Tomé, em Lisboa
- 30-1 Assento do exame privado em Decretos realizado por Gomes Pais, na Universidade de Bolonha
- 31-1 Carta de D. João I onde figura Gomes Martins, doutor em Leis
- 15-2 Assento do doutoramento em Direito Canónico, realizado por Gomes Pais, na Universidade de Bolonha
- 24-3 Carta de D. João I proibindo que se levasse pão e outros mantimentos a terra de mouros, onde figuram Diogo Martins, Doutor em Leis e Vasco Gil, licenciado em Leis
- 17-4 Sentença sobre as dizimas da Igreja de S. João da Talha, anexa ao Estudo Geral de Lisboa
- 1-5 Carta de D. João I onde figura Gil Martins, Doutor em Leis
- 18-6 Bula do antipapa João XXIII nomeando bispo de Silves a D. João Álvares, deão da Sé de Viseu, Doutor em Leis
- 18-6 Assento do Consistório com notícia da provisão da igreja de Silves na pessoa de D. João Álvares, deão de Viseu e Doutor em Leis
- 18-6 Bula do antipapa João XXIII concedendo a D. Fernando Martins Coutinho, reitor da igreja paroquial de S. Tomé de Lisboa, o deado de Viseu, a vagar pela sagração do bispo de Silves, D. João Álvares
- 29-9 Bula do antipapa João XXIII confirmando a promoção a cônego de Braga feita pelo arcebispo D. Martinho Afonso, a favor de D. Garcia Rodrigues de Magalhães, bacharel em Decretos
- 15-11 Carta testemunhável de D. João I confirmando a sentença que julgou Luís Afonso, escolar e almotacé do Estudo Geral de Lisboa, por trazer arma
- 10-12 Sentença proferida por Fernando Álvares, escolar de Direito Canónico, mandando dar posse da igreja de S. Tomé ao Estudo Geral de Lisboa por ter sido desatendida a reclamação de D. Fernando Martins Coutinho, escolar de Direito Canónico no Estudo de Pádua
- Sem data Caderno das moradias de D. João I onde figura João Afonso de Santarem

1415

- 26-1 Carta de D. João I nomeando Lourenço Martins provedor e recebedor das rendas das Igrejas e dos direitos do Estudo Geral de Lisboa
- 25-2 Bula do antipapa João XXIII concedendo o canonicato e prebenda de Lisboa, a vagar pela sagração do bispo de Évora D. Álvaro, a Mestre Manuel de Portugal, mestre em Medicina, médico do Rei de Portugal e reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa
- 25-2 Bula do antipapa João XXIII mandando executar concessão do canonicato e prebenda de Lisboa, a favor de Mestre Manuel de Portugal, mestre em Medicina e reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa
- 25-2 Bula do antipapa João XXIII concedendo o mestre-escolado de Lisboa, a vagar pela sagração episcopal de D. Álvaro, bispo eleito de Évora, a Mestre João de Portugal, mestre em Medicina e médico de D. João I, Rei de Portugal, que, para tal fim, interveio junto do Papa
- 12-3 Sumário de um legado à Sé de Viseu onde se menciona o Doutor João das Regras
- 11-4 Carta de D. João I determinando que de futuro seja a Universidade do Estudo de Lisboa a escolher o recebedor, ficando contudo a nomeação sujeita a confirmação régia
- 7-12 Regimento e acordo havido entre o Estudo Geral de Lisboa e o bedel, João de Braga, sobre os seus proventos e respectiva cobrança

- 21-1 Carta de D. João I ao Rei de Aragão comunicando-lhe os nomes dos seus embaixadores ao Concílio de Constança, entre os quais figuravam os Doutores Gil Martins e Vasco Peres
- 18-3 Certidão de um documento do Estudo Geral de Lisboa passada pelo notário Alvaro Martins

1416

- 1-5 Emprazamento onde figura, como testemunha, Afonso Domingues, escolar de Cânones
- 5-6 Discurso pronunciado pelo Doutor Gil Martins, no Concílio de Constança, na recepção da Embaixada Portuguesa
- 16-7 Sentença de Mestre Diogo, lente de Cânones, mandando que se não embaraçasse a posse, por parte do Estudo Geral de Lisboa, da Igreja de S. Tiago, de Montemor-o-Novo
- 15-10 Protesto solene dos embaixadores de Portugal ao Concílio de Constança, Gil Martins e Vasco Peres, doutores em Leis, contra concessões feitas aos embaixadores de Aragão, que eles reputavam contrárias aos direitos de Portugal e de outros reinos da Península

1417

- 27-1 Sentença do ouvidor do Estudo Geral de Lisboa confirmando a composição amigável feita entre Gonçalo Domingues, lente de Gramática, e João Afonso da Ponte, procurador do Estudo, acerca da colecta devida pelos escolares
- 1-2 Certidão de uma carta de D. João I confirmando a sentença contra um almotacé da Universidade do Estudo de Lisboa
- 5-4 Carta testemunhável de D. João I mandando cumprir a carta de 3 de Fevereiro de 1417 que concedia as rendas das Judiarias do Reino a João Vaz de Almada, onde figura Rui Fernandes, escolar de Leis
- 15-5 Assento do exame privado de Direito Civil, realizado por Lourenço de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 16-8 Assento do doutoramento em Direito Civil realizado por Lourenço de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 8-10 Sentença de D. João I no recurso relativo à posse, pelo Estudo Geral de Lisboa, da Igreja de S. Tiago, de Montemor-o-Novo
- 22-11 Súplica de João Vasques, arcediogo de Penela, sobre a Igreja paroquial de S. Tomé
- 27-11 Súplica do Doutor Gil Martins, doutor em Leis e embaixador de D. João I no concílio de Constança, donde já se tinha retirado, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, a favor de seu filho Pedro Pereira, clérigo de Lisboa
- 29-11 Súplica do Infante D. Pedro a favor de Mestre João, formado em Medicina
- 2-12 Súplica de João Gonçalves Neto, clérigo e estudante de Direito Civil no Estudo Geral de Lisboa, a solicitara perpétua porção da Igreja paroquial de Santo André da mesma cidade
- 5-12 Súplica de Gil Vasques Lobeira, bacharel em Decretos, em litígio com Gil Gonçalves sobre a meia canonia de Lisboa
- 7-12 Súplica de Gil Vasques Lobeira, médico, cónego de Lisboa e de Elvas, e bacharel em Direito Canónico, a solicitara igreja de Elvas cujo prior Pedro Anes se tornara indigno dela, por ter ferido gravemente o sacerdote Pedro Coelho e por outras faltas
- 8-12 Súplica de Gil Vasques Lobeira, bacharel em Decretos, em litígio com Gil Gonçalves, sobre a meia canonia de Lisboa
- 16-12 Súplica de D. Fernando Marfins Coutinho, deão de Viseu e escolar de Direito Canónico, solicitando a concessão de prebendas nas Igrejas de Lisboa e Évora
- 23-12 Súplica de Estêvão Anes, clérigo e estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa, a solicitara perpétua porção da igreja paroquial de Santo André de Mafra, da diocese de Lisboa

1418

- 3-1 Súplica de João Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Tremês, da diocese de Lisboa, mestre em Artes e Medicina, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, que foram restituídos pela revogação do indulto, pelo qual João XXIII permitira que o número de cónegos da sé fosse reduzido
- 7-1 Súplica de Cristóvão Anes, bacharel em Decretos, sobre a confirmação da permuta feita com Garcia Martins, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Achete, da diocese de Lisboa, conferindo-lhe esta igreja em troca de quartanária lisbonense
- 29-1 Súplica de Garcia Rodrigues de Magalhães, cónego de Braga, bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda portuenses e igreja paroquial de S. Cristóvão de Refoios, da diocese do Porto, a vagarem pela Prromocão à sé do Porto de João Afonso, reitor da dita igreja
- 29-1 Súplica de Garcia Rodrigues de Magalhães, cónego de Braga, bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Cristóvão de Refoios, da diocese do Porto, a vagar pela promoção de João Afonso à sé portuense
- 15-3 Certidão de uma carta de D. João I, passada pelo bedel Afonso Anes, notário do Estudo Geral de Lisboa
- 16-3 Súplica de Vasco Peres, doutor em ambos os Direitos e embaixador do Rei de Portugal
- Sem data Carta de Gonçalo Vasques manifestando o desejo de D. João I de que Fernando Martins Coutinho, seu filho, fosse nomeado bispo de Coimbra, e onde se refere à carta enviada ao Doutor Vasco Peres sobre o mesmo assunto
- 7-4 Sumário de uma procuração passada pelo Cabido da Sé de Lisboa a favor de Vasco Anes, cónego da dita igreja e de Gomes Pais, licenciado em Degredos
- 7-4 Súplica sobre a confirmação da vigairaria da Igreja de Santa Maria, da diocese de Lisboa, a Gomes Pais, licenciado em Decretos
- 21-4 Súplica do executor do testamento do bispo de Coimbra, D. Gil que, entre os bens legados, deixou livros litúrgicos e de Direito Canónico e Civil

- 21-4 e 14-6 Súplica de Vasco Peres, Doutor em ambos os direitos, sobre omissões ocorridas em pedido anterior
- 21-4 e 14-6 Súplica de Vasco Peres, Doutor em ambos os Direitos, sobre a expedição da bula, apesar das omissões ocorridas em pedido anterior
- 6-5 Súplica de Vasco Peres, doutor em ambos os Direitos e embaixador do Rei de Portugal
- 6-5 Bula do Papa Martinho V a reservar a colação do deado de Viseu a favor do Doutor Vasco Peres, doutor em ambos os direitos e embaixador do Rei de Portugal do Papa, o qual deado se esperava viesse a vagar pela sagração de D. Fernanda, bispo de Coimbra
- 10-5 Sumário da carta de D. João I onde refere João, escolar
- 12-5 Bula do Papa Martinho V sobre questões entre os eclesiásticos Fernando Martins, deão de Viseu, agora bispo de Coimbra, e João Vasques, arcebispo de Penela, e a Universidade do Estudo de Lisboa, quanto à Igreja paroquial de S. Tomé de Lisboa
- 28-5 Súplica de João Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Tremês, da diocese de Lisboa, Doutor em Artes e Medicina, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 3-6 Apelação para a Cúria, feita por Afonso Domingues procurador do Estudo Geral de Lisboa, contra o facto de Afonso Peres se ter apossado abusivamente da Igreja de S. Pedro do Sul, anexada e incorporada no dito Estudo
- 12-6 Instrumento de prosseguimento de apelação dando conta de que o recebedor das rendas do Estudo Geral de Lisboa, Lourenço Martins, entregou a Alvaro Afonso dobras de ouro e reais de prata para apresentar em Roma, na apelação contra Afonso Peres, abade da Igreja de S. Pedro do Sul
- 14-6 Súplica do prior do mosteiro de S. Salvador de Grijó, da diocese do Porto, o qual estudara Direito Canónico durante três anos, solicitando a confirmação da sua eleição a prior conventual do mosteiro
- 26-6 Súplica de Garcia Rodrigues de Magalhães, bacharel em Decretos, o qual esteve durante três anos no Concílio de Constança, a trabalhar pela união da Igreja, solicitando o deado do Porto, vacante por morte de Mestre Afonso
- 2-7 Instrumento de posse, por parte do Estudo Geral de Lisboa, da Igreja de S. Tomé
- 8-7 Carta de D. João I transcrevendo capítulos das Cortes celebradas em Santarem onde figura João Lourenço, licenciado em Leis
- 23-7 Súplica de Gil Vasco Lobeira, bacharel em Decretos
- 31-7 Súplica de D. João I, Rei de Portugal, a favor de Mestre Lourenço Fogaça, Doutor em Medicina e reitor da igreja paroquial de Odemira, sobre o deado do Porto, vacante por morte de Mestre Afonso
- 9-8 Súplica de D. João I, rei de Portugal, sobre o canonicato e prebenda do Porto, vacantes por morte de Pedro Anes, a favor do seu familiar Mestre Lourenço Fogaça, Doutor em Medicina
- 9-8 Bula do antipapa Martinho V mandando conceder o canonicato e prebenda do Porto a Lourenço Fogaça, mestre em Medicina, familiar do Rei D. João I, e reitor da igreja paroquial de Odemira
- 14-8 Súplica de João Vasques, arcebispo de Penela, sobre a Igreja paroquial de S. Tomé e respectiva questão como Estudo Geral de Lisboa
- 18-8 Súplica de Álvaro Martins, bacharel em Direito Civil, reitor da igreja colegiada de Cedofeita, da diocese do Porto, sobre a confirmação do deado de Braga
- 20-8 Súplica de Pedro Martins, reitor da igreja paroquial de Santa Maria dos Olivais, da diocese de Lisboa, escolar de Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Braga
- 23-8 Carta de D. João I mandando o corregedor de Lisboa observar o privilégio de os lentes de Leis, Decretais, Gramática, Lógica, Física, Teologia e Música e também o bedel e o conservador dos escolares não pagarem pedidos
- 29-8 Certidão de duas cartas de D. João I, passada por Afonso Anes, bedel e notário do Estudo Geral de Lisboa
- 13-9 Súplica de João Vicente, reitor da igreja paroquial de Tremês, da diocese de Lisboa, Doutor em Artes e Medicina, sobre nova provisão da dita igreja, visto não se ter ordenado sacerdote dentro dum ano, depois de a ter alcançado
- 29-10 Alvará dado pelo Infante D. Duarte mantendo os lentes do Estudo Geral de Lisboa no antigo privilégio de procurarem perante quaisquer juizes, não obstante a Ordenação em contrário
- 7-11 Súplica de Álvaro Martins, bacharel em Leis, sobre a confecção das letras apostólicas relativas à retenção do deado de Braga com a igreja paroquial de S. Martinho de Cedofeita, da diocese do Porto
- 9-11 Carta de D. João I para Afonso Fuleiro, Corregedor em Lisboa, recomendando que não constrangesse o Estudo Geral a pagar o pedido que tinha sido lançado, se apurasse que também não tinha pago o anterior
- 26-11 Bula do Papa Martinho V dirigida ao abade de S. Salvador de Paço de Sousa, mandando-lhe conferir o deado de Braga e a abadia de S. Allartinho de Cedofeita a Álvaro Martins, bacharel em Leis
- Sem data Sumário do traslado de uns Capítulos de Cortes onde figura Luís Anes, escolar em Direito Canónico

1419

- 19-1 Portugal na Cúria Pontifícia, deão de Viseu, na Câmara do Papa a prometer pagar a taxa devida pelo comum serviço de D. Pedro, sobrinho do Rei D. João I, o qual D. Pedro fora nomeado administrador da diocese de Évora
- 6-4 Certidão de um alvará do Infante D. Duarte passada por Afonso Anes, bedel e notário do Estudo Geral de Lisboa
- 12-5 Súplica de Afonso Martins, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Miragaia, da diocese do Porto, que estudou Direito Canónico durante seis anos, sobre a prorrogação da dispensa para reter esta e a outra Igreja de S. Pedro de Teixeira, da mesma diocese
- 12-6 Súplica de Afonso Martins, escolar de Direito Canónico, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Miragaia, da diocese do Porto, sobre benefícios na igreja de Santa Maria de Caminha, da diocese de Tui
- 19-7 Súplica de Luís Gonçalves, clérigo da diocese de Lamego e escolar de Direito Canónico, sobre benefícios

- 7-8 Súplicas de Gil Vasques, clérigo da diocese de Lisboa, escolar de Direito Civil, sobre a tesouraria lamecense e sobre o canonicato e prebenda de Lamego
- 11-8 Súplica de Luís Gonçalves, clérigo de Lamego, que estudou Direito Canónico durante quatro anos, sobre pedido anterior
- 9-10 Comparência do Doutor Vasco Peres, deão de Viseu, doutor em ambos os Direitos, na Câmara Apostólica com documento de 24 de Julho de 1419, comprovativo da procuração, em nome de D. Álvaro, bispo de Lamego, a prometer pagara taxa devida pelo serviço comum
- 5-11 Carta de sentença dada por Joane Eanes, escolar de Direito Canónico

1420

- 21-2 Súplica de João Vasques, arceidiago de Penela, sobre a igreja paroquial de S. Tomé e respectiva questão com o Estudo Geral de Lisboa
- 28-2 Sumário de uma carta de D. João I de doação a D. Beatris de Meneses onde figuram Diogo Martins, Doutor em Leis e João Lourenço, licenciado em Leis
- 8-4 Súplica de Álvaro Martins, deão de Braga, Direito Bacharel em Direito Civil, sobre o deado bracarense e a igreja da colegiada de S. Martinho, de Cedofeita, da diocese do Porto
- 17-4 Súplica de Álvaro Martins, deão de Braga e Bacharel em Leis, sobre a igreja paroquial de Santa Márinha de Treminas ou Trasmiras, da diocese de Braga
- 17-4 Súplica de D. Fernando Pires da Guerra, arcebispo de Braga, que estudara Direito em Bolonha e em Pádua, solicitando certas facultades quanto à visita da diocese e província eclesiástica, a fim de satisfazer às grandes dívidas contraídas por ocasião dos seus estudos
- 29-4 Súplica de Álvaro Martins, Bacharel em Leis e deão de Braga, sobre a igreja de Santa Maria de Faro, da diocese de Silves
- 29-5 Súplica de João Pais, estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa e reitor da igreja paroquial de S. Tiago das Antas, sobre a pluralidade de benefícios
- 29-5 Súplica de João Pais, retiro da igreja paroquial de S. Tiago das Antas, da diocese de Braga, sobre a perpétua porção da igreja de S. Miguel de Aveiro, da diocese de Coimbra
- 8-7 Súplica de Álvaro Martins, deão de Braga e Bacharel em Direito Civil, sobre a igreja colegiada de S. Martinho de Cedofeita, da diocese do Porto
- 26-7 Súplica do Infante D. Pedro, a favor do seu capelão Vasco Martins, sacerdote da diocese de Évora e Bacharel em Direito Canónico
- 26-7 Súplica de Rafael Palastrelo, reitor da igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa e Bacharel em ambos os Direitos, sobre a meia canonia de Lisboa
- 26-7 Bula do Papa Martinho V mandando conceder a meia canonia de Lisboa a Rafael Palastrelo, reitor da igreja de Santa Marinha de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos
- 11-10 Súplica de João Rodrigues, escolar da diocese de Tui, o qual estudou Direito Canónico durante dois anos, sobre benefícios
- 18-10 Carta de legitimação onde figura João Pires, escolar
- 14-11 Certidão onde se transcrevem documentos sobre a união da Igreja de S. Tiago, de Montemor-o-Novo, ao Estudo Geral de Lisboa
- 5-12 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Braga e escolar de Direito Civil, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Laje, da diocese de Braga, sobre um benefício na igreja de S. Tiago de Guimarães e na igreja Paroquial de Santa Eulália de Mondaria, da diocese de Tui
- 11-12 Súplica de Pedro Gonçalves, reitor da igreja paroquial de Santa Murça de Óbidos, da diocese de Lisboa, o qual estudara durante cinco anos Direito Canónico, sobre a retenção e permuta de benefícios
- 15-12 Bula do Papa Martinho V concedendo o indulto de altar portátil ao Doutor Marfim do Sem, Doutor em Leis e conselheiro do Rei à Portugal, e a sua mulher
- 18-12 Súplica de João André, clérigo da diocese de Viseu, estudante de Direito Canónico, sobre a perpétua porção na igreja paroquial de Santa Maria do Castelo, de Leiria
- 30-12 Súplica de Estêvão Trigo, cónego prebendário de Tui, que estudara Direito Canónico durante mais de quatro anos, sobre o arceidiago de Vila Nova de Cerveira

1421

- 8-2 Emprazamento onde figura Gomes Eanes, de Montagraço, escolar
- 27-3 Súplica de Afonso Esteves, cónego de Tui e Bacharel em Decretos, sobre o arceidiago de Vila Nova de Cerveira
- 2-4 Bula do Papa Martinho V nomeando bispo do Porto ao Doutor Vasco Peres, deão de Viseu, subdiácono e Doutor em ambos os Direitos
- 10-4 Súplica de Luís Gonçalves, clérigo de Lamego, escolar de Direito Canónico, sobre um benefício eclesiástico da colação do bispo de Lamego e do abade do mosteiro de S. João de Alpendurada
- 16-4 Carta de D. João I determinando qual o contador que devia receber a conta do Estudo Geral de Lisboa
- 27-4 Súplica de João Rodrigues, que estudara Direito Canónico durante dois anos, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-5 Súplica de Luís Gonçalves, clérigo de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-5 Súplica de João Rodrigues, que estudara Direito Canónico durante dois anos, sobre pedidos anteriores

- 2-5 Bula do Papa Martinho V concedendo a João Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Eulália de Refoios de Lima, diocese de Tui, e estudante de Direito Canónico durante um biénio, mais dois benefícios
- 7-5 Carta de aforamento de D. João I onde figura Afonso Anes das Leis
- 7-5 Súplica de João Fernandes, Bacharel em Decretos, sobre a igreja de Santa Cruz, da diocese do Porto
- 9-5 Súplica de João Afonso, escolar de Direito Canónico, reitor da igreja paroquial de S. Bartolomeu de Paredes, da diocese de Lamego, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-5 Súplica de Luís Gonçalves, Bacharel em Decretos, sobre a expedição das letras apostólicas, relativas a súplica anterior
- 27-5 Sentença de D. João I mandando entregar ao Prior da Igreja de Azambuja, anexada ao Estudo Geral de Lisboa, a dízima do pescado daquele lugar
- 2-6 Súplica de Luís Guerra, acólito do papa e Bacharel em Decretos, sobre o impedimento de ilegitimidade
- 17-6 Certidão de uma sentença de D. João I, passada por Afonso Afies, bedel e escrivão do Estudo Geral de Lisboa
- 22-7 Súplica de D. Pedro, cardeal do título de Santo Angelo, a favor de Luís Guerra, sobrinho de D. João I, Rei de Portugal, e Bacharel em Decretos
- 22-7 Bula do Papa Martinho V mandando conferir o deado de Braga, vacante por morte de Álvaro Martins, a Luís da Guerra, sobrinho do Rei de Portugal, bacharel em Decretos e acólito pontifício
- 29-10 Súplica de João Vasques, arcediogo de Penela, sobre a questão anteriormente ventilada entre D. Fernando Martins Coutinho a quem ele sucedera, e a Universidade de Lisboa, sobre a anexação da igreja de S. Tomé de Lisboa ao Estudo
- 29-10 Assento do exame privado de Direito Civil, realizado por Vasco Rodrigues, de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 29-11 Súplica de Afonso Martins que estudara Direito Canónico durante seis anos, sobre a retenção das igrejas paroquiais de S. Pedro de Miragaia e de S. Pedro de Teixeira, da diocese do Porto
- 3-12 Súplica de João Fernandes, Bacharel em Direito Canónico, mestre-escola do Porto, sobre a igreja paroquial de Santa Cruz, da diocese portuense

1422

- 14-1 Carta de D. João I onde figura João Fernandes, bacharel em Degredos, mestre-escola da Sé do Porto
- 29-1 Emprazamento onde figura Lopo Esteves, lente de Leis
- 9-2 Súplica de João Rodrigues do Casal, que estudara Direito Canónico durante dois anos, sobre a pluralidade de benefícios
- 20-3 Súplica de João Esteves, clérigo da diocese de Tui, escolar de Direito Canónico, sobre a pluralidade de benefícios
- 20-3 Bula do Papa Maninho V concedendo a Luís Gonçalves, cónego da igreja de Viseu, indulto de receber os rendimentos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal, enquanto residir em algum Estudo Geral ou na Cúria Romana
- 20-3 Bula do Papa Maninho V concedendo a Antão Gonçalves, cónego de Lisboa e familiar do Papa, o indulto de receber os rendimentos de seus benefícios, enquanto estudar em algum Estudo Geral ou residir na Cúria Romana, sem obrigação da residência pessoal nesses benefícios
- 29-4 Súplica de Luís Gonçalves, cónego de Viseu e reitor da igreja de S. Miguel da Lajeosa, da dita diocese, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a súplica anterior, na qual se fazia menção aos seus estudos de Direito Canónico durante quatro anos
- 21-5 Certidão transcrevendo vários documentos relativos à Universidade do Estudo de Lisboa
- 22-8 Lei de D. João I mandando datar os documentos pela era de Cristo e não pela de César
- 15-9 Instrumento notarial transcrevendo uma carta de escambo onde figuram Cristóvão Anes, bacharel em Decretos e o Doutor Frei Afonso Vaz
- 8-10 Emprazamento onde figura Antão Afonso, escolar
- 9-10 Sumário da carta de D. João I, de doação a Afonso Domingues, vedor do feitos do Estudo Geral de Lisboa
- 27-11 Súplica de Frei André do Prado, licenciado, Frei Pedro Álvares e Frei Rodrigo Viçoso, bachareis em Teologia
- 18-12 Certidão transcrevendo três cartas de D. João I passadas por Afonso Geraldês, bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 18-12 Sentença proferida em Roma pelo Auditor das causas apostólicas sobre a união da igrejas de S. Tomé ao Estudo Geral de Lisboa

1423

- 18-2 Súplica do Infante D. Pedro sobre a comenda do mosteiro de S. Jorge, da Ordem de Santo Agostinho, para Frei João Verba, dominicano, licenciado em Teologia, que o Infante pede ao papa faça capelão pontifício
- 18-2 Bula do Papa Maninho V nomeando Frei João Verba, dominicano, licenciado em Teologia, seu capelão
- 18-2 Bula do Papa Maninho V concedendo a Frei João Verba, dominicano, licenciado em Teologia, e capelão pontifício, a pedido do Infante D. Pedro, de quem era confessor, o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em comenda
- 18-2 Bula do Papa Martinho V dirigida ao arcediogo de Lisboa e ao deão de Coimbra e D. Pedro Lourenço, cónego de Lisboa, mandando executara bula sobre a comenda do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, a favor de Frei João Verba, dominicano, capelão pontifício e licenciado em Teologia
- 18-2 Bula do Papa Martinho V dirigida ao mosteiro de S. Jorge de Coimbra, mandando que recebam como administrador do mosteiro a Frei João Verba, dominicano, capelão pontifício e licenciado em Teologia
- 26-2 Pedido do Infante D. Pedro para o Papa dispensar o seu chanceler Estêvão Afonso, Doutor em Decretos, arcediogo de Santarém, quanto à obtenção de outros benefícios

- 26-2 Bula do Papa Martinho V, concedendo o indulto de arrendar os benefícios, a favor de Luís da Guerra, sobrinho do Rei de Portugal, deão de Braga, bacharel em Decretos e acólito pontifício
- 10-3 Súplica de João Rodrigues do Casal, da Ordem de Santo Agostinho, estudante de Direito Canónico durante vários anos, com não poucas despesas feitas nas viagens à Cúria pontifícia, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-3 Súplica de Rodrigo Lopes, cônego de Évora, sobre a recepção de proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar em Estudo Geral ou residir na Cúria
- 8-5 Súplicas sobre benefícios eclesiásticos de Luís Coutinho, escolar da diocese de Lamego, que desejava estudar no Estudo Geral, de Vasco Martins de Sousa e Fernando Álvares Camelo, clérigos da diocese do Porto, com o mesmo propósito de estudarem no Estudo Geral
- 11-5 Súplica de Pedro Afonso, clérigo de Lisboa, que estudara durante oito anos Direito Canónico, quanto à extensão de súplica anterior
- 22-5 Súplica de Dionísio Anes, perpétuo porcionário da igreja da paroquial de Santa Maria do Bispo, de Montemor-o-Novo e estudante durante três anos de Direito Canónico, sobre benefícios eclesiásticos
- 1-6 Súplica de Lourenço Rodrigues, que estudara Direito Canónico e Civil durante alguns anos, sobre a perpétua vigararia da igreja paroquial Santo Estêvão de Alenquer e grafa expectativa
- 3-6 Súplica de D. Pedro, bispo eleito de Lisboa, pedindo a faculdade de se ausentar por cinco anos da igreja lisbonense e entretanto poder delegar outras pessoas para a visita da diocese, por motivo de frequentar um Estudo Geral
- 17-6 Súplica relativa ao pedido anterior de Pedro Afonso, clérigo da diocese de Lisboa, que estudara Direito Canónico durante cerca de oito anos
- 19-6 Súplica do cavaleiro de Lisboa Lançarote sobre a dispensa do impedimento de ilegitimidade e recepção de benefício eclesiástico, a favor de seu filho Heitor, clérigo de Lisboa e escolar de Direito Civil
- 20-6 Pedido sobre dispensa anterior concedida a Dionísio Anes que estudara Direito Canónico durante três anos
- 5-9 durante cerca de dez anos, sobre a confirmação apostólica do arrendamento de certos réditos e décimas pertencentes à mesa abacial do Mosteiro de Santo Tirso
- 29-9 Súplica de Álvaro Pires, clérigo de Coimbra, estudante de Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Silves e sobre o arcediagado de Lagos
- 3-10 Súplica de João Gomes, sacerdote da diocese de Braga, estudante de Direito Canónico, durante certo tempo, sobre benefícios eclesiásticos
- 12-10 Bula do Papa Martinho, V sobre a Igreja de S. Tomé de Lisboa e sua união ao Estudo Geral
- 22-10 Emprazamento onde figura Afonso Anes, escolar
- 3-11 Bula do Papa Martinho V, dirigida ao arcebispo de Lisboa, ao bispo de Alet e ao deão de Lisboa, a favor da Universidade de Lisboa, na questão com o arcediago de Penela, João Vasques, sobre a incorporação à Universidade da igreja de S. Tomé, mandando-lhes que executem as sentenças proferidas pelos ouvidores pontifícios
- 23-11 Súplica de Álvaro Pires, clérigo de Coimbra, bacharel em Decretos, sobre a extensão ou ampliação de pedido anterior
- 23-11 Súplica de Álvaro Pires, clérigo de Coimbra, bacharel em Decretos, sobre a extensão de pedido anterior
- 26-12 Súplica de D. João I, Rei de Portugal, a favor de Lourenço Fogaça, deão do Porto, Doutor em medicina, seu médico e familiar, sobre a faculdade de poder receber e possuir juntamente com o deão uma igreja paroquial

1424

- 21-2 Emprazamento onde figura Gomes Eanes, escolar de Direito
- 21-2 Procuração passada pelo notário João Martins, de Braga, por ordem do concelho de Lisboa, onde figura Gomes Anes, escolar de Direito
- 1-3 Declaração de Gomes Eanes, escolar de Direito para que se cumpra a sentença de 31 de Dezembro de 1423
- 24-3 Instrumento público onde figura Gomes Eanes, escolar de Direito
- 13-4 Súplica de Vasco Fernandes, escolar de Direito Canónico e reitor da igreja paroquial de S. Martinho do Campo, da diocese de Braga, sobre o canonicato e prebenda bracarenses
- 9-5 Certidão de uma carta de D. João I, passada por Afonso Anes, bedel e escrivão do Estudo Geral de Lisboa
- 26-7 Súplica de Vasco Fernandes, reitor da Igreja paroquial de S. Martinho do Campo da diocese de Braga, o qual tencionava prosseguir os estudos de Direito Canónico feitos nos Estudos de Salamanca e de Lisboa durante cinco anos, sobre a faculdade de receber outros benefícios
- 4-8 Súplica de Afonso Rodrigues, cônego de Lisboa, Doutor em Leis sobre a igreja paroquial de S. Martinho, do Campo, da diocese de Braga, vacante por morte de Vasco Fernandes, na Cúria Romana
- 4-8 Bula do Papa Martinho V, conferindo a igreja paroquial de S. Martinho de Campo, da diocese de Braga, a Afonso Rodrigues, Doutor em Leis
- 7-8 Súplica de Afonso Rodrigues, Doutor em Leis, sobre pedido anterior relacionado com a igreja paroquial de S. Martinho, de Campo, vacante por morte de Vasco Fernandes e de Rodrigo Afonso, ocorridas na Cúria Romana
- 27-9 Sumário de um instrumento donde consta que na cidade de Lisboa, na claustro da Sé, fizeram relação Domingos Fernandes, vigário da Igreja de S. Tomé e escolar de Cânones e Cristovão Anes, bacharel em Degredos, estando Afonso Rodrigues, Doutor em Leis
- 27-10 Instrumento público onde figura João Pais, escolar de Direito Canónico
- 10-11 Instrumento notarial onde figura João Martins, escolar de Direito
- 16-11 Súplica de Diogo Anes, sacerdote da diocese de Évora, escolar de Direito Canónico, sobre a concessão duma igreja paroquial

- 16-11 Bula do Papa Martinho V, dirigida ao chantre de Santarém sobre causa criminal de João Cordeiro, tratada perante João Pais, vigário geral do arcebispo de Lisboa, D. Pedro
- 31-12 Sentença de D. João I onde figuram João Fernandes e João Dalpoi, escolares de Leis

1425

- 3-1 Súplica do Infante D. João, filho de D. João I, Rei de Portugal, a favor de João Esteves, Doutor em Medicina, seu médico, e de Bartolomeu Gonçalves, reitor da igreja de S. Salvador de Odemira, escolar de Direito Canónico
- 8-1 Sentença lavrada por João Pais, escolar de Direito Canónico
- 15-2 Súplica de João de Vila Real, reitor da igreja de S. Lourenço de Santarém, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, que Gonçalo Anes, bacharel em Decretos, ocupava indevidamente
- 20-2 Tombo das casas na freguesia dos Mártires, pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa, onde figura Álvaro Martins, escolar de Leis
- 8-3 Súplica de João de Vila Real, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Santarém, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, que Gonçalo Anes, Bacharel em Decretos ocupava indevidamente, havia mais de vinte anos
- 13-5 Súplica de João Gomes, clérigo da diocese de Braga, bacharel em Decretos, sobre benefícios
- 15-5 Súplica de Gomes Lourenço, bacharel em Decretos, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Manhouce, da diocese do Porto, sobre a pluralidade de benefícios
- 21-5 Súplica de Rafael de Palastrelo, reitor da igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-7 Súplica de Luís Gonçalves, bacharel em Decretos e tesoureiro da igreja de Évora, sobre a pluralidade de benefícios, e de Bartolomeu Anes, cónego de Évora, e de Álvaro Gonçalves, reitor da igreja de S. Salvador de Baía, sobre a faculdade de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudarem num Estudo Geral
- 1-8 Súplica de Gomes Lourenço, bacharel em Decretos, reitor da igreja de Santa Alaria de Manhouce, da diocese do Porto, sobre a porção da igreja paroquial de Santa Maria da Pena de Leiria
- 1-8 Súplica de Gomes Lourenço, bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Manhouce, da diocese do Porto, sobre a igreja paroquial de S. Vicente de Pereira, também da diocese do Porto
- 14-8 Súplica de Gomes Lourenço, bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Manhouce, da diocese do Porto, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Vila Chã, da diocese de Coimbra
- 21-8 Súplica de Frei Rodrigo Anes, bacharel formado em Teologia pela Universidade de Toulouse, para ser examinado no Estudo Geral de Lisboa ou em qualquer outro, a fim de obter o grau de Mestre em Teologia
- 21-8 Bula do Papa Maninho V, encarregando Frei André do Prado, Mestre em Teologia, de examinar e conceder a Frei Rodrigo Anes o grau de Mestre em Teologia
- 31-8 Carta de D. João I onde figura o Doutor Diogo Martins
- 10-9 Súplica de Metido Rodrigues de Magalhães, clérigo da diocese de Braga, com quatorze anos de idade, sobre a faculdade de receber benefícios enquanto frequentar o Estudo Geral
- 26-9 Súplica de Rafael de Palastrelas, reitor da igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos, sobre a faculdade de reter dois benefícios incompatíveis
- 13-11 Súplica de Gonçalo Mendes, dominicano do convento de Santarém, da Província de Portugal, o qual tinha concluído todos os cursos do costume inclusive até à licenciatura em Teologia no Estudo Aquense, presente agora na província de Portugal e não podendo, em virtude da distância e pobreza, voltar ao Estudo, como estava obrigado por juramento, pede dispensa para receber as insígnias de Mestre na Universidade de Lisboa sob a responsabilidade de algum Mestre em Teologia
- 13-11 Súplica de João Gomes, bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Uves, da diocese de Braga sobre a pluralidade de benefícios

1426

- 10-2 Súplica de Rafael Palastrelo, reitor da igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos, sobre outro benefício
- 12-3 Súplica de João Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Mões, da diocese de Braga, bacharel em Decretos, estudante no Estudo da Cúria Romana, sobre outro benefício eclesiástico incompatível
- Antes de Abril Carta do Infante D. Pedro enviada a D. Duarte, de Bruges, sobre a reforma da Universidade de Lisboa e instituição de colégios universitários
- 10-5 Acta do Capítulo Geral da Ordem de S. Domingos, realizado em Bolonha
- 30-5 Súplica de João Pais, vigário do arcebispo de Lisboa e catedrático da Hora de prima de Direito Canónico no Estando de Lisboa, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 15-6 Súplica de Fernando Alvares, estudante de Direito Canónico e reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Vila Cova, da diocese de Braga, sobre a união da igreja de S. Martinho de Leitões, da dita diocese, à sobredita igreja de S. Miguel de Vila Cova
- 30-6 Bula do Papa Martinho V, concedendo benefícios a Fernando Álvares, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Tondela, da diocese de Viseu, bacharel em Artes e em Medicina
- 16-7 Bula do Papa Martinho V, dirigida ao abade de Alcobaga, a favor de Lopo Fernandes, na causa tratada perante o vigário da Cúria de Lisboa, Cristóvão Anes e perante o oficial da mesma Gomes Pais

- 18-8 Bula do Papa Martinho V sobre questões relativas a certas décimas da igreja de S. Tiago de Beja, de que era reitor Rodrigo Lourenço, e da igreja de Santa Maria, também de Beja, em que tomaram parte Luís Gonçalves, bacharel em Decretos, vigário geral do falecido bispo de Évora D. Pedro, e Cristovão Anes, vigário durante a vacância da sé de Lisboa, perito em Direito
- 2-10 Arrendamento onde figura Álvaro Martins, escolar de Leis
- 5-10 Súplica do Doutor Fernando Gonçalves Beliágua sobre a troca com João Afonso da chantria pelo deado de Coimbra
- 5-11 Procução passada na presença de Avaro Martins, escolar de Leis e escrivão do concelho de Lisboa

1427

- 4-1 Sentença de Vasco Esteves, escolar de Direito Canónico, vigário perpétuo da igreja de S. Tomé de Lisboa e ouvidor geral de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa
- 5-1 Súplica de Rodrigo Lourenço, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Beja, da diocese de Évora, bacharel em Decretos, sobre outro benefício a reter com a sobredita igreja
- 20-1 Súplica de Rodrigo Lourenço, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Beja, bacharel em Decretos, havia dois anos estudante na Faculdade de Decretos do Estudo Romano, sobre pedido incluído no rol de súplicas da Universidade do Estudo Romano com data de Abril de 1424, data em que não estudava nesse Estudo
- 1-3 Súplica do Doutor Fernando Gonçalves Beliágua, aditando certas informações ao pedido de 5 de Outubro de 1426
- 1-3 Bula do Papa Martinho V dirigida a Fernando Gonçalves, cónego de Coimbra, Doutor em Decretos, sobre a permuta que ele fizera com João Afonso, deão de Coimbra, da chantria pelo deado da mesma sé de Coimbra
- 1-3 Bula do Papa Martinho V concedendo o deado de Coimbra a Fernando Gonçalves Beliágua, doutor em Decretos
- 1-3 Súplica de D. João, cardeal presbítero de S. Pedro ad Vincula, a favor de Fernando Álvares Cardoso, seu médico e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Tondela, da diocese de Viseu, bacharel em Artes e em Medicina, sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 5-3 Súplica de Rodrigo Lourenço, bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Beja, sobre a quartanária de Lisboa
- 5-3 Bula do Papa Martinho V, concedendo a quartanária na sé catedral de Lisboa e a porção na igreja paroquial de Santa Cruz de Lisboa ao nobre Rodrigo Lourenço, bacharel em Decretos
- 11-3 Carta de D. João I onde figura Diogo Afonso, escolar de Leis
- 15-3 Súplica de Afonso Rodrigues, cónego de Lisboa, Doutor em Leis, sobre perpétua porção na ágrda paroquial de S. Vicente de Abrantes
- 19-3 Carta de D. João I onde figuram Mestre Gil das Leis e Diogo Afonso, escolar de Leis
- 25-3 Súplica de Mendo Rodrigues de Magalhães, clérigo da diocese de Braga, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a pedido anterior pertinente à recepção de benefícios, enquanto frequentar o Estudo Geral
- 26-3 Súplica de Mendo Rodrigues de Magalhães, clérigo da diocese de Braga, sobre pedido anterior relativo à recepção de benefícios enquanto frequentar o Estudo Geral
- 12-4 Súplica de João Beliágua, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Avelãs da diocese de Coimbra, estudante de Leis em Bolonha, para não ser obrigado à promoção das ordens sacras durante sete anos, enquanto frequentar um Estado Geral ou residir na Cúria Romana
- 13-4 Súplica de Álvaro Gonçalves, clérigo da diocese de Évora, estudante no Estudo Geral de Lisboa, para ser promovido às ordens sacras e receber benefícios, apesar do impedimento de ilegitimidade
- 14-4 Súplica de Gonçalo Rodrigues de Magalhães, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Valdigem, da diocese de Lamego, cónego de Tui e de Lamego, sobre a recepção dos proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir em Estudo Geral ou na Cúria Romana
- 5-5 Súplica de Rodrigo Esteves, clérigo de Lisboa, licenciado em Medicina pelo Estudo de Montpellier, presente na Cúria Romana, para receber o grau de Mestre na Cúria, com dispensa do juramento de o receber no dito Estudo de Montpellier
- 5-5 Súplica de Afonso Pires, cónego prebendário na igreja de Lisboa, sobre a faculdade de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria Romana ou frequentar algum Estudo Geral
- 15-5 Súplica de Rodrigo Lourenço, bacharel em Decretos, sobre a expedição das letras apostólicas relativas à concessão da quartanária de Lisboa e à porção da igreja de Santa Cruz de Lisboa
- 21-5 Emprazamento onde figura, como testemunha, Pedro Afonso, escolar
- 2-8 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Medicina, sobre a expedição das letras apostólicas referentes a concessões anteriores
- 4-10 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Artes e em Medicina, sacerdote da diocese de Viseu, familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula, sobre a igreja Santa paroquial de Santa Maria de Caria, da diocese de Lamego
- 25-10 Súplica de Rolando Escritor, clérigo da diocese de Lisboa, Mestre em Artes e em Medicina, sobre benefícios da diocese de Tournai, na Bélgica
- 3-11 Súplica de Rodrigo Lourenço, acólito da sé apostólica e bacharel em Decretos, sobre benefícios
- 30-11 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Medicina, médico e familiar do cardeal D. João, do título de S. Pedro ad Vincula, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Caria, da diocese de Lamego
- 5-12 Carta de D. João I transcrevendo capítulos das Cortes realizadas em Lisboa onde figura o Doutor Gil Martins

1428

- 7-4 Súplica de Afonso Rodrigues, cónego de Lisboa, Doutor em Leis, para privar Gonçalo Domingues da chantria de Lisboa, a seu favor
- 11-4 Súplica de Rolando Escritor, clérigo da diocese de Lisboa, Mestre em Artes e em Medicina, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a concessões anteriores
- 2-8 Instrumento público onde refere Estêvão Afonso, Doutor em Decretos e Rui Fernandes, professor de Leis
- 9-8 Sentença dada por Vasco Esteves, escolar de Direito Canónico, contra a igreja de S. João da Talha, sufraganea da Igreja de Socavem, anexada ao Estudo Geral de Lisboa
- 13-8 Carta de Aires Gomes da Silva a D. Gomes, abade de Florença a participar que o Infante D. Pedro o tinha deixado e ao Doutor Estêvão Afonso, na cidade de Valença de Aragão
- 23-10 Súplica de João Rodrigues, Bacharel em Direito Canónico e procurador do Rei de Portugal na Cúria pontifícia, pedindo a comenda de S. Miguel de Sosa
- 23-10 Bula do Papa Martinho V, dirigida ao bispo de Alet, ao deão de Évora e tesoureiro de Coimbra, mandando conferir em comenda o priorado de S. Miguel de Sola a João Rodrigues, bacharel em Direito Canónico e procurador do Rei de Portugal na Cúria pontifícia
- 2-12 Contrato de casamento de D. Duarte com a Infanta D. Leonor de Aragão, e sua aprovação por D. João I onde figuram os Doutores Martim do Sem, Rui Fernandes e Diogo Martins

1429

- 18-2 Súplica do Conde de Fuxo, a favor do português Álvaro Fernandes de Almeida, bacharel em Medicina, seu médico, para receber os graus de licenciado e de Mestre em qualquer Estudo Geral, apesar de não ter completado todos os cursos, por estar ao serviço do Conde
- 6-4 Súplica de Afonso Rodrigues, Doutor em Leis, e de Vasco Gil sobre a vigararia da igreja paroquial de S. Pedro de Sintra e sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Beja
- 11-4 Bula do Papa Maninho V, concedendo o deado de Lisboa a Vasco Rodrigues, Doutor em Leis, vacante por morte de Dinis Anes
- 2-5 Bula do Papa Martinho V dirigida ao deão de Coimbra, sobre a contenda do deão e cabido de Lisboa com o vigário e porcionários da Igreja de Santa Cruz, perante o oficial do cabido Gomes Pais, licenciado em Decretos
- 27-5 Instrumento notarial onde figura Filipe Daniel, escolar de Direito
- 1-6 Carta de legitimação onde figura Marfim Afonso, escolar
- 5-6 Súplica de Fernando Álvares de Cardoso, bacharel em Artes e em Medicina, médico e familiar do cardeal presbítero de S. Pedro ad Vincula, D. João, sobre o mosteiro de Santa Maria de Aguiar, da Ordem de Cister e diocese de Lamego
- 24-7 Auto dos esposais da Infanta D. Isabel com o duque Filipe de Borgonha, onde figuram os Doutores Marfim do Sem, Gil Martins e Diogo Martins
- 8-8 Alvará isentando João Gomes, estudante do Estudo Geral de Lisboa, do pagamento do pedido então lançado
- 9-8 Alvará de Pero Gonçalves, vedor da Fazenda, para João de Freitas, contador régio nos almoxarifados de Santarém e de Abrantes, não obrigar João Gomes, estudante do Estudo Geral de Lisboa, a Pagar o pedido então lançado
- 14-8 Alvará de João de Freitas recomendando aos cobradores de pedidos de Punhete para não obrigarem João Gomes, estudante do Estudo Geral de Lisboa, a pagar um pedido então lançado
- 27-8 Sentença de João Pais, escolar de Direito Canónico e vigário geral do Arcebispado de Lisboa
- 10-10 Súplica de Afonso Anes, cónego do Porto e bacharel em Decretos, sobre a meia prebenda da igreja de Coimbra
- 11-10 Súplica de Fernando Álvares de Cardoso, bacharel em Artes e em Medicina, familiar do cardeal presbítero de S. Pedro ad vincula, D. João, sobre a expedição das letras apostólicas referentes à concessão anterior do mosteiro de Santa Maria das Águias, da Ordem de Cister e diocese de Lamego
- 28-10 Bula do Papa Martinho V, reservando o arcediagado de Lisboa, a favor de Afonso Rodrigues, cónego de Lisboa e Doutor em Leis
- 4-12 Súplica de Frei Fernando Pires, de Montemor-o-Novo, Mestre em Teologia, da Ordem do Hospital e sacerdote, para receber qualquer benefício eclesiástico, inclusive dignidades pontifícias e priorados
- 17-12 Súplica de João Pais, vigário do arcebispo de Lisboa, regente da cátedra de Direito Canónico, da hora de prima, no Estudo de Lisboa, sobre a privação a seu favor do priorado de S. Mamede de Évora
- 17-12 Súplica de João Gomes, reitor da igreja paroquial de S. Nicolau de Cortigos, da diocese de Braga, sobre a perpétua vicaria de S. Pedro de Sintra, vacante por Afonso Rodrigues, possessor da dita vigararia, ter sido provido tio arcediagado de Lisboa
- 17-12 Súplica de Afonso Martins, sacerdote da diocese de Lisboa, sobre a perpétua vigararia da igreja paroquial de S. Pedro de Sintra, a vagar pela consecução pacífica do arcediagado de Lisboa por Afonso Rodrigues, Doutor em Leis
- 17-12 Emprazamento onde figura João Gonçalves, escolar
- 19-12 Súplica de D. João I, rei de Portugal, a favor de Gil Martins, Doutor em Leis e perito em Direito Canónico, o qual, depois de receber as ordens menores se casara e ingressara na carreira militar, sem a exercer, e dez anos atrás como chanceler régio tomara parte em causas criminais e civis, pedindo lhe seja facultada, agora que lhe tinha morrido a mulher, a recepção das ordens sagradas e respectivo exercício, bem como a recepção de benefícios
- 21-12 Súplica de João Beliágua, estudante de Direito Civil em Sena, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Avelã da diocese de Coimbra, sobre a igreja colegiada de S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto

- 21-12 Bula do Papa Maninho V, reservando a Igreja paroquial de igreja S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto, a favor de João Beláguia, estudante de Leis em Sena e reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Avelãs, da diocese de Coimbra

1430

- 4-1 Bula do Papa Martinho V, concedendo a Martinho Árias, bacharel em Decretos, o arcediogo de Barroso, na igreja de Braga, vacante por resignação do Doutor Vasco Rodrigues, Doutor em 21-3 Leis
- 21-3 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Artes e em Medicina, familiar e médico do cardeal presbítero de S. Pedro ad Vincula, D. João, sobre várias concessões anteriores
- 17-5 Carta de D. João I ordenando que a Universidade do Estudo de Lisboa tomasse posse da Igreja de S. Nicolau
- 2-6 Carta de D. João I transcrevendo capítulos das Cortes realizadas em Santarem onde figura o Doutor Gil Martins
- 7-6 Carta de D. João I transcrevendo um capítulo das Cortes celebradas em Santarém, onde figura o Doutor Rui Fernandes
- 10-6 Súplica de João Pais, porcionário da igreja de Santa Maria de Beja, regente da cátedra de hora de prima na Faculdade de Direito Canónico do Estudo Geral de Lisboa durante doze anos, o qual perdera a visão do olho direito por causa do estudo, a pedira dispensa deste impedimento para receber todas as ordens sacras e aceitar benefícios
- 12-6 Carta de D. João I mandando Afonso Esteves, anadel dos besteiros do conto em Abrautes, eliminar da relação dos besteiros João Afonso Beirão, em virtude de ser administrador dos bens de João Fernandes, escolar de Leis
- 30-6 Instrumento de posse da Igreja de S. Nicolau, anexada à Universidade do Estudo de Lisboa
- 24-7 Carta de D. João I dirigida às Justiças do Reino mandando que tomassem posse civil das Igrejas anexadas ao Estudo Geral de Lisboa
- 26-7 Carta de D. João I transcrevendo capítulos das Cortes realizadas em Santarém onde figura o Doutor Gil Martins
- 26-7 Carta de D. João I ordenando que a Universidade do Estudo de Lisboa tomasse posse da Igreja de S. Nicolau
- 8-8 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Artes e em Medicina, familiar de D. João, presbítero cardeal de S. Pedro ad Vincula, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 10-8 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Artes e em Medicina, familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula, sobre pedido anterior relativo ao canonicato e prebenda de Évora
- 11-8 Certidão de uma carta de D. João I apresentada por Afonso Anes, escolar de Leis e bedel da Universidade de Lisboa
- 26-8 Certidão da anexação da Igreja de Santa Maria de Caria ao Estudo Geral de Lisboa
- 14-9 Certidão da anexação da Igreja Velha de S. Salvador, de Viana, do Estudo Geral de Lisboa
- 18-9 Instrumento de posse da Igreja de Santa Maria de Idães, do Arcebispado de Braga, anexada ao Estudo Geral de Lisboa
- 18-10 Súplica de João Vicente, Mestre em Artes e em Medicina, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Tremês, da diocese de Lisboa, e outros sacerdotes, clérigos e leigos sobre a concessão das igrejas de S. Salvador de Vilar de Frades e de Várzea feita pelo arcebispo de Braga, D. Fernando, e faculdades concedidas à nova Congregação dos Cónegos Azuis ou dos Lóios

1431

- 20-1 Súplica de João Vicente, Mestre em Artes e em Medicina, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Tremês, da diocese de Lisboa e colegas da congregação dos Cónegos Aluis ou Lóios sobre a confirmação da igreja de S. Salvador de Vilar de Frades, concedida pelo arcebispo de Braga, D. Fernando, e sobre certas graças, faculdades e privilégios para a dita Congregação
- 11-3 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a João Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Idães, da diocese de Braga e bacharel em Decretos, o qual recebera favores de Martinho V, depois de ter estudado durante seis anos Direito Canónico, como então ainda estudava, em Roma
- 30-3 Bula do Papa Eugênio IV a conceder a João Gomes, reitor da Igreja paroquial de Santa Maria de Idães e bacharel em Decretos, mais três benefícios
- 17-4 Súplica de Gomes Afonso, reitor da igreja paroquial de Santa Eulália de Pençalvos, da diocese de Braga, estudante de Direito Canónico e Civil durante alguns anos, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-4 e 24-5 Sentença sobre os rendimentos do vigário da Igreja de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras, anexada à Universidade de Lisboa e respectiva execução
- 7-5 Bula do Papa Eugênio IV, nomeando bispo de Lamego a João Vicente, Mestre em Artes e em Medicina
- 20-5 Capítulo Geral da Ordem de S. Domingos designando vários professores para o convento de Lisboa
- 16-7 Estatutos do Estudo Geral da Universidade de Lisboa
- 16-7 Juramento a prestar pelos escolares que recebiam o grau de doutor em Leis ou em Cânones ou mestre em Teologia
- 8-8 Instrumento de continuação de posse da Igreja de S. Nicolau, por parte do Estudo Geral de Lisboa
- 22-9 Súplica de João Gomes, reitor da Igreja de Santa Maria de Mies, da diocese de Braga, bacharel em Decretos, o qual estudara durante sete anos Direito Canónico em Estudos Gerais
- 25-9 Alvará do Infante D. Duarte dirigido ao Doutor Gil Martins, chanceler-mór de D. João I
- 29-9 Súplica sobre o arcediagado de Meinedo, de Diogo Anes, bacharel em Decretos, o qual estudara Direito Canónico durante mais de doze anos
- 12-10 Carta de venda ao Infante D. Henrique de umas casas, sitas à freguesia de S. Tomé, destinadas à Universidade do Estudo de Lisboa
- 12-10 Carta de doação à Universidade do Estudo de Lisboa das casas que o Infante D. Henrique comprara na freguesia de S. Tomé

- 12-10 Auto de posse das casas doadas ao Estudo Geral de Lisboa Pelo Infante D. Henrique
- 27-10 Carta testemunhável lavrada por Vasco Domingues, escolar de Direito Canónico
- 29-10 Súplica de Gonçalo Anes, diácono, reitor da igreja de S. Tiago Mouquim, estudante de Direito Canónico em Roma, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 29-10 Súplica de João Lopes, clérigo de Lisboa, estudante de Direito Canónico, sobre a meia prebenda de Lisboa
- 24-11 Bula do Papa Eugênio IV dirigida ao deão de Braga e aos arcediagos de Neiva e de Vermoim, a favor de João Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Idães, da diocese de Braga e bacharel em Decretos
- 23-12 Súplica de João Gonçalves, clérigo da diocese de Lamego, estudante de Direito Canónico em Roma durante cerca de dois anos, sobre o deado de Coimbra

1432

- 14-1 Instrumento notarial onde figura Gil Vasques, escolar de Direito Canónico
- 27-1 Ratificação pelos Conselho e Desembargo Régios do Tratado de Paz com Castela, celebrado em Mediria del Campo, a 30 de Outubro de 1431, onde figuram os Doutores Gil Martins, Rui Fernandes e Fernando Afonso da Silveira
- 30-1 Súplica de João Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Mães, bacharel em Decretos
- 19-7 Bula do Papa Eugênio IV, dirigida a Luís Coutinho, reitor da Igreja paroquial de S. Salvador de Bouças, da diocese do Porto, ornado de virtudes e de letras, recebendo-o como notário apostólico
- 23-10 Súplica de Gomes Pais, licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 8-11 Instrumento notarial de ratificação, pelos Infantes D. Duarte e D. Henrique, do juramento prestado por D. João I, em Almeirim, onde figuram os Doutores Fernando Afonso e Rui Fernandes
- 11-11 Bula do Papa Eugênio IV concedendo a Gomes Pais, licenciado em Decretos com rigor de exame pela Universidade de Bolonha e capelão-mor do Infante D. Pedro, o canonicato e prebenda de Coimbra
- 20-11 Instrumento de doação onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis

1433

- 17-1 Certidão de três alvarás passada pelo bedel Afonso Afies, notário do Estudo Geral de Lisboa
- 2-2 Súplica de Antão Gonçalves relativa à permuta de benefícios entre si e Lourenço Fogaça, Mestre em Medicina
- 26-4 Carta de D. Duarte confirmando a autorização dada aos oficiais da Universidade de Lisboa para usarem armas
- 12-5 Certidão de uma carta de D. João I, passada por Afonso Aries, bedel e notário do Estudo Geral de Lisboa
- 8-7 Sumário da carta de legitimação onde refere Rodrigo Esteueanes, escolar de Leis
- 21-8 Súplica do Infante D. Duarte sobre benefícios a favor de Martinho Vasques, cónego de Silves, estudante de Direito Canónico durante sete anos e de Teologia durante cinco anos
- 24-9 Súplica de Gonçalo Martins, cónego do Porto, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria ou num dos benefícios ou enquanto frequentar algum Estudo Geral. O Papa concedeu o indulto quanto à frequência do Estudo Geral
- 30-9 Súplica de Frei João de S. Tomé, da Ordem de Santo Agostinho, Mestre em Teologia, sobre o mosteiro beneditino de Bustelo
- 23-11 Carta de D. Duarte onde figura Diogo Afonso, escolar de Leis
- 3-12 Carta de D. Duarte, confirmando os privilégios anteriormente concedidos à Universidade do Estudo de Lisboa
- 7-12 Súplica do Rei D. Duarte, a favor de Afonso Gomes de Góis, sobre o indulto de não ser obrigado durante cinco anos a receber as Ordens Sacras, por motivo de benefícios que tal exigiam, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 16-12 Carta de D. Duarte nomeando Afonso Anes, bacharel em Gramática, procurador e recebedor das rendas e direitos do Estudo Geral de Lisboa
- 18-12 Súplica de Antão Gonçalves, cónego de Lisboa, sobre a permuta da igreja de S. João de Beja e do deado e do canonicato do Porto com Lourenço Fogaça, Mestre em Medicina
- 22-12 Súplica de Antão Gonçalves sobre o canonicato do Porto que permutara com Lourenço Fogaça, Mestre em Medicina, pela igreja paroquial de S. João de Évora
- Sem data Carta de D. Duarte nomeando Gomes Lourenço escrivão dos feitos do Estudo Geral de Lisboa

1434

- 2-1 Pública forma da sentença sobre os rendimentos do vigário da Igreja de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras, anexa à Universidade de Lisboa
- 4-1 Sentença dada por João Pais, escolar de Direito Canónico, a favor da Universidade de Lisboa contra o prior da Igreja de Santa Maria de Azambuja
- 5-1 Certidão de uma carta de D. Duarte, passada por Afonso Anes, bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 6-1 Carta de D. Duarte doando ao Doutor Mestre Lourenço Fogaça as rendas das suas casas da rua Nova de Lisboa
- 18-1 Súplica de Pedro Anes, reitor da Igreja paroquial de Santa Maria de Óbidos, pedindo o indulto de não ser obrigado, durante cinco anos, a receber Ordens Sacras, enquanto estudar num Estudo Geral
- 24-1 Súplica de Pedro Anes, reitor da Igreja paroquial de Santa Maria de Óbidos, sobre o indulto de não ser obrigado a receber Ordens Sacras, durante cinco anos, enquanto estiver no Estudo Geral
- 12-2 Carta de D. Duarte onde refere João, escolar
- 17-3 Carta de D. Duarte onde figura Diogo Afonso, escolar de Leis

- 31-3 Carta de D. Duarte onde figura Afonso Geraldês, escolar de Leis
- 4-7 Súplica de Lourenço Anes, arcebispo de Vouga, bacharel e Decretos, procurador do arcebispo de Lisboa na Cúria Romana, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 7-7 Súplica de Afonso Rodrigues, Doutor em Leis e arcebispo de Lisboa, sobre a igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa
- 2-8 Carta de D. Duarte transcrevendo Capítulos das Cortes celebradas em Santarém onde se tratou de pagamentos a clérigos pelo ensino de filhos de leigos
- 9-8 Súplica de Afonso Rodrigues, Doutor em Leis e arcebispo de Lisboa, sobre a graça de reter o arcebispo lisbonense com a igreja de Santo Estêvão de Lisboa e outros benefícios incompatíveis
- 6-9 Bula do Papa Eugénio IV dirigida a Rodrigo de Coimbra, dominicano e professor de Teologia, concedendo-lhe o mosteiro de S. João de Tarouca, em comenda
- 6-9 Bulas do Papa Eugénio IV, dirigidas aos monges do mosteiro de S. João de Tarouca, aos vassallos do mesmo e ao rei de Portugal, D. Duarte
- 23-10 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Decretos, a quem o Papa tinha concedido um benefício, a renovar o pedido por não ter nessa altura a idade suficiente
- 5-11 Carta de D. Duarte nomeando Rui Martins porteiro e sacador da Universidade do Estudo Geral de Lisboa
- 9-11 Carta de D. Duarte onde figura Diogo Afonso, escolar de Lei
- 1-12 Súplica de João Beliágua, abade da colegiada de S. Pedro de Ferreira, Doutor em Leis e bacharel em Decretos, sobre a retenção da dita colegiada com o deão da Guarda, que o Papa lhe concedera antes
- 3-12 Emprazamento onde figura como testemunha Dinis Anes, estudante de Medicina
- 30-12 Carta de D. Duarte onde figura Diogo Afonso, escolar de Leis

1435

- 5-1 Procuração onde figura Lopo Esteves, lente que foi do Estudo Geral de Lisboa
- 16-1 Carta do abade D. Gomes, dirigida a D. Duarte, sugerindo a necessidade de nomear um embaixador junto do Papa, e indicando o Doutor João Beliágua que estudara Leis e Cânones nas Universidades de Bolonha e de Sena
- 18-3 Carta de D. Duarte onde figura Diogo Afonso, escolar de Leis
- 18-4 Carta de D. Duarte onde figura Frei João de Freitas, mestre de Teologia
- 28-4 Sumário de uma carta de D. Duarte onde figura João Afonso, escolar
- 12-5 Súplica de Lourenço Anes, arcebispo de Vouga, bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 19-5 Súplica de D. Duarte a favor de Diogo Anes, bacharel em Decretos e arcebispo de Meinedo, sobre outro benefício eclesiástico incompatível com o arcebispo
- 23-5 Súplica de Estêvão Afonso, arcebispo de Santarém, Doutor em Decretos, chanceler-mor e conselheiro do Infante D. Pedro, sobre benefícios
- 27-5 Súplica de Frei João de S. Tomé, da Ordem de Santo Agostinho e professor de Teologia, sobre o mosteiro de Bustelo da diocese do Porto, que Martinho V lhe concedera em comenda por ocasião da elevação de Álvaro Ferreira a bispo de Coimbra
- 27-5 Bula do Papa Eugénio IV dirigida a Frei João de S. Tomé, dos Eremitas de Santo Agostinho e professor de Teologia, concedendo-lhe o mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo, da diocese do Porto, que Martinho V já lhe tinha concedido
- 7-6 Súplica de D. Duarte, a favor de Diogo Anes, arcebispo de Meinedo e bacharel em Decretos, acerca da expedição das letras apostólicas sobre qualquer benefício com cura de almas ou incompatível
- 27-6 Súplica de João Beliágua, Doutor em Leis e deão da Guarda, sobre a prorrogação do termo para a expedição das letras apostólicas relativas ao deão
- 30-6 Súplica de D. Duarte, a favor de Diogo Anes, arcebispo de Meinedo e bacharel em Decretos, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a outro benefício incompatível
- 3-8 Súplica de António Peres, clérigo da Guarda e bacharel em Artes e estudante de Direito Canónico, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-8 Súplica do Infante D. João, a favor de Vasco Gil, bacharel em Decretos e perito em Teologia, pregador exímio e confessor do Infante e de sua mulher, sobre a retenção da igreja de Santa Maria de Povos com outro benefício incompatível
- 13-9 Súplica de Fernando Álvares de Cardoso, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Caria, da diocese de Lamego, a qual fora incorporada na Universidade de Lisboa, a pedir ao Papa para encarregar o abade D. Gomes para se informar sobre o assunto e instituir um vigário na dita igreja que dê contas dos rendimentos ao suplicante e depois da sua morte ao Estudo Geral de Lisboa
- 13-9 Bula do Papa Eugénio IV, dirigida ao Abade D. Gomes, Mosteiro de Santa Maria, de Florença, encarregando-o de constituir o vigário perpétuo da Igreja de Santa Maria de Caria, do Bispado de Lamego, e de lhe estabelecer cõgrua porção
- 13-9 Súplica de D. Duarte e da Rainha Dona Leonor, a favor do seu médico e capelão Fernando Álvares Cardoso, bacharel em Artes e em Medicina, antigo familiar do cardeal de S. Pedro in Vincula, que tinha obtido para ele a graça de expectativa dos canonicatos e prebendas de Lisboa e de Coimbra
- 14-9 Súplica de João Esteves, licenciado em Leis, sobre a expedição de letras apostólicas relativas à extensão de súplica original anterior a dignidades maiores e paroquiais
- 4-10 Bula do Papa Eugénio IV fazendo concessões a João Pais, vigário do arcebispado de Lisboa e posteriormente professor de Direito Canónico da Universidade de Lisboa

- 10-10 Súplica de João Beliágua, Doutor em Leis e abade da igreja colegiada de S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto, sobre o deado e canonicato da Guarda
- 10-10 Súplica de João do Sem, Doutor em Leis e clérigo de Lisboa, sobre a igreja colegiada de S. Pedro de Ferreira, da diocese do Porto, que se esperava viesse a vagar por João Beliágua, Doutor em Leis, ter conseguido outro benefício incompatível
- 10-11 Súplica de Lourenço Anes, arcediogo de Vouga e bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 18-11 Carta de D. Duarte nomeando seus embaixadores ao Concílio de Basileia, entre outros, Frei Gil Lobo, licenciado em Teologia, e os Doutores Diogo Afonso Manganha e Vasco Fernandes de Lucena

1436

- 10-1 Súplica de Vasco Esteves que regeu a cátedra de Direito Canónico da Universidade de Lisboa durante oito anos, sobre a chiania de Viseu
- 13-1 Súplica dos duques de Borgonha, a favor do Dominicano Frei Rodrigo de Sintra, bacharel formado em Teologia e confessor da duquesa
- 13-1 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Rodrigo de Sintra, dominicano e bacharel formado em Teologia, concedendo-lhe em comenda qualquer benefício secular ou regular, a pedido de Dona Isabel, duquesa de Borgonha, de quem era confessor
- 24-2 Carta do Infante D. João para as Justiças das suas terras ordenando-lhes que respeitassem, o privilégio dos estudantes da Universidade do Estudo de Lisboa, pelo que só podiam ser demandados perante o seu conservador
- 26-2 Sentença lavrada por João Pais, escolar de Direito Canónico, onde figura Vasco Gil, escolar e conservador dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 29-2 Certidão de uma carta do Infante D. João, passada por Afonso Anes, bedel e notário do Estudo de Lisboa
- 3-3 Instrumento público da nomeação de um vigário da igreja de S. Maria de Caria, do Bispado de Lamego, anexada ao Estudo Geral de Lisboa
- 6-4 Emprazamento onde figura Diogo Peres, escolar
- Março/Abril Dúvidas esclarecidas pelo Rei D. Duarte sobre estudantes e lentes do Estudo Geral de Lisboa
- 2-5 Sumário de uma carta de nomeação de Fernão Gil, escolar, para procurador de número em Lisboa
- 21-5 Súplica de D. Afonso, Conde de Barcelos e de Neiva, a favor de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Braga e bacharel em Leis, estudante de ambos os Direitos na Universidade de Bolonha, o qual estudara continuamente durante oito anos nas Universidades de Salamanca e de Lisboa, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-5 Instrumento público de um acto notarial relativo ao Estudo Geral de Lisboa
- 1-6 Súplica de Sebastião Palestreio, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Civil, sobre a pluralidade de benefícios
- 10-6 Instrumento público da execução, por parte do Abade D. Gomes, da Bula do Papa Eugênio IV, de 13 de Setembro de 1435
- 16-6 Bula do Papa Eugênio IV dirigida ao abade de Florença, D. Gomes, e ao deão de Lisboa, encarregando-os de examinar o caso de João de Leiria, clérigo da diocese de Lisboa, cujos parentes o meteram no mosteiro de Peralonga, dos Jerónimos, para aí estudar Gramática e outras letras e a quem o prior do mosteiro obrigara a professar
- 17-6 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos, clérigo da diocese de Tui, sobre o canonicato e prebenda de Braga
- 23-6 Sentença de um pleito entre o prior da Igreja de Santo Estêvão e a Universidade do Estudo Geral de Lisboa
- 18-7 Súplica de Pedro Gonçalves, bacharel em Decretos, sobre a confirmação apostólica da colação da igreja paroquial de S. Miguel de Moral de la Reina, da diocese de Leão, com as igrejas anexas pertencentes às dioceses de Samora, Viseu e Coimbra
- Julho-Setembro Bula do Papa Eugênio IV dirigida a D. Duarte respondendo ao que lhe solicitaram os embaixadores de Portugal ao Concílio de Basileia, onde figuram Frei Gil Lobo, licenciado em Teologia, e os Doutores Diogo Afonso Manganha e Vasco Fernandes de Lucena
- 9-8 Bula do Papa Eugênio IV, concedendo ao cavaleiro Vasco Fernandes de Lucena, Doutor em Leis, da diocese de Coimbra, e a sua mulher, Violante de Alvim, o indulto de altar portátil
- 27-8 Bula do Papa Eugênio IV, dirigida ao oficial de Évora, mandando-lhe conferir Gonçalo da Silveira, estudante de Decretos do Estudo Geral de Lisboa, a tesouraria da mesma cidade
- 7-9 Súplica de Mendo Peres, clérigo de Viseu, estudante de Direito Canónico em Estudos Gerais durante seis anos, sobre a pluralidade de benefícios
- 11-9 Súplicas do Infante D. João, a favor do seu confessor Vasco Gil, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Povos, da diocese de Lisboa, literato em Teologia e bacharel em Direito Canónico e notável pregador, sobre qualquer benefício eclesiástico com cura de almas e dois canonicatos na expectativa das prebendas em igrejas metropolitanas, catedrais ou colegiadas de Portugal
- 15-9 Súplica de Mendo Peres, clérigo de Viseu e estudante de Direito Canónico durante seis anos e de Artes durante quatro anos, em Estudos Gerais, sobre a pluralidade de benefícios
- 20-9 Súplicas de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Lisboa, vigário do arcebispado de Lisboa, D. Pedro, e estudante durante mais de sete anos de Direito Canónico num Estudo Geral, pedindo a expedição das letras apostólicas sobre a pluralidade de benefícios
- 20-9 Súplica do Infante D. Pedro a favor de D. Pedro de Ataíde, clérigo da diocese de Coimbra, nobre e estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa, o qual o Infante criara desde a infância na sua câmara, sobre o indulto de ser preferido na assecução dos benefícios, com os privilégios dos familiares pontifícios

- 27-9 Súplica de Mendo Peres, subdiácono de Viseu, que estudara durante cerca de cinco anos Direito Canónico no Estudo de Salamanca e tencionava estudar na cidade de Bolonha, sobre certos canonicato e prebenda de Viseu, vacantes por morte de João do Casal
- 27-9 Bula do Papa Eugênio IV, dirigida ao deão e chantre de Coimbra e arcediogo de Lamego, mandando conferir o canonicato e prebenda de Viseu a Mendo Peres, o qual estudara Direito Canónico durante cerca de cinco anos no Estudo de Salamanca e estudava então a mesma ciência em Bolonha
- 2-10 Súplica de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Lisboa, vigário do arcebispo de Lisboa D. Pedro e estudante de Direito Canónico durante mais de sete anos, sobre a pluralidade de benefícios
- 4-10 Súplica de Frei Gil de Tavira, franciscano, licenciado em Teologia, e embaixador de D. Duarte ao Concílio de Basileia e ao Papa, sobre a dispensa do juramento feito de não se doutorar senão na Universidade de Toulouse, onde estudara, e receber o doutoramento em qualquer capítulo provincial
- 4-10 Súplica de Pedro Fogaça, dominicano do convento de Lisboa, com todos os cursos necessários para receber o grau de licenciado em Teologia no Estudo Geral de Lisboa, para que Frei Gonçalo, professor de Teologia, provincial dos Dominicanos da Província de Portugal e embaixador do rei D. Duarte ao Papa e ao Concílio de Basileia, lhe conceder o grau de licenciado em Teologia, depois do devido exame
- 9-10 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Álvaro Lopes, clérigo da diocese de Évora e estudante de Direito Canónico em Lisboa, consanguíneo do Conde de Ourém, D. Afonso, concedendo-lhe o indulto dos privilégios dos familiares pontifícios na consecução de benefícios
- 15-10 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Canónico, sobre certas concessões anteriores
- 15-10 Exproprio onde figura João Vasques, escolar
- 6-11 Súplica de João Beliágua, Doutor em Leis e bacharel em Decretos sobre certa graça expectativa anterior
- 16-11 Carta de D. Duarte nomeando Pedro Anes escrivão perante o conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 28-11 Súplica de Mendo Peres, subdiácono de Viseu, o qual estudara durante cinco anos Direito Canónico na Universidade de Salamanca e ainda estudava na Universidade de Bolonha, sobre a perpétua porção de Santa Maria de óbidos
- Sem data Carta do Infante D. Henrique, como Protector dos Estudos de Portugal, dirigida a D. Duarte, sobre a legitimidade da guerra aos mouros

1437

- 8-1 Bula do Papa Eugênio IV sobre concessões feitas ao bispo do Porto, D. Antão Martins, com referências à preferência dada aos mestres e bachareis formados em Teologia, doutores e licenciados em Direito
- 28-1 Súplica de Mendo Peres, subdiácono de Viseu, o qual estudara Direito Canónico durante cinco anos no Estudo de Salamanca e estudava na Cúria Romana, sobre a igreja de S. Pedro de óbidos
- 31-1 Súplica dos Duques de Borgonha a favor de Frei João de Midões, dominicano, Doutor em Teologia e confessor da duquesa D. Isabel, irmã do rei de Portugal, sobre a pluralidade de benefícios tanto seculares como regulares
- 11-3 Súplica de Fernão, Martins, clérigo da diocese de Coimbra, o qual estudara Direito Canónico durante cerca de seis anos e ainda estudava, sobre graça mais avantajada que certo pedido anterior
- 11-3 Bula do Papa Eugênio IV concedendo, a pedido do Infante D. Pedro, a António Martins, seu familiar, o canonicato de Viseu, com reserva da prebenda e da perpétua porção na Igreja paroquial de S. Miguel de Aveiro
- 13-3 Carta de D. Duarte onde refere João Martins, escolar
- 5-4 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Rui Dias, deão de Braga, concedendo-lhe o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal nos mesmos, enquanto estudar em Estudo Geral ou residir na Cúria pontifícia
- 10-4 Certidão das cartas de venda e de doação das casas do Infante D. Henrique à Universidade de Lisboa
- 5-5 Súplica de Bartolomeu Fernandes, bacharel em Decretos e capelão do Rei de Portugal, sobre o canonicato de Silves, coma reserva da prebenda
- 16-5 Carta de D. Duarte ao Abade D. Gomes onde refere os Doutores Vasco Rodrigues e João Beliágua
- 17-5 Carta de Lopo Afonso, escrivão da Câmara del-Rei, dirigida ao Abade D. Gomes, pedindo-lhe para intervir junto do Papa a favor de Frei João de S. Lourenço, lente de Prima de Teologia do Estudo de Lisboa
- 24-5 Súplica da Universidade de Lisboa dirigida ao Papa, a favor de Frei João de S. Lourenço, carmelita, lente de prima de Teologia, perseguido pelos confrades
- 24-5 Carta de Afonso Nogueira dirigida ao Abade D. Gomes, sobre a petição da Universidade de Lisboa dirigida ao Papa a favor de Frei João de S. Lourenço, lente de prima de Teologia
- 27-5 Súplica de João Beliágua, Doutor em Leis, sobre a prorrogação do tempo para a expedição da Bula sobre o deado da Guarda
- 4-6 Várias súplicas de Gonçalo da Silveira, protonotário apostólico e tesoureiro de Lisboa, entre as quais, a do indulto de receber os proventos dos benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir em algum Estudo Geral, e outra sobre dois canonicatos ou benefícios para Lourenço Vasques, estudante de Direito Canónico e clérigo da diocese de Évora que lhe ensinara Gramática, Lógica, Filosofia e Direito Canónico
- 10-6 Carta de D. Duarte nomeando Afonso Gonçalves inquiridor do Estudo Geral de Lisboa
- 3-8 Súplica do Infante D. João, a favor do seu confessor Vasco Gil, bacharel em Decretos, sobre a extensão a toda a vida de certa concessão temporária de cinco anos
- 12-8 Súplica de João Beliágua, Doutor em Leis e abade da colegiada de S. Pedro de Ferreira, sobre a expedição da bula relativa ao deado da Guarda

- 13-8 Carta de D. Duarte nomeando João Costas inquiridor perante o conservador da Universidade de Lisboa
- 21-8 Súplica de João Belíagua, Doutor em Leis, quanto à expedição da bula sobre o deado da Guarda e dispensa para reter dois benefícios incompatíveis vitaliciamente
- 21-8 Bula do Papa Eugênio IV, dirigida a João Belíagua, Doutor em Leis e bacharel em Decretos, concedendo-lhe o deado da Guarda
- 21-8 Súplica do Infante D. Pedro, a favor de João Belíagua, Doutor em Leis e Bacharel em Decretos, sobre preferência na consecução de benefícios
- 21-8 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a João Belíagua, Doutor em Leis e deão da Guarda, concedendo-lhe o indulto de preferência dos familiares pontifícios na consecução de canonicatos e prebendas
- 31-8 Carta do Doutor João Belíagua a comunicara próxima partida do Conde de Ourem e de outros portugueses
- 2-9 Súplica do bispo de Coimbra D. Álvaro, a favor de Mendo Rodrigues Leitão, arcediogo de Seia, o qual estudara Direito Canónico durante três anos em Estudos Gerais, sobre a faculdade de reter o dito arcediogo com outro qualquer benefício incompatível
- 20-9 Súplica da Rainha Dona Leonor, e do bispo de Coimbra D. Álvaro, a favor de Mendo Rodrigues Leitão, arcediogo de Seia, o qual estudara durante três anos Direito Canónico em Estudos Gerais, sobre a Comenda da igreja paroquial de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra
- 10-10 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Vasco Gil, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Povos, bacharel em Decretos, concedendo-lhe outro qualquer benefício com cura de almas ou incompatível com a dita paróquia
- 18-10 Súplica de Bartolomeu Fernandes, bacharel em Decretos e capelão do Rei D. Duarte, sobre indulgências para os visitantes da igreja de Santo André de Lever, da diocese do Porto, de que ele era Reitor
- 30-10 Bula do Papa Eugênio IV dirigida ao chantre de Braga, mandando-o conferir o mestre escolado da colegiada de Guimarães, apedido do Conde de Barcelos, D. Afonso, a João Gonçalves Resende, o qual estudara Direito Canónico e Teologia e estava disposto a ensinar gramática e canto aos meninos que tomavam parte nos ofícios divinos da colegiada
- 9-11 Bula do Papa Eugênio IV dirigida ao chantre de Lisboa, com determinações relativas à incorporação e união da igreja de Santa Maria de Vimieiro, da diocese de Évora ao deado da sé, a pedido do deão Fernando Álvares de Cardoso

1438

- 25-2 Carta de Afonso Anes de Sá ao Abade D. Gomes onde refere os Doutores João do Sem e Vasco, Fernandes de Lucena
- 26-2 Súplica de Gonçalo Afonso, clérigo da Guarda, pedindo dispensa da infâmia e de ser habilitado para receber as Ordens sacras, por causa de certo homicídio cometido quando regressava das bodas de um doutor do Estudo Geral de Lisboa, a que fora convidado, bem como outros estudantes que, como ele, habitavam em Lisboa por motivo de estudo
- 7-3 Instrumento de empraçamento onde figura Vasco Gil, conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 13-3 Carta de D. Duarte de aforamento de casas a João Martins, escolar
- 15-5 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra e Licenciado em Decretos, presente na Cúria, para se poder ausentar, sem perder os privilégios dos Curiais
- 15-5 Súplica de Luís Coutinho, nobre, estudante de Direito Canónico em Pádua e Deão de Lamego, sobre o indulto de receber os proventos dos benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiver num Estudo Geral ou na Cúria
- 15-5 Súplica de Antão Martins, bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Lisboa, pedindo para ser totalmente livre de qualquer inabilidade para aceitar, reter e trocar benefícios e dignidades
- 15-5 Súplica de Fernando Martins, Licenciado em Decretos, sobre os seus privilégios de curial durante a ausência para visitar o sepulcro de Santo António em Pádua
- 9-6 Súplica de Mendo Peres, Licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre a pluralidade de benefícios
- 9-6 Súplica de Mendo Peres, Licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre a reserva de benefícios, feita anteriormente
- 14-6 Súplica de João de Elvas, escolar de Direito Canónico e regente da respectiva cátedra no Estudo Geral de Lisboa, sobre a igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa
- 18-6 Súplica de Frei Gil de Tavira, franciscano e licenciado em Teologia, pedindo a graça de ser agregado no número dos capelães pontifícios
- 25-6 Súplica de Frei Gil de Tavira, franciscano e Licenciado em Teologia, sobre a dignidade de capelão pontifício e sobre benefícios, inclusive dignidades abaciais
- 27-6 Súplica de Frei Gil de Tavira, franciscano e Licenciado em Teologia, outrora estudante em vários Estudos Gerais, especialmente na Universidade de Toulouse, a fim de receber o grau de Doutor em Teologia em qualquer capítulo geral ou provincial
- 2-7 Súplica de João Fernandes, mestre-escola do Porto, bacharel em Decretos e vigário geral de Braga, sobre benefícios incompatíveis
- 2-7 Súplica de Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, sobre a extensão de concessão pontifícia anterior a certas dignidades e benefícios
- 5-7 Súplica de João Fernandes, mestre-escola do Porto, vigário geral do arcebispo de Braga e bacharel em Decretos, o qual tinha feito grandes despesas na defesa da liberdade eclesiástica na Corte do Rei de Portugal e noutras partes
- 7-7 Súplica de Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, sobre a expedição da bula relativa à sua promoção de capelão pontifício e à concessão de benefícios eclesiásticos, mesmo de abadias em comenda

- 7-7 Bula do Papa Eugênio IV, recebendo entre os capelães pontifícios e concedendo benefícios eclesiásticos, mesmo abadias da Ordem de S. Bento e qualquer paróquia em comenda, ao Franciscano Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia
- 12-7 Súplica de João Fernandes, mestre-escola do Porto, vigário geral durante muitos anos do arcebispo de Braga, e bacharel em Decretos, sobre a expedição da bula relativa a concessão anterior
- 3-8 Carta de D. Duarte onde refere que o Doutor Mastim do Sem tinha nomeado seu testamenteiro o Doutor Beliágua e legara seus livros ao Doutor João do Sem
- 11-8 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra, licenciado em Decretos com rigor de exame pela Universidade de Bolonha, concedendo-lhe benefícios
- 9-10 Súplica de Álvaro Vasques, presente na Cúria pontifícia, bacharel em Decretos, sobre certos canonicato e prebenda de Braga que o arcebispo lhe conferira
- 13-10 Súplica do bispo de Lamego contra Mendo Peres, Licenciado em Decretos, sobre graças por este obtidas antes e depois de se formar em Direito Canónico
- 17-10 Súplica de Bartolomeu Fernandes, bacharel em Direito Canónico e capelão do Rei D. Duarte, sobre o indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria ou num Estudo Geral
- 14-11 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga, o qual estudara Direito Canónico durante dez anos no Estudo Geral de Salamanca, onde recebeu o grau de Bacharel, continuando a estudar Direito Canónico e Direito Civil, sobre dois benefícios incompatíveis
- 29-11 Carta de D. Afonso V de confirmação geral dos foros e privilégios do Porto, onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 30-11 Carta de Antão Martins, bacharel em Decretos, dirigida a D. Gomes, abade de Florença, onde refere os embaixadores ao Concílio de Basileia Doutor Vasco Fernandes de Lucena e Frei Gil de Tavira
- 13-12 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos, cónego de Braga, familiar do arcebispo e presente na Cúria, sobre a expedição das letras apostólicas, por ter ocorrido certo erro na primeira ao indicar o seu apelido que não era Rodrigues, mas sim Vasques
- 15-12 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos e familiar do arcebispo de Braga, sobre a extensão a certos benefícios de graça anteriormente concedida
- 19-12 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos e familiar do arcebispo de Braga sobre concessão anterior
- 31-12 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos e familiar do arcebispo de Braga, D. Fernando, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a concessão mais avultada que a anterior

1439

- 3-1 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos e familiar do arcebispo de Braga, sobre concessões anteriormente obtidas
- 23-1 Sumário da carta de D. Afonso V confirmando os privilégios e liberdades anteriormente concedidos à Universidade do Estudo de Lisboa
- 23-1 Carta de D. Afonso V confirmando todos os privilégios e liberdades anteriormente concedidos à Universidade do Estudo de Lisboa
- 4-2 Súplica de João Fernandes, bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca e mestre-escola da Guarda, sobre outro benefício incompatível
- 5-2 Carta de quitação dada a Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda, onde se faz referência a mantimentos pagos a Antão Pires e Luís Pires, estudantes que frequentavam o Estudo Geral de Salamanca
- 8-2 Carta de D. Afonso V de quitação a Gonçalo Anes, almoxarife do Almoxarifado da Guarda, onde figura o pagamento aos filhos de Luís Pires, contador, do mantimento para o Estudo
- 11-2 Certidão de uma carta de D. Afonso V, passada por Afonso Anes, bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 12-2 Carta de D. Afonso V transcrevendo, a pedido do Doutor João do Sem, a carta de D. Duarte de 3 de Agosto de 1438
- 18-2 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga, o qual recebera o grau de bacharel em Direito Canónico no Estudo Geral de Salamanca, e ouvidor geral do arcebispo de Braga, D. Fernando, sobre graça superior a concessão anterior
- 24-2 Arrendamento onde figura João, escolar de Cânones
- 26-2 Carta de D. Afonso V nomeando Pedro Esteves meirinho das cadeias da Corte, onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 28-2 Pública-forma do instrumento de 10 de Junho de 1436, sobre a Igreja de Santa Maria de Caria, do Bispado de Lamego, anexada à Universidade de Lisboa
- 13-3 Carta de D. Afonso V confirmando a nomeação de João Costas para inquiridor perante o conservador da Universidade de Lisboa
- 14-3 Súplica de Bartolomeu Fernandes, bacharel em Decretos, sobre benefícios
- 19-3 Carta de D. Afonso V de confirmação a Gomes Lourenço de escrivão dos feitos do Estudo Geral de Lisboa
- 18-4 Súplica de Pedro Esteves, Doutor em Leis pela Universidade de Sena e clérigo da diocese de Braga, pedindo que letras apostólicas anteriores não percam o seu valor, apesar de, ao tempo da concessão, ser apenas bacharel em Leis
- 18-4 Carta de D. Afonso V confirmando a nomeação de Pedro Anes para escrivão perante o conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 23-4 Carta de D. Afonso V de perdão a Gonçalo de Santana, bacharel, médico e cirurgião
- 27-4 Súplica de Afonso Anes, cónego de Lamego e bacharel em Decretos, vigário geral do bispo de Lamego, sobre benefícios

- 27-4 Bula do Papa Eugênio IV, dirigida a Luís Coutinho, cónego de Lisboa e estudante de Direito Canónico, concedendo-lhe graças especiais quanto a benefícios eclesiásticos
- 8-5 Súplica de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Braga e Doutor em Leis, sobre súplica anterior por nesta se dizer que ele era bacharel em Leis e tinha estudado ambos os direitos durante uns sete a oito anos, o que era verdade em relação ao tempo do pedido, mas não à data da concessão
- 12-5 Súplica de Pedro Esteves, clérigo da diocese de Braga e Doutor em Leis, sobre a pluralidade de benefícios
- 16-5 Súplica de Afonso Anes, sacerdote da diocese de Braga, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Arentim, a que resignava Álvaro Vasques, bacharel em Decretos
- 16-5 Súplica de Estêvão Peres, bacharel em Decretos e deão de Tui, o qual estudara Direito Canónico durante dez anos no Estudo Geral de Salamanca, onde ainda estudava, sobre outro benefício eclesiástico
- 19-5 Súplica de Diogo Dias, clérigo da diocese do Porto e bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Sobrado, da diocese de Lamego
- 20-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João do Sem
- 20-5 Carta de confirmação de D. Afonso V onde figura o Doutor João do Sem
- 30-5 Bula do Papa Eugênio IV nomeando notário apostólico Vasco Pereira, de origem régia e estudante de Direito Canónico
- 1-6 Alvará de D. Afonso V para o coudel de Lisboa, Martim Sapata, não obrigar João Afonso, escrivão da Universidade, a ter arneses, em atenção aos privilégios concedidos à Universidade
- 3-6 Carta de D. Afonso V onde figura Gonçalo Anes, escolar
- 9-6 Carta de D. Afonso V de confirmação, a Afonso Gonçalves de inquiridor do Estudo Geral de Lisboa
- 16-6 Súplica do bispo do Porto D. Antão Martins, a favor de Luís Anes, clérigo da diocese de Lisboa e escolar de Direito Canónico na Universidade de Bolonha, que tinha sido eleito para ler o Liber Sextus e as Clementinas, sobre a igreja paroquial de Várzea do Vale de Arouca e sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 16-6 Bula do Papa Eugênio IV dirigida a Luís Anes, estudante de Direito Canónico na Universidade de Bolonha, eleito para ler o Liber Sextus e as Clementinas e familiar do bispo do Porto, D. Anião Martins, concedendo-lhe o canonicato e prebenda de Viseu e a igreja paroquial de Várzea do Vale de Arouca
- 21-6 Carta de D. Afonso V de confirmação a Afonso Anes, bacharel em Gramática, de procurador e recebedor das rendas e direitos do Estudo Geral de Lisboa
- 2-7 Emprazamento onde figura Pero Vasques, escolar
- 2-7 Escambo onde figura Pero Vasques, escolar
- 8-7 Carta de D. Afonso V confirmando a carta de D. Duarte de 5 de Novembro de 1434 que nomeara Rui Martins porteiro e sacador da Universidade de Lisboa
- 12-7 Emprazamento onde figura, como testemunha, João Vaz, escolar
- 13-7 Carta de D. Afonso V de confirmação a Afonso Anes, onde figura João Afonso, escolar de Leis
- 18-7 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra e licenciado em Decretos, sobre a tesouraria de Lamego
- 24-7 Instrumento notarial onde figura João Martins, porteiro da Universidade do Estudo Geral de Lisboa
- 27-7 Súplica de Luís Coutinho, protonotário apostólico, a favor de Vasco Marfins, clérigo da diocese de Lamego, seu familiar e estudante de Direito Canónico
- 28-7 Sumário da carta de D. Afonso V de confirmação de procurador de número de Lisboa a Fernão Gil, escolar, e onde figura o Doutor João do Sem
- 30-7 Sentença de um prazo pertencente à Igreja de S. Tomé, anexada ao Estudo Geral de Lisboa
- 31-7 Súplica de Diogo Dias, bacharel em Decretos e reitor da igreja de Santa Maria do Sobrado, da diocese de Lamego, sobre a igreja de Santa Maria de Caria, da mesma diocese, anexa à Universidade de Lisboa e concedida ao deão de Évora, Fernando Álvares de Cardoso, bacharel em Medicina
- 3-8 Carta de D. Afonso V nomeando cirurgião a Mestre Pedro, escolar de Medicina
- 3-8 Carta de D. Afonso V nomeando Afonso Anes, inquiridor da Universidade de Lisboa
- 8-8 Súplica de Diogo Dias, reitor da igreja de Santa Maria do Sobrado, da diocese de Lamego e bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca, onde continuava a estudar, pedindo outro benefício
- 13-8 Súplica de Diogo Dias, reitor da igreja de Santa Maria de Sobrado, da diocese de Lamego, bacharel em Decretos, sobre a extensão de pedido anterior e expedição da bula respectiva
- 27-8 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga e bacharel em Decretos, sobre a expedição de bula relativa a concessão anterior
- 31-8 Súplica de Fernando Afonso, cónego de Braga e bacharel em Leis, subcolector apostólico na diocese de Braga e nos territórios portugueses da diocese de Tui
- 6-10 Súplica de Álvaro Bernardo de Almeida, que estudara durante sete anos no Estudo Geral de Salamanca e por duas vezes fizera parte da comitiva dos embaixadores pontifícios em várias partes do mundo
- 10-10 Súplica de Álvaro de Almeida, sacerdote de Lamego, presente na Cúria, o qual estudara no Estudo Geral de Salamanca durante sete anos e por duas vezes fez parte da comitiva de embaixadores pontifícios a diversas partes do mundo
- 17-10 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga e bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca, onde estudara durante seis anos
- 22-10 Súplica de Pedro Gomes, clérigo de Lisboa, que estudara e ensinara durante mais de sete anos Direito Canónico na Universidade de Lisboa, sobre o indulto de receber os rendimentos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal enquanto frequentar o Estudo Geral

- 27-10 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga e bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Tui, que lhe haviam sido concedidos
- 27-10 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga e bacharel em Decretos, sobre a expedição da bula relativa a pedido anterior
- 2-12 Instrumento notarial onde figura Afonso Eanes, de Santa Marinha, escolar de Direito
- 8/9-12 Notícia sobre a nomeação, pelo Geral da Camáldula D. Gomes, de Fernanda Martins, Licenciado em Decretos, como seu procurador no pagamento da taxa devida pela sua promoção
- 10-12 Carta de D. Afonso V onde refere Gil Eanes, escolar
- Sem data-12 Acordo dos procuradores às cortes de Lisboa onde figuram, como representantes de Santarém, escolares
- Sem data Carta de D. Afonso V de confirmação de meirinho do Bispado de Tuia Vasco Fernandes, onde figura Gomes Lourenço, escolar de Leis

1440

- 7-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Diogo Afonso
- 27-1 Carta de D. Afonso V onde refere Gonçalo Fernandes, lente de Leis no Estudo Geral de Lisboa
- 28-1 Assento do exame privado de Direito Civil, realizado por Fernando de Portugal, na Universidade de Bolonha
- 2-2 Emprazamento onde figura, como testemunha, João Vasques, escolar
- 18-2 Súplica de Luís Anes, clérigo de Lisboa e escolar de Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda do Porto e sobre a igreja paroquial de Magrelos, da diocese do Porto
- 4-3 Carta de D. Afonso V dirigida a Gonçalo Fernandes, lente de Leis no Estudo Geral de Lisboa
- 12-3 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra e licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre pedidos anteriores
- 16-2 Súplica de Luís Anes, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canónico, sobre a expedição da bula relativa ao canonicato e prebenda do Porto e igreja paroquial de Magrelos, da diocese do Porto
- 29-12 Súplica de Pedro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Canónico, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Pinhel
- 4-4 Súplica de Pedro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Canónico, presente na Cúria Romana, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Pinhel
- 7-4 Carta de D. Afonso V de confirmação de João Esteves, escolar, para procurador de número, e onde figura o Doutor Diogo Afonso
- 12-4 Sentença proferida por Brás Afonso, escolar de Direito Canónico
- 7-4 Carta de D. Afonso V nomeando Ascenço Gonçalves, escolar de Leis, procurador de número em Lisboa, onde figura o Doutor Diogo Afonso
- 14-4 Fragmento de uma carta de D. Afonso V onde refere Gonçalo Fernandes, licenciado em Leis
- 14-4 Bula de Eugênio IV concedendo a Fernando Martins, licenciado em Decretos, o canonicato e prebenda do Porto, vacantes por resignação de Estêvão Rodrigues
- 14-4 Bula de Eugênio IV dirigida ao bispo de Valva e aos deões da Guarda e de Lamego, sobre a execução da colação do canonicato e prebenda do Porto, concedidos a Fernanão, Martins, licenciado em Decretos
- 2-7 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra e licenciado em Decretos com rigor de exame, abreviador das letras apostólicas, sobre pedidos anteriores,
- 21-7 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Coimbra licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre o canonicato e prebenda de Silves
- 23-8 Carta de D. Afonso V onde figura Antão Pires, bacharel em Degredos
- 25-8 Composição entre a Ordem de Cristo e os priores das igrejas de Torres Novas onde figura, como testemunha, Sueiro Pires, escolar de Direito
- 28-8 Carta de D. Afonso V com capítulos das Cortes realizadas em Lisboa concedendo certos privilégios aos lentes e estudantes da Universidade de Lisboa
- 3-9 Súplica do Infante D. Pedro a favor de Frei João, licenciado em Teologia e regente da cátedra principal de Teologia da Universidade de Lisboa
- 4-9 Contrato de arrendamento onde figura João de Olivença, escolar do Estudo Geral de Lisboa
- 4-9 Arrendamento onde figura Pero de Ofivença, escolar do Estudo Geral de Lisboa
- 4-9 Arrendamento onde figura Pero de Ofivença, escolar do Estudo Geral de Lisboa
- 10-9 Súplica de Pedro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Canónico, sobre as Igrejas de S. Lourenço do Bairro, da diocese de Coimbra
- 20-9 Súplica do Infante D. Pedro, a favor de Frei João, provincial dos Carmelitas em Portugal, licenciado em Teologia e regente da cátedra de prima desta ciência na Universidade de Lisboa
- 21-9 Certidão de uma carta de D. Afonso V, passada por Afonso Anes, bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 24-9 Súplica do Infante D. Pedro a favor de Frei João, licenciado em Teologia e regente da cadeira principal de Teologia na Universidade de Lisboa
- 28-9 Súplica do Infante D. Pedro pedindo, para os cónegos de Loios de Vilar de Frades, o colégio ou albergaria de S. Paulo, S. Clemente e Santo Eloi, outrora fundado pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo, chanceler do Rei D. Dinis, para pobres e escolares, na cidade de Lisboa
- 5-10 Súplica do cardeal Branda, a favor de Antão Martins, Bacharel em Decretos, sobre a porção da igreja de Santa Maria da Lourinhã, vacante pela privação do bispo de Mégara, D. André Dias

- 5-10 Súplica do Infante D. Pedro, a favor de Frei João; provincial dos Carmelitas em Portugal, licenciado em Teologia, de cuja cátedra principal era regente na Universidade de Lisboa
- 7-10 Súplica de Frei João, prior provincial dos Carmelitas de Portugal, licenciado em Teologia e regente da cátedra principal da mesma ciência na Universidade de Lisboa, pedindo que a concessão anterior dum benefício da Ordem de S. Bento se estenda a benefícios da Ordem de Cister
- 22-10 Carta de D. Afonso V onde figuram João Afonso e João Fernandes, escolares de Leis
- 25-10 Procuração onde figura Pedro Afonso, escolar de Degredos
- 3-11 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Leis, com intenção de seguira Cúria Romana que já frequentava, pedindo os respectivos privilégios
- 21-11 Súplica de Álvaro Lopes de Carvalhal, clérigo da diocese de Évora e estudante de Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 21-11 Súplica de Álvaro Lopes, clérigo da diocese de Évora e estudante de Direito Canónico, de origem nobre, sobre concessões anteriores
- 23-12 Súplica do cardeal D. Antão Martins, bispo do Porto, a favor do seu familiar Luís Anes, licenciado em Decretos e reitor da igreja de S. Salvador de Várzea, da diocese de Lamego
- 27-12 Instrumento sobre privilégios dos moradores da Honra de Amarante, onde figura, como testemunha, o Doutor Pero Esteves

1441

- 27-1 Sentença dada por Brás Afonso, escolar de Direito Canónico, sobre um prazo da Igreja de S. Tomé, anexada à Universidade de Lisboa
- 29-4 Alvará isentando de certos encargos os caseiros que a Universidade de Lisboa tinha em Torres Vedras
- 22-5 Bula do Papa Eugénio IV promovendo Rui Dias, deão de Braga e Licenciado em Decretos, a bispo de Silves
- 24-5 Súplica de Martinho, Arias, bacharel em Decretos e cubiculário do Papa, sobre o deado de Braga
- 24-5 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo a Martinho, Arias, reitor da igreja de Santa Marinha do Zézere, da diocese do Porto e bacharel em Decretos, o deado de Braga, a vagar pela promoção do bispo de Silves, D. Rodrigo
- 14-6 Sumário da carta de privilégio de D. Afonso V onde figura João Vaz de Pedroso, escolar de Leis
- 14-6 Súplica de Pedro Afonso, clérigo de Coimbra e estudante de Direito Canónico durante vários anos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 17-6 Súplica de Pedro Afonso, clérigo de Coimbra e estudante de Direito Canónico durante vários anos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 11-7 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, concedendo perdão a João Afonso, João Vasques e Gonçalo Afonso, escolares
- 11-9 Carta de D. Afonso V onde figura Rodrigo Anes Vilela, bacharel em Leis
- 1-10 Bula do Papa Eugénio IV, dirigida a D. Gomes, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, mandando conferir o mosteiro de S. João de Alpendurada ao Franciscano Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, a pedido do Infante D. Pedro, depois de privar dele ao bispo de Migara, D. André Dias
- 19-10 Súplica de Lopo Álvares, escolar provento de Direito Canónico, cónego da Guarda e reitor da igreja de S. Pedro, de Celorico da Beira, sobre benefícios eclesiásticos
- 26-10 Assento dispensando João Pereira do exame privado em Direito Civil, na Universidade de Bolonha
- 30-10 Assento do exame de licenciatura em Direito Civil, realizado por João Pereira, na Universidade de Bolonha
- 13-11 Súplica de João Pereira, licenciado em Direito Civil com rigor de exame, a pedir dispensa do juramento que fizera de se doutorar na Universidade de Bolonha, de forma a ser dada a faculdade a algum cardeal, nomeadamente ao cardeal de Santo Angelo, de lhe conferir o doutoramento e respectivas insígnias em Direito Civil
- 22-11 Carta de D. Afonso V onde figura João Martins, porteiro do Estudo Geral de Lisboa
- 22-11 Súplica de Álvaro Mendes, cónego da Guarda e bacharel em Decretos, familiar do bispo egitaniense, sobre benefícios incompatíveis
- 22-11 Súplica de Afonso Anes, bacharel em Decretos e vigário geral de Lamego durante 17 anos, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a concessão anterior
- 22-11 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo a Afonso Anes, cónego de Lamego, bacharel em Decretos e vigário geral de D. João, bispo de Lamego, a faculdade de reter a igreja paroquial de Penude com outra qualquer paróquia
- 9-12 Documento português, traduzido para latim, no qual figura Diogo Dias, bacharel em Decretos e cónego de Lamego, inserido na bula de Eugénio IV, de 27 de Março de 1442, onde confirma, a pedido do bispo de Lamego, a doação do direito de padroado na igreja paroquial de S. Paio de Caria

1442

- 10-1 Súplica de Gonçalo Fernandes sobre a igreja paroquial de Santo André de Lisboa, com alusões a questão ventilada perante Estêvão Afonso, vigário geral de Lisboa e Doutor em Decretos
- 12-1 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição de Brás Afonso para bedel da Universidade de Lisboa
- 13-1 Súplica de Luís Anes, licenciado em Direito Canónico com rigor de exame pela Universidade de Bolonha, pedindo a dispensa do juramento que fizera de aí receber as insígnias doutorais e solicitando a faculdade de um cardeal, possivelmente o cardeal de Santo Angelo, lhe conferir o doutoramento e respectivas insígnias
- 24-1 Acordo de Cortes onde figuram, como procuradores de Santarém, vários escolares

- 24-1 Súplica de Gonçalo Fernandes sobre questão relativa à igreja de Santo André de Lisboa, ventilada perante o vigário geral de Lisboa Estêvão Afonso, Doutor em Decretos
- 23-2 Bula do Papa Eugénio IV, promovendo Vasco Gil, bacharel em Decretos, a bispo de Évora
- 28-2 Súplica de João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e Bacharel em ambos os Direitos, sobre certas porções das Igrejas de Santa Maria e de S. João de óbidos, de S. Leonardo de Atouguia e de S. Tiago de Torres Vedras
- 10-3 Súplica de Fernando Martins, Licenciado em Decretos clérigo da diocese de Coimbra, pedindo o indulto de ser absolvido por qualquer sacerdote mesmo nos casos reservados ao Papa
- 13-3 Emprazamento onde refere Afonso Anes, bedel, que fôra, dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 21-3 Súplica de Estêvão Afonso, arcediogo de Santarém, Doutor em Decretos, conselheiro e chanceler-mor do Infante D. Pedro, regente do reino
- 24-3 Súplica de Fernando Martins, cónego de Silves e licenciado em Decretos, abreviados das letras apostólicas, sobre a pluralidade de benefícios
- 3-4 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 7-4 Súplica de Afonso Vicente, bacharel em Decretos, sobre certa questão com Álvaro Peses, relativa aos canonicato e prebenda de Viseu
- 10-4 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Estêvão Afonso
- 10-4 Carta de D. Afonso V onde figura Frei Gonçalo, bacharel em Teologia
- 11-4 Súplica de João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos, sobre quatro porções em igrejas da diocese de Lisboa
- 11-4 Bula do Papa Eugénio IV concedendo a João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e bacharel em ambos os Direitos, as porções que Vasco Gil, bispo eleito de Évora, possuía nas igrejas paroquiais de Santa Maria e de S. João de óbidos, de S. Leonardo de Atouguia e de S. Tiago de Torres Vedras, da diocese de Lisboa
- 11-4 Bula do Papa Eugénio IV, dirigida aos bispos de Valva e de Coimbra e ao arcediogo de Seia, mandando conferir a João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e bacharel em ambos os Direitos, as porções que D. Vasco Gil, bispo eleito de Gora, possuía
- 11-4 Súplica de Tojo Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa, o qual estudara Direito Canónico e Civil em Estudos de Itália durante mais de cinco anos e fora de Itália, mais ou menos durante o mesmo período de tempo, sendo bacharel em ambos os Direitos, e estudava ainda em Sena, onde esperava doutorar-se
- 11-4 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo o indulto de não ser preferido na consecução de graça expectativa a João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e bacharel em ambos os Direitos, o qual tinha estudado estas ciências durante cerca de cinco anos em Itália e durante cerca de outros cinco anos fora de Itália e ainda estudava em Sena, esperando receber as insígnias doutorais dentro do ano
- 18-4 Instrumento de renúncia feita por Antão Martins, mestre de Gramática Nova, morador na cidade de Lisboa e procurador de Vasco Gil, bispo eleito de Évora
- 29-5 Súplica dos Franciscanos da Província de Portugal sobre a nomeação para Provincial de Frei Rodrigo, Custódio da Custódia do Porto e Professor de Teologia, porque Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, que fora eleito Provincial, não se ocupava do governo da Província
- 30-5 Súplica de D. Luís, bispo de Viseu, sobre a absolvição de penas em razão de certas dívidas contraídas quando estudava no Estudo de Sena
- 31-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 9-6 Súplica dos Franciscanos da província de Portugal sobre a nomeação de Frei Rodrigo, Custódio da Custódia do Porto e Professor de Teologia, para provincial, visto que Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, que tinha sido eleito provincial, se desinteressava do governo da Província
- 18-6 Carta do Infante D. Pedro para Luís Gonçalves desobrigando os Reitores, Lentes, Conselheiros e escolares da Universidade de Lisboa, do pagamento da peita que por aquele lhes fora lançada
- 23-6 Certidão de uma carta do Infante D. Pedro passada pelo bedel Brás Afonso notário da Universidade de Lisboa
- 26-6 Sumário da carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Rui Gomes e Gomes Eanes
- 30-7 Alvará de Luís Gonçalves para Lourenço Eanes, contador régio nos almoxarifados de Santarem e de Abrantes não obrigar o estudante João Gomes a pagar o pedido então lançado
- 31-7 Certidão de um alvará de Luís Gonçalves, passada pelo bedel Brás Afonso, notário da Universidade de Lisboa
- 5-8 Súplica de Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 7-8 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Rui Gomes e Gomes Eanes
- 11-8 Súplica de Arias Gonçalves, reitor da igreja paroquial dita arceprestadada da diocese de Lamego, o qual deslava estudar na Faculdade de Direito Canónico, pedindo o indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras enquanto residir no Estudo Geral
- 7-9 Súplica de João de Alpoim, arcediogo da Guarda e familiar do Infante D. Pedro, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras enquanto residir na Cúria ou em Estudo Geral ou estiver ao serviço do Infante
- 21-9 Súplica de Francisco de Lisboa, o qual havia vinte e oito anos tinha passado da Ordem Franciscana aos Servitas da Ordem de Santo Agostinho, professor de Teologia, pedindo indulto de permanecer nesta última Ordem
- 6-12 Súplica de João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa, bacharel em ambos os Direitos, sobre a união de um canonicato e prebenda ao mestre-escolado da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, da diocese de Lisboa
- 15-12 Súplica de João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e bacharel em ambos os Direitos, sobre a união de um canonicato ao mestre-escolado da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém

1443

- 7-1 Carta de D. Afonso V onde figuram Lopo Vasques, Doutor em Leis e Rodrigo Anes, bacharel em Leis
- 28-1 Carta de D. Afonso V nomeando Gil Afonso, inquiridor dos feitos do Estudo Geral de Lisboa
- 6-2 Carta do Infante D. Pedro esclarecendo dúvidas acerca do pagamento de pedido e meio por parte dos lentes e escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 10-2 Carta de D. Afonso V nomeando Estêvão Afonso carcereiro, onde figuram Gonçalo Fernandes, Doutor em Leis e Rodrigo Anes Vilela, bacharel em Leis
- 16-2 Súplica de Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia e Mestre de D. Afonso V, Rei de Portugal, sobre o mosteiro de S. João de Alpendurada, de que fora privado Mestre André, comendatário do mesmo
- 16-2 Súplica de João Lopes da Costa, Doutor em Direito Canónico, mestre-escola da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém, sobre qualquer outro benefício incompatível
- 16-2 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo a João Lopes da Costa, Doutor em Direito Canónico e mestre-escola da colegiada de Santa Maria da Alcáçova, de Santarém, a faculdade de reter a dita colegiada com qualquer outro benefício incompatível
- 23-2 Súplica de João Lopes da Costa, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por morte de Pedro Anes, familiar do Infante D. Henrique
- 15-3 Carta de D. Afonso V de legitimação de João Alvares, escolar de Direito Civil
- 16-3 Emprazamento onde figura, como testemunha, João Vasques, escolar
- 23-3 Súplica de João Lopes da Costa, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em Decretos sobre a expedição de bula referente a graça anteriormente concedida, em cuja súplica tinham ocorrido certas omissões
- 27-3 Súplica de Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, Mestre e Confessor de D. Afonso V, Rei de Portugal, e comendatário do mosteiro de S. João de Alpendurada, a pedir o indulto de continuar a vestir o hábito franciscano
- 27-3 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo o indulto de continuar a vestir o hábito franciscano a Frei Gil de Tavira, Professor de Teologia, e Alestre e Confessor do Rei D. Afonso V, apesar de lhe ter concedido o mosteiro beneditino de S. João de Alpendurada, em comenda
- 30-3 Súplica de Fernando Gonçalves, reitor da igreja paroquial de Reriz, da diocese de Viseu e bacharel em Teologia, sobre um benefício incompatível
- 8-5 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Teologia, sobre a expedição da bula referente a concessão anterior
- 14-5 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Teologia, sobre a confecção e expedição da bula sobre a retenção da igreja paroquial de Reriz, da diocese de Viseu, com outro benefício incompatível e permuta dos mesmos
- 14-5 Bula do Papa Eugénio IV concedendo a Fernando Gonçalves, reitor da igreja paroquial de Reriz, da diocese de Viseu e bacharel em Teologia, a graça de reter a dita paróquia com outro qualquer benefício incompatível
- 17-5 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, nomeando João Rodrigues porteiro perante o Conservador e sacador do Estudo Geral de Lisboa
- 26-5 Carta de D. Afonso V autorizando João Gonçalves, bacharel em Teologia, a comprar bens de raiz
- 30-5 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, concedendo privilégios à viúva de Afonso Anes, bedel que foi dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 31-5 Súplica de Dona Constança, duquesa de Bragança, a favor do Franciscano Frei Estêvão de Guimarães, leitor de Sagrada Teologia e célebre pregador
- 8-6 Carta de D. Afonso V onde figuram o Doutor Rui Gomes de Alvarenga e Luís Afonso, mestre escola de Braga
- 28-6 Carta de D. Afonso V onde figura Pero Lobato, bacharel em Leis
- 29-6 Carta de D. Afonso V nomeando Lopo Álvares, escolar em ambos os Direitos, corregedor da comarca da Beira
- 30-6 Carta de D. Afonso V autorizando Afonso Gonçalves, mestre escola da Sé de Lisboa, a andar em besta muar
- 1-7 Carta de D. Afonso V doando ao Doutor Rui Gomes de Alvarenga os bens de Diogo Álvares Gato
- 6-7 Súplica de Dona Isabel, duquesa de Borgonha, a favor do seu confessor, professor, Frei Rodrigo de Sintra, Dominicano do mosteiro de S. Domingos de Lisboa e bacharel em Teologia
- 6-7 Súplica de Diogo Anes, bacharel em Direito Canónico e vigário geral da diocese do Porto sobre a união da igreja paroquial de S. Vicente de Queimadela, da diocese do Porto, ao arcediogo de Meinedo
- 20-8 Carta de D. Afonso V nomeando Fernão Garcia, escolar de Direito, procurador de Lisboa, e onde figura o Doutor João Fernandes da Silveira
- 22-8 Carta de D. Afonso V nomeando Álvaro de Abreu, juís de Valença, onde figura Gonçalo Fernandes, Doutor em Leis
- 23-8 Carta do Infante D. Henrique dirigida à Universidade de Lisboa sobre arrematação de rendas, prestação de contas dos rendeiros e faltas dos lentes e respectivos descontos
- 25-8 Certidão de uma carta do Infante D. Henrique, passada por Diogo Gonçalves, substituto do bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 1-9 Carta de venda ao Infante D. Henrique, por Álvaro de Castro, de casas no Bairro dos Escolares, que aquele destinou à Universidade de Lisboa
- 4-9 Carta de D. Afonso V nomeando Álvaro Cão, meirinho de Ponte de Lima, onde figura Gonçalo Fernandes, Doutor em Leis
- 14-9 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, concedendo privilégios a pedido de Gomes Lourenço, lente do Estudo Geral de Lisboa
- 18-9 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores João Beliágua e João Fernandes da Silveira
- 28-9 Sentença proferida por Lourenço Vasques, escolar de Direito Canónico

- 12-10 Sumário da carta de mercê a Rodrigo Álvares, onde figura Gonçalo Fernandes, Doutor em Leis
- 21-10 Emprazamento onde figura Pedro Bonote, escolar do Estudo Geral de Lisboa
- 31-10 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, criando o Estudo Geral de Coimbra, de que seriam protectores o Próprio Infante e o Arcebispo de Braga
- 4-11 Certidão de um alvará de D. Afonso V, passada por Brás Afonso, bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 26-22 Sumário de uma procuração onde figura, como testemunha, Gil Eanes, escolar de Direito
- 29-11 Carta de D. Afonso V de privilégio ao Hospital de Santo Elói de Lisboa, isentando do pagamento da dízima e da portagem os mantimentos que fossem para os clérigos, merceeiros e escolares do Hospital

1444

- 4-1 Carta de D. Afonso V nomeando escrivão das sisas de Lisboa a Afonso Anes, onde figura o Doutor Afonso Mangancha
- 6-1 Carta de D. Afonso V concedendo licença para Martim Anes, bacharel, andar em besta muar
- 11-1 Súplica de Fernando Álvares, reitor da igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa, para não ser obrigado a receber as Ordens Sacras, enquanto residisse num Estudo Geral, que ele tencionava frequentar
- 31-1 Carta de sentença onde figuram Luís Afonso, Diogo Alvares e Álvaro Gil, escolares de Direito
- 29-2 Carta de D. Afonso V transcrevendo outra de D. Duarte que nomeava João Lobo, escolar de Direito, procurador de número, em Lisboa
- 5-3 Carta de D. Afonso V trasladando capítulos especiais apresentados pelos procuradores de Ponte do Lima às Cortes de Évora, Vasco Milheiro e João Afonso, escolar
- 10-3 Carta de D. Afonso V onde figura João Vasques de Pedroxo, escolar de Leis
- 25-3 Carta de D. Afonso V doando casas a Pedro Códinho, escudeiro, criado do Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 25-3 Emprazamento entre o abade e os monges do Mosteiro de Alcobaça e Afonso Anes, onde figura como testemunha João Vasques, escolar
- 1-4 Bula do Papa Eugénio IV nomeando bispo de Lamego a D. Gonçalo, cubiculário pontifício e bacharel em Decretos
- 2-4 Bula do Papa Eugénio IV reservando, a favor de João Lopes da Costa, cubiculário pontifício e Doutor em Decretos a chanzia de Coimbra, a vagar pela promoção do bispo de Lamego, D. Gonçalo
- 2-4 Bula do Papa Eugénio IV, dirigida ao bispo Ausarense, ao arcediogo de Lamego e ao mestre-escola de Lisboa, mandando conferir a chanzia de Coimbra a João Lopes da Costa, cubiculário pontifício e Doutor em Decretos
- 2-4 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo a reserva do canonicato e prebenda de Lisboa a Álvaro Gonçalves, clérigo, estudante de Direito Civil e sobrinho do cardeal português D. Antão Martins, que pedira tal graça
- 9-6 Carta de D. Afonso V autorizando Frei João de Sintra, bacharel, a andar em besta muar
- 9-6 Carta de D. Afonso V autorizando Frei Afonso, bacharel e comendador de Santo Antão de Santarém, a andar em besta muar
- 10-6 Bula do Papa Eugénio IV reservando, a favor de João Álvares de Barros, escolar em Direito Canónico e embaixador do Rei de Portugal ao Papa, o canonicato e prebenda de Évora, a vagar pela promoção de D. Gonçalo Anes a bispo de Lamego
- 4-7 Carta do Infante D. Pedro, como Regente, doando ao Estudo Geral de Coimbra, o produto dos resíduos da cidade e seu termo
- 9-7 Carta de D. Afonso V nomeando Gonçalo Gil, escolar de Direito, procurador de Lisboa
- 16-9 Súplicas do Infante D. Pedro, a favor de João Rodrigues Ganzo, com dezoito anos, sobre qualquer benefício no reino de Portugal e do Algarve, para mais facilmente atendera seus estudos
- 16-9 Súplica de Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Achede, da diocese de Lisboa, estudante na Universidade de Lisboa, para não ser obrigado a receber as Ordens sacras, enquanto residir no dito Estudo Geral ou noutra
- 19-10 Bula do Papa Eugénio IV sobre a união da Igreja de Caria à Universidade de Lisboa
- 3-11 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, a favor de seu sobrinho Álvaro Gonçalves, com cerca de dezanove anos, estudante de Direito Civil, sobre qualquer benefício com cura de almas em diocese ou cidade de Portugal, para poder continuar seus estudos
- 11-11 Procuração a favor de Brás Afonso, escolar de Direito Canónico e bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 26-11 Carta de perdão dada por D. Afonso V a João Vicente onde figura o Doutor Álvaro Afonso
- 10-12 Carta de D. Afonso V de legitimação de João de Santamaria, onde figura o Doutor Álvaro Afonso
- 16-12 Carta de perdão dada por D. Afonso V a Martim Lourenço de Gralhos, onde figura o Doutor Pedro Esteves
- 16-12 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, a pedir para seu sobrinho Álvaro Gonçalves, com cerca de dezanove anos e estudante de Direito Civil na Universidade de Sena, a igreja paroquial de Santa Maria de Campanhã
- 16-12 Bula do Papa Eugénio IV, concedendo, a pedido do cardeal português D. Antão Martins, a igreja paroquial de Santa Maria de Campanhã da diocese do Porto a Álvaro Gonçalves, estudante de Leis na Universidade de Sena

1445

- 2-1 Carta de D. Afonso V onde figura Vasco Fernandes, Doutor em Leis
- 8-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João Beliágua
- 21-1 Carta de D. Afonso V nomeando Paio Rodrigues, escrivão perante o conservador da Universidade do Estudo de Lisboa
- 24-2 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Teologia, clérigo da diocese de Coimbra, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Lourosa, da dita diocese

- 26-2 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João Fernandes
- 18-3 Súplica de Pedro Afonso, Licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre a igreja paroquial de S. Lourenço do Bairro, da diocese de Coimbra
- 29-3 Carta de perdão dada por D. Afonso V a Gonçalo de Nogueira, onde figura o Doutor Álvaro Afonso
- 28-4 Instrumento de obrigação entre o Infante D. Pedro, Regente do Reino e D. João II, Rei de Castela e Leão, onde figuram os Doutores João Pereira, Álvaro Afonso e Rui Gomes
- 15-6 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Estêvão Afonso
- 25-6 Carta de D. Afonso, V onde figuram o Doutor Álvaro Afonso e Pero Lobato, bacharel em Leis
- 21-7 Carta de D. Afonso V de comutação de pena, onde figura Gonçalo Fernandes, doutor em Leis
- 2-8 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Vasco Fernandes e Álvaro Afonso
- 18-8 Instrumento onde figuram Álvaro Peres, bacharel em Leis e Fernando Álvares, escolar
- 10-11 Carta de D. Afonso V onde figura Gomes Martins, escolar de Leis
- 19-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Mestre Rodrigo
- 21-12 Carta de D. Afonso V onde refere factos relatados por Lourenço Vasques, escolar de Direito, que levaram ao encarceramento de dois indivíduos na prisão da Universidade do Estudo de Lisboa

1446

- 14-2 Súplica de Fernando Gonçalves, bacharel em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Lourousa, da diocese de Coimbra
- 9-3 Carta de D. Afonso V onde refere João Pires, escolar
- 19-3 Súplica da Rainha de Portugal, do bispo de Viseu e cônegos da Congregação de Vilas de Frades, relativa ao hospital ou colégio de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói, fundado pelo bispo de Lisboa D. Domingos Jardo, no qual se provia ao sustentamento de vinte escolares dados ao Estudo Geral de Lisboa
- 7-5 Súplica de Arias Dias, clérigo da diocese de Silves e Bacharel em Direito Civil, porcionista na Igreja de S. Tiago de Almada, que estudava ambos os Direitos em Sena, pedindo indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, exigidas pela igreja paroquial, de que fora provido
- 24-5 Carta de doação, por parte do Cabido da Sé de Coimbra, das rendas de certas igrejas ao Estudo Geral de Coimbra
- 24-5 Aprovação e confirmação pelo Bispo de Coimbra da doação das rendas de certas igrejas ao Estudo Geral de Coimbra
- 7-6 Carta de D. Afonso V onde refere o falecimento de Afonso Anes, bedel
- 28-7 Atribuições do Chanceler-mór, segundo as Ordenações Afonsinas, pelo que respeita ao Estudo
- 31-8 Súplica a favor de Pedro Vasques, cônego do Porto e bacharel em Direito Civil, formulada pelo cardeal português D. Antão Martins, completando pedido anterior sobre a graça de ele, seu vigário na igreja do Porto, reter a igreja paroquial de S. Martinho de Rio de Moinhos, da mesma diocese, com outra qualquer igreja paroquial, ou dignidade, mesmo com cura de almas
- 8-9 Carta de quitação dada a Afonso Cerveira, almoxarife na Guarda, em que se faz referência a mantimentos pagos a dois estudantes que frequentavam Estudos
- 24-9 Carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Pero Dias, lente de Leis do Estudo Geral de Lisboa, a andar em besta muar
- 1-10 Súplica de João Gomes, sacerdote, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Idães, da diocese de Braga, Bacharel em Decretos, o qual estudara durante seis anos Direito Canónico no Estudo de Salamanca e recebera o grau de bacharel na Universidade de Lérida, presente na Cúria Romana, sobre qualquer outro benefício eclesiástico incompatível
- 5-10 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, pedindo para Vasco Esteves, chantre de Évora, o qual lera e regera a cátedra de Direito Canónico durante nove anos no Estudo Geral de Lisboa, a faculdade de reter a chantria com uma igreja paroquial
- 5-10 Bula do Papa Eugénio IV dirigida a Vasco Esteves, chantre de Évora, que foi, durante 9 anos, professor catedrático de Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa
- 22-10 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, pedindo o indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, a favor do seu familiar João Afonso, cônego de Évora, enquanto ele residisse na Cúria ou frequentasse um Estudo Geral
- 29-10 Súplica de Pedro Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço do Bairro, da diocese de Coimbra, Licenciado com rigor de exame, pedindo o canonicato e prebenda de Silves, a que tencionava resignar Lopo Rodrigues, antes da tomada de posse tendo sido deles provido por letras apostólicas depois da resignação na Cúria Romana de Fernando Martins, abreviador das letras apostólicas
- 29-10 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, pedindo para João Afonso, cônego de Évora e seu familiar, o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 29-10 Bulas do Papa Eugénio IV dirigidas respectivamente a João Afonso, cônego de Évora, familiar do cardeal português D. Antão Martins e aos executores da concessão feita ao dito João Afonso do indulto, por sete anos, de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou residir na Cúria
- 9-11 Súplica do Infante D. Henrique, a favor de Afonso Peres, clérigo da diocese de Lisboa, o qual estudava na Universidade de Sena, sobre um benefício com cura de almas para mais facilmente poder suportar os encargos do Estudo

- 14-11 Sumário de uma carta de D. Afonso V nomeando procurador perante o Corregedor da Estremadura, a João Rodrigues de Paiva, escolar de Leis
- 28-11 Bula do Papa Eugênio IV concedendo a Pedro Vasques, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Rio de Moinhos, Bacharel em Leis e vigário geral do cardeal português D. Antão Martins, um benefício incompatível com a dita igreja
- 3-12 Bula do Papa Eugênio IV concedendo a Frei Rodrigo do Porto, Franciscano, Professor de Teologia, Confessor do Duque de Bragança, o qual pregava havia cerca de quarenta anos a doutrina evangélica, um benefício eclesiástico secular ou regular
- 14-12 Súplica de Pedro Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço do Bairro, da diocese de Coimbra, Licenciado em Decretos com rigor de exame, seguindo a Cúria, havia mais de oito anos, sobre o ermitério de Santa Maria de Azinhoso, a que o Doutor Vasco Rodrigues resignara
- 23-12 Sentença onde figura João André, escolar de Direito
- 29-12 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição de Vasco Fernandes para bedel e escrivão do Estado Geral de Lisboa

1447

- 19-3 Bula do Papa Nicolau V renovando concessão de Eugênio IV, que morrera sem serem feitas as respectivas letras, a João Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Idães, da diocese de Braga e Bacharel em Decretos
- 20-5 Súplica de João Gomes de Abreu, nobre, que estudara durante oito anos Direito Canônico nas Universidades de Lisboa e de Salamanca, sobre o arceidiagado do Couto, de que fora privado pelo arcebispo de Braga, D. Fernando
- 22-6 Bula do Papa Nicolau V sobre a tesouraria de Viseu, concedida a Vasco Martins de Rebelo, cónego de Viseu, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia
- 4-7 Súplica do cardeal português D. Antão Martins, pedindo indulto para Estêvão Anes, porcionário da igreja de S. João de Beja e seu familiar, não ser obrigado à residência nos seus benefícios enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou residir na Cúria Romana, com faculdade de receber os respectivos proventos
- 13-7 Súplica de Pedro Afonso, reitor da igreja paroquial do Bairro, da diocese de Coimbra, Licenciado em Decretos com rigor de exame, sobre a dispensa de não ser obrigado a receber as Ordens sacras além do subdiaconato que tinha recebido
- 24-7 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Lopo Vasques de Serpa
- 12-8 Súplica de João Gomes, cónego de Braga, presente na Cúria, Bacharel em Decretos e capelão do arcebispo de Braga, sobre a comenda do mosteiro de Santo André de Rendufe
- 15-9 Carta de emprazamento dada por D. Afonso V onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis
- 19-9 Bula do Papa Nicolau V concedendo em comenda a João Gomes, Bacharel em Decretos, o mosteiro de Santo André de Rendufe, que antes dele, entre outros, possuíram o falecido bispo de Migara, quando era bispo de Cidade Rodrigo, tendo sido abade do mesmo antes de ser elevado à dignidade episcopal, e por fim o igualmente falecido cardeal português D. Antão Martins
- 9-12 Testamento do Doutor Diogo Afonso Mangancha pelo qual criou um Colégio Universitário em Lisboa para dez estudantes pobres
- 12-12 Súplica de João Gomes, cónego de Braga, Bacharel em Decretos, abreviados das letras apostólicas, o qual seguia a Cúria Romana havia muito tempo, sobre a comenda do mosteiro de Santo André de Rendufe, que lhe fora concedida anteriormente
- 22-12 Procuração onde figuram o licenciado Gomes Pais, Fernando Afonso, estudante de Canones do Estudo Geral de Lisboa, e João Álvares, estudante de Leis

1448

- 4-1 Instrumento lavrado pelo notário Fernão Afonso autenticando o testamento feito pelo Doutor Diogo Afonso Mangancha
- 6-1 Instrumento transcrevendo o testamento do Doutor Diogo Afonso Mangancha pelo qual deixava todos os seus bens para a criação de um Colégio nas suas casas de morada em S. Jorge, na cidade de Lisboa
- 20-1 Súplica dos cónegos da Congregação de Vilar de Frades, a viver no Colégio de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói de Lisboa, que estavam obrigados a manter alguns escolares dados ao Estudo, sobre a anexação da igreja de S. Bartolomeu que estava perto do Colégio
- 20-1 Bula do Papa Nicolau V sobre a união da igreja de S. Bartolomeu de Lisboa ao colégio de Santo Elói da mesma cidade, pertencente aos cónegos da Congregação de S. Salvador de Vilar de Frades, no qual colégio residiam alguns escolares dados ao Estudo, aos quais o colégio era obrigado a dar-lhes certo salário
- 20-1 Súplica de Afonso Penes, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canônico, sobre qualquer benefício com cura de almas, enquanto frequentar algum Estudo Geral
- 25-3 Carta do Infante D. Henrique estabelecendo uma pensão perpétua de dez marcos de prata anuais para manter a cadeira de prima de Teologia na Universidade de Lisboa e impondo diversas obrigações ao respectivo lente
- 27-4 Emprazamento onde figura Fernando Afonso, escolar de Canones, estudante do Estudo Geral de Lisboa
- 20-5 Súplica de Álvaro Afonso, mestre-escola de Coimbra, Doutor em Decretos e chanceler-mor do Infante D. Pedro, Regente do Reino, para reter o mestre-escolado com outro qualquer benefício eclesiástico com cura de almas
- 20-5 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Álvaro Afonso, mestre-escola de Coimbra, Doutor em Decretos e chanceler-mor do Regente D. Pedro, qualquer benefício eclesiástico incompatível com o mestre-escolado
- 10-6 Instrumento onde figura Pedro Afonso, escolar de Direito Canônico

- 20-6 Súplica de João Comes, cônego de Braga, Bacharel em Decretos, abreviador das letras apostólicas e presente na Cúria para tratar de negócios do arcebispo de Braga, pedindo providências quanto ao mosteiro de Santo André de Rendufe que lhe fora concedido em comenda
- 20-6 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Comes, cônego de Braga, Bacharel em Decretos e abreviador das letras apostólicas, que as letras apostólicas sobre a comenda do mosteiro de Santo André de Rendufe tenham valor, apesar de nelas se dizer que ele então era familiar do arcebispo de Braga, quando nesse tempo apenas estava na Cúria a tratar de negócios do dito arcebispo
- 18-7 Súplica de Afonso Peses, clérigo de Lisboa e estudante de Decretos, pedindo uma igreja paroquial para melhor suportar as despesas do Estudo
- 18-7 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Afonso Pires, clérigo de Lisboa e estudante de Decretos, um benefício eclesiástico com cura de almas
- 29-8 Súplica de Arias Dias, clérigo da diocese de Silves, Doutor em Decretos e Bacharel em Leis, familiar do falecido cardeal português D. Antão Martins, sobre a pluralidade de benefícios
- 17-9 Súplica de Diogo Dias, cônego de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a união da igreja de S. Maninho de Sardoura ao dicto canonicato e respectiva prebenda
- 18-9 Súplica de Vasco Fernandes, clérigo de Coimbra e Bacharel em Decretos, o qual depois de receber o grau de Bacharel na Universidade de Lisboa, lera publicamente durante cinco anos na Faculdade de Direito Canónico, pedindo a pluralidade de benefícios
- 28-9 Súplica de Diogo Dias, Bacharel em Decretos, pedindo a reforma de súplica anterior, em que ocorreu certo erro
- 28-9 Bula do Papa Nicolau V mandando incorporar a igreja paroquial de S. Maninho de Sardoura, da diocese de Lamego, ao canonicato e prebenda de Lamego que possuía Diogo Dias, Bacharel em Decretos
- 2-10 Súplica de Rodrigo Comes, Doutor em Leis e referendário do rei de Portugal, e de sua mulher, solicitando indulto de altar portátil
- 3-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Rodrigo Gomes, Doutor em Leis, de Lisboa, e referendário do rei de Portugal e a sua mulher, Milícia de Melo, o indulto de altar portátil
- 3-10 Súplica de João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e chanceler da Casa do Cível do rei de Portugal, de quem era embaixador junto do Papa, solicitando indulto de altar portátil
- 3-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e clérigo da diocese de Lisboa, o indulto de altar portátil
- 3-10 Súplica de Pedro de S. Lourenço, Mestre em Teologia, Dominicano do mosteiro de S. Domingos de Benfica da Observância, da diocese de Lisboa, sobre a faculdade de confessar e absolver dos casos reservados aos Bispos
- 3-10 Súplica de João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e chanceler do rei de Portugal, na Casa do Cível, sobre a faculdade de escolher confessor que o possa absolver também dos casos reservados à Santa Sé
- 3-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e chanceler na casa do Cível do rei de Portugal, o indulto de escolher confessor que o possa absolver dos pecados reservados
- 3-10 Súplica de Rodrigo ou Rui Gomes, Doutor em Leis, filho de Gomes Martins, também Doutor em Leis, já falecido, pedindo a confirmação do arrendamento de certas possessões que a abadessa e freiras do mosteiro de Cister, da diocese de Lisboa, fizera a seu pai
- 6-10 Súplica de João Lopes da Costa, cônego de Lisboa e Doutor em Decretos, capelão de honra da sé apostólica, sobre a chantria de Coimbra, canonicato e prebenda de Lisboa, mestre-escolado e canonicato e prebenda da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém, e outros benefícios
- 6-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo indulto de preferência na consecução de benefícios a João Lopes da Costa, chantre da igreja de Coimbra e Doutor em Decretos
- 6-10 Súplicas de Diogo Dias, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Sobrado, da diocese de Lamego, Bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca e presente na Cúria pontifícia, sobre a extensão de graça anterior e duas igrejas paroquiais
- 9-10 Bula do Papa Nicolau V dirigida aos bispos de Bazas e de Ceuta e ao abade do mosteiro de Alcobaça, mandando conferir a Martinho Alho, sacerdote e Licenciado em Teologia, benefícios da igreja de Lisboa
- 10-10 Súplica de João Lopes da Costa, cônego de Lisboa e Doutor em Decretos, sobre a expedição da bula relativa ao canonicato e prebenda da igreja colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém
- 13-10 Súplica de Diogo Peres, clérigo de Braga e estudante de Lógica no Estudo Geral de Lisboa, sobre certa omissão nas letras de dispensa do impedimento de ilegitimidade
- 15-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Diogo Dias, cônego de Lamego e Bacharel em Decretos, pelo Estudo de Salamanca, que certa graça anterior se estenda e duas igrejas paroquiais
- 15-10 Súplica de Frei Lourenço Vasques, da diocese de Évora e Dominicano, professor de Teologia e embaixador de D. Afonso V ao Papa, sobre a faculdade de absolver dos casos reservados aos Bispos
- 17-10 Súplica de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, para o Papa proibir, sob pena de excomunhão, que fossem retirados livros da livraria que criara em Braga
- 17-10 Bula do Papa Nicolau V proibindo que se retirassem livros da livraria instituída pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra
- 18-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo benefícios a Lourenço de Elvas, Dominicano e professor de Teologia, embaixador de D. Afonso V ao Papa
- 19-10 Três súplicas dirigidas pelos Reitores, Mestres e Doutores da Universidade de Lisboa, ao Papa Nicolau V: a) sobre a incorporação e união ao Estudo Geral de cinco igrejas do padroado régio, incluindo pertencentes às administrações de Tui e de Olivença unidas à sé de Ceuta, para se prover com os seus rendimentos ao pagamento dos professores da

Universidade; b) sobre a nomeação dos Arcebispos de Lisboa, do Bispo de Évora, para juizes executores e conservadores dos privilégios concedidos pela Santa Sé à Universidade de Lisboa; c) para ser ampliado para deí o prazo de cinco anos concedido pela Santa Sé para recebimento dos proventos dos benefícios aos estudantes da Universidade de Lisboa, sem obrigação da residência pessoal

- 21-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Falcão, clérigo de Lisboa, a reserva dum canonicato e prebenda de Lisboa, a pedido de D. Afonso, conde de Ourém e da Universidade de Lisboa
- 21-10 Bula do Papa Nicolau V mandando conferir a porção da igreja da de Santa Maria Madalena de Lisboa, vacante por resignação de João Vasques, a Diogo Peres, clérigo de Braga, que estudava na Faculdade de Lógica da Universidade de Lisboa
- 22-10 Súplica de Diogo Dias, Bacharel em Decretos, sobre a união a certos canonicato e prebenda de Lamego da igreja paroquial de Sardoura
- 22-10 Súplica de Diogo Dias, reitor da igreja de Sobrado, da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre o valor de concessões anteriores
- 30-10 Súplica de Vasco Fernandes, clérigo da diocese de Coimbra, Bacharel de Decretos, o qual lera públicamente na Universidade de Lisboa durante cinco anos depois de receber o grau de bacharel, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-10 Bula do Papa Nicolau V dirigida ao arcebispo de Trani e ao deão e chantre de Lamego, mandando conferira Diogo Dias, que recebera o grau de bacharel em Decretos no Estudo de Salamanca e fora durante vários anos oficial do bispo de Lamego, o canonicato e prebenda do Porto
- 4-11 Bula do Papa Nicolau V reservando e manifestando a intenção de conferir o canonicato de Lisboa a António Martins, licenciado em Direito Canónico e perpétuo porcionário da Igreja de S. Miguel de Torres Vedras
- 4-11 Bula do Papa Nicolau V dirigida aos Bispos do Porto e de Ceuta encarregando-os de executarem a bula que conferia o canonicato de Lisboa a António Martins, licenciado em Direito Canónico
- 12-11 Sentença dada por Afonso de Moura, escolar em Direito Canónico e ouvidor geral do Arcebispado de Lisboa
- 28-11 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Afonso, cónego de Évora e Bacharel em decretos, que estudara Direito Canónico durante cerca de dez anos e ainda estudava, a igreja paroquial de S. João de Bej, vacante por morte de Lourenço Fogaça
- 6-12 Carta de D. Afonso V de mercê de 4 000 reais brancos ao Doutor Lopo Gonçalves, juiz dos feitos de El-Rei
- 19-12 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Martinho Alho, sacerdote de Lisboa e licenciado em Teologia, que certas letras dadas pelo Papa não lhe selam prejudiciais quanto à consecução do canonicato e prebenda de Lisboa
- 28-12 Súplica de Gomes Martins, clérigo da diocese de Braga e escolar de Direito Canónico sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Manhente, da diocese de Braga, a que Gonçalo Martins desejava resignar
- 29-12 Súplica em forma de motu proprio de Martinho Alho, sacerdote de Lisboa e licenciado em Teologia, sobre concessão anterior relativa à reserva de benefícios

1449

- 10-1 Carta de D. Afonso V onde figura Lopo Gonçalves, doutor em Leis
- 15-1 Carta de D. Afonso V doando à Universidade de Lisboa o padroado da Igreja de S. Salvador de Viana
- 25-1 Emprazamento onde figura, como testemunha, João Vasques, escolar
- 30-1 Carta de D. Afonso V de mercê ao Doutor Frei Martinho,
- 10-2 Emprazamento onde figura Rodrigo Anes, escolar de Medicina
- 16-4 Instrumento de emprazamento de bens a Vasco Gil, conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 17-4 Bulas do Papa Nicolau V nomeando notário apostólico João Rodrigues, deão de Lisboa e Bacharel em Decretos, a pedido da rainha de Portugal Dona Isabel
- 17-4 Notícia da nomeação de João Rodrigues, deão de Lisboa e Bacharel em Decretos como protonotário apostólico
- 20-7 Emprazamento onde figuram, como testemunhas, o Doutor João Beliágua e Rui Dias, escolar
- 22-7 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios a Álvaro Anes, onde figura o Doutor Frei Pedro, confessor do Infante D. Henrique
- 23-7 Carta de D. Afonso V onde refere o Doutor João Pereira
- 10-8 Bula do Papa Nicolau V nomeando Álvaro Fernandes, clérigo de Lisboa e Bacharel em Decretos, escritor da Penitenciaria Apostólica
- 13-8 Carta de D. Afonso V concedendo o privilégio de protecção régia ao mosteiro de S. João de Alpendurada, tendo em atenção os serviços prestados por Frei Gil de Tavira, seu pregador, confessor e Mestre
- 22-8 Carta de D. Afonso V autorizando o Doutor Frei Martinho a andar em besta muar de sela e freio
- 31-8 Bulas do Papa Nicolau V concedendo a Martinho Alho, Licenciado em Teologia, a chantria de Coimbra, vacante por morte de João Lopes da Costa, capelão da sé apostólica, e encarregando da execução os bispos de Bazas e do Porto e o deão de Lisboa
- 1-9 Pública forma de um documento passado perante Vasco Gil, conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 6-9 Carta de D. Afonso V de doação a João de Sousa onde se refere o Doutor João do Sem, já falecido
- 13-9 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Martinho Alho, Licenciado em Teologia, a pluralidade de benefícios
- 20-9 Instrumento público onde figuram o bacharel Frei João de Louredo, o Doutor Frei João de Baltar, professor de Teologia, Pedro Vaz bacharel em Leis e Diogo Dias, bacharel em Decretos
- 22-9 Súplica de Afonso Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Miguel do Outeiro, da diocese de Viseu, Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 12-9 Carta de D. Afonso V de privilégio a João Gonçalves, onde figura Frei Gil de Tavira, licenciado em Teologia

- 1-12 Carta de D. Afonso V nomeando procurador do número da comarca da Beira a Afonso Lourenço onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 30-1 Carta de D. Afonso V nomeando Procurador em Lisboa a Rui Dias, filho de Diogo Afonso do Pau, escolar de Direito e onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga

1450

- 21-1 Carta de D. Afonso V de legitimação de Gonçalo Guedes, onde figuram os Doutores Rui Gomes e Pero Lobato
- 23-1 Carta de D. Afonso V designando por corregedor da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana a Pero de Coimbra, escolar de Direito
- 26-1 Súplica de Martínho Alho, Licenciado em Teologia, sobre o arcediagado de Lisboa, a vagar pela promoção de Luís Peres a bispo de Silves
- 5-2 Instrumento de empraçamento dado pelo Cabido do Mosteiro da Ordem de S. Agostinho de Lisboa onde figuram os Doutores Frei Diogo e Frei Fernando e Estevão Rodrigues, escolar de Lógica
- 10-2 Relação de Frei André do Prado Mestre em Teologia, para o Vigario Geral da Ordem de S. Francisco, Frei Angelo de Perugia
- 13-2 Carta de D. Afonso V de privilégios aos lavradores de Gouveia, onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 15-2 Carta de D. Afonso V de privilégio a Diogo Afonso, onde figura o Doutor Rui Fernandes
- 16-2 Carta de D. Afonso V de mercê a Mestre Pedro, cirurgião, onde figura o Doutor Rui Fernandes
- 7-3 Súplica de Mendo Rodrigues sobre a chantria de Coimbra, em relação com Martinho Alho, Licenciado em Teologia
- 9-3 Sumário da carta de D. Afonso V confirmando os privilégios, graças e liberdades anteriormente concedidos à Universidade de Lisboa
- 12-3 Carta de D. Afonso V de perdão a Jorge Dias, escolar de Direito, onde figuram os Doutores Rui Gomes e Pero Lobato
- 12-3 Carta de D. Afonso V de perdão a Diogo Fernandes onde figuram os Doutores Lopo Gonçalves, Rui Gomes de Alvarenga e Pero Lobato
- 12-3 Carta de perdão, dada por D. Afonso V a Jorge Dias, escolar de Direito
- 13-3 Carta de D. Afonso V nomeando juiz e contador dos Resíduos de Serpa e termo a João Rodrigues da Costa, onde figuram os Doutores Vasco Fernandes, Rui Gomes de Alvarenga e Pero Lobato
- 21-3 Súplica de Martinho Alho, Licenciado em Teologia, a completar outra anterior a sobre a chantria de Coimbra
- 31-3 Carta de D. Afonso V concedendo 5 000 reais brancos e um moio de trigo de mantimento, por ano, a Frei Gonçalo, bacharel, seu pregador
- 1-4 Carta de D. Afonso V concedendo a António do Sem, filho do Doutor João do Sem, 6 000 reais brancos para seu mantimento enquanto estivesse a aprender no Estudo
- 1-4 Carta de D. Afonso V de mercê a Álvaro Sapata de 4 500 reais brancos anuais de mantimento para o Estudo
- 1-4 Carta de de D. Afonso V de mercê a João Lobato, filho do Doutor Pero Lobato, de 4 500 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 10-4 Carta de D. Afonso V concedendo anualmente, 4 800 reais brancos a João, filho de João Vasques, seu secretário, de mantimento para o Estudo
- 15-4 Estatuto feito pela Universidade de Lisboa determinando uma colecta anual que os estudantes de Lógica teriam de pagar ao respectivo lente
- 16-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, é 6 000 reais a cada um dos filhos de João Gomes da Silva, Pero da Silva e Diogo da Silva, de mantimento enquanto aprenderem no Estudo
- 18-4 Súplica de Álvaro Vasques, Bacharel em Decretos, sobre a união ao seu canonicato e prebenda de Braga da igreja de S. Miguel de Gualtar
- 18-4 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Álvaro Vasques, cónego de Braga e Bacharel em Direitos, a união da igreja de S. Miguel de Gualtar ao seu canonicato e prebenda de Braga
- 23-4 Súplica de Fernando Afonso, Licenciado em Leis e vigário geral do arcebispo de Brigá D. Fernando, pedindo a confirmação da união da igreja de S. Marinho de Avidos, feita pelo arcebispo, ao canonicato e prebenda de Braga, quando o dito suplicante era apenas Bacharel em Leis e vigário geral
- 28-4 Bula do Papa Nicolau V concedendo prerogativas a João Conçalves, cónego de Évora e Bacharel formado em Teologia
- 2-5 Súplica do Dominicano Frei Fernando de Chelas, já idoso, o qual lera e disputara Filosofia e Teologia da Universidade de Lisboa e pregara durante cerca de quarenta anos nas igrejas de Lisboa, Coimbra e Braga, sobre benefícios
- 12-5 Súplica de João Gomes de Abreu, arcediago do Couto na igreja de Braga, que estudara Direito Canónico durante vários anos num Estudo Geral e tencionava estudar, sobre um benefício incompatível como dito arcediagado
- 12-5 Bula do Papa Nicolau V concedendo a João Gomes de Abreu, arcediago do Couto, nobre, que estudara e tinha intenção de continuar a estudar Direito Canónico, qualquer benefício incompatível com o arcediagado do Couto
- 16-5 Súplica de Nuno Dias Camelo, Bacharel em Decretos e vigário geral do arcebispo de Braga D. Fernando, sobre benefícios incompatíveis, nomeadamente com a igreja paroquial de Duas Igrejas da diocese de Braga
- 2-6 Súplica de António Martins, Doutor em Decretos, a pedir o canonicato e prebenda de Lisboa e a igreja de Santa Maria de Loures
- 8-6 Carta de D. Afonso V de mercê a Álvaro Teixeira de 4 500 reais brancos, anuais, de mantimento para o Estudo
- 9-6 Carta de D. Afonso V de perdão a João Vesugo onde figuram Mestre Confalo, bacharel em Medicina e os Doutores Lopo Gonçalves, Pero Lobato e João Pereira

- 9-6 Súplica de Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso, sobre o mosteiro de Fonte Arcada, vacante pela privação de Frei Gonçalo, professor de Teologia e ocupado havia cerca de dez anos pelo Dominicano Frei Fernando de Chelas, também professor de Teologia
- 9-6 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso, o mosteiro beneditino, de Fonte Arcada que o dominicano Frei Fernando de Chelas, Professor de Teologia, possuía durante dez anos sem título canónico
- 10-6 Carta de D. Afonso V confirmando a tença de 210 000 libras anuais ao Doutor Vasco Fernandes por fazer as cartas em latim
- 10-6 Carta de D. Afonso V de tença de 10 000 reais brancos anuais ao Doutor Pero Esteves
- 11-6 Carta de D. Afonso V autorizando João do Porto, porteiro e sacador do Estudo Geral de Lisboa, a usar armas
- 12-6 Carta de D. Afonso V de mercê a Rui Pereira de 9 000 reais brancos anuais de mantimento para o Estudo
- 16-6 Emprazamento onde figura, como testemunha, Gomes Eanes, escolar
- 17-6 Sumário da carta de Afonso V de doação a Diogo da Fonseca, bacharel em Leis, dos bens de Lopo da Fonseca, por este ter estado na batalha de Alfarrobeira, com o Infante D. Pedro
- 25-6 Carta de D. Afonso V nomeando procurador dos ingleses na Alfandega de Lisboa a Pedro Sanches, escolar de Direito, onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 27-6 Procuração dada por D. Afonso V a João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis, para tratar do casamento do Imperador Frederico com a Infanta D. Leonor
- 29-6 Carta de D. Afonso V concedendo uma tença de 2 000 reais brancos a Nuno, moço da Câmara do Infante D. Fernando, para frequentar o Estudo
- 30-6 Carta de D. Afonso V de mercê ao Mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, onde figura o Doutor João Fernandes da Silveira
- 1-7 Carta de D. Afonso V de mercê a Afonso Pires, de 2400 reais brancos anuais de mantimento para o Estudo
- 1-7 Carta de D. Afonso V de mercê ao Mosteiro de S. Domingos de Vila Real, onde figura Marfim Anes, escolar
- 3-7 Carta de D. Afonso V nomeando escrivão dos hospitais e albergarias de Lisboa, onde figura o Doutor João Pereira
- 4-7 Alvará de D. Afonso V de privilégio a Jacob Cofem, judeu, onde refere João Rodrigues, bacharel em Leis
- 10-7 Carta de D. Afonso V, concedendo, anualmente, 5 143 reais brancos a Rui de Sampaio, de mantimento enquanto estiver no Estudo
- 11-7 Carta de D. Afonso V de mercê a Afonso, filho de Gabriel Gonçalves, de 3 685 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 23-7 Carta de D. Afonso V de perdão a Álvaro Gonçalves, onde figura Afonso Anes das Leis e os Doutores Rui Gomes de Alvarenga e Pero Lobato
- 25-7 Carta de D. Afonso V de mercê a Nuno Gonçalves de 2 880 reais brancos e panos, anuais, para mantimento, vestir e calçar para o Estudo
- 7-8 Carta de D. Afonso V de mercê a Pedro de Meneses de 8 000 reais brancos anuais de mantimento para o Estudo
- 12-8 Carta de D. Afonso V de privilégio a Estevão Afonso, onde figura o Doutor Rui Fernandes
- 16-8 Carta de D. Afonso V concedendo a tença de dois mil reais brancos a Estevão de Nápoles, seu mestre
- 25-8 Bula do Papa Nicolau V mandando restituir a Álvaro Afonso, Doutor em Decretos e mestre-escola de Coimbra, outrora chanceler-mor do Infante D. Pedro, regente do reino, e seu familiar, os benefícios de que fora privado pelo bispo de Coimbra por ocasião da guerra entre o Infante e D. Afonso V
- 28-8 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios a Diogo Pires, bacharel em Teologia
- 28-8 Súplica de Álvaro Fernandes, clérigo de Lisboa, Bacharel em Decretos e Escritor das letras da Penitenciaria Apostólica, sobre a igreja paroquial de S. Cristóvão de Cabanões, da diocese do Porto, e sobre o canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de João de Évora, ocorrida na Cúria Romana, o qual fora familiar do falecido cardeal português D. Antão Martins
- 28-8 Bulas do Papa Nicolau V concedendo a Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos e escritor das letras da Penitenciaria Apostólica, a igreja de S. Cristóvão de Cabanões, da diocese do Porto, e o canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de João de Évora, ocorrida na Cúria Romana, o qual fora familiar do cardeal português D. Antão Martins, e encarregando da execução o bispo de Mondonhedo, o prior do mosteiro de Grijó e o arcediago de Lisboa
- 29-8 Súplicas do Infante D. Henrique a favor de Frei Afonso Velho, Dominicano, Mestre em Teologia e seu confessor, embaixador junto do Papa
- 5-9 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 9 500 reais de tença a Rodrigo e Pero, filhos de Paio Rodrigues, contador-mór, enquanto estivessem no Estudo
- 9-9 Carta de D. Afonso V de confirmação de privilégios aos reguengueiros de Vila Pouca, onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 10-9 Carta de D. Afonso V nomeando João do Porto escrivão dos feitos que se tratam perante o conservador dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 20-9 Carta de D. Afonso V de quitação a Diogo Afonso Malheiro, onde figura o Doutor Pero Esteves
- 22-9 Carta de D. Afonso V criando novamente o Estudo Geral de Coimbra, com os mesmos privilégios que tinha o de Lisboa
- 30-9 Carta de D. Afonso V nomeando Frei Álvaro da Mota, mestre de Teologia, reitor do Estudo Geral de Coimbra
- 30-9 Carta de D. Afonso V nomeando João André conservador do Estudo Geral de Coimbra
- 6-10 Carta de D. Afonso V de mercê de 3 000 reais brancos anuais a Abraão, filho de Mestre Guedelha, de mantimento para o Estudo

- 13-10 Carta de D. Afonso V de confirmação de privilégios, liberdades e mercês ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, onde figura Álvaro Pires, bacharel em Leis
- 13-10 Súplica de Fernando Peres de Santa Marta, da diocese de Mondonhedo, referindo que João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e embaixador do rei de Portugal ao Papa, lhe tinha alcançado certara a expectativa
- 22-10 Carta de D. Afonso V de privilégio a Martim Anes, filho de João Pires, escolar e onde figuram os Doutores Rui Gomes de Alvarenga e Lopo Váz de Serpa
- 12-11 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais brancos a Rui Lopes Coutinho, de mantimento enquanto estivesse no Estudo
- 16-11 Emprazamento onde figura, como testemunha, Fernão de Elvas, escolar de Cânones
- 21-11 Carta de D. Afonso V de mercê a Beatriz Fernandes, onde figura o Doutor Pero Faleiro
- 21-11 Carta de D. Afonso V de perdão a Álvaro de Aboim, onde figuram os Doutores Lopo Gonçalves, Rui Gomes de Alvarenga e Lopo Vasques de Serpa
- 24-11 Carta da visitação realizada por D. Antão, Bispo de Ronda e Mestre de Teologia, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 8-12 Carta de D. Afonso V de licença a Frei João Martins, Mestre em Teologia e Provincial dos Mosteiros da Ordem de S. Domingos, a andar em besta muar de sela e freio
- 19-12 Sumário da carta de D. Afonso V concedendo licença a Pedro Migueis, bacharel, para andar em besta muar de sela e freio
- 19-12 Súplica de João de Elvas, Licenciado em Decretos e clérigo da diocese de Évora, sobre benefícios
- 21-12 Instrumento de doação onde figura Frei Nuno de Elvas, bacharel em Teologia
- 22-12 Carta de D. Afonso V autorizando Diogo Esteves a andar em besta muar onde figura o Doutor Lopo Vasques de Serpa

1451

- 6-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Álvaro de Salvaterra, criado do Doutor Vasco Fernandes
- 10-1 Carta de D. Afonso V nomeando Gonçalo Martins, Chanceler da comarca da Beira, onde figuram João Rodrigues, bacharel em Leis e o Doutor Pero Lobato
- 11-1 Notícia sobre letras testimoniais concedidas ao familiar pontifício Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos, Escritor das letras da Sagrada Penitenciária, cónego de Évora e mestre-escola da colegiada de Santa Maria de Santarém
- 11-1 Carta de D. Afonso V nomeando Gil Vasques, escolar de Direito, juiz de Elvas, onde figuram os Doutores Rui Gomes de Alvarenga e Lopo Vasques de Serpa
- 12-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Lobato
- 28-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Trintão Alvares onde figura o Doutor Lopo Gonçalves
- 4-2 Súplica do bispo de Silves D. Luís, a favor de Álvaro Vasques, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a preferência na consecução de graças expectativas
- 23-2 Súplica do Franciscano Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, sobre o mosteiro de S. João de Alpendurada que pos suía, em virtude da execução feita pelo prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Gomes, por mandado de Eugénio IV, contra o defunto bispo de Mégara, D. André Dias, pedindo a confirmação de quanto fizera o prior
- 23-2 Bula do Papa Nicolau V confirmando a privação que o prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Gomes Anes, fizera do mosteiro de S. João de Alpendurada contra D. Frei André Dias e a favor de Frei Gil de Tavira, Licenciado em Teologia, e a posse do mosteiro da parte deste último após a morte do bispo
- 13-3 Súplica de Violante Pereira, mulher de João Fernandes, Doutor em Leis sobre o indulto de altar portátil, como fora concedido ao marido quando ele, então solteiro, era embaixador de D. Afonso V, rei de Portugal, ao Papa
- 22-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais brancos a Rui de Castro, de mantimento para o Estudo
- 24-3 Carta de D. Afonso V de aforamento de casas em Lisboa a Gabriel Gonçalves, onde refere Afonso Anes, bedel, já falecido
- 28-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 7 200 reais brancos a Vasco de Miranda, filho de Martim Afonso de Miranda, de mantimento para o Estudo
- 29-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a tença de 6 000 reais brancos a Gomes Eanes, canonista
- 8-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 140 reais a João Rodrigues, filho do Doutor Rui Fernandes, de mantimento para o Estudo
- 10-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais brancos a Alvaro Fernandes, filho do Doutor Rui Fernandes, de manúmento para o Estudo
- 20-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais brancos a Arpim Borges, de mantimento enquanto estivesse no Estudo
- 24-4 Carta de D. Afonso V nomeando Alvaro Anes escrivão da moeda de Lisboa, onde figura o Doutor João Fernandes
- 29-4 Carta de D. Afonso V legitimando Vasco Fernandes, escolar de Cânones, onde figuram os Doutores Rui Gomes de Alvarenga e Lopo Vaz de Serpa
- 12-5 Carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Diogo da Fonseca a andar em besta muar de sela e freio
- 24-5 Sumário da Carta de D. Afonso V autorizando a andar em besta muar a Pedro Álvares, bacharel de El-Rei que ensinava os moços fidalgos
- 24-5 Súplica de Afonso Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Miguel do Outeiro, da diocese de Viseu, e Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra

- 24-5 Bula do Papa Nicolau V dirigida ao oficial de Coimbra, mandando conferir o canonicato e prebenda de Coimbra a Afonso Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Miguel do Outeiro, da diocese de Viseu, e Bacharel em Decretos
- 29-5 Súplica de João Gonçalves, Bacharel em Teologia e cónego de Silves, sobre a expedição das letras apostólicas quanto a dois benefícios incompatíveis
- 31-5 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais brancos a João Rodrigues da Costa, filho de Rui Galvão, seu secretário, de mantimento para o Estudo
- 2-6 Súplica de Alvaro Vasques, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a chanzia da igreja colegiada de Santa Maria de Alcáçova, de Santarém, vacante por morte de João Anes
- 3-6 Súplica de Alvaro Fernandes de Andrade, cónego de Évora, Escritor das Letras da Penitenciaria Apostólica, Bacharel em Decretos, mestre-escola da Guarda e protonotário apostólico, sobre a administração dos territórios portugueses da diocese de Badajoz
- 21-6 Carta de arrendamento de duas herdades, em Bda, feito por Rodrigo de Sequeira, bacharel em Leis, reitor do Colégio criado pelo Doutor Diogo Afonso Mangancha, e outros, a Martim Afonso, tabelião em Beja
- 26-6 Bula do Papa Nicolau V concedendo a indulgência plenária a Pedro Esteves, cavaleiro e Doutor em ambos os Direitos, e a sua mulher Isabel Pinheira, da diocese de Braga
- 5-7 Carta de D. Afonso V de privilégio a Pedro Álvares, onde figura o Doutor Mestre Estevão
- 5-7 Carta de D. Afonso V isentando de aposentadoria ao Doutor Vasco Fernandes
- 7-7 Carta de D. Afonso V autorizando Vasco de Resende, repetidor de Lógica no Estudo Geral de Lisboa, a trazer espada de ambas as mãos
- 29-7 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 500 reais brancos a João, filho do Doutor Luís Martins, de mantimento para o Estudo
- 6-8 Bulas do Papa Nicolau V dirigida uma ao interessado Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos e escritor da Penitenciaria Apostólica e outra ao bispo de Grasse, ao abade de Tibães e ao arcediogo do Porto, sobre o canonicato, prebenda e mestre-escolado da Guarda, a conferir ao dito Álvaro Fernandes
- 7-8 Instrumento de partilha onde figura Vasco Martins de Rebelo, Doutor em Cânones
- 13-8 Carta testemunhável dada por D. Afonso V a Marfim Afonso de Melo onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 17-8 Súplica de Mendo Rodrigues, cónego de Coimbra, o qual estudara Direito Canónico durante vários anos, sobre a chanzia de Coimbra
- 24-8 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando Fernão Garcia, bacharel em Cânones, estudante no Estudo Geral de Lisboa, a andar em besta muar
- 24-8 Carta de D. Afonso V autorizando Álvaro Dias, bacharel em Cânones e estudante no Estudo Geral de Lisboa, a andar em besta muar de sela e freio
- 25-8 Carta de visitação realizada por João Martins, bacharel em Degredos, à Igreja de Santiago de Óbidos, onde figura Mestre Fernando
- 29-8 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios a lavradores dos Reguengos no termo de Montermor-o-Velho, onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 31-8 Carta de D. Afonso V onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 25-9 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Lopo Afonso, clérigo da diocese de Lamego, que estudara Direito Canónico durante vários anos, sobre a igreja de S. Miguel da Lajeosa, da diocese de Viseu, e canonicato, prebenda e chanzia de Coimbra
- 29-9 Carta de D. Afonso V privilegiando Gil Martins que servira Álvaro Pires Vieira quando estivera no Estudo
- 9-10 Súplica de Álvaro Fernandes, cónego de Évora, Bacharel em Decretos e escritor das letras da Penitenciaria Apostólica, sobre o indulto de poder recitar o Ofício divino segundo o costume da Igreja de Roma
- 13-11 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Pedro Lourenço, clérigo de Lamego, Bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Alloncorvo
- 22-11 Carta de D. Afonso V por onde se comprova que o Doutor Mestre Afonso Madeira estudou e se doutorou em Medicina no Estudo Geral de Salamanca
- 23-11 Súplica de João Afonso, sacerdote da diocese de Lisboa, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Joane, disputada pelo Dominicano, Frei Rodrigo de Sintra, Bacharel em Teologia
- 2-12 Súplica de Nuno Álvares sobre o mosteiro de Santa Maria de Aguiar, da diocese de Lamego, que tinha sido dado em comenda por Eugénio IV a Fernando Álvares de Cardoso, cónego de Viseu e Bacharel em Artes e Medicina
- 4-12 Súplica de Lopo Rodrigues, clérigo de Coimbra, sobre a igreja paroquial de S. Lourenço do Bairro, da diocese de Coimbra, a que renunciara Pedro Afonso, Licenciado em Decretos

1452

- 4-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Martins Vasques, onde figuram os Doutores Lopo Vaz, de Serpa e João Beliágua
- 24-1 Carta de D. Afonso V de mercê a Pedro Fernandes, onde figura o Doutor Pero Lobato
- 15-2 Letra de anexação da igreja de S. João de Ovil ao deado da catedral do Porto por Diogo Dias, Bacharel em Degredos e vigário geral do bispo do Porto, D. Gonçalo
- 28-2 Súplica de João Gonçalves, cónego de Silves e Bacharel em Teologia, pregador na presença de reis e de príncipes, pedindo o indulto de receber os rendimentos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal
- 3-3 Carta de D. Afonso V aumentando em mais 1 000 reais brancos o mantimento para o Estudo, a António do Sem
- 5-3 Sentença onde figuram Gonçalo Anes, bacharel em Degredos e Gonçalo Martins, escolar de Direito
- 9-3 Carta de D. Afonso V designando Gonçalo Martins, escolar de Direitos, procurador do número em Bda e seu termo e onde figura o Doutor Pero Lobato

- 11-3 Súplica do Fraticiscano, Frei Estêvão de Guimarães, Leitor de Teologia, ao serviço da duquesa de Bragança, pedindo que as determinações do Papa quanto à anulação dos benefícios dos religiosos de Ordens Mendicantes não lhe sejam aplicadas
- 1-4 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego, Bacharelem Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, de que tinha sido privado Luís Anes
- 1-4 Bula do Papa Nicolau V mandando ao bispo do Porto e ao chantre e arcediogo de Lamego, confirmam o canonicato e prebenda de Coimbra a Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos
- 4-4 Carta de D. Afonso V concedendo 3 530 reais brancos a Duarte, filho de Luís Afonso, de mantimento para o Estudo
- 12-4 Carta de D. Afonso V concedendo 4 500 reais brancos a Joane, filho de Paio Rodrigues, de mantimento para o Estudo
- 13-4 Carta de D. Afonso V concedendo 4 800 reais brancos a Gonçalo Dias Lobo, de mantimento para o Estudo
- 13-4 Súplica em forma de motu proprio de Frei Lourenço de Elvas, Dominicano, professor de Teologia e embaixador de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre o mosteiro de Pombeiro, que lhe fora concedido em comenda depois de ter vagado por morte de Vasco Pereira, notário apostólico
- 14-4 Carta de D. Afonso V concedendo 6 000 reais brancos a Gonçalo de Gois, de mantimento para o Estudo
- 14-4 Carta de D. Afonso V concedendo 4 800 reais brancos de mantimento a Nuno Gonçalves, bacharel em Leis
- 20-4 Súplica do bispo de Coimbra a favor de Lopo Afonso sobre o mestre-escolado de Coimbra, sobre o qual havia mais de doze anos havia litígio entre vários clérigos, nomeadamente Estêvão Afonso, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em Decretos
- 20-4 Bula do Papa Nicolau V a favor de Lopo Afonso que sucedera a Estêvão Afonso, Doutor em Decretos, nos direitos ao mestre-escolado de Coimbra, sobre o qual se litigava havia mais de doze anos
- 20-4 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Pedro Lourenço, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Moncorvo e Bacharel em Decretos, sobre benefícios incompatíveis
- 22-4 Súplica em forma de motu proprio de Frei Lourenço de Elvas, Dominicano e Professor de Teologia, sobre o mosteiro beneditino de Pombeiro,
- 27-4 Súplica de Luís Lourenço, clérigo da diocese de Viseu, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Sardoura, da diocese de Lamego, a que Diogo Dias, Bacharel em Decretos, tinha renunciado
- 29-5 Súplica de Fernando Martins, cónego, que estudara na Faculdade de Teologia da Universidade de Lisboa, onde deslava estudar Direito Canónico e juntamente Teologia, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, ao mesmo tempo que estudar ambas as disciplinas
- 4-5 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Bacharelem Decretos, que trabalhara porque Portugal prestasse a devida obediência ao Papa quando ele fora eleito, sobre prerrogativas e graças concedidas aos familiares do Papa
- 4-5 Bula do Papa Nicolau V concedendo a preferência na consecução do canonicato e prebenda de Lisboa e dum benefício, da colação do bispo e cabido de Évora, a Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Bacharel em Decretos
- 5-5 Súplica das freiras do mosteiro de S. Domingos de Santarém sobre a confirmação da abadessa ou prioresa Maria Árias, eleita depois da prioresa Leonora ter resignado nas mãos do provincial dos Dominicanos, Frei João Martins, professor de Teologia
- 13-5 Súplica de Diogo Dias, Bacharel em Decretos e cónego do Porto, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Várzea de Ovelha, da diocese do Porto, que lhe fora conferida por Diogo Anes, Bacharel em Decretos e arcediogo do Porto
- 13-5 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, cónego de Lamego, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Caria, da diocese de Lamego, vacante por morte de Fernando Álvares, que fora familiar do cardeal D. João, do título de S. Pedro ad Vincula
- 24-5 Carta de D. Afonso V concedendo 4 000 reais brancos a Fernando, filho de Mestre Martinho, físico, de mantimento para o Estudo
- 5-6 Carta de D. Afonso V concedendo perdão a Lopo Gonçalves, mestre de Lógica do Estudo Geral de Lisboa
- 9-6 Súplica de João Afonso, clérigo da diocese de Lisboa, com cerca de quinze anos de idade e cónego de Évora, que desejava estudar Artes, sobre benefícios incompatíveis
- 10-6 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego, Bacharel em Decretos, o qual fora reitor da Universidade de Lisboa e regente da cátedra de Cânones durante dois anos, sobre a união da igreja de Santa Maria de Caria da diocese de Lamego ao mestre-escolado desta Sé que pedia fosse criado, para desta forma se prover à formação intelectual dos clérigos e cónegos da Sé, apesar de aquela igreja ter sido unida à Universidade, mas ainda sem efeito, no tempo do Papa Martinho V
- 15-6 Súplica de Diogo Lourenço, reitor da igreja de S. Salvador de Maiorca, da diocese de Coimbra, sobre o canonicato e prebenda de Silves ou do Algarve, que tinham sido conferidos, sem a devida licença ou dispensa de ilegitimidade, a Lourenço Vasques, Bacharel em ambos os Direitos
- 20-6 Súplica de João Peres, clérigo de Évora e Bacharel em Decretos, sobre o deado da catedral de Lamego
- 20-6 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 20-6 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, que estudara Direito Canónico durante mais de cinco anos e ainda estudava na Universidade de Lisboa, sobre benefícios incompatíveis
- 22-6 Súplica de João Gonçalves, Bacharel em Teologia e Pregador, sobre indulto concedido anteriormente, a prorrogar por toda a vida
- 23-6 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, sobre a expedição das letras apostólicas relativas à erecção do mestre-escolado na sé de Lamego, união à mesma dum canonicato e prebenda e outras concessões feitas pelo Papa
- 27-6 Súplica de D. Afonso, duque de Bragança e Conde de Barcelos, a favor de Vasco Peres de Lisboa, eremita de Santo Agostinho, Bacharel em Teologia e capelão e confessor do duque

- 27-6 Bula do Papa Nicolau V concedendo a Vasco de Lisboa, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e Bacharel em Teologia, a pedido do duque de Bragança, D. Afonso, de quem era capelão e confessor, benefícios eclesiásticos
- 27-6 Súplica de Frei Diogo do Porto, Dominicano, prior do mosteiro de S. Domingos do Porto, Mestre em Teologia, e de Frei João de Laureto, também Dominicano e Bacharel em Teologia, sobre a isenção dos mesmos contra o bispo do Porto e seus vigários que os perseguiram e excomungavam sob pretexto de eles se negarem a prestar contas quanto a certos testamentos, de que eram executores
- 27-6 Bula do Papa Nicolau V dirigida ao prior do mosteiro de Grijó, mandando averiguar se os executores de testamentos estavam obrigados por costume imemorial a prestar contas ao rei de Portugal e não ao bispo, e fazer justiça ao prior do mosteiro de S. Domingos do Porto, Frei Diogo do Porto, mestre em Teologia, e Frei João de Laureto, bacharel também em Teologia, que os vigários do bispo tinham excomungado e pretendiam prender pelo facto de lhes não prestarem contas da execução de certo testamento
- 1-7 Súplica de Frei Lourenço de Elvas, Dominicano e Professor de Teologia, abade do mosteiro de Powbeiro, a favor de Rodrigo Afonso, também Dominicano, que estivera durante vários anos a seu serviço e deslava fazer-se monge do dito mosteiro beneditino
- 1-7 Súplica de Gonçalo Lourenço, secretário do bispo de Coimbra, sobre a igreja de Santa Alaria de Linhoso, que vagara pela promoção do bispo de Silves e pelo casamento de Pedro Afonso, Licenciado em Decretos
- 6-7 Súplica de Pedro Lourenço, sacerdote de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes pela privação de Pedro de Ataíde
- 11-7 Súplica dos irmãos e sacerdotes de Lamego, Pedro Lourenço, reitor da igreja de Santa Maria de Torre, da diocese de Braga, Bacharel em Decretos, e Diogo Lourenço, reitor da igreja de S. Salvador de Maiorca, da diocese de Coimbra, que estudara durante vários anos Direito Canónico, sobre o indulto por sete anos de estudarem Direito Civil, com faculdade de receberem graus na mesma disciplina
- 13-7 Súplica de Diogo Lourenço sobre o canonicato e prebenda de Lisboa e certas porções que vagaram pela morte de João Lopes da Costa, Doutor em Decretos, cubiculário e capelão de honra pontifício
- 15-7 Súplica de João de Carnide, monge de Alcobaça, sobre a absolvição de homicídio, em que participara antes de entrar no mosteiro, quando com certo colega de estudo, certa noite saía de casa de certo Doutor, sob cuja direcção estudara Direito Canónico na Universidade de Lisboa
- 15-7 Súplica de Diogo Lourenço, reitor da igreja de S. Salvador de Maiorca, da diocese de Coimbra, que estudara durante mais de cinco anos Direito Canónico e estudava ainda na Universidade de Lisboa, sobre benefícios incompatíveis
- 15-7 Súplica de Pedro Lourenço, sacerdote de Lamego, sobre o deado de Lamego
- 15-7 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, que estudara durante vários anos Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa e certas porções, vacantes por morte de João Lopes da Costa, Doutor em Decretos, cubiculário e capelão de honra do Papa
- 15-7 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego, que estivera no Estudo Geral durante oito anos e um ano na Cúria Romana sobre certa dispensa anterior
- 18-7 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, que estudara Direito Canónico durante cinco anos na Universidade de Lisboa, onde estudava, sobre a capelania de S. Pedro da catedral de Lamego
- 18-7 Súplica de Pedro Lourenço, sacerdote de Lamego, Bacharel em Decretos, sobre a união da igreja de Santa Maria de Caria ao mestre-escolado de Lamego, cuja criação o Papa tinha concedido ao suplicante
- 5-8 Bula do Papa Nicolau V mandando a D. João, bispo de Ceuta, residente na cidade de Lisboa, que absolve João de Carnide do reato de homicídio cometido antes de entrar no mosteiro de Alcobaça, quando, sendo clérigo de ordens menores, estudava Direito Canónico na Universidade de Lisboa, ao regressar a casa com um colega, depois de sair, já de noite, da casa do seu professor
- 17-8 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, rectificando que estudara Direito Canónico durante cerca de quatro anos e não cerca de cinco, como dissera em súplicas anteriores
- 17-8 Bula do Papa Nicolau V concedendo benefícios eclesiásticos incompatíveis com a igreja de S. Salvador de Maiorca, da diocese de Coimbra, a Diogo Lourenço, filho de nobres da cidade de Lamego, o qual estudara Direito Canónico durante cerca de quatro anos
- 17-8 Súplica de Adriano Guilherme, arcediogo de Lamego e Bacharel em Teologia, sobre benefícios incompatíveis
- 8-9 Sumário da carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Vasco Fernandes
- 12-9 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos e sacerdote de Lamego, sobre a chantria de Coimbra, vacante por morte de João Lopes da Costa, Doutor em Decretos
- 12-9 Bula do Papa Nicolau V dirigida ao prior do mosteiro de Folgues, da diocese de Coimbra, mandando conferir chantria de Coimbra, vacante por morte de João Lopes da Costa, capelão e cubiculário, que Mendo Rodrigues possuía indevidamente, a Pedro Lourenço, sacerdote de Lamego e Bacharel em Decretos
- 15-9 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 6 000 reais brancos a João de Meneses, de mantimento para o Estudo
- 21-9 Notícia sobre a nomeação de Pedro Lourenço, cónego de Lamego Bacharel em Decretos como cubiculário de Nicolau V
- 2-10 Sumário da carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Vasco Fernandes de Lucena
- 3-10 Súplica de Mendo Peres, Licenciado em Decretos, sobre a igreja de Santa Maria de Azinhoso, vacante pela promoção do bispo de Silves e pela resignação do Doutor Vasco Rodrigues, advogado consistorial, bem como pelo casamento de Pedro Afonso, Licenciado em Decretos, a qual igreja tinha sido concedida ao dito Mendo Peres pelo arcebispo de Braga
- 5-10 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, que estudara durante vários anos Direito Canónico, sobre o deado de Évora, vacante pela morte de Fernando Álvares Cardoso, protonotário da sé apostólica

- 5-10 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, sobre o canonicato, e prebenda de Lisboa e outros benefícios vacantes por morte de Fernando Álvares Cardoso, protonotário apostólico
- 7-10 Súplica de Gonçalo Lourenço, secretário do bispo de Coimbra, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Arraiolos, vacante pelo facto de Fernando Álvares Cardoso, Bacharel em Medicina, possuir a dita paróquia com o deado de Évora e a igreja paroquial de Santa Maria de Caria, sem dispensa apostólica
- 7-10 Súplica de Afonso Vicente, cônego de Coimbra e bacharel em Decretos, vigário geral do bispo de Coimbra, sobre benefícios incompatíveis
- 7-10 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, presente na Cúria e cubiculário pontifício, sobre a permuta de benefícios
- 12-10 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, sacerdote e cônego de Lamego cubiculário do Papa, sobre a administração da capela de Santa Catarina, existente na catedral de Lamego
- 12-10 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote de Lamego, que estudara durante vários anos Direito Canónico, sobre a tesouraria de Lamego
- 14-11 Carta de D. Afonso V dirigida a João Rodrigues, bacharel em Leis, onde figura o Doutor Pero Lobato
- 25-11 Súplica de Afonso Lourenço, familiar do rei de Portugal e Bacharel formado em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Murça
- 28-11 Sumário de uma carta de D. Afonso V, dando Fernão Vasques, escolar de Leis, por procurador de Beja e seu termo

1453

- 24-1 Certidão com as verbas do testamento de Afonso Anes e pensão legada ao Cabido do Porto para certos aniversários, passada por Diogo Dias, Bacharel em Degredos e vigário geral do bispo do Porto, D. Gonçalo
- 10-3 Sentença onde figuram Diogo Álvares e Lopo de Barros, escolares de Direito Canónico
- 13-3 Bulas do Papa Nicolau V sobre a concessão ao arcebispo de Braga, D. Fernando, do mosteiro de S. Martinho, de Mancelos, a que Gil Afonso renunciara por meio de Pedro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e Licenciado em Decretos, seu procurador na Cúria Romana
- 4-4 Sumário de uma carta dada a Luís Peres, repetidor de Gramática em Lisboa
- 14-4 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios aos reguengueiros da Terra de Cambra, onde figura Lopo Gonçalves, Doutor em Leis
- 18-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais brancos a Marfim Gomes, filho do Doutor Pero Esteves, de mantimento para o Estudo
- 21-4 Súplica de João Fernandes, sacerdote da diocese de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Banho, antigo mosteiro de Cônegos Regrantes, transformado em igreja paroquial pelo arcebispo de Braga
- 5-5 Bula do Papa Nicolau V dirigida ao bispo de Ceuta, mandando confirmar a eleição da prioresa do mosteiro das Dominicanas de Santarém, Maria Arias, já aprovada por autoridade ordinária pelo provincial dos Dominicanos da província de Portugal João Martins, mestre em Teologia, que tinha aceitado a resignação da prioresa anterior de nome Leonor
- 12-5 Carta de D. Afonso V onde figuram o bacharel João Rodrigues e os Doutores João Beliágua e Lopo Vasques de Serpa
- 12-5 Bula do Papa Nicolau V concedendo a absolvição de inabilidade e infâmia a Fernando Rodrigues, clérigo da diocese de Braga, que retivera a igreja paroquial de Santa Maria de Bagunte, pertencente ao direito de padroado de Bragança, durante alguns anos, sem se ordenar sacerdote, frequentando então o Estudo Geral
- 13-6 Carta de D. Afonso V ordenando a Diogo da Cunha, fidalgo da casa real, que aprendesse no Estudo Geral de Lisboa e concedendo-lhe determinada quantia de moradia para seu mantimento
- 19-6 Súplica de Afonso Peres, clérigo do Porto e Bacharel em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-6 Súplicas do guardião e frades do mosteiro de S. Francisco de Lisboa sobre a incorporação do mesmo na Universidade de Lisboa, com todos os privilégios e prerrogativas concedidos ao dito Estudo Geral, sendo considerados como estudantes da dita Universidade, e do Ministro provincial, guardião e frades do dito convento de S. Francisco para que os frades que desfiarem ser promovidos ao grau de Mestres em Teologia, devam ler antes durante dois anos Filosofia ou Teologia num convento da Ordem no Reino de Portugal e durante outros dois anos ler e cursar Teologia no convento de Lisboa
- 26-6 Bula do Papa Nicolau V ordenando que o Estudo Geral de S. Francisco de Lisboa fossem incorporado na Universidade de Lisboa
- 14-7 Súplica de Antão Martins, clérigo de Lisboa e Doutor em Decretos, para que o bispo do Porto lhe possa conferir as Ordens menores e sacras, sem obrigação de respeitar os interstícios, em qualquer igreja
- 26-7 Súplica de Lourenço Abul, clérigo da diocese da Guarda, e de Antão Martins, clérigo de Lisboa e Doutor em Decretos, em questão perante o bispo de Ceuta, D. João, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, a que o dito Antão Martins renunciava
- 1-8 Carta de D. Afonso V dispensando João Álvares, morador em Coimbra, a pedido de Frei Álvaro da Mota, mestre em Teologia e reitor do Estudo Geral de Coimbra, do pagamento de peitas, fintas e talhas
- 24-9 Bulas do Papa Nicolau V sobre a nomeação de Álvaro Afonso, clérigo de ordens menores e Doutor em Decretos, para bispo de Silves
- 2-10 Carta de D. Afonso V nomeando capelão e seu orador Pedro Lourenço Homem, bacharel em Degredos, reitor, lente e conselheiro do Estudo Geral de Lisboa

- 6-10 Súplica do chantre e cabido da colegiada de Guimarães, bem como de Vicente Anes e Tomé Peres sobre certos canonicato e prebenda da dita colegiada, o qual Vicente Anes tinha eleito sub-executor da graça respectiva a Fernando Afonso, cónego de Braga e Licenciado em Leis
- 20-10 Súplica de Pedro Lourenço, Bacharel em Decretos, em contenda com Martinho Alho, Licenciado em Direito, sobre a chantria de Coimbra, vacante por morte de João Lopes da Costa, que fora cubiculário e capelão de honra do Papa

1454

- 16-1 Instrumento de contrato de casamento e dote onde figura como testemunha Nuno Fernandes Tinoco, bacharel em Direito
- 3-2 Instrumento de obrigação onde figura, como testemunha, o Doutor Pedro Afonso
- 2-3 Carta de legitimação de João Fernandes e de Isabel Fernandes, filhos de Fernando Afonso, licenciado em Leis
- 14-3 Súplica de Pedro Anes, clérigo da diocese do Porto, que estudara Direito Canónico durante mais de três anos, desejando continuar os estudos até se doutorar, sobre dois benefícios eclesiásticos incompatíveis e indulto por sete anos para não ser obrigado a receber as Ordens sacras por motivo desses benefícios durante o período de estudo
- 14-3 Súplica de Fernando Rodrigues, reitor da igreja de Santa Maria de Bagunte, da diocese de Braga, Bacharel em Decretos, sobre o priorado do mosteiro de S. Simão de Junqueira
- 14-3 Bulas do Papa Nicolau V mandando receber na Ordem de Santo Agostinho e conceder o priorado conventual do mosteiro de S. Simão de Junqueira, da diocese de Braga, a Fernando Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Bagunte, da diocese de Braga e Bacharel em Decretos
- 16-3 Súplica de Mendo Rodrigues, deão de Coimbra, sobre a dispensa quanto à menção dos vários anos de estudo de Direito Canónico nas letras apostólicas sobre concessão de dois benefícios incompatíveis
- 21-3 Carta de D. Afonso V concedendo privilégio à vassalo a Marcos Anes, bacharel em Artes, onde figura o Doutor João de Vila Real
- 22-3 Carta de D. Afonso V concedendo uma tença a João Teixeira Correão, para mantimento no Estudo
- 26-3 Carta de D. Afonso V nomeando Alvaro de Abreu, procurador de número erre Ponte de Lima em substituição de João Afonso, escolar, onde figura o Doutor Lopo Vaz de Serpa
- 30-3 Carta de D. Afonso V aposentando João do Porto, sacador das rendas do Estudo, a pedido do Reitor, lentes e conselheiros da Universidade do Estudo Geral de Lisboa
- 13-4 Súplica dirigida ao Papa Nicolau V sobre o novo vigário da Igreja de S. Tomé anexada à Universidade de Lisboa
- 13-4 Súplicas de João Afonso, cónego de Évora, a estudar Direito Canónico na Universidade de Lisboa, onde residia havia mais de cinco anos, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudasse, e de não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas por algum benefício, bem como de estudar Direito Civil
- 25-4 Carta de D. Afonso V nomeando Lourenço Martins, porteiro e sacador da Universidade do Estudo de Lisboa
- 7-5 Carta de D. Afonso V nomeando procurador de número da Casa do Cível de Lisboa a Rui Gonçalves, escolar de Leis
- 10-5 Carta de D. Afonso V dando licença ao bacharel João Sanches, a andar em besta muar
- 18-5 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando Frei Pedro Rijo, licenciado em Teologia, a andar em besta muar de sela e freio
- 20-6 Carta de D. Afonso V concedendo perdão a João Dias, licenciado em Medicina
- 2-7 Súplica de Arias Dias, Doutor em Decretos, secretário da rainha de Castela, Dona Isabel, portuguesa, e reitor da igreja de Santa Maria de Barcelos, sobre benefícios incompatíveis
- 23-7 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando Pedro Botelho, escolar de Leis, a andar em besta muar
- 10-9 Bulas de Nicolau V concedendo a Álvaro Vasques, cónego de Braga, bacharel em Decretos e procurador do arcebispo de Braga na Cúria, o priorato, do mosteiro de S. Salvador do Souto, da Ordem de Santo Agostinho e da diocese de Braga
- 19-10 Súplica de Lopo Vasques, Doutor em Leis, sobre o indulto de altar portátil para si, sua mulher e familiares
- 23-10 Bula do Papa Nicolau V concedendo ao Doutor Lopo Vaz de Serpa, Doutor em Leis, e a sua mulher a indulgência plenária
- 30-10 Sumário da sentença da Relação Eclesiástica onde figura Brás Gomes, escolar de Direito Canónico e Reitor do Estudo Geral de Lisboa

1455

- 14-1 Carta de D. Afonso V de mercê a João Brás, Diogo Brás e Brás Afonso que estudavam em Salamanca
- 15-1 Carta de D. Afonso V onde figura João Rodrigues, bacharel em Leis Súplica das Infantas Dona Catarina e Dona Joana, irmãs de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Jorge Martins, seu confessor,
- 1-2 Licenciado em Teologia e reitor da igreja paroquial de Santa Maria, de Vila Nova de Anfos, da diocese de Coimbra, sobre dois benefícios incompatíveis
- 27-2 Carta de D. Afonso V de privilégio a favor de Abraão Canavaz onde figura Diogo da Fonseca, licenciado em Leis
- 3-3 Carta de D. Afonso V dirigida a Rui Dias do Pão, escolar de Leis
- 18-3 Carta de D. Afonso V mantendo a tença de 7 000 reais brancos para o Estudo, a António do Sem
- 19-4 Sentença lavrada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico
- 20?-4 Bula do Papa Calisto III nomeando capelão pontifício a Rodrigo de Sintra, Dominicano e Bacharel em Teologia
- 20-4 Bulas do Papa Calisto III concedendo a Álvaro de Almeida, Bacharel em Decretos, acólito e familiar pontifício, o canonicato de Viseu com reserva da prebenda e dum benefício da colacã, do bispo e cabido da Guarda

- 20-4 Bula do Papa Calisto III concedendo a Afonso Vicente, reitor da igreja paroquial de S. Miguel do Outeiro, da diocese de Viseu, e Bacharel em Decretos, que a dispensa concedida por Nicolau V possa ser suficientemente provada por estas letras, já que este papa tinha morrido sem serem feitas as respectivas letras
- 20-4 Bula do Papa Calisto III mandando criar o mestre-escolado da sé de Lamego, como existia nas outras dioceses de Portugal, com o fim de o mestre-escola instruir os cônegos, beneficiados e clérigos da sé, e conferir tal mestre-escolado a João Martins, Bacharel em Decretos, conforme já tinha sido determinado pelo Papa Nicolau V que morrera sem serem feitas as respectivas letras apostólicas
- 25-4 Súplica de Antão Martins, presente na Cúria, Doutor em Decretos, clérigo de Lisboa e capelão do administrador da diocese de Lisboa D. Jaime, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-4 Súplica de Nuno Fernandes, clérigo do Porto, em questão com Martinho Alho, Licenciado em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por morte de Gonçalo da Silveira, protonotário apostólico
- 11-5 Publica-forma onde figura Afonso Vicente, bacharel em Degredos
- 16-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Lopo Gonçalves
- 17-5 Carta testemunhal onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis
- 23-5 Carta de D. Afonso V concedendo anualmente a João Garcia, moço escolar, 3 000 reais de mantimento para o Estudo
- 28-5 Súplica de Afonso Lourenço, sacerdote da diocese de Évora, capelão do arcebispo de Lisboa D. Jaime, e Bacharel formado em Teologia, o qual lera durante dois anos Teologia no Convento franciscano de Araceli, de Roma, sobre o mosteiro de S. Martinho de Cucujães
- 29-5 Carta de perdão concedida por D. Afonso V onde figuram os doutores João Beliágua, Deão da Guarda e Lopo Vaz de Serpa
- 2-6 Sentença lavrada por Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico
- 5-6 Carta de D. Afonso V nomeando Arpim Borges recebedor da Universidade de Lisboa
- 19-6 Carta de D. Afonso V autorizando João Perus, clérigo e escolar do Estudo Geral de Lisboa, a comprar casas para sua morada, em Lisboa
- 25-6 Procuração de D. Afonso V em nome da Rainha, sua mulher, onde figura Lopo Gonçalves, doutor em Leis
- 25-6 Instrumento público onde figura João de S. Pedro, escolar de Direito Canónico
- 10-7 Carta de D. Afonso V dando licença ao bacharel Rui Calaça a andar em besta muar de sela e freio
- 15-7 Carta de D. Afonso V de legitimação de João de Coimbra, escolar do Estudo da Universidade de Lisboa
- 17-7 Súplica de Álvaro Vasques, cônego de Braga e Bacharel em Decretos, ao qual fora concedida a igreja de S. Pedro de Pinhel, da diocese da Guarda, sobre a chantria de Coimbra
- 21-7 Carta de D. Afonso V concedendo a tença anual de 4 800 reais brancos a João Pacheco para seu mantimento no Estudo
- 1-8 Bula do Papa Calisto III confirmando súplicas de Eugénio IV, com valor retroactivo, a favor de Álvaro Vasques, cônego de Braga, Bacharel em Decretos, que estudara durante dez anos no Estudo de Salamanca, inclusive Leis, residente na Cúria Romana, depois de ter exercido o ofício de ouvidor na Cúria de Braga
- 30-8 Instrumento de emprazamento dado pelo Cabido do Mosteiro de Santo Agostinho onde figuram o bacharel Frei Diogo, o Doutor Frei Fernando de Barredo, Fernão Gonçalves, escolar de Cânones e Pero Botelho, escolar de Leis no Estudo Geral de Lisboa
- 5-9 Súplica de Afonso Lourenço, sacerdote secular da cidade de Évora, Bacharel formado em Teologia e capelão de D. Jaime, arcebispo de Lisboa, sobre o mosteiro de Santo Tirso
- 13-9 Carta de D. Afonso V nomeando para o seu Desembargo Diogo da Fonseca, licenciado em Leis
- 21-9 Carta de privilégio dada por D. Afonso V, onde figura Diogo da Fonseca, licenciado em Leis
- 30-9 Procuração dada a Arpim Borges, escolar de Cânones, para prover a todos os assuntos relativos à Igreja de Santa Maria de Caria, de Lamego, em nome da Universidade de Lisboa
- 16-10 Súplica de D. Jaime de Portugal sobre o mosteiro de Santo Tirso, a que resignara Afonso Lourenço, sacerdote de Évora e Bacharel formado em Teologia
- 16-12 Bula do Papa Calisto III dirigida a D. Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro, regente do Reino, clérigo de Coimbra e notário apostólico, concedendo-lhe o mosteiro de Santo Tirso, vacante por morte do abade Sugério e pela renúncia de Afonso Lourenço, sacerdote de Évora e Bacharel formado em Teologia
- 19-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Lobato
- 23-12 Súplica de Álvaro de Almeida, mestre-escola de Coimbra, Bacharel em Decretos e familiar do falecido cardeal português D. Antão Martins, pedindo para ser nomeado acólito, cubiculario ou capelão pontifício

1456

- 9-1 Arrendamento onde figura Pero Cordeiro, escolar de Gramática
- 30-1 Carta de D. Afonso V onde refere Afonso Lopes, bacharel, estudante na Universidade do Estudo de Lisboa
- 3-2 Aforamento onde figura, como testemunha, Pedro Anes, escolar de Leis
- 6-2 Arrendamento onde figura, como testemunha, Afonso Anes, escolar de Leis
- 9-2 Alvará de D. Afonso V autorizando o bacharel Fernão Machado a andar em besta muar de sela e freio
- 10-2 Bula do Papa Calisto III concedendo dois benefícios eclesiásticos incompatíveis, incluindo um mosteiro, da Ordem de Cister, a Frei Afonso Velho, Dominicano, professor de Teologia, embaixador de D. Afonso V e confessor do Infante D. Henrique
- 11-2 Carta de D. Afonso V nomeando Gomes Eanes Aranha, bacharel em Leis, corregedor do Reino do Algarve

- 12-2 Sentença lavrada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico, onde figura o bacharel Diogo Gonçalves
- 13-2 Carta de D. Afonso V de perdão a Álvaro Anes, onde refere João Rodrigues Mealheiro, bacharel em Leis
- 23-2 Carta de D. Afonso V de perdão a Jorge Pires, onde figura Diogo da Fonseca, licenciado em Leis
- 25-2 Bula do Papa Calisto III concedendo a Frei Afonso Velho, Dominicano e mestre em Teologia, o indulto de escolher confessor, que o possa absolver mesmo dos casos reservados à Santa Sé
- 26-2 Súplica de D. Afonso, duque de Bragança e conde de Barcelos, favor de Martim Gomes, seu familiar, com treze anos de idade, estudar no Estudo Geral de Lisboa e filho de um cavaleiro, Doutor em ambos os direitos, pedindo um benefício eclesiástico com cura de almas para quando ele atingisse 16 anos, frequentando o Estudo Geral
- Fevereiro-Abril Bula do Papa Calisto III dirigida ao bispo de Ceuta, mandando conferir benefícios a Nuno Martins, clérigo da diocese de Évora e estudante de direito na Universidade de Lisboa, a pedido dos embaixadores do rei de Portugal
- Fevereiro-Abril Bula do Papa Calisto III concedendo, a pedido dos embaixadores de Portugal João de Meneses e Frei Afonso Velho, Dominicano e Mestre em Teologia, indulgências aos visitantes do ermitério de Santa Maria erigido por Pedro Afonso, reitor da igreja de S. Romão de Vila Cova Vez de Avis, da diocese do Porto
- 1-3 Carta de D. Afonso V nomeando tabelião do civil e crime em Coimbra e seu termo a Rui Gonçalves, escolar de Leis
- 1-3 Carta de D. Afonso V de perdão a Estêvão Anes, onde figura Gomes Eanes Aranha, bacharel em Leis
- 6-3 Bula do Papa Calisto III dirigida aos bispos de Silves e de Tavante e ao Professor de Teologia Frei Afonso Velho, Dominicano, mandando absolver o rei D. Afonso V, os prelados e outros clérigos de Portugal que tinham contribuído com rendimentos eclesiásticos para as despesas havidas com o casamento de sua irmã Dona Joana como rei de Castela D. Henrique e permitir-lhes tal subsídio
- 8-3 Bula do Papa Calisto III nomeando capelão pontifício e penitenciário menor na Basílica de S. Pedro de Roma a Frei Afonso Velho, Dominicano, Mestre em Teologia, confessor e conselheiro do Infante D. Henrique e embaixador do rei de Portugal D. Afonso V
- 9-3 Sentença lavrada por Hereque Vasques, escolar de Cânones
- 10-3 Carta de D. Afonso V de doação a Rui Gomes de Alvarenga, Doutor em Leis
- 17-3 Bula do Papa Calisto III concedendo ao Infante D. Fernando, duque de Beja, e a sua mulher Dona Beatriz que os seus capelães, chantres e outros clérigos, a seu serviço, e familiares possam receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiverem ao serviço deles, morarem na Cúria Romana ou residirem num Estudo Geral
- 17-3 Bula do Papa Calisto III declarando ter sido sua intenção que Afonso Velho, Dominicano e Mestre em Teologia, embaixador do rei de Portugal, capelão pontifício e penitenciário menor na Basílica de S. Pedro, designado pelo Papa como pregador da Cruzada, ao qual tinha concedido a reserva de dois benefícios eclesiásticos incompatíveis, incluindo um mosteiro da Ordem de Cister nos reinos de Portugal, não fosse prejudicado por outras concessões e preferências feitas a outras pessoas na consecução de tais benefícios, com excepção de cardeais
- 21-3 Bula do Papa Calisto III concedendo a João Lourenço, cónego de Lisboa, a pedido de D. Afonso V, o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 23-3 Bula do Papa Calisto III concedendo a D. Afonso V, rei de Portugal, e à rainha Dona Isabel que os seus capelães, chantres, clérigos, familiares e outros a seu serviço possam receber os proventos dos benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiverem ao seu serviço ou morarem na Cúria Romana ou residirem em algum Estudo Geral
- 23-3 Bula do Papa Calisto III concedendo, a pedido do infante D. Fernando, padroeiro da igreja paroquial de S. Paulo, de Salvaterra de Magos, e irmão de D. Afonso V, rei de Portugal, a dita igreja a João de Elvas, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Aveiras, da diocese de Lisboa, o qual regia a cátedra de Direito canónico da Universidade de Lisboa havia cerca de vinte e cinco anos, com sessenta anos de idade, desejando receber as insígnias doutorais
- 1-4 Bula do Papa Calisto III concedendo a D. Jaime de Portugal, administrador da igreja de Lisboa, prerrogativas e preferências na consecução de benefícios e mosteiros, com alusão às concessões feitas a Frei Afonso Velho, Dominicano e professor de Teologia
- 2-4 Bula do Papa Calisto III concedendo reserva de benefícios a favor de 15 pessoas, que o Infante D. Henrique nomear, e fazendo expressa menção do confessor do infante, Frei Afonso Velho, Dominicano e Mestre em Teologia, quanto a preferências na consecução de benefícios
- 3-4 Bula do Papa Calisto III concedendo indulgências aos que assistirem à pregação de Frei Afonso Velho, Dominicano e professor de Teologia, capelão pontifício, penitenciário menor, embaixador do Rei de Portugal ao Papa, conselheiro e confessor do Infante D. Henrique, e ao dito Frei Afonso a faculdade de conferir, assistido de dois ou três Mestres de Teologia, as insígnias de Mestre em Teologia, com as respectivas atribuições de ensino, a quatro frades de Ordens Mendicantes
- 28-4 Súplica do Infante D. Henrique a favor de Frei Estêvão de Loulé, Franciscano e Leitor Parisiense, o qual estivera nas Ilhas Canárias durante três anos como missionário e tencionava passar às ilhas vizinhas, pedindo o nomeasse capelão pontifício de honra e lhe concedesse um benefício eclesiástico secular ou regular, com cura de almas ou sem ela
- 18-5 Carta de D. Afonso V nomeando procurador nas audiências seculares em Lisboa e seu termo a Diogo Álvares, escolar de Direito Canónico
- 28-5 Instrumento de notificação onde figura Luís Eanes, escolar de Direito Canónico
- 31-5 Isenção concedida a Álvaro de Almeida, Bacharel em Decretos e mestre-escola de Coimbra
- 22-6 Carta de D. Afonso V nomeando procurador do número na comarca de Trás-os-Montes, a Jorge Dias, escolar em ambos os Direitos e onde figura o Doutor Pero Lobato
- 6-7 Súplica do rei de Navarra, a favor de João Gonçalves de Castelo Mendo, sacerdote, Bacharel em Teologia e cónego regante de Santo Agostinho, sobre a união das igrejas paroquiais de Santa Maria de Vila Maior e de Santa Maria de Leomil à igreja paroquial de S. Vicente de Castelo Mendo, da diocese de Viseu

- 14-7 Carta de D. Afonso V transcrevendo capítulos das Cortes de Lisboa onde os procuradoresIdt, Évora pediram autorização para pagar a tença de 3 500 reais a um bacharel que ensinava Gramática e a escrever
- 31-7 Carta de D. Afonso V de perdão a Jorge Dias, escolar de Leis
- 16-8 Carta de D. Afonso V de perdão onde figura o Doutor Lopo Vasques de Serpa e Diogo da Fonseca, licenciado em Leis
- 18-9 Carta de D. Afonso V nomeando juiz, de Portalegre, Arronches e Alegrete, a Pedro da Cruz, bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 20-9 Alvará de D. Afonso V autorizando o bedel da Universidade de Lisboa a fazer-se substituir por pessoa competente no exercício do seu cargo Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos, sobre os canonicato e prebenda de Coimbra, de que fora privado Luís Anes
- 12-10 Certidão de um alvará de D. Afonso V, passada por Fernão Gonçalves, substituto do bedel e notário da Universidade de Lisboa
- 23-10 Súplica de Diogo Lourenço, sacerdote da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a chantria de Viseu
- 16-12 Carta de D. Afonso V nomeando Brás Afonso, escolar, escrivão do corregedor da Corte, e onde figura o Doutor Pero Lobato

1457

- 16-2 Bula do Papa Calisto III concedendo ao cardeal D. Jaime de Portugal que as faculdades concedidas ao Infante D. Henrique quanto à nomeação de certas pessoas para benefícios não possam prejudicar idêntica concessão feita anteriormente ao cardeal quando era simples administrador apostólico da igreja de Lisboa, com referências a Frei Afonso Velho, Dominicano e Mestre em Teologia, confessor e conselheiro do Infante
- 19-2 Carta de D. Afonso V onde figura Lopo Gonçalves, Doutores
- 7-4 Súplica de Lopo Afonso sobre o mestre-escolado de Coimbra, de que fora privado Álvaro Afonso, Doutor em Decretos, pelo bispo de Coimbra D. Luís, após questão ventilada já durante o pontificado de Eugênio IV, na qual entrara também Estêvão Afonso, Doutor em Decretos, e João Beleáguas, Doutor em Leis
- 5-5 Sentença proferida por João de Elvas, licenciado em Degredos, onde refere Diogo Gonçalves, bacharel
- 17-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Lopo Vasques de Serpa e João Rodrigues, bacharel em Leis
- 21-5 Carta da visitação realizada por Luís Banes, escolar de Direito Canónico, à Igreja de Santiago de Óbidos, onde figura Mestre Fernando
- 3-6 Bula do Papa Calisto III dirigida aos bispos de Salamanca e de Lugo, mandando reservar benefícios a favor de Aires Dias, Doutor em decretos, secretário e conselheiro de Dona Isabel, mulher do falecido, rei de Castela D. João, a favor de Martinho Anes, seu esmoler e capelão-mor, de Rodrigo Álvares, seu confessor e mestre dos Infantes, sacerdotes das dioceses de Lisboa, Évora e Silves e de mais sete capelães, a nomear pela rainha
- 18-6 Súplica de Álvaro Vasques, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a união da igreja paroquial de S. Miguel de Gualtar, da diocese de Braga, ao canonicato e prebenda de Braga
- 7-7 Súplica de Bartolomeu Fernandes, Bacharel em Decretos e oficial geral do bispo de Viseu, sobre dois benefícios incompatíveis
- 22-8 Sentença lavrada por Rereque Vasques, escolar de Direito Canónico
- 30-8 Bula do Papa Calisto III concedendo a absolvição por ter passado da Ordem Franciscana sem licença dos Superiores à dos Carmelitas, havia cerca de nove anos, a Gonçalo de Évora, Bacharel em Teologia e então pertencente ao convento de S. Francisco de Lisboa, permitindo-lhe a permanência entre os Carmelitas
- 14-9 Súplica de Mendo, Rodrigues, deão de Coimbra e acólito pontifício, sobre certa causa de privação, outrora comissionada a Vasco Fernandes, Bacharel
- 29-10 Súplica de Vasco Martins, tesoureiro de Viseu e Doutor em Decretos, sobre a tesouraria de Viseu, após a morte de João Nunes que litigara com ele
- 5-12 Sentença lavrada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico

1458

- 14-1 Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos e cónego de Lamego, sacerdote e familiar do Infante D. Fernando, sobre a união da igreja de S. Silvestre de Melões, da diocese de Lamego, ao seu canonicato e prebenda
- 1-2 Súplica de Afonso Vicente, cónego de Coimbra, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Outeiro, da diocese de Viseu, e Bacharel em Decretos, sub-colector da Câmara Apostólica na diocese de Coimbra, sobre o indulto de permutar benefícios
- 1-2 Bula do Papa Calisto III concedendo o canonicato e prebenda de Coimbra, juntamente com a igreja paroquial de S. Miguel de Outeiro, da diocese de Viseu, ou outros dois quaisquer benefícios a Afonso Vicente, sub-colector apostólico na diocese de Coimbra e Bacharel em Decretos
- 16-2 Súplica em forma de Motu proprio de Lopo Gil, clérigo da diocese da Guarda, Doutor em Artes e Medicina, ao serviço do sobrinho do Papa, sobre o arcediagado de Lamego
- 4-3 Sentença lavrada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico e ouvidor Geral de Lisboa
- 14-3 Sentença lavrada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico
- 16-3 Súplica de Vasco Fernandes, reitor da igreja de S. Pisco da Régua, da diocese do Porto, o qual seguia a Cúria Romana há muitos anos, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudasse num Estudo Geral ou seguisse a Cúria

- 29-3 Súplica do rei de Portugal D. Afonso V e de seu irmão D. Fernando sobre o mosteiro de Santa Maria de Cárquere, a favor de Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, familiar do dito Infante
- 12-4 Carta de D. Afonso V onde figura o licenciado Diogo da Fonseca
- 13-4 Súplica do rei D. Afonso V e de seu irmão D. Fernando a favor de Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, familiar do dito Infante, sobre o priorato do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, a que Afonso António renunciara
- 18-5 Súplica do duque de Bragança sobre o mosteiro de S. Salvador do Souto, da Ordem de Santo Agostinho, a favor de Diogo Álvares, cónego do mosteiro, o qual mosteiro tinha chegado a um estado lastimoso depois que o Papa Nicolau V o concedera em comenda a Álvaro Vasques, cónego e Bacharel em Decretos
- 14-6 Carta da visitação realizada por Luís Eanes, escolar de Direito Canónico, à Igreja de Santiago de Óbidos, onde figura Mestre Fernando
- 23-6 Bula do Papa Calista III concedendo a Martinho, Anes, reitor da igreja paroquial de S. Salvador de A.Zurara, da diocese do Porto, e Bacharel em Decretos, outro qualquer benefício incompatível com a dita igreja ou dois benefícios incompatíveis sem a mesma
- 24-7 Pública-forma onde figura Diogo Ferreira, bacharel em Degredos
- 3-9 Bula do Papa Pio II mandando observar certas determinações do seu antecessor Papa Calisto III, relativas ao mosteiro de Santa Eufêmia de Ferreira, da diocese de Viseu, e seus bens passados ao mestre-escolado de Viseu, então criado e conferido a Bartolomeu Fernandes, Bacharel em Decretos, com o ónus de instruir nas artes liberais e outras ciências os clérigos da igreja de Viseu
- 3-9 Bula do Papa Pio II mandando suceder Álvaro Afonso a Lopo Afonso nos direitos ao mestre-escolado de Coimbra, disputado outrora entre ele, clérigo de Lamego, já falecido, e Álvaro de Almeida e Estêvão Afonso, Doutor em Decretos, também falecido, Luís Gonçalves e D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, então Cónego de Coimbra
- 13-9 Súplica de Antio Martins, Doutor em Decretos, e de Mendo Peies, Licenciado em Decretos, respectivamente sobre o deado da igreja de Lamego e igreja paroquial de Santa Maria de Algodres, da diocese de Viseu, e sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 13-9 Bula do Papa Pio II dirigida a António Martins, Doutor em Decretos
- 13-9 Bula do Papa Pio II dirigida aos Bispos de Espoleto e de Silves e ao tesoureiro da Igreja de Coimbra, sobre um pedido de António Martins, Doutor em Decretos
- 3-10 Súplica de Vasco Fernandes, Bacharel em Decretos e clérigo de Coimbra, sobre a pluralidade de benefícios
- 7-10 Súplica de Antão Martins, Doutor em Decretos, e de Mendo Peres, Licenciado em Decretos, sobre o deado de Lamego e igreja paroquial de S. Pedro de Algodres, e sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, possuídos respectivamente pelo primeiro e pelo último
- 14-10 Súplica de Vasco Fernandes, porcionário na igreja paroquial de S. Miguel de Penela, da diocese de Coimbra, e Bacharel em Decretos, sobre a reforma de súplica anterior
- 14-10 Bula do Papa Pio II concedendo a pluralidade de benefícios a Vasco Fernandes, porcionário na igreja de S. Miguel de Penela e Bacharel em Decretos
- 19-10 Súplica de Vasco Anes de Camões, Bacharel em Decretos e clérigo de Évora sobre o meio canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Afonso António
- 19-10 Bula do Papa Pio II mandando ao deão de Coimbra conferir o meio canonicato e prebenda de Coimbra a Vasco Anes de Camões, Bacharel em Decretos
- 21-10 Súplica de João Lourenço, cónego de Lisboa e acólito pontifício, o qual obtivera indulto do Papa Calisto III para receber os proventos de seus benefícios enquanto estudasse ou estivesse ao serviço do rei de Portugal, pedindo a confirmação do indulto por ter omitido a circunstância de alguns benefícios que possuía
- 27-10 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Pero Esteves e Lopo Vasques de Serpa
- 19-11 Carta da visitação realizada por Luís Eanes, escolar de Direito Canónico, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 23-11 Carta de D. Afonso V onde figura Gomes Eanes Aranha, bacharel em Leis e o Doutor Lopo Gonçalves
- 24-11 Bula do Papa Pio II concedendo a Pedro Anes, clérigo da diocese do Porto e estudante de Direito Canónico durante cinco anos, certos benefícios da colação do arcebispo de Braga e do bispo de Coimbra
- 4-12 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais a Luís de Pedrosa, de mantimento para o Estudo
- 20-12 Bula do Papa Pio II nomeando bispo Foliarum a Estêvão Cão, de Portugal, Dominicano e Bacharel em Teologia
- 31-12 Bula do Papa Pio II concedendo, a pedido de D. Afonso V, rei de Portugal, a Frei João Martins, Dominicano e Mestre em Teologia, certas regalias concedidas já pelo Geral da Ordem, em atenção a seus trabalhos em prol da Ordem, nomeadamente do convento de Santa Maria da Vitória ou Batalha

1459

- 11-1 Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos, cónego de Lamego e familiar do Infante D. Fernando, pedindo o indulto de ser acólito e capelão de honra pontifício
- 11-1 Bula de Papa Pio II recebendo Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, entre os seus acólitos e capelães, a pedido do Infante D. Fernando, de quem era familiar
- 13-1 Carta de D. Afonso V onde figura Mestre Madeira, Físico-mor
- 18-1 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Dias, bacharel em Cânones e o Doutor Lopo Vasques de Serpa
- 20-1 Carta de D. Afonso V, de quitação, onde figuram verbas concedidas no Doutor Rui Fernandes
- 24-1 Carta passada por Gonçalo Martins, escolar de Direito Canónico
- 30-1 Carta de D. Afonso V onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis e o Doutor Lopo Vasques de Serpa
- 14-2 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Gonçalves, bacharel

- 20-2 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Lobato
- 21-2 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 11-3 Bula do Papa Pio II concedendo a João Gomes de Abreu, arerdiago do Couto na igreja de Braga, o indulto de receber os proventos de seus benefícios enquanto estiver em algum Estudo Geral ou ao serviço do rei de Portugal ou do duque de Bragança
- 14-3 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Fernão da Silveira
- 14-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais brancos, a Fernão Gonçalves de Miranda, de mantimento para o Estudo
- 24-3 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 3-4 Bula do Papa Pio II concedendo a Pedro Lourenço, licenciado em Decretos, cónego de Lamego e acólito e capelão pontifício a faculdade de permutar seis benefícios
- 11-4 Isenção concedida a Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, acólito e capelão pontifício
- 17-4 Bula do Papa Pio II concedendo a Francisco Flores, Franciscano, o qual estudara na Faculdade de Teologia do Estudo Geral de Salamanca, desfiando continuar os estudos aí ou noutro Estudo Geral, o indulto de durante cinco anos se poder ausentar por dois ou três meses durante o ano por motivo de pregação ou de férias, enquanto estudar em qualquer Estudo Geral ou particular
- 31-5 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, acólito e capelão pontifício, sobre a igreja paroquial de S. Miguel de Tresmiras, da diocese de Braga
- 12-6 Súplica de João Anes, sacerdote da diocese do Porto, o qual estudara Direito Canónico durante muito tempo e ainda estudava na cidade de Bolonha, sobre a pluralidade de benefícios
- 15-6 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Lobato
- 16-6 Súplica de D. Afonso V a favor de seu familiar Pedro de Sousa, clérigo da diocese de Lisboa, estudante de Direito Canónico no Colégio de S. Clemente de Bolonha, que estudara Direito Civil noutro Estudo Geral, sobre o indulto de ouvir, ler, recitar e disputar sobre Leis
- 16-6 Bula do Papa Pio II concedendo a Pedro de Sousa autorização para frequentar as aulas de Direito Civil no Colégio de S. Clemente de Bolonha
- 19-6 Carta de D. Afonso V onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis e o Doutor Pero Lobato
- 19-6 Nomeação de Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos e cónego apostólico de Évora para notário
- 4-7 Emprazamento de umas casas que foram do doutor Diogo Afonso Mangancha, sitas em Lisboa, junto da Igreja de S. Jorge, feito pela Universidade de Lisboa ao ouvidor Diogo Álvares
- 7-7 Bulas do Papa Pio II concedendo a João Xira, com cerca de 20 anos de idade, o arcediagado de Pencla, vacante pela promoção de João Rodrigues à Igreja de Ceuta e pela resignação de Rodrigo Gomes, feita por meio do procurador João Fernandes da Silveira, embaixador do rei de Portugal D. Afonso V e doutor em Leis, tio do beneficiado
- 8-7 Carta de D. Afonso V onde figura João Rodrigues, bacharel em Leis
- 10-7 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Martins, Doutor em Leis
- 10-7 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Bolonha sobre o indulto de ser promovido às Ordens sacras e da pluralidade de benefícios
- 24-7 Súplica de Vasco Anes de Camões, clérigo de Évora e Bacharel em Decretos, o qual depois de ter recebido o grau de Bacharel no Estudo de Salamanca, foi lente publicamente durante mais de três anos, ao presente vigário geral do bispo de Coimbra, sobre a absolvição de inabilidade e infâmia por ter recebido os proventos da vigararia de Santa Maria de Penacova, sem a devida dispensa
- 1-8 Bula do Papa Pio II contra os abusos de certos estudantes universitários quanto às prescrições referentes ao foro académico, a pretexto dos privilégios neste sentido concedidos às Universidades
- 9-8 Súplica de Vasco Anes de Camões, clérigo de Évora e Bacharel em Decretos, sobre a vigararia da igreja paroquial da Santa Maria de Penacova, da diocese de Coimbra
- 9-8 Bula do Papa Pio II dirigida ao prior do mosteiro de Folgues, da diocese de Coimbra, ao deão dc Coimbra e ao arcediago do Porto, mandando absolvei Vasco Anes de Camões, clrigo da diocese de Évora e bacharel em Decretos, o qual, depois de receber o grau de bacharel, leu publicamente nos Estudos de Salamanca e de Lisboa, durante mais de três anos, por ter aceitado e possuído certos benefícios sem se ordenar sacerdote
- 13-8 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Gonçalo Garcia e Álvaro Fernandes, escolar de Leis
- 18-8 Súplica de Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos, cónego de Évora e notário apostólico, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios enquanto estudar num Estudo Geral ou frequentar a Cúria Romana
- 17-9 Bulas do Papa Pio II nomeando bispo de Ceuta D. Álvaro, cónego de Évora e Bacharel em Decretos, por estar vaga a dita Sé devido à transferência de João Rodrigues, arcediago de Penela, para a de Coimbra que vagara pela transferência de D. Afonso Nogueira para a metropolítica de Lisboa, vacante por morte do cardeal D. Jaime de Portugal
- 18-9 Súplicas em forma de motu proprio a favor de Afonso Lourenço, sacerdote de Évora, Bacharel formado em Teologia, de João Afonso, Licenciado em Decretos e familiar do c ardeal D. Jaime, e de Pedro da Silva, deão de Silves e Doutor em Decretos
- 27-9 Súplica do Infante D. Fernando, a favor de Diogo Lourenço, Bacharel em Decretos, sobre a união aos canonicato e prebenda de Lamego da igreja paroquial de S. Paio de Fráguas, da diocese Lamego
- 28-9 Termo da licenciatura e do Doutoramento realizados na Universidade de Bolonha por Fernando de Portugal
- 28-9 Termo do Doutoramento em ambos os Direitos realizado na Universidade de Bolonha por Fernando de Portugal
- 3-10 Carta de D. Afonso V informando que Mestre Salomão Cosem tinha sido examinado pelo Doutor Mestre Afonso Madeira, Físico-mor, sobre pontos que indica e fora aprovado

- 5-10 Bula do Papa Pio II promovendo Gil de Évora, Dominicano e Mestre em Teologia, à sé episcopal de Titiopolis
- 3-11 Carta de D. Afonso V concedendo grafas e merris a Afonso Salgado, bacharel em Artes, Teologia e Degredos
- 5-11 Nomeação de acólito pontifício a Diogo Anes, arcediogo do Porto e Bacharel em Decretos, a pedido de Dona Isabel, que fora rainha de Castela, e do duque de Bragança, D. Afonso
- 29-11 Sentença onde figuram Vasco Anes de Camões, Afonso Vicente e Diogo Ferreira, bichareis em Degredos
- 1-12 Súplica de Mendo Rodrigues Leitão, arcediogo de Seia e nobre, o qual estudara Direito Canónico durante alguns anos, sobre benefícios com cura de almas
- 12-12 Súplica de Nano Fernandes Tinoco, cavaleiro da Ordem de S. Tiago da Espada, procurador do Rei de Portugal D. Afonso V e um dos embaixadores destinado ao Papa Pio II, a favor do seu familiar Fernando Gonçalves, clérigo da diocese de Évora, que estudava Direito Canónico
- 12-12 Bula do Papa Pio II encarregando o bispo da Guarda de conferir a quarianaria de Lisboa, vacante por morte de Álvaro Anes, ao clérigo da diocese de Évora, Fernando Gonçalves que estudava Direito Canónico e pelo qual se interessara junto do Papa um dos embaixadores enviados pelo rei de Portugal ao Romano Pontifício, o cavaleiro da Ordem de S. Tiago de Espada, Nuno Fernandes Tinoco
- 20-12 Súplica de Vasco Martins, tesoureiro de Viseu e Doutorem Decretos, sobre a quartanaria de Lisboa, vacante por morte de Álvaro Anes
- Sem data Capítulo das Cortes realizadas em Lisboa onde se proíbe o uso de certos panos no vestuário, mas de que se isentam os doutores, suas mulheres e filhas
- Sem data Carta de D. Afonso V transcrevendo a sentença contra Fernando Vasques, lavrada por Lopo Gonçalves, Doutor em Leis

1460

- 3-1 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel João Gonçalves
- 3-1 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Abraão a exercer Medicina, onde figura o Doutor Mestre Afonso Madeira
- 5-1 Súplica de Martinbo, Alho, Licenciado em Teologia, sobre o arcediogo de Lisboa, após renúncia aos respectivos direitos por Martinho Fernandes, Reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Valados, da diocese de Lisboa
- 5-1 Bula do Papa Pio II renovando a concessão do arcediogo de Lisboa, feita por Nicolau V, e confirmando a posse do mesmo por Martinho Alho, Licenciado em Teologia
- 8-1 Bula do Papa Pio II, concedendo a João Anes, escolar de Lisboa e filho de João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis, embaixador ao Papa do rei de Portugal D. Afonso V, certos benefícios, com dispensa do defeito da idade
- 9-1 Instrumento de emprazamento dado pelo Cabido do Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde figura João Fernandes, escolar de Gramática
- 16-1 Bula do Papa Pio II, concedendo, a pedido do cavaleiro de Lisboa João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis e embaixador de D. Afonso V, rei de Portugal, ao Papa, que o arrendamento de certas casas e propriedades, feito pelo prior e cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra a João Banhes, ao qual sucedera o cavaleiro Fernando Afonso, seguido do suplicante, passe por morte deste a seu filho Fernando Anes
- 21-1 Sumário da carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Faleiro
- 21-1 e 5-2 Composição entre os Dominicanos do Porto e o Cabido da catedral sobre a quarta funeral, na qual intervieram Frei Alvaro, Prior de S. Domingas, bacharel em Teologia, Frei Fernando de Oliveira e Frei Brás, Doutores em Teologia
- 24-1 Instrumento de emprazamento dado pelo Cabido do Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde figura Fernão Martins, escolar de Medicina, filho do Doutor Mestre Afonso, médico do Infante D. Fernando
- 28-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Leonor Pires, onde figura o Doutor Pero Faleiro
- 14-2 Instrumento de emprazamento dado pelo Cabido do Mosteiro de S. Vicente de Fora onde figuram Lançarote Dias e Vasco, Godinho, estudantes no Estudo Geral de Lisboa
- 11-3 Súplica de Martinho Fernandes de Gouveia, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Valado, da diocese de Lisboa, presente na Cúria Romana, sobre indulto ou dispensa da residência pessoal nos seus benefícios, enquanto estiver na Cúria ou residir em algum Estudo Geral
- 28-3 Sumário de um instrumento de perfilhação onde figura João Martins, lente de Gramática Nova
- 15-4 Notícia sobre a transcrição duma bula de Pio II, dirigida a Pedro Lourenço, clérigo de Lamego, Licenciado em Decretos e acólito pontifício, que aliás foi anulada e riscada e de novo feita, segundo consta de anotação marginal
- 17-4 Salvo-conduto do Papa Pio II, concedido a João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis, cavaleiro, conselheiro e chanceler das causas do cível do Rei de Portugal, D. Afonso V
- 24-5 Súplica do ministro geral, provincial, definidores e capitulares do capítulo provincial dos Dominicanos de Portugal sobre a revogação de certos privilégios concedidos a João Martins, dominicano e mestre em Teologia
- 24-5 Bula do Papa Pio II, dirigida ao bispo titular Foliense, D. Estívão de Portugal, residente na cidade e diocese de Coimbra, ao tesoureiro de Coimbra e ao oficial de Lisboa, encarregando-os de anularem os privilégios concedidos anteriormente, a pedido do monarca português, a Frei João Martins, Dominicano e Mestre em Teologia, que eram contrários às Constituições da Ordem e ao legítimo e ordinário governo dos superiores da mesma
- 15-7 Súplica dos Dominicanos Observantes do mosteiro de S. Domingos de Benfca, pedindo dispensa de certos rigores quanto à abstinência de carne, com referências a mestres de Teologia e peritos
- 15-7 Bula do Papa Pio II, encarregando o chantre de Lisboa de dispensar os Dominicanos da Observância do convento de S. Domingos de Benfca de certas limitações quanto a comer carne, com alusão a Mestres em Teologia e outros peritos que viviam no convento
- 19-8 Carta de D. Afonso V onde figura Rui Dias do Pão, escolar de Leis e o Doutor Nuno Gonçalves

- 5-9 Carta de D. Afonso V de confirmação de privilégios aos lavradores de Elvas, onde figuram os Doutores Lopo Gonçalves e Nuno Gonçalves
- 6-9 Carta de D. Afonso V de perdão a Diogo Afonso onde figuram os Doutores Lopo Vaz de Serpa e Lopo Gonçalves
- 17-9 Carta de D. Afonso V de permissão a Pedro Anes onde figuram os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Pero da Silva
- 17-9 Carta de D. Afonso V autorizando a exercer medicina a Mestre Samuel Guoleima, onde figura o Doutor Mestre Afonso Madeira, Físico-mór
- 22-9 Carta do Infante D. Henrique estabelecendo uma pensão perpétua de doze marcos de prata, amiais, para o lente de prima de Teologia do Estudo Geral de Lisboa e ainda algumas outras obrigações
- 13-9 e 28-10 Testamento e codicilo do Infante D. Henrique onde lega doze marcos de prata, anuais, ao lente de Teologia do Estudo Geral de Lisboa
- 23-10 Certidão passada por João de Elvas, licenciado em Degredos, de uma sentença lavrada por João Alvares, lente de Leis do Estudo da Universidade de Lisboa
- 30-10 Sentença lavrada por Lourenço Vasques, bacharel em ambos os Direitos e Álvaro Fernandes, bacharel em Leis
- 29-11 Certidão transcrevendo o testamento e codicilo do Infante D. Henrique
- 29-11 Carta de D. Afonso V onde figura Egas Gonçalves, escolar de Leis e o Doutor Paro Lobato

1461

- 16-1 Sentença proferida por João de Elvas, licenciado em Degredos
- 14-3 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Fernando, cirurgião dei-Rei, a andar em besta muar
- 16-3 Carta de D. Afonso V transcrevendo capítulos das Cortes de Évora de Évora, onde figura o Doutor Pero Lobato
- 18-3 Emprazamento onde figura Arpim Borges, escolar de Leis
- 18-4 Bula do Papa Pio II impondo perpétuo silêncio sobre a causa movida à Universidade de Lisboa a propósito da igreja de S. Pedro de Eiras, no Bispado da Guarda
- 19-4 Sentença lavrada por Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico
- 21-5 Sentença onde figura Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico e João de Elvas, licenciado em Degredos
- 21-5 Súplica de Jorge Martins, Licenciado em Teologia, sacerdote da diocese da Guarda, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Bouças, do padroado do rei de Portugal
- 21-5 Bula do Papa Pio II, dirigida ao arcebispo de Lisboa, bispo de Trogaste e a Antão Martins, cónego de Lisboa, mandando privar Rodrigo Coutinho da igreja paroquial de S. Salvador de Bouças, da diocese do Porto, e conferi-la a Jorge Martins, reitor da igreja da S. Martinho de Lisboa, Licenciado em Teologia
- 26-5 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canónico na Universidade de Bolonha, sobre a pluralidade de benefícios
- 5-6 Exproprioamento onde figura Vasco Gil, conservador dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 9-6 Súplica de Frei João Lopes, Dominicano e Professor de Teologia, sobre o indulto de escolher confessor e sobre a absolvição, inclusive dos casos reservados à Santa Sé
- 9-6 Bula do Papa Pio II, concedendo a indulgência plenária a João Lopes, Dominicano e Professor de Teologia
- 16-6 Súplica de Afonso Anes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Sacavém, da diocese de Lisboa, sobre certa concórdia feita entre o então reitor desta igreja e o reitor, doutores e escolares do Estudo Geral de Lisboa, relativa a certa soma a pagar ao dito Estudo
- 16-6 Bula do Papa Pio II dirigida ao prior do mosteiro de S. Vicente de Fora e ao chantre de Lisboa, encarregando-os da confirmação da concórdia realizada entre o reitor da igreja de Santa Maria de Sacavém e o reitor, doutores e escolares da Universidade de Lisboa sobre certa soma de dinheiro, que o reitor da igreja estava obrigado a pagar todos os anos ao dito Estudo Geral de Lisboa
- 20-6 Emprazamento onde figura, como testemunha, Nuno Machado, escolar
- 16-7 Súplica do arcebispo de Lisboa D. Afonso Nogueira, a favor do seu procurador e secretário Estêvão Gomes, sobre a recepção dos proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiver na Cúria romana ou residir num Estudo Geral
- 17-7 Bula do Papa Pio II, concedendo a Pedro Anes que estudara Direito Canónico durante cinco anos e era familiar do bispo de Coimbra, D. João Rodrigues Galvão, certas prerogativas na concessão de benefícios reservados anteriormente a seu favor
- 18-7 Súplica de D. Afonso, rei de Portugal, sobre benefícios incompatíveis, a favor de João Garcia, Bacharel formado em Teologia
- 18-8 Bula do Papa Pio II concedendo a Pedro Lourenço, acólito pontifício, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos com rigor de exame, um terceiro benefício incompatível além dos que lhe conceder a Nicolau V
- 22-8 Súplica de D. Fernando, duque de Beja e irmão de D. Afonso V, a favor do mestre da sua capela e reitor da igreja paroquial de S. João de Bda, o qual tinha intenção de se dedicar ao estudo das artes liberais
- 22-8 Súplica de Diogo Lourenço, cónego de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a união da igreja paroquial de S. Paio de Fráguas aos ditos canonicato e prebenda de Lamego
- 22-8 Bula do Papa Pio II concedendo a Diogo Lourenço, cónego de Lamego e Bacharel em Decretos, a união da igreja de S. Paio de Fráguas, da diocese de Lamego, ao canonicato e prebenda, por ele possuidor, cujos proventos eram insuficientes para o sustentamento e satisfação das obrigações respectivas
- 31-8 Sentença onde figuram João de Elvas, licenciado em Degredos, Lourenço Vasques, bacharel em ambos os Direitos e Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico,

- 14-9 Carta de D. Afonso V nomeando escrivão dos Contos de Lisboa a Álvaro Anes, escudeiro do Doutor João Fernandes
- 8-10 Súplica de Martinho Gomes, filho de cavaleiro e com 18 anos de idade, que estava num Estudo Geral, ao qual fora concedida a chantria da colegiada de Santa Maria de Guimarães, sobre qualquer benefício eclesiástico
- 5-11 Súplica de Martinho Gomes, clérigo da diocese de Braga, com 18 anos de idade, filho de um cavaleiro e estudante num Estudo Geral, ao qual fora concedida a chantria da colegiada de Santa Maria de Guimarães, sobre qualquer benefício eclesiástico, inclusive qualquer igreja paroquial
- 10-11 Súplica de Fernando Martins, clérigo da diocese de Viseu, Mestre em Medicina e Bacharel formado em Teologia, familiar e procurador do cardeal de S. Pedro ad Vincula, D. Nicolau, sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 1-12 Emprazamento onde figura, como testemunha, Fernão Lourenço, escolar de Teologia
- 10-12 Súplica de Fernando Alvares de Almeida, clérigo da diocese da Guarda, protonotário apostólico e nobre, sobre o mosteiro de S. Salvador de Fonte Arcada, da diocese de Braga, da Ordem de S. Bento, reduzido a igreja paroquial pelo arcebispo de Braga, D. Fernando, depois de Frei Fernando, da Ordem Dominicana e professor de Teologia, ter renunciado à respectiva comenda
- 23-12 Súplica de Lopo Gil, Mestre em Artes e em Medicina, arceidiago de Lamego e estudante de Teologia no Estudo Geral de Pádua, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras durante sete anos

1462

- 30-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Mestre Afonso Madeira, Físico-Mor
- Janeiro sem data Súplica de João Álvares, clérigo da diocese do Porto, o qual estudara Artes durante cinco anos, sobre qualquer benefício eclesiástico, mesmo com cura de almas
- 9-2 Bula do Papa Pio II concedendo a Fernando Alvares de Almeida a igreja paroquial de S. Salvador de Fonte Arcada, outrora mosteiro da Ordem de S. Bento, transformado em igreja secular pelo arcebispo de Braga, o qual fora comenda durante muitos anos de Frei Fernando de Chelas, Dominicano e Professor de Teologia
- 17-2 Carta de D. Afonso V onde figura Nano Gonçalves, Doutor em Leis
- 27-2 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 3-3 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Lopo Gonçalves
- 10-3 Carta de D. Afonso V concedendo anualmente, a Pero de Refoios, 3 000 reais brancos enquanto estiver no Estudo
- 10-3 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero Lobato
- 10-3 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Lopo Gonçalves
- 18-3 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Frei Afonso de Lorvão, Dominicano e Doutor em Teologia, sobre qualquer benefício eclesiástico
- 6-4 Súplica de Aires Dias, cónego do Porto, Doutor em Decretos, outrora familiar do cardeal português D. Antão Martins, sobre a permuta do canonicato e prebenda do Porto com Pedro Vasques pela igreja paroquial de S. Romão de Fonte Coberta da diocese de Braga
- 6-4 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre outra anterior relativa ao Dominicano Frei Afonso de Lorvão, dito nela Doutor em Teologia, quando era apenas Leitor ou Lente, mas não doutor nem mestre, apesar de os Leitores ou Lentes se dizerem Doutores
- 6-4 Bula do Papa Pio II dispensando Frei Afonso de Lorvão, Dominicano e Leitor de Teologia, procurador do monarca português, tratado como Doutor, segundo o costume de Portugal, para obter uma igreja paroquial, pertencente mesmo ao direito de padroado de leigos
- 8-4 Súplica de João Brás, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a absolvição de infâmia e inabilidade
- 27-4 Súplica da Infanta Dona Filipe, a favor de Vasco Tenreiro, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Torres Novas, da diocese de Lisboa, mestre dos filhos do rei de Portugal, Bacharel em Decretos e pregador, o qual estudara Teologia durante muitos anos
- 29-5 Súplica de Gomes Anes Aranha, clérigo do Porto, o qual recebera o grau de Bacharel em Decretos no Estudo Geral de Salamanca, onde leu, a seguir, durante cerca de quatro anos, sobre o doutoramento em Portugal, a conferir por Doutor em Decretos, assistido de outros dois ou três Doutores em Direito Canónico
- 9-6 Carta de visitação realizada à Igreja de Santiago de Óbidos, onde se refere que Álvaro Anes estava ausente no Estudo
- 23-7 Instrumento público onde se faz referência ao Doutor Aires Dias, abade da Igreja de Barcelos
- 24-7 Alvará de D. Fernando mandando descontar nos vencimentos dos lentes do Estudo Geral de Lisboa as faltas dadas
- 24-7 Alvará do Infante D. Fernando proibindo os lentes e escolares do Estudo Geral de Lisboa de advogarem contra a Universidade
- 26-7 Bula do Papa Paulo II concedendo a Rodrigo Dias, cónego do Porto, Bacharel em Decretos e vigário geral do bispo do Porto, a pluralidade de benefícios
- 27-7 Súplica de Jorge Martins, sacerdote, Licenciado em Teologia e confessor de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre o indulto de dizer o ofício segundo o uso da Curia Romana
- 29-7 Súplica de Fernando Martins, de Reriz, clérigo da diocese de Viseu, Mestre em Artes e em Medicina, outrora familiar do falecido cardeal D. Jaime e actualmente do cardeal de S. Pedro ad vincula, D. Nicolau, sobre os privilégios dos familiares pontifícios e dos cardeais
- 9-8 Instrumento de dote e casamento de D. João, filho do Duque D. Fernando com D. Isabel de Noronha, onde figura o Doutor Pedro Esteves
- 14-8 Carta do escambo feito entre D. Afonso V e Catarina Anes, onde há referência a casas do mestre-escola de Lisboa
- 14-8 Súplica em forma de motu proprio de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa, estudante de ambos os Direitos na Universidade de Bolonha durante vários anos, onde ainda estudava, sobre o mosteiro de Santa Maria de Boiro

- 15-8 Acta do Capítulo Geral da Ordem de S. Domingos em que são designados vários professores para o Convento de Lisboa
- 4-9 Súplica de Frei Aires, Dominicano e Mestre em Teologia, da Província de Portugal, sobre qualquer benefício eclesiástico, secular ou regular, mesmo com cura de almas ou igreja paroquial
- 23-9 Súplica de Lopo Gil, Mestre em Artes e em Medicina, arcediogo de Lamego, anteriormente estudante de Teologia no Estudo Geral de Pádua, sobre o indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras durante sete anos, enquanto estudar não só no Estudo de Pádua, mas também noutros, como era sua intenção
- 30-10 Súplica de Fernando de Reriz, Doutor em Artes e em Medicina e familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula sobre a concessão do canonicato e prebenda de Lisboa, que lhe fora feita após a morte de Pedro Anes
- 2-12 Carta de D. Afonso V autorizando Mem de Aguiar, escolar de Leis, a procurar na comarca de Entre Tejo e Odiava
- 23-12 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos, cônego de Lamego e conselheiro do Infante D. Fernando, sobre a igreja paroquial de Vilar Torpim, da diocese de Lamego

1463

- 8-1 Carta de D. Afonso V nomeando João Delgado, escolar de Direito Canónico, juiz, em Santarém
- 24-1 Carta de mercê de D. Afonso V concedendo ao Doutor Rui Gomes de Alvarenga 5 400 reais brancos para mantimentos no Estudo de seu filho Fernão de Melo
- 25-1 Carta de mercê de D. Afonso V concedendo ao Doutor Rui Gomes de Alvarenga 5 400 reais brancos para mantimento no Estudo de seu filho Afonso Rodrigues
- 27-1 Carta de D. Afonso V onde figura João Martins, lente de Gramática Nova em Bda e os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Lopo Gonçalves
- 27-1 Carta de D. Afonso V nomeando João Delgado, escolar em Direito Canónico, juiz de Fora em Estremoz e Portalegre
- 28-1 Súplica de Fernando Martins, de Reriz, clérigo da diocese de Viseu e Doutor em Artes e em Medicina, médico e familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula, D. Nicolau, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes pela promoção de D. Jorge Martins a bispo de Évora
- 29-1 Carta de sentença dada por D. Afonso Nogueira, onde figura o bacharel Lourenço Vasques, João Lobo e Hereque Vasques, escolares de Direito Canónico
- 1-3 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Diogo Dias, mestre-escola do Porto e Bacharel em Decretos, sobre qualquer outro benefício, a reter com o mestre-escolado e a igreja paroquial de Anreade, da diocese de Lamego
- 4-3 Carta de D. Afonso V onde figura Pero Esteves, escolar de Direito Canónico e os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Pero da Silva
- 8-3 Súplica de João Afonso, estudante na Universidade de Lisboa durante sete anos, onde estudava e à qual fora incorporado, esobre a igreja de S. Pedro do Sul, com o ónus duma pensão anual a Afonso Peres, seu pai, que a ela resignava
- 8-3 Bula do Papa Pio II concedendo a João Afonso, que estudara durante sete anos e ainda estudava na Universidade de Lisboa, a igreja paroquial de S. Pedro do Sul
- 15-3 Súplica de Tomé Anes, monge do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, sobre um benefício eclesiástico, para poder continuar os estudos que começara no Estudo Geral de Salamanca, na Faculdade de Decretos
- 24-3 Carta de mercê de D. Afonso V concedendo anualmente 7 200 reais brancos a Pedro de Souto Maior de mantimento, no Estudo
- 2-4 Súplica de Pedro Lourenço, cônego de Lamego, Licenciado em Decretos e conselheiro de D. Fernando irmão de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre a união da igreja paroquial de Vilar Torpim da diocese de Lamego ao canonicato e prebenda lamencenses
- 4-4 Carta de D. Afonso V de perdão a Jorge Dias, bacharel de D. Duarte de Eça, residente em Salamanca, onde refere os Doutores Lopo Vasques de Serpa e Pero da Silva
- 15-4 Carta de D. Afonso V prometendo que as cadeiras da Universidade de Lisboa seriam providas unicamente em quem por todos fosse eleito
- 30-4 Instrumento de avença e transacção onde figura Frei Luís, licenciado em Teologia e vigário do convento do Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, mestre Martinho e mestre Aires e os Doutores Frei Afonso de Alfama e Frei João Fernandes
- 30-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reis ao Doutor Pedro Faleiro para mantimento no Estudo de seu filho Pedro
- 7-5 Carta de D. Afonso V isentando o lente de Medicina da Universidade de Lisboa de ser examinado pelo físico-mor do Reino
- 27-5 Bula do Papa Pio II, dirigida ao bispo de Silves, D. Álvaro Afonso, residente na Cúria, relativa a Lourenço Afonso, que fora acusado de certos crimes perante o ouvidor do Infante D. Henrique, Gil Afonso, e perante Vasco Martins, Doutor em Decretos e ouvidor do dito D. Álvaro Afonso, bispo de Silves
- 20-6 Regimento dado à Alfândega de Lisboa isentando de direitos de importação os livros que os doutores e estudantes trouxeram ou mandarem vir de fora do Reino para seu uso
- 21-6 Súplica de Duarte de Eça, de origem real, estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Salamanca, sobre o arcediagado de Vermoim, na igreja de Braga
- 27-6 Emprazamento onde figura Henrique Lopes, bacharel em Leis
- 30-6 Carta de D. Afonso V onde refere João Gonçalves, cônego do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que ensinava a ler
- 15-7 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre a união de uma igreja do padroado régio e em cada cidade ou diocese do reino de Portugal ao Estudo Geral de Lisboa, já que, em virtude da antiga concessão de João XXIII, só tinham sido

unidas as igrejas de Santa Maria de Sacavém, de S. Nicolau de Lisboa, de Azambuja, de Santa Maria do Castelo, de S. Tiago e Santa Maria de Óbidos, de Santa Maria de Caria, da diocese de Lamego, de S. Pedro de Eiras da diocese da Guarda e de S. Tiago de Montemor-o-Novo e pedido de indulto por sete anos sobre a recepção dos proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, a favor dos professores e estudantes

- Julho Súplica em forma de moto proprio de Vasco Anes, reitor da igreja paroquial de S. Miguel, de Montemor-o-Novo e Bacharel em Decretos, o qual de, de receber o bacharelato leu publicamente durante mais de dois anos nos Estudos Gerais
- 16-7 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Frei Afonso de Lorvão, Dominicano e Leitor de Teologia, sobre o priorato do mosteiro de S. Jorge, da diocese de Coimbra
- 19-7 Nova súplica sobre a união de igrejas paroquiais do padroado régio e de cada cidade e diocese de Portugal ao Estudo Geral de Lisboa, completando a anterior
- 19-7 Bula do Papa Pio II confirmando e completando a união feita pelo Papa João XXIII de várias igrejas à Universidade do Estudo de Lisboa
- 21-7 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e estudante de ambos os direitos na Universidade de Bolonha, sobre a arcediagado de Cerveira, da diocese de Tui, situado em terras de Portugal
- 23-7 Súplica do Infante D. Fernando a favor de Frei Luís de Beja, Franciscano e Bacharel formado em Teologia, seu confessor, Ministro provincial durante vários anos, sobre qualquer benefício eclesiástico
- 23-7 Bula do Papa Pio II concedendo a Frei Luís de Bda, Franciscano e Bacharel formado em Teologia, que fora provincial dos Franciscanos da Província de Portugal durante vários anos e era confessor do Infante D. Fernando, qualquer benefício eclesiástico secular ou regular, a pedido do mencionado Infante
- 28-7 Bula do Papa Pio II mandando, a pedido de D. Afonso V, ao bispo da Guarda que incorpore e anexe a igreja de Vilar Torpim, da diocese de Lamego, ao canonicato e prebenda que Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos, possuía na Sé lamecense
- 6-8 Instrumento notarial onde figura o Doutor Pero Esteves
- 9-8 Bula do Papa Pio II concedendo a João Afonso de Aguiar que estudara durante alguns anos na Universidade de Sena, onde esperava dentro em breve doutorar-se, certas pensões anuais sobre a reitoria da igreja de Santa Maria das Alcáçovas e a igreja paroquial de S. Tiago de Beja que era conferida a Afonso Esteves
- 10-8 Carta de D. Afonso V nomeando chanceler-mor a Rui Gomes de Alvarenga, doutor em Leis
- 11-8 Carta de D. Afonso V confirmando a coutada de uma quinta, no termo de Santarém, a Rui Gomes de Alvarenga, doutor em Leis
- 11-8 Súplica de Vasco Anes de Camões, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Montemor-o-Velho, da diocese de Coimbra, Bacharel em Decretos, o qual, depois de ter recebido o grau de Bacharel, lera publicamente durante mais de dois anos nos Estudos Gerais de Lisboa e de Salamanca, sobre qualquer benefício eclesiástico, a reter com a dita igreja paroquial, ou dois benefícios com cura de almas, sem a mesma igreja paroquial
- 11-8 Súplica de João Garcês, Doutor em Medicina, sobre a confirmação do aluguer que lhe fora feita pelo arcebispo de Braga, D. Fernando, de certas casas na cidade de Braga e do couto de Moure
- 23-8 Súplica de Vasco Anes de Camões, reitor de igreja de S. Miguel, de Montemor-o-Velho, da diocese de Coimbra e Bacharel em Decretos, o qual depois de recepção do bacharelato, leu publicamente durante mais de dois anos nos Estudos Gerais de Lisboa e de Salamanca, sobre qualquer benefício eclesiástico, a reter com a dita igreja, ou sem ela, sobre dois benefícios incompatíveis, esclarecendo que não tinha referido, na súplica anterior, a circunstância de ter sido dispensado do impedimento de ilegitimidade
- 23-8 Súplica de D. Fernando, irmão de D. Afonso V, rei de Portugal, e administrador da Ordem militar de S. Tiago da Espada, a favor de João Afonso, clérigo de Lisboa e estudante de ambos os Direitos em Sena, esperando doutorar-se aí dentro em breve, quanto ao indulto de ingressar na Ordem militar de S. Tiago de Bda e sobre a reitoria da igreja paroquial de Santa Maria de Alcáçovas, da diocese de Évora, e doutros benefícios eclesiásticos
- 23-8 Bula do Papa Pio II mandando receber Afonso, clérigo de Lisboa e estudante em Sena com pensões anuais sobre as igrejas paroquiais de S. Tiago de Beja e de Santa Maria de Alcáçovas, na Ordem de S. Tiago da Espada, a pedido do governador da Ordem, o duque de Viseu, D. Fernando
- 17-9 Súplica de Afonso Esteves, beneficiado na igreja de Évora, sobre o indulto de não ser obrigado a residir nos seus benefícios, enquanto residir num Estudo Geral ou na Cúria Romana
- 22-9 Súplica de Vasco Anes de Camões, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Montemor-o-Velho, da diocese de Coimbra e Bacharel em Decretos, sobre benefícios eclesiásticos, inclusive da colação das abadessas e conventos de Celas e Santa Clara de Coimbra
- 10-10 Aclaração, por parte de D. Fernando, do alvará de 24 de Julho de 1462 que mandava descontar nos vencimentos dos lentes do Estudo Geral de Lisboa as faltas dadas
- 13-10 Carta de D. Afonso V nomeando tabelião do Cível e Crime de Atouguia e seu termo a João Rodrigues, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, doutor em Leis
- 15-10 Carta de D. Afonso V fazendo mercê de bens a Rui Calaça, bacharel em Leis
- 18-10 Carta de D. Afonso V de mercê de 15 000 reais brancos por ano a Frei João Sobrinho, mestre em Teologia
- 27-10 Carta de D. Afonso V nomeando escrivão da Câmara e dos órfãos do Julgado de Alvarenga e seu termo a Diogo Brandão, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, doutor em Leis
- 15-12 Instrumento de exproprioamento dado pelo Cabido do Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde figura Álvaro Fernandes, escolar e João Vidal e Fernão de Minho, escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 20-12 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, Doutor em Leis
- 28-12 Carta de D. Afonso V mandando pagar uma importância a Frei Pedro, que ia estudar para Inglaterra e onde refere Pero Machado, escolar em Leis

1464

- 7-2 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, Doutor em Leis
- 23-2 Súplica de Fernando Martins de Reriz, Bacharel em Teologia e Doutor em Artes e em Medicina, familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula D. Nicolau, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal
- 12-4 Carta da visitação realizada por Pedro Afonso, bacharel em Degredos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 19-4 Súplica de Álvaro de Almeida, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Zurara, da diocese de Viseu, Bacharel em Decretos e capelão do rei D. Afonso V, sobre a expedição das letras apostólicas, relativas a súplica do dito monarca, a seu favor
- 8-6 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 826 reais brancos a Pero Vaz, de mantimento para o Estudo
- 8-6 Carta de D. Afonso V dirigida a Pero Machado, escolar de Leis
- 15-6 Bula do Papa Pio II dirigida ao arcebispo de Lisboa e bispo da Guarda, sobre a reforma anteriormente estabelecida em dois ou três conventos franciscanos, como existia em muitos oratórios da Observância Franciscana em Portugal, determinando a anulação dessas decisões, por serem já muitos os conventos da Observância e para não ser facilitada a ocupação doutros conventos dos Conventuais que estavam dispostos a seguir a reforma estabelecida pelo Papa Martinho V, continuando assim os estudos nele existentes, inclusive na Faculdade de Teologia
- 1-7 Carta de D. Afonso V confirmando a perfilhação de Gonçalo Rodrigues, onde figura João de Elvas, bacharel em Leis
- 24-7 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais brancos a Henrique de Macedo, de mantimento para o Estudo
- 4-8 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, doutor em Leis e João de Elvas, bacharel em Leis
- 15-9 Carta de D. Afonso V mandando pagar uma importância a um frade da Ordem de S. Francisco que ia aprender em Oxford e onde figura o Doutor Pero da Silva
- 16-9 Bula do Papa Paulo II dirigida a Fernando Martins de Reriz, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Fernelã e Bacharel em Teologia, sobre concessão que lhe fez o Papa Pio II a ele Bacharel formado em Teologia e Mestre em Artes e Medicina
- 29-9 Carta de D. Afonso V mandando pagar 400 reais brancos a Frei Afonso Machado que frequentava o Estudo Geral de Coimbra
- 19-10 Súplica de João Garcia, clérigo da diocese de Évora e Bacharel em Teologia, relativa a concessão e bula do Papa Pio II, em que foi expresso erroneamente ser Bacharel formado em Teologia
- 19-10 Bula do Papa Paulo II dirigida a João Garcia, clérigo da diocese de Évora e Bacharel em Teologia, renovando concessão do Papa Pio II, por na respectiva bula ter sido expresso que ele era Bacharel formado em Teologia, quando era simplesmente Bacharel em Teologia
- 20-10 Carta onde figura Rui Dias, escolar de Direito Canónico
- 12-11 Carta de D. Afonso V onde figura Marfim Anes, escolar
- 1-12 Sentença lavrada por Diogo Dias, bacharel em Degredos e mestre-escola da Igreja do Porto
- 5-12 Carta de D. Afonso V nomeando porteiro e caminheiro do Mestrado de Avis a João Gonçalves, onde figura Pedro Machado, bacharel em Leis
- 21-12 Carta de D. Afonso V nomeando corregedor da comarca e correição de Trás-os-Montes, a Paio Varela, onde figura Pero Machado, bacharel em Leis
- Sem data Sumário do codicilo ao testamento feito por João Alvares, Prior de Santa Maria do Castelo, de Torres Vedras, em que lega umas casas, sitas no Bairro dos Escolares, em Lisboa

1465

- 21-1 Carta de D. Afonso V onde refere Pero Gonçalves, bacharel em Degredos e o Doutor Pero da Silva
- 26-1 Súplica de Aires Dias, cónego do Porto, reitor da igreja de Santa Maria, da diocese de Braga, Doutor em Decretos, secretário e conselheiro de Dona Isabel, rainha de Castela e Leão, sobre o canonicato e prebenda de Ávila
- 28-1 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, Doutor em Leis
- 1-2 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, doutor em Leis
- 9-2 Carta de D. Afonso V onde figura João Martins, bacharel em Cânones e Mestre-escola e o doutor Pedro da Silva
- 12-3 Súplica do Dominicano Frei Gil, Doutor em Decretos e bispo sufragâneo ou auxiliar do arcebispo de Braga, D. Fernando, sobre a recepção numa igreja paroquial
- 31-3 Carta de perdão de D. Afonso V onde figura Pedro da Costa, bacharel em Leis
- 1-4 Bula do Papa Paulo II concedendo por motu próprio a Pedro de Sousa, que estudara durante seis anos ambos os Direitos em Portugal e na Universidade de Bolonha, benefícios da colacção dos bispos e cabidos de Évora e Coimbra
- 18-4 Súplica de Álvaro Peres, chantre de Coimbra, cubiculario e abreviados das letras apostólicas, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou estiver na Cúria Romana
- 10-5 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de João Garcia, clérigo da diocese de Évora e Bacharel em Teologia, sobre a igreja paroquial de Santo André de Lever
- 10-5 Bula do Papa Paulo II renovando concessões do Papa Pio II e próprias e conferindo a igreja paroquial de Santo André de Lever a João Garcia, Bacharel em Teologia
- 15-5 Sentença proferida por Pedro Afonso, bacharel em Degredos

- 28-5 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 000 reais brancos a Rui Boto, de mantimento para o Estudo
- 14-6 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, sobre a igreja paroquial de S. Julião de Zurara, da diocese de Viseu
- 18-6 Carta de perdão de D. Afonso V onde figura Pero da Costa, bacharel em Leis
- 20-6 Súplica de João Afonso, Licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda da Guarda e união da igreja paroquial de S. Tiago de Sovreiro Formosa
- 2-7 Súplica de Garcia de Meneses, deão de Lisboa, de origem régia e de condes, sobre o indulto de não ser obrigado, durante sete anos, a receber qualquer Ordem sagrada por motivo do deado, igreja paroquial de Santa Maria de Logres ou qualquer outro benefício, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral
- 12-7 Súplicas de D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, a favor dos seus sobrinhos João Afonso e Álvaro Afonso, cónegos de Coimbra, este estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena
- 20-7 Súplica de Pedro Afonso, Doutor em Decretos, a pedir absolvição do reato de se ter ordenado subdiácono, depois de ter sido informado erroneamente de que a mulher, com quem se casara clandestinamente, contraíra matrimónio com outro homem, e finalmente de se ter casado com ela publicamente
- 20-7 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote de Silves e familiar do cardeal D. Rodrigo Borgia, sobre benefícios incompatíveis
- 14-8 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Zurara, da diocese de Viseu, e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o indulto de dizer o Ofício divino conforme o costume da Igreja de Roma, fora ou na própria diocese
- 14-8 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, familiar do cardeal vice-chanceler, anteriormente doutorado na Universidade de Bolonha, depois de ter lido durante muitos anos nos Estudos Gerais de Salamanca e de Lisboa
- 21-8 Súplica de João Mateus, capelão do Infante D. Fernando e porcionário na igreja paroquial de Santa Maria de Bda, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral, residir na Cúria Romana ou estiver ao serviço do Infante
- 21-8 Súplica de Rodrigo, cónego de Braga, pedindo indulto de poder administrara todos os fiéis, Medicina
- 26-8 Súplica de João Gil, clérigo da diocese de Évora, estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa, sem qualquer benefício eclesiástico, sobre porções na igreja de S. Jorge de Lisboa e na de S. Miguel, de Torres Vedras
- 29-8 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o cafloficato, e prebenda de Évora
- 31-8 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e estudante na Faculdade de Direito Canónico da Universidade de Bolonha, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 1-9 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, outrora oficial do cardeal D. Jaime, sacerdote da diocese de Silves e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre porções nas igrejas de Santo Estêvão e de Santa Maria de Alenquer
- 12-9 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre indulgências para os visitantes do mosteiro de Santa Maria do Castelo, sujeito à igreja paroquial de S. Julião de Zurara, da diocese de Viseu
- 12-9 Súplicas de Afonso Ames, camareiro do falecido cardeal D. Jaime de Portugal e irmão do bispo de Silves D. Álvaro Afonso, regente da chancelaria apostólica, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto residir na Cúria Romana ou num Estudo Geral ou estiver ao serviço do cardeal vice-chanceler; de Álvaro Afonso, cónego de Coimbra, sobrinho e familiar do dito bispo e estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena; de Afonso Ames, cónego de Coimbra, e de Pedro Resende, clérigo da diocese de Coimbra, também estudante na Universidade de Sena, familiares e respectivamente sobrinho e consanguíneo do bispo de Silves, sobre idêntico indulto
- 12-9 Bula do Papa Paulo II concedendo a Afonso Ames, cónego de Lisboa, irmão do regente da chancelaria apostólica, D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, camareiro do falecido cardeal D. Jaime, o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 12-9 Bula do Papa Paulo II concedendo a Álvaro Afonso, cónego de Coimbra e sobrinho do regente da chancelaria apostólica D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 20-9 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa e sobre porções na vigairaria da igreja de Santa Cruz de Lisboa e de S. Pedro de Alenquer, vacantes por morte de Antio Martins, familiar do falecido cardeal D. Jaime de Portugal
- 10-10 Súplica de Lopo Martins, sacerdote da diocese de Tui, sobre o canonicato e prebenda de Tui, vacantes pelo ingresso em religião de Pero Anes de S. Mateus, Bacharel em Decretos
- 18-10 Súplica de Diogo Gonçalves, cónego de Lisboa, Doutor em Decretos, outrora oficial de Lisboa no tempo da administração do cardeal D. Jaime de Portugal, e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto frequentar algum Estudo Geral ou a Cúria Romana ou estiver em qualquer parte ao serviço do cardeal vice-chanceler ou do bispo de Silves, D. Álvaro, regente da chancelaria apostólica
- 14-11 Súplica de Garcia de Meneses, deão de Lisboa, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 29-11 Pública-forma passada por Rui Dias, bacharel em Degredos
- 2-12 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, familiar do cardeal vice-chanceler, e outrora oficial do falecido cardeal D. Jaime de Portugal, sobre o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões
- 5-12 Instrumento lavrado por João Gonçalves, escolar em Degredos onde figuram João Lobo e Hereque Vasques, escolares de Direito Canónico
- 17-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Mestre Rodrigo

1466

- 13-1 Carta de D. Afonso V de privilégio a João Vasques, onde figura o Doutor João Fernandes da Silveira
- 14-1 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a Jorge de Almada, 7 200 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 20-1 Termo de fiança do empréstimo de livros a escolares, deixados ao Conselho de Lisboa pelo Doutor Pero Nunes
- 28-1 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos, sobre a união da igreja de Santa Maria de Vilar Torpim ao canonicato e prebenda de Lamego, feita pelo Papa Pio II e posterior concórdia com Gonçalo Fernandes, reitor da dita igreja paroquial
- 31-1 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a Marfim Gomes, 6 000 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 13-2 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Pedro Afonso desembargador da Relação
- 18-2 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Abraão Carraro a usar a ciência da medicina, o qual tinha sido examinado pelo Doutor Mestre Afonso Madeira, físico-mor
- 21-2 Carta de D. Afonso V onde figura Mem Gonçalves, bacharel em Leis e o Doutor Rui Gomes de Alvarenga
- 1-3 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores João Fernandes da Silveira e Rui Gomes de Alvarenga
- 5-3 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa, estudante de ambos os Direitos, havia já cerca de seis anos, no Estudo Geral de Bolonha, sobre benefícios incompatíveis
- 18-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 4 800 reais brancos a Gonçalo Figueira, de mantimento para o Estudo
- 20-3 Súplica de Pedro Gonçalves, da diocese de Coimbra, Bacharel em Decretos, reitor da igreja paroquial de Santa Maria Madalena, de Montemor-o-Velho, e estudante em Perusa, sobre benefícios incompatíveis
- 15-4 Carta de legitimação dada por D. Afonso V onde figura o Doutor Pero da Silva
- 7-5 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Diogo Peres, escolar de Direito Canónico e reitor da igreja paroquial de S. Mamede de Vila Marfim, da diocese do Porto, sobre benefícios incompatíveis
- 10-5 Súplica de João Álvares, escolar de Direito Canónico, da diocese de Braga, sobre a faculdade de ascendera todas as Ordens e de obter benefícios
- 11-6 Carta da visitação da Igreja de Santiago de Óbidos realizada por Lourenço Vasques, bacharel em ambos os Direitos e onde figura João Gonçalves, Bacharel
- 20-6 Súplica de João Afonso, Licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora e questão respectiva com certos clérigos
- 4-7 Aforamento feito por Diogo Soares de Albergaria, do conselho de el-rei e governador da casa do Príncipe, e por sua mulher Dona Beatriz de Vilhena a Vicente Anes, cónego do Porto, sobre um monte da freguesia de Avintes, do julgado de Gaia, estando presentes, entre outros, o Doutor Bartolomeu Fernandes, mestre-escola de Viseu
- 9-7 Carta de D. Afonso V onde figura Estêvão Leitão, escolar de Leis
- 26-7 Carta de D. Afonso V legitimando Fernão de Sequeira, escolar de Leis
- 26-7 Súplica de Rodrigo Dias, Bacharel em Decretos, cónego e vigário-geral da Cúria do Porto, sobre benefícios incompatíveis
- 14-8 Súplica de João Afonso, Licenciado em Decretos, clérigo da diocese da Guarda, outrora capelão do cardeal D. Jaime de Portugal, sobre o canonicato e prebenda de Évora e respectiva questão com João Anes
- 19-8 Súplica de João Saraiva, Mestre em Teologia, ao serviço do nobre Vasco Fernandes de Sampaio, sobre benefícios eclesiásticos, apesar de ser religioso
- 30-8 Súplica de João Anes, cónego do Porto e reitor da igreja de S. João de Brito, da diocese do Porto, sobre o indulto de não poder ser obrigado a receber qualquer Ordem sacra, durante seis meses, por motivo da dita igreja, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral
- 18-9 Carta de D. Afonso V concedendo os privilégios e liberdades dos oficiais e lentes do Estado Geral de Lisboa a Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico
- 26-9 Carta de D. Afonso V de perdão a Martim Gonçalves onde figura o Doutor Lopo Gonçalves
- 1-10 Carta de D. Afonso V de ouvidor da casa da Suplicação a Pedro Migueis, onde figura o Doutor João Fernandes da Silveira
- 3-10 Carta de D. Afonso V de perdão a Abraão Negro, onde figura Pero da Costa, bacharel em Leis
- 11-10 Carta de D. Afonso V concedendo graças ao bacharel João Martins, mestre de Gramática em Beja
- 11-10 Carta de D. Afonso V de perdão a Catarina Martins, onde figura o Doutor João Afonso
- 7-11 Súplica de João Anes, cónego de Sora, sobre o canonicato e prebenda de Évora e respectivo litígio com João Afonso, Licenciado em Direito Canónico
- 7-11 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, sobre o arcediagado de Sexta ou de Montemor-o-Novo
- 7-11 Bula do Papa Paulo II dirigida ao abade do mosteiro à Saltadas, mandando conferir o arcediagado de Neiva a João Martins, mestre-escola de Lamego e Bacharel em Decretos, a pedido do conde D. Fernando, primogénito do duque de Bragança
- 10-11 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Nau Gonçalves e Rui Gomes de Alvarenga
- 15-11 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o ato e prebenda de Monte Fisacone, em Itália
- 19-11 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves e Pero da Silva
- 19-11 Alvará de D. Afonso V onde figura o Doutor Pedro da Silva

- 12-12 Carta de D. Afonso V nomeando desembargador ao Doutor João Teixeira, onde figura o Doutor João Fernandes da Silveira
- 16-12 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira

1467

- 15-1 Súplica de João de Melo, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Elvas, de origem nobre e estudante na Universidade de Sena, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou estiver ao serviço do rei de Portugal
- 15-1 Bula do Papa Paulo II concedendo a João de Melo, nobre, estudante no Estudo Geral de Sena, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Elvas, da diocese de Gora, o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal, enquanto estudarem algum Estudo Geral, residir na Cúria Romana ou estiver ao serviço de Portugal, D. Afonso V
- 21-1 Carta de D. Afonso V onde figura Gonçalo Dias, bacharel em Degredos e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 3-2 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e sacerdote da diocese de Lisboa, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Monte Agraço, da diocese de Lisboa
- 6-2 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Salomão Romeiro a usar da arte de Medicina, onde figura o Doutor Mestre Afonso Madeira
- 8-4 Súplica de Diogo Gonçalves, sacerdote da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 15-4 Súplica de João Brásio, cónego de Braga e Bacharel em Decretos sobre certa questão relativa a vários benefícios com Eduardo d'Eça
- 15-4 Súplica de Álvaro Anes, porcionário na igreja de Santo Estêvão de Lisboa, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal, enquanto estiver em qualquer Estudo Geral ou na Cúria Romana
- 15-4 Súplica de João Afonso, Licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora e ardeciagado de Sexta ou de Montemor-o-Velho e respectiva questão com vários clérigos
- 9-6 Súplica de Pedro Anes, reitor da igreja de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra e familiar do cardeal do título presbiterial de S. Clemente, D. Bartolomeu Roverella, arcebispo de Ravena, pedindo o indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sagradas durante cinco anos, enquanto estiver ao serviço do cardeal, residir na Cúria Romana ou estudar em algum Estudo Geral
- 9-6 Súplica de Pedro Anes, reitor da igreja de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra e familiar de D. Bartolomeu, cardeal presbítero de S. Clemente, vulgarmente conhecido como de Ravena, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto estiver ao serviço do cardeal, residir na Cúria Romana ou frequentar qualquer Estudo Geral
- 14-6 Testamento do Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, antigo Protector do Estudo Geral de Coimbra, legando todos os livros da sua livraria à Sé de Braga
- 16-6 Súplica de Pedro Anes, cónego de Coimbra, familiar do cardeal D. Bartolomeu, do título de S. Clemente, e reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, pedindo o indulto por cinco anos de não ser obrigado a receber Ordens sagradas, enquanto residir na Cúria Romana, estudar em algum Estudo Geral ou estiver ao serviço do dito cardeal
- 16-6 Súplica de Pedro de Sousa, cónego de Coimbra e estudante da Universidade de Bolonha, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou estiver ao serviço do rei de Portugal
- 16-6 Súplica de Pedro Anes, cónego de Coimbra e reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, familiar do cardeal de S. Clemente, D. Bartolomeu, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiver ao serviço do cardeal, residir na Cúria Romana ou estudar em algum Estudo Geral, faculdade de arrendar os ditos proventos
- 23-6 Súplica de Pedro Anes, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra e familiar do cardeal presbítero de S. Clemente, vulgarmente conhecido como de Ravena, sobre o indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sagradas durante cinco anos, enquanto residir na Cúria Romana, estudar num Estudo Geral ou estiver ao serviço do cardeal, se entretanto receber o subdiaconato
- 23-6 Súplica de Pedro Anes, cónego de Coimbra, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto estiver ao serviço do cardeal D. Bartolomeu, do título de S. Clemente, de quem era familiar, residir na Cúria Romana ou estudar num Estudo Geral
- 14-7 Súplica de Álvaro Fernandes, cónego de Viseu e familiar de D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 3-8 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 13-8 Súplica de Pedro de Mendonça, Bacharel em Decretos e clérigo de Coimbra, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Bruscos, da diocese de Coimbra
- 14-8 Súplica de Gonçalo Dias, cónego de Viseu e vigário geral do bispo de Viseu, estudante de Direito Canónico no Estudo Geral, durante muito tempo, sobre benefícios incompatíveis
- 1-9 Bula do Papa Paulo II rom referência à bula do Papa Eugénio IV, a favor do reitor da igreja de S. Pedro de Eiras, da diocese da Guarda, Diogo Afonso, que se encontrava na Cúria Romana, onde litigava com certo adversário sobre o canonicato e prebenda da Guarda, tendo sido espoliado da dita igreja pelo bispo da Guarda, vigário geral e Nuno

Álvares, prior do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, a instâncias da Universidade de Lisboa, cujo síndico se intrometera na posse da mesma

- 3-10 Carta de D. Afonso V concedendo a Filipe, filho de João de Lisboa, 3 530 reais brancos, anualmente, de mantimento para o Estudo
- 3-10 Alvará do Infante D. Fernando sobre o pagamento dos salários aos professores do Estudo Geral de Lisboa
- 27-10 Súplica de Pedro Álvares, reitor da igreja paroquial de Santa Maria da Faia, da diocese da Guarda, familiar do bispo de Silves, D. Alvaro Afonso, sobre o indulto de não ser obrigado, durante cinco anos, a receber qualquer Ordem sacra, enquanto residir na Cúria Romana, estudar em algum Estudo Geral ou estiver ao serviço do dito bispo
- 28-10 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, abreviados das letras apostólicas, sobre o arcediagado de Sexta ou de Montemor-o-Novo e respectiva questão com vários clérigos
- 3-11 Bula do Papa Paulo II dirigida ao abade do mosteiro de Castro de Avelãs, mandando conferir igreja paroquial de S. Lourenço a Fernando de Mesquita, clérigo de Braga e Bacharel em Decretos
- 5-11 Carta de D. Afonso V nomeando João Vasques escrivão da coudelaria de Estremoz e termo, onde figura o bacharel Diogo Barroca
- 1-12 Súplica do Infante D. Fernando, a favor de Lourenço Vasques, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Aguda, da diocese de Coimbra, Bacharel em ambos os Direitos, o qual durante cerca de vinte anos leu publicamente Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa, com muitos discípulos, pedindo o indulto de não ser obrigado a receber o subdiaconato ou qualquer Ordem sacra, durante cinco anos, enquanto for lente do dito Estudo
- 11-12 Súplica de Vasco Fernandes, cónego de Coimbra, sobre o arcediagado de Lamego, a vagar pelo matrimónio de Lopo Gil, arcediagado de Lamego, Doutor em Artes e Medicina

1468

- 15-1 Contrato de dote e casamento de Pedro de Albuquerque e de Catarina da Costa, onde figura o Doutor Lopo Gonçalves, Alvaro Gonçalves, mestre-escola e Lourenço Vasques, bacharel
- 22-1 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 400 reais brancos, a Lopo Soares, filho do Doutor Rui Gomes de Alvarenga, de mantimento para o Estudo
- 3-2 Instrumento público onde se faz referência ao Doutor Aires Dias, prior da Igreja de Barcelos
- 6-2 Súplica de Pedro Afonso, leigo da diocese de Coimbra, Doutor em Decretos, sobre a confirmação do arrendamento que lhe fizera o arcebispo de Braga D. Fernando Pires da Guerra dos proventos da câmara de S. Lourenço de Riba de Pinhão, em agradecimento pelos serviços prestados na defesa das liberdades eclesiásticas na Cúria Romana e na Corte
- 10-2 Súplica de Martinho Alho, arcediagado de Lisboa, com cerca de setenta anos e Licenciado em Teologia, sobre o indulto de visitar o seu arcediagado por meio de outras pessoas
- 12-2 Súplica de Vasco Fernandes, sacerdote da diocese de Évora, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Elvas, motivo de litígio de ele e João Afonso, Licenciado em Decretos, com João de Melo, clérigo de Évora
- 12-2 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Vasco Rodrigues de Rebelo, Pero da Silva e João Teixeira
- 13-2 Súplica de Nano Fernandes Tinoco, cavaleiro e preceptor da Ordem militar de S. Tiago da Espada, sobre a porção da igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa, vacante ou a vagar pela promoção de D. João de Melo a bispo de Silves, a favor de seu filho Diogo Tinoco, escolar de Lisboa, que deslava muito estudar
- 15-2 Súplica de João Garcia, sacerdote da diocese de Évora, Licenciado em Teologia e Bacharel em Decretos, sobre benefícios incompatíveis
- 20-2 Súplica de João Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Pedro do Sul, outrora estudante de Direito Civil e a seguir de Direito Canónico no Estudo Geral, com licença do próprio Ordinário de continuar a residir no Estudo sem obrigação de receber a Ordem de presbítero em virtude da dita igreja, tendo depois recebido todas as Ordens sacras, ausente do Estudo por doença do pai, pelo que solicita ao Papa providências a fim de não ser privado dessa igreja
- 5-3 Súplica de Pedro de Sousa, reitor da igreja de Melres, da diocese do Porto e estudante de Direito Canónico na Universidade de Bolonha, sobre o indulto de não ser obrigado a receber qualquer Ordem sacra por motivo dessa igreja durante cinco anos
- 12-3 Súplica de Vasco Martins, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia, tesoureiro de Viseu, sobre benefícios incompatíveis
- 18-3 Carta de D. Afonso V de legitimação de Maria Dias, onde figura o Doutor João Afonso de Aguiar
- 28-3 Carta de D. Afonso V de perdão a Fernão Nunes, onde figuram os Doutores Álvaro Pires e João Afonso de Aguiar
- 11-4 Instrumento de emprazamento onde figura Mendo Afonso, bacharel em Leis
- 27-4 Carta de D. Afonso V autorizando Álvaro de Seixos, bacharel, a andar em besta muar de sela e freio
- 7-5 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Rui Gonçalves e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 14-5 Súplica de Garcia de Meneses, deão de Lisboa e residente no Estudo Geral de Peruca, sobre outro benefício incompatível, além do deado e igreja de Santa Maria de Loures
- 17-5 Sentença proferida por João Gonçalves, escolar de Direito Canónico, onde refere Lourenço Vasques, bacharel em Cânones e Hereque Vasques, escolar de Cânones
- 19-5 Carta de D. Afonso V dando licença ao bacharel Lopo Álvares para andar em besta muar de sela e freio
- 28-5 Súplica de Vasco Chamoá, vigário da igreja de S. Martinho, da diocese de Coimbra e familiar do bispo de Évora, D. Alvaro Afonso, sobre o indulto de não ser obrigado, durante sete anos, a receber qualquer Ordem sacra de diaconato ou presbiterato, enquanto residir em qualquer Estudo Geral ou estiver ao serviço do dito bispo

- 28-5 Súplica de Vasco Chamoá, vigário da igreja de S. Martinho, da diocese de Coimbra e familiar do bispo de Évora, D. Avaro Afonso, sobre o indulto de não ser obrigado a receber qualquer Ordem sacra de diaconato ou presbiterato, em virtude da dita igreja, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral ou estiver ao serviço do bispo de Évora
- 28-5 Carta de D. Afonso V onde figura Lopo Álvares, bacharel
- 8-6 Súplica de Pedro de Sousa, reitor da igreja paroquial de Melres, da diocese do Porto, e estudante no Estudo Geral de Perusa, sobre a prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber a Ordem sacra de presbiterato
- 8-6 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves e abreviados das letras apostólicas, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Lisboa
- 13-6 Contrato de dote e casamento onde figura o Doutor Pero Faleiro
- 5-7 Súplica de João de Almera, Licenciado em Decretos e clérigo da diocese da Guarda sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 9-7 Súplica de Garcia de Meneses, deão de Lisboa e estudante no Estudo Geral de Perusa, sobre o arcediagado de Seia, canonicato e prebenda de Coimbra
- 10-8 Carta de D. Afonso V de confirmação, onde figura Mendo Afonso, bacharel em Leis
- 26- 8 Súplica de Gomes Pais, clérigo do Porto e estudante em Perusa, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 9-9 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Jacob, cirurgião do Príncipe e mestre na arte dos olhos, a examinar os indivíduos que pretendam praticá-la
- 13-9 Sentença dada pelo vigário Geral de Lisboa, onde figura Hereque Vasques e João Lobo, escolares de Direito Canónico
- 17-9 Súplica de Álvaro Anes, clérigo da diocese de Viseu, com cerca de vinte e um anos e estudante na Universidade de Lisboa, sobre a igreja paroquial de S. Martinho, de Pinhel
- 28-9 Súplica de João Anes, reitor da igreja paroquial de S. Miguel de Marmeleira, da diocese de Coimbra, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral
- 8-10 Súplica de Álvaro Peres, chantre. de Coimbra, cubiculário e colector pontifício, sobre concórdia feita com Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos
- 11-10 Carta de D. Afonso V onde refere as capelas que tinha em Sintra o Doutor Pedro Nunes
- 16-10 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, clérigo da diocese de Silves e abreviador das letras apostólicas, sobre o arcediagado de Seia
- 18-10 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves e abreviador das letras apostólicas, sobre várias Porções
- 25-10 Carta de D. Afonso V dada a Frei Álvaro da Pedreira, bacharel em Teologia e vigário do Mosteiro de Santa Maria de Carmo
- 31-10 Carta de D. Afonso V nomeando Fernão de Figueiredo, bacharel em Leis, recebedor da Universidade do Estudo Geral de Lisboa, em virtude da renúncia de Arpim Borges e atribuindo-lhe, anualmente, de mantimento é 6 5000 reais
- 21-11 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, clérigo da diocese de Silves, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra e certos benefícios em igrejas das dioceses de Lisboa e de Coimbra
- 20-11 Carta de D. Afonso V concedendo a Joane, filho do Doutor Mestre Rodrigo, 4 800 reais brancos, anualmente, de mantimento para o Estudo
- 6-12 Carta de D. Afonso V onde refere Lopo Esteves, bacharel
- 7-12 Carta de D. Afonso V onde figura Pero Machado, bacharel em Leis
- Sem data Carta de D. Afonso V concedendo a Fernão de Figueiredo, bacharel em Leis, a tença anual de 4 800 reais brancos

1469

- 3-1 Sentença dada pelo vigário perpétuo da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, de Santarém, onde figura Mestre Estêvão, Doutor em Medicina
- 13-1 Carta de D. Afonso V ao Infante D. Fernando, Protector da Universidade de Lisboa, recomendando que as cadeiras fossem atribuídas aos lentes mais afamados e prudentes
- 18-1 Carta de D. Afonso V concedendo 7 000 reais brancos a Lopo Soares de Melo, filho do Doutor Rui Gomes de Alvarenga, de mantimento para o Estudo
- 18-1 Carta de D. Afonso V concedendo 7 000 reais a Afonso Rodrigues de Melo, filho do Doutor Rui Gomes de Alvarenga, de mantimento para o Estudo
- 30-1 Carta de D. Afonso V dando licença a Mestre Judas, físico, para andar em besta muar de sela e freio
- 14-2 Carta de D. Afonso V onde figura Pero Machado, bacharel em Leis
- 27-2 Carta de D. Afonso V dando licença a Brás Afonso, estudante em Lisboa, para andar em besta muar de sela e freio
- 28-2 Carta de D. Afonso V concedendo a Mestre Fernando, cirurgião-mor do Reino, a tença de 2 857 reais brancos por ano
- 1-3 Carta de D. Afonso V confirmando a perfilhação e doação a João, Bispo onde figura o bacharel João Afonso, notário geral nas terras do Duque de Bragança, e Pero Machado, bacharel em Leis
- 7-3 Súplica de João Afonso, sacerdote da diocese da Guarda e Licenciado em Direito Canónico, familiar e esmoler do Papa, sobre a igreja paroquial de Loures
- 8-3 Carta de D. Afonso V concedendo a Gonçalo Mendes 4 356 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 8-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a Gil, moço da Câmara, filho de Pero Anes, 3 600 reais brancos de mantimento para o Estudo

- 14-3 Súplica de Afonso Fernandes, sacerdote da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre benefícios eclesiásticos
- 16-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a João de Bairros, filho de Diogo de Bairros, 4 800 reais brancos de mantimento para o Estudo
- 17-3 Carta de D. Afonso V dando licença a Mestre Pedro, a usar da arte de curar hérnias e quebrasuras, onde figuram Mestre Gil, cirurgião do Infante D. Fernando e o bacharel Mestre Fernando, cirurgião-mor
- 24-3 Carta de D. Afonso V de perdão a Nuno Fernandes, onde figura o licenciado Luís de Madureira
- 23-4 Carta do Infante D. Fernando anulando um emprazamento e transferindo-o para o Licenciado Mestre Joane, lente da Universidade de Lisboa
- 28-4 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Faim Amam, a usar da arte de cirurgia, onde figura o bacharel Mestre Fernando, cirurgião-mor do Reino
- 2-5 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, cónego de Évora e abreviados das letras apostólicas, sobre benefícios incompatíveis e respectiva permuta
- 9-5 Carta de D. Afonso V nomeando João Fernandes, bacharel em Leis desembargador da Casa do Cível
- 15-5 Súplica de João Afonso, outrora estudante no Estudo Geral, que abandonara para atender ao pai doente, sobre concessão obtida quanto à recepção de Ordens sacras
- 16-5 Dispensa concedida pela Faculdade de Direito Canónico da Universidade de Bolonha a Fernando de Portugal, visto não ter repetido nem ouvido Decretos durante um ano completo e autorização para ser examinado e doutorado em ambos os Direitos
- 17-5 Carta de D. Afonso V de mercê de bens ao bacharel Vasco Fernandes
- 18-5 Súplica de João Afonso, sacerdote de Évora e Bacharel em Teologia, sobre a perpétua porção da igreja de Santo Estêvão, de Lisboa
- 18-5 Termo do exame e Doutoramento em Direito Canónico realizado por Fernando de Portugal na Universidade de Bolonha
- 18-5 Termo do Doutoramento em ambos os Direitos na Universidade de Coimbra, realizado por Fernando de Portugal
- 21-5 Súplica de João Afonso, reitor da igreja de S. Pedro do Sul, outrora estudante no Estudo Geral, sobre concessão obtida quanto à recepção das Ordens sacras
- 21-5 Bula do Papa Paulo II mandando ao tesoureiro de Viseu para o informar sobre a posição de João Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Pedro do Sul, que abandonara os estudos na Universidade de Lisboa para assistir seu pai, gravemente enfermo, na esperança de regressar à Universidade
- 23-5 Carta de D. Afonso V concedendo ao Doutor João Afonso de Aguiar, do Desembargo Régio e seu Secretário 10 000 reais brancos de tença, por ano
- 24-5 Súplica de Vasco Martins, tesoureiro de Viseu, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia, outrora vigário geral do falecido cardeal de Lisboa, D. Jaime, e a seguir do bispo de Sora e do de Lamego, sobre a igreja de S. Pedro de Penude
- 27-5 Instrumento em que Rui Domingues, Bacharel em Degredos e arcediogo da Régua, vigário do bispo do Porto, D. João de Azevedo, refere, e transcreve a sentença proferida por Diogo Anes, Bacharel em Degredos e arcediogo do Porto, vigário nesse tempo de D. Luís, arcebispo de Braga e primás, então bispo do Porto
- 29-5 Carta de D. Afonso V autorizando João do Porto, porteiro e sacador do Estudo de Lisboa, a usar armas
- 9-6 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, clérigo da diocese de Silves e abreviados das letras apostólicas, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Lisboa
- 10-6 Súplica de Vasco Martins, tesoureiro de Viseu, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Penude
- 13-6 Súplica de Vasco de S. Vicente, frade do mosteiro de S. Jerónimo do Mato, pedindo licença para estudar gramática e lógica durante sete anos em qualquer Universidade, cidade ou colégio, bem como filosofia e teologia, com isenção durante de anos relativamente a seus superiores
- 28-6 Carta de D. Afonso V concedendo licença para o Mosteiro de Semide comprar casas em Coimbra, que eram do bacharel Diogo Ferreira
- 2-7 Carta de D. Afonso V dando privilégio a Diogo Ferreira, bacharel em Degredos
- 4-7 Carta de D. Afonso V dando quitação a Marco Lomelim, Genovês, onde figura o Doutor Álvaro Gonçalves
- 15-7 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, sacerdote da diocese de Silves, sobre benefícios incompatíveis
- 9-8 Carta de D. Afonso V confirmando a doação de bens a Fernando Álvares, bacharel em Leis, onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 23-8 Carta de D. Afonso V dando licença a Álvaro Fernandes, bacharel em Leis, para andar em besta muar de sela e freio
- 23-8 Carta de D. Afonso V de perdão a João de Sousa, onde figura o Doutor Lopo Vasques
- 23-8 Carta de D. Afonso V dando licença ao bacharel Fernando Álvares de Rebelo, para andar em besta muar de sela e freio
- 30-8 Carta de D. Afonso V de quitação a Fernão da Silveira e João da Silveira, que iam para Salamanca continuar os estudos
- 13-9 Súplica de Diogo Gonçalves, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, e abreviados das letras apostólicas, sobre o mestre-escolado de Lamego
- 25-9 Carta de D. Afonso V de mercê ao Mosteiro de Santa Maria da Graça, de Lisboa, de que era prior o bacharel Frei Lopo

- 13-10 Súplica de Francisco Costa, clérigo da diocese de Coimbra e familiar do bispo de Évora, D. Álvaro Afonso, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Nine que se esperava viesse a vagar pela consecução do arcediagado de Sexta ou de Montemor-o-Novo por parte de João Afonso, Licenciado em Decretos, familiar e esmoler do Papa Paulo II
- 23-10 Carta de D. Afonso V concedendo privilégio a Rodrigo Álvares de Aragão, bacharel em Medicina e Leis
- 24-10 Súplica de Diogo Anes, acólito e reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Vila Maior, da diocese de Lamego, pedindo indulto de não ser obrigado, durante sete anos, a receber qualquer Ordem Sacra, enquanto estudar numa Faculdade lícita de qualquer Estudo Geral
- 9-11 Carta de D. Afonso V de perdão a Beatriz Fernandes, onde figura Álvaro Anes, bacharele clérigo de missa
- 13-11 Carta de D. Afonso V nomeando desembargador a Fernão de Figueiredo, lente tio Estudo Geral de Lisboa
- 16-11 Carta de visitação realizada por Pedro Afonso, bacharel em Degredos
- 12-12 Súplica de Álvaro Dias, cónego de Coimbra, Licenciado em Artes e Bacharel formado em Teologia, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal
- 12-12 Sentença declarando pertencerem às Igrejas de S. João da Talha, unida à Universidade de Lisboa, e da Madalena, os dízimos da quinta do Bedel
- 14-12 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre a igreja paroquial de Santo André de Lever, diocese do Porto, a favor de João Garcia, clérigo da diocese de Évora, Bacharel em Decretos e Licenciado em Teologia, a estudar Direito Canónico na Universidade de Sena
- 20-12 Súplica de Martinho Anes, cónego do Porto, Bacharel em Decretos, sobre a nomeação de acólito pontifício e respectivos privilégios
- 22-12 Súplica de Frei Afonso Velho, Dominicano, Mestre em Teologia, penitenciário da sé apostólica e lente catedrático da Universidade de Lisboa, sobre o indulto de dizer o Ofício divino conforme aos usos e costumes da Ordem
- 22-12 Bula do Papa Paulo II concedendo a Frei Afonso Velho, Dominicano e professor de Teologia na Universidade de Lisboa, o indulto de poder dizer o Ofício divino segundo o costume da Ordem Dominicana
- 22-12 Súplica de Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra, Doutor em Decretos e sobrinho do bispo de Évora, D. Álvaro Afonso, em forma de motu próprio

1470

- 7-2 Carta de empraçamento onde figura o Doutor Aires Dias, prior da igreja colegiada de Santa Maria de Barcelos
- 24-2 Bula do Papa Paulo II dirigida a Pedro Gonçalves, cónego de Silves, Doutor em Decretos, vigário geral do bispo de Silves, D. João, sobre a preferência na consecução de graças expectativas
- 5-3 Sentença lavrada por Pedro Afonso, bacharel em Degredos
- 16-3 Bula do Papa Paulo II dirigida a Fernando Soares, cónego de Compostela, mandando conferira Pedro Vasques, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena, o canonicato e prebenda de Lisboa, depois de ter havido questão sobre eles entre João Garcia, clérigo da diocese de Lisboa, e o bispo eleito de Coimbra, D. Garcia de Meneses
- 17-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais brancos a Rui Nogueira, de mantimento para o Estudo
- 24-3 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre a união da igreja de S. Salvador de Arraiolos à igreja paroquial de Santo André de Lever, Bacharel em Decretos e Licenciado em Teologia, estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Sena
- 4-4 Súplica de João Garcia, Licenciado em Teologia e Bacharel em Decretos sobre certos canonicato e prebenda, em questão com Garcia de Meneses, bispo eleito de Coimbra
- 30-4 Súplica de Rodrigo Cordeiro, clérigo da diocese de Évora, Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Badajoz
- 4-5 Súplica de D. Fernando, Infante de Portugal, sobre o mosteiro de S. João de Tarouca, a favor de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos, conselheiro e ouvidor do dito Infante
- 11-5 Súplica de João Afonso, sacerdote da diocese de Évora, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Nine, diocese de Braga, à qual resignava João Afonso, Licenciado em Decretos e reitor da dita igreja
- 5-6 Súplica de João Garcia, Bacharel em Direito Canónico e estudante na Universidade de Sena
- 8-6 Súplica de Álvaro Ferrão, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Pinhel e estudante na Universidade de Lisboa, sobre o indulto de não ser obrigado, durante sete anos, a receber qualquer Ordem sacra, enquanto frequentar o Estudo Geral de Lisboa, ou qualquer outra Universidade
- 14-6 Súplica de João Brás, clérigo de Braga e Bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 14-6 Súplica de João Martins, franciscano e Doutor em Teologia, pertencente ao convento de S. Francisco de Lisboa, sobre privilégios que o Ministro Geral da Ordem lhe concedera
- 23-6 Súplica de Dona Filipa, pedindo o indulto para seis capelães seus não serem obrigados à residência pessoal nos próprios benefícios, podendo receber os respectivos proventos, enquanto estiverem ao seu serviço ou frequentarem qualquer Estudo Geral
- 25-10 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, clérigo da diocese de Silves e abreviador das letras apostólicas, em questão com João Anes e Fernando Anes sobre o canonicato, prebenda e chantria de Lisboa, pedindo provisão a seu favor, visto afirmar-se que a nenhum dos litigantes pertencia qualquer direito nesses benefícios
- 25-10 Súplica de Diogo Gonçalves, clérigo da diocese de Silves, abreviador das letras, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Lisboa, disputados entre ele e respectivamente João Anes e Fernando Anes
- 30-10 Súplica de Rui Dias, arcediago da Régua e Bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Alvarelhos, da diocese do Porto
- 13-11 Súplica de Pedro Vasques, clérigo da diocese de Évora, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa

- 13-11 Súplica de João Garcia, clérigo da diocese de Évora, Licenciado em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 16-11 Súplica de João Garcia, clérigo da diocese de Évora e Licenciado em Teologia, sobre o mestre-escolado, canonicato e prebenda de Lisboa, disputados entre ele e Pedro Gonçalves, Doutor em Decretos e clérigo da diocese de Coimbra
- 17-11 Súplica de Diogo Gonçalves, sacerdote da diocese de Silves, Doutor em Decretos e abreviados das Letras apostólicas, sobre benefícios incompatíveis
- 24-11 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo da diocese de Lisboa e estudante no Estudo Geral de Lisboa, sobre o arcediagado do Couto
- 7-12 Súplica de Estêvão Gomes, cónego de Lisboa, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar qualquer Estudo Geral
- 9-12 Súplica de Pedro Afonso, cónego de Coimbra, e Bacharel em Teologia, sobre o arcediago de Coimbra
- 12-12 Súplica de Pedro Vasques, mestre-escola da colegiada de S. Martinho de Cedofeita, em questão sobre o canonicato e prebenda da colegiada de Guimarães com certo clérigo de nome Diogo, confiada aos árbitros Fernando Rodrigues, Doutor em Decretos e reitor da igreja paroquial de Moreira e a João Vasques, leigo e Bacharel em Decretos
- 31-12 Súplica de João Garcia, Licenciado em Teologia e clérigo da diocese de Évora, sobre a chantria de Évora
- Sem data Carta de D. Afonso V de mercê ao bacharel Vasco Tenreiro

1471

- 2-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Violante Afonso, onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 5-1 Súplica de Rodrigo Dias, arcediago da Régua, vigário geral bispo do Porto D. João de Azevedo e bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Alvarelhos
- 8-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João Fernandes
- 9-1 Carta de D. Afonso V nomeando Pero Anes contador da Universidade do Estudo de Lisboa e onde figura o Doutor Rui de Alvarenga
- 9-1 Carta de D. Afonso V confirmando três alvarás do Infante D. Fernando dados à Universidade e estabelecendo a obrigatoriedade dos lentes assistirem aos conselhos, lerem às horas marcadas e todo o tempo, e determinando obrigações do bedel
- 9-1 Súplica de Rodrigo Dias, bacharel em Decretos e arcediago do Porto, sobre certa igreja da diocese do Porto, sobre a qual litigava com João Afonso, licenciado em Decretos e esmolero do Papa
- 11-1 Súplica de André Afonso, clérigo de Coimbra, em virtude de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas, querer resignar porção da Igreja de S. Cristóvão de Coimbra
- 25-1 Carta de D. Afonso V nomeando Diogo Vasquez tabelião do Cível e Crime no Julgado de Aguiar de Sousa, termo do Porto, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, Doutor em Leis
- 5-3 Sentença lavrada por Afonso Gil, bacharel em Degredos
- 20-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a D. Henrique Coutinho, 7 300 reais de mantimento para o Estudo
- 20-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a Aires Gomes 7 000 reais, de mantimento para o Estudo
- 20-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a Francisco de Azevedo 6 000 reais de mantimento para o Estudo
- 23-3 Carta de D. Afonso V concedendo mercês a Juda Negro, sobrinho de Mestre Abraão, físico do Rei
- 23-3 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 5 000 reais a Joane, filho do Doutor Álvaro Pires, de mantimento para o Estudo
- 10-4 Carta de D. Afonso V de mercê a João de Sousa, o Velho, onde figura o Doutor Mestre Afonso Madeira, físico-mor
- 10-4 Carta de D. Afonso V com o freslaão, de capítulos especiais da cidade do Porto, de que era procurador Gomes Eanes Aranha, bacharel
- 16-4 Carta de D. Afonso V concedendo aposentação a João Martins, onde figura Mestre Marco, médico
- 24-4 Sentença proferida por Pedro Afonso, bacharel em Degredos
- 24-4 Súplica de Álvaro Gonçalves sobre a igreja de S. Salvador de Monte Agrajo, vacante por Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas, ter obtido a igreja paroquial de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra, e o arcediagado de Sexta, da diocese de Évora
- 18-5 Súplica de Diogo Pinheiro, reitor da igreja paroquial de S. Mamede, da diocese do Porto, estudante na Universidade de Sena, sobre a confirmação da sentença proferida pelo vigário do arcebispo de Sena, declarando-o não responsável pela morte de estudante que ele ferira em defesa de um seu colega
- 27-5 João Garcia, clérigo da diocese de Évora e licenciado em Teologia apresenta-se na câmara apostólica a obrigar-se pela anata do canonicato e prebenda de Lisboa, em nome de Pedro Vasques
- 28-5 Carta de D. Afonso V concedendo licença e Luís Álvares, bacharel, para andar em besta muar de sela e freio
- 28-5 Carta de D. Afonso V nomeando Vicente Egas, bacharel em Leis, corregedor no Reino do Algarve
- 31-5 Súplica de Brásio Afonso, cónego de Lamego, sobrinho do escritor das letras apostólicas Álvaro Gonçalves, sobre o indulto de receber os proventos dos benefícios, enquanto frequentar um Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 4-6 Carta de D. Afonso V de doação de bens a Álvaro Pires, escudeiro do Doutor Nuno Gonçalves
- 17-6 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Lisboa
- 27-6 Diogo Gonçalves, sacerdote da diocese de Silves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, obriga-se à câmara apostólica Pela anata do canonicato, prebenda e chantria de Lisboa

- 29-6 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre a tesouraria, canonicato e prebenda de Coimbra
- 6-7 Carta de D. Afonso V concedendo largos privilégios a Pedro Sanches, bacharel
- 12-7 Regimento dado por D. Afonso V ao Estudo Geral de Lisboa sobre a forma de eleição dos Reitores, conselheiros, etc.
- 24-7 Carta de D. Afonso V nomeando cirurgião a Mestre Antão, criado de Mestre Gil, onde figura Mestre Fernando, bacharel
- 25-7 Carta de D. Afonso V concedendo a João de Coimbra, bacharel em Leis, licença para trazer armas
- 29-7 Carta de D. Afonso V concedendo a tença de 4 000 reais brancos a Mestre Rodrigo, cirurgião
- 29-7 Instrumento notarial onde figura Diogo Dias, escolar de Direito Canónico e Pero Vai, escrivão dante o conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 3-8 Contrato onde figura o Licenciado João de Elvas
- 25-8 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir em comenda o mosteiro de S. João de Tarouca a Pedro Lourenço, licenciado em Decretos, cónego de Lamego e conselheiro do Infante D. Fernando
- 25-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo certa pensão anual a Afonso Gil, monge do mosteiro de S. João de Tarouca, o qual renunciara à comenda do mosteiro em favor de Pedro Lourenço, licenciado em Decretos
- 25-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, cónego de Coimbra e abreviador das letras apostólicas, indulto de preferência na consecução de benefícios
- 27-8 Súplicas de Avaro Afonso, Doutor em Decretos e clérigo de Coimbra, sobre a tesouraria de Coimbra, vacante por morte de Vasco, Anes, e de Afonso Anes, abreviador das letras apostólicas sobre o deado de Viseu
- 29-7 Carta de D. Afonso V autorizando a exercer cirurgia a Mestre David Franco, filho de Mestre Judas, onde figuram Mestre Gil e Mestre Fernandes, bacharel
- 2-9 Carta de D. Afonso V nomeando escrivão da Câmara às comuna dos Judeus de Lisboa a Guedelha, filho de Mestre Abraão, físico do Rei, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, Doutor em Leis
- 2-9 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre a perpétua porção da igreja paroquial de Santo Estêvão de Lisboa e perpétua capelania do altar de Santa Maria Madalena da catedral de Viseu
- 4-9 Carta de D. Afonso V onde refere o Doutor João Afonso de Aguiar
- 9-9 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas, sobre a incorporação de um canonicato e prebenda da sé de Évora no arcediagado de Sexta ou de Montemor-o-Novo
- 19-9 Súplica de João Afonso, licenciado em Decretos, cónego de Évora, esmoler e familiar do papa, sobre questão pendente com Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, e Pedro de Sousa, relativa ao arcediagado de Montemor-o-Novo e cumprimento da concórdia respectiva
- 20-9 Súplica de Fernando Anes, clérigo da diocese da Guarda, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, a que Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, renunciava, depois de com ele questionar na Cúria Romana
- 1-10 Súplica de Álvaro Gonçalves, deão da sé do Porto e escritor apostólico sobre várias concessões obtidas durante opontificação de Eugénio IV, inclusive quando ele, escolar de Lisboa e estudante de Artes, residia na cidade do Porto
- 1-10 Bula do Papa Sisto IV concedendo a confirmação e clarificação de várias concessões de Eugénio IV inclusive de quando ele era escolar ou clérigo de Lisboa e estudante em Artes na cidade do Porto, a Álvaro Gonçalves, escritor e familiar pontifício
- 5-10 Súplica de Fernando Anes, sacerdote da diocese da Guarda, sobre a chantria de Lisboa, a que renunciava Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, e canonicato e prebenda de Lisboa, depois de ambos questionarem na Cúria Romana sobre os mesmos
- 5-10 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir a Fernando Anes, sacerdote da diocese da Guarda, o canonicato e prebenda de Lisboa, a cujos direitos renunciara Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, depois de litigarem na Cúria Romana sobre os mesmos
- 10-10 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando Mestre Josepe Romeiro a exercer a arte de cirurgia, onde figura Mestre Gil
- 22-10 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Josepe Romeiro, escolar de Medicina, a exercera arte de cirurgia, onde figuram Mestre Gil e o bacharel Mestre Fernando
- 1-11 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Joane, criado de Mestre Afonso, a exercera arte de cirurgia, onde figuram Mestre Gil e o bacharel Mestre Fernando
- 2-11 Carta de D. Afonso V onde refere os Doutores Diogo da Fonseca, Pero da Silva e João Teixeira
- 5-11 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Afonso Alvares
- 6-11 Carta de D. Afonso V nomeando seu corregedor Pero Teixeira, onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 8-11 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Diogo Barroco
- 10-11 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Fernando Alvares e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 14-11 Súplica de Aires Dias, cónego do Porto e Doutor em Decretos sobre a faculdade de permutar o canonicato e prebenda do Porto que possuía já desde o tempo em que era familiar do cardeal--bispo da cidade, do Porto, D. Antão Martins
- 14-11 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Aires Dias, cónego do Porto e Doutor em Decretos, outrora familiar do falecido cardeal D. Antão Martins, certas graças benéficas e permutar o canonicato e prebenda do Porto
- 19-11 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Serrão, escolar em Lisboa, o Doutor Pero da Silva e Pero da Cotta, bacharel em Leis
- 23-11 Carta de D. Afonso V onde figura corregedor no Reino do Algarve, e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 3-12 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Afonso Pires e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira

- 4-12 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre João a usar da ciência e arte de cirurgia, onde figuram Mestre Gil, cirurgião e o bacharel Mestre Fernando
- 11-12 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição do licenciado Pero Lourenço para lente da cadeira de Cânones, da hora de véspera, do Estudo Geral de Lisboa
- 12-12 Carta de D. Afonso V concedendo certos privilégios a Mestre Judas, cirurgião
- 17-12 Carta de D. Afonso V de perdão a Rui de Viana, onde figuram os Doutores Pedro da Silva e João Teixeira
- 17-12 Súplica de Pedro Vasques, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre a porção da igreja de Santa Justa, a que resignava o Doutor Diogo Gonçalves
- 20-12 Súplica de Aires Dias, cónego do Porto e Doutor em Decretos, sobre faculdade que lhe havia concedido Nicolau, IV de permutar seus benefícios
- 20-12 Súplica de Diogo, Gonçalves, Doutor em Decretos e clérigo da diocese de Silves, solicitando todos os direitos ao arcediagado de Sexta ou de Montemos, da diocese de Évora

1472

- 1-1 Súplica em forma de motu proprio da rainha Dona Isabel, viúva de D. João, rei de Castela, a favor de seus capelães e amigos, entre os quais figuram Aires Dias, Doutor em Decretos, e Diogo Gonçalves, igualmente Doutor em Decretos
- 1-1 Súplicas sobre dois canonicatos de Diogo Lourenço, cónego de Lamego e bacharel em Decretos, de João Vasques, sacerdote de Lisboa, de Pedro Lourenço, sacerdote de Lamego e licenciado em Decretos, de Sebastião Lopes, clérigo de Lamego e bacharel em Decretos, de Lopo Martins, da diocese da Guarda, e outros
- 15-1 Súplica de Diogo Gonçalves, cónego e arcediagado na igreja de Évora, Doutor em Decretos e familiar do cardeal Vice-chanceler, sobre permuta de benefícios
- 15-1 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves, cónego de Évora, Doutor em Decretos, abreviados das letras apostólicas e familiar do cardeal vice-chanceler D. Rodrigo Borja, faculdade para permutar seus benefícios
- 16-1 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, abreviados das letras apostólicas, e clérigo de Silves, sobre o deado, canonicato e prebenda de Tânger
- 18-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Afonso Vaz da Costa, onde figura o licenciado João de Elvas, o Doutor Pero da Silva e Pero da Costa, bacharel em Leis
- 18-1 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Brásio Afonso, cónego Lamego, sobrinho do escritor apostólico D. Álvaro Gonçalves, indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria ou frequentar um Estudo Geral
- 23-1 Súplica de Diogo Pinheiro, reitor da igreja paroquial de S. Mamede e escolar da Universidade de Sena, sobre a absolvição, à cautela, para ser promovido ao sacerdócio
- 1-2 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler D. Rodrigo Borja, sobre o arcediagado de Montemor-o-Novo e respectiva questão com João Afonso, falecido clérigo da diocese da Guarda
- 6-2 Carta de D. Afonso V de privilégio a Pedro Faleiro, filho do Doutor Pedro Faleiro
- 7-2 Carta de D. Afonso V onde figura João Fernandes, bacharel
- 10-2 Emprazamento onde figura Afonso Galego, estudante do Estudo Geral de Lisboa
- 13-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, vice-chanceler D. Rodrigo Borja, a ampliação de concessões anteriores
- 21-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves, cónego de Évora, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo Borja, vice-chanceler, indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal
- 24-2 Carta de D. Afonso V de perdão a Vicente Afonso, onde figuram Fernando Álvares, bacharel, o Doutor Pero da Silva e Pero da Costa, bacharel em Leis
- 9-3 Carta de D. Afonso V nomeando Gonçalo Vaz tabelião de Vila da Feira onde figura Pero Machado, bacharel em Leis
- 9-3 Súplica de Luís Anes, presente na Cúria, sobre o indulto, de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria Romana ou estudar em Estudo Geral
- 11-3 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler D. Rodrigo Borja, sobre a anexação dos primeiros canonicato e prebenda, a vagar na sé de Évora, ao arcediagado de Montemor-o-Novo
- 16-3 Súplica de Luís Anes, tesoureiro e cónego de Lisboa, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria ou frequentar Estudo Geral
- 17-3 Carta de D. Afonso V nomeando Avaro Gentil tabelião das Notas de Elvas, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, Doutor em Leis
- 18-3 Súplica de Gomes de Paiva, reitor da igreja paroquial de Gatão, da diocese de Viseu, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria Romana ou frequentar Estudo Geral
- 30-3 Carta de D. Afonso V autórizando Fernão Correia, bacharel em Leis, a andar em besta muar de sela e freio
- 8-4 Diogo Gonçalves, cónego de Évora, Doutor em Decretos, obriga-se à câmara apostólica quanto à faculdade de resignar de seus benefícios
- 21-4 Súplica de Luís Anes, tesoureiro e cónego de Lisboa, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria Romana ou frequentar Estudo Geral
- 22-4 Sentença proferida por Pedro Afonso, bacharel em Degredos e onde figuram Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico, Nuno Martins, bacharel em Cânones e Colme Anes, escolar de Direito Canónico
- 24-4 Carta de D. Afonso V acerca do litígio entre o Doutor Vasco Martins Rebelo e João Martins, mestre-escola de Lamego

- 24-4 Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e arcediogo de Montemor-o-Novo, obriga-se à câmara apostólica pela anata de canonicato e prebenda, a unir ao arcediagado
- 29-4 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, a João Pestana 4 800 reais de mantimento para o Estudo
- 1-5 Carta de D. Afonso V onde figura João Fernandes todinho, bacharel em Leis
- 2-5 Carta de D. Afonso V concedendo a Luís de Albuquerque 6 000 reais de mantimento para o Estudo
- 5-5 Carta de D. Afonso V concedendo graças ao bacharel Afonso de Bairros e onde figura Rui Gomes de Alvarenga, doutor em Leis
- 13-5 Carta de D. Afonso V concedendo a Tristio Fogaça, anualmente, 5 000 reais de mantimento para o Estudo
- 18-5 Carta de D. Afonso V concedendo 3 530 reais a Álvaro de Freitas de mantimento para o Estado
- 18-5 Carta de D. Afonso V concedendo, anualmente, 3 530 reais a Álvaro do Quintal, de mantimento para o Estudo
- 19-5 Carta de D. Afonso V concedendo 3 530 reais a Garcia Rodrigues de mantimento para o Estudo
- 31-5 Súplica de João Dias, reitor da igreja de S. Mamede de Vila Chã da diocese do Porto sobre o indulto por dez anos para não ser obrigado a recebera ordem de presbítero, enquanto estiver ao serviço do arcebispo de Braga, residir na Cúria Romana ou estudar em algum Estudo Geral
- 8-6 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o canonicato e prebenda de Évora a Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e Doutor em Decretos
- 19-6 Súplica de João Garcia, Licenciado em Teologia, sobre a igreja paroquial de Santo André de Lever da diocese do Porto, a que Gonçalo Gonçalves se dispunha a renunciar
- 25-6 Súplica de João Gil, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Olivais da diocese de Lisboa, bacharel em Decretos, que lera no Estudo de Lisboa durante algum tempo, sobre a pluralidade de benefícios
- 1-7 Bula do Papa Sisto IV mandado conferira igreja paroquial de S. Martinho de Pinho da diocese de Viseu a Fernando Martins de Roriz, Mestre em Artes e em Medicina e bacharel formado em Teologia, até ali em questão sobre a mesma com outros clérigos
- 10-7 Carta de D. Afonso V concedendo a Mestre Estêvão, Doutor em Medicina, a ilha de Gibraltar
- 13-7 Bula do Papa Sisto IV concedendo a comenda do mosteiro de S. João de Tarouca a Pedro Lourenço, cónego de Lamego e Licenciado em Decretos
- 21-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo o indulto de altar portátil a João Teixeira, clérigo da diocese de Lisboa, conjugado e Doutor em ambos os Direitos
- 21-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo a João Teixeira, embaixador de D. Afonso V, rei de Portugal, Doutor em ambos os direitos e clérigo conjugado que usava tonsura e hábito talar, indulto para continuar a exercer o ofício de juiz, inclusive em causas judiciais
- 21-8 Bula do Papa Sisto IV confirmando a doação de doze marcos de prata, anuais, para manutenção da cadeira de prima de Teologia
- 22-8 Carta de D. Afonso V concedendo direito a aposentação a Dinis Eanes, bacharel e procurador na Corte, apesar de ainda não ter 70 anos
- 31-8 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios a Vasco Pereira, bacharel em Leis
- 31-8 Carta de D. Afonso V concedendo graças a Afonso de Bairros, bacharel em Leis e onde figura Pero Machado, bacharel em Leis
- 2-9 Carta de D. Afonso V onde figura João Fernandes Godinbo, bacharel em Leis
- 4-9 Súplica de Dona Beatriz, Infanta de Portugal, em favor de Diogo Lourenço de Lamego, bacharel em Decretos, sobre mais um terceiro benefício incompatível
- 4-9 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Lourenço, reitor da igreja de S. Tiago de Pinhão da diocese de Lamego, bacharel em Decretos, a pluralidade de benefícios, a pedido da Infanta Dona Beatriz
- 8-9 Sumário da carta de D. Afonso V dando licença a João Esteves, bacharel em Artes e Lente de Gramática, em Lisboa, a andar em besta muar
- 9-9 Carta de D. Afonso V nomeando o licenciado Luís de Madureira para a Casa da Suplicação
- 11-9 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Fernando a praticar medicina, visto ter sido examinado pelo Doutor Afonso Madeira
- 11-9 Súplica de Pedro de Sousa, bacharel em Decretos, sobre benefícios no estrangeiro
- 13-9 Carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Fernão Machado a andar em besta muar de sela e freio
- 16-9 Súplica do arcebispo de Lisboa, em favor de seu irmão, Jorge da Costa, cónego de Lisboa, com quatorze anos de idade, a frequentar um Estudo Geral
- 16-9 Súplica do bispo e cabido do Porto sobre a confirmação de estatuto sobre a exigência de certos graus em Teologia, Direito ou Medicina na consecução de certos benefícios na catedral
- 24-9 Carta de D. Afonso V concedendo graças ao bacharel Vasco Fernandes, morador na cidade de Coimbra
- 7-11 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o canonicato e prebenda do Porto a Gomes Pais Ferral, estudante de Direito Canónico na Universidade de Perusa
- 12-11 Bula do Papa Sisto IV mandando conferira capelania do altar de S. Sebastião da catedral de Lisboa e outros benefícios a Pedro Lourenço, licenciado em Decretos e acólito pontifício
- 22-11 Instrumento lavrado por Pedro Afonso, bacharel em Degredos, onde figura João Lobo, escolar em Direito Canónico
- 26-11 Carta de Afonso V concedendo perdão a Lopo Fernandes, estudante de Gramática na Escola do Mosteiro de S. Domingos, onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 2-12 Carta de D. Afonso V onde figura João Pires, escolar
- 5-12 Carta de D. Afonso V concedendo perdão ao bacharel Henrique Lopes e onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira

- 5-12 Carta de D. Afonso V de mercê a Abraão Donha, onde figura Rui Gomes de Alvarenga, Doutor em Leis
- 12-12 Alvará de D. Afonso V mandando publicar a Bula do Papa Sisto IV, de 21 de Agosto de 1472, que confirmou a doação de doze marcos de prata para manutenção da cadeira de prima de Teologia
- 14-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Bacharel Frei Vicente e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 24-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 29-12 Carta de D. Afonso V concedendo a Duarte, filho de Gil Anes, 4 800 reais de mantimento para o Estudo
- 29-12 Carta de D. Afonso V concedendo a Afonso de Albuquerque, filho de Gonçalo de Albuquerque, 6 000 reais de mantimento para o Estudo

1473

- 10-1 Sumário da Carta de D. Afonso V autorizando Josepe Dono, filho e discípulo em cirurgia de Mestre Lázaro, a andar em besta muar
- 14-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Isabel da Fonseca onde figura o bacharel Frei João Correia e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 16-1 Carta de D. Afonso V nomeando meirinho a Gonçalo do Rego, onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 22-1 Súplica de Pedro Gonçalves, Doutor em Decretos e clérigo da diocese de Coimbra, sobre a igreja paroquial de Santa Maria Madalena de Montemor-o-Velho
- 23-1 Carta de D. Afonso V de acrescentamento de tença para 10 000 reais brancos ao Doutor João Afonso de Aguiar, do Desembargo Régio e seu Secretário
- 4-2 Pública-forma da Bula do Papa Pio II, de 18 de Abril de 1461, a pedido do Estudo Geral de Lisboa, que impôs perpétuo silêncio sobre a causa movida à Universidade a propósito da igreja de S. Pedro de Eiras, do Bispado da Guarda
- 25-2 Súplica de Martinho Peres, Doutor em Leis e familiar do cardeal D. Julião, do título de S. Pedro ad Vincula, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 27-2 Carta de D. Afonso V autorizando Moessem Arrobas, a usar e praticar Medicina, visto ter sido examinado pelo Doutor Afonso Madeira
- 8-3 Súplica de Arias Dias, cónego do Porto e Doutor em Decretos, sobre benefíciis incompatíveis
- 18-3 Súplica de Diogo Álvares e de Jorge de Almeida, protonotário apostólico, e estudante na Universidade de Perusa, sobre a igreja paroquial de S. João de Abrantes
- 18-3 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir a torga de S. João de Abrantes a Jorge de Almeida, filho do conselheiro régio Lopo de Almeida, senhor de Abrantes, o qual estudava Direito na Universidade de Perusa
- 24-3 Carta de D. Afonso V nomeando, corregedor da comarca de Entre Douro e Minho ao bacharel Lourenço Vasques e onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 26-3 Carta de D. Afonso V nomeando Diogo Álvares tabelião do crime em Lisboa e termo, por a ele ter renunciado o bacharel Afonso de Bairros
- 1-4 Carta de D. Afonso nomeando procurador de Santarém e termo a João Esteves, escolar de Direito Canónico
- 5-4 Carta de D. Afonso V onde figura Nuno Gonçalves, Doutor em Leis
- 6-4 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando Rui Taveira, estudante do Estudo Geral de Lisboa, a andar em besta muar
- 6-4 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição de Rui Boto para lente da cadeira de terça de Leis do Estudo Geral de Lisboa
- 6-4 Notícia sobre uma bula para João Gonçalves, cónego do Porto e bacharel em Teologia, a conceder a união ao canonicato da igreja paroquial de S. Martinho da Barca
- 11-4 Carta de D. Afonso V de perdão a Catarina Sardinha onde figura o bacharel Frei Rodrigo e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 12-4 Súplica de Rodrigo Leitão, estudante de Direito Canónico no Estudo de Sena, em que pede para lhe serem administradas as Ordens sacras na Cúria Pontifícia
- 19-4 Carta de D. Afonso V de perdão a Estevão Rodrigues onde figura Afonso de Linhares, bacharel em Artes e os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 24-4 Carta de D. Afonso V determinando que Moessem Navarro fosse doutor, sem tença na comuna de Évora
- 25-4 Pedido, apresentado às Cortes, para o Rei não conceder tenças para estudo, para fora do Reino, e resposta do Monarca
- 28-4 Súplica de João Garcia, clérigo da diocese de Évora e licenciado em Teologia, sobre a igreja paroquial de Santo André de Lever, da diocese do Porto
- 3-5 Carta de D. Afonso V onde figura João Fernandes, bacharel em Leis
- 3-5 Carta de D. Afonso V nomeando Gil Fernandes meirinho das cadeias, onde figura o Doutor Álvaro Pires e João Fernandes Codinho, bacharel em Leis e ouvidor
- 21-5 Súplica de João Dias, reitor da igreja paroquial de S. Mamede de Vila Chã da diocese do Porto, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, durante certo tempo, enquanto residir na Cúria Romana ou em Estudo Geral
- 16-6 Sumário da carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Fernão Machado a andar em besta muar
- 23-6 Carta de D. Afonso V, dirigida aos Reitores, lentes e conselheiros da Universidade de Lisboa confirmando a eleição do bacharel Vicente para lente de Filosofia
- 29-6 Carta de D. Afonso V nomeando Fernão de Figueiredo sobre juiz da Casa do Cível, onde figuram os Doutores Gonçalo Garcia e Gomes Eanes

- 5-7 Carta de D. Afonso V nomeando desembargador da Casa do Cível ao Doutor Gonçalo Garcia e onde figura o Doutor Gomes Eanes
- 8-7 Carta de D. Afonso V concedendo aposentação ao Doutor Gomes Eanes, desembargador da Casa do Cível
- 8-7 Súplica de Jorge Lourenço, bacharel em Decretos, sobre indulto de preferência na consecução de benefícios
- 15-7 Carta de D. Afonso V nomeando procurador dos Hospitais e Albergarias de Lisboa a Fernão Machado, bacharel em Leis
- 15-7 Carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Menão Afonso e outros a comerciar em terras de mouros
- 17-7 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição de Rui Boto para lente da cadeira de Leis, da hora de Véspera, do Estudo Geral de Lisboa
- 30-7 Carta de D. Afonso V de mercê a Ferirão Coutinho, onde figura o bacharel Lourenço Vasques
- 6-8 Assento da autorização dada pela Universidade de Bolonha para Pedro de Sousa fazer exame em ambos os Direitos no mesmo dia, embora não tivesse feito as repetições de Direito Civil
- 12-8 Assento do exame em ambos os Direitos, realizado por Pedro de Sousa na Universidade de Bolonha
- 12-8 Assento do Doutoramento em ambos os Direitos, realizado por Pedro de Sousa na Universidade de Bolonha
- 12-8 Acto notarial sobre o Doutoramento solene em ambos os Direitos, realizado por Pedro de Sousa de Lisboa na Universidade de Bolonha
- 13-8 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição de Rui Gonçalves Maracote para lente da cadeira de Leis, da hora de terça
- 20-8 Carta de D. Afonso V de mercê a Vasco Serrão, escolar do Estudo Geral de Lisboa
- 25-8 Súplica de Pedro Mendonça, sacerdote de Coimbra e bacharel em ambos os Direitos, sobre o canonicato, prebenda e mestre-escolado de Coimbra, vacantes por morte de Afonso Anes
- 25-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Pedro de Mendonça, bacharel em ambos os Direitos, o canonicato de Coimbra
- 25-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo o canonicato e prebenda de Lisboa e o mestre-escolado de Coimbra ao familiar do Rei de Portugal, D. Afonso V, Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos, vacantes por morte de Afonso Anes
- 2-9 Carta de D. Afonso V de confirmação de coutada da herdade do Azinhal ao Doutor Gonçalo Garcia e outros
- 2-9 Carta de D. Afonso V mantendo os privilégios dos lentes e oficiais do Estudo Geral de Lisboa de poderem andar em bestas mueres
- 10-9 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios a Lopo Martins conde figura Fernão de Figueiredo, bacharel em Leis
- 17-9 Carta de sentença dada por Pedro Afonso, bacharel em Degredos, onde figura Ereque Vasques, escolar de Direito
- 25-9 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 25-9 Pedro de Sousa, cônego de Lisboa e mestre-escola de Coimbra, Doutor em ambos os Direitos, obriga-se à câmara apostólica sobre o canonicato, prebenda e mestre-escolado de Coimbra
- 9-10 Súplica de Rodrigo Dias, bacharel em Decretos, sobre a união de benefícios ao arcediagado da Régua
- 21-10 Carta de D. Afonso V concedendo privilégios ao Doutor João Fernandes da Silveira
- 3-11 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Jacob Toby a exercer cirurgia, visto ter sido examinado por Mestre Gil, substituto do Doutor Mestre Fernando
- 6-11 Bula do Papa Sisto IV concedendo o canonicato e prebenda de Lisboa a Diogo Dias, a que renunciara Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos
- 14-11 Súplica de Diogo Pinheiro, reitor da igreja de S. Mamede, da diocese do Porto, e estudante na Universidade de Sena, sobre absolvição quanto à morte de certo estudante, em que não tivera culpa, a fim de obter benefícios
- 29-11 Carta de D. Afonso V onde figura Fernão Correia, bacharel em Leis
- 7-12 Carta de D. Afonso V de confirmação onde figura Frei Pedro, bacharel
- 20-12 Carta de D. Jorge de Almeida, estudante no Estudo Geral de Pisa, para Lourenço de Medicis
- Sem data Despesas de el-Rei D. Afonso V como mantimento dos moços que frequentavam o Estudo Geral de Lisboa

1474

- 3-1 Carta de D. Jorge de Almeida, estudante no Estudo Geral de Pisa, para Lourenço de Medicis
- 10-1 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo, vice-chanceler, sobre pensão anual relativa à tesouraria de Coimbra
- 12-1 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, sobre benefícios em Coimbra e Silves
- 13-1 Bulas do Papa Sisto IV concedendo benefícios a D. Diogo de Sousa, estudante de Direito Canónico da Universidade de Lisboa
- 14-1 Súplica de Tomás todinho sobre questão travada na Cúria e pensão anual sobre a tesouraria de Coimbra, a pagar a Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo Bórgia, vice-chanceler
- 19-1 Súplica de Pedro Vasques, clérigo de Lisboa e bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 31-1 Súplica de Tomás, bacharel em Teologia e reitor da igreja de S. Pedro de Torres Vedras sobre a pluralidade de benefícios
- 31-1 Pedro Lourenço, cônego de Lamego, licenciado em Decretos, obriga-se à câmara apostólica em nome de Pedro Rodrigues sobre a anata de igreja paroquial a ser-lhe conferida
- 31-1 Pedro Lourenço, cônego de Lamego e licenciado em Decretos, obriga-se à câmara apostólica pela anata de uma igreja e pensões em nome de Lourenço Afonso
- 4-2 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre o deado de Lisboa, questionado por Jorge Martins, cônego de Lisboa

- 14-2 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, em litígio com Jorge Martins, sobre o deado de Lisboa
- 23-2 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por morte de Gabriel Lourenço, protonotário apostólico
- 23-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Pedro de Sousa, cónego de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, o canonicato e prebenda, vacantes por morte de Gabriel Lourenço, notário apostólico
- 23-2 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o canonicato e prebenda de Lisboa a Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos
- 1-3 António de Bonaparte, escritor das letras apostólicas, obriga-se à câmara apostólica pela anata do canonicato e prebenda de Lisboa, em nome de Pedro de Sousa, cónego de Lisboa e Doutorem ambos os Direitos
- 8-3 Súplica de Frei João Aranha, professor de Teologia, sobre benefício eclesiástico
- 23-4 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano D. Rodrigo Bórgia, vice-chanceler, sobre o deado de Lisboa, por ele disputado contra Jorge Martins
- 5-5 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do vice-chanceler D. Rodrigo Bórgia, cardeal-bispo de Albano, sobre o deado de Lisboa
- 5-5 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o deado de Lisboa a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo Bórgia, vice-chanceler, no caso de Jorge Martins, que o possuía, não ter direito ao deado
- 13-5 Súplica de Álvaro Dias, bacharel em Decretos e clérigo do Porto, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Sande, da diocese do Porto
- 17-5 Notícia de bulas sobre a pensão anual relativa à tesouraria de Coimbra, a favor de Diogo Gonçalves Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos
- 30-5 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Pero da Silva João Teixeira
- 31-5 Súplica de Pedro Gonçalves, clérigo da diocese de Coimbra, Doutor em Decretos, sobre o mestre-escolado de Silves
- 6-6 Súplica de Pedro Lourenço, cónego de Lamego, licenciado em Decretos, acólito pontifício e residente na Cúria Romana, que havia muito tempo tinha sido promovido ao grau de licenciado na Universidade de Lisboa, com juramento de não receber o doutoramento noutra universidade, sobre a faculdade de estudar Direito civil na Cúria Romana ou noutra Estudo Geral, durante cinco anos, e de aí ou noutra Universidade qualquer receber o grau de doutor em ambos os Direitos
- 18-6 Súplica de D. Afonso V, Rei de Portugal, a favor de Pedro Lourenço, clérigo de Lisboa, licenciado em Direito Canónico, lente da Universidade de Lisboa
- 23-6 Súplica de Álvaro Afonso, reitor da igreja de Vila Cova da diocese de Coimbra e Doutor em Decretos, sobre benefícios incompatíveis
- 3-8 Súplica de Vasco Martins, tesoureiro da igreja de Viseu, Doutor em Decretos e bacharel formado em Teologia, o qual fora vigário geral em Lisboa do cardeal D. Jaime e era também vigário geral do bispo de Coimbra D. João Galvio, sobre a igreja paroquial de S. Paio de Caria
- 3-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Vasco Martins, tesoureiro de Viseu, Doutor em Decretos e bacharel formado em Teologia, vigário geral do bispo de Coimbra D. João Galvão e antes do falecido cardeal de Lisboa D. Jaime, a extensão das letras apostólicas de Paulo II sobre um terceiro benefício incompatível a duas igrejas paroquiais vitaliciamente
- 12-8 Súplica de Fernando Lopes de Mesquita, Doutor em Leis, da diocese de Braga, sobre certo arrendamento que lhe fizeram a abadessa e freiras de Santa Clara de Vila do Conde
- 22-8 Súplica de João da Silveira, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Óbidos que estudara nos Estudos Gerais de Lisboa e de Salamanca e estudava ainda em Pisa, Direito Canónico, sobre benefícios incompatíveis
- 24-8 Súplica de Gomes Ferra, clérigo do Porto e escolar de Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Braga e certa igreja paroquial da diocese de Braga
- 24-8 João Afonso, cónego de Coimbra, obriga-se pela anata do canonicato e prebenda de Évora, em nome de Álvaro Afonso, clérigo da diocese de Coimbra e Doutor em Decretos
- 28-8 Bula do Papa Sisto IV mandando conferira igreja paroquial de Santa Maria de Cadima a Gaspar Correia, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canónico
- 20-9 Bula do Papa Sisto IV renovando a concessão do canonicato e prebenda de Lisboa a Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos
- 30-9 Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e capelão do cardeal vice-chanceler, obriga-se à câmara apostólica pela anata do deado de Lisboa
- 3-10 Súplica de João Fernandes, clérigo de Lisboa e estudante de Direito Canónico, sobre o deado de Coimbra
- 19-10 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir aporção da igreja de Santa Maria de Bda a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo Bórgia
- 2-11 Súplica de Vicente Álvares, tesoureiro e cónego prebendário de Lisboa, residente na Cúria, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência essa enquanto residir na Cúria ou frequentar um Estudo Geral
- 10-11 Vasco Fernandes, cónego de Évora, obriga-se à câmara a postóára, em nome de Fernando Martins de Roris, clérigo da diocese de Viseu e Mestre em Medicina, sobre a anata da igreja paroquial de Pindo
- 16-11 Súplica de Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Lamego
- 24-11 Súplica de Martinho Peres, clérigo da diocese de Lisboa, Doutor em Leis e familiar do cardeal de S. Pedro ad Vincula, sobre a igreja de S. Tiago de Piães da diocese de Lamego,

- 28-11 Súplica de Pedro Gonçalves e de Martinho Peres, Doutor em Leis sobre o mestre-escolado de Évora, disputado por Alvaro Peres, João Afonso, Luís Caiado e Vicente Álvares
- 29-11 Súplica de Gomes Ferral, estudante de Direito Canónico em Roma, sobre a igreja colegiada de S. Martinho de Cedofeita do Porto
- 2-12 Bula do Papa Sisto, IV concedendo o canonicato e prebenda de Lamego a João Seixas, a que Pedro de Sousa, clérigo da diocese de Lisboa, Doutor em ambos os Direitos, renunciara
- 14-12 Súplica de João Dias, Doutor em Decretos, reitor da igreja paroquial de S. Mamede de Canelas, da diocese do Porto, sobre benefícios incompatíveis
- 16-12 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Pero da Silva e João Teixeira
- 20-12 Súplicas de D. Afonso V, rei de Portugal, pedindo providências ao Papa, de forma a poder aumentar os salários dos Doutores e Lentes da Universidade de Lisboa
- 20-12 Bula do Papa Sisto IV concedendo à Universidade de Lisboa uma conezia de cada uma das dioceses de Portugal
- 23-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero, da Silva e Pero da Costa, bacharel em Leis
- 23-12 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, D. Rodrigo Bórgia, vice-chanceler, sobre a igreja paroquial de Santa Maria da Golegã, da diocese de Lisboa
- 23-12 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir igreja de Santa Maria de Golegã a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal bispo de Albano, vice-chanceler, D. Rodrigo Bórgia

1475

- 7-1 Carta de venda onde figura o bacharel Estevão Vasques e João Rodrigues, escolar
- 8-1 Súplica de Diogo Peses, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre a igreja paroquial de Çelazaima do Chão, da diocese de Coimbra, de que fora espoliado por Pedro Vasques, bacharel em Direito Canónico
- 13-1 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, sobre o canonicato e prebenda e meio canonicato e meia prebenda de Évora e pensão anual sobre os seus frutos, a favor de Álvaro Gomes, respectivamente, e de Diogo de Sousa, nobre e estudante de Direito Canónico no Estudo de Lisboa
- 13-1 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, que acompanhara D. Rodrigo Bórgia na legacia aos reinos da Península com muitas despesas, tendo sofrido naufrágio, no qual perdera todo o dinheiro, livros, roupas e outros bens
- 13-1 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, o indulto de arrendar os proventos de seus benefícios durante dois anos
- 15-1 Bula do Papa Sisto IV concedendo várias graças sobre concessões anteriores e menção do defeito de ilegitimidade a Álvaro Gonçalves, deão de Coimbra e Doutor em Leis, o qual se doutorara na Universidade de Perusa
- 30-1 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos abreviados das letras apostólicas e familiar do cardeal bispo de Albano D. Rodrigo Bórgia, sobre benefícios vacantes da diocese de Coimbra
- 1-2 Súplica de Diogo de Sousa, clérigo de Évora, nobre, estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa, e do rei de Portugal D. Afonso V, sobre benefícios a favor de Álvaro Gonçalves e sobre anual, a pagar ao dito Diogo de Sousa
- 18-1 Carta de D. Afonso V de mercê ao bacharel Mendo Afonso
- 18-2 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo Anes, sacerdote da diocese de Évora e bacharel em Decretos, a pensão anual sobre os proventos do arcediagado do Porto, concedido a João Dias, Doutor em Decretos
- 25-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a João Dias, Doutor em Decretos, o arcediagado do Porto
- 25-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Afies, reitor da igreja de S. Cristóvão de Refóios da diocese do Porto, bacharel em Decretos, e declarando que a igreja de S. Vicente de Queimadela da diocese do Porto, incorporada no arcediagado do Porto, não vagaria pela renúncia que ele fizera do arcediago, podendo continuar na posse da mesma
- 27-2 Sumário da carta de D. Afonso V onde figura Vasco Tenreiro bacharel e o Doutor Vasco Fernandes
- 28-2 Carta de sentença dada por Afonso Gil, bacharel em Degredos
- Súplica do arcebispo de Braga D. Luís e de Fernando de Mesquita, clérigo, da diocese de Braga e Doutor em Leis, sobre concórdia relativa à igreja paroquial de S. Lourenço de Riba de Pinhão, da diocese de Braga
- 13-3 Bula do Papa Sisto IV mandando examinar e confirmar a concórdia feita entre o arcebispo de Braga e Fernando de Mesquita, clérigo de Braga e Doutor em Leis, sobre a igreja paroquial de S. Lourenço de Riba de Pinhão
- 13-3 Carta de D Afonso V concedendo, anualmente, a Afonso de Morais, filho do Doutor Mestre Estevão, 4 000 reais de mantimento para o Estudo
- 19-3 Carta de D. Afonso V de mercê a Avaro Gentil, lente de Gramática
- 28-3 Empréstimo concedido a D. Afonso Vem que figuram vários escolares
- 30-3 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de seu sobrinho Afonso de Portugal, escolar de Braga e estudante em Decretos na Universidade de Salamanca, filho do marquês de Valença, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-3 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir benefícios a Pedro Afonso clérigo da diocese de Lisboa e bacharel formado em Teologia
- 6-4 Súplica de Luís Teixeira, cavaleiro da casa de D. Afonso V, rei de Portugal, estudante durante vários anos nas Universidades de Lisboa e de Sena, sobre o seu doutoramento perante algum cardeal nomeadamente o sobrinho do papa
- 8-4 Instrumento notarial onde figura o Doutor João Vasques
- 10-4 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves e Diogo da Fonseca
- 10-4 Súplica de Luís Teixeira, cavaleiro da casa de D. Afonso V, rei de Portugal, estudante de Direito, durante vários anos, nas Universidades de Lisboa e de Sena, sobre o doutoramento perante algum cardeal, nomeadamente D. Julião,

- cardeal de S. Pedro ad Vincula e sobrinho do papa, com todos os privilégios das Universidades de Roma, Bolonha, Pádua, Salamanca e sobreditas de Lisboa e de Sena
- 17-4 Súplica de Luís Teixeira, cavaleiro da casa de D. Afonso V, rei de Portugal, estudante, durante vários anos, de Direito nas Universidades de Lisboa e de Sena, sobre o doutoramento na presença dum cardeal, nomeadamente do cardeal D. Julião, sobrinho do papa, com todos os privilégios dos que se doutoravam com rigor de exame nas Universidades de Bolonha, Pádua, Salamanca e sobreditas de Lisboa e de Sena
 - 17-4 Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos e acólito pontifício, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto residir na Cúria Romana ou frequentar um Estudo Geral
 - 19-4 Empréstimo concedido a D. Afonso V em que figura um lente e um escolar do Estudo Geral de Lisboa
 - 21-4 Súplica de Diogo Anes, sacerdote do Porto, e de João Dias, Doutor em Decretos, sobre o arcediagado do Porto
 - 23-54 Carta de D. Afonso V aumentando a tença de 10 000 reais brancos para 15 000, concedida ao Doutor Lopo Gonçalves
 - 29-4 Súplica de Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Galegos, da diocese de Braga
 - 29-4 Bula do Papa. Sisto IV mandando conferir a igreja paroquial de Santa Maria de Galegos a Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos
 - 1-5 Súplica de João Anes, sacerdote da diocese de Lamego, bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Galegos
 - 3-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero da Silva e Pero da Costa, bacharel em Leis
 - 6-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Mestre Rodrigo, físico-mor
 - 10-5 Súplica de João Dias, arcediago do Porto e Doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
 - 10-5 Súplica de Pedro Vasques, clérigo de Coimbra e bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Tiago de Coimbra
 - 25-5 Súplica de Frei Rodrigo de Santarém, Leitor da Ordem dos Frades Menores ou Franciscanos, sobre benefícios eclesiásticos
 - 7-6 Súplica de Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos e clérigo da diocese de Lisboa, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
 - 16-6 Súplica de D. Gil, bispo eleito Foliense, Franciscano e bacharel formado em Teologia, sobre a faculdade de exercer as funções episcopais em qualquer cidade e diocese do reino de Portugal, com o consentimento dos respectivos prelados das dioceses do reino de Portugal
 - 21-6 Carta de D. Afonso V onde figura Mem de Aguiar, escolar de Leis, o Doutor Pero da Silva e o licenciado Rui da Grã
 - 26-6 Súplica de Francisco da Costa, clérigo da diocese de Coimbra, estudante, durante vários anos, de Direito Canónico no Estudo Geral de Perusa, sobre a recepção do grau de licenciatura em Direito Canónico na Cúria Romana
 - 2-7 Súplica de Frei João Aranha, Doutor em Teologia, Franciscano, conselheiro secreto do duque de Borgonha, sobre a igreja paroquial de Pelmá, da diocese de Coimbra
 - 2-7 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Gomes Ferral, cónego de Coimbra e estudante de Direito Canónico em Roma, o canonicato e prebenda de Coimbra
 - 6-7 Súplica de Frei João Aranha, professor de Teologia e Frafloiscano da Província de Portugal, vigário do Ministro Geral no convento de S. Francisco do Porto, sobre indulgências e privilégios para a igreja de S. Francisco do Porto, onde se venerava com muita devoção Santo António de Lisboa
 - 11-7 Pedro Lourenço, cónego de Lamego, obriga-se à câmara apostólica pela taxa devida ao colégio dos cardeais, em razão do mosteiro de Santa Maria de Salzedas, em nome de Diogo Lourenço, bacharel em Decretos e clérigo de Lamego
 - 14-7 Bula do Papa Sisto IV concedendo salvo-conduto a João Peres, Doutor em, Decretos e Conde palatino
 - 31-7 Súplica de Diogo Lourenço, cónego de Lamego, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
 - 31-7 Súplica de Diogo Dias, mestre-escola do Porto e bacharel em Decretos, sobre benefícios incompatíveis
 - 5-8 Bula do Papa Sisto IV concedendo a pluralidade de benefícios da colação do arcebispo de Lisboa e bispos de Coimbra e Évora e respectivos cabidos, a Martinho Peres, clérigo da diocese de Lisboa, Doutor em Leis, familiar do papa e ouvidor das causas cometidas ao cardeal Julião do título de S. Pedro ad vincula
 - 21-8 Carta de D. Afonso V onde figura João Fernandes Godinho, bacharel em Leis
 - 21- 8 Súplica de Diogo Lourenço, cónego de Lamego bacharel em Decretos, sobre o mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 - 25-8 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Diogo da Fonseca para o Desembargo do Paço, cargo que até aí tivera o Doutor João Teixeira
 - 28-8 Súplica de Diogo Lourenço, Bacharel em Decretos e cónego de Lamego, sobre a retenção do mosteiro de Santa Maria de Salzedas, com uma igreja paroquial em comenda
 - 1-9 Súplica de Estevão Martins, Bacharel em Leis e clérigo da diocese de Lamego, sobre porfio na igreja de Santa Maria de Azambuja
 - 6-9 Súplica de João Gil, cónego de Évora e Bacharel em Decretos, sobre benefícios eclesiásticos
 - 6-9 Bula do Papa Sisto IV concedendo indulto de preferência na consecução de benefícios a João Gil, cónego de Évora e bacharel em Decretos, o qual tinha lido durante algum tempo na Faculdade de Direito Canónico da Universidade de Lisboa
 - 13-9 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Mestre Rodrigo, físico-mor do Reino
 - 30-9 Súplica de Luís Caiado, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre o arcediagado de Lisboa
 - 6-10 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor João Teixeira seu Vice-Chanceler

- 10-10 Carta de D. Afonso V nomeando Pero Bento contador da Universidade do Estudo Geral de Lisboa
- 14-10 Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado em Decretos e sacerdote de Lamego, sobre o arcediagado de Riba Coa
- 14-10 Súplica de Fernando Peres sobre o canonicato de Évora e respectiva prebenda, questionados entre Diogo Dias, familiar do cardeal Orsini, e João Garcia, Licenciado em Teologia
- 21-10 Carta de D. Afonso V onde refere o Doutor João de Aguiar
- 23-10 Alvará de D. Afonso V concedendo ao Doutor Diogo da Fonseca, anualmente, 51 432 reais de moradia
- 23-10 Carta de D. Afonso V de mercê ao Doutor João Teixeira
- 6-11 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja de S. Tomé de Lisboa
- 8-11 Súplica de Gaspar Correia, clérigo da diocese de Lisboa, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena e reitor da igreja paroquial de Cadima, sobre indulto de não sei obrigado a ordenar-se sacerdote, enquanto estudar
- 28-11 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Lopes, escolar e o Doutor Diogo da Fonseca
- 11-12 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Pero da Silva e o Licenciado Rui da Grã
- 13-12 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 13-12 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o canonicato e prebenda de Coimbra a Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler
- 14-12 Súplica de Pedro Afonso, Bacharel em Decretos e sacerdote da diocese de Braga, sobre a preceptoria de Santo António de Benespera
- 14-12 Bula do Papa Sisto IV mandando conferira preceptoria de Santo António de Benespera, da diocese da Guarda, a Pedro Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Félix de Ferreira, da diocese de Braga e Bacharel em Decretos
- 15-12 M. João, bispo de Ceuta, obriga-se à Câmara apostólica, em nome da Universidade de Lisboa, pela anata das prebendas e igrejas das dioceses do reino de Portugal, a incorporar na Universidade, para aumento dos salários dos professores
- 19-12 Súplica de Jorge de Almeida, clérigo de Lisboa e notário pontifício, em questão com Diogo Botafogo, Doutor em Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 19-12 Súplica de Frei Martinbo Garcês, sacerdote, e Frei Mendo de Setúbal, clérigo, respectivamente das dioceses do Porto e de Lisboa, ambos Franciscanos Observantes, sobre indulto de estudarem Artes e Teologia durante sete anos em algum Estudo Geral ou particular

1476

- 4-1 Súplica de Frei Fernando de Lisboa, Dominicano e Bacharel de curso em Teologia, que estudara no Estudo Geral de Valladolid, sobre indulto para o Geral da Ordem Ihe dar as insígnias doutorais em Teologia, com todos os privilégios dos Mestres da Universidade de Lisboa
- 12-1 Súplica de Afonso Peres, Bacharel em Decretos e clérigo de Lisboa, sobre porção na igreja paroquial de Santo André de Lisboa
- 1-2 Súplica de Lopo Rodrigues, reitor da igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 5-2 João Garcia, reitor da igreja de Santo André de Lever e Licenciado em Teologia, obriga-se à Câmara apostólica pela anata desta sua igreja
- 6-2 Pedro Afonso, reitor da igreja de S. Félix de Ferreira, da diocese de Braga, e Bacharel em Decretos, obriga-se à Câmara apostólica pela anata da preceptoria de Santo Anião de Benespera
- 23-2 Súplica de João Álvares, clérigo, estudante outrora na Universidade de Salamanca durante oito anos, a favor do qual Brásio Álvares, reitor da igreja de Santa Maria de Sobrado, queria resignar a esta igreja, como fim de providenciar às despesas de seus estudos, morrendo, todavia, antes de o suplicante proceder à resignação na Cúria Romana, para esse escopo
- 23-2 Súplica de João Afonso, sacerdote de Évora e bacharel formado em Teologia, sobre porção na igreja paroquial de Santa Justa de Lisboa
- 23-2 Bula do Papa Sisto IV concederão a João Afonso, sacerdote de Évora e Bacharel formado em Teologia, um benefício concedido outrora a Vasco Martins, que a ele resignara, depois de ter vagado ou se esperava viesse a vagar pela profissão de Pedro Afonso, Bacharel em Decretos
- 2-3 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, cónego de Lisboa e familiar do cardeal vice-chanceler D. Rodrigo, sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 20-3 Carta de D. Rodrigo de Noronha, Bispo de Lamego, encarregando ,o Bispo da Guarda de executara Bula de Sisto IV, de 20 de Dezembro de 1474, que concedeu à Universidade de Lisboa uma conezia em cada uma das dioceses de Portugal
- 30-3 Súplica de Pedro Lourenço, Licenciado pela Universidade de Lisboa em Direito Canónico com rigor de exame, pedindo dispensa do juramento que fizera de aí receber as insígnias doutorais, para o, chanceler e reitores da Universidade de Roma, em cujas escolas de Cânones passara mais de três anos depois daquele exame de licenciatura, em ou de outro Estudo Geral qualquer Ihe conferirem tais insígnias, como se por eles tivesse sido examinado e aprovado como licenciado em Cânones
- 2-4 Letras executórias dadas pelo Bispo da Guarda em cumprimento da Bula do Papa Sisto IV, de 20 de Dezembro de 1474, mandando unir uma conezia de cada Bispado à Universidade de Lisboa
- 2-4 Bula do Papa Sisto IV concedendo um quarto benefício incompatível com o deado de Coimbra a Álvaro Gonçalves, Doutor em Leis, deão de Coimbra e escritor das letras apostólicas

- 4-4 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre porfio na igreja paroquial de S. Lourenço de Aldeia Galega de Merciana da diocese de Lisboa
- 5-4 Súplica de Fernando Martins de Roriz, Bacharel em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Pindo da diocese de Viseu
- 5-4 Bula ao Papa Sisto IV sobre questões entre vários clérigos, relativas à igreja de S. Martinho de Pindo, a favor de Fernando Alarfins Roriz, Bacharel em Teologia
- 24- Súplica de Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, sobre a pluralidade de benefícios
- 24-4 Súplica de Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, sobre o mestre-escolado de Évora, sobre o qual questionara corre Martinho Pores, Vicente Álvares e Pedro Gonçalves
- 28-4 Diogo Gonçalves, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, obriga-se à Câmara apostólica sobre a anata da igreja paroquial de Santa Maria da Golegã
- 13-5 Bula do Papa Sisto IV concedendo a certos leigos, nomeadamente a Lopo Gonçalves, Doutor em Leis, conselheiro e ouvidor da audiência de D. Afonso V, rei de Portugal, que as causas relativas a certos bens do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra existentes na diocese de Lisboa, movidas pelo bispo de Coimbra D. João Galvão, comendatário do mosteiro, sejam confiadas a D. João, bispo de Safira, que residia na cidade de Lisboa, e aos cónegos de Lisboa Estêvão Gomes e Álvaro Fogaça
- 24-5 Súplica de João Garcia, cónego de Évora, reitor da igreja de Santo André de Lever e Licenciado em Teologia, sobre a incorporação da dita igreja no seu canonicato e prebenda
- 3-6 Súplica de João Álvares do Porto, Bacharel em Decretos, sobre dispensa quanto à recepção das Ordens sacras e pluralidade de benefícios
- 5-6 Súplica de João de Sousa, embaixador de D. Afonso V, rei de Portugal, ao Papa sobre benefícios para Frei João Correia, Dominicano e Bacharel formado em Teologia
- 5-6 Sumário da carta de D. Afonso V nomeando o Licenciado Pedro Lourenço para ler a cadeira de Prima
- 7-6 Súplica de Luís Caiado, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre o canonicato, e prebenda de Lisboa
- 11-6 Súplica de Pedro Vasques, cónego regente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sobre o indulto de receber a porção e soma correspondente ao vestuário e enfermaria, durante cinco anos, enquanto frequentar o Estudo Geral, para aprender Lógica e Gramática
- 11-6 Carta de D. Afonso V nomeando Francisco Rebelo, juiz dos órfãos de Resende e Regos, onde figura João Teixeira, Doutor em Leis
- 18-6 Carta de demarcação dos limites dos terrenos pertencentes à Igreja de S. João da Talha
- 20-6 Carta testemunhável de D. Afonso V onde figura João de Elvas, Doutor em Leis
- 22-6 Carta de delimitação das propriedades que a Universidade de Lisboa tinha na Charneca de Sacavém
- 12-7 Carta de D. Afonso V contestando à Universidade de Lisboa a liberdade de interpretar os Estatutos, manifestando o seu desagrado pelo suborno havido no provimento de cadeiras vagas e providenciando sobre vários assuntos
- 25-7 Carta de D. Afonso V nomeando procurador de número na Comarca e Correição de Trás-os-Montes a Fernão Rodrigues, escolar de Leis
- 13-8 Súplica de Jorge da Costa, deão de Lisboa, irmão do cardeal Alpedrinha e estudante na Universidade de Sena, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar
- 22-8 Súplica de Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos e irmão do embaixador de D. Afonso V ao Papa, sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 22-8 Bula do Papa Sisto IV, concedendo o canonicato e prebenda de Viseu a Pedro de Sousa, doutor em ambos os Direitos
- 23-8 Carta de D. Afonso V nomeando D. Rodrigo de Noronha, governador e protector da Universidade de Lisboa
- 4-9 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Recardães da diocese de Coimbra
- 4-9 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostolicas, a igreja paroquial de Recardies
- 11-9 Carta de D. Afonso V nomeando Nuno Martins, tabelião do Cível de Lisboa e seu termo, onde figura Nuno Gonçalves, Doutor em Leis
- 2-10 Súplica de João Álvares, Bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Braga, sobre o priorato do mosteiro de S. Jorge da diocese de Coimbra
- 6-10 Súplica de Frei João Aranha, sacerdote franciscano, professor de Teologia e reitor da igreja de S. João de Palmá da diocese de Coimbra, capelão pontifício, sobre benefícios
- 15-10 Súplica de Pedro Gonçalves, Doutor em Decretos, da diocese de Coimbra, sobre o canonicato e prebenda do Porto
- 22-10 Súplica de Martinho Peres, Doutor em Leis, sobre o mestre-escolado e canonicato e prebenda de Évora, disputados entre ele, Pedro Gonçalves, Álvaro Peres, Luís Caiado, João Afonso e Vicente Álvares
- 25-10 Súplica de Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos, sobre a tesouraria, canonicato e prebenda de Lisboa
- 25-10 Bula do Papa Sisto IV, mandando conferir o canonicato e prebenda e tesouraria de Lisboa e Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos
- 29-10 Súplica de Rodrigo Leitão, Bacharel em ambos os Direitos e clérigo de Braga, estudante no Estudo Geral de Pisa, sobre a igreja paroquial de S. Tomé de Travassós e o mestre-escolado do Porto
- 5-11 Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos, obriga-se à anafá devida pela tesouraria de Lisboa, vacante por morte de Vicente Álvares
- 15-11 Carta de D. Afonso V nomeando desembargador da Casa da Suplicação ao Doutor Rui Boto, letrado em Direitos

- 21-11 Carta de D. Afonso V onde figura João Gonçalves, mestre de Gramática
- 28-11 Carta de D. Afonso V de perdão a João Coelho, onde figura Doutor Diogo da Fonseca
- 28-11 Súplica de Álvaro Gonçalves, deão de Coimbra, Doutor em Leis, escritor e familiar do Papa, sobre vários benefícios
- 30-11 Estatutos da Sé de Évora onde figura Estevão Álvares, escolar de Decretais
- 7-12 Súplica de Rodrigo Leitão, reitor da igreja paroquial de S. Tomé de Travassós da diocese de Braga, Bacharel em Decretos, estudante de Direito canónico no Estudo Geral de Pisa, sobre benefícios
- 9-12 Carta de D. Afonso V nomeando procurador em Lagos João Álvares escolar de Leis
- 14-12 Bula do Papa Sisto IV concedendo uma pensão anual sobre os proventos dos canonicatos, prebenda e mestre-escolado de Sora a Luís Caiado, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos

1477

- 2-1 Súplica de Álvaro Afonso, Doutor em Decreto , sobre o canonicato e prebenda de Sora
- 2-1 Súplica de Martinho Peres, clérigo da diocese de Lisboa, Doutor em Decretos e familiar do Papa, sobre o deado de Braga, chantria do Porto e igreja paroquial de S. João de Cintiles
- 2-1 Bula do Papa Sisto IV concedendo o deado de Braga e a igreja paroquial de S. João de Cinfães a Martinho Peres, Doutor em leis e familiar do Papa
- 4-1 Súplica de Pedro de Sousa e de Luís Caiado, Doutores em ambos os Direitos, sobre a igreja de Santa Maria de Galegos da diocese de Braga
- 6-1 Carta de D. Afonso V de perdão a Afonso Cabaço, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 10-1 Súplica de Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, sobre a igreja de S. Mamede de Vila Chã da diocese do Porto, vacante por resignação de Nuno Fernandes Garamaxo
- 13-1 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas, sobre o canonicato e prebenda da colegiada de Santa Maria de Alcáçovas de Santarém
- 18-1 Súplica de Rodrigo Dias, Bacharel em Decretos, sobre a união da igreja paroquial de S. Martinho da Barca ao arcediagado da Régua
- 21-1 Súplica de Pedro Lourenço, Doutor em Decretos e procurador, na Cúria papal, de Dona Beatriz, Infanta de Portugal, sobre a chantria da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém
- 29-1 Súplica de Pedro Gonçalves, Doutor em Decretos e reitor da igreja de Santa Maria Madalena de Montemos-o-Velho, sobre benefícios
- 29-1 Súplica de D. Afonso V, rei de Portugal, a favor de Martinho Lopes, escrivão da sua câmara, sobre indulto de não receber as Ordens sagradas, enquanto estudar num Estudo Geral ou estiver ao serviço do monarca
- 31-1 Súplica de Rui Dias, sacerdote da diocese do Porto, feito Bacharel em Decretos na Península Ibérica, sobre a pluralidade de benefícios
- 5-2 Súplica de Estêvão Martins, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Leis, sobre o canonicato e prebenda de Viseu
- 23-2 Súplica do cardeal Alpedrinha, arcebispo quanto concessões obtidas por D. Afonso V, rei de Portugal, sobre a supressão e erecção de prebendas nas igrejas metropolitanas e catedrais dos seus reinos e domínios, a favor da Universidade de Lisboa, para aumento dos salários dos regentes das cátedras
- 23-2 Bula do Papa Sisto IV encarregando os bispos de Tânger, Safira e Foliense, de averiguar o fundamento de quanto referia o arcebispo de Lisboa sobre a concessão com vista ao aumento dos salários dos Doutores e lentes da Universidade de Lisboa
- 26-2 Pedro Gonçalves, Doutor em Decretos e mestre-escola de Silves, apresenta-se na Câmara apostólica, a obrigar-se pela anata do mestre-escolado de Évora, vacante por morte de Vicente Álvares
- 5-3 Súplica de João Anes, sacerdote do Porto e familiar do bispo de Ceuta, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto frequentar um Estudo Geral ou estiver ao serviço do bispo de Ceuta
- 5-3 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, cónego prebendário de Sora e Doutor em Decretos, e de Lourenço Fernandes, reitor da igreja de Santo André de Canidelo, sobre permuta de benefícios
- 6-3 Súplica de Pedro de Sousa, reitor da igreja paroquial de Farinha Podre, da diocese de Coimbra, e de Pedro Gonçalves, clérigo da dita diocese e Doutor em Decretos
- 18-3 Carta de sentença dada por Lourenço Varques, Bacharel em ambos os Direitos e onde figura o Bacharel Vasco Serrão
- 21-3 Súplica de Gonçalo Dias, Bacharel em Decretos e cónego de Viseu, sobre o mestre-escolado de Viseu, vacante por morte de Bartolomeu Fernandes, Bacharel em ambos os direitos
- 26-3 Notícia de bulas para Luís Caiado, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre pensão anual
- 28-3 Bula do Papa Sisto IV nomeando bispo de Ceuta a Martinho Peres, deão de Braga e Doutor em Leis
- 29-3 Súplica de Gonçalo Monteiro, reitor da igreja de Santa Maria de Castel Rodrigo que estudara durante alguns anos Direito Canónico e Civil nos Estudos Gerais de Salamanca e de Lisboa, sobre indulto de receber o grau de doutorado em Decretos na Cúria Romana
- 31-3 Súplica de Vasco Martins Rebelo, tesoureiro da sé de Coimbra, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia e vigário geral do bispo de Coimbra D. João Galvão, sobre a união da igreja paroquial de Torredeita à tesouraria
- 31-3 Bula do Papa Sisto IV concedendo o indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto ler em algum Estudo Geral, a Vasco Martins, tesoureiro de Viseu, Doutor em Decretos e Bacharel formado em Teologia, e vigário geral do bispo de Coimbra D. João Galvão
- 3-4 Súplica de Gonçalo Monteiro, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Castel Rodrigo, que estudara durante alguns anos Direito Canónico e Civil nos Estudos Gerais de Salamanca e de Lisboa, sobre indulto de se doutorar em Direito Canónico na Cúria papal

- 9-4 Pedro de Sousa, clérigo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos obriga-se pela anata da igreja paroquial de Santa Maria de Galegos, da diocese de Braga
- 10-4 Bula do Papa Sisto IV mandando anexar a igreja de S. Miguel de Fermelã, da diocese de Coimbra, ao mosteiro de Jesus de Aveiro, à qual renunciaria Martinho Fernandes, reitor da dita igreja e Mestre em Teologia
- 11-4 Súplica de João Afonso, Bacharel em Teologia, sobre indulto de receber o grau de mestre em Teologia na Cúria Romana
- 12-4 Súplica de Pedro Gonçalves e de João Garcia, Licenciado em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 22-4 Súplica de Gonçalo Monteiro, reitor da igreja paroquial de Castelo Rodrigo, o qual estudara durante vários anos Direito Canónico e Civil nos Estudos Gerais de Salamanca e de Lisboa, sobre dois benefícios incompatíveis
- 4-5 Súplica de João Peres, conde Palatino, o qual estudará durante vários anos ambos os Direitos na Universidade de Lisboa e depois nas de Sena, Perusa e Ferrara, sobre indulto de receber o grau de doutorado em ambos os Direitos na Cúria Romana
- 7-5 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Luís Caiado, clérigo da diocese de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, a pensão anual de vinte e cinco mil reis da moeda portuguesa sobre os rendimentos dos canonicato, prebenda, e tesouraria de Lisboa e igreja de Farinha Podre
- 14-5 Súplica de Pedro Gomes, clérigo da diocese de Lisboa e Bacharel em Direito, a residir havia muitos anos na Universidade de Salamanca, sobre perpétua porção na catedral de Salamanca
- 5-7 Súplica de Pedro Dias, escolar de Viseu e Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 5-7 Bula do Papa Sisto IV mandando dispensar do impedimento de ilegitimidade, para receber todas as Ordens e a pluralidade de benefícios, a Pedro Dias, escolar de Viseu e Bacharel em Decretos
- 10-7 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo Gonçalves Botafogo, abreviados das letras apostólicas e Doutor em Decretos, a igreja de Santo André de Candeio
- 21-7 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Diogo da Fonseca
- 24-7 Súplica de Fernando Martins, Doutor em Artes e Medicina e Bacharel em Teologia, em questão com Álvaro Vasques sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Pindo da diocese de Viseu
- 2-8 O bispo eleito de Ceuta D. Martinho Peres e Pedro Gonçalves, mestre-escola de Silves, obrigam-se à Câmara apostólica em nome do reitor, conselheiros e doutores lentes do Estudo Geral de Lisboa sobre união de igrejas paroquiais, feita ao Estudo, para aumento dos salários dos lentes
- 4-8 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Fernão Rodrigues e o licenciado Rui da Grã
- 7-8 Súplica de Rodrigo Álvares, estudante de Direito Canónico no Estudo Geral de Sena, sobre o priorato de S. Pedro de Roriz da diocese de Braga
- 12-8 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 17-10 Súplica de Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, sobre os quais litigava com Martinho Peres, bispo de Lamego
- 22-10 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o mosteiro de S. Pedro de Roriz a Rodrigo Álvares, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena
- 22-10 Bula do Papa Sisto V mandando conferir o mosteiro de S. Pedro de Roriz a Rodrigo Álvares, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena
- 29-10 Bula do Papa Sisto IV mandando promover às Ordens e conceder benefícios a João do Porto, escolar da diocese de Tui e Bacharel em Decretos
- 25-11 Súplica de João Peres, conde Palatino e clérigo da diocese de Lisboa, que estudara durante vários anos ambos os Direitos no Estudo Geral de Lisboa e depois nos de Sena, Perusa, Pisa e Ferrara, sobre o doutoramento em ambos os Direitos na Cúria Romana
- 1-12 Instrumento público transcrevendo a Bula do Papa Sisto IV, de 23 de Fevereiro de 1477, sobre a anexação de igrejas paroquiais à Universidade de Lisboa, com vistas ao aumento dos salários dos professores
- 7-12 Súplica de Luís Gonçalves, arcediogo de Olivença, estudante de Direito Canónico e sobrinho do arcebispo de Braga D. Luís, sobre benefícios
- 22-12 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Diogo Gonçalves de Botafogo, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas, a pensão anual de vinte e quatro ducados de ouro da câmara apostólica sobre os rendimentos da igreja de S. Pedro de Coja da diocese de Coimbra
- 22-12 Verba da despesa ordinária com os moços no Estudo Geral de Lisboa

1478

- 7-1 Notícia sobre bulas para Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, relativas a pensão anual sobre os rendimentos da igreja de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra
- 26-1 Sentença lavrada por Lourenço Vasques, Bacharel em ambos os Direitos
- 18-2 Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, apresenta-se na Câmara apostólica em nome de Lourenço Fernandes, a obrigar-se pela taxa devida por benefícios entre eles permutados
- 26-2 Súplica de Francisco Lourenço, Franciscano e Bacharel em Teologia, sobre dois benefícios seculares ou regulares
- 14-3 Diogo de Botafogo, arcediogo de Sexta na igreja de Évora e Doutor em Decretos, obriga-se a pagar anata devida pela união de canonicato e prebenda ao seu arcediogo
- 27-3 Súplica de João Afonso, clérigo de Évora e Bacharel formado em Teologia, sobre a porção da igreja paroquial de Santa Cruz de Lisboa

- 10-5 Acta do Capítulo Geral da Ordem de S. Domingos, onde foram designados vários professores para o Convento de Lisboa
- 25-6 Súplica de João Alvares do Porto, clérigo da diocese de Tui, Bacharel em Decretos, sobre a tesouraria da colegiada de Santo Estêvão de Valença, pertencente à diocese de Ceuta
- 17-7 Carta de sentença onde figura o Doutor João Gil
- 17-7 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, a igreja paroquial de Souselas da diocese de Coimbra
- 28-7 Súplica de Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, sobre vários benefícios
- 29-7 Bula do Papa Sisto, IV, concedendo a Diogo Gonçalves, Doutor em Decretos, os perpétuos benefícios da igreja de Santa Maria de Alenquer e de S. Salvador e de Santa Maria de Beja
- 12-8 Sentença onde refere que o bispo de Lamego, D. Rodrigo de Noronha, para cortar abusos, mandara distribuir pelos presentes os rendimentos dos benefícios dos ausentes em Estudos, apesar de terem esse privilégio desde tempos imemoriais
- 26-8 Súplica de Pedro Vaz, sacerdote de Coimbra e Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-8 Sentença lavrada por João Façanha, estudante de Direito Canónico, onde figura o Bacharel Lourenço Vaz
- 31-8 Bula do Papa Sisto IV nomeando bispo da Guarda a Álvaro Gonçalves, deão de Coimbra, Doutor em Leis, escritor das letras apostólicas e familiar do Papa
- 15-9 Súplica de Diogo Botafogo, cónego de Lisboa e Doutor em Decretos, abreviador das letras apostólicas, sobre a permuta de seus benefícios
- 8-10 Súplica de João Lopes Basanta, clérigo da diocese de Lisboa, Licenciado em Direito Civil, o qual estudara Direito Canónico e Civil durante alguns anos nas universidades de Lisboa e de Salamanca e finalmente na de Sena, sobre o doutoramento na Cúria Romana em Direito Canónico
- 29-10 Bula do Papa Sisto IV, mandando conferir a Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas, a igreja de Vila Nova de Alvito
- 9-11 Súplica de Estêvão Martins, cónego de Viseu e Bacharel em Leis, sobre a igreja paroquial de S. Aliguel de Ribeiradio, pertencente ao direito de padroado do duque de Viseu
- 14-11 Carta de D. Afonso V onde figura Diogo Gonçalves, Bacharel em Cânones
- 22-11 Carta de D. Afonso V autorizando a exercer medicina a Mestre Lázaro Navarro, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo, físico-mós
- 26-11 Súplica de Fernando Martins, carmelita do mosteiro de Lisboa e Bacharel formado in sacra pagina, sobre o doutoramento na Cúria Romana
- 3-12 Súplica de Pedro de Coimbra, clérigo conjugado e oficial do rei de Portugal, sobre indulto de o cardeal Apeárinha lhe conferir o doutoramento em ambos os Direitos

1479

- 18-1 Súplica de João Afonso, Bacharel formado em Teologia, perpétuo beneficiado na igreja de Santo Estêvão de Lisboa, sobre indulto de encarregar Mestre Agostinho de Roma, juntamente com mais dois mestres em Teologia, de lhe conferir o grau do magistério em Teologia
- 22-1 Súplica de Alvaro de Freitas, estudante de Direito Canónico na Universidade de Peruca, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras por causa da igreja paroquial de S. João de Sepins, da diocese de Coimbra, de que era reitor
- 25-1 Carta de D. Afonso V designando o Doutor Vasco Fernandes para assistir e ter voz nas reuniões das Casas da Suplicação e do Cível
- 11-2 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, cónego de Lisboa e abreviados das letras apostólicas e familiar do Papa, indulto de poder arrendar os rendimentos de seus benefícios
- 27-2 Carta de D. Afonso V recomendando a eleição do Cardeal de Alpedrinha para Protector da Universidade de Lisboa
- 27-3 Bula do Papa Sisto IV, mandando conferir a Diogo de Botafogo, seu familiar e Doutor em Decretos, a comenda do mosteiro de S. Miguel de Bustelo
- 29-3 Carta de D. Afonso V confirmando a eleição do Cardeal D. Jorge para Protector da Universidade de Lisboa
- 15-4 Carta de D. Afonso V a seu filho, futuro D. João II, comunicando que lhe deixa todos os seus cargos menos o de Protector da Universidade de Lisboa que guarda para sie lhe roga para manter todos os privilégios e liberdades da Universidade
- 4-6 Motu proprio de Sisto IV a favor de Pedro de Lourenço, clérigo conjugado e cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada, Licenciado em Decretos, regente da primeira cátedra de Direito Canónico na Universidade de Lisboa e embaixador de D. Afonso V, Rei de Portugal
- 14-6 Bula do Papa Sisto IV dirigida a Pedro Lourenço, lente de Cânones, da hora de prima, da Universidade de Lisboa e embaixador do rei de Portugal ao Papa
- 14-6 Bula do Papa Sisto IV, nomeando acólito apostólico a Gaspar Lourenço, clérigo da diocese de Lisboa e filho do embaixador Pedro de Lourenço, cavaleiro de S. Tiago da Espada e Doutor em Decretos
- 23-6 Súplica de João Gil, sacerdote da diocese de Évora, Doutor em ambos os Direitos e procurador na Cúria Romana do cardeal Alpedrinha, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Évora
- 28-6 Bula do Papa Sisto IV, concedendo o deado de Viseu a Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, abreviados das letras apostólicas e seu familiar
- 1-7 Súplica de João Gaspar, clérigo da diocese de Lisboa, Bacharel em Artes e Medicina, médico da rainha de Castela Dona Isabel, sobre o grau de licenciatura nestas disciplinas

- 5-7 Carta de D. Afonso V autorizando o bacharel Afonso de Linhares a ensinar Lógica e Gramática em Sora
- 7-7 Súplica de Lourenço Vasques, clérigo de Sora e Bacharel em ambos os Direitos, o qual tinha lido no Estudo Geral de Lisboa cerca de trinta anos, exercendo ao mesmo tempo o ofício de vigário ou oficial da Cúria Lisbonense, sobre o seu doutoramento, a conferir pelo cardeal Alpedrinha
- 27-7 Súplica de Lourenço Vasques, Bacharel em ambos os Direitos, o qual fora lente durante trinta anos no Estudo Geral de Lisboa, sobre a igreja de Santo Anão do Tojal
- 31-7 Pedro Lourenço, cavaleiro da Ordem de S. Tiago da Espada, Doutor em Decretos e embaixador ao rei de Portugal, apresenta-se na Câmara apostólica, a obrigar-se em nome do bispo eleito de Lamego D. Gomes de Miranda pela taxa da promoção
- 16-9 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Rodrigo Álvares, clérigo diocese de Braga e estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena, em comenda, o priorato do mosteiro de S. Pedro de Roriz
- 9-10 Súplica de Pedro Anes, sacerdote de Coimbra e Doutor em Decretos, sobre o deado de Lamego
- 16-10 Súplica de João Álvares, clérigo do Porto e Bacharel em Decretos, sobre benefícios incompatíveis
- 19-10 Bula do Papa Sisto IV concedendo a igreja paroquial de S. Martinho de Lagares da diocese do Porto a João Álvares, Bacharel em Decretos
- 21-10 Bula do Papa Sisto IV concedendo a João Álvares, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, um canonicato na igreja de Braga e na do Porto
- 25-10 Súplica de Gonçalo Monteiro, o qual estudara Direito Canónico nos Estudos Gerais de Salamanca e de Lisboa, sobre a extensão a um terceiro benefício eclesiástico com cura de almas de súplica anterior
- 27-10 Súplica de João Álvares Pacheco, Bacharel em Decretos e capelão do cardeal Alpedrinha, sobre permuta de seus benefícios
- 10-11 Carta de D. Afonso V autorizando a exercer medicina a Mestre Salomão, onde figura Mestre Fernando, Doutor em Artes e em Medicina
- 12-11 Sentença lavrada por Lourenço Vasques bacharel em ambos os Direitos
- 13-11 Bula do Papa Sisto IV concedendo o mosteiro de S. Pedro de Roriz em comenda a Rodrigo Alvares, estudante de Direito Canónico na Universidade de Sena
- 26-11 Notícia sobre o pagamento da taxa, devida pela comenda do mosteiro de Castro de Avelãs, paga em nome do comendatário Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos
- 31-12 Súplica de João Álvares Pacheco, clérigo do Porto e Bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Antas, da diocese de Braga

1480

- 14-1 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores João Teixeira e Diogo da Fonseca
- 7-1 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 25-1 Carta de D. Afonso V onde figura o licenciado Rui da Grã
- 13-2 Súplica de Frei António do Porto, da Ordem da Santíssima Trindade, o qual estudara durante vários anos na Faculdade de Teologia, sobre indulto para Frei Rodrigo de Toledo, Mestre em Teologia, ou Frei Gonçalo, também Mestre em Teologia e Franciscano, do convento de Sevilha, lhe poderem conferir o doutoramento em Teologia
- 17-2 Carta de D. Afonso V nomeando João de Braga, escolar de Leis, procurador da Corte
- 11-3 Carta de D. Afonso V concedendo perdão ao Doutor João Lopes e onde figuram os Doutores João Teixeira e Diogo da Fonseca
- 14-3 Súplica de Frei Afonso de Segóvia, Franciscano, apresentaa de Teologia e residente na Universidade de Lisboa sobre indulto de algum Mestre em Teologia, nomeadamente o bispo de Safix, residente na cidade de Lisboa, lhe conferir o doutoramento em Teologia
- 21-3 Súplica de Fernando Martins, Mestre em Artes e em Medicina e cónego de Lisboa, sobre a igreja paroquial de Pindo da diocese de Viseu
- 21-3 Bula do Papa Sisto IV sobre questão entre vários eclesiásticos, com disposições a favor de Fernando Martins, cónego de Lisboa e Mestre em Artes e em Medicina, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Pindo, da diocese de Viseu
- 18-4 Carta de D. Afonso V de confirmação do contrato de casamento de D. Alvaro, filho do Duque de Bragança, e de D. Filipa, filha dos Condes de Olivença, onde figuram os Doutores João Teixeira, João de Elvas e Luís Teixeira
- 16-5 Súplica de Diogo Pinheiro, clérigo da diocese de Braga e Doutor em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de Santo André de Várzea de Ovelha da diocese do Porto
- 16-5 Bula do Papa Sisto IV mandando conferira igreja de Várzea da Ovelha, da diocese do Porto, a Diogo Pinheiro, clérigo da diocese de Braga e Doutor em ambos os Direitos
- 14-6 Carta de D. Afonso V onde figuia o bacharel Lopo Afonso e o Doutor João Teixeira
- 22-6 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Martim Pinheiro e o licenciado Rui da Grã
- 23-6 Súplica de Afonso de Moraes, Bacharel em Artes e familiar do cardeal Alpedrinha, sobre a quartanaria de Lisboa
- 26-6 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Rui Boto ouvidor da Casa da Suplicação
- 27-6 Súplica de Gonçalo Fernandes, clérigo conjugado da diocese de Lamego, residente na cidade de Lisboa e Bacharel em Medicina, o qual estudara durante vários anos Artes e Medicina na Universidade de Salamanca, sobre indulto de os bispos de Lamego e de Silves lhe poderem conferir o doutoramento em Artes e Medicina
- 27-6 Carta de D. Afonso V confirmando a perfilhação de João Vasques, bacharel
- 12-7 Carta de D. Afonso V onde refere o Doutor Rui Boto desembargador da Casa da Suplicação

- 13-7 Bula do Papa Sisto IV concedendo a pensão anual de vinte libras sobre os rendimentos do deado de Viseu a Estêvão Martins, Bacharel em Leis, o qual andava em questão com João Gil, clérigo de Évora e Doutos em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, tendo ambos chegado a acordo
- 16-7 Carta de D. Afonso V de mercê ao Doutor João Teixeira
- 23-8 Carta de D. Afonso V nomeando desembargador da Casa do Cível de Lisboa ao Doutor João de Elvas
- 19-9 Bula do Papa Sisto IV, mandando conferir a igreja paroquial de Santa Maria de Arazede a Diogo Botafogo, clérigo da diocese de Silves, Doutor em Decretos e familiar do Papa
- 12-10 Sentença lavrada por Lourenço Vaz, Doutor em ambos os Direitos, onde figuram Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico e o bacharel Fernão Rodrigues
- 14-10 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir a igreja paroquial de Correlhã, vacante por cedência de Diogo Botafogo, clérigo da diocese de Silves, Doutor em Decretos e familiar do Papa, a Frei Vicente de S. Nicolau
- 16-10 Carta de D. Afonso V onde figura o bacharel Henrique Lopes e o Doutor João Teixeira
- 18-10 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Álvaro Pires, Chanceler da Casa do Cível
- 23-10 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor João de Elvas corregedor da Corte
- 27-10 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, abreviados das letras apostólicas e seu familiar, porções nas igrejas de Santa Maria e de S. Salvador de Bda
- 29-10 Carta de D. Afonso V nomeando o Doutor Fernio Rodrigues desembargador do Desembargo e petições
- 14-11 Súplica de Fernando Lopes, arcediogo da Guarda, o qual estudara durante vários anos Direito Canónico nas Universidades de Salamanca e de Lisboa, sobre indulto quanto à recepção do doutoramento em Direito Canónico
- 17-11 Carta do Príncipe D. João dando licença a Mestre Simão a usar de cirurgia, onde figura o Doutor Mestre Fernando
- 12-12 Carta de sentença de D. Afonso V sobre uma contenda entre o Conde D. Pedro de Allenses, de que era procurador o Doutor João de Elvas e a abadessa do Mosteiro de Santa Clara, de Vila do Conde, de que eram procuradores Frei Mateus, bacharel em Teologia e o bacharel Afonso de Bairros

1481

- 17-1 Carta de D. Afonso V autorizando o licenciado Gonçalo Fernandes a andar em besta muar
- 25-1 Súplica de Frei João, Dominicano e Mestre em Teologia, o qual fora de Portugal à Cúria Romana tratar de questões referentes ao convento de Lisboa
- 5-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo a igreja paroquial de S. Pedro de Coja ao seu familiar Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e abreviados das letras apostólicas
- 6-2 Carta de D. Afonso V dirigida ao Doutor Álvaro Pires
- 12-2 Carta de D. Afonso V onde figura Vasco Martins, Doutor em Decretos
- 16-2 Carta de D. Afonso V de legitimação de Manuel, filho do licenciado Pedro Gonçalves Leitão e onde figuram os Doutores Rui Boto e Marfim Pinheiro
- 16-2 Carta de D. Afonso V onde refere o falecimento do Doutor João Afonso
- 19-2 Carta de D. Afonso V de perdão a Rodrigo Afonso, bacharel em Leis
- 19-2 Súplica de D. Afonso V, Rei de Portugal, e do Príncipe D. João, a favor de Diogo de Coimbra, Dominicano e Bacharel em Teologia, sobre um terceiro benefício incompatível
- 19-2 Bula do Papa Sisto IV concedendo benefícios eclesíasticos a Diogo de Coimbra, Dominicano e Bacharel em Teologia, o qual havia doze anos, pregava em presença de D. Afonso V, Rei de Portugal, e do Príncipe D. João
- 9-3 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores Rui Boto e Marfim Pinheiro
- 13-3 Carta de D. Afonso V onde figuram o Doutor João Teixeira e Pedro Machado, bacharel em Leis
- 20-3 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir o arcediagado de Lagos a Diogo de Botafogo, cónego de Silves, familiar do Papa e Doutor em Decretos
- 31-3 Bula do Papa Sisto I V sobre arrendamento de possessões do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, em que figura Alvaro Peses, leigo de Lisboa e Doutor em Decretos
- 16-4 Bula do Papa Sisto IV concedendo a Luís Caiado; Doutor em ambos os Direitos e cónego de Lisboa, o indulto de receber os rendimentos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal
- 23-4 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João de Elvas
- 3-5 Carta de D. Afonso V onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Pires
- 15-5 Carta de D. Afonso V onde refere os Doutores Rui Boto e Fernão da Mesquita
- 17-5 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor João Teixeira e Pero Machado bacharel em Leis
- 18-5 Carta de D. Afonso V onde figura Henrique Lopes, bacharel em Leis e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 24-5 Bula do Papa Sisto IV concedendo a João Gil, Doutor em ambos os Direitos, um perpétuo benefício na igreja paroquial de S. Salvador de Beja
- 24-5 Súplica de Afonso Bello, perceptor do convento da Santíssima Trindade de Lisboa da Ordem da Redenção dos Cativos e provincial da Província de Portugal, que estudara durante vários anos no Estudo de Teologia, sobre o doutoramento
- 14-6 Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Nuno Gonçalves Carta de D. Afonso V onde figura o Doutor Luís Teixeira
- 18-6 Carta de D. Afonso V autorizando a exercer cirurgia a Mestre Joane e onde figura o Doutor Mestre Fernando
- 20-6 Carta de D. Afonso V autorizando Mestre Rodrigo a usar de cirurgia visto ter sido examinado pelo Doutor Mestre Fernando
- 29-6 Carta de D. Afonso V de mercê ao Doutor Lopo de Arca
- 21-7 Carta de D. Afonso V onde figura o licenciado Fernão de Figueiredo e o Doutor Fernão Rodrigues

- 3-8 Carta do Príncipe D. João onde refere a sentença lavrada por Gonçalo Dias, bacharel em Degredos e mestre escola em Viseu
- 10-8 Carta do Príncipe D. João concordando com a indicação de Estêvão Cavaleiro para ensinar Gramática em Évora
- 1-9 Auto de aclamação del-Rei D. João II a que assistiram Reitores, professores e escolares da Universidade de Lisboa
- 1-9 Cerimonial do levantamento del-Rei D. João II com a arenga proferida pelo Doutor Vasco Fernandes
- 2-9 Carta de D. João II nomeando sobrejuiz da Casa do Cível de Lisboa ao bacharel João de Estremoz
- 6-9 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir a capelania na igreja paroquial de Santa Maria de Faro a Gil de Montontão, clérigo da diocese de Braga e estudante universitário
- 11-9 Bula do Papa Sisto IV concedendo a João, Navarro o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estado Geral ou residir na Cúria Romana
- 18-9 Carta de D. João II nomeando Corregedor de Lisboa a Lopo da Fonseca, escolar de Leis
- 27-9 Carta de emprazamento lavrada por João Delgado, escolar de Direito Canónico
- 4-10 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 3-11 Súplica de Lourenço Rodrigues, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Salreu, da diocese de Coimbra, sobre o doutoramento em Direito Canónico
- 5-11 Sentença lavrada por Gonçalo Matoso, Doutor em ambos os Direitos, onde figura o doutor Lourenço Vasques e Hereque Vasques, escolar de Direito Canónico
- 5-11 Carta de D. João II nomeando o Doutor Diogo de Lucena desembargador da Casa da Suplicação
- 16-11 Carta de D. João II nomeando o bacharel Vicente Egas, Juiz de Fóra de Setúbal e termo e onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 10-11 Bula do Papa Sisto IV mandando conferir a porção da igreja de Santa Maria de Faro ao seu familiar Diogo Botafogo, cônego de Silves, Doutor em Decretos e abreviador das letras apostólicas
- 17-11 Súplica de Afonso de Morais, Doutor em Medicina, vigário perpétuo da igreja paroquial de S. Vicente de Paúl, da diocese de Lisboa e familiar do cardeal Alpedrinha, sobre o exercício da Medicina
- 20-11 Súplica de António de Lisboa, clérigo lisbonense e Doutor em Medicina, sobre o ingresso na Ordem militar de S. Tiago da Espada
- 28-11 Carta de D. João II onde figura o Doutor João de Elvas

1482

- 14-1 Carta de D. João II onde refere os Doutores Pero de Coimbra e Nuno Gonçalves
- 19-1 Carta de D. João II onde refere o Doutor João de Elvas
- 26-1 Carta de D. João II onde refere o Doutor Martim Pinheiro
- 11-2 Carta de D. João II onde refere o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 13-2 Sumário da carta de D. João II onde refere o Doutor João Pereira
- 23-2 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em Direito Canónico, e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja paroquial de S. Martinho, da diocese de Braga
- 25-2 Carta de D. João II onde refere os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 26-2 Súplica de Afonso de Morais, perpétuo vigário da igreja paroquial de S. Vicente de Paúl, da diocese de Lisboa, Mestre em Medicina e médico do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre a perpétua vicaria da igreja de S. Nicolau, de Santarém
- 26-2 Súplica do Doutor Afonso de Morais, familiar e médico 1 do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre a quartenaria de Lisboa
- 28-2 Súplica de Luía Gonçalves, arcediogo de Olivença, em questão com Pedro de Mendonça, clérigo de Coimbra e Doutor, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Gondar, da diocese de Braga
- 28-2 Carta de sentença lavrada por Gonçalo Matoso, Doutor em ambos os Direitos
- 3-3 Carta de D. João II, onde figura o bacharel João Fernandes e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 13-3 Carta de D. João II autorizando Pedro Álvares a exercer cirurgia e onde figura o Doutor Mestre Fernando
- 20-4 Carta de D. João II de perdão a Gonçalo Ribeiro onde figuram os Doutores Álvaro Pires, João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 23-4 Carta de D. João II onde refere Rodrigo Alvares, escolar em Artes, e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 27-4 Súplica do Superior e convento de S. Francisco do Porto, a favor de Frei João Landim, Bacharel formado em Teologia, sobre a faculdade de ter um quarto especial no convento
- 2-5 Súplica de Fernando Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Moreiras, da diocese de Braga e Doutor em ambos os Direitos, sobre benefícios
- 2-5 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a pluralidade de benefícios a Fernando Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Moreiras da diocese de Braga e Doutor em ambos os Direitos
- 4-5 Súplica de Frei João Aranha, franciscano, professor de Teologia e reitor da igreja de S. Salvador de Castelões, da diocese do Porto, e de Rodrigo Dinis, clérigo do Porto, sobre a dita igreja de Castelões
- 7-5 Súplica de João do Porto, clérigo da diocese de Tui e Bacharel em Direito Canónico, residente na Cúria Romana, sobre uma capelania do mosteiro de S. Félix ou S. Fins de Friestas
- 24-5 Carta de D. João II a João Esteves, escolar de Direito Canónico, autorizando-o a procurar em Santarém, onde figura o Doutor Rui Boto
- 29-5 Carta de D. João II concedendo mercês ao Doutor Gonçalo Mendes da Silveira

- 31-5 Bula do Papa Sisto IV sobre prorrogação de dispensa quanto a benefícios incompatíveis, concedida pelo papa Paulo II a Gonçalo Monteiro, reitor da igreja paroquial de Castelo Rodrigo, o qual tinha estudado ambos os Direitos nas Universidades de Salamanca e de Lisboa
- 10-6 Carta de D. João II onde refere os Doutores Fernão Vasques Caminha, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 12-6 Carta de D. João II de perdão a Judas Anbram onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves. Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 13-6 Carta de D. João II onde refere o Bacharel Diogo Dias e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 13-6 Carta de emprazamento onde figuram João Brás, Bacharel em Degredos e o Doutor Aires Dias, prior da igreja colegiada de Santa Maria de Barcelos
- 14-6 Carta de D. João II concedendo mercês ao Doutor Gonçalo Mendes
- 14-6 Súplica do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa a favor de Frei João Aranha, franciscano e Mestre em Teologia e seu familiar, sobre a igreja Paroquial de Santa Maria de Arruda do Vinhos da diocese de Lisboa
- 15-6 Súplica de Estêvão Martins, Bacharel em Leis e tesoureiro da igreja de Viseu e familiar do vice-chanceler, sobre a igreja paroquial de Alcofra da diocese de Viseu
- 19-6 Carta de D. João II nomeando Gomes Eanes Aranha, Bacharel em Leis, procurador do número da cidade do Porto, onde refere o Doutor Rui Boto
- 22-6 Súplica de Vasco Martins Rebelo, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, disputados entre ele e Pedro de Mendonça, morto na cidade de Roma
- 1-7 Carta de D. João II nomeando Pedro Murzelo, carcereiro das cadeias da Corte, onde figura o Doutor João de Elvas
- 2-7 Súplica de Gonçalo Correia reitor da igreja paroquial de Alcofra da diocese de Viseu, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 8-7 Carta de D. João II nomeando João Rodrigues, escolar de Direito, procurador do número em Lisboa
- 22-7 Carta de D. João II nomeando o licenciado Pedro de Gouveia corregedor, na comarca e correição da Estremadura e onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 2-8 Carta de D. João II nomeando o licenciado Pedro de Resende corregedor na comarca do Algarve, onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 5-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores João Teixeira e Vasco Fernandes
- 23-8 Carta de D. João II de legitimação de Isabel, filha do Licenciado Fernando de Figueiredo e onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 24-8 Carta de D. João II de perdão a João Álvares onde figuram os Doutores Fernão Vaz de Caminha, João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 27-8 Carta de D. João II de legitimação de Paula Lopes, filha de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Canones e onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 30-8 Carta de D. João II autorizando a prática de medicina ao bacharel Diogo Garcia «que sempre trabalhara e costumara em as liberais artes», onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 31-8 Carta de D. João II nomeando desembargador dos Agravos da casa do Cível de Lisboa o Doutor Vasco Fernandes
- 9-9 Carta de D. João II de perdão a Nuno Dias, estudante de Lógica no Estudo de Lisboa, e onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 14-9 Súplica de Lourenço Rodrigues, Bacharel em Direito Canónico e reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Salreu, da diocese de Coimbra
- 29-9 Súplica de Lourenço Afonso, reitor da igreja paroquial de Santa Maria do Zêzere, sobre esta igreja disputada entre ele e Frei João Aranha, franciscano e Mestre em Teologia
- 1-10 Carta de D. João II de mercê ao Bacharel Fernando Afonso, onde figura o Doutor João Teixeira
- 5-10 Capítulos de Cortes sobre tenças, dadas aos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 12-10 Súplica de Luís Gonçalves Farto, arcediogo de Oliveira, o qual estudara ambos os Direitos nas Universidades de Salamanca e de Lisboa durante muito tempo, sobre doutoramento e colação das insígnias doutorais pelo bispo Titopolitano, residente na diocese de Braga
- 24-10 Súplica de João Vicendoni, Bacharel em Artes e clérigo da diocese de Évora, sobre o canonicato e prebenda de Silves
- 28-10 Instrumento de aforamento onde figura o Bacharel João Rodrigues
- 29-10 Carta de D. João II de aposentação de Fernando Anes, onde figura o Doutor Mestre António, físico e cirurgião
- 14-11 Carta de D. João II de perdão a Fernando Anes, onde figuram os Doutores João Teixeira e Diogo de Lucena
- 15-11 Súplica de João Álvares, cónego de Lisboa e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 15-12 Súplica de Frei Rodrigo do Crato, dominicano e professor de Teologia, familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre dispensa para obter um benefício eclesiástico com cura de almas
- 16-12 Carta de D. João II de perdão a Samuel Gatel, onde figura o Licenciado Fernão de Figueiredo e o Doutor João Teixeira

1483

- 15-1 Carta de D. João II nomeando Pero Vaz escrivão dante o conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 13-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre Fernando, cirurgião-mor
- 27 Carta de D. João II nomeando tabelião das notas de Arronches a Lopo Álvares, criado do Doutor Fernão de Mesquita

- 5-3 Súplica de Estêvão Martins, clérigo da diocese de Lamego, Bacharel em Leis e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja paroquial de S. Miguel de Bodiosa, da diocese de Viseu
- 13-3 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Fernandes Godinho
- 17-3 Súplica de Estêvão Martins, clérigo da diocese de Lamego, Bacharel em Leis e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a união da igreja de Santa Maria de Torredeita, da diocese de Viseu, aos canonicato e prebenda de Viseu
- 1-4 Carta de D. João II de perdão a Martim Pires de Boca, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Martim Pinheiro
- 2-4 Carta de D. João II de legitimação de Beatriz, filha do bacharel Luís Gonçalves, onde figuram os Doutores João Teixeira e Rui Boto
- 8-4 Carta de D. João II de legitimação a João Rodrigues, filho de Diogo Vaz, mestre-escola e conego de Coimbra, onde figura o Doutor João Teixeira
- 12-4 Carta de D. João II de tença ao Doutor Rodrigo Maldonado
- 26-4 Carta de D. João II nomeando o Doutor Lopo de Arca desembargador da Casa do Cível, onde figura o Doutor Gonçalo Garcia
- 16-5 Bula do Papa Sisto IV, concedendo o deado da Guarda a Rodrigo Afonso, depois de a ele ter renunciado Gil Vasques nas mãos do Papa, por meio de Lourenço Rodrigues reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Salreu e Bacharel em Direito Canónico
- 1-6 Súplica de João Gil, sacerdote da diocese de Évora, Doutor em ambos os Direitos e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre a pluralidade de benefícios
- 1-6 Bula da Papa Sisto IV, concedendo a João Gil, sacerdote da diocese de Évora, Doutor em ambos os Direitos e familiar da cardeal D. Jorge, do titulo presbiterial de S. Pedro e Marcelino, faculdade de permutar seus benefícios
- 19-6 Súplica de João Álvares Pacheco, cónego de Braga, Bacharel em Direito Canónico e familiar da cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre questões contra ele ventiladas
- 21-6 Carta de D. João II onde figuram os Doutores João Teixeira e Rui Boto
- 25-6 Carta de D. João II nomeando Pera Faleiro, estudante de Leis, seu escudeiro
- 6-7 Súplica de Gonçalo Peres e de Diogo Gonçalves de Botafogo, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 17-7 Súplica de Lourenço Rodrigues, reitor da igreja de S. Martinho de Salreu e Bacharel em Direito Canónico, sobre o deado da Guarda
- 27-7 Carta de D. João II nomeando João de Deus, Bacharel em Cânones, seu capelão
- 5-8 Carta de D. João II de cirurgia a Mestre João de Lisboa, onde figura a Doutor Mestre Fernando, cirurgião-mor do Reino
- 16-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores João Teixeira e Nuno Gonçalves
- 26-8 Carta de D. João II de confirmação de Juiz dos Orfãos de Alter da Chão, a Álvaro Lourenço, onde figuram os Doutores João Teixeira e Nuno Gonçalves
- 5-9 Súplica de João Nunes, clérigo de Viseu, com 17 anos de idade, estudante na cidade de Viseu, o qual desejava estudar em alguma universidade, sobre a igreja de S. Miguel de Lajeasa, da diocese de Viseu
- 14-9 Bula da Papa Sisto IV, mandando conferir a tesouraria de Coimbra, vacante por morte de Diogo Brás, a Lourenço Rodrigues, Bacharel em Decretos e reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Salreu
- 16-9 Súplica de Afonso de Morais, sacerdote da diocese de Lisboa, Mestre em Medicina e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 26-9 Sumário de uma carta de D. João II onde figura o Doutor Diogo Velho
- 4-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Vasco Fernandes
- 12-10 Súplica de Vasco Peres, sacerdote da diocese da Guarda e Bacharel em Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 14-10 Súplica de João Álvares e de Vasco Peres, sacerdote e Bacharel em Direito Canónico, sobre a igreja de S. Pedro de Gouveia da diocese de Coimbra
- 17-10 Bula do Papa Sisto IV, dirigida ao oficial do arcebispado de Lisboa, mandando conferir os canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de João Garcia, a Sebastião Lopes, clérigo da diocese de Lamego e Doutor em Decretos, o que até ali tinha litigado sobre eles com João Gil
- 28 Carta de D. João II nomeando Lourenço Dias, mestre de Gramática em Bragança, procurador do número na mesma cidade e onde figura o Doutor João Teixeira
- 28-10 Carta de D. João II onde refere o bacharel Domingos Dias e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 29-10 Carta de D. João II onde figura o Bacharel Domingos Lourenço e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 30-10 Súplicas de Fernando Martins de Roriz, Doutor em Medicina e Mestre em Artes, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Pindo, da diocese de Viseu, sobre pensão anual que João Vasques, sacerdote da mesma diocese, lhe pagaria sobre os rendimentos da sobredita igreja
- 3-11 Súplica de Pedro Vasques, Bacharel em Direito Canónico, sobre várias igrejas da diocese de Coimbra
- 6-11 Súplica de Agostinho de Barros, clérigo de Lisboa, com 18 anos de idade, estudante de Artes na Universidade de Salamanca, sobre o priorato do mosteiro de S. Martinho de Mancelos
- 12-11 Súplica de Diogo Vicente, clérigo da diocese de Lisboa e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o indulto de receber proveitos dos benefícios sem obrigação de residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 18-11 Súplica de João Gil, arcediogo de France, na igreja de Viseu, Doutor em ambos os Direitos, capelão e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre certa anexação ao arcediogo
- 29-11 Carta de D. João II nomeando procurador do número, em Guimarães, a João Gonçalves, mestre de Gramática, onde figura o Doutor João Teixeira

- 17-12 Carta de D. João II onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 19-12 Bula do Papa Sisto IV, dirigida ao bispo de Cidade Rodrigo, ao arcediogo de Lisboa e oficial do Porto, mandando conferir a Vasco Peres, clérigo da diocese da Guarda e Bacharel em Direito Canónico, a pluralidade de benefícios, inclusive com cura de almas

1484

- 7-2 Bula do Papa Sisto IV, concedendo a Estêvão Martins, familiar do cardeal D. Rodrigo Borgia e Bacharel em Leis, o canonicato e prebenda de Lamego
- 9-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor Rui Boto
- 10-2 Carta de D. João II de perdão a João da Rosa, onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves e Rui Boto
- 23-2 Carta de D. João II de perdão a Gonçalo Afonso e Afonso Gomes, onde figuram os Doutores Rui Boto e Pero Machado
- 25-2 Carta de D. João II de perdão a Catarina Afonso, onde figuram os Doutores João Teixeira e Diogo Pinheiro
- 3-3 Carta de D. João II concedendo a tença anual de 30.000 reais brancos ao Doutor João de Elvas
- 24-3 Carta de D. João II de perdão a Vasco do Vale, onde figuram os Doutores João Teixeira e Rui Boto
- 31-3 Carta de D. João II concedendo 20.000 reais brancos, anuais, de tença, ao Doutor João de Elvas
- 2-4 Carta de D. João II nomeando João de Garcês tesoureiro dos Resíduos, onde figura o Bacharel Fernando Anes
- 9-4 Carta de D. João II concedendo 4.980 reais de mantimento a Rodrigo Homem, enquanto estudar no Estudo de Salamanca
- 10-4 Súplica de Estêvão Martins, cónego de Viseu e Bacharel em Leis, familiar do cardeal vice-chanceler e de Luís Anes, cónego também de Viseu, sobre permuta da igreja de S. Miguel do Mato e de Santa Maria de Torredaiteira
- 12-4 Carta de D. João II de perdão a Pedro Lourenço, onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 12-4 Carta de D. João II nomeando o Doutor Diogo Pinheiro desembargador e concedendo-lhe 40.000 reais, anualmente, de mantimento
- 14-4 Carta de emprazamento onde figuram Diogo Álvares, morador no Bairro dos Escolares e Vasco Anes, que a ensinava moços
- 19-4 Carta de D. João II de perdão a Fernão Lopes, onde figuram os Doutores Pedro Coimbra, João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 20-4 Carta de D. João II de perdão a João Vasques, onde figura o Bacharel Diogo Ferreira, ouvidor da cidade de Braga e os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 28-4 Emprazamento onde figura, como testemunha, Diogo Alvares, morador no Bairro dos Escolares
- 4-5 e 6-5 Carta de D. João II de apresentação e confirmação da Igreja de S. Francisco, de Ponte de Sor, ao bacharel Diogo Lopes
- 7-5 Carta de D. João II de perdão a Diogo Dias, onde figuram os Doutores Vasco Fernandes, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 10-5 Sumário da carta de D. João II nomeando Fernão Gil tabelião em Vila Viçosa, onde figura o Doutor João Fernandes Godinho
- 18-5 Súplica de João Alonso, Mestre em Sagrada Teologia e capelão do bispo de Lamego, sobre o canonicato e prebenda de Lamego
- 20-5 Carta de D. João II de privilégio ao Bacharel Afonso de Bairros, procurador da Corte, onde figura o Doutor João Teixeira
- 24-5 Carta de D. João II de perdão a Rodrigo Álvares de Araújo, onde figuram os Doutores Martim Pinheiro, João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 29-5 Carta de D. João II nomeando procurador geral a João Leitão, escolar de Leis
- 29-5 Súplica de Estêvão Martins, tesoureiro de Viseu e Bacharel em Leis, familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja de S. Pedro de Almofala
- 2-6 Carta de D. João II de perdão a Rui Diogo Barroca, onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 9-6 Carta de D. João II onde figuram os Doutores João Teixeira e Fernão Rodrigues
- 19-6 Súplica de Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos, sobre a união das igrejas de Santo André de Várzea de Ovelha e de Santo André de Vila Boa, da diocese do Porto
- 27-6 Súplica de Diogo Dias, clérigo da diocese de Braga, com 20 anos de idade e residente no Estudo, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Verim, da diocese de Braga
- 1-7 Carta de D. João II nomeando o Doutor João Teixeira chanceler mor do Reino
- 4-7 Dispondo-se Lopo Dias, reitor da igreja de S. Salvador de Pereira, da diocese de Braga, a resignar a esta igreja, Diogo Pinheiro, clérigo da mesma diocese e Doutor em ambos os Direitos, pede tal igreja paroquial
- 4-7 Bula do Papa Sisto IV a conceder a Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos, a igreja paroquial de S. Salvador de Pereira, diocese de Braga, e onde refere Pedro Vaz, Doutor em ambos os Direitos
- 6-7 Carta de D. João II nomeando o Doutor Rui Boto desembargador do Paço
- 6-7 Súplica de Rodrigo Dias, arcediogo da Régua e Bacharel em Direito Canónico, protonotário apostólico e reitor da igreja de S. Miguel de Fontelas, da diocese do Porto, sobre a união desta igreja ao arcediogo sobredito
- 18-8 Carta de D. João II concedendo benefícios ao Bacharel Fernão Correia
- 12-9 Bula do Papa Inocêncio VIII, renovando concessão do Papa Sisto IV a Estêvão Martins, tesoureiro da igreja de Viseu e Bacharel em Leis, então familiar do cardeal D. Rodrigo Borgia, vice-chanceler da Igreja

- 12-9 Bula do Papa Inocêncio VIII renovando concessão do predecessor Sisto IV, que morrera antes de serem feitas as respectivas letras apostólicas, a Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos e clérigo da diocese de Lisboa, sobre o arcediagado de Lisboa, mestre-escolado de Évora e outros benefícios
- 12-9 Bula do Papa Inocêncio VIII renovando concessões do Papa Sisto IV, morto antes da confecção das respectivas letras, a João Nunes, clérigo de Viseu, onde estudava, e queria frequentar um Estudo Geral
- 21-10 Acordo onde figura Pero de Gouveia, Licenciado em ambos os Direitos
- 26-10 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Luís Eanes da Veiga e João, escolar de Leis
- 2-12 Carta de D. João II de perdão a Fernão Lopes, onde figura o Doutor João de Elvas

1485

- 13-1 Emprazamento onde refere os Doutores Pero de Lourenço, Pero de Sousa e Pero de Coimbra e o Bacharel Fernão Correia
- 23-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a Fernando Coutinho, clérigo da diocese de Coimbra, nobre, a estudar na Universidade de Pisa, com cerca de vinte anos de idade, as igrejas de S. Paio, e de S. Salvador, da diocese de Ceuta, e um benefício que Vasco Fernandes possuía durante mais de doze anos, sem a devida dispensa apostólica
- 5-2 Bula do papa Inocêncio VIII mandando conferir a igreja de S. Martinha de Moazares (Penafiel) a Gonçalo Afonso, cónego da colegiada de Santo Estêvão, de Valença do Minho, estudante na Universidade de Lisboa
- 3-3 Carta de D. João II onde figura o Doutor Martim Pinheiro
- 21-3 Carta de mercê de D. Manuel, como Regedor e Governador da Ordem de Cristo, concedendo 10.000 reais brancos de tença ao Doutor João Fernandes Godinho
- 11-4 Súplica de Heitor Mendes, clérigo de Lamego, com 18 anos de idade e estudante de Direito Canónico na Universidade de Salamanca, sobre um benefício eclesiástico com cura de almas
- 21-4 Súplica de João Peres, Doutor em ambos os Direitos e freire da Ordem militar de Santiago da Espada, familiar do cardeal
- 26-4 Súplica de Frei Tiago de Lisboa, eremita de Santo Agostinho, Bacharel em Teologia, sobre a recepção do grau de magistério e insígnias doutorais
- 6-5 Súplica de Álvaro Cardoso, clérigo da diocese de Évora e Doutor em Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, disputados entre o falecido Pedro de Mendonça e Vasco Martins Rebelo
- 9-5 Instrumento de escambo onde figura João Anes, escolar em Artes
- 20-5 Súplica de João Peres, Doutor em ambos os Direitos e freire da Ordem militar de Santiago da Espada, familiar do cardeal-bispo de Óstia, sobre a reforma de súplica anterior relativa às igrejas paroquiais de S. Tiago de Beja e de S. Salvador das Alcáçovas, da diocese de Évora
- 30-5 Súplica de Vasco Martins, sacerdote e escolar de Direito Canónico, da diocese de Évora e residente no Estudo de Lisboa, sobre o indulto de estudar Direito Civil
- 31-5 Súplica de Frei Tiago de Lisboa, eremita de Santo Agostinho e Bacharel em Teologia, sobre o indulto de se doutorar e receber as insígnias doutorais no próximo Capitulo Geral
- 4-6 Súplica de Vasco Martins, sacerdote da diocese de Évora, escolar de Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa, sobre a faculdade de estudar Direito Civil
- 15-10 Súplica de Brásio Afonso, cónego de Lamego e familiar pontifício, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 21-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Gonçalo de Azevedo
- 24-10 Acta do doutoramento em Direito Canónico na Universidade de Bolonha de Cristóvão Álvares de Portugal, após o exame de licenciatura
- 8-11 Súplica de João Álvares, sacerdote da Guarda, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 8-11 Súplica de Pedro Dias, sacerdote da Guarda, sobre a priveração de Diogo Gonçalves, Doutor em Direito Canónico e clérigo da diocese de Silves, familiar do cardeal Vice-chanceler, dos canonicato e prebenda de Lisboa
- 13-11 Súplica de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, quanto a pensão anual sobre os proventos do canonicato e prebenda de Silves, a que ele próprio resignara em favor de João Álvares, disposto a pagar essa pena
- 15-11 Súplica de Fernando Álvares, chantre da colegiada de Santa Maria de Guimarães e Bacharel em Direito Canónico, sobre a pluralidade de benefícios
- 15-11 Bula do papa Inocêncio VIII concedendo a pluralidade de benefícios a Fernando Álvares, chantre da colegiada de Santa Maria de Guimarães e Bacharel em Direito Canónico, o qual tinha sido também oficial na cúria arcebispal de Braga
- 13-12 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo de Lucena e Fernão Dá Mesquita

1486

- 9-1 Súplica de Lourenço Rodrigues, Licenciado em Direito Canónico e clérigo da diocese de Silves, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 11-1 Contracto entre a camara apostólica e o cardeal D. Rodrigo Borgia, duma parte, e os embaixadores de D. João II, rei de Portugal, D. Pedro de Noronha, comendador-mor da Ordem de S. Tiago da Espada, e o Doutor Vasco Fernandes, doutor em ambos os Direitos, e os procuradores dos futuros bispos de Évora, D. Afonso de Bragança, e de Silves, D. João Álvares, prior do mosteiro de Grijó, sobre a passagem da pensão anual concedida ao cardeal sobre os

rendimentos dos bispados de Coimbra e de Viseu para os rendimentos dos sobreditos candidatos a bispos de Évora e de Silves

- 12-1 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Fernandes Godinho
- 13-1 Súplica de Fernando Lopes, deão da Guarda, perito em Direito Canónico, outrora vigário geral da sé da Guarda, sobre a pluralidade de benefícios
- 15-1 Carta de D. João II onde refere os Doutores Sebastião Lopes, Rui Boto e Pero Machado
- 16-1 Súplica de Pedro Gonçalves, Bacharel em Direito Canónico, sacerdote da diocese de Silves, sobre a colação do canonicato e prebenda de Évora feita pelo deão e cabido
- 27-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, anulando a pensão anual, concedida ao cardeal D. Rodrigo Borgia, sobre os rendimentos do bispo de Viseu, D. Fernando Gonçalves de Miranda, que faz passar para os bispos de Évora e de Silves, D. Afonso de Bragança e D. João Álvares, prior do mosteiro de Grijó, conforme pedido de el-rei D. João II e após contracto celebrado na corte do papa entre a câmara apostólica e o cardeal, dum lado, e os embaixadores régios D. Pedro de Noronha comendador-mor da Ordem de S. Tiago da Espada, e o Doutor Vasco Fernandes, doutor em ambos os Direitos, e os procuradores dos ditos prelados que seriam nomeados bispos, Lourenço Rodrigues, cónego de Coimbra, e Sebastião Lopes, arcediogo de Baldigem, respectivamente em nome de D. Afonso e D. João
- 29-1 Súplica de Sebastião Lopes, arcediogo de Lamego e Doutor em Direito Canónico, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal
- 29-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo o canonicato e prebenda de Lisboa, vacantes por resignação de Álvaro Dias e João Fernandes, a Afonso de Morais, Mestre em Medicina e familiar do cardeal D. Jorge da Costa
- 31-1 Súplica de Martinho Vasques, sacerdote da diocese de Évora, sobre indulto de receber os proventos eclesiásticos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 1-2 Súplica de Insardo Afonso, cónego de Lisboa e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, e de Afonso de Morais, Doutor em Medicina e médico do sobredito cardeal, sobre a isenção do último suplicante, relativa à pensão anual que pagava ao primeiro
- 4-2 Súplica de Martim Pinheiro, clérigo da diocese de Braga e Doutor em Leis, sobre a confirmação do aluguer dos rendimentos da igreja de S. Pedro de Cerva que as freiras de Santa Clara de Vila do Conde lhe fizeram para o compensar pelos serviços prestados ao mosteiro
- 6-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira e o bacharel Pero Machado
- 11-2 Acordo onde figura João Vasques, escolar em Direito
- 13-2 Carta de D. João II onde figura o bacharel Lopo Fernandes
- 14-2 Carta de D. João II onde figura o bacharel Dinis Gomes, o Doutor Diogo Pinheiro e o Licenciado Rui da Grã
- 16-2 Súplica de Frei Sebastião Sílvio, do Porto, dominicano e estudante com licença do Superior, sobre faculdade de receber as Ordens sacras de diaconato e presbiterato na Cúria Romana, sem obrigação de observar a lei dos interstícios
- 18-2 Instrumento de doação onde figura, como testemunha, Pedro Rombo, bacharel em Artes
- 20-2 Súplica de Álvaro de Freitas, clérigo de Coimbra, da família de Vasco Fernandes, Doutor em ambos os Direitos e embaixador de D. João II, rei de Portugal, ao papa, sobre a pluralidade de benefícios
- 20-2 Súplica de Lopo Vasques, reitor da igreja paroquial de S. Martinho das Moutas, da diocese de Viseu, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, requeridas pela referida igreja, enquanto estudar Letras ou canto
- 21-2 Súplica de Lopo Vasques, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Moutas, da diocese de Viseu, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras durante um biénio, em virtude de algum benefício que as exijam, enquanto estudar Letras ou canto
- 22-2 Carta de D. João II onde figura o Bacharel Goardo e João Vaz, escolar de Direito
- 23-2 Súplica de João Pereira, clérigo da diocese de Braga, nobre, com 18 anos de idade, estudante em Estudo Geral, sobre um benefício eclesiástico
- 24-2 Súplica de Rodrigo Anes, arcediogo de Celorico, na igreja da Guarda, sobre indulto para não ser obrigado a receber as Ordens sacras por motivo do arcediogo, durante um biénio, enquanto estudar Letras ou música
- 25-2 Súplica de Martinho Afonso, reitor da igreja paroquial de S. Miguel, da diocese da Guarda, sobre indulto para não ser obrigado a receber as Ordens sacras, durante um biénio, enquanto estudar Letras ou música
- 27-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor Álvaro Pires
- 1-3 Carta de D. João II onde figura o Doutor João de Elvas
- 8-3 Carta de D. João II de legitimação do bacharel Luís Anes, onde figuram os Doutores Rui Boto e Diogo Pinheiro
- 17-3 Carta de D. João II, a solicitação do Doutor Mestre António, onde figuram Mestre Gil, o Doutor Mestre Fernando e os Doutores João de Elvas e João Teixeira
- 2-4 Súplica de D. Rodrigo cardeal vice-chanceler a favor de Estêvão Martins, seu familiar, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Leis, sobre a igreja paroquial de Faial da diocese da Guarda
- 4-4 Instrumento de partilha e doação onde figuram Fernão Gil de Caiola estudante de Leis e Diogo Álvares morador no Bairro dos Escolares
- 14-4 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Gonçalves Botafogo, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 23-4 Carta de D. João II onde refere Fernão Davila, Bacharel em Degredos
- 6-6 Carta de D. João II autorizando Mestre David Parente, a usar da arte e ciência da cirurgia, onde figura o Doutor Mestre António cirurgião-mor do Reino
- 7-6 Carta de D. João II sobre o modo como há-de estar a Universidade de Lisboa na vinda do monarca à capital e em que lugar se há-de colocar o cadafalso para El-Rei ver juntos todos os mestres
- 11-6 Carta de D. João II onde refere João Fernandes, escolar de Leis e o Doutor João Teixeira
- 12-6 Sentença lavrada por João Fernandes, Bacharel em Degredos
- 13-6 Carta de D. João II onde refere o Licenciado Pero de Lourenço

- 20-6 Súplica de Afonso Peres perpétuo vigário da igreja de Santa Maria de Carvalho, da diocese de Coimbra, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, enquanto estudar num Estudo Geral
- 20-6 Carta de D. João II onde refere o Bacharel João da Guarda
- 30-6 Sentença lavrada por Lopo Fernandes, Bacharel em Degredos, onde figura o Bacharel Cosme Eanes
- 30-6 Súplica de Pedro Dias, sacerdote da diocese de Évora o qual estudara na Faculdade de Direito Canónico, sobre indulto para estudar Direito Civil
- 6-7 Carta de D. João II onde refere o Bacharel Lopo da Figueira
- 11-7 Carta de D. João II onde refere o Doutor Rui Boto e Rui da Grã
- 15-7 Carta de D. João II onde refere o bacharel Rui Gomes, o Doutor Rui Boto e o licenciado Rui da Orã
- 23-7 Carta de D. João II de mercê a Iria Pais, onde figura o Doutor Gonçalo-Mendes
- 25-7 Súplica de Vasco Martins, sacerdote Bacharel em Direito Canónico, presente na Cúria Romana, o qual tinha estudado na Faculdade de Direito Canónico, sobre indulto de estudar Leis
- 28-7 Carta de D. João II onde refere o Doutor João Façanha
- 1-8 Carta de D. João II onde refere o Bacharel Álvaro Fernandes, e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 2-2 Súplica de Frei Gonçalo do Porto, Bacharel em Teologia sobre a confirmação de concessões que lhe fez o cardeal de Nápoles, protector da Ordem Dominicana nomeadamente de se dirigir a qualquer parte do mundo e pregar
- 21-8 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão Rodrigues e o Licenciado Rui Taveira
- 21-8 Carta de D. João II de cirurgia a Mestre Salomão Garção, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 23-8 Bula do Papa Inocêncio VIII, dirigida ao cardeal de Santa Cruz, em Jerusalém D. Pedro, mandando conferir o canonicato e prebenda de Salamanca e outros benefícios da colação do bispo e cabido e outras entidades religiosas da diocese de Salamanca, a Manuel Fernandes, clérigo da diocese de Braga e Bacharel em Teologia o qual estava para receber o grau de Mestre em Teologia no Estudo Geral de Salamanca
- 29-8 Carta de D. João II de cirurgia a Mestre Josepe Navarro onde figura o Doutor Mestre António
- 14-9 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Diogo de Lucena
- 14-9 Carta de D. João II de perdão ao Bacharel Diogo Ferreira, onde figura o Doutor Fernando Rodrigues e o Licenciado Rui da Grã
- 19 Carta de D. João II, de cirurgia a Mestre Estevão, onde figura o Doutor Mestre António
- 27 Carta de D. João II, de cirurgia a Mestre Mousem, onde figura o Doutor Mestre António
- 7-10 Súplica de Álvaro Cardoso, clérigo de Évora e Doutor em Decretos, familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre a igreja de Santa Maria de Torredeita, da diocese de Viseu
- 18-10 Carta de D. João II nomeando Vicente Delgado escrivão ante o conservador da Universidade e Estudo de Lisboa, e onde figura o Doutor João Teixeira
- 19-10 Carta de D. João II nomeando o sobrejuiz da Casa do Cível, de Lisboa o Licenciado Pedro Dias de Gouveia, onde figura o Licenciado Luís Eanes
- 21-10 Carta de D. João II nomeando sobrejuiz da Casa do Cível o Licenciado Aires de Almada
- 28-10 Carta de D. João II nomeando sobrejuiz da Casa do Cível de Lisboa o Licenciado Fernão Rodrigues, em substituição do Licenciado João Fernandes
- 31-10 Súplica de João de Vera, reitor da igreja de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, e familiar de el-rei de Portugal, sobre indulto para não ser obrigado a receber as Ordens sacras, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 6-11 Sentença lavrada por Luís Gonçalves Farto e por João Brás, Licenciados em ambos os Direitos, onde figuram os Doutores Vasco Martins de Rebelo e Sebastião Lopes
- 7-11 Carta de D. João II de cirurgia a Mestre Moussem Alfarim, onde figura o Doutor Mestre António
- 10-11 Carta de D. João II de legitimação a Filipa, filha de Mem de Aguiar, escolar de Leis, e onde figura o Doutor Rui Boto e o Licenciado Rui da Grã
- 17-11 Carta de D. João II nomeando o juiz de fora, de Moura, Gonçalo Anes, bacharel em Leis, onde figura o Doutor Rui Boto e o Licenciado Rui da Grã
- 5-12 Carta de D. João II confirmando a nomeação de Nuno Gonçalves Maracote conservador da Universidade de Lisboa
- 6-11 Carta de D. João II de física a Rabi Salomão Penço, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo
- 8-12 Carta de D. João II de perdão a Pedro Quaresma, onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 11-12 Súplica de João Peres, clérigo da diocese de Lisboa e freire da Ordem de S. Tiago da Espada, Doutor em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria dos Açougues, de Montemor-o-Novo, e outros benefícios
- 15-12 Carta de D. João II de perdão a João Anes, onde figuram os Doutores Martim Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 20-12 Escrito de D. João II de privilégio ao Doutor Micer Fernando de Lucena, pelo qual fará parte do Conselho del-Rei
- 28-12 Carta de D. João II de medicina a Mestre Issac Caro, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 1486-1487 Carta de D. João II para o Papa Inocêncio VIII recomendando a causa da Universidade de Lisboa, citada perante a Cúria pelos cónegos do Reino, que se negavam a contribuir para a sustentação dos estudos universitários

1487

- 9-1 Súplica de Gonçalo Borges, clérigo da Guarda e familiar pontifício, o qual estivera ao serviço de D. Álvaro, bispo da Guarda, enquanto este estava com encargos pontifícios, e ainda o servia, sobre indulto de não receber as Ordens sacras, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 15-1 Carta de D. João II de perdão a Cid Barbudo, onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves, Fernão Rodrigues e Rui Boto

- 27-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, dirigida ao cardeal D. Rodrigo, bispo Portuense, vice-chanceler da Igreja, sobre a pensão anual passada da igreja de Viseu para a de Silves, imposta a D. João Álvares, bispo desta diocese, e aos sucessores, depois de promessa e acordo feito com os embaixadores régios na Cúria pontifícia, Pedro de Noronha e Vasco Fernandes, Doutor em ambos os Direitos, e com Lourenço Rodrigues, cónego de Coimbra, e Sebastião Lopes, arceidiago de Valdigem
- 6-2 Súplica de Pedro Dias, clérigo da diocese da Guarda, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal, enquanto estudar um Estudo Geral
- 7-2 Súplica de Leonor Pontrada, freira, do mosteiro de Santa Clara de Lisboa, sobre a confirmação de licenças concedidas a ela quanto à visita do irmão doente, conforme constava de documento passado pelo Ministro provincial dos Franciscanos, Gonçalo Ribeiro, professor de Teologia e vigário e comissário do Ministro Geral, concessões estas feitas com o conselho das discretas do mosteiro, do Custódio e guardião do convento franciscano de Lisboa e de muitos professores de teologia da mesma Ordem, que naturalmente ensinavam como professores universitários, pois o Convento e Estudo Geral da Ordem tinha sido anexado à Universidade de Lisboa
- 9-2 Súplica de João Alvares, cónego de Silves, e de Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, sacerdote de diocese de Silves e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a pensão anual a tirar dos canonicato e prebenda de Silves
- 19-2 Súplica de Afonso de Moraes, Doutor em Medicina e médico do cardeal A/pedrinha, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa, de que fora privado Álvaro Dias, acólito pontifício
- 19-2 Carta de D. João II onde figura o bacharel João Álvares e os Doutores Fernão Rodrigues e Diogo Pinheiro
- 21-2 Súplica de Afonso de Moraes, Doutor em Medicina e médico do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 22-2 Súplica de Lopo Vasques reitor da igreja de S. Martinho da Mata ou de Moutas, da diocese de Viseu, sobre indulto, para não ser obrigado a receber as Ordens sacras durante um biénio, enquanto estudar em Estudo Geral
- 28-2 Súplica de Lopo Vasques reitor da igreja de S. Martinho de Moutas, da diocese de Viseu, sobre a prorrogação do indulto, de não ser obrigado a receber as Ordens sacras enquanto estudar num Estudo Geral
- 28-2 Assento da visitação realizada à Igreja de Santiago de Óbidos, onde se refere a presença do Doutor Álvaro Garcia
- 1-3 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra
- 1-3 Súplicas de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, sobre o arcediagado de Sexta, na igreja de Évora e canonicato e prebenda da mesma, disputados entre ele e outros clérigos
- 5-3 Súplica do cabido de Lisboa sobre a união feita no pontificado de Sisto IV de prebendas e igrejas paroquiais à Universidade de Lisboa
- 10-3 Súplica de Rodrigo Leitão, mestre-escola do Porto e Doutor em ambos os Direitos, sobre a confirmação da união da igreja de S. Martinho de Várzea ao mestre-escolado que D. João de Azevedo, bispo do Porto, tinha feito
- 20-3 Súplica de Fernando de Almeida, nobre e clérigo da diocese da Guarda, Mestre em Artes, com vinte anos de idade, sobre um benefício eclesiástico
- 23-3 Súplica de Henrique Coutinho, arceidiago de Vermuim, na igreja de Braga, nobre e estudante durante muitos anos na Faculdade de Direito Canónico, sobre a colacção do doutoramento por algum prelado de Portugal, a escolher pelo suplicante, com a assistência de dois ou três doutores em qualquer dos Direitos, civil ou canónico
- 24-3 Súplica de Rodrigo Leitão, mestre-escola do Porto e Doutor em ambos os Direitos, sobre a união da igreja de S. Martinho da Várzea ao mestre-escolado
- 28-3 Carta de D. João II onde figura o bacharel Afonso Anes
- 30-3 Súplica de Diogo Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Alvito e outros benefícios
- 2-4 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra e sobre a igreja de Santo André de Canidelo
- 2-4 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Lopo da Fonseca
- 3-4 Carta de D. João II aposentando o Licenciado João Fernandes, sobrejuiz da Casa do Cível
- 3-4 Súplica de Afonso Peres, vigário da igreja paroquial do Carvalho, da diocese de Coimbra, sobre a prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, enquanto estudar
- 3-4 Súplica de Henrique Coutinho, nobre e arceidiago de Vermuim, na igreja de Braga, o qual tinha estudado Direito Canónico nas Universidades de Lisboa e de Pisa, e feito alguns exercícios escolásticos, estando habilitado a doutorar-se, sobre indulto de ser doutorado em Portugal por pessoa proba, depois de examinado por mais dois ou três doutores em Direito Canónico, com todos os privilégios e prerrogativas dos que se doutoravam nessas universidades de Lisboa ou de Pisa
- 10-4 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, sobre questão com Martinho Afonso, relativa à igreja de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra
- 20-4 Carta de D. João II ao corregedor de Lisboa mandando-o observar a bula do Papa Sisto IV, de 23 de Fevereiro de 1476, que determinava que a Universidade de Lisboa recolhesse os frutos e rendas de todas as Igrejas catedrais do Reino
- 20-4 Instrumento de posse da conezia e prebenda da Sé catedral de Lisboa a favor da Universidade de Lisboa
- 21-4 Súplica de Vasco Martins de Rebelo, tesoureiro de Viseu e Doutor em Decretos, sobre certa causa relativa a dinheiros com o cabido de Viseu
- 21-4 Súplica de Fernando Nieto, leigo da diocese de Palença, estudante outrora de Artes e Filosofia em várias universidades da Península, nomeadamente nas Lisboa e de Salamanca, durante vários anos, tendo recebido o grau de Bacharel em Artes na de Lisboa, sobre o doutoramento fora destas universidades
- 24-4 Carta de D. João II onde refere o licenciado Rui Taveira e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto

- 25-4 Carta de D. João II onde figura o bacharel João Rodrigues e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 3-5 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Rui Taveira e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 6-5 Súplica de Fernando Rodrigues, reitor da igreja de S. João de Abrantes e Doutor em Decretos, sobre precedências na procissão do Corpo de Deus, entre a sua igreja e a de S. Vicente
- 6-5 Súplica de Diogo de Sousa, sacerdote da diocese de Coimbra, nobre, sobre indulto para estudar Direito Civil, podendo assim aperfeiçoar-se em Direito Canónico
- 12-5 Súplica de Diogo Alves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, e de João Álvares, sobre o canonicato e prebenda de Silves e pensão anual a tirar dos proventos do canonicato e prebenda, em favor do primeiro
- 12-5 Súplica de Fernando Nieto, leigo da diocese de Palença, o qual tinha estudado durante vários anos Artes e Filosofia nas Universidades de Lisboa e Salamanca, tendo recebido o grau de Bacharel em Artes na de Lisboa, sobre indulto de se doutorar fora destas universidades, com os mesmos privilégios e prerrogativas como se fosse doutorado nelas
- 12-5 Bulado Papa Inocêncio VIII, concedendo indulto para receber os graus de licenciado e mestre em Artes e Filosofia, com os privilégios das Universidades de Lisboa e de Salamanca, a Fernando Nieto, leigo da diocese de Palença, que tinha estudado do durante vários anos Artes e Filosofia nessas Universidades e recebido o grau de Bacharel nas ditas ciências na Universidade de Lisboa
- 12-5 Súplica de Fernando de Almeida, clérigo da diocese da Guarda e nobre, Doutor em Artes e com vinte anos de idade, sobre pluralidade de benefícios
- 12-5 Súplica de Martinho Lopes, clérigo e reitor da igreja de S. Pedro de Maximinos, da diocese de Braga, presente na Cúria pontifícia, sobre indulto de ser obrigado a receber as Ordens sacras, por um biénio, enquanto estudar num Estudo Geral
- 19-5 Súplica de Diogo de Botafogo Doutor em Decretos, sobre a igreja de S. Pedro de Coja, da diocese de Coimbra
- 20-5 Súplica de Estêvão Martins, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Leis, sobre o arcediogo de Ponte Arcada, da arquidiocese de Braga
- 24-5 Carta de D. João II onde figura o Doutor Nuno Gonçalves de Lião
- 21-6 Carta de D. João II de poder ao Licenciado Rui da Grã para determinar as dúvidas sobre os termos dos Reinos de Portugal e Castela e bem assim para emendar, reformar e igualar todos os forais, posturas e costumagens
- 22-6 Bula do Papa Inocêncio VIII, declarando, com base em documentos autênticos sobre o facto, que transcreve, que a profissão de Dona Joana, sobrinha de D. Afonso V, rei de Portugal, falecido, e antes pretendente ao trono de Castela, emitida solenemente no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, era válida, de frente aos que pretendiam negar a validade dessa profissão, tentando persuadi-la a reivindicar seus direitos de rainha. Em vários desses documentos há alusão ao Doutor João Teixeira, conselheiro régio e vice-chanceler
- 24-6 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e clérigo da diocese de Silves, sobre vários benefícios
- 6-7 Carta de D. João II nomeando escrivão a Pedro Gonçalves, criado do Doutor João de Elvas
- 6-7 Carta de D. João II nomeando seu procurador a Gil Velho, bacharel em Leis
- 7-7 Súplica de João de Montalegre sobre o seu doutoramento e respectivos privilégios em relação com determinações anteriores do papa Sisto IV
- 10-7 Carta de D. João II concedendo 4.800 reais brancos, de mantimento para o Estudo, a Estevão de Moraes, filho do Doutor Mestre Estevão
- 14-7 Súplica de Álvaro Cardoso, Doutor em Decretos e clérigo de Évora, familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 20-7 Carta de D. João II concedendo licença a Estevão Vasques e outros, para trazerem' armas onde figura o bacharel João Vasques, e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 22-7 Carta de D. João II onde figura o Doutor Nuno Gonçalves
- 24-7 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo ao abreviador apostólico Pedro de Bem o canonicato e meia prebenda de Coimbra, vacantes pela resignação de João Gonçalves feita por meio de João Peres, Doutor em ambos os Direitos e clérigo da diocese de Lisboa
- 5-8 Súplica de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Évora
- 8-8 Súplica de Vasco Gil, arcediogo de Fonte Arcada, na igreja de Braga, sobre este arcediagado, a que Estêvão Martins, Bacharel em Decretos, renunciava depois de ter litigado com o suplicante sobre o mesmo
- 12-8 Súplicas de Diogo de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre a chantria, canonicato e prebenda de Évora
- 18-8 Súplica de Diogo Gomes de Barros, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Teixeira, da diocese da Guarda, Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 18-8 Súplica de Diogo Gomes de Barros, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Teixeira, da diocese da Guarda, e Bacharel em Decretos, sobre indulto de recitar o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 19-8 Carta de D. João II onde figura o Doutor Pedro Gonçalves
- 22-8 Súplica de Afonso de Moraes, Doutor em Medicina, cónego de Lisboa e médico do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Achete
- 28-8 Carta de D. João II onde figura o bacharel Álvaro Fernandes
- 3-9 Carta de D. João II dando licença ao bacharel João Álvares Pacheco, para comprar bens onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 3-9 Carta de D. João II concedendo, anualmente, 50.000 reais brancos ao Doutor Martim Pinheiro de mantimento
- 4-9 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e João Teixeira
- 6-9 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e Diogo de Lucena

- 10-9 Carta de D. João II onde figura o bacharel João Álvares Pacheco
- 12-9 Carta de D. João II onde figura o Doutor Diogo de Lucena
- 27-9 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Aires de Almada
- 7-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena, seu físico-mor
- 10-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão da Mesquita
- 16-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Martim Pinheiro
- 6-11 Carta do Príncipe D. Afonso de privilégio a Pedro Anes e João Vaz, onde figura o Bacharel Fernando Afonso, seu mestre de Gramática
- 7 Carta de D. João II nomeando físico a Mestre Salomão, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 8 Carta de D. João II privilegiando o Doutor Frei Pero Dias, frade da Ordem de S. Domingos
- 8 Carta de D. João II privilegiando o Doutor Aires Dias
- 8 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Calçadilha
- 8 Carta de D. João II privilegiando o Bacharel Vicente
- 23-11 Carta de D. João II autorizando o Bacharel João Dias a adquirir bens de raiz, onde figura o Doutor Rui Boto e o Licenciado Rui da Grã
- 2-12 Bula do Papa Inocêncio VIII renovando concessões sobre o canonicato e prebenda e chantria de Lamego e igreja de Santa Maria de Fregil e outros favores a Heitor Mendes, clérigo de Lamego e acólito pontifício, que lhe tinham sido feitos quando tinha 18 anos e estudava Direito Canónico na Universidade de Salamanca
- 11-12 Bula do Papa Inocêncio VIII concedendo a Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, e familiar dó cardeal vice-chanceler D. Rodrigo, o benefício de Santa Maria de Castro Treba, da diocese de Anagni
- 12-12 Súplica de Frei Pedro do Espírito Santo, eremita de Santo Agostinho, da diocese do Porto e estudante de Teologia na Universidade de Pisa, onde recebera o grau de Bacharel e de Licenciado em Teologia, sobre indulto para doutorar-se fora dessa universidade
- 18-12 Súplica de Pedro Vasques, vigário geral do vicariato de Santa Maria de Olivais, de Tomar, da Ordem de Cristo, sobre Igrejas paroquiais

1488

- 7-1 Carta de D. João II de doação de casas, no Bairro dos Escolares, pertencentes ao Doutor Lourenço Vasques
- 12-1 Súplica de Diogo Botafogo, arcediogo de Sexta na Igreja de Évora, Doutor em ambos os Direitos pela Universidade de Bolonha, o qual perdera todos os seus livros e haveres em naufrágio junto de Pisa, quando regressava da Península, como componente da comitiva do cardeal legado D. Rodrigo Borgia
- 17-1 Carta de D. João II onde refere o Licenciado Calçadilha
- 18-1 Afonso de Moraes, cónego de Lisboa e Mestre em Medicina, obriga-se pela anata da igreja paroquial de Santa Maria de Achete, da diocese de Lisboa, a que o cardeal D. Jorge tinha renunciado
- 26-1 Súplica de Gonçalo Anes, reitor da igreja de S. Vicente de Figueira, da diocese de Lamego, sobre a pluralidade de benefícios e indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal enquanto frequentar um Estudo Geral
- 27-1 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre António, cirurgião-mor
- 31-1 Súplica de Pedro Alvares, clérigo de Lisboa, com quinze anos de idade e estudante na Universidade de Lisboa, sobre indulto para receber as Ordens Sacras e pluralidade de benefícios
- 8-2 Carta de D. João II de perdão onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues, Diogo de Lucena e João Façanha e Lourenço da Fonseca, letrado em Leis
- 12-2 Exame de licenciatura em Direito Civil realizado na Universidade de Bolonha por João Cardoso, de Portugal
- 15-2 Exame e doutoramento em Direito Canónico realizado na Universidade de Bolonha por João Cardoso
- 4-3 Carta de D. João II de confirmação onde figura o Doutor Nuno Gonçalves de Leão
- 8-3 Carta de D. João II de perdão a Inês Rombo, onde figura o Licenciado Rui Taveira, o Doutor Rui Boto e o Licenciado Rui da Grã
- 18-3 Súplica de Rodrigo Leitão, Doutor em ambos os Direitos e mestre-escola do Porto, sobre indulto de recitar as horas canónicas ou ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 18-3 Sumário da carta D. João II onde figura o Doutor João Fernandes Godinho
- 27-3 Súplica de Álvaro de Freitas, clérigo de Coimbra e professor de Direito Canónico, familiar do cardeal Alpedrinho, D. Jorge da Costa, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-4 Carta de D. João II confirmando a doação feita o Doutor Gonçalo Mendes da Silveira e onde figura o Doutor Pero de Coimbra
- 10-4 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Rui da Grã e o Doutor João Façanha
- 10-4 Publica forma onde figura o Doutor Vasco Fernandes, do Conselho e desembargo de D. João II e Rui Lopes, bacharel em Cânones
- 14-4 Carta de D. João II de perdão a Brás Álvares, onde figura o Licenciado Calçadilha
- 14-4 Carta de D. João II de perdão a João Fernandes, onde figura o Licenciado Lourenço da Fonseca
- 19-4 Carta de D. João II de perdão a João Feio, onde figura Pedro de Resende, licenciado em Cânones
- 29-4 Carta de D. João II onde figura o Doutor Nuno Gonçalves de Leão
- 30-4 Carta da visita realizada por João Gil, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 23-5 Carta de D. João II de mercê ao Doutor Cataldo Parisio Sículo de 30 mil reais brancos de mantimento, anuais
- 31-5 Demanda das catedrais portuguesas com a Universidade de Lisboa sobre apresentação de conezias

- 1-6 Carta de D. João II dirigido ao bacharel Rodrigo Afonso de Sequeira
- 3-6 Súplica de Fernando da Silva, clérigo de diocese de Coimbra, nobre, estudante de Direito durante vários anos, sobre o priorato de S. Jorge da Ordem de Santo Agostinho e da diocese de Coimbra
- 21-6 Súplica de Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos e tesoureiro da igreja de Lisboa, sobre a pluralidade de benefícios
- 5-7 Inocêncio VIII, papa, a pedido de D. João II, rei de Portugal, em letras dirigidas ao deão e cabido de Évora, manda sejam concedidas os proventos do canonicato e prebenda a Manuel de Sousa, cónego de Évora, sem obrigação da residência enquanto frequentar o Estudo Geral como subsidio para seus estudos
- 15-7 Súplica de João de Castelo Branco, clérigo da diocese de Lisboa, nobre com dezanove anos de idade estudante na Universidade de Lisboa sobre a pluralidade de benefícios
- 24-7 Carta de D. João II onde refere o bacharel Lopo Fernandes e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 27-7 Emprazamento onde figura Nuno Francisco, escolar de Direito
- 28-7 Alvará de D. João II mandando passar certidão das cartas e documentos existentes na Torre do Tombo, relativos à Universidade de Lisboa
- 31-7 O papa Inocêncio VIII manda receber na Ordem de S. Tiago da Espada a Fernando Afonso, de Santarém, filho de cavaleiro e Doutor em Artes e Medicina
- 31-7 Súplica de Fernanda Afonso de Santarém, da diocese de Lisboa, Doutor em Medicina e Mestre em Artes sobre a sua admissão na Ordem militar de S. Tiago da Espada
- 9-8 Súplica de Diogo Pinheiro, clérigo da diocese de Braga, Doutor em ambos os Direitos e familiar de el-rei de Portugal, sobre a pluralidade de benefícios
- 9-8 O papa Inocêncio VIII concede a Fernanda Coutinho, clérigo da diocese de Coimbra, nobre e estudante de ambos os Direitos, em Pisa, indulto de qualquer bispo católico lhe dar todas as Ordens sacras mesmo fora do tempo prescrito
- 9-8 Carta de D. João II dando licença a Mestre Josepe Monção para usar da ciência e arte de cirurgia, onde figura o Doutor Mestre António
- 11-8 Carta de D. João II autorizando Estevão Cavaleiro a andar armado, em virtude da contenda com Pedro Rombo
- 11-8 Carta de D. João II onde figura o bacharel Rui Gonçalves
- 12-8 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão Rodrigues e o Licenciado Rui da Grã
- 14-8 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira
- 19-8 Carta de D. João II onde figura o bacharel Pedro Gonçalves e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 28-8 Carta de D. João II doando bens ao Licenciado Pedro de Gouveia, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 1-9 Carta de D. João II nomeando procurador de número em Vila Viçosa a João Lopes escolar de Leis
- 1-9 Carta de D. João II de perdão a Afonso Pires onde figura o Doutor Diogo, de Lucena
- 4-9 Carta de D. João II de perdão a Mafamede Baboso, mouro forro, onde figura o Licenciado Aires d'Almada
- 10-9 Bula do Papa Inocêncio VIII concedendo a Fernando de Almeida clérigo da diocese da Guarda e Mestre em Artes, a pluralidade de benefícios
- 26-9 Súplica de Fernando Afonso, clérigo da diocese de Lisboa, o qual estudara durante vários anos Artes e Medicina nas Universidades de Salamanca e de Lisboa, sobre o doutoramento na Cúria Romana
- 3-10 e 4-10 Cartas de D. João II de apresentação do bacharel Vasco Fernandes para a Igreja de S. Pedro' de Alfama, onde figura o Doutor Diogo de Lucena
- 13-10 Carta de D. João II de perdão a Inês Pires, onde figura I Rui Gonçalves bacharel e o Doutor Diogo de Lucena
- 18-10 Carta de D. João II de perdão a Branca Gonçalves, onde figura Pedro Marvão escolar no Estudo Geral de Lisboa, o Doutor Diogo de Lucena e o Licenciado Aires d'Almada
- 21-10 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conceder o arcediagado de Évora a Álvaro Cardoso, Clérigo de Évora, Doutor em Direito Canónico e capelão do cardeal D. Jorge, do titulo de Santa Maria no Transtibre, o qual e bem assim seu irmão D. Jorge, arcebispo de Braga, tinham renunciado à concessão que lhes fora feita do dito arcediagado
- 27-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão Dá Mesquita
- 6-11 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Nuno Gonçalves e Diogo de Lucena
- 13-11 Carta de D. João II de perdão a João Pestana onde figura o Licenciado Rui da Grã e o Doutor João Façanha
- 19-11 Súplica de Álvaro Fernandes, clérigo da diocese de Lisboa, Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Lisboa, onde estudou cerca, de sete anos, sobre o doutoramento a conferir por Pedro de Sousa, Doutor em ambos os Direitos e tesoureiro da igreja de Lisboa
- 26-11 Súplica de Tiago Lopes, sacerdote da diocese de Lisboa e reitor da igreja de S. Francisco de Ponte de Sor, Bacharel em Teologia e Mestre em Artes e estudante na Universidade de Paris, sobre a dita igreja de Ponte de Sor e a de S. Pedro de Aldeia de Joanes da diocese da Guarda
- 5-12 Carta de D. João II de apresentação do bacharel João Pinheiro para a Igreja de Santa Cararina Do Bispado de Coimbra
- 9-12 Súplica de João Fernandes Godinho, ouvidor durante vinte anos na corte de el-rei de Portugal, ao qual o papa tinha concedido indulto para ser doutorado em Direito Civil pelo falecido bispo de Safim que o examinara achando-o idóneo para o doutoramento, mas morrera antes de lhe dar as respectivas insígnias a fim de o papa cometer a mesma missão ao sucessor na Sé de Safim
- 9-12 Carta de perdão de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues, Diogo Pinheiro e Rui da Grã

1489

- 18-1 Súplica de Diogo Gonçalves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre a igreja de S. João de Vide Monte, da diocese da Guarda
- 19-1 Súplica de Diogo Gonçalves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves, sobre a igreja de Santa Maria de Castelo de Vide, da diocese da Guarda, a que renunciara Pedro Gonçalves, Bacharel em Decretos
- 23-1 Súplica de Diogo Gonçalves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos sobre as porções das igrejas de Santa Maria de Alcáçova e de S. Pedro de Elvas, da diocese de Évora
- 23-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo os perpétuos benefícios nas igrejas de Santa Maria de Alcáçova e de S. Pedro de Elvas a Diogo Gonçalves de Botafogo, Doutor em Decretos e familiar do cardeal vice-chanceler, D. Rodrigo Borgia
- 24-1 Súplica de Pedro Gonçalves, clérigo da diocese de Silves e capelão de D. João II rei de Portugal, residente na Cúria Romana e estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa durante seis ou sete anos, onde recebeu o grau de Bacharel nesta ciência, sobre o doutoramento a conferir pelo cardeal Alpedrinha. D. Jorge da Costa
- 27-1 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira
- 1-2 Súplica de Diogo de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Silves, porcionária da igreja de Ponte de Sor e igreja de Martinchel da diocese da Guarda
- 1-2 Súplica de Pedro Gonçalves, clérigo da diocese de Silves, Bacharel em Decretos, e de Diogo Gonçalves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves, Doutor em Decretos sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 4-2 Súplica de Diogo Botafogo, nobre, clérigo da diocese de Silves, Doutor em Decretos, antigo curial pontifício, sobre o priorato de S. Pedro de Folques, da Ordem de Santo Agostinho e da diocese de Coimbra
- 12-2 Súplica de Rodrigo Leitão, mestre-escola do Porto, familiar do cardeal de Lisboa, D. Jorge da Costa e Doutor em ambos os Direitos, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar a Cúria ou um Estudo Geral
- 17-2 Súplica de Pedro Vasques, Doutor em ambos os Direitos e conselheiro do duque de Beja, D. Manuel, sobre a união da igreja de S. Tiago de Santarém ao vicariato de Tomar da Ordem de Cristo
- 18-2 Súplica de Pedro Vasques, sacerdote, vigário perpétuo do vicariato de Santa Maria de Olivais, de Tomar, da Ordem de Cristo, Doutor em ambos os Direitos e conselheiro de D. Manuel, duque de Beja, sobre um terceiro benefício incompatível
- 9-3 Diogo Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, obriga-se na câmara apostólica pela anata da igreja paroquial de Santa Maria de Alvito que lhe foi concedida a 15 de Dezembro de 1487
- 25-3 Carta de D. João II nomeando o bacharel João Vasques, sobrejuiz na Relação do Cível de Lisboa
- 27-3 Carta de D. João II de confirmação da tença de 3.000 reais anuais ao Bacharel Afonso de Linhares para ler e ensinar Lógica e Gramática em Évora
- 28-3 Álvaro Cardoso, clérigo de Évora, Doutor em Decretos, obrigava-se na câmara apostólica pela anata do arcediogo de Évora que lhe foi concedido a 21 de Outubro de 1488
- 8-4 Súplica de Diogo de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre o deado de Évora vacante por morte de Gonçalo Peres
- 23-4 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 24-4 Súplica de Pedro Lourenço, reitor da igreja paroquial I de Santa Maria de Bobadela, da diocese de Coimbra, sobre a pluralidade de benefícios e indulto de receber os proventos sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 11-5 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a Tiago Lopes, sacerdote da diocese de Lisboa, Bacharel em Teologia e Mestre em Artes, as igrejas de S. Pedro de Aldeia de Joane e de S. Francisco de Ponte de Sor
- 18-5 Súplica de D. Jorge, filho de el-rei D. João II, a favor de António Ferraz, seu companheiro de estudo, clérigo do Porto, nobre, com 15 anos de idade, a estudar Gramática, sobre a igreja de S. Cristóvão de Refoios do Rio de Ave, pertencente ao direito de padroado de seu pai Afonso Ferraz
- 18-5 Buda do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a igreja de S. Cristóvão de Refoios, de Riba de Ave, a Antónlo Ferraz, com 15 anos de idade e estudante de Gramática juntamente com D. Jorge, filho de D. João II, rei de Portugal
- 4-6 Carta de D. João II de perdão a João Afonso, onde figuram os Doutores Rui Boto e Rui da Grã
- 5-6 Súplica de Rodrigo Anes, arcediogo de Celorico da Beira, da diocese da Guarda, familiar do bispo de Silves D. João, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras, durante mais um triénio, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 13-6 Súplica de João Peres de Cubertura, clérigo da diocese de Lisboa, Doutor em ambos os Direitos, sobre a confirmação de carta de D. Julião, cardeal-bispo de Óstia, a permitir-lhe o ingresso na Ordem de Avis, podendo as igrejas de Santa Maria dos Açougues, de Montemor-o-Novo e S. Tiágo de Beja, da diocese de Évora
- 17-6 Súplica de Pedro Gomes, cónego da colegiada de S. Martinho de Cedofeita, da diocese do Porto, e familiar do bispo de Ceuta, D. Justo, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios eclesiásticos, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar algum Estudo Geral
- 19-6 Súplica de Luís Mendes, Bacharel em Decretos e nobre, residente na Cúria Romana, sobre a pluralidade de benefícios
- 23-6 Súplica de Álvaro Cardoso, clérigo de Évora, Doutor em Decretos e familiar do cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, sobre o arcediogo de Évora e igreja de Santa Maria de Vilar Torpim, da diocese de Lamego
- 1-7 Súplica de João de Évora, reitor da igreja paroquial de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, familiar de el-rei de Portugal, sobre indulto de não ser obrigado a receber os Ordens sacros, durante um biénio, enquanto frequentar um Estudo Geral

- 1-7 Súplica de Álvaro Cardoso, clérigo de Évora e Doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Torredeita, da diocese de Viseu
- 2-7 Súplica de Diogo Gonçalves, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos sobre a igreja de S. João de Videmonte, da diocese da Guarda
- 2-7 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a igreja de S. João de Vide Monte, vacante por cedência de Diogo Gonçalves de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Direito Canónico
- 2-7 Súplica de Diogo Gonçalves, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Decretos sobre a igreja de S. João de Videmonte, da diocese da Guarda
- 6-7 Súplica de Eduardo Gil, clérigo de Lisboa, familiar pontifício e Doutor em Decretos, sobre a precedência na consecução de benefícios
- 12-7 Súplica de João Fernandes, leigo de Leiria e Bacharel em Decretos, que estudara na Universidade de Lisboa, Direito Canónico, sobre indulto de receber os graus de licenciado e doutor fóra da Universidade, com as mesmas prerrogativas dos graduados na Universidade de Lisboa
- 14-7 Súplica de João Fernandes da Gama, leigo de Leiria de nenhuma diocese, Bacharel em Decretos, o qual estudava Direito Canónico durante vários anos na Universidade de Lisboa, onde recebera o grau de Bacharel, sobre indulto para receber os graus de licenciado e de doutor fóra de qualquer Universidade
- 16-7 Súplica de Luís Mendes, reitor da igreja de S. Pedro de Travanca, da diocese de Coimbra, nobre e Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 17-7 Súplica de Simão de Vasconcelos, clérigo da diocese de Coimbra e sobrinho de D. João II, rei de Portugal, com 14 anos de idade e estudante na Universidade de Paris, sobre benefícios incompatíveis
- 5-8 Carta de D. João II onde figura o bacharel Álvaro Fernandes
- 16-8 Súplica de Frei Gregório, da Ordem da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos, Licenciado em Teologia, eleito administrador do mosteiro de Santarém pelo convento e confirmado pelo ministro geral ou maior diz Ordem, a pedir a confirmação apostólica
- 16-8 Súplica de Frei Afonso Vole, Licenciado em Teologia e frade da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, confirmado pelo geral, administrador do mosteiro da Santíssima Trindade de Lisboa, a pedir a confirmação apostólica
- 23-8 Carta de D. João II de cirurgia a Mestre Lourenço onde figura do Doutor Mestre António, seu físico e cirurgião
- 29-8 Súplica de Álvaro Fernandes sobre o seu doutoramento fóra das Universidades depois de examinado por três doutores da respectiva Faculdade
- 31-8 Súplica de Vasco Martins, reitor da igreja de S. Tiago de Tavira, da diocese de Silves, Bacharel em Decretos, sobre indulto para recitar as horas canónicas ou ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 5-9 Súplica de Álvaro Teixeira, a estudar em Itália, com 17 anos de idade
- 12-9 Carta de D. João II onde figura o Doutor Rui Gomes
- 15-9 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Diogo Pinheiro
- 2-10 Carta de D. João II de perdão a Brás Ruivo, onde figura o licenciado Rui da Grã e o Doutor João Façanha
- 12-11 Súplica de Eduardo Gil, clérigo de Lisboa e Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Braga e duas igrejas das dioceses de Braga e de Ceuta
- 12-11 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo a Eduardo Gil, clérigo de Lisboa, Doutor em Direito Canónico, familiar do papa, a igreja paroquial de S. Pedro de Maximinos da diocese de Braga, de que seria privado Martinho Lopes, acusado e preso por falsidades cometidas na Cúria Romana
- 14-1 Súplica do Doutor João Teixeira, Doutor em ambos os Direitos e conselheiro de D. João II, rei de Portugal, contra Afonso Gil, sacerdote, que lhe movia causa na Cúria Romana
- 17-1 Carta de D. João II, de cirurgia a Mestre Estevão Vevanos, onde figura o Doutor Mestre António
- 12-12 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo mais um terceiro benefício incompatível a Diogo de Calçadilha, Bacharel formado em Teologia e Licenciado em Artes e reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Monforte

1490

- 3-1 Carta de D. João II nomeando o Doutor João Pires desembargador da Casa da Suplicação
- 23-1 Súplica de Diogo Lopes, sacerdote de Lisboa e Bacharel em Decretos, sobre a igreja de Santa Maria de Vila Fernando, da diocese de Évora
- 24-1 Carta de D. João II nomeando procurador ao bacharel Afonso Dias, onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 25-1 Carta de D. João II onde figura Gonçalo Eanes, bacharel em Leis e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 31-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a igreja de Santa Maria de Vila Fernando da diocese de Évora a Diogo Lopes, sacerdote de Lisboa e Bacharel em Direito Canónico
- 3-2 Súplica de Pedro Gomes, sobre questão com Diogo Gonçalves de Botafogo, sacerdote e Doutor em Decretos
- 3-2 Instrumento de nomeação onde figura como testemunha Vasco Anes que ensinava moços em Lisboa
- 5-2 Carta de D. João II de perdão ao bacharel João Soares, lente de Gramática em Santarém, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 6-2 Carta de D. João II de doação de bens ao Licenciado Ferrão Rodrigues
- 9-2 Súplica de Diogo Lopes, clérigo de Lisboa e Bacharel em Decretos pela Universidade de Lisboa, sobre indulto para o cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa lhe conferir o grau de licenciatura em Direito Canónico
- 17-2 Carta de D. João II onde figura o bacharel Diogo Ferreira e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto

- 25-2 Carta de D. João II onde refere o bacharel Mendafonso
- 27-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor Diogo Pinheiro, o bacharel João de Beja e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 3-3 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 10-3 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 11-3 Bula do Papa Inocêncio VIII, confirmando e sanando a eleição de Gregório Seco, Licenciado em Teologia, para ministro da casa de Santarém, da Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção das Cativos
- 18-3 Carta de D. João II dirigida a João de Deus, bacharel em Cânones, onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 23-3 Carta da visitação realizada por João Gil, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 1-5 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 6-5 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Ruida Grã
- 18-5 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Lopo da Fonseca e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 22-5 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre Rodrigo
- 25-5 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Aires de Almada e os Doutores Nuno Gonçalves de Leão e Fernão Rodrigues
- 26-5 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Gil
- 26-5 Carta de D. João II nomeando o Doutor Nuno Gonçalves, chanceler da Casa do Cível
- 28-5 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira
- 30-5 Auto da visitação à Igreja de S. Miguel, de Sintra, onde figura Afonso Gil, bacharel e Lente de Cânones, e o Doutor João Gil
- 3-6 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Pedro Gonçalves e João Teixeira
- 15-6 Carta de D. João II onde figura como procurador de Olivença, às Cortes de Évora, o bacharel Luís Mendes
- 20-6 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Martim Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 25-6 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre António
- 7-7 Carta de D. João II onde figura o Licenciado João Anes, clérigo de missa
- 15-7 Súplica de Henrique Coutinho, nobre, clérigo da diocese de Coimbra e estudante de Direito Canónico em forma de motu próprio, sobre as igrejas de Santa Maria do Castelo de Tavares e de S. Salvador de Travanca
- 15-7 Súplica de Gonçalo Coutinho, Clérigo de Lamego e nobre, com treze anos de idade e estudante na Universidade, sobre a pluralidade de benefícios
- 16-7 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e cónego de Silves, sobre o canonicato e prebenda de Silves
- 22-7 Carta de D. João II onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena
- 26-7 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e clérigo de Silves, sobre a tesouraria, canonicato e prebenda de Coimbra
- 7-8 Súplica de Diogo Jacobo, clérigo da diocese de Lisboa e Bacharel em Decretos, o qual exercera o poder judicial como ouvidor de um senhor secular, condenando alguns à pena de morte, sobre a absolvição da irregularidade para receber as Ordens sacras
- 7-8 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e arcediogo de Évora, sobre pensão anual a tirar dos proventos das porções das igrejas de Santa Maria de Alcáçova e de S. Pedro de Elvas
- 14-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Rui Boto e Fernão Da Mesquita
- 16-8 Mandado de D. João II onde figura Fernão Álvares Rebelo, bacharel em Leis
- 28-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Rui Boto e João Pires
- 6-9 Auto de eleição de Pedro Rombo para, professor da cadeira de Gramática Nova da Universidade de Lisboa
- 10-9 Carta de D. João II confirmando a eleição de Pedro Rombo para professor da cadeira de Gramática Nova da Universidade de Lisboa
- 11-9 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Aires de Almada
- 30-9 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Aires de Almada e o Doutor Pero Vaz
- 1-10 Súplica de Eduardo Gil, clérigo de Lisboa, familiar pontifício e Doutor em Decretos, sobre a precedência na consecução de benefícios
- 12-10 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Aires de Almada e o Doutor João Lopes
- 19-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Rui Boto, o Licenciado Rui da Grã, o Doutor João Lopes e o Licenciado Aires de Almada
- 7-11 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora, a respeito dos quais mantivera contenda com Eduardo Gil, morto na Cúria Romana
- 7-11 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir a Diogo de Botafogo, clérigo da diocese de Silves e Doutor em Direito Canónico, os canonicato e prebenda de Évora, sobre que litigara com Duarte Gil, já falecido
- 8-11 Súplica de Diogo Botafogo, canónico de Lisboa, Doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Lisboa
- 9-11 Carta de D. João II onde figuram os Doutores João Lopes e Gonçalo de Azevedo
- 1-12 Bula do papa Inocêncio VIII, mandando conferir a igreja de S. Tomé de Travaços a Álvaro Cardoso, Doutor em decretos e clérigo de Évora

1491

- 7-1 Instrumento de nomeação, lavrado em casa de Brites Pires, mulher que foi de João do Porto, sacador do Estudo Geral de Lisboa
- 24-1 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Martim Pinheiro e João Teixeira

- 31-1 Carta de D. João II mandando certificar alguns documentos existentes na Torre do Tombo e referentes à Universidade de Lisboa
- 15-2 Bula do Papa Inocêncio VIII, mandando conferir o priorato de Santa Cruz de Coimbra em comenda durante certo tempo e depois como verdadeiro prior, se receber o hábito e professar no dito mosteiro, a João de Noronha, a pedido de D. João II, rei de Portugal, seu parente
- 15-2 Bula do Papa Inocêncio VIII, concedendo ao cardeal Antoniotto, do título presbiteral de Santa Anastácia, as igrejas e benefícios de Arronches, pertencentes ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como pensão anual, para o compensar da renúncia que fizera da comenda do dito mosteiro
- 19-1 Carta de D. João II determinando que não se dispendesse importância alguma do dinheiro da Universidade de Lisboa, a não ser para os fins que indica
- 21-2 Carta de D. João II onde figura o Doutor Aires Dias
- 27-2 Súplica de Pedro Gonçalves, clérigo da Diocese do Porto e vigário geral de D. Justo, bispo de Ceuta, o qual tinha exercitado os actos escolásticos na Universidade de Lisboa, sobre a recepção do doutoramento, a conferir pelo bispo de Ceuta
- 11-3 Súplica de Cristóvão Dias, reitor da igreja de S. João de Lisboa sobre porção na igreja de Coruche, a que renunciara Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos, beneficiado na igreja de Coruche da diocese de Évora
- 11-3 Súplica de João de Évora, reitor da igreja de S. Lourenço de Taveiro da diocese de Coimbra, capelão de D. João II, rei de Portugal, sobre prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sacras enquanto estudar num Estudo Geral
- 11-3 Súplica de Diogo de Botafogo, Doutor em Decretos e cónego de Lisboa, familiar do cardeal vice-chanceler, sobre um benefício
- 13-3 Súplica de Cristóvão Álvares, clérigo de Lisboa, capelão de el-rei de Portugal e Doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 28-3 Emprazamento de casas de S. Lázaro, em Lisboa, a Gonçalo Pires onde figura Fernão Álvares Rebelo, bacharel em Leis
- 29-3 Carta de D. João II de confirmação da coutada da herdade do Azinhal, nos termos de Elvas e Arronches, ao Doutor Gonçalo Garcia e outros
- 2-4 Carta de visitação à Igreja de Santo André de Mafra, realizada por Afonso Gil, bacharel em Degredos
- 19-4 Súplica de João Fernandes, cónego de Lisboa e familiar pontifício, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 3-5 Carta da visitação realizada por Pero Dias, bacharel em Degredos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 29-5 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, cónego de Lisboa e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a perpétua vigararia da igreja de S. Pedro de Gouveia da Diocese de Coimbra
- 1-6 Carta de D. João II onde refere o Bacharel Ferrão Alvares
- 10-6 Súplica de Gabriel Vasques, clérigo de Lisboa e Bacharel em Medicina, presente na Cúria Romana, o qual estudara na Faculdade de Medicina durante sete ou oito anos nas Universidades de Lisboa ou Salamanca, sobre indulto para o bispo de Barcelona D. Pedro lhe conceder o grau de licenciatura e magistério em Artes e Medicina
- 10-6 Súplica de Pedro Anes, sobre a privação de Pedro Vasques, Bacharel em Decretos, do canonicato e prebenda da colegiada de Vila Nova de Ourém e algumas igrejas
- 18-6 Súplica de Álvaro Cardoso, Doutor em Decretos e familiar do cardeal Alpedrinha D. Jorge da Costa, sobre indulto de recitar o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 23-6 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em Decretos, cónego de Lisboa e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre o priorato de S. Pedro de Folques
- 25-6 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em ambos os Direitos e familiar do cardeal vice-chanceler, sobre a igreja de S. Tiago de Travanca da diocese de Coimbra
- 25-6 Súplica de Diogo Botafogo, Doutor em ambos os Direitos, sobre a pensão anual a tirar dos rendimentos da igreja paroquial de Travanca da diocese de Coimbra
- 30-6 Carta de D. João II de legitimação de Helena, filha do Licenciado Pedro Gonçalves, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 1-7 Súplica de Rodrigo de Meneses, que estudava na cidade de Lamego, sobre a expedição das letras apostólicas relativas a súplica anterior
- 12-7 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Mestre Rodrigues, Diogo Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 14-7 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão Rodrigues e o Licenciado Rui da Grã
- 23-7 Súplica de Fernando Álvares Cabral, mestre-escola de Silves e familiar do cardeal Alpedrinha D. Jorge da Costa, o qual era nobre e estudava na Universidade de Lisboa, sobre a pensão anual a tirar dos rendimentos do canonicato e prebenda de Silves, a conferir a Álvaro Gonçalves
- 8-8 Carta de D. João lide perdão a Afonso Anes, criado do Bacharel Fernando Anes, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 16-8 Carta de D. João II onde refere os Bacharéis Lourenço Vasques e João Vasques, o primeiro dos quais comprara umas casas no Bairro dos Escolares, em Lisboa
- 22-8 Carta de D. João II onde refere os Doutores Mafim Pinheiro, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 30-8 Carta de D. João II onde refere o Doutor Fernão Mesquita
- 1-9 Carta de D. João II concedendo autorização para Mestre Lenhoso Benazo, judeu, praticar cirurgia, visto ter sido examinado pelo Doutor Mestre António, físico mor e cirurgião

- 8-9 Carta de D. João II onde refere o Doutor Fernão Martins
- 8-9 Carta de D. João II onde figura o Bacharel Domingos Nogueira e o Doutor Gonçalo Teixeira
- 13-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Diogo de Lucena
- 24-10 e 3-11 Requerimento e resposta na demanda das catedrais portuguesas com o Estudo e Universidade de Lisboa sobre apresentação de conezias
- 29-10 Carta de D. João II onde figura o Bacharel Bartolomeu Gomes e o Doutor Diogo de Lucena
- 8-11 Carta de D. João II onde figura o Bacharel João Fernandes e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 12-11 Súplica de Gomes Ferraz, estudante, sobre meios destinados a manter os seus estudos
- 14-11 Carta de D. João II onde figura o Doutor Vasco Fernandes
- 22-11 Carta de D. João II de perdão ao Bacharel Cosme Anes, onde figuram os Doutores Fernão Peres e Rui Boto
- 30-11 Carta de D. João II concedendo 4.000 reis de tença por ano a Martim Afonso enquanto ensinar moços fidalgos e também «negros nossos que aligūas vezes mandamos que emsijne»
- 4-12 Carta de D. João II nomeando o Bacharel Cosme Anes conservador do Estudo de Coimbra
- 9-12 Carta de D. João II doando ao bacharel João Faz, sobrejuiz da Casa do Cível, bens que tinham pertencido a Lourenço Vasques, Doutor e Clérigo
- 22-12 Carta de D. João II onde figura o Bacharel Afonso Anes e os Doutores Fernão Martins e Rui Boto
- 29-12 Súplica de Frei Álvaro da Torre, da Ordem dos Pregadores e professor de Teologia, que tinha pregado várias vezes perante el-rei de Portugal e empreendido viagens em favor da fé cristã

1492

- 2-1 Súplica de Estêvão Martins, reitor da igreja de Santa Maria de Torres Vedras e de S. Nicolau de Santarém, da diocese de Lisboa, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 5-1 Súplica de Lopo Fernandes, clérigo da diocese da Guarda, Bacharel em Decretos pela Universidade de Lisboa, onde fez os exercícios ou cursos necessários para o bispo de Évora lhe conferir o doutoramento em Direito Canónico
- 5-1 Bula do Papa Inocêncio VIII, encarregando o bispo de Évora de conferir o grau de Doutor em Direito Canónico a Lopo Fernandes, clérigo da Diocese da Guarda e Bacharel em Decretos pela Universidade de Lisboa, o qual não podia arrostar com as despesas que deveria afrontar se recebesse o doutoramento na Universidade de Lisboa
- 7-1 Súplica de Pedro Dias, clérigo da Diocese de Évora e familiar do cardeal-bispo de Albano D. Jorge da Costa ou cardeal de Lisboa, e estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa, sobre indulto para receber o grau de Bacharel na Cúria Romana
- 28-1 Súplica de Pedro Dias, clérigo da diocese de Évora e vigário geral do cardeal de Lisboa D. Jorge da Costa, e estudante de Direito Canónico na Universidade de Lisboa sobre indulto para receber o grau de Bacharel na Cúria Romana
- 10-2 Súplica de Pedro Dias, clérigo da diocese de Évora e vigário geral no arcebispado de Lisboa de D. Jorge da Costa, bispo de Albano e cardeal-arcebispo de Lisboa, sobre indulto para o cardeal lhe conferir o grau de Bacharel em Direito Canónico, ciência que tinha estudado durante vários anos na Universidade de Lisboa
- 15-2 Súplica de João Sanches Aleman, leigo da diocese de Sevilha, sobre indulto para os bispos de Lamego ou de Tânger lhe conferirem o bacharelato, licenciatura e doutoramento em Direito Canónico ou em ambos os direitos
- 23-2 Instrumento de emprazamento onde figura o Bacharel Cosme Anes
- 24-2 Súplica de Diogo Botafogo, clérigo da Diocese de Silves e Doutor em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de Eduardo Gil, falecido na Cúria Romana
- 22-3 Escambo entre a Câmara de Lisboa e Lopo Mendes, de vários chãos por um chão que ia do Mosteiro de S. Vicente para o Bairro dos Escolares
- 30-3 Carta de D. João II, de cirurgia a Mestre Josepe Roubem, onde figura o Doutor Mestre António, cirurgião-mór
- 4-4 Emprazamento onde figura, como testemunha, Martim de Cabedo, escolar de medicina
- 4-4 Emprazamento onde se faz referência às casas que o Mosteiro de S. Vicente de Fora tinha no Bairro dos Escolares, abaixo dos Paços do Infante
- 5-4 Provisão de D. João II, ordenando que se pagassem ao Reitor do Convento de Santo Elói os gastos que este houvesse feito com os negros idos do Congo, que “nêle estavam sendo educados”
- 10-4 Carta de D. João II onde figura o bacharel Rui Gonçalves e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 19-4 Carta de D. João II, de confirmação de perfilhação, onde figuram os Doutores Pedro Vaz, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 15-5 Carta de D. João II, de perdão, onde figura Mestre Luis, cirurgião, e os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 31-5 Carta de D. João II, de perdão, onde figuram os Doutores Luís Teixeira I, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 5-6 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira
- 15-6 Súplica de João de Évora, Reitor da igreja de S. Lourenço de Taveiro, da diocese de Coimbra, sobre prorrogação do indulto para não ser obrigado a receber as Ordens sacras, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 16-6 Auto de visitação à Igreja de S. Miguel, de Sintra, onde figura Diogo Lopes, Licenciado em Cânones
- 7-7 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 18-7 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Teixeira
- 20-7 Súplica de Frei Afonso Gomes, da Ordem de S. Francisco da Observância, sacerdote, solicitando licença para estudar Sagrada Escritura na Universidade de Paris ou noutra, podendo morar num convento da Ordem, mesmo de conventuais, durante cinco anos, de modo a poder exercitar o ofício de pregador, conforme à sua vocação franciscana
- 21-7 Carta de D. João II, de escrivão dos feitos das Sisas de Barcelos, a João de Barcelos, criado do Doutor Diogo Pinheiro e onde figura o Doutor João Teixeira

- 22-7 Súplica de Álvaro Rodrigues sobre a recepção de graus académicos contra certas concessões feitas ao rei e rainha de Castela
- 30-7 Carta de D. João II, de escrivão dos feitos das Sisas de Estremoz, ao Bacharel Cristóvão Afonso, onde figura o Doutor João Teixeira
- 2-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Vasco Fernandes, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 22-8 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Luís Teixeira I, Fernão Rodrigues e Rui Boto
- 4-9 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Fernão de Mesquita
- 26-9 Carta de D. João II onde figura o Doutor Licenciado Pedro Lourenço, o Doutor Diogo Pinheiro e o Licenciado Rui da Grã
- 27-9 Súplica de Álvaro Teixeira, clérigo de Lisboa, grande erudito nas línguas grega e latina e estudante na Universidade de Sena, reitor da igreja de S. Gonçalo de Amarante, sobre a dispensa durante sete anos de não ser obrigado a receber nenhuma ordem sagrada das exigidas pelos seus benefícios
- 28-9 Súplica em forma de motu próprio de Frei António de Valladolid, provincial da Ordem de Nossa Senhora das Mercês em Castela e em Portugal, apresentado em Teologia, sobre a dispensa do impedimento de ilegitimidade para recebera dignidade maior da Ordem
- 1-10 Carta de D. João II onde figura o bacharel Álvaro Fuleiro e o Doutor Diogo Pinheiro
- 2-10 Alvará de D. João II concedendo a António, sobrinho do Bispo do Porto, 8.000 reais, por ano, enquanto estudar no Estudo
- 3-10 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Rui Boto e Diogo Pinheiro
- 8-10 Sentença lavrada por Pero, de Sousa, Doutor em Degredos
- 10-10 Carta de D. João II onde figura o Licenciado João Fernandes
- 13-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Diogo Pinheiro e o Licenciado Aires de Almada
- 15-10 Súplica de Diogo Gonçalves de Botafogo, beneficiado na igreja de S. João de Coruche, da Diocese de Évora, Doutor em Decretos e cubiculário do papa, e de João Dias, clérigo da diocese de Lisboa, sobre a concessão do benefício ao último e pensão sobre os rendimentos ao outro suplicante
- 15-10 O papa Alexandre VI concede a João Dias a porção da igreja de S. João de Coruche, a que Diogo Gonçalves Botafogo, Doutor em Decretos, renunciava, encarregando da execução ao bispo de Safira, a João Baptista de Ferrara e ao oficial de Évora
- 15-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor Fernão Rodrigues e o Licenciado Lopo da Fonseca
- 16-10 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e Martim Pinheiro
- 20-10 Carta de D. João II onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e Diogo Lucena
- 27-10 Carta de D. João II onde figura o Licenciado Jordão Fernandes Moutinho
- 3-11 Carta de D. João II onde figura o Doutor Luís Teixeira I
- 11-11 Súplica de João Afonso, reitor da igreja de S. Pedro da Cova, da diocese do Porto e bacharel em Decretos, além de vigário-geral do bispo do Porto, sobre a união daquela igreja ao canonicato do Porto possuído pelo último
- 16-11 Carta de D. João II de padrão de 4.000 reais brancos de tença, por ano, a João Vasques, bacharel em Leis, enquanto ensinar Gramática nos Estudos de Coimbra
- 18-11 Carta de D. João II onde figura o Doutor Luís Teixeira I
- 21-11 Carta de D. João II onde figura o Doutor Luis Teixeira I
- 30-11 Carta de D. João II onde figura João de Deus, bacharel em Canones e o Doutor Luís Teixeira I
- 6-12 Súplica de Diogo de Botafogo, nobre, Doutor em ambos os direitos e arcediogo de Sexta na igreja de Évora, familiar do papa, sobre o canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de Diogo Nunes
- 6-12 O papa Alexandre VI manda conferir o canonicato e prebenda de Évora a Diogo Gonçalves Botafogo, arcediogo de Sexta, Doutor em ambos os Direitos e familiar do Papa
- 10-12 Súplica de Lopo Fernandes, clérigo da diocese da Guarda e bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 11-12 Súplica de D. Manuel de Sousa, clérigo de Évora, nobre e estudante de Direito Canónico na Universidade de Salamanca, sobre uma pensão a tirar dos rendimentos dos canonicatos e prebenda de Évora
- 11-12 Súplica de Pedro Dias, beneficiado na igreja paroquial de S. Francisco de Ponte de Sor, da diocese da Guarda, e Diogo de Botafogo, Doutor e cónego de Lisboa, além de cubiculário papal, sobre a renúncia a benefícios e pensões anteriores por parte do familiar pontifício
- 11-12 O papa Alexandre VI concede a porção da igreja de S. Francisco de Ponte de Sor, da diocese da Guarda ao seu cubiculário e familiar Diogo de Botafogo, Doutor em ambos os Direitos, encarregando da execução os bispos de, Évora, de Barcelona e de Volterra
- 12-12 Súplica de Diogo de Botafogo, nobre, Doutor e cubiculário papal, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 14-12 Súplica de Diogo de Botafogo, nobre e Doutor em ambos os direitos, arcediogo de Sexta na igreja de Évora e cubiculário pontifício, sobre o canonicato e prebenda de Évora, vacantes por morte de Fernando de Sande
- 14-12 Carta de D. João de confirmação de doação de casas em Lisboa ao bacharel João de Braga, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Fernão de Mesquita
- 17-12 Instrumento de emprazamento a João Garcia, mestre de Gramática, de uns pardieiros e quintal existentes no bairro dos escolares junto às casa do Infante D. Henrique
- 17-12 Execução das determinações dos papas Inocêncio VIII e Alexandre VI sobre a condenação dos escolares do Colégio de S. Clemente de Bolonha, entre os quais o português Francisco Cardoso, por terem procedido à eleição de novo reitor, contra a determinação do visitados, que tinha confirmado o antigo e os conselheiros por mais um ano

- 22-12 Súplica de João Afonso, cônego de Lamego e mestre de Sagrada Teologia, em questão com Gonçalo Nunes, morto em Sena
- 22-12 Súplica de Luís Fernandes, presente na Cúria Romana, sobre o indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto residir na Cúria ou frequentar algum Estudo Geral
- 27-Sem mês Carta de D. João II de ouvidor da Casa da Suplicação a Rodrigo Homem, Doutor em Leis

1493

- 15-1 Instrumento de aforamento de casa e pardieiros em Lisboa, no Bairro dos Escolares, a Catarina Álvares, ama de D. Pedro de Sousa, onde figura Estevão Martins, mestre escola da Sé de Lisboa
- 29-1 Carta de D. João II concedendo o ofício de tabelião a Gonçalo Afonso, onde figura o Doutor Luís Teixeira
- 31-1 Súplica de Álvaro Teixeira, clérigo de Lisboa, muito erudito nas línguas humanísticas de grego e latim, a estudar ambos os direitos na Universidade de Sena, reitor da igreja de S. Gonçalo de Amarante, sobre a dispensa de não ser obrigado a receber, durante sete anos, alguma Ordem sacra, requerida pelos benefícios que possui
- 31-1 Súplica de Frei Afonso Gomes, franciscano observante de Portugal, sobre a faculdade de residir num convento franciscano de Paris, mesmo conventual, enquanto estudar Teologia, para mais facilmente pôr em prática o seu dever de pregador
- 11-2 Sentença dada em Évora, onde figura D. Diogo Ortiz de Vilhegas, Bispo de Tânger e prior de S. Vicente de Fora e o Doutor Pero Gonçalves
- 22-2 Súplica de Gil de Soveral, clérigo de Viseu e bacharel em Decretos, estudante na Universidade de Salamanca, a fim de receber o grau de licenciatura em Direito Canónico sem as solenidades do costume, que comportavam muitas despesas
- 27-2 Súplica de Francisco de Cavalcante, cônego da diocese de Ceuta e Doutor em Decretos, sobre a vigararia da igreja de S. Salvador
- 12-3 Emprazamento onde figura, como testemunha, Rui Gonçalves Maracote, escolar de Leis
- 19-3 Carta de D. João II doando casas e herdades a Luís Teixeira II, filho do Doutor João Teixeira
- 20-3 Súplica de Pedro Anes Machuco, bacharel em Decretos e cônego do Porto, sobre benefício incompatível a reter com a igreja paroquial de Santo Estevão da Maia
- 21-3 Carta de visitação à Igreja de Santo André de Mafra, realizada por João Gil, Doutor em ambos os Direitos
- 23-3 Auto de visitação à Igreja de S. Miguel, de Sintra, onde figura João Gil, doutor em ambos os Direitos
- 28-3 Carta da visitação realizada por João Gil, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 10-4 Súplica de Álvaro Teixeira, clérigo de Lisboa, reitor da igreja de S. Gonçalo de Amarante, muito erudito em grego e latim, e estudante de ambos os direitos na Universidade de Sena, sobre a dispensa de não ser obrigado a receber alguma Ordem sacra, exigida pela posse daquela igreja
- 20-4 Alvará de D. Manuel onde figura o Doutor Pedro Dias
- 9-6 Carta de D. João II concedendo o ofício de tabelião a Pedro André, onde figura o Doutor Pedro Dias
- 10-6 Súplica de João Leitão, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Beduído, da diocese do Porto, e de António de Azevedo, clérigo, filho do bispo do Porto, que desejava estudar, sobre a dita igreja, a resignar pelo primeiro e a conferir ao segundo
- 18-6 Súplica de Álvaro Botelho, cônego de Lisboa, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal nos mesmos, enquanto residir na Cúria Romana ou estudar em algum Estudo Geral
- 22-6 Súplica de Fernando de Almeida, clérigo da diocese de Évora e Mestre em Artes, sobre a porção no mosteiro de Ferreira, da diocese do Porto, vacante por morte de Pedro Álvares, escolar em Sena
- 3-7 Súplica de Vasco Pais, da diocese da Guarda, sobre indulto de rezar o ofício segundo o costume da Cúria Romana, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 3-7 Súplica de vários frades eremitas de Santo Agostinho da província de Aragão sobre a promoção ao magistério na Cúria Romana, depois de terem estudado em vários Estudos Gerais, nomeadamente de Frei Jerónimo Carles, do convento de Valência o qual estudara nas Universidades de Lisboa e de Pisa e noutras, durante mais de oito anos
- 4-10 Carta de D. João II concedendo uma tença ao Doutor Cataldo Siculo, mestre do Príncipe D. Jorge
- 4-10 Carta de D. João II onde figura o Doutor João Fernandes Todinho
- 3-11 Súplica de Manuel de Sousa, nobre e estudante de Direito Canónico na Universidade de Salamanca, sobre a pensão anual a tirar dos proventos do canonicato e prebenda de Évora, possuídos por Lopo Fernandes
- 16-11 Súplica de Garcia Rodrigues, com cerca de 16 anos de idade, nobre e estudante
- 10-12 Alvará de D. João II mandando entregar peças de vestuário a vários indígenas, alunos de Martim Afonso, em Lisboa
- 28-12 Súplica de Lopo Rodrigues, sacerdote da diocese de Ceuta, presente na Cúria Romana. sobre o indulto de recitar o ofício da mesma Cúria, enquanto estudar em algum Estudo Geral

1494

- 3-1 Carta de D. João II onde figuram o Doutor Nuno Gonçalves, o Bacharel Ferrão de Alvares, o Bacharel Mendo Afonso, o Bacharel Pedro Carreiro e o Doutor João Teixeira
- 7-1 Súplica de Manuel de Sousa sobre a pensão anual, a aplicar nas despesas de seus estudos universitários, conforme súplica anterior
- 18-1 Instrumento de emprazamento de uma terra de pão, em Palma, Torres Vedras, pertencente à Universidade de Lisboa

- 28-1 Súplica de Francisco Anes, reitor da igreja de S. João de Pera do Moço, da Diocese da Guarda, disposto a estudar num Estudo Geral, sobre a dispensa de não ser obrigado a receber nenhuma ordem sacra, exigida pela igreja que possuía, e sobre indulto de celebrar em altar portátil
- 1-2 Súplica de Francisco Anes, disposto a estudar em Estudo Geral, sobre a dispensa para não ser obrigado a receber alguma Ordem sacra, exigida por razão da igreja paroquial de S. João de Pera do Moço, da diocese da Guarda
- 2-2 Súplica de Francisco Anes, reitor da igreja paroquial de S. João de Pera do Moço, da diocese da Guarda, sobre a dispensa de não ser obrigado a receber alguma ordem sagrada por razão desta igreja que possuía, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 4-2 Súplica de Álvaro Gonçalves, beneficiado na igreja catedral de Lisboa, bacharel em Decretos, sobre uma pluralidade de benefícios, mesmo incompatíveis, e indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal
- 4-2 O papa Alexandre VI concede a Álvaro Gonçalves, clérigo beneficiado na igreja de Lisboa e bacharel em Decretos, o indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal nos mesmos, enquanto estudar num Estudo Geral, encarregando da execução os bispos de SaSafrae de Tânger e João Baptista de Ferrare, cônego de Modena
- 16-2 Súplica de Diogo Pereira, reitor da igreja paroquia Santo Estevão de Castelo Viegas da diocese de Coimbra, para não ser obrigado a receber algumas ordens sacras, requerida pela posse da igreja, enquanto frequentar algum Estudo Geral
- 24-2 Súplica de Álvaro Gonçalves, sacerdote da diocese de Lisboa e bacharel em Decretos, sobre indulto para estudar Direito Civil
- 28-2 Súplica de João Anes, clérigo da Diocese de Lamego, estudante durante algum tempo de Teologia na Universidade de Salamanca, sobre a concessão do grau de bacharel na Cúria pontifícia, com todos os direitos e privilégios dos que recebem graus universitários nos Estudos de Castela, Leão ou Portugal
- 28-2 Súplica de Pedro Afonso, bacharel em Decretos e preceptor da Ordem de S. Antão em Portugal, estudante e regente durante muito tempo da cátedra de Direito Canónico à hora de Tércia da Universidade de Lisboa, e ouvidor da Cúria arquiépiscopal desta cidade, sobre o doutorado na Cúria Pontifícia, com as mesmas atribuições e privilégios dos doutores na Universidade de Lisboa ou noutras universidades
- 15-3 Súplica de Rodrigo Fernandes, sacerdote da diocese do Porto e bacharel em Decretos, sobre a capelania e colégio ou albergaria de seis pobres na igreja paroquial de Santa Marinha de Lisboa e aniversários por alma de el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso IV
- 27-4 Carta de D. João II mandando dar ao Doutor Cataldo carta testemunhável da de 23 de Maio de 1488, por se ter perdido
- 30-5 Súplica de Álvaro Gonçalves, cônego de Lisboa e bacharel em Decretos, sobre o deado de Tânger, a que João Morais se dispunha a resignar
- 6-6 e 9-6 Cartas de D. João II de privilégio ao Couto de Barbeita, onde figura o Doutor Vasco Fernandes e Rui Lopes de Veiros, bacharel em Direito Canónico
- 9-6 Súplica de Frei Rodrigo de Santa Cruz, bacharel em Teologia e estudante desta disciplina nas universidades de Bolonha e Perusa, para receber a licenciatura e magistério em Teologia das mãos do Mestre do Sagrado Palácio
- 11-6 Emprazamento de uma azinhaga a Fernando Afonso, bacharel e mestre que foi do príncipe, possuidor de umas casas no Bairro dos Escolares
- 19-7 Carta de D. João II concedendo aposentação aos professores ordenando que o conservador despache quaisquer casos de injúria sem apelação e taxando a cadeira de Medicina da Universidade de Lisboa
- 24-7 Súplica de Rodrigo de Santa Cruz da Ordem aos Eremitas de S. Agostinho do convento da Graça de Lisboa bacharel em Teologia e estudante durante o devido tempo na Universidade de Bolonha tanto em Artes como em Teologia o qual terminara na de Peruca o curso de bacharel sobre a recepção do magistério das mãos do Geral por não poder suportar as despesas das solenidades da Universidade
- 10-8 Carta do escrivão da Relação de Lisboa declarando que leu e publicou a carta de D. João II de 19 de Julho de 1494, que contém várias disposições sobre a Universidade de Lisboa
- 18-8 Carta de confirmação de aforamento de casas no bairro dos escolares de Lisboa a Lourenço Anes onde figuram o Doutor João do Rego, João Afonso da Lógica, Álvaro Anes, reitor do Estudo, e Estevão Martins, mestre-escola da Sé de Lisboa
- 18-8 Instrumento de emprazamento realizado no Hospital de S. Vicente, estando presentes Estevão Martins, mestre-escola, o Doutor João do Rego e o bacharel Álvaro Anes, reitor do Estudo Geral de Lisboa
- 7-9 Carta de D. João II proibindo os malfeitores de se acolherem ao bairro dos escolares
- 13-11 Sentença lavrada por Jácome Fernandes, bacharel em Direito Canónico, onde figura João de Elvas, licenciado em Cânones
- 17-11 Carta de D. João II de tabelião a Álvaro Martins, onde figuram os Doutores João Façanha e Rui Boto
- 9-12 Súplica de Afonso Anes, leigo da diocese de Évora e bacharel em Leis, que estudara Direito Civil durante vários anos em certa Universidade talvez de Lisboa, sobre a recepção do doutoramento fora da mesma, com os privilégios dos doutorados nas Universidades de Lisboa, Salamanca e Valhadolide

1495

- 7-1 Súplica de João Gil, clérigo da diocese da Guarda e bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Celorico da Beira

- 9-1 Súplica de João Gil, clérigo da diocese da Guarda, bacharel em Decretos, sobre a capelania do altar de S. Vicente da igreja paroquial de Santa Maria de Celorico da Beira
- 9-1 Súplica de João Gil, clérigo da diocese da Guarda e bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Martinho de Celorico da Beira, a que resignava Pedro Nunes
- 20-1 Instrumento de emprazamento onde figura Estevão Martins, mestre-escola e cónego da Sé de Lisboa
- 21-1 O papa Alexandre VI concede a João de Avelar, sobrinho do escritor das letras apostólicas, Pedro Borges, uma porção na igreja de Santa Maria de Torres Vedras e indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar um Estudo Geral
- 25-1 Súplica de João Gil, clérigo da diocese da Guarda e bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Celorico da Beira
- 28-1 Súplica de Vasco Martins, bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Silves, sobre a pensão anual a tirar dos proventos da igreja de S. Tiago de Tavira, após concórdia com João Anes, clérigo da diocese do Porto, seu adversário na questão relativa à dita igreja
- 1-2 Súplica de Diogo Lopes, licenciado em Decretos e familiar do Cardeal D. Jorge da Costa, sobre indulto para estudar Direito Civil
- 1-2 Súplica de Diogo Lopes, licenciado em Decretos sobre o benefício servitório da igreja de S. Nicolau de Lisboa, a que o Cardeal D. Jorge da Costa resignava
- 1-2 Súplica de Diogo Lopes, sacerdote de Lisboa, licenciado em Decretos e beneficiado na igreja de S. Estevão de Lisboa, familiar do cardeal D. Jorge da Costa, sobre indulto de dizer o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 10-2 Alexandre VI encarrega o deão da Guarda, o arcepreste de S. Próspero de Colliado da diocese de Parma e o oficial da Guarda de confirem a igreja de S. Martinho de Celorico da Beira a João Gil, clérigo da diocese da Guarda e bacharel em Decretos
- 21-2 Sentença lavrada por fernão Cordeiro, escolar de Degredos, onde figuram os bacharéis Fernando Álvares e Cosme Anes
- 11-3 Súplica de Pedro Vasques, reitor da igreja de S. João Baptista de Pelmá, da diocese de Coimbra, e bacharel em Decretos, sobre a união desta igreja à chantria da igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Ourém
- 13-3 Súplica de Pedro Vasques, reitor da igreja de S. João Baptista de Pelmá, da diocese de Coimbra, sobre indulto de não ser obrigado a receber as Ordens sagradas, por motivo desta igreja, enquanto estudar em algum Estudo Geral ou residir na Cúria Romana
- 13-3 Carta de visitação à igreja de S. Miguel de Sintra, realizada por Luís Caiado, Doutor in utroque iure, onde figura Diogo de Sousa, capelão de el-Rei e deão da sua capela
- 17-3 Súplica de Pedro Vasques, reitor da igreja de S. João Baptista de Pelmá, da diocese de Coimbra, bacharel em Decretos e familiar do cardeal D. Julião, e Pedro Vasques, o moço, familiar do embaixador de el-rei de Portugal, sobre a dita igreja e a chantria de Santa Maria da Misericórdia de Ourém
- 21-3 Carta de sentença dada por Jácome Fernandes, bacharel em Degredos, onde figuram o bacharel Álvaro Anes e o bacharel Fernão Dalvares
- 22-3 Carta da visitação realizada por Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 26-3 Súplica de Pedro Vasques, reitor da igreja de S. João Baptista de Pelmá, da diocese de Coimbra, e bacharel em Decretos, sobre esta igreja e a chantria da igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Ourém, a conferira Pedro Vasques, o moço, familiar do embaixador de el-rei de Portugal junto do Papa
- 27-3 Súplica de Pedro Vasques, clérigo de Coimbra e bacharel em Decretos, sobre o priorato da colegiada de Santa Maria da Misericórdia contra certo João de Deus, que a detinha injustamente
- 27-3 Súplica de Pedro Vasques, reitor da igreja paroquial de S. João Baptista de Pelmá, da diocese de Coimbra, presente na Cúria Romana e familiar do embaixador de el-rei de Portugal, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 23-4 Súplica de Martinho Anes de Riguado, clérigo da diocese de Coimbra, a viver em Itália por motivo de estudos, sobre a igreja de S. Tiago de Piães, da diocese de Lamego, e indulto de não ser obrigado a receber alguma ordem sacra, exigida por essa igreja, e de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal nos mesmos, enquanto estudar
- 27-4 Súplica de Gonçalo Peres, o qual erroneamente, em pedido anterior, tinha declarado ser bacharel em Decretos, a fim de as respectivas letras apostólicas serem feitas sem título
- 1-5 Súplica de Álvaro Teixeira, clérigo de Lisboa, sobre uma provisão da igreja de S. Veríssimo e S. Gonçalo de Amarante, que lhe tinha concedido o cardeal D. Jorge da Costa
- 3-5 Súplica de Frei Martinho de Valência, da Ordem de S. Agostinho, bacharel em Teologia, o qual frequentara os estudos durante dez anos e tinha lido Lógica e Filosofia na Universidade de Pavia, sobre o magistério em Teologia, que desejava receber das mãos de Frei Gomes de Lisboa, franciscano e professor de Teologia na dita Universidade de Pavia
- 11-5 Títulos dos atofaneiros onde figura João Gomes, morador no Bairro dos Escolares, em Lisboa
- 1-6 Sentença lavrada por Jácome Fernandes, bacharel em Degredos, onde figura Estevão Martins, mestre-escola, o bacharel Fernão Álvares, o licenciado Luís Anes e o bacharel Cosme Anes
- 3-6 Carta de renovação de emprazamento em que figura como testemunha Rodrigo Anes, porteiro dos escolares do Estudo Geral de Lisboa
- 19-7 Súplica de Luís Caiado, arcediogo de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre as atribuições da visita, correspondentes a esta dignidade
- 27-7 Instrumento de aforamento onde figura o bacharel João Álvares
- 30-7 Instrumento do emprazamento lavrado ao Mosteiro de Santo Agostinho, em Lisboa, onde figuram o bacharel Frei Pedro Calado, Mestre Frei João da Madalena, Frei Rodrigo, Mestre de Teologia, e Pero Faleiro, bacharel em Leis

- 5-8 Súplica de Diogo Homem, clérigo de Lamego, licenciado em ambos os Direitos e tesoureiro da colegiada de Guimarães, sobre a pluralidade de benefícios
- 11-8 Instrumento de emprazamento de casas em Lisboa a Bernardim Gonçalves, onde figura o bacharel Gomes Borges e o Doutor João Machado
- 30-8 Sentença lavrada por Jácome Fernandes, bacharel em Degredos, onde figura o bacharel Fernão de Álvares e o bacharel Cósme Anes
- 25-9 Carta de D. João II onde figura o Doutor Pedro Dias
- 3-11 Título do juramento e fianças dos lagareiros do azeite, da cidade de Lisboa, onde figura Fernão Álvares Rebelo, bacharel em Leis
- 5-11 Auto de eleição do bacharel Afonso Madeira para lente da cadeira de Cânones, da hora de Véspera, do Estudo Geral de Lisboa
- 11-12 Carta de D. Manuel aceitando a eleição para Protector da Universidade de Lisboa
- 11-12 Carta de D. Manuel sobre o provimento de cadeiras vagas na Universidade do Estudo de Lisboa
- 11-12 Carta de D. Manuel nomeando ouvidor da Casa da Suplicação a Rodrigo Homem, Doutor em Leis, com 35 mil reais de mantimento
- 20-12 Carta de D. Manuel nomeando o licenciado Duarte Fernandes desembargador da Casa da Suplicação
- 24-12 Súplica de Francisco Anes, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Miguel do Outeiro, da diocese de Viseu

1496

- 7-1 Carta de D. Manuel mandando assentar trinta e oito mil e seiscentos trinta e dois reais ao Doutor Mestre Rodrigo
- 12-1 Carta de D. Manuel de confirmação de tença de 6.000 reais brancos por ano a Martim Afonso, por ensinara ler D. Jorge, filho de D. João II
- 15-1 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do bacharel Afonso Madeira para lente da cadeira de Cânones da hora de véspera do Estudo Geral de Lisboa
- 16-1 Súplica de Gil de Soveral, clérigo da diocese de Viseu, o qual estudara durante vários anos na Faculdade de Direito Canónico na Universidade de Salamanca, onde recebeu o grau de Bacharel e fez alguns cursos para a Licenciatura e Doutoramento, sobre indulto para receber estes graus fora da Universidade
- 25-1 Carta de D. Manuel de física a Rabi Salomão onde figura o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena e o bacharel Pero Lopes
- 26-1 Carta de D. Manuel concedendo 32.620 reais de tença ao Doutor Gonçalo Dias
- 26-1 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a vigararia da igreja paroquial de Azambuja da diocese de Lisboa
- 29-1 Instrumento de emprazamento onde figura o Bacharel Álvares
- 30-1 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre o priorato de Évora, vacante porque Gil Fernandes a ocupava ilegalmente
- 30-1 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego, Bacharel em Decretos, sobre a igreja de Santa Maria de Lada de Ponte, possuída ilegalmente por um certo João
- 5-2 Carta de D. Manuel de escrivão a André Rodrigues, onde figura o Licenciado Aires de Almeida
- 17-2 Carta de D. Manuel onde figuram o Licenciado João da Calçada e os Doutores Fernão Rodrigues e Pero Vasques
- 18-2 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Vasco Fernandes, Pero Vasques e Fernão Rodrigues
- 22-2 Auto de eleição do bacharel Afonso Madeira para lente da cadeira de Cânones da hora de prima da Universidade de Lisboa
- 26-2 Súplica de Luís Gonçalves de Farto, arcediogo de Olivença e Licenciado em ambos os Direitos, além de vigário-geral ou oficial do arcebispo de Braga D. Jorge da Costa, sobre benefícios incompatíveis
- 28-2 Carta de D. Manuel determinando que sejam expulsas do bairro dos Escolares as pessoas de mau viver
- 28-2 Auto de eleição do bacharel António Dias para lente de Leis da hora de véspera da Universidade de Lisboa
- 1-3 Carta de D. Manuel onde figuram o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena e o bacharel Pero Lopes
- 1-3 Súplica de Frei Pedro de Lourosa, Dominicano da Província de Portugal e Mestre em Teologia, sobre a concessão do Geral, relativa aos privilégios ou direitos como incorporado no convento de Lisboa e à administração da capela de Nossa Senhora da Escada do dito convento
- 2-3 Súplica de João Pinheiro, Doutor em Decretos, reitor da igreja de Santa Catarina de Anobra, da diocese de Coimbra, e mestre-escola de Viseu, sobre um terceiro benefício incompatível
- 8-3 Carta de D. Manuel aprovando a eleição do bacharel António Dias para lente da cadeira de Leis da hora de véspera da Universidade de Lisboa
- 8-3 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do bacharel Afonso Madeira para lente da cadeira de Cânones da hora de prima da Universidade de Lisboa
- 9-3 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores João Vasques e Rui Boto
- 15-3 Carta de D. Manuel, de física, ao Bacharel Mestre Pedro, onde figuram o Doutor Mestre Rodrigo de Lucena e o Bacharel Pedro Lopes
- 22-3 Carta de D. Manuel onde figuram o Doutor Fernão da Mesquita e o Licenciado Aires de Almada
- 22-3 Carta da visitação realizada por Luís Caiado, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 29-3 Súplica de António da Mota, cisterciense e Bacharel em Decretos, sacristão da igreja de S. Pedro de Uno, da sua Ordem, sobre a pluralidade de benefícios eclesiásticos

- 12-4 Carta de perdão de D. Manuel onde figuram o Bacharel João Cotrim e os Doutores Pedro Vasques e Fernão Rodrigues
- 12-4 Carta de D. Manuel nomeando António Álvares escrivão e conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 13-4 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor Martim Pinheiro
- 18-4 Carta de D. Manuel, de ofício a Nuno do Rego, escudeiro do Doutor João Teixeira, já falecido, onde figura o Doutor Rui Boto
- 18-4 Carta de D. Manuel nomeando o Doutor Lopo d'Arca desembargador da Casa do Cível
- 19-4 Súplica de Luís Teixeira, nobre, freire da Ordem de S. Tiago da Espada, a estudar na Universidade de Sena, indulto, de escolher confessor que o possa absolver dos pecados, inclusivé dos reservados ao mestre ou prior conventual da sua Ordem, enquanto estudar nesta ou noutra Universidade
- 20-4 Carta de D. Manuel nomeando Nuno Gonçalves Maracote conservador do Estudo, a pedido dos Reitores, lentes e conselheiros do Estudo Geral de Lisboa
- 20-4 Carta de D. Manuel nomeando Nuno Gonçalves Maracote ouvidor dos feitos-crimes na Casa do Cível de Lisboa
- 21-4 Carta de D. Manuel de confirmação de privilégios a João Gonçalves, onde figuram os Doutores Pero Vaz e Fernando Rodrigues
- 22-4 Carta de D. Manuel nomeando o Bacharel Fernando Anes desembargador da Casa do Cível
- 23-4 Carta de D. Manuel, de perdão a Álvaro Masques, onde figuram os Doutores João Façanha, Pedro Vaz e Fernão Rodrigues
- 27-4 Carta de D. Manuel nomeando o Licenciado Rui da Grã desembargador e juiz dos feitos relativos a resíduos e cativos
- 28-4 Carta de D. Manuel sobre a tomada da conta ao Doutor Mestre Rodrigo
- 28-4 Carta de D. Manuel onde figuram o Licenciado Pedro de Gouveia e o Doutor Rui Boto
- 28-4 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Gonçalo Mendes da Silveira e Rui Boto
- 30-4 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Salvador de Tonda, da diocese de Viseu
- 30-4 Carta de D. Manuel nomeando Rui Preto, escolar de Leis inquiridor e contador dos feitos da Universidade de Lisboa
- 5-5 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor João de Elvas
- 9-5 Carta de confirmação de D. Manuel onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Pero Vasques
- 12-5 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e Rui Boto
- 14-5 Carta de D. Manuel de meirinho a Lopo de Coimbra, onde figura o Doutor Martim Pinheiro
- 14-5 Carta de D. Manuel de promotor da Casa do Cível ao Bacharel Luís Álvares
- 15-5 Súplica de Gregório Ribeiro sobre a prorrogação do tempo do indulto para não ser obrigado a receber as ordens sacras, por motivo da igreja de Santa Maria de Igreja, pois tencionava dedicar-se aos estudos
- 17-5 Carta de D. Miguel confirmando o alvará de 2 de Outubro de 1492, que concedeu 8.000 reais por ano a António de Azevedo, enquanto estiver no Estudo
- 20-5 Carta de D. Manuel de tabelião em Barcelos a Pedro de Guimarães, criado do Doutor Diogo Pinheiro
- 20-5 Carta de D. Manuel de acrescentamento de mantimento ao Licenciado Rui da Grã, desembargador da Casa da Suplicação
- 27-5 Carta de D. Manuel, de perdão a Fernão de Annes Nateirão, onde figura e Doutor Rodrigo Homem
- 7-6 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores D. Pedro Vasques e Gonçalo de Azevedo
- 7-6 Emprazamento de umas casas, sitas ao pé da calçada de Paio de Nabais, pertencentes à Universidade de Lisboa
- 10-6 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores João Afonso, Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 20-6 Bula do Papa Alexandre VI, a dispensar os freires das Ordens militares de Cristo e de Avis do voto de virgindade, de forma a emitirem voto de castidade matrimonial, podendo casar, como os freires da Ordem de S. Tiago da Espada, depois de ter consultado o cardeal de Lisboa e bispo de Albano, D. Jorge, português e peritissimo em Sagrada Teologia, o qual informara o papa de que o assunto fora tratado já nos pontificados de Sisto IV e Inocêncio VIII, os quais estavam decididos a conceder tal dispensa
- 22-6 Notícia sobre provisão do Papa Alexandre VI na pessoa de Pedro Vaz, Doutor em ambos os Direitos e vigário-geral de Tomar, da Ordem de Cristo, como coadjutor do bispo da Guarda D. Álvaro Gonçalves
- 23-6 Bula do Papa Alexandre VI concedendo duas conezias: uma magistral, para mestre ou licenciado em Teologia, e outra doutoral, para doutor ou licenciado em Direito Canónico ou Civil
- 31-7 Bula do Papa Alexandre VI, mandando conferir a igreja paroquial de S. Salvador de Tonda da diocese de Viseu a Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Direito Canónico
- 9-8 Bula do papa Alexandre VI mandando conferir a Luís Gonçalves Farto, arcediogo de Olivença e Licenciado em ambos os Direitos, a igreja paroquial de S. Romão de Vila Cova, da diocese do Porto
- 13-8 Bula do Papa Alexandre VI, dirigida a António de Azevedo, cónego de Lisboa, notário e familiar do Papa, concedendo-lhe indulto de receber os proventos de seus benefícios eclesiásticos, enquanto viver na Cúria Romana ou frequentar um Estudo Geral
- 9-12 Instrumento de emprazamento em que figura, como testemunha, Rui Anes, porteiro da Universidade de Lisboa
- 30-12 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor Martim Pinheiro

1497

- 7-1 Súplica de Vasco Peres, médico, sobre indulto para receber o grau de Bacharel em Artes e Medicina

- 24-1 Súplica de Gil de Soveral, clérigo de Viseu e Bacharel em Decretos, o qual estudara e recebera o grau de Bacharel na Universidade de Salamanca, sobre indulto de ser promovido à Licenciatura e Doutoramento em Direito Canónico fora da Universidade, com os mesmos privilégios dos que nelas recebiam os graus académicos
- 28-1 Súplica de Gil de Soveral, clérigo de Viseu e Bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca, onde estudara durante muito tempo, sobre indulto para receber o grau de Licenciado e Doutor fora da Universidade, por causa das muitas despesas que ali se faziam por essa ocasião
- 30-1 Carta de D. Manuel confirmando uma tença concedida por D. João II ao Doutor Cataldo Sículo, mestre do Príncipe D. Jorge
- 30-1 Carta de D. Manuel de confirmação de 30 mil reais brancos por ano de mantimento ao Doutor Cataldo, mestre do Príncipe D. João
- 6-2 Súplica de João Rodrigues de Estremoz, sacerdote da diocese de Évora, estudante de Direito Canónico durante mais de cinco anos, sobre indulto para estudar, ler e ensinar em qualquer Estudo, tanto pública como privadamente, em qualquer parte, Direito Civil
- 7-2 Carta de D. Manuel de mercê ao Doutor Rodrigo Maldonado
- 20-2 Carta de D. Manuel nomeando o Bacharel Manuel Afonso desembargador da Casa da Suplicação
- 11-3 Instrumento de empraçamento em que figura, como testemunha, Diogo Pires, escolar
- 13-3 Súplica de Eduardo de Meneses, clérigo da diocese de Braga, a estudar na Universidade de Sena, sobre indulto de receber as Ordens sacras na cidade de Sena ou noutra lugar
- 18-3 Súplica de Martinho de Figueiredo, estudante na Universidade de Bolonha e reitor da igreja de S. Tiago de Pinhão, da diocese de Lamego, sobre a prorrogação do prazo do indulto para não ser obrigado a receber as ordens sacras em razão daquela igreja, enquanto frequentar aquela ou outra Universidade, e para estudar e exercer Direito Civil
- 23-3 Súplica de Álvaro Teixeira, nobre, estudante na Universidade de Bolonha, sobre a prorrogação do indulto sobre a dispensa da obrigação de receber as ordens sacras por causa da igreja de S. Gonçalo de Amarante, que possuía, e facilidade, durante sete anos, de estudar e ensinar Direito Canónico
- Março ou Abril sem data Carta-prefácio de Pedro Rombo, bacharel em Artes, dirigida ao impressor Valentim Fernandes, inserta no Thesaurus pauperum, de João Pastrana
- 4-4 Alexandre VI encarrega o bispo da Guarda, o mestre-escola de Coimbra e o oficial de Ceuta de conferirem o mosteiro de S. João de Cabanas, da diocese de Ceuta, hoje território pertencente à diocese de Viana do Castelo, a Álvaro Fernandes, Bacharel em Decretos e capelão de el-rei de Portugal
- 6-4 Carta de Manuel de empraçamentos de casas em Lisboa a Catarina Dias, onde figura Estevão Martins, mestre-escola da Sé de Lisboa e o Bacharel Pedro Afonso
- 8-4 Carta de D. Manuel de apresentação para a Igreja de S. Paio de Figueiredo, de Diogo Lopes, onde figura o Doutor Rui Boto
- 16-4 Carta de D. Manuel concedendo uma tença anual a Fernando Afonso, mestre do Príncipe D. Jorge
- 6-5 Carta de D. Manuel de confirmação de 10.000 reais brancos de tença ao Doutor João Fernandes todinho
- 11-5 Carta de D. Manuel concedendo a João Vasques, bacharel em Leis, enquanto ensinar Gramática nos Estudos de Coimbra, a quantia de 4.000 reais brancos, anuais
- 17-5 Carta de D. Manuel de desembargador da casa do Cível ao Doutor Álvaro Garcia de Alfaio
- 21-5 Carta de D. Manuel de perdão a Gonçalo Gomes, onde figuram o Licenciado Pedro de Gouveia e os Doutores Pedro Vasques e Gonçalo de Azevedo
- 27-5 Carta-prefácio de Pedro Rombo, professor de Gramática e de Arte Poética, dirigida ao impressor Valentim Fernandes, onde se refere a vários professores de Gramática, entre os quais António Martins, primeiro professor da Gramática de Pastrana na Universidade de Lisboa
- 1-6 Súplica de Francisco de Morales, de Sevilha, o qual estudara durante vários anos na faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sobre indulto de receber os graus de Bacharel, Licenciado e Doutoramento nesta ciência, com os mesmos privilégios dos promovidos a graus académicos, na dita Universidade lisboeta
- 9-6 Súplica de Álvaro Fernandes, clérigo da diocese de Viseu e Bacharel em Decretos, sobre as igrejas de S. Cípriano, de Refontoura e de S. Fins da diocese de Braga, cuja comenda cedia o cardeal D. Jorge da Costa
- 10-6 Carta de D. Manuel onde figuram o Doutor João Cardoso e o Licenciado Rui da Grã
- 10-6 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor Mestre Fernando
- 11-6 Súplica de Diogo Homem, tesoureiro da igreja de Santa Maria de Guimarães e Licenciado em Decretos, sobre indulto de dizer Ofício Divino segundo o costume da Cúria Romana
- 19-6 Carta de D. Manuel onde figura João de Deus, Bacharel em Degredos e Doutor Rui Boto
- 20-6 Instrumento de empraçamento onde figuram Estevão Martins, mestre-escola da Sé de Lisboa, o Bacharel Cosme Anes e o Bacharel Lopo Ferreira
- 4-7 Carta de D. Manuel dizendo que o Doutor Vasco Fernandes tinha deixado o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo e o ofício de cronista-mor, a fim de o dar a Rui de Pina, o que fazia, concedendo àquele a tença de 19.000 reais anuais
- 4-7 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor João Façanha
- 13-7 Carta de D. Manuel confirmando o privilégio concedido por D. João II ao Bacharel Álvaro Fernandes de Coz
- 19-7 Carta de D. Manuel confirmando o privilégio concedido por D. João II ao Bacharel Álvaro Fernandes de Coz
- 20-7 Instrumento de empraçamento de casas em Lisboa, onde figuram o mestre-escola Estêvão Martins, o Bacharel Cosme Anes e o Bacharel Lopo Ferreira
- 25-7 Carta de D. Manuel onde figuram o Licenciado Lopo da Fonseca e o Doutor Rui Boto

- 31-7 Súplica de Simão Gomes, sacerdote da diocese de Évora, sobre indulto para estudar Direito Civil em quaisquer escolas durante sete anos
- 31-8 Súplica de Frei Anselmo Hispano, Dominicano, o qual tinha estudado durante vários anos Teologia, sobre indulto de receber o grau académico de Mestre das mãos do chanceler de Paris, com isenção de o receber na Universidade, por motivos de pobreza
- 11-9 Emprazamento de uma azinhaga sita no Bairro dos Escolares, freguesia de S. Vicente de Fora, em Lisboa, a Gaspar Vaz
- 12- 9 Carta de el-rei D. Manuel, apresentando ao prior do convento de Cristo de Tomar o Doutor Diogo Pinheiro, do seu Desembargo para vigário geral de Tomar, na forma como o fora D. Pedro Vaz, bispo da Guarda
- 28-9 Carta de D. Manuel de confirmação a Mestre Jerónimo, onde figuram os Doutores Mestres Afonso Madeira e António de Lucena
- 2-10 Carta de confirmação de tença a Isabel Pais, mulher do Doutor Pedro da Silva
- 10-10 Instrumento de aforamento onde figura Francisco Rombo, escolar de Cânones, em Lisboa
- 28-10 Carta do prior-mor da Ordem de Cristo, a confirmar D. Frei Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos, do Desembargo régio e perpétuo administrador do mosteiro de Castro de Avelãs, como vigário geral de Tomar, por renúncia de D. Pedro, nomeado bispo da Guarda
- 4-11 Súplica de Fernando de Vasconcelos, clérigo da diocese de Coimbra, nobre e estudante na Universidade de Salamanca, sobre indulto de não ser obrigado alguma ordem sacra, durante cinco anos, por motivo de seus benefícios
- 4-11 O papa Alexandre VI concede a Fernando de Vasconcelos, clérigo da diocese de Coimbra e estudante na Universidade de Salamanca, a pluralidade de benefícios eclesiásticos
- 6-11 Carta de D. Manuel de confirmação de tença a Martim Dias, filho do Doutor João Dias, médico
- 20-11 Súplica de João Álvares de'Elvas, clérigo da diocese de Évora, que estudara durante vários anos ambos os Direitos numa Universidade, sobre indulto para o bispo de Lamego D. Fernando Coutinho, que era Doutor em ambos os Direitos, ou outrem, lhe conferir as insígnias de Licenciado nestas disciplinas
- 21-11 Carta de D. Manuel dando licença a João de Sampaio, clérigo de missa, para possuir certos bens, onde figura o Licenciado Aires de Almeida
- 27-11 O papa Alexandre VI manda conferir a João Fernandes, familiar do cardeal D. João da Costa, o canonicato e prebenda de Évora, que, segundo letras do Sumo Pontífice, deviam ser conferidos a Mestres ou Licenciados em Teologia e a Doutores ou Licenciados em Direito, com rigor de exame
- 2-12 Súplica de Luís de Brito, cidadão de Lisboa, sobre a redução de encargos testamentários, nomeadamente quanto ao sustentamento de estudantes do Estudo Geral de Lisboa, conforme disposição de Mestre Pedro de Lisboa e outros testadores
- 4-12 Auto de eleição do bacharel João Machado para síndico do Estudo Geral de Lisboa
- 6-12 Súplica de Martinho Vasques, deão de Lisboa, protonotário apostólico e irmão do cardeal D. Jorge da Costa, além de professor de sagrada Teologia, residente na Cúria Romana, sobre a recepção das ordens sacras na dita Cúria, sem obrigação de observar os interstícios
- 15-12 Súplica de Vasco Lopes, reitor da igreja de S. Tiago de Sendim, da diocese de Braga, e residente na Cúria Romana, sobre indulto para não ser obrigado a receber alguma ordem sacra, requerida por aquela igreja ou qualquer outro benefício, enquanto estudar um Estudo Geral, durante um biénio
- 21-12 Súplica de Cristóvão Dias, reitor da igreja paroquial de S. João de Lisboa, familiar do cardeal D. Jorge da Costa e sobrinho de Pedro Borges, escritor das letras apostólicas, sobre a pluralidade de benefícios eclesiásticos e indulto de receber os proventos dos benefícios, sem obrigação da residência pessoal, enquanto frequentar algum Estudo Geral
- 21-12 O papa Alexandre VI manda reduzir os encargos de certos legados testamentários, nomeadamente de Monte Pedro, cidadão de Lisboa, inclusive do mantimento a favor de vários estudantes, que deviam frequentar o Estudo Geral, a cinco missas, a pedido de Luís de Brito
- 21-12 Bula de Alexandre VI encarregando o prior da Colegiada de Ourém e o tesoureiro de Santa Maria de Alcáçova de Santarém de reduzirem os encargos das disposições testamentárias de Mestre Pedro de Lisboa, como o ensino de três rapazes, durante 7 anos, no Estudo Geral de Lisboa e das do testamento de seu sobrinho, Lourenço Peres, que previam o mantimento de um estudante, inclusive na Universidade
- 23-12 Bula do Papa Alexandre VI, mandando conferir a igreja paroquial de Santa Maria de Atalaia, da diocese de Viseu, a João Anes, reitor da igreja paroquial de Malpartida, Bacharel em Teologia
- 30-12 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do bacharel João Machado para síndico do Estudo Geral de Lisboa

1498

- 16-1 Carta de D. Manuel onde refere João Dias, escolar inintroque lure, e o Doutor Rui Boto
- 25-1 Carta de D. Manuel nomeando ouvidor a Pernão de Parada, onde figura o Licenciado Rui da Grã
- 29-1 Carta de D. Manuel de confirmação de cirurgia a Mestre Duarte de Leão, onde figuram o Doutor Mestre António e Mestre Gil
- 29-1 Carta de D. Manuel nomeando tabelião a Álvaro Dias, onde figura o Licenciado Pedro de Gouveia
- 29-1 Capítulos da vila de Elvas para as Cortes, em que se pede para Estevão Cavaleiro ter um Estudo naquela vila
- 7-2 Súplica de Diogo, Ortiz, clérigo da Diocese de Évora e bacharel em Artes, sobre o canonicato e prebenda de Évora, que alcançara em virtude de indulto concedido a el-rei de Portugal
- 10-2 Carta de D. Manuel de procurador dos hospitais, capelas e albergarias de Lisboa, ao Bacharel Álvaro Anes, onde figura o Bacharel Fernando Álvares

- 10-2 Súplica de Afonso Anes, cónego de Évora e familiar do de Lisboa D. Jorge da Costa, sobre o canonicato e prebenda do Porto que segundo letras pontifícias deviam ser conferidos a um Mestre ou Licenciado em Teologia, Doutor ou então Licenciado com rigor de exame em Direito Canónico ou Civil
- 10-2 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, familiar do Papa, sobre a igreja de S. Tiago da dita diocese, sobre a qual corra litígio perante o bispo de Lamego entre Diogo Coelho, prior do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, e Pedro Afonso
- 17-2 Súplica de Diogo Homem, Licenciado em ambos os Direitos e clérigo da diocese de Lamego, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Mata de Lobos, da diocese de Lamego, disputada por ele e pelo falecido Estevão Martins
- 17-2 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores D. Pedro Masques e Fernão Rodrigues
- 23-2 Emprazamento onde figura Fernão Gonçalves, bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 27-2 Carta de D. Manuel de procurador do número ao Bacharel Estevão de Moraes, onde figura o Doutor Rui Boto
- 27-2 Emprazamento de um chão, sito no Rossio, em Lisboa, a João Rodrigues, Doutor em Leis
- 28-2 Carta de D. Manuel de confirmação de cirurgia a Mestre Henrique de Leão, onde figuram o Doutor Mestre António e Mestre Gil, físico e cirurgião-mor
- 6-3 Carta de D. Manuel com os capítulos apresentados pela vila de Elvas, nas Cortes de Lisboa, um dos quais se refere ao pedido de tença para um médico, um mestre de Gramática e outros ofícios
- 7-3 Carta de D. Manuel de confirmação de Medicina a Mestre Henrique de Leão, onde figura o Doutor Mestre Rodrigo e o Doutor Mestre António de Lucena, físico-mor
- 8-3 Carta de D. Manuel confirmando o instrumento de emprazamento de 18 de Agosto de 1494, feito por Estevão Martins, mestre-escola da Sé de Lisboa
- 23-3 Carta de D. Manuel de legitimação onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 27-3 Bula do papa Alexandre VI outorgando a Lopo Fernandes, clérigo da diocese da Guarda e Bacharel em Decretos, a pluralidade de benefícios eclesiásticos
- 28-3 Instrumento de aforamento de casas a Pedro Dias, onde figuram o Doutor Diogo Lopes de Carvalho e Fernão Gonçalves, mestre de Gramática
- 28-3 Carta de D. Manuel nomeando o Bacharel João Mendes corregedor na comarca da Estremadura
- 6-4 Súplica de João Álvares de Lisboa, familiar do cardeal D. Jorge da Costa e reitor da igreja de S. Bartolomeu de Alfageme de Santarém, sobre indulto para não ser obrigado a receber alguma ordem sacra, por causa de algum benefício que a exigisse, enquanto estudasse um Estudo Geral, durante um biénio
- 9-4 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 10-4 Súplica de Rodrigo Dias, clérigo da Diocese de Silves e Doutor em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Penamaior
- 20-4 Súplica de João Gil, chantre de Lisboa e Doutor em ambos os Direitos, sobre a nomeação de notário apostólico, com todos os privilégios, sem prejuízo dos protonotários participantes de número
- 23-4 Carta de D. Manuel de perdão a Fernando Aires, onde figuram os Doutores João Façanha e Nuno Gonçalves Maracote
- 28-4 Súplica de Rui Dias, clérigo da diocese de Silves e Doutor em ambos os Direitos, notário apostólico, sobre a união de várias igrejas ao arceidiagado da Régua, pertencente à diocese do Porto
- 4-5 Carta de D. Manuel, de perdão a Manuel Afonso, onde figuram o Bacharel Rui Fernandes e os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 15-5 Auto de eleição de João Afonso para bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 23-5 Carta de visitação à Igreja de Santo André de Mafra realizada por Pero Gonçalves, Doutor em Degredos
- 6-6 Carta de D. Manuel dando licença para comprar bens ao Licenciado Lourenço Rodrigues, clérigo de missa
- 8-6 Carta de D. Manuel de emprazamento de uma loja em Lisboa a Mestre Pedro, onde figura o bacharel Rui Gomes
- 15-6 Emprazamento onde figura, como testemunha, Fernão Dias, escolar
- 15-6 Instrumento de emprazamento onde figura, como testemunha, Fernão Dias, escolar
- 16-6 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, sacerdote da diocese de Coimbra e Bacharel em Artes, sobre a igreja de S. Cipriano de Refontoura, da diocese de Braga
- 19-6 Súplica de Diogo Gomes de Barros, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de Benefícios
- 19-6 O papa Alexandre VI concede a Diogo Gomes de Barros, cónego de Braga e Bacharel em Decretos, dispensa para reter coma igreja paroquial de S. Pedro de Teixeira, da diocese da Guarda, outro benefício incompatível
- 20-6 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, sacerdote da diocese de Coimbra e Bacharel em Artes e Teologia, sobre a igreja de S. Cipriano de Refontoura da diocese de Braga
- 22-6 O papa Alexandre VI, dirigindo-se ao arceidiagado de Lisboa, manda conferir o grau de licenciatura em leis a Manuel Afonso, leigo da diocese de Lisboa, Bacharel em Leis, o qual estudara durante vários anos na Universidade de Salamanca
- 28-6 Carta de D. Manuel onde figura o bacharel João de Beja
- 11-7 Súplica de Rui Boto, clérigo conjugado da diocese de Évora, nobre e Doutor em Direito Civil, chanceler-mor de el-rei de Portugal e seu conselheiro, sobre indulto de altar portátil
- 11-7 Súplica do Reitor e Conselheiros da Universidade e Lentes de Lisboa sobre indulto, por cinco anos, a conceder aos sacerdotes, estudantes de Direito Canónico, para poderem estudar também na Faculdade de Direito Civil
- 25-7 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego, familiar do Papa e Bacharel em Decretos, sobre a tesouraria de Viseu, vacante por morte de Estêvão Martins, ocorrida na Cúria Pontifícia

- 25-7 Bula do Papa Alexandre VI, mandando conferir a Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Direito Canónico e familiar do Papa, a tesouraria de Viseu que o falecido Estêvão Martins, morto na Cúria Romana, possuía
- 1 a 6-8 Auto de eleição do bacharel João Carreiro para lente da cadeira de Cânones da hora de prima da Universidade de Lisboa
- 2-8 Súplica de Fernando de Vasconcelos, clérigo da diocese de Coimbra e nobre a estudar na Universidade de Salamanca, sobre indulto de dizer o Ofício Divino segundo o costume da Cúria Romana
- 4-8 Súplica de Pedro Gonçalves de Pinhel, clérigo da diocese de Viseu e familiar do papa, alegando os serviços que prestava ao Papa na Cúria, para aí poder receber o grau de Bacharel em Direito Canónico, disciplina por ele frequentada durante mais de um ano na Universidade de Salamanca
- 7-8 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do bacharel João Carreiro para lente da cadeira de Cânones da hora de prima da Universidade de Lisboa
- 9-8 Súplica de Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego e Bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Miguel do Mato, da diocese de Viseu, vacante por morte de Estêvão Martins, ocorrida na Cúria Pontifícia
- 9-8 Bula do Papa Alexandre VI, mandando conferir a igreja paroquial de S. Miguel do Mato, da diocese de Viseu, a Francisco Anes, clérigo da diocese de Lamego, Bacharel em Direito Canónico e familiar do Papa, no caso de ter sido sem valor a união da mesma à tesouraria de Viseu, a pedido de João do Porto, que fora excomungado
- 11-8 O papa Alexandre VI concede a António de Azevedo, clérigo da diocese de Braga, com 18 anos de idade e estudante na Universidade de Salamanca, um benefício com cura de almas
- 17-8 Emprazamento onde figura, como testemunha, João Pires, escolar
- 3-9 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 3-9 Súplica de Pedro Gonçalves de Pinhel, reitor da igreja paroquial de Santa Maria de Barcouço da diocese de Coimbra, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios eclesiásticos, enquanto residir na Cúria Pontifícia ou estudar em algum Estudo Geral, sem obrigação de residência pessoal
- 11-9 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores D. Pedro e Fernão Rodrigues
- 13-9 Carta de D. Manuel onde figura o bacharel Vasco Fernandes da Cunha
- 15-9 Súplica de Gil Peres, clérigo de Lisboa e Mestre em Artes, sobre a igreja de Val de Ladrões, da diocese de Lamego
- 24-9 Carta de D. Manuel onde figuram os Doutores Diogo Pinheiro e Gonçalo de Azevedo
- 11-10 Carta de D. Manuel de doação de bens a Fernão de Álvares, onde figura o bacharel Diogo Alvares
- 16-10 Carta de D. Manuel onde figura o Licenciado João de Braga
- 20-10 Carta de D. Manuel, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 22-10 Carta de D. Manuel de venda da quinta de Carnide, termo de Lisboa, ao Doutor Mestre João, físico
- 27-10 Carta de D. Manuel onde figura o Licenciado João de Braga
- 18-11 Auto de eleição do bacharel Rui Lopes para professor da cadeira de Cânones da hora de véspera da Universidade de Lisboa
- 3-12 Carta de D. Manuel onde figuram o Doutor Fernão da Mesquita, o Doutor Rodrigo Homem e o Bacharel João Rodrigues Cordeiro
- 13-12 Disputas e repetições do escolar do Colégio de S. Clemente de Bolonha João Soto, da diocese de Cartagena, às quais assistiram entre outros os portugueses Luís Teixeira, classificados como estudantes peritíssimos em ambos os Direitos
- 18-12 O papa Alexandre VI concede a Álvaro Fernandes, clérigo da diocese de Viseu e Bacharel em Decretos, a pluralidade de benefícios
- 29-12 D. Manuel manda dar carta de física a Mestre Paulo, onde figuram os Doutores Mestre Afonso Madeira e Mestre António de Lucena

1499

- 5-1 Carta de D. Manuel recomendando a eleição do Doutor Mestre Afonso para lente da cadeira de Medicina da hora de véspera da Universidade de Lisboa
- 7-1 Auto de eleição do Doutor Mestre Afonso para professor da cadeira de Medicina, da hora da véspera, da Universidade de Lisboa
- 10-1 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do bacharel Rui Lopes para professor da cadeira de Cânones da hora de véspera
- 11-1 Carta de D. Manuel de procurador ao Licenciado Álvaro Martins onde figura o Doutor Rui Boto
- 14-1 Instrumento de emprazamento onde figura o Doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 15-1 Carta de D. Manuel confirmando a eleição de José Afonso para bedel do Estudo Geral de Lisboa
- 21-1 Carta de D. Manuel instituindo uma pensão de 1300 francos ouro para o Colégio de Montaigu, em Paris
- 6-3 Carta de arrematação lavrada em Lisboa, na Judiaria Grande, na casa que foi Estudo dos judeus, e onde figura o bacharel Afonso Figueira
- 10-3 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do Doutor Mestre Afonso para professor da cadeira de Medicina, da hora de véspera, da Universidade de Lisboa
- 16-3 Carta de emprazamento dada por Jácome Fernandes, bacharel em Degredos
- 18-3 Carta de D. Manuel onde figura o Bacharel Fernão Afonso
- 5-4 Instrumento de emprazamento de alcaçarias em Lisboa a Pedro Dias, onde figura como testemunha Afonso, escolar de Gramática, criado do Licenciado Pedro de Gouveia

- 6-4 Carta de D. Manuel de mercê de administração de capela, na Igreja de S. Paio, em Guimarães, ao Doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 9-4 Súplica de Diogo Pinheiro, vigário de Tomar, pertencente à Ordem militar de Cristo, Doutor em ambos os Direitos, sobre a comenda do mosteiro de S. Maria de Carvoeiro, a reter com outros benefícios, igrejas, mosteiros e pensões, a fim de mais facilmente e suportar as despesas do seu ofício de vigário-geral e respectiva jurisdição naquele lugar e nas ilhas portuguesas sujeitas ao dito vicariato
- 9-4 O papa Alexandre VI manda conferir o mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro, da diocese de Braga, em comenda ao Vigário-geral de Tomar Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos, a reter com outros mosteiros, prioratos, benefícios eclesiásticos e pensões
- 20-4 O Papa Alexandre VI concede a Lopo Fernandes, Bacharel em Leis, o deado da Guarda, encarregando da execução aos decanos de Viseu e de Lamego e ao arcepreste de S. Próspero de Coliculo da diocese de Parma
- 21-4 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, clérigo da diocese de Coimbra e Bacharel em Artes, sobre privilégios quanto à consecução de benefícios, pertencentes à colação do arcebispo e cabido de Braga e do bispo e cabido de Lamego
- 23-4 Súplica de Eduardo Borges, familiar do cardeal Alpedrinha e irmão de Pedro Borges, escritor das letras apostólicas, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Álvaro Dias e reservados aos Mestres e licenciados de teologia ou doutores e licenciados em Direito Canónico ou Civil
- 23-4 Carta de D. Manuel de confirmação de doação de casas em Lisboa ao Bacharel Rui Gomes, onde figura o Doutor Gonçalo de Azevedo
- 25-4 Carta de D. Manuel de confirmação de doação a Garcia de Melo, onde figura o Doutor João Afonso
- 27-4 Súplica de Eduardo Borges, clérigo de Lisboa, familiar do cardeal Alpedrinha e irmão do escritor das letras apostólicas Pedro Borges, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, vacantes por morte de Álvaro Dias, que, segundo determinações superiores, deviam ser concedidos só a mestres ou licenciados em teologia ou a Doutores ou licenciados com rigor em Direito Canónico ou Civil
- 27-4 Bula do papa Alexandre VI mandando conferir a Eduardo Borges, irmão do escritor das letras pontifícias Pedro Borges e clérigo de Lisboa, os canonicato e prebenda de Coimbra, reservados a clérigos com graus académicos em Teologia ou em Direito Canónico ou Civil
- 29-4 Súplica de Lopo Fernandes, Bacharel em Direito Civil e clérigo da diocese da Guarda, sobre indulto de não ser obrigado, durante três anos, a receber as ordens sacras, enquanto estudar em algum Estudo Geral
- 30-4 Súplica de Francisco Anes, cônego da Guarda, sobre indulto de estudar Direito Civil e receber os respectivos graus académicos nesta disciplina em qualquer universidade e exercera advocacia nos tribunais eclesiásticos
- 30-4 Súplica de Afonso Madeira, clérigo da diocese de Silves, Bacharel em ambos os Direitos, que estudara durante vários anos na faculdade de Direito Civil e Direito Canónico da Universidade de Salamanca e fora regente durante certo tempo da cátedra, de Direito Canónico na Universidade de Lisboa, sobre o doutoramento fora da universidade, a conferir pelo bispo de Coimbra, assistido de três doutores e seis ou sete bacharéis de ambas as faculdades
- 3-4 Súplica de Lopo Fernandes, Bacharel em Direito Civil, da diocese da Guarda, reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Leomil, da diocese de Lamego, presente na Cúria Romana, sobre indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras, durante um biénio, enquanto estudar em algum Estudo Geral ou residir em qualquer outra parte
- 4-5 Súplica de Diogo de Agracim, leigo da diocese de Lisboa e Bacharel em Leis, residente em Valhadolide e estudante no Estudo Geral de Salamanca, sobre o indulto de ser promovido à licenciatura e doutoramento em Direito Civil pelo Mestre-escola da colegiada de S. Maria de Valhadolide, com a assistência de três Doutores em Direito Civil, depois do devido exame, por não poder arrostar com as despesas exigidas pelas leis da dita Universidade
- 11-5 Súplica de Frei Heitor, dominicano do convento de S. Domingos de Benfica da província de Portugal, autorizado pelo mestre-geral dos Dominicanos Joaquim Turiano a permanecer durante 12 anos no Estudo Geral de Lisboa à custa do próprio pai, afim de obter a confirmação apostólica da licença de residir nesse estudo durante cinco anos
- 14-5 Carta da visitação realizada por Pedro Gonçalves, Doutor em ambos os Direitos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 21-5 Súplica de Manuel da Silveira, nobre e clérigo da diocese de Évora, sobre indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras, enquanto estudar num Estudo Geral, durante sete anos
- 4-6 Carta de D. Manuel de licença a Mestre Luis, físico, para ter livros de Medicina, escritos em hebraico
- 10-6 Aforamento em que figura como testemunha Francisco Rombo, escolar de Cânones
- 15-6 Bula do papa Alexandre VI, endereçada ao bispo de Córdova, encarregando-o de conferir a Soeiro de Noboa, leigo de Lisboa e Bacharel em Decretos, os graus académicos de Licenciatura e Doutoramento em ambos os Direitos ou então em Direito Canónico ou em Civil, dispensando-o do juramento que fizera de os receber na Universidade de Valhadolide, onde estudara durante vários anos
- 19-6 Instrumento de emprazamento lavrado no Mosteiro de Santa Maria da Graça, em Lisboa, onde figuram Mestre João da Madalena, o bacharel Frei Pedro Calado e o bacharel Brás Lourenço
- 9-7 Carta de D. Manuel concedendo licença a Cristovão Fernandes, clérigo de missa e estudante de Gramática, de Lisboa, para poder comprar uma casa
- 19-7 Carta de D. Manuel de aforamento de terras no paul de Lagos a Sebastião Nunes, mestre de ensinar moços, onde figura Francisco Rombo, escolar de Cânones
- 26-7 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor João Gil
- 30-7 Carta de D. Manuel mandando entregar à Universidade de Lisboa, como administradora da capela do Doutor Manganha, uns pinhais no termo da vila de Almada
- 31-7 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor Gonçalo de Azevedo
- 2-8 Sentença onde figura João Vaz, bacharel em ambos os Direitos
- 2-8 Carta de D. Manuel, de mercê a Diogo Lourenço, onde figura João das Leis, clérigo de missa

- 13-8 Carta de D. Manuel onde figuram o Licenciado Aires de Almada e os Doutores Pero Jorge e Rui Boto
- 21-8 Carta de D. Manuel onde figura o Bacharel Pero Lopes
- 3-9 Carta de D. Manuel confirmando o aforamento de terras no paul de Lagos a Sebastião Nunes, mestre de ensinar moços
- 7-9 O papa Alexandre VI encarrega o bispo de Safira de conferir os graus de licenciatura e magistério em Teologia a Pedro de Lencastre, clérigo de Leiria, da diocese de Coimbra, com todos os privilégios dos licenciados ou mestres em Teologia, pertencentes aos promovidos na Universidade em que ele estudara
- 9-9 Instrumento material onde figuram o Mestre João da Madalena, o Bacharel Frei Calado e o leitor Frei Pedro Caiado
- 4-10 Carta de D. Manuel de ofício a Vicente Rodrigues, criado do Bacharel Afonso Álvares
- 9-10 Bula do Papa Alexandre VI confirmando as determinações do prior da colegiada de Ourém e do tesoureiro de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, anteriormente comissionados para isso, sobre a redução dos encargos testamentários, relativos inclusivamente ao mantimento de estudantes no Estudo Geral de Lisboa
- 9-10 O papa Alexandre VI confirma as determinações do prior da colegiada de Ourém e do tesoureiro de Santa Maria de Alcáçova de Santarém sobre certos encargos testamentários, relativos inclusivamente ao mantimento de estudantes no Estudo Geral de Lisboa
- 21-10 Aforamento em que figura como testemunha Francisco Rombo, escolar de Cânones
- 2-10 Carta de D. Manuel onde figuram o Bacharel Luís da Roda, físico, e o Doutor Mestre António de Lucena
- 29-10 O papa Alexandre VI encarrega o vigário-geral do arcebispo de Lisboa de se informar sobre exposição de Luís de Brito, relativa a algumas obrigações testamentárias, incluindo o mantimento de estudantes no Estudo Geral de Lisboa, para o qual fim João das Leis legara certos bens, de cuja obrigação Luís desejava ser exonerado
- 29-10 Bula do Papa Alexandre VI dirigida ao vigário-geral do arcebispo de Lisboa, encarregando-o de se informar sobre a exposição de Luís de Brito, relativa a certas obrigações testamentárias, inerentes ao mantimento de estudantes no Estudo Geral de Lisboa, para o qual fim João das Leis legara certos bens, de cuja obrigação o dito Luis de Brito queria ser exonerado
- 11-11 Instrumento de emprazamento de umas casas, passado no bairro dos Escolares, no Hospital de S. Vicente, que é dos carpinteiros do mar
- 12-12 Carta de aforamento de terra no paul de Lagos a João Gonçalves, onde figura Francisco Rombo, escolar de Cânones
- 13-12 Carta de D. Manuel onde figura o Bacharel João Vasques
- 18-12 Carta de D. Manuel onde figura João Dias, bacharel em Artes Liberais e escolar in utroque jure

1500

- 22-1 Carta de D. Manuel sobre o pagamento de moradias a estudantes
- 27-1 Carta de el-rei D. Manuel ao Doutor Diogo Pinheiro, do seu conselho e vigário de Tomar, apresentando o capelão de igrejas na Madeira, Gonçalo Afonso
- 27-1 Carta de venda de um chão, no Bairro dos Escolares, junto aos paços que foram do Infante D. Henrique
- 1-2 Carta de D. Diogo Pinheiro, Doutor em ambos os Direitos e vigário-geral de Tomar, do conselho e desembargos régios, perpétuo administrador do mosteiro de Castro de Avelãs, a confirmar Gonçalo Afonso, clérigo de missa, como capelão de algumas igrejas da Madeira
- 8-2 Carta de D. Manuel onde figura o Bacharel João Vasques
- 7-3 Alvará de D. Manuel onde figura o Doutor Diogo Pinheiro, Vigário de Tomar
- 14-3 Carta de D. Manuel mandando entregar à Universidade de Lisboa, como administradora da capela do Doutor Mangancha, umas herdades em Beja
- 21-4 Aforamento a Vicente Martins de um chão no Bairro dos Escolares
- 24-2 O papa Alexandre VI concede a Gonçalo de Salazar, cônego de Évora e Bacharel em Decretos, um canonicato nas catedrais de Évora e da Guarda, coma reserva das respectivas prebendas
- 28-4 Acta da admissão de Jorge Cotão de Setúbal no Colégio universitário de S. Clemente de Bolonha como estudante de Cânones, apresentando ao título pertencente ao cardeal de Lisboa D. Jorge da Costa
- 7-5 Carta de D. Manuel de ofício a Bartolomeu Rodrigues, onde figura o Bacharel João Vaz
- 12-5 Carta de D. Manuel, de ofício a Antão Vaz, criado do Bacharel João Rodrigues Cordeiro
- 19-5 Carta da visitação realizada por Pero Gonçalves, Doutor em Degredos, à Igreja de Santiago de Óbidos
- 21-5 Carta de D. Manuel, de mercê de herdade a Henrique de Macedo, onde figura o Doutor Gonçalo Dias
- 26-5 Carta de visitação à Igreja de Santo André de Mafra, realizada por Pero Gonçalves, Doutor em Degredos
- 5-6 Carta de D. Manuel de procurador da Corte e Casa da Suplicação ao Bacharel Álvaro Fernandes
- 11-8 Carta de D. Manuel confirmando João de Alcácer para lente de Gramática do Estudo de Coimbra
- 11-8 Carta de D. Manuel, de administração de bens, ao Doutor Lopo de Arca
- 21-8 e 3-9 Contrato de casamento onde figura o Bacharel Luís de Boiro
- 26-8 Provisão de D. Manuel dispensando os lentes e oficiais da Universidade de Lisboa do pagamento para as obras do cais
- 10-9 Carta de D. Manuel de ofício a Afonso de Chaves, criado do Licenciado Manuel Afonso
- 11-9 Carta de D. Manuel aprovando o contrato de casamento entre o Duque de Bragança e a Duquesa D. Leonor de Mendonça, onde figura o Bacharel Fernão de Morais
- 14-9 Carta de D. Manuel de ofício a Fernão Martino, criado do Dr. Francisco Cardoso
- 15-9 Carta de D. Manuel sobre a venda de uma casa no Bairro dos Escolares

- 23-9 Carta de D. Manuel de confirmação de doação a Pedro Borges, onde figuram os Doutores Fernão Rodrigues e Gonçalo de Azevedo
- 5-10 Carta de D. Manuel, de graça e mercê a João Baptista, bacharel em Medicina
- 8-10 Carta de D. Manuel nomeando sobrejuiz e corregedor da Casa Cível ao Bacharel António Dias, onde figura o Bacharel João Vasques
- 10-10 Carta de D. Manuel de ofício a Álvaro Cabreira onde figura o Doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 23-10 Sumário do testamento feito por João Fernandes, de Gramática
- 7-11 Sentença lavrada por Jácome Fernandes, bacharel em Degredos, onde figura o Licenciado Francisco Barradas
- 27-11 Carta de D. Manuel de ofício a João Fogaça, onde figura o Doutor Vasco Fernandes
- 28-11 Carta de D. Manuel nomeando corregedor dos feitos cíveis da Corte ao Bacharel João Cotrim
- 5-12 Carta de sentença de D. Manuel onde figuram Rui da Grã e Aires de Almada, licenciados em Leis
- 15-12 Carta de venda, lavrada no Mosteiro de S. Vicente de Fora, nos aposentos de D. Diogo Ortis, onde figura, como testemunha, Afonso Anes, bacharel
- 19-12 Carta de D. Manuel onde figura o Doutor João Vasques da Porta Nova

1501

- 9-1 Súplica de João de Oliveira, clérigo da diocese do Porto, nobre e estudante na Universidade de Bordéus, sobre benefício eclesiástico
- 12-1 Súplica de Luís Álvares, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto frequentar um estudo geral
- 16-2 Súplica de João, Vasques ou Vaz, bacharel em Decretos, a solicitar indulto para lhe ser conferido o doutoramento fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 23-2 Súplica de Martinho ou Martim de Figueiredo, estudante na Universidade de Bolonha, pedindo a prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras
- 8-3 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Artes sobre a vigararia da igreja paroquial de S. Miguel de Torres Vedras
- 1-4 Súplica de Vasco Penes ou Pires, cônego de Coimbra e bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 5-4 Carta de D. Manuel com referências ao doutor Pêro Jorge
- 28-4 Sentença assinada por Nuno Gonçalves Maracote, conservador da Universidade de Lisboa, e pelo doutor Luís Teixeira
- 8-5 Súplica de Afonso de Guimarães, clérigo de Braga licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Braga
- 11-5 Súplica de João Machado, doutor em Direito e clérigo conjugado, a pedir a confirmação do contrato de arrendamento de um prédio pertencente à igreja paroquial de S. Jorge de Lisboa
- 13-5 Súplica de João Vasques, da diocese de Coimbra e bacharel em ambos os Direitos, sobre indulto para ser licenciado ou doutorado fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 22-6 Carta de D. Manuel assinada pelo doutor João Cardoso
- 23-6 Súplica de Eduardo Borges, clérigo de Lisboa, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 6-7 Carta de D. Manuel a favor de Pêro Afonso, preso por mandado do doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 19-7 Súplica de Francisco Eanes, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Tiago de Cepies
- 11-8 Súplica de Álvaro Fernandes, bacharel em Decretos, sobre vários benefícios e capelarias das dioceses de Viseu e Porto
- 21-9 Súplica do mesmo Álvaro Fernandes sobre o deado de Viseu
- 27-9 Carta de D. Manuel aludindo a queixas apresentadas a João Mendes, bacharel em Leis e corregedor na comarca da Estremadura
- 1-10 Carta de perdão de D. Manuel onde figura o doutor Diogo Lopes Cardoso
- 1-10 Súplica de Luís Vasques, solicitando indulto para se doutorar em Direito Canónico e Civil fora da Universidade de Lisboa, onde estudara
- 6-10 Súplica de Fernando do Campo, para lhe ser conferido o grau de licenciado em Medicina
- 13-10 Carta de D. Manuel de mercê ao bacharel João Álvares
- 13-10 Súplica de Álvaro Fernandes, bacharel em Decretos, sobre várias capelarias e igrejas
- 26-10 Carta de D. Manuel de perdão ao cavaleiro Álvaro Pires, passada pelo bacharel João Mendes
- 6-11 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Rodrigo Homem
- 29-11 Súplica de Fernando Carvalho, licenciado em Decretos, solicitando indulto para receber os proventos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal
- 14-12 Súplica de Brás Lourenço, doutor em Decretos, sobre indulto de poder exercer advocacia
- 15-12 Súplica de Francisco Eanes, bacharel em Decretos, para não ser obrigado a receber ordens sacras, enquanto frequentasse um estudo geral
- 22-12 Súplica de Pedro Porras, estudante na Universidade de Salamanca, sobre penas eclesiásticas em que incorrera

1502

- 22-1 Súplica de Álvaro Teixeira estudante de Direito Canónico na Universidade de Ferrara, pedindo para não ser obrigado a receber ordens sacras

- 2-2 Súplica de Jorge Seco sobre a quartanaria duma igreja de Lisboa a que resignara o bacharel em Decretos Fernando Carvalho
- 25-2 Súplica de Álvaro Eanes, doutor em Direito Canónico, sobre a igreja paroquial de Castelões da diocese de Viseu
- 26-2 Súplica de Diogo de Abreu sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 4-3 Súplica de Francisco Eanes, bacharel em Decretos, sobre indulto de dizer o ofício divino privadamente ou com o companheiro que escolher
- 9-3 Súplica de Afonso Dias, bacharel em Leis, sobre o seu doutoramento na Cúria Romana
- 11-3 Súplica de vários clérigos, entre os quais Álvaro Fernandes, deão de Viseu e bacharel em Decretos, sobre a recepção de ordens sacras na Cúria Romana
- 13-3 Súplica de Aires da Fonseca, bacharel em Decretos, para se doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 16-3 Súplica de Sisto da Cunha para não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pelos seus benefícios, enquanto estudasse num estudo geral
- 30-3 Súplica do cardeal Alpedrinha e do seu capelão Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Artes, sobre a união de igrejas
- 1-4 Súplica de Álvaro Fernandes, bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Queirã
- 20-4 Carta de D. Manuel onde figura o doutor Rui Boto
- 10-5 Súplica de Álvaro Cardoso, doutor em Decretos, sobre a união de igrejas
- 11-5 Súplica de Luís Calado, doutor em ambos os Direitos, e de Álvaro Lopes sobre a tesouraria, canonicato e prebenda da igreja de Santa Maria da Misericórdia de Ourém
- 23-5 Súplica de João Cardoso sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto estudasse ou residisse na Cúria Romana
- 23-5 Súplica de Diogo de Abreu sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios enquanto estudasse ou residisse na Cúria Romana
- 24-5 Súplica de João Afonso de Araújo, bacharel em Leis, para se doutorar na Ilha da Madeira
- 27-5 Carta de D. Manuel, onde se alude ao Mosteiro dos Jerónimos, à igreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, e ao Estudo do Palaçano
- 7-6 Súplica de Luís Caiado, doutor em ambos os Direitos, sobre uma igreja de Lisboa
- 25-6 Súplica da Universidade de Lisboa e do seu professor de Teologia frei Rodrigo Lopes sobre o cumprimento dum testamento relativo àquela Universidade
- 6-8 Súplica de Álvaro Fernandes, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Miguel de Queira
- 6-8 Súplica de Afonso Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Tiago de Valpedre da diocese do Porto
- 10-8 Carta de D. Manuel onde figura o doutor João Machado
- 13-8 Emprazamento e sentença do doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 13-8 Súplica de Gonçalo Dias, bacharel em Leis, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 8-9 Súplica de frei Jorge de Santarém, bacharel em Teologia, para receber o doutoramento das mãos do mestre do Sacro Palácio
- 9-9 Súplica do frei Álvaro, dominicano e bacharel em Teologia, para lhe ser concedido o grau de mestre nesta ciência fora das universidades
- 9-9 Súplica de Estêvão Cavaleiro, bacharel em Artes, para receber o grau de mestre fora das universidades
- 9-9 Súplica de Fernando Carvalho, licenciado em Decretos, sobre o direito a conservar as casas do cabido de Lisboa
- 10-9 Carta de D. Manuela conceder autorização para a rainha D. Leonor legar algumas rendas e bens ao hospital das Caldas, depois de avaliadas pelos doutores Rui Boto e João Façanha e outros
- 23-9 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a pluralidade de benefícios
- 27-9 Súplica do mesmo Afonso de Guimarães para recitar o ofício divino segundo o costume da Cúria
- 2-11 Súplica de Afonso Rodrigues, bacharel em Direito Canónico, sobre a pluralidade de benefícios
- 4-11 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Senhorinha de Basto
- 22-11 Súplica de Gonçalo Fernandes sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto estudasse nalgum estudo geral ou residisse na Cúria Romana
- 2-11 Bulas de Alexandre VI sobre a súplica do documento anterior
- 23-11 Súplica de Gonçalo Dias para receber a licenciatura e doutoramento fora da universidade onde estudara Leis
- 3-12 Súplica de António da Mota para frequentar a Faculdade de Direito Civil e nela receber os graus de licenciado e doutor
- 7-12 Súplica de Aires Barbosa, mestre em Artes, para receber os graus de licenciado e doutor em Teologia fora das universidades
- 10-12 Súplica de Aires Barbosa idêntica à anterior de 7 de Dezembro
- 15-12 Súplica de Francisco Eanes, bacharel em Decretos, para não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pelos seus benefícios
- 22-12 Súplica de Vasco Martins, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios

1503

- 10-1 Carta de D. Manuel nomeando promotor da justiça o bacharel Fernão Álvares
- 13-1 Carta de D. Manuel nomeando desembargador da Casa do Cível o bacharel Rui Gomes
- 14-1 Carta de D. Manuel concedendo uma tença ao doutor João Pires

- 20-1 Carta de D. Manuel em que figura o licenciado Lopo Fernandes
- 7-2 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Decretos, para levar algumas relíquias de santos de Roma para Portugal
- 27-2 Súplica de Francisco Eanes, bacharel em Decretos, para lhe serem conferidas ordens sacras, sem obrigação de observar o tempo canónico
- 1-3 Súplica de João Fernandes, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 6-3 Súplica de Martim ou Martinho de Figueiredo, estudante na Universidade de Ferrara, sobre prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pela posse da igreja de S. Tiago de Piães
- 6-3 Súplica de Álvaro Fernanaes, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 11-3 Súplica de Pedro Gonçalves, para poder receber os proventos dos seus benefícios, enquanto residisse na Cúria Romana ou frequentasse um estudo geral
- 13-3 Carta de D. Manuel, em que figuram o licenciado Álvaro Eanes e o doutor Rui Boto
- 14-3 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Júlião Rodrigues
- 11-4 Carta de D. Manuel nomeando o bacharel Manuel Afonso desembargador da Casa da Suplicação
- 5-5 Súplica de Diogo de Coltraviesia, bacharel em Decretos, para dizer o ofício divino com um companheiro à sua escolha, segundo o rito da Cúria Romana
- 19-5 Carta de D. Manuel, em que figura como testemunha o bacharel Fernão Gil
- 20-5 Súplica de João Fernandes, bacharel em Leis, para não ser obrigado a receber as ordens sacras requeridas pelos seus benefícios
- 23-5 Súplica de Leonel Fernandes, para não ser obrigado a receber as ordens sacras, enquanto residisse na Cúria Romana ou frequentasse um estudo geral
- 26-5 Súplica de João Martins, sobre indulto de estudar Leis e outras concessões
- 11-6 Súplica de João Carro, a solicitar diversas concessões enquanto estudasse
- 23-6 Súplica de mestre Álvaro de Vila Viçosa, sobre a confirmação apostólica do seu priorado e do seu grau de magistério
- 29-6 Súplica de Afonso Cardoso, licenciado em Teologia, para ser ordenado diácono e presbítero num só dia
- 4-7 Súplica de Francisco Eanes, prior do mosteiro de S. Salvador do Freixo, de Braga, e de Pedro Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre o priorato daquele mosteiro
- 19-7 Carta de D. Manuel em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Martim Gonçalves
- 3-8 Carta de D. Manuel em que figuram o doutor Rui Boto e o escolar de Leis Jerónimo de Vasconcelos
- 3-8 Carta de D. Manuel em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel João Vasques
- 22-9 Carta de D. Manuel a nomear o doutor Lopo de Arca desembargador da Casa do Cível
- 10-11 Carta de D. Manuel em que figuram os doutores João Cardoso e Rui Boto
- 21-11 Carta de D. Manuel em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Fernão Gomes
- 26-11 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Artes, sobre a pluralidade de benefícios, altar portátil e outros indultos
- 26-11 Júlio II confirma várias concessões do papa Alexandre VI a Afonso de Guimarães, clérigo de Braga e bacharel em Decretos
- 26-11 Júlio II renova as concessões de Alexandre VI a Pedro Farto, clérigo de Braga e bacharel em Decretos
- 26-11 Júlio II renova, a pedido do doutor D. Diogo Pinheiro, uma união de igrejas já outorgada por Alexandre VI
- 16-12 Súplica de Aires da Fonseca, graduado em ambos ou em um dos Direitos, para não ser obrigado a receber as ordens sacras durante um biénio, a fim de mais facilmente prosseguir os estudos
- 16-12 Súplica do mesmo Aires da Fonseca sobre a pluralidade de benefícios
- 18-12 Súplica de Rodrigo Peres ou Pires, mestre em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 29-12 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre uma união de igrejas

1504

- 5-1 Carta de D. Manuel confirmando a eleição do mestre em Teologia frei João Claro para lente de Teologia no Estudo de Lisboa
- 9-1 Concessão do papa Júlio II a Vasco Marinho, solicitador de letras apostólicas
- 12-1 Carta de D. Manuel designando Álvaro Dias escrivão do Estudo de Lisboa
- 13-1 Súplica de João Fernandes Godinho para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Lisboa
- 13-1 O papa Júlio II incumbe o bispo da Guarda e, chantre da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém de conferirem os graus de licenciado e doutor em ambos os Direitos ao clérigo conjugado da diocese de Lisboa, João Fernandes Godinho
- 16-1 Súplica de Vasco Martins de Rebelo, doutor em Decretos, e de Diogo Monteiro, clérigo da diocese de Coimbra, sobre a igreja de S. Paio de Caria
- 23-1 Súplica de Afonso de Guimarães sobre um terceiro benefício
- 6-2 Súplica de Fernando Álvares, bacharel em Decretos, sobre a chantria da colegiada de Guimarães
- 16-3 Súplica de Pedro Gonçalves e de Diogo Fernandes, doutor em ambos os Direitos, sobre a permuta de igrejas entre si
- 23-3 O papa Júlio II concede a mestre João da Guarda a pluralidade de benefícios
- 29-3 Súplica de Diogo Fernandes, doutor em Decretos, e de Nuno Martins, clérigo de Évora, sobre a igreja de S. Martinho de Salreu
- 3-4 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Martim Pinheiro e o bacharel Afonso Dias

- 13-4 Bula do papa Júlio II, mandando conferir a mestre Fernando Gomes o canonicato, prebenda e mestre-escolado de Évora
- 14-4 Súplica de Simão de Abreu sobre indulto de receber os proventos dos seus benefícios, enquanto estudasse num estudo geral ou residisse na Cúria Romana
- 14-4 Súplica de João Amado, solicitando indulto de receber os proventos aos seus benefícios, enquanto frequentasse um estudo geral ou residisse na Cúria Romana
- 14-4 Bulas do papa Júlio II a conceder o pedido por João Amado no documento anterior
- 16-4 Súplica de Nuno Martins sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Salreu, em que figura Diogo Fernandes, doutor em ambos os Direitos
- 19-4 Súplica, em forma de «motu proprio», a favor de Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Artes e estudante de Teologia e Direito Canónico, em que figura o doutor em Decretos Diogo Fernandes
- 1-5 Júlio II encarrega várias entidades de conferirem a Álvaro Teixeira a igreja paroquial de S. Mamede de Vila Marfim da diocese do Porto
- 18-5 Súplica de Pedro Afonso Malheiro sobre a pluralidade de benefícios e outras concessões
- 3-6 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Gonçalo Mendes e o bacharel João Rodrigues Cordeiro
- 5-6 Súplica de Martinho de Figueiredo, estudante de Direito Canónico e Civil em Itália, sobre a prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras
- 7-6 Súplica do mesmo Martinho de Figueiredo sobre o mesmo assunto do documento anterior
- 12-6 Súplica de João Álvares sobre a absolvição das penas a que fora condenado, por ter agredido e injuriado Diogo Lopes, licenciado em Direito
- 13-6 Carta de D. Manuel, onde figuram os cirurgiões mestre Paulo e mestre Gil
- 13-6 Súplica de Vasco Martins, bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda da sé de Silves
- 15-6 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Rui Gonçalves Maracote
- 27-6 Carta de D. Manuel nomeando sobrejuiz o bacharel Estêvão Dias
- 27-6 Carta de D. Manuel em que figuram os bachareis Baltasar Fernandes e João Rodrigues Cordeiro
- 6-7 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Artes e estudante de Teologia e Direito Canónico, sobre a igreja paroquial de Santa Maria do Castelo de Castelo Mendo
- 11-7 Súplica de João Peres, da Guarda, bacharel em Direito, sobre a posse de duas igrejas
- 17-7 Súplica de Fernando Cabral sobre o canonicato e prebenda de Silves
- 30-7 Súplica de João Álvares, bacharel em Decretos, para se poder licenciar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 1-8 Súplica de Vasco Martins, bacharel em Decretos, para ser examinado e promovido a doutor em Direito Canónico fora das universidades
- 1-8 O papa Júlio II acede à súplica de Vasco Martins do documento anterior
- 3-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro e de Vasco Marinho sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Cidões
- 23-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro sobre as igrejas paroquiais de S. Martinho de Salreu e S. Pedro de Maximinos
- 9-9 Súplica de Pedro Afonso Malheiro sobre as mesmas igrejas do documento anterior
- 12-9 Súplica do cardeal D. Jorge da Costa e de João de Coimbra doutor em Decretos sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Salreu
- 12-9 Bulas de Júlio II a conceder ao doutor João de Coimbra a igreja de S. Martinho de Salreu
- 14-9 Júlio II concede ao doutor João de Coimbra a pluralidade de benefícios
- 15-9 Júlio II concede ao deão de Lamego Rodrigo Leite a pluralidade de benefícios
- 25-9 Júlio II concede a Álvaro Teixeira a pluralidade de benefícios
- 17-10 Súplica de António da Mota sobre licença para estudar Direito Civil
- 30-10 Carta de D. Manuel em que figuram os bachareis Rui Gonçalves Maracote e Fernão Álvares
- 30-10 Carta de D. Manuel em que figuram os bachareis Fernão Álvares e Nuno Gonçalves Maracote
- 5-11 Súplica de João Lopes, bacharel em Decretos, a solicitar lhe sejam conferidos os graus de licenciado e doutor fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 9-11 Carta de D. Manuel onde figura o doutor Afonso Anes
- 17-12 Carta de D. Manuel onde figuram o doutor Rui Boto e o licenciado Manuel Afonso
- 21-12 Sentença do visitados do Colégio de S. Clemente de Bolonha, onde é referido o português Jorge Cotão

1505

- 3-1 Carta de D. Manuel nomeando juiz-de-fora o bacharel Fernão Gomes
- 7-1 Carta de D. Manuel nomeando desembargador o doutor Diogo Pacheco
- 10-1 Carta de D. Manuel nomeando o doutor Brás Neto desembargador
- 13-1 Carta de D. Manuel onde são referidos o doutor Mastim Pinheiro e o bacharel Fernão da Fonseca
- 16-1 Carta de D. Manuel nomeando juiz dos direitos reais o bacharel Rui Lopes
- 23-1 Carta de D. Manuel onde figuram os doutores Álvaro Fernandes e Rui Boto
- 23-1 Júlio II concede a Afonso Rodrigues, bacharel em Decretos, a pluralidade de benefícios
- 27-1 Carta de D. Manuel a nomear Rui Gonçalves Maracote conservador do Estudo de Lisboa, com todas as prerrogativas que tivera seu pai Nuno Gonçalves Maracote
- 1-2 Carta de D. Manuel a nomear juiz-de-fora em Montemor-o-Novo o licenciado Gonçalo Dias
- 4-2 Carta de D. Manuela nomear juiz dos feitos da Guiné o desembargador bacharel Rui Gomes

- 8-2 Súplica do bacharel em Decretos, Diogo Gomes de Barros, sobre a união da igreja de Santa Maria de Gouvães ao canonicato de Braga
- 8-2 Bula de Júlio II a conceder a Vasco Marinho a união duma igreja ao seu arcediagado de Vermoim na diocese de Braga
- 9-2 Súplica de Fernanao Lourenço, arcepreste de Valdevez, diocese de Ceuta (Alto Minho), sobre indulto para ser ordenado fora do tempo prescrito
- 11-2 Súplica de Pedro Rodrigues, bacharel em Decretos, provido no mosteiro de S. Salvador do Freixo da diocese de Braga, sobre nova provisão e revalidação das respectivas letras apostólicas
- 11-3 Súplica de Cristóvão de Ribas Altas, estudante de Medicina, para poder bacharelar-se nesta disciplina fora das universidades
- 6-4 Súplica de mestre Francisco, para ser promovido a doutor em Medicina fora das universidades
- 6-4 Súplica de frei Gaspar da Ordem de S. Francisco de Évora, para lhe ser conferido o grau de mestre ou licenciado em Teologia fora das universidades
- 12-4 Súplica de Diogo Lopes, lente na Universidade de Lisboa, sobre a pluralidade de benefícios
- 12-4 Indulto de Júlio II a Diogo Lopes sobre a pluralidade de benefícios
- 29-4 Notícia sobre a presença de Jorge Cotão em propriedade do Colégio Universitário de S. Clemente de Bolonha, onde preparava o seu doutoramento em Direito
- 10-5 Súplica de João Álvares, bacharel em Decretos, sobre uma capelania da diocese de Braga
- 14-5 Bulas de Júlio II a conceder a João Lourenço, doutor em Decretos, a igreja paroquial de S. Miguel de Laundos da diocese de Braga
- 16-5 Auto dum acordo de aumento do foro duma quinta emprazada a Diogo Dias Alho, onde figura o doutor Diogo Lopes de Carvalho
- 3-6 Súplica do nobre Francisco Mendes, estudante da Universidade de Lisboa, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Samuel da diocese de Coimbra
- 3-6 Súplica de Afonso Rodrigues, bacharel formado em Decretos, sobre um terceiro benefício com cura de almas
- 10-6 Súplica de João Fernandes, bacharel em Direito Civil, sobre a pluralidade de benefícios
- 12-6 O papa Júlio II concede o doutoramento em ambos os direitos a Rodrigo ou Rui Lopes, clérigo da diocese de Coimbra
- 14-6 Súplica de Rodrigo ou Rui Lopes, doutor em ambos os Direitos e reitor da igreja paroquial de S. Tiago de Eiras, sobre a pluralidade de benefícios
- 19-6 Reforma de súplica anterior de Vasco Leite por motivo de estudos
- 21-6 Súplica de Afonso Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre vários benefícios
- 21-6 Súplica de Afonso Rodrigues, licenciado em Decretos, sobre várias concessões
- 27-6 Súplica em forma de «motu proprio», em favor de Tomé Afonso, mestre em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Tiago de Souselas
- 27-6 Júlio II manda providenciar em favor de Tomé Afonso quanto à súplica do documento anterior
- 1-7 Anacleto Vaz, clérigo filho de Vasco Peres, cónego de Coimbra e bacharel em Decretos, solicita o canonicato e prebenda, a que seu pai tencionava renunciar, e outros benefícios
- 4-7 Bula de Júlio II, concedendo, a pedido del-rei D. Manuel, a união de benefícios à Universidade de Lisboa, para esta poder satisfazer melhor o salário de mestres, doutores e lentes
- 6-7 Súplica de Miguel Peres, licenciado em Decretos, sobre pluralidade de benefícios
- 9-7 Bula de Júlio II, concedendo a pluralidade de benefícios a João Fernandes, bacharel em Leis
- 15-7 Júlio II recebe Rodrigo ou Rui Lopes, doutor em ambos os Direitos, no número dos notários pontifícios
- 31-7 Súplica do franciscano frei Jorge, licenciado em Teologia, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Lousada da diocese de Braga
- 9-8 Súplica de Pedro Eanes, bacharel em Decretos, sobre uma capelania e duas igrejas paroquiais da diocese da Guarda
- 9-8 Súplica de Fernando Dias, bacharel em Decretos, sobre o meio-canonicato e prebenda de Lamego
- 9-8 Súplica de Brás Lourenço, doutor em Direito Canónico, sobre o canonicato e prebenda de Lamego
- 10-8 Súplica de Fernando Gonçalves, doutor em Direito Canónico, sobre o arcediagado de S. Pedro de France, da diocese de Viseu
- 17-8 Súplica do mesmo Fernando Gonçalves idêntica à do documento anterior
- 23-8 Súplica de Pedro Eanes, bacharel em Decretos, sobre uma capelania e duas igrejas da diocese da Guarda
- 25-10 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Braga
- 25-10 Súplica de António Corroero sobre a recepção do grau de doutor fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 4-11 Carta de D. Manuel em que figura João Garcia, mestre de Gramática
- 4-11 Bula do papa Júlio II em que figura o bacharel em Leis António Pereira
- 8-11 Súplica de Diogo Álvares, bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Pindelo da diocese de Viseu
- 8-11 Súplica de Diogo Álvares, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 8-11 Bula do papa Júlio II sobre a concessão da igreja paroquial de Santa Maria de Pindelo a favor do bacharel em Decretos Diogo Álvares
- 30-12 Júlio II, a pedido de Diogo Homem, licenciado em Decretos, une uma igreja da diocese de Coimbra ao seu arcediagado de Lamego

1506

- 17-1 Súplica de Álvares Vasques, sobre indulto para lhe ser conferida a licenciatura em Direito Canónico fora das universidades
- 17-1 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Artes, sobre a união de duas igrejas
- 17-1 Súplica de Álvaro Vasques, bacharel em Decretos, sobre indulto de dizer o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 17-1 O papa Júlio II incumbe várias pessoas eclesiásticas de conferirem, após rigoroso exame, o grau de licenciado a Álvaro Vasques
- 27-1 Júlio II une várias igrejas a pedido de Pedro Afonso Malheiro, bacharel em Teologia
- 31-1 Súplica de Luís Dias e de D. Diogo Pinheiro, doutor em ambos os Direitos, sobre a união duma igreja ao mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro
- 31-1 Bula de Júlio II sobre a união referida no documento anterior
- 16-2 Súplica de João de Coimbra, doutor em Decretos, sobre a união da vigararia de S. Jorge de Lisboa à igreja paroquial de Salreu
- 16-2 Bula de Júlio II sobre a união referida no documento anterior
- 24-2 Súplica de António Lopes, lente de Direito Civil, sobre indulto para se poder doutorar, após rigoroso exame, fora das universidades
- 10-3 Carta de D. Manuel em que figura o doutor João Pires
- 20-3 Súplica de Diogo Gonçalves, bacharel em ambos os Direitos, para lhe ser conferida a licenciatura por algum prelado ou prelados ou varões probos
- 23-3 Bula de Júlio II incumbindo duas entidades eclesiásticas de decidirem uma causa sobre a igreja paroquial de Santa Eulália de Val Maior
- 24-3 Súplica de António Lopes sobre indulto de, após rigoroso exame, lhe ser conferido o grau de doutor fora das universidades
- 24-3 Bula de Júlio II sobre a capela e albergaria de S. Eutrópio fundadas na igreja de S. Bartolomeu de Lisboa, de que fora administrador o doutor João das Regras
- 20-4 Súplica de Aires Barbosa, professor de Retórica grega e latina na Universidade de Salamanca, sobre absolvição de irregularidade
- 16-5 Pedido do cardeal D. Jorge da Costa ao prior do Colégio dos Professores de Direito Civil da Universidade de Bolonha para procederem ao doutoramento de Jorge Cotão gratuitamente
- 16-5 O prior do Colégio dos Professores de Direito Canónico da Universidade de Bolonha refere o pedido dalguns cardeais para Jorge Cotão ser doutorado gratuitamente em Direito Civil
- 8-6 Notícia sobre dinheiros tirados do cofre dos canonistas do Colégio de S. Clemente de Bolonha para o doutoramento de Jorge Cotão
- 20-6 Bula de Júlio II concedendo a Fernando Pires o indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto residisse na Cúria Romana ou frequentasse um estudo geral
- 22-6 Notícia do prior do Colégio dos Professores de Direito Civil da Universidade de Bolonha sobre o doutoramento de Jorge Cotão
- 26-6 Acta do doutoramento de Jorge Catão na Universidade de Bolonha
- 4-7 Súplica de frei Manuel de Portugal sobre dispensa relativa a passagem por várias congregações da Ordem Franciscana por motivo de estudos
- 28-7 Súplica de frei Martinho, mestre em Teologia, sobre indulto de ocupar certos aposentos do convento de S. Francisco de Lisboa
- 16-8 Súplica de Gonçalo Álvares, sobre indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras, enquanto residisse na Cúria Romana ou frequentasse um estudo geral
- 7-9 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Artes e Teologia, sobre canonicatos e prebendas de várias dioceses
- 13-9 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 12-11 Súplica de Simão Gomes, bacharel em Decretos, para lhe ser conferido o doutoramento em Direito Canónico fora das universidades
- 16-11 Súplica de Luís Leite, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor fora das universidades
- 16-11 Súplica de Luis Leite quase igual à do documento anterior
- 4-12 Bula de Júlio II incumbindo o abade do mosteiro de Santo Tirso e o oficial do Porto de obrigarem certas entidades eclesiásticas apagar a pensão anual devida ao cardeal Alpedrinha
- 13-12 Súplica de Luís de Sousa, bacharel em Leis, para se poder licenciar e doutorar mediante exame, com dispensa de certa prescrição dos estatutos da Universidade de Salamanca
- 16-12 Súplica de Simão Gomes, bacharel em Decretos, sobre o canonicato e prebenda de Silves
- 16-12 O papa Júlio II defere o pedido de Simão Gomes do documento anterior

1507

- 5-2 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de Santa Cruz de Lamas de Orelhão
- 17-2 Súplica de João Gil, doutor em Decretos, sobre a união de uma igreja à chantria de Lisboa
- 2-3 Carta de D. Manuel sobre o arroteamento dos matos de Beja, em que figura o licenciado Manuel Afonso

- 17-3 Carta de D. Manuel em que figura o doutor Álvaro Fernandes
- 3-4 Súplica de Luís Eanes, bacharel em Decretos, para receber o grau e insígnias do doutor na Cúria Romana
- 13-4 Súplica de Leonor e Isabel Álvares e de frei Eduardo, dominicano bacharel em Teologia, sobre uma capelania por aquelas instituída numa igreja da Ilha da Madeira
- 15-4 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, para ser provido na igreja paroquial de Santa Cruz de Lamas de Orelhão, da diocese de Braga
- 21-4 Júlio II encarrega três pessoas eclesiásticas de procederem contra o doutor Rodrigo Lopes
- 14-5 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Artes e Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 17-5 Carta de D. Manuel, onde figuram os doutores Gonçalo de Azevedo e Álvaro Fernandes e o bispo da Guarda D. Pedro
- 28-5 Súplica de Pedro Lopes, licenciado em Medicina e Cirurgia, para poder exercer estas artes
- 18-6 Súplica de Pedro Eanes, bacharel em Decretos, e de mestre João da Guarda, sobre o mestre-escolado egitanense
- 18-6 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre uma união de igrejas
- 21-6 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, para não ser obrigado a receber as ordens sacras durante dois anos
- 14-7 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, e de João Rebelo, sobre duas igrejas da diocese de Lamego
- 20-8 Súplica de Pedro de Meneses, mestre em Artes, para poder continuar e concluir o seu curso de Direito Civil
- 20-8 Súplica de João Bravo, para lhe serem conferidos os graus de licenciatura e doutoramento por algum prelado residente na Cúria Romana
- 30-8 Súplica, em forma de motu proprio, de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre concessão pontifícia
- 1-9 Súplica do nobre Pedro de Meneses, mestre em Artes, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal, enquanto residisse na Cúria Romana ou frequentasse um estudo geral
- 1-9 Bulas do papa Júlio II concedendo a Pedro de Meneses o que este pedira na súplica do documento anterior
- 3-9 Bula do papa Júlio II encarregando dois prelados de, mediante exame rigoroso e devidamente assistidos, conferirem os graus de licenciado e doutor em Decretos a João Quadrado
- 3-9 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Artes e Teologia, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Figueiras, da diocese de Viseu
- 26-9 Súplica de João Fernandes, bacharel em Direito Civil, para receber os graus de licenciado e doutor das mãos dalgum prelado residente na Cúria Romana
- 1-10 Súplica de Francisco da Mata, para poder receber o grau de bacharel em Teologia na Cúria Romana
- 8-10 Súplica do carmelita frei Gonçalo, professor de Teologia, sobre indulto de isenção da jurisdição de seus superiores, excepto do seu geral
- 8-10 O papa Júlio II concede a frei Gonçalo o que ele pedira na súplica do documento anterior
- 25-10 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a união de duas igrejas, uma da diocese da Guarda, e outra, da de Braga
- 3-11 O papa Júlio II incumbe três entidades eclesiásticas de conferirem a Pedro Eanes, bacharel em Decretos, o mestre-escolado da Guarda
- 28-11 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 2-12 Súplica de João Vieira, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-12 Bula de Júlio II concedendo o pedido por João Vieira na súplica do documento anterior

1508

- 19-1 Súplica de Francisco da Verga sobre vários benefícios, a que se dispunha renunciar Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos
- 2-2 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Artes, para receber ordens sacras das mãos de qualquer bispo residente na Cúria Romana
- 19-2 Breve de Júlio II, concedendo a Jerónimo de Chaves indulto de receber o grau e as insígnias de bacharel em Artes e Medicina fora das universidades
- 28-4 Súplica de Dionísio, licenciado em Medicina, sobre indulto de receber o grau e as insígnias de mestre fora das universidades
- 28-4 O papa Júlio II incumbe duas entidades eclesiásticas de, após rigoroso exame, concederem a Dionísio, licenciado em Artes e Medicina, o grau de doutor
- 29-4 Súplica da rainha Dona Leonor, viúva de D. João II, a favor de frei João da Madalena, regente da cátedra de Teologia na Universidade de Lisboa
- 7-5 Súplica de João Monteiro, bacharel em Decretos, sobre duas igrejas paroquiais
- 13-5 Súplica do leigo João Vasques, bacharel em Artes, sobre indulto de receber o grau de mestre fora das universidades
- 13-5 o papa Júlio II atende o pedido de João Vasques referido na súplica do documento anterior
- 19-5 Súplica de Tomé Afonso, mestre em Teologia, sobre a união de duas igrejas
- 19-5 o papa Júlio II defere o pedido de Tomé Afonso referido na súplica do documento anterior
- 19-5 Bula de Júlio II, concedendo a Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, a união de duas igrejas
- 3-6 Súplica de Gerardo Fernandes, estudante de Direito Canónico, sobre a união de três igrejas
- 1-7 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em Decretos, sobre a união de duas igrejas
- 7-7 Súplica de Gerardo Fernandes, estudante de Direito Canónico, sobre a pluralidade de benefícios
- 13-7 Súplica de frei Pedro da Póvoa sobre indulto de doutorar-se em Teologia fora das universidades

- 13-7 Súplica de Gerardo Fernandes, estudante de Direito Canónico, para não ser obrigado durante sete anos a receber ordens sacras
- 14-7 Súplica de Gerardo Fernandes, estudante de Direito Canónico, sobre indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras durante sete anos, contanto que dentro de dois anos se ordene subdiácono
- 14-7 Súplica de Diogo Lopes, bacharel em Medicina, sobre comutação de orações e sobre indulto de se doutorar em Medicina fora das universidades
- 3-8 Súplica de Diogo Lopes, bacharel em Medicina, para se doutorar nesta ciência fora das universidades
- 3-8 Breve do papa Júlio II atendendo a súplica de Diogo Lopes do documento anterior
- 7-8 Súplica dos estudantes portugueses da Universidade de Salamanca sobre certos privilégios que tinham nalgumas solenidades
- 27-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Cinfães da diocese de Lamego
- 31-8 Súplica de Diogo Dias sobre certa questão cometida ao chantre de Évora e a Rodrigo Lopes, doutor em Decretos
- 1-9 Súplica de Brás Lourenço, doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 8-9 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a concessão de benefícios outorgada pelo papa Alexandre VI
- 22-9 Súplica do nobre Cristóvão de Rebelo, estudante na Universidade de Paris, sobre absolvição de irregularidade
- 6-10 Súplica de Fernando Gonçalves, doutor em Decretos, sobre a união duma vigararia ao arcediagado de S. Pedro de France da diocese de Viseu
- 6-10 Breve do papa Júlio II, encarregando alguns bispos de conferirem, após rigoroso exame, os graus e insígnias de licenciado e doutor ao leigo Fernando da Mota
- 7-10 Súplica de Diogo Dias sobre certa questão confiada à arbitragem do chantre de Évora e de Rodrigo Lopes, doutor em Decretos
- 7-10 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre o mosteiro de S. Simão da Junqueira da diocese de Braga
- 10-10 Súplica de Fernando Morais, bacharel em Leis, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 20-10 Súplica de Gonçalo Álvares sobre prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras, enquanto frequentasse um estudo geral ou residisse na Cúria Romana
- 24-10 O papa Júlio II concede a Simão Gomes, bacharel em Decretos, a confirmação das letras apostólicas relativas ao seu provimento na igreja de que era reitor
- 30-11 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, sobre a promoção às ordens fora do tempo canónico
- 30-11 Súplica de Leonel Fernandes, para se doutorar fora das universidades onde estudara
- 11-12 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre questão surgida entre os seus antecessores e o comendatário do mosteiro de S. Pedro das Águias
- 18-12 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre o seu provimento no canonicato e prebenda de Lisboa
- 31-12 Súplica de Diogo de Sousa, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto estudasse num estudo geral

1509

- 4-1 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a vigararia perpétua da igreja paroquial de S. João Baptista de Figueiró dos Vinhos
- 10-1 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em Decretos, sobre confirmação de uma concórdia com Fernando de Pina, administrador um mosteiro beneditino
- 24-1 Carta de D. Manuel em que figura o doutor Gonçalo de Azevedo
- 2-2 Súplica de Gabriel Gonçalves, bacharel em Decretos, para se poder licenciar e doutorar fora da Universidade de Lisboa onde estudara
- 10-2 Bulas de Júlio II concedendo a Francisco de Sá, bacharel em Decretos, a igreja de S. Julião de Mourinho da diocese de Coimbra
- 17-2 Súplica de Lopo Dias, bacharel em ambos os Direitos, para ser promovido a doutor fora das universidades
- 17-2 O papa Júlio II encarrega o cônego da Guarda Álvaro Esteves de conferir o grau e insígnias de licenciado e doutor a Lopo Dias
- 21-3 O papa Júlio II concede a Gonçalo de Salazar, bacharel em Decretos, o canonicato e prebenda de Évora
- 19-4 Súplica de Gonçalo Reixa, bacharel em Decretos, para ser licenciado e doutorado pelo arcebispo de Lisboa
- 19-4 Breve de Júlio II concedendo a Gonçalo Reixa o que pedira na súplica do documento anterior
- 21-4 Súplica de Pedro Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 27-4 Súplica de João Esteves, bacharel em Decretos, sobre indulto para ser promovido ao grau de licenciado fora da Universidade de Salamanca
- 27-4 Breve do papa Júlio II concedendo a João Esteves, bacharel em Decretos, o que pedira na súplica do docum anterior
- 28-4 Súplica de Francisco Gonçalves, estudante na Universidade de Salamanca, para não ser obrigado a receber ordens sacras, enquanto estudasse numa universidade
- 12-5 Súplica de Rodrigo Gómez, clérigo da diocese de Sevilha e bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios, a reter com uma igreja paroquial da diocese de Braga

- 17-5 Súplica de Afonso Dias, bacharel em Leis, para o papa o dispensar do juramento, que fizera, de se licenciar apenas em Salamanca
- 17-5 Breve de Júlio II concedendo o que Afonso Dias pedira na súplica do documento anterior
- 17-5 Súplica de Afonso Eanes, bacharel em Leis, a solicitar indulto para se licenciar em Direito Civil fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 17-5 Breve de Júlio II a conceder a Afonso Eanes o que pedira na súplica do documento anterior
- 21-5 Súplica de Jorge do Rego, filho do doutor em Medicina João do Rego, sobre o uso de armas de nobreza e a faculdade de as alterar
- 5-6 Súplica de João Bravo, licenciado em Decretos, sobre indulto de dizer o ofício divino na forma e costume da Cúria Romana
- 8-6 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, para o bispo de Cavaillon lhe conferir as insígnias de doutor em Direito Canónico
- 20-6 Bula de Júlio II mandando conferir a Cristóvão Rodrigues de Alvarenga a igreja de S. Miguel de Lazarim da diocese de Lamego, à qual renunciara António Rodrigues de Alvarenga por meio do seu procurador, o humanista Álvaro Teixeira
- 22-6 Súplica de João Bravo, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Vilar de Ossos da diocese de Braga
- 10-7 Súplica de Leonel Fernandes, para o bispo de Cavaillon ou de Cagli o doutorar em Direito Canónico
- 31-7 Súplica de frei Rodrigo de Taborda, bacharel em Decretos, sobre duas capelanias da diocese de Ceuta (Alto Minho)
- 31-7 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Miguel de Silgueiros da diocese de Viseu
- 3-8 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Artes e Teologia, sobre o canonicato e prebenda do Porto
- 4-8 Súplica de Lopo da Cunha, sobre indulto para não ser obrigado a receber ordens sacras durante cinco anos, enquanto frequentasse um estudo geral
- 4-8 Súplica de Afonso de Cervantes, bacharel em ambos os Direitos pela Universidade de Salamanca, para lhe serem conferidos o grau e as insígnias de doutor fora daquela Universidade
- 6-8 Súplica de João Mendes, bacharel formado em Direito Canónico, para lhe ser conferido o grau de bacharel em Direito Civil e o de doutor em ambos os Direitos fora das universidades
- 6-8 Breve de Júlio II concedendo o que João Mendes pedira na súplica do documento anterior
- 6-8 Súplica de António Dias, bacharel em Direito Civil, para se poder doutorar fora das universidades de Lisboa e Salamanca
- 6-8 Breve de Júlio II concedendo a António Dias o que este pedira na súplica do documento anterior
- 11-8 Súplica de António de Córdova, licenciado em Medicina, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra e sobre a igreja de Escalhão da diocese de Lamego
- 16-8 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Lamego e uma paróquia da mesma diocese
- 18-8 Súplica de Gonçalo Velho, em litígio com o deão e cabido de Lamego sobre décimas e proventos, em que figura o doutor em Decretos Afonso Gomes
- 22-8 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Artes e Teologia, sobre o canonicato e prebenda do Porto
- 30-8 Súplica de Luís da Rota, bacharel em Artes e Medicina, sobre indulto de se doutorar fora das universidades onde estudara
- 3-9 Breve de Júlio II a incumbir determinadas pessoas eclesiásticas de conferirem o doutoramento em ambos os Direitos a Afonso de Cervantes
- 10-9 Carta de D. Manuel determinando que o doutor Diogo de Lucena faça parte do seu conselho
- 26-9 Súplica de mestre Afonso de Cepeda, doutor em Decretos, sobre duas igrejas paroquiais da diocese de Braga
- 19-10 Súplica de António de Córdova, licenciado em Medicina, a solicitar indulto de a poder exercer depois de ordenado sacerdote, e receber benefícios eclesiásticos
- 26-10 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia, sobre a chantria de Viseu
- 28-10 Súplica de um certo Rodrigo, originário de Évora, que estudara e exercera Medicina na sua terra, a solicitar lhe sejam conferidos o grau e insígnias de bacharel, licenciado e doutor fora das universidades
- 28-10 Breve de Júlio II a conceder a Rodrigo, leigo de Évora, o que este pedira na sua súplica do documento anterior
- 31-10 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de S. Maria de Mascarenhas
- 5-11 Súplica de frei Francisco de Arnate de Milão, para alguma pessoa douta e proba, nomeadamente o célebre frei Gomes de Lisboa, lhe conferir o mestrado ou doutoramento em Teologia
- 5-11 Súplica de Francisco Osório, clérigo de Zamora, sobre a chantria de Viseu, a que resignava o mestre em Teologia Diogo Ortiz de Vilhegas
- 8-11 Súplica de Cristóvão de Figueiredo, bacharel em Direito Canónico por Salamanca, para lhe ser conferida a licenciatura em ambos os Direitos fora das universidades
- 13-11 Breve do papa Júlio II a conceder a Cristóvão de Figueiredo o que pedira em sua súplica do documento anterior
- 23-11 Súplica de Fernando Gonçalves, doutor em Decretos, sobre a união dum igreja paroquial ao seu arcediagado, de S. Pedro de France
- 24-11 Súplica de Gonçalo de Salazar, bacharel em Decretos, sobre a preceptoria do mosteiro de Santo Antão de Benespera da diocese da Guarda
- 26-11 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Penha de Águia da diocese lamecense

- 3-12 Bula de Júlio II concedendo a Pedro Osório uma pensão sobre os rendimentos de uma igreja, à qual ele renunciara em favor de Leonel da Parada, bacharel em Teologia
- 12-12 Súplica de Maria Dias a pedir confirmação da sua eleição para priora, já confirmada pelo provincial da Ordem Dominicana, frei Álvaro Dias, professor de Teologia
- 12-12 Súplica em forma de motu proprio do doutor João Vasques, sobre o canonicato e prebenda da sé de Lisboa, vacantes por morte do doutor Afonso de Moraes
- 12-12 Súplica em forma de motu proprio do doutor João Vasques, quase igual à do documento anterior
- 14-12 Carta de sentença de D. Manuel, em que figuram os doutores Diogo Pinheiro e João Pires das Coberturas e o bacharel João Fernandes
- 16-12 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em Decretos, sobre uma pensão anual
- 18-12 Súplica de frei Gonçalo, bacharel em Teologia, para receber os graus e insígnias de licenciado e mestre em Teologia fora da Universidade de Lisboa onde estudara
- 18-12 Bula do papa Júlio II sobre a causa matrimonial entre o bacharel em Medicina Pedro, freire da Ordem de S. Tiago da Espada, e Catarina Vasques
- 19-12 Júlio II encarrega determinadas entidades eclesiásticas de fazerem justiça quanto ao aluguer que o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra fizera a Jorge Martins, cidadão de Lisboa, e António do Bem, médico em Leiria

1510

- 2-1 Súplica de Diogo Ortiz, mestre em Teologia, sobre a união de duas igrejas
- 12-1 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre uma capelania da diocese de Braga
- 13-1 Súplica em forma de motu proprio de D. Martinho, bispo de Mégara e mestre em Teologia, sobre benefício da colação do arcebispo de Lisboa
- 14-1 Súplica de Maria Dias, literalmente quase igual à do documento de 12 de Dezembro de 1509
- 27-1 Súplica de João Fernandes, bacharel em Leis pela Universidade de Salamanca, a pedir indulto de receber a licenciatura e o doutoramento fora das universidades
- 31-1 Súplica de Diogo Lopes, licenciado em Decretos, para suceder nos eventuais direitos de João de Paiva sobre uma porção da igreja paroquial de S. Leonardo de Atouguia da Baleia
- 1-2 Súplica de Baltasar do Prado, bacharel em ambos os Direitos, sobre indulto para alguns probos doutores em Direito da região de Lisboa lhe concederem, após rigoroso exame, o grau e insígnias de doutor
- 5-2 Súplica de Fernando Gonçalves, doutor em Decretos, pedindo autorização para levar de Roma para Portugal algumas relíquias de santos
- 5-2 Súplica do mesmo Fernando Gonçalves, para poder dizer o ofício divino na forma e costume da Cúria Romana
- 7-2 Súplica de António de Córdova, licenciado em Medicina, a pedir indulto para exercer o ofício de médico, mesmo depois de ordenado sacerdote, e para aceitar a pluralidade de benefícios
- 11-2 Súplica de João de Coimbra, doutor em Decretos, sobre a união de duas igrejas
- 12-2 Súplica de Francisco Gonçalves, bacharel em Leis pela Universidade de Lisboa, para se poder licenciar em Direito Civil fora daquela Universidade
- 16-2 o papa Júlio II mandar conferir o grau de licenciado em Direito Civil a João de Bairros, que se bacharelara na Universidade de Salamanca
- 17-2 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre a igreja paroquial de Santa Senhorinha de Basto
- 18-2 Súplica de Tomé Afonso, mestre em Teologia, sobre a união de duas igrejas
- 28-2 Súplica de João Lopes, bacharel em Direito Canónico pela Universidade de Lisboa, a solicitar indulto para lhe serem conferidos o grau e insígnias de doutor fora daquela Universidade
- 6-3 Súplica de Fernando Gonçalves, doutor em Decretos, a pedir licença para levar de Itália para Portugal algumas relíquias de santos
- 14-3 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, sobre o seu provimento na igreja paroquial de S. Cosme da diocese de Braga
- 15-3 Súplica de Luís da Maia, bacharel em Leis pela Universidade de Lisboa, a pedir indulto para se doutorar fora dela
- 18-3 Súplica de Rui Gomes, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Lisboa, a pedir indulto para se doutorar fora dela
- 4-4 Súplica de Álvaro Cardoso, doutor em Decretos, sobre a união de duas igrejas
- 17-4 Súplica de Rodrigo Lopes, doutor em Decretos, para que lhe seja dada em comenda a preceptoria de Santo Antão de Benespera da diocese da Guarda
- 17-4 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre décimas e primícias em litígio com o comendatário do mosteiro de S. Pedro das Águias
- 18-4 Súplica de frei João de Vaenna, mestre em Artes e bacharel em Teologia, para lhe poder ser conferido o mestrado em Teologia fora das universidades onde estudou
- 24-4 Súplica de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, e do protonotário apostólico Paulo Pereira, bem como do curial Francisco Jusarte, sobre concórdia relativa a duas igrejas
- 24-4 Súplica de frei Rodrigo de Taborda, professor de Teologia, e de Gonçalo do Vale, para ao primeiro ser atribuída uma comenda, e ao segundo uma pensão anual
- 24-4 Letras apostólicas de Júlio II a favor de Afonso de Guimarães, licenciado em ambos os Direitos, e de Francisco Jusarte, familiar pontifício, sobre concórdia entre ambos quanto à igreja de Santa Senhorinha de Bastos

- 3-5 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre o seu provimento na igreja de Santo André de Mações da diocese de Coimbra
- 10-5 Bula do papa Júlio II encarregando certas pessoas eclesiásticas de executarem a concessão duma chantria e duma igreja a Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia, e duma pensão anual a mestre João da Guarda
- 10-5 Bula do papa Júlio II concedendo uma pensão anual a mestre João da Guarda, a pagar na cidade de Braga por Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia
- 13-5 Súplica de Tomé Tobias, clérigo de Coimbra, para lhe serem conferidos todos os graus académicos por alguns varies ou preladados probos das suas paragens
- 2-6 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre o seu provimento na igreja paroquial de S. João Baptista de Figueiró dos Vinhos
- 3-6 Súplica de Afonso de Guimarães, para ser promovido ao grau de doutor em ambos os Direitos
- 7-6 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Penha de Águia, da diocese de Lamego
- 10-6 Súplica de Vasco Maldonado, bacharel em Decretos, sobre duas igrejas, uma da diocese de Coimbra, e outra da de Braga
- 14-6 Súplica de Fernando Dias, para lhe ser conferido o grau de bacharel em Direito Canónico fora das Universidades de Lisboa e Salamanca onde estudara
- 26-6 Súplica de Fernando Dias quase literalmente igual à do documento anterior
- 1-7 Carta de D. Manuel onde figura o doutor João Cotrim
- 3-7 Súplica de João de Avelar, bacharelem Leis, sobre causa matrimonial
- 6-7 Súplica de frei Fernando de Abreu, bacharel, a solicitar indulto para viver fora do convento e outras graças
- 16-7 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja de Cinfães
- 13-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre o mosteiro de S. Pedro das Águias e várias igrejas da diocese de Lamego
- 7-9 Carta de D. Manuel, onde figuram D. Diogo Ortiz de Vilhegas, bispo de Viseu, o bacharel Fernão Vasques e o doutor Rui Boto
- 8-10 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 15-10 Súplica de João de Bolonha, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Salamanca e professor da de Lisboa, a pedir para lhe serem conferidas as insígnias de licenciado e doutor por três preladados, fora da primeira daquelas Universidades
- 27-10 Súplica de Martinho ou Martim de Figueiredo, doutor em ambos os Direitos, a solicitara prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras
- 27-10 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-10 Súplica de Manuel Teles, clérigo estudante, sobre benefícios eclesiásticos
- 30-10 Bula do papa Júlio II a conceder benefícios a Manuel Teles, clérigo estudante

1511

- 28-1 Bulas do papa Júlio II, concedendo ao bacharel Manuel da Rocha a igreja paroquial de S. Pedro de Varões
- 30-1 Súplica de Afonso de Melres, para lhe ser conferido o grau de bacharel em Direito Canónico fora das universidades
- 7-2 Súplica do bacharel Pedro Rodrigues, para receber os graus de licenciado e doutor na Cúria Romana
- 7-2 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Brás Neto para juiz dos feitos das capelas
- 8-2 Súplica do bacharel em Decretos, Francisco Gonçalves, sobre indulto de ser ordenado em todas as ordens por um bispo residente na Cúria Romana
- 8-2 Súplica de Lopo Sampaio, para ser promovido ao grau de bacharel fora das universidades
- 7-3 Carta de D. Manuel, nomeando o licenciado Pêro Lopes Cardoso desembargador da Casa da Suplicação
- 16-3 Carta de D. Manuel, a nomear o bacharel Pêro Lopes procurador do número na correição de Trás-os-Montes
- 20-3 Súplica de D. Jaime, duque de Bragança, a pedir um benefício para o mestre em Teologia, frei João de Chaves
- 20-3 Bula do papa Júlio II, a conceder o que fora pedido pelo duque de Bragança no documento anterior a este, a favor de frei João de Chaves
- 22-3 Súplica de Aires Patinho, licenciado em Teologia, sobre uma pensão anual
- 22-3 Súplica de Álvaro Gonçalves sobre os benefícios a que renunciara na igreja de Silves o licenciado Aires Patinho
- 25-3 Súplica do bacharel em Teologia, Francisco da Mata, sobre o legado de certos cônjuges em Aveiras
- 25-3 Bula do papa Júlio II sobre a súplica do documento anterior
- 28-3 Súplica do bacharel André Jorge para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor fora das universidades
- 10-4 Súplica de Pedro Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre o priorado do mosteiro de S. Salvador do Freixo
- 11-4 Súplica de Francisco Barradas sobre dispensa quanto à reza diária dalgumas orações
- 15-4 Carta de D. Manuel, a confirmar um aforamento de casas ao bacharel Dinis de França
- 21-4 Súplica de João Rodrigues, bacharel em Direito Canónico, sobre indulto de se licenciar e doutorar fora da Universidade de Lisboa
- 21-4 Bula do papa Júlio II, em que é mencionado o doutor nos dois Direitos, Diogo de Lucena
- 23-4 Súplica do bacharel em Decretos João Álvares, solicitando indulto para o bispo da Guarda ou o chantre de Lisboa lhe conferirem o grau de doutor em Direito Canónico

- 25-4 Súplica de Gregório de Matos, a pedir licença para sair do seu mosteiro e estudar em alguma universidade ou lugar onde haja um estudo geral
- 29-4 Bula do papa Júlio II a favor do licenciado Tomé Rodrigues sobre a igreja paroquial de S. Pedro do lugar de S. Julião, da diocese de Braga
- 9-5 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Martinho de Fagueiro desembargador da Casa do Cível, cargo que fora desempenhado pelo bacharel Filipe Afonso
- 10-5 Carta de D. Manuel, em que figura o doutor Francisco Cardoso
- 15-5 Carta de D. Manuel atribuindo ao doutor Marfim de Figueiredo a tença anual de 30.000 reais
- 20-5 Carta de D. Manuel nomeando o bacharel Francisco Dias juiz-de-fora da vila de Lagos
- 27-5 Carta de D. Manuel fazendo mercê ao bacharel João Fernandes de Sousa de uma casa comprada por seu irmão Artur de Sousa na Covilhã
- 29-5 Súplica do bacharel em Decretos, Pedro de Faria, sobre a pluralidade de benefícios
- 29-5 Bula do papa Júlio II sobre a súplica do documento anterior
- 30-5 Súplica de frei Rodrigo de Portugal, que estudara durante nove anos na Universidade de Oxford, a solicitar indulto para se doutorar em Teologia fora das universidades
- 30-5 Súplica de Vicente Gonçalves e Rodrigo Rebelo, para receberem os graus de licenciado e doutor fora da Universidade de Lisboa
- 31-5 Súplica do bacharel em Leis João Negrão, para receber o grau de licenciado nos dois Direitos fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 31-5 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia, sobre a união de duas igrejas
- 2-6 Súplica do licenciado em ambos os Direitos, Salvador Fernandes, a pedir licença para se doutorar nos dois Direitos na Universidade de Lisboa
- 10-6 Súplica do mestre em Teologia, Leonel Fernandes, sobre a igreja paroquial de Santa Marinha de Carragosa então da diocese de Braga
- 12-6 Súplica do bacharel Rafael Gil sobre indulto para o advogado João Bartolomeu de Dassis lhe conferiras insígnias doutorais, com todos os direitos e privilégios dos graduados nas Universidades de Bolonha e Salamanca
- 13-6 Carta de D. Manuel, a conceder licença para mestre Marcos exercer medicina, pois havia cerca de sete anos que fora examinado pelo doutor António de Lucena, físico-mor
- 24-6 Súplica de António da Costa, para ser promovido a licenciado e doutor fora das universidades
- 24-6 Súplica de Jerónimo, bacharel em Medicina, a solicitar indulto para ser promovido a doutor fora da Universidade de Lisboa
- 5-7 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor António da Mota desembargador da Casa da Suplicação
- 14-5 Súplica do doutor em Decretos Rui Lopes em questão com António Guidete sobre o arceidiagado de Lavra
- 18-7 Súplica de Luís de Madureira, bacharel em Direito Civil, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor num ou em ambos os Direitos
- 24-7 Carta de D. Manuel, em que é mencionado o licenciado Pêro de Gouveia, conselheiro, desembargador e juiz dos feitos del-rei
- 31-7 Súplica em forma de «motu próprio» a favor de João Bravo, a quem haviam sido concedidos os graus de licenciado e doutor em Direito Canónico, para poder usufruir de todos os direitos e privilégios dos graduados nas universidades
- 6-8 Bulas do papa Júlio II, a conceder a Francisco Jusarte uma igreja da diocese de Segóvia, vacante por resignação do professor de Teologia e dominicano, Eduardo Nunes
- 12-8 Súplica de Pedro Rodrigues, bacharel em Decretos, para não ser obrigado a ordenar-se sacerdote
- 15-8 Súplica de Beatriz Teixeira, mulher do bacharel Pedro Vicente, sobre a locação de certas propriedades do mosteiro de Santa Maria de Salzedas
- 23-8 Bula do papa Júlio II, a conceder a igreja paroquial de Punhete (hoje Constância) a Pascoal Durão, mestre em Artes e Teologia
- 28-8 Súplica de Baltasar do Brado para receber os graus de licenciado e doutor em Direito Civil fora das universidades
- 1-9 Carta de D. Manuel, fazendo mercê ao bacharel Jordão Botelho do ofício de procurador dos direitos reguengos, jugodas e sisas de Santarém
- 6-9 Carta de D. Manuel autorizando, por mandato conferido ao licenciado Lopo Fernandes, a troca do ofício de meirinho da comarca da Beira entre dois cidadãos
- 8-9 Súplica de Francisco Jusarte sobre os canonicato e prebenda de Évora
- 15-9 Bulas do papa Júlio II, a conceder ao doutor em Decretos, Pedro Afonso Malheiro, uma pensão anual sobre os rendimentos da igreja paroquial de S. Pedro de Marialva da diocese de Lamego
- 29-9 Súplica do bacharel em Decretos, Vasco Peres, e de Afonso de Verdesoto, clérigo de Palência, sobre a colação dos canonicato e prebenda de Coimbra a favor do segundo
- 29-9 Bulas do papa Júlio II sobre a súplica do documento anterior
- 4-10 Súplica de João Calado, mestre em Teologia, para poder seguira vida eremítica na Ordem de Santo Agostinho
- 8-10 Carta de D. Manuel, a aumentar em 5.000 reais a tença atribuída ao licenciado Afonso Anes
- 9-10 Carta de D. Manuel, a conceder a Fernão do Campo, licenciado em Medicina, a mercê de gozar dos privilégios e liberdades dos licenciados e doutores naquela ciência
- 17-10 Súplica de Estêvão Dias para lhe ser conferido o grau de doutor em Direito Civil
- 24-10 Súplica de Pedro Barralho para lhe serem concedidos os graus de licenciado e mestre em Teologia na Cúria Romana
- S25-10 úplica de João Vasques e Álvaro Teixeira sobre a confirmação do aluguer duma casa na região do Transtibre ao tesoureiro de Silves Aires Patinho, licenciado em Teologia

- 4-11 Súplica de Filipe de Lisboa sobre indulto de receber o mestrado em Artes Liberais fora da Universidade de Lisboa
- 20-11 Súplica de Rodrigo ou Rui Lopes, doutor nos dois Direitos, sobre os canonicato e meia prebenda de Lisboa e duas igrejas paroquiais
- 1-12 Carta de D. Manuel, confirmando alguns privilégios concedidos à Universidade de Lisboa pelos reis seus antecessores
- 5-12 Súplica de frei Pedro de Coz, para algum prelado ou doutor lhe conferir o grau de mestre em Teologia
- 8-12 Súplica de Martinho ou Martim de Figueiredo, doutor em ambos os Direitos, a pedir nova prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras
- 11-12 Súplica de Leonel Fernandes, doutor nos dois Direitos, sobre contenda com os beneficiados da igreja paroquial de S. André de Lisboa, que lhe recusavam os proventos da mesma
- 12-12 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja de Penha de Águia, da diocese de Lamego
- 14-12 Súplica de Rodrigo ou Rui Lopes, doutor em ambos os Direitos, sobre a porção da igreja paroquial de S. Miguel de Torres Vedras e os canonicato e prebenda de Lisboa
- 22-12 Carta de D. Manuel atribuindo ao licenciado Manuel Afonso a tença de 6 mil reais
- 26-12 Súplica de Manuel da Rocha, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Pedro de Varies

1512

- 6-1 Súplica de João Fernandes, doutor nos dois Direitos, sobre uma união de igrejas
- 7-1 Carta de D. Manuel, a nomear o bacharel Diogo Taveira corregedor da comarca ae Entre-Tejo-e-Odiana
- 8-1 Carta de D. Manuel, confirmando a eleição de João Fernandes para guarda das escolas do Estudo de Lisboa
- 15-1 Súplica de Avaro de Vila Fétil, professor de Teologia, para que as letras apostólicas a ele anteriormente concedidas fossem declaradas válidas e ele pudesse permanecer fora do mosteiro com as faculdades nelas referidas
- 18-1 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Rui Fernandes para juiz-de-fora em Portalegre e ouvidor em Castelo de Vide, Marvão, Alegrete e Assumar
- 25-1 Súplica de João de Coimbra, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Terroso da diocese de Braga
- 26-1 Súplica de Vasco Gil, frade jerónimo da diocese da Guarda, para estudar nalguma universidade
- 29-1 Súplica de Estêvão Dias, a solicitar indulto para lhe serem conferidos o grau e as insígnias de doutor em Direito Civil
- 4-2 Súplica de Rodrigo ou Rui Lopes, doutor nos dois Direitos, sobre duas preceptorias
- 4-2 Súplica de frei Álvaro de Vila Fétil, professor de Sagrada Escritura, a pedir licença para morar fora do seu mosteiro
- 10-2 Súplica de António Correia, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, para lhe serem conferidos os graus e as insígnias de licenciado e doutor fora daquela Universidade
- 16-2 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o bacharel João Afonso
- 18-2 Carta de D. Manuel, a confirmar uma outra do licenciado Fernando Gomes
- 19-2 Carta original de frei Gomes de Lisboa, professor de Artes e Teologia e vigário-geral de toda a Ordem de S. Francisco, a conceder graças especiais a mestre António, ministro eleito dos franciscanos da província de S. António em Pádua
- 26-2 Súplica de Diogo Gonçalves, licenciado em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Algodres, da diocese de Lamego
- 1-3 Súplica em forma de «motu proprio» a favor de Gonçalo Reixa, doutor em Decretos, sobre os canonicato e prebenda de Évora
- 14-3 Súplica de Pedro Lunez, a solicitar indulto para lhe serem conferidos os graus e insígnias de licenciado e doutor em Direito Civil fora das universidades de Salamanca e Lisboa
- 18-3 Súplica de Brás Neto, doutor nos dois Direitos, sobre porções em duas igrejas da diocese de Lisboa
- 20-3 Súplica de João Álvares, cónego regrante de S. Agostinho, que estudara Direito Canónico na Universidade de Lisboa, para lhe ser conferido o grau de bacharel fora daquela Universidade
- 28-3 Súplica de Diogo Martins, sobre indulto para estudar e ensinar Direito Civil em qualquer universidade
- 27-4 Bula do papa Júlio II sobre causa matrimonial entre o bacharel João de Avelar e Maria Casada, ambos da diocese de Lisboa
- 28-4 Súplica de frei Gaspar Mendes, franciscano e professor de Teologia, para poder viver fora do convento
- 28-4 Súplica de Tomé Afonso, mestre em Teologia, sobre uma união de igrejas
- 28-4 Súplica de Tomé Afonso, mestre em Teologia, sobre uma união de igrejas
- 28-4 Bula do papa Júlio II a conceder a Tomé Afonso, mestre em Teologia, uma união de igrejas
- 28-4 Súplica de Luís de França, a solicitar autorização para receber os graus de licenciado e doutor na Universidade de Mompilher
- 30-4 Súplica de Diogo de Azambuja, bacharel em Teologia, a pedir indulto para residir fora do convento
- 5-5 Súplica de frei Gaspar de Barros, licenciado em Teologia, a solicitar licença para viver noutra convento mais conveniente à sua saúde
- 15-5 Súplica de Diogo de Liano, para algum prelado da Cúria Romana lhe conferir os graus de bacharel, licenciado e doutor em ambos os Direitos fora da Universidade de Lisboa
- 21-5 Súplica de Lopo da Cunha, para lhe ser conferido o grau de bacharel em Direito Canónico fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 24-5 Súplica de Fernando Mexia, bacharel em Decretos pela Universidade de Lisboa, para lhe ser conferido o grau de doutor fora daquela Universidade

- 26-5 Súplica de frei Tomás Borges, a pedir licença para viver fora do convento durante sete anos, a fim de estudar num estudo geral
- 5-6 Súplica de Eduardo de Pina, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, a pedir para alguns probos varões o poderem promover a doutor em Direito Civil fora da dita Universidade
- 5-6 Súplica de Diogo Teixeira, para lhe serem conferidos o grau e as insígnias de doutor em Direito Civil fora das universidades onde estudara
- 8-6 Bulas do papa Júlio II, a conceder a Lucas Rodrigues, licenciado em Leis, os canonicato e prebenda de Coimbra
- 9-6 Súplica de Luís Garcês, bacharel em Direito Civil, a pedir para receber os graus de licenciado e doutor fora da Universidade de Lisboa
- 17-6 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, sobre dois canonicatos
- 31-7 Bulas do papa Júlio II, a conceder a frei João de Santarém, mestre em Teologia, uma igreja paroquial da diocese de Leão
- 1-8 Súplica de Manuel da Rocha, bacharel em Decretos, quanto a mais um terceiro benefício incompatível
- 13-8 Súplica de frei Cristóvão, para estudar durante sete anos num estudo geral
- 16-8 Súplica de Martim de Figueiredo, doutor nos dois Direitos, sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 17-8 Súplica de Pedro Eanes, bacharel em Decretos, e de Francisco Jusarte, sobre uma união de igrejas e atribuição duma pensão dos seus rendimentos a Pedro Eanes
- 17-8 Bulas do papa Júlio II sobre a súplica do documento anterior
- 17-8 Bulas do papa Júlio II sobre a mesma súplica do documento de 17 de Agosto
- 20-8 Súplica de Fernando Figueira, bacharel em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, para lhe ser conferido o grau de licenciado fora daquela Universidade
- 1-9 Súplica de frei Bento de Portugal, professor de Teologia, e de frei Gil de Viterbo, mestre-geral da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, a pedir a aprovação apostólica da nomeação do primeiro para reformador da província de Portugal
- 3-9 Súplica de Tiago ou Diogo do Rego, bacharel em Decretos, para lhe ser conferido o grau de doutor fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 21-9 Súplica de Francisco de Melo, mestre em Artes, sobre pensão anual
- 21-9 Bula do papa Júlio II sobre a súplica do documento anterior
- 23-9 Súplica de João Rodrigues, doutor em Direito, sobre o deado de Évora
- 26-9 Súplica de Francisco Borges, estudante na Universidade de Salamanca, sobre indulto para não ser obrigado a receber ordens sacras
- 27-9 Súplica de Cristóvão Dias, bacharel em ambos Direitos, sobre indulto de dizer as horas canónicas, a missa e outros ofícios divinos segundo o costume da Cúria Romana
- 28-9 Súplica de Francisco Borges idêntica à do documento de 26 de Setembro
- 29-9 Súplica de João Pires, doutor em ambos os Direitos, sobre os rendimentos de duas igrejas como pensão anual
- 2-10 Súplica de Manuel da Rocha, bacharel em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Serzedelo, diocese de Braga
- 24-10 Súplica de frei Tomás de Ávila, a pedir ao papa indulto para pregar, dizer missa, ouvir confissões e receber esmolas em qualquer parte do reino de Portugal e doutros reinos
- 25-10 de Diogo de Liano, para lhe serem conferidos os graus de bacharel, licenciado e doutor por algum prelado da Cúria Romana
- 26-10 Súplica de Afonso de Araújo, bacharel em Direito Civil, para lhe ser conferido o grau de licenciatura fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 28-10 Súplica de Pedro Gomes, bacharel em Direito Civil, para poder receber os sacramentos das mãos de qualquer sacerdote idóneo, à sua escolha
- 2-11 Súplica de Álvaro Teixeira, sobre a pluralidade de benefícios e vários indultos
- 5-11 Súplica de Manuel da Rocha, bacharel em Decretos, sobre uma meia prebenda
- 12-11 Súplica de João Álvares de Avelar, bacharel em Direito Canónico pela Universidade de Lisboa, para lhe ser conferida a licenciatura fora daquela Universidade
- 12-11 Nova súplica de Diogo de Liano, estudante na Universidade de Lisboa, para lhe serem conferidos os graus de bacharel, licenciado e doutor, fora daquela Universidade, por algum prelado da Cúria papal
- 26-11 Súplica de Diogo da Grã, licenciado em Direito, sobre o arrendamento dumas vinhas em Alvalade, termo de Lisboa, em que figura o doutor Rui Lopes
- 26-11 Súplica de Diogo da Grã, licenciado em Direito, sobre permuta de vinhas em Alvalade, termo de Lisboa, em que figura o doutor Rui Lopes
- 29-11 Súplica de Jerónimo Luís, bacharel em Direito Civil, para lhe serem conferidos o grau e insígnias de licenciado, fora das universidades
- 2-12 Carta de D. Manuel, a nomear para o seu conselho o doutor Estêvão Correia, chanceler da Casa do Cível
- 4-12 Súplica de João Fernandes, doutor em ambos os Direitos, sobre o arcediagado da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães e benefícios anexos
- 6-12 Súplica de um certo Nicolau da diocese de Lisboa, que estudara Medicina durante vários anos numa universidade, para lhe serem conferidos os graus e insígnias de licenciado e doutor naquela disciplina fora das universidades
- 12-12 Súplica de Diogo do Rego, bacharel em Direito e Teologia, sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Moimenta, da diocese de Lamego

1513

- 10-1 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Estremoz o bacharel Pedro Gomes Teixeira
- 10-1 Súplica de frei Luís de Rãs, franciscano e professor de Teologia, sobre privilégios a ele concedidos pelo vigário-geral da Ordem
- 11-1 Súplica de Jorge da Paz, bacharel nos dois Direitos pela Universidade de Salamanca, a pedir absolvição do perjúrio e de penas eclesiásticas, e indulto para usufruir dos direitos e privilégios dos doutorados nas universidades em que estudara
- 16-1 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, para poder rezar o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 19-1 Carta de D. Manuel, autorizando o ofício de cirurgião a mestre Álvaro, filho de mestre Henrique, o qual havia sido examinado e achado idóneo pelo doutor Diogo de Faria, cirurgião-mor do reino
- 22-1 Carta de D. Manuel, a confirmar novamente o doutor António Sanches no ofício de desembargador da Casa da Suplicação com o mantimento anual de 45 mil reais
- 5-2 Carta de D. Manuel renovando a D. Francisco de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, a faculdade de continuar a destituir ou confirmar os juizes de suas terras, e inserindo nela uma carta testemunhável onde figura o bacharel Pêro de Aguiar
- 18-2 Carta de D. Manuel, onde figuram os doutores Rui Boto e Francisco Cardoso
- 28-2 Carta de D. Manuel, onde são mencionados o escolar de Leis João da Costa e o doutor Rui Boto
- 5-3 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o doutor Fernão Gonçalves
- 18-3 Súplica de frei Cristóvão sobre faculdade de frequentar o Estudo Geral de Lisboa ou doutra cidade
- 19-3 Bula do papa Leão X, renovando uma concessão do papa Júlio II a João Rodrigues, doutor em Decretos, sobre o deado de Évora
- 30-3 Carta de D. Manuel, mandando o seu feitor na Flandres dar ao bacharel frei Diogo Nogueira, dominicano, uma tença anual para estudar em Paris na vez de frei Ensenço que deixara esse Estudo
- 4-4 Súplica de Francisco Martins, clérigo da diocese de Lisboa e estudante de Medicina, para ser promovido a bacharel, mestre e licenciado fora da universidade onde estudara
- 8-4 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado Afonso Anes, desembargador e procurador dos feitos régios
- 8-4 Súplica de Leonel Fernandes, mestre em Teologia e doutor em Decretos, e do duque de Bragança, para aquele poder exercer medicina em casa do dito duque e noutros lugares
- 8-4 Súplica de Francisco Coelho, bacharel pela Universidade de Salamanca, para lhe ser conferido o grau de licenciado em ambos os Direitos fora daquela Universidade
- 15-4 Súplica de António Fernandes, Fernando de Vasconcelos e João Vasques sobre a aprovação apostólica de certa concórdia, em que interveio o doutor João de Faria, embaixador régio
- 6-5 Súplica de Luís Teixeira, doutor nos dois Direitos, em que são referidos o doutor João Teixeira seu pai e o doutor Luís Martins seu avô
- 9-5 Súplica de João Rodrigues, doutor num ou nos dois Direitos, sobre o deado de Évora
- 9-5 Bula do papa Leão X renovando a João Rodrigues, doutor em Decretos, a concessão do papa Júlio II sobre o deado de Évora, disputado entre ele e Diogo de Madureira
- 21-5 Súplica de António Gonçalves, bacharel em Decretos, sobre causa matrimonial
- 21-5 Súplica de Gonçalo Simões, estudante de Direito Canónico, a pedir indulto para estudar Direito Civil durante cinco anos em quaisquer estudos gerais ou especiais
- 28-5 Escritura matrimonial, em que figuram como testemunhas os doutores Fernão de Moraes e João Fernandes, desembargadores de D. Jaime, duque de Bragança e Guimarães
- 3-6 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Lamego o doutor Afonso Gomes com a tença anual de 20 mil reais
- 5-6 Súplica de Pedro Rodrigues, doutor em Direito Canónico, sobre a chantria do Porto
- 11-6 Carta de D. Manuel, nomeando desembargador da Casa da Suplicação o doutor António da Mota com a tença anual de 45 mil reais
- 20-7 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor João Machado, juiz na vila de Beja
- 30-7 Carta de D. Manuel a nomear escrivão dos resíduos de Lisboa o bacharel Rui Preto
- 9-8 Carta de D. Manuel, passada pelo doutor Rui Boto, a nomear o escolar de Leis, João da Costa, para procurador do número de Moura
- 13-8 Súplica de Álvaro Eanes, escolar da diocese de Évora, que estudara Direito Civil na Universidade de Lisboa, para poder receber o grau de licenciado fora desta Universidade
- 17-8 Súplica de Manuel Teles, estudante na Universidade de Salamanca, sobre indulto de poder rezar o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 18-8 Carta de D. Manuel, fazendo mercê do ofício de desembargador da Casa da Suplicação ao doutor Jorge Machado, filho do doutor Rui Boto, chanceler-mor do reino
- 20-8 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o doutor Luís da Veiga, com a tença anual de 45 mil reais
- 20-8 Carta de D. Manuel, a nomear o bacharel Martim Rodrigues para juiz-de-fora de Moura, com a tença anual de 30 mil reais
- 24-8 Súplica do bacharel em Artes Pedro Gonçalves, sobre a pluralidade de benefícios a reter com a igreja paroquial de Santa Maria de Esmoriz, da diocese do Porto

- 7-9 Carta de D. Manuel, a nomear ouvidor da Casa da Suplicação o licenciado Nuno Álvares, como o fora o doutor Rodrigo Homem que se finara
- 18-9 Carta de D. Manuel, autorizando mestre João de Buetes, bacharel em Medicina, a exercer esta ciência, depois de examinado pelo doutor Diogo de Faria, cirurgião-mor
- 2-10 Súplica de João Nogueira, licenciado nos dois Direitos, sobre causa de apelação para a Cúria Romana quanto a ferimentos causados a Inês Travancos
- 13-10 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Rui Gomes, juiz dos feitos da Guiné e índias
- 19-10 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado Domingos Salgado
- 25-10 Carta de D. Manuel, onde figuram o bacharel Francisco, Mendes e o doutor Rui Boto
- 10-11 Súplica do doutor em Direito Canónico, Pedro Rodrigues, sobre a chantria do Porto
- 11-11 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, sobre a porção da igreja de S. Salvador de Elvas
- 18-11 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Jorge Fernandes para juiz-de-fora em Évora
- 13-12 Carta de D. Manuel, a conceder uma tença anual a frei Pedro d'Eça, enquanto estudasse Teologia ou Artes em Paris

1514

- 22-1 Súplica de João Foubert, bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Cahors, e de Cristóvão de Figueiredo, sobre a igreja de Santa Maria de Algodres e os canonicato e prebenda de Lamego
- 28-1 Súplica de Bernardo de Seixas ou de Nogueirol, para algum prelado da Cúria Romana lhe conferir o grau e insígnias de bacharel em Artes e Teologia
- 6-2 Súplica de João Fernandes, doutor nos dois Direitos, sobre uma união de igrejas
- 18-2 Súplica de Fernando Vais, bacharel em Decretos, para lhe serem conferidos os graus e insígnias de licenciado e mestre em Teologia fora das universidades
- 1-3 Súplica de Jorge da Paz, bacharel em Direito Canónico, para ser absolvido de perjúrio e de várias penas
- 2-3 Súplica de Rodrigo ou Rui Preto, bacharel em Direito Civil, sobre questão matrimonial
- 3-3 Súplica de Diogo Vasques de Castelo Branco, a estudar em Salamanca, para poder rezar o ofício divino segundo o costume da Cúria Romana
- 3-3 Súplica de Lopo de Coimbra, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 4-3 Breve do papa Leão X sobre a súplica de 3 de Março de 1514, de Diogo Vasques de Castelo Branco
- 14-3 Súplica de Afonso Madeira, bacharel em Decretos, para ser doutorado fora da Universidade de Salamanca
- 30-3 Carta de D. Manuel, onde figura o bacharel em Leis António Correia
- 4-4 Carta de D. Manuel, nomeando o licenciado Rui Fernandes corregedor na comarca do Porto
- 4-4 Breve do papa Leão X, dirigido ao deão e ao chantre de Cidade Rodrigo, para conferirem os graus de bacharel, licenciado e doutor em Medicina a Francisco Martins, clérigo da diocese de Lisboa
- 25-4 Súplica de João de Coimbra, reitor da igreja paroquial de S. Martinho de Salreu e doutor em Decretos, sobre uma união de igrejas
- 25-4 Súplica de João de Coimbra, reitor da igreja paroquial de S. Vicente de Sousa e doutor em Decretos, sobre uma união de igrejas
- 28-4 Carta de D. Manuel, onde figuram mestre Justo, alemão, e o doutor Diogo de Faria, cirurgião-mor
- 2-5 Carta de D. Manuel, onde são mencionados o licenciado João de Braga e o bacharel Rui Gomes, ambos desembargadores
- 4-5 Breve do papa Leão X, concedendo a António de Córdova, mestre em Artes, indulto de receber os proventos dos canonicato e prebenda de Coimbra
- 8-5 Súplica de Gonçalo Reixa, doutor em Decretos, sobre benefício eclesiástico
- 10-5 Carta do bacharel António Correia a comunicar ao rei D. Manuel que a cidade de Azamor não estava cercada
- 11-5 Súplica de João Rodrigues, que estudara Medicina e Filosofia numa universidade, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor fora da universidade onde estudara
- 11-5 O papa Leão X em carta dirigida a el-rei D. Manuel fala dos méritos e dotes do doutor Diogo Pacheco, embaixador ao sumo pontífice
- 16-5 Carta de D. Manuel, nomeando seu médico o doutor João Nunes
- 16-5 Súplica de Afonso de Araújo, sobre indulto para estudar, ler e exercitar o Direito Civil em estudo geral, receber os respectivos graus, e exercera advocacia e o ofício de postulador nos tribunais eclesiásticos
- 18-5 Súplica de Gabriel Gil, licenciado em Direito Canónico, para lhe serem concedidos o grau e as insígnias de doutor fora da Universidade de Lisboa onde estudou
- 18-5 Breve do papa Leão X sobre a súplica de Gabriel Gil do documento imediatamente anterior
- 20-5 Bula do papa Leão X a conceder benefícios a Álvaro Peres, filho do embaixador Diogo Pacheco, doutor em ambos os Direitos
- 20-5 Bula do papa Leão X a favor de António de Córdova, cónego de Coimbra e licenciado em Artes e Medicina, sobre os canonicato e prebenda de Évora
- 21-5 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Tomar o licenciado Bastião da Fonseca
- 2-5 Carta de D. Manuel nomeando juiz-de-fora em Torre de Moncorvo o licenciado Gaspar Jorge
- 23-5 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado João Negrão para procurador do número da correição da Estremadura
- 7-6 Súplica de Afonso Salgado, para poder receber o grau e insígnias de bacharel em Direito Civil das mãos dalguns probos varões

- 10-6 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o licenciado Pêro Lopes Cardoso, a cuja viúva atribuía a tença anual de 110 mil reais
- 12-6 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Martim de Figueiredo
- 12-6 O papa Leão X nomeia o doutor Diogo Pinheiro bispo do Funchal
- 17-6 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador régio o doutor Diogo Taveira
- 26-6 Súplica de Rodrigo ou Rui Afonso Correia, estudante na Universidade de Lisboa, sobre a pluralidade de benefícios
- 1-7 Súplica de Gonçalo Peres, de Montemor-o-Novo, para receber os graus e insígnias de licenciado e doutor em Direito Canónico fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 6-7 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o bacharel em Leis António Correia, corregedor na comarca do Algarve
- 13-7 Súplica de Rodrigo ou Rui Peres, mestre em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 24-7 Carta de D. Manuel, onde é confirmada a nomeação do doutor Duarte Dias para juiz dos órfãos em Beja
- 25-7 Carta de D. Manuel, passada pelo chanceler-mor do reino, doutor Rui Boto, a favor do escudeiro régio Francisco de Bairros
- 28-7 Súplica de D. Jaime, duque de Bragança, e do estudante Eduardo Pereira, sobre benefícios para acudir às despesas no estudo
- 6-8 Súplica de João Gil, doutor em ambos os Direitos, sobre questão e causa de apelação com João Vasques e sua mulher
- 8-9 Súplica de Tristão Fernandes, sobre indulto para lhe ser concedido o grau de bacharel em Direito Civil fora da universidade onde estudara
- 8-9 Súplica de Pedro Álvares de Chaves, bacharel em Decretos, para certos dignitários eclesiásticos lhe conferirem os graus de licenciado e doutor fora da Universidade onde estudara
- 12-9 Súplica de Afonso Soares em litígio como licenciado nos dois Direitos, Cristóvão de Figueiredo, sobre a igreja de S. João do Sabugal
- 22-9 Carta de D. Manuel, passada pelo doutor Álvaro Fernandes, onde figura o bacharel Jerónimo Luís
- 26-9 Súplica de Pedro Vaz ou Vasques, bacharel em Direito Civil, para certas entidades eclesiásticas o examinarem e lhe concederem os graus de licenciado e doutor fora dos estudos gerais
- 30-9 Súplica de João Gomes, doutor em Decretos, sobre uma união de igrejas
- 1-10 Súplica de Pedro Álvares de Chaves, bacharel em Decretos pela Universidade de Salamanca, para certas entidades eclesiásticas o examinarem e lhe conferirem os graus de licenciado e doutor fora daquela Universidade
- 3-10 Súplica de Álvaro Eanes, bacharel em Leis, para lhe serem concedidos o grau e insígnias de licenciado por certos dignitários eclesiásticos
- 16-10 Súplica de António de Córdova, licenciado em Medicina, sobre a união duma igreja paroquial aos seus canonicato e prebenda de Coimbra
- 25-10 Carta de D. Manuel para António Lopes de Vasconcelos, passada pelo bacharel António Rodrigues Portugal, rei-de-armas principal
- 27-10 Carta de D. Manuel, fazendo desembargador o doutor Lourenço Garcês
- 28-10 Súplica de Gonçalo Reixa, doutor em Decretos, sobre indulto de dizer as horas canónicas e outros ofícios divinos segundo o costume da Cúria Romana
- 28-10 Súplica de Pedro Afonso de Navais, doutor em Direito Canónico, a completar outra anterior
- 30-10 Carta de D. Manuel permitindo ao seu conselheiro, doutor Estêvão Correia, a acumulação de dois cargos públicos
- 9-11 Bulas de Leão X, concedendo a Pedro Gonçalves, bacharel em Teologia, os canonicato e prebenda do Porto
- 14-11 Carta de D. Manuel, onde são mencionados os bacharéis Rui Pires, Lopo Dias e João Fernandes Damil
- 21-11 Carta de D. Manuel, onde figuram os doutores mestre Afonso e mestre António
- 29-11 Súplica de Gonçalo Reixa, doutor em Decretos, sobre benefício eclesiástico
- 1-12 Carta de D. Manuel, passada pelo doutor Rui Boto, onde é referido o bacharel Julião Rodrigues
- 3-12 Carta de D. Manuel, a confirmar um acordo testamentário, no qual figura o licenciado Francisco Gonçalves
- 13-12 Carta de D. Manuel, a fazer desembargador o licenciado Sebastião ou Bastião da Fonseca
- 15-12 Bula do papa Leão X, concedendo a Leonardo Bartolomeu, cónego de Lisboa, certos benefícios, enquanto frequentasse um estudo geral ou residisse na Cúria Romana

1515

- 8-1 Carta de D. Manuel, onde é referido o licenciado Álvaro Martins
- 8-1 Súplica de Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge duque de Coimbra, e doutras monjas do mosteiro de Todos-os-Santos de Lisboa, a favor de frei Pedro, bacharel em Teologia
- 17-1 Carta de D. Manuel, a dar a tença de 6 mil reais ao seu rei-de-armas, o bacharel António Rodrigues Portugal
- 23-1 Carta de D. Manuel, a aumentara tença do desembargador doutor Rui Gomes
- 28-1 Carta de D. Manuel, a conceder a Jorge Camelo armas de nobreza, sendo a carta passada pelo bacharel António Rodrigues Portugal, seu rei-de-armas
- 29-1 Carta de D. Manuel, despachada pelo doutor Rui Boto, a nomear o doutor Francisco Mendes para procurador do número na comarca da Beira
- 15-2 Súplica de Afonso de Araújo, para lhe ser conferido o grau de doutor em Direito Canónico fora das Universidades de Roma e Salamanca onde estudara
- 17-2 Súplica de Afonso de Araújo, idêntica à do documento anterior
- 3-3 Carta de D. Manuel, concedendo a tença de 40 mil reais ao doutor Diogo Pacheco, seu embaixador e desembargador

- 12-3 Carta de D. Manuel, passada pelo doutor Diogo de Faria, autorizando o bacharel Gabriel Luís a exercer cirurgia
- 12-3 Carta de D. Manuel, a enviar à Ilha da Madeira com sua alçada o doutor Diogo Taveira, seu desembargador
- 14-3 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de fora de Viseu o bacharel Domingos Garcia
- 27-3 Súplica de João Fernandes, doutor nos dois Direitos, sobre uma união de igrejas
- 30-3 Súplica de Afonso de Guimarães, doutor nos dois Direitos, e de Francisco Jusarte, quanto à extinção duma pensão
- 31-3 Súplica de António de Córdova, mestre em Artes e Medicina, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal
- 31-3 Súplica em forma de «motu proprio» de António de Córdova, licenciado em Artes e Medicina, sobre os canonicato e prebenda de Évora
- 31-3 Bula do papa Leão X, em que figura o doutor Diogo Pacheco, concedendo a Rodrigo ou Rui Afonso, capelão da rainha de Portugal Dona Maria, uma pensão anual
- 31-3 Súplica do doutor Diogo Pacheco, sobre o oratório existente numa sua propriedade na diocese de Lisboa
- 8-4 Súplica de Diogo de Faro, que estudara muitos anos Artes e Medicina no Estudo Geral de Lisboa, para o bispo de Safira, D. João Sotil, lhe conferir o grau de doutor em Medicina
- 15-4 Súplica do arcebispo de Lisboa, do doutor nos dois Direitos Pedro Dias de Vilas Boas, do bacharel Rodrigo Lopes e doutros, em contenda com o bispo de Évora sobre matéria jurisdicional
- 22-4 Súplica de Martinho de Figueiredo, doutor em ambos os Direitos, sobre benefícios eclesiásticos
- 29-4 Súplica de Lucas Rodrigues, licenciado em Decretos, sobre a absolvição dum juramento
- 7-5 Reforma da súplica do arcebispo de Lisboa e de Pedro Dias Vilas Boas e outros, constante do documento de 15 de Abril de 1515
- 9-5 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor mestre Filipe
- 18-5 Carta de D. Manuel, onde são referidos o licenciado Fernão Gomes e o bacharel Pedro Vasques ou Vaz
- 22-5 Carta de D. Manuel, nomeando o bacharel João Lourenço para juiz-de-fora em Lamego
- 23-5 Carta de D. Manuel, tomando providências sobre os escolares portugueses que deixavam dividas no Estudo de Salamanca
- 26-5 Súplica de Lopo da Cunha, bacharel em Decretos, sobre a união de uma igreja à tercenaria de Braga
- 16-6 Carta de D. Manuel, onde figuram o mestre Fernando de Mascarenhas, cirurgião, e o doutor Diogo de Faria
- 10-7 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Viseu o doutor Afonso Gomes com a tença anual de 30 mil reais
- 12-7 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Extremoz o bacharel Pedro Álvares de Almeida, com a tença anual de 30 mil reais
- 21-7 Carta de D. Manuel, a nomear juiz-de-fora em Monte- -mor-o-Novo o doutor Afonso Gomes com a tença anual de 30 mil reais
- 25-7 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Gaspar Masques desembargador da Casa da Suplicação
- 4-8 Carta de D. Manuel, concedendo ao desembargador doutor Lourenço Garcês a tença anual de seis moios e seis alqueires de cevada
- 6-8 Carta de D. Manuel, a ratificar um contrato seu com o povo da Ilha da Madeira, feito nas pousadas do licenciado Afonso Eanes em Lisboa
- 6-8 Carta de D. Manuel, a confirmar um contrato seu com os moradores da Ilha da Madeira, e tendo insertas procurações, onde figuram os bacharéis Pêro Gomes, Bartolomeu Lopes, Pêro de Brito, e o doutor Pêro de Liminhava
- 8-8 Súplica de Francisco de Sá de Miranda sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Duas Igrejas
- 15-8 Carta de D. Manuel, confirmando um aforamento de terras e tendo inserta uma escritura, onde figura o bacharel em Leis, António Correia
- 16-8 Súplica de Francisco de Sá de Miranda sobre uma união de igrejas
- 17-8 Carta de D. Manuel, a mandar certo pretendente à instalação de uma botica em Portalegre seja examinado pelos Doutores mestre Afonso, físico-mor e mestre Gil
- 19-8 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja paroquial de S. Cosme de Nabais, da diocese de Coimbra
- 21-8 Carta de D. Manuel, dando uma quinta ao mosteiro de Travanca, a pedido do doutor João de Faria, comendador daquele mosteiro
- 22-8 Súplica de António Correia, bacharel em Leis, para lhe ser conferido o grau de licenciado em Direito Civil fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 23-8 Carta de D. Manuel, a confirmara eleição do juiz dos órfãos da Ribeira Grande, em que figura o licenciado Jerónimo Luís, corregedor com alçada nas ilhas dos Açores
- 29-8 Súplica de Rui Lopes, sobre indulto de receber os proventos de seus benefícios, enquanto frequentasse a Cúria Romana ou algum estudo geral
- 29-8 Súplica de Martinho da Fonseca, bacharel em Leis pela Universidade de Lisboa, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor em Direito Civil fora daquela Universidade
- 1-9 Súplica de António de Vega, a solicitar licença para estudar numa universidade fora do convento durante sete anos, podendo celebrar, confessar e servir-se das esmolos que lhe derem
- 5-9 Carta de D. Manuel, a nomear procurador do número na vila da Arruda o bacharel Vasco Fernandes
- 6-9 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Cristóvão de Faria promotor de justiça da Casa do Cível e seu desembargador
- 12-9 Carta de D. Manuel, concedendo armas de nobreza ao doutor Brás Neto, sendo a carta passada pelo seu rei-de-armas principal, o bacharel António Rodrigues Portugal
- 15-9 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Pedro de Castro para administrador do hospital do Covelo
- 23-9 Súplica de Lopo Soares, bacharel em Teologia, sobre a sua transferência para algum mosteiro dos Dominicanos, enquanto estiver doente

- 25-9 Carta de D. Manuel, a nomear Marcos Rodrigues, criado do doutor Fernão de Álvares de Almeida, para corredor das folhas dos presos das cadeias de Lisboa
- 1-10 Súplica de Nicolau de Montemor, eremita de S. Agostinho, para poder estudar numa universidade
- 1-10 Carta de D. Manuel, dando licença ao bacharel Luis Soares para exercer medicina
- 5-10 Carta de D. Manuel, a conceder uma tença à viúva do licenciado Pêro de Aguiar
- 6-10 Carta de D. Manuel, a confirmar privilégios à Universidade de Lisboa
- 9-10 Carta de D. Manuel, a reabilitar o doutor Francisco Tavares
- 10-10 Súplica de João Foubert, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 18-10 Carta de D. Manuel concedendo uma tença anual ao licenciado Rui da Grã
- 19-10 Carta de D. Manuel, autorizando mestre António a praticar medicina
- 20-10 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor Luís Anes para juiz dos seus feitos na Casa da Suplicação
- 21-10 Carta de D. Manuel, a conceder uma tença ao licenciado Pêro de Gouveia
- 27-10 Súplica de Sebastião Gonçalves para poder estudar Direito Civil
- 28-10 Bula de Leão X, a conceder a António Teles, estudante em Salamanca, a pluralidade de benefícios
- 28-1 Súplica de reforma doutra de D. Pedro de Meneses, em relação com António Teles, estudante em Salamanca, sobre a pluralidade de benefícios
- 10-11 Bula de Leão X, a conceder a Rodrigo Afonso Coruja, estudante na Universidade de Lisboa, a pluralidade de benefícios
- 11-11 Carta de D. Manuel, a nomear juiz dos seus feitos o licenciado Afonso Anes
- 12-11 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, sobre o deado de Évora
- 13-11 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, sobre a porção da igreja paroquial de S. Salvador de Elvas
- 24-11 Súplica de Manuel Dias sobre prorrogação do indulto de não receber ordens sacras, enquanto frequentasse o Estudo Geral de Salamanca
- 8-12 Carta de D. Manuel, concedendo ao bacharel Gomes Borges licença de porte de armas
- 12-12 Súplica de frei André de Montemor para sair do mosteiro e estudar numa universidade
- 12-12 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Fernando Afonso para corregedor em Trás-os-Montes
- 12-12 Carta de D. Manuel, a fazer doação duma mata de Montemor-o-Novo ao licenciado Pêro Lopes
- 15-12 Carta de D. Manuel, confirmando um contrato feito nas pousadas do licenciado Afonso Anes com os moradores do Machico na Ilha da Madeira
- 17-12 Carta de D. Manuel, nomeando juiz-de-fora em Portalegre o licenciado António Lopes
- 21-12 Carta de D. Manuel, a confirmara doação duma sesmaria pelo licenciado Paris Dias, juiz-de-fora com alçada em Olivença

1516

- 2-1 Carta de D. Manuel, onde figura frei João Claro, mestre em Teologia e abade do mosteiro de S. João de Tarouca
- 14-1 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o doutor Álvaro Fernandes
- 16-1 Súplica de Fernando Vaz ou Vasques, mestre em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-2 Breve de Leão X, concedendo a mestre Pedro Gonçalves a pluralidade de benefícios
- 26-2 Súplica de Estêvão Nogueira, licenciado em Direito Canónico, sobre o cumprimento de disposições testamentárias
- 5-3 Súplica de Vicente Eanes, bacharel em Decretos, sobre a igreja de S. Pedro de Castelões
- 2-4 Súplica de Diogo Lopes em questão com Fernando Gonçalves, doutor em Decretos, sobre a vigararia da igreja de S. Maria de Alcáçova de Montemor-o-Velho
- 12-4 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a dissolução da união de umas igrejas
- 14-4 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor Álvaro Fernandes e o bacharel Rui Pires
- 19-4 Súplica de Afonso de Araújo, doutor em Direito Canónico, sobre a igreja de S. Maria do Sabugal
- 19-4 Bula de Leão X, a conceder a Afonso Alcino (Araújo?), doutor em Decretos, a igreja de S. Maria do Sabugal
- 28-4 Súplica do dominicano Vasco Fernandes, bacharel em Teologia, a pedir licença para poder proceder contra os priores e o convento de S. Domingos do Porto
- 11-6 Carta de D. Manuel, onde figuram os doutores Rui Boto e João Cardoso
- 13-6 Súplica de André Mendes sobre a pluralidade de benefícios enquanto frequentasse uma universidade
- 13-6 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre uma união de igrejas
- 15-6 Carta de D. Manuel, fazendo mercê de certos bens ao doutor João Pires
- 17-6 Súplica de frei André de Estremoz para estudar numa universidade
- 18-6 Carta de D. Manuel, nomeando o licenciado António Correia para corregedor na comarca da Beira
- 20-6 Carta de D. Manuel, autorizando o bacharel Luís Mendes a exercer medicina
- 25-6 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Dinis Rodrigues
- 10-7 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado Bernardo ou Bernardo de Segura
- 12-7 Súplica de Bernardo de Barros, doutor em Decretos, sobre canonicatos doutorais
- 16-7 Súplica de Álvaro Teixeira sobre duas igrejas paroquiais
- 18-7 Súplica de Brás de Almeida, onde figura o licenciado em Decretos Afonso Rodrigues
- 21-7 Súplica de Bartolomeu de Faria, bacharel em Direito Canónico, sobre indulto de se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 13-8 Súplica de Nuno Martins, bacharel, sobre certo litígio

- 16-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre o cumprimento do serviço religioso na igreja de S. Tomé da Correlhã
- 20-8 Súplica de Francisco de Solis, doutor em Medicina, sobre promoção às ordens sacras, pluralidade de benefícios, e indulto para exercer medicina
- 25-8 Súplica de João Dias, a solicitar indulto para estudar Direito Civil
- 27-8 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 28-8 Súplica de Francisco Cardoso, bacharel em Direito, sobre indulto para se licenciar em ambos os Direitos fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 30-8 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado António Lopes
- 1-9 Súplica de João Rodrigues, doutor em Decretos, em questão com Diogo de Madureira sobre o deado da sé de Évora
- 5-9 Súplica de Pedro Álvares de Almeida, bacharel em Leis, para se doutorar em Direito Civil fora da Universidade de Lisboa
- 9-9 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre alteração dos costumes introduzidos em 1451 na distribuição dos proventos da igreja de S. Tomé da Correlhã de que era reitor
- 12-9 Súplica em forma de «motu proprio» do rei de Portugal para ser dado em comenda a seu filho Afonso de Portugal o priorato do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
- 13-9 Bula de Leão X, em que figura o doutor em ambos os Direitos Afonso Orelha
- 16-9 Carta de D. Manuel, a nomear o mestre em Artes, D. Pedro de Meneses, para desembargador do Paço, com a tença anual de 60.000 reais
- 25-9 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Jorge Machado
- 14-10 Carta do D. Manuel, nomeando juiz da alfândega de Bragança o bacharel Álvaro Gonçalves
- 17-10 Súplica de Luís Eanes, doutor nos dois Direitos, sobre o arrendamento duma quinta do mosteiro de Salzedas
- 20-10 Bulas de Leão X, concedendo os canonicato, prebenda e chantria de Coimbra a mestre Gonçalo de Salazar, bacharel em Decretos
- 22-10 Súplica de Jorge Nunes, bacharel em Leis, para se doutorar fora das universidades
- 22-10 Súplica de Gaspar Carvalho, para ser promovido a bacharel, licenciado e doutor fora das universidades
- 3-11 Súplica do doutor em Decretos, João Rodrigues, sobre o deado de Évora
- 10-11 Súplica em forma de «motu proprio» de Álvaro Teixeira sobre um benefício eclesiástico
- 13-11 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor João de Faria
- 14-11 Súplica de João Peres, franciscano, para poder frequentar durante sete anos um estudo geral
- 26-11 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Teologia, sobre a chantria de Évora
- 28-11 Súplica dos franciscanos Fernando Vaqueiro e Gil Faleiro, para serem promovidos ao bacharelato, licenciatura e magistério fora das universidades
- 28-11 Súplica de Diogo do Rego, doutor em ambos os Direitos, na qual se alude à morte do doutor Afonso de Guimarães
- 5-12 Leão X concede a João Bravo, doutor em Decretos, o priorado de S. Martinho de Mancelos da Ordem de S. Agostinho
- 5-12 Carta de D. Manuel relativa ao licenciado Cristóvão Esteves
- 8-12 Súplica de Jorge da Mota e de Pedro Álvares da Grã sobre a dissolução duma união de igrejas
- 10-12 Súplica de Diogo Gonçalves, licenciado nos dois Direitos, sobre uma porção na igreja paroquial de Santa Leocádia de Barcos, diocese de Lamego
- 12-12 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador o doutor Rui Lopes
- 31-12 Carta de perdão de D. Manuel a certo mancebo, onde figura o doutor Álvaro Fernandes

1517

- 12-1 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor Fernão Martins para o seu desembargo
- 20-1 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado frei Gil, dominicano
- 24-1 Carta de D. Manuel referente a Pedro Lopes, bacharel em Medicina
- 27-1 Súplica de Lopo Eanes, onde figura o doutor Pedro Gonçalves
- 31-1 Carta de D. Manuel, onde figuram D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, e D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia
- 4-2 Carta de D. Manuel, onde são mencionados os doutores João Pires e Afonso Serrão e o bacharel Pêro Carreiro
- 4-2 Bulas de Leão X, a conceder a mestre João Fernandes uma pensão
- 9-2 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador o doutor Pêro Ferreira
- 10-2 Súplica de António da Mota, doutor nos dois Direitos, sobre a desunião de duas igrejas da diocese de Braga
- 27-2 Súplica de Francisco Borges, estudante de Direito Canónico em Salamanca
- 1-3 Súplica de Maninho Gonçalves, sobre indulto para estudar Direito Civil
- 9-3 Súplica de António Guidete sobre a sua promoção a conde palatino com todos os privilégios, inclusive o de conferir graus académicos
- 13-3 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o doutor João Afonso
- 13-3 Carta de D. Manuel, referindo um alvará para o doutor Francisco Mendes fazer o tombo dos bens do mosteiro de Lorvio
- 20-3 Alvará de D. Manuel, mandando o seu feitor na Flandres subsidiar os estudos de dois franciscanos em Inglaterra
- 22-3 Súplica de Bernardino de Torres, bacharelem Medicina, para ser licenciado e doutorado fora das universidades
- 2-4 Carta de D. Manuel, passada pelo bacharel António Rodrigues Portugal, a dar armas de nobreza ao licenciado Lourenço da Fonseca

- 17-4 Carta de D. Manuel, em que figuram os licenciados D. Pedro de Meneses e Rui da Grã, ambos do seu desembargo
- 22-4 Carta de D. Manuel, onde são referidos o doutor chanceler Rui Boto e o bacharel João Lourenço, juiz de Lamego
- 23-4 Carta de D. Manuela conceder uma tença anual ao doutor Pedro Godiz, desembargador dos feitos da sua fazenda
- 26-4 Carta de D. Manuel, a dotar, com o subsídio anual de 130 mil reais, 20 moios de trigo e 20 pipas de vinho, o colégio que criara a expensas suas no mosteiro de S. Domingos de Lisboa e se destinava à firequência de 14 dominicanos e 6 jerónimos
- 1-5 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o licenciado Vicente dos Picos, juiz-de-fora na Covilhã
- 8-5 Súplica de Gaspar de Avis, para poder frequentar qualquer universidade e voltar impune a qualquer convento da sua Ordem de S. Jerónimo
- 11-5 Carta de D. Manuel, a aposentar coma tença anual de 50 mil reais o doutor Luís Teixeira, desembargador e ouvidor na Casa do Cível
- 13-5 Bula de Leão X, a conceder a Aires Ferreira, doutor nos dois Direitos, a união de duas igrejas
- 22-5 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Alonso de Sousa
- 23-5 Súplica de frei Domingos de Sousa, dominicano e bacharel em Teologia, a solicitar várias concessões com vista à sua actividade de missionário
- 25-5 Carta de D. Manuel, onde são referidos o cronista-mor Rui de Pina e o licenciado Gabriel Gil
- 25-5 Carta de D. Manuel sobre uma herança indevidamente legada pelo doutor Afonso de Guimarães
- 25-5 Carta de D. Manuel, nomeando desembargador o doutor João Cotrim com a tença anual de 20 mil reais
- 3-6 Súplica de João Rodrigues, bacharel em Teologia, para poder celebrar e exercera cura de almas em dioceses alheias
- 10-6 Carta de D. Manuel atribuindo a tença anual de 64 mil reais ao doutor Diogo Pires, corregedor dos feitos cívéis
- 15-6 Súplica de João Fernandes, bacharel em Direito Canónico, sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Travanca
- 17-6 Súplica de Álvaro Rodrigues de la Pena e de Francisco Mendes, clérigos e bacharéis em Medicina, para serem promovidos a licenciados e doutores fora da Universidade de Salamanca onde se bacharelaram
- 18-6 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Francisco Mendes
- 20-6 Súplica de Rodrigo Coutinho sobre questão como mestre em Teologia frei João Claro, abade de S. João de Tarouca
- 22-6 Súplica de frei Gil Faleiro sobre dispensa para receber os graus de bacharel, licenciado e doutor numa universidade à sua escolha
- 22-6 Carta de D. Manuel, a nomear escrivão dos concelhos de Lisboa o licenciado Cristóvão Esteves
- 26-6 Súplica de João de Lonsemo, sacerdote de Évora, onde é mencionado o doutor João Rodrigues, cónego naquela cidade e doutor em Direito Canónico
- 2-7 Súplica do clérigo de Braga Francisco Borges, sobre prórroga do indulto de não receber ordens sacras, enquanto frequentasse um estudo geral
- 4-7 Súplica de frei Pedro da Póvoa, mestre em Teologia, para poder transitara outra Ordem
- 6-7 Súplica de João Peres, doutor nos dois Direitos, sobre questão com os clérigos beneficiados da igreja de S. Jorge de Lisboa
- 6-7 Carta de D. Manuel, onde são mencionados o doutor Gaspar Jorge e seu irmão, o licenciado Francisco Jorge
- 6-7 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o doutor Gonçalo de Azevedo
- 10-7 Súplica de D. Manuel, rei de Portugal, sobre a confirmação apostólica dum colégio universitário no convento de S. Domingos de Lisboa para 14 dominicanos e 6 jerónimos
- 10-7 Bula de Leão X a confirmara fundação do colégio referido no documento imediatamente anterior a este
- 13-7 Súplica do doutor Martinho de Figueiredo sobre a igreja de S. André de Esgueira e sua união à de S. Tiago de Piães
- 17-7 Súplica de Ana Rodrigues para ser examinada em Medicina e poder exercer esta ciência
- 3-8 Súplica de Dona Ana de Mendonça, mãe do duque de Coimbra, a favor de frei Pedro de Lisboa, dominicano e bacharel em Teologia
- 7-8 Súplica de António Teles, estudante na Universidade de Salamanca, sobre indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras
- 7-8 Súplica de frei João de Barbuda, doutor em Teologia, sobre indulto de exclaustração
- 13-8 Súplica de João Peres, doutor nos dois Direitos, sobre questão com os clérigos beneficiados da igreja de S. Jorge de Lisboa
- 28-8 Súplica de Cristóvão Mendes de Carvalho, bacharel em Leis, para lhe ser conferido o grau de doutor fora da Universidade de Salamanca onde se bacharelara
- 3-9 Súplica de Pedro Eanes, bacharel em Decretos, sobre os canonicato e prebenda da sé de Viseu
- 4-9 Súplica de Gaspar de Faria, em que figura o bacharel Afonso Eanes
- 13-9 Súplica do franciscano conventual António Francisco, para poder estudar onde houvesse um estudo geral, com a faculdade de servir nalgum benefício eclesiástico. Pede indulto idêntico o franciscano do mesmo convento, frei Pedro Galácio
- 13-9 Nova súplica de João de Barbuda, doutor em Teologia, a pedir indulto de exclaustração
- 19-9 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador o licenciado António de Azevedo
- 26-9 Súplica de frei Afonso Gomes, franciscano e mestre em Teologia, para passara outra Ordem
- 20-10 Carta de D. Manuel, nomeando procurador dos feitos da sua fazenda o licenciado Cristóvão Esteves
- 21-10 O papa Leão X incumbe algumas entidades eclesiásticas de conferirem o doutoramento e respectivas insígnias ao leigo Pedro Martins
- 24-10 Carta de D. Manuel, em que figuram mestre Diogo e o doutor Diogo de Faria
- 25-10 Súplica de Pedro Martins, para lhe ser conferido o grau de doutor em Medicina e respectivas insígnias

- 27-10 Súplica de frei Afonso de Évora, professor de Teologia, sobre indulto de recolher e transferir algumas relíquias de santos
- 31-10 Súplica de Diogo Martins, bacharel em Decretos, sobre os canonicato e prebenda de Viseu
- 2-11 Bulas do papa Leão X, a conceder a António Ribeiro a igreja paroquial de S. Tiago de Sendint, diocese de Braga
- 4-11 Súplica de João Gonçalves, estudante de Cânones em Salamanca, para lhe serem conferidos os graus de bacharel, licenciado e doutor fora da Universidade salmantina
- 4-11 Breve de Leão X, a conceder a João Gonçalves o que este pedira no documento imediatamente anterior a este
- 17-11 Súplica do doutor Martinho de Figueiredo, sobre prorroga do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras requeridas pelos seus benefícios
- 20-11 Carta de D. Manuel, mandando o doutor mestre Afonso examinar na ciência da Física o licenciado Tomás Lourenço
- 20-11 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor mestre Afonso, seu físico-mor e o doutor Jorge Luís
- 27-11 Súplica de frei João de Chaves, professor de Teologia, para poder assistir à paróquia de S. Bartolomeu de Rabal por meio de sacerdote idóneo ou capelão e dizer o ofício divino segundo o estilo da Cúria Romana
- 3-12 Súplica de frei João Claro, professor de Teologia, sobre uma questão entre ele e o abade de Alcoaça
- 3-12 Carta de D. Manuel, onde são referidos os doutores Gaspar Vaze Diogo Pires
- 7-12 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, mestre em Artes e Teologia, sobre questão relativa à chantria de Évora
- 29-12 Carta de D. Manuel, nomeando o bacharel em Cânones Francisco Marques, para procurador do número em Lamego

1518

- 11-1 Súplica de Sebastião de Portugal, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor nos dois Direitos, com dispensa da prova dos cursos
- 15-1 Súplica de D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, e de Diogo Lopes, sobre o priorado de Águas Santas, diocese do Porto
- 15-1 Bula de Leão X, a conceder o pedido por D. Pedro de Meneses no documento imediatamente anterior
- 17-1 Súplica de frei Jorge de Santarém, professor de Teologia, a pedir indulto de escolher algum convento da sua Ordem Dominicana para viver
- 18-1 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Mouros, diocese de Lamego
- 21-1 Súplica de Álvaro Teixeira sobre uma união de igrejas
- 22-1 Súplica de Francisco Fernandes, cônego de Lisboa com 8 anos de idade, para estudar Gramática e outras disciplinas em qualquer estudo geral, sem obrigação de residência pessoal, enquanto estudasse, nos canonicato e prebenda de Lisboa
- 1-2 Súplica de João Foubert e de Álvaro Teixeira sobre uma união de igrejas
- 8-2 Carta de D. Manuel, nomeando o bacharel Bastião Álvares para juiz-de-fora em Tavira
- 10-2 Súplica de Álvaro Teixeira sobre uma união de igrejas
- 10-2 Súplica de Álvaro Teixeira sobre questão na Cúria Romana com Francisco Eanes quanto à igreja paroquial de S. Martinho de Mouros
- 13-2 Carta de D. Manuel, a nomear o bacharel António de Macedo para Juiz-de-fora na vila de Moura
- 17-2 Súplica de Simão da Costa, estudante na Universidade de Sena, sobre prorrogação do indulto de não ser obrigado a tomar as ordens sacras requeridas por seus benefícios
- 22-7 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor mestre Afonso e o bacharel mestre Manuel
- 27-2 Breve de Leão X, a atender a súplica de Simão da Costa do documento de 22 de Fevereiro
- 1-3 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Cristóvão Mendes para juiz-de fora em Coimbra
- 4-3 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o licenciado João Vasques
- 12-3 Bulas de Leão X, concedendo a Leonardo Margione o arcediagado de Santarém, a que renunciara o mestre João Fernandes
- 12-3 Bulas de Leão X sobre o mesmo assunto do documento imediatamente anterior
- 16-3 Súplica de Álvaro Teixeira sobre causas com D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, e sobre uma união de igrejas
- 17-3 Carta de D. Manuel, em que figuram o doutor Rui Boto e o bacharel Rodrigo Aires
- 18-3 Súplica de Rodrigo de Meneses, mestre-escola de Lamego, sobre questão de maus tratos com António Pereira, doutor em ambos os Direitos
- 18-3 Bula de Leão X, a encarregar o bispo de Tânger de conceder a Francisco Fernandes, cônego de Lisboa, o arcediagado de Santarém
- 19-3 Carta de D. Manuel, onde figuram o licenciado Rui da Grã e o mestre em Artes D. Pedro de Meneses
- 20-3 Breve de Leão X, a fazer certas concessões a Álvaro Teixeira e pessoas de sua família
- 23-3 Súplica de frei João da Madalena, mestre em Teologia, sobre a aplicação dalguns bens da sua herança
- 24-3 Carta de D. Manuel fazendo seu conselheiro a D. Pedro de Meneses, mestre em Artes, licenciado em Teologia e desembargador
- 26-3 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, doutor em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 12-4 Súplica de Álvaro Teixeira sobre causa respeitante ao arceprelado de Lamego ventilada na Cúria Romana
- 15-4 Carta de D. Manuel, passada pelo seu rei-de-armas, o bacharel António Rodrigues Portugal, a conceder armas de nobreza a João de Macedo, fidalgo da casa del-rei
- 15-4 Súplica de Brás Rodrigues para se licenciar e doutorar em Direito Civil fora da Universidade de Salamanca onde estudara

- 15-4 Súplica de Gonçalo Álvares, bacharele professor de Artes e Medicina no Estudo de Lisboa, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor fora da Universidade
- 15-4 Súplica de Simão da Costa, estudante de ambos os Direitos na Universidade de Sena, a pedir nova prorroga do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pelos seus benefícios
- 15-4 Breve de Leão X sobre a súplica de Brás Rodrigues do documento de 15 de Abril
- 15-4 Breve de Leão X sobre a súplica de Gonçalo Álvares do documento de 15 de Abril
- 19-4 Súplica de Francisco Vasques ou Vaz, para se licenciar em Teologia fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 19-4 Breve de Leão X sobre a súplica de Francisco Vasques ou Vaz do documento anterior a este
- 21-4 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Gaspar Jorge
- 25-4 Carta de D. Manuel, onde figura o doutor Luís Teixeira
- 26-4 Súplica de João Anerino (Araújo?), doutor em Leis, sobre obrigações testamentárias
- 5-5 Notícia da promoção de D. Henrique, filho do rei D. João do Manicongo, a bispo de Útica
- 9-5 Súplica de frei Lucas, do mosteiro de S. Marcos, diocese de Coimbra, para poder frequentar a Universidade de Paris ou outro estudo geral
- 9-5 Súplica de frei Diogo de Murça, do mosteiro de Penha Longa, diocese de Lisboa, para poder frequentar um estudo geral
- 10-5 Súplica de Aires Ferreira, doutor nos dois Direitos, para poder alugar os rendimentos da sua igreja paroquial de S. Maria de Lamas, diocese de Braga
- 10-5 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja de S. Miguel de Celavisa, diocese de Coimbra
- 18-5 Súplica de D. Miguel da Silva sobre certas igrejas a que renunciara
- 20-5 Bula de Leão X, a conceder a Jorge Rodrigues, bacharel em Decretos, a pluralidade de benefícios
- 26-5 Súplica de Álvaro Teixeira, para lhe ser confirmada a doação dos frutos da igreja paroquial de S. Paio de Caria, diocese de Lamego
- 27-5 Súplica de frei Miguel Sanchez, de Saragoça, professor do mosteiro dos Jerónimos de Penha Longa, para frequentar uma universidade
- 31-5 Súplica de António de Aguiar, estudante de Direito Canónico e Civil, para se poder doutorar fora das universidades
- 1-6 Súplica de Pedro Eanes, bacharel nos dois Direitos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Vouzela
- 5-6 Reforma de súplica anterior de Diogo Ortiz de Vilhegas, doutor em Teologia e mestre em Artes, sobre a pluralidade de benefícios
- 11-6 Súplica de frei Afonso de Córdova, licenciado em Teologia, sobre indulto de excláustração
- 11-6 Súplica do bacharel Pedro Rodrigues para se licenciar e doutorar em Medicina fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 11-6 Breve de Leão X sobre a súplica de Pedro Rodrigues do documento anterior a este
- 14-6 Súplica de António Rodrigues, bacharel em Artes e Medicina, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 14-6 Breve de Leão X sobre a súplica de António Rodrigues do documento anterior a este
- 14-6 Bula de Leão X, a absolver de qualquer censura ou pena que possa impedir a promoção a bispo do bacharel em Teologia, frei Gonçalo de Amorim
- 14-6 Bula de Leão X, a nomear bispo de Hierápolis frei Gonçalo de Amorim, dominicano e bacharel em Teologia
- 18-6 Súplica de Álvaro Teixeira e Diogo Machado sobre uma desunião de igrejas
- 25-6 Carta de D. Manuel, onde figura o bacharel João Lourenço, juiz-de-fora com alçada na cidade do Porto
- 8-7 Súplica de António Dias, doutor nos dois Direitos, sobre certo testamento
- 11-7 Súplica de Rui Lopes de Carvalho, para ser promovido a doutor em ambos os Direitos fora das universidades
- 12-7 Breve de Leão X sobre a súplica de Rui Lopes de Carvalho do documento anterior a este
- 17-7 Súplica de António da Gama, para obter o grau de doutor em Cânones fora das universidades
- 26-7 Súplica de João Rodrigues Homem, para se licenciar e doutorar em Direito Civil, fora das universidades
- 28-7 Súplica de Leonardo da Parada, bacharel em Teologia, sobre a pluralidade de benefícios
- 2-8 Súplica em forma de «motu proprio» de Álvaro Teixeira sobre um benefício de diocese castelhana
- 2-8 Súplica de António Borges, para poder frequentar uma universidade e usar os bens da sua herança
- 7-8 Súplica de João Rodrigues Homem idêntica à do documento do dia 26 de Julho de João Rodrigues Homem
- 8-8 Súplica de D. Pedro de Meneses sobre a igreja de S. Salvador de Arraiolos
- 9-8 Bula de Leão X, a nomear D. Gonçalo Ribeiro de Almeida bispo de Cálamos
- 9-8 Bula de Leão X, a conceder a D. Gonçalo Ribeiro de Almeida, bispo de Cálamos, algumas igrejas, para prover a suas necessidades
- 11-8 Súplica de D. Pedro de Meneses sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 11-8 Súplica de Luís Caiado, doutor nos dois Direitos, e de Francisco Lopes, sobre o arcediagado de Lisboa
- 11-8 Letras apostólicas de Leão X, a conceder a Luís Caiado, doutor em ambos os Direitos, uma pensão anual sobre os frutos e proventos dos canonicato, prebenda e arcediagado de Lisboa
- 11-8 Letras apostólicas de Leão X, a conceder a Francisco Lopes os canonicato, prebenda e arcediagado de Lisboa, a que Luís Caiado, doutor nos dois Direitos, renunciara
- 16-8 Carta de D. Manoel, a nomear juiz-de-fora de Santarém o licenciado Álvaro Anes
- 19-8 Súplica de António de Azevedo, arcediago de Barroso, diocese de Braga, a pedir indulto para poder visitar as igrejas e mosteiros da sua jurisdição por meio doutras pessoas eclesiásticas

- 22-8 Súplica de D. Afonso, bispo de Évora, a pedir que sejam encarregados probos varões das causas que tencionava mover contra Jorge Fernandes, licenciado em Direito
- 23-8 Súplica do bispo de Cálamos, D. Gonçalo Ribeiro de Almeida, a pedir a fixação de certos limites para a sua diocese
- 23-8 Bulas de Leão X, concedendo a António Ribeiro, clérigo de Lamego, uma pensão anual sobre os rendimentos do arcediagado de Riba-Coa
- 25-9 Súplica de João Gonçalves, da diocese de Braga, para se licenciar e doutorar em Direito Canónico fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 5-10 Súplica de frei Bernardino, franciscano e bacharel em Teologia, sobre a confirmação apostólica de certa regalia
- 7-10 Súplica em forma de «motu proprio» de Afonso Rodrigues, licenciado em Decretos, sobre certos privilégios e graças da sua condição de escudeiro apostólico
- 7-10 Bula de Leão X, a conceder a Afonso Rodrigues, licenciado em Decretos, a pluralidade de benefícios
- 13-10 Súplica de Simão de Pina, da Guarda, para se licenciar e doutorar em ambos os Direitos ou num deles, fora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 18-10 Leão X concede de novo a frei Jorge de Portalegre, franciscano e licenciado em Teologia, uma igreja paroquial da diocese de Braga
- 1-11 Súplica de António Teles, para lhe ser concedido indulto de estudar também Leis em qualquer estudo geral
- 11-11 Carta de D. Manuel, onde figuram os licenciados Rui da Grã e Pais Dias
- 15-11 Súplica do doutor frei João Ramosa pedir certas concessões
- 23-11 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor Rui Boto e o bacharel em Decretos Afonso Anes
- 26- Súplica de Martinho de Figueiredo sobre mais uma prorrogação do indulto de não receber ordens sacras
- 10-12 Súplica de frei Henrique de Coimbra, bispo de Ceuta, e de Domingos Álvares, deão de Ceuta e bacharel em Decretos, sobre pensão a tirar dos réditos da mesa episcopal
- 18-12 Súplica de Cristóvão de Alcalá, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e mestre em Teologia, fora das Universidades de Sevilha e Lisboa onde estudara
- 20-12 Súplica de frei Francisco de Coimbra, franciscano conventual e bacharel em Teologia, para poder transitar à Ordem Terceira de S. Francisco

1519

- 10-1 Carta de D. Manuel, onde são mencionados os doutores Rui Boto e Álvaro Fernandes
- 28-1 Súplica de Álvaro Teixeira em forma de «motu proprio» sobre graça expectativa relativa aos canonicato e prebenda de Coimbra e outros privilégios de curial
- 5-2 Súplica de frei Amador, dominicano e mestre em Teologia, para poder utilizar alguns bens das suas heranças paterna e materna
- 14-2 Súplica de Afonso Rodrigues, licenciado em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Eugénia, diocese de Braga
- 17-2 Leão X concede benefícios a Brás Neto, doutor nos dois Direitos
- 26-2 Súplica do Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Cipriano, concelho de Aregos, diocese de Lamego
- 29-2 Carta de D. Manuel, onde são referidos o desembargador Afonso Madeira e o doutor João Pires
- 5-3 Súplica do cubiculário papal Anlânio Guidete, cónego de Lisboa, sobre vários benefícios vagos por morte de D. Gonçalo Ribeiro de Almeida, bispo de Cálamos
- 16-3 O papa Leão X concede a João Foubert, bacharel em Decretos, os canonicato e prebenda da igreja lamecense
- 2-4 Súplica do bispo de Ceuta D. Henrique e de Domingos Álvares, deão de Ceuta, sobre a confirmação apostólica da pensão atribuída pelo primeiro ao segundo
- 11-4 Leão X concede a Rafael Gil, doutor em Decretos, o deão do Tâmega
- 15-4 Súplica de D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia e mestre em Artes, sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 15-4 Súplica de Tomé Rodrigues, licenciado em Direito Canónico, sobre a confirmação da sua nomeação para cónego da Sé da Guarda
- 25-4 Súplica de D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, sobre uma união de igrejas
- 13-5 Súplica de D. Pedro de Meneses a completar e rectificar outra súplica sua de 15.4.1519
- 16-5 Súplica de D. Pedro de Meneses sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Arraiolos
- 16-5 Súplica de Henrique Maris, bacharel em Teologia e mestre em Artes, sobre os canonicato e prebenda de Viseu, e certas igrejas paroquiais da mesma diocese
- 27-5 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a sua mudança de certos canonicatos para outros benefícios mais favoráveis
- 6-6 Súplica do deão e do cabido de Silves sobre o aluguer de décimas e frutos pertencentes à mesa capitular
- 6-6 Súplica de António de Aguiar, para se doutorar em ambos os Direitos fora das universidades
- 11-6 Súplica de Diogo Gonçalves, licenciado nos dois Direitos, sobre duas igrejas paroquiais e os canonicato e prebenda de Lamego
- 12-6 Súplica de Gaspar Mendes, para se licenciar e doutorar em Artes e Medicina fora da Universidade de Lisboa, onde se bacharelara
- 16-6 Súplica de Francisco Neto (ou Melo?), mestre em Artes, sobre a igreja paroquial de Santa Maria do Jarmelo, diocese da Guarda
- 16-6 Leão X concede a Francisco de Melo, mestre em Artes, a união das igrejas de S. Maria do Jarmelo e de S. Miguel Arcanjo, ambas da diocese da Guarda

- 12-7 Súplica de Pedro Rodrigues, doutor em Decretos e chantre do Porto, sobre a união da igreja de S. Romão de Vermoim à chantria
- 12-7 Súplica de frei Jorge Cordeiro, onde é referido o doutor em ambos os Direitos Diogo Lopes
- 18-7 Súplica de Diogo Lopes, doutor em Decretos, sobre indulto do receber os proventos de seus benefícios
- 20-7 Nova súplica de frei Amador, a corrigir certo erro do texto doutra súplica sua (documento de 5 de Fevereiro de 1519)
- 14-8 Súplica de Henrique Maris, bacharel em Teologia, sobre duas igrejas paroquiais
- 18-8 Súplica de Henrique Maris, bacharel em Teologia, sobre o arcediagado de Évora
- 19-8 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, doutor em Teologia, sobre uma união de igrejas
- 22-8 Súplica de António Pereira, doutor em Leis, sobre causa matrimonial
- 22-8 Súplica de Afonso Rodrigues, licenciado nos dois Direitos, sobre duas vigararias da diocese de Braga
- 22-8 Súplica de Leonardo Marchionis, cónego de Lisboa, sobre indulto para estudar Leis e Medicina
- 24-8 Súplica de Leonardo Marchionis, cónego de Lisboa, para ser nomeado conde palatino e poder graduar em ambos os Direitos
- 15-9 Súplica de Alonso de Aguilar, da diocese de Placência, sobre uma porção na igreja de Abrantes, possuída por Fernando Lopes, bacharel em Artes e Medicina
- 15-9 Súplica de D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, sobre a igreja de S. Pedro de Vale de Ladrões, diocese de Lamego
- 5-10 Súplica de João Dias e Diogo Dias, em que figura Francisco de Sá de Miranda
- 15-10 Súplica de Simão da Costa sobre a prórroga do indulto do não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pelos seus benefícios, em razão de seus estudos
- 17-10 Súplica de João Rodrigues, cónego de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, sobre indulto de receber os proventos dos benefícios enquanto andasse num estudo geral
- 17-10 Súplica de Lucrecia Nunes, em questão com António Pereira, doutor em Leis, para o papa avocar a sua causa matrimonial das mãos do prior do mosteiro da Costa e do chantre da colegiada de Guimarães
- 17-10 Súplica de frei António de Santa Maria, para frequentar a Universidade de Lisboa
- 18-10 Súplica de frei Rofo, a pedir licença para estudar numa universidade
- 18-10 Súplica em forma de «motu proprio» de Jorge Temudo, doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 21-10 Súplica de Jorge Afonso, para poder receber os proventos dos seus benefícios enquanto frequentasse um estudo geral
- 22-10 Súplica do doutor Eduardo Fogaça, sobre certas dignidades da igreja de Silves
- 26-11 Súplica de Álvaro Teixeira sobre os canonicato e prebenda de Lisboa
- 28-11 Breve apostólico, concedendo a Cristóvão Rebelo, secretário do imperador Carlos V, e a Luís Teixeira vários privilégios
- 3-12 Súplica del-rei D. Manuel, pedindo certas faculdades para os jerónimos de S. Maria de Belém
- 11-12 Leão X concede a Pedro de Meneses a união duma igreja ao priorado de Águas Santas, diocese do Porto
- 23-12 Notícia sobre a nomeação de frei Ambrósio de Lisboa, eremita de S. Agostinho e professor de Teologia, para bispo de Ruskoi na Trácia

1520

- 7-1 Súplica de Rui Dias sobre indulto para estudar Direito Civil em estudos gerais
- 19-1 Carta de D. Manuel, concedendo a naturalidade portuguesa ao doutor João Parvi, oriundo da Normandia
- 22-2 Súplica de mestre Francisco, capelão do duque de Bragança, para lhe serem conferidos os graus de bacharel, licenciado e mestre em Teologia
- 27-2 Súplica de António de Burgos, doutor nos dois Direitos, sobre indulgências para uma capela de Santo António em Espanha
- 3-3 Súplica de Luís Afonso, licenciado em Decretos, contra agravos de Brás Barreto, oficial e desembargador na cúria metropolitana de Lisboa
- 10-3 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor mestre Gil e o bacharel Fernão Pereira
- 10-3 Carta de D. Manuel, onde figuram o bacharel Pêro Gomes, os doutores de La Para, Fernão de Álvares, e Santo Isidro, e mestres Afonso, Nicolau e Diogo
- 12-3 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor Diogo Pacheco provedor dos órfãos
- 12-3 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor Rui Boto e o licenciado António Lopes
- 12-3 Carta de D. Manuel, onde figuram mestre Gil, mestre Afonso, mestre Nicolau e o doutor mestre Diogo
- 13-3 Súplica de Henrique Maris, mestre em Artes e bacharel em Teologia, para se licenciar e doutorar nesta ciência fora da Universidade de Paris onde estudara
- 14-3 Carta de D. Manuel, onde figuram o doutor Rui Boto e o doutor Fernão Nogueira
- 14-3 Súplica de Rui Lopes, para ser promovido ao grau de doutor em ambos os Direitos fora das universidades
- 15-3 Súplica de frei Pedro de Noronha, para estudar fora doseu mosteiro em qualquer universidade
- 17-3 Carta de D. Manuel, a confirmara eleição do bacharel Dinis Gonçalves para lente de Sexto das Decretais
- 19-3 Súplica em que o bacharel Pedro de Medina solicita confirmação apostólica para certas disposições que tomou como administrador duma capela no mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa
- 21-3 Carta de D. Manuel, passada pelos licenciados Rui da Grã e D. Pedro de Meneses, concedendo privilégios a Afonso Álvares

- 19-4 Reforma ou esclarecimento de pedido anterior de D. Pedro de Meneses sobre as condições em que resignara a certa igreja
- 20-4 Súplica de Diogo Lyrend, para se licenciar e doutorar em Medicina fora da Universidade de Salamanca, onde se bacharelara
- 21-4 Súplica de Francisco de Ávila, sacerdote da diocese de Lamego, para exercer medicina sem incorrer em censuras eclesiásticas
- 26-4 Leão X nomeia um coadjutor para o governo dos canonicato e prebenda de Évora, a pedido do seu titular Pedro Gonçalves, doutor em Decretos
- 27-4 Súplica de Rodrigo Fagundes, para poder estudar e graduar-se em Direito Civil
- 30-4 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja paroquial de, S. Paulo de Salvaterra de Magos
- 15-5 Carta de D. Manuel, a renovar um aforamento de terras do Hospital de Todos-os-Santos, na qual figuram o doutor João de Faria, o licenciado Diogo da Grã e o bacharel Nuno Martins Fafes
- 15-5 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Vilar Torpim, vacante por morte do doutor Álvaro Cardoso
- 21-5 Súplica de João Peres (Parei?), doutor em Teologia, a pedir confirmação apostólica para a sua nomeação de cónego de Évora
- 21-5 Bula de Leão X, a conceder a João Parvi, mestre em Teologia, a confirmação da sua nomeação para cónego de Évora
- 25-5 Carta de D. Manuel, onde figura mestre Gil, cirurgião--mor
- 26-5 Súplica de Rui Lopes, para se doutorar nos dois Direitos, fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 3-6 Súplica de Francisco de Melo, mestre em Artes, sobre porção na igreja colegiada de S. Cristóvão de Lisboa,
- 2-7 O papa Leão X concede ao seu cubiculário, Álvaro Teixeira os canonicato e prebenda de Lisboa
- 16-7 Carta de D. Manuel, onde figuram D. Pedro de Meneses, mestre em Artes, e D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal
- 22-7 Súplica de João da Fonseca, para se licenciar e doutorar nos dois Direitos, fora da Universidade de Salamanca onde se bacharelara
- 24-7 Súplica de Manuel Peres, para estudar em qualquer universidade, sem obrigação de tomar as ordens sacras requeridas por seus benefícios
- 31-7 Carta de D. Manuel, onde figura o bacharel Gregório Nunes, físico morador em Beja
- 31-7 Carta de D. Manuel, em que figuram D. Pedro de Meneses, mestre em Artes, e D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal
- 3-8 Bula de Leão X, em que é mencionado o doutor Álvaro Teixeira
- 13-8 Carta de D. Manuel, onde figuram o licenciado Rui da Grã e o doutor Pedro Godiz
- 17-8 Súplica de Baltasar Álvares, a pedir indulto para se dedicar ao estudo do Direito Civil
- 18-8 Súplica de Pedro Margalho, doutor em Teologia, sobre os canonicato e prebenda magistrais ou doutorais da sé de Viseu
- 24-8 Carta de D. Manuel, a atribuir uma tença anual ao licenciado Pêro de Gouveia do seu conselho e desembargo
- 27-8 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado Estêvão Dias, juiz do crime em Lisboa
- 30-8 Carta de D. Manuel, atribuindo ao doutor Diogo Pires, desembargador, a tença anual de cinco moios de trigo
- 30-8 Carta de D. Manuel, onde figura o bacharel Gaspar Pegado, Juiz-de-fora em Estremoz
- 7-9 Súplica de João Peres, clérigo da diocese de Lamego e estudante de Teologia no Estudo Geral de Roma, para receber o grau de bacharel naquela ciência das mãos de dois ou três mestres de qualquer e em qualquer universidade
- 7-9 Carta de mercê de D. Manuel ao licenciado Nuno Álvares
- 17-9 Carta de mercê de D. Manuel ao licenciado Cristóvão Esteves
- 21-9 Súplica de Álvaro Teixeira sobre uma porção na igreja de S. João de Sernancelhe, pertencente à Ordem do Hospital
- 21-9 Súplicas de Sebastião Cavaleiro e João Francisco, ambos da Ordem de S. Agostinho, para frequentarem uma universidade ou estudo geral
- 25-9 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Antão Gonçalves para juiz-de-fora em Montemor-o-Novo
- 27-9 Súplica de João Peres, estudante de Teologia na Universidade de Roma, para mestre frei Miguel de Pietra Santa, assistido de mestres da mesma ciência, lhe conferir o grau de bacharel
- 30-9 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas sobre dois canonicatos
- 9-10 Súplica de Henrique Maris, bacharel em Teologia, sobre o arceidiagado de Évora, em que é mencionado o doutor João Parei
- 9-10 Súplica de João Peres, estudante de Teologia na Universidade de Roma, idêntica à do documento da súplica do mesmo estudante de 27 de Setembro
- 11-10 Carta de D. Manuel concedendo uma tença ao doutor Cristóvão da Costa, filho do físico-mor doutor mestre Afonso
- 11-10 Carta de D. Manuel, autorizando o bacharel Francisco de Lemos a exercer medicina
- 11-10 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o bacharel Gil Vasques Bugalho, juiz-de-fora em Abrantes
- 12-10 Súplica de João Eanes, bacharel em Teologia, sobre causas e questões que trazia com Simão do Campo e seus pais
- 14-10 Súplica de João Peres, sobre reforma de súplica anterior
- 17-10 Carta de D. Manuel, a conceder ao doutor Pedro Nunes uma tença anual
- 22-10 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Pedro Nunes seu desembargador
- 24-10 Carta de D. Manuel, concedendo ao doutor Jorge Machado uma tença anual
- 29-10 Carta de D. Manuel, onde é mencionado o licenciado Francisco Jorge
- 29-10 Súplica de Martinho ou Martim de Figueiredo, doutor em ambos os Direitos, sobre indulto para qualquer bispo lhe poder conferir ordens sacras
- 29-10 Súplica de Martinho de Figueiredo sobre a prórroga por mais sete anos do indulto de não ser obrigado a tomar ordens sacras

- 29-10 Bula de Leão X, a conceder a Martinho ou Martim de Figueiredo a prórroga por mais sete anos do indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras
- 29-10 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 6-11 Súplica de Inigo de Moram, bacharel em Medicina, para lhe serem conferidos os graus de licenciado e doutor nesta ciência fora da Universidade de Salamanca, onde se bacharelara
- 23-11 Carta de D. Manuel, onde figuram D. Pedro de Meneses, mestre em Artes e licenciado em Teologia, e D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal
- 24-11 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Jerónimo Luís desembargador da Casa da Suplicação
- 28-11 Carta de D. Manuel, a conceder certa mercê ao bacharel João Lourenço, juiz no Porto
- 1-12 Carta de D. Manuel, onde figura o licenciado António Lopes de Castelo Branco
- 9-12 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor Diogo Rodrigues desembargador da Casa do Cível
- 12-12 Súplica de Pedro Novais, doutor em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios incompatíveis
- 14-14 Súplica de Pedro Novais, doutor em Decretos, sobre indulto de recitar o ofício divino segundo o estilo da Cúria Romana
- 17-12 Carta de D. Manuel, a conceder uma tença anual ao licenciado Jerónimo Luís, desembargador da Casa da Suplicação
- 23-12 Bula de Leão X, a conceder a Simão da Costa, doutor nos dois Direitos, a pluralidade de benefícios

1521

- Sem data Comunicação del-rei D. Manuel ao seu embaixador em Roma, D. Miguel da Silva, sobre um plano de acção conjunta de Portugal com outros reinos contra os Turcos
- 1-1 Carta de D. Manuel autorizando o médico João Nunes a andar de mula
- 2-1 Súplica de Álvares Teixeira, clérigo de Lisboa, notário apostólico e cubicular do papa, sobre benefícios
- 3-1 Súplica de Gonçalo Pinheiro, sacerdote de Lisboa, para poder estudar Direito Civil em qualquer universidade
- 3-1 Leão X nomeia Simão da Costa, doutor nos dois Direitos, para coadjutor da igreja de S. Silvestre de Unhos
- 5-1 Súplica de Baltasar de Nóbrega ou Nobreza, para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 11-1 Ordem de D. Manuel para se darem 14 mil reais a dois bacharéis
- 16-1 Carta de D. Manuel, a dar o ofício de recebedor das sisas de Avelãs de Caminho a um criado do doutor Pedro Godins
- 23-1 Súplica de frei Gaspar, carmelita de Lisboa, para estudar nalguma universidade Artes Liberais ou outra disciplina
- 26-1 Carta de D. Manuel, a confirmar certo privilégio dos moedeiros de Lisboa
- 28-1 Súplica de António da Mota, doutor e reitor duma igreja da diocese de Lisboa, para poder nomear um capelão ao serviço dessa igreja
- 29-1 Carta de D. Manuel sobre a concessão do ofício de juiz dos órfãos em Marvão
- 31-1 Súplica de Luís Afonso, licenciado em Decretos, sobre uma questão com Brás Barreto, oficial da cúria de Lisboa
- 31-1 Súplica de Francisco de Melo, mestre em Artes, para não ser obrigado a receber ordens sacras
- 6-2 Carta de D. Manuel, permitindo a mestre Duarte, filho de mestre João, a prática da cirurgia, após exame feito por mestre Gil
- 8-2 Carta de D. Manuel, a nomear o doutor Diogo Pires para escrivão dos ouvidores da Casa da Suplicação
- 10-2 Carta de D. Manuel, mandando que o físico mestre Henrique goze de todos os privilégios dos doutorados pela Universidade de Lisboa
- 19-2 Carta de D. Manuel, a autorizar Sebastião Fraião a exercer cirurgia depois de examinado pelo doutor mestre Gil
- 20-2 Súplica de Álvaro Teixeira, clérigo de Lisboa, notário apostólico e cubicular do papa, sobre a tesouraria de Lamego
- 20-2 Súplica de Francisco de Melo, mestre em Artes, sobre a pluralidade de benefícios
- 21-2 Súplica de Pedro de Meneses, licenciado na Sagrada Páginha, sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 21-2 Carta de autoridade e confirmação dada por Fernão Cordeiro, escolar de Direito Canónico
- 22-2 Súplica de Brás Barreto, bacharel em Cânones, sobre a causa que trazia contra um seu amigo
- 25-2 Carta de D. Manuel, nomeando o doutor Diogo Lopes físico-mor do reino e aprovando o seu regimento
- 27-2 Carta de D. Manuel, passada pelo doutor Diogo Taveira, a nomear Pêro Fernandes distribuidor no concelho de Algodres
- 1-3 Súplica de frei Lourenço de Évora, para frequentar em certas condições a Universidade de Salamanca ou outra
- 2-3 Carta de D. Manuel, autorizando Pedro Lopes a exercer medicina
- 2-3 Carta de D. Manuel, concedendo aumento de salário ao doutor Pedro Nunes
- 4-3 Carta de D. Manuel, a nomear Francisco Estaço para escrivão e inquiridor na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana
- 4-3 Carta de D. Manuel, a conceder o cargo de corregedor de Ormuz ao licenciado Afonso Bernaldez
- 5-3 Carta de D. Manuel, fazendo certa mercê ao doutor Cristóvão da Costa, filho do doutor mestre Afonso
- 6-3 Súplica de João Gonçalves sobre indulto para receber proventos eclesiásticos enquanto estudar nalguma universidade
- 7-3 Súplica de Francisco Borges, clérigo da diocese de Braga, para se graduar fora das universidades
- 10-3 Súplica de Luís Afonso, licenciado em Decretos e advogado na cúria de Lisboa, contra Brás Barreto
- 16-3 Assento das despesas feitas coma entrada solene dos reis D. Manuel e D. Leonor em Lisboa, em que figuram alguns graduados universitários
- 20-3 Súplica de João Mendes, clérigo da diocese da Guarda, para receber os proventos de seus benefícios enquanto estiver nalgum estudo geral
- 20-3 Carta de D. Manuel, onde é referido o licenciado Pêro Rodrigues

- 20-3 Carta de D. Manuel, atribuindo uma tença ao doutor João Cotrim
- 20-3 Carta de D. Manuel, a confirmara resposta da Câmara de Lisboa a um pedido do doutor João Cotrim
- 26-3 Carta de D. Manuel autorizando o doutor Dionísio a andar de mula
- 3-4 Súplica do clérigo de Lisboa Martim Mendes, bacharel em Leis, sobre a sua prisão nos cárceres do arcebispo de Lisboa
- 3-4 Pedido de frei Rodrigo de Portugal, para transitar de uma casa de franciscanos para outra mais rigorosa
- 11-4 Auto de eleição de frei mestre Baltasar para lente de Teologia da hora de prima da Universidade de Lisboa
- 12-4 Súplica de Pedro Afonso Malheiro, doutor em Decretos, e doutros clérigos residentes na Cúria sobre a confirmação de certa concórdia
- 15-4 Reforma duma súplica de Leonardo Marchionis
- 15-4 Pedido de licença para abraçara vida eremítica por parte de João de Olivete da Ordem dos Eremitas do Santo Agostinho
- 16-4 Súplica de Rui Lopes, doutor nos dois Direitos, a pedir protecção para as suas preceptorias da Guarda e Lisboa
- 19-4 Súplica de Cristóvão de Brito sobre permuta de casas
- 21-4 Pedido de comutação de orações e dispensa de jejum em favor de Álvaro de Sousa, freire da Ordem de Cristo
- 21-4 Súplica dumas freiras do mosteiro de Santa Clara de Beja para poderem ter lá um aposento especial e criada para as servir por motivos de saúde
- 24-4 Carta de D. Manuel, a confirmara eleição de frei mestre Baltasar para lente de Teologia da hora de prima
- 25-4 Carta de D. Manuel, a confirmar um alvará em que D. Francisco de Castro faz cavaleiro o bacharel Gabriel Gomes
- 26-4 Súplica de Álvaro Teixeira sobre uma união de igrejas
- 26-4 Súplica de Manuel de Castro Alcoforado sobre licença a respeito da igreja paroquial de S. Tiago de Alenquer, de que ele era padroeiro
- 27-4 Súplica de Francisco Gonçalves, doutor em Decretos, para poder durante sete anos estudar sem perda de seus proventos e sem o ónus de residência pessoal nos seus benefícios
- 30-4 Súplica de Henrique Álvares ou de Coimbra, bispo de Ceuta, para ser autorizado a vender certas casas e construir outras para sua morada, por motivos de saúde
- 54-5 úplica de Pedro Gonçalves, clérigo beneficiado na igreja de Santa Maria de Porto de Mós, sobre porção desta igreja disputada com Manuel de Sousa, familiar del-rei D. Manuel
- 10-5 Súplica de Tristão da Cunha, antigo embaixador do rei de Portugal, a completar outra sobre a erecção duma capela
- 11-5 Súplica de Francisco Borges, para se graduar fora das universidades
- 13-5 Súplica de Nicolau de Almeida, para se graduar fora das universidades
- 18-5 Carta de D. Manuel, concedendo uma tença anual ao doutor Francisco Cardoso
- 28-5 Carta de D. Manuel, em que figuram os doutores Nuno Álvares e Diogo Lopes de Carvalho
- 2-6 Carta de D. Manuel sobre devassa tirada pelo doutor mestre Jerónimo, ouvidor em Colares
- 14-6 Súplica de Domingos Fernandes sobre determinado benefício
- 14-6 Alvará de D. Manuel, mandando atribuir certa importância ao doutor Gonçalo Vaz, lente de prima de Leis
- 21-6 Súplica de António Teles, a estudar em Bolonha, sobre a pluralidade de benefícios
- 27-6 Carta de D. Manuel dirigida ao bacharel Francisco da Cunha
- 2-7 Carta de D. Manuel, autorizando o médico mestre Afonso a exercer em todo o reino a arte e ciência da cirurgia
- 5-7 Súplica em forma de «motu proprio» a favor de Álvaro Teixeira, sobre graças expectativas em várias dioceses de Portugal
- 6-7 Carta de D. Manuel nomeando o doutor Fernão Martins para desembargador dos resíduos na Casa do Cível
- 12-7 Carta de D. Manuel autorizando Mateus de Pina a exercer medicina
- 15-7 Carta de D. Manuel onde figura o bacharel João Lourenço
- 15-7 Carta de D. Manuel, a legitimar Ana Pires
- 16-7 Carta de D. Manuel, confirmando um alvará dirigido ao licenciado Jorge de Pinharanda
- 16-7 Carta de D. Manuel onde figuram os doutores João Machado e Rui Gomes
- 17-7 Súplica de António Gonçalves, de Lisboa, para se licenciar fora da Universidade desta cidade
- 20-7 Carta de autoridade do escolar Fernão Cordeiro
- 20-7 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Garcia Fróis para procurador dos feitos e negócios da Guiné e Índia
- 22-7 Carta de D. Manuel a legitimar Catarina, filha do bacharel Gaspar Ribeiro
- 22-7 Carta de D. Manuel, a nomear o escrivão da Câmara de S. João da Pesqueira
- 22-7 Carta de D. Manuel, onde figuram o bacharel Diogo Gonçalves e o doutor Diogo Taveira
- 24-7 Carta de D. Manuel, nomeando para sobrejuiz da Casa do Cível o doutor João Monteiro
- 25-7 Carta de D. Manuel, autorizando o bacharel Pedro Gomes a andar em besta muar de sela
- 26-7 Súplica de Rui ou Rodrigo Lopes de Carvalho, doutor nos dois Direitos, sobre três canonicatos
- 26-7 Carta de D. Manuel sobre o provimento da reitoria da igreja de S. João de Ansiões, vaga por renúncia do doutor Diogo do Rego
- 29-7 Auto de eleição do bacharel António Jorge para contador da fazenda do Estudo Geral de Lisboa
- 31-7 Sentença de D. Manuel, mandando entregar à Universidade de Lisboa um pinhal que pertencera à capela do doutor Mangancha
- 2-8 Carta de D. Manuel, a nomear desembargador o licenciado Agostinho Afonso
- 7-8 Escritura de aforamento dumas casas do doutor Mangancha
- 10-8 Súplica de Álvaro Teixeira sobre algumas causas judiciais com D. Miguel da Silva quanto à tesouraria de Lamego
- 11-8 Carta de D. Manuel, concedendo uma tença ao doutor Estêvão Correia
- 11-8 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Bartolomeu de Faria para juiz-de-fora na vila de Viana de Alvito

- 15-8 Carta de D. Manuel, onde figuram os doutores João Mendes e Estêvão Dias
- 19-8 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Hilário Dias para procurador em Estremoz
- 23-8 Súplica de António Teles, estudante de Direito em Bolonha, sobre a pluralidade de benefícios
- 23-8 Súplica de António Teles, estudante de Direito em Bolonha, sobre súplicas anteriores
- 26-8 Carta de D. Manuel, a confirmara eleição do bacharel António Jorge para contador da fazenda do Estudo Geral de Lisboa
- 4-9 Súplica de João Peres, sacerdote da diocese de Évora, para recebera licenciatura e o mestrado fora das universidades
- 8-9 Carta de D. Manuel, autorizando o bacharel Jorge Lopes a exercer cirurgia
- 9-9 Súplica de Francisco Borges para receber os graus académicos fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 10-9 Carta de D. Manuel a favor do bacharel Gaspar de Faria ou de África
- 11-9 Súplica a favor de Cristóvão Coelho, bacharel em Cânones, sobre um canonicato e sua prebenda
- 12-9 Pedido de absolvição por parte do franciscano Fernando de Portugal, quanto a factos ocorridos com uns escravos que pereceram num naufrágio
- 12-9 Carta de D. Manuel, a nomear para escrivão o licenciado Estêvão Dias do Bulhão
- 23-9 Escritura de posse dum pinhal da capela do doutor Manganha
- 24-9 Súplica de Francisco de Melo, mestre em Artes, sobre indulto para não receber ordens sacras
- 27-9 Súplica de Martinho de Figueiredo, doutor nos dois Direitos, para poder ingressar e professar na Ordem de Cristo
- 9-10 Reforma de súplica do doutor Martinho de Figueiredo
- 10-10 Carta de D. Manuel, a nomear o meirinho do bacharel António Brochado, juiz-de fora em Avis
- 11-10 Carta de D. Manuel, concedendo uma pensão ao bacharel João Lourenço, juiz-de fora na cidade do Porto
- 18-10 Alvará de D. Manuel dirigido ao licenciado João de Bairos, juiz-de-fora em Évora, sobre o fabrico de telha e tijolo para obras próprias
- 18-10 Súplica de Manuel de Pina, bacharel, para lhe ser conferido o grau de doutor em Cânones
- 21-10 Súplica de João Peres, bacharel em Teologia, sobre benefícios eclesiásticos
- 23-10 Súplica de mestre Brás de Lisboa, bacharel em Teologia, para lhe serem atribuídos os graus de licenciado e mestre naquela ciência fora das universidades onde estudara
- 23-10 Súplica de António Gonçalves, bacharel em Cânones, para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 24-10 Súplica de André de Santarém, professo da Ordem da Santíssima Trindade, para estudar Artes Liberais e receber os respectivos graus e insígnias
- 31-10 Súplica de Henrique de Noronha, para sua filha de seis anos ser educada no mosteiro das Dominicanas Observantes de Lisboa
- 31-10 Súplica de João de Cana, clérigo de Atouguia, para ser absolvido do exílio a que fora condenado, sendo encarregado da comissão o doutor Brás Neto
- 31-10 Carta de D. Manuel, a nomear o bacharel Aires Pires juiz-de fora em Ponte de Lima
- 9-11 Súplica de António Teles, estudante de Direito em Bolonha, sobre concessão anterior, relativa à pluralidade de benefícios incompatíveis e com cura de almas
- 13-11 Carta de D. Manuel, confirmando um contrato de aforamento de casas da capela do doutor Mangancha, pertencente ao Estudo Geral de Lisboa
- 15-11 Súplica do bacharel Gonçalo de Pina, clérigo da diocese de Évora, para se doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 15-11 Carta de D. Manuel ao licenciado Cristóvão Mendes
- 19-11 Súplica de Aleixo de Portugal, carmelita, para poder estudar numa universidade Artes Liberais ou outras disciplinas permitidas
- 21-11 Súplica de Miguel Lucas, reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Santarém, sobre eventual privação da paróquia
- 27-11 Súplica de Fernando Martins, para ser declarado não sujeito a excomunhão e reter os seus benefícios
- 28-11 Carta de D. Manuel, a nomear o licenciado Gonçalo Álvares juiz das sisas em Almeirim

1522

- 31-1 Concessão para serem promovidos a ordens Francisco Conteiro, acólito de Mourão, diocese de Coimbra, e Álvaro Peres, clérigo de Tentugal e morador em Mourão
- 5-2 Súplica de João Lopes, cónego de Viseu, sobre a sua promoção às ordens, em razão dos benefícios obtidos do antigo bispo D. Diogo Ortiz de Vilhegas
- 11-2 Carta de venda, em que figura o escolar Luís Jácome
- 1-3 Súplica de Cristóvão Afonso, sacerdote de Lisboa, contra Álvaro, Gonçalves, pelo facto de este se ter apresentado falsamente como tendo contraído matrimónio coma irmã do suplicante
- 1-3 Súplica do bacharel em Leis Jorge Novo sobre o aluguer de casas da preceptoría de S. Brás da Ordem do Hospital de Lisboa
- 11-3 Súplica do prior e beneficiados da igreja de Santa Maria de Torres Vedras sobre certos casais alugados a João Lourenço, freire da Ordem de Cristo e mestre da capela, régia
- 25-3 Súplica de João Álvares de Elvas, doutor e desembargador, sobre o aluguer de certos bens da igreja de S. Bartolomeu de Lisboa
- 25-3 Súplica de Cristóvão Mendes, da diocese de Braga, licenciado e cavaleiro da Ordem de Cristo, sobre a comutação de algumas orações e do jejum por outros actos de piedade

- 29-3 Súplica de Francisco Lopes, clérigo de Lisboa, sobre perdão do exílio a que fora condenado
- 29-3 Súplica de Luís Gonçalves, sacerdote da diocese de Coimbra, sobre o aluguer dumhas vinhas pertencentes à igreja paroquial de Santa Justa de Coimbra
- 14-4 Súplica de Fernando Barroso, vigário perpétuo da igreja paroquial de Santa Cruz de Santarém, sobre absolvição de simonia e retenção de benefício eclesiástico
- 31-5 Carta da visitação de Henrique da Horta, doutor em Cânones, à igreja de S. Tiago de Óbidos
- 12-6 Carta de D. João III, onde figura o licenciado Francisco Gonçalves
- 16-6 Carta de D. João III, mandando pagar um terreno em Évora adquirido por seu pai para aí se erguer um colégio
- 18-7 Carta de D. João III referente ao doutor Francisco Tibão
- 29-8 Breve de Adriano VI sobre certas concessões a Francisco Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Eugénia, diocese de Braga
- 5-9 Súplica de Álvaro Teixeira, quanto a causas com Diogo Ortiz de Vilhegas sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 5-9 Súplica de Alvaro Teixeira sobre certo benefício na diocese de Lamego
- 8-9 Súplica de Afonso Adaga, freire da Ordem de Santiago da Espada, sobre a confirmação de várias terras de instituições eclesiásticas
- 8-9 Pedido de D. Henrique, bispo de Ceuta, para ter consigo dois franciscanos da Observância
- 8-9 Súplica de Tristão da Cunha, conselheiro régio, sobre estipêndio dos cavaleiros das Ordens de Santiago da Espada e de Avis, em favor de seu filho Jerónimo da Cunha
- 8-9 Súplica do doutor Jorge Cotão sobre o aluguer de certa casa ao mestre e convento da Ordem Militar de S. João de Jerusalém
- 8-9 Súplica de António Rodrigues de Alvarenga, clérigo da diocese de Lamego, sobre questão com Jorge de Pinharanda, juiz daquela cidade
- 9-9 Súplica do doutor Rui Lopes, familiar de D. Lourenço cardeal-presbítero dos Quatro Santos Coroados, sobre uma igreja da diocese de Braga
- 9-9 Súplica de Jorge Gomes, sobre a comutação da pena de exílio a que fora condenado
- 15-9 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, doutor em Teologia, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 19-9 Súplica de Maria da Costa, freira da Ordem de Santo Agostinho, sobre a sua passagem para a Ordem Terceira de S. Francisco
- 29-9 Súplica do bacharel João Foubert sobre a igreja paroquial de S. Bartolomeu de Campelo, diocese do Porto
- 9-10 Súplica de Vicente de Matos, da diocese de Lisboa, para passar da Ordem dos Pregadores à de Santo Agostinho
- 11-10 Súplica de Álvaro Teixeira sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Banho, diocese de Braga
- 15-10 Súplica do bacharel Simão de Pina sobre a questão que trazia com Pedro Luis por causa de este o ter obrigado a casar com uma filha
- 20-10 Alvará de D. João III, atribuindo ao doutor mestre Filipe os privilégios de lente catedrático
- 22-10 Súplica de Luís Afonso e Henrique da Horta, doutores, a pedirem absolvição da transgressão do juramento de só se licenciarem e doutorarem nas universidades onde haviam tomado o bacharelato
- 22-10 Súplica de Álvaro de Sequeira, bacharel em Decretos, para receber benefícios incompatíveis com cura de almas
- 29-10 Súplica de Jerónimo Rodrigues, estudante de Direito Civil, sobre a pluralidade de benefícios
- 30-10 Súplica de João Wodel, bacharel em Cânones, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca
- 30-10 Súplica de Gaspar Fernandes, para se bacharelar e licenciar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 3-11 Súplica de Gil Bugalho, bacharel em Leis, para se doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 3-11 Súplica de Pedro Afonso, para lhe conferirem os graus de bacharel e licenciado em Direito Canónico fora da Universidade de Lisboa onde estudara
- 3-11 Súplica de António Rodrigues, bacharel em Direito Civil, para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 3-11 Breve do papa Adriano VI, a encarregar duas personalidades eclesiásticas de conferirem ao bacharel António
- 3-11 Rodrigues, de Penela, a licenciatura e o doutoramento em Direito Civil fora das universidades
- 3-11 Breve do papa Adriano VI, encarregando o chantre e o oficial de Lisboa de conferirem a Pedro Afonso o bacharelato e licenciatura em Cânones fora do Estudo Geral de Lisboa, onde estudou
- 3-11 Breve do papa Adriano VI, encarregando o chantre e o oficial de Lisboa de conferirem o grau de doutor em Leis a Gil Bugalho, bacharel por Salamanca
- 6-11 Súplica de Diogo de Aller, sacerdote da Ordem de Santiago da Espada, sobre concessão para estudar Direito Civil
- 16-11 Súplica de António Brochado, estudante de Cânones na Universidade de Salamanca, onde se bacharelou, para se doutorar fora daquela Universidade
- 17-11 Súplica de Bernardino da Fonte sobre disposições relativas à igreja paroquial de Cheleiros, diocese de Lisboa
- 18-11 Súplica de Pedro de Meneses sobre o canonicato e prebenda magistrais de Évora
- 22-11 Súplica de frei Gaspar, da diocese de Évora, para se transferir para certas ilhas mui remotas, a fim de aí acabar os seus dias
- 13-12 Súplica de Leonel de Portugal para lhe serem conferidos os graus de mestre e doutor em Teologia fora das universidades
- 15-12 Contrato de escambo coma Câmara de Lisboa em que figuram o reitor da Universidade Rui Gonçalves Maracote e outros letrados
- 18-12 Súplica de Pedro Martins para receber o hábito de eremita, depois de o rei de Portugal o não querer aceitar como membro da Ordem de Cristo

1523

- 5-1 Carta de D. João III, confirmando todas as graças e privilégios concedidos ao doutor mestre Filipe
- 6-1 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Francisco de Pedrosa a exercer medicina
- 8-1 Carta de D. João III, a aumentar os salários dos lentes e do conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 23-1 Súplica de Álvaro Teixeira, sobre a igreja paroquial de S. Cristóvão de Nogueira, diocese do Porto
- 27-1 Súplica de Brás Neto, doutor nos dois Direitos, sobre a igreja paroquial de S. Pedro da Covilhã, diocese da Guarda
- 4-2 Súplica de Eduardo Xemanze, clérigo da diocese da Guarda, para se doutorar em Medicina fora das universidades
- 58-2 Súplica de Francisco Rodrigues e de Marcos Gonçalves sobre o benefício chamado bacharelato de Évora
- 17-2 Súplica de João Parvi sobre o canonicato e a prebenda doutorais de Évora
- 19-2 Súplica dos doutores Rui ou Rodrigo Lopes e João Rodrigues sobre benefícios questionados entre ambos
- 24-2 Súplica de Diogo Martins, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria da Corujeira, diocese da Guarda
- 26-2 Súplica de Miguel da Fonseca, estudante, para não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas pelos seus benefícios
- 2-3 Súplica relativa ao desembargador Luís Teixeira em questão com o deão e cabido de Lisboa por causa duns bens imóveis sítos no lugar de Varatojo
- 4-3 Súplica de João Coutinho, doutor em ambos os Direitos, sobre confirmação apostólica do aluguer dum terreno feito pelas freiras do mosteiro de Santa Clara de Lisboa
- 7-3 Súplica de Diogo Lopes, bacharel em Direito Civil, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudou
- 7-3 Breve de Adriano VI, a encarregar duas personalidades eclesiásticas de conferirem ao bacharel Diogo Lopes a licenciatura e o doutoramento
- 10-3 Súplica de Simão Gomes, doutor em Decretos, sobre uma concórdia relativa ao canonicato e prebenda da sé de Silves
- 10-3 Súplica de Gonçalo Reixa, doutor em Decretos sobre a pluralidade de benefícios
- 23-3 Súplica de João Parvi, formado em Teologia, sobre questão relativa ao canonicato e prebenda de Évora
- 23-3 Declaração de recebimento passada pelo bacharel Afonso Anes relativamente a despesas na sé de Évora
- 26-3 Notícia sobre comissão de causa aos bispo de Sardes e Colense
- 31-3 Súplica de Cristóvão de Almeida e do bacharel Afonso Eanes sobre questão referente à igreja paroquial de Santa Cristina de Meadela
- 9-4 Carta de D. João III, concedendo uma tença ao doutor desembargador Luís de Almada
- 17-4 Carta de D. João III, passada pelo seu chanceler-mor doutor Diogo Taveira, sobre a nomeação do tabelião para Ponte de Lima
- 23-4 Carta de D. João III, nomeando um tabelião para a vila de Monforte do Rio Livre
- 16-5 Súplica de Gonçalo de Sequeira e de Cristóvão de Figueiredo sobre união de igrejas
- 18-5 Súplica do licenciado mestre Dionísio sobre certo casal questionado como preceptor de S. João de Leça
- 20-5 Sumário do Livro das Tenças de D. João III, onde figura Fernando Afonso, mestre do príncipe D. Afonso
- 20-5 Sumário do Livro das Tenças de D. João III, onde figuram os doutores João Álvares de Elvas e João Cotrim
- 20-5 Sumário do Livro das Tenças de D. João III, onde vem a renda duma herdade do Estudo Geral, em Beja
- 21-5 Súplica do cônego de Lisboa Lopo Gonçalves sobre os proventos de certas igrejas
- 21-5 Auto da eleição de Bartolomeu de Lemos para contador da fazenda do Estudo Geral de Lisboa
- 23-5 Súplica de João Machado sobre certos benefícios da diocese de Viseu
- 1-6 Súplica de Aires da Gama sobre a vigararia de S. Vicente, da diocese de Coimbra
- 2-6 Súplica do doutor António de Azevedo Coutinho sobre igrejas paroquiais das dioceses de Viseu e Guarda
- 4-6 Súplica de Álvaro Borges para lhe serem conferidos os graus de bacharel, licenciado e doutor fora das universidades
- 5-6 Carta da visitação do bacharel Vasco Vicente à igreja de S. Tiago de Óbidos
- 7-6 Súplica de Henrique Mariz, doutor em Teologia, sobre os canonicatos e prebenda magistras de Évora
- 9-6 Notícia sobre causa de apelação quanto a bens beneficenciais, a favor do licenciado mestre Dionísio
- 12-6 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador del-rei D. João III junto do papa, e de João Dias, clérigo da diocese de Braga, em questão com Francisco de Sá, sobre certas igrejas
- 13-6 Carta da visitação do doutor Henrique da Mota à igreja de Santo André de Mafra
- 17-6 Carta de D. João III, a confirmara eleição de Bartolomeu de Lemos para contador da fazenda do Estudo Geral de Lisboa
- 22-6 Súplica de Jerónimo Luís para se doutorar em Direito Civil fora das universidades
- 22-6 Breve de Adriano VI, encarregando dois dignitários eclesiásticos de conferirem a Jerónimo Luís o grau de doutor em Direito Civil
- 3-7 Súplica de Luís Machado em questão com o bacharel Vicente Eanes e Fernando Dias sobre a igreja paroquial de Sandomil, diocese de Coimbra
- 4-7 Carta de D. João III, atribuindo ao bacharel Filipe Afonso, desembargador, a tença de 30 mil reais
- 11-7 Súplica de Álvaro Teixeira sobre normas a regularizar a celebração das missas e a remuneração dos sacerdotes ao serviço da igreja paroquial de S. Gonçalo de Amarante
- 13-7 Súplica do doutor Rui Lopes, clérigo da diocese de Lamego, sobre a igreja paroquial de Malpartida

- 14-7 Procuração passada pelo doutor mestre Filipe a Diogo da Paz, do Porto, e seu filho, para receberem determinada quantia na alfândega de Vila do Conde
- 15-7 Súplica de Rui Lopes, clérigo da diocese de Lamego, sobre o canonicato com meia prebenda de Lamego
- 16-7 Súplica de Álvaro Borges sobre o aluguer duma quinta ou casal em Guimarães
- 16-7 Súplica de frei Pedro de Eça, franciscano e licenciado em Teologia, para poder permanecer fora dos conventos da sua Ordem
- 23-7 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Francisco Chaves para promotor de justiça na correição da Beira
- 5-8 Carta do licenciado Sebastião da Fonseca, a comunicar a el-rei o rendimento de certas comendas
- 8-8 Súplica de João Foubert, bacharel em Decretos, sobre união de igrejas
- 12-8 Súplica de João Fânzeres, sobre faculdade para exercer a advocacia a favor da colónia alemã em Lisboa
- 17-8 Reforma de súplica anterior de Álvaro Borges, quanto ao seu doutoramento fora das universidades
- 17-8 Súplica de Rafael Gil, doutor em Decretos, sobre a igreja paroquial de Santa Maria da Várzea de Alenquer
- 17-8 Breve de Adriano VI, encarregando três dignitários eclesiásticos de conferirem a Álvaro Borges, cónego de Viseu, os graus de bacharel, licenciado e doutor
- 18-8 Súplica de Luís Vasques, bacharel em Decretos, sobre a causa em curso a seu respeito na cúria arcebispal de Lisboa
- 24-8 Súplica de Dionísio de Portugal, para não ser obrigado a receber as ordens sacras requeridas por seus benefícios
- 29-8 Súplica de Francisco Rodrigues, reitor da igreja paroquial de Santa Eugénia, diocese de Braga, para poder estudar Direito Civil
- 31-8 Carta de D. João III, a autorizar mestre João dela Rosa, bacharel em Física e morador em Sesimbra, a exercer cirurgia
- 12-9 Carta de D. João III a seus embaixadores em Castela, Pedro Correia e doutor João de Faria, sobre a questão das ilhas Malucas
- 24-9 Carta de D. João III, em que é mencionado o doutor João Pais
- 12-10 Notícia sobre dispensa de ilegitimidade, concedida ao doutor Pedro de Sousa
- 18-10 Mandado do doutor Pêro Nunes para Rui Gonçalves entregar certa importância ao feitor Lançarote Fróis
- 27-10 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Gaspar Álvares para escrivão na vila de Arronches
- 28-10 Carta de D. João III, a notrear, Francisco Anes para tabelião do cível e crime em Santa Comba Dão
- 28-10 Auto da eleição do bacharel Diogo Álvares para recebedor do Estudo Geral de Lisboa
- 8-11 Carta de D. João III a confirmara eleição do bacharel Diogo Álvares para o cargo referido no documento anterior
- 13-11 Súplica do franciscano André de Aguiar sobre a sua passagem da Observância para a Ordem Terceira
- 17-11 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Dinis Nunes a exercer medicina
- 26-11 Súplica de Martinho Gil, perito em Cânones e nas Letras Sacras, sobre a pluralidade de benefícios
- 26-11 Bula de Clemente VII, a renovara concessão do seu antecessor sobre o canonicato e a prebenda doutorais de Évora a Pedro de Meneses, licenciado em Teologia
- 26-11 Bula de Clemente VII, a renovar a concessão de uma pensão anual a mestre Miguel da Silva, embaixador del-rei D. João III junto do papa
- 27-11 Certidão passada pelo doutor Jorge Cotão sobre a apresentação duma petição do escolar João de Almada relativo às provas de fé cristã dos ascendentes deste
- 28-11 Súplica de Generosa Isabel de Vasconcelos, para lhe ser confirmada a administração duma capela existente na igreja paroquial de Santo Estêvão de S. Tiago de Cacém, diocese de Évora
- 28-11 Carta dei-rei aos embaixadores Pêro Correia e doutor João de Faria sobre a demarcação do Maluco
- 1-12 Súplica do doutor nos dois Direitos Antônio de Burgos, sobre benefícios eclesiásticos na diocese da Guarda
- 1-12 Breve de Clemente VII, a conceder ao doutor Fernando Martins a prórroga do indulto para não receber ordens sacras
- 1-12 Súplica de Gomes Balar, capelão e esmoler da rainha Dona Leonor, sobre benefícios eclesiásticos em Lisboa e Sintra
- 3-12 Súplica do doutor Antônio de Azevedo sobre a pluralidade de benefícios
- 4-12 Súplica do mesmo doutor Antônio de Azevedo sobre o mosteiro de S. Martinho de Mancelos
- 4-12 Súplica de João da Costa, clérigo da diocese da Guarda, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 11-12 Súplica de Francisco de Sá, clérigo da diocese de Braga, sobre benefício perpétuo na igreja paroquial de Freixo-de-Espada-à-Cinta
- 22-12 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador dei-rei junto do papa, sobre vários benefícios em igrejas de Castela
- 24-12 Súplica de Carlos da Guarda, sobre o canonicato, prebenda e deado de Braga e igreja de Santa Eulália da mesma diocese
- 31-12 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador junto do papa, e do doutor Pedro Rodrigues sobre a igreja de Santa Cristina de Toutosa, diocese de Braga
- 31-12 Bula de Clemente VII, a conceder a mestre Miguel da Silva, embaixador junto do papa, uma pensão anual sobre os rendimentos da igreja referida no documento anterior

1524

- 1-1 Súplica de D. Miguel da Silva, nosso embaixador junto do papa, sobre a tesouraria e a chantria de Lamego
- 2-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Gonçalves para procurador na Corte e Casa da Suplicação
- 5-1 Súplica de D. Miguel da Silva, nosso embaixador junto do papa, e de Francisco de Sá de Miranda, doutor em ambos os Direitos, sobre benefícios em igrejas das dioceses de Coimbra e Braga
- 5-1 Bula de Clemente VII, a conceder ao doutor Francisco de Sá de Miranda o canonicato e prebenda de Coimbra
- 5-1 Bula de Clemente VII, a conceder ao doutor Francisco de Sá de Miranda a tesouraria de Coimbra

- 8-1 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador dei-rei junto do papa, sobre unia pensão anual, a tirar dos rendimentos da tesouraria, canonicato e prebenda de Coimbra
- 12-1 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador de D. João III junto do papa, sobre a igreja paroquial de S. Mamede de Canelas, diocese do Porto, a favor do clérigo Gerando Fernandes
- 13-1 Súplica de Diogo Martins, doutor num ou em ambos os Direitos, sobre a colação e permuta de duas igrejas da diocese da Guarda
- 16-1 Súplica da nobre Isabel de Mendanha, viúva de D. João de Meneses, capitão de Azamor em África, sobre a erecção dum mosteiro de Santa Clara da Observância numa quinta sua perto de Lisboa
- 18-1 Carta de D. João III, autorizando a Francisco de Morales o uso e porte de armas defensivas
- 21-1 Súplica em forma de «motu proprio» do clérigo Antônio Ribeiro, sobre a tesouraria da colegiada de Santo Estêvão de Valença do Minho
- 22-1 Súplica do doutor Antônio de Azevedo Coutinho sobre a união de várias igrejas ao mosteiro de S. Maninho de Mancelos
- 23-1 Súplica do bacharel em Decretos Pedro Fernandes, para passar da Ordem de Avis à Ordem de Cristo
- 23-2 Súplica de Francisco de Sá de Miranda, tesoureiro e cónego da sé de Coimbra, para obter prórroga do tempo de recepção das ordens sacras
- 25-2 Súplica do clérigo Álvaro Teixeira, sobre várias igrejas unidas ao mosteiro de S. Martinho de Mancelos
- 7-3 Breve de Clemente VII, a conceder a Gonçalo Gonçalves, reitor da igreja de S. João de Vilar Formoso, da diocese de Lamego, prórroga do indulto de não receber as ordens sacras
- 12-3 Súplica do bacharel António Rodrigues, da diocese da Guarda, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 12-3 Breve de Clemente VII, encarregando dois dignitários eclesiásticos de conferirem os graus de bacharel, licenciado e doutor a Cristóvão de Melo, clérigo da diocese de Lamego
- 12-3 Breve de Clemente VII sobre assunto idêntico ao do docum. anterior, mas relativo a António Rodrigues, diocese da Guarda
- 12-3 Breve de Clemente VII sobre assunto idêntico ao dos dois documentos anteriores, mas respeitante a Diogo Barbosa, da diocese de Lamego
- 24-3 Procuração dada por D. João III ao doutor Diogo Barradas e ao licenciado Afonso Fernandes para tratarem das demarcações, do Maluco
- 25-3 Instruções dadas aos doutores António de Azevedo, Francisco Cardoso e Gaspar Vaz, quanto à representação castelhana na demarcação do Maluco
- 31-3 Súplica de Francisco de Sá de Miranda sobre a sua tomada de ordens sacras
- 2-4 Escritura de emprazamento onde figura o bacharel André Lopes
- 4-4 Súplica de Rui Lopes, doutor, da diocese de Lamego, sobre a pluralidade de benefícios e outras graças
- 7-4 Súplica de Gil de Espinosa, sobre confirmação de privilégios e isenções de jubulado
- 8-4 Súplica de Cristóvão Nunes, professor de Teologia, a pedir dispensa para ser sagrado por qualquer bispo católico
- 11-4 Traslado das capitulações sobre o Maluco, onde figuram alguns graduados universitários
- 13-4 Súplica de Cristóvão de Figueiredo, licenciado, sobre união de igrejas
- 14-4 Súplica do bacharel João de Almada, para se licenciar e doutorar fora das Universidades de Lisboa e Salamanca
- 14-4 Breve de Clemente VII, encarregando dois dignitários eclesiásticos de conferirem a João de Almada os graus de licenciado e doutor
- 15-4 Súplica de Rafael Gil, reitor ou vigário perpétuo da igreja de Santo Estêvão de Alenquer, sobre um benefício nessa igreja
- 23-4 Súplica de João Foubert, bacharel em Decretos, para não ser obrigado a receber as ordens sacras exigidas por seus benefícios eclesiásticos
- 1-5 Carta original de D. João III a congratular-se pela eleição do papa Clemente VII
- 6-5 Súplica de Lopo de Portugal, para ser absolvido de certas censuras
- 8-5 Reforma de súplica de Rafael Gil do documento de 15.4.1524
- 1-6 Procuração passada ao licenciado Jorge de Pinharanda para receber o dinheiro da demanda dum mercador castelhano contra o procurador dos feitos del-rei
- 3-6 Súplica do doutor Rui Lopes, da diocese de Lamego, sobre a pluralidade de benefícios e indulto de altar portátil
- 7-6 Mandado de D. João III para o recebedor da chancelaria da Corte dar certa importância ao doutor João Cotrim
- 20-6 Súplica de Rui ou Rodrigo Lopes, doutor, da diocese de Lamego, sobre a igreja paroquial de S. Veríssimo de Nevogilde, diocese do Porto
- 20-6 Súplica em forma de «motu proprio» de D. Miguel da Silva, sobre o mosteiro beneditino de S. Salvador de Ganfei, da diocese de Braga
- 20-6 Súplica do doutor Rui ou Rodrigo Lopes, da diocese de Lamego, sobre uma porção na igreja-mosteiro de S. Pedro de Ferreira, diocese do Porto
- 20-6 Súplica do doutor Rui ou Rodrigo Lopes, idêntica à da data anterior
- 20-6 Súplica do doutor Rui ou Rodrigo Lopes, idêntica às duas anteriores
- 20-6 Letras apostólicas de Clemente VII ao doutor Rui ou Rodrigo Lopes sobre a igreja paroquial de S. Veríssimo de Nevogilde, da diocese do Porto
- 24-6 Súplica de Martinho de Figueiredo, doutor nos dois Direitos, para ser declarada válida a sua tomada de hábito e profissão na Ordem de Cristo

- 25-6 Súplica de Afonso Dias, quanto a uma questão com o doutor António Pereira, de Lamego
- 8-7 Súplica de Pedro de Beliago, sacerdote da diocese do Porto, para estudar os dois Direitos em qualquer universidade
- 8-7 Súplica de Diogo, Correia, sacerdote da diocese de Viseu, para estudar ambos os Direitos em qualquer universidade
- 22-7 Súplica de João Álvares de Muros, bacharel em Decretos, sobre a pluralidade de benefícios
- 27-7 Carta original de D. João III a pedir ao papa dispensa do impedimento de consanguinidade para contrair matrimónio com sua prima Dona Catarina, irmã do imperador Carlos V
- 28-7 Carta original do arcebispo de Braga ao papa Clemente VII, a congratular-se pela sua elevação a sumo pontífice
- 31-7 Súplica de Eduardo Vasques, clérigo de Lisboa, sobre dispensa de ilegitimidade por ser filho de sacerdote e mulher solteira
- 3-8 Alvará de D. João III, mandando contar como despesa do bacharel Bartolomeu Lopes, almoxarife da alfândega da Ilha da Madeira, certa dívida da confraria da misericórdia local
- 9-8 Carta de D. João III, a confirmara nomeação do escolar de Leis Rui Preto para inquiridor e contador dos feitos da Universidade de Lisboa
- 19-8 Súplica do bacharel em Decretos João Foubert sobre um benefício simples na igreja paroquial de S. Paio de Caria
- 19-8 Súplica em forma de «motu proprio» do doutor Rui ou Rodrigo Lopes, da diocese de Lamego, sobre a igreja paroquial de Carrazedo de Montenegro, diocese de Braga
- 12-9 Súplica do bacharel Francisco da Cunha, para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 13-9 Alvará de D. João III, aumentando o ordenado do doutor Gonçalo Vaz, lente de prima de Leis
- 17-9 Carta de D. João III, a confirmara aposentação do doutor António da Mota
- 19-9 Alvará de D. João III, a aumentar o ordenado de Estêvão Dias, capelão da Universidade de Lisboa
- 10-10 Requerimento do bacharel Jorge da Fonseca, juiz-de-fora em Pinhel, a pedir certidão do serviço que prestou naquele ofício
- 14-10 Súplica ou reforma de súplica de Martinho de Figueiredo sobre a sua tomada de hábito e profissão na Ordem de Cristo
- 16-10 Súplica de D. Gonçalo Ribeiro de Almeida, bispo de Cálamos, para se desfazer a união de duas igrejas que possuía em comenda
- 20-10 Auto da eleição de Jordão Álvares para recebedor das rendas do Estudo Geral de Lisboa
- 6-11 Súplica de Gabriel Gil, licenciado em Cânones, sobre causa matrimonial com Mécia Dias
- 9-11 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador do rei de Portugal, sobre as igrejas paroquiais de Malpartida e Vermiosa, da diocese de Lamego, a que renunciava em favor de Rui Lopes
- 11-11 Súplica de Carlos da Guarda, deão de Lamego, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios, sem obrigação de residência pessoal nos mesmos
- 14-11 Súplica del-rei de Portugal e de D. Gonçalo, bispo de Cálamos, sobre uma igreja paroquial da diocese de Safira, em África
- 9-12 Súplica de Pedro de Meneses, licenciado em Teologia e mestre em Artes, sobre o priorado de Águas Santas
- 10-12 Alvará de D. João III, em que são mencionados o corregedor Rui Gonçalves Maracote, reitor do Estudo Geral de Lisboa, e os doutores Gonçalo Vaze Cristóvão de Faria
- 12-12 Súplica do doutor António de Burgos, sobre o canonicato e prebenda da Guarda e a igreja paroquial de Santa Maria da Corujeira, da mesma diocese
- 19-12 Súplica de Pedro de Meneses, licenciado em Teologia e mestre em Artes, sobre o priorado de Águas Santas e várias igrejas paroquiais das dioceses do Porto, Viseu, Lamego e Coimbra

1525

- 6-1 Bula de Clemente VII, a conceder a Cristóvão Dias, bacharel em Decretos, uma pensão anual sobre os rendimentos dum benefício na igreja paroquial de Alenquer
- 23-1 Fernando Ribeiro, comendatário do mosteiro de Cete, apresenta para a igreja de Santo Isidoro de Romariz o clérigo da diocese de Coimbra António Peres, que pede nova provisão
- 28-1 Súplica de António Peres, clérigo da diocese de Coimbra, sobre a igreja paroquial de Santo Isidoro de Romariz, da diocese do Porto
- 30-1 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel mestre Filipe a andar de mula
- 6-2 Súplica do bacharel em Decretos Cristóvão Dias e de Pedro Martins, sacerdote da diocese de Lisboa, para o papa aprovar uma concórdia entre eles sobre uma porção da igreja paroquial de Alenquer
- 11-2 Súplica de António Avis, escolar na Universidade de Salamanca, para se licenciar e doutorar fora dela
- 25-2 Carta de D. João III, a fazer seu conselheiro o licenciado António de Azevedo
- 1-3 Carta de D. João III, autorizando a Belchior Fernandes, morador em Évora, o exercício de boticário
- 3-3 Súplica de Rui Lopes, clérigo de Coimbra e doutor nos dois Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Coimbra
- 3-3 Súplica em forma de «motu proprio», sobre os canonicatos e prebendas magistras de Coimbra
- 8-3 Carta de D. João III ao bacharel Jerónimo Luís, autorizando-o a exercer o ofício de procurador em Guimarães
- 10-3 Súplica de João Foubert, reitor das igrejas de S. Cipriano e de Algodres, da diocese de Lamego, sobre prórroga do indulto de não ser obrigado a receber ordens sacras
- 17-3 Súplica de Rui Lopes de Carvalho, sacerdote da diocese de Lamego e doutor nos dois Direitos, sobre uma igreja daquela mesma diocese mudada para preceptoria da Ordem de Cristo
- 17-3 Súplica em forma de «motu proprio» de António Dias, clérigo de Évora e familiar do papa, para ser considerado como tal durante a sua ausência da Cúria Romana

- 18-3 Carta de D. João III, autorizando mestre Estêvão, morador em Chaves, a praticar cirurgia
- 20-3 Carta de D. João III, onde são mencionados os doutores João de Faria e Lourenço Garcês
- 20-3 Carta de aforamento, onde figuram os nomes dos doutores Gonçalo de Azevedo e Diogo de Lucena e do licenciado Pêro Gomes Teixeira
- 22-3 Carta de D. João III para o doutor André Serrão sobre os vereadores da cidade de Évora terem de servir mais tempo naquele ano
- 4-4 Carta de D. João III, a autorizar que o doutor Diogo da Silva andasse de mula
- 11-4 Carta de D. João III, fazendo mercê ao doutor João de Faria do cargo de chanceler-mor, por morte do doutor Rui da Grã
- 12-4 Carta de D. João III, afazer mercê ao doutor Luis Teixeira do ofício de desembargador das petições do Paço
- 20-4 Carta de D. João III, fazendo mercê ao doutor António Sanches do ofício de ouvidor da Casa da Suplicação
- 25-4 Carta de D. João III, fazendo mercê ao doutor Diogo Lopes, seu físico-mor, numa pescaria no Cabo Branco
- 28-4 Súplica, de Rui Lopes de Carvalho, clérigo da diocese de Lamego, sobre indulto para usufruir dos privilégios de curial pontifício enquanto andasse ausente da Cúria
- 1-5 Súplica de João Fernandes de Antil, bacharel em Decretos, para se licenciar e doutorar naquela ciência fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 4-5 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Manuel da Fonseca, físico morador em Tavira, a andar de mula
- 9-5 Carta do reitor, lentes e deputados da Universidade de Lisboa, a comunicar a el-rei a morte do doutor Micas e a pedir autorização para saírem de Lisboa por causa da peste
- 13-5 Súplica de Pedro Durando, para se licenciar fora das universidades
- 19-5 Salvo-conduto do papa Clemente VII a António Ribeiro, seu cubilário, que enviava a Portugal para entregar a D. João III a rosa de oiro
- 19-5 Súplica de Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, em questão com João Parvi sobre o canonicato e prebenda de Évora
- 26-5 Súplica de Francisco de Sá de Miranda, doutor em ambos os Direitos, a solicitar nova prórroga do indulto de não ser obrigado a receber o subdiaconato
- 29-5 Alvará de D. João III, em que são referidos os doutores Gonçalo Vaze Cristóvão de Faria
- 30-5 Carta de D. João III, onde figuram os doutores João de Faria e Diogo Pacheco
- 2-6 Súplica de António Ribeiro, clérigo bracarense e cubilário secreto do papa Clemente VII, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Freamunde, diocese do Porto
- 6-6 Súplica em forma de «motu proprio» de Henrique Mendes, clérigo de Évora e mestre em Artes, sobre a igreja paroquial de S. João de Eiriz, diocese de Braga
- 6-6 Bula de Clemente VII, concedendo a Henrique Mendes, mestre em Artes, o canonicato e prebenda da igreja do Porto
- 8-6 Súplica de D. Miguel da Silva, embaixador de D. João III junto do papa, e de Gaspar Mendes, cónego da Guarda, e António Ribeiro, cubilário pontifício, sobre a igreja de S. João do Minhocal, diocese da Guarda, e outros benefícios
- 9-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel António de Sola a andar de mula
- 10-6 Carta de D. João III, autorizando o doutor Francisco Mendes a anda, de mula
- 15-6 Súplica de Francisco Baião, bacharel em Decretos, sobre uma capelania no mosteiro de S. Cristóvão de Refóios, diocese do Porto
- 16-6 Bula de Clemente VII, a nomear o licenciado Brás Barreto para coadjutor do reitor da igreja de Santo Antão da diocese de Lisboa
- 18-6 Breve de Clemente VII para D. João III, sobre a rosa de oiro que lhe enviava por intermédio do curial pontifício António Ribeiro, o qual também lhe falaria nos problemas que afligiam a cristandade e muito preocupavam o papa
- 18-6 Breve de Clemente VII, a explicar a D. João III o significado místico da rosa de oiro, modo da sua atribuição e razão porque lhe enviava
- 18-6 Breve de Clemente VII para o cardeal infante D. Afonso, irmão de D. João III, recomendando-lhe auxilie e favoreça o seu enviado António Ribeiro nas diligências que efectuar perante o rei e outras entidades
- 1-7 Súplica de Pedro Fernandes, bacharel nos dois Direitos, para se licenciar fora das universidades
- Meados de julho Carta de D. João III ao papa Clemente VII sobre a transferência dos Estudos Gerais de Lisboa para Évora
- 14-7 Súplica de Miguel Correia, bacharel em Leis, para se licenciar e doutorar fora da Universidade de Salamanca onde estudara
- 17-7 Carta de D. João III, a confirmara eleição de Jordão Álvares para recebedor das rendas do Estudo Geral de Lisboa
- 23-7 Súplica de mestre João da Guarda e seu filho Carlos da Guarda, sobre o mosteiro de Santa Maria de Bouro e o priorado de S. Salvador de Valdreu, diocese de Braga
- 23-7 Letras do papa Clemente VII, concedendo dispensa de impedimentos matrimoniais entre D. João III, rei de Portugal, e sua mulher Dona Catarina
- 26-7 Súplica do doutor Diogo Martins, vigário na Guarda, sobre questão com o bacharel João Dias, juiz, da mesma cidade
- 28-7 Súplica de Miguel Ribeiro, clérigo de Braga e residente na Cúria Romana, para se poder ausentar desta sem perder os seus direitos e privilégios
- 31-7 Letras do papa Clemente VII, a conceder indulgências aos visitantes da capela do conde de Portalegre fundada na igreja de Santo Elói de Lisboa
- 1-8 Carta de D. João III, autorizando o bacharel João de Castro a exercer medicina
- 3-8 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Cardoso para juiz-de-fora em Castelo de Vide
- 8-8 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Jorge da Fonseca para juiz-de-fora em Trancoso

- 20-8 Súplica em forma de «motu proprio» de D. Henrique de Portugal, clérigo de Lisboa com cerca de 14 anos e irmão del-rei D. João III, sobre o mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, vacante por morte de D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal
- 20-8 Súplica em forma de «motu proprio» de D. Miguel da Silva sobre o mosteiro de S. Simão da Junqueira, diocese de Braga
- 21-8 Súplica em forma de «motu proprio» de Martinho de Portugal, a fim de provar a legitimidade da sua descendência
- 21-8 Carta de D. João III, autorizando Diogo Romeiro, da Ilha da Madeira, a exercer o ofício de boticário
- 22-8 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Simão Ribeiro a exercer medicina
- 24-8 Carta de D. João III, a autorizar o doutor mestre Brás, físico em Alenquer, a andar em mula
- 29-8 Carta de D. João III, a conceder a tença anual de 2 moios de trigo ao seu físico-mor, doutor Diogo Lopes
- 29-8 Carta de D. João III, autorizando o licenciado António Martins, morador em Beja, a andar de mula
- 30-8 Certidão de justificação, passada pelo bacharel Francisco da Cunha, relativa à compra da vila de Prado por el-rei
- 5-9 Bula de Clemente VII, a conceder ao licenciado Sisto Figueira a igreja de S. Salvador de Pereira, diocese de Braga
- 6-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel em Leis Lopo Mendes, morador em Lisboa, a andar de mula
- 8-9 Súplica de João Camelo, licenciado em Decretos, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Freamunde, diocese do Porto
- 10-9 Carta de D. João III, autorizando mestre João, morador em Casal Novo, termo das Caldas, a praticar cirurgia
- 12-9 Súplica de Álvaro Teixeira e de Francisco Martins sobre permuta de benefícios
- 14-9 Carta de D. João III, a nomear o doutor Lourenço Garcês para corregedor dos feitos cíveis da Casa da Suplicação
- 15-9 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gaspar Clemente a praticar cirurgia
- 16-9 Carta de D. João III, a nomear o doutor Sebastião de Matos para desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- 17-9 Alvará de D. João III, onde figuram o licenciado Diogo Lopes e o bacharel Cristóvão Coelho
- 22-9 Bula do papa Clemente VII a conferir igreja de S. Salvador de Figueiras, diocese do Porto, a Henrique Mendes, mestre em Artes
- 22-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Simão de Lião, físico e morador em Évora, a andar de mula
- 30-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Fernão Rodrigues, morador em Torres Novas, a praticar cirurgia
- 3-10 Carta de D. João III, a nomear o doutor Pedro Nunes para desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- 6-10 Súplica de Brás Neto sobre a sua renúncia ao canonicato e prebenda de Lisboa
- 6-10 Súplica do infante D. Henrique, irmão de D. João III, e de Martinho de Portugal, sobre a renúncia do primeiro ao priorado do mosteiro de S. Jorge dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, da diocese de Coimbra, em , favor do segundo
- 10-10 Carta de D. João III, nomeando o doutor Fernão Álvares de Almeida para chanceler da Casa do Cível
- 12-10 Bula de Clemente VII, a nomear D. Miguel da Silva conde palatino com poderes especiais
- 13-10 Carta de D. João III, autorizando mestre João, criado do doutor mestre Gil, a praticar cirurgia
- 16-10 Súplica de João Estaço, clérigo de Évora, sobre a vigararia da igreja paroquial de S. Pedro, de Évora
- 18-10 Representação da Universidade de Lisboa a D. João III, pedindo-lhe, entre outras coisas, a aprovação dos novos estatutos
- 21-10 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Tomás da Fonseca para almoxarife da cidade de Viseu
- 13-11 reve de Clemente VII sobre dispensa de impedimentos para o imperador Carlos V e a infanta Dona Isabel, filha de D. Manuel I, poderem casar
- 13-11 Carta de D. João III, dando ao licenciado Agostinho Afonso o mantimento anual de 30 mil reais com o ofício de ouvidor da Casa do Cível
- 14-11 Carta de D. João III, a fazer seu conselheiro o doutor Fernão Álvares de Almeida
- 15-11 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Brás Neto, a nomear Jorge Lopes para tabelião judicial de Santarém
- 15-11 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Agostinho Afonso ouvidor da Casa do Cível
- 17-11 Carta de D. João III sobre a eleição do reitor da Universidade de Lisboa
- 17-11 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Álvaro Gomes a exercer medicina
- 28-11 Súplica de Henrique Mendes, mestre em Artes, sobre o arcediagado da Guarda
- 30-11 Súplica em forma de «motu proprio» de António Teles, clérigo de Lisboa, sobre graça expectativa relativa a benefícios nas dioceses de Silves e Guarda
- 30-11 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Vasco Correia a andar de mula
- 1-12 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a pluralidade de benefícios
- 1-12 Súplica de António de Azevedo Coutinho, licenciado, e de André de Tamaio, para permutarem igrejas entre si
- 1-12 Súplica de António de Azevedo Coutinho, licenciado, sobre o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões
- 6-12 Alvará de D. João III sobre a eleição dos oficiais da Universidade de Lisboa
- 8-12 Súplica do licenciado João Camelo sobre a igreja paroquial de S. Bartolomeu de Vilarouco, diocese de Lamego
- 12-12 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de S. Pedro Fins de Moreira, diocese de Braga
- 15-12 Súplica do bacharel Manuel Peres, para lhe ser conferido o mestrado em Artes e Medicinafora da Universidade de Salamanca, onde estudara
- 15-12 Súplica de Paulo Bombásio e de Sisto Figueira, sobre a a igreja de S. Salvador de Pereira
- 19-12 Súplica do licenciado Tomé Rodrigues sobre a igreja paroquial de S. Bartolomeu do lugar de S. Julião, diocese de Braga
- 20-12 Carta de D. João III, concedendo uma tença a Lisuarte Cardoso, filho do doutor Francisco Cardoso já falecido
- 21-12 Súplica ou reforma de súplica de Martinho de Portugal, sobre aluguer de benefícios
- 21-12 Carta de D. João III, concedendo uma tença a Brás Homem, filho do doutor Francisco Cardoso já falecido

- 22-12 Súplica de Sisto Figueira, licenciado, sobre a igreja de S. Pedro Fins de Moreira, diocese de Braga
- 23-12 Reforma de súplica do licenciado Sisto Figueira, quanto ao indulto sobre a pluralidade de benefícios
- 29-12 Súplica de Rui Lopes de Carvalho, sobre a questão com Bartolomeu de Mendanha por causa das igrejas paroquiais de Malpartida e Vermiosa, da diocese de Lamego

1526

- 4-1 Súplica de António de Azevedo, licenciado ou doutor em ambos os Direitos, sobre permuta de igrejas
- 8-1 Súplica de Gaspar de Barros, mestre em Teologia, sobre benefícios eclesiásticos
- 12-1 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Pedro do Couto para juiz-de-fora de Torres Novas
- 13-1 Auto da tomada de posse para D. João III e a Coroa da cidade de Viseu, em que intervém como mandatário o bacharel Álvaro Rodrigues, em substituição do licenciado Cristóvão Mendes
- 18-1 Súplica do doutor ou licenciado António de Azevedo Coutinho, sobre a chantria, canonicato e prebenda da Guarda
- 23-1 Carta del-rei D. João III, a agradecer ao papa a concessão da rosa de oiro e das indulgências do jubileu
- 26-1 Carta de D. João III, concedendo uma tença ao bacharel mestre João
- 28-1 Súplica de Jorge Carneiro, Sisto Figueira, licenciado em Decretos e outros, sobre a igreja de S. Bartolomeu de Alfange de Santarém
- 31-1 Carta da rainha D. Catarina, agradecendo ao papa Clemente VII, os dois breves que lhe enviara sobre as indulgências do jubileu e sobre os cousas da paz da cristandade
- 4-2 Reforma de súplica anterior do licenciado Sisto Figueira
- 8-2 Carta de D. João III, a confirmar como procurador do número na vila de Punhete Diogo Pinheiro, escrivão das sisas da mesma vila
- 8-2 Carta de D. João III, a nomear Baltasar Rodrigues para o cargo de meirinho do bacharel Pedro do Couto
- 9-2 Súplica de D. João III sobre a aplicação à sé de Braga da concessão feita a D. Manuel sobre os canonicatos e prebendas magistrais
- 9-2 Breve de Clemente VII ao rei de Portugal sobre a situação geral na Europa, e em especial na Hungria
- 15-2 Súplica de Henrique Mendes, mestre em Artes, e outros sobre o arcediagado da Covilhã
- 18-2 Súplica do licenciado em Decretos Sisto Figueira sobre duas igrejas da diocese de Braga
- 19-2 Súplica do licenciado Sosto Figueira sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Pereira
- 20-2 Carta de D. João III, em que figura o bacharel Diogo Gonçalves
- 21-2 Súplica do licenciado Fernando Lourenço e doutor sobre duas igrejas paroquiais
- 24-2 Carta de D. João III, em que figuram o bacharel Domingo Fernandes e os doutores João de Faria e Brás Neto
- 27-2 Carta de D. João III, em que são referidos os doutores Rui Lopes, Gaspar Vaz e Luís de Almada
- 2-3 Súplica de Afonso Botelho e do bacharel em Decretos Francisco Baião sobre certa capelania
- 2-3 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Pereira
- 2-3 Bula de Clemente VII sobre a reforma do mosteiro de Santa Marinho da Costa, de Guimarães
- 3-3 Auto da eleição de mestre Diogo Franco para a cadeira de Física da hora da tarde
- 6-3 Súplica de Pedro Borges para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 6-3 Súplica de João Monteiro, doutor em Direito Canónico, sobre certas casas da Rua Nova do Rei, em Lisboa
- 8-3 Carta de D. João III, a nomear um tabelião para Castelo Rodrigo
- 10-3 Carta de D. João III, a nomear o doutor João Pais para desembargador
- 11-3 Carta de D. João III, a conceder uma tença ao doutor Luis Eanes
- 12-3 Carta de D. João III, a autorizar o uso de mula ao doutor João Carreiro
- 12-3 Carta de D. João III, a nomear desembargador o licenciado Rui Pires
- 12-3 Carta de D. João III a conceder o tabelionato de Elvas por renúncia do doutor Pedro Feira
- 12-3 Carto de D. João III, concedendo uma tença ao licenciado mestre António
- 14-3 Carta em latim do cardeal infante D. Afonso ao papa, agradecendo-lhe a oferta da rosa de oiro
- 14-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gaspar Carvalho para desembargador dos feitos da sua fazenda com a tença anual de 50 mil reais
- 14-3 Súplica de várias entidades sobre uma capela do mosteiro de S. Vicente de Fora fundada por Estêvão da Guarda
- 19-3 Breve do papa Clemente VII, a recomendar ao rei de Portugal o seu agente dos negócios na Cúria Romana
- 19-3 Carta de D. João III, concedendo uma tença ao doutor Diogo Lopes
- 22-3 Carta de D. João III, em que é referido o licenciado Bastião Álvares
- 23-3 Súplica do licenciado João Camelo sobre a igreja de S. Maria de Soutelo, diocese de Lamego
- 23-3 Breve do papa Clemente VII sobre a nomeação de D. Miguel da Silva para bispo de Viseu
- 23-3 Súplica de António Teles, sobre o priorato de Santa Marinha da Costa, de Guimarães
- 24-3 Carta de D. João III, a autorizar mestre Manuel de Beja a exercer medicina e cirurgia
- 25-3 Súplica de mestre João da Guarda e do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de Chamoim, diocese de Braga
- 26-3 Alvará da rainha Dona Catarina relativo ao doutor Ceia
- 27-3 Carta de D. João III, autorizando ao licenciado Manuel Rodrigues o exercício da medicina
- 27-3 Breve de Clemente VII sobre o priorato do mosteiro de Santa Marinha da Costa, de Guimarães
- 27-3 Breve de Clemente VII sobre o mesmo assunto do documento anterior
- 28-3 Carta de D. João III para o doutor António de Azevedo

- 5-4 Súplica de frei Diogo de Murça para lhe ser prorrogado o indulto para estudar em Paris mais um triênio
- 5-4 Carta de D. João III, a nomear o juiz das sisas de Azurara
- 5-4 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Garcia de Orta a andar em mula
- 6-4 Carta de D. João III, passada pelo doutor João de Faria, a relevar certa falta de Fernão Penteado, juiz dos órfãos de Aldeia Galega
- 9-4 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre o tempo suficiente para comunicar a aceitação de benefícios
- 9-4 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre o canonicato e prebenda da Guarda
- 9-4 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Brás Neto e pelo licenciado D. Pêro de Meneses, a conceder o perdão de um ano de degredo a Reimão Nunes
- 10-4 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Garcia de Orta a exercer medicina
- 10-4 Carta de D. João III, sobre o mesmo assunto do documento anterior
- 11-4 Carta de D. João III, a conceder licença de cirurgião a mestre Fernando, morador em Abrantes
- 19-4 Carta de D. João III, a nomear o escrivão das sisas em Azurara, figurando nela o bacharel António Dias
- 20-4 Súplica do bacharel Francisco Baião, clérigo do Porto ao serviço do embaixador D. Martinho de Portugal, sobre benefícios incompatíveis
- 21-4 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gaspar Lopes a andar de mula
- 23-4 Súplica do bacharel em Medicina Manuel Lopes, para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 25-4 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de Santa Maria de Cossourado, diocese de Braga
- 27-4 Súplica de Henrique Mendes, mestre em Artes, sobre a igreja paroquial de S. Salvador de Figueiras
- 27-4 Súplica de Rui Lopes de Carvalho, doutor em Decretos, para não ser obriga.do a receber ordens sacras
- 29-4 Carta de D. João III, a nomear o doutor João Cardoso para desembargador da Casa da Suplicação
- 3-5 Súplica de Sisto Figueira, licenciado em Decretos, sobre graça expectativa em relação com o canonicato e prebenda de Braga
- 3-5 Súplica de Álvaro Dias sobre o benefício da igreja-mosteiro de S. Pedro de Ferreira, em que figura o doutor Rui Lopes de Carvalho
- 4-5 Súplica do licenciado Cristóvão de Figueiredo sobre a confirmação apostólica do aluguer duma casa
- 8-5 Carta de D. João III, concedendo uma tença anual a Gaspar Lourenço, filho do falecido bacharel João Lourenço
- 10-5 Carta de D. João III, fazendo mercê de duas pensões a Belchior Lourenço, filho do falecido bacharel João Lourenço
- 11-5 Bula de Clemente VII, a conceder benefícios eclesiásticos ao bacharel Francisco Baião
- 11-5 O papa Clemente VII encarrega da execução das letras do n.º anterior certas entidades eclesiásticas
- 11-5 Carta de D. João III, a conceder ao doutor Pêro Nunes, desembargador, o mantimento anual de 60 mil reais
- 14-5 Carta de D. João III, a nomear o doutor Luís Mendes juiz-de-fora em Pinhel
- 14-5 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Luís Garcês juiz-de-fora em Alenquer
- 16-5 Carta de D. João III, atribuindo ao doutor Sebastião de Matos, desembargador, o mantimento anual de 60 mil reais
- 18-5 Carta de D. João III, a nomear desembargador o doutor Rui Gomes Pinheiro
- 18-5 Carta de D. João III, concedendo ao doutor Rui Gomes Pinheiro o mantimento anual de 45 mil reais
- 22-5 Carta da visitação do doutor Jorge Temudo à igreja de S Tiago de Óbidos
- 23-5 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Francisco de Moraes a andar em mula e faca
- 23-5 Carta de D. João III, em que figuram o doutor João de Faria e o licenciado Cristóvão Mendes
- 1-6 Carta de D. Martinho de Portugal, embaixador de D. João III junto do papa, a dar notícias a el-rei das proezas de Francisco Anes no mar contra as galés de André Dória
- 2-6 Carta de D. João III, a autorizar o boticário de Beja Diogo Nunes a exercer o seu ofício, pois fora aprovado pelo físico-mor doutor Diogo Lopes
- 6-6 Súplica do licenciado António de Córdova e de Domingos Ruiz sobre o canonicato e prebenda da sé de Coimbra
- 8-6 Súplica do licenciado João Camelo sobre duas igrejas paroquiais, uma da diocese de Braga, e outra da do Porto
- 8-6 Súplica de Inês Fernandes sobre o aluguer duma casa da Ordem do Hospital, em que figura o licenciado Vicente Gonçalves
- 8-6 Súplica do clérigo de Lisboa António Teles sobre a prorroga do tempo para comunicar a aceitação de seus benefícios
- 8-6 Carta de D. João III, a atribuir uma tença ao bacharel mestre António
- 8-6 Carta de D. João III, a atribuir uma tença ao bacharel mestre Aires
- 11-6 Alvará da rainha D. Caterina, em que é referido o bacharel Toríbio Lopes
- 14-6 Carta de D. João III, a conceder a lenço anual de 20 mil reais ao seu físico-mor doutor Diogo Lopes
- 15-6 Súplica do doutor João Delgado sobre a igreja paroquial de S. Martinho da Várzea ou do Esmerai, da diocese da Guarda
- 16-6 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Álvaro Fernandes
- 20-6 Carta de D. João III, afazer mercê do ofício de tabelião em Pinhel a Bartolomeu Nunes, criado do doutor João de Faria, seu conselheiro e chanceler-mor
- 25-6 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da cirurgia a mestre António
- 27-6 Súplica de Cecília Farinha, freira do mosteiro de S. Salvador das Dominicanas de Lisboa
- 28-6 Breve do papa Clemente VII com referência a D. Martinho de Portugal
- 28-6 Carta em latim de D. João III para o papa Clemente VII sobre a projectada expedição contra os Turcos
- 29-6 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre dispensa de certas normas relativas à aquisição de benefícios eclesiásticos
- 29-6 Doutoramento em ambos os Direitos na Universidade de Sena, em que foi testemunha o estudante português Lopo Afonso da Corda
- 3-7 Súplica de D. Miguel da Silva e de Miguel Ribeiro sobre algumas igrejas paroquiais da diocese de Braga

- 4-7 Súplica de Bernardo de Melo, em que é referido o licenciado ou mestre em Teologia Mateus Álvares
- 5-7 Carta de D João III, a confirmar a eleição do bacharel mestre Diogo Franco para catedrático de Medicina
- 13-7 Carta de D. João III, concedendo uma tença a um filho do licenciado Pária Dias
- 14-7 Carta de D. João III, confirmando uma mercê sua ao doutor João de Faria
- 20-7 Bula de Clemente VII, a conceder uma pensão anual ao nobre D. Miguel da Silva, clérigo de Lisboa e escritor de letras apostólicas
- 20-7 Carta de D. João III, em que é mencionado o doutor André Rodrigues
- 21-7 Súplica de D. Martinho de Portugal sobre a igreja paroquial de S. Gens da Boelhe, da diocese do Porto
- 23-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Duarte Lopes a andar em mula
- 26-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel João Nunes a andar de mula
- 26-7 Súplica sobre reforma doutra, relativa a algumas igrejas, de Pedro de Meneses e João Ramos
- 26-7 Súplica do bacharel Lopo Martins, sobre indulto para receber os proventos de seus benefícios eclesiásticos
- 26-7 Carta de D. João III, em que figuram o doutor João de Faria e o bacharel Duarte Afonso
- 27-7 Súplica do licenciado D. Pedro de Meneses sobre a pluralidade de benefícios
- 28-7 Carta de D. João III, a nomear o bacharel mestre Luís Henriques para suceder a seu pai mestre Henrique no ofício de físico e cirurgião dos hospitais de Santarém
- 28-7 Carta de D. João III, nomeando o bacharel João de Brito para juiz-de-fora em Faro
- 29-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Álvaro Nunes, físico-mor na cidade do Porto, a andar de mula
- 30-7 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Manuel Pereira, físico do arcebispado de Braga, a andar de mula
- 30-7 Breve de Clemente VII sobre a invasão da Hungria pelos Turcos
- 30-7 Súplica do mestre João Parvi, doutor em Teologia, sobre o canonicato e prebendas de Évora
- 31-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Francisco Marques a andar de mula
- 6-8 Carta de D. João III, concedendo ao seu desembargador doutor Luís Eanes a tença anual de 24 mil reis
- 7-8 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel mestre Manuel a andar de mula
- 30-8 Carta de D. João III, atribuindo ao doutor Luís de Almada o mantimento anual de 55 mil reais
- 31-8 Súplica de Lopo do Rio sobre o deado do Funchal
- 31-8 Carta de D. João III, a autorizar um filho do bacharel da ribeira a exercer cirurgia
- 1-9 Carta de D. João III, a autorizar a prática da cirurgia a mestre Francisco
- 6-9 Carta de D. João III, a nomear tabelião um criado do licenciado Cristóvão Mendes
- 7-9 Carta de D. João III, para o licenciado João de Soure sobre serviços a prestar ao governador da Índia D. Henrique de Meneses
- 17-9 Súplica de António de Azevedo Coutinho, licenciado em Leis sobre a igreja de Casteição, diocese de Lamego
- 19-9 Reforma de súplica de Sisto Figueira, clérigo licenciado sobre benefícios
- 26-9 Súplica do bispo amiçense D. Pedro Afonso Malheiro sobre a igreja paroquial de S. Tomé da Correlhã
- 1-10 Carta de D. João III, confirmando ao licenciado Gaspar de Carvalho a posse e administração dum casal
- 1-10 Carta de D. João III, autorizando o bacharel mestre Gonçalo a exercer medicina
- 2-10 Carta de D. João III, autorizando mestre Diogo a exercer cirurgia
- 2-10 Súplica de António Leite sobre a igreja de Santa Maria de Mazagão, em África
- 2-10 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja de S. João da Queijada, diocese de Braga
- 5-10 Admissão de D. Martinho de Portugal no consistório perante o papa e os cardeais
- 5-10 Bula de Clemente VII sobre a igreja paroquial de S. Cristóvão de Nogueira, diocese de Lamego
- 9-10 Súplica de D. Henrique, irmão de D. João III, e doutro, sobre o mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs
- 12-10 Súplica do bacharel Diogo Barbosa para se licenciar e doutorar fora das universidades
- 12-10 Doutoramento de Jerónimo da Mota na Universidade de Sena, em que foi testemunha o doutor em ambos os Direitos Lopo da Corda
- 13-10 Carta régia a autorizar o doutor Francisco Nunes a andar em mula
- 18-10 O papa Clemente VII informa o rei de Portugal das dificuldades em que se encontra a cristandade e pede a concórdia dos reis cristãos e a sua união contra os Turcos
- 19-10 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de S. Martinho de Soeira diocese de Braga, e sua união à igreja paroquial de S. Salvador de Pereira, da mesma diocese
- 24-10 Bula de Clemente VII, a conceder o solicitado no documento da súplica anterior
- 2-11 Notícia relativa à provisão da diocese de Viseu na pessoa de D. Miguel da Silva
- 24-11 Carta de D. João III, a confirmar o aforamento das casas do Estudo Geral, que pertenceram ao doutor Diogo Afonso Mangancha
- 25-11 Carta de D. João III, onde figuram o doutor mestre Gil e o bacharel Simão Jorge
- 30-11 Carta de D. João III, confirmando o aforamento dumas casas da capela do doutor Mangancha
- 6-12 Carta de D. João III, sobre o doutor João Carreiro
- 9-12 Breve de Clemente VII, concedendo certos benefícios a D. Miguel da Silva
- 9-12 Breve de Clemente VII, a manifestar a D. João III, contentamento por ele se haver interessado pela promoção de D. Miguel da Silva a bispo de Viseu
- 9 Carta de D. João III, a conceder uma tença anual ao licenciado Francisco Fernandes, juiz-de-fora em Montemor-o-Novo
- 12-12 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado João Nunes a andar de mula
- 17-12 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Manuel Rodrigues a andar de mula

- 30-12 Carta de D. Martinho de Portugal para o secretário de Estado D. António Carneiro, em que são referidos o doutor João de Faria e D. Miguel da Silva
- 30-12 Sumário da carta de D. João III ao cabido da sé de Lisboa, acerca dos bolseiros que mantinha a estudar em Paris

1527

- 4-1 Carta do doutor Fernão Álvares de Almeida, a informar el-rei do rendimento das penas dos reguengos de Sacavém
- 5-1 Carta de D. João III, concedendo mercês ao licenciado Francisco Lampreia e ao bacharel André Pires
- 14-1 Súplica de Joana de Moura, freira no mosteiro de Santa Clara de Santarém, em que são referidas algumas personalidades ligadas aos estudos universitários
- 28-1 Carta de D. João III, respeitante ao doutor Gaspar Vieira, juiz em Tomar
- 28-1 Carta de D. João III, onde é mencionado o doutor João de Faria
- 28-1 Carta de D. João III, onde é mencionado o doutor Pêro Ferreira
- 29-1 Carta de D. João III, respeitante ao bacharel Álvaro Gonçalves, físico, morador em Évora
- 3-2 Carta de D. João III, a nomear o meirinho do licenciado António Cardoso
- 6-2 Carta dos monges de Alcobaça, a pedir a el-rei uma bolsa para certo monge do seu mosteiro se doutorar em Teologia em Paris
- 6-2 Carta de D. João III, a nomear o doutor Brás Neto para seu conselheiro
- 7-2 Carta de D. João III, a fixar a tença anual do doutor Diogo Taveira
- 14-2 Carta de D. João III, a confirmar a mercê que fizera ao licenciado Pêro Gomes Teixeira
- 15-2 Súplica do doutor Rui Lopes de Carvalho acerca dum benefício na igreja paroquial de S. Tiago de Óbidos
- 21-2 Carta de D. João III, onde é mencionado o bacharel João Lourenço
- 23-2 Súplica de D. Miguel da Silva, sobre o seu regresso aos benefícios da sé de Coimbra, a que Francisco de Sá de Miranda tinha renunciado
- 26-2 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, a autorizar o bacharel Damião Calado a exercer medicina
- 26-2 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, a autorizar o bacharel Gaspar Lopes a exercer medicina
- 27-2 Carta de D. João III, a fazer mercê duma devesa no Sabugal ao licenciado Cristóvão Mendes
- 27-2 Carta de D. João III, a autorizar o exercício de boticário a Afonso Lopes, depois de examinado pelo doutor Diogo Lopes
- 2-3 Bula Pontífice (na qual o Duque de Bragança, D. Jaime resolveu pedir ao Papa Clemente VII, por conselho do rei, que ordenasse a extinção do Convento dos Cónegos Regulares de St^o. Agostinho, e que, em seu lugar aí instituisse a ordem de S. Jerónimo)
- 3-3 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel mestre António a praticar a arte da cirurgia
- 12-3 Carta de D. João III, a autorizar o doutor João de Coimbra a comprar bens de raiz para tuna sua capela na igreja de S. João do Souto, de Braga
- 13-3 Carta del-rei para o feitor e oficiais da Ilha de S. Tomé darem embarcação ao licenciado Francisco Pais do Amaral
- 15-3 Súplica de D. Miguel da Silva, bispo eleito de Viseu, sobre prorroga do tempo para a sua sagração episcopal
- 15-3 Breve do papa Clemente VII sobre a súplica do documento anterior
- 17-3 Carta de D. João III, a dar licença para o bacharel Fernão Rodrigues exercer medicina
- 21-3 Carta para D. João III, a dar conta da actuação do licenciado Jordão Botelho na cidade de Tavira
- 22-3 Carta de D. João III, em que figura o doutor Diogo Lopes, físico-mor do reino
- 27-3 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Manuel Pires a andar de mula
- 28-3 Alvará da rainha D. Catarina, a mandar pagar certa quantia ao seu esmoler, o bacharel Toríbio Lopes
- 29-3 Carta de D. João III, em que figura o doutor mestre Gil, cirurgião-mor do reino
- 2-4 Carta de inquirição do doutor Francisco Tavares sobre o bacharel Gonçalo Pinheiro, candidato a capitão do colégio de S. Bartolomeu de Salamanca
- 4-4 Carta de D. João III, a autorizar mestre Pedro, da cidade do Porto, a exercer cirurgia, depois de achado apto para o efeito pelo doutor mestre Gil, cirurgião-mor
- 5-4 Súplica de Estevão Ribeiro sobre a igreja paroquial de S. João de Guidões, diocese do Porto, vacante pelo falecimento do bispo de Calámos, D. Gonçalo Ribeiro de Almeida
- 9-4 Nomeação do licenciado Gil Vaz Bugalho para juiz-de-fora em Évora
- 9-4 Carta de D. João III, enviando o licenciado Bastião Álvares por corregedor da comarca de Entre-Douro-e-Minho
- 30-4 Súplica de D. Miguel da Silva, sobre indulto de conceder benefícios a pessoas que estavam ao seu serviço
- 3-5 Carta de D. João III, a enviar por seu corregedor à comarca de Trás-os-Montes o doutor João Carreiro
- 13-5 Carta de D. João III à cidade de Évora sobre uma provisão enviada ao licenciado Francisco Gonçalves
- 18-5 Carta de D. João III, concedendo mercês a um morador de Abrantes, despachada pelos doutores Luís Teixeira Lobo e João de Faria
- 22-5 Carta do doutor Tomé Rodrigues, a informar o rei do que se passava com os benefícios vagos no bispado de Évora
- 3-6 Carta de D. João III, a conceder a tença de 45 mil reais ao licenciado António Correia, desembargador na Casa da Suplicação
- 3-6 Carta da visitação do doutor Jorge Temudo à igreja de S. Tiago de Óbidos
- 9-6 Súplica de D. Miguel da Silva, sobre a prórroga do prazo que lhe fora concedido, para tomar posse da diocese de Viseu
- 12-6 Carta de D. João III à cidade de Évora, determinando que o licenciado Francisco Gonçalves haja a guarda dela, sem levar dinheiro das recadações
- 14-6 Carta de D. João III, a conceder licença para o doutor Nicolau de Almeida, morador em Barcelos, andar de mula

- 18-6 Súplica de Estevão Ribeiro sobre certos benefícios, um dos quais vago por morte do bispo de Cálamos, D. Gonçalo Ribeiro de Almeida
- 23-6 Bula do papa Clemente VII, concedendo a D. João III, em atenção ao embaixador D. Martinho de Portugal, a faculdade de nomear ou apresentar ao papa pessoas idóneas para quaisquer mosteiros e prioratos do seu reino
- 23-6 Súplica do doutor João de Faria, chanceler-mor de D. João III, sobre disposições do papa Leão X relativas a rendimentos do mosteiro de S. Salvador de Travanca
- 23-6 Letras apostólicas de Clemente VII, a renovar a concessão de graças especiais do papa Leão X ao doutor João de Faria, chanceler-mor do reino
- 1-7 Carta de D. João III, afazer mercês ao licenciado António de Azevedo
- 7-7 Súplica do doutor Pedro de Sousa, clérigo de Braga, sobre graça expectativa de tris canonicatos
- 7-7 Bula de Clemente VII sobre benefícios pretendidos por Sisto Figueira, sacerdote de Braga licenciado em Decretos
- 11-7 Breve de Clemente VII a D. João III, em favor do cubiculário pontifício D. Manuel de Noronha
- 11-7 Súplica de Francisco Baião, clérigo da diocese do porto e bacharel em Decretos, sobre a igreja de Canelas
- 12-7 Bula de Clemente VIII concedendo ao embaixador D. Martinho de Portugal, seu legado «de latere», vários e importantes poderes, inclusive o de dar graus académicos
- 16-7 Carta de D. João III, a conceder as pensões de três tabelionatos ao licenciado Cristóvão Mendes
- 18-7 Carta de D. João III, a conceder o mantimento de 45 mil reais por ano ao doutor Jordão Cardoso, desembargador da Casa da Suplicação
- 20-7 Contas dos medicamentos fornecidos ao hospital de Goa, visadas pelo bacharel Fernão Lourenço
- 23-7 Provisão del-rei D. João III, para o recebedor do almoxarifado de Coimbra pagar ao bacharel Lopo Galego, mestre de Gramática, sua tença de 4 mil reais
- 23-7 Súplica do clérigo doutor Pedro de Sousa sobre a igreja paroquial de S. Pantaleão Cornes diocese de Braga
- 24-7 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, a autorizar ao bacharel Henrique Douleiro o exercício da medicina
- 26-7 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Álvaro Fernandes, a nomear Cosme de Matos para escrivão dos órfãos de Portalegre
- 27-7 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Pêro Fernandes, de Évora, andar de mula
- 29-7 Carta de D. João III, a comunicar ao bacharel Francisco Marques, juiz em Lamego que autorizara o povo desta cidade a ter carnicheiro e talho apartado
- 30-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Pêro Fernandes a permutar duas igrejas
- 30-7 Carta de D. João III, em que figura o doutor Diogo Lopes
- 2-8 Carta de D. João III, passada pelo doutor Álvaro Fernandes sobre o provimento da igreja de S. Maria de Ourondo
- 2-8 Carta de D. João III, a autorizar ao bacharel mestre Francisco morador em Coimbra, o exercício da medicina
- 18-8 Carta do bispo do Porto sobre a sua contribuição para o sustento de estudantes em Paris
- 21-8 Carta de D. João III, a nomear por dois anos o doutor Gaspar Pegado para alcaide das sacas em todo a comarca de Entre-Tejo-e-Odiana
- 21-8 Carta de D. João III, a atribuir ao doutor Gaspar Pegado o mantimento anual de 50 mil reais com o ofício de alcaide-mor das sacas na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana
- 25-8 Carta de D. João III, atribuindo o mantimento anual de 45 mil reais ao licenciado Cristóvão Mendes
- 26-8 Carta de D. João III autorizando o doutor Simão Gonçalves a andar de mula
- 27-8 Carta de D. João III autorizando o bacharel João Luís a andar em mula
- 27-8 Carta de D. João III, autorizando o doutor Heitor Teixeira a andar de mula
- 27-8 Súplica de D. Miguel da Silva a pedir prórroga do tempo para ser sagrado bispo
- 6-9 Carta de D. João III, a autorizar alguns oficiais da Remição dos Cativos, do bispado de Coimbra, a andarem de mula
- 11-9 Carta de D. João III, passada pelos doutores Brás Neto e Luís Teixeira Lobo, a nomear mestre Lopo para juiz dos órfãos de Viana de a par de Alvito
- 18-9 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Pêro Rodrigues, físico e cirurgião em Viseu, a andar de mula
- 21-9 Carta do arcebispo de Braga, acerca do envio de estudantes para Paris, e da criação dum colégio naquela cidade
- 22-9 Carta dos membros do cabido da sé de Braga, informando D. João III de não poderem dispor das rendas desta sé paro os letrados que fossem estudar para Paris
- 24-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Brás Vilela para procurador dos presos pobres e necessitados que estivessem na cadeia da comarca de Trás-os-Montes
- 25-9 Carta de D. João III, a autorizar mestre Pedro, morador em Coimbra, a praticar cirurgia
- 26-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Afonso da Costa para juiz-de-fora na vila da Covilhã
- 27-9 Carta de D. João III, a autorizar mestre Pedro, morador na vila de Botão, a exercer cirurgia
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Álvares para juiz-de-fora na vila de Olivença
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o doutor Pascoal Florim para juiz-de-fora na vila de Lagos
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Pêro Borges juiz de Tomar
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Dias juiz da Guarda
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Simão de Pina juiz de Lamego
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado João Jorge juiz da vila de Arronches
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado João da Vedeiro juiz de Viseu
- 28-9 Carta de D. João III a nomear juiz de Portalegre o doutor António Saraiva de Carvalho
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear juiz de Castelo Branco o licenciado Luís Rodrigues de la Lonja

- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Jorge da Fonseca juiz-de-fora de Trancoso
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o doutor Afonso Gomes para juiz-de-fora da cidade de Lamego
- 28-9 Carta de D. João III, a nomear o bacharel André Farinha' juiz-de-fora na vila de Leiria
- 30-9 Súplica do Pedro de Sousa e Álvaro Dias sobre a igreja paroquial de S. Pantaleão de Cornes, diocese de Braga
- 30-9 Carta de D. João III a nomear desembargador o licenciado Rui Monteiro, genro do licenciado Cristóvão Esteves
- 2-10 Carta de D. João III, passada pelo doutor Álvaro Fernandes, criando o tabelionato do concelho de Penalva, e provendo nele João Gouveia, criado do doutor Pêro Vaz
- 2-10 Carta de D. João III, autorizando mestre Diogo, morador em Viseu, a exercer cirurgia
- 4-10 Carta de D. João III, autorizando mestre Tillman, de Colónia, a exercer cirurgia
- 5-10 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora em Freixo-de-Espada-à-Cinta o licenciado Diogo Lourenço
- 6-10 Carta de D. João III, a autorizar o físico bacharel Francisco de Valença a andar de mula
- 6-10 Súplica em forma de «motu proprio», de Sisto Figueira, I sobre a igreja de S. Martinho de Nespereira e a perpétua vigararia do mosteiro de S. Salvador de Bordinho, diocese de Tui
- 8-10 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Diogo Fernandes, morador no Porto, a andar em mula
- 9-10 Súplica de Sisto Figueira sobre a igreja paroquial de S. Pedro de Figueiredo, diocese de Braga
- 9-10 Súplica de Sisto Figueira sobre vários benefícios
- 11-10 Carta de D. João III, a conceder as pensões de quatro tabeliães ao licenciado Cristóvão Mendes, seu desembargador e corregedor na comarca da Beira
- 12-10 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, a autorizar Manuel Vaz a exercer o ofício de boticário
- 14-10 Carta de D. João III, a permitir que o seu chanceler-mor doutor Álvaro Fernandes, dê todos os ofícios que se perderem por erros
- 23-10 Carta de D. João III, despachado pelos doutores Lufa Teixeira Lobo e Brás Neto, tio seu conselho e desembargo a fazer mercê do ofício de juiz dos ofícios da vila de Castelo Bom ao cavaleiro João Vasques, morador na Freixeda, termo da dita vila
- 23-10 Carta de D. João III, a nomear o meirinho do licenciado Diogo Homem, juiz-de-fora em Freixo-de-Espada-à-Cinta
- 24-10 Carta do doutor Pedro, vigário-geral do bispado do Porto, para D. João III, a defender-se duma admoestação del-rei
- 25-10 Carta de D. João III, a nomear desembargador o doutor João Monteiro
- 25-10 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel António Rodrigues a andar de mula
- 25-10 Carta de D. João III, a conceder ao doutor João Monteiro o mantimento anual de 60 mil reais
- 26-10 Súplica de António de Barros sobre um benefício eclesiástico na igreja paroquial de S. Salvador-de Foz de Arouce, diocese de Coimbra
- 27-10 Carta de D. João III, concedendo privilégios académico ao doutor Manuel Pires
- 28-10 Carta de D. João III, nomeando o bacharel Garcia Fróis para procurador de seus feitos no juízo da Guiné e índias
- 28-10 Carta de D. João III, atribuindo ao bacharel Garcia Fróis o mantimento anual de 30 mil reais
- 30-10 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, autorizando a Garcia Dias o ofício de boticário
- 4-11 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa do Cível o licenciado Álvaro Martins
- 4-11 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Álvaro Martins para sobrejuiz da Casa do Cível
- 11-11 Apresentação pelo doutor Brás Neto duma bula de Clemente VII, renovando uma concessão do papa Leão X a D. Manuel, relativa à nomeação de pessoas para cargos do governo de mosteiros e prioratos de Portugal
- 12-11 Carta de D. João III, atribuindo a tença de 30 mil reais por ano a uma filha do licenciado mestre António
- 14-11 Carta de D. João III, passada pelo doutor Diogo Lopes, a autorizar António Rodrigues, de Tomar, a exercer o ofício de boticário
- 17-11 Carta de D. João III, a nomear o doutor Luís Fernandes de Barbudo para juiz-de-fora na vila de Faro
- 19-11 Súplica de Sisto Figueira e Lopo Pinheiro sobre várias igrejas da diocese de Braga
- 21-11 Súplica de António Pedro, clérigo da diocese da Guarda, para ser promovido a todas as ordens, apesar do defeito físico de que padecia
- 22-11 Carta de D. João III, atribuindo o mantimento anual de 36 mil reais ao sobrejuiz da Casa Cível, licenciado Álvaro Martins
- 23-11 Documento redigido pelo bacharel João Álvares, a pedido de D. Jaime, duque de Bragança, sobre a passagem do mosteiro de S. Marinha da Costa, de Guimarães, para a ordem de S. Jerónimo
- 23-11 Tomada de posse do mosteiro de S. Marinha da Costa, de Guimarães, por frei Jorge, em nome da Ordem de S. Jerónimo
- 23-11 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gomes Dias, físico morador na Covilhã, a andar de mula
- 25-11 Súplica de Lucas de Orta e António Rodrigues, clérigo da Guarda, sobre porções em várias igrejas da diocese de Lisboa
- 26-11 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre causas relativas à igreja paroquial de S. Martinho de Soeira, diocese de Braga
- 30-11 Súplica do bacharel em Decretos Manuel Falcão, sobre a prorroga do tempo requerido para a publicação da resignação de Lopo Rabelo à igreja de Santa Eulalia de Cimieira
- Sem data-11 Sentença executória emitida pelo prior da Colegiada, D. Sebastião Lopes. A ordem de S. Jerónimo ficou obrigada a dar anualmente uma quantia para a sustentação dos cônegos regrantes que foram desalojados
- 8-12 Carta de D. João III, autorizando o licenciado João Fernandes, morador na vila de Trancoso, a andar de mula
- 8-12 Carta de D. João III, a conceder ao doutor Jorge Lopes, morador em Vila do Conde, todas as honras, privilégios e liberdades, que têm os graduados dos estudos gerais

- 19-12 Carta de D. João III, a nomear o seu conselheiro doutor Luís Teixeira Lobo para a comenda da igreja de S. Veríssimo da diocese de Braga
- 28-12 Certidão de dois vereadores de Viana do Castelo a favor do licenciado Aires Pires, que fora juiz-de-fora naquela terra

1528

- 3-1 Súplica do licenciado Sisto Figueira sobre certas igrejas paroquiais das dioceses de Braga, Coimbra e Porto
- 8-1 Carta de quitação de D. João III, a favor do licenciado Jordão Botelho, feitor de suas almadravas no reino do Algarve
- 21-1 Súplica de António Vaz de Beja, mestre em Artes e licenciado em Teologia, sobre o governo duma confraria de sacerdotes e beneficiados de Torres Novas, que ele desejava lhe fosse confiado
- 29-1 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Duarte Rodrigues a andar de mula
- 29-1 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Afonso Pinto a andar de mula
- 30-1 Carta de D. João III idêntica à anterior, mas de data diferente
- 3-2 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gomes a andar de mula
- 4-2 Carta do humanista francês João Fernel a D. João III, elogiando a protecção dos reis de Portugal ao estudo das letras e ciências
- 4-2 Tradução da carta anterior de João Fernel
- 8-2 Carta de D. João III, autorizando o doutor Francisco Lopes a andar de mula
- 13-2 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Fernão Pereira a andar de mula
- 20-2 Carta de D. João III, a fazer desembargador da Casa da Suplicação o doutor Pedro Nunes
- 20-2 Carta de D. João III, sobre o mesmo assunto do da carta anterior
- 20-2 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gaspar Vasques juiz-de-fora na vila de Ponte de Lima
- 24-2 Súplica de António de Borros sobre igrejas vacantes por morte do humanista Álvaro Teixeira
- 24-2 Súplica de Pedro Coche sobre a igreja de S. Paio de Caria, vaga pelo falecimento de Álvaro Teixeira
- 24-2 Carta de D. João III, despacha pelo pelos doutores Brás Neto e Luís Teixeira Lobo, a nomear Pedro Gonçalves juiz dos órfãos de Manteigas
- 25-2 Carta de D. João III, em que é mencionado o bacharel Francisco de Resende
- 26-2 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Filipe Rodrigues, morador em Aveiro, a andar em mula
- 26-2 Carta de D. João III idêntica à anterior
- 26-2 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Henrique Pereira juiz-de-fora em Monção
- 3-3 Súplica de D. Miguel da Silva, bispo eleito de Viseu, sobre uma questão havida com o falecido humanista Álvaro Teixeira
- 5-3 Carta de D. João III, em que são referidos os doutores Luís Teixeira Lobo e Brás Neto
- 5-3 Carta de D. João III, a autorizar ao licenciado Francisco Álvares o uso de mula
- 5-3 Carta original do bispo de Ceuta D. frei Henrique de Coimbra, agradecendo ao rei várias atenções
- 6-3 Carta de D. João III, a conceder ao bacharel Francisco de Resende o uso de mula
- 10-3 Carta de D. João III, a nomear desembargador do paço e petições o licenciado Cristóvão Esteves
- 10-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Afonso Eanes para desembargador do paço e petições
- 12-3 Súplica de D. Miguel da Silva, bispo eleito de Viseu, sobre prórroga do tempo prescrito para a sua sagração episcopal
- 12-3 Carta de D. João III, concedendo ao doutor Luís Mendes o exercício da cirurgia
- 13-3 Carta de D. João III, em que é citado o bacharel Garcia Fróis
- 18-3 Carta de D. João III, a nomear juiz da sua fazenda o licenciado Gaspar de Carvalho, em sucessão do licenciado Cristóvão Esteves
- 23-3 Carta de D. Martinho de Portugal, legado do papa em Portugal, em que vem inserida uma bula contendo várias concessões, entre elas a de conferir graus académicos em Artes, Teologia, e nos dois Direitos
- 23-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Afonso Fernandes procurador dos feitos da fazenda real
- 30-3 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Simão de Lião a exercer medicina
- 1-4 Carta de D. João III ao doutor Gaspar Pegado sobre os agravos apresentados por algumas povoações da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana sobre a contagem dos gados
- 1-4 Carta de D. João III, coutando terras do licenciado e desembargador Sebastião da Fonseca em Vila Nova de Anços
- 6-4 Súplica de António de Barros sobre um canonicato e prebenda de Lisboa, vagos por morte de Álvaro Teixeira
- 20-4 Carta de D. João III, a nomear o doutor André Serrão para desembargador da Casa do Cível
- 20-4 Carta de D. João III, a aumentar o mantimento do doutor Pedro Nunes, desembargador da Casa do Cível
- 28-4 Carta de D. João III, a conceder o ofício de tabelião do judicial de Alenquer a um criado do doutor Luís da Veiga
- 6-5 Carta de D. João III, a aposentar o desembargador da Casa da Suplicação doutor António da Mota
- 28-5 Carta de D. João III, a conceder ao doutor António da Mota, desembargador da Casada Suplicação, todos os privilégios, graças, liberdades, honras e franquezas da sobredita Casa
- 28-5 Carta de D. João III, a conceder licença para o bacharel Diogo Gomes, morador em Chaves, exercer cirurgia
- 31-5 Súplica de D. Miguel da Silva sobre a prorrogação do prazo para a sua sagração episcopal
- 3-6 Carta de D. João III, a licenciar o bacharel Luís Álvares, morador em Lisboa, para o exercício da medicina
- 3-6 Carta de D. João III, a licenciar o doutor Diogo de Santiago, morador em Arronches, para o exercício da medicina
- 10-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Manuel Rodrigues, morador em Setúbal, a andar em mula e faca
- 12-6 Emprazamento onde figura o estudante de leis Jordão Jorge

- 16-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Alexandre Pimentel a andar em mula e faca
- 20-6 Carta de D. João III, a nomear tabelião do público judicial em Monsanto um criado do doutor Álvaro Fernandes
- 23-6 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Manuel Lopes e seu pai a andarem de mula
- 23-6 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Duarte Mendes a andar de mula
- 27-6 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel João Vasques, morador em Coimbra, a andar de mula
- 28-6 Carta de D. João III, a mandar pagar uma tença à viúva do licenciado Jerónimo Luís
- 3-7 Carta de D. João III, a reconhecer a linhagem dos Búzios e Pegados ao doutor Gaspar Pegado
- 20-7 20 Carta de D. João III autorizando o bacharel Jorge de Anreade, morador em Lamego, a andar de mula
- 20-7 Carta de D. João III, referente ao doutor Gonçalo Teixeira, vigário-geral do bispo de Coimbra
- 27-7 Carta de D. João III, despachada pelos doutores Brás Neto e Luís Teixeira Lobo, sobre certo instrumento de perfilhação
- 28-7 Carta de D. João III ao licenciado António de Azevedo sobre o contrato das Malucas
- 30-7 Carta de D. João III, relativa ao mestre de Gramática Diogo de Cegy
- 1-8 Carta de D. João III, a dar licença para o bacharel mestre Álvaro, morador em Santarém, exercer cirurgia
- 3-8 Carta de D. João III, a conceder carta de armas a Diogo Lopes Calheiros, morador em Lisboa
- 4-8 Carta de D. João III, autorizando o bacharel mestre Álvaro, de Santarém, a andar em mula
- 7-8 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Diogo de Andrade, morador em Lamego, a andar de mula
- 7-8 Carta de D. João III, a confirmar o aumento do mantimento anual atribuído ao Estudo Geral de Lisboa
- 7-8 Carta de D. João III, a confirmar a isenção de pagamento do dízimo e portagem para as mercadorias destinadas a mestres e estudantes da Universidade de Lisboa
- 8-8 Carta original de D. João III ao Papa Clemente VII, acerca dos negócios cá tratados por D. Martinho de Portugal seu nuncio
- 18-8 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Fernão de Castro, morador no Porto, a andar em mula
- 28-8 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel João Fernandes, a andar de mula
- 2-9 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Henrique Luís a andar em mula
- 4-9 Súplica de D. Miguel da Silva e de Pedro de Lemos sobre a chantria de Lamego
- 4-9 Súplica de D. Miguel da Silva sobre o mestre-escolado de Évora
- 4-9 Carta de D. João III a D. Fernando de Vasconcelos, bispo de Lamego, apresentando-lhe para abade da igreja de S. Pedro da Queimada o desembargador Rui Lopes de Carvalho
- 9-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Gonçalo da Cunha a andar de mula
- 12-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Pero Gonçalves, morador no termo da vila de Fonte Arcada, a andar em mula
- 17-9 Súplica de Sisto Figueira e de Gonçalo de Cavelar sobre à pensão anual dos rendimentos da igreja paroquial de S. Cristóvão de Refojos, diocese do Porto
- 17-9 Súplica de Sisto Figueira, que resignava a várias igrejas das dioceses de Braga, Porto e Coimbra
- 18-9 Súplica do doutor Pedro de Sousa sobre certas igrejas vagas da diocese de Braga
- 21-9 Súplica do doutor Pedro de Sousa sobre o canonicato e prebenda na colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, e igreja paroquial de Valboa
- 21-9 Clemente VII concede ao doutor Pedro de Sousa o arceprelado de Santa Maria de Oliveira, de Guimarães
- 30-0 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Diogo Martins de Carvalho, morador em Elvas, a andar de mula
- 6-10 Carta de D. João III, a apresentar a D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, o cantor régio João de la Para, para reitor da igreja de S. Miguel de Fornos
- 11-10 Súplica de António de Barros sobre alguns benefícios eclesiásticos das dioceses de Évora e Lisboa
- 11-11 Carta de D. João III, autorizando o licenciado mestre Fernando, morador na Golegã, a andar em mula
- 20-10 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Diogo Fernandes promotor da justiça eclesiástica em Santarém, a andar de mula
- 21-10 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Brás Neto, sobre a concessão de privilégios aos caseiros e serviçais de João Rodrigues de Vasconcelos, fidalgo da casa real
- 2-11 Súplica de D. Miguel da Silva e de João Teixeira sobre o mestre-escolado de Évora
- 2-12 Súplica de Manuel de Noronha, clérigo do Funchal, sobre benefícios eclesiásticos, vagos pelo falecimento do humanista Álvaro Teixeira
- 4-12 Súplica de Rui Lopes sobre prorrogação do indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras
- 5-12 Súplica de Rui Lopes, doutor nos dois Direitos, sobre o canonicato e prebenda de Lisboa
- 5-12 Súplica de Pedro de Sousa sobre benefícios eclesiásticos
- 5-12 Súplica de Pedro de Sousa sobre algumas igrejas paroquiais da diocese de Braga
- 7-12 Carta de D. João III ao licenciado João da Fonseca, confiando-lhe certa missão
- 7 Súplica do doutor Pedro de Sousa sobre a igreja de Santa Maria de Leomil, diocese de Viseu
- 12-11 Súplica de D. Martinho de Portugal sobre o arceidiagado de Lavra, diocese de Évora
- 12-11 Súplica de Pedro de Abreu sobre benefícios eclesiásticos das dioceses de Coimbra e Porto, vagos por morte do humanista Álvaro Teixeira
- 13-11 Súplica do doutor Pedro de Sousa sobre o canonicato e meia prebenda de Viseu
- 13 Clemente VII concede ao doutor Pedro de Sousa a comenda de Santa Maria de Leomil, diocese de Lamego
- 18-11 Breve de Clemente VII sobre a colaboração de Portugal na expedição contra os Turcos
- 18-11 Breve de Clemente VII, dirigido a D. Martinho de Portugal, sobre a incumbência de este impor duas décimas às igrejas e beneficias de Portugal, com vista a ocorrer às necessidades da Sé Apostólica

- 18-11 Breve de Clemente VII, dirigido ao rei de Portugal, sobre a mesma matéria do documento anterior
- 18-11 Carta de D. João III, autorizando o doutor Tomás, físico na vila de Veiros, a andar em mula
- 2-12 Súplica de frei Diogo de Murça, para poder exercer actos de apostalado, enquanto estudar nalgum estudo geral
- 2-12 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Mestre Aires, físico e cirurgião, morador na vila de Castelo Branco, a andar de mula
- 4-12 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Jorge Fernandes, de Coimbra, a andar de mula
- 11-12 Carta de D. João III ao doutor Gaspar Pegado e ao licenciado Gil Vaz sobre a contagem do gado em Évora e seu termo
- 13-12 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Diogo Gil, prior da igreja de Almeirim, a andar em mula
- 14-12 Carta de D. João III, concedendo ao licenciado frei Gil, dominicano, morador na vila da Batalha, possa ser assistido na sua doença por uma mulher
- 21-12 Juramento de Pedro Margalho e sua incorporação em Teologia na Universidade de Salamanca
- 23-12 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Diogo António morador em Coimbra, a andar de mula
- 26-12 Súplica de D. Martinho de Portugal e de Pedro de Sousa sobre o arcediagado de Oliveira do Douro, diocese do Porto
- 27-12 Súplica de D. Martinho de Portugal sobre a igreja de S. Paio de Caria
- 28-12 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Duarte Afonso, morador na vila de Santarém, a andar de mula

1529

- Sem data-1 Pública-forma da bula de Clemente VII, a conceder várias prerrogativas ao seu núncio D. Martinho de Portugal
- 5-1 Carta de D. João III, a nomear seu conselheiro o licenciado Afonso Anes, desembargador régio
- 5-1 Carta de D. João III, a nomear seu conselheiro o licenciado Cristóvão Esteves, desembargador régio
- 12-1 Carta de D. João III, reconhecendo a linhagem dos de Castelo Branco
- 12-1 Carta de D. João III, autorizando o doutor Francisco Rodrigues, físico morador em Viana da Foz do Lima, a andar de mula
- 15-1 Carta de D. João III, autorizando o doutor Gabriel Soares, físico, a andar de mula
- 16-1 Carta de D. João III, a nomear o doutor João Monteiro para desembargador das capelas, albergarias, órfãos, resíduos e cativos
- 17-1 Súplica do doutor Pedro de Sousa sobre benefícios eclesiásticos nas dioceses de Braga e Viseu
- 24-1 Súplica de António de Barros sobre a igreja de Santa Eufémia de Rio Covo
- 25-1 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Gonçalo Vaz, a andar de mula
- 26-1 Carta de D. João III, a confirmar a doação, que Leonor Vaz fizera a seus netos, filhos do licenciado António Lopes
- 2-2 Carta de frei D. Henrique de Coimbra a D. João III, sobre as necessidades temporais da sé e bispado de Évora
- 3-2 Carta de D. Miguel doutor Silva, bispo eleito de Viseu, enviada do mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave
- 11-2 Carta de D. João III ao licenciado Afonso Pinto, autorizando-o a conhecer e despachar as causas cíveis da sua jurisdição na cidade de Évora
- 18-2 Carta de D. João III, concedendo ao doutor mestre Duarte, físico, morador na Ilha da Madeira, feito doutor por rescrito papal, todos os privilégios e liberdades dos graduados nas universidades
- 25-2 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Manuel Dias para comendador da igreja de S. João de Cinfães
- 4-3 Carta de D. João III, ao seu chanceler-mor doutor Álvaro Fernandes sobre certa nomeação
- 4-3 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao licenciado Francisco Cardoso
- 5-3 Carta de D. João ao reitor, lentes e conselheiros da Universidade de Lisboa e autoridades do reino, para que sejam guardadas todos os privilégios universitários a Baltasar de Azevedo, criado doutor pelo núncio D. Martinho de Portugal
- 8-3 Carta de D. João III, a conceder ao licenciado Francisco Godiz, morador em Olivença, autorização para exercer medicina
- 12-3 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Gonçalo Rodrigues, morador em Vouzela, concelho de Lafiães, a andar em mula
- 23-3 Carta de D. João III, autorizando João Lopes, físico, morador em Chaves, a andar de mula
- 6-4 Carta de D. João III, a seu irmão o cardeal infante D. Afonso, apresentando-lhe para cônego da igreja colegiada de Nossa Senhora da Alcáçova de Santarém o seu capelão João Gomes
- 9-4 Carta de D. João III, autorizando mestre João, cirurgião do Duque de Bragança D. Jaime, a andar de mula
- 10-4 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Fernando Magalhães a andar de mula
- 10-4 Carta de D. João III, concedendo alguns privilégios ao empresário duma estalagem do doutor António Mendes em Sesimbra
- 12-4 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Jorge Mendes, físico morador em Abrantes, a andar em mula
- 17-4 Alvará da rainha D. Catarina, em que figura o bacharel Rodrigo Sanches
- 24-4 Súplica de D. Miguel da Silva, bispo eleito de Viseu, sobre uma questão entre ele e Diogo Martins, cônego da Guarda
- 24-4 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Lopo Vaz, de Vila Viçosa, a andar em mula
- 26-4 Carta de D. João III, a confirmar a autorização dada ao doutor em Medicina António Lopes, morador em Évora para andar de mula
- 28-4 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Gonçalves para procurador de sua fazenda
- 28-4 Carta de D. João III, a atribuir ao licenciado Francisco Gonçalves, procurador de sua fazenda, o mantimento anual de 20 mil reais

- 30-4 Carta de D. João III, a autorizar mestre António, morador em Évora, a exercer cirurgia
- 30-4 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gaspar Rodrigues, morador em Avis, a exercer cirurgia
- 1-5 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gaspar Rodrigues, morador em Avis, a exercer medicina
- 6-5 Auto da visitação do licenciado Brás Barreto à igreja de S. Tiago de Óbidos
- 9-5 Carta de D. João III, a nomear desembargador o licenciado António de Macedo
- 10-5 Carta de D. João III, a confirmar a autorização dada ao bacharel Sebastião Lopes para andar de mula
- 12-5 Carta de D. João III, a conceder a João de Sá o uso de armas de nobreza
- 20-5 Contrato de D. João III, sobre a venda do açúcar da Ilha da Madeira, em que figura o licenciado Fernando Álvares
- 28-5 Alvará de D. João III, passado pelos licenciados Afonso Anes e Cristóvão Esteves de Espargosa, sobre porte de armas de defesa
- 8-6 Carta de D. João III, a conceder um mantimento anual ao doutor Luís do Veiga desembargador
- 10-6 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao licenciado Francisco Cardoso
- 12-6 Carta de D. João III, ao seu chanceler-mor doutor Álvaro Fernandes, sobre um assunto de serviço judicial
- 15-6 Carta de D. João III, afixar o mantimento anual para o desembargador licenciado Agostinho Afonso
- 17-6 Clemente VII concede a Manuel Falcão, bacharel em Decretos, a igreja paroquial de Santa Eulália de Loureira, diocese de Braga
- 29-6 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao bacharel João Pinto, procurador em Tavira
- 30-6 Carta de D. João III, aos lentes e conselheiros do Estudo de Coimbra, a confirmar a eleição do licenciado Estêvão Nogueira para conservador desse Estudo
- 1-7 Bula de Clemente VII a conceder dispensa de impedimento de consanguinidade para contraírem matrimónio a duas pessoas nobres
- 1-7 Bula de Clemente VII, de matéria idêntica à do documento anterior
- 8-7 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao bacharel Lopo Álvares, físico do Duque de Bragança
- 9-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Simão Jorge, de Lisboa, a exercer medicina
- 11-7 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao bacharel Tristão da Costa morador em Chaves
- 14-7 Carta de D. João III, a fixar o mantimento anual do desembargador doutor Nuno Martins
- 14-7 Carta de D. João III, a fixar o mantimento anual do doutor António da Mota
- 16-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Álvaro Anes para desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- 17-7 Carta de D. João III, a nomear o doutor Nuno Martins Fafes desembargador da Casa do Cível
- 22-7 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Julião Rodrigues desembargador dos agravos da Casa do Cível
- 23-7 Carta de D. João III, nomeando o doutor Francisco Tibão conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 23-7 Carta de D. João III, a declarar o mantimento anual do bacharel Julião Rodrigues pelo ofício de desembargador da Casa do Cível
- 23-7 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Filipe Afonso para desembargador dos agravos da Casa do Cível
- 23-7 Carta de D. João III, a atribuir ao bacharel Filipe Afonso o mantimento anual de 50 mil reais pelo ofício de desembargador da Casa do Cível
- 24-7 Carta de D. João III, atribuindo uma tença à mulher do doutor de Santo Isidro
- 26-7 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao licenciado em Medicina Francisco Godines
- 26-7 Carta de D. João III, a nomear o doutor António da Mota desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- 28-7 Carta de D. João III, a declarar o mantimento anual do licenciado Álvaro Anes, pelo ofício de desembargador da Casa da Suplicação
- 4-8 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Fernão Gomes procurador na vila de Aveiro
- 11-8 Carta de D. João III, a conceder carta de armas a bem da família da Garcia Lopes de Calheiros, morador em Ponte de Lima
- 11-8 Instrumento notarial, onde figuram o bacharel Simão Tristão, o doutor Álvaro Esteves, o bacharel Pêro Vasques, e o doutor Fernão Rodrigues
- 13-8 Carta do doutor Pedro Margalho a D. João III, sobre o regresso a Portugal de frei António de Coimbra
- 16-8 Carta de D. João III, a confirmar um aforamento de terras na Covilhã ao bacharel António Mendes
- 27-8 Carta de D. João III, a confirmar a eleição do licenciado Estêvão Nogueira para conservador do Estudo de Coimbra
- 29-8 Carta de D. João III, a autorizar o ofício de físico ao doutor João Fernandes
- 30-8 Carta de D. João III, a conceder carta de armas a Fernão de Campos
- 2-9 Carta de D. João III, concedendo a Afonso Anes autorização para ter uma mulher que o sirva na sua enfermidade, sendo a carta passada por D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, e Luís Teixeira doutor
- 6-9 Carta de D. João III, em que é mencionado o licenciado Cristóvão Mendes de Carvalho, desembargador régio
- 6-9 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa do Cível o doutor Francisco Tibão
- 9-9 Carta de D. João III, a mandar o licenciado Gil Vaz Bugalho como juiz-de-fora dos feitos cíveis na vila de Santarém
- 10-9 Carta de D. João III, a enviar o licenciado Agostinho Cerveira por juiz-de-fora dos feitos-crimes na vila de Santarém
- 12-9 Carta de D. João III, a estabelecer o mantimento anual do doutor Francisco Tibão desembargador da Casa do Cível
- 12-9 Carta de D. João III, a nomear corregedor dos feitos-crimes de Lisboa o desembargador doutor Francisco Tibão
- 14-9 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa do Cível aposentado o doutor Afonso Gomes Mascarenhas
- 16-9 Carta de D. João III, em que figura o bacharel em Teologia Francisco Carvalho
- 18-9 Carta de D. João III, em que figura o licenciado Brás Vilela procurador na correição de Trás-os-Montes
- 22-9 Carta de D. João III, passada por D. Pedro de Meneses, licenciado em Teologia, e Luís Teixeira Lobo doutor, sobre a concessão de privilégios ao estalajadeiro João de Ânsiães, do concelho de Lardosa
- 24-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel António Dias, morador em Tomar, a exercer medicina

- 26-9 Carta de D. João III, a nomear corregedor dos feitos-crimes de Lisboa o doutor Álvaro Esteves
- 26-9 Carta de D. João III, a estabelecer o mantimento anual de 30 mil reais ao doutor Gonçalo Pires, nomeado corregedor do cível em Lisboa
- 27-9 Carta de D. João III, a fixar a tença anual de 20 mil reais ao físico-mor, doutor Diogo Lopes
- 30-9 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa do Cível o doutor Gonçalo Pires
- 30-9 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao bacharel Gaspar Lopes
- 2-10 Carta de D. João III, a confirmar a outorga da administração da capela de S. Domingos da cidade do Porto ao licenciado António Correia
- 6-10 Carta de D. João III, a determinar que o doutor mestre Henrique, físico morador em Évora, goze de todos os privilégios e liberdades que têm os doutores feitos no Estudo de Lisboa
- 11-10 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o licenciado Francisco Gonçalves
- 18-10 Carta de D. João III, permitindo o uso de mula ao bacharel António Dia
- 18-10 Carta de D. João III, concedendo ao reitor e oficiais da Universidade de Lisboa licença para a permuta de bens da mesma Universidade
- 21-10 Carta de D. João III, a dar o mantimento anual de 50 mil reais ao doutor Jorge Cotão, desembargador da Casa do Cível
- 28-10 Carta de D. João III, a atribuir ao bacharel Jerónimo Luís, morador em Guimarães, o privilégio de ser só ele a julgar as causas do convento do mosteiro de Santa Marinha da Costa, naquela vila
- 2-11 Carta de D. João III, fazendo mercê a Manuel Jorge do ofício de procurador do número segundo carta que manda passar ao seu chanceler-mor, doutor Álvaro Fernandes
- 3-11 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora dos feitos cíveis da cidade do Porto o doutor Baltasar da Nóbrega com o mantimento anual de 30 mil reais
- 12-11 Instrumento notarial, em que figura o bacharel Pedro Afonso
- 13-11 Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de dois moios de trigo ao bacharel Bernaldim Lopes
- 13-11 Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de 2 mil reais ao bacharel Bernaldim Lopes
- 14-11 Carta de D. João III, a conceder ao bacharel Manuel Álvares que ele possa apascentar os bois numa terra coutada
- 16-11 Carta de D. João III, a nomear seu cosmógrafo o bacharel Pedro Nunes, com o mantimento anual de 20 mil reais
- 16-11 Carta do ouvidor de Goa, o licenciado Lopo Fernandes a dar algumas informações e sugestões a D. João III
- 19-11 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Hilário Dias para juiz-de-fora da cidade do Porto
- 24-11 Carta de D. João III, passada pelos licenciados Cristóvão Esteves e Afonso Anes, do seu conselho, a privilegiar uma estalagem de Vila Ruiva, termo de Linhares
- 27 Carta de D. João III, a dar a tença de 10 mil reais por ano a Joana Fernandes, viúva do licenciado António do Couto, juiz-de-fora na cidade do Porto
- 1-12 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Gonçalo Dias
- 2-12 Carta de D. João III, a conceder carta de armas a Pedro Homem, morador na Ilha Terceira
- 10-12 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Luís Teixeira e pelo licenciado Cristóvão Esteves de Espargosa, a conceder certa mercê ao fidalgo de sua casa Garcia de Sárrea
- 20-12 Carta original de D. João III, a agradecer ao papa Clemente VII as bulas de dispensa para os casamentos dos sobrinhos do bispo de Viseu D. Miguel da Silva, transcritas nos documentos de 1-7-1529

1530

- 7-1 Carta de D. João III, a conceder a comenda da Ordem de Cristo de S. Pedro Fins de Ferreira, diocese de Braga, a Pedro Barbosa, fidalgo morador em Viana da Foz do Lima
- 21-1 Carta de D. João III, a enviar o licenciado Luís de Almeida por juiz-de-fora na cidade de Lamego
- 27-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gaspar Vieira para corregedor na comarca da Beira e Ribacoa
- 3-2 Carta de D. João III, a enviar o licenciado Fernão Gonçalves por juiz-de-fora na vila de Campo Maior
- 10-2 Carta de D. João III, a nomear João de Magalhães para contador, inquiridor e distribuidor na vila de Tarouca
- 17-2 Carta de D. João III, a nomear Jorge Tenreiro, filho do licenciado Afonso Anes, para o ofício de escrivão na feitoria do Maluco
- 18-2 Alvará de D. João III, a enviar o licenciado João de Barros para certas diligências em Évora e outros lugares
- 27-2 Carta de confirmação e posse de duas igrejas da diocese de Braga, assinada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa
- 1-3 Carta de D. João III, frxando uma tença anual para o seu físico, doutor Dionisio
- 4-3 Carta de D. João III, a autorizar Estêvão Nunes a usar o ofício de boticário, depois de examinado pelo seu físico-mor doutor Diogo Lopes
- 8-3 Carta de D. João III, a determinar uma tença anual para António Correia, filho do doutor Estêvão Correia
- 12-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Macedo, seu desembargador, para ouvidor geral na Índia
- 14-3 Carta de D. João III, a nomear juiz dos órfãos para a vila de Penedono, assinada pelos licenciados Cristóvão Esteves da Espargosa e Afonso Anes
- 16-3 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Diogo Rodrigues, morador em Vila Franca
- 20-3 Breve do papa Clemente VII à imperatriz Dona Isabel, irmã de D. João III e mulher de Carlos V, a agradecer-lhe as felicitações pela declarada amizade entre o papa e o imperador seu marido
- 20-3 Carta de D. João III ao governador da Índia D. Nuno da Cunha sobre a nomeação do licenciado António de Macedo para ouvidor naquelas partes

- 20-3 Carta de D. João III sobre o mesmo assunto da carta anterior
- 22-3 Carta de D. João III, em que é mencionado o doutor Pedro Álvares de Almeida, juiz em Estremoz
- 22-3 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da cirurgia do bacharel Pedro de Paços
- 25-3 Breve do papa Clemente VII a el-rei D. João III sobre a projectada expedição contra os turcos
- 28-3 Carta de D. João III, a nomear Duarte Pires, morador na cidade da Guarda, para tabelião do judicial nessa cidade
- 1-4 Carta de D. João III, em que figura o licenciado Cristóvão Esteves, seu conselheiro e desembargador do paço e petições
- 2-4 Carta de D. João III, a nomear escrivão das sisas de Chaves um criado do licenciado Cristóvão Esteves
- 22-4 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Bastião Gomes para recebedor da sisa do sal no Porto
- 22-4 Alvará de D. João III, em que é referido o dominicano mestre João Flamengo, lente da cadeira de Metafísica na Universidade de Lisboa
- 24-4 Carta de D. João III, concedendo unia renda anual ao doutor Diogo do Rego, reformador do convento de Tomar
- 24-4 Alvará de D. João III, atribuindo determinada quantia anual a frei Luís, franciscano, professor de Filosofia Natural na Universidade de Lisboa
- 27-4 Carta de D. João III, autorizando mestre Manuel, morador no Funchal, a exercer cirurgia
- 27-4 Carta de confirmação, dada pelo doutor em Cânones Jorge Temudo, desembargador e vigário-geral da arquidiocese de Lisboa
- 27-4 Carta de D. João III, a confirmar por contador dos feitos e custas em Santarém e seu termo a Cristóvão Lopes
- 2-5 Alvará de D. João III, mandando dar a cátedra de prima de Teologia ao doutor mestre Pedro Margalho
- 7-5 Conselho do Estudo Geral em que estiveram presentes os doutores D. Francisco de Melo e Jorge Fernandes
- 11-5 Carta de D. João III, aos juizes, concelho e homens-bons de Canas de Senhorim, sobre a mudança do titular do officio de escrivão dos órfãos e tabelião do público e judicial, passada pelo doutor Álvaro Fernandes
- 13-5 Breve do papa Clemente VII, quanto à erecção de novas comendas ou preceptorias da Ordem de Cristo
- 5-6 Carta da visitação do bacharel Cristóvão Dias à igreja de S. Tiago de Óbidos
- 8-6 Carta de D. João III, a nomear inquiridor da cidade de Coimbra o seu morador Pedro Carneiro
- 21-6 Carta de D. João III, a fixara tença anual de 10 mil reais para o seu moço de câmara João Gonçalves
- 24-6 Breve do papa Clemente VII, a definir e esclarecer a capacidade testamentária de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra
- 27-6 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Diogo Colaço a exercer o officio de procurador, depois de examinado na Relação da Casa da Suplicação
- 27-6 Carta de D. João III, a nomear o seu fisico doutor Gabriel Soares para fisico na Casa da Suplicação
- 28-6 Carta de D. João III, a autorizar ao mestre Heitor Coronel, morador na vila de Trevões, o exercício da cirurgia
- 28-6 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Pêro Rebelo, para juiz dos órfãos em Penaguião, comarca de Trás-os-Montes
- 30-6 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina a mestre Álvaro, morador em Estremoz
- 30-6 Carta de D. João III, a autorizar ao mestre Heitor Coronel, morador na vila de Trevões, o exercício da medicina
- 4-7 Carta de D. João III, onde é mencionado o licenciado João da Fonseca
- 9-7 Carta de D. João III, a nomear Estêvão Salema, morador em Lisboa, para escrivão das justificações e certidões das fazendas dos defuntos da Guiné, Mina e Índia, conforme sentença do desembargador doutor Diogo Vaz
- 14-7 Carta do doutor Brás Neto, embaixador de Portugal junto do papa, sobre o despacho dalgumas questões na corte pontifícia
- 18-7 Carta de D. João III sobre a nomeação dum carcereiro da correição da Estremadura, passada pelo doutor Pêro Vaz
- 21-7 Carta de D. João III, a nomear Pêro Dias escrivão das sisas de Lisboa
- 22-7 Carta de D. João III sobre um pedido do bacharel Manuel Álvares para fazer obras nas casas que tinha em Olivença
- 28-7 Carta de D. João III, a conceder a tença anual de 10 mil reais ao bacharel Jerónimo Luís, escrivão do bispo de Viseu
- 1-8 Carta do doutor Jorge Fernandes, reitor da Universidade, a propor a nomeação dalguns professores para cadeiras que estavam vagas
- 2-8 Carta de D. João III, a dar licença a Gaspar de Albuquerque, morador em Castelo de Vide, para exercer cirurgia
- 3-8 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Jorge Pires juiz-de-fora na vila do Crato
- 3-8 Carta de D. João III ao conde mordomo-mor sobre assunto respeitante ao guarda-reposta da casa real
- 5-8 Bula do papa Clemente VII, a conceder duas igrejas paroquiais da diocese da Guarda a Gaspar de Barros, mestre em Teologia e freire da Ordem do Hospital
- 8-8 Carta de D. João III ao provedor de sua fazenda na Ilha da Madeira, em que é referido o licenciado João da Fonseca, nomeado corregedor no Machico
- 11-8 Carta de D. João III, passada pelo doutor Álvaro Fernandes, sobre assunto da correição da Estremadura
- 16-8 Carta de D. João III, a nomear o doutor Francisco Mendes juiz das jugadas da cidade de Coimbra e seu termo
- 26-8 Bula do papa Clemente VII ao cardeal infante D. Afonso, a conceder-lhe dispensa de residência na cúria papal, quanto aos seus benefícios
- 30-8 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da cirurgia a mestre Manuel, morador em Olivença
- 5-9 Carta de D. João III, a dar licença a Fernão de Orta para servir o officio de tabelião do judicial, na cidade de Elvas
- 11-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Gil juiz-de-fora da vila de Torre de Moncorvo
- 14-9 Carta de D. João III, fazendo mercê ao bacharel Tomás de Cristo, castelhano, para usar e praticar cirurgia
- 17-9 Bula do papa Clemente VII, a conceder benefícios incompatíveis ao doutor nos dois Direitos Rui Lopes
- 17-9 Bula do papa Clemente VII, a conceder ao mesmo doutor Rui Lopes o privilégio de dependência directa da Santa Sé quanto à sua pessoa, bens, benefícios e servidores

- 17-9 Carta de D. João III, a nomear o doutor Dinis Rodrigues juiz-de-fora dos feitos-crimes na cidade de Évora
- 17-9 Carta de D. João III sobre o mesmo assunto da anterior
- 1-10 Carta de D. João III, concedendo à mulher do licenciado Rui Pires, desembargador régio, certa percentagem anual dos dinheiros que seu marido recebia
- 8-10 Autos da eleição de João Afonso Bocarro para inquiridor dos feitos perante o conservador do Estudo Geral de Lisboa
- 17-10 Carta de D. João III, mandando às autoridades da alfândega de Lisboa respeitem os privilégios dos lentes, oficiais e escolares da Universidade
- 18-10 Carta de D. João III, a confirmar outra em que seu pai D. Manuel I permitia aos lentes de Cânones e Leis do Estudo de Lisboa o exercício de procuradoria com certas condições
- 21-10 Breve do papa Clemente VII, a dispensar o bispo de Viseu D. Miguel da Silva da obrigação da visita «ad limina»
- 3-11 Carta de D. João III, a autorizar a prática da cirurgia a mestre Diogo, residente em Lisboa
- 13-11 Bula do papa Clemente VII, concedendo ao doutor Pedro de Sousa o canonicato e prebenda da Guarda e a igreja paroquial de S. Pedro da Covilhã
- 7-12 Carta de D. João III ao doutor Gaspar Pegado, alcaide-mor das sacas na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana, mandando-o relevar os moradores dessa comarca de todas as penas em que tiverem incorrido em matéria de ferragem e negócios de gados e carnes
- 11-12 Carta de D. João III, a autorizar prática da cirurgia a Martim Rodrigues, morador em Lisboa
- 13-12 Carta de D. João III, a conceder carta de armas da linhagem dos Azevedos ao doutor Baltasar de Azevedo
- 18-12 Carta de D. João III, autorizando mestre Henriques a exercer o ofício de boticário
- 23-12 Carta de D. João III, a conceder carta de armas da linhagem dos Bulhões a João Rodrigues morador em Vila Franca
- 30-12 Carta de D. João III ao doutor Álvaro Fernandes sobre certo benefício da igreja de Santa Maria de Miranda do Douro

1531

- 3-1 Álvaro de D. João III, autorizando o doutor Filipe Afonso a exercer o ofício de ouvidor do Hospital de Todos-os-Santos
- 6-1 Carta de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, ao seu amigo António Lopes sobre a fundação do Colégio de S. Paulo para Artes e Teologia naquela cidade
- 30-1 Notícia da obrigação na Câmara Apostólica, por parte de D. António de Sousa, pela anata de pensão anual sobre certo priorato
- 2-2 Carta do curial português em Roma Pedro de Sousa a D. Martinho de Portugal, dando-lhe informações da corte pontifícia
- 10-2 Breve do papa Clemente VII sobre indulgências para a capela mortuária dos condes de Portalegre
- 10-2 Breve do papa Clemente VII, concedendo a absolvição de eventual pena a D. Ambrósio, bispo de Rossiona ona
- 14-2 Carta de D. João III sobre a comenda da igreja de Santa Maria de Alvarenga, diocese de Braga
- 15-2 Carta de D. João III, fazendo mercê de unia horta à viúva do doutor Pedro Godins
- 20-2 Carta de D. João III, concedendo armas de nobreza a Gonçalo Rodrigues de Araújo, de Ponte de Lima
- 28-2 Breve do papa Clemente VII, a conceder a D. João III a renovação do indulto para o bispo de Lamego, seu capelão-mor, poder prender os clérigos de ordens menores, réus de certos delitos graves
- 9-3 Notícia da obrigação de Rui Lopes na Câmara Apostólica pela anata dum pensão anual sobre os rendimentos da igreja de Santa Maria de Pendilhe, diocese de Lamego
- 10-3 Carta de D. João III, a autorizar que Manuel Pires, morador em Beja, assente botica
- 12-3 Carta de D. João III, a autorizar mestre António, morador no Torrão, a exercer cirurgia
- 17-3 Breve do papa Clemente VII, a conceder a D. João III umas relíquias do mártir S. Sebastião
- 24-3 Carta de D. João III às autoridades de Cochim sobre o doutor Pedro Vasques, enviado por vedor da fazenda naquelas partes
- 13-4 Carta de D. João III sobre o pagamento das tenças atribuídas pela rainha D. Leonora seus servidores
- 17-4 Carta de D. João III ao seu embaixador doutor Brás Neto, sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal
- 17-4 Carta de D. João III ao papa Clemente VII, sobre a reforma do convento e freires de Tomar
- 17-4 Carta de D. João III ao papa Clemente VII, sobre a reforma dos Carmelitas em Portugal
- 20-4 Carta de D. João III sobre a admissão do licenciado António Sola como físico do hospital de Montemor-o-Novo
- 20-4 Carta de D. João III, a confirmara eleição de João Afonso Bocarro para inquiridor, contador e distribuidor dos feitos da Universidade de Lisboa
- 21-4 Carta de D. João III ao licenciado Gaspar de Carvalho, a comunicar-lhe a sua intenção de dar a Álvaro Aries o ofício de tabelião em Viana da Foz do Lima
- 21-4 Carta de D. João III à cidade de Évora acerca da defesa e guarda dela, em que é citado o doutor Dinis Rodrigues
- 4-5 Acto da publicação dum breve do papa Clemente VII, sobre a faculdade, concedida ao bispo de Lamego D. Fernando de Meneses, para prender os clérigos menores, réus de certos crimes
- 5-5 Carta de D. João III, com referências ao regimento levado pelo doutor Gaspar Vaz, seu novo embaixador em França
- 5-5 Carta de D. João III, atribuindo uma tença a Leonor Mendes, que fora moça de câmara da rainha D. Leonor sua tia, e mulher do doutor Bernaldo Montóia
- 5-5 Carta de D. João III, a autorizar mestre Manuel, morador em Montemor-o-Novo, a exercer cirurgia
- 6-5 Carta de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, ao embaixador de Portugal em França D. António de Ataíde, em que é citado o doutor Gaspar Vaz

- 7-5 Carta de D. João III, em que figura o licenciado André Farinha
- 10-5 Carta de D. João III, a determinar que o ordenado do doutor Simão Vasques, falecido antes de partir para a Índia como vigário-geral, passe para sua mãe Inês Gonçalves como tença anual
- 12-5 Carta de D. João III, a conceder ao doutor Cristóvão Freire, feito doutor por rescrito apostólico de Clemente VII, para gozar de todos os direitos e regalias dos doutorados nas universidades
- 22-5 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Antão Gonçalves para corregedor da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana, como fora o licenciado Paris Dias
- 25-5 Carta de D. João III aos juizes, concelho e homens-bons da vila de Alvaiázere, inserindo outra em que figura o doutor Álvaro Fernandes
- 25-5 Carta de D. João III, nomeando o licenciado Afonso Pinto, morador em Évora, para procurador na corte e Casa da Suplicação
- 31-5 Carta de D. João III, estabelecendo uma tença anual em espécies a João Garcês, filho do doutor Lourenço Garcês
- Fins de Maio Instruções do imperador Carlos V para o seu plenipotenciário, que enviava ao rei de França, em ajuda dos embaixadores portugueses D. António de Ataíde e doutor Gaspar Vaz
- 1-6 Carta de D. João III, fixando uma tença anual em dinheiro a António Garcês, filho do doutor Lourenço Garcês
- 1-6 Carta de D. João III, de teor idêntico à anterior
- 5-6 Carta de D. João III, em que figura o doutor João Monteiro
- 7-6 Carta de D. João III, a autorizar um irmão do licenciado Antão Gonçalves a andar de mula
- 8-6 Carta do vigário presidente e regentes do mosteiro de S. Domingos de Paris, louvando D. João III pela sua protecção às Letras e aos estudos
- 10-6 Breve do papa Clemente VII, encarregando três dignitários eclesiásticos de conferirem a licenciatura e o doutoramento em Leis ao bacharel Pedro Velho, leigo da diocese de Braga
- 10 ou 11-6 Carta do doutor Brás Neto, embaixador de D. João III junto do papa, acerca da sua actividade na cúria pontifícia
- 13-6 Carta de D. João III, a confirmar uma escritura de doação, sendo a carta passada pelo licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa e pelo doutor Luís Teixeira Lobo
- 16-6 Breve do papa Clemente VII, encarregando três autoridades eclesiásticas de concederem a frei Diogo de Borba, mestre em Teologia, indulto de trânsito dum observância mais rigorosa para outra mais leve dentro da Ordem de S. Francisco
- 16-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel João Nunes a andar de mula
- 17-6 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Simão Antunes a andar de mula
- 22-6 Carta de D. João III, a nomear para seu conselheiro o doutor Pedro Jorge, do desembargo da Casa da Suplicação
- 26-6 Carta de D. João III, nomeando o doutor Pedro Jorge, do desembargo da Casa da Suplicação, para chanceler da Casa do Cível, cargo vago por falecimento do doutor Fernão de Álvares de Almeida
- 26-6 Carta de D. João III, afixar a tença anual de 80 mil reais ao doutor Pedro Jorge, pelo ofício de chanceler da Casa do Cível de Lisboa
- 27-6 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel António Mendes, morador na Covilhã, a andar de mula
- 30-6 Bula do papa Clemente VII, a encarregar três prelados de executarem a bula sobre a reforma do convento da Ordem de Cristo de Tomar
- 30-6 Carta de D. João III, autorizando Simão Rodrigues, morador na vila de Santarém, a usar o ofício de boticário
- 30-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Jerónimo Rodrigues, morador na cidade de Lamego, a andar de mula
- Julho Parecer de Luís Vives em unia obra sua sobre o local mais adequado para os estudos
- 5-7 Carta de D. João III sobre o pagamento integral dos serviços prestados pelo licenciado Henrique Pereira
- 6-7 Carta de D. João III, a comunicar a nomeação do licenciado Henrique Pereira para corregedor da Ilha de S. Tomé, com o mantimento anual de 160 mil reais
- 7-7 Carta de D. João III, em que figuram o licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa, o doutor Luís Teixeira Lobo e o bacharel Diogo Fernandes
- 7-7 Carta de D. João III, a isentar Álvaro Anes, amo do bacharel João Fernandes, do pagamento dalguns tributos
- 7-7 Carta de D. João III, a autorizar Pedro Palácios, licenciado em Medicina, a andar de mula
- 7-7 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, vedor da sua fazenda e embaixador na corte de França, a determinar a admissão de micer Pedro ao serviço do doutor Gaspar Vaz, também seu embaixador naquele país
- 9-7 Breve do papa Clemente VII, concedendo a D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, o indulto de poder conferir durante um biénio quaisquer benefícios eclesiásticos
- 11-7 Contrato entre os reis de Portugal e França a respeito da navegação e represálias
- 14-7 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Pedro Afonso, morador na vila de Santarém, a andar de mula
- 15-7 Carta de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e escrivão da puridade del-rei D. João III, a D. António de Ataíde embaixador em França, sobre o regresso deste à pátria
- 19-7 Carta de D. Miguel da Silva a D. António de Ataíde sobre o mesmo assunto da carta anterior
- 20-7 Carta de D. João III ao seu embaixador e conselheiro D. António de Ataíde sobre assuntos respeitantes à embaixada portuguesa em França
- 20-7 Carta de D. Maninho de Portugal a D. António de Ataíde, dando a entender não estar satisfeito com a sua situação em Portugal
- 20-7 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu conselheiro e embaixador, sobre o lugar em que se devia julgara causa das tomadias, em que andavam interessados os monarcas português e francês
- 20-7 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu conselheiro e embaixador, sobre uma carta do doutor Gaspar Vaz

- 20-7 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu conselheiro e embaixador, sobre a nomeação de juizes e outras providências relativas ao julgamento dos casos das tomadias, e avisando das procurações que lhe vão ser entregues
- 20-7 Procuração de D. João III para os seus embaixadores D. António de Ataíde e o doutor Gaspar Vaz poderem tratar em juízo da questão das tomadias com o monarca francês
- 20-7 Segunda procuração de D. João III para os seus embaixadores em França D. António de Ataíde e doutor Gaspar Vaz, sobre o mesmo assunto do documento anterior
- 20-7 Carta do secretário de Estado António Carneiro a D. António de Ataíde, embaixador de Portugal em França, mostrando prazer no seu regresso à pátria
- 21-7 Carta do tesoureiro régio Fernando Álvares de Andrade a D. António de Ataíde, embaixador de D. João III em França, sobre correspondência para certos portugueses que desempenhavam missões oficiais no estrangeiro ao serviço de Portugal
- 22-7 Carta, ao que parece, de D. Pedro de Mascarenhas, embaixador de D. João III junto do imperador Carlos V, sobre diversos assuntos de interesse diplomático
- 24-7 Carta de D. João III ao licenciado Aires Pires Cabral, corregedor nos Açores, sobre fretamento de navios
- 28-7 Carta de D. João III à vila de Guimarães, a comunicar-lhe a nomeação do novo escrivão da câmara
- 29-7 Carta de D. João III, a autorizar o assentamento de uma botica na cidade do Funchal
- 29-7 Carta de D. António de Ataíde, embaixador de D. João III na corte de França, sobre assuntos da sua missão diplomática
- Agosto Cartas do almirante francês De Brion sobre providências a tomar quanto às naus portuguesas apresadas pelos franceses
- 1-8 Carta do doutor Brás Neto a dar notícias a el-rei D. João III acerca do seu ofício de embaixador junto do papa Clemente VII
- 2-8 Carta dos embaixadores de Carlos V ao seu soberano, sobre a questão das represálias do corsário João Anjo
- 3-8 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao licenciado Álvaro Fernandes, morador na vila de Lagos
- 3-8 Tradução duma carta do rei de França a proibir assaltos a naus portuguesas
- 5-8 Carta de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e escrivão da puridade de D. João III, a D. António de Ataíde, embaixador de Portugal em França, mostrando prazer pelo bom andamento das negociações com o monarca francês
- 6-8 Acta original do doutoramento em Leis na Universidade de Salamanca do licenciado António Gomes, a que se opôs o doutor Álvaro da Paz
- 6-8 Carta de D. João III à vila de Alfaiates, sobre o conteúdo duma carta testemunhável do licenciado Cristóvão Mendes
- 9-8 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Henrique Ferreira, de Lamego, a andar de mula
- 12-8 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu embaixador em França, sobre negociações de coisas do mar
- 12-8 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu embaixador em França, sobre o regresso à pátria, sendo substituído pelo doutor Gaspar Vaz
- 14-8 Carta do bispo de Viseu D. Miguel da Silva a D. António de Ataíde, embaixador de Portugal em França, em que há uma referência a mestre Diogo de Gouveia
- 14-8 Carta de D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, a D. António de Ataíde, falando, entre outros assuntos, da anunciada vinda deste para Portugal
- 15-8 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, seu embaixador em França, sobre assuntos correntes das relações entre os dois países
- 18-8 Breve do papa Clemente VII a D. João III sobre a expedição contra os turcos
- 19-8 Breve do papa Clemente VII a D. João III sobre a defesa contra os protestantes
- 22-8 Carta do doutor Diogo Gouveia sobre vários assuntos
- 22-8 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Damião Calado, morador em Lamego, a andar de mula
- 23-8 Carta de D. João III, a estabelecer o mantimento anual para o licenciado Pêro Nunes, seu cosmógrafo
- 29-8 Breve do papa Clemente VII, concedendo indulto trienal de dispensa de residência pessoal nos seus benefícios a João Gernigtom, arcepreste da sé de Lisboa
- 29-8 Breve do papa Clemente VII, encarregando várias entidades de procederem à licenciatura e doutoramento em Direito Canónico de Mendo ou Mem de Sá, leigo de Coimbra
- 30-8 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Jeronimo Luís para escrivão da sua câmara
- 31-8 Apontamentos sobre o concerto com o almirante de França, em poder do doutor Gaspar Vaz
- 31-8 Treslido da instrução deixada pelo embaixador D. António de Ataíde ao doutor Gaspar Vaz sobre assuntos pendentes com a França
- 31-8 Apontamentos de D. António de Ataíde, deixados ao doutor Gaspar Vaz, ao partir para Portugal
- 5-9 Carta de D. Beatriz, duquesa de Sabóia e irmã de D. João III, a agradecer uma carta do embaixador cessante D. António de Ataíde
- Meados de Setembro Carta de D. João III ao doutor Gaspar Vaz, dando-lhe instruções sobre assuntos correntes
- 15-9 Carta de D. João III, a nomear juiz-de fora da vila de Monção o licenciado Martinho Velho com a tença anual de 30 mil reais
- 18-9 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Antão Fernandes a andar em mula
- 20-9 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da vila de Montemor-o-Novo o licenciado Pedro Borges com o mantimento anual de 30 mil reais
- 23-9 Breve do papa Clemente VII em favor de Joana Nunes, da diocese de Lisboa, dirigido ao bispo de Reona, residente naquela cidade

- 25-9 Carta de D. João III, em que figura o bacharel Gonçalves, a confirmar a eleição do escrivão dos órfãos de S. João da Pesqueira
- 26-9 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel mestre Fernando, morador na vila de Lagos
- 26-9 Carta de D. João III ao seu embaixador em França D. António de Ataíde acerca do estado de saúde e de negócios do doutor Gaspar Vaz
- 28-9 Súplica de D. Diogo Sarne, clérigo da diocese de Lisboa, a pedir a comutação da pena de exílio a que fora condenado
- 28-9 Súplica de Pedro Barreiro, reitor da igreja paroquial de Santo Adriano de Calves, diocese de Tui, a pedir indulto para receber os proventos de certos benefícios sem obrigação de residência pessoal
- 2-10 Breve do papa Clemente VII a favor de Diogo de Azevedo, leigo de Évora
- 7-10 Carta de D. João III, a nomear o doutor João Rabelo desembargador da Casa do Cível
- 7-10 Carta de D. João III, estabelecendo o mantimento anual de 30 mil reais ao doutor João Rabelo, desembargador da Casa do Cível
- 8-10 Breve do papa Clemente VII ao cardeal infante D. Afonso de Portugal, encarregando-o de nomear alguns varões eclesiásticos em cada cidade ou diocese de Portugal para juizes delegados nas causas da Santa Sé
- 8-10 Breve do papa Clemente VII ao mesmo cardeal infante D. Afonso, concedendo-lhes diversas facilidades no conhecimento de causas judiciais
- 9-10 Súplica de André Lopes, clérigo de Lisboa e bacharel em Leis, para lhe ser comutada por outra a pena de exílio em Safira
- 19-10 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o licenciado Domingos Garcia
- 19-10 Carta de D. João III, fixando o mantimento anual de 60 mil reais ao licenciado Domingos Garcia
- 20-10 Breve do papa Clemente VII, sobre a confirmação do aluguer duma propriedade do Lumiar, pertencente ao priorado do Crato
- 21-10 Breve do papa Clemente VII, concedendo a D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, dispensa por seis anos da visita «ad liniina»
- 21-10 Instrumento de sentença dada pelo vigário-geral da sé de Coimbra, bacharel Aires Gonçalves de Macedo, sobre uma questão entre o cabido dessa sé e alguns lavradores de Brunhos
- 25-10 Súplica de António de Castilho, clérigo conjugado de Braga, sobre indulto para exercer as funções de clérigo e usufruir de certos privilégios
- 27-10 Súplica do prior e frades do convento dominicano de S. Pedro Mártir, de Toledo, sobre a confirmação apostólica da fundação dum colégio em Toledo
- 2-11 Breve do papa Clemente VII, encarregando da execução duma súplica do bispo Portuense (Itália) três eclesiásticos portugueses
- 3-11 Breve do papa Clemente VII sobre a concessão dum aluguer a António Pais, de Lisboa, confiando a execução ao bispo de Rossiona e a mais duas entidades eclesiásticas de Portugal
- 8-11 Súplica de João Álvaro Pais, cónego do Porto, pedindo a absolvição dum homicídio involuntário
- 13-11 Carta de D. João III, determinando a tença anual de 40 mil reais para o seu físico, licenciado António Gentil
- 17-11 Breve do papa Clemente VII a Diogo Ortiz de Vilhegas, sobre bens do falecido D. Henrique, bispo de Utica
- 21-11 Súplica de Jorge de Paiva, ferreiro de arte, sobre absolvição de sacrilégio
- 21-11 Súplica de Guilherme ou Jerónimo Mendes, clérigo de Monsaraz, diocese de Évora, sobre a comutação da pena de exílio
- 24-11 Súplica de Manuel Godiz, clérigo de Beja, sobre a comutação da pena do exílio
- 24-11 Carta do português Pedro Caroldo, desde Veneza, a avisar D. João III da preparação da armada turca
- 24-11 Carta do mesmo Pedro Caroldo sobre o mesmo assunto da carta anterior
- 24-11 Carta do mesmo Pedro Caroldo sobre o mesmo assunto das cartas anteriores
- 27-11 Carta de D. João III ao concelho de Benviver, a nomear Gonçalo Fernandes, morador na vila de Canaveses, para tabelião do público e judicial desse concelho
- 29-11 Certidão duns autos a favor do licenciado Luís Rodrigues, juiz-de-fora em Castelo Branco
- 4-12 Carta de D. João III à vila de Olivença, a nomear Filipe Carreiro para o ofício de distribuidor dos tabeliões do judicial e das notas nessa vila
- 7-12 Carta de D. João III, passada pelos seus conselheiros e desembargadores, licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa e doutor Luís Teixeira Lobo, a confirmar uma doação de bens
- 15-12 Bula do papa Clemente VII, concedendo ao seu familiar Estêvão Ribeiro de Almeida a igreja colegiada do Espírito Santo da cidade de Azamor
- 16-12 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Tomás de Crasto, morador na vila de Sintra
- 17-12 Bula do papa Clemente VII, a nomear frei Diogo da Silva, professo da Ordem dos Mínimos de S. Francisco de Paula, para inquisidor em Portugal
- 25-12 Carta de D. João III à vila de Torres Vedras sobre a mudança da Universidade de Lisboa para lá
- Fins de Dezembro Carta do bispo de Ceuta D. frei Henrique de Coimbra a D. João III, informando-o de vários assuntos, e pedindo-lhe licença para se curar em casa

1532

- 1-1 Carta de D. João III, a apresentar ao bispo de Lamego D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos o clérigo Pêro Fernandes para a vigararia da igreja de S. Tiago de Marialva

- 3-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Correia para corregedor dos feitos cíveis da corte e Casa da Suplicação
- 4-1 Documento em que figura o licenciado em Leis Brás Vilela, recebedor da chancelaria da correição de Trás-os-Montes e Entre-Douro
- 4-1 Carta do bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida a el-rei D. João III, acerca duma universidade que o monarca lá desejava fazer
- 8-1 Carta do doutor mestre Diogo de Gouveia a D. João III sobre vários assuntos
- 11-1 Carta de D. João III, tomando providências sobre as rendas do cabido da sé de Coimbra, a pedido do doutor Rui Lopes de Carvalho
- 13-1 Breve do papa Clemente VII, impondo a frei Diogo da Silva a aceitação do ofício de inquiridor do tribunal da Inquisição
- 15-1 Informações dos embaixadores, que estavam em Itália, a D. João III, sobre os preparativos da armada dos turcos
- 16-1 Súplica de Álvaro Martins, leigo do Funchal, sobre indulto para poder sentar-se em cadeiras de espaldas nas igrejas
- 19-1 Carta de D. João III, passada pelo seu chanceler-mor, licenciado Gaspar de Carvalho, sobre a concessão de certa mercê
- 23-1 Súplica de Nuno Redondo, dominicano, para poder exercer o sacerdócio em certas condições
- 23-1 Súplica de André Vaz de Abul, sobre a absolvição dos delitos de agressão física e bigamia
- 24-1 Instrumento notarial em que figura o bacharel João Vasques, desembargador e ouvidor-geral no arcebispado de Lisboa
- 25-1 Carta de D. João III a estabelecer o mantimento anual de 50 mil reais ao doutor António Machado, desembargador da Casa da Suplicação
- 25-1 Carta de D. João III, a promover o licenciado Afonso Fernandes a desembargador dos agravos da Casada Suplicação com 100 mil reais de ordenado por ano
- 28-1 Súplica do franciscano João Fernandes Delgado, de Braga, para viver fora da Ordem
- 28-1 Carta de D. João III, a nomear o doutor António Machado desembargador da Casa da Suplicação
- 1-2 Carta de D. João III, a autorizar mestre Diogo, morador em Portalegre, a exercer cirurgia
- 3-2 Carta de D. João III, a autorizar mestre Gonçalo, cirurgião morador em Lagoa, a exercer medicina
- 5-2 Súplica do cônego regrante de S. Agostinho Diogo de Borba, professor de Teologia, sobre indulto para fazer testamento
- 5-2 Carta de D. João III, onde figuram o doutor Luís de Almada e o licenciado Gaspar de Carvalho, acerca da nomeação do tabelião judicial de Elvas
- 9-2 Carta de D. João III, atribuindo ao doutor Francisco Giralte, seu fisico, a tença anual de 33740 reais
- 10-2 Carta de D. João III, atribuindo o mantimento anual de 70 mil reais ao doutor Rui Gago, desembargador dos feitos da sua fazenda
- 12-2 Carta de D. João III, onde figuram os doutores Luis de Almada e Álvaro Fernandes
- 13-2 Súplica de João Vaz de Caminha, filho do doutor Fernando Vaz de Caminha, de Lisboa, sobre redução de missas
- 17-2 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Cristóvão de Lucena para desembargador da Casa da Suplicação
- 17-2 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Cristóvão de Lucena para procurador dos feitos da sua fazenda
- 24-2 Carta de D. João III, a nomear para juiz-de-fora da vila de Arronches o bacharel Amaro Fernandes
- 8-3 Breve do papa Clemente VII, a conceder ao prior de Salreu Amador de Coimbra indulto para estudar Direito Civil durante cinco anos
- 12-3 Súplica de João Vasques, clérigo da diocese de Coimbra, sobre aluguer de certos bens eclesiásticos
- 16-3 Súplica de Heitor Couceiro, franciscano da Observância, a pedir o trânsito para outra Ordem
- 19-3 Súplica do nobre Luís de Castro, senhor de Monsanto e Cascais, sobre o cumprimento de certas disposições testamentárias, relativas à fundação duma capela na igreja paroquial de S. Bartolomeu de Lisboa
- 22-3 Bulas do papa Clemente VII, a conceder a João Boto duas igrejas paroquiais vagas da diocese de Braga, com a anuência do doutor em Decretos João de Coimbra
- 23-3 Carta de D. João III, despachada somente pelo licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa, seu conselheiro e desembargador do paço e petições, a nomear o juiz dos órfãos da vila de Pedrógão Grande
- 31-3 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, por parte de Fernando Serrano, quanto à anata da igreja paroquial de S.ª Maria de Alvarenga, diocese de Braga
- 4-4 Carta do doutor Diogo de Gouveia, a pedir a D. João III uma bolsa de estudos para o jovem Bartolomeu Montano
- 12-4 Carta de D. João III, autorizando a prática da cirurgia a mestre Diogo, morador em Lisboa
- 15-4 Breve do papa Clemente VII, a renovar a D. João III a concessão de comendas da Ordem de Cristo feita pelo papa Leão X a D. Manuel I
- 15-4 Carta de D. João III, a nomear o doutor Luís Eanes desembargador das petições do paço
- 16-4 Carta de D. João III, a mudar o doutor Álvaro Esteves de desembargador da Casa do Cível para desembargador da Casa da Suplicação
- 17-4 Carta de D. João III, a conceder ao doutor Álvaro Esteves o mantimento anual de 80 mil reais e sua vestimenta
- 24-4 Breve do papa Clemente VII, a exortar D. João III a que proteja D. Estêvão Ribeiro de Almeida na tomada de posse do priorato da igreja colegiada do Espírito Santo em Azamor, diocese de Safira
- 24-4 Carta de D. João III, atribuindo a tença de 20 mil reais em cada ano ao doutor Diogo Lopes seu fisico-mor
- 30-4 Carta de D. João III, a mudar o licenciado Álvaro Martins de desembargador da Casa do Cível para desembargador da Casada Suplicação

- 3-5 Breve do papa Clemente VII sobre indulto quanto à recitação das horas canónicas, outorgado a D. João de Portugal, clérigo da diocese de Évora
- 4-5 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Garcia Morão a andar de mula
- 6-5 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco
- 6-5 Carta de D. João III, afixar o mantimento anual de 60 mil reais ao doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco
- 7-5 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Luís Eanes e pelo licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa, sobre uma estalagem em Alenquer
- 7-5 Carta de D. João III, autorizando o uso de mula ao licenciado Diogo Gonçalves, morador na vila de Celorico da Beira
- 7-5 Carta de D. João III para o seu desembargador doutor Rui Gomes, a autorizar se faça o tombo de toda a documentação sobre os bens de raiz e outras coisas do Mosteiro de Alcobça
- 8-5 Notícia de obrigação pessoal, na Câmara Apostólica, por parte do cónego da Guarda, Lucas de Orta, pela anata da igreja paroquial de Paraíso, diocese de Lamego
- 8-5 Carta de D. João III, nomeando o desembargador doutor Álvaro Martins para juiz dos seus feitos, em sucessão do doutor Luís Eanes
- 10-5 Breve do papa Clemente VII, a conceder a D. Frederico ou Fradique de Portugal indulto de poder visitar a sua diocese de Saragoça por meio doutrem
- 10-5 Breve do papa Clemente VII, encarregando o bispo de Sinigaglia, seu núncio em Portugal, de estudar o pedido de D. João III para reduzir algumas fortalezas ou lugares de África
- 10-5 Documento original sobre o grau de bacharelato em Leis, recebido na Universidade de Salamanca pelo nobre João Subtil, de Elvas
- 10-5 Carta de D. João III, a autorizar o exercício de boticário a Francisco Rodrigues, morador em Lisboa
- 10-5 Carta de D. João III, a confirmar um alvará del-rei seu pai, em que figura como juiz-de-fora em Moura o doutor André Serrão
- 11-5 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Mem de Sá desembargador da Casa da Suplicação
- 14-5 Carta de D. João III, a atribuir ao licenciado Mem de Sá, desembargador da Casa da Suplicação, o mantimento anual de 60 mil reais
- 14-5 Carta de D. João III, autorizando que o bacharel Bartolomeu Álvares possa delegar noutrem os seus ofícios de tabelião, escrivão dos órfãos e recebedor da alfândega da vila de Freixo-de-Espada-à-Cinta
- 15-5 Breve do papa Clemente VII, a enviar como seu núncio em Portugal o bispo de Sinigaglia D. Marcos Vigério della Rovere
- 15-5 Bula do papa Clemente VII, a recomendar ao cardeal infante D. Afonso de Portugal o seu núncio em Portugal D. Marcos della Rovere
- 15-5 Breve do papa Clemente VI, a recomendar ao infante D. Luís de Portugal o seu núncio em Portugal D. Marcos della Rovere
- 15-5 Notícia da obrigação pessoal, na Câmara Apostólica, de Sisto Cordeiro, clérigo de Braga, pela anata do acesso à igreja paroquial de S. Tiago de Queimada, diocese de Braga
- 16-5 Carta de D. João III, a deferir um pedido do doutor Rui Lopes de Carvalho para o cabido da sé de Coimbra poder ter dois porteiros para a execução das penhoras
- 17-5 Carta de D. João III, em que figuram o licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa e o doutor Luís Eanes, a permitir que um atafoneiro de Santarém possa, apesar de casado, ter em sua casa ou fora dela uma mulher para o servir
- 18-5 Carta de D. João III, a determinar as habilitações que devem possuir os seus capelães
- 20-5 Despachos de D. João III para D. Martinho de Portugal levar na ida como seu embaixador para a Cúria Romana
- 20-5 Carta de D. João III, a autorizara mestre António a prática da cirurgia
- 21-5 Pública-forma dum breve de Clemente VII de 24-6-1530
- 21-5 Carta de D. João III, atribuindo o mantimento anual de 60 mil reais ao doutor André Serrão, desembargador da Casa da Suplicação
- 22-5 Carta de D. João III, a mudar o doutor André Serrão de desembargador da Casa do Cível para desembargador da Casa da Suplicação
- 22-5 Carta de D. João III, a nomear o doutor André Serrão para procurador dos seus feitos na Casa da Suplicação em sucessão do licenciado António Correia
- 22-5 Carta de D. João III, a nomear o doutor Rui Monteiro para corregedor dos feitos cíveis na corte, em sucessão do doutor Lourenço Garcês, que, sendo embaixador, se finara em França
- 22-5 Carta de D. João III, a atribuir a tença de 80 mil reais ao licenciado Rui Monteiro, corregedor dos feitos cíveis na corte
- 23-5 Carta de D. João III, a nomear o doutor Jorge Fernandes desembargador dos agravos da Casa do Cível, em sucessão do licenciado Alvaro Martins, que passara ajuiz dos seus feitos
- 24-5 Breve do papa Clemente VII, encarregando três personalidades eclesiásticas de conferirem, fora das universidades, a licenciatura e o doutoramento em Direito Canónico a Gonçalo Cardoso, clérigo da diocese de Coimbra
- 26-5 Carta de D. João III, a atribuir o mantimento de 50 mil reais ao doutor Jorge Fernandes, desembargador dos agravos da Casa do Cível
- 26-5 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Miguel Correia, de Bragança, a exercer o ofício de procurador em qualquer juízo em que o faça um seu cunhado, não obstante a ordenação que tal proíbe
- 27-5 Breve do papa Clemente VII, a conceder a João da Silveira, prior duma igreja paroquial, o indulto de não ser obrigado a receber as ordens sacras requeridas pelos seus benefícios
- 28-5 Carta dei-rei D. João III ao papa Clemente VII, apresentando o seu capelão Francisco Álvares, que partirá com D. Martinho de Portugal, para a cúria papal

- 28-5 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Francisco Rodrigues, físico morador em Tomar, a andar de mula
- 31-5 O bispo-conde de Coimbra D. Jorge de Almeida provê canonicamente de prior a igreja paroquial de S. Mamede de Vale de Remígio
- 3-6 Carta do doutor Brás Neto a D. João III, sobre a sua actividade de embaixador na cúria papal
- 6-6 Carta de D. João III, concedendo a Jorge Reinei, mestre das cartas de navegar das armadas reais, licença de uso e porte de armas
- 8-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Diogo Fernandes, físico de Lisboa, a andar de mula
- 10-6 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Álvaro Fernandes, seu chanceler-mor, a nomear um procurador do número dos concelhos de Gouveia, Gestaçõ e Amarante
- 10-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Duarte Teixeira a andar de mula
- 10-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Diogo Pinto a andar de mula, sendo a carta passada pelo licenciado Jerónimo Luís
- 12-6 Breve do papa Clemente VII sobre certos bens da universidade e fraternidade de Santa Maria de Lisboa
- 14-6 Breve de Clemente VII, encarregando o doutor Rui Lopes de Carvalho, cônego de Coimbra, e João Amado, cônego de Lisboa, duma causa sobre certos bens a favor de Álvaro Pinto, frei da Ordem do Hospital
- 14-6 Bula de Clemente VII, a exortar os cristãos a rogarem a Deus pela libertação da Igreja da opressão dos turcos
- 17-6 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Gregório Paulo, físico de Lamego, a andar de mula
- 17-6 Diligência do doutor António Vaz Raposo, corregedor no Algarve, sobre a saída dos cristãos-novos para terras de mouros
- 18-6 Auto da apresentação das disposições de D. João III sobre a proibição da saída do reino dos cristãos-novos na vila de Faro
- 19-6 Auto idêntico ao documento anterior, relativo à vila de Loulé
- 19-6 Auto idêntico ao documento anterior, relativo à vila de Alfubeira
- 19-6 Carta de D. João III, a nomear o licenciado João da Videira corregedor da comarca da Beira
- 20-6 Carta de D. João III, a nomear o doutor Fernão de Magalhães juiz-de-fora do Porto
- 20-6 Auto da apresentação da carta del-rei a proibir aos cristãos-novos a saída do reino, na cidade de Silves
- 21-6 Auto idêntico ao do documento anterior, relativo a Vila Nova de Portimão
- 21-9 Carta de D. João III, despachada pelo doutor Luís Teixeira Lobo e licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa, sobre uso e porte de armas por parte do escrivão dos órfãos da cidade de Elvas, Pedro Vasques
- 22-6 Auto idêntico ao do documento de 20 de Junho, mas relativo à vila de Lagos
- 27-6 Auto idêntico ao do documento anterior, mas relativo a Castro Marfim
- 27-6 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Dias do Amaral corregedor da cidade de Elvas
- 28-6 Carta de D. João III, a nomear para seu conselheiro o doutor Luís Eanes
- 8-7 Carta de D. João III, a dar carta de armas de nobreza ao doutor Diogo Barradas
- 10-7 Súplica de Diogo Ortiz de Vilhegas, capelão-mor del-rei, a pedir a absolvição de penas
- 10-7 Carta de D. João III, a conceder uma tença anual de 30 mil reais a um seu moço fidalgo, filho do doutor Pedro Ferreira
- 12-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Pedro Borges corregedor do reino do Algarve
- 15-7 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Diogo de Santiago, físico do convento de Avis, a andar de mula
- 15-7 Mandado del-rei para que se não force o licenciado mestre Rodrigo, de Évora, a pagar 3 mil reais que devia de sisa e dízimo
- 18-7 Recibo passado pelo bacharel Baltasar Lopes, procurador do mosteiro do Salvador das Dominicanas de Lisboa
- 18-7 Notícia da obrigação de Gaspar Fernandes, na Câmara Apostólica, pela anata de certos rendimentos
- 19-7 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Francisco Anes, de Monção, a exercer aqui o ofício de procurador
- 19-7 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Gonçalo Dias, morador em Arzila, a andar de mula
- 24-7 Súplica de António Nogueira, cônego regrante de Santa Cruz de Coimbra, para obter certas dispensas e faculdades, no exercício do seu múnus de capelão régio
- 31-7 Bulas do papa Clemente VII sobre a concessão da igreja paroquial de Santa Maria de Edroso, diocese de Braga e distrito de Bragança, ao bacharel em Decretos Sebastião Gonçalves
- 31-7 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o licenciado Bernaldim Esteves
- 31-7 Carta de D. João III, nomeando o licenciado Bernaldim Esteves para procurador da sua fazenda, em sucessão do licenciado Cristóvão de Lucena, que passara a desembargador da Casada Suplicação
- 1-8 Instrumento público contendo a delimitação das igrejas da cidade de Lisboa, lavrado na presença do doutor Pedro Margalho e do bacharel Cristóvão Dias
- 2-8 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da vila de Torres Vedras o licenciado Luís Alvares
- 2-8 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa do Cível o licenciado Jorge Cabral
- 2-8 Carta de D. João III, a autorizara prática da cirurgia a mestre Gaspar estante em Lisboa
- 2-8 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casado Cível o licenciado Antão Gonçalves
- 2-8 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Antão Gonçalves para corregedor dos feitos-crimes, em sucessão do doutor Álvaro Esteves, que passara para os feitos cíveis
- 3-8 Carta de D. João III, feita pelo licenciado Jerónimo Luís, a deferir um pedido do tabelião Baltasar de Barcelos
- 6-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de António Rodrigues de Alvarenga, do lugar de Lalim, diocese de Lamego, sobre absolvição de uns delitos
- 6-8 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Cristóvão de Medina, morador em Bragança, a andar de mula

- 7-8 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da cidade de Évora o licenciado António de Afinada
- 14-8 Súplica na Penitenciaria Apostólica, da abadessa e freiras do mosteiro de Lorvão, para poderem nomear e depor religiosos como capelães e confessores nalgumas igrejas paroquiais da sua Ordem
- 15-8 Carta de D. João III, autorizando ao bacharel Fernando Paredes, morador em Alcoutim, o exercício da medicina
- 18-8 Carta de D. Martinho de Portugal, desde Málaga, a caminho da cúria papal, a dar notícias da sua viagem ao D. António de Ataíde, conde da Castanheira
- 21-8 Carta de D. Martinho de Portugal, desde Málaga, a D. António de Ataíde, conde da Castanheira, a dar novamente notícias da sua viagem
- 21-8 Carta de D. João III, a nomear escrivão judicial Francisco Salgado, filho do licenciado Diogo Salgado
- 21-8 Carta de D. João III, a nomear juiz-dé-fora de Ponte de Lima o licenciado Manuel de Araújo
- 21-8 Mandado del-rei, mediante o licenciado Diogo Lourenço, para que seja pago o mantimento a Lançarote Rodrigues, caminheiro das comarcas de Trás-os-Montes
- 22-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, dum monge do Mosteiro dos Jerónimos para poder estudar durante alguns anos numa universidade
- 22-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, dum monge do mosteiro de S.^a Maria do Espinheiro, diocese de Évora, para se poder transferir para alguma universidade
- 22-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Francisco Rodrigues, clérigo de Tarouca, para que lhe seja comutada a pena de exílio em África por obras pias
- 24-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Gonçalo Marinho, arcebispo de S. Cristóvão de Labruja, diocese de Braga, sobre indulto de poder visitar o seu arcebispo por meio duna durante sete anos, por motivo de estudos
- 26-8 Carta de D. João III, a conceder ao licenciado Jorge Cabral, desembargador extravagante da Casa do Cível, o mantimento anual de 30 mil reais
- 27-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, do dominicano frei Pedro da Póvoa, para se poder transferir para alguns conventos da Ordem, e, finalmente, para poder sair dela e viver em qualquer lugar, conservando o hábito religioso e exercendo o apostolado
- 30-8 Carta de D. João III, assinada pelo chanceler-mor doutor Álvaro Fernandes, a permitir que um criado do conde da Castanheira exerça o ofício de escrivão judicial, que comprara a António de Bairos
- 30-8 Alvará de D. João III, a permitir que o licenciado Francisco Dias, juiz-de-fora em Coimbra, tenha ao seu serviço um escravo preto
- 31-8 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Marco António, arcebispo de Seia, para poder receber os seus proventos, sem assistência pessoal aos ofícios divinos, enquanto estiver ao serviço do bispo
- Agosto Carta em latim sobre a amizade do humanista espanhol Rodrigo Sanches, capelão da rainha D. Catarina, a Baltasar de Teive, estudante de Direito na Universidade de Salamanca, de que foi portador o português Bartolomeu Filipe, também estudante de Direito na mesma Universidade
- 9-9 Carta de D. Pedro de Sousa a D. João III sobre os negócios portugueses na cúria papal
- 11-9 Carta do embaixador D. Maninho de Portugal, desde Málaga, ao conde da Castanheira D. António de Ataíde, sobre a conveniência de as feitorias portuguesas antes serem confiadas a mercadores que a criados del-rei
- 12-9 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de frei Gaspar de Gouveia a pedir o trânsito para a Ordem Terceira de S. Francisco
- 12-9 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Duarte Mendes, de Lisboa, a exercer medicina
- 12-9 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Dias juiz-de-fora na vila de Castelo de Vide
- 12-9 Carta de D. João III, a passar quitação ao doutor Rui Lopes de Carvalho das despesas que fez em Roma a tratar da dispensa do casamento do infante D. Fernando
- 12-9 Carta do bispo de Sinigaglia, núncio do papa, a saudar o rei D. João III na sua chegada a Portugal
- 13-9 Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 30 mil reais ao licenciado Antão Gonçalves, desembargador da Casa do Cível
- 13-9 Carta de D. João III, em que figuram os doutores Fernão de Álvares de Almeida, Pedro Jorge e Fernão Martins Fafes
- 13-9 Carta de D. João III, feita pelo licenciado Jerónimo Luís, a nomear seu conselheiro o fidalgo de sua casa Pedro de Góis
- 15-9 Carta de D. João III, a aforar certas propriedades ao doutor Rui Monteiro seu desembargador
- 17-9 Carta de D. João III, despachada pelo licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa e doutor Luís Eanes, a confirmar um alvará seu sobre a administração de certa capela da vila de Veiros
- 18-9 Carta de D. João III, a fixar em 12 mil reais o mantimento anual do desembargador doutor Fernão Martins
- 18-9 Carta de D. João III, passada pelo licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa e doutor Luís Eanes, a confirmar certo privilégio concedido por seu pai D. Manuel a Pêro Guedes, fidalgo da casa do duque de Bragança
- 20-9 Carta de D. João III, assinada pelo doutor Álvaro Fernandes, seu chanceler-mor, a fazer certa mercê ao bacharel Estêvão de Lagos
- 23-9 Carta de D. João III, nomeando juiz-de-fora da vila de Pinhel o bacharel Luís Rodrigues de Linhares
- 25-9 Carta de D. João III, autorizando Fernão Rodrigues, tabelião da vila do Prado, a andar de mula
- 26-9 Carta de D. João III, atribuindo ao desembargador licenciado Sebastião da Fonseca o mantimento anual de 30 mil reais
- 28-9 Carta em latim do humanista português Baltasar de Teive a Rodrigo Sanches, capelão da rainha Dona Catarina
- 30-9 Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora em Castelo de Vide o licenciado Atanásio Varela
- 30-9 Carta de sentença do licenciado Brás Barreto sobre um contrato de aforamento de certas terras da igreja de S.^a Estêvão de Lisboa ao doutor João Monteiro

- 2-10 Súplica, na Penitenciária Apostólica, de Manuel Nogueira, a solicitar a confirmação apostólica das determinações do infante D. Henrique quanto à sua nomeação para o serviço de notário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
- 9-10 Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 60 mil reais ao licenciado Cristóvão de Lucena, desembargador da Casa da Suplicação
- 12-10 Carta em latim do infante D. Afonso ao papa Clemente VII, a agradecer-lhe as letras pontificias que lhe entregara o núncio apostólico
- 17-10 Breve do papa Clemente VII ao seu núncio junto do rei de Portugal, a suspender as concessões até então feitas a D. Diogo da Silva e outros inquisidores
- 18-10 Carta de D. João III, a autorizar Beatriz Álvares, moradora em Coruche, a tratar doentes de boubas
- 21-10 Carta de D. João III, a nomear o doutor Diogo Nunes desembargador da Casa da Suplicação
- 22-10 Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 60 mil reais ao doutor Diogo Nunes, desembargador da casa da Suplicação
- 22-10 Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 60 mil reais ao desembargador da casa da Suplicação licenciado Bernardim Esteves
- 23-10 Carta de D. João III, autorizando mestre Diogo a andar em mula
- 23-10 Carta de D. João III, autorizando mestre Francisco, físico, a andar em mula
- 23-10 Carta de D. João III, autorizando o licenciado mestre António, físico, a andarem mula
- 23-10 Carta de D. João III, a determinar que na vila de Miranda do Douro não haja mais de três tabeliães
- 23-10 Carta de D. João III, a enviar o bacharel Diogo Lopes por corregedor da correição da vila de Estremoz
- 26-10 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Miguel Henriques, morador na vila de Batalha, a andar em mula
- 26-10 Carta de D. João III, autorizando o doutor Luís Mendes, juiz-de-fora na vila de Leiria, a andarem mula
- 30-10 Carta de D. João III, em que é mencionado o doutor Brás Neto
- 30-10 Carta de D. João III, referindo o padre Agostinho, provedor do Hospital de Todos-os-Santos, o licenciado Jorge Cabral, e o doutor Agostinho Afonso
- 31-10 Carta de D. João III, a nomear o doutor Francisco de Mendonça parafísico da Casa da Suplicação
- 4-11 Súplica, na Penitenciária Apostólica, do dominicano frei Pedro Correia, a pedir certas concessões para a sua vida religiosa, inclusive a de continuar a morar fora dos conventos da sua Ordem
- 4-11 Súplica, na Penitenciária Apostólica, de frei João do Barreiro, dominicano, para viver fora dos conventos da Ordem
- 4-11 Súplica, na Penitenciária Apostólica, de dois filhos de Pedro Botelho e Isabel Anes, de Lisboa, sobre comutação do testamento dos pais
- 7-11 Súplica, na Penitenciária Apostólica, de Rodrigo Boto, de Silves, sobre a comutação da pena de exílio na Ilha de S. Tomé
- 9-11 Súplica, na Penitenciária Apostólica, de frei Tomás de Perez, a pedir absolvição das penas em que havia incorrido por abandonar o seu convento, e a sua passagem para algum mosteiro da Ordem de S. Francisco em Portugal ou Castela
- 11-11 Carta de D. João III, a fazer desembargador da Casa da Suplicação o doutor João de Almada
- 16-11 Breve do papa Clemente VII a D. João III, elogiando o seu embaixador doutor Brás Neto
- 17-11 Carta de D. Martinho de Portugal a D. João III, desde Génova, a caminho da cúria papal
- 17-11 Traslado de parte duma carta do doutor Brás Neto relativa à questão das Malucas
- 18-11 Carta em latim de Bartolomeu Filipe, estudante de Direito, ao humanista Rodrigo Sanches, sobre divergências entre puros humanistas e os juristas apegados ao estilo da escola antiga
- 25-11 Auto feito por ordem de Garcia de Sá, capitão de Malaca, sobre a tomada duma fusta no tempo de D. Jorge de Meneses, capitão da fortaleza do Maluco
- 29-11 Carta de D. João III aos seus embaixadores para a questão das Malucas, sobre a rejeição de três portugueses, suspeitos, que faziam parte da legação castelhana
- 2-12 Carta de D. João III, em que são referidos o licenciado Mateus Esteves, o bacharel Pedro Fernandes, e o licenciado Bernaldim Esteves
- 2-12 Carta de D. João III, a autorizar o boticário de Lisboa Pêro Fernandes a assentar botica e usar esse ofício
- 3-12 Carta de D. João III, autorizando o bacharel António Álvares, físico na vila de Freixo-de-Espada-à-Cinta, a andar de mula
- 12-12 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Heitor Henriques, morador na vila da Batalha, a andar em mula
- 12-12 Carta de D. João III, a nomear provedor da justiça com o ordenado anual de 6 mil reais o licenciado Pedro Álvares de Faria
- 17-12 Carta de D. João III, a nomear Francisco Roldão para procurador do número da vila de Faro
- 21-12 D. Teodósio duque de Barcelos e a duquesa de Bragança D. Joana de Mendonça comprometem-se a cumprir as disposições testamentárias do duque de Bragança D. Jaime
- 23-12 Carta de frei Diogo da Silva a D. João III, sobre os últimos momentos de D. Jaime duque de Bragança
- 23-12 Carta de D. João III, despachada somente pelo doutor Luís Eanes, autorizando o uso e porte de armas a Francisco Borges, escudeiro-fidalgo da Casa de Bragança, e seus filhos, criados, familiares e escravos
- 31-12 Carta de D. Diogo de Sousa, arcebispo primaz de Braga, a el-rei D. João III, em resposta ao que lhe mandara dizer sobre a fundação dum colégio de estudos superiores naquela cidade
- Sem data Carta de D. João III ao seu embaixador em Roma, doutor Brás Neto, sobre uma súplica referente a frei Diogo Pacheco, da Ordem Terceira de S. Francisco
- Sem data Carta de Aires da Cunha ao conde da Castanheira D. António de Ataíde com notícias sobre umas naus estrangeiras suspeitas que rumavam ao poente

1533

- Damião de Góis refere-se a incumbências de D. João III para chamar Erasmo a Portugal
- Carta de D. Martinho de Portugal ao secretário de Estado sobre negócios tratados em Roma
- Carta de D. João III, a declarar o mantimento anual do licenciado António Correia, corregedor do feitos cíveis da Casa da Suplicação
- Carta de D. Martinho de Portugal ao conde da Castanheira D. António de Ataíde, sobre a sua chegada a Bolonha e sobre assuntos tratados na cúria ponteia
- Carta de D. João III, concedendo a Rui Dias, cavaleiro de sua casa, privilégios para a exploração de transportes entre Lisboa e a comarca de Entre-Tejo-e-Odiana
- Súplica do clérigo de Lisboa Diogo de Sousa para poder contrair matrimónio
- Carta de D. João III, a confirmar o alvará em que nomeara o seu escudeiro Lopo de Lira para escrivão da ouvidoria do licenciado Henrique Pereira, em Monção
- Carta de D. João III, a confirmar o alvará em que D. Henrique de Meneses, capitão de Tânger, fizera cavaleiro o doutor Francisco Lopes
- Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Henrique Nunes
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Baltasar de Nobreza para corregedor de Elvas
- Carta de D. João III a D. António de Ataíde, conde da Castanheira, seu conselheiro e vedor da fazenda, sobre os problemas de Portugal com a França por causa da navegação do mar português
- Obediência ao papa Clemente VII por Francisco Álvares, embaixador do rei da Etiópia
- Súplica de Simão da Costa, sacerdote do Funchal, para poder viver como simples sacerdote secular, fora da Ordem Franciscana a que pertencia
- Cédula consistorial da elevação do bispado do Funchal a arcebispado, e erecção de quatro paróquias a igrejas catedrais sufragâneas desse arcebispado
- Bula do papa Clemente VII, erigindo a diocese de S. Tiago de Cabo Verde
- Bula do papa Clemente VII, a recomendar o doutor Brás Neto, bispo eleito de S. Tiago de Cabo Verde
- Cédula consistorial da erecção do bispado de S. Miguel dos Açores
- Cédula consistorial sobre a erecção do bispado de Goa e nomeação do primeiro bispo D. Francisco de Melo
- Cédula consistorial sobre a erecção da catedral de S. Salvador de Angra dos Açores como sufragânea do arcebispado do Funchal
- Cédula consistorial sobre o mesmo assunto do documento de (Cédula consistorial sobre a erecção do bispado de Goa e nomeação do primeiro bispo D. Francisco de Melo)
- Cópia do traslado autêntico da cédula consistorial da erecção em catedral da paróquia de Santa Catarina da ilha de Goa
- Carta de D. João III, a autorizara mestre António de Serpa o exercício da medicina
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Jordão Botelho feitor-mor da lota da sardinha e demais pescado nos lugares do reino do Algarve
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gaspar Vasques para corregedor da vila de Santarém, comarca da Estremadura
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Jordão Botelho para feitor-mor da sisa dos panos no reino do Algarve
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gil Vasques Bugalho desembargador da Casa do Cível
- Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 30 mil reais ao licenciado Gil Vasques Bugalho, nomeado desembargador da Casa do Cível
- Carta de D. João III, a conceder ao licenciado Luís Garcês a tença anual de 10 mil reais
- Cédula consistorial sobre a nomeação de D. Martinho de Portugal para arcebispo do Funchal
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Cristóvão da Costa ouvidor dos feitos-crimes da Casa do Cível
- Carta de D. João III, a conceder a tença anual de 20 mil reais ao doutor João Monteiro, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- Carta de D. João III, a nomear o doutor António Rodrigues desembargador da Casa da Suplicação
- Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 60 mil reais ao doutor António Rodrigues do documento anterior
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado João de Bairos desembargador da Casa da Suplicação
- Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 60 mil reais ao licenciado João de Bairos do documento anterior
- Carta de D. João III, a atribuir ao doutor Afonso Senão, recém-nomeado desembargador da Casa da Suplicação, o mantimento anual de 60 mil reais
- Súplica de Jorge Dias, frade do mosteiro de S. Salvador de GrUó, a pedir indulto para viver fora dos mosteiros ou lugares da sua Ordem
- Súplica de Cristóvão das Caldas, monge cisterciense de Alcobaça, a pedir absolvição de apostasia e passagem a outra Ordem
- Carta de D. Nuno da Cunha, governador da Índia, sobre certo pagamento a Pêro Vaz, feitor da fortaleza de Chaul, na Índia
- Bula do papa Clemente VII, concedendo a Manual Correia, freire da Ordem de Cristo, a igreja paroquial de Santa Leocádia, da diocese de Lamego
- Breve do papa Clemente VII, concedendo a Luís Peres, de Beja, a promoção a bacharel em Cânones
- Carta de D. João III, ao seu conselheiro e vedor de sua fazenda D. António de Ataidê, conde da Castanheira, sobre o envio de dinheiro a D. Martinho de Portugal, seu embaixador na cúria papal
- Súplica na Penitenciaría Apostólica, de Simão da Costa, sacerdote do Funchal, pedindo a declaração de seus direitos
- Carta de D. João III, autorizando o exercício da medicina a Paulo Nunes, morador em Barcelos
- Carta de D. João III, a nomear um parente do licenciado António Correia para tabelião na vila de Viana de Caminha

- Certidão de António Carneiro, secretário de Estado de D. João III, sobre o traslado das capitulações e tratado de paz entre Portugal e Castela de 23 de Julho de 1522
- Carta de D. João III, a enviar o licenciado Pêro Fernandes por corregedor da vila de Portalegre
- Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 60 mil reais ao doutor Gonçalo Bezerra, nomeado desembargador da Casa da Suplicação
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Diogo Barbosa para juiz-de-fora da cidade de Lamego com 30 mil reais de ordenado anual
- Carta de D. João III, a nomear um meirinho do licenciado Gaspar Vasques
- Carta de D. João III, a nomear promotor da cidade de Lisboa o bacharel Estêvão de Aragão
- Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o doutor Gonçalo Bezerra
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de frei Francisco de Borba, sobre indulto para estudar durante sete anos numa universidade da Península Ibérica
- Carta de D. João III, autorizando o licenciado Francisco Feliciano a andar de mula
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Luís Pais, sacerdote da diocese de Lisboa, a pedir a absolvição de eventuais penas
- Carta de D. João III, a autorizar o bacharel mestre Vasco, morador em Vila Viçosa, a exercer medicina
- Breve do papa Clemente VII, a ampliara graça de dispor de benefícios eclesiásticos ao cardeal infante D. Afonso
- Carta de D. João III ao papa sobre o falecimento de D. Diogo de Sousa, arcebispo primaz de Braga, e nomeação do seu sucessor
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Bastião de Abreu juiz-de-fora da vila de Viana a par de Évora com 30 mil reais de ordenado anual
- Carta de D. João III, a autorizar o licenciado António Pais, de Viseu, a andar de mula
- Carta do embaixador D. Martinho de Portugal a D. António de Ataidé, conde da Castanheira, sobre negócios os correntes na cúria papal
- Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataidé, conde da Castanheira, sobre o socorro à cidade de Safira
- Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataide, conde da Castanheira, sobre o envio de alguns frades franciscanos para as missões na Índia
- Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataide sobre a partida de quatro naus, e referência à saída do correio para D. Martinho de Portugal em Bolonha
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Dias corregedor e provedor da cidade de Coimbra com o mantimento anual de 50 mil reais
- Carta de D. João III, a fazer mercê dumas vinhas e casas no termo de Vila Franca de Xira ao licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa
- Carta de D. João III, a conceder 3 mil reais de alçada ao licenciado Dinis Gonçalves, enquanto servir na alfândega de Lisboa
- Carta de D. João III, a mandar pagar certa quantia ao licenciado João Álvares Fafes pelo seu ensino no Estudo de Lisboa
- Carta de D. João III ao papa Clemente VII sobre pedido de D. João de Mascarenhas relativo a privilégios e liberdades dos mestres e cavaleiros das Ordens militares
- Carta de D. João III, a nomear o bacharel Francisco Rodrigues para juiz das sisas de Burelas e Monte Agraço
- Alvará de D. João III, a determinar que as pessoas demandadas por dívidas ao Hospital-de-Todos-os-Santos, que vivessem até 10 léguas, fossem obrigadas a comparecer no juízo desse tribunal, não obstante os privilégios que tivessem
- Bula do papa Clemente VII, a revogar a anterior em que nomeara inquisidor-geral frei Diogo da Silva
- Instruções de D. João III para os seus embaixadores em Roma, em ordem à expedição da bula da
- Inquisição na forma indicada pelo papa Carta de D. João III, a autorizara prática da cirurgia ao bacharel Manuel Rodrigues, filho de mestre Rodrigo
- Carta de D. João III, a confirmara eleição do bacharel Afonso Dias para juiz dos órfãos do concelho de Azurara
- Carta de D. João III, a conceder que o doutor Luís Mendes, feito doutor pelo doutor mestre Afonso, goze de todos os privilégios dos doutores criados na Universidade de Lisboa
- Carta de D. João III, a confirmar uma concessão da Câmara de Beja ao licenciado Cristóvão Lopes) Quico nela morador
- Bula do papa Clemente VII, a nomear desde logo administrador, e arcebispo posteriormente, da diocese de Braga, o infante D. Henrique de Portugal
- Notícia sobre a concessão ao infante D. Henrique da administração da diocese de Braga, com retenção da comenda do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
- Carta de D. João III, autorizando o doutor Diogo Álvares, físico morador em Beja, a andar de mula
- Carta de D. João III, autorizando o licenciado Simão de Pina, morador na cidade da Guarda, a andar de mula
- Carta de D. João III, autorizando o bacharel Pedro Lopes, a andar de mula
- Carta de D. João III, a mandar pagar a João Rodrigues, mestre-de-obras, de Sintra, a sua tença deste ano
- Carta de D. João III, autorizando o licenciado Diogo de Crasto, físico morador em Lisboa, a andar de mula
- Carta de D. João III, autorizando o bacharel em Medicina Francisco Sanches a andar de mula
- Carta de D. João III, a nomear um meirinho do corregedor de Coimbra licenciado Francisco Dias
- Carta de D. João III, autorizando a andar de mula o licenciado João Dias, de Évora
- Carta de D. João III, a nomear Diogo de Paz escrivão dos órfãos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim
- Carta de D. João III, a autorizar o físico bacharel Fernão Rodrigues a andar em mula
- Carta de D. João III ao papa Clemente VII, agradecendo-lhe a mercê, a seu pedido feita a D. Martinho de Portugal eleito arcebispo do Funchal
- Carta de D. João III, autorizando o bacharel Francisco Fernandes, morador em Leiria, a exercer medicina

- Carta de D. João III, a autorizar prática da cirurgia a mestre António, morador em Lagos
 - Certidão do doutor Álvaro Esteves, reitor em exercício na ausência de D. Francisco de Melo, sobre o mantimento anual recebido, no seu ofício de professor do Estudo de Lisboa, pelo licenciado João Álvares Fafes
 - Carta de D. João III, autorizando o licenciado André Salvado, de Elvas, a andar de mula
 - Carta de D. João III, a conceder a Lourenço Arede os privilégios dos carreteiros
 - Carta de D. João III, a nomear desembargador o doutor Gaspar Vasques ou Vaz
 - Carta de D. João III, a fixar o mantimento anual de 100 mil reais ao doutor Gaspar Vaz
 - Carta de D. João III, a dar licença para andar em mula ao licenciado mestre Álvaro, de Leiria
 - Bula de Clemente VII encarregando o doutor Rui Lopes de Carvalho e o oficial da sé de Coimbra de conferirem a Gomes Borges, da diocese de Braga, a igreja paroquial de S. Salvador do Couto de Éliavo
 - Carta de D. João III, a nomear o licenciado Mateus Esteves para procurador das causas dos pobres na Casa da Suplicação
 - Carta de D. João III às autoridades e povo de Coimbra sobre a transferência da Universidade de Lisboa para lá
 - Carta de D. João III, autorizando o licenciado João Baião, de Santarém, a andar em mula
 - Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Andônico, Anes, sobre a aplicação de parte do cemitério da igreja de S. Bartolomeu de Lisboa na ampliação de casas contíguas àquela igreja
 - Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 60 mil reais ao licenciado Francisco Coelho, nomeado desembargador da Casa da Suplicação
 - Carta de D. João III, atribuindo a tença de 12 mil reais por ano ao doutor António Saraiva de Carvalho
 - Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora de Portalegre com o mantimento anual de 30 mil reais o licenciado Francisco Afonso
 - Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Rui Lopes, pela anata da igreja paroquial de S. Veríssimo de Nevogilde, diocese do Porto
 - Carta de D. João III, concedendo a tença anual de 30 mil reais ao seu moço fidalgo João Teixeira, filho do doutor Luís Teixeira
 - Carta de D. João III, concedendo a tença anual de 30 mil reais ao seu moço fidalgo Rafael Lobo, filho do doutor Luís Teixeira
 - Bula de Clemente VII, a conceder a pluralidade de benefícios a Eduardo ou Tristão de Melo, bacharel em Leis e clérigo de Coimbra, bem como indulto para receber todas as ordens e outras concessões
 - Notícia na Câmara Apostólica, em nome de Gomes Borges, pela anata do priorado de S. Salvador do Couto de Ilhavo, diocese de Coimbra
 - Carta de D. João III, nomeando o licenciado Francisco Nunes juiz-de-fora da vila de Leiria com o mantimento anual de 30 mil reais
- Carta de D. João III, autorizando o físico bacharel Manuel Gomes, morador na cidade de Tavira, a andar em mula
- Carta de D. João III, a fazer seu conselheiro o doutor Diogo Lopes de Carvalho
 - Carta de D. João III, a permitir ao doutor Diogo Lopes de Carvalho se ausente da corte para onde e quando quiser, mantendo, no entanto, sempre o seu ordenado anual de 100 mil reais
 - Carta de D. João III, a autorizar que o bacharel Jerónimo Luís continue a exercer na vila de Guimarães o ofício de procurador
 - Carta de D. João III, autorizando o bacharel Manuel Gomes, morador em Tavira, a exercer medicina
 - Carta em latim do humanista Rodrigo Sanches, capelão da rainha Dona Catarina, ao seu amigo Baltasar de Teive
 - Carta em latim do humanista Rodrigo Sanches ao nobre e jovem Afonso de Torres
 - Carta em latim do humanista Rodrigo Sanches ao insigne cultor das letras João Rodrigues de Sá
 - Carta em latim do humanista Rodrigo Sanches à famosa letrada Joana Vaz de Coimbra
 - Carta do humanista Rodrigo Sanches ao nobre Jorge Coelho
 - Carta de D. João III, a atribuir ao doutor Diogo Lopes de Carvalho, seu conselheiro e desembargador, o mantimento anual de 100 mil reais
 - Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 80 mil reais ao doutor Cristóvão de Faria, juiz dos feitos régios na Casa da Suplicação
 - Carta de D. João III, a autorizar o doutor Diogo Lopes de Carvalho a ausentar-se da corte por motivo de saúde, sem perder o direito ao seu vencimento de 100 mil reais por ano
 - Carta de D. João III, a dar o licenciado Francisco Coelho por desembargador da Casa da Suplicação com o ordenado declarado noutra carta
 - Carta de D. João III, a nomear juiz dos seus feitos na Casa da Suplicação o doutor Cristóvão de Faria
 - Carta de D. João III, a fazer o licenciado Domingos Gracia ouvidor dos feitos-crimes na Casa da Suplicação
 - Bula do papa Clemente VII, a conceder a Rodrigo Lopes, doutor nos dois Direitos, auxílio e protecção na conservação de seus benefícios e respectivos bens
 - Carta de D. João III, a nomear o licenciado André Farinha corregedor da vila de Torres Vedras com 50 mil reais de mantimento anual
 - Carta de D. João III, a fazer a Gaspar de Almeida a mercê de administrar a capela de S. Miguel da igreja de Santa Maria de Linhares
 - Carta de D. João III, a aumentar o mantimento anual do doutor António Machucho, desembargador da Casa da Suplicação
 - Carta de D. João III a nomear um seu escudeiro para meirinho do licenciado André Farinha, corregedor da vila de Torres Vedras
 - Notícia da obrigação pessoal, na Câmara Apostólica, de Sisto Cordeiro, clérigo de Braga, pela
 - anata do acesso à igreja paroquial de Massarelos, diocese de Braga

- Carta de D. João III, a promover o desembargador doutor António de Lião
- Carta de D. João III, a nomear para juiz dos órfãos no concelho de Santa Cruz de Ribatâmega o bacharel André Ferreira
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Pedro Nunes da Gaula ouvidor dos feitos-crimes na Casa da Suplicação
- Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de 10 mil reais a Francisco de Carvalho, filho do licenciado Pedro Gomes Teixeira
- Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de 10 mil reais a Martim Gomes Teixeira, filho do licenciado Pedro Gomes Teixeira
- Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de 10 mil reais a Rui Gomes Teixeira, filho do licenciado Pedro Gomes Teixeira
- Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da vila de Campo Maior o licenciado Gaspar Tónico
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Gomes Anes, clérigo da diocese de Lisboa, para lhe ser comutada a pena de exílio em -África
- Carta de D. João III, a autorizar o doutor Francisco Lopes, morador em Tânger, a exercer medicina
- Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Luís Nunes. de Santarém, a andar em mula
- Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Fernão Gonçalves a andar em mula
- Carta de D. João III. a conceder armas de nobreza a Pedro de Almeida, da Ilha de S. Miguel
- Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Cristóvão Peres
- Carta de D. João III, a fazer seu fidalgo e nobre o licenciado Cristóvão Esteves e sua descendência
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Fernão Gonçalves corregedor de Lamego
- Carta de D. João III autorizar o uso de mula ao bacharel Aires Vasques
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, do licenciado Francisco Cardoso, preceptor da Ordem de Cristo, sobre o aluguer de certas propriedades da diocese de Viseu, que originou uma causa judicial
- Carta de D. João III, a nomear um criado do licenciado Bastião Álvares, corregedor na comarca de Entre-Douro-e-Minho, para porteiro da correição dessa comarca
- Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da cidade de Viseu o licenciado Vicente Correia
- Carta de D. João III, para que mestre Francisco, de Tavira, possa exercer medicina
- Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 100 mil reais ao doutor António de Lião, desembargador da Casa da Suplicação
- Notícia referente à bula de 1 de Dezembro de 1532 da pensão sobre os rendimentos do canonicato e prebenda da Guarda, a favor de Pedro de Sousa, clérigo da diocese de Braga
- Alvará de D. João III, a nomear o licenciado Santa Cruz para a cadeira de véspera de Leis
- Alvará de D. João III, ordenando se constrejam os membros da Ordem de Cristo da comarca de Coimbra a pagar os dízimos devidos ao bispo e cabido da respectiva diocese
- Carta de D. João III ao cabido da sé de Braga sobre uns apontamentos do falecido arcebispo D. Diogo de Sousa, e sobre o comportamento do clero daquela diocese
- Carta de D. João III, a nomear o doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco desembargador dos feitos da fazenda real
- Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 70 mil reais ao doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco, agora nomeado desembargador dos feitos da fazenda real
- Carta de D. João III, concedendo armas de nobreza ao licenciado António de Almeida, morador na vila de Trancoso
- Carta de D. João III, a conceder privilégios de carretagem a Manuel Pires, morador em Évora
- Alvará de D. João III, sobre a nomeação, para síndico da Universidade, do bacharel Estêvão de Aragão
- Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Francisco Robester, em nome de Pedro de Sousa, pela anata do acesso ao canonicato e prebenda da Guarda
- Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Francisco Robester, em nome de Pedro de Sousa, sobre o mesmo assunto do documento anterior, mas diferindo quanto ao valor dos rendimentos da prebenda
- Carta de D. João III, sobre a concessão de privilégios e liberdades a um servidor de seu irmão o infante D. Luís
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Gaspar Rodrigues, bacharel em Decretos, sobre o aluguer de casas da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa
- Breve do papa Clemente VII, dirigido ao bispo de Cabo Verde D. Brás Neto e ao abade do mosteiro de Castro de Avelãs. em prol dum certo clérigo de Lamego
- Breve do papa Clemente VII, dirigida a três cónegos da Lamego, sobre causa de apelação em prol dalguns cidadãos da Guarda
- Carta de D. João III, a defenir as armas de nobreza com que agraciava o seu conselheiro licenciado Cristóvão Esteves da Espargosar
- Carta em latim de António Pinheiro ao humanista Rodrigo Sanches
- Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Gaspar Rodrigues e sua mulher a fazerem doação dumas casas
- Carta de D. João III, autorizando o bacharel António Fernandes, do Torrão, a tomar a administração dum capela desta vila
- Carta de D. João III, a nomear um criado do licenciado António Correia para tabelião do concelho de Sátão
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Jorge para corregedor da cidade de Viseu
- Carta de D. João III, fazendo seu conselheiro o doutor Gaspar Vaz
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Hilário Dias corregedor da vila de Abrantes
- Carta de D. João III, a conceder a tença anual de dez moios de trigo ao doutor Dionísio, físico da rainha

- Breve de Clemente VII, a conceder a António Lopes, sacerdote da diocese de Braga, indulto para estudar Direito Civil numa universidade
- Carta de D. João III, a confirmar a apresentação de Gonçalo de Soure para a igreja de Santa Maria de Alijó, diocese de Braga
- Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Miguel Rodrigues a andar em mula
- Carta do embaixador D. Martinho de Portugal a D. António de Ataidé, conde da Castanheira, sobre assuntos em curso na cúria papal
- Carta de D. João III, a autorizar o doutor Bento Vasques, morador em Tavira, a andar em mula
- Carta de sentença de D. João III, proibindo a entrada de mercadorias, vindas da Galiza, pela vila de Valença, pois deviam entrar por Monção
- Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Fernandes para corregedor da comarca da vila de Aveiro
- Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Inácio de Bulhoris e Filipa Fernandes, cônjuges de Lisboa, pedindo licença para permutar ou alugar uma quinta sita em Alvalade perto de Lisboa e pertencente à preceptoría de S. Brás de Lisboa e priorato do Crato
- Carta de D. João III ao seu conselheiro e vedor D. António de Ataíde, convidando-o a tornar a Évora pelo Natal
- Carta de D. João III, a nomear juiz-de-fora da vila de Trancoso o licenciado Afonso Álvares

1534

- 6-1 Carta de D. João III, a autorizara mestre Luís, cirurgião morador em Évora, o exercício da medicina
- 13-1 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de João Afonso de Meneses, cónego de Coimbra, sobre a permuta do officio divino maior pelas horas menores de Vossa Senhora
- 13-1 Carta de D. João X a nomear o doutor Pedro Nunes, do seu desembargo. para juiz dos feitos da alfândega de Lisboa
- 14-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado João de Soure desembargador da Casa do Cível
- Janeiro sem dia Carta em latim de Pedro Mendes, professor das duas línguas, ao doutíssimo Rodrigo Sanches
- 14-1 Carta de D. João III, a fixar o mantimento anual de 30 mil reais ao licenciado João de Soure, desembargador
- 15-1 Carta de D. João III, ao seu conselheiro e vedor D. António de Ataíde, sobre dinheiros a pagar ao embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos
- 15-1 Carta de D. João III, ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre naus e navios em serviço nas carreiras da Índia, Mina e Flandres
- 19-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, mandando-o pagar 500 cruzados a Diogo de Sepúlveda
- 22-1 Carta de D. João III, a enviar à Índia o doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco, com o ordenado anual de 300 mil reais, para ouvidor-geral e provedor das fazendas dos defuntos
- 23-1 Carta de D. João III, a fazer mercê dos officios de ouvidor-geral e provedor-mor dos defuntos os na Índia ao seu desembargador doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco
- 23-1 Carta de D. João III, a conceder o mantimento anual de 30 mil reais ao licenciado Nuno de Mariz, nomeado desembargador da Casa da Suplicação
- 23-1 Carta de D. João III a autorizar o uso de mula ao licenciado António Luís, morador em Lisboa
- 23-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre as armadas da Mina e da Flandres
- 23-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Nuno Fernandes de Mariz para desembargador da Casa da Suplicação
- 23-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre o tratamento de certos negócios em Roma
- 24-1 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, do cardeal infante D. Afonso de Portugal, sobre a dispensa de eventuais estatutos, costumes ou privilégios do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, de que ele era comendatário
- 26-1 Breve do papa Clemente VII, sobre causa matrimonial de certo Nicolau da diocese de Braga
- 26-1 Súplica na Penitenciaria Apostólica, de Rodrigo de São Paio, monge beneditino de Santa Maria do Pombeiro, pedindo indulto para se transferir para outro mosteiro da mesma Ordem
- 26-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre duas embarcações, uma destinada à Costa da Mina, e outra à ilha de São Tomé
- 26-1 Carta de D. João III, a permitir que o licenciado Diogo Fernandes, de Évora, ponha no officio de tabelião pessoa apta e a contento do juiz-de-fora local
- 27-1 Breve de Clemente VII, concedendo aos cónegos de Lisboa Cristóvão Lopes indulto de receber os proventos de seus benefícios sem obrigação de residência pessoal, enquanto frequentar algum estudo geral
- 27-1 Breve de Clemente VII, encarregando três hierarcas eclesiásticos de conferirem os graus de licenciado e doutor em Cânones a António Lopes, da diocese de Braga
- 27-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre a construção de caravelas que o monarca desejava fossem acabadas sem muita opressão do povo
- 28-1 Carta de D. João III, a autorizar Rui Lopo, morador na vila de Santarém, a assentar botica e exercer o officio de bitcário
- 29-1 Carta de D. João III, a aposentar o seu desembargador o licenciado Lopo Fernandes
- 4-1 Breve de Clemente VII, a conceder ao franciscano frei António da Ilha da Madeira, licenciado em Teologia, indulto de viver fora do convento e passar à Ordem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho
- 5-2 Bula de Clemente VII, a fazer certas concessões a Fernão Leitão, reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Covelo, diocese de Braga, por ser velho e doente
- 6-2 Carta de D. João III, a nomear Nuno Gonçalves tabelião dos concelhos de Sátão e Redemoinhos

- 10-2 Carta de D. João III, ordenando ao licenciado Fernão Gonçalves, corregedor de Lamego, que deixe o escrivão Tomás Luís servir o seu ofício enquanto viver
- 11-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a eventual necessidade da ida de mais fidalgos para a armada da Índia
- 11-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde a pedir-lhe a sua ida à corte em Évora
- 11-2 O papa Clemente VII nomeia bispo de Cálamos o sacerdote Nuno Martins, tesoureiro da sé de Évora
- 13-2 Bula do papa Clemente VII, a absolver de quaisquer penas ou censuras que possam impedir a validade da promoção de Nuno Martins a bispo de Cálamos
- 13-2 Bula do papa Clemente VII, a conceder a D. Nuno Martins, bispo eleito de Calamos, a faculdade de exercer as funções episcopais em Évora, sem obrigação de residir na sua diocese
- 13-2 Bula do papa Clemente VII, concedendo ao bispo eleito de Cálamos D. Nuno Martins a faculdade de reter benefícios eclesiásticos com a sua diocese
- 15-2 Bula do papa Clemente VII, concedendo ao bispo eleito de Cálamos D. Nuno Martins que possa receber a sagração episcopal das mãos de qualquer bispo católico
- 19-2 Carta de D. João III, a confirmar um alvará do corregedor da ilha de S. Tomé a fazer cavaleiro Diogo Fernandes
- 21-2 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de Lucas Homem, diácono da diocese de Lisboa, a pedir indulto para ser promovido ao sacerdócio
- 21-2 Carta de D. João III, a permitir que Pedro Afonso, morador em Carapinha, termo da Covilhã, faça obras em suas casas para serem estalagens com seus privilégios
- 27-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre alguns ofícios da cidade de Goa
- 28-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, a favor do dominicano mestre João Caro preso no castelo de Alcobaça
- 28-2 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de André Gonçalves, clérigo da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho, para viver fora dos seus conventos e poder frequentar uma universidade
- 2-3 Carta de D. João III, autorizando o licenciado Nuno Dias, de Trancoso, a andar em mula
- 2-3 Carta de D. João III, a dar armas de nobreza a Gonçalo Pinto, da Terra da Feira, após inquirição tirada pelo doutor Luís Eanes
- 2-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, acerca de Heitor de Coimbra, que pretendia ser piloto e patrão-mor nas partes da Índia
- 3-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Pais do Amaral desembargador da Casa da Suplicação
- 4-3 Bulas do papa Clemente VII, referentes à nomeação do franciscano frei Diogo da Silva para bispo de Ceuta
- 4-3 Bula do papa Clemente VII, a dispensar do impedimento de ilegitimidade para elevar frei Diogo da Silva a bispo de Ceuta
- 4-3 Notícia sobre o falecimento de D. Henrique de Coimbra, bispo de Ceuta, e sobre o seu sucessor e confrade D. Diogo da Silva
- 4-3 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, de frei André de Resende, a pedir indulto para viver fora dos conventos da Ordem
- 4-3 Carta de D. João III a fazer doutor em Leis o licenciado Cristóvão Esteves da Espargosa
- 5-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre o número de pessoas que deviam ir na armada deste ano para a Índia
- 6-3 Bula do papa Clemente VII, concedendo a D. frei Diogo da Silva, bispo eleito de Ceuta, a faculdade de ser sagrado por qualquer bispo católico
- 7-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a ida de uma caravela para o Cabo de Gué e seu capitão Jorge Vieira
- 8-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a armada que se estava a formar para socorrer a cidade de Safira
- 10-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre uma carta destinada a Dom Estêvão da Gama
- 12-3 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Jerónimo Luís juiz-de-fora de Viana da Foz do Lima
- 12-3 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Garcia Rodrigues juiz-de-fora de Viana de a par de Évora
- 12-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Rodrigo Machado juiz-de-fora da cidade de Elvas
- 17-3 Carta de D. João III, a incumbir o licenciado Mem de Sá da administração dum casal e capela no termo de Torres Vedras
- 18-3 Carta de D. João III, a aumentar o vencimento do doutor Francisco de Mendonça, físico da Casa da Suplicação
- 25-3 Carta de D. João III, a autorizara mestre Diogo, morador em Lisboa, o exercício da cirurgia
- 27-3 Carta de D. João III, a confiara administração de duas capelas da vila do Jarmelo a António Antunes, morador na cidade da Guarda
- 28-3 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Simão de Faria pela anata da retenção de benefícios e pensões anuais possuídos por D. Brás Neto, bispo eleito de Cabo Verde
- Março sem data Carta de D. João III, ao papa Clemente VII, sobre os seus embaixadores D. Martinho de Portugal e D. Henrique de Meneses, incumbidos de tratarem do perdão aos cristãos-novos e do restabelecimento da Inquisição
- 2-4 Breve do papa Clemente VII, comunicando ao monarca a chegada à Cúria Romana do seu embaixador D. Henrique de Meneses
- 9-4 Carta de D. João III, a nomear desembargador da Casa da Suplicação o doutor Gaspar Moreira de Altero

- 16-4 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de João Soares, clérigo da diocese de Braga, pela anata da igreja paroquial de S. Veríssimo de Nevogilde, diocese do Porto
- 20-4 Carta do infante D. Henrique, administrador apostólico da diocese de Braga, sobre vários problemas do arcebispado
- 21-4 Carta de D. João III, a naturalizar português João Parvi, sobrinho do mestre João Parvi, cônego na sé de Évora
- 22-4 Carta de D. João III, igual à anterior, a naturalizar português Reinaldo Parvi, outro sobrinho do mestre João Parvi
- 28-4 Carta de D. João III, a nomear João Fernandes para meirinho do licenciado Francisco Fernandes, corregedor da comarca da vila de Aveiro
- 7-5 Breve do papa Clemente VII, sobre causa de apelação de Maninho dos Santos, de Beja
- 9-5 Breve do papa Clemente VII, sobre causa de apelação a favor de Rafael Fernandes, clérigo da diocese de Lisboa
- 9-5 Breve do papa Clemente VII, a favor de Manuel Lopes, leigo de Lisboa
- 11-5 Breve do papa Clemente VII, sobre causa de apelação a favor do leigo Manuel Lopes e sua mulher Leonor, cônjuges da diocese de Évora
- 11-5 Carta de D. João III, a confirmar um acordo entre as autoridades da cidade do Porto, e os cidadãos e o procurador dos mestres, sobre o comércio dos vinhos do Douro
- 18-5 Carta de D. João III, a autorizar o uso de mula ao licenciado Rafael do Quintal
- 20-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, encarregando-o duma diligência junto do licenciado Dinis Gonçalves
- 20-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, encarregando-o duma diligência junto do licenciado Dinis Gonçalves
- 20-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre o socorro à cidade de Safira e fidalgos e criados que, sem mandado régio, se arrolavam na armada de socorro capitaneada por D. Garcia de Noronha
- 23-5 Carta de D. João III a D. António de Ataíde seu conselheiro, sobre o municionamento e provisão da vila de Arzila
- 23-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre a defesa da vila de Santa Cruz do Cabo de Gué
- 23-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre problemas relacionados com o socorro de Safam
- 23-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a partida das armadas de Simão de Melo e Jorge de Lima, e outros assuntos
- 26-5 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a sua vontade de que alguns fidalgos não fossem no socorro a Safira
- 29-5 Carta de D. João III, a aforar em enfiteuse perpétua certas propriedades da Ota ao doutor Luís Eanes
- 31-5 Breve do papa Clemente VII, sobre a confirmação do aluguer duma casa do prior e beneficiados da igreja paroquial de Santa Justa de Lisboa
- 5-6 Breve do papa Clemente VII, a conceder a João de Camões, de Lisboa, indulto para receber os graus de licenciado e doutor fora das universidades
- 10-6 Carta de D. João III, a dar a tença de 10 mil reais ao bacharel mestre Aires, físico
- 10-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre a chegada das naus da Índia
- 10-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, a dissuadi-lo de participar no socorro a Safira
- 10-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre diligências ligadas ao socorro de Safira
- 17-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde ainda sobre o socorro de Safira e a armada já partida de D. Garcia de Noronha
- 18-6 Breve do papa Clemente VII, sobre o censo anual de dois ducados a favor do prior do mosteiro de Couto de Cucujães
- 18-6 Breve do papa Clemente VII a favor do deão ecabido de Lisboa
- 22-6 Breve do papa Clemente VII sobre causa de apelação a favor de João Brás, sacerdote da diocese de Braga
- 22-6 Breve do papa Clemente VII, sobre causa de apelação a favor duma mulher da diocese de Lisboa
- 23-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, agradecendo o interesse e trabalhos havidos com o apetrechamento da armada de socorro a Safira, de cuja chegada a esta fortaleza soubera por cartas trazidas por Vicente Reinei
- 23-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre problemas emanados do socorro a Safira
- 26-6 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre o embargo dalgumas naus que traziam objectos preciosos
- 1-7 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde ainda sobre diligências ligadas ao socorro de Safira
- 1-7 Carta de D. João III, mandando empossar o bacharel Francisco Álvares, de Lisboa, na administração duma capela e bens a ela vinculados
- 3-7 Carta de D. João III, a fazer mercê duma tença anual à filha do doutor Cristóvão Esteves da Espargosa, mulher do desembargador Nuno de Mariz
- 6-7 Carta de D. João III, a satisfazer o pedido do doutor Cristóvão Esteves da Espargosa para que lhe fosse dada uma capela desocupada no mosteiro de S. Francisco em Évora para jazigo seu e da família
- 7-7 Carta de D. João III, a confirmar como cavaleiro o bacharel Álvaro Fernandes, morador em Santa Cruz do Cabo de Gué
- 8-7 Carta de D. João III, a nomear para partidor dos órfãos no Porto um criado do doutor Gaspar Vaz
- 10-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado João de Teives juiz-de fora da vila de Santarém
- 13-7 Carta de D. João III, a nomear o recebedor das tenças régias e solicitador da comarca de Coimbra, de que é ouvidor o licenciado Diogo Barbosa
- 17-7 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao licenciado mestre Álvaro, morador em Leiria
- 20-7 Breve do papa Clemente VII, sobre a colação dos graus académicos de licenciatura e doutoramento em ambos os Direitos a Manuel Falcão, clérigo da diocese de Braga
- 20-7 Carta de D. João III, a nomear desembargador o 366 doutor Jerónimo da Mota

- 24-7 Breve de Clemente VII, dirigido ao bispo de Sinigaglia, núncio da Santa Sé no reino de Portugal, ou ao seu ouvidor
- 26-7 Tradução do breve de Clemente VII sobre a Inquisição e o perdão dos cristãos-novos
- 31-7 Carta de D. João III, a fixar o mantimento anual do doutor Jerónimo da Mota
- 19-8 Carta de D. Henrique de Meneses, embaixador del' rei em Roma, sobre a morte de dois cardeais e outras ocorrências na Cúria Romana
- 21-8 Carta de D. Henrique de Meneses, embaixador del' rei em Roma, com notícias sobre a doença do papa e a pedir o regresso a Portugal
- 27-8 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de António de Barros, em nome de Rui Lopes de Carvalho, pela anata da reserva de metade dos rendimentos da igreja paroquial de S. Salvador de Resende, diocese de Lamego
- Setembro sem data Informação e súplica de D. João III ao papa Clemente VII para renovar a bula da Inquisição, em que o pontífice nomeara inquisidor-geral o franciscano frei Diogo da Silva
- 3-9 Carta do embaixador D. Henrique de Meneses, pedindo a D. João III o mande regressara Portugal, e sugerindo-lhe mande alguém visitar o papa
- 9-9 Comunicação de D. João III às autoridades e povo do Machico na ilha da Madeira sobre a nomeação do licenciado Afonso da Costa para corregedor daquela capitania
- 18-9 Carta em latim do humanista Luís Vives a D. João sobre assuntos de cultura e ensino
- 23-9 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Pedro de Sousa pela anata do acesso à igreja paroquial de S. João das Caldas, diocese de Braga
- 27-9 Breve do papa Clemente VII sobre a igreja de S. Lourenço de Lisboa
- 1-10 Excerto da oração de sapiência de André de Resende, onde são louvados alguns dos seus alunos e professores
- 3-10 Carta de D. João III, a mandar pagara mestre Gil da Costa, seu cirurgião-mor, certa quantia de sua vestimenta
- 7-10 Carta de D. João III, a conceder ao doutor Pedro Nunes, seu cosmógrafo, a tença anual de 4 moios de trigo
- 8-10 Carta de D. João III, a fazer seu conselheiro o doutor Pedro Nunes, chanceler da Casa do Cível
- 17-10 Mandado do bacharel Francisco Carneiro, juiz do cível e cidadão de Lisboa, para que seja metido na posse de dois olivais o morador Filipe de Almeida
- 18-10 Carta de D. João III, a confirmar um alvará de seu pai para que o tabelião de notas de Évora Diogo Gonçalves possa ter um escrívão ao seu serviço
- Outubro sem data Parecer de dois ouvidores da Câmara Apostólica sobre a redacção da bula referente ao restabelecimento da Inquisição em Portugal
- 3-11 Bula do papa Paulo III, a favor de Martinho Vasques, cónego da colegiada de Santa Maria de Barcelos e bacharel em Teologia, sobre várias igrejas do padroado do duque de Bragança
- 3-11 Bulas do papa Paulo III, a renovar a provisão com que o papa Clemente VII nomeara bispo de S. Tomé o mestre em Teologia Diogo Ortiz de Vilhegas
- 3-11 Breve de Paulo III, a confirmar uma concessão do falecido papa Clemente VII a favor de Diogo de Sousa, bacharel em Artes e Medicina
- 3-11 Bula do papa Paulo III, a confirmar as disposições do seu predecessor sobre a erecção do bispado de S. Salvador de Angra
- 3-11 Bula do papa Paulo III, sobre a nomeação de D. Diogo Ortiz de Vilhegas para bispo de S. Tomé e Príncipe
- 16-11 Notícia da obrigação pessoal na Câmara Apostólica por parte de António Ribeiro, clérigo de Braga, pela anata do acesso à igreja paroquial de S. Pedro de Figueiredo daquela diocese
- 22-11 Carta de D. João III a D. Jorge de Noronha, sobrinho de D. Garcia de Noronha, a convidá-lo para assumir interinamente o governo de Safira
- 22-11 Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, sobrinho de D. Garcia de Noronha, para que venha com seu tio à corte o mais prontamente possível
- 22-11 Carta de D. João III a D. Garcia de Noronha, a comunicar que o escolhera para governador da Índia, e a convidá-lo para ir ter consigo o mais depressa possível
- 25-11 Bula do papa Paulo III, a conceder ao bispo eleito de S. Tomé, D. Diogo Ortiz de Vilhegas, o priorato de Santa Maria de Cárquere, diocese de Lamego
- 27-11 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Simão Freire de Andrade, pela anata de quatro igrejas paroquiais da diocese de Coimbra
- 14-12 Notícia da obrigação pessoal, na Câmara Apostólica, de Pedro de Sousa, clérigo da diocese de Braga, pela anata do acesso a uma igreja paroquial e a um arceprelado daquela diocese
- 21-12 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Lucas de Orta, da diocese de Braga, em nome de D. Brás Neto, pela nata do acesso à igreja paroquial de Santa Maria de Mire da dita diocese
- 22-12 Carta de D. João III, sobre a compra dum ferragial da cidade de Elvas por parte de Álvaro Gonçalves, filho do doutor António Gonçalves
- 22-12 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataidê, sobre a armada da Flandres e o contrato da pimenta
- 23-12 Alvará de D. João III, a autorizara impressão do regimento da arte de marear de Simão Fernandes seu cosmógrafo e astrónomo
- 23-12 Carta de D. João III a dar armas de nobreza a Álvaro da Silveira, morador em Borba
- 24-12 Obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Francisco Ferrer, clérigo de Vich, em nome de D. Diogo bispo de S. Tomé, pela anata do priorado do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, diocese de Lamego
- 24-12 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataide, sobre a impressão do regimento de navegação do astrónomo e cosmógrafo régio Simão Fernandes

1535

- 5-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataidê, sobre o contrato com os mercadores e notícias da Flandres armada do Levante, que levará como capitão-mor António de Saldanha, e sobre a armada da Índia
- 8-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre os capitães da armada do Levante em auxílio do imperador Carlos V contra Tunes
- 11-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, contendo o rol dos capitães da armada do Levante que participam na expedição de Carlos V contra Tunes
- 11-1 Carta de D. João III ao bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, a apresentar-lhe para vigário da igreja de S. Pedro de Valongo o clérigo de missa Roque de Gouveia
- 13-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a provisão dalgumas igrejas anexadas ao morgado de Afedelo do falecido conde de Marialva
- 19-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro António de Ataíde, sobre o apetrechamento da armada do Levante
- 19-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre uma carta de legitimação passada pelo cardeal infante D. Henrique, e outra para um bispo ministrar o crisma, tudo em prol da pessoa que o monarca tencionava prover nas igrejas do morgado de Medeiro do conde de Marialva
- 20-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a armada da Índia e negócios com o feitor da Andaluzia
- 21-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre o facto de os pagamentos do seu tesoureiro-mor se passarem a fazer, não pela Casa da Índia, mas pelo rendimento das rendas do reino
- 24-1 Breve do papa Paulo III a favor de frei Gaspar Rodrigues do convento de S. Domingos de Santarém
- 30-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre o provimento do fidalgo da sua casa António de Mancelos na capitania de um dos navios da armada do Levante
- 30-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a dispensa de inventário de bens pedida pelos testamenteiros de Francisco Mendes
- 8-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre a armada do Levante e o encargo para o seu tesoureiro-mor e os oficiais da moeda estudarem o valor dos cruzados de Portugal em relação a algumas moedas estrangeiras
- 11-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre o pagamento das moradias aos fidalgos que vão servir na armada do Levante
- 11-2 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Pedro de Sousa, em nome doutros, pela anatas do priorato do mosteiro de S. Simão da Junqueira, diocese de Braga
- 13-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre vários assuntos, e principalmente sobre a aceleração dos preparativos para a partida da armada para a Índia
- 17-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre carta de Carlos V acerca da armada contra os Turcos, para que não se acolham nos portos portugueses os navios biscainhos dos mestres que não queriam participar na expedição contra Tunes
- 19-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre o despacho duma carga de pedras preciosas requerido por Tristão de Viegas
- 20-2 Carta de D. João III a frei Brás de Barros, governador e reformador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sobre os colégios desse mosteiro
- 20-2 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, sobre a questão das tomadias com o rei de França
- 27-2 D. João III concede armas de nobreza a António de Ispíndola, morador da Ilha da Madeira
- 1-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, acerca dumas cartas para altas autoridades da Índia e dos regimentos dos capitães da viagem
- 1-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde sobre as queixas enviadas pelo vigário-geral da Índia contra um frade franciscano
- 2-3 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, acerca das cartas que lhe manda para o doutor Pêro Vaz, vedor da sua fazenda na Índia
- 3-3 Carta de D. João III, a autorizar que o licenciado João dias possa ser procurador na vila de Estremoz
- 3-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, autorizando a substituição de Bernardo Peres pelo piloto Manuel Álvares na condução da sua nau S. Bartolomeu à Índia
- 5-5 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre envio de dinheiros para a compra de pimenta na Índia
- 5-5 Acta da reunião do conselho universitário, onde foi dada procuração para os doutores Gonçalo Vaz, Francisco Gentil e mestre Gil requererem a el-rei a confirmação dos privilégios da Universidade
- 6-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre cartas enviadas ao governador da Índia Nuno da Cunha, e sobre a armada dos Turcos contra a Índia
- 8-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, acerca da vinda de D. João de Castro, de Tânger, para participar na armada do Levante
- 8-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre o comércio do coral
- 9-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, proibindo a ida dalguns frades na armada chefiada por António de Saldanha
- 1-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, mostrando contentamento pela notícia da partida da armada da Índia
- 15-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde sobre fardamento, bandeira e cirurgião da armada do Levante
- 15-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde sobre o socorro a Safira e Azamor

- 16-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre carta do imperador Carlos V a comunicar a sua partida para Barcelona
- 17-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, a enviar o regimento para o capitão-mor da armada do Levante e ordenando parta sem demora
- 17-3 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, a nomear o sucessor do capitão-mor da armada do Levante, na eventualidade do seu falecimento
- 17-3 Carta do embaixador D. Henrique de Meneses a el-rei D. João III, recomendando o regresso do padre Francisco Álvares, embaixador do Preste João, então estante em Roma, e falando de outros negócios que estava tratando na cúria papal
- 31-3 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Lucas de Orta, pela anata da igreja paroquial de Santa Maria da Graça, da ilha de S. Tomé, e pela anata das pensões concedidas ao bispo D. Diogo Ortiz de Vilhena
- 5-4 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre a partida da armada em auxílio de Carlos V contra os Turcos
- 6-4 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre a sua decisão de dar casa ao infante D. Henrique seu irmão
- 9-4 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre um frade jerónimo do mosteiro de Penha Longa
- 12-4 Carta de D. João III a D. António de Ataíde sobre a armada para as Ilhas
- 14-4 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de António Ribeiro, clérigo da diocese de Braga, pela anata do acesso do clérigo da Guarda Domingos da Cunha à igreja paroquial de S. Pedro de Torrados
- 15-4 Breve do papa Paulo III a favor do deão de Braga Carlos da Guarda
- 17-4 Carta de D. João III a frei Brás de Braga, sobre a construção dos colégios universitários do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
- 20-4 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, do escritor apostólico André Cão pela anata da reserva dos rendimentos dum canonicato de Braga
- 26-4 Carta de D. João III a solicitar a ida à corte, com brevidade, do seu conselheiro D. António de Ataíde
- 27-4 Notícia sobre a obrigação, na Câmara Apostólica, de Lucas de Orta, pela anata do acesso à vigararia de S. Martinho do Bispo
- 1-5 Notícia sobre a obrigação, na Câmara Apostólica, de Lucas de Orta pela anata do regresso das vigararias de S. Pedro de Cadeiras e S. Pedro das Gouveias, respectivamente, das dioceses da Guarda e Viseu
- 5-5 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Pedro Gonçalo de Gouveia, pela anata do canonicato da Guarda
- 8-5 Pedido do indulto apresentado na Penitência Apostólica por D. Jorge duque de Coimbra, para seus filhos poderem usufruir dos rendimentos das Ordens militares de Santiago de Espada e de Avis nas preceptorias em que tinham sido providos
- 10-5 Breve do papa Paulo III sobre a reforma de vários mosteiros de monjas da Ordem de S. Bento em Portugal
- 10-5 Breve do papa Paulo III, sobre indulto a favor do bacharel Diogo Álvares, de Mesão Frio, para se doutorar fora do Estudo Geral de Salamanca
- 11-5 Carta de D. João III, a conceder os privilégios de estalajadeiro a Baltasar Gonçalves, morador na vila de Baltar, termo da cidade do Porto
- 13-5 Carta de D. João III a D. António de Ataíde, sobre o rol das pessoas por ele mandadas servir o infante D. Luís seu irmão
- 17-5 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, por António Ribeiro, em nome de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, pela anata do regresso ao priorado do mosteiro de S. Simão da Junqueira
- 21-5 Breve do papa Paulo III, a favor de Joana Fragosa, mulher de Lisboa
- 21-5 Carta de quitação passada por el-rei ao feitor das suas almadravas no Algarve, o licenciado Jordão Botelho
- 22-5 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, por António Ribeiro, em nome de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, pela anata da igreja paroquial de S. Tiago de Rebordãos, diocese de Braga
- 25-5 Súplica, apresentada na Penitenciaria Apostólica, de Pedro Bom, de Aveiro, licenciado em Teologia pela Universidade de Bordéus, para poder ser promovido a mestre ou doutor na de Lisboa
- 28-5 Súplica, apresentada na Penitenciaria Apostólica, de Jorge Seco, sobre a correcção do nome da sua paróquia, que era Santa Maria de Águas Belas, diocese de Coimbra, e não de Barcouço
- 28-5 Carta de D. João III, onde figura o nome do bacharel Duarte Rodrigues
- 28-5 Declaração do clérigo João Calado sobre ter recebido certa quantia do bacharel Diogo Nunes, encarregado da chancelaria do cardeal infante D. Afonso, administrador da diocese de Évora
- 29-5 Breve do papa Paulo III a favor de Pedro Intardo, da diocese de Lamego
- 29-5 Breve do papa Paulo III, sobre uma causa de Manuel de Lemos, da ilha de S. Tomé
- 29-5 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, por António Ribeiro, em nome de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, pelas anatas de certos canonicatos e prebendas da Guarda e de Braga
- 1-6 Súplica na Penitenciaria Apostólica duma freira do mosteiro de Santa Maria de Campos, de Montemor-o-Velho, sobre indulto para viver fora do mosteiro por ser doente
- 1-6 Súplica na Penitenciaria Apostólica de Jerónimo de Pina dominicano, para viver fora do convento, com vista a ajudar sua mãe e uma irmã pobres e indigentes
- 8-6 Súplica, na Penitenciaria Apostólica, da condessa de Abrantes Dona Maria de Vilhena, sobre indulgências para os visitantes da igreja do convento de Santo António dos Capuchos, fundado por ela e seu marido D. Lopo de Almeida, conde de Abrantes

- 8-6 Súplica, apresentada na Penitenciaria Apostólica, de Rodrigo de Abreu, monge de Alcobaça, sobre indulto para viver fora do mosteiro
- 13-6 Capítulos das cortes de 1525 e 1535, com várias disposições sobre a Universidade de Lisboa
- 16-6 D. João III manda o seu tesoureiro pagar certa quantia a bacharel Henrique Rodrigues, rei-de-armas de Portugal
- 26-6 Carta de D. João III, a autorizar o licenciado Fernão de Almeida a exercer o ofício de procurador em Guimarães
- 26-6 Carta de D. João III, onde é mencionado o doutor Lourenço Garcês
- 5-7 Breve do papa Paulo III dirigido ao licenciado Mem de Sá, a conceder-lhe indulto para professar na Ordem de Cristo
- 5-7 Carta de D. João III, a mandar dar certa quantia à mulher do licenciado João Álvares Fafes
- 15-7 Carta de D. João III, a legitimar uma filha do licenciado Lucas Rodrigues, cônego em Coimbra
- 20-7 Breve do papa Paulo III, a decretar a plena liberdade de patrocínio e defesa dos réus de judaísmo em Portugal
- 27-7 Notícia da obrigação pessoal, na Câmara Apostólica, da parte de Pedro de Sousa, pela anata da igreja paroquial de Santa Maria de Galegos, diocese de Braga
- 3-8 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de António Ribeiro, em nome de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, por anatas relativas ao priorado do mosteiro de Santa Maria de Landim, diocese de Braga
- 8-8 Carta de D. João III, a manter ao licenciado António de Almeida, seu fidalgo e juiz-de fora em Évora, o privilégio que seu pai tinha
- 11-8 Carta de D. João III, a apresentar o doutor Rui Lopes de Carvalho para a igreja de S. Pedro do arcebispado de Braga
- 20-8 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, por parte de António Ribeiro, em nome da abadessa do mosteiro beneditino de Baião, pela anata de duas igrejas da diocese do Porto
- 30-8 Resposta de D. João III à Câmara de Coimbra sobre os capítulos por ela enviados às cortes de Évora de 1535
- 1-9 Acta do conselho universitário, em que foi acordado emprestar a el-rei, do dinheiro da arca do depósito, 440 mil reais
- 1-9 Carta de D. João III, a nomear o seu desembargador Rodrigo Monteiro para administrador dos bens dum morgado de Lisboa
- 11-9 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da cirurgia ao bacharel Simão Fernandes, natural de Lisboa
- 1-10 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, de Eduardo Afonso, pela anata da reserva dos rendimentos da igreja paroquial de Vilar, diocese do Porto
- 5-10 Carta de D. João III, a autorizar que Cristóvão de Aragão, sobrinho do doutor Cristóvão Esteves da Espargosa, possa exercer um ofício na correição de Lisboa
- 5-10 Mandado de D. João III para que o seu tesoureiro pague determinada quantia a Diogo Tavares, bacharel em Cânones
- 6-10 Provisão de D. João III para o seu tesoureiro pagar determinada quantia ao doutor Pedro Margalho
- 6-10 Mandado de D. João III para o seu tesoureiro pagar determinada quantia a mestre Gil da Costa
- 6-10 Carta de D. Henrique de Meneses a D. João III sobre o andamento dalguns negócios na cúria papal
- 7-10 Carta de D. João III, a permitir ao licenciado Diogo Gonçalves o exercício do seu ofício de ouvidor nas terras do conde de Linhares e na vila de Celorico
- 14-10 D. João III dá cartas de armas de nobreza ao licenciado mestre Diogo de Alfaro, físico e cirurgião do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa
- 14-10 Carta de D. João III, a nomear o bacharel Nicolau Lopes bedel da Universidade de Lisboa
- 23-10 Acta do conselho universitário, em que foram eleitos os doutores Francisco Gentil e mestre Gil, para irem à corte solicitar a el-rei que não mude a Universidade da cidade de Lisboa
- 28-10 Breve do papa Paulo III, concedendo a dois estudantes netos de Luís de Torres, escritor apostólico, indulto para receberem a tonsura clerical fora do tempo devido
- 29-10 Breve do papa Paulo III, a autorizar sejam conferidos os graus de licenciado e doutor em ambos os Direitos a Manuel Falcão, clérigo de Braga, fora das universidades
- 1-11 Carta de D. Henrique de Meneses a el-rei, sobre as diligências de D. Martinho de Portugal para ser feito cardeal, sobre o regresso do núncio a Roma, e sobre o breve papal a favor dos cristãos-novos
- 3-11 Breve do papa Paulo III, a renovar declaração do seu predecessor quanto ao mestre-escolado de Évora, que havia sido outorgado a D. Miguel da Silva bispo de Viseu
- 9-11 Carta de D. João III, a permitir que o bacharel Francisco Gonçalves, de Portalegre, e um dos seus homens andassem armados
- 9-11 Carta de D. João III a fixar o mantimento anual do doutor Lopo da Corda, desembargador da Casa da Suplicação
- 23-11 Breve do papa Paulo III, sobre causa de apelação em favor de André Jorge, clérigo e licenciado de Évora ou de outra diocese
- 30-11 Breve do papa Paulo III, concedendo a Lucas de Orta, chantre da Guarda, indulto para lugar os seus benefícios
- 8-12 Notícia da obrigação, na Câmara Apostólica, da parte de Simão Nunes, pela anata do arcediagado de S. Pedro de France, diocese de Viseu
- 10-12 Carta de D. António Pucci, cardeal penitenciário-mor, a D. João III, sobre a pretensão de D. Martinho de Portugal de ser nomeado cardeal, e sobre a publicação do perdão aos cristãos-novos
- 10-12 Carta de D. João III para o seu tesoureiro pagar determinada quantia ao licenciado Francisco Feliciano
- 17-12 Carta de D. João III, a fazer uma mercê ao doutor Bento Vasques
- 23-12 D. João III concede carta de armas de nobreza a Luís do Rego de Abreu, natural de Portei

1536

- 1-1 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel mestre António, morador em Santiago de Cacém
- 7-1 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel João Vasques de Paiva, morador em Alhos Vedros

- 14-1 Carta de D. João III, na qual figura o licenciado Nicolau de Almeida
- 21-1 Carta de D. João III, a mandar o doutor Rui Gago fazer o tombo das propriedades da coroa na cidade e almoxarifado de Évora
- 21-1 Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 40 mil reais ao doutor Gaspar Moreira de Altero, desembargador da Casa da Suplicação
- 24-1 Carta de D. João III, a autorizar mestre Filipe a exercer cirurgia
- 24-1 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao bacharel Francisco Rodrigues, morador em Lisboa
- 24-1 Carta de D. João III, em que é referido o licenciado Afonso Anes, seu desembargador do paço
- 27-1 Carta de D. João III, a autorizar Simão Gomes, morador na cidade de Évora, a assentar botica e usar o ofício de boticário
- 1-2 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Pêro Albernaz corregedor da cidade de Tavira e doutros lugares do Algarve
- 7-2 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Garcia de Melo a exercer medicina
- 8-2 Carta de D. João III, em que é mencionado o licenciado Aires de Almada
- 12-2 Carta de D. João III, a aumentar e ordenado do doutor Filipe Antunes, desembargador da Casa da Suplicação
- 21-2 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Baltasar de Azevedo a exercer o ofício de procurador em Guimarães
- 21-2 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Estêvão Leitão procurador dos feitos do Hospital-de-Todos-os-Santos
- 28-2 Carta de D. João III, atribuindo a tença anual de 10 mil reais ao doutor Gaspar Pegado do seu desembargo
- 28-2 Carta de D. João III, em que é mencionado o doutor Fernão Rodrigues de Castelo Branco, então ouvidor-geral nas partes da Índia
- 29-2 Carta de D. João III, a nomear o doutor Gaspar Pegado desembargador da Casa da Suplicação
- 2-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Bastião Galego corregedor da ilha de S. Tomé
- 3-3 Carta de D. João III, a confirmar um alvará do governador da Índia Lopo Vaz de Sampaio a fazer cavaleiro o licenciado João de Soure
- 5-3 Carta de D. João III, autorizando o bacharel Fernão Rodrigues a exercer medicina
- 8-3 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Diogo da Costa, morador em Guimarães, a ser procurador nesta vila
- 9-3 Carta de D. João III, a autorizar o uso e porte de armas ofensivas a João Dias e dois homens seus, moradores na cidade de Tavira
- 11-3 Carta de D. João III a frei Brás de Braga, em que se faz alusão à saída da Universidade de Lisboa para outra cidade
- 18-3 Carta de D. João III, atribuindo uma tença anual a um filho do doutor Pêro Taveira
- 23-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Leonardo Nunes físico da Casa da Suplicação
- 24-3 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Mem de Sá corregedor dos feitos cíveis da corte
- 1-4 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao licenciado Pêro Lopes, de Lisboa
- 3-4 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da cirurgia ao licenciado Pêro Lopes, de Lisboa
- 23-4 Carta de D. João III, a aumentar o ordenado do doutor Filipe Antunes, desembargador da Casa da Suplicação
- 4-5 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Henrique Lopes, morador na vila de Portalegre, a exercer medicina
- 23-5 Bula do papa Paulo III, a estabelecer definitivamente a Inquisição nos reinos e domínios de Portugal
- 7-6 Carta de D. João III ao bispo de Lamego, a apresentar para a igreja de S. Tiago de Piães, deste bispado, o doutor António Machucho
- 7-6 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Diogo Álvares a exercer medicina
- 10-6 Carta de D. João III, a autorizar o doutor Rafael Henriques a exercer medicina
- 12-6 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Francisco Dias juiz-de-fora da vila de Lagos
- 15-6 Carta de D. João III, em que é mencionado o licenciado Manuel Mergulhão
- 16-6 Carta de D. João III sobre o doutor António Tavares para procurador das ilhas de S. Miguel e Santa Maria
- 19-6 Carta de D. João III, a autorizar o uso e porte de armas ao mercador de Tavira Álvaro Mendes
- 20-6 Carta de D. João III, a fazer à Universidade e estudantes dos colégios de Coimbra a mercê de terem carnicero e dois almoceves próprios
- 22-6 Carta de D. João III, a conceder o ofício de escrivão de Chaul na Índia a Estêvão Dinis, irmão do licenciado Filipe Dinis
- 27-6 Carta de D. João III, onde figura o licenciado Dinis Gonçalves
- 27-1 Carta de D. João III, a autorizar mestre Gaspar, de Lisboa, a exercer cirurgia
- 1-7 Carta de D. João III, em que figura o doutor João Monteiro, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação
- 1-7 Carta de D. João III, autorizando o exercício da cirurgia a mestre Duarte, filho do mestre Fernando, que foi cirurgião na cidade de Viseu
- 3-7 Carta de D. João III, autorizando o exercício da medicina ao bacharel Diogo da Paz, morador na cidade de Évora
- 4-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Sebastião Álvares desembargador da Casa da Suplicação
- 4-7 Carta de D. João III, a atribuir o mantimento anual de 60 mil reais ao desembargador Sebastião Álvares
- 6-7 Carta de D. João III, onde figura o doutor João Monteiro
- 8-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado André Feio para corregedor das ilhas de Santiago e Fogo
- 12-7 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Luís Garcês juiz-de fora de Santarém
- 19-7 Carta de D. João III, a nomear procurador dos seus feitos na alfândega do Porto o licenciado Sebastião Leitão
- 18-8 Carta de D. João III, onde figuram o mestre Filipe, o mestre Luís Guilhém e o mestre Manuel Grego
- 22-8 Carta de D. João III, a aumentar o ordenado do doutor Gaspar Moreira de Altero, desembargador da Casa da Suplicação
- 13-9 Carta de D. João III, nomeando o doutor Rui Pires de Alagoa desembargador da Casa do Cível
- 13-9 Carta de D. João III, fixando o mantimento anual de 30 mil reais ao doutor Rui Pires de Alagoa

- 25-9 Carta de D. João III, a fazer fidalgo e nobre o doutor Diogo Lopes seu físico-mor
- 2-10 Carta de D. João III, a aumentar o mantimento do doutor António Pais, desembargador da Casa da Suplicação
- 4-10 Carta de D. João III, a permitir que o bacharel Miguel Toscano, morador na cidade de Braga, seja aí procurador
- 8-10 Carta de D. João III, autorizando António Gitar, morador em Lisboa, a assentar botica e usar o ofício de boticário
- 11-10 Carta de D. João III, a autorizar o exercício da medicina ao doutor Gaspar Avantajado, morador na cidade do Porto
- 20-11 Carta de D. João III, a determinar que o bacharel Cosme Dias seja um dos três procuradores da comarca e correição da vila de Aveiro
- 14-12 Carta dos professores da Universidade de Lisboa, a tentar dissuadir el-rei de mudar o Estudo para Coimbra
- 19-12 Carta de D. João III, a aumentar o ordenado do licenciado Jorge Cabral, desembargador dos agravos e acções novas da Casa do Cível
- 20-12 Carta de D. João III, a nomear o licenciado Gil Fernandes juiz-de-fora na cidade de Beja
- 20-12 Carta de D. João III, sobre o mesmo licenciado Jorge Cabral do documento de 19 de Dezembro
- 22-12 Registo duma carta del-rei para o cabido da sé de Lisboa acerca da mudança do Estudo para Coimbra

1537

- 11-1 Carta de D. João III ao seu conselheiro D. António de Ataíde, a mandar pagar ao doutor Gonçalo Vaz Pinto, lente de prima de Leis, certa quantia achada a seu filho António Pinto falecido na índia
- 16-1 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Baltasar Lopes, morador na cidade de Beja, a ser aí procurador
- 22-1 Carta de D. João III, a pedir a seu irmão o cardeal D. Afonso a confirmação do seu capelão André Anes numa conezia, sendo a carta ditada pelo desembargador Sebastião de Matos, que tinha o cargo de chanceler-mor
- 22-1 Carta de D. João III, a nomear o licenciado António Gil juiz-de-fora na cidade da Guarda
- 1-2 Carta de D. João III, a manter todos os privilégios de catedrático ao doutor Luís Afonso, que fora lente de prima de Cânones no Estudo de Lisboa
- 7-1 Carta de D. João III às autoridades do concelho de Mesão Frio sobre umas casas para estalagens
- 9-2 Carta de D. João III, a frei Brás de Braga, a dar instruções sobre as escolas gerais da Universidade de Coimbra e outras disposições atinentes ao funcionamento dos estudos que decidira mudar para Coimbra
- 10-2 Carta de D. João III, a conceder os privilégios dos carreteiros ao maioral e mais encarregados dos transportes montados pelo fidalgo António de Azambuja
- 11-2 Carta de D. João III, a confirmar a Francisco Martins a dignidade de cavaleiro em que fora investido por António Leite, capitão de Mazagão
- 13-2 Carta de D. João III, a conceder armas de nobreza ao doutor Gaspar da Nóbrega
- 1-3 Alvará de D. João III, a nomear D. Garcia de Almeida reitor da Universidade de Coimbra
- 1-3 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel João de Aguiar, morador na vila de Torres Vedras, a ser aí procurador
- 5-3 Carta de D. João III, a autorizar o bacharel Francisco Rodrigues, morador na cidade de Lamego, a ser aí procurador
- 23-3 Bula do papa Paulo III, a aprovar e confirmar as normas praticadas pelo prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e seu convento sobre o funcionamento e governo dos seus colégios e da Universidade
- 31-3 Acta do conselho universitário, em que foi deliberado incorporar na universidade António Manuel, feito doutor por alvará régio

1539

- 17-9 Regimento da Instituta
- 17-9 Regimento de Leis
- 13-10 17-9 Regimento de Cânones

1541

- Sem data Fundado em Goa o Seminário de Santa Fé, conhecido posteriormente como Collegio de S. Paulo e chamado mas tarde Universidade de Goa, transferido para o Monte de Nossa Sr.ª de Rozario ou Monte Santo em 1580
- 6-7 Por alvará do rei D. João III concedeu-se autorização para que aos estudantes do colégio Mosteiro de Santa Marinha da Costa pudessem ser atribuídos os graus de licenciados, bacharel e doutor em artes, ficando equiparados aos da Universidade de Coimbra. (Em relação ao plano de estudos existiam na Costa os estudos preparatórios, constituídos pelas humanidades e pelas artes, e os de ensino superior relacionados com Teologia)

1542

- 2-7 Fundação do Colégio de Jesus

1548

- 6-4 Alvará com as condições para ingresso nas Faculdades de Teologia e de Medicina

1555

- 12-3 Alvará de D. João III são criadas as cadeiras de moral e gramática latina em Cabo Verde

1562

- Sem data Fundação da Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira

1563

- 10-8 Estatutos da Universidade de Évora

1564

- Sem data Criação de um lugar de mestre de gramática na Sé de Goa

1567

- 28-11 Segundos Estatutos da Universidade de Évora
- Sem data Documento referindo que o vencimento do mestre de Gramática, em Cabo Verde, era de 20 mil réis

1570

- 12-1 O bispo Frei Franciso da Cruz, (que já fundara uma escola em Cabo Verde), manda erigir um Seminário na Vila da Ribeira Grande, na Ilha de S. Tiago, (que em 1596 ainda não acontecera)

1574

- Sem data Fundado em Margão, o Collegio do Espirito Santo. Será queimado pelos mouros em 1597

1578

- 18-9 Documento conferindo carta de mestre-escola do cabido da Chancelaria de Ordem de Cristo (em Cabo Verde) ao cônego Gaspar Luís por falecimento de António Vaz

1583

- 15-6 Documento conferindo carta de mestre-escola do cabido de Cabo-Verde a Fancisco Gonçalves, por falecimento de Gaspar Luís Dordim
- Sem data Fechada a Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira

1584

- Sem data Fundado em Pangim, pelos dominicanos o Collegio de S. Thomaz d'Aquino, denominado Collegio Academico Transferido em 1626 para Panelim

1587

- 23-9 Documento referindo que o vencimento do mestre de Gramática, em Cabo Verde, que era de 20 mil réis desde 1567 passava para 30 mil réis

1590

- Sem data Criação pelos jesuítas da *Aula de Esfera do Colégio de Santo Antão*

1594

- Sem data Criação do Colégio de São Paulo de Macau, também conhecido como Colégio da Madre de Deus, de ensino universitário fundada por jesuítas ao serviço do império português, no âmbito do acordo do Padroado português. O Colégio, que serviu para preparar os missionários jesuítas que viajavam para o Extremo Oriente, foi a primeira instituição universitária de tipo ocidental na Ásia Oriental, contando com um programa académico extenso, equivalente ao currículo de uma universidade
- Sem data Criação da Aula de Arquitetura do Paço da Ribeira

1596

- 6-5 Carta Régia de El-Rei Filipe II aos governadores do reino que tratassem de obter religiosos que quisessem ir fundar um Colégio em S. Tiago (Cabo Verde) com os 200.000 réis que já estavam destinados ao seminário

1599

- 8-1 Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu – normas pedagógicas em que se explana o método de ensino da Companhia de Jesus
- 15-1 Carta do Conde de Alvor Para o Vice Rei da Índia. O Governo do reino considerando a conveniência de haver em Goa *aula de fortificação*, mandou que alguns engenheiros vindos de Portugal á Índia e aqui assistentes, fosse o mestre da mesma aula
- 28-12 Resposta do Vice-Rei dando conhecimento que o único engenheiro (João Pires Rebouça) existente, o outro havia falecido “e este mal poderá ensinar o que não sabe, porque na minha consideração sabe tão pouco que se não pode fazer confiança do seu préstimo” pelo que não poderá constituir tal aula

1603

- 3-2 Carta Regia sobre a dispensa ou supprimento de um anno de curso a um Estudante da Universidade
- 22-2 Carta Regia sobre o auxilio a um Lente para pagar despesas da sua graduação
- 2-6 Carta Regia sobre o aforamento de um prazo a Universidade de Coimbra
- 31-7 Carta Regia sobre o compromisso para resolução de duvidas occorrentes sobre as Conezias concedidas á Universidade de Coimbra
- 1-8 Carta Regia sobre a doação feita á Universidade de Coimbra dos banhos de Alafiz
- 2-9 Carta Regia mandando que não se conservem nos Collegios da Universidade os Collegiaes, por mais tempo que o determinado nos Estatutos
- 16-9 Carta Regia ordenando que não estejam os porcionistas nos Collegios da Universidade, alem do tempo dos Estatutos, nem depois de providos em Beneficios, ou tendo renda com que se possam sustentar
- 30-10 Alvará de licença para renovação de um prazo foreiro da Universidade
- 17-11 Carta Regia sobre o provimento de uma Conducta de Leis em um Estudante da Universidade
- 31-12 Carta Regia sobre a reformação da Universidade de Coimbra

1604

- 7-2 Alvará de Regimento dos Partidos dos Medicos e Boticarios pela Universidade de Coimbra
- 6-4 Carta Regia sobre Officiaes para a reformação da Universidade
- 25-6 Carta Regia sobre a pertença de acabarem as classes de Latim e Artes, no Collegio da Companhia da Universidade
- 6-7 Carta Regia nomeando o Escrivão e Contador da reformação da Universidade
- 6-7 Carta Regia - vencimentos do Reformador da Universidade, Escrivão, e Contador
- 14-9 Carta Regia - acrescentamento de ordenado ao Reitor da Universidade - Livraria da dita Universidade, e retabulo da Capella-mór
- 9-11 Carta Regia - não se consultem mercês a favor de Lentes da Universidade, em razão de suas lições, pois que por ellas vencem salarios etc. - dez mil reis a um Bedel, para pagar suas dividas e não se admittam petições de quitas
- 9-11 Carta Regia - não se concedam quitas aos Officiaes da Universidade
- 24-11 Carta Regia - accrescentamento de ordenado ao Reitor da Universidade. Conducta de Theologia
- 7-12 Carta Regia - observe-se o Estatuto sobre a admissão, de Collegiaes no Collegio de S. Paulo de Coimbra - não seja visitado o Collegio das Artes e mais Escolas a cargo da Companhia de Jesus

1605

- 22-2 Carta Regia - Conducta na Faculdade de Theologia
- 15-3 Carta Regia - proroga de tres mezes ao Reformador da Universidade
- 24-5 Carta Regia - licença a um Commendador para professar no Mosteiro da Luz
- 24-5 Carta Regia - obra das classes das escolas menores a cargo dos Religiosos da Companhia em Coimbra - e dita do Hospital da Universidade
- 31-8 Carta Regia - restituição de um Estudante ao estudo da Universidade, mas não ao curso de que fôra riscado
- 26-11 Carta Regia - provimento da Cadeira de vespera de Leis da Universidade de Coimbra em um Lente da de Salamanca

1606

- 18-2 Provisão - taxa das quantias que deviam pagar as Camaras do Reino para os partidos de Medicos, Cirurgiães e Boticarios da Universidade
- 28-2 Carta Regia - Collegio de S. Thomaz incorporar-se na Universidade

1607

- 27-5 Carta de Lei - reintegra a Universidade de Coimbra nos privilegios de que fôra privada por sentença da alçada com que a ella fôra o Governador da Casa do Porto
- 24-7 Carta Regia - não se admittam no Collegio de S. Paulo de Coimbra Estudantes que tenham mais renda do que determinam os Estatutos
- 30-7 Carta Regia - não se dê ordenado aos Religiosos do Convento de Thomar, que ensinam casos e latim

- 4-9 Carta Regia- queixa da Universidade contra licenças para curar, concedidas pelo Físico-mór
- 2-10 Carta Regia - duvidas sobre o provimento de Cadeiras da Universidade

1608

- 19-1 Alvará - os Estudantes da Universidade não tragam pistoleles
- 1-4 Carta Regia - queixa, da Universidade contra as licenças para curar concedidas pelo Físico-mór
- 1-4 Carta Regia - extingue o officio de Contador da Area dos Estudantes Medicos da Universidade
- 12-5 Alvará - providencias relativas ás duvidas, entre a Universidade e o Físico-mór, sobre licenças que dava para curar aos que não tinham grao em Medicina pela Universidade

1609

- 29-10 Provisão - o Físico-mór faça por si as visitas ás Comarcas
- 4-11 Carta Regia - não se repartam certos moios de trigo e cevada pelos Lentes da Universidade e pessoas miseráveis

1610

- 26-1 Carta Regia - approva alguns capítulos da Reformação dos Estatutos da Universidade
- 6-6 Aviso - a Universidade consulte as Conezias de suo apresentação etc

1611

- 17-7 Carta Regia - formalidade no provimento das Conezias da Universidade
- 30-7 Alvará - jurisdição do Conservador, e privilegios da Universidade de Evora
- 27-10 Carta Regia - a Universidade não faça emprestimos para impressões de obras
- 16-11 Carta Regia - sobre provimento das Conezias da Universidade
- 16-11 Carta Regia - não se consultem negocios da Universidade, sem informação do Reitor

1612

- 20-7 Alvará - Reformação dos Estatutos da Universidade de Coimbra
- 5-9 Carta Regia - ordenados do Juiz dos Tombos da Universidade
- 30-10 Carta Regia - contractos de rendas da Universidade
- 27-11 Carta Regia - ordenado a um Lente, durante sua ausencia em Capitulo da Ordem a que pertencia

1613

- 25-1 Carta Regia - provisão de Cadeiras na Universidade de Coimbra
- 29-5 Carta Regia - provimento em um prazo da Universidade de Coimbra
- 27-11 Carta Regia - criação de uma Cadeira de Cirurgia na Universidade de Coimbra
- 5-12 Carta Regia - manda examinar no Desembargo do Paço um Juiz que se presumia ser pouco instruído

1614

- 23-4 Carta Regia - fórma de pagamento das porções que pagava a Villa de Lungroiva para os Estudantes medicos etc. da Universidade
- 12-7 Carta Patente - nomeação do Doutor Fr. Bernardo de Brito para Chronista-mór do Reino
- 7-10 Carta Regia - provimento de Cadeiras na Universidade de Coimbra
- 16-12 Carta Regia - jubilação de um Lente da Universidade de Coimbra

1615

- 3-2 Letradas que forem servir no Brazil levem consigo suas mulheres
- 17-7 Carta Regia - provimento de uma Cathedrilha de Canones na Universidade de Coimbra etc

1616

- 22-3 Carta Regia - privilegios de Lente ao Leitor de uma Conducta na Universidade de Coimbra etc
- 17-5 Carta Regia - levem-se em conta na Universidade de Coimbra os annos de Philosophia que se estudarem nas Escolas da Companhia em Braga
- 1-6 Alvará - authorisa o Reitor da Universidade de Coimbra para poder dar aos Religiosos de Santo António da Pedreira 12\$000 réis de esmola em cada anno
- 18-10 Carta Regia - approva o contracto das rendas da Universidade de Coimbra com certas condições

- 15-11 Carta Regia - observe-se o contracto feito sobre as duvidas que havia entre a Universidade de Coimbra e os Conegos Regulares de Santo Agostinho

1617

- 1-8 Carta Regia - quita ao Collegio de S. Paulo de parte do que devia á Area dos Medicos da Universidade - Meirinho para o Collegio das Artes

1618

- 8-5 Carta Regia - Estudantes das Escolas menores da Universidade, a cargo dos Religiosos da Companhia não passem a ouvir Sciencia, sem serem examinados e aprovados pelo Reitor e Mestres do Collegio das Artese não se conceda fazerem-se exames em outra forma
- 20-6 Carta Regia - seja feriado na Universidade o dia de S. Boaventura
- 28-8 Carta Regia - Conservador da Universidade cumpra o precatório de remessa de um Estudante culpado a outro Juizo
- 11-9 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 11-9 Carta Regia - providencias para haver em Angola lições de lêr, escrever, Gramatica, e Casos
- 16-10 Carta Regia - nomeação de Reformador da Universidade
- 3-11 Postura sobre os Mestres que ensinarão a ler e escrever - Senado de Goa
- 3-11 Postura de exames para físicos, cirurgiões, sangradores etc. boticários – Senado de Goa

1619

- 19-2 Carta Regia - Escrivão da Reformação da Universidade e seus vencimentos
- 15-4 Carta Regia - doação de certos livros ao Collegio da Companhia de Coimbra

1620

- 3-6 Carta Regia - duvidas entre o Claustro pleno da Universidade e o Conservador
- 15-7 Carta Regia - fundação de um Collegio em Elvas
- 15-7 Carta Regia - Livro dos privilegios da Universidade de Evora
- 28-7 Carta Regia - padroado do Mosteiro do Sacramento - Meirinho para as Escolas menores da Universidade
- 6-10 Carta Regia - requisitos para provimento de Letrados, de primeira entrancia, nas Relações de Goa e Brazil
- 20-10 Carta Regia - competencia do Juizo dos Cavalleiros e da Junta da Reformação da Universidade - guarde-se segredo ás testemunhas
- 20-10 Carta Regia - não se admittam no Collegio de S. Paulo de Coimbra Oppositores e Collegiaes que entrarem em Religião que se não intenderá a respeito de Porcionistas
- 1-12 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 1-12 Carta Regia - Bacharel insufficiente vá estudar mais tres annos na Universidade
- 15-12 Carta Regia - competencia da Junta da Reformação da Universidade

1621

- 25-5 Carta Regia - provimento de Cadeiras na Universidade de Coimbra
- 27-8 Carta Regia - não haja Porcionistas supranumerarios no Collegio de S. Paulo de Coimbra
- 27-10 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 11-11 Carta Regia - provimento de Cadeiras da Universidade de Coimbra - não se admittam a ellas christãos novos
- 22-11 Carta Regia - mercê do logar de Desembargador da Supplicação a um Lente da Universidade, continuando a ler

1622

- 19-3 Carta Regia - não se entremetta a Mesa da Consciência em negocios a cargo da Junta de Reformação da Universidade
- 8-6 Carta Regia - reservados os negocios da Reformação da Universidade
- 30-8 Carta Regia - Estudantes da Universidade não usem de espingardas e pistoletes
- 30-8 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 28-9 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 25-10 Carta Regia - privilegios da Universidade de Evora
- 25-10 Carta Regia - não se admittam petições dos Lentes de Cadeiras menores para não vagarem aos triennios etc

1623

- 23-2 Carta Regia - provimento de Cadeiras da Universidade de Coimbra
- 25-2 Carta Regia - Recoveiro da Universidade possa usar de espingarda
- 10-10 Carta Regia - as mulheres andarem tapadas

- 12-10 Carta Regia - o Desembargo do Paço envie a El-Rei uma lista dos Bachareis em serviço, e dos aprovados para elle, e consulte o que convirá provêr para se attender a todos
- 15-11 Alvará - prohiibe aos Boticarios exercer Cirurgia, aos Cirurgiões vender mésinhas, e aos Medicos receitar para boticas de parente seu - manda examinar as drogas e mésinhas que vierem de fóra do Reino e que o Fysico-mór cumpra o disposto na Provisão de 1609
- 16-11 Alvará - prohibição de livros impressos fóra do Reino
- 5-12 Carta Regia - a Mesa da Consciência não dispense nos Estatutos da Universidade para supprimentos de tempo aos Estudantes etc

1624

- 17-1 Carta Regia - esteja aberta a Capella da Universidade, quando o Cancellario houver de ir a ella dar os pontos
- 30-3 Carta Regia - Reitor da Universidade preceda ao Cancellario
- 21-10 Carta Regia - nomeação de Reitor e Reformador da Universidade de Coimbra, e objectos de sua comissão
- 25-11 Carta Regia que manda se dêem, sem demora, execução ao colégio, que os religiosos haviam de ter nas Ilhas de Cabo Verde e Cacheu
- 18-12 Carta Regia - nomeação de Reformador da Universidade de Coimbra
- 18-12 Carta Regia - officio de Corrector da Impressão, e Guarda da Livraria da Universidade de Coimbra

1625

- 15-2 Carta Regia - provimento de Cadeira da Universidade - duvida sobre votações na Mesa da Consciência
- 15-2 Carta Regia - não se passem Provisões aos Estudantes para provarem cursos por juramento de seus Mestres
- 27-7 Carta Regia - escolas no Collegio de Santarem
- 7-8 Carta Regia - requerentes de satisfações do serviços juntem folha corrida de Coimbra, se alli foram Estudantes

1626

- 23-2 Carta Regia - não se concedam licenças aos Lentes da Universidade
- 3-6 Carta Regia - restricção nas concessões de tempo a Estudantes da Universidade
- 3-6 Carta Regia - provimento de Cadeiras da Universidade
- 3-12 Carta Regia - supprimentos de tempo aos Estudantes da Universidade

1627

- 24-2 Carta Regia - officio de Agente da Universidade una-se ao de Syndico
- 27-3 Carta Regia - informações para provimento de Cadeiras da Universidade
- 2-11 Carta Regia - consulte-se se perdeu a Cadeira um Lente que sahio no Auto de Fé com meio sambenito

1628

- 3-3 Provisão - provimento de Cadeiras da Universidade
- 14-7 Carta Regia - Collegio de Medicos na Universidade de Coimbra

1629

- 13-1 Carta Regia - Collegio de Medicos na Universidade de Coimbra
- 6-4 Carta Regia - nas consultas para logares de letras declare-se a idade, serviços, procedimento e letras dos consultados
- 4-7 Resolução - Lentes da Universidade chamados á Junta dos Prelados do Reino, sejafn contados como presentes na Universidade
- 17-7 Carta Regia - não se conceda tempo para actos aos Estudantes da Universidade de Coimbra
- 31-7 Carta Regia - não seja feriado na Universidade o dia de S. Theotonio
- 31-8 Provisão - Collegio de Medicos na Universidade
- 10-10 Carta Regia - razão de quatro geiras ao Secretario da Universidade, em quanto servisse de Mestre das Ceremonias, sem que isto ficasse por exemplo para o futuro
- 10-10 Carta Regia - consulte-se para os logares de letras, logo que vagarem, e faça-se para cada um consulta separada
- 10-11 Carta Regia - requisitos nas consulta para os logares de letras

1630

- 30-1 Carta Regia - Juiz privativo para conhecer do procedimento havido na Universidade com o filho da Duqueza de Aveiro
- 20-4 Carta Regia - dissensões entre os Officiaes do Arcebispo d'Evora e os da Universidade
- 5-9 Carta Regia - abram-se os estados da Universidade de Evora
- 23-9 Carta Regia - duvidas entre a Universidade de Evora e o Arcebispo

1631

- 28-9 Provisão - salarios e privilegios de Lentes aos Substitutos de duas Cathedrilhas na Universidade
- 5-11 Carta Regia - mercês a D. de Brito para ir lêr a Cadeira de Prima de Cânones á Universidade de Coimbra
- 19-11 Carta Regia - aplicação de ordenado pago indevidamente — não se despendam as rendas da Universidade, contra os Estatutos, sem resolução d'El-Rei
- 17-12 Carta Regia - Formaturas dos Juristas na Universidade façam-se a portas abertas

1632

- 18-2 Carta Regia - não se conceda tempo aos Estudantes de Coimbra
- 29-6 Carta Regia - providencias para accomodação dos Letrados aprovados para o serviço e prohibição de Leituras no Desembargo do Paço
- 28-7 Carta Regia - sobre provimento de Letrados
- 20-10 Carta Regia - não se conceda tempo aos Estudantes da Universidade
- 20-10 Carta Regia - Partidos de Medicina da Universidade

1633

- 4-5 Alvará - providencias para evitar que os Estudantes da Universidade frequentem os Mosteiros de Freiras
- 4-5 Carta Regia, sobre o mesmo assumpto
- 18-5 Carta Regia - mercê perpetua da Cadeira de Musica da Universidade de Coimbra ao Lente della
- 24-8 Carta Regia - não se alicie o numero dos parlidos de Medicina da Universidade
- 24-8 Carta Regia - dissensões entre os Collegiaes do Collegio de S. Pedro da Universidade de Coimbra
- 21-9 Carta Regia - ordenados das Cadeiras de Socto e Gabriel - receita e despesa da Universidade19-10 Carta Regia - meia annata das jubilações
- 2-11 Carta Regia - vencimentos de um Desembargador por ir lêr uma Cadeira á Universidade

1634

- 8-2 Carta Regia - providencias para punição dos Estudantes da Universidade que usarem de armas e forem turbulentos
- 5-4 Carta Regia - nas informações da Universidade declarem os votos singulares
- 9-8 Carta Regia - attenções com a Universidade de Coimbra
- 2-11 Carta Regia - a Universidade não póde conceder Alvarás de expectativas de officios

1635

- 18-3 Carta Regia - propina ao Porteiro da Mesa da Consciência pela Universidade
- 8-8 Carta Regia - addição aos Estatutos do Collegio de S. Paulo
- 8-8 Carta Regia - numero de porcionistas do Collegio de S. Paulo
- 22-8 Carta Regia - partido de Medico da Universidade etc
- 22-8 Carta Regia - porcionistas no Collegio de S.Paulo

1636

- 15-2 Carta Regia - fôrma de provimento das Cadeiras da Universidade de Coimbra
- 8-4 Carta Regia - precedencia entre o Cancellario e o Governador da Universidade de Coimbra
- 25-5 Carta Regia - provimento da Cadeira de Prima de Theologia da Universidade
- 24-12 Carta Regia - para um Desembargador da Supplicação ir lêr a Cadeira de Vespera de Canones á Universidade de Coimbra

1637

- 22-11 Carta Regia - oppositores providos nas Becas do Collegio de S. Paulo da Universidade paguem as despesas das inquerições
- 18-12 Carta Regia - nomêa Governador da Universidade de Coimbra, para a reformação dos Estatutos

1639

- 31-8 Carta Regia - um Mestre da Universidade de Avila seja incorporado na de Coimbra
- 9-11 Carta Regia - pertençação da Universidade sobre incorporação de prazos vagos

1640

- 14-3 Carta Regia - nega permissão para ser encorporado na Universidade de Coimbra, no grau de Bacharel Formado, um Doutor pela de Avila

- 3-5 Carta Regia - sobre reformação da Universidade de Coimbra etc
- 16-5 Carta Regia - declaração sobre presidencia dos actos maiores de Theologia na Universidade
- 31-5 Carta Regia — commutação de uma Collegiatura de Theologia para Jurista no Collegio de S. Paulo de Coimbra
- 25-7 Carta Regia - derogação de um Assento da Universidade, para effeito da troca de uma Igreja

1641

- Sem data Criação, em Lisboa, das *Lições de Artilharia e Esquadra*
- 16-10 Alvará - declaração relativa aos Barbeiros, Sangradores e Cirurgiões

1642

- 23-8 Carta Regia - decima da Universidade
- 3-10 Alvará - Collegio de S. Vicente no Brazil
- 13-11 Alvará - Juizes saibam ler e escrever

1643

- 25-5 Alvará - privilegios do Santo Officio superiores aos da Universidade de Evora

1645

- 18-3 Regimento do Collegio dos Reis de Villa Viçosa
- 22-10 Carta Regia - Reitor da Universidade organize toda a gente que poder ajuntar da Universidade e do Termo de Coimbra, e marche com ella para o Alem-Tejo

1646

- 17-1 Carta Regia - a Universidade faça voto de defender a Immaculada Conceição da Virgem Nossa Senhora
- 6-9 Carta Regia - juramento e voto a Nossa Senhora dá Conceição na Universidade de Coimbra

1647

- Sem data Criada em Lisboa a *Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Naus*, sob a direção de Luís Serrão Pimentel.
- 8-2 Cartas Regias (duas) - Lentes não se ausentem da Universidade, sem licenca e Provisão d'EI-Rei
- 18-7 Decreto mandado para Cabo Verde 6 jesuítas, para leccionar

1648

- 9-12 Alvará - confirma o contracto feito entre a Camara de Coimbra, Duque de Aveiro, Universidade, e diversas outras Corporações e individuos sobre a Direito Real das Jugadas

1651

- Sem data *A Aula de Fortificação e Arquitetura Militar da Ribeira das Nau*", muda de nome para *Academia Militar da Corte*
- 30-1 Alvará Régio de D. João IV autorizando a abertura do Real Colégio dos Órfãos do Porto
- 25-3 Fundado o Real Colégio dos Órfãos do Porto
- 23-6 Decreto - Lentes da Universidade não se ausentem delia sem licença
- 4-12 Decreto - não haja becas honorarias

1652

- Sem data-6 Elaboração dos Estatutos do Real Colégio dos Órfãos do Porto
- 18-9 Alvará - ordinaria de quatrocentos e cincoenta mil réis ao Collegio de S. Thomaz de Coimbra

1653

- 23-5 Alvará - na Villa da Matança possam servir de Juizes pessoas que não saibam lêr nem escrever
- 15-10 Estatutos da Universidade de Coimbra
- 16-7 Alvará - um Desembargador da Supplicação despachado para Lente da Universidade, conserve a sua casa de Aggravos
- 20-8 Aprovação dos Estatutos do Real Colégio dos Órfãos do Porto pela Câmara do Porto

1655

- 26-9 Alvará - providencias para cobrança das contribuições aplicadas para os partidos de Medicina da Universidade de Coimbra
- 11-10 Aprovação dos Estatutos do Real Colégio dos Órfãos do Porto pela Corte

1664

- 28-1 Provisão - Cadeira de Controvérsia Theologia na Universidade

1666

- 10-6 Decreto - consultar lentes da Universidade para os Tribunaes - sua antiguidade nos mesmos Tribunaes etc

1668

- 28-1 Assento - Mestres em Artes da Universidade de Evora gozem do privilegio academico

1674

- 25-4 Carta de Lei - penas aos Estudantes de Coimbra, ou que fingirem selo, que pozerem barrotes, ou capas, sobre a cabeça

1676

- 27-3 Alvará - confirma o de 10 de Junho de 1607, nelle incorporado, para fiscalisação do pagamento de laudemios devidos á Universidade de Coimbra

1677

- 12-5 Provisão - a pragmatica dos vestidos não se intende com os Lentes da Universidade de Coimbra
- 16-12 Provisão leve-se em conta na Universidade o anno de Filosofia cursado no Collegio dos Jesuitas do Porto
- Sem data O bispo de Cabo Verde manda que de cada uma das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Boa-Vida e Maio lhes mandassem 2 moços a quem ele ensinaria

1678

- 8-10 Aviso - prisão do Mestre-Escola de Coimbra no Limoeiro, por não querer sujeitar-se á do seu Bispo

1679

- 4-5 Alvará - confirmação do contracto feito pela Camara do Porto com o Reitor do Collegio dos Meninos Órfãos, sobre acabamento das obras do mesmo Collegio e ensino dos Collegiaes etc

1681

- 4-10 Alvará que concede à rainha licença para fundar um Collegio de Companhia de Jesus na cidade de Braga

1682

- 27-6 Decreto - manda remeter preso, ao Limoeiro de Lisboa, um Estudante da Universidade, que linha acoitado outro

1686

- 27-1 Alvará - que os Meirinhos e Alcaldes a pedido do Reitor da Companhia de Jesus da cidade de Elvas para prender estudantes

1687

- 28-8 Alvará - revoga o privilegio da Universidade de Evora sobre a matéria das coimas no tocante ás Almotacerias

1691

- 23-3 Carta Régia criando o ensino da Cirurgia em Goa, Índia. Primeira tentativa de constituição de uma Escola Médica em Goa. Os Drs. Manuel Rodrigues de Sousa e Feliciano Gonsalves, licenciados pela Universidade de Coimbra, foram convidados a irem para Goa para ensinarem medicina e leccionar o primeiro a cadeira de Prima e o segundo a cadeira de Véspera. A tentativa abortou pelo primeiro dos Drs. ter desitido de ir para Goa

1693

- 11-11 Alvará - define os privilégios do Padre Reitor da Universidade de Evora, que não poderá exceder a sua jurisdição

1699

- Sem data Criada no Brasil, no Rio de Janeiro, uma Aula de Fortificação

1701

- Sem data Criação das Escolas associadas a Regimentos e Parças Fortes, no Alentejo, Beira e Minho. A primeira foi em Viana do Castelo

1702

- Sem data Criação da «Aula de Medicina» que começou a funcionar no Hospital Real de Goa, em 2 de Dezembro de 1702

1712

- Bula Papal Aprovação dos Estatutos do Real Colégio dos Órfãos do Porto

1721

- 20-10 Provisão do Bispo de Cabo Verde para que se criassem lugares de mestre de latim e mestre de moral para ensinarem as crianças que de futuro poderiam ser eleitas párocos para as respectivas freguesias

1728

- Sem data Fundação do Seminário de São José, em Macau, pelos jesuítas ao serviço do Império português, no âmbito do acordo do Padroado português. O currículo académico do Seminário era equivalente ao de uma universidade ocidental

1732

- 24-12 Lei criando Academias militares em Portugal
- 24-12 Criação das Escolas associadas a Regimentos e Praças Fortes. As segundas e terceiras (a primeira foi em Viana do Castelo) são criadas respectivamente em Elvas e Almeida

1733

- Sem data Provisão do Conselho Ultramarino para que entrasse em vigor na província da Índia a lei de 24 de Dezembro de 1732 que criava academias militares no continente

1736

- 19-8 Criada no Rio de Janeiro, Brasil, a *Aula do Terço de Artilharia*

1738

- Sem data Aberto uma seminário, com escola, em Oecússi, Timor

1740

- 12-1 Alvará nomeando para S. Tiago, Cabo Verde, um mestre de gramática

1752

- 8-1 Decreto - Determina que o provimento da Conesia da Sé de Coimbra, que se acha vaga na Universidade, bem como o provimento de outros Benefícios de Sés da Universidade, se faça da mesma forma que o provimento das Cadeiras

1753

- 2-10 Alvará - Determina a aplicação de penas a quem publique, ou concorra para a publicação de libelos e sátiras ofensivas

1754

- 14-1 Decreto - Determina a criação da cadeira perpétua de Controvérsias para o estudo da Teologia Dogmática na Universidade de Coimbra, definindo instruções sobre o seu conteúdo e modo de lecionação e sobre o provimento do respetivo lente
- 15-5 Decreto - Determina a atribuição de esmola ao Colégio de São Francisco Xavier da Companhia de Jesus em Beja
- 29-6 Provisão - Aumenta os ordenados do pessoal docente e não docente da Universidade de Coimbra

1755

- 15-3 Provisão - Estende a todas as Escolas Públicas de Latim e Filosofia da Congregação do Oratório de São Filipe Néri os mesmos privilégios, prerrogativas e graças que pelas provisões de 25/01/1727 e 03/09/1747 se concederam às Escolas da mesma Congregação da cidade de Lisboa e do Real Hospício do Oratório junto à Igreja de Nossa Sra. das Necessidades

1756

- 8-10 Edital - Determina a proibição da circulação de alguns livros recentemente publicados em língua francesa sobre Portugal, cujo conteúdo é descrito como ofensivo para os portugueses
- 12-10 Decreto - Publica os Estatutos da Junta do Comércio, apresentados por Sebastião José de Carvalho e Melo, no âmbito dos quais é criada um Aula do Comércio (capítulo XVI). Segue-se Alvará de confirmação
- 20-11 Alvará mandando que se observe a Instrução sobre o uso da medida cúbica líquida (Torre do Tombo, Junta do Comércio, liv. 104, f. 85.)

1757

- 16-3 Alvará - Estabelece um conjunto de instruções relativamente às Companhias de Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia, para que a Nobreza do Reino se possa instruir na Arte e Disciplina Militar
- 29-12 Aviso - Destitui, a seu pedido, o Reitor e Reformador da Universidade de Coimbra, D. Francisco da Anunciação, dos cargos por si ocupados

1758

- 8-6 Decreto - Manda participar ao Mestre da Aula Militar da Junta dos Três Estados que prepare os seus discípulos para serem examinados duas vezes por ano e dá instruções sobre a organização desses exames
- 14-12 Ofício do Vice Rei da Índia, conde da Ega, ao Governo da metrópole em que se refere a pretensão de se formar uma *aula de navegação*

1759

- Sem data Estabelecimento da *Aula de Navegação* na Índia Portuguesa, dirigida até 1775 pelo chefe d'esquadra José Sanches de Brito
- 19-3 Estatutos da Aula do Comércio
- 19-5 Alvará - Confirma os Estatutos da Aula do Comércio redigidos a 19 de abril do mesmo ano
- 28-6 Alvará - Estabelece uma reforma geral dos estudos menores: retira aos Jesuítas todas as prerrogativas sobre o ensino, abolindo as classes e Escolas por eles dirigidas; proibição dos Livros dos padres da Companhia dos Religiosos Jesuítas e do seu escuro Methodo; restitui os anteriores métodos de ensino; entrega a orientação e fiscalização do ensino a um Diretor dos Estudos que será objeto de nomeação régia; estabelece a criação de Aulas públicas de Latim, Grego e Retórica, atribuindo privilégios aos seus professores e proibindo a criação de quaisquer outras sem autorização prévia do Diretor dos Estudos; e determina que sejam seguidos métodos e compêndios em uso nas escolas da Congregação do Oratório
- 28-6 Instruções - Define instruções para os professores de Gramática Latina, de Grego e Hebraico e de Retórica, de acordo com o previamente estabelecido no §18 do Alvará da mesma data
- 6-7 Decreto - Nomeia D. Tomás de Almeida para o cargo de Diretor-Geral dos Estudos, durante três anos, de acordo com o previsto no §1 do Alvará de 28/06/1759
- 7 -7 Aviso - Publica a nomeação de D. Tomás de Almeida como Diretor-Geral dos Estudos
- 28-7 Edital - Aviso de concurso para o provimento das cadeiras de Gramática Latina, Grego e Retórica na Corte, na cidade de Lisboa e nas "Terras visinhas" e publicação da lista dos manuais a usar pelos mestres
- 28-7 Edital - Nomeação de D. Tomás de Almeida, principal primário da Santa Igreja de Lisboa no lugar de Director Geral dos Estudos destes Reinos e seus Domínios
- 13-8 Portaria - Concede à Direção-Geral dos Estudos o privilégio exclusivo na impressão dos livros para uso das classes de Gramática Latina, Grego e Retórica
- 14-8 Resolução - Nomeia os professores de Gramática e Retórica estabelecendo os respetivos ordenados
- 29-8 Resolução - Define o ordenado anual do Secretário da Diretoria Geral dos Estudos
- 3-9 Lei por que El Rei he servido exterminar, proscrever e mandar expulsar os Padres da Companhia denominada de JESUS

- 3-9 Alvará, por que Sua Magestade manda guardar em cofre de tres chaves todos os papeis, que dizem respeito aos Jesuitas
- 3-9 Alvará - Determina a expulsão dos Jesuitas, expondo os motivos que a tal obrigaram. Segue-se Carta enviada ao Cardeal Patriarca pela qual se comunica serem expulsos os Jesuitas
- 3-9 Decreto - Concede aos professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica o privilégio de Aposentadoria ativa para estabelecerem as suas habitações e Classes nas casas que forem por eles requeridas
- 3-9 Decreto - Dispensa os professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica do pagamento, na Chancelaria, dos novos direitos das cartas que lhes forem passadas dos referidos empregos e dos emolumentos que por elas lhes tem o Rei mandado estabelecer
- 27-9 Decreto - Dispensa os professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica do pagamento, na Chancelaria, dos velhos direitos das cartas que lhes forem passadas dos referidos empregos e dos emolumentos que por elas lhes tem o Rei mandado estabelecer
- 1-10 Carta Régia - Determina a convocação de uma Junta para nela se examinar e qualificar os estudantes que acabaram os Estudos das Artes
- 1-10 Carta Régia - Participa que os estudantes que, na Secretaria apresentarem atestados das suas habilitações aprovadas e autenticados pela Direção-Geral dos Estudos, poderão ser admitidos aos estudos das Faculdades Maiores
- 1-10 Decreto - Determina que seja remetida à Universidade de Coimbra uma coleção completa de diplomas jurídico-normativos que contenha 50 exemplares de cada uma das leis que se têm publicado
- 1-10 Decreto - Determina que sejam remetidas a Gaspar de Saldanha e Albuquerque, Reitor da Universidade de Coimbra, cópias de duas cartas relativas a exames que devem habilitar às Faculdades Maiores os estudantes da Universidade, determinando que tenham o mesmo valor dos respetivos originais
- 24-10 Resolução - Determina que os professores de Latim na cidade de Évora vençam o mesmo ordenado estabelecido para os professores de Coimbra
- 24-10 Resolução - Determina que os professores de Grego vençam os mesmos ordenados estabelecidos para os de Retórica na cidade de Lisboa e que por eles se regulam os emolumentos dos mesmos professores que lecionem na Universidade de Coimbra a referida cadeira
- 2-11 Edital - Publica a lista das Aulas Régias abertas na cidade de Lisboa e identificação dos professores régios que as ocupam
- 16-11 Carta - Nomeia Luís de Morais Seabra e Silva presidente da Comissão encarregue de proceder os exames aos opositores às cadeiras de Gramática Latina, Retórica e de Grego e Hebraico
- 1-12 Edital - Ordena que todos os professores que, até à reforma dos métodos ensinavam, e os mais que quiserem empregar-se neste ministério pelos novos métodos, que o façam, para o que lhes é concedida licença enquanto não forem chamados a exame por edital
- 15-12 Resolução - Fixa para dois professores da cidade do Porto os mesmos ordenados estabelecidos para os professores de Latim da cidade de Coimbra
- 20-12 Decreto - Dispensa os professores régios de Gramática Latina, Grego e Retórica, que estiveram ausentes da Corte para que por seus bastantes procuradores possam prestar o seu juramento nas mãos do Chanceler Mor do Reino
- 20-12 Portaria - Ordena que todos os livros ou compêndios proibidos na leção da Gramática Latina, Grego e Retórica e apreendidos sejam logo remetidos à custa dos bens do mesmo sequestro ao Principal D. Tomás de Almeida, Director-Geral dos Estudos

1760

- 11-1 Lei, que amplia a Lei dos Estudos Geraes
- 11-1 Alvará - Determina instruções sobre os exames e a forma do ensino dos Professores de Retórica e Gramática Latina, na sequência do estabelecido na Lei de 07/07/1759
- 12-1 Aviso - Determina que sejam desembaraçadas as Classes do Colégio dos Jesuitas, entretanto expulsos, que funcionavam contíguas ao Colégio de S. Lourenço que eles ocupavam, e em seu lugar possam ensinar os novos professores régios
- 25-2 Alvará sobre os bens dos Padres da Companhia de Jesus
- 7-3 Estatutos do Collegio Real dos Nobres
- 15-3 Alvará - Nomeia um guarda para deter as chaves e assegurar o asseio das Aulas dos Professores de Gramática Latina e Grego da cidade do Porto
- 15-3 Alvará - Ordena ao Desembargador da Casa da Suplicação que apronte as casas onde antes ensinavam os Jesuitas, em Évora, para nelas poderem lecionar dois Professores Régios de Gramática Latina
- 15-3 Alvará - Ordena ao Desembargador Tomás de Lima e Castro que, separando o Colégio das Artes do edifício religioso que foi Colégio dos Jesuitas, em Coimbra, prepare as condições para nele poderem lecionar os novos Professores Régios
- 19-5 Resolução - Confirma o despedimento do Professor de Gramática de Évora pelo facto deste, por ter faltado ao cumprimento do preceito da Quaresma, se ter deixado declarar excomungado
- 4-7 Aviso - Ordena o despejo de um inquilino que ocupara indevidamente as casas de um Professor Régio

1761

- Sem data Fundada a Academia Real dos Guardas-Marinha

- 7-3 Carta de Lei - Cria o Real Colégio dos Nobres e publica os seus Estatutos, contendo a definição da organização escolar e descrição das atribuições de todos os intervenientes
- 30-9 Carta Régia - Determina que os exames de Retórica, ordenados por Alvará de 11/01/1760, não sejam realizados em outubro mas somente um ano depois de efetivamente se ter completado o ensino, nas Cadeiras que se têm estabelecido em Coimbra, Porto e Évora
- 30-9 Decreto - Estabelece procedimentos vários relativos à Universidade de Coimbra, entre os quais: que seja contado o tempo durante o qual os professores estão ocupados nos exames e que o Comissário dos Estudos possa fazer-se substituir em caso de doença. Equipara ainda os Privilégios dos estudantes e professores (e seus criados) dos estudos Menores anexos à Universidade aos Privilégios já existentes para estudantes, professores (e seus criados) das Escolas Maiores
- 7-10 Decreto - Atribui ao Diretor-Geral dos Estudos a faculdade de nomear um capelão para dizer missa aos Estudantes do Colégio das Artes, em Coimbra, serviço remunerado com a quantia de 40 mil reis anuais, pagos pelo sequestro dos bens da Companhia de Jesus
- 7-10 Decreto - Concede faculdade ao Diretor-Geral dos Estudos para deferir o pedido dos Estudantes do distrito de Vila de Castelo Rodrigo, permitindo a mudança do sueto das quintas-feiras para os sábados e dividindo o mês de férias de setembro em duas partes, sendo a primeira na colheita do pão e a segunda na do vinho
- 7-10 Decreto - Permite ao Diretor-Geral dos Estudos nomear um Secretário para o Comissário da Universidade de Coimbra e estabelecer o seu vencimento, o qual será pago pelo sequestro dos bens da Companhia de Jesus
- 24-10 Aviso - Manda abrir a Aula de Retórica no Colégio das Artes, em Coimbra, determinando que tais aulas sejam assistidas pelo Reitor da Universidade e por outros Professores, e discriminando as precedências de lugar na assistência bem como as formalidades a respeitar em tais circunstâncias

1762

- 12-1 Carta do Vice-Rei da Índia em que é referida ter sido estabelecida uma “aula de navegação” em 1759, para formação de oficiais da marinha e que continuará até 1775
- 2-4 Alvará em que é estabelecida a “Aula de artilharia de S. Julião da Barra”
- 30-7 Decreto em que é estabelecido que em cada regimento militar houvesse uma escola, sendo escolhido para esse fim o Oficial com maior capacidade para o desempenho dessa missão. É estabelecida por este decreto a Aula de Náutica, no Porto, (Esta Aula era dirigida pela Junta Administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e ministrava uma instrução meramente prática, completada com ensinamentos a bordo das embarcações mercantis que faziam carreira para os domínios ultramarinos marcou o início do ensino público na cidade do Porto e funcionou nas instalações do Colégio dos Meninos Órfãos)

1763

- 10-5 Decreto em que é reduzido número de regimentos militar em que houvesse uma escola, para quatro
- 15-7 Alvará - Aprova o Plano que se deverá observar no estabelecimento, estudos e exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia. O Plano consta como anexo ao Alvará

1764

- 12-5 Nomeado o primeiro professor, António Rodrigues dos Santos, para a Aula da Náutica, no Porto) com “obrigação de ser mestre da aula da cidade do Porto, na qual lerá todos os dias que não forem de guarda, e explicará a náutica aos oficiais da marinha e mais pessoas que se quiserem aplicar àquela ciência”

1765

- 6-3 Alvará - Regulamenta as Ostentações e a forma das Dissertações dos Opositores das várias Faculdades da Universidade de Coimbra

1767

- 27-7 Determinações - Publica um conjunto de determinações para o governo da Aula do Comércio, ordenadas pela Junta [do Comércio], para conservação e boa disciplina da mesma Aula
- 1-12 Alvará - Amplia os Estatutos do Real Colégio dos Nobres no sentido de maiores restrições nas licenças concedidas aos estudantes

1768

- 5-4 Lei criando uma Meza de Censores Régios para examinar os livros, que houverem de correr no Reino
- 24-12 Alvará - Determina a criação de uma oficina tipográfica com o nome de «Impressão Régia», definindo a sua organização, e ordenando que todas as obras mandadas imprimir pela Diretoria-Geral dos Estudos, Universidade de Coimbra, Real Colégio dos Nobres, etc., paguem à dita Impressão Régia o devido valor

1769

- 12-12 Edital proibindo varios livros e para estes se entregarem na Secretaria da Meza Censória

1770

- 30-8 Carta de Lei - Estabelece um conjunto de determinações relativas à Junta do Comércio e aos comerciantes, incluindo a regulação do acesso a empregos públicos mediante frequência e aprovação na Aula do Comércio
- 30-9 Alvará - Determina os livros e manuscritos que devem ser utilizados nas Aulas de Latim e de Primeiras Letras

1771

- 4-6 Alvará - Manda entregar à Real Mesa Censória a Administração e Direção dos estudos das Escolas Menores, incluindo, não apenas o Real Colégio dos Nobres, mas todos e quaisquer outros colégios e magistérios que forem criados para os estudos das primeiras idades
- 23-12 Alvará - Determina que nenhum pedreiro, carpinteiro, canteiro ou moldureiro possa tomar de empreitada ou trabalhar em qualquer das obras de reedificação da cidade de Lisboa, sem ter sido ensinado ou examinado na Aula de Desenho e Fábrica de Estuques estabelecida sob a Inspeção dos Diretores da Real Fabrica das Sedas, na qual tem ensinado o mestre João Grossi

1772

- 1-1 Estatutos da Universidade de Coimbra: Compilados debaixo da Immediata e Suprema Inspeção de El Rei D. José I, Nosso Senhor Pela Junta De Providencia Literaria
- 13-3 Alvará - Encarrega a Real Mesa Censória da venda, por bons preços, de bens do Colégio dos Nobres, tendo em conta que as propriedades deste vinham ultimamente sendo mal administradas
- 13-3 Alvará ampliando, e declarando a Instituição Primordial do Real Collegio dos Nobres
- 26-7 Alvará providenciando á segurança do pagamento das pensões dos Collegiaes do Collegio dos Nobres
- 3-8 Apresentação do Plano das Escolas Menores pela Real Mesa Censória
- 28-8 Alvará creando huma Junta para á Administração da Fazenda da Universidade
- 28-8 Carta regia de roboração dos novos Estatutos, organizados pela junta de providencia litteraria. Ordena que tenham toda a força e vigor de leis e de estatutos perpétuos; e declara cassados e revogados quaisquer outros em contrario
- 28-8 Carta Regia ao Marquez de Pombal declarando-o Lugar Tenente de Sua Magestade na Fundação da Universidade
- 28-8 Alvará creando huma Junta para á Administração da Fazenda da Universidade
- 11-9 Decreto - Nomeia oito lentes cathedráticos e seis substitutos para as cadeiras da faculdade de teologia
- 11-9 Decreto - Nomeia sete lentes cathedraticos e cinco substitutos para as cadeiras da faculdade de cânones
- 11-9 Decreto - Nomeia oito lentes cathedraticos e seis substitutos para as cadeiras da faculdade de leis
- 11-9 Decreto - Nomeia três lentes para as novas cadeiras de álgebra, de sciências physico-mathematicas, e de astronomia
- 11-9 Decreto - Nomeia dois lentes para as novas cadeiras de lógica, metaphysica e ethica, e de historia natural e chimica
- 11-9 Decreto - Regula a precedência nos assentos dos lentes cathedraticos e substitutos, e o seu 1934
- 12-9 Instrucções para o governo da junta de fazenda da Universidade
- 27-9 Ordem para que os lentes providos pelos decretos de 11 de setembro requeiram as suas cartas no tribunal da meza da consciência e ordens
- 28-9 Provisão - Jubila cinco lentes nas extinctas cadeiras da faculdade de medicina, que regiam, e conserva as pensões que venciam oito doutores
- 29-9 Provisão - Determina que na tarde do dia immediato se dêem a todos os lentes novamente providos as posses das suas cadeiras, e se proceda á incorporação e doutoramento dos professores do sciencias naturaes
- 3-10 Provisão - Nomeia um bacharel formado para reger a cadeira de instituições medico-cirurgicas, conferindo-lhe o grau de doutor; e um substituto da mesma cadeira com privilégios de lente
- 3-10 Provisão - Nomeia três lentes, um substituto e um demonstrador, para a faculdade de medicina
- 3-10 Provisão - Ordena que os novos lentes, nomeados para algumas cadeiras de mathematica, medicina e sciencias naturaes, exercitem neste primeiro anno os respectivos magistérios nas matérias que determina para cada um delles
- 5-10 Edital - Providenceia sobre a abertura das aulas nas faculdades de theologia, cânones e leis
- 5-10 Provisão - Fixa as propinas que os lentes proprietários e substitutos devera pagar no acto da posse
- 5-10 Provisão - Prohibe as quitas das propinas e emolumentos determinados pelas leis regias ás pessoas do corpo universitário
- 7-10 Provisão - Manda que alguns dos novos lentes recebam o grau de doutores e se encorporem nas suas faculdades, e marca os dias para se recitarem as orações de abertura das aulas de medicina, de mathematica, e de sciencias naturaes e philosophicas
- 7-10 Provisão - Determina que o corpo académico perpetue com uma festividade anniversaria o seu reconhecimento pelo beneficio da nova fundação da Universidade
- 10-10 Provisão - Declara o verdadeiro sentido da palavra - *Constitutiones* - inserta na formula da profissão de fé do santo padre Pio IV. Forma da prolissão de fé a que se refere a precedente provisão

- 11-10 Carta regia - Auctorisa o marquez de Pombal a aproveitar o edificio, que foi collegio dos jesuítas em Coimbra, em beneficio da Universidade ou da cidade ou das providas; e para applicar as ruinas do castello ao estabelecimento do observatório com casas de habitação e oficinas anexas
- 12-10 Provisão - Manda recolher pelo secretario da Universidade todos os exemplares dos Estatutos abolidos, que existirem nas livrarias dos collegios incorporados no mesma Universidade
- 17-10 Edital - Manda que qualquer pessoa da Universidade e seu districto, que tiver em seu poder algum exemplar ou copia dos abolidos Estatutos, o apresente nos paços da Universidade, no praso de três dias, sob pena de prisão ou perda de officio e inhabilidade perpetua
- 21-10 Provisão - Manda entregar á junta da fazenda os bens do hospital real de Coimbra, e transportar os enfermos para o da Universidade, participando-se tudo ao prelado
- 21-10 Provisão - Ordena á junta da fazenda da Universidade que venda as casas em que existiu o hospital real
- 22-10 Provisão - Estabelece a tarifa dos ordenados que se devem pagar aos reitores, lentes, officiaes e magistrados da Universidade
- 6-11 Lei fundando novas Escolas de Estudos Menores, e multiplicadoras na fôrma do Mappa, que a acompanha (inclui professores de Gramática latina e 1 de língua Grega, para o Estado da Índia)
- 6-11 Carta regia - Prorroga as faculdades e plenos poderes concedidos ao Marquez de Pombal pelas cartas regias de 28 de agosto e 11 de outubro
- 10-11 Lei ordenando que os Estudos das Sciencias Mathematicas se não possuão daqui em diante ensinar senão na Universidade
- 10-11 Lei abolindo as antigas consignações para a instrucção dos Estudos, e estabelecendo o Subsidio Literário
- 10-11 Carta de Lei - Extingue as coletas applicadas no pagamento dos mestres de ler e escrever e de solfa ou de gramática
- 10-11 Alvará regulando a fôrma da arrecadação do Subsidio Literário - "a saber: Nestes Reinos, e Ilhas dos Açores, e Madeira, de hum real em cada canada de Vinho; E de quatro réis em cada canada de Agua-ardente; de cento e sessenta réis por cada pipa de Vinagre, Na America e Africa de hum real por cada arrátel de Carne da que se cortal nos Açõugue; e nellas, e na Asia de dez réis em cada canada de Agua-Ardente das que se fazem nas Terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê, ou venha a dar"
- 10-11 Alvará estabelecendo huma Junta para a Administração do Subsidio Literário

1773

- Sem data O governador de Cabo Verde insta pela nomeação de um mestre de leitura e escrita de latim, para o ensino do povo, e propôs a criação de um recolhimento para se educarem as creoulas
- 2-1 Decreto - Nomeia um professor das línguas hebraica, syriaca e arábica para a Universidade
- 10-1 Regimento das obras da Universidade de Coimbra
- 18-1 Provisão - Approva o regimento das obras formado pelo reitor Francisco de Lemos
- 15-2 Alvará - Clarifica a Lei de 10 de novembro de 1772 sobre o Subsídio Literário
- 2-3 Provisão - Manda encorporar o professor Dallabella na respectiva faculdade (de philosophia)
- 30-6 Provisão - Ordena que haja um bedel em cada faculdade
- 30-6 Officio - Permite que neste anno e em todos os sucessivos se faça a procissão de 4 de julho ao mosteiro de Santa Clara
- 15-7 Officio - Elogia os progressos da Universidade, e resolve a duvida respectiva a fórmula da collação dos graus de bacharel em cânones
- 4-9 Aviso e Instrucções sobre a arrecadação Subsidio Literário (arrecadação de coletas)
- 9-9 Carta regia - Manda registrar nos livros da Universidade, e guardar em cofre de três chaves, o breve de Clemente XIV que extinguiu a Companhia de Jesus
- 9-9 Manda o Conselho Ultramarino que se abrissem nas ilhas (de Cabo Verde) escolas públicas, que seriam regidas por professores idos do Reino, e que na capital houvesse um recolhimento de crinaças (o que nada disso se fez, por falta de recursos, segundo Cristiano Barcelos)
- 11-9 Alvará - Aumenta o número de cadeiras das Primeiras Letras (Escolas Menores)
- 5-10 Provisão. Nomeia José Anastácio da Cunha lente de geometria na Universidade
- 5-10 Officio. O Marquez de Pombal encarece ao reformador reitor o merecimento do professor José Anastácio da Cunha; manda dar-lhe dois ajudantes para a regência da sua cadeira, e permite que se doutore depois de provido
- 5-10 Provisão - Approva a nomeação de António Rodrigues para guarda e machinista dos instrumentos de physica da Universidade, com vencimento e ajuda de custo
- 17-10 Lei estabelecendo o Subsidio Literário para o Estado da Índia. (Determinava que o imposto cobrado pela aguardente e a carne fosse destinado ao pagamento dos professores, cujo vencimento não estava previsto nas contas públicas)
- 11-11 Alvará ampliando o mapa das Escolas de Estudos Menores publicado em anexo à Lei de 6 de Novembro de 1772
- 16-12 Alvará - Transfere para a Universidade o privilegio exclusivo da impressão dos livros clássicos de estudos mathematicos
- 16-12 Alvará - Faz mercê á Universidade do privilegio exclusivo da impressão das Ordenações do reino
- 16-12 Alvará - Esclarece dúvidas ocorridas aquando da execução dos alvarás de 10 de novembro de 1772 sobre o Subsídio Literário
- Sem data O governador de Cabo Verde insta pela nomeação de um mestre de leitura e escrita de latim, para o ensino do povo, e propôs a criação de um recolhimento para se educarem as creoulas

1774

- Sem data Recomendação do marquês de Pombal ao governador da Índia, D. José Pedro da Câmara, para a criação de uma aula de náutica
- 3-1 Alvará - Aprova o Plano de Estudos de Frei Manuel do Cenáculo
- 15-4 Decreto - Une à Universidade a administração do hospital dos lázaros, e extingue o logar de provedor proprietário do mesmo
- 22-4 Bulla Srienliarum omniim - Concede duas conesias para lentes ecclesiasticos da faculdade de mathematica, e erige outras duas em commendas da ordem de Christo, para lentes seculares da mesma faculdade
- 20-8 Alvará providenciando á satisfação dos Laudemios da Universidadee regulando novamente a Contribuição das Camaras para os Partidos, que a mesma prove annualmente
- 20-8 Alvará - Regula a Administração Financeira da Universidade de Coimbra
- 9-9 Decreto - Manda dar 1:600\$000 réis aos herdeiros de J. R. Van-Deck, e arrecadar o museu legado por este à Universidade

1775

- Sem data Carta do padre José Caetano de Meneses, para o arcebispo de Goa, com a intenção de ministrar instrução aos Timorenses
- 31-1 Os Testadores que não tivessem parentes dentro do quarto grau, possam dispor de metade dos Bens Hereditários a favor da Casa da Mesericordia da Cidade de Lisboa para aplicar no ensino dos Orfãos fazendo-os por a aprender os Ofícios e Artes, a que as suas inclinações os chamarem
- 31-1 Que ninguém pudesse dispor o titulo de Legados Pios, de que a Terceira parte da Terça dos seus bens, seja para ou a Escolas, e Seminários de criação e educação da Mocidade
- 6-3 Proibe o livro “Cordel Triplicado” de D. António Ardicone Spinola agregado de 12 sermões
- 20-4 Alvará para que haja um Escrivão contador da Fazenda que terá feito os Estatutos da Aula do Comercio, havendo tido o exercício com boa nota
- 13-7 Decreto. Determina que os bacharéis, licenciados e doutores nas faculdades de cânones e leis fiquem habilitados peias suas cartas para todos os lugares de lettras, sem dependência doutro exame pelo que pertence á litteratura
- 14-7 Mandato de soltura do professor Adrião Santos, em virtude de este gozar do previlégio fe Nobreza que pertence, por direito a qualquer professor público
- 14-7 Decreto - Resolução sobre as implicações do privilégio de Nobreza para os professores públicos
- 12-8 Provisão. Manda expulsar da cidade os estudantes que se não tiverem matriculado no tempo determinado, e prohiibe o uso dos vestidos talares ás pessoas que não forem ecclesiasticas ou pertencentes ao corpo académico
- 11-11 Provisão. Obriga os lentes e doutores, sem distincção de collegiaes ou não collegiaes, a acharem-se na real capella da Universidade, ao tempo em que se fizerem os signaes das festividades anniversarias, para d'ella sahirem procissionalmente incorporados ás suas respectivas faculdades
- 5-12 Proibe o livro “Le vrai Sens du Systeme de la Nature” de Claudio Adrião Elvecio contendo Proposições opostas ao Culto devido a Deus

1776

- Sem data O marquês de Pombal institui uma “aula de artilheria regimental” na Índia, que começou a funcionar sob a direcção do coronel João Baptista Vieira Godinho
- 1-3 Alvará - Aprova o Plano de Estudos do Real Mosteiro de Alcobaça
- 25-5 Decreto para que os Collegiaes de S. Paulo da Universidade de Coimbra, findas as suas Collegiaturas, e providos em Cadeiras sáhião logo dos Collegios
- 3-6 Proibe alguns novos catecismos da Doutrina Cristã manuscritos e espalhados sem as licenças necessárias
- 5-6 Plano dos Estudos para a Providencia dos Religiosos Trinitarios de Portugal ordenado segundo o método dos novíssimos Estatutos Regios da Universidade de Coimbra do anno de 1772 e já publicados na Lipsia em o anno de 1774
- 7-6 Decreto - Informa sobre o período de vagatura dos colégios reais de S. Pedro e de S. Paulo da Universidade de Coimbra
- 11-6 Alvará aprovando os estatutos para os estudos creados pelos frades franciscanos no Rio de Janeiro

1777

- 23-4 Carta regia - Dispensa as determinações dos Estatutos para que, na falta dos lentes primários, possam presidir aos actos grandes e doutoramentos quaisquer outros lentes, ainda que sejam substitutos
- 9-10 Carta regia - Ordena que o vice-reitor seja contado, durante o tempo que servir, com o terço do ordenado de reitor e propinas por inteiro, sendo o reitor indemnizado, quando faltar por motivo de serviço publico
- 9-10 Carta regia - Manda tornar patente a bibliotheca da Universidade, e nomeia bibliothecario António Ribeiro dos Santos, com o ordenado de 200\$000 réis por anno
- 10-11 Carta regia - Ordena que «por esta vez somente» se abra concurso para provimento de cadeiras de theologia e cânones, reduzindo-se a um só os três dias de ostentações; que vote o conselho dos decanos, tendo por adjuntos

lentes jubilados; e que vote também o cancelário da Universidade, e se lhe conservem os privilégios dos seus antecessores

- 13-11 Provisão do desembargo do paço - Deroga o decreto de 13 de julho de 1775, que habilitava os bacharéis em cânones e leis para os logares de letras sem mais exame de capacidade e litteratura

1778

- 23-1 Aviso régio. Ordena que sejam expedidas pelo conselho dos decanos, pedindo a real aprovação, as propostas de magistraturas e grandes offcios, que são da apresentação da Universidade; ficando inteiramente ao mesmo conselho a liberdade de provimento e confirmação d'outros officios na forma das antigas leis
- 23-1 Aviso régio. Estabelece os partidos nas faculdades naturaes e para a arte pharmaceutica
- 23-1 Aviso régio. Manda que o reitor, em conselho dos decanos, proceda interinamente á eleição dos deputados da junta da fazenda
- 9-4 Carta régia criando duas aulas de grannatica latina, uma em Salsete e outra em Bardez, no Estado da Índia
- 4-7 Sobre se admitirem para aprendizes dos officio e Artes Fabris, moços que excedão a idade de treze anos, e que possam os Mestres dos officios e Artes receber os aprendizes
- 20-10 Confirmação da Provisão de D. João V, sobre a necessidade em que se achava o Colégio de Jesus, para meninos Orfãos

1779

- 16-2 Carta regia - Provê na propriedade da cadeira de anatomia o demonstrador substituto J. C. Picanço, mandando incorporar-o na faculdade com o grau de doutor
- 26-5 Aviso régio - Ordena que o conselho dos decanos arbitre quanto devem perceber para mantença os lentes enviados era deputação á corte
- 28-5 Aviso régio - Resolve que os lentes substitutos e doutores, que regerem cadeiras vagas, ou cujos proprietários estejam impedidos, nada vençam pela substituição até três mezes; e pelo tempo que for a mais, vençamos substitutos ordenado de cathedaticos, e os doutores, não lentes, um terço do ordenado de substitutos
- 2-6 Aviso régio - Auctorisa os estudantes habilitados para actos grandes a escolherem lentes da respectiva faculdade para lhes presidirem, quando não possam presidir os que determinam os Estatutos
- 5-8 Carta de Lei - Criação da Academia Real de Marinha dotada de um curso de Matemática. É estabelecido em Lisboa uma Academia Real da Marinha, erigindo nela um curso de Matemática para maior perfeição da Nautica e Fortificação
- 16-8 Alvará com a lista das terras, conventos e pessoas destinadas para professores de filosofia racional, retórica, língua grega, gramática latina, desenho, mestres de ler, escrever e contar, como também da aposentados nas respectivas cadeiras
- 5-11 Carla regia - Considerando a deficiência dos novos Estatutos na parte económica, civil, lithurgica e moral, manda observar os Estatutos antigos em tudo aquillo que pelos novos se não ache contrariamente ordenado, ou em que posteriormente se não haja disposto o que deve seguir-se
- 22-11 Que nenhum dos Officiais entraria nas Companhias por antiguidade, mas sim por exames rigorosos sendo examinadores os Lentes das Aulas
- 27-11 Decreto instituindo a Aula de Debuxo e Desenho, que também indigitou o primeiro "lente da Aula", António Fernandes Jácome

1780

- 5-1 Estatutos da Sociedade Económica dos Bons Compatriotas e que terá por objectivos Promover a Agricultura, as Artes e a Indústria
- 17-1 Carta regia - Dá instrucções: 1) sobre a necessidade do estudo da geometria para os theologos e juristas; 2) sobre as vacaturas das horas dos collegios; 3) sobre a junta da fazenda; 4) sobre as pretensões das pessoas que cobravam terças da Universidade; 5) sobre a pretensão dos doutores theologos a votarem nos actos maiores da sua faculdade; 6) sobre a equalação dos ordenados dos lentes de theologia aos das outras faculdades; 7) sobre o cuidado que deve haverem apartar dos estudantes o que lhes possa ser prejudicial em matérias da religião e costumes
- 5-4 Carla regia - Auctorisa os doctores, nomeados para a substituição interina d'algumas cadeiras da faculdade de mathemática, a examinar nos actos, e a presidir-lhes na falta dos lentes a quem a presidência toca
- 16-7 Despacho - Nomeia mestre das machinas o guarda do observatório astronómico Francisco José de Miranda
- 5-8 Carta regia - Declara que ao secretario da Universidade pertencem 4\$800 réis de emolumentos pela carta e registro d'ella, expedida pela secretaria aos lentes provido sem alguma cadeira

1781

- 1-3 Proibe a todos os livreiros, e mais pessoas de vender, ter, distribuir, e espalhar o livro Demetrio Moderno, ou o Bibliografo Juridico Portuguez
- 22-3 Alvará - Conserva o privilegio que a Universidade tem de mandar imprimir as obras antigas e raras, ou as que são compostas por professores d'ella
- 9-5 Concedida à Oficina Tipografica o privilegio exclusivo da Impressão do Breviario Romano

- 23-8 Alvará creando huma Aula de Dezenho, e Architectura Civil. Criação de uma nova Aula de Desenho, de História ou Figuras e de Architectura Civil, e ordenação do Método que deve Regular a referida Aula
- 15-12 Alvará - Nomeia Caetano José Pinto d'Almeida demonstrador da cadeira de anatomia, com privilegio de lente, devendo servir de primeiro cirurgião do hospital da Universidade
- 15-12 Aviso régio - Augmenta 20\$000 réis por anno aos ordenados do chantre, do thesoureiro e dos capellães da real capella da Universidade

1782

- 4-1 Officio - Declara que pertence ao conselho dos decanos designar as cadeiras que os lentes substitutos devem reger nas faculdades, e que estes não devem ser fixos e invariáveis nas mesmas cadeiras
- 30-4 Edital - Deroga o estatuto que permitia aos estudantes poderem matricular-se na Universidade até 7 de janeiro; e estabelece que a primeira matricula termine impreterivelmente no dia 2 de novembro de cada anno
- 6-5 Carta regia - Ordena que o tempo destinado para a matricula geral do principio dos annos académicos seja desde 1 até 30 de outubro; e que, passado este praso, nenhum estudante seja admittido a matricular-se, salvo se, depois de haver entrado na Universidade, for impedido or doença grave
- 29-5 Aviso régio - Resolve que os professores de filosofia racional e moral, rheloric, e língua grega, que pretenderem matricular-se na Universidade, sejam dispensados somente do exame d'aquelles preparatórios de que houverem sido professores
- 3-6 Carta regia - Restabelece na Universidade o juízo das informações, para se qualificar o merecimento das pessoas que tiverem acabado os seus estudos; e determina o que a tal respeito se ha de praticar
- 17-6 Legislação que cria e regula a Junta Proto-Medicato, sendo esta destinada a controlar a Medicina e Farmacopeia ilegais
- 6-7 Aviso régio - Obriga os militares, admittidos ao curso mathematicu, a apresentar; ir licença dos coronéis, a renova-la de três em três mezes, e a dar conta do seu aproveitamento aos governadores das armas
- 30-9 Qunado succeder vagar qualquer posto em Regimento de Artilharia se proceda logo a exames, sendo examinadores o Tenente Coronel, o Sargento Mor e o Lentes da Aula
- 14-12 Alavrá a criar uma companhia de Guardas Marinhas e que se admitam até ao número de quarenta e oito Guardas Marinha, podendo também ser admitidos aqueles discipulos da Academis Real da Marinha

1783

- 21-2 Obrigações da musica académica nos actos grandes, préstitos e funções da Universidade; propinas que lhe pertencem
- 3-6 Alvará. O progresso das Fabricas do Reino, que foram fundades com grandes despesas para nelas se estabelecerem Escolas, que passem à Administração de Particulares e que se mandem entregar a particulares as Reais Fábricas de Laníficos, estabelecidas nas vilas da Covilhã e do Fundão
- 4-6 Carta regia - Cria uma cadeira de therapeutica cirúrgica com um lente próprio para ella, o qual e o de anatomia serão permanentes nas respectivas cadeiras
- 4-6 Carta regia - Provê na propriedade da cadeira de therapeutica cirúrgica o bacharel Caetano José Pinto d'Almeida, sendo primeiro creado doutor, e conservando o lugar de cirurgião do hospital; e regula o exercido da nova cadeira
- 4-6 Carta regia - Nomeia um cathedratico, um demonstrador e dois substitutos da faculdade de medicina
- 4-6 Carta regia - Nomeia quatro lentes proprietários e dois substitutos da faculdade de mathematica
- 4-6 Carta regia - Nomeia, na faculdade de philosophia, dois lentes substitutos ordinários e o demonstrador de physica experimental

1784

- 5-1 Aviso régio. Declara que ao secretario da Universidade pertence privativamente ser o secretario das informações
- 5-1 Aviso régio. Determina que os decanos actuaes continue no seu exercicio por mais três annos, findos os quaes se darão providencias a este respeito
- 27-1 Accordão do conselho de decanos - O lente substituto de phoronomia tem assento na congregação de philosophia abaixo dos proprietários e acima dos substitutos d'esta faculdade
- 2-4 Aviso régio. Manda trancar o registo de um voto singular de um membro do conselho dos decanos
- 24-4 Aviso régio. Determina que a dois lentes, ausentes em commissão, sejam pagas pelo cofre da Universidade as propinas dos actos grandes e doutoramentos
- 17-5 Desenvolvida na Índia, a "aula de marinha", succedendo à antiga «aula de navegação» criada em 1759 pelo capitão General D. Pedro da Camara. Esta aula, onde se ensinava o curso de Bezout, era dividida em duas partes, constando a primeira de principios de aritmetica, geometria, trigonometria rectilínea e esférica, e álgebra, e a segunda de geografia, astronomia e pilotagem

1785

- 18-2 Aviso régio - Ordena que na cempura das conclusões subsista a prática seguida desde a nova fundação da Universidade; e adverte os que ficarem vencidos pela pluralidade de votos de que devem prestar-se á decisão, pois têm o regresso de requerer se tomem os seus votos por escripto, para serem presentes a Sua Majestade
- 9-8 Aviso régio - Declara que foi accordado o régio beneplácito à bulla *Scientiarum omnium*, de 22 de abril de 1774

1786

- 5-6 Decreto. Nomeia para a direcção interina da Real Fabrica das Sedas, e Obras das Agoas Livres: ara primeiro Director a Theotonio Gomes de Carvalho; para segundo Director a João Roque Jorge; para terceiro Director a Mauricio Cremer Vanzeller e para quarto Director a António Rodrigues de Oliveira
- 10-6 Aviso régio - Permite que, por esta vez, os actos do primeiro anno jurídico sejam feitos por turmas demais estudantes
- 17-6 Aviso régio - Explica a falta de assignatura na carta de participação da morte d'el-rei D. Pedro III
- 26-6 Aviso régio - O conselho dos decanos pôde propor os lentes da faculdade de mathematica, que houverem de ser providos nas duas commendas da ordem de Christo
- 26-6 Aviso régio - Quando em qualquer congregação faltar o respectivo secretario, fará as suas vezes o lente mais moderno de cada faculdade
- 13-7 Carta regia - Encorpora na ordem de Christo as comendas destinadas a lentes seculares da faculdade de mathematica
- 31-7 Aviso régio - O vice-reitor da Universidade pôde ser nomeado d'entre os lentes de qualquer das faculdades académicas
- 2-9 Resolução - Amplia o alvará de 16 de dezembro de 1773, para que a Universidade faça imprimir a Legislação extravagante
- 12-9 Decreto - Manda conferir o grau de doutor em medicina a um candidato, que fora reprovado no exame privado, sem dependência de mais acto algum
- 26-9 Aviso régio - Manda que as congregações das faculdades tratem da compisicão dos compêndios para uso das aulas
- 2-10 Aviso régio - Ordena que os professores entrem para as aulas á hora prefixa, peçam lição durante um quarto de hora, e expliquem o resto do tempo
- 2-10 Aviso régio - Que tenham ingresso na junta de fazenda os lentes em que se reconhecer aptidão para administrar de qualquer faculdade que sejam
- 14-10 Aviso régio - Os lentes substitutos, logo que não hajam de ser empregados nas substituições, podem ser encarregados da composicão dos compêndios
- 4-12 Carta Regia para na Universidade de Coimbra terem as Faculdades de Medicina, Mathematica, e Filosofia hum lugar em os Collegios de S. Pedro, e S. Paulo

1787

- 10-1 Aviso régio - Que os lentes proprietários de filosofia, encarregados dos compêndios, rejam as suas cadeiras simultaneamente com os substitutos
- 12-1 Aviso régio - Determina que na faculdade de mathematica se lêam os Elementos de Euclides; que se faça um resumido compendio de geometria para os thelogos e juristas, e outro mais amplo para os médicos
- 12-1 Aviso régio - Que os compêndios não sejam publicados, sem que Sua Majestade os approve e ordene que se imprimam
- 12-3 Ordeno que se conceda ao Mosteiro (Real Mosteiro dos Santos) a mesma graça (pagamento não Laudemio) que tinha concedido à Universidade de Coimbra
- 16-3 Aviso régio - Que cada uma das faculdades naturaes pratique o que devia praticar a congregação geral das faculdades naturaes e philosophicas; e que, reunidas, confirmem entre si os meios de se estabelecer a dieta congregação geral
- 17-3 Aviso régio - Ordena que as congregações das faculdades escolham e aperfeiçoem as dissertações inauguraes, que forem dignas de publicar-se
- 14-5 Aviso régio - Que no exame dos preparatórios e nos actos se observe o mesmo modo e formalidade de aprovação ordenada pelos Estatutos e praticada nas formaturas
- 14-5 Aviso régio - Que os substitutos extraordinários sejam nomeados no fim de cada anno lectivo
- 21-6 Lei creando, e regulando a Meza da Commissão sobre a censura dos Livros
- 7-7 Alvará, e Instrucções para a cobrança do Subsidio Litterario. Modificando e Reformando a Determinação da Lei de dez de Novembro de 1772, que estabeleceu a colecta do Subsidio Literario, e obviando a alguns abusos que na pratica da mesma Lei sa havião introduzido
- 7-7 Instrucções de Regimento, que a Rainha Nossa Senhora houve por bem aprovar para a Arecadação da Collecta Litteraria nas Comarcas deste Reino, Ilhas Adjacentes, e Capitancias Ultramarinas
- 6-9 Carta regia - Manda prover definitivamente no logar de demonstrador de matéria medica o bacharel José Bento Lopes
- 25-9 Aviso legio - Ordena que em cada anno dos cursos de theologia e direito se confirmem dois prémios pecuniários
- 26-9 Aviso régio - Revoga as disposições dos Estatutos relativas a multas e perda d'aluno por faltas; e ordena que qualquer estudante, que faltar ás sabbatinas, seja pela primeira vez reprehendido e pela segunda expulso; e que perca o anno o que sem gravíssimas causas faltar a vinte lições

- 8-10 Aviso régio - Declara indispensável a frequência anno, e determina as disciplinas que devem frequentar os sextannislas de theologia e direito

1788

- 7-4 Alvara. Que merecem a Minha Real consideração, o progresso das Fabricas do Reino, fundadas com o fim de se estabelecerem nellas grandes Escolas, em que se formassem vassallos tão uteis como industriosos, hei por bem conferir e mandar entregar aos sobreditos a Fabrica de Laníficios na cidade de Portalegre
- 24-5 Aviso régio - Manda dar, como gratificação, aos opositores encarregados dos exames de lógica, metaphysica e ethica, 800 réis por dia de exercício
- 11-6 ALvara. As Fabricas do Reino, fundadas para nelas se estabelecerem Escolas que passem à administração de particulares, na Covilhã e no Fundão
- 5-7 decreto a nomear para Deputados ordinários as pessoas seguintes: Lente Proprietario das Cadeiras de Historia Natural, e de Quimica na Universidade de Coimbra
- 31-7 Alvará. Concede à Fabrica de Laníficios e suas oficinas, ergidas na Covilhã e Celorico de Bastos, e a outras semelhantes, as mesmas Graças, Previlégios e Isenções concedidas à Fábrica de Cascais.
- 18-8 Edital ácerca da Collecta do Subsidio Litterario
- 11-8 Edital da Real Meza da Comissão Geral sobre Exame e Censura dos Livros

1789

- Sem data Fundada a Escola Médico Cirúrgica de Luanda
- 24-4 Carta da Rainha. Criada em Angola uma «Escola de medicina, para que os que se quisessem empregar no exercício e prática delas». Nomeado seu director o físico-mor da cidade de S. Paulo de Assunção (capital de Angola), o dr. José Pinto Azevedo
- 11-5 Decreto. Seja d' aqui em diante Examinador da Leitura dos Bechareis, qualquer dos Desembargadores da Casa da Suplicação, Doutor graduado pela Universidade ou qualquer dos lentes da mesma Universidade
- 4-6 Decreto. Que o Examinador tenha assento ao lado do Becharel, que há de examinar; que sendo o Examinador Desembargador da Casa da Suplicação seja só Juiz; e que sendo o Examinador Agravista, não seja nomeado para Exame, que haja de fazer-se em dia de Agravos
- 20-9 Aviso Que se proceda ao exame dos Bechareis, sendo Examinador em razão de cargo, que tem, e do que teve de Lente Prima, o mesmo Manuel Pedrosa de Lima

1790

- 2-1 Lei estabelecendo em Lisboa a Academia de Fortificação, Artilheria, e Desenho, e seus Estatutos provisórios (previsto a abertura a cívica, na época denominados "paisanos")
- 9-1 Alvará - Regimento da imprensa da Universidade
- 28-1 Carla regia - Artigos decididos sobre a economia das aulas, actos e acções académicas. Artigos decididos sobre outras matérias
- 1-3 Aviso régio - Manda decidir pela faculdade de leis a questão de precedência entre os drs. Maconelli e Navarros
- 23-4 Decreto regulando os Ordenados dos Lentes, Substitutos, e Officiaes da Academia Militar da Fortificação
- 13-8 Decreto admittindo os Alumnos das Aulas Militares das Provincias a examinarem-se na Academia da Marinha, para entrarem na escola dos Engenheiros

1791

- 8-1 Aviso régio - Que sejam presos e severamente castigados os estudantes que promoverem *paredes*, e percam o anno todos os que não entrarem nas aulas
- 17-1 Alvará Encarregando o Reitor da Universidade de Coimbra dos Estudos Menores, e do Subsidio Litterario da Comarca da mesma Cidade
- 17-1 Alvará. Ordena que a censura dos Livros de aulas de Gramática e de Humanidades do Colégio das Artes, passem para a Inspeção e Provimento do Reformador Reitor da Universidade, anteriormente sob a inspeção da Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura de livros
- 24-1 Carta regia - Separa a cadeira de lógica da faculdade de philosophica, e cria na mesma faculdade a cadeira de botânica e agricultura
- 24-1 Carta regia - Ordena que as precedências dos lentes se regulem pela antiguidade dos graus de doutor; e que cada lente presida aos actos, logo que se tracte de pontos da sua cadeira
- 8-2 Alvará confiando as Aulas do Colégio das Artes e as Aulas dos primeiros Estudos da Comarca de Coimbra à Inspeção e ao Provimento do Reformador da Universidade de Coimbra
- 23-2 Carla regia - Nomeia demonstrador de chimica e metalurgia o bacharel V. C. de Seabra, e manda encorpora-lo na faculdade com o grau de doutor
- 27-2 Decreto entregando a cadeira de botânica e agricultura criada em 24 de janeiro do mesmo anno a Avelar Brotero
- 1-4 Os aulistas aprovados pela Aula do Comercio, terão preferência nas colocações das Repartições
- 3-4 Decreto. Admite no Collegio dos Nobres Alumnos externos na Academia de Manejo e Arte de andar a cavallo

- 11-4 Carta Régia Requerimento de Bento José da Silva, Deputado e Thesourelro e Deputado da Junta da Fazenda desta Universidade. Acrescentar ao ordenado como Thesourelro que haja daqui em diante, mais duzentos mil réis
- 9-7 Aviso régio - Auctorisa o reitor a nomear lentes de theologia, que presidam aos actos de repetições, no impedimento dos lentes de prima e de véspera
- 28-8 Alvará declarando a jurisdição do Inquisidor Geral sobre livros, e escritos contra a fé, moral, e bons costumes
- 30-8 Certidão da Carta de Privilégios concedidos pelo Rey aos Boticarios destes Reinos
- 10-9 Começou a funcionar a «Aula de Medicina e Anatomia» referida na carta da Rainha em que era autorizada em Angola uma «Escola de medicina, para que os que se quisessem empregar no exercício e prática delas»
- 5-11 Decreto. Cria o officio de Guarda Mor da Academia Real das Sciencias, e o seu ordenado

1792

- Sem data criada no Brasil uma “Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho”
- 5-5 Carta regia - Ordena que vençam só dois terços do ordenado os lentes, que no tempo lectivo não residirem na Universidade
- 5-5 Carta Régia. Providenciando a bem dos Estudos, Professores e Mestres da comarca de Coimbra
- 5-5 Aviso regio - Amplia a todas as faculdades a disposição do aviso régio de 9 de julho de 1791
- 31-5 Carta regia - Manda punir com perda d'anno os estudantes que não mostrarem applicação, riscar os turbulentos e díscolos, e corrigir o abuso de proferirem insultos em logares públicos
- 16-6 Decreto. Todos os ordenados dos Professores do Collegio dos Nobres sejam pagos pelo cofre do Subsidio Literário

1793

- 28-2 Aviso. Declara a Faculdade Regia que tinham os padres Vicentes em Lisboa de terem Estudos e Aulas Publicas no seu Mosteiro
- 3-6 Aviso régio - As deputações que hão de ir cumprimentar Sua Majestade devem compôr-se de um deputado de cada faculdade e ser presididas pelo reitor
- 8-6 Avisn régio - Resolve duvidas acerca do perdão de acto. Que não haja *prémios*, mas se dêem partidos. Que os sextannistas façam os actos grandes
- 10-6 Decreto declarando isentos de fazer Exame Vago os Lentes da Universidade despachados para Desembargadores Honorários, Extravagantes, ou Aggravistas
- 22-8 Alvara que ordena que todos os Professores Regios gozem da mesma faculdade e preeminência concedida aos Officiais e Cadetes
- 9-9 Alvará régio recomendando algumas cadeiras de língua latina no Estado da Índia
- 27-11 Carta regia - Determina os preparatórios necessários para a matricula no primeiro anno da faculdade de theologia
- 1-12 Carta regia - Regula a distribuição das cadeiras, e estabelece cinco substitutos, na faculdade de theologia
- 6-12 Carta regia - Que a graduação dos cathedraticos se regule pela ordem dos despachos, sem distincção das cadeiras em que forem empregados

1794

- 7-1 Alvará. Normas para a preparação e composição de toda e qualquer Farmacopeia quer seja pela Universidade ou de pessoas particulares
- 8-4 A pedido do Bispo de Cabo Verde, determinou-se que fossem embarcados, rapazes à escolha do mesmo, para serem instruídos nas aulas do Castelo ou em outras quaisquer do Reino, a fim de adquirirem conhecimentos das artes e sciências
- 29-9 Aviso régio - O exame de grego pôde ser feito depois dos actos grandes, ou dispensado aos sextannistas que só pretenderem graduar-se. Os que quizerem seguir o magistério da Universidade devem faze-lo, ao menos no sexto anno
- 17-12 Carta regia - Cria na Universidade a junta da Directoria geral dos estudos e escholas do reino
- 17-12 Lei abolindo a Real Meza da Commissão da Censura dos Livros e regulando a mesma Censura

1795

- 30-1 Nomeia ajudantes ao Bibliotecario da extinta Real Mesa Censoria
- 17-6 Alvará que concede licença à Academia das Sciências para transportar para os domínios Ultramarinos, os livros de sua publicação
- 30-6 Autoriza a Academia Real das Sciências para aquisição de lápidas de Inscrições
- 30-7 Alvara. Ordena a criação de um Index Expurgatório Nacional em que s agrupam em duas classes gerais: os livros contra a Religião e os livros contra o Estado
- 21-8 Alvará abolindo o Tribunal da Real Mesa da Commissão Geral sobre os Exames e Censura dos Livros, que será então confiado à Universidade de Coimbra
- 17-9 Carta Régia - numero dos Lentes Substitutos da Faculdade de Medecina
- 17-11 Carta regia - Declara que haverá três substitutos ordinários na faculdade de medicina

1796

- 1-5 Lei de novo Regulamento para a Academia Real dos Guarda Marinhas
- 6-1 Carta regia - Encorpora na Universidade uma cadeira de diplomática com exercício em Lisboa
- 16-7 Aviso régio - Manda abonar o aluguer de casa ao director do jardim botânico
- 29-2 Alvará Manda estabelecer huma Livraria Publica , a qual sirva como de hum thesouro de todas as Artes e Sciencias
- 4-3 Decreto tenho mandado estabelecer na minha Corte, e Cidade de Lisboa huma bibliothéca Publica, em que a Literatura Portugueza tenha os Auxilios convenientes para os progressos das Artes, e Sciencias , haja na mesma Bibliothéca huma pessoa, em quem concorrão as circunstancias de ter amplos conhecimentos da mais depurada Literatura, experienciã, madureza, e probidade, e que com o titulo de Bibliothecário Mayor della
- 1-4 Carta de Lei - Novo Plano de Estatutos para os Estudos da Minha Real Academia dos Guardas Marinha
- 5-4 Decreto que na Bibliotheca Publica além do Bibliothecario Mayor haja hum segundo Bibliothecario
- 26-10 Carta de Lei - Estabelecimento do Conselho do Almirantado que ficará encarregado da Inspeção de tudo o que toca à Academia Real da Marinha, instituída por Carta de Lei de 5 de Agosto de 1779, e pela de 1796; e ficará a seu cargo não só o fazer executar mas tudo o que se acha estabelecido para promover os Estudos, e Instrucção do Corpo dos Guardas Marinha
- 5-11 Resolução para nas Promoções da Armada Real se attender aos que tiverem Estudos de Mathematica
- 20-11 Resolução animando a Architectura Naval
- 22-11 Resolução - Para premiar os que animaram a Architectura Naval decidi Ordenar que o Primeiro Engenheiro Construtor fosse graduado com a Patente de Primeiro Tenente e os dois Segundos Engenheiros Constructores tivessem a de Segundo Tenente
- 2-12 Carta regia - Define as attribuições do bispo diocesano e das congregações das faculdades na censura das theses

1797

- 2-2 Aviso Collégio da Estrella para servir de Hospital às Tropas Inglezas

1798

- 4-1 Portaria suprimindos os vencimentos dos professores das escolas criadas por portaria régia de 9 de Abril de 1778
- 20-1 Aviso isentando da Censura as Obras mandadas imprimir pela Academia Real das Sciencias
- 29-1 Aviso Proceso conta a prisão na cadeia pública contra dois Lentes da Universidade de Coimbra, sem consideração ao Corpo Academico, de que são Membros, nem ao Reformador Reitor, a quem unicamente são subordinados
- 24-5 Aviso – Declaração de que por ora pode dispensar em compra de Livros para a Real Bibliotheca Publicada da Corte, até a quantia de hum conto e duzentos mil réis
- 6-6 Resolução para os Alumnos das Academias da Marinha se exercitarem no Observatorio Real e sendo approvedos, se admittão como Voluntários nos Navios de guerra
- 8-6 Aviso - que se remetta para a Real Bibliotheca Publica da Corte hum exemplar de cada huma das Obras que se tiverem imprimido na Regia Officina Typográfica, e quê nella existirem
- 8-6 Portaria - Que Desembargador Bibliothecario Maior da Beal Bibliotheca Pública poderá applicar em beneficio da mesma Bibliotheca as multas em que segundo os Estatutos incorrerem os Officiaes della
- 20-6 Alvará creando a Real Sociedade Maritima, Militar, e Geografica
- 30-6 Alvará - Criação, organização e composição da Sociedade Real Marítima, Militar e Geografica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas e Hydrograficas e Militares
- 20-11 Edital para que se admittão trinta Anspirantes de Pilotos, dos Alumnos da Academia Real da Marinha

1799

- 23-1 Alvará unindo a Fabrica de lanifícios de Portalegre á da Covilhã e Fundão
- 15-3 Edital - Proibição da Junta do Proto-Medicato da comercialização, pelos Boticários da Agoa de Inglaterra
- 3-9 Alvará determinando que o Vice Rei do Brasil nomeasse anualmente um professor encarregado de visitar as escolas nas capitánias
- 4-9 Decreto para que o Conselheiro de Fazenda mais antigo sirva de Guarda Mór da Torre do Tombo
- 16-9 Carta Régia criando na ilha Terceira, uma *Aula de Matematica*, para instrução dos militares
- 5-10 Decreto que o Doutor Francisco Feliciano Velho da Costa Mesquita de Castello-Branco, para se entregarem no Real Archivo os Titulos que ahi se havião recebido para as ultimas Confirmações Geraes
- 17-10 Resolução Régia - que a Mesa de Desembargo do Paço, lhe consulte os Lugares de Letras da relação inclusa por mim assignada e os mais que estiverem em termos de serem providos, recommedando que somente lhe sejam consultados os mais capazes, preferindo a proibidade, letras e prudencia à mesma antiguidade, e muito especialmente pelo que respaeita aos que forem propostos para os lugares do Ultramar
- 17-10 Aviso ácerca de Consulta de Bachareis
- 4-11 Decreto mandando dar á Academia Real das Sciencias 4:800\$000 réis annuaes
- 4-12 Carta regia - Regulamento do observatório astronómico da Universidade
- 14-12 Alvará para Regulamento da Academia Real da Marinha

1800

- 8-1 Edital acerca dos Estatutos da Academia Real da Marinha
- 31-1 Alvará gégio contendo a Lista dos Mestres Actuais de Primeiras Letras na Corte e Província da Estremadura
- 14-2 Decreto sobre a forma das habilitações para benefícios do Ultramar na Mesa da Consciência e Ordens
- 5-4 Decreto ordenando a arrematação do Subsidio Literario
- 23-5 Plano da Real Junta do Proto-Medicato para os exames dos Médicos e Cirurgiões Estrangeiros e dos Nacionais que estudarão em Universidades Estrangeiras
- 15-7 A Botica da Universidade fica isenta das normas que regulam a criação, abertura, funcionamento e fiscalização das boticas do Reino
- 27-9 Decreto providenciando á economia das Aulas da Academia Real da Marinha
- 14-10 Edital da Junta da Administração da Companhia das Vinhas do Alto Douro acerca da cobrança do Subsidio Literario
- 7-11 Edital - Regimento da bibliotheca da Universidade, ordenado pelo vice-reitor J. Monteiro da Rocha
- 13-11 Regulamento sobre a admissão e exercícos práticos dos Guarda.Marinhas

1801

- Sem data Criação do primeiro curso médico em Gôa (ministrado por António José Miranda e Almeida que a intitulou Aula de Medicina e Cirurgia do Hospital Militar de Goa). O curso tinha uma duração de três anos. (também existe uma data para a mesma criação em 1794)
- 21-1 Carta regia - Criando, na faculdade de philosophia, uma cadeira de metallurgia, com dois substitutos ordinários e um demonstrador
- 21-2 Alvará - Regulamento da cadeira de diplomática, incorporada na Universidade de Coimbra
- 1-4 Carta regia - Criada na faculdade de mathematica as cadeiras de hydraulica e de astronomia prática, anexando ao professor d'esta o logar de primeiro astrónomo, e o de segundo ao substituto
- 1-4 Carta regia - Manda organizar os planos das viagens e expedições philosophicas
- 18-5 Carta Regia para o estabelecimento da Cadeira Metallurgia na Universidade de Coimbra e entrega do título de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, ao Reitor e Reformador da mesma Universidade
- 9-6 Alvará - Ordena que nos conselhos da real fazenda, do ultramar, do almirantado, e na junta do commereio, agricultura, fabricas e navegação, haja logares para mathematicos, professores da Universidade; que as inspecções e intendências das obras publicas sejam commettidas a mathematico graduados; e que em cada comarca haja um cosmographo, encarregado da execução da carta topographicca, etc
- 19-10 Carta regia - Concede uma ajuda de custo ao lente e ao demonstrador da cadeira de anatomia da faculdade de medicina
- 29-10 Carta regia - Determina que para a matricula na faculdade de philosophia se não exija mais do que o primeiro anno dos Cursos Mathemáticos e philosophico
- 13-11 Aviso régio - Manda que ao dr. Brolero, e aos seus sucessores na cadeira de botânica, se continue a abonar o aluguer da casa, emquanto não tiverem residência no jardim botânico
- 7-12 Supressão da Casa Literária do Arco do Cego. Incorpora-se na Imprensa Régia

1802

- 30-1 Restabelecimento das Antigas Ferrarias de Tomar e Figueiró dos Vinhos. As aulas de ler e contar para o ensino dos filhos dos operários destas ferrarias serão pagas pela Arca da Piedade
- 30-1 Criação de uma Junta Particular de Inspeção do Ensino
- 30-1 Criação de um Intendente Geral das Minas e Metais do Reino
- 4-2 Determina-se que a conservação das peças históricas fique pertencendo à Academia Real de História Portuguesa Eclesiástica e Secular
- 4-2 Determina-se que a conservação de monumentos antigos fique a cargo da Academia Real de História Portuguesa
- 18-3 Carta regia - Nomeia José Maurício lente da cadeira de musica e mestre da real capella da Universidade, como ordenado de 200\$000 réis, tirando obrigado a dar lições diárias, examinar os capelães, reger as funções e fiscalisar a musica académica
- 1-4 Criação de uma biblioteca para os "Escritos Marítimos dos Authores Portugueses"
- 27-4 Determinações acerca do papel selado: cargos e instituições do âmbito do ensino sujeitas a este imposto
- 1-7 Sugestões no sentido de encarregar os estudantes "hábeis" da Universidade de Coimbra de eleborar e planta topográfica das costas marítimas destinadas à plantação de pinhais
- 11-7 Carta Régia - Despesas com os Geraes para as Escollas Públicas da Corte - proibição de se proceder á criação de outro algum emprego concernente ao arrançamento dos Geraes sem primeiro consultar o Principe da necessidade, que houver dessa
- 31-7 Aprovação dos Estatutos da Sociedade Literária Tubucciana, estabelecida em Abrantes
- 4-9 Criação de um Arquivo Militar
- 23-10 Carta regia - Eleva a 230\$000 réis o ordenado do segundo cirurgião do hospital da Universidade, impondo-lhe o encargo da fiscalização

1803

- 4-2 Criação de uma Escola de Práticos para as Costas do Maranhão e Pará
- 9-2 Alvará criando em a Cidade do Porto aulas de Mathematica, Commercio, e Lingoas instituindo a “Academia Real de Marinha e Comércio” da Cidade do Porto em substituição das Aulas de Náutica e de Debuxo e Desenho
- 1-3 Instruções a observar pelo Director da Escola de Práticos para as Costas do Maranhão e Pará
- 2-3 Fundado o Colégio Regimental da Artilharia da Corte também conhecido por Colégio da Feitoria , que deu origem em 1813 ao Colégio Militar, no sítio da Feitoria, junto da Torre de S. Julião da Barra, pelo coronel António Teixeira Rebelo destinado a dar instrução aos filhos dos oficiais do regimento da artilharia da corte
- 9-3 Provisões acerca de denúncias de vinho por falta de manifesto para o Subsídio Literário
- 5-4 Criação da Administração da Imprensa Régia
- 8-4 A pedido do Bispo de Cabo Verde são criadas oficialmente na Ilha de S. Nicolau (Cabo Verde), uma cadeira de teologia moral e outra de gramática latina (que já ali funcionavam)
- 19-4 Decreto cedendo o privilégio exclusivo de certos “papéis” à Imprensa Régia
- 19-4 Aviso acerca da censura e licenciamento de “papéis periódicos” da Imprensa Régia
- 16-6 Edital da Polícia acerca de certos “papéis e livros ímpios”
- 18-7 Aviso acerca da impressão de “papéis volantes”
- 29-7 Estatutos da Academia Real da Marinha e Commercio da cidade do Porto. Criação das Aulas de Filosofia Racional e Moral e de Agricultura na Academia Real da Marinha e do Comércio da Cidade do Porto
- 5-8 Regulamento dos hospitaes da Universidade, respeitante a frequência das enfermarias pelos estudantes médicos e fiscalização que compete ao cirurgião
- 13-8 Bulla Cogitantibus Nobis - Erige uma tercenaria da catedral de Coimbra em comenda a da ordem de Chisto, para ser conferida a um lente da faculdade de filosofia
- 7-10 Criação de uma Aula de Matemática para o ensino dos indivíduos da Brigada Real da Marinha
- 8-11 Alvará - Confirma as letras apostólicas Cogitantibus Nobis, sendo a commenda de Christo provida no dr. Vandelli, 1.º lente da faculdade de filosofia
- 29-11 Decreto criando as cadeiras de teologia moral e de gramática latina na Ilha de S. Nicolau proposta no mesmo ano pelo Bispo

1804

- 23-1 Edital acerca dos exames de Cirurgiões. Dando a conhecer a exigência do Latim a todos os que viessem a exercer a Arte de Cirurgia e de Farmácia
- 11-5 Carta regia - Manda annexar á Universidade um laboratório chimico, estabelecido na capital, com aulas de docimastica e de pharmacia
- 21-6 Aviso régio - Que o terceiro anno malhematico seja preparatório obrigado para a faculdade de medicina
- 23-6 Carta regia - Cria dois lugares de clínicos para o hospital da Universidade, e um para o de S. Lazaro, providos em oppositores da faculdade de medicina, com ordenado de 200\$000 réis
- 1-12 Alvará - Regula a forma de provimento das cadeiras vagas. Admissão dos oppositores; suas obrigações e direitos. Provimento das collegiaturas. Equivalenciados serviços académicos aos da magistratura
- 1-12 Alvará regulando o provimento das Cadeiras da Universidade, e das Colegiaturas ou Becas dos Collegios de S. Pedro e de S. Paulo

1805

- 16-1 Alvará - Ordena uma nova distribuição das disciplinas e cadeiras das faculdades jurídicas
- 30-1 Carta regia - Reorganiza o pessoal docente das faculdades de cânones o de leis, em harmonia com a nova distribuição das cadeiras, ordenada pelo alvará de 16 de janeiro
- 5-3 Carta regia - Ordena que o mais antigo dos dois lentes de astronomia seja sempre o primeiro astrónomo, o mais moderno o segundo, e o substituto o terceiro; e que pela mesma ordem façam as vezes do director
- 27-3 Novo regulamento para os Hospitais Militares
- 7-5 Aviso régio - Determinações supplementares para execução dos alvarás de 1 de dezembro de 1804 e 16 de janeiro de 1805. Manda conservar a antiguidade a um oppositor em commissão fora do reino
- 7-5 Aviso régio - Dispensa as prescripções dos Estatutos e do alvará de 16 de janeiro, para que sejam logo impressas algumas obras de direito
- 10-5 Alvará - Ordena que os prelados diocesanos estabeleçam missões annuaes de clérigos á Universidade; que fundem seminários nas dioceses em que os não houver; que nenhum clérigo se ordene de sacerdote sem um curso completo de estudos; que no provimento dos benefícios sejam preferidos os theologos graduados; etc
- 15-8 Alvará concedendo o titulo do Seu Concelho aos Cancellarios da Universidade de Coimbra
- 12-9 Alvará mandando remeter para a Real Biblioteca Pública da Corte um exemplar de todos os “papéis” impressos
- 23-11 Carta regia - Permite que os oppositores excluídos no concurso geral sejam admittidos a nova prova; e que, se tiverem razões de suspeição contra algum vogal, as possam deduzir perante o chanceler

1806

- 27-6 Carta regia - Manda que se dé principio ás viagens e expedições philosophicas

1807

- Sem data O vice-rei da Índia acaba com a “aula de artilheria” substituindo-a por um curso de “fortificação”, unido ao da “marinha”, que lhe servia de preparatória

1808

- Sem data Alvará do Vice-Rei da Índia instituindo cinco cadeiras de latim no Estado da Índia, uma nas Ilhas da Velha cidade de Goa, duas em Salsete, em Majordá e Chinchinim, e duas em Berdez, nas freguesias de Mapuçá e Candolim
- 7-4 Creação do Arquivo Militar do Brasil e o seu Regimento
- 13-5 Regulamento da Imprensa Régia do Brasil
- 28-6 Alvará criado no Erário, e o Conselho da Fazenda do Rio de Janeiro; o mesmo alvará estabelece algumas normas quanto à forma de arrecadação do Subsídio Literário

1809

- 7-1 Extinção da Junta do Proto-Medicato
- 15-6 Estabelecimento de alguns impostos para as despesas da Junta do Comércio do Brasil, algumas das quais se destinam à criação das Aulas de Comércio da Corte
- 15-12 Normas para a isenção do Recrutamento Militar: “os estudantes, que nos Collégios e Universidades se acharem matriculados, mostrando effectiva applicação às Artes e Sciências”

1810

- 22-1 Alvará - Regimento das attribuições do physico-mór do reino e seus delegados na fiscalisação das boticas e drogarias e do exercício da medicina
- 17-6 Normas para a obrigatoriedade do recrutamento militar: “Ficão sujeitos ao Recrutamento todos os estudantes, que não mostrem ter sido aprovados nos Actos dos Cursos Scientificos da Universidade de Coimbra do anno lectivo, que proximamente findou.”
- 9-7 Portaria - Restringe a admissão dos archeiros. Numero, idade e condições dos que podem ser admittidos. Que se não ausentem sem licença do prelado
- 12-7 Portaria - Que os provimentos dos archeiros sejam feitos na conformidade dos Estatutos, em homens que não excedam a idade de 30 annos, ficando dependentes da aceitação do prelado
- 19-11 Criada nos Açores a Academia Militar da Ilha Terceira, cujo curso se iniciou em 1811
- 4-12 Carta de Lei creando em o Rio de Janeiro a Academia Real Militar para hum Curso completo de Mathematica

1811

- Sem data Criação do imposto conhecido como de “subsídio literário”, em Cabo Verde
- 12-1 Alvará - Concede o tratamento de Senhoria aos vice reitores da Universidade
- 26-1 Medidas tendentes a terminar com a existência de médicos sem formação universitária
- 31-3 Portaria - Declara que as auctoridades constituídas não podem estender a sua jurisdicção aos hospítaes da Universidade, mandando entrar nelles quaesquer doentes; e que estes só podem entrar por meio da aceitação legitima, determinada pelo estatuto académico

1812

- Sem data Criada no estado da India Portuguesa uma “aula de mathematicas applicadas à architectura militar”, dirigida por dous majores engenheiros vindos de Portugal (Lente Francisco Augusto de Barbuda Monteiro Cabral e João Baptista Alves Porto)
- Sem data A pedido de Sua Alteza Real, forma enviados para o Rio de Janeiro, 2 rapazes de S. Tiago (Cabo Verde), para aprenderem, na côrte; a arte da cirurgia
- 9-1 Plano para o recenseamento geral do Reino, contendo instruções respeitantes nomeadamente a estabelecimentos de ensino e agentes de ensino, alunos, bibliotecas, livrarias, museus, etc.
- 25-1 Decreto criando um Laboratório Químico-Prático no Rio de Janeiro
- 3-2 Criação de uma Sociedade de actores e Artífices, que virá a denominar-se Teatro de S. Carlos
- 2-3 Criação da Direcção médica, cirúrgica e administrativa do Hospital Real Militar do Rio de Janeiro
- 23-9 Provisão da Junta da Directoria Geral dos Estudos, regulando a economia das aulas da sua competência

1813

- 1-4 Aprovação do Plano dos Estudos de Cirurgia em funcionamento no Hospital da Mesericordia do Rio de Janeiro

- 18-5 Sentença proferida a favor da memória do Doutor José Ignacio da Rócha Peniz, Lente da Universidade
- 28-9 Portaria sobre o recrutamento da Tropa de Linha e Milícias do qual ficam isentos os estudantes da Universidade de Coimbra, das Aulas Régias, das diferentes Academias, etc
- 27-10 Decreto do Príncipe Regente - Aposentadoria activa concedida aos Professores de Filosofia e Primeiras Letras

1814

- 9-8 Medidas tendo em vista promover a formação dos Mapas Necrelógicos pela Junta de Saúde, cabendo ao professor passar certidões de óbito
- 24-10 Criação do lugar de Provedor Mór dos Orfãos; instauração da “Casa Pia do Castello, destinando-se-lhe as rendas que antigamente tinha, sendo possível, e ajuntando-se as do Collégio dos menimos Orfãos da Mouraria”
- 31-10 Portaria a estabelecer uma gratificação mensal a três mestras de meninas; também são estabelecidas mais dezoito mestras da Cidade de Lisboa
- 31-10 Resolução Régia Requerimento de Margarida de Jesus, Thereza Rosa de Jesus, e Maria Procopia que possam continuar a educar, nas casas das actuais residencias, vinte Meninas cada huma , ensinando-lhes Doutrina, lêr e escrever, contar, costura, e fazer vestidos na forma que lhes se oferecem e ainda que se execute a Resolução da Rainha, em data de trinta e hum de Maio de mil seiscentos e noventa quanto ao Estabelecimento de dezoito Mestras de Meninas na Cidade de Lisboa (são as três primeiras professoras do ensino primário oficial de que há memória em Portugal)

1815

- 17-1 Portaria - Manda que o bibliothecario da Universidade ponha em plena execução o regimento de 7 de novembro de 1800, occupando os officiaes nos diferentes serviços da biblioteca, e fiscalizando as faltas que elles commetterem
- 13-5 Edital prohibindo o livro “Conheça o mundo dos Jacobinos...”
- 15-5 Edital da Directoria Geral dos Estudos - Provimento de 18 escolas de meninas em Lisboa estabelecidas pela Rainha em 1790
- 12-7 Alvará estabelecendo que os Doutores Opositores sejam obrigados “...a escrever em cada anno Dissertações sobre matérias da sua escolha...”
- 12-7 Alvará - Modifica o alvará de 1 de dezembro de 1804, determinando que as dissertações dos oppositores, depois de examinadas pelos lentes censores, sejam julgadas definitivamente pelas congregações das faculdades
- 26-8 Carta Régia criando uma cadeira de Teologia na cidade do Funchal
- 10-10 Portaria do Governo mandando estabelecer uma Aula de ler, escrever e contar em cada Corpo de Infantaria, Caçadores, Cavalaria, e Artilharia do Exército, e na Guarda Real da Polícia, conforme as instruções juntas a esta mesma portaria
- 10-10 Instruções - Mandar estabelecer huma Aula de lêr, escrever, e contar, em cada um dos 24 Corpos de Infanteria , 12 de Caçadores, 12 de Cavallaria, e 4 de Artilheria, e no da Guarda Real da Policia de Lisboa

1816

- Sem data Criada na cidade da Praia (Cabo Verde) uma cadeira das primeiras letras
- 21-2 Alvará com o Regulamento das Ordenações; Isenções de serviço da Tropa em Linha
- 2-3 Compromisso de Hum Monte-Pio que em sus comuns beneficios, e de suas mulheres, filhos e mestres, assim régios, como os particulares licenciados na Corte
- 15-3 Decreto creando o lugar de director geral dos estudos no Brasil
- 18-5 Alvará - Regulamento do Collegio Millitar da Luz
- 16-10 Instruções - para os Professores das Escolas de primeiras Letras do Exercito
- 23-10 Instruções para os professores das escolas da primeiras letras dos corpos de linha do exército

1817

- 13-3 Edital do Desembargador do paço confirmando de hum termo da Mesa do Monte Pio dos Professores
- 17-3 Alvará - Concede aos representantes da Universidade, que assistam aos actos de real aclamação no mesmo degrau em que estiverem os tribunaes
- 30-4 Carta regia - Ordena que, emquanto se não proveremos logares vagos de ajudantes do observatório, fiquem encarregados de cálculos para as ephemerides dois lentes substitutos, vencendo cada um a gratificação de 100\$000 annuaes
- 16-7 (Em outros documentos tem a data de 26-10) Criação da Academia Militar no Estado da Índia com 3 cursos: de Artilharia (4 anos), Marinha (4anos), e Engenharia (5 anos)
- 26-7 Portaria com os Estatutos da “Academia Militar de Goa” após a fusão de todas as aulas existentes na India Portuguesa

1818

- Sem dia-1 Abertura oficial da “Academia Militar de Goa”

- 1-6 Régio Aviso aprovando os Estatutos da “Academia Militar de Goa”
- 5-8 Aviso declarando que as graduações concedidas aos lentes da Universidade, não são extensivas às promoções, e exercício dos Lugares da Magistratura nos Tribunais
- 6-8 Aviso régio - Indefere o requerimento d'alguns lentes da Universidade, que pediam a mercê de desembargadores honorários da casa da suplicação
- 13-8 Resolução - Os Lentes e Substitutos da Academia Real de Fortificação admitidos a acesso nos Postos militares

1819

- Sem data. Remodelação do curso médico em Gôa. (Existem documentos a referirem 1821) O curso é reorganizado com um novo plano de estudos de 4 anos
- 17-3 Portaria - Ordena que os ajudantes de clinica se alternem de três em três mezes, como determinam os Estatutos
- Sem dia-7 Á “Academia Militar de Goa” é acrescentada uma aula de desenho
- 3-9 Portaria - Que no hospital dos lázaros sejam admittidos os que se apresentarem com moléstias agudas

1820

- Sem data A pedido de Sua Alteza Real, forma enviados para o Rio de Janeiro, 2 rapazes de S. Tiago (Cabo Verde), para aprenderem, na côrte, a arte da cirurgia
- 30-3 Portaria com a determinação da Junta da Diretoria Geral dos Estudos em que se ordena a todos os mestres de primeiras letras, régios ou particulares, que fizessem decorar aos discípulos o folheto Breve exposição do Systema Métrico Decimal

1821

- Sem data Remodelação da «aula de Medicina e Cirurgia» ministrada em Goa, efectuada pelo Dr. Lima Leitão, pela qual o curso passa a ser de 4 anos, e os seus diplomados passam a obter o título de «Médicos por Sua Magestade»
- 19-2 Ordem - Dispensar os Estudantes da Universidade da frequência deste anno lectivo
- 28-2 Ampliar a Ordem de 17 de Fevereiro aos Estudantes Ultramarinos que frequentão a Universidade
- 16-3 Decreto aprovando o requerimento de Francisco Baptista Oliveira de Mesquita, Mercador de Livros, no qual expõe ser muito util a entrega de dois exemplares de todas as Obras, e papeis impressos no Reino ao Bibliotecario Maior da Biblioteca Publica de Lisboa
- 31-3 Determinar que o gráo de Bacharel, formado em Mathematica, baste para ser provido nas Cadeiras d'Academia da Marinha
- 16-4 Decreto Dar novo regulamento á Bibliotheca Publica sobre o horário
- 24-5 Abolir o estilo das Tenções em Latim praticado nas Relações devendo ser escritas em Portuguez
- 3-7 Permittir, que qualquer Cidadão possa ensinar primeras letras sem necessidade de exame, ou licença
- 28-8 Determinar como deve ser o laço Nacional, e as pessoas, que devem, ou podem traze-lo
- 1-10 Decreto - Os Professores e Mestres Regios, de hum e outro sexo, de primeiras letras, Grammatica Latina e Grega, Rhetorica e Filosofia, que por espaço de trinta annos continuos, ou interpolados, houverem regido louvavelmente, e sem nota, as suas respectirvas Cadeiras, serão Jubilados com vencimento de todo o seu Ordenado
- 6-10 Regular a jubilação dos Mestres Regios de primeiras letras, Latim, Grego, Rhetorica, e Philosophia
- 14-12 Portaria - Approvando editaes de policia académica
- 15-12 Portaria - Permite a entrada dos officiaes do juizo do crime nos hospitaes da Universidade, para exames de corpo de delicto
- 18-12 Portaria - Declara que os magistrados devem deprecar ao chefe da Universidade, para poderem commetter aos lentes qualquer serviço extraordinário
- 24-12 Portaria - Que no fim de cada anno lectivo o prelado envie a S. Majestade uma particular informação dos estudantes distinctos

1822

- 23-1 Portaria - Manda observar a prática de se convocarem os lentes immediatos, para comporem o conselho dos decanos na falta d'estes
- 31-1 Decreto para regular a habilitação dos Opositores ás Cadeiras da Universidade
- 1-2 Carta de lei - Exige habilitação em lilteratura e costumes aos doutores, para serem considerados oppositores; e aos bacharéis formados, para serem admittidos á matricula do sexto anno
- 7-2 Decreto - Regular de novo, e provisoriamente a habilitação dos opositores ás Cadeiras da Universidade
- 16-5 Portaria - Manda nomear oppositores para presidirem aos exames no collegio das artes
- 26-7 Decreto regular a maneira como devem ser providos os lugares vagos da Academia da Marinha de Lishoa
- 29-7 Decreto sobre o requerimento que a Camara de Terras de Bouro, da Provedoria de Vianna, fizeram sobre a opressão, que soffrem os Lavradores d' aquelle Concelho em serem collectados, para o Subsidio Litterario
- 3-8 Decreto – Regular a maneira de prover as cadeiras da Academia da Marinha
- 6-8 Ampliar a resolução de 24 de Abril de 1821 sobre o ordenado dos Professores de Primeiras Letras
- 20-8 Decreto – Estabelecer diversas disposições sobre os lugares de letras no Ultramar. -

- 20-9 Decreto - Será remetido para a Bibliotheca Publica Nacional, estabelecida em Lisboa, hum exemplar de qualquer escripto, que se imprimir em alguma Officina Typografica
- 13-11 Portaria - Compete á faculdade de leis decidir os recursos sobre questões de antiguidade

1823

- 14-3 Carta de lei - Desobriga os estudantes de medicina do estudo das disciplinas do 3.º anno mathematico
- 18-3 Determinar que os Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra não sejam obrigados ao estudo das Disciplinas do terceiro anno mathematico
- 22-3 Approvar o Collegio das Educandas, que se aha principiado na Capital do Pará, designando os meios que o Governo deve aplicar para a sua manutenção, assim como a sua direcção económica
- 8-4 Aclarar duvidas sobre a jubilação e ordenados dos Professores e Mestres Publicos de Grammatica Latina e primeiras Letras
- 21-8 Alvará – Requerendo aos Medicos, para serem providos em lugares de Serviço Público, e do Estado, Certidão de haverem obtido Informações pela Universidade de Coimbra
- 18-12 Carta de Lei revogando o Decreto das Côrtes de 28 de Junho de 1821 publicado em Portaria da Regencia de trinta do referido mez, número 99, que permittia a toda e qualquer pessoa o Ensino público, e o abrir Escolas de Primeiras Letras, sem dependencia de licença alguma, franqueando assim a porta da immoralidade, e destruindo os primeiros elementos da Educação, e da Instrucção que tem sempre sido hum dos principaes objectos da sollicitude de todos os Governos Civilisados, para que se não ensine alguma doutrina contraria á Religião, aos bons costumes e aos principios dos mesmos Governos, e tranquillidade pública; sendo por tanto necessário que os Professores para exercerem o seu Magisterio se mostrem primeiro habilitados com as convenientes qualidades, conforme a Legislação anterior, que Mando se observe; e que outro sim se fechem logo aquelas Escolas, que de outra sorte se tiverem aberto, em quanto os Professores se não habilitarem conforme a Lei

1824

- 14-1 Aviso régio - Auctorisa o reitor para augmentar até vinte o numero dos archeiros
- 4-2 Aviso régio - Estabelece interinamente os empregados, ordenados e atribuições, da administração da imprensa da Universidade
- 18-2 Aviso régio - Que as deputações da Universidade, que forem enviadas á Real presença, sejam compostas só de dois membros eleitos pelo claustro
- 18-2 Aviso régio - Auctorisa que se passem certidões das informações académicas
- 6-3 Restabelecendo a authoridade conferida aos Ordinarios e Mesa do Desembargo do Paço para a censura dos livros e de quaesquer escriptos
- 23-6 Edital - Regula a execução da carta regia de 13 de janeiro, que mandara distribuir uma única dissertação mensal em cada um dos annos das faculdades académicas
- 20-8 Aviso régio - Manda remetter um duplicado das informações das faculdades de cânones, leis e theologia, à secretaria de estado dos negócios ecclesiasticos e da justiça
- 27-8 Edital - Regula a forma dos exames preparatórios de arithmetica e geometria
- 10-9 Aviso régio - Que os estudantes não sejam admitidos á matricula, sem apresentarem conhecimento de ter comprado os livros na imprensa da Universidade
- 27-9 Aviso régio - Manda repetir um acto de formatura, julgado nullo por lhe faltar um arguente
- 13-10 Decreto extinguindo o emprego de Vice Inspector da Academia Real da Marinha e Commercio da Cidade do Porto e o Lugar de Director da Aula do Desenho da mesma Academia e Ordenando que a Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro conserve o Titulo e as Funcções de Inspector da Academia, como lhe foi concedido pelo Alvará de 9 de Fevereiro de 1803 e Estatutos mandados observar pelo de 29 de Julho do mesmo anno em tudo quanto não encontrar as funcções do Director literário da dicta Academia determinadas pela Resolução Regia de 27 de Agosto de 1817
- 4-11 Carta régia - Ordena que os lentes de prima, que tiverem oito annos de exercício, sejam condecorados com a carta do conselho
- 30-12 Alvará para que seja remettido para a Bibliotheca Publica hum exemplar de qualquer excripto que se faça imprimir nos Reinos de Portugal e do Algarve, seja qual for a sua matéria, grandeza, volume ou assunto do dicto impresso: e a corporação, sociedade, ou individuo a que pertença

1825

- 25-6 Alvará - Instituição das escolhas de cirurgia no hospital de S. José, em Lisboa, e no da Misericórdia do Porto. Regulamento para a regia escolha de cirurgia
- 16-7 Aviso régio - Que se pague regularmente aos lentes e empregados da Universidade, sem que sirva de embaraço o não se lhes terem ainda apromptado os respectivos diplomas
- 16-8 Alvará alterando o que a respeito da Academia Real da Marinha e Commercio da Cidade do Porto se acha differentemente disposto pelos Alvarás de 9 de Fevereiro e 29 de Julho de 1803 e por qualquer outra posterior Determinação, ou Resolução Regia, estabelece á mesma Academia huma nova dotação, reduz e reforma as suas despesas e dá outras providencias a beneficio daquelle Regio Estabelecimento

- 16-8 Aviso régio - Que não obste ao regular pagamento dos empregados da Universidade a menos legal forma dos titulos d'alguns délles
- 10-9 Resolução Régia para que principie no Hospital da Mesericordia da Cidade do Porto hum Curso regular de Cirurgia
- 3-11 Resolução Régia com as analogias das disciplinas, que se aprendem, e no methodo de ensino, que se acha adoptado nas Reaes Academias de Marinha, estabelecidas na Capital, e na Cidade do Porto, assim como no primeiro Anno Mathematico do Real Collegio Militar, e nos Estudos das Aulas Regimentaes
- 3-11 Aviso régio - Manda dar uma gratificação ao guarda de historia natural, L. Nadelini, pelo exercicio e ensino da arte de preparador; e admitir um ou dois aprendizes que o ajudem
- 3-11 Decreto determinando o que se deve observar com os Alunos das Reaes Academias de Marinha estabelecidas em Lisboa e no Porto, assim como com os Alumnos do primeiro anno Mathematico do Real Collegio Millitar, e dos Estudos das Aulas Regimentaes de alguns Corpos do Exercito, quando, ou quizerem entrar nalguma das duas Academias, ou passar de huma para Outra
- 21-11 Alvará ampliando os indultos de 5 de Junho de 1824, e de 24 de junho de 1825, a todos os indivíduos do Corpo Académico (Mestres, Doutores e Estudantes da Universidade de Coimbra) que não se acharem em cumprimento de degredo fora do Reino
- 23-11 Carta regia - Nomeia um cirurgião para o hospital da Universidade, com ordenado de 200\$000 réis, residência e ração, ficando encarregado da intendência económica do hospital
- 4-12 Alvará declarando o Alvará de 1772, concede á Fazenda da Universidade de Coimbra Iodas as Prerogativas e Privilegios da Imperial e Real Fazenda,
- 5-12 Alvará concedendo à Real Livraria de Mafra um exemplar de todas as obras publicadas nos Reinos em Portugal e dos Algarves, e querendo concorrer para o augmento, em beneficio da Publica Instrucção

1826

- 13-5 Carta regia - Estabelece regras para fixar a legislação relativa ao ordenado e vencimentos do vice-reitor da Universidade
- 30-5 Carta regia - Determina que entrem nos preparatórios de todas as faculdades noções claras, solidas e breves dos princípios e historia da religião
- 30-5 Carta Régia ao Reitor da Universidade de Coimbra. Determinando-lhe que observe inteiramente o Artigo 25 da Carta Regia de 28 de Janeiro de 1790 a respeito dos Estudantes, que frequentão as Classes do Collegio das Artes, e as Aulas da Universidade de Coimbra não obstante o que determinou em contrario o Aviso de 21 de Dezembro de 1792
- 30-5 Alvará para crear huma Comissão composta dos tres Decanos das Faculdades Positivas, a qual, classificando as infracções sobre o procedimento irreligioso de muitos dos Estudantes, proponha correccões
- 7-6 Carta regia - Providencias disciplinares sobre o modode reger as cadeiras; tempo em que devem cessar as lições; distribuição das doutrinas pelas lições de cada anno; relatórios do estado dos estabelecimentos; exploração nos actos; serviço dos oppositores
- 10-6 Alvará para promover a Instrucção Publica concedendo aos individuos que compõem as Ordens e Congregações Regulares permitindo-lhes uma mais facil admissão ao Magistério Público

1828

- 9-8 Decreto ordenando que não somente as Escolas Menores, como tambem a Universidade de Coimbra, fiquem sujeitas á direcção e inspecção da pessoa que S. M. houver de nomear, com o Titulo de Reformador Geral dos Estudos do Reino e seus Domínios
- 10-11 Decreto - Determina que do Erário Regio saião aos quartéis annualmente 10:000\$000 rs. para a manutenção das Escolas de Cirurgiã fundadas no Hospital Real de S. José

1829

- Sem data Remodelação da Aula de Medicina de Cirurgia do Hospital Militar de Goa, para Curso Médico Cirúrgico, de 4 anos, pelo físico mor Lima Leitão
- 29-3 Carta Regia ao Vice-Reitor da Universidade de Coimbra: Determina S. M. que no principio de Outubro deste anno continuem na Universidade os exercicios litterarios e que para isto se proceda desde Maio aos Actos e Exames necessarios e a tudo o mais que determinão os Estatutos e Leis Academicas, para que se consiga o fim, por que foi creada a mesma Universidade
- 30-4 Alvará creando no Real Collegio de Nobres huma Cadeira, em que se ensinem os principios de Arithmetica e Geometria e os Elementos de Chronologia, Geografia e Historia, e determinando que hajão dous Substitutos fixos, hum para a dita Cadeira que de novo vai crear-se, e para a de Philosophia, Racional, e Morale outro para as Cadeiras das Linguas Grega, e Latina, e de Rhetorica e quaes as provas que se devem exigir dos pertendentes
- 21-5 ou 24-5 Carta Regia ao Vice-Reitor da Universidade de Coimbra Determinando-lhe o que se deve observar com os Estudantes, que pertenderem matricular-se na Universidade, sobre os Exames de Lingua Grega, assim como de Rhetorica, e de Filosofia Racional, e Moral
- 15-6 Edital da Junta da Directoria Geral dos Estudos. Publicando que pela Regia Resolução de 29 de Maio de 1829, sobre Consulta da mesma Junta, pôde esta dar licença (para ensinar primeiras Letras, ou a Lingua Latina) a qualquer Presbytero Secular, ou Secularizado, com tanto que seja do Reino, sem preceder Exame, bastando que somente apresente Attestação de idoneidade era Letras, e costumes passada pelo respectivo Ordinario e que na pertençação ás

Cadeiras Regias da mesma qualidade preferirão a quaesquer outros, que não se acharem nas mesmas circumstancias e que os Emolumentos para a dicta licença se moderem quanto for possível. (Neste Edital se prescreve tambem o como devem requerer os Pertendentes)

1830

- 4-2 Alvará Fazendo extensivos aos Professores Regios de Filosofia Racional e Moral, de Mathematica Elemetar, e de Historia todas as Isenções, e Privilegios concedidos aos Professores Regios das Linguas Latina, e Grega, e de Rethorica, e regulano as Jubilações e Aposentamentos dos ditos Profesores Regios
- 29-3 Alvará - Creando huma Escola Veterinaria. Contém este Alvará 15 Artigos (Escola de Veterinária Militar)
- 29-3 Decreto - Determinando muitas providencias a respeito da sobredita Escola de Veterinaria e vencimentos dos Professores
- 10-4 Decreto [Ha por bem a Regencia em Nome da Rainha, aproveitando os conhecimentos. zelo, e louvavel offercimento de alguns individuos da Guarnicã da Ilha Terceira, crear uma Escola Militar Provisoria, na qual se desenvolva, quanto o permittirem as circumstancias, o ensino das Sciencias Mathematicas, e suas applicções á Arte da Guerra, muito particularmente aos conhecimentos elementares da Engenharia e Artilheria]
- 26-4 Regulamento da Escola Militar Provisoria
- 23-6 Decreto - Sobre a Matricula, e sobre as faltas dos Alumnos da Academia Real da Marinha
- 7-7 Portaria para [que se abra uma Escola no Castelo de S. João Baptista, onde se acham estabelecidas as officinas de Trem , em que se ensine aos aprendizes a ler, escrever e contar, doutina e moral Cristã]
- 23-8 Decreto ordenando que o Uniforme dos Officiaes Militares e mais Praças empregadas na Escola Veterinaria seja o mesmo que no Alvará de 29 de Março do corrente anno art. 15 se designa para os Professores, Substitutos, Mestres, e Alumnos daquelle Estabelecimento e que os Officiaes sobreditos usem do Uniforme com os Distinctivos das suas Patentes e que as mais Praças tenham Farda curta

1831

- 5-3 Decreto Creando na Cidade de Angra uma Escola para a mocidade do sexo feminino
- 27-8 Decreto nomeando a Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge da Congregação de S. Bernardo, para Reformador Geral dos Estudos destes Reinos e seus Domínios
- 5-9 Portaria do Vice-Rei D. Manuel de Portugal e Castro, criando 5 escolas públicas primárias, nos aquartelamentos da India Portuguesa, «não só para a instrução dos filhos dos Officiaes militares, e das praças, mas ainda dos habitantes das aldêas adjacentes» (uma delas na comarca de Bardês, em Colvale)
- 19-9 Carta Regia ao Vice-Reitor da Universidade de Coimbra para que se fechem as Aulas da mesma Universidade e do Real Collegio das Artes no mez de Outubro e que se conservem fechadas em quanto Sua Magestade não Ordenar o contrario
- 30-11 Carta Regia ao Dom Prior Geral, Cancellario da Universidade, para que faça interinamente as Funcções de Vice-Reitor da Universidade, recebendo annualmente a titulo de ajuda de custo 480\$000 réis pelo Cofre da mesma Universidade e que, no seu impedimento, faça as mesmas Funcções o Lente mais antigo de Theologia, que residir em Coimbra

1832

- 6-2 Alvará ordenando que a respeito da Real Bibliotheca particular de Sua Magestade se observe o que dispõe os Alvarás de 30 de Dezembro de 1824, e de 12 de Setembro de 1805 a respeito da Bibliotheca Publica, remettendo-se áquella hum Exemplar de todos os Escriptos para o Palácio de Queluz
- 29-3 Decreto para que os professores possam dar aulas de quaesquer Sciencias ou Artes honestas
- 24-4 Decreto sobre diversas aulas na Ilha Terceira
- 24-4 Regulamento para as Aulas na Ilha Terceira
- 15-5 Decreto determinando que em todas as Escolas do Reino de Portugal, Algarve e seus Domínios se substitua ao Cathecismo chamado de Montpellier o Cathecismo do Patriarchado de Lisboa adoptado para as duas Igrejas principaes do Reino
- 18-5 Carta Regia ao Cancellario da Universidade de Coimbra sobre a abertura da Universidade no mez de Outubro deste anno
- 6-6 Instrucções regulamentares para as aulas nas ilhas dos Açores - disciplinas, manuais, método de ensino, etc
- 6-6 Decreto - Haverá, nas Ilhas de S. Miguel, e de Santa Maria as seguintes Àulas á custa do Governo, independentemente das que possam ser estabelecidas por conta das Camaras Municipaes, ou de individuos particulares; a saber: treze Aulas de Primeiras Letras, tres de Grammatica Latina, uma Aula de Filosofia e Rhetorica, uma Aula dos Elementos das Mathematicas, e dos Princípios de Fysica geral, e duas Escolas de Meninas
- 6-6 Instrucções Regulamentares para as Aulas, e Escolas estabelecidas nas Ilhas de S. Miguel, e de Santa Maria, pelo Decreto de 6 de Junho de 1832
- 10-9 Carta Régia ao Cancellario da Universidade de Coimbra, participando-lhe que está restabelecido em Portugal, seus Domínios o Instituto da Companhia de Jesus, e que os Estudos das Aulas Menores do Real Collegio principiêm a 4 de Novembro, e sejam dirigidos pelos Membros da mesma Companhia, com as clausulas expressas nesta mesma Carta Regia

1833

- 3-1 Aviso para o Perfeito da Provincia dos Açores para fazer no systema geral dos estudos da Provincia aquellas reformas que julgar necessárias para melhor aproveitamento da instrucção publica, estabelecendo-se o maior numero possível d'aulas nas terras da Provincia, de forma que a ser-lhe possível, haja uma de primeiras letras em cada Freguezia
- 1-3 Inspeção da Casa Pia
- 8-3 Decreto - Dispensando dos actos e exames os estudantes que militaram pela causa da liberdade
- 9-7 Decreto Será estabelecida nesta mui antiga, e mui leal Cidade do Porto, uma Livraria com o titulo de Real Bibliotheca pública da Cidade do Porto
- 5-8 Decreto Os Bacharéis formados em Direito Civil ou Canonico pela Universidade de Coimbra, podem exercer o Officio de Advogados
- 8-8 Portaria reformulando a Escola Veterinária
- 27-8 Decreto ordenando que a jurisdicção contenciosa, que até agora exerciam o Fysico Mór, e o Cirurgião Mór do Reino, seja exercida d'ora em diante pelos Ministros e Justiças Territoriais
- 2-11 Decreto que cria uma Commissão, incumbida de formar um Plano geral de Estudos, Educação e Ensino Publico
- 24-12 Officio Circular com um inquérito geral sobre a Instrucção
- 28-12 Transfere o estabelecimento da Casa Pia para o Mosteiro de Belém
- 28-12 Ordena que d'ente o Clero Regular e Secular sejam convidados duzentos Sacerdotes, de reconhecida virtude, sciencia e zelo pela relegião, a fim de passarem ás Provincias d' Africa, e Asia, e alli distribuídos pelos respectivos Prelados irem parochiar nas Igrejas, pregar o Evangelho, e instruir aquelles Povos por espaço de seis annos

1834

- 21-1 Decreto que ordena que o Convento de Mafra seja d'ora em diante a morada dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, que sairão do Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra. — Este Mosteiro e respectiva Igreja, Sacristia, Alfaias, Cerca, e mais Predios ficam incorporados nos proprios da Nação. O Cardeal Patriarcha e seus Successores, residirão ao dito Mosteiro, e alli estabelecerão, Seminario, Aulas, Camara Ecclesiastica etc
- 15-2 Decreto que ordena a incorporação do Instituto dos Surdos, Mudos, e Cegos na Casa Pia, concedendo a prestação mensal de 400\$000 rs. pelo Terreiro Publico, authorisando para a recepção, e applicação da dita prestação ao Administrador Geral da Casa Pia, a quem fica incumbida a administração do dito Instituto
- 26-2 Decreto que supprime o Collegio dos Cathecumenos e ordena que estes sejam d'ora em diante admittidos na Casa Pia
- 17-4 Decreto que altera a pratica estabelecida nas Escolas de Cirurgia, quanto ao periodo, que percorre o curso lectivo das materias Medicas e Cirurgicas: Ordenando que as lições que os Estudantes deviam ter nos mezes de Novembro e Dezembro, sejam dadas no mez de Julho, ficando o mez gosto para Exames, e o de Setembro para ferias
- 2-5 Portaria ordenando que se faça publicar as Aulas do Collegio dos Nobres, como dispõe o Decreto de 16 de Junho de 1792
- 2-5 Portaria - Alteração aos horários das Bibliotecas Públicas
- 5-5 Decreto que instaura a Aula de Tachigrafia, que existiu nesta Cidade, nomeando para Professor della a José Sérvulo da Costa e Silva
- 23-5 Portaria que participa ao Doutor Joaquim José Paes, que serve de Vice-Reitor da Universidade, que deve considerar-se extincto o Juizo da Conservatoria da mesma Universidade, como foro privilegiado, visto não se achar feita, em quanto ás causas que nelle se tratam, excepção á regra geral estabelecida na Carta Constitucional da Monarchia, e no Decreto N.º 24 do 16 de Maio de 1832
- 23-5 Decreto que nomea o Doutor José de Sá Ferreira Santos Valle, Lente Cathedratico da Faculdade de Philosophia na Universidade de Coimbra, Director do Museu, e Jardim Botânico, contiguos ao Palacio d'Ajuda, ficando por este modo habilitado a abrir nova Aula publica, aonde explique os elementos da Sciencia, com a clareza, e methodo, que mais convenha á facilidade do ensino
- 28-5 Alvará que amplia o Alvará de 30 de Dezembro de 1824 e ordena que seja remettido á Biblioteca Publica da Corte um exemplar de qualquer estampa ou mappa, que se gravar, ou lithografar, assim como as de mais producções de semelhante natureza
- 28-5 Decretos que dá por extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Hospícios, e quaesquer Casas Religiosas de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra ordenando que os bens pertencentes aos ditos extinctos Conventos etc., sejam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional
- 7-6 Portaria que participa ao Enfermeiro Mór do Hospital Real de S. José que Sua Magestade Imperial encontra de mais ponderosa transcendencia os inconvenientes que se seguiriam de se não executar o Artigo do Titulo 1.º do Regulamento da Escola de Cirurgia
- 20-6 Decreto que estabelece meios de subsistencia aos Religiosos patrimoniados, professos de qualquer Instituto que fossem antes da extincção dos Conventos e Casas Religiosas, determinada pelo Decreto de 30 de Maio do corrente anno
- 9-7 Portaria - Approvando as providencias tomadas pelo vice-reitor da Universidade
- 12-7 Decreto - Manda admithir ao acto de formatura os bacharéis que deixaram de frequentar a Universidade, por terem adherido à causa constitucional
- 16-7 Decreto que extingue os Collegios de S. Pedro e de S. Paulo, na Cidade de Coimbra, incorporando seus bens, seja de que natureza forem, nos bens da Universidade de Coimbra

- 18-7 Portaria do vice-reitor - Reduz a despeza com o pessoal da imprensa, encarregando a direcção ao bibliothecario da Universidade. Tabela dos ordenados
- 18-7 Decreto que providencêa sobre a organização do Pessoal da Bibliotheca Publica da Corte
- 22-7 Portaria - Approva e manda executar a reforma da imprensa, proposta pelo vice-reitor
- 28-7 Portaria - Partícipando que o despacho de cada faculdade é feito em um único decreto, passando-se por elle portarias individuaes aos agraciados
- 18-8 Entrega na Bibliotheca Publica das Livrarias dos Conventos suprimidos, e todos os mais objectos de Artes e Sciencias pertencentes aos referidos Conventos
- 10-9 Portaria - Liquidação da divida aos Empregados no ramo da Instrucção Publica
- 10-9 Portaria ordenando que nas differentes Prefeituras deste Reino, se proceda á liquidação do que se estiver devendo aos Empregados no ramo da Instrucção Publica, e que se acharem habilitados para receber os vencimentos atrasados, sendo processadas as Folhas para regular o pagamento dos vencimentos correntes e futuros, não só destes, mas tambem dos mais Empregados e Funcionários civis de suas respectivas Provincias
- 15-10 Decreto - Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa
- 20-10 Carta regia - Sancionando a lei que subsidiou os estudantes comprometidos pela causa liberal, para poderem continuar os seus estudos
- 8-12 Decreto - Providencias a favor dos Academicos da Universidade de Coimbra, e Academias de Lisboa, e da Cidade do Porto

1835

- 7-1 Decreto - Criada uma Bibliotheca no Arsenal Real da Marinha com o objectivo de difundir entre todos os Subditos, de todas as classes, as luzes da Instrucção, e os conhecimentos das Sciencias e Literatura como instrumentos proprios para promover a prosperidade pública
- 17-1 Portaria — Mesadas aos Estudantes agraciados na conformidade da Carta de Lei de 20 de Outubro do anno proximo passado
- 18-2 Portaria - Comissão para propôr um Projecto de Estatutos para uma Academia de Bellas Artes
- 20-2 Decreto — Aula de Allemão no Real Collegio dos Nobres
- 26-2 Portaria — Cadeiras de Ensino Público nas Provincias Ultramarinas
- 26-2 Portaria — Cadeiras de Ensino Publica na Madeira e Porto Santo
- 5-3 Portaria — Pagamento das prestações aos académicos
- 6-3 Portaria — Compendios das Aulas em que se acharem matriculados os Estudantes da Escola Cirurgica da Cidade do Porto
- 14-4 Carta de Lei – Autoriza que todos os Estudantes que pegaram nas armas contra o usurpador, ou por qualquer modo e maneira foram victimas delle, e por isso deixaram de frequentar as Aulas da Universidade e das Academias poderão fazer os Actos, ou Exames das materias respectivas aos annos em que se tinham matriculado, e que não poderam frequentar pelas causas referidas
- 15-4 Carta de lei - Alumnos do Collegio Militar
- 25-4 Carta de lei - Auctorisa o governo para reformar o ensino publico, sem augmento de despeza
- 5-5 Decreto - Bens, direitos, e acções da Universidade de Coimbra incorporados nos Proprios Nacionaes
- 5-5 Decreto Decreta que o Seminário da extincta Igreja Patriarchal seja substituido por um Conservatorio de Musica, que se estabelecerá na Casa Pia e anexa o respectivo regulamento
- 5-5 Portaria Determina as habilitações com que devem apresentar-sé os individuos, que de futuro pertenderem ser providos em quaesquer lagares vagos, da Bibliotheca Publica
- 9-5 Regulamento da Casa Pia desta Capital
- 13-5 Decreto – Sissolvendo a Comissão, incumbida de formar um Plano geral de Estudos, Educação e Ensino Publico criada em 2 de Novembro de 1833 1 criada uma nova Comissão para propor um plano de Ensino Publico, Systema geral de Educação, e Instrucção Religiosa, Civil, e Litteraria
- 15-7 Decreto — Leitura da 2.ª Parte do Codigo Commercial Portuguez na Cadeira do 3.º Anno Mathematico das Academias de Marinha de Lisboa e Porto
- 30-7 Portaria autorizando que Prefeito da Provincia do Alem-Téjo mande arrernatar o rendimento do Subsidio Litterario
- 11-8 Decreto - Abrir-se-hão duas Escólas Normaes Primarias, uma na Cidade de Lisboa, outra na do Porto, no praso, e debaixo da direcção das pessoas que o Governo designar e que serão obrigados a frequentar as mencionadas Escólas Normaes os Professores Publicos de Primeiras Letras de Uma e outra Cidade
- 2-9 Portaria — Curso publico e gratuito de lições de Physiologia
- 7-9 Decreto — Regulamento Geral de Instrucção Primaria
- 7-9 Decreto — Conselho Superior de Instrucção Publica
- 14-9 Portaria — Escolas Normaes
- 16-9 Portaria — Programma publicado pela Academia de Marinha
- 18-9 Portaria — Junta da Fazenda da Universidade de Coimbra, extincta
- 28-9 Decreto — Conselho Superior de Instrucção Publica
- 8-10 Decreto — Regulamento da Direcção das Escólas Normaes do Ensino Mutuo
- 13-10 Decreto. Plano d'Estudos para o Real Collegio Militar
- 24-10 Decreto — Conselho Superior de Instrucção Publica

- 31-10 Decreto — Escólas Primarias
- 7-11 Decreto — Instituto das Sciencias Phisioas e Mathematicas
- 2-12 Decreto — Educação e Instrução Publica

1836

- 11-1 Decreto - Egressos que seguem as Aulas da Universidade dispensados de coadjuvar os Parochos do Reino
- 25-1 Decreto - Faz mercê da commenda de Christo ao decano da faculdade de philosophia
- 27-1 Carta de lei - Permite que os estudantes comprometidos pela causa liberal, que em 1833 estavam matriculados no quarto anno de direito, lendo feito acto de bacharel, sejam admittidos ao de formatura
- 4-2 Decreto Os Académicos qualificados pelo § segundo da Lei de 20 de Outubro de 1834, e sustentados á custa do Estado, tendo algum Emprego Publico, visto estão isentos do seu exercicio, não podem perceber d'elle algum emolumento ou prestação em quanto frequentam os estudos
- 8-4 Portaria - Restos dos Edificios que o Infante D. Henrique fundara na Villa de Sagres
- 15-4 Portaria - Curso de Geodesia
- 23-5 Instruções para o governador geral dos Estado da Índia, para promover e animar, por todos os modos, a instrução pública em Timor
- 25-8 Portaria - Fundação de uma Biblioteca nas Capitaes dos Districtos Administrativos, e de outros Estabelecimentos Scientificos
- 25-8 Circular - Fundação de uma Biblioteca nas Capitaes dos Districtos Administrativos, e de outros Estabelecimentos Scientificos
- 27-8 Decreto Museu de História Natural existente na Ajuda incorporado no Museu da Academia Real das Siencias em Lisboa
- 1-9 Decreto - Determina que os repetentes, quando forem empregados na regência de cadeiras, vençam o ordenado estabelecido para os oppositores
- 12-9 Decreto - É criado na Cidade do Porto, entre as fadigas da guerra, um Museu de Pinturas, Estempas e outros objectos de Bellas Artes
- 15-9 Aviso - Projecto do Regulamento de uma Academia de Bellas Artes
- 17-9 Portaria - Plano de economias na Academia de Fortificação Artilheria e Desenho
- 19-9 Avio - Edificio dos Proprios da Nação para sé accommodate a Academia de Fortificação Artilheria e Desenho
- 21-9 Portaria - Ordenados dos Professores, ou Empregados da Universidade, que não estiverem em effectivo serviço
- 23-9 Portaria - Estudos das Escolas Cirúrgicas em Lisboa
- 24-9 Decreto - Logar de Director do Real Collegio Militar, suprimido
- 28-9 Portaria - Comissão para propôr um Plano das Reformas necessarias no Çollegio Real dos Nobres
- 7-10 Circular - Arrecadação das Livrarias Manuscritos, Pinturas, e Preciosidades Litterarias e Scientificas das extinctas Ordens Religiosas
- 8-10 Circular - Empregados que deixaram de prestar Juramento á Constituição de 1822
- 8-10 Decreto - Dispensa de frequencia do 5.º anno aos Estudantes das Faculdades Jurídicas
- 8-10 Decreto - Amplia a concessão da carta de lei de 27 de janeiro aos que fizerem acto de bacharel em 1836; e aos agraciados por aquella lei, que se matricularem no sexto anno, manda levar em conta o tempo de frequência que tiverem no quinto
- 11-10 Portaria - Instrução primaria
- 14-10 Portaria - Aula de Diplomatica
- 19-10 Decreto - Regimen Litterario e Economico da Academia de Marinha e Commercio da Cidade do Porto
- 22-10 Decreto - Livraria dentro do Palácio das Côrtes, com a denominação de Bibliotheca das Cortes
- 25-10 Decreto. Academia de Bellas Artes em Lisboa
- 25-10 Decreto - Bibliotheca especial de Bellas Artes
- 25-10 Decreto - Nomeação dos diversos Empregados da Academia das Bellas Artes de Lisboa (nomes dos Professores e dos Substitutos)
- 25-10 Relatório com a situação da Academia de Bellas Artes (Apezar da criação da Aula de Gravura em 1763, da d' Esculptura em 1501 e da de Desenho de Figura e Architectura Civil em 1781...)
- 27-10 Portaria - Manda encorporar no jardim botânico a cercado collegio de S. Bento e a parte confinante da cercado convento dos Carmelitas
- 27-10 Portaria - Manda entregar á Universidade os edificios os collegios, que pertenceram ás extinctas ordens regulares, e outros prédios situados no bairro alto, destinando-os particularmente para habitação de lentes, estudantes e empregados
- 27-10 Decreto - Casa Pia na Cidade de Evora, e seu Regulamento
- 29-10 Portaria - Alistamento do Batalhão Academico de Lisboa
- 29-10 Portaria - Alistamento do Batalhão Academico de Coimbra
- 31-10 Decreto - Edificios em que se achavam collocados os Estabelecimentos extinctos pela fundação da Casa Pia na Cidade de Evora
- 31-10 Portaria - Bibliothecas entregues nos Collegios da Rua da Roza, Calvario, Mouraria, e mais Estabelecimentos Publicos de Educação nesta Capital
- 8-11 Plano de Organização do Batalhão Academico de Lisboa

- 9-11 Decreto - Dispensa a frequência do quinto anno, nos termos da carta de lei de 27 de janeiro, aos estudantes actualmente matriculados no terceiro e nos anos anteriores das faculdades de direito
- 9-11 Portaria - Livraria para a Escola Cirurgica de Lisboa
- 11-11 Portaria - Cadeiras do Ensino Publico, e modo de prover ao pagamento dos vencimentos dos Professores na Cidade da Horta
- 15-11 Portaria - Approvando o plano de organização do batalhão académico,
- 15-11 Decreto - Reforma da instrução primaria, segundo o plano geral dos estudos organizado pelo vice-reitor da Universidade, José Alexandre de Campos. (Art. 1.º a 37.º)
- 17-11 Decreto - Reforma da instrução secundaria, em continuação do plano geral dos estudos. (Art. 38.º a 70.º)
- 18-11 Decreto Criado um Observatório de Artes, e Officios
- 22-11 Decreto - Academia Portuense das Bellas Artes, e seus Estatutos
- 29-11 Portaria - Ordenando que o batalhão académico exista só em tempo de guerra, e que o alistamento seja voluntário
- 3-12 Decreto - Empregados e Professores nomeados para a Academia Portuense das Bellas Artes
- 5-12 Decreto - Reforma da instrução superior; plano de estudos para a Universidade de Coimbra. (Continuação do plano geral, art. 71.º a 111.º)
- 7-12 Decreto Approvando o Regulamento da Bibliotheca Publica da Côrte
- 9-12 Portaria. Alunos de diversas Academias desta Capital alistados no Batalhão Academico de Lisboa
- 15-12 Portaria. Plano para regular o methodo de Instrução Primária e Secundaria
- 24-12 Portaria. Manda abrir a nova aula de economia politica, estabelecida no terceiro anno da faculdade de direito em logar da synthetica de direito romano
- 28-12 Decreto - Vencimento dos Empregados da Casa Pia da Cidade de Evora
- 29-12 Portaria sobre edificios Publicos mais proprios para a Collocação da Escola Normal Primaria e de Ensino Mutuo, Lyceo Nacional, e Escolas do ensino simultaneo
- 29-12 Decreto - Reforma das escholas de cirurgia de Lisboa e Porto, que passam a denominar-se -Escholas medico-cirurgicas. (Continuação do plano geral dos estudos, art. 112.º a 104.º)
- 30-12 Portaria sobre edificios Publicos mais proprios para a Collocação da Escola Normal Primaria e de Ensino Mutuo, Lyceo Nacional, e Escolas do ensino simultaneo
- 30-12 Portaria sobre o programma da Sociedade Civilisadora do Districto de Castello Branco, louvando o trabalho destes cidadãos
- 30-12 Portaria sobre a Academia das Bellas Artes de Lisboa estabelecendo as differentes Aulas e mais objectos de Exercício e Estudo Academico no extincto Convento de S. Francisco da Cidade
- 30-12 Portaria - Comissão para administrar o Deposito das Livrarias dos Conventos extinctos
- 30-12 Circular. Inventário dos quadros feitos pela Comissão encarregada do deposito das Livrarias dos extinctos Conventos e que possam ser utilizados na Academia das Bellas Artes

1837

- 4-1 Decreto abolindo o Real Collegio dos Nobres
- 4-1 Decreto - A cerca do extincto Convento de S. Francisco da Cidade do Funchal será destinada para um terreno de ensaios, e viveiro de plantas úteis, assim indigenas, como exoticas, Este mesmo Estabelecimento servirá de auxilio ás Instruções em principios de Botanica e Agricultura, que fizerem parte do Curso de estudos do Lyceo na Cidade do Funchal
- 5-1 Decreto de criação do Conservatório Portuense de Artes e Officios
- 11-11 Decreto de criação da Escola Polytechnica para o exercito e a marinha
- 12-1 Decreto de criação de uma Comissão da Escola Polytechnica
- 12-1 Circular Manda criar Conservatório Geral da Arte Dramatica, dividido nas tres Escolas de Declamação, de Musica, e de Dança Mimica, e Gymnastica especial
- 12-1 Decreto de Nomeação do Director da Escola Polytechnica
- 12-1 Decreto com o Plano dos Estudos do Real Collegio Militar
- 12-1 Decreto de criação de uma Casa Pia com o nome de Asylo rural Militar para recolher, alimentar e educar 80 alunos filhos de militares pret
- 12-1 Decreto da criação da Escola do Exercito, seu objecto e respectivos Estudos
- 12-1 Decreto sobre os Conservatórios da Arte Dramatica e de Musica estabelecidos no Edificio do extincto Convento dos Caetanos
- 13-1 Decreto - Reforma da Academia Real da Marinha e Commercio, ficando com a denominação de Academia Polytechnica do Porto. (Continuação do plano geral dos estudos, art. 105.º a 171.º) Porto para formar engenheiros de todas as classes e substitui a anterior Academia Real da Marinha e Commercio
- 13-1 Decreto sobre Sciencias industriaes
- 13-1 Decreto sobre Academicos Honorários da Academia das Bellas Artes de Lisboa e Porto
- 14-1 Decreto sobre a Escola de Veterinaria que fica dependente da Escola do Exército e institui a sua organização
- 16-1 Portaria sobre a Casa da Cidade do Funchal concedida á Sociedade encarregada de promover a Educação da Infancia desvalida
- 28-1 Decreto de Nomeação dos Lentes da Escola Polytechnica
- 30-1 Portaria de participação da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa sobre o Curso Especial de Pharmacia

- 9-2 Portaria sobre o donativo á Academia Portuense de Bellas Artes, de duas Collecções de Estudos de um Lente de Pintura Historica nas suas aulas de Nú
- 15-2 Portaria sobre Comissoes Inspectoras da Instrucção Primaria
- 15-2 Portaria sobre o esbelecimento de novas Escolas na Villa da Ribeira Grande, em Ponta Delgada
- 15-2 Portaria que define o Estabelecimento de novas Escolas e pede ao Conselho Geral para propor anualmente a criação de um número dellas
- 15-2 Portaria que nomeia o Machinista Gaspar José Marques encarregado do concerto das Machinas e Instrumentos que lhe forem remetidos da Escola Politechnica
- 15-2 Circular para que o Conselho Provincial de Instucção Publica proceda à criação de Circulos de Instrucção Primaria e organize um Mappa das localidades aonde devam collocar-se outras Escolas além das já creadas
- 15-2 Decreto Pergunta se já estão instaladas algumas Comissões Inspectoras da Instrucção Primaria, creadas pelo Artigo 37 do Decreto de 15 de Novembro do anno anterior
- 15-2 Decreto - Pergunta ao Conselho Geral Director do Ensino Primario, e Secundário para fazer um mapa aonde se devem estabelecer-se mais Escolas
- 3-3 Portaria - Manda abonar a gratificação de 50\$000 réis annuaes ao guarda de historia natural, pelo serviço de preparador e ensino de um aprendiz
- 14-3 Portaria sobre a Academia de Bellas Artes em Lisboa encarregada da Administração da Officina Lithografica
- 19-4 Portaria de Nomeação do primeiro Bibliothecario da Bibliotheca de Bellas Artes
- 21-4 Portaria sobre o cumprimento das disposições dos Artigos 158 a 161 do Decreto de 13 de Janeiro proximo passado pela Academia Polytechnica do Porto
- 28-4 Portaria sobre o Exame de varias Cadeiras do Ensino Primario e Secundário, e Clássicos sobre que versam os ditos exames
- 28-4 Portaria sobre a Instalação das Comissões Inspectoras da Instrucção Primaria
- 29-4 Portaria sobre a criação de uma Livraria para serviço do Conservatorio da Arte Dramatica
- 17-5 Carta de Lei sobre o pagamento de Matriculas do corrente anno lectivo
- 17-5 Carta de Lei - Estudante da Faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra, José Maria Baldy, dispensado do acto de repetição
- 18-5 Carta de Lei sobre Matriculas e Compêndios dos Estudantes Militares que frequentam actualmente as Aulas da Universidade de Coimbra e outras
- 23-5 Portaria - Auctorisa os oppositores de medicina e mathematica para assistirem como examinadores aos actos das suas faculdades
- 26-5 Portaria sobre o Ensino Primario e Secundário
- 26-5 Decreto Cadeira de Primeiras Letras da Villa d'Almodovar
- 10-6 Portaria sobre o Processo das Folhas dos Professores
- 1-7 Portaria com uma substituição Medica na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 1-7 Circular Concurso para ha vaga na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 5-7 Portaria relativa a Cadeiras vagas da Universidade de Coimbra
- 21-7 Portaria sobre a Abertura de 3 Aulas na Academia Portuense de Bellas Artes
- 19-8 Carta de Lei sobre o Direito e Sêllo das Mercês aos Professores de Instrucção primaria
- 7-9 Reforma da Instrucção primária (nesta reforma é estabelecido o ensino de desenho linear)
- 9-9 Decreto com o Regulamento da Officina Lythografica de Lisboa
- 9-9 Portaria sobre o pagamento dos ordenados dos Lentes Jubilados
- 12-9 Decreto para a melhor organização das aulas do Collegio Militar e sobre os lentes das materias
- 17-10 Carta de Lei sobre Matriculas do corrente anno lectivo na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 19-10 Portaria do Vencimento dos Professores do Ensino Simultaneo da Escola da Cidade do Funchal
- 19-10 Portaria do pagamento dos Professores de Ensino Publico
- 20-10 Portaria das Multas aos Empregados da Academia Portuense de Bellas Artes
- 20-10 Portaria relativa à Instrucção Primaria e Secundaria
- 20-10 Decreto - Solocitar à Academia Portuense que a mesma proponha, no que lhe fór applicável, um Projecto de Regulamento
- 21-10 Portaria sobre as Folhas do Vencimento dos Empregados da Academia Portuense de Bellas Artes
- 24-10 Portaria sobre a Entrega dos Exemplares á Bibliotheca Nacional de Lisboa
- 25-10 Portaria sobre as Aulas da Academia de Bellas Artes collocadas na Academia Polytechnica na Cidade do Porto
- 25-10 Offício - Aprovada a medida de serem provisoriamente collocadas na Academia Polytechnica duas Aulas da Academia de Bellas Arles, e no Edifício do Museu outra Aula da mesma Academia, além de uma que alli se achava já estabelecida
- 26-10 Portaria sobre Pagamentos aos Professores do Ensino Publico nos proprios concelhos em que residem
- 6-11 Decreto sobre Estudos Menores desta Cidade de Lisboa
- 20-11 Esclarecimento sobre a competencia dos Exames dos Boticarios, Pharmaceuticos, Cirurgiões e Medicos formados em Universidades Estrangeiras
- 11-12 Portaria do Assento e precedencia dos Lentes da Universidade de Coimbra nos Actos académicos
- 11-12 Esclarecimento - Reclamações do Lente de Vespera da Faculdade de Canones João José de Oliveira Vidal, e do Lente de Prima da Faculdade de Leis Manoel de Serpa Machado, sobre o assento e precedencia nos Actos Academicos;
- 11-12 Portaria - Decide pela antiguidade do grau de doutor a questão de precedência entre o lente de véspera de cânones e o lente de prima de leis

- 16-12 Portaria - Manda observar a disposição dos Estatutos: que as serventias dos officios sejam gratificadas com a terça parte do ordenado do officio servido
- 16-12 Portaria da Instrucção do Clero no Bispado de Portalegre
- 18-12 Lei em relação à opposição à Portaria de 21 de Novembro ultimo pela qual lhe ordenou Governador (ao Vigário Capitular do Bispado de Coimbra) que propozesse um Regulamento litterario e economico para a Seminario daquella Diocese
- 23-12 Portaria sobre Emolumentos na Secretaria da Universidade de Coimbra e na Secretaria da Direcção do Ensino Primario e Secundário
- 29-12 Portaria sobre Adições não satisfeitas aos Professores de Ensino Publico pelo ex-Contador de Leiria

1838

- Sem data Carta do Ministro da Marinha e do Ultramar, Visconde de Sá da Bandeira, ao Cardial Patriarca, para que pusesse a concurso as igrejas vagas em cabo Verde e desse preferéncia aos que se pudessem dedicar à instrucção primária da mocidade
- Sem data Carta do Ministro da Marinha e do Ultramar, Visconde de Sá da Bandeira, ordenando à Casa Pia, para que reservasse 50 lugares para os filhos do Ultramar
- Sem data Carta do Ministro da Marinha e do Ultramar, Visconde de Sá da Bandeira, mandando ao ao Governador Geral de Cabo Verde, livros e objectos destinados ao ensino, para serem distribuidos pelas escolas de primeiras letras da provincia
- 3-1 Portaria para que a Academia Polytechnica do Porto envie mapa dos empregados
- 29-1 Portaria sobre o Ensino dos principios elementares das Sciencias Mathematicas no Districto da Horta
- 29-1 Portaria sobre a Instrucção Primaria e Secundaria
- 3-2 Portaria sobre as Folhas dos Ordenados dos Professores de Ensino Publico do Districto de Braga
- 3-2 Portaria que determina que a Edição Official de toda a Legislação é somente a que se fizer na Imprensa Nacional
- 15-2 Carta de Lei que são Admittidos a matricula e frequencia do 5.º anno da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, não obstante o lapso de tempo, dos Estudantes da mesma Universidade
- 17-2 Portaria para que se abra concurso por 30 dias para Director do Jardim Botanico da Ajuda a que anda annexa a Cadeira de Botanica
- 22-2 Portaria do Abono das Pensionarias do Monte Pio, Officiaes Reformados, Empregados das Repartições extinctas e Lentes aposentados e jubilados
- 7-3 Portaria do Pagamento aos herdeiros do Professor de S. Pedro do Sul Manoel José Fernandes
- 15-3 Portaria sobre Titulos, Cartas, ou Diplomas que authorisam os Empregados Publicos ao exercicio das suas funcções
- 9-4 Carta de Lei sobre Dispensa de exame aos estudantes actos e theses, no anno lectivo de 1837-1838
- 14-4 Portaria do envio aos Administradores Gerais de exemplares impressos sobre a Epoca e modo do juramento á Constitucção
- 7-5 Portaria do Abono dos Officiaes Reformados, Aposentados, e Lentes Jubilados
- 10-5 Portaria sobre a Instrucção publica
- 10-5 Portaria sobre Escolas de ensino primario por conta dos Concelhos
- 12-5 Portaria dos Meninos orfãos da Cidade do Porto admittidos gratuitamente á frequencia das Aulas da Academia Polytechnica alli estabelecida
- 15-5 Portaria dos Pensionistas do Monte Pio, Tencionarias, Officciaes Reformados, etc
- 23-5 Portaria - Os diplomas d'encarte dos lentes e professores de instrucção primaria, secundaria e superior, são expeditos pelo ministério do reino, solicitando os agraciados as competentes guias para pagamento dos direitos de mercê e sello
- 25-5 Portaria sobre Cartas dos Empregados da Universidade de Coimbra
- 25-6 Portaria sobre a educação da mocidade na Provincia de Cabo Verde
- 23-8 Portaria sobre os Professores Publicos no Districto da Horta
- 5-9 Portaria da constitucção da Escola Nacional Primaria de Ensino Mutuo de Lisboa nas Casas do extincto Convento da Boa Hora, Chiado
- 12-9 Portaria para que os Admnistradores Gerais de Districto indiquem quais os Edificios Públicos são mais próprios para acomodar os Lyceus Nacionaes e pedido da relação do mobiliário, livros para as Bibliotecas e regulamento
- 11-10 Portaria sobre os Lyceus creados por Decreto de 17 de Novembro de 1836 e professores
- 16-10 Edital do vice-reitor Luiz Manoel Soares, suscitando a observância dos artigos decididos sobre a justilicação das faltas de frequéncia
- 14-12 Portaria. Ordenando ao vice-reitor da Universidade, que ponha em rigorosa observância as disposições legaes relativas a feriados e distúrbios dos estudantes

1839

- 2-3 Declarações mensaes dos Professores de Instrucção Primaria e Secundaria, para o processo das folhas
- 18-3 Portaria - Recommenda ao novo vice-reitor, José Machado de Abreu, a pontual manutenção da disciplina académica
- 20-3 Portaria - Manda remetter em cada trimestre, á secretaria do reino, uma informação da frequéncia, applicação e aproveitamento, dos alumnos militares da Universidade e da Academia polytechnica do Porto

- 13-4 Portaria - Ordena a remessa semanal ao ministério do reino dos trabalhos para o Índice chronologico das providencias de execução permanente, expedidas desde 1603 acerca da Universidade e repartições da sua dependência
- 22-4 Edital do vice-reitor - restaurando os antigos preceitos da disciplina académica, e dando providencias sobre a policia dos geraes e do collegio das artes
- 23-4 Carta de lei - Isenta os estudantes agraciados pela lei de 20 de outubro de 1834 do pagamento de sello e emolumentos das cartas de bacharel e formatura
- 25-4 Isenção de sêllo e emolumentos nas Cartas de Bacharel e formatura dos Estudantes da Universidade de Coimbra
- 6-5 Carta de Lei da Pensão annual a António Feliciano de Castilho
- 7-5 Portaria sobre o Edificio Nacional em que esteve o Seminario de Sernache do Bomjardim applicado para um dos quatro Lyceos
- 13-5 Instruções para o Governador das Ilhas de Solor e Timor, Frederico Leão Cabreira, autorizando-o o estabelecimento de uma escola de primeiras letras e educação, convidando para a sua frequência os filhos dos régulos (nessa carta refere terem sido estabelecidos pelo anterior Governador, de duas escolas, uma em Díli (com cerca de 50 alunos) e outra em Batugadé)
- 3-6 Portaria com a Creação de novas Cadeiras de Instrucção Primaria
- 5-6 Requisições da Commissão Administrativa do Deposito de Livrarias dos extinctos Conventos
- 30-6 Carta de lei - Auctorisa o governo para decretar a reforma da disciplina académica
- 4-7 Portaria sobre a moeda em que devem ser pagos os Professores de Instrucção Publica do Districto da Horta
- 13-7 Portaria com instruções para Processo das folhas dos Professores no Districto de Coimbra
- 13-7 Portaria sobre atestações das Camaras Municipaes aos Professores de Primeiras Letras
- 17-7 Portaria para que as Camaras Municipaes sejam obrigadas a pagarem 20\$ aos Professores Primários
- 18-7 Pagamento de Direitos de Mercê a que são obrigados os Empregados da Escola Medica-Cirurgica
- 19-7 Portaria das Disposições da Portaria de 17 de Novembro de 1838 extensivas ao Districto de Coimbra para o Administrador Geral mandar passar cedulas dos ordenados do professor de Grammatica Latina
- 30-7 Carta de Lei que manda estabelecer Escolas de Primeiras Letras nos edificios concedidos ás Camaras Municipaes das Cidades e Villas do Reino
- 30-7 Carta de Lei com providencias necessarias para a conservação da boa ordem e disciplina da Universidade Coimbra
- 1-8 Portaria sobre dúvidas que se offercem na formação do Orçamento á Academia das Sciencias e á de Bellas Artes
- 8-8 Portaria com authorisação concedida ao Vice-Inspector da Academia das Bellas Artes de Lisboa para requisitar differentes objectos para a dita Academia
- 22-8 Portaria sobre o concurso da Cadeira de Latim na Covilhã
- 31-8 A Junta da fazenda, para equilibrar o orçamento da Colónia de Cabo Verde, decide extinguir as cadeiras de teologia moral e de gramática latina, criadas na Ilha de S. Nicolau (proposta não aceite de imediato, até que foram suprimidas por portaria régia de 1841)
- 3-9 Portaria concedendo licença ao Professor da Aula de Pintura Histórica da Academia de Bellas Artes em Lisboa para ir a Roma
- 6-9 Portaria da matricula dos Estudos Universitários e do Collegio das Artes
- 7-9 Portaria com providencias para generalisar a Instrucção Primaria
- 14-9 Portaria da nomeação dos vogaes para as Commissões Inspectoras da Instrucção primaria
- 17-9 Portaria sobre o estabelecimentos de Lycêos
- 18-9 Determinação do Vice-Reitor interino da Universidade de Coimbra em que o mesmo expõe as duvidas, que lhe occorrem ácerca do abono dos deus Guardas que actualmente existem no Collegio das Artes
- 18-9 Portaria dos Ordenados dos Guardas do Collegio das Artes em Coimbra
- 19-9 Portaria que manda constituir na Capital do Districto Administrativo de Coimbra, a Escola Normal Primaria, e de Ensino Mutuo
- 21-9 Portaria - Determinando que se pague o sello de 1\$600 réis pelos diplomas dos prémios conferidos aos estudantes
- 26-9 Portaria Que o thesoureiro do cofre académico entregue na contadoria do districto, no principio de cada mez, o dinheiro recebido de cartas e matriculas
- 26-9 Portaria sobre a applicação dos rendimentos e propinas das matriculas da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 30-9 Portaria da prestação consignada para a sustentação do Collegio Militar
- 8-10 Portaria - Ordenando a transferencia da economia politica da 8.ª para a 10.ª cadeira: que a faculdade de medicina faça nova distribuição das disciplinas do curso; que para a propriedade da cadeira de architectura seja proposto o substituto mais apto; que o exame preparatório de arithmetica se faça como os outros, independente de publicidade
- 8-10 Port. Alterando-o methodo seguido de processar as folhas para os Professores do Ensino Publico dos Concelhos do Districto de Lisboa
- 21-10 Providencias sobre o importantissinio ramo de Instrucção Publica
- 22-10 Approvando á Camara Municipal de Villa Real a incorporação na sua propria Livraria das que pertenceram aos extinctos Conventos de S. Francisco, e S. Domingos da mesma Villa
- 16-11 Decreto - Transferencia de cadeiras de Ensino primario
- 16-11 Decreto. Creando mais numero de cadeiras de Ensino Primario
- 18-11 Decreto - Determina que algumas cadeiras do lyceu de Coimbra sejam suppridas pelas cadeiras análogas da Universidade; e que o lyceu seja collocado no edificio do collegio das artes
- 18-11 Portaria - Creação de Lyceos Nacionaes em Coimbra e Porto

- 18-11 Edital - Notificando as obrigações do guarda-mór e dos bedéis na vigilância dos geras, para que se não perturbe o socego das aulas com barulhos e arruados
- 25-11 Decreto - Ordenando o adjuncto regulamento de policia académica
- 25-11 Portaria — Representação da Camara Municipal da Povoação de Lanhoso, queixando-se do procedimento do respectivo Conselho de Districto, relativamente ao pagamento da gratificação devida ao Professor de Ensino Primario da cadeira de Fonte Arcada
- 3-12 Decreto - Será collocada uma Cadeira do Ensino Primário em cada uma das Terras pertencentes aos Districtos Administrativos de Vizeu, Porto e Coimbra
- 6-12 Portaria - Os lentes, que estiverem desoccupados e sem exercício, devem ser nomeados provisoriamente para lerem nas cadeiras a que faltarem os proprietários ou substitutos
- 6-12 Port. Lentes da Universidade de Coimbra, que estiverem desoccupados, e sem exercicio, devem ser nomeados provisoriamente para lerem nas Cadeiras a que faltarem os Lentes proprietarios
- 7-12 Portaria - Esclarecendo o artigo 80.º do decreto de 8 de dezembro de 1839, acerca da perpetuidade das cadeiras
- 7-12 Portaria — Providencias sobre os Lentes que devem reger as Cadeiras de Astronomia Theorica ou Celeste, e a de Astronomia Pratica, na Universidade de Coimbra
- 9-12 Providencias sobre a maneira com que são postas a concurso as cadeiras das Mestras de Meninas
- 3-12 Decreto. Cadeiras de Ensino Primario
- 12-12 Portaria - Ordena que sejam habilitados para o magistério superior, sem nova leitura, três doutores que regeram cadeiras do colégio das artes
- 17-12 Aumento de 30\$000 réis, além dos seus vencimentos, ao Professor de Ensino Primario da Cidade de Vizeu

1840

- 24-1 Portaria com providencias sobre a reforma de medidas para líquidos estabelecendo um sistema para todo o Reino
- 31-1 Portaria - Approva as instrucções para o processo das folhas dos ordenados
- 17-2 Decreto de Creação de Cadeiras de Ensino Primario
- 26-2 Portaria com Providencias sobre a remessa das Certidões de posse das Cadeiras que es Professores Publicos devem remetter ao Conselho Geral Director do Ensino Primario e Secundário
- 3-4 Portaria com providencias sobre a administração e arrecadação dos rendimentos dos bens pertencentes á Universidade de Coimbra
- 9-4 Portaria - Determinando que os professores e empregados do lyceu de Coimbra sejam abonados na folha da Universidade
- 9-4 Portaria - Que não sejam providas as cadeiras dos lentes eleitos bispos, enquanto as bulias da sua confirmação não tiverem o beneplácito régio
- 13-4 Portaria - Resolvendo que seja preferido um oppositor, approved por unanimidade de votos em escrutínio de sete vogaes, a outro que obteve oito votos favoráveis em escrutínio de dez
- 15-4 Decreto da aprovação dos Estatutos da organização Scientifica da Academia Real das Sciencias
- 22-4 Portaria - Auctorisa os substitutos extraordinários para argumentar e votar nos actos, quando fôr necessário
- 23-4 Decreto do Regulamento para as Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- 28-4 Portaria - Que, não obstante a disposto no artigo 6.º da portaria de 3 d'este mez, a importância das matriculas e cartas continue a ser arrecadada pelo tesoureiro da Universidade, e entregue, no principio de cada mez, na contadoria da fazenda
- 2-5 Decreto de Collocação de Cadeiras de Ensino Primario nas terras dos districtos de Aveiro, Guarda, Lisboa, Villa Real e Vizeu
- 4-5 Portaria - Não pódem ser dispensados de concurso para o magistério superior os que tiverem regido cadeiras no colegio das artes
- 3-6 Portaria dos direitos que devem pagar os lapis
- 22-6 Decreto de collocação de Cadeiras de Ensino Primario nas terras dos districtos de Aveiro, Braga, Bragança, Évora e Porto
- 4-7 Decreto ordenando que o Conservatorio Dramático de Lisboa d'ora em diante se intitule *O Conservatorio Real de Lisboa*
- 14-8 Portaria Réria ordenando ao Governador de Cabo Verde que remetesse 20 rapazes das ilhas e da Guiné, para se instruírem em sciencias, artes ou officios, nas escolas do Reino. **Revogada** no ano seguinte por portaria de 28 de Julho
- 19-9 Portaria - Que os estudantes de naturaes sejam admitidos ao exame de grego até ao fim dos seus cursos, antes da formatura
- 10-10 Portaria - Disposições regulamentares para a lyceu de Coimbra, considerado como uma secção da Universidade
- 10-10 Portaria com instrucções para inspecção do Lycêo Nacional de Coimbra
- 19-10 Carta de Lei que estabelece o modo como devem ser considerados no Magisterio, ou empregados na Academia Polytechnica do Porto, os Lentes e Professores da antiga Academia de Marinha e Commercio daquella Cidade, demittidos pelos acontecimentos politicos posteriores ao dia 9 de Setembro de 1836
- 24-10 Portaria - Que, depois de feita a distribuição dos prêmios, sejam publicados no Diário do Governo os nomes dos estudantes premiados
- 24-10 Portaria - Sobre o pagamento das prestações aos egressos, para frequentarem estudos; cultura de plantas medicinais no jardim e nas cercas, com que será abastecida a botica do hospital; desconto do ordenado aos lentes,

cujas cadeiras forem regidas por outros, não sendo por motivo de moléstia ou de efectivo serviço em comissão gratuita

- 24-10 Portaria - Manda que o conselho dos decanos consulte se convirá: que se estabeleça uma inspecção superior das despesas da Universidade; que se altere o regimento da biblioteca, quanto ao tempo em que deve estar aberta; que se observe o disposto nos Estatutos a respeito dos directores e fiscaes das faculdades
- 24-10 Portaria providenciando sobre a admissão dos estudantes nas Aulas de Theologia da Universidade de Coimbra
- 24-10 Portaria mandando consultar aos Conselhos das Faculdades da Universidade de Coimbra, para formarem um plano, e risco das obras, que se pertendem fazer nas cercas do extincto Collegio dos Benedictinos
- 24-10 Portaria mandando consultar ao Conselho dos Decanos da Universidade de Coimbra se convirá que se estabeleça uma inspecção superior ás dos Conselhos das Faculdades, sobre a administração economica de suas respectivas despesas
- 24-10 Portaria providenciando sobre alguns objectos do serviço academico da Universidade de Coimbra
- 24-10 Portaria ordenando algumas providencias sobre a formatura dos estudantes de Medicina na Universidade de Coimbra
- 27-10 Portaria abrindo provisoriamente duas Cadeiras da Classe dos Estados Ecclesiasticos no Lycêo Nacional do Porto
- 2-11 Decreto da collocação das Aulas do Ensino Primario e Secundário
- 17-11 Decreto de collocação de mais cem Cadeiras do Ensino Primario e Secundário
- 28-11 Portaria organizando a Escola Normal da Districto de Villa Real
- 1-12 Edital - Regulando a solemnidade da publicação dos prémios, feita este anno pela primeira vez no dia 8 de dezembro
- 9-12 Decreto regulando as graduações e vencimentos aos Professores da antiga Academia de Marinha e Commercio da Cidade do Porto, demittidos pelos acontecimentos politicos posteriores ao dia 9 de Setembro de 1836
- 15-12 Portaria fechando as Escolas Polytechnica e do Exercito, assim como a Universidade de Coimbra

1841

- 13-2 Portaria do Governador da Índia, instituindo aulas de francês e inglês na Academia Militar nesse Estado, por não ser possível converter essa Academia num liceu de instrucção secundária civil e militar
- 17-2 Portaria do Governador Geral da Índia criando o Ensino Normal, nesse Estado e referindo "a Escola Militar, as aulas de francez e inglez e esta escola normal ficarão formando hum Liceu Provisório"
- 17-2 Portaria do Governador Geral da Índia criando "Escolas de Comarca", destinadas a ministrar o ensino secundário e "Escolas de Freguesia" o ensino primário
- 23-2 Decreto - Ordena que as auctoridades superiores remetam ao governo relatórios annuaes dos serviços a seu cargo
- 12-3 Portaria - Que o vice-reitor da Universidade remetta o relatório annual até ao dia 30 de novembro
- 19-4 Portaria - Interpretando o artigo 152.º do decreto de 29 de dezembro de 1836, a respeito da habilitação para o magistério dos doutores que houverem regido cadeiras
- 30-4 Portaria. Ordenando á Junta do Lançamento da Decima da Freguezia das Mercês, que proceda a um auto adicional, comprehendendo no Imposto do Quinto os predios na rua do Arco, cedidos á Academia Real das Sciencias
- 5-5 Portaria - Auctorisando o emprego dos substitutos extraordinários e dos doutoues no serviço dos actos, contando-se-lhes gratificação na conformidade do decreto de 1 de setembro de 1836
- 28-5 Decreto - Transferindo para os Districtos Administrativos de Leiria e Santarem diversas cadeiras de ensino primario
- 28-5 Decreto. Collocação de Cadeiras de Ensino Primario
- 28-5 Portaria. Providenciando sobre a Escola normal de Bragança
- 28-5 Decreto - Transferindo para os Districtos Administrativos de Leiria e Santarem diversas cadeiras de ensino primário
- 1-7 Portaria - Ordena que não sejam providos os empregos vagos, em quanto excederem o numero legal; e mesmo dentro dos quadros, os que possam ser suprimidos
- 13-7 Authorisando a Camara Municipal de Braga para prover ás despesas do material e pessoal, indispensaveis para o immediato estabelecimento e conservação da Bibliotheca Publica do Lyceu Nacional, destinado para collocação da mesma Bibliotheca Publica e Lyceu o extincto Convento dos Congregados do Oratorio da mesma Cidade
- 28-7 Portaria Réria revogando a portaria de 14 de Agosto do ano anterior, ordenando ao Governador de Cabo Verde que remetesse 20 rapazes das ilhas e da Guiné, para se instruírem em sciências, artes ou officios, nas escolas do Reino, mandando suster a remessa dos mancebos
- 18-8 Portaria do Governador Geral da India transformando a "academia militar de Goa" em "Escola Mathematica e militar de Goa", ampliando os estudos com a introdução de cálculos diferencial e integral e das variações, da mecânica analytica, lidas pelos compêndios de Mr. L. B. Francoeur, assim como das cadeiras de desenho com applicações ás artes e construcções civis (posteriormente em data não conhecida, o Governador Conde de Torres Novas (Governador da Índia entre 1855-1864), no "intuito de afeiçoar a instrucção pública as indicações do progresso desta terra", fez adicionar á "Escola Matemática" as cadeiras de physica, chimica e introdução á história natural, das construcções civis e de topografia e geodesia). Este estabelecimento será extinto em 11 de Novembro de 1871
- 16-10 Portaria. Ordenando ao Administrador Geral do Districto de Lisboa, que faça proceder á avaliação e descripção de todos os Bens pertencentes á Universidade de Coimbra, com a unica excepção daquelles que constituem a dotação do Hospital da Conceição, que foi da referida Universidade
- 20-10 Portaria - Ordenando a suspensão da venda dos Bens pertencentes á Universidade de Coimbra
- 21-10 Portaria - Manda abonar a um lente de theologia, em cuja cadeira não houve alumnos matriculados, o desconto que soffrera por se ter ausentado
- 20-10 Portaria. Ordenando a suspensão da venda dos Bens pertencentes á Universidade de Coimbra

- 6-11 Carta de Lei. Authorisando o Governo a crear na Universidade de Coimbra uma Junta Administrativa dos bens e rendimentos daquela Corporação, e dos Estabelecimentos anexos
- 12-11 Decreto. Incorporando na Bibliotheca Nacional de Lisboa o Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos, organizado no Mosteiro de S. Francisco da Cidade
- 10-12 Decreto. Providenciando sobre diversos objectos relativos á Instrucção Publica no Districto de Ponta Delgada
- 24-12 Portaria - Auctorisando as escolas medico-cirurgicas para exigirem aos alumnos a compra dos livros antes da matricula, sem prejuizo do direito da imprensa da Universidade
- 24-12 Decreto. Ordenando, que a Cadeira de Ensino Primario do extincto Concelho de Larim seja collocada no centro da Freguezia de Neovegilde do Concelho de Villa Chã, Districto de Braga
- 30-12 Portaria. Remettendo ao Conselho Geral Director do Ensino Primario e Secundário a cópia do Decreto de 24 de Dezembro do corrente anno, pelo qual duas Cadeiras de Ensino Primario do Concelho do Prado, são collocadas nos Concelhos de Villa de Chã e Barcellos, Districto Administrativo de Braga

1842

- 26-4 Decreto - Supprimindo os estudos de medicina e cirurgia ministrantes
- 7-5 Decreto - Auctorisando o prelado da Universidade para cumprir as disposições de policia académica sem dependência de processos e formalidades, e para fechar a Universidade, se fôr necessário, depois de riscados e expulsos os estudantes turbulentos; sendo coadjuvado pela força militar e pelas auctoridades administrativas e judicarias
- 25-5 Decreto - Concedendo o edificio do collegio de S. Pedro para supplemento da bibliotheca da Universidade
- 31-10 Decreto prohibindo se admitiam externos ao 5.º e 6.º anno do Collegio Militar
- 5-11 Nova mudança no nome de Curso Médico Cirúrgico para Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa. Criado na mesma data um curso de farmácia com 3 anos
- 28-11 Decreto reduzindo o Quadro da Academia das Bellas Artes de Lisboa
- 14-11 Portaria fixando as sedes das escolas primárias do concelho de Bardês, nas localidades de: Mapuçá, Aldonã, Sirulá, Candolim, Nagoá, Anjuna, Assonorá, Revorá e Colvale. Foram ainda criadas nas capitais das Novas Conquistas as seguintes escolas primárias: Pernem, em Cassabé de Pernem; Bicholim, em Cassabé de Bicholim; Satary, em Sanquelim; Zanbaulim, em Quepém e Canácona, em Cassabé de Canácona (India Portuguesa)
- 1-12 Decreto reduzindo a despeza da Academia Portuense de Bellas Artes
- 5-12 Decreto supprimindo a sétima Cadeira da Escola do Exercito

1843

- 7-2 Portaria do reitor conde de Terena, determinando que os lentes de direito natural e instituições canónicas assistam ás congregações de theologia, e o de medicina legal às de direito, em que se tractar do julgamento das faltas
- 6-3 Resolução do conselho de decanos - Que se observe a portaria de 7 de fevereiro, e que os lentes de direito tomem assento nas congregações de theologia, segundo a antiguidade do seu despacho, na classe de proprietários ou substitutos
- 17-3 Portaria autorizando a *Associação Catholica* a promover a educação e ensino dos Alumnos, que se destinarem ao Sacerdocio e ás Missões Religiosas nas Possessões Portuguesas do Ultramar, respectvas regras para o ensino e o estudo (disciplinas)
- 28-6 Lei. Authoriza o Governo a vender os bens que eram administrados pelo extincto Collegio dos Nobres, e que hoje administra a Escola Polytechnica
- 1-9 Portaria roborando o procedimento do Reitor da Universidade de Coimbra
- 13-9 Portaria regulando os Estudos no Collegio de Santarem
- 15-9 Portaria declarando o Direito que nas Alfandegas deve pagar o lápis de carvão para desenho
- 27-9 Portaria - Auctorisando o reitor para, no uso da sua jurisdicção, pruhibir aos estudantes que trajem lobs curtas, bigodes e outros atavios, que fumem e entrem cobertos nos geraes; não os admittindo a quaisquer actos académicos, sem que se apresentem com a devida decência
- 30-9 Edital da reitoria - Mandando executar as disposições da portaria antecedente
- 3-10 Portaria - Ordenando a remessa annual de 150 exemplares das ephemerides astronómicas, para serviço dos ministérios dos exirangeiros e da marinha
- 14-10 Portaria - Approvando a nomeação de um presidente para cada meza dos exames preparatórios
- 13-11 Portaria - Annullando as votações sobre os actos de habilitação dos oppositores de philosophia
- 29-11 Resolução do conselho dos decanos - Que o acto da publicação dos prémios comece por um discurso do prelado; que o director, a quem tocar por turno, faça outro discurso ponderando a importância de todas as faculdades; que cada um dos directores distribua os provimentos aos estudantes da sua faculdade
- 20-12 Portaria - Determinando que o reitor da Universidade dê mensalmente conta do comportamento moral e litterario dos alumnos do ultramar
- 22-12 Decreto designando os Uniformes para os Officiaes que exercem o magisterio nos diversos Estabelecimentos scientificos

1844

- 14-9 Cria na Índia, Angola, Moçambique e Cabo Verde e ensino médico-farmacêutico a cargo dos respectivos físico-mor e cirurgião-mor
- 13-2 Portaria participando a concessão de Sua Santidade aos Alumnos da Casa Pia da comida de carne em todo o anno
- 8-3 Portaria obstando á revolta dos Estudantes de Coimbra
- 6-5 Decreto collocando mais util, e convenientemente algumas Cadeiras de Ensino Primario
- 7-5 Decreto providenciando a bem do aproveitamento dos Alumnos da Universidade
- 21-5 Decreto creando um Collegio para as Missões da China
- 21-5 Decreto nomeando Superior para o Collegio das Missões da China
- 1-8 Decreto ácerca da transferencia dos Juizes, aggregação de Officiaes Militares, e exoneração dos Professores de Instrução Superior
- 5-8 Decreto transferindo a Cadeira de Latim de Castendo para a Villa de Mangoalde
- 19-8 Decreto transferindo uma cadeira de ensino primario de um para outro lugar
- 12-9 Proposta de Projecto de reforma da instrução primária para Cabo Verde, solicitada pelo Governador Geral da mesma colónia, ao literado J. M. de Sousa Monteiro
- 14-9 Decreto do Governo Metropolitano, reconhecendo «a conveniência dos naturais das Províncias Ultramarinas poderem facilmente adquirir os conhecimentos médico-cirúrgicos para que não parecessem sem socorro as pessoas que vicessem em sítios remotos», e permitia aos médicos formados na Índia o exercício da sua profissão em Macau, Timor e Solor Cria na Índia, Angola, Moçambique e Cabo Verde e ensino médico-farmacêutico a cargo dos respectivos físico-mor e cirurgião-mor
- 20-9 Decreto ácerca de Instrução Publica. (Inclui artigo transitório que se debruça sobre o Estado da Índia: “o governo organizará a instrução primária e secundária nos Estados da Índia, aproximando-se quando seja possível do sistema adoptado no presente decreto. Na capital deste Estado se estabelecerá pelo menos uma escola normal do ensino primário, um liceu e uma cadeira de língua indústana”)
- 19-11 Carta de lei - Confirma o decreto antecedente
- 2-12 Lei ácerca da Bibliotheca Publica de Braga
- 11-12 Carta regia - Pela qual Suas Majestades se declaram protectores da Universidade
- 13-12 Lei authorisando o Governo a conservar no Collegio Militar Alumnos que excedam a idade
- 19-12 Portaria authorisando a abertura de um Curso de Numismatica
- 21-12 Portaria 242 acerca da matricula dos Facultativos de Saude, e Pharmaceuticos

1845

- Sem data Criada na Imprensa Nacional de uma Escola de Composição
- Sem data-2 Relatório do bispo de Cabo Verde sobre instrução, advogando a criação de escolas primárias em todas as ilhas e um Seminário-Liceu com internato
- 12-2 Lei regulando a administração da Bibliotheca da Cidade de Ponta-Delgada
- 15-4 Decreto - Restabelecendo os exercícios divinos na real capella da Universidade. Festividades que devem celebrar-se. Obrigações dos lentes e doutores theologos, dos capellães, thisoureiro e mestre de musica. Vantagens concedidas aos capellães
- 18-4 Decreto ordenando a collocação de algumas Cadeiras de ensino primario
- 22-4 Lei regulando a antiguidade dos Professores demitidos pelos acontecimentos politicos de Setembro de 1836, e reintegrados depois
- 23-4 Portaria - Manda passar para o museu a aula de mineralogia com os exemplares existentes no gabinete metallurgico
- 23-4 Lei para o Estabelecimento de uma Escola Naval
- 28-4 Lei para o Estabelecimento de um Seminario em todas as Dioceses do Reino e Ilhas Adjacentes
- 28-4 Lei ácerca da Escola Veterinaria
- 2-5 Portaria ácerca dos Egressos empregados no Magisterio Publico
- 12-5 Portaria ácerca das Parteiras em Lisboa
- 19-5 Decreto estabelecendo a Escóla Naval
- 18-6 Decreto fixando qual seja a medida de uma legoa
- 21-6 Escola primária na Ilha do Corvo
- 27-6 Portaria - Regulamento da real capella, ordenado pelo reitor conde de Terena
- 13-7 Portaria - Mandando remunerar dois lentes da eschola medico-cirurgica de Lisboa pela publicação de compêndios de obstetrícia e pharmacia
- 14-7 Decreto estabelecendo em a Villa da Golegã a Cadeira de Grammatica Latina
- 6-8 Portaria - Sobre a organização e remessa (ao governo e ao conselho superior; dos relatórios annuaes da administração das escholhas e dos estabelecimentos de instrução publica
- 6-8 Portaria ácerca do relatorio statistico da Administração Literaria
- 6-8 Decreto approvando a mudança da cadeira de Ensino Primario da Cidade da Horta para Castello Branco no Fayal
- 8-8 Portaria para a impressão de uma Selecta Classica Portugueza de António Cardoso
- 13-8 Portaria ácerca dos Alumnos do Lyceo Nacional de Lisboa
- 14-8 Decreto organizando a Instrução Primaria das Provincias Ultramarinas e criado o Conselho Superior de Instrução Publica

- 2-9 Portaria - Declara que pertence ao governo a nomeação de todos os empregos públicos, não exceptuados por lei; e manda pôr a concurso o lugar de porteiro do lyceu de Braga
- 10-11 Decreto com o Regulamento para o Conselho Superior de Instrucção Publica
- 29-11 Decreto ácerca da Instrucção Publica
- 1-12 Decreto com Regulamento sobre o mesmo objecto (Instrucção Publica)
- 1-12 Decreto - Regulamento da habilitação para o magistério univeriitário pelo systema de longa opposição
- 17-12 Portaria - Mandando cumprir exactamente as disposições do regulamento anterior, e que se observe o resultado da sua execução, para se lhe fazerem as modificações que a experiência mostrar necessárias
- 17-12 Decreto mudando o local de uma Cadeira de Latim
- 17-12 Portaria regulando as habilitações para o Magisterio Publico
- 24-12 Decreto com o Regulamento para a Escola Normal Primaria do Districto de Lisboa
- 31-12 Decreto transferindo para a Villa de Monsarás a Cadeira de Ensino Primario de Portalegre

1846

- Sem data remodelação da Escola Médico-Cirúrgica de Goa
- 31-1 Portaria - Regulamento da secretaria da Universidade, ordenado peio reitor conde de Terena
- 6-2 Decreto regulando a execução do de 26 de Novembro ultimo, ácerca dos exames dos Facultativos de Medicina
- 14-2 Portaria - Declara que as propostas para promoção dos oppositores e substitutos extraordinários devem ser organisadas pelo prelado e pelo conselho superior, sem necessidade de consultas das faculdades
- 10-3 Portaria declarando o Decreto de 26 de Novembro de 1845, ácerca da matricula dos Droguistas
- 2-4 Portaria - Mandando reinetter pela secretaria do reino a relação dos estudantes militares, que não tiverem enviado certidões de matricula e acto aos seus comandantes
- 17-4 Portaria - Regulando o modo de se fazer a proposta para provimento das substituições vagas na faculdade de theologia
- 11-7 Portaria - Manda adoptar a arithmetica de Feio e a geometria de Villela na secção commercial do lyceu de Lisboa; e prohiibe aos professores darem explicações particulares, mediante qualquer honorário
- 21-7 Decreto mudando a segunda Cadeira de Ensino Primario de Setubal para a Aldêa de S. Theotonio
- 29-7 Portaria - Manda abonar o vencimento de substituto do lyceu ao dr. Diniz, pelo tempo que tiver servido no impedimento do professor de francez
- 9-9 Decreto transferindo a Cadeira de Ensino primario de Tancos para Payo de Pelle
- 3-10 Portaria ácerca dos Lyceos Nacionaes de Lisboa, Porto, e Coimbra
- 16-10 Portaria mandando fechar a Universidade
- 26-11 Portaria - Participando que foram agraciados com a comenda da ordem de Christo os dois lentes de matbematica propostos pelo conselho dos decanos
- 3-10 Portaria — Permite que os alumnos dos lyceus de Lisboa, Porto e Coimbra frequentem na Universidade e nas escholas as aulas de arithmetica, geometria e economia politica, valendo-lhes a frequência para os exames nos lyceus e não para os actos nos estabelecimentos de instrucção superior
- 3-10 Ordem - Que os alumnos dos Lyceus Nacionais Lisboa, Porto e Coimbra que houverem de frequentar as Aulas de Arithmética e Geometria, sejam admittidos à matricula daquelas disciplinas nas Aulas equivalentes da Faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra, da Escola Polytechnica da Cidade de Lisboa e da Academia Polytechnica da Cidade do Porto

1847

- Sem data Respondendo a uma ordem dada por portaria Régia o bispo de Cabo Verde informa que o Seminário-Liceu deveria ser localizado na Brava, no sítio denominado de Santa Bárbara
- 11-1 Sansão régia reconhecendo a Escola Médico-Cirúrgica de Goa, aprovando também a criação do curso farmacêutico, e permitindo aos diplomados de ambos os cursos que exercessem a sua actividade no Estado da Índia e em todas as posseções ultramarinas «além do Cabo da Boa Esperança»
- 18-3 Decreto com o Plano de Organização da Escóla Naval, e Companhia dos Guardas-Marinhas
- 7-5 Decreto ácerca da organização da Escóla Naval, o Companhia dos Guardas-Marinhas
- 23-6 Decreto ácerca da reforma da Escóla Veterinaria
- 2-8 Portaria relativa á abertura das Academias, e Escólas publicas
- 14-8 Portaria ácerca da abertura das Aulas da Universidade, e expedição dos Actos que restam por fazer
- 19-8 Portaria considerando aberta a Escóla Polytechnica, é a do Exercito
- 10-9 Portaria ácerca das Aulas da Escóla Naval
- 30-9 Portaria com instrucções para o bom regimen do Collegio Militar
- 23-11 decreto que nomeia o primeiro-tenente Vitorino João Carlos Dantas Pereira, professor da Escola Principal de Cabo Verde na Ilha Brava
- 12-10 Portaria - Declarando que os lentes que foram demittidos, e depois reintegrados, não tem direito aos vencimentos do tempo em que estiveram fora do serviço

1848

- 10-2 Regulamento das Escolas Municipaes de Instrucção Primaria do Concelho do Funchal
- 22-4 Portaria - Ordenando que sejam admittidos a fechar matricula por procurador os estudantes, que estiverem fora de Coimbra nos dias marcados para aquelle acto
- 2-5 Portaria - Declarando que as posses das substituições, na faculdade de theologia, devem ser conferidas aos doutores para ellas nomeados, pela ordem estabelecida na parte decretoria do diploma da sua nomeação
- 23-5 Lei ácerca dos predios urbanos, e rusticos da Universidade de Coimbra
- 29-5 Portaria com Instrucções para execução da Lei de 23 de Maio do anno corrente
- 30-5 Portaria ácerca do mesmo objecto
- 17-6 Portaria ácerca da de 23 de Maio deste anno
- 27-6 Portaria para ampla execução da lei de 23 de Maio ultimo
- 13-9 Portaria - Determina que sejam collectivos os exames de habilitação para a matricula na Universidade, e se deem providencias para cessar a relaxação que tenha havido nestes exercícios
- 13-9 Portaria ácerca dos exames de habilitação para os Cursos scientificos da Universidade
- 23-9 Edital do reitor José Machado de Abreu, recomendando a observância das disposições e providencias concernentes á disciplina e policia académica
- 30-9 Portaria - Ordenando que os trabalhos da correspondência dos prelados com o governo, e quaesquer outros procedentes das attribuições da reitoria, sejam feitos pelos empregados da secretaria da Universidade; e os que pertencerem ao conselho superior de instrucção publica, se mandem efectuar na secretaria d'este tribunal
- 6-10 Portaria ácerca do provimento de uma Cadeira na Escóla Medico Cirurgica
- 11-10 Decreto ácerca da primeira Cadeira da Secção Commercial do Lyceo Nacional de Lisboa
- 14-11 Decreto transferindo o Collegio Militar para o Edificio de Mafra
- 21-11 Portaria abrindo um curso de Tachygraphia
- 21-11 Decreto - Designa os prédios que ficam pertencendo á Universidade, applicados ao serviço das faculdades e escholas e dos estabelecimentos de sua dependência

1849

- 3-3 Portaria - Regulando o processo das propostas para o provimento de uma cadeira e uma substituição, vagas na faculdade de mathematica
- 22-3 Portaria - Determina que os actos do julgamento das habilitações (dos oppositores) sejam transcriptos em forma authentica nos processos respectivos
- 16-4 Lei creando no Lycêo de Faro ns Cadeiras de Francez e Inglez
- 28-5 Portaria - Declarando as condições e a forma em que devem ser expedidos os títulos de capacidade aos alumnos dos lyceus nacionaes
- 12-6 Lei ácerca dos Lycêos
- 12-6 Portaria - A Universidade é obrigada a pagar o foro annual de 7\$590 réis, imposto no edificio do collegio de S. Paulo
- 16-7 Portaria - Manda abonar gratificação pela regência acumulada da cadeira de economia politica; e que se oviltem de futuro as accumulacões, chamando-se os doutores à regência extraordinária das cadeiras, na falta dos substitutos
- 10-8 Portaria ácerca do Relatorio apresentado pelo Conselho Superior de Instrucção Publica
- 28-9 Resolução do conselho dos decanos - Encarregando ao guarda-mór o serviço da torre e da porta-ferrea, e ao capellão thesourelro o da armação da capella; ficando ao porteiro da secretaria a obrigação de armar a sala dos capellos
- 21-12 Decreto com o Plano de organização do Real Collegio Militar

1850

- 3-1 Decreto - Negando provimento no recurso interposto da prohibição das casas de bilhar no bairro alto, ordenada pelo vice-reitor da Universidade
- 14-1 Portaria - Deferindo a pretenção dos alumnos de pharmacia, para se matricularem no segundo anno do dispensatório pharmaceutico, nos termos do art. 84.º do decreto de 8 de dezembro de 1836
- 14-1 Portaria resolvendo sobre os vencimentos dos Funcionarios da Universidade, quando ausentes por molestia
- 16-1 Portaria - Ordenando que as consultas dos corpos colectivos sejam acompanhadas das declarações de voto; e que as certidões do serviço dos oppositores expressem claramente a natureza dos trabalhos e o juizo das faculdades
- 17-1 Portaria - Declarando que os professores e mais empregados na instrucção publica são obrigados a encartar-se no praso de quatro mezes, a contar da data da mercê
- 2-3 Portaria reunindo a outras algumas Cadeiras do Lyceu de Ponta Delgada
- 4-3 Portaria concedendo a um Doutor addido á Faculdade de Medicina da Universidade uma gratificação em quanto fizesse serviço no Hospital d'este Estabelecimento, e accumulada ao ordenado do Professor do Lyceu de Coimbra
- 12-3 Portaria mandando, que a Grammatica ingleza de José d'Urculú fique sendo livro elementar approved para o uso das Escolas
- 11-4 Portaria dizendo serem incompatíveis os logares de Recebedor, e Professor de primeiras letras
- 23-4 Lei authorisando a compra de varios instrumentos e objectos para o observatorio da Universidade, e para a Academia das Bellas Artes de Lisboa

- 24-4 Portaria - Disposições regulamentares para os exames de prática dos estudantes do quarto anno de mathematica, e de todos os annos da faculdade de philosophia
- 24-4 Lei dando diversas providencias para a Escola Medico-Cirurgica do Funchal
- 26-4 Carta de Lei Autorizando o Governo a dispender uma quantia para a compra de alguns instrumentos indispensaveis ao serviço do Observatório Astronomico da Universidade de Coimbra e uma colleção dos melhores modelos, em gesso, das estatuas e bustos dos antigos para a Academia das Bellas Arles de Lisboa
- 3-5 Portaria declarando que a prisão por crimes não é impedimento, que justifique a falta de serviço de um Professor para vencer ordenado algum, salvo se se mostrar innocente
- 21-5 Decreto ordenando que a Cadeira d'Ensino Primário da Freguezia d'Arcozelo, Concelho d'Oliveira dos Frades, Districto de Vizeu, tenha o seu assento na Freguezia de Ribeiradio
- 27-5 Portaria consignando que as despezas dos reparos no edificio onde estão as aulas do Lyceu, e do Seminario Episcopal de Vizeu, devem correr por conta d'ambos os Estabelecimentos
- 1-6 Lei creando um lugar de continuo no Lyceu de Coimbra
- 2-7 Officio resolvendo as dificuldades que na Academia Polytechnica do Porto encontravam as Authoridades Judiciaes para se fazerem alli analyses chimica quando necessarias á averiguação de crimes
- 2-7 Offieio do ministério do reino - Declarando que as despezas das analyses medico-legaes devem ser pagas pela justiça, e que é duvidoso se os lentes podem eximir-se d'este serviço
- 2-7 Portaria - Ordenando ao director da academia polytechnica do Porto, que faculte o laboratório para as investigações medico-legaes, ficando as despezas das analyses e a designação dos peritos a cargo das auctoridades judiciaes competentes
- 11-7 Portaria do Vice-Rei do Estado da Índia criando a cadeira de "Philosophia Racional e Moral e Principios de Direito Natural e Arte Oratória e Poetica"
- 25-7 Lei ampliando o artigo 166.º do Decreto de 20 de Setembro de 1844, a respeito dos concursos aos logares do Magisterio Público
- 2-8 Portaria participando á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que o Governo vae mandar explorar por Naturalistas as Provincias do Ultramar, e encarregando-a de preparar as convenientes Instrucções
- 2-8 Portaria perguntando á Eschola Polytechnica, se, d'entre os Lentes delia alguns quererão encarregar-se da exploração das Provincias Ultramarinas
- 2-8 Portaria exigindo da Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra a indicação dos objectos, sobre que mais particularmente quizesse, que se fizessem observações, e estudos, por occasião da exploração, que ía ter lugar, das Provincias do Ultramar
- 2-8 Portaria convidando a Sociedade Pharmaceutica a apontar, que observações ligadas com os objectos dos seus estudos desejava que fizessem nas Provincias Ultramarinas os Naturalistas, que as iam explorar
- 21-8 Aviso esclarecendo algumas das disposições do Decreto de 21 de Dezembro de 1849, que reformou o Collegio Militar
- 14-9 Portaria - Ordenando que se faça um regulamento para o serviço interno dos hospilaes da Universidade: que se dêem aposentos ao cirurgião fiscal; que se executem rigorosamente os preceitos dos Estatutos relativos ás operações cirúrgicas, sendo estas praticadas pelos respectivos lentes
- 20-9 Portaria - Excitando a vigilância, recommendada no art. 6.º da carta de lei de 28 de abril de 1843, sobre o procedimento moral e litterario de dois presbyteros, alumnos do patriarchado, em missão na Universidade
- 8-10 Portaria explicando uma disposição da Portaria de 25 de Setembro a respeito das Certidões d'exames de latim, que devem apresentar os que pretenderem as ordens Sacras
- 17-10 Portaria approvando os Estatutos provisorios do Seminario d'Evora, denominado de Nossa Senhora do Carmo
- 12-11 Portaria approvando os Estatutos provisorios do Seminario d'Evora, denominado de Nossa Senhora do Carmo
- 13-11 Decreto - Encorporando a cadeira de musica no lyceu de Coimbra, e estabelecendo o ordenado de 250\$000 réis ao respectivo professor
- 28-11 Portaria dizendo quanto devem pagar os Professores d'Instrucção Primaria pelo Sello dos seus Diplomas
- 3-12 Portaria mandando cooperar o Conselho Superior d'Instrucção Pública para a execução das providencias expedidas pelo Ministerio da Justiça, sobre exames, e habilitações de Ordinandos
- 6-12 Portaria dando diversas providencias a respeito de praticantes farmacêuticos
- 9-12 Decreto destinando o Real Palacio da Bemposta para ahi estabelecer a Escola do Exercito
- 10-12 Portaria designando os Direitos de Mercê, que são devidos pela serventia interina dos Logares do Magisterio
- 14-12 Edital suscitando a obrigação que têm os Boticarios de mandarem annualmente a cada uma das Escolas de Pharmacia uma nota e informação ácerca dos seus praticantes
- 20-12 Decreto regulando a administração moral, litteraria e disciplinar das Escolas d'Instrucção primaria
- 30-12 Decreto regulando o provimento das Cadeiras d'Instrucção Primaria

1851

- 10-1 Decreto e Regulamento consignando o modo porque se deve proceder no provimento das Cadeiras de Instrucção Secundaria
- 13-1 Portaria regulando o modo de se habilitarem as Parteiras
- 18-1 Decreto sobre um crédito de um conto duzentos e dezoito mil reis para obras e reparos no Edificio da Escola Médico-Cirurgica de Lisboa

- 25-1 Portaria recommendando que se exijam de quem competir os documentos convenientes quando algum Professor fôr condemnado em Juizo Criminal, ou praticar actos porque deva ser excluido do Magisterio
- 31-1 Portaria estabelecendo o modo de se sanar a irregularidade das habilitações dos Oppositores das Faculdades da Universidade
- 20-5 Decreto concedendo perdão dos actos finais aos estudantes, e mandando cessar, as lições deste anno lectivo nas Escolas de Ensino Superior
- 23-6 Decreto encarregando a uma Commissão de rever os Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e propor a sua reforma
- 23-6 Decreto criando uma Commissão para consultar sobre a reorganisação do Real Collegio Militar
- 25-6 Decreto e Regulamento consignando o modo de se executar a Lei de 25 de Julho de 1850 sobre o provimento por concurso de todos os Logares, não exceptuados, da Instrucção Pública
- 11-7 Portaria (DG 164) mandando que todo o anno, e mesmo durante as férias grandes, os Alumnos da Escóla Naval, fizessem exercicios práticos
- 24-7 Portaria promettendo que se melhoraria a Instrucção Pública da Provincia de Cabo Verde, sobre tudo na Ilha de Santo Antão
- 28-7 Portaria ordenando que os concertos dos Instrumentos Mathematicos do Observatorio de Marinha se fizessem na Officina de Instrumentos Mathematicos da Cordoaria Nacional
- 21-8 Decreto regulando o modo de serem julgados, todos os semestres, pelas respectivas Faculdades na Universidade, os serviços dos Doutores addidos e oppositores
- 3-9 Portaria dispondo que não se abonasse o subsidio aos Estudantes, do Ultramar, Pensionistas do Estado, que depois de concluidos os estudos se recusassem a regressar ás terras da sua naturalidade
- 3-9 Decreto impondo no Professor de Instrucção Primaria em Santo Antão do Cabo Verde a obrigação de ensinar certas materias, e fixando o seu ordenado
- 14-9 Portaria designando a occasião em que deve começar a ser executado o Decreto de 3 deste mez sobre a Instrucção Primaria em Santo Antão de Cabo Verde
- 10-10 Portaria fazendo notorias aos Estudantes do Ultramar, Pensionistas do Estado, as providencias tomadas a respeito dos que não frequentarem as Aulas, e com aproveitamento
- 25-10 Edital prohibindo aos criados de servir que dêem agua a outras pessoas alem de seus amos
- 28-10 Decreto nomeando uma Commissão para propor o que conviesse ao maior desenvolvimento dos estudos da Escóla Polytechnica
- 21-11 Decreto e Regulamento approvando a criação, e estabelecendo o serviço do Collegio de educação do Lyceo Nacional de Braga
- 10-12 Decreto alterando algumas disposições dos Decretos que organisaram as Escolas Polytechnica, e do Exercito, com relação aos militares que as frequentam
- 11-12 Decreto (DG 297) reformando o Collegio Militar
- 11-12 Decreto com a extinção da Escola Médico Cirúrgica de Luanda, fundada em 1789, e remodelada em 1844
- 12-12 Decreto equiparando o Director da Escola do Exercito ao da Polytechnica em certas vantagens
- 13-12 Decreto dando novos Estatutos á Academia Real das Sciencias de Lisboa
- 24-12 Portaria fixando o sêllo das Cartas d'Approvação dos Dentistas, Sangradores, e outros officiaes menores de saúde Dentistas, sangradores e outros officiaes menores de saúde

1852

- 16-2 Portaria (DG 60) dispondo que os alumnos militares das escolas do Exercito, e Polytechnica, que desistirem da frequencia, o participem ao Director da Escola, que lhes passará guia para o Commandante da 1ª divisão militar, e este o fará saber ao Ministerio da Guerra
- 10-3 Decreto sobre a melhor e mais util distribuição das Cadeiras de Latim pelas maiores povoações do Districto Administrativo de Aveiro, distantes do Lycêo Nacional daquela Cidade
- 16-3 Portaria Desconto do tempo aos Alumnos Militares das Escolas que perderem todas, ou a maior parte das Aulas
- 23-3 Decreto A Rainha declara-se protectora do Collegio Ursulino de Pereira, ora estabelecido no extinto Convento de S. José dos Marianos em Coimbra, pelo poderoso influxo que póde exercer na educação e ensino do sexo feminino,
- 23-3 Decreto concedendo ao Collegio das Ursulinas de Coimbra a graça de ser Sua Magestade Sua Protectora
- 17-4 Portaria approvando a criação de um lugar de Mestra de meninas em Mossamedes
- 19-5 Portaria providenciando para se estabelecer uma communicação entre as Universidades de Coimbra e Madrid, de todos os regulamentos, programmas, e livros destinados á instrucção publica
- 10-7 Edital prohibindo que nas praias da Capital, se tomem banhos em estado de completa nudez
- 16-7 Decretos restabelecendo as Cadeiras do Latim que tinha havido nas Villas de Louzã e de Ponte de Lima
- 11-8 Decreto (DG 207) regulando os uniformes dos Officiaes e Alumnos do Real Collegio Militar
- 16-8 Decreto creando uma cadeira de ensino primario em Guiães, do districto de Villa Real
- 18-8 Decreto (DG 211) creando uma Commissão para preparar os Regulamentos disciplinares dos Lentes das Escolas Militares
- 27-8 Portaria. Vae em annuncio do real collegio militar de 3 de outubro de 1862
- 27-8 Decreto (DG 205) dispondo que no Collegio militar não fossem recebidos sem nova graça os alumnos que não recolhessem no fim das ferias, e deixassem de justificar esta falta

- 27-9 Portaria mandando sobre' estar nos concursos para o provimento de varias cadeiras do Collegio Militar ate se tomar resolução sobre a melhor distribuição dellas, e suas disciplinas
- 30-9 Decreto (DG 243) organisando o Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Nesse decreto são criadas a Repartição de Agricultura que se ocupará das Escolas e Estabelecimentos agrícolas e a Repartição de Manufacturas, das Escolas industriais
- 6-10 Portaria authorisando o Prelado da Universidade para empregar collaboradores temporários no calculo das ephemerides
- 20-10 Decreto authorisando a Faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra para alternar as aulas nos annos em que o julgasse conveniente
- 20-10 Decreto dividindo e concedendo o edificio e cerca do convento dos carmelitas da cidade do Porto para uso e accommodação da Academia Polytechnica, Escola Medico-Cirurgica, Guarda Municipal, e Ordem Terceira do Carmo da mesma Cidade
- 21-10 Decreto permittindo a remissão, dentro de seis mezes, dos fóros da Fazenda, administrados pela Escola Polytechnica
- 21-10 Portaria (DG 256) regulando o serviço da cadeira de Geometria e Mechanica applicada, no Lyceu de Lisboa
- 22-10 Decreto dando Regulamento á Academia das Sciencias de Lisboa
- 23-10 Decreto creando no Lyceu Nacional da Horta uma cadeira das Linguas franceza e ingleza
- 25-10 Portaria mandando ensaiar pelo Director da Escola Normal de Lisboa o methodo de ensino de leitura, denominado repentino comparado com os do méthodo de ensino mutuo ou simultaneo
- 26-10 Portaria authorisando o Director da Escola do Exercito para mandar apresentar ao Commandante da 1.ª Divisão Militar, a fim de serem remettidos com guia para os respectivos corpos, aquelles militares, estudantes da mesma escôla, que, ouvido o Conselho della, não mostrarem applicação, e aproveitamento
- 28-11 Portaria para se obter esclarecimentos estatísticos sobre informações exactas acerca da instrucção elementar dos operarios das fabricas
- 1-12 Decreto. Regulamento de certificado das obras de espirito e d' arte publicadas em Portugal e exportadas para França
- 13-12 Decreto adoptando o systema metrico de pezos e medidas
- 16-12 Decreto creando escolas para o ensino agricola em tres grãos
- 22-12 Decreto transferindo a cadeira de latim, de Monsaraz para Villa-Nova de Reguengos
- 24-12 Anúncio crear uma cadeira de ensino primario para o sexo femenino Da villa de Guimarões, Districto de Braga
- 27-12 Decreto creando em Guimarões uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 23-12 Decreto referindo uma Junta dos Estudos e da Caridade Pública, em Luanda
- 30-12 Decreto estabelecendo escolas industriaes em Lisboa e Porto
- 31-12 Decreto creando na Escola Polytechnica uma cadeira de montanistica, e docimasia

1853

- Sem data Criada, na Índia, a aula de física, química e história natural
- 7-1 Portaria distribuindo por duas cadeiras as materias da 7.ª cadeira do Instituto Agricola de Lisboa
- 11-1 Portaria mandando que desde o 1.º do seguinte Fevereiro se adoptasse o systema metrico decimal em todas as Repartições dependentes do Ministerio das Obras Publicas
- 1-2 Portaria providenciando sobre a applicação e aproveitamento dos alumnos militares da Escôla Polytechnica
- 17-2 Portaria nomeando e mandando entrar em exercicio a Commissão Central de pesos e medidas
- 19-2 Portaria Subsidio Literário no Districto de Aveiro
- 14-3 Portaria dispondo que os alumnos militares das Escolas Polytechnicas e do Exercito que desistissem das frequencias das aulas fossem reputados como tendo perdido o anno por faltas não justificadas
- 14-3 Portaria mandando que as ultimas providencias sobre o aproveitamento dos alumnos militares das Escolas Polytechnicas e do Exercito só começassem a vigorar no seguinte anno lectivo
- 13-4 Decreto designando a definitiva collocação das cadeiras de Latim no Districto Administrativo de Leiria
- 13-4 Decreto (DG 95) creando uma cadeira de ensino primario em Pinhanços do Concelho de Cêa, e Districto da Guarda
- 20-4 Portaria (DG 119) É concedida a licença requerida para o estabelecimento de educação e ensino público de meninas no Estabelecimento de Recolhimento denominado Jesus Maria José na Villa de Lourical
- 10-5 Decreto (DG 117) restabelecendo a cadeira de latim de Villa Pouca de Aguiar
- 19-5 Portaria regulando o modo de serem processados os requerimentos dos Professores jubilados, que pretenderem continuar no serviço do Magisterio com augmento de ordenado
- 1-6 Lei (DG 127) repartindo a percentagem que recebia o Thesoureiro da Universidade pelas matriculas e cartas de formatura, com o Official de contabilidade da Secretaria d' aquelle estabelecimento
- 2-6 Portaria distribuindo pelos diversos subditos portuguezes que concorreram com objectos á exposiçào universal de Londres em 1851, o ahi foram premiados, os premios que lhes destinou o jury d' essa exposiçào
- 15-6 Decreto Regulamento do Instituto agricola e Escola regional de Lisboa
- 28-6 Decreto creando uma cadeira das linguas franceza e ingleza no Lyceu de Vianna do Castello
- 8-7 Decreto permittindo que o Instituto agricola de Lisboa se estabelecesse no Real Palacio e quinta da Bemposta
- 19-7 Portaria estabelecendo quaes eram as matriculas que deviam pagar os alumnos estranhos aos lyceus pelos exames que ahi fizessem
- 22-7 Lei creando um lugar de substituto á 6.ª cadeira da Escola Polytechnica

- 26-7 Decreto criando uma cadeira das linguas franceza e ingleza no Lyceu de Aveiro
- 27-7 Decreto criando duas cadeiras de ensino primario em Celorico de Basto
- 1-8 Decreto distribuindo definitivamente pelas principaes povoações do Districto de Santarem as cadeiras de latim de fóra ao respectivo Lyceu
- 6-8 Officio encomendando aos Governadores Civis que obtivessem das respectivas Juntas Geraes mandassem dois alumnos estudar no Instituto Agricola
- 10-8 Decreto Criada uma cadeira das linguas franceza e ingleza no Lyceu nacional de Aveiro:
- 13-8 Lei authorisando a reunião, em um só funcionario, da direcção do Jardim Botanico da Ajuda, e do Instituto Agricola, e Escola regional de Lisboa
- 13-8 Lei (DG 194) criando na Universidade uma cadeira e um curso de Direito administrativo
- 13-8 Lei Aumentada a verba para serviço braçal na Bibliotheca Nacional de Lisboa
- 17-8 Lei estabelecendo as condições da jubilação dos Lentes e Professores de instrucção superior e secundaria, a perpetuidade nos empregos, os vencimentos em casos de licença, ou falta, e dos substitutos quando regerem Cadeiras bom assim a melhoria dos vencimentos de todos, assim como dos Magistrados Judiciaes, quando preferirem á jubilação, a continuacção no serviço
- 18-8 Lei criando o logar de Commissario Geral de instrucção primaria pelo methodo repentino
- 19-8 Lei restabelecendo os Substitutos extraordinarios, e regulando os despachos dos Lentes da Universidade
- 19-8 Lei. Estabelecimento do Instituto agricola de Lisboa no palácio situado à Cruz do Tabuado
- 22-8 Decreto Supprimindo o Collegio dos Clérigos pobres em Lisboa, e dando applicação aos seus rendimentos. (Supplemento)
- 3-9 Aviso Mudança do Real Collegio Militar, de Mafra para Lisboa
- 8-9 Decreto regulando o modo de serem providos alguns logares do Instituto Industrial de Lisboa e Escola Industrial do Porto
- 10-9 Decreto (DG 223) criando uma Cadeira de ensino primario, 1.º grau, em Alcantarilha, no Concelho de Silves
- 22-9 Edital fazendo constar quaes eram os logares da Capital em que já estavam collocados sumidouros d'ourinas
- 23-9 Portaria (DG 228) regulando a execução da Lei de 18 d'Agosto sobre o novo methodo d' instrucção primaria, denominado de leitura repentina
- 27-9 Portaria dispondo, que não fossem admittidos no Collegio Militar os alumnos que não se apresentassem munidos dos livros necessarios
- 12-10 Decreto criando uma Cadeira de grammatica portugueza e latina na Villa do Porto da Ilha de Santa Maria
- 24-10 Edital (DG 259) estabelecendo um praso para todos os Medicos, Cirurgiões, Boticarios e Pharmaceuticos se matricularem
- 2-11 Decreto mandando applicar em S. Thomé e Principe o ordenado de um dos Professores da escola principal d' instrucção primaria para gratificações a ecclesiasticos que se dediquem ao ensino, sobre tudo das classes pobres
- 3-11 Decreto com o Projecto de Bases para os Estatutos e uma Sociedade provisoria de horticultura, em Lisboa
- 24-11 Portaria prohibindo que fossem admittidos a matricular-se nas escolas militares, sem nova licença, os militares que não tivessem sido ahi approvados em todas as materias do anno anterior
- 25-11 Decreto reunindo algumas cadeiras no Instituto Industrial de Lisboa, e na Escola Industrial do Porto
- 28-11 Portaria determinando, que antes de se matricularem sejam inspeccionados pela Junta Militar de Saude os militares a quem se conceder licença para frequentarem a Escola Polytechnica
- 30-11 Portaria. Após a criação de uma officina de gravura, lythographia, e desenho topographico, Secção Hydrographica da Marinha, dirigida pelo distincto artista Mr. J. Lewicki que sejam nomeados seis discípulos que o mesmo gravador é obrigado a ensinar, em conformidade das condições do seu contrato
- 1-12 Decreto mandando observar o Regulamento Provisorio que o acompanha para o Instituto Industrial de Lisboa, e Escola Industrial do Porto
- 10-12 Decreto criando em Goa uma Escola de physica, chimica e historia natural, e incorporando-a na Escola Militar

1854

- 9-1 Decreto restabelecendo a cadeira de latim no Concelho de Felgueiras
- 18-1 Decreto restabelecendo a cadeira de latim de Celorico de Basto
- 18-1 Decreto (DG 26) criando em Sete-Rios de Bemfica, Districto de Lisboa, uma escola primaria para o sexo feminino
- 18-1 Decreto mandando estabelecer uma cadeira de ensino primario na Aldeia de Saboia, Concelho de Odemira, Districto de Beja
- 25-1 Decreto mandando estabelecer diversas cadeiras de ensino primario nos Districtos de Aveiro, Evora e Guarda
- 31-1 Portaria excitando á obrigação que têm os donos de typographias de mandarem á Bibliotheca Nacional de Lisboa um exemplar de todas as obras que imprimirem
- 15-2 Decreto (DG 47) criando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino em Alijó, Districto de Villa Real
- 15-2 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria em Val de Ilhavo, Districto de Aveiro
- 21-2 Lei authorisando o Governo a estabelecer o vencimento annual de cinco mil francos a um desenhador e gravador topographo, que viesse para Lisboa ensinar a sua arte a seis alumnos do Estado
- 27-2 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria em Val de Ilhavo, Districto de Aveiro
- 27-2 Portaria referente às habilitações necessárias assim como para a concessão do accrescimento de vencimento aos professores de Instrucção Superior e Secundária. (Esclarecimentos à Lei de 17 de Agosto de 1853)
- 1-3 Decreto (DG 58) restabelecendo a cadeira de latim em Fafe, Districto de Braga

- 13-3 Portaria (DG 62) mandando fazer observações metereológicas a bordo de um navio de guerra em viagem
- 15-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na Aldeia de Cachapo, Districto de Faro
- 15-3 Decreto estabelecendo cadeiras de instrucção primaria em diversas Aldeias do Districto de Béja
- 28-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria em Pombalinho, Districto de Santarem
- 31-3 Portaria suscitando a obrigação que pela Lei da criação da Bibliotheca do Porto têm os donos de typographias de lhes mandarem um exemplar de todas as suas publicações
- 6-4 Portaria e Officio providenciando para que a escola industrial do Porto começasse a funcionar sem demora
- 10-4 Portaria (DG 86) mandando fazer observações metereológicas a bordo de um navio de guerra em viagem
- 22-4 Decreto concedendo ampla amnistia aos crimes commettidos em Coimbra no carnaval d'este anno por varios estudantes e paisanos
- 3-5 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na Freguezia da Oliveirinha, Concelho e Districto de Aveiro
- 10-5 Decreto creando uma Cadeira de instrucção primaria no Concelho de Baião, Districto do Porto
- 26-5 Portarias do Governador Geral da India organisando a instrucção publica n'aquella provincia: vão com o Decreto de 4 de Outubro de 1858, que as approvou
- 30-5 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria em Santo António dos Arcos, Concelho de Marvão, e Districto de Portalegre
- 30-5 Decreto restabelecendo a Cadeira de latim de Montalegre no Districto de Villa Real
- 6-6 Decreto e Regulamento designando as Cadeiras de que se deve compor na Universidade de Coimbra o curso de Direito administrativo
- 12-6 Decreto creando uma Cadeira de instrucção primaria em Cambres, Concelho de Lamego, Districto de Vizeu
- 21-6 Decreto creando uma Cadeira de instrucção primaria em Amareleja do Districto de Béja, Concelho de Moura
- 27-6 Lei melhorando os vencimentos do Ajudante Preparador do Theatro Anatomico, e os do Escriptuario do Dispensatorio Pharmaceutico, e Hospital da Universidade de Coimbra
- 4-7 Decreto e Regulamento provendo á melhor execução do artigo 95.º do Decreto de 5 de Dezembro de 1836, sobre a admissão á matricula na Universidade
- 19-7 Decreto creando uma Cadeira de instrucção primaria em S. Pedro da Varzea, do Concelho de Goes, Districto de Coimbra
- 20-7 Lei (DG 179) augmentando com vinte pensionistas os do Collegio Militar, sustentados pelo Estado
- 5-8 Circular sobre formar periodicamente, em todos ao annos lectivos, as estatisticas do ensino primário, sustentadas por empresas particulares
- 5-8 Portaria dispondo que os Governadores Civis todos os annos mandassem ao Governo estatisticas do ensino primario, sustentado por emprezas particulares
- 12-8 Lei dando differentes providencias sobre instrucção publica superior
- 22-8 Decreto (DG 207) restabelecendo a cadeira de latim de Villa Nova de Famalicão
- 23-8 Decreto creando uma cadeira da lingoa franceza no Lyceu Nacional de Vizeu
- 30-8 Portaria mandando que o Conselho Superior de Instrucção Publica consultasse sobre as difficuldades da execução do Regulamento de 4 de Julho ultimo, para os exames de habilitação á matricula na Universidade
- 31-8 Officio (DG 206) suscitando a recommendação feita aos Governadores Civis para que as Juntas Geraes prestacionassem alumnos, que frequentassem o Instituto Agricola
- 31-8 Circular sobre a dificuldade de execução do Regulamento dos exames de habilitação para a matricula na Universidade
- 9-9 Portarias do Governador Geral da India organisando a instrucção publica n'aquella provincia: vão com o Decreto de 4 de Outubro de 1858, que as approvou
- 11-9 Decreto fazendo differentes alterações na organização das Aulas do Collegio Militar
- 19-9 Decreto modificando o de 4 de Julho precedente, sobre os exames de habilitação para a primeira matricula na Universidade
- 26-9 Portaria (DG 262) prohibindo que na Escola do Exercito se podessem matricular alumnos militares sem todos os preparatorios, excepto o de principios de metallurgia aos que estivessem destinados á arma de artilheria
- 27-9 Decreto e Regulamento estabelecendo as condições para a habilitação dos Candidatos ao Magisterio de instrucção superior
- 27-9 Portaria provendo no abuso que faziam muitos alumnos das Escolas militares, dando parte de doentes quando lhes cabia fazerem exames
- 27-9 Portaria communicando ao Procurador Geral da Corôa que o Laboratorio da Universidade estava á disposiçào dos Juizes quando lhes fosse preciso para analyses medico-legaes
- 13-10 Portaria ordenando que o Director do Instituto Agricola apresentasse annualmente um relatorio do estado do estabelecimento
- 16-10 Portaria louvando o Governador Civil de Villa Real por haver promovido que os Parochos abram Escolas gratuitas para pobres, e insinuando ás Camaras Municipaes que concedessem gratificações aos que o fizessem com reconhecido proveito
- 16-10 Decreto alterando o artigo 12º do Decreto de 12 de Janeiro de 1837 que instituiu a Escola do Exercito
- 26-10 Portaria (DG 234) mandando que se fizessem observações metereológicas a bordo de um navio de guerra que ia partir para Cabo Verde
- 9-11 Portarias do Governador Geral da India organisando a instrucção publica n'aquella provincia: vão com o Decreto de 4 de Outubro de 1858, que as aprovou (criando o Liceu Nacional de Nova Goa)

- 21-11 Decreto (DG 279) criando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na Freguezia de Bem fica
- 23-11 Decreto Regulamento Geral das Sociedades Agricolas
- 5-12 Decreto (DG 292) criando na Villa da Moita uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 9-12 Portaria estabelecendo o processo para a jubilação, ou para augmento de vencimentos por diuturnidade de serviço, dos Lentes das Escolas Militares (Esclarece a Lei de 17 de Agosto de 1853)
- 21-12 Decreto providenciando sobre os impedimentos dos Lentes da Escola do Exercito

1855

- 7-1 Portaria distribuindo por duas cadeiras as amterias da 7.ª cadeira do Instituto Agricola de Lisboa
- 10-1 Portaria promovendo o estudo da lingua Marata no listado da India. (Supplemento)
- 31-1 Decreto Modelo das cartas de exame e aprovação, que pelas Escolas Médico-Cirurgicas se houverem de passar aos Aspirantes Pharmaceuticos habilitados em Boticas particulares
- 7-2 Decreto criando uma cadeira de ensino primario em Villa Fernando, do Concelho e Districto da Guarda
- 14-2 Decreto criando duas cadeiras de instrucção primaria no Concelho do Cartaxo, Districto de Santarem
- 23-2 Lei transferindo para Coimbra a Escola Regional Agricola, inicialmente planeada para Viseu
- 28-2 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Ferreira, Districto de Vizeu
- 3-3 Portaria declarando que os Seminarios diocesanos não eram estabelecimentos particulares, e que os Professores dos Lyceus podiam ali ensinar
- 5-3 Portaria mandando construir em Aveiro um edificio para o Lyceu respectivo
- 7-3 Decreto criando uma cadeira de instrucção primaria em Giões, Concelho de Alcoutim, Districto de Faro
- 13-3 Portaria enviando para Moçambique alguns Alunos da Casa-Pia de Lisboa a fim de serem ali empregados nas Repartições Civis. (Supplemento)
- 28-3 Decreto criando cadeiras de instrucção primaria nos Concelhos de Angra e da Praia da Victoria
- 28-3 Lei auctorisando o Governo a despendere até 10:000\$000 réis em fazer que os produtos da industria nacional concorressem á Exposição Universal de Paris
- 29-3 Decreto nomeando lima Commissão para estudar a Exposição Universal que devia ter logar proxivamente em Paris
- 31-3 Portaria dispondo que dez artistas fossem a Paris á custa do Governo estudar a Exposição Universal
- 2-4 Carta Regia (DG 88) nomeando um Commissario Regio para assistir á solemnidade da Exposição Universal de Paris
- 4-4 Decreto (DG 114) criando cadeiras de instrucção primaria nas freguezias de Caranguejeira e Colmeias, Concelho e Districto de Leiria
- 11-4 Decreto (DG 114) dispondo que a Academia Real das Sciencias de Lisboa podesse tomar resoluções com menos de seis Vogaes, uma vez que as suas deliberações reunissem quatro votos
- 13-4 Portaria a remetter ao Padre Luiz Bernardino da Natividade, Procurador Geral do Collegio do Bombarral a autorização para reter e conservar por mais de anno e dia, dos dominios directos e bens de raiz que lhe foram doados por Francisco Castellino Manuel de Aboim, e sua mulher D. Maria da Conceição Horta de Cabêdo e Lencastre
- 18-4 Decreto (DG 114) criando uma cadeira de instrucção primaria em Torre Deita, Concelho e Districto de Vizeu
- 25-4 Decreto (DG 114) criando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino em Villa Franca do Campo, Districto de Ponta Delgada
- 30-4 Decreto Esclarecimento sobre as cartas de exame e aprovação, que pelas Escolas Médico-Cirurgicas se houverem de passar aos Aspirantes Pharmaceuticos habilitados em Boticas particulares
- 30-4 Portaria explicando uma duvida sobre o modo de se passarem os Diplomas dos Pharmaceuticos. (Supplemento)
- 2-5 Decreto criando duas cadeiras de instrucção primaria em Santa Comba e Valle de Ladrões, Concelho de Marialva, Districto da Guarda
- 2-5 Decreto mandando estabelecer tambem cadeiras de instrucção primaria nas freguezias de Orca, Varzea, Oledo, Tinhaldas, Almaceda, Fratel, e Bemquerença, todas do Districto de Castello Branco
- 2-5 Decreto determinando igualmente que houvesse cadeiras de instrucção primaria nas freguezias de Benavilla, Ervedal, Figueira e Villa Fernando, todas do Districto de Portalegre
- 9-5 Decreto approvando os Estatutos da Associação de Conferencias sobre ensino primario no Funchal
- 9-5 Decreto mandando restabelecer a cadeira de latim de Penamacor, Districto de Castello Branco
- 15-5 Decreto (DG 157) criando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino em Ílhavo, Districto de Aveiro
- 15-5 Decreto designando as freguezias em que deviam ser collocadas as quatro cadeiras de ensino primario, mandadas estabelecer nas Ilhas Terceira e Graciosa
- 23-5 Decreto provendo ao estabelecimento de um laboratorio pharmaceutico junto á Escola Medico-Cirurgica do Porto
- 23-5 Decreto criando no Lyceu de Ponta Delgada uma cadeira de Physica e Historia natural
- 24-5 Decreto criando uma cadeira de instrucção primaria em Fermentellos, Districto de Aveiro
- 24-5 Decreto criando tambem cinco cadeiras de instrucção primaria em diversos logares do Districto de Beja
- 24-5 Decreto restabelecendo a cadeira de latim de Villa-Nova de Foscoa, Districto da Guarda
- 29-5 Decreto criando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Oliveira, Districto de Vizeu
- 29-5 Decreto (DG 157) criando tambem em Villa Franca de Xira, Districto de Lisboa, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 30-5 Decreto incorporando nos Paços da Universidade de Coimbra o edificio e livraria do extincto Collegio de S. Pedro
- 9-6 Decreto restabelecendo a cadeira de latim da Villa de Cantanhede
- 11-6 Lei regulando as substituições nas Faculdades de Medicina e Philosophia da Universidade de Coimbra

- 11-6 Decreto creando cadeiras de ensino primario em quatro freguezias do Concelho de Cantanhede, Districto de Coimbra
- 12-6 Lei permittindo que na Universidade os substitutos extraordinarios podessem passar a ordinarios antes de dois annos de serviço, quando fosse indispensavel
- 12-6 Decreto mudando de Mamodeiro para Requeixo, no Districto de Aveiro, uma cadeira de ensino primario
- 12-6 Decreto transferindo uma cadeira de latim de Marvão para Castello de Vide, no Districto de Portalegre
- 12-6 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria em Silvado, do Districto de Aveiro
- 14-6 Decreto restabelecendo a cadeira de latim que tinha havido em Cintra, Districto de Lisboa
- 27-6 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Covas ao Douro, Districto de Villa Rea
- 30-6 Edital fazendo constar os requisitos que deviam conter os documentos dos candidatos que acudissem aos concursos para o Magisterio
- 3-7 Lei (DG 158) fixando o ordenado dos Lentes da Escola Naval que não forem Officiaes militares
- 4-7 Decretos creando cadeiras de instrucção primaria nas aldeias de Monte do Trigo, e Vera Cruz, Concelho de Porte, S. Miguel de Machada, e Azaruja, Concelho de Evora todas do Districto de Evorae na Freguezia de Amiaés de baixo, Concelho dePernes, Districto de Santarem. (Supplemento)
- 5-7 Portaria (DG 188) providenciando para que os alumnos da Escola do Exercito paguem as matriculas e emolumentos
- 11-7 Decreto creando cadeiras de ensino primario em Torres e em S. Silvestre, do Concelho e Districto de Coimbra. (Supplemento)
- 11-7 Decreto instituindo no Lyceu de Beja uma cadeira das linguas franceza e ingleza. (Supplemento)
- 17-7 Lei (DG 182 e 303) auctorizando o Governo a reformar o ensino da Veterinaria e a providenciar sobre caudelarias
- 18-7 Decreto creando uma cadeira de latim na Villa de Borba Districto de Evora. (Supplemento)
- 18-7 Decreto supprimindo as cadeiras de latim e philosophia que havia na Capital do Districto da Horta, fóra do Lyceu. (Supplemento)
- 18-7 Decreto (DG 112) estabelecendo seis cadeiras de ensino primario em varias freguezias no Districto da Horta, quatro para o sexo masculino e duas para o sexo feminino. (Supplemento)
- 19-7 Lei creando na Bibliotheca Nacional de Lisboa uma cadeira de numisniatica
- 24-7 Decreto (DG 112) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na Villa do Cartaxo. (Supplemento)
- 26-7 Decreto instituindo uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Mondrões, Districto de Villa Real. (Supplemento)
- 30-7 Circular lembrando que não foram cumpridas diversas Portarias e Circulares nomeadamente: a de 6 de Agosto de 1845 (Diário do Governo n.º 187) para execução do Decreto de 25 de Fevereiro de 1841 (Diário do Governo n.º 58) e do §4.º do Decreto de 20 de Setembro de 1844 (Diário do Governo n.º 220) que todas as auctoridades que entenderem no ramo de instrucção publica, bem como todos os estabelecimentos litterarios, remetessem annualmente a este Ministério e ao Conselho Superior do Instrucção Publica, até o fim do mês de Setembro, um Relatório Acerca do estado da aministração litteraria e Scientifica de todo o Reino
- 7-8 Portaria dizendo os documentos das habilitações que devem exigir-se dos Aspirantes Pharmaceuticos (Supplemento)
- 8-8 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia da Carapinheira, Concelho de Montemor o Velho, Districto de Coimbra. (Supplemento)
- 8-8 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario em Aldeia Velha, Concelho do Sabugal, Districto da Guarda. (Supplemento)
- 4-9 Portaria obrigando os alumnos do segundo anno de Cirurgia nas Escolas de Lisboa e Porto a exercicios praticos e novo exame de anatomia e trabalhos histologicos de primeira cadeira. (Supplemento)
- 20-9 Decreto creando duas cadeiras de ensino primario nó Concelho de Pinhel, Districto da Guarda, freguezias da Atalaya e Palla. (Supplemento)
- 28-9 Portaria providenciando para de Goa irem para Timor Padres, Cirurgiões e Mestres de primeiras letras
- 29-9 Portaria declarando que os Lentes de Medicina da Universidade que exercem a clinica particular estão sujeitos a serem chamados aos exames judiciais como peritos
- 3-10 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Vermuil, Concelho de Pombal, Districto de Leiria
- 3-10 Decreto estabelecendo uma cadeira de instrucção primaria no logar dos Trinta, Concelho e Districto da Guarda
- 3-10 Decreto instituindo duas cadeiras de ensino primario nas freguezias deTornada e Alborninha, Concelho das Caldas, Districto de Leiria
- 17-10 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia da Castanheira, Concelho e Districto da Guarda
- 17-10 Decreto estabelecendo uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de S. Torquato, Concelho de Guimarães, Districto de Braga. Supplemento
- 24-10 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Passos de Brandão, Concelho da Feira, Districto de Aveiro
- 24-10 Decreto estabelecendo na freguezia de Santa Eufemia, Concelho de Abrantes, Districto de Santarem, uma cadeira de ensino primário
- 3-11 Portaria dizendo em que circumstancia e para que serviços os Lentes jubilados das Escolas Medico-Cirurgicas podiam ser convocados
- 6-11 Portaria (DG 264) mandando fazer observações nautico-meteorologicas a bordo de um navio de guerra que ia partir para a China
- 7-11 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Bragado, Concelho de Villa Pouca de Aguiar, Districto de Villa Real

- 7-11 Portaria (DG 267) providenciando sobre os abusos a que podia dar lugar a permissão de passarem de umas para outras os alumnos das Escolas Medico-Cirurgicas
- 13-11 Portaria providenciando para que fosse identica a distribuição das disciplinas nas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto, e os Cirurgiões por ellas habilitados o fossem com todos os estudos indispensaveis
- 19-11 Decreto (DG 119 de 1956) creando na Villa da Ericeira, Districto de Lisboa, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 21-11 Decreto (DG 119 de 1856) instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de Pouzade, Concelho e Districto da Guarda
- 21-11 Decreto (DG 119 de 1856) estabelecendo no logar de Parada, Concelho e Districto de Bragança uma cadeira de instrucção primaria
- 27-11 Decreto dispondo que nas cartas que se passassem pelas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto, a alumnos que as tivessem frequentado ambas, se especificasse esta circumstancia
- 28-11 Decreto (DG 119 de 1856) creando dezesseis cadeiras de instrucção primaria em diversas terras do Districto do Porto, sendo oito para o sexo masculino e outras tantas para o sexo feminino. (Supplemento)
- 5-12 Decreto reformando e incorporando no Instituto Agrícola de Lisboa a Escola Veterinaria
- 5-12 Decreto reduzindo a um só os cofres dos rendimentos da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e regulando a escripturação d'elles
- 14-12 Decreto restabelecendo a cadeira de latim de Villa do Conde
- 18-12 Decreto (DG 119 de 1856) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na Villa de Peniche, Districto de Lisboa.
- 19-12 Decreto (DG 119 de 1856) instituindo na freguezia de Pataias, do Concelho de Alcobaça, Districto de Leiria, uma cadeira de instrucção primaria
- 20-12 Portaria providenciando para que o logar de Cirurgião Fiscal dos Hospitaes da Universidade fosse provido em pessoa habilitada
- 21-12 Decreto (DG 303) mandando abrir a Universidade, que se fechara por precaução sanitária
- 26-12 Decreto (DG 119 de 1856) restabelecendo a cadeira de Latim da Villa de S. Thiago de Cacem, Districto de Lisboa
- 27-12 Edital (DG 1 de 1856) providenciando contra a negligencia dos Boticarios sobre a matricula e informações de seus praticantes

1856

- 2-1 Portaria estabelecendo que só com licença Regia podiam ser admittidos a exame os alumnos pharmaceuticos, cuja matricula não estivesse regular. Supplemento
- 9-1 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na Freguezia de S. Lourenço de Riba Pinhão, Concelho de Alijó, Districto de Villa Real. Supplemento
- 17-1 Edital declarando prohibidos na capital os jogos chamados de entrudo, o uso de mascaras, e mesmo as danças pelas ruas, sem licença da Auctoridade
- 23-1 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na Freguezia de Sangalhos, Concelho da Anadia, Districto de Aveiro
- 23-1 Decreto instituindo cinco cadeiras de ensino primario em logares pertencentes aos Concelhos de Vizeu, Armamar, Trevões, S. Fins e Mortagoa, todos do Districto de Vizeu
- 6-2 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria em Aradas, Concelho e Districto de Aveiro
- 7-2 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na Freguezia de S. Thiago, Concelho de Ancião, Districto de Leiria
- 8-2 Portaria dando novas providencias sobre matriculas e informações de praticantes Pharmaceuticos, e sua admissão a exame nas Escolas
- 14-2 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria em S. Thiago do Escoural, Concelho de Monte Mór Novo, Districto de Evora
- 20-2 Decreto e Regulamento reorganizando e incorporando no Seminario Patriarchal de Santarem o Lyceu Nacional do mesmo Districto
- 20-2 Decreto creando uma cadeira de ensino primario em Monte Redondo, Concelho e Districto de Leiria
- 5-3 Decreto consignando que todos os Funcionarios Publicos que não prestassem juramento de bem servirem, perdiam os logares
- 5-3 Decreto creando duas cadeiras de ensino primario em Caneças, e Lousa, Freguezia de Loures, Concelho dos Oliveas, Districto de Lisboa
- 12-3 Decreto instituindo novamente uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Ceira, Concelho e Districto de Coimbra
- 12-3 Decreto instituindo uma Cadeira de ensino primario na Freguezia de Pousafolles, Distrito da Guarda
- 10-3 Portaria com a aprovação definitiva pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, da portaria do Estado da Índia, criando cinco escolas de segundo grau ou complementares. Sendo duas no concelho de Bardês, duas no de Salsee e uma no das Ilhas
- 17-3 Portaria consignando que os alumnos pharmaceuticos deviam ser admittidos a justificar que não estavam exactas as suas matriculas. Supplemento
- 22-3 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Vicente de Pereira, Concelho de Ovar, Districto de Aveiro
- 24-3 Decreto (DG 128) creando nove cadeiras de ensino primario em varias freguezias do Districto de Santarem, sendo tres para o sexo feminino

- 29-3 Lei concedendo um predio á Camara Municipal de Odemira para n'elle se estabelecer a aula de ensino primario
- Sem data-4 Diploma aprovando o Regulamento externo do Liceu Nacional de Goa
- 1-4 Decreto - É instituido na Cidade de Beja um Estabelecimento de beneficência publica, denominado Casa Pia
- 2-4 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Maceira, Concelho de Fornos de Algodres, Districto da Guarda
- 7-4 Portaria (DG 83) patenteando a satisfação do Governo pela abertura do seminario de Sernache do Bom Jardim, como Collegio das missões Ultramarinas
- 7-5 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Maceira, Concelho de Fornos de Algodres, Districto da Guarda
- 7-5 Decreto (DG 129) criando no Distrito do Funchal doze cadeiras de instrucção primária para o sexo masculino e oito para o sexo feminino
- 10-5 Portaria mandando abonar cincoenta xerafins mensaes aos Professores das escolas de primeiras letras de Calongute e Lontolim na India. Supplemento
- 10-5 Portaria approvando o estabelecimento de uma aula de lingua ingleza em Mapuçá na India. Supplemento
- 13-5 Decreto (DG 130) creando uma cadeira de instrucção primaria na Freguezia de Mouronho, Concelho da Tábua, Districto de Coimbra
- 13-5 Decreto (DG 130) instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino em Villa Nova de Foscôa, Districto da Guarda
- 16-5 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Vicente da Chã, Concelho de Mont'Alegre, Districto de Villa Real
- 16-5 Portaria approvando o estabelecimento de uma aula de lingua ingleza em Mapuçá na India. Supplemento
- 16-5 Decreto (DG 131) collocando em Oliveira de Azemeis, Districto de Aveiro, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 16-5 Decreto restabelecendo a cadeira de ensino primario da Freguezia da Benedicta, Concelho de Alcobaca, Districto de Leiria
- 21-5 Portaria consignando que somente a militares de conhecido merito é que podia permittir-se viessem do Ultramar cursar os estudos no Reino, e sem outro vencimento alem do soldo. Supplemento
- 23-5 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Cabanas, Concelho do Carregal, Districto de Vizeu
- 26-5 Decreto substituindo em Braga a cadeira de ensino mutuo por duas de ensino simultaneo
- 10-6 Decreto creando na Freguezia da Cumieira, Concelho de Penella, Districto de Coimbra, uma cadeira de ensino primario
- 16-6 Decreto creando na Freguezia da Cumieira, Concelho de Penella, Districto de Coimbra, uma cadeira de ensino primario
- 18-6 Decreto transferindo a cadeira de ensino primario de Villa Cova, Concelho de Cambra, Districto de Aveiro, para a Freguezia de Merlães
- 18-6 Decreto (DG 147) collocando o Lyceu de Villa Real no edificio das Recolhidas de Nossa Senhora das Dores, transferindo estas Recolhidas para o edificio do extincto Convento de Santa Clara da mesma Villa
- 25-6 Decreto creando na Freguezia da Cumieira, Concelho de Penella, Districto de Coimbra, uma cadeira de ensino primário
- 25-6 Lei (DG 152) auctorisando o Governo a conceder para cemiterios, escolas municipaes e cadeias bens nacionaes de insignificante valor
- 1-7 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Villares, Concelho de Murça, Districto de Villa Real
- 1-7 Decreto determinando que o Observatorio Meteorologico na Escola Polytechnica se denominasse do Infame Dom Luiz
- 1-7 Decreto instituindo no logar de Pinzio, Concelho e Districto da Guarda, uma cadeira de instrucção primaria
- 7-7 Decreto (DG 164) creando uma cadeira de instrucção primaria no logar do Pico, Freguezia de S. Gens, Concelho de Fafe, Districto de Braga
- 15-7 Lei estabelecendo uma gratificação de 100\$000 réis ao Lente Director do Jardim Botanico da Universidade de Coimbra
- 17-7 Decreto Reforma da administração interna e externa dos Hospitaes e Estabelecimentos da sua dependencia, annexos á Universidade de Coimbra
- 18-7 Lei adjudicando ao Seminario de S. Caetano de Braga, cujo plano de estudos se mandou reformar e acrescentar com a instrucção industrial, um legado importante
- 19-7 Lei supprimindo e creando diversos empregos menores na Universidade de Coimbra, e fixando-lhes os vencimentos
- 5-8 Portaria mandando preparar local para a escola de ensino primario, geometria e desenho, dos artifices e aprendizes, que deve haver em Lisboa, sob a Direcção da Intendencia das Obras Publicas
- 6-8 Lei (DG 187) auctorisando o Governo para ceder a um empregario, e com clausula reversiva, certo terreno na praia de Pedrouços em que se construísse um estabelecimento de banhos do mar, com escolas de natação e gymnastica
- 8-8 Portaria mandando preparar local para a escola de ensino primario, geometria e desenho, dos artifices e aprendizes, que deve haver em Lisboa, sob a Direcção da Intendencia das Obras Publicas
- 9-8 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na Freguezia da Granja a Nova, Concelho de Mondim, Districto de Vizeu
- 12-8 Lei mandando estabelecer em Sernache do Bomjardim o Collegio das Missões Ultramarinas, com collegios filiaes nas outras Dioceses do Reino e do Ultramar, e consignando-lhes rendimentos

- 16-8 Portaria (DG 194) mandando que se fizessem observações meteorológicas a bordo de um navio de guerra que partia de Lisboa para Angola
- 19-8 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Martinho de Angueira, Concelho de Miranda do Douro, Districto de Bragança
- 28-8 Portaria dizendo como os Magistrados do Ministerio Publico deviam proceder contra os individuos que sem titulo exercessem a arte de curar. Supplemento
- 2-9 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Aguas frias, Concelho de Chaves, Districto de Villa Real
- 2-9 Decreto restabelecendo a cadeira de latim da Villa de Santa Combadão, Districto de Vizeu
- 2-9 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na Freguezia do Valle de la Mula, Concelho de Almeida, Districto da Guarda
- 3-9 Decreto (DG 214) criando em Mafra, Districto de Lisboa, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 3-9 Decreto instituindo uma cadeira de principios de phisica, chymica, e introduccão á historia natural dos tres reinos, no Lyceu Nacional de Braga
- 4-9 Decreto (DG 218) instituindo duas cadeiras de instrucção primaria para o sexo feminino nas Villas dos Arcos, e Ponte de Lima para o sexo masculino, em Santa Martha, Concelho de Vianna, Gondar, Concelho de Caminha e Covas, Concelho de Villa Nova da Cerveira e transferindo para a Freguezia de Vermade uma igual cadeira que existia em Valias de Mouros, Concelho de Caminha tudo isto no Districto de Vianna
- 4-9 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primário, primeiro grau, na Freguesia de Arasede, Concelho de Monte mór o Velho, Districto de Coimbra; e proceder-se-ha desde logo no concurso da mencionada cadeira
- 9-9 Decreto estabelecendo uma cadeira de ensino primario na Freguezia do Troviscal, Concelho de Oliveira do Bairro, Districto de Aveiro
- 9-9 Portaria (DG 215) ordenando que o Lente de economia, legislação, administração e contabilidade rural no Instituto Agrícola de Lisboa, fosse em comissão estudar fóra do Reino, mediante uma gratificação e sem prejuizo da sua antiguidade, as materias da sua cadeira
- 9-9 Decreto (DG 225) collocando uma escola de meninas na Villa do Crato, Districto de Portalegre
- 11-9 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Gião, Concelho de Cea, Districto da Guarda
- 15-9 Decreto adiando para o 4º do Novembro a abertura da Universidade de Coimbra por grassar a cholera-morbus n'aquella Cidade
- 23-9 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Pinto, Concelho de Penalva do Castello, Districto de Vizeu
- 30-9 Decreto estabelecendo uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Anelhe, Concelho de Chaves, Districto de Villa Real
- 30-9 Decreto designando um uniforme, e criando uma medalha para os socios effectivos da Academia Real das Sciencias de Lisboa
- 1-10 Decreto transferindo a cadeira de ensino primario da Freguezia da Curveira para a de S. Vicente do Pinheiro, Concelho de Penafiel, Districto do Porto
- 1-10 Portaria providenciando a respeito da abertura das aulas da Universidade, que pela invasão da cholera-morbus havia sido adiada
- 1-10 Decreto (DG 243) criando seis cadeiras de ensino primario em varios pontos do Districto de Ponta Delgada, sendo quatro communs aos dois sexos, uma exclusiva do feminino e outra do masculino
- 1-10 Decreto designando um uniforme aos Lentes, substitutos e demonstradores da Escola Medico Cirurgica de Lisboa
- 2-10 Decreto (DG 246) anexando ao Convento das Religiosas de Santa Clara em Macau, o Recolhimento de educação de meninas deniminado de Santa Rosa de Lima e destinando ao Hospital militar o edificio em que o Recolhimento estava, do extinto Convento de Santo Agostinho
- 8-10 Portaria determinando que para mais breve expedição dos concursos de instrucção primaria e secundaria subissem os autos por intermedio dos Governadores Civis já informados por estes
- 23-10 Decreto declarando quaes eram os vencimentos dos Lentes e Professores de instrucção superior e secundaria, quando impedidos por molestia
- 26-10 Decreto aprovando uma proposta do Conselho da Escola Polytechnica sobre o ensino da metallurgia. Supplemento
- 27-10 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Quinta de Pero Martins, Concelho da Figueira de Castello Rodrigo, Districto da Guarda
- 30-10 Decreto e Regulamento estabelecendo o modo da fiscalisação e julgamento das faltas dos estudantes da Universidade de Coimbra
- 4-11 Decreto eslabelecendo no Lyceu Nacional de Angra do Heroismo uma cadeira de principios de chimica, physica e historia natural
- 4-11 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de Nossa Senhora da Gaiola, Concelho e Districto de Leiria
- 7-11 Portaria providenciando sobre uma exploração scientifica das Provincias africanas pelo Dr. Frederico Welwitsch. Supplemento
- 7-11 Portaria permitindo que ás mestras de meninas da Villa da Praia de Cabo Verde se augmentasse provisoriamente o vencimento. Supplemento
- 11-11 Portaria dispondo que o Governador de Cabo Verde só mandasse para o Seminario ecclesiastico de Santarem educandos escolhidos pelo Bispo da Diocese, quatro porém dos quaes fossem naturaes dos Estabelecimentos da Guiné

- 12-11 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Marcos de Campo, Concelho de Villa Nova de Reguengos, Districto de Evora
- 19-11 Portaria encomendando ao Governador Geral de Angola que fizesse educar era Loanda os filhos dos regulos e sobas do Districto
- 4-12 Decreto regulando as jubilações dos Lentes da Escola mathematica e militar da Nova Goa
- 9-12 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Mamede de Villa Marim, Concelho de Mezão Frio, Districto de Villa Real
- 12-12 Portaria mandando, para serem distribuidos nas escolas de primeiras letras de Angola, alguns livros elementares. Supplemento
- 15-12 Decreto transferindo para a Freguezia de S. Miguel de Milharado a cadeira de instrucción primaria da Villa de Mafra
- 19-12 Decreto criando uma cadeira de instrucción primaria na Freguezia de Barro, Concelho de Agueda, Districto de Aveiro
- 27-12 Portaria mandando traduzir em lingua Teton, a universal em Timor, o Cathecismo da Doutrina Christã. Supplemento

1857

- 13-1 Portaria mandando ajustar na ilha da Madeira pedreiros, carpinteiros e ferreiros ou serralheiros, bem como um homem intelligente na cultura da cochonilha, todos para irem trabalhar e ensinar na provincia de S. Thomé e Principe.
- 14-1 Decreto criando uma cadeira de instrucción primaria na freguezia de Coimbra, concelho e districto de Leiria
- 23-1 Decreto transferindo tres cadeiras de ensino primario, e criando duas, todas no districto de Bragança. As cadeiras de ensino primário actualmente estabelecidas nas freguesias de Valle de Asnes, Abranches e Valle de Telhas, serão transferidas, a primeira para Valle Bemfeito, a segunda para Mascarenhas e a terceira para Fradizella, todas no districto de Bragança. São creadas duas cadeiras de ensino primario, primeiro grau, nas freguezias de Valle de Salgueiro, concelho de Mirandella, e de Folgar, concelho de Moncorvo, ambas no mencionado districto
- 23-1 Decreto instituindo duas novas cadeiras de instrucción primaria nas freguezias de Santo Estevão e Conceição do concelho de Tavira, districto de Faro
- 28-1 Decreto criando tres cadeiras de ensino primario nas freguezias do Tramagal, Rocio e Alvega, todas do concelho de Abrantes, districto de Santarem
- Sem data-2 Relatório do Governador Geral de Cabo Verde. Pede que se abram duas aulas de pilotagem, uma na Praia outra na Brava, e que à Escola Principal de anexasse o ensino comercial. Acrescenta ser urgente a criação do Seminário, que se pensasse não estabelecimento de instrucción profissional de coronheiro, espingardeiro, serralheiro e ferreiro com mestres vindos da Metrópole e se enviasse a Paris alguns rapazes para a frequentarem uma escola agrícola para posteriormente servirem de professores nas diferentes ilhas
- 4-2 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Galafura, concelho do Peso da Regua, districto de Villa Real
- 4-2 Decreto collocando uma cadeira de latim na villa e concelho de Santo Thyrso, districto do Porto
- 5-2 Decreto instituindo outra cadeira de ensino primario no logar de Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra
- 11-2 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Santa Maria de Salto, concelho de Mont'alegre, districto de Villa Real
- 11-2 Decreto instituindo outra cadeira de ensino primario no logar de Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra
- 11-2 Decreto instituindo ainda outra cadeira de ensino primario no logar do Juncal, concelho de Porto de Moz, districto de Leiria
- 18-2 Decreto transferindo para o logar das Cottas da freguezia do Pombalinho, concelho de Soure, districto de Coimbra, a cadeira de ensino primario que havia na mesma freguesia
- 18-2 Decreto (DG 52) criando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Gonçalo, concelho e districto da Guarda
- 25-2 Portaria ordenando ao Governador de Mossamedes que em logar adequado fizesse demarcar um hectare e um acre de terreno para que os pretendentes de terrenos comprehendam a ex-tensão d'estas duas medidas. Supplemento
- 25-2 Portaria remetendo ao Governador de Solor e Timor para serem distribuidos alguns Manuaes de Artes e Officios, livros de doutrina christã e de ensino primario. Supplemento
- 2-3 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Mamede da Ventosa, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa
- 12-3 Decreto criando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Mamede da Ventosa, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa
- 12-3 Decreto criando tambem uma cadeira de ensino primario no logar da Capuiba, concelho do Fundão, districto de Castello Branco
- 12-3 Decreto collocando ainda uma cadeira de ensino primario na freguezia de Carvalhal Redondo, concelho de Nellas, districto de Vizeu
- 12-3 Decreto (DG 73) instituindo uma cadeira de ensino primário para o sexo feminino na freguesia de Cedros, concelho e distrito da Horta
- 20-3 Portaria remetendo diversos livros para uso da Secretaria do Governo Geral de Moçambique, e outros para as escolas de instrucción primaria da mesma provincia. Supplemento

- 24-3 Portaria incumbindo a faculdade de theologia da Universidade de Coimbra de consultar sobre a organização dos estudos ecclesiasticos nos seminarios diocesanos
- 24-3 Portaria exigindo informação por quesitos do estado dos seminarios diocesanos
- 24-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de S. Saturnino de Fanhões, concelho dos Olivaeis, districto de Lisboa
- 26-3 Portaria providenciando para que houvesse padres e mestres de primeiras letras em quatro districtos da provincia de Angola. Supplemento
- 27-3 Portaria ordenando que as auctoridades do Ultramar prestassem todo o auxilio á fragata austriaca Novara na viagem scientifica que vae fazer á roda do mundo, e que mesmo em caso de guerra se respeitasse a sua neutralidade
- 30-3 Lei (DG 83) dispondo que o logar de Secretario da Academia Portuense dos Bellas Artes fosse servido por um Professor d'ella Substituto
- 1-4 Portaria providenciando para que houvesse padres e mestres de primeiras letras em quatro districtos da provincia de Angola. Supplemento
- 1-4 Decreto (DG 86) instituindo outra cadeira de ensino primario, mas para o sexo feminino, na freguezia de Escalhão, concelho da freguezia de Castello Rodrigo, districto da Guarda
- 1-4 Decreto (DG 86) estabelecendo tambem uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Barcellos, districto de Braga
- 4-4 Portaria desapprovando o augmento que em Gôa se fizera no ordenado do Porteiro da Escola Mathematica e Militar. Supplemento
- 6-4 Officio auctorisando a introducção em Angola do ensino primario, pelo methodo portuguez. Supplemento
- 8-4 Decreto (DG 93) creando uma cadeira de ensino primario no logar do Casal do Moio, freguezia do Rio de Moinhos, concelho de Santarem, districto de Vizeu
- 8-4 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de Paderne, concelho de Albufeira, districto de Faro
- 15-4 Lei O imposto do subsidio litterário fica extincto no continente do Reino desde o 1.º de Janeiro de 1857 em diante
- 22-4 Decreto (DG 100) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Matozinhos, concelho de Bouças, districto do Porto
- 22-4 Decreto (DG 100) instituindo tambem uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa da Povoa de Varzim, districto do Porto
- 27-4 Portaria approvando que ás aulas das linguas latina e chinesa do Seminario diocesano de Macau, que acabava de ser inaugurado, se reunisse a escola publica da cidade. Supplemento
- 27-4 Portaria incumbindo a faculdade de theologia da Universidade de Coimbra de consultar sobre a organização dos estudos ecclesiasticos nos seminarios diocesanos
- 28-4 Lei regulando os vencimentos dos Lentes Professores e empregados de instrucção publica nas suas faltas justificadas
- 7-5 Portaria recommendando ás auctoridades do Ultramar protegessem uma senhora allemã que se propunha fazer uma viagem scientifica pelas possessões portuguezas da Africa. Supplemento
- 9-5 Portaria exigindo minuciosas informações sobre instrucção publica na India. Supplemento
- 9-5 Lei mandando vender os fóros e bens nacionaes administrados pela Escola Polytechnica
- 13-5 Lei estabelecendo uma gratificação ao Professor de grego encarregado da continuação do Lexico Greco-Latino
- 13-5 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia do Sobral, concelho e districto da Guarda
- 13-5 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia das Antas, concelho de Penalva do Castello, districto de Vizeu
- Sem data-6 Diploma aprovando o Regulamento interno do Liceu Nacional de Goa
- 10-6 Decreto instituindo uma cadeira das linguas franceza e Ingleza no Lyceu Nacional de Leiria
- 16-6 Portaria providenciando a respeito dos alumnos da Escola do Exercito que, para adiaem os exames, apresentam attestações de doença. Supplemento
- 17-6 Decreto transferindo a cadeira de ensino primario collocada em Merlães, freguezia de Sepellos, concelho de Cambre, districto de Aveiro, para o logar de Passô da mesma freguezia
- 17-6 Decreto revogando o Decreto de 6 de Maio de 1844 na parte em que transferira para Avelans de Caminho a cadeira de ensino primario de Avelans de Cima, concelho de Anadia, districto de Aveiro
- 23-6 Lei É votada a somma de 4:000\$000 réis, no anno económico de 1857 a 1858, para a continuação das obras do edificio da Academia Polytechnica da cidade do Porto,
- 1-7 Lei Auctorisa o Governo a contrair um empréstimo até á quantia de 100:000\$000 réis, com juro que não exceda a 6 por cento, hipotecando para esse fim os bens e fundos que a Escola Polytechnica administra
- 2-7 Lei É autorizada a expropriação dos terrenos compreendidos na planta junta, e de quaesquer obras n'ellas existentes, para o levantamento de um Observatorio astronomico e suas dependencias, junto à capital, na quinta denominada "do Seabra", pertencente ao Visconde da Bahia
- 4-7 Lei applicando aos Demonstradores das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto a Lei de 12 de Junho de 1855 sobre a sua promoção a Substitutos
- 4-7 Lei augmentando a verba destinada á conservação e reparos dos edificios da Universidade
- 8-7 Portaria dispondo que o Lyceu Nacional de Bragança fosse collocado no edificio do Hospital Militar logo que este se mudasse para o do extincto convento de S. Francisco
- 10-7 Portaria (DG 166) providenciando sobre a collocação da Bibliotheca, Museu e Academia das Bellas Artes da cidade do Porto no edificio do extincto convento de Santo António
- 15-7 Lei creando na Academia Polytechnica do Porto uma cadeira de economia politica e de direito commercial e administrativo

- 16-7 Ofício para que por partes dos comandantes dos Corpos do Exército se aceitem os alunos que se lhes apresentarem munidos do attestado de terem concluido o curso de estudos do referido Collegio Militar
- 22-7 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia da Foz de Arouce, concelho da Louzã, districto de Coimbra
- 22-7 Decreto instituindo outra cadeira de instrucção primaria na freguezia de Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra
- 22-7 Decreto collocando outra cadeira de instrucção primaria na freguezia de Avelosa, concelho da Meda, districto da Guarda
- 22-7 Decreto estabelecendo outra cadeira de instrucção primaria no logar do Cabeço de Portomar, concelho de Mira, districto de Coimbra
- 29-7 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Bemquerença, concelho de Penamacor, districto de Castello Branco
- 30-7 Decreto transferindo a cadeira de instrucção primaria existente na freguezia de Gostei, concelho da Alfandega da Fé, para a freguezia de Rabal, concelho e districto de Bragança
- 30-7 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Souto da Casa, concelho do Fundão, districto de Castello Branco
- 19-8 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de S. Sebastião da Serra d'El-Rei, concelho de Peniche, districto de Leiria
- 19-8 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria no sitio da Feira dos Dezoito, freguezia de Cesár, concelho de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro
- 19-8 Decreto instituindo ainda uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Argozello, concelho de Vimioso, districto de Bragança
- 22-8 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Nossa Senhora do Ó do Paião, concelho da Figueira da Foz, districto de Coimbra
- 26-8 Decreto (DG 218) instituindo para o sexo feminino uma cadeira de instrucção primaria na villa de Vinhaes, districto de Bragança
- 27-8 Officio instando pela effectiva applicação, em favor do collegio das Missões Ultramarinas, do importante legado deixado com este destino pela Senhora Rainha D. Marianna de Austria. Supplemento
- 1-9 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Cebolaes, concelho e districto de Castello Branco
- 1-9 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa das Caldas da Rainha, districto de Leiria
- 7-9 Portaria e Instrucções regulando a reconstrucção do edificio da Escola Polytechnica de Lisboa
- 10-9 Portaria (DG 222) auctorisando as despesas precisas no Estado da India com a compra de alguns instrumentos scientificos para as escolas superiores daquela provincia
- 15-9 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar do Freixo, freguezia de Villarinho, concelho da Louzã, districto de Coimbra
- 15-9 Decreto dando uniformes aos Lentes Substitutos e Demonstradores da Escola Medico-Cirurgica do Porto
- 26-9 Portaria mandando vir de Angola dois naturaes para cursarem a escola que El-Rei sustenta em Mafra, mas assentando-lhes antes praça em algum corpo militar de Loanda como garantia de que hão de para ali regressar. Supplemento
- 29-9 Decreto adiando a abertura da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa pela necessidade de que todos os Facultativos da capital se empregassem em combater a epidemia da febre amarela
- 29-9 Portaria alterando a distribuição das disciplinas pelas differentes aulas da Escola Polytechnica. Supplemento
- 1-10 Edital dizendo quaes eram os livros elementares auctorisados pelo mesmo Conselho para uso das escolas
- 7-10 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Dornellas, concelho de Aguiar da Beira, districto da Guarda
- 7-10 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Martinho de Crasto, concelho da Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello
- 7-10 Decreto providenciando para que não ficasse incompleta, por ter fallecido o Visconde de Santarem, a Historia que este começára a publicar da Cosmographia e Cartographia da idade media, depois dos descobrimentos do XV seculo
- 13-10 Portaria auctorisando o estabelecimento de uma escola de meninas em Damão. Supplemento
- 14-10 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na povoação de Longa, concelho de Taboação, districto de Vizeu
- 21-10 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Belasaima do Chão, concelho de Agueda, districto de Aveiro
- 21-10 Decreto instituindo outra cadeira de ensino primario na parochia de Casal Comba, concelho da Mealhada
- 28-10 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia do Penco, concelho de Sernancelhe, districto de Vizeu
- 28-10 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario na freguezia de Valle de Azares, concelho de Celorico da Beira, districto da Guarda
- 31-10 Decreto collocando ainda uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Amorim, concelho da Povia de Varzim, districto do Porto
- 2-11 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria no logar de Torgueda, concelho e districto de Villa Real

- 2-11 Portaria dispondo que o Conselho Superior de Instrucção Publica, quando as cadeiras de instrucção primaria fossem creadas com a clausula de concorrerem com mobilia ou casa algumas Juntas de Parochia ou particulares, assim o declarem nos Editaes para concurso
- 2-11 Decreto instituindo outra cadeira de instrucção primaria na freguezia da Madeira, concelho de Oleiros, districto de Castello Branco
- 3-11 Decreto instituindo uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Vinhó, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 3-11 Decreto collocando outra cadeira de instrucção primaria na freguezia de Valle de Espinho, concelho do Sabugal, districto da Guarda
- 3-11 Decreto estabelecendo mais outra cadeira de instrucção primaria na freguezia de Algo-dres, concelho da Figueira de Castello Rodrigo, districto da Guarda
- 4-11 Decreto creando ainda outra cadeira de instrucção primaria na freguezia do Adorigo, concelho de Taboação, districto de Vizeu
- 10-11 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Prados, concelho de Celorico da Beira, districto da Guarda
- 11-11 Decreto collocando outra cadeira de ensino primario na freguezia do Barreiro, concelho de Tondella, districto de Vizeu
- 12-11 Portaria e Regulamento providenciando para a maior applicação aos estudos dos alumnos da Escola Polytechnica. Supplemento
- 17-11 Portaria consignando que, como alumnos gratuitos ecclesiasticos para o Ultramar, só hão de ser admittidos os naturaes do Ultramar, e isto no Collegio das Missões Ultramarinas em Sernache do Bom Jardim. Supplemento
- 18-11 Decreto (DG 284) instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Alter do Chão, districto de Portalegre
- 18-11 Decreto creando no logar do Carregueiro da freguezia de Villar, concelho de Tondella, districto de Vizeu, uma cadeira de instrucção primaria
- 23-11 Portaria approvando um Regulamento provisorio para o Collegio das Missões Ultramarinas
- 25-11 Decreto (DG 284) creando duas cadeiras de instrucção primaria, sendo uma na freguezia de Duas Igrejas, e outra em Iffanes, concelho de Miranda do Douro, districto de Bragança e mais uma para o sexo feminino na propria villa de Miranda do Douro
- 25-11 Decreto (DG 284) instituindo tambem em Villa Nova de Famalicão uma cadeira de ensino primario para meninas
- 25-11 Decreto collocando ainda uma cadeira de instrucção primaria na freguezia do Estreito, concelho de Oleiros, districto de Castello Branco
- 2-12 Decreto regulando na Escola Polytechnica e na do Exercito o serviço da frequencia das aulas, exames e distribuição dos premios
- 9-12 Decreto (DG 297) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa e concelho de Barrancos, districto de Béja
- 10-12 Portaria mandando facilitar em Cabo Verde todas as indagações que em botanica e zoologia ali quizesse fazer um naturalista inglez. Supplemento
- 10-12 Decreto estabelecendo tambem na freguezia de Cavadoude, concelho e districto da Guarda, uma cadeira de instrucção primaria
- 10-12 Decreto (DG 299) collocando ainda uma cadeira de ensino primario para meninas na villa de Monforte
- 15-12 Decreto instituindo duas cadeiras de instrucção primaria, sendo uma na freguezia de Cavalhões, e a outra na freguezia de Santa Maria de Oliveira, ambas no concelho de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga
- 16-12 Portaria determinando que na aula de instrucção primaria dos marinheiros militares se ensinasse o systema metrico decimal de pesos e medidas. Supplemento
- 16-12 Decreto (DG 304) creando ainda na villa de Pombal, districto de Leiria, uma cadeira de ensino primario para meninas
- 16-12 Portaria recommendando á Camara Municipal da villa da Praia de Cabo Verde que apromptasse casas para a mestra de meninas. Supplemento
- 19-12 Portaria ordenando que o Conselho Superior de Instrucção Publica, em vista das Consultas das Juntas Geraes de Districto, propozesse as providencias que julgasse opportunas
- 22-12 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Alcanede, concelho e districto de Santarem
- 30-12 Decreto collocando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Malhou, concelho e districto de Santarem
- 30-12 Decreto instituindo outra cadeira de ensino primario na freguezia de Oliveira, concelho de Meção Frio, districto de Villa Real
- 30-12 Decreto (DG 12 de 1858) estabelecendo ainda uma cadeira de ensino primario na freguezia da Fundada, concelho de Villa de Rei, districto de Castello Branco
- 30-12 Decreto (DG 12 de 1858) creando no districto de Santarem tres cadeiras de instrucção primaria, duas das quaes para o sexo masculino, nos logares da Solheira e do Valle, e uma para o sexo feminino em Ferreira do Zezere

1858

- 5-1 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Penascoso, concelho de Abrantes, districto de Santarem
- 5-1 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Salir, concelho de Loulé, districto de Faro

- 18-1 Portaria mandando prestar na Africa oriental todo o auxilio ao Doutor Livingston para a viagem scientifica que ia emprehender ao interior do paiz. Supplemento
- 25-1 Portaria Mandando escrever um Ensaio Estatistico ao Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, sobre as provincias da Africa occidental, e um semelhante trabalho, relativamente á provincia de Moçambique,
- 26-1 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia do Carvalhal, concelho de Obidos, districto de Leiria
- 26-1 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Vermiosa, concelho da Figueira de Castello Rodrigo, districto da Guarda
- 27-1 Decreto instituindo no Lyceu da Horta uma cadeira de physica e chimica e de introdução á historia natural
- 27-1 Decreto creando uma cadeira de ensino primario, na freguezia do povo de Santo Estevão, concelho do Sabugal, districto da Guarda
- 27-1 Decreto collocando tambem uma cadeira de ensino primario na aldeia de Castello Cernado, freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Gavião, districto de Portalegre
- 1-2 Decreto (DG 38) creando uma cadeira de ensino primario no logar de Passo, freguezia de Ossella, concelho de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro
- 3-2 Decreto (DG 39) instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Thiago de Areias, concelho de Santo Thyrso, districto do Porto
- 3-2 Decreto (DG 40) collocando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa do Freixeiro, concelho de Celorico de Rasto, districto de Braga
- 10-2 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar de Verdelho, freguezia de Achete, concelho e districto de Santarem
- 18-2 Decreto collocando na povoação do Assento, freguezia da Queimadella, concelho de Fafe, districto de Braga, uma cadeira de instrucção primaria
- 18-2 Decreto instituindo tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Casal de Loivos, concelho de Alijó, districto de Villa Real
- 22-2 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria no logar de Alvites da freguezia do Salvador de Mouços, concelho e districto de Villa Real
- 24-2 Decreto (DG 52) estabelecendo na villa de Castro Verde, districto de Beja, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 6-3 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia da Povia do Concelho, concelho de Trancozo, districto da Guarda
- 6-3 Portaria permittindo que em Diu um dos Parochos accumule as funcções de Professor de instrucção primaria, e que o outro, o de dentro da praça, tenha quem o coadjuve, sem se estorvar com o magisterio, destinando-se um Professor para dar escola. Supplemento
- 9-3 Lei entregando á Escola Polytechnica a direcção do Museu da Historia Natural que antes estava a cargo da Academia Real das Sciencias de Lisboa
- 11-3 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de Villar de Mouros, concelho de Caminha, districto de Vianna do Castello
- 16-3 Portaria organisando provisoriamente a Repartição de pesos e medidas pelo systema metrico-decimal
- 17-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria no logar de Peges, freguezia do Castello, concelho de Penalva, districto de Vizeu
- 23-3 Portaria instando pela execução da providencia que se tomou para ser traduzido o cathecismo da doutrina christã nas duas linguas mais falladas pelos indigenas de Solor e Timor. Supplemento
- 24-3 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino, na villa e concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 24-3 Decreto collocando na freguezia de S. Vicente, concelho de Chaves, districto de Villa Real, uma cadeira de instrucção primaria
- 24-3 Decreto (DG 144) creando tambem uma cadeira de instrucção primaria no logar de Passos de Baixo, freguezia de Passos da Serra, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 6-4 Portaria consentindo e louvando que as Religiosas de Santa Clara de Trancoso sustentassem e educassem gratuitamente duas orphãs desvalidas, cujos paes tivessem perecido da febre amarela
- 6-4 Decreto auctorisando as Commissões que nas Escolas Polytechnicas e do Exercito devem assistir á leitura das dissertações para premio, a interrogarem os candidatos
- 7-4 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar da Portella, freguezia de Santa Margarida da Coutada, concelho de Constancia, districto de Santarem
- 8-4 Portaria ordenando que na provincia de Moçambique fossem auxiliados os agentes da Sociedade Zoologica de Londres, na captura e embarque de animaes da Africa para o seu viveiro. Supplemento
- 10-4 Portaria mandando escolher em Cabo Verde dois mancebos morigerados e intelligentes, que viessem estudar em Mafra na escola que El-Rei sustentava do seu bolsinho, para depois exercerem o magisterio n'aquella provincia. Supplemento
- 13-4 Portaria providenciando para que nas escolas de instrucção primaria do Ultramar se ensinasse effectivamente a doutrina christã. Supplemento
- 14-4 Decreto (DG 90) melhorando a condição dos Sacerdotes que quizessem ir da India parochiar em Moçambique, sobretudo se tambem exercessem ahi o magisterio

- 17-4 Portaria decidindo que o Professor de um Lyceu podia accumular o logar e gratificação de Delegado do Conselho de Saude Publica. Supplemento
- 21-4 Decreto modificando o Regulamento de 27 de Setembro de 1854 na parte relativa ao provimento dos logares de Substituto extraordinario na Universidade de Coimbra, e de outros quaesquer empregos de administração superior no primeiro despacho
- 23-4 Portaria providenciando para que na escola de primeiras letras da ilha de S. Thomé se ensinasse devidamente a doutrina christã. Supplemento
- 30-4 Portaria remetendo, para serem distribuidos aos alumnos das escolas de S. Thomé e Principe, exemplares do Florilegio Classico. Supplemento
- 7-5 Portaria fixando a pena em que deviam incorrer os alumnos da Escola Polytechnica, que nos intervallos de umas a outras aulas se não entretivessem dentro do edificio pelo modo que lhes estava prescripto. Inedita
- 24-5 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia da Roliça, concelho de Óbidos, districto de Leiria
- 26-5 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na Freguezia de S. Domingos da Castanheira, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria
- 8-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario em Mosteiro, Freguezia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, districto do Porto
- 9-6 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario no logar e Freguezia de Alvados, do concelho de Porto de Mós, districto de Leiria
- 9-6 Decreto creando tambem uma cadeira de instrucção primaria em Santa Eulalia, concelho de Cêa, districto da Guarda
- 9-6 Decreto (DG 144) estabelecendo igualmente uma cadeira de ensino primario, mas para o sexo feminino, na ilha e freguezia de S. Jorge, villa dos Velhos, districto de Angra
- 12-6 Portaria (DG 199) regulando a justificação das faltas de frequencia a exames, commettidas pelos alumnos das escolas Polytechnica e do Exercito. Supplemento
- 18-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar da Covilhã da freguezia de S. Pedro da Cova, districto do Porto
- 21-6 Portaria encarregando uma Commissão de averiguar se as officinas do Instituto Industrial prejudicavam a industria particular
- 23-6 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario na freguezia de Parada, concelho do Sabugal, districto da Guarda
- 23-6 Decreto estabelecendo tambem uma cadeira de instrucção primaria na povoação do Seixo de Cêa, concelho do Sabugal, districto da Guarda
- 23-6 Portaria repetindo as ordens anteriores para a escola de Macau se reunir ao Seminario de S. José da mesma cidade. Supplemento
- 26-6 Decreto (DG 153) creando duas escolas de meninas na provincia de S. Thomé e Principe
- 30-6 Portaria dispondo que um Official de Marinha fosse estudar no Observatorio de Poulkova o uso pratico dos grandes instrumentos de astronomia sideral
- 7-7 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na Villa de Penella, districto de Coimbra
- 7-7 Decreto creando na freguezia de Mouraz, concelho de Tondella, districto de Vizeu, uma cadeira de instrucção primaria
- 14-7 Decreto estabelecendo uma cadeira de ensino primario na freguezia de Cária, concelho do Sernancelhe, districto de Vizeu
- 14-7 Decreto instituindo na villa da Certã, districto de Castello Branco, uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino
- 14-7 Decreto creando no Lyceu Nacional de Faro uma cadeira de principios de physica, chimica e introducção á historia natural
- 14-7 Decreto (DG 183) collocando uma cadeira de ensino primario, tambem para o sexo feminino, na villa de Figueiró dos Vinhos, districto de Leiria
- 14-7 Decreto estabelecendo na Villa de Chaves, districto de Villa Real, uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino
- 14-7 Decreto instituindo tambem para o sexo masculino uma cadeira de ensino primario na freguezia de Lagarinhos do dito concelho e districto
- 14-7 Decreto (DG 204) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na freguezia de Mello, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 27-7 Portaria augmentando os vencimentos ao professor de ensino primario, segundo grau, de Yerná, comarca de Salsete na India. Supplemento
- 27-7 Portaria (DG 206) mandando subsistir o arbitramento do ordenado da professora da escola de meninas de Damão. Supplemento
- 28-7 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Quintella de Azurara, concelho de Mangualde, districto de Vizeu
- 29-7 Portaria Esclarecimento sobre a autoridade do Governador Geral de Goa, para efectuar a jubilação ao Professor da Escola Normal de Ensino Primario de Nova Goa, André José de Araujo Piedade
- 4-8 Decreto (DG 195) auctorisando a fundação permanente, a expensas de um particular, de uma escola de instrucção primaria para ambos os sexos no logar de Assuilla, freguezia da Cerva, concelho da Ribeira da Pena, districto de Villa Real
- 10-8 Decreto (DG 208) creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na Villa de S. Thiago de Cacem, districto de Lisboa

- 11-8 Decreto (DG 209) creando duas cadeiras de instrução primaria no districto de Evora, uma para o sexo feminino na villa de Monte Mór o Novo, e outra para o masculino na villa de Lavre
- 17-8 Lei (DG 203) augmentando os ordenados do Ajudante Preparador de Anatomia, e do Ajudante do Boticário, e Administrador do Dispensatorio Pharmaceutico da Universidade de Coimbra
- 20-8 Decreto creando uma Cadeira de ensino primario no logar da Cruz, concelho de Bouças, districto do Porto
- 20-8 Portaria consignando que a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra era competente para examinar os Medicos habilitados em escolas estrangeiras
- 31-8 Lei aos dois Officiaes da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, habilitados habilitados em conformidade com o artigo 151.º do Decreto de 29 de Dezembro de 1836, vencerão de ordenado 250\$000 réis cada
- 1-9 Lei elevando a 240 réis diarios o vencimento dos Archeiros da Universidade de Coimbra
- 2-9 Lei (DG 215) dando o subsidio anual de 90\$000 reis ao Collegio das Recolhidas da Nossa Senhora do Carmo em Villa Viçosa, para que continuem a dar aula gratuita de instrução primaria ás meninas pobres
- 2-9 Decreto creando uma Cadeira de instrução primaria na freguezia de S. Miguel de Fontoura, concelho de Valença, districto de Vianna
- 2-9 Decreto (DG 212) instituindo na villa de Agueda, districto de Aveiro, uma Cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 2-9 Decreto collocando uma Cadeira de instrução primaria na freguezia de Moledo, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu
- 3-9 Decreto (DG 208) encarregando a uma commissão de propor as providencias convenientes para o melhoramento do Instituto das Irmãs da Caridade, ou para a creação de uma escola normal de mestras de meninas
- 5-9 Portaria (DG 210) dispondo que os officiaes encarregados, abordo dos navios de guerra, das observações nautico-metereologicas, tivessem tambem a seu cargo a construcção das curvas barométricas
- 6-9 Officio (DG 248) determinando que para se publicarem nas Ordens da Armada os annuncios feitos em Londres, sobre elevação de pharoes, fossem traduzidos na Escola Naval
- 6-9 Portaria (DG 210) recommendando aos Commandantes de navios de guerra fizessem uso das cartas marítimas dos ventos e correntes do Tenente Maury, e dessem conta dos resultados
- 7-9 Annuncio (DG 210) convidando os capitães de navios mercantes a fazerem uso das cartas de ventos e correntes do Tenente Maury, que lhes seriam franqueadas pelo Director das Observações metereologicas, se elles se prestassem a dar conta das suas observações
- 10-9 Portaria (DG 215) ordenando que se procedesse a lima visita aos asylos da infancia desvalida de Lisboa, aonde constava que as mestras não tinham as habilitações legaes
- 11-9 Aviso dispondo que os alumnos do Seminario de Santarem, pertencentes ao Ultramar, passassem para o Collegio das Missões Ultramarinas em Sernache do Bom Jardim. Supplemento
- 14-9 Portaria declarando a dois lentes da escola mathematica e militar de Gôa, que para obterem o acrescentamento de um terço nos vencimentos, deviam provar, entre outras coisas, que estavam aptos para continuarem no magisterio. Supplemento
- 14-9 Portaria remetendo livros apropriados para serem distribuidos na escola de primeiras letras em Benguella. Supplemento
- 15-9 Decreto (DG 232) instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na cidade de Elvas, districto de Portalegre
- 17-9 Decreto (DG 232) creando na freguezia de Antuzede, concelho e districto de Coimbra, uma cadeira de instrução primaria
- 21-9 Decreto (DG 204) destinando seis Canonicatos da Sé Patriarchal de Lisboa para doutores em theologia ou direito que ensinassem por quinze annos sciencias ecclesiasticas no Seminario de Santarem, assistindo na dita Sé tão somente ás funcções principaes
- 27-9 Officio para que o Comandante da nau Vasco da Gama, para que durante a sua viagem para Angola se estabeleçam a bordo duas aulas de instrução primária
- 4-10 Decreto melhorando a condição dos sacerdotes que forem do Estado da India parochiar em Solor e Timor, sobretudo se quizerem exercer ahi tambem o magisterio
- 4-10 Decreto approvando a organização dada pelo Governador Geral do Estado da India á instrução primaria e secundaria do mesmo Estado, inclui a aprovação definitiva pelo Ministério da Marinha e do Ultramar da portaria do Estado da Índia, criando cinco escolas de segundo grau ou complementares. Sendo duas no concelho de Bardês, duas no de Salsete e uma no das Ilhas e incluiu posteriormente nas duas criadas no concelho de Bardês a *Lancastriana* existente então em Mapuçá
- 4-10 Aviso providenciando para que nos livros mestres dos corpos do exercito se adoptasse o systema metrico decimal para a designação da altura das praças
- 13-10 Decreto instituindo uma cadeira de instrução primaria no sitio do Casal, freguezia de Santa Clara, concelho do Sardoal, districto de Santarem
- 13-10 Decreto creando ainda uma cadeira de instrução primaria na freguezia de Degracias, concelho de Soure, districto de Coimbra
- 13-10 Decreto estabelecendo outra cadeira de instrução primaria no logar de Corte Redol, freguezia de Cadafaz, concelho de Goes, districto de Coimbra
- 15-10 Portaria (DG 165 de 1859) auxiliando a impressão de uma Historia de Portugal, desde 1640 até ao fim do reinado da Sr.ª D. Maria 1.ª vae em nota á Portaria de 9 de Julho de 1859

- 28-10 Portaria (DG 257) ordenando que um lente de veterinaria fosse ás provincias do norte estudar uma epizootia que ali se desenvolvera, denominada febre aphiosa, e aconselhar o melhor tratamento
- 30-10 Decreto. Que se crie e conserve na cidade de Lisboa, os seguintes cursos publicos: de historia. de litteratura antiga e de litteratura moderna, particularmente da portugueza
- 30-11 Portaria promovendo que os Padres da India estudem a lingua ingleza. Supplemento
- 6-11 Decreto transferindo uma Cadeira de ensino primario da freguezia de Tabua, concelho da Ponta do Sol, districto do Funchal, para a villa de Camara de Lobos, concelho do mesmo nome, e dito districto
- 6-11 Decreto creando na villa de Loulé, districto de Faro, uma Cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino
- 6-11 Decreto instituindo no Lyceu de Villa Real uma Cadeira das linguas franceza e ingleza
- 6-11 Decreto collocando uma Cadeira de instrucção primaria no logar da Borralha, concelho de Agueda, districto de Aveiro
- 6-11 Decreto creando uma Cadeira de ensino primario na freguezia de Santa Barbara de Nexe, concelho e districto de Faro
- 6-11 Decreto (DG 282) creando na villa de Loulé, districto de Faro, uma Cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino
- 6-11 Decreto collocando ainda uma Cadeira de instrucção primaria na povoação da Atalaya, concelho do Fundão, districto de Castello Branco
- 6-11 Decreto (DG 282) instituindo finalmente na villa de Mangoalde, districto de Vizeu, uma Cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino
- 12-11 Portaria (DG 273) approvando que em S. João da Pesqueira, e com pequeno sacrificio da Camara Municipal, se creasse uma escola nocturna de instrucção primaria os para artistas
- 15-11 Portaria (DG 271) dando por concluídos os trabalhos da commissão encarregada de averiguar se as officinas do Instituto Industrial de Lisboa prejudicavam a industria particular
- 18-11 Portaria pedindo as informações convenientes para se deliberar sobre a utilidade de ser creada em Diu na India uma escola de meninas. Supplemento
- 23-11 Portaria (DG 231) providenciando provisoriamente sobre a instrucção publica em Angola
- 24-11 Decreto (DG 280) creando no logar do Caes da Villa, concelho de S. Roque, districto da Horta, duas cadeiras de ensino primario, uma das quaes para alumnos do sexo feminino
- 24-11 Decreto (DG 286) instituindo tambem uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino, na villa e concelho da Covilhã, districto de Castello Branco
- 27-11 Decreto (DG 286) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa e concelho de Castro Daire, districto de Vizeu
- 30-11 Portaria mandando educar á custa do Estado em Moçambique, para a vida ecclesiastica, um mancebo, em recompensa dos serviços de seu pae feitos ao Estado. Supplemento
- 1-12 Decreto (DG 280) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa e concelho de Trancoso, districto da Guarda
- 1-12 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria na villa d'Açôres, concelho de Celorico da Beira, districto da Guarda
- 20-12 Ordem do Exercito explicando o Aviso de 4 de Outubro, inserto na Ordem do Exercito n.º 50, sobre o systema metrico-decimal
- 21-12 Portaria remettendo ao Governador Geral da India a relação dos livros modernos sobre construcções civis, estradas e pontes, que iam ser-lhe enviados para uso da escola mathematica e militar de Goa. Supplemento
- 30-12 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na villa e freguezia de Mansores, concelho de Arouca, districto de Aveiro
- 30-12 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Agualva, concelho da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo
- 31-12 Portaria mandando prevenir o Doutor Lewingstone de que lhe seria prestado todo o auxilio nas suas explorações scientificas do districto de Tete. provincia de Moçambique, sobretudo logo que fosse restabelecido o presidio de Zumbo, o que brevemente se faria. Supplemento
- 31-12 Decreto collocando tambem uma cadeira de ensino primário na freguezia de Matança, concelho de Fornos de Algodres, districto da Guarda
- 31-12 Decreto (DG 14 de 1859) creando na villa e concelho de Cantanhede, districto de Coimbra, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 31-12 Decreto (DG 18 de 1859) instituindo uma cadeira de ensino primario no logar de Villar Formoso, concelho de Almeida, districto da Guarda

1859

- 5-1 Decreto decretando ser procedente a invalidade de todos os actos do concurso, relativo ao provimento dos lugares de substituto e demonstrador: vagos na Secção cirúrgica da Escola Medica-Cirurgica de Lisboa
- 5-1 Decreto (DG 20) creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa e concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo, districto de Lisboa
- 5-1 Portaria annullando um concurso na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e explicando como deve ahi compor-se, e funcionar o Jury examinador em actos d'esta natureza
- 5-1 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario no logar da Lousa, concelho e districto de Castello Branco

- 11-1 Lei (DG 13) concedendo réis 60\$000 annuaes para falhas ao Thesoureiro da Escola Polytechnica emquanto durasse a reconstrucção do edificio d'ella
- 14-1 Portaria reforçando as ordens para não entrarem em folha os Professores de ensino primario antes de apresentarem mappas dos discipulos, e attestado de bom desempenho
- 19-1 Decreto creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa da Figueira da Foz, districto de Coimbra
- 19-1 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de S. Thiago de Litem, concelho de Pombal, districto de Leiria
- 19-1 Decreto instituindo ainda uma cadeira de instrucção primaria no logar de Mata Mourisca, concelho de Pombal, districto de Leiria
- 1-2 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Folgosa, concelho de Armamar, districto de Vizeu
- 1-2 Decreto collocando tambem uma cadeira de instrucção primaria no logar de Bancanes, Concelho de Olhão, districto de Faro
- 2-2 Edital regulando os exames de desenho na Universidade
- 3-2 Decreto modificando o regulamento dos exames para o provimento das cadeiras de instrucção primaria
- 7-2 Lei equiparando o ordenado do Professor de musica do Lyceu Nacional de Coimbra ao dos outros Professores proprietarios do mesmo Lyceu
- 9-2 Decreto instituindo no Lyceu de Villa Real uma cadeira de principios de Physica, Chimica e de introducção á Historia Natural dos tres Reinos
- 9-2 Decreto estabelecendo uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Tábua, districto de Coimbra
- 9-2 Decreto collocando tambem uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Pedro de Agostem, concelho de Chaves, districto de Villa Real
- 9-2 Decreto instituindo tambem uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Nossa Senhora de Belem, concelho e districto de Angra do Heroismo
- 17-2 Decreto transferindo para o logar e freguezia de Cadafaz, concelho de Goes, districto de Coimbra, a cadeira de ensino primario creada para o logar de Côte Redol do mesmo concelho e districto
- 22-2 Decreto transferindo a cadeira de instrucção primaria de Brunhido, freguezia de Vallongo, concelho de Agueda, districto de Aveiro, para o logar e freguezia de Travassó do mesmo concelho e districto
- 22-2 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de Luso, concelho da Mealhada, districto de Aveiro
- 22-2 Decreto concedendo ao Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo de Villa Viçosa o subsidio annual de 90\$000 réis, para que continuasse a dar aula gratuita de instrucção primaria ás meninas pobres
- 22-2 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario no logar do Assento, freguezia de Jogueiros, concelho de Felgueiras, districto do Porto
- 23-2 Decreto estabelecendo duas cadeiras de instrucção primaria, uma para alumnos do sexo feminino na villa e concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria, e outra para alumnos do sexo masculino no logar de Altardo, freguezia de Nossa Senhora da Graça, do mencionado concelho e districto
- 3-3 Decreto regulando os quesitos litterários e as questões aritméticas de que tratam os §§ 1.º e 2.º do artigo 10.º do Regulamento de 30 de Dezembro de 1850, e a que tem de satisfazer em exame publico os candidatos ao provimento de qualquer cadeira de instrucção primária, serão extraídos à sorte de uma urna, em que devem existir pelo menos cincoenta quesitos litterários e cem questões aritméticas
- 3-3 Officio do Ministro das Obras Públicas perguntando se estando prontos os padrões e tábuas explicativas do sistema métrico, haverá inconveniente em se mandar adoptar este sistema nas repartições dependentes do Ministério do Reino, seis meses depois da distribuição dos padrões e tábuas explicativas, dando-se assim execução aos artigos 4 e 5 do Decreto de 13 de Dezembro de 1852. (Torre do Tombo, Ministério do Reino, mc. 3431, proc. 297)
- 9-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na povoação e freguezia de Alte, concelho de Loulé, districto de Faro
- 9-3 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de Nossa Senhora de Belem, concelho e districto de Angra do Heroismo
- 12-3 Portaria (DG 67) dispondo que se continuassem entretanto pelo cofre da Bulla da Cruzada os subsidios aos alumnos de Angola, Cabo Verde e S. Thomé e Principe, ainda existentes no Seminario de Santarem
- 14-3 Decreto instituindo tambem uma cadeira de instrucção primaria no logar da Mata, freguezia de Santa Eufemia, concelho de Torres Novas, districto de Santarem
- 14-3 Decreto creando no Lyceu do Funchal uma cadeira de physica, chimica e introducção á historia natural
- 14-3 Decreto collocando uma cadeira de instrucção primaria na freguezia de S. Thiago de Villa Chã, concelho de Alijó, districto de Villa Real
- 14-3 Decreto estabelecendo emfim uma cadeira de instrucção primaria, no logar e freguezia da Veiga de Lilla, concelho de Valle de Passos, districto de Villa Real
- 22-3 Decreto (DG 74) permittindo que a Academia das Sciencias de Lisboa subrogasse por inscrições tres predios do Instituto Maynense, cujos rendimentos eram destinados á sustentação da aula de historia natural, mandada estabelecer sob a direcção da mesma Academia
- 6-4 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Torroselo, concelho de Ceia, districto da Guarda

- 6-4 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario no lugar de Santo António, freguezia de S. Thiago de Piães, concelho de Sinfães, districto de Vizeu
- 6-4 Decreto collocando igualmente uma cadeira de ensino primario na aldeia e freguezia de S. Manços, concelho e districto de Evora
- 6-4 Decreto estabelecendo emfim uma cadeira de ensino primario na freguezia de Reguengo, concelho da Batalha, districto de Leiria
- 6-4 Decreto approvando com algumas clausulas a instituição e Estatutos da Associação popular promotora da educação do sexo feminino
- 9-4 Portaria recommendando novamente que se escolhessem em Cabo Verde dois alumnos para se habilitarem na escola que El-Rei sustentava em Mafra, a irem depois ensinar n'aquella provincia a instrucção primaria
- 14-4 Portaria dispondo que os Sub-Delegados technicos do Conselho de Saude Publica do Reino concorressem aos exames de sanidade em Professores que requeressem a jubilação, ou em mendigos de cujas molestias a Auctoridade administrativa duvidasse, e a qualquer outro serviço publico urgente para que fossem avisados pela mencionada Auctoridade
- 18-4 Portaria approvando com modificações a organização da instrucção publica em Moçambique
- 20-4 Lei permittindo que sem frequentar o quinto anno da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra um estudante fizesse o exame de Formatura
- 25-4 Portaria consignando que só deviam ser providas em prestyberos as cadeiras de mestre escola de collegiadas e outras semelhantes
- 26-4 Portaria ordenando que se dessem a guardar á Academia das Sciencias de Lisboa o manuscripto do Diccionario Chim, e outros que se mandaram vir de Macau e Timor
- 30-4 Portaria (DG 116) remetendo a um Lente de Chimica, para ser estudado industrialmente, sal vulcanico da ilha do Fogo
- 30-4 Portaria enviando ao Governador de Timor e Solor varios livros para uso d'elle mesmo, e outros para as escolas de instrucção primaria
- 2-5 Decreto collocando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Cativellos, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 2-5 Decreto restabelecendo na cidade de Lamego, districto de Vizeu, a cadeira de rhetorica e historia, em curso biennial
- 2-5 Decreto (DG 126) instituindo na villa de Fornos de Algodres, districto da Guarda, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 21-5 Decreto estabelecendo emfim uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino na freguezia de Santa Marinha, concelho de Ceia, districto da Guarda
- 21-5 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino na villa de Lousã, districto de Coimbra
- 21-5 Decreto collocando igualmente uma cadeira de instrucção primaria no lugar e freguezia de Nespereira, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 21-5 Decreto (DG 138) creando no Lyceu da cidade de Vizeu uma cadeira de principios de physica, chimica e historia natural
- 21-5 Decreto creando do mesmo modo uma cadeira de instrucção primaria na freguezia do Rabaçal, concelho de Villa Nova de Foscôa, districto da Guarda
- 21-5 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino em Villa Nova de Tazem, concelho de Gouveia, districto da Guarda
- 21-5 Decreto collocando ainda uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino na villa de Olhão, districto de Faro
- 21-5 Decreto estabelecendo emfim uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino na freguezia de Santa Marinha, concelho de Ceia, districto da Guarda
- 21-5 Decreto (DG 140) estabelecendo bem assim uma cadeira de instrucção primaria na freguezia do Algoz, concelho de Silves, districto de Faro
- 25-5 Decreto (DG 126) creando em Damão uma escola de meninas, e arbitrando o ordenado da mestra
- 25-5 Decreto (DG 142) collocando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Val Frechoso, concelho de Villa Flor, districto de Bragança
- 25-5 Decreto (DG 143) instituindo tambem uma cadeira de ensino primario, mas para alumnos do sexo feminino, em S. João da Foz, bairro de Cedofeita, districto do Porto
- 25-5 Decreto (DG 143) estabelecendo igualmente uma cadeira de ensino primario para alumnos do sexo feminino na villa e concelho de Taboaço, districto de Vizeu
- 31-5 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria no lugar e freguezia de Calheiros, concelho de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello
- 1-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Souzaellas, concelho e districto de Coimbra
- 1-6 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario na villa de Casevel, concelho de Castro Verde, districto de Beja
- 1-6 Decreto collocando igualmente uma cadeira de ensino primario no lugar e freguezia de Moimenta, concelho de Vinhaes, districto de Bragança
- 1-6 Decreto estabelecendo para alumnos do sexo feminino uma cadeira de ensino primario na villa e concelho de Santo Thyrsó, districto do Porto
- 1-6 Decreto creando ainda na freguezia de Santo Estevão das Galés, concelho de Mafra, districto de Lisboa, uma cadeira de instrucção primaria

- 1-6 Decreto instituindo finalmente uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de S. João Baptista de Cavés, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga
- 7-6 Lei auctorisando o Governo a reorganisar a Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, tomando sob sua direcção a Escola Polytechnica, a substituir o Conselho Superior de Instrucção Publica por um Conselho Geral de Instrucção junto ao Ministerio do Reino, e a crear um Ajudante do Procurador Geral da Corôa especial para os negocios d'este Ministerio
- 7-6 Lei creando na Escola Polytechnica uma cadeira de geometria descriptiva, e outra de chimica organica, e auctorisando ali uma nova divisão dos cursos
- 8-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Mogadouro, districto de Bragança
- 8-6 Lei creando em Lisboa uma cadeira de historia universal philosophica e outra de philosophia transcendente, para, juntamente com outras cadeiras fundadas por Decreto de 30 de Outubro precedente, constituirem um curso superior de letras
- 8-6 Lei elevando a réis 200\$000 annuaes o ordenado do continuo do Lyceu de Coimbra
- 9-6 Portaria dispondo que na Escola Polytechnica os exames para premio se fizessem sempre em Outubro, mas antes da abertura das aulas. Supplemento
- 15-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primário na freguezia das Lagens, concelho da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo
- 15-6 Decreto instituindo tambem cadeira de ensino primario na freguezia de Pelmá, concelho de Alvaizere, districto de Leiria
- 15-6 Decreto (DG 153) estabelecendo igualmente uma cadeira de ensino primario, mas para alumnos do sexo feminino, na villa de Ourique, districto de Beja
- 15-6 Decreto transferindo a cadeira de ensino primario estabelecida em Villa Verde do Extremo, concelho de Chaves e districto de Villa Real, para o logar e freguezia de Santo Estevão do mesmo concelho e districto
- 15-6 Decreto collocando uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de Pegarinhos, concelho de Alijó, districto de Villa Real
- 15-6 Decreto creando tambem uma cadeira para alumnos do sexo feminino na villa de Rio Maior, districto de Santarem
- 15-6 Decreto estabelecendo igualmente uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de Santa Eugenia, concelho de Alijó, districto de Villa Real
- 15-6 Decreto instituindo finalmente uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de Villar, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga
- 16-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no Rocio da freguezia dos Olivaes, districto de Lisboa
- 17-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Bade, concelho da Alfandega da Fé, districto de Bragança
- 18-6 Portaria encarregando a Academia Real das Sciencias de preparar os Regulamentos precisos para se constituir em Lisboa o curso superior de letras, e definir-se para que logares publicos este curso devia servir de habilitação
- 18-6 Decreto instituindo uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Boticas, districto de Villa Real
- 18-6 Decreto estabelecendo uma cadeira de ensino primario no logar da Maia, freguezia do Divino Espirito Santo, concelho da Ribeira Grande, districto de Ponta Delgada
- 18-6 Decreto collocando tambem uma cadeira de ensino primario no logar de Meirinhos, concelho de Mogadouro, districto de Bragança
- 20-6 Decreto providenciando para em 1860 começar a executar-se o systema metrico decimal de pesos e medidas, mas somente quanto á medida linear
- 21-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Lourenço da Lousa, concelho de Moncorvo, districto de Bragança
- 21-6 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario no logar de Cardanha, concelho de Moncorvo, districto de Bragança
- 25-6 Decreto creando uma cadeira de ensino primario ao sul da Capella de S. Simão na freguezia de S. Victorino dos Peães, concelho de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello
- 28-6 Decreto estabelecendo uma cadeira de ensino primario no logar de Colles, freguezia do Samuel, concelho de Soure, districto de Coimbra
- 6-7 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino, na villa de Mirandella, districto de Bragança
- 7-7 Decreto Installar o Conselho Geral de Instrucção Publica, incumbindo-o de preparar o seu proprio Regulamento, e dando destino aos empregados subalternos do extincto Conselho Superior de Instrucção Publica
- 7-7 Decreto encarregando uma Commissão de indicar as reformas de que porventura precisasse o Instituto Industrial de Lisboa
- 7-7 Portaria (DG 162) auxiliando a publicação de uma nova edição das obras de Luiz de Camões
- 8-7 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar de Almargem, freguezia de Calde, concelho e districto de Vizeu
- 8-7 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario no logar e freguezia de Villarelhos, concelho da Alfandega da Fé, districto de Bragança
- 9-7 Portaria (DG 165) auxiliando a impressão de uma Historia de Portugal desde 1640 até ao fim do reinado da Senhora D. Maria I

- 13-7 Officio providenciando para que nas escolas de instrucção primaria fosse obrigatorio o ensino do systema metrico-decimal de pesos e medidas
- 26-7 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Campia, concelho de Oliveira de Frades, districto de Vizeu
- 26-7 Decreto instituindo tambem uma cadeira de ensino primario na freguezia de Ribeira de Fraguas, concelho de Albergaria, districto de Aveiro
- 26-7 Annuncio indicando, aos donos das officinas de imprensa, lithographia ou gravura a Legislação que os obrigava a remetterem para a mesma Bibliotheca um exemplar de todas as suas publicações
- 29-7 Officio providenciando tambem para que nas Repartições de Marinha desde o 1 de Janeiro de 1860 se fizesse uso das medidas lineares do systema metrico-decimal
- 9-8 Portaria elevando a 180\$000 réis o ordenado annual do lente substituto das aulas ecclesiasticas do seminario de S. José de Faro
- 12-8 Decreto e Regulamento estabelecendo o serviço do Conselho Geral de Instrucção Publica
- 17-8 Portaria providenciando para que em 1860 começasse a fazer-se uso geral do novo systema de medidas lineares
- 25-8 Portaria approvando que se fizessem visitas de inspecção aos estabelecimentos de instrucção publica quando o Governo o determinasse, e desde logo aos de instrucção primaria e secundaria do districto de Lisboa
- 26-8 Decreto (DG 217) destinando certo numero de canonicatos em todas as Cathedraes, para ecclesiasticos habilitados, que se obriguem a reger cadeiras nos Seminarios episcopaes
- 7-9 Portaria suscitando o cumprimento da obrigação imposta aos Commissarios dos Estudos, de acompanharem sempre com a sua informação e juizo os autos dos concursos ás cadeiras de instrucção primaria
- 8-9 Decreto Organização dos Serviços do Ministério do Reino. Artigo 1.º § 4.º Repartição Geral da Instrucção Pública
- 8-9 Officio do Ministério das Obras Públicas enviando ao Ministério do Reino um exemplar de cada uma das publicações que se têm feito pela Inspeção Geral dos Pesos e Medidas do reino, com o fim de generalizar e de tornar bem comprehensível o sistema métrico decimal (Torre do Tombo, Ministério do Reino, mç. 3434, proc. 988.)
- 14-9 Decreto e Regulamento desenvolvendo os preceitos da Lei de 8 de Junho precedente, que creou em Lisboa o Curso Superior de Letras
- 21-9 Portaria (DG 224) mandando remetter a cada um dos Asyls da Infancia Desvalida uma collecção dos novos pesos e medidas, e os quadros synopticos e mais publicações feitas pela Inspeção Geral dos Pesos e Medidas
- 23-9 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Pedro do Rio Secco, concelho de Almeida, districto da Guarda
- 27-9 Decreto (DG 232) providenciando sobre a conservação dos padrões dos novos pesos e medidas, e sua comparação periodica com os padrões prototypos
- 30-9 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Mundão, concelho e districto de Vizeu
- 1-10 Edital providenciando sobre policia academica na Universidade e Lyceu Nacional de Coimbra
- 8-10 Portaria determinando que para mais breve expedição dos concursos de instrucção primaria e secundaria subissem os autos por intermedio dos Governadores Civis já informados por estes
- 8-10 Portaria estabelecendo tambem que todos os requerimentos de interesse particular e processos de jubilação e aposentação, ou quaesquer outros do serviço da instrucção publica, fossem entregues aos Commissarios dos Estudos quando se referissem a instrucção primaria ou secundaria, ou aos chefes dos estabelecimentos litterarios ou scientificos quando respeitassem á instrucção superior, a fim de que subissem ao Governo já informados
- 10-10 Portaria mandando installar com urgencia o Curso Superior de Letras
- 11-10 Portaria providenciando para se estabelecerem na Escola Polytechnica as cadeiras de geometria descriptiva e chimica organica, creadas por Lei de 7 do precedente Junho
- 11-10 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Nossa Senhora da Nazareth do Coentral, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria
- 11-10 Portaria determinando uma nova collocação de diversos estabelecimentos da Universidade de Coimbra, e a criação no extincto Collegio de S. Jeronymo n'aquella cidade de uma enfermaria gratuita para estudantes pobres e outra não gratuita para os que quizerem ser ali tratados á sua custa. Supplemento
- 12-10 Decreto auctorisando o Conselho da Faculdade de philosophia da Universidade para alternar as aulas do seu curso quando o julgasse util
- 14-10 Portaria estabelecendo que os Professores dos Dispensatorios pharmaceuticos não eram Membros dos Conselhos das Escolas Medico-Cirurgicas, comquanto podessem ser ali chamados pelos Directores
- 16-10 Decreto transferindo a cadeira de ensino primario de Villa Cova a Coelheira, districto da Guarda, para a freguezia de Vide, concelho de Ceia, no mesmo districto
- 16-10 Decreto creando uma cadeira de ensino primario na freguezia de Alvite, concelho de Moimenta da Beira, districto de Vizeu
- 16-10 Decreto collocando igualmente uma cadeira de ensino primario na freguezia de Marmeleite, concelho de Monchique, districto de Faro
- 16-10 Decreto (DG 253) instituindo tambem uma cadeira de ensino primario na freguezia de S. Thiago, concelho de Ceia, districto da Guarda
- 17-10 Portaria estabelecendo regras sobre a criação e collocação das cadeiras de ensino primario, a fim de que se instituissem aonde realmente fossem uteis
- 17-10 Portaria auctorisando a criação de mais duas cadeiras no seminario de Evora sendo uma de theologia pastoral, e outra de theologia exegetica. Supplemento
- 17-10 Portaria provendo no abuso de alguns oppositores ás cadeiras de instrucção primaria que dilatam os concursos a pretexto de doentes

- 18-10 Portaria regulando a duração das aulas da Universidade que forem lidas em dias alternados
- 19-10 Portaria e Regulamento estabelecendo provisoriamente o modo pratico de serem inspecionadas as escolas de ensino primario do districto de Lisboa
- 24-10 Decreto (DL 3) reorganizando o Observatorio Astronomico de Marinha
- 24-10 Decreto (DL 3) reorganizando tambem o Corpo de Engenheiros Constructores, que passou a denominar-se Corpo de Engenheiros Navaes, e a ter por Inspector o do Arsenal da Marinha
- 2-11 Portaria. Instrucções e Modelos (DL n.ºs 10, 11 e 12) exigindo os relatorios e mappas da administração litteraria que annualmente devem fornecer ao Governo todos os Chefes de estabelecimentos litterarios e scientificos
- 3-11 Portaria approvando com louvor a criação de uma escola nocturna no Peso da Regua, a expensas da Camara Municipal, para ensinar a ler pelo methodo repentino
- 7-11 Decreto creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa de Almada, districto de Lisboa
- 9-11 Portaria decidindo que as certidões de exames feitos nos Seminarios Ecclesiasticos não servem para a matricula nos Lyceus
- 17-11 Portaria (DL 16) provendo para que nas escolas publicas e particulares de instrucção primaria não deixasse de ensinar-se o systema metrico-decimal
- 21-11 Portaria mandando consultar pelo Reitor e Faculdades da Universidade de Coimbra a reforma dos Estatutos d'este estabelecimento scientifico
- 25-11 Decreto e Regulamento dando novo Regulamento Provisorio ao Instituto Industrial de Lisboa
- 28-11 Portaria louvando e approvando a criação de uma escola nocturna de primeiras letras em Evora, á custa da Camara Municipal respectiva
- 30-11 Decreto creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa de Ovar, districto de Aveiro
- 2-12 Portaria (DL 32) auctorizando o Reitor da Universidade a nomear para o serviço clínico dos hospitaes d'ella facultativos fóra do quadro da Faculdade de medicina, visto haver impedimento nos do mesmo quadro
- 3-12 Portaria permitindo que alguns Demonstradores da Faculdade de medicina da Universidade fossem propostos para os logares vagos de Substitutos ordinarios, sem embargo de não terem servido ainda o tempo da Lei
- 5-12 Decreto (DL 47) estabelecendo o modo de provisoriamente se calcular a legua militar em harmonia com o systema metrico-decimal
- 7-12 Decreto harmonizando com o Decreto de 26 de Agosto precedente o de 21 de Setembro de 1858, sobre a nomeação de Conegos Professores dos Seminarios Ecclesiasticos
- 17-12 Portaria estabelecendo que, quando fossem muitos os oppositores a alguma cadeira de instrucção primaria, os exames se podessem fazer em dois dias, sendo um para as provas oraes, e outro para as escriptas
- 17-12 Officio dizendo que devem continuar a exigir-se dos Professores de instrucção primaria mappas mensaes da frequencia das escolas, e a cumprir-se todas as ordens não alteradas do extincto Conselho Superior de Instrucção Publica
- 20-12 Portaria e Tabella designando, para servir nas Alfandegas, a proporção entre a antiga medida linear e a do systema metrico-decimal
- 20-12 Portaria (DL 10 de 1860) ordenando que os Officiaes do cruzeiro da Africa occidental encarregados ali das observações meteorologicas, notassem tambem as correntes sobre a costa, e a relação entre a idade da lua e as epochas em que as aguas correm ao sul
- 21-12 Decreto creando uma cadeira de ensino primario no logar de Praças, concelho de Pampilhosa, districto de Coimbra, cujo ordenado seria pago sem deducção pelos juros das inscrições que para este fim doára um particular
- 22-12 Portaria dispondo que quando se creassem cadeiras de instrucção primaria para qualquer dos sexos, sobre offercimentos de mobilia, casa ou outros auxilios das Juntas de Parochia, confrarias ou particulares, antes de se abrir concurso, se averiguasse se taes offercimentos se realisavam, e eram suficientes
- 22-12 Portaria auctorizando um vencimento annual de 100\$000 réis ao professor substituto das sciencias ecclesiasticas no seminario de Leiria. Supplemento
- 23-12 Portaria mandando que o Conselho da Escola Polytechnica consultasse sobre o modo de ali se constituirem definitivamente as salas de estudo para os intervallos das aulas

1860

- Sem data Criado um Liceu na cidade da Praia, Cabo Verde, pela reunião das cadeiras já existentes (instrução primária, latim, filosofia racional e moral, e teologia) a que se juntaram mais as seguintes: francês, inglês, desenho, matemática e rudimentos de náutica (pouco durou por não ter a cidade da Praia condições para tal estabelecimento)
- 4-1 Portaria (DL 4 de 8 de janeiro) commettendo a uma commissão o exame de um invento para o emprego de electricidade como força motriz
- 11-1 Lei (DL 186 de 17) mandando reintegrar um lente substituto da escola naval, e ficar addido a ella até obter collocação
- 11-1 Decreto e regulamento a este respeito (Adopção e aprovação das obras destinadas para ensino)
- 16-1 Portaria (DL 18 de 23) determinando que os exames para premio na escola do exercito de novo se fizessem no fim de cada anno lectivo
- 17-1 Annuncio (pela camara municipal de Lisboa - DL 14 de 18) fazendo constar que creara na capital uma escola gratuita de instrucção primaria pelo methodo repentino, sustentada pelos rendimentos da real casa de Santo António
- 31-1 Decreto e regulamento (DL 50 de 2 de março) estabelecendo as regras convenientes para a aprovação e adopção dos livros destinados ao ensino

- 11-2 Aviso (DL 46 de 27 de fevereiro) providenciando para que os parochos coadjuvassem a adopção do systema metrico-decimal dos pesos e medidas
- 24-2 Portaria (DL 52 de 5 de março) declarando que o governo ficara satisfeito por se ter inaugurado o lyceu nacional de Aveiro em o novo edificio que para elle se construíra
- 27-2 Portaria (DL 52 de 5 de março) mandando ao conselho geral de instrucção publica que examinasse e classificasse os livros adoptados nas escolas, e propozesse os programmas dos concursos para a composição dos que fossem precisos
- 28-2 Portaria (DL 52 de 5 de março) ordenando que em todos os districtos do continente se fizesse uma visita de inspecção a todas as escolas de instrucção primaria publicas e livres
- 1-3 Portaria (DL 50 de 9 de março) consignando que, nas votações sobre concursos dos aspirantes ao professorado da academia das bellas artes, o presidente do jury tinha voto de qualidade em caso de empate
- 6-3 Portaria (DL 58 de 12 de março) mandando constituir em Lisboa dois cursos experimentaes de ensino primario, um pelo methodo denominado portuguez, e outro pelo methodo antigo, para se conhecer pelos resultados qual dos methodos era melhor
- 8-3 Officio (DL 58 de 12) providenciando para se executar a experiencia da comparação do methodo denominado portuguez e do antigo de ensino primário
- 10-3 Officio (DL 59 de 13 de março) providenciando para se levar a effeito o exame e classificação dos livros de ensino
- 17-3 Portaria approvando interinamente o arbitramento feito pelo governador geral da India de 300\$000 réis annuaes para gratificação do regente da cadeira de physica, chimica e historia natural n'aquella provincia, e de 240\$000 réis para concerto de instrumentos acrescentando comtudo que as auctorisações concedidas ao governo pelas leis não podiam entender-se concedidas tambem aos governadores das provincias Ultramarinas. Supplemento
- 22-3 Portaria - Mandando ao conselho fazer a proposta para o provimento das novas cadeiras de geometria descriptiva e chimica organica, por promoção entre os lentes em efectivo serviço
- 23-3 Portaria (DL 70 de 26) mandando que o naturalista encarregado da exploração scientifica da provincia de Angola viesse redigir os seus relatorios em Lisboa, aonde continuaria a receber uma prestação mensal
- 24-3 Portaria (DL 75 de 31 de abril) consignando que nos lyceus, quando se impossibilitassem simultaneamente algum professor e seu substituto, devia a cadeira ser regida por qualquer outro professor ou substituto desoccupado
- 24-3 Portaria - Fixando as gratificações que devem ser abonadas aos repetidores da escola polytechnica
- 29-3 Portaria (DL 50 de 9 de março) providenciando para se levar a effeito a classificação dos livros destinados ao ensino da mocidade
- 30-3 Portaria - Estabelece a gratificação ao dr. António José Teixeira pela commissão de que é encarregado
- 31-3 Decreto (DG 87) creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa de Freixo de Espada á Cinta
- 31-3 Portaria - Resolvendo a duvida do governo civil do Funchal sobre o augmento do terço do ordenado concedido a dois professores da escola medico-cirurgica d'aquelle districto
- 2-4 Decreto (DL 85 de 14 de março) permittindo que algumas juntas de parochia do concelho de Aguiar da Beira, districto da Guarda, aceitassem um legado em inscrições, para com os juros sustentarem escolas primarias nas respectivas freguesias devendo porém o provimento recair em pessoas legalmente habilitadas
- 7-4 Decreto e contrato (DL 85 de 14 de março) contrahindo mais um emprestimo de 15:000\$000 réis, para a reedificação da escola polytechnica de Lisboa
- 9-4 Portaria (DL 82 de 11 de março) consignando que os professores interinos de instrucção primaria só venciam metade do ordenado correspondente, mesmo no caso de vacatura das cadeiras
- 10-4 Decreto e regulamento (DL 133 de 12 de junho) dando regulamento aos lyceus nacionais
- 25-4 Decreto (DL 107 de 10 de maio) creando uma cadeira de instrucção primaria no logar e freguezia de Penha Garcia, concelho de Idanha a Nova, districto de Castello Branco
- 25-4 Decreto (DL 107 de 10 de maio) instituindo tambem uma cadeira de instrucção primaria, mas para o sexo feminino, na villa de Borba, districto de Evora
- 1-5 Portaria (DL 117 de 23 de maio) marcando o praso de dois annos ao socio da academia real das sciencias, encarregado de continuar, sobre os apontamentos do fallecido visconde de Santarem, a historia que este começara da cosmographia e carto-graphia, para a publicação de cada volume, vencendo por este trabalho a gratificação mensal de 25\$000 réis
- 2-5 Portaria - Auctoris o reitor a fechar a matricula aos estudantes ausentes por motivo urgente e justificado
- 16-5 Portaria (DL 117 de 23 de maio) consignando que os donativos das camaras municipaes e juntas de parochia para a criação e fundação de escolas eram verdadeiras alienações que só podiam ser validas, e constituir despesas obrigatorias, depois de legalmente approvadas
- 18-5 Portaria - Prohibindo ao thesoureiro do cofre académico o entregar no cofre da repartição de fazenda quaesquer somas que tenha recebido em virtude de ordens do ministério do reino
- 26-5 Portaria incumbindo os prelados diocesanos de proporem os quadros das aulas, e escolha dos compêndios de disciplinas ecclesiasticas para os seus seminários
- 28-5 Annuncio (DL 121 de 28 de maio) fazendo constar a criação de uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa e concelho de Reguengos, districto de Evora de outra para o sexo masculino no logar e freguezia de Azóia, concelho e districto de Leiria e de outra, tambem para o sexo masculino, na freguezia de S. Martinho da Gandra, concelho de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro e bem assim a transferencia de outra da freguezia de Santa Maria de Oliveira para a de S. Matheus de Oliveira
- 30-5 Portaria estabelecendo que só quando for absolutamente impossivel, deixem de ser presididos por lentes da universidade, e o sejam pelos doutores das faculdades academicas, os exames para a admissão á primeira matricula na universidade, e que estes se façam sempre com o conveniente rigor

- 30-5 Portaria dizendo ás auctoridades administrativas por que modo lhes cumpria auxiliar os directores de estudos, sobretudo na inspecção que estes devem exercer nas escolas livres de instrucções primaria e secundaria para darem d'ellas ao governo mappas circumstanciados
- 30-5 Portaria - Determina que por excepção possam n'esta epocha ser empregados os doutores das diversas faculdades académicas nas mesas dos exames preparatórios para admissão a primeira matricula
- 30-5 Portaria - Encarregando o dr. António José Teixeira de coordenar a Historia litteraria e economica d'este estabelecimento scientifico (Universidade de Coimbra) a começar da sua ultima trasladação para aquella cidade, em 1537, e marcando-lhe a gratificação
- 1-6 Portaria - Manda imprimir na imprensa da universidade quatrocentos exemplares do relatorio do dr. Rodrigo sobre os estabelecimentos scientificos estrangeiros que visitára
- 1-6 Portaria - Manda imprimir na typographia da universidade a obra de Medicina legal e administrativa do dr. Macedo Pinto, para o uso das aulas d'ella
- 5-6 Officio (DL 137 de 19 de junho) ordenando que os governadores civis participassem aos respectivos administradores de concelho as nomeações dos professores de instrucção primaria e secundaria, publicadas na folha official, para que os fizessem entrar em exercicio dos seus logares
- 6-6 Portaria encarregando uma commissão de lentes da universidade de Coimbra, e do observatorio meteorologico de Lisboa, de ir a Hespanha observar um eclipse do sol no dia 18 d'este mez, e de por essa occasião examinar ali os estabelecimentos de sciencias phvsico-mathematicas, e abrir com elles relações scientificas. Deve por parte da universidade se deve apresentar no congresso dos observadores do eclipse em Hespanha
- 6-6 Officio (DL 134 de 14 de junho) suscitando a observancia de providencias anteriores sobre offertas de meios para sustentação de escolas primarias, e auxilio das auctoridades administrativas para os commissarios dos estudos
- 6-6 Portarias. duas (DL 135 de 16 de junho), encarregando uma commissão de lentes da universidade de Coimbra, e do observatorio meteorologico de Lisboa, de ir a Hespanha observar um eclipse do sol no dia 18 d'este mez, e de por essa occasião examinar ali os estabelecimentos de sciencias phvsico-mathematicas, e abrir com elles relações scientificas
- 6-6 Decreto (DL 166 de 24 de julho) creando em Braga um curso biennial de varias sciencias applicadas ás artes, e das linguas franceza e ingleza
- 8-6 Portaria - Approvando o programma, e dando nova distribuição ás cadeiras de que se compõem os cursos da escola polytechnica de Lisboa
- 11-6 Officio (DL 137 de 19 de junho) mandando distribuir ás escolas primarias de ambos os sexos o jornal *Archivo Pittoresco*, pago pela sociedade portugueza Madrepora instituida no Rio de Janeiro, devendo cada volume completo ser dado como premio a algum discipulo ou discipula que se distinguisse, e publicar pela imprensa o nome de quem o obtivesse
- 12-6 Portaria da reitoria da universidade - Determinando que os estudantes de pharmacia se devem habilitar nas primeiras congregações que seguem ao trimestre em que tiverem vencido partido, e apresentarem o seu diploma
- 16-6 Portaria - Fixa as gratificações que se devem dar aos membros da commissão do eclipse
- 16-6 Portaria - Determinando que no tempo de ferias os repetidores não sejam abonados das suas gratificações
- 18-6 Portaria (DL 138 de 20 de junho) mandando abrir concurso para se escolherem tres estudantes distinctos que fossem aprender em França á custa do estado engenharia civil
- 19-6 Portaria - Auctorizando a impressão na mesma typographia do Compendio do dr. António Augusto da Costa Simões por conta do estado (a primeira parte dos elementos de physiologia compostos pelo lente d'esta disciplina na universidade, e competentemente approvados para compendio)
- 26-6 Portaria - Nomeando presidente d'esta commissão (incumbida de observar em Hespanha um eclipse solar, e de visitar n'aquelle paiz os seus principaes estabelecimentos de sciencias naturaes) o dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, e approva as instrucções por elle apresentadas regulando
- 28-6 Annuncio (DL 148 de 28 de junho) fazendo constar que se haviam creado quatro cadeiras de instrucção primaria uma na freguezia da aldeia de João Pires, concelho de Penamacor, districto de Castello Branco outra na freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, districto de Coimbra outra na freguezia de Romariz, concelho da Feira, districto de Aveiro e outra na freguezia de Sarnados, concelho de Villa Velha de Rodão, districto de Castello Branco
- 30-6 Portaria - Determina que os membros d'esta commissão (commissão incumbida de ir a Hespanha observar o proximo eclipse solar, passasse depois a visitar os observatorios astronomicos e meteorologicos da França e Belgica)
- 30-6 Portaria - Estabelece a gratificação mensal que se deve dar a estes commissionados durante o tempo que percorrerem na Hespanha os estabelecimentos scientificos
- 6-7 Annuncio (DL 151 de 6 de julho) fazendo constar que se creara uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino na villa da Povoação, districto de Ponta Delgada e que se transferira para a freguezia de Sant'Anna do logar das Furnas a que existia n'aquella villa para ambos os sexos
- 7-7 Portaria - Declarando que não pode ter logar o concurso para substituto da escola medico-cirurgica de Lisboa, estando vaga a demonstração da secção medica, devendo abrir-se concurso para está
- 8-7 Portaria - Responde ao officio do director sobre os exames preparatórios, e manda propor a reforma dos programas na conformidade da Lei
- 11-7 Portaria e dois officios (DL 161 de 18 de julho) providenciando para que o regulamento dos lyceus nacionaes começasse a ter execução no anno lectivo proximo seguinte
- 13-7 Portaria - Permite a um estudante de theologia ser admitido a encerramento de matricula fóra do praso competente
- 13-7 Carta de lei - Augmenta a dotação dos hospitaes em 200\$000 réis Imprensa da universidade
- 13-7 Carta de lei - Reduz o ordenado do secretario da universidade a 600\$000 réis

- 30-7 Annuncio (DL 171 de 30 de julho) fazendo constar que se tinham creado cadeiras de instrucção primaria em Valhelhas, concelho e districto da Guarda; Ribeiras, concelho de Torres Novas, districto de Santarém; Bencatel, concelho de Villa Viçosa, districto de Evora e Argeriz concelho de Valle de Passos, districto de Villa Real e bem assim que no concelho de Coimbra fôra transferida para o logar de Cellas a do logar de Torres
- 8-8 Decreto (DL 188 de 20 de agosto) dispondo que no estado da India ficasse separada do commando do corpo de engenheiros a direcção da escola mathematica militar, archivo militar e observatorio meteorologico, e se reunisse ao mesmo commando a inspecção das obras publicas civis e militares
- 9-8 Lei (DL 188 de 20 de agosto) convertendo em lei, com algumas modificações, o decreto de 21 de junho de 1859, relativo á instituición de um hospital veterinario junto do instituto agricola
- 13-8 Portaria - Alterando o plano das obras e arranjo de alguns edificios e estabelecimentos da universidade
- 13-8 Lei (DL 193 de 25 de agosto) reduzindo a 600\$000 réis o ordenado do secretario da universidade, e augmentando com os restantes 200\$000 a dotação dos hospitaes d'aquelle estabelecimento
- 16-8 Lei (DL 193 de 25 de agosto) permittindo que um professor do lyceu de Evora accumulasse ao respectivo vencimento o da reforma militar em segundo sargento
- 17-7 Portaria arbitrando uma gratificação mensal de 40\$000 réis ao director da escola de mathematica e militar de Goa. Supplemento
- 20-8 Portaria - Declarando que para a primeira matricula na escola medico-cirurgica de Lisboa é sufficiente preparatório da matricula a 3.ª cadeira do lyceu de Lisboa
- 22-8 Portaria - Permittindo que se adiem para o futuro anno económico de 1861 a 1862 os jurys mixtos dos exames preparatórios
- 4-9 Decreto - Sobre as jubilações, aposentações e augmento do terço aos lentes e professores de instrucção publica
- 7-9 Portaria (DL 206 de 10 de setembro) dispensando por esta vez somente no regulamento novo dos lyceus nacionaes para se poderem ali fazer exames no mez de outubro
- 13-9 Portaria (DL 220 de 26 de setembro) regulando a admissão de alumnos na escola do exercito, em conformidade com o programma da organisação dos cursos preparatorios da escola polytechnica
- 18-9 Portaria - Mandando passar carta de pharmacia a um farmacêutico que fez exame em 1832, e do qual não aparece registo
- 19-9 Portaria (DL 216 de 21 de setembro) designando o subsidio que deviam ter quatro individuos escolhidos em concurso para irem estudar engenharia civil em paizes estrangeiros por conta do estado
- 27-9 Portaria - Determina que as certidões dos exames do 1.º e 2.º anno de philosophia na universidade possam substituir os de physica e chimica da escola polytechnica para um estudante se matricular no 1.º anno da escola medico-cirurgica de Lisboa
- 29-9 Decreto (DL 226 de 3 de outubro) declarando que a portaria de 7 d'este mez, quando dispensou por uma só vez o regulamento dos lyceus na parte relativa á epocha dos exames, não alterou em outra cousa alguma as disposições do mesmo regulamento
- 2-10 Portaria (DL 220 de 3 de outubro) dispensando somente por esta vez algumas das formalidades das matriculas dos alumnos dos lyceus, estabelecidas em o recente regulamento que se lhes deu
- 2-10 Portaria (DL 226 de 3 de outubro) dique os estudantes reprovados nos lyceus não podiam ser admittidos a novos exames no mesmo anno lectivo mas que o poderiam ser por esta vez sómente os estudantes cujos attestados de frequencia fossem de mestres não habilitados
- 8-10 Portaria (DL 233 de 11 de outubro) estabelecendo que só valiam durante seis mezes a folha corrida e documentos de abonação moral dos candidatos ao magisterio que n'esse espaço não houvessem mudado de residência
- 9-10 Portaria (DL 240 de 19 de outubro) consignando que só os inspectores officiaes podem entender nos objectos e methodos de ensino das escolas publicas, e nunca as associações particulares, sem conhecimento e permissão das auctoridades constituidas
- 12-10 Portaria - Manda ao conselho dos decanos ordenar uma proposta graduada dos concorrentes ao logar de secretario e mestre de cerimonias da universidade
- 12-10 Portaria dispondo que não fossem admittidos a exames de instrucção secundaria na universidade, escola polytechnica de Lisboa, academia polytechnica do Porto e lyceus nacionaes, os estudantes que tivessem aprendido em collegios ou com mestres não auctorisados para o ensino, e mesmo tendo aprendido com mestres auctorisados, se estes não houvessem informado sobre esses estudantes em janeiro e maio de cada anno
- 13-10 Portaria e tabellas (DL 236 de 15 de outubro) explicando o novo regulamento dos lyceus sobre matriculas, habilitações, aulas e exames
- 13-10 Officios, dois (DL 239 de 18 de outubro) insistindo nas providencias da antecedente portaria do dia 13
- 18-10 Portaria (DL 242 de 22 de outubro) harmonisando o ensino cia grammatica portugueza, latina e latinidade nas cadeiras fôra dos lyceus, com os methodos do recente regulamento d'estes
- 19-10 Portaria (DL 243 de 23 de outubro) conciliando os estudos da companhia dos guardas marinhas com a organisação dos cursos preparatorios da escola polytechnica
- 19-10 Portaria (DL 244 de 24 de outubro) mandando pagar metade do vencimento correspondente a um professor interino, durante o impedimento do proprietario
- 22-10 Portaria - Resolvendo uma duvida relativa a dois concorrentes ao concurso das substituições da faculdade de direito, mandando abrir novo concurso
- 23-10 Portaria - Manda admittir a exame de pharmacia Maria José Cruz de Oliveira e Silva
- 24-10 Portaria (DL 246 de 26 de outubro) creando no lyceu de Evora uma cadeira de physica, chimica e introducção á historia natural dos tres reinos

- 24-10 Portaria (DL 246 de 26 de outubro) regulando provisoriamente o serviço escolar das secções oriental e Occidental do lyceu nacional de Lisboa
- 24-10 Portaria (DL 247 de 27 de outubro) dispondo que na academia das bellas artes de Lisboa os professores substitutos servissem conjuntamente com os proprietarios para os auxiliarem, quando o conselho academico assim o ordenasse
- 25-10 Portaria (DL 255 de 7 de novembro) consignando que nenhuma lei prohibia ás mulheres o estudo e exercicio das artes de curar, as quaes tambem não eram incompativeis com o sexo e permittindo que uma mulher fizesse exame de farmácia
- 26-10 Annuncio (DL 246 de 26 de outubro) fazendo constar que se haviam creado cadeiras de instrucção primaria em Aldeia do Mato, concelho da Covilhã, Odeseixe, concelho de Lagos Lanhezes, concelho de Vianna do Castello; Coita, concelho de Melgaço e Calvão, concelho de Chaves bem como para o sexo feminino em Villa Pouca de Aguiar, districto de Villa Real, villa de Castendo, districto de Vizeu e villa das Lagens, districto da Horta
- 30-10 Portaria alterando as disposições anteriores, pelas quaes aos ordinandos do bispado de Lamego se dispensavam as habilitações em oratoria, poetica e litteratura classica, para a admissão a ordens sacras. Supplemento
- 8-11 Portaria louvando a commissão que fôra encarregada de ir a Hespanha observar o eclipse solar de 18 de julho precedente, e publicar pela imprensa os seus trabalhos
- 9-11 Portaria - Regula a distribuição e applicação dos emolumentos da secretaria da universidade
- 9-11 Portaria (DL 262 de 15 de novembro) consignando que sem nova frequencia das aulas não se podem fazer novos exames das suas disciplinas, e que o resultado dos exames posteriores annulla o dos anteriores, de maneira que um alumno reprovado em terceiro exame, ainda que o não tenha sido nos anteriores, fica inhibido de proseguir nos estudos
- 10-11 Portarias. duas (DL 263 de 16 de novembro), approvando a installação de uma bibliotheca na cidade de Angra para uso dos estudantes do lyceu, dos do seminario diocesano e do publico, ficando sob a administração do reitor e conselho do mesmo lyceu
- 12-11 Portaria - Dispensa um estudante de frequentar as tres cadeiras de direito que são communs á faculdade de teologia em que fez formatura, e mandando seguir esta disposição em casos analogos
- 12-11 Annuncio (DL 259 de 12 de novembro) creando na villa de Arouca, districto de Aveiro, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 13-11 Decreto - Auctorisa os conselhos das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto a alterar as aulas, excepto as cadeiras de clinica
- 13-11 Portaria (DL 268 de 22 de novembro) estabelecendo que á camara municipal de Ponta Delgada só competia na bibliotheca publica a administração economica e não a litteraria
- 14-11 Portaria (DL 268 de 22 de novembro) declarando de primeira classe o lyceu do Funchal
- 17-11 Portaria (DL 208 de 22 de novembro) approvando a installação de uma escola nocturna para adultos na cidade da Horta á custa de uma associação, e que se lhe desse casa para as lições
- 26-11 Portaria - Programma para a recepção de Suas Magestades e Altezas na universidade de Coimbra
- 30-11 Portaria (DL 279 de 5 de dezembro) dizendo que os professores dos seminarios diocesanos não estavam sujeitos a habilitar-se como os professores particulares, mas que os respectivos reitores deviam remetter aos lyceus os mappas de frequencia
- 30-11 Portaria (DL 280 de 6 de dezembro) dando diversas explicações sobre o novo plano dos estudos nos lyceus de segunda classe
- 1-12 Portaria - Mandando editar na mesma imprensa o relatório do dr. Rodrigo sobre os estabelecimentos estrangeiros que visitára - Pharmacia
- 1-12 Portaria (DL 280 de 6) dizendo que no processo das habilitações de directores de collegios que estejam funccionando devem comprehender-se os documentos das habilitações dos respectivos professores
- 2-12 Portaria - Suspende a execução da portaria acima, e louva o dr. Fernandes Costa, que já se tinha encarregado de apresentar uma pharmacopéa geral; e ao mesmo tempo manda ao conselho da faculdade consultar sobre a conveniência de adoptar provisoriamente para o ensino o codigo farmacêutico lusitano
- 4-12 Decreto (DL 282 de 10 de dezembro) creando nos lyceus de segunda classe um curso biennial de mathematica elemental, e outro de philosophia, direito natural, oratoria e litteratura e bem assim regulando as substituições nos lyceus de primeira classe
- 4-12 Decreto o regulamento (DL 295 de 26 de dezembro) estabelecendo as regras por onde deve dirigir-se a escola normal de Lisboa (em Marvila)
- 5-12 Portaria - Manda abrir concurso para o provimento interino de tres repetidores
- 5-12 Officio (DL 294 de 24 de dezembro) resolvendo diversas duvidas sobre matriculas de estudantes de latim
- 6-12 Decreto - Jubila com o augmento do terço o dr. Basilo Alberto, lente de prima e doutor da universidade
- 10-12 Portaria - Manda que todo o empregado apresente a sua carta ou provimento no praso de quatro mezes, na conformidade da lei de 11 de agosto d'este anno
- 11-12 Portaria - Determinando que o conselho da faculdade de medicina formule o programma geral para base do concurso, com o fim de apresentar uma pharmacopéa geral accommodada ao estado actual das sciencias naturaes
- 12-12 Portaria (DL 289 de 18 de dezembro) prorogando o praso para se habilitarem os professores particulares de instrucção
- 12-12 Officio (DL 294 de 24 de dezembro) resolvendo uma duvida sobre os estudos do terceiro anno nos lyceus de segunda classe
- 17-12 Officio (DL 290 de 19 de dezembro) resolvendo o que cumpre se faça em casos de suspeição posta a examinadores de concursos ás cadeiras de instrucção primaria

- 18-12 Annuncio (DL 289 de 18 de dezembro) fazendo constar que se creára uma cadeira de ensino primario na freguezia de Santo Amaro, districto da Horta
- 19-12 Portaria - Auctorizando a junta administrativa da Escola polytechnica a impetrar da auctoridade ecclesiastica a redução do encargo de seis missas diarias que pesa sobre os bens do extincto collegio dos nobres
- 19-12 Portaria - Permittindo que as aulas do Curso superior de letras tenham logar á noite
- 24-12 Portaria - Suspende a execução da portaria de 11, louva o dr. Fernandes Costa pela sua iniciativa, e manda ao conselho da faculdade consultar sobre se se deve adoptar provisoriamente a nona edição do codigo farmacêutico lusitano
- 26-12 Decreto - Sobre o modo de occorrer á interrupção no magistério
- 26-12 Decreto e regulamento (DL 6 de 8 de janeiro de 1861) occorrendo ao serviço extraordinario do magisterio, na instrucção superior, na especial e secundaria, e tambem na primaria
- 27-12 Portaria - Manda que as tres faculdades de mathematica, medicina e philosophia formem cada uma o seu programma, indicando a parte do desenho que os seus alumnos devam estudar
- 27-12 Portaria (DL 2 de 3 de janeiro de 1861) estabelecendo as bases por que ha de regular-se a differença entre o estudo do desenho no lyceu de Coimbra e nas aulas da universidade
- 27-12 Officio (DL 299 de 31 de dezembro) approvando a nomeação interina de um particular, feita pelo competente commissario dos estudos, para reger uma cadeira vaga de instrucção primaria
- 31-12 Portaria (DL 3 de 4 de janeiro de 1861) consignando que os diplomas de habilitação para professores particulares, concedidos pelo extincto conselho superior de instrucção publica, não podiam deixar de ter inteira validade
- 31-12 Portaria - Nomeando uma comissão para fazer o plano definitivo para as obras no edificio da academia e escola industrial, enviando a planta e orçamento, consultando quanto á collocação dos outros estabelecimentos ora existentes no mesmo edificio
- 31-12 Portaria - Estabelece um boletim de instrucção publica e as condições da sua publicação
- 31-12 Carta regia - Em que Sua Magestade El-Rei se declara protector da universidade
- 31-12 Portaria (DL 9 de 11 de janeiro de 1861) incumbindo uma comissão de examinar o edificio da academia polytechnica do Porto, e informar quaes obras se deviam ali fazer, e que escolas podiam lá ficar bem collocadas

1861

- 2-1 Decreto - Agraciando com a commenda de Christo o lente de prima, decano e director da faculdade de philosophia
- 3-1 Decreto creando cadeiras de instrucção primaria em Mamodeiro, Monsarros, Veiros, S. Julião de Passos, Santo André de Rio Douro, Ribeirão, Pomares, S. Marcos do Pereiro, Alvoco da Serra, Santa Comba, Senhor dos Milagres, Banha de Baixo, Ferreira e Pendelho
- 5-1 Officio providenciando sobre a matricula geral de todos os professores e directores de collegios particulares
- 7-1 Portaria approvando que a academia real das sciencias fizesse começar a continuação do quadro elementar, e do corpo diplomatico portuguez, do visconde de Santarem, pela publicação dos documentos das negociações de Portugal com a curia romana desde o principio do seculo XVI
- 7-1 Portaria - Louvando a academia real das sciencias pela sua resolução em mandar imprimir a obra Quadro elementar do corpo diplomático portuguez
- 7-1 Portaria - Manda louvar o socio da academia real das sciencias Luiz Augusto Rebello da Silva pelo 1.º tomo da Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII
- 9-1 Portaria criando novas providencias para se ensaiar a comparação entre o methodo de ensinar a ler denominado de Castilho, e o usual das antigas escolas
- 10-1 Portaria - Nomeando uma comissão para colligir os monumentos que possam servir de subsidio ao estudo do direito ecclesiastico
- 11-1 Portaria - Auctorisa a comissão encarregada de formar um projecto de estatutos economicos e administrativos da universidade a pedir adjuntos
- 14-1 Decreto - Manda adoptar provisoriamente como compendio nas escolas a nova edição do codigo farmacêutico lusitano, e servir de pharmacopéa geral
- 15-1 Decreto (DG 16) creando no recolhimento da praça de Diu, estado da India, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino, cuja mestra seria a regente do mesmo recolhimento com 480 xerafins de vencimento annual
- 16-1 Portaria - Nomeando os repetidores da escola polytechnica de Lisboa, e dando-lhes as gratificações
- 17-1 Portaria - Ordenando as providencias para a publicação regular das ephemerides
- 23-1 Portaria consignando que o diploma do curso dos lyceus só podia ser passado a quem n'elles fizesse os exames na classe de ordinário mas que podia passar-se titulo de capacidade para o ensino particular a quem, tendo as demais condições legaes, houvesse feito exames na universidade de Coimbra das materias que se ensinam nos lyceus
- 26-1 Portaria encarregando uma comissão de indicar as obras precisas no edificio designado para a escola normal de Lisboa, a fim de ficar apropriado ao seu destino
- 6-2 Portaria providenciando para que os orphãos desvalidos do collegio estabelecido pela camara municipal da cidade do Porto frequentassem a escola industrial da mesma cidade
- 14-2 Decreto determinando que a segunda edição do codigo pharmaceutico lusitano fosse, como a primeira, adoptada nas escolas de pharmacia, como pharmacopéa legal
- 19-2 Portaria regulando o curso de lingua arabe no lyceu nacional de Lisboa, e resolvendo algumas duvidas a este respeito
- 26-2 Portaria consentindo que um particular abrisse um curso publico e gratuito de philosophia no local designado para os exercicios do curso superior de letras

- 26-2 Portaria providenciando para que os livros em duplicado dos extinctos conventos, que existissem no deposito da bibliotheca nacional de Lisboa, fossem repartidos pelas outras bibliothecas publicas do reino
- 26-2 Portaria - Providenciando para que nas bibliothecas publicas se completem as collecções litterarias, scientificas e bibliographicas
- 26-2 Carta de lei - Cria na universidade de Coimbra as cadeiras de geometria descriptiva na faculdade de mathematica, e de physica dos fluidos imponderáveis na de philosophia
- 27-2 Lei creando na faculdade de theologia da universidade de Coimbra uma cadeira de theologia pastoral e eloquencia sagrada
- 27-2 Carta de lei - Creando na faculdade de theologia uma cadeira de theologia pastoral e eloquencia sagrada
- 28-2 Portaria - Marca o praso em que os bibliothecarios devem fazer as requisicões á bibliotheca de Lisboa dos livros de que precisam do deposito dos livros dos extinctos conventos
- 28-2 Officio regulando a execução da providencia de se distribuírem pelas bibliothecas publicas do reino os livros em duplicado dos extinctos conventos, e existentes no deposito da bibliotheca nacional de Lisboa
- 5-3 Portaria mandando que as faculdades de mathematica e philosophia da universidade de Coimbra consultassem sobre a melhor distribuição de disciplinas nas duas primeiras, em vista das novas cadeiras que para ellas se mandaram crear
- 5-3 Portaria contendo igual providencia, e com fundamento semelhante, em relação á faculdade de theologia da universidade
- 5-3 Portaria mandando dissolver a corporação das irmãs da caridade de Santa Martha de Lisboa, e incorporar nos proprios os seus bens, por se recusar a obedecer pura e simplesmente ao prelado diocesano bem como qualquer outra corporação illegalmente constituída e suscitando a observancia da legislação que prohibe o ensino a pessoas não habilitadas para isso pelas auctoridades do paiz
- 6-3 Decreto incumbindo uma commissão de administrar interinamente o collegio dos orphãos de S. Caetano, erecto em Braga, e de projectar para este estabelecimento uns novos estatutos, nos quaes se tivesse em vista não só os anteriores, mas tambem os do instituto sueco de Ljungstedl, e a utilidade de se dar aos orphãos uma educação industrial
- 15-3 Officio dizendo que os pontos para os exames nos lyceus deviam ser tirados dos auctores por que ahi se ensinasse, e nunca menos de cincoenta para as provas oraes e outros tantos para as escriptas
- 16-3 Portaria - Auctorisa um professor a abrir um curso subsidiário da lingua grega
- 20-3 Portaria - Declarando que os exames de habilitações feitos perante os jurys academicos da universidade são considerados como de lyceus de 1.ª classe para os effeitos do decreto de 10 de abril de 1860, e que não é exigido o exame de portuguez aos alumnos approvados em latinidade por igual jury
- 6-4 Portaria - Mandando levar em conta alguns exames feitos no lyceu do Pará, como de frequência em escolas particulares para o facto de admissão aos exames dos lyceus
- 6-4 Decreto - Jubila com o terço do ordenado o dr. António Nunes de Carvalho, lente de direito
- 9-4 Annuncio (DG 78) fazendo constar que se cream duas cadeiras de ensino primario para o sexo feminino no districto de Castello Branco, uma na villa de Sernache do Bomjardim e outra na de Oleiros
- 10-4 Portaria - Concede igual auctorisacão a outro professor para um curso nocturno de philosophia
- 10-4 Decreto (DG 85 de 17 de abril) creando uma grande commissão, dividida em secções, para promover a concorrencia de productos nacionaes á grande exposição universal de Londres em maio de 1862, os quaes todavia fizessem primeiro o objecto de uma exposição em Lisboa para serem aqui apreciados e escolhidos
- 11-4 Decreto confirmando e publicando o regulamento das jubilações, aposentações e augmento do terço dos ordenados dos lentes e professores dos estabelecimentos de instrucção superior secundaria sujeitos ao ministerio da guerra
- 13-4 Portaria - Auctorisando o director a não admittir como valiosos os attestados de moléstias por facultativos que julgar suspeitos
- 17-4 Officio (DG 85 de 17 de abril) ordenando se communicasse áquelles professores de instrucção primaria que não recebessem gratuitamente o boletim official de instrucção publica em premio da sua distincção, que o preço da assignatura era para elles de 500 réis por cada volume com 24 números
- 23-4 Portaria e instrucções estabelecendo o programma para os exames de candidatos ás cadeiras de principios de physica e chimica e introducção á historia natural nos lyceus nacionaes
- 24-4 Lei dispondo que os cirurgiões formados nas escolas de Lisboa e Porto, bem como os medicos formados na universidade de Coimbra e ainda os doutores em medicina por faculdades estrangeiras, mas habilitados para exercerem a clinica no paiz, podessem todos concorrer a quaesquer cadeiras das ditas escolas de Lisboa e Porto, devendo comtudo ter preferencia os medicos para as cadeiras de medicina, e os cirurgiões para as de cirurgia e que os facultativos formados em escolas estrangeiras para poderem exercer a medicina em Portugal fizessem todos os exames d'aquella escola portugueza em que se quizessem habilitar, dispensandose-lhes somente o tempo da frequência
- 27-4 Portaria (DG 98 de 2 de maio) recommendando aos governadores das provincias Ultramarinas que promovessem a concorrência do maior numero de objectos possivel á exposição universal de Londres em 1862
- 11-5 Portaria dispensando n'este anno lectivo para os exames finaes dos lyceus algumas das formalidades prescriptas no decreto de 10 de abril de 1860 para os alumnos voluntários e para os estranhos aos mesmos lyceus
- 11-5 Portaria - Resolvendo algumas duvidas apresentadas pelo reitor da universidade e director da escola polytechnica de Lisboa sobre a execução da portaria de 12 de outubro de 1860
- 11-5 Portaria regulando provisoriamente os exames de habilitação para a primeira matricula na universidade de Coimbra, escola polytechnica de Lisboa e academia polytechnica do Porto, até que podessem ter execução as disposições ultimamente dadas a este respeito

- 14-5 Portaria Manda á bibliotheca de Lisboa entregar ao arcebispo de Goa os livros que existem em duplicado do deposito das livrarias dos extinctos conventos, para uso dos seminários
- 16-5 Portaria - Determina que a faculdade de medicina e as escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto formulem e proponham o programma especial para execução das disposições dos decretos de 5 e 29 de dezembro de 1836, quanto aos cursos de medicina e cirurgia ministrante
- 16-5 Portaria - Mandando suspender os exames de sangradores, e que o conselho de saúde proponha um regulamento a este respeito
- 16-5 Annuncio fazendo constar que por decreto de 18 de abril precedente fôra transferida a cadeira de instrucção primaria da freguezia de Louredo para o logar de Talhó de Gondalães, tudo no concelho de Paredes, districto do Porto
- 24-5 Annuncio (DG 133) fazendo constar que se haviam creado cadeiras de instrucção primaria em S. João da Madeira, concelho de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro, Salsas, concelho de Bragança, Lagôa, concelho de Macedo de Cavalleiros, districto de Bragança, Pias, concelho de Monção, districto de Vianna do Castello e bem assim para o sexo feminino, em Moncorvo, districto de Bragança, Belmonte, districto de Castello Branco e Serpa, districto de Beja
- 24-5 Portaria ordenando que todos os officiaes inferiores e praças de marinhagem tomassem mensalmente um banho de aceio em agua doce
- 24-5 Estabelece quem pôde concorrer ás cadeiras das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto, e determina que nenhum facultativo estrangeiro possa exercer a clinica em Portugal sem prévio exame das disciplinas do curso e preparatórios exigidos para a matricula
- 29-5 Portaria - Approvando com algumas modificações os programas da distribuição das cadeiras da faculdade de theologia e preparatórios para a matricula
- 31-5 Decreto e contrato contrahindo mais um emprestimo de 15:000\$000 réis para a continuação das obras do edificio da escola polytechnica do Lisboa
- 4-6 Annuncio creando uma cadeira de ensino primário na freguezia de Tinhella, concelho de Valle Passos, districto de Villa Real
- 5-6 Portaria - Resolvendo as duvidas suscitadas sobre a precedência de logares no despacho para a substituição extraordinária de quatro cadeiras na faculdade de direito
- 8-6 Portaria - Estabelece as condições necessarias para se poder passar carta de perito em paleographia
- 8-6 Portaria - Manda remetter á academia das bellas artes os quadros dos extinctos conventos para se repararem para a bibliotheca nacional os de mérito artistico, e venderem-se os outros
- 12-6 Portaria consignando que as escolas e collegios de associações particulares ou de estabelecimentos de beneficencia só podem ter mestres legalmente habilitados, e estão sujeitas ás visitas e fiscalisação das auctoridades competentes
- 12-6 Edital harmonisando as disposições de diversas posturas anteriores com o novo systema metrico-decimal na parte relativa aos pesos
- 12-6 Portaria explicando como o facto de já ter sido professor publico não dispensa esse individuo de solicitar titulo de capacidade para o ensino particular
- 15-6 Portaria dispondo que os exames feitos em lyceus de 2.ª classe antes do regulamento de 10 de abril de 1860 servissem para habilitação aos alumnos nos de 1.ª classe
- 17-6 Annuncio (DG 133) fazendo constar a criação de cadeiras de instrucção primaria nos concelhos de Macieira de Cambra, Macedo de Cavalleiros, Maia e Valle Passos para o sexo feminino na villa do Porto e em Vouzella
- 22-6 Portaria providenciando sobre os exames e matriculas nos lyceus n'este anno, por não se poderem ainda executar todas as provisões do regulamento de 10 de abril de 1860
- 23-6 Officio da direcção geral de instrucção publica - Mandando o reitor da universidade promover a execução da portaria de 16 de maio, e fazendo enviar o programma para os cursos de medicina e cirurgia ministrantes
- 27-6 Officio recommendando que se fizessem visitas de inspecção ás escolas dos estabelecimentos pios ou de associações particulares, e se lhes exigisse em julho de cada anno um mappa do movimento litterario
- 30-6 Decreto - Manda applicar á administração dos hospitaes da universidade as disposições que por decreto de 23 de janeiro e portaria de 11 de fevereiro d'este anno se referem ao hospital de S. José
- 1-7 Annuncio (DG 133) fazendo saber que se haviam creado cadeiras de instrucção primaria nas freguezias de Santulhão, concelho de Vimioso Feteira, concelho da Horta; S. João do Campo de Gestaço, concelho de Baião e para o sexo feminino uma na villa de Moimenta da Beira
- 2-7 Portaria ordenando que em todas as repartições dependentes do ministerio do reino se fizesse uso dos novos pesos do systema metrico em todas as compras e distribuições que tivessem, bem como na correspondencia official
- 8-7 Portaria regulando nos lyceus a admissão a exame de grego
- 8-7 Portaria dando novas explicações sobre a admissão a exame de latim e portuguez nos lyceus
- 10-7 Portaria dispensando do exame do primeiro e segundo anno de latim nos lyceus os alumnos que já tivessem o exame da primeira cadeira do curso, segundo a anterior organisação
- 11-7 Portaria - Auctorisa a commissão encarregada de formar os estatutos economicos e administrativos da universidade, a pedir adjuntos que a auxiliem
- 12-7 Portaria - Approvando o regulamento da bibliotheca de Ponta Delgada
- 12-7 Portaria ordenando que no orçamento municipal de Belem se considerem facultativas as despesas com as rendas das casas para escolas na Ajuda e em Odivellas, que a despesa com o pessoal do cemiterio e matadouro não venha sob o titulo de administração, mas designando-se os empregados e os seus vencimentos, e o mesmo a respeito da verba de incendios, separando-se do pessoal a despesa de compras de machinas
- 13-7 Annuncio fazendo saber que os concorrentes aos logares do segundo official da repartição central do ministerio das obras publicas, e que fossem bachareis formados em direito antes de 1854, deviam todavia provar que estão habilitados em principios de mathematica e introducção ás sciencias naturaes

- 17-7 Portaria - Ordenando as providencias para regular a publicação das ephemerides
- 20-7 Portaria determinando que só paguem nos lyceus a importancia da matricula de um anno os alumnos que fizerem ahi os exames precisos para com os que já houvessem feito antes do regulamento de 10 de abril de 1860 completarem qualquer dos annos do curso geral
- 23-7 Portaria - Mandando abonar os emolumentos que pertencem ao official da secretaria, ou quem fizer as suas vezes no seu impedimento
- 25-7 Annuncio fazendo saber que no concelho de Tábua fôra transferida para a freguezia de Sinde a cadeira de instrucção primaria que estava na de Oliveirinha, o creada na villa do Sabugal uma cadeira de grammatica portugueza, latina e latinidade
- 29-7 Portaria - Com as instrucções que se devem observar nas repartições do ministério do reino, por onde se processem folhas de vencimentos
- 30-7 Portaria - Estabelecendo a gratificação e condições para a coordenação da nossa flora, de que está encarregado Carlos Maria Gomes Machado
- 30-7 Decreto organisando definitivamente o lyceu de Santarem, como incorporado no seminario patriarchal
- 7-8 Portaria - Manda que n'esta imprensa (da universidade) seja editado o relatório do dr. Jacinto António de Sousa da sua visita aos estabelecimentos das sciencias naturaes fóra do reino
- 12-8 Portaria - Declara que um estudante que em tempo frequentou o 1.º e 2.º annos de direito, e que quiz seguir o curso, só deve frequentar aquellas cadeiras que formam os annos académicos, que o supplicante tem obrigação de frequentar
- 14-8 Annuncio (DG 181) publicando que se haviam creado cadeiras de ensino primário para o sexo feminino, nas villas da Feira e do Mourão, na freguezia de Santa Maria do Castello da cidade de Pinhel, na villa de Arronches, e nas freguezias de Balthar, e Recarei do concelho de Paredes e para o sexo masculino nas freguezias de S. Thiago da Ribeira Sècca, S. Julião de Peredo, Barroca, Gastellejo, Friumes, S. Julião de Portalegre, S. Vicente do Alfena e Cannavezes
- 16-8 Portaria - Commissionando o dr. Jacinto António de Sousa para ir a Kew assistir á verificacão dos instrumentos magnéticos, construídos para o observatorio de Coimbra, e marcando-lhe a gratificação
- 26-8 Portaria regulando a applicação do regulamento de 10 de abril de 1860 ás aulas de commercio no lyceu nacional de Lisboa
- 26-8 Portaria approvando as instrucções e programma para os exames dos oppositores ás cadeiras de mathematica elementar dos lyceus nacionaes
- 10-9 Portaria - Estabelecendo o praso dentro do qual todo o agraciado deve requerer os direitos de mercê e outras condições a que deve satisfazer
- 10-9 Lei permittindo que os alumnos do collegio militar matriculados antes d'esta lei e com mais de 18 annos podessem frequentar como externos o sexto anno do curso
- 10-9 Lei foi permittida á camara municipal de Lisboa a compra pelas avaliacões de oito predios da escola polytechnica, e auctorisado o governo para vender á mesma camara por igual modo outra alguma propriedade nacional de que ella precisasse
- 11-9 Lei elevando a réis 6:800\$000 a despeza da escola normal primaria de Lisboa
- 17-9 Lei (DG 215 do 24 de setembro) auctorisando o governo a reorganisar a escola de declamação no conservatório real de Lisboa sob o titulo de escola da arte dramatica
- 19-9 Carta de lei - Auctorisando a reformar o pessoal e material do museu nacional e a despender mais 2:000\$000 réis sobre a verba do orçamento
- 19-9 Lei reintegrando Joaquim Henriques Fradesso da Silveira no lugar de lente substituto de physica na escola polytechnica
- 27-9 Ordem do exercito n.º 23 contendo a portaria de 27 de setembro em que se dispensa o capellão do collegio militar de reger as duas aulas de philosophia e de eloquência e se nomeia outro professor
- 28-9 Portaria approvando e mandando adoptar para serem lidos nas escolas primarias e secundarias os livros constantes da relação que acompanha a portaria
- 28-9 Decreto (DL 224 de 4 de outubro) estabelecendo as habilitações de estudos theologicos e canonicos para sor presbytero
- 1-10 Annuncio (DL 221 de 1 de outubro) creando cadeiras de instrucção primaria em Manadas, Nossa Senhora das Neves, S. Lourenço do Pombal, Lorvão, Figueiró do Campo e S. Sebastião do Vallado
- 2-10 Officio da direcção geral da instrucção publica - Determinando que o prelado da universidade satisfaça directamente ao que pelo ministério da guerra lhe foi requisitado com respeito aos alumnos militares
- 9-10 Portaria approvando os quadros das disciplinas que devem professar-se nos cursos das faculdades de mathematica e philosophia e o do curso preparatorio para a faculdade de medicina, tudo na universidade de Coimbra
- 10-10 Portaria - Manda matricular no 1.º anno da escola medicocirurgica de Lisboa um alumno, levando-lhe em conta o exame que fizera da lingua ingleza na escola polytechnica
- 10-10 Portaria - Manda tomar em conta de exame da 3.ª Cadeira do curso geral dos lyceus o exame de mathematica que fizera um alumno na escola polytechnica, sendo portanto admittido á primeira matricula na escola medico-cirurgica de Lisboa
- 10-10 Edital para que os directores de collegios de educação e instrucção, assim como os mestres particulares de ensino primario o secundário, apresentem dentro de trinta dias os seus titulos de auctorisação e capacidade, sob pena de serem fechados os collegios e elles prohibidos de continuarem a ensinar
- 11-10 Portaria - Permite a um alumno militar matricular-se como voluntário no 2.º anno mathematico, não obstante o lapso de tempo, e obrigando-se a apresentar a certidão do exame do 1.º anno, como ordinário, antes do de 2.º

- 21-10 Aviso (DG 239) publicando a criação por decreto de 9 das cadeiras de ensino primario de Esmoriz, S. Martinho de Antão e Bornes, do sexo feminino, e de Vímioso, Alandroal e Alvaizere do sexo masculino
- 21-10 Aviso publicando a criação da cadeira das linguas franceza e ingleza na villa de Ovar, por decreto de 16
- 9-11 Portaria - Determina quaes os documentos de que passar certidões nas repartições publicas
- 21-11 Decreto (DL 279 de 7 de dezembro) approvando o regulamento para a escola da arte dramatica, que baixou com o Decreto
- 22-11 Portaria (DL 269 de 26 de novembro) resolvendo que os pretendentes ás ordens de subdiacono e de diácono, já matriculados em 15 de setembro de 1860 nos seminarios ou aulas publicas ecclesiasticas, instruem os seus requerimentos com os documentos comprovativos das habilitações exigidas na portaria de 25 de setembro de 1850, o que da mesma fórma se use com os pretendentes de ordens sacras que requeressem antes de ser publicada a portaria de 3 de outubro ultimo
- 22-11 Portaria louvando o governador civil de Beja por ter inaugurado a casa pia d'aquella cidade com doze creanças do sexo feminino, e continuando as obras para admittir doze outras do sexo masculino
- 24-11 Portaria (DL 280 de 9 de dezembro) ordenando que não sejam admittidos a fazer parte do quadro extraordinario do theatro de D. Maria II senão os alumnos da escola da arte dramatica, comprehendidos no artigo 34.º do decreto de 21 d'este mez, excepto no caso de merecimento extraordinario
- 25-11 Portaria - Mandando abonar 400 réis diários a dois aprendizes ajudantes dos guardas do museu e laboratorio da universidade, pagos pela verba da despeza dos mesmos estabelecimentos
- 25-11 Aviso annunciando a criação da cadeira de lingua franceza e ingleza no lyceu da Guarda
- 25-11 Portaria (DL 269) louvando o governador civil de Beja por ter inaugurado a casa pia d'aquella cidade com doze creanças do sexo feminino, e continuando as obras para admittir doze outras do sexo masculino
- 27-11 Portaria - Dispensando os dois annos de tirocínio a quatro substitutos extraordinários de direito para passarem á classe de ordinários
- 3-12 Aviso annunciando a transferencia da cadeira de grammatica portugueza, latina e latinidade da villa da Pampilhosa para a villa de Oliveira do Hospital, por decreto de 28 de novembro d'este anno
- 4-12 Annuncio fazendo constar a criação, por decreto de 28 de novembro, no lyceu nacional de Beja, de uma cadeira de principios de physica e chimica, e introducção á historia natural dos tres reinos, lida em curso biennial com a de mathematica elementar, e na cidade de Elvas de uma cadeira de arithmetica e geometria com applicação á industria, lida em curso biennial com a do philosophia racional e moral e principios de direito natural
- 9-12 Aviso (DL 269) annunciando que por decreto de 25 de novembro proximo foram creadas as cadeiras de ensino primario da Figueira, no concelho de Lamego (sexo masculino) da villa de Santa Cruz, na ilha Graciosa na villa de Ceia, districto da Guarda da freguezia de S. Romão, no concelho de Ceia da villa de Torres Vedras, e da villa de Valença (esta do sexo feminino)
- 16-12 Portaria alterando no actual anno lectivo as disposições do programma ordenado em 9 de outubro ultimo para a faculdade de mathematica na universidade de Coimbra, e attendendo n'este ponto á representação do conselho da faculdade mandada pelo reitor
- 16-12 Portaria - Estabelece novas providencias para melhor execução da portaria de 30 de outubro ultimo, quanto aos estudos da faculdade de mathematica
- 18-12 Aviso annunciando que por decreto de 10 de dezembro corrente fôra transferida a cadeira de ensino primario de Silves, freguezia de S. João de Areias, districto de Vizeu para o logar e freguezia de Parada, no mesmo districto
- 31-12 Portaria - Providenciando sobre o abono dos vencimentos dos lentes substitutos, quando fazem o serviço do lente cathedratico. Parecer do conselho geral a este respeito

1862

- 2-1 Portaria (DL 4 de 7 de janeiro) regulando provisoriamente a distribuição do ensino no lyceu nacional de Beja
- 2-1 Decreto dispondo que em regra sejam sempre providas por concurso documental ou de provas publicas todas as dignidades e canonicatos das sés cathedraes, e os beneficios parochiaes e regulando o modo e condições d'estes concursos, mesmo os de canonicatos com a obrigação de ensino
- 9-1 Portaria - Manda imprimir n'esta typographia o compendio Elementos de physiologia humana, do dr. António Augusto da Costa Simões
- 14-1 Annuncio (DL 10 de 14 de janeiro) transferindo do logar de Perrães para o de Oyã uma cadeira de ensino primario, creando cadeiras do mesmo ensino nas freguezias do Souto, e S. Sebastião das Carreiras, e substituindo por uma cadeira de arithmetica e geometria com applicação á industria, e de lingua franceza em curso biennial, um igual curso que havia em Guimarães
- 19-1 Decreto regulamentar (DL 56 de 11 de março) estabelecendo o modo por que deviam funcionar as escolas mandadas crear nos corpos do exercito ás quaes se deu regulamento
- 20-1 Portaria (DL 24 de 31 de janeiro) approvando, para vigorar provisoriamente, a relação dos artigos do enxoval dos alumnos-mestres da escola normal de Lisboa
- 1-2 Annuncio (pelo lyceu nacional de Lisboa - DL 29 de 6 de fevereiro) prevenindo os directores de collegios e professores particulares de que, nas relações que são obrigados a apresentar, devem especificar melhor do que o têm feito certos requisitos
- 11-2 Decreto (DL 56 de 11 de março) creando uma cadeira de ensino primario no logar da Pedreira, freguezia de Carregueiros, concelho de Thomar, districto de Santarem
- 11-2 Annuncio (DL 33 de 11 de fevereiro) creando cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino em Nossa Senhora da Luz, Carvalho, Igrinha e S. Miguel de Nogueira e para o sexo feminino na villa da Magdalena

- 15-2 Ordem do exercito n.º 3 (DL 44 de 24 de fevereiro) regulando a concessão de licenças registadas aos alumnos das escolas superiores dependentes do ministerio da guerra, e o preço das correias de mochias das praças do exercito
- 22-2 Portaria circular providenciando para a diffusão do systema metrico-decimal
- 3-3 Decreto (DL 53 de 7 de março) nomeando uma commissão de cinco membros para estudar a exposição universal de Londres em relação á industria, servindo tres d'elles de vogaes do jury internacional
- 3-3 Decreto (DL 53 de 7 de março) nomeando o visconde de Villa Maior presidente da commissão de estudo da exposição universal de Londres
- 10-3 Portaria - Mandando abonar ao dr. Augusto Barjona de Freitas, substituto de direito na universidade de Coimbra, o ordenado da classe superior durante o tempo que serviu no impedimento do proprietário
- 10-3 Portaria - Interpretando a doutrina da portaria de 31 de dezembro findo, quanto ás gratificações dos substitutos da universidade
- 10-3 Portaria - Determinando que se dê uma gratificação ao bedel de theologia da universidade, Joaquim Lopes Pinto, pelo serviço extraordinário prestado no impedimento do bedel de medicina
- 10-3 Portaria - Approva o plano geral para a publicação da colecção dos monumentos inéditos para a historia das conquistas de Africa, Asia e America
- 11-3 Decreto (DL 56 de 11 de março) creando uma cadeira de ensino primario no logar da Pedreira, em S. Miguel de Carregueiros, concelho de Thomar, districto de Santarem
- 11-3 Edital da reitoria - Com as disposições que devem regular os trabalhos preparatórios dos actos grandes
- 15-3 Portaria - Approvando os trabalhos de Carlos Maria Gomes Machado no desempenho da commissão de que foi encarregado, e manda-o continuar na mesma commissão
- 25-3 Portaria (DL 86 de 16 de abril) interpretando o modo por que se faz vencimento na votação sobre o merito absoluto dos concorrentes ao provimento das cadeiras do curso superior de letras
- 7-4 Decreto - Nomeia o dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto reitor da universidade por mais tres annos
- 12-4 Portaria (DL 85 de 15 de abril) estabelecendo a fórmula da inspecção nas escolas primarias por
- 17-4 Portaria - Resolve o conflicto levantado entre tres lentes de mathematica sobre a sua collocação, em vista da distribuição das cadeiras ordenada em portaria de 9 de outubro de 1861
- 24-4 Edital da reitoria - Com as disposições que se devem observar na votação dos concursos para as cadeiras das faculdades académicas
- 2-5 Portaria - Approva o contrato feito com a companhia Alliança para a obra de ferro da estufa do jardim botânico da universidade
- 5-5 Edital da reitoria - Prohibe fumar dentro do edificio da universidade e estabelecimentos anexos
- 12-5 Portaria - Com as instrucções que regulam o serviço do cartorio da extincta junta da fazenda
- 14-5 Approva as instrucções que se devem observar na constituição dos juries e julgamento dos candidatos aos logares vagos no magistério
- 16-5 Portaria (DL 115 de 22 de maio) dispensando no corrente anno lectivo os alumnos do lyceu nacional de Coimbra da apresentação do attestado de frequencia exigido pelo artigo 58.º do decreto de 10 de abril de 1860
- 16-5 Portaria (DL 115 de 22 de maio) approvando o programma dos exames de instrucção primaria
- 17-5 Portaria - Resolvendo as duvidas apresentadas pela repartição de contabilidade da universidade sobre a gratificação do bedel de direito mandada abonar por portaria de 20 de março
- 22-5 Decreto e regulamento, que d'elle faz parte, para os exames de habilitação para a primeira matricula nos estabelecimentos superiores
- 24-5 Decreto (DL 117 de 24 de maio) creando seis cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino, em Linhara, Seixo, Avidagos, S. Miguel de Palhacana e Setubal e tres ditas para o feminino em Arcozello, Setubal e Lisboa
- 25-5 Portaria - Determina qual seja a votação legal no mérito absoluto dos oppositores ás cadeiras d'este curso (Curso superior de letras)
- 26-5 Carta de lei - Aposentando com o ordenado por inteiro o guarda do observatorio, José Joaquim de Miranda
- 26-5 Carta de lei - Elevando a 240\$000 réis o ordenado do continuo e porteiro da bibliotheca da universidade
- 27-5 Decreto (DL 124 de 3 de junho) regulando o curso de hydrographia de marinha
- 2-6 Decreto e instrucções (DL 124 de 3 de junho) approvando e publicando as instrucções para execução do decreto de 22 de maio ultimo, sobre exames preparatorios para a instrucção secundaria
- 2-6 Annuncio (DL 123 de 2) creando cadeiras de instrucção primaria para o sexo feminino em Castellões e Tondella, e para o sexo masculino em Freixo da Serra, Santa Agueda de Carlão, S. Migue da Pena, Villaroso e Santos Evos
- 4-6 Manda que os juries académicos e escolares ordenem os pontos para os exames de habilitação, e que se nomeiem comissões de lentes para formular os programmas para as provas oraes e escriptas dos mesmos exames
- 9-6 Portaria - Resolvendo uma duvida do reitor da universidade relativamente aos exames de grego, allemão e hebraico, exigidos para o doutoramento nas faculdades
- 9-6 Lei (DL 134 de 16 de junho) auctorizando o pagamento de uma divida de vencimentos aos herdeiros de um lente jubilado da academia de fortificação
- 9-6 Portaria (DL 138 de 21 de junho) regulando os exames das disciplinas ecclesiasticas, e a habilitação dos alumnos, na diocese do Porto, em rasão do faltarem a alguns certos preparatórios
- 17-6 Portaria (DL 148 de 5 de julho) declarando definitivas as nomeações dos substitutos da escola polytechnica, uma vez que se preenchem os requisitos das leis
- 20-6 Annuncio (DL 137 de 20 de junho) transferindo para Villa Nova de Reguengos a cadeira de latim da villa da Gollegã, e approvando os estatutos do gremio alemtejano

- 21-6 Portaria - Declarando que a ordem gradual dos exames de habilitação não tem aplicação aos estudantes voluntários
- 27-6 Portaria (DL 149 de 7 de julho) dispensando a precedencia de exames exigidos pelo artigo 38.º do decreto de 10 de abril de 1860 aos alumnos pharmaceuticos de 2.ª classe estranhos aos lyceus, devendo declarar-se nas certidões, que estes exames só são validos para os efeitos da carta de lei de 12 de agosto de 1854
- 1-7 Portaria - Manda o governador civil de Beja demittir do partido da camara de Barrancos um medico estrangeiro não habilitado, e fazer sentir á mesma camara a irregularidade do seu procedimento
- 1-7 Portaria mandando admittir a exames nos lyceus os candidatos que não poderam requerer a admissão dentro do praso legal, por não obterem dentro d'elle os documentos de approvação em disciplinas previas
- 1-7 Portaria (DL 148 de 5 de julho) dispensando por esta vez sómente o praso fatal de requerer a admissão a exame nos lyceus nacionaes do reino, para o fim de serem admittidos a exame alguns que requereram fóra do dito praso
- 5-7 Lei (DL 154 de 12 de julho) creando em Macau uma escola de pilotagem
- 7-7 Lei (DL 161 de 21) auctorisando a aquisição da quinta da Cartuxa em Evora para estabelecer uma escola pratica de agricultura
- 7-7 Lei (DL 154 de 12) creando uma escola de pilotagem no porto de mar do districto administrativo de Faro que o governo escolher
- 9-7 Portaria (DL 154 de 12) Regulando os exames para a segunda cadeira da escola de commercio
- 9-7 Lei (DL 155.de 14) applicando a verba de 3:600\$000 réis para uma escola normal do sexo feminino
- 10-7 Lei (DL 155 de 14) applicando réis 4:000\$000 para a construcção do observatorio meteorologico e magnético da universidade de Coimbra
- 10-7 Eleva a 12:000\$000 réis o subsidio annual dos hospitaes e dispensatório da universidade de Coimbra
- 15-7 Decretos (DL 156 de 15) creando cinco cadeiras de instrucção primaria do sexo masculino nas freguezias de Burço, Estombar, S. Lourenço de Cabril e Vellar, e uma do sexo feminino na villa da Ponte da Barca
- 15-7 Portaria - Dando por linda a commissão do dr. Mathias de Carvalho, que lhe foi encarregada por portaria de 4 de dezembro de 1857, e mandando-o reger a cadeira
- 17-7 Portaria - Declara que as nomeações aos substitutos da escola polytechnica de Lisboa devem ser consideradas definitivas
- 19-7 Decretos (DL 160 de 19 julho) creando seis cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino nas freguezias de S. Jorge das Doze Ribeiras, Santa Luiza, Santo André de Sezelhe, Santa Christina de Cervos, Santa Maria de Sarraquinhos e Cevões e uma do sexo feminino na Villa do Fundão
- 4-8 Decretos (DL 173 de 4 de agosto) creando uma cadeira de principios de physica, chimica e introducção á historia natural no lyceu de Portalegre, e distribuindo a lição de outras cadeiras pelos lentes do dito lyceu
- 7-8 Decreto - Providenciando sobre a conversão em titulos de divida fundada dos bens dos hospitais Imprensa da universidade
- 9-8 Decretos (DL 178 de 9 de agosto) creando seis cadeiras de ensino primario para o sexo masculino nas freguezias ou logares de Roge, Boreleira, Cidadella, Cimbres, Espinho e Dardavar
- 14-8 Portaria - Resolvendo o assumpto do officio do director de 6 d'este mez, relativamente ao concurso para o provimento do logar de mestre de aparelho e manobra naval, e a proposta para se abrir novo concurso
- 14-8 Portaria (DL 198 de 3 de setembro) mantendo o concurso aberto para o provimento do logar de mestre de aparelho e manobra naval na academia polytechnica do Porto, resolvendo as duvidas que sobre o assumpto pozera a academia: e censurando-a a ella pela illegalidade do seu procedimento
- 27-8 Portaria. Vae em annuncio do real collegio militar de 3 de outubro de 1862
- 1-9 Portaria (DL 198 de 3 de setembro) mandando que os commissarios de estudos separem nos mappas estatisticos e nos relatorios os dois ramos de instrucção primaria e secundaria
- 6-9 Decreto (DL 201) creando duas cadeiras de ensino primario para o sexo feminino, uma na freguezia de Santa Iria, em Santarem, e outra na villa de Murça, em Villa Real
- 10-9 (DL 207) Criadas as Quintas agricolas, dando cumprimento ao artigo 32.º do decreto de 16 de Dezembro de 1852. São então criadas duas Quintas. Uma Quinta exemplar de agricultura nas propriedades denominadas Granja do Marques e Quinta das Mercês, pertencentes ao Marques de Pombal, e situadas no concelho de Sintra
- 11-9 Decreto - Manda suspender por este anno as disposições do decreto de 22 de maio ultimo e instrucções de 2 de junho, pelo que respeita á escola polytechnica
- 12-9 Portaria - Declarando que não ha fundamento para alterar o decreto de 22 de maio ultimo, na parte que é applicavel ás escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto
- 12-9 Portarias duas, (DL 208 de 15 e DL 210 de 17) resolvendo as duvidas suscitadas pela escola medico-cirurgica de Lisboa da execução do decreto de 22 de maio ultimo sobre exames de habilitação para a primeira matricula
- 12-9 Portaria (DL 211 de 18) exigindo dos commissarios dos estudos o competente relatorio annual e mappas estatisticos do movimento da instrucção publica
- 15-9 Decreto (DL 208 de 15) creando uma cadeira do ensino primario para o sexo masculino em Gouveias, concelho de Pinhel, districto da Guarda
- 15-9 Portaria (DL 211 do 18) reduzindo provisoriamente nos lyceus nacionaes a um curso annual, no anno lectivo de 1862-1863, o estudo de mathematica elementar, o principios de physica, chimica e introducção á historia natural dos tres reinos, a fim de se facilitarem as habilitações para os exames filiaes
- 15-9 Portaria (DL 211 de 18) auctorisando a criação de uma cadeira de hermeneutica e eloquencia sagrada no seminario de Coimbra
- 18-9 Decreto (218 de 26 de setembro) auctorisando a academia de bellas artes do Lisboa a denominar-se real

- 20-9 Portaria (DL 219 de 27 de setembro) eximindo do exame da lingua grega um alumno do lyceu de Lisboa, que completára o respectivo curso antes de estar decretada áquella habilitação
- 23-9 Decreto (DL 223 de 2 de outubro) permitindo o uso e designando o modelo do uniforme de que devem usar os lentes da escola polytechnica não militares
- 26-9 Decreto (DL 218 do 26) creando uma cadeira de instrucção primaria no logar de Gouveia, concelho de Pinhel, districto da Guarda
- 26-9 Officio do ministério da guerra sobre admissão a matriculas dos alumnos militares
- 30-9 Portaria dispondo que os exames do habilitação até á data do decreto do 22 de maio ultimo perante o jury academico dos estabelecimentos de instrucção superior, dependentes do ministerio do reino, sejam equiparados aos exames dos lyceus de 1ª classe para o effeito da matricula em outros estabelecimentos de instrucção superior
- 30-9 Decreto (DL 221 de 30 de setembro) creando cadeiras de ensino primario para o sexo masculino em Assureira, Pampilhosa, Ponta Delgada, o para o sexo feminino em S. Vicente da Beira
- 30-9 Portaria (DL 223 de 4 do outubro) resolvendo que no impedimento legitimo do qualquer commissario de estudos as suas funcções sejam desempenhadas polo professor que o substituir na reitoria do respectivo lyceu
- 30-9 Portaria (DL 225 de 4 de outubro) providenciando para a diffusão do ensino do systema metrico-decimal
- 1-10 Resolução do claustro pleno sobre a deputação que ha de apresentar a Sua Magestade El-Rei D. Luiz a carta de felicitação pela sua aclamação
- 10-10 Officio (DL 233 de 15) promovendo o ensino do systema decimal de pesos e medidas nas escolas da instrucção primaria
- 11-10 Decreto (DL 230) creando uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa de Alfandega da Fé, districto de Bragança
- 21-10 Portaria - Manda admittir a exame de habilitação, fóra do praso, um alumno, João Leite Pacheco Bettencourt e Camara, natural de Ponta Delgada
- 5-11 Officio - Dispondo sobre a votação dos exames de habilitação
- 10-11 Portaria - Mandando continuar a gratificação a Carlos Maria Gomes Machado nos mezes de novembro a fevereiro, em que devia ir a Paris
- 12-11 Officio - Resolvendo a pretensão do official maior da secretaria sobre emolumentos e propinas
- 15-11 Portaria - Manda abonar as faltas dadas pelo lente de direito, dr. António L. de Sousa Henriques Secco
- 15-11 Portaria - Manda admittir a matricula como voluntário no 2.º anno philosophico um alumno da universidade, não podendo fazer o acto respectivo sem primeiro apresentar certidão dos outros que o devem preceder
- 17-11 Decreto (DL 260 de 17) creando cadeiras de ensino primario em Mamarosa, Villavinbo do Bairro o Souto Redondo
- 23-11 Decreto - Estabelecendo o uniforme dos lentes da escola polytechnica de Lisboa
- 26-11 Portaria - Dá por finda a comissão do dr. António José Teixeira
- 27-11 Resolução do conselho dos decanos sobre a recitação da oração do prelado da universidade na distribuição dos prémios
- 2-12 Officio - Auctorizando o reitor a chamar tres indivíduos para coadjuvar os archeiros
- 6-12 Portaria - Prorogando a comissão em Paris do dr. Mathias de Carvalho
- 10-12 Portaria (DL 281 de 12 de dezembro) regulando o ensino da lingua allemã no lyceu nacional de Lisboa
- 11-12 Decreto (DL 280 de 11) creando cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino em Louredo, e para o feminino em Oliveira do Bairro, Alcobaça, Seixal e Carrazedo de Montenegro
- 11-12 Portaria - Nomeando uma comissão para na biblioteca nacional de Lisboa examinar as obras do deposito das livrarias dos extinctos conventos, para se proceder á venda d'ellas
- 11-12 Portaria - Providenciando sobre as occurrencias que tiveram logar na distribuição dos prémios
- 11-12 Portaria - Marcando o serviço e vencimento do guarda machinista do observatorio astronomico da universidade
- 19-12 Portaria - Estabelecendo o praso de oito dias de ida e volta para abonar aos lentes os vencimentos quando são deputados
- 24-12 Officio - Determinando que o director do observatorio formule o programma para o concurso do logar de praticante

1863

- 31-1 Lei (DL 75 de 7 de abril) abolindo os passaportes no interior do reino
- 4-2 Decreto e regulamento (DL 28 de 6) levando a effeito o estabelecimento de uma escola de pilotagem em Faro
- 4-2 Lei (DL 30 de 9) dispondo que a 2ª secção da 2ª repartição de instrucção publica constituísse urna repartição
- 10-2 Annuncio (DL 31 de 10 de fevereiro) fazendo constar que por decreto de 28 do precedente janeiro se creára uma cadeira das linguas ingleza e franceza na villa da Figueira da Foz, fornecendo a camara municipal casa e mobília
- 12-2 Annuncio (DL 33 de 12 de fevereiro) creando duas cadeiras de instrucção primaria para o sexo feminino, uma em Almeida e outra em Manteigas
- 19-2 Portaria louvando o administrador do concelho de Castello Rodrigo por haver ali instituído uma aula nocturna gratuita para creanças e adultos
- 21-2 Portaria approvando e louvando a criação de tres escolas primárias gratuitas nocturnas nos bairros de Alfama e Alcantara a cargo das camaras municipaes de Lisboa e Belem, e da comissão administrativa da escola asylo de S. Pedro em Alcantara
- 30-3 Decreto (DL 77 de 9 de abril) approvando os estatutos da escola-asylo de S. Pedro em Alcantara

- 9-4 Annuncio (DL 77 de 9 de abril) fazendo constar que por decreto de 31 de março d'este anno se crearam cadeiras de instrução primaria para o sexo masculino na freguezia da Bemdada e na de Freixo, concelho de Sabugal, e na freguezia de Queiram, concelho de Vouzellâ, bem como para o sexo feminino na freguezia de Pinhanços, concelho de Ceia, e na villa de Campo Maior, districto de Portalegre
- 15-4 Annuncio (DL 82 de 15 de abril) fazendo saber que por decreto de 8 d'este mez sé creára uma escola de meninas em Goes
- 1-5 Annuncio (DL 96 de 1) fazendo constar que por decreto de 22 de abril findo haviam sido creadas cinco cadeiras de instrução primaria, sendo uma para o sexo feminino no lugar de Arrifes, freguezia de Nossa Senhora da Saude, concelho de Ponta Delgada, e quatro para o sexo masculino, uma na freguezia do Telhado, concelho do Fundão, outra na freguezia de Segura, dito concelho, outra na freguezia do Campo, concelho de Vizeu, e outra no lugar de Figueiró, freguezia de S. Cypriano, concelho de Vizeu
- 4-5 Annuncio (DL 98 de 4) publicando que por decreto de 30 de abril se crearam duas cadeiras do instrução primaria no concelho de Arganil, districto de Coimbra, uma na mesma villa para o sexo feminino, e outra na freguezia de Folques para o sexo masculino
- 4-5 Portaria dispensando ainda neste anno de attestado de frequencia para serem admittidos a exames os alumnos que houverem estudado fóra dos lyceus nacionais
- 5-5 Portaria (DL 101 de 7) louvando uma casa commercial por haver estabelecido a expensas suas uma escola publica primaria nocturna em Sines
- 12-5 Annuncio (DL 105 de 12) fazendo constar que se havia creado uma cadeira de instrução primaria para o sexo masculino na freguezia de Gesteira, concelho de Soure, e outra, mas á custa de dois cidadãos, no lugar de Justas, freguezia de Lames, concelho e districto de Villa Real
- 18-5 Portaria e instruções (DL 114 de 23) desenvolvendo as disposições anteriores sobre os exames de habilitação perante os estabelecimentos de instrução superior
- 21-5 Portaria (DL 118 de 28) permittindo que pagassem uma só matricula os estudantes de physica, chimica e introdução á historia natural do lyceu nacional de Evora
- 26-5 Programma (DL 118 de 28) publicando o programma dos exames de instrução primaria para admissão á primeira matricula nos lyceus nacionais
- 26-5 Lei (DL 120 de 30 de maio) creando na universidade de Coimbra uma cadeira de histologia e physiologia, e nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto uma cadeira de anatomia pathologica, e ainda n'estas ultimas escolas uma cadeira de medicina legal e hygiene publica
- 28-5 Portaria (DL 119 de 29) regulando o melhor modo de se fazerem n'este anno todos os exames do lyceu de Coimbra, apesar da affluencia dos examinandos
- 29-5 Portaria (DL 121 de 1 de junho) regulando melhor nos lyceus nacionaes os exames de mathematica elementar, physica e introdução á historia natural
- 9-6 Annuncio (DL 127 de 9) transferindo do lugar de Abbades para o de Carvalhaes, freguezia d'este nome, e concelho de S. Pedro do Sul, uma cadeira de instrução primaria, e creando mais cinco uma em Santa Maria de Vallongo, concelho de Ovar outra em Santa Maria, concelho de Tavira outra no Amai de Nossa Senhora da Luz, concelho de Leiria outra em Santa Maria de Safins, concelho de Alijó e emfim outra nas Vendas de Santa Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul
- 18-6 Portaria (DL 135 de 20) mandando inspecconar extraordinariamente por vogaes do conselho geral de instrução publica os lyceus de Lisboa, Porto, Braga, Evora e Santarem, para se conhecerem melhor os resultados dos ultimos regulamentos
- 20-6 Lei (DL 144 de 3 de julho) concedendo á camara municipal de Setubal a parte não alienada do extincto convento do Carmo calçado, d'aquella cidade, para aulas de ensino primario e secundário, e quaesquer officinas de interesse municipal, e com reversão para o estado se a camara der ao edificio outro destino
- 6-7 Portaria (DL 149 de 9) declarando que os estudantes da universidade não eram obrigados a comprar-lhe a ella os livros, mas que as faculdades deviam annualmente imprimir e publicar as pautas dos livros estrangeiros que escolhessem para compêndios
- 11-7 Lei (DL 173 de 6 de agosto) auctorizando igualmente o governo para reorganisar sem augmento de despeza a bibliotheca nacional de Lisboa, e todas as mais do reino, consignando-lhes verbas annuaes para compra de livros fóra do reino, e dando providencias sobre jubilação e preferencia aos empregos bibliográficos
- 13-7 Lei (DL 167 de 30) permittindo que no anno de 1863-1864, e no seguinte se applicassém 3:000\$000 réis da dotação da escola regional de Coimbra ao pagamento dá obra da estufa de ferro do jardim botânico da universidade
- 13-7 Lei (DL 183 de 19 de agosto) dando seis mezes para se requerer a remissão de fóros, censos, pensões e capitaes devidos ao governo, escola polytechnica e estabelecimentos da universidade, e bem como para os donatarios vitalicios comprarem os predios sem dependencia de praça
- 14-7 Decreto (DL 156 de 17) dissolvendo e louvando, a commissão encarregada de preparar os trabalhos da secção de Portugal na exposição universal do Londres
- 20-7 Portaria (DL 161 de 23) consignando que as auctoridades administrativas, judiciarias e militares deviam prestar ás auctoridades academicas de quaesquer lyceus os auxilios que lhes requisitassem
- 20-7 Annuncio publicando uma relação dos livros estrangeiros adoptados pela universidade
- 22-7 Portaria (DL 161 de 23 de julho) creando um museu de marinha, commettido ao director da escola naval
- 23-7 Portaria (DL 164 de 27) mandando fazer uma visita extraordinaria de inspecção ás escolas primarias de districtos administrativos do reino e ilhas adjacentes
- 27-7 Annuncio (DL 164 de 27) creando tres cadeiras de ensino primario para o sexo feminino, na villa de Moura, na freguezia de Macedo dos Cavalheiros, e na de Salzedas, concelho de Mondim e duas para o sexo masculino, na freguezia de Alfrivida, concelho de Villa Velha do Rodam, e freguezia da Junceira, concelho de Thomar

- 30-7 Officio (DL 172 de 5 de agosto) desenvolvendo o pensamento que teve o governo em ordenar uma visita de inspecção ás escolas de instrucção primaria
- 4-8 Portaria (DL 176 de 10) dispondo que os parochos auxiliassem a visita extraordinaria de inspecção ás escolas de instrucção primaria
- 8-8 Decreto (DL 184 de 20) nomeando um lente da universidade de Coimbra para concorrer em Berlim ao congresso scientifico de estatística
- 11-8 Decreto (DL 183 de 19) nomeando um conselheiro d'estado para tomar parte em Berlim no congresso scientifico de estatística
- 11-8 Portaria sancionando a relação dos livros approvados pelo conselho geral de instrucção publica para uso das escolas
- 4-9 Portaria (DL 199 de 7 de setembro) declarando que as gratificações das camaras municipaes aos professores de ensino primario com certo numero de discipulos é de 10\$5000 réis e não de 16\$000, como por erro typographia está no artigo 26º do decreto de 20 de setembro de 1844
- 9-9 Decreto e regulamento modificando e alterando algumas disposições do decreto de 10 de abril de 1860 relativo aos lyceus
- 10-9 Portaria e tabella (DL 204 de 12 de setembro) regulando o quadro das disciplinas nos lyceus de 2.ª classe
- 10-9 Portaria (DL 204 de 12 de setembro) regulando o modo de continuarem nos seus estudos os alumnos dos lyceus, apesar de se alterar o plano d'esses estudos
- 12-9 Portaria (DL 206 de 15 de setembro) mandando fazer inventarios das alfaias, instrumentos e mais objectos de todos os lyceus
- 19-9 Portaria (DL 211 de 21 de setembro) facilitando os meios de se matricularem nos lyceus de 1.ª classe, universidade, escola polytechnica de Lisboa e academia polytechnica do Porto os alumnos militares do exercito ou da armada
- 28-9 Annuncio (DL 217 de 28) fazendo saber que por decreto de 21 se creára uma cadeira de ensino primario na freguezia do Zambujal, concelho de Condeixa, districto de Coimbra
- 28-9 Portaria (DL 226 de 8 de outubro) advertindo que o uso de balanças romanas que sómente marcam arrateis e arrobas é illicito no commercio
- 20-10 Decreto e regulamento (DL 240 de 24 de outubro) creando no recolhimento do Calvario a escola normal primaria do sexo feminino, e fixando os vencimentos de suas empregadas
- 21-10 Decreto (DL 244 de 29 de dezembro) dando uniformes aos vogaes do conselho geral de instrucção publica
- 22-10 Annuncio (DL 238 de 22 de outubro) creando no lyceu nacional de Lisboa uma cadeira de principios de physica chimica e introducção á historia natural
- 3-11 Annuncio (DL 248 de 3 de dezembro) fazendo constar que se creára em Espozende, districto de Braga, uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino
- 19-11 Resolução n.º 127 (DL 266 de 24 de dezembro) estabelecendo que os lápis com madeira para escrever em ardosia devem pagar nas alfandegas 50 réis em kilogramma
- 8-12 Carta regia (DL 282 de 14 de dezembro) fazendo constar que El-Rei se declarava protector da universidade de Coimbra
- 28-12 Annuncio (DL 293 de 28 de dezembro) fazendo saber que passou para a freguezia de Bobadella, concelho de Boticas, districto de Villa Real a cadeira de ensino primario da freguezia de Sapiãos
- 31-12 Decreto e regulamento (DL 2 de 4 de janeiro de 1864) estabelecendo o serviço da bibliotheca nacional de Lisboa

1864

- 8-1 Portaria (DL 9 de 13) instrucções e programma regulando o provimento dos logares de mestras da escola normal primaria do sexo feminino em Lisboa
- 18-1 Annuncio fazendo constar que por decreto de 13 d'este mez se creára uma cadeira de ensino primario no logar de Athadoa, freguezia de Condeixa a Velha, concelho de Condeixa, districto de Coimbra
- 21-1 Portaria (DL 18 de 23 de janeiro) dispondo que os alumnos pharmaceuticos tivessem pelo menos a idade de doze annos para começarem a pratica em officinas particulares
- 25-1 Portaria e programma (DL 22 de 29 de janeiro) approvando o programma para os exames dos oppositores á cadeira de gravura histórica na academia de bellas artes de Lisboa
- 26-1 Annuncio (DL 19) fazendo saber que se creava uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa de Alemquer, districto de Lisboa
- 5-2 Portaria dizendo que o documento legal de ser bacharel em qualquer faculdade das sciencias physicas da universidade de Coimbra será suficiente para concorrer ao provimento de qualquer cadeira de mathematica e introducção á historia natural nos lyceus
- 10-2 Annuncio fazendo saber que se creavam cadeiras de instrucção primaria, uma na freguezia de Campanhã, primeiro bairro do concelho do Porto, outra na freguezia de S. Martinho de Lordello do Oiro, terceiro bairro do mesmo concelho, e outra na freguezia de Noira, concelho de Murça, districto de Villa Real
- 12-2 Decreto e regulamento (DL 34 de 15 de fevereiro) consignando as regras do serviço do observatorio astronomico de marinha
- 13-2 Portaria mandando abonar gratificações aos professores de latim nos lyceus de segunda classe, quando fizerem o serviço extraordinario de regerem tambem o curso de portuguez do primeiro anno
- 15-2 Portaria estabelecendo uma gratificação de 1\$500 réis por cada dia de serviço extraordinario aos professores do lyceu de Santarem quando viessem a exames no lyceu de Lisboa

- 9-3 Annuncio fazendo constar que por decreto de 29 de fevereiro se crearam sete cadeiras de instrução primaria para o sexo masculino nas freguezias de S. Bartholomeu dos Regatos, concelho e districto de Angra, de Girabolhos, concelho de Ceia, districto da Guarda, de Touraes, do mesmo concelho e districto de Sobral, Pichorro, concelho de Fornos de Algodres, districto da Guarda, Bouçoães e Villartão, concelho de Valle Passos, districto de Villa Real, de Celleiros de S. Pedro de Friões, concelho de Valle Passos, districto de Villa Real (...)
- 17-3 Portaria) declarando que os professores jubilados dos lyceus só possam tomar parte nas deliberações d'elles quando se tratar de serviços extraordinarios a que sejam chamados em virtude de lei
- 19-3 Portaria instruções e programma regulando o modo dos exames de admissão nos lyceus nacionais
- 23-3 Annuncio (DL 76 e 80) creando tres cadeiras de instrução primaria para o sexo masculino nas freguezias de S. Braz de Caravellas, concelho de Mirandella, districto de Bragança; de S. Julião do Freixo, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello e de Ferreirós, concelho de Tondella, districto de Vizeu e uma para o sexo feminino na villa de Extremoz, districto de Evora
- 28-3 Portaria ordenando que se contasse desde 13 do precedente fevereiro a gratificação que em certo caso se mandou dar aos professores de latim nos lyceus de segunda classe
- 30-3 Portaria ampliando e facilitando as habilitações para os concursos ás cadeiras de mathematica elementar e historia natural dos tres reinos
- 25-4 Annuncio fazendo saber que, por decreto de 12, foram creadas vinte e tres cadeiras de instrução primaria, sendo dezoito para o sexo masculino a saber na freguezia de Fontinhas, concelho da Villa da Praia da Victoria; na de Santo Aleixo, concelho de Mourana de Santa Joanna, concelho de Villa Nova de Famalicão; na de Troviscal concelho da Certã; na de Odeleite, concelho de Castro Marim; na de Pereiro, concelho de Pinhel; na de Serejo, dito concelho; na de S. Braz do logar de Samouco, concelho de Alcochete; na do Almargem do Bispo, concelho de Cintra (...)
- 25-4 Portaria negando dispensa de acto a alguns estudantes da universidade de Coimbra que a requereram, e dizendo-lhes que por ser dispensa da lei não cabia nas attribuições do executivo
- 27-4 Portaria (DL 94 de 28 de abril) exigindo de todos os governadores das provincias Ultramarinas até novembro seguinte informações circumstanciadas sobre diversos pontos de administração, religião, instrução, justiça, commercio, industria e obras publicas
- 3-5 Portaria dispensando e prorogando por justo, motivo para o anno seguinte o exame de desenho aos estudantes da escola polytechnica de Lisboa e academia polytechnica do Porto com destino aos cursos medicos das duas cidades
- 13-5 Decreto amnistiando os estudantes da universidade de Coimbra por varias faltas e delictos academicos commettidos em abril precedente
- 1-6 Portaria resolvendo que os alumnos de escolas particulares sejam n'este anno admittidos a exame nos lyceus sem certos attestados mas que se procedesse em fórma contra os directores de collegios e escolas, ou professores não habilitados legalmente
- 3-6 Decreto regulando os exames de habilitações em desenho para a instrução secundaria nos annos de 1864 a 1867
- 7-6 Annuncio fazendo saber que por decreto de 20 de maio de 1864 se crearam oito cadeiras de instrução primaria para o sexo masculino nas freguezias do Rosario, concelho de Vellas; de Palhães, concelho da Certã; da Amendoa, concelho da Villa de Rei; da Lageosa, concelho de Celorico da Beira; da Senhora da Purificação-da Sapataria, concelho da Arruda; de S. João das Lampas, concelho de Cintra de Fornos do Pinhal, concelho de Valle Passos e de villa Chã de Cangueiros, concelho de Moudim
- 22-6 Portaria (DL 139 de 25 de junho) dizendo como podiam ser admittidos a exame os pharmaceuticos de segunda classe
- 25-6 Lei (DL 134 de 14 de julho) concedendo á camara municipal de Evora os restos do palacio de El-Rei o Senhor D. Manuel, assim como o edificio e cêrca do extincto convento de S. Francisco da mesma cidade, para ali se construir o tribunal judicial, uma aula de instrução primaria, e tudo o mais que possa ser preciso para o serviço municipal
- 28-6 Lei abonando annualmente 120\$000 réis fortes ao professor de instrução primaria em Dilly de Timor, e auctorizando a criação de mais cadeiras na mesma provincia, até quatro com o vencimento annual de 102\$400 réis a cada professor
- 28-6 Lei auctorizando a despeza de 12:589\$3240 réis com a collocação da escola normal primaria de Lisboa na quinta de Marvilla
- 28-6 Lei creando com o ordenado annual de 300\$000 réis um logar de preparador e conservador do museu da anatomia na escola medico-cirurgica de Lisboa, e outro na do Porto
- 28-6 Lei equiparando nas respectivas classes os ordenados dos lentes proprietario e substituto da 10.ª cadeira da escola polytechnica aos dos mais lentes d'essa escola
- 28-6 Lei creando com o ordenado annual de 300\$000 réis a cada um dos logares de preparadores na universidade de Coimbra, um para o museu de anatomia physiologia, outro para o de anatomia pathologia, outro de microscopia, e outro de chimica medica e supprimindo os logares de guarda do theatro anatomico e de ajudante preparador
- 28-6 Lei aposentando com o ordenado por inteiro o guarda mór da universidade de Coimbra
- 1-7 Portaria obstando a que os alumnos de um lyceu, quando reprovados em alguma disciplina podessem validamente fazer um outro novo exame da mesma disciplina
- 16-7 Portaria louvando o governador civil e varias camaras municipaes do districto de Beja pelas sommas que mandaram distribuir para arranjos das suas escolas
- 28-7 Decreto (DL 168 de 30 de julho), abrindo um credito suplementar de 1:200\$000 réis para à inspecção extraordinaria das escolas primarias publicas e particulares,
- 3-8 Portaria mandando escolher para concurso tres alumnos habilitados que fossem estudar em França o curso de engenharia civil na escola imperial de pontes e calçadas, e estudar tambem as obras em construcção em paizes estrangeiros

- 11-8 Decreto approvando a cedencia que faz ao estado a irmandade da ordem terceira da penitencia de Villa do Torrão, e sómente emquanto conservar este destino, de duas casas contíguas ao convento de S. Francisco da mesma villa, para ali se estabelecer a escola primaria
- 20-8 Portaria nomeando outra commissão para projectar a reorganisação do ensino agricola
- 20-8 Portaria nomeando uma commissão para formular um projecto de reorganisação do ensino industrial
- 22-8 Annuncio (DL 186) fazendo saber que por decreto de 16 se crearam tres cadeiras de instrucção primaria, sendo duas para o sexo masculino no concelho de Villa de Rei, freguezia do Peso no logar de Almagreira, concelho da villa do Porto, freguezia de S. Pedro de Espinho, Concelho de Mangualde e uma para o sexo feminino em Villa Nova da Barquinha, districto de Santarem
- 8-9 Annuncio (DL 201) fazendo constar que por decreto de 6 d'este mez se crearam cinco cadeiras de instrucção primaria, sendo quatro para o sexo feminino, a saber: em Condeixa, Gavião, Niza, e Ponte do Sor e uma para o sexo masculino na freguezia da Bemposta, concelho de Penamacor
- 12-9 Portaria louvando varias juntas de parochia do districto de Beja pelas quantias que deram para a instrucção primaria
- 12-9 Annuncio (DL 204) fazendo saber que por decreto de 8 d'este mez se creára uma escola, de meninas na Villa de Ferreira, districto de Beja
- 21-9 Portaria consignando que as juntas de parochia podiam cessar com as despesas da instrucção primaria, a que a lei as não obrigava. Supplemento
- 26-9 Portaria ordenando que fizessem provisoriamente na escola polytechnica os exames de habilitações, a que são obrigados os militares que têm de matricular-se na escola do exercito
- 26-9 Portaria permitindo que para os alumnos do exercito e armada houvesse nos lyceus de Lisboa, Porto e Coimbra exames nos primeiros cinco dias uteis do mez de outubro d'este anno, matriculando-se os examinados até ao dia 8
- 5-10 Portaria resolvendo que nos lyceus de segunda classe houvesse no segundo e terceiro anno quatro lições de portuguez por semana, sendo duas para cada um dos annos, e que tambem houvesse duas lições semanaes de desenho linear em cada um dos tres anos
- 7-10 Portaria (DL 229 de 11) nomeando dois candidatos mais qualificados para cursarem em Franca a escola imperial de minas, com obrigação de servirem o estado cinco annos como engenheiros civis
- 10-10 Decreto (DL 229 de 11 de outubro) mandando aos governadores do Ultramar que façam inspecionar ali a instrucção publica e instituir pequenos premios aos alumnos
- 17-10 Annuncio fazendo constar que por decreto de 4 d'este mez se crearam quatro cadeiras de instrucção
- 17-10 Decreto exigindo do reitor da universidade e directores da escola polytechnica de Lisboa, academia polytechnica do Porto e escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto programmas do ensino approvados pelos respectivos conselhos
- 24-10 Annuncio publicando que por decreto de 19 se crearam duas cadeiras de ensino primario para o sexo masculino uma na freguezia de S. Thiago da Figueira, concelho de Amarante e outra na freguezia de Padornello, concelho de Coura
- 29-10 Annuncio transferindo para o Carregado a cadeira de instrucção primaria de Cadafes, concelho de Alemquer
- 3-11 Ordem do Exército n.º 59 em que é aumentado o ensino em várias matérias
- 8-11 Decreto convertendo em cadeira de ensino simultaneo a de ensino mutuo estabelecida na cidade da Horta, e creando ali mais outra cadeira de ensino simultâneo
- 21-11 Annuncio (DL 263) fazendo saber que se creára uma cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino na villa da Vidigueira, districto de Beja, e seis para o sexo masculino uma na freguezia de Janeiro de Cima, concelho do Fundão, outra na freguezia da Cordeira, concelho de Arganil, outra na freguezia de Rochoro, concelho da Guarda, outra na freguezia de Verdoejo, concelho de Valença, outra na povoação de Lamas, freguezia de Moledo, concelho de Castro Daire e emfim outra na freguezia de Lobão, concelho de Tondella
- 3-12 Portaria approvando alguns livros para instrucção primaria
- 17-12 Portaria approvando uma lista de livros para se lerem nas aulas de ensino secundario. Supplemento
- 20-12 Decreto regulando o ensino industrial em Lisboa, Porto, Guimarães, Covilhã e Portalegre (DG 1 de 1865)
- 22-12 Portaria dizendo que os exames feitos no lyceu de Santarem fossem levados em conta para a habilitação aos cursos de instrucção superior
- 29-12 Decreto regulando o ensino profissional da agricultura, silvicultura e veterinária (Verificou-se a junção do Instituto Agrícola de Lisboa com a Escola de Veterinária Militar (ao Salitre), que fora fundada pelo Governo do Rei D. Miguel em 1830 (29-Março), criando-se, deste modo, o Instituto Geral de Agricultura. São criadas As "Missões" ou "Conferencias", destinadas a divulgar os progressos agricolas
- 30-12 Portaria approvando para compendio nas escolas publicas de ensino primario, e com exclusão de todas as grammaticas elementares, a grammatica nacional de Caldas Aulete

1865

- 16-1 Portaria auctorisando a empreza do theatro de S. Carlos a estabelecer uma aula de instrucção primaria gratuita no mesmo teatro
- 14-2 Portaria (DL 37 de 15 de fevereiro) remettendo ao reitor da universidade uma pouca de semente de cinchona pahudiana para ser ensaiada a cultura d'ella no jardim botânico
- 26-2 Portaria (DL 51 de 4 de março) declarando que os exames feitos no lyceu do Funchal devem ter-se como feitos em lyceu de 1ª classe
- 10-3 Annuncio publicando a creação de varias cadeiras de instrucção primaria, em diferentes districtos, e que o provimento ficava dependente de se realisarem os subsidios offerencidos pelas camaras

- 13-3 Portaria louvando a camara de Leiria pelo arranjo de casas para aulas de instrucção primaria, etc. e o professor de latim pelo bom desempenho dos seus deveres
- 17-3 Annuncio (DL 63) publicando que se achava creada uma cadeira de instrucção primaria em Armamar para o sexo feminino, a qual não será provida sem se realisarem os subsidios offercidos
- 22-3 Portaria determinando o numero de exemplares das obras dos socios da academia real das sciencias, ou das mandadas imprimir por conta d'ella, que hão de dar-se aos auctores d'ellas e a cada um dos socios da academia
- 22-3 Portaria annullando a distribuição dos premios na faculdade de mathematica no anno lectivo de 1863-1864, e estabelecendo as regras para este acto
- 23-3 Portaria approvando para uso das escolas e taxando os livros. Novo epitome da historia de Portugal, e Compendio de historia de Portugal
- 26-3 Annuncio sobre a creação de diversas cadeiras de instrucção primaria para serem providas logo que se realisem os subsidios offercidos para ellas
- 6-4 Decreto sobre consulta do conselho de estado, declarando que os professores públicos não são isentos das contribuições municipais directas na proporção dos seus rendimentos
- 8-4 Portaria regulando o modo por que devem fazer-se os exames de instrucção primaria para a admissão nos lyceus
- 10-4 Portaria (DL 85 de 17 de abril) mandando distribuir pelos asylos da Ajuda, S. João e Santo António 120\$000 réis de do nativo offercido por um portuguez residente na Bahia
- 11-4 Portaria louvando a comissão promotora da instrucção popular de Angra do Heroismo, pela compra de mobilia e utensilios para a escola da freguezia de S. Pedro de Angra
- 19-4 Portaria louvando a camara municipal e o administrador do concelho de Tábua, este por haver solicitado e aquella por ter concedido um subsidio de 100\$000 réis annuaes para mobilia das escolas
- 20-4 Portaria declarando que a admissão a exame de instrucção primaria não depende da idade do alumno, e que a certidão d'ella só póde ser exigida para comprovar a identidade de pessoa
- 27-4 Annuncio (DL 95) fazendo publico que na villa de Mortagua fôra creada uma escola de meninas que não seria provida sem se realisarem os subsidios de casa e mobilia offercidos
- 8-5 Annuncio sobre cadeiras de instrucção primaria creadas nos districtos de Aveiro, Castello Branco e Vizeu, e sobre a condição de que dependia o seu provimento
- 10-5 Portaria determinando desde quando se conta o praso de oito dias dentro do qual podem recorrer para o governo os candidatos ás cadeiras dos lyceus excluídos dos concursos pelos commissarios dos estudos
- 17-5 Portaria declaclarando que o pagamento das matrículas nos lyceus effectuado pelo alumno externo lhe aproveite para a disciplina que frequentar como voluntário se esta pertencer ao mesmo curso e epocha de exames
- 22-5 Annuncio tornando publico que fôra creada uma cadeira de instrucção primaria em Touxeinil
- 29-5 Annuncio de cadeiras de instrucção primaria creadas nos districtos de Bragança, Evora, Horta e Porto
- 8-6 Decreto approvando o regulamento para os actos de philosophia da universidade
- 12-6 Portaria mandando louvar Manuel Joaquim da Silva Capello pelo offercimento de livros, pautas, lousas, etc., para a escola da villa d'Alva
- 17-6 Portaria declarando que o pagamento de matricula effectuado pelos alumnos como externos, lhes aproveita para a disciplina que frequentarem como voluntários, pertencendo ao mesmo anno do curso
- 3-7 Portaria determinando que nenhum alumno seja admittido no collegio das missões Ultramarinas sem fiador que se obrigue a responder pela despeza que o alumno fizer no collegio, na rasão de 144\$000 réis em cada anno, se elle não tomar ordens sacras, ou ordenado não for servir no Ultramar
- 5-7 Decreto creando no lyceu de Goa mais um logar de substituto para as cadeiras de latim, philosophia, rhetorica e historia
- 11-7 Portaria louvando o conselho director da associação protectora do asylo de D. Pedro V no Campo Grande, por ter dado casa, mobilia, preparos e gratificação ao professor e premios para os alumnos da escola da freguesia
- 15-7 Ordem da armada n.º 36 (DL 186 de 12 de agosto) determinando que os militares das provincias Ultramarinas que estão no reino estudando apresentem no começo ao anno lectivo certidão de matricula em todas as aulas que constituem o anno de estudo, e no fim do anno lectivo certidão de approvação
- 17-7 Portaria determinando que os alumnos da escola polytechnica e do exercito só recolham aos corpos quando lhes for applicada a exclusão temporaria, que durante as ferias os da escola polytechnica fiquem ás ordens do commandante da escola do exercito, assim como se perderem o anno, etc
- 19-7 Portaria (DL 186 de 21 de agosto) determinando que os maritimos matriculados como praticantes de pilotagem em um navio de commercio, sejam isentos do recrutamento
- 21-7 Annuncio sobre creação de cadeiras de instrucção primaria em Angra
- 21-7 Decreto (DL 156 de 15 de setembro) creando em Macau um corpo de interpretes de lingua sinica e designando os respectivos vencimentos
- 11-8 Annuncio sobre cadeiras de instrucção primaria, creadas nos districtos de Coimbra, Funchal, Horta, Leiria, Santarem e Vianna
- 18-8 Annuncio sobre a creação de uma cadeira de instrucção primaria em Assafarge, concelho de Coimbra
- 22-8 Decreto estabelecendo o regulamento para o concurso dos logares do magisterio superior dependentes do ministerio do reino
- 24-8 Portaria regulando provisoriamente a concessão do subsidio aos alumnos que frequentarem os cursos de veterinaria e de agronomia no instituto geral de agricultura
- 5-9 Portaria regulando os exames de admissão, preparatorios da escola do exercito, perante os lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto, para os alumnos militares que se destinam aos differentes cursos d'aquella escola

- 11-9 Portaria (DL 210 de 18 de setembro) regulando a epocha em que as praças dos corpos devem pedir licença para seguir estudos superiores, o modo de o fazerem e as condições em que se devem achar
- 13-9 Officio (DL 208 de 15 de setembro) pedindo ao presidente da associação promotora da industria fabril que indique os mestres de fabricas e operarios que devem ser mandados estudar á exposiçãõ do Porto
- 20-9 Decreto approving a creaçãõ de uma cadeira, de instrucçãõ primaria na freguezia de Sant'Anna da provincia de S. Thomé e Príncipe
- 26-9 Edital estabelecendo providencias disciplinares contra os estudantes que não frequentam as aulas ou não mostram aproveitamento, e contra os que são discolos e turbulentos
- 30-9 Portaria determinando que os professores de instrucçãõ superior e secundaria remetam no principio de cada mez ao seu chefe litterario um summario das materias lidas no mez antecedente
- 5-10 Portaria applicando aos aspirantes de marinha as disposições da portaria de 5 de setembro relativa aos exames dos alumnos militares
- 5-10 Portaria determinando que os aspirantes de marinha que quizerem aproveitar-se do beneficia da portaria antecedente requeiram nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto até ao dia 11
- 11-10 Decreto approving o regulamento para a escola medico-cirurgica de Nova Goa
- 19-10 Decreto dispensando os alumnos da escola do exercito, que n'este anno terminarem o curso, do exame de inglez que farãõ antes da promoçãõ a tenentes, e determinando que a somma dos valores obtida pelos alumnos nas diversas provas da escola sejam designadas nas cartas, etc
- 27-10 Annuncio fazendo constar a creaçãõ de cadeiras de instrucçãõ primaria
- 12-11 Annuncio da creaçãõ de cadeiras de instrucçãõ primaria nos districtos da Guarda, Porto e Villa Real
- 22-11 Portaria (DL 281 de 12 de dezembro) dispensando dois annos de serviço aos actuaes substitutos extraordinarios da faculdade de medicina, para poderem ser promovidos a ordinarios
- 28-11 Decreto determinando que a cadeira de instrucçãõ primaria da freguezia de Santa Catharina do bairro de Alcantara, seja provisoriamente collocada na freguezia do Soccorro
- 14-12 Portaria resolvendo que se não abone gratificaçãõ ao professor de instrucçãõ secundaria que não tendo serviço na propria cadeira, for encarregado da regencia de uma outra
- 18-12 Portaria agregando a “aula de Physica, Chimica e Historia Natural” que se leccionava na Escola Matemática e Militar de Goa à Escola Médica do mesmo estado

1866

- 2-1 Portaria mandando abrir novo concurso para o provimento do logar de porteiro da academia de bellas artes, e declarando que a certidãõ de ler e de escrever ha de ser de exame feito perante algum dos lyceus do reino
- 7-2 Decreto resolvendo as dificuldades que apresentava a execuçãõ do regulamento dos concursos para os logares do magisterio publico superior
- 7-2 Decreto regulando o processo das suspeições oppostas concursos para o magisterio
- 7-3 Decreto determinando que o exame de grammatica e de lingua allemã seja preparatório indispensavel para o exame do licenciado na faculdade de theologia
- 3-4 Portaria determinando que nos concursos para os logares do magisterio no ensino superior, a dissertaçãõ seja apresentada quinze dias antes do primeiro que for designado para as provas publicas
- 12-4 Portaria determinando que os alumnos de pharmacia somente sejam obrigados a responder nos exames de inglez pela traducçãõ de auctores em prosa
- 13-4 Portaria approving o regulamento para os exames de pilotagem na escola naval
- 19-4 Portaria interpretando o regulamento de 22 de agosto de 1865 sobre concursos para os logares do magisterio de instrucçãõ superior
- 19-4 Portaria elevando a noventa o numero das proposições que hãõ de apresentar os estudantes que pretenderem fazer acto grande nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e do Porto
- 11-5 Portaria determinando a epocha em que os alumnos estranhos aos lyceus devem requerer a admissãõ a exame
- 17-5 (DL 110) Começo da publicaçãõ dos dados referentes aos inquéritos à Instrucçãõ Pública – Aveiro
- 25-5 (DL 117) Continuaçãõ da publicaçãõ dos dados referentes aos inquéritos à Instrucçãõ Pública. A publicaçãõ desses dados vai continuar, por ordem alfabética, até ao DL 209
- 9-6 Decreto (DL 133) mandando syndicar dos professores do lyceu de Braga por um commissario regio
- 14-6 Portaria censurando a faculdade de medicina por ter posto ponto antes de tempo, e ordenando que o reitor da universidade não publique resoluções das faculdades sem prévio assentimento do governo
- 15-6 Decreto provendo sobre o modo porque deviam fazer-se os exames no lyceu do Coimbra, e chamando lentes da universidade para intervir n'elles
- 15-6 Portaria declarando que aos substitutos extraordinarios nomeados antes da publicaçãõ do regulamento de 22 de agosto de 1865 não é applicavel o mesmo regulamento
- 20-6 Lei permittindo o uso da medicina aos alumnos das escolas medico-cirurgicas do Lisboa e do Porto e determinando que os logares que demandem mais conhecimentos medicos, sejam providos em facultativos da universidade, e os que demandem mais conhecimentos cirúrgicos nos facultativos das escolas
- 27-6 Lei dando differentes providencias para a construcçãõ de casas para escolas primarias e declarando-se de utilidade publica as expropriações necessarias
- 30-6 Lei concedendo ao dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte habilitar-se perante a faculdade de medicina da universidade com dispensa dos exames das materias em que já ali houvesse sido approvedo

- 2-7 Portaria dando instruções aos alumnos pensionistas de bellas artes nos paizes estrangeiros
- 20-7 Portaria dando instruções sobre a fundação de escolas de adultos, criação de novas cadeiras de francez e de inglez, construcções de casas para escolas primarias, concessão de subsidios do estado, etc
- 20-7 Decreto circular regulamentando o legado Conde Ferreira
- 23-7 Circular contendo as 47 condições para construção das novas escolas. Provimento ao legado Conde Ferreira
- 26-7 Decreto estabelecendo o formulario das cartas que hão de ser passadas pelas escolas medico-cirurgicas de Lisboa o do Porto
- 27-7 Portaria mandando que nos exames do collegio militar, haja provas oraes e provas escriptas, e regulando a fórma d'estas
- 3-9 Decreto eregendo na Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde, o Seminário Eclesiástico da Diocese (foi Seminário e Liceu)
- 13-9 Portaria declarando que aos alumnos aprovados em todas as disciplinas do curso dos lyceus de segunda ordem deve passar-se diploma
- 18-9 Portaria declarando que o escrivão da administração impedido deve ser substituido pelo da camara, que não póde ser nomeado para aquelle cargo o professor de ensino primario, e reprehendendo o administrador do concelho de Penedono por irregularidades n'este ponto
- 21-9 Portaria regulando a fórma por que devem ser passadas as cartas de bacharel em philosophia aos estudantes aprovados simpliciter em alguma das cadeiras do anno
- 5-10 Portaria (DL 238) auctorisando o dr. Abel Jordão a dar lições de clinica livres, no hospital de S. José
- 9-10 Decreto regulando o ensino professado na escola do commercio em Lisboa
- 12-10 Portaria dando instruções para a inspecção extraordinaria mandada fazer ás escolas de instrucção primaria
- 20-10 Portaria mandando adoptar nas escolas do estado a terceira edição da grammatica de Caldas Aulete
- 24-10 Portaria regulando o modo por que as aspirantes a parteiras hão de comprovar na occasião da primeira matricula do respectivo curso, que sabem ler e escrever
- 2-12 Suprimido o Curso de engenheiro agricola, criado pelo decreto de 28 de Dezembro de 1864
- 3-12 Decreto mandando applicar aos alumnos da escola do exercito no anno lectivo de 1865-1866 as disposições do decreto de 19 de outubro do 1865
- 6-12 Decreto regulamento do collegio de S. Caetano de Braga
- 16-12 Portaria estabelecendo as condições com que poderia fazer um curso livre de clinica o doutor Abel Jordão
- 22-12 O Instituto Geral de Agricultura passa a denominar-se Instituto de Agronomia e Veterinária

1867

- 5-1 Portaria determinando a epocha e a forma por que os alumnos da escola dramatica devem dar provas publicas no theatro de D. Maria II
- 4-4 Lei concedendo á camara municipal de Arronches o edificio dos quartéis cavallaria do rei, para serviço do concelho e escola de instrucção primaria
- 10-4 Decreto (DL 98) approvando os estatutos da companhia lithographica «Progresso»
- 1-5 Portaria auctorisando exames nas aulas de Lamego, e mandando-os considerar como feitos em lyceu de 2.^a classe
- 2-5 Decreto desattendendo um recurso da camara de Terras do Bouro contra um accordão do conselho de districto de Braga, que mandára satisfazer as gratificações devidas a um professor do ensino primario
- 16-5 Lei prorogando até 1870 o praso para a execução completa do novo systema de pesos e medidas
- 10-6 Decreto regulando o modo por que hão de ser organisadas as mesas de exames no lyceu de Coimbra
- 17-6 Decreto (DL 148) approvando o regulamento provisorio para os exames especiaes de habilitação para as diversas carreiras do serviço militar e engenharia civil
- 1-7 Lei auctorisando o governo a considerar como habilitado com o curso de engenharia militar o visconde de Seisal (Pedro)
- 2-7 Lei determinando que nos concursos para os logares de lentes dos institutos se sigam as regras estabelecidas para os concursos das outras escolas superiores do reino
- 24-7 Decreto (DL 182) auctorisando a camara de Setubal para vender 750\$000 réis em certificados da junta do credito publico, para ser applicado o producto á construcção de uma escola
- 29-7 Decreto concedendo á camara municipal de Coimbra o collegio de S. Boaventura, para uma escola de instrucção primaria
- 22-8 Decreto designando a epocha em que se tornam obrigatorias as medidas de volume e de capacidade do systema metrico-decimal
- 3-9 Decreto designando as disciplinas de que deve constar o curso do real collegio militar
- 18-9 Decreto estabelecendo duas epochas para os exames das disciplinas dos lyceus, e regulando a admissão aos exames em uma e em outra
- 18-10 Portaria declarando que os alumnos das escolas medico-cirúrgicas de Lisboa e do Porto podem passar de uma para outra, antes da abertura das aulas, sem pagarem nova propina de matricula
- 23-10 Decreto reorganizando a escola mathematica e militar de Goa
- 23-10 Decreto determinando que a cadeira de physica, chimica e historia natural seja desannexada da escola militar de Goa, e incorporada na escola medico-cirurgica
- 28-11 Decreto approvando o regulamento para os cursos nocturnos
- 12-12 Decreto approvando o regulamento para os concursos aos logares do magisterio na escola naval
- 13-12 Decreto designando as novas medidas de capacidade para líquidos e seccos, a sua fórma, taxas de afilamento, etc

- 16-12 Decreto criando trinta e uma cadeiras de linguas franceza ou ingleza, principios de administração publica, de economia politica, de economia rural on industrial, em substituição de outras tantas de latim supprimidas
- 16-12 Portaria approvando o programma para o provimento d'aquellas cadeiras
- 17-12 Decreto regulando o artigo 2.º do decreto de 22 de agosto, que designou as medidas de superficie do systema decimal
- 18-12 Portaria mandando estabelecer cursos triennaes para os alumnos das secções de pintura de paisagem, de gravura historica e de abertura de cunhos da academia de bellas artes, para a adjudicação de premios aos mais distinctos

1868

- 4-2 Decreto alterando o curso dos lyceus quanto ao ensino da arithmetica, da geometria plana e das noções elementares de algebra
- 13-2 Decreto dispensando os professores de ensino superior e secundário que se acharem em exercicio, das funções de jurado
- 20-2 Portaria declarando que a licença para tomar ordens sacras não depende da habilitação nas disciplinas mathematicas que se ensinam no quarto anno do curso dos lyceus
- 20-2 Decreto declarando que para a matricula no curso dos seminarios não é precisa a approvação nas disciplinas mathematicas que se ensinam no quarto anno do curso dos lyceus
- 28-5 Portaria declarando que estão sujeitos ao pagamento de direitos de mercê os lentes das escolas polytechnica de Lisboa e do Porto
- 28-5 Portaria dispensando as educandas da misericordia de Lisboa de apresentarem attestados de moralidade das auctoridades, quando pretenderem habilitar-se para o magisterio particular
- 14-7 Portaria regulando a duração e horas das lições e dias de feriado e ferias nas escolas de instrucção primaria
- 14-7 Decreto expropriação no concelho de Alijó de um terreno necessário para a construcção de uma escola de instrucção primaria
- 28-7 Decreto annullando o de 18 de setembro do anno passado, que permittia exames nos lyceus de Lisboa, Porto e Coimbra no mez de outubro
- 24-8 Portaria (DL 190) regulamento para os concursos e disciplina dos cursos de veterinaria e de agricultura
- 14-9 Portaria ordenando que nas inspecções de pesos o medidas se façam, quando requeridas pelos interessados, os cálculos precisos para se determinar quantos litros rasados correspondem ás medidas de cogulo o de meio cogulo
- 14-10 Decreto (DL 236) extinguindo o conselho geral de instrucção publica, e creando uma conferencia escolar, composta do delegados das corporações litterarias e scientificas
- 14-10 Decreto (DL 237) aceitando a doação de um edificio destinado para o seminario da diocese de Cochim
- 26-12 Decreto (DL 1 de 1869) reorganizando a escola naval e o serviço da companhia de guardas marinhas
- 28-12 Portaria determinando que aos individuos que tenham feito, como externos, todos os exames do curso geral dos lyceus, e que n'elles tenham sido aprovados, se passe carta
- 29-12 Decreto negando provimento no recurso de Narciso José de Albuquerque sobre a recusa da camara de Foscõa de conceder-lhe uma casa para escola de instrucção primaria
- 29-12 Decreto negando provimento no recurso interposto pela camara de Ceia de um accordão do conselho de districto da Guarda que mandára applicar uma casa do concelho para escola de instrucção primaria
- 30-12 Decreto (DG 20 de 1869) creando um curso de administração militar
- 30-12 Decreto (DG 2 de 1869) extinguindo um dos logares de ajudante do observatorio da marinha, e ordenando que os exercicios de astronomia no observatorio façam parte integrante dos cursos da escola polytechnica
- 31-12 Decreto (DG 11 de 1869) reforma da instrucção publica

1869

- 11-1 Portaria declarando ao governador civil de Lisboa que sómente lhe compete a approvação dos estatutos das associações de instrucção, recreio, piedade e beneficencia, da dependencia do ministerio do reino
- 19-1 Decreto (DG 26) designando os uniformes dos individuos que pertenceram á engenharia civil, e aos quaes foram Concedidas graduações militares
- 27-1 Resolução declarando que os cadernos que servem para os alumnos das escolas de instrucção primaria aprenderem a escrever são sujeitos ao direito de 100 réis por kilogramma
- 4-3 Ordem do exercito estabelecendo o uniforme para os alumnos da escola polytechnica e do exercito
- 6-3 Portaria (DG 56) determinando que os alumnos do conservatorio da arte dramatica possam ser admittidos a provas publicas em qualquer theatro da capital
- 17-3 Decreto (DG 63) creando uma cadeira de lingua ingleza em Sal sete
- 17-3 Decreto (DG 63) augmentando com mais dois alumnos o corpo de interpretes sinicos, com o vencimento de 200\$000 réis cada um
- 17-3 Portaria (DG 66) determinando como deve ser composto o conselho da escola de musica do conservatorio real de Lisboa, emquanto não são preenchidas todas as cadeiras vagas
- 17-3 Decreto (DG 67) designando o uniforme dos officiaes em serviço no collegio militar
- 8-4 Decreto reorganizando a escola naval e reduzindo o corpo docente d'este estabelecimento
- 8-4 Decreto (DG 80) estabelecido o ensino elementar de agricultura na Quinta Regional de Sintra

- 19-4 Decreto (DG 91) creando um quadro de praticantes de pharmacia no estado da India
- 21-4 Decreto (DG 91) prorogando até 1 de janeiro de 1870 o praso para o uso obrigatorio das novas medidas de volume e de capacidade menos em Lisboa e Porto
- 24-4 Decreto approvando o plano organico do collegio militar
- 10-6 Decreto (DG 132) regulamento do curso de engenheiros machinistas na escola naval
- 14-6 Decreto (DG 137) distribuindo pelos lentes proprietarios e substitutos da universidade alguns serviços que competiam aos substitutos extraordinarios suprimidos
- 15-6 Portaria designando as classes das quaes podem ser tirados os professores auxiliares da escola naval
- 22-6 Portaria mandando adoptar na marinha de guerra o planispherio azimuthal de Brito Capeilo
- 8-7 Portaria declarando ao vigário geral de Aveiro que nos cursos dos seminarios não podiam admitlir-se alumnos voluntários, nem prescindir-se de exigir aos matriculandos certidão de approvação no curso dos lyceus
- 14-7 Portaria determinando que aos alumnos da escola naval que se distinguirem, sejam conferidos premios honoríficos
- 16-7 Portaria declarando ao governador do bispado de Bragança que nos cursos dos seminarios não podem matricular-se alumnos que não juntem certidão de approvação no curso dos lyceus
- 12-8 Lei (DG 189) approvando o decreto de 17 de março ultimo, que creou uma cadeira de lingua ingleza em Salsete
- 28-8 Lei ampliando as leis de desamortisação applicando esta aos passaes, baldios e bens dos estabelecimentos de instrucção publica
- 2-9 Lei suspendendo o decreto de 31 de dezembro de 1868 que reformou a instrucção publica, e mandando pôr em vigor a legislação anterior
- 4-9 Portaria declarando que os concursos para o provimento dos partidos das camaras não podem ser abertos só para os facultativos das escolas de Lisboa e Porto
- 8-9 Portaria declarando ao vigário geral de Aveiro que nos, cursos dos seminarios não podiam admitlir-se alumnos voluntários, nem prescindir-se de exigir aos matriculandos certidão de approvação no curso dos lyceus
- 11-9 Decreto permitindo que no mez de outubro do corrente anno Se façam exames de instrucção secundaria nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto
- 16-9 Portaria declarando ao governador do bispado de Bragança que nos cursos dos seminarios não podem matricular-se alumnos que não juntem certidão de approvação no curso dos lyceus
- 22-9 Portaria approvando o regulamento para as matriculas, frequencia e actos, nos cursos da faculdade de philosophia
- 29-9 Portaria declarando que na escola do Funchal não são admissíveis matriculas aos alumnos que não mostrarem approvação no curso do lyceu da mesma cidade, com excepção da oratoria, poetica e litteratura
- 18-10 Portaria adiando a abertura da escola normal do sexo masculino, e mandando arrendar em praça a quinta annexa a ella
- 22-10 Portaria auctorisando o reitor do lyceu de Vizeu para fazer leccionar pelos professores que a isso se prestarem os cursos de mathematica elementar e de oratoria poetica e literatura
- 22-10 Portaria permitindo que nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e do Porto, se desdobrem as materias da 4ª cadeira empregando-se n'esle serviço gratuito os lentes substitutos
- 23-10 Portaria approvando as instrucções sobre o modo por que hão de ser pagos os emolumentos pelos provimentos nas cadeiras de instrucção primaria, e como ha de ser dada posse aos professores nomeados
- 30-10 Decreto regulamento para os exames dos concorrentes ás cadeiras de ensino primario do 1.º e 2.º grau
- 6-11 Portaria (DG 255) supprimindo a commissão administrativa da academia de bellas artes, e substituindua-a pelo conselho de administração e aperfeiçoamento
- 15-11 Decreto suspendendo o decreto de 24 de abril, que reformou o collegio militar
- 15-11 Portaria declarando que a frequencia e exame de arithmetica e geometria que devem exigir-se aos alumnos pharmaceuticos, comprehende somente o curso d'esta disciplina do terceiro anno dos lyceus
- 15-11 Portaria declarando que os alumnos que se destinam á escola naval podem frequentar o primeiro anno da faculdade de mathematica e a cadeira de physica experimental na de filosofia
- 27-11 Decreto (DG 282) prorogando de novo até ao 1.º de janeiro de 1871 o praso para o uso obrigatorio das medidas de volume e capacidade do systema metrico, menos nas cidades de Lisboa e Porto
- 30-11 Decreto provendo ácerca do ensino primario nas provincias Ultramarinas. Admitia este decreto, que houvesse um número de disciplinas de modo a que este grau de ensino elementar se mostrasse apropriado à população da colônia. Todo o ensino público, ministrado pelo Estado ou particulares, apontava para a universalidade entre os 9 e os 12 anos. Dividido em duas classes, estando na segunda “as principais noções de agricultura e de economia rural”
- 2-12 Decreto creando nos districtos, estações experimentaes de agricultura, e um curso elementar de agricullura em cada um dos lyceus do reino. Instituidas as "Estações Experimentais" , que tinham como missão de pesquisar e melhorar diferentes técnicas e produtos agricolas nas diversas regiões, assim como divulgar os resultados obtidos junto dos agricultores, é ainda alterado “o número de alunos do Colégio de Regentes Aricolos da Quinta Regional de Sintra para dez”
- 14-12 Portaria provendo ácerca do modo por que deve ser paga a gratificação que as camaras municipaes dão aos professores de ensino primario, quando estes se vejam empedidos, por molestia, de regerem a cadeira
- 14-12 Portaria declarando que a quantia de 20\$000 réis, a que se refere o artigo 26.º do decreto de 20 de Setembro de 1844, é parte complementar dos ordenados dos professores de instrucção primária, e não uma gratificação
- 14-12 Decreto creando cinco escolas normaes em Lisboa, Porto, Coimbra, Evora e Vizeu, e regulando o serviço d'ellas
- 14-12 Decreto extinguindo alguns logares de lentes substitutos na universidade de Coimbra, escota polytechnica, academia polytechnica, academia real de bellas artes, etc
- 14-12 Decreto declarando que os logares de directores, de secretario e de lentes da escola polytechnica têm character civil e que aquelles serão desempenhados por lentes com a gratificação de 100\$000 réis

- 14-12 Decreto creando a junta consultiva de instrucção publica, e determinando ás funcções de consulta e de inspecção que lhe compelem
- 18-12 Decreto supprimindo as secções oriental e occidental do lyceu de Lisboa, e as cadeiras de linguas arabe e hebraica do mesmo lyceu
- 29-12 Decreto (DG 2 de 1870) creando na Nazareth uma cadeira de ensino primario do sexo feminino sustentada pela real casa da Nazareth
- 29-12 Decreto expropriação no concelho de Agueda para a edificação de uma escola de instrucção primaria
- 29-12 Decreto (DG 2 de 1870) extinguindo a inspecção geral dos theatros e reformando o conservatorio real de Lisboa
- 30-12 Decreto reforma do ensino industrial e comercial
- 31-12 Portaria (DG 2 de 1870) mandando estabelecer no largo do Intendente uma escola central de ensino

1870

- 3-1 Officio declarando que no caso de concorrerem em serviço dois facultativos, um aprovado na escola medico-cirurgica de Lisboa, ou na do Porto, e o outro na do Funchal, deve ser considerado o mais antigo
- 12-2 Decreto (DG 67) decidindo que os medicos da universidade podem ser providos em partidos de cirurgia
- 26-2 Portaria declarando illegal a intimação mandada fazer a um boticário de Salvaterra de Magos, para optar entre este logar e o de professor de instrucção primaria, e indicando o procedimento que devia seguir-se
- 1-4 Portaria designando os documentos, collecções e outros objectos, que pertenceram á commissão geologica, que deveriam ficar no museu de Lisboa, e quaes deveriam ser entregues á direcção dos trabalhos geodésicos
- 1-4 Portaria (DG 81) instrucções para os exames de admissão ao magisterio primario de ambos os sexos nas circumscripções escolares
- 17-5 Portaria recommendando aos commissarios de estudos que não consintam alteração no horario das escolas de instrucção primaria, sem mui reconhecida necessidade
- 31-5 Portaria permittindo que um alumno do lyceu de Lisboa que perdeu o anno por faltas, faça exames como alumno externo
- 2-6 Portaria permittindo a um alumno a matricula na escola medico-cirurgica levando-se-lhe em conta o exame do 1.º anno de mathematica feito em uma escola superior
- 6-6 Portaria declarando que os alumnos que não tendo frequentado um lyceu, requererem para fazer exame final, devera fazer exames das disciplinas precedentes em que ainda não tiverem approvação no mesmo lyceu
- 6-6 Portaria declarando que a certidão de exame de instrucção primaria só é precisa para a primeira matricula nos lyceus, que a certidão de approvação de uma disciplina dispensa certidão de approvação das antecedentes, que o emolumento pelas matriculas é de 120 réis para todos os alumnos
- 8-6 Portaria (DG 131) auctorisando provisoriamente a abertura de um curso de anatomia comparada na academia portuense de bellas artes
- 14-6 Decreto (DG 133) reorganizando o collegio militar e supprimindo o asylo dos filhos dos soldados
- 15-6 Decreto declarando livre o ensino publico primario, secundário e superior
- 15-6 Decreto regulando as aposentações e jubilações, e tornando-as dependentes da prova da impossibilidade de continuar no serviço publico
- 15-6 Decreto abolindo as informações sobre costumes na universidade e regulando o modo por que devem ser dadas as informações de litteratura
- 22-6 Decreto creando o ministerio da instrucção publica e annexando-lhe o serviço da beneficência
- 22-6 Decreto regulamento da secretaria d'estado dos negocios da instrucção publica
- 1-7 Decreto (DG 162) fixando a despeza do ministerio do reino e do da instrucção publica para o anno de 1870-1871
- 13-7 Decreto extinguindo a classe dos sangradores
- 13-7 Portaria approvando os programmas para os exames dos dentistas e parteiras
- 13-7 Decreto fixando o pessoal e vencimentos dos empregados da imprensa da universidade
- 16-7 Portaria approvando o programma para os exames de sangradores que se habilitarem no praso de tres mezes depois da extincção d'esta classe
- 21-7 Portaria (DG 165) auctorisando o secretario geral a assignar todas as ordens de pagamento relativas ao mesmo ministério
- 25-7 Decreto (DG 164) ampliando o quadro dos officiaes do estado maior do collegio militar com, um cirurgião mor
- 2-8 Decreto (DG 181) creando bibliothecas populares nas capitaes dos concelhos
- 3-8 Decreto (DG 181) reformando os recolhimentos da capital e convertendo-os todos em casas do educação do sexo feminino
- 3-8 Decreto creando escolas normaes para o sexo feminino em Lisboa e no Porto, e auctorisando as juntas geraes a creallas nos outros districtos
- 4-8 Decreto (DG 174) regulamento para o provimento dos logares de facultativos extraordinarios do hospital de S. José
- 5-8 Decreto organizando o curso do commercio professado no instituto industrial de Lisboa
- 16-8 Decreto (DG 194) reforma da instrucção primaria
- 17-8 Decreto (DG 185) declarando que o curso superior de letras e qualquer outro de instrucção superior são habilitação para os concursos de segundos officiaes
- 8-9 Portaria (DG 203) ordenando que durante as ferias o serviço das enfermarias destinadas para as lições de clinica da escola medico cirurgica de Lisboa seja feito pelos facultativos ordinarios ou extraordinarios do hospital de S. José

- 8-9 Portaria declarando que os alumnos que tiverem obtido a qualificação de adiados em uma das provas de exame possam repetir este na epocha immediatamente seguinte, mas na mesma escola e perante o mesmo jury
- 20-9 Decreto (DG 216) reorganização do seminario de Macau
- 3-10 Portaria (DG 226) declarando que as casas de asylo de infancia desvalida, gremio popular, etc. estavam sujeitos ás prescripções do artigo 226.º n.º 2.º do código administrativo e deviam fazer orçamentos e prestar contas á auctoridade administrativa
- 5-10 Portaria regulando a fôrma de concessão das licenças aos lentes e mais empregados da universidade e mais estabelecimentos de instrucção publica dependentes do ministério
- 8-10 Portaria (DG 233) estabelecendo que na junta consultiva dos hospitaes da universidade sirva o clinico mais antigo na falta ou impedimento do vogal effectivo e do substituto nomeado pela faculdade de medicina
- 14-10 Portaria permitindo exames em outubro aos alumnos militares reprovados em alguma das disciplinas dos lyceus
- 14-10 Portaria (DG 233) providenciando sobre o provimento das cadeiras que vagarem na universidade
- 19-10 Portaria (DG 237) declarando incompativel o magisterio de instrucção secundaria ou especial com o da instrucção superior
- 22-10 Decreto distribuição das disciplinas que constituem o plano de estudos dos lyceus nacionais
- 17-11 Portaria (DG 263) designada a forma das guias que devem passar-se para o pagamento de emolumentos de licenças concedidas pelos chefes de estabelecimentos de instrucção publica
- 18-11 Decreto regulando, em harmonia com o elementar é desenho linear
- 30-11 Portaria resolvendo duvidas sobre a aposentação dos professores e mais funcionarios das provincias Ultramarinas
- 1-12 Portaria provendo sobre a regencia do curso de lingua portugueza nos lyceus nacionaes

1871

- 20-1 Portaria regulamento para as bibliothecas populares
- 28-1 Portaria resolvendo duvidas propostas pelo reitor do lyceu do Porto, sobre a execução do decreto de 18 de novembro de 1870
- 28-1 Portaria provendo ácerca da nomeação de commissões promotoras do ensino primario
- 8-2 Lei prorogando até ao 1.º de janeiro de 1872 o uso obrigatorio das novas medidas de volume e capacidade, exceptuando os bairros de Lisboa e Porto
- 28-2 Decreto regulando a fôrma dos exames para a admissão á primeira matricula nas faculdades de mathematica e philosophia da universidade de Coimbra, na escola polytechnica de Lisboa e na academia polytechnica do Porto
- 18-3 Portaria determinando que os alumnos militares não sejam admittidos á matricula nos lyceus sem apresentarem licença dos seus commandantes, e que se lhes dê no fim de cada trimestre certidão do exame que tiverem feito
- 11-4 Portaria annullando o concurso para a cadeira de desenho annexa á faculdade de mathematica da universidade de Coimbra
- 12-4 Decreto estabelecendo regras para o julgamento e classificação dos candidatos ao magisterio da instrucção primária
- 12-5 Portaria declarando que os exames feitos no lyceu de Vizeu se deviam considerar como feitos em lyceu de 1.ª classe
- 26-5 Portaria declarando que para os exames de habilitação nas faculdades de direito e theologia, ha de ser nomeado um juri mixto por ambas as faculdades
- 29-5 Decreto (DG 153), dando provimento em um recurso do tribunal de contas, e declarando que o thesoureiro da academia real das sciencias não é obrigado a prestar contas dos fundos a esta entregues, mas sim o conselho administrativo
- 31-5 Portaria regulando o pagamento da propina de matricula dos alumnos voluntários externos dos lyceus, que pretenderem fazer n'elles exames
- 7-6 Decreto provendo ao serviço dos exames finaes nos lyceus, prohibindo aos professores que ensinam particularmente fazerem parte dos jurys nas materias que assim leccionam
- 9-6 Lei auctorisando o governo para contar como serviço feito nos corpos do exercito, o que na escola polytechnica e na academia polytechnica prestam os officiaes do exercito, desde que estas escolas deixaram de estar sob a dependencia do ministerio da guerra
- 9-6 Lei applicando aos professores dos institutos industriaes de Lisboa e Porto, e ao de agricultura, que estiverem habilitados com o curso de engenharia, as vantagens da lei de 7 de agosto de 1854
- 7-7 Portaria dando instrucções ácerca da approvação da mobilia e casas das escolas primarias
- 11-7 Decreto regulamento para as informações de merito litterario na universidade de Coimbra
- 12-7 Decreto approvando o regulamento da imprensa da universidade
- 14-7 Portaria convertendo as escolas mistas de maratha e portuguezs as escolas primárias das novas conquistas
- 12-8 Portaria determinando que a distribuição dos premios na universidade se faça no dia em que se dá começo aos trabalhos do novo anno lectivo
- 14-8 Portaria determinando que os alumnos que se destinam ao curso preparatório da faculdade de mathematica no intento de cursarem a escola do exercito, só frequentem as lições de analyse clinica na segunda cadeira de philosophia
- 18-8 Decreto approvando os estatutos do collegio das missões Ultramarinas
- 19-8 Portaria ordenando que os reitores dos lyceus declarem nas informações que dão, se os a km mos que frequentaram a primeira parte do curso de portuguez, desenho e latinidade, estão nas Circumstancias de serem matriculados na segunda parte dos cursos
- 28-8 Decreto permitindo exames nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto no mez de outubro, quando aos alumnos, alem do desenho faltarem até dois exames para serem admittidos ao de habilitação para a matricula nas escolas superiores

- 30-8 Portaria (DG 195) approvando as instrucções regulamentares para os exames das concorrentes aos legares de professoras da escola normal primaria do sexo feminino
- 26-9 Portaria mandando que no segundo anno do curso de mathematica dos lyceus se repitam as materias do primeiro, havendo uma repetição por semana
- 18-10 Portaria declarando que os professores da escola de cirurgia do Funchal são, como clinicos do hospital da misericordia, subordinados a mesa d'esta
- 8-11 Decreto (DG 276) resolvendo que no provimento dos partidos podem as camaras preferir facultativos com habilitações escolares menos distinctas, se existirem rasões ou serviços que abonem esta preferencia
- 11-11 Ordem do exercito ordenando que não sejam admittidos a concurso para os postos de officiaes inferiores os que não tiverem bom comportamento reconhecido pelo jury de exame
- 11-11 Decreto extinguindo a escola mathematica militar de Goa
- 11-11 Decreto creando em Goa o instituto profissional para o ensino industrial, agricola e comercial
- 11-11 Decreto annexando o observatorio meteorologico de Nova Goa ao instituido profissional e designando o pessoal d'elle
- 11-11 Decreto creando em Goa uma escola de pilotagem no instituto profissional, e designadas as materias que n'ella hão de ensinar-se
- 4-12 Portaria regulando a concessão de licenças aos professores do instrucção primaria
- 29-12 Portaria determinando que aos professores que provisoria e extraordinariamente regerem alguma cadeira dos lyceus se abone, como gratificação, metade do ordenado respectivo á cadeira que regerem

1872

- 26-2 Portaria (DG 48) estabelecendo o formulário para as cartas dos dentistas approvados
- 9-3 Portaria approvando as instrucções para os exames de admissão aos lyceus
- 3-5 Portaria declarando que a approvação de qualquer exame oral deve considerar-se sempre valida, e que o adiamento de um exame não obriga os alumnos a repetirem os já feitos
- 13-5 Portaria explicando a legislação relativa ao pagamento de matriculas nos lyceus
- 21-5 Portaria approvando o regulamento para a frequencia e exames do curso especial de analyse chimica na universidade
- 27-5 Portaria declarando que os professores dos lyceus que em collegios ou escolas livres dirigirem o ensino, não podem fazer parte dos jurys de exames
- 10-7 Decreto (DG 183) desattendendo um recurso da camara municipal de Miranda do Corvo, sobre gratificação de um professor de instrucção primaria
- 18-9 Decreto approvando o regulamento do instituto industrial e commercial de Lisboa
- 23-9 Decreto distribuindo os estudos nos lyceus e dando outras providencias para o aperfeiçoamento do ensino
- 9-10 Decreto mandando admittir á matricula na escola do exercito as praças de pret do exercito da India que tiverem cursado a escola militar de Goa
- 30-10 Decreto approvando um regulamento para os trabalhos da academia real das sciencias
- 20-11 Decreto mandando que o regulamento do instituto industrial de Lisboa seja applicado no do Porto
- 4-12 Portaria auctorisando os administradores de concelho a deferirem juramento aos professores de instrucção primaria

1873

- 12-3 Portaria regulando a fórmula dos concursos para o provimento das cadeiras de ensino especial de Cabo Verde e Angola
- 31-3 Decreto regulamento novo dos lyceus nacionaes
- 8-4 Officio dando instrucções ácerca do novo regulamento dos lyceus nacionaes
- 24-4 Lei auctorisando a dispensa do exame de habilitação para a matricula na escola do exercito, com destino á infantaria, ás praças do exercito de Portugal que pertenceram ao da India
- 24-4 Lei auctorisando o governo a promover ao posto de alferes as praças do exercito de Portugal que pertenceram ao da India, se possuírem cartas de algum dos cursos superiores da escola militar de Goa
- 24-4 Lei auctorisando o governo a considerar habilitados com os cursos de infantaria e de cavallaria da escola do exercito, para serem collocados na escala para a promoção, as praças de pret do exercito de Portugal que pertenceram ao da India, e tenham os cursos de engenharia militar, ou de artilheria, pela escola de Goa
- 24-4 Lei concedendo aos alferes graduados que foram alumnos do collegio militar e obtiveram as graduações antes da lei de 3 de março de 1858, serem collocados na escala dos tenentes na altura que lhe pertenceria se tivessem sido promovidos á effectividade do posto com os seus camaradas
- 8-5 Portaria resolvendo duvidas ácerca dos exames feitos nos lyceus de 2.^a classe, quando os alumnos quizerem seguir estudos superiores
- 14-5 Decreto (DG 112) fixando em 240\$000 réis o ordenado do professor de instrucção primaria de Bissau
- 2-6 Decreto curso preparatório das armas especiaes e do corpo d'estado maior na academia polytechnica do Porto
- 25-6 Portaria (DG 140) regulando o modo por que devem ser passadas as cartas de habilitação das parteiras
- 3-9 Decreto admittindo a exame nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto os alumnos aos quaes faltar alem do desenho, um exame final, para a matricula nos cursos de instrucção superior

- 4-9 Decreto abolindo os exames de habilitação para a matricula nos cursos de instrução superior
- 10-9 Decreto abolindo os exames de habilitação para a matricula na escola do exercito
- 13-9 Ordem do exercito supprimindo os exames de habilitação para a admissão no collegio militar
- 17-9 Decreto instruções para os exames dos guardas marinhas
- 20-9 Ordem do exercito estabelecendo as regras para a concessão de licenças aos militares para estudos preparatorios dos cursos de instrução superior
- 19-11 Decreto augmentando os ordenados das mestras de meninas em S. Thomé e Principe
- 26-12 Portaria regulando a matricula dos facultativos pharmaceuticos, parteiras, dentistas e sangradores

1874

- 15-4 Lei (DG 87) extinguindo o observatorio astronomico da marinha, e distribuindo o seu serviço por outros estabelecimentos scientificos
- 21-5 Portaria declarando que devem ser publicos todos os exames a que se proceder nos estabelecimentos de instrução publica
- 13-8 Decreto concedendo á junta de parochia de S. Thiago de Besteiros uma casa em ruínas para escola
- 13-8 Decreto (DG 193) regulamento para os exames de pilotagem na escola naval
- 12-9 Decreto permittindo exames em outubro nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto aos alumnos a quem faltar um exame final para completarem os preparatorios
- 12-11 Decreto concedendo á camara municipal da Ponta do Sol uma casa para escola e hospital

1875

- 20-2 Decreto permittindo exames em outubro nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto aos alumnos a quem faltar um exame final para completarem os preparatórios
- 20-2 Lei supprimindo as deducções nos vencimentos dos empregados e funcionarios publicos
- 12-4 Lei permittindo que os professores jubilados possam exercer commissões lucrativas
- 12-5 Decreto criação de uma escola normal em Angra, por conta do districto
- 19-5 Portaria estabelecendo o modelo das cartas das parteiras que fizerem exame na universidade ou nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto
- 7-7 Decreto permittindo que os alumnos reprovados no exame final da escola polytechnica, possam repeti-lo em qualquer epocha séguite de exames
- 14-7 Decreto fazendo nova distribuição das disciplinas do real collegio militar
- 14-9 Decreto permittindo exames em outubro nos lyceus de Lisboa, Porto e Coimbra
- 10-11 Portaria regulamento da escola normal de Angra do Heroismo
- 18-11 Portaria determinando que o presidente do jury dos concursos do magisterio superior tenha voto de qualidade, havendo empate
- 1-12 Decreto (DG 277) creando uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino, com um legado do barão do Santo Amaro
- 11-12 Decreto (Ministerio do reino - Diario do governo n.º 59 de 1876) negando provimento no recurso da camara municipal da Calheta (S. Jorge), sobre o pagamento do ordenado de um professor de instrução primaria
- 29-12 Portaria dando instruções ácerca das condições que devem ter as casas de escola de ensino primario, e como deve ser verificada a existencia d'ess'as condições

1876

- 17-2 Decreto creando uma comissão permanente de geographia, archeologia, anthropologia e historia ethnologica, no ministerio da marinha
- 17-2 Lei concedendo á camara de Monsão um terreno occupado por quarteis militares para uma escola de instrução primaria
- 21-2 Lei instituindo uma escola de habilitação para marinheiros militares
- 7-4 Lei (DG 92) auctorisando a despeza com a exposição universal de Philadelphia
- 8-4 Lei (DG 90) auctorisando o governo a reintegrar no lugar de lente cathedratico da faculdade de direito o dr. Diogo Pereira Forjaz de Sampaio
- 10-4 Lei creando na universidade e nas escolas medico-cirurgicas de Lisboa o do Porto cadeiras de pathologia geral, semeiologia e historia da medicina
- 10-4 Lei (DG 90) concedendo á camara de Alemquer um predio da fazenda para escola de meninas e estação telegraphica
- 10-4 Lei auctorisando a camara municipal de Aveiro para vender o terreno e materiaes que lhe foram concedidos por decreto de 27 de fevereiro de 1867, construindo com o producto um edificio para escola
- 17-4 Lei (DG 89) legalisando a despeza feita com a inspecção das escolas primarias em 1875-1876, e auctorisando o governo a despender com este serviço 11:000\$000 réis
- 19-4 Lei (DG 91) approvando a convenção de Paris para o aperfeiçoamento do systema métrico
- 28-4 Carta (DG 224) approvando a convenção feita entre diferentes estados para a uniformisação e aperfeiçoamento do metro
- 15-7 Decreto (DG 208) declarando que não podem ser providos em partidos os alumnos das escolas de Lisboa e Porto, que apenas tiverem obtido approvação nas disciplinas do 4.º anno do curso

- 29-7 Decreto permitindo a alternância das aulas no curso geral do medicina na universidade
- 11-9 Decreto permitindo exames nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto, aos alumnos aos quaes faltar um ou dois exames, alem do de desenho, para se matricularem nos cursos superiores
- 8-11 Decreto applicando á manutenção do collegio de Santa Rosa de Lima, de Macau, o mosteiro e bens do convento de Santa Clara, e approvando os estatutos do mesmo collegio
- 22-11 Decreto determinando que os alumnos das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto, que ficarem reprovados mais de uma vez, possam matricular-se de novo e seguir os cursos
- 6-12 Decreto determinando a organização definitiva do jury dos concursos, para os logares do magisterio de instrucção superior
- 13-12 Decreto regulamento da escola de alumnos marinheiros

1877

- 10-3 Portaria (DG 34) regulamentos do demonstrador de cirurgia das escolas de Lisboa e Porto, e do preparador e conservador do museu de anatomia das mesmas escolas
- 22-3 Decreto aceitando a doação feita pelo Dr. Vicente Ferrer, para escolas primarias em Villarinho, concelho de Lousã
- 23-2 Portaria determinando que se não nomeiem professores provisorios, sem que as escolas tenham casa, mobilia e utensilios fornecidos pelas localidades em que estão
- 28-3 Decreto determinando que os exames finaes das disciplinas professadas nos lyceus nacionaes se façam nas tres circumscripções de Lisboa, Coimbra e Porto
- 10-4 Lei (DG 86) dispensando do pagamento de matriculas e de cartas os alumnos que frequentarem a universidade, subsidiados pela sociedade philantropico-academica de Coimbra
- 23-4 Decreto aceitando a doação feita pelo Dr. Vicente Ferrer, para escolas primarias em Villarinho, concelho de Lousã
- 26-4 Decreto permitindo que os alumnos façam exames nus lyceus que frequentaram, uma vez que esses exames não sirvam paia a matricula em curso superior
- 28-4 Decreto (DG 207) negando provimento no recurso de José Gaspar Graça, sobre a nomeação de um testamenteiro á herança do conde de Ferreira
- 2-5 Decreto aceitando o offercimento feito por Maria Alexandrina Vieira Marques e por outros do edificio para uma escola primaria em Gaias
- 30-5 Portaria declarando ao governador civil de Santarem que as escolas, não tendo personalidade jurídica, não podiam receber doação de bens
- 7-6 Decreto permitindo que os alumnos da escola polytechnica reprovados na primeira epocha marcada pelo regulamento de 2 de dezembro de 1857, possam repetir os exames na segunda, e que os habilitados para exame final o possam fazer em qualquer das duas epochas
- 5-7 Decreto regulando a fórmula por que devem fazer-se os exames de instrucção secundaria nas circumscripções do reino e nas ilhas adjacentes
- 8-9 Decreto permitindo exames de instrucção secundaria nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto, no mez de outubro
- 15-9 Decreto creando junto ao curso superior de letras um curso de lingua e litteratura, sãoskrita, védica e classica
- 20-10 Portaria declarando ao governador civil de Vianna que as sobras das irmandades não podiam ser applicadas a despesas de instrucção primaria
- 30-10 Decreto aceitando o legado de Luiz Francisco Midosi, para premio a um estudante pobre, de instrucção primaria (prémio Midosi)
- 24-11 Decreto creando uma estação ampelophylloxerica junto á escola pratica de viticultura de Torres Vedras

1878

- 28-3 Lei organisando a secretaria da escola polytechnica de Lisboa, e designando os vencimentos dos empregados
- 2-5 Lei (DG 110) reforma e reorganização do ensino primário
- 6-5 Carta de lei (DG 111) organização do observatorio astronomico de Lisboa, que fica dependendo do ministerio do reino
- 7-5 Lei concedendo um subsidio ao corpo de policia civil de Coimbra, o qual fica encarregado da policia academica fóra dos estabelecimentos de instrucção
- 7-5 Lei organização das secções de bolanica na escola polytechnica de Lisboa, e creando os logares de naturalistas adjuntos, conservadores e preparadores na universidade
- 10-5 Lei permitindo a Luiz da Silva Mousinho do Albuquerque matricular-se na escola do exercito e concluir o curso de engenharia civil, sem exame de desenho
- 23-5 Lei approvando a criação da cadeira o curso de litteratura sanscrita, creada uma cadeira de philologia, ludo no curso superior de letras
- 8-7 Decreto regulando os exames para a admissão á matricula nos cursos superiores, que tiverem de ser feitos em outubro
- 10-9 Decreto auctorisando exames de instrucção secundaria no mez de outubro, quando aos alumnos faltar apenas um ou dois exames para a matricula em algum curso superior
- 18-10 Decreto nova distribuição das cadeiras do curso superior de letras
- 22-10 Decreto declarando que o exame de desenho é dispensado aos alumnos que se quizerem matricular nas faculdades de theologia o direito

- 20-11 Decreto permitindo aos alumnos premiados na escola do exercito, nos cursos de infantaria e cavallaria, que se matriculem na universidade ou nas escolas polytechnica, no curso preparatório para o eslado maior
- 23-12 Decreto creando uma cadeira de lingua ingleza em Damão

1879

- 6-2 Decreto regulamento para os logares de naturalistas adjuntos, jardineiros e conservadores da faculdade de philosophia da universidade
- 13-3 Portaria mandando proceder contra os individuos que usam de pesos e medidas do antigo systema, e que se apprehendam essas medidas e pesos
- 23-6 Decreto auctorisando os exames de instrucção secundaria em tres circumscripções, em que se comprehendem differentes districtos do reino
- 26-6 Lei estabelecendo o vencimento dos naturalistas adjuntos ao museu encorporado na escola polytechnica de Lisboa
- 7-7 Decreto (DG 150) creando as commissões de exames nos lyceus, declarando o modo por que se ha de proceder aos exames, marcando as gratificações dos examinadores, etc
- 13-8 Circular chamando a atenção aos governadores civis sobre a necessidade de promoverem o desenvolvimento da instrucção popular, especialmente com relação ao estabelecimento de cursos nocturnos, cursos de adultos, bibliotecas escolares , e organização de sociedades cooperativas ou caixas escolares
- 29-8 Portaria (DG 205) regulando a concessão de licenças aos alumnos militares que não estejam promptos de recruta
- 3-9 Portaria mandando requerer a annullação das deliberações da junta geral de Angra, que supprimiu a escola normal e o corpo de policia
- 5-9 Officio declarando que a um individuo de côr preta não pode ser contestado o direito se se habilitar para o magistério
- 11-9 Decreto auctorisando que no mez de outubro se façam exames filiaes de instrucção secundaria
- 25-9 Decreto estabelecendo que os pharmaceuticos de 2.ª classe podem fazer exame de pharmacia aos vinte e um annos
- 26-9 Portaria regulando a frequencia dos cursos superiores pelos officiaes de marinha
- 30-9 Decreto regulando o ensino no instituto industrial de Lisboa
- 1-10 Portaria regulando as matriculas no curso superior de letras em vista da alteraçã no quadro dos estudos
- 2-10 Decreto auctorisando o conselho da academia polytechnica para alterar as aulas dos respectivos cursos, e estabelecendo dois exames de frequencia em cada cadeira
- 19-11 Circular recommedando aos governadores civis que promovam a creação de escolas de aprendizagem, tendo em atenção as necessidades e industrias locaes
- 10-12 Portaria mandando proceder a confrontaçã entre o methodo de aprender a ler, de João de Deus, e os methodos anteriormente seguidos
- 18-12 Circular aos govemadores civil, dando-lhes instrucções sobre o modo de prover a que as escolas sejam dotadas convenientemente com edificios em boas condições para os exercícios escolares e habitaçã dos professores
- 22-12 Decreto (DG 6 de 1880) creando escolas regimentaes nos corpos do exercito e dando-lhes regulamento

1880

- 4-3 Decreto (DG 52) determinando que os estudantes do 5.º anno das escolas medico-cirurgicas possam fazer operações cirurgicas nas enfermarias das escolas, e sob a direcção dos respectivos lentes
- 24-4 Lei concedendo á junta geral de Evora a igreja do S. Pedro para uma escola
- Sem data-5 resolução da Junta do distrito do Porto creando nessa cidade uma escola-modelo de instrucção primária
- 20-5 Lei creando na faculdade de philosophia da universidade um logar de chefe de trabalhos práticos e, preparador do laboratorio chimico
- 3-6 Lei (DG 132) com a organisação do quarto curso da escola polytechnica, preparatório para engenheiros constructores navaes
- 11-6 Lei reforma e nova organisação da instrucção primaria (Carta de lei modificando, alterando e acrescentando a de 2 de maio de 1878, que reorganizou o ensino primário)
- 11-6 Lei (DG 138) reforma e organisação da instrucção secundaria
- 19-6 Lei (DG 146) auctorisando o governo para comprar á camara do Porto as lojas existentes no edificio da academia polytechnica
- 21-6 Lei dispensando aos capitães, lentes das escolas superiores, o tirocínio ou exames para a promoçã a majores
- 21-6 Lei auctorisando a admissã no collegio militar de um alumno, que excedia a idade
- 21-6 Lei auctorisando o governo para reorganisar o ensino das academias de bellas artes de Lisboa e do Porto
- 22-6 Lei auctorisando a creação de uma escola agricola destinada para receber e educar menores vadios, mendigos, desvalidos e desobedientes
- 22-6 Lei applicando as sobras do ministerio do reino em 1880-1881, para despezas do pessoal e material do observatorio astronomico de Lisboa
- 28-6 Portaria (DG 155) regulamento da escola regimental de engenharia
- 7-7 Decreto regulando o serviço dos exames de instrucção secundaria no anno corrente
- 9-7 Ordem do exercito (DG 157) marcando a epocha em que devem ser entregues no ministerio da guerra os requerimentos para a admissã de alumnos no collegio militar
- 14-8 Portaria regulando a fórma por que devem ser feitos estudos praticos dos alumnos da engenharia militar e civil

- 19-8 Decreto fixando o numero de alumnos que hão de ser admittidos na escola do exercito, e distribuindo-o pelas differentes armas, e limitando a duas praças por corpo as licenças para a frequencia nos lyceus
- 9-9 Decreto permittindo exames extraordinarios de instrucção secundaria, em outubro, nos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto
- 1-10 Decreto approvando as alterações feitas no regulamento da escola do alumnos marinheiros
- 1-10 Decreto modificando o curso do commercio professado no instituto industrial e commercial
- 14-10 Decreto approvando as providencias regulamentares para a distribuição das disciplinas nos lyceus e para a admissão, frequencia e exame dos alumnos
- 25-10 Aprovação dos Estatutos da Escola Livre de Artes e Desenho em Coimbra
- 30-10 Decreto elevando 4 categoria de lyceu nacional as aulas secundarias de Lamego
- 30-10 Decreto organisando na torre de S. Julião da Barra uma escola de sargentos em vez da escola do cabos
- 4-11 Portaria estabelecendo a cadeira de lingua ingleza nos lyceus de Braga, Evora, Funchal e Vizeu
- 23-11 Portaria regulando o pagamento dos vencimentos dos professores dos lyceus segundo a lei de 14 de junho de 1880
- 24-11 Portaria declarando que a camara municipal de Castello Rodrigo podia nomear um professor aposentado escrivão da mesma camara
- 2-12 Portaria ordenando que no lyceu de Angra seja professada uma cadeira de lingua ingleza
- 6-12 Officio instrucções para a execução das leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880 sobre a instrucção primaria
- 9-12 Circular expondo aos governadores civis a necessidade de promoverem, por si e pelos seus subordinados, perante os corpos administrativos, a execução das leis da instrucção primaria
- 11-12 Officio (DG 284) Appellando para a junta geral e à camara municipal de Lisboa para crear uma escola modelo à semelhança da do Porto
- 14-12 Decreto reformando as circunscrições administrativa e militar das Novas Conquistas, organizando a policia e creando novas parochias, escolas e partidos médicos, etc
- 15-12 Decreto accetando a doação do padre José António de Almeida Silva para a fundação de uma escola de instrucção primaria em Ribeiradio
- 21-12 Officio dando conhecimento da boa aceitação para se crear na capital um jardim ou asylo-modelo para educação de creanças de tres a seis anos de idade pelo methodo Froebel

1881

- 27-1 Decreto auctorisando a escola polytechnica a comprar aos respectivos possuidores as fracções das inscrições de que a escola tem partes
- 7-2 Portaria declarando que o imposto especial destinado para despesas de instrucção primaria não está sujeito a deducção para a viação
- 14-3 Portaria ordenando que se estabeleçam caixas economicas escolares nas comarcas de Lisboa e Coimbra
- 22-3 Decreto reforma das academias de bellas artes de Lisboa e do Porto
- 19-4 Officio instrucções para a execução das leis sobre instrucção primaria
- 9-6 Decreto modificando o pagamento das propinas nos lyceus no período de transição
- 27-6 Lei (DG 144) autorisando o governo a considerar satisfeita com o curso de marinha a habilitação preparatoria de geographia exigida ao alferes António José Cazimiro Ferreira
- 23-7 Portaria indicando á camara de Sever do Vouga como ha de proceder para pagar aos professores de instrucção primaria
- 26-7 Portaria resolvendo as duvidas da camara de Mafra ácerca do pagamento aos professores de instrucção primaria
- 26-7 Portaria providencias com relação ao districto de Angra para satisfação das despesas da instrucção primaria
- 26-7 Decreto convocando extraordinariamente a junta geral de Angra para votar os meios necessarios para o pagamento ás camaras dos subsidios para a instrucção primaria
- 28-7 Decreto regulamento para a execução das leis sobre a instrucção primaria
- 5-8 Portaria indeferindo a representação da camara de Figueiró dos Vinhos que pedia a suspensão das leis sobre instrucção primaria
- 5-8 Portaria indeferindo o pedido da camara da Certã sobre a applicação da dotação das estradas municipaes para as despesas do instrucção primaria
- 8-8 Portaria (DG 176) instrucções por que têm de dirigir-se as camaras municipaes na nomeação des professores de instrucção primaria
- 11-8 Decreto extinguindo o seminario de Rachol e creando dois seminarios lyceus em Rachol e Bardez, e regulando o serviço d'estes
- 12-8 Portaria (DG 184) ordenando que o director do observatorio de D. Luiz I faça uniformisar as observações meteorologicas
- 19-8 Portaria explicando á camara municipal de Villa Real alguns pontos sobre execução das leis de instrucção primaria
- 23-8 Portaria resolvendo duvidas da commissão executiva de Coimbra sobre as leis de instrucção primaria
- 26-8 Portaria indeferindo o requerimento em que a camara de Santa Cruz da Graciosa pedia que o imposto especial para a instrucção primaria fosse levado em conta no contingente das contribuições geraes do estado do concelho
- 26-8 Portaria determinando os casos em que os exames feitos no collegio militar são levados em conta para a matricula nos estabelecimentos de instrucção superior dependentes do ministerio do reino

- 27-8 Officio dando instrucções aos governadores civis sobre o modo de executar as novas leis de instrução primaria (leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880): nomeação das juntas escolares; organização do plano geral das escolas dos concelhos; etc.
- 27-8 Portaria desattendendo uma representação da comissão executiva de Ponta Delgada que pedia a suspensão das leis de instrução primaria, e resolvendo duvidas por ella apresentadas
- 29-8 Portaria para o governador civil de Angra do Heroismo esclarecendo o modo de solicitar a receita para pagamento dos professores
- 5-9 Officio – Circular com instrucções aos inspectores de instrução primaria
- 26-9 Portaria esclarecendo a auctoridade dos Governos Civis sobre as Câmaras para solicitar a incorporação nos orçamentos das dotações para as despesas da instrução primária
- 4-10 Officio para os inspectores e sub-inspectores de instrução primária sobre ausência ao serviço
- 11-10 Officio com instrucções do modo de processar as folhas dos inspectores escolares de instrução primária
- 14-10 Portaria licenças para os officiaes inferiores effectivos se matricularem na universidade de Coimbra e na escola polytechnica e do exercito
- 17-10 Officio sobre as penas a que estão sujeitos os professores de instrução primária
- 17-10 Officio esclarecendo a incompatibilidade do logar de vogal da junta escolar com o de delegado parochial
- 19-10 Portaria declarando ao governador civil de Bragança que a isenção de impostos municipaes e parochiaes concedida aos delegados parochiaes das juntas escolares, é somente applicavel aos bens que os mesmos delegados possuam no concelho e parochia onde residem e funcionam
- 24-10 Portaria mandando dar instrucções á junta de S. Sebastião da Pedreira, ácerca do lançamento do imposto directo para as despesas de instrução primaria
- 26-10 Decreto dando provimento no recurso (n.º 4860) da camara municipal de Moncorvo contra Augusto Duarte Areosa, sobre renda de casa para escola
- 9-11 Decreto reformando o regulamento da escola do exercito
- 10-11 Portaria determinando que o governador civil de Angra do Heroismo, em conselho de districto, organise um orçamento suplementar a fim de serem subsidiadas as camaras municipaes que careçam de auxilio para as despesas de instrução primaria
- 24-11 Circular esclarecendo o art. 56.º do decreto regulamentar de 26 de junho de 1876
- 28-11 Officio acerca da subsistência das condições em que foram eonatruidas aa casas escolares do conde de Ferreira, e as casas que qualquer corporações ou particulares se comprometeram para com o governo a edificar ou offerecer para os exercícios escolares
- 6-12 Officio declarando que, possuindo um professor elementar o diploma do segundo grau, e sendo isso verificado pela junta escolar e pelo inspector, pôde, sem concurso, ser provido no ensino complementar, e não tendo aquelle diploma, como não pode ser destituido da sua cadeira sem esta ser supprimida, só pode estabelecer-se o ensino complementar creando para elle uma nova cadeira
- 14-12 Officio expondo que os vencimentos a que se refere o artigo 31.º da lei de 2 de maio de 1818 só dizem respeito aos professores nomeados depois da sua execução; para os antigos foram pelo § 1.º do artigo 71.º da mesma lei garantidos os vencimentos que já tinham
- 16-12 Officio declarando que as quantias (20\$000 e 30\$000 réis) a que se refere o artigo 26.º no decreto de 20 de setembro de 1844 e o artigo 5.º da lei de 20 de fevereiro de 1875, continuam a ser pagas pelas camaras municipais, visto que faziam parte integrante dos ordenados dos professores, a quem foram garantidos todos os vencimentos que tinham anteriormente á vigencia da lei de 2 de maio de 1878, e porque o disposto no artigo 81.º d'esta lei só é applicável aos professores nomeados segundo os seus preceitos
- 17-12 Telegramma dizendo ao govnrador civil de Coimbra que os vencimentos dos professores primarios devem ser pagos mensalmente, nos termos do artigo 37.º da lei de 2 de maio de 1878; devendo as camaras, emquanto não effectuam a cobrança do imposto especial, adiantar das suas receitas ordinarias as quantias precisas para aquelle fim
- 22-12 Decreto (DG 293) reorganizando o seminario de Macau
- 22-12 Officio sobre os deveres dos vogaes das juntas escolares e delegados parochiais; escusas dos respectivos serviços e meios de tornar effectiva a obrigação legal de desempenhar tais cargos, quando não seja admitida a escusa e os nomeados se recusem ao serviço
- 27-12 - Officio respondendo a várias duvidas: 1.ª, sobre o pagamento dos vencimentos dos professores primários, incluindo o augmento do terço por diuturnidade de serviço; 2.ª, sobre a criação de novas cadeiras; 3.ª, sobre a prohibição de transferência ou troca de professores; e 4.ª sobre o estabelecimento do ensino complementar
- 29-12 Officio dizendo que as camara não são obrigadas a encarregar a regencia dos cursos nocturnos aos professores do ensino elementar ou complementar das escolas diurnas

1882

- 17-1 Relação dos livros aprovados no anno de 1881 para o ensino primario, secundário e especial
- 21-1 Officio resolvendo que aos presidentes dos jurys dos exames de habilitação ao magisterio primario pertence gratificação pelo serviço desses exames
- 21-1 Officio resolvendo que o beneficio do augmento do terço do ordenado por diuturnidade de serviço continua em vigor para os professores do ensino primario, nomeados pelo governo antes da execução da lei de 2 de maio de 1878
- 21-1 Officio declarando as condições em que é indispensável a nomeação de ajudante para as escolas de ensino primário, e o modo como deve ser paga a gratificação de frequência tanto ao ajudante, como ao respectivo professor da escola

- 26-1 Officio declarando que a acumulação do serviço nos lugares das estações postaes de 5.ª classe com quaesquer outras funções publicas, permitida pelo n.º 4.º do artigo 40.º da lei de 7 de julho de 1880, só pode entender-se quando haja compatibilidade nos serviços; e que um professor não póde sem autorização, abandonar a casa que lhe apromptam para a escola, uma vez que tenha sido julgada capaz pela competente vistoria
- 27-1 Officio resolvendo que os individuos nomeados pelas camaras municipaes para as escolas primarias não são obrigados a pagar emolumentos das secretarias d'estado
- 1-2 Officio decluando que, na falta de recursos ordinarios, devem as juntas de parochia, com o produto do imposto auctorizado pelo artigo 16.º de lei de 11 de junho de 1880, arrendar casas para as escolas e habitação do professor; ou então proceder á construcção de casa propria, levantando para esse fim um empréstimo, e consignado o produto d'aquelle imposto para pagamento dos respectivos juros e amortisação. Se se recusarem ao cumprimento d'esse encargo devem ser a isso compelidas pela junta geral
- 3-2 Officio declarando que as funções das juntas escolares duram dois annos a contar da nomeação
- 6-2 Officio explicando que o recenseamento eleitoral tem de fazer-se em todas as freguesias, embora não haja nellas escola, por ser um elemento indispensável para o estabelecimento de escolas e elaboração do plano escolar dos concelhos
- 8-2 Officio declarando que as funções das juntas escolares duram dois annos a contar da nomeação, sem embargo de findar dentro do biennio o mandato das corporações que as nomearam
- 10-2 Officio declarando que os programas dos exames de habilitação para o magistério são os das escolas normaes, na parte relativa ás disciplinas sobre que elas versam
- 11-2 Officio declarando que não são permittidas pela lei vigente as transferencias e trocas dos professores de ensino primario
- 23-2 Officio declarando que, não sendo as relações de compadre motivo de suspeição, não póde com esse fundamento, ser dispensado um inspector de presidir aos exames para o magistério, aos quaes concorreu um seu compadre
- 23-2 Officio expondo que, nos termos do artigo 51.º do regulamento de 28 de julho de 1881, os alumnos só podem fazer exame no concelho onde estudarem e residem
- 23-2 Officio indicando que ás provas dos candidatos ao magisterio têm de assistir um só dos supplentes, como se acha preceituado no n.º 7.º das instrucções de 1 de abril de 1870
- 25-2 Officio em que se declara ter lido fixado em 2\$000 réis por dia a retribuição dos serviços extraordinários da inspecção
- 3-3 Officio declarando que o cargo de delegado parochial é obrigatorio, e que nada tem de incompativel com a qualidade de ecclesiastico
- 6-3 Officio explicando á camara municipal dos Oliveaes que nenhuma disposição das leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880 derogou os contratos anteriormente celebrados com o governo por quaesquer corporações ou particulares para a dotação de escolas cuja criação pediram e o governo decretou com taes condições; e que para as camaras passou o encargo de pagar aos professores então existentes todos os vencimentos que já tinham ou a que de futuro tivessem direito por virtude das leis anteriores
- 8-3 Portaria determinando que os inspectores e sub-inspectores de instrucção primaria possam transmittir telegrammas officiaes sobre assumptos relativos ao serviço a seu cargo
- 8-3 Officio declarando que aos vogaes chamados de fóra da séde da circunscripção para formarem o jury dos exames para o magisterio deverá ser abonada a respectlva gratificação desde o dia em que saírem da localidade da sua residencia até ao do regresso
- 8-3 Officio indicando que as despesas com o serviço dos exames para o magisterio devem ser processadas em folha especial; e que o jury que tiver de examinar candidatos ao exame de algumas disciplinas do segundo grau deve ser formado como o dos exames d'este grau
- 11-3 Officio declarando como deve proceder-se quando uma junta escolar se recusa a cumprir ns obrigações a seu cargo
- 13-3 Officio declarando que os candidatos aos exames de habilitação para o magisterio, embora sejam professores em effectivo serviço, não são dispensados da aprentação dos documentos indicados no artigo 259.º do regulamento de 28 de julho de 1881
- 13-3 Officio declarando que as juntas de parochia, embora possuam edificios convenientemente mobilados para as suas escolas, e tenham nos seus orçamentos verba para fundação de bibliothecas, são obrigadas a lançar o imposto especial para a instrucção primaria
- 17-3 Officio indicando que os presidentes das comissões inspectoras dos exames dos alumnos devem ser escolhidos pelas proprias commissões de entre os seus membros
- 1-4 Officio declarando que os cursos de theologia dos seminarios não são cursos superiores, mas sim especiaes, nem prosuppõem a posse do curso secundario não sendo consequentemente habilitação sufficiente para o exercicio do magistério official
- 8-4 Programmas auctorizados provisoriamente para o ensino das disciplinas que constituem o 1.º grau da instrucção primaria
- 12-4 Officio expondo que, sendo terminante o disposto no artigo 75.º do regulamento de 28 de julho de 1881, só os professores publicos e não os vogaes das juntas escolares que formem os jurys dos exames finaes dos alumnos das escolas, têm direito a gratificação, devendo, para evitar despesas, as juntas escolares propôr individuos que residam na sede do concelho
- 13-4 Officio declarando que ás provas dos cllndidatos ao magisterio deve assistir um só dos vogues supplentes, o qual, se for professor da localidade, vence gratificação apenas nos dias de exames; e se fôr de fóra vence, como os vogaes effectivos nas mesmas circunstancias, desde o dia cm que saír da sua residencia até ao do regresso'

- 17-4 Officio declarando que o curso de farmácia de 1.ª classe não é habilitação sufficiente para o magisterio, visto que é apenas um curso especial e não presuppõe a posse do curso secundario
- 24-4 Circular communicando o despacho que manda abonnar aos inspectores e sub-inspectores, quando sairem da sede do círculo para presidirem aos exames dos alumnos, a gratificação de 2\$000 réis por dia
- 27-4 Decreto (DG 96) creando uma escola municipal secundaria na villa de Valença do Minho
- 28-4 Officio expondo que as casas de escolas mandadas construir pelas camaras, incluindo as do conde de Ferreira, pertencem a estas corporações, a cujo cargo fica a sua conservação e reparos, salvo accordo com as respectivas juntas de parochia; que esses edificios não podem ser desviados do serviço escolar, e que as juntas de parochia não ficam por isso desobrigadas de lançar o imposto especial
- 3-5 Lei concedendo á camara municipal de Abrantes um terreno para construcção de um edificio destinado ás escolas de ensino primario
- 6-5 Officio resolvendo a hypothese de não quere uma camara municipal acceitar, no uso do seu direito, o individuo proposto pela junta escolar para fazer parte do jury dos exames finaes das escolas primarias
- 12-5 Lei mandando admittir Francisco de Sá Nogueira s ao exame, sem frequencia, da cadeira de litteratura moderna do curso superior de letras
- 12-5 Officio declarando que, quando um candidato aos exames para o magisterio falte ao exame, podem ser-lhe restituídos os documentos com que instruiu o requerimento, á excepção da senha da propina, que não lhe serve para outra qualquer epocha de exames
- 16-5 Officio explicando o modo de proceder á classificacção das provas dos exames dos alumnos das escolas primarias
- 19-5 Lei concedendo para o seminario do Braga o edificio das ursulinas da mesma cidade, com suas pertencaso auctorisando o governo a destinar pura determinados fins o edificio onde actualmente está o seminario. (Errata no DG 198)
- 27-5 Decreto creando uma escola municipal secundaria na villa de Valença do Minho
- 31-5 Officio indicando a gratificação a que os professores publicos têm direito pelos alumnos que forem approvados, só é devida pelos exames elementares e pelos complementares, e nunca pelos de admissoão aos liceus
- 1-6 Carta de lei estabelecendo providencias contra os estragos da *phylloxera*, e pondo temporariamente a cargo do estado as despezas com a instrucção primaria das freguezias cujos vinhedos, constituindo a sua principal riqueza estejam destruídos ou quasi destruídos pela *phylloxera*
- 1-6 Lei creando tres logares de lentes no instituto geral do agricultura
- 6-6 Lei auctorisando o governo a applicar definitivamente o extincto convento de Chellas e a sua dotação, para ser n'elle fundado um collegio filial das missões Ultramarinas, com uma secção de ensino agronomico o de artes fabris
- 14-6 Decreto dando provimento ao recurso do secretario geral do governo civil de Angra do Heroísmo, e annullando as deliberações da junta geral do distrito que supprimiram o corpo de policia e a escola normal
- 15-6 Decreto providenciando acerca dos exames de instrucção secundaria
- 19-6 Officio explicando que, sendo o voto dos inspectores e sub-inspectores, para a nomeação de professores meramente concultivo, não são as juntas escolares obrigadas a conformar-se com elle. E, se as camaras fizerem nomeações illegaes, compete aos interessados e ao agente do magistério publico recorrer para os tribunaes administrativos
- 27-6 Officio declarando que, estando um vogal das juntas escolares permanentemente impossibilitado do serviço, deverão as camaras nomear quem o substitua; que o substituto servirá pelo resto do tempo da duração da junta de que fizer parte; e que se o impedimento for temporário, não há necessidade de substituição, porque a junta ainda fica em maioria
- 12-7 Lei mandando admittir Francisco de Sá Nogueira ao exame, sem frequencia, da cadeira de litteratura moderna do curso superior de letras
- 13-7 Lei (DG 158) estabelecendo varias providencias sobre o exercicio da pharmacia (Erratas no DG 159)
- 19-7 Telegramma declarando que a inspecção as escolas deve ser feita pelo respectivo inspector ou sub-inspector, que não podem delegar esse serviço n'outra pessoa
- 21-7 Officio dizendo que os professores podem ser vogaes das juntas de parochia, mas não são a isso obrigados; se, porém acceitarem o cargo não podem com esse pretexto eximir-se ao rigoroso cumprimento dos deveres escolares
- 27-7 Portaria declarando quaes os feriados nas aulas de instrucção primaria
- 10-8 Officio declarando que os professores que obtiverem licença com vencimento, não são obrigados a fazer-se substituir; se a camara julgar conveniente, póde nomear substituto, mas tem de pagar-lhe
- 11-8 Officio expondo que nos jurys dos exames das escolas primarias só os professores públicos têm gratificação
- 16-8 Officio declarando que os professores das escolas das villas, sedes de concelho, não podem deixar de ser considerados professores de povoações urbanas, devendo ter o vencimento correspondente
- 22-8 Officio resolvendo que os professorres auxiliares das escolas normais não fazem parte do conselho escolar senão quando se trate das faltas e habilitações dos seus alumnos
- 28-8 Officio declarando que os professores não podem accomular as suas funções com as de regedores de parochia
- 5-9 Officio declarando que não ha incompatibilidade entre os de professor e de parochia
- 7-9 Decreto alterando e modificando as disposições dos artigos 136 e 156 do regulamento das escolas medico-cirurgicas de 23 de abril de 1840
- 7-9 Decreto (DG 205) permittindo exames de instrucção secundaria em outubro aos alumnos a quem faltarem uma ou duas disciplinas psra a matricula nos cursos superiores dependentes do ministerio do reino
- 7-9 Decreto regulando o provimento dos empregados menores dos lyceus nacionaes
- 11-9 Portaria dando as ordens necessárias para que os regedores de parochia coadjuvem os delegados parochiaes no desempenho das suas funções
- 20-9 Decreto approvando o regulamento da inspecção do ensino secundário

- 20-9 Portaria approvando as instrucções que devem ser observadas pelos inspectores e sub-inspectores de instrucção primaria nas visitas de inspecção ás escolas publicas e particulares dos respectivos círculos
- 20-9 Decreto regulando a concessão de subsidios do estado ás juntas de parochias camaras e municipaes para differentes despezas com a instrucção primaria, premios aos professores e pensões aos alumnos pobres
- 20-9 Portaria declarando que as camaras municipaes, não podem, sem auctorisação do governo, crear escolas mixtas, nem transformar em mixtas as que haviam sido creadas pelo governo exclusivamente para um dos sexos
- 29-9 Officio dizendo que, quando um professor obtenha licença com vencimento não é obrigado a fazer-se substituir; e que á camara compete nomear substituto pagando-lhe a respectiva gratificação
- 30-9 Officio explicando que, onde não haja delegado parochial, deve o recenseamento escolar ser feito pela junta de parochia, embora sem o concurso d'aquelle funcionario, porque não póde deixar de fazer-se o recenseamento em todas as freguesias ainda mesmo nas que não têm escola
- 10-10 Officio expondo que as camaras municipaes podem conservar as cadeiras aos professores que forem nomeados para os logares de inspectores; mas não são a isso obrigadas
- 14-10 Officio declarando que, achando-se os empregados da inspecção fóra da séde do círculo, a distância que o inhiba de recolher a ella nos dias santificados, estes serão contados como de serviços para o abono da respectiva gratificação
- 19-10 Officio declarando que os professores que passem em concurso para outra cadeira do mesmo grau, sendo vitalicios, continuam a sel-o, e sendo temporários deve o tempo de serviço anterior ser-lhe contado para todos os effeitos
- 21-10 Portaria estabelecendo as bases par a organização dos orçamentos municipaes e parochiaes na parte relativa á instrucção primaria
- 21-10 Officio explicando as disposições do artigo 204.º do regulamento de 28 de julho de 1881, sobre as condições em que póde auctorisar-se um professor a cursar as eacolas normaes
- 23-10 Officio declarando que os individuos que provem ter approvação em todas as cadeiras do curso superior de letras, embora não apresentem a carta do curso, têm sido considerados como tendo uma habilitação superior, e portanto podem exercer o magisterio elementar ou complementar
- 27-10 Officio declarando que o itinerário das visitas de inspecção, não deve ser denunciado aos professores
- 15-11 Officio expondo que as camaras não têm obrigação de conceder licenças com vencimento, ainda mesmo até trinta dias; podem livremente conceder ou não esse vencimento, ou a parte d'elle que lhes approuver
- 24-11 Officio indicando que entre um candidato com diploma de habilitação para o ensino complementar e outro com diploma do ensino normal do primeiro grau, deve ser preferido o primeiro para o provimento de uma cadeira
- 6-12 Officio dizendo que os professores interinos venceem as gratificações que as camaras lhes estipularem
- 12-12 Officio declarando que, em vista das leis vigentes, não podem as camaras conceder, depois de findos os prazos dos concursos para provimento de cadeiras, novo praso para apresentação de documentos
- 16-12 Officio expondo que, sendo a gratificação de frequencia uma retribuição do trabalho do professor, é de justiça que, embora o professor seja interino, a receba
- 30-12 Officio declarando a incompatibilidade que há entre os cargos de delegados parochiaes e vereadores

1883

- 3-1 Relação dos livros approvados pelo governo para as escolas primarias e secundarias no anno de 1882
- 4-1 Officio expondo que, estando a existencia de uma cadeira primaria garantida pelo artigo 19.º ou pelo artigo 73.º da lei de 2 de maio do 1878, não póde a junta geral abater a respectiva despeza no subsidio que haja de conceder á camara; se porém a escola não estiver n'essas condições, e for julgada desnecessaria, póde a junta supprimir a despeza no orçamento, cessando assim obrigação do subsidio
- 10-1 Officio resolvendo varias dúvidas sobre interpretação de certas disposições legaes ou regulamentares
- 16-1 Lei auctorisando o governo a conceder á confraria do Coração de Maria da villa de Chaves o convento da Senhora da Conceição e suas pertenças para estabelecimento de um recolhimento de educação e instrucção
- 16-1 Lei auctorisando o governo a conceder á junta de parochia de Oliveira do Conde umas casas e armazem para serem vendidas, e o producto applicado á construcção do edificio para as escolas primarias
- 17-1 Portaria recommendando aos reitores dos lyceus a rigorosa observancia das disposições do regulamento de 31 de março da 1873 sobre nota e julgamento das faltas dos professores
- 17-1 Officio declarando que as escolas creadas pelo governo só por decreto real podem ser mudadas para outro local, e não por determinação das camaras municipaes
- 17-1 Officio indicando que, não sendo satisfactorios os attestados pedidos pelos professores ás camaras, podem contradictal-os recorrendo a uma justificação judicial
- 18-1 Lei determinando que todas as bibliothecas sustentadas pelo estado e pelas camaras municipaes estejam abertas durante o dia por espaço de tres horas, e durante a noite pov espaço do duas
- 8-2 (DG 33) Decreto approvando a criação de uma escola complementar primaria, com applicação á agricultura, na villa de Taboaço, e de uma bibliotheca annexa, nos termos da proposta feita pelos irmãos Macedo Pinto (Confirmação da aceitação do legado do Visconde Macedo Pinto e de seus irmãos, em Tabuaço, para custear o referido edificio e a cadeira de agricultura, que apoia a criação local de uma Escola com uma cadeira complementar da instrucção primária, onde seriam dados rudimentos de agricultura)
- 13-2 Officio expondo que, na falta de pessoal, nas condições do artigo 256.º do regulamento, em número suficiente para a constituição do jury dos exames para o magisterio, podem ser nomeados individuos que tenham um curso de instrucção superior ou secundária

- 8-2 Decreto (DG 33) Confirmação da aceitação do legado do Visconde Macedo Pinto e de seus irmãos, em Tabuaço, para custear o referido edifício e a cadeira de agricultura, que apoia a criação local de uma Escola com uma cadeira complementar da instrução primária, onde seriam dados rudimentos de agricultura
- 14-2 Officio decarando que os inspectores não têm competencia para elaborar os horários das escolas; e que não póde admittir-se a introduccção da chorographia e historia no ensino elementar
- 16-2 Officio expondo não haver incompatibilidade entre os logares de professor e médico do partido municipal
- 19-2 Officio expondo que, não tendo effeito suspensivo um recurso de uma deliberação camararia, esta subsiste em quanto não for revogada
- 19-2 Officio declarando que as escolas anexas ás escolas normaes fazem parte d'estas; e quando aquellas não existam ainda, os alumnos das escolas normaes podem ir fazer os exercícios práticos de methodologia na escola do segundo grau da freguezia onde funciona a escola normal
- 21-2 Decreto declarando urgente a expropriação de certã porção de terreno para construcção de um edificio destinado ás escolas de ensino primario de ambos os sexos na freguezia de Cedofeita, cidade do Porto
- 22-2 Decreto concedendo á camara municipal de Braga uma parte da cerca do supprimido convento das Ursulinas, e uma parte do edificio do seminario de S. Pedro para os fins declarados no mesmo Decreto
- 2-3 Lei auctorisando o governo a conceder á junta de parochia de Currellos, no concelho do Carregal, uma casa em ruínas para edificacção da escola de ensino primario
- 5-3 Officio declarando que os diplomas de nomeação dos professores primarios são isentos do imposto de sêllo e de direitos de mercê
- 7-3 Officio resolvendo que os documentos exigidos pelo n.º 5.º da portaria de 8 de agosto de 1881, dizem respeito aos professores temporarios que pretendam, não só o provimento vitalicio, mas tambem novo provimento temporário
- 8-3 Lei fixando o vencimento annual do mestre e o do official da officina de instrumentos mathematicos, annexa á escola naval
- 8-3 Decreto auctorisando a junta geral de districto do Porto a contrahir um emprestimo para construcção de um edificio proprio para as escolas normaes dos dois sexos
- 9-3 Officio sobre o modo de se tomar efectiva a isenção das contribuições municipaes e parochiaes, concedida aos delegados parochiaes
- 12-3 Circular prohibindo aos inspectores e sub-inspectores empregarem-se directa ou indirectamente na leccionação particular
- 16-3 Officio expondo que, sendo livre o ensino, não póde mandar-se fechar uma escola particular com o pretexto da incapacidade do professor
- 17-3 Officio espondo que a limpeza da escola, assim como a despeza com os livros da escripturação escolar, tem estado sempre a cargo do professor; quanto ao papel, tinta e mais objectos de ensino devem ser fornecidos pelos encarregados da educação dos alumnos e sendo estes pobres e necessitados pelas commissões de beneficencia e ensino
- 20-3 Officio explicando que as juntas de parochia não são dispensadas de lançar o imposto especial, embora possuam casas de escola e habitação dos professores
- 21-3 Officio declarando que o envolvero dos pontos para os exames dos alumnos, só deve ser aberto pelo presidente do jury no acto dos exames, sob pena do procedimento criminal contra o infractor
- 30-3 Officio declarando que, durante o tempo em que uma escola esteja fechada, o professor não tem direito á gratificação de frequencia, que é a remuneração só do trabalho, e que a antiga gratificação de 10\$000 réis está agora substituida pela de frequencia
- 31-3 Officio declarando que as camaras não carecem de auctorisacção ou parecer algum para conceder aos professores a exoneração, quando estes lh'a peçam. A autorização do governo é indispensável só quando a demissão é dada como pena
- 9-4 Officio explicando que os alumnos reprovados nos exames de frequencia das escolas normaes não podem continuar nas escolas
- 17-4 Officio expondo que nos processos da creação de escolas não ha inconveniente em que a junta geral do districto seja ouvida antes do inspector, ou vice-versa
- 18-4 Officio declarando que não é permittido fazer exames de frequencia nas escolas normaes senão aos alumnos que estejam matriculados
- 23-4 Officio declarando: 1.º, que as camaras municipaes podem auctorisar a matricula nas escolas elementares de alumnos de idade superior a doze annos, quando as casas escolares tenham capacidade para os receber, sem prejuizo da frequencia dos de idade legal e sem inconveniente para as condições pedagogicas; 2.º, que os alumnos já approvados em ensino complementar não podem ser matriculados novamente nas escolas do primeiro grau; e 3.º, que, desde que as camaras auctorisem a matricula de creanças com mais de doze annos, têm de pagar aos professores a respectiva gratificação de frequencia
- 27-4 Officio declaraodo que a gratificação de frequencia nas escolas mixtas é devida pela totalidade dos alumnos, embora as aulas para cada sexo sejam em dias alternados
- 4-5 Officio explicando varios pontos das leis sobre creação de escolas primarias officiaes, e de escolas municipaes, primarias e secundarias, em cujo estabelecimento foram observadas as disposições do codigo administrativo e não as da lei de 2 de maio de 1818
- 7-5 Officio expondo o modo de proceder quando haja alumnos para exame propostos por professor publico ou particular, que faça parte do jury
- 10-5 Decreto auctorisando a creação na cidade do Porto de um estabelecimento denominado Escola industrial e de correcção do districto do Porto

- 11-5 Officio declarando que, ainda que um vogal do jury seja professor de ensino complementar, não póde examinar e julgar os seus alumnos, devendo ser substituído nos exames d'elles
- 12-5 Telegramma expondo que não póde ser admittido a exame quem não tenha sido proposto nos termos legaes
- 14-5 Officio dizendo que ás camaras pertence resolver sobre o número de dias em que as escolas podem estar fechadas por occasião de luto dos professores
- 22-5 Lei concedendo a aposentação com o ordenado por inteiro a Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, preparador de histologia na faculdade de medicina da universidade de Coimbra
- 22-5 Lei dispensando a frequencia do terceiro anno de desenho ao estudante da universidade Vicente Carlos de Sousa Brandão para ser admittido ao respectivo acto
- 22-5 Lei auctorisando o governo a providenciar sobre propinas, exame e matriculas de instrucção secundaria no actual anno escolar
- 23-5 Decreto providenciando sobre propinas, exames e matriculas de instrucção secundaria em virtude de auctorisações concedida pela carta de lei de 22 do corrente (Errata no DG 117)
- 30-5 Officio declarando que as leis não auctorisam concursos para provimento de escolas, com condições especiaes ou contratos particulares, que possam prejudicar a admissão de candidatos legalmente habilitados
- 30-5 Officio declarando que é só pelos alumnos approvados em exames de ensino elementar ou complementar, e não pelos approvados nos exames de admissão aos lyceus, que os professores recebem gratificação; e que não devem leccionar disciplinas estranhas ás do grau, a que pertence a escola, com prejuizo d'estas
- 2-6 Officio expondo que o voto do inspector ou sub-inspector e da junta escolar sobre o provimento de escolas é meramente consultivo, e portanto as camaras não são obrigadas a segui-lo
- 4-6 Decreto auctorisando a irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos da cidade de Guimarães a contrahir um emprestimo para ampliar o asylo de infancia e estabelecer duas escolas primarias
- 14-6 Lei restabelecendo na academia polytechnica do Porto a 6ª carteira para o ensino de mineralogia, geologia, metallurgia e arte de minas
- 19-6 Portaria resolvendo duvidas sobre a fiscalisação que incumbo ás commissões inspectoras dos exames filiaes dos alumnos das escolas primarias nos actos do jury respectivo
- 21-6 Lei elevando a 700\$000 réis o ordenado annual dos professores do curso superior de letras
- 21-6 Lei auctorisando o governo a mandar construir e a estabelecer, a expensas do estado, na freguezia de S. Bartholomeu do Mar, uma escola denominada Escola Rodrigues Sampaio
- 28-6 Officio declarando que na nomeação de um professor de ensino dementar, embora com provimento vitalício, para uma escola complementar deve ser por tres annos, nos termos expressos do artigo 30.º, § 4.º, da lei de 2 de maio de 1818
- 16-7 Officio indicando a maneira como devem proceder as camaras municipaes com relação aos diplomas dos professores primários, a quem concederem jubilação ou aposentação
- 30-7 Officio explicando o que deve entender-se por curso de instrucção secundaria e curso de instrucção superior para os efeitos do § unico do artigo 65.º da lei de 2 de maio de 1878
- 1-8 Decreto modificando e alterando algumas disposições dos regulamentos do curso superior do letras
- 22-8 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal de Fronteira sobre pagamento de um subsidio á professora de ensino primario daquella villa para renda de casa e mobilia escolar
- 23-8 Decreto concedendo definitivamente o extincto convento de Santo Agostinho de Chellas e a sua dotação para estabelecimento de um collegio filial das missões Ultramarinas portuguezas
- 28-8 Decreto determinando o numero das praças do exercito que no anno lectivo de 1883 a 1884 podem ser admittidas á matricula na universidade, escola polytechnica e escola do exercito
- 30-8 Officio expondo que pelo facto de um professor haver lido condemnado a uma pena correccional, não fica sujeito a pena disciplinar como professor; esta pena só lhe pódo ser imposta mediante processo espacial
- 30-8 Officio declarando que as camaras municipaes não podem marcar nem alterar os dias feriados
- 14-9 Officio explicando como deve entender-se a preferencia entre candidatos ao provimento de uma cadeira, segundo a categoria dos diplomas, classificaçã do exame e tempo de serviço
- 25-9 Officio declarando que as camaras municipaes são obrigadas a pagar aos professores das escol, que continuarem, pelas condições especiaes da sua criação, sob a administração do governo, não só o antigo subsidio annual de 20\$000 réis, mas também as gratificações de frequência e exames
- 26-9 Officio declarando que os professores dos cursos nocturnos, que não forem professores públicos, não são obrigados a assistir ás conferencias pedagogicas, podendo todavia assistir como professores particulares, e que as conferencias realizam-se com qualquer numero de professores
- 4-10 Officio expondo que a publicação dos programas das conferências pedagogicas é encargo da inspecção
- 4-10 Officio declarando que as corporações, que se comprometeram com o governo a dar subsidios para escolas creadas anteriormente a 1881, continuam obrigadas a esses encargo
- 26-10 Officio expondo que os alunos do primeiro anno das escolas normaes podem, depois de approvados no primeiro exame de frequencia, assistir aos exercícios praticos de methodologia nas escolas anexas, mas sem prejuizo das lições theoricas de pedagogia ou de outras disciplinas do anno, nem tão pouco dos exercicios obrigatorios dos alumnos do segundo e tereiro anno
- 7-11 Portaria (DG 255) ordenando que os guardas marinhas não possam ser promovidos a segundos tenentes sem terem approvaçã na segunda parte da lingua ingleza n'um lyceu central
- 10-11 Officio declarando as reuniões dos conselhos das escolas normaes devem realizar-se sem prejuizo do serviço escolar

- 23-11 Officio declarando que nos termos do artigo 69.º, § 2.º, da lei de 2 do maio de 1878 e do artigo 243.º do regulamento de 26 de julho de 1881, todos os professores que assistirem ás conferencias pedagógicas, inclusive os das sédes dos circulos, têm direito á gratificação; os secretários das conferencias, assim como os presidentes e relatores, etc. não têm porém gratificação especial pelo desempenho d'esses cargos
- 30-11 Decreto mandando dar posse á direcção do collegio da regeneração da cidade de Braga, do resto do edificio do extincto convento da Conceição da mesma cidade
- 14-12 Ordem do Exército n.º 24 em que são alteradas as composições de cadeiras na Escola do Exército
- 15-12 Officio explicando o que um professor aposentado tem a fazer para receber a parte do venoimento da inactividade a cargo do thesouro
- 19-12 Officio declarando qual o ordenado que pertence aos professores temporarios nomeados pelo governo até julho de 1881 quando providos pelas camaras nas mesmas cadeiras como temporarios, ou como vitalícios; e quando nomeados em concurso para outras cadeiras
- 24-12 Officio communicando um despacho que auctorisa admissão de candidatos aos exames de habilitação para magisterio, que por motivos estranhos á sua vontade deixaram de juntar no praso do concurso alguns dos documentos exigidos, e negando a admissão a uma candidata que não requereu dentro d'aquelle praso
- 24-12 Decreto convertendo em cadeira de ensino simultaneo a de ensino mutuo estabelecida na cidade da Horta, e creando ali mais outra cadeira de ensino simultaneo

1884

- 3-1 Relação dos livros approvados durante o anno de 1883 para uso das escolas primarias e secundarias
- 3-1 Decreto (DG 5) creando uma escola industrial na Covilhã e oito escolas de desenho industrial em varias terras do reino (uma foi a das Caldas da Rainha - A escola recebeu o nome de D. Leonor a a 9 de Outubro e começou a funcionar em Janeiro de 1885)
- 23-1 Officio estabelecendo que aos exames de habilitação para o magistério só deve assistir um dos vogaes suplentes do jury, o qual, se residir na séde da circunscripção, vence a gratificação somente nos dias de exames, e de for de fóra vencerá desde que sair da sua residência até ao dia do regresso
- 14-2 Officio declarando que as directoras das escolas normaes do sexo feminino devem assistir às sessões da comissão inspectora, com voto consultivo, excepto quando directamente lhes respeitem
- 14-2 Decreto concedendo ajunta de parochia de Nossa Senhora da Salvação da villa de Arruda um celleiro arruinado e quintal annexo para construcção de uma escola
- 27-2 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno para construcção das escolas de ensino elementar da freguezia de S. Miguel das Aves, concelho de Santo Thyrso
- 28-2 Decreto (DG 62) auctorisando a escola medico-cirurgica do Porto a acceitar e administrar o legado deixado em testamento de Kita de Assis Sousa Vaz para aperfeiçoamento dos estudos medicos no paiz
- 6-3 Decreto sobre consulta supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso João Belgrano Segurado, julgando-se habilitado para o magistério primario com o curso theologico dos seminarios, reclama contra a nomeação de outro candidato, com diploma legal, para uma cadeira a que fóra tambem oppositor
- 6-3 Decreto approvando a creação de uma escola normal de 2.ª classe na cidade de Evora
- 6-3 Lei approvando o plano de organização do curso do commercio no instituto industrial e commercial de Lisboa (Erratas no DG 58)
- 6-3 Decreto negando provimento no recurso de João Augusto Belgrano Segurado por se julgar preterido na nomeação de professor de uma cadeira de ensino primario, a que fóra candidato
- 6-3 Lei auctorisando o governo a reintegrar na cadeira de arithmetica do lyceu de Ponta Delgada o bacharel Eugénio do Canto
- 8-3 Officio expondo que nas escolas primárias devem ser admitidas, de preferênciã a outras quaesquer, as creanças recenseadas; que sendo estas em número demasiado para a casa escolar, deve arranjar-se outra casa, em boas condições, ou crear nova cadeira; que além das creanças recenseadas e quando a casa escolar o permitta, só podem ser admitidas outras, mas com consentimento da camara por causa da gratificação de frequênciã; e que nas escolas sexo masculino não são admittidas creanças do sexo feminino
- 13-3 Officio estabelecendo que as nomeações dos professores primarios devem ter sempre precedidas dos pareceres da junta escolar e do inspector ou sub-inspector, embora no concurso haja só um requerente
- 13-3 Lei revogando o artigo 2.º do decreto de 14 de outubro de 1869 a respeito da categoria, dos lentes da escola polytechnica de Lisboa, e concedendo aos officiaes militares providos por concurso nas cadeiras dos institutos superiores vantagens iguaes aos professores militares da referida escola
- 13-3 Lei (DG 65) dotando as duas secções de mineralogia e, zoologia e o jardim botânico da universidade de Coimbra com a quantia de 240\$000 réis cada um para explorações scientificas
- 13-3 Lei (DG 65) dispensando a André Gonçalves Tinto os preparatorios exigidos por lei para a admissão a exame de pharmacia
- 26-3 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, annullando uma deliberação da junta geral do districto de Lisboa sobre a distribuição pelos concelhos do districto de uma verba destinada a subsidiar as es escolas públicas dos bairros de Lisboa
- 26-3 Decreto dando provimento no recurso da camara municipal dos Olivaes sobre pagamento de despezas com as escolas primarias da cidade do Lisboa (Erratas no DG 113)

- 2-4 Officio expondo que a mudança das escolas ainda mesmo dentro de uma freguezia só póde effectuar-se com autorização do governo, por isso que d'elle depende a approvação do plano das escolas e sua distribuição nos concelhos
- 3-4 Officio estabelecendo o modo como deve ser distribuido e regulado o serviço do presidente e vogaes dos jurys dos exames dos alumnos das escolas primarias; e declarando que o artigo 104.º do regulamento é aplicável só ás provas oraes
- 21-4 Lei auctorizando a camara municipal de Paredes de Coura a applicar a despezas de instrucção primaria o outros melhoramentos certas quantias do cofre de viação
- 22-4 Officio explicando o modo como deve interpretar-se o § 4.º, artigo 30.º da lei de 2 de maio de 1878 com referencia á nomeação definitiva dos professores do ensino primario
- 1-5 Telegramma declarando que nenhum funcionario ou corporação póde alterar os prazos legaes para admissão aos exames dos alumnos das escolas primarias
- 2-5 Officio indicando: 1.º, que aos exames dos alumnos das escolas primarias deve assistir a commissão inspectora ou fazer-se representar por algum dos seus vogaes; de contrario deve fazer-se a comunicação da não assistência ao presidente do jury, não podendo em todo o caso ser demorados ou interrompidos o exames; 2.º, que os professores particulares não podem de modo algum fazer parte dos júrys, podendo todavia interrogar, illucidar e dirigir os seus alumnos
- 6-5 Portaria approvando o regulamento dos museus industriaes e commerciaes
- 4-5 Officio declarando que os professores nomeados pelo governo até julho de 1881 não têm direito a exigir das camaras ordenados superiores a 120\$000 réis, a não ser que as camaras, devidamente auctorisadas, queiram elevar aquella quantia
- 5-5 Officio expondo que, quando as juntas de parochia não forneçam casa de habitação para os professores por estes viverem em casa sua, devem as juntas pagar-lhes a importância da renda, e indicando os meios de que os professores devem usar para assim o conseguirem
- 6-5 Portaria approvando o regulamento geral das escolas industriaes e das escolas de desenho industrial
- 8-5 Officio declarando que os professores temporarios, que cursem as escolas normaes, não perdem por isso o direito ao provimento definitivo nas suas escolas, logo que provem ter três anos de bom e effectivo serviço, não se levando em conta para esse efeito o tempo de frequencia das escolas normaes
- 10-5 Officio declarando que os professores públicos nada têm que oppôr ao estabelecimento de escolas livres na mesma localidade das suas
- 14-5 Decreto (DG 152) sobre consulta do supremo tribunal administrativo dando provimento no recurso do secretario geral do governo civil da Horta sobre o modo de contar o tempo que devem durar as funções das juntas escolares
- 15-5 Despacho nomeando os inspectores das circunscrições administrativas das escolas
- 19-5 Officio declarando que os professores primarios não estão isentos do imposto do sêllo pelos diplomas de aposentação
- 21-5 Officio declarando que só as professoras de ensino complementar têm obrigação de fazer parte dos jurys dos exames dos alumnos do sexo masculino, quando para isso sejam nomeadas; as professoras de ensino elemental podem fazer parte d'esses jurys, mas não são a isso obrigadas
- 23-5 Lei mandando observar no corrente anno escolar o decreto de 23 de maio de 1883 com respeito a propinas, jurys e exames de instrucção secundaria
- 23-5 Lei creando um conselho superior de instiucção publica, e supprimindo a junta consultiva de instrucção publica
- 24-5 Decreto (DG 152) dando provimento no recurso do secretario geral do governo civil da Horta sobre o modo de contar o tempo que devem durar as funções das juntas escolares
- 26-5 Lei (DG 126) concedendo á associação protectora de meninas pobres e associação protectora de escolas asylos para rapazes pobres a posse definitiva do convento e igreja do Santissimo Rei Salvador, da cidade do Lisboa, ficando uma parte do edificio pertencendo á camara municipal
- 3-6 Officio communicando um despacho, desenvolvidamente fundamentado, que recusou a confirmação da pena de demissão imposta por uma camara municipal a uma professora
- 7-6 Officio expondo que a conversão de uma escola do sexo masculino que esteja provida, em escola mixta, só póde ser auctorisada se na família do professor houver senhora habilitada nos termos do artigo 33.º da lei para servir de ajudante, com direito ao respectivo ordenado
- 10-6 Offieio declarando que nas escolas de instrucção primaria não podem leccionar-se disciplinas alheias ao respectivo programma, e que as escolas que as camaras estabelecerem com o ensino obrigatorio d'essas disciplinas não podem ser para efeito algum consideradas como fazendo parte do plano da instrucção primaria
- 19-7 Officio explicando a organização dos planos das escolas
- 21-7 Decreto concedendo amnistia aos estudantes da escola medico-cirurgica de Lisboa, pronunciados pelo crime punido pelos artigos 414.º do codigo penal e 33.º da lei da 1 de julho de 1867
- 22-7 Officio declarando que as deliberações camararias pelo código administrativo sujeitas á approvação da autoridade tutelar, não ficam isentas pelo facto de respeitarem a um acto negativo; quando porém as camaras se recusem a submeter essas deliberações á approvação superior, deve ser interposto recurso para os tribunaes administrativos
- 24-7 Decreto resolvendo que de 1885 por diante nenhum alumno faça exame de admissão aos lyceus sem apresentar certidão de ter sido approved no exame de instrucção primaria elemental
- 29-7 Officio declarando que os professores de gymnastica e de canto choral das escolas normaes, não sendo professores de outras disciplinas, só podem interrogar e votar nos exames da disciplina que leccionaram
- 9-8 Officio fixando as regras a observar para a criação de escolas
- 13-8 Decreto alterando e modificando algumas disposições do regulamento do curso superior de letras

- 14-8 Decreto (DG 186) regulando as disposições dos artigos 12.º e 13.º da lei de 11 de junho de 1880 relativas a subsídios devidos aos municípios para as despesas de instrução primaria
- 14-8 Decreto concedendo á camara municipal de Ponta do Sol uma casa na freguezia da Ribeira Brava para ahi continuar a escola primaria (Erratas no DG 189)
- 18-8 Officio declarando que um individuo aprovado com a classificação de sufficiente em algumas disciplinas do ensino complementar, querendo obter diploma para o magistério do segundo grau, tem de sujeita-se ao exame de todas as disciplinas, não se lhe levando em conta aquelles em que já fôra examinado
- 19-8 Circular recomendando aos inspectores de ensino primario como devem proceder na organização das propostas para premios pecuniários aos professores officiaes
- 21-8 Officio declarando que as propostas das commissões inspectoras das escolas normaes sobre o número de alumnos que devem passar do segundo para o terceiro anno, não podem, sob qualquer pretexto, deixar de ser feitas na época fixada no regulamento; e como deve proceder-se á escolha d'esses alumnos, quando a qualificação final do segundo anno seja da mesma graduação
- 21-8 Officio expondo que os professores auxiliares das escolas normaes, fazendo parte do jury dos exames dos alumnos, têm voto no apuramento final d'esses exames, e devem assignar os diplomas
- 21-8 Officio declarando que os inspectores têm a faculdade de examinar e aprovar ou não, segundo entenderem, os programmas das conferencias pedagogicas
- 25-8 Decreto determinando o numero de praças que no anno lectivo de 1884 a 1885 podem matricular-se na universidade, escola polytechnica e escola do exercito com destino ás differentes armas
- 29-8 Officio declarando que o exercicio do cargo de vereador da camara é incompatível com o de professor primario do respectivo concelho
- 1-9 Officio expondo o modo de se considerar a habilitação de instrução secundaria, em presença das diversas leis que a têm regulado, para o effeito da habilitação para o exercicio do magisterio primario
- 6-11 Decreto mandando admittir á matricula do primeiro anno das faculdades, escolas ou cursos de instrução superior os alumnos aos quaes falte somente o exame dos elementos de legislação
- 17-11 Decreto approvando o regulamento do conselho superior de instrução publica (Erratas no DG 269)
- 17-11 Officio communicando um despacho que auctorizou a readmissão ao curso normal de um alumno que havia perdido o anno anterior por faltas, justificadas por motivo de força maior
- 18-11 Decreto creando um curso complementar de sciencias no lyceu nacional de Beja
- 18-11 Decreto creando uma escola municipal secundaria na cidade de Setubal
- 22-11 Officio expondo as condições em que podem ser readmitidos nas escolas normaes os alunos reprovados nos exames de frequencia ou finaes
- 2-12 Portaria (DG 276) mandando abrir concurso para a escolha de tres individuos que vão estudar por conta do estado o curso das escolas de minas de Freiberg ou de Paris
- 3-12 Decreto creando uma escola industrial na cidade de Guimarães (Erratas no DG 288)
- 3-12 Decreto approvando os estatutos do collegio das missões Ultramarinas
- 5-12 Portaria determinando os titulos com que devem ser denominadas as escolas industriaes e do desenho industrial da circumscripção do norte
- 6-12 Decreto (DG 284) concedendo cortas vantagens aos sacerdotes europeus e aos do arcebispado de Goa, incumbi-das pelo governo de servirem no Ultramar como parochos, missionários ou professores (Erratas no DG 286)
- 10-12 Decreto oobre consulta do supremo tribuual administrativo, estabelecendo que um pharmaceutico não está isento de exercer as funcções de delegado parochial da junta escolar
- 11-12 Decreto creando uma escola de desenho industrial na cidade de Braga
- 29-12 Decreto (DG 7) determinando os prazos dentro dos quaes os inspectores e sub-inspectores de ensino primario são obrigados a tomar posse e entrar no exercicio dos respectivos logares
- 30-12 Officio circular determinando que os governadores civis dos districtos sedes de circumscripção, e os administradores dos concelhos sedes de circulo escolar recebam e entreguem por inventario os livros, documentos e mais objectos pertencentes ás secretarias dos inspectores e sub inspectores de ensino primario, quando estes não possam fazer entrega d'esses objectos directamente aos que os substituírem
- 30-12 Officio circular indicando aos inspectores e sub-inspectores de ensino primario o modo como devem fazer a entrega dos livros, documentos e mais objectos pertencentes ás respectivas secretarias, quando sejam tranferidos

1885

- 3-1 Relação contendo os livros approvados no anno de 1884 para uso das escolas primarias e secundarias
- 8-1 Decreto auctorizando a junta geral do districto do Porto a elevar a mais 15:000\$000 réis o emprestimo auctorizado para a construção das escolas normaes primarias d'aquella cidade
- 10-1 Portaria approvando o regulamento para o chefe dos trabalhos práticos do laboratorio chimico da universidade de Coimbra
- 17-1 Officio resolvendo sobre o modo de prover á interrupção do serviço por impedimento dos professores das escolas normaes
- 19-1 Portaria approvando a classificação systematica dos museus industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 21-1 Offieio expondo as condições de preferencia entre candidatos ao provimento das escolas primarias
- 26-1 Officio permitindo, dentro do prazo dos exames de habilitação para o magisterio, a admissão de dois candidatos que faltaram ao exame no dia que lhes foi marcado, e que justificaram a falta
- 30-1 Portaria approvando o regulamento para o laboratorio chimico da academia polytechnica do Porto

- 11-2 Portaria dispensando por um anno o exame da 7.^a cadeira dos lyceus aos candidatos aos logares de aspirantes das alfandegas de Lisboa, Porto e consumo, e declarando que não são exigidos aos candidatos que tiverem aprovação em certos cursos, os exames preparatorios que lhes não tiverem sido pedidos para a matricula desses cursos
- 13-2 Officio declarando que nenhum professor pôde fazer novo exame para o magisterio sendo na circumscripção a que pertence a sua escola, embora esteja ausente n'outra circumscripção
- 28-2 Circular indicando o modo como as camaras municipaes devem proceder no abono dos vencimentos dos professores reformados, emquanto a aposentação não for confirmada pelo governo
- 28-2 Officio indicando o modo como as camaras municipaes, devem proceder ao abono dos vencimentos dos professores por ellas aposentados, emquanto a aposentação não for confirmada pelo governo
- 17-3 Officio resolvendo varias duvidas sobre a fórma de votação dos exames de canto e gymnastica das escolas normaes, e influencia que a aprovação ou reprovação n'esses exames exerce na situação dos alumnos
- 24-3 Officio declarando que, não havendo lei que iniba os parochos collados de exercer o magisterio, podem elles concorrer ao provimento de escolas, se para isso estiverem legalmente habilitados, respondendo, porém, se forem nomeados, pelas faltas do serviço escolar
- 30-3 Officio expondo que para admisión nas escolas normaes não podem ser attendidos candidatos fóra da idade legal ou com defeito physico que os iniba do exercicio do magisterio
- 31-3 Circular declarando os casos em que os professores de ensino primario, classificados de *sufficiente*, nos exames de habilitação, podem ser promovidos á propriedade das cadeiras que estiverem regendo
- 31-3 Officio declarando os casos em que os professores de ensino primario, classificados de *sufficientes* nos exames de habilitação, podem ser promovidos á propriedade das cadeiras que estiverem regendo
- 7-4 Officio indicando varios esclarecimentos que, com os exigidos na portaria de 20 de setembro de 1882, devem completar a instrucção dos processos para o estabelecimento de escolas mixtas
- 7-4 Officio resolvendo varias duvidas sobre o modo de se fazerem os exames dos alumnos das escolas normaes
- 8-4 Officio resolvendo que um professor pôde ser chamado para o serviço dos exames em concelho estranho, mas com auctorisação prévia da camara do concelho a que pertencer a sua escola; devendo a despesa ser todavia paga pela camara do concelho onde for prestado o serviço
- 28-4 Telegramma declarando que as certidões doa exames dos alumnos das escolas primarias devem ser requeridas e passadas em papel selado
- 28-4 Officio declarando que os pontos para os exames finaes das escolas primarias deverão ser sempre enviados aos presidentes das commissões inspectoras em carta fechada e lacrada
- 30-4 Telegramma declarando que as camaras podem gratificar os professores officiaes que nos exames finaes das escolas primarias substituírem os vogaes das juntas escolares
- 7-5 Lei permittindo a nomeação definitiva dos actuaes membros provisórios do corpo docente da escola medicocirurgica do Funchal, e augmentando os ordenados dos professores da mesma escola
- 15-5 Decreto (DG 119) auctorisando a commissão administrativa do collegio dos orphãos de S. Caetano de Braga a adquirir uma casa e quintal para estabelecimento do collegio
- 15-5 Officio declarando que as reclamações contra irregularidades commettidas no serviço dos exames finaes das escolas primarias, devem ser remetidos ao governo pelos inspectores, depois de ouvidas as commissões inspectoras e os vogaes do jury
- 20-5 Decreto dando provimento no recurso do secretario geral do governo civil de Angra do Heroismo, sobre jubilação de um professor de ensino primario
- 3-6 Officio indicando o modo de organizar os processos para a concessão de subsidios do estado pelos estragos do phylloxera
- 9-6 Lei providenciando sobre os exames de instrucção secundaria dos lyceus, no anno escolar de 1884-1885
- 9-6 Portaria approvando o regulamento para a escola industrial Campos Mello, na Covilhã
- 9-6 Officio declarando que os professores das escolas normaes, que ensinarem particularmente, não podem fazer parte do jury dos exames e habilitação para o magisterio
- 30-6 Telegramma declarando que deve ser admittido a exame para o magisterio o candidato que na epocha dos exames se mostre livre de culpas, embora anteriormente houvesse cumprindo qualquer pena
- 30-6 Lei auctorisando o governo a conceder á junta de parochia da freguezia matriz da cidade da Horta 1:000 metros quadrados de terreno da cerca do extincto convento da Gloria, para construcção de uma escola (Erratas no DG 147)
- 2-7 Lei supprimindo na faculdade de philosophia da universidade de Coimbra a cadeira de agricultura, creando em substituição a de antropologia e paleontologia, e reorganizando o museu da historia natural
- 2-7 Lei auctorisando o governo a applicar aos lentes da escola do exercito, collegio militar e escola polytechnica as disposições para accesso e collocação nos quadros que estavam em vigor antes do decreto de 30 de outubro de 1884
- 4-7 Officio declarando que o secretário do jury dos exames para o magisterio é escolhido pelo mesmo jury de entre os vogaes efectivos
- 15-7 Lei creando uma caixa nacional de aposentações para todos os funcionarios publicos civis do continente e ilhas adjacentes, que por outras leis tenham direito a aposentação
- 16-7 Lei (DG 158) concedendo certas vantagens aos alumnos militares que no anno lectivo de 1883-1884 possuíam determinadas habilitações
- 17-7 Officio declarando que o praso para os professores primarios tomarem posse e entrar no exercicio das suas cadeiras é de quatro meses improrrogáveis

- 18-7 Carta de lei approvando a reforma administrativa do municipio de Lisboa. Art. 37.º - 49.º Instrução publica; art.º 50º e 51.º Instrução profissional “ A camara municipal creará para o ensino profissional uma escola central de artes e officios”
- 18-7 Officio resolvendo varias duvidas sobre o provimento dos *cursos temporarios*, e ácerca das garantias que assistem aos professores d'esses cursos, mesmo quando estes sejam convertidos em escolas permanentes
- 21-7 Officio expondo que a entrega dos diplomaa aos alumnos das eacolas normaes póde ser feita logo que terninem os cursos ou no principio do anno lectivo seguinte; e o nesta ultima hypothese podem as juntas geraes, se quizerem mandar abonar as pensões até ao mez de outubro
- 21- 7 Lei estabelecendo o desdobramento de algumas cadeiras da academia polytechnica do Porto, e regulando a cobrança e applicação das propinas de matricula e exames nos cursos da mesma academia
- 22-7 Lei auctorisando a camara municipal de Ponte de Sor a applicar do fundo de viação até á quantia de réis 5:000\$000 á construcção dos paços do concelho, de um cemiterio e de escolas para ambos os sexos
- 23-7 Lei dispensando o exame de legislação aos alumnos que estão em determinadas circumstancias e se destinam aos cursos medicos e medico cirúrgicos
- 27-7 Officio declarando que o subsidio pecuniario, offerecido em tempo por uma junta de parochia panra augmento do ordenado do professor de umaescola creada pelo governo, não póde substituir actualmeote o eencargo de fornecimento de casa e mobilia escolar e habitação do professor
- 29-7 Officio declarando que os professores idóneos não podem fazer parte do jury dos exames para o magistério; e que as professoras não podem ser chamadas para os exames dos candidatos do sexo masculino
- 29-7 Lei (DG 174) concedendo á camara municipal de Alemquer o edificio do extincto convento de Nossa Senhora da Conceição do logar de Olhalvo, capella e cêrca annexas para installação das escolas primarias do mesmo logar
- 30-7 Lei concedendo á associação denominada educadora do sexo feminino da cidade de Angra do Heroismo o edificio do convento de S. Gonçalo
- 30-7 Telegramma expondo que para a classificação final dos exames para o magistério a votação das provas praticas deve juntar-se á das provas oraes e escriptas
- 1-8 Telegramma eclarando que o jury dos exames para o magisterio depois de legalmente constituído não pode ser alterado
- 6-8 Decreto transferindo a escola primaria do logar das Chans para Rigueira de Pontes, concelho de Leiria
- 6-8 Decreto (DG 179) auctorisando a camara municipal de Obidos a crear na freguezia de S. Silvestre dos Dois Francos uma escola mixta, sendo annexada a essa freguezia a do Espirito Santo do Landal
- 12-8 Decreto approvando o regulamento geral dos lyceus
- 18-8 Officio declarando que os professores publicos que frequentarem as escolas normaes não são dispensados de pagar os emolumentos do diploma; e que os alunos pensionistas que passarem á classe de não pensionistas ficam logo sujeitos aos encargos d'esta classe
- 20-8 Officio indicando o modo de instruir os processos para a criação de escolas normaes
- 26-8 Decreto determinando o numero de praças do exercito que poderão ser admittidos nos cursos perparatorios da universidade e da escola polytechnica, bem como nos cursos de cavallaria e infantaria da escola do exercito, no anno lectivo de 1885-1886
- 27-8 Decreto concedendo á junta de parochia de Santalha uma casa denominada «Tulha da residencia» para o estabelecimento da escola primaria da freguesia
- 10-9 Decreto determinando as cadeiras e os cursos da academia polytechnica do Porto em virtude da lei de 11 de junho ultimo
- 17-9 Decreto (DG 212) concedendo á associação educadora do sexo feminino da cidade de Angra do Heroismo o edificio do convento de S. Gonçalo com a igreja, cêrca e mais dependências
- 19-9 Officio de 19 de setembro de 1885, indicando o modo de proceder quando as camaras se recusarem a pagar aos professores antigos os subsídios que eram obrigados a pagar-lhes como complemento do ordenado
- 30-9 Officio declarando que para a aposentação dos professores não pode ser contado o tempo que hajam servido no exército, mas sómente o de serviço do magistério official
- 1-10 Decreto (DG 222) supprimindo definitivamente os cursos ecclesiasticos de Aveiro, Castello Branco e Pinhel
- 4-10 Portaria declarando ao reitor da universidade que, na conformidade da sua informação, foram indeferidas as pretensões de alumnos que pediam dispensa de habilitações para matricula nas diversas faculdades, e determinando que de ora em diante cessem todas as excepções aos regulamentos
- 7-10 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, negando provimento n'um recurso da camara municipal da Guarda sobre o vencimento da aposentação dos professores do ensino primario
- 9-10 Officio declarando que para a matrícula de alumnos não pensionistas nas escolas normaes não há limite de número
- 4-11 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, dando provimento n'um recurso da camara municipal de Vizeu sobre o abono da gratificação de frequência ao professor de ensino primário d'aquella cidade
- 5-11 Decreto alterando e ampliando algumas disposições do decreto de 8 de fevereiro de 1883 que approvou a criação da escola Prática de Agricultura Macedo Pinto na villa de Tabuaço
- 5-11 Decreto (DG 257) determinava que o curso a ministrar pelo legado do Visconde Macedo Pinto e de seus irmãos, em Tabuaço seria anual
- 6-11 Officio resolvendo que um alumno pensionista que por faltas perdeu o segundo anno do curso normal póde, havendo vaga n'aquella classe e falta de candidatos habilitados, ser readmittido á frequencia do mesmo segundo anno
- 6-11 Officio resolvendo que, tendo um alumno reprovado no exame final do segundo anno do curso normal, só pode ser readmittido na escola á frequencia do primeiro anno

- 13-11 Officio resolvendo que para as disciplinaes para as quaes não haja livros approvados pelo conselho superior de instrução publica, se póde adoptar algum dos livros anteriormente approvados pelo governo
- 16-11 Officio declarando que os concorrentes ao provimento de uma escola, pelo facto de serem já professores ou de serem parochos, não estão dispensados de apresentar no concurso os documentos exigidos no n.º 4.º das instruções de 8 de agosto de 1881
- 19-11 Officio resolvendo que as escolas municipaes podem, quando vagas, ser transformadas em escolas officiaes com a clausula de que a respectiva deliberação camararia seja submettida á approvação da auctoridade tutelar e o provimento sujeito ás prescripções das leis da instrução primaria
- 25-11 Officio declarando que os indivíduos que completarem o curso geral de instrução secundaria na vigencia da lei de 14 de junho de 1880, só podem considerar-se habilitados para o exercicio do magisterio primário em vista da approvação no exame de saída
- 28-11 Officio declarando que os professores podem opor-se a que as creanças de idade inferior a oito annos se demorem na escola mais do que o tempo a que são obrigadas, se ellas assim o desejarem e os pães ou tutores o auctorisarem
- 4-12 Officio declarando que os cursos noturnos devem ser sustentados pelas receitas proprias dos municipios, e não pelo producto do imposto especial nem pelo subsidio do districto, auctorisados pela lei de 11 de junho de 1880, com applicação ás escolas publicas
- 11-12 Officio declarando as condições em que um professor classificado se sufficiente, póde concorrer ao provimento de outra cadeira
- 24-12 Officio declarando que compete ao conselho de districto resolver sobre a escusa pedida por um professor da academia de bellas artes de Lisboa, eleito para a commissão de obras publicas do municipio de Lisboa
- 30-12 Decreto reorganizando a commissão inspectora das escolas normaes primarias da cidade de Lisboa
- Sem data D. Luis assinou o decreto-lei que criou a Escola D. Maria Pia para o sexo feminino

1886

- 7-1 Decreto transferindo a escola primaria do logar da Paz, freguezia de Almagreira, no concelho de Pombal, para o logar do Paço da mesma freguezia
- 9-1 Officio declarando que os professores devem tomar posse das cadeiras para que forem nomeados dentro do prazo quatro meses; e que o praso do provimento temporário conta-se da data da posse e não do despacho
- 11-1 Decreto acceitando o legado deixado pelo cidadão António de Oliveira Brandão ao lyceu do Porto para premios a alumnos e a auctores de compendios
- 16-1 Officio declarando que o diploma do provimento vitalício d'uma escola é prova sufficiente de habilitação legal para ser admitido ao concurso de outra escola
- 18-3 Decreto concedendo á associação das creches de S. Vicente de Paula da cidade do Porto auctorisação para contrahir um emprestimo destinado á conclusão das obras do edificio que está construindo
- 18-1 Circular estabelecendo que nos exames finaes elementares do sexo feminino se deve exigir provas sobre labores; e indicando o modo de classificar-as
- 20-3 Officio expondo que um professor interino não pode ser nomeado vitalício, embora tenha tres anos de serviço
- 17-4 Officio resolvendo varias duvidas sobre a organisação dos jurys dos exames finaes das escolas primárias
- 21-4 Lei providenciando sobre exames de instrução secundaria, e reduzindo a propina dos exames singulares
- 21-4 Officio expondo que a incompatibilidade entre os lugares de delegado parochial e de amanuense da administração do concelho só póde ser declarada pelos tribunacs do contencioso administrativo
- 28-4 Officio indicando o modo como devem ler organisados os processs de accusação contra os professores primarios
- 4-6 Decreto amnistiando os factos praticados pelo estudantes das faculdades de medicina, mathematica e philosophia nos ultimos dias de maio findo
- 4-6 Decreto providenciando contra os inconvenientes que resultam de se acharem ausentes do serviço das repartições, escolas e tribunaes, muitos empregados do estado sob pretexto de exercerem commissões de serviço publico
- 11-6 Officio resolvendo varios recursos sobre a admissão de candidatos ao magisterio primario
- 21-6 Officio declarando que um professor temporario que esteve ausente do serviço com a competente licença da camara, preenchendo depois com serviço effectivo o tempo da licença, póde ser promovido lá propriedade da cadeira
- 28-6 Telegramma declarando que póde exercer o magistério o professor condemnado n'uma pena correccional, que não tenha por efeito a prohibição do ensino ou a suspensão do exercicio da cadeira
- 28-6 Criada a Direcção-Geral da Agricultura, até aí uma simples Repartição da Direcção- Geral da Industria e Comércio. Esta Direcção era constituída por duas Repartições: Serviços Agricolas e Instrução Agricola
- 7-7 Officio esbelecendo o modo de se organizar o jury dos exames de admissão ás escolas normaes
- 16-7 Portaria (DG 158 de 17 de julho) declarando que a direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes faça os seus fornecimentos na officina de instrumentos de precisão junta ao instituto industrial e commercial de Lisboa
- 16-7 Decreto providenciando contra os inconvenientes que resultam de se acharem ausentes do serviço das repartições, escolas e tribunaes, muitos empregados do estado sob pretexto de exercerem commissões de serviço publico
- 16-7 Officio declarando a incompatibilidade de funções de professor primario com as de administrador do concelho
- 16-7 Portaria regulando o abono das despezas a que têm direito os inspectores das escolas industriaes e das escolas de desenho industrial
- 17-7 Decreto aprovando o codigo administrativo
- 17-7 Officio expondo os motivos da incompatibilidade entre os logares de professor e de regedor parochia

- 20-7 Officio expondo os motivos de exclusão do jury dos exames para o magisterio o parentesco com algum dos aspirantes; o vogal, que estiver porém n'essas condições, deve ser substituído no exame e julgamento do seu parente
- 29-7 Decreto reorganizando o supremo tribunal administrativo
- 29-7 Decreto reformando a instrução secundaria
- 29-7 Decreto (DG 172 de 3 de agosto) approvando a organização do serviço externo dos correios, telegraphos e pharoes (Art. 97.º "É mantido, em Lisboa, um curso de correios e telégrafos, destinado a habilitar indivíduos para este ramos especial de serviço público")
- 2-8 Telegramma declarando que um professor interino não póde entrar no jury dos exames para o magisterio
- 9-8 Officio declarando que a elaboração dos programmas de ensino é da exclusiva competencia do conselho superior de instrução publica
- 11-8 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, dando provimento no recurso do secretario geral do governo civil da Horta contra a demissão imposta á professora de ensino primario de Flamengos pela camara municipal d'aquella cidade
- 12-8 Decreto approvando o regulamento do processo perante o tribunal administrativo districtal
- 12-8 Decreto approvando o regulamento geral dos lyceus
- 18-8 Officio estabelecendo as condições e modo de applicar aos alunos das escolas primarias a pena de expulsão por incorregiveis
- 19-8 Officio declarando que os cargos da inspecção não isentam do serviço de jurado
- 26-8 Decreto (DG 203 de 8 de setembro) fixando em 14\$400 réis mensaes as prestações que devem pagar os alumnos porcionistas civis, que forem admittidos no collegio militar
- 31-8 Officio declarando que a exoneração dos professores interinos está na alçada das camaras, independentemente de quaesquer formalidades; e a nomeação deve ser sempre precedida do parecer da junta escolar
- 10-9 Portaria approvando o regulamento provisório para o ensino profissional na officina da escola Fradesso da Silveira
- 13-9 Officio declarando que a escola anexa a escola normal não dispensa as camaras do estabelecimento das escolas de ensino elementar e complementar
- 13-9 Officio expondo que o facto de uma camara municipal querer dar casa e mobília para uma escola não dispensa a junta da parochia de fornecer residencia para o professor
- 15-9 Officio declarando que são incompatíveis as funções de membro da junta de parochia com as de delegado parochial da junta escolar
- 16-9 Decreto approvando o regulamento dos concursos para provimento dos logares de professores dos lyceus. (Erratas no DG 224)
- 25-9 Portaria resolvendo duvidas sobre propinas de matricula nos lyceus
- 1-10 Portaria declarando que a prohibição do ensino particular, estabelecida pelo artigo 26.º do decreto de 29 de julho ultimo, comprehende os professores e aggregados de nomeação provisoria
- 1-10 Portaria recommendando a exacta observancia das disposições do regulamento de 20 de setembro de 1882 e de outras com relação aos institutos particulares de instrução secundaria
- 4-10 Portaria declarando ao reitor da universidade que, na conformidade da sua informação, foram indeferidas as pretensões de alumnos que pediam dispensa de habilitações para matricula nas diversas faculdades, e determinando que de ora em diante cessem todas as excepções aos regulamentos
- 8-10 Officio expondo que só aos alunos pensionistas das escolas normaes podem ser fornecidos livros, papel, penas, etc., e que eles não têm obrigação de restituir qualquer que seja a causa da sua retirada da escola
- 8-10 Portaria determinando que não sejam concedidas dispensas de habilitações para matriculas nas escolas de ensino superior
- 9-10 Officio auctorizando o abono da pensão no mês de outubro por inteiro aos alumnos pensionistas das escolas normaes de Lisboa
- 11-10 Telegramma expondo que os professores legalmente licenciados pelas camaras não são obrigados a assistir ás conferencias pedagogicas
- 11-10 Portaria resolvendo varias duvidas sobre a interpretação do artigo 26.º do decreto de 29 de julho ultimo, que prohibiu o ensino particular aos professores e empregados dos lyceus
- 13-10 Decreto sobre consulta do supremo tribunal administrativo, declarando que as juntas de parochia que pelos aeus rendimentos ordinários possam satisfazer integralmente a todos os encargos que as leis, lhes incumbem não têm de lançar o imposto adicional a que se refere a lei de 11 de junho de 1880
- 14-10 Officio resolvendo que os alumnos das escolas normaes de 1.ª classe não podem transitar para as de 2.ª classe, visto que a transição só póde ter lugar dentro da mesma categoria
- 20-10 Decreto annullando um accordão do conselho do districto de Ponta Delgada, por falta de audiência contradictoria das partes, n'um recurso sobre o pagamento, a cargo dos municipios, do antigo complemento de ordenado dos professores primarios
- 22-10 Portaria approvando o regulamento provisório para o ensino profissional na escola de desenho industrial, Gil Vicente, em Belem
- 22-10 Portaria approvando o regulamento provisório para o ensino profissional na aula de desenho industrial, Marquez de Pombal, em Alcantara
- 22-10 Officio estabelecendo o procedimento que deve adoptar-se contra as corporações que se recusem a passar atestados, qua as leis exigem para determinados fins
- 23-10 Officio suscitando a obeservancia da disposição da portaria de 8 de agosto de 1881 relativa á publicação no *Diario do governo* dos annuncios de concurso para provimento das cadeiras primarias

- 3-11 Decreto permitindo que provisoriamente se professem no lyceu de Braga as linguas grega o allemã, ficando a criação definitiva dos respectivos logares de professor dependente da approvação das camaras legislativas
- 3-11 Decreto approvando o regulamento litterario do real collegio militar
- 4-11 Officio declarando que os professores de ensino elementar, habilitados pelos programas antigos ou modernos, estão dispensados de repetir as provas de exames d'aquelle grau de ensino quando requeiram o diploma de segundo grau; e que os candidatos ao diploma de ensino complementar não carecem de diploma, nem de exame de ensino elementar
- 5-11 Officio estabelecendo que os professores de escolas particulares mantidas pelas camaras, podem ser por estas aposentados, mas sem onus algum para o estado
- 8-11 Officio estabelecendo que os individuos habilitados para o ensino de algumas disciplinas do segundo grau com classificação de *bom* ou *muito bom*, estão dispensados de repetir o exame d'essas disciplinas quando pretendam o diploma do ensino complementar; não assim se aquella classificação for de *suficiente*, que obriga a repetir o exame
- 8-11 Officio resolvendo que os professores de gymnastica das escolas normaes, não podendo ser considerados como fazendo parte do quadro dos professores effectivos, não podem entrar nos jurys dos exames de habilitação para o magistério, se não estiverem nas condições expressas nos artigos 256.º e 286.º regulamento
- 10-11 Decreto (DG 76 de 6 de abril de 1887) negando provimento no recurso da camara municipal de Lisboa sobre suspensão imposta ao professor de ensino primario Manuel José Martins Contreiras
- 11-11 Officio declarando que os inspectores não têm competencia para passar certidões dos documentos e registos existentes nas secretarias a seu cargo; essas certidões devem ser requeridas ao governo pela direcção geral da instrucção publica
- 25-11 Decreto approvando o regulamento do supremo tribunal administrativo
- 27-11 Officio estabelecendo que os professores interinos são obrigados a assistir ás conferencias pedagogicas, e sujeitos a multa se faltarem
- 30-11 Portaria (DG 297 de 30 de dezembro) mandando observar novas instrucções para o processo das folhas dos vencimentos dos empregados nos diversos estabelecimentos de ensino e mais repartições dependentes do ministerio do reino
- 2-12 Decreto (DG 276 de 3 de dezembro) approvando o plano de organização do ensino agricola e veterinário O Instituto Geral de Agricultura passa a denominar-se Instituto de Agronomia e Veterinária.
- 2-12 Portaria (DG 279 de 7 de dezembro) approvando o regulamento provisório para o ensino profissional nas officinas da escola Affonso Domingues, em Xabregas
- 4-12 Portaria determinando que não sejam providas pelas camaras municipais as escolas de ensino primário, sem estarem verificadas as condições de casa e mobília escolar e de habitação dos professores, e determinando a fórma de se proceder á respectiva vistoria
- 4-12 Officio declarando que não é admissivel, depois de findo o praso do concurso, substituir o diploma de habilitação para o magistério, por outro alcançado posteriormente; póde juntar-se ao processo como esclarecimento, mas sem prejuizo de terceiro
- 9-12 O País é dividido em várias Regiões agricolas, nas quais se criaria, em cada, uma escola pratica de agricultura
- 10-12 Officio declarando a interpretação do § 2.0 do artigo 280.º do regulamento de 28 de julho de 1881
- 13-12 Telegramma indicando que os autos da vistoria ás casas escolares podem ser feito pelos secretários das juntas de parochia, pelos secretarios dos regedores ou por qualquer empregado da administração ou da camara
- 16-12 Officio declarando que os exames de sanidade para a aposentação dos professores primarios continuam a ser feitos na conformidade dos decretos de 15 de junho de 1870 e 5 de julho de 1878
- 20-12 Officio declarando que, para o provimento de escolas do sexo masculino, não pode pôr-se a condição de se admittirem só professores, com exclusão de professoras
- 28-12 Circular determinando que os inspectores e sub-inspectores, quando tenham de ir proceder a vistorias ás casas escolares, para o que não carecem de auctorisação especial, participem á direcção geral o dia em que saíram e o tempo gasto com tal serviço, para o effeito da gratificação
- 29-12 Decreto regulando a concessão do augmento do ordenado, estabelecido pelo artigo 3.º da lei de 11 do junho do 1880 a favor dos professores de instrucção primaria
- 30-12 Decreto approvando o plano de organização do ensino industrial e commercial
- 30-12 Portaria approvando a nomeação e transferencia de alguns individuos para a regencia de cadeiras de ensino secundario no seminario de Coimbra, e fazendo diversas ponderações para se evitar a duplicação de professores que se está dando no mesmo seminario

1887

- 5-1 Portaria resolvendo como deve ser contado o praso de dois annos por que é valido o diploma dos aspirantes ao magisterio primario, classificados de suficientes
- 7-1 Officio declarando que, emquanto não for verificada a impossibilidade absoluta e permanente de continuarem no exercicio das suas funcções, não póde ter pagar a aposentação dos professores
- 10-1 Portaria (DG 9 de 13 de janeiro) declarando quaes as certidões que podem ser passadas pelos secretarios dos lyceus
- 13-1 Decreto mandando professar nos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto o curso de correios e telegraphos, creado por decreto de 20 de julho ultimo
- 15-1 Portaria annullando o concurso para o logar de guarda livros ou professor auxiliar do instituto industrial e commercial de Lisboa. Supplemento

- 17-1 Portaria mandando que as camaras municipais abram concurso de tres em tres mezes para provimento das escolas primarias que estejam vagas, ou providas intérinamente por falta de concorrentes habilitados
- 17-1 Officio communicando não poder o governo nem as juntas geraes auctorisar uma camara a dar a um edificio concedido por lei applicação diversa d'aquella que a mesma lei designou
- 18-1 Telegramma indicando por quem póde ser lavrado o acto de inspecção ás casas destinadas ás escolas e residências dos professores, e bem assim quem preside a essa inspecção
- 18-1 Portaria fixando em cem o numero de alumnos porcionistas do real collegio militar
- 21-1 Officio resolvendo que as escolas do sexo masculino, embora regidas por professoras, não podem ser frequentadas por creanças do sexo feminino
- 27-1 Officio declarando que os inspectores e sub-inspectores não podem exigir emolumentos pelos atestados que passarem
- 31-1 Decreto approvando o regulamento do professorado do real collegio militar
- 4-2 Portaria auctorisando o estabelecimento de uma escola central de ensino primario elementar e complementar para o sexo feminino na freguezia de Cedofeita da cidade do Porto
- 8-2 Officio declarando que os processos para a concessão do augmento de 25 por cento do ordenado aos professores devem ser sempre enviados aos funcionários da inspecção para poderem emitir o parecer exigido pelo artigo 4.º do decreto de 29 de dezembro e 1886
- 8-2 Officio expondo que ali licenças para dispensa do serviço contam-se por períodos de dias seguidos quer sejam uteis, quer feriados
- 9-2 Officio expondo que, uma vez satisfeitas as exigências do artigo 259.º do regulamento de 28 de julho de 1881, não póde ser recusada a um candidato a admissão ao exame de habilitação para o magistério só pelo facto de contra elle pender auto de investigação perante o juizo de direito
- 9-2 Decreto confirmando um accordão do conselho de districto de Lisboa, pelo qual foi annullada a transferênciade um professor primario deliberada pela camara municipal de Lisboa
- 9-2 Decreto rejeitando o recurso da camara municipal de Montemor o Velho contra o accordão do conselho de districto que mandava abonar á professora de ensino primario das Meãs o ordenado de 120\$000 réis
- 17-2 Decreto substituindo por outras algumas disposições do regulamento dos concursos para os logares do magisterio superior
- 17-2 Decreto concedendo aos alumnos approvados no terceiro e quarto anno de physica, chimica e historia natural, segundo o regulamento de 14 de outubro de 1880, dispensa de frequencia e exame do quinto e sexto anno das mesmas disciplinas do actual curso, durante os primeiros dois annos lectivos
- 24-2 Decreto alterando alguns artigos do regulamento de 28 de julho de 1881 relativos aos exames finaes dos alumnos das escolas primarias
- 26-2 Portaria approvando e mandando observar as instrucções regulamentares para os exames de admissão aos lyceus
- 8-3 Accordão annullando um processo instaurado contra um professor, por injurias dirigidas ao presidente da respectiva camara municipal, o qual, preterindo todas as formalidades legais, arbitrariamente o havia reprehendido
- 12-3 Decreto (DG 58 de 15 de março) suspendendo os exercicios academicos na universidade de Coimbra em consequência do mau estado sanitario da cidade
- 14-3 Portaria estabelecendo o processo para a adjudicação dos premios instituídos em alguns lyceus por doação ou legado particular para os alumnos mais distinctos nos exames de admissão
- 14-3 Portaria suspendendo, até 13 de abril os exercicios escolares no lyceu central de Coimbra
- 15-3 Officio explicando o modo como deve combinar-se com a alteração, feita por decreto de 24 de fevereiro ultimo, da epocha dos exames finaes das escolas primarias o praso para serem remetidas aos presidentes das commissões inspectoras as listas dos professores que hão de compor os jurys
- 21-3 Officio declarando que as camaras são obrigadas a pagar gratificação pelo serviço dos exames finaes das escolas primarias a todos os vogaes dos jurys que sejam professores publicos, qualquer que seja o motivo do chamamento a esse serviço
- 26-3 Officio indicando o modo de proceder quando a commissão inspectora dos exames finaes das escolas primarias deixar de cumprir as disposições legais ou rejeitar as nomeações feitas pelo inspector para os jurys dos exames
- 31-3 Decreto concedendo á junta de parochia da freguezia de Pedrozo uma casa para escola
- 8-4 Decreto (DG 77 de 9 de abril) adiando a abertura das aulas da universidade e do lyceu de Coimbra para o dia 24 do mez corrente
- 15-4 Decreto concedendo á camara municipal de Villa Viçosa o edificio do extincto convento de Santa Cruz para estabelecimento das escolas primarias
- 19-4 Portaria dando instrucções para recommencarem os exercicios escolares na universidade de Coimbra
- 21-4 Decreto declarando urgente a expropriação de varias quintas para a installação da escola pratica central de agricultura e annexos de Coimbra
- 22-4 Decreto (DG 261 de 19 de novembro) approvando o plano de organização da escola pratica central de agricultura nos suburbios da cidade de Coimbra (Erratas no DG 262). Esta Escola vem substituir a Escola Pratica Central de Agricultura estabelecida provisoriamente na Quinta Regional de Sintra, pelo Decreto de 2 de dezembro de 1886. Em 17 de outubro de 1899, esta Escola foi transformada na Escola Nacional de Agricultura, designação que se manterá até 1930.
- 14-5 Officio declarando que não póde o inspector recusar a admissão a exame para o magisterio a um candidato aleijado, se elle provar por documento que não tem defeito que o iniba do exercicio d'aquella profissão
- 25-5 Officio explicando a forma de despacho dos requerimentos de admissão a exame para o magisterio, e declarando que não podem ser attendidos os requerimentos entregues fóra do praso annunciado no edital do concurso

- 4-6 Officio declarando que o inspector não póde delegar nos sub-inspectores ou n'outro empregado a inspecção ás escolas do seu circulo
- 4-6 Officio explicando o modo de proceder ao julgamento das provas de trabalhos nos exames das alumnas das escolas primarias
- 4-6 Officio indicando como a todo o tempo se póde tornar effectivo o cumprimento de quaesquer resoluções constantes aos autos de vistoria ás casas destinadas ás escolas
- 6-6 Officio declarando que, para admissão ao exame dos candidatos a alunos das escolas normaes, é condição indispensável haver completado dezeseis annos de idade até ao dia em que termina o praso do concurso
- 8-6 Decreto modificando as disposições do regulamento dos concursos para os logares de guarda da bibliotheca e do gabinete de physica, chimica e historia natural dos lyceus
- 16-6 Officio declarando que o vogal da junta escolar ou o individuo por ella proposto e nomeado pela camara para vogal dos exames finaes das escolas primárias, póde ser professor ou não; devendo porém na última hypothese possuir qualquer das habilitações exigidas no artigo 4.º do decreto de 24 de fevereiro último, onde se não estabelecem preferencias
- 23-6 Officio estabelecendo o modo de prover á habilitação do porteiro da escola normal, quando impedido por doença
- 28-6 Officio explicando o modo de constituir o jury de peritos que deve inspecionar os professores que pretendem a aposentação, quando no respectivo concelho, haja falta de facultativos, e declarando que as despezas da inspecção médica são pagas pela camara municipal
- 30-6 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno e casas para construcção do edificio destinado á escola dos dois sexos e estação telegrapho-postal em Luso
- 30-6 (DG 265) Decreto creando uma escola pratica de viticultura e pomologia na Bairrada (Anadia), e approvando o plano da sua organização. Supplemento
- 30-6 (DG 265) Decreto creando uma escola pratica de viticultura em Torres Vedras, e approvando o plano da sua organização. Supplemento
- 2-7 Decreto nomeando os jurys dos exames de classe dos lyceus, e regulando o serviço e gratificações dos mesmos jurys
- 4-7 Telegramma declarando que o exame de habilitação para o magistério não supre o de admissão aos lyceus
- 19-7 Officio explicando o modo de apurar as classificações finaes dos exames dos alumnos das escolas primárias, em presença do disposto no artigo 5.º do decreto de 24 de fevereiro último
- 25-7 Portaria mandando observar os programmas de ensino primario complementar no ensino e nos exames finaes do segundo grau, assim como nos exames de admissão aos lyceus, na parte respectiva. (Erratas no DG 161)
- 30-7 Telegramma indicando que havendo n'um concelho só um alumno para exame, póde, com prévio assentimento da comissão inspectora, prestar todas as provas no mesmo dia
- 2-8 Portaria recommendando aos vogaes electivos do conselho superior de instrucção publica como devem proceder nas propostas que lhes incumbe apresentar sobre livros de texto e leitura nas aulas dos respectivos estabelecimentos. (Erratas no DG 174)
- 3-8 Portaria regulando o serviço preparatório para a admissão aos exames de ensino secundario permittidos pelo decreto de 29 de julho de 1886 no mez de outubro de cada anno
- 4-8 Lei fazendo varias concessões a alumnos do collegio militar para poderem concluir o respectivo curso
- 4-8 Lei permittindo a permanencia no collegio militar a certos alumnos e sob certas condições
- 4-8 Decreto criando a Escola de Desenho Industrial Rainha Dona Leonor (Escola Industrial das Caldas da Rainha que incorpora a Aula de Desenho Industrial desta cidade)
- 6-8 Decreto determinando o numero de praças do exercito que podem ser admittidas no anno lectivo de 1887-1888 á matricula nos differentes estabelecimentos de instrucção com destino a certas armas
- 18-8 Decreto concedendo provisoriamente á junta de parochia de Affife uma casa para estabelecimento da escola de ensino primário
- 23-8 Carta de lei approvando a tabella dos emolumentos das secretarias das corporações, auctoridades e trinunales administrativos
- 25-8 Lei (DG 190 de 27 de agosto) auctorizando o governo a nomear professores proprietarios, sem concurso, os actuaes professores pro-visorios dos lyceus que estiverem em determinadas condições
- 25-8 Lei creando no lyceu de Braga o ensino das linguas grega e allemã, e auctorizando o governo a crear até dois logares de professores aggregados n'este e neutros lyceus que reuam certas condições
- 25-8 Lei auctorizando o governo a reformar a escola naval e estabelecimentos annexos
- 25-8 Lei modificando as disposições da lei de 21 de junho de 1883, pela qual foi estabelecida uma escola denominada Rodrigues Sampaio em S. Bartholomeu do Mar
- 25-8 Lei (DG 193 de 31 de agosto) fixando o quadro do pessoal da secretaria da escola polytechnica, o vencimento dos diversos empregados e o modo da sua nomeação
- 25-8 Lei auctorizando o governo a decretar uma organização geral dos archivos e das bibliothecas pertencentes ao estado, e a reformar a legislação concernente a estes estabelecimentos
- 25-8 Lei (DG 194 de 1 de setembro) auctorizando o governo a reformar o conservatório real de Lisboa
- 1-9 Lei estabelecendo o vencimento de exercicio para os lentes e professores proprietarios e substitutos dos estabelecimentos de instrucção superior dependentes do ministerio do reino, e estatuinto regras relativas a licenças e commissões de serviço
- 6-9 Officio declarando que o provimento de escolas já existentes em julho de 1881 e cujas casas tivessem sido até então inspecionadas, não depende agora de nova vistoria

- 23-9 Portaria determinando a divisão das cadeiras, disciplinas, cursos e matriculas nos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 23-9 Portaria determinando a distribuição das cadeiras pelos cursos do instituto de agronomia e veterinaria
- 8-10 Portaria concedendo que sejam admittidos a exame de uma disciplina nos lyceus os alumnos que se acharem em certas circumstancias especiaes
- 19-10 Officio indicando como deve ler realizado o pagamento dos emolumentos devidos pela concessão de licenças, feita por despacho publicado no *Diario do governo*
- 3-11 Decreto declarando urgente a expropriação da quinta do Freixo e de seis parcelas de terreno para ampliação da escola pratica de agricultura em S. Martinho do Bispo, de Coimbra
- 3-11 Decreto declarando urgente a expropriação de certas porções de terreno para installação da escola pratica de agricultura em Vizeu
- 3-11 Decreto creando uma escola pratica de agricultura em Faro, e approvando o plano da sua organização (Erratas no DG 260)
- 3-11 Decreto (DG 259 de 17 de novembro) creando uma escola pratica de agricultura em Vizeu, e approvando o plano da sua organização (Erratas no DG 260)
- 10-11 Decreto (DG 256 de 14 de novembro) declarando urgente a expropriação de uma parcella de terreno para a installação da escola pratica de agricultura da nona região agronómica
- 17-11 (DG 263) Decreto creando uma escola pratica de agricultura em Portalegre, e approvando o plano da sua organização (Erratas no DG 265)
- 19-11 Portaria approvando as instrucções regulamentares provisorias para a escola pratica de agri-cultura de Faro
- 21-11 Portaria mandando que na escola pratica de agricultura de Vizeu vigorem as instrucções regulamentares provisorias da de Faro
- 23-11 Accordão (tribunal do contencioso fiscal de segunda instancia - DG 35 de 13 de fevereiro de 1888) confirmando a sentença que condemnava o secretario da escola normal do Porto por ter despachado para a mesma escola na alfandega daquella cidade volumes contendo materias inflammaveis
- 23-11 Portaria mandando que na escola pratica de agricultura de Vizeu vigorem as instrucções regulamentares provisorias da de Faro
- 26-11 Circular dando instrucções sobre o modo como devem proceder os corpos administrativos na organização dos seus orçamentos e no lançamento e applicação dos impostos auctorizados
- 29-11 Decreto creando uma estação ampelophylloxerica junto á escola pratica de viticultura de Torres Vedras
- 29-11 Decreto (DG 270 de 30 de novembro) approvando o plano da reforma da escola naval, e dos estabelecimentos de ensino que lhe estão annexos (Erratas no DG 273)
- 30-11 Decreto negando provimento n'um recurso do secretario geral do governo civil de Vizeu contra um accordão do concelho de districto, pelo qual foi mantida uma resolução da camara municipal do Carregal sobre a criação de uma escola para as freguesias reunidas de Papizios e Sobral, posteriormente posta a concurso e provida sómente para a freguesia de Papizios
- 2-12 Officio expondo que devendo reputar-se injusta a imposição de multa a um professor, que faltou á sua escola com motivo suficientemente justificado (doença grave do pae), o único meio que todavia tem de isentar-se d'aquella penalidade é o recurso para o juiz de direito da comarca
- 3-12 Officio declarando que os inspectores não podem por si interpretar as leis, nem expedir circulares sobre assumptos que possam dar logar a dúvidas, sem que hajam recebido instrucções ou previa aprovação do governo
- 6-12 Officio declarando que os professores que em 30 de junho de 1881 não houvessem completado dez annos de serviço, não podem ser aposentados senão nos termos da lei de 2 de maio de 1878, artigo 41.º e seus paragraphos
- 10-12 Officio indicando os meios de preencher o *deficit* que possa dar-se no orçamento de uma junta de parochia entre entre o producto do imposto especial de 3 por cento e a somma das deapezas obrigatorias da Instrução primaria na freguesia
- 14-12 Portaria (DG 290 de 24 de dezembro) creando no lyceu de Braga dois logares de professores agregados
- 15-12 Officio declarando que o facto, aliás irregular, de se haver invertido a ordem dos termos do artigo 4.º do decreto de 29 de dezembro de 1886 para organização dos processos de concessão do augmento de ordenado aos professores, não constitue motivo de recusa da prompta prestação do parecer da inspecção, nem póde considerar-se causa de nullidade
- 15-12 Officio declarando não haver incompatibilidade legal entre os logares de professor de instrucção primaria e de professor do lyceu, ficando todavia responsavel pelas faltas commettidas no exercicio de qualquer dos dois cargos
- 16-12 Officio indicando não haver incompatibilidade legal entre os cargos de professor primario e de secretário da camara municipal, mas que tal accumulção não isenta o professor das responsabilidades em que incorrer pelas faltas ao serviço escolar
- 19-12 Officio expondo que a falta de cumprimento das disposições da portaria de 4 de dezembro de 1886, não é motivo para justificar a demora dos pareceres que os inspectores o sub-inspectores são obrigados a emitir sobre o provimento das escolas, antes n'esses pareceres devem promover o cumprimento das prescripções legaes, cuja inobservancia é da responsabilidade das camaras
- 17-12 Officio declarando que a vistoria ás casas escolares nos termos da portaria de 4 de dezembro de 1886, é indispensavel não só para as escolas de novo creadas, mas também para as já existentes, quando não tenham edificio que já houvesse sido competentemente inspecionado e aprovado em conformidade com a legialação anterior
- 22-12 Decreto approvando as instrucções regulamentares para a arrecadação dos impostos directos e indirectos das corporações administrativas

- 29-12 Decreto (DG 1 de 2 de janeiro de 1888) creando uma inspecção geral de bibliothecas e archivos publicos, e reorganizando o real archivo da Torre do Tombo, a bibliotheca municipal de Lisboa e a bibliotheca publica de Evora (Erratas no DG 3)

1888

- 5-1 Decreto ampliando o disposto no n.º IV § 1.º do artigo 8.º do regulamento dos concursos para o magisterio do ensino superior
- 26-1 Decreto (DG 27 de 3 de fevereiro) auctorizando a faculdade de medicina da universidade de Coimbra a aceitar um legado para se constituir com um rendimento o premio denominado Premio Alvarenga e Piauhy
- 3-2 Decreto approvando o regulamento dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 3-2 Decreto declarando urgente a expropriação de uma quinta para a installação da escola pratica de viticultura e pomologia da Bairrada
- 8-2 Decreto approvando o regulamento da escola regimental de engenharia
- 16-2 Decreto declarando de utilidade publica a expropriação de um terreno para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias da freguezia de S. João das Caldas
- 23-2 Decreto approvando o regulamento das escolas industriaes e de desenho industrial (Erratas no DG 48)
- 24-2 Portaria approvando e mandando observar as instrucções regulamentares e programmas para os exames de admissão aos lyceus
- 22-3 Decreto declarando de utilidade publica a expropriação de um terreno para construcção de uma casa destinada ás escolas primarias da freguezia de Avintes
- 5-4 Decreto considerando valido para a matricula nos lyceus e nas escolas superiores do reino os exames de instrucção secundaria feitos no lyceu de Nova Goa anteriormente á publicação do decreto de 29 do julho de 1886
- 23-4 Portaria determinando os titulos por que devem ser denominadas varias escolas de desenho industrial
- 25-5 Lei (DG 128 de 6 de junho) approvando a convenção com a Belgica para a permutação internacional de publicações scientificas e litterarias
- 28-5 Lei augmentando o vencimento dos lentes da escola do exercito, e dos lentes e professores da escola naval
- 1-6 Lei augmentando o vencimento aos lentes e professores dos institutos dependentes do ministerio respectivo
- 1-6 Decreto (DG 131 de 11 de junho) auctorizando o ministerio da fazenda a receber o producto da subscrição promovida para commemorar o nome do fallecido ministro Augusto Saraiva de Carvalho, sendo o rendimento applicado a premios aos alumnos de certas cadeiras dos institutos dependentes do ministerio das obras publicas, commercio e industria
- 12-6 Decreto concedendo provisoriamente á junta de parochia de Lorvão a casa denominada do Hospicio para a escola de ensino primario
- 13-6 Decreto adicionando varias disciplinas e exercicios manuaes ao quadro do ensino da escola industrial de Guimarães
- 13-6 Decreto adicionando a lingua franceza ao quadro das disciplinas da escola industrial da Covilhã
- 13-6 Decreto creando em Alcantara, em Lisboa, uma escola industrial, que se denominará Marquez de Pombal
- 13-6 Decreto creando no Porto uma escola industrial, que se denominará Faria Guimarães
- 13-6 Decreto creando em Alcantara, em Lisboa, uma escola industrial, que se denominará Marquez de Pombal
- 13-6 Decreto creando uma escola de desenho industrial em cada uma das seguintes localidades: Bragança, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Setubal, Vianna do Castello e Villa Real
- 14-6 Decreto permittindo a fusão do asylo José Estevão da cidade de Aveiro com o asylo de artes e officios creado pela junta geral do districto na mesma cidade
- 14-6 Decreto negando o provimento no recurso da camara municipal da villa de Espozende, sobre vencimento de aposentação da professora de ensino elementar da mesma villa. Supplemento
- 28-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de classe que devem ser feitos nos lyceus na proxima epocha
- 28-6 Decreto approvando o regulamento da academia polytephnica do Porto
- 30-6 Portaria determinando varias providencias para melhor execução das disposições por que actualmente se regula a approvação dos livros de texto nas aulas dos diversos estabelecimentos de ensino publico
- 5-7 Carta regia (DG 125, de 4 de junho de 1890) confirmando e ratificando a convenção entre Portugal, Belgica, Brazil, Hespanha, Estados Unidos da America, Italia, Servia e Suissa para se estabelecer um systema de permutações internacionaes para os documentos officiaes e para as publicações scientificas e litterarias dos respectivos estados
- 18-7 Decreto (DG 44, de 23 Fevereiro de 1889) creando uma escola pratica elementar de agricultura e fructuaria nos suburbios de Santarem, e approvando o respectivo plano de organisação. Supplemento
- 18-7 Decreto (DG 44, de 23 Fevereiro de 1889) creando uma escola pratica de lacticínios (feitoria ou fructuaria) em Castello de Paiva, e approvando o respectivo plano de organisação. Supplemento. Será apenas mantida como de Frutaria, “mas adjudicada por arrendamento a uma empresa particular” pelo decreto de 8 de Outubro de 1891
- 18-7 Decreto (DG 44, de 23 Fevereiro de 1889) creando uma escola fructuaria na 5ª região agronómica (Serra da Estrela), e approvando o respectivo plano de organisação. Supplemento
- 26-7 Portaria (DG 196) dando instrucções sobre o modo de se pioceder á execução e julgamento das provas dos candidatos habilitados aos logares de professores e aggregados, vagos nos lyceus
- 2-8 Lei creando o logar de commissario geral do methodo de leitura Cartilha maternal de João de Deus
- 9-8 Lei (DG 184) estabelecendo varias disposições relativas á instrucção primaria e á secundaria para o sexo feminino e para o sexo masculino

- 11-8 Portaria regulando as funções e deveres do commissario geral do methodo de leitura Cartilha maternal de João de Deus
- 14-8 Decreto determinando o numero de praças que no proximo anno lectivo podem ser admittidas a matricula nas escolas de instrucção superior
- 16-8 Decreto regulando o artigo 25.º da lei do 9 do corrente mez, que estabelece uma segunda epocha de exames de instrucção secundaria em outubro de cada anno
- 16-8 Portaria declarando que não serão attendidos os pedidos de criação de escolas de ensino primario feitos pelas camaras municipaes que recebam subsidio do estado, sem que as mesmas camaras contribuam para as despezas correspondente, quando previamente se reconheça que possuem recursos geraes e ordinarios para esse fim
- 28-8 Portaria (DG 198 de 31 de agosto) declarando que a approvação em desenho para a matricula nas faculdades de theologia e direito e no curso superior de letras só deve exigir se no anno lectivo de 1889-1890 e seguintes
- 13-9 Decreto (DG 230 de 8 de outubro) concedendo provisoriamente á junta de parochia de Odivellas a casa denominada do «Capellão», para estabelecimento das escolas primarias
- 15-9 Portaria (DG 67 de 23 de março de 1889) approvando o regulamento das escolas de pilotagem. Supplemento
- 19-9 Portaria (DG 215 de 20 de setembro) abrindo concurso para o preenchimento de tres logares de alumnos que sigam por conta do estado as lições praticas e os exercicios de analyse chimica nos laboratorios officiaes de França ou Allemanha
- 19-9 Portaria (DG 215 de 20 de setembro) abrindo concurso para o provimento de tres logares de alumnos que sigam por conta do estado o curso de silvicultura da escola de Nancy
- 20-9 Decreto (DG 217 de 22 de setembro) declarando urgente a expropriação de diversas propriedades nos concelhos de Alter do Chão e Fronteira para installação da escola pratica de agricultura de Portalegre
- 20-9 Decreto (DG 220 de 26 de setembro) approvando o regulamento do concurso para os logares de lentes e do professor de desenho da escola naval
- 21-9 Portaria estabelecendo as regras ácerca do modo de justificar as faltas aos exames finaes nos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 27-9 Decreto (DG 234 de 12 de outubro) declarando urgente a expropriação de oito parcelas de terreno para installação da escola pratica de agricultura de Vizeu (Erratas no DG 235)
- 5-10 Portaria (DG 230 de 8 de outubro) resolvendo duvidas sobre a execução da lei e regulamento dos institutos industriaes e commerciaes
- 10-10 Decreto determinando que no real collegio militar comece o anno lectivo no dia 3 de novembro, e sejam admittidos a exame na epocha extraordinaria de outubro todos os alumnos adiados na epocha ordinaria
- 18-10 Decreto prorogando até ao dia 3 de novembro de cada anno o praso das matriculas nos estabelecimentos de instrucção superior para os alumnos que completarem os seus preparatorios na epocha de outubro
- 20-10 Decreto reorganizando o plano e distribuição de ensino nos lyceus
- 20-10 Portaria prorogando o praso das matriculas nos lyceus no actual anno lectivo
- 20-10 Portaria approvando a organização dos cursos complementares de regentes agricolas e florestaes e de monitores pecuarios, e dos cursos elementares dos operarios ruraes e tratadores pecuarios da escola pratica central de agricultura
- 27-10 Decreto substituindo por outro o artigo 11.º do decreto de 20 do corrente que reorganizou o plano dos estudos secundarios nos lyceus
- 29-10 Officio circular dando instrucções ácerca da intelligencia e execução de algumas disposições dos decretos de 20 e 27 do corrente, que reorganizaram os estudos nos lyceus. (Erratas no DG 260)
- 29-10 Portaria (DG 249 de 30 de outubro) determinando que seja observado em todos os lyceus o plano modelo do horario das aulas respectivas
- 30-10 Decreto modificando as disposições do regulamento litterario do real collegio militar em harmonia com a ultima reforma do ensino dos lyceus
- 31-10 Decreto addicionando o portuguez ao quadro das disciplinas professadas na escola Marquez de Pombal
- 6-11 Portaria ordenando a abertura das aulas do instituto de agronomia e veterinaria e approvando os horarios do curso de agronomia e silvicultura e de medicina veterinaria
- 8-11 Decreto approvando o regulamento do instituto de agronomia e veterinaria (Erratas nos DG 264 e 268)
- 8-11 Decreto concedendo provisoriamente á junta geral do districto de Vianna do Castello o edificio e terrenos annexos do convento das Ursulinas para estabelecimento do asylo-escola
- 9-11 Portaria (DG 258) determinando que no instituto de agronomia e veterinaria se dê uma lição pratica por semana em cada uma das cadeiras dos diversos cursos
- 22-11 Decreto (DG 277) declarando urgente a expropriação de dois predios para construcção do lyceu central de Lisboa
- 22-11 Decreto creando no edificio da real tapada da Ajuda um museu que se denominará Museu agricola e florestal de Lisboa
- 6-12 Decreto (DG 284 de 12 de dezembro) approvando o regulamento do conservatorio real de Lisboa
- 19-12 Decreto approvando o regulamento dos museus industriaes e commerciaes
- 22-12 Portaria mandando que não sejam processadas nem pagas as folhas dos vencimentos dos lentes do instituto de agronomia e veterinaria emquanto não forem satisfeitas as notas das lições praticas a que os mesmos lentes são obrigados
- 27-12 Decreto approvando as instrucções regulamentares para execução da lei de 9 de agosto de 1888 na parte relativa á instrucção primaria

- 31-12 Portaria mandando proceder a promptas e minuciosas investigações para se conher se em alguns districtos administrativos existem collegios, estabelecimentos ou institutos particulares de beneficencia, onde se ministra o ensino, dirigidos por individuos filiados em congregações religiosas estrangeiras

1889

- Sem data Portaria encarregando o Barão de Combarjúa de elaborar livros em concani para uso das escolas da índia portuguesa
- 10-1 Decreto creando uma escola de desenho industrial na cidade de Funchal, e outra em Mattosinhos, concelho de Bouças
- 10-1 Decreto creando uma escola industrial em Braga
- 10-1 Decreto creando uma escola industrial em Coimbra
- 10-1 Decreto adicionando a lingua franceza ao quadro das disciplinas da escola industrial «Faria Guimarães», do Porto
- 17-1 Decreto (DG 16 de 19 de janeiro) declarando urgente a expropriação de um terreno para melhoramentos na escola primaria de Cedofeita, da cidade do Porto
- 9-3 Portaria approvando o regulamento da bibliotheca da academia polytechnica do Porto
- 14-3 Decreto creando uma escola de desenho industrial na villa de Chaves
- 18-3 Portaria recommendando aos governadores civis que dêem instrucções ás camaras municipaes para o mais prompto pagamento das folhas mensaes dos ordenados dos professores de ensino primario
- 20-3 Portaria recommendando aos governadores civis que dêem instrucções ás camaras municipaes para o mais prompto pagamento das folhas mensaes dos ordenados dos professores de ensino primario
- 22-3 Decreto anctorisando a associação protectora das escolas asylos para rapazes pobres, da cidade de Lisboa, a vender certos fundos para pagamento de dividas
- 30-3 Officio fazendo varias recommendações aos governadores civis dos differentes districtos administrativos para o mais prompto pagamento dos vencimentos dos professores de ensino primário
- 9-4 Decreto modificando algumas disposições dos decretos de 20 e 27 de outubro ultimo, relativas a admissão a exames nos lyceus
- 9-4 Decreto (DG 84 de 13 de abril) modificando algumas disposições dos decretos de 20 e 27 de outubro ultimo, relativas a admissão a exames nos lyceus
- 11-4 Proibe hipnotismo
- 25-4 Decreto (DG 95 de 29 de abril) auctorisando a administração da officina de S. José, da cidade do Porto, a comprar dois terrenos para ampliação do edificio d'aquelle instituto
- 25-4 Decreto creando uma escola industrial na cidade de Bragança
- 25-4 Decreto creando uma escola industrial na cidade de Thomar
- 1-5 Portaria approvando as instrucções relativas aos serviços dos praticos contratados no estrangeiro para o ensino agricola
- 9-5 Decreto auctorisando a confraria do Bom Jesus de Mathosinhos, concelho de Bouças, a alienar algumas inscrições para compra de terrenos destinados a ampliar as escolas e a fundar um asylo de invalidos
- 9-5 Decreto regulando o numero de alumnos internos e estranhos que devem ser examinados, por dia e perante cada jury, nas diversas disciplinas dos cursos dos lyceus
- 9-5 Officio circular declarando que as alumnas que se apresentarem a exame de ensino primario complementar devem ser examinadas e dar provas sobre trabalhos conforme os programmas respectivos
- 6-6 Decreto alterando os artigos 6º e 7º do regulamento de 17 de novembro de 1884, na parte relativa á eleição do delegado do real archivo da Torre do Tombo ao conselho superior de instrucção publica
- 6-6 Decreto auctorisando a misericordia de Cantanhede a adquirir por compra um certo terreno para edificar um novo hospital e escolas anexas
- 8-6 Lei (DG 144 de 2 de julho) tornando applicavel a doutrina do artigo 3º da lei de 4 de agosto de 1887 aos ex-alumnos e alumnos do collegio militar em determinadas circumstancias
- 12-6 Lei auctorisando o governo a jubilar o co-conego arcediago da sé de Loanda, Thimoteo Pinheiro Falcão, como professor do seminario episcopal de Angola
- 12-6 Decreto dando provimento no recurso de José Joaquim Rodrigues, professor de ensino primario
- 20-6 Decreto (DG 81 de 10 de abril) dando provimento no recurso de Emygdio Duarte Ferreira, professor de ensino primario na villa de Castro Verde
- 21-6 Decreto (DG 44 de 23 de fevereiro) declarando urgente a expropriação de varios terrenos para ampliação da escola pratica de agricultura de Santarem
- 21-6 Lei (DG 146 de 4 de julho) alterando as disposições do artigo 35.º § 1.º do codigo civil, com relação ás associações e institutos, meramente scientificos ou literários
- 1-7 Officio recommendando aos governadores civis o cumprimento das disposições legaes relativamente aos subsidios a que tenham direito as camaras municipaes para occorrerem ás despesas da instrucção primaria
- 3-7 Decreto dando provimento no recurso da camara municipal de Marco de Canavezes sobre a obrigação que tem a junta de parochia de Fornos da conservação e reparação da respectiva casa escolar
- 11-7 Decreto auctorisando ajunta geral do districto de Aveiro a deliberar acerca do regulamento do asylo-escola districtal e de outros assumptos especificados

- 11-7 Portaria declarando que as disposições do artigo 8.º da lei de 9 de agosto de 1888 são applicaveis aos professores de ensino primario que tenham soffrido a pena de suspensão até um mez completo
- 12-7 Lei (DG 160 de 20 de julho) concedendo definitivamente á casa pia de Evora os conventos de S. José e de Santa Monica
- 13-7 Lei (DG 160 de 20 de julho) concedendo ao asylo de meninas orphãs e desamparadas de Vianna do Castello o edificio do convento das religiosas carmelitasá irmandade dos clérigos pobres erecta na igreja da Encarnação, de Lisboa, o edificio do convento de Santa Marthae á associação de S. Francisco de Salles o edificio do convento da Visitação de Santa Maria, de Lisboa
- 15-7 Lei dispondo que aos alumnos que na qualidade de internos frequentaram o real collegio militar até ao anno lectivo de 1885-1886 inclusive, e ficaram approvados em disciplinas completas ou não completas sejam levados em conta os respectivos exames como se fossem feitos nos lyceus
- 16-7 Lei concedendo á camara municipal de Villa Viçosa o edificio do extincto convento de Santa Cruz para escolas e outros estabelecimentos, e para obras na mesma villa
- 18-7 Lei equiparando em vencimentos, vantagens e garantias os professores de desenho da escola polytechnica, que reunirem certas condições, aos lentes das outras cadeiras da mesma escola
- 18-7 Lei fixando em 260\$5000 réis o ordenado do thesoureiro da universidade de Coimbra
- 18-7 Lei fixando os vencimentos do guarda mór e guardas subalternos da academia polytechnica do Porto
- 18-7 Lei augmentando os vencimentos dos inspectores de instrucção secundaria
- 18-7 Lei dispensando a camara municipal de Lamego de pagar ao estado o subsidio a que se obrigou para o lyceu daquela cidade, com a obrigação de adquirir ou fazer construir em certo praso um edificio apropriado para o mesmo lyceu
- 30-7 Decreto determinando o numero de praças do exercito que podem matricular-se. no anno lectivo de 1889-1890, nas escolas de instrucção superior
- 8-8 Decreto declarando de utilidade publica a expropriação de um terreno para edificação de casas escolares
- 8-8 Decreto creando em Lisboa um curso theorico e pratico de pathologia e clinica ophthalmologica
- 8-8 Portaria approvando e mandando executar as instrucções regulamentares para o escriptorio commercial dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto. (Erratas no DG 183)
- 8-8 Portaria mandando executar as instrucções regulamentares para o serviço dos laboratorios electrotechnicos, e escolas praticas de telegraphia dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 14-8 Lei concedendo certas vantagens ás actuaes ajudantes em exercicio do conservatorio real de Lisboa, e ao professor de italiano do mesmo instituto
- 14-8 Decreto determinando que as aulas dos lyceus comecem no primeiro dia util de outubro e terminem no dia 31 de maio
- 14-8 Lei permittindo que se matriculem no primeiro anno dos cursos superiores os individuos habilitados com diplomas de instrucção secundaria obtidos nas escolas officiaes estrangeiras, uma vez que satisfaçam a certas condições
- 14-8 Lei elevando a 45\$000 réis mensaes a gratificação dos vogaes da secção permanente do conselho superior de instrucção publica, que forem professores officiaes fóra da capital
- 22-8 Decreto creando urna escola de desenho industrial na cidade de Ponta Delgada
- 28-8 Decreto approvando o regulamento para a admissão aos cursos superiores dos individuos habilitados com estudos secundários em escolas officiaes estrangeiras
- 28-8 Decreto instituindo uma medalha de oiro para recompensar as pessoas que se tornarem benemeritas da instrucção primaria nacional
- 5-9 Decreto auctorizando a junta geral do districto de Portalegre a reunir-se extraordinariamente, a fim de deliberar ácerca das obras do asylo-escola e da nomeação de uma commissão protectora
- 19-9 Decreto concedendo á camara municipal de Caminha certos terrenos para escola, bibliotheca e praça publica
- 3-10 Decreto creando uma escola de desenho industrial na villa de Alemquer
- 13-10 Portaria mandando proceder á reorganisação dos livros de termos de exames de instrucção primaria, do concelho de Sernancelhe, destruidos em consequencia do incêndio occorrido em agosto de 1888 no edificio dos paços do mesmo concelho
- 19-10 Officio remettendo aos reitores dos lyceus a lista dos livros de texto approvados pelo conselho superior de instrucção publica para as aulas respectivas no anno lectivo do 1889-1890, e recommendando a exacta execução das portarias de 18 de julho de 1885, 2 de agosto de 1887 e 30 de junho de 1888 sobre o assumpto
- 19-10 Officio remettendo aos inspectores do ensino primario a lista dos livros approvados para aulas de ensino elementar e complementar no anno lectivo de 1889-1890, e recommendando-lhes a exacta observancia das disposições das portarias do 2 de agosto de 1887 e 30 de junho de 1888
- 31-10 Decreto creando na cidade da Figueira da Foz uma escola industrial
- 31-10 Decreto creando uma escola de desenho industrial em Angra do Heroismo
- 31-10 Decreto addicionando o portuguez ao quadro das disciplinas professadas na escola industrial de Bragança
- 31-10 Decreto addicionando o portuguez ao quadro das disciplinas professadas na escola Marquez de Pombal
- 31-10 Decreto creando em Chaves uma escola industrial
- 6-11 Decreto negando provimento no recurso da junta de parochia de Santa Catharina do Cabo da Praia da Victoria sobre casa para exercicio da escola de ensino primario da respectiva freguezia
- 6-11 Decreto dando provimento no recurso de Joaquim José Pereira de Mello sobre provimento da escola de ensino primario de Villa Franca do Campo
- 6-11 Decreto negando provimento no recurso da junta de parochia de Payalvo sobre renda de casa da escola de ensino primario da respectiva freguezia

- 7-11 Decreto decretando a reunião de duas freguezias do concelho de Villa do Conde para o effeito da creação de duas escolas primarias, uma para cada sexo
- 13-11 Officio circular determinando que os governadores civis chamem a attenção das camaras municipaes para o disposto no artigo 88.º da lei de 12 de setembro de 1887, quando se trate do provimento das escolas officiaes de instrucção primaria
- 13-11 Officio circular recommendando aos inspectores de instrucção primaria que façam observar o disposto no artigo 88.º da lei de 12 de setembro de 1887 nos concursos para provimento das escolas officiaes de instrucção primaria
- 14-11 Decreto considerando instituição auxiliar do real padroado portuguez a escola agricola colonial, estabelecida na freguezia de S. Pedro de Penaferrim, de Cintra
- 18-11 Portaria estabelecendo diversas disposições relativamente ás provas dos candidatos habilitados no ultimo concurso para provimento dos logares de professor, vagos nos lyceus nacionais
- 11-12 Decreto DG 44 de 25 de fevereiro de 1890) negando provimento no recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo do districto de Vianna do Castello sobre nomeação de um professor de instrucção primaria, feita pela camara municipal de Valença
- 27-12 Portaria ponderando ao bispo de Coimbra, a proposito do conflicto entre elle e a faculdade de theologia, que não lhe é licito fazer consultas officiaes e directas ao nuncio de Sua Santidade, demittir professores do seminario e dar execução a constituições ecclesiasticas ou determinações da curia romana sem previa auctorisação do governo
- 27-12 Decreto (DG 11, de 15 de Janeiro de 1890) creando uma escola pratica de agricultura em Mirandella, e approvando o plano da sua organização (nunca chegou a funcionar)
- 27-12 Á escola pratica elemental de agricultura e fructuaria já existente nos suburbios de Santarem, é acrescentada uma Escola Pratica de Frutaria.
- 31-12 Decreto declarando urgente a expropriação de certos terrenos para exploração das aguas necessarias ao serviço da escola pratica de viticultura e pomologia da Bairrada

1890

- 9-1 Carta regia pela qual Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I se declara protector da universidade de Coimbra
- 11-1 Decreto mandando suspender os exercicios escolares nos diversos estabelecimentos de instrucção publica da capital dependentes do ministerio do reino, em consequencia da epidemia «Influenza»
- 15-1 Decreto rejeitando, por não ter sido interposto no praso legal, o recurso do secretario geral do governo civil de Vianna do Castello sobre a obrigação que pertence á misericordia d'esta cidade de dar casa, mobilia e utensilios para a escola do sexo feminino da freguezia de Monserrate
- 15-1 Decreto negando provimento ao recurso do visconde de Mason, gerente da mina de S. Domingos, sobre collecta lançada pela camara municipal de Mertola para despezas de instrucção primaria (Processo do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6711)
- 29-1 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre a execução dos povos programmas de mathematica elemental, tanto no ensino como nos exames
- 30-1 Portaria approvando o regulamento dos exames de habilitação dos alumnos da academia polytechnica do Porto
- 31-1 Portaria approvando o regulamento e instrucções para os trabalhos das missões a que são obrigados os alumnos dos cursos especiaes da academia polytechnica do Porto
- 6-2 Decreto creando uma escola municipal secundaria na villa de Torres Vedras
- 6-2 Decreto dispensando no anno lectivo do 1890-1891 o exame de lingua ingleza aos alumnos que pretenderem matricular-se no primeiro anno de qualquer dos cursos da universidade de Coimbra, da escola polytechnica de Lisboa, da academia polytechnica do Porto e do curso superior de letras
- 19-2 Decreto dando provimento no recurso de José Marques sobre provimento na escola de ensino primario da freguezia de Santa Eulalia de Tenões, concelho de Braga
- 21-2 Portaria nomeando uma commissão para propor a reforma do ensino e exercicio do pharmacia em Portugal
- 27-2 Decreto alterando varias disposições do regulamento de 28 do junho de 1881, relativas à instrucção primaria
- 27-2 Decreto determinando varias alterações, modificações e substituições ao regulamento da academia polytechnica do Porto de 28 de junho de 1888
- 6-3 Decreto approvando o regulamento dos institutos de ensino secundário para o sexo feminino. Lei de 9 de Agosto de 1888
- 7-3 Decreto negando provimento no recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo do districto de Castello Branco sobre provimento da escola de ensino primario do sexo feminina da freguezia de Louza
- 10-3 Circular dando instrucções aos governadores civis de Lisboa, Coimbra e Porto para promoverem a fundação dos institutos secundarios do sexo feminino nas respectivas cidades
- 10-3 Circular recommendando aos inspectores de instrucção secundaria que auxiliem os governadores civis nas diligencias de conseguirem a fundação de um instituto do sexo feminino em cada uma das cidades de Lisboa, Coimbra e Porto
- 12-3 Decreto mandando proceder a ensaios culturaes do linho nas estações químico-agricolas, e escolas praticas de agricultura
- 14-3 Circular explicando aos inspectores de instrucção primaria o modo como devem ser executadas as disposições do regulamento de 28 de julho de 1881, artigo 27.º, e as instrucções da circular de 1 de setembro de 1887 relativamente a mappas de frequencia
- 20-3 Decreto approvando o regulamento geral do conservatorio real de Lisboa

- 20-3 Decreto concedendo provisoriamente à junta de parochia da Vinha da Rainha dos predios para estabelecimento da escola, habitação do professor e residencia do parcho
- 20-3 Decreto desdobrando em duas a 4ª cadeira dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto, e determinando as materias que ficam comprehendidas na 6.ª cadeira dos mesmos institutos
- 27-3 Decreto approvando o regulamento das escolas praticas de agricultura e viticultura
- 29-3 Decreto concedendo provisoriamente á junta de parochia de S. Bartholomeu da Castanheira o edificio, e suas pertenças, do supprimido convento de Nossa Senhora de Subterra, para estabelecimento da séde da freguezia, residencia do parcho e escolas primarias de um e outro sexo
- 5-4 Decreto creando o ministerio de instrucção publica e bellas artes
- 10-4 Decreto creando em Portalegre uma escola industrial com a denominação de «Fradesso da Silveira»
- 17-4 Decreto regulando provisoriamente o serviço da contabilidade e da secretaria do ministerio de instrucção publica e bellas artes
- 24-4 Decreto auctorisando a comissão administrativa do collegio dos orphãos de S. Construção da cidade de Braga a alienar cortas obrigações e inscrições para construcção de um edificio colegial
- 29-5 Decreto convocando extraordinariamente a junta geral do districto do Porto para resolver diversos assumptos relativos a instrucção e alterações no orçamento
- 29-5 Decreto creando uma escola municipal secundaria na villa de Amarante
- 30-5 Officio circular regulando o abono das gratificações aos empregados menores dos lyceus, ou extraordinarios pelo serviço dos exames de admissão
- 9-6 Decreto nomeando os juiys dos exames de anno ou classe nos lyceus do continente, na primeira epocha do corrente anno
- 25-6 Decreto rejeitando o recurso do presidente da comissão districtal de Portalegre sobre aquisição de um terreno para construcção do asylo-escola do districto
- 28-6 Decreto determinando a distribuição da despeza ordinaria do respectivo ministerio para o exercicio de 1890-1891
- 30-6 Decreto approvando a tabella rectificada da despeza do respectivo ministerio no exercicio de 1889-1890
- 23-7 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do de instrucção publica e bellas artes, um credito especial, proveniente de sobras de despezas com obras na academia polytechnica do Porto
- 7-8 Carta de lei concedendo ao governo varias auctorisações relativas organização definitiva do ministerio dos negocios de instrucção publica e bellas artes
- 7-8 Carta de lei relevando o governo da responsabilidade em que incorreu pela promulgaçãodo decreto de 5 de agosto de 1889, que creou em Lisboa um curso theorico-pratico de ophthalmologia
- 11-8 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial de Lisboa no anno lectivo de 1890- 1891
- 11-8 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial do Porto no anno lectivo de 1890-1891
- 21-8 Decreto fixando os prazos para a defeza das memorias ou dissertações a que são obrigados os alumnos que tenham concluído o curso de agronomia, silvicultura ou medicina veterinaria
- 22-8 Decreto approvando a organização da secretaria d'estado dos negocios da instrucção publica e bellas artes
- 27-8 Decreto elevando á categoria de lyceu nacional a escola municipal secundaria da villa de Amarante
- 10-9 Decreto approvando a reorganização do conselho superior de instrucção publica
- 14-9 Lei auctorisando o governo a conservar e reorganisar a insigne e real collegiada de Nossa Senhora da Oliveira da cidade de Guimarães, com obrigação do ensino publico e gratuito
- 14-9 Decreto fixando o pessoal da 10ª repartição da direcção geral de contabilidade publica que tem de funcionar junto do ministerio da instrucção publica e bellas artes
- 18-9 Ordem do Exército n.º 35 em que são alteradas as condições de admissão à Escola do Exército
- 23-9 Decreto determinando que se abra no ministerio da fazenda a favor do da instrucção publica e bellas artes um credito especial para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal da secretaria d'estado respectiva
- 23-9 Decreto determinando que se abra no ministerio da fazenda a favor do da instrucção publica e bellas artes um credito especial para occorrer ao augmento da despeza com a organização do conselho superior de instrucção publica e bellas artes
- 25-9 Decreto approvando o regulamento do conselho superior de instrucção publica e bellas artes
- 29-9 Decreto declarando que os predios concedidos á junta de parochia da freguezia da Vinha da Rainha, concelho de Soure, por decreto de 20 de março ultimo, deverão ser applicados somente ao estabelecimento da escola primaria e á habitação do professor
- 23-10 Portaria approvando o horario das aulas do instituto de agronomia e veterinária
- 9-12 Portaria approvando o projecto e orçamento do edificio da escola medico-cirurgica de Lisboa e determinando que se proceda á execução dos respectivos trabalhos
- 27-12 Portaria encarregando o capitão de cavallaria, Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda de escrever a historia organica e politica do exercito portuguez

1891

- 8-1 Carta regia reorganizando a insigne e real collegiada de Nossa Senhora da Oliveira da Oliveira da cidade de Guimarães, e creando junto d'ella um instituto de instrucção publica e gratuita

- 14-1 Decreto suspendendo a deliberação da junta geral do districto do Porto, na parte em que approva a disposição do regulamento do serviço do asylo-escola de artes e officios, que permite a admissão no mesmo asylo-escola de vadios de sete a dezoito annos de idade
- 15-1 Programa dos exames a que têm de sujeitar-se os actuaes chefes de conservação de estradas, para poderem ser nomeados conducutores auxiliares, chefes de secção de conservação
- 23-1 Decreto concedendo provisoriamente ao ministerio da instrucção publica e bellas artes o edificio e cerca do extincto convento de Santo Alberto da cidade de Lisboa, para ampliação do museu de bellas artes
- 26-1 Portaria regulando as provas do concurso ultimamente aberto para provimento dos logares de professores e aggregados vagos nos lyceus
- 31-1 Decreto determinando que o pagamento das propinas de matriculas nos lyceus e outros estabelecimentos de instrucção seja feito por meio de estampilhas
- 6-2 Portaria approvando provisoriamente o regulamento do instituto de ophtalmologia de Lisboa
- 24-2 Portaria determinando que os directores das escolas industriaes ou de desenho industrial, e os secretarios das escolas industriaes percam a gratificação respectiva quando deixem de exercer as suas funcções em uso de licença
- 9-3 Portaria determinando a instrucção que no anno presente deve ser ministrada na escola pratica de infantaria
- 31-3 Portaria approvando a tabella das propinas de matricula e exames que devem ser pagas por estampilhas nos termos do decreto de 31 de janeiro ultimo
- 4-4 Circular chamando a attenção dos chefes dos estabelecimentos de instrucção superior, secundaria e primaria, onde se cobram propinas de matricula e exames, para o disposto na portaria do ministerio da fazenda de 31 de março findo, e indicando diversos preceitos que devem ser observados no pagamento das propinas dos diplomas de cursos
- 8-4 Portaria fixando em sessenta o numero de alumnos poreionistas do real collegio militar, e determinando que nos proximos annos lectivos a admissão seja feita do modo que por cada tres vacaturas occorridos se receba um, até se chegar ao numero fixado
- 9-4 Decreto determinando que os alumnos porcionistas da classe civil admittidos no real collegio militar paguem d'esta data em diante a quantia de 18.5000 réis mensaes, em quarteis adiantados
- 10-4 Decreto confirmando a portaria do governador da provincia de S. Thomé e Principe que manda adoptar na mesma provincia o systema metrico decimal de pesos e medidas
- 10-4 Decreto mandando pôr em execução na provincia de Cabo Verde o systema metrico decimal de pesos e medidas.
Erratas
- 18-4 Portaria mandando applicar ás propinas, devidas pelos exames dos candidatos aos logares do magisterio primario e secundário, as disposições do decreto de 31 de janeiro do corrente anno
- 18-4 Decreto ordenando que os exames finaes dos alumnos da escola polyteehnica de Lisboa sejam oraes e constem simultaneamente de uma parte vaga e de um ponto tirado á sorte dezoito horas antes da hora marcada para o exame
- 22-4 Circular chamando a attenção dos inspectores de instrucção primaria para o disposto na portaria do ministerio da fazenda de 18 do corrente mez, relativa ás propinas que devem ser pagas pelos candidatos ao magisterio primario
- 22-4 Circular recommendando aos inspectores de instrucção secundaria a execução da portaria do ministerio da fazenda de 18 do corrente mez, na parte relativa ás propinas que devem ser pagas pelos concorrentes aos logares de professores dos lyceus
- 25-4 Circular declarando aos chefes dos diversos estabelecimentos de instrucção superior, secundaria, especial e primaria, que na proxima epocha de matricula e exames a cobrança das respectivas propinas se faça ainda pelo systema anterior
- 30-4 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do da instrucção publica e bellas artes um credito especial para pagamento da despezas com a aquisição de mobilia e utensilios da secção mineralógica do museu da escola polytechnica de Lisboa
- 1-5 Decreto extinguindo o laboratorio da repartição de minas, e determinando que todo o material e utensilios sejam entregues á direcção do instituto industrial e commercial de Lisboa
- 9-5 Decreto acceitando o offerecimento de um edificio e de vinte inscripções do valor nominal de 1 conto de réis cada uma para criação e sustentação de duas escolas primarias, uma para cada sexo, na freguezia de Soutello, concelho de Villa Verde
- 13-5 Decreto determinando que possam ser providos nos logares de professores dos lyceus e das escolas municipaes secundarias, sem dependencia de novo concurso, os candidatos que ha menos de dois annos tenham obtido approvação em concurso para logares idênticos ou para a regencia de cadeiras do mesmo grupo
- 14-5 Decreto approvando o regulamento da escola de auxiliares indígenas para serviço da armada nas colonias
- 14-5 Decreto approvando o programma de uma exposição de bellas artes e de artes industriaes bellas artes. decorativas no proximo anno de 1892
- 15-5 Decreto approvando o programma de uma exposição de bellas artes e de artes industriaes bellas artes. decorativas no proximo anno de 1892
- 11-6 Decreto dando provimento no recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo de Villa Real sobre irregularidades commettidas pela camara municipal de Santa Martha de Penaguião no provimento de varias escolas de ensino primario elementar
- 11-6 Decreto nomeando os jurys e regulando o serviço dos exames de classe dos lyceus na primeira epocha do corrente anno
- 18-6 Portaria providenciando para que se torne effectivo o ponto dos empregados actuaes da secretaria d'estado dos negocios da instrucção publica e bellas artes

- 30-6 Decreto que prorroga até ao anno lectivo de 1892-1893 os prazos relativos a apresentações de certidões de exames das línguas inglesa, allemã e grega, para matrículas de cursos superiores
- 7-7 Decreto determinando o numero de praças do exercito que no anno lectivo de 1891-1892 podem ser admittidas a matricula na universidade de Coimbra, polytechnicas de Lisboa e Porto e escola do exercito
- 14-7 Circular communicando que fóra resolvido que a todos os alumnos quer hajam sido adia dos, quer não, em epocha immediatamente anterior seja concedida a faculdade de que trata o artigo 7.º do decreto de 20 de outubro de 1888, mantendo-se o principio de não poderem ser examinados nas disciplinas de um anno qualquer sem terem obtido aprovação nas do anno antecedente
- 15-7 Lei isentando de direitos aduaneiros as machinas e utensilios destinados á escola agricola de Villa Fernando
- 16-7 Decreto determinando que a primeira sessão ordinaria do conselho superior de instrucção publica e bellas artes seja adiada para o primeiro de agosto de 1892
- 20-7 Portaria mandando descontar o vencimento aos alumnos que sem motivo justificado faltarem aos exercicios práticos, bem como a algumas ou a todas as cadeiras em que estiverem matriculados na escola naval e na escola polytechnica
- 25-7 Portaria mandando proceder a uma syndicancia no lyceu central de Lisboa sobre factos bellas artes arguidos na sessão da camara dos senhores deputados do 15 de junho ultimo
- 30-7 Decreto auctorisando a confraria do Santissimo Sacramento da freguezia de Santo Estevão, do concelho de Tavira, a levantar dos proprios fundos uma quantia para subsidiar a junta de parochia na construcção de casas destinadas ás escolas de ensino primario
- 30-7 Decreto dispensando até ao anno lectivo de 1892-1893, inclusive, a apresentação de Certidões dos exames de inglez, grego e alleinão para matricula em certos estabelecimentos de instrucção superior
- 30-7 Decreto denegando provimento ao recurso de Bernardo Jacinto Henriques, professor do ensino primario da villa de Mortagua, sobre vencimentos negados pela camara municipal respectiva
- 7-8 Decreto determinando que um commissario adjunto ao commissario geral da policia fiscal, incumbido da direcção da escola nocturna de instrucção dos policias fiscaes, continue a perceber a gratificação respectiva
- 26-8 Decreto determinando que um commissario adjunto ao commissario geral da policia fiscal, incumbido da direcção da escola nocturna de instrucção dos policias fiscaes, continue a perceber a gratificação respectiva
- 3-10 Portaria-circular regulando o serviço das expedições militares e de exploração scientifica ou commercial no interior das provincias Ultramarinas
- 26-9 Decreto approvando a reforma da organização administrativa do municipio de Lisboa: Tem Erradas – No seu artigo 68.º previa uam Direcção-Geral dos Serviços de Instrucção de Lisboa e uma inspecção municipal para a educação. I
- 8-10 Decreto reorganizando o ensino agricola (mudam os nomes – as Escolas Práticas de Faro, Portalegre, Santarém, Torres Vedras, Bairrada e Viseu são transformadas em Escolas Elementares de Agricultura Prática)
- 8-10 Decreto reorganizando o ensino industrial e comercial
- 8-10 Decreto dando nova organização ao hospital veterinário de Lisboa
- 8-10 Decreto alterando varias disposições da actual organização da escola naval e das escolas annexas
- 10-10 Portaria nomeando uma commissão para inquirir sobre o estado o administração das escolas primarias do municipio de Lisboa e propôr as providencias para se effectuar a passagem dos serviços respectivos para o estado
- 10-10 Decreto determinando a distribuição das cadeiras pelos diversos annos dos cursos professados no instituto de agronomia e veterinaria
- 10-10 Ordem do Exército n.º 29 surgem alterações à reforma de 1890, na Escola do Exército
- 13-10 Portaria approvando as instrucções regulamentares provisórias para os exames de admissão á matricula nos institutos industriaes e commerciaes
- 15-10 Decreto substituindo por outro o 1.º do artigo 10.º do regulamento de 31 de janeiro de 1887, relativo á constituição do jury dos concursos aos logares de professores do real collegio militar
- 20-10 Portaria approvando o horário das lições theoricas e praticas do instituto de agronomia e veterinaria no anno lectivo de 1891-1892
- 26-10 Portaria approvando o horário para o serviço escolar do instituto industrial e commercial de Lisboa
- 26-10 Portaria approvando o horário para o serviço escolar do instituto industrial e commercial do Porto
- 26-10 Decreto determinando que durante o anno lectivo de 1891-1892 sejam ensinadas no instituto industrial e commercial do Porto, transitória e extraordinariamente, as disciplinas completas da 12ª e 13.ª cadeiras
- 26-10 Portaria estabelecendo algumas disposições de character provisorio tendentes a garantir aos alumnos, que frequentavam os institutos industriaes e commerciaes certas vantagens que lhes eram asseguradas pela legislação anterior
- 28-10 Decreto approvando o plano de reorganização da escola do exercito
- 29-10 Decreto auctorisando a commissão directora do collegio de Santa Rosa de Lima de Macau a conceder dos seus fundos um subsidio á associação auxiliar das missões Ultramarinas para determinado fim
- 29-10 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do da instrucção publica e bellas artes um credito especial para pagamento dos professores e mais despezas das duas escolas creadas ultimamente na freguezia de Soutello, concelho de Villa Verde
- 5-11 Decreto auctorisando trabalhos extraordinarios fóra das horas regulamentares no instituto industrial e commercial de Lisboa
- 14-11 Decreto concedendo aos relojoeiros e ourives o praso de quinze dias para se matricularem e manifestarem por escripto o numero de relgios existentes nos seus estabelecimentos
- 16-11 Portaria approvando e mandando pôr em immediata execução as instrucções regulamentares provisórias para cumprimento do decreto de 28 de outubro ultimo, que reorganizou a escola do exercito

- 25-11 Portaria approvando provisoriamente o regulamento e programma do curso theorico e pratico do instituto ophthalmologico de Lisboa
- 3-12 Decreto concedendo provisoriamente á camara municipal de Abrantes o edificio e cerca do supprimido convento de Nossa Senhora da Graça para o estabelecimento das repartições publicas, escola municipal de instrucção secundaria e tribunal judicial
- 8-12 Decreto dando provimento no recurso de Anna Carolina Ferreira Botelho sobre vencimento da aposentação que lhe foi dada como professora da escola de ensino primario de Salzedas, concelho de Mondim da Beira
- 8-12 Decreto negando provimento ao recurso de Sebastião Cardoso de Brito, professor de ensino primario do Sabugal, sobre vencimentos
- 17-12 Decreto transferindo da tabella da despeza do ministerio da instrucção publica e bellas artes para a tabella da despeza extraordinaria do ministerio das obras publicas, commercio e industria a verba de 20:000\$000 reis, destinada á construcção do edificio da escola medico-cirurgica de Lisboa

1892

- Sem data Criada, por contrato, a Escola Pratica de Lavoura na Quinta das Cruzes, em Moreira de Lima (1.ª Região), organizada pelo agrónomo Manuel do Carmo Rodrigues Moraes
- Sem data Criada, por contrato, a Escola Pratica de Lacticinios, na Povoação da Beira, Concelho das Velas, na Ilha de São Jorge (12.ª Região), organizada pelo agronomo José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa
- 14-1 Decreto auctorisando a junta geral do districto do Porto a tomar deliberação sobre o primeiro orçamento suplementar ao ordinario do corrente anno e ácerca do arrendamento de uma casa para installação do asylo-escola districtal
- 4-2 Lei dispensando a Manuel de Oliveira Neves os preparatorios exigidos por lei para ser admittido a exame de farmácia
- 11-2 Portaria adiando a abertura da exposição de bellas artes e artes industriaes decorativas para se realizar na epocha que posteriormente for annunciada
- 3-3 Decreto extinguindo o ministerio de instrucção publica e bellas artes e decretando diversas providencias de redução de despeza na repartição superior de instrucção publica. (Com Erratas)
- 8-3 Portaria determinando que em todas as repartições administrativas se facultem nos seus registos e documentos que não sejam confidenciaes ou reservados os exames que os magistrados judiciaes lhes requisitarem como indispensaveis para o exercicio das suas funcções em materia criminal ou civil
- 10-3 Decreto providenciando ácerca dos serviços da contabilidade do extincto ministerio da instrucção publica e bellas artes na passagem para o ministerio do reino. (Com Erratas)
- 10-3 Decreto confiando á sociedade de geographia de Lisboa o museu colonial mediante uma remuneração de 25 por cento da sua actual dotação
- 10-3 Decreto dando nova regulamentação ás admissões dos orphãos na real casa pia de Lisboa
- 12-4 Lei mandando contar aos officiaes em serviço effectivo no exercito, para os efeitos da reforma, todo o tempo anterior á lei de 24 de dezembro de 1863 que frequentaram as escolas superiores
- 21-4 Decreto auctorisando a creação de uma escola pratica de lavoura na quinta denominada das Cruzes, concelho de Ponte de Lima, mantida pelo agronomo Manuel do Carmo Rodrigues Moraes
- 21-4 Lei estabelecendo a fórmula de contar a antiguidade no magistério aos professores de desenho da escola polytechnica
- 21-4 Decreto concedendo com certas clausulas á associação auxiliar das missões Ultramarinas, para continuacão do instituto de educação e habilitação de irmãs que hão de servir nas missões, o edificio, igreja, cêrca e mais pertencas do supprimido convento de Santa Thereza de Carnide
- 6-5 Decreto transferindo para o estado todos os serviços da instrucção primaria que estavam a cargo das camaras municipaes
- 6-5 Officio resolvendo duvidas acerca do modo legal de prover-se ás difficuldades no actual anno economico, resultantes da execução do artigo 4.º da lei de 26 de fevereiro ultimo para as administrações do collegio de S. Caetano de Braga e do asylo de Santa Estephania de Guimarães
- 12-5 Decreto negando provimento ao recurso do secretario geral do governo civil de Angra do Heroismo sobre aposentação de um professor de instrucção primaria
- 14-5 Decreto determinando o modo como se deve proceder com respeito aos estudantes da universidade de Coimbra pelos factos por elles praticados nos dias 6 e 7 do corrente mez
- 28-5 Circular communicando aos reitores dos lyceus que devem immediatamente assumir a direcção dos serviços que lhes pertencem na qualidade de commissarios da instrucção primaria, e dando-lhes instrucções relativamente a alguns d'esses serviços
- 1-6 Circular dando instrucções aos governadores civis para execução de varias disposições do decreto de 6 de maio findo que transferiu para o estado a administração dos serviços da instrucção primaria
- 2-6 Decreto auctorisando a mesa da Ordem terceira de S. Francisco da cidade de Guimarães a levantar dos proprios fundos uma certa quantia para construcção de aulas no edificio do extincto convento de S. Francisco
- 2-6 Decreto annullando um accordão do tribunal administrativo do districto da Guarda sobre provimento da escola primaria de meninas da freguezia da Véla
- 3-6 Decreto restabelecendo as disposições dos artigos 43.º e 47.º do decreto de 12 de agosto de 1886 relativamente ao numero de exames e ao tempo das provas oraes dos alumnos dos lyceus, tanto internos, como estranhos
- 9-6 Decreto nomeando os jurys dos exames dos lyceus na primeira epocha do corrente anno

- 25-6 Circular recommendando aos governadores civis que façam saber ás camaras municipaes que lhes cumpre incluir nos seus orçamentos as verbas de receita necessaria para occorrer ás despesas com o serviço dos exames finaes de ensino primario, e ao pagamento das gratificações devidas aos professores por cada um dos seus alumnos aprovados em exame
- 25-6 Decreto reorganizando os serviços da direcção geral de instrucção publica
- 2-7 Decreto não tomando conhecimento do recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo do districto de Vizeu sobre provimento da cadeira de ensino elementar, do sexo feminino, da freguezia occidental d'aquella cidade
- 2-7 Decreto negando provimento ao recurso de Francisco Gomes Fragoso sobre concessão do augmento de 25 por cento do ordenado de professor de ensino elementar na freguezia de Prados, concelho de Celorico da Beira
- 2-7 Decreto negando provimento ao recurso da camara municipal do concelho da Ribeira Grande sobre concessão á professora de ensino primario da freguezia dos Santos Reis Magos do augmento de 25 por cento do respectivo ordenado
- 5-7 Circular dando instrucções sobre o modo como devem ser requisitados os objectos necessarios para o expediente dos exames de instrucção primaria, e os livros dos termos dos mesmos exames
- 9-7 Portaria determinando como deve ser composta a commissão a que incumbe a vistoria dos edificios e alfaias escolares
- 9-7 Decreto negando provimento ao recurso do visconde de Mason, como gerente da mina de S. Domingos, do concelho de Mertola, sobre imposto de minas para despesas de instrucção primaria (Processo do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7416)
- 12-7 Decreto determinando que á matricula nos cursos de engenharia militar e artilheria da escola do exercito, no anno lectivo de 1892-1893, sejam admittidas somente as praças de pret que completarem os cursos superiores preparatórios
- 13-7 Decreto determinando que ao curso de engenharia militar, no proximo anno lectivo, sejam admittidas só tres praças, e que as restantes que houverem completado o curso preparatório e tiverem direito á matricula sejam destinadas ao curso de artilheria
- 13-7 Decreto determinando que não sejam admittidas no anno lectivo de 1892-1893 mais de 24 praças de pret, sendo 21 ao curso de infantaria e 3 ao de artilheria
- 13-7 Portaria estabelecendo diversas providencias sobre concessão de licenças ás praças do exercito para frequentarem os lyceus
- 15-7 Decreto supprimindo o exame geral ou de habilitação, exigido pelo artigo 53.º do regulamento de 28 de junho de 1888 aos alumnos da academia polytechnica do Porto
- 16-7 Portaria dando instrucções ácerca do modo como deve effectuar-se o pagamento das folhas dos vencimentos dos professores e empregados das escolas e estabelecimentos de instrucção primaria
- 19-7 Decreto determinando que da parte do producto do imposto de consumo de Lisboa seja entregue á caixa geral de depositos pela conta do fundo geral de instrucção primaria, a datar do principio do actual anno economico, a quantia de 96:000\$000 réis em prestações mensaes de 8:000\$000 réis
- 28-7 Circular dando instrucções sobre a organização dos jurys dos exames finaes de ensino primario, e auctorizando os commissarios de instrucção primaria a propor para os jurys professores residentes fóra das sédes dos exames, aos quaes será, abonada a quantia de 1\$000 réis diarios durante o serviço, comprehendidas as jornadas
- 6-8 Decreto negando provimento ao recurso de Manuel Machado Pacheco, presidente da camara municipal da Calheta, ilha de S. Jorge, sobre provimento da escola de ensino primario elementar e complementar do sexo masculino da freguezia de Santa Catharina d'aquelle concelho
- 10-8 Circular resolvendo que os professores de ensino primario que entrarem na composição dos jurys dos exames finaes não soffrem desconto nas respectivas gratificações de frequencia
- 13-8 Decreto concedendo provimento ao recurso de Maria da Conceição Paes Rebello Vieira sobre vencimentos que lhe pertencem como professora da escola primaria do sexo feminino da villa de Mortagua
- 20-8 Decreto auctorizando o agronomo José Pereira e Cunha da Silva e Sousa a estabelecer e manter á sua custa uma escola pratica de lacticínios na povoação da Beira, concelho das Vélas, ilha de S. Jorge, Açores
- 2-9 Portaria dando instrucções sobre o modo de se realizarem no corrente anno os exames de habilitação ao magisterio primario em varios districtos administrativos
- 3-9 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do das obras publicas, commercio e industria um credito especial para custeio da escola Rodrigues Sampaio
- 3-9 Decreto approvando o regulamento do conselho superior de instrucção publica
- 7-9 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial de Lisboa, no anno lectivo de 1892-1893
- 10-9 Decreto reorganizando a escola Rodrigues Sampaio sob a dependencia do ministerio das obras publicas, commercio e industria
- 14-9 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial do Porto no anno lectivo de 1892-1893
- 24-9 Decreto determinando que as aulas dos lyceus comecem no primeiro dia util depois de terminados os exames, não podendo ultrapassar o dia 20 de outubro
- 24-9 Decreto annexando ao curso geral do lyceu de Amarante uma cadeira de latim
- 26-9 Circular mandando processar mensalmente nas administrações dos concelhos e bairros mais um exemplar das folhas dos ordenados dos professores e empregados auxiliares das escolas primarias, afim de em presença d'elle se fazer,

provisoriamente, o pagamento dos vencimentos dos mesmos professores e empregados sem dependencia de mais formalidade alguma

- 29-9 Portaria determinando diversas providencias sobre matricula e abertura das aulas das escolas primarias, centraes e parochiaes, do concelho de Lisboa
- 8-10 Portaria prolongando o praso para as matriculas nas escolas centraes e parochiaes e dos cursos nocturnos de Lisboa, e providenciando ácerca da execução do disposto no n.º 3.º da portaria de 29 de setembro proximo passado
- 11-10 Portaria approvando o horario das lições theoricas e praticas do instituto de agronomia e veterinaria durante o anno de 1892-1893
- 18-10 Circular regulando o abono que deve ser feito aos professores e individuos encarregados das substituições provisórias nos lyceus
- 20-10 Decreto auctorisando a commissão administrativa da officina de S. José, da cidade de Braga, a acceitar a doação de certa quantia em dinheiro para compra de um predio destinado ao estabelecimento d'aquelle instituto
- 30-10 Ordem do Exército n.º 29 Decreto approvando o plano de reorganização da escola do exercito
- 31-10 Decreto reorganizando os serviços da instrucção publica na India portugueza equiparando o Liceu de Nova Goa aos Liceus do reino
- 31-10 Circular dando instrucções para se calcular, e descrever nas respectivas folhas os descontos do imposto de rendimento e do imposto complementar de 6 por cento a que estão sujeitos os vencimentos dos professores de ensino primário
- 3-11 Decreto concedendo provimento ao recurso de Frederico António de Andrade contra a nomeação de um professor de ensino primario, feita pela camara municipal do Porto
- 30-11 Portaria approvando as instrucções regulamentares provisórias para execução do plano de organização da escola do exercito
- 1-12 Decreto approvando a organização dos serviços agricolas e dos quadros do seu pessoal technico (contempla no artigo 3, k) Institutos de Agronomia e Veterinária, L) Escola central de agricultura prática, M) Escolas elementares de agricultura prática)
- 1-12 Decreto approvando a organização dos serviços telegrapho-postaes e do pessoal que os desempenha. (no artigo 81.º Está inserido o Ensino profissional)
- 10-12 Decreto determinando que á escola central de agricultura pratica se dê o titulo de Escola central de agricultura Moraes Soares, e á de viticultura pratica de Torres Vedras o de Escola de viticultura Ferreira Lapa
- 10-12 Decreto determinando que á escola elementar de viticultura pratica da Bairrada se dê o titulo de Escola de viticultura Alexandre de Seabra
- 10-12 Decreto dando provimento ao recurso de D. Maria da Paixão Marques da Silva e do agente do ministerio publico, contra o accordão do tribunal administrativo do districto de Vizeu, que annullára a nomeação da recorrente para professora da escola de ensino elementar da freguezia occidental d'aquella cidade
- 10-12 Decreto negando provimento ao recurso da camara municipal do concelho de Caminha que se negara, a pagar a um professor de ensino primario a gratificação de frequencia com o fundamento dos alumnos serem residentes em concelho diferente
- 10-12 Decreto negando provimento ao recurso de José Manuel Fernandes, professor de ensino primario do Mogadouro sobre abono de certos vencimentos
- 13-12 Portaria determinando que, annexo ao laboratorio de chimica do instituto industrial e commercial de Lisboa, seja organizado um laboratorio para analyses chimicas e mettallurgicas e de pesquisas e explorações de aguas
- 17-12 Portaria determinando que o producto das analyses chimicas effectuadas no laboratorio dos serviços technicos de minas e da industria, por conta de particulares, tenha applicação analoga á, que é dada á receita do laboratorio de chimica do instituto industrial e commercial de Lisboa
- 24-12 Decreto negando provimento ao recurso de Manoel Cardoso de Menezes, professor de instrucção primaria na freguezia do Campo, concelho de Vizeu
- 26-12 Portaria approvando o regulamento dos concursos para o magisterio da escola do exercito
- 29-12 Portaria mandando observar diversos preceitos tendentes a regular uniformemente os vencimentos dos professores interinos, nomeados para as escolas primarias
- 30-12 Decreto prohibindo provisoriamente o provimento effectivo dos logares actualmente vagos ou que venham a vagar nos lyceus, abolindo os exames de admissão, e estabelecendo diversas disposições sobre exames dos mesmos institutos
- 30-12 Decreto determinando que os logares de secretario das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto sejam providos, por decreto real, d'entre lentes proprietarios ou substitutos das respectivas escolas
- 31-12 Decreto restabelecendo a remissão do serviço militar, e tomando varias providencias ácerca das praças de pret que frequentarem os cursos de instrucção secundaria, e dos mancebos que por erro ou omissão deixarem de ser competentemente sorteados

1893

- 18-1 Portaria fixando as attribuições do director geral do commercio e estatistica, relativamente á inspecção geral do ensino industrial e commercial
- 9-3 Decreto deelarando extensiva aos alumnos do collegio das missões Ultramarinas, mandados servir em Singapura e Malaca, a disposição do artigo 90.º dos estatutos do mesmo estabelecimento que proscreve o praso do doze annos de serviço em Macau

- 16-3 Decreto regulando os exames de instrução primaria, que constituem habilitação para a matricula nos lyceus e para admissão aos exames de ensino secundário
- 23-3 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal do concelho de Cabeceiras de Basto e Bernardo Teixeira sobre provimento da escola de ensino primario elementar da freguezia de Cavez
- 6-4 Decreto negando provimento no recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo do districto de Vizeu sobre excepção de prescripção opposta a uma reclamação contra o acto da camara municipal de Tondella, que annullára o provimento da escola elementar e complementar daquela villa
- 13-4 Decreto negando provimento no recurso de José António da Cruz e outros, professores de ensino primario do concelho de Braga, sobre gratificação de frequencia
- 13-4 Decreto negando provimento no recurso de Candido Dias Moreira Padrão contra o provimento feito pela camara municipal de Santo Thyrsó, da escola primaria elementar da freguezia de S. Thiago de Bougado
- 19-4 Portaria declarando que as commissões inspectoras das escolas normaes de ensino primario se acham extinctas e que as suas attribuições pertencem actualmente ao governo
- 20-4 Decreto prorogando até o anno lectivo de 1893-1894 o praso para os alumnos do terceiro anno do curso preparatório da faculdade de medicina da universidade de Coimbra apresentarem certidões de aprovação nos exames das linguas allemã e grega
- 25-4 Portaria esclarecendo varias duvidas ácerca da execução do artigo 3.º do decreto de 30 94 Abril 27, de dezembro ultimo, relativamente a exames de instrução secundaria. (Com Erratas)
- 4-5 Decreto rejeitando o recurso da camara municipal do concelho de Valença contra o accordão do tribunal administrativo do districto, que annullára a deliberação d'ella, mandando abrir concurso para provimento da escola primaria da freguezia de S. Pedro da Torre
- 5-5 Portaria mandando declarar aos governadores civis que só devem collectar, por actos de beneficencia e auxilio ao ensino primario, as irmandades e confrarias que possam satisfazer aquelle onus sem prejuizo dos seus encargos
- 25-5 Decreto negando provimento no recurso de Manuel Machado Pacheco, presidente da camara municipal do concelho de Calheta, ilha de S. Jorge, sobre concessão do augmento de 25 por cento requerida pelo professor de ensino primario da escola elementar da freguezia de S. Thiago da Ribeira Secca
- 25-5 Decreto rejeitando, por illegal, o recurso da comissão administrativa do municipio de Lisboa sobre dispensa dos serviços e vencimenio do continuo da bibliotheca municipal da mesma cidade, Sertorio Libanio Pinhão
- 27-5 Portaria mandando que os commissarios de instrução primaria designem sem demora a epocha em que hão de fazer-se os exames de habilitação para o magisterio primario
- 8-6 Decreto concedendo provimento no recurso da camara municipal da Magdalena, da ilha do Pico, sobre legalidade da nomeação por ella feita de um professor para a escola primaria da freguezia de S. Matheus
- 8-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrução secundaria na primeira epocha do corrente anno
- 8-6 Decreto determinando que os alumnos dos lyceus possam matricular-se nos ultimos annos de uma disciplina ou parte de disciplina, uma vez que provem ter obtido a media de dez valores na frequencia dos annos immediatamente anteriores da mesma disciplina ou parte de disciplina
- 22-6 Portaria declarando aos reitores dos lyceus e aos vogaes dos jurys dos exames de instrução secundaria, que, na duração dos interrogatorios e no numero dos examinandos, em cada dia, devem ser observadas as prescripções do regulamento de 32 de agosto de 1886
- 26-6 Decreto regulando a admissão de alumnos militares na escola do exercito e nos cursos superiores preparatorios no anno lectivo de 1893-1894
- 30-6 Decreto creando uma bibliotheca destinada á população rural, que se denominará «bibliotheca nacional agricola»
- 4-7 Portaria determinando que o praso para a apresentação das relações dos alumnos propostos para exames finaes de instrução primaria seja prorogado até 15 do corrente mez
- 27-7 Lei reorganizando a instrução primaria elementar e complementar e a instrução secundaria na cidade de Macau
- 27-7 Lei reorganizando o instituto de ophthalmologia de Lisboa segundo certas bases
- 27-7 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal do concelho de Monsão sobre annullação do concurso que abriera para provimento da escola primaria da séde do mesmo concelho
- 27-7 Decreto rejeitando o recurso da camara municipal do concelho de Vagos sobre nomeação do professor da escola de ensino primario elementar do logar do Calvão
- 27-7 Decreto negando provimento no recurso de João Pereira da Silva Cardote, professor de ensino primario de Semide, sobre abono de vencimentos que requerêra á camara municipal do concelho de Miranda do Corvo
- 3-8 Portaria determinando que a classificação final dos alumnos do quinto curso da escola naval seja feita no fim do tirocínio pratico, a que se refere o artigo 108,º do decreto de 14 de agosto de 1892
- 5-8 Portaria mandando observar certas prescripções no concurso para provimento das cadeiras do lyceu nacional de Nova Goa
- 24-8 Decreto negando provimento no recurso do visconde Mason contra a collecta que fôra lançada á empreza da mina de S. Domingos, para despesas da instrução primaria, pela camara municipal de Mertola
- 5-9 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal do concelho de Tondella e Maria da Encarnação Ramos sobre provimento da escola de ensino complementar da sede do mesmo concelho
- 5-9 Decreto dando provimento no recurso da camara municipal de Figueiró dos Vinhos e António Simões da Silva sobre provimento da escola de ensino primario da freguezia da Aguda
- 9-9 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial de Lisboa, no anno lectivo de 1893-1894
- 9-9 Portaria approvando o horario para o serviço escolar do instituto industrial e commercial do Porto, no anno lectivo de 1893-1894

- 14-9 Decreto alterando algumas disposições regulamentares do curso superior de letras. Erratas
- 15-9 Portaria approvando o horario das lições e exercicios do instituto de agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1893-1894. Erratas
- 26-9 Portaria estabelecendo varias providencias para regularisação do serviço de matricula e frequencia das escolas de instrucção primaria
- 5-10 Decreto organisando os cursos professados nas escolas industriaes. Erratas
- 6-10 Decreto regulando o ensino agricola. Erratas
- 10-10 Portaria estabelecendo varias providencias transitorias ácerca dos alumnos da escola Rodrigues Sampaio e de outras escolas
- 11-10 Decreto auctorisando o estabelecimento do systema metrico decimal nos territorios da companhia de Moçambique
- 19-10 Decreto confirmando a criação, na cidade de Lourenço Marques, de um instituto de instrucção e educação para o sexo feminino, denominado «instituto de ensino rainha D. Amelia»
- 19-10 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal do concelho da Horta sobre annullação dos concursos das escolas do sexo feminino de Capello e Cedros
- 25-10 Decreto modificando o ensino nos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 25-10 Decreto approvando o regulamento das escolas elementares para as praças de pret e da promoção aos postos inferiores do exercito
- 25-10 Decreto approvando e mandando pôr em execução o regulamento da escola pratica de cavallaria
- 25-10 Decreto approvando e mandando pôr em execução o regulamento da escola pratica de infantaria
- 28-10 Portaria mandando admittir na escola naval mais quatorze aspirantes de marinheiro 2.ª classe
- 28-10 Portaria concedendo á associação commercial de Lisboa auxilio para fundação de uma escola elementar de commercio
- 28-10 Portaria concedendo á camara municipal da Figueira da Foz auxilio para a fundação de uma escola industrial e commercial
- 28-10 Portaria concedendo á camara municipal de Aveiro auxilio para a fundação de uma escola industrial no asylo-escola districtal
- 28-10 Portaria concedendo á sociedade união vinicola e oleicola do sul auxilio para a fundação de uma officina-escola de olaria
- 30-10 Portaria esclarecendo e ampliando algumas disposições da portaria de 26 de setembro ultimo, relativamente ao serviço de matricula e frequencia das escolas de instrucção primaria
- 3-11 Decreto mandando observar o regulamento para os serviços meteorologicos nos estabelecimentos agricolas
- 8-11 Portaria resolvendo que o conselho do curso superior de letras escolha um de entre os dois lentes do mesmo curso que se prestam a accumular com a sua a regencia da cadeira de litteratura grega e latina durante o impedimento do proprietario respectivo
- 9-11 Decreto auctorisando a camara municipal do concelho de Alcoutim a applicar metade do fundo de viação ao alargamento do cemiterio e construcção de escolas primarias
- 9-11 Decreto confirmando o accordão do tribunal administrativo do districto de Villa Real, que negara provimento no recurso contra a nomeação vitalicia do professor da escola primaria de Medrões, João Pereira Guimarães
- 15-11 Portaria approvando o horario das lições e exercicios do instituto de agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1893-1894. Erratas
- 23-11 Portaria declarando que os actuaes sargentos ajudantes e primeiros sargentos graduados de cavallaria e infantaria, ex-alumnos do collegio militar, que perderam a tolerancia na escola do exercito, e foram mandados apresentar nos corpos até 1886, sejam dispensados do frequentar a escola central respectiva até novembro do 1894, sendo-lhes permittido fazer exame nas ditas escolas das disciplinas que constituem o terceiro curso
- 23-11 Decreto determinando a distribuição da dotação da escola naval, no anno economico de 1893-1894
- 23-11 Portaria approvando os programmas dos differentes cursos das escolas para as praças de pret do exercito
- 27-11 Portaria encarregando a junta geral das missões de estudar a melhor organisação que deva dar-se aos institutos destinados á educação de missionarios e ás missões Ultramarinas
- 29-11 Portaria concedendo á sociedade philomatica da Marinha Grande auxilio para a fundação de uma escola industrial
- 29-11 Portaria regulando a concessão e distribuição dos premios annuaes instituidos pela rainha a sr.ª D. Amelia, na escola industrial «Affonso Domingues»
- 30-11 Decreto negando provimento no recurso do leal senado de Macau contra a resolução do conselho da provincia, que lhe mandára trancar certas palavras da acta de uma sua sessão, na parte relativa á apreciação que fizera do facto do governador da provincia de Macau ter mandado elogiar os professores da escola central d'aquella cidade
- 14-12 Decreto auctorisando a camara municipal do concelho de Fronteira a applicar metade do fundo de viação à conclusão da casa para a escola primaria e habitação do professor. Erratas
- 19-12 Portaria determinando que junto á escola industrial «Rainha D. Leonor», nas Caldas da Rainha, se crie uma officina dos canasteiros
- 19-12 Portaria concedendo á camara municipal de Evora subsidio para fundação de uma escola industrial
- 19-12 Portaria estabelecendo providencias para assegurar o uso das habilitações adquiridas pelos alumnos das escolas industriaes. Erratas
- 19-12 Portaria estabelecendo providencias para a organisação, nas escolas industriaes, de cursos nocturnos e para habilitação pratica dos alumnos

- 20-12 Decreto estabelecendo colonias agricolas na extincta escola agricola de Portalegre e nos terrenos incultos do estado. Erratas
- 20-12 Decreto organisando um museu ethnographico portuguez. Erratas
- 20-12 Decreto approvando e mandando pôr em execucao o regulamento da escola pratica de engenharia
- 20-12 Decreto approvando e mandando pôr em execucao o regulamento da escola pratica de artilheria
- 28-12 Decreto dando provimento no recurso de José Antunes Serra contra a nomeação feita pela camara municipal da Covilhã para a escola primaria da freguezia de Ourondo. Erratas
- 28-12 Portaria declarando que se considere em vigor no Ultramar a isencao da contribuicao de registo pelas aquisicoes de terrenos ou casas para edificios escolares

1894

- 8-1 Officio-circular ordenando que em cada um dos requerimentos de admissao a exames de instrucção primaria que constituem habilitação para matricula nos lyceus e exames de instrucção secundaria seja collada uma estampilha da taxa de 2\$500 réis, nos termos da lei do 30 de junho de 1893
- 11-1 Decreto negando provimento ao recurso de Maria Izabel Algarvia sobre provimento da escola primaria elementar do sexo feminino da freguezia de S. Pedro da Ribeira Secca
- 12-1 Portaria determinando que no corrente anno lectivo os alumnos livres do instituto industrial e commercial de Lisboa possam ser admittidos a exame nas condições em que o são os alumnos ordinários
- 28-1 Decreto (DG 23 de 30 de janeiro) creando um curso especial destinado exclusivamente ao ensino dos empregados telegrapho-postaes, e denominado «curso de telegraphos» (Erratas no DG 25)
- 17-2 Decreto (DG 81 de 12 de abril) negando provimento no recurso do agente do ministerio publico na comarca da Horta contra a verba inscripta no orçamento da camara municipal d'aquella cidade para subsidiar a escola do asylo de infancia desvalida
- 27-2 Portaria (DG 69 de 29 de março) auctorizando o instituto de piedade e beneficencia de Vianna do Alemtejo a distractar dos capitales mutuados uma certã quantia para subsidiar a installação e funcionamento de uma officina-escola de olaria, fundada pela sociedade, união vinicola e oleicola do sul
- 9-3 Decreto (DG 50 de 12 de março) accoitando o legado de um predio rustico deixado por Militão Martins Pamplona Córte, Real ao lyceu nacional de Angra do Heroismo o destinado á compra de livros e ao pagamento do matriculas de estudantes pobres
- 12-3 Portaria mandando pôr em execucao programma dos trabalhos práticos e exercicios da 3.ª cadeira da escola naval
- 31-3 Portaria approvando o programma para o ensino theorico da 3.ª cadeira da escola naval
- 19-4 Decreto (DG 89 de 21 de abril) auctorizando a camara municipal de Olleiros a applicar do fundo de viação uma certa quantia a obras de reparação do edificio dos paços do concelho e casas escolares e á construcção de cemiterios
- 19-4 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal da villa da Calheta, ilha de S. Jorge, sobre pagamento do augmento do ordenado concedido ao professor de ensino primario da villa
- 20-4 Portaria permittindo que os alumnos internos do lyceu de Amarante possam, na mesma epocha, requerer em outro lyceu admissao a exames de disciplinas que ali não são professadas
- 24-4 Portaria (DG 93 de 26 de abril) determinando que a escola-officina recentemente creada em Vianna do Alemtejo se denomine — escola-officina medico Sousa
- 24-4 Portaria determinando que a escola industrial de Evora se denomine «escola El-Rei D. Carlos I»
- 26-4 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal do Fragoas sobre concessão do augmento de 25 por cento do ordenado a um professor primário
- 27-4 Portaria (DG 93 de 26 de abril) determinando que a escola-officina recentemente creada em Vianna do Alemtejo se denomine — escola-officina medico Sousa
- 16-5 Portaria determinando que a escola industrial de Evora se denomine «escola El-Rei D. Carlos I»
- 7-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrucção secundaria na primeira epocha do corrente anno
- 16-6 Decreto determinando que no primeiro dia util de cada semana os directores de internatos de ensino, beneficencia ou recolhimento enviem á delegação de saude um boletim das pessoas que nos respectivos estabelecimentos tenham sido affectadas de determinadas molestias
- 19-6 Portaria estabelecendo as condições de admissao a exames nas escolas praticas de telegraphia para os individuos que não tenham frequentado os respectivos cursos
- 23-6 Decreto approvando o quadro provisorio do pessoal administrativo da escola, agricola de Villa Fernando
- 28-6 Decreto negando provimento no recurso de Augusto Goltz de Carvalho, professor de ensino primario de Buarcos, sobre pagamento de renda das casas por elle occupadas nos annos de 1887 a 1890
- 6-7 Portaria (DG 181 de 13 de agosto) nomeando uma commissão para elaborar o plano de organisação de uma bibliotheca central militar, e o programma e orçamento de uma publicação periodica de character official para diffusão do conhecimento dos progressos realizados nas sciencias militares
- 21-7 Decreto approvando o regulamento do lyceu nacional de Nova Goa
- 23-7 Decreto approvando o regulamento da escola normal primaria annexa ao lyceu de Nova Goa
- 24-7 Decreto approvando o regulamento das escolas municipaes secundarias do estado da India
- 28-7 Portaria concedendo á camara de commercio de Lisboa auxilio para. fundação de uma escola elementar de commercio pelo modo estabelecido na mesma Portaria
- 23-8 Decreto alterando o artigo 12.º do decreto de 22 de agosto de 1865 na parte relativa ás lições do concurso para as cadeiras de chimica da escola polytechica de Lisboa

- 23-8 Decreto ordenando que os alumnos dos institutos industriaes e commerciaes possam ser admittidos a exame final quando tenham uma classificação que não seja inferior a sete, valores
- 23-8 Decreto approvando o plano de reorganização da escola do exercito
- 23-8 Decreto negando provimento no recurso de António José Ferreira de Almeida sobre provimento da escola primaria elementar da freguezia de S.Martinho da Gandara, concelho de Oliveira, de Azemeis
- 23-8 Decreto concedendo provimento no recurso do agente do ministerio publico junto do tribunal administrativo de Bragança contra, a concessão do augmento de 25 por cento do ordenado feita pela camara municipal d'aquella cidade á professora de ensino primario da freguezia de S. Pedro
- 31-8 Portaria (DG 197 de 1 de setembro) mandando publicar no «Diario do governo» o resultado das justificações do pessoal do ensino primario no municipio do Lisboa para os interessados poderem reclamar em certo praso perante a commissão nomeada pela mesma Portaria
- 1-9 Ordem do Exército n.º 19 em que é decretada uma nova reorganização na Escola do Exército
- 1-9 Portaria (DG 199) approvando e mandando pôr em execução o regulamento da escola elementar de commercio de Lisboa
- 13-9 Decreto (DG 270 de 27 de novembro) negando provimento no recurso do reitor do seminario de Santarem sobre contas de um legado pio
- 13-9 Decreto determinando que o lente da 17.ª cadeira do instituto de agronomia e veterinaria seja considerado vogal nato da junta consultiva de saude pecuaria
- 14-9 Portaria nomeando uma commissão para estudar e regulamentar a contabilidade das officinas das escolas industriaes (Erratas no DG 211)
- 5-10 Decreto approvando e mandando pôr em execução o plano de uniformes da companhia de alumnos da escola exercito
- 20-10 Portaria approvando o horário das aulas do instituto de agronomia e veterinaria de Lisboa para o anno lectivo de 1894-1895
- 26-10 Portaria declarando as equivalências das disciplinas das escolas superiores com as dos institutos industriaes e commerciaes, para os effeitos de matriculas e exames
- 5-12 Decreto concedendo provisoriamente e com certas condições á associação do Sagrado Coração de Maria, de Vizeu, o edificio e cêrca do convento do Bom Jesus para estabelecimento do instituto para educação de meninas pobres e orphãs
- 6-12 Portaria approvando provisoriamente o regulamento para o serviço do preparador da cadeira de anatomia pathologica e conservador do museu respectivo cia escola medico cirurgica do Porto
- 22-12 Decreto (DG 292) approvando a reforma dos serviços da instrucção secundaria (Erratas no DG 293)
- 22-12 Decreto (DG 292) approvando a reforma dos serviços de instrucção primaria

1895

- 17-1 Decreto concedendo provimento nos recursos do António Alves Soares Branco Gentil e Augusto Moreira Rato sobre a sua classificação final como alumnos da escola naval
- 31-1 Decreto concedendo á camara municipal de Castello Branco um terreno pertencente ao estado para construcção de uma escola de ensino primario para o sexo feminino
- 31-1 Decreto declarando urgente a expropriação de tres propriedades na villa de Ponte de Lima para construcção de um edificio destinado ás escolas do ensino primario de um e de outro sexo da mesma villa
- 1-2 Decreto n.º 4 regulando as gratificações dos professores e lentes militares da escola naval
- 1-4 Portaria modificando a portaria de 14 de março de 1887, relativamente á concessão do premio creado pela camara municipal de Guimarães com destino ao alumno mais distincto nos exames de admissão aos lyceus
- 5-4 Decreto determinando que a 2.ª secção da escola «Rodrigues Sampaio» constitua uma escola industrial independente e autonoma denominando-se «Escola Principe Real»
- 5-4 Decreto (DG 78 de 8 de abril) supprimindo o lugar de official da contabilidade no instituto de agronomia e veterinaria, e collocando o empregado que o exercia no lugar vago de secretario do mesmo instituto
- 17-4 Decreto concedendo provisoriamente á junta de parochia da freguezia do Salvador, de Vairão, concelho de villa do Conde, a igreja do supprimido convento do Vairão com suas dependencias e objectos de culto, a fim de servir de séde parochial, e bem assim uma casa pertencente ao mesmo convento para estabelecimento da escola primaria da freguezia
- 18-4 Decreto approvando o regulamento do concurso para adopção de obras destinadas ao ensino secundário
- 20-4 Decreto mandando abrir concurso para a adopção das obras que nos proximos seis annos lectivos hão de servir no ensino secundário
- 25-4 Decreto regulando as disposições dos artigos 37.º 38.º e 39.º do decreto n.º 1 do 22 do dezembro de 1894 referentes á aposentação dos professores de ensino primario
- 11-5 Portaria nomeando a commissão que ha de examinar as obras que forem apresentadas no concurso aberto para a adopção dos livros destinados á instrucção secundaria (Erratas no DG 107)
- 27-5 Decreto concedendo á associação protectora das meninas pobres, da cidade de Santarem, o edificio, cerca e dependencias do supprimido convento de S. Domingos das Donas, em parte do qual se acha já estabelecido um collegio de instrucção e educação
- 31-5 Portaria permittindo aos alumnos livres do instituto industrial e commercial do Porto fazerem os exames nas mesmas condições dos alumnos ordinários

- 5-6 Decreto (DG 129 de 10 de junho) regulando o serviço e vencimento do pessoal docente e auxiliar das escolas primarias centraes e parochiaes de Lisboa
- 5-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrucção secundaria nos lyceus do continente e ilhas adjacentes
- 11-6 Portaria alterando as disposições da portaria de 10 de julho de 1892 relativamente á organisação das contas annuaes das receitas e despezas do unda da instrucção primaria (Erratas DG 135)
- 27-6 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes têm de contribuir para as despezas do fundo da instrucção primaria no exercicio de 1895-1896 (Erratas nos DG's 143 e 144)
- 27-6 Decreto regulando os vencimentos dos professores e ajudantes de instrucção primaria
- 4-7 Decreto concedendo aos estudantes do 5.º anno da faculdade de philosophia da universidade de Coimbra a dispensa que pediram do exame do grego para fazerem a sua formatura no actual anno lectivo
- 13-7 Decreto (DG 129, de 10 de junho) regulando o serviço e vencimento do pessoal docente e auxiliar das escolas primarias centraes e parochiaes de Lisboa
- 18-7 Portaria concedendo aos alumnos que no proximo anno lectivo pretenderem matricular-se no primeiro anno das escolas medico-cirurgicas dispensa do certificado de approvação na lingua allemã, que todavia ficam obrigados a apresentar antes da passagem para o terceiro anno do curso das ditas escolas
- 27-7 Decreto (DG 174 de 6 de agosto) concedendo á associação protectora das meninas pobres, da cidade de Santarem, o edificio, cerca e dependencias do supprimido convento de S. Domingos das Donas, em parte do qual se acha já estabelecido um collegio de instrucção e educação
- 1-8 Decreto approvando o regulamento geral (provisorio) da escola agricola de Villa Fernando
- 8-8 Portaria declarando que são admittidos no proximo mez de outubro a exames de instrucção socundaria sómente os alumnos que mostrem approvação no exame de alguma das disciplinas dos lyceus, com exclusão do desenho
- 14-8 Decreto (DG 183) approvando o regulamento geral do ensino secundário (Erratas nos DG's 184, 181, 188, 194 e 195). (Reforma de Jaime Moniz)
- 8-9 Portaria declarando que são admittidos no proximo mez de outubro a exames de instrucção socundaria sómente os alumnos que mostrem approvação no exame de alguma das disciplinas dos lyceus, com exclusão do desenho
- 14-9 Decreto approvando os programmas para o estudo das disciplinas de instrucção secundaria conforme a ultima reforma d'este grau de ensino
- 17-9 Portaria alterando alguns artigos do regulamento da escola elementar do commercio de Lisboa, de 1 de setembro de 1894
- 21-9 Decreto determinando a organisação do curso preparatório, professado na universidade de Coimbra, na escola polytechnica de Lisboa ou na academia polytechnica do Porto, para a matricula na escola, do exercito
- 25-9 Decreto approvando os livros para servirem ao ensino secundário em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos desta instrucção
- 25-9 Decreto reorganizando a escola naval
- 26-9 Decreto approvando os livros para servirem ao ensino secundário em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos desta instrucção
- 28-9 Decreto creando junto da associação commercial do Porto uma escola elementar commercial
- 1-10 Portaria approvando a tabella dos preços da venda dos livros destinados ao ensino secundário (Erratas nos DG's 223 e 225)
- 3-10 Decreto (DG 236 de 18 de outubro) approvando o regulamento litterario do real collegio militar
- 8-10 Portaria approvando o horário das aulas do instituto do agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1895-1896
- 14-10 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus para que seja feito o registo de todos os individuos que á data do regulamento geral dos lyceus estavam dirigindo ou exercendo o ensino particular de instrucção secundaria, no respectivo districto
- 17-10 Decreto regulando o ensino primário nas escolas existentes nos dois bairros da cidade do Porto
- 21-10 Portaria declarando que os alumnos dos institutos particulares de ensino secundário que se matricularem depois de findo o mez de outubro segundo o novo plano dos estudos, e que por isso só possam ser incluídos nas relações que em principio de maio devem ser enviadas aos reitores dos lyceus, não podem mais tarde ser admittidos a exame de saída
- 21-10 Portaria regulando o disposto no artigo 53.º n.º 1 do regulamento geral dos lyceus, relativamente ás reuniões que devem celebrar os directores com os professores de classe
- 23-10 Portaria approvando as instrucções provisórias para as escolas primarias de Lisboa no anno lectivo de 1895-1890 (Erratas no DG 245)
- 24-10 Decreto permitindo que os agrónomos e veterinarios officiaes, quando possam ser provisoriamente dispensados de outros serviços, auxiliem os professores do instituto de agronomia e veterinaria nos trabalhos práticos das diversas cadeiras professadas no mesmo instituto e determinando outras providencias relativas a este estabelecimento de instrucção agricola
- 24-10 Circular additando novas instrucções aos reitores dos lyceus a respeito dos professores particulares do ensino secundário
- 26-10 Portaria determinando que á escola de pilotagem de Ponta Delgada seja dado o nome de «escola dos Côrte-Reaes»
- 31-10 Portaria approvando e mandando pôr em execução o regulamento da escola elementar commercial portuense
- 31-10 Decreto creando e mandando pôr a concurso escolas de ensino primario elementar em diversos concelhos, onde menos diffundida se acha a instrucção primaria (Erratas no DG 252)
- 14-11 Decreto (DG 202 de 19 de novembro) supprimindo o logar de capellão e um do logares de sub-regente da real casa pia de Evora, e determinando a junção dos logares de regente dos orphãos e das orphãs com os de professor e professora do mesmo instituto

- 14-11 Decreto approvando o regulamento para a classificação das provas de exames dos alumnos das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto
- 20-11 Portaria approvando os programmas das materias da 1ª e 8ª cadeiras e do ensino do desenho na escola naval
- 28-11 Decreto elevando a 2:500\$000 réis a despeza da escola elemental commercial portuense, a fim de ahi se professor mais a lingua ingleza
- 29-11 Officio respondendo ás propostas apresentadas por alguns professores da 1.ª classe do lyceu de Lisboa sobre a execução dos programmas de ensino da mesma classe
- 30-11 Portaria concedendo que até 7 de dezembro proximo possam ser recebidas ou rectificadas as relações dos alumnos matriculados nos estabelecimentos particulares de ensino secundário
- 2-12 Portaria resolvendo duvidas ácerca da, execução dos decretos de 27 de junho e 17 de outubro do corrente anno, relativamente a abonos devidos aos professores e ajudantes das escolas de ensino primário
- 11-12 Accordão (supremo tribunal administrativo - DG 3 de 4 de janeiro de 1896) concedendo provimento no recurso do escrivão de fazenda do 3.º bairro do Lisboa sobre contribuição industrial, lançada a José Candido Correia como professor de ensino livre
- 23-12 Portaria permittindo que os aspirantes de marinha, que frequentam o segundo anno da escola naval, frequentem as disciplinas que lhes faltam para concluir o seu curso, somente durante o actual anno lectivo, que deverá prolongar-se por mais um mez
- 26-12 Decreto (DG 296 de 30 dezembro) determinando que o observatorio meteorologico de Loanda passe a ser dirigido por um official da armada, deixando de estar a cargo da capitania dos portos de Angola
- 30-12 Decreto creando cem escolas de ensino primario elemental nos concelhos onde menos diffundida se acha a instrucção popular

1896

- 10-1 Portaria determinando que aos individuos, nomeados professores das escolas de ensino primario se de posse, independentemente da apresentação do diploma de nomeação ou transferencia, em vista do despacho publicado no Diario do governo
- 28-2 Portaria determinando que os administradores de concelho sem demora e de accordo com as camaras municipaes procedam á liquidação das dividas das mesmas camaras, provenientes de rendas de casas das escolas primarias ou habitação dos professores, e de fornecimento de mobilia, utensílios e demais material escolar
- 11-3 Decreto creando na villa de MonCorvo uma escola de francez e latim, denominada «Manuel António de Seixas»
- 12-3 Decreto creando em Villa Real e na cidade de Evora escolas de habilitação para o magisterio primario (Erratas no DG 74)
- 12-3 Decreto concedendo á associaçao auxiliar das missões Ultramarinas o edificio e dependencias do suppressido convento de Santa Clara do Funchal para fundação de certos institutos de instrucção e caridade
- 12-3 Decreto regulando provisoriamente os exames de instrucção primaria para admissão aos institutos de instrucção secundaria e especial dependentes do Ministerio do reino
- 12-3 Decreto (DG 72 de 31 de março) mandando cessar o ensino das disciplinas da instrucção primaria complementar nas escolas constantes da relação junta, as quaes ficam convertidas em escolas elementares (Erratas no DG 74)
- 14-3 Decreto (DG 72 de 31 de março) louvando o conde de Carvalhido pela doação de valiosos quadros ao museu nacional de bellas artes e archeologia, e determinando que os ditos quadros sejam recolhidos em uma sala especial que se designará «sala do conde de Carvalhido
- 26-3 Decreto modificando as disposições do decreto de 16 de agosto de 1888, e determinando que o encerramento das aulas dos lyceus para os alumnos do curso transitorio se realise no dia 15 de junho de cada anno
- 27-3 Officio circular resolvendo duvidas sobre o regimen a que devem obedecer os alumnos do ensino particular que pretenderem fazer os exames de ensino secundário pelo systema anterior ao regulamento da 14 de agosto de 1895, ou exames singulares
- 30-3 Portaria determinando que os requerimentos dos professores de ensino primario, pedindo transferencia para outras escolas, subam sempre ao governo por via dos respectivos commissarios de instrucção primaria
- 9-4 Portaria determinando que os governadores civis do continente e das ilhas adjacentes façam proceder com urgencia á liquidação das quantias em divida aos professores da escolas primarias
- 14-4 Portaria (DG 84 de 16 de abril) nomeando uma commissão para proceder ao exame das obras apresentadas em concurso para o ensino dos lyceus
- 23-4 Lei (DG 95 de 29 de abril) considerando como cursos superiores e equiparados para todos os effeitos aos demais cursos superiores das outras escolas do reino o antigo curso de commercio e o actual curso complementar do segundo grau dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- 23-4 Decreto determinando que das receitas municipaes da freguezia da Azinhaga seja entregue fí camara municipal de Santarem, uma certa quantia para o fundo da instrucção primaria
- 4-5 Decreto approvando o regulamento do instituto de agronomia e veterinaria (Erratas no DG 114)
- 4-5 Circular resolvendo duvidas sobre a maneira de applicar os preceitos regulamentares do ensino secundário dos alumnos externos que pretendam fazer exame de admissão á 2.ª classe
- 13-5 Decreto concedendo á escola agricola de reforma em villa Fernando o subsidio annual de 6:000\$000 réis para occorrer á sustentação de mais cincoenta colonos
- 13-5 Lei reorganizando a escola do exercito

- 13-5 Lei preceituando, em referencia á lei que reforma a escola do exercito, varias disposições relativas a adjuntos e officiaes que fazem parte do pessoal da mesma escola, e á matricula dos respectivos alunos
- 21-5 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento das gratificações e ajudas de custo aos vogaes dos jurys dos concursos ultimamente realizados para o magisterio secundário
- 21-5 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento de certos vencimentos a professores de instrucção primaria
- 21-5 Decreto concedendo a necessaria licença para António Alfredo Alves, director do collegio particular de ensino secundário denominado lyceu livre, transferir o mesmo collegio da rua do Machadinho n.º 20 para a rua de S. João da Mata n.º 115, da cidade de Lisboa
- 28-5 Lei auctorisando o governo a contratar um emprestimo complementar para construcção de um observatorio astronomico d'estudo na escola polytechnica de Lisboa, e para aquisição do material respectivo ao mesmo observatorio e a diversas aulas da referida escola
- 28-5 Lei (DG 125 de 5 de junho) organizando a instrucção secundaria
- 28-5 Lei estabelecendo a retribuição dos serviços de vice-presidente, vogaes e secretario do conselho superior de instrucção publica
- 6-6 Portaria nomeando uma commissão para formular um projecto de regulamento para serviço das officinas dos institutos e das o escolas industriaes
- 11-6 Decreto (DG 134 de 18 de junho) auctorisando a camara municipal de Goes a applicar uma parto do fundo de viação a obras de reparação das casas escolares e de saneamento daquella villa
- 14-6 Portaria nomeando uma commissão para proceder ao exame das obras apresentadas em concurso para o ensino dos lyceus
- 16-6 Portaria (DG 134 de 18 de junho) nomeando uma commissão para dar parecer sobre, o valor de um autographo apresentado por José da Silva Cabanita com o titulo de Lições práticos de portuguez, e destinado a servir de compendio nas escolas industriaes
- 18-6 Decreto auctorisando a creação de uma escola elementar de agricultura pratica em Loanda, conforme certas condições
- 18-6 Decreto (DG 141) approvando a parte I do regulamento geral do ensino primario, que comprehende: recenseamento escolar, organização dos cursos, exames e programmas do ensino elementar
- 18-6 Decreto (DG 144) approvando a parte II do regulamento geral do ensino primario, a qual comprehende o ensino complementar e os cursos de habilitação para o magisterio (Erratas no DG 148)
- 18-6 Decreto approvando a parte, III do regulamento geral do ensino primario
- 25-6 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre o serviço dos exames, e abono das gratificações aos membros dos respectivos jurys
- 26-6 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes têm de contribuir para as despesas do fundo escolar da instrucção primaria no exercicio de 1896-1897 (Erratas no DG 146)
- 27-6 Portaria (DG 154 de 14 de julho) mandando proceder ao serviço de inspecção das escolas primarias nos termos do decreto de 22 de dezembro de 1894
- 13-7 Portaria centralisando e, regulando a aquisição, deposito e fornecimento dos instrumentos mathematicos destinados ao serviço das provincias Ultramarinas, e do material necessário com applicação ás obras publicas das ditas provincias
- 16-7 Decreto concedendo licença a Maria Candida de Mendonça de Figueiredo para transferir o collegio insulano, de que é directora, para o predio n.º 67 da calçada da Ajuda, da cidade de Lisboa
- 16-7 Decreto concedendo licença a Magdalena Palmira Mota Madeira para transferir o collegio de instrucção secundaria, de que é directora, para a calçada da Ajuda n.º 225, 1.º andar, da cidade de Lisboa
- 16-7 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento, por transferencia de sobras, de despesas da instrucção primaria
- 16-7 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento no exercicio de 1895-1896 do ordenado do professor e mais despesas da escola secundaria da villa de Moncorvo, denominada «Manuel António de Seixas»
- 16-7 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento das gratificações ao vice-presidente e vogaes do conselho superior de instrucção publica
- 16-7 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para certas despesas de policia e instrucção publica (Erratas no DG 160)
- 11-8 Portaria nomeando uma commissão para examinar e dar parecer sobre a Grammatica theorica e pratica da lingua franceza, elaborada por António Augusto Falcão de Lima e destinada ás escolas industriaes
- 24-8 Portaria auctorisando a misericordia da villa da Batalha a adquirir um terreno para n'elle edificar uma casa própria para a escola que é encargo de um legado com que foi contemplada
- 24-8 Portaria resolvendo duvidas ácerca da execução do regulamento geral das escolas para praças de pret
- 25-8 Portaria (DG 220 de 30 de setembro) approvando o horário das aulas do instituto do agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1896-1897
- 28-8 Portaria determinando que os reitores dos lyceus façam constar, que não podem ser admittidos alumnos a cursar as disciplinas da 1ª classe nos collegios e escolas particulares sem terem approvação nos exames de instrucção primaria e certa idade
- 29-8 Decreto (DG 198 de 4 de setembro) concedendo provisoriamente ao collegio de S. Gonçalo de Amarante a igreja da extincta ordem terceira de S. Francisco

- 3-9 Decreto (DG 198 de 4 de setembro) regulando as matriculas dos alumnos que pretendam frequentar os lyceus durante o periodo transitório do antigo para o novo plano dos estudos secundários
- 3-9 Decreto determinando que a abertura das aulas dos lyceus para os alumnos do periodo transitório se realize no dia 15 de outubro de cada anno
- 3-9 Decreto (DG 201 de 8 de setembro) auctorizando os directores do collegio de ensino secundário particular denominado S. Luiz Gonzaga, da cidade de Braga, a transferir o mesmo collegio para a rua do Visconde de Pindella, n.º 49 com a nova denominação de collegio de S. Thomas de Aquino
- 3-9 Decreto (DG 203 de 10 de setembro) auctorizando a camara municipal de Bragança a applicar uma parte do seu fundo de viação á installação de uma escola complementar districtal onde seja estabelecido o curso de habilitação para o magisterio primario
- 10-9 Decreto concedendo licença a António Alvaro Vieira Lisboa e António Bastos Cardoso Pinto, directores do instituto João de Deus para transferirem o mesmo instituto para o edificio sito na rua dos Congregados n.º 5, da cidade de Braga
- 16-9 Decreto estabelecendo lyceus centraes em Lisboa, Coimbra, Porto e Braga e um lyceu nacional em Guimarães (Erratas nos DG's 210 e 211)
- 25-9 Portaria approvando o horário das aulas do instituto do agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1896-1897
- 5-10 Portaria approvando a tabella dos preços de venda dos livros destinados ao ensino secundário (Erratas no DG 226)
- 8-10 Portaria determinando que, emquanto não forem definitivamente organisadas as escolas complementares, sejam os professores das antigas escolas elementares e complementares obrigados a matricula e ensino dos alumnos das classes elementares
- 12-10 Circular dando instrucções acerca do ensino da lingua latina aos alumnos da 2.ª classe do curso dos lyceus
- 15-10 Decreto ordenando visitas extraordinarias ás escolas de instrucção primaria e inspecções directas aos serviços proprios do ensino
- 15-10 Decreto auctorizando a camara municipal de Alcoutim a applicar uma parte do seu fundo de viação a obras de construcção de casas escolares, viação municipal e abastecimento de aguas
- 17-10 Decreto creando na cidade de Bragança uma escola de habilitação para o magisterio primario
- 5-11 Decreto regulando o modo como deve proceder-se para pagamento das rendas das casas escolares, da mobilia e material de ensino, e dos moveis e utensílios precisos para funcionamento das escolas de instrucção primaria
- 5-11 Decreto determinando que o curso de geometria descriptiva na academia polytechnica do Porto seja dividido em duas partes, uma complementar da outra, em harmonia com o que, se acha estabelecido na escola polytechnica de Lisboa
- 9-11 Portaria (DG 258 de 13 de novembro) approvando o regulamento de sala de leitura da bibliotheca nacional de Lisboa
- 23-11 Officio regulando o abono dos vencimentos dos professores interinos e extraordinarios dos lyceus
- 24-11 Decreto confiando ao prelado da provincia de Moçambique a direcção da escola de artes e officios da mesma provincia, e encarregando-o da sua reorganização

1897

- 8-1 Decreto Provincial n.º 7 do Estado da Índia. (Coloca em vigor a reforma de Jaime Moniz - Decreto approvando o regulamento geral do ensino secundário que fora instituido no reino já em 14 de Agosto de 1895)
- 11-1 Portaria (DG 8 de 12 de janeiro) auctorizando a associação protectora dos asylos e officinas para creanças pobres do sexo masculino, de Lisboa, a alienar dos seus fundos uma certa quantia para pagamento dos seus debitos
- 14-1 Decreto auctorizando a camara municipal de Tavira a applicar uma parte do seu fundo de viação á conclusão das obras do edificio escolar e bibliotheca a seu cargo
- 14-1 Decreto ordenando que o edificio o suas dependencias do supprimido convento de Jesus, da cidade de Vizeu, sejam applicados á installação do lyceu, escola normal e outros estabelecimentos da mesma cidade
- 21-1 Decreto (DG 21 de 28 de janeiro) concedendo ao asylo de D. Pedro V da Praia da Victoria parte da cêrca do extincto convento da Luz para ampliação d'aquelle estabelecimento
- 21-1 Decreto (DG 23 de 30 de janeiro) creando na cidade de Braga uma escola mixta de habilitação para o magisterio primário
- 21-1 Decreto (DG 26 de 4 de fevereiro) transferindo para o logar e freguezia de Torgueda, e destinada exclusivamente ao sexo feminino, a escola primaria elementar mixta existente no logar de Mocães, da dita freguezia, no concelho do Villa Real
- 1-2 Decreto (DG 26, de 4 de fevereiro) creando na cidade de Vianna do Castello uma escola mixta de habilitação para o magisterio primário
- 1-2 Decreto transferindo a escola primaria elementar do sexo masculino do logar de Cella para o logar de Couso, séde da freguezia d'este nome, no concelho de Melgaço
- 9-2 Portaria (DG 31 de 10 de fevereiro) mandando cessar a pratica de se abonarem fundos, destinados ás despesas das escolas industriaes, aos inspectores das mesmas escolas
- 18-2 Decreto (DG 42 de 23 de fevereiro) determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento de obras na escola polytechnica de Lisboa
- 18-2 Decreto creando na freguezia de Villar, concelho de Villa do Conde, uma escola primaria elementar para o sexo masculino, que terá a denominação de Escala Alhino (posteriormente corrigida para Albino) Moreira
- 27-2 Portaria determinando que os alumnos dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto sejam dispensados do exame de economia politica quando já o tenham feito na universidade de Coimbra, escola polytechnica de Lisboa ou academia polytechnica do Porto

- 17-3 Accordão negando provimento no recurso do escrivão de fazenda de Vianna do Castello sobre imposto na renda de casa de habitação do professor de ensino primario da freguezia de Monserrate
- 18-3 Lei reorganizando os serviços da instrucção primaria dependentes do ministerio do reino
- 1-4 Decreto (DG 128 de 10 de junho) dando provimento no recurso do secretario geral do governo civil de Lisboa, e da camara municipal da mesma cidade contra a sentença do juiz de direito sobre abono de vencimentos a professores das escolas municipaes e outros empregados menores das mesmas escolas
- 10-4 Portaria (DG 80 de 12 de abril) nomeando uma comissão para propor as providencias e regulamentos que julgar indispensaveis para a reforma dos serviços da real casa pia de Lisboa
- 1-5 Decreto (DG 97 do 4 de maio) auctorisando ajunta de parochia da freguezia de S. Pedro de Lomar, concelho de Braga, a contrahir um emprestimo para pagamento da contribuição de registo respectiva a um legado que lhe fôra deixado para manutenção de uma escola primaria
- 10-5 Portaria declarando que os candidatos aos exames de habilitação para o magisterio primario estão sujeitos ao pagamento da propina de 3\$000 réis
- 24-5 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes tem de contribuir para as despezas do fundo de instrucção primaria no exercicio de 1897-1898
- 31-5 Portaria determinando que nenhum despacho de concessão de licenças aos professores de ensino primario e mais empregados auxiliares do mesmo ensino, seja publicado no Diario do governo, sem que os interessados comprovem o pagamento dos emolumentos devidos
- 23-6 Portaria determinando os dias em que devem realizar-se os exames dos alumnos dos cursos districtaes de habilitação para o magisterio primario, os dos candidatos externos, e os de instrucção primaria elementar
- 21-7 Decreto concedendo A associação auxiliar das missões Ultramarinas a parte disponivel do edificio e suas dependencias do supprimido convento de Santa Clara de Coimbra para uma escola de educação e habilitação de irmãs que hão de servir nas missões do Ultramar
- 26-7 Portaria determinando que o edificio da escola industrial Infante D. Pedro, da cidade de Bragança, seja provisoriamente cedido A direcção geral de instrucção publica para ali se estabelecer a escola districtal da habilitação para o magisterio primário
- 7-8 Decreto (DG 175 de 9 de agosto) permittindo uma segunda epocha de exames nos lyceus centraes de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga para os alumnos do período transitorio aos quaes falem até duas disciplinas para concluir o curso dos lyceus
- 21-8 Portaria (DG 188 de 21 de agosto) approvando os programmas para os exames de machinistas fluviaes e do longo curso (Erratas no DG 189)
- 24-8 Portaria determinando que aos alumnos voluntários que se habilitarem com os conhecimentos theoreticos do curso industrial de machinistas se passo certificado da parte theoretica do mesmo curso, e aos que tenham feito na escola as provas de habilitação profissional se passe certificado do curso, tanto da parte theoretica como da pratica
- 24-8 Portaria determinando que as escolas municipaes Rodrigues Sampaio, de Lisboa, e Infante D. Henrique, do Porto, examinem os alumnos que requeiram fazer os preparatorios necessarios para a matricula nos institutos industriaes e commerciaes, embora sejam externos
- 28-8 Decreto determinando a abertura de um credito especial para reconstrucção do observatorio astronomico e aquisição de instrumentos, aparelhos, collecções, e mobilia para aquelle observatorio e aulas da escola polytechnica
- 6-9 Decreto permittindo que os alumnos, aos quaes falem até duas disciplinas preparatórias para determinados cursos de instrucção superior, sejam admittidos no proximo outubro aos exames d'essas disciplinas
- 11-9 Portaria cedendo provisoriamente algumas salas da escola industrial Nuno Alvares» da cidade de Vianna do Castello, para installação de uma escola preparatoria para o magisterio primario
- 13-9 Lei garantindo os direitos que lhes pertençam pela legislação anterior nos officiaes das diversas corporações da armada e do exercito que em janeiro de 1895 exerciam o magisterio na escola naval, e alterando algumas disciplinas da mesma escola
- 13-9 Decreto acceitando um legado do fallecido professor de desenho do Lyceu de Lisboa, Theodoro da Mota
- 13-9 Lei (DG 214 de 23 de setembro) auctorisando o governo a introduzir nas cartas de lei de 13 de maio de 1896, que reorganizaram a escola do exercito, certas alteraçoes
- 18-9 Portaria modificando as disposições da portaria do 28 de agosto do 1896, relativamente á matricula nos lyceus do alumnos que ainda não tenham completado dez annos de idade
- 20-9 Portaria ordenando que os reitores dos lyceus elaborem relatorios sobre os resultados verificados da reforma da instrucção secundaria, e indiquem as modificações ou providencias que convenha adoptar
- 20-9 Portaria mandando declarar ao reitor da universidade, aos directores das escolas superiores e aos reitores dos lyceus que não podem ser permittidas no ensino official innovaçoes ou reformas de orthographia e de prosodia portugueza e latina, sem provia auctorisacção do governo
- 27-9 Decreto (DG 243 de 27 de outubro) approvando e mandando pôr em vigor o regulamento da escola do exercito
- 30-9 Portaria mandando que por este anno se tolere a pratica de permittir exames em outubro nos institutos industriaes e commerciaes
- 30-9 Portaria determinando que sejam adiadas até novo aviso as matriculas nas escolas industriaes
- 30-9 Ordem do Exército n.º 13 em que são alteradas as composições de cadeiras na Escola do Exército
- 8-10 Decreto supprimindo o curso do commercio da academia polytechnica do Porto, substituindo a respectiva cadeira (a 17.ª) por uma de tecnologia industrial, extinguindo o logar de lente substituto de desenho, e creando em logar d'este o de substituto e auxiliar dos trabalhos práticos das cadeiras de engenharia
- 21-10 Decreto approvando os livros que hão de servir de. texto nas aulas dos lyceus, escolas, collegios e institutos de instrucção secundaria. (Erratas nos DG's 240, 242, 243 e 245)

- 23-10 Decreto approvando os livros para o ensino primario elementar, complementar e normal
- 26-10 Decreto determinando que as provas dos alumnos do 3.º anno mathematico da faculdade de mathematica da universidade de Coimbra sejam dadas em dois exames separados, relativos a cada uma das cadeiras que constituem o referido anno
- 26-10 Decreto auctorisando a misericordia do Porto a crear tres logares de professoras de surdas-unidas no recolhimento de orphãs de Nossa Senhora da Esperança, e o de professor auxiliar do ensino de surdos-mudos
- 4-11 Decreto reorganizando os serviços do instituto de agronomia e veterinária. É suprimido o internato da Escola Prática de Agricultura de Viseu)
- 8-11 Decreto (DG 260 de 17 de novembro) approvando, para ser posto em execução provisoriamente, o plano de composição e distribuição das disciplinas professadas na escola naval (Erratas nos DG's 261 e 267)
- 8-11 Portaria approvando o horário para o serviço escolar da escola naval. (Erratas no DG 261)
- 11-11 Decreto determinando que na cidade, do Vizeu seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primario
- 16-11 Portaria (DG 201 de 18 de novembro) determinando que a comissão creada por portaria de 19 do janeiro de 1858 seja incumbida de. elaborar o projecto da conclusão do edificio da academia polytechnica do Porto
- 17-11 Portaria approvando o horário das aulas do instituto de agronomia e veterinaria para o anno lectivo de 1897-1898. (Erratas no DG 276)
- 18-11 Decreto (DG 264 de 22 de novembro) organizando as secretarias dos commissariados de instrucção primaria
- 22-11 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre o fornecimento dos livros adoptados para o ensino secundário e a respeito da venda d'esses livros por preços superiores aos taxados pelo governo
- 22-11 Circular chamando a attenção dos reitores dos lyceus para o disposto nos artigos 50.º o 129.º do regulamento geral do ensino secundário com respeito aos professores que exerçam ou dirijam directa ou indirectamente, o ensino particular
- 25-11 Decreto determinando que na cidade de Faro seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primário. (Erratas no DG 271)
- 2-12 Decreto determinando que seja organizada na cidade de Aveiro uma escola de habilitação para o magisterio primario
- 2-12 Decreto determinando que seja organizada na cidade da Guarda uma escola de habilitação para o magisterio primario
- 3-12 Decreto determinando que seja organizada na cidade de Castello Branco uma escola de habilitação para o magisterio primário
- 8-12 Circular declarando a importancia e fórma de pagamento do imposto de sêllo devido pelos alvarás passados aos professores provisórios dos lyceus pelos respectivos reitores
- 14-12 Decreto (DG 283 de 15 de dezembro) reorganizando as escolas industriaes e de desenho industrial
- 14-12 Decreto (DG 283 de 15 de dezembro) approvando e mandando pôr em execução o regulamento das escolas industriaes e de desenho industrial
- 14-12 Decreto (DG 283 de 15 de dezembro) reorganizando as escolas elementares do commercio de Lisboa e Porto
- 23-12 Decreto auctorisando a camara municipal de Castello Branco a applicar uma parte do seu fundo de viação a obras de instalação da escola de habilitação para o magisterio primario

1898

- 7-1 Decreto negando provimento no recurso de Antónia Lopes da Silva Granja e Domingos Gonçalves Júnior contra a sentença que annullára a nomeação d'este ultimo para professor da escola primaria instituida e dotada por José Lopes da Silva Granja na freguezia de Lomar, concelho de Braga
- 13-1 Decreto (DG 14 de 19 de janeiro) reorganizando os serviços administrativos e de estudos do conservatorio real de Lisboa
- 13-1 Circular recommendando aos reitores dos lyceus, que não consintam o facto de alguns professores marcarem aos alumnos lições, cujo estudo tem de ser feito fóra da aula, sem previa preparação
- 20-1 Decreto dando provimento no recurso de Thereza de Jesus Koberto da Silva contra a demissão, que lhe foi imposta pela administração da real casa pia de Evora, do logar de regente e professora do collegio dos órfãos (o nome correcto é Roberto e não Koberto)
- 27-1 Decreto (DG 22 de 29 de janeiro) introduzindo algumas alterações na organização dos serviços da escola naval
- 10-2 Decreto (DG 23 de 12 de fevereiro) creando uma escola de instrucção primaria elementar para o sexo feminino na cidade do Mindello, da ilha de S. Vicente de Cabo Verde
- 17-2 Decreto (DG 43 de 25 de fevereiro) auctorisando a camara municipal de Almeida a applicar uma parte do seu fundo de viação a obras de reparação e conservação dos edificios das escolas primarias do concelho
- 17-2 Decreto determinando que na cidade de Leiria seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primário
- 24-2 Decreto (DG 65 de 24 de março) ciando provimento no recurso da camara municipal do concelho de Alcobaça, que suspendeu a concessão a um estudante da escola medico cirurgica de Lisboa do subsidio legado pelo dr. Brillhante, sob a administração da mesma camara
- 28-2 Portaria (DG 57 de 14 de março) incumbindo o director do posto meteorologico de Ponta Delgada de ir a Paris a fim de estudar o serviço meteorologico do bureau mitéorologique de Franca e o observatorio de Montsouris
- 1-3 Portaria mandando abrir concurso para apresentação de projectos de edificios destinados ás escolas de instrucção primaria, conforme o programma annexo

- 10-3 Decreto determinando que seja aberto no ministerio da fazenda a favor do do reino um credito especial para pagamento de despezas da escola polytechnica de Lisboa
- 16-3 Portaria recommendando aos professores de instrucção secundaria, que seja exigido aos alumnos o conhecimento da doutrina dos livros adoptados para o ensino
- 24-3 Decreto determinando que a superintendencia da escola agricola de reforma estabelecida em Villa Fernando seja transferida do ministerio do reino para o da justiça
- 31-3 Decreto (DG 124 de 6 de junho) esclarecendo duvidas suscitadas pela confraria da Rainha Santa Izabel e a associação auxiliadora das missões Ultramarinas, relativamente á posse do supprimido convento de Santa Clara de Coimbra
- 16-5 Circular resolvendo duvidas ácerca da admissão de alumnos de instrucção secundaria a exames singulares
- 28-5 Portaria resolvendo que não podem ser admittidos a exame final, como estranhos, os alumnos do primeiro anno das escolas districtaes da habilitação ao magisterio primario, nem aquelles que, por falta de frequencia, hajam perdido o anno nas mesmas escolas
- 2-6 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes têm de contribuir para as despezas do fundo da instrucção primaria no exercicio de 1898-1899. (Erratas no DG 128)
- 2-6 Decreto approvando o orçamento geral da receita e despeza da instrucção primaria para o exercicio de 1898-1899
- 8-6 Decreto approvando o regulamento do instituto de agronomia e veterinária. (Erratas no DG 130)
- 21-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrucção secundaria, requeridos pelos alumnos do periodo transitorio nos lyceus do reino e ilhas adjacentes
- 22-6 Lei auctorisando o governo a elevar a lyceus centraes quatro dos actuaes lyceus nacionaes
- 22-6 Lei determinando que as disciplinas da 7.ª cadeira da escola polytechnica de Lisboa sejam em cada anno lectivo, professadas separadamente e creando um logar de lente substituto auxiliar da referida cadeira
- 22-6 Decreto extinguindo a escola de artes e officios no estado da India
- 25-6 Portaria determinando que faça parte da escola industrial Pedro Nunes, em Faro, o muzeu maritimo installado n'aquella cidade
- 27-6 Portaria nomeando uma commissão para apreciar os pareceres dos conselhos dos lyceus sobre a reforma do ensino secundário, e indicar quaesquer providencias que convenha adoptar para mais efficaz applicação dos principios e processos contidos na mesma reforma
- 28-6 Portaria dispensando o exame final da 2.ª cadeira (mechanica) da escola naval aos aspirantes de marinha, que tenham obtido approvação da mesma materia em escolas superiores
- 28-6 Portaria encarregando o procurador regio junto da relação de Lisboa de receber do ministerio do reino a posse da escola agricola de reforma de Villa Fernando, e de superintender provisoriamente na administração da mesma escola
- 30-6 Lei auctorisando o governo a contrahir um emprestimo até á quantia do 400:000\$000 réis para a construcção de duzentos edificios destinados a escolas de instrucção primaria
- 30-6 Decreto reorganizando o instituto industrial e commercial de Lisboa
- 30-6 Decreto auctorisando a camara municipal de Leiria a contrahir um emprestimo para compra de material do extincção de incendios e de mobilia e utensílios para a escola de habilitação ao magisterio primário
- 30-6 Decreto (DG 150 de 12 de julho) reorganizando os serviços telegrapho-postaes
- 30-6 Decreto (DG 150 de 12 de julho) remodelando os serviços agricolas (Erratas no DG 151)
- 30-6 Lei (DG 143 do 4 do julho) permitindo a entrada no real collegio militar ao filho de um tenente do exercito de Portugal, assassinado em Angoche
- 7-7 Decreto determinando que seja transferida da tabella da despeza do ministerio do reino, no exercicio de 1898-1899, para a do ministerio da justiça uma certa quantia consignada á escola agricola de reforma em Villa Fernando
- 12-7 Portaria regulando a fórmula como se deve verificar, se os candidatos a alumnos do real collegio militar satisfazem as condições do artigo 8.º do decreto de 11 de dezembro de 1851
- 13-7 Decreto elevando a lyceus centraes os lyceus nacionaes de Evora e Vizeu
- 21-7 Lei creando na escola polytechnica de Lisboa tres logares de repetidores para as cadeiras de mathematica, e dois demonstradores para as cadeiras de physica e chimica
- 21-7 Lei distribuindo o ensino da physica geral por duas cadeiras de - physica experimental e physica mathematica - na escola polytechnica de Lisboa
- 27-7 Portaria nomeando uma commissão para apreciar os pareceres dos conselhos dos lyceus sobre a reforma do ensino secundário, e indicar quaesquer providencias que convenha adoptar para mais efficaz applicação dos principios e processos contidos na mesma reforma
- 28-7 Decreto auctorisando a camara municipal de Vianna do Castello a applicar uma parte do fundo de viação a obras de construcção de um lavadouro, e de adaptação da escola industrial «Nuno Alvares» á escola de habilitação para o magisterio primário
- 28-7 Decreto (DG 171 de 5 de agosto) approvando, para começar a ter execução no proximo anno lectivo, o regulamento interno do conservatorio real de Lisboa
- 4-8 Decreto determinando que nos lyceus de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga haja no proximo outubro exames de instrucção secundaria para os alumnos do periodo transitorio, aos quaes falem até tres disciplinas para concluirem os seus cursos
- 4-8 Decreto incumbindo aos missionários da provincia de S. Thomé e Principe a regencia de cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino
- 8-8 Decreto determinando que nos lyceus de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga haja no proximo outubro exames de instrucção secundaria para os alumnos do periodo transitorio, aos quaes falem até tres disciplinas para concluirem os seus cursos
- 11-8 Decreto approvando o plano da escola pratica de lacticínios de Castello de Paiva

- 11-8 Decreto negando provimento no recurso do agente do ministerio publico, junto da commissão districtal da Horta, contra a nomeação de um professor de ensino primario para auditor interino do districto
- 12-8 Portaria (DG 180 de 17 de agosto) resolvendo as duvidas suscitadas pelo conselho escolar do instituto de agronomia e veterinaria ácerca do disposto nos artigos 101.º e 181.º do decreto regulamentar de 8 de junho ultimo
- 13-8 Portaria approvando e mandando pôr em execução o regulamento disciplinar applicavel aos alumnos estranhos do real collegio militar
- 18-8 Decreto determinando que nos lyceus de Vizeu e Evora se façam exames em outubro proximo, nas condições e prazos estabelecidos no decreto de 4 do corrente mez
- 18-8 Decreto elevando a oitenta o numero de alumnos porcionistas do real collegio militar
- 22-8 Portaria nomeando uma commissão para elaborar o projecto para a construcção de um edificio destinado ao instituto industrial e commercial de Lisboa, e formular o programma do respectivo concurso
- 23-8 Portaria recommendando á commissão incumbida de elaborar o projecto de conclusão do edificio da academia polytechnica do Porto, que proceda com urgencia ao determinado na portaria de 16 de novembro de 1897
- 26-8 Portaria determinando os preceitos, que devem ser adoptados pelos estabelecimentos de ensino industrial e commercial na administração dos seus fundos
- 3-9 Decreto mandando pôr em execução a organização do curso preparatório para o instituto industrial e commercial do Porto
- 10-9 Decreto determinando que na cidade de Portalegre seja organizada uma escola de habilitação para o magisterio primário
- 12-9 Portaria (DG 223 de 6 de outubro) auctorizando a academia polytechnica do Porto a dividir provisoriamente o ensino da physica e o de mineralogia e geologia em duas cadeiras para cada uma d'estas disciplinas
- 23-9 Portaria (DG 213 de 24 de setembro) encarregando a commissão de cartographia de formular um projecto dos preceitos e instrucções a observar nos trabalhos de delimitação de fronteiras nas provincias Ultramarinas
- 4-10 Circular recommendando aos reitores dos lyceus que, em todas as aulas do período ordinario, a partir da 2.ª classe, os professores consagrem o mez de outubro corrente e a primeira metade do proximo mez de novembro á revisão e recapitulação das materias ensinadas nos annos anteriores e outro sim que façam cumprir as circulares de 12 de outubro de 1896 e 13 do janeiro do corrente anno
- 6-10 Decreto dispensando os antigos alumnos do instituto, industrial e commercial de Lisboa das precedencias adoptadas para a nova organização do mesmo instituto, a fim de poderem effectuar as matriculas dos diversos cursos
- 6-10 Decreto determinando que os vencimentos de aposentação da regente e mestras do collegio de Santa Rosa de Lima, de Macau, quando nomeadas pelo governo, sejam pagos pelo cofre do mesmo collegio
- 6-10 Decreto determinando a fórma por que as camaras municipaes respectivas devem concorrer para as despezas dos lyceus de Evora e Vizeu, elevados á categoria de lyceus centraes, em virtude da carta de lei de 22 de junho ultimo
- 12-10 Portaria approvando o regimen do ensino nos cursos professados na escola naval
- 13-10 Decreto (DG 232 de 17 de outubro) approvando os novos estatutos da casa pia de Beja
- 18-10 Portaria approvando o horário das aulas do instituto de agronomia e veterinaria no anno lectivo de 1898-1899
- 19-10 Decreto approvando os livros que hão de servir para o ensino secundário em todos os lyceus, escolas, collegios e institutos d'este grau de instrucção
- 25-10 Portaria determinando que no actual anno lectivo continuem vigorando para o ensino das disciplinas do 5.º e 6.º annos do periodo transitorio os livros, que foram mandados adoptar provisoriamente por decreto de 21 de outubro de 1897
- 11-11 Portaria auctorizando provisoriamente o desdobramento da cadeira de mineralogia e geologia da faculdade de philosophia da universidade de Coimbra, e outrosim o desdobramento das cadeiras de mathematicas puras da faculdade de mathematica (Erratas no DG 256)
- 12-11 Decreto (DG 255 de 14 de novembro) regulando os termos, em que devem ser organizados os serviços para a secção portugueza na exposiçã universal de Paris em 1900
- 12-11 Decreto (DG 257 de 16 de novembro) determinando a abertura de um credito especial, destinado a satisfazer, no exercicio de 1898-1899, as despezas de alimentaçã com os nove alumnos admittidos no real collegio militar, na conformidade do decreto de 18 de agosto do corrente anno
- 14-11 Portaria mandando proceder ás provas dos candidatos que se apresentaram nos concursos ultimamente abertos para provimento dos logares de professores, vagos em diversos lyceus
- 21-11 Portaria nomeando uma commissão, a fim de proceder aos estudos e averiguações convenientes para melhoramento e reforma dos serviços da officina de instrumentos de precisão no instituto industrial e commercial de Lisboa
- 23-11 Portaria mandando observar em todas as escolas de habilitação para o magisterio primario o horário, que faz parte d'esta portaria
- 24-11 Decreto approvando o plano de inquerito technico e economico para a remodelaçã do ensino industrial e commercial no paiz
- 24-11 Decreto (DG 278 de 12 de dezembro) approvando a organizaçã do serviço de estudos e ensaios de materiaes de construcção
- 30-11 Portaria (DG 271 de 2 de dezembro) determinando que na imprensa da universidade de Coimbra se executem quaesquer trabalhos, que sejam solicitados pelo administrador geral da imprensa nacional
- 30-11 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre exames singulares de disciplinas de ensino secundário

- 30-11 Portaria determinando que os prelados do reino e ilhas adjacentes remetam ao respectivo ministerio relatorio ou informaçao sobre o modo como tem sido cumprida a lei, relativamente ao subsidio pelos cofres da bulia e dos seminarios a alumnos para se formarem em theologia pela universidade de Coimbra. (Erratas no DG 272)
- 30-11 Portaria (DG 271 de 2 de dezembro) determinando que os prelados do reino remetam diversos esclarecimentos, relativamente aos rendimentos e haveres das collegiadas existentes nas suas dioceses (Erratas no DG 272)
- 1-12 Decreto determinando que na cidade de Ponta Delgada seja organizada uma escola districtal de habilitaçao para o magisterio primario
- 7-12 Circular resolvendo duvidas sobre a contagem de faltas dos professores dos lyceus ao servico de cada dia
- 9-12 Circular recommendando aos governadores civis que remetam no praso de trinta dias certos esclarecimentos para mais justa e conveniente distribuico dos edificios, que o governo esta auctorisado a mandar construir para as escolas primarias
- 9-12 Decreto determinando a organizao da escola de desenho industrial de Vizeu que viria a ser a precursora da actual Escola Secundaria Emidio Navarro e extinguindo a Escola Pratica de Agricultura de Vizeu transferindo os servicos ligados a Agricultura para a Estao Agraria
- 14-12 Portaria approvando o novo horario das aulas do instituto de agronomia e veterinaria
- 24-12 Decreto (DG 295 de 31 de dezembro) fixando os quadros e vencimentos do pessoal da imprensa da universidade de Coimbra
- 24-12 Decreto (DG 295 de 31 de dezembro) approvando o regulamento da imprensa da universidade de Coimbra

1899

- 3-1 Portaria ordenando que sejam consultados os conselhos da universidade e escolas superiores, a fim de proporem as reformas que julgarem mais uteis ao aperfeicoamento do ensino superior
- 9-2 Decreto determinando que na cidade de Angra do Heroismo seja organizada uma escola districtal de habilitao para o magisterio primario
- 9-3 Decreto approvando o estatuto do Instituto Infante D. Affonso para educao de filhas dos officiaes dos exercitos do reino e do ultramar (posteriormente Instituto de Odivelas)
- 16-3 Circular dando novas instrucoes sobre faltas commettidas pelos professores e reitores dos lyceus no desempenho das respectivas obrigaes officiaes
- 7-4 Decreto (DG 84 de 15 de abril) ampliando as disposicoes da alinea b) do § 6.º do artigo 3.º do regulamento para o servico dos correios as relacoes do aproveitamento o procedimento dos alumnos, remetidas pelos reitores dos lyceus aos chefes de familia
- 13-4 Decreto (DG 99 de 3 de maio) determinando que as receitas e despesas do fundo escolar da instrucao primaria serao fixadas por annos civis, a contar do 1.º de janeiro de 1900 (Erratas no DG 100)
- 20-4 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes tem de contribuir para as despesas do fundo da instrucao primaria no exercicio de 1900
- 20-4 Portaria determinando que, para os efeitos do preceituado nas alincas a) e b) do § 2.º do artigo 23.º do decreto de 30 de junho de 1898, sejam admittidas as certidoes dos exames de francez e inglez, feitos na real casa pia de Lisboa
- 27-4 Decreto concedendo provimento no recurso de Antnio Maria de Jesus Castro e Moraes sobre pagamento de renda de casa, que lhe no foi abonada pela respectiva camara municipal como professor da escola principal de instrucao primaria de S. Thomé
- 28-4 Portaria regulando o servico preparatorio da concessao do premios pecuniarios e de menoes honrosas aos alumnos mais distinctos nos exames filiaes do 2.º grau da instrucao primaria elementar
- 10-5 Decreto auctorisando a camara municipal de Villa Pouca de Aguiar a applicar uma parte do seu fundo do viao a obras de reparao da cadeia civil, e dos paços municipaes, e a construcao de um edificio escolar n'aquella villa
- 10-5 Decreto creando o ensino pratico dos servicos postaes especial para os alumnos das escolas praticas elementares de telegraphia
- 18-5 Decreto creando na real casa pia do Lisboa uma escola pratica elementar de telegraphia para ensino exclusivo dos seus alumnos
- 21-5 Portaria determinando a adopcao de certas instrucoes para o ensino pratico dos servicos postaes em execuao do decreto de 10 do corrente mez
- 25-5 Decreto (DG 122 de 31 de maio) approvando a deliberacao da junta geral do districto de Angra do Heroismo sobre a creacao dos logares de professor e continuo da escola de desenho industrial, estabelecida a expensas suas, sendo o primeiro remunerado com o ordenado de 750\$000 réis insulanos, e o segundo com o de 187\$500 réis insulanos
- 23-6 Decreto fazendo algumas alteracoes ao decreto de 18 de abril de 1895, que regulamentou o concurso e adopcao das obras destinadas ao ensino secundario
- 8-7 Decreto (DG 153 de 12 de julho) creando uma escola primaria elementar, para o sexo feminino, na villa da Trindade, da ilha de S. Thomé
- 8-7 Lei auctorisando a repetir nos lyceus, no presente anno lectivo, os exames que tiverem feito nos seminarios diocesanos os alumnos que se destinarem ao curso theologico da universidade de Coimbra
- 11-7 Portaria auctorisando a irmandade e misericordia de Santa Maria da freguezia de S. Martinho do Campo, concelho de Santo Thyrso, a acceitar a doacao de terrenos e edificios para as escolas de ensino primario
- 12-7 Portaria determinando que as recebedorias dos bairros, as de receita eventual de Lisboa e Porto e as dos concelhos, em que se torne necessario, estejam fornecidas de estampilhas de propinas de exames
- 14-7 Portaria permitindo que os alumnos dos seminarios, que se destinam a faculdade de theologia na universidade de Coimbra, possam ser admittidos ao exame da 1ª e 2.ª parte do desenho nos termos da lei de 8 do corrente

- 21-7 Lei (DG 167 de 28 de julho) equiparando para todos os efeitos á carta do curso do engenheiro naval professado em Portugal, o diploma superior de engenheiro de construcções navaes obtido pelo súbdito portuguez Pedro de Alcantara de Carvalho e Vasconcellos na escola de applicação cie engenharia maritima, de Paris
- 21-7 Lei (DG 169 de 31 de julho) auctorisando o governo a permittir a ordenação aos portuguezes graduados ou doutorados em theologia ou direito eanonico pelas universidades pontificias de Roma
- 25-7 Portaria determinando que dos concursos ás pensões das escolas normaes não sejam excluídos os candidatos, que provem completar a idade de dezeseis aunos dentro do mez de outubro destinado á matricula
- 28-7 Portaria determinando que os directores das escolas districtaes de habilitação para o magisterio primario effectuem a sua correspondencia official por intermedio dos commissarios de instrucção primaria, e não directamente á direcção geral de instrucção publica
- 1-8 Lei determinando que seja pago o vencimento de exercicio aos lentes cathedraicos e professores proprietarios de instrucção superior, quando nas suas aulas não haja alumnos matriculados, e sempre que se verifiquem determinadas condições
- 1-8 Lei (DG 176 de 8 de agosto) auctorisando o governo a emitir até á importancia de 200:000\$000 réis obrigações do typo de 100\$000 réis, vencendo o juro annual de 6 por cento, com applicação á conclusão das obras do edificio da academia polytechnica do Porto
- 2-8 Decreto concedendo que no proximo mez do outubro haja nos lyceus centraes de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Evora e Vizeu, uma segunda epocha de exames para os alumnos do período transitorio, aos quaes falem até tres disciplinas para concluirem os cursos dos lyceus
- 2-8 Lei dispensando a camara municipal do concelho do Carregal do Sal do pagamento da contribuição de registo pela herança, que recebeu, para fundação de uma escola, bibliotheca e premios a professores e estudantes
- 17-8 Lei dividindo o continente do reino em tres circumscripções medico-legaes, e creando uma morgue junto da faculdade de medicina e de cada uma das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto e um conselho medico-legal na séde de cada uma das ditas circumscripções
- 17-8 Decreto transferindo de um para outro artigo da tabella da despeza do ministerio do reino no exercicio de 1898-1899 a quantia do 829\$345 réis para pagamento da divida a um professor do lyceu nacional de Aveiro
- 31-8 Portaria regulando a concessão de pensões para a frequencia nas escolas normaes aos candidatos pobres
- 1-9 Decreto (DG 200, de 6 de setembro) determinando que o commissario da instrucção primaria do districto de Lisboa assumia desde já no concelho e cidade de Lisboa o pleno exercicio das funcções que lhe são attribuidas pela carta de lei de 18 de março de 1897
- 2-9 Portaria ordenando que em cada um dos districtos do reino se organisem commissões, a fim de procederem a inspecções sanitarias em todos os edificios onde funcionam as escolas agricolas industriaes e commerciaes
- 2-9 Portaria (DG 198 de 4 de setembro) determinando que a commissão encarregada de remodelar os serviços da officina de instrumentos de precisão do instituto industrial e commercial de Lisboa, de accordo com o director d'este estabelecimento, proponha a remodelação das outras officinas
- 12-9 Decreto (DG 214 de 22 de setembro) regulando o disposto na carta de lei de 23 de agosto do corrente anno, na parte em que concede ao governo auctorisação para admittir e enviar ás escolas de engenharia naval do estrangeiro alumnos subsidiados
- 7-10 Portaria approvando um edital da reitoria da universidade de Coimbra sobre assumptos disciplinares, e ordenando a sua publicação
- 10-10 Portaria (DG 231 de 12 de outubro) chamando a attenção dos conselhos escolares para o cumprimento da portaria de 3 de janeiro ultimo, relativamente ás propostas que elevem fazer para a reformação dos estudos superiores
- 17-10 Decreto approvando o plano orgânico do ensino pratico da agricultura. É extinto o curso de ensino elementar agrícola na Escola de Viseu
- 2-11 Decreto approvando o orçamento da receita e despeza do fundo da instrucção primaria para o exercicio de 1900
- 4-11 Decreto (DG 277 de 6 de dezembro) modificando o artigo 16.º do estatuto do instituto Infante D. Affonso, na parte relativa á composição do conselho gerente
- 6-11 Portaria determinando que o conselho da escola naval elabore um projecto de remodelação do mesmo estabelecimento e escolas annexas, conforme estas bases
- 16-11 Decreto approvando os livros que devem servir para o ensino de certas disciplinas de instrucção secundaria nos lyceus, escolas e institutos d'este grau de ensino
- 16-11 Decreto determinando que os alumnos da real casa pia de Lisboa, que, tendo completado o curso n'este estabelecimento, forem approvados no exame final da escola pratica elementar de telegraphia, sejam collocados no serviço da 1.ªsecção da estação telegraphica central de Lisboa, e depois admittidos ao quadro telegrapho-postal
- 16-11 Decreto (DG 265 de 22 de novembro) determinando que seja aberto no ministerio da fazenda, a favor do da marinha e Ultramar, um credito especial com applicação ao pagamento dos vencimentos dos dois aspirantes a engenheiros navaes em estudo no estrangeiro
- 16-11 Decreto (DG 269 de 27 de novembro) definindo as attribuições da nova commissão superior de ensino industrial e commercial, que funcionará junto da secretaria d'estado do ministerio das obras publicas, commercio e industria, em substituição do antigo conselho de instrucção industrial e commercial
- 22-11 Portaria determinando que os governadores civis dos districtos do continente e ilhas adjacentes façam constar As corporações administrativas e aos particulares, que a direcção das construcções escolares fornece gratuitamente os projectos de escolas primarias officialmente adoptados, e que nenhuns outros podem ser executados sem approvação do governo

- 23-11 Decreto nomeando as duas commissões centraes incumbidas do inquerito para servir de base á reorganisação do ensino technico das escolas industriaes, profissionaes e commerciaes
- 27-11 Circular declarando aos reitores dos lyceus que, não tendo apparecido no ultimo concurso livros para o ensino do desenho das 3.^a, 4.^a e 5.^a classes, devem os professores supprir a falta com explicações suas de conformidade com os programmas respectivos
- 13-12 Decreto (DG 285 de 16 de dezembro) abrindo o credito especial de réis 3:500\$000 para conclusão das obras e installações do observatorio astronomico da escola polytechnica
- 18-12 Portaria nomeando uma commissão, a fim de formular uma proposta de lei para a organisação de estabelecimentos destinados á educação de missionários
- 21-12 Circular mandando que os reitores dos lyceus recommendem aos professores de linguas, que chamem a attenção dos alumnos sobre o inconveniente uso de livros de traducção, que correm impressos, eivados de erros e incorrecções
- 23-12 Decreto (ministerio das obras publicas estabelecendo providencias ácerca da inspecção do ensino technico em todas as escolas industriaes e commerciaes
- 28-12 Portaria (DG 6 de 9 de janeiro de 1900) recommendando aos commissarios da instrucção primaria e ás autoridades que interferem na fiscalisação dos serviços da mesma instrucção, que investiguem se nas escolas officiaes e particulares são adoptadas algumas obras differentes das approvadas pelo governo

1900

- 8-1 Decreto declarando urgente a expropriação de um predio rustico para a construcção de um edificio destinado ás escolas de ensino primario da villa de Montalegre, e para o alargamento do campo denominado do Toural na mesma villa
- 14-4 Criação do Instituto D. Afonso (posteriormente Instituto de Odivelas)
- 19-1 Portaria determinando que sejam dados os nomes das pessoas que generosamente têm concorrido com donativos ou legados para aquellas construcções: «Escolas Alves de Carvalho», as de Villarinho de S. Romão «Escola Taveira de Araujo», a de Guiães, e «Escola Ribeiro da Fonte» a de Campo de Jalles; e bem assim que taes denominações figurem externamente nos respectivos edificios escolares
- 8-2 Decreto negando provimento no recurso de Julio Cesar da Cunha Vianna sobre vencimentos que lhe não foram pagos pela camara municipal de Lisboa como professor de gymnastica e exercicios militares das escolas do municipio
- 8-2 Decreto negando provimento no recurso da camara municipal de Castro Daire e do José de Almeida Gonçalves contra o accordão do conselho de districto, que annullou a deliberação da mesma camara pela qual fóra provido o dito José de Almeida Gonçalves na escola primaria da freguezia de Esther
- 8-2 Decreto (DG 34 de 13 de fevereiro) negando provimento no recurso de Carlos Alberto Leite do Faria contra a sentença do auditor administrativo do districto do Porto, que revogou a deliberação da camara municipal d'aquella cidade, que o nomeara conservador da bibliotheca publica
- 8-2 Decreto negando provimento no recurso de Maria José de Almeida Couto, professora official das escolas municipaes de Lisboa sobre pagamento da differença de vencimentos o gratificação que lhe competiam como professora vitalicia
- 22-2 Decreto negando provimento no recurso de André Joaquim de Bastos, Amélia da Conceição Costa e outras contra a deliberação da camara municipal de Lisboa que os dispensou collectivamente dos empregos que serviram em differentes ramos do ensino e professorado municipal
- 23-3 Circular dando instrucções para maior regularidade dos processos de concessão de premios aos professores de instrucção primaria
- 31-3 Portaria nomeando uma commissão central executiva para a direcção e o expediente dos estudos e observações do proximo eclipse total do sol
- 5-4 Decreto regulando a execução do artigo 14.^o da lei de 17 de agosto de 1899 sobre o ensino das cadeiras de medicina legal e hygiene publica
- 26-4 Decreto (DG 94, de 28 de abril) abrindo um credito especial de 143\$885 réis para completar o vencimento a que tem direito o director do observatorio meteorologico da Princesa D. Amélia no Porto
- 26-4 Decreto creando uma secção na 1.^a repartição da direcção geral de instrucção publica
- 10-5 Portaria (DG 108 de 15 de maio) nomeando uma commissão para proceder ao estudo e revisão geral e especial da nomenclatura geographica portugueza e preparar e organizar os Índices que devam ser officialmente adoptados
- 17-5 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes têm de contribuir para o fundo da instrucção primaria no exercicio de 1901 (Erratas no DG 121)
- 19-5 Portaria determinando que para facilitar e proteger os estudos e observações do proximo eclipse total do sol sejam considerados feriados os dias 28 e 29 de corrente mez, em todas as escolas dependentes do ministerio do reino
- 24-5 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre a conveniente execução dos preceitos regulamentares relativos aos exames de saída do curso geral dos respectivos institutos
- 25-5 Decreto (DG 120 de 30 de maio) concedendo á associação de beneficencia civilisadora de Moçambique, provisoriamente installada na igreja do extincto convento de S. Francisco de Paula, a mesma igreja e suas dependencias, para servir á educação de missionários (Erratas no DG 121)
- 5-6 Portaria determinando que pelos reitores dos lyceus do Porto e Amarante no districto do Porto de Braga e Guimarões no districto de Braga, e de Vizeu e Lamego no districto de Vizeu, sejam admittidos a exame das disciplinas ali professadas os alumnos do periodo transitorio que competentemente o requeiram
- 7-6 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno de vinha para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias da freguezia de Villarinho de S. Romão, concelho de Sabrosa
- 15-6 Portaria (DG 134 de 18 de junho) nomeando os jurys dos exames de saída do curso geral dos lyceus

- 21-6 Decreto (DG 138 de 23 de junho) nomeando os jurys para os exames de instrução secundaria requeridos pelos alumnos do periodo transitorio nos lyceus do continente e das ilhas adjacentes
- 21-6 Decreto aceitando e louvando a doação, feita pela viuva de José Ferreira Chaves, professor da escola de bellas artes de Lisboa, da quantia do réis 1:500\$000 nominaes em inscrições para com o respectivo juro se constituir um premio ao alumno da aula do pintura historica que mais se distinguir no estudo de composição
- 21-6 Lei (DG 139 de 25 de junho) concedendo a mãe e filha do professor Luiz da Camara Pestana a pensão annual de 600\$000 réis, para cada uma e determinando que o governo faça erigir no real instituto bacteorologico um monumento condigno á memoria do referido professor
- 23-6 Decreto concedendo provimento no recurso de D. Maria das Dores Ribeiro contra a sentença do juiz do direito, que annullou a deliberação da camara municipal de Penedono, pela qual a recorrente foi nomeada professora temporaria da escola primaria da freguezia de Castainço, em 1889
- 23-6 Decreto convertendo em escolas primarias officiaes as escolas da freguezia de Souto Maior, concelho de Sabrosa, sustentadas e fundadas a expensas do legado de José Alves Lopes
- 28-6 Circular declarando qual o sêllo a que estão sujeitos os diplomas que se passem aos alumnos aprovados no exame de saída do curso geral dos lyceus
- 30-6 Circular dando instrucções sobre o modo como devem proceder os presidentes e membros dos jurys nos interrogatorios dos exames de saída do curso geral dos lyceus
- 3-7 Portaria modificando as disposições da Portaria de 15 de junho ultimo ácerca da distribuição das zonas e nomeação dos jurys dos exames de saída do curso geral dos lyceus
- 5-7 Decreto (DG 156 de 16 de julho) estabelecendo as condições em que devem ser concedidas as licenças para estudos nos institutos de instrução ás praças do exercito que se alistarem como voluntarios
- 12-7 Portaria permittindo que os reitores dos lyceus admittam a exame os alumnos, que competentemente o requeiram uos termos da concessão da lei de 8 de julho de 1899, e que tenham feito algum exame por virtude d'essa concessão
- 17-7 Portaria nomeando uma commissão a tini (ter) de regulamentar diversos artigos do decreto organico da escola de bellas artes de Lisboa, relativamente ao estudo das disciplinas preparatorias do curso de architecto civil
- 19-7 Decreto elevando a dezeseis o numero de vogaes da commissão encarregada de examinar as obras apresentadas em concurso para o ensino secundário
- 19-7 Decreto declarando que o diploma de habilitação para o ensino complementar é o titulo essencial para o concurso ou nomeação dos professores das escolas districtaes de habilitação ao magisterio primario
- 27-7 Decreto estabelecendo nos edificios disponiveis e terrenos da extincta escola de agricultura pratica do Vizeu uma estação de fomento agricola da Beira Alta
- 30-7 Circular permittindo por este anno somente o exame, da lingua ingleza aos alumnos do ensino particular que hajam provado a precisa frequencia
- 3-8 Decreto determinando a abertura do um credito especial do 3:339\$500 réis para pagamento dos vencimentos dos professores de hygiene da universidade de Coimbra e das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto
- 9-8 Decreto (DG 181) creando uma escola elementar mixta na povoação de Mendeira, freguezia do Sernache do Bom Jardim, concelho da Certã, e louvando o cidadão (Joaquim Godinho da Silva) que se offereceu a mandar construir o edificio e mobilalo a expensas suas
- 9-8 Decreto (DG 181) creando uma escola elementar para o sexo masculino no logar do Paredes, freguezia de Oliveira, concelho de Penamacor, e convertendo em mixta a escola do sexo masculino da séde da mesma freguesia (e que se manifeste o agrado ao cidadão José Madeira Marques e a sua mulher, Maria Isabel Moreira Marques)
- 24-8 Decreto concedendo que no proximo mez de outubro haja nos lyceus centraes uma segunda epocha de exames para os alumnos do periodo transitorio que estiverem em certas circunstancias
- 29-8 Decreto organisando em Lisboa um conselho de inspecção escolar com certas attribuições
- 5-9 Decreto determinando a abertura de um credito especial de 1:417\$500 réis para completar o vencimento de um lente da escola polytechnica de Lisboa
- 11-9 Portaria (DG 216 de 25 de setembro) fixando em noventa o numero de alumnos porcionistas do real collegio militar
- 14-9 Decreto (DG 224 de 4 de outubro) approvando o orçamento geral da receita e despeza do fundo da instrução primaria para o exercicio de 1901
- 19-9 Decreto determinando que na cidade da Horta seja organisada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario dos dois sexos
- 28-9 Portaria determinando que seja auctorizada a assignatura, por procurador bastante, dos termos de matricula geral na Universidade do Coimbra e nos mais estabelecimentos cie ensino superior dependentes do ministerio do reino
- 29-9 Portaria approvando o regulamento para o concurso aos logares vagos de regente de estudos no real collegio militar
- 1-10 Decreto determinando que na cidade de Beja seja organisada uma escola districtal de habilitação para o magisterio primario dos dois sexos
- 24-10 Portaria aceitando e louvando a offerta feita por dois benemeritos cidadãos de um edificio que á sua custa mandaram construir para installação das escolas primarias de um e de outro sexo da freguezia do Carvoeiro, concelho de Mação, districto de Santarem
- 31-10 Portaria louvando a viuva de um testador pela offerta feita ao estado de um edificio que mandara construir, em cumprimento do legado deixado por seu marido, para a installação de duas escolas primarias para os dois sexos na aldeia de Santa Eulalia, concelho de Elvas, e para habitação dos respectivos professores
- 2-11 Portaria admittindo por este anno somente á matricula do 1.º anno de medicina os individuos que a requeiram faltando-lhes apenas o preparatório de lingua allemã, que todavia deverão provar até á matricula do 2.º anno

- 22-11 Decreto (DG 268 de 26 de novembro) aggregando á commissão superior de ensino industrial e commercial um engenheiro adjunto ao director geral do commercio e industria e tres professores das escolas industriaes e de desenho industrial com attribuições iguaes ás dos outros vogaes da commissão
- 29-11 Portaria louvando a commissão promotora do monumento a Guilherme de Azevedo por haver entregue á camara municipal de Santarem uma inscripção de 1:000\$000 réis para instituir com os seus juros annuaes um premio ao professor de ensino primario do concelho, que em cada anno apresentar maior numero de alumnos approvados no exame do 2.º grau
- 4-12 Decreto approvando os livros que elevem ser adoptados para o estudo de certas disciplinas nos lyceus, escolas e institutos de instrucção secundarin
- 4-12 Portaria resolvendo duvidas sobre a interpretação do artigo 19.º do regulamento das escolas industriaes e de desenho industrial, relativamente á distribuição do tempo para os exercicios escolares e ao desdobramento das disciplinas em turmas quando sejam muitos os alumnos
- 12-12 Portaria louvando um cidadão natural de Villarelhos (de nome Francisco António Tormenta), concelho de Alfandega da Fé, pela offerta de 1:200\$000 réis para a construcção de um edificio destinado á escola primaria da terra da sua naturalidade
- 13-12 Portaria (DG 284 de 15 de dezembro) mandando pôr em execução diversas disposições a fim de regularisar a situação dos professores de Lisboa
- 19-12 Portaria determinando que a escola primaria do logar da Victoria, freguezia de Guadalupe, concelho de Santa Cruz na ilha Graciosa, instituida por um valioso legado deixado pelo visconde do Rosario á camara municipal do dito concelho, seja denominada escola Visconde do Rosario, e considerada como particular a cargo da mesma camara
- 20-12 Portaria determinando que cada uma das escolas primarias da Villa de Fronteira, dotadas por D. Maria Emilia da Mota Negrão Barradas, tenha o nome de escola Accasio Barradas
- 22-12 Decreto (DG 292 de 26 de dezembro) abrindo um credito especial de 60:000\$000 réis para occorrer ao pagamento das despezas com as obras do edificio da academia polytechnica do Porto
- 22-12 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) regulando o provimento dos empregados menores dos lyceus
- 29-12 Decreto (DG 1 de 2 de janeiro de 1901) determinando que a importancia com que tem a camara municipal do Porto de contribuir para o fundo da instrucção primaria no anno de 1901 seja igual á que foi fixada para o anno de 1900

1901

- 8-1 Portaria louvando uma senhora residente na povoação de Fiães, freguesia de Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital, pela doação que fez de um edificio para a escola primaria d'aquelle logar e habitação do respectivo professor (D.ª Maria Gomes de Figueiredo)
- 19-1 Portaria mandando suspender o desconto do imposto de rendimento nos vencimentos dos professores estrangeiros contratados para as escolas industriaes, restituindo-se-lhes o que houver sido descontado
- 23-1 Portaria (DG 21 de 26 de janeiro) louvando tres cidadãos, que constituídos em commissão, promoveram a fundação da Escola Monumento D. Luiz I, para ensino primario profissional e domestico do sexo feminino na villa de Cascaes (O Deputado da nação Jayme Arthur da Costa Pinto, O Marquez de Franco e Almodover e o Barão de Mathosinhos)
- 24-1 Decreto determinando que os exames dos candidatos ao magisterio secundario se realizem unicamente no Lyceu Central de Lisboa que os candidatos approvados até agora em qualquer circumcripção possam ser collocados nas vagas existentes em qualquer lyceu e que a transferencia dos professores posa effectuar-se nos termos do artigo 12.º do decreto de 29 de julho de 1886
- 1-2 Portaria esclarecendo a Portaria de 20 de setembro de 1897 sobre a orthographia usual
- 1-3 Decreto (DG 50 de 4 do março) criando definitivamente o logar de subdirector da Real Caza Pia de Lisboa
- 7-3 Decreto determinando que a Bibliotheca annexa ao Lyceu Nacional de Castello Branco, seja aberta aos estudiosos, e sujeita á superintendencia da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos
- 18-3 Circular mandando que nas aulas de francês dos lyceus e das escolas particulares se observem as indicações annunciadas na lista annexa ao decreto de 31 de julho de 1900 publicado pelo Governo de França sobre simplificação do ensino da sintaxe francesa
- 28-3 Decreto (DG 76 de 8 de abril) approvando e mandando pôr em execução o regulamento da escola pratica de engenharia
- 31-3 Portaria (DG 79 de 11 de abril) isentando do imposto de rendimento os professores estrangeiros contratados para prestarem serviço na Direcção Geral dos Serviços Geodesicos
- 3-4 Portaria determinando que aos professares nomeado antes de 22 de dezembro de 1894 para escolas de ensino elementar e complementar seja contado todo o serviço do magister o para o effeito de promoções, ficando, porém, o abono da melhoria do vencimento dependente de cortas condições
- 11-4 Decreto (DG 84 de 17 de abril) determinando que o Instituto Dezanove de Setembro, erecto na rua do Passadiço, da cidade de Lisboa, passe a denominar-se Real Instituto de Lisboa, e approvando os respectivos estatutos
- 18-4 Decreto estabelecendo a fórmula por que devem ser consentidas no país as associações religiosas quando exclusivamente se dediquem á instrucção ou beneficencia
- 22-4 Circular recommendando aos professores das escolas districtaes de habilitação ao magisterio primario, não recebam em suas casas alumnos das mesmas escolas ou que nellas se proponham fazer os respectivos exames
- 27-4 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes tem de contribuir para as despezas do fundo da instrucção primaria no exercicio de 1902. (Erratas no DG 109)

- 15-5 Portaria determinando que sejam adoptadas pela auctoridade superior academica da Universidade de Coimbra, as mais rigorosas medidas preventivas para se não repetirem os acontecimentos tumultuarios que ultimamente alli occoreram por occasião de um doutoramento
- 29-5 Portaria (DG 121 de 31 de maio) nomeando uma comissão para emittir parecer acêrca dos projectos apresentados em concurso para decoração do novo edificio da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 4-6 Decreto (DG 126 de 7 de junho) acceitando o legado do fallecido visconde de Valmor para comprar obras de arte para o Museu Nacional de Bellas Artes, e subsidiar estudantes da Escola de Bellas Artes de Lisboa no estrangeiro devendo converter-se o legado, quando for recebido, em titulos de divida publica averbados correspondentemente aos dois indicados estabelecimentos
- 4-6 Portaria determinando que os Reitores dos Lyceus de Amarante, Guimarães e Lamego admitiam a exame os alumnos tanto do periodo transitorio como do periodo ordinario, que competentemente o requeiram, estando em certas condições
- 7-6 Portaria relevando um alumno da escola naval de faltas com que excedeu a tolerância, e determinando que seja admittido a exames finaes
- 12-6 Lei isentando de quaesquer contribuições e direitos aduaneiros as heranças, legados, donativos e acquisições com destino aos museus, bibliothecas, escolas, institutos e mais serviços de ensino, caridade e beneficencia que pertençam ou venham a pertencer ao Estado
- 12-6 Lei mandando applicar o disposto no artigo 81.º da lei de 10 de maio de 1896, que reorganizou a escola do exercito, aos officiaes que frequentam ou frequentaram o curso do estado maior, ou nelle se matricularem até á plena vigência da reforma do ensino secundario de 22 de dezembro de 1894
- 12-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrucção secundaria requeridos pelos alumnos do periodo transitorio nos lyceus do reino e ilhas adjacentes
- 12-6 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames de saida do curso geral dos lyceus no actual anno lectivo
- 17-6 Portaria nomeando os jurys do concurso para provimento dos logares de professores vagos em differentes lyceus do continente e ilhas adjacentes
- 17-7 Portaria ordenando que os directores, administradores e chefes de todos os estabelecimentos e repartições dependentes do Ministerio do Reino, remetiam até 31 de agosto os respectivos orçamentos para o exercicio de 1902-1903, e bem assim os orçamentos da instrucção primaria relativos a cada concelho
- 19-7 Decreto criando em Coimbra uma Escola Normal para habilitação de professores de instrucção primaria, destinada ao sexo masculino
- 19-7 Decreto (DG 172 de 5 de agosto) criando em Coimbra uma Escola Normal para habilitação de professores de instrucção primaria, destinada ao sexo feminino
- 19-7 Decreto (DG 165 de 27 de julho) approvando os estatutos da Casa Pia de Beja
- 19-7 Decreto approvando o regulamento para o concurso dos logares de demonstradores de physica e chimica e de repetidores de mathematica da Escola Polytechnica de Lisboa
- 19-7 Decreto approvando o regulamento da Bibliotheca Nacional de Nova Goa
- 22-7 Portaria mandando que se proceda a uma inspecção aos edificios escolares construidos com o subsidio do benemérito Conde de Ferreira e se intimem as corporações a quem foi concedido esse subsidio a fazerem nelles as reparações necessarias
- 27-7 Decreto (DG 173 de 6 de agosto) auctorizando a Confraria de Nossa Senhora de Pedra Maria, freguesia de. Varziella, concelho de Felgueiras, a criar uma escola do sexo feminino em determinadas condições
- 8-8 Decreto permittindo que no mês de outubro do presente anno haja nos lyceus centraes segunda epoca de exames para os alumnos do periodo transitorio, aos quaes faltarem até três disciplinas para concluir os cursos dos Lyceus
- 17-8 Decreto (DG 189) determinando a forma do provimento das cadeiras de ensino primario elementar das provincias Ultramarinas
- 24-8 Decreto regulando a applicação do premio aos alumnos do Lyceu de Viseu, resultante do producto da doação feita pelo general reformado, José Maria Couceiro da Costa
- 29-8 Decreto (DG 202 de 10 de setembro) elevando a Lyceus nacionaes centraes os Lyceus nacionaes de Ponta Delgada e Funchal
- 2-9 Decreto criando duas cadeiras, tres logares de repetidores e dois de demonstradores na Academia Polytechnica do Porto, e dando nova organização á secretaria do mesmo Estabelecimento
- 2-9 Portaria regulando a distribuição do serviço dos exames na Escola Polytechnica de Lisboa
- 6-9 Portaria (DG 208 de 17 de setembro) fixando em cem o numero de alumnos porcionistas do Real Collegio Militar
- 10-9 Decreto regulando a applicação do rendimento do legado do benemerito Visconde de Valmor, e da verba de 2:880\$000 réis descripta no orçamento do Estado, para pensões a estudantes que vão ao estrangeiro aperfeiçoar-se em qualquer ramo de bellas artes (Erratas no DG 205)
- 10-9 Decreto approvando os estatutos de uma escola profissional de enfermeiros do Hospital de S José e Annexos
- 10-9 Decreto (DG 204, de 12 de setembro) approvando o regulamento geral da Casa de Detenção e Correção de Lisboa (Erratas no DG 227)
- 20-9 Portaria determinando que sejam abonados 3\$000 réis diarios aos professores que façam parte dos jurys dos exames para o magisterio secundario, realizados nas ferias grandes
- 26-9 Circular explicando a forma da contagem das notas exigidas para qualquer alumno da 2.ª, 3ª, 4.ª e 6ª classes dos lyceus ser dispensado do exame de passagem

- 3-10 Decreto (DG 223 de 4 de outubro) estabelecendo o direito de aposentação aos funcionarios que por dez annos ou mais tenham exercido o logar de primeiro ajudante de serviço meteorologico no posto da serra da Estrella (Erratas no DG 224)
- 3-10 Decreto approvando a reorganização da Escola Municipal Secundaria de Setubal e o seu regulamento. (Erratas no DG 200)
- 9-10 Portaria louvando o cidadão António Maria da Costa, de Chacim, concelho de Macedo de Cavalleiros, pelo donativo da quantia de 2:000\$000 réis para auxiliar a construção de um edificio para as escolas primarias de ambos os sexos na terra da sua naturalidade e do terreno preciso para aquella construção
- 9-10 Lista dos livros de instrução secundaria para uso das diversas classes dos lyceus com os preços por que foram taxados
- 10-10 Decreto fixando o trabalho diario de cada professor dos Lyceus do continente e ilhas, e regulamentando a retribuição que deve caber pelo serviço duplicado, no caso de haver professores que pela sua competencia e idoneidade se prestem a accumulacões de regência
- 10-10 Decreto (DG 232 de 15 de outubro) reorganizando o ensino no Instituto de Agronomia e Veterinaria. (Erratas no DG 236)
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Irmãs de S. Vicente de Paula
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro), approvando os estatutos da Associação do Collegio de Aldeia da Ponte, no districto da Guarda
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Irmãsinhas dos Pobres
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação Missionaria Portuguesa
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação do Horn Pastor
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação do Horn Pastor
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação de S. Francisco de Salles, no Porto
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Missionarias de Maria
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação de Santa, Theresa de Jesus em Santa Catharina do Couto, concelho de Santo Thyrso
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Oblatas do Menina Jesus
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação de S. Francisco de Salles, em Lisboa
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação aos Missionários do Espirito Santo
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres por Amor de Deus
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação dos Servitas de Nossa Senhora das Dores
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação de Nossa Senhora da Immaculada Conceição
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação das Escravas do Santissimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, em Aldeia Gallega
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação do Santissimo Coração de Jesus, nos Olivaeas
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação do Sagrado Coração de Maria
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando os estatutos da Associação de Santa Dorothea
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Diniz, no Porto
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de S. Francisco de Salles, em S. Miguel de Aves
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação Protectora de Meninas Pobres, no concelho da Lagoa
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Nossa Senhora do Carmo, nos Olivaeas
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Jesus Maria José
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Nossa Senhora do Pranto, no Porto
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Soccorros aos Pobres de Nossa Senhora da Boa Morte, no Louriçal
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação do Sagrado Coração de Maria, em Viseu
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação do Sagrado Coração de Maria, no Porto
- 18-10 Portaria (DG 237, de 21 de outubro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Santo António de Aguas Ferreas, no Porto

- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação de Instrução no Collegio de S. José, Villa do Conde
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação do Divino Salvador, em Vairão
- 18-10 Portaria (DG 237, de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação de Instrução no Collegio do Santissimo Coração de Jesus, em Pova de Varzim
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação da Madre de Deus, em Guimarães
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação Fé e Patria
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação de Soccorros aos Pobres de Santa Theresa de Jesus, em Aveiro
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com cortas clausulas os estatutos da Associação de Soccorros aos Pobres de Santa Theresa de Jesus, em Coimbra
- 18-10 Portaria (DG 237 de 21 de outubro) aprovando com certas clausulas os estatutos da Associação das Irmãs da Missão do Padroado Ultramarino
- 22-10 Portaria (DG 239 de 23 de outubro) aprovando os estatutos da Associação denominada Collegio de Nossa Senhora da Saude, na Villa de Redondo
- 24-10 Decreto supprimindo as pensões aos alumnos das escolas normaes
- 24-10 Decreto abrindo um credito especial de réis 6:445\$495 e transferindo a quantia de 81\$000 réis para estas duas verbas serem applicadas a completar os vencimentos do pessoal da Academia Polytechnica do Porto relativos ao periodo de 1 de outubro de 1901 a 30 de junho de 1902 (Erratas no DG 244)
- 25-10 Decreto (DG 242 de 26 de outubro) reorganizando o Conservatorio Real de Lisboa
- 6-11 Despacho approvando o horario das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1901-1902
- 6-11 Portaria (DG 251 de 7 de novembro) approvando os estatutos, mandados reformar, da Associação dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, Leiria
- 6-11 Portaria (DG 251 de 7 de novembro) approvando os estatutos, mandados reformar, da Associação das Irmãs Terceiras de S. Domingos, de Leiria
- 6-11 Portaria (DG 251 de 7 de novembro) approvando com certas clausulas os estatutos, mandados reformar, da Associação das Oblatas do Menino Jesus, de Mofreita, concelho de Vinhaes
- 6-11 Portaria (DG 251 de 7 de novembro) approvando com certas clausulas os estatutos, mandados reformar, da Associação das Oblatas do Menino Jesus, do Fornos de Ledra, concelho de Macedo
- 6-11 Portaria (DG 251 de 7 de novembro) approvando com certas clausulas os estatutos, mandados reformar, da Associação de Santa Theresa, de Freixinho, concelho de Sernancelhe
- 7-11 Decreto (DG 254, de 11 de novembro) elevando a 300\$000 réis o vencimento de exercicio arbitrado ao chefe da secretaria da Real Casa Pia de Lisboa
- 18-11 Portaria fixando as condições em que devem ser permittidos os exames singulares de instrucção secundaria
- 18-11 Portaria (DG 287 de 19 de dezembro) auctorizando o asylo districtal da cidade de Santarem a aceitar a doação de 2:100.5000 réis em inscrições feita por Pedro António Monteiro para se instituir um dote denominado «Gertrudes Monteiro»
- 22-11 Decreto (DG 266 de 25 de novembro) fixando em 216\$000 réis annuaes a dotação do logar vago de bibliothecario da Camara Municipal de Villa Real
- 22-11 Decreto (DG 267 de 26 de novembro) approvando o regulamento interno do conservatorio Real de Lisboa
- 22-11 Decreto designando os livros provisoriamente adopdados para servirem de texto nas aulas de lingua latina (7.^a classe) dos lyceus centraes
- 24-11 Decreto (DG 293 de 27 de dezembro) approvando o orçamento geral da receita e despesa do fundo da instrucção primaria para o exercicio de 1902
- 24-11 Portaria (DG 294 de 28 de dezembro) approvando os estatutos da Associação de Nossa Senhora das Victorias da freguesia de Santa Cruz, na ilha da Madeira
- 24-11 Portaria (DG 294 de 28 de dezembro) approvando com certas clausulas os estatutos da Associação de Nossa Senhora das Mercês, da cidade do Funchal
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) concedendo provimento no recurso de José Carneiro contra a demissão, que lhe foi dada pela Camara Municipal de Cabeceiras de Basto, de facultativo de partido do respectivo concelho
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) approvando a nova organização da Direcção Geral de Instrucção Publica, no Ministerio do Reino
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) reorganizando o Conselho Superior de Instrucção Publica
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) reformando os estudos da Universidade de Coimbra (Erratas DG n.^{os} 14 e 18, de janeiro de 1902)
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) reorganizando o Curso Superior de Letras
- 24-11 Decreto (DG 294 de 28 de dezembro) reorganizando o serviço das bibliotecas e archivos nacionaes e respectiva inspecção (Erratas nos DG n.^{os} 14 e 18, de janeiro de 1902)
- 29-11 Decreto (DG 276 de 6 de dezembro) reorganizando a Escola de Alumnos Marinheiros
- 30-11 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus para execução da portaria de 18 do corrente acêrca de exames singulares

- 30-11 Circular recommendando aos reitores dos lyceus que façam observar as disposições do regulamento de 14 de agosto de 1895 e instrucções posteriores, relativamente ás lições passadas aos alumnos sem previa preparação, e o modo como devem ser classificadas as lições por elles dadas
- 14-12 Portaria (DG 286 de 18 de dezembro) auctorizando a administração do Asylo de D. Pedro V, da Villa do Barreiro, a contrahir um emprestimo destinado exclusivamente a auxiliar a contrucção de um edificio para installação d'aquelle estabelecimento
- 24-12 Decreto (DG 294) reformando o ensino primário. (Erratas nos DG's 1 e 14, de janeiro de 1902)
- 24-12 Portaria criando mais quatro escolas centraes primarias na cidade de Lisboa, e igual numero das mesmas escolas na cidade do Porto
- 24-12 Decreto approvando a organização do ensino elementar industrial e commercial (Erratas no DG 46, de fevereiro de 1902)
- 24-12 Decreto approvando o regulamento dos concursos para provimento de professores das escolas de ensino elementar industrial e commercial
- 24-12 Decreto (DG 296, de 31 de dezembro) approvando a organização dos serviços agricolas e dos quadros do pessoal technico dos mesmos serviços (Erratas no DG 9, de janeiro de 1902)
- 30-12 Decreto (DG 23 de 30 de janeiro de 1902) concedendo provisoriamente á Camara Municipal de Santarem o edificio do suppressido convido de S. Domingos das Donas para installação de aquartelamento militar e escolas de ensino primario

1902

- 16-1 Decreto auctorizando a camara municipal de Soure a destinar do terreno, a cuja expropriação se refere o decreto de 19 de julho ultimo, uma parte para a construcção do edificio da escola e residencia do professor de ensino primario d'aquella villa
- 18-1 Portaria determinando que no corrente anno lectivo sejam ainda admittidos a exame final nas escolas normaes ou de habilitação para o magisterio primario os candidatos estranhos aos respectivos cursos, que já se estavam habilitando antes da promulgação do decreto n.º 8, de 24 de dezembro ultimo
- 25-1 Decreto abrindo um credito especial de réis 7:063\$407 para pagamento dos vencimentos do pessoal e de despesas de material, resultantes da reorganização dos estudos da Universidade de Coimbra
- 25-1 Decreto abrindo um credito especial de réis 1:059\$990 com applicação ao pagamento das gratificações dos novos vogaes do Conselho Superior de Instrucção Publica e dos ordenados do pessoal da respectiva secretaria
- 3-2 Portaria (DG 28 de 5 de fevereiro) determinando que os governadores civis do continente e ilhas adjacentes, enviem ao Bibliothecario mor do reino relações das typographias existentes nos seus districtos e nota dos trabalhos por ellas publicados
- 6-2 Decreto determinando o uniforme dos lentes da Academia Polytechnica do Porto
- 8-2 Portaria auctorizando o Dr. Francisco Gomes Teixeira, Lente e Director da Academia Polytechnica do Porto, a proceder, sem remuneração alguma, á publicação em volume dos seus trabalhos sobre mathematica e astronomia, dispersos em revistas nacionaes e estrangeiras
- 12-2 Portaria approvando a distribuição, feita pelo Governador de Cabo Verde, das sedes das tres escolas primarias ultimamente criadas na-quella provincia
- 13-2 Decreto abrindo um credito especial de réis 5:674\$500 para pagamento de vencimentos do pessoal com que foram accrescentados os quadros dos professores dos lyceus de Ponta Delgada e Funchal elevados a lyceus centraes
- 19-2 Portaria approvando o regulamento, proposto pelo Inspector das Bibliothecas e Archivos, para a saida de livros, por meio de emprestimo, da Bibliotheca Publica de Ponta Delgada
- 20-2 Portaria (DG 41 de 21 de fevereiro) approvando o quadro do pessoal docente das escolas primarias da cidade do Porto
- 20-2 Decreto (DG 41 de 21 de fevereiro) approvando o regulamento para a arrecadação e emprego de donativos escolares
- 25-2 Circular mandando que os commissarios da instrucção primaria tomem as necessarias providencias para que nas escolas primarias não sejam adoptados livros não officialmente aprovados
- 10-4 Decreto (DG 80 de 12 de abril) determinando que o Real Instituto Bacteriologico de Lisboa passe a denominar-se Real Instituto Bacteriologico Camara Pestana
- 10-4 Decreto dando provimento no recurso de António Maria Ferreira Mendes contra a collocação de 2.º official de fazenda que lhe fôra dada pela Camara Municipal de Lisboa, sendo elle sub-director chefe da 1.ª Repartição do serviço geral da instrucção publica, a cargo da mesma camara
- 12-4 Portaria louvando o cidadão Joaquim Henriques Tavares Bastos que offereceu a quantia de 2:000\$000 réis para auxiliar a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias da freguesia de Castellões, concelho de Macieira de Cambra, e mandando que o nome do mesmo cidadão seja inscripto no exterior do referido edificio
- 17-4 Lei (DG 86 de 19 de abril) determinando a criação no districto administrativo do Porto de uma casa de Detenção e Correção. Escola Profissional de Reforma do Porto ou Casa de Detenção e Correção do Distrito do Porto. Alguns artigos são applicáveis também à Escola Agricola Correcional de Villa Fernando e à Casa de Detenção e Correção do Distrito de Lisboa
- 22-4 Portaria louvando o conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida, professor aposentado do Lyceu Central do Porto, pela offerta de livros, cartas geographicas e plantas feita á bibliotheca do mesmo lyceu
- 24-4 Decreto ampliando e modificando varias disposições do regulamento geral dos concursos aos logares do magisterio superior com relação á Academia Polytechnica do Porto
- 24-4 Decreto instituindo na Academia Polytechnica do Porto um premio escolar intitulado - Premio Rodrigues de Freitas

- 24-4 Decreto determinando as quantias com que hão de contribuir as Camaras Municipaes para as despesas da instrução primaria no exercicio de 1903
- 28-4 Decreto ampliando e modificando varias disposições do regulamento geral dos concursos aos logares do magisterio superior com relação á Academia Polytechnica do Porto
- 6-5 Portaria regulando a admissão a exame dos alumnos dos Institutos Industriaes e Commerciaes que hajam obtido media inferior a dez valores
- 10-5 Decreto declarando urgente a expropriação de tres parcelas de terreno requerida por António Maria da Costa, com o fim de aquiri-las e offercê-las ao Estado para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias da freguesia de Chacim, concelho de Macedo de Cavalleiros
- 10-5 Decreto declarando urgente a expropriação de duas parcelas de terreno, requerida pela Camara Municipal de Espinho para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias de um e outro sexo
- 10-5 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno, requerida pela Camara Municipal de Villa Real, para a construcção do edificio destinado ás escolas primarias dos dois sexos
- 14-5 Decreto (DG 108 de 16 de maio) fixando o quadro do pessoal, com as respectivas dotações, do Instituto Municipal de Instrução e Beneficencia, a cargo da Camara Municipal de Cabeceiras de Basto, no logar de Gondarem por effeito do testamento do benemerito António Joaquim Gomes da Cunha
- 16-5 Portaria excluindo por tres annos da frequencia e exame de qualquer instituto de ensino, um alumno de um collegio particular de Coimbra
- 19-5 Portaria nomeando uma commissão para proceder á conveniente revisão do projecto do Lyceu de Lisboa na cêrca de Jesus, e propor as modificações que julgar necessarias para que o edificio satisfaça cabalmente ao fim a que é destinado
- 24-5 Decreto criando uma nova disciplina (noções geraes de commercio, escripturação e calculo commercial) na Escola Industrial Bernardino Machado, da cidade da Figueira da Foz
- 24-5 Lei auctorizando o Governo a criar em Lisboa um Lyceu Nacional
- 28-5 Decreto criando no concelho de Villa Verde, com certo legado, uma escola primaria para o sexo masculino, a qual deverá ter a denominação de Escola António José Cerqueira
- 28-5 Portaria (DG 122 de 3 de junho) fixando as horas durante as quaes deve estar franqueada á leitura a Bibliotheca Publica de Evora
- 4-6 Decreto abrindo um credito especial de 30\$000 réis para pagamento do juro de uma inscripção legada á Escola Polytechnica de Lisboa com applicação á cultura de plantas medicinaes
- 4-6 Decreto abrindo um credito especial de 1:143\$330 réis, para pagamento de despesas com a alimentação de mais dez alumnos porcionistas no Real Collegio Militar no anno de 1901-1902
- 7-6 Portaria approvando o quadro do pessoal docente das escolas primarias centraes e parochiaes de Lisboa. (Erratas no DG 147)
- 11-6 Portaria determinando que no anno lectivo de 1902-1903 sejam uzadas nos Lyceus as obras já adoptadas nos annos anteriores
- 14-6 Decreto (DG 139 de 26 de junho) approvando o regulamento do Real Archivo da Torre do Tombo
- 14-6 Decreto (DG 141 de 28 de junho) concedendo provisoriamente á Camara Municipal de Aveiro a cêrca grande do extincto convento de S. João Evangelista para a construcção de escolas primarias
- 23-6 Portaria determinando que seja permittido o adiamento do alistamento militar aos mancebos que cursam os preparatorios nos seminarios diocesanos e no collegio das missões Ultramarinas com destino exclusivo á carreira ecclesiastica
- 26-6 Circular recommendando aos reitores dos lyceus a remessa do relatorio annual, nos termos prescriptos no n.º 19 do artigo 129.º do regulamento geral do ensino secundário
- 28-6 Decreto approvando o regulamento do ensino professional dos empregados dos telegraphos e correios. (Erratas no DG 202)
- 18-7 Portaria determinando que os governadores civis e administradores de concelho enviem á Bibliotheca Nacional de Lisboa exemplares de todas as publicações feitas nas respectivas circunscripções administrativas
- 19-7 Lei reorganizando o ensino da farmácia. (Erratas no DG 162)
- 23-7 Decreto dando provimento no recurso de Victorino Caetano Pedro José do Rosario e Paria sobre o concurso para provimento de um logar de lente substituto ordinario da Escola Medica de Nova Goa
- 2-8 Decreto negando provimento no recurso da Camara Municipal da Ribeira Grande contra o accordão do tribunal administrativo do districto, que mandou pagar ao professor da escola primaria da Ribeira Seca o augmento de 25 por cento do ordenado que a mesma Camara lhe negara
- 2-8 Decreto negando provimento no recurso da Camara Municipal de Paredes contra o accordão do tribunal administrativo do districto, que annullou a nomeação, por ella feita, de um candidato menos habilitado paro professor da escola primaria da freguesia de Cette
- 9-8 Portaria (DG 178 de 11 de agosto) auctorizando a direcção do Asylo de S. João de Lisboa a aceitar a doação de um terreno no concelho de Cascaes para um sanatorio e alojamento das educandas durante a epoca balnear
- 13-8 Decreto rejeitando, por falta de competencia do tribunal, o recurso de Isidoro António Ferreira, lente auxiliar do Instituto Industrial e Commercial do Porto, contra o despacho que nomeou outro individuo para lente cathedratico do mesmo Instituto com preterição dos direitos do recorrente
- 16-8 Portaria declarando os casos em que tem logar a isenção de direitos para os objectos destinados a museus, bibliothecas e casas de ensino, caridade e beneficencia

- 21-8 Portaria louvando um cidadão e sua mulher (António Coelho Moreira e D. Isabel Mullier Coelho Moreira) por terem posto á disposição do Governo a quantia necessaria para a construcção e mobiliario de uma escola primaria e aquisiçao do terreno onde tenha de ser edificada, e determinando que seus nomes sejam inscriptos no exterior do edificio
- 23-8 Decreto approvando o regulamento para execucao do artigo 93.º do decreto de 24 de dezembro de 1901, relativamente ao exame de admissao, exigido para a matricula da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, aos alumnos habilitados com o curso theologico dos seminarios
- 23-8 Decreto (DG 190 de 20 de agosto) criando commissoes de patronato - uma em Lisboa e outra no Porto (Erratas no DG 192)
- 23-8 Decreto approvando e mandando executar o regulamento do conselho administrativo das bibliothecas e archivos nacionaes
- 13-9 Decreto determinando que haja em outubro proximo segunda epoca de exames de instrucção secundaria nos lyceus centraes do continente e ilhas adjacentes para alumnos em certas condiçoes
- 13-9 Decreto (DG 218 de 27 de setembro) regulando a procuradoria nos servicos universitarios
- 17-9 Portaria determinando que sejam aggregados diversos funcionarios á commissao encarregada da revisao do projecto do edificio do Lyceu de Lisboa
- 19-9 Decreto approvando o regulamento da instrucção primaria
- 19-9 Decreto approvando a distribuicao do continente do reino e ilhas adjacentes em circulos escolares de instrucção primaria
- 23-9 Portaria concedendo excepcionalmente uma nova epoca de exames de admissao ás escolas normaes e districtaes de habilitação ao magisterio primario
- 3-10 Decreto approvando o regulamento do curso de bibliothecario-archivista nas cadeiras professadas no Real Archivo da Torre do Tombo e na Bibliotheca Nacional de Lisboa
- 3-10 Decreto organizando o curso de habilitação para o magisterio secundario de mathematicas, ciencias physico-chimicas, historico-naturaes e desenho do plano dos lyceus
- 8-10 Decreto approvando o regulamento do curso superior de letras
- 10-10 Decreto approvando a organizaçao do curso de educaçao militar estabelecido no Real Instituto de Lisboa
- 17-10 Portaria fixando em sessenta o numero de alumnos que neste anno lectivo devem frequentar a 1ª classe das escolas normaes, e em quarenta o dos que devem matricular-se na mesma classe das escolas de habilitação para o magisterio primario
- 17-10 Portaria reduzindo a seis meses o prazo para o primeiro concurso de livros de ensino primario e normal
- 18-10 Circular dando instrucções aos directores das escolas normaes sobre a execucao do regulamento de 19 de setembro ultimo, na parte respectiva
- 18-10 Decreto approvando o horario para o ensino das disciplinas que constituem os cursos das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario
- 18-10 Decreto approvando os programmas das disciplinas que constituem o ensino primario em cada uma das suas quatro classes. (Erratas no DG 239)
- 18-10 Decreto approvando o regulamento das faltas dos estudantes na Universidade de Coimbra
- 18-10 Decreto approvando os programmas de ensino da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra
- 23-10 Decreto approvando o orçamento geral da receita e despesa do fundo da instrucção primaria para o exercicio de 1903
- 25-10 Portaria determinando que os alumnos matriculados no 2.º anno das escolas de ensino normal continuem transitoriamente o curso elementar estabelecido pelo artigo 38.º da parte 2.ª do regulamento de 18 de junho de 1896
- 28-10 Portaria louvando o cidadão Francisco Joaquim Moniz Bettencourt pelo importante donativo da sua livraria á bibliotheca da Camara Municipal de Angra do Heroismo
- 29-10 Portaria (DG 251 de 6 de Novembro) mandando tomar posse do edificio escolar doado ao Estado por um cidadão (José Pinto Monteiro da Silva) da freguesia de Cambres, concelho de Lamego, e louvar o doador pela sua benemerita iniciativa
- 29-10 Portaria (DG 246 de 30 de outubro) mandando que o director geral de instrucção publica, representando o Governo, assigne o contrato de emprestimo até á quantia de 245:000\$000 réis com a Caixa Geral de Depositos, destinado a construcção de edificios para as escolas de instrucção primaria
- 31-10 Portaria (DG 249 de 4 de novembro) approvando os estatutos da Associaçao de Enfermeiras de Nossa Senhora da Saude na cidade do Porto
- 6-11 Decreto abrindo um credito especial de réis 12:709\$910 para pagamento dos vencimentos do pessoal e mais despesas do Lyceu Nacional de Lisboa desde outubro de 1902 a junho de 1903
- 6-11 Decreto mandando abrir um credito especial de 93:911\$910 réis para subsidiar o fundo da instrucção primaria e habilitá-lo a occorrer ao pagamento no exercicio de 1902-1903 do aumento de vencimento concedido aos professores da referida instrucção
- 6-11 Decreto (DG 47 de 2 de março de 1903) fixando as normas a seguir nos periodos transitorios de applicação de novas organizaçoes de ensino agricola superior e dos respectivos regulamentos, quando por disposiçoes especiaes se não encontrem determinadas nas mesmas organizaçoes ou nos seus regulamentos
- 13-11 Decreto criando na estaçao da Casa Branca do caminho de ferro do sul e sueste uma escola primaria que se denominará Escola Maria Amelia
- 13-11 Decreto approvando o regulamento da Real Capella da Universidade de Coimbra
- 14-11 Decreto determinando que no fim do corrente anno lectivo de 1902-1903 se proceda á extincção da escola municipal secundaria de Torres Vedras

- 20-11 Decreto abrindo um credito especial do 27:237\$560 réis para pagamento de vencimentos por diuturnidade de serviço a lentes da Universidade de Coimbra e das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- 25-11 Portaria nomeando tres lentes de instrucção superior e um professor de instrucção secundaria para os dois primeiros elaborarem um relatorio sobre o ensino da historia em Portugal, e os outros dois uma biographia das obras publicadas neste país sobre historia italiana, a fim de serem presentes ao congresso internacional de sciencias historicas em Roma
- 27-11 Decreto approvando o regulamento para execução do § 2.º do artigo 80.º do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, relativamente á inspecção das escolas primarias do municipio de Lisboa
- 27-11 Decreto (DG 281 de 12 de dezembro) approvando os horarios para as escolas de instrucção primaria centraes e parochiaes
- 27-11 Decreto approvando o regulamento para execução da carta de lei de 19 de julho ultimo, que reorganizou o ensino da pharmacia
- 30-11 Fundação da Escola Pratica Comercial Raul Dória, que só terá aprovação legal pelo decreto de 14 de Dezembro de 1943.
- 4-12 Decreto approvando os programmas das disciplinas que constituem o ensino das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario
- 11-12 Portaria auctorizando o director do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa a aceitar o legado de 4:000\$000 réis em inscripções, deixado pelo fallecido João António Vieira, para com o rendimento instituir dois premios que serão conferidos um ao alumno mais distincto do curso superior do commercio, e o outro ao alumno mais distincto do curso elementar do commercio
- 15-12 Portaria prescrevendo a forma da escripturação e arrecadação dos emolumentos a que se refere o artigo 317.º do regulamento da instrucção primaria
- 18-12 Decreto collocando os professores das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario nos differentes grupos de disciplinas
- 18-12 Decreto approvando o regulamento da Academia de Bellas Artes e do Museu Nacional de Lisboa
- 22-12 Portaria (DG 5 de 8 de janeiro de 1903) mandando louvar uma senhora pela doação feita á camara municipal do concelho do Cartaxo de um edificio para a escola do sexo feminino do logar da Ereira, no mesmo concelho
- 24-12 Decreto negando provimento no recurso da Camara Municipal do Barreiro sobre lançamento do imposto especial da instrucção primaria a pessoas isentas de impostos geraes do Estado

1903

- 8-1 Decreto autorizando a Junta de Parochia da freguesia de Mações de Dona Maria, concelho de Alvaizere, a contrahir um emprestimo para complemento do preço da casa adquirida para a residencia do professor primario da mesma freguesia
- 16-1 Portaria (DG 74 de 4 de abril) mandando sustar, até ulterior resolução, a execução do decreto de 10 de outubro ultimo que organizou o curso de educação militar no Real Instituto de Lisboa
- 16-1 Portaria (DG 74 de 4 de abril) resolvendo duvidas acêrca dos distinctivos dos alumnos militares que frequentam os diversos estabelecimentos de instrucção
- 17-1 Portaria mandando louvar o doador de uma casa e respectiva mobilia destinadas ao funcionamento da escola primaria do logar de Pinheiros, concelho do Leiria
- 21-1 Decreto (DG 20 de 27 de janeiro) nomeando uma comissão para proceder á revisão da Pharmacopeia Portuguesa
- 29-1 Decreto (DG 32 de 11 de fevereiro) approvando e mandando executar o regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 5-2 Decreto (DG 30 de 9 de fevereiro) approvando as modificações feitas ao regulamento das faltas dos estudantes na Universidade de Coimbra (Erratas nos DG's 35 e 194)
- 5-2 Decreto (DG 35 de 14 de fevereiro) abrindo um credito especial de réis 12:773\$150 para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal e despesas do material e installação das novas escolas de pharmacia, no exercicio de 1902 1903
- 5-2 Decreto (DG 35 de 14 de fevereiro) abrindo um credito especial de réis 9:036\$592 para subsidios a estudantes ou artistas de bellas artes no estrangeiro, e aquisição de obras de arte nacionaes ou estrangeiras de incontestável merecimento para o Museu Nacional
- 10-2 Portaria (DG 33 de 12 de fevereiro) nomeando uma comissão para proceder a exhummação e fazer os estudos e observações necessarios, a fim de se verificar qual a ossada do grande descobridor do Brasil, Pedro Alvares Cabral (Erratas no DG 40)
- 16-2 Portaria (DG 37 de 17 de fevereiro) nomeando mais vogaes para a comissão incumbida do exame da ossada de Pedro Alvares Cabral (Erratas no DG 40)
- 19-2 Decreto approvando os programmas de ensino da faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra
- 28-2 Decreto determinando que na Escola Industrial Principe Real de Lisboa seja professado o curso profissional conforme o prescrito no quadro 1.º da organização do ensino elementar industrial e commercial (Erratas no DG 52)
- 5-3 Portaria (DG 55 de 11 de março) determinando que as obras do edificio do Lyceu Central de Lisboa fiquem a cargo da direcção technica das construcções escolares
- 9-3 Portaria determinando que os candidatos aos logares do magisterio secundário sejam dispensados de nova prestação de provas na parte geral, quando em concursos anteriores as tenham realizado e obtido nellas a indispensavel aprovação

- 12-3 Decreto (DG 58 de 14 de março) regulando a organização dos orçamentos e mais serviços relativos ás despesas da instrução primaria
- 13-3 Portaria determinando a fornica por que deve ser dada posse das escolas primarias aos professores nomeados para as ilhas que não sejam sede de circulo escolar
- 13-3 Portaria (DG 80 de 14 de abril) mandando reabrir a Universidade de Coimbra no dia 20 do corrente mês
- 16-3 Portaria (DG 87 de 22 de abril) fixando as quantias a abonar aos professores que constituem os jurys dos exames dos candidatos ao provimento dos logares do magisterio secundário
- 20-3 Decreto rejeitando o recurso de Domingos José Pereira e outros acêrca da cobrança, ordenada pela Camara Municipal de Caminha e confirmada pela Junta Geral do districto respectivo, do imposto especial da instrução primaria no anno de 1885
- 23-4 Portaria regulando a execução do disposto no artigo 30.º do decreto de 24 de dezembro de 1901 acêrca da publicação dos trabalhos escritos dos alumnos da Universidade de Coimbra
- 27-4 Lei DG 95, de 1 de maio) criando na cidade de Lisboa uma casa de detenção e correcção destinada a recolher para educar e regenerar até cincoenta individuos do sexo feminino
- 27-4 Decreto (DG 93 de 29 de abril) autorizando a Camara Municipal de Odemira a applicar uma parte do seu fundo de viação ás obras de construcção da casa de residencia do professor de ensino primario da freguesia de Collos
- 2-5 Portaria (DG 97 de 4 de maio) nomeando uma commissão para estudar a melhor installação da Academia Polytechnica do Porto no edificio em construcção
- 7-5 Decreto (DG 104 de 12 de maio) revogando e alterando varios artigos do regulamento da Academia Polytechnica do Porto
- 13-5 Portaria (DG 106 de 14 de maio) autorizando a Camara Municipal do Porto a applicar da importancia porque foram expropriados os predios que possuia o Collegio de Nossa Senhora da Graça a quantia de 19:170\$132 réis á conclusão das obras do novo edificio destinado ao mesmo collegio
- 20-5 Decreto (DG 116 de 27 de maio) declarando urgente a expropriação de um terreno a fim do ser doado á Fazenda Nacional para a construcção de um edificio destinado á escola primaria do sexo feminino da freguesia de Valladares, concelho de Gaia
- 20-5 Decreto declarando urgente a expropriação de uma parcela de terreno, requerida pela Camara Municipal de Villa do Conde para a installação de um edificio destinado ás escolas primarias de ambos os sexos da freguesia de Villar do Pinheiro
- 28-5 Portaria determinando que sejam admittidos ao exame de admissão á matricula nas escolas normaes e de habilitação ao magisterio primario os candidatos que provem concluir os 16 annos de idade até 30 de setembro de 1904
- 30-5 Circular dando instrucções aos inspectores das circunscricões escolares acêrca de exames do 1.º e 2.º graus da instrução primaria
- 5-6 Lei permitindo a adopção nas escolas de ensino primario do methodo de leitura de João de Deus, comprehendendo os livros Cartilha Maternal e Deveres dos Filhos
- 5-6 Lei approvando o plano de instrucção naval. (Erratas no DG 128)
- 5-6 Lei autorizando o Governo a admittir no Real Collegio Militar Francisco Maria de Vasconcellos Cruz Sobral Cervantes, não obstante exceder o limite deidade
- 5-6 Lei (DG 126 de 8 de junho) autorizando o Governo a admittir no Real Collegio Militar Francisco Maria de Vasconcellos Cruz Sobral Cervantes, não obstante exceder o limite deidade
- 10-6 Decreto mandando observar varias disposições relativamente á passagem de classe dos alumnos internos dos lyceus do reino e ilhas adjacentes
- 10-6 Decreto approvando o regulamento da secretaria, thesouraria e archivo da Universidade de Coimbra (Erratas no DG 201)
- 15-6 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames de saída dos cursos geral e complementar dos lyceus nacionaes e centraes
- 20-6 Decreto (DG 135 de 22 do junho) approvando o regulamento do Real Observatorio Astronomico de Lisboa (na Tapada da Ajuda)
- 20-6 Decreto nomeando os jurys para os exames de instrucção secundaria requeridos pelos alumnos do periodo transitorio
- 27-6 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes teem de contribuir para as despesas da instrucção primaria em 1904
- 27-6 Decreto (DG 143 de 3 de julho) abrindo um credito especial de 300\$000 réis para occorrer ao pagamento do vencimentos do pessoal das escolas industriaes, de desenho industrial e elementares de commercio
- 9-7 Portaria (DG 149, de 10 de julho) alargando as condições de admissão dos alumnos nas escolas de alumnos marinheiros
- 9-7 Lei (DG 151 de 13 de julho) autorizando a Camara Municipal de Celorico da Beira a lançar e cobrar a percentagem de 75 por cento addicionaes ás contribuições directas do Estado e mais 15 por cento para as despesas da instrucção primaria
- 9-7 Decreto approvando e ordenando que seja executado o regulamento do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 20-7 Portaria louvando um cidadão residente no logar de Varge, concelho de Bragança, pela doação de casa e mobilia para a escola primaria do dito logar, e habitação do respectivo professor
- 25-7 Lei modificando a organização das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- 28-7 Portaria (DG 173 de 7 de agosto) isentando do porte do correio até o fim do corrente anno o jornal do instrucção agricola com o titulo *O Lavrador*

- 29-7 Portaria (DG 167 de 31 de julho) autorizando a Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, da cidade de Guimarães, a aplicar um legado em obras para ampliação do edificio das escolas da mesma irmandade
- 10-8 Portaria mandando adoptar no anno lectivo de 1901-1902 nos lyceus e estabelecimentos de ensino secundário as obras approvadas para o anno lectivo anterior
- 10-8 Decreto approvando o regulamento da Escola Nacional de Agricultura (Erratas no DG 183)
- 20-8 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno a fim de ser applicado á installação de um edificio destinado ás escolas primarias de ambos os sexos da freguesia de Seixas, concelho de Caminha
- 25-8 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno a fim de ser applicado á installação de um edificio destinado ás escolas primarias de ambos os sexos da freguesia de Seixas, concelho de Caminha
- 25-8 Decreto regulando o lançamento e arrecadação dos emolumentos das secretarias das escolas de pharmacia
- 26-8 Portaria fixando em 110 o numero de alumnos porcionistas do Real Collegio Militar
- 1-9 Portaria louvando o director e redactores da revista Portugalia pelos serviços prestados á instrucção publica
- 1-9 Portaria fixando o numero de alumnos que no proximo anno lectivo devem frequentar a primeira classe das escolas normaes e das de habilitação para. o magisterio primário
- 2-9 Portaria determinando provisoriamente a collocação das novas cadeiras criadas na Academia Polytechnica do Porto
- 3-9 Decreto approvando os livros que devem ser adoptados nas escolas de ensino primario nos annos lectivos de 1903-1904 a 1905-1906 inclusive
- 3-9 Decreto determinando que passe para a administração do Estado uma escola particular de ensino primario, instituida na villa de Constancia por um legado
- 3-9 Portaria providenciando sobre o modo de occorrer á falta de livros approvados em concurso para certas disciplinas da instrucção primaria, e prescrevendo a forma por que deve ser ministrado o ensino pelos professores enquanto não estiverem impressos e postos á venda os novos compendios mandados adoptar
- 3-9 Decreto regulando a constituição e funcionamento da escola secundaria criada pela Camara Municipal de Chaves na sede do concelho
- 3-9 Decreto approvando os livros que devem servir ao ensino das aulas de musica do Conservatório Real de Lisboa
- 3-9 Decreto approvando a venda realizada, por Oscar Somersshield ao Delagoa May Lands Syndicate Limited da concessão de 1:000 hectares de terreno na Polana, districto de Lourenço Marques, devendo observar-se certas clausulas (Erratas no DG 198)
- 10-9 Decreto (DG 203 de 12 de setembro) approvando o regulamento da escola de regentes agricolas Moraes Sarmento. (Erratas no DG 278)
- 10-9 Decreto approvando o regulamento geral do Instituto de Agronomia e Veterinaria
- 19-9 Decreto determinando que por este anno haja segunda epoca de exames para os alumnos de instrucção secundaria do periodo transitorio
- 24-9 Decreto approvando o orçamento geral da receita e despesa do fundo da instrucção primaria para o exercicio de 1904
- 29-9 Portaria permittindo que em outubro proximo façam exames de admissão á matricula das escolas de habilitação para o magisterio primario, onde não estiver preenchido o numero de alumnos fixado pela portaria de 1 do corrente mês, os alumnos que não foram admittidos na epoca própria por falta do exame do 2.º grau da instrucção primaria
- 14-10 Decreto determinando que na Escola Industrial Campos de Mello, da Covilhã, seja professado o desenho ornamental e modelação, e o respectivo curso de desenho industrial
- 15-10 Decreto determinando que seja estabelecida uma escola pratica elemental de telegraphia junto do Instituto Infante D. Affonso
- 20-10 Portaria approvando o horário das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria
- 23-10 Portaria louvando o Visconde de Saude pelos donativos offerecidos ao Estado para construcção de um edificio escolar para o ensino primario de ambos os sexos e o estabelecimento de premios aos respectivos alumnos
- 28-10 Decreto approvando o regulamento do curso de parteiras, professado na Universidade de Coimbra e nas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- 28-10 Decreto determinando a constituição do Conselho Inspector de Instrucção Publica da provincia de Cabo Verde
- 28-10 Decreto declarando urgente a expropriação de duas parcelas de terreno para ampliação da Escola Nacional de Agricultura
- 3-11 Decreto approvando o regulamento para execução do decreto que organiza no Instituto Infante D. Alfonso um curso de habilitação para o magisterio primário
- 3-11 Decreto (DG 251 de 7 de novembro) approvando o regulamento para execução do decreto que organiza no Instituto Infante D. Alfonso um curso de habilitação para o magisterio primário
- 3-11 Decreto (DG 251 de 7 de novembro) regulando a distribuição dos emolumentos cobrados nas secretarias das inspecções escolares
- 11-11 Aviso (DG 255 de 12 de novembro) declarando que foram excluídos da relação dos livros approvados para o ensino primario os cinco cadernos intitulos Calligraphia das escolas primarias, por Angelo Vidal, editor José Figueirinhas Júnior
- 26-11 Decreto approvando os livros que nos termos do artigo 354.º do regulamento de 19 de setembro de 1902 devem ser adoptados nas escolas de ensino primario
- 26-11 Decreto approvando os livros destinados ao ensino das escolas normaes e de habilitação ao magisterio primario nos annos lectivos de 1903-1901 a 1905-1906 inclusive

- 26-11 Decreto transferindo para a posse do Estado uma escola primaria particular estabelecida em S. Martinho de Silves, concelho de Fafe
- 26-11 Decreto convertendo em escola primaria official uma escola particular existente na freguesia de Touguinha, concelho de Villa do Conde
- 30-11 Portaria determinando que os conselhos das escolas normaes de Lisboa, Coimbra e Porto proponham os livros que nos termos dos artigos 352.^a e 354.^a do regulamento de 19 de setembro de 1902 devem supprir a falta d'aquelles que sobre certas disciplinas foram rejeitados no último concurso
- 9-12 Aviso (DG 278 de 10 de dezembro) declarando que por despacho de 7 do corrente foram approvados, para serem adoptados nas escolas primarias, os novos cinco cadernos de calligraphia por Angelo Vidal, editor José Figueirinhas Júnior, ficando por esta forma revogado o despacho de 11 de novembro ultimo
- 17-12 Decreto determinando que as alunmas do Asylo da Ajuda, com approvação em merito absoluto no curso da Escola Normal de Lisboa, sejam preferidas no primeiro provimento de quaesquer escolas primarias
- 31-12 Portaria autorizando o professor de numismática na Biblioteca Nacional de Lisboa a fazer prelecções na mesma biblioteca sobre philologia portuguesa, e em especial sobre lingua portuguesa archaica
- 31-12 Decreto acrescentando na Escola Municipal Secundaria, da cidade de Setubal, o ensino da 4.^a e 5.^a classes do curso geral dos lyceus nacionaes

1904

- 5-1 Portaria (DG 6 de 8 de janeiro) prorogando o prazo por seis meses da concessão dada no jornal de instrucção agricola *O Lavrador*, por portaria, de 28 de julho ultimo
- 15-1 Decreto approvando o Compendio de Historia Universal por Arsénio Augusto Torres de Mascarenhas para ser adoptado nas escolas normaes e de habilitação ao magistério primário
- 23-1 Portaria louvando um cidadão, do lugar de Cabreira, concelho de Alfandega da Fé, pelo importante beneficio prestado á instrucção, mandando construir a expensas suas um edificio para a escola primaria da freguesia de Eucisia e habitação do respectivo professor
- 23-1 Portaria louvando um cidadão (Elisio Pereira do Valle) residente na cidade do Porto pelo importante donativo de material de ensino feito á escola primaria da freguesia de Ranhados, concelho de Viseu
- 4-2 Decreto fixando o quadro e respectivos vencimentos do pessoal do Asylo-Escola D. Maria Amelia, da cidade do Porto (Erratas no DG 32)
- 8-2 Portaria (DG 30 de 9 de fevereiro) autorizando a Camara Municipal do Porto, como administradora do Collegio dos Meninos Órfãos de Nossa Senhora da Graça, a vender umas obrigações e a applicar o producto a obras no edificio do referido collegio
- 19-2 Portaria mandando abrir concurso para escolha dos livros destinados a premios aos alumnos das escolas primarias, e limitando a seis meses o prazo do mesmo concurso
- 1-3 Portaria determinando que os conselhos das Escolas Normaes de Lisboa, Coimbra e Porto proponham algumas obras destinadas a substituir as que sobre certas disciplinas foram rejeitadas no último concurso para o ensino normal
- 3-3 Portaria (DG 55 de 10 de março) declarando obrigatoria a apresentação do diploma do curso do Instituto Central de Hygiene no provimento dos funcionarios de saude, e mandando observar determinada preferencia no provimento dos facultativos municipaes
- 12-3 Circular dando instrucções aos inspectores de instrucção primaria sobre o prazo em que os sub inspectores lhes devem enviar as propostas dos professores dos respectivos circulos escolares que estiverem nas condições de ser contemplados com o premio pecuniário de 60\$000 réis
- 24-3 Decreto rejeitando por incompetente o recurso de Manoel Dias da Graça sobre demissão, que lhe foi dada pelo Governo, do lugar de professor de instrucção primaria da freguesia de Nossa Senhora da Graça, da ilha de S. Thomé
- 8-4 Portaria louvando o Dr. António Zeferino Candido pela offerta de 50 exemplares do livro «Portugal» feito á Direcção Geral da Instrucção Publica para serem distribuidos por alguns estabelecimentos de instrucção
- 13-4 Portaria (DG 81 de 14 de abril) declarando que os professores das escolas annexas ás escolns normaes e de habilitação para o magisterio primario teem direito a concorrer aos premios estabelecidos nos artigos 51.^o e 52.^o do decreto n.^o 8, de 24 de dezembro de 1901, e regulando o competente processo
- 14-4 Decreto determinando que a escola de desenho industrial, a cargo da Junta Geral do districto de Angra do Heroismo, fique sujeita á superintendencia e inspecção da Direcção Geral do Commercio e Industria, regendo-se pelos preceitos da organização do ensino industrial e commercial de 24 de dezembro de 1901
- 21-4 Decreto revogando o artigo 130.^o do decreto n.^o 4, de 24 de dezembro de 1901 (que reformou os estudos da Universidade de Coimbra)
- 26-4 Portaria (DG 104 de 11 de maio) approvando e mandando pôr em execução o programma da instrucção para os officiaes que cursam a Escola Pratica de Torpedos e Electricidade, e, o programma para o curso de artifices electricistas. (Erratas no DG 119)
- 30-4 Portaria (DG 96 de 2 de maio) determinando que a escola primaria para o sexo feminino do Villa de Chão do Couce, concelho de Ancião, seja denominada Escola do Dr. Costa Simões
- 2-5 Decreto (DG 100 de 6 de maio) approvando o regulamento dos serviços da Real Casa Pia de Lisboa
- 3-5 Portaria determinando que a escola industrial de Angra do Heroismo tenha a denominação de Escola Madeira Pinto
- 3-5 Portaria (DG 98 de 4 de maio) determinando o quadro das disciplinas e do pessoal docente da escola industrial de Angra do Heroismo
- 4-5 Portaria (DG 124 de 6 de junho) autorizando o Asylo-Escola António Feliciano Castilho a aceitar a doação de um terreno para a construcção de um edificio para o mesmo asylo

- 7-5 Portaria (DG 103 de 10 de março) determinando que um professor da Escola de Medicina Tropical vá á provincia de S Thomé e Príncipe investigar as causas do apparecimento da doença beri-beri, e continuar os estudos sobre a doença do somno em Angola
- 10-5 Portaria louvando o professor da escola primaria do logar de Meia Via, freguesia de S. Tiago, concelho de Torres Novas, e os vogaes da comissão por elle nomeada e presidida que levou a effeito a construcção de um edificio escolar offerecido ao Estado
- 11-5 Decreto (DG 119 de 30 de maio) approvando o estatuto do Instituto Infante D. Affonso
- 25-5 Portaria (DG 123 de 4 de junho) approvando e mandando pôr em execução o programma do curso elementar de pilotagem, professado na Escola Auxiliar de Marinha
- 30-5 Decreto (DG 121 de 1 de junho) transferindo para a posse do Estado a escola particular de ensino primario para o sexo feminino existente no logar do Outeiro, em Paços, freguesia de Melgaço, districto de Vianna do Castello
- 30-5 Decreto (DG 121 de 1 de junho) acrescentando um paragrapho ao artigo 220º do regulamento do Real Observatorio Astronomico de Lisboa (Tapada da Ajuda)
- 30-5 Decreto fixando as sommas com que as camaras municipaes teem de contribuir para as despesas do fundo da instrucção primaria no exercicio de 1905, e determinando o modo como todas as receitas da mesma instrucção devem dar entrada no referido fundo
- 16-6 Decreto nomeando os jurys dos exames de instrucção secundaria requeridos pelos alumnos do periodo transitorio nos lyceus do continente do reino
- 16-6 Portaria (DG 133 de 18 de junho) prorogando até o fim do corrente anno a concessão dada por portaria de 5 de janeiro ultimo ao jornal de instrucção agricola *O Lavrador*
- 17-6 Portaria incumbindo António Martins, professor de esgrima, e Joaquim José Luis Fernandes, medico, de estudar os meios de introduzir o ensino da gymnastica nos lyceus e organizar o respectivo programma. (Erratas no DG 136)
- 18-6 Portaria (DG 135 de 21 de junho) permittindo que os alumnos do 2.º grau da instrucção primaria, que não tenham o respectivo exame, possam, sob determinadas condições, ser admittidos a exames de admissão ás escolas normaes e de habilitação para o magisterio
- 18-6 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames de saida do curso geral e do curso complementar dos lyceus do continente na presente época
- 25-6 Decreto (DG 145 de 5 de julho) abrindo um credito especial de 63\$000 réis correspondentes ao juro das inscrições doadas ao Estado para instituição do premio intitulado «Premio Rodrigues de Freitas», na Academia Polytechnica do Porto
- 10-7 Circular dando instrucções aos inspectores das circunscrições escolares para a organização das commissões de beneficencia e ensino de que trata o capitulo XI do regulamento da instrucção primaria
- 14-7 Decreto regulando o funcionamento da escola de ensino secundário, criada pela Camara Municipal de Ponte do Lima
- 14-7 Decreto regulando o funcionamento da escola de ensino secundário, criada pela Camara Municipal de Povoá de Varzim
- 20-7 Portaria (DG 164 de 27 de julho) determinando que nos lyceus e estabelecimentos de instrucção secundaria sejam adoptados em 1904-1905 os livros usados nos annos lectivos anteriores
- 21-7 Decreto que autoriza a criação de uma escola na cidade da Praia, Cabo Verde, para o ensino de inglês, francês, contabilidade e escrituração, e noções de agricultura
- 22-7 Portaria (DG 162 de 25 de julho) autorizando a Associação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres por Amor de Deus a adquirir um predio urbano com um quintal para estabelecimento de um instituto de educação e ensino de crianças
- 25-7 Decreto (DG 173 de 6 de agosto) mandando tomar posse do edificio escolar, que na freguesia de Fajozes, concelho de Villa do Conde, mandara construir e legara ao Estado o commendador António Nunes da Cruz, devendo a escola denominar-se Escola Commendador Cruz
- 25-7 Decreto determinando que os vencimentos das professoras do curso de habilitação para o magisterio primario no Instituto Infante D. Affonso e o da professora da escola annexa ao mesmo curso são os indicados no capitulo VI do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, e constituem encargo do fundo da instrucção primaria
- 28-7 Portaria (DG 166 de 29 de julho) autorizando o director geral de instrucção publica a assinar o contrato e demais termos relativos ao emprestimo destinado á construcção de edificios escolares
- 6-8 Decreto declarando urgente a expropriação de varios predios para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias para ambos os sexos da villa da Barquinha
- 11-8 Portaria (DG 186 de 23 de agosto) regulando a promoção dos professores diplomados do ensino elementar e complementar
- 17-8 Decreto (DG 184 de 20 de agosto) determinando que em outubro proximo haja uma segunda epoca de exames de saida dos cursos geral e complementar do actual regime de instrucção secundaria, e do periodo transitorio e singulares do antigo regime, e regulando o serviço dos mesmos exames
- 17-8 Decreto (DG 184 de 20 de agosto) alterando o n.º 1.º, § 2.º, do artigo 8.º do regulamento das faltas dos estudantes da Universidade de Coimbra
- 17-8 Decreto (DG 190 de 27 de agosto) elevando a 304000 réis mensaes as pensões dos alumnos, filhos de individuos da classe civil que de futuro forem admittidos no Real Collegio Militar e fixando em quarenta o numero d'estes alumnos
- 26-8 Decreto declarando urgente a expropriação de um terreno para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias de ambos os sexos na freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia
- 26-8 Decreto (DG 191 de 29 de agosto) regulando o modo como deve ser feita a cobrança do imposto lançado aos alumnos dos cursos das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto pelos trabalhos práticos ali ministrados

- 26-8 Decreto (DG 197 de 5 de setembro) abrindo um credito especial de 9:600\$000 réis para pagamento de gratificações pelo serviço extraordinario de regime (de turmas ou cursos paralelos dos lyceus em 1903-1904, e para pagamento de despesas de material e diversas pelo funcionamento das mesmas turmas ou cursos)
- 31-8 Portaria fixando o numero de alumnos que no anno lectivo de 1904-1905 devem frequentar a 1.ª classe das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primário
- 2-9 Portaria (DG 196 de 3 de setembro) nomeando uma comissão para propor os processos chimicos e microbiologicos applicaveis á analyse dos alimentos e estabelecer o programma do ensino laboratorial da chimica e da bacteriologia nos cursos de medicina sanitária
- 17-9 Decreto (DG 211 de 21 do setembro) approvando o orçamento geral da receita e, despesa do fundo da instrução primaria para o exercicio de 1905. (Erratas no DG 212)
- 24-9 Decreto (DG 218 de 29 de setembro) determinando a forma por que deve regular-se na sua constituição e funcionamento o instituto de ensino secundário criado pela Camara Municipal de Cabeceiras de Basto
- 8-10 Portaria (DG 229 de 12 de outubro) nomeando uma commissão, a fim de apreciar, assim como os reitores dos lyceus centraes, o projecto de reforma da instrução secundaria organizado pela Direcção Geral da Instrução Publica (a comissão é constituída pelos seguintes membros: Jeronimo Northway do Valle, professor do Lyceu de Lisboa, presidente; Antonio Carlos de Freitas e Silva, professor do Lyceu de Lamego, secretario; João Rodrigues Ribeiro, professor do Lyceu de Santarem; Francisco Adolfo Manso Preto, professor do Lyceu de Coimbra; Antonio Augusto Gonçalves Braga, professor do Lyceu de Bragança; Julio Maria Baptista, professor do Lyceu de Faro; Eugenio Vaz Pancheco de Canto e Castro, professor do Lyceu de Ponta Delgada; Ricardo Jaime da Costa Malheiro, professor do Lyceu de Vianna do Castello; Alipio Albano Camello, professor do Lyceu de Lisboa; Joaquim Augusto Cambezes, professor do Lyceu do Porto; Rui Telles Palhinha, professor do Lyceu de Lisboa; Acacio da Silva Guimaraes, professor do Lyceu de Lisboa; Augusto Cesar Claro da Bica, professor do Lyceu de Lisboa; Antonio Gonçalves Lopes, professor do Lyceu de Faro; Armando de Azevedo Mello Freire e Vasconcellos, professor do Lyceu de Vianna do Castello; José da Fonseca e Moura, professor do Lyceu de Braga; António Joaquim de Sá Oliveira, professor do Lyceu de Lisboa; Aberto Ferreira Vidal, professor do Lyceu de Villa Real; Eduardo Ismael dos Santos Andreia, professor do Lyceu de Villa Real; António Augusto Pires de Lima, professor do Lyceu de Leiria e Manuel Marques Ferreira Braga, professor do Lyceu de Lisboa)
- 8-10 Portaria (DG 230 de 13 de outubro) louvando um cidadão (João Rodrigues de Moraes) por haver doado avultadas quantias para a construcção da casa e compra de mobilia da escola do sexo feminino da villa de Ponte de Lima, que passa a denominar-se «Escola João Rodrigues de Moraes»
- 15-10 Portaria (DG 241 de 26 de outubro) nomeando uma comissão, a fim de propor o que julgar melhor para que as refeições dos alumnos do Real Collegio Militar correspondam plenamente ás necessidades physiologicas da alimentação
- 17-10 Portaria approvando o horário das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria pura o anno lectivo de 1904-1905. (Erratas no DG 217)
- 17-10 Portaria (DG 236 de 20 de outubro) fixando as gratificações a abonar aos lentes da Universidade de Coimbra e aos professores dos lyceus de Lisboa e de outros districtos, que hajam de fazer parte dos jurys dos concursos para o magisterio secundario que se realizem em Lisboa no actual anno lectivo
- 18-10 Portaria (DG 242 de 27 de outubro) determinando que os candidatos approvados no ultimo concurso do 4.º grupo do magisterio secundário que não foram providos por falta de vagas sejam chamados á regencia interina das disciplinas do seu concurso ou afins nos lyceus cuja frequencia determine desdobramentos, e, sejam providos definitivamente nas vagas do 4.º grupo que se forem abrindo nos lyceus do reino e ilhas adjacentes
- 10-11 Instruções (DG 257 de 15 de novembro) regulando a execução do disposto no artigo 260.º do decreto regulamentar de 19 de setembro de 1902 relativamente ao tirocinio pratico dos alumnos das escolas normaes e das de habilitação para o magisterio primário
- 24-11 Decreto (DG 266 de 25 de novembro) determinando a distribuição da despesa ordinaria e extraordinaria do Ministerio do Reino no exercicio de 1904-1905. (Erratas no DG 267)
- 24-11 Decreto (DG 268 de 28 de novembro) autorizando o director do Instituto Ophtalmologico de Lisboa a passar certificados ou diplomas de frequencia e de maior ou menor aproveitamento aos alumnos que requeiram este documento e que por suas provas o mereçam
- 28-11 Portaria (DG 271 de 1 de dezembro) determinando a substituição por outras de novo typo das estampilhas usadas em 1904 para cobrança da contribuição de juro, justiça, propinas de matriculas e leis sanitarias
- 29-11 Portaria determinando que na escola normal de Nova Goa e nas escolas de ensino primario das provincias Ultramarinas sejam adoptados os compendios approvados para as escolas do reino, e regulando a adopção de quaesquer outros compêndios especiaes. (Erratas no DG 272)
- 30-11 Decreto (DG 274 de 5 de dezembro) dando provimento no recurso da Camara Municipal de Lisboa sobre serviço e vencimentos de um professor licenciado
- 2-12 Portaria (DG 273 de 3 de dezembro) determinando que os governadores das provincias Ultramarinas e do districto autonomo de Timor enviem á Secretaria de Estado as propostas que julguem convenientes para o desenvolvimento do ensino technico e profissional no Ultramar
- 3-12 Portaria (DG 275 de 6 de dezembro) louvando o abbade de Terroso (António Gomes Ferreira), concelho de Povoia de Varzim, pela offerta de mobiliario completo e de bom systema para a escola do sexo feminino d'aquella freguesia
- 13-12 Decreto (DG 282 de 15 de dezembro) determinando varias providencias para que se tornem quanto possivel proveitosos os cursos de medicina sanitaria criados no Porto e Coimbra
- 21-12 Portaria (DG 290 de 24 de dezembro) prorogando por seis meses a concessão dada por portaria de 16 de junho ultimo ao jornal de instrução agricola *O Lavrador*

- 24-12 Decreto (DG 295 de 30 de dezembro) criando a disciplina VI (lingua francesa) na escola industrial Campos Mello, da Covilhã
- 27-12 Portaria louvando a empresa do Diario de Noticias de Lisboa pela offerta ás bibliotecas de todas as escolas officiaes e particulares do país, tanto do ensino primario como do secundario e superior, de exemplares da 2.ª edição da obra intitulada *Eduardo Coelho — A sua vida e a sua obra*, por Alfredo da Cunha

1905

- 9-1 Portaria louvando o padre Luis da Cunha Sotto Maior e Faria pela offerta de 1:000\$000 réis para auxilio da construcção da escola primaria de Capareiros, concelho de Vianna do Castello
- 14-1 Decreto concedendo gratuitamente á Missão Catholica de S. José de L'hanguene o uso de 67 hectares de terreno já por ella occupado proximo da cidade de Lourenço Marques, para escola e ensaios de agricultura
- 23-1 Portaria louvando o cidadão José Gonçalves Guimarães pela offerta da quantia de 1:500\$000 réis para a construcção de um edificio destinado á escola primaria do sexo masculino de Guilhofrei, concelho de Vieira, e bem assim do terreno necessário para essa construcção, devendo inscrever-se o nome do doador no edificio escolar
- 4-2 Decreto autorizando a Camara Municipal de Aveiro a contrahir um emprestimo de 30:000\$000 réis destinado exclusivamente á construcção de um edificio para o asylo escola districtal
- 7-2 Portaria determinando que no Instituto de Agronomia e Veterinaria haja uma nova epoca extraordinaria, no mês de abril, para a defesa das dissertações a que são obrigados os alumnos para complemento dos respectivos cursos
- 11-2 Decreto negando provimento no recurso de D. Mariana Emilia Correia Pestana, professora das escolas municipaes de Lisboa, contra a deliberação da Camara Municipal, pela qual fôra licenciada sem vencimento
- 28-2 Portaria (DG 53 de 6 de março) autorizando a Biblioteca Publica de Evora a receber o legado com que foi contemplada em testamento de Francisco Eduardo Barahona Fragoso
- 9-3 Decreto concedendo amnistia para as penas disciplinares applicadas aos alumnos da Escola Medico Cirurgica de Lisboa pelo respectivo Conselho Escolar, e determinando que não sejam contadas as faltas dadas pelos alumnos desde 10 de fevereiro até 10 de março corrente
- 18-3 Portaria louvando o cidadão António Maria da Costa pela doação de uma casa e mobiliario para conveniente installação das escolas officiaes primarias de Chacim, concelho de Macedo de Cavalleiro
- 18-3 Portaria (DG 69 de 27 de março) determinando que o Conselho Superior de Instrucção Publica proceda á revisão do actual regime do ensino secundario e proponha o que julgar mais conveniente para esse fim
- 28-3 Portaria (DG 73 de 31 de março) louvando o commendador Guilherme João Carlos Henriques pelo generoso donativo feito á Biblioteca Nacional de Lisboa da correspondencia do Marechal Duque de Saldanha, incluindo grande numero de autographos de pessoas reaes e de notabilidades portuguezas e estrangeiras
- 10-4 Decreto (DG 85 de 14 de abril) determinando que a secção zoologica do Museu Nacional de Lisboa se denomine Museu José Vicente Barbosa du Bocage
- 10-4 Portaria louvando Adelino da Costa Barradas, commissario naval, pela offerta feita á biblioteca da Escola Naval de varios livros importantes sobre historia e geografia
- 10-4 Decreto dispensando das provas publicas um candidato que concorreu ao concurso para o logar de demonstrador da secção cirurgica da Escola Medico Cirurgica de Lisboa
- 15-4 Portaria providenciando no sentido de regularizar a forma de resolver quaesquer conflictos que voltem a dar-se no Seminario de Bragança ou em qualquer outro
- 5-5 Portaria autorizando o conselho da Academia Polytechnica do Porto a fundar uma publicação periodica com o titulo de — *Annaes scientificos da Academia Polytechnica do Porto*
- 17-5 Portaria permittindo a inscrição de professores particulares de ensino primario, sem habilitação legal, até 30 de setembro de 1905
- 18-5 Decreto approvando o regulamento para a concessão dos premios pecuniarios aos professores de instrucção primaria
- 12-6 Portaria determinando que na escola municipal secundaria de Chaves haja neste anno exames de admissão á 5.ª classe e de saida do curso geral dos lyceus
- 14-6 Portaria (DG 136 de 17 de junho) prorogando por seis meses a concessão dada por portaria de 21 de dezembro ultimo ao jornal de instrucção agricola *O Lavrador*
- 20-6 Portaria mandando que os cursos constantes dos §§ 1.º e 4.º do artigo 6.º do decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901, que reformou o Curso Superior de Letras, se denominem respectivamente de curso geral e de curso diplomatico
- 26-6 Portaria nomeando os jurvs dos exames de instrucção secundaria requeridos no actual anno lectivo pelos alumnos do periodo transitorio
- 26-6 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames de saida do curso geral o do curso complementar dos lyceus no corrente anno lectivo
- 26-6 Portaria nomeando o jury dos exames do saida do curso geral do Lyceu de Chaves
- 27-6 Portaria louvando um cidadão (Vicente Ferreira Succena) pelos valiosos donativos feitos ás escolas primarias da freguesia de Avellãs de Caminho, concelho da Anadia
- 4-7 Decreto fixando as quantias com que as camaras municipaes devem contribuir no anno de 1906 para o fundo da instrucção primaria, e regulando a sua entrega e arrecadação
- 4-7 Decreto negando provimento no recurso de Bernardo Henriques Villa Nova sobre concessão de um subsidio pecuniario instituido por um legado para estudos superiores

- 4-7 Decreto (DG 166 de 27 de julho) transferindo a sede da escola de desenho industrial Victorino Damasio da villa de Torres Novas para a cidade de Lagos
- 5-7 Decreto (DG 150 de 8 de julho) substituindo por outro o artigo 236 e o modelo O do regulamento de 19 de setembro de 1902, relativo ao diploma dos alumnos das escolas normaes e de habilitação para o magistério
- 11-7 Decreto (DG 150 de 15 de julho) concedendo provisoriamente ao Reverendo Bispo do Funchal o edificio do supprimido convento da Encarnação d'aquella cidade para estabelecimento do seminario diocesano
- 22-7 Decreto (DG 165 de 26 de julho) revogando as concessões feitas á Camara Municipal de Villa Nova de Gaia e á Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Domingos de Gusmão do edificio, igreja e dependencias do supprimido convento de Corpus Christi (para ahi estabelecer um hospital para além das escolas que a dita irmandade já administrava)
- 22-7 Decreto (DG 165 de 26 de julho) negando provimento no recurso de Francisco de Alfena contra a nomeação feita em concurso pela Camara Municipal de Cabeceiras de Basto para o logar de administrador fiscal do Instituto Municipal de Instrução e Beneficencia d'aquella villa
- 28-7 Portaria mandando reunir novamente a comissão encarregada de elaborar o regulamento das escolas de alumnos marinheiros a fim de rever, alterar e melhorar o mesmo regulamento
- 5-8 Decreto concedendo á Camara Municipal de Miranda do Corvo umas casas denominadas das Hospedarias, pertencentes ao supprimido convento de Nossa Senhora da Assunção de Semide, para ahi serem estabelecidas as escolas primarias de ambos os sexos
- 7-8 Portaria determinando que no mês de outubro haja uma segunda epoca de exames nas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- 28-8 Portaria autorizando a direcção das escolas moveis polo methodo de João de Deus a, acceitar a doação de um predio urbano situado em Thomar
- 29-8 Decreto (DG 194 de 30 de agosto) modificando o regime vigente da instrucção secundaria
- 31-8 Portaria mandando adoptar para uso da armada o Manual de Gymnastica elaborado pelo segundo tenente Joaquim Costa
- 4-9 Portaria mandando que á Escola de desenho industrial da cidade de Viseu seja dado o nome de «Escola Emygdio Navarro»
- 6-9 Decreto elevando a 128 o numero de alumnos porcionistas do Real Collegio Militar
- 9-9 Decreto (DG 209 de 16 de setembro) modificando varias disposições do regulamento de 14 de outubro de 1886, relativo a aposentações dos funcionarios civis
- 13-9 Portaria estabelecendo varias disposições relativas ao Lyceu Nacional de Setubal
- 13-9 Portaria fixando o numero de alumnos que devem frequentar a 1.ª classe das escolas normaes e de habilitação ao magisterio primario no proximo anno lectivo
- 13-9 Portaria n.º 1 determinando que seja de hora e meia a duração de cada aula de desenho nas diversas classes do curso dos lyceus
- 13-9 Portaria n.º 2 definindo a situação dos alumnos dos lyceus que pretendem habilitar-se apenas em algumas disciplinas de instrucção secundaria, e marcando as condições com que lhes é permitida a matricula
- 13-9 Portaria n.º 3 fixando as propinas para os dois exames do curso geral dos lyceus (1.ª e 2.ª secção)
- 13-9 Portaria n.º 4 mandando observar determinadas disposições relativamente á votação das comissões incumbidas do exame das obras destinadas ao ensino secundário
- 13-9 Portaria mandando suscitar a observancia dos artigos 8.º e 22.º do regulamento dos concursos para a adopção das obras de ensino secundário
- 18-9 Decreto (DG 215 de 23 de setembro) regulando o funcionamento no proximo anno lectivo da escola municipal secundaria Manoel António de Seixas, de Moncorvo
- 18-9 Decreto determinando que nas escolas praticas elementares de telegraphia de Lisboa e Porto haja em outubro de 1905 uma segunda epoca de exames
- 18-9 Decreto approvando o orçamento da receita e despesa do fundo da instrucção primaria para o anno de 1906
- 18-9 Decreto mandando pôr em execução nas provincias da Guiné, Angola e Moçambique o systema metrico decimal de pesos e medidas
- 21-9 Portaria ordenando que o Conselho de aperfeiçoamento do Real Collegio Militar emitta o seu parecer sobre os trabalhos da comissão encarregada da revisão do regulamento literario do mesmo collegio, harmonizando-o com o decreto de 29 de agosto ultimo
- 23-9 Portaria dispensando da apresentação de nova portaria especial todos os alumnos a quem foi permittido fazer exame, do 2.º grau do ensino primario com a respectiva dispensa da idade legal e que desejem matricular-se no 1.º anno do curso geral dos lyceus
- 23-9 Portaria regulando a forma de provimento das cadeiras de ensino primario elementar do Ultramar quando os concursos abertos nas respectivas provincias fiquem desertos por falta do candidatos
- 25-9 Decreto substituindo por outro o artigo 108.º do regulamento da Academia Polytechnica do Porto, relativo ao provimento do logar de guardamor ou fiel da mesma academia
- 5-10 Circular n.º 1 chamando a attenção dos reitores dos lyceus para que os exercicios escritos dos alumnos, quer executados nas aulas quer nos exames, sejam devidamente archivados e expostos segundo determinados preceitos
- 5-10 Circular n.º 2 designando os documentos com que os alumnos dos lyceus devem instruir os seus requerimentos para a matricula em qualquer classe nos termos da ultima reforma do ensino secundário
- 5-10 Circular n.º 3 esclarecendo a doutrina do unico do artigo 16.º do decreto do 29 de agosto ultimo sobre a maneira do obter a classificação final dos alumnos em quaesquer exames dos lyceus

- 5-10 Circular n.º 4 recommendando a conveniente execução do novo preceito consignado no decreto de 29 de agosto ultimo com referencia ao caderno escolar
- 5-10 Circular n.º 5 declarando que o apuramento da frequencia dos alumnos dos lyceus é função exclusiva do conselho de classe
- 5-10 Circular n.º 6 explicando quaes as disposições em vigor relativamente ao encerramento da matricula dos alumnos dos lyceus
- 5-10 Circular n.º 7 dando instrucções sobre a conveniente e uniforme execução das disposições legais relativas aos exames dos alumnos de instrucção secundaria
- 5-10 Circular n.º 8 indicando o modo como devem ser cumpridas as disposições em vigor quando haja falta de pessoal para os exames de algum lyceu
- 5-10 Circular n.º 9 declarando quaes os documentos e a propina com que devem ser instruidos os requerimentos para exame de admissão a classe
- 5-10 Circular n.º 10 declarando que aos alumnos que já tenham passado a 3.ª classe á data do decreto de 29 de agosto ultimo, não é applicavel o disposto no artigo 29.º. § 2.ª, do mesmo decreto, bastando-lhes apresentar, para admissão ao exame da 2.ª secção do curso geral, documento que prove a passagem da 3.ª para a 4.ª classe
- 5-10 Circular n.º 11 explicando que é licito a um alumno do lyceu fazer exame de um curso como interno e requerer exame de outro curso ou de alguma disciplina como estranho dadas certas condições
- 5-10 Circular n.º 12 indicando os preceitos que devem ser observados na organização do horario das aulas do lyceu
- 14-10 Portaria (DG 234 de 16 de outubro) autorizando a administração do Recolhimento e Asylo do Infancia Desvalida do Menino Deus da villa de Barcellos, a adquirir uma propriedade para construcção de uma casa propria para as officinas daquelle estabelecimento
- 14-10 Portaria louvando os fundadores do Premio Camara Pestana, annualmente destinado ao estudante da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa que melhor these apresente sobre assuntos de bacteriologia, ou, na falta d'estes trabalhos, mais classificado seja na cadeira de pathologia
- 17-10 Decreto approvando o regulamento literario do Real Collegio Militar
- 21-10 Portaria mandando adoptar nas escolas de ensino normal primario o methodo de gymnastica sueca
- 24-10 Portaria approvando varias alterações do horario das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria, approvado por portaria de 17 de outubro de 1904
- 2-11 Circular dando instrucções aos reitores dos lyceus sobre o modo de se proceder á escolha dos livros que devem servir no ensino das differentes classes no presente anno lectivo
- 3-11 Decreto fixando a retribuição que deve caber a cada professor do lyceu pelo serviço extraordinario de regencia, excedente ás 12 horas semanaes
- 3-11 Decreto determinando a gratificação que compete ao reitor do lyceu quando for professor de ensino superior e, quando professor do lyceu
- 3-11 Decreto approvando os programmas que devem ser observados nos lyceus do continente e ilhas adjacentes para o estudo das diversas disciplinas de instrucção secundaria
- 3-11 Decreto approvando a organização do Instituto Industrial e Commercial do Porto
- 6-11 Portaria approvando o parecer da commissão encarregada do propor a melhor forma de adaptar o edificio da Academia Polytechnica do Porto ás installações da mesma Academia, mandando dar começo aos trabalhos propostos e louvando e dissolvendo a dita commissão
- 15-11 Portaria substituindo por outro o § 1.º do artigo 138.º do decreto n.º 4 de 24 de dezembro de 1901, que reformou os estudos da Universidade de Coimbra
- 16-11 Decreto (DG 264 de 21 de novembro) declarando urgente a expropriação de duas parcelas de terreno para a construcção do edificio destinado ao Asylo-Escola Districtal a cargo da Camara Municipal de Aveiro
- 19-11 Portaria determinando que os pesos do 1 decigramma, 1 eentigramma e 1 milligramma possam ser de alumiuio
- 20-11 Portaria deferindo o pedido de alguns alumnos da Escola Medico Cirurgica do Porto para se matricularem em alguns dos annos da escola sem embargo de lhes faltar a approvaçao em uma só das cadeiras que constituem os annos anteriores
- 21-11 Portaria mandando eliminar da tabella nº 1 do regulamento de 23 de março de 1869 a oxigeneia da collecção de medidas cylindricas de madeira desde 1 decalitra até meio decilitro, e considerar como normaes as medidas de madeira toleradas a que se refere a portaria de 13 de dezembro de 1867
- 23-11 Decreto approvando o regulamento da Escola Nacional de Agricultura. (Erratas no DG 216)
- 24-11 Portaria approvando o regulamento dos trabalhos práticos da faculdade de philosophia da Universidade de Coimbra. (Erratas no DG 278)
- 29-11 Portaria approvando e mandando pôr em execução os programmas de instrucção para as praças que cursarem a Escola Pratica de Torpedos e Electricidade
- 1-12 Circular recommendando aos inspectores de ensino primario que transmitiam aos sub-inspectores, seus subordinados, determinadas instrucções geraes sobre a installação e modo de funcionamento das commissões de beneficencia e ensino
- 7-12 Decreto desonerando o Leal Senado de Macau da administração do capital de 9:000 patacas, que constituia o fundo da escola principal de instrucção primaria annexa ao respectivo seminario diocesano
- 12-12 Portaria (DG 283 de 14 de dezembro) nomeando mais um vogal para a commissão revisora da Pharmacopeia Portuguesa

- 26-12 Portaria (DG 294 de 28 de dezembro) autorizando a comissão administrativa do Recolhimento e Asylo da Infancia Desvalida do Menino Deus, da freguesia de Barcellos, a adquirir em determinado edificio em vez do que lhe fôra permittido comprar por portaria de 14 de outubro ultimo
- 26-12 Portaria (DG 294 de 28 de dezembro) prorogando por mais seis meses a concessão feita por portaria de 14 de junho ultimo ao jornal de instrucção agricola, *O Lavrador*
- 26-12 Decreto approvando o regulamento da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares. (Erratas no DG 15 de 19 de janeiro de 1906)
- 30-12 Portaria louvando dois cidadãos (Joaquim Lopes de Paiva e António Lopes de Paiva) pela offerta da quantia do 1:000\$000 réis para auxilio da construcção de um edificio destinado ás escolas primarias da villa de Figueiró dos Vinhos, e bem assim do terreno para essa construcção

1906

- 4-1 Decreto dividindo em zonas escolares os serviços da instrucção secundaria nas cidades de Lisboa e Porto
- 11-1 Circular dando instrucções aos inspectores de ensino primario sobre a concessão, distribuição e entrega dos premios aos alumnos das escolas primarias
- 18-1 Decreto estabelecendo na Sociedade de Geographia de Lisboa uma escola colonial e regulando a respectiva organização
- 18-1 Decreto organizando o ensino profissional nas colonias
- 31-1 Portaria determinando que as cadeiras do ensino agronomico colonial se instalem e funcionem no Instituto de Agronomia e Veterinaria, e que a secção agronomica do conselho escolar do mesmo instituto elabore com a maxima urgencia o regulamento do ensino e os programmas dos concursos para o provimento dos lentos e outros empregados
- 31-1 Decreto (DG 13 de 23 de janeiro) approvada a organização do Lyceu Maria Pia em Lisboa. (Erratas no DG 59)
- 3-2 Portaria (DG 31 de 9 de fevereiro) louvando o prior da freguesia de Espite (António Pereira Simões), concelho de Villa Nova de Ourem, pela offerta de uma casa que mandou construir e mobilar a expensas suas para a escola mista do Cercal, da referida freguesia e residencia da professora
- 1-3 Decreto declarando urgente a expropriação de duas parcelas de terreno, requerida pela Camara Municipal de Agueda, para a construcção de um edificio destinado ás escolas primarias, e para o alargamento do mercado publico d'aquella villa
- 17-3 Portaria louvando varios cidadãos (João Marques, António Marques da Rocha, Henrique da Costa Oliveira, Joaquim Marques, Francisco Dias Rebello e João Lourenço) pela doação feita a Camara Municipal da Guarda de uma casa para a escola mista do logar da Gata, freguesia de Casal de Cinza, e do fornecimento de mobiliario e habitação da professora
- 17-3 Portaria louvando certos cidadãos (José Pires Tavares, Manuel Rodrigues Barão, Felismino dos Santos, Manoel João, Manoel Thomé e Maria Thomé) por terem a expensas suas construido casa para a escola do sexo masculino do Carvalhal Meão, concelho da Guarda, com residencia do professor e a competente mobilia escolar
- 17-3 Portaria louvando José Pinto Ferreira Leite por ter doado ao listado a casa onde funciona a escola primaria de S. Martinho de Silves, concelho de Fafe
- 17-3 Portaria determinando que os professores ajudantes de nomeação anterior a 24 de dezembro de 1901 possam ser promovidos a professores de 3.ª classe sem dependencia de novo concurso
- 17-3 Portaria (DG 62 de 20 de março) louvando António da Costa Lima por haver dado casa para a escola do sexo masculino da freguesia de Carvalhal (Amparo), concelho da Certã
- 17-3 Portaria nomeando uma comissão para estudar e colligir num só diploma todos os trabalhos relativos ao exercicio profissional de pharmacia
- 20-3 Decreto approvando o regulamento do ensino agronomico colonial
- 29-3 Decreto (DG 73 de 2 de abril) tornando extensivo ás provincias Ultramarinas o decreto de 28 de agosto de 1889 que instituiu a medalha de ouro para recompensar as pessoas que se tornaram beneméritas da instrucção primaria nacional
- 1-4 Circular contendo o programma da festa escolar de maio, que deve realizar-se em todos os circulos escolares no dia 27 do mesmo mês
- 5-4 Decreto (DG 78 de 7 de abril) elevando a verba annual abonada á Real Casa Pia de Lisboa para cada alumno da secção de surdos mudos, e autorizando a admissão dos menores surdos mudos como alumnos pensionistas
- 16-4 Portaria louvando um cidadão pela doação de um edificio para a escola mista da freguesia de A dos Francos, concelho das Caldas da Rainha, e determinando que ao mesmo edificio se dê o titulo de Escola dos Viscondes de Landal
- 16-4 Portaria (DG 89 do 23 de abril) encarregando official e gratuitamente o Bacharel João de Deus Ramos da continuação da propaganda do methodo de leitura e escrita de João de Deus
- 21-4 Decreto transformando os circulos escolares de Villa Nova de Fozcoa e Trancoso em tres circulos
- 28-4 Portaria louvando os promotores de uma subscrição que rendeu 4:600\$000 réis em inscrições para o seu juro ser destinado a premiar a melhor these sobre assuntos de bacteriologia, ou, deixando de haver these, ao alumno mais classificado em anatomia pathologica pela Escola Medica de Lisboa
- 3-5 Decreto approvando o regulamento para o provimento dos logares de continuo e de bedel da Universidade de Coimbra
- 9-5 Decreto declarando urgente a expropriação, requerida pela Camara Municipal de Cabeceiras de Basto, de parte de um predio rústico e urbano para a ampliação do largo da Escola Conde de Ferreira, naquella villa. (Erratas no DG 108)
- 9-5 Decreto approvando o regulamento do ensino primario em Angola com os respectivos programmas, modelos, compêndios e fixação das sedes das escolas do 2.º grau. (Erratas no DG 116)
- 9-5 Decreto approvando o regulamento dos corpos inspectores da instrucção primaria em Angola. (Erratas no DG 202)

- 14-5 Decreto abrindo um credito especial de réis 80:000\$025 para pagamento de vencimentos do pessoal respectivos ao periodo de 20 do janeiro a 30 de junho de 1900, e de despesas de material, expediente e diversas do serviço da instrucção secundaria segundo a organização approveda por decreto de 4 de janeiro ultimo
- 16-6 Portaria nomeando uma commissão para proceder a inquerito sobre o estado da administração dos negocios da Direcção Geral de Instrucção Publica
- 18-6 Portaria (DG 137 de 21 de junho) nomeando uma commissão para apreciar um trabalho suplementar ao livro intitulado «*Costa de Moçambique — Guia de navegação*» elaborado por um official da armada
- 20-6 Decreto criando uma escola de pilotagem annexa á capitania do porto na provincia de Macau
- 21-6 Portaria (DG 140 de 26 de junho) prorogando o prazo da isenção de porte do correio concedida ao jornal de instrucção agricola *O Lavrador*
- 21-6 Decreto extinguindo a Escola Principal de Loanda
- 4-7 Decreto criando dez escolas de instrucção primaria 1.º grau nas circunscricões de Ambrizete e S. Salvador do Congo, do districto do Congo. (Erratas no DG 156)
- 16-7 Decreto abrindo um credito extraordinario para pagamento de despesas feitas com a construcção de escolas primarias e das que ha a fazer com a conclusão das mesmas construcções
- 20-7 Portaria (DG 170 de 1 de agosto) approvando e mandando pôr em execucao em todos os corpos do exercito o regulamento para a instrucção da gymnastica, elaborado pela escola pratica de infantaria
- 14-8 Decreto permittindo que os alumnos de instrucção primaria façam os exames do 2.º grau nas sedes dos circulos escolares que maiores commodidades e economia lhes offereçam, emquanto se não modifica o disposto no artigo 177.º do regulamento de 19 de setembro de 1902
- 23-8 Decreto reorganizando os serviços dos lyceus nacionaes de Nova Goa e de Macau
- 3-9 Portaria regulando a admissão á matricula das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario no proximo anno lectivo
- 4-9 Portaria (DG 223 de 3 de outubro) mandando que sejam adoptados os artigos de vestuario para o serviço interno dos alumnos do Real Collegio Militar
- 6-9 Decreto (DG 204 de 11 de setembro) determinando a abertura de um credito especial de 28:955\$000 réis para pagamento de vencimentos do pessoal e outras despesas dos lyceus de Lisboa e Porto
- 6-9 Decreto (DG 204 de 11 de setembro) fixando as quantias com que as camaras municipaes teem de concorrer para o fundo da instrucção primaria em 1907
- 6-9 Decreto (DG 223 de 3 de outubro) approvando o regulamento da escola pratica de engenharia
- 13-9 Decreto alterando as disposições do artigo 104.º e seu § 2.º do decreto n.º 4 de 24 de dezembro de 1901 que reformou os estudos da Universidade de Coimbra na parte relativa á repetição, e ao numero de cadeiras que é permittido frequentar
- 13-9 Decreto mandando que em outubro de 1906 haja nas escolas praticas elementares de telegraphia de Lisboa e Porto uma segunda epoca de exames, e regulando o serviço des mesmos exames
- 15-9 Circular n.º 1 indicando aos reitores dos lyceus os preceitos que devem observar-se na escolha dos professores provisórios que possam ser precisos para a regencia de desdobramentos das classes em turmas paralelas nos estabelecimentos officiaes de ensino secundario
- 15-9 Circular n.º 2 chamando a attenção dos reitores dos lyceus para o rigoroso cumprimento das disposições dos artigos 31.º e 32.º do regulamento de 11 de agosto de 1895, relativamente a abertura das aulas
- 20-9 Circular declarando sem effeito a circular n.º 2 de 15 do corrente, e mandando abrir os trabalhos escolares dos lyceus no dia 17 de outubro
- 20-9 Decreto determinando que o fundo da instrucção primaria, arrecadado pela Caixa Geral de Depositos constitua uma conta corrente entre a mesma caixa e o Ministerio do Reino
- 27-9 Decreto substituindo por outro o § unico do artigo 19.º do regulamento da Academia Polytechnica do Porto, relativo ao tempo de duração das lições nas aulas theoricas
- 4-10 Decreto approvando o regulamento provisorio da Escola Colonial, criada por decreto de 18 de janeiro do corrente anno
- 11-10 Decreto determinando que o numero de alumnos pensionistas do Real Collegio Militar seja fixado em cento e trinta e tres
- 19-10 Portaria estabelecendo a distribuição por annos das cadeiras do curso do agronomia e silvicultura e dos do ensino agricola e colonial professados no Instituto de Agronomia e Veterinaria
- 23-10 Portaria approvando os horarios das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria no anno lectivo de 1906-1907
- 24-10 Portaria approvando varias alterações do horario das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria, approvedo por portaria de 17 de outubro de 1904
- 25-10 Circular chamando a attenção dos reitores dos lyceus sobre a execucao das disposições legaes que se referem ás excursões escolares dos estabelecimentos officiaes de instrucção secundaria
- 31-10 Decreto commutando na pena de detenção por oito dias a pena de exclusão da Universidade de Coimbra por um anno imposta a um alumno da Faculdade de Direito
- 6-11 Portaria nomeando uma commissão para dar parecer sobre as vantagens que para os usos de navegação resultam do emprego das tabuas nauticas publicadas por um lente da Escola Naval
- 9-11 Portaria determinando que nas disposições da portaria de 7 de agosto de 1905, que permittiu nas Escolas Medica-Cirurgica de Lisboa e Porto uma segunda epoca de exames em outubro, se considerem comprehendidos todos os alumnos na situação a que se refere o artigo 134 O do regulamento de 23 de abril de 1840
- 13-11 Portaria approvando os programmas provisorios da Escola Colonial criada por decreto de 18 de janeiro de 1906

- 16-11 Decreto aprovando o regulamento e programma do ensino da escola de pilotagem de Macau
- 24-11 Circular recommendando aos reitores dos lyceus o emprego dos meios necessarios para tornar effectiva a assiduidade e pontualidade dos professores e para conseguir o regular funcionamento das aulas
- 29-11 Portaria determinando a substituição do actual typo das estampilhas denominadas propinas de matriculas
- 30-11 Portaria encarregando o parocho da igreja da Lapa, de Lisboa de proceder a uma syndicancia acêrca dos conflictos occorridos no seminario de Beja
- 30-11 Decreto (DG 276 de 5 de dezembro) aprovando o regulamento da escola elementar de pilotagem de Cabo Verde
- 11-12 Portaria (DG 282 de 13 de dezembro) nomeando uma commissão que terá exclusivamente a seu cargo a administração do Seminario Diocesano de Beja, e louvando o funcionario que procedeu á syndicancia dos factos occorridos no mesmo seminario
- 21-12 Portaria aprovando o regulamento provisório do Museu Commercial e serviço de informação commercial da Escola Colonial
- 31-12 Portaria determinando que o abono das despesas do fundo de instrucção primaria continue provisoriamente até resolução das Côrtes a ser regido pelo decreto de 18 de setembro de 1905, excepto na parte que tenha sido modificada pelo decreto de 6 de setembro do corrente anno

1907

- 24-1 Portaria (DG 22 de 28 de janeiro) mandando encerrar o Seminario diocesano de Beja
- 31-1 Portaria autorizando os directores das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario a expedirem telegrammas officiaes á respectiva Direcção Geral
- 7-2 Decreto nomeando a commissão que deve proceder ao exame das obras destinadas ao ensino secundário
- 7-2 Portaria estabelecendo a remuneração que deve ser abonada aos professores dos lyceus do Lisboa que façam parte dos jurys dos concursos para o magisterio secundário
- 20-2 Portaria (DG 46 de 27 de fevereiro) estabelecendo a forma por que nos lyceus de Macau e Nova Goa devem ser providas as regencias interinas em casos de desdobramentos de classes. (Erratas no DG 49)
- 22-2 Decreto (DG 47 de 28 de fevereiro) aprovando o regulamento dos concursos para professores da Escola Colonial
- 22-2 Decreto (DG 49 de 2 de março) criando dois logares, um de professor auxiliar, e outro de professora tambem auxiliar, no Instituto de Surdos Mudos, a cargo da Misericordia da cidade do Porto
- 2-3 Decreto (DG 51 de 5 de março) mandando suspender os exercicios escolares da Universidade de Coimbra
- 11-3 Decreto criando uma escola de ensino primario na freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Loanda. (Erratas no DG 65)
- 11-3 Decreto aprovando os livros de texto nas escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario nos annos lectivos de 1906-1907 a 1908-1909 inclusive
- 18-3 Aviso publicando varios livros destinados ao ensino das escolas normaes e de habilitação para magisterio primario, que fazem parte da lista approvada por decreto de 11 do corrente
- 20-3 Decreto (DG 68 de 27 de março) modificando a alinea b) do § 1.º do artigo 154.º do regulamento da Academia de Bellas Artes de Lisboa
- 27-3 Aviso publicando varios livros para serem incluidos na lista approvada por decreto de 11 do corrente para as escolas de ensino normal
- 1-4 Portaria determinando que os alumnos com o curso complementar de letras que queiram frequentar o de sciencias ou vice-versa sejam dispensados das disciplinas communs aos dois cursos
- 4-4 Decreto (DG 74 de 5 de abril) mandando reabrir as aulas da Universidade de Coimbra no dia 8 do corrente mês
- 18-4 Decreto autorizando a criação de um logar de medico privativo para o Asylo-Escola Districtal de Aveiro
- 19-4 Aviso declarando ter sido approvada tambem pela junta medica a “Nova Grammatica Portuguesa” por António Augusto Cortesão, destinada ás escolas de ensino normal primário
- 19-4 Portaria regulando a fiscalização de frequencia dos alumnos nos cursos de gymnastica dos lyceus
- 19-4 Portaria nomeando uma commissão para estudar uma nova divisão dos circulos escolares de instrucção primaria
- 23-4 Decreto exonerando os membros da commissão technica permanente de exame de livros para o ensino primario e normal
- 23-4 Decreto approvando para o triennio corrente os livros de ensino primario constantes das relações juntas. (Erratas no DG 92)
- 24-4 Aviso acêrca da approvação de três livros de ensino primário
- 24-4 Portaria autorizando a Camara Municipal de Villa Real a dispender com a compra de instrumentos para a fanfarra do Asylo Escola o producto de um legado
- 25-4 Decreto (DG 94 de 29 de abril) harmonizando os vencimentos dos professores do lyceu de Nova Goa com os dos professores do de Macau
- 25-4 Aviso acêrca da approvação de quatro livros de instrucção primária
- 25-4 Decreto modificando a organização da 16.ª cadeira e de varios cursos do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 27-4 Portaria concedendo e regulando o abono de faltas dadas por alumnos dos lyceus entre os dias 4 e 20 do corrente mês
- 2-5 Decreto autorizando a mesa da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Porto, a reformar o instituto escolar a seu cargo, e approvando o quadro do pessoal do mesmo instituto
- 6-5 Aviso acêrca de livros approvados pela inspecção medica para as escolas primárias
- 6-5 Aviso acêrca da rejeição de um livro de ensino primario pela inspecção sanitaria

- 8-5 Aviso acêrca da approvaçãõ de um livro de ensino primario pela junta médica
- 8-5 Portaria regulando as condições em que os alumnos de instrucção secundaria podem transitar do ensino official para o ensino particular ou domestico
- 10-5 Decreto constituindo o conselho inspector de instrucção publica da provincia de Moçambique
- 18-5 Aviso acêrca da approvaçãõ pela junta médica de dois livros de ensino primário, e do parecer desfavorável da mesma junta com relação a um outro livro destinado ao mesmo ensino
- 22-5 Decreto determinando que os alumnos da Universidade de Coimbra, que não tenham perdido o anno á data de 8 de abril, possam fazer exames finaes das materias leccionadas, e permittindo cursos livres nas faculdades de medicina, mathematica e philosophia
- 23-5 Decreto approvando o regulamento e programmas de ensino primario portugûes, maratha e guzerathe no Estado da India (Erratas no DG 122)
- 23-5 Decreto approvando o regulamento da Escola de Artes e Officios da provincia de S. Thomé e Principe. (Erratas no DG 125)
- 24-5 Decreto autorizando exames finaes nas escolas de ensino superior dependentes do Ministerio do Reino, e permittindo cursos livres nas mesmas escolas
- 25-5 Aviso acêrca da approvaçãõ da inspecção sanitária de um livro de ensino primário
- 27-5 Aviso acêrca da approvaçãõ por parte da inspecção médica de dois livros de ensino primário
- 28-5 Decreto determinando que sejam admittidos a fazer exames das materias leccionadas os alumnos dos Institutos Industriaes e Commerciaes de Lisboa e Porto, e do Instituto de Agronomia e Veterinaria, que não tenham perdido o anno á data de 8 de abril ultimo
- 29-5 Decreto estabelecendo pensões a alumnos e professores portugueses no estrangeiro
- 29-5 Decreto modificando a legislação vigente sobre matriculas no curso superior de letras
- 29-5 Decreto autorizando a Governo a conceder á Sociedade de Instrucção e Beneficencia «A Voz do Operario» parte da cêrca da Casa de Correccão das Monicas, para construcção de um edificio destinado á sua sede
- 6-6 Decreto (DG 130 de 14 de junho) alterando o artigo 1.º do decreto de 12 setembro de 1906, relativo á repetição de cadeiras na Universidade de Coimbra
- 12-6 Decreto estabelecendo o regime a seguir relativamente aos compendios que devem ser adoptadas nas escolas primárias e normaes das provincias Ultramarinas
- 12-6 Portaria regulando as condições em que os alumnos internos da 2.ª, 4.ª e 6.ª classes dos lyceus podem requer como estranhos, respectivamente, exames da 1.ª 2.ª secções do curso geral e do curso complementar de letras ou de sciencias
- 14-6 Portaria resolvendo duvidas suscitadas sobre a competencia para a escolha dos livros que devem ser adoptados nas escolas centraes e normaes
- 15-6 Aviso acêrca da approvaçãõ pela inspecção médica de vários livros para o ensino primário
- 20-6 Portaria (DG 138 de 25 de junho) prorogando por seis meses a concessão dada ao jornal de instrucção agricola *O Lavrador*
- 20-6 Decreto (DG 139 de 26 de junho) dando provimento no recurso de Joaquim José da Trindade, contra as deliberações da Mesa da Misericordia do Porto que o exonerara de director do Instituto de Surdos Mudos, e lhe negara a gratificação correspondente ao tempo em que illegalmente o inhibiu do serviço
- 27-6 Decreto nomeando a commissão technica permanente de exame de livros para a instrucção primária e normal
- 27-6 Decreto determinando a criação successiva de carreiras de tiro nas principaes povoações do pais e o estabelecimento de cursos de instrucção militar nas escolas primarias e lyceus
- 3-7 Portaria mandando louvar um cidadão (becharel em medicina Julio Ernesto de Lima Duque) pelo donativo de dez inscrições de 100\$000 réis, feito ao liceu Nacional Central de Coimbra, para instituição de um premio
- 11-7 Decreto (DG 154 de 15 de julho) approvando o regulamento provisorio para o serviço das pensões a alumnos e professores, criadas pelo decreto n.º 1 de 29 de maio ultimo
- 12-7 Decreto (DG 181 de 16 de agosto) autorizando o Governo a contrahir um emprestimo destinado á aquisiçãõ de terreno e construcção de um edificio para o lyceu central de Lisboa, da 1.ª zona
- 12-7 Decreto determinando a criação successiva de carreiras de tiro nas principaes povoações do pais e o estabelecimento de cursos de instrucção militar nas escolas primarias e lyceus
- 24-7 Portaria (DG 164 de 26 de julho) determinando que na tabella designativa das repartições, autoridades e funcionarios, que podem expedir e receber correspondencia official pelo correio, seja incluida a Imprensa da Universidade de Coimbra
- 26-7 Decreto permittindo em determinadas condições que os alumnos de instrucção primaria possam fazer os exames do 1.º e 2.º grau na mesma epoca
- 27-7 Decreto (DG 168 de 31 de julho) determinando que, emquanto não forem modificadas as circunscrições escolares, e mediante certas condições, poderá o Governo autorizar que haja exames de instrucção primaria do 2.º grau nas cidades ou villas que sejam sedes de concelho de 1.ª ordem ou tenham população superior a 6:000 habitantes
- 3-8 Portaria mandando louvar um cidadão (Joaquim Afonso Ramos Junior) pelo donativo de dez inscrições de 100\$000 réis, feito ao liceu Nacional Central de Coimbra, para instituição de um premio
- 3-8 Decreto (DG 175 de 8 de agosto) estabelecendo o descanso semanal para todas as classes trabalhadoras, e tornando obrigatoria a sua concessão. (Erratas no DG 176)
- 9-8 Portaria approvando as instrucções a que devem obedecer as inspecções medicas dos concorrentes ás pensões de estudo nos paes estrangeiros

- 10-8 Portaria autorizando a Associação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres por Amor de Deus, do Porto, a adquirir por compra um predio urbano com seu quintal para estabelecimento de um instituto de educação e ensino de crianças
- 19-8 Decreto alterando os prazos fixados no regulamento do ensino primario da provincia de Angola para a organização da estatística annual da instrução primaria
- 19-8 Decreto reorganizando os serviços superiores da instrução publica
- 20-8 Portaria determinando que os alumnos repetentes do 1.º anno das escolas de ensino normal e os diplomados com o curso geral dos lyceus (1ª secção) que desejem frequentar aquellas escolas, assim o requeiram até 31 de agosto de cada anno
- 22-8 Portaria regulando o serviço dos exames singulares que os alumnos reprovados em qualquer disciplina da 3.º, 5.º ou 7.º classe dos lyceus teem o direito a fazer em outubro
- 26-8 Decreto permittindo o encerramento de matricula e a admissão a exames no actual anno lectivo nos estudantes da Universidade de Coimbra, cujas penas foram commutadas, e bem assim aos d'aquelle e dos demais estabelecimentos de ensino superior, dependentes do Ministerio do Reino, que não tiverem encerrado as suas matriculas na conformidade dos decretos de 22 e 24 de maio ultimo
- 26-8 Decreto commutando as penas impostas por accordão do conselho de decanos de 1 de abril ultimo a sete estudantes da Universidade de Coimbra
- 30-8 Decreto accetando a offerta, feita pela direcção da Caixa de Soccorros da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, de mobilia e casa para estabelecimento de duas escolas primarias no Entroncamento, e ordenando a criação das duas referidas escolas
- 7-9 Decreto determinando que as propinas na Academia Polytechnica do Porto sejam as estabelecidas para a Escola Polytechnica de Lisboa e abolindo as propinas de matricula para trabalhos práticos
- 7-9 Decreto approvando os livros de ensino secundário constantes da relação annexa a este decreto. (Erratas no DG 275)
- 7-9 Portaria approvando o horario das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1907-1908
- 9-9 Portaria nomeando uma commissão a fim de formular um projecto de reorganização de ensino elementar industrial e commercial
- 12-9 Portaria mandando louvar o Visconde de Salreu pela doação de um edificio destinado ás escolas primarias officiaes da freguesia de Salreu, concelho de Estarreja
- 14-9 Decreto approvando as instrucções regulamentares para as excursões dos alumnos do 5.º anno agronómico
- 14-9 Decreto (DG 207 de 16 de setembro) determinando a forma por que deve realizar-se o lançamento e arrecadação das percentagens com que as camaras municipaes teem de contribuir no anno de 1908 para as despesas da instrução primaria
- 16-9 Portaria (DG 210 de 19 de setembro) determinando a substituição das actuaes estampilhas do imposto do sêllo, contribuição industrial e de juros, justiça, leis sanitarias, propinas de matriculas e especialidades pharmaceuticas
- 19-9 Portaria permittindo a matricula na 1.ª classe dos lyceus aos alumnos que completem dez annos até 31 de dezembro do anno em que pretendam matricular-se
- 21-9 Decreto determinando que nas escolas praticas elementares de telegraphia de Lisboa e Porto haja uma segunda epoca de exames em outubro do corrente anno
- 30-9 Decreto não permittindo a matricula no primeiro anno das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario no anno lectivo de 1907-1908
- 30-9 Portaria remodelando os quadros privativos das escolas primarias da cidade de Lisboa
- 30-9 Decreto approvando o regulamento do Conselho Superior de Instrução Publica
- 30-9 Decreto permittindo aos alumnos dos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto poderem, fazer exame das disciplinas leccionadas no actual anno lectivo, quando não tenham perdido o anno por faltas até 2 de abril
- 30-9 Decreto determinando que nos concursos das escolas primarias não sejam admittidos, como candidatos, os individuos que, sendo professores officiaes, não tenham mais de um anno de bom e effectivo serviço e bem assim os individuos que exerçam funcções publicas de facto incompatíveis com o magisterio
- 9-10 Decreto concedendo á Associação Edificadora do sexo feminino da cidade de Angra do Heroismo uma parte do extincto convento de S. Gonçalo da mesma cidade
- 9-10 Decreto (DG 233 de 16 de outubro) alterando as disposições do artigo 4.º do decreto de 3 de outubro de 1902, que organizou o curso de habilitação para o ensino de mathematica, sciencias physico-chimicas e historico-naturaes e de desenho
- 9-10 Decreto (DG 233 de 16 de outubro) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios na secretaria do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 12-10 Portaria estabelecendo varias providencias tendentes a regular as licenças concedidas ás praças de pret do exercito, para estudos nos estabelecimentos de instrução do reino, tanto superior como secundaria e especial
- 14-10 Decreto alterando diversas disposições do decreto de 3 de agosto ultimo, que estabeleceu o descanso semanal obrigatorio (Errata no DG 235)
- 14-10 Portaria (DG 236 de 19 de outubro) mandando reabrir o seminario diocesano de Beja
- 15-10 Aviso declarando os livros escolhidos para o ensino da escola normal (sexo masculino) de Lisboa, no anno lectivo de 1907-1908
- 15-10 Ordem determinando as instrucções que devem ser observadas pelos pensionistas da 3.ª e 6.ª classes, que se destinam a estudos no estrangeiro por conta do Estado
- 17-10 Aviso declarando que continuam a ser adoptados na 3.ª classe do curso da escola normal (sexo masculino) de Coimbra no anno lectivo de 1907-1908 os livros constantes da lista junta
- 21-10 Decreto approvando o regulamento para a execução do titulo II do decreto de 19 de agosto ultimo que organizou os serviços da Direcção e Administração Geral da Instrução Publica, dependentes do Ministerio do Reino

- 22-10 Aviso declarando os livros escolhidos pelo conselho plenário das escolas normaes do Porto, para serem adoptado no triennio corrente
- 22-10 Portaria (DG 239 de 23 de outubro) nomeando uma comissão a fim de examinar a apreciar os projectos relativos á construcção do edificio destinado ao lyceu central da 1.ª zona escolar de Lisboa
- 23-10 Portaria autorizando a Pia Sociedade de S. Francisco de Salles a acceitar a doação de varias propriedades no concelho de Resende, para estabelecimento de uma escola agricola destinada á educação profissional e gratuita de crianças pobres e abandonadas do sexo masculino
- 28-10 Decreto (DG 247 de 2 de novembro) estabelecendo as bases da organização da secção portuguesa na exposição do Rio de Janeiro em 1908, e autorizando o Governo a custear as despesas da mesma secção
- 7-11 Portaria autorizando a Pia Sociedade de S. Francisco de Salles a acceitar a doação de varias propriedades no concelho de Resende, para estabelecimento de uma escola agricola destinada á educação profissional e gratuita de crianças pobres e abandonadas do sexo masculino
- 7-11 Portaria (DG 253 de 9 de novembro) approvando o horario das aulas do Instituto de Agronomia e Veterinaria para o anno lectivo de 1907-1908
- 7-11 Portaria (DG 256 de 13 de novembro) approvando o programma provisorio da 6.ª cadeira da Escola Colonial (Erratas no DG 260)
- 12-11 Aviso (DG 258 de 15 de novembro) declarando que por portaria de 11 do corrente mês foram autorizados os reitores dos lyceus a trocarem entre si telegrammas officiaes
- 12-11 Portaria (DG 259, de 16 de novembro) mancando louvar o Conde de Sucena por importantes beneficios prestados á instrucção primaria
- 14-11 Decreto (DG 266 de 25 de novembro) determinando a abertura de um credito especial para custeamento das despesas da secção portuguesa na Exposição do Rio de Janeiro em 1908
- 21-11 Decreto (DG 271 de 30 de novembro) approvando o regulamento da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro em 1908
- 28-11 Portaria mandando louvar o conde de Agrolongo pela doação de um terreno destinado a recreio dos alumnos das escolas primarias de S. Lourenço de Sande, cujos edificios foram mandados construir á sua custa
- 5-12 Decreto determinando que sejam considerados abandonados, e exonerados os respectivos professores, os logares do 4.º grupo do lyceu de Evora e do 2.º grupo do lyceu da Horta, para que haviam sido nomeados Joaquim da Silva Pereira e António Candido de Almeida Leitão
- 9-12 Portaria determinando que o artigo 246.º do regulamento dá instrucção primaria seja interpretado no sentido de que o vencimento mensal dos professores substitutos das escolas normaes nunca seja superior ao dos professores substituidos
- 9-12 Portaria mandando louvar um cidadão (António Ferreira Lopes) pelos importantes serviços prestados ás crianças das escolas primarias da villa de Povoia de Lanhoso
- 10-12 Portaria determinando que o artigo 246.º do regulamento dá instrucção primaria seja interpretado no sentido de que o vencimento mensal dos professores substitutos das escolas normaes nunca seja superior ao dos professores substituidos
- 10-12 Circular (DG 280 de 11 de dezembro) chamando a attenção dos reitores dos lyceus sobre á orientação seguida em alguns destes estabelecimentos no ensino da physica
- 17-12 Ordem dando instrucções sobre o formulário da correspondencia entre a Direcção Geral da Instrucção Primaria e as estações d'ella dependentes
- 19-12 Decreto mandando manter provisoriamente a organização e distribuição do pessoal do ensino de gymnastica nos lyceus, nos termos constantes do mesmo Decreto
- 19-12 Decreto determinando que continue sendo permittida a nomeação temporaria de professores para a regencia das turmas em que hajam de desdobrar-se os cursos das escolas industriaes, de desenho industrial, preparatórias e elementares de commercio
- 20-12 Portaria (DG 289 de 21 de dezembro) mandando aggregar varios individuos á comissão organizadora da secção portuguesa da exposição do Rio de Janeiro
- 23-12 Decreto autorizando o Governo a contrahir um emprestimo destinado á aquisição de terreno e construcção ou adaptação de edificios para o lyceu central da 3.ª zona escolar de Lisboa, para uma escola primaria e outra de ensino normal e para compra do respectivo mobiliario e mais material
- 24-12 Despacho approvando as instrucções sobre a organização dos processos de provimento temporário, provimento vitalicio, promoções de classe, permutas, aposentações ordinarias, extraordinarias, e ex officio dos professores de instrucção primaria
- 30-12 Portaria adoptando os livros escolhidos pelos conselhos de varios lyceus e constantes da relação junta, e determinando o tempo durante o qual devem ser adoptados os designados na relação que faz parte do decreto de 7 de setembro ultimo

1908

- 3-1 Portaria (DG 3 de 4 de janeiro) prorogando por seis meses a concessão dada pela portaria de 20 de junho ultimo para isenção da franquia ao jornal *O Lavrador*
- 4-1 Decreto (DG 18 de 24 de janeiro) determinando que continuem a ser abonados ao director e sub-director do Collegio Militar, enquanto não tiverem alojamento no edificio do mesmo Collegio, respectivamente, as quantias de réis 150\$000 e 100\$000 como subsidio para renda de casas

- 12-1 Decreto (DG 15 de 20 de janeiro) autorizando o abono de serviços extraordinários a um amanuense da Inspeção das Escolas Primárias da cidade de Lisboa
- 15-1 Portaria adoptando os livros escolhidos pelos conselhos de diversos lyceus e constantes da relação annexa
- 20-1 Portaria determinando que nos concursos para logares de professor das escolas de ensino normal somente são dispensados de dar provas os candidatos já admittidos por concurso no magisterio normal e que pertençam ao grupo a que concorrem
- 20-1 Decreto (DG 35 de 13 de fevereiro) approvando o quadro das professoras de ensino primario do collegio mantido pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição da freguesia de Santo Ildefonso, da cidade do Porto
- 20-1 Decreto criado nas provincias Ultramarinas em que existam organizadas escolas para as praças de preto fundo denominado «fundo das escolas»
- 15-2 Decreto recommendando aos inspectores de instrucção primaria a necessidade de por si, pelos sub-inspectores e professores seus subordinados, promoverem o desenvolvimento das caixas economicas escolares
- 21-2 Portaria mandando louvar o Conde de Arnoso pela doação feita á escola primaria official de Santa Maria de Arnoso de tres inscrições de 100\$000 réis cada uma para que os seus juros sejam applicados a premios aos alumnos da mesma escola
- 21-2 Portaria mandando louvar o cominenda-dor Joaquim Gil Pinheiro pelo donativo leito ás escolas primarias de Alcaide, sua terra natal, instituindo premios aos alumnos mais classificados nos exames e que tenham frequentado as mesmas escolas
- 18-3 Decreto (DG 66 de 23 de março) abrindo um credito especial de 95:500\$000 réis, destinado a despesas liquidadas e que houver a realizar no corrente anno economico com a aquisição de terreno e construcção de um edificio para o lyceu central da 1.ª zona escolar de Lisboa. (Erratas no DG 73)
- 26-3 Portaria louvando os membros da comissão de beneficencia escolar da freguesia da Sé Nova, da cidade de Coimbra (José Cipriano Roiz Dinis, Alfredo Augusto do Amaral, António da Cunha Vaz, Augusto Coutinho, José Victorino Baptista dos Santos e Manuel José Fernandes Costa), por valiosos serviços prestados às escolas primarias da mesma freguesia
- 13-4 Portaria determinando que no anno escolar de 1908-1909 sejam abertas á matricula as tres classes das escolas normaes para o magisterio primario
- 24-4 Portaria mandando adoptar os livros escolhidos pelos conselhos dos lyceus constantes da relação junta, e fixando a duração do tempo por que devem servir os approvados na relação publicada no Diario do Governo, n.º 275, de 5 de dezembro de 1907
- 24-4 Portaria regulando a execução da portaria de 12 de junho de 1907, que permite que os alumnos internos da 2.ª 4ª e 6.ª classe dos lyceus possam ser admittidos como estranhos, respectivamente, aos exames da 1.ª e 2.ª secção do curso geral ou do curso complementar de letras ou de ciencias
- 27-4 Portaria declarando que a verba consignada no capitulo V, artigo 77.º da tabella da distribuição da despesa ordinaria, do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria para o anno economico de 1907-1908, é tambem applicavel ao pagamento de subsidios a alumnos do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 30-4 Portaria determinando que de futuro sejam excluidos dos concursos das escolas primarias todos os candidatos que não apresentarem documento comprovativo de terem satisfeito as prescrições do recenseamento militar
- 1-5 Portaria nomeando uma comissão para especificar as condições didacticas a que deve ser subordinada a organização de um atlas escolar português, para o ensino da geographia nos lyceus
- 7-5 Portaria mandando louvar os directores da Caixa Economica, de Aveiro por donativos feitos ás escolas centraes d'aquella cidade
- 15-5 Portaria autorizando a Associação Beneficente e Educadora das Filhas do Sagrado Coração de Maria, da cidade de Ponta Delgada, a applicar uma certa quantia á compra ou construcção de uma casa propria para a escola a seu cargo
- 21-5 Decreto determinando a abertura de um credito especial para pagamento de despesas com diversas escolas de ensino primario no anno economico de 1907-1908
- 25-5 Portaria permittindo no corrente anno exames de admissão ás escolas de ensino normal, observadas determinadas condições
- 30-5 Decreto mandando reabrir as aulas da Escola Nacional de Agricultura e modificar o regulamento da mesma escola
- 30-5 Decreto (DG 124 de 3 de junho) autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por um amanuense da Direcção das Construcções Escolares
- 30-5 Decreto (DG 124 de 3 de junho) autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por varios empregados da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial, e da Secretaria do Conselho Superior de Instrucção Publica
- 12-6 Carta Regia concedendo a mercê de protecção do Sua Majestade El-Rei á Universidade de Coimbra
- 15-6 Portaria autorizando a Associação das Escolas de Jesus Maria José, do Porto, a adquirir uma casa para installação das suas escolas na freguesia de S. João da Foz do Douro
- 17-6 Portaria permittindo a admissão nas escolas de ensino normal aos candidatos que até 31 de dezembro de 1908 completem o minimo ou o máximo da idade estabelecida
- 23-6 Decreto autorizando a Misericórdia do Porto a equiparar o vencimento da professora do Instituto de Surdos Mudos Araujo Porto ao que vencem os professores, elevando-o de 150\$000 réis a 300\$000 réis annuaes
- 23-6 Decreto (DG 141 de 27 de junho) autorizando a Misericórdia do Porto a fixar o quadro do pessoal docente para ensino de musica no Recolhimento de Orfãos de Nossa Senhora da Esperança
- 23-6 Decreto autorizando a Misericórdia do Porto a criar e prover dois logares de professores no Recolhimento de Orfãos de Nossa Senhora da Esperança com os vencimentos annuaes de 90\$000 réis e 72\$000 réis
- 23-6 Decreto approvando e mandando pôr em execução o regulamento literário do Instituto Infante D. Afonso

- 25-6 Portaria encarregando o director da Escola Industrial Marquês de Pombal, de formular um projecto de organização do ensino profissional para as escolas de artes e officios do Collegio das Missões Ultramarinas
- 27-6 Decreto determinando a abertura de um credito especial para encargos da construcção de um edificio para o lyceu da 3ª zona escolar de Lisboa e pagamento de juros do dois empréstimos
- 2-7 Decreto (DG 147 de 6 de julho) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados por varios empregados da Inspeção das Escolas da cidade de Lisboa
- 2-7 Decreto (DG 147 de 6 de julho) autorizando o abono de serviços extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 15-7 Portaria mandando louvar D. Amélia Rosa de Jesus Formigal de Moraes, instituidora de uma escola primaria, particular na cidade do Vianna do Castello
- 15-7 Portaria mandando louvar Manuel Joaquim Moreira, doador de um edificio para uma escola no concelho de Arouca
- 15-7 Portaria fixando o numero de alumnos que no actual anno lectivo podem frequentar a 1.ª classe das escolas normaes e de habilitação para o magisterio
- 16-7 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados pelo bedel da faculdade de direito da Universidade de Coimbra
- 23-7 Decreto (DG 212 de 21 de setembro) autorizando o abono do serviços extraordinarios desempenhados por um amanuense da Direcção Geral de Instrucção Primaria (Erratas no DG 213)
- 30-7 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios na Repartição do Ensino Industrial e Commercial
- 30-7 Portaria (DG 171 de 3 de agosto) autorizando a matricula em determinados cursos no Real Conservatorio de Lisboa eom dispensa do exame de francês
- 6-8 Lei autorizando a impressão á custa do Estado, na Imprensa Nacional, das publicações da Liga Nacional de Instrucção e do boletim mensal da Associação das Escolas Moveis pelo methodo de João de Deus
- 13-8 Portaria autorizando a concessão de premios honoríficos aos alumnos das escolas normaes de Lisboa, Coimbra e Porto considerados mais distinctos nos exames finaes
- 18-8 Portaria autorizando a Misericordia de Coimbra a acceitar a cessão de um legado destinado á fundação de um asylo-escola para meninas orfãs na freguesia de S. Martinho do Bispo
- 27-8 Decreto (DG 193 de 29 do agosto) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 27-8 Decreto reorganizando varios serviços administrativos de instrucção primaria
- 28-8 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames que se hão de realizar em outubro nos lyceus do reino, e regulando o serviço dos mesmos exames
- 28-8 Decreto (DG 193 de 29 de agosto) abrindo um credito especial de 36:000\$000 réis para pagamento de despesas com a construcção do edificio do lyceu central da primeira zona escolar de Lisboa
- 3-9 Portaria mandando louvar a doadora de uma casa destinada a escola mista de Madail, no concelho de Oliveira de Azemeis
- 3-9 Decreto (DG 199 de 5 de setembro) autorizando o abono de serviços extraordinarios ao pessoal da Inspeção das Escolas da cidade de Lisboa
- 12-9 Lei (DG 206 de 14 de setembro) dispensando de distincção os alumnos do Conservatorio Real de Lisboa dos tres ultimos annos dos respectivos cursos para os elleitos da doutrina do artigo 44º da lei de 30 de junho de 1893
- 12-9 Circular (DG 206 de 14 de setembro) aclarando algumas disposições da carta de lei relativa aos exames de instrucção secundaria em outubro de 1908
- 12-9 Lei autorizando em outubro de 1908 uma epoca extraordinaria de exames de instrucção secundaria nos lyceus centraes
- 12-9 Lei (DG 207 de 15 de setembro) autorizando o Governo a mandar imprimir na Imprensa Nacional, á custa do Estado, o relatorio annual da Associação das Escolas Moveis pelo Methodo .João de Deus
- 17-9 Decreto determinando que, sejam extensivas ao Real Collegio Militar as disposições da lei de 12 do corrente mês, que concedeu no proximo mês de outubro uma segunda epoca de exames aos alumnos dos Lyceus
- 17-9 Portaria regulando a concessão de licenças aos serventes das escolas primarias
- 17-9 Portaria providenciando no sentido de evitar lacunas na instrucção dos requerimentos dos candidatos ao magisterio primário
- 17-9 Portaria limitando a seis meses o tempo que os professores de ensino primario podem permanecer na situação de inactividade
- 18-9 Decreto determinando que, sejam extensivas ao Real Collegio Militar as disposições da lei de 12 do corrente mês, que concedeu no proximo mês de outubro uma segunda epoca de exames aos alumnos dos Lyceus
- 18-9 Lei autorizando o Governo a conceder á Sociedade de Instrucção e Beneficencia «A Voz do Operario» determinada, porção de terreno para a construcção de edificio destinado á sua sede
- 18-9 Circular fixando as normas a que deve ser subordinada a escolha de professores para regencia interina nos lyceus, durante o proximo anno lectivo
- 20-9 Carta de Lei dá preferéncia, em concursos para lugares públicos, a candidatos com os Cursos da Escola Colonial ou da Faculdade de Direito
- 25-9 Circular fixando as normas a que deve ser subordinada a escolha de professores para regencia interina nos lyceus, durante o proximo anno lectivo
- 25-9 Circular fixando as normas a que deve ser subordinada a escolha de professores para regencia interina nos lyceus, durante o proximo anno lectivo

- 26-9 Portaria (DG 219 de 29 de setembro) determinando que na 1ª classe da escola normal do sexo feminino de Lisboa possam matricular-se mais sessenta alunas, e na de Viseu mais trinta alunos de um e de outro sexo
- 28-9 Portaria (DG 219 de 29 de setembro) nomeando os presidentes dos jurys dos exames que se hão de realizar em outubro nos lyceus do reino, e regulando o serviço dos mesmos exames
- 1-10 Decreto fixando em cento e noventa e cinco o numero de alumnos porcionistas do Real Collegio Militar
- 2-10 Portaria approvando e mandando pôr em execução o programma de ensino das escolas de alumnos marinheiros. (Erratas no DG 225)
- 8-10 Decreto (DG 229 de 10 de outubro) approvando o regulamento para a applicação das dotações dos estabelecimentos autonomos de instrucção superior
- 8-10 Decreto determinando que os alumnos que assim o requeiram possam ser admittidos a repetir os exames em que hajam sido reprovados, e que lhes falem para a conclusão dos cursos geraes das faculdades da Universidade ou de algum dos cursos de habilitação por matricula noutros cursos superiores
- 8-10 Circular fixando as normas a que deve ser subordinada a escolha de professores para regencia interina nos lyceus, durante o proximo anno lectivo
- 8-10 Decreto determinando que o legado de A. J. Gomes da Cunha destinado a institutos municipaes de instrucção e beneficencia do logar de Gondarem, freguesia de S. Nicolau, concelho de Cabeceiras de Basto, só possa ser applicado aos institutos que no referido logar estejam ou venham a ser instalados
- 10-10 Circular dando aos reitores dos lyceus instrucções sobre horarios das aulas
- 22-10 Decreto criando uma capellania-escola na aldeia de Tuém, do concelho de Peruem, Estado da India
- 29-10 Decreto (DG 249 de 3 de novembro) mandando abonar gratificações a dois empregados que procederam a uma syndicancia ao Lyceu da Guarda. (Erratas no DG 251)
- 31-10 Portaria mandando louvar o cidadão (Manuel Pereira Granja, vereador da Camara Municipal do concelho da Feira) pelos beneficios feitos á escola primaria de Lourosa, concelho da Feira
- 31-10 Portaria mandando louvar varios cidadãos (José António de Matos Raposo, António Maria de Carvalho e António Joaquim de Aguino) da freguesia de Vieiros, concelho de Pinhel, pelos serviços prestados á escola da, mesma freguesia
- 31-10 Portaria (DG 249 de 3 de novembro) mandando louvar a commissão de beneficencia e ensino da freguesia de Ovar pelos donativos feitos em favor de escolas officiaes
- 4-11 Portaria (DG 253 de 7 de novembro) definindo os casos em que deve cessar o abono de subsidio de renda de casas e do vencimento de residencia aos professores primarios e em que esse abono deve ser feito aos professores interinos
- 5-11 Decreto (DG 253 de 7 de novembro) determinando que um amanuense da Direcção Geral da Instrucção Primaria seja encarregado de serviços extraordinarios pertencentes á Secretaria do Conselho Superior de Instrucção Publica. (Erratas no DG 254)
- 19-11 Decreto regulando a nomeação de professores interinos para as escolas primarias
- 21-11 Portaria mandando louvar um cidadão (bacharel José Osorio Saraiva) pela doação de um terreno, e da quantia de 300\$000 réis, para a construcção de uma escola em Boaldeia, concelho de Viseu
- 21-11 Portaria mandando louvar o Conde de Sucena por diversos beneficios feitos a escolas de ensino primario
- 27-11 Circular indicando as regras a que deve obedecer a nomeação de serventes para as escolas primarias
- 28-11 Portaria louvando dois cidadãos (Manuel Nunes Sequeira e Joaquim Nunes Sequeira) da freguesia de Frossos, concelho de Albergaria-a-Velha, pela doação que fizeram de material de ensino para a escola da referida freguesia
- 7-12 Portaria (DG 280 de 10 de dezembro) mandando louvar o subdito britannico F. Joule, pela offerta de dois quadros á Academia do Bellas Artes de Lisboa. (Erratas no DG 281)
- 9-12 Portaria nomeando uma commissão (Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, inspector sanitario escolar, Miguel Ventura Terra, architecto fiscal da construcção clo lyceu cle Camões, e pelos tres reitores dos lyceus centraes de Lisboa, o mais antigo dos quaes servirá dc presidente. Paço) para dar parecer sobre typos de mobilia escolar a adoptar nos dois lyceus em construcção na cidade de Lisboa
- 11-12 Portaria determinando que aos alumnos de instrucção secundaria estranhos aos lyceus sejam conferidos os diplomas de distincção a que tenham direito
- 14-12 Portaria (DG 286 de 17 de dezembro) mandando louvar um cidadão (Fortunato da Fonseca Menezes) da Villa da Feira por donativos feito á escola do sexo feminino da mesma villa
- 14-12 Portaria mandando louvar um cidadão (António Augusto Paes) da freguesia de Trevões, concelho de Pesqueira, por donativos feitos á escola primaria da mesma freguesia
- 14-12 Portaria (DG 291 de 23 de dezembro) determinando que os cursos nocturnos instituídos em escolas em que houver professor ajudante sejam regidos pelos professores ajudantes sempre que os directores das mesmas escolas se excusem á referida regencia ou se ausentarem do serviço
- 15-12 Portaria estabelecendo a interpretação que deve ser dada a determinadas disposições do regulamento relativo a autonomia das escolas de instrucção superior
- 16-12 Portaria (DG 291 de 23 de dezembro) mandando louvar designados cidadãos (Conselheiro Alfredo Meneres, D. Joaquina Nogueira Pinto Meneres, Guilherme Joaquim Felgueiras, Alfredo Vieira Gomes e Constantino Pegado) pelos relevantes serviços prestados á escola mista de Carvalhaes, concelho de Mirandella
- 16-12 Portaria mandando louvar dois cidadãos (António Jorge de Oliveira e Hermenegildo das Neves e Sousa) por haverem dotado a escola primaria do logar de Albergaria dos Doze, concelho de Pombal, com mobiliario e casa para a escola e habitação do professor
- 31-12 Decreto (DG 3 de 5 de janeiro de 1909) annullando a demissão dada pela Camara Municipal de Villa do Conde ao seu secretario com o fundamento d'este empregado estar exercendo as funcções de professor interino do lyceu central do Porto, as quaes são incompatíveis com as de secretario municipal

- 31-12 Decreto (DG 5 de 8 de janeiro de 1909) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um escrevente do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 31-12 Decreto (DG 7 de 11 de janeiro de 1909) autorizando o abono por serviços extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 31-12 Decreto (DG 7 de 11 de janeiro de 1909) autorizando na 3ª Repartição da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial trabalhos extraordinarios para a formação do registo do pessoal dependente da mesma direcção
- 31-12 Decreto (DG 7 de 11 de janeiro de 1909) abrindo um credito especial para pagamento de despesas com construcções escolares liquidadas posteriormente a 1 de julho de 1907
- 31-12 Decreto (DG 7 de 11 de janeiro de 1909) autorizando trabalhos extraordinarios na Escola Industrial Affonso Domingues
- 31-12 Decreto (DG 9 de 13 de janeiro de 1909) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 31-12 Decreto (DG 10 de 14 de janeiro de 1909) determinando a abertura do um credito especial para pagamento das gratificações aos jurys dos exames de instrucção secundaria realizados em outubro do corrente anno
- 31-12 Decreto (DG 13 de 18 de janeiro de 1909) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados por um amanuense da secretaria da circunscrição escolar de Coimbra

1909

- 2-1 Portaria mandando louvar dois cidadãos do concelho de Oliveira de Azemeis (António Dias Garcia e Benjamim José de Araujo), por serviços prestados á instrucção primaria
- 5-1 Portaria resolvendo afirmativamente acêrca das duvidas suscitadas sobre se os professores interinos dos lyceus são obrigados a examinar em outubro os alumnos por elles ensinados no anno lectivo anterior
- 9-1 Portaria louvando o professor da escola primaria de Miragaia, Porto, pela instituição de um premio annual de 5\$000 réis destinado ao alumno da sua escola que tenha dado melhores provas de aproveitamento e applicação
- 12-1 Portaria (DG 9 de 13 de janeiro) nomeando uma commissão para elaborar um projecto de reorganização do Collegio das Missões Ultramarinas
- 12-1 Portaria mandando louvar um cidadão da freguesia de Tajazes (Bernardino José Alves), concelho de Villa do Conde, pela doação de casas, mobilia e material de ensino para a escola do sexo feminino da referida freguesia
- 13-1 Despacho mandando applicar a todos os professores e funcionarios dos serviços de ensino normal o primario as disposições da circular de 21 de fevereiro de 1908, sobre faltas
- 14-1 Decreto fixando o prazo da duração das approvações definitivas e provisórias de varios compêndios de ensino primario e approvando outros definitivamente
- 20-1 Portaria nomeando uma commissão para a escolha do local em que possa ser installada a escola de ensino agronomico superior
- 21-1 Decreto estabelecendo varias providencias com relação á falta de lentes em exercicio na faculdade de direito áa Universidade de Coimbra
- 27-1 Portaria determinando que os alumnos externos com o curso complementar de letras, que queiram matricular-se no de sciencias ou vice-versa, sejam dispensados dos exames das disciplinas communs dos dois cursos
- 4-2 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a executar com a liquidação e pagamento de despesas dos serviços de instrucção primaria
- 4-2 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral da Instrucção Primaria
- 8-2 Portaria mandando louvar o instituidor de dois premios pecuniarios destinados aos alumnos mais distinctos das cadeiras de economia politica da Escola Polytechnica e do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. (... D. Luisa de Almeida e Albuquerque, a qual, em homenagem á memoria de seu pae, o Conselheiro Luis do Almeida e Albuquerque, director e professor que foi da Escola Polytechnica de Lisboa e professor do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, e para recordação dos sessenta e dois annos durante os quaes elle exerceu o magistério...)
- 12-2 Portaria determinando que os conselhos escolares das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario elaborem os seus pareceres sobre as alterações a introduzir nos programmas de ensino normal vigentes
- 12-2 Portaria determinando que os conselhos escolares dos diferentes institutos de ensino official elaborem pareceres acêrca das alterações que entendam dever ser introduzidas nos programmas de ensino secundário vigentes
- 16-2 Portaria louvando um cidadão brasileiro pela doação que fez ao cofre da commissão de beneficencia escolar de Matozinhos, da quantia de 500 francos. (...coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, cidadão brasileiro, morador na cidade do Pará...)
- 24-2 Portaria nomeando uma commissão para examinar os trabalhos preparatorios relativos á construcção do edificio destinado ao lyceu da 3ª zona escolar de Lisboa. (...Conselheiro Achilles Alfredo da Silveira Machado, vogal do Conselho Superior da Instrucção Publica e capitão de engenharia, Conde de S. Lourenço, professor no Instituto Central de Hygiene e engenheiro sanitario, José Luis Monteiro, professor da cadeira de architectura na Escola de Bellas Artes, Adolfo Bernardino de Sena Marques da Cunha, professor do Lyceu Central da 3.ª zona escolar de Lisboa, e António Almeida Dias, inspector sanitario escolar, sob a presidencia do primeiro...)
- 2-3 Portaria regulando as condições em que podem ser concedidas transferencias de matricula de uns para outros lyceus, dentro das cidades de Lisboa e Porto
- 3-3 Portaria (DG 74 de 5 de abril) nomeando em substituição de outro vogal da commissão encarregada de proceder ao estudo e organização no Ultramar de escolas para pret. e promoção aos postos interiores das forças Ultramarinas
- 5-3 Portaria estabelecendo as normas a seguir nos processos de nomeação de professores provisórios dos lyceua

- 5-3 Portaria nomeando a comissão que ha de apreciar os trabalhos relativos a uma collecção modelo de material para o ensino de desenho nos lyceus, organizada pelo director da Escola Industrial Marquês de Pombal, e de propor a respectiva remuneração
- 12-3 Portaria autorizando a Irmandade da Misericórdia de Santa Maria, freguesia de S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso, a melhorar os ordenados do capellão e de dois professores da escola a seu cargo
- 24-3 Decreto estabelecendo varias disposições para regular a organização da estatistica do ensino particular de instrucção secundaria
- 29-3 Decreto approvando as instrucções regulamentares para as excursões dos alumnos do 3.º e 4.º anno dos cursos de agronomia, silvicultura e veterinaria, e do 5.º anno agronomico
- 31-3 Portaria cedendo ao Ministerio das Obras Publicas um terreno na cidade de Coimbra para a construcção da escola industrial Brotero
- 31-3 Portaria mandando louvar o cidadão António Henrtques Castanheira Junior pela offerta que fez, por subscrição publica de que foi iniciador, do mobiliario e mais utensilios para a escola primaria da freguesia de Paradella no concelho de Penacova
- 1-4 Portaria mandando louvar a comissão de beneficencia e ensino da freguesia de Capareiros, concelho de Vianna do Castello, Manuel Máximo da Silva Vianna, parocho, Padre Luis da Cunha Sotto Maior e Faria, proprietario e capitalista, Dr. Affonso Mauricio Vianna, medico e capitalista, e Joaquim José Barbosa, proprietario e capitalista, pelos donativos feitos ás escolas e alumnos da mesma freguesia
- 1-4 Portaria mandando louvar a comissão de festejos reaes de Villa Nova de Gaia pela distribuição, que fez, de cento e cincoenta fatos aos alumnos pobres das escolas d'aquella villa
- 16-4 Portaria mandando louvar uma comissão de senhoras (Sr.as D. Doroteia Pereira Júdice Pargana, presidente; D. Guilhermina Candida Marques Coelho, thesoureira; D. Laura da Conceição Almeida e Silva, secretaria; D. Amélia de Almeida Campos Pereira, D. Amélia da Conceição Almeida, D. Julia Augusta de Moura Rodrigues, D. Maria da Conceição Silveira e Cerqueira, D. Maria José Esteves Lamosa) denominada Comissão Protectora da Infancia, estabelecida na villa de Almada, por varios donativos feitos em beneficio de escolas primarias
- 16-4 Portaria mandando louvar um cidadão (Joaquim Henriques Tavares Bastos) por ter subsidiado com a quantia de 2:000\$000 réis a construcção de um edificio escolar em Castellões, concelho de Macieira de Cambra
- 16-4 Portaria mandando louvar um cidadão, Albano Gomes de Oliveira, natural de Aguada de Cima, concelho de Agueda, e residente no Rio de Janeiro, que doou ás escolas primarias de Aguada de Cima, concelho de Agueda, varios utensilios e material de ensino, e bem assim a quantia de 50\$000 réis para auxiliar a construcção de um edificio escolar
- 21-4 Portaria modificando o processo de licenças regias aos praticantes de pharmacia que, em determinadas condições, pretendem ser admittidos a exame
- 22-4 Circular aos reitores dos lyceus, contendo varias instrucções para o regular funcçionamento e disciplina das diversas classes de ensino dos mesmos lyceus
- 22-4 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados nas inspecções e subinspecções escolares
- 29-4 Decreto regulamentando os serviços das construcções escolares, a que se refere o artigo 85.º da lei de 9 de setembro de 1908. (Erratas no DG 100)
- 2-5 Portaria louvando o cidadão Joaquim Rodrigues da Costa, pela offerta que fez de duas casas para installação das escolas primarias do logar de Adães, no concelho de Chaves
- 2-5 Portaria providenciando no sentido de se evitar a deslocação de professores de instrucção secundaria official para quaesquer commissões estranhas á instrucção publica
- 6-5 Decreto determinando que se considere de comissão especial a situação dos officiaes da armada que sejam professores da Escola Colonial
- 7-5 Portaria (DG 102 de 10 de maio) mandando que a isenção de franquia estabelecida para a correspondencia official da Liga Nacional de Instrucção seja extensiva á correspondencia permutada com particulares
- 13-5 Portaria determinando que no ensino da leitura nas escolas centraes primarias, seja adoptado para a 2.ª classe o mesmo livro usado na 3.ª classe
- 19-5 Decreto (DG 111 de 21 de maio) encarrega o reitor e um professor do Lyceu Passos Manuel, Abel Fontoura da Costa, e o professor do 6.º grupo de disciplinas do mesmo lyceu, Frederico Betti, de Lisboa, de estudarem no estrangeiro os estabelecimentos mais notaveis de ensino secundario
- 19-5 Decreto mandando abonar a um professor do Lyceu de Faro, Ernesto de Campos Andrada, uma remuneração por serviço extraordinario na Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 19-5 Decreto sobre consulta do Supremo Tribunal resolvendo que não podem concorrer nem ser providos nos logares de facultativos municipaes senão os medicos habilitados pelas tres escolas do continente do reino
- 19-5 Decreto autorizando um abono por trabalhos extraordinarios a dois empregados dependentes da Direcção Geral da Instrucção Primaria
- 24-5 Portaria (DG 115 de 26 de maio) approvando o programma de concurso para a escolha de um pensionista que vá aperfeiçoar-se no estrangeiro em pintura historica
- 27-5 Decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo resolve que um amanuense de administração em exercicio, para concorrer ao logar de secretario da mesma administração, não precisa de juntar certificado de registo criminal nem certidão de exame de admissão aos lyceus
- 1-6 Portaria (DG 122 de 3 de junho) regulando o provimento do logar de secretario dos lyceus
- 1-6 Portaria louvando o benemerito cidadão Joaquim Capello Franco Frazão, da freguezia de Alcafozes, concelho de Idanha-a-Nova, por haver oferecido material de ensino para a escola masculina da sua freguesia

- 1-6 Portaria louvando o benemerito cidadão Joaquim Godinho da Silva pelos offerecimentos que tem feito á escola mista de Rendeira, concelho da Certã, de material de ensino, vestuario e livros ás crianças da mesma escola
- 1-6 Portaria (DG 125 de 7 de junho) determinando que sejam admittidos ao exame para matricula nas escolas de ensino normal e de habilitação para o magisterio primario os candidatos que completem 16 annos de idade até 31 de dezembro
- 1-6 Portaria louvando o benemerito cidadão Dr. Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa, residente no concelho de Oliveira do Hospital, por doar ao listado um importante talhão de terreno para edificação do um edificio escolar, em S. Paio de Gramaços
- 1-6 Portaria louvando o benemerito cidadão Joaquim Godinho da Silva pelos offerecimentos que tem feito á escola mista de Rendeira, concelho da Certã, de material de ensino, vestuario e livros ás crianças da mesma escola
- 1-6 Portaria louvando o benemerito cidadão Joaquim Capello Franco Frazão, da freguezia de Alcafozes, concelho de Idanha-a-Nova, por haver offerecido material de ensino para a escola masculina da sua freguesia
- 2-6 Decreto autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por varios empregados da Inspeção Escolar do Porto
- 3-6 Portaria permittindo que os candidatos a exame de admissão ás escolas de ensino normal possam fazer exame de 2.º grau de instrucção primaria antes do dia 20 de agosto
- 5-6 Portaria determinando que as transferencias da matricula entre lyceus só podem ser requeridas no prazo designado no artigo 30.º do decreto de 14 de agosto de agosto de 1895
- 15-6 Portaria encarregando um inspector sanitario escolar de ir a Bruxellas estudar a organização da assistencia infantil e frequentar o curso de pedagogia
- 17-6 Portaria fixando a idade de 16 a 36 annos para a admissão dos candidatos á frequencia do curso elementar de pilotagem em Macau
- 17-6 Decreto criando uma escada de instrucção primaria de 2.ª classe, na freguesia de Santa Catharina da Ilha de S. Tiago, provincia de Cabo Verde
- 17-6 Decreto (DG 137 de 23 de junho) regulando a forma de contar o tempo necessario para a concessão de licenças por diuturnidade de serviço, aos funcionarios publicos das provincias Ultramarinas
- 25-6 Portaria nomeando o presidente dos jurys dos exames de saida do curso geral e dos cursos complementares de instrucção secundaria
- 25-6 Portaria nomeando os jurys de exames de instrucção secundaria, requeridos pelos alumnos do periodo transitorio
- 25-6 Portaria determinando como supprir a falta de professores de instrucção superior para o exercicio das presidências dos exames
- 28-6 Decreto sobre Consulta do Supremo Tribunal resolvendo que a lei não permite que os alumnos da Escola Naval, reprovados no exame final, possam repetir esse exame na segunda epoca, e por isso se, por mero favor, o repetirem, embora tenham melhores classificações do que os que na primeira epoca ficaram approvados, não prejudicam á collocação d'estes
- 28-6 Decreto (DG 179 de 12 de agosto) determinando a abertura de um credito especial para despesas com construcções escolares
- 1-7 Portaria providenciando para que as permutas entre professores primários só sejam concedidas quando não prejudiquem os direitos adquiridos por professores-ajudantes
- 8-7 Portaria (DG 151 de 10 de julho) nomeando uma commissão para proceder ao estudo da uniformização do curso preparatorio de engenharia nas tres escolas onde esse, curso se professa
- 8-7 Decreto determinando que nos concursos para provimento de escolas primarias os alumnos complementares tenham preferencia sobre os alumnos diplomados com o curso elementar do regime actual
- 8-7 Portaria substituindo temporariamente um vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre typos de mobilia escolar a adoptar no lyceu de Camões o Passos Manuel
- 8-7 Decreto determinando que nos concursos para provimento de escolas primarias os alumnos complementares tenham preferencia sobre os alumnos diplomados com o curso elementar do regime actual
- 9-7 Decreto modificando a organização da escola municipal de ensino secundario da Villa de Ponte do Lima
- 9-7 Decreto contendo o novo programma das materias, sobre que devem incidir as provas dos concursos para sub-inspector de instrucção primaria
- 10-7 Portaria mandando louvar os doadores da casa, mobilia e material de ensino destinados a uma escola primaria a criar no logar do Vendas Novas, concelho da Feira
- 12-7 Portaria (DG 154 de 11 de julho) encarregando um lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa de ir ao estrangeiro em commissão scientifica
- 29-7 Decreto autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por um professor (Julio Maria Baptista) do Lyceu Camões
- 31-7 Portaria (DG 171 de 3 de agosto) determinando que um professor da Escola de Pharmacia de Lisboa seja incumbido de determinadas commissões de estudo no estrangeiro
- 31-7 Portaria (DG 172 de 4 de agosto) determinando que o reitor do Lyceu de Chaves (Joaquim Fernandes Ferreira) seja incumbido de uma commissão de estudo no estrangeiro
- 4-8 Portaria determinando que os artigos 186.º e 187.º do regulamento de instrucção primaria não comprehendem os alumnos pobres
- 5-8 Decreto (DG 178 de 11 de agosto) mandando organizar uma divisão naval de instrucção
- 5-8 Portaria determinando que os jurys dos exames de instrucção primaria do 2.º grau possam tambem ser presididos por professores das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primário

- 5-8 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios na Repartição do Ensino Industrial
- 5-8 Decreto (DG 179 de 12 de agosto) determinando a abertura de um credito especial para installações do edificio da Escola Medica de Lisboa
- 5-8 Decreto (DG 194 de 30 de agosto) autorizando o abono de trabalhos extraordinarios na Repartição do Ensino Industrial
- 10-8 Portaria mandando observar certas instrucções para harmonizar as disposições, sobre matriculas nas escolas normaes, contidas em differentes diplomas
- 14-8 Portaria (DG 182 de 16 de agosto) incumbindo um professor da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa de tomar parte officialmente no congresso de medicina de Budapesth
- 25-8 Portaria approvando as instrucções para a distribuição do serviço e respectivos horarios nos lyceus
- 25-8 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios na secretaria da Inspeção das Escolas da Cidade de Lisboa
- 25-8 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um amanuense em serviço na Inspeção de Donativos Escolares
- 25-8 Portaria approvando as instrucções para a distribuição do serviço e respectivos horarios nos lyceus
- 27-8 Portaria (DG 200 do 6 de setembro) determinando que nas secretarias dos lyceus de Lisboa, Coimbra e Porto, haja um registo especial das inspecções sanitarias feitas áquelles estabelecimentos
- 31-8 Portaria determinando que os alumnos da 2.^a, 4.^a ou 6.^a classe dos lyceus só possam ser admittidos, como estranhos, aos exames das classes immediatas nos lyceus onde frequentaram as anteriores
- 2-9 Decreto (DG 200 de 6 de setembro) autorizando a ida ao estrangeiro de um professor e de um preparador da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, a fim de tratarem da acquisição de material technologico para o novo edificio escolar
- 2-9 Decreto autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por um amanuense da Secretaria do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 8-9 Portaria determinando que seja permittida a matricula condicional nas escolas normaes aos candidatos que concluem em outubro o curso geral dos lyceus
- 8-9 Portaria fixando a interpretação do artigo 148 do regulamento de instrucção primaria de 19 de setembro de 1902
- 16-9 Decreto mandando reduzir a cinco o numero de professores effectivos da escola municipal secundaria de Ponte de Lima
- 23-9 Portaria mandando admittir como alumnos no Collegio das Missões Ultramarinas differentes candidatos approvados no concurso aberto no mês de junho
- 23-9 Decreto fixando o numero de alumnos pensionistas do Real Collegio Militar
- 23-9 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios, desempenhados por um empregado da extincta Direcção das Construcções Escolares
- 23-9 Decreto incumbindo um lente da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra de inspeccionar extraordinariamente o circulo escolar de Guimarães
- 25-9 Portaria nomeando os presidentes dos jurys dos exames de instrucção secundaria que vão realizar-se em outubro
- 27-9 Portaria (DG 219 de 28 de setembro) regulando a regencia interina nos lyceus
- 2-10 Decreto fixando a remuneração dos trabalhos desempenhados pelo architecto incumbido da elaboraçao do projecto do edificio destinado ao lyceu da 3.^a zona escolar de Lisboa e da inspeção technica e fiscalizaçao pratica da respectiva construcção
- 2-10 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios, desempenhados por um empregado da extincta Direcção das Construcções Escolares
- 13-10 Portaria (DG 244 de 2 de outubro) mandando considerar engenheiros alumnos dois candidatos approvados em concurso
- 26-10 Lei (DG 247 de 30 de outubro) mandando que ao actual demonstrador de machinas da Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha não sejam applicaveis as disposições do artigo 72.^o o do quadro 2.^o do plano de instrucção naval de 5 de junho de 1903
- 27-10 Lei (DG 217 de 30 de outubro) autorizando o Governo a conceder ao professor do curso de medicina sanitária de Coimbra a faculdade de ser auxiliado por tres professores de instrucção secundaria ou especial na regencia do mesmo curso
- 27-10 Lei concedendo subsidios aos lyceus da Povia de Varzim e de Ponte do Lima
- 27-10 Lei fixando o vencimento do naturalista adjunto para a cadeira de botanica e para o Jardim Botânico na Universidade de Coimbra
- 27-10 Lei equiparando ao curso dos lyceus, para os efeitos da matricula no primeiro anno da Escola Polytechnica, o diploma do curso de humanidades professado na Belgica por um subdito português
- 27-10 Decreto (DG 250 de 4 de novembro) autorizando o Real Senado da Camara de Macau a contrahir um emprestimo para reconstrucção do edificio da escola central do sexo masculino, a seu cargo
- 28-10 Portaria (DG 253 de 8 de novembro) regulando o serviço das inspecções ás sub-secções do ensino de musica, a cargo dos monitores
- 3-11 Decreto (DG 255 de 10 de novembro) mandando pôr em vigor nas estações officiaes do districto autónomo de Timor o systema metrico de pesos e medidas
- 5-11 Portaria determinando que seja approvado e mandado seguir nos lyceus e escolas municipaes secundarias do reino o «Manual de Gymnastica», de António Martins
- 5-11 Decreto (DG 254 de 9 de novembro) determinando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por um lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto e por um official da secretaria da mesma escola, na syndicancia realizada no Lyceu de D. Manuel II

- 13-11 Decreto aprovando definitivamente diferentes livros para o ensino de francês, inglês, geographia e mathematica nos lyceus e mais institutos de instrucção secundaria durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912
- 13-11 Portaria (DG 260 de 16 de novembro) aprovando provisoriamente para uso dos lyceus e mais institutos de instrucção secundaria durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912, diversos livros destinados ao ensino da lingua allemã e de filosofia
- 18-11 Decreto (DG 267 de 24 de novembro) mandando abonar determinadas remunerações aos membros da commissão incumbida de unificar o curso preparatório de engenharia nas tres escolas em que esse curso se professa
- 18-11 Decreto encarregando o sub-inspector do circulo escolar de Faro de exercer interinamente as funcções de chefe de secretaria da 2ª circunscricção escolar
- 19-11 Portaria aprovando a abertura de concurso para fornecimento de mobiliario destinado ao Lyceu de Camões
- 25-11 Portaria nomeando uma commissão para estudar as modificações a introduzir nos modelos officiaes dos mappas estatisticos do ensino secundário
- 25-11 Decreto determinando que seja extinto o 4.º grupo da escola municipal secundaria de Ponte do Lima
- 25-11 Decreto (DG 273 de 1 de dezembro) estabelecendo as condições em que deve ir estudar no estrangeiro o medico designado pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, em cumprimento do legado instituído por D. Rita de Assis de Sousa Vaz
- 25-11 Portaria (DG 273 de 1 de dezembro) nomeando uma commissão para estudar as modificações a introduzir nos modelos officiaes dos mappas estatisticos do ensino secundário
- 27-11 Aviso (DG 271 de 29 de novembro) termos em que os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministerio do Reino devem requerer a isenção dos direitos aduaneiros para os materiaes destinados aos respectivos estabelecimentos
- 2-12 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios, desempenhados por um empregado da extincta Direcção das Construcções Escolares
- 2-12 Decreto (DG 280 de 10 de dezembro) alterando o regulamento do ensino primario no Estado da India na parte relativa á idade escolar e ás taxas dos termos da matricula e dos exames
- 3-12 Portaria determinando que a isenção de franquia concedida á correspondência official da Associação, e respectivas commissões, das Escolas Moveis pelo methodo João de Deus diga tambem respeito ás correspondências dirigidas a particulares, quando nellas sejam observadas determinadas indicações
- 9-12 Portaria (DG 280 de 10 de dezembro) determinando que a obrigação imposta aos academicos de merito de prestar á Academia Real de Bellas Artes de Lisboa determinados serviços só possa ser cumprida com autorização do Governo, quando esses academicos exerçam quaesquer funcções publicas
- 9-12 Decreto determinando que ao ensino professado na Escola Industrial Fernando Caldeira, em Aveiro, sejam adicionadas determinadas disciplinas necessarias para o ensino de ceramiea
- 9-12 Portaria resolvendo as duvidas suscitadas acêrca de varias disposições do regulamento de instrucção primaria
- 9-12 Portaria regulando a distribuição da verba destinada ao expediente e limpezas das escolas primarias
- 9-12 Decreto determinando que ao ensino professado na Escola Industrial Fernando Caldeira, em Aveiro, sejam adicionadas determinadas disciplinas necessarias para o ensino de ceramiea
- 15-12 Portaria manda utilizar na construcção do edificio da escola industrial de Coimbra as construcções e terrenos occupados pela direcção das Obras Publicas daquelle districto
- 16-12 Decreto aprovando provisoriamente diversos livros destinados ao ensino secundário
- 16-12 Decreto incumbindo o sub-inspector do circulo escolar de Aveiro de proceder a uma syndicancia aos serviços do circulo escolar de Trancoso
- 16-12 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a um amannense da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 16-12 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios a dois amanuenses da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 16-12 Decreto autorizando o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados por dois amanuenses, um da Secretaria do Conselho Superior de Instrucção Publica e outro da Direcção Geral de Instrucção Primaria
- 16-12 Decreto tornando extensivo o direito á aposentação a um professor interino da extincta cadeira da lingua francesa da Villa de Mapuçá, no Estado da India
- 18-12 Portaria (DG 12 de 17 de janeiro de 1910) definindo as relações entre a Academia Real de Bellas Artes de Lisboa e a direcção do respectivo museu
- 21-12 Circular esclarecendo duvidas acêrca da substituição de qualquer reitor do lyceu
- 23-12 Circular esclarece duvidas acêrca dos alumnos que podem entrar na mesma turma
- 27-12 Portaria determinando que ob accordãos dos concelhos escolares dos lyceus em materia disciplinar sejam communicados a todos os lyceus em circular expedida pela Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 28-12 Portaria (DG 17 de 24 de janeiro de 1910) autorizando o Asylo-Escola António Feliciano Castilho a applicar dois legados á construcção de um edificio para a sua installação
- 29-12 Portaria determinando que os accordãos dos concelhos escolares dos lyceus em materia disciplinar sejam communicados a todos os lyceus em circular expedida pela Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 29-12 Portaria (DG 297 de 31 de dezembro) regulando o serviço dos exames do 2.º grau de instrucção primaria na cidade de Lisboa

- 30-12 Decreto modificando o regulamento geral do ensino primario na parte relativa ao apuramento final dos candidatos ao magisterio nas escolas normaes e de habilitação
- 30-12 Decreto determinando a abertura de um credito especial para pagamento de tres professores auxiliares do professor de medicina sanitaria da Universidade de Coimbra
- 30-12 Decreto determinando a abertura de um credito especial para pagamento de vencimentos ao naturalista adjunto para a cadeira de botanica e para o jardim botânico da Universidade de Coimbra
- 30-12 Decreto providenciando no sentido de resolver os conflictos que se levantarem entre as camaras municipaes e as autoridades escolares a respeito dos orçamentos para as despesas de instrucção primaria
- 30-12 Portaria isentando de franquia as correspondências expedidas e recebidas pela commissão parlamentar de inquerito ao ensino
- 30-12 Decreto determinando a abertura de um credito especial para pagamento do subsidio ao Lyceu da Povia de Varzim
- 31-12 Circular (DG 2 de 4 de janeiro de 1910) quanto a faltas dadas por alumnos militares

1910

- 4-1 Circular manda relevar as faltas dos alumnos por causa da interrupção de communicações, devida aos ultimos temporaes
- 4-1 Portaria (DG 4 de 7 de janeiro) determina que o chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral da instrucção Primaria substitua o respectivo director geral em todos os seus impedimentos
- 17-1 Aviso (DG 13 de 18 de janeiro) as autoridades administrativas devem proporcionar ao adjudicatario do deposito especial de livros impressos da Imprensa Nacional todas as facilidades para elle estabelecer depositos em todas as capitaes dos districtos do continente do reino e ilhas adjacentes
- 21-1 Portaria (DG 18 de 25 de janeiro) determina que seja nomeada pensionista do Estado no estrangeiro, na classe de piano, a concorrente que obteve a classificação de distincta no respectivo concurso
- 28-1 Portaria determina que possa ser adoptada nos lyceus para o ensino da geometria na 4ª classe a traducção francesa do livro italiano «Elementi di Geometria», de Faifofer, emquanto não estiver concluida traducção portuguesa do referido livro
- 3-2 Decreto autoriza o abono de serviços extraordinarios prestados por dois funcionarios, num processo disciplinar no Lyceu de Camões
- 3-2 Decreto incumbe o sub-inspector do circulo escolar de Santarem de proceder a uma syndicancia as escolas primarias do concelho de Obidos
- 10-2 Circular chama a attenção do Reitor da Universidade e dos directores dos outros estabelecimentos de ensino superior para as disposições relativas as faltas dos estudantes militares
- 11-2 Portaria (DG 33 de 14 de fevereiro) manda lavar os diplomas de approvação ás demissões do vice-reitor e perfeito do Seminario de Beja e ao respectivo provimento, e os de exoneração de dois professores do mesmo seminario e da nomeação dos respectivos substitutos
- 12-2 Portaria (DG 33 de 14 de fevereiro) fixa as regras a observar na nomeação e exoneração do pessoal administrativo e docente dos seminarios, e inserindo outras providencias no sentido de aperfeiçoar a organização desses estabelecimentos de ensino
- 12-2 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios nas inspecções e sub inspecções escolares
- 14-2 Portaria regula a forma por que devem ser satisfeitas as requisições de processos ou documentos existentes nos archivos dos estabelecimentos officiaes dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 24-2 Decreto altera o artigo 80º do regulamento de Instrucção Primaria de 19 de setembro de 1902
- 24-2 Decreto altera o artigo 379.º do regulamento de Instrucção Primaria de 19 de setembro de 1902
- 24-2 Decreto regula o abono aos professores de instrucção primaria do aumento de 25 por cento sobre os respectivos ordenados, estabelecidos na lei de 11 de junho de 1880
- 24-2 Decreto approva o regulamento da criação e funcionamento dos conselhos de professores das escolas primarias Centraes
- 25-2 Portaria estabelece varias providencias contra a falta de pontualidade ás classes por parte de alguns professores dos lyceus
- 26-2 Portaria esclarece varias duvidas levantadas acêrca da applicação de alguns artigos do regulamento da instrucção secundaria de 29 de agosto de 1905
- 26-2 Portaria determina que os paes ou as pessoas incumbidas da educação dos alumnos dos lyceus possam permanecer nestes estabelecimentos nos intervallos das aulas
- 26-2 Portaria determina que sejam observadas todas as disposições relativas ás sessões de classe dos lyceus
- 1-3 Portaria determina que seja obrigatorio o uso das selectas allemãs de A. Apell na 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes dos lyceus
- 2-3 Portaria nomeia uma commissão para elaborar um programma de educação-physica e escolar
- 2-3 Decreto extingue a escola de instrucção secundaria «Manuel António de Seixas», da villa de Moncorvo, e cria na mesma villa uma escola elementar de commercio, com igual denominação
- 2-3 Decreto (DG 49 de 4 de março) determina o abono de despesas extraordinarias resultantes de serviços publicos desempenhados pelos directores dos observatórios de Coimbra, Princesa D. Amélia e dos Açores
- 3-3 Circular indica as informações que devem acompanhar quaesquer propostas sobre nomeação de professores
- 10-3 Decreto approva o Regulamento da qualificação do serviço annual prestado pelos Inspectores, sub-inspectores e professores de Instrucção primaria
- 15-3 Portaria encarrega a directora do Lyceu Maria Pia de estudar no estrangeiro a organização e funcionamento das maternidades

- 15-3 Portaria (DG 59 de 16 de março) nomeia pensionista do Estudo no estrangeiro, na classe de pintura histórica, o candidato aprovado no respectivo concurso
- 17-3 Portaria determina que para a organização dos processos da criação de escolas primarias se cumpram as instruções constantes da mesma Portaria
- 28-3 Portaria (DG 67 de 29 de março) determina que a zona dos lyceus municipaes seja, para o effeito da admissão de alunos estrangeiros a exame, constituída pela area dos respectivos concelhos
- 28-3 Portaria determina que os alumnos externos dos lyceus de Lisboa e Porto possam ser admittidos a exemplo no lyceu do qualquer das zonas em que se dividam as referidas cidades
- 28-3 Portaria providencia para que os exames de determinadas Disciplinas, feitos nas escolas superiores por alumnos que se Destinam ao curso de pharmacia, sejam validos exclusivamente para este anno
- 30-3 Decreto autoriza o abono de uma gratificação a um professor que servirá de secretario ao director interino da Escola Normal para o sexo feminino de Lisboa encarregado de uma syndicancia á referida escola
- 30-3 Portaria (DG 70 de 1 de abril) encarrega um professor da Escola Medico-Cirurgica do Porto de visitar os hospitaes e sanatórios de França e Suissa, destinados ao tratamento de tuberculosos
- 30-3 Decreto (DG 98 de 6 de maio) autoriza o abono de uma gratificação a um professor que servirá de secretario ao director interino da Escola Normal para o sexo feminino de Lisboa encarregado de uma syndicancia á referida escola
- 31-3 Decreto autoriza o abono de uma gratificação ao funcionario da Secretaria do Conselho Superior de Instrução Publica que está exercendo o cargo de secretario do referido conselho
- 1-4 Decreto (DG 98 de 6 de maio) declara extincta a escola municipal secundaria de Cabeceiras de Basto
- 5-4 Portaria determina que na qualificação dos professores de instrução primaria sejam observadas as instruções Annexas á mesma Portaria
- 5-4 Portaria (DG 73 de 6 de abril) approva os programmas de concurso, appensos á mesma portaria, para a escolha de dois alumnos de escultura estatuaria e de pintura histórica e de um artista de qualquer das escolas de bellas artes do país que vão ao estrangeiro aperfeiçoar-se nas respectivas especialidades, como pensionistas subvencionados pelo legado Valmor
- 7-4 Regulamento para fiscalização das faltas e licenceamentos na Universidade
- 12-4 Portaria (DG 79 de 13 de abril) regulariza a responsabilidade das camaras municipaes pelas despesas relativas aos exames do 2.º grau, realizados a seu requerimento na sede dos respectivos concelhos
- 12-4 Portaria (DG 80 de 14 de abril) permite que no corrente anno possam concorrer ao exame de admissão nas escolas de ensino normal, os candidatos que se obriguem a apresentar certidão do exame do 2º grau, até 20 de agosto
- 12-4 Portaria declara que a responsabilidade assumida pelas corporações administrativas pelo fornecimento de mobília escolar não inclue o respeitante ao fornecimento de utensílios escolares
- 12-4 Portaria determina que as autoridades administrativas dos districtos prestem todo o auxilio para a fácil installação e regular funcionamento das commissões de beneficencia e ensino
- 12-4 Portaria providencia no sentido de facilitar as relações entre os sub-inspectores de instrução primaria e as camaras municipaes nos assuntos respeitantes á instrução
- 13-4 Portaria manda que sejam observadas pelos inspectores de instrução primaria determinadas instruções sobre o serviço da inspecção ás escolas
- 16-4 Decreto determina as condições em que aos alumnos dos lyceus podem ser concedidas dispensas de frequencia das aulas de gymnastica
- 16-4 Decreto (DG 84 do 19 de abril) modifica os vencimentos de alguns empregados do Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto
- 20-4 Portaria manda que sejam observadas pelos professores das escolas de ensino normal as instruções annexas á mesma portaria e destinadas a orientar as excursões pedagogicas nas referidas escolas
- 20-4 Portaria regula a forma por que nos processos de disciplina escolar devem ser inquiridas as testemunhas que residam fora das respectivas circunscrições
- 22-4 Decreto (DG 89 de 25 de abril) manda que sejam abonadas determinadas gratificações a differentes empregados da 2.ª Direcção das Obras Publicas do districto de Lisboa que procederam aos trabalhos de orçamento e outros relativos á aquisição da mobilia para o novo edificio do Lyceu de Passos Manuel
- 30-4 Decreto fixa o numero de testemunhas que os professores, sub-inspectores e inspectores de instrução primaria podem produzir nos processos disciplinares que lhes sejam instaurados
- 30-4 Decreto addita um novo paragrapho ao artigo 143º do regulamento da instrução primaria, para que os professores ajudantes nomeados para qualquer cadeira vaga fiquem considerados como providos definitivamente
- 30-4 Decreto autoriza o abono de uma gratificação a um professor que servirá de secretario ao director interino da Escola Normal para o sexo feminino de Lisboa encarregado de uma syndicancia á referida escola
- 30-4 Decreto (DG 96 de 3 de maio) determina que na classificação do aproveitamento e frequencia dos alumnos das escolas de ensino normal se adopte o sistema da notação por valores
- 30-4 Decreto nomeia o director interino da escola normal para o sexo feminino de Lisboa syndicante á mesma escola, e manda abonar-lhe uma gratificação por esse serviço extraordinário
- 7-5 Decreto (DG 101 de 10 de maio) autoriza a Camara Municipal de Vianna do Alemtejo a contrahir um emprestimo para construcção de uma escola e reparação de outra
- 11-5 Portaria determina que sejam devidamente guardados o material escolar adquirido e os rendimentos provenientes do legado de António Joaquim Gomes da Cunha, a fim de serem applicados á installação da escola industrial e agricola de Gondarem

- 12-5 Portaria determina que possam fazer exame de admissão ás escolas de ensino normal os candidatos que provem completar dezaseis annos de idade até 31 de dezembro de 1910
- 12-5 Portaria (DG 104 de 13 de maio) encarrega um lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa de estudar no estrangeiro a gynecologia
- 16-5 Portaria providencia para que a Escola Industrial e Agricola de Gondarem seja devidamente organiza la a fim de funcionar regularmente no proximo anno lectivo
- 17-5 Portaria fixa o numero de horas que os secretários dos lyceus devem diariamente permanecer nas respectivas secretarias
- 19-5 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios desempenhados por um empregado do Lyceu Camões
- 21-5 Portaria autoriza a administração do Asylo da Ajuda a applicar parte de um legado á construcção de uma aula de desenho e manufactura de flores artificiaes
- 25-5 Decreto aclara as disposições que regulam o funcionamento dos conselhos escolares dos lyceus
- 25-5 Portaria determina que os alumnos externos dos lyceus de Lisboa e Porto possam ser admittidos a exemplo no lyceu do qualquer das zonas em que se dividam as referidas cidades
- 25-5 Decreto concede á Irmadade de Nossa Senhora do Rosario e S Domingos de Gusmão, de Gaia, uma parte do extincto Convento de Corpus Christi para ampliação das suas escolas e estabelecimento de um hospital
- 25-5 Decreto (DG 118 de 31 de maio) manda abonar gratificações aos dois funcionarios encarregados da syndicancia ás escolas instituídas pelo legado de António Joaquim Gomes da Cunha, em Cabeceiras de Basto
- 30-5 Portaria approva o regulamento para a concessão do premio instituído por Julio Ernesto de Lima Duque e intitulado Premio Gualter de Lima Duque (para o Lyceu Central de Coimbra)
- 2-6 Portaria estabelece os modelos que devem ser adoptados nos lyceus para a organização dos horarios e distribuição de varios serviços
- 7-6 Portaria determina que as matriculas nos lyceus realizadas depois de 25 de setembro fiquem dependentes de licença especial
- 9-6 Decreto approva o regulamento para a criação e funcionamento dos conselhos de professores das escolas parochiaes
- 11-6 Portaria valida os exames de admissão á Escola Medico Cirurgica realizados por alguns alumnos da Academia Polytechnica do Porto
- 16-6 Portaria incumbe um professor da Escola de Pharmacia de Lisboa de estudar no estrangeiro os varios problemas de ensino pharmaceutico
- 16-6 Decreto acceta a offerta feita por um cidadão (João José Perdigão) para construir á sua custa um edificio destinado a duas escolas na villa de Azaruja
- 16-6 Decreto manda abonar uma remuneração ao architecto que elaborar o projecto para determinado mobiliario para a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- 16-6 Decreto (DG 136 de 23 de junho) autoriza o abono de trabalhos extraordinarios da secretaria da Escola Industrial Affonso Domingues
- 21-6 Portaria determina a substituição das tábuas de logaritmos de sete decimaes por outras de cinco decimaes, e indica os exercicios de calculo que devem ser passados aos alumnos
- 23-6 Decreto autoriza que sejam abonadas uma gratificação diaria e as despesas de transporte aos professores encarregados da syndicancia ao Lyceu do Funchal
- 23-6 Decreto (DG 140 de 30 de junho) fixa o prazo dentro do qual os individuos a que se refere o artigo 20.º da lei que reorganizou o ensino de pharmacia podem concluir o respectivo curso
- 23-6 Decreto manda abonar remuneração a um professor e seu secretario, que procederam a uma syndicancia
- 28-6 Portaria regulariza a forma como deve ser feito e pago o serviço de duplicação dos exames de saida do curso geral e dos cursos complementares
- 18-7 Decreto (DG 157 de 20 de julho) ordena que se mantenha uma gratificação por serviços extraordinarios ao chefe da 3ª Repartição da Direcção Geral de Instrucção Primaria
- 21-7 Portaria manda adoptar nos lyceus os livros constantes da relação annexa, e considera adoptados por tres annos os demais livros approvados provisoriamente ou sem designação de tempo
- 23-7 Portaria manda adoptar um novo modelo de caderno escolar dos lyceus
- 23-7 Portaria concede licença a um professor (general de divisão, director e lente da Escola Polytechnica de Lisboa, Conselheiro Adriano Augusto de Pina Vidal), para ir ao estrangeiro em commissão de serviço estudar o ensino da physica
- 23-7 Portaria estabelece as propinas que devem pagar os alumnos do Real Collegio Militar e do lyceu feminino Maria Pia, em certos casos
- 28-7 Portaria louva um cidadão (Fernando Augusto Soares) por ter criado duas escolas de instrucção primaria na villa de Buarcos
- 29-7 Portaria nomeia o representante do Governo no terceiro congresso internacional de hygiene escolar, em Paris
- 29-7 Portaria louva os fundadores da Liga Michaelense de Instrucção Primaria e os professores (Manuel Inácio da Arruda, e a todos os fundadores da Liga Michaelense de Instrucção Publica: Francisco Maria Supico, Alexandre de Medeiros Albuquerque, Alfredo Gonçalves, Dr. Dinis Moreira da Mota, Dr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia, Dr. Francisco de Mello, Manuel Leite Arruda, Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira, Dr. Guilherme Poças Falcão, José Maria Berquó de Aguiar, João Machado Raposo Amaral, Dr. Luis Botelho Mota, Dr. Luis Francisco Rebello Bicudo)óMendes Cabral, José Marques de Menezes e Almeida, António Augusto Tavares Ferreira, Alvaro da Cunha Pinto Seabra e Joaquim Augusto de Paiva Faria e bem assim ao sub-inspector do circulo escolar de Santarém, João Maria Lucio Serra) de uma cantina escolar, em Santarém, destinada a fornecer refeições aos alumnos das escolas officiaes

- 29-7 Portaria louva os fundadores (professora-regente Genoveva Olívia da Piedade Alves Fontes, professoras Luz Nunes da Cunha, Diana Augusta Pinheiro, Luisa Martins Pereira e Isilda Adelaide Afonso do Patrocínio) de uma caixa economica denominada Alexandre Herculano, na escola central do sexo feminino de Santa Cruz, em Coimbra
- 30-7 Decreto encarrega o reitor do Lyceu Passos Manuel de assistir aos congressos internacionaes de educação physica da juventude e de gymnastica pedagógica, militar, medica e esthetica, em Bruxellas
- 30-7 Decreto concede o direito de aposentação aos professores das escolas municipaes (no Ultramar, habilitados nos termos da lei de 17 de agosto de 1901)
- 1-8 Decreto (DG 178 de 13 de agosto) fixa a remuneração extraordinaria a abonar ao amanuense que interinamente exerceu as funcções de secretario da inspecção da 2.ª circunscricção escolar
- 4-8 Portaria (DG 171 de 5 de agosto) encarrega um medico de ir ao estrangeiro estudar a installação e desenvolvimento dos serviços de hygiene e therapeutica das doenças da boca e dentes dos alumnos das escolas
- 6-8 Decreto (DG 175 de 10 de agosto) aceita o legado instituído em testam ate pela Viscondessa de Valmor a favor da Academia de Bellas Artes de Lisboa
- 12-8 Portaria (DG 201 de 10 de setembro) fixa a gratificação a um lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria, que substitue o respectivo Director
- 18-8 Decreto (DG 184 de 22 de agosto) annulla o decreto de 16 de dezembro de 1909 que criou duas escolas na freguesia de S. Vicente da cidade da Guarda, e determina a criação de uma escola para o sexo feminino e de outra para o sexo masculino, na freguesia da Sé, da mesma cidade
- 18-8 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios na Direcção Geral de Instrucção Secundaria
- 18-8 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios na Direcção Geral de Instrucção Primaria
- 18-8 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios na Secretaria do Conselho do Instrucção Publica
- 18-8 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios a varios empregados da inspecção das escolas de Lisboa
- 4-9 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios na secretaria do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- 4-9 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios na Repartição do Ensino Industrial e Commercial
- 6-9 Decreto determina que os individuos com curso secundario completo dos Institutos Officiaes dos Estados Unidos da Brasil sejam admittidos á matricula em todos os estabelecimentos de instrucção superior de Portugal, sem dependencia de quaesquer exames
- 12-9 Portaria (DG 203 de 13 de setembro) manda dissolver a Associação do Collegio da Aldeia da Ponte, concelho do Sabugal
- 13-9 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios de varios empregados de contabilidade do instrucção primaria
- 13-9 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios a um amanuense da Direcção Geral de Instrucção Primaria
- 24-9 Decreto autoriza o abono de trabalhos extraordinarios a alguns empregados da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- 26-9 Portaria louvando a colonia portuguesa em Honolulu, especialmente por ter inicia os trabalhos para a reabertura de uma aula onde se ensine a lingua portuguesa e criado uma biblioteca destinada a repositório de obras nacionais
- 30-9 Portaria (DG 219 de 1 de outubro) encarrega um chefe de repartição de exercer interinamente o cargo de Director Geral de instrucção primaria

5 de outubro de 1910

Decretos

- DG 4 Decreto com força de lei manda que continuem a vigorar como leis da Republica Portuguesa as que expulsaram os jesuitas e ordenaram o encerramento de conventos e colégios, e declara sem vigor o decreto de 18 de abril de 1901
- DG 7 Decreto demittindo dos respectivos cargos os directores geraes da instrucção secundaria, superior e especial e da instrucção primaria, e provendo os mesmos cargos
- DG 8 Mandando exonerar das respectivas comissões os inspectores das três zonas escolares da cidade de Lisboa e nomeando um professor para o cargo de inspector do ensino primário da mesma cidade e encarregando-o de elaborar a reorganização dos serviços da secretaria da inspecção
- DG 11 Decreto com força de lei manda abonar uma remuneração ao encarregado de fiscalizar a installação de um frigorifico no edificio da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- DG 11 Decreto com força de lei extingue o logar de bibliotecario-mór do reino
- DG 11 Decreto com força de lei extingue a inspecção de sanidade escolar das circunscricções escolares e a inspecção médica das escolas de Lisboa
- DG 11 Decreto com força de lei declara abolidos provisoriamente os logares de reitor em todos os lyceus
- 15-10 Decreto nomeia uma commissão para formular um projecto para a instituição e organização da instrucção militar preparatoria nas escolas e mais instituições de educação
- DG 13 Decreto manda que haja segunda epoca de exames de pilotagem em novembro
- DG 16 Decreto faz algumas modificações ao artigo 19.º do regulamento da Academia de Bellas Artes de Lisboa
- DG 16 Decreto com força de lei prohibe a exposiçáo á venda e a venda de publicações pornographicas, ou com linguagem despejada ou provocadora
- DG 16 Decreto acaba com o ensino da doutrina christã nas escolas primarias e normaes primarias
- DG 16 Decreto determina varias previdencias, com relação ao Lyceu Central D. Manuel II, do Porto, por causa de actos de indisciplina que ali se teem dado

- DG 16 Decreto com força de lei proíbe o juramento do reitor e mais funcionarios e alumnos da Universidade (É para sempre abolido artigo 4.º do decreto n.º 4 de 24 de Setembro de 1901)
- DG 16 Decreto com força de lei annulla as matriculas do 1.º anno da faculdade de theologia da Universidade
- DG 16 Decreto com força de lei acaba com o ponto tomado aos alumnos da Universidade e declara livres todos os cursos
- DG 16 Decreto com força de lei declara facultativo o uso da capa e batina na Universidade e acaba com o foro academico
- DG 16 Decreto substitue a denominação do Lyceu D. Manuel II pela de Lyceu de Rodrigues de Freitas
- DG 17 Decreto com força de lei adopta providencias para a matricula na faculdade de Medicina e nas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto dos alumnos que apenas teem o curso geral dos lyceus, que ao abrigo fo artigo 6.º da eli de 19 de julho de 1902, seja para o futuro impedida
- DG 18 Decreto proroga até 30 de setembro de 1911 o prazo da adopção de diferentes livros nas escolas normaes e primarias
- DG 19 Decreto declara livres todos os cursos professados na Escola Polytechnica de Lisboa
- DG 19 Decreto approva os estatutos da Academia de Ciências de Portugal - tem os nomes dos membros fundadores (Tem vários aditamentos o primeiro está no DG 168 de 1912)
- DG 22 Provendo o lugar de director das escolas normaes de Lisboa e um lugar de professor interino na escola normal para o sexo feminino de Lisboa
- DG 22 Exonerando dos respectivos cargos os directores das escolas normaes (masculina e feminina) de Lisboa
- DG 22 Decreto de 29 de outubro, annullando o de 13 de julho de 1895, que concedeu provisoriamente ao bispo de Lamego o edificio e pertenças do Convento das Chagas, e fazendo concessão do mesmo edificio á Camara Municipal de Lamego para installação de escolas primarias
- DG 23 Decreto extingue o circulo escolar de Villa Nova de Gaia, incorporando os concelhos que o compunham no circulo escolar de Penafiel
- DG 25 Decreto com força de lei extingue a typographia da Academia das Sciencias, passando todo o seu pessoal e material para a Imprensa Nacional
- DG 25 Decreto com força de lei determina que as publicações subsidiadas da Academia das Sciencias de Lisboa passem a ser pagas por tarefas, e outras providencias a ellas relativas
- DG 25 Decreto nomeando uma comissão para estudar e propor ao Governo um plano geral de reorganização dos estudos
- DG 26 Decreto annulla a redacção do artigo 140. ° do decreto sobre ensino de pharmacia, publicado no Diario do Governo de 3 de março de 1903, e restabelece a redacção do mesmo artigo publicado no Diario do Governo de 11 de dezembro de 1902
- DG 27 Decreto exonerando das respectivas funções o presidente e vogaes da comissão technica do exame de livros de ensino primário e normal em função do pensamento do Governo da República em fazer decretar a reorganização do ensino primário
- DG 28 Decreto com força de lei estabelece cursos livres nas cadeiras de Curso Superior de Letras, exceptuando algumas, e regula os respectivos exames
- DG 28 Decreto com forza de lei estabelece cursos livres nas cadeiras da Academia Polytechnica do Porto, e regula os respectivos exames
- DG 28 Decreto de 5 de novembro supprimindo a comissão administrativa do Asylo D. Maria Pia, de Lisboa, e encarregando o respectivo director de elaborar um projecto de reorganização dos serviços d'aquelle estabelecimento
- DG 30 Decreto manda abonar a remuneração correspondente ao vencimento de amanuense a um escriptorio da extincta Direcção das Construcções Escolares
- DG 30 Decreto permite a transferencia de matricula de um para outro lyceu durante o anno lectivo
- DG 30 Nomeia uma comissão de cidadãos da freguesia de Valdigem, concelho e circulo escolar de Lamego (António Cardoso Ferreira Pontes, António Ferreira da Silva, Álvaro Augusto Barbosa de Moraes, João dos Santos e Manuel Ferreira da Silva)
- DG 31 Decreto manda transferir do fundo de instrucção primaria para a Caixa de Aposentações a quantia de 20:000\$000 réis
- DG 32 Decreto torna extensivo a determinados alumnos da Academia Polytechnica do Porto o beneficio concedido pelo n.º 1.º da portaria de 24 de outubro ultimo
- DG 33 Decreto approva para ser adoptada provisoriamente, nos lyceus e mais institutos de ensino secundário, a grammatica francesa de João de Barros e Henri Gorlier
- DG 34 Decreto com força de lei determina que o Instituto Bacteriologico Camara Pestana fique pedagogicamente anexo á Escola Medico Cirurgica de Lisboa
- DG 34 Alfredo Monteiro Soares de Oliveira é autorizado a aperfeiçoar-se em Paris, de conformidade com o que acha instituído para os pensionistas da 5.ª classe (decreto n.º 1 de 29 de maio de 1907 e regulamento aprovado por decreto de 11 de julho do mesmo anno)
- DG 36 Extinguindo a Escola Medico Cirurgica do Funchal
- DG 36 Decreto com força de lei declara livres todas as cadeiras professadas na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- DG 36 Decreto dispensa a apresentação da certidão de exame de francês para a matricula em quaesquer dos annos dos cursos professados no Conservatorio de Lisboa
- DG 36 Decreto, com força de lei supprimindo do quadro dos estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a cadeira de direito ecclesiastico, criando a de processo penal, pratica judicial, e alterando a denominação da 11.ª e 16.ª cadeiras
- DG 37 Decreto regula as transferencias de matricula entre os diferentes estabelecimentos de ensino superior
- DG 39 Decreto com força de lei determina que, em certas condições, os professores interinos de escolas primarias tenham preferencia nos concursos para o provimento de qualquer vaga

- DG 41 Decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca de um concurso aberto para o provimento de dois logares vagos no quadro docente da escola mista de habilitação para o magisterio primario de Nova Gôa
- DG 41 (R1 DG 43) Rectificação, por ter saído incorrecto, o Decreto sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca de um concurso aberto para o provimento de dois logares vagos no quadro docente da escola mista de habilitação para o magisterio primario de Nova Gôa
- DG 41 Decreto approva diferentes livros para o ensino primario e normal
- DG 42 Decreto extingue a escola profissional agricola de Faro, e rescinde o contrato que se tinha celebrado para o seu estabelecimento (pr não ter sido dado fiel cumprimento por parte do segundo autorgante, ao contrato de 3 de março de 1903, celebrado entre o Governo e o agrônomo e agricultor Alexandre de Sousa Figueiredo e Mello)
- DG 43 Decreto extingue a Repartição do Material Escolar de Lisboa
- DG 45 Decreto com força de lei fixa em 16 annos a idade minima para os individuos do sexo feminino poderem ser admittidos á matricula na Escola Nacional de Nova Gôa
- DG 45 Decreto com força de lei approva os programmas do ensino primario maratha no Estado da Índia
- DG 45 Decreto autoriza o abono de serviços extraordinarios prestados por um sub-inspector de instrucção primaria, como secretario da Inspecção da 2.ª Circunscção Escolar
- DG 45 (R1 DG 46) Nova publicação, rectificada, do artigo n.º 1, do decreto relativo ao ensino primário maratha, no Estado da Índia
- DG 46 Decreto nomeando um professor do Lyceu Alexandre Herculano, do Porto, para o cargo de director das escolas normaes da mesma cidade
- DG 46 Decreto exonerando do respectivo cargo o director interino da escola normal para o sexo masculino do Porto.
Revogado pelo DG 69
- DG 46 Decreto nomeando um professor do Lyceu de Castello Branco para syndicante das escolas normaes de Lisboa
- DG 48 Decreto com força de lei declara livres as cadeiras da Escola Colonial, menos as das linguas ambundo e landim
- DG 49 Nomeada uma comissão de beneficencia e ensino da freguesia da Varzea constituída pelos seguintes cidadãos: Dr. Julio Cesar Madeira Montez, Augusto de Oliveira Mendes, António Duarte do Carmo, Daniel de Matos Heitor e José de Castro Constancio
- DG 50 Decreto que fixa as remunerações a abonar ao funcionario incumbido da syndicancia ao Lyceu de Faro e ao respectivo secretario
- DG 50 (R1 DG 51) Por ter saído co inexactidão se republica o Decreto que fixa as remunerações a abonar ao funcionario incumbido da syndicancia ao Lyceu de Faro e ao respectivo secretario
- DG 51 Decreto manda que as cartas de doutor, de bacharel e outras sejam provisoriamente substituidas por certidão autentica passada pela Universidade
- DG 52 Decreto com força de lei autoriza a renovação do contrato de arrendamento do edificio do Largo do Carmo, em Lisboa, onde se acha actualmente installado o Lyceu Passos Manuel, para nelle ser estabelecido o Lyceu Maria Pia
- DG 55 Decreto autoriza o abono dos vencimentos de categoria, alem das despesas de transporte, e ajudas de custo ao syndicante aos actos do inspector da 2.ª circunscção escolar, e ao seu secretario
- DG 55 Decreto suprime o cargo de inspector e director das escolas Marques Guimarães, da cidade de Lisboa
- DG 55 Decreto com força de lei reduz a oito o numero de horas de lição semanal dos professores que desempenham as funções de reitor nos Lyceus Centraes
- DG 56 Decreto approva todos os livros para escolas primarias e ensino normal primario apresentados no concurso aberto em 14 de julho de 1909, sem prejuízo da proxima reforma da instrucção publica
- DG 57 Decreto com força de lei determina como devem ser instruidos os processos de provimento, promoção, permuta e aposentação dos professores de instrucção primaria, e equipara os vencimentos dos amanuenses das inspecções das tres circunscções escolares e das escolas da cidade de Lisboa aos amanuenses das secretarias do Estado **Rectificado pelo DG 60**
- DG 57 Decreto fixa a duração do anno escolar e a do anno lectivo nos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 59 Decreto suspende a execução do decreto que regula a qualificação do serviço annual dos inspectores, sub-inspectores e professores de instrucção primaria
- DG 59 Decreto regulando o exercicio da profissão medica em Portugal
- DG 59 Decreto com força de lei suprime a 1.ª secção do laboratorio de analyses clinicas do Hospital de S. José, na parte respeitante a autopsias, que ficarão a cargo da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
- DG 59 Decreto regula o exercicio da profissão medica em Portugal
- DG 59 Decreto nomeando uma comissão de syndicancia aos serviços pedagógicos e administrativos da Escola Medico-Cirurgica do Porto
- DG 59 Decreto ordenendo uma syndicancia a todos os serviços do Lyceu Nacional de Beja, e nomeando a respectiva comissão syndicante
- DG 60 Nova publicação, rectificada, do decreto, com força de lei, de 9 do corrente, que tornou gratuitas as certidões exigidas aos professores primarios nos processos de provimento, promoção ou aposentação
- DG 60 Decreto com força de lei separa as aulas do curso superior da agricultura das do curso de medicina veterinaria, passando aquellas para um estabelecimento especial que será edificado na Tapada da Ajuda
- DG 60 (R1 DG 61) Por ter saído com inexactidões novamente se publica o seguinte Decreto com força de lei separa as aulas do curso superior da agricultura das do curso de medicina veterinaria, passando aquellas para um estabelecimento especial que será edificado na Tapada da Ajuda

- DG 60 (R2 DG 62) Nova publicação do decreto relativo á separação das cadeiras do curso superior da agricultura das do curso de medicina veterinaria
- DG 60 Decreto com força de lei fixa em 900\$000 réis o vencimento dos secretarios das inspecções das circunscrições escolares primarias e da inspecção das escolas primarias da cidade de Lisboa, e insere outras disposições com relação ao pessoal das referidas inspecções
- DG 62 Decreto ordenando uma syndicancia a todos os serviços do Lyceu Nacional de Beja, e nomeando a respectiva comissão syndicante
- DG 63 Decreto manda que seja abonada uma gratificação mensal ao professor interino da cadeira de diplomatica do curso de bibliotecario-archivista
- DG 63 Decreto provendo interinamente o cargo de director do Instituto de Agronomia e Veterinária, emquanto se não realiza a separação dos respectivos cursos
- DG 67 Decreto com força de lei determina que o cargo de director da Escola de Medicina Tropical seja exercido pelo professor mais antigo e que do Conselho Administrativo do Hospital Colonial faça parte um professor da referida escola
- DG 67 (R1 DG 247 de 1911) Decreto de 14 de Outubro, declarando sem efeito a disposição do decreto de 21 de Dezembro de 1910 que mandava que um professor da Escola de Medicina Tropical fizesse parte do Conselho Administrativo do Hospital Colonial
- DG 69 Decreto declarando sem efeito o decreto de 25 de novembro que exonerava do respectivo cargo o director da Escola Normal do Porto
- DG 71 Decreto fixa a remuneração a abonar a um professor pelo exercicio das funções, que desempenhou, de secretario do sub-inspector primario do circulo escolar de Aveiro
- DG 74 Decreto designando os casos em que deve ser contado o serviço dos professores interinos de instrucção primária, para o efeito do seu provimento definitivo

Portarias

- DG 5 Portaria regula o serviço dos exames da 2.ª epoca, o das matriculas e a abertura das aulas nas escolas dependentes d'este Ministerio (do Interior)
- DG 12 Portaria proroga até 31 do corrente mês o prazo das matriculas em todos os estabelecimentos de ensino, dependentes da Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 12 Portaria regula a admissão aos lyceus dos alumnos que frequentam as aulas nos collegios da Companhia de Jesus (Mandando que os alumnos de ensino secundario que frequentaram no anno lectivo findo a 1.ª, 2.ª, 4.ª e 6.ª classes nos extinctos collegios da Companhia de Jesus, e queiram matricular-se em qualquer lyceu, no corrente anno, sejam admittidos ao exame de admissão ás classes respectivamente immediatas)
- DG 12 Portaria permittindo aos alumnos da Universidade a quem falte uma unica cadeira para concluir o curso que repitam o respectivo exame no corrente mês
- DG 16 Portaria permite aos alumnos da Academia Polytechnica do Porto, a que falte uma unica cadeira para acabar o curso, a repetição do exame no mês corrente
- DG 17 Portaria considera validos certos exames dos alumnos da faculdade de philosophia da Universidade e da Academia Polytechnica do Porto para a matricula na faculdade de medicina e nas Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto
- DG 23 Portaria manda louvar os centros republicanos, juntas de parochia, escolas republicanas e as agremiações democraticas pelos serviços que teem prestado á instrucção popular
- DG 23 Portaria manda conceder aos membros da Associação dos Estudantes de Medicina, de Lisboa, bilhetes de identidade que lhe darão direito á redução de 50 por cento dos preços de 2.ª classe nos Caminhos de Ferro do Estado
- DG 32 Portaria de 11 de novembro, determinando que as permutas entre os professores de instrucção primaria apenas sejam permittidas durante os meses de agosto e setembro
- DG 32 Portaria determinando que as permutas entre os professores de instrucção primaria apenas sejam permittidas durante os meses de agosto e setembro
- DG 38 Portaria permite o exercicio do ensino primario particular aos professores em certas condições, (pelo menos, o exame de instrucção primaria do 2.º grau, tenham exercido esse ensino, com boa qualificação, em escolas a cargo de instituições republicanas) que não estejam ao abrigo do disposto no artigo 103.º do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901
- DG 38 Portaria incumbindo uma comissão de estudar o local para uma escola pratica de artilharia naval no porto de Setúbal
- DG 46 Portaria louva um cidadão uruguayano (grande proprietario e capitalista D. Julio Pereira, neto de Gabriel Pereira, que foi Presidente da Republica Oriental do Uruguay, e era descendente de portugueses) pelo donativo de 200 libras para uma obra de beneficencia, ou, sendo possivel, para edificação de uma escola em uma villa do Ribatejo (já fora publicado antes)
- DG 47 Portaria nomeando uma comissão (constituída pelos bachareis José Ramos Preto, advogado; Gastão Randolpho Correia Mendes, professor do lyceu; Alfredo Alves da Mota, medico municipal, e os cidadãos Francisco Xavier Pereira, professor da escola de habilitação para o magistério primário, e Artur Mendes de Carvalho, veterinário) para estudarem o destino a dar aos livros e colecções de estudo do extincto Collegio de S. Fiel
- DG 50 Portaria louva um cidadão (Francisco de Almeida Grandella) pela doação de varios edificios escolares, situados em Bemfica, Tagarro e Foz do Arelho e respectivo mobiliario e material de ensino
- DG 52 Portaria louva uns cidadãos (José de Oliveira Lopes e Manuel José de Oliveira Lopes) pela doação que fizeram ao Estado de um edificio escolar, com o respectivo mobiliario e material de ensino, para installação das escolas da freguesia de Vallega, concelho de Ovar

- DG 52 (R1 DG 59) Nova publicação rectificada da portaria de louvor aos cidadãos José de Oliveira Lopes e Manuel José de Oliveira Lopes, inserta no Diário de 6 do corrente
- DG 53 Portaria louva um cidadão (José da Silva Vieitas, residente em Bruxellas), pela doação que fez ao Estado do mobiliario e material de ensino para as escolas dos dois sexos de Vianna do Castello (que enviou da Alemanha)
- DG 55 Portaria louva um cidadão (José Francisco Correia, Conde de Agrolongo) pela doação que fez ao Estado de um edificio escolar e respectivo mobiliário e material de ensino para a instalação da escola mista da freguesia de Oliveira, no concelho da Povoia de Lanhoso
- DG 56 Portaria louva o cidadão Augusto Cerveira de Mello, pela doação que fez ao Estado de casa e mobilia para a escola mista do lugar de Sarnadello, freguesia de Vacariça, e habitação da respectiva professora
- DG 63 Portaria determina que uma commissão composta do director e de dois lentes do Instituto Superior de Agronomia tome posse é proceda ao inventario da Tapada da Ajuda e suas pertenças
- DG 62 Portaria concedendo a reduçção de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe dos Caminhos de Ferro do Estado, por meio de bilhetes de identidade, aos membros da Associação do Curso Superior de Letras, de Lisboa, e aos da Associação Philantropica dos Alumnos da Escola Medico-Cirurgica do Porto
- DG 63 Portaria louva o cidadão Francisco de Almeida Grandella por ter offerecido um edificio escolar em Aveiras de Cima, proprio para instalação de duas escolas, uma para cada sexo
- DG 63 Portaria louva o cidadão Estevam de Oliveira, proprietario no concelho de Alcochete e residente em Lisboa, por ter mandado fazer á sua custa grandes reparos na escola de Alcochete
- DG 72 Portaria louva um cidadão e sua esposa (Fernando Augusto Soares e sua esposa a D. Trindade Penha Soares) pelo serviço que prestaram á instrucção popular, criando duas escolas primarias na povoação de Buarcos
- DG 63 Portaria determinando que uma commissão composta pelo director e dois lentes do Instituto Superior de Agronomia tome posse e proceda ao inventário da Tapada da Ajuda e suas pertenças
- DG 74 Portaria designa os casos em que deve ser contado o serviço dos professores interinos de instrucção primaria, para o effeito do seu provimento definitivo
- DG 74 Portaria louva um cidadão (José Joaquim Oliveira da Fonseca) pela doação que fez ao Estado de terreno para a construcção de uma escola na freguesia de Margaride
- DG 74 Portaria louvando a Sociedade Promotora de Asylos, Creches e Escolas de Lisboa, pelos serviços que tem prestado ao progresso do ensino em Portugal

Annuncio

- DG 17 Annuncio de concurso para provimento de uma vaga de professora na escola primária de Cacheu, provincia da Guiné
- DG 42 Annuncio de concursos para provimento de dois logares de lente substituto das cadeiras de mathematica para a Escola Polytechnica

Avisos

- DG 9 Aviso com as condições a que devem ser subordinadas as propostas para os professores provisórios dos lyceus, no concurso aberto em 22 de Setembro ultimo
- DG 9 Aviso acerca das condições de preferênciã a que devem ser subordinadas as propostas para professores provisórios dos lyceus
- DG 10 Acerca da abertura das aulas e do serviço de exames na Universidade de Coimbra
- DG 14 Aviso que a concessão feita aos alunos da Universidade para repetição do exame final em outubro não é extensiva aos que hajam obtido baixa classificação no exame feito na época especial
- DG 14 Aviso que a concessão feita aos alunos dos extinctos colégios da Companhia de Jesus se estende a todos os colégios pertencentes a congregações religiosas mandados fechar pelo decreto de 8 do corrente
- DG 16 Nova publicação, rectificada dos Avisos relativos a determinadas concessões aos alunos da Universidade e dos colégios das extintas congregações eligiosas
- DG 49 Aviso para matriculas no curso de agricultura colonial, do Instituto de Agronomia e Veterinária
- DG 57 Aviso de ter sido ordenada a suspensão temporária do provimento de lugares de professor das escolas industriaes e das provas dos cncursos abertos para preenchimento d'esses logares
- DG 60 Aviso de ter sido prorrogado por mais vinte dias o prazo de quarenta dias fixado pelo decreto de 21 de novembro findo, que aprovou diversos livros de ensino primário
- DG 72 Aviso a vários alumnos do Collegio de Campolide para reclamarem a entrega de roupas e mobílias que lhes pertencem e se encontram ainda no referido collegio

Catálogos

- DG 69 Catalogo da provincia portuguesa da Companhia de Jesus no principio do anno de 1910 com nomes de todos as casas da Companhia em Portugal e nomes dos professores e alumnos

Circulares

- DG 20 Circular chamando a atencção dos reitores dos lyceus para as disposições que estabelecem o uso obrigatorio do caderno escolar para todos os alunos dos institutos officiais de ensino secundário

Convites

- DG 25 Convite aos autores dos livros de história de Portugal, apresentados a concurso com destino ás escolas primárias, para actualizarem os seus compêndios, fazendo nelles menção especial aos últimos acontecimentos políticos

Declarações

- DG 66 Declaração de terem sido aprovados pela Inspeção Hygienica os fascículos e pautas do methodo de escrita Carlos Silva, com excepção dos exemplares impressos a côr vêrmeilha
- DG 73 Declaração de que na sindicância requerida pelo ex-reitor do Lyceu Central de Camões á sua administração naquele estabelecimento, nada se averiguou em desabono do referido funcionario

Despachos

- DG 20 Despachos criando diversos cursos noturnos em diferentes escolas primárias e convertendo em mista, uma escola para o sexo feminino
- DG 39 Despachos encarregando uma comissão de examinar as colleções scientificas e a biblioteca existente no Collegio de Campolide, classificando o que encontrar digno de aproveitamento e propondo ao Ministério da Justiça o destino a dar a esses objectos e livros, como entenderem mais útil ao progresso da sciencia (tem entre outros os seguintes nomes: Adolfo Senna – do Lyceu da Lapa; António Aurelio da Costa Ferreira e António Machado – do Lyceu Camões; Almeida Lima, António Xavier Pereira Coutinho e Baltazar Osório - da Escola Polytechnica e Alfredo Vidal – do Lyceu Passos Manuel)
- DG 41 Despacho agregando mais dois elementos à comissão de exame dos livros scientificos do Collegio de Campolide (um do colégio militar)
- DG 65 Despacho annullando o concurso aberto do Diário de 28 de agosto de 1909, para escolha e adopção de livros de ensino normal
- DG 60 Despacho dissolvendo e louvando a comissão incumbida de estudar o local e condições em que deve ser estabelecida a Escola Prática de Artilharia Naval, no porto de Setúbal
- DG 65 Despacho annullando o concurso aberto no DG de 28 de agosto de 1909, para a escolha e adopção de livros de ensino normal

Erratas

- DG 7 Errata á relação os livros adoptados no Lyceu de Aveiro durante o triennio de 1909-1910 a 1911-1912

Notas

- DG 55 Nota de aprovação de três livros para o ensino primário
- DG 60 Nota de varias obras para ensino primário e normal aprovadas pela Inspeção Hygienica
- DG 72 Nota da substituição de membros da comissão de beneficência e ensino da freguesia da Ajuda, da cidade de Lisboa pelos cidadãos António Moraes dos Santos, Francisco José Dias, José António Jorge Pinto, José dos Santos e Manuel da Silva Torrado
- DG 74 Nota de livros do ensino primário aprovados pela inspeção hygienica

Prevenções

- DG 22 Prevenção aos institutos e mais serviços de ensino dependentes do Ministério do Interior, acerca dos pedidos de isenção de direitos aduaneiros para importação de material escolar requisitado do estrangeiro pelos referidos institutos

Relação

- DG 41 Relação dos indivíduos habilitados com o curso do magistério secundário de mathematica, sciencias physico-chimica e histórico-naturaes, que não estão colocados como professores effectivos, nos lyceus

Relatórios

- DG 20 Relatório da comissão de exame de livros de ensino primário, contendo pareceres sobre diferentes obras destinadas à 4.ª classe e ao ensino de desenho, calligraphia, agricultura e moral e doutrina

1911

Arquivo Histórico da Secretaria da Assembleia Nacional Constituinte

- Autorizando o governo a mandar proceder a um inquérito a todas as misericórdias, irmandades, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras e colegiadas.
- Criando uma contribuição denominada contribuição de cultos, com a qual concorreram as despesas públicas, locais de instrução, assistência e beneficência, os atuais ministros da religião católica, pensionários, ou usufrutários de catedrais, igrejas, seminários, paços episcopais e presbiterios e de títulos que nessa qualidade lhe estejam averbados, fóros, censos, pensões e rendas.
- Dissolvendo e extinguindo em todo o território da república as juntas de paróquia e determinando que em cada unidade administrativa, freguesia ou paróquia seja eleita uma comissão civica destinada a zelar pela ordem e progresso local, a promover o ensino, a assistência e a beneficência nas paróquias, onde cessarão os inventários orfanologicos de valor igual ou inferior a 600.000 reis.
- Determinando que nenhum funcionario público possa, em regra exercer mais que um emprego ou função remunerada, ou não, do estado, corporações administrativas, companhias, sociedades ou empresas industriais ou comerciais subsidiadas ou com contratos com o estado, ou corporações administrativas, e que uma lei especial regule quanto a incompatibilidades e ineligibilidade para cargos de eleição que, quando remunerados, não serão exercidos conjuntamente com quaisquer outras funções.

- Determinando que o opusculo intitulado Nova Hora e os Fusos Horários, para elucidação da nova hora, estabelecida por decreto de junho ultimo, seja distribuido por designados estabelecimentos e que os restantes se ponham à venda ao preço de 50 reis cada um; e que em todos os dias da semana, com exceção dos sábados e domingos, das 11 às 12, sejam ministrados os esclarecimentos, a quem o deseje, na Escola Naval.
- Regulando quanto aos vencimentos dos diversos funcionários do estado, proibindo as acumulações de serviços e designado as permitidas.
- Resolvendo que o governo insira em todos os seus orçamentos gerais e anuais da provincia de S. Tomé a verba de 150.000\$000 reis, destinada ao saneamento e aformoseamento da cidade de S. Tomé e da vila do Principe, ao começo de um cais acostável e à construção de novos edificios para instalação de tribunais, repartições, escolas e mercados.
- Facultando a todos os alunos dos seminários das dioceses de Portugal o poderem matricular-se nas escolas de habilitação ao magistério primário no 2º e no 3º ano do respectivo curso.
- Isentando do pagamento de direitos alfandegários todo o material pedagógico vindo do estrangeiro para uso das escolas particulares e de ensino gratuito.
- Autorizando as Câmaras municipais, a fundarem ou transformarem as suas escolas primárias, tanto do sexo masculino, como do sexo feminino, em escolas primárias agrícolas; e estatuinto quanto ao provimento e funcionamento de tais escolas.
- Permitindo a criação e funcionamento, sob designadas bases, de colégios normais, para educação de meninas na sede de concelhos do continente e ilhas que não sejam capitais de distrito.

Assembleia Nacional Constituinte

- DG 163 Projecto de lei sobre a extinção da Universidade de Coimbra
- DG 169 Projecto de lei para a criação no Alemtejo de uma escola profissional móvel de olivicultura e electrotechnica
- DG 174 Projecto de lei para concessão de certas vantagens aos indivíduos habilitados com qualquer dos exames do curso de pilotagem
- DG 185 Projecto de lei para abolição das touradas
- DG 186 Projecto de lei sobre isenção de direitos do material pedagógico importado para as escolas particulares
- DG 186 Projecto de lei sobre matriculas de ex-seminaristas
- DG 192 Projecto de lei para a reorganização do ensino comercial, que será ministrado em três designados grupos de escolas
- DG 195 Projecto de lei para a aplicação do convento e annexos da cerca das Necessidades á instalação da Escola Normal de Lisboa
- DG 195 Projecto de lei para a transformação de escolas municipais em escolas primárias agrícolas
- DG 197 Projecto de lei sobre a criação de collegios normais
- DG 199 Projecto de lei para a elevação do Lyceu da Guarda á categoria de Lyceu Nacional Central
- DG 208 Projecto de lei para a criação de um lyceu nacional na cidade da Covilhã
- DG 209 Projecto de lei sobre concessão de subsídios a estudantes pobres
- DG 209 Projecto de lei para a organização do ensino de electricidade e de radio-telegraphia na Escola Auxiliar da Marinha
- DG 211 Projecto de lei sobre provimento de logares de lentes da Escola Naval
- DG 274 Projecto de lei para a concessão de uma segunda época de exames na Escola Auxiliar da Marinha
- DG 276 Projecto de lei sobre a concessão do bronze destinado à estátua do Conde de Ferreira e respectiva fundição
- DG 292 Projecto de lei sobre administração e dotação escolar
- DG 296 Projecto de lei sobre pagamento aos professores do Liceu de Guimarães
- DG 297 Projecto de lei sobre a concessão dum subsidio à Academia das Sciências
- DG 297 Projecto de lei sobre a criação duma escola prática de agricultura em Viana do Castelo
- DG 298 Projecto de Lei para a reforma do Conservatório de Lisboa
- DG 301 Projecto de lei sobre a situação dos professores do 7.º grupo dos liceus
- DG 302 Projecto de lei para a construção dum edificio destinado ao Liceu de Alexandre Herculano, no Porto
- DG 303 Projecto de lei para o estabelecimento em Lisboa duma escola de marinha mercante em substituição da Escola Auxiliar da Marinha
- DG 303 Projecto de lei para o Liceu de Braga ser equiparado aos de Lisboa, Pôrto e Coimbra

Leis

- DG 74 Lei tendo em vista a reorganização da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Sarmiento com o urgente propósito de se reabrir
- DG 304 Lei de 29 de Dezembro, extinguindo a Escola Municipal Secundária de Ponte do Lima

Decretos

- DG 1 Decreto confirmando a nomeação do syndicante aos serviços do circulo escolar de Trancoso e fixando a remuneração que lhe deve ser abonada
- DG 3 Decreto de 4 de janeiro, restabelecendo a subvenção que havia sido concedida a um pensionista do Estado em Paris, para proceder a estudos especiaes naquella cidade (Lucio Alberto Pinheiro dos Santos)
- DG 3 Decreto de 4 de janeiro, mandando abonar uma subvenção pensionista do Estado em Paris para proceder a estudos especiaes naquella cidade (António dos Santos Pinto Teixeira)
- DG 3 Decreto de 4 de janeiro, mandando abonar uma subvenção pensionista do Estado em Paris para proceder a estudos especiaes naquella cidade (Joaquim Augusto Pinto da Lima)

- DG 4 Decreto com força de lei de 5 de janeiro, provendo o cargo de professor da cadeira de historia universal antiga, medieval e moderna, no Curso Superior de Letras
- DG 6 Decreto determinando que as professoras do instrucção primaria sejam dispensadas do serviço durante o ultimo periodo de gravidez e em seguida ao parto, sem perda de seus vencimentos
- DG 6 Decreto simplificando a forma dos processos de provimento dos professores de instrucção primaria
- DG 6 Decreto exonerando de respectivo cargo o professor de canto das escolas primárias de Lisboa
- DG 7 Decreto com força de lei de 9 de janeiro, regulamentando o descanso semanal
- DG 15 Fixando as remunerações a abonar ao syndicante das escolas normaes de Lisboa e ao respectivo secretario
- DG 15 Mandando suspender os exames para dentistas até a reorganização do respectivo curso
- DG 18 Extinguindo o culto religioso na capella da Universidade de Coimbra e criando um museu de arte no edificio da mesma capella
- DG 18 Supprimindo o exame de licenciatura na Universidade e o de conclusões magnas, e estabelecendo as provas a que fica sujeito o exame para se obter o grau de doutor
- DG 18 Tornando obrigatoria a aposentação de todos os professores dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministerio do Interior, quando completem setenta annos de idade
- DG 22 Decreto com força de lei de 25 de janeiro, concedendo ao Collegio dos Orfãos de S. Caetano, em Braga, um subsidio annual de 300\$000 réis, para naquelle estabelecimento ser instituido um curso de agricultura pratica
- DG 23 Decreto com força de lei de 17 de janeiro, encarregando um lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria de exercer provisoriamente o cargo de naturalista-assistente da secção dos parasitas vegetaes do Laboratorio de Nosologia Vegetal
- DG 23 Regulamento Geral da Academia das sciencias de Portugal
- DG 23 (R1 DG 28) Rectificação ao Regulamento Geral da Academia das sciencias de Portugal
- DG 26 Concedendo licença para a transferencia de local e mudança de nome de um collegio (Colegio S. Miguel, sito na Rua Maria Andrade n.º 49 para a Avenida do Almirante Reis, n.º 45 e que o título seja modificado para Escola Anglo-Franco-Portuguesa)
- DG 26 Encarregando tres amanuenses da Direcção Geral da Instrucção Primaria de concluir, fora das horas de serviço, a organização do novo cadastro dos professores de instrucção primaria de differentes districtos
- DG 27 Tornando extensiva aos estabelecimentos de beneficencia que tenham casa propria a isenção da contribuição predial decretada para os institutos de beneficencia estabelecidos em propriedades do Estado, e isentando uns e outros do pagamento da contribuição de renda de casas
- DG 32 Decreto com força de lei de 8 de fevereiro, mandando que o provimento das escolas de ensino primario português nas colonias seja feito por concurso documental
- DG 34 Decreto suspendendo o pessoal docente e menor do Lyceu de Faro e nomeando outros
- DG 34 (R1 DG 12 de 1912) É levantada a suspensão de um dos elementos afastados
- DG 37 Autorizando a Associação do Asylo-Escola António Feliciano de Castilho a contrahir um emprestimo para a conclusão do edificio destinado ao referido Asylo
- DG 37 (R1 DG 40) Rectificação ao decreto referente ao Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. O nome correcto é Associação Promotora do Ensino dos Cegos Asylo Escola «António Feliciano de Castilho»
- DG 43 Fixando a gratificação e mais despesas a abonar aos dois professores encarregados de procederem á syndancia aos actos da administração do Hospital das Caldas da Rainha
- DG 45 Decreto com força de lei de 22 de fevereiro, reformando o ensino medico
- DG 46 Estabelecendo uma escala uniforme de valores para a classificação das lições, exames e mais actos em todos os institutos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 47 Determinando as condições em que os candidatos a professores dos lyceus poderão ser nomeados, sem dependencia de concurso
- DG 47 Autorizando o abono de uma gratificação por serviços extraordinarios ao chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral da Instrucção Primaria (que fora incumbido de concluir a organização do novo cadastro dos professores de instrucção primária - ver DG 29)
- DG 50 Estabelecendo a nomeação de auxiliares do ensino theorico e pratico das cadeiras do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa
- DG 50 Regulando a regencia interina de quaesquer cadeiras das escolas de desenho industrial, industriaes, preparatorias ou elementares de commercio
- DG 51 Mandando aplicar penas disciplinares a varios professores do Lyceu Rodrigues de Freitas, e demittindo um continuo do mesmo lyceu (Francisco Ribeiro Nobre, professor effectivo do 5.º grupo é transferido, por motivos disciplinares, para o Lyceu Central de Viseu)
- DG 52 Decreto de 25 de fevereiro, abrindo um credito especial correspondente a determinadas receitas, para custeio de obras a effectuar no edificio do Lyceu de Aveiro
- DG 54 Decreto de 7 de março Exonerados dos respectivos cargos o provedor, o adjunto e o capellão da Casa Pia de Lisboa
- DG 54 Decreto de 7 de março Exonerando o director da Casa Pia de Lisboa e nomeando outro
- DG 54 Decreto com força de Lei de 7 de março extinguindo os cargos de provedor, o adjunto e o capellão da Casa Pia de Lisboa, regulando alguns serviços d'aquelle estabelecimento e remodelação de outros
- DG 55 Decreto com força de lei de 8 de março, substituindo o de 9 de janeiro, que estabeleceu o descanso semanal
- DG 55 Decreto de 2 de março, abrindo concurso para provimento dos logares de professor vagos nos lyceus do continente e ilhas, e regulando os serviços do referido concurso (tem o programa sobre que hão de versar as differentes provas)

- DG 55 Decreto de 8 de março, criando e provendo um terceiro lugar de amanuense na secretaria da 3.ª circunscrição escolar
- DG 55 Mandando abonar a alguns professores do Lyceu de Faro as despesas de transporte motivadas pela sua deslocação urgente para a sede do referido lyceu
- DG 57 Mandando abonar determinadas gratificações ao professor incumbido da syndicancia ao Lyceu de Villa Real e ao seu secretario
- DG 57 Criando um lugar de de professora na escola annexa á Escola Normal de Lisboa, do sexo feminino
- DG 58 Decreto de 10 de março exonerando do respectivo lugar um professor, de mathematica, da antiga escola primária superior de Rodrigues Sampaio (Augusto Cesar Sampaio)
- DG 58 Decreto de 10 de março modificando os vencimentos do professor de instrucção primária, do ajudante e dos perfeitos do Collegio dos Orfãos, a cargo da Commissão Administrativa do município do Porto
- DG 59 Decreto de 24 de fevereiro, concedendo á Camara Municipal de Salvaterra de Magos uma casa em ruinas, para que o respectivo terreno e materiaes sejam applicados á construcção de um edificio escolar
- DG 62 Regulando a admissão de praticantes nos observatorios meteorologicos do archipelago dos Açores
- DG 64 Decreto de 18 de março, mandando que o Lyceu Central de Viseu passe a denominar-se Lyceu de Alves Martins
- DG 65 Decreto de 18 de março, provendo os cargos de inspector das bibliotecas populares e moveis e de bibliotecárias da Biblioteca Nacional de Lisboa
- DG 65 (R1 DG 66) Alteração ao artigo n.º 26 do referido decreto com força de lei
- DG 65 (R2 DG 70) Por terem saído com inexactidão no DG 65 novamente se publicam as alterações
- DG 65 Decreto de 18 de março demittindo o director e o conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e provendo os referidos cargos
- DG 65 (R1 DG 66) Alteração ao artigo 34.º do referido decreto
- DG 65 (R2 DG 70) Por terem saído com inexactidão no DG 65 novamente se publicam as alterações
- DG 65 Decreto com força de lei de 18 de março, reorganizando os serviços das bibliotecas e archivos nacionaes dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 66 Decreto com força de lei de 18 de março, reorganizando os serviços do Observatorio Astronomico de Lisboa
- DG 66 Decreto de 21 de março, extinguindo as commissões consultivas junto das Direcções da Instrucção Primaria e da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 68 Decreto com força de lei de 22 de março, criando uma Universidade em Lisboa e outra no Porto e mandando instituir em cada uma d'ellas e na de Coimbra um fundo universitario de Bolsas ou Pensões de Estudo destinada a subsidiar os estudantes pobres
- DG 69 Decreto com força de lei de 22 de março, fixando o número de empregados menores dos lyceus de Lisboa, Porto e Coimbra, e regularizando provisoriamente alguns serviços e vencimentos do mesmo pessoal (tem a relação nominal dos empregados)
- DG 70 Decreto de 23 de marco, mandando subvencionar um estudante (Amadeu Filipe Sousa Ribeiro de Macedo) para conclusão dos preparatorios e frequencia do curso de engenheiro electricista na Universidade de Liège
- DG 71 Approvando o novo quadro do pessoal do Seminario dos Meninos Desamparados do Porto (tem vários professores)
- DG 71 Mandando subvencionar um estudante português (Aquilino Ribeiro) que se acha cursando a faculdade de philosophia (3.º ano) na Universidade de Paris
- DG 73 Decreto com força de lei de 29 de março, reorganizando os serviços da instrucção primaria
- DG 73 Decreto de 25 de março, determinando que para a matricula na faculdade de medicina tenha igual valor a certidão do curso de sciencias com inglês ou com alemão
- DG 73 Decreto de 29 de março mandando aggregar mais quatro vogaes à commissão incumbida de proceder à revisão da pharmacopia portuguesa
- DG 74 Decreto dando providencia ao recurso do Supremo Tribunal Administrativo n.º 13425 em que eram recorrentes João Pedroso de Freitas, professor primário, e a Camara Municipal de Santa Cruz, ilha da Graciosa e recorrido João de Azevedo Vasconcellos
- DG 74 Decreto de 8 de março, concedendo a exoneração ao director da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares e provendo o respectivo cargo
- DG 74 Decreto de 10 de março, provendo o lugar de chefe de expediente da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 74 Decreto de 11 de março, provendo provisoriamente um lugar de professor de ensino technico da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 74 Decreto de 3 de março provendo provisoriamente um lugar de professor de ensino technico, o de condutor de trabalhos topográficos e um de professor auxiliar da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 74 Decreto com força de lei, de 14 de março, substituindo o pessoal da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 75 Decreto de 30 de março concedendo licença para o Collegio Moderno, propriedade e dirigido pelo Dr. José Joaquim de Oliveira Guimarães, situado na cidade de Coimbra, ser transferido para a Quinta da Cumenda, em Santo António dos Olivais, em Coimbra
- DG 75 Decreto approvando a portaria do governador geral do Estado da India que criou a Escola Nacional do sexo feminino de Nova Goa e pôs em vigor o respectivo regulamento
- DG 76 Decreto de 30 de março, provendo o cargo de director das Escolas Normaes do Porto
- DG 76 Transferindo um professor da Faculdade de Medicina de Coimbra para a de Lisboa e um professor do Lyceu de Braga para o Lyceu Rodrigues de Freitas, no Porto

- DG 77 Proibindo a importação de accendedores portateis
- DG 79 Decreto com força de lei de 3 de abril, criando nos terrenos annexos ao palacio de Queluz uma escola pratica de pomicultura, horticultura e jardinagem, e regulando o seu funcionamento
- DG 81 Decreto com força de lei de 6 de abril, determinando que o Instituto de Ophtalmologia de Lisboa e o Instituto Central de Hygiene sejam pedagogicamente annexados á Faculdade de Medicina de Lisboa
- DG 82 Decreto com força de lei de 8 de abril, determinando varias providencias para a execução dos decretos relativos á passagem para o Estado do custeio da Escola Elementar do Commercio do Porto
- DG 83 Decreto de 3 de abril demittindo do respectivo logar, um professor auxiliar addido das extintas escolas praticas de agricultura
- DG 84 Determinando que um professor do 4.º grupo do Lyceu de Viseu preste serviço no Lyceu de Passos Manuel, de Lisboa
- DG 84 Reintegrando no magisterio secundario um professor do 2.º grupo dos lyceus, e collocando-o no Lyceu de Camões, de Lisboa
- DG 85 Determinando que os estudantes da faculdade de medicina de Lisboa sejam tratados no Hospital de S. José e annexos gratuitamente
- DG 85 Mandando que os attestados de pobreza para admissão de menores na Casa Pia de Lisboa sejam passados pelas juntas de parochia
- DG 85 Decreto de 10 de abril collocando diversos desenhadores nos quadros da Escola Naval
- DG 89 Decreto com força de lei de 12 de abril, estabelecendo as bases para a organização do ensino superior de agricultura
- DG 89 Decreto concedendo a um agrónomo a exoneração de professor do ensino technico da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares, e provendo provisoriamente o referido cargo
- DG 91 Decreto com força de lei de 18 de abril, reformando os estudos jurídicos
- DG 91 (R1 DG 110) Nova publicação, rectificada, de alguns parágrafos e artigos do decreto que reformulou os estudos jurídicos
- DG 91 Decreto de 19 de abril, determinando que aos funcionarios da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto e do Instituto de Ophthalmologia da Lisboa, cujos logares foram extinctos, sejam conservados os direitos adquiridos
- DG 92 Decreto de 20 de abril, autorizando a transferencia da sede da Escola Industrial da Covilhã para a casa da residência dos jesuitas e a da Associação dos Operários da Industria Textil para o edificio onde está instalada a referida escola
- DG 92 (R1 DG 97) Nova publicação, rectificada, do decreto relativo á transferencia reciproca das installações da Escola Industrial e da Associação Textil, da Covilhã
- DG 93 Decreto com força de lei de 19 de abril, estabelecendo as bases da nova constituição universitaria
- DG 94 Decreto com força de lei de 19 de abril, determinando que os padrões prototypos do systema metrico decimal - o metro e o kilogramma - sejam os padrões legaes em Portugal e seus domínios
- DG 94 (R1 DG 96) Nova publicação, rectificada, do decreto com força de lei de 19 de abril, que determina que os padrões prototypos do systema metrico decimal - o metro e o kilogramma - sejam os padrões legaes em Portugal e seus domínios
- DG 95 Nomeando uma comissão para proceder á regulamentação dos diversos serviços da instrucção primaria constituída por: Dr. Leão Azedo, director geral da Instrucção Primaria; António Albino de Carvalho Mourão, inspector da 3.ª circunscrição escolar; Luisa Emilia Seixo Robertes, professora da escola normal de Lisboa; Padre António de Oliveira, sub-director da Casa de Corrección de Caxias; José Thomás da Fonseca, director das escolas normais de Lisboa; António Maria de Freitas, professor das mesmas escolas; tenente Frederico António Ferreira Simas, lente da Escola do Exército; Fortunato Correia Pinto, Ulysses Machado e Adolfo Lino, professores de instrucção primária
- DG 98 Eliminando e alterando differentes artigos do regulamento da Casa Pia de Lisboa
- DG 99 Decreto com força de lei de 27 de abril, organizando o Conselho Superior da Instrucção Publica
- DG 99 (R1 DG 100) Nova publicação, rectificada, do n.º 1 do artigo 29.º do decreto com força de lei de 27 de abril, que organizou o Conselho Superior da Instrucção Publica
- DG 99 Decreto com força de lei de 26 de abril, instituindo na Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares o ensino de equitação
- DG 101 Mandando subvencionar um alumno da Escola Polytechnica (Fernando Luis da Silva Mendes) para seguir um curso especial de engenharia em Paris
- DG 101 Decreto mandando abonar determinadas remunerações a dois lentes que fizeram parte do jury de um concurso
- DG 104 Decreto com força de lei de 1 de maio, organizando o ensino de medicina veterinária
- DG 104 Decreto com força de lei de 29 de abril, determinando que o director da Escola Normal de Nova Goa faça parte, como vogal nato, do Conselho Inspector de Instrucção Publica do Estado da India
- DG 104 Decreto de 4 de maio, concedendo a exoneração de respectivo cargo a um professor auxiliar da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares, e autorizando o director da referida Escola a contratar um professor para exercer interinamente aquelle cargo
- DG 104 (R1 DG 105) Nova publicação rectificada do decreto de 4 de maio, concedendo a exoneração de respectivo cargo a um professor auxiliar da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares, e autorizando o director da referida Escola a contratar um professor para exercer interinamente aquelle cargo
- DG 106 Decreto com força de lei de 2 de maio, modificando algumas bases da Organização do Instituto Superior de Agronomia

- DG 109 Decreto com força de lei de 9 de maio, organizando o plano de estudos das faculdade de letras das Universidades de Coimbra a Lisboa
- DG 109 Decreto com força de lei de 10 de maio provendo as cadeiras de psiquiatria e neurologia da Faculdade de Medicina do Porto
- DG 109 Decreto de 26 de abril, colocando na classe de addidos vários empregados da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares, provendo um lugar de guarda rural da mesma escola e autorizando a o respectivo director a contratar um mestre carpinteiro, um guarda e um servente para aquelle estabelecimento.
- DG 111 Decreto de 8 de maio, nomeando o chefe da secretaria da Inspeção da 8.ª Circunscrição Escolar, para substituir nso seus impedimentos o respectivo inspector
- DG 110 Decreto de 4 de maio, provendo um lugar de amanuense na secretaria da Inspeção da 8.ª Circunscrição Escolar
- DG 110 Decreto de 10 maio, encarregando um professor de exercer interinamente as funções de sub-inspector do circulo escolar do Funchal
- DG 112 Decreto com força de lei de 12 de maio estabelecendo o plano geral de estudos nas Faculdades de Sciencias
- DG 112 Decreto com força de lei, modificando a classificação pautal dos espartilhos
- DG 112 (R1 DG 116) Nova publicação, rectificada, do decreto relativo á classificação pautal dos espartilhos
- DG 114 Decreto de 16 de maio, approvando o regulamento geral da Escola Pratica de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem, o qual faz parte do mesmo Decreto
- DG 114 (R1 DG 116) Nova publicação, rectificada do regulamento geral da Escola Pratica de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem
- DG 120 Decreto com força de lei de 21 de maio, criando escolas normaes superiores junto das faculdades de letras e de sciencias das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- DG 120 Decreto com força de lei de 22 de maio, approvando as alterações ao regulamento da Administração dos Serviços Fabris, do Ministério da Marinha, annexas ao mesmo decreto – tem os programas do exame de admissão de *desenhadores de 4.ª e promoção á 3.ª e 2.ª classes; de Desenhadores de machinas; Desenhadores Navaes; Desenhadores machanicos e do pessoal civil de escrituração.*
- DG 121 Decreto com força de lei de 22 de maio, instituindo em Lisboa uma escola denominada «Escola da Arte de Representar»
- DG 121 Decreto com força de lei de 24 de maio referindo a nomeação de António José La Grange e Silva, como chefe da secção escolar e professor da aula de tachygrafia da antiga Camara dos Deputados (será porteriormentesubstitida pela *Aula de Taquigrafia* aparece assim designada, pela primeira vez, no Artº 88º do Regulamento dos Serviços da Secretaria do Congresso de 25/05/1913. Todo o Título II é dedicado ao Curso Taquigráfico e à regência desse curso)
- DG 121 Dividindo o Instituto Industrial e Commercial de Lisboa em duas escolas autonomas e estabelecendo as bases para a respectiva organização
- DG 122 Decreto de 25 de maio, regulando o exercicio da profissão de dentista
- DG 122 Decreto com força de lei, de 24 de maio, organizando os serviços de correios e telégrafos. No art. 122 é referido no Ensino Profissional a “Escola Pratica de Correios e Telegraphos”
- DG 122 (R1 DG 126) Nova publicação, rectificada, do decreto que reorganizou os serviços de correios e telégrafos
- DG 122 (R2 DG 192) Rectificação ao decreto que organizou os serviços dos correios e telégrafos
- DG 122 (R3 DG 130) Nova rectificação ao decreto que organizou os serviços dos correios e telégrafos
- DG 122 (R4 DG 149) Errata ao decreto de 24 de maio, que reorganizou os serviços de correios e telégrafos
- DG 122 (R5 DG 192) Rectificação ao decreto relativo á reorganização dos serviços de correios e telégrafos, publicado no DG 126
- DG 123 Approvando o regulamento sobre promoções, licenças e outros serviços referentes a empregados da Casa Pia de Lisboa, cuja nomeação compete ao director d'aquelle estabelecimento
- DG 123 Decreto com força de lei de 15 de maio, criando escolas primarias destinadas ao ensino da lingua, historia e geographia de Portugal em paises estrangeiros
- DG 123 Elevando a lyceus nacionaes centraes os lyceus nacionaes de Bragança e Santarem
- DG 123 Regulando a collocação de professores e mestres estrangeiros nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- DG 123 Decreto com força de lei de 28 de maio reorganizando a Escola do Exercito
- DG 124 Decreto com força de lei de 26 de maio, criando escolas de educação physica junto ás Universidades de Lisboa e Coimbra
- DG 124 Decreto com força de lei de 26 de maio, organizando os serviços de sanidade escolar
- DG 124 Decreto com força de lei de 26 de maio, reformando o ensino de pharmacia
- DG 124 Decreto com força de lei de 26 de maio, reorganizando os serviços artisticos e archeologicos e as Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto
- DG 124 (R1 DG 173) Nova publicação, rectificada, de vários artigos do decreto que reorganizou as escolas de bellas artes de Lisboa e Porto
- DG 124 Decreto com força de lei de 26 de maio, organizando o ensino agricola e de investigação agronómica
- DG 124 Decreto com força de lei reorganizando os serviços agrícolas na provincia de Angola. No artigo 6.º é referido o Ensino Prático agricola
- DG 124 (R1 DG 182) Por ter saído com inexactidão, novamente se publica a base 131.ª do decreto com força de lei que aprovou a organização do ensino agricola e de investigação agronomica

- DG 127 Decreto de 30 de maio, mandando que o Lyceu Central de Bragança passe a denominar-se Lyceu Central Emidio Garcia
- DG 128 Fixando o dia para o início dos exames na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e regulando o respectivo serviço
- DG 129 Decreto de 1 de junho nomeando vogaes do Conselho Superior de Instrucção Publica os seguintes: General José Estevam de Moraes Sarmiento, Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Celestino Paes de Almeida, médico e Bacharel António Aurelio da Costa Ferreira
- DG 130 Decretos de 29 de maio, nomeando professores do Instituto Superior de Agronomia e da escola de Medicina Veterinária diferentes professores do extinto Instituto de Agronomia e Veterinária
- DG 131 Decreto de 2 de junho, negando provimento ao recurso n.º 13:486, em que era recorrente um professor de ensino primario oficial
- DG 131 Permittindo o exercicio do magisterio primario livre aos professores que o exerciam á data da publicação do decreto que reorganizou os serviços da instrucção primaria
- DG 131 Nomeando uma commissão para estudar as condições em que deve ser installada a universidade de Lisboa
- DG 131 Nomeando uma commissão para estudar as condições em que deve ser installada a universidade do Porto
- DG 131 Decreto de 3 de junho, permittindo que sejam admittidos á matricula nas escolas normaes de Lisboa, Porto e Coimbra os alumnos dos lyceus, seminarios e escolas industriaes que satisfaçam a determinados requisitos
- DG 135 Decreto de 8 de junho, exonerando a commissão incumbida da syndicancia á Imprensa da Universidade de Coimbra
- DG 135 Mandando que o Lyceu Central de Santarem passe a denominar-se Lyceu de Sá da Bandeira
- DG 137 Decreto com força de lei de 27 de maio, criando instituições de protecção ás crianças e regulando a respectiva organização (tem uma escola no art. 144.º Escola Central da Reforma de Lisboa)
- DG 138 Decreto de 13 de junho, regulamentando a conclusão dos trabalhos escolares dos alumnos que frequentavam as extinctas escolas praticas elementares de telegraphia
- DG 140 Approvando, para ser ratificado, o acordo internacional de Paris, de 4 de maio de 1910, sobre repressão da circulação de publicações obscenas
- DG 141 Regulando a admissão a exame nos lyceus dos individuos habilitados com os exames de disciplinas preparatorias dos seminarios
- DG 141 Decreto de 17 de junho provendo os cargos de directores das escolas normais de Lisboa e Coimbra
- DG 141 (R1 DG 145) Nova publicação, rectificada, do decreto de 17 de junho, que proveu os cargos de directores das escolas normais de Lisboa e Coimbra
- DG 141 Decreto de 17 de junho demittindo do respectivo cargo um professor do Lyceu Central de Braga
- DG 141 Decreto de 17 de junho regulando a admissão a exame nos lyceus dos individuos habilitados com os exames de disciplinas preparatorias dos seminários
- DG 142 Decreto de 17 de junho collocando nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, respectivamente os professores do Curso Superior de Letras e os da extinta Faculdade de Theologia
- DG 142 Decreto de 17 de junho elevando a Lyceus nacionaes centraes os Lyceus nacionaes de Castello Branco, Faro, Leiria, Portalegre e Villa Real
- DG 143 Decreto de 21 de junho, provendo o logar de professor ordinário do grupo de philologia germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – D. Carolina Micaelis de Vasconcellos
- DG 147 Decreto de 26 de junho, nomeando uma commissão para organizar um projecto de reforma do ensino secundario composta dos professores da Universidade e Lisboa, Francisco Adolfo Coelho, José Maria de Queiroz Velloso, Joaquim António da Silva Cordeiro, Francisco Xavier da Silvas, Dr. António dos Santos Lucas, João Maria de Almeida Lima, do professor do Lyceu de Leiria em Commissão no Lyceu de Camões, José Júlio Bettencourt Rodrigues, da directora do Lyceu Maria Pia, Domitilla Hormezinda Miranda de Carvalho, e dos delegados eleitos pelos professores dos lyceus do continente da República, Acacio da Silva Pereira Guimarães, reitor e professor do Lyceu de Camões, António Ginestal Machado, reitor e professor do Lyceu de Santarém, Baltazar de Almeida Teixeira, professor do Lyceu de Portalegre, José Lopes de Oliveira, professor do Lyceu de Viseu em commissão no Lyceu de Passos Manuel, e Rodrigo Fernandes Fontinha, professor do Lyceu de Vianna do Castello, para estudar e propor ao Governo o projecto de reforma da instrucção secundaria
- DG 150 Decreto com os nomes dos mestres e pessoal menor dos Institutos Industriais e Commercias de Lisboa e do Porto; Escola Industrial Brotero, em Coimbra; Escola Industrial Pedro Nunes, em Faro; Escola Industrial Campos Mello, na Covilhã; Escola de Desenho Industrial Vitorino Damasio, em Lagos; Escola Industrial Domingos Sequeira, em Leiria; Escola Industrial Affonso Domingues, em Xabregas; Escola Industrial Marques de Pombal, em Lisboa; Escola preparatória Rodrigues Sampaio, em Lisboa; Escola Industrial Principe Real, em Lisboa; Escola de desenho industrial Rainha D. Maria Pia, em Peniche; Escola Industrial Fradesso da Silveira, em Portalegre; Escola Industrail Infante D. Henrique, no Porto; Escola de Desenho Industrial Rainha D. Amélia, em Setubal; Escola Industrial António Augusto de Aguiar, no Funchal e Escola de Desenho Industrial Velho Cabral, em Ponta Delgada.
- DG 151 Decreto com força de lei de 31 de maio, determinando que um professor da Escola Polytechnica (Augusto José da Cunha), attingido pelo disposto no artigo 1.º do decreto de 21 de Janeiro, continue na effectividade do magisterio superior
- DG 151 Regulando os serviços do ensino primario no territorio sob a administração da Companhia de Moçambique
- DG 152 Decreto de 1 de julho, regulando os serviços dos exames de instrucção primaria
- DG 152 Mandando abonar um subsidio a um estudante português (Augusto Pereira da Silva Lopo) que pretende seguir o curso de engenheiro electricista em Berlim

- DG 152 Nomeando o delegado da Academia das Sciencias de Lisboa e da de Sciencias de Portugal ao Conselho Theatral instituido por decreto de 22 de maio ultimo
- DG 153 Decreto de 1 de julho, esclarecendo alguns preceitos do decreto que nomeou o pessoal dirigente de administração e ensino escolar do Instituto dos Pupillos do Exercito de Terra e Mar
- DG 153 Decreto de 1 de julho, esclarecendo alguns preceitos do decreto organico da Escola de Guerra
- DG 155 Decreto de 28 de junho, substituindo o professor de gymnastica do Lyceu de Camões
- DG 156 Decreto de 6 de julho, regulando os serviços do Instituto Bacteriologico Camara Pestana
- DG 156 (R1 DG 164) Nova publicação, rectificada do decreto de 6 de julho, regulando os serviços do Instituto Bacteriologico Camara Pestana
- DG 156 (R2 DG 171) Nova publicação, rectificada, do artigo 43.º do regulamento do Instituto Bacteriológico Camara Pestana
- DG 158 Regulando os serviços technicos do manicomio do Conde de Ferreira
- DG 158 Fixando os honorarios dos presidentes dos exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- DG 159 Decreto de 8 de julho, determinando que aos alumnos das escolas de ensino normal seja permittida a passagem, em determinadas circunstancias, ao anno immediato
- DG 163 Decreto de 14 de julho, estabelecendo que nos concelhos onde houver mais de quinze alumnos para exames do 2.º grau, estes se effectuem nas respectivas sedes
- DG 163 Decreto de 14 de junho, fazendo a divisão do país em circulos escolares
- DG 163 (R1 DG 170) Rectificação ao mappa da divisão dos círculos escolares publicado no *Diário* n.º 163
- DG 163 (R2 DG 173) Rectificações ao decreto relativo á divisão dos círculos escolares
- DG 163 (R3 DG 175) Rectificação á lista de círculos escolares
- DG 163 Decreto de 14 de julho, estabelecendo as bases reguladoras dos serviços do Instituto Superior Technico
- DG 163 (R1 DG 209) Nova publicação, rectificada, do decreto que estabeleceu as bases reguladoras dos serviços do Instituto Superior Technico
- DG 165 Autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por tres professores da Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares
- DG 169 Decreto de 20 de julho, mandando abonar determinadas remunerações a dois professores que desempenham interinamente as funções de amanuenses na Inspeção da 2.ª Circunscricção Escolar
- DG 169 Decreto de 19 de julho, fixando os quadros e vencimentos do pessoal do Instituto denominado Officinas de S. José, do Porto
- DG 170 Decreto de 22 de Julho, provendo os cargos de inspectores dos differentes círculos escolares
- DG 170 (R1 DG 172) Rectificação á lista dos inspectores escolares publicada
- DG 170 (R2 DG 173) Rectificação ao decreto sobre provimento de logares de inspectores escolares
- DG 170 (R3 DG 175) Rectificação á relação dos inspectores
- DG 170 (R4 DG 178) Decreto de 27 de julho nomeando um professor para exercer interinamente o logar de inspector do circulo escolar de Abrantes
- DG 170 (R5 DG 187) Decreto annullando a nomeação de actual inspector de circulo escolar da Covilhã
- DG 170 (R6 DG 194) Decreto de 20 de agosto provendo o cargo de inspector do circulo escolar de Villa Pouca de Aguiar
- DG 170 (R7 DG 196) decreto de 22 de agosto, provendo os cargos de inspectores da 1.ª e 2.ª circunscricções escolares e dos círculos oriental e occidental da cidade de Lisboa
- DG 172 Decreto de 24 de julho, regulando a contagem das fracções na avaliação das medias em todos os institutos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 172 Decreto de 25 de julho, fixando o quadro do pessoal do Instituto Bacteriologico Camara Pestana
- DG 173 Inserindo e mandando pôr em execução o primeiro capitulo do regulamento do ensino primario
- DG 173 Prorogando até 15 de agosto o anno lectivo para as escolas primarias do Funchal e fixando o dia 1 de setembro para o inicio dos exames do 2.º grau
- DG 173 Fixando o dia 1 de agosto para o começo dos exames do 2.º grau nos differentes concelhos constantes do mesmo Decreto
- DG 175 Decreto de 28 de julho, estabelecendo varias disposições relativas á duração do actual anno lectivo e ao serviço dos exames do 2.º grau, e nomeando os presidentes dos jurys d'esses exames
- DG 175 (R1 DG 202) Nota das alterações feitas ao mappa publicado no *Diário* n.º 175 respeitante aos exames do 2.º grau nas sedes dos círculos escolares do país
- DG 176 Decreto de 28 de julho, mandando que seja conservado na effectividade do magisterio superior um professor da Faculdade de Sciencias da Universidade de Coimbra (Dr. Luis da Costa e Almeida), attingido pelo disposto no artigo 1.º do decreto de 21 de janeiro ultimo
- DG 176 Decreto de 28 de julho, mandando que sejam conservados na effectividade do magisterio superior dois professores da Faculdade de Sciencias da Universidade de Coimbra (Drs António dos Santos Viegas e Julio Augusto Henriques), attingidos pelo disposto no artigo 1.º do decreto de 21 de janeiro ultimo
- DG 178 Decreto provendo o logar de secretário da Inspeção da 2.ª Circunscricção Escolar e exonerando o respectivo secretário interino
- DG 178 Decreto de 27 de julho nomeando um professor para exercer interinamente o logar de inspector do circulo escolar de Abrantes
- DG 179 Decreto de 31 de julho, colocando no Instituto Superior Technico o pessoal do antigo Instituto Industrial e Commercial de Lisboa constante na lista anexa ao mesmo decreto

- DG 181 Decreto de 2 de agosto, regulando os serviços de sanidade escolar
- DG 181 (R1 DG 191) Nova publicação, rectificada, das disposições gerais do regulamento da sanidade escolar
- DG 181 Decreto de 25 de julho, autorizando o abono de serviços extraordinarios desempenhados por um segundo official da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 184 Decreto de 7 de agosto, tornando extensivas ao pessoal superior technico da Escola de Medicina Tropical e do Hospital Colonial determinadas disposições do regulamento do Instituto Bacteriologico Camara Pestana
- DG 187 Approvando o regulamento e programma para o exame de admissão ás escolas normaes
- DG 187 Dispensando a idade legal para o exame do 2.º grau no actual anno lectivo
- DG 187 Decreto de 11 de agosto annullando a nomeação do actual inspector do circulo escolar da Covilhã
- DG 189 Criando na Casa Pia de Lisboa uma cadeira de educação moral e civica e de ensino de historia geral
- DG 190 Decreto de 15 de agosto, prorogando o prazo para admissão a exame do 2.º grau, e excluindo d'essa admissão os alumnos reprovados nesta epoca
- DG 194 Decreto de 19 de agosto, provendo o cargo e director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- DG 194 Approvando o regulamento das Escolas de Pharmacia
- DG 194 Decreto de 20 de agosto, provendo o cargo de inspector do circulo escolar de Villa Pouca de Aguiar
- DG 195 Approvando o regulamento das Secretarias Geraes e Thesourarias das Universidades
- DG 195 Approvando o regulamento das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra
- DG 196 Approvando o regulamento da Maternidade, annexa á Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- DG 196 Approvando os regulamentos dos differentes cursos juridicos, exames e admissão a logares de professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- DG 196 Mandando que os professores da extincta Faculdade de Theologia, não collocados na de Letras, sejam abonados dos seus ordenados e gratificações
- DG 196 Decreto provendo um logar de professor da 5.ª cadeira e dois da 7.ª cadeira da *Escola de Arte de Representar*
- DG 196 Provendo os cargos de inspectores da 1.ª e 2.ª circunscrições escolares e dos círculos oriental e occidental da cidade de Lisboa
- DG 197 Decreto de 29 de agosto provendo um logar de professor extraordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- DG 197 Approvando o regulamento das Faculdades de Sciencias das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto
- DG 197 (R1 DG 198) Nova publicação, rectificada, do artigo 8.º do regulamento das Faculdades de Ciências
- DG 197 (R2 DG 206) Nova publicação, rectificada, do regulamento das escolas normaes, inserto no DG 197
- DG 197 Regulando o estabelecimento dos internatos junto dos novos lyceus centraes
- DG 197 Estabelecendo penas disciplinares para os alumnos dos institutos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 198 Approvando o programma das escolas infantis
- DG 198 Approvando o regulamento do ensino primario
- DG 198 Approvando o regulamento das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto
- DG 198 Decreto de 19 de agosto, approvando a organização do Instituto Superior de Agronomia
- DG 198 (R1 DG 202) Decreto de rectificação ao decreto orgânico do Instituto Superior de Agronomia
- DG 198 Decreto de 20 de agosto, abolindo o direito de jubilação dos professores de ensino primario e secundario nas colonias
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, um edificio situado no districto de Castello Branco para instalação de escolas primárias
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, um edificio situado na cidade de Guimarães para instalação de uma escola official do sexo masculino
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, o edificio do extinto Recolhimento de Santo Estevam, situado no districto de Leiria, a fim de nelle serem instaladas escolas
- DG 198 (R1 DG 205) Nova publicação, rectificada, do decreto de 23 de agosto, que cedeu á Camara Municipal de Leiria o edificio do extinto Recolhimento de Santo Estevam
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, o Collegio das Ursulinas, situado na cidade de Coimbra para a instalação de um collegio de meninas
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, um edificio situado no districto do Porto, na parochia de Grijó, concelho de Villa Nova de Gaia, a fim de nelle ser instalada a Escola Central mista
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo a uma corporação, para ser applicado a determinados serviços, a Casa dos Quesados, da cidade de Vianna do Castello, a fim de nella ser instalado o lyceu da mesma cidade
- DG 198 Decreto de 23 de agosto, cedendo á Camara Municipal de Aveiro, os edificios dos extintos conventos de Jesus e das Carmelitas, d'aquella cidade a fim de neles instalar varias repartições incluindo escolas
- DG 199 Decreto provendo os cargos de reitores das Universidades de Lisboa e Porto
- DG 200 Mandando utilizar parte do edificio do seminario de Bragança, com o respectivo mobiliario e material de ensino, para o funcionamento de algumas aulas do lyceu d'aquella cidade
- DG 200 Mandando entregar ao Instituto dos Pupillos do Exercito de Terra e Mar varios utensilios do extinto Collegio de Campolide
- DG 200 Decreto de 23 de agosto, organizando os serviços a Escola de Medicina Veterinária
- DG 200 (R1 DG 202) Rectificação ao decreto orgânico da Escola de Medicina Veterinária

- DG 200 (R2 DG 254) Decreto de 24 de Outubro, mandando publicar novamente, com certas rectificações, a organização da Escola de Medicina e Veterinária decretada em 21 de Agosto
- DG 200 Decreto mandando aplicar a vários institutos de protecção a menores (Escolas de Reforma) os edifícios dos extintos conventos do Barro, no concelho de Torres Vedras dos Moinhos e dos Candieiros na freguesia dos Oliveas, concelho de Lisboa, (a fim de proceder ao desdobraimento da Escola Central de Reforma, de Lisboa, e á nova instalação da Escola de Reforma do Sexo Feminino)
- DG 204 Decreto de 31 de agosto, estabelecendo um periodo transitorio de dois annos para os actuaes alumnos das escolas normaes e de habilitação para o magisterio primario continuarem os seus cursos e matriculas segundo os antigos programmas d'essas escolas
- DG 205 Decreto de 22 de agosto, cedendo á Camara Municipal de Ilhavo o edificio do extinto Convento do Pranto, para a installação de escolas
- DG 212 Decreto encarregando um professor de exercer provisoriamente a direcção do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária
- DG 213 Decreto de 28 de agosto, approvando o regulamento dos prefeitos da Casa Pia de Lisboa
- DG 214 Decreto de 22 de Agosto, permitindo a admissão a exames finais em Outubro dos individuos habilitados com algumas disciplinas do curso das antigas escolas práticas elementares de telegrafia
- DG 222 Decreto de 21 de Setembro, autorizando uma epoca extraordinária de exames no mês de Outubro em todos os estabelecimentos de instrução secundária e superior e na Escola de Comércio de Lisboa
- DG 224 Decreto de 23 de Setembro, regulando o serviço dos exames extraordinários que se hão-de realizar nos liceus centrais em Outubro
- DG 224 (R1 DG 225) Nova publicação, rectificada, do decreto de 23 de Setembro, relativo aos exames extraordinários nos liceus Outubro
- DG 224 (R2 DG 226) Nova publicação, rectificada, do artigo 18.º do decreto referente aos exames extraordinários nos liceus Outubro
- DG 225 Autorizando a Câmaras Municipal do Crato, a aplicar parte dos seus fundos de viação a uma obra de utilidade pública (a construção de uma escola em Flor da Rosa)
- DG 226 Decreto de 28 de Setembro, colocando provisoriamente o pessoal dos serviços do Instituto Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária
- DG 236 Decreto provendo um lugar de professor de desenho do Instituto Superior de Agronomia e o de conservador da biblioteca da Escola de Medicina Veterinária
- DG 241 Decreto de 14 de Outubro, determinando que provisoriamente seja professado no Instituto Superior Técnico o ensino superior comercial e o ensino secundário comercial e industrial, e regulando o respectivo serviço
- DG 242 Decreto de 14 de Outubro, nomeando um professor para exercer interinamente as funções de inspector do circulo escolar de Arcos de Valdevez
- DG 243 Decreto de 13 de Outubro, cedendo à Câmara Municipal de Vila Rial de Trás-os-Montes, para internato liceal, o edificio que foi occupado pela extinta Congregação das Irmãs de Santa Doroteia
- DG 243 Decreto de 14 de Outubro mandando anexar á Estação Agronómica de Lisboa a parte agrícola da Quinta do Alfeite
- DG 246 Decreto autorizando o abono de uma gratificação e de despesas de transporte ao funcionário encarregado de uma sindicância no liceu de Coimbra (suspeição que os alumnos da 7.ª classe (sciências naturais turma D, levantaram contra o professor Tamagnini)
- DG 247 Decreto de 14 de Outubro, declarando sem efeito a disposição do decreto de 21 de Dezembro de 1910 que mandava que um professor da Escola de Medicina Tropical fizesse parte do Conselho Administrativo do Hospital Colonial
- DG 252 Decreto de 24 de Outubro, concedendo a exoneração do respectivo cargo ao preparador de anatomia e cirurgia da Escola de Medicina Veterinária
- DG 252 Decreto de 28 de Outubro, cedendo à Direcção Geral da Assistência os edificios dos extintos conventos do Varatojo, em Torres Vedras, S. Bernardino em Peniche e Picoas em Lisboa para asilagem de velhos, sanatório e estabelecimento de educação das crianças do sexo feminino actualmente abrigadas no Lazaredo
- DG 254 Autorizando a Câmara Municipal de Alvito a aplicar parte dos respectivos fundos de viação a diversos melhoramentos locais (conclusão do edificio para a escola femenina)
- DG 254 Suprimindo o logar de amanuense existente no quadro do Instituto de Surdos-Mudos Araújo Pôrto
- DG 255 Decreto de 31 de Outubro, determinando que o Liceu Central de Lisboa, 3.ª zona, passe a denominar-se Liceu Central de Pedro Nunes
- DG 255 Decreto de 28 de Outubro, concedendo a exoneração do respectivo cargo a um professor do Instituto Superior de Agronomia
- DG 256 Autorizando o superior do Colégio das Missões Ultramarinas a madiar para 30 de Novembro o começo dos cursos e regulando a apresentação das declarações dos alumnos que desejem abandonar a carreira eclesiástica
- DG 256 Mandando que no posto experimental de agricultura da provincia de Cabo Verde e nos que ali vierem a ser estabelecidos seja dado ensino elementar e prático de agricultura aos indígenas neles admitidos como trabalhadores
- DG 256 Decreto provendo o cargo de reitor da Universidade de Coimbra
- DG 259 Decreto nomeando para os respectivos quadros técnicos dois agrónomos e um sivicultor provisoriamente em serviço na Escola de Regentes Agrícolas Morais Soares
- DG 260 Decreto de 27 de Outubro, mandando que os emolumentos referentes a documentos passados pelas secretarias das Inspeções Escolares sejam cobrados por meio de estampilha fiscal

- DG 261 Decreto de 4 de Novembro, substituindo o capítulo I do regulamento dos serviços da Casa Pia de Lisboa
- DG 265 Autorizando a concessão de licenças aos funcionários civis das colónias para frequentarem a Escola Colonial durante dois anos
- DG 268 Decreto de 28 de Outubro, provendo um lugar de professor da Escola Nacional de Agricultura
- DG 272 Determinando que os bacharéis em medicina e os médicos-cirurgiões diplomados pelas extintas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Pôrto possam concorrer aos lugares de assistentes às Faculdades de Medicina
- DG 272 Determinando que os bacharéis em filosofia e matemática e os indivíduos com as condições exigidas para professores das extintas Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Pôrto possam concorrer aos lugares de segundos assistentes às Faculdades de Ciências das três actuais Universidades
- DG 272 Mandando abonar as respectivas gratificações aos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que já estão regendo as cadeiras de pedagogia, história da pedagogia e metodologia geral, e determinando que idênticas cadeiras sejam criadas junto das Faculdades de Letras e Ciências da Universidade de Coimbra
- DG 272 (R1 DG 3 de 1912) Nova publicação, rectificada do decreto de 18 de Novembro de 1911, sobre regência de Cadeiras de pedagogia, história da pedagogia e metodologia geral nas Universidades de Lisboa e Coimbra
- DG 272 (R1 DG 4 de 1912) Por ter saído com inexactidão no DG 3 novamente se publica - Nova publicação, rectificada do decreto de 18 de Novembro de 191, sobre regência de Cadeiras de pedagogia, história da pedagogia e metodologia geral nas Universidades de Lisboa e Coimbra
- DG 273 Mandando abonar gratificações a alguns professores por serviços extraordinários de exames de instrução primária
- DG 274 Organizando os serviços do ensino agrícola médio
- DG 274 Organizando os serviços do ensino agrícola elementar
- DG 277 Decreto de 25 de Novembro, fixando os limites dos novos círculos escolares
- DG 283 Decreto de 2 de Dezembro, autorizando o director do Colégio Universal, do Porto, a transferi-lo do local em que está localizado
- DG 284 Decreto de 2 de Dezembro, provendo o cargo de director da Escola Nacional de Agricultura
- DG 285 Decreto de 6 de Dezembro, adiando o cumprimento das disposições vigentes acêrca da nomeação do pessoal docente das novas escolas normais
- DG 289 Mandando que todos os detidos nas prisões e cadeias da cidade de Coimbra passem pela laboratório do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra a fim de serem mensurados
- DG 293 Decreto provendo um lugar de segundo assistente na Escola de Farmácia de Lisboa
- DG 293 Decreto provendo um lugar de professor (Pedro Eusébio Leite) do Liceu de Passos Manuel
- DG 297 Decreto de 21 de Dezembro, confirmando no respectivo lugar um professor de ensino técnico da Escola Nacional de Agricultura
- DG 298 Decreto provendo o lugar de vice-director do Instituto Superior de Agronomia
- DG 300 Decreto fixando as percentagens com que as Câmaras Municipais hão-de contribuir em 1912 para o fundo de instrução primária
- DG 301 Decreto de 28 de Dezembro, concedendo provimento ao recurso n.º 18:421, em que era recorrente a professora Maria da Costa e Sousa
- DG 302 Decreto de 28 de Dezembro confirmando as nomeações dos sub-inspectores interinos em diversos círculos escolares
- DG 302 (R1 DG 304) Nova publicação, rectificada, do decreto que confirmou as nomeações dos sub-inspectores interinos de diferentes círculos escolares
- DG 302 Decreto declarando sem efeito o provimento dum lugar de professor ordinário da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- DG 302 Decreto de 28 de Dezembro estabelecendo várias disposições para a regular fiscalização da forma por que são utilizadas as pensões de estudo no estrangeiro
- DG 304 Decreto provendo o cargo de sub-director da Escola Prática de Agricultura de Santarém

Portarias

- DG 13 Portaria de 10 de janeiro, louvando o cidadão Isidoro Pedro Cardoso, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 13 Portaria de 11 de janeiro, louvando o cidadão António Coelho, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 13 Portaria de 13 de janeiro, louvando o cidadão Bernardo Jacinto de Moraes, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 15 Portaria louvando o cidadão António da Silva e Cunha, por serviços prestados à instrucção primária
- DG 18 Portaria de 19 de janeiro, mandando que seja admittido um alumno residente em Guimarães a fazer os exames de 1.º e 2.º grau de instrucção primaria fora da epoca normal
- DG 23 Portaria de 23 de janeiro, louvando o cidadão Dr. Sebastião Horta e Costa, pelos serviços prestados á instrucção popular
- DG 23 Portaria de 24 de janeiro, louvando o cidadão Casimiro Freire e a Associação das Escolas Moveis pelo methodo João de Deus, pelos serviços que teem prestado á instrucção popular
- DG 24 Portaria de 26 de janeiro, louvando D. Urraca Augusta Dourado Moreira, pela doação que fez ao Estado de uma casa e mobília para a escola mista da freguesia de Madail
- DG 25 Portaria de 28 de janeiro, isentando de franquia determinadas correspondencias dos sub inspectores de instrucção primaria
- DG 29 Portaria de 28 de janeiro, louvando o cidadão Fernando Formigal de Moraes, por serviços prestados á instrucção popular

- DG 29 Portaria de 30 de janeiro, louvando o cidadão António Pereira de Sousa, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 29 Portaria de 30 de janeiro, louvando os cidadãos Thomás da Cruz & Filhos e Adelino Pereira de Matos, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 29 Portaria de 4 de fevereiro, encarregando uma commissão de syndicar do estado actual da Imprensa da Universidade de Coimbra, e de elaborar um plano de reforma dos respectivos serviços (dr. Eduardo da Silva Vieira, Albino Caetano da Silva e Eugénio Eduardo da Costa Salles)
- DG 35 Portaria de 9 de fevereiro, louvando o cidadão José Fernandes Junior, da freguesia de Serpios, por serviços prestados á instrucção popular
- DG 36 Nomeando uma commissão para averiguar das causas da decadencia do theatro português e alvitrar o que julgue conveniente para a rapida reforma do Theatro Nacional Almeida Garrett
- DG 38 Portaria de 10 de fevereiro, louvando o Visconde de Villa Moura, por serviços especiaes prestados a instrucção popular
- DG 38 Portaria de 10 de fevereiro, louvando a professora Virginia da Assunção, por serviços especiaes prestados a instrucção popular
- DG 39 Portaria de 14 de fevereiro, louvando o cidadão José Bento, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 39 Portaria de 14 de fevereiro, louvando o cidadão Augusto Simões Nunes de Sousa, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 39 Portaria de 15 de fevereiro, nomeando uma commissão para fixar as bases da orthographia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos e publicações officiaes
- DG 40 Portaria louvando o cidadão António da Veiga Nogueira, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 42 Portaria de 7 de fevereiro, mandando pôr provisoriamente em execução no Instituto Industrial e Commercial do Porto o regulamento em vigor no Instituto de Lisboa
- DG 43 Portaria de 17 de fevereiro, louvando o cidadão Manuel Pereira Martins, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 43 Portaria de 20 de fevereiro, louvando os cidadãos Manuel Rato, José Fernandes Patrão e António da Cruz Braga, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 43 Portaria de 20 de fevereiro, louvando o cidadão Francisco António Borges, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 44 Portaria de 17 de fevereiro, louvando o cidadão Gonçalo da Costa Baptista Nazareth, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 45 Portaria de 16 de fevereiro, louvando o cidadão Albano Nunes dos Santos, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 45 Portaria de 17 de fevereiro, louvando o cidadão António Leite da Costa, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 49 Portaria de 24 de fevereiro, louvando o cidadão Joaquim Fernandes Estrada por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 54 Portaria de 7 de março mandando entregar ao director da Casa Pia de Lisboa o relatório e autos de syndicancia áquelle estabelecimento a fim do funcionario ouvir os interessados e propor as medidas convenientes à boa administração do ensino no mencionado estabelecimento
- DG 54 Portaria de 7 de março mandando levantar a suspensão imposta ao sub-director da Casa Pia de Lisboa e determinando que reassuma as funcções do seu cargo
- DG 55 Portaria de 3 de março, declarando que a pensão dos professores aposentados nos termos do decreto de 21 de janeiro ultimo não soffre acrescimo algum em favor dos que já se achem no gozo do terço dos respectivos ordenados
- DG 56 Portaria de 27 de fevereiro, louvando a direcção da Escola de Educação Social de S. João do Estoril, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 56 Portaria de 27 de fevereiro, louvando o cidadão Prudencio Francisco da Trindade, da Ericeira, e D. Anna Quaresma Val do Rio, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 56 Portaria de 27 de fevereiro, louvando a direcção da Escola Liberal de S. Tiago do Cacem, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 57 Portaria de 8 de março, louvando o cidadão Alberto Marques, residente no Brasil, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 57 Portaria de 8 de março, louvando o cidadão Manuel Lopes Malhão, parcho de Aldeia do Mato, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 58 Portaria de 10 de março, louvando os cidadãos Manuel Joaquim Gonçalves, Bernardino Manuel e Manuel José, da freguesia de Sant'Anna de Azinha, por serviços prestados á instrucção primaria
- DG 58 Portaria de 10 de março, louvando o cidadão José Freire de Carvalho e Albuquerque, da freguesia de Villa Cova de Sub-Avô, por serviços prestados á instrucção primaria
- DG 62 Portaria de 11 de março, louvando o cidadão António Luis de Freitas, juiz em Moncorvo, e sua esposa, por serviços especiaes prestados a favor da instrucção popular
- DG 63 Portaria de 7 de março, provendo definitivamente o cargo de instrutor das 2.ª e 3.ª disciplinas da Escola Pratica Elementar de Telegrafia de Lisboa (vago pelo falecimento do primeiro official Henrique Pedro Ribeiro de Sousa, e que seja definitivamente preenchido pelo primeiro official do mesmo quadro João Pedro de Almeida Pessanha)
- DG 64 Portaria aggregando mais seis vogaes á commissão encarregada de unificar a orthographia official

- DG 64 Portaria nomeando um professor para ir ao estrangeiro estudar a organização e ensino das sciencias mathematicas e o funcionamento das escolas normaes superiores (Dr. Luciano António Pereira da Silva)
- DG 64 Portaria de 17 de março, tornando facultativa a frequencia do 1.º anno dos Institutos Industriaes e Commerciaes de Lisboa e Porto aos alumnos com approvação no 7.º anno do curso dos lyceus e indicando os casos em que qualquer alumno pode repetir um exame quarta vez
- DG 64 Portaria de 18 de março, louvando o cidadão Manuel Fernandes Pereira, por serviços especiaes prestados a favor da instrucção popular
- DG 65 Portaria de 18 de março, mandando que sejam enviadas no fim de cada anno lectivo, aos commandantes dos regimentos, as notas sobre faltas, habilitação e procedimento dos alumnos militares dos lyceus
- DG 68 Portaria de 22 de março, esclarecendo as disposições do artigo 5.º do decreto n.º 4 de 15 de dezembro de 1894, acêrca da concessão de licenças aos funcionarios dos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial
- DG 70 Portaria de 22 de março, nomeando uma commissão de syndicancia á Biblioteca Nacional de Lisboa e Archivo Nacional
- DG 71 Portaria de 25 de março, autorizando o Seminario dos Meninos Desamparados do Porto a vender determinados bens e applicar o seu producto á compra de inscrições de assentamento
- DG 72 Portaria de 24 de março, louvando o cidadão António Paes de Abrantes, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 72 Portaria de 24 de março, louvando o cidadão Augusto Cabral da Trindade, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 72 Portaria de 28 de março, louvando o cidadão Joaquim Lourenço de Oliveira, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 74 Portaria de 8 de março, exonerando dois regentes agrícolas das commissões que exerciam na Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares e collocando um outro em commissão na mesma escola
- DG 74 Portaria de 8 de março, collocando um regente agrícola em serviço de commissão na Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares, e provendo um lugar amanuense da mesma Escola e outro na Escola Nacional de Agricultura
- DG 75 Portaria de 29 de março, louvando o cidadão Alfredo Alves Torres Carneiro, por serviços especiaes prestado á instrucção popular
- DG 76 Portaria de 29 de março, louvando o cidadão José de Oliveira Lopes, da freguesia de Vallega, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 80 Portaria de 31 de março, louvando o cidadão Celestino Soares de Almeida, de Ovar, por serviços especiaes prestados a instrucção popular
- DG 83 Portaria de 3 de abril, estabelecendo varios preceitos relativamente a exames nos institutos industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto
- DG 84 Portaria de 7 de abril, louvando o cidadão Manuel dos Santos Moreira, da freguesia de Lomba, por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 88 Portaria de 11 de abril, louvando varios cidadãos do concelho de Mortagua, por serviços especiaes prestados á instrucção popular (António Rodrigues Sebastião, José Lopes Coleho, Adelino Fernandes, António de Abreu, José Gomes, José Gomes de Abreu, Manuel Francisco Cró e Manuel Semedo)
- DG 91 Concedendo aos socios das Associações de Estudantes da Escola Polytechnica e de Medicina Veterinaria a redução de 50 por cento sobre os preços de passagem nos caminhos de ferro do Estado
- DG 92 Portaria de 18 de abril, provendo o logar de instructor da 4.ª e 5.ª disciplina da Escola Practica Elementar de Telegraphia
- DG 93 Portaria de 12 de abril, louvando um cidadão por serviços especiaes prestados á instrucção popular (José Claudino Nunes), na freguesia da Trindade, concelho de Villa Flor
- DG 93 Portaria de 20 de abril, louvando um cidadão por serviços especiaes prestados á instrucção popular (Alfredo Ribeiro das Neves de Matos Viegas), no lugar de Molellinhos, freguesia de Molellos, concelho de Tondela
- DG 93 Portaria de 20 de abril, louvando a Junta de Parochia de Villa Franca de Xira por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 93 Portaria de 20 de abril, louvando diversos cidadãos por serviços especiaes prestados á instrucção popular (António Ribeiro, José do Nascimento, João da Mata Lopes, Padre João Barata Dão e Luís do Nascimento) da freguesia de Isna, concelho de Oeiros
- DG 94 Portaria de 20 de abril, louvando três cidadãos da freguesia de Pindello concelho de Oliveira de Azemeis, por serviços prestados à instrucção popular (José Correia Godinho, Manuel Soares de Pinho e José Tavares de Oliveira)
- DG 95 Approvando a portaria do Governador Geral do Estado da India que extinguiu para os professores a obrigação de professarem a religião catholica e aboliu o ensino da doutrina christã
- DG 103 Portaria de 25 de abril, autorizando a Associação de Escolas Moveis pelo Methodo João de Deus a vender um predio urbano que possui em Thomar
- DG 103 Portaria louvando o cidadão Augusto Leão, general e suas cunhadas D. Julia e D. Beatriz Mousinho de Brito, por terem prestado relevantes serviços á instrucção popular e entre os quaes avulta a cedência de uma casa em Flor da Rosa, concelho do Crato
- DG 103 Portaria louvando o cidadão Joaquim Machado Tristão, de Angra do Heroismo, por ter prestado relevantes serviços á instrucção popular
- DG 103 Portaria louvando o cidadão Joaquim Duarte Martins, proprietário em Ferrel por ter prestado relevantes serviços á instrucção popular

- DG 104 Portaria de 2 de maio, louvando o cidadão Marcelino Gonçalves, por serviços especiais prestados á instrução popular
- DG 104 Portaria de 2 de maio, louvando o cidadão Francisco de Almeida Grandella, por serviços especiais prestados á instrução popular
- DG 106 Portaria de 26 de abril, encarregando um amanuense de coadjuvar o serviço de syndicancia á escola industrial de Portalegre
- DG 108 Portaria de 1 de maio, mandando aggregar um lente do Instituto de Agronomia á commissão encarregada de elaborar um projecto de reorganização dos serviços de obras publicas das colonias
- DG 121 Portaria mandando que aos professores das escolas de Lisboa seja pago o subsidio para renda de casas relativo ao segundo semestre de 1911
- DG 123 Portaria de 25 de maio, concedendo aos socios da Associação de Estudantes do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa a redução de 50 por cento nas linhas ferreas do Estado
- DG 129 Portaria de 2 de junho, louvando varios cidadãos, (Adriano Rodrigues da Costa, Manuel Inacio Vergueiro, Camilo Augusto Martins e António Augusto Martins), por serviços prestados á instrução popular
- DG 129 Portaria de 2 de junho, louvando o povo da aldeia de Valhascos, por serviços prestados á instrução popular
- DG 129 Portaria de 2 de junho, louvando um cidadão, por serviços prestados á instrução popular
- DG 134 Portaria de 8 de junho, nomeando os jurys e regulando os serviços do concurso para provimento de logares de professores vagos nos lyceus do país
- DG 135 Portaria mandando suspender o abono das pensões a quatro pensionistas de bellas artes que estão estudando em Paris
- DG 136 Portaria nomeando os presidentes dos exames da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- DG 141 Portaria de 15 de junho, regulando a regencia das cadeiras da Escola Naval que estejam vagas
- DG 143 Portaria de 21 de junho, mandando que um segundo tenente da armada vá ao estrangeiro estudar o curso especial de engenharia naval
- DG 145 Portaria de 15 de junho, louvando diferentes cidadãos por serviços especiais prestados á instrução popular (Fernandes Formigal de Moraes, José Pedro Gomes e José Ferreria Sá Piedade) para a escola mista de A-da-Beja, freguesia de Bellas, Concelho de Sintra
- DG 145 Portaria de 21 de junho, louvando diferentes cidadãos por serviços especiais prestados á instrução popular (Manuel Elias Sobrinho e D. Arminda Rosa da Fonseca) que ofereceram mobília e material escolar, e casa durante dois anos, na freguesia de Aldeia de Nacomba, concelho de Moimenta da Beira
- DG 149 Portaria de 8 de junho, louvando corporações, por serviços prestados á instrução popular (Junta da Parochia, Commissão Parochial e Centro Republicano «A Lucta de Bellas») com a offerta de uma casa para a installação da escola de A-da-Beja
- DG 149 Portaria de 20 de junho, louvando vários cidadãos, por serviços prestados á instrução popular (juntas das Parochias das freguesias constantes do circulo escolar de Angra do Heroismo, bem assim o cidadão governador civil do distrito e todos os professores do referido circulo escolar)
- DG 149 Portaria de 26 de junho, louvando um cidadão (Joaquim Guedes Valente), por serviços prestados á instrução popular
- DG 149 Portaria de 28 de junho, regulando a constituição dos jurys dos exames de instrução secundaria (tem os nomes dos membros do jury)
- DG 152 Portaria de 1 de julho, mandando admittir a exame todos os alumnos de instrução secundaria que, não tendo a idade legal, d'ella sejam dispensados, quando satisfaçam as demais condições regulamentares
- DG 154 Portaria de 8 de junho exonerando a commissão de inquérito á Imprensa Nacional, nomeada em Portaria de 11 de novembro de 1910, por ter concluído os seus trabalhos e apresentado o respectivo relatório
- DG 155 Portaria nomeando o director da Associação Central de Agricultura para estudar no estrangeiro a organização e funcionamento das escolas de pomologia
- DG 155 Portaria mandando que um professor auxiliar da Escola Nacional de Agricultura vá presyar serviço na Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares
- DG 155 Portaria de 4 de julho, mandando isentar de franquia a correspondencia expedida pela Escola Officina n.º 1 da Associação de Beneficencia José Estevam
- DG 155 (R1 DG 182) Rectificação, esclarecendo que a isenção da franquia a que se refere a portaria, é para a Escola Officina n.º 1 da Sociedade Promotora de Asylos, Creches e Escolas e não da Associação de Beneficência José Estevam
- DG 157 Portaria de 6 de julho, concedendo redução nas passagens nos caminhos de ferro do Estado aos membros da Associação dos Estudantes do Porto
- DG 157 Portaria de 7 de julho, mandando proceder á eleição dos reitores das Universidades de Lisboa e Porto
- DG 158 Portaria de 6 de julho, nomeando um lente do ensino Industrial e Commercial, [Vergílio Cesar da Silveira Machado] para ir ao estrangeiro desempenhar uma commissão de estudo [para a organização do ensino da electro-chímica e electro-metallurgia]
- DG 159 Portaria de 8 de julho, louvando um cidadão [José Bernardo Moutinho Russo] pelos serviços prestados á causa da instrução popular
- DG 159 Portaria de 8 de julho, louvando um cidadão [Carlos Alberto Moreira da Silva] pelos serviços prestados á causa da instrução popular
- DG 165 Portaria de 12 de julho, confirmando a nomeação do delegado da Faculdade de Letras ao Congresso Internacional de Raças, que vae realizar-se em Londres

- DG 166 Portaria de 18 de julho, exonerando a comissão incumbida da syndicancia á Imprensa da Universidade de Coimbra
- DG 166 Portaria de 18 de julho, nomeando uma comissão para proseguir os trabalhos da syndicancia á Imprensa da Universidade de Coimbra
- DG 170 Portaria de 20 de julho, louvando um cidadão (António Augusto Paes) que levou a effeito a offerta de cinco carteiras, uma collecção de quadros parietais de João de Deus e um globo terrestre, para a escola masculina da freguesia de S. João da Pesqueira, pelos serviços que prestou á instrucção popular (já em 1908 tinha oferecido á mesma escola vinte carteiras e uma secretária)
- DG 170 Portaria de 20 de julho, louvando a comissão que levou a effeito a construcção de um edificio escolar no logar de Escalles do Meio, pelos serviços que prestaram á instrucção popular
- DG 174 Portaria de 25 de julho, autorizando o director da Escola Industrial Marquês de Pombal a aceitar um legado feito á referida escola e a dar-lhe a devida applicação (um conto de réis nominal para com os seus juros se conferir anualmente um prémio pecuniário ao alumno mais distinto da mesma escola)
- DG 178 Portaria de 1 de agosto, determinando varias providencias para facilitar o serviço dos exames do 2.º grau
- DG 180 Autorizando a administração das Officinas de S. José, do Porto, a applicar parte de uns legados (de valor de 1:050\$000 rinstituído em seu favor por D. Maria do Rosário de Tavares Proença e José Narciso da Silva) á compra de varios artigos
- DG 181 Portaria de 31 de julho, louvando um cidadão [Francisco Manuel dos Santos] por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 181 Portaria de 31 de julho, louvando um cidadão [José Maria de Simões Lopes] por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 187 Portaria do 12 de julho, mandando que o director da Estação Aquicola do Rio Ave fique addido á comissão central de pescarias até a conclusão dos estudos sobre a pesca na ria de Aveiro
- DG 190 Portaria de 12 de agosto, louvando um cidadão [Joaquim Paes Gonçalves] por serviços especiaes prestados á instrucção popular
- DG 190 Portaria de 12 de agosto, louvando um cidadão [José Barroso Baptista] por serviços especiaes prestados a instrucção popular
- DG 193 Portaria de 16 de agosto, mandando proceder á eleição dos vice-reitores das Universidades de Lisboa e Porto
- DG 193 Portaria de 16 de agosto, mandando proceder á eleição, do reitor e vice-reitor da Universidade de Coimbra,
- DG 193 Portaria de 16 de agosto, mandando proceder á eleição das juntas administrativas das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, dos directores e secretários das diferentes Faculdades e escolas dos referidos estabelecimentos de ensino
- DG 197 Portaria de 22 de agosto, incumbindo um assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa de ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 197 Portaria de 23 de agosto, incumbindo um assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa de ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 200 Portaria de 22 de agosto, approvando o regulamento e programma para os exames de admissão no Instituto Superior de Agronomia
- DG 203 Portaria de 22 de agosto, provendo um logar de regente-agricola na Escola de Regentes Agricolas Moraes Soares
- DG 206 Portaria de 1 de setembro, mandando publicar o relatorio da comissão encarregada de estabelecer as bases para a unificação da orthographia, e determinando varias providencias relativas ao assunto
- DG 206 Portaria de 19 de agosto, mandando pôr em execução o regulamento do conselho administrativo da Escola de Guerra
- DG 207 Portaria de 31 de agosto, autorizando a concessão, á Associação Academica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de bilhetes de identidade, para a redução de passagens nas linhas ferreas do Estado, nos termos em que havia sido feita á Associação Academica do Curso Superior de Letras
- DG 207 Portaria de 2 de setembro, louvando um cidadão [Caetano Fernandes de Oliveira] por serviço relevante prestado á instrucção popular
- DG 207 Portaria de 2 de setembro, louvando um cidadão [Germano dos Santos] por serviço relevante prestado á instrucção popular
- DG 207 Portaria de 2 de setembro, louvando um cidadão [Ovidio de Faria Sousa e Alvim] por serviço relevante prestado á instrucção popular
- DG 216 Portaria de 12 de Setembro, deferindo o pedido de uma professora, [D. Verginia da Guerra Quaresma], que pretende ir ao estrangeiro em missão de estudo, sem dispendio para o Estado, estudar estabelecimentos de educação feminina
- DG 219 Portaria de 15 de Setembro, mandando que o seminário patriarcal continue funcionando em Santarém pelo espaço de um ano, e que ao liceu daquela cidade e seja concedida parte do edificio e cêrca do referido seminário
- DG 219 Portaria de 18 de Setembro, determinando que os Prelados enviem ao Ministério da Justiça um plano das matérias que julgarem necessárias ao ensino preparatório para o curso teológico dos seminários
- DG 221 Encarregando um professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra de ir ao estrangeiro estudar os progressos da cirurgia
- DG 221 Encarregando um professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa de estudar no estrangeiro os progressos realizados no tratamento do cancro
- DG 221 Nomeando uma comissão para proceder á vistoria do edificio destinado à installação do liceu central da 3.ª zona escolar de Lisboa
- DG 229 Portaria de 29 de Setembro, nomeando os presidentes dos júris dos exames dos liceus em Outubro

- DG 233 Portaria de 3 de Outubro, permitindo que na área em que foi escolhida para descanso semanal a quarta feira de cada semana seja livre nos domingos o exercício de todo o comércio
- DG 237 Portaria louvando dois cidadãos (Lino Henriques Bento de Sousa e sua mulher D. Maria Albertina Saraiva de Sousa) por serviços especiais prestados à instrução popular na freguesia de Lobão
- DG 237 Mandando admitir à matrícula nas escolas normais todos os candidatos que o requererem até 30 de Setembro
- DG 239 Portaria de 11 de Outubro, incumbindo a uma comissão a escolha de uma propriedade na Ilha do Pico, para instalação da Escola Prática de Agricultura Matos Souto
- DG 239 Portaria de 7 de Outubro, encarregando um professor da Universidade de Lisboa de ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 241 Portaria de 14 de Outubro, esclarecendo a forma como deve proceder-se à matrícula e inscrição dos alunos que pretendem frequentar os diferentes estabelecimentos de ensino superior das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- DG 242 Portaria de 14 de Outubro, mandando que no próximo ano escolar sejam admitidos ao 1.º ano das escolas normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra todos os alunos que assim o requererem até 20 do corrente
- DG 242 Portaria de 14 de Outubro, determinando que a abertura das escolas normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra se realize no dia que oportunamente fôr designado
- DG 243 Portaria de 16 de Outubro, regulando as condições de matrícula dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que tenham frequentado e obtido a aprovação em alguma cadeira
- DG 243 Portaria de 30 de Setembro, colocando provisoriamente um regente agrícola na Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 244 Portaria de 14 de Outubro, louvando a comissão paroquial de Lamegal, por serviços prestados à instrução popular
- DG 245 Portaria de 19 de Outubro, mandando que sejam feitos em Lisboa os exames de diferentes alunos da Universidade de Coimbra, que assim o haviam requerido, e nomeando os respectivos júris
- DG 245 (R1 DG 250) Rectificação à portaria que nomeou os júris dos exames a que se refere o supracitado aviso
- DG 250 Portaria de 25 de Outubro, cedendo provisoriamente ao Liceu de Viana do Castelo um terreno anexo à casa jesuítica de Quesados
- DG 254 Portaria de 27 de Outubro, nomeando uma comissão para sindicar do funcionamento do Colégio das Missões Ultramarinas
- DG 254 (R1 DG 256) Rectificações à portaria relativa á sindicância ao Colégio das Missões Ultramarinas
- DG 255 Portaria de 30 de Outubro, mandando abrir concurso perante as reitorias das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto para a concessão de «Bölsas de Estudos», destinadas à isenção do pagamento de propinas de matrícula e inscrição
- DG 264 Portaria de 6 de Novembro, louvando José António de Sousa Bastos, por serviços prestados às escolas primárias de Cavez
- DG 264 Portaria de 9 de Novembro, substituindo um dos membros do Júri dos exames da 8.ª, 13.ª e 16.ª cadeiras da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que vão realizar-se em Lisboa
- DG 268 Portaria de 14 de Novembro, autorizando a venda dos mobiliários sem valor artístico ou histórico, que foram das igrejas e dos extintos seminários e paços episcopais
- DG 269 Portaria de 14 de Novembro, louvando o cidadão Manuel Faria Pereira, por serviços prestados à instrução popular
- DG 269 Portaria de 15 de Novembro, mandando retirar as pensões que eram concedidas pelo Estado a quatro pensionistas de Belas Artes em Paris
- DG 270 Portaria de 15 de Novembro, mandando retirar a pensão a um pensionista do Estado na Universidade de Gand
- DG 271 Mandando que no provimento de lugares de professor provisório do Liceu Maria Pia tenham preferência os concorrentes do sexo femenino devidamente habilitados
- DG 272 Portaria de 20 de Novembro, determinando que as escolas do sexo masculino possam ser interinamente regidas por professoras
- DG 274 Portaria de 28 de Novembro, mandando que sejam convidados os candidatos a professores de determinadas cadeiras das novas escolas normais (Lisboa, Porto e Coimbra) a apresentarem os seus documentos no prazo de quinze dias. Está incluída a vaga para Professor ordinário de Matemática e cosmografia – 1.º grupo da secção científica.
- DG 275 Portaria de 23 de Novembro, louvando dois cidadãos (João Guilherme da Costa Caldas e José Gimarães) por serviços prestados à instrução popular
- DG 275 Portaria de 23 de Novembro, louvando um cidadão (Joaquim Pereira da Silva Neto) por serviços prestados à instrução popular
- DG 278 Portaria de 27 de Novembro, preceituando quais as cadeiras das Universidades que devem ser exigidas para a admissão dos alunos na Escola de Guerra
- DG 278 Portaria provendo o cargo de demonstrador da cadeira de bacteriologia e parasitologia da Escola de Medicina Tropical
- DG 280 Portaria de 28 de Novembro, nomeando uma nova comissão para a sindicância aos serviços do Colégio das Missões Ultramarinas em vez da nomeada em 7 de Outubro
- DG 282 Portaria de 30 de Novembro, mandando observar as disposições legais existentes que não permitem a transferência de professores primários senão depois de um ano de permanência na última escola
- DG 286 Adiando o cumprimento das disposições da portaria de 22 de Novembro na parte que respeita à nomeação do pessoal docente das novas escolas normais

- DG 286 Aprovando o programa e instruções referentes ao concurso para escolha de um pensionista do Estado que vá ao estrangeiro aperfeiçoar-se na especialidade da arquitectura
- DG 286 Encarregando um professor da Faculdade de Medicina de Lisboa de ir ao estrangeiro estudar os progressos da cirurgia
- DG 292 Portaria de 12 de Dezembro louvando o inspector (António da Conceição) e um professor (José Augusto Saraiva) do círculo escolar de Alenquer por serviços prestados à instrução popular
- DG 293 Portaria de 15 de Dezembro, autorizando a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, de Lisboa, a aplicar a várias obras o produto de três legados
- DG 293 (R1 DG 295) Rectificação ao local em que o edifício da Associação Promotora do Ensino dos Cegos está situado
- DG 293 Portaria de 14 de Dezembro, louvando a Direcção do Centro Escolar Democrático e a Junta da Paróquia de Alhandra, por serviços prestados à instrução popular
- DG 293 Portaria de 28 de Novembro, provendo provisoriamente diferentes lugares de segundo assistente da Faculdade de Ciências de Lisboa
- DG 295 Concedendo bilhetes de identidade, para a redução de 50 por cento nas passagens dos caminhos de ferro do Estado, aos membros das associações dos estudantes do Instituto Superior de Agronomia e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- DG 295 (R1 DG 297), Nova publicação, rectificada, da portaria de 16 de Dezembro, que concede aos sócios da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia a redução de 50 por cento nas passagens em caminhos de ferro do Estado
- DG 297 Portaria de 19 de Dezembro autorizando um professor do Liceu de Sá da Bandeira, em Santarém, a exercer provisoriamente as funções de médico escolar do referido liceu
- DG 298 Portaria encarregando um professor do conservatório de Lisboa de colecionar os instrumentos de música e seus acessórios que se acham dispersos por vários edifícios de conventos, paços e museus
- DG 299 Portaria de 19 de Dezembro autorizando um professor do Liceu de Lamego, a exercer provisoriamente as funções de médico escolar naquele liceu
- DG 301 Portaria de 26 de Dezembro, estabelecendo as condições de matrícula, na Escola de Guerra, dos indivíduos habilitados com cadeiras das antigas escolas superiores de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- DG 302 Portaria de 23 de Dezembro, louvando vários cidadãos pela oferta, que fizeram, de um edifício para a escola primária do lugar de Boa Farinha (Dr. José de Oliveira Xavier, José Joaquim de Moura Neves, José Joaquim da Silva Neves e José Henriques Alves Fróis)
- DG 304 Portaria mandando por em execução o programa do concurso de admissão à matrícula na Escola de Guerra para o ano lectivo de 1912-1913

Annuncios

- DG 9 Annuncio de concurso para provimento de um lugar de professora da escola primária do sexo feminino de Cacheu, provincia da Guiné
- DG 10 Annuncio da Imprensa Nacional de concurso para admissão de aprendizes na escola de impressão
- DG 11 Annuncio da Imprensa Nacional de concurso para admissão de um aprendiz na escola de fundição
- DG 68 Annuncio de concurso para provimento de um lugar de professora da escola de ensino primário do sexo feminino de Bolama, na Guiné
- DG 85 Annuncio de concursos para provimento da cadeira anexa de filosofia do Lyceu Nacional de Nova Goa e de um lugar de professor do 7.º grupo (desenho e geometria) do mesmo lyceu
- DG 85 (R1 DG 90) Por ser saído incorrecto no DG 85 de novo se publica o annuncio de concursos para provimento da cadeira anexa de filosofia do Lyceu Nacional de Nova Goa e de um lugar de professor do 7.º grupo (desenho e geometria) do mesmo lyceu
- DG 128 Annuncio de concurso para provimento de logares de professores de escolas primarias destinadas ao ensino da língua, historia e geografia de Portugal em países estrangeiros
- DG 144 Annuncio de concurso para provimento de um lugar de professora da escola primaria para o sexo feminino de Bolama, Guiné
- DG 165 Escola de Alumnos Marinheiros do Porto, annuncio para admissão de alumnos e arrematação de vinho (annuncio repetido nos DG 166, DG 167 e DG 171)
- DG 165 Escola de Alumnos Marinheiros de Faro, annuncio para admissão de alumnos (annuncio repetido nos DG 166, DG 167 e DG 171)
- DG 172 Escola de Alumnos Marinheiros do Norte, annuncio para admissão de alumnos
- DG 199 Annuncio de concurso para admissão de alumnas ao Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- DG 199 Annuncio de concurso para admissão de alumnos ao Instituto Profissional dos Pupilos do Exercito de Terra e Mar
- DG 238 Casa Pia de Lisboa, anúncio de concurso para provimento de um lugar de professor
- DG 252 Universidade de Coimbra, annuncio de concurso para provimento de lugares de segundos assistentes da 3.ª secção da Faculdade de Ciências
- DG 252 Universidade de Coimbra, nova publicação de concurso para assistentes da Faculdade de Direito
- DG 257 Universidade de Lisboa annuncio de concurso para concessão de «Bolsas de Estudo» destinadas à isenção do pagamento de propinas e de matricula de inscrição
- DG 282 Annuncio do concurso para provimento dum lugar de professora da escola do ensino primário do sexo feminino em Bissau, na provincia da Guiné
- DG 292 Instituto Torre e Espada, anúncio de concurso para admissão de quatro professores

- DG 294 Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio de concurso para admissão de aprendizes nas escolas de composição, impressão e fundição
- DG 298 Instituto Superior de Agronomia, anuncio para venda de flores, trigo e laranjas
- DG 298 Escola Industrial de Reforma do Porto, anúncio para venda de pedra
- DG 302 Delegação da Procaduria da República em Felgueiras, anúncios para arrendamento dos edifícios e pertenças dos extintos colégios de Santa Quitéria e S. Vicente de Paulo

Avisos

- DG 29 Aviso acerca da aprovação pela Inspeção Hygienica de um livro sobre ensino de desenho
- DG 18 Aviso aos indivíduos que hajam requerido autorização para se inscreverem como professores particulares de ensino livre para declararem se mantem aquella pretensão, a fim de lhes ser dado deferimento
- DG 28 Aviso a um professor do Lyceu de Beja (António Vaz Madeira), ausente com licença, para comparecer no Ministério, a fim de lhe ser comunicada uma ordem de serviço
- DG 36 Aviso acerca do deferimento do pedido de inscrição de uma professora de ensino primário particular na sub-inspecção escolar de Beja nos termos do Aviso publicado do DG 18 de 21 de janeiro
- DG 44 Aviso acêrca da aprovação pela Inspeção Médica de um livro destinado ao ensino da história pátria
- DG 49 Aviso de concurso de logares de professores de desenho geral elementar, ornamental e modelação que vagarem nas escolas de ensino industrial e commercial
- DG 73 Aviso aos indivíduos com as necessárias habilitações que queiram interinamente reger as disciplinas de francês gynastica no Liceu de Faro, para nesse sentido apresentarem os requerimentos na Direcção Geral de Instrucção Secundária e Especial
- DG 107 Aviso a um professor da Escola de Bissau, para comparecer na Direcção Geral das Colónias, a fim de legalizar a sua situação
- DG 112 Escola Polytechnica, Aviso de que se realizarão no dia 16 de junho proximo as provas praticas do concurso para dois lugares de lente substituto das cadeiras de mathematica
- DG 125 Lyceu Maria Pia, aviso acerca de serviço de exames
- DG 125 Escola Pratica Elementar de Telegrafia de Lisboa, aviso para exames
- DG 125 Escola Naval, aviso para exames (repete no DG 126)
- DG 132 Lyceu Maria Pia, aviso acerca de serviço de exames
- DG 137 Escola Pratica Elementar de Telegrafia do Porto, aviso para exames
- DG 144 Aviso do concurso para provimento de um logar de professora da escola primaria para do sexo feminino em Bolama
- DG 150 Bibliotecas e Archivos Nacionais, aviso acerca das matriculas nas aulas do curso superior de bibliotecário-archivista
- DG 177 Bibliotecas e Archivos Nacionais, aviso para os exames nas cadeiras do curso superior de bibliotecário-archivista
- DG 182 Aviso acerca do serviço de exames do 2.º grau nas sedes dos concelhos
- DG 182 Aviso acerca do concurso para logares de professores de escolas primarias portuguesas estabelecidas em países estrangeiros
- DG 182 Aviso do Aylo-Escola dos Cegos António Feliciano de Castilho - Movimento do mês de julho de 1911 recebidos os seguintes donativos: 3,750 kg de chouriços-murcellas ...
- DG 187 Aviso para apresentação de reclamações acerca da delimitação dos círculos escolares
- DG 193 Aviso da Escola Naval para as matriculas nos cursos de pilotagem e de machinistas mercantes (repetido no DG 199 e no DG 203)
- DG 200 Escola Pratica de Correios e Telegraphos, aviso para matriculas
- DG 204 Instituto Superior Técnico aviso para matriculas
- DG 205 Lyceu D. Maria Pia aviso para matriculas (repetido no DG 216)
- DG 209 Instituto Superior de Agronomia aviso para matriculas (repetido no DG 210, DG 211, DG 212, DG 214, DG 216, DG 217, DG 219, DG 220 e DG 226)
- DG 210 Escola de Medicina Veterinária aviso para matriculas (repetido no DG 211, DG 212, DG 214, DG 217, DG 219, DG 220 e DG 226)
- DG 210 Lyceu Passos Manuel aviso para matriculas
- DG 211 Hospital de S. José aviso para matriculas na escola profissional de enfermeiros
- DG 211 Escola Colonial aviso para matriculas (repetido no DG 212 e no DG 214)
- DG 211 Santa Casa da Mesericórdia de Lisboa aviso para matriculas na aula denominada Aula da Rainha D. Leonor
- DG 215 Academia das Sciencias de Lisboa, aviso para matriculas no Instituto Mainense (repetido do DG 217 e no DG 218)
- DG 216 Escola de Belas Artes de Lisboa aviso para matriculas (repetido no DG 218 e no DG 220)
- DG 217 Conservatório de Lisboa, aviso para matriculas no curso de arte dramática
- DG 220 Escola Pratica Elementar de Correios e Telegrafos, aviso para exames finais de Outubro
- DG 222 Instituto Superior Técnico, declaração acerca da licença a um professor
- DG 222 Universidade de Coimbra, avisos para matriculas nas Faculdades de Direito e de Letras
- DG 222 Aviso acerca da regência provisória de cadeiras dos liceus no ano lectivo de 1911-1912
- DG 223 Universidade de Coimbra, avisos para matriculas na Faculdade de Sciencias e na Escola de Farmácia
- DG 227 Instituto Superior Técnico, aviso acerca da prorrogação do prazo para matriculas (repete no DG 228 e DG 229)
- DG 227 Liceu Passos Manuel, aviso acerca do serviço de exames em Outubro

- DG 229 Câmara Municipal de Lisboa, aviso para matriculas na Escola de Luz Soriano (Escola sita na Rua de Luz Soriano, n.º 42)
- DG 230 Escola de Medicina Tropical, aviso para matrículas
- DG 239 Universidade de Lisboa, aviso acerca da eleição do vice-reitor
- DG 243 Universidade de Lisboa, aviso para matriculas
- DG 244 Universidade de Lisboa, aviso para a eleição da Junta Administrativa da Universidade
- DG 244 Escola Naval, anuncio do concurso para provimento dos lugares de lentes da 3.ª e 6.ª cadeiras
- DG 244 (R1 DG 299) Fica sustado o concurso para provimento da 3.ª e 6.ª cadeiras
- DG 250 Aviso acerca dos exames dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que requereram para realizar as suas provas em Lisboa
- DG 251 Aviso acerca dos exames dos alunos da 10.ª, 12.ª e 19.ª cadeiras da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que requereram para realizar as suas provas em Lisboa
- DG 252 Bibliotecas e Arquivos Nacionais, aviso para matriculas no curso de bibliotecário-arquivista
- DG 252 Universidade de Lisboa aviso acerca de concurso para lugares de professores e de ajudante de professor de desenho, a que se refere o aviso publicado no *Diário* n.º 88, de 23 de Abril de 1910
- DG 252 Faculdade de Ciências de Lisboa aviso acerca dos exames dos alunos da Universidade de Coimbra que requereram para dar as suas provas em Lisboa
- DG 252 Hospital de S. José aviso acerca da abertura das aulas da Escola Profissional de Enfermeiros
- DG 268 Universidade de Lisboa, aviso acerca da prorrogação do prazo para a entrega de requerimentos dos pretendentes às «Bolsas de Estudo»
- DG 271 Aviso a um professor do Liceu de Évora para comparecer ao serviço no prazo de dez dias
- DG 272 Aviso aos professores do 1.º e 2.º grupos dos liceus, que pretendam ser providos na vafa de professor da 1.ª cadeira da Escola da Arte de Representar, para nesse sentido apresentarem os seus requerimentos
- DG 272 Instituto Superior de Agronomia, aviso para matriculas de tirocínio dos alunos agrónomos e silvicultores dos cursos de agronomia colonial e dos regentes agrícolas e agricultores que queiram servir no ultramar
- DG 273 Escola Nacional de Agricultura, aviso de que as aulas abrirão no dia 25 do corrente (Novembro)
- DG 298 Escola Naval, aviso de ter ficado sustado o concurso para provimento da 3.ª e 6.ª cadeiras

Circulares

- DG 32 Circular acerca da orientação a dar ao ensino ministrado nos institutos de instrução secundária
- DG 176 Circular aos párochos convidando-os a declararem os seus sentimentos para com as instituições republicanas

Declarações

- DG 6 Declaração de que o alumno a quem foi restabelecida a pensão do Estado por decreto de 4 do corrente DG 3, seguirá os seus estudos em Mons (Bélgica) e não em Paris
- DG 22 Declaração acerca da nomeação de mais um vogal (Estebam Augusto de Oliveira Martins) para a comissão de instrução e beneficência da freguesia de S. João Baptista, do concelho de Alcochete
- DG 24 Declaração de ter sido aprovado um livro pela Inspeção Hygienica
- DG 44 Declaração de ter sido aprovado um livro de historia pátria, pela Inspeção Hygienica
- DG 44 Declaração de ter sido annullado o concurso aberto em dezembro de 1909 para livros destinados a prémios nas escolas primarias
- DG 54 Declaração de ter sido aprovado pela Inspeção Hygienica o livro de ensino primário «Resumo da historia pátria»
- DG 68 Declaração acerca da inscrição de tres professores particulares de ensino livre (Carlos de Oliveira Martins, Alzira dos Santos Alves e Virginia Silveira da Mota)
- DG 69 Declaração acerca da inscrição de uma professora particular de ensino livre (Margarida da Fonseca)
- DG 75 Declaração acerca da transferêcia da inscrição de um professor particular de ensino livre (João José Baptista Botelho) para a 1.ª Circunscção Escolar - Lisboa
- DG 234 Declaração de que os juizes que presidem aos exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra continuem no desempenho daquela comissão até a conclusão dos referidos exames
- DG 238 Instituto Superior Técnico, declaração acerca da concessão de uma licença a um professor
- DG 294 Declaração de ter sido ordenada a continuação de diversas obras nos edificios da Escola de Guerra, do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e do Instituto Superior Técnico

Despachos

- DG 44 Despacho autorizando uma professora particular (Carmina da Conceição Marinho) a exercer o ensino livre na cidade de Lisboa
- DG 76 Despacho determinando que um amanuense do Monistério do Fomento vá auxiliar o novo director da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares na organização dos serviços da respectiva secretaria e armazéns, e fixando a remuneração que lhe deve ser abonada
- DG 76 (R1 DG 78) Nova publicação, rectificada do despacho relativo á nomeação de um amanuense do Monistério do Fomento para auxiliar os trabalhos de organização dos serviços de secretaria da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 76 (R2 DG 79) Nova publicação, rectificada do despacho relativo á nomeação de um amanuense do Monistério do Fomento para auxiliar os trabalhos de organização dos serviços de secretaria da Escola de Regentes Agrícolas Moraes Soares
- DG 137 Despacho substituindo alguns membros do jury dos concursos para o magistério secundário

- DG 151 Despacho substituindo um elemento do jury dos exames da 7.ª classe (sciências) do lyceu Camões
- DG 152 Despacho substituindo um elemento do jury dos exames da 7.ª classe (sciências) do lyceu da 3.ª zona (Lapa)
- DG 169 Despacho substituindo um elemento do jury dos exames da 7.ª classe no Lyceu Camões
- DG 178 Conclusões relativas ao processo de syndincancia ao inspector da 2.ª Circunscricção escolar
- DG 183 Despacho annullando o concurso para livros de ensino primário anunciado no *Diário* de 8 de Setembro de 1910
- DG 189 Despacho conceendo o edificio do paço episcopal de Castello Branco para instalação do lyceu e escolas normais
- DG 190 Despacho concedendo á commissão parochial da Sé Nova, de Coimbra, o edificio da igreja de S. Pedro, para estabelecimento de uma cantina escolar
- DG 220 Despacho concedendo à Câmara Municipal de Faro, o edificio do seminário daquela cidade, para aquartelamento de tropas e internato de estudantes do liceu
- DG 232 Despacho concedendo à Commissão Administrativa do Municipio de Leiria o edificio do extinto seminário da cidade de Leiria para nele se estabelecer um internato liceal
- DG 237 As escolas officiais da freguesia de Lobão, concelho e circulo escolar da Feira, ficassem sendo denominadas de “Escolas officiais Lino Henriques Bento de Sousa e D. Maria Albertina Saraiva de Sousa”
- DG 286 Despacho nomeando comissões concelhias de administração dos bens das Igrejas (quase todas têm pelo menos um professor)
- DG 292 Despacho encarregando um professor da Universidade de Lisboa (Dr. Afonso Augusto d’Costa), de estudar no estrangeiro a organização dos estabelecimentos destinados a menores em perigo moral

Conclusões

- DG 178 Conclusões relativas ao processo de syndincancia ao inspector da 2.ª Circunscricção Escolar

Editais

- DG 112 Lyceu de Camões, edital regulando o serviço de exames
- DG 107 Faculdade de Medicina do Porto, para a substituição pelas respectivas cartas de habilitação, das certidões provisórias passadas a diferentes médicos, dentistas e pharmaceuticos
- DG 116 Lyceu Passos Manuel, edital regulando o serviço de exames (publicado também no DG 117 e no DG 118)
- DG 122 Lyceu de Camões, edital regulando o serviço de exames
- DG 178 Lyceu Passos Manuel, edital acerca da adjudicação do prémio Midosi (também publicado nos DG 179 e DG 180)
- DG 223 Edital acerca do concurso para o logar de professor de 1.ª classe da aula de rabeca e violeta do Conservatório de Lisboa
- DG 248 Universidade de Coimbra, edital ordenando que o diploma de curso geral só seja concedido quando os interessados apresentem documentos de aprovação em todas as cadeiras desse curso

Informações

- DG 206 Informações referentes a uma acusação feita aos actos de um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Listas

- DG 9 Lista de manuais escolares aprovados pela inspecção Hygienica em 7 de janeiro
- DG 220 Lista com a nota dos candidatos em condições de serem admitidos com alunos no Colégio Militar
- DG 220 (R1 DG 222) Aditamento à lista de alunos em condições de serem admitidos no Colégio Militar
- DG 220 (R2 DG 227) Novo aditamento à lista de alunos em condições de serem admitidos no Colégio Militar

Notas

- DG 2 Nota dos nomes dos professores dos lyceus que desempenham as funções de reitores
- DG 2 (R1 DG 3) Rectificação á nota anterior a um dos nomes e uma nova nomeação
- DG 7 Nota dos alunos da Academia de Bellas Artes de Lisboa que perderam o anno por faltas
- DG 12 Nota sobre um manual escolar aprovado pela inspecção Hygienica em 14 de janeiro
- DG 20 Nota da comissão encarregada de syndicar a escola Arsenio José Alves, em Lisboa
- DG 14 Nota de vários livros aprovados pela inspecção Hygienica em 17 de janeiro
- DG 36 Nota da substituição de um vogal da commissão de beneficência e ensino da freguesia de Cabreira (por falecimento de um vogal, entra José Alves, proprietário)
- DG 41 Nota da reconstituição da Commissão de Beneficência Official de ensino da freguesia de Bemfica (José Dias Leandro, comerciante; Constantino de Brito, general reformado; Julio Monteiro Heredia, negociante; Albano Barbosa, negociante; António de Sousa Azevedo, parcho e Joaquim Evaristo, médico)
- DG 41 Nota da reconstituição da commissão de beneficência e ensino da freguesia e concelho de Gavião (Adriano de Matos Maia, António Machado Cordeiro, José Lucas e António Costa)
- DG 55 Nota da autorização concedida a uma professora (Maria Estrella da Costa) para exercer o ensino particular livre na cidade da Figueira da Foz
- DG 67 Nota da constituição da commissão official de beneficencia escolar da freguesia de S. Sebastião da Pedreira (António Eduardo Villaça, Henrique de Mendonça, Pedro Benard, Jacinto Silva, Manuel Martins Cardoso, Manuel Frederico de Almeida e Vergílio Santos)
- DG 72 Nota da constituição da commissão official de beneficencia escolar da freguesia de S. Brás do Samouco (Manuel Bernardo Fina, Avellar Huerta de Oliveira, Carlos Augusto Ervedoso, José de Jesus Mendes e Raúl Caetano de Almeida)

- DG 105 Nota dos candidatos aprovados no concurso para professores das escolas industriais
- DG 161 Nota de substituição de três presidentes de jurys de exames do ensino secundário
- DG 181 Nota dos alumnos da 3.ª classe da Escola Normal de Villa Real aprovados no exame final
- DG 185 Nota do resultado dos exames finais dos alumnos da 3.ª classe da Escola Normal do Porto no anno lectivo de 1910-1911
- DG 202 Nota dos jurys dos exames do 2.º grau no circulo escolar do Funchal e aviso acerca do serviço dos referidos exames
- DG 202 Nota dos presidentes dos jurys de exames do 2.º grau nas sedes dos diferentes concelhos
- DG 209 Instituto Superior Technico Nota de provimento de três logares de professor e parecer sobre as respectivas nomeações
- DG 213 Instituto Superior Technico notas e pareceres sobre nomeação de pessoal
- DG 215 Nota de resultados dos exames finais em diferentes escolas de ensino normal no ano lectivo de 1910-1911
- DG 216 Nota de resultados dos exames finais em diferentes escolas de ensino normal no ano lectivo de 1910-1911 (continuação)
- DG 216 (R1 DG 230) Rectificação à lista dos alumnos que concluíram o curso da Escola de Ensino Normal de Portalegre
- DG 218 Nota de resultados dos exames finais em diferentes escolas de habilitação para o magistério primário no ano lectivo de 1910-1911
- DG 220 Nota dos candidatos em condições de serem admitidos como alumnos do Colégio Militar
- DG 253 Nota da Constituição do Senado Universitário e Junta Administrativa da Universidade de Lisboa
- DG 255 Nota da Constituição do Senado Universitário e Junta Administrativa da Universidade de Pôrto
- DG 259 Nota da Constituição do Senado Universitário e Junta Administrativa da Universidade de Coimbra
- DG 283 Nota dos vogais eleitos para o Senado e Assembleia Geral da Universidade de Coimbra, como representantes dos alumnos

Quadros

- DG 292 Quadro dos candidatos às Bolsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade de Coimbra verificou satisfazerem condições de admissão

Pareceres

- DG 65 Parecer da Secção Permanente do Conselho Superior de Instrução Publica acerca da adopção de um livro de ensino intitulado «Problemas e Manipulações de Chimica»
- N.º 35 Facultando a repetição de exames em outubro aos alumnos dos liceus que na primeira época tenham ficado reprovados numa só disciplina (Arquivo Histórico da Secretaria da Assembleia Nacional Constituinte)

Programmas

- DG 210 Programmas dos concursos a premio e de admissão aos cursos superiores do Conservatório de Lisboa
- DG 246 Programmas dos concursos a prémio do 8.º ano do curso de arte de representar, do conservatório de Lisboa
- DG 304 Programa do concurso de admissão à matricula na Escola de Guerra para o ano lectivo de 1912-1913

Regulamentos

- DG 23 Regulamento geral da Academia de Sciencias de Portugal
- DG 23 (R1 DG 28) Rectificação ao regulamento da Academia de Sciencias de Portugal

Relações

- DG 6 Relação de obras do ensino primário aprovados pela Inspeção Hygienica
- DG 19 Relação de livros de ensino primário aprovados pela Inspeção Hygienica
- DG 21 Relação de livros de ensino primário aprovados pela Inspeção Hygienica, aprovados em 25 de janeiro
- DG 41 Nota da reconstituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de Bemfica (José Dias Leandro, commerciante; Constatino de Brito, general reformado; Julio Monteiro Heredia, negociante; Albano Barbosa, negociante; António de Sousa Azevedo, parcho e Joaquim Evaristo, médico)
- DG 64 Relação dos indivíduos autorizados a inscreverem-se como professores de ensino livre em Lisboa
- DG 188 Relação dos alumnos da Escola Normal de Faro aprovados no exame final da 3.ª classe
- DG 190 Relação das alumnas que concluíram o curso da Escola Normal de Coimbra
- DG 192 Relação dos alumnos da Escola de Ensino Normal de Viseu aprovados no exame final da 3.ª classe
- DG 243 Relação dos candidatos admitidos com alumnos na Escola Normal de Agricultura

Relatórios

- DG 10 Relatório do presidente do jury dos concursos para sub-inspectores primários, acerca do ultimo concurso realizado e do estado das escolas primárias officiaes da cidade de Lisboa
- DG 53 Relatoria da Junta da Bulla da Cruzada acerca da administração dos seminários do anno económico de 1909-1910 (são referidos valores dispendidos com os vencimentos dos professores, mesadas dos alumnos, números de alumnos que frequentaram as aulas divididos entre internos: porcionistas e pensionistas e, externos)
- DG 213 Relatório da comissão incumbida de estudar as bases da ortografia
- DG 297 Relatório da comissão incumbida de averiguar as causas da decadência do Teatro Português, nomeada pela Portaria publicada no DG 36

Representações

- DG 62 Representação da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra para a cedência do edifício do extinto Collegio Ursulino, a fim de nelle ser estabelecido um serviço de hospitalização de alienados

Decretos dos Altos Comissários de Moçambique

- 5-10 Criada a *Escola Prática Comercial e Industrial* (será extinta pelo decreto n.º 3:916)

Ordens do Exército

- DG 122 Ordem do Exército n.º 11 Reorganiza o exercito e todas as escola anexas à mesma arma, nomeadamente a *Escola do Exército*
- DG 122 (R1 DG 153) Ordem do Exército n.º 11 Esclarecendo alguns preceitos do decreto orgânico da Escola de Guerra e do que nomeou o pessoal dirigente de administração e ensino escolar do Instituto dos Pupilos do Exercito de Terre e Mar
- DG 258 Ordem n.º 18 Muda o nome de *Escola do Exército* para *Escola de Guerra*, reorganiza todo o ensino militar, e a Engenharia militar é separada da Engenharia civil sendo criado o *Instituto Superior Técnico*

1912

Assembleia Nacional Constituinte

- DG 3 Proposta de lei sobre a aplicação de certas disposições da lei do recrutamento dos alunos das universidades
- DG 14 Proposta de lei para a renovação de alguns artigos do regulamento das escolas Médico-Cirúrgicas
- DG 15 Proposta de lei sobre a reforma e regulamento dos serviços da Escola de Música do Conservatório de Lisboa
- DG 16 Projecto de lei para concessão de um crédito à Academia das Sciencias de Portugal
- DG 17 Proposta de lei para a extinção dos lugares de inspectores das bibliotecas eruditas e dos arquivos e das bibliotecas populares e móveis
- DG 17 Projecto de lei sobre direitos civis da mulher
- DG 29 Projecto de lei para serem feitas determinadas concessões aos alunos que frequentem os cursos das Faculdades de Ciências ou os cursos gerais de zoologia e de botânica
- DG 30 Projecto de lei dando ao Liceu Central de Leiria a denominação de Liceu de Francisco Rodrigues Lobo
- DG 30 Projecto de lei fomentando a colonização de Angola pelos israelitas
- DG 30 Projecto de lei concedendo aposentação aos empregados menores dos liceus
- DG 33 Projecto de lei sobre a criação em Lisboa dum instituto intitulado Escola de Altos Estudos Políticos e Sociais
- DG 34 Projecto de lei equiparando os secretários dos liceus centrais de Lisboa, Porto e Coimbra, aos secretários das inspecções escolares
- DG 36 Projecto de lei criando liceus municipais em Margão e Mapuçá
- DG 38 Projecto de lei dando certas prerrogativas à Sociedade promotora de Asilos, Creches e Escolas
- DG 48 Projecto de lei mandando suspender provisoriamente a construção de edifícios escolares
- DG 54 Projecto de lei criando o Ministério da Instrução e Arte
- DG 55 Projecto de lei reformando o ensino técnico
- DG 55 Projecto de lei substituindo a cadeira de português do Instituto Industrial de Guimarães por uma cadeira de desenho architectónico e mecânico
- DG 55 Projecto de lei reorganizando o quadro das disciplinas da Escola Industrial de Guimarães
- DG 61 Projecto de lei autorizando a Câmara Municipal de Tôres Vedras a constituir um emprétimo para a construção duma escola
- DG 61 Projecto de lei criando duas escolas de artes e ofícios no distrito de Inhambane
- DG 63 Projecto de lei organizando o Ministério da Instrução Pública
- DG 63 Projecto de lei mandando que determinadas disciplinas sejam encerradas nas escolas de farmácia
- DG 65 Projecto de lei isentando do pagamento de matrículas os alunos das escolas superiores subsidiadas pelo legado de Luz Soriano
- DG 72 Projecto de lei mandando temporariamente os cursos de higiene e medicina sanitária do Pôrto e Coimbra
- DG 72 Projecto de lei regulando o provimento de escolas primárias
- DG 85 Projecto de lei regulando a situação dos inspectores de instrução primária nomeados pelo Governo Provisório
- DG 86 Projecto de lei criando na metrópole um instituto de ensino para os filhos dos naturais das colónias que nelas tenham residência efectiva
- DG 90 Projecto de lei estabelecendo várias providências para o rápido provimento das escolas primárias do sexo masculinas que se encontram vagas
- DG 98 Projecto de lei criando uma escola profissional na vila da Marinha Grande
- DG 102 Projecto de lei determinando a criação duma agência única de criadas e amas de leite em Lisboa, sob a vigilância e protecção do Governo
- DG 104 Projecto de lei fixando a verba de 4:000\$000 réis para subsidiar três funcionários telegráficos do ultramar
- DG 105 Projecto de lei dando ao Govêrno a fiscalização das escolas particulares do tipo da Escola Prática Comercial Raúl Dória, no Porto
- DG 112 Projecto de lei criando um instituto colonial em Lisboa

- DG 114 Projecto de lei dispensando da regência de aulas os reitores dos liceus cuja população escolar seja superior a quatrocentos alunos
- DG 119 Projecto de lei autorizando a publicação, por conta do Estado, de trabalhos da Academia das Ciências de Portugal
- DG 126 Projecto de lei reorganizando os cursos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 127 Projecto de lei regulando a situação dos engenheiros industriais diplomados pelos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto
- DG 128 Projecto de lei declarando em vigor, temporariamente, a legislação de 1901 referente ao ensino normal primário
- DG 128 Projecto de lei criando uma direcção de contabilidade anexa aos serviços de instrução pública
- DG 128 Projecto de lei criando um corpo de cem professores ambulantes
- DG 132 Projecto de lei regulando o preenchimento de vagas de professores nos liceus
- DG 136 Projecto de lei permitindo que façam exame em Outubro, os estudantes que, por motivo do serviço militar, deixaram de frequentar as aulas
- DG 136 Projecto de lei, do Senado da República Portuguesa, extinguindo a Repartição dos Serviços de Instrução Agrícola
- DG 142 Projecto de lei interpretando alguns artigos do regulamento da Escola de Guerra
- DG 148 Projecto de lei criando um observatório meteorológico e magnético
- DG 153 Projecto de lei dando o título de engenheiro-agricola aos indivíduos diplomados com o curso da Escola Nacional da Agricultura
- DG 153 Projecto de lei criando cursos de férias para professores de instrução secundária
- DG 155 Projecto de lei substituindo a escola de instrução secundária de Moncorvo por uma escola elementar de comércio
- DG 268 Projecto de lei sobre concessão duma época de exames da Universidade de Coimbra
- DG 268 Projecto de lei sobre admissão às escolas normais
- DG 296 Projecto de lei sobre a organização do Instituto Superior do Comércio
- DG 296 Projecto de lei sobre a isenção de franquia para a correspondência da Universidade Livre
- DG 297 Projecto de lei considerando oficial a escola mixta de Lordelo do Ouro, no Porto
- DG 297 Projecto de lei regulando a situação dos professores de instrução primária em comissão
- DG 297 Projecto de lei criando uma Repartição de Contabilidade junto do Ministério de Instrução Pública
- DG 298 Projecto de lei sobre a criação duma nova disciplina na Escola Industrial Afonso Domingues
- DG 298 Projecto de lei sobre construção de edifícios escolares por conta das câmaras municipais
- DG 299 Projecto de lei sobre a venda do passal da freguesia de Amorim e a aplicação do respectivo produto à construção de escolas

Leis

- DG 2 Lei de 30 de Dezembro de 1911, mandando que, para os efeitos da administração do ensino primário, e com determinadas excepções, continui em vigor a antiga legislação escolar, até ulterior resolução
- DG 4 Lei de 29 de Dezembro de 1911, permitindo, ainda no presente ano lectivo, a matrícula no 1.º ano das escolas normais e nas de habilitação para o magistério primário
- DG 6 Lei de 2 de Janeiro, permitindo a matrícula no 2.º ano das escolas de ensino normal aos indivíduos habilitados com o curso completo de preparatórios dos seminários portugueses
- DG 11 Lei de 3 de Fevereiro, autorizando o Governo a adoptar várias medidas para ocorrer aos encargos do ensino primário concelhio durante o segundo semestre de 1911-1912
- DG 17 Lei de 19 de Janeiro, concedendo uma segunda época de exames, que se realizarão até 31 de Janeiro, para os cursos da Escola Auxiliar de Marinha e dos Departamentos
- DG 29 Lei de 3 de Fevereiro, autorizando o Governo a adoptar várias medidas para ocorrer aos encargos do ensino primário concelhio durante o segundo semestre de 1911-1912
- DG 82 Lei de 2 de abril, determinando várias providências com relação aos alunos das diversas escolas, quando tenham de interromper os seus cursos para cumprir o serviço militar
- DG 97 Lei de 24 de Abril regulando a constituição e funcionamento da Tutoria Central da Infância do Pôrto
- DG 97 (R1 DG 98) Nova publicação, rectificada, da lei de 24 de Abril, que regula a constituição e funcionamento da Tutoria da Infância da comarca do Pôrto
- DG 97 (R2 DG 99) Nova publicação, rectificada, da lei de 24 de Abril, que regula a constituição e funcionamento da Tutoria Central da Infância do Pôrto
- DG 97 Lei de 18 de Abril, autorizando o Governo a contrair um empréstimo para a construção dum edifício para o Liceu de Alexandre Herculano, do Pôrto
- DG 113 Equiparando os professores do 7.º grupo dos liceus aos demais professores de instrução secundária
- DG 113 Lei de 11 de Maio modificando a situação dum professor dos Liceus de Passos Manuel e de Maria Pia, de Lisboa (Arsénio Augusto Tôrres de Mascarenhas)
- DG 114 Lei de 13 de Maio, determinando que o cidadão Dorindo Augusto Silva possa ser provido definitivamente, com dispensa de quaisquer formalidades legais, na primeira vaga de amanuense das Direcções Gerais de Instrução
- DG 115 Lei de 15 de Maio, regulando a situação dos alunos da Faculdade de Direito que ao tempo da reforma de 18 de Abril de 1911 estavam matriculados em alguma das cadeiras dessa Faculdade
- DG 116 Concedendo gratuitamente à Associação das Escolas Móveis um terreno do Estado na cidade de Lisboa, para estabelecimento duma Escola-Monumento a João de Deus
- DG 120 Lei de 18 de Maio, permitindo aos alunos das Faculdades de Ciências, em determinadas condições, fazer exames singulares nos anos lectivos de 1911-1912 e 1912-1913

- DG 121 Lei de 21 de Maio, autorizando a Câmara Municipal de Tôrres Vedras a contrair um empréstimo para a construção duma escola
- DG 124 Lei de 25 de Maio, mandando considerar como exercício efectivo das funções de juiz o serviço prestado por magistrados judiciais como membros do júri do exame de estudantes de direito a que se referem os decretos de 18 de Abril e 1 de Junho de 1911
- DG 127 Mandando que sejam cursadas na Escola de Farmácia as diferentes disciplinas a que se refere o decreto de 26 de Maio de 1911
- DG 127 Mantendo os cursos de medicina sanitária do Pôrto e de Coimbra enquanto não forem organizados os cursos especiais de higiene pública
- DG 127 Tornando extensivas aos alunos das antigas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra as disposições da lei que regulou a situação dos alunos da Faculdade de Direito
- DG 127 (R1 DG 136) Nova publicação, rectificada, da lei de 25 de Maio, que torna extensivas aos alunos das antigas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra as disposições da lei que regulou a situação dos alunos da Faculdade de Direito
- DG 135 Permitindo aos alunos das Universidades, candidatos à Escola de Guerra, fazerem os exames de todas as cadeiras em que se acham matriculados
- DG 148 Lei de 24 de Junho, admitindo a exames de 3.ª, 5.ª e 7.ª classes dos liceus todos os alunos habilitados que requerem dispensa de idade até o dia 30 do corrente
- DG 154 Lei de 20 de Junho, revogando dois artigos do regulamento das Escolas Médico-Cirúrgicas, e permitindo aos aspirantes de farmácia, que tenham sido reprovados, prestar novas provas até 31 de Julho de 1912
- DG 161 Lei de 4 de Julho, declarando de utilidade pública e urgente a expropriação de vários terrenos na freguesia de Valhelhas, do concelho da Guarda, para construção dum chafariz e duma escola
- DG 164 Lei de 9 de Julho, determinando a apreensão de jornais, manuscritos, desenhos ou livros que se achem incursos nas disposições da mesma Lei
- DG 170 Lei de 11 de Julho, autorizando o Govêrno a remodelar os regulamentos disciplinares dos serviços públicos
- DG 174 Autorizando o pagamento dos vencimentos dos assistentes da 6.ª, 7.ª e 8.ª classe da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto, em 1911-1912, pelas sobras da verba destinada aos assistentes das cinco primeiras classes
- DG 174 Suprimindo os subsídios do Estado à escola municipal secundária de Valença do Minho e aos liceus de Amarante e Póvoa de Varzim
- DG 174 Autorizando o pagamento dos vencimentos dos assistentes da 6.ª, 7.ª e 8.ª classe da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto, em 1911-1912, pelas sobras da verba destinada aos assistentes das cinco primeiras classes
- DG 175 Criando um período transitório para os alunos da Escola de Regentes Agrícolas Morais Soares, que se encontrem em determinadas circunstâncias
- DG 185 Lei de 26 de Julho, regulando a expropriação por utilidade pública (art. 6.º Instrução pública: escolas de qualquer natureza, oficinas, campos de ensaio e estudo agrícola, bibliotecas e e museus)
- DG 197 Lei de 20 de Julho, considerando de utilidade pública e dispensando da tutela administrativa a Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, que passará a denominar-se Sociedade Promotora de Escolas
- DG 230 Lei de 10 de Julho, permitindo que os alunos dos liceus, que por motivo da lei de recrutamento militar tiveram de abandonar êsses estabelecimentos de ensino no ano lectivo de 1911-1912, possam prestar as provas de admissão a classe ou de secção em Outubro
- DG 300 Lei de 18 de Dezembro, eliminando a referência à lei de 9 de Setembro de 1908 contida na lei de 30 de Junho de 1912, que suprimiu os subsídios do Estado à Escola Secundária de Valença do Minho e aos Liceus de Amarante e Póvoa de Varzim
- DG 300 Lei de 20 de Dezembro, regulando a admissão às escolas normais e de habilitação ao magistério primário e a freqüência dos seus cursos no ano lectivo de 1912-1913
- DG 300 Lei de 21 de Dezembro, mantendo certas garantias aos lentes das Escolas Naval e Auxiliar de Marinha que exerciam o magistério na Escola Naval em 14 de Agosto de 1892

Decretos

- DG 3 Decreto de 9 de Dezembro de 1911, mandando abonar os respectivos vencimentos a um professor (João de Barros) de instrução secundária reintegrado no quadro e colocado no Liceu de Viseu
- DG 3 Determinando que os bacharéis das extintas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra sejam equiparados, respectivamente, aos bacharéis da 1.ª secção e aos da 2.ª e 8.ª secções das actuais Faculdades de Ciências
- DG 4 Decreto de 9 de Dezembro de 1911, mandando aprovar as propostas das Faculdades de Letras e Ciências da Universidade de Coimbra sôbre regência das cadeiras de pedagogia (Dr. Augusto Joaquim Alves dos santos), história da pedagogia (Dr. Francisco Martins), de metodologia das sciências matemáticas (Dr. José Bruno de Cabedo de Almeida de Azevedo e Lencastre) e de metodologia das sciências histórico-naturais (Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini de Encarnação Matos)
- DG 4 Fixando o quadro e vencimentos do pessoal da Casa Pia de Évora
- DG 4 (R1 DG 5) Rectificação ao quadro de pessoal da Casa Pia de Évora
- DG 7 Permitindo que, durante um período de três anos, os bacharéis nas extintas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra possam ser admitidos à matrícula no 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário

- DG 7 Decreto de 6 de Janeiro encarregando um professor de exercer interinamente o cargo de inspector do circulo escolar de Santa Comba Dão
- DG 8 Decreto de 23 de Dezembro de 1911, autorizando o abono duma gratificação ao funcionário encarregado duma sindicância às escolas normais de Lisboa
- DG 8 Decreto de 13 de Janeiro, aprovando o regulamento da Escola de Correios e Telégrafos, o qual vai anexo ao mesmo Decreto
- DG 13 Decreto de 13 de Janeiro, aprovando o regulamento da Escola de Correios e Telégrafos, o qual vai anexo ao mesmo decreto
- DG 14 Decreto de 23 de Dezembro de 1911, autorizando o abono de gratificações por serviços extraordinários de exames de instrução primária
- DG 20 Decreto de 13 de Janeiro, mandando que os professores de várias cadeiras da Escola de Guerra, do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto sejam agregados à comissão de verificação de resistência de pontes e construções metálicas, como vogais natos
- DG 20 Decreto de 20 de Janeiro, fixando os quadros e os vencimentos do pessoal da Casa Pia de Évora
- DG 26 Decreto de 9 de Janeiro, ordenando o pagamento do serviço de exames da Faculdade de Direito realizados na Faculdade de Letras de Lisboa
- DG 27 Decreto de 20 de Janeiro, regulando os serviços da Biblioteca da Ajuda
- DG 31 Decreto de 3 de Fevereiro, abrindo um crédito especial para serviços de ensino primário
- DG 37 Decreto de 10 de Fevereiro, resolvendo o recurso n.º 13324, em que era recorrente uma professora de instrução primária
- DG 43 Autorizando o abono duma gratificação aos membros da comissão encarregada da organização da lista de antiguidades dos professores primários
- DG 47 Decreto de 24 de Fevereiro exonerando o Dr. José Bruno de Cabedo de Almeida de Azevedo e Lencastre metodólogo de Matemática da regência da cadeira para o ensino da metodologia das sciências matemáticas
- DG 50 Decreto de 7 de Novembro de 1911, denegando provimento no recurso n.º 13642, em que era recorrido um professor aposentado da Escola Municipal Secundária de Rio Maior
- DG 52 Decreto de 24 de Fevereiro, aprovando a proposta da Faculdade de Ciências de Lisboa, acêrca da regência dos cursos de metodologia geral das sciências matemáticas e da natureza (respectivamente o professor Eduardo Ismael dos Santos Andreia e o professor Baltazar Machado da Cunha Ósório)
- DG 53 Aprovando o regulamento do Museu Agrícola Comercial
- DG 53 Decreto de 24 de Fevereiro, aprovando a proposta da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, acêrca da regência dos cursos de metodologia geral das sciências matemáticas e da natureza (é o mesmo do DG 52)
- DG 60 Dando provimento no recurso n.º 13797, em que era recorrente o professor João Costa
- DG 61 Decreto de 24 de Fevereiro, nomeando um professor para exercer temporariamente o cargo de inspector do circulo escolar do Funchal
- DG 65 Aprovando o regulamento provisório do Instituto Central de de Higiene anexo ao mesmo Decreto
- DG 66 Decreto de 4 de Março, mandando que o Liceu Central de Faro passe a denominar-se Liceu de João de Deus
- DG 83 Decreto de 5 de Abril, mandando entregar à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e ao Liceu de Castelo Branco diferentes colecções, instrumentos de física e química e outros objectos do extinto colégio de S. Fiel, que sejam úteis ao ensino naqueles estabelecimentos
- DG 83 Decreto de 6 de Abril, autorizando a Junta de Paróquia de Mindelo a contrair um empréstimo para a construção dum edifício destinado a duas escolas
- DG 86 Decreto de 26 de Marco, normalizando a situação do pessoal existente nas escolas Marques Guimarães, de Lisboa, antes dessas escolas terem passado para a administração do Estado
- DG 88 Decreto de 24 de Fevereiro, permitindo a inscrição em qualquer das circunscrições da República a todos os professores que se encontravam nas circunstâncias mencionadas no decreto de 5 de Junho de 1911 - professores de ensino livre
- DG 88 Decreto de 13 de Abril, determinando que os professores primários oficiais, que exerçam outras funções incompatíveis com os serviços escolares, sejam mandados optar pelas suas funções extra-escolares ou pelas do exercício do magistério
- DG 101 Mandando que o Liceu Central de Braga passe a denominar-se Liceu de Sá de Miranda
- DG 104 Decreto de 20 de Abril, mandando que o onspecor sanitário das escolas seja considerado adido ao ministério do Interior desde a data da extinção da Inspeção Sanitária Escolar
- DG 105 Decreto de 1 de Abril, mandando que o abono de serviços extraordinários a três professores, autorizado por decreto de 17 de Fevereiro último, seja feito nos termos da lei de 9 de Setembro de 1908
- DG 107 Criando na vila de Cintra duas escolas primárias, uma para cada sexo, com a denominação de Escolas Domingos José de Moraes em virtude da doação dum bom edifício escolar
- DG 108 Criação dos lugares de secretário e porteiro da Inspeção de instrução Primária do Estado da Índia
- DG 108 (R1 DG 201) Nova publicação, rectificada, do decreto relativo à criação dos lugares de secretário e porteiro da Inspeção de instrução Primária do Estado da Índia
- DG 111 Decreto de 7 de Maio, organizando o Instituto Superior do Comércio
- DG 119 Decreto de 18 de Maio que cria um curso nocturno na escola para o sexo masculino da freguesia de S. Tiago do Escoural, concelho e circuito escolar de Montemor-o-Novo
- DG 125 Decreto de 25 de Maio, aprovando os estatutos do Club Militar Naval, anexos ao mesmo decreto
- DG 125 Decreto de 18 de Maio provendo uma vaga existente no 4.º grupo do Liceu de Passos Manuel (ver Lei de 11 de Maio do 1912)

- DG 132 Elevando os vencimentos dos professores do Instituto de Piedade e Beneficência de Viana do Alentejo
- DG 132 Regulando o serviço dos exames de instrução primária da próxima época
- DG 137 Decreto de 8 de Junho, demitindo do respectivo lugar um professor do 4.º grupo do Liceu Nacional de Beja
- DG 143 Resolvendo o recurso n.º 13674, em que era recorrente o antigo professor Francisco Ferreira Serra
- DG 149 Decreto de 1 de Junho, autorizando a organação do cadastro do professorado da 2.ª circunscrição fora das horas regulamentares
- DG 152 Decreto de 8 de Junho, mandando abonar ao architecto Miguel Ventura Terra a percentagem sôbre o preço da arrematação do mobiliário do Liceu de Camões
- DG 159 Decreto de 1 de Julho, declarando sem efeito o decreto publicado no DG de 26 de Agosto de 1911, cedência duma casa à Junta de Paróquia de S. Sebastião da Pedreira para ali ser instalada uma escola
- DG 160 Decreto de 6 de Julho, anulando as provas de exames do 2.º grau prestadas no círculo escolar de Lamego em 1911 por vários alunos que haviam sido reprovados na cidade do Pôrto no mesmo ano
- DG 160 Decreto de 8 de Julho, autorizando exames do 2.º grau nos concelhos que não são sedes de círculo escolar, quando as respectivas câmaras municipais o requeiram até 15 do mesmo mês
- DG 162 Decreto de 8 de Julho, regulando o serviço dos exames do 2.º grau
- DG 166 Decreto de 13 de Julho, determinando que sejam admitidos aos concursos para segundos assistentes das Faculdades de Ciências indivíduos que tenham publicado trabalhos científicos sôbre as disciplinas do grupo a que pretendam concorrer
- DG 171 Decreto de 23 de julho Esclarecendo e restringindo algumas disposições vigentes sôbre desistências de qualquer concurso de escolas primárias, depois da publicação do respectivo despacho, e sôbre a não admissão aos concursos dos candidatos que não tenham, pelo menos, um ano de serviço na última escola
- DG 172 Criando quinze lugares de aspirantes a técnicos coloniais que serão providos por concurso em indivíduos que vão, subsidiados pelo Govêrno, especializar-se em escolas estrangeiras
- DG 178 Decreto de 20 de Junho transferindo um professor da 12.ª cadeira da Escola de Medicina Veterinária para a 7.ª cadeira da mesma Escola
- DG 183 Cedendo parte do terreno do passal da freguesia de Cezár, concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, à respectiva junta de paróquia, para o aplicar a determinados melhoramentos (construção de uma casa de escola)
- DG 184 Decreto de 3 de Agosto, mandando que o lugar de professor do curso elementar de pilotagem na Escola Côrtes Reais, em Ponta Delgada, seja desempenhado pelo capitão do pôrto da respectiva capitania
- DG 184 (R1 DG 214) Nova publicação, rectificada, do decreto de 3 de Agosto relativo à transferência do professor da 7.ª cadeira do Instituto Superior de Agronomia para a 5.ª cadeira do mesmo Instituto
- DG 184 Decreto de 3 de Agosto, regulamentando a lei de 15 de Julho, que criou um período transitório para os alunos da Escola de Regentes Agrícolas Morais Soares que se encontrem em determinadas circunstâncias
- DG 184 Decreto de 20 de Julho, cedendo à Escola Central de Reforma o edifício de S. José, em S. Domingos de Bemfica, para ali ser instalada uma secção da referida escola
- DG 189 Proibindo o vice-reitor, três professores e um prefeito do Seminário de Évora, o secretário da câmara eclesiástica da mesma diocese e o pároco da freguesia de Santo Antão, da cidade de Évora, de residirem durante um ano dentro dos limites do respectivo concelho
- DG 193 Decreto de 10 de Agosto, fixando as gratificações a abonar aos dois funcionários nomeados para procederem a uma sindicância aos actos dum professor do 5.º grupo do Liceu de Passos Manuel (Teodoro Gil de Figueiredo Carmona)
- DG 193 Decreto de 20 de Julho, cedendo à Escola Central de Reforma o edifício de S. José, em S. Domingos de Bemfica, para ali ser instalada uma secção da referida escola
- DG 195 Mandando que os naturalistas actualmente em exercício nas Faculdades de Ciências possam ser providos nos lugares de primeiros assistentes
- DG 195 Cedendo à junta de paroquia de Gondifelos parte do respectivo presbitério para a instalação de uma escola primária oficial e residência do respectivo professor
- DG 195 Cedendo à junta de paroquia de Palmaz parte do respectivo presbitério para instalação de escolas oficiais
- DG 198 Fixando o vencimento da professora da Escola Normal do Estado da Índia
- DG 198 Criando os lugares de secretário e de porteiro da Inspeção de Instrução Primária do Estado da Índia
- DG 198 (R1 DG 203) Nova publicação, rectificada, do decreto relativo à criação dos lugares de secretário e porteiro da Inspeção de instrução Primária do Estado da Índia
- DG 203 Rejeitando o recurso n.º 13804, em que era recorrente um ex-inspector do ensino primário da 1.ª circunscrição escolar
- DG 207 Mandando cessar a gratuidade do ensino no liceu feminino Maria Pia
- DG 208 Decreto de 17 de Agosto, aprovando a organização dos serviços agrícolas anexa ao mesmo decreto – integração do ensino agrícola médio e elementar geral
- DG 208 (R1 DG 209) Rectificação à organização dos serviços agrícolas – integração do ensino agrícola médio e elementar geral
- DG 208 (R2 DG 237) Nova publicação, rectificada da Organização dos Serviços Agrícolas
- DG 209 Criando dois lugares de professoras na província de Timor
- DG 209 Fixando o número e vencimentos dos professores de ensino primário em Cabo Verde
- DG 209 Sôbre o vencimento e constituição do quadro da instrução pública na Guiné
- DG 209 (R1 DG 211) Nova publicação, rectificada, do decreto de 17 de Agosto, relativo à fixação do quadro e vencimentos do pessoal de instrução pública da província da Guiné

- DG 209 Fixando os vencimentos dos professores da língua marata do Estado da Índia
- DG 209 Criando dois lugares de professoras na província de Timor
- DG 209 Elevando o subsídio literário no Estado da Índia
- DG 211 Alteração de números e vencimentos de professores em S. Tomé e Príncipe e em Angola
- DG 216 Decreto de 7 de Setembro, extinguindo o Liceu Nacional de Amarante
- DG 217 Extinguindo a 4.ª e 5.ª classes do Liceu Municipal da Póvoa de Varzim
- DG 217 (R1 DG 218) Nova publicação, rectificada, do decreto de 13 de Setembro, relativo à extinção da 4.ª e 5.ª classes do Liceu Municipal da Póvoa de Varzim
- DG 217 Organizando os serviços agronómicos da província de Cabo Verde (inclui no artigo 4.º o ensino prático de agricultura)
- DG 218 Decreto de 7 de Setembro aprovando o regulamento da Escola Profissional elaborado pela Provedoria da Assistencia de Lisboa
- DG 225 Decreto de 21 de Setembro, permitindo a inscrição dos professores de ensino livre que se encontrem em determinadas condições
- DG 226 Encarregando o director da Escola Nacional de Agricultura de proceder a determinadas visitas de estudo em diferentes países
- DG 226 Encarregando o director da Escola Prática de Agricultura de Santarém de proceder a determinadas visitas de estudo em diferentes países
- DG 229 Decreto de 21 de Setembro, determinando que o produto da contribuição municipal para a instrução primária em 1913 continue a ser regulado pela percentagem fixada na tabela anexa ao decreto de 20 de Dezembro de 1911
- DG 234 Decreto de 31 de Agosto ordenando a transferência a que se refere o despacho publicado no mesmo Diário do Governo referente a uma transferência de um professor da escola de Setúbal para a Machado de Castro
- DG 234 Decreto de 30 de Setembro, cedendo à Direcção Geral da Assistência Pública o edifício do extinto convento do Desagravo, de Lisboa, para instalação dos alunos do Colégio do Calvário
- DG 235 Regulando o provimento da cadeira de marata anexa ao Liceu Nacional de Nova Goa
- DG 238 Decreto de 30 de Setembro, autorizando o abôno do serviço extraordinário de exames de instrução primária desempenhado por diferentes professores das escolas de Lisboa
- DG 238 Decreto de 30 de Setembro, autorizando o abôno do serviço extraordinário de exames de instrução primária desempenhado por diferentes professores das escolas do Pôrto
- DG 242 Remodelando o quadro do instituto escolar a cargo da Ordem Terceira da Trindade, da cidade do Pôrto
- DG 243 Mandando cessar o serviço de empréstimo de livros nas bibliotecas dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e ordenando a entrega, no prazo de dez dias, de todos que estejam emprestados
- DG 244 Estabelecendo os trabalhos escritos e práticos a que são obrigados os alunos de diferentes cadeiras da Escola Colonial e os da cadeira de comércio anexa à mesma escola
- DG 247 Decreto de 13 de Setembro nomeando um professor para servir de secretário na sindicância ao Liceu Rodrigues de Freitas
- DG 251 Decreto de 19 de Outubro, mandando abonar uma nova gratificação aos funcionários incumbidos da organização das listas dos professores primários para o efeito da sua promoção de classe
- DG 256 Decreto de 27 de Outubro, aprovando o regulamento das Escolas Nacionais de Agricultura, anexo ao mesmo Decreto
- DG 256 (R1 DG 272) Nova publicação, rectificada, do regulamento das Escolas Nacionais de Agricultura
- DG 259 Decreto de 2 de Novembro provendo dois lugares de professor do Liceu de Sá da bandeira, um no Liceu de camões e outro no Liceu de João de Deus
- DG 259 Nomeando uma comissão para preparar, organizar e dirigir a celebração nacional, em 1915, do 5.º centenário da tomada de Ceuta e do 4.º centenário da morte de Afonso de Albuquerque
- DG 260 Introduzindo no regulamento da Casa Pia de Lisboa algumas disposições sobre o estabelecimento dum curso preparatório para a matrícula na Escola dos Correios e Telégrafos
- DG 262 Decreto de 2 de Novembro, aprovando o regulamento das Escolas Práticas de Agricultura anexo ao mesmo Decreto
- DG 267 Modificando o artigo 13.º dos estatutos da Academia de Ciências de Lisboa
- DG 267 Decreto concedendo licença ao proprietário do Colégio Elvense, da cidade de Elvas, para mudar de local aquele Instituto
- DG 267 Decreto de 9 de Novembro, modificando o regulamento da Escola de Correios e Telégrafos na parte referente a admissão de alunos
- DG 271 Decreto de 9 de Novembro, nomeando uma comissão para estudar um projecto de lei para a realização duma exposição colonial-internacional em Lisboa no ano de 1915, e para elaborar o respectivo programa
- DG 274 Mandando que a disposição do decreto de 30 de Setembro de 1907, relativa a provimento de escolas primárias, deixe de ser aplicada a determinados casos
- DG 279 Cedendo à Escola de Reforma vários prédios que se encontram junto à propriedade do extinto Colégio de S. José de Bemfica
- DG 279 Decreto de 23 de Novembro, declarando improcedente o recurso n.º 13916, em que era recorrente um professor de instrução secundária
- DG 283 Resolvendo o recurso n.º 13592, em que era recorrente a Escola Azevedo, de Vila Rial
- DG 289 Cedendo, mediante renda, à Junta de Paróquia de Freixeiro de Soutelo o presbitério daquela freguesia, para instalação duma escola

- DG 292 Decreto de 18 de Novembro regulando o exercício dos mesteres de intérpretes e de guia intérprete
- DG 292 (R1 DG 293) Rectificação ao decreto sobre intérpretes e guais-intérpretes
- DG 295 Decreto de 14 de Dezembro, determinando que os acendedores portáteis que forem apreendidos sejam inutilizados pelo fogo, e que a Companhia Portuguesa dos Fósforos pague por cada um 30 centavos
- DG 298 Decreto de 14 de Dezembro, autorizando a transferência do Colégio de Valença para outro local e a mudança da actual denominação para a de Escola Internacional
- DG 301 Decreto de 21 de Dezembro cedendo bens eclesiástico da Paróquia de Santo André em Lisboa, ao Centro Republicano Rodrigues de Freitas para ali funcionar a escola já existente

Portarias

- DG 1 Portaria de 29 de Dezembro de 1911, nomeando uma comissão para estudar a situação do actual padroado português do Oriente e propor as bases para a reorganização das missões ultramarinas
- DG 1 (R1 DG 19) Despacho nomeando mais dois vogais para a comissão encarregada de estudar a situação actual do Padroado Português do Oriente
- DG 4 Portaria de 4 de Janeiro determinando que seja admitido a prestar a suas provas um ex-pensionista do Estado no estrangeiro, que pretende ser provido num lugar de professor do Liceu de Ponta Delgada
- DG 5 Prorrogando o prazo para a matrícula no 1.º ano das escolas de ensino normal
- DG 10 Mandando publicar as instruções para a concessão do prémio João António Vieira, as quais vão anexas à mesma portaria (prémios para os alunos mais distintos, dos cursos comerciais do Instituto Comercial e Industrial de Lisboa)
- DG 11 Portaria de 12 de Janeiro nomeando o júri que há de presidir às lições públicas dum pensionista do Estado (Geremias da Costa), candidato a professor de instrução secundária
- DG 13 Portaria de 15 de Janeiro, autorizando a Confraria do Santíssimo do Monte a aplicar parte do seu fundo a determinadas despesas (aquisição do material necessário ao funcionamento da escola)
- DG 16 Portaria de 17 de Janeiro, mandando admitir no 1.º ano das escolas de ensino normal os candidatos, habilitados com o 3.º ano do curso dos liceus, que completem quinze anos de idade até 30 de Junho de 1912
- DG 16 Portaria de 18 de Janeiro, regulando o serviço de matrículas, e das respectivas propinas, nas faculdades e escolas superiores das Universidades de Lisboa e Pôrto
- DG 17 Fixando o número de faltas que determina a perda do ano nos liceus
- DG 17 Isentando de franquia, durante três meses, a correspondência expedida pelo Conselho de Administração da Universidade Livre para educação do povo
- DG 17 Portaria louvando um cidadão por serviços prestados à instrução popular (Francisco Baptista Graça, professor da escola da freguesia de São Marcos de Ataboeira, Concelho de Castro Verde)
- DG 17 Portaria louvando um cidadão por serviços prestados à instrução popular (Bento José Ribeiro, residente no Brasil)
- DG 17 Mandando que a concessão de bilhetes de identidade para redução de passagens nas linhas férreas do Estado feita à Associação de Estudantes do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa passe para a Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, nova denominação daquela associação
- DG 17 (R1 DG 19) Nova publicação, rectificada, da portaria de 18 de janeiro sobre a redução das passagens nas linhas férreas do Estado aos sócios da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico
- DG 19 Portaria de 20 de Janeiro, regulando a matrícula no 1.º ano das escolas de ensino normal
- DG 20 Portaria de 22 de Janeiro, autorizando a Confraria do Santíssimo da freguesia dos Arcos a aplicar parte dum legado à construção do edifício para uma escola e à compra do respectivo mobiliário
- DG 21 Portaria de 23 de Janeiro, determinando várias providências para que nas fábricas e oficinas seja fornecida aos operários água potável em suficiente quantidade
- DG 30 Portaria de 27 de Janeiro, louvando o primeiro tenente da armada Artur de Sales Henriques, por serviços prestados à instrução popular
- DG 34 Portaria de 7 de Fevereiro, louvando um cidadão por serviços prestados à instrução popular (José da Silva Vieitos, residente em Bruxelas)
- DG 39 Determinando que as disposições do decreto de 6 de Janeiro, sobre matrículas no 4.º ano do curso de habilitação para o magistério secundário, sejam extensivas a todos os bacharéis formados pelas extintas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra que concluíram já os respectivos cursos em menos ou mais de quatro anos
- DG 39 Portaria louvando o cidadão Fernando Formigal de Moraes por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 41 Portaria de 16 de Fevereiro, louvando diferentes cidadãos do concelho da Golegã (Vitoriano Leitão, César Cipriano, José Rodrigues Júnior, Leonel Gomes Alpalhão e Matias de Sousa bem como Manuel Mendes Veiga e José da Guia do Carmo Caixinha) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 41 Portaria de 16 de Fevereiro, louvando o juiz da Comarca de Oliveira do Hospital (José de Barros e Sousa) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 43 Portaria de 17 de Fevereiro, louvando o cidadão David da Rocha Peixoto por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 45 Portaria de 21 de Fevereiro, louvando o cidadão António Ferreira dos Santos Gomes por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 45 Portaria de 23 de Fevereiro, mandando que não seja posta em execução a portaria de 20 de Janeiro, sobre exames de admissão nas escolas de ensino normal
- DG 47 Portaria de 23 de Fevereiro, louvando diferentes cidadãos por serviços relevantes prestados à instrução popular (os professores da escola primário masculina da freguesia de Valadares - Casimiro Fernandes e Severiano Novais)

- DG 47 Portaria de 23 de Fevereiro, louvando diferentes cidadãos por serviços relevantes prestados à instrução popular (Raúl Rodrigues Vilarinho, Rodrigues Pereira, Manuel Caetano da Rocha, Maximiano Fernandes Pereira e João da Costa Lucena)
- DG 47 Portaria de 23 de Fevereiro, louvando um cidadão por serviços relevantes prestados à instrução popular (Dr. Anónio Joaquim Ferreira Margarido, residente em Moncorvo, ofereceu uma casa para a instalação da escola primária para o sexo masculino da freguesia de Cabeça Nova)
- DG 47 Portaria de 24 de Fevereiro, esclarecendo algumas dúvidas suscitadas acêrca da execução do decreto relativo às transgressões cometidas pelos alunos dos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial
- DG 49 Portaria de 29 de Fevereiro, mandando proceder a uma sindicância acerca dos motivos que determinaram a suspensão do observador-chefe do serviço do Observatório Meteorológico do Infante D. Luís
- DG 52 Portaria de 2 de Março, louvando o cidadão Alfredo Guedes Cardoso da Mota, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 53 Portaria de 1 de Março, estabelecendo os casos em que se possa determinar a comissão de professores primários em exercício escolar alheio às escolas onde estão providos
- DG 57 Mandando considerar feriado o dia 9 do mesmo mês em todas as escolas primárias do concelho de Guimarães, por ser o dia destinado pela Sociedade Martins Sarmento para a distribuição de prémios aos alunos mais distintos das referidas escolas
- DG 58 Portaria de 9 de Março, louvando o cidadão João de Deus Ramos, o Orfeon Académico de Coimbra e a Câmara Municipal da mesma cidade, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 62 Portaria de 13 de Março, louvando os proprietários duma fábrica de lanifícios da cidade da Guarda, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 63 Portaria de 15 de Março, louvando o cidadão Francisco Pereira de Oliveira por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 65 Portaria de 29 de Fevereiro, provendo lugares de primeiro e segundo assistentes da Faculdade de Ciências do Pôrto
- DG 67 Portaria de 19 de Março, louvando um professor da Universidade de Coimbra por serviços prestados à literatura portuguesa
- DG 69 Portaria de 18 de Março, louvando o cidadão José António Rodrigues da Silveira por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 75 Portaria de 27 de Março, louvando a Confraria do Sacramento de Cambas, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 75 Portaria de 27 de Março, louvando António Rodrigues Alves de Faria, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 75 Portaria de 27 de Março, louvando Virgínia Rosa Teixeira Brouillard, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 82 Portaria de 3 de Abril, louvando o cidadão Augusto Pinto Pires Esteves por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 83 Portaria de 30 de Março, mandando que o apuramento da frequência dos alunos aos trabalhos práticos das diferentes faculdades universitárias no actual ano lectivo seja feito unicamente com relação ao segundo semestre
- DG 83 Portaria de 4 de Abril, nomeando o júri e regulando os serviços do concurso para provimento de lugares de professores do 3.º, 5.º e 6.º grupos, vagos em vários liceus
- DG 88 Portaria de 13 de Abril, louvando os membros da Junta de Paróquia de Santa Cruz, da ilha Graciosa, por serviços relevantes prestados à instrução popular (Lino Leão Magalhães, António da Cunha Bettencourt, Manuel Maria dos Santos, João Pacheco da Cunha e António Ferreira Silveira)
- DG 88 Portaria de 13 de Abril, louvando vários cidadãos, por serviços relevantes prestados à instrução popular (Artur Alves Ribeiro, Joaquim Alves Ribeiro, António Alves Ribeiro e Alfredo Alves Ribeiro) que ofereceram casa, mobília e subsídio ao professor do curso nocturno de S. Pedro do Sul
- DG 91 Portaria louvando os membros da Liga Nacional de Instrução e os autores e relatores das teses apresentadas ao 3.º Congresso Pedagógico, celebrado em Lisboa, pelos esforços empregados para o bom êxito do referido congresso (Dr. Bernardino Machado Guimarães, presidente da liga, Dr. Aníbal de Magalhães, Secretário geral do Congresso, C. A. Marques Leitão, vice-presidente, M. Borges Grainha, secretário, Sebastião Vieira da Silva, tesoureiro e os vogais: Dr. Alberto Ferreira Vidal, António Bastos, António Francisco dos Santos Lucas, J. C. Teles de Vasconcelos, Jerónimo Miranda de Vale, Joaquim José de Barros, Júlio Cardona, Luís Costa Amorim, Miguel Wagner Russell, D. Ana Calixto, D. Amélia Luases, Dr. João de Barros, Dr. J. Lopes de Oliveira, António Ferrão, Dr. Nicolau de Bettencourt, Dr. Artur Fernandes Rocha, Dr. Landislau Piçarra, Dr. Ginestal Machado, Dr. Francisco Manchego, Alberto Rosa y Alberty, Francisco Nunes Moura, César da Silva, Humberto Beça, Acácio Fernandes Parreira, Manuel Domingos Godinho, Francisco Nunes Chaves, Ernesto de Sousa Coelho, José Nunes da Graça, Vergílio Santos e Pedro José Ferreira)
- DG 91 (R1 DG 97) Rectificação à portaria de louvor aos membros do 3.º Congresso Pedagógico
- DG 91 Louvando os membros da Confraria do Santíssimo da freguesia de Arcos (José Domingos Lopes Júnior, Frutuoso Gonçalves Amorim, António Alves Tôrres Júnior, Manuel José Bento de Afonseca) e o professor oficial da mesma freguesia (José de Sousa Ferreira Júnior), por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 93 Portaria de 19 de Abril, prorrogando por mais três meses a isenção de franquia das correspondências expedidas pelo conselho de administração da Universidade Livre para Educação do Povo
- DG 98 Portaria de 24 de Abril, mandando proceder a uma sindicância sobre a forma como tem sido administrado o legado com que é sustentada a escola de ensino livre de Vila Rial, denominada Escola Azevedo

- DG 98 Portaria de 25 de Abril, louvando os corpos docentes das Faculdades e Escolas que constituem as Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto, por serviços relevantes a causa do ensino
- DG 101 Portaria de 26 de Abril, louvando o cidadão João Lopes Ferreira, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 103 Portaria de 1 de Maio, aprovando o programa de concurso para a escôlha de dois artistas das escolas de belas artes do país, que vão ao estrangeiro, subvencionados pelo legado Valmor, aperfeiçoar-se nas respectivas especialidades (O programa do concurso está no mesmo decreto)
- DG 103 Portaria de 30 de Abril, fixando a idade mínima que devem ter os individuos que desejem, em conformidade do decreto de 24 de Fevereiro último, inscrever-se como professores do ensino livre
- DG 105 Portaria de 30 de Abril, louvando o cidadão José Coelho Amaral por serviços relevantes prestados á instrução popular
- DG 109 Portaria louvando um cidadão (João da Cunha Vasconcelos) da Vila da Praia, concelho de Santa Cruz, Ilha Graciosa, circulo escolar de Angra do Heroísmo, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 109 Portaria louvando uma professora (Ana Carolina da Silveira Madrugada), da escola feminina de Santa Bárbara, freguesia das Ribeiras, concelho de Lagos do Pico, circulo escolar da Horta, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 109 Mandando observar as disposições do decreto de 19 de Novembro de 1908, sôbre nomeações de professores interinos de ensino primario
- DG 109 Portaria de 6 de Maio, louvando o cidadão francês Jean Barés, por serviços relevantes prestados à instrução pública em Portugal
- DG 112 Mandando proceder a um inquérito aos actos do director da escola de ensino normal de Viana do Castelo
- DG 112 Portaria louvando o cidadão português Caetano Marcelino, residente no Estado da California, por serviço relevante prestado à instrução popular
- DG 112 Portaria louvando uma comissão de cidadãos organizada na freguesia de Junceira, concelho de Tomar, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 112 Portaria de 13 de Maio, nomeando uma comissão de inquérito e fiscalização dos donativos escolares
- DG 114 Portaria de 15 de Maio, louvando o cidadão Álvaro José de Miranda Magalhães, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 115 Portaria de 18 de Maio, mandando proceder a uma sindicância aos acontecimentos que recentemente se deram no Liceu Rodrigues de Feitas
- DG 119 Portaria de 21 de Maio, mandando que nas escolas primárias em que haja mais dum professor se estabeleça o serviço por escala na regência das diversas classes de ensino
- DG 120 Portaria de 21 de Maio, louvando D. Maria do Carmo Serzedelo Amorim, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 120 Portaria de 22 de Maio, autorizando a Escola de Reforma do Sexo Femenino de Lisboa a aceitar um legado
- DG 122 Portaria de 23 de Maio, louvando o professor (João dos Reis Tavares) da escola do sexo masculino de Caria, pela inteligência e zêlo com que tem exercido aquele lugar
- DG 127 Portaria de 29 de Maio, louvando o cidadão João António Coimbra, por serviço relevante prestado à instrução popular
- DG 127 Portaria de 29 de Maio, louvando o cidadão Florindo de Sousa Almeida, por serviço relevante prestado à instrução popular
- DG 134 Portaria de 6 do Junho, louvando o cidadão António de Sousa e Silva por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 135 Portaria de 8 de Junho, mandando que os donativos e legados escolares remetidos à Caixa Geral de Depósitos pelas Direcções da Instrução Pública sejam acompanhados de guias de depósito, salvo determinadas excepções
- DG 135 Portaria louvando um cidadão por serviço relevante prestado à instrução popular, Manuel Eira dos Santos, natural de Carriço, freguesia do Lourinhal, concelho de Pombal, circulo escolar de Ancião
- DG 135 Portaria louvando os cidadãos por serviço relevante prestado à instrução popular, Manuel Maria Alves, Albano Abrantes de Macedo e António da Cunha Gouveia, na construção de uma casa nova para a escola feminina de Póvoa de Midões, concelho de Tábua, circulo escolar de Arganil
- DG 135 Portaria louvando um cidadão por serviço relevante prestado à instrução popular, António Marques Machado, residente no lugar de Murtede, concelho de Cantanhede
- DG 135 Portaria louvando o cidadão por serviço relevante prestado à instrução popular, Joaquim dos Santos Jorge para a escola mista de Vila Pouca, freguesia de Cernelhe e o cidadão Francisco Cardoso dos Santos para a casa do professor
- DG 135 Portaria louvando o cidadão António Pereira de Sousa, da freguesia de Salzedas, pela oferta de mobília e livros, para as escolas de Dalvares, Ucanha e Granja Nova
- DG 135 Nomeando uma comissão para organizar no edifício do antigo Convento de Jesus, em Aveiro, um museu de objectos de valor histórico e artístico, provenientes de extintas casas religiosas e estabelecimentos públicos
- DG 137 Portaria de 8 de Junho, louvando os cidadãos Henrique de Almeida, Manuel de Almeida e Jerónimo de Almeida por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 141 Portaria de 15 de Junho, louvando o cidadão António da Silva Simões, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 142 Portaria de 21 de Maio, provendo interinamente o lugar de professora da 7.ª cadeira da Escola de Representar, curso feminino

- DG 142 Portaria de 6 de Junho, provendo interinamente o lugar de professor da 7.ª cadeira da Escola de Representar, curso masculino
- DG 146 Autorizando a duplicação de exames nos liceus que justificadamente a pedirem
- DG 146 Autorizando os reitores dos liceus: de Passos Manuel, Camões, Alexandre Herculano, Coimbra, Viseu, Guarda, Leiria e Portalegre a encerrar as aulas em 25 do corrente e a começar o serviço de exames em 1 de Julho
- DG 149 Portaria de 26 de Junho, mandando abrir novo concurso para provimento do lugar de pensionista do Estado no estrangeiro, na classe de arquitectura
- DG 151 Portaria de 28 de Junho nomeando os professores presidentes dos júris de instrução secundária dos exames de saída do curso geral e do curso complementar
- DG 151 (R1 DG 152) Rectificação a um desses presidentes de júri (sai Luis Guilherme Borges de Sequeira)
- DG 155 Portaria louvando diferentes cidadãos por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 156 Portaria de 3 de Julho, louvando o cidadão Manuel Pinto da Costa, da freguesia de Penha Longa, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 164 Portaria de 13 de Julho, mandando aceitar o legado duma inscrição de 1000\$000 réis deixado em testamento pelo cidadão Francisco Maria da Silva Tôrres a favor da Escola Central de Reforma de Lisboa
- DG 164 Portaria de 3 de Julho, nomeando uma comissão para estudar os assuntos relativos à construção de edifícios escolares (arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes, antigo director das construcções escolares; pelo Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, inspector da sanidade escolar, e pelo professor Arlindo Varela, vogal do conselho de Instrução Pública)
- DG 167 Nomeando o delegado do Governo no 4.º congresso internacional para o ensino do desenho e das artes applicadas à indústria, que se vai realizar em Dresden
- DG 169 Portaria de 19 de Julho prorrogando por sessenta dias o prazo do concurso relativo ao provimento dum lugar de segundo assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- DG 170 Mandando proceder a um inquérito para servir de base à reorganização do ensino comercial profissional na cidade do Pôrto
- DG 171 Portaria de 22 de Julho, mandando que as duplicações nos serviços de exames de instrução secundária se efectuem com oito alunos e as triplicações com doze
- DG 171 Portaria de 26 de Julho, mandando proceder ao estudo da situação das classes operárias na cidade de Setúbal (pela Repartição do Ensino Industrial e Comercial)
- DG 172 Portaria de 22 de Julho, aceitando o oferecimento dum director da Associação Comercial de Lisboa para ir ao estrangeiro estudar a organização dos museus e escritórios comerciais das escolas superiores de comércio
- DG 172 Criando quinze lugares de aspirantes a técnicos coloniais que serão providos por concurso em indivíduos que vão, subsidiados pelo Governo, especializar-se em escolas estrangeiras
- DG 173 Portaria de 23 de Julho, prorrogando por mais três anos o prazo de validade das obras de ensino secundário aprovadas em 1907 e 1908
- DG 173 Portaria de 24 de Julho, cedendo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o edifício que se destinava ao Teatro Académico
- DG 174 Portaria louvando dois cidadãos (Ladislau de Barros e Jerónimo de Barros), naturais da freguesia de Paços, do concelho de Melgaço por serviços relevantes que tem prestado à instrução popular
- DG 174 Portaria louvando um cidadão (Mariano Moreira da Costa Pinho), proprietário e lavrador, residente na herdade de Palma, do concelho de Monforte por serviço relevante que tem prestado à instrução popular
- DG 174 Portaria de 22 de Julho, esclarecendo o artigo 29.º do decreto de 29 de Março de 1911, sobre transferências de professoras de ensino primário
- DG 175 Portaria de 26 de Julho, mandando admitir mais um candidato ao concurso para um lugar de segundo assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- DG 176 Portaria de 27 de Julho, regulando os serviços dos exames do 2.º grau
- DG 180 Portaria de 30 de Julho, louvando o cidadão José Augusto Bordalo, da freguesia de Almendra, por serviço relevante prestado à instrução popular
- DG 180 Portaria de 31 de Julho, louvando o cidadão António Rosa Brito, da freguesia de Alportel, por serviço relevante prestado à instrução popular
- DG 185 Portaria de 7 de Agosto, mandando proceder a uma sindicância à Direcção Geral da Instrução Primária
- DG 187 Portaria de 9 de Agosto, louvando o cidadão José Domingues Machado, por acto de generosidade que praticara em favor do desenvolvimento da instrução popular
- DG 187 Portaria de 9 de Agosto, louvando os cidadãos Albino Francisco Correia e António Dias Garcia, por actos de generosidade que praticaram em favor do desenvolvimento da instrução popular
- DG 189 Portaria de 10 de Agosto, mandando proceder a um inquérito sobre a indústria de canteiro na região de Leiria para servir de base às condições de funcionamento, na Escola Domingos Sequeira, dum curso de canteiros
- DG 191 Estabelecendo os preceitos a observar na nomeação dos professores regentes das escolas primárias centrais e na escolha dos que devem ser incumbidos da direcção das escolas paroquiais em que haja mais dum professor
- DG 191 Portaria louvando o cidadão João Vieira Santa Marta, por serviços relevantes prestados a favor da instrução popular
- DG 194 Portaria de 10 de Agosto, louvando diferentes cidadãos (José Mendes de Araújo, reitor do Liceu de Chaves, Joaquim Rodrigues da Costa e Francisco José das Neves, de Adães, concelho de Chaves; José Barroso Baptista, de Valbom, concelho de Gondomar; Jacinto Souto Maior e Cândido Souto Maio, residentes em Lisboa, António Souto Maior, residente em Braga e Luís Paulino Teixeira, de Chaves), pelos relevantes serviços que prestaram à organização da Cantina Escolar na vila de Chaves

- DG 195 Portaria de 27 de Junho, mandando publicar o catálogo das Irmãs de Santa Dorotes, vulgarmente denominadas de Doroteias
- DG 202 Portaria de 26 de Julho, encarregando um professor do Instituto Superior de Agronomia de estudar no estrangeiro diferentes assuntos referentes à agricultura
- DG 202 Portaria de 9 de Agosto, encarregando um professor do Instituto Superior de Agronomia de estudar no estrangeiro diferentes assuntos referentes à agricultura
- DG 204 Portaria de 28 de Agosto, mandando que não seja adoptado em nenhum estabelecimento de ensino dependente do Ministério do Interior o «Novo Mapa de Portugal, Ilhas Adjacentes e Possessões Ultramarinas», editado por José Cierco, do Pôrto, por conter importantes erros
- DG 208 Portaria de 31 de Agosto, nomeando uma comissão para estudar a reorganização dos serviços do Colégio das Missões Ultramarinas
- DG 212 Portaria de 6 de Setembro, tornando extensiva às províncias ultramarinas a reforma ortográfica em vigor na metrópole
- DG 215 Portaria de 10 de Setembro louvando a Comissão da Junta da Paróquia da Sé Nova, em Coimbra, por serviços prestados à Instrução Popular
- DG 216 Mandando abrir concurso nas reitorias das universidades para a isenção do pagamento de propinas de matrícula e de inscrição aos alunos julgados nas devidas condições
- DG 216 (R1 DG 217) Nova publicação, rectificada, da portaria de 12 de Setembro sobre a isenção do pagamento de propinas de matrícula e de inscrição aos alunos das universidades
- DG 217 Portaria de 10 de Setembro, determinando que nenhum candidato a escolas primárias possa ser dispensado da apresentação de documento comprovativo de haver satisfeito as prescrições do recenseamento militar
- DG 217 Portaria de 13 de Setembro, determinando que os presidentes dos exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra continuem naquela comissão até à conclusão do serviço dos referidos exames
- DG 219 Estabelecendo novos preceitos para a justificação de faltas dos professores de ensino primário
- DG 219 Portaria louvando diferentes cidadãos da freguesia de Riba de Ancora, concelho de Caminha (Manuel Bento Alves Botelho de Lemos, Domingos António Alves Velho e Jonas Afonso Martins Pinheiro) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 222 Portaria nomeando os presidentes ds exames de instrução secundária que se vão realizar em Outubro
- DG 222 (R1 DG 229) Alteração ao presidente do júri do Liceu Nacional da Guarda
- DG 219 (R2 DG 231) Alteração a membros do júri do Liceu Central de Camões
- DG 223 Portaria de 20 de Setembro, mandando que os requerimentos para matrículas nas escolas práticas de agricultura sejam entregues até 2 de Outubro
- DG 223 Portaria de 31 de Agosto, dissolvendo e louvando a comissão que estudou as bases para a reorganização dos serviços referentes às missões ultramarinas e respectivo colégio
- DG 227 Portaria de 25 de Setembro, louvando o cidadão João José Perdigão pela doação que fez à Câmara Municipal de Évora dum edifício e mobiliário destinados às escolas de Azaruja, e mandando que a essas escolas seja dado o nome do doador
- DG 233 Portaria de 2 de Outubro, determinando que a abertura das aulas da Escola Auxiliar da Marinha seja adiada para 15 de Outubro
- DG 234 Portaria de 3 de Outubro, dando novas denominações a diferentes escolas de desenho industrial e elementares de comércio
- DG 245 Portaria de 14 de Outubro, louvando o cidadão Manuel José Pinto por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 246 Portaria de 17 de Outubro, nomeando um professor da Escola Normal do Porto para concluir uma sindicância à Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo
- DG 247 Portaria de 18 de Outubro, mandando proceder a uma sindicância acêrca de certos factos ocorridos no Liceu Nacional de Maria Pia
- DG 256 Portaria de 30 de Outubro, mandando proceder a uma sindicância aos factos que deram origem a um conflito havido entre dois funcionários do Instituto Central de Higiene
- DG 260 Portaria de 26 de Outubro, nomeando o funcionário que há-de proceder à sindicância mandada fazer aos actos dum antigo sub-inspector do círculo escolar de Alenquer
- DG 260 Portaria de 31 de Outubro nomeando mais dois vogais para a comissão encarregada de estudar a nova reorganização do Colégio das Missões Ultramarinas
- DG 271 Portaria de 15 de Novembro, nomeando uma comissão para a elaboração das bases para a reorganização do ensino industrial e artístico professado nos estabelecimentos dependentes do Ministério do Fomento
- DG 271 (R1 DG 281) Portaria mandando agregar um vogal à comissão mais um vogal à comissão incumbida de reorganizar o ensino industrial e artístico
- DG 271 Portaria de 15 de Novembro, nomeando uma comissão para a elaboração das bases para a reorganização do ensino comercial professado nos estabelecimentos dependentes do Ministério do Fomento
- DG 271 (R1 DG 272) Nova publicação rectificada, da portaria de 15 de Novembro que nomeou uma comissão para a elaboração das bases para a reorganização do ensino comercial
- DG 272 Portaria de 8 de Novembro provendo um lugar de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública
- DG 275 Portaria de 16 de Novembro, prorrogando o prazo fixado para a comissão incumbida da elaboração dos regulamentos disciplinares dos serviços públicos apresentar o resultado dos seus trabalhos

- DG 276 Portaria de 21 de Novembro, nomeando uma comissão para estudar a forma de levar a efeito, em Lisboa, uma Exposição Nacional das Artes Gráficas em 1913 e outra internacional em 1915
- DG 279 Portaria de 25 de Novembro, substituindo um vogal da comissão incumbida da reorganização do ensino industrial e artístico
- DG 279 Portaria de 28 de Novembro, louvando vários cidadãos (António José de Sousa Lima Júnior, Gaspar Fernando de Macedo, Cândido Pereira Machado, Francisco de Sousa Coelho, José Lopes Ferraz, José Lopes Teixeira, Francisco Lopes Ferraz e José de Sales Sousa Lima) da freguesia do Prado, concelho de Vila Verde, por serviços prestados à instrução popular
- DG 284 Portaria nomeando quatro candidatos a pensionistas subsidiados pelo legado Valmor para, em países estrangeiros, completarem a sua educação artística na especialidade da pintura
- DG 286 Portaria de 30 de Novembro, louvando o cidadão João Narciso de Oliveira, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 286 Portaria de 26 de Novembro, determinando que a um assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa seja distribuída o serviço correspondente a uma vaga existente na mesma Faculdade
- DG 288 Portaria de 7 de Dezembro, mandando suspender as provas dos concursos relativos ao provimento de lugares de preparador da Escola de Medicina Veterinária
- DG 292 Determinando que a escola criada na estação dos Caminhos de Ferro do Estado, em Casa Branca, se denomine Escola Almirante Reis
- DG 293 Portaria de 11 de Dezembro, louvando o cidadão Alberto Marques e sua esposa, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 297 Portaria de 16 de Dezembro, substituindo um vogal da comissão encarregada de organizar as exposições das artes gráficas em Lisboa
- DG 299 Portaria de 18 de Dezembro, louvando o cidadão Manuel Fernandes Vieira por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 300 Portaria de 19 de Dezembro, nomeando uma comissão para proceder à instalação e organização dum museu regional, artístico e arqueológico na cidade de Leiria
- DG 305 Aprovando uma carta de Portugal em relêvo elaborada por um capitão do exército, e autorizando o seu uso nas escolas
- DG 305 Portaria louvando o cidadão José Rosado Perdigão e sua esposa por serviços relevantes prestados à instrução popular

Aditamentos

- DG 168 Aditamento ao regulamento geral da Academia de Ciências de Portugal e regulamentos do Instituto Teofilano e do Instituto Superior de Cursos Públicos, anexos à mesma Academia

Alvarás

- DG 249 Alvará de 19 de Outubro, concedendo licença para o estabelecimento em Valença do Minho dum instituto particular de ensino secundário sob a denominação de Colégio de Valença
- DG 260 Alvará de 2 de Novembro, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular de ensino secundário em Lisboa

Anúncios

- DG 58 Casa pia, anúncio de concurso para admissão de alunos (repetido nos DG 63, DG 69 e DG 71)
- DG 77 Escola de Guerra, anúncios de concurso para provimento de lugares e professores e de professoras adjuntas de várias cadeiras
- DG 82 Nova publicação, rectificada, do anúncio de concurso para provimento de três lugares de assistentes vagos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (tem as provas a que se tinham de submeter)
- DG 97 Universidade de Coimbra, anúncio de concurso para provimento de dois lugares de assistentes vagos na Faculdade de Letras (tem as provas a que se tinham de submeter)
- DG 123 Recolhimentos da Capital, anúncio de concurso para preenchimento dum lugar de professora contratada para o ensino da língua portuguesa e trabalhos manuais no Recolhimento do Cálvário
- DG 135 Escola de Guerra, anúncio de concurso para provimento do lugar de professor de Inglês (repetido nos DG 137 e DG 138)
- DG 135 Escola de Alunos Marinheiros do Norte, anúncio para admissão de alunos (repetido nos DG 136, DG 137, DG 138, DG 139, DG 140 e DG 141)
- DG 135 (R1 DG 149) Rectificação ao anúncio da Escola de Alunos Marinheiros do Norte, para admissão de alunos
- DG 136 Escola de Alunos Marinheiros do Sul, anúncio para admissão de alunos
- DG 136 (R1 DG 141) Rectificação ao anúncio da Escola de Alunos Marinheiros do Sul, para admissão de alunos (repetido nos DG 143, DG 144, DG 145, DG 146, DG 147 e DG 148)
- DG 136 (R2 DG 149) Rectificação ao anúncio da Escola de Alunos Marinheiros do Sul, para admissão de alunos publicados nos DG n.ºs 143 a 148 (repetido nos DG 151, DG 152, DG 154, DG 155, DG 156 e DG 157)
- DG 144 Anúncio de concurso para provimento da escola primária feminina de Bissau
- DG 144 Anúncio de concurso dum lugar de mestre-canteiro nas Escolas de Aprendizagem de Cabo Verde
- DG 158 Anúncio do Instituto Superior Técnico, de concurso para provimento de três lugares de professor extraordinário
- DG 160 Anúncio, da Escola de Guerra, de concurso para provimento de lentes da 8.ª e 11.ª cadeiras e de lentes substitutos da 3.ª, 4.ª e 16.ª (em anexo está uma listagem de todos os professores da Escola de Guerra)

- DG 179 Anúncio sobre provimento de vagas de professores no Colégio Militar
- DG 179 (R1 DG 188) Rectificação ao anúncio sobre provimento de lugares de professores no Colégio Militar
- DG 205 Escola de Guerra, anúncio de concurso para provimento do lugar de lentes adjuntos da 8.ª, 9.ª e 10.ª cadeiras
- DG 206 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, anúncio de concurso para provimento de lugar de professor
- DG 218 Universidade de Lisboa, anúncio de concurso para concessão de Bolsa de Estudo destinadas à isenção do pagamento de propinas de matrícula e inscrição
- DG 227 Anuncio de concurso para provimento dum lugar de professor oficial de 1.ª classe de instrução primária de Santa Catarina da Ilha de S. Tiago de Cabo Verde
- DG 237 Escola de Guerra, anúncios de concurso para provimento dos lugares de lentes adjuntos da 5.ª e 11.ª cadeiras
- DG 244 Universidade de Lisboa, anúncio de concurso para concessão de Bolsa de Estudo destinadas à isenção do pagamento de propinas de inscrição de alunos
- DG 260 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, anúncio de concurso para provimento dum lugar de professor do 5.º grupo (cujas disciplinas são: matemática, ciências físico-químicas e histórico-naturais e merceologia)
- DG 277 Universidade de Coimbra anuncio do júri de concurso aberto pelo edital de 28 de Março para dois candidatos para as Ciências matemáticas com as provas a que vão ser submetidos e as datas

Avisos

- DG 48 Escola Naval, aviso acerca dos exames do curso complementar de pilotagem
- DG 69 Aviso de ter sido anulado o concurso, anunciado no *Diário* n.º 193, de 1911, para provimento de lugares de lente substituto da extinta Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra
- DG 118 Instituto Central de Higiene, aviso acerca da matricula no curso de medicina sanitária
- DG 124 Liceu Maria Pia, aviso para exames
- DG 125 Liceu de Passos Manuel, aviso para exames (repetido no DG 127)
- DG 127 Escola Naval, aviso para exames de pilotagem
- DG 136 Escola de Correios e Telégrafos, aviso acerca dos exames finais em Junho para os alunos estranhos à matricula
- DG 136 Convite aos possuidores de espólio de livros emprestados pela Biblioteca Nacional de Lisboa, para procederem à sua restituição (repetido nos DG 137 e DG 167)
- DG 177 Aviso acerca da prorrogação por sessenta dias do concurso para o provimento dum lugar de segundo assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- DG 178 Aviso acerca do provimento da 12.ª cadeira da Escola de Medicina Veterinária
- DG 180 Liceu de Passos Manuel, aviso acerca da concessão do prémio Midosi
- DG 195 Aviso para matrículas nos cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes
- DG 195 Aviso a diferentes professores de ginástica para a substituição dos respectivos alvarás de professor
- DG 200 Escola Naval avisos de matrículas nos cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes
- DG 203 Aviso para matrículas no curso de regentes agrícolas no Instituto Superior de Agronomia
- DG 205 Escola Naval, aviso para matrículas nos cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes
- DG 210 Aviso para matrículas na Escola de Medicina Veterinária
- DG 210 Aviso para matrículas no Instituto Superior de Agronomia
- DG 210 Aviso para matrículas no Liceu de Passos Manuel
- DG 210 Aviso para matrículas no Liceu de Maria Pia
- DG 212 Escola Colonial Aviso para matriculas
- DG 215 Universidade de Coimbra Aviso para as matriculas nas Faculdades de Direito, Letras, Medicina e Ciências e na Escola de Farmácia
- DG 215 (R1 DG 216) Nova publicação, rectificada, do edital aviso da Universidade de Coimbra para as matriculas na Faculdade de Ciências
- DG 215 Instituto de Oftamologia de Lisboa, aviso para matrículas
- DG 215 Aviso a um antigo professor do Liceu de Goa (Thomás de Noronha), em missão no de Passos Manuel, para requerer o seu provimento numa das vagas dos liceus centrais ou nacionais da República
- DG 215 Avisos aos interessados acerca da escolha de professores provisórios destinados à substituição dos efectivos nos diferentes liceus durante o ano lectivo de 1913
- DG 215 (R1 DG 216) Nova publicação do aviso aos interessados acerca da escolha de professores provisórios destinados à substituição dos efectivos nos diferentes liceus durante o ano lectivo de 1913
- DG 216 Colégio das Missões Ultramarinas aviso para matrículas
- DG 217 Escola Colonial aviso para matrículas
- DG 217 Escola da Arte de Representar aviso para matrículas
- DG 218 Instituto Superior de Agronomia aviso para matrículas
- DG 219 Escola de Belas Artes aviso para matrículas
- DG 219 Escola de Correios e Telegrafos aviso para matriculas
- DG 221 Aviso acerca da admissão de oficiais do exército a lugares de professores provisórios dos liceus
- DG 223 Aviso a quatro professores do Liceu de Amarante e a dos do Liceu do da Póvoa do Varzim para requererem, no prazo de quinze dias a sua colocação em qualquer dos liceus constantes da relação anexa ao mesmo aviso
- DG 228 Escola de Medicina Veterinária aviso para matriculas
- DG 228 Academia de Ciências de Lisboa, aviso para matriculas na aula de introdução, do Instituto Maynense

- DG 237 Universidade de Coimbra aviso acerca da substituição das certidões provisórias dos cursos pelos diplomas definitivos
- DG 240 Escola de Medicina Tropical aviso para matriculas
- DG 245 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, aviso acerca do concurso para lugares no magistério do instituto
- DG 245 Secretaria do Congresso da República, aviso para matriculas na aula de taquigrafia
- DG 245 Secretaria do Congresso da República, aviso acerca dos exames de taquigrafia
- DG 246 Aviso aos reitores dos liceus acerca da forma por que devem ser feitas as nomeações de professores interinos
- DG 253 Aviso aos directores e reitores dos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, suscitando a observância de determinadas disposições vigentes, segundo as quais nenhum dos seus officios ou comunicações porderão tratar de mais dum assunto
- DG 271 Instituto Superior Técnico aviso para a matrícula no curso de preparatórios para artilharia de pé e engenharia militar da Escola de Guerra
- DG 282 Instituto Superior de Agronomia aviso acerca da matricula para o tirocínio dos alunos destinados às colónias
- DG 283 Aviso de estar aberta a matricula nas diferentes cadeiras do curso de bibliotecário-arquivista
- DG 288 Aviso aos reitores dos liceus de que é devido o sêlo de 500 réis pelos autos de posse dos professores provisórios daqueles estabelecimentos
- DG 295 Instituto Superior Técnico aviso para a matricula nos cursos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa

Catálogos

- DG 195 Catálogo das Irmãs de Santa Doroteas

Circulares

- DG 120 Circular aos reitores dos liceus determinando não dever ser permitida a transferência de alunos, a quem tenha sido aplicada a pena de expulsão durante o prazo fixado nos respectivos acórdãos

Declarações

- DG 269 Declaração acerca da recondução das comissões de beneficência e ensino das freguesias ocidental (Francisco Eduardo Peixoto, professor do liceu; António Pais de Figueiredo Alves, funcionário municipal e nomeados os novos vogais: António Lopes de Gouveia Ramos, proprietário; Herculano de Lemos Figueiredo, industrial e António Martins, industrial) e oriental da cidade de Viseu (José Júlio César, contador; António do Amaral Côte Rial, reitor do liceu e nomeados os novos vogais: Lucas Ferreira Coelho, industrial; José Maria de Lemos Serrão, empregado público e António Lopes da Costa, funcionário municipal)

Despachos

- DG 1 Despacho constituindo comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 3 Despachos e rectificações a Despachos constituindo comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 7 Rectificações a despachos sobre constituições de comissões concelhias de administração de bens eclesiásticos
- DG 7 Despacho cedendo a igreja anexa ao extinto convento de Santa Teresa de Carnide, para nele se instalar uma escola nocturna a cargo da Associação Auxiliadora de Instrução
- DG 7 Despacho cedendo à Camara Municipal do Concelho de Fafe a residência paroquial, presentemente desabitada, para nela se estabelecer a respectiva escola e habitação do seu professor
- DG 24 Despacho nomeando os membros da comissão de beneficência da freguesia de Cafede, concelho e circulo escolar de Castelo Branco (João Crisóstomo Capada, José Crisóstomo Capada, Maria dos Santos Carvalho, Joaquim Maria Nunes, Manuel Duarte Mendes, Manuel dos Anjos e Jade Nunes Ribeiro)
- DG 30 Despacho cedendo, a título de arrendamento, à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, o primeiro andar da residência paroquial da freguesia de Santos-o-Velho, de Lisboa, para instalação da Escola Elementar dos Correios e Telégrafos
- DG 31 Despacho constituindo comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 39 Despacho constituindo e rectificando comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 41 Despachos rectificando comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 44 Despachos rectificando comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 57 Despacho cedendo à escola central do sexo masculino de Viseu, os mapas geográficos e uma estante com diversos aparelhos de física e química, que se achavam no edificio do extinto seminário daquela cidade
- DG 60 Despachos rectificando comissões concelhias de administração de bens das igrejas (tem quase sempre um professor)
- DG 66 Despacho cedendo á Junta da Paróquia de Caria a capela denominada de Espirito Santo, para estabelecimento duma escola
- DG 79 Despacho cedendo ao Liceu Nacional da Guarda parte do material de ensino e os livros da biblioteca do extinto seminário daquela cidade
- DG 86 Despacho nomeando Maximiano Gabriel Apolónio para o cargo de professor ordinário de electrotecnia do Instituto Superior Técnico

- DG 86 Despacho nomeando Aureliano Lopes de Mira Fernandes doutor em matemática para o cargo de professor ordinário de matemáticas puras e aplicadas do Instituto Superior Técnico
- DG 106 Despacho cedendo definitivamente à junta de Paróquia de Silvade parte do antigo passal daquela freguesia, com a condição de o dito terreno seja aplicado à construção duma escola oficial de ambos os sexos
- DG 147 Despacho, de 22 de Junho, cedendo à Câmara Municipal do concelho de Aviz, a título de arrendamento, o presbitério da freguesia de Aldeia Velha, para estabelecimento duma escola
- DG 147 Despacho, de 22 de Junho cedendo à Junta da Paroquia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, uma parte de respectivo presbitério, a título de arrendamento, para instalação de uma escola
- DG 150 Despacho, de 26 de junho, suspendendo quatro professores da escola de ensino normal de Faro (Lino Pereira Amores, Manuel de Sousa Machado Júnior, António Mendes Madeira e Inácia Ludovinna Anes Baganha Lial)
- DG 153 Despacho, de 29 de Junho, fazendo cedência à Junta da Paroquia da freguesia do Sabugal, do concelho desta denominação, distrito da Guarda, do material da igreja de Santa Maria e da capela de S. Sebastião, que se acham em ruínas, a fim de ser aplicado na construção de uma casa escolar
- DG 165 Despacho, de 13 de Julho, fazendo cedência à Câmara Municipal do concelho de Alcobaca, distrito de Leiria, dos presbíteros das freguesias de Alpedriz, Vestiária, Cós e Pataias (parte urbana) para neles se estabelecerem as escolas públicas e a residência dos respectivos professores
- DG 176 Despacho nomeando os presidentes dos júris dos exames do 2.º grau
- DG 176 (R1 DG 225) Aditamento à nota dos presidentes dos júris dos exames do 2.º grau
- DG 230 Propostas e despachos acerca do abono de serviços extraordinários com exames do 2.º grau
- DG 234 Despacho de 3 de Outubro considerando válida a transferência dum professor da Escola de Desenho Industrial de Setúbal para a Escola Industrial Machado de Castro, ordenada por decreto de 31 de Agosto
- DG 250 Despacho exonerando um professor da Escola Normal de Lisboa (Alberto Pimentel) Será posteriormente anulado pelo DG 219 de 1913

Documentos

- DG 88 Documentos acerca do inquérito à Imprensa Nacional de Lisboa, realizado em 1911
- DG 267 Documentos relativos à conservação no Liceu de Pedro Nunes dum professor do Liceu de Beja

Editais

- DG 115 Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, edital acerca dos concursos para provimento de lugares de segundo assistente da 1.ª secção do 1.º grupo (análise e geometria)
- DG 115 Universidade de Coimbra, edital determinando a substituição das certidões dos cursos por diplomas definitivos
- DG 218 Universidade de Lisboa, edital declarando aberta a matrícula na Faculdade de Letras
- DG 221 Universidade de Lisboa, edital acerca dos concursos para assistentes da Faculdade de Letras

Listas

- DG 185 Lista dos alunos da Escola de Ensino Normal de Castelo Branco
- DG 185 (R1 DG 201) Rectificação à lista dos alunos da Escola de Ensino Normal de Castelo Branco
- DG 185 (R2 DG 207) Nova rectificação às listas das alunas das escolas normais de Castelo Branco que terminaram este ano os respectivos cursos
- DG 189 Lista das alunas da escola normal do Porto que terminaram este ano os respectivos cursos
- DG 189 (R1 DG 207) Rectificação às listas das alunas das escolas normais do Porto que terminaram este ano os respectivos cursos
- DG 200 Listas dos professores que na época ordinária finda presidiram aos júris dos exames de saída do curso geral e dos cursos complementares de letras e ciências nos diferentes liceus

Notas

- DG 8 Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de Gerez de Lima (Anibal Augusto de Oliveira Gonçalves, capitalista; António Fausto da Silva, capitalista; Eduardo da Silva Lima, proprietário; Domingos de Barros Rocha, capitalista e Rodrigo da Mota Amorim, capitalista)
- DG 58 Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino de Chaves (Major António Gualberto da Fonseca Antunes; Capitão Artur Aníbal Botelho; tenente-farmacêutico António Júlio Correia; dr. António Augusto Lobo e Dr. José Mendes de Araújo)
- DG 107 Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de S. Lourenço de Sande (José Francisco Correia, presidente honorário, Manuel António Correia, António José Antunes Machado; Aduardo Leite de Faria Machado, Manuel Joaquim da Silva, Manuel de Freitas e Manuel José da Silva Gonçalves)
- DG 128 Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de Fornelo do Monte, Cconcelho de Vouzela (António Rodrigues Peixe, João Loureiro Gomes, Joaquim Rodrigues do Ferreiro, José Cardoso Simões e António Francisco do Vale)
- DG 157 Nota da constituição da comissão de beneficência e ensino da freguesia de Paio de Pele, concelho de Barquinha (Manuel da Cruz, industrial; Manuel Vieira da Cruz, negociante; Manuel Viegas, guarda-livros; António Jorge, operário e Luís Mateus, professor)
- DG 169 Nota da constituição do júri de concurso para provimento da cadeira de desenho na Universidade de Coimbra
- DG 189 Universidade de Coimbra - Nota dos candidatos admitidos para provimento da cadeira de desenho matemático
- DG 221 Instituto Superior Técnico, nota de despachos de nomeação dum assistente da cadeira de mecânica racional

- DG 226 Nota dos candidatos em condições de serem admitidos como alunos no Colégio Militar
- DG 228 Nota das cadeiras e disciplinas do Instituto Superior Técnico que constituem preparatórios para os cursos de engenharia e artilharia a pé e de administração militar na Escola de Guerra
- DG 228 (R1 DG 246) Nova publicação, rectificada, da relação das cadeiras e do Instituto Superior Técnico que constituem preparatório para o curso de administração militar na Escola de Guerra
- DG 231 Nota das cadeiras que, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, constituem preparatórias para os cursos de engenharia e artilharia a pé
- DG 238 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, nota da constituição dos júris dos concursos para lugares de professores do Instituto
- DG 241 Nota dos alunos admitidos na Escola Nacional de Agricultura e na Escola Prática de Agricultura de Santarém
- DG 241 Escola de Guerra nota da constituição do júri do concurso para lugares de lentes adjuntos da 8.ª, 9.ª e 10.ª cadeiras
- DG 241 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, nota da constituição dos júris dos concursos para lugares de professores do 1.º e 6.º grupos
- DG 250 Nota do despacho que demitiu o director da Escola Normal para o sexo masculino de Lisboa, suspendendo dois professores da mesma escola
- DG 251 Escola de Guerra, nota dos candidatos admitidos ao concurso para dois lugares de lente-adjunto da 8.ª, 9.ª e 10.ª cadeiras
- DG 259 Notas dos candidatos à regência interina das escolas do Pôrto
- DG 259 (R1 DG 105 de 1913) Rectificação das notas dos candidatos à regência interina das escolas do Pôrto
- DG 274 Escola de Guerra nota da constituição dos júris dos concursos para provimentos da 1.ª, 2.ª, 5.ª, 11.ª e 17.ª cadeiras
- DG 274 Nota da constituição da organização do curso preparatório para artilharia a pé e de engenharia Militar para a Escola de Guerra professado no Instituto Superior técnico
- DG 281 Nota adicional ao quadro dos alunos admitidos às bolsas de Estudo pelo Senado da Universidade de Coimbra
- DG 285 Nota de despacho de nomeação de dois professores (Abram Droz – mecânica aplicada e Luís Guilherme Borges de Sequeira – geometria descritiva) no Instituto Superior Técnico
- DG 293 Instituto Superior Técnico, nota de nomeação de pessoal

Ordens

- DG 125 Ordem do Exército n.º 10 (2.ª Série) referida a 20 de Maio. Tem os nomes dos lentes das cadeiras da Escola de Guerra e da Escola do Exército

Pareceres

- DG 123 Parecer do Conselho Superior de Instrução Pública sobre o processo relativo à suspensão dum professor interino do Liceu de Passos Manuel

Programas

- DG 52 Anúncio e programas de concurso para provimento da 3.ª, 7.ª e 8.ª cadeiras da Escola da Arte de Representar
- DG 52 (R1 DG 54) Rectificação ao programa de concurso para lugares da 3.ª cadeira da Escola da Arte de Representar
- DG 103 Programa de concurso a que se refere a portaria publicada no *Diário* n.º 103 de 1912
- DG 109 Programas elaborados pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em conformidade do regulamento dos exames de Estado de 21 de Agosto de 1911
- DG 195 Escola de Medicina Veterinária, programa do concuso para preparadores
- DG 203 Programa dos concursos a prémio e para admissão aos cursos superiores no Conservatório de Lisboa

Quadros

- DG 250 Quadro dos candidatos às Bolsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade de Lisboa verificou satisfazerem às condições de admissão
- DG 250 (R1 DG 260) Alteração a uma nota do candidato às Bolsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade de Lisboa verificou satisfazerem às condições de admissão
- DG 281 Quadro dos alunos da Universidade do Porto que obtiveram Bolsas de Estudo em 1911-1912 e que se achem nas condições de continuarem a obtê-las no corrente ano lectivo

Registos

- DG 211 Registo de nome de *Escola Portuguesa Teresa Alão*

Regulamentos

- DG 65 Aprovando o regulamento provisório do Instituto Central de Higiene anexo ao mesmo decreto
- DG 65 (R1 DG 94) Nova publicação, rectificada, do regulamento provisório do Instituto Central de Higiene
- DG 218 Regulamento da Escola Profissional (Antigo Recolhimento do Santissimo Sacramento e Assunção ao Calvário)
- DG 218 (R1 DG 224) Nova publicação, rectificada, do regulamento da Escola Profissional
- DG 218 (R2 DG 236) Rectificação ao regulamento da Escola Profissional

Relações

- DG 8 Relação dos professores e empregados menores nomeados para os cursos nocturnos nas escolas primárias oficiais de Lisboa

- DG 255 Relação das candidatas admitidas ao concurso para professoras do 1.º e 6.º grupos do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- DG 259 Relação dos candidatos às Bolsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade de Coimbra verificou satisfazerem às condições de admissão
- DG 277 Relação dos candidatos às Bolsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade do Porto verificou satisfazerem às condições de admissão
- DG 281 Relação de professores nomeados para o Instituto Superior Técnico

Relatórios

- DG 101 Relatório da sindicância à secretaria da Escola Industrial Machado de Castro
- DG 185 Relatório dos trabalhos da Academia de Ciências de Portugal em 1911-1912 e nota da distribuição do pessoal académico pelas diferentes classes, secções e sub-secções)

Suplementos

- DG 116 É autorizado o Governo, pelo Ministério do Interior, a aceitar do Dr. Júlio de Matos, em representação dum filantropo que disso o incumbiu, a doação de 100:000\$000 réis, com exclusivo destino à construção de novos manicómios (será publicado em Lei no DG 117)

1913

Assembleia Nacional Constituinte

- DG 3 Proposta de lei sobre abono dos vencimentos dos primeiros assistentes da Faculdade de Medicina
- DG 12 Projecto de lei sobre a criação dum instituto de anatomia patológica na Faculdade de Medicina de Lisboa
- DG 17 Proposição de lei sobre colocação de professoras com o curso normal nas escolas dos centros republicanos
- DG 17 Proposição de lei sobre provimento de escolas do sexo masculino
- DG 18 Projecto de lei sobre a aplicação de dois terços do rendimento dos bens da extinta Colegiada de Guimarães às despesas do liceu daquela cidade
- DG 24 Projecto de lei sobre o funcionamento dalgumas escolas primárias
- DG 42 Projecto de lei sobre a criação duma cadeira de sânscrito no Liceu de Nova Goa
- DG 45 Projecto de lei sobre a duração da validade dos concursos para professores das escolas industriais
- DG 47 Preposições de lei sobre exames do último ano do curso de pilotagem
- DG 51 Proposta de lei sobre escolas móveis
- DG 52 Proposições de lei regulando a remunerações dos tesoureiros das Universidades
- DG 52 Proposições de lei dispensando do serviço oficial as professoras que se encontrem no último período da gravidez
- DG 53 Proposta de lei sobre exercícios de frequência nas cadeiras do 1.º e 2.º anos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- DG 54 Proposições de lei autorizando a concessão do bronze para o busto do professor Câmara Pestana
- DG 58 Projecto de lei autorizando o Governo a contratar professores para as escolas de ensino técnico elementar industrial e comercial
- DG 60 Projecto de lei estabelecendo provisoriamente a forma de provimento de lugares de inspectores de círculos escolares
- DG 71 Projecto de lei reorganizando o Conselho Superior de Instrução Pública
- DG 75 Proposta de lei sobre o ensino da música e ginástica nas escolas normais
- DG 75 Proposta de lei sobre provimento das escolas primárias de Bemfica e Amadora
- DG 76 Projecto de lei para a criação em Lisboa dum Instituto Central de Ginástica
- DG 78 Proposição de lei extinguindo a Comissão Administrativa da Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando e remodelando o quadro de vencimentos do respectivo pessoal (Tem 2 professores)
- DG 79 Projecto de lei estabelecendo o período transitório para os alunos que se matricularam em 1911-1912 nas Faculdades de Medicina
- DG 81 Proposta de lei regulando o provimento dos lugares de reitores dos liceus do continente e ilhas adjacentes
- DG 82 Projecto de lei autorizando a Câmara Municipal de Ponte do Sor a alienar certo terreno para a construção duma escola
- DG 84 Proposição de lei autorizando a Câmara Municipal do Crato a aplicar parte do seu fundo de viação à construção de escolas primárias
- DG 87 Proposições de lei sobre contagem de tempo de serviço a dois professores das escolas «Leonardo»
- DG 88 Proposição de lei sobre divisão das sedes escolares
- DG 94 Proposição de lei estabelecendo para os professores e professoras de instrução primária das colónias a gratificação de 3\$000 réis por cada aluno que anualmente apresentem a exame e seja aprovado
- DG 94 Proposição de lei criando duas escolas de instrução primária em Quelimane, Moçambique
- DG 97 Proposições de lei criando escolas de construção, industria e comércio nas cidades de Lisboa e Pôrto
- DG 101 Proposição de lei estabelecendo as bases para a criação de »Escolas Novas Portuguesas» no molde dos tipos mais conhecidos na Europa
- DG 102 Proposição de lei sobre a aquisição duma casa para instalação das escolas primárias da feguesis de S. Salvador do Mundo, em Sines

- DG 105 Projecto de lei sobre excursões e missões dos alunos da Escola de Guerra
- DG 111 Proposição de lei isentando de direitos de mercê os professores provisórios ou interinos dos liceus
- DG 112 Representação do Centro Escolar Demográfico da freguesia de Santa Isabel, contra o actual regime de cereais
- DG 112 Proposição de lei anulando parte duma verba inscrita no Orçamento de 2912-1913 para a Escola de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto
- DG 115 Projecto de lei para que todas as leis, decretos e portarias tenham um número de ordem
- DG 116 Proposições sobre concessão de certas garantias aos alunos da Escola Nacional de Agricultura
- DG 117 Proposição de lei sobre instrução primária
- DG 118 Proposição de lei autorizando a Câmara Municipal de Ponte do Sor a aplicar a construções escolares parte do seu fundo de viação
- DG 119 Proposições de lei para que os médicos navais em serviço na Escola de Medicina Tropical sejam considerados em comissão no Ministério das Colónias
- DG 119 Proposição de lei para ser dada nova distribuição de cadeiras no curso de história da arte existente na Escola de Belas Artes de Lisboa
- DG 120 Proposição de lei para a criação, na cidade de Viseu, duma escola denominada Escola de Reforma de Viseu
- DG 122 Representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas acerca de certos crimes (“desfloradores de crianças”)
- DG 128 Proposição de lei sobre procriação humana (proibindo qualquer propaganda de ideias tendentes a evitar ou limitar a procriação humana)
- DG 129 Proposição de lei sobre alistamento dos alunos do Colégio Militar no exército
- DG 129 Proposição de lei para a execução permanente da lei sobre serviço militar dos estudantes
- DG 130 Projecto de lei autorizando a Câmara Municipal da Lousã a aplicar parte do seu fundo de viação a construções escolares
- DG 132 Proposição de lei estabelecendo um período transitório de cinco anos para os alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 132 Projecto de lei permitindo a dispensa de idade para a admissão aos exames da 3.ª, 5.ª e 7.ª classes dos liceus
- DG 138 Projecto de lei autorizando a Câmara Municipal do Gavião a aplicar parte do seu fundo de viação a determinadas despesas (200 escudos para reparações em edificios escolares e compra de mobília)
- DG 141 Propostas de lei sobre alunos das escolas de ensino normal
- DG 141 Propostas de lei sobre a Sociedade Promotora de Educação Física
- DG 141 Projecto de lei sobre a criação do liceu na província de Cabo Verde
- DG 143 Proposta de lei extinguindo o padroado do Oriente
- DG 147 Propostas de lei mandando cessar a atribuição conferida ao prelado de Moçambique para dirigir a Escola de Artes e Ofícios da mesma província
- DG 148 Projecto de lei revogando o decreto de 17 de Agosto de 1912, que organizou os serviços agrícolas na Índia (propunha “contratar três agrónomos habilitados nas escolas da Índia Inglesa, a fim de ministrarem o ensino agrícola em Goa”)
- DG 148 Projecto de lei autorizando o governo a remodelar o ensino da Escola-Médico Cirúrgica de Nova Goa
- DG 149 Projecto de lei sobre doenças da boca e dentes nas universidades
- DG 248 Proposta de lei sobre segunda época de exames
- DG 287 Proposta de lei tornando definitivas as matriculas concedidas a vários alunos dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública
- DG 291 Projecto de lei para o estabelecimento duma escola regional no Posto Agrário da Bairrada
- DG 292 Projecto de lei autorizando as camaras municipais a transformar as suas escolas primárias em escolas primárias agrícolas

Leis

- DG 1 Lei de 28 de Dezembro de 1912, determinando que fiquem em vigor no ano lectivo de 1912-1913 as disposições do decreto com força de lei de 14 de Outubro de 1911 na parte relativa ao funcionamento dos cursos comerciais
- DG 22 Lei de 17 de Janeiro, mandando que da verba consignada no Orçamento de cada ano para conservação e reparação de edificios públicos seja destinada a quantia de 200000 escudos à construção de edificios para escolas primárias
- DG 22 Lei de 18 do Janeiro, permitindo aos alunos do Instituto Superior Técnico, candidatos ao curso de administração militar, fazer os exames de todas as cadeiras em que se acham matriculados
- DG 41 Lei de 19 de Fevereiro, autorizando a matrícula nas escolas normais e de habilitação para o magistério primário aos candidatos que se encontrem em determinadas condições
- DG 46 Estabelecendo um subsídio de 2500 escudos para despesas de pessoal e material da Escola Elementar de Comércio do Pôrto
- DG 60 Lei de 5 de Março, extinguindo a escola de instrução secundária da vila de Moncorvo, e criando em sua substituição, na mesma vila, uma escola elementar de comércio
- DG 81 Lei de 3 de Abril, criando vinte escolas primárias no Estado da Índia
- DG 85 Lei de 10 de Abril, autorizando o Governo a vender dois prédios situados na cidade do Pôrto e a aplicar o produto na compra dum terreno e na construção dum edificio para o Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- DG 90 Lei de 16 de Abril, mandando compreender no artigo 149.º, § 2.º, do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911 os professores das escolas de habilitação para o magistério primário ou de ensino normal, com mais de cinco anos de efectivo serviço

- DG 93 Lei de 17 de Abril, fixando a remuneração dos tesoureiros das três universidades
- DG 111 Lei de 10 de Maio, estabelecendo as épocas de exame nos cursos de pilotagem
- DG 116 Lei de 15 de Maio, autorizando a Câmara Municipal do Crato a aplicar parte do seu fundo de viação à construção de escolas
- DG 119 Lei de 20 de Maio, autorizando o Governo a vender a casa e terrenos que constituíam o passal da freguesia de Amorim e a aplicar o produto a construções escolares naquela freguesia
- DG 127 Lei de 29 de Maio, determinando que parte da verba consignada à Escola Agrícola de Tabuaço, e que passou para a Escola de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto, seja aplicada a determinadas obras e à compra de materiais e alfaias agrícolas
- DG 128 Lei de 29 de Maio, criando um liceu municipal em cada uma das vilas de Margão e Mapuçá, no Estado da Índia, em substituição das escolas municipais
- DG 131 Aditando um parágrafo ao artigo 29.º do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, da organização dos serviços de instrução primária publica
- DG 131 Autorizando a Câmara Municipal de Ponte do Sôr a alienar uma morada de casas e a aplicar o seu produto à construção dum edifício escolar
- DG 131 Lei garantindo a certos professores dos centros republicanos o direito de preferência no provimento das escolas primárias
- DG 131 (R1 DG 143) Nova publicação, rectificada, da lei de 3 de Junho, acêrca dos professores dos centros republicanos, inserta no *Diário* n.º 131, de 6 de Junho
- DG 131 (R2 DG 144) Nova publicação, rectificada, da lei de 3 de Junho, acêrca dos professores dos centros republicanos, inserta no *Diário* n.º 143, de 21 de Junho
- DG 133 Lei autorizando a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha a aplicar parte do seu fundo de viação à construção de escolas
- DG 133 Lei de 5 de Junho, aprovando as bases para a organização do Instituto Superior do Comércio
- DG 136 Lei de 5 de Junho, mandando que os alunos de medicina que se encontram em determinadas condições fiquem pertencendo ao período transitório, e os seus cursos regulados pela legislação anterior a 22 de Fevereiro de 1911
- DG 143 Garantindo a certos professores republicanos o direito de preferência no provimento das escolas primárias
- DG 150 Admitindo a exames elementares do 1.º e 2.º graus e das 3.ª, 5.ª e 7.ª classes dos liceus todos os alunos que, estando devidamente habilitados, tenham requerido ou venham a requerer dispensa até o dia 30 de Junho
- DG 150 Autorizando a Faculdade de Medicina de Lisboa a criar o Instituto de Anatomia Patológica, a elaborar os respectivos regulamentos e a contratar o pessoal necessário ao seu bom funcionamento
- DG 150 Determinando que o serviço público de instrução primária fique definitivamente a cargo das câmaras municipais a partir de 1 de Julho do corrente ano
- DG 150 Lei orçamentas do Ministério da Guerra. No seu artigo 5.º e 6.º são referidos vencimentos de professores dos colégios militares, tempos de leccionação, vencimentos dos alunos e custos dos internatos

Leis com n.º

- 2 autorizando o Governo a construir na cêrca da Casa Pia um pavilhão destinado ao jôgo do Golf
- 9 permitindo aos alunos diplomados pela Escola Nacional de Agricultura a admissão à matrícula no Instituto Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária
- 7 extinguindo a comissão administrativa e o cargo de capelão da Colonia Agrícola Correccional de Vila Fernando e alterando o quadro e vencimentos do respectivo pessoal
- 11 estabelecendo que os lugares de guardas e serventes das escolas industriais e doutras, exclusivamente destinadas ao sexo feminino, sejam exercidos por mulheres
- 12 criando o Ministério da Instrução Pública
- 17 extinguindo o lugar de ajudante de fotografia da Escola Naval e criando o de ajudante do laboratório de explosivos da mesma Escola
- 18 reorganizando os serviços dos liceus centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 22 tornando obrigatório o alistamento no exército para os mancebos com mais de dezasseis anos de idade que saírem do Colégio Militar com cinco ou mais anos do respectivo curso
- 26, organizando os serviços da Direcção Geral da Agricultura (tem informação sobre ensino agricola)
- 26 (R1 DG 167) Nova publicação, rectificada da lei que organizou os serviços da Direcção Geral da Agricultura
- 30 extinguindo a Legação junto do Vaticano, suprimindo os consulados gerais de Berlim, Madrid e Roma, e autorizando o Governo a conceder uma subvenção para um curso de estudos portugueses na Sorbonne
- 39 determinando que as nomeações provisórias de professores de qualquer estabelecimento de ensino público possam recair em indivíduos que tenham exercido as mesmas funções com nomeação de carácter não definitivo
- 46 autorizando a Câmara Municipal da Lousã a aplicar parte do seu fundo de viação a construções escolares
- 52 autorizando o Governo a transferir, independentemente de concurso, para as escolas de Bemfica e da Amadora, respectivamente, um professor e uma professora da escola de Veiros
- 67 autorizando o Governo a abrir um crédito extraordinário para trabalhos preparatórios da Exposição Universal que se há-de realizar em S. Francisco da California em 1915, e estabelecendo a sede, organização e funcionamento do respectivo commissariado
- 68 regulando vários serviços das escolas de ensino normal
- 86 regulando os vencimentos dos primeiros assistentes da Faculdade de Medicina que exercem funções de ensino

- 88 regulando a administração local. No seu artigo 94, 4.º é atribuída às Câmaras Municipais a criação de “estabelecimentos de beneficência, instrução e educação”.
- 91 mandando inscrever no orçamento do Ministério do Fomento uma verba destinada às escolas profissionais especiais de agricultura
- 91 (R1 DG 198) Nova publicação da lei que mandou inscrever no orçamento do Ministério do Fomento uma verba destinada às escolas profissionais especiais de agricultura, insere erradamente sob o n.º 92 no *Diário* de 18 de Agosto
- 92 criando uma 5.ª disciplina na Escola Industrial Afonso Domingues, em Xabregas
- 100 dispensando do serviço oficial por espaço de dois meses, durante o último período da gravidez e em seguida ao parto, as professoras de instrução secundária e superior
- 101 contando para os efeitos de aposentação o tempo de serviço prestado pelos professores diplomados em escolas primárias não oficiais que hajam sido depois convertidas em escolas oficiais

Decretos

- DG 3 Decreto de 31 de Dezembro de 1912, autorizando a execução das obras a fazer no edifício da Escola 5 de Outubro pertencente à instituição *O Vintém Preventivo*
- DG 4 Decreto de 4 de Janeiro, aprovando os estatutos do Instituto Português em Roma
- DG 5 Mandando considerar como estabelecimentos perigosos os depósitos de fitas cinematográficas, e determinando várias providências com relação aos cinematógrafos
- DG 6 Cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal de Olhão, para instalação de escolas
- DG 16 Decreto transferindo para a propriedade da 12.ª cadeira o professor catedrático da 3.ª cadeira do Instituto Superior de Agronomia
- DG 19 Decreto provendo provisoriamente um lugar de professor substituto do 1.º grupo de cadeiras da Escola de Medicina Veterinária
- DG 33 Decreto modificando o artigo 7.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa
- DG 34 Cedendo à Associação 1.º de Maio, da cidade da Guarda, diferentes bens eclesiásticos, para instalar uma escola
- DG 39 determinando que um professor da freguesia do Rosário, no concelho de Lagos, continue, como requereu, no exercício do seu cargo, não obstante ter atingido o limite de idade
- DG 39 Exonerado do respectivo lugar um professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (Dr. Gonçalo Xavier de Almeida Garrett)
- DG 39 Demitido um professor do Liceu da Horta (Luís Augusto Pinto de Oliveira)
- DG 44 Decreto aprovando o regulamento disciplinar dos funcionários civis constantes do mesmo decreto (estão todos excepto os sujeitos à disciplina militar)
- DG 45 Cedendo por arrendamento à Junta de Paróquia da Marinha Grande um terreno do extinto passal daquela freguesia, para construção do recreio da escola e do infantário
- DG 47 Decreto de 22 de Fevereiro, criando três escolas de instrução primária na província de Cabo Verde
- DG 49 Decreto promovendo a professor extraordinário do 3.º grupo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um professor extraordinário da mesma Faculdade
- DG 51 Cedendo vários bens eclesiásticos à Comissão Municipal da Feira, para instalação de uma escola elementar do sexo masculino e residência do respectivo professor
- DG 52 Decreto de 1 de Março, aprovando o regulamento da inspecção médico-escolar e serviços clínicos da Casa Pia de Lisboa anexo ao mesmo decreto
- DG 63 Cedendo vários bens eclesiásticos à Junta de Paróquia de Lourosa, para instalação de uma escola do sexo feminino e casa para a respectiva professora
- DG 65 Decreto de 15 de Março, permitindo às leitarias e outros estabelecimentos o uso de medidas de vidro de 3 e 4 decilitros, e proibindo a venda por copos que não sejam medidas certas
- DG 65 Autorizando o abono duma gratificação aos funcionários que foram incumbidos da sindicância ao Liceu de Camões
- DG 67 Decreto de 15 de Fevereiro, estabelecendo a classificação dos inspectores dos círculos escolares primários
- DG 67 (R1 DG 69) Rectificação ao decreto de 15 de Fevereiro, estabelecendo a classificação dos inspectores dos círculos escolares primários
- FG 67 (R2 DG 71) Nova rectificação ao decreto de 15 de Fevereiro, estabelecendo a classificação dos inspectores dos círculos escolares primários
- DG 68 Decreto demitindo um professor do 4.º grupo (Alípio Albano Camêlo) do Liceu de Maria Pia
- DG 69 Decreto de 15 de Março, autorizando o abono de serviço extraordinário desempenhado pelo chefe do pessoal menor e serventes do Liceu de Camões
- DG 75 Abrindo concurso para provimento dos lugares de professor vagos nos liceus centrais e nacionais do continente e ilhas
- DG 75 (R1 DG 80) Nova publicação do decreto que abriu concurso para provimento dos lugares de professor vagos nos liceus centrais e nacionais do continente e ilhas
- DG 81 Determinando que os candidatos à regência de escolas primárias sejam dispensados da apresentação do documento comprovativo de terem satisfeito as prescrições do recenseamento militar sempre que provem não estarem ainda sujeitos a tais prescrições
- DG 81 Mandando que o Laboratório de Higiene da cidade do Pôrto seja pedagogicamente anexado à Faculdade de Medicina daquela cidade e fique consignado à cadeira de higiene
- DG 83 Decreto de 29 de Março, autorizando o abono do serviço extraordinário de exames do 2.º grau desempenhado por dois amanuenses da Direcção Geral da Instrução Primária

- DG 87 Portaria de 19 de Abril, autorizando um segundo assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa a ir ao estrangeiro estudar o desenvolvimento do ensino e da prática obstétricas
- DG 88 Decreto de 12 de Abril, aprovando a organização da Escola Prática de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto – tem em anexo a organização da Escola a que se refere o decreto
- DG 93 Decreto de 19 de Abril, cedendo, a título de arrendamento, à Universidade de Coimbra, umas dependências da sé catedral daquela cidade
- DG 93 Resolvendo, sôbre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 13976, em que era recorrente um professor do Liceu de Beja
- DG 96 Decreto de 19 de Abril, autorizando o abôno de gratificações pelo serviço extraordinário de exames do 2º grau desempenhado por um professor e quatro empregados das inspecções dos dois círculos escolares de Lisboa
- DG 102 Cedendo à Câmara Municipal de Castelo Branco, freguesia de Malpica, determinados bens eclesiásticos, para adaptar para casa da Escola
- DG 102 Cedendo à Câmara Municipal da Feira, freguesia de Oleiros, determinados bens eclesiásticos, para se estabelecer uma escola do sexo feminino
- DG 104 Aprovando o regulamento escolar e programas da Escola de Manuel António de Seixas, (em Moncorvo) anexos ao mesmo decreto
- DG 104 Declarando que para o exercício de professor provisório dos liceus e de professor particular das disciplinas de Desenho e de Geometria é habilitação bastante qualquer dos cursos das Escolas de Belas Artes ou das Escolas Industriais
- DG 104 (R1 DG 110) Nova publicação, rectificada, do decreto de 2 de Maio, que determina que para o ensino particular de desenho é habilitação bastante qualquer dos cursos das Escolas de Belas Artes ou das Escolas Industriais
- DG 105 Decreto de 30 de Abril, mandando que sejam promovidos de classe os professores de instrução primária que à data da publicação do decreto de 29 de Março de 1911 tivessem adquirido já direito à sua promoção
- DG 109 Decreto de 19 de Abril, autorizando o abôno duma gratificação ao funcionário encarregado da sindicância ao Liceu Maria Pia
- DG 110 Cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal da Guarda, para neles se estabelecer o Liceu
- DG 110 Cedendo vários bens eclesiásticos à Junta de Paroquia de Campelo, para neles se estabelecerem escolas de instrução primária e residência dos respectivos professores
- DG 111 Declarando sem efeito o decreto que incumbiu duma missão de estudo no estrangeiro o Director da Escola Nacional de Agricultura - António Cardoso de Meneses
- DG 118 Decreto de 17 de Maio, organizando a Escola Profissional de Pomicultura e Viticultura Matos Souto
- DG 121 Decreto mandando considerara definitivo o provimento do lugar de inspector do circulo escolar de Portalegre, feito por decreto de 22 de Julho de 1911
- DG 122 Cedendo à Câmara Municipal do concelho do Carregal do Sal, a título de arrendamento, vários bens eclesiásticos, para instalação de uma escola
- DG 122 Cedendo à Junta Geral do distrito do Funchal, a título de arrendamento, vários bens eclesiásticos, para se instalar a Escola de Utilidades e de Belas Artes, destinada ao ensino de meninas
- DG 122 Cedendo à Câmara Municipal do concelho de Peniche, a título de arrendamento, vários bens eclesiásticos, para instalação de uma escola
- DG 122 Cedendo ao Centro Escolar Rodrigues de Freitas, a título de arrendamento, vários bens eclesiásticos
- DG 123 Decreto de 27 de Maio, aprovando o regulamento da Escola de Medicina Veterinária anexo ao mesmo decreto
- DG 128 Organizando a Escola Movei Profissional de Agricultura Alves Teixeira
- DG 128 Autorizando a Casa Pia de Évora a criar um lugar de mestre da oficina de serralheiros
- DG 130 Decreto dispendendo o director geral inerino da instrução primária de exercer o seu lugar de professor do Liceu de Camões
- DG 134 Determinando que o ano lectivo nas escolas de instrução primária termine em 31 de Julho, e regulando o serviço dos exames do 1.º e 2.º grau
- DG 135 Adicionando uma nova disposição ao artigo 20.º do regulamento da inspecção médico-escolar e serviços clínicos da Casa Pia de Lisboa
- DG 138 Decreto provendo provisoriamente o lugar de regente agrícola da Escola Prática de Arboriculturra e Horticultura Macedo Pinto
- DG 139 Concedendo à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a título de arrendamento, os presbitérios de Vermoim e Requião, para instalação de escolas oficiais
- DG 139 Concedendo à Direcção Geral da Instrução Primária, a título de arrendamento, o presbitério de Correlhã, concelho de Ponte do Lima, para estabelecimento duma escola primária
- DG 139 Decreto de 14 de Junho, considerando encerradas as aulas do presente ano lectivo em todas as Faculdades de Coimbra desde o dia 28 de Maio último
- DG 139 Decreto de 7 de Junho, mandando abonar uma gratificação ao auxiliar da comissão de sindicância aos actos do director da Escola de Farmácia de Lisboa
- DG 140 Estabelecendo a forma como deve ser feita a equiparação das antigas cadeiras do curso de bibliotecário arquivista com as actuais cadeiras da Faculdade de Lisboa
- DG 144 Decreto de 19 de Junho, abrindo um crédito especial para pagamento de vencimentos do pessoal e outras despesas da Escola Agrícola de Tabuaço

- DG 140 Estabelecendo a forma como deve ser feita a equiparação das antigas cadeiras do curso de bibliotecário arquivista com as actuais cadeiras da Faculdade de Lisboa
- DG 146 Decreto de 21 de Junho, organizando a Escola Profissional de Agricultura «Conde de S. Bento»
- DG 146 Decreto determinando que se à considerado como professor jubilado para todos os efeitos do ensino o professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, Adriano Augusto de Pina Vidal
- DG 157 Decreto de 7 de Julho, provendo o cargo de Ministro da Instrução Pública
- DG 157 Fazendo cedência de vários bens eclesiásticos (freguesia de Avô, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra) para instalar a escola primária do sexo masculino e a residência do seu professor
- DG 157 Fazendo cedência de vários bens eclesiásticos (o edifício do Paço Episcopal do Funchal) para nele instalar o Liceu daquela cidade
- DG 158 Decreto determinando que o professor de ensino primário da freguesia de Parceiros da Igreja, concelho e círculo escolar de Torres Vedras, José da Silva Paulo, continue no exercício do seu cargo (embora tenha atingido o limite de idade)
- DG 161 Decreto de 9 de Julho, provendo provisoriamente um dos lugares de regente agrícola da Escola Móvel Profissional de Agricultura Alves Teixeira (José Pedroso)
- DG 162 Decreto de 11 de Julho, nomeando provisoriamente um dos lugares de regente agrícola da Escola Móvel Profissional de Agricultura Alves Teixeira (Albino Cândido de Soure)
- DG 179 Decreto determinando que seja mantida, em relação ao actual ano económico de 1913-1914, a situação do actual geral interino de instrução primária
- DG 189 Decreto de 30 de Junho, constituindo o Conselho Superior de Instrução Pública
- DG 189 Decreto provendo provisoriamente o lugar de sub-director da Escola de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- DG 193 Decreto incumbindo o director da Faculdade de Medicina de Lisboa da orientação do Instituto de Oftalmologia de Lisboa
- DG 195 Decreto de 16 de Agosto, determinado que transitoriamente continuem a professar-se os cursos secundários industriais e comerciais do antigo Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, os quais funcionarão na Escola Industrial Marquês de Pombal
- DG 195 (R1 DG 196) Nova publicação, rectificada, do decreto sobre cursos secundários industriais e comerciais, inserto no *Diário* n.º 195
- DG 196 Mandando que o Museu Etnológico Português seja pedagógicamente anexado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- DG 196 Decreto de 16 de Agosto, cedendo a várias corporações, a título de arrendamento, diferentes bens eclesiásticos (Freguesia de São Felix, Concelho de São Pedro do Sul) para se estabelecerem Escolas e residências de professores
- DG 196 Decreto de 16 de Agosto, cedendo a várias corporações, a título de arrendamento, diferentes bens eclesiásticos (Freguesia de Serpins, Concelho da Lousã) para se estabelecerem Escolas e residências de professores
- DG 196 Decreto de 16 de Agosto, cedendo a várias corporações, a título de arrendamento, diferentes bens eclesiásticos (Freguesia de São Marcos, Concelho de Castro Verde em Beja) para se estabelecerem Escolas e residências de professores
- DG 196 Decreto de 16 de Agosto, cedendo a várias corporações, a título de arrendamento, diferentes bens eclesiásticos (Freguesia de Ferreira-a-Nova, Concelho da Figueira da Foz - Coimbra) para se estabelecerem Escolas e residências de professores
- DG 202 Decreto de 23 de Agosto, resolvendo, sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 13807, em que era recorrente um pensionista de belas artes subsidiado em Paris pelo legado Valmor
- DG 206 Cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal da Feira, para instalação de uma escola mista
- DG 206 Cedendo vários bens eclesiásticos (os mapas geográficos existentes no extinto seminário daquela diocese), ao círculo escolar de Beja,
- DG 206 Cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal do concelho da Lourinã para instalação de uma escola
- DG 207 Determinando que os encargos dos serviços dos Ministérios da Marinha e das Colónias, que tem de transitar para o Ministério de Instrução Pública, continuem a cargo dos referidos Ministérios até a organização definitiva do Ministério de Instrução Pública
- DG 207 Determinando que os exames dos alunos do período transitório das Faculdades de Ciências sejam feitos pelos programas dos anos lectivos em que as provas forem prestadas
- DG 210 Decreto provendo os lugares de professores da 3.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª, 9.ª e 14.ª cadeiras da Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e o lugar de guarda da mesma Secção Secundária
- DG 211 Decreto provendo provisoriamente dois lugares de regente-agricola da Escola Profissional de Pomicultura e Viticultura Matos Souto
- DG 216 Determinando que os alunos reprovados na primeira época de exames do corrente ano em alguma ou algumas cadeiras do último ano dos seus cursos, possam matricular-se, condicionalmente, nas mesmas cadeiras, só se tornando efectivas essas matrículas se o Parlamento não autorizar a repetição dos exames na segunda época, ou, havendo-o autorizado, ficarem de novo reprovados
- DG 216 Nova publicação, rectificada, do decreto de 16 de Agosto (DG 211), que proveu provisoriamente um lugar de regente agrícola da Escola Profissional de Pomicultura e Viticultura Matos Souto
- DG 216 Constituindo o júri dos concursos para professores da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- DG 216 Determinando que os alunos reprovados na primeira época de exames do corrente ano em qualquer uma das cadeiras do último ano dos seus cursos, possam matricular-se, condicionalmente, nas mesmas cadiras; só se tornando

- efectivas essas matrículas se o Parlamento não autorizar a repetição dos exames na segunda época, ou, havendo-o autorizado, ficando de novo reprovados
- DG 216 Provendo várias cadeiras e dois lugares de repetidor da Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
 - DG 216 Transferindo para a referida Secção Secundária um professor, um amanuense e um mestre de oficinas do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
 - DG 217 Decreto permitindo a inscrição de professores de ensino livre até 31 de Dezembro de 1913, em qualquer das três secretarias de circunscrição escolar
 - DG 218 Decreto de 10 de Setembro, concedendo à Universidade de Coimbra, a título de arrendamento, uma dependência da Sé Catedral da mesma cidade
 - DG 218 Decreto concedendo a exoneração do respectivo cargo ao professor provisório da 4.ª cadeira da Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
 - DG 225 Decreto de 20 de Setembro, demitindo do respectivo lugar um professor do Instituto Superior de Agronomia.
 - DG 226 Decreto de 20 de Agosto, cedendo à Câmara Municipal de Vila Rial um edifício para instalação do Asilo-Escola de Artes e Ofícios a cargo da mesma câmara
 - DG 227 Decreto provendo provisoriamente o lugar de professor da 4.ª cadeira da Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
 - DG 228 Confiando à Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus a organização de trinta escolas móveis, e concedendo-lhe para esse fim o subsídio de 12500\$00
 - DG 228 Decreto nomeando o secretário geral do Ministério
 - DG 228 Decreto fixando a gratificação a abonar aos membros da comissão encarregada de proceder ao exame dos livros de ensino primário e normal
 - DG 228 Decreto provendo diversos lugares no Liecu de Maria Pia, Observatório Astronómico de Lisboa, e Escola de Belas Artes de Lisboa
 - DG 230 Decreto de 27 de Setembro, cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal da Feira, para estabelecimento de uma escola
 - DG 235 Decreto de 3 de Outubro, cedendo à Comissão Municipal do concelho de Pombal, a título de arrendamento, a residência paroquial da freguesia do Lourçal, para estabelecimento duma escola
 - DG 238 Decreto de 3 de Outubro, determinando que as matrículas nas escolas normais e de habilitação para o magistério primário se realizem nos primeiros oito dias seguintes àquele em que terminarem os exames de admissão
 - DG 239 Decreto nomeando professores interinos para as escolas de ensino normal de Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo e Viseu
 - DG 239 Decreto nomeando o funcionário que deve proceder à sindicância à 2.ª repartição da Direcção Geral de Instrução Pública
 - DG 239 Decreto provendo os lugares de inspector dos círculos escolares de Fornteira e Arcos de Vale de Vez
 - DG 239 Decreto concedendo a exoneração a um professor do Liceu de Angra do Heroísmo
 - DG 241 Decreto nomeando um engenheiro agrónomo para prestar serviço, como professor, na Escola Prática de Agricultura de Santarém
 - DG 242 Decreto de 23 de Agosto, regulando o abôno de serviços extraordinários no Instituto Central de Higiene
 - DG 248 Decreto demitindo do respectivo cargo, um membro de júri do concurso para lugares de professores da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
 - DG 248 Decreto provendo o lugar de professor da 3.ª cadeira da Escola de Belas Artes de Lisboa
 - DG 253 Alterando a colocação dalguns professores nomeadas para as escolas móveis
 - DG 253 (R1 DG 256) Rectificação à lista das escolas móveis
 - DG 253 Decreto exonerando das respectivas funções um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
 - DG 254 (R1 DG 264) Nova publicação, rectificada do decreto exonerando das respectivas funções um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
 - DG 259 Mandando entregar ao Ministério da Guerra o edifício do Seminário de Braga
 - DG 259 Decreto de 1 de Outubro, criando escolas móveis
 - DG 259 (R1 DG 262) rectificação ao decreto de 1 de Outubro, criando escolas móveis
 - DG 259 Decreto de 3 de Outubro, criando escolas móveis
 - DG 259 (R1 DG 262) rectificação ao decreto de 3 de Outubro, criando escolas móveis
 - DG 260 Determinando que, emquanto não fôr regulamentado o ensino normal, seja revogada a disposição vigente, que não permite a admissão a nova matrícula dos alunos que hajam perdido dois anos consecutivos
 - DG 260 Determinando que as instituições que mantêm cursos de instrução primária possam ser subsidiadas pela verba destinada ao funcionamento das escolas móveis
 - DG 260 Determinando que possam ser nomeados professores de escolas móveis os estudantes dos diferentes estabelecimentos de ensino do Estado
 - DG 260 Determinando que a escola móvel criada na freguesia de France, concelho de Viseu, funcione na sede do concelho
 - DG 261 Decreto de 1 de Novembro, resolvendo o recurso n.º 13934, em que era recorrente um professor da Escola de Medicina Veterinária
 - DG 261 (R1 DG 262) rectificação ao decreto de 1 de Novembro, resolvendo o recurso n.º 13934, em que era recorrente um professor da Escola de Medicina Veterinária

- DG 262 Decreto de 1 de Novembro, demitindo do respectivo lugar o fiel do depósito geral da Casa Pia de Lisboa
- DG 262 Decreto colocando na Secretaria Geral e nas diferentes repartições do Ministério de Instrução Pública os funcionários das extintas Direções Gerais de Instrução Pública e dos estabelecimentos de ensino que estavam dependentes do Ministério do Fomento, e provendo vários lugares do referido Ministério de Instrução Pública
- DG 264 Criando escolas móveis
- DG 264 Transferindo a escola móvel da freguesia de Miomães para a povoação de Caldas de Aregos
- DG 264 Transferindo e nomeando professores de escolas móveis
- DG 265 Concedendo o subsídio de 200\$00 à Associação de Instrução Popular da Figueira da Foz para sustentação duma escola móvel
- DG 269 Decreto de 27 de Setembro, criando uma escola móvel em Leça da Palmeira, e nomeando o respectivo professor (oferta do director do Colégio de Beira Mar, sito em Leça da Palmeira)
- DG 270 Decreto de 15 de Novembro, cedendo vários bens eclesiásticos à Junta de Paróquia de Alvito, para aí instalar uma escola
- DG 270 Decreto de 15 de Novembro, cedendo vários bens eclesiásticos à Junta de Paróquia de Ver, para instalação de uma escola
- DG 270 Decreto de 15 de Novembro, cedendo vários bens eclesiásticos à Câmara Municipal da Feira, para aí estabelecerem escolas
- DG 271 Concedendo um subsídio ao Centro Republicano de Ponte do Lima, para sustentação duma escola móvel
- DG 271 Criando escolas móveis
- DG 271 Determinando que nos próximos futuros anos nenhum aluno seja admitido à matrícula, nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública, fora do prazo legal
- DG 272 Fazendo uma nova distribuição dos cursos auxiliares e cadeiras do curso de medicina veterinária
- DG 273 Decreto de 15 de Novembro, cedendo à Junta de Paróquia de Ferreira-a-Nova a residência paroquial e um quintal anexo, para estabelecimento duma escola
- DG 273 Decreto aprovando para o ensino primário e normal primário os livros constantes da relação anexa a este decreto
- DG 273 Decreto nomeando o secretário geral do Ministério de Instrução Pública para instalar e dirigir interinamente a Faculdade de Estudos Sociais e de Direito de Lisboa
- DG 275 Decreto reconduzindo no actual ano lectivo, nos respectivos lugares, os assistentes provisórios da Faculdade de Ciências do Porto, que serviram no ano lectivo findo
- DG 275 (R1 DG 276) Nova publicação, rectificada do decreto reconduzindo no actual ano lectivo, nos respectivos lugares, os assistentes provisórios da Faculdade de Ciências do Porto, que serviram no ano lectivo findo
- DG 276 Adicionando um parágrafo ao artigo 14.º do regulamento dos serviços da Casa Pia de Lisboa
- DG 280 Decreto transferindo para a propriedade da 9.ª cadeira da Escola de Medicina Veterinária, o professor catedrático da 11.ª cadeira da mesma Escola
- DG 282 Decreto criando e provendo escolas móveis e transferindo professores
- DG 283 Cedendo a Junta de Paróquia de Cadima uma casa anexa à capela para instalação duma escola
- DG 283 Criando uma escola móvel para o sexo feminino na cidade do Porto
- DG 283 Cedendo à Câmara Municipal de S. João da Pesqueira a residência paroquial para instalação da escola oficial
- DG 283 Decreto de 29 de Novembro, autorizando a execução das obras necessárias no Palácio Valmor para instalação da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- DG 283 Determinando que os exames em Outubro sejam apenas para os alunos que na época normal fiquem reprovados numa disciplina, ou que por causa de força maior não possam prestar as provas dos seus exames
- DG 283 Determinando que os professores de ginástica dos liceus assistam aos conselhos escolares e às reuniões das respectivas classes
- DG 283 Decretos demitindo dois professores supranumerários do Liceu de Passos Manuel, por se terem recusado a prestar serviço
- DG 284 Decreto de 22 de Novembro, regulando a forma de justificação de faltas por motivo de doença dadas pelos professores e alunos dos liceus
- DG 285 Decreto expedido pelo «Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes» de Espanha, validando naquele país os títulos que, nos países respectivos, dêem ingresso nas Faculdades correspondentes aos seus cursos superiores
- DG 286 Desdobrando o curso da escola móvel do sexo feminino da freguesia do Beato, e nomeando uma professora para a segunda turma
- DG 286 Exonerando o regente da escola móvel do concelho de Redondo, e nomeando outro professor para o substituir
- DG 286 Exonerando os regentes das escolas móveis de Alpiarça e Santa Cruz da Graciosa, e nomeando outros professores para os substituir
- DG 286 Provendo o lugar de regente da escola móvel da sede do concelho de Coruche, e transferindo a escola móvel da freguesia de S. Torcato, de Guimarães, para a freguesia de Visela, do mesmo concelho
- DG 286 Transferindo a escola móvel de Peral, freguesia de S. Brás de Alportel, para Mesquita Alta, da mesma freguesia
- DG 287 Decreto de 6 de Dezembro, determinando que os tirocínios práticos no Jardim Colonial e laboratórios, a que são obrigados os engenheiros-agrónomos e silvicultores e os regentes agrícolas tenham normalmente o seu início em 1 de Novembro
- DG 287 Decreto fixando a remuneração a abonar aos membros da comissão encarregada do exame dos livros de ensino primário e normal
- DG 287 Decreto reconduzindo no actual ano lectivo, nos respectivos lugares, os assistentes provisórios da Faculdade de Ciências de Lisboa, que serviram no ano lectivo findo

- DG 288 Determinando que, para o estudo das diversas disciplinas da Escola de Arte de Representar, se observem os programas-sinopses anexos ao mesmo decreto
- DG 289 Decreto provendo o lugar de professor da Escola de Manuel António de Seixas, da vila de Moncorvo
- DG 292 Decreto de 13 de Dezembro, que constituiu o curso preparatório para o curso de administração militar professado na Escola de Guerra
- DG 292 (R1 DG 295) Nova publicação, rectificada, do decreto de 13 de Dezembro, que constituiu o curso preparatório para o curso de administração militar professado na Escola de Guerra
- DG 297 Decreto autorizando que um professor da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dr. Joaquim Teófilo Braga), que completou setenta anos de idade, continue na efectividade do serviço do magistério
- DG 298 Nomeando e exonerando professores de escolas móveis
- DG 298 Concedendo subsídios ao Centro Escolar Democrático Carlos Ribeiro, de Alvaiázere, e à Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 8, da Lourinhã
- DG 298 Decreto de 20 de Dezembro, transferindo para a freguesia de Candosa a escola móvel da de Seixos Calvos
- DG 301 Decreto louvando a Junta da Paróquia da freguesia da Pena pela cedência duma casa para instalação de duas escolas
- DG 301 Decreto determinando que o certificado moral dos indivíduos dos indivíduos que pretendam estabelecer institutos particulares de instrução devem informar se os peticionários têm capacidade moral para educadores, e oferecem segura garantia de neutralidade no ensino em matéria religiosa
- DG 304 Criando uma escola móvel na freguesia de Lavos
- DG 304 Decreto de 20 de Dezembro, mantendo as disposições da lei de 24 de Maio de 1911, que organizou os serviços dos correios e telégrafos, no respeitante à matrícula dos empregados dos correios e telégrafos nos cursos de telégrafos e electrotecnica da secção secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 304 Decreto de 27 de Dezembro, concedendo aos estudantes de farmácia da Universidade de Lisboa hospitalização gratuita nos hospitais civis de Lisboa
- DG 304 Exonerando o professor da escola móvel de Sobral de Monte Agraço, e nomeando outro para a regência da mesma escola, que funcionará em Casais, do mesmo concelho
- DG 304 Exonerando vários professores de escolas móveis e nomeando outros para os substituir

Decretos com n.º

- 5 cedendo à Junta de Paróquia de Odemira um terreno destinado à construção duma escola
- 6 cedendo à Câmara Municipal de Moimenta da Beira os presbitérios das freguesias de Caria, Passô, Rua e Sarzedo, para estabelecimento de escolas primárias
- 7 cedendo à Câmara Municipal de Santa Comba Dão os presbitérios de S. João de Areias, Couto do Mosteiro e Freixedo, para estabelecimento de escolas primárias
- 8 concedendo a troca do edifício onde tem funcionado o Liceu de Angra do Heroísmo pelo do extinto seminário da mesma cidade
- 16 abonando uma gratificação aos funcionários encarregados da sindicância ao Liceu de Camões
- 17 abonando uma gratificação ao funcionário encarregado dum inquérito acêrca da eleição do reitor do Liceu de Viana do Castelo
- 18 abonando uma gratificação ao funcionário encarregado dum inquérito acêrca da eleição do reitor do Liceu de Viana do Castelo
- 22 aprovando o regulamento do Instituto Superior do Comércio, anexo ao mesmo decreto
- 23 abonando uma gratificação aos funcionários encarregados duma sindicância aos serviços do Conservatório
- 26 criando em Quelimane duas escolas primárias para os sexos masculino e feminino
- 28 mandando que, enquanto não fôr integralmente regulamentado o decreto relativo à dotação e administração dos serviços de instrução primária pelas câmaras municipais, continui em vigor o regulamento de 19 de Setembro de 1902
- 29 mandando que as disposições do decreto de 29 de Março de 1911, sôbre direito de professores à aposentação com os vencimentos por inteiro, sejam aplicáveis aos que estiverem na inactividade por terem processo de aposentação pendente
- 30 criando na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa um curso complementar de Física Geral
- 41 autorizando a Confraria do Santíssimo de S. Pedro de Miragaia a criar um lugar de professora para a escola a seu cargo
- 51 mandando passar para a posse e administração da Câmara Municipal de Moçambique a Escola de Artes e Ofícios, existente na cidade de Moçambique, e o Instituto Leão XIII, instalado na Cabeceira Grande
- 51 (R1 DG 171) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 51 relativo à passagem de dois estabelecimentos de ensino para a posse e administração da Câmara Municipal de Moçambique
- 60 mandando que, até a fixação dos quadros das duas Direcções do Ministério de Instrução Pública, seja mantida a situação em que se encontram os respectivos funcionários
- 65 regulando a administração financeira do Instituto Português em Roma
- 70 criando Escolas Móveis, e regulando a sua constituição e funcionamento
- 71 mandando pôr em vigor o artigo 23.º do decreto que organizou a Escola Prática de Torpedos e Electricidade, e revogando o artigo 274.º do decreto de 23 de Junho de 1910
- 84 organizando a Escola de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- 87 organizando a Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto

- 90 definindo a situação em que devem ser considerados os indivíduos que desempenham a regência interina de turmas ou cursos paralelos ou o serviço de substituições provisórias nos liceus
- 91 mandando que da Comissão Técnica dos Serviços de Electricidade e Torpedos da Armada faça sempre parte o oficial que esteja exercendo as funções de instrutor, encarregado de torpedos, do Serviço e Escola Prática de Torpedos e Electricidade
- 92 estabelecendo que os processos disciplinares instaurados no Ministério de Instrução Pública não tem de ser submetidos à apreciação do Conselho Superior de Instrução Pública, e revogando as disposições em contrário contidas em vários diplomas
- 93 mandando que em todos os liceus sejam destinados um ou dois dias lectivos, conforme a frequência, para o apuramento das médias dos alunos no fim de cada período escolar
- 95 aprovando o novo quadro dos professores de instrução primária da Casa Pia de Évora
- 104 regulando o provimento das escolas de instrução primária
- 104 (R1 DG 202) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 104, que regula o provimento das escolas de instrução primária
- 105 inserindo várias disposições acêrca do pagamento pelas Câmaras Municipais das despesas de ensino primário respeitantes ao período desde 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1913
- 106 regulando o primeiro provimento dos lugares de professores da Faculdade de Estudos Sociais, e de Direito, de Lisboa
- 116 inserindo várias providências para o devido cumprimento das disposições legais relativas à remessa dum exemplar de todas as obras impressas a cada um dos Ministérios do Interior e da Justiça e a cada uma das Bibliotecas de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 118 regulando a organização e funcionamento das Faculdades de Direito
- 118 (R1 DG 208) Nova publicação, rectificada, dos artigos 218.º e 278.º da organização das Faculdades de Direito
- 121 organizando a Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e regulando o seu funcionamento
- 121 (R1 DG 216) Nova publicação, rectificada, da base 14.ª da Organização da Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e do quadro n.º 2 anexo à mesma Organização
- 122 inserindo várias disposições com relação aos alunos do período transitório das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- 123 permitindo aos alunos dos estabelecimentos de ensino superior dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, que tenham sido reprovados na primeira época de exames do corrente ano, matriculem-se, condicionalmente, nos anos para que transitariam se houvessem sido aprovados
- 124 determinando que o Museu Machado de Castro seja pedagógicamente anexado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 125 regulando os vencimentos de exercício dos assistentes dos estabelecimentos de ensino superior dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, quando sejam cadeiras ou cursos
- 127 regulando o processo de aposentação dos professores de instrução primária
- 127 (R1 DG 212) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 127, sobre aposentação de professores primários
- 129 regulando a promoção de classe dos professores de instrução primária
- 129 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada do decreto n.º 129, que regula o provimento de classe dos professores de instrução primária
- 130 criando para o pessoal dos arquivos dos vários Ministérios um curso especial cuja habilitação dará preferência no provimento de lugares de arquivista
- 131 criando no Liceu Nacional de Nova Goa uma cadeira destinada ao ensino da língua e noções gerais de literatura sânscrita clássica
- 131 (R1 DG 215) rectificação ao decreto n.º 131, que criou uma cadeira de sânscrito no Liceu de Nova Goa
- 132 inserindo o regulamento disciplinar dos professores primários
- 132 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada do decreto n.º 132, (regulamento disciplinar dos professores primários)
- 134 regulando a organização dos processos para a criação, conversão ou supressão e transferência de escolas de instrução primária
- 137 remodelando os serviços de publicação do *Diário* do Governo – Cria as 3 séries **Revogado**
- 139 instituindo uma comissão permanente incumbida da elaboração e revisão periódica da Farmacopeia Portuguesa
- 146 regulando a nomeação de professores interinos para as escolas de instrução primária
- 147 permitindo que os alunos reprovados, na primeira época de exames, em uma ou mais cadeiras que lhes faltassem para se matriculem em qualquer outro estabelecimento de instrução dependente do Ministério de Instrução Pública, possam matricular-se condicionalmente nesse estabelecimento
- 148 permitindo aos alunos que se destinam aos cursos de engenharia militar e artilharia a pé a matrícula condicional na cadeira de economia política da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- 149 regulando a nomeação dos regentes das escolas primárias em que houver mais dum professor
- 153 regulando a organização dos processos para a criação de lugares de professor de instrução primária
- 159 regulando a constituição do Ministério de Instrução Pública
- 159 (R1 DG 244) Correções ao decreto n.º 159, sobre a constituição do Ministério de Instrução Pública
- 160 determinando que qualquer funcionário público possa acumular as suas funções com as de professor de escolas móveis
- 161 estabelecendo a gratificação que poderá ser abonada às professoras encarregadas de escolas móveis

- 163 regulando os serviços da Escola Prática de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- 172 determinando que as portarias de louvor aos beneméritos da instrução sejam fixadas nas escolas a que respeitam esses actos de benemerência
- 173 criando as escolas móveis constantes da lista anexa ao mesmo decreto
- 173 (R1 DG 259) Rectificação à lista de escolas móveis
- 173 (R2 DG 261) Novarectificação à lista de escolas móveis
- 174 regulando os serviços da Imprensa Nacional. Nos artigos 314.º tem a Escola Tipográfica; 326.º a Escola de Impressão; 330.º a Escola de fundição, 332.º a Escola Litográfica e 334.º a Escola de Gravura
- 174 (R1 DG 251) nova publicação, rectificada do decreto que regula os serviços da Imprensa Nacional
- 187 criando escolas móveis
- 190 estabelecendo as cotas com que as municipalidades devem concorrer para as despesas do ensino primário em 1914
- 193 aprovando o regulamento do Ministério de Instrução Pública, o qual vai anexo ao mesmo decreto
- 193 (R1 DG 263) Rectificação ao regulamento do Ministério de Instrução Pública
- 194 criando escolas moveis
- 195 estabelecendo as condições em que os professores de instrução primária podem permutar os seus lugares
- 196 É restabelecido no Liceu Municipal da Póvoa de Varzim a 4.ª e 5.ª classes do curso geral dos liceus (DG 253)
- 196 (R1 DG 255) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 196, que restabeleceu no Liceu Municipal da Póvoa de Varzim a 4.ª e 5.ª classes do curso geral dos liceus
- 197 inserindo várias disposições para a organização, por parte das Câmaras Municipais, dos orçamentos das despesas da instrução primária, a seu cargo
- 203 regulando os serviços da Imprensa Nacional do Estado da Índia (inclui informação sobre a criação duma escola de aprendizagem no artigo n.º 60)
- 210 fixando o prazo de quinze dias, após a recepção dos processos de concurso, para as câmaras municipais procederem à nomeação dos professores de instrução primária
- 211 determinando que os professores de instrução primária, que pretenderem permutar os seus lugares, sejam submetidos a uma inspecção médica
- 213 regulando a situação do Colégio Militar, do Instituto de Pupilos de Terra e Mar e do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 213 (R1 DG 275) Rectificação ao decreto n.º 213 que regulou a situação de vários institutos de ensino
- 214 designando os atestados de habilitação moral que devem apresentar os indivíduos que pretenderem estabelecer institutos particulares de instrução e os que desejarem obter o diploma de director ou professores
- 228 fixando os quadros do pessoal não docente da Faculdade de Ciências de Lisboa e estabelecimentos anexos
- 232 alterando o decreto n.º 125, na parte referente à divisão dos vencimentos dos segundos assistentes das Faculdades de Medicina e de Ciências e das Escolas de Farmácia
- 236 determinando que todos os funcionários dependentes do Ministério de Instrução Pública assinem a declaração de fidelidade constante do mesmo decreto
- 245 determinando que, sempre que os concorrentes às escolas primárias aleguem ter os seus documentos em outros concursos, embora de escolas de concelhos diferentes, sejam dispensados da apresentação de novos documentos
- 247 abrindo um crédito extraordinário para as despesas a fazer com os trabalhos preparatórios da Exposição Universal em S. Francisco da Califórnia
- 248 dando às câmaras municipais competência para nomear, transferir, exonerar e demitir os serventes das escolas primárias
- 254 determinando que os assistentes das diversas Faculdades e escolas das três universidades da República, quando rejam cadeiras ou cursos e percam o seu vencimento de categoria em virtude de acumularem a assistência com qualquer outro cargo oficial, percebam os dois vencimentos de exercício correspondentes às duas funções de assistente e de professor que exerçam

Portarias

- DG 1 Nomeando um professor para exercer a o cargo de professor encarregado duma sindicância no circulo escolar de Alenquer
- DG 2 Louvando o cidadão Domingos da Cunha, pela oferta que fez à Câmara Municipal de Paredes de Coura da quantia de 200\$000 réis para mobiliário das escolas daquele concelho
- DG 3 Portaria de 31 de Dezembro de 1912, mandando que o chefe da Repartição do Ensino Industrial e Comercial seja agregado às comissões incumbidas da reorganização do ensino industrial, artístico e comercial
- DG 3 Portaria provendo provisoriamente uma vaga de segundo assistente do 2.º grupo da 2.ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- DG 9 Portaria de 7 de Janeiro, mandando que o Conselho da Escola de Medicina Veterinária fixe novos dias para as provas dos candidatos admitidos ao concurso para preparadores da referida escola
- DG 14 Portaria de 13 de Janeiro, nomeando uma comissão para proceder a um inquérito a certos factos ocorridos com o director interino do Jardim Colonial
- DG 15 Portaria de 17 de Janeiro, louvando a comissão paroquial da freguesia de Nabais, por serviços relevantes prestados ao desenvolvimento da instrução popular
- DG 20 Portaria de 18 de Janeiro, autorizando a Associação de Classe dos Fogueiros de Mar e Terra a estabelecer uma escola prática profissional com o programa de ensino anexo à mesma portaria

- DG 20 Portaria de 23 de Janeiro, mandando proceder a uma sindicância no Liceu de Camões
- DG 20 (R1 DG 23) Nova publicação, rectificada, da portaria de 23 de Janeiro, que mandou proceder a uma sindicância no Liceu de Camões
- DG 21 Portaria substituindo o professor encarregado duma sindicância no Liceu de Camões
- DG 23 Nomeando uma comissão para estudar a reorganização das Escolas de Alunos Marinheiros, caso convenha a sua conservação
- DG 23 Nomeando uma comissão para estudar a reorganização da Escola de Torpedos e Electricidade
- DG 23 Nomeando uma comissão para estudar a reorganização da Escola Prática de Artilharia Naval
- DG 23 Nomeando uma comissão para estudar a organização duma Escola Prática para Fogueiros e Chegadores
- DG 23 Determinando que as comissões nomeadas para estudar a reorganização das escolas práticas reúnam em sessões conjuntas a fim de ser apreciada a conveniência e possibilidade de reunir sob um só comando a direcção dessas escolas, de as instalar num só local e de lhes anexar um só navio para escola de tiro e treno dos artífices-electricistas e pessoal do fogo
- DG 25 Portaria do 28 de Janeiro, louvando os cidadãos Tomás da Cruz Filhos e Adelino Pereira de Matos por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 26 Portaria de 29 de Janeiro, substituindo os funcionários encarregados da sindicância aos actos do director geral da instrução primária
- DG 35 Portaria louvando os doadores do material e mobiliário para uma escola do lugar de Vermoais
- DG 35 Portaria louvando os doadores dum edificio, mobiliário e material didáctico para uma escola do lugar da Piedade
- DG 35 Portaria de 12 de Fevereiro, louvando o Sindicato dos Professores Primários de Portugal, pela realização dum curso de trabalhos manuais educativos na cidade do Pôrto
- DG 37 Portaria de 13 de Fevereiro, mandando proceder a uma sindicância aos serviços do Conservatório de Lisboa
- DG 37 Portaria de 13 de Fevereiro, mandando exonerar o director interino do Conservatório de Lisboa e provendo provisoriamente o referido cargo
- DG 38 Portaria de 14 de Fevereiro, louvando o jornal *O Século*, pela doação ao Estado dum edificio escolar mandado construir em Salvaterra de Magos com o produto duma subscrição aberta pelo referido jornal
- DG 39 Portaria concedendo a enoneração do respectivo lugar a um porteiro das extintas escolas práticas de agricultura
- DG 40 Portaria nomeando um professor do Liceu de Viseu para o cargo de director geral interino da instrução primária, enquanto durar a sindicância aos actos do director geral efectivo
- DG 40 (R1 DG 64) Documentos do processo de provimento do actual director geral interino da instrução primária
- DG 40 (R2 DG 66) Nova publicação, rectificada, dos Documentos do processo de provimento do actual director geral interino da instrução primária
- DG 40 (R3 DG 72) Nota do processo referente ao abôno de gratificações aos funcionários encarregados da sindicância aos actos do director geral da instrução primária
- DG 44 Nomeando uma comissão para vistoriar todos os trabalhos de construção do edificio do Liceu de Camões
- DG 44 Revogando a portaria de 13 de Setembro de 1912 relativa à interpretação dum artigo do regulamento dos serviços da instrução primária
- DG 45 Portaria de 22 de Fevereiro, substituindo um vogal da comissão incumbida de formular as bases da reorganização do ensino industrial
- DG 46 Autorizando várias irmandades da freguesia de Miranda a applicarem parte dos seus fundos à construção dum edificio escolar
- DG 46 Portaria de 22 de Fevereiro, louvando o cidadão Francisco de Barros Cachapuz pela doação do mobiliário e casa para instalação, por dois anos, da escola mixta do lugar de Vila Nova da Veiga
- DG 49 Portaria nomeando o inspector do círculo escolar de Ancião para proceder à organização do processo disciplinar mandado instaurar a um professor de Leiria
- DG 52 Portaria dissolvendo e louvando a comissão que fora incumbida dum estudo acerca das escolas de alunos marinheiros
- DG 53 Portaria de 5 de Março, nomeando vários funcionários para fazerem parte da comissão incumbida de estudar as bases para a reorganização do ensino comercial
- DG 53 Portaria de 5 de Março, nomeando vários funcionários para fazerem parte da comissão incumbida de estudar as bases para a reorganização do ensino industrial e artístico
- DG 54 Mandando proceder a uma sindicância aos actos dum professor do Liceu da Guarda e nomeando o respectivo sindicante
- DG 54 Nomeando os representantes de Portugal no Congresso Internacional de Educação Física que se vai realizar em Paris
- DG 55 Nomeando um médico para ministrar o ensino de gymnástica respiratória e prestar serviços clínicos especiais na secção de surdos-mudos da Casa Pia de Lisboa
- DG 56 Portaria de 7 de Março, nomeando um assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto, para ir ao estrangeiro estudar, a organização dos trabalhos práticos de geologia e paleontologia
- DG 56 Portaria de 7 de Março, nomeando dois assistentes da Faculdade de Medicina de Lisboa, para irem ao estrangeiro estudar, a organização da maternidade
- DG 56 Portaria de 7 de Março, nomeando o director do Pôsto Antropométrico de Lisboa, para ir ao estrangeiro estudar, os progressos da gynecologia, antropometria e investigação criminal
- DG 57 Portaria de 8 de Março, louvando o professor da escola do lugar do Barril e o cidadão Joaquim Mendes Correia de Oliveira por serviços relevantes prestados à instrução e educação cívica nacionais

- DG 59 Portaria de 12 de Março, mandando que o funcionário encarregado de averiguar as causas do conflito havido entre professores do Liceu de Camões proceda ao apuramento de todas as irregularidades que verifique existirem naquele estabelecimento de ensino
- DG 62 Portaria louvando o cidadão Aires Jácome Correia (Marquês de Jácome Correia), pela doação que fez à Biblioteca de Ponta Delgada da quantia de 100\$000 réis, para aquisição de livros
- DG 62 Nomeando o director das escolas normais de Lisboa para representar Portugal no 4.º Congresso internacional de educação popular que se vai realizar em Madrid
- DG 64 Portaria de 13 de Março, encarregando um professor do Liceu de Passos Manuel da sindicância da forma como foi feita a eleição do reitor do Liceu de Viana do Castelo
- DG 64 Portaria de 15 de Março, nomeando um professor da Universidade de Lisboa para proceder a uma sindicância ao Museu Etnológico Português
- DG 64 (R1 DG 70) Portaria de 15 de Março, nomeando um professor da Universidade de Lisboa para proceder a uma sindicância ao Museu Etnológico Português. Acrescenta a nomeação do respectivo secretário
- DG 65 Dissolvendo e louvando a comissão que estudou a reorganização da Escola de Torpedos e Electricidade
- DG 65 Dissolvendo e louvando a comissão que estudou a organização duma escola prática para fogueiros e chegadores
- DG 69 Portaria de 21 de Março, louvando o jornal O Século Agrícola pela sua iniciativa na «Festa da Arvore», e bem assim todas as pessoas que concorreram para o bom êxito dessa festa educativa
- DG 69 Portaria de 22 de Março, louvando o cidadão Aires Jácome Correia (Marquês de Jácome Correia), pela doação que fez ao Liceu de Ponta Delgada duma quantia para compra de material destinado ao respectivo gabinete de física
- DG 72 Portaria de 27 de Março, autorizando a Misericórdia de Santo Tirso a ceder ao Estado, pelo Ministério do Fomento, e sob determinadas condições, o usufruto das Quintas do Asilo Agrícola Conde de S. Bento, para estabelecimento duma Escola Prática de Agricultura
- DG 77 Portaria de 1 de Abril, louvando o cidadão António Vaz da Costa por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 78 Portaria de 2 de Abril, nomeando um primeiro assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra para ir a Paris e Bruxelas estudar os progressos da técnica de histologia e patologia
- DG 82 Portaria de 7 de Abril, aclarando uma disposição do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa
- DG 83 Portaria de 11 de Outubro de 1912, encarregando dois regentes agrícolas de auxiliar o serviço de ensino durante o período transitorio criado para os alunos da antiga Escola de Regentes Agrícolas Morais Soares
- DG 83 Portaria louvando um segundo oficial da Direcção Geral da Inatrução Primária pelos serviços prestados na organização dos exames de 2.º grau realizados no ano lectivo de 1912
- DG 85 Portaria de 10 de Abril, nomeando uma comissão para elaborar um livro que sirva de texto aos professores primários para leituras e palestras tendentes a criar no país um forte espírito patriótico
- DG 88 Portaria de 12 do Abril, louvando o cidadão João Carlos Gonçalves, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 91 Portaria de 18 de Abril, autorizando a Comissão de Administração dos Bens Eclesiásticos do concelho de Santarém a vender o mobiliário da biblioteca do Seminário de Santarém e a tratar da limpeza do pinhal de Almoester e venda da respectiva lenha
- DG 92 Portaria de 18 de Abril, dissolvendo e louvando a comissão instaladora das escolas normais de Lisboa
- DG 92 Portaria de 19 de Abril, autorizando um segundo assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa a ir ao estrangeiro estudar o desenvolvimento do ensino e da prática obstétricas
- DG 93 Portaria de 19 de Abril, mandando que pelo superintendente das Escolas de Reforma de Lisboa seja aceite um legado com que foi contemplada a Escola Central de Reforma de Lisboa
- DG 93 Decreto de 19 de Abril, cedendo, a título de arrendamento, à Universidade de Coimbra, umas dependências da sé catedral daquela cidade
- DG 98 Portaria de 25 de Abril, dissolvendo e louvando a comissão que fôra encarregada de indicar o local apropriado para a instalação das escolas de aplicação de marinha
- DG 101 Portaria de 30 de Abril, autorizando as Confrarias das Almas e do Santíssimo da freguesia de Cunha, a applicarem parte dos seus fundos à construção dum edificio para a escola daquela freguesia
- DG 103 Portaria de 1 de Maio, reconstituindo a comissão encarregada da organização dum livro patriótico que sirva de texto aos professores primários para leituras e palestras nas escolas
- DG 104 Portaria de 1 de Maio, louvando o sargento de cavalaria Joaquim Martins Gomes por serviços prestados à instrução popular
- DG 107 Portaria louvando a comissão executiva da Liga dos Melhoramentos da Amadora, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 109 Portaria de 10 de Maio, autorizando a Irmandade de S. Torquato a aplicar parte dos seus fundos à construção dum edificio para as escolas officiais da respectiva freguesia
- DG 112 Portaria de 13 de Maio, louvando a Comissão Administrativa da Misericórdia de Vila Alva, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 113 Portaria de 15 de Maio, concedendo licença ao reitor do Liceu de Passos Manuel para ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 113 Portaria de 7 de Maio, encarregando um engenheiro-agrônomo (Francisco António Palma de Vilhena) de provisoriamente dirigir a Escola Prática de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto
- DG 116 Portaria Fixando a lotação da Escola de Alunos Marinheiros do Sul

- DG 116 Portaria de 16 de Maio, encarregando um professor do Liceu de Passos Manuel (Dr. Thomás Maria de Noronha) de coadjuvar no Ministério dos Negocios Estrangeiros os serviços de tradução das línguas inglesa e alemã
- DG 119 Portaria de 21 de Maio, louvando o cidadão António José de Almeida, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 119 Portaria de 21 de Maio, louvando o cidadão António Caiano, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 119 Portaria de 21 de Maio, louvando os cidadãos Macário de Castro e Joaquim Alves Júnior, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 119 Portaria abrindo concurso para apresentação de projectos para o edifício destinado às escolas normais de Lisboa, conforme o programa anexo à mesma portaria
- DG 119 (R1 DG 120) Rectificação ao programa para o concurso de projectos para o edifício destinado às escolas normais de Lisboa
- DG 119 (R2 DG 123) Aditamento ao programa para o concurso de projectos para o edifício destinado às escolas normais de Lisboa
- DG 120 Portaria de 23 de Maio, autorizando um assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (António Maria Carneiro Pacheco) a ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 123 Portaria nomeando os jurís do concurso aberto para provimento de lugares de professores vagos nos liceus, e regulando o serviço do mesmo concurso
- DG 129 Portaria de 3 de Junho, louvando vários cidadãos do concelho do Sabugal, por serviços relevantes prestados à instrução popular (Joaquim Casimiro da Costa Quintela; Ismael Mota; Dagoberto de Carvalho; Joaquim Martins; Alberto Carlos de Almeida Frazão; Lucinda Augusta; Maria Felismina de Almeida Frazão; Maria Amélia de Almeida; Maria de Azevedo Quintela e Albertina Bigote de Almeida Carvalho)
- DG 130 Portaria louvando a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, por serviços prestados ao desenvolvimento da instrução popular
- DG 130 Portaria louvando vários professores das escolas dos concelhos de Gouveia, Ceia e Mangualde (Manuel de Almeida Carvalho, Maria Capitolina de Albuquerque, Manuel Pereira Nina, Elisa Marques, António Jerónimo de Almeida, Delfina Maximina Faria, Luís do Amaral Tardio, Maria Joaquina dos Ramos, Manuel Gomes, José Augusto Fernandes, António Lopes do Amaral, Alexandre Magno Fernandes de Oliveira, Manuel Joaquim Mendes da Fonseca, Maria Adelaide Pereira de Azevedo, Manuel Albano Marques, Abel Lopes Barbas, Eulália Cabral, José Maria da Cunha, José Dias Costa, Cesaldina Maria Galo, Paixão Ribeiro Tavares, Joaquim António Fernandes Jorge, José Augusto Mendes Cabral, Etelvina da Purificação Soares, Constantino Couto da Costa, Maria Palmira Tavares Ferreira, Maria da Assunção, José Inácio de Almeida e Sousa, Abílio Henriques Fernandes, Maria do Carmo Mercier de Miranda, José Figueiredo Loureiro, António Joaquim Pais, José Augusto de Campos, Manuel Borges Garcia e Manuel Gomes Correia) por serviços prestados ao desenvolvimento da instrução popular
- DG 130 Portaria louvando os cidadãos Luís Bernardo de Almeida e esposa D. Ana Hawath de Almeida, de Macieira de Cambra, por serviços prestados ao desenvolvimento da instrução popular
- DG 130 Portaria louvando o Senador Pedro Bôto Machado, actual governador da província de S. Tome, por oferta à escola de sexo masculino da freguesia de Nabais, no concelho de Gouveia, de um museu industrial escolar, por serviços prestados ao desenvolvimento da instrução popular
- DG 130 Portaria de 2 de Junho, permitindo a realização de exames singulares, pelos programas da 3.ª classe, para os alunos estranhos dos liceus
- DG 132 Portaria louvano a comissão (nomeada por portaria de 26 de Junho de 1911, composta pelos professores da Universidade de Lisboa, Francisco Adolfo Colelho, José Maria de Queirós Veloso, Joaquim António da Silva Cordeiro, Francisco Xavier da Silva Teles, Dr. António dos Santos Lucas, João Maria de Almeida Lima; do professor do Liceu de Camões, José Júlio de Bettencourt Rodrigues; da professora do Liceu de Maria Pia, Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, e dos delegados eleitos pelos professores dos liceus do continente da República, Acácio da Silva Pereira Guimarães, reitor e professor do Liceu de Camões; António Ginestal Machado, reitor do Liceu de santarém; Baltazar de Almeida Teixeira, professor do liceu de Portalegre; José Lopes de Oliveira, professor do Liceu de Passos Manuel e Rodrigues Fernandes Fontinha, professor do Liceu de Viana do Castelo) que organizou as bases do projecto de reforma do ensino secundário, e incumbindo-a de indicar a parte desse projecto que pode ser imediatamente posta em execução
- DG 134 Portaria de 15 de Março, nomeando um professor para completar a sindicância mandada fazer aos actos do director da escola de ensino normal de Viana do Castelo
- DG 134 Portaria de 4 de Junho, louvando um primeiro tenente médico da armada pela doação que fez à Escola de Medicina Tropical duma colecção completa dos Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa
- DG 134 Portaria mandando instaurar um processo disciplinar contra um professor do Instituto Superior de Agronomia
- DG 134 Portaria nomeando uma comissão para estudar a adaptação do cruzador *República* a navio anexo das escolas de aplicação da marinha
- DG 134 (R1 DG 142) Substituindo um elemento da comissão para estudar as modificações necessárias à adaptação do cruzador *República* a navio anexo das escolas de aplicação da marinha
- DG 137 Portaria de 13 de Junho, louvando o cidadão José Henriques Bastos, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 137 Portaria de 13 de Junho, louvando os cidadãos Joaquim Mendes Correia de Oliveira e Abílio Nunes dos Santos, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 138 Portaria de 13 de Junho, nomeando uma comissão para estudar a adaptação do Presídio da Trafaria a Escola de Alunos Marinheiros

- DG 141 Autorizando os reitores dos Liceus de Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga, Viseu, Évora e Funchal, a encerrar as aulas no dia 25 do corrente, e a começar o serviço de exames no dia 1 de Julho
- DG 141 Determinando que a duplicação do serviço de exames só seja concedida em caso de grande afluência de pedidos de exames, e não autorizando em caso algum triplicação de serviço
- DG 142 Nomeando uma comissão para estudar a melhor forma de se instalarem as escolas de aplicação de marinha
- DG 142 Nomeando uma comissão, para, de harmonia com o plano geral das instalações das escolas de aplicação da marinha no Alfeite, alterar e coordenar as reorganizações propostas para as referidas escolas
- DG 142 Portaria de 18 de Junho, nomeando o representante do Governo Português ao Congresso de educação doméstica em Gand
- DG 142 Portaria louvando o governador geral da província de Angola pelos serviços prestados á instrução, trabalho e assistência indígenas
- DG 144 Portaria de 21 de Junho, regulamentando o serviço de exames da Faculdade de Direito
- DG 144 (R1 DG 154) Substituição do presidente do júri de exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- DG 144 Portaria de 9 de Junho, encarregando o Dr. António de Almeida Dias de syndicar a forma como foi feita a eleição para o cargo de reitor do Liceu Nacional de Viana do Castelo
- DG 148 Portaria nomeando para presidentes dos júris de instrução secundária dos exames de saída do curso geral e dos cursos complementares, os professores de instrução secundária designados ne relação anexa à mesma portaria (é referido para o Liceu de João de Deus, em Faro, um professor do Liceu Central do Funchal José António Dentinho Júnior, mas “sem direito ao abono das despesas de viagem”)
- DG 148 (R1 DG 150) Rectificação a um dos elementos do Juri
- DG 148 (R2 DG 159) Substituição de um dos elementos do júri
- DG 148 (R3 DG 161) Nova substituição de elementos do júri
- DG 150 Portaria de 27 de Junho, determinando que todos os alunos que provem ter dez anos completos de idade ou os completem até 31 de Dezembro, sejam admitidos a exame de 2.º grau, quando assim o requeiram
- DG 159 Portaria concedendo a exoneração do respectivo lugar ao chefe da 1.ª Secção da Repartição do Ensino Industrial e Comercial
- DG 160 Portaria encarregando um engenheiro agrónomo de dirigir provisoriamente a Escola Móvel Profissional de Agricultura Alves Teixeira
- DG 161 Portaria de 9 de Julho louvando o presidente sa Comissão Municipal de Gondomar por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 161 Portaria de 9 de Julho mandando suspender os trabalhos de sindicância à Escola Normal de Viana do Castelo
- DG 163 Portaria nomeando um professor do Liceu da Guarda para ir ao estrangeiro estudar os meios scientificamente empregados para combater e evitar a propagação da tuberculose (Lopo José de Figueiredo Carvalho)
- DG 164 Portaria nomeando uma comissão para escolher o local onde deve ser construído um liceu feminino na cidade de Lisboa, e elaborara as bases do respectivo projecto (Sebastião da Costa Cabral Sacadura, inspector de sanidade escolar; Alberto Óscar dos Santos Machado, reitor do Liceu de Passos Manuel; professores Caetano José Pinto e Diogo Albino de SáVargas, do Liceu Maria Pia e do architecto Miguel Ventura Terra)
- DG 164 Portaria louvando o cidadão Manuel Bento da Rocha Júnior e sua esposa D. Ana Júlia da Silva e Rocha, proprietários e residentes no lugar de Pereiro, freguesia de Palhacana, concelho de Alenquer por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 164 Portaria louvando o cidadão comendador José Gonçalves Guimarães, natural de Guilhofrei, concelho de Vieira e residente no Rio de Janeiro, Brasil, por serviços relevantes prestados à instrução popular (ofereceu 500\$000 réis (moeda brasileira, para compra de mobiliário e material de ensino, para a escola mista de Brancelhe, freguesia de Mosteiro, do mesmo concelho, e tendo oferecido ainda a quantia de 100\$ destinada aos alunos que hão-de frequentar a referida escola e ainda para a compra de livros e utensílios escolares)
- DG 164 (R1 DG 165) Rectificação da portaria de louvor ao cidadão José Gonçalves Guimarães
- DG 166 Portaria de 30 de Junho mandando que a sindicância aos actos do director da Escola de ensino Normal de Viana do castelo, seja extensiva a todo o pessoal dessa escola
- DG 172 Portaria louvando o cidadão Luis Bernardo de Almeida, residente em Macieira Velha, concelho de Macieira de cambra, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 173 Portaria de 21 de Julho, autorizando um professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 173 Portaria de 24 de Julho, louvando a comissão nomeada para estudar assuntos relativos à construção de edificios escolares, pela elaboração do relatório da primeira parte dos seus trabalhos
- DG 174 Portaria nomeando o director geral do comércio e indústria para representar o Gôverno no X Congresso Internacional do Ensino Comercial, que se vai realizar em Budapest
- DG 174 Portaria autorizando um professor do Liceu Rodrigues de Freitas (Albino Coelho) a ir ao estrangeiro em missão de estudo (Congresso Pedagógico de Gand e visitar alguns estabelecimentos de ensino)
- DG 178 Portaria de 31 de Julho, nomeando uma comissão para o exame dos livros de estudo já impressos e adoptados nas escolas primárias e normais primárias
- DG 178 (R1 DG 183) Declaração de que os livros sujeitos a exame, a que se refere a portaria de 31 de Julho, são os do ensino primário e os do ensino normal primário
- DG 178 Portaria louvando os alunos que concluíram o curso da Escola Normal do Porto no corrente ano, pela prova de solidariedade manifestada na criação duma cantina escola (Manuel de Pinho Moreira, Rosendo Fernandes dos Santos, Francisco de Almeida Vide, Jerónimo Moreira Barbosa, Manuel António Borges, Benjamim da Silva Teixeira, Manuel

Maria Pires, António Ribeiro de Sousa, Antero José da Fonseca, Manuel Pinheiro da Fonseca, Vergílio Lopes e Manuel de Pinho Moreira)

- DG 180 Portaria louvando os corpos gerentes da Associação Escolar do Liceu de Pedro Nunes, pelas provas de zêlo dadas no exercício dos seus cargos
- DG 183 Portaria de 5 de Agosto, criando na Escola Profissional do Arsenal da Marinha uma aula para ensino prático dos modernos aperfeiçoamentos das máquinas e caldeiras dos navios de guerra e estabelecendo o respectivo programa de ensino
- DG 183 Portaria mandando proceder a uma sindicância no Liceu de Leiria
- DG 186 Permitindo que os alunos agora aprovados em 1.º grau possam ser ainda neste ano admitidos ao exame do 2.º grau
- DG 186 Portaria constituindo o Conselho Disciplinar do Ministério da Instrução Pública
- DG 188 Portaria louvando um cidadão (José Gonçalves Guimarães, residente no Rio de Janeiro, Brasil) pela dádiva de mobiliário e material de ensino para a escola mixta de Brancellhe, concelho de Vieira
- DG 192 Portaria nomeando uma comissão para estudar as modificações a introduzir no regulamento das Faculdades de Medicina
- DG 192 Portaria louvando um professor primário (José Gaspar da Costa Barbosa) da vila de Arcos de Valdevez, pela forma por que tem exercido o magistério
- DG 194 Portaria louvando o Dr. Armando dos Santos Pinto Pereira, pela publicação dum trabalho sobre higiene nas escolas primárias "*A higiene nas escolas primárias do Porto*"
- DG 196 Portaria de 20 de Agosto, determinando a entrega à Biblioteca Pública de Évora de certos documentos e objectos que se encontram no cartório do cabido da Sé de Évora
- DG 196 Portaria de 20 de Agosto, determinando a entrega à Biblioteca Pública de Évora das estantes da livraria do seminário daquela cidade
- DG 196 Portaria louvando o cidadão José Domingues Machado, natural da freguesia de Gave, concelho de Melgaço e residente no Brasil, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 196 Portaria substituindo o funcionário incumbido da sindicância ao Liceu de Leiria
- DG 197 Portaria substituindo o funcionário incumbido da sindicância ao Liceu de Camões
- DG 197 Portaria louvando o representante de Portugal no 4.º Congresso de Fisioterapia, pela forma porque desempenhou essa missão
- DG 199 Portaria louvando o inspector do círculo escolar de Chaves (Arnaldo Luís Coelho Fortes), pela organização da cantina escolar Dr. Manuel de Arriaga
- DG 201 Portaria nomeando um professor da Escola de Guerra para proceder a uma sindicância ao Liceu do Funchal
- DG 202 Portaria louvando os cidadãos Manuel Francisco Brás e José Leite Ilaje, por serviços prestados à instrução popular
- DG 205 Portaria de 28 de Agosto, autorizando a concessão de bilhetes de identidade aos sócios da Associação Académica do Instituto Superior do Comércio, para o efeito da redução de 50 por cento nos preços de 2.ª classe das tarifas gerais das linhas férreas do Estado
- DG 205 Portaria declarando sem efeito a nomeação dum segundo assistente provisório da 8.ª classe da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, feita por portaria de 10 de Fevereiro
- DG 206 Portaria de 26 de Agosto, cedendo ao Círculo Escolar de Beja vários objectos existentes no extinto Seminário de Beja
- DG 206 cedendo à Comissão Municipal de Guimarães vários objectos existentes na extinta Colegiada de Guimarães
- DG 207 Portaria nomeando uma comissão para estudar as modificações a introduzir no regulamento das Faculdades de Ciências
- DG 208 Autorizando a Confraria do Santíssimo da freguesia de Oliveira a aplicar parte dos seus fundos à compra de mobília e utensílios para a escola oficial da mesma freguesia
- DG 208 Portaria louvando o cidadão Manuel António Dias Ferreira, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 208 Portaria louvando a comissão que elaborou o projecto de regulamento das Faculdades de Direito e dos Estudos Sociais e de Direito, das Universidades de Coimbra e Lisboa
- DG 210 Portaria nomeando uma comissão para estudar as modificações a introduzir no regulamento das Faculdades de Letras
- DG 210 Portaria encarregando um professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra de ir ao estrangeiro em missão de estudo e de representar o Governo nos Congressos de Urologia e de Clínica Cirúrgica que se vão realizar em Paris
- DG 210 Portaria louvando um cidadão português residente no Pará, Brasil, (Joaquim Baptista dos Santos) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 210 Portaria louvando o director da Escola Normal do Porto (Henrique Sant'Ana), por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 210 Portaria aprovando o regulamento da Aula de condutores de máquinas da armada, anexo à mesma portaria
- DG 210 (R1 DG 212) rectificação ao regulamento da Aula prática para condutores de máquinas
- DG 212 Portaria isentando de franquia a correspondência expedida pelo Conselho Tutelar e Pedagógico do Exército de Terra e Mar
- DG 213 Portaria louvando vários professores do Liceu de Rodrigues de Freitas (Joaquim Augusto Cambeses, José Pereira Salgado, Álvaro Machado e Alfredo de Magalhães, pela forma por que foram feitas diferentes instalações do mesmo Liceu
- DG 213 Portaria encarregando um professor substituto da Secção Colonial do Instituto Superior de Agronomia de ir ao estrangeiro em missão de estudo

- DG 214 Portaria louvando os doadores (João Carlos de Miranda e sua esposa, D. Clara Angela de Vasconcelos Miranda) da mobília e utensílios escolares para a escola mixta da freguesia de Grimancelos, concelhos de Barcelos
- DG 216 Portaria de 30 de Agosto, determinando que os lugares de amanuense, guardas rurais e serventes do quadro da Escola Prática de Agricultura de Santarém sejam preenchidos por um escriturário e seis guardas agrícolas do quadro do pessoal auxiliar
- DG 216 Portaria louvando o professor (Joaquim Gonçalves Moreira) da escola de Vilar de Pinheiro, concelho de Vila do Conde, por ter apresentado quarenta e quatro alunos a exame, sendo todos aprovados
- DG 216 Portaria nomeando uma comissão para eleborar os regulamentos dos serviços artísticos e arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto
- DG 216 Portaria nomeando um professor (da faculdade de Medicina de Coimbra, António de Pádua) para ir à Suíssa em missão de Estado
- DG 217 Portaria louvando a Associação “A Solidária”, pela organização duma colónia de Campo
- DG 219 Portaria louvando a Confraria do Sacramento, da Vila de Esposende, por serviços prestados a favor da instrução popular
- DG 221 Portaria louvando a Confraria do Bom Jesus, da vila de Matozinhos, por serviços prestados à instrução popular
- DG 221 Portaria louvando os corpos gerentes da cantina Escola Vimaranesense, por serviços prestados à instrução popular
- DG 223 Portaria de 20 de Setembro, suscitando a observância, por parte dos directores dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública, das prescrições legais existentes sobre vacinação e revacinação anti-variólicas
- DG 223 Portaria nomeando os presidentes dos júris dos exames de instrução secundária em Outubro
- DG 223 (R1 DG 239) Alteração a um dos elementos do júri
- DG 224 Permitindo a matrícula condicional nos estabelecimentos de instrução superior dependentes do Ministério de Instrução Pública aos alunos que tenham sido aprovados na época finda no exame da 7.ª classe dos liceus, com dispensa da idade legal
- DG 224 Portaria louvando o cidadão Luís da Costa, (governador civil do distrito de Angra do Heroísmo) por serviços prestados à instrução popular
- DG 224 Portaria regulando a admissão de candidatos a professores provisórios dos liceus
- DG 225 Portaria louvando o director da Escola Industrial Domingos Sequeira, pela criação dum curso gratuito de metodologia e pedagogia do desenho, e determinando que sejam gratuitas as matrículas nesse curso
- DG 228 Portaria de 27 de Setembro, autorizando os directores dos estabelecimentos de ensino a resolver sobre os requerimentos para prestação de provas em épocas extraordinárias, que lhes sejam apresentados por alunos que as tenham deixado de prestar na época ordinária, por motivo de serviço militar
- DG 232 Portaria determinando a constituição dos júris que devem examinar os alunos esperados em várias cadeiras do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 232 (R1 DG 233) Nova publicação, rectificada, da portaria de 2 de Outubro, sobre a concessão duma segunda época de exames a certos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (desconexão no texto)
- DG 233 Portaria de 30 de Setembro, mandando que os directores dos estabelecimentos de instrução dependentes do Ministério da Instrução Pública remetam à Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial as relações dos empregos destinados a sargentos do exército e da armada
- DG 233 Portaria mandando proceder a um inquérito aos actos dum professor do Liceu de Camões (José Júlio de Bettencourt Rodrigues)
- DG 235 Portaria louvando a Associação Comercial de Lisboa pela oferta ao Estado dum edifício escolar em Samora Correia
- DG 237 Portaria louvando o cidadão Manuel Pereira Godinho pela doação que fez ao Estado dum edifício para instalação de duas escolas na freguesia de Nogueira do Cravo, concelho e círculo escolar de Oliveira de Azeméis
- DG 237 Portaria louvando o professor António Xavier Pereira Coutinho pelos valiosos trabalhos científicos que tem produzido
- DG 238 Portaria mandando admitir um aluno a determinados exames no Liceu de Vila Rial
- DG 242 Portaria louvando o cidadão (Manuel Pereira Martins, residente no lugar da Fontinha, freguesia de Segadães, concelho de Águeda), por serviços prestados à instrução popular
- DG 242 Portaria louvando os vários cidadãos (José de Oliveira Lopes e Manuel José de Oliveira Lopes, freguesia de Valega, concelho de Ovar) por serviços prestados à instrução popular
- DG 243 Portaria louvando o cidadão Marcelino da Anunciação Clemente por serviços prestados à instrução popular
- DG 244 Portaria mandando proceder a uma sindicância ao Liceu de Maria Pia (pelo professor António Carlos Cardosos de Lemos, por suspeitas contra alguns membros do júri de exames da época ordinária)
- DG 244 Portaria nomeando o secretário do sindicante que vai proceder a uma sindicância ao Liceu de Maria Pia
- DG 244 Portaria louvando a Academia de Estudos Livres, de Lisboa, por serviços prestados à instrução popular
- DG 245 Portaria de 16 de Outubro, permitindo uma segunda época de exames para certos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 245 (R1 DG 253) Nova publicação, rectificada, da portaria de 2 de Outubro, sobre a concessão duma segunda época de exames a certos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 245 Portaria de 4 de Outubro, regulando a admissão condicional nos estabelecimentos científicos dos alunos a quem faltem determinadas disciplinaes das Faculdades Universitárias
- DG 249 Portaria de 20 de Outubro fixando a segunda quinzena de Novembro para as provas dos concursos para concessão de pensões de estudo de composição, canto e instrumentos

- DG 249 (R1 DG 250) Nova publicação, rectificada, da portaria e programa sobre concessão de pensões de estudo no estrangeiro, insertos no *Diário* n.º 249
- DG 251 Portaria louvando as junistas da Paróquia de Lisboa e todos os cidadãos que com elas tem colaborado no relevante benefício de distribuição de banhos às crianças pobres
- DG 249 Portaria louvando a professora (Gracinda Augusta Marques dos Santos) da escola para o sexo masculino Conde de Ferreira, de Ovar, pela dedicação que tem manifestado no exercício do seu magistério
- DG 255 Portaria substituindo no respectivo cargo o secretário da sindicância ao Liceu de Camões
- DG 255 Portaria mandando admitir vários candidatos no Colégio das Missões Ultramarinas
- DG 256 Portaria louvando o cidadão (regente florestal Tude Martins de Sousa) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 256 Portaria louvando o cidadão (João Narciso de Oliva, da freguesia de Alcantarilha, círculo escolar de Silves) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 256 Portaria louvando os cidadãos (Manuel N. de Oliveira, José de Sousa Guimarães e A. J. Mouta, comissionados pelos hóspedes do Grande Hotel Universal do Gerez) por serviços relevantes prestados à instrução popular (instituíram um prémio intitulado «República» para o melhor aluno da escola oficial do Gerez)
- DG 257 Portaria de 1 de Novembro, mandando dar aos conselhos escolares dos liceus a faculdade de resolver sobre a inclusão de certos alunos na mesma turma
- DG 258 Portaria de 29 de Outubro, regulando a situação do pessoal pertencente aos quadros da Direcção Geral da Agricultura, que se acha em serviço nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério do Fomento que passaram a ser encorporados no da Instrução Pública
- DG 258 Portaria mandando proceder a determinada sindicância no liceu de Faro (ao reitor e professor João Ribeiro Baptista Caldeira e Bernardino José Barbosa Júnior)
- DG 258 Portaria mandando proceder a determinada sindicância no liceu da Guarda (ao professor José de Almeida)
- DG 258 Portaria mandando proceder a determinada sindicância no liceu de Beja (ao professor (Abel Aníbal de Azevedo)
- DG 262 Portaria constituindo o Conselho Disciplinar do Ministério de Instrução Pública
- DG 262 Portaria louvando a D. Josefina Adelaide da Conceição Nunes por valiosas doações que fez á Escola de Belas Artes de Lisboa
- DG 263 Portaria mandando proceder á sindicância de determinados actos de dois professores da Faculdade de Medicina do Porto
- DG 263 Portaria mandando proceder á sindicância de determinados actos dum ex-professor da Faculdade de Direito de Coimbra
- DG 266 (R1 DG 266) Nova publicação, rectificada, da portaria nomeando um juiz para prodecer a uma sindicância aos actos de diferentes funcionários do Ministério de Instrução Pública e da Repartição do Ensino Industrial e Comercial e dum professor da Universidade de Coimbra
- DG 266 Portaria nomeando uma comissão para, sob o ponto de vista pedagógico, proceder a uma inspecção aos liceus de Lisboa (Aureliano Lopes de Mira Fernandes, no Liceu de Camões; Frederico António Fernandes, no Liceu de Pedro Nunes; Francisco Xavier da Silva Telles, no Liceu de Passos Manuel e Pedro José da Cunha, no Liceu de Maria Pia)
- DG 266 Portaria louvando pelo seu aproveitamento e procedimento um aluno do Liceu de Angra do Heroísmo, premiado no ano lectivo de 1912-1913 (José de Sousa da Costa, merecido o prémio «Nicolau Anastácio de Bettencourt»)
- DG 266 Portaria encarregando o chefe da Repartição de Instrução Secundária de solucionar um conflito pendente no Liceu de Beja
- DG 268 Portaria encarregando um professor do Liceu de Camões de proceder a um inquérito à Inspeção Escolar da 3.ª Circunscricção
- DG 269 Portaria de 8 de Novembro, permitindo a matrícula condicional nos liceus dos alunos que não tenham a idade legal
- DG 269 Portaria mandando proceder a determinadas sindicâncias no liceu de Beja (ao reitor Domingos António Vaz Madeira e ao professor José Vicente Madeira)
- DG 269 Portaria mandando proceder a determinadas sindicâncias no liceu de Sá de Miranda (aos actos do professor José Joaquim Pereira dos Santos Mota)
- DG 269 Portaria mandando proceder a determinadas sindicâncias no liceu da Guarda (perante a muita gravidade dos relatórios, que sobre o serviço de exames, deram entrada no Ministério de Instrução Pública)
- DG 271 Portaria nomeando uma comissão para estudar as modificações a introduzir no regulamento das escolas de farmácia
- DG 271 Portaria nomeando uma comissão para estudar a reorganização do ensino elementar industrial e comercial
- DG 270 Portaria de 10 de Novembro, mandando que os alunos que estavam matriculados em qualquer dos cursos secundários do antigo Instituto Superior de Comércio sejam admitidos à matrícula na Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 272 Portaria de 18 de Novembro, dando por findos os trabalhos da comissão encarregada de formular as bases para a reorganização do ensino industrial e comercial dos graus médio e elementar
- DG 272 Portaria de 18 de Novembro, dividindo a Repartição da Instrução Secundária em duas secções, e nomeando os respectivos chefes e seus auxiliares
- DG 274 Portaria louvando o cidadão João Rodrigues Cruzinha (“ofereceu um magnífico salão para se instalar a escola feminina de Fatanços, concelho de Vouzela”) por serviços prestados à instrução
- DG 274 Portaria louvando o reitor da Universidade de Lisboa por serviços prestados à instrução (pela publicação do estudo *A chuva e outros hidro-meteoros em Portugal*)

- DG 275 Portaria louvando D. Maria Teresa da Silva (professora do ensino particular da cidade do Porto, pela oferta para reger gratuitamente uma escola móvel do sexo feminino, na Rua de Montebelo na mesma cidade) por serviços prestados à instrução
- DG 275 Portaria louvando o cidadão António Furtado de Castro (pelo trabalho desenvolvido no lugar de cascalho, da freguesia de Cedros, da Ilha do Faial) por serviços prestados à instrução
- DG 277 Portaria louvando D. Josefina Adelaide da Conceição Nunes (pelas ofertas à Escola de Belas Artes) por serviços prestados à instrução
- DG 278 Portaria de 26 de Novembro, nomeando uma comissão para estudar as modificações a fazer nas bases da nova constituição universitária
- DG 278 Portaria de 26 de Novembro, nomeando uma comissão para estudarem as modificações a fazer nos cursos de química e física biológicas e ciências naturais
- DG 279 Portaria louvando professor (Dr. José Augusto Pereira, professor e directos da Escola de Desenho Industrial Emídio Navarro) por serviços relevantes prestados em defesa da República
- DG 286 Portaria agregando um engenheiro (José Maria de Melo) à comissão encarregada de estudar as bases do ensino técnico
- DG 286 Portaria encarregando um professor do Liceu de Pedro Nunes de auxiliar o sindicante ao Liceu Maria Pia
- DG 288 Portaria de 9 de Dezembro, mandando que em todos os liceus se realizem determinadas reuniões de directores de turma da mesma classe e de professores do mesmo grupo de disciplinas, a fim de se imprimir ao ensino a necessária unidade
- DG 292 Portaria louvando o cidadão (Frederico Cândido Marques, residente em Quifandongo, Angola) pela oferta dum «museu escolar» à escola masculina de S. Paio, concelho de Gouveia) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 292 Portaria louvando o cidadão (João Ciriaco Pereira, professor da escola primária da freguesia de Teixoso, concelho da Covilhã) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 292 Portaria louvando a Universidade Livre por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 292 Portaria louvando o cidadão (Artur Afonso Bastos, residente no lugar de Gondiaães, freguesia de Gondiaães e Samão, concelho e círculo escolar de Cabeceira de Basto) por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 293 Mandando aplicar determinadas disposições legais a um regente agrícola da Escola Profissional de Agricultura Conde de S. Bento
- DG 297 Portaria mandando proceder a um inquérito no Liceu de Braga
- DG 298 Portaria louvando a Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 8 da Lourinhã, a Câmara Municipal e vários cidadãos (professores oficiais de Marteleiro, Aurora da Conceição Pacheco; de Miragais, Maria da Conceição Lopes; de Reguengo Grande, Teodoro Coelho Barros; de Moledo, Amélia de Almeida; e os cidadãos tenente de infantaria, Manuel de Carvalho, director técnico da Sociedade e os fiscais dos impostos, Eduardo José Ramalho e António Nunes) daquele concelho, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- DG 301 Portaria louvando um professor (Artur Malheiro) do Instituto Industrial e Comercial do Porto pela distribuição gratuita aos seus alunos dum curso de física organizado e publicada à sua custa
- DG 301 Portaria nomeando uma comissão para organizar os serviços do Instituto dos Pupilos do Exército de Terra e Mar (Francisco Júlio Henrique Cortês, director do Instituto Feminino de Educação e Trabalho; João de Ortigão Peres, director do Instituto dos Pupilos do Exército de Terra e Mar e Frederico Betti, ex-professor do Liceu de Passos Manuel)
- DG 301 Portaria louvando o cidadão Júlio Dantas pelos seus trabalhos de reconstrução histórica publicados no jornal *A Capital*
- DG 302 Portaria louvando o cidadão (José Mendes Guerra) pela cedência duma casa e mobiliário para instalação duma escola móvel em Caldas de Aregos, concelho de Resende
- DG 302 Portaria louvando a Câmara Municipal e a Junta da Paróquia da Golegã pela cedência de material de ensino e mobiliário escolar destinados à instalação da escola móvel daquela localidade
- DG 304 Portaria de 29 de Dezembro, encarregando o autor (Joaquim Bensaúde) do livro *L'Astronomie Nautique* de proceder no estrangeiro aos estudos convenientes para melhor documentação doutros trabalhos já iniciados

Portarias com n.º

- 1 nomeando o júri dos exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que se realizarão em Lisboa
- 3 louvando os cidadãos Afonso Coutinho Caldeira, Luís de Barros e Casimiro Augusto Nunes, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- 4 louvando o cidadão Ricardo Simões dos Reis, por serviços relevantes prestados à instrução popular
- 6 louvando um regente florestal (Manuel Alberto Rei) por serviços prestados à instrução agrícola
- 7 substituindo o presidente do júri de exames da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 8 encarregando um professor da Faculdade de Medicina de Lisboa de ir ao estrangeiro em missão de estudo
- 16 fixando as lotações das Escolas de Alunos Marinheiros
- 25 mandando observar várias disposições com relação aos serviços e pessoal da Escola de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- 26 regulando o serviço dos exames do 2.º grau
- 30 Portaria de 30 de Junho, mandando que a sindicância aos actos do director da Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo seja extensiva a todo o pessoal dessa escola
- 36 determinando que nos certificados e diplomas passados nas Faculdades Universitárias se faça a declaração expressa da escala de valores empregada

- 40 determinando que fiquem à disposição das Faculdades de Medicina, para seus estudos, os cadáveres dos falecidos nos hospitais, asilos e casas de assistência pública, quando não reclamados dentro de doze horas após o falecimento (tem no resumo o n.º 22 mas é a n.º 40)
- 42 determinando que os funcionários do Ministério de Instrução Pública sejam dispensados de qualquer licença para a prestação do serviço militar a que forem obrigados
- 43 comunicando aos estabelecimentos de instrução que as nomeações para todos os cargos são feitas por decreto
- 50 autorizando a matrícula condicional na 1.ª classe dos liceus, com dispensa da idade regulamentar, aos alunos que hajam feito na época finda, com igual dispensa, o exame de instrução primária do 2.º grau
- 52 mandando que todos os indivíduos que publiquem qualquer obra, em que tenham utilizado, extratado ou trasladado documentos pertencentes ao Arquivo da Torre do Tombo ou às secções de manuscritos das Bibliotecas de Évora e da Ajuda, sejam obrigados a depositar um exemplar nos referidos Arquivo e Bibliotecas
- 54 fixando o prazo para a apresentação dos alunos transferidos dum para outro liceu

Alvarás

- DG 1 Alvará de 28 de Dezembro de 1912, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular de ensino secundário em Ermezinde (Colégio de Ermezinde)
- DG 51 Alvará de 1 de Março, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular de ensino secundário em Braga (Escola Académica)
- DG 86 Alvará de 29 de Março, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular de ensino secundário e comercial em Ovar (Colégio Júlio Dinis)
- DG 197 Alvará de 21 de Agosto, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular (Colégio de Almeida Garrett, proprietário António Ferreira Pinto Guimarães Dias) de ensino secundário na cidade do Porto
- DG 197 (R1 DG 218) nova publicação, rectificadora do alvará de 21 de Agosto, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular (Colégio de Almeida Garrett) de ensino secundário na cidade do Porto

Anúncios

- DG 1 Universidade de Lisboa Anúncio acerca do concurso para provimento de lugares de assistentes na 7.ª e 8.ª classe
- DG 2 Escola de Medicina Veterinária Anúncio e programa de concurso para provimento de três lugares de professores
- DG 5 Instituto Feminino de Educação e Trabalho anúncio de concurso para um lugar de professor
- DG 9 Colégio Militar, anúncio de concurso para preenchimento de vaga de regente de estudos da 6.ª e 7.ª classe
- DG 18 Escola de Medicina Veterinária, anúncio e programa do concurso para provimento de três lugares de professor
- DG 20 Escola de Guerra, anúncio de concurso para um lugar de lente adjunto
- DG 36 Anúncio de concurso para provimento dum lugar de professora oficial de instrução primária na Ilha Brava (Cabo Verde)
- DG 48 Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio para venda de 31.000 exemplares do livro intitulado *Tabuada*
- DG 48 Colégio Militar, anúncio de concurso para provimento de três professores
- DG 49 Casa Pia, anuncio de concurso para contrato dum cidadão estrangeiro para exercer um dos lugares de prefeito
- DG 55 Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, anúncio de concurso para adjudicação duma pensão a um estudante de arquitectura a fim de completar no estrangeiro a sua educação artística
- DG 61 Anúncio de concurso para provimento dum lugar de professor oficial da freguesia de S. Julião Baptista, da Ilha de Santo Antão, na provincia de Cabo Verde
- DG 77 Asilo de D. Maria Pia, anúncio de concurso para provimento dum lugar de prefeito.professor
- DG 104 Anuncio e condições de concurso para provimento do lugar de professr da Escola Manuel António de Seixas
- DG 126 Escola de Belas Artes de Lisboa, anúncio de concurso para um lugar de professor da 1.ª cadeira
- DG 126 Escola de Belas Artes do Porto, anúncio de concurso para provimento de lugares de professores da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 8.ª cadeiras
- DG 140 Escola de Alunos Marinheiros do Norte, anúncio para admissão de alunos
- DG 143 Escola de Alunos Marinheiros do Sul, anúncio para admissão de alunos
- DG 159 Anúncio de concurso para provimento de duas escolas primárias em Quelimane, provincia de Moçambique
- DG 176 Liceu de Camões, anúncio para fornecimento da cantina escolar no ano lectivo de 1913-1914
- DG 191 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, anúncio de concurso para um lugar de professor de música
- DG 201 Faculdade de Estudos Sociais e de Direito de Lisboa, anuncio para concurso para professores
- DG 201 (R1 DG 225) Aditamento ao anúncio de concurso para professores da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito de Lisboa
- DG 208 Anuncio de concurso para provimento de cinco escolas primárias do sexo masculino na província de São Tomé e Príncipe
- DG 215 Escola de Belas artes do Porto, anúncio de concurso para provimento da 1.ª cadeira
- DG 221 Escola de Medicina Veterinária, anúncio de concursos para provimento dum lugar de professor substituto
- DG 221 Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando, anúncio de concurso para provimento do lugar de professor de instrução primária
- DG 228 Escola de Guerra, anúncio do concurso para o lugar de lente adjunto do grupo da 14.ª e 15.ª cadeiras
- DG 228 (R1 DG 248) Escola de Guerra, rectificação ao anúncio do concurso para o lugar de lente adjunto do grupo da 14.ª e 15.ª cadeiras
- DG 241 Escola de Belas Artes de Lisboa, anúncio de concurso para provimento de dois lugares de professor
- DG 249 Colégio Militar, anúncio de concurso para um lugar de professor
- DG 255 Anúncio para provimento dum lugar de professor de marata e sânscrito do Liceu de Goa

- DG 275 Academia das Ciências de Lisboa, anúncio e programa do concurso para a adjudicação do prémio «Alvarenga»
- DG 275 Comissão Distrital do Pôrto, anúncio de concurso para provimento de dois lugares de professor na Casa-Hospício do Pôrto
- DG 281 Anúncio de concurso para provimento dum lugar de professor da freguesia de S. Lourenço dos Orgãos, da Ilha de S. Tiago, na província de Cabo Verde

Avisos

- DG 4 Instituto Feminino de Educação e Trabalho aviso acerca do concurso para dois lugares de professoras
- DG 24 Aviso a um professor do Liceu Nacional da Horta para se apresentar ao serviço naquele estabelecimento de ensino, sob pena de demissão
- DG 26 Aviso aos directores e reitores dos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial de que a declaração de honra deve ser prestada no auto de posse, independentemente da entidade que a deve receber
- DG 29 Aviso a um professor do Liceu Central do Funchal (Aníbal Sertório dos Santos Pereira, 5.º grupo - Matemática) para comparecer na Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, a fim de ser regularizada a sua situação
- DG 40 Instituto Feminino de Educação e Trabalho, aviso acerca do concurso para o lugar de professor das disciplinas do 5.º grupo. (tem o nome dos elementos do júri)
- DG 48 Escola de Medicina Veterinária, aviso acerca das provas dos concursos para preparadores
- DG 48 Escola Naval, aviso acerca dos exames do curso complementar de pilotagem
- DG 51 Aviso para inspecção médica dum professor do ensino secundário (Joaquim Filipe Vitorino Botelho)
- DG 51 (R1 DG 52) Nova publicação do aviso para inspecção médica dum professor do ensino da extinta escola municipal secundária de Rio Maior
- DG 55 Aviso acerca da transferência da vistoria ao edifício do Liceu de Camões pra o dia 14 de Março
- DG 55 Aviso aos concorrentes ao primeiro provimento de vagas de professores dos liceus de que tem de juntar aos seus requerimentos determinados documentos
- DG 57 Aviso aos directores e reitores dos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, suscitando a observância do já determindo sobre correspondência oficial e fazendo novas recomendações sobre o mesmo assunto (publicado no DG 253 de 12 de Outubro de 1912)
- DG 69 Aviso a um professor do liceu da Horta (Luís Alves Pereira, 1.º grupo) para tomar posse do seu lugar; sob pena de demissão
- DG 69 (R1 DG 70) Nova publicação, rectificada do aviso a um professor do liceu da Horta (Luís Alves Pereira, 1.º grupo) para tomar posse do seu lugar; sob pena de demissão (diz a data do navio, que sai de Lisboa para os Açores, em que tem de ir)
- DG 93 Aviso aos candidatos no concurso para o lugar de tesoureiro da Universidade de Coimbra para declararem no prazo de oito dias se mantêm as suas petições, aceitando a nomeação nos termos da lei de 17 de Abril, que modificou a remuneração daquele cargo
- DG 118 Escola de Medicina Veterinária, aviso a um concorrente ao lugar de professor do 2.º grupo de cadeiras e 3.º curso auxiliar da escola, para completar os seus documentos
- DG 119 Escola Naval, aviso acerca de exames de pilotagem
- DG 134 Aviso acerca da substituição dum vogal do júri de exames dos candidatos ao 3.º grupo do magistério secundário
- DG 138 Aviso a um professor do Liceu de Angra (Abel Nogueira Godinho) para se apresentar á Junta de Sanidade Escolar, a fim de ser inspecionado
- DG 141 Aviso chamando a atenção de todos os directores de estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial para o modelo e diploma anexos ao mesmo aviso
- DG 143 Aviso chamando a atenção de todos os directores de estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial para a circular de 29 de Março do corrente mês, expedida pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças
- DG 149 Aviso de que os exercícios dos alunos do 1.º e 2.º ano da Faculdade de Direito se realizam no edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e os exames do 3.º, 4.º e 5.º ano no Edificio da Faculdade de Medicina
- DG 174 Aviso aos oficiais do exército em serviço no Ministério de Instrução Pública, que desejem tomar parte nas próximas escolas de repetição, para nesse sentido apresentarem os seus requerimentos
- DG 174 Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscricção, aviso para as provas dos candidatos à pensão de estudo, a conceder pela 3.ª Circunscricção (Porto)
- DG 193 Aviso acerca do concurso para pensionistas do Estado no estrangeiro, nas classes de composição, canto e instrumento
- DG 194 Escola Naval, aviso acerca dos exames de pilotagem e da matrícula nos cursos de pilotagem e de maquinistas mercantes
- DG 181 Aviso acerca da matrícula nos diferentes cursos da Escola de Guerra no ano lectivo de 1913-1914
- DG 183 Aviso acerca das matrículas no 1.º ano dos cursos de artilharia a pé e de engenharia militar da Escola de Guerra
- DG 187 Aviso acerca do provimento de lugares de professores de Escolas Móveis
- DG 198 Avio aos chefes das diferentes repartições do Ministério de Instrução Pública que todas as nomeações devem ser feitas por decreto
- DG 203 Aviso acerca do pagamento dos vencimentos de Agosto aos professores das escolas primárias do continente
- DG 204 Instituto de Medicina Veterinária, aviso para matrículas
- DG 205 Liceu de Maria Pia, aviso para matrículas

- DG 205 Instituto Nacional de Agricultura e Coimbra, aviso para matrículas
- DG 208 Aviso acerca das provas do concurso para provimento dum lugar de professor da Escola Manuel António Seixas
- DG 209 Universidade de Coimbra, aviso para matrículas nas Faculdade de Letras, Direito, Ciências e Medicina e na Escola de Farmácia
- DG 209 Liceu de Passos Manuel, aviso para matrículas
- DG 209 Liceu de Camões, aviso para matrículas
- DG 209 Escola de Arte de Representar, aviso de matrículas
- DG 210 Escola de Correios e Telégrafos, aviso para matrículas
- DG 210 Escola Colonial, aviso de matrículas
- DG 212 Aviso de ter sido passada ordem sobre o Banco de Portugal para pagamento de rendas de casas das escolas primárias de Lisboa
- DG 215 Instituto Superior do Comércio, aviso de matrículas
- DG 215 Escola de Belas Artes de Lisboa, aviso de matrículas
- DG 215 Universidade de Coimbra, aviso acerca dos exames em Lisboa, dos alunos das diferentes cadeiras da Faculdade de Direitos
- DG 217 Universidade do Porto, aviso para matrículas
- DG 221 Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial, aviso para matrículas
- DG 225 Instituto Superior Técnico, aviso para matrículas
- DG 225 (R1 DG 227) Instituto Superior Técnico, aditamento ao aviso para matrículas
- DG 229 Aviso acerca do pagamento aos professores primários das escolas de Lisboa dos vencimentos referentes a Setembro
- DG 234 Aviso a um professor do Liceu de Bragança e outro do Funchal para comparecerem na Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, por motivos de serviço oficial
- DG 238 Escola de Medicina Veterinária, aviso relativo às provas de concurso para preparadores
- DG 238 Escola de Medicina Veterinária, aviso relativo ao serviço de exames
- DG 239 Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial, aviso acerca da prorrogação do prazo fixado para as matrículas
- DG 240 Bibliotecas e Arquivos Municipais, aviso para matrículas par o curso superior de bibliotecário-arquivista
- DG 245 Universidade do Porto, aviso acerca dos concursos para um lugar de professor e dois de segundo assistente
- DG 245 Escola de Medicina Veterinária, aviso acerca do concurso para lugares de professor-substituto
- DG 246 Aviso acerca do concurso para pensionistas de Estado no estrangeiro, nas classes de piano e de composição musical
- DG 248 Aviso a um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para comparecer no prazo de três dias no Ministério de Instrução Pública
- DG 249 Aviso a um professor da Faculdade de Medicina Universidade do Porto para comparecer no prazo de três dias no Ministério de Instrução Pública
- DG 249 Aviso aos reitores e directores dos estabelecimentos dependentes da Repartição da Instrução Secundária, sobre a informação dos assuntos que remetam para resolução superior
- DG 249 (R1 DG 272) Nova publicação, rectificada, do aviso aos directores dos estabelecimentos do Ministério de Instrução Pública acerca dos termos em que devem ser dirigidos àquele Ministério os ofícios, notas e comunicações
- DG 252 Aviso de estra aberto concurso para lugar vago no quadro de saúde da Índia e do cargo inerente de professor da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa
- DG 254 Aviso acerca do serviço de pagamento de vencimentos dos professores primários de Lisboa
- DG 257 Aviso aos alunos dos liceus, que requereram ao Governo um subsídio para estudos, para legalizarem as suas petições
- DG 268 Aviso acerca da matrícula no 1.º ano do curso do estado maior da Escola de Guerra dos alunos da Faculdade de Ciências que apresentem certidões de determinadas disciplinas
- DG 251 Aviso a um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a outro da Faculdade de Medicina Universidade do Porto para comparecer até ao dia 28 do corrente mês no Ministério de Instrução Pública, e declaração da suspensão dos referidos professores dos respectivos lugares
- DG 261 Aviso para as provas do concurso para pensionistas do estado no estrangeiro, nas classes de contraponto, violoncelo, violino, piano e canto
- DG 263 Aviso aos reitores e directores dos estabelecimentos de ensino dependentes da Repartição da Instrução Secundária acerca dos termos em que devem vir os ofícios, notas e comunicações enviadas à referida Repartição
- DG 263 (R1 DG 272) Nova publicação, rectificada, do aviso aos reitores e directores dos estabelecimentos de ensino dependentes da Repartição da Instrução Secundária acerca dos termos em que devem vir os ofícios, notas e comunicações enviadas à referida Repartição
- DG 264 Secção Secundária do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, aviso acerca de matrículas
- DG 265 Aviso acerca do pagamento do serviço de rendas de casa e de subsídios para rendas aos professores do distrito de Évora e dos bairros de Lisboa e Porto
- DG 268 Aviso acerca da matrícula no 1.º ano do curso do estado maior da Escola de Guerra dos alunos da Faculdade de Ciências que apresentem certidões de determinadas disciplinas
- DG 271 Aviso à professora (Joaquina da Conceição Ferreira) da escola da Vila da Ponta do Sol, na Ilha de Santo Antão, da província de Cabo Verde, para se apresentar, no espaço de dez dias na Direcção Geral das Colónias
- DG 278 Aviso de concurso para um lugar de pensionista do Estado no estrangeiro, na classe de Ciências físico-naturais

- DG 280 Aviso acerca do pagamento do vencimento dos professores das escolas primárias de Lisboa
- DG 289 Escola de Arte de Representar, aviso para matrículas no curso livre de dança
- DG 292 Imprensa Nacional de Lisboa, aviso de concurso para admissão de aprendizes na escola tipográficas

Circulares

- DG 233 Circular convidando os coronéis e capitães em serviço nos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública para declararem se desejam fazer o tempo de comando que lhes é exigido pela organização do exército
- DG 257 Circular recomendando aos directores dos estabelecimentos de ensino dependentes da Repartição de Instrução Secundária o cumprimento das disposições legais existentes sobre o ensino da gymnástica

Concursos

- DG 144 Escola de Medicina Veterinária, concurso para provimento de dois lugares de professor e de preparador
- DG 144 Casa Pia de Lisboa, concurso para admissão de alunos
- DG 151 Escola de Medicina Veterinária, concurso para provimento dos lugares de professor substituto do 4.º grupo e de preparador do 6.º grupo
- DG 151 Repartição do Ensino Industrial e Comercial, concurso para provimento do lugar de chefe de repartição

Declarações

- DG 48 Declaração de ter sido adiada para 8 de Março a vistoria ao edifício do Liceu de Camões
- DG 92 Declaração de que no dia 24 de Abril se realizará a vistoria ao edifício do Liceu de Camões
- DG 141 Declaração acerca do concurso para provimento dum lugar de professor da Escola de Manuel António de seixas, em Moncorvo
- DG 165 Declaração de que são obrigados ao pagamento de emolumentos e sêlo todas as licenças para residir no estrangeiro concedidas aos funcionários em activo serviço, na situação de inactividade ou reformados
- DG 175 Declaração de que o local para os exames do 2.º grau das alunas das escolas do círculo ocidental de Lisboa é no Liceu de Pedro Nunes e não no de Camões, como por lapso saíu no DG 74
- DG 183 Declaração de que os livros sujeitos a exame, a que se refere a portaria de 31 de Julho, são os do ensino primário e os do ensino normal primário
- DG 186 Declaração de que foi apenas apresentado um projecto no concurso relativo à construção dum edifício para as escolas normais de Lisboa
- DG 196 Declaração acerca dos emolumentos e selo das licenças concedidas a funcionários do Estado
- DG 213 Declaração acerca das missões de estudo de que foram encarregados dois professores da Faculdade de Medicina de Coimbra
- DG 284 Declaração acerca do contrato celebrado entre a Faculdade de Medicina de Lisboa e um professor para a regência da cadeira de anatomia e direcção do respectivo Instituto
- DG 305 Declarações acerca de despachos pela Inspeção das Escolas Móveis, sobre movimento de pessoal

Despachos

- DG 2 Despacho prorrogando por mais seis meses a isenção de porte para a correspondência expedida pelo Conselho de Administração da Universidade Livre
- DG 41 Despacho isentando de franquia a correspondência expedida pelo Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar
- DG 96 Despacho mandando que à escola primária de Nisa seja dada a denominação de Escola Dr. José da Graça Mota e Moura
- DG 99 Despacho mandando que as escolas centrais da Vila de Valença sejam instaladas no edifício legado pelo cidadão José António Alves Rodrigues, e que às mesmas escolas se dê o nome de «Escolas José Rodrigues»
- DG 99 Despacho determinando que a escola para o sexo feminino de Alpiarça se denomine «Escola Maria Xavier Sousa Falcão»
- DG 105 Despacho repreendendo um professor da escola de S. Gião
- DG 135 Despacho exonerando o presidente da Comissão de Beneficência Escolar da freguesia da Cadima, concelho de Cantanhede
- DG 135 Despacho nomeando dois vogais para a Comissão de Beneficência Escolar da freguesia da Cadima, concelho de Cantanhede
- DG 127 Despacho substituindo o presidente do júri do concurso para o magistério secundário do 3.º grupo
- DG 130 Despacho substituindo dois membros do júri do concurso para o magistério secundário, um do 6.º grupo e um do 7.º grupo
- DG 155 Despacho preenchendo uma vaga na Comissão de Beneficência e Ensino da Freguesia da Ajuda
- DG 162 Despacho nomeando uma comissão para tomar posse da Escola de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- DG 169 Despacho prorrogando o prazo da isenção de franquia das correspondências expedidas pelo Conselho de Administração da Universidade Livre para Educação do Povo
- DG 219 Despacho anulando o que exonerou um professor da Escola Normal de Lisboa (Alberto Pimentel, publicado no DG 250 de 1912), e mandando considerar cumprida a pena disciplinar que lhe fora imposta

- DG 253 Despacho mandando publicar, por extracto, vários decretos sobre movimento de pessoal de instrução primária, sem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, por não carecerem dele
- DG 243 Despachos aprovando várias correções na remodelação dos quadros docentes das escolas primárias de Lisboa
- DG 260 Despacho reintegrando no respectivo lugar uma professora da Escola Central de santarém

Documentos

- DG 227 Documentos acerca da nomeação de alguns professores para a Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, às quais fôra recusado o «Visto» do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Editais

- DG 51 Universidade do Porto edital abrindo concurso para três vagas de assistentes da Faculdade de Ciências
- DG 51 Universidade de Coimbra edital abrindo concurso para três vagas de assistentes da Faculdade de Letras
- DG 51 Universidade de Coimbra edital abrindo concurso para duas vagas de assistentes da Faculdade de Medicina
- DG 113 Liceu de Camões, edital sobre serviço de exames
- DG 117 Liceu de Maria Pia, edital acerca de serviço de exames
- DG 118, Liceu de Passos Manuel, edital acerca de serviço de exames
- DG 144 Universidade de Coimbra, edital acerca dos exames da Faculdade de Direito de Lisboa (errada a palavra *Lisboa*, deveria ser sido *Coimbra*)

Estatutos

- DG 42 Estatutos da Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nisense, aprovados por alvará de 21 de Agosto de 1911. No seu artigo 3.º, § 2 é referida que “anexa à fundação, será fundada oportunamente uma escola”

Listas

- DG 3 Lista rectificada e ampliada dos funcionários do Ministério do Fomento que subcreveram para a compra de aeroplanos a oferecer ao Governo (estão vários liceus e escolas comerciais e industriais)
- DG 17 Lista dos candidatos admitidos à matrícula nas escolas normais de Bragança e Aveiro
- DG 19 Lista dos candidatos admitidos à matrícula nas escolas normais de Castelo Branco e Faro
- DG 20 Lista dos candidatos admitidos à matrícula na escola normal de Coimbra
- DG 22 Lista dos candidatos admitidos à matrícula na escola de ensino normal de Portalegre
- DG 24 Lista dos candidatos admitidos à matrícula nas escolas normais de Viana e Viana do Castelo
- DG 35 Lista definitiva dos candidatos a alunos escolhidos para preenchimento de vagas na Casa Pia de Lisboa
- DG 242 Lista dos candidatos à regência interina das escolas primárias da 1.ª e 2.ª circunscrições escolares
- DG 242 (R1 DG 249) Rectificação à lista dos candidatos à regência interina das escolas primárias da 1.ª e 2.ª circunscrições escolares
- DG 240 Lista dos candidatos à regência interina das escolas primárias da 3.ª circunscrições escolares
- DG 240 (R1 DG 268) Rectificação à lista dos candidatos à regência interina das escolas primárias da 3.ª circunscrições escolares
- DG 261 Lista do pessoal pertencente ao Ensino Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia e Jardim Colonial que transitou para o Ministério de Instrução Pública
- DG 261 (R1 DG 264) Rectificações à lista do pessoal pertencente ao Ensino Agrícola Colonial do Instituto Superior de Agronomia e Jardim Colonial que transitou para o Ministério de Instrução Pública
- DG 265 Lista do pessoal das escolas de agricultura que transitou para o Ministério de Instrução Pública
- DG 265 (R1 DG 268) nova publicação, rectificada da lista do pessoal das escolas de agricultura que transitou para o Ministério de Instrução Pública
- DG 276 Lista dos cidadãos nomeados para constituírem a nova comissão de beneficência e ensino da freguesia de Ovar (Bacharel João Evangelista Pereira de Sá e Melo, Arnesto Augusto Zagalo de Lima, António Augusto Freire de Liz, Belmiro Ernesto Duarte Silva, Amadeu Soares Lopes e Nicolau Rodrigues da Silva)
- DG 297 Lista dos alunos de vários liceus subsidiados pelo Estado

Mapas

- DG 83 Mapa comparativo das receitas e despesas, número de alunos e resultados dos exames do 2.º grau nos anos de 1911 e 1912
- DG 83 (DG 85) Nova publicação, rectificada, do mapa comparativo das receitas e despesas, número de alunos e resultados dos exames do 2.º grau nos anos de 1911 e 1912

Notas

- DG 4 Instituto Superior Técnico, nota de despachos de pessoal
- DG 48 Instituto Superior Técnico, nota de nomeação dum professor
- DG 58 Escola de Guerra, nota da constituição do júri do concurso para o lugar de lente adjunto das 17.ª e 18.ª cadeiras
- DG 79 Instituto Superior técnico, nota da nomeação de três funcionários (professores) e pareceres relativos à nomeação de dois dos referidos funcionários
- DG 95 Notas dos concorrentes ao concurso para um lugar e astrónomo de 2.ª classe do Observatório Astronómico de Lisboa, julgados nas condições de serem admitidos às provas práticas do referido concurso
- DG 110 Nota dos concorrentes admitidos ao concurso para lugares de professores dos liceus
- DG 117 Nota da constituição da comissão de beneficência escolar da freguesia de S. João Baptista, de Ponte da Barca

- DG 117 Nota de remodelação dos quadros dos professores das escolas primárias de Lisboa
- DG 117 (R1 DG 121) Rectificação à nota de remodelação dos quadros dos professores das escolas primárias de Lisboa
- DG 174 Instituto Superior Técnico, nota do despacho que encarregou um professor de ir ao estrangeiro em missão de estudo
- DG 189 Nota do processo relativo à nomeação dum professor para fiscalizar os exames da Escola de Ensino Normal de Faro
- DG 215 Nota dos concorrentes às vagas de pensionistas do Estado no estrangeiro nas classes de composição, canto e instrumentos
- DG 257 Nota-circular aos reitores dos liceus acêrca da elaboração dos respectivos relatórios anuais
- DG 272 Nota do formulário dos diplomas oficiais, decretado em 8 de Outubro de 1910 e 9 de Setembro de 1911
- DG 269 Nota do despacho ministerial mantendo a nomeação de dois professores provisórios para a Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- DG 230 Inspeção das Escolas Móveis, nota das localidades em que são instaladas as trintas missões confiadas à Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus
- DG 230 (R2 DG 262) Rectificações às listas de escolas móveis criadas por decretos de 1 e 29 de Outubro
- DG 240 Nota dos indivíduos admitidos à matrícula na Escola de Correios e Telégrafos
- DG 257 Nota-Circular aos reitores dos liceus, que requereram ao Governo um subsídio para estudos, para legalizarem as suas petições
- DG 272 Nota do novo formulário dos diplomas oficiais, decretado em 8 de Outubro de 1910 e 9 de Setembro de 1911
- DG 297 Nota da classificação dum aluno da Escola de Ensino Normal de Portalegre no exame final que fora autorizado a fazer

Ordens do Exército

- DG 9 Ordem do Exército n.º 15 Tem o regulamento da Escola de Equitação, do Curso de Picadores Militares, da Escola de Ferradores, da Escola de Recrutadas, da Escola de Repetição, da Escola de Quadros, da Escola de Sapadores, da Escola de Maqueiros, da Escola de Telegrafistas, da Escola de Velocipedistas, da Escola de Corneteiros, da Escola de Ferradores, da Escola de Clarins e o Projecto de regulamento para as escolas preparatórias de oficiais milicianos. Em anexo está o programa dos concursos de admissão à matrícula nos cursos das diversas armas e no de administração militar no ano lectivo de 1913-1914
- DG 252 Ordem do Exército n.º 18 Tem várias alterações à Escola de Guerra

Pareceres

- DG 248 Parecer do Conselho Disciplinar do Ministério de Instrução Pública e despacho ministerial acerca do processo instaurado contra uma professora de instrução primária (Silvina Adelaide Ramos, por alimentar o vício de “embriguez” e de viver amancebada)
- DG 259 Parecer da comissão revisora de livros de ensino primário e normal acerca das reclamações apresentadas por vários autores
- DG 259 (R1 DG 262) Rectificação ao parecer-relatório da comissão revisora de livros de ensino primário e normal acerca das reclamações apresentadas por vários autores
- DG 260 Parecer do Conselho Disciplinar acêrca do processo de sindicância mandado instaurar à professora a que se refere o supracitado despacho (Henriqueta Barbosa Alves Casquilho)

Processos

- DG 228 Processo e despacho ministerial acêrca da nomeação dum professor para o lugar de inspector das escolas móveis, nomeação a que fôra recusado o «Visto» do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado
- DG 268 Processo de sindicância aos serviços da Estação de Fomento Agrícola da Bairrada (contém dados sobre a Escola Prática de Viticultura e Pomologia da Bairrada)

Procuradoria Geral da República

- DG 21 parecer acerca de diversos processos referentes ao chefe da 3.ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

Programas

- DG 202 Programa dos concursos a prémios e para admissão aos cursos superiores no Conservatório de Lisboa
- DG 249 Programas dos concursos para concessão de pensões de estudo de composição, cravo e instrumentos

Quadros

- DG 250 Universidade de Lisboa, quadro dos candidatos às Bolsas de Estudo em 1913-1914
- DG 258 Universidade do Porto, quadro dos candidatos às bolsas de estudo admitidos pela Junta Administrativa da Universidade

Relações

- DG 7 Relação dos professores aprovados para a regência interina nos diferentes liceus no ano lectivo de 1912-1913
- DG 7 Conselho Tutelar e Pedagógico do Exército de Terra e Mar, relação das candidatas a alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho julgadas nas condições de ser admitidas

- DG 13 Relação dos candidatos admitidos à matrícula nas escolas normais de Évora e Lisboa para o ano lectivo de 1912-1913
- DG 14 Relação dos candidatos aprovados nos exames de admissão à matrícula na Escola Normal de Leiria
- DG 26 Conselho Tutelar e Pedagógico do Exército de Terra e Mar, relação das candidatas julgados nas condições de ser admitidos no corrente ano lectivo como alunos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e Terra e Mar e do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- DG 35 Relação dos indivíduos (quase todos professores) que obtiveram o diploma do curso de trabalhos manuais educativos realizado na cidade do Pôrto, pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal, de acordo com a portaria de 12 de Fevereiro deste ano
- DG 166 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal da Horta no ano lectivo de 1912-1913
- DG 167 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Évora no ano lectivo de 1912-1913
- DG 167 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Bragança no ano lectivo de 1912-1913 (estão entre eles a Alice Augusta dos Santos Guardioli e Maria Baptista dos Santos Guardioli ambas com a classificação de 19 valores)
- DG 167 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Leiria no ano lectivo de 1912-1913
- DG 169 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Beja no ano lectivo de 1912-1913
- DG 169 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Coimbra no ano lectivo de 1912-1913
- DG 169 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo no ano lectivo de 1912-1913
- DG 172 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Castelo Branco no ano lectivo de 1912-1913
- DG 172 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Vila Rial no ano lectivo de 1912-1913
- DG 172 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Ponta Delgada no ano lectivo de 1912-1913
- DG 174 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Lisboa no ano lectivo de 1912-1913
- DG 174 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Portalegre no ano lectivo de 1912-1913
- DG 174 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal do Funchal no ano lectivo de 1912-1913
- DG 174 Relação dos presidentes dos júris dos exames do 2.º grau
- DG 181 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal de Braga no ano lectivo de 1912-1913
- DG 181 Relação dos alunos aprovados nos exames finais do 3.º ano da Escola de Ensino Normal do Porto no ano lectivo de 1912-1913
- DG 182 Relação dos alunos da Escola de Ensino Normal de Coimbra aprovadas nos exames finais
- DG 185 Relação dos alunos da Escola de Ensino Normal de Aveiro aprovados nos exames finais
- DG 185 Relação dos alunos da Escola de Ensino Normal de Angra aprovados nos exames finais
- DG 188 Relação dos alunos da Escola de Ensino Normal da Guarda aprovados nos exames finais
- DG 191 Relação dos alunos da Escola de Ensino Normal de Viseu aprovados nos exames finais
- DG 200 Relação dos alunos aprovados nos exames finais da Escola de Ensino Normal de Faro no ano lectivo de 1912-1913
- DG 245 Relação dos candidatos aprovados nos exames de admissão à matrícula nas Escolas Normais de Beja, Coimbra e Leiria
- DG 248 Relação dos candidatos aprovados nos exames de admissão à matrícula nas Escolas Normais de Évora, Funchal e Portalegre
- DG 249 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula na Escola Normal de Bragança
- DG 250 Relação dos candidatos aprovados nos exames de admissão à matrícula nas Escolas Normais de Aveiro e Horta
- DG 251 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano da Escola Normal de Lisboa para o sexo masculino
- DG 256 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano das Escolas de Ensino Normal de Castelo Branco, Vila Rial e Viseu
- DG 257 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano das Escolas de Ensino Normal de Bragança, Faro e Ponta Delgada
- DG 260 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano das Escolas de Ensino Normal de Lisboa e Porto
- DG 261 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano das Escolas de Ensino Normal de Angra do Heroísmo, Guarda, Horta e Porto
- DG 263 Relação dos indivíduos admitidos à matrícula no 1.º ano das Escolas de Ensino Normal de Aveiro e Braga

Relatórios

- DG 10 Relatório da sindicância feita à Escola Normal de Viana do Castelo

- DG 58 Relatório acerca da sindicância aos actos da Comissão Administrativa do Município do Pôrto (no item III é referido “O caso da extinção da aula de português no Colégio dos Órfãos”)
- DG 86 Relatório e conclusões da comissão de sindicância aos actos dum professor da Escola de Farmácia de Lisboa
- DG 95 Relatório, parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, e despacho ministerial relativos à sindicância aos actos dum professor do Liceu de Passos Manuel
- DG 96 Relatório, parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, e despacho ministerial relativos às sindicâncias à escola de habilitação ao magistério primário de Faro e aos actos do secretário da mesma escola
- DG 127 Relatório da comissão encarregada da elaboração do projecto de reforma do ensino secundário
- DG 170 Relatório da sindicância ao Liceu Nacional de Faro ordenada pelo despacho de 14 de Novembro de 1910
- DG 173 Relatório dos trabalhos da Academia das Ciências em 1912-1913, e nota da distribuição de pessoal académico pelas diferentes classes, secções e sub-secções
- DG 193 Relatório do delegado do Governo no 4.º Congresso Internacional de Fisioterapia, realizado em Berlim
- DG 213 Relatório do delegado do Govêrno em fiscalização dos exames da Escola de Ensino Normal da Guarda
- DG 225 Relatório da sindicância, parecer do Conselho Disciplinar e despacho ministerial aos actos do professor do Instituto Superior de Agronomia a aos dum engenheiro agrónomo (ver decreto DG 225)
- DG 235 Relatório da comissão encarregada do exame dos livros adoptados no ensino primário e normal

Tabelas

- DG 5 Tabela de classificação dos inspectores dos círculos escolares

1914

Resolução do Congresso da República

- DG 52 Resolução do Congresso da República recomendando ao Govêrno vários revolucionários civis, a fim de serem colocados em empregos públicos, segundo as suas aptidões e habilitações, e à medida que o Estado dêles fôr necessitando

Leis

- 113 regulando a situação dos alunos que estavam matriculados no curso superior de comércio do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa à data da publicação da lei que organizou o Instituto Superior de Comércio
- 126 permitindo aos alunos dos estabelecimentos de ensino superior, reprovados no ano lectivo findo, e que se achem em determinadas condições, repetirem no ano lectivo de 1913-1914 os exames em que tenham ficado reprovados
- 127 tornando definitivas as matrículas nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública dos alunos a que se referem vários diplomas publicados nos Diários do Govêrno de 22 e 29 de Setembro e 17 de Novembro de 1913
- 133 permitindo aos alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que estavam matriculados no curso superior de indústria à data da criação do Instituto Superior Técnico, concluir êsse curso nos termos do regulamento de 9 de Julho de 1903
- 135 determinando que o Liceu Central de Leiria passe a denominar-se Liceu de Francisco Rodrigues Lobo
- 138 determinando que nas isenções consignadas no n.º 6.º do artigo 5.º da lei n.º 6, de 5 de Julho de 1913, seja compreendida a gratificação pela regência das escolas primárias
- 139 autorizando o Govêrno a ceder gratuitamente à Câmara Municipal de Freixo de Espada-à-Cinta uma morada de casas em ruínas, para construção dum edifício escolar
- 143 autorizando o Govêrno a contrair um empréstimo para a aquisição de terreno e construção dum edifício para o Liceu de Rodrigues de Freitas, no Pôrto
- 148 designando a categoria dos engenheiros civis que podem desempenhar os cargos de director geral de obras públicas e minas e de directores e sub-directores dos caminhos de ferro do Estado, e considerando na situação de destacados os que exerçam o magistério em qualquer escola de ensino especial
- 158 permitindo aos alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que se encontrem em determinadas circunstâncias, concluir os seus cursos nos termos do regulamento de 9 de Julho de 1903
- 173 estabelecendo para os empregados menores dos liceus o direito à aposentação
- 177 criando em cada uma das cidades de Lisboa e Pôrto uma escola sob a denominação de Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 177 (R1 DG 87) Rectificação à lei n.º 177, de 30 de Maio, relativa à criação de Escolas de Construções, Indústria e Comércio nas cidades de Lisboa e Pôrto
- 188 autorizando o provimento definitivo dos actuais amanuenses interinos do Ministério de Instrução Pública que assim o requirem, e se encontrem em determinadas condições
- 189 autorizando o Govêrno a aplicar as sobras existentes em diferentes dotações inscritas no orçamento do Ministério de Instrução Pública, em vigor, às despesas realizadas com substituições provisórias nas inspecções escolares, e com outros serviços extraordinários de instrução
- 191 autorizando a Junta de Paróquia de Sobreira Formosa a alienar uma morada de casas, e a aplicar o seu produto à construção dum edifício escolar
- 192 autorizando a Comissão Municipal de Proença-a-Nova a alienar uma morada de casas, e determinando que o seu produto seja aplicado pela Junta de Paróquia de Sobreira Formosa à construção dum edifício escolar

- 193 concedendo à Câmara Municipal de Cuba o subsídio de 400\$00, por uma só vez, como compensação da redução dum legado que lhe fôra feito para construção duma escola DG
- 195 considerando instituição de utilidade pública a Liga Portuguesa dos Educadores, e concedendo-lhe várias regalias
- 200 criando um lugar de químico-analista no Instituto Superior de Agronomia
- 201 regulando a colocação dos professores de instrução primária que, tendo sido exonerados a seu pedido, forem reintegrados no magistério oficial
- 226 Reorganização do Ministério de Instrução Publica e informação referente a todos os temas
- 226 (R1 DG 134) Rectificação à lei n.º 226, de 30 de Junho, relativa ao orçamento do Ministério de Instrução Pública para 1914-1915
- 232 concedendo um subsídio anual de 1500\$00 à Academia de Estudos Livres, de Lisboa
- 233 reorganizando os serviços de ensino normal primário
- 239 extinguindo os cursos de física-biológica e ciências naturais estabelecidos pelo decreto com força de lei de 22 de Fevereiro de 1911, que reformou o ensino médico
- 249 autorizando a admissão a exame do 1.º e 2.º grau de instrução primária, no mesmo ano, dos alunos que tenham dez anos de idade, e concedendo outras vantagens nas admissões a exames de instrução secundária e dos cursos superiores
- 260 autorizando a Câmara Municipal de Estremoz a consignar o fundo de reserva da instrução primária aos encargos dum empréstimo de 40000\$00, destinado à construção de edifícios escolares em todo o concelho
- 276 determinando que os lentes da Escola Naval que, em virtude da lei de 5 de Junho de 1903, teriam de deixar a regência das suas cadeiras, continuem em serviço até o provimento dessas cadeiras, e mandando abrir o respectivo concurso
- 299 cedendo à Junta Geral do distrito de Ponta Delgada um terreno do extinto convento da Esperança, daquela cidade, para construção duma creche
- 355 determinando que os exames dos alunos das Faculdades de Ciências que se destinem a qualquer instituto especial se realizem anualmente em duas épocas

Decretos

- 280 desdobrando em dois cursos o ensino da análise química professado nas três Faculdades de Ciências
- 299 regulando a situação do professorado particular de ensino secundário
- 325 estabelecendo novas regras a seguir com relação ao curso de engenheiros navais
- 325 (R1 DG 31) Rectificação ao decreto n.º 325, de 26 de Fevereiro, que estabeleceu as regras a seguir com relação ao curso de engenheiros navais
- 349 alterando os quadros das mestras de labores das Escolas Industriais Marquês de Pombal e Machado de Castro
- 350 determinando que as disciplinas a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 121, de 8 de Setembro de 1913, sejam frequentadas na Secção Secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
- 388 regulando a forma por que devem ser restituídos à efectividade do serviço os professores de instrução primária que se achem aposentados
- 389 determinando que as câmaras municipais comuniquem aos inspectores dos círculos escolares respectivos, dentro de três dias, todas as deliberações tomadas ou actos praticados relativamente a assuntos de instrução primária
- 396 autorizando a Confraria do Santíssimo e Senhor do Bomfim e Almas, da freguesia de Lordelo do Ouro, a criar um lugar de contínuo para as suas escolas
- 433 determinando que as câmaras municipais enviem mensalmente às inspecções dos círculos escolares um mapa sobre movimento de professores primários nos respectivos concelhos, e que as inspecções dos círculos escolares organizem seguidamente um mapa geral de todo o seu círculo, que remeterão às inspecções de circunscrição
- 434 determinando que os requerimentos dos candidatos a qualquer escola primária dêem entrada nas respectivas inspecções de circunscrição escolar até as dezassete horas do último dia do prazo dos concursos
- 437 cedendo à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a título de venda, parte do terreno do passal da freguesia de Ribeirão, a fim dali ser construída uma escola
- 445 determinando que os objectos existentes no extinto Museu Industrial e Comercial do Pôrto fiquem pertencendo ao Instituto Industrial e Comercial da mesma cidade, constituindo um museu dessa escola
- 446 determinando que a Secção de Ensino Industrial e Comercial do antigo Conselho Superior do Comércio e Indústria seja substituída pelo Conselho do Ensino Industrial e Comercial, que funcionará junto da Repartição Industrial e Comercial do Ministério de Instrução Pública
- 469 cedendo à Câmara Municipal de Castelo Branco, a título de arrendamento, o presbitério da freguesia de Sobral do Campo, para estabelecimento duma escola
- 471 criando em cada liceu um conselho administrativo, e regulando a sua constituição e atribuições
- 494 modificando o regulamento da Casa Pia de Lisboa na parte relativa ao provimento de lugares de professores
- 503 inserindo várias disposições sobre administração interna dos liceus
- 503 (R1 DG 79) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 503, de 20 de Maio, sobre administração interna dos liceus
- 522 organizando e regulamentando os serviços da Escola Profissional de Guardas Florestais
- 524 remodelando a constituição dos círculos escolares de Gouveia e Mangualde
- 525 determinando que a administração económica das escolas de ensino elementar industrial e comercial e do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto possa ser exercida pelos respectivos directores, quando nelas não possam ser constituídos conselhos administrativos
- 546 determinando a expropriação, por utilidade pública, de vários terrenos destinados à construção do edificio para o Liceu de Alexandre Herculano, no Pôrto

- 551 transferindo várias quantias dentro do orçamento do Ministério de Instrução Pública, em vigor, para refôrço das verbas destinadas aos diferentes serviços de instrução pública designados na supramencionada lei n.º 189
- 554 resolvendo, sôbre consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14741, em que era recorrente um professor do Liceu de Nova Goa
- 581 regulando o provimento dos lugares de mestres das oficinas das escolas de ensino industrial e comercial elementar
- 586 criando o ensino elementar comercial na Escola Industrial Brotero, de Coimbra
- 603 estabelecendo novas normas para o provimento de lugares de professores de desenho nas escolas de ensino elementar industrial
- 604 criando o ensino comercial na Escola Industrial Bernardino Machado, da Figueira da Foz, e determinando que a referida escola passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial Bernardino Machado
- 614 regulando os serviços de exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau
- 614 (R1 DG 109) Rectificação ao decreto n.º 614, de 30 de Junho, sôbre serviços de exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau
- 615 estabelecendo nas escolas industriais ou de desenho industrial de Setúbal, Braga, Viana do Castelo, Faro, Aveiro e Vila Rial o curso elementar de comércio, à medida que houver recursos orçamentais, e criando desde já êsse curso nas quatro primeiras escolas referidas
- 625 concedendo autonomia administrativa às Escolas de Arte de Representar e de Música
- 636 regulando o provimento de vagas de professores, nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 637 remodelando a organização do ensino industrial
- 638 determinando que possam ser admitidos a exame oficial os alunos de quaisquer escolas particulares de ensino comercial
- 642 mandando expropriar, por utilidade pública, vários terrenos situados na cidade do Pôrto, para construção do novo edifício destinado ao Liceu de Alexandre Herculano
- 715 abrindo um crédito especial para despesas de pessoal e material da Escola Elementar do Comércio «Manuel António de Seixas», de Moncorvo
- 724 cedendo à Câmara Municipal de Tondela, a título de arrendamento, a residência paroquial da freguesia de Tonda, para estabelecimento duma escola
- 725 cedendo à Câmara Municipal de Alcobaça, a título de arrendamento, uma capela situada na freguesia de Maiorga, para instalação duma escola
- 726 cedendo à Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nisense, a título de arrendamento, uma capela situada na vila de Nisa, para instalação daquela Associação e duma escola
- 727 cedendo à Reitoria da Universidade de Coimbra, a título de arrendamento, umas dependências da Sé daquela cidade, para estabelecimento dalguns serviços da referida Universidade
- 737 organizando na Escola de Arte de Representar o ensino da indumentária prática teatral
- 739 interpretando algumas disposições da organização das Faculdades de Direito, referentes à inscrição de alunos na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito
- 739 (R1 DG 181) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 739, de 7 de Agosto, sôbre inscrição de determinados alunos na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- 743 cedendo à Junta de Paróquia de S. Paio de Merelim, a título de arrendamento, o presbitério e passal daquela freguesia (para ai se estabelecer a escola oficial do sexo feminino) **Revogado** pelo decreto n.º 9292
- 744 cedendo à Câmara Municipal de Viana do Castelo, a título de arrendamento, a residência paroquial e passal da freguesia de Aarão e a residência paroquial da freguesia de S. Pedro da Torre (para em ambas se estabelecerem escolas de instrução primária) **Revogado** pelo decreto n.º 21021
- 744 (R1 DG 145) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 744, de 11 de Agosto, relativo à cedência à Câmara Municipal de Valença da residência paroquial e passal da freguesia de Aarão e da residência paroquial da de S. Pedro da Torre **Revogado** pelo decreto n.º 21021
- 777 resolvendo, sob consulta do Conselho Colonial, o recurso n.º 74, de 1914, em que era recorrente um lente da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa
- 779 cedendo à Câmara Municipal de Mértola, a título de indemnização, uma capela situada naquela vila (para construção de um edifício destinado às escolas oficiais do ensino primário para ambos os sexos)
- 780 cedendo à Junta de Paróquia de Videmonte, a título de arrendamento, o presbitério e passal daquela freguesia (para instalação de escolas oficiais de ensino primário e residência dos respectivos professores)
- 781 cedendo à Câmara Municipal de Valongo, a título de arrendamento, o presbitério da freguesia de S. Martinho do Campo (para ai se estabelecer uma escola do ensino primário do sexo feminino e habitação da professora - ver Decreto n.º 8663)
- 782 cedendo à Junta de Paróquia de S. Miguel, de Lisboa, a título de arrendamento, a residência paroquial daquela freguesia (para ai se estabelecer uma cantina escolar)
- 793 determinando a abertura dum concurso para provimento de vagas de professores nos liceus, e estabelecendo as normas que devem regular o referido concurso
- 794 permitindo a repetição dos respectivos exames aos alunos das Universidades reprovados na primeira época nas disciplinas preparatórias para admissão à Escola de Guerra
- 814 modificando a legislação relativa ao provimento de lugares de regentes-agrícolas e agricultores diplomados dos serviços agronómicos das colónias

- 814 (R1 DG 176) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 814, de 31 de Agosto, que modificou a legislação sobre provimento de lugares de regentes agrícolas e agricultores nas colónias
- 815 regulando o abõno das ajudas de custo e despesas de transporte dos inspectores das circunscricões e círculos escolares
- 822 determinando que um dos professores do 1.º grupo da Escola Normal do Estado da Índia seja sempre europeu e diplomado com o curso de ensino normal, secundário ou superior da metrópole
- 822 (R1 DG 159) Rectificação ao decreto n.º 822, de 2 de Setembro, relativo à Escola Normal do Estado da Índia
- 831 estabelecendo certas normas a seguir relativamente à qualificação do serviço dos professores oficiais de ensino primário
- 832 estabelecendo as condições de preferência dos candidatos ao provimento de escolas primárias
- 838 abrindo um crédito especial para despesas com a construção do Liceu Central Feminino de Lisboa
- 853 inserindo várias disposições sobre o servido de exames de admissão às escolas normais e de habilitação para o magistério primário
- 854 aprovando o regulamento do Estágio de Arquivistas
- 858 estabelecendo quatro divisões escolares em cada um dos liceus centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra, e autorizando os respectivos reitores a escolher os professores que hão-de assumir a direcção dessas divisões
- 859 fixando a lotação dos liceus centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 860 modificando o regime dos cursos livres nas Universidades
- 860 (R1 DG 167) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 860, de 12 de Setembro, sobre cursos livres nas Universidades
- 861 estabelecendo novos preceitos com relação ao provimento de lugares de professores provisórios dos liceus
- 861 (R1 DG 167) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 861, de 12 de Setembro, sobre nomeação de professores provisórios para os liceus
- 867 aprovando o regulamento do Instituto Superior de Agronomia
- 871 modificando os artigos 7.º e 8.º do regulamento da Escola de Correios e Telégrafos de 13 de Janeiro de 1912
- 873 determinando que a escola, de carácter industrial, existente na Casa Pia de Évora, passe a denominar-se Escola Industrial da Casa Pia de Évora e a admitir alunos externos, ficando sujeita à inspecção das escolas congéneres e dependente da Repartição de Ensino Industrial e Comercial
- 874 regulando os serviços do ensino de pintura scenográfica e decoração teatral, criado na Escola da Arte de Representar
- 880 dividindo em círculos escolares o serviço de inspecção e fiscalização do ensino primário no Estado da Índia, e criando dois lugares de sub-inspector
- 880 (R1 DG 173) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 880, de 22 de Setembro, relativos à fiscalização do ensino primário no Estado da Índia
- 880 (R2 DG 177) Rectificação ao decreto n.º 880, de 22 de Setembro, sobre fiscalização do ensino primário no Estado da Índia
- 884 mandando suspender as matrículas no 1.º ano da Escola Prática de Agricultura de Santarém, no ano lectivo de 1914-1915
- 888 tornando extensivo o direito de aposentação aos professores das escolas municipais ultramarinas nomeados anteriormente ao decreto com força de lei de 17 de Agosto de 1901
- 895 determinando que o Liceu Central de Coimbra seja denominado Liceu do Dr. José Falcão
- 896 determinando que sejam criados nos liceus cursos de trabalhos individuais educativos
- 904 cedendo à Câmara Municipal de Alcobaça, a título de venda, um templo em ruínas denominado Igreja Nova, para uma escola. **Revogado** pelo decreto n.º 22266
- 913 estabelecendo novas normas para a distribuição das horas de serviço semanal dos professores nos liceus
- 935 regulando a nomeação de professores para a regência interina de disciplinas das escolas normais, na falta ou impedimento dos professores dos respectivos quadros
- 936 aprovando o regulamento do Põsto de Saneamento e Desinfecção de Livros, criado junto da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos
- 946 mandando que a epígrafe «Vias urinárias», inscrita na 4.ª cadeira da secção 1.ª dos serviços clínicos do Hospital Escolar de Santa Marta, seja substituída pela de «Terapêutica cirúrgica»
- 947 abrindo um crédito especial para despesas de exames de instrução primária
- 954 aprovando as bases para a organização da Escola de Construções, Indústria e Comércio de Lisboa, anexas ao mesmo Decreto
- 954 (R1 DG 190) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 954, de 15 de Outubro, sobre a organização da Escola de Construções, Indústria e Comércio, de Lisboa, e das bases anexas ao mesmo Decreto
- 956 declarando obrigatória para os candidatos ao magistério secundário a frequência das aulas e exercícios práticos do 4.º ano dos cursos criados pelos decretos de 24 de Dezembro de 1901 e 3 de Outubro de 1902
- 957 mandando cumprir integralmente o artigo 36.º do decreto orgânico das Escolas de Farmácia, e declarando sem efeito algumas disposições do respectivo regulamento, de 18 de agosto de 1911
- 966 cedendo à Junta de Paróquia Civil de Campanhã, a título de arrendamento, o antigo presbitério e passal da respectiva freguesia, para a construção de uma escola
- 966 (R1 DG 210) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 966, de 23 de Outubro, que mandou ceder vários bens eclesiásticos à Junta de Paróquia Civil de Campanhã
- 994 modificando algumas disposições do decreto n.º 146, de 22 de Setembro de 1913, sobre regência interina das escolas primárias

- 1027 determinando que a Escola de Arte Aplicada, do Pôrto, passe a denominar-se Escola de Arte Aplicada de Soares dos Reis
- 1028 modificando o quadro II das disciplinas e cursos das escolas de ensino elementar industrial e comercial, e inserindo várias disposições relativamente ao provimento de lugares de professores e de mestres de oficinas das referidas escolas
- 1028 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1028, de 5 de Novembro, relativo à modificação do quadro II das disciplinas e cursos das escolas industriais
- 1055 instituindo uma secção feminina junto a cada um dos liceus do Pôrto e Coimbra 1064 concedendo um subsídio à Liga Popular contra o analfabetismo, para a manutenção de escolas e cursos destinados ao ensino de adultos analfabetos
- 1065 concedendo subsídios a várias sociedades de instrução para a manutenção de escolas e cursos destinados ao ensino de adultos analfabetos
- 1065 (R1 DG 239) Rectificações aos decretos n.ºs 1065 e 1191, sobre concessão de subsídios a corporações que mantêm escolas de ensino primário 1066 concedendo subsídios a várias Sociedades de Instrução Militar Preparatória, para a manutenção de escolas e cursos destinados ao ensino de adultos analfabetos
- 1067 concedendo um subsídio à Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 8, para a manutenção de escolas e cursos destinados ao ensino de adultos analfabetos
- 1068 concedendo um subsídio à Associação do Vintém das Escolas, do Pôrto, para a manutenção de escolas e cursos destinados ao ensino de adultos analfabetos
- 1069 aprovando o regulamento da Escola de Construções, Indústria e Comércio. 1077 autorizando a Universidade de Coimbra a contrair um empréstimo para obras nos seus edifícios
- 1080 mandando entregar ao Ministério de Instrução Pública o edifício em construção na Tapada da Ajuda, destinado ao Instituto Superior de Agronomia
- 1102 aprovando o regulamento das escolas de farmácia, anexo ao mesmo decreto
- 1103 esclarecendo algumas disposições do decreto n.º 1080, de 21 de Novembro, relativo à passagem para o Ministério de Instrução Pública do edifício em construção na Tapada da Ajuda, destinado ao Instituto Superior de Agronomia
- 1103 (R1 DG 227) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1103, de 25 de Novembro, relativo à passagem para o Ministério de Instrução Pública do edifício em construção na Tapada da Ajuda, destinado ao Instituto Superior de Agronomia
- 1107 fixando as condições a que devem satisfazer os indivíduos que pretendam fazer extraordinariamente os exames de instrução secundária que lhes faltam para poderem concorrer a empregos públicos
- 1120 cedendo à Câmara Municipal de Cantanhede, a título de arrendamento, os presbitérios das freguesias de Febres, Cordinhã e Bolho (a fim de ali se estabelecerem as escolas de ensino primário dessas freguesias) **Revogado** pelo Decreto n.º 29405
- 1127 anexando aos Museus de Arte Antiga e ao Museu de Machado de Castro as cadeiras de estética e de história da arte, que fazem parte do 6.º grupo das Faculdades de Letras
- 1128 regulando os vencimentos dos primeiros e segundos assistentes das Faculdades de Ciências
- 1128 (R1 DG 242) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1128, que regulou os vencimentos dos assistentes das faculdades de Ciências
- 1128 (R2 DG 3 de 1915) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1128, que regulou os vencimentos dos assistentes das Faculdades de Ciências
- 1156 esclarecendo um artigo da organização das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, na parte referente à exigência do exame da língua francesa
- 1157 dispensando o exame do 3.º ano de harmonia aos indivíduos que pretendam exercer o magistério particular de rudimentos e solfejo
- 1158 concedendo autonomia administrativa às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 1174 esclarecendo algumas disposições do decreto n.º 1080, de 23 de Novembro, relativo à passagem para o Ministério de Instrução Pública do edifício destinado ao Instituto Superior de Agronomia
- 1174 (R1 DG 231) Declaração de ter ficado sem efeito o decreto n.º 1174, relativo à passagem para o Ministério de Instrução Pública do edifício destinado ao Instituto Superior de Agronomia, por ser uma duplicação do decreto n.º 1103
- 1178 regulando o abôno de ajudas de custo e transportes ao pessoal das bibliotecas e arquivos nacionais
- 1180 autorizando os Conselhos das Faculdades de Ciências a agrupar, para o efeito dos exames, as disciplinas que professam
- 1181 determinando que o exame de matemáticas gerais seja equiparado ao da cadeira de álgebra superior, geometria analítica e trigonometria esférica, para o bacharelato em ciências físico-químicas
- 1190 criando cursos nocturnos móveis
- 1191 concedendo subsídios a diferentes corporações que mantêm cursos de instrução primária
- 1191 (R1 DG 239) Rectificações aos decretos n.ºs 1065 e 1191, sobre concessão de subsídios a corporações que mantêm escolas de ensino primário
- 1192 concedendo subsídios a diferentes corporações que mantêm cursos de instrução primária
- 1193 concedendo subsídios a diferentes corporações que mantêm cursos de instrução primária
- 1196 criando cursos nocturnos móveis
- 1196 (R1 DG 241) Rectificação à lista anexa ao decreto n.º 1196, que criou vários cursos nocturnos móveis

- 1212 inserindo, com diferentes modificações, o texto do decreto n.º 896, de 26 de Setembro, que criou nos liceus cursos de trabalhos individuais educativos
- 1226 determinando que o vencimento do lente substituto da Escola Médica de Nova Goa seja considerado de «categoria» desde a data em que foi inscrito nas tabelas orçamentais do Estado da Índia como de «exercício»
- 1226 (R1 DG 1 de 1915) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 1226, publicado no *Diário* n.º 246, 1.ª série, de 30 de Dezembro de 1914, acêrca do vencimento dum lente substituto da Escola Médica de Nova Goa
- 1226 (R2 DG 4 de 1915) Rectificação ao decreto n.º 1226, que regulou os vencimentos dum lente substituto da Escola Médica de Nova Goa
- 1227 regulamentando o regime dos concursos para a admissão ao curso superior de piano
- 1228 autorizando a admissão nos museus nacionais e regionais dependentes dos Conselhos de Arte e Arqueologia, de pessoal para a prática do exercício das funções de conservadores, restauradores e preparadores

Portarias

- 81 providenciando para que as câmaras municipais sejam habilitadas com os fundos necessários para o pagamento dos vencimentos do professorado primário em Janeiro
- 99 dividindo a Repartição de Instrução Agrícola em duas secções
- 99 (R1 DG 21) Nova publicação, rectificadora, da portaria n.º 99, que dividiu a Repartição de Instrução Agrícola em duas secções
- 103 determinando que o novo edifício das escolas normais de Lisboa seja construído na Tapada da Ajuda, no local denominado «Tiro aos Pombos», e no terreno anexo, onde funcionava a Crèche
- 105 prorrogando por mais seis meses a isenção de franquia concedida à correspondência que a administração da Universidade Livre para educação do povo haja de expedir pelo correio
- 106 mandando compilar num só volume toda a legislação republicana sobre o ensino de direito até a abertura da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- 108 determinando que nos diferentes institutos de ensino, a que se refere o artigo 4.º do decreto de 27 de Abril de 1911, se proceda a eleições, para a representação desses estabelecimentos no Conselho Superior de Instrução Pública
- 109 concedendo aos sócios da Caixa Escolar do Liceu de Braga bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, cuja apresentação lhes dará direito à redução de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe das tarifas gerais dos mesmos caminhos de ferro
- 111 resolvendo as dúvidas suscitadas acêrca da interpretação do decreto n.º 299, de 24 de Janeiro, que regularizou a inscrição do professorado particular de ensino secundário
- 112 mandando que aos alunos dos liceus, que por circunstâncias especiais não possam ser classificados, seja aplicada a doutrina relativa às faltas justificadas que os alunos tenham dado
- 121 mandando que se realize, por conta do subsídio destinado às câmaras municipais, o abono das quantias indispensáveis para o regular pagamento dos vencimentos do professorado dos concelhos que a esse subsídio hajam direito, e cujos municípios não tenham ainda enviado à instância competente os respectivos orçamentos das despesas dos serviços de instrução primária
- 127 mandando considerar oficiais as correspondências sobre assuntos de serviço trocadas, pelo correio, entre as câmaras municipais e os professores primários
- 133 determinando que os funcionários dos quadros dependentes da Direcção Geral da Agricultura fiquem na situação de actividade fora desses quadros quando nomeados para fazerem parte da Escola de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz
- 134 autorizando a concessão de bilhetes de identidade aos sócios da Associação Filantrópica dos Estudantes de Medicina do Pôrto, para o efeito da redução nos preços de passagem nos caminhos de ferro do Estado
- 134 (R1 DG 54) Rectificação à portaria n.º 134, de 2 de Abril, sobre concessão de bilhetes de identidade aos sócios da Associação Filantrópica dos Estudantes de Medicina do Pôrto
- 139 concedendo bilhetes de identidade aos alunos da Caixa Escolar do Liceu de Alexandre Herculano, para o efeito da redução nas passagens nos Caminhos de Ferro do Estado
- 142 autorizando a Confraria das Almas, da freguesia de Santar, a aplicar parte dos seus fundos na construção dum cemitério e dum edifício escolar
- 149 autorizando o Instituto Superior de Agronomia a ceder uma faixa de terreno da Tapada da Ajuda para construção dum edifício destinado a uma escola primária
- 153 concedendo a admissão à matrícula, como fogueiros, em qualquer navio, aos actuais sócios da Associação de Classe de Fogueiros de Mar e Terra, que tenham determinados anos de idade e de prática da arte, embora sejam analfabetos, mas mantendo a preferência para essa matrícula aos que tenham o curso da Escola Prática Profissional estabelecida na sede da referida associação
- 177 resolvendo as dúvidas suscitadas sobre a forma de provimento das escolas primárias municipais da província de Angola
- 187 mandando entregar à Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo o produto da venda duns prédios para construção duma escola na freguesia de Almofala
- 188 mandando entregar à Junta de Paróquia de Almofala o produto da venda duns prédios para com êle coadjuvar a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo na construção duma escola naquela freguesia
- 194 concedendo aos alunos sócios da Associação Académica do Liceu de João de Deus, de Faro, bilhetes de identidade dos caminhos de ferro do Estado, com direito à redução de 50 por cento nos preços de 2.ª classe das tarifas gerais dos referidos caminhos de ferro

- 195 esclarecendo as disposições do § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 636, de 9 de Julho, relativo ao provimento de vagas de professores nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 201 prorrogando por mais seis meses a isenção de franquia concedida às correspondências expedidas pelo conselho de administração da Universidade Livre para Educação Popular
- 204 autorizando a Associação Promotora do Ensino dos Cegos, Asilo-Escola Feliciano de Castilho, de Lisboa, a aplicar um legado à amortização do determinado empréstimo
- 213 cedendo ao Liceu de Sá de Miranda, a título de depósito, vários aparelhos que pertenceram ao seminário da diocese de Braga
- 216 determinando que aos alunos que se destinam à Escola Auxiliar de Marinha seja dada pelas escolas industriais, onde cursaram, certidão dos exames de passagem que hajam feito das matérias exigidas para a matrícula naquela escola
- 225 fixando a data da abertura e a duração do curso anual na aula de condutores de máquinas anexa à escola profissional do Arsenal da Marinha, e o número de condutores a admitir à frequência em cada ano
- 226 determinando que os alunos aprovados num exame de grupo de bacharelato, que compreenda uma disciplina preparatória para qualquer das escolas de aplicação, não sejam obrigados, para a admissão nas mesmas escolas, a repetir o exame dessa disciplina
- 230 aprovando as instruções para o ensino em classe nos liceus
- 247 determinando a forma por que devem ser interpretadas algumas disposições dos regulamentos dos Institutos Superiores Técnico e do Comércio
- 248 regulando a aplicação do artigo 45.º da lei n.º 226, de 30 de Junho, relativo a pedidos de matrícula nos liceus
- 253 mandando conceder aos alunos sócios da Associação dos Estudantes de Farmácia da Universidade de Lisboa bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, para o efeito da redução de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe das tarifas gerais
- 276 dividindo em duas secções a Repartição de Instrução Universitária
- 292 alterando a composição dos cursos do Instituto Superior de Comércio
- 299 regulando a situação do professorado particular de ensino secundário

Despachos

- DG 20 Despacho determinando a publicação mensal dum boletim sob o título de Boletim Oficial da Instrução Pública, e regulando a referida publicação

Distribuições de verbas

- DG 16 Nota da distribuição da verba de 200000\$00 que por lei de 17 de Janeiro de 1913 foi destinada à construção de edifícios escolares
- DG 16 (R1 DG 17) Rectificação à nota da distribuição da verba para construção de escolas, publicada no Diário n.º 16
- DG 16 (R2 DG 21) Nova publicação, rectificada, da nota da distribuição da verba destinada a construções escolares, inserta no *Diário* n.º 16

1915

Leis

- 293 mandando aplicar determinadas disposições à distribuição da verba destinada a construções escolares
- 308 criando a Escola Técnica Secundária de Agricultura e regulando a sua instalação e funcionamento
- 319 autorizando o Governo a separar do serviço efectivo os funcionários que não dêem uma completa garantia da sua adesão à República e à Constituição
- 320 incorporando vários artigos na supracitada lei n.º 319
- 321 tornando extensivas aos empregados que só percebiam salários ou emolumentos as disposições do artigo 1.º da supracitada lei n.º 319
- 334 modificando o processo de provimento dos lugares de professores da Escola Naval
- 339 determinando que dois terços do rendimento dos bens da extinta Colegiada da Senhora da Oliveira, de Guimarães, sejam destinados às despesas do liceu daquela cidade
- 341 erradamente publicada sob o n.º 339 no *Diário* de 2 de Agosto (determinando que dois terços do rendimento dos bens da extinta Colegiada da Senhora da Oliveira, de Guimarães, sejam destinados às despesas do liceu daquela cidade)
- 354 isentando das propinas de exames os alunos a quem tenham sido concedidas bolsas universitárias
- 355 determinando que os exames dos alunos das Faculdades de Ciências que se destinem a qualquer instituto especial se realizem anualmente em duas épocas
- 355 (R1 DG 181) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 355, relativa aos exames dos alunos das Faculdades de Ciências que se destinem a cursos especiais
- 402 equiparando os cursos comerciais da Casa Pia de Lisboa aos das escolas elementares de comércio
- 402 (R1 DG 184) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 402, que equipara os cursos comerciais da Casa Pia de Lisboa aos das escolas elementares do comércio
- 403 inserindo o orçamento do Ministério das Finanças (esta lei – este orçamento - terá 5 esclarecimentos no que concerne aos professores)

- 410 inserindo o orçamento do Ministério de Instrução Pública. (no artigo 53.º a «actual secção feminina dos Liceus do Pôrto, é transformada em Liceu Nacional Feminino, com as 1.ª e 2.ª secções do Curso Geral, sendo desde já dotado com 4000\$ anuais e ficando com administração independente da dos liceus masculinos da mesma cidade»)
- 411 autorizando uma nova época de exames em Outubro nos vários estabelecimentos de ensino
- 419 determinando que os professores de engenharia da classe civil que faziam parte do corpo docente da Escola de Guerra, que não tenham sido colocados no Instituto Superior Técnico, sejam providos nos lugares de professores do mesmo Instituto
- 424 classificando em quatro ordens as localidades em que houver escolas primárias e regulando a nomeação dos professores
- 445 autorizando o Govêrno a pagar as devidas remunerações à comissão incumbida de formular os regulamentos da lei que reorganizou os serviços de ensino normal
- 449 criando nas cidades de Lisboa e Pôrto quadros de pessoal docente das escolas primárias e infantis **Revogado**
- 449 (R1 DG 198) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 449, sôbre a criação de quadros de professores de ensino primário nas cidades de Lisboa e Pôrto
- 456 regulando o pagamento dos vencimentos das professoras provisórias nomeadas para a secção feminina do Liceu de José Falcão nos termos do decreto n.º 1435, de 25 de Março
- 461 elevando à categoria de Liceu Nacional Central o Liceu Nacional da Guarda
- 462 elevando à categoria de Liceus Nacionais Centrais os Liceus Nacionais de Aveiro e Beja
- 464 fixando o quadro definitivo e vencimentos do pessoal auxiliar dos hospitais da Universidade de Coimbra
- 465 permitindo a matrícula nos cursos especiais do Instituto Superior Técnico aos alunos aprovados nas cadeiras dos cursos industriais do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e nas do curso da Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 465 (R1 DG 217) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 465, sôbre matrículas nos cursos especiais do Instituto Superior Técnico
- 466 autorizando o Govêrno a abrir créditos especiais para proceder à entrega dos valores representativos de doações ou legados destinados à manutenção de escolas ou à construção ou conservação de edificios escolares

Decretos

- 1247 fixando o quadro dos professores substitutos das escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 1248 revogando o decreto n.º 858, de 11 de Setembro de 1914, e o § único do artigo 54.º do regulamento de ensino secundário de 14 de Agosto de 1895, e determinando que as funções de director das três primeiras classes, nos Liceus Centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra, sejam remuneradas pela verba autorizada na lei orçamental de 30 de Junho último
- 1250 cedendo à Câmara Municipal de Celorico da Beira o presbitério da freguesia de S. Pedro, daquela vila
- 1252 cedendo à Câmara Municipal de Abrantes o presbitério da freguesia de Aldeia do Mato (para ai se estabeleceram as escolas de ensino primário da freguesia de Santa Maria) **Revogado** pelo Decreto n.º 28430
- 1257 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14397, em que era recorrente Antónia Cândida da Silva Melo
- 1258 criando cursos nocturnos móveis
- 1285 modificando várias disposições do regulamento do Instituto Superior de Agronomia
- 1287 determinando que as disposições do artigo 8.º de decreto de 11 de Setembro de 1911 não tenham aplicação aos alunos já matriculados no Liceu de Ponta Delgada ou que venham a matricular-se no prazo de oito dias
- 1288 regulando os exames de admissão às escolas de ensino normal e de habilitação para o magistério primário
- 1295 aprovando o regime de provas a que tem de submeter-se os indivíduos nacionais diplomados por escolas de ensino agrícola superior estrangeiras, que pretendam ser admitidos nos quadros de engenheiros agrónomos ou silvicultores
- 1296 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 15020, em que era recorrente a Câmara Municipal da Maia e o Ministério de Instrução Pública - 2.ª Repartição de Instrução Primária e Normal
- 1301 determinando que a verba destinada à expropriação duns terrenos para construção da Escola Normal de Lisboa seja aplicada à compra doutros, para igual fim
- 1301 (R1 DG 153) Rectificação à nota da distribuição da verba destinada a construções escolares, inserta no *Diário* n.º 21, de 9 de Fevereiro de 1914
- 1302 aprovando a organização do Conselho de Instrução Pública, anexa ao mesmo decreto
- 1302 (R1 DG 74) Nova publicação, rectificada, da organização do Conselho de Instrução Pública, inserta no *Diário* n.º 22
- 1341 alterando as épocas estabelecidas para os exames de estado sôbre sciências económicas e políticas
- 1342 fixando o quadro do pessoal não docente do Observatório Meteorológico da Universidade de Coimbra
- 1351 revogando o artigo 1.º do decreto n.º 861, de 12 de Setembro de 1914, sôbre provimento de lugares de professores provisórios dos liceus
- 1354 integrando no Ministério de Instrução Pública as escolas profissionais especiais de agricultura que estavam a cargo do Ministério do Fomento
- 1355 criando na cidade de Évora um Museu regional de obras de arte e peças arqueológicas
- 1378 regulando a execução da lei de 3 de Junho de 1913, na parte relativa à preferência estabelecida para as professoras no provimento de segundos lugares nas escolas de ensino primário para o sexo masculino
- 1381 abrindo um crédito especial para aquisição de terreno e construção do Liceu de Alexandre Herculano
- 1382 modificando o decreto n.º 325, acêrca do curso de engenheiros navais, na parte referente aos tirocínios
- 1385 remodelando o quadro do pessoal da Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública

- 1385 (R1 DG 54) Declaração acêrca do decreto n.º 1385, que fixou o quadro da Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública
- 1388 determinando que os alunos da Casa Pia, habilitados com o curso preparatório para a matrícula na Escola dos Correios, possam ser admitidos nos liceus ao exame do curso geral, 2.ª secção, sem pagamento das respectivas propinas e selos
- 1389 determinando que para os alunos já matriculados no Liceu do Funchal à data do decreto de 11 de Setembro de 1914 seja estabelecido um período transitório de conformidade com a legislação anterior ao referido decreto
- 1390 autorizando as Faculdades de Ciências das três Universidades da República a organizar o serviço dos concursos para assistentes, de harmonia com os regulamentos especiais que cada uma dessas Faculdades estabeleça
- 1405 cedendo ao Ministério do Fomento, a título de arrendamento, o antigo edifício do Liceu de Angra do Heroísmo, para estabelecimento dos serviços dos correios daquela cidade
- 1415 determinando que aos professores provisórios das escolas de ensino elementar industrial e comercial não possam ser concedidas licenças para estar ausentes do serviço durante os dois anos do respectivo tirocínio
- 1416 regulando a distribuição do ensino na Escola Técnica Secundária de Agricultura, em Santarém
- 1417 concedendo o subsídio de 30\$00 a cada uma das comissões que, sob a designação de «Amigos da Escola», foram organizadas junto de cada uma das 131 escolas móveis do país
- 1420 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14092, em que era recorrente, Albino Cabral Saldanha
- 1420 (R1 DG 57) Rectificação ao decreto n.º 1420, que resolveu o recurso n.º 14092
- 1421 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14353, em que era recorrente, Alípio Albano Camelo
- 1432 aprovando o regulamento da biblioteca privativa do Ministério de Instrução Pública
- 1435 revogando o decreto 1055 de 1 de Novembro de 1914, que instituiu secções femininas junto dos Liceus do Pôrto e Coimbra, determinando que as referidas secções sejam instaladas nos edifícios fornecidos ao Govêrno pelas Câmaras Municipais daquelas cidades, e regulando o respectivo funcionamento
- 1436 estabelecendo os termos em que devem ser inscritas no desenvolvimento da despesa do Ministério de Instrução Pública as verbas destinadas às despesas das escolas profissionais especiais de agricultura
- 1468 regulando a substituição dos inspectores das circunscrições escolares
- 1470 declarando nulo o decreto n.º 1247, que fixou o quadro dos professores substitutos das escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 1497 modificando o regulamento da Casa Pia de Lisboa, na parte relativa ao provimento dos lugares de prefeito
- 1501 ordenando o funcionamento, no presente ano lectivo, de todas as cadeiras que constituem o 1.º ano de preparação pedagógica do curso das escolas normais superiores, e no ano lectivo de 1915-1916, além das referidas cadeiras, as do 2.º ano de iniciação na prática pedagógica
- 1503 regulando a execução das penas disciplinares impostas pelo Govêrno a professores de instrução primária
- 1503 (R1 DG 77) Rectificação ao artigo 3.º do decreto n.º 1503, que regulou a execução das penas disciplinares impostas pelo Govêrno a professores de instrução primária
- 1507 permitindo aos empregados das alfândegas, que estejam exercendo o cargo de professor em escolas oficiais, a acumular o desempenho dessas funções com as do serviço aduaneiro, e proibindo que de futuro sejam permitidas idênticas acumulações
- 1518 determinando que o Liceu Nacional de Beja passe a denominar-se Liceu de Fialho de Almeida
- 1519 estabelecendo a categoria e regulando a forma de vencimento das professoras e professores supranumerários dos liceus
- 1520 estabelecendo as condições em que os institutos particulares de ensino comercial podem apresentar os seus alunos a exames nas escolas oficiais
- 1522 modificando o regulamento da Casa Pia de Lisboa na parte relativa à admissão de surdos-mudos
- 1528 regulando a nomeação, horas de serviço e remuneração dos professores interinos das escolas de ensino normal
- 1528 (R1 DG 83) Rectificação ao decreto n.º 1528, que regula a nomeação, serviço e remuneração dos professores interinos das escolas de ensino normal
- 1559 regulando a nomeação e transferência de professores de instrução secundária
- 1560 estabelecendo a escala de valores para a classificação de lições, exames e concursos para o magistério secundário e superior, inspectores primários e serviços dos professores de todos os estabelecimentos de ensino
- 1572 reconhecendo a todas as Faculdades e escolas dependentes das três Universidades da República o direito de se poderem reger por disposições regulamentares privativas
- 1594 autorizando a execução de obras no edifício destinado à Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 1594 (R1 DG 100) Nova publicação, rectificada, da nota da distribuição da verba destinada a subsídios para construções escolares, inserta no Diário n.º 97
- 1596 autorizando as câmaras municipais a nomear ou contratar para as escolas infantis professoras com idade inferior à fixada no regulamento de ensino primário de 23 de Agosto de 1911
- 1596 (R1 DG 100) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1596, sôbre nomeação de professoras para as escolas infantis
- 1602 regulando o provimento de vagas de professores nos liceus
- 1607 aprovando o regulamento dos concursos para segundos assistentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, anexo ao mesmo decreto

- 1637 criando junto do Liceu de Maria Pia um curso especial de educação feminina paralelo ao de instrução secundária
- 1637 (R1 DG 115) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1637, que criou um curso especial de educação feminina no Liceu de Maria Pia
- 1641 permitindo aos empregados aduaneiros a acumulação das suas funções com as de ensino no Instituto Superior de Comércio
- 1643 regulando o processo de fiscalização dos motivos alegados pelos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário para justificarem as suas faltas às provas de exame
- 1644 fixando o mínimo de dezóito anos de idade para os candidatos a praticantes de enfermeiros, quando a tenham completado como internos em qualquer estabelecimento de assistência ou de educação e ensino a cargo do Estado
- 1647 cedendo à Câmara Municipal de Castelo Branco, a título de arrendamento, a residência paroquial da freguesia de Sarzedas, para instalação de uma escola
- 1648 cedendo à Câmara Municipal de Loures, a título de arrendamento, a capela de S. Pedro, situada no lugar de Caneças, para instalação de uma escola
- 1658 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 13838, em que era recorrente Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho
- 1659 determinando que o arquivo existente no antigo Convento da Estrêla fique constituindo um anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob a designação de «Arquivo dos Feitos Findos»
- 1662 modificando as disposições vigentes sôbre o regime dos exames de Estado
- 1662 (R1 DG 123) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1662, sôbre exames de Estado
- 1678 declarando de utilidade pública e urgente a expropriação dum terreno destinado à construção do novo edifício das escolas normais de Lisboa
- 1685 prorrogando por mais um ano o prazo fixado para a Junta de Paróquia das Relíquias construir uma escola no terreno que, para êsse fim, lhe foi cedido por decreto de 1 de Julho de 1913
- 1690, determinando que os exames do curso preparatório para as Faculdades de Medicina se realizem em duas épocas, nos meses de Julho e Outubro de cada ano
- 1691 determinando que os alunos das Faculdades de Ciências, habilitados com os cursos especiais de física e química, sejam dispensados de freqüentar os cursos gerais dessas matérias para o efeito de admissão a exame de grupo em que figurem os referidos cursos
- 1709 estabelecendo as condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau do ano lectivo de 1914-1915
- 1711 inserindo, com algumas modificações de redacção, as disposições sôbre exames de Estado, constantes do decreto n.º 1662, de 16 de Junho
- 1719 modificando o artigo 1.º do regulamento do ensino primário no território sob a administração da Companhia de Moçambique
- 1723 resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 14302, em que era recorrente Custódio José Fernandes
- 1723 (R1 DG 131) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1723, de 8 do corrente, que resolveu o recurso n.º 14302, em que era recorrente Custódio José Fernandes à Ministério de Instrução Pública - Repartição de Instrução Primária e Normal
- 1724 desdobrando em dois cursos anuais o ensino da análise química professado nas Faculdades de Ciências
- 1725 determinando que o regime em vigor para os exercícios práticos nas diferentes Faculdades seja aplicado às aulas teóricas ou lições magistrais das mesmas Faculdades
- 1743 dispensando às alunas da 4.ª e 5.ª classe do curso de instrução secundária do Liceu de Maria Pia, no ano lectivo de 1914-1915, as notas de freqüência numa das disciplinas privativas estabelecidas pelo decreto de 31 de Janeiro de 1906, quando dessas notas tenha resultado a impossibilidade de admissão à 5.ª classe e ao respectivo exame
- 1745 revogando o regime vigente no Liceu de Maria Pia, na parte referente à distribuição de disciplinas
- 1746 inserindo várias providências relativamente ao provimento definitivo de lugares de professores efectivos dos liceus
- 1771 revogando a disposição do artigo 181.º do regulamento da instrução primária, na parte referente à nomeação dos vogais para júris dos exames do 2.º grau
- 1786 aprovando o regulamento da Escola da Língua Sínica, anexa à Repartição do Expediente Sínico de Macau
- 1792 regulamentando o regime de promoção de classe dos professores de instrução primária
- 1792 (R1 DG 154) Nova publicação, rectificada, do artigo 7.º do decreto n.º 1792, de 5 de Dezembro, regulamentando o regime de promoção dos professores primários
- 1802 aprovando o regulamento do curso especial de educação feminina
- 1802 (R1 DG 158) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1802, que aprova o regulamento do curso especial de educação, anexo ao mesmo decreto, inserto no Diário de 7 de Agosto
- 1819 facultando aos indivíduos habilitados com o curso completo das escolas normais primárias o matricularem-se no curso de habilitação ao magistério primário superior, instituído nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, quando satisfaçam determinadas condições
- 1843 regulando a cobrança da contribuição municipal para instrução primária
- 1844 estabelecendo o limite de idade e de tempo de serviço dos professores primários para o efeito da preferência estabelecida no n.º 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 832, de 4 de Setembro de 1914
- 1846 cedendo à Câmara Municipal de Bragança, a título de arrendamento, o antigo paço episcopal daquela cidade para instalação de uma escola
- 1858 regulando o provimento das vagas do professorado no Liceu de Maria Pia

- 1858 (R1 DG 177) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1858, que regulou o provimento das vagas do professorado no Liceu de Maria Pia
- 1868 aprovando o regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 1870 aprovando o programa dos exames de admissão à matrícula no curso de habilitação ao magistério primário superior. Programa a que se refere o supracitado decreto
- 1871 autorizando a expropriação de vários terrenos para a construção do novo edifício da Escola de Farmácia da Universidade do Pôrto
- 1872 fixando o número máximo de horas de aulas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial, e inserindo outras disposições sobre a fixação do quadro dos professores substitutos
- 1872 (R1 DG 183) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1872, sobre fixação de horas de aulas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 1877 prorrogando o prazo para a entrega de requerimentos, fixado na lei que autorizou a realização de exames em Outubro
- 1878 regulando a elaboração de programas das disciplinas professadas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 1880 substituindo o caderno escolar estabelecido para os alunos de instrução secundária
- 1880 (R1 DG 191) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1880, relativo à substituição dos cadernos escolares estabelecidos para os alunos de instrução secundária
- 1885 determinando que os lentes da 3.ª, 7.ª e 9.ª cadeiras da Escola Naval façam parte da Comissão Técnica de Artilharia Naval
- 1905 permitindo a matrícula nas escolas de ensino normal aos candidatos que se encontrem em determinadas condições
- 1906 determinando que nas nomeações para o Liceu de Maria Pia sejam preferidos os indivíduos do sexo feminino
- 1907 inserindo várias disposições relativamente ao funcionamento do Liceu Nacional Feminino do Pôrto
- 1908 modificando o artigo 33.º do regulamento do curso especial de educação feminina, de 24 de Julho de 1915
- 1909 reorganizando os serviços de ensino do Instituto Superior de Comércio
- 1909 (R1 DG 195) Rectificação ao decreto n.º 1909, que reorganizou os serviços de ensino do Instituto Superior de Comércio
- 1910 regulando o provimento dos lugares de conservadores dos museus de ciências naturais das Faculdades de Ciências
- 1911 determinando que a XI disciplina da Escola de Machado de Castro seja incluída nas do curso industrial da mesma escola
- 1912 fixando o quadro e vencimentos dos funcionários da secretaria e do pessoal menor do Liceu Nacional Feminino do Pôrto
- 1917 constituindo no distrito do Funchal um novo círculo escolar, com sede na vila da Ribeira Brava
- 1919 cedendo à Câmara Municipal de Estarreja os presbitérios das freguesias de Murtoza e Fermelã (para ai se instalarem as escolas oficiais primárias e a residência do respectivo professor)
- 1920 cedendo à Câmara Municipal do Cartaxo o presbitério da freguesia de Vale da Pinta e o quintal anexo (para ai se construir uma escola oficial de ensino primário)
- 1921 fazendo a distribuição da verba orçamental destinada à melhoria dos vencimentos do pessoal do Ministério de Instrução Pública
- 1924 aprovando o regulamento das bibliotecas móveis anexo ao mesmo decreto
- 1926 aprovando e mandando adoptar no ensino das disciplinas que constituem o curso especial de educação feminina os programas anexos ao mesmo decreto, e ordenando o cumprimento das instruções sobre o funcionamento do referido curso, constantes da portaria n.º 472 (por lapso o Giário do Governo n.º 199 do ano de 1915 foi impresso com a data do ano de 1916)
- 1927 aprovando o regulamento da lei n.º 449, que criou quadros privativos de professores das escolas primárias e infantis nas cidades de Lisboa e Pôrto
- 1928 designando os liceus em que deve ser ministrado o ensino dos cursos complementares de letras e de ciências e o da língua alemã
- 1929 estabelecendo a ordem de preferência para a matrícula nos Liceus de Lisboa e Pôrto
- 1939 cedendo à Junta de Paróquia de Genízio o presbitério daquela freguesia para instalação de uma escola **Revogado** pelo decreto 25528
- 1954 regulamentando os cursos e trabalhos oficinais na Escola do Professor Benevides
- 1955 determinando que só possam ser admitidos a exames das disciplinas professadas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial os alunos matriculados nessas disciplinas
- 1956 aprovando o regulamento das Bólsas de Estudos Musicais, anexo ao mesmo decreto
- 1971 organizando a Escola Prática de Agricultura de Queluz
- 1971 (R1 DG 213) Rectificação ao decreto n.º 1971, que organizou a Escola Prática de Agricultura de Queluz
- 1979 mandando desdobrar em classes paralelas ou turmas as classes das escolas de ensino normal que contem mais de quarenta alunos
- 1980 modificando o horário estabelecido para o ensino das disciplinas que constituem o curso transitório das escolas de ensino normal
- 1980 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada, do quadro anexo ao decreto n.º 1980 que modificou o horário das disciplinas do curso transitório das escolas de ensino normal
- 1981 inserindo várias disposições sobre o funcionamento das cantinas escolares

- 1982 anulando o decreto n.º 1955, sobre admissão de alunos ao exame das disciplinas professadas nas escolas de ensino elementar industrial e comercial, e inserindo outras disposições sobre o mesmo assunto
- 1983 inserindo o plano de estudos do curso preparatório para a escola de construções, indústria e comércio, professado na Escola de Rodrigues Sampaio
- 1983 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1983, que insere o plano de estudos do curso preparatório para a Escola de Construções, Indústria e Comércio, professado na Escola de Rodrigues Sampaio
- 1988 determinando que o conselho escolar da Escola de Música do Conservatório de Lisboa seja constituído por todos os professores da mesma escola, seja qual fôr a sua categoria e designação
- 1996 determinando que não tenha execução o § 4.º do artigo 13.º da lei n.º 424, relativa à classificação das localidades em que houver escolas primárias e à nomeação e isenção dos direitos de encarte dos professores
- 2016 organizando a Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, em Santo Tirso
- 2016 (R1 DG 246) Rectificação ao decreto n.º 2016, que organizou a Escola Prática de Agricultura de Santo Tirso
- 2020 regulando a distribuição do serviço que pertencia às extintas Inspeções das Circunscrições Escolares
- 2030 regulando a constituição do quadro do pessoal docente do Liceu Nacional Feminino do Pôrto
- 2031 aprovando o regulamento para os concursos para lugares de professores e assistentes da Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 2031 (R1 DG 237) Rectificação ao regulamento para os concursos de professores e assistentes na Escola de Construções, Indústria e Comércio, publicado no Diário n.º 228
- 2032 aprovando o regulamento para o serviço interno da Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 2034 concedendo subsídios a várias agremiações que se propõem auxiliar o Estado na extinção do analfabetismo
- 2034 (R1 DG 1 de 1916) Rectificação à lista anexa ao decreto n.º 2034, sobre concessão de subsídios às agremiações que se propõem auxiliar o Estado na extinção do analfabetismo
- 2035 regulando o provimento de lugares de professores agregados dos liceus
- 2043 mandando que determinadas disposições sobre matrículas sejam extensivas às alunas habilitadas com o diploma de aprovação no exame do 3.º ano ou do período elementar do curso especial de educação feminina
- 2049 encarregando o chefe da Repartição de Instrução Artística de promover a publicação dum trabalho acêrca da vida e obra governativa do primeiro Marquês de Pombal
- 2049 (R1 DG 237) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2049, relativo à publicação dum trabalho sobre a vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal
- 2064 regulando o abôno dos vencimentos das professoras agregadas dos liceus femininos de Lisboa e Pôrto, nas disciplinas privativas do curso especial de educação feminina
- 2065 regulando a constituição do quadro do pessoal docente do Liceu de Maria Pia
- 2066 suspendendo a execução da lei n.º 465, relativa à matrícula nos cursos especiais do Instituto Superior Técnico
- 2066 (R1 DG 244) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2066, que suspendeu a execução da lei n.º 465, relativa à matrícula nos cursos especiais do Instituto Superior Técnico
- 2067 determinando que possam ser nomeados professores interinos das escolas de ensino normal os indivíduos diplomados com um curso de instrução secundária, superior ou especial
- 2068 autorizando os Conselhos das Escolas de Farmácia das Universidades a agrupar, para efeito de exames, as disciplinas que professam, conformo julguem mais conveniente
- 2079 aprovando os estatutos do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, anexos ao mesmo decreto
- 2080 regulamentando a lei n.º 424, sobre classificação das terras em que haja escolas primárias, e sobre nomeação de professores
- 2080 (R1 DG 247) Rectificação ao decreto n.º 2080, relativo à classificação das terras em que haja escolas primárias e à nomeação de professores
- 2081 concedendo dispensa de freqüência de determinadas disciplinas às alunas dos liceus femininos, que possuam correspondentes habilitações
- 2100 estabelecendo as disciplinas obrigatórias para a freqüência dos diferentes cursos dos liceus femininos de Lisboa e Pôrto
- 2101 determinando que o ensino no Liceu de Gil Vicente se torne extensivo à 2.ª secção do curso geral
- 2102 permitindo aos alunos do período transitório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a matrícula em seis cadeiras, ou sete cadeiras e um curso sendo para formatura
- 2103 aprovando o plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto
- 2115 declarando de utilidade pública e urgente a expropriação de um terreno na freguesia do Torrão, para construção duma escola primária
- 2117 designando os liceus onde deve ser ministrada a prática pedagógica aos alunos da Escola Normal Superior de Lisboa
- 2124 permitindo que os candidatos ao concurso para provimento das escolas primárias de Lisboa e Pôrto, em cujos requerimentos ou documentos haja deficiências, possam suprir essas deficiências dentro de determinado prazo
- 2126 cedendo à Câmara Municipal de Sintra a antiga capela de Nossa Senhora da Consolação, de Agualva, para instalação duma escola
- 2127 anulando o decreto n.º 1678, relativo à expropriação de um terreno na Rua do Arco do Cego para construção da Escola Normal de Lisboa, e mantendo o decreto n.º 1301, relativo à compra de uns terrenos na Estrada do Calhariz de Bemfica, para o mesmo fim
- 2128 suspendendo a execução do decreto n.º 2100, sobre o regime de ensino dos liceus femininos de Lisboa e Pôrto, e restabelecendo provisoriamente o antigo regime para as alunas já matriculadas
- 2132 regulando os serviços da publicação do Boletim do Ministério de Instrução Pública

- 2133 aprovando o regulamento para os exames de bacharelato anexo ao mesmo decreto
- 2133 (R1 DG 264) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2133, que regula os exames de bacharelato
- 2137 mandando considerar revogados vários artigos do regulamento da lei n.º 449, relativa à criação de quadros de pessoal docente das escolas primárias e infantis de Lisboa e Pôrto
- 2146 mandando que as professoras devidamente habilitadas tenham sempre preferência no provimento definitivo de lugares de professores dos liceus femininos
- 2164 criando na Escola de Desenho Industrial de Leiria um curso elementar de comércio, e determinando que a mesma Escola passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial

Portarias

- 292 isentando de franquia as relações de aproveitamento dos alunos do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, expedidas pelo respectivo director por intermédio do correio
- 297 esclarecendo as dúvidas suscitadas por parte de algumas reitorias sobre a interpretação do artigo 32.º do regulamento do ensino secundário, de 14 de Agosto de 1895
- 300 permitindo que os indivíduos que desejem enviar qualquer documento para o Ministério de Instrução Pública possam fazê-lo por intermédio das autoridades escolares das respectivas localidades
- 304 prorrogando, por mais seis meses, a isenção de franquia concedida à correspondência expedida, por intermédio do correio, pela Comissão Administrativa da Universidade Livre para Educação Popular
- 311 prorrogando o prazo de validade dos actuais livros de ensino secundário até a aprovação de novos compêndios
- 313 mandando pôr em vigor as instruções para o exame de admissão à Escola Técnica Secundária de Agricultura, anexas à mesma Portaria
- 331 concedendo aos sócios, alunos, da Associação dos Estudantes da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa, bilhetes de identidade para o efeito da redução de 50 por cento no preço das passagens de 2.ª classe dos caminhos de ferro do Estado
- 338 alterando algumas disposições da portaria n.º 225, relativa à abertura e duração da aula de condutores de máquinas anexa à escola profissional do Arsenal da Marinha, e ao número de condutores a admitir à frequência em cada ano
- 345 concedendo aos sócios, alunos da Associação Académica de cursos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, bilhetes de identidade, para o efeito da redução de 50 por cento nas passagens de 2.ª classe dos caminhos de ferro do Estado
- 348 mandando cumprir em todos os estabelecimentos de ensino secundário as disposições da portaria de 23 de Julho de 1910, sobre fiscalização e uso de cadernos escolares
- 354 fixando o espaço de tolerância para a entrada dos professores e alunos nos estabelecimentos de instrução secundária
- 355 estabelecendo no Liceu de Pedro Nunes o prémio «Oliveira Martins», e regulando a sua concessão
- 356 concedendo bilhetes de identidade aos sócios, alunos, da Associação dos Alunos da Escola Colonial, para o efeito da redução de 50 por cento sobre os preços de passagem em 2.ª classe nos caminhos de ferro do Estado
- 360 determinando que o representante municipal junto do Senado Universitário seja sempre o presidente da câmara e não o da comissão executiva
- 364 concedendo aos sócios, alunos, da Caixa Escolar da Escola Normal de Faro, bilhetes de identidade para o efeito da redução de 50 por cento nas passagens em 2.ª classe dos caminhos de ferro do Estado
- 368 esclarecendo a tabela das propinas dos alunos internos dos liceus
- 369 prorrogando até 31 de Maio o prazo fixado para a entrega dos requerimentos dos alunos das escolas particulares que desejem ser examinados oficialmente nas disciplinas do curso comercial
- 374 alterando transitóriamente algumas disposições estabelecidas sobre a colagem das estampilhas de propinas dos exames de alunos externos dos liceus
- 379 estabelecendo o programa do ensino prático para fogueiros a que devem satisfazer os actuais sócios da Associação de Classe de Fogueiros de Mar e Terra
- 380 declarando em vigor a lei de 17 de Junho de 1914, sobre inscrição de alunos nos liceus, com excepção do artigo 7.º, de carácter transitório
- 386 regulando várias disposições do decreto que criou o curso especial de educação feminina no Liceu de Maria Pia
- 410 mandando considerar como oficial a correspondência expedida, por intermédio do correio, pela Academia das Ciências de Lisboa
- 422 concedendo aos sócios, alunos, da Associação do Liceu de Rodrigues de Freitas, bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, para o efeito da redução dos preços das passagens
- 423 determinando que os concursos para admissão de professores provisórios dos lyceus se efectuem de 1 a 12 de Agosto de cada ano
- 428 alargando o prazo fixado na portaria n.º 423 para os concursos para admissão de professores provisórios nos liceus
- 444 esclarecendo e ampliando as disposições legais que regulam a admissão dos candidatos para o exercício dos lugares de professores provisórios e supranumerários dos liceus
- 456 prorrogando por mais seis meses a concessão feita à Universidade Livre para educação popular, para isenção de franquia
- 458 fixando as normas a seguir nas propostas dos reitores dos liceus relativas a nomeações de professores provisórios
- 472 inserindo as instruções para o funcionamento do curso especial de educação feminina no Liceu de Maria Pia
- 482 tornando obrigatório para os empregados menores dos liceus o uso de fardamento
- 515 aprovando provisoriamente e mandando pôr em execução os programas das disciplinas professadas nas escolas elementares de comércio, anexos à mesma Portaria

- 520 designando os liceus em que devem ser adquiridos e registados os cadernos escolares dos alunos de ensino particular e doméstico de Lisboa
- 523 autorizando a direcção do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho a aplicar o produto dum legado a diferentes obras no seu edifício
- 526 mandando organizar e distribuir pelas alunas dos liceus femininos e escolas primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra um resumo descritivo do novo curso especial de educação feminina e das garantias concedidas às suas alunas
- 540 mandando considerar como oficiais as correspondências permutadas por intermédio do correio entre os inspectores dos círculos escolares e a Imprensa Nacional de Lisboa

Avisos

- DG 164 Aviso acêrca da determinação feita às reitorias dos liceus, dispensando a apresentação de novos documentos aos candidatos a lugares de professor provisório, quando requeiram colocação no liceu onde tenham exercido o lugar no ano lectivo de 1914-1915

Despachos

- DG 247 Despacho mandando entregar à Liga Flaviense de Educação e Ensino, de Chaves, o subsídio distribuído à Cantina Escolar Dr. Manuel de Arriaga, da mesma vila, por despacho de 5 de Novembro

Programas

- DG 173 Programa dos concursos a prémio e dos de admissão aos cursos superiores da Secção Musical do Conservatório de Lisboa

Declarações

- DG 17 Declaração de que o artigo 11.º da lei orçamental de 30 de Junho de 1914 não tem aplicação às secretarias dos liceus

Notas

- DG 97 Informação da Secretaria Geral sobre pedidos de subsidios para construções escolares e nota rectificativa da distribuição da verba destinada aos referidos subsidios
- DG 97 (R1 DG 100) Nova publicação, rectificada, da nota da distribuição da verba destinada a subsidios para construções escolares, inserta no Diário n.º 97
- DG 97 (R2 DG 122) Rectificação à lista dos subsidios para construções escolares publicada no Diário n.º 100
- DG 97 (R3 DG 130) Rectificação à lista da distribuição de verbas para construções escolares, publicada no Diário n.º 100
- DG 97 (R4 DG 147) Rectificação à lista de subsidios para construções escolares, publicada no Diário n.º 100, de 1915
- DG 97 (R5 DG 200) Rectificações à nota da distribuição de subsidios para construções escolares, publicada no Diário n.º 100
- DG 212 Nota da distribuição da verba de 12000\$00, consignada no orçamento para despesas de transporte e gratificação aos inspectores dos círculos escolares
- DG 212 (R1 DG 241) Nota duma alteração feita na tabela da distribuição da verba para despesas de transporte e gratificação de inspectores dos círculos escolares, publicada no Diário n.º 212

Comunicações

- DG 118 Comunicação aos reitores dos liceus esclarecendo as dúvidas suscitadas acêrca da interpretação dum artigo do regulamento geral do ensino secundário de 14 de Agosto de 1895

Não Especificado

- DG 94 determinando que o representante municipal junto do Senado Universitário seja sempre o presidente da câmara e não o da comissão executiva
- DG 97 Informação da Secretaria Geral sôbre pedidos de subsidios para construções escolares e nota rectificada da distribuição da verba destinada aos referidos subsidios
- DG 231 Organização do Instituto Arqueológico do Algarve, fundado nos termos do artigo 125.º da legislação da Academia de Ciências de Portugal

1916

Leis

- 478 permitindo que os alunos da Faculdade de Medicina, que estão ao abrigo da lei de 5 de Junho de 1913, depois de terem frequentado o 1.º ou o 2.º ano, possam matricular-se num dêsses anos e no seguinte, cumulativamente
- 488 permitindo aos indivíduos habilitados com o curso das escolas normais a matrícula no curso de habilitação ao magistério primário superior
- 489 autorizando o Govêrno a aplicar a várias despesas das escolas de ensino industrial e comercial as sobras da verba destinada a estabelecimentos de ensino universitário
- 496 mandando considerar matrícula ordinária a dos alunos do Instituto Superior de Agronomia matriculados como alunos voluntários no ano lectivo de 1915-1916
- 498 estabelecendo uma época extraordinária de exames de Estado, durante os meses de Março e Abril de 1916, para os alunos do 5.º ano jurídico das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa

- 499 determinando que o curso de medicina legal professado nas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa seja regido pelo professor da mesma disciplina nas Faculdades de Medicina das respectivas Universidades
- 528 aplicando aos conselhos escolares dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública a disposição do artigo 1.º do decreto n.º 2230, de 23 de Fevereiro de 1916, sobre abono de faltas dadas pelos alunos
- 539 autorizando a Junta de Paróquia Civil de Sernache do Bomjardim, do concelho da Certã, a fazer a venda da capela de Santo António e seu adro, sendo o produto destinado exclusivamente à construção de um edifício escolar naquela povoação
- 543 permitindo exames de instrução primaria 1.º e 2.º grau, num só acto, fora da época regulamentar, aos indivíduos do sexo feminino que tenham mais de 18 anos de idade e aos do sexo masculino que hajam satisfeito o disposto na lei do recrutamento militar
- 544 extinguindo o lugar de sub director da Escola Industrial de Reforma do Pôrto e criando o lugar de médico da mesma escola
- 544 (R1 DG 116) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 544, que extinguiu o lugar de sub-director da Escola Industrial de Reforma do Pôrto e criou o lugar de médico da mesma Escola
- 544 (R2 DG 117) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 544, que extinguiu o lugar de sub-director da Escola Industrial de Reforma do Pôrto e criou o lugar de médico da mesma Escola
- 563 criando um fundo permanente denominado Fundo das Construções Escolares, e regulando a constituição do mesmo Fundo
- 582 autorizando o Govêrno a coordenar num só diploma toda a legislação relativa à organização dos estudos jurídicos professados na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e na de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- 583 colocando ao abrigo da lei de 3 de Junho de 1913, com direito de preferência no provimento de escolas de ensino primário, os professores que legalizaram no prazo de quinze dias os atestados das juntas de paróquia
- 584 revogando a lei n.º 449, que criou nas cidades de Lisboa e Pôrto quadros de pessoal docente das escolas primárias e infantis, e reconhecendo e assegurando todos os direitos estabelecidos na referida lei e no decreto n.º 1927 aos indivíduos aprovados no concurso a que se procedeu em Lisboa e Pôrto para execução da mesma Lei
- 586 criando na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa uma cadeira de estudos brasileiros
- 587 colocando no Liceu de Maria Pia o professor do 2.º e 7.º grupos da extinta escola secundária municipal de Vila Franca de Xira
- 588 suspendendo por um ano a execução da lei de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário
- 589 mandando que a Escola Industrial e Comercial de Braga passe a funcionar no edifício do Liceu de Sá de Miranda, e incluindo no quadro das disciplinas da mesma escola a disciplina de inglês
- 590 abrindo um crédito especial destinado a cobrir o deficit da Imprensa Nacional da Universidade de Coimbra, no ano económico de 1915-1916
- 590 (R1 DG 136) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 590, sobre a abertura de um crédito especial para despesas da Imprensa da Universidade de Coimbra
- 591 autorizando a Confraria das Almas, da freguesia de Padreiro, a aplicar parte dos seus fundos à construção duma escola
- 592 revogando a disposição da lei orçamental n.º 226, de 30 de Junho de 1914, que reduziu a quatro o número de primeiros bibliotecários da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 593 determinando que seja constituído com o pessoal que se encontra em serviço na Escola Elementar de Comércio de Ferreira Borges o quadro efectivo do pessoal menor da mesma escola
- 594 colocando definitivamente no quadro do Ministério de Instrução Pública um amanuense que do Ministério do Fomento transitou para aquele Ministério
- 598 criando o lugar de professor da X disciplina do curso preparatório para a Escola de Construção, Indústria e Comércio
- 608 autorizando o Govêrno a vender à Junta Geral do Distrito do Pôrto o edifício onde esteve estabelecido o Seminário dos Carvalhos, no concelho de Gaia, bem como todos os móveis ali existentes, a fim de nele ser instalada uma colónia agrícola para menores do sexo masculino
- 616 estabelecendo que as universidades e mais escolas de ensino superior tenham autonomia pedagógica e financeira idêntica à que possuem o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio
- 617 promovendo um primeiro assistente de química no Instituto Superior Técnico a chefe de química geral e de química inorgânica, e reduzindo a onze o número dos primeiros assistentes
- 618 reorganizando o corpo docente da Escola de Música do Conservatório
- 620 autorizando o Ministro das Finanças a dar de arrendamento os edifícios dos seminários de Braga, Pôrto, Coimbra, Santarém e Évora, para o ensino da teologia
- 623 alterando vários artigos do decreto de 26 de Maio de 1911, que criou e regulamentou a Instrução Militar Preparatória, e substituindo os programas dos respectivos cursos
- 634 concedendo dispensa da carta de bacharel a um primeiro oficial da Secretaria Geral da Universidade do Pôrto, a fim de ser admitido ao concurso aberto para o lugar vago de secretário geral da mesma Universidade
- 637 determinando que em todos os liceus centrais de Lisboa e Pôrto possa ser ministrado o curso complementar completo de sciências e de letras
- 638 elevando a liceu nacional central o Liceu Nacional de Angra do Heroísmo
- 639 inserindo várias disposições sobre exames de bacharelato, correspondentes às cinco secções das Faculdades de Letras, e sobre o funcionamento das cadeiras de História de Portugal, da Literatura Portuguesa e de Geografia de Portugal e Colónias

Decretos

- 2139 declarando encerrados os trabalhos escolares da Escola Normal Superior da Universidade Coimbra, no ano lectivo de 1915-1916, e autorizando a transferência dos alunos daquela Escola para a de Lisboa
- 2172 esclarecendo algumas disposições da lei de 23 de Julho de 1913, sobre abono de subsídios para construções escolares
- 2172 (R1 DG 21) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2172, sobre abono de subsídios para construções escolares
- 2185 organizando o curso comercial da Casa Pia de Lisboa
- 2185 (R1 DG 14) Rectificação ao decreto n.º 2185, que organizou o curso comercial da Casa Pia de Lisboa
- 2188 determinando que o Liceu de Portalegre passe a denominar-se Liceu de Mousinho da Silveira
- 2195 regulando a distribuição do tempo dos exercícios escolares nas escolas de ensino elementar industrial
- 2196 remodelando o decreto n.º 2035 que regulou o provimento de lugares de professores agregados dos liceus
- 2197 aprovando o regulamento do serviço e do provimento das escolas de língua, história e geografia portuguesas no estrangeiro
- 2213 aprovando o regulamento e programas para execução da lei n.º 233, sobre o ensino normal primário
- 2214 determinando que a nomeação dos candidatos aprovados nos concursos para provimento das escolas de instrução primária das cidades de Lisboa e Pôrto seja feita pela ordem de mérito
- 2217 modificando algumas disposições do decreto n.º 1522, que criou um semi-internato na secção dos surdos-mudos a cargo da Casa Pia de Lisboa
- 2226 revogando uma disposição do decreto n.º 1637, que criou junto do Liceu de Maria Pia um curso especial de educação feminina
- 2230 publicado em suplemento ao Diário n.º 34, de 23 de Fevereiro, autorizando os senados das universidades a abonar as faltas dadas pelos respectivos alunos por motivo de dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares
- 2246 regulando a duração do actual ano lectivo na Faculdade dos Estados Sociais e de Direito e a correspondente divisão em semestres
- 2250 designando as disciplinas do quadro geral das Faculdades de Ciências que constituem o curso de habilitação ao magistério primário superior, secção de sciências
- 2263 modificando o decreto n.º 1880, sobre cadernos escolares
- 2264 estabelecendo as normas a que devem obedecer as primeiras nomeações e transferências dos professores de ensino secundário quando ocorra alguma vaga no quadro dos professores efectivos de qualquer liceu
- 2283 suprimindo uma disposição do plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto
- 2285 autorizando a convocação, total ou parcial, para preparação militar, das classes de licenciados
- 2292 dando por concluído o ano escolar do 2.º e 3.º anos do curso de marinha da Escola Naval
- 2306 dando por concluído o ano escolar do curso de administração naval
- 2314 inserindo várias disposições provisórias sobre o funcionamento da Escola de Guerra
- 2319 inserindo determinadas disposições a fim de garantir a permanência do pessoal docente do ensino elementar industrial e comercial nas escolas para onde fôr nomeado
- 2333 estabelecendo a forma por que deve ser feita a equivalência entre as várias escalas de valores dos diplomas de habilitação para o magistério primário
- 2345 suspendendo temporariamente algumas disposições da organização do exército e mandando promover a alferes médicos e veterinários todas as praças que tenham determinadas habilitações
- 2346 dispensando a determinadas praças do exército o exame de instrução primária do 2.º grau para ascender ao posto de segundo sargento
- 2361 organizando o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 2362 regulando o serviço de matrículas na Escola de Guerra
- 2367 alterando várias disposições da legislação em vigor sobre o recrutamento, preparação e promoção dos oficiais milicianos
- 2373 mandando encerrar as aulas em 10 de Maio, para os alunos de todos os estabelecimentos dependentes do Ministério de Instrução, que tenham sido ou sejam, até à data referida, convocados para preparação militar por virtude do disposto no decreto n.º 2285, de 20 de Março, e dos artigos 11.º e 15.º do decreto n.º 2367, de 4 de Maio de 1916
- 2373 (R1 DG 87) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2373, relativo ao encerramento das aulas para os alunos convocados para preparação militar
- 2374 cedendo ao Ministério de Instrução Pública diversas salas e dependências do Paço de S. Vicente de Fora
- 2379 tornando extensiva aos alunos do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária a disposição da alínea b) do artigo 1.º do decreto n.º 2373, de 5 de Maio corrente, a fim de poderem concorrer à matrícula na Escola de Guerra
- 2382 inserindo, com várias modificações, a organização do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 2384 inserindo várias disposições acêrca da situação dos alunos das Faculdades de Medicina e da Escola de Medicina Veterinária
- 2385 aplicando aos alunos do 5.º ano da Escola de Medicina Veterinária a dispensa da defesa de dissertação concedida no artigo 3.º do decreto n.º 2379
- 2386 esclarecendo as dúvidas suscitadas, acêrca da interpretação e aplicação do preceito do artigo 3.º do decreto n.º 2373, aos alunos do Instituto Superior Técnico
- 2387 inserindo todas as disposições vigentes sobre ensino de instrução primária

- 2394 suspendendo temporariamente o determinado no § 1.º do artigo 176.º e no corpo do artigo 178.º do regulamento de serviço de saúde naval, de 18 de Março de 1914, mandando proceder desde já aos exames do curso de enfermeiros, sendo promovidos a segundos sargentos enfermeiros aqueles que satisfaçam a todas as condições do artigo 42.º do citado regulamento
- 2410 cedendo à Câmara Municipal de Lisboa a antiga igreja paroquial de Palhais (é Barreiro e é para uma Escola)
- 2412 regulando a situação dos indivíduos que se matricularam no Instituto Superior de Agronomia em determinadas circunstâncias
- 2413 prorrogando até 10 de Junho de 1916 o prazo fixado no artigo 2.º do decreto n.º 2367, sobre oficiais milicianos
- 2413 (R1 DG 109) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2413, sobre encerramento de aulas
- 2419 aprovando o regulamento para os exames de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio no ano lectivo de 1916-1917. Regulamento a que se refere o supracitado Decreto
- 2424 substituindo por outra a fórmula usada pela Junta de Saúde Naval para a admissão de candidatos a alunos da Escola Naval
- 2424 (R1 DG 114) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2424, que substituiu por outra a fórmula usada pela Junta de Saúde Naval para a admissão de candidatos a alunos da Escola Naval
- 2425 modificando o regime de instrução na Escola Naval
- 2430 determinando que no ano escolar de 1915-1916 possam ser dispensados da idade legal os alunos dos liceus que requeiram exame da 1.ª e 2.ª secção do curso geral e dos cursos complementares da ciências e letras
- 2431 mandando que no ano escolar de 1915-1916 os alunos externos do curso secundário residentes nas áreas dos Liceus de Alves Martins, de Camilo Castelo Branco e de Emídio Garcia fiquem desobrigados da apresentação do caderno escolar
- 2443 fixando os prazos para a entrega dos requerimentos e para a organização e exame dos processos referentes aos exames de Estado na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa
- 2446 reduzindo a seis meses a duração dos anos lectivos dos cursos professados na Escola Auxiliar de Marinha e na sede dos departamentos marítimos
- 2449 estabelecendo as condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau no ano lectivo de 1915-1916
- 2451 alterando temporariamente algumas disposições dos estatutos do Instituto Português em Roma
- 2455 regulando a admissão nas escolas de ensino normal primário no ano lectivo de 1916-1917
- 2458 mandando que o ano lectivo de 1915-1916 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra termine em 30 de Junho
- 2462 cedendo à Câmara Municipal de Lamego uma casa em ruínas e um terreno anexo, para ali ser construído um edifício escolar
- 2466 determinando que as cadeiras similares das Faculdades de Ciências e do Instituto Superior Técnico sejam equiparadas para o efeito de admissão à matrícula na Escola Naval
- 2467 fixando os prazos para a entrega dos requerimentos para exames de estado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e para a organização e exame dos processos
- 2468 determinando que aos indivíduos habilitados com a parte escolar dos cursos especiais do Instituto Superior Técnico sejam passados diplomas com a indicação das classificações obtidas nas cadeiras que constituem a referida parte escolar
- 2469 determinando que o regime transitório de ensino para os cursos professados na Escola de Guerra seja regulado pelas disposições constantes do mesmo Decreto
- 2469 (R1 DG 129) Rectificações ao decreto n.º 2469, que estabeleceu o regime transitório de ensino para os cursos professados na Escola de Guerra
- 2477 elevando a três anos o curso preparatório professado no Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 2482 permitindo que de 15 a 31 de Julho de 1916 possam efectuar-se nas escolas móveis exames sobre as matérias do exame do 1.º grau de instrução primária
- 2482-C estabelecendo as atribuições da comissão administrativa dos trabalhos de construção da nova Escola Normal de Lisboa
- 2491 prorrogando até 15 de Julho de 1916 o prazo fixado no decreto n.º 2455, para apresentação de requerimentos para os exames de admissão às escolas normais no ano lectivo de 1916-1917
- 2505 cedendo à Junta de Paróquia de Santa Cruz do Castelo, de Lisboa, umas dependências da igreja daquela freguesia (a fim de estabelecer uma cantina escolar)
- 2509 determinando que possa ser ministrada no Liceu de Gil Vicente a prática pedagógica a que se refere a 2.ª alínea do § 2.º do artigo 33.º do decreto com força de lei que criou as escolas normais superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra
- 2517 mandando que os candidatos à admissão nas escolas de ensino normal provem por certidão não ter menos de 15 nem mais de 25 anos de idade, e prorrogando até 25 de Julho de 1916 o prazo para requerer exame de admissão às referidas escolas
- 2517 (R1 DG 146) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2517, sobre a admissão de candidatos nas escolas de ensino normal
- 2518 cedendo à Câmara Municipal do Barreiro, a título de arrendamento, a antiga igreja da freguesia de Palhais, para a construção de um edifício escolar
- 2518 (R1 DG 18 de 1917) Aclaração sobre a localização correcta da localização desta igreja na freguesia de Santo António da Charneca e não, como foi publicado, na freguesia de Palhais

- 2522 mandando contar ao pessoal docente da Escola de Guerra, para os efeitos de promoção, o tempo de serviço escolar prestado enquanto na mesma Escola durar o regime determinado pelos decretos n.ºs 2314 e 2469
- 2522 (R1 DG 150) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 2522, que mandou contar ao pessoal docente da Escola de Guerra, para os efeitos de promoção, o tempo de serviço escolar prestado enquanto na mesma Escola durar o regime determinado pelos decretos n.ºs 2314 e 2469
- 2523 tornando extensivas determinadas disposições do regulamento de mobilização do exército aos indivíduos habilitados com o curso de enfermeiro hípico pela Delegação Nacional da Estrêla Vermelha
- 2549 determinando que a Inspeção de Sanidade Escolar fique directamente dependente da Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública
- 2550-J criando na cidade de Leiria uma Biblioteca Erudita e regulando a sua constituição
- 2553 estabelecendo a forma de provimento dos lugares de mestres de oficinas nas escolas industriais quando nestas não existam os elementos necessários para a constituição dos júris de concurso
- 2556 confirmando a portaria do Governo da província de Timor, de 8 de Março de 1915, que criou naquela província uma escola de agrimensura
- 2568 determinando que no ano lectivo de 1915-1916 seja permitida nos liceus a realização de exames além de 15 de Agosto
- 2592 determinando que os alunos do 2.º ano do curso do 2.º grau da Escola Prática de Correios e Telégrafos, do ano lectivo de 1915-1916, sejam dispensados do respectivo tirocínio e possam ser nomeados praticantes pela ordem da classificação feita pelas médias das notas dos exames finais
- 2603 criando no Conselho de Instrução Pública uma secção especial para apreciação de livros escolares
- 2605 regulando a substituição dos membros da Comissão Disciplinar da Escola de Construções, Indústria e Comércio, durante os seus impedimentos
- 2609-E aprovando o regulamento da organização do ensino elementar industrial e comercial. Regulamento a que se refere o supracitado Decreto
- 2609-E (R1 DG 191) Rectificação aos quadros II, III e IV do decreto n.º 2609-E, que aprovou o regulamento de ensino elementar industrial e comercial, publicado em suplemento ao Diário do Governo n.º 179, de 4 de Setembro, a p. 848-JJ a 848-OO
- 2609-T concedendo aos ex-alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa que completaram este ano o curso na Escola de Construções, Indústria e Comércio, a dispensa dos respectivos tirocínios, sempre que provem não os ter podido fazer em consequência de prestação de serviço militar
- 2611 cedendo à Junta de Paróquia da freguesia de Santa Cruz do Castelo, a título de arrendamento, uma dependência para mais amplamente ali se estabelecer uma cantina escolar **Revogado** pelo decreto 20951
- 2620 dando nova redacção aos §§ 3.º e 4.º do artigo 3.º do decreto n.º 2384, de 12 de Maio de 1915, acêrca da situação dos alunos das Faculdades de Medicina e da Escola de Medicina Veterinária, e inserindo outras disposições sobre o mesmo assunto
- 2634 inserindo várias disposições acêrca do ensino secundário feminino professado no Liceu Nacional de Maria Pia, em Lisboa, no Liceu Nacional Feminino do Pôrto e na secção feminina do Liceu Central do Dr. José Falcão, de Coimbra
- 2640 aprovando a equivalência entre as escalas de valores dos vários regimes de instrução primária e normal e revogando o decreto n.º 2233 de 14 de Abril de 1915
- 2643 regulando o regime dos concursos para a administração aos cursos superiores de piano, violino e violoncelo. Programa dos concursos a prémio e dos concursos de admissão aos cursos superiores da secção musical para o ano lectivo de 1916-1917, em harmonia com o decreto supra
- 2646 regulamentando o decreto com força de lei de 21 de Maio de 1911, que criou as Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 2649 aprovando um livro denominado Livro de Leitura, para ser adoptado na 4.ª classe da instrução primária
- 2650 regulando o provimento dos lugares de professoras efectivas das disciplinas privativas do curso especial professado no Liceu de Maria Pia e no Liceu Feminino do Pôrto
- 2652 regulando a nomeação de professores interinos para as escolas de ensino normal
- 2653 estabelecendo a forma de provimento dos lugares de mestres de oficinas nas escolas industriais quando nestas não existam os elementos necessários para a constituição dos júris de concurso
- 2669 determinando que as Escolas Práticas de Agricultura possam estabelecer provisoriamente o regime do internato para alunos
- 2682 concedendo no ano económico de 1916-1917 o subsídio de 1362\$00 à escola profissional do sexo feminino de Loanda
- 2684 mandando que a disposição do § único do artigo 4.º do decreto n.º 2682, sobre horas de serviço dos professores nomeados para serviço interino das escolas normais, seja extensiva aos professores efectivos das mesmas escolas que se encontrem em idênticas condições
- 2685 determinando que o ensino no Liceu de Gil Vicente se torne extensivo ao curso complementar de letras
- 2686 modificando a organização dos júris de concurso para o provimento das cadeiras de costura, trabalhos em malha e em rendas e bordados do curso especial de educação feminina
- 2689 determinando que os quatro exames do curso geral das Faculdades de Medicina sejam considerados para todos os efeitos como exames académicos
- 2689 (R1 DG 218) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 2689, que manda considerar como exames académicos os quatro exames do primeiro ciclo do curso das Faculdades de Medicina
- 2709 determinando que o ensino no Liceu da Guarda seja extensivo aos cursos complementares de ciências e letras, e ordenando a abertura da respectiva matrícula

- 2710 instituindo na Escola de Música do Conservatório de Lisboa um curso de acompanhamento e leitura de partitura, e regulando a sua constituição e funcionamento
- 2711 alterando a redacção do § único do artigo 59.º do regulamento da Escola de Música do Conservatório de Lisboa
- 2716 regulando a nomeação de professores para a regência de disciplinas nas escolas de ensino normal nos casos de falta ou impedimento dos respectivos professores ou de desdobramentos de disciplinas, e fixando as horas de serviço semanal
- 2716 (R1 DG 243) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2716, regulando a nomeação de professores para a regência de disciplinas nas escolas de ensino normal, nos casos de falta ou impedimento dos respectivos professores ou de desdobramentos de disciplinas, e fixando as horas de serviço semanal
- 2743 fixando o quadro e vencimentos do pessoal de instrução pública da colónia da Guiné
- 2778 determinando que os professores de instrução primária possam ser nomeados professores interinos das escolas anexas às Escolas de Ensino Normal
- 2784 aprovando o programa dos exames de admissão à matrícula no curso preparatório de habilitação ao magistério primário superior instituído nas Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto
- 2788 estabelecendo a composição dos cursos que devem ser professados na Escola Industrial do Professor Benevides
- 2788 (R1 DG 252) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2788, sobre a composição dos cursos que devem ser professados na Escola Industrial do Professor Benevides
- 2788 (R1 DG 252) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2788, sobre a composição dos cursos
- 2803 remodelando o quadro e vencimentos do pessoal dos telégrafos da colónia de Angola e os serviços da escola de correios e telégrafos da mesma colónia
- 2804 remodelando o quadro e vencimentos do pessoal dos serviços agrícolas e pecuários da colónia de Angola e criando uma escola prática de agricultura junto aos referidos serviços
- 2805 criando dois lugares de professor de ensino primário no distrito do Congo
- 2828 fixando em dez o número de professores diplomados a que se refere o artigo 2.º do decreto de 17 de Agosto de 1912
- 2836 criando um subsídio de 1000\$00 para a manutenção duma escola portuguesa em Hong-Kong
- 2837 concedendo o subsídio anual de 3000\$00 aos estabelecimentos de ensino de Macau denominados: Associação Promotora dos Macaenses, Colégio de Santa Rosa de Lima e Escolas «República»
- 2845 criando em Nova Goa um Instituto Comercial
- 2845 (R1 DG 244) Rectificações ao decreto n.º 2845, relativo à criação de um Instituto Comercial em Nova Goa
- 2858 criando na cidade de Bragança uma biblioteca pública e regulando a sua constituição
- 2859 criando um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora e regulando a sua constituição
- 2859 (R1 DG 246) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2859, sobre a criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora
- 2887 aprovando a compilação das disposições de lei em vigor sobre instrução primária anexa ao mesmo Decreto
- 2887 (R1 DG 255) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2887, que insere todas as disposições de lei em vigor sobre instrução primária e normal
- 2887 (R2 DG 2 de 1917) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2887, que insere todas as disposições da lei em vigor sobre instrução primária e normal
- 2989 determinando que o legado feito ao Estado pelo cidadão Dr. António de Sousa Silva Costa Lôbo, para a construção duma escola na cidade de Lamego, seja transferido para a Câmara Municipal daquele concelho
- 2909 regulando a criação, o provimento e a fiscalização de escolas móveis
- 2914 abrindo um crédito especial para despesas com o serviço de exames de instrução primária
- 2915 abrindo um crédito especial para despesas com a construção duma Escola Normal Primária

Portarias

- 553 esclarecendo as dúvidas suscitadas acerca do disposto no artigo 3.º do decreto n.º 1880, que substituiu o caderno escolar estabelecido para os alunos de instrução secundária
- 552 mandando conceder aos sócios, alunos da Caixa Escolar do Liceu de Braga, bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, para o efeito da redução de 50 por cento nos preços das passagens em 2.ª classe
- 554 providenciando sobre a forma por que devem ser concedidas licenças para a transferência de alunos de uns para outros liceus, dentro do ano lectivo
- 554 (R1 DG 13) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 554, sobre transferência de alunos de uns para outros liceus
- 564 autorizando a Confraria do Senhor, da freguesia de Cabana Maior, a aplicar parte dos seus fundos à construção duma escola
- 571 autorizando a Irmandade do Santíssimo da freguesia do Burgo a aplicar parte dos seus fundos à construção de um edifício escolar
- 590 autorizando a Associação de Caridade, do lugar da Cortegana, concelho de Alenquer, a ceder os seus fundos e o edifício da sua escola à Câmara Municipal daquele concelho, com o encargo de manter a referida escola
- 591 autorizando a Confraria das Almas, da freguesia de Padreiro, a aplicar parte dos seus fundos à construção duma escola
- 593 revogando o disposto no n.º 2.º da portaria de 14 de Outubro, de 1911, sobre matrículas nas Universidades
- 609 prorrogando por mais seis meses a concessão sobre isenção de franquias da correspondência da Comissão Administrativa da Universidade Livre para Educação Popular

- 618-C determinando que o Observatório de Loanda passe a denominar-se «Observatório Meteorológico e Magnético de João Capêlo»
- 641 autorizando a concessão de bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado aos sócios, alunos, da Caixa Escolar da Escola Normal de Lisboa, para o efeito da redução no preço das passagens nos mesmos caminhos de ferro
- 659 mandando publicar os programas das matérias sobre que tem de versar os exames de admissão à Escola de Construções, Indústria e Comércio no ano lectivo de 1916-1917
- 666 determinando a entrega, à Junta de Paróquia de Mata de Lôbos, do produto da venda de vários prédios, para construção duma escola
- 669 autorizando a Confraria da Senhora da Abadia, erecta na freguesia de Santa Maria do Bouro, a aplicar parte dos seus fundos à construção duma estrada
- 674 concedendo aos sócios, alunos, da Caixa Escolar do Liceu de Passos Manuel bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado para o efeito da redução nos preços de passagem
- 689 autorizando a Confraria do Santíssimo da freguesia de Maiorca a aplicar parte dos seus fundos na construção duma escola
- 690 estabelecendo que só o curso de farmácia professado dentro de determinado período seja equiparado ao curso geral dos liceus (1.ª secção)
- 692 autorizando a Confraria do Santíssimo da freguesia de S. Nicolau, da cidade do Pôrto, a aplicar determinada quantia às obras de reparação do edifício e mobiliário das suas escolas
- 707-D autorizando a Confraria das Almas e S. Roque, da freguesia do Souto, a aplicar parte dos seus fundos à construção duma escola
- 710 alterando as disposições da portaria n.º 123, referente ao modo de ministrar conhecimentos práticos sobre os maquinismos dos barcos submersíveis, e aprovando os respectivos programas, os quais vão anexos à mesma Portaria
- 725 autorizando a Confraria do Sacramento da freguesia de Carvalheira a levantar dos seus fundos certa quantia destinada à construção do cemitério e reconstrução do edifício da escola primária da mesma freguesia
- 734 prorrogando por mais seis meses a isenção de franquia da correspondência expedida por intermédio do correio pela Universidade Livre
- 748 suspendendo temporariamente a execução do disposto no § 2.º do artigo 105.º do decreto n.º 2387, sobre ensino de instrução primária
- 751 reconhecendo a existência legal da Associação Escolar da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio, e aprovando os respectivos estatutos, anexos à mesma Portaria
- 771 mandando pôr em execução nos concursos para admissão de artífices carpinteiros e serralheiros os programas que fazem parte desta Portaria
- 794 autorizando a Provedoria da Assistência de Lisboa a tomar conta da administração e de todos os haveres do Instituto Infantil Dr. Afonso Costa, instalado na povoação da Parede, e louvando a comissão promotora da fundação do mesmo instituto
- 802 regulando o processo a seguir nos concursos para provimento de lugares de professores no Liceu de Nova Goa
- 834 estabelecendo que o diploma de farmacêutico, obtido em determinadas condições, seja equiparado ao de aprovação na 1.ª secção do curso geral dos liceus

Declaracões

- DG 26 Declaração acêrca da transposição de várias matérias dos programas para o ensino normal primário publicadas no Diário n.º 24

Mapas

- DG 153 Mapa da distribuição da verba orçamental de 6600\$00 destinada a construções escolares

Aditamentos

- DG 143 Aditamento à legislação da Academia de Ciências de Portugal

1917

Leis

- 650 determinando que quando entre os concorrentes a lugares de escolas, que não distem entre si mais de 5 quilómetros, concorram cônjuges, e um dêles seja provido, o outro tenha preferência sobre os mais concorrentes, desde que conte três anos de bom e efectivo serviço
- 652 autorizando a abertura de uma época excepcional de exames na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para os alunos que se encontrem em determinadas circunstâncias
- 655 autorizando o abono de uma remuneração ao architecto que elaborou a planta do edifício em que tem de ser instalada a Escola Industrial de Brotero, de Coimbra
- 655 (R1 DG 32) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 655, sobre o abono de uma remuneração ao architecto que elaborou a planta do edifício destinado à Escola Industrial de Coimbra
- 674 mandando que seja excepcionalmente criada no ano lectivo de 1916-1917, nas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa, uma época extraordinária de exames, em Março e Abril, a que só poderão concorrer os alunos que se encontrem em determinadas condições
- 680 criando uma Direcção para regular o funcionamento do serviço da hora legal e extinguindo a comissão que organizou esse serviço

- 697 elevando à categoria de liceu central o Liceu Nacional de Mousinho da Silveira, de Portalegre
- 701 extinguindo na província de Cabo Verde várias escolas práticas de aprendizagem, a Oficina de S. Vicente e o Seminário da Ilha de S. Nicolau, criando, em substituição das referidas escolas, oficina e seminário, um liceu, e regulando a sua constituição e funcionamento
- 701 (R1 DG 96) Rectificações a lei n.º 701, sôbre a criação de um liceu na província de Cabo Verde
- 718 regulando a concessão do direito de aposentação aos funcionários públicos que ainda não o tenham e queiram adquiri-lo
- 722 autorizando a Comissão Administrativa da Escola de Construções, Indústria e Comércio a aplicar a determinados abonos as disponibilidades existentes da verba consignada ao pagamento do pessoal do quadro daquela escola
- 723 substituindo os §§ 1.º e 5.º do artigo 150.º da compilação da legislação sôbre instrução primária constante do decreto n.º 2887
- 724 estabelecendo que os indivíduos diplomados em agronomia e silvicultura por escolas estrangeiras possam, mediante concurso, ser nomeados professores substitutos do Instituto Superior de Agronomia
- 725 abrindo um crédito especial para pagamento de gratificações e ajudas de custo aos júris dos concursos para o magistério secundário, realizados no ano económico de 1915-1916
- 730 reduzindo o número de professores efectivos dos Liceus de Rodrigues de Freitas e de Passos Manuel e elevando o número dos do Liceu de Gil Vicente
- 732 determinando que as despesas com os exames de instrução primária do 1.º grau constituam encargo dos municípios e as referentes aos exames do 2.º grau constituam encargo do Tesouro
- 732 (R1 DG 130) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 732, sôbre a distribuição pelos municípios e pelo Tesouro dos encargos das despesas com os exames de instrução primária
- 748 regulando os vencimentos dos professores de ensino primário
- 755 regulando o horário de serviço dos professores dos liceus
- 757 considerando oficial o Montepio do Professorado Primário, com sede na cidade do Pôrto, e remodelando os respectivos serviços
- 777 organizando o quadro da secretaria e do pessoal menor da Escola Comercial de Ferreira Borges
- 778 determinando que todos os cidadãos portugueses com o curso completo dalguma das Faculdades de Medicina ou pelas antigas Escolas Médicas de Lisboa e Pôrto, que não pertençam à armada ou ao exército colonial, bem como os cidadãos portugueses diplomados com o curso de veterinária e os diplomados cirurgiões dentistas pelas respectivas escolas portuguesas, sejam obrigados a fazer parte do exército metropolitano, respectivamente como oficiais médicos, oficiais veterinários e oficiais cirurgiões dentistas, até completarem quarenta e cinco anos de idade; e inserindo várias disposições e alterações sôbre serviços de saúde do exército **Revogado**
- 779 estabelecendo as condições técnicas e científicas que, para a promoção, devem ser exigidas aos militares das companhias de saúde que forem ou tiverem sido alunos dalguma das Faculdades de Medicina, e inserindo outras disposições sôbre o mesmo assunto
- 781 suspendendo por um ano em relação a Lisboa, e por dois anos em relação a Coimbra e Pôrto, a execução da lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário
- 791 autorizando o Govêrno a adquirir máquinas, instrumentos e motores agrícolas, destinados aos serviços dos estabelecimentos oficiais de agricultura dependentes dos Ministérios do Fomento e de Instrução Pública, e a dotar estes estabelecimentos com os fundos indispensáveis para a aquisição de gados que forem necessários para a sua exploração ou para as suas funções de ensino, e inserindo várias disposições sôbre o mesmo assunto
- 795 elevando o Liceu Nacional de Guimarães à categoria de central, com a designação oficial de Liceu de Martins Sarmento
- 796 autorizando o Ministro de Instrução a remodelar os quadros dos professores das Universidades
- 807 estabelecendo os vencimentos de categoria e de exercício das professoras das disciplinas privativas dos cursos especiais de educação feminina e abrindo um crédito especial destinado ao pagamento dos vencimentos durante o ano económico de 1916-1917
- 808 determinando que os exames de 1.º e 2.º grau de instrução primária a que hajam de ser submetidos os alunos da Casa Pia de Lisboa sejam feitos no próprio estabelecimento e tornando extensivos ao Asilo de Maria Pia, de Lisboa, os direitos concedidos àquela na matéria respeitante a exames de 2.º grau
- 809 autorizando a Escola de Farmácia da Universidade do Pôrto a contratar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo para conclusão do edifício destinado ao seu funcionamento
- 810 criando um lugar de amanuense na secretaria do Liceu Central de Gil Vicente e elevando a dezoito guardas o quadro do pessoal menor do mesmo liceu
- 811 autorizando o Govêrno a contrair um empréstimo destinado à conclusão do edifício do Liceu Feminino da cidade de Lisboa
- 821 autorizando o Govêrno a constituir uma comissão que se denominará Comissão Central das Cantinas Escolares e regulando as suas atribuições
- 822 autorizando o Govêrno a transferir do orçamento do Ministério do Fomento para o da Instrução o saldo existente da verba destinada à construção da Escola Industrial de Brotero, de Coimbra
- 823 determinando que a Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires possa continuar instalada no actual edifício ou noutro que ao Estado convenha
- 824 ampliando e modificando a legislação sôbre ensino agrícola nos termos das bases que acompanham a mesma Lei
- 825 aprovando as bases para a reorganização do Instituto Superior de Agronomia que fazem parte da mesma Lei

- 825 (R1 DG 212) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 825, de 8 de Setembro último, que aprovou as bases para a reorganização do Instituto Superior de Agronomia
- 826 inserindo várias disposições acêrca do provimento de cônjuges, por concurso, em escolas ou lugares de escolas

Decretos

- 2930 suspendendo, até ulterior resolução do Congresso da República, a execução da lei n.º 593, sôbre a constituição do quadro efectivo do pessoal menor da Escola Elementar de Comércio de Ferreira Borges
- 2943 aprovando o regulamento dos trabalhos práticos do ano de preparação pedagógica das escolas normais superiores, anexo ao mesmo Decreto
- 2943 (R1 DG 15) Nova publicação, completa, do regulamento dos trabalhos práticos do ano de preparação pedagógica das escolas normais superiores, inserto no Diário n.º 10
- 2944 aprovando o regulamento para a execução do artigo 16.º da lei n.º 616, sôbre autonomia das Universidades, na parte que se refere às Faculdades de Letras, anexo ao mesmo Decreto
- 2946 aprovando o novo regulamento do Ministério de Instrução Pública anexo ao mesmo Decreto
- 2946 (R1 DG 13) Nova publicação, rectificada, do regulamento do Ministério de Instrução Pública, inserto no Diário n.º 11
- 2947 estabelecendo provisoriamente as normas, técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem satisfazer os novos edifícios escolares
- 2959 aprovando o plano da organização dos cursos profissionais de fiação e tecelagem instituídos pela Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto. Plano a que se refere o supracitado Decreto
- 2982 fixando o diapasão que deve ser adoptado no fabrico de instrumentos musicais
- 2988 cedendo à Câmara Municipal do concelho da Feira o presbitério da freguesia do Souto, do mesmo concelho para ai se estabelecer a escola primária oficial do sexo feminino, residência da professora e recreio das alunas
- 2989 aprovando os modelos das cartas de formatura (bacharelato) e das cartas doutorais das Faculdades de Letras e de Ciências das Universidade de Coimbra, Lisboa e Pôrto. Modelos a que se refere o supracitado Decreto
- 2989 (R1 DG 29) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 2989, e dos respectivos modelos, relativos a cartas de formatura e cartas doutorais das Faculdades de Letras e de Ciências
- 3004 regulando a organização do cadastro do pessoal dos estabelecimentos de ensino dependentes da Repartição de Instrução Industrial e Comercial
- 3012 regulando os trabalhos do ano de iniciação na prática pedagógica das escolas normais superiores
- 3015 dispensando de frequentar a instrução militar preparatória todos os alunos externos do Colégio Militar, de dezassete a vinte anos de idade, que tenham frequentado com aproveitamento os exercícios militares ministrados no referido Colégio até a 5.ª classe **Revogado** pelo decreto 3052
- 3035 declarando aplicável aos professores das escolas de habilitação para o magistério primário o disposto no artigo 63.º do regulamento das escolas normais
- 3042 aprovando o regulamento do fundo das construções escolares, anexo ao mesmo Decreto
- 3042 (R1 DG 45) Nova publicação, rectificada, do regulamento do fundo das construções escolares, inserto no Diário n.º 42
- 3052 declarando nulo o decreto n.º 3015, que dispensava os alunos do Colégio Militar de frequentarem a instrução militar preparatória
- 3054 alterando o horário da leitura pública da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 3076 regulando o provimento e promoção do pessoal das bibliotecas e arquivos nacionais
- 3084 cedendo à Câmara Municipal de Silves parte dos terrenos da residência paroquial de S. Bartolomeu de Messines, para construção de um edifício escolar
- 3086 cedendo à Câmara Municipal de Pombal a residência e passal do pároco da freguesia de Mata Mourisca e uma casa anexa, para o estabelecimento de escolas de ensino primário
- 3089 aprovando o regulamento provisório do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 3091 inserindo todas as disposições existentes sôbre ensino secundário e modificando a regulamentação dalgumas dessas disposições
- 3097 fixando o número de lições semanais de cada uma das disciplinas de preparação pedagógica das Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra
- 3097 (R1 DG 65) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 3097, que fixou o número de lições semanais de cada uma das disciplinas de preparação pedagógica das Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra
- 3105 prorrogando até 15 de Maio de 1917 o prazo para entrega de requerimentos estabelecido no artigo 10.º (transitório) do regulamento do fundo das construções escolares, de 20 de Março do mesmo ano
- 3108 reorganizando o Conselho de Instrução Pública
- 3108-F designando os professores que devem regular a orientação pedagógica do ensino de desenho nas escolas industriais e comerciais
- 3109 determinando que o período para os últimos cursos professados na Escola de Guerra, que devia findar em 30 de Junho, termine em 30 de Abril, e mandando que a referida escola passe a adoptar o regime mixto de internato e externato
- 3120-B aprovando o regulamento da Associação dos Escoteiros de Portugal, anexo ao mesmo Decreto
- 3128 criando mais um lugar de professor auxiliar para a escola de instrução secundária a cargo do Instituto Piedade e Beneficência de Viana do Alentejo
- 3137 inserindo várias providências atinentes a que os alunos das várias escolas dependentes do Ministério de Instrução Pública, admitidos à matrícula na Escola de Guerra, tenham concluído os seus exames a tempo de poderem apresentar-se na referida escola, no dia da sua abertura

- 3151 Aprova a lotação de pessoal para a Escola de Recrutas da Armada, no Alfeite **Revogado** pelo decreto 17282
- 3163 criando bibliotecas populares junto dos hospitais civis de Lisboa
- 3164 determinando que os serviços que dizem respeito à fiscalização do ensino das escolas moveis corram sómente pela Inspeção das mesmas escolas
- 3176 determinando que as despesas feitas com os anúncios de concurso para provimento de escolas primárias, com as entradas em serviço e vencimentos de professores e com o expediente, limpeza e a renda das casas de escola, sejam pagas nos termos do § 2.º do artigo 120.º do decreto n.º 2887, sobre serviços do instrução primária
- 3177 cedendo ao instituto de beneficência denominado Oficinas de S. José, da cidade de Guimarães, o prédio do extinto Convento das Capuchinhas, da mesma cidade
- 3196 permitindo que residam fora da sede das suas escolas os professores que se encontrem em determinadas condições
- 3197 inserindo várias disposições atinentes a facilitar a entrada na Escola de Guerra aos alunos dos liceus e do Colégio Militar
- 3199 cedendo à Câmara Municipal do concelho de Vila Nova de Paiva várias residências paroquiais para instalação de escolas oficiais de ensino primário
- 3200 cedendo à Câmara Municipal do concelho da Feira o presbitério e respectivo quintal e pátio, da freguesia de S. Jorge para o estabelecimento da escola de ensino primário do sexo masculino e habitação do professor
- 3201 concedendo definitivamente à Junta de Paróquia da freguesia da Faia 385 metros quadrados do terreno anexo à antiga residência paroquial para a construção duma escola
- 3206 determinando que sejam dados por concluídos os cursos das Escolas de Alunos Marinheiros
- 3210 mandando que o 1.º ano do curso secundário do comércio e o 1.º ano do curso secundário de indústria professados no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército sejam equiparados ao curso preparatório de administração militar da Escola de Construções e Comércio e Indústria, para efeitos de matrícula no curso de administração militar da Escola de Guerra
- 3211 prorrogando até 30 de Junho de 1917 o prazo estabelecido nos artigos 1.º e 4.º do decreto n.º 3137, relativo à conclusão dos exames dos alunos dos diferentes estabelecimentos de instrução admitidos à matrícula na Escola de Guerra
- 3212 determinando que o Conselho de Instrução Pública continui a funcionar tal como se encontra constituído
- 3213 regulando a cedência do salão e dos instrumentos do Conservatório de Lisboa aos professores das escolas de música e de arte de representar daquele estabelecimento, para audições ou concertos promovidos pelos mesmos
- 3232 determinando que os professores de música e ginástica das escolas de ensino normal façam parte do júri de exames finais nessas escolas
- 3234 regulando o serviço dos exames de instrução primária do 1.º e 2.º graus
- 3247 determinando que possam ser admitidos a novos exames os alunos do período transitório das Faculdades de Medicina que ficaram reprovados nalguns exames do 5.º ano e bem assim os que não se apresentaram a exame
- 3274 cedendo à Junta de Paróquia de Lanhoso a casa da residência paroquial daquela freguesia e a parte rústica anexa para ai se estabelecer uma escola mixta oficial, com campo de recreio dos alunos
- 3276 aprovando o regulamento para o exame de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio no ano lectivo de 1917-1918
- 3279 determinando que fiquem dispensados de tirocínio e possam ser nomeados aspirantes auxiliares dos correios e telégrafos os alunos aprovados nas cadeiras do 2.º ano do curso do 2.º grau da respectiva escola no ano lectivo de 1916-1917
- 3286 criando anexo à Biblioteca Pública de Braga um Arquivo Distrital e regulando a sua constituição
- 3287 regulando a distribuição pelos corpos administrativos dos subsídios destinados a construções escolares
- 3287 (R1 DG 135) Rectificações ao mapa n.º 2 anexo ao decreto n.º 3287, sobre distribuição de subsídios para construções escolares
- 3297 mandando dar por concluído em 20 de Agosto o curso de enfermeiros navais referente ao ano de 1917
- 3298 determinando que a biblioteca do extinto Colégio de Campolide, com todo o mobiliário e as salas onde se encontra instalada, seja incorporada no quadro das bibliotecas dependentes do Ministério de Instrução Pública
- 3299 permitindo que no ano lectivo de 1917 se realizem exames de instrução secundária além do dia 15 de Agosto
- 3306 autorizando a Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas a criar um curso de enfermagem destinado a preparar enfermeiras para os hospitais militares do país e dos corpos expedicionários
- 3309 inserindo a carta orgânica da província de Timor com delegação da autoridade sobre o ensino e as escolas
- 3314 estabelecendo as regras a seguir com relação a exames de admissão nas escolas de ensino normal
- 3314 (R1 DG 144) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 3314, publicado em suplemento ao Diário n.º 142, de 24 de Agosto, estabelecendo as regras a seguir com relação a exames de admissão nas escolas de ensino normal
- 3316 tornando extensivo o ensino dos cursos complementares de ciências e letras no Liceu Central de Angra do Heroísmo
- 3322 estabelecendo que a frequência de dois anos do curso do Instituto Superior de Agronomia seja equiparado à frequência de dois anos da Faculdade de Ciências, para os fins do artigo 12.º do decreto n.º 3165, de 30 de Maio de 1917
- 3330 regulamentando os exames de Estado nas Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 3336 desdobrando o vencimento do professor da escola de instrução primária do sexo masculino da freguesia dos Remédios, de Loanda

- 3352 reformando os serviços do Colégio das Missões Ultramarinas, em Sernache do Bomjardim, e instituindo um estabelecimento de educação de alunos, com destino ao serviço das colónias, denominado Instituto de Missões Coloniais
- 3352 (R1 DG 158) Nova publicação, rectificada, da tabela anexa ao decreto com força de lei n.º 3352, de 8 do corrente mês, que reformou os serviços do Colégio das Missões Ultramarinas e instituiu um estabelecimento de educação denominado Instituto de Missões Coloniais
- 3370 estabelecendo que a categoria de primeiro bibliotecário seja inerente, sem direito a qualquer vencimento, ao professor de qualquer das cadeiras do curso superior de bibliotecário-arquivista, quando essa cadeira não seja regida por funcionários das Bibliotecas e Arquivos do Estado
- 3370-B reduzindo a trinta dias o prazo do concurso a que se refere o artigo 5.º do decreto de 20 de Setembro de 1888 e estabelecendo que os lentes que actualmente regem as 2.ª, 11.ª e 12.ª cadeiras, a concurso, se conservem na sua regência até que os novos lentes tomem posse
- 3370-C aprovando a nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa. Organização e funcionamento das Faculdades de Direito a que se refere o supracitado Decreto
- 3391 cedendo à Junta de Paróquia da freguesia de Silva Escura, do concelho de Sever do Vouga, distrito de Aveiro, a antiga residência paroquial daquela freguesia, para estabelecimento de uma escola de ensino primário e residência da professora
- 3420 estabelecendo várias subvenções aos funcionários do Estado, enquanto durar o estado de guerra, em que são referidos os agentes de ensino
- 3432 elevando provisoriamente à categoria de Liceu Central o Liceu Nacional de Macau e inserindo outras disposições acêrca do mesmo liceu
- 3433 cedendo à Câmara Municipal do concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra, a casa actualmente em ruínas da antiga residência paroquial da freguesia de Covões, e, bem assim, o terreno do respectivo passal, a fim de ali se construir um edifício destinado à escola oficial de ensino primário
- 3435 aprovando o plano orgânico da instrução pública na província de Cabo Verde e respectivas tabelas anexas a êste Decreto
- 3435 (R1 DG 180) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 3435, de 8 do corrente mês, que aprovou o plano orgânico da instrução pública na província de Cabo Verde e respectivas tabelas anexas ao Decreto
- 3444-A cedendo ao Instituto Superior do Comércio, de Lisboa, o prédio da extinta Residência dos Jesuítas, situado na Rua do Quelhas, da mesma cidade
- 3444-D estabelecendo a forma por que deve ser feita a inscrição duma verba no orçamento do Ministério de Instrução Pública destinada ao pagamento dos vencimentos das professoras effectivas do curso especial de educação feminina, anexo aos liceus femininos de Lisboa e Pôrto, durante o ano económico de 1916-1917
- 3444-G aprovando o regulamento literário do Colégio Militar, anexo ao mesmo Decreto
- 3451 reduzindo a trinta dias o prazo do concurso a que se refere o artigo 5.º do decreto de 20 de Setembro de 1888, e conservando na sua regência o professor do curso de administração naval na Escola Auxiliar de Marinha até a posse do novo professor
- 3464 fixando o quadro e vencimentos do pessoal da Secção dos Serviços de Agrimensura da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da província de Timor e extinguindo a Escola de Agrimensura na referida província
- 3469 aprovando o regulamento do Instituto das Missões Coloniais, anexo ao mesmo Decreto
- 3472 destinando aos cursos officinais do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, além das alunas que no fim do primeiro ano de preparatórios o conselho escolar julgar inábeis para seguirem outros cursos, as alunas que em 1 de Outubro contem doze anos de idade, sem terem obtido o 2.º grau de instrução primária
- 3497 ampliando o decreto n.º 3177, de 4 de Junho do corrente ano, que cedeu ao instituto de beneficência denominado Oficinas de S. José, da cidade de Guimarães, o prédio do extinto Convento das Capuchinhas, da mesma cidade
- 3500 estabelecendo que a disciplina de inglês seja regida nos 2.º e 3.º anos dos cursos da Escola de Bartolomeu dos Mártires, em Braga
- 3501 concedendo, a título provisório, à Câmara Municipal de Lisboa, o subsídio que lhe era abonado antes da promulgação da lei n.º 748, de 25 de Julho de 1917, para ocorrer às despesas da instrução primaria a seu cargo
- 3535-A criando na vila de Alcobaça uma instituição que se denominará «Colónia Agrícola Feminina de Alcobaça», destinada a ministrar a indivíduos do sexo feminino a aprendizagem dos serviços rurais segundo as modernas práticas agrícolas, e inserindo a sua organização
- 3525-A (R1 DG 200) Rectificações ao decreto n.º 3525-A, publicado em Suplemento ao Diário n.º 192, de 6 do corrente mês, que criou a Colónia Agrícola Feminina de Alcobaça
- 3543 estabelecendo que, para o efeito da autorização de permutas, seja considerado como efectivo o serviço dos professores que, no ano lectivo anterior, não tenham excedido um determinado número de faltas
- 3548 criando uma Escola de Pilotagem Elementar, anexa à capitania do pôrto do Funchal
- 3551 autorizando o Governô a despender, pelo Ministério de Instrução Pública, até a quantia de 6000\$00, em subsídios a instituições de carácter privado que mantenham escolas e abrindo um crédito especial para pagamento dos referidos subsídios
- 3552 determinando que possam efectuar-se na Escola da Arte de Representar exames singulares de francês como habilitação exigida para a matrícula no 2.º ano da mesma Escola e inserindo mais disposições relativas ao mesmo assunto
- 3565 extinguindo o lugar de amanuense da Escola Normal de Nova Goa, no Estado da Índia
- 3566 regulando a situação dos professores primários do Estado da Índia e fixando-lhes os vencimentos
- 3567 fixando os vencimentos anuais do director da Biblioteca Nacional de Nova Goa

- 3573 criando em Lisboa uma segunda escola de ensino elementar comercial, que se denominará «Escola Industrial e Comercial Benevides»
- 3573 (R1 DG 205) Rectificação ao decreto n.º 3573, de 19 do corrente, que criou em Lisboa uma segunda escola de ensino elementar comercial
- 3574-D determinando os termos em que deve ser descrito na tabela da despesa do Ministério de Instrução Pública, para o ano económico de 1917-1918, o pessoal administrativo e menor do quadro da Escola Elementar de Comércio de Ferreira Borges
- 3574-E aplicando a quantia de 1750\$00, da verba de 3000\$00 inscrita no capítulo 4.º, artigo 30.º, do orçamento do Ministério para o ano económico de 1917-1918, destinada ao pagamento dos encargos do empréstimo a contrair para a construção do edifício para a instalação do Liceu de Viseu
- 3592 modificando algumas disposições do decreto n.º 3091, de 17 de Abril de 1917, que regulamentou o ensino secundário, e mandando reabrir as aulas de todos os liceus do continente no dia 26 do corrente mês
- 3594 cedendo à Junta de Paróquia da freguesia de Freixo de Numães, distrito da Guarda, uma casa que serviu de residência paroquial, palheiros, quintal e quinteiro, para ali ser construído um edifício para escolas de ensino primário, residência da professora e biblioteca popular
- 3595 cedendo à Câmara Municipal do concelho de Leiria a antiga residência paroquial da freguesia de Carvide, e quintal anexo, para ali funcionar a escola oficial de ensino primário do sexo feminino
- 3596 cedendo à Câmara Municipal do concelho da Guarda a antiga residência paroquial da freguesia da Castanheira, com o seu passal, para construção de um edifício destinado à escola de ensino primário e habitação da professora
- 3606 autorizando o Governador Geral do Estado da Índia a criar, nos concelhos do referido Estado, escolas práticas móveis, industriais ou agrícolas
- 3617 regulando a distribuição pelos corpos administrativos dos subsídios destinados a construções escolares
- 3617 (R1 DG 211) Rectificações ao decreto n.º 3617, de 27 do corrente, que regulou a distribuição pelos corpos administrativos dos subsídios destinados a construções escolares
- 3623 estabelecendo a gratificação anual ao secretário do Liceu Central da província de Macau
- 3636 remodelando em novas bases o Conselho Inspector da Instrução Pública do Estado da Índia
- 3645 criando um curso de condutores de máquinas na Escola Industrial da Casa Pia de Évora
- 3650 anexando à Escola Auxiliar de Marinha a aula dos sargentos ajudantes condutores de máquinas anexa à Escola Profissional do Arsenal da Marinha, criada pela portaria de 5 de Agosto de 1913
- 3669 abrindo no Ministério das Finanças, a favor do da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 300000\$00, equivalente ao produto do empréstimo contratado com a Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, a fim de ser aplicado à construção do edifício da Escola Normal de Lisboa
- 3693 elevando à categoria de Liceu Central o Liceu Nacional de Maria Pia
- 3694 elevando à categoria de Liceu Central o Liceu Nacional Feminino do Pôrto
- 3695 conferindo aos liceus autonomia administrativa
- 3696 inserindo várias disposições acerca dos directores de classe e directores dos gabinetes de ensino experimental e fixando os vencimentos dos professores dos liceus nacionais centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 3697 determinando que a prática da língua inglesa no curso do estado maior será considerada como uma cadeira auxiliar nas condições das restantes cadeiras auxiliares, sendo revogado o § 2.º do artigo 8.º do decreto n.º 2469, de 23 de Junho de 1916
- 3700 mandando que seja pôsto em vigor em todas as escolas do país o artigo 9.º do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, referente ao ensino dos trabalhos manuais a ambos os sexos
- 3710 determinando que os professores de qualquer grau de ensino ou os funcionários da Secretaria do Ministério de Instrução quando tenham de se ausentar para fora da sua residência oficial, em missão de serviço público, recebam adiantadamente a quantia necessária para fazer face às despesas da passagem em 1.ª classe, por mar ou por terra, e as ajudas de custo fixadas pela legislação em vigor
- 3711 estabelecendo a forma de eleição dos cargos de reitores dos liceus do continente e ilhas adjacentes
- 3712 inscrevendo na tabela da despesa do Ministério de Instrução Pública para o ano económico de 1917-1918 as verbas destinadas ao pagamento dos vencimentos das professoras das disciplinas privativas dos cursos especiais de educação feminina anexos aos liceus femininos de Lisboa e Pôrto

Portarias

- 847 concedendo a redução de 50 por cento sobre os preços de passagem de 2.ª classe nos caminhos de ferro do Estado aos sócios, alunos, da Associação Solidária do Liceu Nacional Feminino do Pôrto
- 934 concedendo aos sócios, alunos, da Associação Académica da Escola Prática dos Correios e Telégrafos, bilhetes de identidade para o efeito de redução de 50 por cento sobre os preços de passagem em 2.ª classe nos Caminhos de Ferro do Estado
- 951 concedendo aos sócios, alunos da Associação dos Estudantes da Escola Normal do Pôrto, bilhetes de identidade para a redução de 50 por cento nas passagens de 2.ª classe nos caminhos de ferro do Estado
- 985 aprovando os estatutos da Liga de Instrução e Educação da Escola Industrial do Professor Benevides, anexos à mesma portaria, e autorizando a instalação da mesma associação no edifício da referida escola
- 1101 prorrogando por mais seis meses a concessão feita para isenção de franquias das correspondências que a Universidade Livre haja de expedir por intermédio do correio
- 1106 autorizando a Junta da freguesia da Carregosa, do concelho de Oliveira de Azeméis, a aceitar e administrar os bens de uma herança destinados à fundação e sustentação de um asilo para bacharéis formados em direito e advogados

- 1024 mandando publicar os programas das matérias para o exame de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1917-1918, anexos à mesma portaria
- 1113 aprovando e mandando publicar o regulamento do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra
- 1117 declarando de nenhum efeito a portaria n.º 1106, de 8 do corrente, que autorizou a Junta de Paróquia da Carregosa, concelho de Oliveira de Azeméis, a aceitar uma herança com destino à fundação e sustentação de um asilo para bacharéis formados em direito e advogados, visto, segundo a lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, não carecer de tal autorização
- 1124 aprovando o programa dos cursos de enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, anexo à mesma portaria
- 1167 autorizando a admissão à matrícula nos liceus dos alunos a quem ela não foi permitida nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º do artigo 16.º do decreto n.º 3091, de 17 de Abril de 1917
- 1180 aprovando o regulamento de estágio das enfermeiras habilitadas com o curso de enfermagem das mulheres portuguesas, a que se refere a alínea b) do artigo 4.º do decreto n.º 3306, de 21 de Agosto de 1917

Não especificado

- DG 69 Organização de um instituto anexo da Academia de Ciências de Portugal, fundado na cidade de Bragança sob a denominação de Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes

Programas

- DG 188 Programas de ciências físico-naturais (curso de letras) e de português, classes VI e VII (ciências)

1918

Decretos

- 3720 abrindo no Ministério das Finanças, a favor do Ministério de Instrução, um crédito especial destinado ao pagamento de serviços extraordinários de regência e de exames realizados durante o ano económico de 1916-1917 em diferentes liceus
- 3725 alterando o disposto no n.º 4.º do artigo 46.º do decreto de 24 de Outubro de 1901, acêrca dos documentos a apresentar para a concessão do diploma de professor particular de ensino musical
- 3752 suprimindo a Escola de Arte Aplicada de Soares dos Reis, transitando o seu pessoal docente para a Escola Industrial do Infante D. Henrique, e inserindo várias disposições sobre o mesmo assunto
- 3753 determinando que a cadeira 18.ª «Economia Agrícola» do Instituto Superior de Agronomia fique fazendo parte das cadeiras enumeradas no artigo 2.º da Base XI da lei n.º 825, de 8 de Setembro de 1917
- 3755 declarando sem efeito todas as licenças concedidas aos professores de instrução primária para a duplicação de serviço nas escolas primárias oficiais
- 3756 estabelecendo as normas a observar no provimento dos lugares de vigilante das escolas de ensino infantil, a que se refere o § 4.º do artigo 14.º do decreto de 23 de Agosto de 1917, e fixando-lhes o vencimento
- 3761 determinando que, enquanto durar o estado de guerra, sejam dispensadas as disposições dos artigos 2.º a 6.º, inclusive, e 9.º a 25.º, inclusive, do decreto n.º 3518, de 5 de Novembro de 1917, e as do artigo 7.º da lei n.º 787, de 24 de Agosto de 1917, para os oficiais das diversas classes da armada, e tornando aplicável o disposto no artigo 116.º do decreto de 14 de Agosto de 1892 aos oficiais da armada nomeados definitivamente professores efectivos do Colégio Militar, Instituto Feminino de Educação e Trabalho e Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar
- 3766 equiparando, para todos os efeitos, aos actuais bacharéis pelas Faculdades de Letras os professores diplomados pelo extinto curso de habilitação para o magistério secundário
- 3767 estabelecendo, até ulterior resolução, poder o Governo, em casos excepcionais, nomear interinamente para o cargo de director de qualquer estabelecimento dependente do Ministério de Instrução Pública indivíduos estranhos aos quadros desses estabelecimentos
- 3768 restabelecendo as três antigas circunscrições escolares, sendo colocados nos seus antigos lugares todos os funcionários dessas repartições e que actualmente se encontram na situação de adidos e extinguindo os lugares de secretários dos círculos escolares, devendo os respectivos funcionários regressar às suas primitivas situações de professores ou de funcionários do quadro das circunscrições escolares
- 3768 (R1 DG 74) Nova publicação, rectificada, dos artigos 6.º, 7.º e 8.º do decreto n.º 3768, publicado no Diário n.º 16, de 23 de Janeiro de 1918, que restabeleceu as três antigas Circunscrições Escolares
- 3782 criando na cidade de Beja um Museu Regional de Arte e Arqueologia
- 3783 determinando que os alunos actualmente inscritos nas Faculdades de Direito concluem os seus estudos segundo o regime que estava em vigor à data da publicação da nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito, de 15 de Setembro de 1917
- 3790 inserindo várias disposições sobre o abono das ajudas de custo e despesas de transporte dos professores e funcionários do Ministério de Instrução Pública que se ausentarem da sua residência oficial em missão de serviço público
- 3801 determinando que no § 2.º do artigo 146.º do regulamento da Escola de Construções, Indústria e Comércio, aprovado pelo decreto n.º 1069, de 19 de Novembro de 1914, seja suprimida a sua última parte, e que à 13.ª cadeira, 2.ª parte, 1.º ano, da mencionada escola seja dada a equivalência à 13.ª cadeira, 2.ª parte, do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, ou à 10.ª cadeira, 2.ª parte, da antiga Secção Secundária do mesmo Instituto
- 3845 facultando ao examinando na prova de desenho do exame de instrução primária do 2.º grau a escolha entre a cópia da estampa e a cópia do natural

- 3853 determinando que os lugares de regentes das escolas primárias do país passem a ser providos por eleição anual, que se efectuará no primeiro dia de cada ano lectivo entre o professorado das respectivas escolas
- 3862 definindo a situação legal dos alunos das Escolas Normais Superiores que obtenham aprovação nos exames de Estado, relativamente ao seu ingresso no professorado liceal
- 3863 determinando que os vencimentos de categoria e de exercício do professorado efectivo dos diferentes ramos de ensino passem a ser constituídos por uma só verba, sob a designação genérica de vencimento, correspondente à totalidade dos vencimentos anteriormente discriminados
- 3885 permitindo a todos os professores efectivos das escolas de ensino normal e de habilitação para o magistério primário acumularem até vinte e quatro horas semanais de aulas
- 3886 concedendo autonomia administrativa à Biblioteca Nacional de Lisboa
- 3886 (R1 DG 46) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 3886, publicado no Diário n.º 43, de 6 do corrente mês, concedendo, autonomia administrativa à Biblioteca Nacional de Lisboa
- 3886 (R2 DG 57) Nova publicação, rectificada, do artigo 10.º do decreto n.º 3886, de 28 de Fevereiro último, que concedeu autonomia administrativa à Biblioteca Nacional de Lisboa
- 3886 (R3 DG 76) Segunda publicação, rectificada, do artigo 10.º do decreto n.º 3886, inserto no Diário n.º 43, de 6 de Março, que concedeu autonomia administrativa à Biblioteca Nacional de Lisboa
- 3887 concedendo autonomia administrativa à Academia das Ciências de Lisboa
- 3887 (R1 DG 46) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 3887, publicado no Diário n.º 43, de 6 do corrente mês, concedendo, autonomia administrativa à Academia das Ciências de Lisboa
- 3888 mandando reger pelos decretos de 12 de Abril e 19 de Agosto de 1911 e bem assim pelo respectivo regulamento de 16 de Setembro de 1914 os alunos do Instituto Superior de Agronomia que, à data da promulgação da lei n.º 825, de 8 de Setembro de 1917, estavam já frequentando a mencionada escola
- 3908 cedendo à Câmara Municipal de Lagoa o edifício, com capela anexa, do extinto Recolhimento de S. José, sito na sede do concelho, a fim de ser aplicado à instalação de escolas de instrução primária
- 3916 extinguindo a Escola Industrial e Comercial 5 de Outubro, de Lourenço Marques, e criando na mesma cidade um liceu nacional que funcionará no edifício da extinta Escola 5 de Outubro
- 3918 aprovando a organização da Escola Móvel Profissional de Agricultura de Alves Teixeira, anexa ao mesmo Decreto
- 3930 suprimindo no quadro dos estudos da Casa Pia de Lisboa um lugar de professor de instrução primária, passando a respectiva verba orçamental a ser aplicada à dotação do lugar de professor efectivo da cadeira de física, química e ciências naturais
- 3935 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento dos concursos para provimento dos lugares de professores extraordinários e assistentes do Instituto Superior de Comércio, anexo ao mesmo Decreto
- 3991 aprovando o regulamento para as escolas de instrução primária em Timor, pôsto em vigor, provisoriamente, por portaria provincial n.º 98, de 29 de Junho de 1916, com as modificações constantes no artigo 2.º do mesmo Decreto
- 3993 concedendo subvenções ao professorado primário
- 3894 determinando que aos indivíduos habilitados com todas as cadeiras que constituem qualquer dos cursos do Instituto Superior Técnico seja passado o diploma de engenheiro da respectiva especialidade
- 4002 suspendendo o pagamento dos direitos de encarte do professorado primário, enquanto durar o estado de guerra
- 4003 estabelecendo que as futuras nomeações de secretários de liceus centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra só se considerem definitivas depois de prestada e aprovada uma caução **Revogado**
- 4004 constituindo o quadro do pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa e fixando os respectivos vencimentos
- 4005 determinando que a Biblioteca da Ajuda, incluindo os livros, mobiliário, as salas em que se acha instalada, e o edifício anexo denominado Sala da Física, continue subordinada ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos; constituindo o quadro do pessoal e fixando os vencimentos; e criando, anexo à Biblioteca da Ajuda e servido pelo pessoal do respectivo quadro, o Depósito Geral dos Livros do Estado
- 4006 extinguindo a Inspecção Privativa das Escolas Móveis, e determinando que todos os serviços passem a ser atribuições da 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal
- 4007 aprovando o regulamento da Comissão Central das Cantinas Escolares, anexo ao mesmo Decreto
- 4008 estabelecendo que o tirocínio prático complementar, a que se refere o artigo 5.º e seu § único do decreto com força de lei de 22 de Fevereiro de 1911, deixe de ser obrigatório
- 4009 dispondo que pela repetição dos exames de Estado não seja devido o pagamento de novas propinas
- 4010 determinando que para a admissão nos quadros de engenharia dos Ministérios as preferências sejam definidas pela classificação dos diplomas de engenheiro
- 4011 criando na cidade de Braga um museu de arqueologia e arte geral com a designação de Museu de D. Diogo de Sousa, que ficará a cargo da Câmara Municipal do respectivo concelho
- 4012 inserindo o regulamento do serviço de pensões de estudo das artes plásticas no estrangeiro, a que se refere o capítulo III do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 e por conta do legado Valmor
- 4013 fixando as normas a observar nas nomeações do pessoal dos quadros dos funcionários do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição (Lisboa) e determinando as atribuições do mesmo pessoal
- 4014 conferindo o grau de doutor aos diplomados pelo Instituto Superior de Agronomia ou pela Escola de Medicina Veterinária que tenham defendido tese original, e determinando que os conselhos escolares dos referidos estabelecimentos de ensino elejam respectivamente, cada um, o seu delegado ao Conselho Superior de Instrução Pública

- 4015 mandando que os saldos das importâncias destinadas pelo Ministério do Trabalho à aquisição de máquinas, instrumentos, motores agrícolas e gados continuem à ordem do director da Escola Técnica Secundária de Agricultura, em Santarém, e sejam aplicados a obras diversas de reconhecida necessidade
- 4016 tornando extensivas aos tractores que pela Direcção Geral da Agricultura forem entregues às escolas agrícolas dependentes do Ministério da Instrução Pública as atribuições conferidas à brigada técnica e à comissão de técnicos e agricultores nomeados pelo decreto n.º 3957, de 20 de Março de 1918
- 4017 dando nova redacção ao artigo 29.º da lei n.º 308, de 6 de Fevereiro de 1915, que criou o Conselho de Ensino Agrícola
- 4018 concedendo uma pensão mensal de 30\$00 a Maria Teresa de Moura de Almeida, sobrinha de José Veríssimo de Almeida, falecido professor e director do Instituto Superior de Agronomia
- 4019 transferindo dentro do orçamento da despesa do Ministério da Instrução Pública, para o ano económico de 1917-1918, a quantia de 325\$00 destinada ao pagamento dos vencimentos do antigo director da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 4020 mandando inscrever no orçamento do Ministério da Instrução Pública a verba de 602\$13 para pagamento do complemento de vencimentos de dois astrónomos de 1.ª classe do Observatório Astronómico de Lisboa
- 4030 estabelecendo que as futuras nomeações de secretários de liceus centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra só se considerem definitivas depois de prestada e aprovada uma caução
- 4046 permitindo uma época extraordinária de exames aos alunos actualmente inscritos no 5.º ano das Faculdades de Direito, ou que já concluíram os cinco anos da sua frequência nas mesmas faculdades
- 4047 mandando expropriar, por utilidade pública, 130 metros quadrados de terreno com destino à construção do novo edifício da Escola de Farmácia da Universidade do Pôrto
- 4054 constituindo o quadro do pessoal menor da Secretaria do Ministério da Instrução Pública e concedendo aos serventuários que tenham vencimentos inferiores a 420\$00 a melhoria de situação por diuturnidade de serviço na razão de 60\$00 depois de completarem vinte anos
- 4054 (R1 DG 73) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4054, inserto no Diário n.º 71, de 8 do corrente mês, que constituiu o quadro do pessoal menor da Secretaria Geral do Ministério e concedeu aos serventuários melhoria de situação por diuturnidade de serviço
- 4092 transferindo para o Ministério da Agricultura, com todo o seu pessoal, receitas e despesas inerentes, a Repartição de Instrução Agrícola e os estabelecimentos de ensino seus dependentes, integrados no Ministério da Instrução Pública pelos decretos de 13 de Outubro de 1913 e 24 de Fevereiro de 1915
- 4105 criando na vila de Alcobaça, dependente do Ministério da Agricultura, uma escola agrícola elementar, que se denominará Escola Agrícola Feminina de Vieira Natividade, destinada à educação doméstica e profissional de indivíduos do sexo feminino
- 4151 aprovando a organização do Ministério da Agricultura, anexa ao mesmo decreto **Revogado**
- 4152 aprovando o regulamento geral para os institutos do sexo feminino integrados na Provedoria Central da Assistência de Lisboa, anexo ao mesmo Decreto
- 4165 estabelecendo que sejam admitidos também à época extraordinária de exames a que se refere o decreto n.º 4046, publicado no Diário n.º 70, de 6 de Abril de 1918, os alunos que já concluíram os cinco anos da sua frequência nas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa e tenham obtido aprovação nos dois exames de ciências económicas e políticas e na parte fundamental de ciências jurídicas
- 4194 inserindo várias disposições acêrca do pagamento das despesas com o serviço extraordinário da regência de turmas ou cursos paralelos em que se dividem as classes liceais
- 4195 inserindo várias disposições acêrca do pagamento dos encargos resultantes da reorganização da Biblioteca da Ajuda e da criação do Depósito Geral dos Livros do Estado
- 4196 inserindo várias disposições acêrca do pagamento das despesas de material e diversas da Imprensa da Universidade de Coimbra
- 4249 aprovando a organização do Ministério da Agricultura em substituição da que foi aprovada pelo decreto n.º 4151, publicado em 2.º Suplemento ao Diário n.º 88, de 26 de Abril de 1918
- 4304 designando a aplicação a dar às verbas destinadas à aquisição de máquinas agrícolas e compra de gados que continuam à ordem dos directores da Escola Nacional de Agricultura e das Escolas Práticas de Agricultura de Queluz e Conde de S. Bento, em Santo Tirso
- 4308 estabelecendo a forma por que deve ser feita a admissão do público nas salas de leitura da Biblioteca Nacional
- 4309 regulando os empréstimos das espécies que se guardam na Biblioteca Nacional
- 4310 determinando que todas as oficinas tipográficas, públicas e particulares, estabelecidas no território da República, remetam, na primeira semana de cada mês, à Biblioteca Nacional, um exemplar de cada uma das obras impressas nos seus prelos durante o mês transacto, e inserindo várias disposições sôbre o mesmo assunto
- 4311 concedendo autonomia administrativa ao Arquivo Nacional
- 4312 reorganizando as Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais
- 4312 (R1 DG 127) Rectificações ao decreto n.º 4312, publicado no Diário n.º 117, de 29 de Maio de 1918, que reorganizou as Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais
- 4312 (R2 DG 134) Nova publicação do artigo 24.º do decreto n.º 4312, rectificado no Diário n.º 127, de 11 de Junho de 1918
- 4313 fixando a dotação para despesas de material e expediente da Biblioteca Popular de Lisboa e das Bibliotecas Móveis
- 4313 (R1 DG 136) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4313, inserto no Diário n.º 117, de 29 de Maio de 1918, que regulou os vencimentos do pessoal da Biblioteca Popular de Lisboa
- 4315 inserindo várias providências sôbre o pagamento das subvenções devidas ao professorado primário

- 4318 cedendo à Câmara Municipal do concelho de Guimarães, distrito de Braga, a título de arrendamento, a residência paroquial da freguesia de Lordelo e respectivos quintais, a fim de ali ser estabelecida a escola oficial do ensino primário para o sexo feminino
- 4331 determinando que os funcionários das extintas inspecções de circunscrição escolar que não se achem compreendidos no disposto dos artigos 2.º e 3.º e § único do decreto n.º 3768, publicado no Diário n.º 16, de 23 de Janeiro de 1918, e que, por virtude do disposto na lei orçamental de 31 de Agosto de 1915, tenham sido colocados noutras lugares, possam, se assim o declararem, ser colocados nos seus antigos lugares nas inspecções de circunscrição escolar
- 4332 tornando extensivas ao actual ano lectivo as disposições do decreto n.º 3137, de 16 de Maio de 1917, quanto à antecipação de exames dos alunos admitidos à matrícula na Escola de Guerra
- 4338 equiparando os vencimentos dos professores do Asilo de D. Maria Pia de Lisboa aos da Casa Pia de Lisboa
- 4357 inserindo várias disposições sobre a duração dos cursos na Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha e sobre o próximo concurso para admissão de aspirantes de marinha
- 4360 elevando a 360\$00 anuais a importância do contrato dos professores da Escola de Música de Lisboa
- 4364 ampliando às Faculdades de Ciências e precisando a doutrina expressa no decreto n.º 3766, publicado no Diário n.º 16, de 23 de Janeiro de 1918, que equiparou aos actuais bacharéis pelas Faculdades de Letras os diplomados pelo extinto curso de habilitação para o magistério secundário
- 4365 estabelecendo que nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República haja três épocas de exames: em Março, Julho e Outubro
- 4366 fixando o quadro das disciplinas da Escola Industrial e Comercial de Brotero, em Coimbra
- 4367 habilitando a comissão administrativa especial encarregada da construção do novo edifício da Escola Industrial de Brotero, em Coimbra, à execução rápida das obras de que foi encarregada
- 4368 conferindo autonomia administrativa a várias escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 4369 estabelecendo na Escola Industrial e Comercial de Brotero, em Coimbra, o curso especial de montador electricista
- 4369 (R1 DG 155) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 5.º do decreto n.º 4369, inserto no Diário n.º 125, de 7 de Junho de 1918, que estabeleceu na Escola Industrial e Comercial de Brotero, em Coimbra, o curso especial de montador electricista
- 4383 concedendo aos funcionários da Biblioteca Popular de Lisboa a regalia do aumento de vencimento pela diuturnidade de serviço nas condições fixadas pelo artigo 24.º do decreto n.º 4312, inserto no Diário n.º 117, de 29 de Maio de 1918, que reorganizou as Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais
- 4384 abrindo um crédito de 45000\$00, a fim de reforçar as dotações dos museus, gabinetes e laboratórios de diversas cadeiras da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto
- 4386 eliminando o § único do artigo 324.º do decreto n.º 4249, relativo à organização do Ministério da Agricultura, e determinando que os engenheiros agrónomos e médicos veterinários actuais professores nas escolas de agricultura e de medicina veterinária que fazem parte dos actuais quadros da Secretaria de Estado da Agricultura saíam desses quadros para ficarem formando um quadro privativo, com promoção por antiguidade, paralela à daqueles quadros, conservando todos os direitos adquiridos
- 4392 determinando que a Escola de Medicina Tropical, o Hospital Colonial, a Escola Colonial, o Instituto das Missões Coloniais e o Museu Colonial passem a depender directa e exclusivamente da Secretaria de Estado das Colónias
- 4407 determinando que o Liceu Nacional da Horta passe a denominar-se Liceu do Dr. Manuel de Arriaga
- 4408 restituindo à Sociedade Filantrópica Académica de Coimbra os valores a que se refere a alínea c) do artigo 3.º do decreto com força de lei de 22 de Março de 1911
- 4409 determinando que os estabelecimentos dependentes da Repartição de Instrução Industrial e Comercial da Secretaria de Estado da Instrução Pública passem a depender directa e exclusivamente da Secretaria de Estado do Comércio, exceptuando o Instituto Feminino de Educação e Trabalho, que passa a depender da Repartição de Instrução Secundária da Secretaria de Estado da Instrução Pública
- 4418 organizando os quadros e fixando os vencimentos do pessoal das secretarias gerais das três Universidades da República e estabelecendo uma tabela única de emolumentos universitários, cobrados por meio de estampilhas
- 4418 (R1 DG 139) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4418, inserto no Diário n.º 132, de 17 de Junho de 1918, que organizou os quadros e fixou os vencimentos do pessoal das secretarias gerais das três Universidades da República e estabeleceu uma tabela única de emolumentos universitários, cobrados por meio de estampilhas
- 4419 fixando o quadro e vencimentos do pessoal de secretaria e menor da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto
- 4420 fixando os quadros e vencimentos do pessoal de secretaria e menor das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 4426 regulando as disposições do decreto n.º 3863, publicado no Diário n.º 36, de 26 de Fevereiro de 1918, que estabeleceu a unificação dos vencimentos do professorado efectivo dos diferentes ramos de ensino
- 4430 aprovando o regulamento interno da Biblioteca Nacional anexo ao mesmo Decreto
- 4430 (R1 DG 151) Nova publicação, rectificada, dos artigos 22.º e 66.º do decreto n.º 4430, inserto no Diário n.º 134, de 19 de Junho de 1918
- 4434 estabelecendo as condições em que na próxima época se deverão realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau
- 4434 (R1 DG 137) Nova publicação, rectificada, do artigo 13.º do decreto n.º 4434, inserto no Diário n.º 135, de 20 de Junho de 1918, que estabeleceu as condições em que na próxima época se deverão realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau

- 4434 (R2 DG 149) Novas rectificações ao decreto n.º 4434, inserto no Diário n.º 135, de 20 de Junho de 1918, que estabeleceu as condições em que na próxima época se deverão realizar os exames de instrução primária do 1.º e do 2.º grau
- 4435 transferindo a verba de 6000\$00, inscrita no capítulo 3.º, artigo 2.º, do desenvolvimento da despesa da Secretaria de Estado da Instrução Pública, a fim de ser encorporada na dotação geral dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa, com aplicação à montagem de uma oficina de encadernação e reparação de livros e à aquisição de mobiliário para a sala geral de leitura da mesma Biblioteca
- 4443 mantendo ao antigo director geral das Belas Artes e da Instrução Pública e bibliotecário-mor, José de Azevedo Castelo Branco, o direito de aposentação, nos termos do decreto n.º 1, de 17 de Julho de 1886, que regulou o serviço de aposentação dos funcionários civis
- 4444 fixando o quadro e vencimentos do pessoal de secretaria e menor da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 4456 reintegrando no seu antigo lugar na Escola de Pias, concelho de Ferreira do Zêzere, o professor Camilo Carlos Ferreira
- 4463 criando sob a directa dependência da Secretaria de Estado da Instrução Pública e com sede em Lisboa, e sucursais em Coimbra e Pôrto, um internato de educação moral e profissional para os filhos dos professores primários, denominado Instituto do Professorado Primário **Revogado**
- 4473 fixando o número de alunos que podem ingressar no Instituto Feminino de Educação e Trabalho e fixando o quadro e respectivos vencimentos do pessoal e aumentando a dotação do referido estabelecimento de ensino, conforme as tabelas anexas ao mesmo Decreto
- 4480 aprovando o estatuto e regulamento interno da Academia das Ciências de Lisboa, anexos ao mesmo Decreto
- 4496 inserindo várias disposições sobre serviços de contabilidade respeitantes às despesas dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial e da Repartição de Instrução Industrial e Comercial, que transitaram da Secretaria de Estado da Instrução Pública para a Secretaria de Estado do Comércio
- 4520 fixando o quadro do pessoal menor da Secretaria Geral da Secretaria de Estado da Instrução Pública
- 4521 equiparando os vencimentos do pessoal operário da Imprensa da Universidade de Coimbra aos da Imprensa Nacional e concedendo-lhe subvenções
- 4521 (R1 DG 212) Rectificação ao decreto n.º 4521, publicado no Diário n.º 145, de 1 de Julho de 1918, que equiparou os vencimentos do pessoal operário da Imprensa da Universidade de Coimbra aos da Imprensa Nacional de Lisboa e lhes concedeu subvenções
- 4522 criando na Escola Industrial de António Augusto de Aguiar, no Funchal, a XI disciplina (língua inglesa)
- 4529 inserindo várias disposições sobre o serviço de aeronáutica militar (no art. 6.º é referida a Escola Militar de Aviação e no 7.º a Escola Militar de Aerostação)
- 4532 fixando os vencimentos do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e do inspector das Bibliotecas Populares e Móveis
- 4533 fixando o vencimento do director da Biblioteca da Ajuda
- 4533 (R1 DG 152) Rectificação ao decreto n.º 4533, que fixa o vencimento do director da Biblioteca da Ajuda, publicado no Diário n.º 146, de 2 de Julho de 1918
- 4534 provendo definitivamente no cargo de director da Escola de Belas Artes do Pôrto o escritor Antero de Figueiredo
- 4537 inserindo várias disposições sobre escolas primárias fixas e escolas primárias móveis e uniformizando o recrutamento do pessoal docente de umas e de outras
- 4538 remodelando os quadros dos Observatórios Meteorológicos anexos às Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- 4543 fixando o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Secretaria, auxiliar e menor das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- 4543 (R1 DG 151) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 4543, inserto no Diário n.º 148, de 4 de Julho de 1918, que fixou o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da secretaria, auxiliar e menor das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- 4544 aprovando o novo Estatuto universitário
- 4544 (R1 DG 158) Rectificação ao § único do artigo 2.º do Estatuto Universitário, publicado no Diário n.º 152, de 9 de Julho de 1918
- 4549 anulando o § 2.º do artigo 58.º do decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901, e autorizando o Secretário de Estado da Instrução Pública a conceder a admissão ao exame de instrução primária do 2.º grau a crianças que ainda não tenham atingido a idade de dez anos
- 4554 aprovando o novo Estatuto universitário
- 4559 fixando os vencimentos dos empregados técnicos e auxiliares do Observatório Astronómico de Lisboa, a contar de 1 de Julho de 1918
- 4579 determinando o funcionamento da Nova Escola Normal Primária de Lisboa e inserindo várias disposições sobre o mesmo assunto
- 4594 determinando que os serviços da instrução primária que, nos termos do decreto de 29 de Março de 1911 e da lei de 29 de Julho de 1913, pertenciam às Câmaras Municipais, passem a ser administrados pelo Estado, a partir do ano económico de 1918-1919
- 4595 fixando as habilitações e modo de recrutamento dos inspectores das circunscrições escolares
- 4596 criando um mensário de propaganda pedagógica intitulado A Escola Primária
- 4597 extinguindo o curso especial de educação feminina, criado pelo decreto n.º 1637, de 11 de Junho de 1915

- 4598 transferindo dentro do orçamento da despesa da Secretaria de Estado da Instrução Pública, aprovado para o ano económico de 1917-1918, a verba de 1200\$00 destinada a despesas de instalação das Secretarias das Inspecções das Circunscricções Escolares
- 4599 transferindo dentro do orçamento da despesa da Secretaria de Estado da Instrução Pública, aprovado para o ano económico de 1917-1918, a importância de 5830\$00 com aplicação especial à instalação da Biblioteca Popular de Lisboa e à organização das bibliotecas a distribuir pelo país
- 4604 mandando ingressar na Biblioteca Popular de Lisboa todos os exemplares que, em cumprimento da lei de imprensa, foram enviados à Secretaria do Estado do Interior
- 4610 regulamentando o serviço de ensino de surdos-mudos a cargo da Casa Pia de Lisboa
- 4611 equiparando os vencimentos dos professores do curso comercial da Casa Pia de Lisboa aos dos professores do curso elementar do comércio, e os dos professores de
- 4622 cedendo, a título de arrendamento, à Junta de freguesia de Ramela, concelho e distrito da Guarda, a casa da antiga residência paroquial e passal anexo, pertencentes à mesma freguesia, para o estabelecimento de uma escola de ensino primário
- 4225 fixando os quadros e vencimentos do pessoal de secretaria e menor das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 4642 autorizando o Governo a contrair um empréstimo até a quantia de 5000 contos destinado a criação de escolas de instrução primária com cantinas para alimentação dos alunos, gratuitas para os pobres, em todo o país
- 4643 regulando o serviço de ensino secundário particular e ensino secundário ministrado fora dos estabelecimentos do ensino secundário do Estado
- 4643 (R1 DG 187) Rectificação ao decreto n.º 4643, publicado em 2.º Suplemento ao Diário n.º 157, de 14 de Julho de 1918, que regulamentou o ensino secundário particular
- 4644 fixando as habilitações, modo de recrutamento e tempo de permanência em cada círculo dos inspectores primários
- 4645 criando um lugar de herborizador no Jardim Botânico, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 4646 determinando que a Biblioteca Pública de Braga continue a cargo da Câmara Municipal, e fixando o quadro do pessoal e respectivos vencimentos
- 4647 inserindo a organização das Faculdades de Ciências
- 4648 determinando que a organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa seja a que foi aprovada pelo decreto n.º 3370-C, de 15 de Setembro de 1917, com as modificações constantes das bases anexas ao presente Decreto
- 4648 (R1 DG 175) Rectificações aos decretos n.ºs 4648 (Reforma dos estudos jurídicos) e 4652 (Organização geral do ensino médico), publicados em 2.º Suplemento ao Diário n.º 157, de 14 de Julho de 1918
- 4649 reformando a organização das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra e Lisboa
- 4649 (R1 DG 185) Rectificação ao decreto n.º 4649, (reorganização das escolas normais superiores), publicado em 2.º Suplemento ao Diário n.º 157, de 14 de Junho de 1918
- 4650 reformando os serviços da Instrução Secundária
- 4650 (R1 DG 163) Nova publicação, rectificada, de vários artigos do decreto n.º 4650, de 14 de Julho, que reformou os serviços de instrução secundária, inserto no 2.º Suplemento ao Diário n.º 157, de 14 de Julho de 1918
- 4651 modificando a organização das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa
- 4652 inserindo a organização geral do ensino médico
- 4652 (R1 DG 175) Rectificações aos decretos n.ºs 4648 (Reforma dos estudos jurídicos) e 4652 (Organização geral do ensino médico), publicados em 2.º Suplemento ao Diário n.º 157, de 14 de Julho de 1918
- 4652 (R2 DG 198) Rectificações ao decreto n.º 4652, de 12 de Julho de 1918 (Diário do Governo n.º 157, 2.º Suplemento, de 14 de Julho de 1918)
- 4653 regulando o ensino oficial de farmácia
- 4659 elevando de 40 por cento, a datar de 1 de Julho de 1918 até seis meses depois de terminada a guerra, os vencimentos dos mestres de oficinas e encarregado da oficina de marcenaria no Asilo de D. Maria Pia
- 4674 dispensando aos alunos do curso do 1.º grau da Escola Prática de Correios e Telégrafos os exames a que se refere o artigo 13.º do regulamento da mesma escola, com excepção do exame da 4.ª disciplina, 1.ª parte
- 4675 reorganizando os serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública
- 4676 permitindo à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas (refere as habilitações escolares necessárias para desempenhar algumas dessas funções)
- 4678 aclarando as dúvidas suscitadas sobre a cedência dos antigos seminários diocesanos, onde ainda não funcionem serviços do Estado
- 4683 suprimindo um dos lugares de preparador do Museu Etnológico Português e restaurando o antigo lugar de desenhador do mesmo Museu
- 4685 aprovando a organização do Instituto Superior de Agronomia
- 4685 (R1 DG 167) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4685, inserto no Diário n.º 161, de 20 de Julho de 1918, aprovando, a organização do Instituto Superior de Agronomia
- 4685 (R2 DG 172) Rectificação ao decreto n.º 4685, aprovando, a organização do Instituto Superior de Agronomia, publicado no Diário n.º 161, de 20 de Julho de 1918
- 4685 (R3 DG 175) Rectificação ao Diário n.º 172, de 3 de Agosto de 1918, que inseriu rectificações ao decreto n.º 4685, que aprovou a organização do Instituto Superior de Agronomia
- 4686 aprovando a organização da Escola Superior de Medicina Veterinária

- 4686 (R1 DG 167) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4686, inserto no Diário n.º 161, de 20 de Julho de 1918, aprovando, a organização da Escola de Medicina Veterinária
- 4686 (R2 DG 172) Rectificação ao decreto n.º 4686, aprovando, a organização da Escola Superior de Medicina Veterinária, publicado no Diário n.º 161, de 20 de Julho de 1918
- 4695 remodelando os serviços de sanidade escolar
- 4709 mandando abrir concurso entre os indivíduos que em 1918 frequentaram o último ano de qualquer das Faculdades de medicina nacional, para servirem como segundos tenentes médicos auxiliares
- 4774 criando na Escola Normal Primária de Lisboa o Curso Prático de Psicologia Experimental
- 4775 determinando que a cadeira de Economia Rural, Horticultura e Jardinagem da Escola Normal Primária de Lisboa passe a denominar-se Noções de Agricultura e Economia Rural
- 4776 determinando que as cadeiras de Matemáticas Elementares e de Cosmografia da Escola Normal Primária de Lisboa sejam reunidas numa só, sob a designação de Matemáticas Elementares e Cosmografia
- 4776 (R1 DG 197) Rectificação ao decreto n.º 4776, publicado no Diário n.º 192, de 5 de Setembro de 1918
- 4777 determinando que a cadeira de Desenho Linear e Projecções da Escola Normal Primária de Lisboa passe a denominar-se simplesmente Desenho
- 4778 determinando que a cadeira de Legislação de Ensino Primário da Escola Normal Primária de Lisboa passe a denominar-se Legislação Comparada de Ensino Primário
- 4779 desdobrando a cadeira de Noções de Direito Constitucional, Civil e Administrativo, da Escola Normal Primária de Lisboa, nas cadeiras de Noções de Direito Usual e Economia Social e de Educação Social
- 4780 determinando que a cadeira de Gimnástica Pedagógica da Escola Normal Primária de Lisboa passe a denominar-se Educação Física
- 4781 regulando a cobrança do imposto especial municipal para despesas de instrução primária no ano de 1919
- 4786 aprovando o regulamento dos serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública
- 4786 (R1 DG 200) Rectificação ao decreto n.º 4786 (aprovando o regulamento dos serviços da Secretaria de Estado da Instrução Pública), publicado no Diário n.º 194, de 7 de Setembro de 1918
- 4789 permitindo a frequência da 1.ª classe nas antigas escolas de ensino normal, no próximo ano lectivo de 1918-1919, conforme as normas estabelecidas no decreto n.º 3314, de 24 de Agosto de 1917, mas não permitindo a transferência do 1.º ano das antigas escolas de ensino normal para a nova Escola Normal Primária de Lisboa
- 4793 regulando o pagamento de vencimentos e subvenções em dívida ao professorado primário por várias câmaras municipais
- 4799 aprovando o Regulamento da instrução secundária
- 4814 aclarando o artigo 6.º do regulamento interno da Biblioteca Nacional, aprovado pelo decreto n.º 4430, de 13 de Junho de 1918
- 4814 (R1 DG 208) Rectificação ao número da portaria aclarando o artigo 6.º do regulamento interno da Biblioteca Nacional, publicada no Diário n.º 202, de 17 de Setembro de 1918, sob a designação do decreto n.º 4814
- 4815 aprovando o regulamento da junta médica da Secretaria de Estado da Agricultura (são mencionados os serviços médico-pedagógicos e de higiene escolar das escolas agrícolas e do ensino industrial e comercial)
- 4822 determinando que no corrente ano escolar de 1917-1918 haja excepcionalmente nos liceus uma nova época de exames
- 4831 aprovando a organização do ensino agrícola móvel
- 4845 criando em Lisboa, junto do Instituto Superior do Comércio, um Museu Comercial, destinado a ensinamento do público em geral e especialmente dos alunos daquele estabelecimento de instrução
- 4847 criando um fundo especial denominado Fundo das Construções Escolares 5 de Dezembro
- 4856 aprovando a organização da Estação de Ensaio de Máquinas Agrícolas (os terrenos cedidos para a organização desta estação de ensaio serão devolvidos à posse do Instituto Superior de Agronomia pelo decreto n.º 11425)
- 4860 regulando as funções do cargo de assistente no Instituto Superior de Comércio
- 4874 aprovando e mandando pôr em execução a nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 4875 aprovando o regulamento interno da Biblioteca da Ajuda
- 4885 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento do curso superior de bibliotecário arquivista
- 4888 aprovando o regulamento interno da Biblioteca Popular de Lisboa
- 4900 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra e Lisboa
- 4900 (R1 DG 229) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4900, aprovando e mandando pôr em execução o regulamento das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra e Lisboa
- 4946 abrindo um crédito especial da quantia de 250000\$00 destinado a ocorrer, no actual ano económico de 1918-1919, a despesas com a conclusão do edifício do Liceu Central Feminino de Lisboa
- 4945 determinando as disciplinas que devem constituir as diversas secções das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa
- 4961 aprovando o regulamento do ensino secundário feminino
- 4961 (R1 DG 1 de 1919) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 4961, inserto no Diário n.º 247, de 14 de Novembro de 1918, que aprovou o regulamento do ensino secundário feminino
- 4967 fixando a dotação da Escola Comercial de Ferreira Borges para pagamento dos salários do pessoal jornalista
- 5002 aprovando os programas do ensino secundário

- 5026 concedendo um subsídio anual à cadeira de língua e literatura portuguesas a criar na Universidade de Londres, com o título de «Cadeira Camões»
- 5029 inserindo a Organização do ensino industrial e comercial
- 5029 (R1 DG 4 de 1919) Rectificação ao decreto n.º 5029 (organização do ensino industrial e comercial), inserto no Diário do Governo n.º 263, de 5 de Dezembro de 1918, e nova publicação do relatório que precedeu o referido Decreto
- 5033 inserindo várias disposições a fim de obviar quanto possível aos prejuízos resultantes do encerramento das aulas da Escola Naval durante o período da epidemia reinante
- 5034 regulando o serviço de organização dos orçamentos da despesa da instrução primária dos diversos concelhos, assim como o do processamento das mesmas despesas, quer de pessoal, quer de material e diversas, a fim de que os respectivos pagamentos possam realizar-se com a maior pontualidade
- 5037 determinando que a nova época de exames nos liceus, concedida, excepcionalmente, pelo artigo 1.º do decreto n.º 4822, de 17 de Setembro de 1918, seja extensiva a todos os alunos da 7.ª classe, que no apuramento final do ano lectivo de 1917-1918 foram eliminados por falta de média
- 5038 determinando que o Liceu Nacional de Viana do Castelo passe a denominar-se Liceu de Gonçalo Velho
- 5047 aprovando e mandando pôr em execução a nova organização da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto
- 5053 remodelando o ensino das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 5053 (R1 DG 270) nova publicação do decreto n.º 5053, remodelando o ensino das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 5053 (R2 DG 281) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5053, inserto no Diário n.º 270, de 13 de Dezembro de 1918, que remodelou o ensino das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 5053 (R3 DG 28 de 1919) Nova publicação, por ter saído incompleta, da tabela de vencimentos que fez parte do decreto n.º 5053, inserto no Diário n.º 270, de 13 de Dezembro de 1918, remodelando o ensino das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 5054 fixando o quadro dos médicos escolares, para execução do decreto com força de lei n.º 4695, publicado no Diário n.º 163, de 23 de Julho de 1918, que reorganizou os serviços de sanidade escolar
- 5062 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento literário do Colégio Militar

Portarias

- 1209 tornando extensiva a isenção de franquia para o Boletim Patriótico da Universidade Livre, destinado aos expedicionários portugueses
- 1221 encarregando a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de organizar um manual intitulado Vade-me-cum do Investigador Histórico
- 1221 (R1 DG 31) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 1221, insertas no Diário n.º 27, de 13 do corrente mês, que encarregaram a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de organizar um manual intitulado Vade-mecum do Investigador Histórico
- 1222 encarregando a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de organizar a bibliografia histórica portuguesa
- 1222 (R1 DG 31) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 1222, insertas no Diário n.º 27, de 13 do corrente mês, que encarregaram a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos de organizar a bibliografia histórica portuguesa
- 1237 encarregando a Sociedade Portuguesa das Ciências Naturais de organizar a Bibliografia Portuguesa das Ciências Histórico-Naturais
- 1239 aprovando o regulamento sôbre as faltas das praças do corpo de alunos da armada às formaturas na Escola Naval
- 1241 mandando cumprir integralmente o preceituado no artigo 49.º do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, dando-se-lhe a interpretação devida na parte a que se refere à «garantia da competência legal dos professores e prescrições da higiene escolar», não se permitindo assim cursos ou escolas cujos períodos de trabalho sejam superiores aos adoptados nas escolas de ensino primário oficial
- 1243 determinando que nas últimas classes das escolas primárias para o sexo feminino seja incluída nos seus programas a prática da remendagem e da passagem a ferro sôbre peças de roupa
- 1288 autorizando o director da Escola Técnica Secundária de Agricultura, em Santarém, a aceitar dois legados
- 1293 autorizando a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Gondariz, concelho de Terras do Bouro, distrito de Braga, a desviar dos seus fundos, a quantia de 200\$00, destinada à construção do cemitério público e a auxiliar as obras de edificação de uma casa escolar na mesma freguesia
- 1294 autorizando a Confraria do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Gondariz, concelho de Terras do Bouro, distrito de Braga, a desviar dos seus fundos, a quantia de 800\$00, destinada à construção do cemitério público e a auxiliar as obras de edificação de uma casa escolar na mesma freguesia
- 1361 esclarecendo que as subvenções fixadas nos decretos n.ºs 3420 e 4056, a que têm direito os professores de instrução secundária e empregados menores dos liceus que recebem os seus vencimentos pelos cofres dos corpos administrativos devem por estes ser pagos, respectivamente, desde 1 de Setembro de 1917 e 1 de Março de 1918
- 1377 determinando que no salão do Teatro de S. Carlos se instalem provisoriamente os serviços da Biblioteca Popular de Lisboa
- 1382 homologando a fusão das Associações de Socorros Mútuos União e Progresso do Operário e Instrução do Operário Liberal, com sede no Pôrto
- 1387 determinando que, enquanto se não criarem os serviços da educação popular, corram pela 1.ª Repartição de Instrução Primária os serviços das Bibliotecas Populares e Móveis
- 1388 mandando entregar a vários estabelecimentos e repartições as publicações que a Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais tinha em depósito e a parte do Arquivo da mesma Secretaria Geral

- 1389 determinando que passe a ser desempenhado pela Secretaria da Biblioteca Nacional o serviço das permutações internacionais estabelecido pela Convenção de Bruxelas de 15 de Março de 1886, aprovada por carta de lei de 25 de Maio de 1888
- 1399, dispensando a Academia das Ciências do cumprimento do artigo 9.º do decreto n.º 3887, publicado no Diário n.º 43, de 6 de Março de 1918, que concedeu autonomia administrativa à Academia das Ciências de Lisboa
- 1404 mandando publicar os programas, anexos à mesma portaria, das matérias sobre que tem de versar o exame de admissão à Escola de Construções, Indústria e Comércio no próximo ano lectivo de 1918-1919
- 1406 considerando a Repartição de Instrução Industrial e Comercial como autónoma para os efeitos de despacho, nas relações com as estações oficiais e com os estabelecimentos que dela dependem, salvos os casos especiais previstos nas leis em vigor
- 1408 providenciando para que o serviço de exames nos liceus esteja concluído até 15 de Agosto de 1918
- 1418 autorizando a Confraria do Bom Jesus de Matozinhos, da vila e concelho dêste nome, a adquirir por compra um prédio a fim de ser aplicado à instalação de escolas profissionais
- 1421 fixando o primeiro dia útil de Julho para a eleição dos reitores dos liceus
- 1428 inserindo várias disposições acerca das instalações da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, e do Museu D. Diogo de Sousa e Liceu Central de Sá de Miranda, da mesma cidade, e encarregando uma comissão da direcção e administração dos referidos trabalhos
- 1435 inserindo várias instruções a observar acerca do pagamento das subvenções do professorado primário
- 1449 estabelecendo as normas a seguir para a prova de diuturnidade de serviço dos professores dos liceus
- 1452 mandando entregar à comissão instaladora da nova Escola Normal Primária de Lisboa o mobiliário e material didático desnecessário à Escola de Ensino Primário Superior
- 1460 estabelecendo as normas a seguir na primeira concessão de pensões de estudo, a que se refere o artigo 55.º do decreto n.º 4650, que reforma os serviços de instrução secundária
- 1460 estabelecendo as normas a seguir na primeira concessão de pensões de estudo, a que se refere o artigo 55.º do decreto n.º 4650, que reforma os serviços de instrução secundária
- 1512 designando os preceitos a seguir na prestação de provas de exame em Outubro por parte dos alunos que na época normal faltaram a todas ou a algumas dessas provas
- 1513 dividindo em três secções a Repartição de Instrução Secundaria
- 1516 autorizando a comissão instaladora da nova Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica) a contratar com as escolas industriais Marquês de Pombal e Afonso Domingues, e outros estabelecimentos de ensino oficial onde haja trabalhos officinais, os fornecimentos de mobiliário e de material didático
- 1517 pondo à disposição da comissão instaladora da nova Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica) a verba orçamental de 10000\$00, que lhe compete para a sua instalação
- 1528 determinando que os terrenos e edificações da Quinta de Marrocos, em Bemfica, adquiridos pelo Estado, sejam entregues à Direcção da Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica)
- 1529 determinando que a Repartição Pedagógica Primária, quanto à generalidade do seu expediente, fique dividida em duas secções, e designando os serviços a seu cargo
- 1530 tornando extensiva aos alunos que por motivo de força maior, ou de doença devidamente verificada, faltaram a exame na época normal, a permissão de fazerem exame completo na época extraordinária de Outubro próximo
- 1530 (R1 DG 207) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 1530, inserta no Diário n.º 206, de 21 de Setembro de 1918
- 1531 dividindo a Repartição de Instrução Artística em duas secções e designando os serviços a seu cargo
- 1534 dividindo em duas secções a Repartição do Pessoal Primário
- 1535 inserindo a legislação revogada sobre bibliotecas eruditas e arquivos
- 1539 mandando passar à Secretaria de Estado da Instrução Pública, para darem entrada na Biblioteca Popular de Lisboa, todas as publicações que não interessem aos serviços da Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos
- 1568 dividindo em três secções a Repartição de Instrução Universitária
- 1582 contando como tempo e meio de trabalho lectivo o período de noventa minutos de duração dos cursos práticos das escolas normais primárias, para efeitos de distribuição de serviço escolar, ordinário ou extraordinário, e respectiva remuneração
- 1594 regulando a substituição dos vogais dos conselhos administrativos dos liceus
- 1600 mandando que seja entregue à Obra de Assistência 5 de Dezembro um edifício escolar na Rua de Fernandes Guimarães, da cidade do Pôrto, mandado construir por conta do legado de António Maria dos Santos
- 1619 determinando que na contagem do tempo de serviço para o aumento de vencimento por diuturnidade dos funcionários das bibliotecas eruditas, populares e móveis, e dos arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública, seja considerado o tempo do serviço prestado nas bibliotecas municipais e o prestado como empregados contratados ou interinos nos referidos estabelecimentos do Estado
- 1620 rectificando o artigo 5.º do regulamento interno da Biblioteca Nacional

1919

Leis

- 861 regulando a nomeação dos reitores das Universidades e Liceus e dos directores doutros estabelecimentos de ensino e o preenchimento das vagas de professor, e promulgando várias disposições relativamente a exames
- 877 inserindo várias alterações ao decreto n.º 5029 (Organização do ensino industrial e comercial), publicado no Diário do Governo n.º 263, de 5 de Dezembro de 1918

- 879 criando em Bragança uma escola industrial e em Miranda do Douro uma escola de artes e ofícios e fixando os quadros do respectivo pessoal
- 879 (R1 DG 197) Nova publicação, rectificadora, da lei n.º 879, de 15 de Setembro de 1919, que cria em Bragança uma escola industrial e em Miranda do Douro uma escola de artes e ofícios e fixa os quadros do respectivo pessoal
- 895 criando uma escola elementar de comércio e indústria em Silves
- 901 fixando os vencimentos anuais dos serventuários das escolas primárias oficiais
- 920 determinando que os alunos das Faculdades de Direito que requereram exames de Estado no mês de Outubro de 1918 e que não concluíram os mesmos exames fiquem dispensados das provas orais, quando hajam sido aprovados nas provas escritas

Decretos

- 5078 aprovando o regulamento das Escolas Primárias Superiores **Anulado** pelo 5078
- 5082 modificando o regulamento da Casa Pia de Lisboa, de 4 de Novembro de 1911, na parte que respeita à admissão de menores no mesmo estabelecimento
- 5089 abrindo um crédito especial destinado ao pagamento dos vencimentos e gratificações do pessoal docente, administrativo e menor, e de material e despesas diversas dos Liceus Femininos de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 5096 distinguindo com designações próprias os vários estabelecimentos de ensino secundário
- 5096 (R1 DG 180 de 1920) Rectificação ao decreto n.º 5096, que distinguiu com designações próprias os vários estabelecimentos de ensino secundário, publicado no Diário do Governo n.º 8, de 13 de Janeiro de 1919
- 5100 aprovando o regulamento do Instituto Industrial de Lisboa
- 5100 (R1 DG 12) Nova publicação, rectificadora, do artigo 55.º do regulamento do Instituto Industrial de Lisboa, aprovado por decreto n.º 5100, inserto no Diário do Governo n.º 10, de 15 de Janeiro de 1919
- 5102 aprovando o regulamento do Instituto Superior do Comércio de Lisboa
- 5103 mantendo os vencimentos dos serventes das escolas primárias de Lisboa, estabelecidos pela respectiva Câmara Municipal, e fixando os vencimentos dos mesmos das outras escolas do país
- 5114 aprovando os estatutos do Instituto Português em Roma
- 5119 cedendo ao Ministério da Instrução Pública, a título de venda, parte do terreno da cêrca do extinto Seminário de Viseu, destinado à construção do edifício do Liceu de Alves Martins, da mesma cidade
- 5121 inserindo várias disposições acêrca das obras de construção de edifícios e de melhoramentos dêstes a executar nos estabelecimentos dependentes do Ministério da Agricultura
- 5121 (R1 DG 21) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 5121, inserto no Diário n.º 18, de 27 de Janeiro do corrente ano de 1919, criando em cada uma das Direcções do Ministério da Agricultura uma comissão permanente denominada Comissão de Construções, e regulando as suas atribuições
- 5121 (R2 DG 24) Rectificação ao número do decreto que teve segunda publicação no Diário n.º 21, de 1 de Fevereiro de 1919, criando em cada uma das Direcções do Ministério da Agricultura uma comissão permanente denominada Comissão de Construções
- 5122 inserindo várias disposições acêrca dos exames dos alunos de estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministério da Agricultura que demonstrem haver desempenhado serviços de campanha, em França ou na África, durante a última guerra
- 5142 aprovando o regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 5143 abrindo um crédito especial da quantia de 64000\$00, correspondente ao aumento de encargos derivados da criação da Direcção Geral de Ensino Industrial e Comercial
- 5145 abrindo um crédito especial da quantia de 164\$38, destinada ao pagamento, à Caixa Geral de Depósitos, da comissão liquidada ao empréstimo de 300000\$00 para o Instituto Superior Técnico, relativa ao período de 1 a 20 de Julho de 1918
- 5156 declarando nulo e de nenhum efeito o decreto de 5 de Junho de 1915, publicado no Diário n.º 110, de 11 do mesmo mês, que, a título de arrendamento, cedeu à Câmara Municipal de Arraiolos, distrito de Évora, o presbitério de Sant'Ana do Campo, para nele estabelecer uma escola e residência do respectivo professor
- 5157 declarando sem efeito o decreto de 16 de Novembro de 1917, publicado no Diário n.º 205, de 23 do mesmo mês, cedendo, a título de venda, à Câmara Municipal do concelho da Guarda, a residência paroquial da freguesia da Castanheira, do referido concelho, a fim de ali ser construído um edifício destinado a escola de ensino primário
- 5158 declarando sem efeito o decreto de 20 de Dezembro de 1914, publicado no Diário n.º 246, de 20 do mesmo mês, na parte que respeita à cedência feita, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho de Guimarães, do presbitério de S. Faustino de Vizela, destinado a uma escola de ensino primário
- 5159 abrindo um crédito especial da quantia de 20000\$00 a fim de subsidiar os alunos da Universidade de Coimbra, que, em consequência do movimento revolucionário do norte, se encontram privados dos recursos com que as respectivas famílias ocorrem à sua manutenção
- 5162 aprovando o regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, anexo ao mesmo Decreto
- 5163 determinando que os exames finais do curso da Escola Prática de Correios e Telégrafos tenham lugar dentro do corrente mês de Fevereiro
- 5168 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento de sanidade escolar
- 5183 considerando válidas, para preenchimento das vagas existentes no quadro de segundos oficiais do Ministério da Instrução Pública, as provas públicas prestadas em Abril de 1912 pelos candidatos classificados no primeiro grupo que possuam um curso superior e sejam antigos funcionários do referido Ministério

- 5192 cedendo à Junta da Freguesia de Pera de Moço, concelho da Guarda, a título de venda, a casa da residência paroquial, para proceder à sua reconstrução e adaptação a residência dos professores primários da mesma freguesia
- 5199 distribuindo pelos actuais Institutos Industrial e Comercial de Lisboa os saldos das dotações atribuídos no orçamento em vigor à antiga Escola de Construções, Indústria e Comércio
- 5203 regulando a forma do apuramento da responsabilidade dos magistrados e funcionários públicos civis ou militares que, durante a última insurreição monárquica, se envolveram em quaisquer factos anormais, faltando, no exercício dos seus cargos, eu fora dêle, à lialdade e subordinação devidas às Instituições e às leis, e inserindo várias disposições sôbre o mesmo assunto
- 5204 passando para o Estado todos os encargos com a sustentação do Liceu Nacional Fernão de Magalhães, de Chaves
- 5207 anulando o decreto n.º 5078, de 24 de Dezembro de 1918, publicado no Diário do Govêrno n.º 1, de 2 de Janeiro de 1919, que aprovou o regulamento das escolas primárias superiores
- 5208 brindo um crédito especial da quantia de 16660\$00, destinada ao pagamento dos vencimentos e gratificações dos médicos escolares e da Junta de Sanidade Escolar
- 5222 anulando o § 3.º do artigo 36.º do decreto n.º 4786, de 5 de Setembro de 1918, acêrca do provimento dos lugares de primeiros e segundos oficiais do Ministério da Instrução Pública
- 5229 estabelecendo que o preenchimento das vagas dos lugares de directores gerais, de chefes de repartição das secretarias e de chefes ou encarregados de quaisquer serviços do Estado ou dêles dependentes possa recair em pessoas idóneas da confiança do regime, independentemente das formalidades e requisitos estabelecidos nas leis e regulamentos em vigor
- 5231 mandando que as cadeiras de Estética e Historia da Arte, anexas às Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra, sejam providas em professores privativos, e inserindo várias disposições sôbre a regência actual das cadeiras de Estética e História da Arte e Hebreu, anexas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 5232 abrindo um crédito especial da quantia de 50000\$00, a fim de ocorrer ao pagamento das férias do pessoal operário e do material necessário para o prosseguimento das obras de construção do edifício da Escola Normal Primária de Lisboa
- 5233 abrindo um crédito especial da quantia de 7440\$00, destinado a ocorrer ao pagamento da despesa com o aumento dos vencimentos dos professores e demais pessoal das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, nos termos do decreto com força de lei n.º 5053, de 30 de Novembro de 1918
- 5240 organizando junto da Escola de Belas Artes de Lisboa um museu escolar de escultura comparada constituído por moldagens dos exemplares da escultura antiga e moderna, e nomeando director e organizador do referido museu o professor da cadeira de história da arte antiga e medieval da Escola de Belas Artes de Lisboa
- 5259 transferindo, do Ministério das Colónias para o Ministério da Instrução Pública (Repartição de Instrução Secundária), o Instituto de Missões Coloniais
- 5267 reorganizando os serviços do Ministério da Instrução Pública
- 5267 (R1 DG 58) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5267 (reorganização dos serviços do Ministério da Instrução Pública), inserto no Diário do Govêrno n.º 56, de 19 de Março de 1919
- 5267 (R2 DG 63) Nova publicação, rectificada, do artigo 8.º e seu § único do decreto n.º 5267 (reorganização dos serviços do Ministério da Instrução Pública), inserto no Diário do Govêrno n.º 56, de 19 de Março de 1919, e novamente publicado no Diário do Govêrno n.º 58, de 21 do mesmo mês e ano
- 5270 cedendo ao Liceu de Castelo Branco, a título de venda, 786 metros quadrados de terreno destinado aos recreios dos alunos do mesmo Liceu
- 5276 considerando o pessoal da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial como fazendo parte do quadro privativo da Secretaria Geral do Ministério do Comércio e fixando a categoria e os vencimentos dos chefes de secção e das dactilógrafas da referida Direcção Geral
- 5277 abrindo um crédito especial da quantia de 4000\$00 correspondente ao aumento de encargos derivados da criação dos lugares de médicos das escolas do ensino industrial e comercial
- 5278 aprovando o regulamento do Instituto do Professorado Primário
- 5278 (R1 DG 62) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do regulamento do Instituto do Professorado Primário, aprovado por decreto n.º 5278, publicado no Diário n.º 58, de 21 de Março de 1919
- 5278 (R1 DG 64) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5278, inserto no Diário do Govêrno n.º 58, de 21 de Março de 1919, que fixou o quadro provisório e respectivos vencimentos do pessoal do Instituto do Professorado Primário
- 5279 fixando o quadro e tabela de vencimentos do pessoal do Instituto do Professorado Primário, bem como a verba necessária para a instalação e funcionamento do mesmo Instituto e ainda o número do alunos admitidos à matrícula do 1.º ano
- 5280 determinando que as primeiras nomeações para as escolas anexas à Escola Normal Primária de Lisboa sejam feitas por livre escolha do Govêrno em indivíduos com a habilitação legal e que possuam reconhecida competência para o ensino das referidas escolas
- 5286 abrindo um crédito especial de 92618\$16, correspondente ao aumento de encargos derivados da reforma dos Institutos Superiores Técnico e do Comércio, ao desdobramento da antiga Escola de Construções, Indústria e Comércio, e das Escolas Industriais e Comerciais
- 5287 suspendendo, até que sejam regulamentados, o artigo 1.º do decreto n.º 4595 e o artigo 2.º do decreto n.º 4644, que estabelecem, respectivamente, a forma de concursos de provas públicas para provimento de lugares de inspectores de circunscrição e de círculos escolares, pondo em vigor o decreto de 29 de Março de 1911, que reorganizou os serviços de instrução primária, e o regulamento da fiscalização do ensino primário, de 23 de Agosto do mesmo ano

- 5288 autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 650000\$00 destinado a aquisição do terreno e construção do novo edifício para o Liceu Central de Gil Vicente, e aquisição de material e mobiliário escolar
- 5299 mandando pôr em execução o regulamento para a concessão de prémios aos alunos das Escolas de Enfermagem Hípica e de Siderotecnia
- 5305 concedendo excepcionalmente a aposentação ordinária aos funcionários civis com mais de sessenta anos de idade e trinta e cinco de bom e efectivo serviço e sem o tempo de classe consignado no artigo 7.º do decreto n.º 1 de 17 Julho de 1886
- 5310 elevando a 50\$00 mensais o vencimento dos professores de ensino especial da Casa Pia de Lisboa
- 5311 equiparando os vencimentos dos professores de instrução primária do Asilo de D. Maria Pia aos dos professores da mesma disciplina na Casa Pia de Lisboa
- 5322 fixando, nos termos anexos ao mesmo decreto, os vencimentos do pessoal docente e demais funcionários das escolas normais primárias, do pessoal docente e demais funcionários das antigas escolas de ensino normal a converter em escolas primárias superiores, dos inspectores dos círculos escolares e os vencimentos, subsídios de residência e para renda de casa do professorado primário
- 5323 definindo quais as atribuições dos inspectores das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e das Bibliotecas Populares e Móveis, criando a secretaria da Inspeção e fixando o respectivo quadro e vencimentos
- 5324 estabelecendo a equivalência entre as cadeiras da antiga Escola de Engenheiros, anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, e as da Faculdade Técnica da mesma Universidade
- 5336 inserindo a organização das Escolas Móveis
- 5336 (R1 DG 98) Nova publicação, rectificadora, do artigo 2.º do decreto n.º 5336 (Organização das escolas móveis), inserto no Diário do Governo n.º 64, de 28 de Março de 1919
- 5336 (R2 DG 103) Rectificação ao decreto n.º 5336 (Organização das escolas móveis), inserto no Diário do Governo n.º 64, de 28 de Março de 1919
- 5337 determinando que o Liceu Central de Castilho, no Pôrto, passe a denominar-se Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno
- 5338 criando um lugar de conservador no Museu de Arte Contemporânea de Lisboa
- 5344 fixando os quadros do respectivo pessoal das escolas de ensino industrial e comercial e inserindo várias disposições sôbre o mesmo assunto
- 5344 (R1 DG 68) Rectificações ao decreto n.º 5344, publicado no Diário n.º 65, de 29 de Março, que fixa os quadros do respectivo pessoal das escolas de ensino industrial e comercial
- 5345 fixando o quadro do pessoal menor do Liceu Central de Gil Vicente, em Lisboa
- 5355 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 5368 incumbindo ao Poder Executivo a acção disciplinar sôbre os magistrados e funcionários, civis ou militares, para apreciação e julgamento das infracções que do mesmo decreto fazem parte
- 5371 dando uma nova organização à Repartição de Sanidade Escolar, que passa a denominar-se Inspeção Geral de Sanidade Escolar e fica adstrita à Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública
- 5372 inserindo várias disposições sôbre serviços médico-escolares
- 5373 criando no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Construções Escolares
- 5399 abrindo um crédito especial da quantia de 2000\$00 destinado ao pagamento dos encargos, no actual ano económico, do empréstimo para o Liceu de Alexandre Herculano, no Pôrto
- 5403 permitindo que os professores que transitarem do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto para os Institutos Superior do Comércio, Industrial e Comercial da mesma cidade, bem como os que para êle forem nomeados para completar os respectivos quadros do pessoal docente no actual ano lectivo, possam ser providos na categoria de professores ordinários, independentemente das prescrições estabelecidas no decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918
- 5404 fixando a média de aproveitamento dos alunos do Instituto Superior de Agronomia para a admissão a exame final e fixando o número máximo de faltas que o aluno pode dar nas diferentes disciplinas
- 5405 tornando extensiva a doutrina do artigo 1.º do decreto n.º 5122 a todos os alunos dos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministério da Agricultura que demonstrem ter perdido a freqüência dos seus cursos, durante um ou mais anos, por motivo da mobilização militar a que foram obrigados por causa da guerra, quer êsses alunos tivessem estado em campanha ou não na África ou na França e inserindo várias disposições sôbre o mesmo assunto
- 5410 fixando os vencimentos dos funcionários do Ministério da Instrução Pública
- 5417 aprovando o regulamento do Conselho do Ensino Industrial e Comercial
- 5449 permitindo, na primeira quinzena de Maio de 1919, uma época extraordinária de exames aos alunos actualmente inscritos no 5.º ano das Faculdades de Direito, ou que já concluíram os cinco anos da sua freqüência nas mesmas Faculdades, e aos que já concluíram os cinco anos da sua freqüência nas Faculdades de Medicina
- 5463 modificando a redacção dos artigos 23.º e 25.º do decreto n.º 4653, de 14 de Julho de 1918, que reorganizou as Escolas Superiores de Farmácia das três Universidades da República
- 5464 autorizando o Governo a contrair um empréstimo de 25000\$00 com a Caixa Geral de Depósitos, destinado à conclusão do edifício da Escola Superior de Farmácia da Universidade do Pôrto e à aquisição do respectivo mobiliário e material didáctico
- 5465 autorizando o pagamento dos vencimentos dos professores e assistentes chamados pela Universidade do Pôrto para a regência e demais serviços das respectivas disciplinas

- 5467 inserindo a distribuição da verba de 13710\$00, para subsídio às inspecções dos círculos escolares para prontificação dos serviços de liquidação das despesas da instrução primária
- 5468 transferindo, dentro do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1918-1919, a quantia de 600\$00, a fim de ser reforçada a dotação para material e despesas diversas do Liceu Central de Sá de Miranda
- 5470 abrindo um crédito especial da quantia de 10000\$00, destinada à aquisição do edifício contíguo ao Liceu Central de Vasco da Gama (Aveiro) e às despesas com a apropriação do referido edifício para ampliação do mesmo Liceu
- 5477 fixando em dez o número de segundos oficiais do Ministério e em vinte o número de terceiros oficiais
- 5478 regulando o funcionamento da Repartição das Construções Escolares
- 5478 (R1 DG 91) rectificada, do decreto n.º 5478, de 26 de Abril de 1919, inserto no Diário do Govêrno n.º 90, de 30 do mesmo mês, regulando o funcionamento da Repartição das Construções Escolares
- 5479 passando para o Estado todos os encargos resultantes da manutenção do Liceu de Eça de Queiroz, na Póvoa de Varzim
- 5480 equiparando o vencimento dos conservadores do Museu Nacional de Arte Antiga aos dos primeiros oficiais do Ministério da Instrução Pública
- 5482 determinando que, quando o número de vagas de surdos-mudos na Casa Pia de Lisboa fôr superior ao número de candidatos em condições de serem nelas providos, poderão as excedentes ser preenchidas por menores domiciliados em Lisboa
- 5490 criando em Chaves uma escola industrial e uma aula comercial e fixando os respectivos quadros do pessoal
- 5490 (R1 DG 109) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 5490, inserto no Diário do Govêrno n.º 91, de 2 Maio de 1919, que criou em Chaves uma escola industrial e uma aula comercial e fixou os respectivos quadros do pessoal
- 5491 regulando a constituição do 6.º grupo, sciências filosóficas, das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 5491 (R1 DG 98) Alteração do artigo 2.º do decreto n.º 5491, inserto no Diário do Govêrno, que regulou a constituição do 6.º grupo, sciências filosóficas, das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 5504 Determina que os inspectores escolares enviem aos professores do seu círculo o mapa da qualidade e efectividade do serviço prestado no ano lectivo anterior, depois de êle terminado, desde que o solicitem para efeito de concurso, e tenham enviado os elementos estatísticos necessários para tal fim
- 5504 (R1 DG 98) Nova publicação, rectificada, do § 2.º do artigo 5.º do decreto n.º 5504, inserto no Diário do Govêrno n.º 93, de 5 de Maio de 1919, que transformou em Escolas Primárias Superiores as antigas Escolas Normais de Lisboa, Pôrto e Coimbra e as de habilitação ao magistério do ensino primário nas sedes dos restantes distritos do país
- 5505 criando três Escolas Primárias Superiores com sedes, respectivamente, em Lisboa, Pôrto e Santarém, além das Escolas Primárias Superiores resultantes da transformação determinada pelo artigo 1.º do decreto n.º 5504, de 5 de Maio de 1919
- 5511 admitindo à época extraordinária de exames a que se refere o decreto n.º 5449, de 25 de Abril de 1919, os alunos que já concluíram os cinco anos da sua frequência nas Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa e Coimbra, e tenham obtido aprovação nos dois exames de Ciências Económicas e Políticas e na parte fundamental de Ciências Jurídicas, e bem assim os alunos das mesmas Faculdades que foram mobilizados e que, por causa do serviço militar, não puderam prestar as suas provas nas épocas normais
- 5521 fixando os vencimentos do corpo docente do Liceu de Macau
- 5522 concedendo ao professor de inglês do Liceu de Macau, Henrique Hyndman, a pensão extraordinária de 400\$00 anuais
- 5523 autorizando a Universidade do Pôrto a levantar da Caixa Geral de Depósitos um empréstimo destinado à construção de edifício próprio, instalação do museu e laboratório de zoologia
- 5538 equiparando os vencimentos dos oficiais da classe civil e serventuários pertencentes ao quadro da Escola Naval aos dos funcionários da mesma categoria do Ministério da Marinha
- 5538 (R1 DG 98) Rectificação ao artigo 1.º do decreto n.º 5538, publicado no Diário do Govêrno n.º 97, de 9 de Maio de 1919, que equiparou os vencimentos dos oficiais da classe civil e serventuários pertencentes ao quadro da Escola Naval aos dos funcionários da mesma categoria do Ministério da Marinha
- 5539 modificando o quadro do pessoal operário da Escola Naval
- 5545 alterando a actual organização dos círculos escolares do Ensino Primário e Normal
- 5546 remodelando os serviços do Conservatório de Lisboa, que passa a denominar-se Conservatório Nacional de Música
- 5546 (R1 DG 98) Rectificação à tabela n.º 1, anexa ao decreto n.º 5546, de 9 de Maio de 1919 (Remodelação dos serviços do Conservatório de Lisboa)
- 5546 (R2 DG 108) Rectificação à tabela n.º 1 do decreto n.º 5546, publicado no Diário do Govêrno n.º 97, de 9 de Maio de 1919, que reformou os serviços do Conservatório de Música
- 5546 (R3 DG 193) Rectificações ao decreto n.º 5546 (Reforma do Conservatório Nacional de Música), publicado no Diário do Govêrno n.º 97, de 9 de Maio de 1919
- 5550 fixando os quadros e vencimentos do pessoal não docente das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto e das suas respectivas Faculdades, Escolas e Institutos
- 5550 (R1 DG 99) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5550, inserto no 1.º Suplemento ao Diário do Govêrno n.º 97, de 9 de Maio de 1919, que fixou os quadros e vencimentos do pessoal não docente das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto e das suas respectivas Faculdades, Escolas e Institutos
- 5550 (R2 DG 102) Nova publicação da parte do quadro do pessoal não docente das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, relativo ao laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

- 5550 (R3 DG 105) Nova publicação, rectificada, do quadro do pessoal não docente da Universidade de Coimbra, anexo ao decreto n.º 5550, inserto no 1.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 97, de 9 de Maio de 1919, e rectificada no Diário do Governo n.º 99, de 24 do mesmo mês e ano
- 5550 (R4 DG 111) Nova publicação, rectificada, do quadro anexo ao decreto n.º 5550, inserto em segunda publicação ao Diário do Governo n.º 99, de 24 de Maio de 1919, na parte respeitante ao pessoal não docente da Secretaria Geral da Universidade do Pôrto
- 5550 (R5 DG 115) Rectificações ao quadro do pessoal não docente da Secretaria Geral da Universidade de Lisboa e ao quadro do pessoal da Faculdade de Medicina da mesma Universidade, publicados no Diário do Governo n.º 99, de 24 de Maio de 1919
- 5553 determinando que os funcionários civis dos diferentes quadros e serviços do Estado, que reúnam todas as condições necessárias para o acesso à classe imediata por antiguidade ou concurso e que por motivo de se acharem ou terem estado ao serviço do exército foram inibidos de prestar as suas provas, sejam desde já considerados em igualdade de circunstâncias com os que, livres da vida militar, prestaram essas provas e nelas foram aprovados
- 5558 autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 500000\$00 para aquisição do terreno e construção do edifício para a Escola Superior de Farmácia de Lisboa e aquisição do material e mobiliário escolar
- 5559 autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 250000\$00 destinados à conclusão do edifício da Escola Normal Primária de Lisboa
- 5560 considerando como gratificação a remuneração atribuída aos professores das Faculdades de Medicina pelos serviços prestados nas clínicas escolares, gerais ou da especialidade, que estejam a seu cargo
- 5561 autorizando a transferência para o orçamento do Ministério da Instrução Pública para o corrente ano económico da quantia de 4500\$00, correspondente aos duodécimos de Abril a Junho de 1919 da dotação consignada para os serviços do Instituto de Missões Coloniais, inscrita no capítulo 4.º, artigo 40.º, do orçamento da despesa ordinária do Ministério das Colónias respeitante ao ano económico de 1918-1919
- 5563 abrindo um crédito especial da quantia de 15100\$00, destinado a ocorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal dos quadros das Escolas Móveis, ajudas de custo e despesas de transporte dos inspectores das mesmas escolas, durante o ano económico de 1918-1919
- 5587 extinguindo as Escolas Preparatórias de Oficiais Milicianos, criadas pelos decretos n.ºs 2367, 3120-A e 3165, respectivamente, de 4 de Maio de 1916 e 10 e 30 de Maio de 1917
- 5593 estabelecendo que os mutilados de guerra possam ser nomeados para os lugares de boletineiros e serventes, supranumerários, desde que saibam ler, escrever, contar, e tenham aptidão física para exercer essas funções, reconhecidas pelos institutos oficiais de reeducação dos mutilados de guerra
- 5595 tornando aplicáveis as disposições do § 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 4426, de 6 de Abril de 1918, aos médicos militares que acumulem outro cargo público
- 5596 criando, tanto na Escola Normal Primária do Pôrto, como na de Coimbra, um curso prático de Psicologia Experimental
- 5596 (R1 DG 101) Nova publicação, rectificada, do § 1.º do artigo 3.º do decreto n.º 5596, inserto no 3.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que criou tanto na Escola Normal Primária do Pôrto, como na de Coimbra, um curso prático de Psicologia Experimental
- 5597 pondo novamente em vigor o disposto no § único do artigo 32.º do decreto n.º 2887, de 5 de Dezembro de 1916, sobre a escolha dos regentes das escolas primárias
- 5598 fixando em 500\$00 o vencimento da dactilógrafa a que se refere o n.º 3.º do artigo 4.º do decreto n.º 5336 - Inspeção das Escolas Móveis
- 5599 determinando que a limitação de proventos estabelecida no artigo 38.º da lei de 9 de Setembro de 1908 não seja aplicável aos professores de ensino superior que desempenhem, dentro dos estabelecimentos de ensino a que pertençam, quaisquer comissões inerentes à sua função docente, nem aos professores de qualquer grau de ensino que acumulem cargos de professores com quaisquer outros dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 5600 determinando as condições de habilitação para o exercício do magistério da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário
- 5603 concedendo à Casa Pia de Lisboa ampla e completa autonomia técnica e administrativa
- 5603 (R1 DG 102) Nova publicação da parte do quadro do pessoal não docente das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, relativo ao laboratório de análises clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 5604 fixando os vencimentos do pessoal da Casa Pia de Lisboa
- 5604 (R1 DG 102) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5604, que fixou os vencimentos do pessoal da Casa Pia de Lisboa, inserto no 3.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5617 regulamentando os serviços do Ministério da Instrução Pública, reorganizados pelo decreto n.º 5627, de 19 de Março de 1919
- 5617 (R1 DG 98) Alteração ao regulamentando os serviços do Ministério da Instrução Pública, reorganizados pelo decreto n.º 5627, de 19 de Março de 1919
- 5617 (R2 DG 100) Segunda publicação, rectificada, do decreto n.º 5617 (Regulamento do Ministério da Instrução Pública), inserto nos Suplementos 5.º e 12.º do Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5618 reorganizando os serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 5618 (R1 DG 99) Nova publicação, rectificada, dos artigos 6.º, 75.º e 119.º do decreto n.º 5618 (Reorganização dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa), inserto no 5.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, bem como da tabela que faz parte integrante desse decreto e a que se refere o artigo 66.º

- 5618 (R2 DG 105) Nova publicação, rectificada, do artigo 67.º do decreto n.º 5618 (Reorganização dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa), inserto no 5.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5619 remodelando os vencimentos do pessoal da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda e Biblioteca Popular de Lisboa
- 5620 melhorando os vencimentos dos professores da Secção de Surdos-Mudos da Casa Pia de Lisboa
- 5627 aprovando a organização do ensino médio agrícola professado nas Escolas Nacionais de Agricultura e na Escola Técnica Secundária de Agricultura, de Santarém
- 5627 (R1 DG 111) Rectificações ao decreto n.º 5627, publicado no 6.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que aprovou a organização do ensino médio agrícola professado nas escolas nacionais de agricultura e na Escola Técnica Secundária de Agricultura, de Santarém
- 5627 (R2 DG 119) Nova publicação, rectificada, do artigo 12.º do decreto n.º 5627 (Organização do ensino médio agrícola), inserto no 6.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5627 (R3 DG 120) Rectificação ao decreto n.º 5627, publicado no 6.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, aprovando a organização do ensino médio agrícola professado nas Escolas Nacionais de Agricultura e na Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém
- 5641 fixando o prazo para os funcionários civis que se encontrem indevidamente demitidos, deslocados ou suspensos dos seus cargos ou comissões de natureza civil por virtude de movimentos políticos, entregarem os seus requerimentos em que aleguem o que tiverem por conveniente a bem da sua justiça
- 5675 permitindo aos alunos da Escola Normal Superior, que por terem sido mobilizados não prestaram as provas do seu exame de Estado, requererem a sua colocação como professores agregados nos liceus
- 5676 ampliando e melhorando a actual instalação do Liceu Nacional de Aveiro
- 5677 regulando a constituição do Conselho Superior de Instrução Pública
- 5678 equiparando, para todos os efeitos, aos professores dos cursos teóricos os professores práticos das Escolas Normais Superiores
- 5659 abrindo um crédito especial da quantia de 7967\$25, destinada a ocorrer ao pagamento, no corrente ano económico, dos encargos do empréstimo de 100000\$00, autorizado pelo decreto n.º 4697, para «Diversos empréstimos à Universidade de Coimbra, para conclusão do campo de jogos e construção de um edifício destinado à instalação da Associação Académica e de quaisquer outros serviços que interessem à Academia de Coimbra»
- 5679 estabelecendo as normas a seguir na contagem de tempo para aumento de vencimento por diuturnidade aos funcionários das bibliotecas eruditas, populares e móveis e dos arquivos dependentes do Minsério da Instrução Pública
- 5680 tornando extensivas aos professores primários efectivos, matriculados ou que venham a matricular-se nas Escolas Normais Superiores, em cursos exclusivamente respeitantes ao ensino primário, as disposições do artigo 35.º do regulamento das Escolas Normais Primárias de 10 de Fevereiro de 1916
- 5681 colocando a professora Jesuína dos Anjos na escola do sexo feminino de Domingos José de Moraes, da vila de Sintra
- 5681 (R1 DG 100) Rectificação ao decreto n.º 5681, publicado no 9.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que colocou a professora Jesuína dos Anjos numa escola do sexo feminino na vila de Sintra
- 5682 estabelecendo a forma por que devem ser feitas as primeiras nomeações de professoras e professores para as escolas anexas às novas Escolas Normais Primárias do Pôrto e Coimbra
- 5683 inserindo várias disposições relativamente à educação em comum nos liceus
- 5684 autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 150000\$00, para construção do novo edifício para o Liceu de Sá de Miranda, em Braga
- 5685 dispensando temporariamente as câmaras municipais do distrito de Braga de contribuir para a manutenção do Liceu Central de Braga com as quantias a que se referem o artigo 4.º do decreto n.º 4650, de 14 de Julho de 1918, e artigo 8.º do decreto n.º 4709, de 8 de Setembro do mesmo ano
- 5686 abrindo um crédito especial de 92618\$16, correspondente ao aumento de encargos derivados da reforma dos Institutos Superiores Técnico e do Comércio, ao desdobramento da antiga Escola de Construções, Indústria e Comércio, e das Escolas Industriais e Comerciais
- 5687 autorizando o Governo a aplicar até a quantia de 150000\$00 para aquisição de mobiliário e material didático
- 5688 mandando adoptar, para ser devidamente desenvolvido em projecto definitivo, o ante-projecto do edifício destinado ao Liceu de Rodrigues de Freitas, no Pôrto
- 5689 determinando que o Museu Nacional continue anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, mas com funções autónomas e independentes dos serviços escolares
- 5690 inserindo várias modificações à organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa, aprovada pelo decreto n.º 4874, de 5 de Outubro de 1918
- 5691 introduzindo várias modificações no decreto n.º 4651 (Organização das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa), de 14 de Julho de 1918
- 5692 admitindo à época extraordinária de exames a que se refere o decreto n.º 5449, de 25 de Abril de 1919, os alunos das Faculdades de Direito que já concluíram os cinco anos da sua frequência e aos quais falta apenas o exame da parte complementar de Ciências Jurídicas para concluírem a sua formatura e aos que foram mobilizados e que, por causa do serviço militar, não puderam fazer os respectivos exames nas épocas normais
- 5693 prorrogando os prazos concedidos pelos artigos 579.º e seguintes do Código Civil para a conservação dos direitos de propriedade dos herdeiros concessionários, representantes ou editores, por um período igual ao que decorrer desde o dia 2 de Agosto de 1914 ao fim do ano da assinatura da paz, para todas as obras publicadas antes da terminação do referido ano e não caídas no domínio público, à data da promulgação do presente decreto com força de Lei

- 5694 estabelecendo que os alunos dos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministério da Instrução Pública que demonstrem haver desempenhado serviço militar em África ou na França, ou ainda no continente da República, durante a última guerra, possam fazer exame das disciplinas correspondentes aos anos que houverem perdido sem serem obrigados à respectiva frequência
- 5695 fixando os vencimentos dos funcionários dos Conselhos de Arte e Arqueologia, das Escolas de Ensino Artístico e dos Museus de Arte
- 5696 abrindo um crédito especial da quantia de 720000\$00, destinado a ocorrer ao pagamento dos vencimentos e subsídios do professorado e demais funcionários do ensino normal e primário e dos inspectores dos círculos escolares
- 5707 regulando o funcionamento do Liceu Nacional de Lourenço Marques
- 5707 (R1 DG 109) Rectificações ao decreto n.º 5707, inserto no 11.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que regulou o funcionamento do Liceu de Lourenço Marques
- 5719 determinando que, além dos professores ordinários da 20.ª, 21.ª e 22.ª cadeiras do Instituto Superior de Agronomia, fiquem encarregados do ensino de agronomia colonial, professado no mesmo Instituto, um assistente, um chefe de laboratório e dois preparadores
- 5744 tornando aplicável aos médicos portugueses, diplomados por outras universidades estrangeiras, e designadamente aos diplomados pelas Universidades europeias, o disposto no artigo 85.º do decreto de 2 de Dezembro de 1869
- 5752 conferindo autonomia administrativa às Escolas Normais Primárias, criadas pela lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, nos mesmos termos e segundo as normas que regulam a autonomia administrativa dos liceus
- 5753 criando na Casa Pia um curso de instrução profissional que se denominará Curso Industrial ou de Artes e Ofícios da Casa Pia de Lisboa
- 5770 desanexando da Universidade de Coimbra a Faculdade de Letras, que é colocada na Universidade do Pôrto, e criando na Universidade de Coimbra uma Faculdade Técnica e uma Escola de Belas Artes
- 5770 (R1 DG 101) Rectificações ao artigo 2.º do decreto n.º 5770, inserto no 14.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, sôbre a desanexação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 5771 criando uma terceira escola primária superior na cidade de Lisboa, que começará a funcionar no ano lectivo de 1919-1920
- 5777 considerando professores efectivos nos termos do artigo 49.º, alínea a), do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, desde que tenham completado dois anos de serviço nas escolas industriais, comerciais ou preparatórias, os professores provisórios nomeados nos termos do artigo 17.º do decreto de 24 de Dezembro de 1901
- 5781 considerando de utilidade nacional a Universidade Popular Portuguesa, com sede em Lisboa
- 5786 inserindo a organização dos serviços postais, telegráficos, telefonicos, semaforicos e da fiscalização das indústrias eléctricas (Inclui A Escola de Correios e telégrafos de Lisboa e Porto em substituição das Escolas Práticas de Correios e Telégrafos já existentes)
- 5787-A aprovando e mandando pôr em execução o regulamento das escolas primárias superiores
- 5787-A (R1 DG 105) Rectificações ao decreto n.º 5787-A (Regulamento das Escolas Primárias Superiores), publicado no 18.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919. Este decreto passa a ter o n.º 5787 B
- 5787-A (R1 DG 122) Rectificações ao regulamento das escolas normais superiores, publicado no 18.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5787-B inserindo a reorganização do ensino primário
- 5787-B (R1 DG 105) Rectificações ao decreto n.º 5787-B (Reorganização do Ensino Primário), publicado no 18.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919. Este decreto passa a ter o n.º 5787-A
- 5787-B (R1 DG 122) Nova publicação, rectificada, da tabela dos subsídios de residência e de renda de casas dos professores de todos os graus de ensino primário e dos inspectores dos círculos escolares e de circunscrição, anexa à reorganização do ensino primário, inserta no 18.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919
- 5787-N introduzindo alterações no actual regulamento de instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918
- 5787-N (R1 DG 114) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5787-N, inserto no 16.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, alterando o regulamento de instrução secundária aprovado pelo decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918
- 5787-DD abrindo um crédito especial de 66831\$00, correspondente ao aumento de encargos derivados do desdobramento do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto, nos actuais Instituto Superior do Comércio e Instituto Industrial e Comercial, da mesma cidade
- 5787-GG determinando que fiquem sujeitas à fiscalização do Governo, pela Direcção da Instrução Agrícola, as escolas agrícolas móveis ou fixas, fundadas e mantidas exclusivamente por iniciativa particular, as quais serão consideradas como serviço do Estado, para os efeitos que constam das disposições do mesmo Decreto
- 5787-OO inserindo várias alterações à organização do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 5787-UU determinando que aos professores e pessoal administrativo da Escola Industrial anexa à Casa Pia de Évora sejam abonados os vencimentos fixados pelo decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918
- 5787-VV criando uma escola comercial em Lisboa e fixando o respectivo quadro do pessoal
- 5787-VV (R1 DG 108) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 5787-VV, inserto no 21.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que criou uma escola comercial em Lisboa e fixou o respectivo quadro do pessoal
- 5787-XX criando uma aula comercial nas Caldas da Rainha, uma escola de rendeiras em Vila do Conde e uma escola de carpintaria e serralharia em Mirandela

- 5787-ZZ autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 800000\$00 para aquisição de terreno, construção do novo edifício para o Instituto Industrial de Lisboa e compra urgente de material e mobiliário escolar
- 5787-MMM estabelecendo um prémio de 20000\$00, que será conferido ao primeiro aviador militar português ou brasileiro que efectuar a travessia aérea entre Lisboa e Rio de Janeiro em 168 horas
- 5787-PPP designando a forma como deverá ser inscrita a importância total do empréstimo total de 300000\$00 para aquisição de terrenos e construção dos edifícios dos Institutos Comerciais e Industrial do Porto
- 5787-SSS inserindo várias disposições relativas a vencimentos dos professores e funcionários das secretarias dos liceus
- 5787-SSS (R1 DG 125) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5787-SSS, inserto no 23.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, relativo a vencimentos dos professores e funcionários das secretarias dos liceus
- 5787-SSS (R2 DG 133) Nova publicação, rectificada, do artigo 9.º do decreto n.º 5787-SSS, relativo a vencimentos dos professores e funcionários das secretarias dos liceus, inserto no 23.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, e rectificado no Diário do Governo n.º 125, de 28 de Junho do mesmo ano
- 5787-UUU concedendo ao Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Geral da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a dotação anual de 1000\$00 para conservação do Museu, material necessário e publicação dos Arquivos, e aumentando o pessoal do referido Instituto
- 5787-JJJJ autorizando o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 2000000\$00, destinado à construção de edifícios para a instalação dos Institutos Clínicos e outros estabelecimentos necessários ao ensino médico
- 5787-LLLL mandando que os alunos das Faculdades de Direito que tenham sido chamados para as escolas preparatórias de oficiais milicianos, e comprovem devidamente a sua permanência no exército durante a guerra, fiquem dispensados do exame que requereram em tempo competente, e que devam fazer na actual época extraordinária, a que se refere o decreto n.º 5449, de 25 de Abril de 1919, contanto que êsse exame não seja o último para conclusão de formatura
- 5787-LLLL (R1 DG 118) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 5787-LLLL, inserto no 24.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919, relativo a exames dos alunos das Faculdades de Direito em serviço do exército
- 5787-MMMM, elevando os vencimentos da regente professora e monitora do Colégio de Araújo, a cargo do Asilo da Mendicidade
- 5787-OOOO acrescendo de mais 7 por cento em favor da Casa Pia de Lisboa a percentagem nos lucros líquidos das lotarias, da parte que pertence ao Tesouro Público, nos termos do § único do artigo 5.º do decreto de 12 de Dezembro de 1907
- 5787-PPPP elevando os vencimentos do director do Refúgio de Indigentes e do director do Asilo de Elias Garcia e fixando os do pessoal do Asilo de Mendicidade, do Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas e do Colégio de Amaral
- 5787-4 U inserindo a organização da Escola Militar
- 5787-4 U (R1 DG 118) Rectificações ao decreto n.º 5787-4 U, publicado no 26.º Suplemento ao Diário do Governo n.º 98, de 10 de Maio de 1919 (Organização da Escola Militar)
- 5787-5 F garantindo aos lentes da Escola Naval as condições do artigo 2.º e seu parágrafo da lei de 29 de Julho de 1915, que modificou o processo de provimento dos lugares de professores da referida Escola
- 5787-5 J abrindo um crédito especial da quantia de 170\$00, consignado ao pagamento do subsídio de renda de casa a um oficial da reserva em serviço na Secção Técnica da Comissão de Delimitação de Fronteiras com a Espanha
- 5787-5 P criando uma escola primária superior em Amarante, que começará a funcionar no ano lectivo de 1919-1920
- 5787-5 U criando no Ministério da Instrução Pública o lugar de redactor-informador
- 5787-5 V dispensando do exame da parte complementar de sciências jurídicas todos os alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que o requereram na época extraordinária, criada pelo decreto n.º 5449, de 23 de Abril de 1919
- 5787-6 A regulando o funcionamento da Escola Técnica de Agricultura, em Santarém
- 5787-6 B reorganizando a Escola Agrícola Elementar, existente na vila de Alcobaça, e destinada à educação doméstica e profissional de individuos do sexo feminino, que se denominará Escola Prática Feminina de Vieira Natividade e funcionará junto do Pósto Agrário de Alcobaça
- 5787-6 C abrindo um credito especial da quantia de 15000\$00, a fim de reforçar a dotação da rubrica «Instituto Superior de Agronomia» do artigo 10.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério da Agricultura para o corrente ano económico
- 5787-6 E fixando em quatro o número de médicos escolares das escolas de ensino industrial e comercial da cidade de Lisboa
- 5787-6 F alterando o disposto no quadro fixado pelo artigo 1.º do decreto n.º 5344, de 27 de Março de 1919, na parte relativa à Escola Industrial de Évora
- 5787-6 J determinando que no ano lectivo de 1919-1920 possam ainda concorrer ao exame de admissão às Escolas Normais Superiores individuos de um e outro sexo
- 5787-6 L criando na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa um curso de Fisiologia, Embriologia e Biologia Gerais
- 5787-6 M assegurando o ingresso no quadro efectivo de amanuenses da Biblioteca Popular de Lisboa, para as primeiras vagas que venham a dar-se, às actuais bibliotecárias assalariadas da mesma Biblioteca
- 5787-6 N determinando que a importância do empréstimo de 60000\$00, autorizado pelo decreto n.º 4226, de 27 de Abril de 1918, destinado à construção de um edifício para a instalação do Liceu da Guarda, que deveria ser inscrito no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações, passe a ser no do Ministério da Instrução Pública, e cometendo ao Conselho Administrativo do referido Liceu a direcção e administração das respectivas obras

- 5787-6 S declarando de utilidade pública e urgente a expropriação de uns prédios situados no concelho de Beja, para neles se fundar uma escola profissional de agricultura, que terá a designação de Escola Agrícola Regional de Joaquim Filipe Fernandes
- 5797 considerando sem efeito o decreto de 24 de Maio de 1913, publicado no Diário do Governo n.º 122, de 27 do mesmo mês e ano, que fez a cedência à Junta Geral do distrito do Funchal do edifício do extinto Seminário e seus anexos
- 5805 considerando de utilidade pública e urgente, para o estabelecimento do Instituto Industrial de Lisboa, a expropriação de um terreno situado na cidade de Lisboa, 4.º bairro
- 5816 cedendo a título definitivo ao Ministério da Instrução Pública a cêrca do antigo Paço Patriarcal de Lisboa (S. Vicente) para aí ser construído um edifício destinado à instalação do Liceu de Gil Vicente
- 5819 mandando cessar a doutrina do decreto de 20 de Março de 1916, considerando assim restabelecidas para todos os efeitos as disposições legais em vigor anteriormente à data do referido decreto que determinaram a passagem à situação de reforma dos oficiais que atingem a idade de setenta ou setenta e cinco anos
- 5827 mantendo na Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a dependência e inspecção do Ministério das Colónias, a Escola Colonial, e modificando algumas das suas disposições
- 5827 (R1 DG 114) Rectificações ao decreto n.º 5827, mantendo na Sociedade de Geografia de Lisboa a Escola Colonial, inserto no Diário do Governo n.º 105, de 31 de Maio de 1919
- 5827 (R2 DG 272 de 1925) Rectificação ao decreto n.º 5827, que mantém na Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a dependência e inspecção do Ministério das Colónias, a Escola Colonial, e modifica algumas das suas disposições
- 5828 elevando a liceus centrais os liceus nacionais de Nova Goa e Macau, cada um com catorze professores
- 5828 (R1 DG 109) Rectificações ao decreto n.º 5828, inserto no Diário do Governo n.º 105, de 31 de Maio de 1919, que elevou a liceus centrais os Liceus de Nova Goa e Macau
- 5847-E inserindo várias disposições acêrca dos agentes de civilização, antigos alunos do Colégio das Missões Coloniais Ultramarinas e do Instituto de Missões Coloniais
- 5847-E (R1 DG 111) Nova publicação, rectificada, do artigo 11.º do decreto n.º 5847-E, inserto em Suplemento ao Diário do Governo n.º 105, de 31 de Maio de 1919, acêrca do Instituto de Missões Coloniais
- 5854 dando uma nova redacção aos artigos 98.º, 99.º e 138.º do regulamento literário do Colégio Militar (Decreto n.º 5062)
- 5870 criando na Casa Pia de Lisboa, por acôrdo entre os Ministérios da Guerra e do Trabalho, um curso de radiotelegrafia
- 5877 transferindo para os meses de Novembro e Dezembro do corrente ano de 1919 a época dos exames de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 5880 revogando o decreto n.º 4643, de 14 de Julho de 1918, que regula o serviço de ensino secundário particular e ministrado fora dos estabelecimentos de ensino do Estado
- 5888 determinando que o excesso da despesa com a Escola Colonial seja satisfeito até o fim do actual ano económico de 1918-1919 pelo depósito das colónias existente na Caixa Geral de Depósitos
- 5890 abrindo um crédito especial de 150000\$00 a fim de ocorrer à aquisição de mobiliário e material didático dos liceus
- 5898 estabelecendo as condições em que se devem realizar no presente ano lectivo os exames do 1.º e 2.º graus
- 5909 contando aos professores de instrução primária como efectivo e bom para o efeito de promoção de classe, permuta e concessão do têrço do vencimento na aposentação o tempo em que prestarem serviço militar ou exercerem funções como membros do Congresso
- 5912 abrindo um crédito especial da quantia de 250000\$00, a fim de ocorrer, durante o ano económico de 1918-1919, ao pagamento das despesas com a conclusão do edificio da Escola Normal Primária de Lisboa
- 5915 aprovando o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária anexo ao mesmo Decreto
- 5915 (R1 DG 137) Rectificações ao decreto n.º 5915, publicado no Diário do Governo n.º 126, de 30 de Junho de 1919, que aprovou o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 5919 aprovando as alterações ao regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército anexas ao mesmo Decreto
- 5924 determinando que os contínuos serventes das escolas normais primárias sejam do sexo masculino ou feminino conforme as conveniências do serviço
- 5925 criando uma escola primária superior nas Caldas da Rainha
- 5934 considerando supranumerários nos quadros das suas armas e serviços o director e os professores ordinários do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e o director e professores efectivos do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 5938 aprovando o regulamento da Direcção da Repartição de Contabilidade e Tesouraria, do Serviço do Contencioso e da Repartição do Economato da Casa Pia de Lisboa
- 5956 dando nova constituição aos círculos escolares do Pôrto
- 5956 (R1 DG 140) Nova publicação, por terem saído sem o parecer da respectiva Repartição, do decreto n.º 5956, inserto no Diário do Governo n.º 137, de 12 de Julho de 1919, relativo à nova constituição dos círculos escolares do Pôrto
- 5957 transferindo para Alter do Chão a sede do círculo escolar actualmente em Fronteira
- 5959 cedendo à Câmara Municipal de Loures o edificio da Ermida de Sant'Ana, para no mesmo local se construir um hospital ou uma escola primária
- 5974 aprovando o regulamento interno da Biblioteca Nacional
- 5957 (R1 DG 140) Nova publicação, por terem saído sem o parecer da respectiva Repartição, do decreto n.º 5957, inserto no Diário do Governo n.º 137, de 12 de Julho de 1919, relativos à transferência para Alter do Chão da sede do círculo escolar de Fronteira

- 5987 inserindo os programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário nas escolas móveis
- 5988 transferindo do artigo 23.º para o artigo 26.º do capítulo 4.º do orçamento da despesa do Ministério a quantia de 40000\$00, destinada ao pagamento das despesas com o serviço extraordinário da regência de turmas em que se dividem as classes liceais
- 5989 abrindo um crédito especial de 1147\$41, destinado a ocorrer ao pagamento dos vencimentos dos médicos escolares
- 5990 abrindo um crédito especial de 2150\$00, a fim de ocorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal docente, administrativo e menor do Conservatório Nacional de Música, durante o ano económico de 1918-1919
- 5991 abrindo um crédito especial de 880\$00, destinado a ocorrer ao pagamento dos encargos a subsidiar pelo Tesouro em benefício da Universidade Popular Portuguesa
- 6009 regulando o serviço das inspecções tutelares e pedagógicas realizado pelo general vice-presidente do Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 6010 inserindo o programa para o curso de sargentos enfermeiros
- 6013 determinando que os exames de habilitação para o exercício do magistério primário nas Escolas Móveis, a que se refere o artigo 36.º do decreto n.º 5336, se realizem, no corrente ano de 1919, na 1.ª quinzena do mês de Outubro, fixando o prazo de entrega de requerimentos dos candidatos e exigindo a estes certas formalidades quanto à idade
- 6020 cedendo definitivamente à Junta Geral do Distrito do Funchal o edifício do extinto seminário da mesma cidade
- 6022 elevando à categoria de central o Liceu Nacional de Gonçalo Velho, de Viana do Castelo
- 6023 mandando publicar o relatório do júri do concurso para professores de educação física e aprovando e mandando pôr em execução o regulamento de provas de concurso, proposto pelo mesmo júri, e o programa da respectiva matéria
- 6024 constituindo o Conselho de Arte Musical e regulando o seu funcionamento
- 6026 autorizando a comissão delegada da Comissão Central de Execução da Lei de Separação no 1.º Bairro de Lisboa a arrendar ao Liceu de Gil Vicente as dependências do Paço Episcopal de S. Vicente
- 6028 cedendo à Câmara Municipal de Fornos de Algodres o edifício do antigo presbitério da freguesia, com o respectivo pátio e terreno anexo, a fim de serem aproveitados na construção de um edifício escolar
- 6031 determinando que sejam mantidas todas as nomeações feitas para as escolas primárias superiores, e que tanto os professores como os demais funcionários comecem a receber os seus vencimentos desde que tenham entrado no exercício das respectivas funções
- 6032 regulando o ingresso no magistério oficial dos professores das escolas de instrução primária dos centros e outras agremiações políticas do país
- 6040 aprovando o quadro dos empregados e respectivos vencimentos anuais do Colégio dos Órfãos, do Pôrto (dos professores)
- 6042 inserindo várias disposições acêrca do empréstimo de 5000000\$00 destinado à criação de escolas de instrução primária
- 6045 revogando o artigo 3.º do decreto de 13 de Outubro de 1875, que confiou a uma comissão a administração da Casa Pia de Paço de Sousa, e transferindo para a Junta Geral do distrito do Pôrto a administração pa mesma Casa
- 6045 A Regulamento de pensões de estudo para professores de instrução secundária
- 6045 A (R1 DG 177) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6045-A (Regulamento de pensões de estudo para professores de instrução secundária), que foi inserto sem número no Diário do Govêrno n.º 171, de 27 de Agosto de 1919
- 6055 dispensando o tirocínio a que se refere o artigo 4.º do regulamento da Escola Prática de Correios e Telégrafos, de 13 de Janeiro de 1912, aos alunos que tiverem obtido aprovação em todas as disciplinas do curso do 2.º grau da mesma escola, relativamente ao período escolar de 1918-1919
- 6068 regulando a matrícula de alunos no Instituto Superior Técnico
- 6079 transferindo a sede do círculo escolar da Ribeira Brava, Ilha da Madeira, para a cidade do Funchal
- 6080 abrindo um crédito especial de 50000\$00 para despesas de pessoal, material e outras relativas à construção da Escola-Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas
- 6085 concedendo uma segunda época de exames aos alunos adiados em algumas disciplinas dos cursos do 1.º e 2.º graus da Escola Prática dos Correios e Telégrafos, pertencentes ao período escolar de 1918-1919
- 6086 determinando que continuem a funcionar no Instituto Superior do Comércio de Lisboa cursos práticos livres das línguas francesa, inglesa e alemã, e inserindo várias disposições, relativamente a contratos de mestres das respectivas nacionalidades, para o ensino dos cursos práticos de línguas e de técnicos profissionais para o ensino de estenografia, dactilografia e caligrafia
- 6087 regulando o funcionamento da Faculdade de Letras criada na Universidade do Pôrto pelo artigo 11.º da lei n.º 861, de 27 de Agosto de 1919
- 6087 (R1 DG 187) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6087, inserto no Diário do Govêrno n.º 181, de 9 de Setembro de 1919, que regulou o funcionamento da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto
- 6097 fixando as percentagens que deverão incidir no produto do imposto especial municipal para despesas da instrução primária lançado sôbre as contribuições gerais directas do Estado, a cobrar no ano civil de 1920
- 6096 criando no Instituto Industrial de Lisboa um curso livre especializado, denominado Curso Elementar de Construções Civas, e aprovando a organização e disposições regulamentares do referido curso
- 6099 aprovando o regulamento do Instituto Industrial do Pôrto
- 6099 (R1 DG 217) Rectificações ao decreto n.º 6099, de 15 de Setembro de 1919, que aprovou o regulamento do Instituto Industrial do Pôrto
- 6108 transformando em curso a cadeira de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto e criando em sua substituição a cadeira de Bacteriologia e Parasitologia
- 6117 criando instituições reformadoras e correctivas e outros serviços

- 6117 (R1 DG 202) Rectificações ao decreto n.º 6117, publicado no Diário do Govêrno n.º 191, de 20 de Setembro de 1919, que criou instituições reformadoras e correctivas e outros serviços
- 6117 (R2 DG 228) Rectificação à dotação para pessoal fixo da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel e da Escola Agrícola de Reforma de Izeda, a que respectivamente se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 84.º do decreto n.º 6117, de 20 de Setembro de 1919
- 6118 regulando a forma de distribuição da verba de 1000000\$00, segunda prestação do empréstimo de 5000000\$00, a que o Govêrno foi autorizado pelo decreto n.º 4642, de 14 de Julho de 1918, com aplicação a construções escolares
- 6118 (R1 DG 197) Rectificação ao mapa n.º 1 anexo ao decreto n.º 6118, de 20 de Setembro de 1919, na parte que se refere a um subsídio concedido à Câmara Municipal de Castanheira de Pera, para a construção de uma escola
- 6118 (R1 DG 203) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6118, regulando a forma de distribuição da verba de 1000000\$00, com aplicação a construções escolares
- 6128 determinando que aos alunos de qualquer classe que, no ano escolar findo, foi aplicada a doutrina dos artigos 103.º e 267.º do decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918, seja considerado como tendo obtido média final de 10 valores, desde que em todas as disciplinas menos três, o máximo, tenham obtido média de passagem
- 6128 (R1 DG 208) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6128, de 25 de Setembro de 1919, relativo à média de passagem dos alunos dos liceus
- 6129 aprovando o regulamento do Conservatório Nacional de Música
- 6132 inserindo os programas e quadros de distribuição das disciplinas do ensino secundário
- 6132 (R1 DG 261) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6132, de 26 de Setembro de 1919, que insere os programas e quadros de distribuição das disciplinas do ensino secundário
- 6137 aprovando o regulamento do ensino primário e normal
- 6137 (R1 DG 252) Nova publicação, rectificada, do regulamento do ensino primário e normal, inserto no Diário do Govêrno n.º 198, de 29 de Setembro de 1919 (ver programa do DG 83, II.ª série de 10 de abril de 1920)
- 6137 (R2 DG 257) Rectificações ao regulamento do ensino primário e normal, publicado no Diário do Govêrno n.º 252, de 11 de Dezembro de 1919
- 6145 regulando a forma de nomeação dos reitores dos liceus
- 6145 (R1 DG 203) rectificada, do decreto n.º 6145, de 1 de Outubro de 1919, que regulou a forma de nomeação dos reitores dos liceus
- 6146 aprovando o regulamento das Escolas de Artes e Ofícios
- 6146 (R1 DG 240) Rectificação ao regulamento das Escolas de Artes e Ofícios, aprovado pelo decreto n.º 6146, inserto no Diário do Govêrno n.º 201, de 3 de Outubro de 1919
- 6147 aprovando o regulamento das aulas comerciais
- 6147 (R1 DG 240) Rectificação ao regulamento das aulas comerciais, aprovado pelo decreto n.º 6147, publicado no Diário do Govêrno n.º 201, de 3 de Outubro de 1919
- 6154 criando no distrito do Pôrto, funcionando no extinto Convento do Vairão, a Escola Maternal e Profissional para indivíduos do sexo feminino, dos dois aos dezóito anos
- 6156 aprovando o regulamento da Escola Maternal e Profissional do distrito do Pôrto, instalada no extinto Convento do Vairão
- 6157 aprovando o regulamento dos cursos de aperfeiçoamento junto das escolas normais primárias, para professores primários diplomados pelas antigas escolas de ensino normal
- 6158 regulamentando o decreto n.º 6128, de 25 de Setembro de 1919, que determinou que aos alunos de qualquer classe a que no ano escolar findo fôsse aplicada a doutrina dos artigos 103.º e 267.º do decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918, seja considerado como tendo obtido média final de 10 valores, desde que em todas as disciplinas menos três, o máximo, tenham obtido média de passagem
- 6167 aprovando o regulamento de sanidade escolar das Escolas de Ensino Industrial e Comercial
- 6179 alterando as disposições do regulamento do ensino no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, aprovado por decreto de 12 de Junho de 1915, relativas à distribuição das disciplinas por grupos e ao número de professores em cada grupo, e abrindo concurso para preenchimento das vagas existentes
- 6174 regulamentando o artigo 1.º e seu § único da lei n.º 861, de 27 de Agosto de 1919, na parte relativa às nomeações dos reitores e vice-reitores das Universidades, bem como dos directores das Faculdades e Escolas Universitárias
- 6174 (R1 DG 218) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6174, de 22 de Outubro de 1919, relativo à nomeação dos reitores e vice-reitores das Universidades e dos directores das Faculdades e Escolas Universitárias
- 6175 aumentando com mais um lugar o quadro dos segundos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e determinando que êsse segundo assistente fique pertencendo ao Instituto de Medicina Legal, anexo à mesma Faculdade
- 6190 aprovando o regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública
- 6191 aprovando o regulamento da Biblioteca da Universidade de Coimbra
- 6192 aprovando o regulamento do curso de parteiras da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. (Continuação do Regulamento da Faculdade, publicado no «Diário do Govêrno», n.º 67, de 2 de Abril de 1919)
- 6193 aprovando o regulamento do Observatório Meteorológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 6194 aprovando o regulamento do Laboratório de Bacteriologia do Pôrto
- 6198 determinando que os saldos existentes nas dotações destinadas aos serviços e obras especiais, descritos no mapa anexo ao mesmo decreto, sejam transferidos dos orçamentos do Ministério da Instrução Pública, em que inicialmente

foram inscritos os respectivos créditos, para o orçamento em vigor no ano económico de 1919-1920, nos termos indicados no referido mapa

- 6200 abrindo um crédito especial destinado ao pagamento, no actual ano económico, de empréstimos, para o Liceu Central de Sá de Miranda, de Braga
- 6200 (R1 DG 226) Rectificação ao decreto n.º 6200, inserto no Diário do Governo n.º 226, de 6 de Novembro de 1919, que abriu um crédito especial destinado ao pagamento de um empréstimo para o Liceu Central de Sá de Miranda, de Braga
- 6201 abrindo um crédito especial destinado ao pagamento, no actual ano económico, de empréstimos, para a construção de edifícios para a instalação dos institutos clínicos e outros estabelecimentos necessários ao ensino médico
- 6202 abrindo um crédito especial destinado ao pagamento, no actual ano económico, de empréstimos para as Escolas Normais Primárias do Pôrto e Coimbra
- 6203 aprovando os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às Escolas Normais Primárias
- 6203 (R1 DG 254) Nova publicação, rectificada, do programa de Noções Práticas de Higiene e Puericultura do Ensino Primário Superior, inserto no Diário do Governo n.º 227, de 7 de Novembro de 1919
- 6246 permitindo aos alunos que se destinem à matrícula do curso normal do magistério de desenho, e só a esses, o matriculem-se e fazer exame na Escola de Belas Artes de Lisboa nas cadeiras exigidas pelo regulamento aprovado pelo decreto n.º 4900, de 5 de Outubro de 1918
- 6275 passando à categoria de liceu nacional o Liceu Central de D. João de Castro, em Angra do Heroísmo
- 6279 abrindo um crédito especial de 50000\$00, destinado à satisfação da despesa para a instalação das escolas de reforma criadas pelo artigo 1.º do decreto n.º 6117, de 20 de Setembro de 1919
- 6282 considerando sem efeito o decreto n.º 1909, de 29 de Setembro de 1915, na parte referente à cedência, por meio de arrendamento, do antigo presbitério da freguesia de Murtosa à Câmara Municipal de Estarreja, que o foi para instalação de escolas
- 6284 aprovando o regulamento das Escolas Comerciais
- 6285 aprovando o regulamento para as Escolas Preparatórias do Ensino Industrial e Comercial
- 6286 aprovando o regulamento das Escolas Industriais
- 6296 cedendo à Junta Escolar do concelho de Fafe a antiga residência paroquial da freguesia de Estorãos, a fim de ali ser instalada a escola oficial e habitação do respectivo professor
- 6308 reorganizando os serviços do Ministério da Agricultura (inclui os serviços de instrução)
- 6313 abrindo um crédito especial da quantia de 12000\$00, a fim de ocorrer ao pagamento das obras do Instituto Superior de Agronomia
- 6316 inserindo as instruções para a execução dos programas de distribuição das disciplinas do ensino secundário

Portarias

- 1666 mandando entregar às entidades que dirigem seminários, mediante inventário, os documentos e livros de escrituração e registo relativos ao ensino teológico, continuando em poder do Estado os referentes à escrituração e administração dos bens que constituíam o património dos referidos seminários
- 1674 mandando adoptar no exame a que se refere o § 4.º (transitório) do artigo 377.º da organização dos serviços postais, telegráficos, telefónicos e da fiscalização das indústrias eléctricas, de 31 de Outubro de 1918, o programa anexo à mesma portaria
- 1681 pondo à ordem da comissão nomeada para administrar as obras da Escola-Asilo de Santa Maria para cegos e cegas a quantia de 60000\$00, para férias e materiais, e determinando que a nomeação ou escolha do pessoal administrativo subalterno seja da competência da mesma comissão
- 1682 arbitrando a percentagem de 4 por cento sôbre o orçamento total do projecto da Escola-Asilo de Santa Maria para cegos e cegas ao engenheiro encarregado dessas obras
- 1694 regulando a forma de se efectuar a cedência gratuita de edifícios considerados affectos ao estabelecimento de seminários, sendo, para êsse fim, declarados affectos os edifícios de Braga, Pôrto, Coimbra, Santarêm e Évora, ainda não utilizados em serviço do Estado
- 1694 (R1 DG 58) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 1694, inserta no Diário do Governo n.º 53, de 15 de Março de 1919, que regulou a forma de se efectuar a cedência gratuita de edifícios considerados affectos ao estabelecimento de seminários, sendo, para êsse fim, declarados affectos os edifícios de Braga, Pôrto, Coimbra, Santarêm e Évora, ainda não utilizados em serviço do Estado
- 1704 facultando aos alunos do 2.º ano do curso do 2.º grau da Escola Prática de Correios e Telégrafos, que ficaram adiados em algumas disciplinas nos exames realizados em Fevereiro de 1919, a repetição dos mesmos exames juntamente com os alunos do presente período escolar, que termina no próximo mês de Junho do corrente ano de 1919
- 1706 inserindo a distribuição de subsidios concedidos pela lei n.º 563, de 6 de Junho de 1918, para conclusão de edifícios escolares
- 1717 concedendo à comissão directora dos trabalhos de construção do liceu feminino da cidade de Lisboa o subsídio de 14500\$00, e inserindo várias disposições acêrca do contrato elaborado com o empreiteiro e da distribuição de lucros, havendo-os, pelo pessoal operário que na referida construção tenha trabalhado
- 1718 determinando que à comissão administrativa das obras para a construção do edifício destinado à Escola-Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas sejam agregados dois membros da comissão técnica dos operários da construção civil, como mandatários revogáveis, e interessando os operários encarregados da respectiva construção na importância da diferença entre o custo da obra e o orçamento da mesma, se a despesa fôr inferior à que se acha orçamentada

- 1727 distribui do a quantia de 22882\$00 pelas entidades e corporações indicadas no mapa anexo, a fim de ser aplicada à construção ou conclusão de edifícios escolares
- 1727 (R1 DG 78) Nova publicação, rectificada, do mapa da distribuição dos subsídios concedidos pelo Governo para construções escolares, inserto no Diário do Governo n.º 66, de 1 de Abril de 1919
- 1744 constituindo uma comissão encarregada de estudar e propor ao Governo as medidas necessárias para que as Escolas Normais Superiores desempenhem cabalmente a vital função que na República lhes pertence e dando à mesma comissão determinadas atribuições
- 1745 estabelecendo que as férias actuais terminem em todos os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública no mesmo dia em que terminam nos liceus
- 1754 esclarecendo as dúvidas suscitadas quanto ao cumprimento das disposições do artigo 295.º do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, na sua aplicação aos alunos do Instituto Superior Técnico
- 1782 dando a quatro escolas primárias superiores do Pôrto e de Lisboa as denominações de Escolas Primárias Superiores de António Nobre, de Júlio Dinis, de Adolfo Coelho e de D. António da Costa
- 1784 concedendo ao Asilo-Escola Agrícola de Barcelos as autorizações necessárias para a revogação da doação da Quinta da Bagoeira e para aceitar a doação em plena propriedade de trezentas apólices da dívida pública federal brasileira
- 1790 transferindo para a Junta de Freguesia de Maceira, concelho de Leiria, para a construção de um edifício escolar, um subsídio de 1000\$00, concedido à Câmara Municipal de Leiria
- 1826 classificando o pessoal da Escola Naval para os efeitos do decreto n.º 5590, de 10 de Maio de 1919
- 1841 pondo à disposição da comissão instaladora da nova Escola Normal de Coimbra a quantia de 10000\$00, para a referida escola
- 1842 pondo à disposição da comissão instaladora da nova Escola Normal do Pôrto a quantia de 10000\$00, para a referida escola
- 1843 regulando a cobrança da contribuição municipal para instrução primária
- 1843-A sujeitando à fiscalização do Governo, conforme preceitua o decreto n.º 5787-GG, de 10 de Maio de 1919, as escolas móveis agrícolas denominadas Maria Cristina, Conde de Agrolongo, Sousa Cruz e Francisco Borges. (Esta portaria foi publicada indevidamente no Diário do Governo n.º 143 da 2.ª série, de 23 de Junho de 1919, quando deveria ter sido na 1.ª série n.º 115, de 17 do mesmo mês)
- 1846 substituindo o § 1.º do artigo 49.º da portaria de 12 de Outubro de 1918, relativa ao vencimento dos alunos da Escola Naval
- 1846 (R1 DG 108 de 1920) Rectificação à portaria n.º 1846, de 18 de Junho de 1919, relativa ao vencimento dos alunos da Escola Naval
- 1857 regulando a forma por que devem ser feitos os abonos de vencimentos aos médicos escolares de Lisboa, Coimbra e Pôrto, e a sua situação sob o ponto de vista administrativo
- 1863 dando o nome de Ribeiro Sanches à Escola Primária Superior de Lisboa
- 1869 encarregando um arquitecto de organizar o projecto e caderno de encargos para o novo edifício do Liceu Central de Gil Vicente
- 1870 nomeando uma comissão, a fim de fazer a aquisição de terreno necessário à construção do novo edifício para o Liceu de Sá de Miranda, em Braga
- 1883 dividindo a 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Superior em duas secções
- 1890 determinando que no actual ano lectivo não haja exames finais de curso na Escola Preparatória do Pôrto
- 1891 determinando que a Escola Industrial de Évora passe a denominar-se Escola Industrial de Gabriel Pereira
- 1892 determinando que a Escola Industrial de Chaves passe a denominar-se Escola Industrial de Júlio Martins
- 1903 anulando a portaria n.º 1845, de 18 de Junho de 1919, mantendo para os oficiais da administração naval das Escolas de Alunos Marinheiros a lotação que foi estabelecida por portaria n.º 923, de 3 de Abril de 1917
- 1915 tornando obrigatória a aposentação dos professores de qualquer grau ou estabelecimento de ensino dependente do Ministério do Comércio e Comunicações no fim do ano lectivo em que hajam completado setenta anos de idade
- 1925 revogando, a partir do início do ano lectivo de 1919-1920, o disposto na portaria n.º 1754, de 27 de Abril de 1919
- 1926 determinando que a Escola Preparatória do Pôrto passe a denominar-se Escola Preparatória de Mousinho da Silveira
- 1927 agregando mais um membro à comissão nomeada pela portaria n.º 1870 para elaborar conjuntamente o projecto do edifício destinado ao novo Liceu de Braga
- 1943 determinando que a Escola Comercial de Lisboa passe a denominar-se Escola Comercial de Veiga Beirão
- 1944 determinando que a Escola Preparatória do Pôrto passe a denominar-se Escola Preparatória de Mousinho da Silveira
- 1963 inserindo várias disposições acêrca do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, que reorganizou o ensino industrial e comercial
- 1963 (R1 DG 186) Nova publicação, rectificada, da alínea c) da portaria n.º 1963 (Disposições relativas ao ensino industrial e comercial), inserta no Diário do Governo n.º 169, de 25 de Agosto de 1919
- 1995 inserindo várias disposições especiais sôbre frequência e exames dos alunos do Instituto Superior do Comércio de Lisboa no ano lectivo de 1918-1919
- 1997 inserindo várias disposições sôbre a idade para a admissão à matrícula nas escolas primárias superiores e nas escolas de ensino normal primário
- 2028 determinando a forma de nomeação dos professores interinos das Escolas Primárias Gerais
- 2031 dando à Escola Primária Superior de Mangualde o nome de Escola Primária Superior do Dr. Pessoa Ferreira

- 2034 determinando que seja de trinta, para cada uma das Escolas Normais de Lisboa, Coimbra e Pôrto, o número de professores que, no presente ano lectivo, poderão ser admitidos à matrícula nos cursos de aperfeiçoamento para professores primários e diplomados pelas antigas escolas de ensino normal
- 2051 estabelecendo que seja de trinta e cinco o número de alunos (professores primários e simples diplomados pelas antigas escolas de ensino normal) que, no presente ano lectivo, e nos termos do decreto n.º 6157, de 4 de Outubro de 1919, poderão ser admitidos à matrícula nos cursos de aperfeiçoamento das Escolas Normais Primárias de Lisboa, Coimbra e Pôrto
- 2059 transferindo para a Junta de Freguesia de S. Pedro da Beberriqueira, do concelho de Tomar, um subsídio concedido ao inspector do círculo escolar do mesmo concelho
- 2078 isentando de franquia postal todas as correspondências que o conselho administrativo do Colégio Militar haja de expedir por intermédio do correio com destino às famílias dos alunos daquele estabelecimento
- 2080 transferindo para a Junta da Freguesia de Macinhata do Vouga o subsídio de 1000\$00, concedido à comissão da mesma freguesia e destinado à construção de um edifício escolar
- 2093 dando a denominação de Escola Industrial de Emídio Navarro à escola criada em Bragança por decreto n.º 879, de 15 de Setembro de 1919
- 2093 (R1 DG 6 de 1920) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 2093, de 12 de Dezembro de 1919, que deu o nome de Emídio Navarro à Escola Industrial de Guimarães
- 2096 fixando as horas do trabalho semanal dos professores contratados das Escolas de Ensino Industrial

Regulamentos

- DG 171 Regulamento de pensões de estudo para professores de instrução secundária

Programas

- DG 119 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa para o ano lectivo de 1919-1920
- DG 198 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Comercial do Pôrto no ano lectivo de 1919-1920
- DG 198 (R2 DG 211) Nova publicação, rectificada, do programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Comercial do Pôrto no ano lectivo de 1919-1920, inserto no Diário do Governo n.º 198, de 29 Setembro de 1919
- DG 259 Programas para as diversas disciplinas do Conservatório Nacional de Música

Resoluções

- DG 219 Resolução do Congresso da República considerando legalmente publicado o decreto n.º 6128, de 25 de Setembro de 1919, relativo à média de passagem dos alunos dos liceus

1920

Leis

- 924 dispensando de determinadas formalidades todos os indivíduos que, tendo concluído os seus cursos de medicina e de medicina veterinária, não as puderam satisfazer por motivo de mobilização
- 934 autorizando o Governo a abrir novos concursos para admissão de alunos na Escola Naval e na Escola Auxiliar de Marinha
- 936 autorizando a Junta da Freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, a vender em hasta pública todos os bens que lhe não sejam indispensáveis, sendo uma parte do produto dessa venda convertida em inscrições, outra parte destinada a despesas gerais inadiáveis, e o restante aplicado a auxiliar a construção de edificios escolares na freguesia
- 949 transferindo a quantia de 200000\$00 da dotação inscrita no artigo 41.º do capítulo 5.º do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1919-1920, a fim de reforçar a verba destinada à construção do edificio da Escola Normal Primária de Lisboa
- 959 entregando à Cruzada das Mulheres Portuguesas o Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra
- 961 concedendo ao antigo professor primário Joaquim Pedro Dias, actualmente empregado da Câmara Municipal de Lisboa, a faculdade de poder continuar a pagar à Caixa de Aposentações na qualidade de professor primário
- 970 permitindo aos alunos das três Faculdades de Medicina, para obtenção do título de doutor, e aos alunos das duas Escolas Normais Superiores, para admissão aos respectivos exames de Estado, a apresentação de teses ou dissertações impressas ou dactilografadas, à sua escolha
- 971 autorizando o Governo a remodelar, até o fim do corrente ano económico de 1919-1920, os serviços públicos dependentes de todos os Ministérios, para o efeito de reduzir os quadros do pessoal e fazer nas dotações de verbas para material as economias compatíveis com o bom funcionamento dos mesmos serviços
- 978 tornando extensiva a disposição do artigo 81.º da lei orçamental n.º 226, de 30 de Junho de 1914, aos indivíduos da classe civil em situação de inactividade e que exerçam funções docentes em qualquer estabelecimento de ensino oficial
- 982 revogando o decreto n.º 6158, de 14 de Outubro de 1919, e permitindo o exame na próxima época de 1920-1921 aos alunos que transitaram condicionalmente com média inferior a 10 valores em mais de três disciplinas
- 982 (R1 DG 121) Nova publicação, rectificada, da lei n.º 982, de 2 de Junho de 1920, revogando o decreto n.º 6158, de 14 de Outubro de 1919, e permitindo o exame na próxima época de 1920-1921 aos alunos que transitaram condicionalmente com média inferior a 10 valores em mais de três disciplinas

- 985 destinando a quantia de 12000\$00 do saldo da dotação orçamental da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para vencimentos do pessoal, a fim de serem aplicados à reparação e modernização do equatorial Repsold existente no observatório astronómico da mesma Faculdade
- 988 reconhecendo aos alunos matriculados na antiga Escola de Medicina Veterinária, à data da promulgação do decreto n.º 4686, de 13 de Julho de 1918, o direito de optar pela reforma de estudos constantes do respectivo decreto, e o de continuar e concluir os seus cursos nos termos da legislação que vigorava à data da sua primeira matrícula na referida Escola
- 989 abrindo um crédito especial para ocorrer ao pagamento do vencimento e subsídio de residência de um professor do Liceu Central de José Falcão, na situação de disponibilidade e em serviço
- 993 mantendo, para continuar a integral execução, o decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, que confere aos sargentos direito a provimento em empregos públicos; conferindo aos sargentos mutilados da guerra as disposições do mesmo decreto, e dando preferência no provimento dos lugares de empregados menores das escolas oficiais de todos os ramos de ensino às outras praças de pré em iguais condições
- 1029 regulando a nomeação dos professores para as escolas convertidas em oficiais e que tenham sido criadas ou sustentadas por qualquer corpo ou corporação administrativa ou por qualquer particular, e estejam instaladas em edifício próprio oferecido por aquelas entidades ao Estado **Revogado**
- 1030 convertendo em anual o curso semestral de química-física das Faculdades de Ciências das três Universidades da República
- 1031 incluindo nas exceções do § 1.º do artigo 2.º da lei n.º 971, de 17 de Maio de 1920, as vacaturas do pessoal docente de todos os estabelecimentos de ensino da República, com exclusão das escolas de ensino primário superior
- 1032 cedendo à Câmara Municipal da Guarda os edifícios do Paço Episcopal e do seminário anexo para neles serem construídas escolas
- 1047 concedendo uma época extraordinária de exames, em Outubro de 1920, aos alunos das Escolas Normais Primárias reprovados na época de Julho
- 1054 autorizando o Governo a contrair um empréstimo até a quantia de 150000\$00, por vinte e cinco anos, destinado à aquisição ou construção de um edifício, mobiliário e material de ensino para a Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Porto
- 1055 concedendo exames no mês de Outubro do corrente ano de 1920 aos alunos da Escola Naval que estiverem em determinadas circunstâncias
- 1068 regulando a matrícula nas escolas primárias superiores no corrente ano lectivo de 1920-1921; autorizando o Governo a estabelecer exames de admissão a todas as faculdades, cursos e estabelecimentos de ensino, e ilibando-o da responsabilidade em que incorreu por ter realizado idênticos exames no ano lectivo findo
- 1077 cedendo à Escola Primária Superior D. António da Costa o edifício do suprimido convento de Santos-o-Novo e suas dependências, sito na freguesia de Monte Pedral, da cidade de Lisboa

Decretos

- 6320 considerando nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 3391, de 28 de Setembro de 1917, que cedeu à Junta da Freguesia da Silva Escura, concelho de Sever do Vouga, a residência paroquial para instalação de uma escola e residência da professora
- 6325 aprovando o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, anexo ao mesmo Decreto
- 6316 inserindo as instruções para a execução dos programas de distribuição das disciplinas do ensino secundário
- 6326 Determina a entrega de vários bens à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Alvarenga, concelho de Lousada, para instalação de uma escola
- 6328 revogando as disposições do decreto n.º 6118, de 20 de Setembro de 1919, que regulou a distribuição da 2.ª prestação do empréstimo de 5000000\$00, com aplicação a construções escolares
- 6328 (R1 DG 18) Rectificações ao decreto n.º 6328, de 6 de Janeiro de 1920, relativo à distribuição da segunda prestação do empréstimo destinado a construções escolares
- 6337 aprovando o regulamento da Escola Elementar de Comércio e Indústria de Silves, anexo ao mesmo Decreto
- 6337 (R1 DG 19) Nova publicação, rectificadora, do artigo 4.º do regulamento da Escola Elementar de Comércio e Indústria de Silves, aprovado pelo decreto n.º 6337, de 14 de Janeiro de 1920
- 6338 criando na cidade do Porto um semi-internato com a denominação de Escola de Rosa Santos
- 6351 aprovando o regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa e os dois apêndices ao mesmo regulamento
- 6353 aprovando o regulamento do ensino profissional da Administração Geral dos Correios e Telégrafos
- 6353 (R1 DG 24) Rectificações ao regulamento do ensino profissional da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, aprovado pelo decreto n.º 6353, de 14 de Janeiro de 1920
- 6355 elevando à categoria de central o Liceu Nacional de Latino Coelho, em Lamego
- 6359 aprovando o regulamento da Escola Agrícola Móvel das Caldas da Rainha
- 6363 cedendo, a título de arrendamento, à Junta de Freguesia de Ovoa, concelho de Santa Comba Dão, o antigo presbitério e quintal anexo para instalação das escolas de ambos os sexos e habitação dos respectivos professores
- 6365 abrindo um crédito especial da quantia de 268\$80, a fim de reforçar a verba inscrita no orçamento para pessoal da Escola de Medicina Tropical
- 6367 abrindo um crédito especial de 800000\$00 destinado à construção de um edifício para o Instituto Industrial de Lisboa e aquisição de material e mobiliário escolar
- 6368 abrindo um crédito especial de 150000\$00 para construção do novo edifício do Instituto Técnico e compra de material escolar

- 6369 mandando recomeçar a publicação do Boletim do Ministério da Instrução Pública, e estabelecendo as condições da sua redacção e administração
- 6374 aprovando as alterações ao regulamento literário do Colégio Militar (Decreto n.º 5062)
- 6379 abrindo um crédito especial de 17607\$13, a fim de ocorrer ao pagamento das despesas realizadas com os exames de instrução primária
- 6380 abrindo um crédito especial de 150000\$00, a fim de reforçar as verbas destinadas à crise do trabalho e à construção da Escola-Asilo de Santa Maria para cegos e cegas
- 6381 abrindo um crédito especial da quantia de 359243\$70, a fim de reforçar a verba inscrita no orçamento para ocorrer ao pagamento das despesas do pessoal e outras urgentes dos serviços de instrução primária
- 6385 aprovando o regulamento do curso de biblioteconomia e arquivística, anexo ao mesmo Decreto
- 6388 abonando a gratificação mensal de 6\$00 aos serventes que prestem serviço nos cursos nocturnos das escolas de ensino primário geral
- 6389 passando à categoria de nacional o Liceu de Gonçalo Velho, em Viana do Castelo
- 6390 elevando à categoria de central o Liceu Nacional de D. João de Castro, em Angra do Heroísmo
- 6393 aprovando o novo quadro e respectivos vencimentos dos empregados da Casa Pia de Évora
- 6396 anulando o decreto n.º 139, de 13 de Junho de 1913, que cedeu à Direcção Geral de Instrução Primária, a título de arrendamento, o presbitério da freguesia de Correlhã, concelho de Ponte do Lima, e incorporando o referido presbitério no Património Nacional
- 6404 considerando professores ordinários, para os efeitos do disposto no decreto n.º 5934, de 28 de Junho de 1919, os professores de gymnástica do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 6411 contando, para os efeitos de concessão de diuturnidade, o tempo em que os professores primários tenham deixado de prestar serviço devido às suas escolas terem sido mandadas fechar superiormente por virtude de epidemias ou qualquer outro motivo de força maior
- 6414 aprovando o regulamento da Escola Normal para o Ensino de Desenho, que do mesmo decreto faz parte
- 6414 (R1 DG 43) Rectificações ao regulamento da Escola Normal para o Ensino de Desenho, aprovado pelo decreto n.º 6414, de 23 de Fevereiro de 1920
- 6420 dispensando da visita às secções da Estação Central dos Correios de Lisboa e do exame de saída, a que se refere o artigo 4.º do regulamento de 13 de Janeiro de 1919, os alunos do curso do 1.º grau da extinta Escola Prática de Correios e Telégrafos, do período escolar de 1918-1919
- 6443 esclarecendo as dúvidas suscitadas acerca da aplicação do disposto nos artigos 26.º e 196.º e seus parágrafos do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918 (Organização do ensino industrial e comercial)
- 6443 (R1 DG 61) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6443, de 5 de Março de 1920, que esclareceu as dúvidas suscitadas acerca da aplicação do disposto nos artigos 26.º e 196.º e seus parágrafos do decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918 (Organização do ensino industrial e comercial)
- 6452 estabelecendo o limite das porções de terreno da antiga cêrca do Seminário de Viseu respectivamente cedidas ao Ministério da Guerra e ao Ministério da Instrução Pública
- 6482 abrindo um crédito especial de 500000\$00, a fim de ocorrer, no actual ano económico de 1919-1920, a despesas com a aquisição de terrenos e construção do edifício para a Escola Superior de Farmácia de Lisboa, e aquisição de material e mobiliário escolar
- 6494 tornando extensivos às Escolas Primárias Superiores, dependentes do Ministério da Instrução Pública, o decreto n.º 4695, de 14 de Julho de 1918, que organizou os serviços da Sanidade Escolar, e o respectivo regulamento, aprovado pelo decreto n.º 5168, de 6 de Janeiro de 1919
- 6504 abonando às professoras de labores e trabalhos manuais, de confecção de roupa branca e de confecção de vestidos e chapéus os subsídios de residência e de renda de casa, estabelecidos na tabela anexa ao decreto com força de lei n.º 5787-A, de 10 de Maio de 1919, a partir da mesma data
- 6520 desdobrando o 2.º grupo (Ciências Biológicas) da 3.ª Secção (Ciências Histórico-Naturais) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em dois sub-grupos, um de Botânica e outro de Zoologia
- 6527 cedendo à Junta de Freguesia de S. Martinho de Angueira, concelho de Miranda do Douro, a antiga residência paroquial, e cortinha ou quintal anexo, da referida freguesia, para instalação da escola do sexo feminino
- 6528 anulando o decreto de 1 de Julho de 1913, que cedeu um terreno à Junta de Freguesia de Relíquias, concelho de Odemira, para construção de uma escola no prazo de dois anos, e o decreto de 29 de Maio de 1915, que prorrogou aquele prazo por mais dois anos, por não terem sido cumpridas as condições neles estabelecidas
- 6554 abrindo um crédito especial da quantia de 18000\$00, destinado a ocorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal docente, administrativo e menor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- 6563 incluindo no conselho escolar do Instituto Comercial de Lisboa os professores do Instituto Industrial de Lisboa que ali rejam quaisquer cadeiras
- 6564 aprovando o regulamento da Escola Colonial anexo ao mesmo Decreto
- 6567 abrindo um crédito especial de 800869\$98, a fim de ocorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal dos serviços de instrução primária
- 6571 abrindo um crédito especial de 26824\$33, destinado ao pagamento de despesas de pessoal e material da Escola Industrial de Bragança, Escola de Artes e Ofícios em Miranda do Douro e Escola Elementar de Comércio e Indústria em Silves
- 6591 anulando o decreto n.º 6389, de 13 de Fevereiro, que baixou a nacional o Liceu de Gonçalo Velho, em Viana do Castelo

- 6596 tornando extensivas à professora de inglês do Instituto do Professorado Primário as disposições do decreto n.º 6504, de 1 de Abril de 1920, que abona subsídios de residência e de renda de casa às professoras de labores e trabalhos manuais
- 6634 abonando aos serventes que prestam serviço nos cursos nocturnos das escolas de ensino primário geral a gratificação mensal de 6\$00, desde a data em que começaram a prestar serviço nos referidos cursos
- 6637 aprovando o regulamento da Escola Elemental de Comércio e Indústria de Silves, anexo ao mesmo Decreto
- 6338 criando na cidade do Pôrto um semi-internato com a denominação de Escola de Rosa Santos
- 6640 agregando ao Conselho do Ensino Industrial e Comercial do Ministério do Comércio e Comunicações dois vogais de escolha do Ministério da Guerra como representantes do Instituto Feminino de Educação e Trabalho e do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 6645 transferindo uma verba de um para outro artigo do capítulo 4.º do orçamento para pagamento de despesas com o serviço extraordinário de regência de turmas das classes liceais
- 6650 abrindo um crédito para ocorrer ao pagamento das despesas do pessoal e outras urgentes dos serviços de instrução primária
- 6653 mandando depositar na Caixa Geral de Depósitos ou suas delegações, à ordem do Ministério da Instrução Pública, todos os subsídios concedidos para auxílio e construção de edifícios escolares nos anos económicos de 1913-1914 a 1917-1918, que por qualquer motivo não tenham tido a devida aplicação
- 6653 (R1 DG 116) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6653, de 1 de Junho de 1920, mandando depositar na Caixa Geral de Depósitos ou suas delegações, à ordem do Ministério da Instrução Pública, todos os subsídios concedidos para auxílio da construção de edifícios escolares nos anos económicos de 1913-1914 a 1917-1918, e que por qualquer motivo não tenham tido a devida aplicação
- 6662 cedendo à Junta de Freguesia de Medrões, concelho de Santa Marta de Penaguião, o edifício da antiga residência paroquial, a fim de ser adaptado a uma escola
- 6663 cedendo à Junta de Freguesia de Paradela, concelho de Miranda do Douro, o edifício da antiga residência paroquial e o respectivo passal no sítio da Ribeirinha, destinados à construção de uma escola
- 6664 cedendo, a título de arrendamento, à Junta Escolar de Fafe os edifícios das antigas residências paroquiais das freguesias de Arões (S. Romão), Revelhe, Antime, Cepães, Serafão e Quinchães, para neles funcionarem as escolas de ensino primário geral das referidas freguesias. **Revogado** pelo decreto 28506
- 6675 inserindo o regulamento da instrução secundária
- 6675 (R1 DG 124) Rectificações ao regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 6675, de 12 de Junho de 1920
- 6675 (R2 DG 129) Nova publicação das rectificações do decreto n.º 6675, de 12 de Junho de 1920, inserindo o regulamento da instrução secundária
- 6692 dando a denominação de curso de mecânica celeste e complementos de geodesia ao curso de mecânica celeste da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 6693 alterando os artigos 19.º, 20.º e 23.º do regulamento do Observatório Meteorológico da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 6193, de 31 de Outubro de 1919
- 6696 cedendo definitivamente à Câmara Municipal de Alcobaca os antigos presbitérios e quintais ou terrenos anexos, para neles serem instaladas as escolas das freguesias de Alpedriz, Cós, Maiorga, Pataias e Vestiaria, e um sub-pôsto da guarda nacional republicana
- 6696 (R1 DG 137) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6696, de 22 de Junho de 1920, que cedeu à Câmara Municipal de Alcobaca uma capela e terrenos anexos para construção de definitiva de escolas oficiais
- 6700 mandando proceder ao estudo e elaboração dos projectos e cadernos de encargos das escolas a construir e à vistoria dos edifícios em construção nas localidades a que respectivamente se referem os mapas n.ºs 1 e 2 anexos ao mesmo Decreto
- 6700 (R1 DG 133) Nova publicação, rectificada, do mapa n.º 1, apenso ao decreto n.º 6700, de 23 de Junho de 1920 (Construção de escolas)
- 6732 aprovando o regulamento dos cursos de aperfeiçoamento nas Escolas Normais Primárias, para professores oficiais efectivos do ensino infantil e primário geral, que faz parte integrante do mesmo Decreto
- 6741 regulando a forma de admissão nas escolas de ensino elemental industrial e comercial
- 6741 (R1 DG 152) Rectificação ao artigo 1.º do decreto n.º 6741, de 8 de Julho de 1920, regulando a forma de admissão nas escolas de ensino elemental industrial e comercial
- 6754 DG 146 1.ª edição concedendo aos Municípios de Lisboa e Porto o direito de arrecadarem todas as receitas provenientes da aplicação da percentagem de 26 a 32 % e destinadas à instrução primária
- 6754 DG 146 2.ª edição concedendo aos Municípios de Lisboa e Pôrto e a outros o direito de arrecadarem todas as receitas provenientes da aplicação da percentagem de 26 a 32 por cento e destinadas à instrução primária
- 6755 DG 146 1.ª edição regulando o provimento de professoras das escolas de ensino primário geral de um só lugar
- 6755 DG 146 2.ª edição determinando que as escolas de ensino primário geral de um só lugar sejam providas por professoras
- 6759 aprovando o regulamento dos cursos de aperfeiçoamento nas Escolas Normais Primárias, para professores oficiais efectivos de ensino infantil e primário geral
- 6760 abrindo um crédito de 50000\$00 para construção de um liceu em Viseu
- 6792 transferindo a quantia de 6000\$00, para despesas de diversas escolas dependentes do Ministério do Comércio
- 6803 tornando extensivo ao Instituto Superior do Comércio do Pôrto o disposto no decreto n.º 6086, de 8 de Setembro de 1919

- 6805 determinando que possam ser admitidos aos exames de habilitação para o exercício do magistério primário nas escolas móveis os candidatos que provarem ter dezanove anos em 31 de Dezembro do ano em que desejarem fazer os referidos exames
- 6820 tornando extensiva a todas as professoras do ensino primário e do ensino normal primário a disposição relativa a professoras casadas parturientes, a que se refere o artigo 136.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 6137, de 28 de Setembro de 1919
- 6829 esclarecendo o regulamento de 29 de Setembro de 1919 na parte referente a prazos para posses de professores cuja colocação derive de transferência ou permuta, e fixando um período para a desistência dos concorrentes às escolas vagas
- 6849 organizando em todas as capitais de distrito do continente e ilhas adjacentes juntas médicas delegadas da Junta de Sanidade Escolar
- 6850 anulando a transferência do subsídio de 400\$00 do inspector do circulo escolar de Tomar para a Junta de Freguesia de S. Pedro da Beberriqueira, do concelho de Tomar, autorizada pela portaria n.º 2059, de 11 de Novembro de 1919, e anulando a concessão do mesmo subsídio feita ao referido inspector pela portaria n.º 1706, de 20 de Março de 1919
- 6851 tornando extensivas a todos os professores de ensino primário e aos de ensino primário normal as disposições dos artigos 132.º a 135.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 6137, de 29 de Setembro de 1919, referentes à concessão de licenças aos professores do ensino primário geral
- 6860 alterando o n.º 2.º do artigo 135.º do regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5355, de 27 de Março de 1919
- 6862 revogando o disposto no § 2.º do artigo 69.º do regulamento do Instituto Industrial do Pôrto, aprovado pelo decreto n.º 6099, de 15 de Setembro de 1919
- 6865 suspendendo a execução do regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 6675, de 12 de Junho de 1920, e pondo provisóriamente em vigor o regulamento aprovado pelo decreto n.º 4799, de 8 de Setembro de 1918
- 6867 regulando o abono das ajudas de custo e despesas de transporte a que os magistrados e funcionários do Estado tenham direito pelas deslocações temporárias da sua residência oficial por motivo de serviço
- 6874 dando aos professores das escolas normais primárias direito aos subsídios de residência e de renda de casa estabelecidos na tabela anexa ao decreto n.º 5787-A, de 10 de Maio de 1919
- 6883 regulando a constituição dos júris dos exames finais das 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª cadeiras do curso elementar das Escolas de Correios e Telégrafos
- 6884 regulando a situação dos professores de educação física dos liceus
- 6885 abrindo um crédito especial destinado às despesas de aquisição de terreno e construção do edifício para o Liceu de Rodrigues de Freitas
- 6890 inserindo os programas das disciplinas professadas nas Escolas Comerciais
- 6891 inserindo os programas das disciplinas professadas nas Aulas Comerciais
- 6903 inserindo as bases para a equiparação de categorias dos funcionários públicos e para a equiparação de vencimentos e estabelecimento de subvenções a todos os serventuários do Estado
- 6910 aclarando o artigo 1.º do decreto n.º 4092, de 12 de Abril de 1918, sobre serviços de instrução agrícola
- 6943 aprovando o regulamento da Escola do Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra
- 6956 aprovando os modelos da carta de formatura e da carta doutoral das Faculdades de Direito, assim como o modelo do diploma de Estado das Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra
- 6983 dispensando da idade determinada na alínea b) do § único do artigo 62.º do decreto n.º 6137, de 29 de Setembro de 1919, os indivíduos diplomados pelas antigas Escolas Normais e de Ensino Normal, que seguirem e concluíram os seus cursos ao abrigo da legislação anterior à publicação do referido Decreto
- 6996 determinando que em todas as escolas dependentes da Direcção Geral da Instrução Agrícola, onde haja regime de internato, os alunos se sujeitem, a partir do início do próximo ano lectivo, a um acréscimo transitório sobre a importância das anuidades que presentemente pagam, em relação com o aumento do custo de vida
- 6998 autorizando as colónias a subsidiar os médicos dos seus quadros de saúde que desejem, durante qualquer período de licença a que tenham legalmente direito, a frequentar, por tempo não superior a seis meses, em Portugal ou no estrangeiro, um curso de aperfeiçoamento ou de especialização em qualquer ramo de medicina ou de cirurgia
- 6998 (R1 DG 202) Rectificação ao decreto n.º 6998, de 4 de Outubro de 1920, autorizando as colónias a subsidiar os médicos dos seus quadros de saúde que desejem frequentar qualquer curso de especialização de medicina ou cirurgia
- 6998 (R2 DG 205) Rectificações ao decreto n.º 6998, de 4 de Outubro de 1920, autorizando as colónias a subsidiar os médicos dos seus quadros de saúde que desejem frequentar qualquer curso de especialização de medicina ou cirurgia
- 6999 regulando a admissão de facultativos no curso da Escola de Medicina Tropical
- 6999 (R1 DG 226) Rectificação ao decreto n.º 6999, de 4 de Outubro de 1920, que regulou a admissão de facultativos no curso da Escola de Medicina Tropical
- 7002 regulamentando a cobrança das percentagens e taxas constantes da tabela anexa ao mesmo decreto, criadas pela lei n.º 995, e destinadas à Biblioteca Nacional de Lisboa e à melhoria dos serviços dependentes da Direcção Geral de Belas Artes
- 7008 codificando, com várias modificações, as leis orgânicas da administração das províncias ultramarinas n.ºs 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914, e inserindo as bases orgânicas de administração civil e financeira das colónias
- 7009 prorrogando até 21 de Março de 1921 o prazo estabelecido no artigo 1.º do decreto n.º 5675, de 10 de Maio de 1919, para os Exames de Estado requeridos no prazo legal pelos professores agregados
- 7010 alterando o artigo 16.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa

- 7024 determinando que as permutas e transferências dos professores de ensino primário geral e de inspectores dos círculos escolares, embora autorizadas em qualquer época, se efectivem em cada ano de forma a produzirem os seus efeitos no comêço do ano lectivo seguinte
- 7025 revogando o § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 6829, de 16 de Agosto de 1920, acêrca da desistência dos concorrentes às escolas vagas classificados em primeiro lugar, devendo ser nomeado o candidato imediatamente classificado
- 7027 aprovando a remodelando de serviços do Ministério da Agricultura
- 7027 (R1 DG 237) Nova publicação, rectificada, do artigo 9.º do decreto n.º 7027, de 15 de Outubro de 1920, que remodelou os serviços do Ministério da Agricultura
- 7042 introduzindo várias alterações nas organizações dos serviços externos da Direcção Geral da Instrução Agrícola do Ministério da Agricultura
- 7042 (R1 DG 221) Rectificações ao decreto n.º 7042, de 18 de Outubro de 1920, que introduziu várias alterações nas organizações dos serviços externos da Direcção Geral da Instrução Agrícola
- 7048 fazendo cessar o abono de alimentação aos segundos assistentes da Faculdade de Medicina de Lisboa que prestam serviço nas clínicas escolares do Hospital de Santa Marta
- 7068 encarregando o Conselho de Instrução Agrícola da revisão das várias organizações decretadas para o ensino agrícola e do estudo das diversas gradações do mesmo na sua melhor adaptação ao país, e suspendendo quaisquer disposições actualmente em vigor sôbre as quais as classes interessadas tenham reclamações pendentes, e nomeadamente o disposto no artigo 24.º do decreto n.º 7042, de 18 de Outubro de 1920
- 7073 aprovando o regulamento do Instituto Comercial do Pôrto
- 7082 estabelecendo o número de professores agregados para cada liceu colonial e regulando o seu provimento e atribuições
- 7083 providenciando para que se conclua as operações de lançamento das contribuições do Estado, às quais têm de ser adicionadas as percentagens do imposto especial municipal, com aplicação ao pagamento das despesas com os vencimentos e gratificações do pessoal do ensino primário nos diferentes concelhos do continente e ilhas adjacentes, a fim de que nos prazos legais se proceda à cobrança das referidas contribuições
- 7086 transferindo uma verba dentro do capítulo 5.º do orçamento destinada à construção de um edifício para instalação da Escola de Enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa
- 7093 abrindo um crédito especial para refôrço da verba destinada ao pagamento de férias do pessoal das oficinas e escola da Imprensa da Universidade de Coimbra
- 7096 pondo em vigor as organizações da Escola de Medicina Tropical, Hospital Colonial de Lisboa e Enfermaria do Depósito Militar Colonial
- 7098 cedendo à Junta de Freguesia de Murtosa, concelho de Estarreja, um terreno do antigo passal para instalação de duas escolas oficiais
- 7106 cedendo à Junta Escolar da Póvoa de Lanhoso, para serviço das escolas, as antigas residências paroquiais e quintais anexos de Sobradelo da Gama e Travassos, distrito de Braga
- 7107 cedendo à Junta de Freguesia de Cardielos, concelho e distrito de Viana do Castelo, a residência paroquial e seus rossios, para instalação de uma escola, habitação do professor e uma sala de sessões e arquivo
- 7108 anulando o decreto n.º 3274, publicado no Diário do Govêrno n.º 126, de 31 de Julho de 1917, que cedeu à Junta de Freguesia de Lanhoso o edifício da antiga residência paroquial para instalação de uma escola, e entregando à Comissão Concelhia dos Bens das Igrejas no concelho de Póvoa de Lanhoso o referido edifício
- 7111 fixando os vencimentos e categorias do pessoal permanente da Divisão de Fiscalização do Ensino Comercial e Industrial, da Inspeção Geral dos Serviços do Ministério do Comércio e Comunicações
- 7119 suspendendo o estatuto e regulamento interno da Academia de Ciências de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 4480, de 21 de Junho de 1918, e incumbindo a mesma Academia da elaboração de um novo estatuto
- 7125 abonando subvenções diferenciais aos funcionários constantes do mapa anexo ao mesmo decreto (Professores, investigadores e outros agentes de todos os níveis de ensino)
- 7125 (R1 DG 266) Nova publicação, rectificada, da parte respeitante às subvenções dos amanuenses das secretarias dos liceus, incluída no decreto n.º 7125, de 17 de Novembro de 1920
- 7137 anulando o decreto de 22 de Fevereiro de 1913, que concedeu à Junta da Freguesia de Marinha Grande um terreno a fim de ser convertido num parque para recreio das crianças das escolas e da creche, por a referida Junta não lhe ter dado a referida aplicação
- 7138 modificando a redacção do artigo 1.º do decreto n.º 5424, de 22 de Abril de 1919, que criou receita para a Assistência Pública
- 7142 estabelecendo subvenções diferenciais aos funcionários da Escola Colonial
- 7142 (R1 DG 237) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7142, de 19 de Novembro de 1920, estabelecendo subvenções diferenciais aos funcionários da Escola Colonial
- 7151 tornando extensivas aos indígenas que adoptem os usos e costumes públicos dos europeus, e se submetam às leis e regulamentos impostos aos indivíduos europeus do mesmo nível social, as leis que regulam o exercício dos direitos civis dos europeus nas colónias portuguesas
- 7154 considerando como regulamentares e fazendo parte do presente decreto e do futuro regulamento do Instituto Superior de Agronomia, começando desde já a ter execução, as disposições que do mesmo fazem parte
- 7164 concedendo subvenções diferenciais ao pessoal das escolas dependentes da Direcção Geral da Instrução Agrícola
- 7165 abrindo um crédito de 200000\$00 para compra de material agrícola e de lavoura mecânica e de reprodutores destinados às escolas agrícolas

- 7167 cedendo definitivamente para instalação e funcionamento da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel os edifícios do extinto Colégio de S. Fiel, pertencentes à Companhia de Jesus, sitos nas comarcas de Castelo Branco e Fundão
- 7167 (R1 DG 241) Rectificação ao decreto n.º 7167, de 19 de Novembro de 1920, que cedeu os edifícios do extinto Colégio de S. Fiel para instalação da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel
- 7167 (R2 DG 252) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7167, de 19 de Novembro de 1920, que cedeu uns edifícios para instalação da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel e invalidando a rectificação ao mesmo decreto, inserta no Diário do Govêrno n.º 241, de 27 do mesmo mês
- 7168 cedendo definitivamente para instalação e funcionamento da Escola Agrícola de Reforma de Izeda os bens do Estado que foram das antigas congregações religiosas sitos na comarca de Bragança
- 7169 cedendo definitivamente para instalação e funcionamento dos diversos serviços de protecção a menores dependentes do Ministério da Justiça e dos Cultos os edifícios e terrenos anexos do extinto Colégio de Campolide
- 7185 regulamentando a lei n.º 1068, de 18 de Novembro de 1920, na parte relativa aos exames de admissão às escolas primárias, a realizar no ano lectivo de 1920
- 7186 autorizando a substituição dos professores da Escola da Arte de Representar, quando impedidos, por indivíduos estranhos ao corpo docente que sejam de competência especial e comprovada, os quais receberão, durante o tempo em que exercerem o magistério, os vencimentos que deveriam competir aos professores substituídos
- 7187 prorrogando os prazos para a entrega de requerimentos dos candidatos à matrícula na Escola Normal Primária de Braga, para o exame sanitário, exames de admissão e encerramento de matrículas
- 7190 concedendo subvenções diferenciais ao pessoal de ensino técnico e comercial e industrial
- 7192 aprovando o regulamento do Museu Agrícola Colonial, anexo ao mesmo diploma
- 7199 regulamentando as disposições dos artigos 7.º e 8.º e seus parágrafos do decreto n.º 7042, de 18 de Outubro de 1920, acêrca dos alunos do Instituto Superior de Agronomia que tendo terminado o 5.º ano do curso de agronomia ou de silvicultura desejem fazer acto de bacharelamento ou de doutoramento
- 7203 determinando que, enquanto não forem publicados os modelos de diplomas de Estado de Direito, Medicina e Farmácia, para efeitos dos registos da polícia administrativa, possa servir uma certidão autêntica, passada pela respectiva Universidade, devendo ser oportunamente substituída pelo diploma definitivo

Portarias

- 2107 dando à Escola de Artes e Ofícios de Miranda do Douro o nome de Lopes Cardoso
- 2114 determinando que os funcionários da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel e da Escola Agrícola de Reforma de Izeda comecem por prestar serviço no edifício da 1.ª secção da Escola Central de Reforma de Lisboa, a fim de se especializarem nas funções que terão de exercer nas mencionadas escolas
- 2122 substituindo o modelo da carta de formatura em letras e em Ciências, aprovado pelo decreto n.º 2989, de 17 de Fevereiro de 1917
- 2161 dando à escola primária superior da cidade de Elvas o nome de Escola Primária Superior do Dr. Santa Clara
- 2168 fixando o número de candidatos que no ano lectivo de 1919-1920 devem ser admitidos à inscrição nas escolas normais superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra
- 2170 tornando extensiva a qualquer fogueiro aprovado em exame feito nas capitánias dos portos, quer seja ou não associado, a preferência à matrícula que é concedida aos fogueiros aprovados em exame nos termos das portarias de 18 de Janeiro de 1913 e n.º 379, de 5 de Junho de 1915
- 2182 nomeando uma sub-comissão com o encargo de dirigir e administrar os trabalhos de construção dos edifícios destinados à instalação da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa
- 2182 (R1 DG 43) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 2182, de 26 de Fevereiro de 1920, que encarregou uma sub-comissão de superintender na construção dos edifícios destinados à Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa
- 2204 autorizando a inscrição dos funcionários da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa na Cooperativa A Pensionista, como seus sócios consumidores
- 2212 inserindo várias providências sobre a situação criada aos alunos do curso superior industrial, professado no extinto Instituto Industrial e Comercial do Pôrto, pelo decreto n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918, que extinguiu aquele curso
- 2204 autorizando a inscrição dos funcionários da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa na Cooperativa A Pensionista, como seus sócios consumidores
- 2216 determinando que a Escola Primária Superior de Leiria passe a denominar-se Escola Primária Superior de Xavier Rodrigues Cordeiro
- 2217 determinando que a Escola Primária Superior de Arcos de Valdevez passe a denominar-se Escola Primária Superior do Dr. Teixeira de Queiroz
- 2223 estabelecendo a fórmula dos documentos relativos ao levantamento dos cofres do Estado, feito pelos conselhos administrativos dos liceus e outras corporações ou estabelecimentos autónomos, das importâncias destinadas ao pagamento dos vencimentos e mais abonos dos seus empregados
- 2224 confirmando a portaria n.º 1346 de 22 de Novembro de 1919, inserta no Boletim Oficial da Província de Moçambique, alterando o decreto com fôrça de lei de 16 de Dezembro de 1919, que organizou o Observatório de Campos Rodrigues
- 2246 mandando observar na seqüência do curso superior industrial as equivalências constantes do quadro anexo à mesma Portaria
- 2249 anulando a portaria n.º 1717, de 20 de Março de 1919, que concedeu um subsídio à comissão directora dos trabalhos de construção do liceu feminino da cidade de Lisboa

- 2257 aprovando o programa de ensino de higiene a ministrar aos alunos das escolas elementares e médias dependentes do Ministério da Agricultura
- 2275 autorizando a Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas de João de Deus, com sede em Lisboa, a vender uma porção de terreno, a fim de aplicar o seu produto a vários melhoramentos
- 2287 dando à Escola Primária Superior da Horta a denominação de Escola Primária Superior do Dr. Freitas Pimentel
- 2294 aprovando o modelo, anexo à mesma portaria, da carta de formatura (doutorado) das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto
- 2295 isentando de franquia postal as relações de aproveitamento e procedimento dos alunos, expeditas pelos directores das escolas de ensino industrial e comercial por intermédio do correio com destino aos chefes da família ou encarregados da educação
- 2297 estabelecendo o tempo de serviço obrigatório para os professores das aulas comerciais e fixando os desdobramentos de turmas para os mesmos professores
- 2304 dando à Escola Primária Superior de Angra do Heroísmo a denominação de Escola Primária Superior do Dr. Eduardo de Abreu
- 2319 inserindo determinadas disposições a fim de garantir a permanência do pessoal docente do ensino elementar industrial e comercial nas escolas para onde fôr nomeado
- 2322 dando à Escola Primária Superior de Barcelos a denominação de Escola Primária Superior do Dr. Martins Lima
- 2342 dividindo entre os Institutos Superior do Comércio, Industrial e Comercial do Pôrto o material e demais haveres que pertenciam ao extinto Instituto Industrial e Comercial da mesma cidade **Suspenso** pelo decreto 2362
- 2362 1.ª edição suspendendo o determinado na portaria n.º 2342, de 25 de Junho próximo findo
- 2362 2.ª edição suspendendo o determinado na portaria n.º 2342, de 25 de Junho próximo findo
- 2383 anexando o Museu Industrial e Comercial do Pôrto ao Instituto Superior do Comércio da mesma cidade
- 2384 constituindo o júri dos concursos para professores primários das províncias ultramarinas, que se realizem no Ministério das Colónias
- 2384 (R1 DG 156) Rectificações à portaria n.º 2384, publicada no Diário do Govêrno n.º 151, de 7 de Agosto de 1920, constituindo o júri dos concursos para professores primários das províncias ultramarinas que se realizem no Ministério das Colonias
- 2385 determinando que os conselhos escolares das Faculdades de Letras, de Ciências e de Direito enviem à Direcção Geral do Ensino Superior, até 10 de Outubro de 1920, os seus pareceres sôbre as matérias que devem constituir os respectivos exames de admissão a essas Faculdades
- 2411 mantendo, com algumas modificações, as disposições da portaria n.º 2342, de 25 de Junho de 1920, que dividiu o material e mais haveres que pertenciam ao extinto Instituto Industrial e Comercial do Pôrto pelos Institutos Superior do Comércio, Industrial e Comercial da mesma cidade
- 2433 determinando que a Inspeccão Geral de Sanidade Escolar promova a instalação e o funcionamento de uma ou mais escolas ao ar livre na cidade de Lisboa, para as crianças recrutadas pelos médicos escolares entre as que freqüentam as escolas primárias de ensino geral
- 2434 determinando que aos mapas n.ºs 1 e 2, anexos ao decreto n.º 6700, de 23 de Junho de 1920, sôbre construções de edifícios escolares, sejam aditados os mapas n.ºs 1-A e 2-A, apensos à mesma Portaria
- 2437 determinando a forma da constituição do júri dos concursos para professores dos liceus coloniais
- 2441 permitindo à Junta de Freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, aplicar vários subsídios, que lhe foram concedidos para as construções dos edifícios escolares dos lugares de Passos e Loureiro de Cima, na totalidade de 7000\$00, à construção do edifício escolar no segundo dos referidos lugares
- 2449 facultando aos alunos do Instituto Superior de Agronomia e Escola Superior de Medicina Veterinária, que requeiram defesa de tese para a conclusão dos seus cursos, a apresentação das suas dissertações não impressas
- 2461 regulando a duração das provas dos exames nas escolas de ensino industrial e comercial
- 2466 prorrogando o prazo para a matrícula e inscrições nas diversas Faculdades e Escolas das três Universidades da República, bem como o período dos exames que se devem realizar nesta época
- 2469 inserindo o modelo da carta de formatura (doutorado) em medicina para os indivíduos com o curso de medicina que foram dispensados da apresentação e defesa da tese pela lei n.º 924, de 2 de Janeiro de 1920
- 2472 elevando a anuidade dos alunos porcionistas da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, no ano lectivo de 1920-1921, para 450\$00, fazendo aos alunos pensionistas os descontos em relação à mesma anuidade, e elevando o depósito a 50\$00
- 2473 elevando a 15\$00 a mensalidade paga pelos alunos da Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, no ano lectivo de 1920-1921
- 2483 fixando as pensões a pagar pelos alunos internados na Escola Prática de Agricultura de Queluz no ano lectivo de 1920-1921
- 2484 cedendo à Câmara Municipal de Almada uma casa que servia de sacristia da igreja do lugar da Trafaria para a instalação de uma escola
- 2487 mandando considerar os pescadores portugueses como impossibilitados de emigrar para o Brasil
- 2518 mandando ficar sem efeito a inclusão no mapa n.º 2 (subsídios destinados à conclusão de edifícios escolares), anexo ao decreto n.º 6328, de 6 de Janeiro de 1920, do edifício escolar do lugar de Rebordosa, freguesia de Lorzão, concelho de Penacova, e incluindo-o no mapa n
- 2544 aprovando o regulamento para o funcionamento da Escola de Enfermagem no Hospital Colonial de Lisboa
- 2544 (R1 DG 5 de 1921) Rectificação ao regulamento para o funcionamento da Escola de Enfermagem no Hospital Colonial de Lisboa, aprovado pela portaria n.º 2544, de 21 de Dezembro de 1920

- 2553 mandando adoptar nos documentos e publicações oficiais e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as modificações gráficas constantes da mesma Portaria
- 2573 cedendo à Câmara Municipal de Matozinhos parte do presbitério da freguesia de Custóias para a instalação de uma escola

Instruções

- DG 15 Instruções para o exame médico pedagógico dos alunos das escolas de ensino industrial e comercial
- DG 178 Instruções relativas à constituição, atribuições e competência das juntas médicas delegadas da Junta de Sanidade Escolar

Despachos ministeriais

- DG 133 Despacho ministerial relativo ao parecer emitido pelo Conselho Superior de Finanças, em sessão de 1 de Novembro de 1919 e 6 de Março de 1920, sobre consulta do Conselho Administrativo do Liceu de Passos Manuel

Programas

- DG 165 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial do Pôrto no ano lectivo de 1919-1920
- DG 172 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1920-1921

Declarações

- DG 26 Declaração acêrca do subsídio consignado à Escola Infantil de Beja, a que se refere o mapa n.º 1 que faz parte do decreto n.º 6328, publicado no Diário do Govêrno n.º 4, de 6 de Janeiro de 1920

1921

Leis

- 1110 regulando o provimento definitivo dos professores contratados das escolas normais primárias
- 1112 autorizando o Govêrno a adquirir o edifício do antigo Colégio Inglês para instalação do Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno, no Pôrto, e do antigo Colégio do Espírito Santo, de Braga, para o Liceu da mesma cidade
- 1113 abrindo no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Instrução Pública, um crédito especial da quantia de 236682\$06, a fim de ocorrer ao pagamento da diferença de vencimentos por diuturnidade de serviço do professorado primário, material e diversas despesas do ensino primário, respeitantes ao ano económico de 1919-1920
- 1114 concedendo aos cidadãos que façam doação de edifícios escolares aos corpos administrativos a faculdade de escolherem, por uma só vez, os respectivos professores, e conferindo a êsses cidadãos diplomas de benemérito da instrução pública, se a oferta fôr de um edifício, e de benemérito da Pátria, se fôr, pelo menos, de dez
- 1127 convertendo em Escola Industrial a Escola de Carpintaria Naval de Bernardino Machado, da Figueira da Foz
- 1150 tornando gratuita a admissão e instrução em todas as escolas, liceus, institutos e Universidades da República aos órfãos e aos filhos dos mutilados e estropeados da Grande Guerra
- 1153 autorizando o Govêrno a instalar o Instituto Comercial de Lisboa em edifício apropriado
- 1178 passando para o Estado a administração do Liceu Central de Martins Sarmiento, de Guimarães
- 1189 autorizando o Govêrno a adquirir o edifício e terreno anexo dos Quesados, na cidade de Viana do Castelo, para ali ser instalado o Liceu Central de Gonçalo Velho
- 1206 estabelecendo uma segunda época de exames em Outubro de 1921 para os alunos da Escola Naval que não tenham obtido aprovação no ano lectivo corrente e nos exames finais de quaisquer disciplinas, e readmitindo excepcionalmente os alunos do 1.º ano abatidos do quadro por falta de média
- 1211 estabelecendo no corrente ano escolar de 1921-1922 uma nova época de exames ou provas nos estabelecimentos de ensino normal primário, secundário, superior, especial e técnico dependentes dos Ministérios da Instrução Pública, Guerra, Marinha, Comércio e Comunicações, Agricultura e Colónias
- 1221 autorizando o Ministro da Instrução Pública a aceitar da Câmara Municipal do Pôrto, para o Estado, o terreno necessário para a construção do edifício destinado à Escola de Belas Artes da mesma cidade e museu anexo
- 1224 permitindo que os alunos do Instituto Superior de Agronomia que até 25 de Junho de 1921 não tenham perdido o direito à frequência, por motivo de faltas, sejam admitidos, em Outubro, às repetições prescritas na legislação vigente, e os que conseguiram a média de frequência, façam exames finais das respectivas disciplinas em Novembro (primeira época) e Janeiro (segunda época) quando faltem ou fiquem adiados naquele mês
- 1227 alterando o nome da Escola Industrial de Gabriel Pereira, de Évora, para Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, e criando na mesma escola um curso correspondente a uma escola elementar de comércio
- 1229 substituindo as tabelas de propinas de matrícula e de emolumentos que devem ser cobrados pelos documentos passados pela secretaria do Instituto Superior Técnico, anexos sob os n.ºs 2 e 3 ao decreto de 14 de Julho de 1911 (Bases regulamentares do mesmo Instituto)
- 1230 elevando à categoria de liceu central, ficando a cargo da administração do Estado, o Liceu Nacional de Bocage, da cidade de Setúbal

Decretos

- 7238 dando às Escolas Superiores de Farmácia das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a denominação de Faculdades de Farmácia

- 7239 fixando o dia 27 de Janeiro de 1921 para realização dos exames de admissão às Escolas Primárias Superiores de Águeda e Vila Nova de Famalicão, e mandando proceder à abertura das aulas terminados os exames e feita a matrícula dos candidatos aprovados
- 7240 regulando as funções técnicas e as condições administrativas dos museus anexos às Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra e Pôrto
- 7245 constituindo provisoriamente o curso normal de educação física
- 7246 restabelecendo a vigência do preceituado nos artigos 41.º e seu § único e 44.º do decreto n.º 2080, de 20 de Novembro de 1915, respeitantes à reentrada em exercício dos professores que estejam com licença ilimitada e à readmissão dos professores aposentados
- 7246 (R1 DG 30) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7246, de 22 de Janeiro de 1921, constituindo provisoriamente o curso normal de educação física
- 7247 constituindo os grupos das diferentes disciplinas dos quadros gerais das Faculdades e Escolas
- 7249 cedendo à Junta de Freguesia de Vila Chã, concelho de Vila do Conde, a antiga residência paroquial, para construção das escolas primárias de ambos os sexos, mediante a indemnização única de 360\$00
- 7250 determinando que nas localidades em que haja mais de uma escola de ensino primário geral, enquanto não fôr possível a sua fusão por falta de casa própria, para o efeito do provimento dos respectivos lugares, sejam consideradas como fundidas numa só, fixando o tempo em que os professores devem permanecer nas escolas em que estão providos para concorrerem a outras escolas, e facultando concorrerem às vagas de inspectores escolares os indivíduos habilitados com o respectivo concurso e os inspectores efectivos, seja qual fôr o seu tempo de serviço
- 7253 elevando as mensalidades dos pensionistas surdos-mudos internos e semi-internos da Casa Pia de Lisboa
- 7258 criando no conselho administrativo da Escola de Aplicação de Engenharia um fundo especial destinado às oficinas da referida escola
- 7275 organizando os serviços meteorológicos
- 7276 autorizando os professores ordinários que exerçam os cargos de directores dos Observatórios e Museus e Laboratórios Zoológicos e seus estabelecimentos anexos, das Faculdades de Ciências das três Universidades da República, a exercerem a referida direcção depois de aposentados, sempre que as suas condições de saúde o permitam
- 7293 criando no Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa um curso de aperfeiçoamento de astronomia, e conferindo um prémio de 50\$00, que se denominará «Prémio Campos Rodrigues», ao aluno que em qualquer ano lectivo mais se distinguir
- 7295 abrindo um crédito especial da quantia de 200000\$00 destinado à comissão executiva do fundo de ensino agrícola para compra de material a fornecer às escolas agrícolas e de reprodutores selectos, em particular de espécie bovina
- 7300 anulando para todos os efeitos o decreto n.º 5787-6S, de 10 de Maio de 1919, que autorizou a expropriação, por utilidade pública, de uns prédios sitos no concelho de Beja, para instalação da Escola Profissional de Agricultura de Joaquim Filipe Fernandes
- 7304 incumbindo à Repartição de Construções Escolares a elaboração dos projectos, medições e orçamentos para as escolas primárias a construir em conformidade com os elementos fornecidos pelas entidades subsidiadas ou pelos técnicos enviados para êsse fim, e regulando os processos a seguir para as referidas construções
- 7306 criando nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República um curso de aperfeiçoamento destinado aos inspectores escolares, constituído por aulas práticas de física, química, botânica, zoologia, geologia e mineralogia, facultando a matrícula neste curso aos professores de ensino primário geral das escolas situadas nas sedes das mesmas Universidades, e ordenando aos referidos inspectores escolares a frequência, nas Faculdades de Farmácia, das aulas práticas de bromatologia
- 7311 aprovando os programas do ensino primário geral anexos ao mesmo Decreto
- 7312 inserindo as habilitações que devem possuir os candidatos ao magistério primário
- 7312 (R1 DG 43) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7312, inserto no Diário do Govêrno n.º 32, de 15 de Fevereiro de 1921, acêrca das habilitações que devem possuir os candidatos ao magistério primário
- 7313 designando os cursos especiais de habilitação ao magistério primário superior que terão de ser frequentados pelos candidatos ao magistério das diversas disciplinas da secção geral das escolas primárias superiores
- 7313 (R1 DG 42) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7313, de 15 de Fevereiro de 1921, relativo aos cursos especiais de habilitação ao magistério primário
- 7314 criando na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa um curso de engenheiros geógrafos
- 7317 regulando a matrícula no curso de aperfeiçoamento destinado aos inspectores escolares, criados nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República pelo decreto n.º 7306, de 11 de Fevereiro de 1921
- 7317 (R1 DG 38) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7317, de 16 de Fevereiro de 1921, regulando a matrícula no curso de aperfeiçoamento destinado aos inspectores escolares
- 7318 aprovando o novo regulamento da Escola Profissional de Guardas Florestais, anexo ao mesmo Decreto
- 7323 regulamentando a Lei n.º 1110, de 28 de Janeiro de 1921, acêrca do provimento definitivo dos professores contratados das escolas normais primárias
- 7324 introduzindo diversas modificações no ensino das Faculdades de Ciências
- 7325 autorizando a Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto a estabelecer um observatório astronómico destinado ao ensino da botânica da mesma Faculdade
- 7330 concedendo subvenções diferenciais aos funcionários do Jardim Colonial e do Museu Colonial Agrícola constantes do mesmo diploma
- 7332 aprovando o regulamento da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto, anexo ao mesmo Decreto

- 7336 cedendo definitivamente à Junta de Freguesia de S. Tiago e anexas, concelho de Alcácer do Sal, a antiga residência paroquial em ruínas de Santa Catarina de Sítimos, para construção de um edifício escolar
- 7337 cedendo à Junta de Freguesia de Amieira, concelho de Nisa, a igreja de Vila Flor, em ruínas, para construção de uma escola
- 7338 anulando os decretos de 22 de Agosto de 1913 e de 18 de Dezembro de 1916 que concederam à Câmara Municipal da Lousã os antigos presbitérios das freguesias de Serpins e Vilarinho por o a junta escolar ser contrária à adaptação do edifício a escola
- 7340 cedendo definitivamente à Junta de Freguesia de S. João do Souto, concelho e distrito de Braga, uma porção de terreno da cêrca do antigo seminário, a fim de ser aplicado a recreio das crianças que freqüentam a escola contígua à referida cêrca
- 7341 cedendo à Junta de Freguesia de Alvendre, concelho e distrito da Guarda, a antiga residência paroquial e cêrca anexa, para instalação de uma escola e residência do professor
- 7343 cedendo, a título de arrendamento, à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a galeria inferior e loja contíguo da área norte do claustro da Sé Nova daquela cidade, a fim de ali se instalarem os laboratórios do Museu Mineralógico e Geológico
- 7344 cedendo a título definitivo à Junta de Freguesia de Maçal do Chão, concelho de Celorico da Beira, a antiga residência paroquial em ruínas, seus reductos e anexos, para construção de um edifício escolar
- 7355 aprovando o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto **Revogado**
- 7360 cedendo à Câmara Municipal de Évora, a título definitivo, o terreno de um antigo cemitério na freguesia de S. Miguel de Machede, e o quintal da residência paroquial da mesma freguesia, para serem utilizados na construção de uma escola
- 7361 autorizando as Faculdades de Letras e de Ciências das três Universidades portuguesas a criar cursos de férias durante os meses de Agosto e Setembro de cada ano
- 7361 (R1 DG 38) Nova publicação, rectificada, do decretó n.º 7361, de 22 de Fevereiro, autorizando as Faculdades de Letras e de Ciências das três Universidades portuguesas a criarem cursos de férias durante os meses de Agosto e Setembro de cada ano
- 7361 (R2 DG 42) Nova publicação, rectificada, do decretó n.º 7361, de 22 de Fevereiro, autorizando as Faculdades de Letras e de Ciências das três Universidades portuguesas a criarem cursos de férias durante os meses de Agosto e Setembro de cada ano
- 7363 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento literário do Colégio Militar
- 7365 elevando a 6\$00 o subsídio concedido aos alunos pobres do semi-internato da Casa Pia de Lisboa
- 7374 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 7388 aprovando os modelos dos impressos destinados ao ensino primário geral e ensino primário superior e mandando continuar em vigor para o ensino normal primário os modelos anexos ao decreto regulamentar n.º 2213, de 10 de Fevereiro de 1916, com a alteração referida no artigo 223.º do decreto n.º 6137
- 7389 obrigando todos os professores primários oficiais a remeter mensalmente à Provedoria da Assistência de Lisboa uma nota da freqüência e aproveitamento dos menores pupilos da Assistência matriculados nas suas escolas
- 7391 alterando algumas disposições do regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária, aprovado pelo decreto n.º 5915, de 28 de Junho de 1919
- 7398 regulamentando as disposições da lei orgânica do Instituto Superior de Agronomia relativas ao regime de faltas dos alunos e às épocas da realização dos exames finais
- 7398 (R1 DG 85) Nova publicação, rectificada, do § 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 7398, de 15 de Março de 1921, que regulamentou as disposições da lei orgânica do Instituto Superior de Agronomia relativas ao regime de faltas dos alunos e às épocas da realização dos exames finais
- 7422 abrindo um crédito especial da quantia de 805000\$00 a fim de ocorrer ao pagamento dos encargos resultantes da aquisição dos edifícios do antigo Colégio Inglês, para a instalação do Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno, no Pôrto, e do antigo Colégio do Espírito Santo, de Braga, para a instalação do Liceu Central de Sá de Miranda
- 7436 autorizando a Junta de Freguesia de Paçoo de Brandão, concelho da Feira, a aplicar a parte do terreno do passal que lhe foi cedida à construção de um edifício escolar, recreio das crianças e jardim público, e cedendo à mesma Junta de Freguesia o restante terreno para determinadas aplicações
- 7444 autorizando a venda em hasta pública, por intermédio da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, da propriedade que, tendo sido cedida para instalação e funcionamento da Escola Industrial de Reforma de S. Fiel, for julgada dispensável pelo respectivo conselho administrativo à instalação e funcionamento da referida escola
- 7445 autorizando a venda em hasta pública, por intermédio da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, das propriedades que, tendo sido cedidas para instalação e funcionamento da Escola Agrícola de Reforma de Izeda, forem julgadas dispensáveis pelo respectivo conselho administrativo à instalação e funcionamento da referida escola
- 7455 anulando o decreto n.º 2484, publicado no Diário do Govêrno n.º 130, de 24 de Junho de 1918, que cedeu à Câmara Municipal do concelho de Almada uma casa contígua à igreja do lugar da Trafaria para instalação de uma escola, e incorporando definitivamente o referido prédio nos bens da Fazenda Pública
- 7456 cedendo à Câmara Municipal de Arouca, distrito de Aveiro, para instalação de uma escola e recreio dos alunos, a antiga residência paroquial da freguesia de Cabreiros e duas parcelas de terra de sementeira contíguas à mesma
- 7461 abrindo um crédito especial de 100000\$00 para reforço da verba destinada à conclusão do edifício da Escola-Asilo de Santa Maria para Cegos e Cegas
- 7462 mandando pôr em vigor a organização da Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém

- 7463 aprovando a organização da Escola Prática de Agricultura de Évora
- 7463 (R1 DG 143) Rectificação ao decreto n.º 7463, de 23 de Abril de 1921, aprovando a organização da Escola Prática de Agricultura de Évora
- 7468 transferindo da proposta orçamental do Ministério da Agricultura para a do Ministério da Instrução Pública a quantia de 1600\$00, correspondente à importância dos vencimentos respeitantes ao período de Fevereiro a Junho de 1921 dos funcionários que transitaram para este Ministério
- 7469 fixando em 230\$00 a subvenção diferencial a abonar mensalmente a todos os secretários das escolas industriais
- 7492 reforçando a dotação para material e despesas diversas das Escolas Industriais de Emídio Navarro, de Bragança, e de Artes e Ofícios de Lopes Cardoso, de Miranda do Douro
- 7503 regulamentando a Escola Móvel Profissional de Agricultura de Alves Teixeira, de Vidago
- 7525 regulamentando as transferências dos professores das escolas primárias superiores
- 7530 classificando em harmonia com o artigo 60.º do regulamento da Escola de Guerra os alunos admitidos na Escola Militar no curso transitório que satisfizeram às condições de admissão no mesmo decreto mencionadas
- 7532 transferindo da dotação das Bolsas de Estudo a quantia de 2000\$00 para reforço das verbas destinadas a material e diversas despesas da Escola de Cerâmica de Fernando Caldeira, de Aveiro, e da Escola Comercial de Coimbra
- 7540 cedendo à Junta de Freguesia de Oliveira, concelho de Arcos de Valdevez, os prédios que constituem a antiga residência paroquial, para instalação de uma escola e sala de sessões e arquivo da Junta
- 7541 estabelecendo o regime a adoptar para os alunos mandados admitir na Escola Militar, no presente ano lectivo, à matrícula nos cursos de artilharia de campanha, cavalaria, infantaria e administração militar
- 7545 abrindo um crédito especial de 4000\$00 destinado ao pagamento da renda da casa do Instituto Comercial de Lisboa
- 7552 mandando distribuir a verba de 50000\$00 para inspecção de escolas de ensino primário geral
- 7555 regulando a admissão do pessoal menor dos liceus
- 7556 reforçando a proposta orçamental do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1920-1921 com a importância de 4873738\$08, distribuída na conformidade do mapa anexo ao mesmo Decreto
- 7557 abrindo um crédito especial da quantia de 50000\$00 a fim de ocorrer a despesas com os estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Belas Artes
- 7558 aprovando o regulamento da instrução secundária anexo ao mesmo Decreto
- 7558 (R1 DG 200) Rectificação ao artigo 124.º e seu § único do regulamento do ensino secundário, aprovado por decreto n.º 7558, de 18 de Junho de 1921
- 7558 (R2 DG 218) Nova publicação, rectificada, do artigo 124.º do regulamento de instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7558, de 18 de Junho de 1921
- 7565 regulando a concessão de diplomas e cartas de curso aos alunos do Instituto Superior Técnico
- 7565 (R1 DG 148) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7565, de 23 de Junho de 1921, regulando a concessão de diplomas e cartas de curso aos alunos do Instituto Superior Técnico
- 7569 determinando as provas a que devem submeter-se os alunos que requeiram exame final dos cursos de habilitação ao magistério primário superior, e fixando o mês de Julho e a primeira quinzena de Outubro para realização dos referidos exames
- 7577 transferindo uma quantia do artigo 9.º para o artigo 10.º do capítulo 2.º da proposta orçamental do Ministério da Agricultura em vigor no ano económico de 1920-1921, para reforço da verba destinada à Escola Prática de Agricultura de Évora
- 7587 fixando o número de menores que ficam tendo direito de internar na Casa Pia de Lisboa os bemfeitores que fizerem donativos a esse estabelecimento e regulando as condições de admissão de tais menores
- 7590 admitindo a exame na actual época de Julho e na próxima de Outubro os alunos das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa, matriculados a partir do ano lectivo de 1918-1919, e que por motivo de faltas eram obrigados a nova frequência
- 7593 anulando o decreto n.º 2573, que cedeu à Câmara Municipal de Matosinhos o antigo presbitério da freguesia de Custóias para instalação de uma escola oficial, e incorporando definitivamente no Património Nacional o referido presbitério e o terreno do passal anexo
- 7599 concedendo o grau honorífico de bacharel aos alunos do extinto Curso Superior de Letras, anteriores à organização aprovada pelo decreto n.º 5, de 24 de Dezembro de 1901
- 7599 (R1 DG 148) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7599, de 19 de Julho de 1921, autorizando a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a conceder o grau honorífico de bacharel aos alunos do extinto Curso Superior de Letras que completaram o curso anteriormente à organização aprovada pelo decreto n.º 5, de 24 de Dezembro de 1901
- 7613 autorizando a matrícula nos cursos preparatórios da Faculdade Técnica da Universidade do Porto professados nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República aos alunos diplomados pelos Institutos Industriais
- 7660 concedendo subvenções diferenciais ao director e mais pessoal do Instituto das Missões Coloniais
- 7662 aprovando o regulamento de provas inter-escolares de educação física anexo ao mesmo Decreto
- 7668 aprovando o regulamento de Farmácia da Universidade de Coimbra, anexo ao mesmo Decreto
- 7675 cedendo à Junta de Freguesia de Covas, concelho de Vila Nova da Cerveira, o antigo passal da mesma freguesia, a fim de ali serem construídos edifícios escolares, pósto do registo civil e secretaria da Junta
- 7676 cedendo à Junta de Freguesia de S. Tiago da Guarda, concelho de Ancião, o antigo presbitério da mesma freguesia, para instalação da respectiva escola primária oficial

- 7682 regulamentando os trabalhos do curso de aperfeiçoamento de astronomia criado pelo decreto n.º 7293, de 3 de Fevereiro de 1921 no Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 7683 ordenando que se realizem exames de admissão às Escolas de Belas Artes, perante um júri escolhido pelos respectivos conselhos escolares, e de harmonia com os programas da 5.ª classe de ensino primário
- 7688 modificando as funções do Instituto do Professorado Primário
- 7694 estabelecendo exames de admissão ao Conservatório Nacional de Música, conforme os programas da 4.ª classe do ensino primário
- 7697 criando nas Escolas Normais das colónias de habilitação para o magistério primário uma cadeira de noções de higiene geral, puericultura e higiene escolar
- 7700 aprovando o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
- 7703 autorizando no corrente ano de 1921 exames de admissão às escolas primárias superiores
- 7704 pondo novamente em execução o decreto de 7 de Janeiro de 1911, que dispensa do serviço por espaço de dois meses durante o último período de gravidez e em seguida ao parto as professoras de ensino primário
- 7710 regulando o funcionamento dos cursos professados no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 7724 validando aos alunos da Universidade de Coimbra as inscrições nas cadeiras e cursos que freqüentaram no ano lectivo findo e que, nos termos do artigo 84.º do Estatuto Universitário, foram anuladas pelos conselhos escolares das diversas Faculdades e Escola
- 7724 (R1 DG 207) Nova publicação, rectificada, do § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 7724, de 4 de Outubro de 1921, relativo ao prazo para entrega dos requerimentos para exames na Universidade de Coimbra
- 7727 aprovando o regulamento do Instituto Superior Técnico anexo ao mesmo Decreto
- 7727 (R1 DG 209) Rectificação ao decreto n.º 7727, que aprovou o regulamento do Instituto Superior Técnico
- 7731 determinando que as disposições do decreto n.º 7697, de 29 de Agosto de 1921, criando nas Escolas Normais das colónias uma cadeira de noções de higiene geral, puericultura e higiene escolar, só sejam executadas em cada colónia quando, por diploma legislativo da colónia feito nos termos das bases orgânicas da administração colonial, codificadas pelo decreto n.º 7008, de 9 de Outubro de 1920, fôr regulado o estabelecimento das novas cadeiras, vencimentos e gratificações a que o mesmo decreto se refere
- 7737 aprovando as disposições regulamentares especiais da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora, que fazem parte integrante dêste Decreto
- 7737 (R1 DG 213) Nova publicação, rectificada, do artigo 5.º das disposições regulamentares da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora, aprovadas pelo decreto n.º 7737, inserto no Diário do Govêrno n.º 208, de 14 de Outubro de 1921
- 7738 regulando a admissão à primeira matrícula nos Institutos Comerciais
- 7756 cedendo à Câmara Municipal de Portel, distrito de Évora, o prédio que serviu de residência do pároco da freguesia de S. Bartolomeu do Outeiro, constituído por uma morada de casas de nove compartimentos e um pequeno quintal, para que nesse prédio seja instalada uma escola móvel
- 7757 cedendo à Junta de Freguesia de S. Miguel das Aves, concelho de Santo Tirso, distrito do Pôrto, o antigo passal do pároco, composto de sete glebas ou parcelas, para a construção de um edifício escolar, alargamento do cemitério da freguesia, ajardinamentos em volta da igreja paroquial e ampliação dos caminhos contíguos ao mesmo edifício
- 7758 declarando nulo e sem efeito o decreto n.º 7344, publicado no Diário do Govêrno n.º 36, de 19 de Fevereiro de 1921, que cedeu à Junta de Freguesia de Maçal do Chão, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda, o antigo presbitério e redutos anexos, para instalação de uma escola oficial
- 7759 cedendo à Junta Escolar do concelho de Fafe a antiga residência e respectivo quintal anexo da freguesia de S. Gens, do mesmo concelho e distrito de Braga, para nesses prédios ser instalada a escola oficial de ensino primário
- 7760 cedendo à Câmara Municipal de Valença o edifício da antiga residência e respectivo quintal do presbitério da freguesia de Gandra, concelho de Valença, distrito de Viana do Castelo, para instalação das escolas oficiais de ensino primário da referida freguesia
- 7762 instituindo no Teatro Nacional de Almeida Garrett dois prémios anuais de 2000\$00 cada um e destinados aos autores dramáticos e comediógrafos portugueses
- 7763 determinando que os exames de admissão à Escola de Arte de Representar se realizem perante um júri nomeado sob proposta do respectivo Conselho Escolar e de harmonia com os programas da 4.ª classe do ensino primário
- 7764 mandando pôr em execução as alterações aos regulamentos dos diversos institutos da Obra social e tutelar dos exércitos de terra e mar
- 7770 autorizando a construção de um mausoléu na capela oculta da igreja de Santa Maria do Castelo, da cidade de Tavira, destinado ao ilustre professor e abalizado economista Tomás Cabreira, seus pais e irmão
- 7778 estabelecendo, a partir do ano lectivo de 1922-1923, exames de admissão a todas as Faculdades das Universidades, e permitindo aos professores dos liceus o ensino particular
- 7779 regulando a prática pedagógica do curso normal de educação física, a que se refere o decreto n.º 7246, de 22 de Janeiro de 1921
- 7780 regulamentando o artigo 5.º da lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915, que não permite o provimento em qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino, nem a inscrição no professorado livre, de qualquer pessoa que não tenha provado a sua franca adesão às instituições republicanas e o seu respeito e acatamento à Constituição e às leis da República Portuguesa
- 7790 Decreto n.º 7790, revogando o decreto n.º 7275 (Organização dos serviços meteorológicos), inserto no Diário do Govêrno n.º 20, de 28 de Janeiro de 1921, e nomeando uma comissão técnica encarregada de elaborar um projecto de organização dos referidos serviços

- 7797 dando execução aos artigos 5.º e 8.º do decreto com força de lei n.º 5683, de 10 de Maio de 1919, acêrca do provimento das vagas de professores efectivos ou agregados dos liceus femininos
- 7798 determinando que aos concursos para professores agregados dos liceus não possam ser admitidos os candidatos que tenham sido professores efectivos sem que haja decorrido dois anos depois da data do diploma da exoneração
- 7799 suspendendo a execução do decreto n.º 7778, de 4 de Novembro de 1921, que estabeleceu, a partir do ano lectivo de 1922-1923, exames de admissão a todas as Faculdades das Universidades e permitiu aos professores dos liceus o ensino particular
- 7802 regulando o funcionamento das Escolas Primárias Superiores
- 7802 (R1 DG 233) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7802, de 14 de Novembro de 1921, regulando o funcionamento das Escolas Primárias Superiores **Suspenso** pelo decreto 7953
- 7804 anulando o decreto n.º 7688, de 29 de Agosto de 1921, que modificou as funções do Instituto do Professorado Primário, e extinguindo o ensino primário superior do referido Instituto
- 7804 (R1 DG 234) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 7804, de 15 de Novembro de 1921, anulando o decreto n.º 7688, de 29 de Agosto de 1921, que modificou as funções do Instituto do Professorado Primário, e extinguindo o ensino primário superior do referido Instituto
- 7805 extinguindo as Escolas Primárias Superiores de Ancião, Figueira da Foz, Macedo de Cavaleiros, Pômbal e Torre de Moncorvo
- 7808 determinando que no decorrer de cada ano lectivo não possam ser concedidas licenças nos termos do artigo 25.º do regulamento disciplinar dos funcionários civis aos professores e empregados menores de qualquer estabelecimento de ensino
- 7809 determinando que a prática pedagógica dos candidatos do sexo feminino ao magistério liceal das Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra seja feita nos liceus masculinos, e considerando exonerados os actuais professores das metodologias especiais dos candidatos do sexo feminino das referidas escolas
- 7818 abrindo um crédito especial da quantia de 316154\$34, a fim de ocorrer ao pagamento de diversas despesas do ensino primário respeitantes ao ano económico de 1920-1921
- 7819 transferindo a quantia de 35000\$00 do artigo 36.º para o artigo 40.º do capítulo 5.º do orçamento da despesa ordinária do ano económico de 1920-1921, a fim de ocorrer ao pagamento de instrumentos a instalar no Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 7825 regulando a situação e atribuições dos professores de música e canto coral das Faculdades de Letras
- 7833 abrindo um crédito especial de 150000\$00 destinado à construção do novo edifício da Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto
- 7855 plicando ao pagamento das despesas dos serviços públicos, relativos ao ano de 1921-1922, mais dois duodécimos, referentes aos meses de Dezembro e Janeiro, do total das dotações de cada um dos Ministérios constantes das propostas orçamentais para o referido ano; elevando os subsídios às Juntas Escolares e à Sociedade Promotora das Escolas, e encorparando no Boletim do Ministério da Instrução Pública a revista relativa a assuntos musicais
- 7856 fixando em 90 por cento a taxa do adicional às contribuições gerais directas do Estado, com aplicação ao abono da ajuda de custo de vida ao professorado primário oficial
- 7859 modificando a disposição do § 2.º do artigo 58.º do regulamento para a execução da lei de 28 de Julho de 1899, que estipula que os sargentos condutores de máquinas da armada que tenham sido reprovados no exame da aula de condutores da Escola Naval necessitam estar dois anos embarcados fora dos portos do continente para lhes ser permitida, novamente, a frequência da referida aula
- 7860 criando a Inspeção do Ensino Primário Superior
- 7861 alterando o quadro do pessoal docente das Escolas Primárias Superiores de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Viseu **Suspenso** pelo decreto 7953
- 7865 cedendo à Câmara Municipal da Marinha Grande, a título de arrendamento, o edifício da antiga residência do pároco da freguesia do mesmo nome e respectivo quintal, para instalação de diversas repartições e escolas
- 7867 remodelando e organizando a administração do ensino primário geral
- 7867 (R1 DG 254) Nova publicação, rectificada, do artigo 5.º do decreto n.º 7867, de 3 de Dezembro de 1921, que remodelou a administração do ensino primário geral **Suspenso** pelo decreto 7953
- 7869 criando em Coimbra um Instituto Industrial e Comercial
- 7871 abrindo um crédito especial da quantia de 650000\$00 a fim de ocorrer, no ano económico de 1921-1922, a despesas com a aquisição de terreno e construção do edifício para o Liceu Central de Gil Vicente e aquisição de material e mobiliário escolar
- 7894 harmonizando o curso do magistério primário superior com o decreto n.º 7802, de 14 de Novembro de 1921, que regulou o funcionamento das Escolas Primárias Superiores
- 7894 (R1 DG 254) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 7894, de 9 de Dezembro de 1921, que harmonizou o curso do magistério primário superior com o decreto n.º 7802, de 14 de Novembro de 1921 **Suspenso** pelo decreto 7953
- 7895 extinguindo a Escola Primária Superior de Vila Nova de Famalicão **Suspenso** pelo decreto 7953
- 7911 convertendo a Escola de Artes e Ofícios de Vila Real em Escola Industrial
- 7912 convertendo em Escola Industrial a Escola de Artes e Ofícios de Gondomar
- 7913 transformando em Escola Industrial a Escola de Tecelagem de Campos Melo, da Covilhã
- 7913 (R1 DG 10 de 1922) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 7913, que transformou em Escola Industrial a Escola de Tecelagem de Campos Melo, da Covilhã

- 7914 convertendo em Escola Industrial a Escola de Carpintaria, Serralharia e Trabalhos Femininos de Fradesso da Silveira, de Portalegre
- 7921 declarando sem efeito o decreto n.º 7169, de 19 de Novembro de 1920, que cedeu o edifício e terrenos anexos que constituíam o conjunto do ex-colégio de Campolide à Inspeção dos Serviços de Protecção a Menores
- 7923 cedendo à Escola Industrial de Reforma de S. Fiel o prédio «O Vermelhal», sito na freguesia de Louriçal do Campo, concelho e comarca de Castelo Branco
- 7926 aprovando e mandando pôr em execução o regulamento dos serviços de inspecção do ensino primário superior
- 7927 autorizando os Conselhos das Escolas Primárias Superiores de Lisboa e do Pôrto, emquanto não forem regulamentadas as disposições do § 1.º do artigo 3.º do decreto n.º 5787-B, a criar dentro dos seus recursos actuais, provisoriamente e a título de experiência, a sua secção técnica comercial
- 7932 criando a Escola Móvel Agrícola da Região Duriense, com sede na Régua
- 7936 cedendo, a título de arrendamento, à Junta da Freguesia de Janeiro de Baixo, concelho de Pampilhosa da Serra, a antiga residência paroquial da mesma freguesia, para instalação da escola de ensino primário geral, e um terreno anexo ao mesmo edifício, para recreio dos alunos
- 7949 cedendo à Junta de Freguesia de Ermezinde, concelho de Valongo, a título definitivo, a ermida denominada de S. Silvestre, para instalação de uma escola
- 7950 cedendo à Junta de Freguesia de Mujães, concelho e distrito de Viana do Castelo, uma casa em ruínas contígua à antiga residência paroquial, para instalação de uma escola
- 7952 cedendo à Junta de Freguesia de Alegrete, concelho e distrito de Portalegre, a capela do Espírito Santo, a fim de nela se instalarem escolas oficiais
- 7953 suspendendo a execução dos seguintes decretos: n.º 7802, de 14 de Dezembro de 1921, que regulou o funcionamento das Escolas Primárias Superiores. n.º 7861, de 2 de Dezembro de 1921, que alterou o quadro do pessoal docente das Escolas Primárias Superiores de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda e Viseu. n.º 7867, de 3 de Dezembro de 1921, que remodelou a administração do ensino primário geral. n.º 7894, de 9 de Dezembro de 1921, que harmonizou o curso do magistério primário superior com o decreto n.º 7802, de 14 de Novembro de 1921, relativo ao funcionamento das Escolas Primárias Superiores. n.º 7895, que extinguiu a Escola Primária Superior de Vila Nova de Famalicão. n.º 7804, na parte em que extinguiu o ensino primário superior do Instituto do Professorado Primário

Portarias

- 2567 destinando da verba recolhida pela execução do disposto no decreto n.º 6653, de 1 de Junho de 1920, a quantia de 2000\$00 para obras de reparação nos telhados do edifício escolar da freguesia de Figueiró da Serra, concelho de Gouveia
- 2567 (R1 DG 31) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 2567, de 11 de Janeiro de 1921, concedendo a quantia de 2000\$00 para obras de reparação nos telhados do edifício escolar da freguesia de Figueiró da Serra, concelho de Gouveia
- 2576 dando o nome de Tomás Cabreira à Escola Comercial de Faro
- 2583 mandando reverter para a conclusão do edifício escolar de Guimarães de Tavares o subsídio de 2000\$00 concedido à Junta de Freguesia de Chãs de Tavares para a construção de um edifício escolar no lugar de Outeiro de Matados
- 2597 concedendo à Câmara Municipal da Figueira da Foz os subsídios de 4000\$00 para construção de cada um dos edifícios escolares nas freguesias de Brenha, Buarcos, Vila Verde e Quiaios, daquele concelho
- 2598 deferindo o pedido da Câmara Municipal do concelho de Mortágua para englobar numa só verba os subsídios concedidos para construção de determinados edifícios escolares, e aplicá-la exclusivamente às escolas de Marmeleira e de Vale de Carneiro
- 2607 concedendo à Junta de Freguesia de Nevogilde o subsídio de 10000\$00 para dar princípio aos trabalhos de construção de um edifício escolar na referida freguesia
- 2623 concedendo à Junta Escolar do concelho de S. Roque, Ilha do Pico, um subsídio de 200\$00 para obras de reparação no edifício da escola do lugar de S. Miguel Arcanjo
- 2624 concedendo à Junta de Freguesia do Ameal, concelho de Coimbra, um subsídio de 5000\$00 para construção do edifício escolar do lugar de Vila Pouca, da referida freguesia
- 2625 concedendo à Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres, mais outro subsídio de 5000\$00 para construção de um edifício escolar na sede da mesma freguesia
- 2626 concedendo o subsídio de 4000\$00 a cada uma das Juntas de Freguesias de S. Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos, e de Trofa, concelho de Santo Tirso, para obras de reparação nos edifícios escolares das referidas freguesias
- 2641 concedendo à Câmara Municipal do concelho do Pôrto um subsídio de 3000\$00 para adaptação do edifício escolar da Praça da Corujeira, da mesma cidade, a uma escola infantil
- 2642 concedendo à Câmara Municipal do concelho de Felgueiras um subsídio de 3000\$00 para conclusão do edifício escolar para ambos os sexos da sede do mesmo concelho
- 2661 concedendo provisoriamente à Junta de Freguesia de Vairão uma dependência do extinto convento para alojamento da escola primária
- 2666 constituindo o júri encarregado de proceder às classificações dos candidatos aos cargos de professores dos liceus coloniais
- 2670 concedendo à Junta de Freguesia de Santa Luzia, concelho de Ourique, um subsídio de 3000\$00 para refôrço da verba destinada à construção do edifício escolar da mesma freguesia
- 2672 passando para a Junta de Freguesia de Vila Moreira, concelho de Alcanena, o subsídio concedido à Associação Industrial do lugar de Casais Galegos para construção de um edifício escolar na mesma freguesia

- 2672 concedendo à Junta de Freguesia de Soutelo do Douro a quantia de 500\$00 para reparações no edifício escolar da mesma freguesia
- 2693 autorizando o Instituto de Seguros Sociais a aceitar um donativo do Doutor Alfredo da Cunha, para criação de uma secção nas bibliotecas das Bólsas Sociais de Trabalho, especialmente destinada à educação das crianças, e louvando o seu doador
- 2694 autorizando a Irmandade do Cordão e Chagas de S. Francisco, de Guimarães a aceitar vários legados de José Bento de Carvalho, falecido na cidade de Rio de Janeiro, para construção de uma escola primária para ambos os sexos na freguesia de Alvite
- 2727 regulando a execução do disposto na lei n.º 1054, de 14 de Setembro de 1920, relativamente a aquisição ou construção de um edifício, mobiliário e material de ensino para a Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto
- 2728 mandando proceder às obras necessárias para instalação da Escola Elementar do Comércio de Oliveira Martins na casa, pertencente ao Estado, na Rua das Taipas, da cidade do Pôrto
- 2736 determinando que a Escola Primária Superior de Tomar, passe a denominar-se, Escola Primária Superior de António de Castilho
- 2737 determinando que a Escola Primária Superior de Viana do Castelo, passe a denominar-se, Escola Primária Superior de João Rocha
- 2737 (R1 DG 107) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 2737, de 13 de Maio de 1921, dando à Escola Primária Superior de Viana do Castelo a denominação de João da Rocha
- 2738 determinando que a Escola Primária Superior de Matozinhos, passe a denominar-se, Escola Primária Superior de Trindade Coelho
- 2762 autorizando a Câmara Municipal de Guimarães a aplicar o subsídio de 800\$00 à conclusão do edifício escolar da freguesia de S. Torcato, do mesmo concelho
- 2850 mantendo à Junta de Freguesia do Ameal, concelho de Coimbra, o subsídio de 1500\$00 para a construção de um edifício escolar no lugar de Vila Pouca, da mesma freguesia, que pelas disposições do decreto n.º 6653 havia caducado a favor do Estado
- 2855 mandando observar pelas escolas industriais, de artes e ofícios e aulas comerciais determinados preceitos higiénicos pedagógicos relativamente à distribuição dos trabalhos escolares
- 2949 autorizando os alunos da Escola Naval, a que se refere a lei n.º 1206, de 12 de Setembro de 1921, a frequentar as disciplinas que não alcançaram, ficando todavia obrigados a satisfazer as provas finais do fim do ano lectivo e exames a que são obrigados
- 2950 determinando que a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra eleve a anuidade, que todos os alunos porcionistas têm a pagar, para 600\$00, e que os alunos pensionistas sofram os descontos prescritos no artigo 24.º e respectivas alíneas do decreto n.º 5627, de 10 de Maio de 1919, em relação à referida anuidade de 600\$00, e bem assim que o depósito a que se refere o artigo 35.º do citado decreto n.º 5627 passe a ser de 100\$00
- 2990 nomeando uma comissão para estatuir e realizar um plano de colheita do folclore poético e musical português e de estudo crítico das compilações efectuadas
- 3011 nomeando uma comissão com o encargo de administrar as dotações destinadas às escolas ao ar livre e de aplicar as receitas que forem arrecadadas assim como quaisquer quantias que com êsse fim forem enviadas ao Ministério da Instrução Pública
- 3018 dando à Escola Primária Superior de Vila Real a denominação de Escola Primária Superior de Carvalho Araújo

Notas

- DG 40 Notas das matérias da 1.ª, 2.ª, 13.ª e 14.ª cadeiras da Escola de Belas Artes distribuídas pelos cursos preparatório e especiais

1922

Leis

- 1243 Anula o decreto com fôrça de lei n.º 4463, de 23 de Junho de 1918, que criou o Instituto do Professorado Primário, ficando em vigor o decreto n.º 2079, de 24 de Novembro de 1915, que aprovou os estatutos do Instituto do Professorado Primário Oficial Português - Mantém todos os cursos à data existentes no primeiro dos referidos Institutos, devendo os cursos primários superiores ser professados numa escola autónoma
- 1249 Estabelece que o ensino de filologia portuguesa nas três Faculdades de Letras seja feito em dois anos, no 1.º e 2.º ano do curso, sendo só obrigados à frequência destes dois anos os alunos da secção de filologia românica
- 1251 Determina que o período das chamadas férias da Páscoa seja igual em todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública, ficando por isso sem efeito o segundo período de descanso das escolas de ensino primário a que se refere o § 1.º do artigo 31.º do decreto n.º 5787-A, de 10 de Maio de 1919
- 1255 Permite na segunda quinzena de Abril de 1922 uma época extraordinária de exames na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 1264 Fixa o tempo de duração do ano lectivo e escolar nas escolas de ensino infantil e primário geral e o respectivo horário
- 1280 Suprime os lugares de director, secretário, bibliotecário e vogais do conselho administrativo nas escolas primárias superiores anexadas às escolas normais primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, cujas atribuições passam para os funcionários de igual categoria nas escolas normais primárias a que forem anexadas - Determina que o médico escolar

tenha a seu cargo não só o serviço médico da escola primária superior mas também o da escola normal primária a que a sua escola foi anexada

- 1280 (R1 DG 146) Nova publicação, rectificadora, da lei n.º 1280, de 4 de Julho de 1922, que suprime os lugares de director, secretário, bibliotecário e vogais do conselho administrativo nas escolas primárias superiores anexadas às escolas normais primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, cujas atribuições passam para os funcionários de igual categoria nas escolas normais primárias a que forem anexadas
- 1288 Extingue o lugar de secretário da Assistência a Menores - Coloca definitivamente no lugar de superintendente da Escola Central de Reforma de Lisboa o secretário da Inspeção Geral dos Serviços de Protecção a Menores e no lugar dêste o secretário da Assistência a Menores
- 1290 Isenta de qualquer contribuição ou imposto, incluindo direitos aduaneiros, as aquisições de bens mobiliários ou imobiliários que, directamente ou pelo seu produto, se apliquem à fundação, melhoramento ou sustentação de institutos de utilidade pública, sem carácter de exploração industrial ou comercial e destinados a trabalhos de investigação ou propaganda científica
- 1293 Autoriza o Instituto Feminino de Educação e Trabalho e o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército a contrair empréstimos respectivamente até as importâncias de 600000\$00 e 100000\$00, destinados à conclusão das suas instalações, e, no caso de sobras, à compra de mobiliário e material de oficinas e aulas
- 1308 Fixa o quadro dos professores de ginástica dos liceus e os respectivos vencimentos
- 1314 Manda inscrever no orçamento do Ministério da Instrução Pública a verba necessária para ocorrer ao pagamento dos vencimentos da enfermeira militar Maria Eduarda Braklami Lopes Alves Arade, enquanto estiver prestando serviço ao Arquivo das Congregações Religiosas
- 1334 Revoga a lei n.º 778, que obrigava a fazer parte do exército metropolitano todos os cidadãos portugueses com o curso completo de alguma das Faculdades ou antigas Escolas Médicas de Lisboa e Pôrto, e todos os diplomados com os cursos de veterinários ou cirurgiões dentistas - Regula a situação dos oficiais graduados ao abrigo da referida lei
- 1338 Substitui o artigo 3.º do decreto n.º 6338, de 14 de Janeiro de 1920, que criou na cidade do Pôrto um semi-internato com a denominação de Escola de Rosa Santos e passa para a Junta Geral do Distrito do Pôrto a Escola Maternal e Profissional de Vairão
- 1344 Autoriza o Governo a reduzir os quadros dos funcionários e a decretar a situação daqueles que excederem os novos quadros, com respeito sempre dos direitos adquiridos
- 1348 Fixa os quadros de professores efectivos e agregados de educação física dos liceus e os seus respectivos vencimentos - Regula o provimento das vagas que de futuro venham a dar-se
- 1351 Cria uma segunda época de exames, no mês de Outubro, nos cursos professados na Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha, para os aspirantes da armada reprovados na primeira época, em qualquer disciplina, e para os que, por doença devidamente comprovada, não concorreram aos exames da primeira época
- 1355 Extingue todas as subvenções e ajudas de custo de vida que por diversos diplomas foram concedidas aos funcionários militares e civis do Estado e empregados de qualquer ordem ou categoria, e estabelece uma percentagem de melhoria sobre os seus respectivos vencimentos, soldos, prês ou salários
- 1356 Regula a aplicação da lei de melhoria de vencimentos às várias corporações de polícia cívica e a determinados funcionários
- 1361 Autoriza o Governo a transferir das disponibilidades do artigo 36.º do capítulo 5.º da tabela orçamental do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1921-1922 «Pessoal dos quadros das Universidades de Coimbra e do Pôrto» a quantia de 87000\$00, a fim de reforçar as dotações para material e despesas do Observatório Astronómico de Coimbra e das diferentes Faculdades da Universidade do Pôrto
- 1363 Cria uma propina anual de trabalhos práticos paga pelos alunos internos dos liceus para refôrço das verbas destinadas à aquisição e conservação do material didáctico dos estabelecimentos de ensino secundário - Determina que os alunos internos ou externos dos liceus que tendo faltado a todas as provas de exame ou a quaisquer delas pretendam fazê-las ou completá-las paguem com o mesmo fim e por uma só vez a importância de 20\$00
- 1369 Estabelece uma segunda época de exames em todos os estabelecimentos de ensino secundário - Permite aos alunos das universidades, abrangidos pelo artigo 94.º do estatuto universitário, o requererem exames na próxima época de Outubro - Faculta aos alunos dos cursos superiores a quem falte um único exame para terminarem um ano ou os respectivos cursos uma nova época de exames no comêço do ano lectivo
- 1370 Introduce várias modificações na organização e funcionamento das Faculdades de Direito, na conformidade das bases anexas a esta lei
- 1377 Regula as atribuições do pessoal do Observatório Astronómico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e fixa os seus respectivos vencimentos
- 1383 Autoriza o Governo a adquirir pelo preço da avaliação o edifício onde estão instaladas as escolas primárias em Guimarães, com as suas dependências, para nele ficarem instaladas definitivamente as mesmas escolas e a Escola Primária Superior
- 1384 Reduz de 4500\$00 a verba de 22000\$00 inscrita no capítulo 9.º, artigo 76.º, da tabela orçamental do Ministério da Instrução Pública autorizada para o ano económico de 1922-1923, com aplicação ao pagamento de rendas em dívida pelo Liceu Central de Jaime Moniz, no Funchal - Inscreve no capítulo 32.º, artigo 96.º, da tabela de despesa extraordinária do Ministério para o citado ano económico a verba de 17500\$00 para pagamento da cedência do corpo do edifício do antigo Paço Episcopal do Funchal, a fim de se instalar definitivamente o referido liceu e para custeamento de diferentes obras de apropriação do mesmo edifício e aquisição de material didáctico
- 1385 Autoriza o Governo a contrair um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos até a quantia de 3500000\$00, para conclusão dos edificios escolares já iniciados e reparação dos existentes que pertençam ao Estado, e para construção de novos edificios para escolas de ensino primário geral

- 1387 Eleva ao triplo os limites marcados no artigo 37.º do decreto n.º 3469, dentro dos quais será arbitrada a importância de indemnização a que são obrigados os alunos do Instituto de Missões Coloniais - Fixa a dotação anual ordinária de cada uma das Missões laicas e a de cada sucursal - Isenta de qualquer imposto de importação, trânsito ou armazenagem todos os fornecimentos e quaisquer objectos enviados pelo Instituto de Missões Coloniais às suas Missões - Insere várias disposições relativas ao pessoal do referido Instituto e Missões
- 1390 Dispensa ao contra-almirante Carlos Viegas de Gago Coutinho todas as provas e exames, estabelecido na legislação em vigor, necessários à obtenção do diploma de observador aeronáutico

Decretos

- 7960 Determina que o aumento da anuidade a pagar pelos alunos da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, estabelecido pela portaria n.º 2950, de 4 de Novembro de 1921, não seja extensivo aos alunos pensionistas da mesma Escola
- 7961 Estabelece as condições de admissão ao curso especial de piano e harmonia para o magistério das Escolas Primárias Superiores das classes de música e canto coral
- 7970 Aprova o regulamento do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, de Abrantes
- 7973 Cede à Junta da Freguesia de S. João de Loure (Albergaria-a-Velha) o antigo presbitério da mesma freguesia, o respectivo quintal e mais pertenças, para instalação da sede do referido corpo administrativo, instalação da escola oficial de ensino primário e quaisquer outros serviços de reconhecido interesse social
- 7993 Dá uma nova redacção aos artigos 3.º e 4.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa, de 28 de Junho de 1919
- 8003 Converte em uma só escola, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Domingos Sequeira, de Leiria, a Escola de Canteiros e Lavoires Femininos de Domingos Sequeira e a Aula Comercial de Leiria
- 8007 Modifica o artigo 92.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa de 2 de Maio de 1904
- 8009 Aprova a distribuição da verba de 60000\$00 para inspecção às escolas de ensino primário geral, conforme o mapa anexo ao mesmo Decreto
- 8013 Determina que a Polícia de Segurança do Estado passe a designar-se por Polícia de Defesa Social, a qual fica imediatamente subordinada ao Ministro do Interior
- 8018 Abre um crédito especial da quantia de 1894\$68 a inscrever na proposta orçamental do Ministério do Comércio e Comunicações para o ano económico de 1921-1922, destinado a diversas despesas da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, em Évora. - Mapa das alterações à referida proposta orçamental
- 8018 (R1 DG 30) Rectificação ao mapa anexo ao decreto n.º 8018, que abre um crédito especial destinado a diversas despesas da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, em Évora
- 8036 Organiza os serviços de hidrografia e navegação, assim como os de oceanografia física e meteorológica náutica
- 8037 Mantém a disposição contida no artigo 4.º do decreto n.º 153, de 29 de Setembro de 1913, que determina que nas escolas com mais de um professor não possa ser pôsto nenhum lugar a concurso sem que o inspector do círculo informe se nessas escolas se mantém a frequência exigida por lei para a existência de tal lugar, não devendo igualmente nesse caso ser feita qualquer nomeação interina
- 8049 Estabelece que as vagas de professores efectivos dos liceus femininos resultantes da aplicação do artigo 1.º do decreto n.º 7797, de 4 de Novembro de 1921, possam ser postas a concurso sempre que o Governô assim o determine
- 8051 Cede à Junta de Freguesia de Barbacena, concelho de Elvas, distrito de Portalegre, o edifício da antiga capela de S. Sebastião, sito no Largo do Castelo, para ser adaptado à instalação das respectivas escolas oficiais de ensino primário
- 8056 Regula a preferência concedida pelo § único do artigo 1.º da lei n.º 826, de 15 de Setembro de 1917, aos professores cônjuges que concorram a escolas ou lugares de escolas de ensino primário infantil e geral da mesma localidade ou doutra que não distem entre si mais de 5 quilómetros. - Dá também, sob determinadas condições, preferência às professoras casadas com funcionários pagos pelas câmaras municipais ou com funcionários dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 8057 Regula o provimento de lugares de professores de escolas do ensino primário geral e infantil de localidades de 3.ª, 2.ª e 1.ª categoria quando em concursos não compareçam candidatos com o indispensável tempo de permanência em escolas de localidades de categoria inferior
- 8058 Estabelece que as nomeações interinas para os lugares de inspectores escolares, quer por motivo de vacatura quer por impedimentos legais dos respectivos inspectores, sejam feitas de entre os candidatos habilitados com o concurso para o provimento efectivo dos referidos lugares, desde que o queiram
- 8059 Determina que os candidatos habilitados com o concurso para o provimento de lugares de inspectores escolares que obtiverem apenas a qualificação de «Suficiente» e que não sejam logo providos o possam ser em qualquer vaga que ocorra dentro de um ano a contar da data em que deixar de ter execução a lei n.º 971, e não a contar da data a que se refere o § 1.º do artigo 210.º do decreto n.º 6137
- 8062 Altera a alínea c) e o § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 7764, que mandou pôr em execução as alterações aos regulamentos dos diversos institutos da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar
- 8063 Manda pôr em execução as disposições para regularizar o concurso, classificação e admissão de candidatos a alunos dos estabelecimentos de instrução da Obra Social e Tutelar dos Exércitos
- 8063 (R1 DG 84) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 8063, que mandou pôr em execução as disposições para regularizar o concurso, classificação e admissão de candidatos a alunos dos estabelecimentos de instrução da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar
- 8071 Concede ao Ministério da Instrução Pública, a título definitivo, o terreno do antigo passal do Priorado de Cedofeita, na cidade do Pôrto, para a construção do novo edifício destinado à instalação do Liceu de Rodrigues de Freitas

- 8075 Altera a alínea c) e o § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 7764, que mandou pôr em execução as alterações aos regulamentos dos diversos institutos da Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar
- 8086 Manda anexar às Escolas Normais Primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, respectivamente, as Escolas Primárias Superiores do Instituto do Professorado Primário, de Júlio Dinis e Primária Superior de Coimbra, para a educação profissional e preparação pedagógica dos candidatos ao magistério primário superior
- 8097 Regula o reingresso ao serviço dos professores aposentados ou que estejam na inactividade
- 8109 Cede à Junta de Freguesia de Gouveias, concelho de Pinhel, distrito da Guarda, a antiga residência paquial e quintal anexo, para instalação da escola primária oficial da referida freguesia e recreio dos alunos
- 8113 Abre um crédito especial da quantia de 6395\$06, destinado a satisfazer os encargos, no actual ano económico, do empréstimo contraído para aquisição ou construção de um edifício, mobiliário e material de ensino para a Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto
- 8119 Aprova os modelos da carta de formatura (Licenciado) e da carta doutoral das Faculdades de Farmácia, assim como o modelo do diploma de Estado (Farmacêutico químico) das mesmas Faculdades
- 8122 Cede à Junta de Freguesia de Vale da Porca, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança, a antiga residência paroquial da freguesia e palheiro anexo, para instalação da sala das sessões da mesma Junta, tesouraria, escola e outros serviços públicos, e uma parcela de terreno do antigo passal, para a construção do cemitério **Revogado** pelo decreto 8483
- 8127 Abre um crédito especial da quantia de 150000\$00, a fim de ocorrer ao pagamento das despesas com a aquisição do Cancioneiro Português Colocci-Brancuti
- 8133 Regulamenta o abono da gratificação escolar nos estabelecimentos de ensino militares
- 8139 Modifica a redacção do n.º 6.º do artigo 5.º do regulamento dos serviços da Casa Pia de Lisboa de 4 de Novembro de 1911
- 8140 Regula o funcionamento das Juntas Escolares
- 8142 Dá por nulo e sem efeito o decreto n.º 4622, publicado no Diário do Governo n.º 157, de 14 de Julho de 1918, que cedeu à Junta de Freguesia de Ramela, do concelho e distrito da Guarda, a antiga residência paroquial e passal da mesma freguesia para a instalação de uma escola
- 8143 Cede à Câmara Municipal de Elvas, a título definitivo, os edifícios do antigo Paço Episcopal e extinto Seminário daquela cidade, já anteriormente cedidos ao mesmo corpo administrativo a título de renda, a fim de serem destinados aos fins a que já estavam sendo aplicados, instalações de escolas, repartições públicas do Estado e concelhias ou a quaisquer outros fins de reconhecida utilidade social
- 8144 Dá por nulo e sem efeito o decreto de 16 de Agosto de 1913, publicado no Diário do Governo n.º 196, de 22 do mesmo mês e ano, pelo qual foi feita a cedência do antigo presbitério da freguesia de Ataboeira, concelho de Castro Verde, distrito de Beja, à Câmara Municipal do mesmo concelho para a instalação de uma escola
- 8149 Autoriza, no presente ano escolar, a realização de exames de admissão às escolas primárias superiores - Determina que os referidos exames sejam feitos de harmonia com os programas da 4.ª classe do ensino primário geral aprovados pelo decreto n.º 7311 - Matéria sôbre que versam as provas escritas e orais
- 8165 Aprova os modelos de diplomas de farmacêutico-químico dos alunos aprovados no curso das antigas Escolas de Farmácia
- 8167 Regulamenta a lei n.º 1114, de 2 de Fevereiro de 1921, que dá ao benemérito que fizer doação ao Estado de um edifício escolar o direito da escolha, por uma só vez, do respectivo professor
- 8169 Eleva de 275\$00 para 285\$00 a subvenção diferencial fixada pelo decreto n.º 7164, de 19 de Novembro de 1920, aos chefes de Laboratórios do Instituto Superior de Agronomia
- 8170 Cede à Junta de Freguesia de S. Miguel das Aves, concelho de Santo Tirso, distrito do Pôrto, sete glebas do antigo passal do pároco da mesma freguesia, para a construção de um edifício escolar, alargamento do cemitério da freguesia, ajardinamento em volta da igreja paroquial e ampliação dos caminhos à mesma igreja contíguos
- 8174 Agrega, como membro efectivo, à Comissão Técnica de Meteorologia, criada pelo decreto n.º 7790, de 4 de Novembro de 1921, o intendente de marinha, na qualidade de presidente do Conselho Técnico a que se refere o decreto n.º 8036, de 18 de Fevereiro de 1922, que regula os serviços de hidrografia e navegação, oceanografia física e meteorologia náutica, do Ministério da Marinha
- 8176 Revoga o disposto na portaria n.º 3142, de 1 de Abril de 1922, que tornou extensivo às escolas de artes e ofícios, aulas e escolas comerciais e escolas preparatórias para o ensino comercial e industrial o disposto no § único do artigo 16.º do regulamento geral das escolas industriais, aprovado pelo decreto n.º 6286, de 19 de Dezembro de 1919
- 8198 Dá por nulo e de nenhum efeito o decreto de 4 de Dezembro de 1915, decreto n.º 2126, que cedeu à Câmara Municipal do concelho de Sintra, distrito de Lisboa, o edifício da antiga capela de Nossa Senhora da Consolação, na freguesia de Belas, lugar de Aqualva, para instalação de uma escola oficial de ensino primário
- 8200 Esclarece as dúvidas suscitadas na interpretação do decreto n.º 5336, de 24 de Março de 1919 (organização das escolas móveis), na parte que se refere a nomeações de professores, regime de férias, duração de validade dos contratos e regalias por êles conferidas aos respectivos professores, e bem assim sôbre a delimitação de atribuições burocráticas dos inspectores das mesmas escolas
- 8203 Regulamenta a lei n.º 1264, de 9 de Maio de 1922, que fixou o tempo de duração do ano lectivo e escolar nas escolas de ensino infantil e primário geral e o respectivo horário
- 8204 Torna extensiva a dois guarda-portões da Escola Superior de Medicina Veterinária a subvenção diferencial fixada pelo decreto n.º 7164, de 4 de Novembro de 1920, aos guardas rurais do Instituto Superior de Agronomia
- 8207 Abre um crédito especial da quantia de 500000\$00 a fim de ocorrer, no ano económico de 1921-1922, a despesas com a construção de edifícios para a instalação dos institutos clínicos e outros estabelecimentos necessários ao ensino médico

- 8212 Rectifica e eleva as subvenções diferenciais mandadas aplicar pelo decreto n.º 7142, de 19 de Novembro de 1920, aos funcionários da Escola Colonial
- 8213 Autoriza sob determinadas condições os missionários do ultramar a prestar serviços no Colégio das Missões dos Padres Seculares, nos cargos administrativos ou como professores
- 8215 Esclarece que o disposto no artigo 5.º da lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915, - que determina que não seja provida em qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino qualquer pessoa que não prove a sua franca adesão às Instituições Republicanas - abrange todos os indivíduos, quer se trate de uma primeira nomeação para qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino, quer se trate de transferência de uns para outros lugares, permuta ou ainda de quaisquer provimentos interinos
- 8220 Cria, na cidade de Lisboa, a Escola Maternal do Alto do Pina
- 8230 Remodela o regime de exames finais dos cursos das escolas normais primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 8231 Declara sem efeito a cedência feita por decreto n.º 6117, de 20 de Setembro de 1919, dos edifícios do extinto Colégio de Santa Quitéria de Felgueiras, para instalação duma escola de reforma
- 8234 Cede à Junta de Freguesia de Beiriz, concelho da Póvoa de Varzim, distrito do Pôrto, para instalação da sua sala de sessões e arquivo e dos serviços de beneficência a seu cargo, o antigo edifício da residência paroquial da mesma freguesia e uma casa anexa e o passal, com a área de 6000 metros quadrados, para a construção de escolas
- 8240 Determina que os oficiais auxiliares do mestre de ginástica e esgrima da Escola Militar tenham a designação de instrutores de ginástica e esgrima, podendo os mesmos permanecer na Escola até o posto de tenente-coronel inclusive - Fixa as gratificações dos referidos instrutores
- 8250 Reforça algumas dotações das escolas de ensino industrial e comercial, a fim de se ocorrer ao pagamento dos respectivos encargos até 30 de Junho de 1922
- 8263 Abre um crédito especial da quantia de 6395\$06, destinado a satisfazer os encargos do segundo semestre do ano económico de 1921-1922 do empréstimo contraído para aquisição ou construção de um edifício, mobiliário e material de ensino para a Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto
- 8290 Regulamenta o regime das licenças aos funcionários de todos os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública que se não regulem por lei especial, de harmonia com o disposto na lei n.º 403, de 9 de Setembro de 1915
- 8291 Cria nas Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra e do Pôrto cursos de engenheiros geógrafos, idênticos ao curso instituído na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa pelo decreto n.º 7314, de 15 de Fevereiro de 1921
- 8299 Determina a forma como deve ser feita a eleição de vogais das juntas escolares representantes do professorado
- 8309 Manda encerrar, desde 15 de Agosto a 15 de Setembro de 1922, as secretarias gerais e tesourarias das três Universidades - Determina que as secretarias privativas das Faculdades e Escolas Universitárias possam ser encerradas durante o mesmo período, se assim o entender o respectivo director, de acôrdo com o Conselho Escolar
- 8309 (R1 DG 188) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 8309, que designou o período de encerramento das secretarias gerais e tesourarias das três Universidades e das secretarias privativas das Faculdades e Escolas Universitárias
- 8315 Reconhece, para todos os efeitos legais, a utilidade pública do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, cujos estatutos ficam fazendo parte integrante dêste Decreto
- 8328 Aprova o regulamento interno da Biblioteca Popular de Lisboa, que faz parte dêste Decreto
- 8342 Cria um curso de aperfeiçoamento de astronomia, anexo à 1.ª Secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 8344 Cede definitivamente ao Conselho Administrativo do Liceu de Jaime Moniz, do Funchal, para instalação do mesmo estabelecimento escolar, o edifício do antigo Paço Episcopal
- 8345 Declara desafectado do culto o edifício da escola de Nossa Senhora da Luz, de Gondarém, na freguesia de Nevogilde, bairro ocidental do Pôrto, e cedido, bem como o terreno que lhe está anexo, à junta da mesma freguesia para instalação da sua sala de sessões e arquivo e construção da escola primária da freguesia
- 8345 (R1 DG 182) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 8345, de 23 de Agosto de 1922, que declara desafectado do culto o edifício da Escola de Nossa Senhora da Luz, de Gondarém
- 8354 Cria na Escola Industrial de Júlio Martins, de Chaves, o curso de trabalhos femininos, e fixa em 400\$00 anuais o vencimento da mestra encarregada da parte oficial dêste curso
- 8372 Eleva as mensalidades que pagam os pensionistas surdos-mudos internos e semi-externos da Casa Pia de Lisboa e os pensionistas do Instituto Médico-Pedagógico para educação de anormais que o mesmo estabelecimento mantém no edifício de Santa Isabel
- 8407 Cria na Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto, vários cursos para a habilitação de operários das indústrias gráficas
- 8411 Determina que a admissão do pessoal de enfermagem, não diplomado, no quadro privativo do Hospital Escolar, seja feita pela categoria de «praticante no período escolar», considerando-se válidos, para todos os efeitos, os alvarás de nomeação assim expedidos, embora anteriormente a esta data
- 8414 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da Escola Militar de Aviação, criada por decreto de 29 de Junho de 1918
- 8423 Aprova o regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra
- 8428 Transfere dentro do capítulo 5.º do orçamento da despesa do Ministério da Instrução Pública do ano económico de 1921-1922 vários saldos existentes no artigo 36.º para refôrço do artigo 40.º e destinados a despesas de material e

diversas do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Faculdades da Universidade do Pôrto

- 8449 Determina que os contratos de auxiliares para o Instituto de Missões Coloniais, que ao director é permitido realizar pelo artigo 6.º do decreto n.º 5847-E, de 31 de Maio de 1919, sejam lavrados na secretaria do Instituto em livro próprio
- 8467 Extingue os lugares vagos de adjunto da administração da Misericórdia de Lisboa e sub-director da Casa Pia de Lisboa
- 8469 Regula a situação dos funcionários que componham os quadros ou secções de serviços públicos que forem reduzidos, extintos ou anexados
- 8476 Declara nula a cedência que, a título de arrendamento, foi feita à Câmara Municipal de Lagoa, do edifício com capela anexa ao extinto Convento de S. José de Lagoa, para instalação de uma escola, por decreto n.º 3908, de 28 de Fevereiro de 1918
- 8479 Extingue a Escola de Canteiros da Batalha, ficando anexados provisoriamente, nos termos do § único do artigo 1.º da lei n.º 1344, os respectivos serviços à Escola Industrial de Domingos Sequeira, de Leiria
- 8481 Dá por nulo e sem efeito o decreto de 12 de Junho de 1915, publicado no Diário do Governo n.º 113, de 15 do mesmo mês, que cedeu à Câmara Municipal do concelho de Loures, distrito de Lisboa, a antiga capela de S. Pedro, sita no lugar de Caneças, da freguesia de Loures, para ser adaptada à instalação de uma escola decreto 1647
- 8483 Dá por nulo e sem efeito o decreto n.º 8122, que cedeu à Junta de Freguesia de Vale da Porca, concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Braga, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e palheiro anexo, para instalação da sala das suas sessões, tesouraria, escola e outros serviços públicos, bem como uma parcela de terreno do antigo passal para a construção do cemitério
- 8488 Insere várias disposições relativas à aplicação da melhoria de vencimentos aos indivíduos que acumulem cargos públicos, aos professores que, além de serviço que lhes compete, exerçam a regência de cadeiras por substituição ou desdobramento, e aos funcionários civis ou militares, aposentados, reformados ou na situação de reserva que exerçam qualquer cargo público
- 8491 Reduz o quadro do pessoal das Escolas Primárias Superiores **Suspenso** pelo decreto 8556
- 8493 Considera posto meteorológico oficial a actual estação meteorológica estabelecida na vila de Chaves, que ficará sob a direcção técnica do Observatório Meteorológico, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 8505 Aprova o regulamento da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa **Revogado**
- 8505 (R1 DG 1 de 1923) Rectificações ao regulamento da Escola Profissional de Enfermagem, a que se refere o decreto n.º 8505, de 25 de Novembro de 1922, publicado no Diário do Governo n.º 244, da mesma data
- 8516 Fixa o quadro dos professores das Escolas Normais Primárias **Suspenso** pelo decreto 8556
- 8517 Fixa os quadros dos professores de ensino primário geral **Suspenso** pelo decreto 8556
- 8525 Revoga o decreto n.º 6145, de 1 de Outubro de 1919, que regulava a forma de nomeação dos reitores dos liceus
- 8526 Aprova e manda pôr em execução o regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 8548 Abre um crédito especial da quantia de 5000000\$00, a fim de reforçar a verba inscrita no capítulo 3.º, artigo 22.º, do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1922-1923, com aplicação ao pagamento das despesas com os serviços da instrução primária
- 8549 Abre um crédito especial da quantia de 50000\$00, a inscrever no capítulo 4.º, artigo 26.º, do orçamento da despesa ordinária do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1922-1923, destinado a ocorrer ao pagamento dos vencimentos dos professores efectivos e agregados de educação física dos liceus, na conformidade da lei n.º 1348, durante o referido ano económico
- 8556 Suspende a execução dos decretos n.ºs 8491, 8516 e 8517, que respectivamente, reduzia o quadro do pessoal das Escolas Primárias Superiores, e fixavam os quadros dos professores das Escolas Normais Primárias e dos professores de ensino primário geral

Portarias

- 3031 Determina que, no ano lectivo de 1921-1922, a mensalidade paga pelos alunos da Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, passe a ser de 20\$00
- 3054 Dá à antiga escola do sexo feminino de Trancoso o nome de Escola de Nascimento Bravo
- 3059 Fixa o número dos candidatos que no ano lectivo de 1921-1922 devem ser admitidos à inscrição nas Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 3065 Encarrega a Provedoria Central da Assistência de Lisboa de administrar a construção do edifício destinado à Escola Asilo de Santa Maria, para cegos e cegas, anexa ao Asilo de Mendicidade
- 3077 Reúne numa só verba determinados subsídios já concedidos para construções escolares no concelho de Ovar a fim de serem destinados unicamente à conclusão do edifício escolar do lugar de S. Miguel, freguesia do mesmo concelho
- 3129 Determina que enquanto não fôr regulamentado o decreto n.º 7312, de 11 de Fevereiro de 1921, a nenhum professor efectivo do ensino primário seja permitida a matrícula nos cursos de habilitação ao magistério primário superior - Manda regressar imediatamente à regência das suas escolas os professores já matriculados em vários cursos e que se encontrem em determinadas circunstâncias
- 3133 Autoriza a Confraria do Santíssimo Sacramento e anexas da freguesia de Oliveira, do concelho de Arcos de Valdevez, a levantar dos seus capitais a quantia de 770\$00 para fazer obras no presbitério que foi dado à freguesia para escola e sala das sessões da junta da referida freguesia
- 3134 Determina que a Repartição de Construções Escolares solicite da Caixa Geral de Depósitos a modificação dos depósitos de subsídios concedidos pelo Estado, que ali existem ou se venha a reconhecer existirem à ordem de

- diferentes entidades, para início ou conclusão de construções escolares, e aos quais não foi dada a devida aplicação, devendo por isso considerar-se caducos a favor do Ministério da Instrução Pública, à ordem da referida Repartição
- 3136 Autoriza a direcção do Orfanato e Oficina de S. José, de Viana do Castelo, a adquirir por compra o prédio onde funciona o Colégio Vianense, a fim de ali instalar convenientemente o seu Orfanato
 - 3139 Determina que o subsídio de 4000\$00 concedido à Junta de Freguesia de Penafiel, para a construção de um edifício escolar naquela cidade, seja exceptuado daqueles a que se refere o decreto n.º 6653, que mandou depositar à ordem do Ministério da Instrução Pública todos os subsídios concedidos para auxílio e construção de edifícios escolares nos anos económicos de 1913-1914 a 1917-1918, que por qualquer motivo não tivessem a devida aplicação
 - 3140 Determina a efectivação de excursões ou passeios escolares nos meses de Março, Abril e Maio
 - 3142 Torna extensivo às escolas de artes e ofícios, aulas e escolas comerciais e escolas preparatórias para o ensino comercial e industrial o disposto no § único do artigo 16.º do regulamento geral das escolas industriais, aprovado pelo decreto n.º 6286, de 19 de Dezembro de 1919
 - 3147 Ordena que a Escola Primária Superior de Gouveia passe a denominar-se Escola Primária Superior de Pedro Bôto Machado
 - 3176 Revoga o disposto na portaria n.º 3142, de 1 de Abril de 1922, que tornou extensivo às escolas de artes e ofícios, aulas e escolas comerciais e escolas preparatórias para o ensino comercial e industrial o disposto no § único do artigo 16.º do regulamento geral das escolas industriais, aprovado pelo decreto n.º 6286, de 19 de Dezembro de 1919
 - 3193 Dá o nome de «Dr. Júlio Martins» à escola primária geral de Casa Branca (Sousel)
 - 3198 Fixa a importância de diversas gratificações anuais estabelecidas no artigo 7.º e no § único do artigo 26.º do regulamento da Casa Pia de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5938, de 28 de Junho de 1919, e no § único do artigo 22.º do regulamento do referido estabelecimento, de 28 de Agosto de 1911
 - 3201 Dá o nome de «Dr. António Granjo» à escola central de ensino primário geral da vila de Chaves
 - 3203 Aprova o modelo de impresso para servir à organização do livro dos termos finais das Escolas Primárias Superiores
 - 3258 Autoriza a Junta de Freguesia de Arranhó, concelho de Arruda dos Vinhos, a vender em hasta pública dois quintais pertencentes à referida corporação e bem assim a proceder à venda de 1750\$00 de inscrições da dívida pública, a fim de aplicar o respectivo produto na reconstrução de um edifício destinado à escola primária da mesma Junta de Freguesia
 - 3286 Dá o nome de «Escola do Dr. Júlio Martins» à escola de ensino primário geral da freguesia de S. Pedro, da cidade de Vila Real
 - 3287 Dá o nome de «Dr. José Ferreira de Pina Calado» às escolas de ensino primário geral que funcionam no edifício escolar por êle mandado construir na freguesia de Teixoso, concelho da Covilhã
 - 3300 Dá o nome do Dr. Aurélio da Costa Ferreira à Escola de Ensino Primário Geral anexa à Escola Normal Primária de Lisboa
 - 3318 Determina que de futuro nenhuma escola primária seja provida sem que a junta escolar ou o inspector informem que há residência para o professor, devendo essa informação fazer parte dos respectivos processos de concurso ou de nomeação
 - 3328 Eleva a 60\$00 a mensalidade a pagar pelos alunos porcionistas da Escola Prática de Agricultura de Queluz
 - 3330 Fixa em sessenta o número de alunos a admitir à matrícula na 1.ª classe do curso de habilitação ao magistério primário geral da Escola Normal de Coimbra, no próximo ano lectivo de 1922-1923
 - 3340 Eleva a anuidade a pagar por cada um dos alunos porcionistas da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra
 - 3354 Determina que a mensalidade a pagar pelos alunos da Escola Prática de Agricultura de Évora seja elevada para 30\$00
 - 3370 Eleva para 40\$00 a mensalidade a pagar pelos alunos porcionistas da Escola Prática de Agricultura Conde de S. Bento, de Santo Tirso, durante o corrente ano lectivo
 - 3394 Fixa o número dos candidatos que no ano lectivo de 1921-1922 devem ser admitidos à inscrição nas Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra
 - 3400 Suscita a observância do artigo 8.º do decreto de 28 de Outubro de 1910, que ordena a remessa à Biblioteca do Ministério da Justiça e dos Cultos, por parte das emprêsas editoras, de um exemplar de cada obra publicada

Despachos

- DG 220 Aprova as disposições respeitantes ao pessoal contratado e assalariado dos serviços do ensino comercial e industrial

Programas

- DG 121 Programas dos exames de admissão à primeira matrícula no Instituto Superior Técnico, nos termos do decreto n.º 6068, de 1 de Setembro de 1919, para o ano lectivo de 1922-1923
- DG 132 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1922-1923 aprovado em sessão do Conselho escolar de 13 de Junho de 1922
- DG 176 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Comercial do Pôrto

1923

Leis

- 1407 Prorroga por mais três meses, a contar da publicação desta lei, o prazo fixado no artigo 3.º da lei n.º 1344, que autoriza o Governo a reduzir o quadro dos funcionários
- 1435 Determina que seja enviado ao Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral de Belas Artes, um exemplar de todas as publicações a que se referem o § único do artigo 8.º e artigo 9.º da lei de 28 de Outubro de 1910, para ser entregue ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro
- 1448 Determina que continuem em vigor os decretos n.ºs 8491, 8516 e 8517, que respectivamente reduzem os quadros das Escolas Primárias Superiores, Escolas Normais Primárias e Escolas Primárias Gerais de Lisboa, Pôrto, Coimbra e restantes capitais de distrito - Insere outras disposições relativas à situação de pessoal e serviço nas referidas escolas - Manda que todas as nomeações para o ensino primário sejam feitas por decreto e submetidas ao «visto» do Conselho Superior de Finanças
- 1452 Eleva o coeficiente para o cálculo das melhorias de vencimento e altera e esclarece várias disposições das leis n.ºs 1355 e 1356
- 1466 Determina que os mancebos que no acto da incorporação apresentem um diploma de desenvolvimento físico e conhecimentos militares, sendo alunos das escolas superiores nacionais, sejam licenciados por períodos anuais sucessivos, até completarem o curso
- 1468 Dispensa, para efeitos de passagem das respectivas cartas, várias habilitações aos indivíduos que possuam o curso elementar de pilotagem, aos maquinistas mercantes de 2.ª classe e aos que exerceram funções de comando durante a guerra
- 1486 Manda descontar mensalmente aos professores oficiais de ensino normal primário, primário superior, geral e infantil 1\$00 para custeamento do Instituto do Professorado Oficial Português
- 1498 Cria a Escola Agrícola Móvel de Monchique
- 1513 Determina que os oficiais do exército e da armada, professores da Escola Militar, Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e Instituto Feminino de Educação e Trabalho, ao atingirem o posto de coronel, terão de optar pelo exercício do magistério ou pelo serviço de tropas

Decretos

- 8559 Aprova e manda pôr em execução o regulamento das provas inter-escolares de educação física, que constitui a Festa Nacional criada pelo decreto n.º 7662
- 8560 Aprova a distribuição da verba de 50000\$00 para inspecções a escolas constantes do mapa apenso a este decreto e pôsto em vigor para todos os efeitos o decreto n.º 8009, que regula o serviço de inspecções e vistorias a escolas do ensino primário geral
- 8561 Determina que o Governo fixe anualmente o número de indivíduos a admitir a exame ou a matrícula para execução dos decretos n.ºs 7312 e 7313, que se referem aos cursos especiais de habilitação ao magistério primário superior - Revoga a portaria n.º 3129
- 8567 Prorroga o prazo concedido à Junta de Freguesia de Ermezinde, concelho de Valongo, distrito do Pôrto, para iniciar as obras de adaptação a escola do edifício da ermida de S. Silvestre, que lhe foi cedido pelo decreto n.º 7949
- 8568 Cede à Junta de Freguesia de Margaride, concelho de Felgueiras, distrito do Pôrto, a antiga residência do pároco da freguesia e quintal anexo para a instalação da sede e arquivo da mesma Junta de Freguesia, pôsto da guarda nacional republicana, de uma biblioteca e escola nocturna
- 8570 Cede à Junta Escolar do concelho do Funchal o terreno do antigo passal do pároco da freguesia de Santa Luzia, do mesmo concelho
- 8573 Regula a formação e constituição dos quadros do pessoal docente das Escolas Normais Primárias e das escolas de ensino infantil e primário geral - Insere várias disposições relativas à prestação de serviço pelos professores no desdobramento de disciplinas ou por substituição
- 8577 Autoriza os professores efectivos de ensino primário geral que provarem perante as juntas escolares dos respectivos círculos estar matriculados, à data da publicação do decreto n.º 8561, nos cursos criados pelos decretos n.ºs 7312 e 7313 a continuar esses cursos nos termos do artigo 6.º do referido decreto n.º 7312
- 8578 Aprova e manda pôr em execução a nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 8581 Equipara os lugares de chefe, oficial e amanuense das secretarias dos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra aos de primeiro, segundo e terceiro oficial do Ministério da Instrução Pública, respectivamente - Manda sustar aos funcionários dos liceus o abono de 120\$00 anuais a que se refere o § único do artigo 9.º do decreto n.º 5787-SSS, abonando-lhes a melhoria de vencimento igual à dos funcionários do Ministério
- 8583 Aprova o regulamento literário do Colégio Militar
- 8630 Estabelece as disposições por que deve reger-se a Associação dos Arqueólogos Portugueses
- 8630 (R1 DG 58) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 8630, que estabelece as disposições por que deve reger-se a Associação dos Arqueólogos Portugueses
- 8631 Permite aos diplomados com o curso do Conservatório ao abrigo do decreto de 24 de Outubro de 1921 a respectiva inscrição como professores particulares do ensino musical, sem dependência do prazo a que se refere o artigo 111.º do decreto n.º 6129, de 25 de Setembro de 1919, que regulamenta o Conservatório Nacional de Música

- 8663 Dá por nulo e sem efeito o decreto n.º 781, que cedeu à Câmara Municipal do concelho de Valongo, distrito do Pôrto, o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de S. Martinho do Campo e um terreno anexo para instalação de uma escola
- 8673 Regulamenta a lei n.º 1290, de forma a assegurar eficazmente a todos os institutos de utilidade pública, destinados a trabalhos de investigação ou propaganda científica, a isenção fiscal de que trata o artigo 1.º da mesma Lei
- 8681 Extingue um lugar de terceiro oficial da Secretaria da Relação de Coimbra, um lugar de terceiro oficial da Secretaria da Procuradoria da República junto da mesma Relação e um dos lugares de professor da Colónia Penal Agrícola de António Macieira - Nomeia para desempenhar o cargo de segundo oficial, interino, da Secretaria da Relação de Coimbra o funcionário que já desempenhava o referido cargo
- 8685 Regula a admissão dos candidatos à inscrição no 1.º e 2.º ano de estágio do curso normal de educação física - Equipara os estagiários do referido curso, para efeitos de vencimento, aos do curso do magistério secundário
- 8688 Cede à Junta de Freguesia de Santa Quitéria de Meca, concelho de Alenquer, mediante determinada renda, um quarteirão de casas situadas naquela freguesia, para instalação das escolas primárias de ensino primário e residência do respectivo professor
- 8690 Cede definitivamente ao Ministério da Instrução Pública, mediante a indemnização de 15000\$00, o edifício do seminário da diocese de Bragança, com a cêrca anexa, para instalação do Liceu Central da mesma cidade
- 8691 Cede à Junta de Freguesia de Sant'Ana da Carnota, concelho de Alenquer, mediante a renda anual de 50\$00, a antiga residência paroquial da mesma freguesia, para nela continuar instalada a escola de ensino primário geral do sexo feminino e habitação da respectiva professora
- 8693 Regula os vencimentos dos aspirantes alunos das Escolas Militar e Naval e Auxiliar de Marinha
- 8695 Abre um crédito especial de 36000000\$00 a favor do Ministério da Instrução Pública, para refôrço da verba inscrita no orçamento com aplicação ao pagamento das melhorias de vencimentos do pessoal das Direcções Gerais, repartições e estabelecimentos dependentes do mesmo Ministério
- 8702 Determina que nas escolas industriais possam, quando as circunstâncias locais o aconselharem, ser professados cursos do 2.º grau geral em aulas nocturnas, destinados ao aperfeiçoamento de aprendizes
- 8742 Determina que os vencimentos do comissário do Govêrno junto do Teatro Nacional de Almeida Garrett, fixados, a título de gratificação, no artigo 42.º do decreto n.º 5787-C, tenham o acréscimo necessário para que a totalidade a receber mensalmente perfaça 500\$00
- 8745 Determina que continue em vigor para todos os efeitos nas Escolas Nacionais de Agricultura o regime disciplinar constante do artigo 98.º e seus parágrafos do regulamento aprovado por decreto de 23 de Novembro de 1905
- 8754 Revoga o disposto no artigo 193.º do regulamento do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 8423
- 8778 Regulamenta determinadas disposições do decreto n.º 5787-4 U, que organizou a Escola Militar
- 8785 Atribui à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a posse do actual edifício e terrenos anexos onde se encontram instalados a Escola Industrial de Brotero e o Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, para neles se instalar provisoriamente a secção hospicial da Maternidade da referida Faculdade e para residência de pessoal - Atribui ao Ministério do Comércio e Comunicações a posse de todos os edifícios e terrenos anexos ao extinto Hospício do distrito de Coimbra, para nele se instalar a Escola e Instituto supracitados
- 8789 Cede à Junta de Freguesia de Abraã, concelho e distrito de Santarém, a antiga residência paroquial, para habitação do professor de ensino primário geral da mesma freguesia
- 8801 Cede à Junta de Freguesia de Areias, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e uma porção de terreno do passal anexo, para construção das escolas de ensino primário geral, recreios dos alunos e habitação dos professores
- 8802 Autoriza a Junta de Freguesia de Vila Chã, concelho de Vila do Conde, distrito do Pôrto, a fazer doação ao Estado, por intermédio do Ministério da Instrução Pública, da antiga residência paroquial e passal da mesma freguesia, que lhe foram cedidos pelo decreto n.º 7249, com todas as construções já feitas no terreno do referido passal
- 8804 Cede à Junta da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, concelho de Loures, distrito de Lisboa, a antiga residência paroquial da mesma freguesia, a fim de ser demolida e no local se construir o edifício da escola de ensino primário geral
- 8808 Estabelece as condições de concurso para professores de canto coral dos liceus
- 8813 Regulariza a situação dos professores particulares de educação física
- 8832 Determina que seja pôsto à disposição da Inspeccção Geral de Sanidade Escolar, para a instalação de uma escola ao ar livre, o Jardim Infantil das Necessidades, e bem assim as dependências urbanas inaproveitadas existentes na mata
- 8833 Extingue o lugar de chefe da secretaria do Liceu Nacional da Infanta D. Maria, em Coimbra
- 8863 Cede à Câmara Municipal do concelho do Seixal, distrito de Lisboa, a antiga capela de Santa Marta, sita no lugar de Corroios, do mesmo concelho, para instalação da escola oficial do ensino primário geral e habitação do respectivo professor que pela portaria 3578 foi definitivamente retirada do culto
- 8866 Cede ao Ministério da Instrução Pública o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de Alte, concelho de Loulé, distrito de Faro, a fim de ali serem instaladas as escolas do sexo masculino e do sexo feminino da mesma freguesia
- 8930 Extingue o lugar de consultor jurídico do Ministério da Instrução Pública
- 8931 Extingue o lugar de inspector chefe dos serviços das Escolas Móveis - Distribui os serviços a cargo da Inspeccção das Escolas Móveis pelas duas repartições da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal
- 8932 Regula a forma da distribuição dos professores pelos diferentes grupos nas escolas primárias superiores
- 8933 Dá ao Observatório Meteorológico da Horta o nome de Observatório Príncipe Alberto de Mónaco

- 8934 Determina que no corrente ano lectivo os exames de oftalmologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa que deviam realizar-se na época de Março sejam transferidos para Julho e conseqüentemente os da época de Julho para Outubro
- 8935 Altera vários artigos do regulamento privativo da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5355
- 8935 (R1 DG 135) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 8935, que altera vários artigos do regulamento privativo da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 8937 Autoriza, no presente ano escolar, a realização de exames de admissão às Escolas Primárias Superiores
- 8943 Regula a forma de concurso para o preenchimento dos lugares de mestre de oficina do Instituto Industrial de Lisboa
- 8944 Torna obrigatória a frequência dos cursos práticos de línguas francesa, inglesa e alemã para os alunos dos Institutos Superiores de Comércio
- 8958 Transfere para o artigo 29.º do orçamento da despesa do Ministério da Instrução Pública a quantia de 80000\$00, destinada ao pagamento das despesas com o serviço extraordinário da regência de turmas
- 8976 Altera a tabela de emolumentos das certidões e cópias passadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa, constante do regulamento aprovado pelo decreto n.º 4430
- 8995 Eleva o subsídio em dinheiro que o Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar pode conceder aos órfãos de militares faltos de recursos - Eleva diversas pensões a pagar pelos alunos dos diferentes estabelecimentos de ensino dependentes do referido Conselho Tutelar
- 8996 Determina que, pela remodelação do actual Laboratório de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, seja criado o Instituto de Histologia e Embriologia da mesma Faculdade
- 8998 Declara que ficam sendo pertença do Estado todos os haveres mobiliários e imobiliários da Escola Azevedo, de Vila Real - Cria na sede do mesmo distrito uma escola central de instrução primária, que se denominará: Escola Central de José António de Azevedo
- 9050 Fixa os vencimentos mensais do naturalista director do Aquário de Vasco da Gama, do naturalista assistente e preparador do mesmo Aquário
- 9085 Cede à Câmara Municipal do concelho de Monforte, distrito de Portalegre, o edifício da antiga igreja da Madalena e o quintal anexo, situados na freguesia sede do mesmo concelho, para regularização de um largo, alinhamento de ruas e construção de um quartel para a guarda republicana
- 9097 Extingue os lugares de inspectores do ensino primário superior e coloca êsses funcionários em diversas situações no Ministério da Instrução Pública
- 9099 Aprova o modelo do diploma de Estado das três Faculdades de Medicina da República
- 9100 Determina que a Biblioteca Nacional de Lisboa envie mensalmente à Direcção Geral de Belas Artes uma relação de todas as publicações que lhe tiverem sido enviadas no mês anterior
- 9101 Determina que às vagas que houver no Conservatório Nacional de Música, para o ensino da língua italiana, poderão concorrer também cidadãos italianos residentes em Portugal
- 9104 Aprova o regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 9104 (R1 DG 208) Rectificações ao decreto n.º 9104, que aprovou o regulamento do Instituto dos Pupilos do Exército
- 9105 Submete a um regime disciplinar especial os alunos aspirantes da Escola Militar
- 9107 Declara que a autorização consignada no decreto n.º 7927, que autoriza os conselhos das escolas primárias superiores de Lisboa e Pôrto a criar uma secção técnica comercial, abrange todas as secções técnicas designadas no artigo 3.º do decreto n.º 5787-B
- 9108 Determina que os alunos que em Lisboa ou no Pôrto desejem frequentar o curso complementar de letras ou optem pela língua alemã possam só matricular-se nos Liceus de Gil Vicente, Pedro Nunes ou Rodrigues de Freitas
- 9109 Cria a Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica, Geodésica e Radio-telegráfica Scientifica e fixa o número de membros da sua direcção
- 9125 Integra na Escola Normal Superior o curso normal de educação física, ficando para todos os efeitos regulado pela legislação referente à mesma Escola
- 9125 (R1 DG 236) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9125, que integra na Escola Normal Superior de Lisboa o curso normal de educação física
- 9126 Revoga o decreto n.º 8309, de 10 de Agosto de 1922
- 9147 Cria no Instituto Industrial e Comercial de Coimbra os cursos especiais de indústrias químicas e minas e, como curso especializado, o curso elementar de construções civis
- 9148 Extingue diversas sub-regiões agrícolas, instituídas pelo decreto n.º 4249, e promulga várias disposições relativas aos serviços agronómicos nomeadamente as escolas fixas e móveis de ensino agrícola
- 9161 Cria junto do Patronato da Infância com sede na Rua das Escolas Gerais da cidade de Lisboa, uma escola de ensino primário geral com uma secção infantil
- 9162 Modifica a organização da Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém constante do decreto n.º 7462
- 9165 Determina que possam concorrer aos lugares de professores ordinários das Faculdades de Farmácia os indivíduos diplomados com o curso de farmacêutico químico
- 9166 Suprime a disciplina «Curso Elementar de Grego» na secção de Ciências Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 9173 Determina que a estatística de todos os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública, assim como dos estabelecimentos por êle subsidiados ou fiscalizados, seja organizada na Secretaria Geral do Ministério
- 9177 Extingue a cadeira supranumerária de psiquiatria forense da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, criada pelo decreto n.º 5355, e provê a cadeira vaga de clínica psiquiátrica da mesma Faculdade

- 9177 (R1 DG 232) Nova publicação rectificada do decreto n.º 9177, inserto no Diário do Govêrno n.º 220, de 18 de Outubro último
- 9182 Cria uma escola de ensino primário geral na Assistência Infantil da freguesia de Santa Isabel e outra no Recolhimento dos Órfãos de Barbacena
- 9183 Proíbe aos professores efectivos dos liceus permutarem entre si os seus lugares antes de decorridos cinco anos de bom e efectivo serviço após a sua última nomeação, transferência ou permuta
- 9197 Cede à Junta de Freguesia de Turiz, concelho de Vila Verde, distrito de Braga, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e passal anexo, para instalação da escola de ensino primário geral, recreio dos alunos e habitação do professor **Revogado** pelo decreto 18115
- 9217 Anula o decreto n.º 1250, que cedeu à Câmara Municipal de Celorico da Beira o presbitério da freguesia de S. Pedro daquele concelho para instalação de escolas
- 9218 Fixa as datas do pagamento da indemnização pecuniária e do comêço e conclusão das obras da construção do edifício das escolas primárias do ensino geral da freguesia de Santa Luzia, concelho do Funchal, no terreno cedido pelo decreto n.º 8570 à Junta Escolar do referido concelho
- 9219 Cede à Junta Escolar de Vila Nova Portimão o edificio da Antiga residência paroquial da freguesia de Mexilhoeira Grande e quintal anexo
- 9220 Cede à junta de Freguesia da Roliça, concelho do Bombarral, as ruínas e o terreno da antiga capela de Santa Ana da Columbeira para instalação de uma escola
- 9223 Modifica algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal, publicado no Diário do Govêrno n.º 198, de 29 de Setembro de 1919, e rectificado no Diário do Govêrno n.º 252, de 11 de Dezembro do mesmo ano (decreto n.º 6137)
- 9228 Determina que não se conceda cédula de inscrição marítima senão àqueles que provem praticamente em exame feito perante a autoridade marítima local que sabem nadar e remar
- 9254 Altera a redacção de vários artigos do regulamento literário do Colégio Militar (Decreto n.º 8583)
- 9262 Anexa à Escola Comercial de Braga, que passará a denominar-se Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, a Escola de Marcenaria de Bartolomeu dos Mártires, da mesma cidade
- 9266 Determina que a regência da disciplina de princípios de física e química e noções de tecnologia da Escola António Augusto de Aguiar, do Funchal, continue a ser confiada a um professor privativo, que fará parte do corpo docente
- 9267 Suprime a disciplina «Curso Elementar de Grego», na secção de sciências filosóficas das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e do Pôrto
- 9268 Declara obrigatório aos alunos da secção de sciências filosóficas das três Faculdades de Letras da República a freqüência dos três anos das cadeiras de língua e literatura inglesa ou alemã e dos seus respectivos cursos práticos - Dispensa os alunos da referida secção, nos cursos práticos das línguas inglesa ou alemã, da prova oral de aproveitamento de que trata o artigo 9.º do decreto n.º 4651
- 9276 Estabelece as condições em que o Govêrno deverá conceder pensões de estudo da música em países estrangeiros
- 9276 (R1 DG 269) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9276, que estabelece as condições em que o Govêrno deverá conceder pensões de estudo da música em países estrangeiros
- 9289 Suprime o círculo escolar do Funchal (ocidental)
- 9291 Anula o decreto de 4 de Janeiro de 1913, que cedeu ao Ministério da Guerra o edificio da antiga capela de S. Pedro, freguesia de S. Vicente, concelho de Abrantes - Determina a cedência do mesmo edificio, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do mencionado concelho para aí funcionar uma escola industrial artistica
- 9291 (R1 DG 42 de 1924) Rectificação ao decreto n.º 9291, que cedeu à Câmara Municipal do concelho de Abrantes o edificio da antiga capela de S. Pedro
- 9292 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 744 publicado no Diário do Govêrno n.º 139, de 11 de Agosto de 1914, que cedeu à Junta de Freguesia de S. Paio de Merelim, concelho e distrito de Braga, o antigo presbitério e passal do pároco da freguesia para instalação de uma escola- Determina que os referidos bens sejam incorporados nos Bens da Fazenda Nacional
- 9310 Aprova o regulamento dos concursos aos lugares de professores da Escola Colonial
- 9314 Regula a forma da distribuição dos professores das escolas primárias superiores pelos grupos estabelecidos no decreto n.º 8932
- 9315 Revoga o § 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 8056, que regula a preferência concedida aos professores cônjuges que concorram a escolas ou lugares de escolas de ensino primário infantil e geral da mesma localidade ou outra sob determinada distância
- 9316 Cria a secção masculina do Instituto do Professorado Primário Oficial
- 9317 Faz a distribuição dos serviços meteorológicos pelas diversas instituições que dêles se ocupam
- 9321 Aprova as alterações ao regulamento das provas inter-escolares de educação física que constituem a Festa Nacional criada pelo decreto n.º 7662
- 9332 Cria, no Ministério da Instrução Pública, um organismo técnico permanente, que se denominará Junta de Orientação dos Estudos
- 9334 Cria na Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto um Instituto de Investigações Antropológicas - Nomeia o respectivo director

Portarias

- 3428 Modifica a portaria n.º 3394 na parte relativa aos candidatos a admitir nos cursos de habilitação ao magistério primário superior no ano lectivo de 1922-1923

- 3436 Manda publicar os programas do concurso de admissão à matrícula nos vários cursos da Escola Militar
- 3444 Esclarece que o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 7798 não é aplicável aos concorrentes aos lugares de professores agregados dos liceus de grupo diferente daquele em que tenham sido professores efectivos
- 3469 Revoga a portaria n.º 2661, que cedeu provisoriamente à Junta de Freguesia de Vairão uma dependência do extinto convento para instalação da escola primária da referida freguesia
- 3537 Dá às escolas de ensino primário geral de Redondelo, Vidago, Mairós e Santa Leocádia, do concelho de Chaves, os nomes dos seus doadores
- 3545 Esclarece dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 8488, que inseriu várias disposições relativas à aplicação da melhoria de vencimentos aos indivíduos que acumulem cargos públicos, aos professores que, além do serviço que lhes compete, exerçam a regência de cadeiras por substituição ou desdobramento, e aos funcionários civis ou militares, aposentados, reformados ou na situação de reserva que exerçam qualquer cargo público
- 3545 (R1 DG 93) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 3545, que esclarece dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 8488, que inseriu várias disposições relativas à aplicação da melhoria de vencimentos aos indivíduos que acumulem cargos públicos, aos professores que, além do serviço que lhes compete, exerçam a regência de cadeiras por substituição ou desdobramento, e aos funcionários civis ou militares, aposentados, reformados ou na situação de reserva que exerçam qualquer cargo público
- 3573 Determina que a Escola Primária Superior de Vila Nova de Famalicão passe a denominar-se Escola Primária Superior de Gonçalves Cerejeira
- 3574 Determina que a Escola Primária Superior da Póvoa de Varzim passe a denominar-se Escola Primária Superior de Rocha Peixoto
- 3576 Esclarece algumas dúvidas suscitadas na aplicação de diferentes disposições regulamentares, providenciando de modo que haja uniformidade nas resoluções a tomar tanto pelas Inspeções como pelas Juntas Escolares
- 3577 Esclarece algumas dúvidas sobre as disposições legais regulamentares, referentes às Juntas Escolares, tornando o seu funcionamento tanto quanto possível regular
- 3578 Determina que a capela de Santa Marta, sita no lugar de Corroios, freguesia da Amora, concelho do Seixal, distrito de Lisboa, seja definitivamente retirada do culto (ver Decreto n.º 8863 no qual a capela é cedida para instalação de uma escola)
- 3623 Dá o nome de Escola Primária Superior de João de Barros à Escola Primária Superior anexa à Escola Normal Primária de Lisboa
- 3663 Declara sem efeito um despacho ministerial, de 8 de Janeiro de 1912 publicado no DG 7 de 9 de Janeiro no qual pelo qual foi cedida à Associação Auxiliadora de Instrução a igreja anexa ao extinto convento de Santa Teresa, de Carnide, para instalação de uma escola noturna
- 3674 Esclarece que os alunos internos ou externos dos liceus que tenham faltado a todas as provas de exames ou a quaisquer delas, e que pretendam fazê-las ou completá-las, deverão pagar 20\$00 por cada uma parte de doente, nas duas marcações para exame que tiverem de fazer
- 3685 Manda que nos estabelecimentos de ensino elementar comercial e industrial os conselhos escolares sejam constituídos apenas pelos seus professores efectivos
- 3692 Manda adoptar para o ano económico de 1923-1924 os orçamentos aprovados para o ano económico findo e que as Juntas Escolares organizem orçamentos suplementares
- 3717 Eleva a mensalidade a pagar pelos alunos porcionistas da Escola Prática de Agricultura Conde de S. Bento, de Santo Tirso
- 3744 Fixa a anuidade a pagar no próximo ano lectivo pelos alunos porcionistas da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra
- 3786 Dá o nome de Escola Primária D. Maurícia de Figueiredo à escola de ensino primário geral da freguesia de Espariz, concelho de Tábua
- 3787 Dá à escola de ensino primário geral de Santa Cruz da Praia da Vitória, distrito de Angra do Heroísmo, o nome de Escola Primária Dr. Sousa Júnior
- 3824 Manda que os estatutos do corpo de Scouts Católicos Portugueses, para os efeitos da sua aprovação geral, sejam considerados como matéria estatutária dos termos do § único do n.º 9.º do artigo 252.º do Código Administrativo de 1896
- 3827 Manda às autoridades administrativas e sanitárias proceder contra os abusos de exercício ilegal da profissão farmacêutica e de infracções às leis que a regem
- 3838 Manda dar cumprimento ao decreto n.º 9055, que regulou os vencimentos melhorados de diversos funcionários dependentes do Ministério, devendo os pagamentos ser feitos apenas a contar do princípio do corrente ano económico
- 3847 Torna aplicáveis as disposições do artigo 72.º e seguintes do decreto n.º 6137 aos professores diplomados que desempenhem as funções de preceptores das casas de reforma e de correcção dependentes do Ministério da Justiça e dos Cultos
- 3855 Manda que da verba concedida à Junta Geral do distrito de Coimbra pela portaria n.º 2394 seja aplicada a quantia de 30000\$00 em obras de instalação de serviços clínicos de dois professores no edifício dos Lázarus
- 3858 Eleva as mensalidades a pagar pelos alunos semi-porcionistas e porcionistas da Escola Prática de Agricultura de Queluz, no corrente ano lectivo

Avisos

- DG 107 Torna público de que a declaração a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 7780 (Adesão às instituições republicanas e respeito e acatamento à Constituição e às leis da República), que haja de ser junta pelos interessados a

quaisquer processos dependentes da Direcção Geral do Ensino Secundário, deve ser feita em papel selado e autenticada com o selo branco respectivo

- DG 110 Determina aos inspectores escolares que promovam a eleição das Juntas Escolares dentro do prazo de quinze dias, comunicando seguidamente à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal a sua constituição definitiva

Circulares

- DG 166 Circular aos inspectores escolares providenciando no sentido de que as juntas escolares dos respectivos círculos cumpram rigorosamente as instruções a que a mesma se refere

Programas

- DG 3 Programas para o ensino das disciplinas no Conservatório Nacional de Música

Tabelas

- DG 247 Tabela geral dos vencimentos melhorados dos funcionários civis do Estado, organizada para execução da lei n.º 1452, nos termos dos despachos ministeriais de 20 de Julho, 4 de Agosto e 14 de Novembro de 1923
- DG 247 (R1 DG 266) Declaração de ter sido, por despacho ministerial, determinado que a aplicação da tabela geral dos vencimentos melhorados dos funcionários civis do Estado, publicada no Diário do Governo n.º 247, na parte relativa aos vencimentos melhorados desde 499\$72 a 615\$90, tenha lugar desde Janeiro de 1923
- DG 247 (R2 DG 270) Nova publicação, rectificada, da tabela dos vencimentos melhorados dos funcionários civis do Estado, publicada no Diário do Governo n.º 247
- DG 271 Tabela de vencimentos melhorados ao pessoal menor dos estabelecimentos de ensino dependentes dos Ministérios do Comércio e Comunicações, Instrução Pública e Agricultura, com exercício nas cidades de Lisboa, Pôrto e Coimbra

1924

Leis

- 1524 Determina que a Escola Industrial de Madeira Pinto, de Angra do Heroísmo, passe a constituir uma escola industrial e comercial. - Fixa o quadro do seu pessoal e determina que a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo inscreva no seu orçamento a verba necessária para ampliação da casa onde funciona a mesma escola
- 1525 Torna extensiva à Bibliotéca Pública de Évora a disposição consignada no § único do artigo 8.º do decreto de 28 de Outubro de 1910 (Lei de imprensa)
- 1541 Autoriza o Governo a alienar o edifício entregue à Direcção do Instituto do Professorado Primário para a sua instalação, situado em Bemfica, para com o produto da venda adquirir outro em melhores condições para a instalação do referido Instituto
- 1547 Proíbe sob determinadas condições a instalação de novos estabelecimentos de venda de vinho ou quaisquer bebidas alcoólicas, bem como a sua venda das vinte e uma horas de um dia às seis do dia seguinte. Proíbe a entrada nas tabernas a menores de quinze anos. Determina que seja nomeada uma comissão de técnicos para estudar o melhor aproveitamento do alcool como gerador da energia mecânica, luminosa e calorífera
- 1575 Extingue o curso integral de educação da mulher, criado pelo decreto n.º 7374, e restabelece o curso de preceptoras conforme as bases do presente decreto
- 1579 Regula a matrícula nas escolas primárias superiores
- 1592 Autoriza a comissão administrativa do Instituto Superior Técnico a aplicar à aquisição de material de ensino, de laboratórios e de oficinas, a quantia de 21719\$29 de sobras do orçamento do Instituto para 1919-1920 a 1921-1922
- 1595 Fixa os vencimentos dos actuais assistentes do quadro privativo de qualquer instituto de medicina legal
- 1601 Concede uma segunda época de exames aos estudantes das Faculdades de Direito
- 1610 Cria caixas escolares nas escolas industriais e nas escolas comerciais - Determina a criação de museus escolares em todas as escolas industriais onde ainda não existam
- 1620 Autoriza a transferência de uma quantia nas disponibilidades do orçamento do Ministério, respeitante a 1921-1922, destinada ao pagamento de gratificações e indemnizações por despesas de jornada aos vogais dos júris de concursos e exames
- 1622 (indeviadamente inserta sob a epígrafe: «Diploma legislativo colonial n.º 25») - Concede, sob determinadas condições, aos funcionários públicos naturais das províncias ultramarinas o direito a gozar na metrópole, com passagens pagas, uma licença graciosa pelo tempo de seis meses **Revogado**
- 1638 Confere o título de engenheiro auxiliar aos indivíduos diplomados com qualquer dos cursos especiais professados nos institutos industriais ou com qualquer dos cursos que lhes sejam actualmente equivalentes
- 1664 Confere aos oficiais da arma de engenharia habilitados com o curso de engenharia militar da Escola Militar os mesmos títulos e regalias de que gozam os oficiais habilitados com o curso de engenharia militar da Escola do Exército
- 1678 Determina que o antigo professor do 1.º grupo do Liceu Central de Passos Manuel, em Lisboa, Manuel Borges Grainha, fique adido ao mesmo Liceu
- 1679 Concede a todos os alunos universitários e da Escola Superior de Medicina Veterinária a quem, finda a época de exames em Outubro, falte uma cadeira a faculdade de se matricularem no ano imediato
- 1693 Autoriza o Governo a realizar a troca do edifício do antigo Recolhimento de Santa Clara, na cidade de Vila Real, pelo edifício onde está instalado o Liceu de Camilo Castelo Branco, da referida cidade
- 1699 Cria na vila de Estremoz uma escola de artes e ofícios

- 1699 (R1 DG 119 de 1926) Rectificação à lei n.º 1699, que cria em Estremoz uma escola de artes e ofícios
- 1700 Determina que junto do Ministério da Instrução Pública funcione um Conselho Superior de Belas Artes - Regula a sua constituição e atribuições
- 1706 Permite aos indivíduos que tenham feito um ou mais exames em qualquer das Faculdades de Medicina da República como alunos do curso transitório previsto pela reforma do ensino médico, de 22 de Fevereiro de 1911, continuarem o curso segundo o regime anterior a 1911
- 1719 Mantém o curso complementar de letras em todos os liceus da cidade de Lisboa e aumenta de cinco, nas três primeiras classes de cada um desses liceus, o limite máximo de alunos das referidas turmas

Decretos

- 9330 Estabelece o regime disciplinar escolar dos aspirantes de marinha, dos aspirantes a engenheiros maquinistas e dos aspirantes de administração naval
- 9350 Extingue os lugares de secretários, conservadores, fiéis e chefes de pessoal menor dos Institutos Comerciais e Institutos Industriais e de todas as Escolas de Ensino Comercial e Industrial
- 9353 Suprime as secretarias privativas das diferentes Faculdades da Universidade de Coimbra
- 9354 Suprime, a partir de 30 de Março de 1921, as Escolas Primárias Superiores (**Sem efeito** as transferências e colocações de pessoal ao abrigo do art. 2.º do Decreto n.º 10361)
- 9354 (R1 DG 30) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9354, que suprime, a partir de 30 de Junho de 1924, as Escolas Primárias Superiores
- 9354 (R2 DG 36) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9354, que suprime, a partir de 30 de Junho de 1924, as Escolas Primárias Superiores
- 9355 Suprime as vagas actualmente existentes nos quadros dos diversos serviços do Estado, que constam do mapa anexo a este Decreto
- 9355 (R1 DG 8) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9355, que suprime as vagas actualmente existentes nos quadros dos diversos serviços do Estado, que constam do mapa anexo a este Decreto
- 9362 Suspende a execução da lei n.º 1498, que criou a Escola Agrícola Móvel de Monchique
- 9372 Determina que o decreto n.º 7704, de 7 de Setembro de 1921, seja extensivo às empregadas menores do ensino normal primário, primário superior, primário geral e infantil
- 9395 Transfere do orçamento do Ministério da Agricultura para o da Instrução Pública (ano económico de 1923-1924) as quantias correspondentes à importância de vencimentos e melhorias de pessoal transferido do primeiro para o segundo dos referidos Ministérios
- 9399 Prorroga por mais dois anos o prazo, fixado no decreto n.º 7675, para a Junta de Freguesia de Covas, concelho de Vila Nova da Cerveira, concluir as construções no mesmo decreto mencionadas (escolas primárias)
- 9408 Revoga algumas disposições do decreto n.º 9223, que modificou outras do regulamento do ensino primário e normal
- 9410 Determina que em cada um dos Ministérios funcione uma comissão de economias, sendo criada uma comissão central constituída pelo representante de cada uma das supracitadas comissões
- 9412 Regulamenta o artigo 5.º da lei n.º 410, que não permite o provimento em qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino, nem a inscrição no professorado livre, de qualquer pessoa que não tenha provado a sua franca adesão às instituições republicanas e o seu respeito à Constituição e às leis da República Portuguesa
- 9413 Discrimina os lugares de guardas que ficam extintos em vários liceus do continente e ilhas
- 9423 Manda que o pessoal menor adido das escolas primárias superiores passe a prestar serviço nos liceus no presente decreto determinados
- 9431 Aprova e manda pôr em execução o regulamento do exercício da profissão farmacêutica. **Revogado**
- 9431 (R1 DG 56) Rectificação ao regulamento do exercício da profissão farmacêutica, aprovado pelo decreto n.º 9431
- 9438 Extingue dois lugares de professores na Escola Industrial de Campos Melo, da Covilhã, e na Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora
- 9438 (R1 DG 44) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 2.º do decreto n.º 9438, que extingue dois lugares de professores na Escola Industrial de Campos Melo, da Covilhã, e na Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora
- 9445 Acrescenta três parágrafos ao artigo 30.º do decreto n.º 7764, artigo que permite a concessão do licenciamento para os professores efectivos dos três estabelecimentos da Obra Tutelar e Pedagógica dos Exércitos de Terra e Mar
- 9451 Cede à Junta da Freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Pôrto, 2739 metros quadrados de terreno do antigo passal da freguesia, para construção de uma escola
- 9452 Prorroga o prazo marcado pelo decreto n.º 7107 à Junta da Freguesia de Cardielos, concelho e distrito de Viana do Castelo, cessionária da antiga residência paroquial da freguesia e terrenos anexos (para conclusão das obras de adaptação do edifício cedido à instalação da escola oficial e residência do professor)
- 9458 Extingue o cargo de oficial maior da Secretaria Geral da Universidade de Coimbra
- 9460 Modifica a organização ao conselho administrativo da Escola Móvel Profissional de Agricultura «Alves Teixeira», de Vidago
- 9466 Anula o decreto n.º 8930 na parte em que colocou na situação de adido, fora do serviço, o consultor jurídico do Ministério da Instrução Pública, o qual fica adido, em serviço, nos termos do decreto n.º 8469
- 9467 Aprova a distribuição da verba de 50000\$00 para inspecções a escolas de ensino primário geral e infantil, conforme o mapa anexo ao presente Decreto
- 9468 Faz a distribuição de pessoal menor de várias escolas primárias superiores por determinados liceus

- 9469 Converte a cadeira de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em curso de psiquiatria - Eleva o curso de propedêutica médica da mesma Faculdade a cadeira de propedêutica médica
- 9471 Determina que os directores de todos os estabelecimentos de instrução pública cumpram e façam cumprir rigorosamente as disposições contidas na lei orçamental n.º 403, de 9 de Setembro de 1915
- 9475 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 780, que fazia várias cedências à Junta da Freguesia de Videmonte, concelho e distrito da Guarda, para instalação de escolas e habitações para professores
- 9476 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 5192, que fazia várias cedências à Junta da Freguesia de Pera de Moço, concelho e distrito da Guarda, para instalação de escolas e habitações para professores
- 9477 Declaram nulos e sem efeito os decretos n.ºs 8570 e 9218, que faziam várias cedências à Junta Escolar do concelho do Funchal, para instalação de escolas e habitações para professores
- 9478 Cede à Junta da Freguesia de Mesquinhata, concelho de Baião, distrito do Pôrto, o edifício da antiga residência paroquial, com suas dependências, e a denominada Casa da Junta, para instalação de escolas e habitações para professores
- 9479 Cede à Junta da Freguesia de Argela, concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, 2700 metros quadrados do terreno do antigo passal da freguesia, para instalação de escolas e habitações para professores
- 9485 Anula vários subsídios para construções escolares concedidos pelos decretos n.ºs 6042 e 6328, e que ainda não foram iniciadas, passando a constituir um fundo destinado à conclusão de edifícios escolares já começados com subsídios anteriores e à reparação e adaptação urgente de edifícios pertencentes ao Estado
- 9485 (R1 DG 68) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 9485, que anula vários subsídios para construções escolares concedidos pelos decretos n.ºs 6042 e 6328, e que ainda não foram iniciadas, passando a constituir um fundo destinado à conclusão de edifícios escolares já começados com subsídios anteriores e à reparação e adaptação urgente de edifícios pertencentes ao Estado
- 9487 Aprova o regulamento da lei n.º 1466, que licencia por períodos anuais mancebos que, sendo alunos das escolas superiores nacionais, no acto da incorporação, apresentem um diploma de desenvolvimento físico e conhecimentos militares
- 9489 Cede à Câmara Municipal do concelho de Miranda do Corvo, distrito de Coimbra, o antigo presbitério da freguesia sede do concelho para construção de um edifício escolar
- 9490 Cede à Junta da Freguesia de Vilar da Veiga, concelho de Terras do Bouro, distrito de Braga, os materiais de construção do antigo presbitério e o terreno ocupado pelo mesmo para construção de edifícios escolares
- 9493 Manda transitar para o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade do Coimbra pessoal da extinta secretaria da referida Faculdade, colocado na situação de adido pelo decreto n.º 9353
- 9519 Determina que o professor de Metodologia geral de educação física seja um professor ou assistente da Faculdade de Medicina de Lisboa - Autoriza os alunos que obtiveram aproveitamento no 1.º ano do curso criado pelo decreto n.º 7246 a matricularem-se no primeiro ano do curso normal de educação física, reorganizado pelo decreto n.º 9125
- 9523 Manda pôr em execução as alterações ao regulamento da antiga Escola de Guerra
- 9536 Cede ao Ministério da Instrução Pública o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de Estoi, concelho e distrito de Faro
- 9541 Acrescenta à Escola Industrial de Júlio Martins, de Chaves, uma oficina de cerâmica
- 9550 Cede à Junta da Freguesia da Póvoa de Santa Iria, concelho de Loures, distrito de Lisboa, o edifício da antiga capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, sito no lugar da Póvoa, da mesma freguesia, para construção de uma escola
- 9561 Regula a forma da distribuição de professores e professoras nas escolas de ensino primário geral de seis e mais lugares
- 9568 Cede à Junta de Freguesia de Gual, concelho de Barcelos, as ruínas do antigo presbitério da mesma freguesia e terreno anexo, para construção de um edifício escolar
- 9580 Insere várias disposições relativamente às provas de habilitação prestadas pelos alunos das 4.ª e 5.ª classe do ensino primário geral e às declarações passadas aos alunos que hajam feito exame de admissão aos liceus
- 9583 Aumenta um artigo no capítulo 20.º do regulamento da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto (decreto n.º 7332)
- 9586 Promulga várias disposições relativamente à organização de turmas nas escolas comerciais, industriais, preparatórias e de arte aplicada e supressão destas escolas ou dos respectivos cursos que não tenham frequência que justifique a sua existência
- 9593 Actualiza as quantias relativas a propinas de matrícula e inscrição nas diferentes escolas dependentes do Ministério, bem como as referentes a indemnizações por trabalhos práticos e diversos emolumentos
- 9595 Transfere, dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério para 1923-1924 a quantia de 120000\$00 para reforço da verba destinada ao pagamento das despesas com o serviço extraordinário de regencia de turmas em que se desdobram as diferentes classes liceais
- 9604 Cede à Junta da Freguesia de Palmas, concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e quintal anexo (para habitação dos professores, cantina escolar e recreio dos alunos)
- 9622 Aprova a tabela das taxas de propinas de exames e de emolumentos a cobrar na Escola Colonial de Lisboa
- 9623 Eleva ao duplo as propinas de inscrição inicial e de encerramento do curso da Escola de Medicina Tropical
- 9626 Determina que nas escolas de ensino elementar industrial e comercial, quando as condições o permitirem, sejam industrializadas as oficinas, que deverão produzir artefactos para a venda ao público
- 9638 Aprova a tabela de actualização de receitas do Ministério da Agricultura. Contém custos de vários elementos da instrução da agricultura e da veterinária
- 9640 Extingue o lugar de professor de geografia e higiene colonial da Casa Pia de Lisboa

- 9644 Altera os limites da indemnização a que são obrigados os alunos do Instituto de Missões Coloniais
- 9668 Determina que os funcionários do Ministério que sejam professores de qualquer grau de ensino fiquem obrigados à regência das aulas e sujeitos, na parte respeitante a vencimentos, às disposições gerais sobre acumulações
- 9669 Insere várias disposições relativamente aos exames finais dos alunos que frequentam a 3.ª classe das Escolas Primárias Superiores
- 9670 Suprime as remunerações arbitradas aos alunos do 2.º ano das Escolas Normais Superiores
- 9671 Extingue lugares vagos no quadro do pessoal não docente da Universidade de Coimbra
- 9671 (R1 DG 141) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 9671, que extingue lugares vagos no quadro do pessoal não docente da Universidade de Coimbra
- 9677 Determina que diversos liceus passem à categoria de nacionais - Promulga diversas disposições sobre supressão de liceus, de cursos complementares de letras e redução dos quadros de professores
- 9677 (R1 DG 112) Nova publicação, rectificadora, do artigo 8.º do decreto n.º 9677, que determina que diversos liceus passem à categoria de nacionais e promulga diversas disposições sobre supressão de liceus, de cursos complementares de letras e redução dos quadros de professores
- 9684 Fixa o número de horas de serviço semanal obrigatório para os professores dos liceus
- 9888 Eleva as mensalidades que pagam os pensionistas surdos-mudos internos e semi-externos da Casa Pia de Lisboa e os pensionistas do Instituto Médico Pedagógico para educação de anormais que o mesmo estabelecimento mantém no edifício de Santa Isabel
- 9710 Cede ao Ministério da Instrução Pública para instalação de escolas na freguesia da Fonte do Bispo (Santa Catarina), concelho de Tavira, distrito de Faro, a antiga residência paroquial da mesma freguesia e uma cêrca, para instalação de uma escola
- 9711 Cede à Junta de Freguesia da Apelação, concelho de Loures, distrito de Lisboa, o terreno e materiais do edifício da antiga igreja paroquial da referida freguesia (para construção de uma escola do ensino primário geral e habitação do professor)
- 9712 Cede à Junta da Freguesia de Casével, concelho e distrito de Santarém, 2000 metros quadrados de terreno do antigo passal do pároco (para construção de escolas do ensino primário geral, recreio dos alunos e residências dos professores)
- 9721 Atribui à Escola Industrial de Brotero, de Coimbra, a posse do edifício do extinto Hospício e do Jardim da Manga - Especifica os cursos de aprendizagem que se deverão ensinar na referida escola - Cria uma oficina de moldação, formação e modelação e um laboratório de análises, pesquisas e informações
- 9729 Aprova os estatutos do Corpo de Scouts Católicos Portugueses, com sede em Braga
- 9735 Fixa o número de horas de serviço semanal obrigatório dos professores das escolas dos diferentes ramos do ensino elementar comercial, e industrial - Fixa o número de alunos a leccionar simultaneamente em cada curso nas escolas de artes e ofícios
- 9735 (R1 DG 120) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 9735, que fixa o número de horas de serviço semanal obrigatório dos professores das escolas dos diferentes ramos do ensino elementar comercial e industrial - Fixa o número de alunos a leccionar simultaneamente em cada curso nas escolas de artes e ofícios
- 9736 Cria em Oliveira de Azeméis uma escola de artes e ofícios
- 9737 Regula o provimento das vagas de professor em qualquer estabelecimento de ensino elementar comercial ou industrial
- 9738 Actualiza as propinas de matrículas, de inscrição e exames e emolumentos a cobrar nos estabelecimentos de ensino comercial e industrial
- 9738 (R1 DG 128) Rectificação às tabelas do decreto n.º 9738, na parte referente às propinas dos institutos e escolas comerciais
- 9741 Insere várias disposições relativas aos exames de admissão aos liceus e aos alunos que desejem fazer exames de 1.ª ou 2.ª classe dos liceus e dá nova redacção ao artigo 3.º e seu § único do dec. 9580
- 9744 Extingue o lugar de amanuense da Escola Primária Superior de Coimbra
- 9745 Converte a cadeira de História da Medicina e de Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em um curso semestral - Desdobra em duas cadeiras a Cadeira de Bacteriologia e Parasitologia e o curso semestral de clínica das moléstias infecciosas da mesma Faculdade
- 9748 Cede à Câmara Municipal do concelho da Madalena, distrito da Horta, a antiga residência paroquial da freguesia de S. Mateus, do mesmo concelho, com seu tanque e quintal anexo, para construção de uma escola. (**Sem efeito** pelo decreto n.º 24762)
- 9756 Transforma em Escola Comercial a aula comercial das Caldas da Rainha
- 9762 Dota a Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, de Braga, com os meios necessários para o desenvolvimento do comércio e indústria locais
- 9763 Aprova as bases de reorganização do ensino primário superior
- 9763 (R1 DG 133) Nova publicação, rectificadora, das bases de reorganização do ensino primário superior, aprovadas pelo decreto n.º 9763
- 9786 Regula o modo de funcionamento das escolas industriais-comerciais de modo a uniformizar os princípios que as devem reger
- 9788 Suprime o lugar de amanuense da secretaria da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
- 9791 Considera sem efeito o decreto n.º 9729, que aprovou os estatutos do corpo de Scouts católicos portugueses, com sede em Braga, bem como a portaria de 23 de Novembro de 1923 e o alvará a que na mesma se alude (Portaria n.º 3824)
- 9795 Regulamenta a prestação das provas de habilitação pelos alunos da 4.ª e 5.ª classe do ensino primário geral

- 9799 Aprova as tabelas das ajudas de custo e despesas de transporte fixadas para os diferentes Ministérios
- 9823 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 6.º do decreto n.º 9247, que insere várias disposições relativas aos serviços do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida
- 9829 Cria uma escola industrial e comercial na cidade da Horta
- 9830 Determina que na Escola Industrial de Júlio Martins, de Chaves, se professe um curso de montadores eléctricos
- 9831 Determina que a escola de cerâmica e comercial das Caldas da Rainha passem a constituir na mesma localidade um só estabelecimento de ensino, que se denominará, Escola Industrial e Comercial de Rafael Bordalo Pinheiro
- 9832 Determina que a escola de cerâmica e comercial de Aveiro passem a constituir na mesma localidade um só estabelecimento de ensino, que se denominará, Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira
- 9833 Esclarece dúvidas suscitadas sobre a admissão de professores provisórios nas escolas industriais, preparatórias, de arte aplicada, comerciais, de artes e ofícios e aulas comerciais
- 9834 Transfere dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério para 1923-1924 uma quantia destinada ao pagamento das despesas com as construções e reparações dos edifícios dos liceus
- 9848 Eleva a 50\$00 a importância a pagar pelos alunos internos ou externos dos liceus que, tendo faltado a todas as provas de exame ou a quaisquer delas, pretendam fazê-las ou completá-las
- 9854 Fixa as gratificações correspondentes a diversos cargos das universidades, faculdades, liceus e outros estabelecimentos de instrução
- 9871 Converte num só estabelecimento de ensino a Escola Industrial e a Aula Comercial de Chaves
- 9879 Fixa as gratificações triplicadas a abonar ao pessoal do Ministério da Agricultura mencionado na relação anexa ao presente decreto (inclui professores da escola profissional de enfermagem)
- 9879 (R1 DG 151) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9879, que fixa gratificações triplicadas a abonar a pessoal do Ministério
- 9880 Extingue os lugares de professores de metodologia especial das escolas normais superiores - Determina que os alunos do 2.º ano das escolas normais superiores sejam nomeados pelo Govêrno, sem dependência de concurso, professores provisórios ou interinos de qualquer liceu ou escola - Dispensa o candidato de apresentar a tese, a que se refere a alínea b) do artigo 9.º do decreto n.º 4900, no exame de admissão às referidas escolas
- 9880 (R1 DG 149) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 9880 - Extingue os lugares de professores de metodologia especial das escolas normais superiores - Determina que os alunos do 2.º ano das escolas normais superiores sejam nomeados pelo Govêrno, sem dependência de concurso, professores provisórios ou interinos de qualquer liceu ou escola - Dispensa o candidato de apresentar a tese, a que se refere a alínea b) do artigo 9.º do decreto n.º 4900, no exame de admissão às referidas escolas
- 9887 Permite aos assistentes das Universidades que tenham sido ou estejam encarregados da regência de uma ou mais cadeiras ou cursos teóricos, e sejam professores efectivos de qualquer liceu, poderem ser autorizados pelo Govêrno a residir nas cidades universitárias em que prestarem serviço
- 9908 Fixa o abono de melhoria a chefes de trabalhos e de laboratórios e aos assistentes do Instituto Superior Técnico que, além do serviço que lhes compete, exerçam a regência de outras cadeiras por substituição ou desdobramento
- 9926 Altera o artigo 17.º do regulamento da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra (decreto n.º 6943)
- 9929 Determina que aos alunos que acabarem os cursos no Colégio Militar e Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e assentem praça seja concedida imediata licença para estudos, quando assim o requeiram
- 9951 Reúne num só estabelecimento de ensino, que se denominará Instituto Industrial e Comercial do Pôrto, os institutos Industrial e Comercial da mesma cidade
- 9952 Transfere a escola de carpintaria e serralharia de Mirandela para a vila de Alcobaça (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 9961 Converte num só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de José Júlio Rodrigues, de Vila Real, a escola industrial e a aula comercial da mesma cidade (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 9962 Eleva a 10\$00 a importância a que se refere o § único do artigo 193.º do regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7558
- 9978 Aprova o regulamento disciplinar dos alunos das Escolas Nacionais de Agricultura
- 10005 Estabelece no Instituto Superior Técnico e nos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto os cursos a que se refere o § 3.º do artigo 4.º da lei n.º 1466 (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10006 Cede, a título definitivo, à Junta de Freguesia de Cavadonde, concelho e distrito da Guarda, a antiga residência paroquial com o pequeno passal contíguo, para instalação de uma escola de ensino primário geral, habitação de professor e recreio dos alunos
- 10011 Revoga o § 4.º do artigo 1.º e o artigo 2.º do regulamento do exercício da profissão farmacêutica, aprovado pelo decreto n.º 9431 - Prorroga prazos estipulados no citado regulamento para cumprimento de diversas das suas disposições
- 10023 Actualiza as propinas de matrícula, de inscrição e exames e emolumentos do curso elementar de construções civis, professado aos Institutos Industrial de Lisboa e Industrial e Comercial de Coimbra
- 10024 Determina que transite para a Escola Industrial e Comercial de Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha, o pessoal e material das extintas Escolas de Cerâmica de Bordalo Pinheiro e da Aula Comercial das Caldas da Rainha - Cria na referida Escola cursos especiais destinados ao sexo feminino (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10024 (R1 DG 216) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 10024, que fixa o quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)

- 10025 Cria em Mirandela uma Escola de Artes e Ofícios, que se denominará Escola de Artes e Ofícios de João Pessanha (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10026 Cria em Macedo de Cavaleiros uma aula comercial, que se denominará Aula Comercial de Alves da Veiga (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10027 Determina que a Escola de Rendeiras de Vila do Conde passe a denominar-se Escola de Artes e Ofícios de Rut de Araújo (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10028 Actualiza as gratificações correspondentes a diversos cargos das universidades, faculdades, liceus e outros estabelecimentos de ensino
- 10050 Rectifica a tabela anexa ao decreto n.º 9593, que actualiza as propinas de matrícula e inscrição nas diferentes escolas dependentes do Ministério
- 10056 Aprova e manda pôr em execução as instruções para funcionamento do curso de artífice radiotelegrafista
- 10060 Aprova o regulamento especial dos cursos de aperfeiçoamento da Escola Industrial do Infante D. Henrique (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10061 Modifica a organização do corpo de marinheiros da armada, bem como das escolas práticas, escolas de recrutas e escola de alunos marinheiros - Cria diferentes brigadas autónomas dependentes da Intendência do Pessoal da Armada
- 10061 (R1 DG 246) Rectificação ao decreto n.º 10061, que modificou a organização do corpo de marinheiros da armada, bem como das escolas práticas, escolas de recrutas e escola de alunos marinheiros, e criou brigadas autónomas
- 10064 Estabelece o ensino da educação física nas escolas elementares de ensino industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10064 (R1 DG 256) Nova publicação, rectificada, do artigo 5.º do decreto n.º 10064, que estabelece o ensino de educação física nas escolas elementares de ensino industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10065 Determina que os directores dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial sejam de livre nomeação do Govêrno
- 10066 Fixa os preceitos a que devem obedecer os contratos dos professores dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial
- 10068 Designa os serviços a que são obrigados os professores efectivos das Escolas Normais Primárias, quando não perfaçam com regências de aulas o mínimo de tempos semanais que a lei determina (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10069 Transfere para Dezembro de 1924 a época de exames que se deveria ter realizado em Julho do mesmo ano, para os alunos de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra
- 10074 Reconhece a utilidade pública da Junta de Educação (Instituto Promotor do Melhoramento da Cultura Nacional e da Investigação Científica), cujos estatutos fazem parte integrante do presente decreto
- 10079 Esclarece as disposições sôbre faltas ao serviço dos funcionários do Ministério do Comercio e Indústria. (Escolas incluídas)
- 10080 Regula a função das verbas do fundo de melhoramentos do ensino comercial e industrial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10083 Fixa os quantitativos da melhoria mensal para os aspirantes alunos de todos os anos da Escola Militar, Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha
- 10084 Aprova a organização da Escola Naval e Escola Náutica
- 10084 (R1 DG 239) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10084, que aprova a organização da Escola Naval e Escola Náutica
- 10084 (R2 DG 261) Rectificações ao decreto n.º 10084, que organizou a Escola Naval e a Escola Náutica
- 10084 (R3 DG 66 de 1926) Rectificação ao decreto n.º 10084, que organizou a Escola Naval
- 10085 Proíbe, a partir do ano lectivo de 1924-1925, a inscrição em qualquer cadeira do 2.º grupo da secção de sciências matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa aos alunos que não tenham exame, com aprovação, nos cursos de álgebra superior, cálculo infinitesimal e das variações, feito em qualquer das três Universidades da República
- 10088 Dá ao comandante da Escola Militar competência disciplinar sôbre o pessoal da Escola de Esgrima do Exército
- 10089 Determina que a Escola de Artes e Ofícios de Soares Basto tenha a sua sede em Palmaz, no edifício doado ao Estado pelo jornal O Comércio do Pôrto - Cria em Oliveira de Azeméis uma escola de artes e ofícios, que se denominará Escola de Artes e Ofícios de O Comércio do Pôrto, destinada ao ensino de marcenaria e talha, serralharia civil e mecânica e trabalhos femininos (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10090 Transforma a Escola de Artes e Ofícios de Velho Cabral, na cidade de Ponta Delgada, na Escola Industrial e Comercial de Velho Cabral (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10092 Permite o estabelecimento de colégios, pensionatos, escolas ou quaisquer cursos de ensino comercial de grau elementar ou médio particular (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10092 (R1 DG 222) Rectificação ao decreto n.º 10092, que permite o estabelecimento de colégios, pensionatos, escolas ou quaisquer cursos de ensino comercial de grau elementar ou médio particular (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10106 Aprova algumas modificações aos decretos regulamentares do Instituto Superior de Agronomia
- 10106 (R1 DG 231) Rectificações ao decreto n.º 10106, que aprova algumas modificações aos decretos regulamentares do Instituto Superior de Agronomia
- 10106 (R2 DG 243) Rectificação ao artigo 3.º do decreto n.º 10106, que aprova modificações aos decretos regulamentares do Instituto Superior de Agronomia
- 10109 Torna aplicável aos alunos a que se refere o artigo 431.º do regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7558, o disposto no artigo 188.º e seus parágrafos do mesmo regulamento

- 10116 Regula a forma de pagamento de vencimentos ao pessoal docente e menor das escolas criadas, transformadas ou transferidas em virtude do disposto nos artigos 162.º e 234.º do decreto n.º 5029 (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10116 (R1 DG 222) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10116, que regula a forma de pagamento de vencimentos ao pessoal docente e menor das escolas criadas, transformadas ou transferidas em virtude do disposto nos artigos 162.º e 234.º do decreto n.º 5029 (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10117 Estabelece um curso de montadores electricista na Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10118 Determina que as propinas de matrículas fixadas pelo decreto n.º 9737 para as escolas comerciais e industriais possam ser pagas em duas prestações (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10119 Constitui o quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira, de Aveiro (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10120 Determina que os professores efectivos dos liceus que sejam exonerados por virtude de exercerem o magistério noutros estabelecimentos de ensino sejam colocados, independentemente do concurso a que se refere o artigo 278.º do decreto n.º 7558, como professores provisórios nos liceus das localidades, sedes de tais estabelecimentos - Determina que, para não se reduzirem a nacionais os liceus centrais fora de Lisboa e Pôrto, os respectivos corpos administrativos têm de comunicar até o fim do primeiro período escolar que inscreverem nos seus orçamentos a verba integral necessária para tal efeito
- 10120 (R1 DG 218) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10120, que determina que os professores efectivos dos liceus que sejam exonerados por virtude de exercerem o magistério noutros estabelecimentos de ensino sejam colocados, independentemente do concurso a que se refere o artigo 278.º do decreto n.º 7558, como professores provisórios nos liceus das localidades sedes de tais estabelecimentos - Determina que, para não se reduzirem a nacionais os liceus centrais fora de Lisboa e Pôrto, os respectivos corpos administrativos têm de comunicar até o fim do primeiro período escolar que inscreverem nos seus orçamentos a verba integral necessária para tal efeito
- 10120 (R2 DG 256) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 5.º do decreto n.º 10120, acêrca da colocação dos professores efectivos dos liceus, exonerados por virtude de exercerem o magistério noutros estabelecimentos de ensino
- 10123 Extingue o lugar de inspector das escolas moveis - Fixa as atribuições dos inspectores dos círculos escolares
- 10124 Determina que os exames autorizados nos termos dos artigos 200.º e 201.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 7558 possam realizar-se nos Liceus do Funchal ou Ponta Delgada, quando os requerentes residam na Madeira ou nos Açôres
- 10125 Modifica o uniforme dos sócios da Academia das Ciências de Lisboa
- 10127 Determina que faça parte do Conselho Teatral um professor das Faculdades de Direito, ou magistrado judicial, ou advogado, escolhido pelo Ministro da Instrução Pública
- 10144 Modifica alguns artigos do decreto n.º 7463, que organizou a Escola Prática de Agricultura de Évora
- 10147 Revoga o decreto n.º 6351, que mandou pôr em execução o regulamento interno da Escola Normal Primária de Lisboa, encarregando a direcção da mesma Escola de elaborar um novo regulamento
- 10148 Cria secções de ensino infantil junto das escolas de ensino primário geral da cidade de Lisboa - Reduz o número de professores do ensino primário geral da referida cidade
- 10149 Determina que os alunos de ensino secundário que optem pela língua alemã possam só matricular-se nos liceus onde funcionar o curso complementar de letras
- 10156 Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola Industrial do Marquês de Pombal, de Lisboa, um professor de electrotecnia (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10157 Cria na Escola Industrial de Fonseca Benevides, de Lisboa, um curso de montadores electricistas (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10158 Cria várias disciplinas na Escola de Serralharia Mecânica e Trabalhos Femininos de Gil Vicente, de Setúbal
- 10167 Cria escolas de pesca
- 10169 Extingue um lugar de professor de canto coral do Conservatório Nacional de Música
- 10181 Introduce várias alterações na organização do ensino normal primário
- 10181 (R1 DG 249) Rectificação ao decreto n.º 10181, que introduz várias alterações na organização do ensino normal e primário
- 10181 (R2 DG 261) Nova publicação, rectificada, do § 3.º do artigo 6.º do decreto n.º 10181 (alterações na organização do ensino normal primário)
- 10185 Reorganiza serviços das escolas normais primárias, alterando determinadas disposições regulamentares por que essas escolas se regem
- 10185 (R1 DG 260) Rectificações ao decreto n.º 10185, que reorganiza serviços das escolas normais primárias
- 10189 Extingue a Junta Consultiva criada pelo artigo 64.º do decreto n.º 5787-A, que funciona junto da Direcção Geral do Ensino Primário
- 10192 Passa à situação de dactilógrafa da Secretaria Geral do Ministério a dactilógrafa da extinta Inspecção das Escolas Móveis
- 10199 Reduz a sete o quadro dos assistentes das três Faculdades de Letras e determina a sua distribuição. Aumenta o número de lições dos cursos práticos de línguas estrangeiras - Faculta ao conselho das Faculdades de Letras o poder instituir cursos anexos, anuais ou semestrais, junto das cadeiras em que os julgue indispensáveis
- 10199 (R1 DG 237) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 10199, artigo que reduz a sete o quadro dos assistentes das três Faculdades de Letras

- 10199 (R2 DG 262) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10199, que insere disposições relativas às Faculdades de Letras
- 10205 Modifica a actual organização do ensino normal superior
- 10205 (R1 DG 251) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10205, que modifica a organização do ensino normal superior
- 10205 (R2 DG 263) Rectificações ao decreto n.º 10205 (Organização do ensino normal superior)
- 10211 Fixa a gratificação ao conservador do Mostuário Agrológico do Ministério da Agricultura
- 10215 Reorganiza o curso de habilitação ao magistério infantil
- 10215 (R1 DG 249) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 10215, que reorganiza o curso de habilitação ao magistério infantil
- 10217 Cria em Matozinhos a Escola Industrial e Comercial de Gonçalves Zarco (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 20217 (R1 DG 250) Nova publicação, rectificada, dos artigos 2.º, 4.º e 7.º do decreto n.º 10217, que criou a Escola Industrial e Comercial de Gonçalves Zarco, de Matozinhos (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10218 Cria na vila da Póvoa de Varzim a Escola Industrial do Patrão Sérgio (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10219 Aprova os programas do curso do magistério infantil
- 10225 Determina quais os documentos exigidos para passagem das cartas de oficial piloto, de capitão, de condutor de máquinas e de maquinistas da marinha mercante - Altera a forma de contagem das derrotas
- 10227 Determina que, como período transitório no presente ano lectivo, apenas seja exigido o exame de álgebra para a inscrição em qualquer cadeira do 2.º grupo da secção de ciências matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, aplicando-se integralmente o disposto no decreto n.º 10085, a partir do ano lectivo de 1925-1926
- 10231 Fixa as gratificações correspondentes aos cargos de directores dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto e as gratificações por serviço de exames nos mesmos Institutos
- 10231 (R1 DG 256) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10231, que fixa as gratificações correspondentes aos cargos de directores dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto e as gratificações por serviço de exames nos mesmos Institutos e no Instituto Superior Técnico de Lisboa
- 10232 Faz a distribuição dos oficiais do Ministério pelos diferentes departamentos - Determina que o regime de licenças e faltas dos funcionários do Ministério seja regulado pela lei n.º 403
- 10241 Regula a forma por que devem ser admitidos a concurso os professores provisórios para as escolas de ensino elementar comercial e industrial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10243 Transfere da Escola de Rute Araújo, de Vila do Conde, para a Escola Industrial do Patrão Sérgio, da Póvoa de Varzim, o curso de artes gráficas criado pelo decreto n.º 10027 (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10248 Reorganiza o ensino primário superior (**Sem efeito** as transferências e colocações de pessoal ao abrigo do art. 2.º do Decreto n.º 10361)
- 10248 (R1 DG 261) Nova publicação, rectificada, do artigo 6.º do decreto n.º 10248 (reorganização do ensino primário superior - **Sem efeito** as transferências e colocações de pessoal ao abrigo do art. 2.º do Decreto n.º 10361)
- 10251 Cria na cidade do Pôrto uma escola normal para o ensino de desenho (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10262 Regula o provimento das vagas no quadro dos professores do curso industrial e comercial da Casa Pia de Lisboa
- 10263 Adita várias disposições ao decreto n.º 9638, sobre propinas a pagar nas escolas superiores dependentes do Ministério
- 10265 Fixa o número máximo de funcionários que, nos termos da alínea f) do artigo 18.º do decreto n.º 5617, poderão ser encarregados de desempenhar funções de chefes de secção No Ministério da Instrução Pública
- 10272 Converte em escola industrial e comercial a Escola Industrial de Patrão Sérgio, da Póvoa de Varzim (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10273 Converte em escola industrial e comercial a Escola de Cerâmica de Passos Manuel, de Vila Nova de Gaia (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10273 (R1 DG 256) Rectificação ao decreto n.º 10273, que converte a Escola de Passos Manuel, de Vila Nova de Gaia, em escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10274 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10275 Cria na vila de Seia uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10275 (R1 DG 256) Rectificação ao decreto n.º 10275 que cria na vila de Seia uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10276 Cria na vila de Barcelos uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10276 (R1 DG 256) Rectificação ao decreto n.º 10276 que cria na vila de Barcelos uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10277 Cria na vila de Amarante uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10277 (R1 DG 256) Rectificação ao decreto n.º 10277 que cria na vila de Amarante uma escola industrial e comercial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10279 Transfere para o orçamento em vigor no ano de 1924-1925 vários saldos das tabelas orçamentais do Ministério, existentes nas dotações destinadas aos serviços e obras especiais descritos no mapa anexo ao presente decreto
- 10285 Organiza os cursos de electrotecnia e de indústrias químicas do Instituto Industrial de Lisboa (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)
- 10286 Converte a Escola de Artes e Ofícios da Marinha Grande em escola industrial (**Suspenso** pelo Decreto n.º 10361)

- 10287 Acrescenta disciplinas aos quadros das disciplinas das Escolas Industriais e Comerciais de Bartolomeu dos Mártires, de Braga, e de Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha - Anexa à Escola de Artes e Ofícios de Tomás Bordalo Pinheiro, de Alcobaça, uma aula comercial (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10288 Aprova o regulamento da educação física nas escolas comerciais e industriais (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10289 Determina que em todas as escolas dependentes do Ministério sejam instalados grupos de escoteiros de Portugal (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10290 Permite aos estudantes de ambos os sexos das universidades, liceus e escolas superiores o uso da capa e batina, segundo o modelo tradicional, como traje de uso escolar **Revogado**
- 10295 Define quais as dependências do edifício de S. Bento que ficam na posse, respectivamente, do Liceu e da Universidade de Coimbra - Concede ao mesmo liceu a posse de uma faixa de terreno para a instalação do novo ginásio
- 10303 Actualiza as taxas de matrículas na Escola de Medicina Tropical
- 10306 Cria a Escola de Artes e Ofícios de Alfredo Le-Coeq, em Freixo de Espada-à-Cinta (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10307 Regula a forma de distribuição da regência de turmas pelos professores das escolas de ensino elementar industrial e comercial para complemento do número de horas de serviço fixado no decreto n.º 9738 (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10308 Cria em Vila Real de Santo António uma escola de artes e ofícios, tendo anexa uma aula comercial e as disciplinas de língua pátria e francesa (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10317 Regulamenta as disposições legais relativas à preparação dos professores de ensino primário superior
- 10319 Converte em escola industrial e comercial a Escola de Carpintaria e Serralharia de Carruagens de Jácome Ratton, de Tomar (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10320 Converte em escola industrial e comercial a Escola Industrial de Francisco de Holanda, de Guimarães (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10321 Cria uma escola industrial na vila de Penafiel (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10322 Cria uma escola industrial na vila de Ponte do Lima (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10323 Cria uma escola industrial na vila de Gouveia (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10324 Cria uma escola industrial na vila de Santo Tirso (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10325 Dá nova designação a várias disciplinas nas escolas industriais e nas escolas comerciais - Determina que em todas as escolas de ensino elementar industrial e comercial sejam ministrados aos alunos dos dois últimos anos o ensino dos primeiros socorros a prestar em casos de desastres ou afecções súbitas e de princípios rudimentares de higiene individual e profissional (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10329 Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola Industrial de Fradesso da Silveira, de Portalegre, um professor de geografia e história (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10331 Aprova a reorganização da Escola Agrícola Feminina de Vieira Natividade, de Alcobaça
- 10337 Torna aplicável aos mestres dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial o disposto no decreto de 21 de Janeiro de 1911, relativo a tempo de serviço e aposentações
- 10338 Determina que os professores e mais pessoal, adido, das extintas escolas primárias superiores, possa ser colocado nas escolas de artes e ofícios, industriais, comerciais e preparatórias (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10339 Permite, enquanto não for estabelecido qualquer distintivo aos estudantes que frequentem os cursos regulares das escolas de ensino técnico industrial e comercial, o uso facultativo da capa e batina - Torna obrigatório nos trabalhos práticos o uso da blusa ou fato adequado à melhor execução dos estudos
- 10340 Cria na cidade de Elvas uma escola industrial e comercial (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10341 Converte num só estabelecimento de ensino as Escolas Industrial e Comercial da Figueira da Foz (**Suspensão** pelo Decreto n.º 10361)
- 10343 Equipara os vencimentos do pessoal operário da Imprensa da Universidade de Coimbra aos do pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa
- 10357 Determina que, enquanto a Escola Normal Superior não puder constituir um estabelecimento completamente autónomo, seja suspensão o artigo 2.º do decreto n.º 10205, continuando a referida escola dependente da Universidade de Lisboa
- 10361 Suspensa a execução do disposto em vários decretos publicados em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1924, sobre movimento de escolas do ensino industrial e comercial - Declara sem efeito todas as transferências e colocações de pessoal
- 10361 (R1 DG 273) Rectificação ao decreto n.º 10361, que suspende a execução do disposto em vários decretos publicados em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1924, sobre movimento de escolas do ensino industrial e comercial - Declara sem efeito todas as transferências e colocações de pessoal
- 10366 Regula a aplicação e distribuição do imposto de 5 por cento cobrado pelas câmaras municipais para despesas com a instrução
- 10367 Regula a forma da distribuição dos professores efectivos dos liceus reduzidos à categoria de nacionais que estejam a mais nos respectivos grupos
- 10367 (R1 DG 289) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 10367, que regula a forma da distribuição dos professores efectivos dos liceus reduzidos à categoria de nacionais que estejam a mais nos respectivos grupos
- 10368 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 7952, que cederá um edifício para instalação de uma escola de ensino primário geral à Junta de Freguesia de Alegrete, concelho e distrito de Portalegre
- 10369 Declara nulo e sem efeito o decreto de 17 de Agosto de 1912, que cederá um edifício para instalação de uma escola de ensino primário geral à Junta de Freguesia de Gondifelos, concelho de Vila Nova de Famalicão

- 10382 Eleva as lotações das Escolas de Reforma de Lisboa (sexo feminino), de S. Fiel e de Izeda
- 10385 Determina que os funcionários que à data da publicação do decreto n.º 10265 eram encarregados das funções de chefes de secção do Ministério, assim como o encarregado do serviço de expediente da Inspeção Geral de Sanidade Escolar, continuem no desempenho dos referidos cargos
- 10397 Suspende, até resolução ulterior, a execução dos decretos n.ºs 9354, 9763 e 10248 e da portaria n.º 4281, sobre escolas primárias superiores
- 10418 Anula o decreto n.º 10189, que extinguiu a Junta Consultiva do Ministério
- 10423 Suspende a execução dos artigos 3.º e 4.º do decreto n.º 9677, relativos à supressão de liceus e à redução de diversos à categoria de nacionais
- 10424 Dá validade oficial aos certificados de exames e aos diplomas de cursos efectuados no Conservatório Municipal do Pôrto - Dá, em determinadas circunstâncias, validade oficial aos exames e diplomas do curso do referido Conservatório e regula o provimento das vacaturas do seu quadro docente

Portarias

- 3891 Manda que ao professorado do grau infantil e primário geral sejam transmitidas algumas instruções que fazem parte da presente portaria, relativas a jogos de iniciação da leitura e da escrita
- 3903 Manda construir nas aulas de trabalhos manuais das Escolas Normais Primárias o material-tipo para os jogos de leitura e de escrita sobre que foram dadas instruções ao professorado do grau infantil e primário geral na portaria n.º 3891
- 3904 Determina que passem a chamar-se Escolas Primárias Patrão Joaquim Lopes as escolas de ensino primário geral de Paço de Arcos
- 3910 Esclarece que as disposições da lei n.º 403 se aplicam não só ao pessoal das secretarias mas ainda ao pessoal menor, devendo quanto aos professores cumprir-se em tudo o que não contradiga as disposições regulamentares do decreto n.º 7558, ou estejam em desarmonia com a natureza especial das suas funções docentes
- 3914 Confia à Junta de Orientação dos Estudos e, enquanto esta não funcionar, à Biblioteca Nacional de Lisboa, o serviço de distribuição e venda das publicações oficiais de carácter pedagógico iniciadas pelo Ministério da Instrução Pública
- 3941 Dispensa do serviço de escala os professores dos cursos práticos de habilitação para primeiros e segundos sargentos, durante o tempo lectivo
- 3948 Esclarece várias dúvidas suscitadas sobre as disposições da portaria n.º 2096, relativamente aos professores contratados, nacionais e estrangeiros, das escolas de ensino comercial e industrial
- 3971 Manda que em todos os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério se realizem no dia 9 de Abril conferências explicativas do significado político e moral da participação de Portugal na Grande Guerra
- 3978 Dá à escola primária da freguesia de Riba de Ancora, concelho de Caminha, o nome de Escola de Ensino Primário Geral Comendador Ramos Pereira
- 3981 Autoriza a Inspeção Geral dos Serviços de Protecção a Menores Delinquentes a aceitar, em nome do Estado, uma herança deixada pelo Dr. José da Cunha Navarro e Paiva, para a fundação de um estabelecimento de detenção, reforma ou correcção de menores, ao qual será dado o nome do seu instituidor
- 3989 Dá à escola da freguesia de Riba de Ancora, concelho de Caminha, o nome de Escola de Ensino Primário Geral Comendador Ramos Pereira
- 3991 Torna extensivas à Escola Agrícola de Reforma de Izêda as disposições do regulamento geral da Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando, aprovado por decreto de 17 de Agosto de 1901
- 4018 Insere várias disposições a observar relativamente ao pagamento das despesas da alimentação dos alunos e professores da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, e de outras despesas pertencentes aos alunos
- 4021 Insere várias disposições atinentes a intensificar a propaganda da Festa Nacional de Educação Física
- 4022 Aprova as instruções provisórias para o serviço do internato da Escola Naval
- 4057 Determina que o director geral do ensino comercial e industrial inspecione os estabelecimentos e serviços externos de sua dependência, sempre que o julgar necessário ou fôr determinado pelo Ministro
- 4061 Regula o seguimento de pretensões dirigidas ao Ministério da Instrução Pública
- 4117 Dá às escolas de ensino primário geral de S. Cosmado, concelho de Armamar, o nome de Escolas Dr. Gomes Teixeira
- 4121 Esclarece a forma de efectivar o pedido de registo da prática farmacêutica
- 4141 Determina que os professores primários efectivos na situação de licença especial a que se refere a lei n.º 488, devem retomar o serviço das suas escolas no princípio do ano escolar imediato àquele em que terminem os respectivos cursos, e quando abandonem os mesmos cursos devem apresentar-se imediatamente ao serviço das suas escolas, excepto se esse abandono tiver lugar na última época lectiva
- 4144 Estabelece as normas a observar pelos conselhos escolares na classificação dos candidatos a professores provisórios dos vários grupos dos liceus
- 4156 Esclarece dúvidas suscitadas na interpretação das disposições da portaria n.º 4144, que estabeleceu as normas a observar pelos conselhos escolares na classificação dos candidatos a professores provisórios dos vários grupos dos liceus
- 4158 Determina que nenhuma requisições de artigos de expediente e outras a satisfazer pelas verbas de «Material e diversas despesas» dos serviços internos do Ministério e das inspecções dos círculos escolares dos quatro bairros da cidade de Lisboa possam efectuar-se e pagar-se sem que previamente a 10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública tenha verificado a existência das disponibilidades para ocorrer ao pagamento e apòsto o seu «visto» nas mesmas requisições
- 4159 Determina que os professores primários que não tenham actualmente colocação em escolas públicas enviem à Secretaria Geral do Ministério as indicações precisas a fim de se organizar o respectivo cadastro

- 4175 Esclarece dúvidas produzidas acêrca da legalização das assinaturas dos diplomas de exame da 4.ª classe, a que se refere o artigo 13.º do decreto n.º 9795
- 4182 Manda que a escola de carpintaria, serralharia e trabalhos femininos de Oliveira de Azeméis se denomine Escola de Artes e Ofícios de Soares Basto
- 4183 Determina que aos candidatos à matrícula nas diferentes classes dos liceus sejam dispensados os documentos que já existam, em original ou certidão, nas respectivas secretarias
- 4193 Concede aos alunos do Instituto Superior Técnico que não obtiveram aprovação na época de Julho do corrente ano repetirem excepcionalmente o exame da cadeira de Física em Outubro
- 4209 Autoriza a Direcção da Escola Normal Primária de Lisboa a ceder as dependências da Quinta de Marrocos que julgue dispensáveis, a fim de nelas se proceder à instalação provisória da secção masculina do Instituto do Professorado Primário
- 4218 Determina que a escola de carpintaria e serralharia colocada na vila de Alcobaça passe a denominar-se Escola de Artes e Ofícios de Tomás Bordalo Pinheiro
- 4221 Considera além do quadro os professores do 4.º grupo de determinados liceus - Dá aos professores de nomeação mais antiga para os liceus cujos quadros foram alterados o direito de opção entre continuarem no respectivo quadro ou serem considerados fora dêle para os efeitos da execução dos decretos n.ºs 9677 e 10120
- 4234 Torna extensivas ao pessoal operário do quadro da Escola Naval e Escola Auxiliar de Marinha as disposições sobre melhorias a que se refere o decreto n.º 10096
- 4237 Isenta de franquia postal a correspondência expedida pela antiga Associação das Escolas Móveis e Jardins-escolas João de Deus, com sede em Lisboa
- 4242 Regula o prazo para apresentação de documentos pelos candidatos ao preenchimento das vagas de professores provisórios das escolas de ensino comercial e industrial
- 4249 Cede à Junta Geral do distrito de Lisboa uma sineta que pertenceu à antiga igreja paroquial da freguesia de S. João da Talha, concelho de Loures para servir de escola profissional de agricultura de Paiã
- 4250 Determina que a Escola de Cerâmica de Lisboa passe a denominar-se Escola de Cerâmica de António Augusto Gonçalves
- 4257 Determina que o decreto n.º 10079 não seja aplicável aos professores dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial que gozam de autonomia pedagógica
- 4269 Determina que o decreto n.º 10079 não seja aplicável aos professores dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial, tanto elementar e médio, como superior
- 4281 Determina a reabertura imediata de todas as escolas primárias superiores e cursos complementares, com excepção das escolas de Lisboa e Pôrto e das que hajam sido transformadas em escolas industriais e comerciais - Constitui uma comissão a fim de organizar as listas dos professores dos quadros das escolas de Lisboa e Pôrto - Alonga os prazos determinados no decreto n.º 10248
- 4283 Considera os grupos de escoteiros filiados na Associação dos Escoteiros de Portugal como associações desportivas para o efeito da aplicação da tarifa especial interna n.º 1, de grande velocidade, dos Caminhos de Ferro do Estado
- 4284 Dá a denominação de Escola de Fernando Pires de Lima à escola de ensino primário geral da freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso
- 4286 Dá novas denominações à Escola Industrial e Comercial da Póvoa de Varzim e à secção de pesca da referida Escola
- 4288 Aprova a lotação para a Escola Naval
- 4290 Alonga o prazo marcado no artigo 4.º do decreto n.º 10295, que define quais as dependências do edifício de S. Bento que ficam na posse do Liceu e da Universidade de Coimbra

Programas

- DG 10 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música
- DG 10 (R1 DG 29) Nova publicação, rectificada, dos programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música, insertos no Diário do Governo n.º 10, de 15 de Janeiro de 1924
- DG 162 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial e Comercial de Coimbra no ano lectivo de 1924-1925
- DG 179 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1924-1925

Declarações

- DG 260 Declaração de ter sido prorrogado o prazo, estabelecido pelo decreto n.º 10205, para a entrega no presente ano lectivo dos documentos para exame de admissão ao 1.º ano da Escola Normal Superior de Lisboa

Instruções

- DG 160 Instruções aos inspectores dos círculos escolares sobre a organização dos processos de concurso para professores interinos das escolas de ensino primário geral

Parecer

- DG 217 Parecer da Comissão Central de Reclamações e despacho ministerial que recaiu sobre a reclamação do ajudante do chefe do pessoal menor do Ministério da Instrução Pública

Nota

- DG 184 Nota dos vencimentos melhorados de pessoal do ensino industrial e comercial e da Bólsa de Lisboa

Circulares

- DG 245 Circular aos inspectores escolares acêrca do serviço prestado pelos professores para o efeito da valorização do diploma

1925

Leis

- 1725 Determina a cedência, pelo Ministério da Guerra ao Ministério do Comércio e Comunicações, do edifício do ex-convento do Salvador, de Évora, a fim de ser adaptado à instalação da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira
- 1748 Proíbe nos salões cinematográficos a exibição de fitas contrárias à moral e bons costumes. - Obriga todos os cinematógrafos de Lisboa e Pôrto a realizar duas vezes por mês uma sessão cinematográfica educativa, de hora e meia, na qual terão admissão gratuita as crianças das escolas primárias oficiais
- 1751 Promulga várias disposições relativas à criação de mutualidades escolares destinadas à constituição de dotes infantis e a auxílio no caso de doença
- 1754 Promulga várias disposições acêrca da conversão em oficial de qualquer escola primária criada ou sustentada por iniciativa particular
- 1776 Permite aos indivíduos que tenham feito um ou mais exames em qualquer das Faculdades de Medicina, como alunos de período transitório previsto pela reforma de ensino médico de 12 de Julho de 1918, e que se tenham matriculado em qualquer das referidas Faculdades ao abrigo da lei de 22 de Fevereiro de 1911, continuarem o curso segundo o regime em que se matricularam
- 1785 Concede autonomia administrativa ao Hospital Escolar (Hospital das clínicas gerais e especiais da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa)
- 1799 Autoriza o Govêrno a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo destinado à construção ou aquisição do edifício para a Escola Industrial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz, e aquisição de mobiliário e material escolar
- 1805 Isenta de pagamento de propinas de exame, de inscrição e de matrícula, nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério, os alunos de determinados estabelecimentos e institutos de instrução e educação
- 1822 Distribuição do curso elementar do comércio ministrado nas escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial
- 1823 Determina que fique a cargo do Estado o pagamento dos vencimentos das professoras dos Jardins-Escolas João de Deus. **Revogado** pelo decreto n.º 12706

Decretos

- 10426 Suspende a execução da lei n.º 1700, que determinava o funcionamento de um Conselho Superior de Belas Artes junto do Ministério da Instrução Pública
- 10431 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio, de Lisboa
- 10439 Restabece em vigor o decreto n.º 10285, que altera a constituição de cursos do Instituto Industrial de Lisboa
- 10440 Extingue o quadro de professores agregados, instituído pelo decreto n.º 4650
- 10447 Regula a colocação, como professores provisórios dos liceus, dos alunos da Escola Normal Superior inscritos no 2.º ano dos cursos de habilitação ao magistério liceal no ano escolar de 1924-1925
- 10448 Divide em três prestações a parte que ainda falta pagar das propinas de inscrição e das indemnizações por trabalhos práticos nos diferentes cursos das Faculdades e Escolas das três Universidades da República
- 10451 Determina que os serviços referentes às Escolas Normais Primárias, Escolas Primárias Superiores e Escolas Móveis passem a ser executados por uma terceira repartição da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal
- 10452 Cria junto do Asilo de S. João, da cidade de Lisboa, uma escola de ensino primário geral
- 10453 Estabece nos liceus, sob determinadas condições, os cursos complementares suprimidos pelos artigos 1.º e 2.º do decreto n.º 9677
- 10460 Mantém o decreto de 7 de Abril de 1917, que cede à Câmara Municipal de Pombal um prédio para instalação das escolas oficiais de ensino primário - Fixa à cessionária a obrigação de iniciar as obras de adaptação do prédio referido
- 10461 Restabece e põe em vigor os decretos n.ºs 9961, 10024, 10080, 10118, 10158, 10286 e 10308, sôbre escolas comerciais e industriais, os quais haviam sido suspensos pelo decreto n.º 10361
- 10461 (R1 DG 14) Rectificação ao decreto n.º 10461, que restabece e põe em vigor determinados decretos sôbre escolas comerciais e industriais, que haviam sido suspensos na parte relativa à citação do decreto n.º 10118, quando deve ser o decreto n.º 10116
- 10461 (R2 DG 21) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10461, que restabece e põe em vigor vários decretos (sôbre escolas do ensino comercial e industrial), que haviam sido suspensos pelo decreto n.º 10361
- 10464 Regula a distribuição do pessoal do quadro do Ministério pelas diferentes repartições
- 10466 Fixa o quadro do pessoal para a Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira, de Aveiro
- 10467 Dá a denominação de Escola de Artes e Ofícios de João Pessanha à Escola de Carpintaria e Serralharia de Mirandela
- 10468 Transforma em escola comercial e industrial a Escola de Artes e Ofícios de Velho Cabral, de Ponta Delgada
- 10469 Cria na vila de Alcobaça uma escola de artes e ofícios
- 10477 Define as atribuições da Junta Consultiva, criada pelo artigo 64.º do decreto n.º 5787-A
- 10477 (R1 DG 29) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10477, que define as atribuições da Junta Consultiva, criada pelo artigo 64.º do decreto n.º 5787-A

- 10507 Altera o tempo de bom serviço exigido aos professores de ensino primário geral que requereram permuta de lugares
- 10508 Considera para efeito de valorização de diploma dos candidatos aos concursos de escolas de ensino primário geral todo o serviço prestado por êsses professores, quer tenha sido seguido, quer interpolado ou tenha sido prestado em anos lectivos diferentes, mas classificado em períodos não inferiores a trinta dias, até perfazer o tempo necessário para um ano completo de serviço
- 10510 Permite aos alunos do Instituto Superior de Agronomia e da Escola Superior de Medicina Veterinária o uso da capa e batina
- 10517 Aprova a distribuição da verba para inspecções a escolas de ensino primário geral e infantil
- 10518 Restabelece a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra, extinta pelo artigo 1.º do decreto n.º 10205
- 10526 Põe em vigor o decreto n.º 10320, que converte em escola industrial e comercial a Escola Industrial de Francisco de Holanda, de Guimarães, e fixa o quadro do seu pessoal docente
- 10527 Põe em vigor o decreto n.º 10117, que estabelece um curso de montadores electricistas na Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora
- 10532 Determina que fique definitivamente a cargo das câmaras municipais do continente e das ilhas adjacentes o pagamento das despesas da instrução primária, subsidiadas pelas receitas próprias dos municípios e que constituem encargo obrigatório dêstes
- 10545 Aumenta o quadro do pessoal docente da Escola Industrial de Fradesso da Silveira, de Portalegre
- 10546 Transforma em escola industrial a Escola de Cerâmica de Passos Manuel, de Vila Nova de Gaia, passando a denominar-se Escola Industrial de Passos Manuel
- 10551 Promulga várias disposições atinentes a assegurar a maior pontualidade no processamento das fôlhas dos vencimentos do professorado primário e também a sua imediata conferência
- 10570 Isenta do pagamento de propinas, de matrícula e inscrição, até o fim do respectivo curso, os combatentes da Grande Guerra que freqüentem ou venham a freqüentar qualquer curso dependente dos Ministérios do Comércio e Comunicações, da Instrução Pública e da Agricultura
- 10570 (R1 DG 48) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10570, que isenta do pagamento de propinas de matrícula e inscrição, até o fim do respectivo curso, os combatentes da Grande Guerra que freqüentem ou venham a freqüentar qualquer curso dependente dos Ministérios do Comércio e Comunicações, da Instrução Pública e da Agricultura
- 10572 Cria junto do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, com sede na freguesia de Maximinos, da cidade de Braga, uma escola de ensino primário geral
- 10583 Aprova e manda pôr em execução o novo regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 10593 Substitui a designação de «Observatório Meteorológico, Magnético e Sismológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra» pela de «Instituto de Física do Globo da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra»
- 10597 Manda proceder à revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior, dos diplomas que regulam a distribuição dos serviços de regência nas várias escolas e bem assim à fiscalização e estabelecimento de normas a seguir para adopção dos livros de ensino
- 10597 (R1 DG 52) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10597, que manda proceder à revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior, dos diplomas que regulam a distribuição dos serviços de regência nas várias escolas, e bem assim à fiscalização e estabelecimento de normas a seguir para adopção dos livros de ensino
- 10597 (R2 DG 224) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 10597 (revisão dos programas do ensino primário geral e primário superior, dos diplomas que regulam a distribuição dos serviços de regência e sobre normas a seguir para adopção dos livros de ensino)
- 10600 Anula o decreto n.º 10426, que suspendeu a execução da lei n.º 1700, relativa ao funcionamento de um Conselho Superior de Belas Artes
- 10616 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial da Marinha Grande
- 10632 Põe em vigor o decreto n.º 10272, que estabelece na Povoia de Varzim uma escola industrial e comercial e fixa o quadro do seu pessoal docente
- 10633 Determina a anexação da Escola Primária Superior de Braga à Escola Normal Primária da mesma cidade
- 10636 Amplia com mais um professor o quadro do pessoal docente da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio, de Lisboa
- 10646 Cria em Vila Real de Santo António uma escola industrial e comercial
- 10646 (R1 DG 102) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 10646, que criou em Vila Real de Santo António uma escola industrial e comercial
- 10647 Determina que em todas as escolas dependentes do Ministério do Comércio e Comunicações possam ser instalados grupos de escoteiros ou de adueiros de Portugal
- 10648 Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Jácome Ratton, de Tomar, fixado pelo decreto n.º 10319, um professor de química geral e aplicada às indústrias do papel, curtumes e tinturaria
- 10651 Determina que a Academia de Ciências de Portugal passe a denominar-se Instituto de Portugal
- 10661 Determina a contagem de todo o tempo de serviço prestado por determinados funcionários como encarregados ou chefes de secção no Ministério
- 10662 Torna obrigatória a educação física nos estabelecimentos de ensino particular
- 10663 Proíbe o uso do título de architecto ou o exercício da respectiva profissão aos indivíduos que não possuam o diploma do curso oficial professado em qualquer das duas Escolas de Belas Artes do país

- 10677 Fixa a duração do ensino em cada disciplina das escolas preparatórias para o ensino comercial e industrial e o número de lições semanais dessas disciplinas - Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio, de Lisboa
- 10678 Converte num só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, a Escola Comercial da Figueira Foz e a Escola Industrial de Bernardino Machado, da mesma cidade
- 10678 (R1 DG 88) Rectificação ao decreto n.º 10678, relativo à Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz
- 10679 Revoga o n.º 6.º do § 1.º do artigo 94.º do regulamento de 25 de Setembro de 1919, na parte que respeita a concurso para o magistério de italiano do Conservatório Nacional de Música
- 10692 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Júlio Martins, de Chaves
- 10693 Regula a execução e modifica as disposições consignadas no decreto n.º 10440, que extingue o quadro dos professores agregados dos liceus
- 10723 Determina a iniciação, em todo o país, dos trabalhos necessários para a realização em Maio de 1925 da Festa Nacional de Educação Física, instituída pelo decreto n.º 7662 - Altera a constituição do júri de Lisboa, a que se refere o artigo 19.º do mesmo decreto
- 10725 Designa a composição do quadro transitório do pessoal civil da Escola Naval
- 10729 Esclarece a legislação que regula as faltas e licenças concedidas aos professores de ensino primário geral, infantil e móvel
- 10763 Determina que em cada uma das escolas de artes e ofícios e aulas comerciais haja um conselho administrativo
- 10764 Estabelece o ensino da educação física nas escolas industriais, comerciais e industriais-comerciais e preparatórias
- 10765 Determina que passe a ter a designação de Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra o antigo Observatório Meteorológico, Magnético e Sismológico da Faculdade de Ciências da referida Universidade
- 10766 Regulamenta diplomas que se referem à prestação das provas do exame para o exercício da profissão de artista dramático
- 10776 Dá uma nova organização aos serviços do ensino primário e normal
- 10776 (R1 DG 117) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10776, que dá nova organização aos serviços do ensino primário e normal
- 10776 (R2 DG 128) Nova publicação, rectificada, do artigo 8.º do decreto n.º 10776 (nova organização dos serviços do ensino primário e normal)
- 10813 Aprova o regulamento do Conselho Superior do Ensino Comercial e Industrial
- 10821 Indica quais as provas do exame de Estado para os candidatos a professores de educação física que tenham terminado ou venham a terminar o seu curso nos termos do decreto n.º 9125
- 10829 Determina que a Escola Elemental de Comércio e Indústria, criada em Silves, passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial de João do Deus
- 10829 (R1 DG 128) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 10829, que determina que a Escola Elemental de Comércio e Indústria criada em Silves passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial de João de Deus
- 10836 Estabelece normas para a execução do disposto no § único do artigo 16.º do decreto n.º 10776 (Reorganização dos serviços do ensino primário e normal)
- 10838 Regulamenta a lei n.º 1770, que estabelece o regime da indústria do fabrico de fósforos no continente e ilhas adjacentes
- 10840 Determina que os professores provisórios dos liceus, do continente e ilhas, que por qualquer motivo sejam exonerados não possam ser admitidos a novo concurso senão passados dois anos, pelo menos, da data da publicação do respectivo diploma de exoneração
- 10844 Desdobra em dois o actual Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 10844 (R1 DG 152) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 10844, que desdobra em dois o actual Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 10849 Designa as cadeiras que constituem os cursos do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto e as disciplinas que elas abrangem
- 10854 Estabelece as normas a seguir na organização dos processos de concurso das escolas de ensino primário geral e infantil, bem como na inscrição dos candidatos às interinidades das mesmas escolas para efeito da nomeação dos respectivos professores
- 10855 Determina a forma dos professores das Escolas Primárias Superiores completarem o número de horas de serviço lectivo considerado obrigatório por lei
- 10863 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial de Fonseca Benevides, desdobrando-se as disciplinas de desenho geral e de desenho ornamental, tendo em vista especialmente a fundição artística
- 10870 Revoga o decreto n.º 10232, que modificou o regime de licenças e faltas dos funcionários do Ministério
- 10871 Converte em oficial a escola de ensino primário geral existente em «O Vintém das Escolas - Missão Elias Garcia», que funciona na freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais
- 10872 Determina que os exames de admissão às escolas primárias superiores se realizem de 16 a 31 de Julho
- 10872 (R1 DG 141) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 2.º do decreto n.º 10872, que fixa o prazo para realização dos exames de admissão às escolas primárias superiores
- 10873 Fixa o prazo para os concorrentes às vagas de professores dos liceus poderem desistir dos concursos

- 10874 Determina que as certidões de tempo de serviço no magistério secundário, a que se refere a alínea b) do artigo 266.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 7558, possam ser substituídas por certidões passadas na Direcção Geral do Ensino Secundário, quando os interessados já tenham obtido qualquer diuturnidade
- 10875 Põe em vigor o decreto n.º 10306, que criou em Freixo de Espada-à-Cinta uma escola de artes e ofícios, e que havia sido suspenso pelo decreto n.º 10361
- 10880 Altera o decreto orgânico da Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém, n.º 7462, de 23 de Abril de 1921
- 10900 Concede várias regalias aos alunos externos do Colégio Militar
- 10903 Esclarece algumas disposições regulamentares sobre serviços de exames nos liceus
- 10935 Modifica o prazo estabelecido no artigo 266.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 7558, a fim de ser antecipada a data em que os professores agregados têm de requerer a sua colocação nos liceus
- 10936 Substitui o artigo 139.º do regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto, aprovado pelo decreto n.º 7355
- 10946 Determina que fique sem efeito o disposto no § único do artigo 70.º do regulamento do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, aprovado pelo decreto n.º 9104
- 10951 Suspende o artigo 9.º do regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5162
- 10956 Concede até 20 de Agosto de 1927 aos indivíduos que no ensino particular se estavam preparando para radiotelegrafistas mercantes o realizarem os seus exames na Escola Náutica
- 10965 Prorroga até 31 de Agosto de 1925 o prazo para a inscrição dos candidatos às interinidades das escolas de ensino primário geral
- 10966 Aplica as disposições consignadas no artigo 3.º do decreto n.º 7797 aos liceus onde foram colocados professores ao abrigo dos decretos n.ºs 9677 e 10120
- 10984 Revoga o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 9561, ficando em vigor o artigo 83.º do decreto n.º 6137, cujo artigo se refere ao número de professores que deverá haver nas escolas de ensino primário de dois e mais lugares
- 10985 Determina que a secção masculina do Instituto do Professorado Primário Oficial seja instalada na cidade do Pôrto
- 10990 Estabelece a forma de recrutamento do pessoal menor dos estabelecimentos de ensino secundário
- 10991 Eleva à categoria do liceu central, só com o curso complementar de ciências, o Liceu de Francisco Rodrigues Lôbo, em Leiria
- 11010 Põe em execução o regulamento da Escola Náutica e Escolas de Pilotagem **Revogado**
- 11018 Esclarece as disposições dos artigos 47.º e 48.º do Estatuto Universitário
- 11018 (R1 DG 194) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 11018, que esclarece as disposições dos artigos 47.º e 48.º do Estatuto Universitário
- 11032 Suspende provisoriamente o decreto n.º 10464, que regula a distribuição do pessoal do quadro do Ministério pelas diferentes repartições
- 11033 Eleva o Liceu Nacional de Bocage, em Setúbal, à categoria de Liceu Central
- 11034 Regula a concessão de licenças aos funcionários dependentes das secretarias gerais e tesourarias das três Universidades da República, assim como aos funcionários dependentes das secretarias privativas das diferentes Faculdades e Escolas Universitárias
- 11036 Aprova e manda pôr em execução o regulamento literário do Colégio Militar - Regulamento a que se refere o supracitado decreto
- 11039 Estabelece o distintivo que os alunos matriculados no curso de sargentos de infantaria da Casa Pia de Lisboa deverão usar no uniforme do estabelecimento
- 11061 Converte em escola industrial e comercial a Escola Industrial de António Augusto de Aguiar, da cidade do Funchal
- 11062 Determina que as nomeações dos professores do quadro efectivo e provisório das escolas móveis sejam feitas em decreto e submetidas ao «visto» do Conselho Superior de Finanças
- 11063 Manda que os indivíduos que acumulem o lugar de professor do ensino primário geral com o de professor de ensino primário superior optem por um dêles no prazo de quinze dias
- 11064 Eleva o Liceu Nacional de Mousinho da Silveira, em Portalegre, à categoria de Liceu Central, com os cursos complementares de letras e de ciências
- 11065 Cria na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra um curso de agricultura geral
- 11066 Adota o regime de empregados contratados para o provimento dos lugares de serventes e guardas do quadro das Secretarias Gerais, Faculdades, Escolas e mais estabelecimentos dependentes das três Universidades da República
- 11083 Acrescenta à Escola de Artes e Ofícios de Estremoz uma secção feminina, onde se professará o ensino de bordados, rendas, costura e corte e fabrico de tapetes
- 11084 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, de Braga, com mais um professor - Acrescenta uma disciplina ao plano de estudos da referida Escola
- 11085 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 11089 Determina que ninguém possa usar o título de arquitecto ou exercer a respectiva profissão sem que possua o diploma do curso oficial professado em qualquer das duas Escolas de Belas Artes do país, quer êsse curso tenha sido obtido no antigo regime dessas escolas, quer no moderno
- 11089 (R1 DG 203) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 11089, que determina que ninguém possa usar o título de arquitecto ou exercer a respectiva profissão sem que possua o diploma do curso oficial professado em qualquer das duas Escolas de Belas Artes do país, quer êsse curso tenha sido obtido no antigo regime dessas escolas, quer no moderno

- 11092 Aprova o regulamento da Escola de Belas Artes de Lisboa
- 11092 (R1 DG 253) Rectificações ao regulamento da Escola de Belas Artes de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 11092
- 11103 Regula as disposições da lei n.º 1799, relativa à construção ou aquisição do edifício e respectivo mobiliário e material escolar da Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz
- 11103 (R1 DG 212) Rectificação à data do decreto n.º 11103
- 11117 Fixa os cursos a professar na Escola Industrial e Comercial de António Augusto de Aguiar, do Funchal
- 11118 Eleva à categoria de Liceu Central o Liceu Nacional de Gonçalo Velho, em Viana do Castelo
- 11124 Estabelece em Lisboa uma escola comercial destinada exclusivamente ao sexo feminino
- 11129 Determina que na Escola Industrial de Faria Guimarães, do Pôrto, sejam professados os cursos de aprendizagem de ourivesaria e de trabalhos femininos - Amplia o quadro do respectivo pessoal docente
- 11130 Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Madeira Pinto, de Angra do Heroísmo, o lugar de director
- 11131 Amplia o quadro do pessoal docente da Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto
- 11132 Restabelece o curso complementar de letras no Liceu de Vasco da Gama, em Aveiro
- 11133 Restabelece o curso complementar de letras no Liceus de Emídio Garcia, em Bragança
- 11134 Eleva a Central o Liceu de D. João de Castro, em Angra do Heroísmo
- 11141 Fixa o limite mínimo de idade para os candidatos admitidos à matrícula, como alunos ordinários, nas cadeiras que constituem o curso geral da Escola Colonial
- 11142 Coloca os chefes das secretarias dos Liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra e os oficiais chefes das secretarias das Escolas Normais Superiores e das Faculdades Universitárias em situação idêntica à dos chefes de secção do Ministério para efeitos de vencimento melhorado
- 11148 Estabelece os tipos de acendedores e isqueiros a adoptar para uso legal, nos termos do artigo 35.º do decreto n.º 10838
- 11148 (R1 DG 253) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 11148, que estabelece os tipos de acendedores e isqueiros a adoptar para uso legal
- 11148 (R2 DG 263) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 11148, que estabelece os tipos de acendedores e isqueiros a adoptar para uso legal, nos termos do decreto n.º 10838
- 11151 Converte num só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, a Escola de Cerâmica e Trabalhos Femininos de Nun'Álvares e Aula Comercial de Viana do Castelo
- 11151 (R1 DG 226) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 11151, que converte num só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, a Escola de Cerâmica e Trabalhos Femininos de Nun'Álvares e Aula Comercial de Viana do Castelo
- 11152 Determina que a Escola de Serralharia Mecânica e Trabalhos Femininos de Gil Vicente, de Setúbal, e a Escola Comercial da mesma cidade passem a constituir um só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente
- 11160 Reduz o número de grupos estabelecidos pelo artigo 1.º do decreto n.º 8932 - Fixa o número de professores da secção geral das Escolas Primárias Superiores que pertencem a cada grupo
- 11175 Aprova o estatuto da Associação de Sobrevivência dos Funcionários da Universidade de Coimbra
- 11176 Aprova o regulamento do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Andrade
- 11204 Suspende a execução dos decretos n.ºs 10068, 10148, 10181, 10185, 10215, 10219 e 10317 (disposições diversas sobre ensino primário)
- 11206 Restabelece o curso complementar de letras no Liceu de Alexandre Herculano, no Pôrto
- 11211 Determina que a preferência legal estabelecida na alínea a) do artigo 10.º do decreto n.º 7823 (situação dos oficiais milicianos) prevalece sempre, e sobre qualquer outra, na primeira nomeação por concurso documental para empregos públicos e nos concursos documentais para promoção dos respectivos funcionários
- 11219 Abre um crédito que será inscrito no orçamento do Ministério para 1925-1926 pela seguinte forma: «Construção ou aquisição de um edifício para a Escola Industrial de Bernardino Machado, na Figueira da Foz»
- 11219 (R1 DG 243) Rectificação ao decreto n.º 11219 (abertura de um crédito destinado à construção ou aquisição de um edifício para a Escola Industrial de Bernardino Machado, na Figueira da Foz)
- 11220 Aprova os estatutos da Caixa de Previdência dos Funcionários Dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 11221 Restabelece o curso complementar de letras no Liceu de Alexandre Herculano, no Pôrto
- 11225 Fixa o número de horas de serviço semanal dos professores das escolas comerciais elementares - Insere várias disposições relativas a professores contratados e a contratar - Amplia o quadro do pessoal docente de várias escolas
- 11244 Determina que os serventes do quadro do pessoal menor do Ministério tenham de futuro a designação de segundos contínuos, passando os contínuos do mesmo quadro a ter a designação de primeiros contínuos
- 11245 Cria junto do Asilo da Infância Desvalida de Elvas uma escola de ensino primário geral de um só lugar de professor - Nomeia a respectiva professora
- 11246 Cria junto da Escola de Ensino Primário Geral do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, da freguesia de Maximinos, cidade de Braga, uma secção infantil - Nomeia a respectiva professora
- 11255 Abre um crédito a fim de ocorrer a despesas com a construção de novos edifícios escolares, conclusão dos já iniciados e reparação dos existentes que sejam propriedade do Estado
- 11261 Suprime os cursos preparatórios da Escola Comercial de Coimbra e da Escola Industrial de Brotero, da mesma cidade - Cria em Coimbra um curso preparatório complementar do curso geral das escolas industriais
- 11262 Determina que a Escola Industrial e Comercial da Póvoa de Varzim passe a denominar-se Escola Industrial e Comercial de Rocha Peixoto

- 11263 Cria nas escolas industriais que o Govêrno designar um curso de mestres de obras - Cria o referido curso nas Escolas Industriais e Comerciais de Júlio Martins, de Chaves, e de Domingos Sequeira, de Leiria, e na Escola Industrial de Passos Manuel, de Vila Nova de Gaia
- 11264 Cria o Instituto de Investigações Históricas na Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto - Nomeia o respectivo director
- 11273 Introduce algumas alterações no regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, aprovado pelo decreto n.º 10583
- 11313 Restabelece no Liceu de Sá da Bandeira, em Santarém, o curso complementar de letras
- 11314 Restabelece no Liceu de Fialho de Almeida, em Beja, o curso complementar de letras
- 11315 Altera a distribuição da matéria da 13.ª e 14.ª cadeira (História da Arte) da Escola de Belas Artes de Lisboa
- 11348 Modifica o número de horas de serviço semanal dos professores das escolas comerciais elementares
- 11350 Transforma em curso de radiologia o actual curso de estomatologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto
- 11351 Estabelece um prémio de construção naval para os navios que se construam em Portugal e que se destinem à pesca de bacalhau - Cria em Lisboa uma escola profissional denominada Escola de Construção Naval de Lisboa
- 11353 Regula a forma de abono aos professores da Escola Militar por serviço de exames
- 11364 Organiza os cursos do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- 11364 (R1 DG 13 de 1926) Rectificações ao decreto n.º 11364, que organizou os cursos do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- 11364 (R2 DG 172 de 1926) Rectificações ao decreto n.º 11364, que organizou os cursos do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- 11372 Regula a situação dos oficiais da armada professores efectivos e auxiliares da Escola Colonial
- 11378 Eleva a central o Liceu de Fialho de Almeida, em Beja

Portarias

- 4326 Elimina do mapa n.º 2 que faz parte do decreto n.º 9685 um subsídio concedido à Câmara Municipal de Alcúitim para a construção de uma escola
- 4344 Altera a lotação para a Escola Naval, aprovada pela portaria n.º 4288
- 4344 (R1 DG 46) Rectificação à portaria n.º 4344, relativa à lotação para a Escola Naval
- 4360 Manda publicar o regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses
- 4420 Dá à Escola de Artes e Ofícios de Alcobaça a denominação de Escola de Artes e Ofícios de Tomás Bordalo Pinheiro
- 4421 Determina que a Escola Industrial da Marinha Grande passe a denominar-se Escola Industrial de Guilherme Stephens
- 4427 Regula o disposto no artigo 19.º do decreto n.º 10776 (nova organização dos serviços do ensino primário e normal), artigo que se refere às juntas escolares
- 4446 Faz várias determinações relativas ao funcionamento das secretarias escolares distritais, a que se refere o decreto n.º 10776
- 4448 (indevidamente classificada como decreto sob o n.º 10903 e publicada no Diário do Govêrno n.º 145) - Esclarece algumas disposições regulamentares sôbre serviços de exames nos liceus
- 4472 Actualiza as gratificações a cargo das escolas que requerem exames nos termos dos artigos 75.º e 76.º do regulamento das escolas comerciais, aprovado pelo decreto n.º 6284
- 4476 Portaria n.º 4476 (indevidamente designada como decreto n.º 10965) - Prorroga até 31 de Agosto de 1925 o prazo para a inscrição dos candidatos às interinidades das escolas de ensino primário geral
- 4485 Insere várias disposições para cumprimento do disposto no decreto n.º 10854, que estabelece as normas a seguir na organização dos processos de concurso das escolas de ensino primário geral e infantil, bem como na inscrição dos candidatos às interinidades das mesmas escolas para efeito da nomeação dos respectivos professores
- 4501 Permite aos alunos do Instituto Superior de Agronomia e da Escola Superior de Medicina Veterinária ausentes no Brasil por motivo do Orfeão de Lisboa fazerem em Dezembro de 1925 os exames da 2.ª época a que tinham direito a ser admitidos em Outubro
- 4540 Suspende a portaria n.º 2544, que aprova o regulamento para o funcionamento da Escola de Enfermagem no Hospital Colonial de Lisboa
- 4541 Faz várias determinações aos inspectores escolares e aos directores das escolas, relativas a serviços das secretarias distritais instituídas pelo decreto n.º 10776
- 4544 Esclarece dúvidas sôbre a aplicação da lei n.º 403, na parte respeitante a faltas e licenças dos professores e mais pessoal das escolas de ensino primário geral, infantil e móvel e as disposições do decreto n.º 10729
- 4550 Regula a situação dos alunos das escolas comerciais que tinham iniciado os seus cursos de acôrdo com o plano de ensino fixado pelo regulamento aprovado pelo decreto n.º 6284 e que os deverão concluir pelo plano fixado pela lei n.º 1822
- 4556 Manda pôr em execução os programas do concurso de admissão à matrícula nos cursos da Escola Militar no ano lectivo de 1926-1927

Despachos Ministeriais

- DG 52 Despacho Ministerial que fixa os vencimentos melhorados dos mestres provisórios da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio

Programas

- DG 39 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música
- DG 39 (R1 DG 130) Rectificações aos programas para o ensino das disciplinas e exames no Conservatório Nacional de Música, publicados no Diário do Governo n.º 39, de 19 de Fevereiro de 1925
- DG 138 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, no ano lectivo de 1925-1926
- DG 151 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1925-1926
- DG 208 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música
- DG 208 (R1 DG 228 de 1926) Despacho aprovando, com várias alterações, para o corrente ano os programas de ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música, já publicados no Diário do Governo n.º 208, 1.ª série, de 28 de Setembro de 1925

Circulares

- DG 116 Circular aos reitores dos liceus do continente e ilhas, declarando terem sido, por despacho ministerial de 22 de Maio de 1925, feitas várias determinações sobre admissão e provas de alunos a exame

Rectificações

- DG 184 Rectificação ao artigo 121.º do regulamento da Escola Náutica e Escolas de Pilotagem

1926

Leis

- 1844 Cede à Junta de Freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, o passal da mesma freguesia, composto de casa de habitação e terrenos anexos de cultura e uma sorte de mato sita no lugar de Gaia, e logradouro público sito no lugar de Pessô, tudo na citada freguesia de Freamunde, para auxiliar a construção de dois edifícios destinados à instalação das escolas primárias oficiais e de um pavilhão para tratamento de doentes protegidos pela Assistência e Beneficência Paroquial, com anexos para o funcionamento de uma creche e de um lactário
- 1863 Reforça a verba orçamental consignada ao pagamento de gratificações, ajudas de custo e despesas de transporte dos vogais de comissões de estudo, de organização de programas de ensino e de outras respeitantes a serviços de instrução
- 1865 Revoga o decreto n.º 5229, que determinava que o preenchimento das vagas dos lugares de directores gerais, de chefes de repartição das secretarias e de chefes ou encarregados de quaisquer serviços do Estado ou dêles dependentes pudesse recair em pessoas idóneas da confiança do regime, independentemente das formalidades e requisitos estabelecidos nas leis e regulamentos em vigor
- 1877 Autoriza o Governo a contrair um empréstimo destinado à adaptação do edifício do ex-convento do Salvador, da cidade de Évora, para a Escola Comercial e Industrial de Gabriel Pereira e aquisição do respectivo mobiliário e material escolar
- 1878 Revoga o § único do artigo 16.º do regulamento geral das escolas industriais, aprovado pelo decreto n.º 6286
- 1880 Estabelece ser de seis anos a idade mínima exigida para a matrícula na 1.ª classe das escolas de ensino primário geral - Restabelece os exames de passagem, sob a presidência dos respectivos directores, nas escolas em que haja mais de um professor, e determina que os exames da 5.ª classe se realizem nas sedes dos concelhos sob a presidência do inspector escolar - Declara ser de habilitação mínima para a matrícula em determinadas escolas e estabelecimentos de ensino o certificado de aprovação na 5.ª classe do ensino primário geral, tornando facultativo a estes estabelecimentos estabelecerem exames de admissão quando o julguem conveniente
- 1881 Estabelece quais sejam os estudos universitários preparatórios para o curso médico e fixa as regras a que devem obedecer as Faculdades de Medicina na distribuição das disciplinas constitutivas do curso médico - Determina quais as habilitações a exigir para a admissão ao ensino das parteiras, ensino que continuará a ser feito nas Faculdades de Medicina

Decretos

- 11400 Modifica o quadro I do artigo 6.º do decreto n.º 11036, que aprovou o regulamento literário do Collegio Militar
- 11407 Regula o funcionamento da Repartição das Construções Escolares pelo que respeita aos serviços de construções escolares relativas às várias Direcções Gerais do Ministério da Instrução Pública
- 11408 Extingue o lugar de oficial da Secretaria do Liceu Nacional da Infanta D. Maria, em Coimbra - Reduz o número de guardas do referido Liceu
- 11413 Cria junto da Casa Pia de Évora uma escola de ensino primário geral com dois lugares de professores
- 11425 Determina que voltem à posse do Instituto Superior de Agronomia uns terrenos cedidos pelo decreto n.º 4856 à Estação de Ensaios de Máquinas
- 11429 Determina que o curso preparatório criado pelo decreto n.º 11261 seja regulado por todas as disposições aplicáveis dos regulamentos das escolas preparatórias para o ensino industrial e comercial, aprovado pelo decreto n.º 6285, devendo ser idêntico ao curso das escolas preparatórias e seja professado na Escola Industrial de Brotero, em Coimbra, em turmas inteiramente separadas das dos seus cursos industriais
- 11433 Determina que as vagas de professores efectivos que tenham ocorrido ou venham a ocorrer nos liceus femininos, por virtude da execução do disposto no decreto n.º 7797, possam ser providas por concurso sempre que o Governo assim o determine, tendo em vista as conveniências do ensino - Regula a forma de inscrição, nos orçamentos dos

liceus, da verba para o pagamento dos vencimentos dos professores transferidos ou a transferir nos termos do referido decreto n.º 7797

- 11441 Determina que ao artigo 1.º do decreto n.º 10725, que compõe o quadro transitório do pessoal civil da Escola Naval, seja incluído um desenhador arquivista
- 11458 Fixa as gratificações a abonar ao corpo docente da Escola Naval pelo serviço de exames
- 11459 Regulamenta a lei n.º 1748, que proíbe nos salões cinematográficos a exibição de fitas contrárias à moral e bons costumes e obriga todos os cinematógrafos de Lisboa e Pôrto a realizar duas vezes por mês sessões cinematográficas educativas de hora e meia com admissão gratuita para as crianças das escolas primárias oficiais
- 11461 Harmoniza o regulamento literário do Colégio Militar com o regulamento de instrução secundária aprovado pelo decreto n.º 7558 e a correlativa legislação posterior na parte relativa às faltas de assiduidade no exercício do magistério
- 11463 Altera o texto de vários artigos do regulamento literário do Colégio Militar, mandado pôr em execução pelo decreto n.º 11036 - Torna extensivas as disposições de vários diplomas aos professores do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e aos professores e professoras do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 11466 Eleva ao triplo a verba destinada ao abono da gratificação especial a um professor da Escola de Medicina Tropical
- 11471 Eleva ao triplo a verba orçamental destinada ao abono da gratificação especial ao director do Laboratório da Escola de Medicina Tropical
- 11483 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da Escola de Construção Naval de Lisboa
- 11483 (R1 DG 55) Rectificação ao regulamento da Escola de Construção Naval de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 11483
- 11484 Altera a composição do quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz, fixado pelo decreto n.º 10678, na parte que se refere aos professores de desenho
- 11488 Suspende a execução do decreto n.º 10776 com excepção do seu artigo 1.º - Determina que os serviços de administração do ensino primário confiados às secretarias escolares distritais fiquem provisoriamente a cargo das inspecções escolares
- 11490 Aprova os programas dos cursos das escolas comerciais
- 11501 Constitui a comissão administrativa a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 11103, a cargo da qual fica a construção ou aquisição do edifício e respectivo mobiliário da Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz
- 11549 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo da Infância Desvalida do Arcebispo Silva Tôrres, da vila de Caminha
- 11550 Converte em oficial a escola infantil que funciona no Hospital de D. Estefânia, de Lisboa - Determina que sejam nomeadas as actuais professoras para a regência da escola
- 11556 Determina que o conselho escolar da Escola Nacional de Agricultura apresente à aprovação das estações superiores o projecto de regulamento da mesma Escola, moldado na conformidade das disposições do presente decreto
- 11562 Modifica as normas estabelecidas nas portarias n.ºs 4144 e 4156 para a graduação dos candidatos a professores provisórios dos liceus
- 11591 Constitui a comissão administrativa a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 11103, a cargo da qual fica a construção ou aquisição do edifício e respectivo mobiliário da Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz (tem o mesmo texto do decreto n.º 11501 mas são ligeiramente diferentes)
- 11599 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo de S. João, da cidade do Pôrto - Determina que para a regência da escola sejam nomeadas as actuais professoras
- 11600 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo da Misericórdia de Santarém - Determina que para a regência da escola seja nomeado o actual professor
- 11602 Torna extensivo aos professores da Escola Militar e Escola Naval o abono das diuturnidades a que se referem os decretos n.ºs 4554 e 5029 - Regula o abono de gratificações e melhoria de vencimentos aos professores das referidas escolas por acumulação de regência de cadeiras, de parte de cadeiras ou do seu desdobramento em turmas
- 11608 Manda que sejam entregues à Escola Industrial de Brotero as dependências do seu edifício ocupadas pela 2.ª esquadra policial de Coimbra - Determina que o Governo Civil de Coimbra, por intermédio do respectivo comissário de polícia, promova a instalação de postos policiais nos diferentes bairros da cidade
- 11617 Autoriza a Câmara Municipal de Alpiarça a expropriar uma faixa de terreno para a construção de uma escola de ensino primário geral
- 11628 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo de Santa Estefânia, da cidade de Guimarães - Determina que seja nomeada a actual professora para a regência da referida escola
- 11629 Amplia as aplicações que as juntas administrativas das Universidades podem dar às receitas universitárias e os conselhos das Faculdades e Escolas às suas receitas ao que se referem os artigos 1.º e 2.º do decreto n.º 11018, que esclarece os artigos 47.º e 48.º do estatuto universitário
- 11638 Regula as transferências, permutas e provimento definitivo, temporário e interino dos professores de ensino primário geral e infantil
- 11645 Regula o funcionamento das Escolas Práticas de Agricultura de Cardoso de Meneses e de Meneses Pimentel
- 11651 Determina que nenhum aluno das escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública possa dedicar-se a práticas desportivas de qualquer natureza sem uma autorização escrita dos chefes dos estabelecimentos em que se encontram matriculados, declarando-o apto para as realizar
- 11657 Modifica o ensino de várias disciplinas da Escola de Belas Artes de Lisboa

- 11657 (R1 DG 111) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 11657, que modifica o ensino de várias disciplinas da Escola de Belas Artes de Lisboa
- 11673 Faz várias alterações ao regulamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 11698 Reduz à categoria de nacional o Liceu Central de Jaime Moniz, no Funchal
- 11709 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 966, que cedeu à Junta de Freguesia de Campanhã, do bairro oriental do Pôrto, o edifício do antigo presbitério e o terreno do passal anexo para instalação de uma escola de ensino primário geral e para recreio dos alunos - Cede à Câmara Municipal do Pôrto o referido presbitério e dois socalcos do terreno do passal
- 11710 Cede à Junta de Freguesia de Cacia, concelho e distrito de Aveiro, uma porção de terreno do antigo passal do pároco da freguesia, para construção do edifício da escola de ensino primário geral do lugar de Sarrazola
- 11720 Estabelece as normas a observar na classificação dos candidatos a professores provisórios dos vários grupos dos liceus - Determina que aos professores provisórios chamados ao serviço só devam ser distribuídas disciplinas do respectivo grupo, podendo ser-lhes também distribuídas, quando se torne necessário para perfazer o mínimo legal de tempo de serviço, disciplinas da secção liceal a que esse grupo pertence
- 11721 Revoga os artigos 1.º, 2.º e 3.º da lei n.º 861, que regulava a nomeação dos reitores das Universidades e dos liceus e dos directores dos outros estabelecimentos de ensino a cargo do Estado e o preenchimento das vagas de professores das Universidades - Determina a reunião das assembleias gerais das Universidades para a eleição dos reitores e vice-reitores e dos Conselhos das diferentes Faculdades e escolas universitárias e dos liceus para a eleição dos respectivos directores e reitores
- 11722 Anula o decreto n.º 5491, que introduziu diferentes matérias no quadro das disciplinas do 6.º grupo das Faculdades de Letras
- 11723 Anula o decreto de 18 de Outubro de 1911, que demitiu o Dr. António José Teixeira de Abreu do lugar de professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, reintegrando-o em um dos lugares de professor ordinário do quadro da mesma Faculdade
- 11727 Extingue a Polícia de Segurança do Estado
- 11730 Extingue as Escolas Primárias Superiores a partir de 30 de Junho de 1926
- 11747 Determina quais as entidades que devem assinar e referendar os diplomas de nomeações, reintegrações, transferências, aposentações, reformas, demissões e exonerações de funcionários civis ou militares, e bem assim os diplomas de carácter regulamentar
- 11757 Exonera o cidadão Joaquim Mendes dos Remédios de Ministro da Instrução Pública
- 11758 Nomeia o cidadão Artur Ricardo Jorge para Ministro da Instrução Pública
- 11763 Regulariza a situação anormal criada pela greve académica ao ensino professado na Escola Superior de Medicina Veterinária
- 11780 Regula a situação dos alunos das diferentes Faculdades e Escolas Universitárias que em diversos períodos do presente ano lectivo abandonaram as aulas, a fim de poderem ser admitidos a exame
- 11782 Estabelece que o ensino das parteiras continue a ser feito nas Faculdades de Medicina, sendo apenas exigido para a matrícula no respectivo curso o exame da 4.ª classe da instrução primária ou o exame de admissão aos liceus
- 11783 Fixa o quadro do pessoal do Museu e Laboratório Zoológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Estação de Zoologia Marítima anexa
- 11784 Dá a designação de primeiros e segundos contínuos aos contínuos e serventes dos quadros privativos das Secretarias Gerais das Universidades e das diferentes Faculdades e Escolas Universitárias
- 11791 Cede à Junta de Freguesia de Cabanas, concelho de Carregal do Sal, uma porção de terreno do antigo passal do pároco para a construção de um edifício escolar
- 11795 Anula a lei n.º 1880, que estabelece ser de seis anos a idade mínima exigida para a matrícula na 1.ª classe das escolas de ensino primário geral; restabelece os exames de passagem, sob a presidência dos respectivos directores, nas escolas em que haja mais de um professor, e determina que os exames da 5.ª classe se realizem nas sedes dos concelhos sob a presidência do inspector escolar; e declara ser de habilitação mínima para a matrícula em determinadas escolas e estabelecimentos de ensino o certificado de aprovação na 5.ª classe do ensino primário geral, tornando facultativo a estes estabelecimentos estabelecerem exames de admissão quando o julguem conveniente
- 11796 Anula a lei n.º 1881, que estabelece quais sejam os estudos universitários preparatórios para o curso médico e fixa as regras a que devem obedecer as Faculdades de Medicina na distribuição das disciplinas constitutivas do curso médico; e determina quais as habilitações a exigir para a admissão ao ensino das parteiras, ensino que continuará a ser feito nas Faculdades de Medicina
- 11818 Manda arquivar nas respectivas inspecções escolares as folhas de vencimento dos professores de ensino primário geral
- 11829 Estabelece que o curso das escolas industriais dispense o exame de admissão para a matrícula no 1.º ano do curso preparatório das escolas de belas artes
- 11836 Autoriza poder ser dada outra aplicação aos saldos sobressalentes da receita resultante da propina anual de trabalhos práticos paga pelos alunos internos dos liceus, instituída pela lei n.º 1363 - Autoriza os estabelecimentos universitários que cobrem determinados rendimentos a aplicarem directamente e em seu exclusivo benefício a importância dessas receitas - Institui no Conservatório Nacional de Música o pagamento de várias propinas
- 11837 Prorroga o prazo fixado no § único do artigo 3.º do decreto n.º 11730, que extingue as escolas primárias superiores
- 11839 Regula qualquer forma de publicação gráfica seja ou não periódica
- 11855 Nomeia consultor técnico e jurídico da Presidência do Govêrno, em comissão gratuita e amovível de serviço público, o professor da Faculdade de Direito de Lisboa Dr. Albino Vieira da Rocha - Regula as atribuições do referido consultor

- 11869 Abre um crédito a fim de ocorrer ao refôrço da verba inscrita no orçamento da despesa ordinária do Ministério para 1925-1926, destinado ao reembolso das diferentes propinas que constituem receita dos estabelecimentos universitários
- 11869 (R1 DG 175) Rectificação ao decreto n.º 11869 (refôrço de verba destinado ao reembolso das diferentes propinas que constituem receita dos estabelecimentos universitários)
- 11870 Revoga o decreto n.º 11855, que nomeava consultor técnico e jurídico da Presidencia do Govêrno um professor da Faculdade de Direito de Lisboa e regulava as atribuições do referido consultor
- 11887 Concede personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto de quaisquer agremiações ou confissões religiosas - Permite o ensino religioso nas escolas particulares - Reconhece o direito de aposentação aos ministros da religião católica que à data da proclamação da República exerciam funções religiosas por nomeação ou apresentação do Estado
- 11887 (R1 DG 154) Rectificações ao decreto n.º 11887, que concede personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto de quaisquer agremiações ou confissões religiosas; permite o ensino religioso nas escolas particulares; reconhece o direito de aposentação aos ministros da religião católica que à data da proclamação da República exerciam funções religiosas por nomeação ou apresentação do Estado
- 11892 Obriga os autores e editores de livros portugueses a entregar à Academia das Ciências de Lisboa um exemplar de todas as obras que publicarem ou editarem
- 11897 Determina a transferência dos professores existentes nos liceus femininos de Lisboa, Pôrto e Coimbra que não transitaram para os liceus masculinos
- 11899 que determina que sejam admitidos no futuro ano lectivo, com dispensa do limite de idade, à matrícula da Escola Militar os candidatos que no último concurso prestaram provas e foram classificados, sendo filhos de oficiais que tomaram parte na Grande Guerra, e no presente ano lectivo atinjam o limite de idade para a admissão naquela Escola
- 11914 Estabelece as normas que os conselhos escolares deverão observar na classificação dos candidatos a professores provisórios dos vários grupos dos liceus
- 11915 Estabelece uma segunda chamada em todos os exames das Faculdades das três Universidades do País
- 11957 Determina que as secretarias gerais e tesourarias das três Universidades estejam encerradas desde 1 a 31 de Agosto
- 11959 Aplica aos alunos do Instituto Superior de Agronomia o que sôbre faltas, por motivo do protesto académico, foi estabelecido para os alunos das outras escolas pelo decreto n.º 11780
- 11970 Determina que, para os efeitos do decreto n.º 11914, gozem das mesmas regalias que os candidatos licenciados em letras ou sciências os habilitados com o curso preparatório para professores de desenho dos liceus, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 10205
- 11981 Extingue o actual Conselho Superior de Instrução Pública e cria, em sua substituição, outra organização com o mesmo título, que funcionará nos termos do presente decreto
- 11981 (R1 DG 166) Nova publicação, rectificada, do artigo 18.º e seus parágrafos do decreto n.º 11981, que reorganizou o Conselho Superior de Instrução Pública
- 11981 (R2 DG 169) Nova publicação, rectificada, dos artigos 4.º e 9.º e seus parágrafos do decreto n.º 11981, que reorganizou o Conselho Superior de Instrução Pública
- 11988 Declara que a designação de «engenheiro» pertence aos diplomados com qualquer dos cursos nacionais indicados neste decreto
- 11988 (R1 DG 22 de 1927) Parecer da Procuradoria Geral da República acêrca do título de agente técnico de engenharia a que se refere o decreto n.º 11988
- 11995 Promulga várias disposições atinentes a acelerar os serviços dos exames de admissão aos liceus
- 11996 Faz uma nova distribuição, pelos Ministérios das Finanças, Comércio e Comunicações e Instrução Pública, dos organismos e serviços dependentes que em 25 de Novembro de 1925 constituíam o Ministério do Trabalho
- 12008 Altera e esclarece algumas disposições do decreto n.º 11839, que regula qualquer forma de publicação gráfica, seja ou não periódica
- 12072 Concede o direito de aposentação a vários professores ou mestres estrangeiros contratados pelas escolas industriais
- 12085 Substitui os artigos 149.º e 162.º do regulamento da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto (decreto n.º 7332)
- 12091 Extingue o Instituto Industrial e Comercial de Coimbra, criado pelo decreto n.º 7869, de 5 de Dezembro de 1921 - Promulga várias disposições com respeito ao pessoal e manda entregar à Escola Industrial de Brotero todo o material de ensino
- 12091 (R1 DG 180) Nova publicação, rectificada, dos artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 12091 (extinção do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra)
- 12094 Extingue a Inspeção Geral de Sanidade Escolar, instituída pelo decreto n.º 5371, de 4 de Abril de 1919, e manda que seja substituída por uma secção de higiene escolar incorporada na Direcção Geral de Saúde, para onde transitam os actuais serviços com o respectivo pessoal e dotações orçamentais
- 12119 Determina que sejam definitivamente cedidos à Câmara Municipal do concelho de Olhão os edifícios das antigas residências do pároco e sacristão, com os respectivos quintais e mais pertenças, das freguesias de Moncarapacho e de Olhão, para instalação das escolas oficiais de ensino primário geral, habitação dos respectivos professores e conjuntamente para quaisquer serviços de reconhecida utilidade social
- 12142 Esclarece qual a legislação que regula as faltas e licenças concedidas ao pessoal menor das escolas de ensino primário geral e infantil

- 12143 Torna obrigatória a frequência da cadeira de estudos camoneanos aos alunos das secções de filologia clássica e filologia românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 12147 Promulga várias disposições sobre directores e professores das escolas de ensino elementar industrial e comercial - Revoga os decretos n.ºs 11225 e 9757
- 12147 (R1 DG 198) Nova publicação, rectificada, do artigo 27.º de decreto n.º 12147 (disposições sobre directores e professores das escolas de ensino elementar industrial e comercial)
- 12147 (R2 DG 241) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12147, que promulga várias disposições sobre directores e professores das escolas de ensino elementar industrial e comercial e revoga os decretos n.ºs 11225 e 9737
- 12155 Fixa o prazo para a realização das matrículas dos alunos nos liceus
- 12156 Anula o concurso de livros para o ensino secundário, aberto pela portaria de 3 de Setembro de 1925, e dissolve a comissão respectiva - Determina que os conselhos escolares dos liceus escolham livremente os livros a adoptar para o ano de 1926-1927, devendo essa escolha recair somente em obras de autores, proprietários ou editores portugueses
- 12157 Determina que transitem para o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra, constituindo pessoal do quadro do mesmo Instituto, os funcionários da extinta secretaria da Faculdade de Direito de Coimbra, que se encontram na situação de disponibilidade
- 12181 Fixa em 1000\$00 o vencimento anual dos professores contratados de música e canto coral das Faculdades de Letras, ao qual acrescentarão as melhorias fixadas para os professores do Conservatório Nacional de Música
- 12182 Reintegra um professor ordinário da Escola da Arte de Representar
- 12182 (R1 DG 187) Rectificações ao último considerando e ao artigo 1.º do decreto n.º 12182, inserto no Diário do Governo n.º 185, de 23 de Agosto de 1926
- 12195 Aumenta o pessoal do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra com um observador chefe de serviço - Mandar inscrever duas verbas na tabela orçamental da despesa extraordinária do Ministério para o ano económico de 1926-1927
- 12195 (R1 DG 195) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 12195 (inscrição de verbas na tabela orçamental do Ministério para 1926-1927)
- 12196 Determina que o Observatório Astronómico de Ponta Delgada passe a denominar-se Observatório Astronómico de Francisco Afonso Chaves
- 12197 Cria o Instituto de Investigações Económico-Sociais na Faculdade Técnica da Universidade do Porto
- 12209 Regula a concessão de passagens, licenças e outros abonos aos funcionários ou empregados, civis e militares, ao serviço das províncias ultramarinas, e mais preceitos correlativos; extingue a Caixa de Aposentações, criada por decreto de 27 de Maio de 1911, e aprova a tabela das classes em que têm de ser transportados os mesmos funcionários ou empregados
- 12223 Considera professora adida do 6.º grupo do Liceu de Garrett, em Lisboa, uma antiga professora efectiva
- 12230 Cede definitivamente à Junta de Freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, a antiga residência e passal do pároco da mesma freguesia, a fim de auxiliar a construção de dois edifícios para instalação das escolas de ensino primário geral, de um pavilhão para tratamento de doentes protegidos pela Assistência e Beneficência Paroquial de Freamunde, com anexos para funcionamento de uma creche e de um lactário
- 12256 Regula a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo decreto n.º 11981
- 12273 Abre um crédito para pagamento dos vencimentos e subsídios de residência dos professores do ensino secundário transferidos dos liceus femininos para os masculinos
- 12294 Determina que as gratificações a que alude o artigo 23.º e seus parágrafos do decreto n.º 12256 sejam multiplicadas pelo factor 3, nos termos do artigo 26.º da lei n.º 1452
- 12301 Determina que a Escola Industrial de Brotero e a Escola Comercial de Coimbra passem a constituir um só estabelecimento de ensino
- 12301 (R1 DG 225) Nova publicação, rectificada, do artigo 13.º do decreto n.º 12301, que determina que a Escola Industrial de Brotero e a Escola Comercial de Coimbra passem a constituir um só estabelecimento de ensino
- 12304 Determina que para a abertura de termos de exame de alunos externos haja nas secretarias dos liceus livros de formato superior aos dos alunos internos, conforme o modelo anexo ao presente decreto - Mais determina que os documentos respeitantes ao exame de um aluno devam constituir um só processo
- 12314 Esclarece algumas dúvidas acerca da execução do decreto n.º 11996, que faz uma nova distribuição, pelos Ministérios das Finanças, Comércio e Comunicações e Instrução Pública, dos organismos e serviços dependentes que em 25 de Novembro de 1925 constituíam o Ministério do Trabalho
- 12324 Suspende a execução do artigo 10.º e seu § 1.º do decreto n.º 9148 e do decreto n.º 11645, que criaram as escolas práticas de agricultura de Cardoso Meneses e de Meneses Pimentel, em Viseu e Mirandela
- 12334 Cria a Ordem dos Advogados
- 12339 Autoriza a admissão excepcional a exame em Outubro de 1926 dos alunos dos estabelecimentos de ensino industrial e comercial de grau elementar e médio que, por motivo de perturbações escolares, não fizeram os seus exames na época de Julho do mesmo ano
- 12347 Suprime as Escolas de Artes e Ofícios de Lopes Cardoso, de Miranda do Douro, e de Alfredo Le Cocq, de Freixo de Espada-à-Cinta
- 12348 Suprime a Escola Industrial e Comercial da Horta e a Escola Industrial e Comercial de Vila Real de Santo António, criadas respectivamente pelos decretos n.ºs 9829 e 10646
- 12349 Promulga a organização dos cursos médios do ensino ministrado no Instituto Comercial de Lisboa e na secção comercial do Instituto Industrial e Comercial do Porto

- 12350 Fixa o quadro e vencimentos dos professores agregados das escolas industriais, de artes e ofícios e de arte aplicada, preparatórias e das escolas e aulas comerciais
- 12388 Cria no Instituto Feminino de Educação e Trabalho uma secção de ensino liceal
- 12425 Promulga o estatuto da instrução secundária. (O artigo 133.º é imposto o nome da filóloga romantista Carolina Michaelis de Vasconcelos (Berlim, 15 de Março de 1851 – Porto, 16 de Novembro de 1925, como patrona do Liceu Feminino do Porto)
- 12425 (R1 DG 231) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12425, que promulga o estatuto da instrução secundária
- 12425 (R2 DG 237) Rectificações ao decreto n.º 12425 (estatuto da instrução secundária)
- 12425 (R3 DG 242) Nova publicação, rectificada, do artigo 44.º do decreto n.º 12425 (estatuto da instrução secundária)
- 12426 Promulga o estatuto da instrução universitária
- 12426 (R1 DG 256) Rectificações aos decretos n.ºs 12426 (estatuto da instrução universitária) e 12492 (organização dos serviços administrativos das Universidades)
- 12426 (R2 DG 261) Rectificações aos decretos n.ºs 12426 (estatuto da instrução universitária), 12492 (organização dos serviços administrativos das Universidades), 12677 (organização das Faculdades de Letras), 12678 (organização das Faculdades de Ciências), 12696 (organização das Faculdades de Engenharia), 12697 (organização das Faculdades de Medicina) e 12698 (organização das Faculdades de Farmácia)
- 12426 (R3 DG 243) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12426 (estatuto da instrução universitária)
- 12426 (R4 DG 4 de 1927) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12426, que promulga o estatuto da instrução universitária
- 12437 Converte num só estabelecimento de ensino, que se denominará Escola Industrial e Comercial de Viseu, a Escola de Artes e Ofícios de Emídio Navarro e a Escola Comercial dessa cidade
- 12437 (R1 DG 229) Rectificações ao decreto n.º 12437, que converte num só estabelecimento de ensino a Escola de Artes e Ofícios de Emídio Navarro e a Escola Comercial de Viseu
- 12449 Determina que seja apenas de seis meses, para os alunos inscritos nas Faculdades de Direito anteriormente ao ano lectivo de 1926 a 1927, o tirocínio a que se refere o artigo 28.º do decreto n.º 12334, que cria a Ordem dos Advogados
- 12476 Nomeia professora efectiva do 2.º grupo do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa, uma professora do antigo 8.º grupo, adida ao quadro do pessoal docente do mesmo Liceu
- 12477 Promulga a reorganização geral dos Serviços de Saúde Pública (este decreto aparece do DG 227 de 1926, incorrectamente referido por Decreto n.º 11477) No seu artigo 39.º é criado um Fundo das construções escolares
- 12485 Promulga o estatuto orgânico das missões católicas portuguesas de África e Timor (muita informação sobre as missões de ensino, quer ensino geral quer prático, este respeitante principalmente ao aprendizado agrícola, profissional e doméstico)
- 12491 Cede à Câmara Municipal de Viseu uma faixa de terreno pertença do quintal da Escola de Carpintaria, Serralharia e Trabalhos Femininos de Emídio Navarro, de Viseu, a fim de construir casas económicas
- 12492 Organiza os serviços administrativos das Universidades
- 12492 (R1 DG 243) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12492 (organização dos serviços administrativos das Universidades)
- 12492 (R2 DG 4 de 1927) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12492, que organiza os serviços administrativos das universidades
- 12493 Torna incompatíveis diversos lugares de funcionários públicos com os de advogado, consultor jurídico, membro ou vogal da direcção, gerência, administração ou conselho fiscal das sociedades ou empresas concessionárias do Estado ou que com êste tenham quaisquer contratos, e bem assim das sociedades, empresas ou firmas que explorem o comércio bancário **Revogado** pelo decreto n.º 12527
- 12514 Promulga várias disposições relativamente à distribuição de subsídios pelas câmaras municipais, conclusão de edifícios escolares, aquisição de mobiliário escolar e material didático, serviços de exames, etc., devendo as câmaras municipais formular as respectivas petições e os inspectores escolares dar cumprimento ao preceituado no presente diploma
- 12514 (R1 DG 242) Rectificação ao decreto n.º 12514, que promulga várias disposições relativamente à distribuição de subsídios pelas câmaras municipais, conclusão de edifícios escolares, etc
- 12516 Concede aumento de vencimento por diuturnidade ao pessoal civil dos quadros transitórios da Direcção Geral da Marinha e da Escola Naval
- 12527 Torna incompatíveis diversos lugares de funcionários públicos com os de advogado, consultor jurídico, membro ou vogal da direcção, gerência, administração ou conselho fiscal de empresas ou sociedades constituídas por contrato ou concessão especial do Estado ou que dêste hajam privilégio não conferido por lei genérica, subsídio ou garantia de rendimento, de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras com o Estado ou que com êle tenham quaisquer contratos de carácter permanente e das que exploram o comércio bancário - O presente diploma revoga o decreto n.º 12493 **Revogado**
- 12535 Declara ser a função de juiz de paz inerente ao cargo de professor, do sexo masculino, de ensino primário da escola da sede do respectivo distrito de paz - Regula a nomeação dos escrivães dos distritos de paz
- 12539 Promulga o estatuto da Escola Colonial
- 12539 (R1 DG 247) Rectificações ao decreto n.º 12539 (estatuto da Escola Colonial)
- 12554 Abre um crédito destinado a subsidiar os colégios de formação missionária portuguesa
- 12566 Cria na cidade de Lisboa doze escolas infantis
- 12567 Aprova o regulamento do pessoal docente das escolas de ensino elementar industrial e comercial - Autoriza o Govêrno a alterar excepcionalmente no presente ano lectivo os prazos de concurso fixados no regulamento

- 12572 Dá nova redacção aos artigos 78.º e 82.º, respectivamente, dos decretos n.ºs 10583 e 9104, que mandaram pôr em execução os regulamentos do Instituto Feminino de Educação e Trabalho e Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 12594 Aprova os programas dos cursos da instrução secundária
- 12644 Altera a organização do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 12646 Reintegra um professor efectivo do 4.º grupo do Liceu de Camilo Castelo Branco, de Vila Real
- 12647 Regula a expropriação de determinados terrenos para a instalação de diversas dependências da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto
- 12657 Determina que as análises dos géneros alimentícios para efeito da sua fiscalização continuem a ser feitas nos laboratórios do Ministério da Agricultura e passem também a ser feitas nos dos outros Ministérios(será incluído no número desses laboratórios, o laboratório privativo da Escola Agrícola Móvel da Região Duriense pela portaria n.º 4876)
- 12667 Acrescenta ao quadro das disciplinas da Escola Industrial de Fradesso da Silveira, de Portalegre, a de escrituração e contabilidade comercial
- 12668 Aumenta o quadro da Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, de Braga, com mais um professor para a disciplina de desenho geral, sendo dispensado um professor dessa disciplina da Escola Industrial e Comercial de Domingos Sequeira, de Leiria
- 12676 Concede um novo prazo aos professores das extintas escolas primárias superiores para enviarem os documentos a que se refere a portaria publicada no Diário do Govêrno n.º 150, 2.ª série, de 29 de Junho de 1926 - Considera como pedido de exoneração o não cumprimento do disposto no presente diploma
- 12677 Promulga a organização das Faculdades de Letras
- 12678 Promulga a organização das Faculdades de Ciências
- 12686 Determina que sejam destinados à instalação do Reformatório de Lisboa (para o sexo feminino) o edificio e a cêrca do extinto Colégio de S. José, em S. Domingos de Bemfica, e um prédio rústico e urbano, dependência do primeiro, e para instalação da Tutoria Central da Infância da comarca de Lisboa e secção feminina do Refúgio anexo à mesma Tutoria o prédio conhecido pela designação de Convento dos Franciscanos, à Graça, sito na Rua da Graça, e bem assim os prédios da mesma rua denominados prédios do Barão de Seixas
- 12695 Aprova os estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública
- 12695 (R1 DG 280) Rectificações ao decreto n.º 12695 (estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública)
- 12696 Promulga a organização das Faculdades de Engenharia
- 12697 Promulga a organização das Faculdades de Medicina
- 12698 Promulga a organização das Faculdades de Farmácia **Revogado**
- 12701 Incumbe um capitão de cavalaria em comissão de elaborar e redigir um compêndio de história orgânica e política do exército português para uso dos estabelecimentos de instrução dependentes do Ministério
- 12704 Promulga a organização da Escola Militar
- 12706 Regula os serviços de inspecção do ensino primário - Extingue trinta lugares de professores das escolas móveis e revoga a lei n.º 1823, que passou para cargo do Estado os vencimentos dos professores dos Jardins-Escolas de João de Deus
- 12707 Promulga a organização das Faculdades de Direito
- 12716 Altera os quadros do pessoal das Escolas Industriais e Comerciais de António Augusto de Aguiar, do Funchal, e de Afonso Domingues, de Lisboa, passando da primeira para a segunda um professor de desenho
- 12718 Determina a forma de concessão do título de instituto de investigação científica às instalações das escolas superiores, dependentes do Ministério, que pelo seu material e pelos trabalhos nelas realizados constituem verdadeiros centros de investigação
- 12725 Abre um crédito para refôrço das verbas destinadas à Escola Colonial e subsídio à Sociedade de Geografia
- 12735 Dá nova redacção ao artigo 2.º das instruções para funcionamento do curso de artífice radiotelegrafista, aprovadas e postas em execução pela Portaria n.º 10056 **Revogado**
- 12745 Promulga o regulamento dos concursos de admissão à matrícula nos cursos de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia militar e administração militar da Escola Militar
- 12765 Reserva para o Estado, a fim de ser destinado a uma escola de artes e ofícios para indígenas, o terreno do Alto de Boane, no distrito de Lourenço Marques
- 12771 Reorganiza o ensino nos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 12771 (R1 DG 280) Rectificação ao decreto n.º 12771, que reorganiza o ensino nos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 12773 Determina que seja acrescido de um preparador o pessoal auxiliar de ensino da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 12828 Abre um crédito a fim de ocorrer ao pagamento dos vencimentos e respectivas melhorias dos professores interinos das escolas industriais e comerciais no ano lectivo de 1925-1926 ainda em dívida
- 12850 Concede a revisão dos processos instaurados por infracções disciplinares de carácter político, nos termos dos decretos n.ºs 5203 e 5368, quando tiverem ocorrido circunstâncias que justifiquem a inocência dos condenados
- 12854 Promulga várias disposições sôbre serviços de inspecção do ensino primário - Revoga o artigo 26.º do decreto n.º 12706
- 12883 Determina a forma de cobrança das propinas dos alunos internos nas secretarias dos liceus do continente e ilhas - Revoga o § único do artigo 31.º e o artigo 139.º do decreto n.º 12425, devendo os professores a quem aquelas disposições se referem reassumir as funções docentes nos liceus em que estavam colocados àquela data

- 12886 Extingue o Instituto de Missões Coloniais estabelecido em Sernache do Bomjardim
- 12887 Provê o lugar vago de professor efectivo do 4.º grupo do Liceu Central de Salvador Correia, em Loanda
- 12888 Autoriza o Govêrno a contrair um empréstimo para a realização de obras, reparação e aquisição de edifício e material escolar dos Liceus de Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas, no Pôrto, de Alves Martins, em Viseu, de André de Gouveia, em Évora, de João de Deus, em Faro, e de Gil Vicente, em Lisboa
- 12888 (R1 DG 16 de 1927) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 12888, que autoriza o Govêrno a contrair um empréstimo para a realização de obras, reparação e aquisição de edificios e material escolar de determinados liceus
- 12888 (R2 DG 32 de 1927) Rectificação ao decreto n.º 12888, que autoriza o Govêrno a contrair um empréstimo para a realização de obras, reparação e aquisição de edifício e material escolar de determinados liceus
- 12912 Amplia as atribuições que pelo decreto n.º 11176 foram conferidas ao Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 12920 Determina que no provimento de qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino não sejam aplicáveis as disposições do artigo 5.º da lei n.º 410, e decreto n.º 8215
- 12940 Constitui o quadro do pessoal da Escola Profissional do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Portarias

- 4563 Prorroga o prazo para a inscrição dos funcionários dependentes do Ministério da Instrução Pública na Caixa de Previdência
- 4565 Determina que seja aberto anualmente na Agência Geral das Colónias um concurso de literatura colonial portuguesa
- 4571 Aplica aos funcionários das escolas primárias superiores e normais superiores, na parte respeitante a faltas e licenças, a doutrina da portaria n.º 4544
- 4607 Esclarece dúvidas sôbre o processo de justificação de faltas dos funcionários por motivo de doença
- 4653 Estabelece as normas a adoptar na execução do serviço de exames nos liceus da República
- 4662 Determina que os inspectores escolares sejam auxiliados pelos amanuenses das extintas escolas primárias superiores e na falta dêstes pelos professores efectivos do ensino primário geral sem exercício
- 4667 Determina que os professores agregados dos liceus, fora do respectivo quadro, que pretendam concorrer a professores provisórios dos liceus sejam dispensados da apresentação dos documentos a que se refere o artigo 279.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 7558, de 18 de Junho de 1921, que substituirão por um certificado passado pela Direcção Geral do Ensino Secundário, em que se prove que o concorrente é professor agregado
- 4669 Regula a forma de ser decidida a classificação final do grau preliminar a que se refere o artigo 76.º do regulamento geral das escolas industriais e a das passagens de ano do grau geral a que se refere o § 2.º do artigo 112.º aprovado pelo decreto n.º 6286
- 4690 Promulga várias disposições relativas à colocação de professores na situação de adidos nos lugares vagos das escolas de ensino primário geral
- 4693 Fixa o prazo em que devem ser enviados à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal os documentos relativos à recondução dos professores do quadro provisório das escolas móveis, nos termos dos artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 11062
- 4720 Regula a matrícula dos alunos das extintas escolas primárias superiores nas escolas comerciais e nas escolas preparatórias
- 4722 Regula o disposto no decreto n.º 12339, com relação aos alunos do extinto Instituto Industrial e Comercial de Coimbra
- 4725 Adia para 25 de Outubro de 1926 a data da abertura das aulas nos liceus do continente e ilhas
- 4726 Prorroga até 20 de Outubro de 1926 o prazo para a matrícula dos alunos nos liceus do continente e ilhas
- 4729 Adia para 25 de Outubro de 1926 a abertura das aulas da Escola Colonial
- 4732 Estabelece normas para assegurar os direitos dos alunos das escolas primárias superiores abrangidos pelas disposições da lei n.º 1369
- 4739 Designa os dias para a abertura das aulas nos liceus
- 4742 Determina que os alunos que possuam os cursos gerais professados no Instituto Comercial de Lisboa e na secção comercial do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto antes da publicação do decreto n.º 12349 se possam matricular nos Institutos Superiores do Comércio de Lisboa e Pôrto, como estabelece o § único do artigo 12.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 5102, depois de aprovados em exame de admissão
- 4748 Prorroga o prazo fixado no artigo 51.º do regulamento do pessoal docente das escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 4757 Determina que aos professores de ensino primário geral e demais funcionários dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal sejam abonados, quando na situação de inactividade temporária nos termos do artigo 4.º do decreto n.º 10729 e tenham direito à sua aposentação, os vencimentos que lhes competirem

Parecer

- DG 202 Parecer da Procuradoria Geral da República acêrca da concessão do título de engenheiros auxiliares aos diplomados pelos institutos industriais

Programa

- DG 170 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1926-1927

- DG 271 Programa para os exames de ajudantes da Escola de Correios e Telégrafos, nos termos do artigo 15.º do decreto n.º 10204
- DG 271 Programa para o curso de aplicação de telefonistas da Administração Geral dos Correios e Telégrafos da Escola de Correios e Telégrafos

Circulares

- DG 50 Circular aos reitores dos liceus do continente e ilhas acêrca do intervalo, entre os 3.º e 4.º tempos de aulas, para refeição dos alunos

1927

Decretos

- 12969 Introdz algumas modificações no decreto n.º 12425, que reorganizou o ensino secundário
- 12970 Regula a concessão do prémio «Rocha Cabral»
- 12971 Extingue o lugar de formador da Escola de Belas Artes do Pôrto e cria o lugar de chefe de secretaria da mesma Escola
- 12975 Autoriza o conselho administrativo do Liceu de Camões, em Lisboa, a abonar ao pessoal de secretaria e menor uma gratificação enquanto se mantiver o regime provisório de duplicação de cursos no referido Liceu
- 12983 Determina que os distintivos estabelecidos pelo decreto n.º 10125 (uniforme dos sócios da Academia das Ciências de Lisboa) possam ser usados pelos oficiais e praças do exército ou da armada, como os que são indicados no artigo 1.º do decreto n.º 10299
- 12999 Regula a situação do pessoal do extinto Instituto de Missões Coloniais
- 12999 (R1 DG 10) Rectificações ao decreto n.º 12999, que regula a situação do pessoal do extinto Instituto de Missões Coloniais
- 12999 (R2 DG 13) Rectificações ao decreto n.º 12999, que regula a situação do pessoal do extinto Instituto de Missões Coloniais
- 13019 Aumenta o quadro geral dos alunos da Casa Pia de Lisboa - Autoriza o contrato de um professor provisório
- 13032 Cria na Escola Industrial de Faria Guimarães, do Pôrto, a disciplina da flora e da fauna decorativa
- 13043 Regula a concessão do diploma de engenheiro
- 13056 Faz várias alterações ao estatuto do ensino secundário
- 13056 (R1 DG 98) Nova publicação, rectificada, do quadro n.º 1 apenso ao artigo 6.º do decreto n.º 13056 (alterações ao estatuto do ensino secundário)
- 13057 Restabelece em relação à Escola Agrícola Móvel de Tomar as disposições aplicáveis do decreto n.º 4831, que a criou
- 13061 Abre um crédito com aplicação ao pagamento de gratificações pelo serviço de exames nos liceus
- 13073 Transfere do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o do Comércio e Comunicações várias verbas para pagamento dos vencimentos e melhoria da professora da extinta Escola Primária Superior de Faro, que foi mandada servir na Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio, em Lisboa
- 13080 Estabelece disposições transitórias para o registo do diploma de engenheiro passado por escolas superiores estrangeiras
- 13083 Rectifica o orçamento do Ministério em harmonia com as disposições dos decretos n.ºs 12426 (estatuto da instrução universitária) e 12492 (organização dos serviços administrativos das Universidades)
- 13087 Constitui o quadro do pessoal da Escola Maternal do Alto do Pina - Revoga o decreto n.º 12938
- 13089 Constitui o quadro do pessoal da Escola Profissional do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral - Revoga o decreto n.º 12940
- 13093 Constitui o quadro do pessoal da Escola Maternal da Ajuda - Revoga o decreto n.º 12944
- 13100 Acrescenta ao quadro do pessoal docente da Escola de Cerâmica de António Augusto Gonçalves um mestre de pintura e de enforamento
- 13103 Determina que os concelhos de Almada, Barreiro, Sezimbra e Seixal constituam um círculo escolar com sede em Almada e que os concelhos de Loures e Sintra passem para o círculo escolar suburbano de Lisboa
- 13113 Autoriza o Governo a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo para a aquisição do terreno e construção do edifício do Instituto Superior Técnico, construção do edifício da Escola Industrial do Infante D. Henrique e aquisição de um prédio para instalação da Escola Industrial e Comercial de Viseu
- 13126 Fixa os quadros do pessoal de secretaria e menor dos liceus
- 13126 (R1 DG 32) Nova publicação, rectificada, ao decreto n.º 13126, que fixa os quadros do pessoal de secretaria e menor dos liceus
- 13127 Determina que excepcionalmente, havendo vagas no quadro do pessoal docente, e só enquanto tal facto se der, possa ser excedido em uma regência o limite fixado no § 2.º do artigo 53.º e § 4.º do artigo 54.º do decreto n.º 12426, que promulgou o estatuto da instrução universitária
- 13147 Aumenta o número de serventes jornaleiros de várias escolas elementares de ensino industrial
- 13148 Cria em Oliveira de Azeméis uma escola de ensino técnico que se denominará Escola de O Comércio do Pôrto
- 13149 Cria na vila de Águeda uma escola industrial e comercial
- 13149 (R1 DG 37) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 13149, que cria na vila de Águeda uma escola industrial e comercial

- 13151 Extingue o lugar de director dos serviços técnicos da Biblioteca Nacional de Lisboa - Determina que o expediente das Bibliotecas e Arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública passe a correr pela Direcção Geral do Ensino Superior
- 13152 Completa algumas das disposições do decreto n.º 13056, que faz várias alterações ao estatuto do ensino secundário
- 13153 Dá uma nova organização às secretarias das Faculdades de Medicina de Lisboa e Pôrto
- 13157 Autoriza a Escola Superior de Medicina Veterinária a contrair um empréstimo destinado à reconstrução dos edifícios, aquisição de mobiliário e aparelhagem necessários ao ensino da mesma Escola
- 13158 Regula a situação e vencimentos dos funcionários que exerçam cumulativamente funções inerentes a alguns dos lugares da Escola Prática de Agricultura de Évora - Determina a forma de pagamento da remuneração pelo exercício da Direcção das Escolas Agrícolas
- 13165 Reconhece como oficial o serviço prestado pelos professores que à data da publicação do decreto n.º 8998 exerciam o magistério primário na antiga Escola Azevedo, de Vila Real
- 13172 Considera em vigor os regulamentos de 1911 e de 1923 enquanto não forem publicados os novos regulamentos das Faculdades de Letras e de Direito
- 13193 Fixa as subvenções diferenciais a aplicar aos inspectores chefes e inspectores de círculo a que se referem os decretos n.ºs 12706 e 12854
- 13193 (R1 DG 65) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13193, que fixa as subvenções diferenciais a aplicar aos inspectores chefes e inspectores de círculo a que se referem os decretos n.ºs 12706 e 12854
- 13198 Considera em vigor, enquanto não fôr publicado o novo regulamento das Faculdades de Farmácia, os regulamentos aprovados pelos decretos n.ºs 7355, 7668 e 7700, respectivamente das Faculdades de Farmácia das Universidades do Pôrto, Coimbra e de Lisboa
- 13207 Restabelece nos liceus centrais femininos de Lisboa, Pôrto e Coimbra a disciplina de trabalhos manuais a que se refere o § 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 4961, de 11 de Novembro de 1918 - Constitui o quadro das professoras dos referidos liceus e determina que as antigas professoras efectivas e actualmente adidas aos quadros dos liceus de Lisboa e Pôrto regressem ao respectivo quadro como professoras efectivas
- 13235 Abre um crédito para pagamento a professores das escolas de ensino industrial e comercial
- 13235 (R1 DG 49) Rectificação ao decreto n.º 13235 (abertura de um crédito para pagamento a professores das escolas de ensino industrial e comercial)
- 13237 Esclarece que os professores contratados para as escolas de ensino industrial e comercial que, tendo as condições legais para a passagem à categoria de efectivos, a tenham requerido anteriormente à publicação do decreto n.º 12147, não são abrangidos pela doutrina que a êsse respeito foi estabelecida pelo citado decreto e legislação posterior
- 13238 Torna extensiva aos filhos dos professores de ensino primário e normal, como aos dos inspectores de ensino primário, a acção educativa a que se refere o decreto n.º 2079
- 13239 Modifica o actual regime a adoptar para a escolha de livros de ensino secundário
- 13239 (R1 DG 93) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13239, que modifica o regime a adoptar para escolha de livros de ensino secundário
- 13247 Cede uma faixa de terreno e materiais para a construção do novo edifício da Escola de Cerâmica de António Augusto Gonçalves, em Lisboa
- 13254 Promulga várias disposições sobre serviços de identificação - Reorganiza o Instituto de Criminologia de Lisboa - Cria o Instituto de Criminologia de Coimbra - Reorganiza a Repartição de Antropologia Criminal do Pôrto (irá criar o Bilhete de Identidade que será utilizado nos exames)
- 13262 Provê um lugar vago de segundo oficial da secretaria do Liceu de Alexandre Herculano, no Pôrto
- 13273 Determina que no recrutamento dos 2.ºs assistentes a que se referem os artigos 66.º e 67.º do Estatuto da Instrução Universitária, de 2 de Outubro de 1926, os conselhos escolares não se pronunciem por escrutínio secreto, devendo todos os votos ser fundamentados e transcritos na acta da sessão do conselho - Estabelece que da mesma maneira se proceda em todas as resoluções dos conselhos escolares sobre a recondução ou não recondução de 1.ºs e 2.ºs assistentes de nomeação anterior ou posterior à publicação do supracitado Estatuto
- 13271 Determina que as quatro jornaleiras que têm exercido na Escola Industrial de Machado de Castro as funções de auxiliares das mestras de trabalhos femininos passem a designar-se mestras auxiliares
- 13272 Autoriza o Govêrno a abrir um crédito para pagamento dos encargos com a aquisição do prédio onde funciona a secção feminina do Instituto do Professorado Primário e com as obras de adaptação e ampliação do edifício - Cede ao Ministério da Guerra, para instalação da Escola Central de Officiais, o edifício situado na Avenida de Gomes Pereira, em Bemfica, que fôra entregue à direcção do referido Instituto
- 13279 Promulga várias disposições relativas a nomeações de professores dos liceus coloniais, organização dos referidos liceus e programas de ensino
- 13279 (R1 DG 61) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13279, que promulga várias disposições relativas a nomeações de professores dos liceus coloniais, organização dos referidos liceus e programas de ensino
- 13283 Desdobra em dois lugares a cadeira de português e francês no Conservatório Nacional de Música
- 13291 Autoriza o delegado especial do Govêrno de que trata o artigo 6.º do decreto n.º 12886 a passar os atestados de efectividade que lhe foram requeridos pelos professores que serviram no extinto Instituto de Missões Coloniais
- 13291 (R1 DG 90) Rectificação ao artigo 1.º do decreto n.º 13291, que autoriza a passagem de atestados de efectividade que forem requeridos pelos professores que serviram no extinto Instituto de Missões Coloniais
- 13292 Autoriza o Govêrno a abrir um crédito destinado a um monumento que os habitantes de Sintra e Colares projectam erigir à memória do falecido professor Carlos França

- 13296 Promulga várias disposições relativas ao funcionamento das escolas normais superiores
- 13298 Reforça verbas do orçamento a fim de ocorrer ao pagamento de ajudas de custo e despesas de transporte dos serviços de ensino escolar e de investigação e fomento da Direcção Geral do Ensino e Fomento
- 14330 Transfere uma quantia do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o da Guerra para pagamento dos vencimentos a uma professora mandada prestar serviço no Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 13337 Proíbe a construção de qualquer edifício a menos de dez metros de distância dos edifícios escolares e suas dependências **Revogado**
- 13349 Fixa o número de serventes das escolas de ensino primário geral e infantil que devem corresponder ao serviço de cada escola e os seus respectivos vencimentos
- 13358 Torna extensivas às colónias as disposições do decreto n.º 10084, que aprova a organização da Escola Náutica, do decreto n.º 10225, que determina quais os documentos exigidos para a passagem das cartas de oficial piloto, de capitão, de condutor de máquinas e de maquinista da marinha mercante, e do decreto n.º 11010, que põe em execução o regulamento da Escola Náutica e escolas de pilotagem
- 13361 Rectifica o orçamento do Ministério com fundamento nos decretos n.ºs 12706, 12854 e 13193 (serviços de inspecção do ensino primário)
- 13368 Regula a matrícula no 1.º ano das Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e Coimbra e a frequência das aulas do ano de preparação pedagógica
- 13370 Eleva gratificações atribuídas aos professores que exercerem os cargos de secretário do Instituto Superior de Agronomia e de director de secretaria da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 13378 Dá nova redacção ao artigo 3.º do decreto n.º 13152 (alterações ao estatuto do ensino secundário)
- 13386 Cria na Faculdade de Medicina de Lisboa a cadeira de clínica terapêutica
- 13387 Nomeia professores de clínica terapêutica e de propedêutica da Faculdade de Medicina de Lisboa
- 13394 Aumenta de um o número dos vogais eleitos do Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo decreto n.º 11981
- 13410 Aplica o acréscimo de três valores às classificações obtidas pelos diplomados com o curso de habilitação ao magistério secundário que prestaram provas públicas em concurso
- 13411 Determina que os actuais chefes de secretaria, antigos secretários privativos dos liceus, sejam equiparados aos chefes de secretaria dos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 13412 Determina a apresentação, pelos conselhos administrativos dos liceus, de contas especiais das despesas realizadas por conta das dotações autorizadas pelo decreto n.º 12888 para aquisição de edifícios, reparações, obras, aquisição de material, etc., em determinados liceus
- 13432 Revoga o § único do artigo 2.º do decreto n.º 12566 - Determina que seja aberto concurso para provimento dos lugares de professores de ensino infantil das secções anexas às escolas de instrução primária geral da cidade de Lisboa
- 13433 Fixa o quadro dos empregados menores do Ministério da Instrução Pública
- 13442 Autoriza o conselho administrativo do Liceu de Camões, em Lisboa, a abonar ao pessoal de secretaria e menor uma gratificação enquanto se mantiver o regime provisório de duplicação de cursos no referido Liceu
- 13452 Dota o círculo escolar de Almada com a verba para despesas a fazer no ano económico de 1926-1927 com inspecções às escolas da sua área
- 13453 Remodela os quadros dos professores dos liceus
- 13455 Concede aos conselhos escolares das diferentes Faculdades das três Universidades da República o direito de poderem conferir o título de professores honorários a altas individualidades científicas estrangeiras
- 13470 Regula o exercício da profissão farmacêutica **Revogado**
- 13475 Regula a composição do quadro administrativo e pedagógico do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 13475 (R1 DG 100) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13475, que regula a composição do quadro administrativo e técnico do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 13480 Regula a aposentação de um empregado menor da escola de ensino primário geral n.º 75, de Lisboa, e o provimento da referida vaga
- 13481 Determina que um amanuense efectivo do Liceu de Gil Vicente, em Lisboa, seja considerado segundo oficial adido e colocado no referido Liceu
- 13486 Cria a Ordem de Instrução e Benemerência
- 13487 Provê o lugar de chefe da secretaria do Liceu de João de Deus, em Faro
- 13488 Determina que os funcionários de secretaria e empregados menores do sexo masculino dos liceus femininos de Lisboa, Pôrto e Coimbra sejam colocados nos liceus masculinos das referidas cidades - Fixa o quadro do pessoal de secretaria dos liceus femininos de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 13489 Determina que, enquanto não fôr publicado o novo regulamento das Faculdades de Medicina, seja considerado em vigor o regulamento privativo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 11085, em tudo que não contrariar o disposto nos decretos n.ºs 12426, 12697 e 13273
- 13498 Fixa as condições literárias exigidas pela Escola Náutica para a admissão à matrícula no primeiro ano do curso elementar dos alunos externos, à matrícula no curso elementar de radiotelegrafistas mercantes e as condições literárias e profissionais para a admissão à matrícula no curso elementar de maquinistas mercantes **Revogado**
- 13511 Torna aplicável aos inspectores escolares a doutrina do artigo 1.º do decreto n.º 7808
- 13521 Determina que sejam colocados nos liceus os funcionários adidos do Estado, em disponibilidade, que satisfaçam a todas as condições legais para o exercício efectivo do magistério secundário oficial - Considera definitivas as colocações, nos liceus onde se encontram prestando serviço, dos professores efectivos deslocados dos quadros dos liceus a que pertenciam por efeito das disposições dos decretos n.ºs 9677 e 10120

- 13521 (R1 DG 86) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 3.º do decreto n.º 13521, artigo que se refere às colocações definitivas, nos liceus onde se encontram prestando serviço, dos professores efectivos deslocados dos quadros dos liceus a que pertenciam por efeito das disposições dos decretos n.ºs 9677 e 10120
- 13528 Regula a permuta entre o Instituto Superior Técnico de Lisboa e a Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais de parte da antiga Quinta das Côrtes e da Quinta do Manique
- 13528 (R1 DG 90) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 13528, que regula a permuta entre o Instituto Superior Técnico de Lisboa e a Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais de parte da antiga Quinta das Côrtes e da Quinta do Manique
- 13566 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo Profissional do Têrço, da cidade do Pôrto
- 13571 Regulamenta e esclarece algumas disposições dos decretos n.ºs 12425 e 13056 (estatuto do ensino secundário)
- 13571 (R1 DG 168) Rectificação ao decreto n.º 13571, que regulamenta e esclarece algumas disposições dos decretos n.ºs 12425 e 13056 (estatuto do ensino secundário)
- 13572 Torna aplicável aos alunos das Faculdades de Farmácia que tenham obtido o grau de licenciado no ano lectivo de 1925-1926 o disposto no artigo 2.º do decreto n.º 12698, ficando assim habilitados para o exercício profissional de farmacêutico
- 13594 Autoriza a cedência ao Ministério do Comércio e Comunicações da capela do edifício onde se encontra instalado o Asilo de D. Maria Pia, para ampliação da Escola Industrial de Afonso Domingues
- 13598 Abre um crédito para pagamento das despesas da missão de estudo e observação do eclipse total do sol de 29 de Junho de 1927 em Hornihurst, ao norte de Manchester (Inglaterra)
- 13603 Cede à Junta da Freguesia de Alvarães um terreno sito no lugar do Cruzeiro, destinado à construção de um edifício escolar primário
- 13606 Substitui a designação de Liceu de «Vasco da Gama», aplicada ao Liceu de Aveiro, pela de «Liceu de José Estêvão»
- 13619 Promulga várias disposições sobre ensino primário geral
- 13638 Cede ao Instituto Feminino de Educação e Regeneração, com sede na cidade do Pôrto, o edifício do Convento de Corpus Christi, situado em Vila Nova de Gaia
- 13648 Determina que o govêrno da colónia de Moçambique faça uma escolha de terrenos nas margens do rio Umbeluzi destinados à instalação de uma estação de treino colonial agrícola, onde serão internados os emigrantes da metrópole que pretenderem dedicar-se à vida agrícola
- 13657 Introduce alterações no decreto n.º 12704 (organização da Escola Militar)
- 13661 Autoriza a Direcção Geral do Ensino e Fomentado Ministério da Agricultura a contratar engenheiros agrónomos
- 13662 Transforma o Pôsto Agrário de Mirandela em escola agrícola móvel denominada de «Meneses Pimentel»
- 13667 Determina que possa ser substituído por uma garantia bancária o depósito de 5 por cento da importância total das empreitadas de obras públicas a efectuar nos termos do artigo 32.º das instruções para a arrematação e adjudicação de obras públicas e bem assim o depósito constituído pela dedução de 8 por cento da importância dos pagamentos efectuados por conta dos respectivos trabalhos executados (será posteriormente extensivas aos empreiteiros adjudicatários das obras dos liceus ver decreto n.º 20499)
- 13672 Dá nova redacção ao artigo 1.º do decreto n.º 13498, que fixa as condições literárias exigidas pela Escola Náutica para a admissão à matrícula no primeiro ano do curso elementar de pilotagem ou para a admissão ao exame do primeiro ano do curso elementar dos alunos externos **Revogado**
- 13679 Revoga o decreto n.º 10951, sendo pôsto em vigor o artigo 9.º do regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5162
- 13680 Acrescenta ao plano de curso da Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, de Viana do Castelo, o ensino da marcenaria
- 13681 Determina que os mestres em serviço nas escolas industriais e comerciais percebam os vencimentos melhorados que cabem aos mestres das escolas industriais e preparatórias, sendo obrigados ao serviço semanal fixado para os mestres das escolas industriais
- 13686 Fixa os vencimentos das professoras de trabalhos manuais dos liceus centrais femininos, das professoras de música, das do 8.º grupo e das do extinto curso especial de educação feminina
- 13690 Determina que passem a denominar-se guardas das aulas os antigos primeiros contínuos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa que ocupam lugares com a denominação de guardas
- 13691 Fixa os vencimentos da regente do Instituto de Oftalmologia de Lisboa e do pessoal auxiliar e menor do referido Instituto
- 13697 Determina que um dos professores assistentes, a que se refere o artigo 7.º do regulamento do ensino profissional da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, de 14 de Janeiro de 1920, das cadeiras que ainda não sejam professadas possa ser aproveitado para auxiliar o ensino das 9.ª e 10.ª cadeiras
- 13703 Cede, pelo preço da avaliação, diversos móveis do Instituto das Missões Coloniais à sua última regente do internato feminino e providencia no sentido de se ultimar a liquidação das contas do mencionado Instituto
- 13703 (R1 DG 114) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13703, que cede, pelo preço da avaliação, diversos móveis do Instituto das Missões Coloniais à sua última regente do internato feminino e providencia no sentido de se ultimar a liquidação das contas do mencionado Instituto
- 13704 Autoriza o director do Colégio das Missões dos Padres Seculares Portugueses a continuar a fornecer, durante três meses, luz eléctrica à povoação de Sernache do Bomjardim nas condições ajustadas com o Instituto das Missões Coloniais
- 13707 Autoriza a Junta de Crédito Público a averbar à Escola Agrícola Colonial de Braga uns títulos da dívida interna fundada que pertenceram à extinta Escola Agrícola de S. Pedro de Penaferrim, em Sintra

- 13717 Determina que no orçamento do Ministério seja anualmente inscrita uma verba destinada a constituir «Bólsas de Estudo» para subsidiar as viagens e missões de estudo no estrangeiro dos professores do Instituto Superior Técnico e diplomados pelo mesmo Instituto que mais se tenham distinguido nos seus estudos
- 13721 Manda proceder à expropriação de um terreno para a construção das escolas anexas à Escola Normal Primária de Ponta Delgada
- 13724 Reorganiza os serviços das bibliotecas eruditas e arquivos - Estabelece normas para o serviço de catalogação - Fixa os programas das cadeiras especiais do curso superior de bibliotecário arquivista
- 13725 Promulga e codifica disposições sobre propriedade literária, científica e artística
- 13726 Reorganiza os serviços das bibliotecas populares e móveis
- 13739 Aprova o modelo do diploma de licenciado em medicina e cirurgia pelas três Universidades da República
- 13739 (R1 DG 138) Nova publicação, rectificada, do modelo do diploma de licenciado em medicina e cirurgia pelas três Universidades da República
- 13762 Cria uma escola de ensino primário elementar, com dois lugares de professor, na Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, da Junta Patriótica do Norte, com sede na cidade do Pôrto
- 13764 Aprova o regulamento para o provimento dos lugares do magistério da Escola Militar
- 13789 Determina que sejam abrangidos pelas disposições do artigo 1.º do decreto n.º 13521 todos os professores efectivos adidos aos quadros dos liceus
- 13791 Promulga várias disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar
- 13791 (R1 DG 215) Instruções aos inspectores dos círculos escolares para execução do disposto no artigo 3.º e seu parágrafo do decreto n.º 13791 (disposições sobre ensino primário infantil, elementar e complementar)
- 13792 Regula a forma de realização dos exames finais das escolas normais primárias
- 13807 Triplica as gratificações dos director, sub-director o secretário do Conservatório Nacional de Música, dos directores das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, do secretário dos Conselhos de Arte e Arqueologia de Lisboa, Pôrto e Coimbra e do secretário da Escola de Belas Artes do Pôrto
- 13840 Fixa o tempo de tirocínio exigido aos alunos do curso complementar de construções civis do Instituto Industrial de Lisboa
- 13863 Regula e altera algumas das disposições do decreto n.º 12706, quanto à forma do concurso para os lugares de inspectores chefes e inspectores de círculo do ensino primário - Fixa as normas a seguir e os programas a que hão-de obedecer os concursos a realizar
- 13887 Estabelece na Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira os cursos de carpintaria e marcenaria
- 13890 Reconhece o direito ao aumento de vencimento por diuturnidade de serviço a três professoras da secção feminina do Instituto do Professorado Primário na situação de disponibilidade
- 13891 Determina que ao inspector do círculo escolar de Ponta Delgada sejam estabelecidos os vencimentos fixados para os inspectores escolares anteriormente à publicação do decreto n.º 12706
- 13892 Preenche algumas lacunas da legislação em vigor respeitantes a exames estabelecidos posteriormente à promulgação do decreto n.º 12425 (estatuto da instrução secundária)
- 13896 Reconhece ao reverendo José Borges Casanova o direito de gozar, nos termos do artigo 13.º do decreto de 29 de Maio de 1907, as regalias que usufruem os engenheiros agrónomos diplomados pelas nossas escolas agrícolas
- 13896 (R1 DG 147) Rectificação ao decreto n.º 13896, que reconhece ao reverendo José Borges Casanova o direito de gozar as regalias que usufruem os engenheiros agrónomos diplomados pelas nossas escolas agrícolas
- 13923 Restitui aos conselhos escolares dos liceus a faculdade de relevarem algumas das faltas que os alunos tenham dado além das que o artigo 94.º do Estatuto da Instrução Secundária permite sem perda de ano
- 13924 Regula a concessão do diploma de professor de ensino secundário particular
- 13925 Mantém aos possuidores do título de professor livre das Faculdades de Medicina, aprovados em concurso de provas públicas, os seus direitos à promoção nas condições estabelecidas nas leis anteriores
- 13925 (R1 DG 150) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13925, que mantém nos possuidores do título de professor livre das Faculdades de Medicina, aprovados por prestação de provas públicas, os seus direitos à promoção nas condições estabelecidas nas leis anteriores
- 13927 Estabelece a assistência especial e privativa da cadeira de Patologia vegetal do Instituto Superior de Agronomia
- 13930 Revoga o decreto n.º 12668, que acrescentou ao quadro da Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, de Braga, um professor de desenho geral, que seria abatido ao quadro da Escola Industrial e Comercial de Domingos Sequeira, de Leiria
- 13931 Cria duas secções infantis na escola de ensino primário elementar n.º 57-76, da cidade de Lisboa
- 13932 Confirma o decreto de 2 de Abril de 1927, que reintegrou no seu antigo lugar um inspector escolar
- 13939 Substitui a designação do Liceu de Angra do Heroísmo pela de Liceu do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade
- 13940 Reforça a verba orçamental para 1926-1927, destinada ao pagamento de gratificações e indemnização por despesas de jornada aos vogais dos júris de concursos e exames
- 13941 Transfere dentro do capítulo 3.º do orçamento do Ministério para 1926-1927 uma quantia para refôrço da verba destinada ao pagamento de abonos variáveis de pessoal das Escolas Normais
- 13953 Determina que, quando por motivo de desdobramento das classes em turmas ou por impedimento dos respectivos professores o pessoal docente (efectivo e agregado) dos liceus fôr insuficiente para o regular funcionamento das aulas, se recorra à nomeação anual de indivíduos idóneos para desempenharem eventualmente essas funções
- 13953 (R1 DG 171) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 13953, que determina que, quando por motivo de desdobramento das classes em turmas ou por impedimento dos respectivos professores o pessoal docente (efectivo e agregado) dos liceus fôr insuficiente para o regular funcionamento das aulas, se recorra à nomeação anual de indivíduos idóneos para desempenharem eventualmente essas funções

- 13997 Aprova o modelo do diploma universitário de engenheiro geógrafo pelas Faculdades de Ciências das três Universidades da República
- 14019 Reorganiza o Conselho Superior de Ensino Industrial e Comercial
- 14023 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Seminário dos Meninos Desamparados, da cidade do Pôrto, e determina a situação dos dois professores da mesma escola
- 14031 Cria na cidade de Lisboa dez secções de ensino infantil
- 14039 Cede ao Ministério de Instrução Pública o antigo edifício da Igreja de S. Lourenço, da freguesia de Carnide, e o terreno que lhe fica anexo, para adaptar o edifício à instalação das escolas da freguesia
- 14041 Dá nova redacção ao § 1.º do artigo 10.º do decreto n.º 12485, que aprovou o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e Timor
- 14042 Autoriza a utilização de transportes em automóveis para os inspectores do Ministério, seus delegados ou outros funcionários em serviço do mesmo Ministério, sempre que esses transportes não excedam as despesas em via ordinária - Revoga o artigo 4.º do decreto n.º 9799, que aprova as tabelas das ajudas de custo e despesas de transportes fixadas para os diferentes Ministérios
- 14055 Regula a situação dos professores de qualquer grau de ensino que sejam ou hajam sido nomeados para os lugares de directores gerais de qualquer Direcção Geral do Ministério da Instrução Pública
- 14067 Determina que continuem em vigor as disposições do artigo 105.º do decreto n.º 4685, que aprova a organização do Instituto Superior de Agronomia
- 14068 Determina que à Escola Superior de Medicina Veterinária deixem de ser aplicáveis as disposições da lei n.º 1679, que concede a todos os alunos universitários e da Escola Superior de Medicina Veterinária a quem, finda a época de exames em Outubro, falte uma cadeira a faculdade de se matricular em no ano imediato
- 14069 Encarrega o Instituto Superior de Agronomia de elaborar um projecto de revisão dos seus serviços, introduzindo-lhe as modificações de ordem pedagógica e administrativa que a experiência tenha aconselhado
- 14075 Aprova o estatuto da Lutuosa dos Professores Primários
- 14088 Promulga o regulamento do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 14088 (R1 DG 181) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14088 (Promulga o regulamento do Instituto do Professorado Primário Oficial Português)
- 14116 Determina que, quando haja vagas de professores catedráticos ou de assistentes, possam as Faculdades e escolas universitárias contratar, como professores ou assistentes provisórios, indivíduos estranhos às mesmas Faculdades ou escolas
- 14117 Determina que ao professor Dr. Tomás de Melo Breyner, encarregado da regência do curso trimestral de sifilografia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sejam abonados os vencimentos em dívida, a partir do ano lectivo de 1922-1923
- 14118 Regula provisoriamente a situação dos candidatos às interinidades das escolas primárias elementares e do quadro provisório das escolas móveis
- 14119 Anula o decreto de 25 de Abril de 1925, que nomeia um professor efectivo do 2.º grupo dos liceus para o Liceu de Afonso de Albuquerque, da Guarda, e determina que o referido professor volte à situação anterior de professor efectivo a mais no 2.º grupo do Liceu de Gonçalo Velho, de Viana do Castelo
- 14122 Determina que os professores estrangeiros contratados das escolas industriais e comerciais, a quem foi concedido o direito à aposentação pelo decreto n.º 12072, que foram ou estejam para ser aposentados e que terminaram os seus contratos anteriormente à publicação do mesmo decreto, tenham direito aos abonos das respectivas pensões a partir de 9 de Agosto de 1926, e que àqueles cujos contratos caducaram posteriormente à publicação do referido decreto sejam abonados a partir do dia imediato ao da terminação dos seus contratos
- 14130 Regula, em determinadas condições, o ingresso dos professores das escolas primárias das colónias nas escolas elementares da metrópole
- 14131 Determina que os prazos para matrículas e pagamento das respectivas propinas dos alunos internos dos liceus sejam reguladas pelos artigos 28.º, 30.º e 32.º, § único, do regulamento aprovado pelo decreto n.º 7558, e que sejam válidas as matrículas que, com destino ao próximo ano lectivo, se efectuaram no prazo determinado pelo artigo 22.º do decreto n.º 13571
- 14140 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Asilo das Meninas Orfãs e Desamparadas, da cidade de Viana do Castelo - Nomeia a respectiva professora
- 14141 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S. José das Meninas Desamparadas, da cidade do Pôrto - Nomeia a respectiva professora
- 14180 Cria em Lisboa um Instituto de Estomatologia
- 14226 Determina que a Junta do Fomento Agrícola faça entrega à Escola Agrícola Móvel de Tomar da quantia de 200 contos, que será aplicada na aquisição de uma propriedade destinada à sua sede e em despesas de instalação
- 14227 Determina quais as funções da Inspecção da Sanidade Escolar e Educação Física e da Repartição de Construções Escolares, e bem assim fixa os quadros do respectivo pessoal - Regulariza a situação de um médico escolar - Transfere da tabela orçamental do Ministério do Interior para o ano económico de 1927-1928 para a do Ministério da Instrução Pública, relativa ao mesmo ano económico, as verbas respeitantes aos serviços de Sanidade Escolar e Educação Física e das Construções Escolares
- 14227 (R1 DG 198) Rectificação ao decreto n.º 14227, na parte que fixa o quadro dos funcionários da Inspecção de Sanidade Escolar e Educação Física
- 14227 (R1 DG 228) Rectificações ao decreto n.º 14227, na parte relativa à fixação dos quadros do pessoal da Inspecção de Sanidade Escolar e Educação Física e Repartição de Construções Escolares

- 14240 Aplica às colónias a doutrina do decreto n.º 13911, que torna obrigatório a todos os funcionários do Estado, incluindo os dos serviços autónomos, o desempenho dos trabalhos extraordinários que superiormente lhes forem determinados
- 14246 Determina que continue sendo exclusivamente reservado ao sexo feminino o Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, de Lisboa, passando a ficar reservados ao sexo masculino os restantes liceus - Permite que às alunas que no ano lectivo findo frequentavam os liceus em que era permitida a frequência dos dois sexos prossigam nêles os seus estudos até a conclusão dos cursos
- 14265 Transfere do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o do Comércio e Comunicações várias verbas para pagamento de vencimentos a pessoal das extintas escolas primárias superiores mandado servir em escolas dependentes do segundo dos referidos Ministérios
- 14266 Abre um crédito destinado à construção de dois pavilhões e ampliação das instalações do Liceu de Camões - Determina que as obras de construção e apropriação do referido Liceu sejam feitas por administração directa do Estado
- 14266 (R1 DG 206) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 14266 (abertura de crédito destinado à construção de dois pavilhões e ampliação das instalações do Liceu de Camões e aquisição de mobiliário)
- 14290 Fixa as gratificações que vencem os observadores dos postos meteorológicos dependentes do Serviço Meteorológico da Marinha
- 14290 (R1 DG 230) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 14290, que fixa as gratificações que vencem os observadores dos postos meteorológicos dependentes do serviço meteorológico da marinha
- 14291 Aprova o regulamento dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 14291 (R1 DG 246) Rectificações ao regulamento dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto, aprovado pelo decreto n.º 14291
- 14293 Converte em oficial a escola de ensino primário elementar instalada no internato para meninas órfãs e pobres da Associação Protectora da Infância, da cidade do Pôrto
- 14296 Aumenta o quadro do Liceu de João de Deus, em Faro, e abre concursos para o provimento dos novos lugares - Determina que fique cativo o provimento de vagas existentes em vários liceus
- 14299 Fixa em 469 o número de professores que constituem o quadro das escolas do Ensino Primário e Normal de Lisboa
- 14299 (R1 DG 215) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 14299 (Fixa em 469 o número de professores que constituem o quadro das escolas de Lisboa)
- 14302 Põe em vigor o decreto n.º 11034, que regulará a concessão de licenças aos funcionários das secretarias das Universidades e escolas dependentes
- 14310 Regula o provimento dos lugares de regentes de canto coral dos liceus
- 14311 Determina que até que seja feita a revisão geral dos vencimentos dos funcionários do Estado, vigorem sobre a prestação de serviço obrigatório e extraordinário dos professores dos liceus e respectivos abonos as disposições constantes da legislação anterior ao decreto n.º 12425
- 14317 Determina que a Escola Colonial, com a organização fixada no decreto n.º 12539, passe a denominar-se Escola Superior Colonial
- 14319 Fixa gratificações mensais aos directores gerais interinos das Direcções Gerais do Ensino Primário e Normal e do Ensino Secundário e ao chefe interino da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Secundário - Assegura aos funcionários que desempenharem funções de categoria superior nas diferentes repartições das supracitadas Direcções Gerais e das Construções Escolares o abono da correspondente diferença de vencimentos
- 14322 Determina que na Escola Naval e Escola Náutica haja duas épocas de exames para as cadeiras
- 14323 Modifica a composição do quadro das disciplinas professadas no Instituto Comercial de Lisboa
- 14324 Altera a composição do quadro do pessoal docente da Escola Industrial e Comercial de Jácome Rattón, de Tomar
- 14332 Determina que a nomeação do pessoal da Escola Superior de Medicina Veterinária classificado de subalterno seja feita por contrato
- 14336 Determina que fiquem sem efeito todas as disposições que concedem aos primeiros e segundos sargentos cadetes, ex-alunos do Colégio Militar e do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, quaisquer regalias especiais na admissão nos cursos das diversas armas e serviços da Escola Militar e na opção por qualquer arma, tendo preferência sobre os candidatos provenientes dos outros estabelecimentos de instrução, desde que obtenham aprovação nas provas que constituem o concurso de admissão à Escola Militar e independentemente da classificação obtida
- 14366 Actualiza as propinas de matrículas, exames e emolumentos do Instituto Superior Técnico
- 14378 Transfere do orçamento do Ministério do Interior para o da Instrução Pública as verbas respeitantes aos serviços da sanidade escolar e educação física e das construções escolares
- 14378 (R1 DG 226) Nova publicação, rectificada, do mapa das despesas com os serviços de sanidade escolar e das construções escolares, anexo ao decreto n.º 14378
- 14383 Nomeia o reitor interino do Liceu de João de Deus, em Faro
- 14384 Reserva ao sexo masculino o Liceu de José Falcão, em Coimbra
- 14385 Determina que continue sendo exclusivamente reservado ao sexo feminino o Liceu de Carolina Michaëlis, no Pôrto, passando a ficar reservados ao masculino os restantes liceus da mesma cidade
- 14387 Determina que passem a ter a designação de guardas dois antigos guarda-portões da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 14394 Converte em oficial a escola de ensino primário elementar instalada na Associação Escolar de Ensino Liberal, com sede em Lisboa

- 14399 Permite a entrada no quadro dos professores agregados aos indivíduos que à data da publicação do decreto n.º 12147 exerciam o cargo de professores contratados nas escolas de ensino industrial e comercial e que tenham dois ou mais anos lectivos com boas informações
- 14401 Determina a forma de inscrição, no orçamento do Ministério para 1927-1928, das importâncias necessárias para custear os encargos com a restituição de propinas e outros rendimentos próprios dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, bem como das receitas que devem figurar em contrapartida
- 14412 Aprova o regulamento para a execução dos concursos de provas públicas a que se refere o artigo 13.º do decreto n.º 13791, para provimentos efectivos das escolas de ensino elementar
- 14413 Aprova o regulamento para a execução dos concursos de provas públicas a que se refere o artigo 13.º do decreto n.º 13791, para provimentos efectivos das escolas de ensino elementar
- 14417 Aprova os programas do ensino primário elementar
- 14420 Altera o artigo 132.º do regulamento do Instituto Industrial de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5100
- 14454 Esclarece e define as disposições que regulam a organização e funcionamento do Conselho de Inspeção do ensino secundário, criado pelo decreto n.º 12425
- 14463 Aprova os horários para as escolas primárias elementares, com as respectivas instruções, elaborados pelo Conselho de Inspeção do Ensino Primário
- 14464 Determina a forma de pagamento aos professores que no Instituto Superior de Comércio, no Instituto Industrial e no Instituto Comercial, todos de Lisboa, substituírem três professores que por motivos diversos se encontram fora do continente mas abonados dos seus vencimentos
- 14467 Manda prestar serviço no Liceu de Sá da Bandeira, em Santarém, um professor efectivo do 7.º grupo do quadro do Liceu de João de Deus, em Faro
- 14467 (R1 DG 260) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14467, que manda prestar serviço no Liceu de Sá da Bandeira, em Santarém, um professor efectivo do 7.º grupo do quadro do Liceu de João de Deus, em Faro
- 14469 Cria um lugar de chefe de secção na Direcção Geral de Saúde, que será transferido para a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física do Ministério da Instrução Pública - Considera definitiva a nomeação de um chefe de secção da Direcção Geral de Saúde - Extingue o lugar de encarregado da biblioteca do Instituto Central de Higiene, bem como o de um terceiro oficial do quadro especial do Ministério da Agricultura, que havia sido transferido para o Ministério da Instrução Pública
- 14473 Dá nova redacção ao § único do artigo 27.º do decreto n.º 13791, relativamente à colocação dos professores das antigas escolas normais superiores
- 14474 Aprova a distribuição da verba de 50000\$00 para inspecções a escolas de ensino primário elementar e infantil
- 14496 Reorganiza as Faculdades de Direito
- 14504 Nomeia um professor efectivo de educação física do Liceu de Latino Coelho, em Lamego
- 14530 Provê um lugar de professor na escola de Vila Boa de Quires
- 14531 Regula o funcionamento da escola de ensino primário elementar do lugar de Asnela, freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena
- 14532 Considera adido, em serviço, à escola anexa à Normal Primária do Pôrto até à primeira vaga que se abra no respectivo quadro um professor pertencente, à data da sua exoneração, ao quadro da mesma escola anexa
- 14555 Permite às alunas que no ano lectivo de 1926-1927 estiveram matriculadas no Liceu de José Falcão prosseguirem nêles os estudos até a conclusão dos seus cursos
- 14566 Revoga a lei n.º 1369 na parte em que se refere ao Instituto Superior Técnico
- 14574 Fixa as ajudas de custo que devem ser abonadas aos professores que constituem o Conselho de Inspeção do Ensino Secundário quando se deslocem da sede da sua residência por motivo de serviço respeitante ao mesmo Conselho
- 14575 Determina que a cadeira de patologia vegetal do Instituto Superior de Agronomia tenha uma assistência especial e privativa
- 14584 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar que tem funcionado no local das obras do novo Arsenal da Marinha, no Alfeite
- 14594 Fixa os vencimentos do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Teatro e Nacional de Música, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor - Insere várias disposições sobre prestação de serviços por professores de ensino secundário e superior
- 14594 (R1 DG 30 de 1928) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14594, que fixa os vencimentos do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Teatro e Nacional de Música, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor e insere várias disposições sobre prestação de serviços por professores de ensino secundário e superior
- 14610 Dá nova redacção aos artigos 17.º, 24.º, 25.º, 29.º e 35.º do decreto n.º 14088 (regulamento do Instituto do Professorado Primário Oficial Português)
- 14652 Autoriza o Govêrno a realizar um empréstimo para a compra de um edifício para instalação definitiva da Escola Industrial de Faria Guimarães, no Pôrto
- 14653 Promulga várias disposições sobre transferências e nomeações de professores das escolas de ensino primário elementar
- 14653 (R1 DG 280) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 14653, que promulga várias disposições sobre transferências e nomeações de professores das escolas de ensino primário elementar
- 14654 Regula a nomeação dos professores das metodologias especiais das Escolas Normais Superiores

- 14669 Autoriza a Câmara Municipal de Viseu a aproveitar, para a construção de casas para os magistrados judiciais da comarca e para a construção de um edifício para escolas de ensino primário geral, a faixa de terreno que lhe foi concedida pelo decreto n.º 12491
- 14675 Abre um crédito a fim de reforçar a dotação inscrita para construção de dois pavilhões e ampliação das instalações do Liceu de Camões e aquisição de mobiliário - Fixa a importância dos honorários a abonar ao engenheiro director das mesmas obras
- 14677 Cria na Cadeia Nacional de Lisboa uma escola profissional para reclusos
- 14677 (R1 DG 280) Nova publicação, rectificada, do artigo 13.º do decreto n.º 14677, que cria na Cadeia Nacional de Lisboa uma escola profissional para reclusos
- 14682 Abre novo prazo para a concessão de diplomas de professor do ensino secundário particular
- 14687 Determina que nenhum aspirante aluno de qualquer das Escolas Militar, Naval ou Auxiliar de Marinha possa receber vencimentos inferiores àqueles que correspondem à graduação que tinha ao entrar nas mesmas Escolas
- 14694 Considera, para todos os efeitos, escolas primárias oficiais da República Portuguesa a Escola de D. Nuno Alvares Pereira, do Rio de Janeiro, e a Escola Portuguesa do Ateneu, de Fall River (Massachusetts)
- 14695 Concede o grau académico de licenciado em medicina aos possuidores do diploma de Estado a que se refere o artigo 19.º do decreto n.º 4652 e promulga outras disposições sobre a concessão da carta de licenciado para o exercício legal da profissão médica
- 14715 Transfere para o Ministério da Instrução Pública o Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 14715 (R1 DG 276) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14715, que transfere para o Ministério da Instrução Pública o Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 14734 Estabelece poderem os inspectores dos círculos escolares ser transferidos no fim de cada período de seis anos
- 14734 (R1 DG 280) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14734, que estabelece poderem os inspectores dos círculos escolares ser transferidos no fim de cada período de seis anos
- 14741 Fixa os vencimentos de categoria e exercício do pessoal docente do Instituto Superior de Agronomia, da Escola Superior de Medicina Veterinária, das escolas secundárias, práticas e móveis de agricultura, dependentes do Ministério da Agricultura, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal, do pessoal encarregado da inspecção das escolas, dos auxiliares de ensino, de secretaria e menor
- 14744 Autoriza o Governo a manter em cada uma das escolas secundárias de agricultura (Coimbra e Santarém) um número de alunos gratuitos não excedente à décima parte da respectiva lotação
- 14745 Modifica o serviço de exames no Instituto Superior de Agronomia
- 14747 Promulga várias disposições sobre obrigatoriedade do bilhete de identidade - Reorganiza os quadros do pessoal efectivo do Arquivo de Identificação de Lisboa, da 1.ª Secção do Instituto de Criminologia de Coimbra e da Repartição de Antropologia Criminal do Pôrto (será importante no decreto n.º 5383 em que é esclarecido não ser o bilhete de identidade exigível para a admissão a quaisquer exames)
- 14755 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Asilo de Infância Desvalida em Viana do Castelo
- 14756 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Asilo de Infância Desvalida de Chaves
- 14757 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Asilo de Infância Desvalida em Alcobaça
- 14758 Converte em oficial a escola particular de ensino primário elementar instalada no Instituto de Piedade e Beneficência da vila de Viana do Alentejo
- 14759 Determina que em Dezembro de 1927 haja uma época extraordinária de exames nas Faculdades de Ciências das três Universidades da República
- 14767 Determina que a criação de lugares de professores em todas as cidades e mais localidades do País fique unicamente dependente da população escolar e existência de apropriadas instalações, conforme a legislação em vigor - Cria nas cidades de Lisboa e Pôrto, respectivamente, 110 e 20 lugares de professores de ensino primário elementar
- 14777 Fixa uma escala única de valores, tendo por base a classificação numérica de cada diploma conferido aos professores do magistério primário
- 14789 Extingue a 3.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal - Integra a Repartição das Construções Escolares na referida Direcção Geral - Amplia com um inspector chefe o Conselho de Inspecção do Ensino Primário, criado pelo decreto n.º 12706 - Modifica a composição da comissão encarregada de administrar o Fundo das construções escolares, criado pelo artigo 39.º do decreto n.º 12477

Portarias

- 4800 Regula a ocupação das casas de residência nos edifícios escolares onde haja uma só residência e funcione mais de um lugar de professor de ensino primário geral
- 4811 Regula o disposto no artigo 75.º do regulamento do pessoal docente das escolas de ensino elementar industrial e comercial, aprovado pelo decreto n.º 12567
- 4825 Determina que fique imediatamente dispensado do serviço todo o pessoal assalariado da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 4832 Fixa as atribuições da comissão administrativa encarregada da construção do edifício destinado à Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto, em harmonia com o artigo 7.º do decreto n.º 13113
- 4876 Inclui o laboratório privativo da Escola Agrícola Móvel da Região Duriense no número dos laboratórios a que se refere o decreto n.º 12657

- 4891 Prorroga o prazo para o registo do diploma de engenheiro passado por escolas superiores estrangeiras, a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 13080
- 4910 Fixa as atribuições da comissão administrativa, autónoma, encarregada de dirigir e fiscalizar as obras de adaptação do edifício do ex-convento do Salvador, da cidade de Évora, para a Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, da mesma cidade, e aquisição do respectivo mobiliário e de material escolar
- 4932 Manda que a abertura de todas as aulas das escolas de ensino elementar industrial e comercial seja feita impreterivelmente na primeira oitava do mês de Outubro de cada ano
- 4943 Determina que seja mantida a letra da portaria n.º 4565, que regula o concurso de literatura colonial - Dá determinados poderes ao júri a que se refere o artigo 7.º da mesma Portaria
- 4977 Determina que a escola da Sobreira, freguesia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, se denomine Escola Primária de D. Adelaide de Aguiar - Louva três cidadãos (Augusto de Aguiar, António de Aguiar e Mário Aguiar) pelo seu patriótico acto de benemerência em favor da instrução popular
- 5036 Esclarece não ser obrigatória a apresentação do bilhete de identidade para os efeitos da matrícula nas escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 5041 Declara que os serviços externos, não autónomos, dependentes do Ministério da Instrução Pública, devem, como êste, ter uma comissão administrativa privativa
- 5060 Aprova as instruções pedagógicas para a execução dos programas de ensino primário elementar postos em vigor pelo decreto n.º 14417
- 5089 Prorroga o prazo para os petiçãoários que tenham requerido o diploma de professor de ensino secundário particular poderem instruir suficientemente as suas petições
- 5106 Fixa as condições a que devem satisfazer os indivíduos que pretendam ser admitidos como praticantes nos Observatórios Meteorológicos dos Açôres ou no Observatório Magnético de S. Miguel

Circulares

- DG 26 Circular aos reitores dos liceus no sentido de ser estritamente observado o preceituado na portaria n.º 4061, quanto ao seguimento de pretensões dependentes no Ministério da Instrução Pública, como noutras disposições legais, nomeadamente para a solicitação de licenças
- DG 64 Dá conhecimento aos reitores dos liceus de que a ordem da publicação dos decretos de nomeações de professores provisórios do Diário do Govêrno não altera a classificação definitiva dos candidatos, a qual só por determinação superior pode ser modificada

Avisos

- DG 244 Declara que sofrem o desconto de 10 por cento, nos termos do artigo 25.º do decreto n.º 13872, as quantias distribuídas aos inspectores dos círculos escolares destinadas ao pagamento das despesas com o serviço de inspecção às escolas (decreto n.º 14474)

Declarações

- DG 55 Declaração de ter sido visado pelo Conselho Superior de Finanças o decreto n.º 12197, que nomeia o director do Instituto de Investigações Económico-Sociais na Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto

Modelos

- DG 91 Modelo das insígnias a que se refere o decreto n.º 13486, que criou a Ordem de Instrução e Benemerência

Pareceres

- DG 121 Esclarece poder ser colocada como adida, até ocorrer vaga noutra escola, uma professora de uma escola industrial a quem foi aplicada a pena de transferência para outra escola, cuja transferência não podia efectivar-se por falta de vaga

Parecer da Procuradoria Geral da República

- DG 109 Esclarece dúvidas suscitadas sobre a passagem dos professores contratados das escolas de ensino industrial à categoria de efectivos, contando-se-lhes o tempo prestado na referida qualidade de professores contratados

Programas

- DG 135 Programa dos exames de admissão à primeira matrícula no Instituto Superior Técnico para o ano lectivo de 1927-1928
- DG 171 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1927-1928
- DG 237 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional de Música, aprovados por despacho ministerial de 18 de Outubro de 1927 e elaborados nos termos do n.º 3.º do artigo 82.º do decreto n.º 6129
- DG 237 (R1 DG 258) Rectificações aos programas do Conservatório Nacional de Música, publicados no Diário do Govêrno n.º 237, de 26 de Outubro de 1927

Despachos

- DG 151 Prorroga o prazo designado no artigo 2.º do decreto n.º 11089, para poderem ser passados diplomas de architectos aos que estiverem nas condições indicadas nas alíneas a), b) e c) do referido Decreto

1928

Decretos

- 14817 Aprova o regulamento para o ensino das línguas francesa, inglesa e alemã dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 14820 Fixa os vencimentos de categoria e exercício do pessoal dos Institutos Industrial de Lisboa, Comercial de Lisboa e Industrial e Comercial do Pôrto, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal
- 14820 (R1 DG 16) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 14820, que fixa os vencimentos de categoria e exercício do pessoal dos Institutos Industrial de Lisboa, Comercial de Lisboa e Industrial do Pôrto, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal
- 14821 Fixa os vencimentos de categoria e exercício do pessoal dos Institutos Superior Técnico e Superiores do Comércio de Lisboa e Pôrto, das oficinas de instrumentos de precisão e do Museu Comercial de Lisboa, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal
- 14821 (R1 DG 16) Rectificações ao decreto n.º 14821, que fixa os vencimentos de categoria e exercício do pessoal dos Institutos Superior Técnico e Superiores do Comércio de Lisboa e Pôrto, das oficinas de instrumentos de precisão e do Museu Comercial de Lisboa, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal
- 14822 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 280.º do regulamento da instrução secundária, aprovado pelo decreto n.º 7558, artigo que se refere à exclusão, por parte dos conselhos escolares dos liceus, de candidatos a professores provisórios
- 14830 Determina que no quadro do pessoal do Observatório Meteorológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, subsista a designação de observadores chefes de serviço dada a todos os observadores, quer sejam ou não oficiais da armada, como sucedia até a publicação do decreto n.º 12492
- 14838 Altera alguns artigos da organização das Faculdades de Medicina, aprovada pelo decreto n.º 12697
- 14854 Torna aplicável a todos os candidatos que prestarem as provas de cultura geral do concurso para inspectores de círculo a doutrina do artigo 19.º do decreto n.º 13863
- 14860 Fixa a gratificação a abonar aos empregados menores dos liceus por cada hora de serviço além das horas regulamentares
- 14861 Determina que sejam convenientemente arquivadas as provas escritas dos exames dos alunos dos liceus, bem como os respectivos pontos
- 14867 Considera na categoria correspondente onde se acha instalado, para efeitos de provimento, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho - Torna aplicáveis aos professores do ensino primário elementar e infantil do referido Instituto todas as disposições do decreto n.º 11638
- 15872 Determina que na Escola de Correios e Telégrafos haja só uma época de exames finais com duas chamadas separadas por um intervalo que não deve ser inferior a quinze dias
- 14874 Aprova o modelo dos mapas que os reitores dos liceus deverão enviar até 31 de Janeiro de cada ano à Direcção Geral do Ensino Secundário referentes a cada professor que presta serviço no respectivo liceu
- 14891 Ratifica a nomeação do magistrado do Ministério Público encarregado de proceder à sindicância aos serviços das Direcções Gerais do Ensino Primário e Normal e Secundário e à Repartição das Construções Escolares - Reveste o referido magistrado dos poderes necessários para rápida e eficazmente agir - Abre um crédito para pagamento dos abonos e mais despesas provenientes da execução do presente diploma
- 14892 Organiza o curso técnico da secção feminina do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, a que se refere o § único do artigo 2.º do decreto n.º 14088
- 14899 Regula a forma como devem transitar de uma a outra classe os alunos do ensino primário elementar e estabelece as normas para a realização dos exames do mesmo ensino criados pelo artigo 8.º do decreto n.º 13791
- 14900 Aprova os programas do ensino primário complementar
- 14909 Nomeia um escrevente da Escola Naval para o cargo de arquivista da Escola Náutica
- 14916 Declara nulos uns contratos de prestação de serviço de professores no Liceu Central de Macau e bem assim os despachos do governador da colónia que autorizaram a sua celebração
- 14923 Regula o abono de vencimento dos missionários aposentados ou desligados do serviço para efeitos de aposentação, que prestam ou venham a prestar serviço nos Colégios das Missões Ultramarinas Portuguesas dos Padres Seculares, nos termos do decreto n.º 8213
- 14935 Altera os prazos para pagamento das propinas de matrícula dos alunos internos dos liceus
- 14947 Esclarece as condições em que podem ser passados os certificados de exame nas secretarias dos liceus
- 14948 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto
- 14963 Amplia as atribuições a cargo do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho
- 14964 Torna extensivo aos professores das escolas de ensino primário elementar dos estabelecimentos dependentes da Assistência Pública o disposto no § 4.º do artigo 15.º do decreto n.º 11638, desde que sejam igualmente diplomados
- 14977 Cria no Instituto Industrial de Lisboa cursos destinados a formar montadores industriais e auxiliares de obras públicas - Aprova a organização e disposições regulamentares dos referidos cursos
- 14980 Transfere do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o do Comércio e Comunicações determinadas verbas para pagamento de vencimentos a pessoal das extintas escolas primárias superiores mandado servir em estabelecimentos de ensino dependentes do segundo dos referidos Ministérios
- 14987 Anula os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do decreto n.º 11638, que regula as transferências, permutas e provimento definitivo, temporário e interino dos professores de ensino primário geral e infantil

- 14989 Esclarece e modifica algumas disposições do decreto n.º 13791, sobre ensino primário infantil, elementar e complementar
- 14995 Regula os vencimentos dos professores e do pessoal da Escola Superior Colonial - Fixa as propinas de abertura e encerramento de matrícula na Escola
- 14995 (R1 DG 37) Rectificação ao decreto n.º 14995, que regula os vencimentos dos professores e do pessoal da Escola Superior Colonial e fixa as propinas de abertura e encerramento de matrícula na Escola
- 15019 Fixa os vencimentos do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Teatro e Nacional de Música, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor - Insere várias disposições sobre prestação de serviços por professores de ensino secundário e superior
- 15019 (R1 DG 60) Nova publicação, rectificada, do artigo 16.º do decreto n.º 15019, que fixa os vencimentos do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Teatro e Nacional de Música, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor, e insere várias disposições sobre prestação de serviços por professores de ensino secundário e superior
- 15032 Estabelece desde já o regime de separação de sexos nas escolas das localidades em que haja mais de uma escola de instrução primária elementar
- 15033 Determina a entrega pelo Estado à Junta de Freguesia de Leça do Bailio, concelho de Matozinhos, de uma quantia legada com destino à construção de uma escola e autoriza a mesma Junta a tomar posse da Quinta de Minarvela, no concelho de Sintra, cujos rendimentos são destinados à sustentação dessa escola
- 15035 Determina que em cada um dos distritos administrativos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo continuem existindo juntas gerais de distrito regidas pelas disposições deste decreto (são referidos os estabelecimentos de ensino) **Revogado**
- 15041 Extingue o lugar de chauffeur a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 13433 - Constitui o quadro dos empregados menores do Ministério
- 15073 Determina que o ensino profissional a ministrar na escola primária complementar de Santo Tirso seja o comercial
- 15074 Converte em oficial a escola de ensino primário elementar intitulada Instrução Amigos da Infância, com sede em Lisboa - Provê os dois lugares de professora da escola
- 15081 Manda contar, para todos os efeitos legais, todo o tempo de serviço efectivo prestado por um professor da escola de Formigosa, do concelho e círculo escolar de Vila Nova de Gaia, anteriormente à conversão da referida escola em oficial
- 15083 Determina a forma de remuneração dos serviços úteis prestados pelos alunos do curso de engenheiros silvicultores em tirocínio nas matas nacionais ou na sede da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas
- 15083 (R1 DG 59) Rectificação ao decreto n.º 15083, relativo à forma de remuneração dos serviços úteis prestados pelos alunos do curso de engenheiros silvicultores em tirocínio nas matas nacionais ou na sede da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas
- 15088 Determina que em todas as escolas portuguesas, qualquer que seja o Ministério ou corporação administrativa de que dependam e o ramo ou grau de ensino que nelas se ministre, se intensifique ou se inicie o estudo das colónias portuguesas, a fim de se desenvolver uma intensa propaganda do império colonial português
- 15117 Torna aplicável às regentes das secções do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, quando diplomadas para o magistério primário, o disposto no decreto n.º 14867 sobre contagem de serviço
- 15127 Permite aos indo-portugueses cristãos das classes de curumbins ou gaudis, farazes ou mares, oleiros ou cumares, dos sexos masculino e feminino, o casamento aos 14 e 12 anos de idade respectivamente (ver Decreto n.º 36923)
- 15143 Extingue a secção liceal criada no Instituto Feminino de Educação e Trabalho pelo decreto n.º 12388
- 15143 (R1 DG 77) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 15143, que extingue a secção liceal criada no Instituto Feminino de Educação e Trabalho pelo decreto n.º 12388
- 15158 Determina a utilização do pessoal nomeado para as escolas complementares e para as secções do Instituto do Professorado Primário Oficial Português, com sede no Pôrto, que não funcionem por falta das respectivas instalações
- 15187 Estabelece não ser reconhecido aos professores agregados dos liceus que se tenham matriculado nas Escolas Normais Superiores, nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 4900, qualquer direito especial de preferência nos concursos para provimento dos lugares de professores efectivos
- 15188 Determina que aos concursos para o provimento de vagas de professores efectivos dos liceus sejam admitidos não só os professores efectivos e agregados dos grupos a que a vaga pertencer, mas também os professores efectivos e agregados de outros grupos quando possuam habilitação legal para o respectivo provimento
- 15189 Cria na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa uma cadeira anual de estudos hispano-americanos
- 15199 Concede a todos os indivíduos que, anteriormente ao decreto de 26 de Maio de 1911, eram candidatos ao exame de dentista poderem requerer o mesmo exame perante qualquer das três Faculdades de Medicina da República, nos termos e com todas as garantias da legislação vigente à data do mesmo decreto
- 15208 Suspende o decreto n.º 14075, que aprovou os estatutos da Lutuosa dos Professores Primários
- 15228 Determina reduções nos vencimentos dos funcionários e empregados do Estado e das corporações administrativas, bem como nas pensões pagas pelo Tesouro e nas dos montepios subsidiados pelo Estado - Determina que o serviço de exames nos estabelecimentos de ensino não tenha remuneração especial **Revogado**
- 15231 Torna extensivo à sua distribuição como agregados o direito de preferência consignado no artigo 35.º do decreto n.º 10205, aos indivíduos diplomados pelas escolas normais superiores segundo o regime anterior ao estabelecido pelo mesmo decreto

- 15260 Regula a forma de evitar que, depois de iniciado um ano lectivo, sofra alterações a distribuição do serviço nos liceus
- 15261 Regula as condições em que os professores efectivos e agregados dos liceus podem concorrer a vagas de grupos diferentes daqueles a que pertencem
- 15267 Fixa o quadro de professores técnicos da Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém e cria os lugares de sub-director e de condutor mecânico da mesma Escola
- 15310 Cede à Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia, com sede na freguesia de Alcântara, 4.º bairro de Lisboa, o terreno de um quintal anexo à capela de Santo Amaro, da mesma freguesia para construir um edifício escolar nesse local
- 15336 Cria na Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto um curso complementar de quatro anos destinado aos alunos diplomados pelos actuais institutos industriais, que pelo respectivo conselho escolar forem considerados merecedores de prosseguir os seus estudos, a fim de obterem o diploma de engenheiro - Aprova o regulamento do referido curso complementar
- 15346 Inclui na classe 6.ª a que se refere a tabela designada no artigo 1.º do diploma legislativo colonial n.º 46 (decreto) os professores efectivos dos liceus coloniais equiparados aos liceus da metrópole
- 15365 Extingue a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto e a Faculdade de Farmácia e a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra - Extingue igualmente o Liceu da Horta e as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada - Limita, a partir do próximo ano lectivo, a matrícula nos liceus de Lisboa, Pôrto e Coimbra - Determina que, desde o próximo ano lectivo, só seja permitido o funcionamento dos cursos liceais de letras e sciências nas classes cuja matrícula atinja, pelo menos, dez alunos
- 15378 Regula a concessão de pensões aos missionários que foram nomeados em harmonia com os estatutos do antigo Colégio das Missões Ultramarinas, e que, tendo regressado à metrópole no gôzo de licença graciosa, foram posteriormente julgados incapazes de voltar ao serviço pela junta de saúde
- 15379 Revoga a lei n.º 1369, que concedia uma segunda época de exames
- 15382 Extingue, a partir do ano lectivo de 1928-1929, no regime de frequência das aulas magistrais, a classe dos alunos voluntários, passando todos os alunos a cursar as aulas em regime de frequência obrigatória
- 15392 Regula a nomeação dos reitores e dos vice-reitores dos liceus e dos directores de classe
- 15398 Regula a situação dos professores contratados do ensino técnico elementar comercial e industrial que à data da publicação do decreto n.º 12147 estavam no exercício das suas funções
- 15399 Torna aplicáveis várias disposições do decreto n.º 13165 ao pessoal menor da antiga Escola Azevedo
- 15446 Cede à Junta de Freguesia de Gueifães, concelho da Maia, uma porção de pedra para a construção de uma escola
- 15453 Promulga várias disposições sobre a abertura das aulas, férias, época de exames e transferências de alunos nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério
- 15459 Aprova o regulamento para nomeações e substituições de professores, instrutores e demonstradores da Escola Naval
- 15459 (R1 DG 123) Rectificações ao regulamento aprovado pelo decreto n.º 15459 para nomeações e substituições de professores, instrutores e demonstradores da Escola Naval
- 15488 Revoga o decreto n.º 15398, que regulava a situação dos professores contratados do ensino técnico elementar comercial e industrial que à data da publicação do decreto n.º 12147 estavam no exercício das suas funções
- 15538 Designa os lugares ou cargos incompatíveis com determinadas funções públicas - Promulga várias disposições relativas a acumulação de lugares ou cargos - Revoga os decretos n.ºs 12527 e 12609 (vai afetar os professores)
- 15541 Determina que os alunos das Universidades que pretendam fazer exames na segunda época do presente ano lectivo e que não hajam requerido exame na primeira deverão requerê-los perante as reitorias das Universidades até o dia 11 de Junho de 1928 - Determina que sejam autorizados os conselhos escolares das Faculdades a reduzir no actual ano lectivo, para oito dias, o intervalo mínimo que deve separar as duas chamadas da primeira época
- 15550 Suspende subsídios a estudantes portugueses no estrangeiro
- 15551 Suspende os decretos n.º 14180 (Criação em Lisboa de um Instituto de Estomatologia) e n.º 15199 (Concessões feitas a candidatos ao exame de dentista)
- 15554 Determina que nas cidades de Lisboa, Pôrto e Coimbra as alunas de ensino particular e doméstico só possam apresentar-se a exame nos respectivos liceus femininos
- 15562 Estabelece a forma de serem feitas as classificações dos exames e provas de passagem a que são sujeitos os alunos internos e externos do Conservatório Nacional de Música - Altera a tabela para a votação dos prémios a que se refere o artigo 72.º do decreto n.º 6129 (regulamento do Conservatório Nacional de Música)
- 15567 Autoriza a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Sernache do Bomjardim a vender uns pequenos foros e um terreno para conclusão de um edifício escolar
- 15589 Esclarece as disposições do artigo 9.º do decreto n.º 15453, que concedeu uma segunda época de exames para os alunos do ensino secundário no presente ano
- 15599 Regula a situação dos professores dos vários estabelecimentos de ensino que, acumulando os respectivos lugares com quaisquer outros, tiveram, por virtude do disposto no decreto n.º 15538, de abandonar os respectivos lugares
- 15600 Regula a realização dos exames de ensino primário elementar no presente ano escolar
- 15601 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 15602 Proíbe a instalação de novos estabelecimentos de venda de vinho a copo, bem como de cervejas ou de quaisquer outras bebidas alcoólicas, em tórno de edifícios onde estejam instaladas escolas oficiais secundárias ou superiores ou quartéis

- 15620 Confirma, em relação ao actual ano lectivo, a organização da classe integrativa do regime de ensino normal primário constante das bases juntas às circulares em tempo enviadas às Escolas Normais Primárias de Lisboa, Pôrto e Coimbra
- 15621 Permite no corrente ano a admissão ao exame de admissão aos liceus dos alunos com nove anos completos
- 15621 (R1 DG 145) Rectificação ao decreto n.º 15621, que permite no corrente ano serem admitidos ao exame de admissão aos liceus alunos com nove anos completos
- 15633 Suspende a execução das disposições legais que regulam o provimento do professorado interino e provisório dos liceus
- 15634 Constitui o quadro de professores agregados dos liceus masculinos
- 15648 Torna extensivas aos estabelecimentos de instrução dependentes do Ministério das Colónias e dos governos coloniais as disposições do decreto n.º 10570, que isenta os combatentes da Grande Guerra do pagamento de propinas de matrícula e inscrição até o fim do respectivo curso
- 15663 Determina que os reitores das Universidades sejam de nomeação do Govêrno e que os vice reitores continuem a ser eleitos, em lista tríplice, pela assemblea geral da Universidade
- 15701 Determina que para os alunos das escolas normais, comerciais, industriais e de todos os liceus coloniais haja excepcionalmente, no actual ano lectivo, uma segunda época de exames
- 15701 (R1 DG 160) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 15701 (Determina que para os alunos das escolas normais, comerciais, industriais e de todos os liceus coloniais haja excepcionalmente, no actual ano lectivo, uma segunda época de exames)
- 15708 Estabelece não haver durante o ano lectivo de 1928-1929 admissões de novos alunos no Colégio Militar, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército e no Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 15709 Promulga a organização da Obra Tutelar e Social e do Conselho Tutelar e Pedagógico dos exércitos de terra e mar
- 15719 Manda inscrever em orçamento as importâncias necessárias para restituição de propinas e outras receitas próprias dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério - Reforça a verba inscrita no orçamento do Ministério para 1927-1928, com aplicação ao reembolso dos rendimentos próprios dos liceus
- 15738 Revoga o disposto no artigo 3.º do decreto n.º 15601, relativo ao serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 15741 Torna aplicável aos professores interinos do ensino primário, até um período máximo de quinze dias, a disposição do artigo 35.º do decreto n.º 9223, que concede o abono de vencimento quando a escola tiver sido encerrada em virtude de doença contagiosa ou por outro motivo de fôrça maior, legal e superiormente reconhecida
- 15747 Restabelece o Liceu da Horta
- 15747 (R1 DG 186) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 15747, que restabelece o Liceu da Horta
- 15748 Determina que os vice-reitores dos liceus sejam nomeados pelo Govêrno de entre os professores efectivos dos respectivos quadros, mediante eleição dos conselhos escolares em lista tríplice
- 15752 Modifica a redacção do artigo 20.º do regulamento da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Civis de Lisboa
- 15756 Determina que, a partir de 1 de Agosto de 1928, seja posta em circulação na colónia de Angola a nova moeda, expressa em «angolares», criada pelos decretos n.ºs 12124 e 14921
- 15757 Extingue a escola de ensino primário elementar criada pelo decreto n.º 13762, na Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, da Junta Patriótica do Norte, com sede no Pôrto
- 15758 Esclarece a forma como deve ser feita a contagem do tempo de serviço dos professores para efeito de diuturnidade ou de redução de horas de serviço
- 15765 Extingue o lugar de preparador do laboratorio de química da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 15772 Prorroga o prazo de entrega de requerimentos nas reitorias das Universidades para os exames da segunda época do presente ano lectivo
- 15773 Promulga várias disposições atinentes a ser conhecido o resultado e aproveitamento das missões de estudo no estrangeiro realizadas pelos professores universitários
- 15774 Determina a forma de serem feitos os editais do concurso para o provimento dos diferentes lugares universitários e a sua publicação no Diário do Govêrno
- 15784 Revoga o decreto n.º 14322 e põe novamente em vigor o artigo 83.º do decreto n.º 10084 - Determina que no actual ano lectivo haja excepcionalmente uma época de exames em Outubro
- 15805 Amplia a descentralização da administração pública nas ilhas adjacentes - Manda vender as levadas da Madeira (refere os estabelecimentos de ensino) **Revogado**
- 15819 Permite aos indivíduos que à data do decreto com fôrça de lei n.º 11988 possuíam certificados de cursos completos por escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a apresentação e defesa perante o Instituto Superior Técnico ou Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto de um projecto de engenharia da sua livre escolha
- 15841 Revoga o decreto n.º 13648 (determina que o govêrno da colónia de Moçambique faça uma escolha de terrenos nas margens do rio Umbeluzi destinados à instalação de uma estação de treino colonial agrícola, onde serão internados os emigrantes da metrópole que pretenderem dedicar-se à vida agrícola)
- 15848 Faz várias alterações ao decreto orgânico da Escola Superior de Medicina Veterinária (decreto n.º 4686) e respectivo decreto regulamentar (decreto n.º 5915)
- 15855 Revoga o decreto n.º 1107 (realização de exames de instrução secundária fora da época ordinária) e bem assim as disposições do § 2.º do artigo 201.º do regulamento de instrução secundária aprovado pelo decreto n.º 7558

- 15856 Determina que nos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministério a época excepcional de exames termine em 15 de Outubro próximo, devendo a abertura das aulas realizar-se em 20 do mesmo mês
- 15862 Fixa para 1928-1929 o subsídio para as missões católicas portuguesas nas colónias e altera os subsídios concedidos à Sociedade de Geografia e à Escola Superior Colonial - Reúne em uma só as Repartições de Justiça e Pessoal Militar e a do Material e Preparação Militar da Direcção Geral Militar do Ministério
- 15863 Manda constituir dotação extraordinária da Escola Industrial Brotero, de Coimbra, uma importância em poder da referida Escola, como saldo das receitas do extinto Instituto Industrial e Comercial da mesma cidade
- 15863 (R1 DG 192) Rectificação ao decreto n.º 15863, que manda constituir dotação extraordinária da Escola Industrial Brotero, de Coimbra, uma importância em poder da referida Escola, como saldo das receitas do extinto Instituto Industrial e Comercial da mesma cidade
- 15872 Determina que na Escola de Correios e Telégrafos haja só uma época de exames finais com duas chamadas separadas por um intervalo que não deve ser inferior a quinze dias
- 15873 Autoriza o Governo a trocar um terreno situado na freguesia de Castelões, concelho de Vale de Cambra, destinado à construção de uma escola primária para os dois sexos, por outro situado na mesma freguesia, e bem assim a aceitar um legado destinado à construção do citado edifício
- 15879 Exonera o sindicante aos serviços das Direcções Gerais do Ensino Primário e Normal, Secundário e Repartição das Construções Escolares, cuja nomeação havia sido ratificada pelo decreto n.º 14891
- 15886 Restabelece as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada
- 15886 (R1 DG 206) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 15886, que restabelece as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada
- 15887 Suprime determinados círculos escolares
- 15888 Suprime o lugar de professor de canto coral do Conservatório Nacional de Música
- 15916 Faz várias alterações ao regulamento do Instituto Comercial de Lisboa
- 15928 Cede a favor do Ministério das Colónias, para ser entregue ao colégio de formação do pessoal das missões franciscanas portuguesas e para serviço das mesmas missões, o extinto convento de Santa Clara e a cêrca anexa com as suas dependências, situado no concelho de Coimbra
- 15932 Acresce um lugar de analista ao quadro do pessoal auxiliar do Instituto Superior de Agronomia - Elimina um lugar de analista no quadro do pessoal auxiliar do Ministério da Agricultura
- 15938 Regula o funcionamento do conselho disciplinar do Ministério da Instrução Pública
- 15939 Restabelece a classificação dos liceus em nacionais centrais e nacionais - Restabelece a designação de cursos complementares, de letras e de ciências, para os cursos a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 13056
- 15940 Substitui o requerimento de matrícula nos liceus por um boletim de matrícula
- 15941 Fixa as propinas a cobrar pela frequência dos liceus do continente e ilhas e pelos exames nêles realizados e ainda as taxas do imposto do sêlo devidas por cartas de curso e certidões passadas pelas secretarias daqueles estabelecimentos de ensino - Cria cinqüenta Bôlsas de Estudo e autoriza a abertura dos respectivos créditos - Fixa o modelo das cartas de curso dos liceus
- 15942 Autoriza o Governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo destinado à construção de edifícios para o funcionamento dos liceus, à conclusão dos já iniciados e a grandes reparações daqueles em que os referidos estabelecimentos de ensino funcionam e que constituem pertenças do Estado, e bem assim à aquisição de mobiliário e material didáctico e às despesas de instalação das Residências de estudantes
- 15943 Corrige a redacção do artigo 27.º do decreto n.º 15019, que fixa os vencimentos do pessoal docente das Universidades, dos Liceus, das Escolas de Belas Artes e dos Conservatórios Nacional de Teatro e Nacional de Música, e bem assim as gratificações e outras remunerações do mesmo pessoal e do administrativo, de secretaria e menor - Inere várias disposições sobre prestação de serviços por professores de ensino secundário e superior
- 15947 Introduce várias modificações no regime administrativo dos liceus - Eleva a caução dos chefes das secretarias
- 15948 Modifica a distribuição dos serviços docentes pelos professores dos liceus - Regula o funcionamento dos conselhos escolares e amplia as atribuições dos conselhos de directores de classes
- 15951 Fixa as propinas de matrícula a cobrar pelas escolas preparatórias para o ensino comercial e industrial
- 15952 Revoga o decreto n.º 12765, que reserva para o Estado, a fim de ser destinado a uma escola de artes e ofícios para indígenas, o terreno do Alto de Boane, no distrito de Lourenço Marques
- 15953 Extingue as segundas escolas primárias das freguesias de Ferreira e de Bagueixe, do concelho de Macedo de Cavaleiros - Cria nas escolas primárias elementares para ambos os sexos da sede do mesmo concelho segundos lugares de professores
- 15954 Manda proceder à organização do recenseamento geral da população infantil em idade escolar
- 15957 Prorroga até o fim do futuro ano escolar de 1928-1929 o prazo para admissão a concurso de provas públicas dos indivíduos diplomados pelo antigo curso de habilitação ao magistério secundário cujo provimento definitivo delas depende
- 15958 Designa o funcionário que deve substituir o professor-secretário nos liceus onde não haja chefe de secretaria
- 15967 Considera extensiva aos estabelecimentos de ensino médio e elementar dependentes do Ministério a segunda época concedida aos alunos do ensino secundário pelo artigo 9.º do decreto n.º 15453
- 15967 (R1 DG 233) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 15967, que considera extensiva aos estabelecimentos de ensino médio e elementar dependentes do Ministério a segunda época concedida aos alunos do ensino secundário pelo artigo 9.º do decreto n.º 15453
- 15971 Cria dois liceus nacionais na cidade de Lisboa e um na de Coimbra - Fixa o número de turmas e a lotação de alunos para os liceus do continente e ilhas, e bem assim os quadros dos professores efectivos dos referidos liceus e os do pessoal de secretaria

- 15971 (R1 DG 239) Rectificação ao decreto n.º 15971, que cria dois liceus nacionais na cidade de Lisboa e um na de Coimbra e fixa o número de turmas e a lotação de alunos para os liceus do continente e ilhas, e bem assim os quadros dos professores efectivos dos referidos liceus e os do pessoal de secretaria
- 15972 Modifica as disposições regulamentares sobre matrículas
- 15973 Regula o funcionamento de liceus municipais nos concelhos de população superior a 30000 habitantes, centros de população que tenham atingido importante desenvolvimento
- 15974 Providencia em relação à guarda dos arquivos e material da extinta Escola Preparatória de Mousinho da Silveira, do Pôrto
- 15975 Regula a execução dos serviços na Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto, em virtude da sua fusão com a Escola Preparatória de Mousinho da Silveira, da mesma cidade
- 15981 Regulamenta as disposições do decreto n.º 15941 sobre isenção de propinas e bolsas de estudo
- 15981 (R1 DG 239) Rectificação ao decreto n.º 15981, que regulamenta as disposições do decreto n.º 15941 sobre isenção de propinas e bolsas de estudo
- 15988 Declara ser o exame de admissão aos liceus válido para a matrícula em qualquer daqueles estabelecimentos
- 15994 Regula a situação dos professores das extintas escolas primárias superiores
- 15999 Considera em pleno vigor as disposições do decreto n.º 10551, atinentes a assegurar a maior pontualidade no processamento das folhas dos vencimentos do professorado primário e a sua imediata conferência
- 16008 Regula a situação dos professores efectivos do ensino secundário nomeados reitores dos liceus a cujos quadros não pertençam
- 16009 Garante aos professores que tenham ingressado por concurso nos quadros dos liceus das localidades de onde sejam deslocados por virtude das disposições do decreto n.º 15971 preferência absoluta em futuras vagas nos quadros dos liceus das mesmas localidades
- 16014 Estabelece a liberdade do ensino primário particular
- 16016 Introdúz algumas alterações a disposições ultimamente decretadas sobre o ensino secundário oficial
- 16024 Remodela os serviços da inspecção escolar do ensino primário e normal **Revogado**
- 16024 (R1 DG 244) Rectificações ao decreto n.º 16024, que remodela os serviços da inspecção escolar do ensino primário e normal
- 16025 Regulamenta as provas de habilitação e de estágio a que se referem os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 15994 e bem assim a situação dos professores que prestaram exame de provas públicas para o magistério primário complementar
- 16037 Remodela o ensino normal primário
- 16038 Regulamenta as condições em que deve ser feito o exame de admissão às escolas normais primárias
- 16040 Autoriza a comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho de Mafra a vender os baldios que possui (ver decreto n.º 19228 o qual torna extensivo à construção de estradas e de edifícios escolares o produto dos terrenos baldios que foi autorizada a alienar pelo presente decreto)
- 16043 Determina que sejam postas a concurso as vagas existentes nos quadros docentes efectivos dos liceus do continente e ilhas
- 16044 Promulga a lei orgânica das Faculdades de Direito
- 16044 (R1 DG 248) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16044, que promulga a lei orgânica das Faculdades de Direito
- 16052 Anula e considera de nenhum efeito as nomeações de todos os professores e demais pessoal das escolas complementares que até a data da publicação do presente diploma não tenham funcionado, voltando à sua anterior situação todo o pessoal nomeado
- 16062 Autoriza a comissão administrativa autónoma das obras da Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto, a expropriar uma faixa de terreno
- 16063 Determina que a Escola Industrial e Comercial de Bernardino Machado, da Figueira da Foz, passe a denominar-se Escola Comercial e Industrial da Figueira da Foz
- 16064 Substitui o artigo 2.º do decreto n.º 13890, que reconhece o direito ao aumento de vencimento por diuturnidade de serviço a três professoras da secção feminina do Instituto do Professorado Primário
- 16065 Esclarece a situação dos professores efectivos das antigas escolas normais que, por força do artigo 2.º do decreto n.º 5504, transitaram para as extintas escolas primárias superiores
- 16077 Aprova os programas para o ensino primário elementar e as instruções para execução dos referidos programas
- 16078 Prorroga até 31 de Julho de 1929 o prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 15365, sobre o funcionamento das Faculdades suprimidas em Coimbra e no Pôrto e da Escola Normal Superior de Coimbra
- 16078 (R1 DG 254) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 16078, que prorroga até 31 de Julho de 1929 o prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 15365, sobre o funcionamento das Faculdades suprimidas em Coimbra e no Pôrto e da Escola Normal Superior de Coimbra
- 16082 Remodela o quadro do pessoal da Universidade do Pôrto
- 16086 Regula a admissão de professores provisórios nos liceus em que as necessidades o exijam por não estar totalmente provido o respectivo quadro efectivo - Torna incompatível o exercício do magistério liceal provisório com o estágio cumulativo do curso de habilitação para o magistério liceal das escolas normais superiores
- 16090 Considera como diplomada para o exercício do magistério primário uma professora da escola oficial de Jacinto da Silva, em Constância
- 16105 Aprova o regulamento da Escola Naval

- 16106 Regula os exames de admissão às escolas normais superiores
- 16115 Extingue a Escola de Carpintaria e Serralharia de João Pessanha, de Mirandela
- 16147 Determina que sejam mantidos e pagos pela Misericórdia de Lisboa os vencimentos que percebia uma professora do 1.º semi-internato enquanto permanecer na situação de inactividade e até a sua aposentação pela Caixa de Aposentações dos Funcionários Civis
- 16151 Regula a situação dos professores das extintas escolas primárias superiores que, à data da publicação do decreto n.º 15994, se encontravam em comissão em escolas de ensino primário elementar, no impedimento de professores que se acham na situação de inactividade permanente
- 16165 Fixa a lotação para os Liceus de Camões e de D. João de Castro e bem assim os quadros de professores efectivos
- 16168 Regula a constituição da junta administrativa criada pelo artigo 6.º do decreto n.º 15942, para administrar o empréstimo, autorizado pelo mesmo decreto, destinado na sua maior parte a ser aplicado em benefício dos liceus
- 16171 Regula a execução do decreto n.º 15819, que permite aos indivíduos que à data do decreto n.º 11988 possuíam certificados de cursos completos por escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a apresentação e defesa perante o Instituto Superior Técnico ou Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto de um projecto de engenharia da sua livre escolha
- 16173 Regula a situação de uma professora contratada do 2.º Semi-Internato de Lisboa
- 16191 Esclarece e modifica várias disposições de alguns decretos ultimamente publicados sobre instrução secundária
- 16196 Prorroga o prazo concedido pelo artigo 3.º do decreto n.º 13638 para o Instituto Feminino de Educação e Regeneração, da cidade do Pôrto, se instalar no edifício do Convento de Corpus Christi, de Vila Nova de Gaia
- 16204 Autoriza durante o corrente ano lectivo e nos liceus onde se torne indispensável a admissão de professores provisórios a colocação de professores efectivos providos em outros liceus por virtude das disposições do decreto n.º 15971, desde que essa colocação se julgue mais proveitosa para o regular funcionamento dos serviços escolares
- 16223 Modifica as normas da distribuição dos serviços docentes fixadas pelo artigo 1.º do decreto n.º 15948
- 16251 Autoriza o Ministério da Instrução Pública a adquirir um edifício para a instalação do seu Ministério
- 16268 Revoga, quanto ao director geral interino do ensino secundário, o disposto no decreto n.º 14319, que lhe fixava uma gratificação mensal
- 16269 Determina que até a revisão dos planos de estudos das Faculdades de Letras, Medicina, Ciências, Farmácia e Engenharia das Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto seja suspenso o artigo 1.º do decreto n.º 15382, ficando para todos os efeitos restabelecidas as disposições legais anteriores ao mencionado decreto relativas à frequência de alunos nas aulas magistrais
- 16279 Regula a composição e atribuições da junta administrativa do empréstimo para o ensino secundário
- 16280 Aprova o regulamento do Prémio Beethoven instituído por José Viana da Mota
- 16280 (R1 DG 6 de 1929) Rectificação ao artigo 15.º do regulamento do prémio Beethoven instituído por José Viana da Mota, aprovado pelo decreto n.º 16280
- 16281 Rectifica o orçamento do Ministério com fundamento no decreto n.º 16024, que remodelou os serviços de inspecção do ensino primário e normal
- 16307 Esclarece que a matemática (1.ª parte) que é exigida por lei para certos concursos
- 16308 Determina que, pelas cartas requeridas nas Universidades e que têm de ser entregues aos interessados em substituição das certidões a que se referem os decretos de 2 de Dezembro de 1910 e n.º 7203, nenhuma importância deva ser cobrada além da que, nos termos legais, foi oportunamente depositada (o decreto de 2 de Dezembro de 1910 está no DG 51 de 5 de dezembro)

Portarias

- 5146 Torna aplicável o disposto na lei n.º 100 e artigo 136.º do decreto n.º 6137 (dispensa do exercício de funções em períodos de gravidez e parto) às professoras e mestras das escolas de ensino técnico elementar comercial e industrial
- 5155 Aprova as instruções a observar para a execução dos programas do ensino primário complementar
- 5186 Manda rejeitar o diploma legislativo n.º 53 do Estado da Índia, que autorizava os médicos habilitados pela Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa a usar o título de «Licenciados em medicina e cirurgia»
- 5203 Manda contar aos funcionários públicos o tempo de frequência das escolas preparatórias de oficiais milicianos e do serviço militar como milicianos para efeitos de aumento de vencimento por diuturnidade de serviço
- 5208 Determina que as escolas oficiais de ensino primário elementar que funcionam em estabelecimentos de assistência, com internato, sejam destinadas exclusivamente às crianças recolhidas nesses institutos, salvo o caso de o seu número ser muito inferior ao que compete aos respectivos professores
- 5208 (R1 DG 40) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 5208, que determina que as escolas oficiais de ensino primário elementar que funcionam em estabelecimentos de assistência, com internato, sejam destinadas exclusivamente às crianças recolhidas nesses institutos, salvo o caso de o seu número ser muito inferior ao que compete aos respectivos professores
- 5240 Esclarece dúvidas para execução do decreto n.º 14899, acêrca da realização dos exames de ensino primário elementar no corrente ano escolar
- 5323 Revoga a portaria n.º 4825, que mandou dispensar do serviço todo o pessoal assalariado da Biblioteca Nacional de Lisboa
- 5383 Esclarece não ser o bilhete de identidade exigível para a admissão a quaisquer exames - Prorroga o prazo marcado no artigo 2.º do decreto n.º 14747 - Determina que não seja obrigatória até a mesma data a posse do bilhete de identidade para a matrícula em qualquer das escolas do ensino secundário ou superior designadas no artigo 40.º do decreto n.º 13254

- 5479 Determina que os inspectores escolares enviem aos professores do seu círculo o mapa da qualidade e efectividade do serviço prestado no ano lectivo anterior, depois de êle terminado, desde que o solicitem para efeito de concurso, e tenham enviado os elementos estatísticos necessários para tal fim
- 5589 Manda organizar os serviços das bibliotecas dos liceus, sendo estabelecidas pequenas bibliotecas volantes e permitidos os empréstimos de livros aos alunos
- 5643 Estabelece o prazo para a entrega dos requerimentos e documentos para a matrícula nas Universidades e de inscrição nas diferentes Faculdades e designa o dia 29 de Outubro para a abertura solene das aulas
- 5716 Autoriza os departamentos marítimos e capitánias dos portos a inscreverem como telegrafistas nos navios da marinha mercante os indivíduos munidos de cartas de telegrafistas, provisórias e por viagem, passadas pela Direcção dos Serviços de Electricidade e Comunicações (ver decreto n.º 21028)
- 5717 Dá o nome de Emília Palma à escola de ensino primário elementar do lugar de Amoreiras-Gare, freguesia de S. Martinho, concelho de Odemira

Programas

- DG 64 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Municipal do Pôrto
- DG 88 Programa dos exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- DG 127 Programa dos exames de admissão para os candidatos à matrícula no Instituto Superior Técnico de Lisboa para o ano lectivo de 1928-1929
- DG 142 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1928-1929

Instruções

- DG 151 Instruções para a realização das provas de passagem de classe nas escolas primárias elementares no ano escolar de 1927-1928

Pareceres

- DG 127 Parecer sôbre a constituição das instituições denominadas «Lutuosas», aprovado pelo conselho de administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e sancionado por despacho ministerial de 26 de Maio de 1928

1929

Decretos

- 16318 Remodela o quadro dos primeiros e segundos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 16319 Eleva as pensões mensais dos legados instituídos por Ventura Terra e pagos pelo rendimento dos bens deixados às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 16322 Determina que aos alunos que requereram matrícula nos liceus dentro da prorrogação do prazo concedida no actual ano lectivo seja restituída a propina especial de 200\$00 que pagaram
- 16328 Revoga o decreto n.º 15208, que suspendeu o decreto n.º 14075, ficando êste em vigor até que pela estação competente sejam aprovados os estatutos da Lutuosa dos Professores Primários
- 16343 Determina que os fundos que pertenciam à União do Professorado Primário, bem como a quantia proveniente de um legado deixado ao Instituto do Professorado Primário Oficial Português, sejam entregues à comissão nomeada para tratar da instalação da secção feminina do mesmo Instituto, da cidade do Pôrto
- 16353 Dá nova redacção ao artigo 44.º do decreto n.º 11638, que regula a concessão de permutas entre professores de ensino primário elementar
- 16353 (R1 DG 28) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16353, que dá nova redacção ao artigo 44.º do decreto n.º 11638, que regula a concessão de permutas entre professores de ensino primário elementar
- 16360 Promulga várias disposições acêrca de acumulações e incompatibilidades de professores no exercício do magistério
- 16361 Fixa as normas que devem orientar a organização e julgamento de processos disciplinares relativos a funcionários de ensino primário e normal **Revogado**
- 16362 Aprova os programas dos cursos complementares dos liceus
- 16363 Torna aplicável aos regentes de canto coral e aos professores de educação física a preferência absoluta estabelecida pelo artigo 1.º do decreto n.º 16009
- 16364 Abre um crédito da importância correspondente à têtça parte do empréstimo destinado a melhorar as condições materiais dos liceus e à instituição de residências de estudantes
- 16381 Cria a Junta de Educação Nacional
- 16382 Determina que aos professores oficiais do ensino normal primário e do ensino primário e aos inspectores dêste ensino seja descontada mensalmente nos seus vencimentos a quantia de 4\$00 para custeamento das quatro secções do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 16395 Estabelece as propinas a pagar pelos alunos dos liceus que repitam mais de uma vez a freqüência de qualquer classe - Determina que o número de alunos a que se refere o § 2.º do artigo 5.º do decreto n.º 15941 seja determinado para cada liceu pela vigésima parte da respectiva lotação
- 16395 (R1 DG 81) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 16395, que estabelece as propinas a pagar pelos alunos repitentes dos liceus, de qualquer classe

- 16409 Autoriza o Ministro da Instrução Pública a conceder estágios em centros estrangeiros aos professores de qualquer estabelecimento de ensino de qualquer grau com mais de cinco anos de bom e efectivo serviço
- 16422 Regula o preenchimento dos lugares de professores das escolas do ensino primário elementar do sexo masculino, feminino e mixtas
- 16423 Concede aos asilos ou Misericórdias que estejam sustentando escolas e peçam a sua oficialização a faculdade de proporem para a nomeação, como efectivo, o respectivo professor, embora não diplomado, contanto que exerça o magistério primário há mais de dez anos e tenha dado provas da sua competência
- 16423 (R1 DG 30) Rectificação ao título da Direcção que encimava o decreto n.º 16423
- 16423 (R2 DG 33) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16423, relativo à oficialização de escolas pertencentes a asilos ou Misericórdias
- 16436 Declara nulas e sem efeito umas cedências feitas em 1911 e 1918 à comissão administrativa da freguesia da Sé Nova, da cidade, concelho e distrito de Coimbra, e à Cantina Escolar do Dr. Bernardino Machado, instalada na igreja de S. Pedro, da referida cidade
- 16448 Regula a situação dos indivíduos diplomados com Exame de Estado para o magistério primário superior **Revogado**
- 16468 Confere várias atribuições ao primeiro bibliotecário chefe da secretaria da Biblioteca Nacional de Lisboa - Extingue um lugar de amanuense no quadro da referida Biblioteca e cria um lugar de tesoureiro
- 16466 Dá nova redacção ao artigo 165.º do decreto n.º 5915 (regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária)
- 16481 Reorganiza os serviços do Ministério da Instrução Pública
- 16485 Determina que o despacho dos professores nomeados ao abrigo das disposições do decreto n.º 16423 deva ser sempre fundamentado, publicando-se no Diário do Govêrno não só o despacho na íntegra como também a nota dos serviços do nomeado
- 16485 (R1 DG 47) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16485, que determina que o despacho dos professores nomeados ao abrigo das disposições do decreto n.º 16423 deva ser sempre fundamentado, publicando-se no Diário do Govêrno não só o despacho na íntegra, como também a nota dos serviços do nomeado
- 16485 (R2 DG 51) Rectificação à data do decreto n.º 16485
- 16501 Converte em oficial a escola de ensino primário geral instalada no Asilo de Infância Desvalida de Maria Viana, da vila de Felgueiras, concelho do mesmo nome
- 16507 Cria no Hospital da Marinha a Escola Profissional de Enfermagem Naval
- 16512 Abre um concurso para a publicação de uma Cartilha Colonial destinada às escolas primárias
- 16513 Modifica o quadro do pessoal da Secretaria Geral da Universidade de Lisboa
- 16514 Altera várias disposições do decreto n.º 12696, que organizou a Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 16515 Extingue e cria lugares no quadro do pessoal da Universidade de Coimbra
- 16516 Determina que quando as funções de secretário do Conservatório Nacional de Música forem desempenhadas por um professor do quadro dêste estabelecimento ser-lhe há aplicada, quando em exercício, a disposição do artigo 10.º do decreto n.º 6129
- 16531 Fixa os vencimentos dos serventes efectivos das escolas
- 16532 Determina que sejam sujeitos a provas finais os diplomados das Escolas Nacionais de Agricultura, candidatos às especializações a que se refere o artigo 11.º da organização do ensino agrícola médio, para o efeito de obterem os respectivos certificados
- 16547 Fixa o número das cadeiras do curso ordinário de arte de representar no Conservatorio Nacional de Teatro
- 16571 Cria na Escola Industrial do Marquês de Pombal, de Lisboa, um curso livre de automobilismo
- 16584 Substitui na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra um lugar de professor catedrático de urologia por um lugar de primeiro assistente destinado à cadeira de clínica neurológica
- 16620 Determina que a deslocação e colocação dos professores, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 14653 e artigo 33.º do decreto n.º 11638, só possa ter lugar dentro da região a que pertence ou estava o professor
- 16623 Introduce várias modificações no estatuto da instrução universitária
- 16623 (R1 DG 79) Nova publicação, rectificada, dos artigos 34.º e 35.º do decreto n.º 16623, que introduce várias modificações no estatuto da instrução universitária
- 16623 (R2 DG 130) Nova publicação, rectificada, do artigo 35.º e do seu § único do decreto n.º 16623, que introduce várias modificações no estatuto da instrução universitária
- 16624 Dá ao Museu Etnológico Português o nome de Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos
- 16640 Considera o lugar de director do Museu Etnológico Português inerente ao de professor catedrático ou auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa
- 16648 Confere aos reitores dos liceus a atribuição das nomeações, por alvará, referentes a determinados cargos ou comissões de serviço
- 16662 Desanexa da Casa Pia de Lisboa e transfere para o Ministério da Instrução Pública o Instituto Médico Pedagógico, que passa a denominar-se Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira
- 16672 Autoriza a Junta de Freguesia de Folgoso de Gouveia, a aplicar determinada quantia na construção de um novo edifício escolar
- 16677 Aprova o regulamento do Conservatório de Música do Pôrto
- 16692 Determina que aos professores de ensino primário elementar aprovados em concurso de provas públicas, nos termos do decreto n.º 13791, seja mantida até o começo do ano civil de 1931, para efeito de provimento efectivo ou interino nas respectivas escolas, a preferência estabelecida no § 1.º do artigo 13.º do citado decreto, mas só em igualdade de valorização

- 16695 Aprova o regulamento da secção masculina, de Lisboa, do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 16697 Cede definitivamente ao Instituto Superior de Comércio de Lisboa o edifício da Rua do Quelhas n.º 6, da mesma cidade, ficando sem efeito a cedência feita ao referido Instituto dos terrenos do extinto Convento das Francesinhas, que são pelo presente diplomas cedidos à Direcção Geral de Saúde
- 16697 (R1 DG 87) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 16697, que determina que continue em vigor o decreto n.º 3444-A, sobre a aplicação do prédio n.º 6 da Rua do Quelhas, Lisboa, e que fique sem efeito a cedência feita ao Instituto Superior do Comércio de Lisboa dos terrenos do extinto Convento das Francesinhas, que são pelo presente diplomas cedidos à Direcção Geral de Saúde
- 16698 Autoriza a comissão administrativa da Câmara Municipal de Vidigueira a vender um prédio que possui em Vila de Frades, aplicando o produto da mesma venda em obras a realizar na Escola de Fialho de Almeida, da referida localidade
- 16714 Dá uma nova organização ao curso professado na Escola Naval por aspirantes a engenheiros maquinistas navais
- 16714 (R1 DG 116) Rectificação ao decreto 16714, que dá uma nova organização ao curso professado na Escola Naval por aspirantes a engenheiros maquinistas navais
- 16723 Oficializa a escola primária elementar que funciona no Asilo Montemorense de Infância Desvalida, com sede na vila de Montemor-o-Novo
- 16723 (R1 DG 86) Rectificação ao decreto n.º 16723, que oficializou a escola primária elementar do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, com sede em Montemor-o-Novo
- 16724 Converte em oficial a escola de ensino primário particular instalada no Orfanato e Oficinas de S. José, da cidade de Viana do Castelo
- 16729 Rectificação ao decreto n.º 16723, que oficializou a escola primária elementar do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, com sede em Montemor-o-Novo
- 16729 (R1 DG 87) Nova publicação, rectificadora, dos artigos 4.º e 14.º do decreto n.º 16729, que transfere para o Ministério da Instrução Pública determinadas escolas e estabelecimentos que estavam dependentes dos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura
- 16730 Aprova os novos programas para o ensino primário elementar
- 16730 (R1 DG 99) Rectificações aos programas para o ensino primário elementar aprovados pelo decreto n.º 16730
- 16746 Designa as verbas que a Câmara Municipal e a Junta Geral do distrito de Coimbra deverão inscrever nos seus orçamentos para custeamento das despesas de material e diversas da Escola Normal da mesma cidade
- 16750 Regulamenta o decreto n.º 12704, rectificado pelo decreto n.º 13657, que reorganizou a Escola Militar
- 16751 Regula a presença dos professores às sessões dos conselhos escolares, senado e assembleas universitárias - Determina ser o serviço de exames obrigatório para todos os professores das Faculdades e escolas
- 16765 Introduce alterações no regulamento da Escola Naval aprovado pelo decreto n.º 16105
- 16769 Harmoniza o regime de concursos para professores provisórios dos liceus com as alterações ultimamente decretadas na forma da sua nomeação
- 16774 Regula, quanto a abonos de vencimentos e passagens, a situação dos agentes das extintas missões civilizadoras laicas, que, com o curso da Escola Colonial, forem colocados nas colónias, em lugares de categoria correspondente ou inferior a primeiros oficiais, e bem assim, quanto a abonos de passagens, a situação das mulheres dos mesmos agentes e auxiliares, as quais, havendo pertencido ao quadro do pessoal das referidas missões, estejam adidas
- 16778 Torna aplicáveis as disposições do decreto n.º 10729 ao pessoal assalariado das escolas de ensino primário elementar e infantil
- 16782 Proíbe a emigração aos indivíduos de mais de catorze anos de idade e menos de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar
- 16782 (R1 DG 98) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 16782, que proíbe a emigração aos indivíduos de mais de catorze anos de idade e menos de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe de ensino primário elementar
- 16783 Suprime um lugar de guarda do Museu e Jardim Botânico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e cria um lugar de ajudante de preparador do laboratório botânico anexo à referida Faculdade
- 16785 Cria o conselho escolar da Direcção dos Serviços de Electricidade e Comunicações
- 16787 Concede uma pensão vitalícia ao director honorário do Museu de Arte Contemporânea, Columbano Bordalo Pinheiro
- 16788 Regula a nomeação dos secretários dos liceus
- 16789 Regula as transferências de matrícula de um para outro liceu
- 16789 (R1 DG 99) Rectificação ao decreto n.º 16789, que regula as transferências de matrícula de um para outro liceu
- 16794 Considera para todos os efeitos escolas primárias da República Portuguesa as escolas portuguesas de Oakland (Estado da Califórnia) e de New-Bedford
- 16795 Regulamenta os exames de admissão às Universidades
- 16795 (R1 DG 102) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 16795, que regulamenta os exames de admissão às Universidades
- 16765 (R2 DG 112) Rectificação ao decreto n.º 16765, que introduz alterações no regulamento da Escola Naval, aprovado pelo decreto n.º 16105
- 16799 Aprova o regulamento dos concursos de provas públicas aos lugares de professores extraordinários e primeiros assistentes do Instituto Superior de Comércio de Lisboa

- 16801 Reforça com a quantia de 300000\$00 o orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações, reduzindo-se no orçamento do Ministério da Instrução Pública igual quantia, destinada à construção e conclusão de edifícios para instalação de escolas de ensino primário e reparação das existentes
- 16802 Fixa o quadro docente das escolas da cidade de Lisboa
- 16803 Regula a retribuição do serviço extraordinário de regência de cursos práticos, a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 15019, exercido pelos professores auxiliares e assistentes das Universidades
- 18803 (R1 DG 112) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 16803, que regula a retribuição do serviço extraordinário de regência de cursos práticos, a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 15019, exercido pelos professores auxiliares e assistente das Universidades
- 16814 Regula o funcionamento da Comissão Orientadora do Ensino Secundário, criada pelo decreto n.º 16481
- 16814 (R1 DG 101) Nova publicação, rectificada do § 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 16814, que regula o funcionamento da Comissão Orientadora do Ensino Secundário, criada pelo decreto n.º 16481
- 16825 Aprova o regulamento interno do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira
- 16826 Aprova o regulamento da Comissão de Educação Popular
- 16829 Torna obrigatórios no 4.º ano do curso médico os exames finais de patologia e terapêutica médicas e cirúrgicas para todos os alunos, matriculados nas Faculdades de Medicina - Determina que, a partir do ano lectivo de 1929-1930, entre em vigor para todos os alunos matriculados nas Faculdades de Medicina o disposto no artigo 3.º do decreto n.º 14838 quanto ao ensino das especialidades e sanções de sua frequência e aproveitamento
- 16836 Aprova o regulamento do Ministério da Instrução Pública
- 16846 Confere ao Alto Comissário da República em Angola a faculdade para a nomeação de professores efectivos para as vagas que, à data do presente diploma, existirem no Liceu de Salvador Correia, em Loanda
- 16848 Declara subsistir em pleno vigor o disposto no artigo 50.º do decreto n.º 12485, que promulga o estatuto orgânico das missões católicas portuguesas de África e Timor
- 16860 Autoriza o Ministério da Instrução Pública a adquirir para a instalação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o prédio Quinta da Praia, situado na Praça D. Vasco da Gama
- 16861 Dá ao Instituto Central de Higiene o nome do Dr. Ricardo Jorge
- 16862 Determina que o Instituto de Oftalmologia passe a denominar-se Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto
- 16863 Promulga várias disposições sobre o funcionamento dos cursos das Faculdades de Medicina
- 16868 Substitui por um boletim de inscrição o requerimento de admissão a exame dos alunos externos dos liceus
- 16869 Promulga várias disposições relativas ao ensino liceal nos distritos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada
- 16870 Determina que os chefes das regiões escolares deverão classificar o serviço dos professores no decorrer do ano lectivo unicamente para o efeito do disposto no artigo 25.º do decreto n.º 11638, desde que isso lhes seja requerido
- 16886 Concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929, sob determinadas condições, aos alunos inscritos na Faculdade de Letras, antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16886 (R1 DG 133) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 16886, que concedeu uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos inscritos na Faculdade de Letras antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16887 Concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929, sob determinadas condições, aos alunos inscritos na Faculdade de Direito antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16887 (R1 DG 133) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 16887, que concedeu uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos inscritos na Faculdade de Direito antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16902 Regula o serviço de exames nos liceus
- 16942 Regula a concessão de permutas entre professores do ensino primário elementar
- 16946 Esclarece que o artigo 1.º (transitório) do decreto n.º 13080 não abrange os diplomados que dentro do prazo legal haviam entregue os seus diplomas para efeitos de registo - Determina que não sejam permitidos novos registos de diplomas de cursos estrangeiros passados por escolas que não tenham a categoria universitária a que faz referência o artigo 2.º do decreto n.º 13080
- 16949 Concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos inscritos na Faculdade de Farmácia antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16949 (R1 DG 150) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16949, que concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos da Faculdade de Farmácia matriculados na Universidade antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16950 Concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos inscritos na Faculdade de Engenharia antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16950 (R1 DG 150) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 16950, que concede uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929 aos alunos da Faculdade de Engenharia matriculados na Universidade antes da publicação do decreto n.º 15453
- 16951 Suprime um lugar de contínuo da secretaria da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto e cria um lugar de contínuo no Laboratório de Botânica da referida Faculdade
- 16952 Regula a renovação, do funcionalismo nos cargos de direcção das escolas de Belas Artes
- 16954 Autoriza a Junta de Freguesia de Badamalos, concelho do Sabugal, a vender um edifício em construção, que possui, a fim de ser adaptado a edifício escolar
- 16960 Estabelece ser obrigatório o lugar de vogal da Comissão Orientadora do Ensino Secundário
- 16966 Regula o exercício das funções nos cargos de direcção das Escolas Superiores do Ensino Técnico

- 16977 Estabelece as normas que devem regular as provas de passagem de classe e as dos exames de ensino primário elementar no ano lectivo de 1928-1929
- 17009 Estabelece em todas as escolas superiores dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico o exame de admissão à primeira matrícula para os alunos ordinários
- 17010 Estabelece poderem os diplomados com o Exame de Estado para o magistério primário e superior ser colocados interina ou definitivamente nas escolas primárias elementares, contanto que tenham feito um estágio de três e seis meses numa destas escolas e durante este estágio tenham dado provas de boas qualidades pedagógicas
- 17011 Regula a substituição do inspector geral primário e inspectores adjuntos, nos impedimentos destes funcionários - Introduz algumas modificações respeitantes à substituição dos inspectores chefes e inspectores das regiões escolares
Revogado
- 17037 Aprova o regulamento da Junta de Educação Nacional
- 17037 (R1 DG 152) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17037, que aprova o regulamento da Junta de Educação Nacional
- 17041 Extingue um lugar de contínuo do Instituto de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e cria no quadro geral da referida Faculdade mais um lugar de contínuo
- 17042 Regulamenta as condições em que deve ser feito o exame final de provas pedagógicas, a que se refere o artigo 50.º do decreto n.º 16037
- 17042 (R1 DG 146) Rectificação ao decreto n.º 17042
- 17043 Regulamenta a forma de substituição provisória dos professores efectivos das escolas primárias elementares e das infantis e provimentos interinos nas escolas que nelas ocorrerem
- 17043 (R1 DG 146) Rectificação ao decreto n.º 17043
- 17044 Regula as condições em que deve ser feito o exame de admissão às escolas normais primárias
- 17046 Dispensa do exame de admissão às escolas normais primárias os indivíduos habilitados com o curso geral dos liceus
- 17047 Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano económico de 1929-1930 (ver Decreto n.º 17697)
- 17056 Determina que a aprovação no exame de admissão à 4.ª classe do curso dos liceus, bem como a passagem por média na 3.ª classe do referido curso, sejam consideradas equivalentes para todos os efeitos ao exame de passagem ao segundo ciclo do curso dos liceus
- 17057 Eleva a nacional central o Liceu da Guarda (Afonso de Albuquerque) - Modifica os quadros, lotações e zonas de influência pedagógica de alguns liceus
- 17063 Promulga a organização das Faculdades de Letras
- 17063 (R1 DG 152) Rectificações ao decreto n.º 17063 (organização das Faculdades de Letras)
- 17078 Esclarece várias disposições do decreto n.º 16902, que regula o serviço de exames nos liceus
- 17094 Equipara o diploma de licenciatura conferido a um capitão de cavalaria pelo Instituto Superior de Educação Física anexo à Faculdade de Medicina de Gand, para todos os efeitos legais, ao de habilitação pelo curso normal de educação física integrado na Escola Normal Superior de Lisboa
- 17124 Determina que os alunos da Escola Naval, que não tenham obtido aprovação na minoria de cadeiras do respectivo ano de curso, possam repetir os exames dessas cadeiras numa segunda época de exames a realizar em princípios de Outubro
- 17124 (R1 DG 174) Rectificação ao decreto n.º 17124, que determina que os alunos da Escola Naval que não tenham obtido aprovação na minoria de cadeiras do respectivo ano de cursos possam repetir os exames dessas cadeiras numa segunda época de exames a realizar em princípios de Outubro
- 17130 Regulamenta as condições em que deve ser feito o exame final dos alunos do ensino primário complementar, a que se refere o artigo 23.º do decreto n.º 13791
- 17131 Dá nova redacção ao artigo 165.º do decreto n.º 5915 (regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária)
- 17149 Altera as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 17149 (R1 DG 191) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17149, que altera as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 17147 (R2 DG 198) Rectificações ao decreto n.º 17149, que altera as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 17149 Altera as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- 17150 Acrescenta ao quadro do pessoal docente dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto o lugar de analista
- 17151 Fixa a anuidade a pagar na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra pelos pais ou tutores de alunos porcionistas
- 17152 Determina o encerramento da Escola Profissional de Agricultura de Paiã pelo tempo indispensável à reorganização dos serviços
- 17153 Aprova a Carta Orgânica da colónia de Moçambique (é criada a Direcção dos Serviços Públicos)
- 17167 Regulamenta o decreto n.º 17010, que estabelece poderem os diplomados com o Exame de Estado para o magistério primário e superior ser colocados interina ou definitivamente nas escolas primárias elementares, contanto que tenham feito um estágio de três e seis meses numa destas escolas e durante este estágio tenham dado provas de boas qualidades pedagógicas
- 17192 Suspende por um ano a execução do decreto n.º 16795, que regulamentava os exames de admissão às Universidades

- 17193 Cria uma Junta dos Serviços Meteorológicos dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 17194 Fixa os institutos de investigação científica, os laboratórios de ensino e as clínicas escolares atribuídos à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 17194 (R1 DG 197) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17194, que fixa os institutos de investigação científica, os laboratórios de ensino e as clínicas escolares atribuídos à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 17195 Dá aos actuais chefes de laboratório do Instituto Superior de Agronomia a categoria de assistentes - Extingue os cargos de chefes de laboratório
- 17225 Fixa o quadro do pessoal da Biblioteca de Marinha, que funciona junto da Escola Naval
- 17229 Determina que seja considerado, para efeitos do disposto nos artigos 64.º e seguintes do decreto n.º 6137, o serviço prestado nas escolas móveis oficiais pelos professores legalmente diplomados
- 17238 Revoga o disposto no § único do artigo 2.º do decreto n.º 16751, que determinava que fôsse instaurado processo disciplinar aos professores que tivessem dado em cada ano três faltas não justificadas às sessões dos conselhos escolares, senado e assembleas universitárias
- 17272 Regulamenta as condições em que deve ser feito o exame de admissão à primeira matrícula na Escola Superior de Medicina Veterinária
- 17273 Regulamenta as condições em que deve ser feito o exame de admissão ao Instituto Superior de Agronomia
- 17273 (R1 DG 210) Rectificações ao decreto n.º 17273, que regulamenta as condições em que deve ser feito o exame de admissão ao Instituto Superior de Agronomia
- 17278 Determina que fiquem subordinados à Inspecção de Sanidade Escolar e Educação Física do Ministério da Instrução Pública os serviços médico-pedagógicos e de higiene escolar das escolas agrícolas e do ensino industrial e comercial a que se referem os decretos n.ºs 4815 e 6167
- 17282 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 3151, que cede à Câmara Municipal do concelho de Baião os materiais de construção da antiga residência paroquial da freguesia de Teixeira, daquele concelho, bem como um terreno, destinados à construção de um edifício escolar
- 17286 Determina que não sejam consideradas eliminatórias para todos os efeitos as provas escritas de desenho e de caligrafia prestadas no último ano escolar de 1928-1929
- 17287 Regula o provimento das vagas que de futuro se derem no quadro provisório das escolas móveis
- 17301 Actualiza as propinas de matrícula, de inscrição e de emolumentos dos cursos e de exames extraordinários a cobrar aos alunos das Escolas de Correios e Telégrafos
- 17305 Suspende o decreto n.º 17063, que reorganizou as Faculdades de Letras
- 17321 Determina as condições em que os alunos das escolas normais primárias são admitidos à frequência das várias disciplinas
- 17347 Substitui a taxa fixada aos professores de música na tabela das profissões liberais anexa ao decreto n.º 16731
- 17368 Dá nova redacção à alínea d) do artigo 20.º do decreto n.º 15981, acêrca do perdimento do direito à isenção de propinas para frequência dos liceus
- 17374 Mantém para o próximo ano lectivo todas as disposições constantes dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 7.º do decreto n.º 16106, que regula os exames de admissão às Escolas Normais Superiores
- 17379 Regula a promoção das praças de pré do exército (ver Decreto n.º 18722)
- 17404 Autoriza o Governo a preencher as vagas existentes ou que venham a ocorrer no quadro do Ministério da Instrução Pública - Determina o provimento dos lugares técnicos dos serviços dependentes do mesmo Ministério
- 17412 Determina que o secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa elabore, no princípio de cada ano económico e em harmonia com as dotações orçamentais, o plano geral das publicações académicas a realizar nesse ano pelas classes de Letras e de Ciências
- 17413 Regula a constituição dos júris dos concursos de provas públicas para professores agregados das disciplinas de línguas das escolas de ensino elementar industrial e comercial
- 17414 Determina que os directores e respectivos adjuntos das escolas agrícolas móveis sejam de futuro contratados mediante proposta da Direcção Geral do Fomento Agrícola, devidamente aprovada pelo Ministro da Agricultura
- 17423 Determina que sejam admitidos à matrícula como alunos ordinários nas cadeiras que constituem o curso superior colonial, da Escola Superior Colonial, os candidatos que, além de satisfazerem às condições estabelecidas no artigo 75.º do decreto n.º 12539, provem ter, pelo menos, dezassete anos de idade - Esclarece serem sempre as da respectiva legislação as condições de idade para o ingresso nos quadros do funcionalismo do Ministério das Colónias e das colónias em geral
- 17437 Promulga várias disposições atinentes a conceder protecção oficial à Academia de Música de Coimbra, instituto de iniciativa particular
- 17451 Regula provisoriamente a concessão do diploma de professor de ensino secundário particular
- 17452 Permite que ao exame de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto sejam também admitidos os indivíduos que apresentarem certidão de aprovação no curso complementar de letras dos liceus - Dispensa do exame de admissão os candidatos que apresentarem documento comprovativo de aprovação no curso médio de comércio do Instituto Comercial de Lisboa ou do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto - Revoga o § único do artigo 30.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 14291
- 17453 Suspende por um ano a execução do decreto n.º 17009, que estabeleceu os exames de admissão em todas as escolas superiores dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico - Mantém os exames de admissão às escolas superiores que haviam sido estabelecidos por diplomas anteriores ao citado decreto
- 17456 Modifica várias disposições do decreto n.º 16381, que cria a Junta de Educação Nacional
- 17457 Prorroga o prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 15365 no que respeita ao funcionamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

- 17457 (R1 DG 246) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17457, que prorroga o prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 15365 no que respeita ao funcionamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
- 17458 Promulga várias disposições sobre serviço de inspecções a instalações destinadas ao funcionamento de estabelecimentos de ensino secundário particular
- 17459 Extingue a Comissão Orientadora do Ensino Secundário
- 17498 Prorroga o prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 15365, no que respeita à Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, devendo no próximo ano lectivo funcionar nesta Faculdade apenas aulas do 3.º e do 4.º ano do respectivo curso
- 17500 Eleva a dois o número de professores catedráticos do 8.º grupo (desenho) da 4.º secção (cadeiras e cursos anexos) do quadro geral das disciplinas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 17501 Considera como tendo sido nomeado como contínuo do Pôsto Meteorológico da Serra da Estrêla um falecido funcionário que à data da publicação do decreto n.º 12492 ali se encontrava exercendo as referidas funções
- 17502 Autoriza o Ministério da Instrução Pública a instalar o Liceu de D. João de Castro no prédio Quinta da Praia, situado na Praça de D. Vasco da Gama
- 17503 Dá nova redacção ao artigo 1.º do decreto n.º 14653, sobre transferências, a pedido, dos professores e professoras que estejam em escolas ou lugares de escolas que pertençam a professores de sexo diferente
- 17507 Regula a qualificação de mérito das lições e exercícios escolares dos alunos do Conservatório Nacional de Música e do Conservatório de Música do Pôrto
- 17508 Estabelece o processo para as expropriações de utilidade pública em casos de urgência (ver Decreto 34666)
- 17510 Concede aos alunos inscritos na Escola Superior Colonial uma época extraordinária de exames em Outubro de 1929
- 17511 Reduz, na presente época extraordinária de exames, o intervalo que separa as duas chamadas de exame nas Faculdades Universitárias, nos termos do artigo 3.º do decreto n.º 15453
- 17513 Restabelece a Escola Preparatória de Mousinho da Silveira, do Pôrto
- 17526 Fixa o prazo para a entrega de requerimentos e documentos dos candidatos ao Exame de Estado nas Escolas Normais Superiores das Universidades de Lisboa e de Coimbra
- 17527 Esclarece que o título de director do Instituto de Investigação da História das Matemáticas Portuguesas, da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, é um título académico vitalício concedido pela referida Universidade ao seu reitor honorário e antigo professor Dr. Francisco Gomes Teixeira
- 17528 Altera e reúne num só diploma a legislação existente sobre as secções femininas do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 17531 Anula os decretos de 27 de Janeiro de 1928 e o n.º 16343, de 11 de Janeiro de 1929, o primeiro dissolvendo a União do Professorado Primário Oficial Português e o segundo utilizando os seus haveres - Determina que as secções do Instituto do Professorado Primário Oficial Português e outras entidades que utilizaram fundos e outros haveres pertencentes à União do Professorado Primário Oficial Português os reponham pela forma que o Ministro da Instrução Pública determinar
- 17533 Estabelece a forma por que deve ser feita transitóriamente a regência na Escola de Medicina Tropical de qualquer cadeira vaga por efeito da aplicação do decreto n.º 15538
- 17557 Fixa a quantia a pagar pelos alunos das Faculdades Universitárias que num ano se matriculem em uma ou mais disciplinas
- 17558 Regula o provimento das vagas de professor no Instituto Superior de Agronomia
- 17558 (R1 DG 265) Rectificações ao decreto n.º 17558, que regula o provimento de vagas de professor no Instituto Superior de Agronomia
- 17561 Cria um laboratório de química biológica e físico-química na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e um lugar de amanuense no quadro da secretaria geral e suprime um lugar vago de archeiro
- 17575 Autoriza o Ministro da Instrução Pública a prover, sempre que circunstâncias especiais assim o exigjam, os lugares de directores de quaisquer estabelecimentos de ensino com dispensa das disposições reguladoras do provimento dos referidos cargos
- 17576 Regula a situação dos alunos do Instituto Superior de Agronomia que têm prestado e estão prestando serviço na Campanha do Trigo
- 17584 Suspende, até a revisão do actual regulamento da Escola Naval, o curso complementar da referida Escola, sendo dispensados do mesmo curso os segundos tenentes, que eram obrigados a frequentá-lo
- 17586 Regula os concursos para o magistério das Faculdades Universitárias
- 17603 Torna obrigatória a frequência em todas as disciplinas que constituem o plano de estudos das Escolas Normais Superiores
- 17617 Reúne num único os dois cursos que a Escola de Medicina Tropical é obrigada a fazer em cada ano lectivo
- 17632 Regula a situação dos alunos da Escola de Correios e Telégrafos
- 17636 Regula o exercício da arte de farmácia - Concede vantagens aos ajudantes de farmácia que pretendam cursar a respectiva licenciatura **Revogado**
- 17646 Anula o artigo 315.º e seus parágrafos do decreto n.º 4249 para os directores das escolas de ensino agrícola dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico
- 17657 Adita um § único ao artigo 19.º do regulamento do Conservatório de Música do Pôrto
- 17667 Acrescenta dois parágrafos ao artigo 16.º do decreto n.º 17043, que regulamenta a forma de substituição provisória dos professores efectivos das escolas primárias elementares e das infantis e provimentos interinos nas escolas que nelas ocorrerem

- 17697 Exclui do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 17047 o pessoal de secretaria e menor dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 17698 Determina que sejam públicos todos os exames efectuados no Conservatório Nacional de Música
- 17703 Determina que o chefe dos trabalhos práticos da Escola de Medicina Tropical tenha a seu cargo exclusivamente as funções que lhe competem dentro daquele estabelecimento, e que o serviço farmacêutico do Hospital Colonial passe a ser desempenhado por um farmacêutico reformado dos quadros de saúde coloniais
- 17719 Aprova os modelos das cartas de doutoramento e licenciatura das Faculdades de Engenharia e de Farmácia
- 17739 Esclarece que o título de director do Instituto de Investigação da História das Matemáticas Portuguesas, da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, é um título académico vitalício concedido ao Dr. Francisco Gomes Teixeira - Declara que a respectiva gratificação é acumulável com qualquer vencimento, inclusive a pensão de aposentação
- 17740 Manda inscrever uma verba no orçamento do Ministério para o actual ano económico sob a rubrica «Gratificações aos juizes presidentes dos júris de exames»
- 17754 Determina que aos professores devidamente diplomados para o ensino primário elementar que tenham exercido o mesmo ensino em escolas particulares, com provado zêlo e competência, seja contado para todos os efeitos legais o tempo de serviço nessas escolas prestado, desde que as mesmas escolas se tenham convertido em oficiais e que os mesmos professores nelas tenham sido providos
- 17764 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa - Fixa as remunerações a abonar ao pessoal incumbido do referido serviço
- 17770 Concede a D. Emília Bordalo Pinheiro, viúva do professor Columbano Bordalo Pinheiro, a pensão do Tesouro da importância de 2000\$00, a partir de 7 de Novembro de 1929
- 17779 Determina que o vencimento mensal ilíquido dos professores de ensino comercial e industrial e da secção de surdos-mudos da Casa Pia de Lisboa continue a ser igual ao dos primeiros oficiais do quadro administrativo do mesmo instituto
- 17800 Determina que os chefes de repartição, primeiros, segundos e terceiros oficiais da Casa Pia de Lisboa constituam um quadro único e privativo para efeitos de promoção
- 17780 (R1 DG 5 de 1930) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17780, que determina que os chefes de repartição, primeiros, segundos e terceiros oficiais da Casa Pia de Lisboa constituam um quadro único e privativo para efeitos de promoção
- 17800 Fixa a despesa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra para o ano económico de 1929-1930

Portarias

- 5842 Aprova os estatutos da associação denominada Liga de Acção Educativa, com sede na cidade de Lisboa **Revogada** pela Portaria n.º 6062
- 6062 Anula a portaria n.º 5842, que aprovou os estatutos da associação denominada Liga de Acção Educativa
- 6181 Dá à escola primária elementar do sexo masculino de Vilar de Mouros, concelho de Caminha, o nome de Padre João Luís Afonso da Monteiro
- 6182 Dá à escola de ensino primário elementar da freguesia de Carvalho, Celorico de Basto, o nome do doador do edificio, o falecido cidadão Joaquim Marinho de Queiroz
- 6183 Converte em oficial a escola primária particular existente no Asilo dos Órfãos Desvalidos da freguesia de Santa Catarina, da cidade de Lisboa
- 6275 Determina que os indivíduos que freqüentaram as escolas normais primárias e não concorreram à prestação das provas públicas estabelecidas pelo decreto n.º 13791 possam fazer no corrente ou no próximo ano lectivo o exame de saída das referidas escolas
- 6396 Dá à escola primária elementar n.º 14, do Largo do Leão, da cidade de Lisboa, o nome de Escola da República do Chile
- 6399 Esclarece que as disposições contidas no artigo 4.º do decreto n.º 16563 não têm aplicação aos lugares de professores agregados dos liceus
- 6402 Esclarece a disposição do corpo do artigo 3.º do decreto n.º 16863, sôbre o funcionamento dos cursos das Faculdades de Medicina
- 6404 Manda que os quadros de professores provisórios do sexo feminino de cada região escolar sejam acrescidos de tantas candidatas quantos os candidatos que falem nos quadros destinados ao sexo masculino
- 6407 Dá à escola primária elementar da Praia da Aguda, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, o nome de Escola Primária do Comendador Alfredo Dias
- 6431 Esclarece dúvidas suscitadas sôbre a interpretação do artigo 19.º do decreto n.º 17043 (regulamentação da forma de substituição provisória dos professores efectivos das escolas primárias elementares e das infantis e provimentos interinos nas escolas que nelas ocorrerem)
- 6494 Dá o nome de Escola Primária de Sacadura Cabral à escola n.º 35 da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, da cidade de Lisboa, e a uma das aulas dessa Escola o nome do Professor Vergílio Santos
- 6495 Determina que à escola primária elementar de Loureiro de Cima, freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, seja dado o nome do Dr. Ricardo Pais Gomes
- 6496 Dá o nome de Cipriano Lopes de Almeida às escolas primárias elementares do lugar de Sarzedas de S. Pedro, freguesia e concelho de Castanheira de Pêra
- 6531 Dá o nome de José Joaquim Pereira à escola primária elementar de Vila Ruivo, concelho de Fornos de Algodres
- 6534 Dá o nome de «Escola Primária do Dr. Alfredo de Magalhães, de Perre» à escola primária de Perre, distrito de Viana do Castelo

Declarações

- DG 40 Declaração de dever considerar-se publicado pela Presidência do Ministério o decreto n.º 16360

Instruções

- DG 53 Instruções aos inspectores-chefes das regiões escolares sobre concursos de escolas

Programas

- DG 116 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1929-1930
- DG 141 Programa para os exames de manipuladores auxiliares, nos termos do decreto n.º 16691 - Escola de Correios e Telégrafos
- DG 148 Programas dos exames de admissão para os candidatos à matrícula no 1.º ano do Instituto Superior Técnico
- DG 150 Programa dos exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto
- DG 225 Programa das peças, estudos e provas de exames da disciplina de piano do Conservatório Nacional de Música para o ano lectivo de 1929-1930

1930

Decretos

- 17861 Cria a Escola Preparatória de Quadros, adjunta à Escola Prática de Infancia
- 17919 Releva um professor (José de Sousa Vieira) da responsabilidade em que incorreu, como reitor do Liceu de Nun'Alvares, em Castelo Branco, aplicando à instalação dos gabinetes e laboratórios parte da verba que fôra destinada à construção do ginásio do referido Liceu
- 17926 Determina que os serviços da inspecção do ensino primário sejam superiormente dirigidos pela Direcção Geral do Ensino Primário e Normal - Extingue o cargo de inspector geral do ensino primário - Constitui o Conselho Central de Inspeção
- 17926 (R1 DG 32) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17926, que determina que os serviços de inspecção do ensino primário sejam superiormente dirigidos pela Direcção Geral do Ensino Primário e Normal - Extingue o cargo de inspector geral do ensino primário - Constitui o Conselho Central de Inspeção **Revogado**
- 17928 Extingue o lugar de professor de flauta e oitavino do Conservatório Nacional de Música - Cria mais um lugar de professor do grau complementar de piano no referido Conservatório
- 17930 Restabelece a vigência do decreto n.º 15199 para os indivíduos que se encontravam em condições de ser admitidos a exame de dentista
- 17932 Cria no Asilo 28 de Maio, dependente da Direcção Geral de Assistência, uma secção destinada à instrução profissional das suas internadas que atinjam idade própria dessa instrução e que não possam desde logo ser transferidas para o Asilo de José Estêvão Coelho de Magalhães ou Escola Profissional de Santa Clara
- 17936 Modifica a redacção do artigo 2.º do decreto n.º 17800, que fixa a despesa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra em 1929-1930
- 17937 Inscribe uma quantia no orçamento do Ministério para o ano económico de 1929-1930, destinada a material pedagógico (livros, revistas, etc.)
- 17950 Proíbe a afixação de tabuletas e cartazes em língua estrangeira, excepto quando se trate de filiais de casas que não sejam portuguesas
- 17958 Regula o provimento dos cargos de chefes de culturas e de oficinas do Instituto Superior de Agronomia
- 17964 Determina que enquanto não houver pessoal devidamente habilitado para o ensino primário infantil seja permitida a nomeação, para as vagas ou desdobramentos que ocorram nas classes infantis, de professoras habilitadas para o ensino primário elementar, desde que não excedam a idade de trinta e cinco anos
- 17968 Considera centrais os Liceus do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo; de Jaime Moniz, no Funchal; e de Antero de Quental, em Ponta Delgada - Fixa as zonas pedagógicas para os referidos Liceus
- 17973 Determina que os professores da 3.ª e 7.ª cadeiras da Escola Naval ministrando a instrução técnica e complementar de artilharia, regulação de tiro naval e telemetria aos oficiais de marinha que freqüentam a especialização de artilharia tenham um abono mensal como directores de ensino, nos termos do decreto n.º 12532
- 17974 Cria classes de aperfeiçoamento para crianças anormais e classes de ortofonia junto das escolas de ensino primário elementar
- 17974 (R1 DG 45) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 17974, que cria classes de aperfeiçoamento para crianças anormais e classes de ortofonia junto das escolas de ensino primário elementar
- 17975 Regula a situação dos alunos das Universidades matriculados em regime transitório
- 17983 Considera como definitivos para o efeito do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 17047 os actuais quadros do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição e da Academia das Ciências de Lisboa
- 17993 Considera como definitivos para o efeito do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 17047 os actuais quadros do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição e da Academia das Ciências de Lisboa
- 18801 Concede a admissão a exame de dentista, com dispensa do documento comprovativo do pagamento da contribuição industrial, aos candidatos que, tendo completado quinze anos de idade até 31 de Dezembro de 1911, estavam praticando no País para a respectiva profissão à data da publicação do decreto de 25 de Maio do mesmo ano e satisfaçam a todas as demais condições estabelecidas no decreto n.º 15199
- 18003 Introduce várias alterações na lei orgânica das Faculdades de Letras

- 18018 Dá nova redacção à alínea b) do artigo 1.º do decreto n.º 17632, que regula a situação dos alunos da Escola de Correios e Telégrafos
- 18024 Fixa o regime de exames liceais
- 18025 Estabelece as condições em que os professores ordinários do Instituto Superior de Agronomia podem ausentar-se do exercício das suas funções ou missão científica
- 18039 Torna extensivo aos assistentes das Faculdades Universitárias o disposto no artigo 22.º do decreto n.º 16623, relativamente a contratos de professores auxiliares provisórios
- 18052 Determina que, enquanto não houver indivíduos habilitados pelas Escolas Normais Superiores para os lugares de professores dos 11.º e 12.º grupos das escolas normais primárias, o provimento desses lugares se faça por concurso de provas práticas, escritas e orais, realizado perante o conselho escolar das respectivas escolas normais primárias
- 18056 Autoriza a Junta da Freguesia de Sanfins do Douro a aplicar o produto da venda da dois prédios urbanos na ampliação do edifício escolar sito na Rua Trás da Igreja
- 18059 Prorroga por um ano o prazo marcado pelo decreto n.º 16491 para a Junta da Freguesia de Santa Leocádia, concelho de Baião, proceder às obras de instalação na parte da antiga residência paroquial da referida freguesia das escolas de ensino primário geral de ambos os sexos e para construir um muro divisório entre a parte rústica que pelo mesmo decreto lhe foi cedida e a entregue à corporação cultural da mencionada freguesia
- 18063 Ressalva os direitos adquiridos do pessoal que, à data da publicação do decreto n.º 17528, já estava prestando serviço na secção feminina de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 18066 Torna extensiva aos professores de educação física da Casa Pia de Lisboa a doutrina do decreto n.º 17779
- 18071 Determina que aos professores de educação física cujos diplomas hajam sido obtidos ao abrigo das disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do decreto n.º 5600, sejam atribuídas classificações numéricas para efeito de concurso
- 18080 Dispensa a frequência e exame da cadeira de mineralogia aos oficiais engenheiros hidrógrafos que estão concluindo o curso de hidrografia
- 18082 Desliga os serviços do ensino secundário da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico, a qual passa a ter a designação de Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Fixa o quadro do pessoal da Repartição do Ensino Secundário
- 18083 Eleva a dois o número de professores de educação física no Liceu de André de Gouveia, em Évora, e reduz a um o de professores efectivos do 1.º grupo do Liceu de Latino Coelho, em Lamego
- 18094 Torna extensiva aos conselhos escolares a fixação dos distintivos dos respectivos chefes do pessoal menor
- 18100 Dispensa aos aspirantes a engenheiros construtores navais a frequência do qualquer curso respeitante à construção e arquitectura de aviões e dirigíveis
- 18104 Reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública
- 18104 (R1 DG 70) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18104, que reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública
- 18108 Modifica o disposto no § 4.º do artigo 4.º do decreto n.º 9431, que aprova o regulamento do exercício da profissão farmacêutica
- 18112 Autoriza a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física a requisitar aos institutos e laboratórios anexos às Faculdades de Medicina das três Universidades portuguesas as análises, os exames radiológicos, as observações especializadas e quaisquer outros meios subsidiários de diagnóstico, sem pagamento de qualquer remuneração
- 18113 Regula a acção e as atribuições dos directores e conselhos escolares das escolas de ensino primário infantil e primário elementar **Revogado**
- 18115 Declara sem efeito o decreto n.º 9197, que cede à Junta de Freguesia de Turiz, concelho de Vila Verde, o edifício da antiga residência paroquial da mesma freguesia com o passal anexo, para instalação da escola de ensino primário geral, recreio dos alunos e habitação do professor
- 18124 Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Misericórdia de Coimbra e anexos (balneário, Colégio dos Órfãos e Asilo-Escola de Ribeiro Freire)
- 18128 Aprova o regulamento da secção feminina de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 18130 Reforça uma verba inscrita no orçamento do Ministério para o actual ano económico, destinada a ocorrer ao pagamento de despesas motivadas por serviços de sindicâncias e inspecções a estabelecimentos de instrução
- 18137 Determina que as alterações nas distribuições do serviço docente dos liceus, determinadas pela entrada em exercício de reitores no decorrer de um período lectivo, só vigorem a partir do início do período seguinte
- 18139 Determina que as nomeações por alvará de professores e mestres provisórios sejam da atribuição dos directores das escolas de ensino técnico elementar - Dispensa as referidas nomeações do «visto» do Conselho Superior de Finanças
- 18140 Estabelece dois graus no ensino primário elementar, devendo caber a cada um deles a competente prova de exame
- 18141 Institui trezentos prémios anuais com destino a outros tantos professores particulares do ensino primário **Revogado**
- 18147 Determina que fique suspensa, até o provimento das vacaturas de professores auxiliares existentes no corpo docente da Escola Superior Colonial, a execução das disposições do artigo 71.º do decreto com força de lei n.º 12539
- 18160 Altera as disposições do artigo 84.º do regulamento do Instituto Industrial de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 5100
- 18173 Fixa as remunerações a abonar aos professores do Conservatório Nacional de Música pelas horas suplementares de regência e acumulação de disciplinas
- 18174 Fixa o quadro definitivo de professores agregados dos liceus - Permite que às professoras agregadas seja dada colocação nos liceus de frequência mixta quando desnecessárias nos liceus femininos

- 18175 Transfere para a junta administrativa do empréstimo para o ensino secundário as atribuições referentes à apropriação do edifício e aquisição do mobiliário e material de ensino com destino ao Liceu de D. João de Castro
- 18180 Autoriza a Câmara Municipal de Mafra a vender, com dispensa das formalidades da hasta pública, o mobiliário e material didáctico que em 1927 adquiriu para uma escola de ensino primário complementar
- 18185 Autoriza a Câmara Municipal de Viseu a aplicar uma verba, proveniente da venda de baldios, na construção de um edifício escolar no Largo de Mousinho de Albuquerque
- 18191 Prorroga até o fim do corrente ano de 1930 o prazo indicado no decreto n.º 15310, para a Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia, com sede na freguesia de Alcântara, da cidade de Lisboa, construir um edifício escolar num quintal anexo à capela do Santo Amaro, que lhe cedido por êsse decreto
- 18201 Cede definitivamente à Junta de Freguesia de Fornos, concelho de Castelo de Paiva, vários terrenos destinados à construção do edifício das escolas de ensino primário geral dos dois sexos e à construção de uma estrada nacional ligando a estrada municipal das Vessadas ao Grilo com a estrada municipal de Salvado ao Castelo
- 18210 Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Misericórdia de Coimbra e anexos Colégio dos Órfãos, Colégio das Órfãs e Asilo-Escola de Ribeiro Freire
- 18220 Determina que os actuais professores efectivos dos liceus que não possuam as habilitações legais para os grupos a que pertencem sejam transferidos para os grupos correspondentes às habilitações que possuem e nas vagas que ocorrerem nos mesmos liceus
- 18226 Fixa a gratificação mensal a abonar aos professores das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Pôrto pela acumulação da regência de disciplinas com o serviço daquela em que foram providos
- 18233 Prorroga até 31 de Julho de 1931 o prazo estabelecido no artigo 1.º do decreto n.º 17457, relativamente à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
- 18234 Prorroga até 31 de Julho de 1931 o prazo estabelecido no artigo 1.º do decreto n.º 17498, relativamente à Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto
- 18235 Regula o exercício das funções dos reitores e vice-reitores dos liceus
- 18237 Reorganiza o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos
- 18238 Mantém aos sócios efectivos da Academia das Ciências de Lisboa que passem a residir no estrangeiro o título e a categoria de sócios efectivos com todas as honras que lhes são inerentes
- 18240 Reforça várias verbas inscritas no orçamento do Ministério para o actual ano económico, consignadas à Escola Agrícola Móvel da Região Duriense
- 18247 Reconhece o direito à aposentação, na categoria de chefe de secção, aos primeiros oficiais do quadro privativo do Ministério que à data da publicação do decreto n.º 18836 desempenhavam o cargo de chefe de secção cumulativamente com o de primeiro oficial
- 18247 (R1 DG 176) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 18247, que reconhece o direito à aposentação, na categoria de chefe de secção, aos primeiros oficiais do quadro privativo do Ministério da Instrução Pública que à data da publicação do decreto n.º 16836 desempenhavam o cargo de chefe de secção cumulativamente com o de primeiro oficial
- 18263 Determina que, quando exigências do serviço o recomendem e sem que o cumprimento do disposto no presente decreto possa motivar qualquer alteração nas distribuições de serviço docente presentemente em vigor, possam ser colocadas professoras agregadas nos liceus de frequência mixta
- 18266 Aprova o regulamento e programas dos cursos de maqueiros sanitários
- 18271 Aprova a organização dos cursos de oficiais milicianos para médicos, veterinários e farmacêuticos
- 18274 Autoriza o Liceu de Gil Vicente, da cidade de Lisboa, a ocupar, a título de arrendamento, as três salas do primeiro andar do Palácio de S. Vicente de Fora em que se achavam instalados os serviços do 1.º bairro fiscal de Lisboa
- 18279 Extingue um dos lugares de guarda-portão do Instituto Superior de Agronomia - Cria um lugar de ajudante de conservador da biblioteca
- 18281 Proíbe o uso da língua estrangeira nas tabuletas, cartazes, anúncios, reclamos, marcas de fábrica e de comércio nacionais, e bem assim nas listas de mesas de hotéis, restaurantes, casas de pasto e outros estabelecimentos similares
- 18282 Concede aos alunos matriculados na Escola do Grupo de Amadores de Música Eborense, que passa a denominar-se Academia de Música Eborense, o direito de prestarem nela as suas provas de exame dos graus elementar e complementar das disciplinas que comportam estes graus no Conservatório Nacional de Música, assim como das disciplinas de solfejo e de ciências musicais (1.º, 2.º e 3.º ano)
- 18306 Prorroga até 31 de Julho de 1931 o prazo estabelecido no artigo 1.º do decreto n.º 17192, que suspende por um ano a execução do decreto n.º 16795, que regulamenta os exames de admissão às Universidades
- 18310 Reorganiza as Faculdades de Medicina
- 18313 Reconhece aos doadores de prédios ao Estado com destino a escolas de ensino primário elementar o direito de proporem nomeações de professores com dispensa do disposto no decreto n.º 16422, quanto ao provimento de escolas do sexo masculino
- 18336 Regula o provimento de lugares de professores e regentes efectivos de canto coral dos liceus coloniais
- 18337 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto
- 18343 Anula o decreto n.º 17779, que determina que o vencimento mensal ilíquido dos professores de ensino comercial e industrial e da secção de surdos-mudos da Casa Pia de Lisboa continue a ser igual ao dos primeiras oficiais do quadro administrativo, e o decreto n.º 18066, que torna extensiva aos professores de educação física da referida Casa Pia a doutrina do decreto n.º 17779
- 18347 Extingue o Conselho Central de Inspeção (da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal do Ministério da Instrução Pública) **Revogado**

- 18347 (R1 DG 144) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18347, que extingue o Conselho Central de Inspeção da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal do Ministério da Instrução Pública
- 18361 Determina que o curso profissional do Asilo de D. Maria Pia (escola profissional) seja considerado suficiente habilitação para a matrícula nos cursos de construções navais e civis dos institutos industriais, de condutores de máquinas da Escola Naval e de arquitectura, escultura e pintura das escolas de belas artes
- 18361 (R1 DG 135) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18361, que determina que o curso profissional do Asilo de D. Maria Pia (escola profissional) seja considerado suficiente habilitação para a matrícula nos cursos de construções navais e civis dos institutos industriais, de condutores de máquinas da Escola Naval e de arquitectura, escultura e pintura das escolas de belas artes
- 18368 Dá nova redacção ao artigo 24.º do regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 18373 Aprova o método de leitura e escrita do sistema Braille, para uso dos cegos, que faz parte deste decreto
- 18374 Dá nova redacção ao artigo 58.º do decreto n.º 18003, que reorganiza as Faculdades de Letras
- 18378 Funda um Instituto de Climatologia e Hidrologia junto da Universidade do Pôrto
- 18378 (R1 DG 162) Nova publicação, rectificada, do artigo 10.º do decreto n.º 18378, que funda um Instituto de Climatologia e Hidrologia junto da Universidade do Pôrto
- 18378 (R2 DG 242) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 18378, que funda o Instituto de Climatologia e Hidrologia junto da Universidade do Pôrto
- 18379 Aprova o regulamento para a apreciação e adopção dos livros e compêndios para o ensino primário elementar **Revogado**
- 18380 Regula a competência dos inspectores chefes das regiões escolares e do inspector do círculo da Horta
- 18386 Cria na Escola Superior de Medicina Veterinária dois lugares de analistas e um de preparador e provê os referidos lugares - Abate dois lugares de analistas e um de preparador no quadro do pessoal auxiliar do Ministério da Agricultura
- 18388 Aprova o regulamento e programas das Escolas de Enfermeiros Militares
- 18396 Revoga as disposições dos decretos n.ºs 6154 e 6156, e bem assim as da lei n.º 1338, que se referem aos encargos da Escola Maternal e Profissional do Vairão, criada pelo citado decreto n.º 6154
- 18411 Aprova o regulamento do prémio José Luís Monteiro, instituído pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses
- 18411 (R1 DG 148) Nova publicação, rectificada, do artigo 4.º do decreto n.º 18411, que aprova o regulamento do prémio de José Luís Monteiro, instituído pela Sociedade dos Arquitectos Portugueses
- 18412 Prorroga por mais um ano a execução do decreto n.º 17453, que suspende por um ano a execução do decreto n.º 17009, que estabeleceu os exames de admissão na Escola Superior de Medicina Veterinária e no Instituto Superior de Agronomia
- 18413 Regula a execução das provas de exames e passagens de classe no ensino primário elementar
- 18413 (R1 DG 157) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18413, que regula a execução das provas de exames e passagem de classe no ensino primário elementar
- 18420 Organiza o ensino técnico profissional
- 18420 (R1 DG 133) Rectificações ao decreto n.º 18420, que organiza o ensino técnico profissional
- 18420 (R2 DG 148) Rectificação ao decreto n.º 18420, que organiza o ensino técnico profissional
- 18420 (R3 DG 281) Nova publicação, rectificada, do artigo 303.º do decreto n.º 18420, que promulga a organização do ensino técnico profissional
- 18426 Fixa o vencimento anual do lugar de guarda-portão do Ministério da Instrução Pública
- 18428 Declara sem efeito o decreto n.º 6326, que cede, a título de arrendamento, à Junta de Freguesia de Ovoa, concelho de Santa Comba Dão, a antiga residência paroquial e quintal, da mesma freguesia, para instalação das escolas de ambos os sexos e habitação dos professores
- 18432 Reorganiza as Faculdades de Farmácia
- 18433 Define as atribuições da comissão da carta escolar nomeada por portaria de 31 de Dezembro de 1929 **Revogado**
- 18444 Determina que as professoras e restante pessoal nomeado para a secção feminina do Pôrto do Instituto do Professorado Primário Oficial Português que à data da sua nomeação para o mesmo Instituto estivessem em exercício do magistério primário elementar, com provimento definitivo ou temporário, sejam colocadas em comissão de serviço em escolas da cidade do Pôrto em que os seus serviços sejam necessários, enquanto não abrir a secção acima mencionada
- 18461 Determina que o Conservatório Nacional de Música e o Conservatório Nacional de Teatro passem a constituir uma instituição escolar única denominada Conservatório Nacional
- 18462 Autoriza o Ministro da Instrução Pública a prover, sempre que circunstâncias especiais assim o exigirem, os lugares de inspectores-chefes das regiões escolares com dispensa das disposições que normalmente regulam o provimento dos referidos cargos **Revogado**
- 18463 Determina que os vencimentos a dois analistas e a um preparador criados na Escola Superior de Medicina Veterinária e abatidos ao quadro auxiliar do Ministério da Agricultura sejam custeados pelo capítulo 4.º, artigo 725.º, do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico
- 18477 Reorganiza o ensino nas Faculdades de Ciências
- 18447 (R1 DG 146) Nova publicação, rectificada, do plano de estudos a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 18477, que reorganiza o ensino nas Faculdades de Ciências
- 18477 (R2 DG 158) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 1.º do decreto n.º 18477, que reorganiza o ensino nas Faculdades de Ciências
- 18478 Autoriza o Governo a expropriar, por utilidade pública, a propriedade em que está instalada a Escola Agrícola Móvel das Caldas da Rainha

- 18480 Cede definitivamente à Junta de Freguesia de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira, o terreno e materiais de construção da antiga capela de S. Francisco, da mesma freguesia, para serem aplicados na construção de um edifício escolar
- 18486 Promulga várias disposições sobre a organização de visitas de estudo e excursões escolares
- 18505 Prorroga até 15 de Julho próximo o prazo para apresentação de livros e compêndios fixado pelo artigo 17.º do regulamento para a apreciação e adopção de livros e compêndios para o ensino primário elementar
- 18510 Determina que os alunos dos Asilos de José Estêvão Coelho de Magalhães, de Nun'Álvares e de 28 de Maio e da Escola Profissional de Santa Clara façam nos próprios estabelecimentos os seus exames do 1.º e 2.º graus de instrução primária
- 18534 Cede à Câmara Municipal do concelho da Lourinhã, a título de arrendamento, a casa anexa à capela de Nossa Senhora da Guia, do mesmo lugar, para instalação da escola de ensino primário geral do lugar de Atalaia de Cima, freguesia da Lourinhã
- 18550 Providencia no sentido de se efectivar a organização do cadastro do pessoal dependente da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal **Revogado**
- 18551 Modifica a instituição do casal de família
- 18551 (R1 DG 179) Nova publicação, rectificada, do artigo 16.º do decreto n.º 18551, que modifica a instituição do casal de família
- 18559 Revoga o decreto n.º 13273, que determina que no recrutamento dos 2.os assistentes a que se referem os artigos 66.º e 67.º do Estatuto da Instrução Universitária, de 2 de Outubro de 1926, os conselhos escolares não se pronunciem por escrutínio secreto, devendo todos os votos ser fundamentados e transcritos na acta da sessão do conselho, e estabelece que da mesma maneira se proceda em todas as resoluções dos conselhos escolares sobre a recondução ou não recondução de 1.os e 2.os assistentes de nomeação anterior ou posterior à publicação do supracitado Estatuto
- 18559 (R1 DG 161) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18559, que revoga o decreto n.º 13273, que determina que no recrutamento dos 2.os assistentes a que se referem os artigos 66.º e 67.º do Estatuto da Instrução Universitária, de 2 de Outubro de 1926, os conselhos escolares não se pronunciem por escrutínio secreto, devendo todos os votos ser fundamentados e transcritos na acta da sessão do conselho, e estabelece que da mesma maneira se proceda em todas as resoluções dos conselhos escolares sobre a recondução ou não recondução de 1.os e 2.os assistentes de nomeação anterior ou posterior à publicação do supracitado Estatuto
- 18560 Promulga várias disposições sobre a constituição dos júris de concursos para professores catedráticos e auxiliares das Faculdades Universitárias, assim como para doutoramentos
- 18561 Considera como definitivo, para o efeito do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 17047, o actual quadro da Biblioteca da Ajuda
- 18561 (R1 DG 158) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 18561 que considera como definitivo, para o efeito do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 17047, o actual quadro da Biblioteca da Ajuda
- 18568 Cria junto da Universidade de Coimbra um Instituto de Climatologia e Hidrologia
- 18568 (R1 DG 177) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18568, que cria junto da Universidade de Coimbra um Instituto de Climatologia e Hidrologia
- 18592 Determina que as construções de edifícios destinados às escolas primárias do País possam ser dirigidas por comissões locais de membros nomeados pelo Ministro e das quais faça parte um delegado técnico da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- 18593 Altera várias disposições orgânicas do Ministério da Instrução Pública
- 18594 Estabelece normas para o recrutamento do pessoal docente das escolas superiores e médias do ensino técnico
- 18595 Regula a nomeação de directores e os concursos para professores efectivos das escolas técnicas profissionais do Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada
- 18608 Aprova o regulamento literário do Colégio Militar
- 18612 Amplia por mais dois meses o prazo fixado pelo decreto n.º 17636 para a entrega, pelos ajudantes de farmácia, dos documentos necessários para o registo da prática farmacêutica anterior à publicação desse decreto
- 18614 Determina que no corrente ano não se realizem as escolas preparatórias de quadros nem os cursos de oficiais milicianos
- 18617 Determina que façam parte do júri dos concursos para farmacêuticos do quadro de saúde da Índia, a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 15693, professores catedráticos das Faculdades de Farmácia de Coimbra e Pôrto, quando o número de lentes das Faculdades de Farmácia de Lisboa fôr insuficiente para a constituição do referido júri
- 18645 Fixa a gratificação anual dos professores das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra e Pôrto pela regência dos cursos de medicina sanitária nos institutos de higiene
- 18646 Institui as escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas
- 18646 (R1 DG 182) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18646, que instituiu as escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas
- 18646 (R1 DG 187) Nova publicação, rectificada, do artigo 45.º e §§ 1.º e 2.º do decreto n.º 18646, que instituiu as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas
- 18648 Confia à Imprensa Nacional de Lisboa o encargo de distribuir o Boletim do Ministério da Instrução Pública pelos diferentes estabelecimentos de ensino e repartições dependentes do Ministério
- 18649 Regula a prestação de serviços nos laboratórios e institutos universitários

- 18649 (R1 DG 275) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º e seus parágrafos do decreto n.º 18649, que regula a prestação de serviços nos laboratórios e institutos das Universidades
- 18664 Aprova o regulamento da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública **Revogado**
- 18675 Constitui o quadro especial de professores das classes anormais
- 18690 Aprova o regulamento da secção do ensino técnico do Conselho Superior de Instrução Pública
- 18704 Regula o pagamento de vencimentos aos professores agregados ou efectivos dos liceus do continente nomeados efectivos para os liceus de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Funchal
- 18709 Autoriza a Universidade de Coimbra a constituir um fundo denominado «Fundo Sá Pinto», com o produto que lhe couber na herança de Alexandre Sá Pinto
- 18710 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 18711 Mantém as disposições do decreto n.º 17975 para os alunos das Faculdades de Letras, Farmácia e Ciências que se encontravam em regime transitório de estudos
- 18712 Permite que as senhoras diplomadas com o Exame de Estado para o magistério liceal possam concorrer ao provimento de vagas de professores provisórios nos liceus de frequência mixta
- 18717 Aprova o Estatuto da Instrução Universitária
- 18722 Dá nova redacção à condição 1.ª do § 1.º do artigo 16.º do decreto n.º 17379, relativa ao ingresso, na classe dos sargentos, dos alunos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, do Colégio Militar e da Casa Pia de Lisboa
- 18724 Permite o funcionamento nas escolas do ensino primário elementar e no ano lectivo de 1930-1931 de cursos nocturnos até o limite total de quinhentos
- 18732 Extingue um dos lugares de contínuo da Casa Pia de Lisboa
- 18737 Determina que os candidatos à admissão aos vários cursos da Escola Naval, que se encontrem ao abrigo do que dispõe o § 2.º do artigo 19.º do decreto n.º 18477, possam ser admitidos condicionalmente ao concurso e à frequência dos respectivos cursos desde que satisfaçam a todas as restantes condições de admissão
- 18739 Organiza a Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 18739 (R1 DG 201) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18739, que organiza a Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 18739 (R2 DG 218) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 3.º do decreto n.º 18739, que organiza a Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 18739 (R3 DG 260) Rectificação ao artigo 4.º do decreto n.º 18739, na parte relativa ao 2.º ano do curso de engenharia mecânica
- 18775 Aprova o regulamento da Escola de Transmissões
- 18777 Introduce várias alterações no regulamento da Escola Naval
- 18779 Reorganiza os serviços docentes dos liceus
- 18814 Extingue três vagas de segundos contínuos existentes no quadro do pessoal do Ministério e cria três lugares de serventuárias contratadas
- 18814 (R1 DG 43 de 1931) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 18814, que extingue vagas de segundos contínuos do Ministério e cria lugares de serventuárias contratadas
- 18814 (R2 DG 59 de 1931) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18814, que extingue vagas de segundos contínuos do Ministério e cria lugares de serventuárias assalariadas
- 18818 Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Técnico - Repartição do Ensino Agrícola
- 18819 Cria em cada região escolar ou círculo um quadro docente auxiliar - Extingue as escolas móveis e o quadro dos professores provisórios - Estabelece escolas incompletas em várias povoações rurais
- 18825 Adiciona um parágrafo a dois artigos do regulamento da Escola Naval que se referem à admissão de aspirantes a engenheiros maquinistas navais e a aspirantes da administração naval
- 18827 Reorganiza os serviços do ensino secundário com um novo sistema de classificação do trabalho docente
- 18827 (R1 DG 255) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 23.º do decreto n.º 18827, que reorganiza os serviços do ensino secundário, determinando um novo sistema de classificação do trabalho docente
- 18834 Estabelece a forma por que deve ser feita transitória a regência na Escola Superior Colonial de qualquer cadeira vaga por efeito da aplicação do decreto n.º 15538 - Torna extensivas ao professorado da mesma Escola as disposições que nas Universidades regulam a concessão de gratificações por acumulação de regência de cadeiras
- 18836 Determina que as senhoras habilitadas com o Exame de Estado para o magistério liceal possam concorrer ao provimento das vagas de professores provisórios nos liceus de frequência mixta
- 18843 Autoriza os conselhos administrativos das Escolas Industriais do Marquês de Pombal, de Lisboa, e do Infante D. Henrique, do Pôrto, a constituírem fundos denominados «Fundos Sá Pinto»
- 18853 Torna aplicáveis as disposições legais e regulamentares adoptadas para a administração do ensino nos distritos do continente aos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada
- 18854 Determina que o custeamento das despesas de material e diversas das escolas do Magistério Primário de Braga e Coimbra constituam encargos dos corpos administrativos nas mesmas condições em que o tinham em relação às extintas escolas normais
- 18863 Regulamenta os exames de admissão às escolas do magistério primário
- 18864 Regula a distribuição de Bólsas de Estudo destinadas a alunos das escolas do magistério primário
- 18869 Dispensa para a matrícula referente ao ano lectivo de 1930-1931 as provas de aptidão a que se referem o artigo 16.º e o § único do artigo 21.º do decreto n.º 18646, que institui as escolas do magistério primário - Determina que a selecção a que se refere o § único do artigo 85.º do referido decreto seja feita, para a matrícula respeitante ao ano

- lectivo de 1930-1931, segundo a valorização dos pretendentes, calculada nos termos do artigo 12.º do decreto n.º 18819
- 18875 Determina que seja atribuída no ano lectivo de 1930-1931 aos professores do ensino primário elementar a faculdade de escolha, para uso nas respectivas aulas, de qualquer compêndio para as disciplinas de moral e educação cívica, histórias, ciências naturais e gramática portuguesa, quando o julguem necessário para o ensino
 - 18876 Aprova o regulamento literário e a organização e plano de estudo do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar
 - 18879 Aprova o regulamento literário e a organização e plano de estudos do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
 - 18881 Aprova a reorganização do Conservatório Nacional
 - 18881 (R1 DG 229) Nova publicação, rectificada, do capítulo I do decreto n.º 18881, que aprova a reorganização do Conservatório Nacional
 - 18881 (R2 DG 277) Rectificações ao decreto n.º 18881, que aprova a reorganização do Conservatório Nacional
 - 18883 Dá nova redacção a vários artigos dos decretos n.ºs 12704, 12745 e 16750, relativos à organização da Escola Militar
 - 18884 Estabelece o novo sistema de exames liceais
 - 18884 (R1 DG 95 de 1931) Nova publicação, rectificada, dos pontos-exemplos organizados pela secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea a) da 3.ª instrução do artigo 17.º do decreto n.º 18884
 - 18885 Aprova os programas para todas as classes do ensino secundário, a partir do ano lectivo de 1930-1931
 - 18892 Aprova o anexo ao regulamento da Escola Náutica e Escolas de Pilotagem **Revogado**
 - 18892 (R1 DG 289) Rectificações ao decreto n.º 18892, que aprova o anexo ao regulamento da Escola Náutica e escolas de pilotagem
 - 18896 Altera o artigo 50.º e §§ 3.º e 4.º e o artigo 52.º do regulamento literário do Colégio Militar, aprovado pelo decreto n.º 18608
 - 18907 Autoriza a Casa Pia de Lisboa a admitir pupilos da Misericórdia de Lisboa, mediante pagamento de determinada mensalidade por cada um deles, quando êsses pupilos estejam nas condições regulamentares de admissão
 - 18934 Cria o Conselho de Disciplina do Magistério
 - 18938 Cria escolas de ensino primário elementar em várias localidades
 - 18938 (R1 DG 259) Rectificação ao decreto n.º 18938, que cria escolas de ensino primário elementar em várias localidades
 - 18938 (R2 DG 285) Rectificações ao decreto n.º 18938, que cria escolas de ensino primário elementar em várias localidades
 - 18944 determina que, quando não haja concorrentes aos lugares de prefeito ou prefeita do Instituto do Professorado Primário Oficial, a nomeação possa recair em pessoa reconhecidamente idónea para o desempenho das aludidas funções
 - 18945 Autoriza o delegado especial do Govêrno nos Açôres a colocar na Inspeccão do Círculo Escolar da Horta um professor efectivo do ensino primário elementar pelo tempo indispensável para a reconstituição do arquivo daquela Inspeccão
 - 18951 Extingue um lugar de guarda da secretaria da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e cria em sua substituição um lugar de contínuo-jardineiro
 - 18952 Determina que seja da competência dos inspectores chefes das regiões escolares e do inspector do círculo escolar da Horta a autorização a que se refere o § 1.º do artigo 18.º do decreto n.º 17043, para a formação dos cursos duplos que as necessidades da frequência determinem
 - 18953 Reduz a dez o número de serventes do Asilo de D. Maria Pia e cria no mesmo estabelecimento seis lugares de professores de instrução primária elementar - Manda que os serventes do sexo feminino dos Asilos de Nun'Álvares, de Santa Clara, de José Estevão Coelho de Magalhães e 28 de Maio passem a denominar se criadas - Extingue um lugar de servente no Asilo de Mendicidade de Lisboa, em Alcobaça, e cria um lugar de condutor de viaturas - Cria dois lugares de vigilantes no Asilo 28 de Maio
 - 18955 Determina várias alterações no orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico para execução do decreto n.º 18646, que institui as escolas do magistério primário em substituição das escolas normais primárias
 - 18960 Cede definitivamente à comissão administrativa da Junta de Freguesia de Oledo, concelho de Idanha-a-Nova, os materiais de construção e terreno da denominada Igreja Velha, para construção de uma escola de ensino primário geral
 - 18973 Funda a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e cria dois Liceus Normais
 - 18973 (R1 DG 273) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 18973, que funda a secção de ciências pedagógicas (3.ª Secção) nas Faculdades de Letras e cria dois liceus normais
 - 18974 Extingue alguns lugares de professores no quadro dos liceus
 - 18975 Cede definitivamente à Câmara Municipal do concelho de Vila do Pôrto um prédio rústico denominado O Responso, sito na freguesia de Santo Espírito (Senhora da Purificação), para edificação de uma escola de ensino primário geral e recreio dos alunos
 - 18983 Determina que as escolas técnicas profissionais do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, a cargo das Juntas Gerais, fiquem, quanto à organização dos cursos, fiscalização do ensino e recrutamento do pessoal docente, na dependência do Ministério da Instrução Pública
 - 18984 Facilita o rápido provimento dos lugares de professor de ensino primário elementar que se encontram vagos
 - 18985 Determina que os vencimentos dos actuais professores da escola de ensino primário denominada Almirante Reis, de Casa Branca, passem a constituir encargo do Ministério a partir do corrente mês

- 18990 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Mafra a mandar construir, com dispensa das formalidades estabelecidas no artigo 193.º da lei n.º 88, um edifício escolar na freguesia da Igreja Nova
- 18995 Modifica o regulamento do Conservatório de Música do Pôrto
- 18997 Cria a sub-classe de engenheiros hidrógrafos
- 19006 Determina que os regentes agrícolas que desejarem servir o Estado no Ultramar sejam obrigados ao tirocínio de seis meses no Jardim Colonial, a começar com a abertura das aulas dos cursos professados no Instituto Superior de Agronomia
- 19008 Manda inscrever uma verba no orçamento do Ministério para o corrente ano económico, destinada a habilitar o director da Escola Agrícola Móvel de Matos Souto, Ilha do Pico, a dar cabal cumprimento às disposições do decreto n.º 18586
- 19017 Reorganiza o curso de engenheiros hidrógrafos **Revogado**
- 19019 Fixa em nove o número máximo de horas extraordinárias de serviço lectivo que pode ser semanalmente desempenhado por cada um dos professores das escolas do magistério primário
- 19023 Fixa o prazo em que os professores da Escola Naval, nomeados mediante concurso, devem tomar posse
- 19026 Regula as normas a seguir para a criação dos institutos de investigação científica
- 19026 (R1 DG 272) Rectificação ao decreto n.º 19026, que regula as normas a seguir para a criação de institutos de investigação científica
- 19027 Esclarece e modifica várias disposições do decreto n.º 18420, que promulga a organização do ensino técnico profissional
- 19027 (R1 DG 281) Nova publicação, rectificada, dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 19027, que esclarece e modifica várias disposições do decreto n.º 18420, que promulga a organização do ensino técnico profissional
- 19035 Declara sem efeito o decreto n.º 2988, que cede à Câmara Municipal do concelho da Feira a antiga residência paroquial da freguesia de Souto, do mesmo concelho, a fim de ali se estabelecer a escola de ensino primário geral do sexo feminino
- 19036 Converte em definitiva a cedência feita à Câmara Municipal do concelho de Loulé dos antigos presbitérios das freguesias de Boliquire e de Querença para instalação das escolas de ensino primário geral das mesmas freguesias
- 19036 (R1 DG 1 de 1931) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19036, que converte em definitiva a cedência feita à Câmara Municipal do concelho de Loulé dos antigos presbitérios das freguesias de Boliquire e de Querença para instalação das escolas de ensino primário geral das mesmas freguesias
- 19054 Autoriza o Ministro a destacar, sempre que as conveniências dos serviços do Ministério o exijam, das repartições para os serviços externos, ou dêstes para aqueles, ou entre os referidos serviços, funcionários dos quadros administrativos e menores
- 19060 Reorganiza a Escola Profissional de Enfermagem, que passa a denominar-se Escola de Enfermagem de Artur Ravara e transfere a sua sede para o Hospital de Santo António dos Capuchos
- 19081 Aprova o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa
- 19081 (R1 DG 282) Nova publicação, rectificada, do § 2.º da base 8.ª do decreto n.º 19081, que aprova o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa
- 19081 (R2 DG 33 de 1931) Nova publicação, rectificada, da base 2.ª do decreto n.º 19081, que aprova o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa
- 19082 Fixa os quadros docentes auxiliares das regiões escolares
- 19087 Determina que os lugares de professor do ensino primário elementar em que ocorra vacatura por transferência dos respectivos titulares sejam postos a concurso
- 19095 Manda juntar à alínea c) do artigo 23.º do decreto n.º 5100, que aprova o regulamento do Instituto Industrial de Lisboa, mais um número
- 19097 Suprime dois lugares de segundo contínuo no quadro do Ministério, criando em sua substituição dois de servente assalariado
- 19097 (R1 DG 43 de 1931) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 18814, que extingue vagas de segundos contínuos do Ministério e cria lugares de serventúrias contratadas
- 19097 (R1 DG 59 de 1931) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19097, que suprime dois lugares de segundo contínuo no quadro do Ministério, criando em sua substituição dois de servente assalariado
- 19108 Extingue dois lugares de servente do quadro do Instituto Superior do Comércio de Lisboa
- 19118 Regula a colocação dos professores das extintas escolas móveis em escolas incompletas
- 19121 Permite às praças maqueiros sanitários, quando manifestem aptidão para desempenhar as funções de enfermeiros, poderem matricular-se nos cursos respectivos
- 19141 Modifica, quando se trate de comparticipação em atentados contra a segurança do Estado ou outros actos de hostilidade, as sanções disciplinares aplicáveis aos funcionários públicos
- 19141 (R1 DG 113) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19141, que modifica, quando se trate de comparticipação em atentados contra a segurança do Estado ou outros actos de hostilidade, as sanções disciplinares aplicáveis aos funcionários públicos
- 19147 Unifica os serviços meteorológicos
- 19147 (R1 DG 13 de 1931) Rectificações ao decreto n.º 19147, que unifica os serviços meteorológicos
- 19155 Reforça várias verbas do orçamento do Ministério para 1930-1931, destinadas às dotações necessárias para o funcionamento das secções de ciências pedagógicas e do Liceu Normal de Pedro Nunes
- 19155 (R1 DG 37 de 1931) Rectificação ao decreto n.º 19155, que reforça várias verbas do orçamento do Ministério para o ano económico de 1930-1931, destinadas às dotações necessárias para o funcionamento das secções de ciências pedagógicas e do Liceu Normal de Pedro Nunes

- 19157 Equipara o curso comercial da Casa Pia de Lisboa ao curso complementar de comércio das escolas de ensino técnico profissional dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 19161 Declara em vigor em todas as colónias, com várias alterações, o decreto n.º 11988, relativo a engenheiros diplomados por escolas de engenharia estrangeiras de categoria equivalente às escolas superiores de engenharia portuguesas
- 19162 Autoriza o Ministro a transferir, de harmonia com as conveniências do serviço, professores de qualquer dos estabelecimentos dependentes do seu Ministério, dentro da mesma localidade
- 19162 (R1 DG 3 de 1931) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19162, que autoriza o Ministro a transferir, de harmonia com as conveniências do serviço, professores de qualquer dos estabelecimentos dependentes do seu Ministério, dentro da mesma localidade
- 19165 Sujeita a determinadas disposições disciplinares os candidatos a exames de doutoramento nas Universidades - Confia ao Conselho Superior da Instrução Pública o julgamento das infracções de disciplina cometidas pelos candidatos ao concurso para cargos docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério e fixa as penas a aplicar
- 19169 Desdobra em duas partes a 1.ª cadeira da Escola Naval, em virtude da nova organização do curso de engenheiros hidrógrafos
- 19176 Autoriza o Ministério da Marinha a continuar cedendo ao Ministério da Instrução Pública, para instalação de algumas secções da Escola Industrial e Comercial de Tomás Cabreira, a parte do edifício do Departamento Marítimo do Sul onde esteve instalada a Escola de Artes e Ofícios de Pedro Nunes
- 19179 Indica o vencimento que deve servir de base para o cálculo da pensão de aposentação do reitor do Instituto Português em Roma

Portarias

- 6440 Dá o nome de Coronel Silva Leal ao edifício das escolas primárias das freguesias Matriz e da Conceição, do concelho da Horta
- 6575 Aprova o modelo da chancela do Arquivo da Universidade de Coimbra
- 6640 Dá o nome de Coronel Silva Leal ao edifício das escolas primárias das freguesias Matriz e da Conceição, do concelho da Horta
- 6692 Esclarece que o determinado no § único do artigo 89.º do Estatuto da Instrução Universitária, modificado pelo artigo 27.º do decreto n.º 16623, deve ser interpretado no sentido de ser permitido o exame em Outubro aos alunos que tenham de frequentar mais de cinco cadeiras ou disciplinas no mesmo ano lectivo
- 6762 Esclarece que os dias de prazo de concurso para provimentos de pessoal docente dos liceus são contados com exclusão do dia da publicação do respectivo aviso
- 6789 Estabelece as condições segundo as quais deve ser anualmente conferido o «Prémio Gomes de Sousa», instituído em cumprimento de disposições testamentárias de D. Maria Honorina Gomes de Sousa e cuja execução ficou cometida à Santa Casa da Misericórdia do Pôrto
- 6818 Dá o nome de Gonçalo Pereira à escola de ensino primário elementar da sede do concelho de Barcelos
- 6824 Dá o nome de Cipriano Lopes de Almeida às escolas primárias elementares do lugar de Sarzedas de S. Pedro, concelho de Castanheira de Pera
- 6835 Dá o nome de Escolas de D. Elvira Barroso às escolas primárias elementares do lugar e freguesia de Gilmonde, concelho de Barcelos
- 6848 Dá o nome de Escola Primária de Marcelino Ivo de Vasconcelos à escola de Brasfemes, concelho de Coimbra
- 6873 Determina que à escola de ensino primário elementar de Casal de Barba Pouca, concelho de Mação, seja dada a designação de Escola do Dr. Gustavo Cordeiro Ramos
- 6884 Actualiza a classificação dos professores que fazem parte dos quadros dos professores provisórios estabelecidos no decreto n.º 17043
- 6884 (R1 DG 182) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 6884, que actualiza a classificação dos professores que fazem parte dos quadros dos professores provisórios estabelecidos no decreto n.º 17043
- 6914 Manda que à escola primária da freguesia de Santo André da Tojeira, concelho de Castelo Branco, seja dado o nome de Escola do Coronel Adriano da Costa Macedo
- 6915 Dá o nome de Gonçalo Pereira à escola de ensino primário elementar da sede do concelho de Barcelos
- 6916 Manda que à escola primária da freguesia de Santo André da Tojeira, concelho de Castelo Branco, seja dado o nome de Escola do Coronel Adriano da Costa Macedo
- 6920 Aprova o modelo da bandeira do Instituto Superior de Agronomia - Autoriza o Instituto a usar na correspondência oficial o emblema central que consta do mesmo desenho
- 6943 Dá o nome de Escola do Visconde de Azevedo Ferreira à escola da freguesia de Alvelos, concelho de Barcelos
- 6961 Aprova os estatutos da Associação dos Professores dos Liceus Portugueses
- 6981 Determina que às escolas primárias da vila de Palmela seja dada a denominação oficial de Escola Primária Oficial de Hermenegildo Capelo
- 6985 Aprova o modelo oficial do mapa estatístico das escolas onde são autorizados desdobramentos e daquelas onde funcionam cursos nocturnos

Circulares

- DG 143 Circular aos reitores dos liceus do continente e ilhas com instruções que deverão ser observadas nas provas escritas a realizar na próxima época de exames

Despachos

- DG 149 Despacho transferindo uma verba do orçamento do Ministério para o corrente ano económico, a fim de reforçar a verba destinada a ajudas de custo da Inspeção da Região Escolar de Lisboa

Instruções

- DG 119 Instruções para a execução do disposto no artigo 15.º e seus parágrafos do decreto n.º 17636, que regula o exercício da arte de farmácia
- DG 273 Instruções e modelos para registo da prática dos ajudantes de farmácia

Pareceres

- DG 269 Parecer da Procuradoria Geral da República e despacho ministerial relativos à recondução definitiva de um assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Programas

- DG 107 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1930-1931
- DG 154 Programas dos exames de admissão ao Instituto Superior Técnico de Lisboa
- DG 179 Programa dos exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto

1931

Decretos

- 19186 Autoriza a passagem definitiva para a Misericórdia de Lisboa da administração das duas creches pertencentes à Associação Creches-Asilos de Lisboa, bem como dos edifícios onde funcionam, móveis e demais valores que lhes respeitam - Fixa o vencimento mensal das actuais encarregadas das referidas creches
- 19196 Determina que todas as vagas que ocorrerem no Conselho Superior de Instrução Pública durante o exercício determinado pelo artigo 66.º do decreto n.º 18104 sejam providas por nomeação do Govêrno
- 19204 Extingue um lugar de contínuo no quadro do pessoal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e cria em sua substituição um lugar de ajudante de conservador da biblioteca da mesma Faculdade
- 19205 Aprova o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 19216 Introduce várias alterações no decreto n.º 18973, que funda a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e cria dois liceus normais
- 19228 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Mafra a tornar extensivo à construção de estradas e de edifícios escolares o produto dos terrenos baldios que foi autorizada a alienar pelo decreto n.º 16040
- 19240 Extingue a oficina de carpintaria na Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, em Viana do Castelo, e restabelece a de entalhador
- 19240 (R1 DG 118) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19240, que extingue a oficina de carpintaria na Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, em Viana do Castelo, e restabelece a de entalhador
- 19240 Extingue a oficina de carpintaria na Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, em Viana do Castelo, e restabelece a de entalhador
- 19244 Regula o exercício do ensino particular
- 19244 (R1 DG 17) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19244, que regula o exercício do ensino particular
- 19245 Autoriza o Govêrno a converter em oficiais escolas de ensino primário criadas e mantidas por quaisquer entidades de utilidade pública
- 19246 Fixa o quadro dos professores do ensino primário da cidade de Lisboa
- 19247 Determina que a cidade de Lisboa seja dividida em dezasseis zonas para efeitos do Ensino Primário
- 19248 Fixa os quadros docentes das zonas escolares da cidade de Lisboa
- 19262 Declara sem efeito o decreto n.º 9479, que cedia definitivamente à Junta de Freguesia de Argela, concelho de Caminha, um terreno destinado à construção de um edifício para instalação das escolas de ensino primário geral
- 19296 Manda proceder ao registo de todos os estabelecimentos de ensino particular de qualquer grau que funcionavam legalmente à data da publicação do decreto n.º 19244, e bem assim de todos os indivíduos portadores de diplomas para a direcção de estabelecimentos ou para o exercício do ensino particular
- 19298 Permite aos oficiais de marinha classificados mediante concurso para freqüentarem o curso de engenheiros hidrógrafos a matrícula e a inscrição nas cadeiras de geologia, geografia física e física do globo, bem como no curso de aperfeiçoamento de astronomia das Faculdades de Ciências
- 19299 Autoriza o Ministro a prover interinamente, até o fim do ano lectivo corrente, os lugares por contrato do pessoal docente das escolas agrícolas
- 19300 Autoriza o pagamento da gratificação fixada no decreto n.º 18645 aos professores que regeram o curso de medicina sanitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 1928-1929 e 1929-1930
- 19307 Reconhece como condição de preferência para o provimento de lugares de astrónomos existentes ou a criar nos observatórios astronómicos, bem como dos lugares de meteorologistas nos observatórios dependentes do Ministério da Instrução Pública, o título de engenheiro-geógrafo conferido pelas Universidades do País - Manda admitir os engenheiros geógrafos, sem dependência de outras habilitações, aos concursos para professores de geodesia e topografia dos Institutos Industriais
- 19313 Extingue um lugar de terceiro oficial e outro de contínuo no quadro do pessoal da secretaria geral da Universidade de Lisboa e cria, em sua substituição, um lugar de chefe de repartição

- 19313 (R1 DG 44) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19313, que extingue um lugar de terceiro oficial e dois de contínuos no quadro do pessoal da secretaria geral da Universidade de Lisboa, e cria, em sua substituição, um lugar de chefe de repartição
- 19317 Cria na Casa Pia de Lisboa um curso de gerentes de hotéis e restaurantes
- 19329 Cede à Junta de Freguesia de Campia, concelho de Vouzela, a casa da fábrica da igreja da referida freguesia, onde actualmente está instalada a escola de ensino primário elementar para o sexo masculino, e bem assim a sala onde funciona a do sexo feminino, em troca do edifício construído no lugar da Igreja, da mesma freguesia, destinado às referidas escolas
- 19330 Substitui os modelos F e I aprovados pelo decreto n.º 7138 e adopta um novo modelo destinado à estatística a organizar anualmente pelas inspecções das regiões escolares do continente e dos círculos escolares das ilhas adjacentes
- 19334 Regula os exames de admissão aos cursos superiores, estabelecidos pelo artigo 7.º do decreto n.º 19244 (Estatuto do Ensino Particular)
- 19334 (R1 DG 147) Nova publicação, rectificada, do artigo 9.º do decreto n.º 19334, que regula os exames de admissão aos cursos superiores
- 19337 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto
- 19347 Autoriza os alunos do ensino secundário particular a executar nos laboratórios do liceu da zona a que pertencem os trabalhos práticos compreendidos nos programas do ensino liceal
- 19349 Aprova o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 19349 (R1 DG 206) Nova publicação, rectificada, do artigo 53.º do decreto n.º 19349, que aprova o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 19356 Aprova os modelos de boletins para inscrição de alunos externos do ensino liceal, doméstico ou particular em estabelecimento ou fora de qualquer estabelecimento
- 19362 Determina que, sempre que um aluno seja transferido de um para outro liceu, o reitor do liceu de que o aluno é transferido promova a reunião do respectivo conselho de classe a fim de êste se pronunciar, quanto a êsse aluno, nos termos do artigo 69.º do decreto n.º 7558
- 19372 Cede à Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, com sede em Lisboa, uma parcela de terreno que faz parte da cêrca da Cadeia das Mónicas Substituído pelo Decreto n.º 19656
- 19373 Determina que sejam inscritas no orçamento do Ministério para o corrente ano económico as verbas destinadas ao funcionamento da Inspeção Geral do Ensino Particular, criada pelo decreto n.º 19244
- 19375 Autoriza o Ministro a nomear provisoriamente, por dois anos, um regente agrícola para o lugar vago da Escola Agrícola Móvel de Matos Souto (Ilha do Pico)
- 19382 Dispensa da prestação de exames de habilitação para o exercício da profissão médica os indivíduos de nacionalidade portuguesa diplomados em medicina por Universidades estrangeiras que prestaram serviços profissionais médicos na passada Grande Guerra
- 19383 Determina que sejam de carácter permanente as disposições do decreto n.º 18704, que regula o pagamento de vencimentos dos professores agregados ou efectivos dos liceus do continente nomeados efectivos para os liceus de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Funchal
- 19384 Determina que os Exames de Estado de educação física relativos à época extraordinária designada pelo § 2.º do artigo 37.º do decreto n.º 18973 possam realizar-se até o fim do mês de Março do ano corrente, e regula a constituição do júri dos mesmos Exames - Indica os pontos sôbre os quais deve visar o interrogatório
- 19391 Restringe a aplicação das disposições do artigo 6.º do decreto n.º 18594 às escolas superiores a que respeitam
- 19393 Regula o recrutamento dos assistentes universitários
- 19395 Aprova e fixa os débitos a satisfazer aos credores da obra de construção do novo edifício da Escola Normal Primária de Lisboa (Bemfica) por fornecimentos feitos para a referida obra no período em que a sua administração esteve a cargo de uma comissão administrativa autónoma
- 19402 Transfere para a escola de ensino primário elementar da sede do concelho de Ovar os valores que pertenciam à escola primária superior da mesma localidade
- 19402 (R1 DG 137) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19402, que transfere para a escola de ensino primário complementar da sede do concelho de Ovar os valores que pertenciam à extinta escola primária superior da mesma localidade
- 19405 Autoriza o conselho administrativo do Liceu de Camões a celebrar o contrato de uma troca de terrenos
- 19406 Converte em oficial a escola de ensino primário elementar mixta que funciona em Parada do Corgo, freguesia de Soutelo do Vale, concelho de Vila Pouca de Aguiar
- 19413 Aprova os estatutos da Associação dos Educadores Portugueses
- 19414 Fixa em 2\$50 o preço das entradas em todos os museus dependentes do Ministério
- 19414 (R1 DG 56) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19414, que fixa em 2\$50 o preço das entradas em todos os museus dependentes do Ministério
- 19415 Determina que sejam elegíveis para o cargo de secretário os professores adidos por virtude da extinção das escolas normais primárias, quando em efectivo serviço
- 19437 Autoriza o Govêrno a aceitar a quantia de 200000\$00 que o cidadão José Rufino oferece ao Estado para manutenção da cantina anexa à escola primária oficial de Alijó, que se denominará Cantina José Rufino
- 19444 Reforça uma verba do orçamento do Ministério para o ano económico de 1930-1931, destinada ao pagamento de gratificações a professores por acumulação de regências

- 19460 Autoriza as Faculdades de Medicina das três Universidades a criar cursos de habilitação para enfermeiras visitadoras de higiene
- 19470 Permite ao Ministro, em determinadas circunstâncias, autorizar que os títulos de vencimentos ou de pensões de aposentação, jubilação ou reforma de funcionários civis ou militares pertencentes a mais de uma colónia sejam processados pela totalidade das somas constantes dos mesmos títulos por conta de uma das colónias onde os funcionários tenham servido que na metrópole disponha de recursos para o seu imediato pagamento
- 19472 Extingue os emolumentos atribuídos ao pessoal das secretarias dos liceus pelo artigo 19.º do decreto n.º 13056 - Determina que continuem a ser cobradas pelas secretarias dos liceus as importâncias referentes aos actos mencionados no já citado artigo 19.º do mesmo decreto - Regulariza a situação dos secretários dos liceus que exercem as funções de chefes de secretaria
- 19473 Regula o desempenho dos serviços docentes nas escolas de ensino primário complementar
- 19474 Regula o desempenho dos serviços docentes nos cursos complementares e preparatórios do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (secção masculina de Lisboa) no impedimento legal dos respectivos professores
- 18478 Autoriza o Govêrno a expropriar, por utilidade pública, a propriedade em que está instalada a Escola Agrícola Móvel das Caldas da Rainha
- 19479 Autoriza a Junta de Freguesia de Gáfete, concelho do Crato, a alienar, em hasta pública e independentemente do preceituado nas leis de desamortização, a antiga casa da escola e seus anexos e o terreno do antigo cemitério
- 19492 Determina que os concursos abertos para provimento de lugares no quadro geral dos professores agregados dos liceus tenham sòmente validade para preenchimento das vagas existentes à data da abertura do respectivo concurso
- 19500 Reduz a seis meses o tirocínio exigido pelo Estatuto Judiciário aos alunos das Faculdades de Direito matriculados em 1926-1927 e 1927-1928
- 19513 Põe de acòrdo a organização do curso complementar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto com a do curso normal
- 19517 Autoriza a cedência de um terreno, a título precário, à Câmara Municipal do concelho de Palmela, destinado à construção de um edifício escolar
- 19518 Fixa em 300\$00 a propina de matrícula no estágio pedagógico a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 18973
- 19519 Aprova os modelos de boletim para inscrição de alunos externos do ensino primário elementar, doméstico ou particular em estabelecimento ou fora de qualquer estabelecimento
- 19524 Concede à viúva e à filha do falecido escultor, insigne professor da Escola de Belas Artes do Pôrto, António Soares dos Reis a pensão de 1500\$00 mensais
- 19525 Estabelece que a aprovação de futuro em exames singulares de todas as disciplinas que constituem os cursos liceais seja o suficiente para a passagem das respectivas cartas de curso
- 19528 Determina que as refeições das praças da armada designadas por almôço, jantar e ceia passem a denominar-se respectivamente café, almôço e jantar
- 19530 Regula a permuta entre professores efectivos dos liceus adentro dos mesmos grupos
- 19531 Regula o provimento dos professores do ensino primário elementar
- 19532 Reforça a verba do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico, destinada ao pagamento de vencimentos a professores agregados das escolas técnicas profissionais
- 19546 toriza o Ministro a nomear interinamente o director do Hospital Escolar (Hospital das Clínicas Gerais e Especiais da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa) com dispensa das formalidades prescritas no artigo 9.º da lei n.º 1785
- 19550 Determina que a gratificação de 400\$00, por acumulação de regência, aos professores da Escola Superior Colonial, autorizada pelo decreto n.º 18834, seja abonada, em futuros anos económicos, de conta das dotações dos lugares que, se encontrarem vagos por terem sido abrangidos os seus proprietários pelo decreto n.º 15538
- 19552 Remodela os serviços da Junta de Educação Nacional
- 19564 Autoriza o Liceu de Afonso de Albuquerque, da Guarda, a aceitar a doação de vinte obrigações de 500\$00 do empréstimo português «Consolidação», a fim de, com os respectivos rendimentos, serem instituídos dois prémios denominados «Prémios D. Teresa Patrício»
- 19565 Regula as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional
- 19565 (R1 DG 86) Rectificação ao decreto n.º 19565, que regula as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional
- 19565 (R2 DG 194 de 1932) Nova publicação, rectificada, do artigo 21.º do decreto n.º 19565, que regula as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional
- 19572 Aprova o regulamento dos serviços de educação artística da Junta de Educação Nacional
- 19595 Torna extensivas a todo o território da República e manda aplicar a todos os funcionários do Estado e dos corpos administrativos, e ainda aos que, em qualquer situação do exército, da marinha ou do funcionalismo, por actos ou factos, prestem ou tenham prestado adesão ou apoio de qualquer espécie, ou de qualquer forma exortem ou tenham exortado à prática de actos de rebelião, insubordinação ou revolta contra o Govêrno da República, as disposições do decreto n.º 19567
- 19605 Estabelece novas bases para o concurso dos livros a adoptar nos liceus
- 19609 Determina que os directores de classe do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) sejam nomeados de entre os professores efectivos ou agregados, e os directores da biblioteca e demais instalações de entre os professores de qualquer categoria que nêle exerçam o ensino
- 19610 Aprova o regulamento dos liceus normais

- 19610 (R1 DG 142) Nova publicação, rectificada, dos artigos 48.º e 49.º do decreto n.º 19610, que aprova o regulamento dos liceus normais
- 19614 Autoriza o Ministro a aplicar, por simples despacho, e em determinados casos, penalidades aos professores de ensino secundário que prejudiquem a direcção dos serviços escolares ou o aproveitamento dos estudantes
- 19616 Aprova as alterações ao regulamento do recrutamento dos oficiais do estado maior e para a organização e funcionamento do curso do estado maior
- 19617 Regula a distribuição dos professores agregados pelos liceus
- 19644 Transfere uma verba do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico, a fim de ocorrer ao pagamento das remunerações por acumulação de serviço de regências ao pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e modifica uma rubrica do referido orçamento, relativa à Escola Nacional de Agricultura de Coimbra
- 19656 Substitui o decreto n.º 19372, que cede à Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, com sede em Lisboa, uma parcela de terreno que faz parte da cêrca da Cadeia das Mónicas
- 19667 Prorroga até o dia 20 de Maio próximo o prazo para matrícula dos alunos externos do Ensino Particular
- 19673 Modifica o artigo 7.º do decreto n.º 12008, para o efeito de a Biblioteca Municipal de Coimbra ser incluída no número daquelas às quais é obrigatória a remessa de um exemplar de todas as publicações periódicas
- 19678 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 19678 (R1 DG 108) Rectificações ao decreto n.º 19678, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 19678 (R2 DG 126) Nova publicação, rectificada, do artigo 189.º do decreto n.º 19678, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 19679 Prorroga até 31 de Maio corrente o prazo para apresentação de livros e compêndios fixado pelo artigo 17.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 18379 - Dispensa no corrente ano a exigência estabelecida no n.º 4.º do artigo 13.º do referido regulamento
- 19686 Suprime o cargo de guarda-amanuense do Observatório Astronómico de Lisboa e cria em sua substituição o de guarda-artífice
- 19691 Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 19691 (R1 DG 113) Nova publicação, rectificada, do n.º 5.º do artigo 161.º do decreto n.º 19691, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 19691 (R2 DG 125) Nova publicação, rectificada, dos artigos 149.º e 184.º do decreto n.º 19691, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 19691 (R3 DG 134) Nova publicação, rectificada, do artigo 201.º do decreto n.º 19691, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 19696 Inscreve no orçamento as verbas necessárias para serem pagas as gratificações devidas aos médicos sanitários, professores do curso de medicina sanitária, de Lisboa, nos anos económicos de 1929-1930 e 1930-1931
- 19696 (R1 DG 110) Rectificação ao decreto n.º 19696, que inscreve no orçamento as verbas necessárias para serem pagas as gratificações devidas aos médicos sanitários, professores do curso de medicina sanitária, de Lisboa, nos anos económicos de 1929-1930 e 1930-1931
- 19702 Investe provisoriamente nas funções de reitor da Universidade de Coimbra o director geral do Ensino Superior e das Belas Artes
- 19703 Fixa o quadro dos professores do ensino primário elementar da cidade do Pôrto
- 19704 Determina que a cidade do Pôrto seja dividida em dez zonas escolares
- 19705 Fixa a composição das zonas escolares da cidade do Pôrto
- 19724 Cede definitivamente à comissão administrativa da Junta de Freguesia de Vilar de Besteiros, concelho de Tondela, o edifício do antigo presbitério e seu anexo, destinado à instalação da sua sede e arquivo e de uma escola de ensino primário geral e recreio dos alunos
- 19736 Aprova os modelos de diplomas de director de estabelecimento de ensino particular e de professor do mesmo ensino
- 19742 Fixa o quadro docente auxiliar do círculo escolar da Horta
- 19744 Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Misericórdia da Oficina de S. José, da cidade do Pôrto (inclui um professor primário)
- 19755 Cria o lugar de escriturário no Instituto Superior de Agronomia e extingue três lugares de serventes no quadro do pessoal menor do mesmo Instituto
- 19760 Aprova o regulamento do ensino artístico
- 19760 (R1 DG 122) Rectificações aos artigos 16.º, 44.º, 82.º, 87.º, alínea b) do artigo 89.º e n.º 3.º do artigo 91.º do decreto n.º 19760, que aprova o regulamento do ensino artístico
- 19761 Prorroga até o dia 31 de Maio corrente o prazo para matrícula dos alunos externos, nos termos do decreto n.º 19244, que regula o exercício do ensino particular
- 19774 Permite no presente ano lectivo, excepcionalmente, aos alunos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto efectuar os exames das cadeiras que hajam cursado nas Faculdades congêneres de qualquer das outras Universidades, com dispensa do pagamento da propina de transferência de Universidade
- 19775 Prorroga até 31 de Julho de 1932 o prazo estabelecido no artigo 1.º do decreto n.º 17457, relativamente à Faculdade de Farmácia de Coimbra

- 19777 Converte em definitivas as cedências dos antigos presbitérios das freguesias de Frágoas e de Vila Cova à Coelheira e parte do presbitério da freguesia de Pendilhe à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para instalação de escolas de ensino primário
- 19777 (R1 DG 126) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19777, que converte em definitivas as cedências dos antigos presbitérios de Frágoas e de Vila Cova à Coelheira e parte do presbitério da freguesia de Pendilhe à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, para instalação de escolas de ensino primário
- 19777 (R2 DG 142) Rectificação ao decreto n.º 19777, que converte em definitivas as cedências dos antigos presbitérios das freguesias de Fráguas e de Vila Cova à Coelheira e parte do presbitério da freguesia de Pendilhe à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva para instalação de escolas de ensino primário
- 19780 Suprime dois lugares de professores efectivos dos 4.º e 7.º grupos do Liceu de Gil Vicente, em Lisboa
- 19781 Regula o regime de exames finais nas escolas superiores e médias dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico
- 19794 Regula o procedimento disciplinar sobre o pessoal docente dependente do Ministério da Instrução Pública
- 19829 Regula a substituição, nos seus impedimentos, do pessoal docente do ensino primário elementar do Instituto do Professorado Primário Oficial Português
- 19834 Cede à Junta de Freguesia de S. Miguel de Acha, concelho de Idanha-a-Nova, um terreno junto da estrada nacional n.º 54, no sítio da Ramalheira, para construção de um edifício escolar de ensino primário para ambos os sexos
- 19835 Autoriza as Faculdades universitárias a reduzir na próxima época de exames, conforme as exigências do serviço e o interesse do ensino, o intervalo entre a primeira e a segunda chamada
- 19837 Extingue os lugares de mestres das oficinas de latoaria e de pintura decorativa da Casa Pia de Lisboa
- 19848 Aprova o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa
- 19858 Prorroga até 30 de Junho de 1931 o prazo para o registo de diplomas na Repartição do Ensino Particular a que se refere o artigo 49.º do decreto n.º 19244
- 19893 Fixa as normas do recrutamento dos médicos escolares dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 19894 Regula o abono do subsídio mensal de alimentação aos funcionários civis e militares com residência fixada nas ilhas adjacentes ou colónias por motivos políticos ou de ordem pública
- 19904 Regula a forma da nomeação dos directores de estudos dos Asilos de D. Maria Pia, de Nun'Álvares, de Santa Clara, de José Estêvão Coelho de Magalhães e de 28 de Maio
- 19908 Aprova a remodelação do ensino médio agrícola
- 19908 (R1 DG 207) Nova publicação, rectificada, de vários artigos e parágrafos do decreto n.º 19908, que aprova a remodelação do ensino médio agrícola
- 19908 (R2 DG 225) Nova publicação, rectificada, de vários artigos e parágrafos do decreto n.º 19908, que aprova a remodelação do ensino médio agrícola
- 19908 (R3 DG 58 de 1932) Nova publicação, rectificada, dos artigos 115.º e seu § único e 368.º do decreto n.º 19908, que aprova a remodelação do ensino médio agrícola
- 19908 (R4 DG 94 de 1932) Nova publicação, rectificada, do artigo 351.º do decreto n.º 19908, que aprova a remodelação do ensino médio agrícola
- 19908 (R5 DG 95 de 1932) Correção à rectificação ao artigo 115.º do decreto n.º 19908, que aprova a remodelação do ensino médio agrícola, insere no Diário do Governo n.º 58, de 9 de Março último
- 19909 Aprova a remodelação do ensino elementar agrícola
- 19909 (R1 DG 195) Nova publicação, rectificada, do artigo 115.º do decreto n.º 19909, que remodela o ensino elementar agrícola
- 19909 (R2 DG 176 de 1934) Modifica o decreto n.º 19909, que reorganizou o ensino profissional elementar agrícola, na parte referente aos alunos das escolas práticas de agricultura
- 19910 Determina que o antigo Colégio do Espírito Santo e Universidade, em Évora, pertença do Estado, continue destinado ao funcionamento da Casa Pia, na parte actualmente ocupada por esta instituição
- 19916 Prorroga por mais um ano o prazo concedido à Câmara Municipal do concelho de Lagos para adaptar a edifício da escola de ensino primário geral as ruínas da antiga Capela do Nossa Senhora da Encarnação, com o terreno anexo, sita no povo de Espiche, freguesia da Luz, daquele concelho
- 19929 Faculta aos alunos que actualmente frequentam o 4.º e 5.º ano do curso médico fazerem no fim do 4.º ou do 5.º ano os exames das cadeiras de patologia médica e patologia cirúrgica e das especialidades, separadamente ou em conjunto com os exames de clínica médica, clínica cirúrgica, obstetrícia e medicina legal
- 19931 Fixa o quadro e regula os vencimentos do pessoal docente da Escola de Medicina Tropical
- 19931 (R1 DG 287) Nova publicação, rectificada, do artigo 9.º do decreto n.º 19931, que fixa o quadro e regula os vencimentos do pessoal docente da Escola de Medicina Tropical
- 19932 Estabelece as provas teóricas de higiene e educação física, oftalmologia e oto-rino-laringologia a prestar no concurso de provas públicas para o provimento do lugar de médico efectivo dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 19946 Regula os exames de admissão aos cursos superiores
- 19946 (R1 DG 148) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19946, que regula os exames de admissão aos cursos superiores
- 19952 Remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respectiva Inspeção
- 19952 (R1 DG 175) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 19952, que remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respectiva Inspeção

- 19952 (R2 DG 176) Nova publicação, rectificada, do artigo 109.º do decreto n.º 19952, que remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respectiva Inspeção
- 19952 (R3 DG 201) Nova publicação, rectificada, do artigo 80.º e § 3.º do artigo 81.º do decreto n.º 19952, que remodela os serviços das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, bem como da respectiva Inspeção
- 19952 (R4 DG 202 de 1932) Nova publicação, rectificada, do artigo 189.º do decreto n.º 19952, que remodela os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais, bem como da respectiva Inspeção
- 19974 Permite no concurso a realizar no corrente ano a admissão à praça de aspirantes navais das classes de engenheiros maquinistas navais e da administração naval aos candidatos que à data da abertura do mesmo não tenham completado vinte e dois anos de idade e que satisfaçam às demais condições exigidas no regulamento da Escola Naval
- 19986 Fixa o quadro dos professores do ensino primário elementar da cidade de Braga e seus subúrbios
- 19987 Estabelece a constituição das zonas escolares da cidade de Braga e seus subúrbios
- 19988 Fixa a composição dos quadros docentes das zonas escolares da cidade de Braga e seus subúrbios
- 19994 Dá nova redacção ao § único do artigo 17.º do decreto n.º 16105, que regula a nomeação de oficial instrutor de exercícios físicos da Escola Naval
- 20001 Determina que no corrente ano não se realizem exames do 1.º grau do ensino primário elementar, efectuando-se a passagem da 3.ª para a 4.ª classe dos alunos das escolas oficiais por meio de provas - Dispensa, para os alunos estrangeiros matriculados em obediência às disposições do artigo 33.º do decreto n.º 19244, a entrega da certidão de idade
- 20011 Isenta de direitos de importação o material destinado à instalação da escola espanhola de Elvas
- 20030 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo a aceitar um legado deixado pelo falecido cidadão Joaquim de Almeida Teixeira para conservação da escola de Barreiro, freguesia de Escalhão, daquele concelho
- 20031 Autoriza a escola de ensino primário complementar da sede do concelho de Ovar a aceitar o donativo de 2000\$00 para com o produto dos respectivos juros serem instituídos dois prémios denominados «Prémio Dr. Alberto Tavares», que serão conferidos em cada ano aos alunos mais classificados
- 20032 Converte em oficial a escola de ensino primário elementar mixta criada pelo legado do falecido cidadão João Borges da Cunha na freguesia de Codal, concelho de Vale de Cambra
- 20046 Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal do Instituto Feminino de Educação e Regeneração, de Gaia
- 20065 Regula a concessão de isenções de propinas e de bolsas de estudo
- 20066 Fixa em 150\$00 a importância do selo a cobrar pelos diplomas de professores de educação física
- 20072 Permite, mediante o pagamento de uma propina, a entrega até 14 de Julho das relações dos alunos externos julgados aptos para exame do 2.º grau do ensino primário, podendo no corrente ano essa prorrogação de prazo ir até 20 de Julho
- 20076 Aprova o regulamento dos concursos de provas públicas aos lugares de professores extraordinários e auxiliares do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa
- 20080 Determina que a nomeação dos júris de exames do 2.º grau do ensino primário elementar seja da competência dos inspectores chefes das regiões escolares ou dos inspectores dos círculos
- 20097 Manda adoptar nas escolas que fazem parte da Universidade Técnica de Lisboa o modelo de diploma anexo ao presente decreto
- 20098 Introduce várias alterações no regulamento do Instituto Superior Técnico de Lisboa, na parte referente ao recrutamento de professores
- 20150 Revoga o decreto n.º 17009, que estabelece em todas as escolas superiores dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico o exame de admissão à primeira matrícula para os alunos ordinários
- 20151 Investe provisoriamente nas funções de director da Escola Prática Agrícola de Vieira Natividade, de Alcobaça, um professor da Escola Prática de Agricultura de Santo Tirso, e encarrega o mesmo professor de proceder a uma sindicância à referida Escola
- 20155 Prorroga até 31 de Agosto do corrente ano, mediante o pagamento de 50\$00 em selos fiscais, o prazo para registo de diplomas a que se refere o artigo 49.º do decreto n.º 19244 (ensino particular)
- 20156 Aprova o regulamento dos serviços administrativos da Casa Pia de Lisboa
- 20160 Autoriza a Junta de Freguesia de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, a vender, em hasta pública e independentemente das leis de desamortização, o prédio onde se acha instalada a escola do sexo masculino e a sede da referida Junta
- 20164 Autoriza a Associação de Classe dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas a abrir dois cursos destinados a preparar o pessoal para o desempenho de vários serviços na indústria hoteleira
- 20171 Modifica o artigo 23.º do regulamento da Escola Naval, a fim de permitir a admissão de primeiros tenentes sem tirocínio aos segundos concursos para professores, instrutores e demonstradores
- 20178 Estabelece as condições para a passagem do certificado que fica constituindo para os actuais maquinistas mercantes habilitação legal para o desempenho do cargo de chefe de máquinas propulsoras de combustão interna dos navios mercantes
- 20179 Modifica as habilitações a exigir para a admissão à Escola Náutica **Revogado**
- 20180 Extingue o lugar de director efectivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e determina que o mencionado lugar passe a ser exercido por um professor catedrático da Faculdade de Letras da referida Universidade
- 20181 Remodela os serviços do ensino primário elementar oficial - Considera nulos os arrendamentos de prédios que hajam sido adquiridos pelo Estado para funcionamento de escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário

- 20193 Manda que os concursos anuais para o preenchimento das vagas existentes ou que venham a ocorrer nos quadros docentes auxiliares do ensino primário elementar sejam abertos pelo prazo de quinze dias, a contar de 10 de Novembro
- 20204 Permite que, em casos excepcionais atendíveis, sejam relevadas aos alunos das Universidades até três faltas além do limite máximo estabelecido por lei
- 20215 Introduce várias alterações no regulamento da Escola Naval, na parte relativa a provas de admissão
- 20219 Aprova o regulamento do Laboratório de Ferreira Lapa
- 20229 Dá nova redacção ao artigo 35.º do decreto n.º 18717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária
- 20230 Extingue o lugar de chefe do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 20230 (R1 DG 200) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20230, que extingue o lugar de chefe do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 20236 Determina que o Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho fique dependente da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
- 20239 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Cascais a ceder ao jornal O Século um terreno baldio sito no Alto do Lobo, limite de Cascais, destinado à construção de um edifício para a instalação da colónia balnear infantil daquele jornal
- 20245 Reorganiza o Instituto do Professorado Primário Oficial
- 20245 (R1 DG 207) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 20245, que reorganiza o Instituto do Professorado Primário Oficial
- 20254 Dá nova redacção aos artigos 9.º, 15.º e seu § único, artigo 24.º, corpo do artigo 44.º e artigos 45.º, 52.º e 85.º do decreto n.º 18646, que institue as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas
- 20254 (R1 DG 284) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 4.º do decreto n.º 20254, que dá nova redacção a vários artigos e parágrafos do decreto n.º 18646, que institue as escolas do magistério primário
- 20257 Determina que todas as direcções de estabelecimentos dependentes do Ministério de Instrução Pública enviem mensalmente, às direcções gerais ou direcções de serviços a que estão subordinados, nota exacta de todas as faltas dadas pelo seu pessoal, discriminando com relação a professores as faltas a aulas, trabalhos práticos, conselhos, reunião de classes e júris de exames
- 20258 Regulamenta a aplicação das dotações para acumulações de regências e regências de trabalhos práticos nos estabelecimentos de ensino superior
- 20258 (R1 DG 203) Nova publicação, rectificada, dos artigos 3.º e 4.º do decreto n.º 20258, que regulamenta a aplicação das dotações para acumulações de regências de trabalhos práticos nos estabelecimentos de ensino superior
- 20258 (R2 DG 289) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20258, que regulamenta a aplicação das dotações para acumulação de regências e regência de trabalhos práticos nos estabelecimentos de ensino superior
- 20259 Determina que fiquem dependentes de aprovação do Ministro, pela Repartição do Ensino Secundário, todas as atribuições da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, constantes das alíneas b) e d) do artigo 3.º do decreto n.º 16279
- 20260 Esclarece e regula a execução de várias disposições e novos casos, sobre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados, civis e militares, ao serviço das colónias, e promulga outras, acêrca da execução, na metrópole, de diversos serviços relativos às colónias
- 20262 Declara sem efeito o decreto n.º 9479, que cedia definitivamente à Junta de Freguesia de Argela, concelho de Caminha, um terreno destinado à construção de um edifício para instalação das escolas de ensino primário geral
- 19270 Reforça várias dotações do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico, destinadas à liquidação dos débitos do Estado por fornecimentos feitos para o novo edifício da Escola Normal de Bemfica, anteriormente à entrega desta construção à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- 20274 Regulamenta a ordem por que deve ser determinada a entrada em funcionamento de novas escolas e lugares de professor de ensino primário elementar
- 20274 (R1 DG 221) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 20274, que regulamenta a ordem por que deve ser determinada a entrada em funcionamento de novas escolas e lugares de professor de ensino primário elementar
- 20290 Determina que sejam criadas, com dispensa das formalidades estabelecidas pelo artigo 1.º do decreto n.º 20181, escolas e lugares de professores cujos processos se encontravam pendentes à data da publicação do mesmo decreto
- 20294 Distribue em dois grupos as disciplinas do quadro geral das Faculdades de Farmácia
- 20295 Autoriza no presente ano económico o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 20296 Manda criar nos liceus do continente estações meteorológicas de 2.ª ordem da classificação internacional
- 20297 Regulamenta a execução dos Exames de Estado para o exercício do magistério primário, elementar e infantil - Aprova os modelos oficiais de termos de Exames de Estado e de diplomas das respectivas habilitações, anexos a este decreto
- 20297 (R1 DG 232) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º e §§ 2.º e 3.º do artigo 7.º do decreto n.º 20297, que regulamenta a execução dos Exames de Estado para o exercício do magistério primário, elementar e infantil
- 20298 Permite aos oficiais de marinha classificados mediante concurso para frequentarem o curso de engenheiros hidrógrafos a matrícula e a inscrição nas cadeiras de geologia, geografia física e física do globo, bem como no curso de aperfeiçoamento de astronomia das Faculdades de Ciências
- 20299 Autoriza o Ministro a prover interinamente, até o fim do ano lectivo corrente, os lugares por contrato do pessoal docente das escolas agrícolas

- 20300 Autoriza o pagamento da gratificação fixada no decreto n.º 18645 aos professores que regeram o curso de medicina sanitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 1928-1929 e 1929-1930
- 20303 Anula o decreto n.º 20215, que introduzia várias alterações no regulamento da Escola Naval na parte relativa a provas de admissão
- 20309 Determina que os licenciados pelas Faculdades de Letras sejam admitidos à matrícula no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa sem exigência de qualquer outra habilitação ou exame de admissão
- 20314 Determina que pelos Ministérios competentes sejam temporariamente afastados do serviço, reformados, aposentados ou demitidos os magistrados, funcionários e empregados civis e militares ou das autarquias locais que demonstrem espírito de oposição à política nacional do Governo **Revogado**
- 20318 Define qual a situação dos professores do quadro geral do ensino primário elementar com fundamento em acórdãos do Supremo Conselho de Administração Pública, quando sejam anulados os respectivos provimentos
- 20328 Estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial
- 20328 (R1 DG 238) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial
- 20328 (R2 DG 239) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industria
- 20328 (R3 DG 243) Rectificações ao decreto n.º 20328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial
- 20328 (R4 DG 261) Rectificações ao decreto n.º 20328, que estabelece as bases do ensino técnico comercial e industrial
- 20328 (R5 DG 119 de 1932) Nova publicação, rectificada, do § 3.º do artigo 1.º da base IV das disposições comuns relativas aos institutos médios comerciais e industriais, aprovadas pelo decreto n.º 20328
- 20352 Aprova o regulamento da Junta de Educação Nacional
- 20357 Considera na situação de professores em comissão de serviço os professores efectivos e agregados dos liceus contratados para o exercício do ensino em qualquer das Universidades
- 20357 (R1 DG 240) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 20357, que considera na situação de professores em comissão de serviço os professores efectivos e agregados dos liceus contratados para o exercício do ensino em qualquer das Universidades
- 20363 Prorroga até 30 de Novembro do corrente ano, mediante o pagamento de 100\$00 em selos fiscais, o prazo para obterem diplomas de professores de ensino particular, nos termos do artigo 50.º do decreto n.º 19244, os indivíduos residentes nas colónias à data da publicação do referido decreto
- 20364 Permite a matrícula oficial dos alunos externos do ensino primário além do prazo estabelecido actualmente, até fins de Fevereiro, mediante o pagamento da multa de 200\$00
- 20369 Aprova os programas para todas as classes do ensino secundário
- 20369 (R1 DG 1 de 1932) Rectificações ao decreto n.º 20369, que aprova os programas para todas as classes do ensino secundário
- 20370 Regula o provimento definitivo dos lugares de professores do Liceu do Infante D. Henrique, de S. Vicente de Cabo Verde
- 20371 Manda inscrever uma verba no capítulo 2.º do orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico, sob a rubrica «Subsídio à Escola Superior Colonial para realização de viagens de estudo (visita à Exposição Internacional Colonial de Paris)»
- 20374 Concede uma licença especial de quinze dias para visitarem a Exposição Colonial Internacional de Paris a todos os funcionários públicos civis pertencentes aos quadros do Ministério das Colónias ou das colónias e aos funcionários militares, quando uns e outros forem diplomados com o curso superior colonial, e aos que, sendo alunos da Escola Superior Colonial, a tenham frequentado com aproveitamento durante o ano lectivo de 1930-1931
- 20376 Aprova o regulamento do curso de visitadoras sanitárias da Direcção Geral de Saúde
- 20385 Determina que passem a denominar-se mestras as professoras de labores do Asilo 28 de Maio
- 20387 Determina o aumento de turmas em vários liceus no corrente ano lectivo
- 20387 (R1 DG 241) Nova publicação, rectificada, do artigo 1.º do decreto n.º 20387, que determina o aumento de turmas em vários liceus no corrente ano lectivo
- 20397 Regula a concessão de aumentos de vencimentos por diuturnidade aos professores de ensino primário **Revogado**
- 20399 Institue nos asilos de educação dependentes da Direcção Geral de Assistência um boletim sanitário individual
- 20406 Permite excepcionalmente no ano lectivo de 1931-1932 a frequência de alunos externos da 1.ª classe do curso do magistério primário elementar
- 20420 Aprova a organização do ensino técnico profissional
- 20421 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Castelo Branco a ceder gratuitamente à Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira, do mesmo concelho, o edifício dos Paços do extinto concelho de S. Vicente da Beira, a fim de nêle serem instaladas as escolas oficiais de ensino primário elementar da citada freguesia
- 20424 Autoriza a Junta de Freguesia de Pinheiros, concelho de Tabuaço, a efectuar a troca da casa que possui, e onde actualmente está instalada a escola primária da mesma freguesia, por uma outra que lhe é oferecida para o mesmo fim
- 20427 Autoriza a Câmara Municipal do concelho da Maia a permutar a antiga residência paroquial de Vermoim por um edifício mandado construir por uma comissão de proprietários da mesma freguesia para nêle ser instalada uma escola de ensino primário elementar
- 20433 Determina que em todos os edifícios dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública que tenham sido construídos, ampliados ou reconstruídos após 28 de Maio seja aposta na fachada principal uma placa de

mármore de modelo uniforme com a seguinte inscrição: «Construído sob o Governo da Ditadura Nacional. Ano de 19...»

- 20434 Constitue a zona escolar da cidade de Coimbra
- 20434 (R1 DG 254) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20434, que constitui a zona escolar da cidade de Coimbra
- 20435 Manda pôr em vigor em relação ao ano lectivo de 1931-1932 o decreto n.º 18724, que permite o funcionamento de cursos nocturnos nas escolas de ensino primário elementar até o limite de quinhentos
- 20436 Fixa o número de lugares de professor que competem às escolas de aplicação anexas à Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada
- 20439 Revoga as disposições das organizações dos serviços do Ministério da Instrução Pública que consideram de carácter vitalício os lugares desempenhados por funcionários aos quais não é reconhecido direito à aposentação
- 20440 Aprova o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 20441 Promulga várias disposições relativas à passagem dos cursos elementares de construtores civis e de auxiliares de obras públicas e do curso de montadores industriais, extintos pelo artigo 4.º do decreto n.º 20328, para as Escolas Industriais de Machado de Castro e do Marquês de Pombal
- 20443 Dá nova redacção aos artigos 5.º e 7.º, § 1.º do artigo 10.º e artigo 12.º do decreto n.º 19565, que regula as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional
- 20444 Considera justificadas, sem qualquer efeito em prejuízo dos professores a que respeitam, as faltas dos professores provenientes das extintas escolas móveis determinadas pela prestação das provas dos Exames de Estado
- 20453 Aprova o regulamento e programa da Escola de Praticantes de Farmácia
- 20460 Prorroga por mais dois meses o prazo para se concluir a sindicância à Escola Prática Agrícola de Vieira Natividade, de Alcobaça
- 20469 Dá preferência absoluta para todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário arquivista
- 20469 (R1 DG 260) Nova publicação, rectificada, dos artigos 1.º e 2.º do decreto n.º 20469, que dá preferência absoluta para todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário arquivista
- 20475 Autoriza a Junta de Freguesia de Tolosa, concelho de Nisa, a alienar em hasta pública e independentemente do preceituado nas leis de desamortização uns terrenos que possui, aplicando o seu produto nas obras de exploração de águas e no estabelecimento de escolas
- 20477 Extingue o lugar de preparador da cadeira de patologia cirúrgica da Faculdade de Medicina na Universidade de Lisboa - Aumenta ao quadro da 1.ª clínica cirúrgica do Hospital Escolar de Lisboa o lugar de preparador de histologia
- 20477 (R1 DG 282) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20477, que extingue o lugar de preparador da cadeira de patologia cirúrgica da Faculdade de Medicina na Universidade de Lisboa e aumenta ao quadro da 1.ª clínica do Hospital Escolar de Lisboa o lugar de preparador de histologia
- 20478 Aprova o regulamento do curso superior de bibliotecário arquivista
- 20484 Manda entregar à Junta Geral do distrito de Ponta Delgada a Biblioteca Pública e cria junto à mencionada Biblioteca um arquivo distrital
- 20492 Esclarece o disposto no artigo 12.º do decreto n.º 19531, relativo a desistências dos concorrentes às escolas de ensino primário elementar
- 20499 Torna extensivas aos empreiteiros adjudicatários das obras dos liceus as disposições do decreto n.º 13667
- 20504 Manda inscrever uma verba no orçamento do Ministério decretado para o corrente ano económico, destinada ao custeamento das despesas com o pessoal do curso superior de bibliotecário-arquivista, criado pelo decreto n.º 19952, em substituição do curso superior de biblioteconomia
- 20506 Manda entrar no Tesouro, como rendimento do Estado, os saldos dos haveres mobiliários e imobiliários da antiga Escola Azevedo, de Vila Real
- 20506 (R1 DG 268) Rectificação ao decreto n.º 20506, que manda entrar no Tesouro, como rendimento do Estado, os saldos dos haveres mobiliários e imobiliários da antiga Escola Azevedo, de Vila Real
- 20516 Modifica o artigo 4.º do decreto n.º 16280, que aprova o regulamento do Prémio Beethoven, instituído por José Viana da Mota
- 20525 Faculta aos alunos do ensino liceal e aos do ensino técnico profissional a passagem de um para outro curso nos primeiros dois anos de curso
- 20525 (R1 DG 272) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 4.º do decreto n.º 20525, que faculta aos alunos do ensino liceal e aos do ensino técnico profissional a passagem de um para outro curso nos primeiros dois anos de curso
- 20530 Regula as normas para a admissão ao estágio das escolas do ensino técnico profissional e estabelece as propinas respectivas
- 20534 Cria e manda pôr a funcionar uma escola de ensino primário elementar mixta na Colónia Infantil do Estoril, enquanto ela durar
- 20539 Determina que, quando qualquer oficial nomeado professor da Escola Naval seja mandado desempenhar comissão de serviço que o iniba de tomar posse do cargo na devida oportunidade, o possa fazer quando regressar da referida comissão
- 20540 Determina que os assistentes da Escola Superior de Medicina Veterinária passem a designar-se professores auxiliares
- 20541 Regula o funcionamento das escolas mixtas de ensino primário elementar
- 20541 (R1 DG 284) Nova publicação, rectificada, do artigo 3.º do decreto n.º 20541, que regula o funcionamento das escolas mixtas de ensino primário elementar
- 20547 Prorroga por dez dias, no corrente ano lectivo, o prazo do concurso fixado no decreto n.º 20193 para o preenchimento das vagas existentes ou que venham a ocorrer nos quadros docentes auxiliares

- 20551 Dá nova redacção ao artigo 15.º do decreto n.º 18883, na parte que diz respeito à 2.ª cadeira da Escola Militar
- 20552 Aprova o regulamento do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade do Pôrto
- 20553 Aprova o regulamento do Instituto Industrial de Lisboa
- 20565 Determina que nos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e da Direcção Geral do Ensino Técnico os horários dos serviços escolares sejam organizados de modo que as aulas se sucedam sem intervalo, salvo o normalmente estabelecido para refeição
- 20566 Extingue o lugar de sub-chefe do pessoal menor do Ministério - Suprime dois lugares de segundos contínuos do quadro e cria em sua substituição dois lugares de serventes assalariados
- 20572 Estabelece que nenhum funcionário do Ministério de Instrução Pública se possa ausentar para o estrangeiro sem que a respectiva Direcção Geral assegure não resultar prejuízo irremediável para o serviço
- 20573 Determina que as designações a dar aos estabelecimentos de ensino oficial sejam estabelecidas pelo Governo
- 20574 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 44.º do decreto n.º 18881, que aprova a reorganização do Conservatório Nacional
- 20575 Determina que os professores auxiliares que passem à categoria de professores agregados por não terem sido reconduzidos no fim do respectivo estágio possam ser contratados ano a ano, durante o prazo improrrogável de dois anos, para a regência dos mesmos cursos que lhes estavam confiados como professores auxiliares
- 20576 Permite a entrega de regências de cursos teóricos a assistentes das Faculdades Universitárias quando não seja possível encarregar delas os professores catedráticos ou auxiliares
- 20577 Regula as condições de funcionamento do Arquivo Municipal de Guimarães
- 20586 Determina que os manuscritos iluminados e incunábulo não possam sair do País sem prévia comunicação ao Ministério da Instrução Pública, que poderá ou não autorizar a saída dessas espécies
- 20597 Aprova para os liceus do continente e ilhas adjacentes a fôlha de informação para efeitos do registo biográfico
- 20601 Eleva a 57 lugares, cabendo 30 ao sexo masculino e 27 ao feminino, o quadro dos professores de ensino primário elementar da cidade de Coimbra
- 20604 Autoriza o Governo a criar postos de ensino destinados à propagação dos conhecimentos que constituem o 1.º grau do ensino primário elementar
- 20605 Determina que cada um dos conselhos escolares dos estabelecimentos de educação dependentes da Direcção Geral de Assistência seja secretariado pelo professor que o mesmo eleger e, na falta de eleição, pelo mais novo em idade
- 20606 Determina que, quando os alunos e educandas dos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Assistência tenham de comparecer a qualquer demonstração ou formatura externas, com carácter oficial, sejam acompanhados dos professores de educação física
- 20608 Determina que os professores auxiliares da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto que não forem reconduzidos pelo conselho escolar ao fim do respectivo estágio passem a professores agregados
- 20613 Promulga o estatuto do ensino particular
- 20613 (R1 DG 123 de 1932) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20613, que promulga o estatuto do ensino particular
- 20613 (R2 DG 297) Nova publicação, rectificada, dos artigos 28.º, 29.º e 50.º do decreto n.º 20613, que promulga o Estatuto do Ensino Particular
- 20616 Aumenta transitóriamente com um professor o pessoal docente da Escola Náutica **Revogado** pelo Decreto lei 26622
- 20619 Extingue, à medida que forem ocorrendo as respectivas vacaturas, todos os lugares de contínuos e mais serventuários do pessoal menor do Ministério e dos estabelecimentos de ensino e outros institutos dêle dependentes, cujas funções passam a ser desempenhadas por assalariados
- 20619 (R1 DG 292) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20619, que extingue, à medida que forem ocorrendo as respectivas vacaturas, todos os lugares de contínuos e mais serventuários do pessoal menor do Ministério e dos estabelecimentos de ensino e outros institutos dêle dependentes, cujas funções passam a ser desempenhadas por assalariados
- 20619 (R2 DG 5 de 1932) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20619, que extingue, à medida que forem ocorrendo as respectivas vacaturas, todos os lugares de contínuos e mais serventuários do pessoal menor do Ministério e dos estabelecimentos de ensino e outros institutos dêle dependentes, cujas funções passam a ser desempenhadas por assalariados
- 20619 (R3 DG 66 de 1932) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20619, que extingue, à medida que forem ocorrendo as respectivas vacaturas, todos os lugares de contínuos e mais serventuários do pessoal menor do Ministério e dos estabelecimentos de ensino e outros institutos dêle dependentes, cujas funções passam a ser desempenhadas por assalariados
- 20622 Dá nova redacção ao artigo 33.º do decreto n.º 20156, que aprova o regulamento dos serviços administrativos da Casa Pia de Lisboa
- 20623 Autoriza o Governo a aceitar a quantia de £ 2200 oferecida por um benemérito (Alberto Guedes) e destinada à manutenção de uma cantina anexa às escolas primárias oficiais de Minde, a qual se denominará Cantina do Padre Paulo
- 20630 Cria a insígnia das Palmas Académicas, destinada às pessoas e colectividades, nacionais ou estrangeiras, que prestem relevantes serviços à Academia das Ciências de Lisboa, ou que, pelos seus trabalhos, contribuam de qualquer forma para o progresso das ciências ou para a expansão e prestígio da língua e literatura portuguesas
- 20636 Regulamenta a execução do depósito legal de livros

- 20637 Torna extensiva a todos os lugares que constituem o quadro das inspecções das regiões e círculos escolares as disposições do decreto n.º 18462 **Revogado**
- 20638 Determina que os vencimentos dos directores das escolas do magistério primário sejam abonados no corrente ano económico pelas fôrças da disponibilidade ao dotação inscrita no artigo 826.º do orçamento do Ministério para remunerações certas ao pessoal em exercício
- 20641 Determina que, quando ocorra alguma vaga no quadro do magistério de qualquer Faculdade ou escola superior, seja obrigatoriamente aberto concurso para o seu provimento no prazo máximo de dois anos, a contar da data em que a vaga se tiver verificado
- 20642 Determina que os lugares de conservadores dos institutos de línguas estrangeiras das Faculdades de Letras sejam providos por concurso de provas públicas alternadamente entre os licenciados em filologia românica e germânica
- 20648 Fixa o quadro de operários serralheiros da Escola Naval
- 20680 Aprova o regulamento dos serviços da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 20681 Indica as cadeiras e trabalhos práticos que deverão frequentar os alunos das Faculdades de Letras que queiram matricular-se no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 20690 Regula as condições de funcionamento do Arquivo distrital do Funchal

Portarias

- 7001 Determina que a Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra passe a denominar-se Escola de Enfermagem do Dr. Angelo da Fonseca
- 7002 Fixa a lotação do Reformatório de Lisboa (para o sexo feminino) em um mínimo de 100 internadas
- 7025 Determina que seja dada a denominação de Escola Primária Oficial de António dos Reis à escola mandada construir pelo cidadão António dos Reis em Vila Nova, concelho de Miranda do Corvo
- 7036 Aumenta a lotação do pessoal para serviço da Escola Naval com dois marinheiros fogueiros
- 7038 Designa as funções que competem ao secretário da secção do ensino técnico do Conselho Superior da Instrução Pública
- 7063 Determina que às escolas de ensino primário da freguesia de Palmeira, concelho de Santo Tirso, se dê a denominação oficial de Escolas de Sousa Cruz
- 7091 Determina que seja dado o nome de Escola de Francisco dos Santos Guimarães à escola de ensino primário elementar do sexo masculino da freguesia de Urgeztes, concelho de Guimarães
- 7117 Introduce várias modificações no regime ortográfico oficial, em vigor desde 11 de Setembro de 1911
- 7156 Determina que o Arquivo Distrital do Pôrto seja instalado provisoriamente nas dependências do Liceu de Alexandre Herculano destinadas a habitação do reitor
- 7158 Esclarece várias dúvidas suscitadas sobre a aplicação às colónias do decreto n.º 18235, que regula o exercício das funções dos reitores e vice-reitores dos liceus, na parte que se refere à sua nomeação
- 7175 Determina que a Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente, de Setúbal, passe a denominar-se de João Vaz
- 7177 Aprova os estatutos do Instituto Feminino de Cooperação Académica (I. F. C. A.), associação cultural, intelectual e moral
- 7179 Determina que a Creche José Luiz, com todos os seus haveres, seja entregue à Câmara Municipal de Cascais
- 7181 Manda adoptar para a organização de processos de criação de escolas e lugares de professor de ensino primário elementar os modelos impressos anexos
- 7183 Determina que à escola masculina de Lordelo, concelho de Paredes, seja dada a denominação oficial de Escola Oficial de Costa Araújo, como homenagem ao seu doador
- 7190 Determina que seja dado o nome de Escola Dr. Sebastião Horta e Costa, à escola de ensino primário elementar do sexo masculino da freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, concelho de Tábua
- 7191 Determina que seja dado o nome de Escola Padre Luiz, à escola de ensino primário elementar do sexo feminino da freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, concelho de Tábua
- 7198 Determina que os inspectores chefes das regiões escolares e os inspectores dos círculos enviem até o dia 15 de Outubro de cada ano à Direcção Geral do Ensino Primário relação das colocações de professores do quadro docente auxiliar determinadas desde o início do ano lectivo, e bem assim até o dia 5 de cada um dos meses seguintes a relação das alterações introduzidas nas referidas colocações
- 7208 Determina que a escola de ensino primário elementar da freguesia de Beselga, concelho de Tomar, passe a denominar-se Escola do Capitão José Joaquim Henriques
- 7243 Determina que seja dada a seguinte designação: Escola Oficial de João Luiz de Moura à escola de Sacavém, concelho de Loures
- 7244 Determina que seja dada a seguinte designação: Escola Oficial de João Luiz de Moura à escola de Sacavém, concelho de Loures
- 7245 Determina que seja dada a seguinte designação: Escolas do Dr. Costa Sacadura às escolas de Abrunhosa-a-Velha, concelho de Mangualde
- 7246 Determina que seja dada a seguinte designação: Escola Primária do Dr. Alfredo de Magalhães à escola da freguesia de Gandra, concelho de Valença
- 7247 Determina que seja dada a seguinte designação: Escolas do Conde de S. Bento às escolas da freguesia de S. Miguel das Aves, concelho de Santo Tirso

Acordos

- DG 106 Acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa

- DG 106 (R1 DG 120) Nova publicação, rectificada, do instrumento do acôrdo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 11 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa

Circulares

- DG 93 Circular determinando que o início do último período escolar, a que se refere o n.º 3.º da alínea a) do artigo 7.º do decreto n.º 18884, seja o primeiro dia de aula dêsse período

Não especificado

- DG 80 Proposta e parecer da Procuradoria Geral da República relativos à aplicação do artigo 4.º do decreto n.º 16563 aos professores e mestres das escolas técnicas profissionais

Modelos

- DG 9 Modelo de matrícula e cadastro dos alunos adoptado obrigatoriamente em todos os liceus do continente e ilhas

Pontos Modelo

- DG 5 Pontos-exemplos organizados pela secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea a) da 3.ª instrução do artigo 17.º do decreto n.º 18884
- DG 5 (R1 DG 95) Nova publicação, rectificada, dos pontos-exemplos organizados pela secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea a) da 3.ª instrução do artigo 17.º do decreto n.º 18884
- DG 5 (R2 DG 98) Rectificação ao ponto-exemplo (I) da 5.ª classe, inserto no Diário do Govêrno n.º 95, 1.ª série
- DG 288 Pontos-exemplos organizados pela Secção do Ensino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública para os fins constantes da alínea a) da 3.ª instrução do artigo 17.º do decreto n.º 18884

Programas

- DG 14 Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional
- DG 14 (R1 DG 264) Alterações aos programas das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional
- DG 116 Programas de exame de admissão ao Instituto Superior Técnico
- DG 156 Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1931-1932

Regulamentos

- DG 111 Regulamento dos concursos de provas públicas aos lugares de professores extraordinários e auxiliares do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa

1932

Decretos

- 20703 Considera motivo de preferência, em igualdade da respectiva classificação, o título de pensionista do Estado no estrangeiro na graduação de candidatos em concurso para o magistério das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 20708 Cede à comissão administrativa da Câmara Municipal da Marinha Grande uma área de terreno da cêrca da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande destinada à construção de um edifício escolar
- 20709 Autoriza o Ministro a prover a vaga de professor técnico existente na Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, de Santo Tirso, por um professor técnico efectivo de uma escola agrícola de ensino médio, bem como a vaga resultante desta nomeação
- 20729 Declara sem efeito o decreto de 15 de Novembro de 1913 que cede à Câmara Municipal do concelho da Feira a antiga residência paroquial da freguesia de Travanca para instalação da escola do ensino primário geral
- 20733 Aprova o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 20741 Promulga o Estatuto do Ensino Secundário
- 20741 (R1 DG 63) Rectificações ao decreto n.º 20741 (Estatuto do Ensino Secundário)
- 20741 (R2 DG 97) Rectificações ao decreto n.º 20741, que aprova o Estatuto do Ensino Secundário
- 20741 (R3 DG 153) Nova publicação, rectificada, do artigo 219.º e seus parágrafos do Estatuto do Ensino Secundário, aprovado pelo decreto n.º 20741
- 20742 Cria na Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, e na Escola Prática Agrícola de Vieira Natividade, em Alcobaça, como anexos aos cursos agrícolas professados nessas Escolas, liceus municipais que compreendam o ensino das três primeiras classes liceais
- 20747 Aprova o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 20757 Estabelece que nas escolas cujas organizações permitam a realização de exames em Outubro estes se efectuem de 1 de Outubro a 15 de Novembro
- 20758 Fixa as normas para a eleição dos representantes dos professores auxiliares, agregados e livres, assistentes e estudantes dos respectivos estabelecimentos de ensino ao Senado Universitário
- 20759 Determina que os indivíduos com o segundo curso de habilitação para o pôsto de sargento e que provem destinarse ao corpo de sargentos condutores de obras militares possam matricular-se no curso de mestre de obras da Escola Industrial de Machado de Castro, de Lisboa, com dispensa de várias disciplinas

- 20760 Determina que para o provimento dos lugares de professores das escolas agrícolas só sejam admitidos indivíduos do sexo masculino
- 20767 Considera com validade oficial os diplomas dos alunos do Conservatório do Pôrto que iniciaram depois de 19 de Março de 1928 os cursos superiores de canto, piano, composição, violino e violoncelo ou o 3.º ano dos cursos dos restantes instrumentos
- 20772 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Cabeceiras de Basto a aceitar, em títulos de dívida pública, o capital suficiente para garantir dois prémios anuais da quantia de 100\$00, com a designação de «General Carmona» e «Dr. Vasconcelos», destinados ao aluno e aluna com o melhor procedimento e aplicação da escola de ensino primário elementar mixta de Vila Nune, do referido concelho
- 20773 Autoriza a Junta de Freguesia da Vitória, da cidade do Pôrto, a aceitar a importância de 9472\$80, produto da venda de diversos objectos legados por D. Maria Honorina Gomes de Sousa, a fim de o respectivo produto ser aplicado em vestuário para as crianças pobres que freqüentam as escolas de ensino primário da referida freguesia da Vitória
- 20774 Modifica algumas dotações orçamentais da Escola de Regentes Agrícolas de Évora
- 20774 (R1 DG 19) Rectificações ao decreto n.º 20774, que modifica algumas dotações orçamentais da Escola de Regentes Agrícolas de Évora
- 20794 Permite aos alunos das Faculdades de Letras que tenham concluído todas as cadeiras e demais trabalhos escolares até o 3.º ano do curso matriculem-se no Instituto Superior do Comércio do Pôrto
- 20795 Autoriza a transferência para a Câmara Municipal do concelho de Matozinhos do Legado António Nobre, destinando-se o produto dos respectivos juros à instituição de um prémio que se denominará «Prémio António Nobre» e será conferido em cada ano lectivo ao aluno mais classificado da escola de ensino primário elementar para o sexo masculino de Leça da Palmeira
- 20804 Aprova o regulamento do Instituto Comercial de Lisboa
- 20804 (R1 DG 27) Nova publicação, rectificada, do n.º 5.º do artigo 143.º do decreto n.º 20804, que aprova o regulamento do Instituto Comercial de Lisboa
- 20808 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Mafra a proceder à construção de um edifício escolar no lugar da Póvoa da Galega, freguesia do Milharado, daquele concelho, independentemente das formalidades de hasta pública
- 20817 Autoriza a Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha, concelho de Mangualde, a aceitar um título do fundo externo português, cujo rendimento é destinado a custear dois prémios anuais de igual valor, que se denominarão «Prémios do Dr. Costa Sacadura», e que serão conferidos ao aluno e à aluna das duas escolas do ensino primário elementar da referida freguesia que melhor aproveitamento tiverem e melhor classificação alcançarem no exame final
- 20818 Modifica algumas dotações orçamentais da Escola de Regentes Agrícolas de Santarém
- 20821 Estabelece o regime de faltas, bem como as normas de classificação dos estágios para os estagiários do ensino técnico profissional
- 20828 Cria na cidade do Pôrto o Instituto de Puericultura
- 20839 Introduce várias alterações nos regulamentos literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 20839 (R1 DG 249) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20839, que introduce várias alterações nos regulamentos literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Exércitos de Terra e Mar e Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 20843 Reforça a verba inscrita no orçamento destinada à dotação da Escola Comercial de Gil Vicente, de Setúbal
- 20845 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Gaia a ceder ao Ministério do Comércio e Comunicações o terreno confinante com aquele Município e a Rua de Álvares Cabral para nêle ser construído o edifício destinado à escola industrial daquela vila
- 20848 Não permite às secretarias das Universidades passar certidões de aprovação do exame do último ano do curso de qualquer das respectivas Faculdades sem prévia autorização do Govêrno, mediante requerimento fundamentado do interessado
- 20851 Declara sem efeito o decreto n.º 7676 em virtude do qual foi cedido à Junta de Freguesia da Guarda (Santiago), concelho de Ancião, o antigo presbitério da mesma freguesia para instalação da respectiva escola de ensino primário
- 20859 Cria no Ministério a comissão do cinema educativo com o fim de promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino
- 20859 (R1 DG 156) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 20859, que cria no Ministério a comissão do cinema educativo com o fim de promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino
- 20860 Aprova o regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 20867 Cede definitivamente à Universidade de Coimbra, para instalação de alguns serviços das Faculdades da mesma Universidade e do Orfeão Académico, o edifício da antiga igreja de S. Pedro, na freguesia da Sé Nova, da referida cidade
- 20754 Fixa gratificações mensais para o pessoal menor da Escola Naval que presta serviço na Escola Náutica
- 20785 Autoriza a cedência, a título precário, à comissão administrativa da Câmara Municipal de Machico, distrito do Funchal, de uma parcela de terreno pertencente à Fazenda Nacional, destinada à construção de um edifício escolar na freguesia de Agua de Pena
- 20787 Esclarece várias dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 20258, na parte relativa a acumulação de regências de cadeiras teóricas ou de trabalhos práticos por professores de cadeiras anexas das Faculdades de Ciências e Letras, bem como por professores práticos de línguas das Faculdades de Letras
- 20787 (R1 DG 18) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º do decreto n.º 20787, que esclarece várias dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 20258, na parte relativa a acumulação de regências de cadeiras teóricas ou de trabalhos

- práticos por professores de cadeiras anexas das Faculdades de Ciências e Letras, bem como por professores práticos de línguas das Faculdades de Letras
- 20882 Manda abonar, pela disponibilidade da dotação descrita no artigo 844.º do orçamento do Ministério, os vencimentos dos professores provisórios que prestaram serviço na secção masculina do Instituto do Professorado Primário Oficial
 - 20889 Determina que seja interdita aos estabelecimentos dependentes do Ministério a inserção de artigos ou quaisquer escritos de apreciação de actos dos seus superiores hierárquicos nas publicações que promovam com carácter oficial ou com subsídios do Estado
 - 20893 Dá nova redacção ao § 7.º do artigo 41.º do decreto n.º 18717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária
 - 20894 Determina que não se aplique o disposto no artigo 78.º do decreto n.º 8578 aos alunos ordinários que se encontrem impedidos de frequentar as aulas no respectivo regime por motivo de comissão de serviço público
 - 20901 Considera o curso preparatório do Instituto Feminino de Educação e Trabalho equivalente, para todos os efeitos legais, ao curso geral dos liceus, e regula o recrutamento dos professores do mesmo curso
 - 20906 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa a contratar no presente ano lectivo até dois professores auxiliares ou assistentes além do quadro
 - 20907 Determina que os inspectores chefes das regiões escolares do País e inspector do círculo escolar da Horta qualifiquem o serviço dos professores no decorrer do ano lectivo quando tal lhes seja requerido pelos interessados
 - 20915 Regula o provimento do cargo de chefe da Repartição da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes
 - 20930 Cria na Escola Industrial de Campos Melo, da Covilhã, como anexo aos cursos técnicos nela professados, um liceu municipal destinado às três primeiras classes liceais e regula o seu funcionamento
 - 20933 Estabelece as bases para o concurso de livros a adoptar nos cursos das escolas técnicas profissionais
 - 20934 Constitue um fundo de assistência aos alunos do ensino técnico profissional, que se denominará Fundo permanente de seguros, e regula o seu funcionamento **Revogado**
 - 20938 Mantém o contrato celebrado com um tenente-coronel reformado para a elaboração dos Estudos de história militar nacional (investigação crítica), destinados aos estabelecimentos de instrução do mesmo Ministério
 - 20938 (R1 DG 51) Rectificação ao decreto n.º 20938, que mantém o contrato celebrado com um tenente-coronel reformado para a elaboração dos Estudos de história militar nacional (investigação crítica), destinados aos estabelecimentos de instrução do mesmo Ministério
 - 20946 Estabelece as normas de classificação nos concursos documentais para os lugares de professores técnicos ou professores regentes das escolas agrícolas (elementares e médias)
 - 20948 Torna extensivas a todas as escolas superiores dependentes do Ministério da Instrução Pública as condições estabelecidas pelo decreto n.º 20848 sobre passagem de certidões de aprovação do exame do último ano do curso pelas secretarias das Universidades
 - 20951 Declara nulos e de nenhum efeito os decretos n.ºs 2505 e 2611, que cediam à Junta de Freguesia do Castelo, 1.º bairro da cidade de Lisboa, quatro casas anexas à igreja paroquial da mesma freguesia e o antigo cartório paroquial para instalação de uma cantina escolar
 - 20961 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 19724, que cedia definitivamente à Junta de Freguesia de Vilar de Besteiros, concelho de Tondela, o edifício do antigo presbitério e o seu anexo e quintal para instalação da sua sede e de uma escola de ensino primário geral e recreio dos alunos
 - 20977 Cria em Lisboa a Academia Nacional de Belas Artes e regula o seu funcionamento
 - 20977 (R1 DG 190) Nova publicação, rectificada, do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 20977, que cria em Lisboa a Academia Nacional de Belas Artes e regula o seu funcionamento
 - 20985 Institue o Conselho Superior de Belas Artes e extingue os Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições
 - 20981 Autoriza o arrendamento das casas económicas do bairro da Ajuda pertencentes ao Estado - Cede ao Ministério da Instrução Pública o edifício destinado a escola de ensino primário, bem como cede gratuitamente à Câmara Municipal de Lisboa os edifícios destinados a lavadouro público, a esquadra de polícia e a estação de incêndios e os arruamentos do citado bairro
 - 20990 Regula a situação dos professores agregados do ensino técnico profissional admitidos por concurso de provas públicas
 - 20990 (R1 DG 65) Rectificações a vários artigos e parágrafos do decreto n.º 20990, que regula a situação dos professores agregados do ensino técnico profissional admitidos por concurso de provas públicas
 - 20999 Autoriza o Govêrno a aceitar a cedência, por parte da empresa do jornal O Comércio do Pôrto, do edifício em que funcionou a extinta Escola de Artes e Ofícios de Soares Basto, na freguesia de Palmaz, concelho de Oliveira de Azeméis
 - 21005 Aprova o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto
 - 21011 Dá nova redacção aos artigos 15.º, 18.º, 47.º e 126.º e acrescenta um artigo ao regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 20860
 - 21014 Torna obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente
 - 21018 Modifica o artigo 1.º do decreto n.º 20178, que estabelece as condições para a passagem do certificado que fica constituindo para os actuais maquinistas mercantes habilitação legal para o desempenho do cargo de chefe de máquinas propulsoras de combustão interna dos navios mercantes **Revogado**
 - 21021 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 744 na parte em que determina a cedência à Câmara Municipal do concelho de Valença do edifício da antiga residência do pároco da freguesia de Arão, para ali ser instalada uma escola de ensino primário
 - 21028 Manda cessar os exames na Escola Náutica permitidos pela portaria n.º 5716 e permite aos indivíduos habilitados com êsse exame obterem a carta de radiotelegrafista **Revogado**

- 21078 (R1 DG 77) Rectificação ao decreto n.º 21028, que manda cessar os exames na Escola Náutica, permitidos pela portaria n.º 5716, e permite aos indivíduos habilitados com êsse exame obterem a carta de radiotelegrafista
- 21028 (R2 DG 78) Rectificação ao decreto n.º 21028, que manda cessar os exames na Escola Náutica permitidos pela portaria n.º 5716, e permite aos indivíduos habilitados com êsse exame obterem a carta de radiotelegrafista
- 21029 Permite aos actuais motoristas ou chauffeurs marítimos que tenham navegado em navios de longo curso com motores de combustão interna fazerem um exame prático com êsses motores perante um júri da Escola Náutica
- 21034 Cria no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física e regula o seu funcionamento
- 21034 (R1 DG 91) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21034, que cria no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física e regula o seu funcionamento
- 21035 Cede definitivamente ao Liceu de Sá da Bandeira, de Santarém, as duas casas mais próximas da cêrca do referido Liceu, para instalação dos guardas da mencionada cêrca
- 21038 Esclarece o artigo 66.º do regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 20804, na parte referente ao provimento de professores e assistentes do 3.º grupo do referido Instituto
- 21061 Determina que na graduação de candidatos em concurso para o magistério das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto seja considerado motivo de preferência, em igualdade da respectiva classificação, o título de pensionista do Estado ou de bolsheiro da Junta de Educação Nacional
- 21070 Extingue um lugar de professor catedrático do 4.º grupo (ciências históricas) das Faculdades de Letras e cria um lugar de professor auxiliar do 7.º grupo (ciências pedagógicas) das mesmas Faculdades
- 21071 Transfere da 4.ª secção (2.ª clínica médica) para a 9.ª secção (clínica de urologia) a actual analista chefe do laboratório do Hospital Escolar de Lisboa, e extingue o lugar de analista chefe da 4.ª secção (2.ª clínica médica)
- 21079 Autoriza a Câmara Municipal do concelho do Seixal a aceitar o legado «Paiva Coelho», constituído por um edifício situado naquela vila e 40000\$00 em inscrições da dívida pública, destinado à instalação de uma escola de ensino primário elementar para o sexo feminino
- 21081 Esclarece várias disposições dos decretos n.ºs 17950 e 18281, relativos à proibição e afixação de tabuletas e cartazes em língua estrangeira
- 21082 Considera em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas de ensino técnico profissional os programas que fazem parte do presente Decreto
- 21082 (R1 DG 268) Rectificação ao decreto n.º 21082, que manda pôr em vigor em todas as escolas do ensino técnico profissional os respectivos programas
- 21103 Esclarece a latitude da expressão «exactidão nas doutrinas», inserta no artigo 13.º do decreto n.º 19605, na parte que respeita ao Compêndio de História Pátria para o ensino secundário e técnico
- 21104 Extingue o lugar de vigilante do Conservatório Nacional e determina que o pessoal de vigilância passe a ser assalariado
- 21104 (R1 DG 127) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21104, que extingue o lugar de vigilante do Conservatório Nacional e determina que o pessoal de vigilância passe a ser assalariado - Autoriza o contrato de um terceiro oficial
- 21105 Determina que o Instituto do Professorado Primário Oficial passe a denominar-se Instituto do Presidente Sidónio Pais (do Professorado Primário) **Revogado**
- 21110 Aprova e manda pôr em execução o regulamento de educação física dos liceus
- 21110 (R1 DG 259) Nova publicação, rectificada, do modelo da fôlha antropométrica do aluno, a que se refere o decreto n.º 21110, que aprova e manda pôr em execução o regulamento de educação física dos liceus
- 21126 Considera em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas de ensino técnico profissional os programas que fazem parte do presente Decreto
- 21148 Determina que a nomeação dos vogais da Comissão Central e das diversas secções do Conselho Superior de Instrução Pública, no triénio de 1932-1935, continue a ser da livre escolha do Govêrno
- 21150 Aprova e manda pôr em execução o regulamento de canto coral dos liceus
- 21160 Uniformiza e colige num só diploma todas as disposições legais referentes à disciplina académica **Revogado**
- 21160 (R1 DG 110) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21160, que uniformiza e colige num só diploma todas as disposições legais referentes à disciplina académica
- 21163 Aprova para os liceus do continente e ilhas adjacentes a fôlha de registo biográfico dos professores
- 21170 Torna extensivas a todas as Faculdades e escolas de ensino superior as disposições estabelecidas pelo decreto n.º 20894, que determina que não se aplique o disposto no artigo 78.º da organização e funcionamento das Faculdades de Direito aos alunos ordinários que se encontrem impedidos de freqüentar as aulas no respectivo regime por motivo de comissão de serviço público
- 21171 Suspende até 31 de Dezembro de 1932 a execução do disposto na alínea g) do n.º 1.º do § 4.º do artigo 4.º do decreto n.º 19531, respeitante aos concursos para o provimento dos lugares de professor do quadro auxiliar do ensino primário elementar
- 21183 Aprova o regulamento da secção do ensino superior do Conselho Superior de Instrução Pública
- 21184 Prorroga até 31 de Maio de 1932 o prazo para apresentação de livros e compêndios do ensino primário elementar, fixado pelo artigo 17.º do decreto n.º 18379
- 21188 Atribue à Misericórdia do Pôrto a aplicação do rendimento da quantia de 9472\$80, produto do legado a que se refere o decreto n.º 20773, destinado à aquisição de vestuário para crianças que freqüentam as escolas n.ºs 129 e 130 da cidade do Pôrto
- 21201 Dá nova redacção ao § 3.º do artigo 55.º do decreto n.º 18717 (Estatuto da Instrução Universitária)
- 21202 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa a contratar professores até o número correspondente aos lugares vagos de professores catedráticos e auxiliares

- 21209 Determina que nas escolas industriais e comerciais e para as disciplinas que pelas organizações dos respectivos cursos devem ser regidas em comum os conselhos escolares possam adoptar um dos livros aprovados, quer do ensino industrial, quer do comercial
- 21210 Determina que a cidade de Setúbal constitua uma só zona escolar e fixa o número de lugares de professores do ensino primário elementar que lhe compete
- 21218 Cede definitivamente à Câmara Municipal do Barreiro o edifício da antiga igreja paroquial de Palhais e terreno circundante para ser adaptado a escola de ensino primário geral, ficando sem efeito o decreto n.º 2410
- 21249 Regula o funcionamento dos Exames de Estado no ensino técnico profissional para o actual ano lectivo
- 21258 Autoriza o Govêrno a aceitar do cidadão Manuel da Rocha Melo diversos títulos de dívida pública destinados à manutenção das cantinas escolares de Bostelo e Novelas e bem assim 20000\$00 como auxílio para a construção dos respectivos edifícios escolares, e determina que às referidas cantinas seja dado o nome de Rocha Melo
- 21281 Determina quais os professores auxiliares que podem ser admitidos aos concursos para professores catedráticos
- 21284 Altera a distribuição das disciplinas ao quadro docente da Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, de Évora
- 21284 (R1 DG 125) Declaração de ter ficado sem efeito o decreto n.º 21284, que altera a distribuição das disciplinas na Escola Comercial e Industrial de Gabriel Pereira, de Évora
- 21312 Regulamenta a execução das provas dos exames dos alunos externos de 1.ª classe do curso do magistério primário elementar admitidos excepcionalmente no corrente ano
- 21349 Suspende por dois anos a execução da doutrina do decreto n.º 16782, que proíbe a emigração aos indivíduos de menos de catorze anos de idade e mais de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar
- 21371 Cede definitivamente à Universidade de Coimbra o edifício da antiga igreja de S. Pedro, na freguesia da Sé Nova, para instalação de alguns serviços das Faculdades e do Orfeão Académico
- 21378 Determina que o auto de posse em todos os casos de nomeação ou colocação em empregos do Estado e nos de promoção e transferência não possa ser lavrado sem que previamente o respectivo diploma haja sido visado pelo Tribunal de Contas e publicado no Diário do Govêrno
- 21378 (R1 DG 161) Rectificação ao artigo 5.º do decreto n.º 21378, que determina que o auto de posse em todos os casos de nomeação ou colocação em empregos do Estado e nos de promoção e transferência não possa ser lavrado sem que previamente o respectivo diploma haja sido visado pelo Tribunal de Contas e publicado no Diário do Govêrno
- 21378 (R2 DG 178) Nova publicação, rectificada, do artigo 5.º do decreto n.º 21378, que determina que o auto de posse obrigatório em todos os casos de nomeação ou colocação em empregos do Estado e nos de promoção e transferência não possa ser lavrado sem que previamente o respectivo diploma haja sido visado pelo Tribunal de Contas e publicado no Diário do Govêrno
- 21397 Aprova os estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal
- 21401 Cria escolas de ensino primário elementar mixtas em várias localidades, em conformidade com o disposto no § único do artigo 10.º do decreto n.º 20181
- 21401 (R1 DG 305) Rectificação ao mapa das escolas de ensino primário elementar mixtas criadas pelo decreto n.º 21400 em várias localidades, em conformidade com o disposto no § único do artigo 10.º do decreto n.º 20181 (nota pessoal - tem erro no n.º do decreto é referido por 21400 mas é 21401)
- 21407 Transfere para a Câmara Municipal de Ponte do Lima os valores que pertenciam à extinta Escola Primária Superior Dr. António Feijó, constantes de catorze títulos da dívida interna fundada de 3 por cento
- 21408 Determina que seja dada a designação de Escola do Uruguai à escola de ensino primário elementar n.º 63 da 15.ª zona da cidade de Lisboa
- 21419 Dá condições de eficiência às disposições da legislação que regula os procedimentos disciplinares sôbre o pessoal docente dependente do Ministério
- 21420 Determina que seja considerado de natureza civil o lugar de director do serviço meteorológico dos Açôres e fixe-lhe os respectivos vencimentos
- 21421 Regulariza a falta de comparência dos professores do ensino técnico profissional às reuniões dos conselhos escolares
- 21423 Manda inscrever e reforçar várias verbas do orçamento para o corrente ano económico destinadas a gratificações aos professores encarregados de dirigir os serviços referentes aos pontos de exames dos liceus e a impressos para os referidos pontos
- 21429 Aprova o regulamento do Centro de Estudos Filológicos da Junta de Educação Nacional
- 21434 Institue no Ministério da Instrução Pública a Organização Escotista de Portugal
- 21472 Dá nova redacção aos §§ 1.º e 2.º do artigo 27.º do regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 21477 Regula a admissão dos candidatos para as diferentes classes de aspirantes na Escola Naval
- 21477 (R1 DG 182) Rectificações ao decreto n.º 21477, que regula a admissão dos candidatos para as diferentes classes de aspirantes na Escola Naval
- 21476 Considera em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas do ensino médio agrícola os programas das disciplinas ministradas nas escolas de regentes agrícolas
- 21504 Reorganiza o Museu de Soares dos Reis, da cidade do Pôrto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis
- 21504 (R1 DG 190) Rectificação ao decreto n.º 21504, que reorganiza o Museu de Soares dos Reis, da cidade do Pôrto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis
- 21505 Dissolve o conselho administrativo da secção feminina do Pôrto do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)

- 21530 Regula as normas a que deve obedecer a execução dos quadros destinados a serem afixados nas escolas do ensino secundário e do ensino técnico profissional
- 21541 Revoga as disposições dos decretos n.ºs 2230 e 20204, relativas a justificações de faltas dos alunos das Universidades
- 21551 Faculta aos alunos dos diversos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública o associarem-se para efeitos de cultura e beneficência
- 21559 Aprova o modelo da carta do curso de climatologia e hidrologia
- 21566 Regula o funcionamento das instituições associativas escolares destinadas a fins culturais e beneficentes
- 21580 Estabelece o ensino das especialidades médicas e cirúrgicas para os diplomados pelas Faculdades de Medicina que pretendam orientar a sua vida profissional no sentido de uma adequada especialização
- 21603 Regulamenta, com respeito ao pessoal do ensino superior, algumas disposições do decreto n.º 19478, que estabelece as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das suas faltas ao serviço
- 21604 Determina que fiquem sem efeito as disposições do decreto n.º 13337 que proíbem a construção de qualquer edifício a menos de 10 metros de distância dos edifícios escolares e suas dependências e a construção de novas fábricas a menos de 200 metros de distância dos mesmos edifícios
- 21606 Remodela os quadros das secções femininas do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)
- 21632 Introduce várias alterações no regulamento literário do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, aprovado pelo decreto n.º 18876
- 21645 Regula a admissão ao estágio no ensino técnico profissional
- 21645 (R1 DG 221) Rectificação ao decreto n.º 21645, que regula a admissão ao estágio no ensino técnico profissional
- 21647 Regulamenta a prestação dos serviços do pessoal habilitado com o curso da Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra que pretenda continuar a prestar gratuitamente serviço nos mesmos Hospitais
- 21657 Transfere para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, ficando a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, as obras da Escola de Medicina Veterinária, actualmente subordinadas ao Ministério da Instrução Pública
- 21660 Considera receita das câmaras municipais que tenham a seu cargo a sustentação de liceus municipais o montante das propinas e emolumentos pagos pelos alunos matriculados nos respectivos estabelecimentos de ensino até o quantitativo que representa a responsabilidade financeira que, por lei, às mesmas câmaras cabe na manutenção desses liceus
- 21660 (R1 DG 223) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21660, que considera receita das câmaras municipais que tenham a seu cargo a sustentação de liceus municipais o montante das propinas e emolumentos pagos pelos alunos matriculados nos respectivos estabelecimentos de ensino até o quantitativo que representa a responsabilidade financeira que, por lei, às mesmas câmaras cabe na manutenção desses liceus
- 21662 Aprova e manda pôr em execução o regulamento do ensino artístico, a ministrar nas escolas de belas artes
- 21676 Torna obrigatório para os alunos dos institutos médios comerciais e industriais prestarem caução ou fiança por cada laboratório ou oficina em que se matriculem
- 21678 Determina que no próximo ano lectivo sejam aumentadas turmas em vários liceus e cria uma secção feminina no Liceu de João de Deus, em Faro
- 21680 Extingue os conselhos administrativos da Escola Naval, Escola Náutica e Escola de Educação Física da Armada, e cria o conselho administrativo da Escola Naval e escolas anexas
- 21681 Exclue da frequência dos estabelecimentos de ensino a que pertençam, dependentes do Ministério da Instrução Pública, os alunos que durante três anos sucessivos ou cinco alternados não tenham obtido aprovação em nenhuma disciplina ou classe
- 21682 Determina que fiquem a cargo da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a inspecção e a direcção superior dos serviços de inventário dos arquivos e bibliotecas do Estado e cria na referida Inspeção Geral uma comissão de catalogação
- 21682 (R1 DG 288) Nova publicação, rectificada, do artigo 2.º e seu § único do decreto n.º 21682, que cria na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos uma comissão de catalogação
- 21683 Institue no Ministério da Instrução Pública uma junta com o fim especial de estudar e propor um plano de conjunto para a conveniente instalação de todos os serviços da Universidade de Lisboa
- 21685 Determina que o director da Biblioteca de Marinha seja um professor da Escola Naval
- 21689 Determina que, a partir do ano de 1933, apenas sejam admitidos à matrícula nas Universidades os indivíduos que, além das outras condições previstas nas leis orgânicas de cada uma das Faculdades, institutos ou escolas, tenham prestado com êxito o respectivo exame de admissão
- 21691 Esclarece a redacção dada à modificação introduzida no artigo 63.º e seus parágrafos do decreto n.º 16677, que regulamentou o Conservatório de Música do Porto
- 21695 Reorganiza o ensino de preparação para o magistério primário
- 21695 (R1 DG 238) Nova publicação, rectificada, do § único do artigo 68.º do decreto n.º 21695, que reorganiza o ensino de preparação para o magistério primário
- 21705 Regula a execução do artigo 31.º do decreto n.º 20859, que cria no Ministério a comissão do cinema educativo com o fim de promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino
- 21706 Regulamenta o que no Estatuto do Ensino Secundário se dispõe relativamente à criação de liceus municipais e altera algumas disposições do mesmo Estatuto na sua aplicação a esta categoria de liceus
- 21706 (R1 DG 243) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21706, que regulamenta o que no Estatuto do Ensino Secundário se dispõe relativamente à criação de liceus municipais e altera algumas disposições do mesmo Estatuto na sua aplicação a esta categoria de liceus

- 21706 (R2 DG 247) Rectificação ao decreto n.º 21706, que regulamenta o que no Estatuto do Ensino Secundário se dispõe relativamente a criação de liceus municipais e altera algumas disposições do mesmo Estatuto na sua aplicação a esta categoria de liceus
- 21707 Cria na cidade da Figueira da Foz um liceu municipal, que se denominará Liceu Municipal do Dr. Bissaia Barreto
- 21712 Extingue as escolas complementares do ensino primário
- 21712 (R1 DG 237) Nova publicação, rectificadora, do artigo 3.º do decreto n.º 21712, que extingue as escolas complementares do ensino primário
- 21713 Aprova o regulamento da Organização Escotista de Portugal
- 21719 Determina que pela Direcção Geral do Ensino Primário seja elaborado e publicado no Diário do Govêrno dos dias 1 ou 2 de cada mês o mapa das escolas e lugares do ensino primário elementar criados até o dia 20 do mês anterior
- 21722 Dá nova redacção ao n.º 3.º do artigo 7.º do decreto n.º 11010, que põe em execução o regulamento da Escola Náutica e Escolas de Pilotagem **Revogado**
- 21723 Aprova e manda pôr em execução o regulamento dos serviços da secretaria e do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 21724 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 21725 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 21729 Aprova e manda pôr em execução o regulamento do Laboratório de Físico-Química e Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 21738 Cria na vila de Mirandela um liceu municipal, que se denominará Liceu Municipal do Dr. Álvaro Soares
- 21744 Reforça a dotação do Liceu de Rodrigues de Freitas, do Pôrto, inscrita no orçamento do Ministério em vigor no corrente ano económico
- 21747 Amplia por mais três anos o prazo marcado no decreto n.º 20867 para a Universidade de Coimbra dar a aplicação consignada no mesmo decreto ao antigo edifício da igreja de S. Pedro, da freguesia da Sé Nova, na cidade de Coimbra
- 21750 Providencia de forma a que os candidatos à 1.ª matrícula nas escolas de ensino técnico médio comercial e industrial possam prestar as provas dos respectivos exames de admissão
- 21766 Cria na Escola Industrial de Guilherme Stephens, da Marinha Grande, o curso de costura e bordados
- 21767 Extingue os cursos de bordadora-rendeira e de florista existentes na Escola Industrial de Fonseca Benevides (arte aplicada), de Lisboa
- 21768 Determina que a escola do ensino primário elementar para o sexo feminino de Monte Redondo, concelho de Tôrres Vedras, passe à situação de provisoriamente impedida
- 21783 Manda que o reitor da Universidade Técnica faça parte da Secção do Ensino Técnico do Conselho Superior da Instrução Pública
- 21786 Isenta de direitos de importação e de mais imposições aduaneiras duas máquinas de composição e impressão oferecidas pela American Braille Press, de Paris, ao Asilo-Escola de Cegos de António Feliciano de Castilho
- 21811 Determina que no ano lectivo de 1932-1933 funcione uma secção do Liceu de Camões, de frequência mixta, no edifício da Quinta da Nazaré, ao Rêgo - Reforça para tal feito as dotações orçamentais do Liceu
- 21816 Dá nova redacção ao artigo 4.º do decreto n.º 21029 na parte que se refere ao período transitório durante o qual a Escola Náutica passa as cartas aos chauffeurs marítimos **Revogado**
- 21820 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa a contratar quatro assistentes no corrente ano lectivo
- 21831 Autoriza a Junta de Freguesia de Belas, concelho de Sintra, a ceder à comissão escolar da Venda Sêca, da mesma freguesia, uma parcela de terreno indispensável à construção de uma escola de ensino primário
- 21839 Manda pôr em vigor em todas as escolas do ensino técnico profissional, a partir do ano lectivo de 1932-1933, os programas das disciplinas profissionais
- 21850 Modifica as dotações dos institutos do ensino técnico industrial e comercial, reorganizados pelo decreto n.º 20328
- 21853 Extingue a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, cria escolas de farmácia nas Universidades de Lisboa e Coimbra e remodela o ensino farmacêutico
- 21853 (R1 DG 305) Nova publicação, rectificadora, do decreto n.º 21853, que extingue a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, cria escolas de farmácia nas Universidades de Lisboa e Coimbra e remodela o ensino farmacêutico
- 21863 Considera instituto de ensino prático e de investigação científica o pôsto meteorológico anexo à 6.ª cadeira da Escola Militar e regula os serviços que deve prestar
- 21864 Permite a matrícula ou a inscrição nas Universidades, Faculdades e escolas dependentes das Direcções Gerais do Ensino Superior e das Belas Artes e do Ensino Técnico, superior e médio, aos alunos que, embora não as efectuem dentro do prazo legal, as venham a requerer até o dia 15 de Novembro de cada ano e justifiquem devidamente os seus pedidos
- 21865 Autoriza o Ministro a nomear, sempre que circunstâncias especiais assim o exigjam, reitores interinos dos liceus do continente e ilhas quaisquer professores efectivos
- 21868 Torna obrigatória em todos os casos em que fôr exigido o certificado de habilitação para efeito de concurso ou outros fins, em serviços dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico, a apresentação da carta de curso ou a sua pública-forma
- 21873 Torna aplicáveis aos professores do Colégio Militar e aos do curso preparatório do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, quando habilitados ao exercício do magistério secundário nos liceus, as disposições do Estatuto do Ensino Secundário, de que trata o decreto n.º 20741

- 21878 Providencia acêrca da forma de provimento dos lugares de prefeitos e prefeitas do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)
- 21886 Determina que enquanto não fôr organizado nas Faculdades de Letras e de Direito o curso especial preparatório para a matrícula no curso do estado maior sejam dispensados os oficiais que pretendam matricular-se nesse curso de satisfazer à condição 6.ª do artigo 10.º do decreto n.º 19616
- 21895 Extingue os círculos escolares de Sotavento e Barlavento da colónia de Cabo Verde, bem como os dois lugares de inspector do ensino primário, e cria na Praia uma inspecção escolar directamente subordinada ao governador da colónia
- 21896 Regula o serviço nocturno no ensino primário elementar oficial
- 21922 Cria na cidade de Portimão um liceu municipal, que se denominará Liceu Municipal do Infante de Sagres
- 21946 Determina que, para efeito da classificação dos concorrentes à realização das películas didácticas e culturais, sejam as planificações substituídas pela elaboração dos argumentos que, em face dos respectivos concursos abertos, os seus candidatos devem organizar
- 21947 Regula a forma da distribuição das receitas do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)
- 21948 Inscreve uma verba no orçamento do Ministério para custear as despesas a realizar com a aquisição e afixação de quadros nas escolas de ensino técnico profissional e agrícolas
- 21954 Dá nova redacção ao artigo 7.º do decreto n.º 21606, que remodela os quadros das secções femininas do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)
- 21954 (R1 DG 290) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 21954, que dá nova redacção ao artigo 7.º do decreto n.º 21606, que remodela os quadros das secções femininas do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário)
- 21961 Autoriza a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa a contratar três assistentes extraordinários no corrente ano lectivo
- 21962 Manda cessar ao antigo representante do Conselho de Inspecção do Ensino Secundário as funções de presidente da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário
- 21963 Manda cessar ao antigo representante do Conselho de Inspecção do Ensino Secundário as funções de presidente da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário
- 21991 Aprova o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 21995 Cede definitivamente à comissão administrativa da Junta de Freguesia de Real, concelho e distrito de Braga, os materiais de construção da antiga igreja paroquial da referida freguesia, para serem applicados na construção de um novo edifício para escola oficial de ensino primário, e terreno dessa igreja e seu adro que serão applicados a logradouro público
- 21997 Manda entregar à Câmara Municipal de Ribeira de Pena a administração do legado a que se refere o decreto n.º 14531, para aquisição de mostruários, livros e outros objectos para os alunos pobres da escola de ensino primário elementar do lugar de Asnela, freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena
- 22007 Reforça a verba orçamental para alimentação das alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 22014 Determina que o curso superior de bibliotecário-arquivista, destinado a fornecer a preparação profissional do pessoal superior das bibliotecas e arquivos, tenha a duração de dois anos - Extingue o curso de paleografia e diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 22017 Aprova o estatuto das caixas escolares para as escolas de ensino técnico profissional
- 22040 Torna obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico (profissional e médio) e artístico, em todos os estabelecimentos de ensino particular e em todas as bibliotecas públicas a afixação de diversos pensamentos nas paredes das respectivas salas de aulas e leitura, corredores e pátios
- 22040 (R1 DG 17 de 1933) Nova publicação, rectificada, dos pensamentos constantes do decreto n.º 22040, na parte destinada às escolas primárias, liceus, bibliotecas, estabelecimentos de ensino artístico e de ensino particular
- 22043 Regula a forma do liquidação dos créditos e débitos de cada uma das secções do Instituto do Presidente Sidónio Pais (do professorado primário) que não sejam liquidados pelas respectivas direcções até 31 de Dezembro de 1932

Portarias

- 7261 Aprova os programas do curso superior de bibliotecário-arquivista
- 7290 Regula as provas dos Exames de Estado para os 10.º e 12.º grupos de disciplinas das escolas de ensino técnico profissional
- 7295 Dá a denominação de Escola de José de Carvalho à escola de ensino primário elementar mixta da freguesia de Mouquim, concelho de Vila Nova de Famalicão
- 7306 Dá a denominação de Escola Oficial de João Luiz de Moura à escola de ensino primário elementar mixta da freguesia de Igreja Nova, concelho de Mafra
- 7322 Dá a denominação de Escola Oficial Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque à nova escola de ensino primário elementar da vila de Serpa, distrito de Beja
- 7323 Manda aditar várias frases ao decreto n.º 21014, que torna obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente
- 7329 Determina que às escolas da freguesia de Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, seja dada designação oficial de Escolas Narciso Ferreira
- 7338 Aprova as normas a seguir para a publicação do Dicionário bio-bibliográfico, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa
- 7339 Determina que à escola de ensino primário elementar para o sexo masculino da sede do concelho de Castanheira de Pêra seja dada a denominação oficial de Escola Primária Viscondessa de Nova Granada

- 7355 Esclarece que as disposições do artigo 15.º da tabela anexa ao decreto n.º 9593 abrangem as inscrições e prestações respectivas quando efectuadas fora dos prazos legais
- 7362 Manda aditar várias frases à lista das frases a inserir nos livros de leitura das 6.ª e 7.ª classes de letras dos liceus
- 7392 Torna extensiva ao ensino artístico a doutrina da portaria n.º 7355
- 7424 Aprova o programa dos exames de admissão às escolas de belas artes
- 7432 Torna obrigatória para os candidatos que requereram a prestação das provas de exames de admissão às Universidades a apresentação do bilhete de identidade
- 7433 Determina que às escolas do lugar da Trindade, freguesia de Meixomil, concelho de Paços de Ferreira, distrito do Pôrto, seja dada a designação de Escolas de Antero de Figueiredo
- 7436 Determina que os documentos respeitantes à sociedade cooperativa de responsabilidade limitada sob a denominação de Casa dos Professores Primários sejam enviados ao Procurador Geral da República, a fim de êste, perante os tribunais competentes, promover a dissolução da referida cooperativa
- 7453 Fixa a gratificação que compete ao mestre de inglês das Escolas Naval e Náutica
- 7457 Esclarece como devem ser prestadas e apreciadas as provas de carácter artístico que os candidatos têm de executar no exame de admissão à frequência das escolas de belas artes
- 7458 Manda adoptar o modelo para organização dos processos de aposentação dos funcionários dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário
- 7459 Manda adoptar o modelo para organização dos processos do cadastro dos funcionários dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário
- 7468 Aprova os programas das cadeiras de belas artes, a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 19760, que reorganizou o ensino das artes plásticas em Portugal
- 7468 (R1 DG 275) Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 7468, que aprova os programas das cadeiras das Escolas de Belas Artes
- 7472 Determina que possam ser admitidos ao concurso para provimento de vagas de professor de solfejo os diplomados com qualquer curso superior do Conservatório Nacional, ou os indivíduos que apresentem certificado de aprovação no 3.º ano do curso geral de composição (harmonia)
- 7481 Esclarece o artigo 2.º do decreto n.º 20767, quanto à validação dos diplomas dos cursos professados no Conservatório de Música do Pôrto
- 7484 Manda que se iniciem no dia 9 de Janeiro de 1933 os Exames de Estado do magistério primário elementar requeridos no prazo estabelecido pelo artigo 4.º do decreto n.º 20297
- 7485 Fixa o dia 9 de Janeiro de cada ano para início das provas de admissão para efeito de inscrição na 1.ª classe do curso do magistério primário elementar na situação de aluno de instituto particular
- 7488 Determina que as certidões de idade dos alunos de estabelecimentos mantidos por instituições de beneficência, por corpos ou corporações administrativas e por instituições de utilidade pública, as dos filhos dos inválidos de guerra e as dos alunos de ensino primário elementar residentes em localidades em que não haja estabelecimento oficial de ensino primário elementar no acto da matrícula oficial possam ser substituídas por simples confirmação do conteúdo dos boletins de inscrição

Programas

- DG 181 Programa dos exames de admissão ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- DG 294 Rectificação às alterações aos programas dos cursos do Conservatório Nacional (secção de música), insertos no Diário do Governo n.º 260, de 5 de Novembro último

1933

Decreto-Lei

- 22469 Regulamenta a censura prévia às publicações gráficas
- 22470 Regula a publicação das leis e fixa as datas em que começam a vigorar - Determina o formulário dos diplomas
- 22519 Estabelece que não é vitalícia a situação dos professores efectivos das escolas de aplicação anexas às escolas do magistério primário
- 22523 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Cuba a ceder, a título gratuito, à Junta de Freguesia do mesmo concelho um terreno que possui, para edificação de uma ou mais escolas primárias oficiais
- 22528 Regula o provimento dos cargos académicos remunerados da Academia de Ciências de Lisboa e dos do quadro do pessoal da mesma Academia
- 22528 (R1 DG 113) Rectificação ao decreto n.º 22528, que regula o provimento dos cargos académicos remunerados da Academia de Ciências e dos do quadro do pessoal da mesma Academia
- 22529 Fixa o número de vagas a reservar de futuro para a efectivação do quadro especial para o ensino de anormais
- 22585 Reorganiza o quadro do pessoal do Observatório Central Meteorológico, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 22586 Reconhece como oficial o curso comercial do Ateneu Comercial de Lisboa, que passará a chamar-se Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa
- 22628 Cede, a título precário, à instituição de caridade Casa de Trabalho de Nossa Senhora do Rosário, de Évora, o edifício do suprimido Convento de Santa Helena do Calvário e cêrca anexa, a fim de ser adaptado ao alargamento da casa de trabalho destinada ao ensino profissional das raparigas pobres

- 22690 Cria na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o laboratório de ortopedia, que funciona anexo à clínica ortopédica e se destina ao tratamento de doentes e ensino da especialidade - Cria um lugar de chefe de serviço e extingue um lugar de assistente no quadro do pessoal docente da referida Universidade
- 22720 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 21695, que reorganiza o ensino de preparação para o magistério primário
- 22739 Extingue o Instituto Superior de Comércio do Pôrto e determina que as duas secções do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto passem a funcionar separadamente, constituindo uma o Instituto Industrial do Pôrto e outra o Instituto Comercial do Pôrto
- 22751 Cria no Ministério da Instrução Pública a Direcção Geral da Saúde Escolar, que superintenderá em tudo que respeite às condições sanitárias, medico-pedagógicas e higiénicas do pessoal discente das escolas oficiais e particulares, dos respectivos meios de ensino e edifícios
- 22753 Remodela os serviços do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho
- 22777 Reduz o número dos inspectores orientadores do ensino primário elementar
- 22778 Autoriza as inspecções dos distritos escolares a receber até 14 de Julho do corrente ano boletins de inscrição de alunos externos do ensino primário, devendo aplicar-se aos respectivos exames as disposições do decreto n.º 20072
- 22795 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Setúbal a ceder gratuitamente ao Ministério da Instrução Pública uma faixa de terreno anexa ao edifício do Liceu Bocage para instalação do pátio de recreio
- 22796 Discrimina o quadro do pessoal docente do Liceu de Ponta Delgada
- 22799 Determina que os lugares dos quadros do pessoal docente e da secretaria da Escola Superior Colonial sejam de nomeação vitalícia e reconhece o direito de aposentação aos professores e funcionários da referida Escola
- 22812 Determina que sejam aplicáveis às colónias as disposições do decreto n.º 19952 sôbre depósito legal de publicações, bem como o decreto n.º 20636, que regulamenta. as referidas disposições
- 22813 Modifica a comissão criada pelo artigo 9.º da lei n.º 1751, que promulga várias disposições relativas à criação de mutualidades escolares destinadas à constituição de dotes infantis e a auxílio no caso de doença
- 22831 Permite a admissão ao concurso para a matrícula na Escola Militar aos candidatos que, não possuindo o curso de ciências dos liceus ou do Colégio Militar, tenham prestado com êxito o exame de admissão à matrícula nas Universidades
- 22851 Regulamenta a realização dos concursos de provas públicas para o provimento dos lugares efectivos de professores dos liceus coloniais
- 22990 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 23012 Reconhece ao Dr. António Luiz de Moraes Sarmiento, instituidor do bairro popular de Faiões, concelho de Chaves, o direito de indicar, entre diplomados para o exercício do magistério oficial, as pessoas que hão-de ser providas nos lugares de professores das escolas do sexo masculino e feminino a instalar no edifício construído junto do referido bairro
- 23021 Suspende no próximo ano lectivo os exames de admissão às Universidades e confirma as disposições das leis vigentes relativas aos exames de admissão ao Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, bem como as referentes aos exames estabelecidos pelo artigo 7.º do decreto n.º 19244
- 23048 Promulga o Estatuto do Trabalho Nacional
- 23050 Reorganiza os sindicatos nacionais (ver Decreto-Lei n.º 36405)
- 23059 Reforça a dotação da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário
- 23077 Cria turmas em vários liceus e duas secções liceais na cidade de Lisboa e uma na do Pôrto
- 23077 (R1 DG 248) Rectificações ao decreto-lei n.º 23077, que cria turmas em vários liceus e duas secções liceais na cidade de Lisboa e uma na do Pôrto
- 23081 Fixa as propinas e o prazo da matrícula no Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho para a frequência dos cursos teóricos e práticos de formação de peritos orientadores
- 23095 Determina que possam ser nomeados professores auxiliares das Faculdades universitárias os indivíduos já aprovados em mérito absoluto em concursos de provas públicas para professores catedráticos
- 23096 Permite a passagem de um quadro especial para outro dentro da mesma categoria, mediante parecer fundamentado do inspector geral, ao pessoal das bibliotecas e arquivos dependentes, técnica e administrativamente, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos
- 23103 Estabelece um período transitório de três anos lectivos para funcionamento do Instituto Superior de Comércio do Pôrto, extinto pelo decreto-lei n.º 22739
- 23104 Autoriza a Junta de Freguesia de Carreço, concelho de Viana do Castelo, a aceitar e administrar a doação feita pelo cidadão António Forbes Costa para instituição de dois prémios escolares anuais aos alunos das escolas oficiais, masculina e feminina, da referida freguesia que tenham melhor aplicação
- 23110 Restabelece a representação do ensino farmacêutico na secção do ensino superior do Conselho Superior de Instrução Pública
- 23111 Modifica a redacção do artigo 140.º (serviços do ensino primário da Escola Primária Rural de Macedo Pinto, na sede do concelho de Tabuaço) do decreto n.º 19909, que remodela o ensino elementar agrícola
- 23112 Determina que a doação feita pelo Dr. Francisco Henriques Góis para instituição de dois prémios escolares anuais aos alunos das escolas oficiais, masculina e feminina, da freguesia de Formoselha, concelho de Montemor-o-Velho, que tenham o melhor aproveitamento e comportamento, seja averbada ao Tesouro, inscrevendo-se anualmente no orçamento o produto do seu rendimento
- 23124 Determina que o Liceu Central de Macau passe à categoria de liceu nacional, mas sendo ainda permitida no ano lectivo de 1934-1935 a matrícula nos cursos complementares do mesmo Liceu **Revogado**

- 23126 Autoriza a Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul, a aceitar e administrar a doação feita pelo cidadão Luiz Marques de Almeida e sua esposa para instituição de dois prémios escolares anuais aos alunos das escolas oficiais da referida freguesia que tenham a melhor assiduidade, aplicação e comportamento
- 23133 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a manter no ano lectivo de 1933-1934 preenchidas por professores contratados as vagas existentes no respectivo quadro de professores catedráticos e as Faculdades de Ciências da Universidade de Lisboa e de Medicina de Lisboa e Pôrto a contratarem no mesmo ano lectivo, mediante despachos ministeriais, vários assistentes além dos quadros
- 23173 Determina que sejam de nomeação vitalícia os lugares dos quadros do pessoal docente e da secretaria da Escola Superior Colonial, ao qual reconhece o direito à aposentação **Revogado**
- 23182 Regulamenta a execução do decreto n.º 22739, que extinguiu o Instituto Superior de Comércio do Pôrto e criou na mesma cidade Instituto o Industrial e o Instituto Comercial
- 23189 Autoriza o Ministro da Instrução Pública a mandar prestar serviço como professores provisórios nos liceus aos professores adidos da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, nos grupos correspondentes às licenciaturas em que tiverem sido graduados
- 23190 Extingue o lugar vago de professor auxiliar existente no quadro do Instituto de Hidrologia de Lisboa e cria no mesmo Instituto dois lugares de assistente
- 23196 Dá nova redacção à alínea d) do artigo 1.º do decreto n.º 22079, para o efeito de o Ministério das Colónias ficar representado por um funcionário superior nas secções de ensino secundário, técnico e primário do Conselho Superior da Instrução Pública
- 23155 Autoriza o serviço de leitura nocturna e dominical na Biblioteca Popular Central de Lisboa
- 23156 Determina que as escolas e lugares do ensino primário elementar a que se referem os artigos 11.º e 13.º do decreto n.º 20181 sejam considerados extintos em 31 de Julho de 1935 se até à referida data lhes não houverem sido fornecidas instalações - Suspende o provimento das vagas que ocorrerem nas escolas e lugares que funcionem no regime de curso duplo em localidades que não sejam capitais de distrito enquanto as referidas escolas e lugares não dispuserem de instalação própria
- 23262 Determina que, se alguma câmara municipal não efectuar no prazo devido o pagamento de renda de qualquer edifício escolar para o ensino primário, esse pagamento se realize de conta das receitas arrecadadas pelo Estado pertencentes à mesma câmara
- 23295 Determina que o Gabinete de documentação de história diplomática portuguesa do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa passe a denominar-se Gabinete de documentação de história diplomática e consular portuguesa
- 23304 Autoriza a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a contratar mais três professores auxiliares no corrente ano lectivo
- 23312 Providencia sobre a forma de pagamento aos professores interinos nomeados nas vacaturas e nos impedimentos dos professores ordinários do Instituto Superior Técnico
- 23332 Estabelece as condições em que os professores do Liceu Central Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, de Angra do Heroísmo, podem ser transferidos para outro liceu, aos quais tenham sido concedidas bolsas de estudo
- 23336 Regula o funcionamento da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário
- 22338 Fixa em 2000\$00 o vencimento mensal a abonar a um professor estrangeiro contratado para a regência da disciplina de órgão no Conservatório Nacional
- 23351 Inclue no quadro do pessoal docente da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto a categoria de assistentes extraordinários
- 23352 Prorroga até 31 de Dezembro de 1933 o prazo de inscrição ordinária dos alunos externos de todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública e determina que a inscrição extraordinária se realize em Janeiro, Fevereiro e Março de 1934
- 23380 Cria na Escola de Educação Física da Armada um curso de preparação militar destinado a dar Inclue no quadro do pessoal docente da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto a categoria de assistentes extraordinários aos oficiais das diversas classes da armada que não frequentaram a Escola Naval (construtores navais, médicos, farmacêuticos e auxiliares de música), com excepção dos oficiais oriundos da classe dos sargentos, o conhecimento das regras de educação física militar e dos regulamentos gerais, disciplinares e de cerimonial, incluído neste último o regulamento de continências e honras militares
- 23382 Determina que o curso de economia social, que faz parte do programa de estudos das Faculdades de Direito, seja constituído, a partir do ano lectivo de 1933-1934, pelo curso de direito corporativo, e considera esse curso como fazendo parte do grupo de ciências económicas
- 23382 (R1 DG 12 de 1934) Rectificação ao decreto-lei n.º 23382, que determina que o curso de economia social, que faz parte do programa de estudos das Faculdades de Direito, seja substituído, a partir do ano lectivo de 1933-1934, pelo curso de direito corporativo, e considera esse curso como fazendo parte do grupo de ciências económicas
- 23388 Dá nova redacção aos §§ 3.º e 4.º do artigo 55.º do decreto n.º 18717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária
- 23418 Modifica na colónia de Angola várias disposições do Estatuto do Ensino Particular
- 23422 Determina que os directores técnicos das farmácias sejam seus proprietários, no todo ou em parte, e obriga todas as farmácias a possuir, passados três anos, os utensílios constantes da lista a que se refere o § 2.º do artigo 15.º do decreto n.º 17636

- 23426 Autoriza o inspector do Conservatório Nacional a contratar até dois professores provisórios, diplomados com o curso superior de piano do mesmo estabelecimento do Estado, para ministrarem o ensino do curso geral desta disciplina durante os meses de Dezembro a Junho do ano lectivo de 1933-1934

Decretos

- 22079 Dá representação à Academia Nacional de Belas Artes no Conselho Superior de Instrução Pública
- 22085 Providencia sobre a aplicação do produto de uma subscrição aberta em 12 de Setembro de 1926 pela direcção do núcleo da cidade da Horta da agremiação que se denominava União do Professorado Primário
- 22111 Providencia no sentido de assegurar a maior regularidade e eficiência na criação dos liceus municipais
- 22116 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da Biblioteca Popular Central de Lisboa
- 22146 Considera para todos os efeitos como tendo sido publicadas em decreto com força de lei as rectificações feitas ao decreto n.º 20741, que promulga o Estatuto do Ensino Secundário, posteriores a 11 de Janeiro do ano findo
- 22174 Autoriza a corporação cultural da freguesia de S. Cosmado, do concelho de Armamar, a permitir que seja sepultado no seu mausoléu, existente no interior da igreja da referida freguesia, o corpo do Dr. Francisco Gomes Teixeira
- 22175 Isenta de direitos de importação o mobiliário destinado à instalação do Instituto Espanhol «de Segunda Enseñanza» criado ultimamente em Lisboa
- 22084 Dá nova redacção ao artigo 35.º (transferência para as Escolas de Farmácia dos professores e demais pessoal das extintas Faculdades de Farmácia) do decreto n.º 21853, que reorganizou o ensino farmacêutico
- 22189 Cria em Portalegre um arquivo distrital, directamente subordinado à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, e destinado a recolher, instalar, inventariar e facilitar à consulta dos estudiosos os núcleos documentais descritos no § 1.º do artigo 26.º do decreto n.º 19952
- 22211 Determina que o lugar de montador de máquinas dos laboratórios de radiologia e de electrologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra seja exercido por um antigo contínuo dos mesmos laboratórios
- 22219 Regula a formação dos professores do 10.º grupo dos liceus - Extingue na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira anexa de história da música e canto coral e cria no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) as disciplinas anuais de pedagogia geral da música e história geral da música
- 22220 Organiza os cursos liceais das escolas de regentes agrícolas
- 22224 Coloca os professores de ensino superior num regime de faltas adequado à natureza especial da função que lhes cumpre desempenhar
- 22225 Aprova o novo regulamento do prémio Beethoven
- 22225 (R1 DG 54) Nova publicação, rectificadora, do artigo 6.º do regulamento do prémio Beethoven, aprovado pelo decreto n.º 22225
- 22227 Dá nova redacção ao artigo 39.º do decreto n.º 19337, que aprova o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto
- 22248 Dá nova redacção ao artigo 35.º (concursos para professores catedráticos) do decreto n.º 18717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária
- 22252 Autoriza a transferência de uma verba dentro do actual orçamento, para refôrço da dotação destinada a remunerações aos professores da Escola de Belas Artes do Pôrto pela regência interina de cadeiras
- 22252 (R1 DG 50) Rectificação ao decreto n.º 22252, que autoriza a transferência de uma verba dentro do actual orçamento para refôrço da dotação destinada a remunerações aos professores da Escola de Belas Artes do Pôrto pela regência interina de cadeiras
- 22260 Regula o funcionamento, nos liceus municipais, do conselho de directores de classe
- 22266 Declara nulo e sem efeito o decreto n.º 904, em virtude do qual foram cedidas à Câmara Municipal do concelho de Alcobaça as ruínas e terreno da antiga igreja matriz da referida vila, denominada Igreja Nova, para serem adaptadas, depois das necessárias modificações, ao estabelecimento do museu e biblioteca municipais
- 22270 Autoriza o refôrço de diversas dotações orçamentais e inscreve verbas para ocorrer aos encargos com a publicação do anuário do Liceu de José Estêvão, em Aveiro, e com a aquisição de material didáctico destinado ao Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- 22270 (R1 DG 60) Rectificação ao decreto n.º 22270, que autoriza o refôrço de diversas dotações orçamentais, e inscreve verbas para ocorrer aos encargos com a publicação do anuário do Liceu de José Estêvão, em Aveiro, e com a aquisição de material didáctico destinado ao Instituto Industrial e Comercial do Pôrto
- 22274 Fixa as zonas de influência pedagógica dos Liceus Municipais do Dr. Bissaia Barreto, na Figueira da Foz; do Dr. Álvaro Soares, em Mirandela, e do Infante de Sagres, em Portimão
- 22275 Fixa as zonas de influência pedagógica dos Liceus Municipais do Dr. Bissaia Barreto, na Figueira da Foz; do Dr. Álvaro Soares, em Mirandela, e do Infante de Sagres, em Portimão
- 22276 Organiza os serviços do ensino primário elementar da cidade de Évora
- 22277 Autoriza o Govêrno a aplicar em benefício das instituições Caixa Escolar de António Tomaz Pires e Cantina Escolar de António Tomaz Pires, que funcionam na Escola de António Tomaz Pires, da cidade de Elvas, a totalidade dos saldos existentes em depósito na Caixa Económica Portuguesa, provenientes da administração da extinta Escola Primária Superior do Dr. Santos Clara e da caixa filantrópica que nela funcionava
- 22278 Fixa o dia 15 do corrente mês para encerramento do prazo para as inscrições de alunos da 1.ª classe do curso do magistério primário elementar, em ensino particular, referentes ao ano lectivo corrente - Regula a gratificação a abonar aos membros dos júris dos exames de admissão à referida 1.ª classe
- 22285 Torna extensivo à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto e às bibliotecas e arquivos provinciais o direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos, estampas, moedas, medalhas e cartas geográficas, realizados na sede do

distrito a que pertencem, sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo

- 22313 Define a situação dos antigos diplomados pelo Instituto Industrial e Comercial de Coimbra
- 22325 Comete às respectivas secções do Conselho Superior de Instrução Pública o conhecimento das suspeições levantadas pelos candidatos em concurso para cargos docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério
- 22338 Estabelece as disposições pelas quais se deve reger o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia
- 22341 Determina que a Imprensa da Armada envie à Biblioteca de Marinha um exemplar de todos os trabalhos executados nas suas oficinas
- 22341 (R1 DG 69) Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 22341, que determina que a Imprensa da Armada envie à Biblioteca de Marinha um exemplar de todos os trabalhos executados nas suas oficinas
- 22343 Providencia no sentido de que a autorização para a assistência accidental a qualquer lição ministrada nos liceus só possa ser concedida a encarregados de educação e a professores do ensino particular devidamente diplomados
- 22346 Equipara aos liceus nacionais da metrópole, para os efeitos pedagógicos e nomeadamente para os da equivalência das habilitações nêles conferidas, o Liceu Nacional da Huíla
- 22347 Regula as publicações escolares liceais
- 22369 Reorganiza os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspecção e disciplinares dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário
- 22378 Autoriza a Câmara Municipal de Setúbal a ceder ao Governo o edifício onde actualmente funcionam o Liceu Nacional daquela cidade e várias repartições públicas
- 22383 Fixa o quadro e vencimentos do pessoal docente, da secretaria e menor do Liceu de Jaime Moniz, do Funchal
- 22399 Torna obrigatória a frequência dos cursos de oficiais milicianos aos alunos dos institutos industriais e comerciais que possuam determinadas cadeiras e cursos práticos do ensino médio comercial e do ensino médio industrial
- 22409 Determina que se promova no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) o desenvolvimento da prática das línguas que fazem parte do ensino secundário
- 22425 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a contratar, para reger os cursos de topografia e geodesia, um lente da Escola Naval de Lisboa
- 22427 Aprova o regulamento das escolas de regentes agrícolas
- 22431 Fixa o quadro do pessoal docente do Liceu Central de Antero de Quental, de Ponta Delgada
- 22453 Determina que o provimento dos lugares de professores efectivos do Liceu do Infante D. Henrique, de S. Vicente de Cabo Verde, passe a ser feito nos termos do artigo 11.º do decreto n.º 18336
- 22456 Determina que a Escola Superior Colonial passe a ter a sua sede em edifício próprio
- 22457 Fixa em 600\$00 mensais o vencimento de cada um dos professores contratados para as regências da 7.ª disciplina (cenografia) e do curso livre da arte de dizer e de representar da secção de teatro do Conservatório Nacional
- 22477 Regula a nomeação dos reitores dos liceus
- 22528 Regula o provimento dos cargos académicos remunerados da Academia de Ciências de Lisboa e dos do quadro do pessoal da mesma Academia
- 22528 (R1 DG 113) Rectificação ao decreto n.º 22528, que regula o provimento dos cargos académicos remunerados da Academia de Ciências e dos do quadro do pessoal da mesma Academia
- 22546 Autoriza a Universidade do Pôrto a constituir um prémio denominado «Prémio Professor Magalhães Lemos» e destinado a premiar anualmente o melhor dos trabalhos sobre neurologia ou psiquiatria publicados por diplomados pela Faculdade de Medicina da mesma Universidade
- 22547 Estabelece normas para efeitos da escolha dos livros a adoptar nas escolas do ensino técnico profissional
- 22574 Regula as sanções disciplinares aplicáveis aos alunos dos liceus
- 22581 Promulga os estatutos da Associação dos Pais dos Alunos do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)
- 22613 Regulamenta a execução dos serviços de higiene escolar e de medicina pedagógica das escolas de ensino técnico profissional
- 22620 Determina que o prazo consignado no artigo 23.º do decreto n.º 20933 seja ampliado para o actual concurso de livros do ensino técnico profissional até 6 de Janeiro de 1934 e permite em determinados casos a alteração do formato estabelecido
- 22693 Nomeia definitivamente professor auxiliar do 4.º grupo (medicina legal e toxicologia forense) da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa o professor auxiliar contratado Dr. Artur Cardoso Pereira
- 22707 Determina que para os indivíduos que não possuam nenhuma habilitação o exame de admissão aos institutos comerciais verse, além das matérias mencionadas no § 3.º do artigo 23.º do decreto n.º 20804, a disciplina da língua inglesa
- 22724 Regulamenta o número de faltas que os alunos do ensino secundário possam dar durante o ano escolar
- 22738 Considera a Escola Superior Colonial pessoa colectiva que goza de capacidade jurídica para adquirir e administrar bens e para administrar as suas receitas
- 22752 Abre concurso para o provimento dos lugares de médicos escolares, que se realizará no decurso do mês de Novembro próximo
- 22754 Cria o curso de peritos orientadores de psicotécnica no Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho e define as atribuições das delegações do mesmo Instituto
- 22803 Regula a forma de constituição dos júris dos concursos para o magistério do Conservatório Nacional e suas votações

- 22826 Determina que as normas referidas no § 2.º do artigo 4.º do decreto-lei n.º 22751 (serviço de saúde escolar), quando se destinem a estabelecimentos de ensino particular sejam sujeitas a prévio acôrdo com o inspector geral do ensino particular - Regula o provimento dos lugares de inspectores de saúde escolar
- 22842 Promulga o Estatuto do Ensino Particular
- 22879 Regula a distribuição das bôlsas de estudo para alunos das escolas do magistério primário do continente da República
- 22923 Considera válido o decreto que transfere, a seu pedido, um professor do 7.º grupo do Liceu Salvador Correia, de Loanda, para igual grupo no Liceu 5 de Outubro, de Lourenço Marques, ao qual fora recusado o visto pelo Tribunal de Contas
- 22972 Estabelece os programas das disciplinas técnicas do ensino elementar agrícola
- 23009 Esclarece a redacção do artigo 14.º do decreto n.º 20933, que estabelece as bases para o concurso de livros a adoptar nos cursos das escolas técnicas profissionais
- 23010 Autoriza a Escola de Regentes Agrícolas de Évora a aceitar duas inscrições da dívida interna fundada de 3 por cento para com o seu rendimento constituir um prémio destinado ao aluno que termine com a mais alta classificação o curso de regente agrícola na mesma Escola
- 23072 Fixa o programa do exame de admissão a que se devem sujeitar na próxima época de Outubro os candidatos à matrícula e inscrição no 1.º ano da Faculdade e Escolas de Farmácia que tenham aprovação no curso geral dos liceus
- 23073 Dá nova redacção ao artigo 10.º (condições para a matrícula) do regulamento das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, aprovado pelo decreto n.º 21662
- 23078 Providencia no sentido de imprimir aos cursos industriais e comercial da Casa Pia de Lisboa orientação idêntica à estabelecida para os cursos técnicos profissionais do Ministério da Instrução Pública
- 23130 Dá nova redacção ao artigo 64.º do regulamento da Escola Náutica e Escolas de Pilotagem, aprovado por decreto n.º 11010, para o efeito de os alunos a quem falte uma disciplina para completar o ano, e na qual tenham ficado reprovados na primeira época, poderem repetir êsse exame em Outubro **Revogado**
- 23167 Cria na Escola de Farmácia da Universidade de Lisboa o laboratório de criptogamia, em substituição do antigo laboratório de hidrologia da mesma Escola
- 23169 Promulga diversas disposições acêrca do ensino professado na Casa Pia de Lisboa e nomeação do respectivo pessoal docente
- 23178 Dispensa de portaria especial e do pagamento de propinas extraordinárias os alunos habilitados por qualquer escola oficial das colónias portuguesas que requeiram até 15 de Novembro de cada ano, num dos dez dias seguintes ao da sua chegada à metrópole, matrícula nos liceus e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública
- 23179 Aprova o regulamento da Escola Agrícola Móvel de Alves Teixeira, de Vidago
- 23197 Mantém a Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada, a qual se destina à preparação de professores do ensino primário elementar de qualquer dos sexos, fica subordinada à Junta Geral do distrito e à Direcção Geral do Ensino Primário e terá a designação de Escola de António Feliciano de Castilho (do Magistério Primário)
- 23280 Prorroga até 31 de Dezembro de 1933 o prazo de inscrição ordinária dos alunos externos do ensino secundário e determina que a inscrição extraordinária se realize em Janeiro, Fevereiro e Março de 1934
- 23289 Determina que tenha início no mês de Janeiro de 1934 a realização das provas públicas dos concursos para provimento dos lugares de médicos escolares
- 23352 Prorroga até 31 de Dezembro de 1933 o prazo de inscrição ordinária dos alunos externos de todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública e determina que a inscrição extraordinária se realize em Janeiro, Fevereiro e Março de 1934

Portarias

- 7505 Aprova os estatutos da Sociedade Brotreana
- 7506 Esclarece dúvidas quanto à aplicação do disposto no artigo 125.º do decreto n.º 20860, que aprova o regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 7511 Manda adoptar um modelo especial, fornecido pela Imprensa Nacional de Lisboa, para a organização da estatística dos exames de instrução primária do 2.º grau
- 7513 Promulga o Estatuto do Ensino Particular
- 7514 Fixa o local onde os membros do corpo docente das escolas superiores dependentes do Ministério podem ter a sua residência
- 7524 Dá a designação de Escola do Comendador António Pimenta da Fonseca à escola de ensino primário elementar da freguesia de Lever, concelho de Vila Nova de Gaia
- 7560 Determina que os contratos do pessoal das secretarias das inspecções de distrito sejam feitos perante o director geral do ensino primário ou perante os respectivos inspectores quando aquele assim o determine
- 7588 Aprova as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas
- 7634 Aprova os modelos das Palmas Académicas de 1.ª e 2.ª classes
- 7664 Fixa o número de horas de serviço a que devem ser obrigados os professores de ensino especial da Casa Pia de Lisboa
- 7669 Substitue a portaria n.º 7664, que fixa o número de horas de serviço a que devem ser obrigados os professores de ensino especial da Casa Pia de Lisboa
- 7684 Fixa a interpretação a dar ao § único do artigo 69.º (exclusão dos alunos por acumulação de reprovações no mesmo exame final) do decreto n.º 18717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária

- 7700 Estabelece o programa do ensino da cadeira de geografia artística da Casa Pia de Lisboa
- 7714 Estabelece as normas a que deve obedecer no corrente ano lectivo a matrícula no curso de peritos orientadores, instituído junto do Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho
- 7716 Esclarece que o contrato e o assalariamento do pessoal das bibliotecas e arquivos do Estado é da competência dos respectivos directores e estabelece as normas como devem proceder
- 7721 Esclarece que os bedéis das Faculdades e Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra pertencem aos quadros e categoria do pessoal auxiliar e regula o provimento dos respectivos lugares
- 7738 Dá a designação de Escola de D. Pedro V à escola do ensino primário para o sexo masculino da sede do concelho de Mafra

Pareceres

- DG 48 Parecer da secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública, aprovado por despacho ministerial, relativo a uma consulta sobre as condições em que é permitida a passagem de alunos do ensino oficial para o outro ensino
- DG 129 Parecer da secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública e despacho ministerial no sentido de os conselhos escolares dos liceus não terem interferência em matéria orçamental
- DG 129 Parecer da secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública e despacho ministerial relativos à interpretação dos textos legais para a concessão da transferência de alunos internos para o ensino particular ou doméstico quando hajam perdido o ano por faltas

Circulares

- DG 68 Circular aos reitores dos liceus do continente e ilhas acerca de correspondência inter-escolar
- DG 95 Circular às inspecções de distrito escolar e a todos os demais serviços dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário relativa à justificação de faltas por doença
- DG 163 Circular aos reitores dos liceus do continente e ilhas esclarecendo algumas disposições sobre recursos liceais

Programas

- DG 91 Programas dos exames de admissão às Universidades
- DR 91 (R1 DG 212) Rectificações aos programas dos exames de admissão às Universidades, insertos no Diário do Governo n.º 91, de 25 de Abril último
- DG 124 Programa dos exames de admissão ao Instituto Superior Técnico
- DG 127 Programa dos exames de admissão ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- DG 127 (R1 DG 139) Nova publicação, rectificada, dos programas dos exames de admissão ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, insertos no Diário do Governo n.º 127, de 8 do corrente mês
- DG 162 Programas de língua inglesa e de química para os exames de admissão aos institutos comerciais
- DG 162 (R1 DG 184) Rectificações aos programas da língua inglesa e de química para os exames de admissão aos institutos comerciais, insertos no Diário do Governo n.º 162, de 20 de Julho último
- DG 193 Programas do exame de admissão ao Instituto Industrial de Lisboa
- DG 198 Programas dos concursos para admissão aos cursos superiores de canto, piano, violino e violoncelo do Conservatório Nacional
- DG 198 Programas do concurso para a adjudicação dos prémios de canto, piano, violino, violoncelo, clarinete e composição, aprovados pelo conselho escolar do Conservatório Nacional
- DG 245 Alterações aos programas dos cursos do Conservatório Nacional (secção de música)
- DG 201 Declaração de ter sido determinado, por despacho ministerial, que os programas de matemática e de física do exame de admissão ao Instituto Comercial de Lisboa sejam os mesmos que foram insertos no Diário do Governo n.º 193, de 26 de Agosto último, referentes ao exame de admissão ao Instituto Industrial de Lisboa

Modelos

- DG 103 Modelo da carta doutoral em medicina
- DG 185 Modelo da carta do curso de farmácia

Esclarecimentos

- DG 126 Esclarecimento sobre o número de boletins que os alunos externos de instrução secundária inscritos em regime de disciplinas devem apresentar para ser admitidos a exame

Pontos exemplos

- DG 134 Pontos exemplos para os exames de admissão às Faculdades de Direito e de Letras
- DG 137 Pontos-exemplos dos exames de admissão à Faculdade de Ciências, Faculdade de Farmácia, Instituto Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária
- DG 141 Circular aos reitores dos liceus relativa aos exames liceais a realizar no próximo mês de Julho

Declarações

- DG 148 Declaração de terem sido, por despacho ministerial, autorizados os professores oficiais do ensino primário a poder exercer as funções de juizes adjuntos e delegados de vigilância das tutorias de infância

- DG 149 Declaração de que os pontos-exemplos insertos no Diário do Governo n.º 137, de 21 de Junho último, se referem aos exames de admissão à Faculdade de Ciências, Faculdade e Escolas de Farmácia, Instituto Superior de Agronomia e Escola Superior de Medicina Veterinária

Pareceres

- DG 149 Parecer da secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública, aprova-do por despacho ministerial, no sentido de que não é permitida a apresentação a exame de alunos, maiores ou menores, que durante três anos sucessivos ou alternados não tenham obtido aprovação em qualquer disciplina ou classe
- DG 277 Parecer da Secção do Ensino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública, aprova-do por despacho ministerial, no sentido que a disposição do artigo 94.º do Estatuto do Ensino Secundário não aproveita aos indivíduos que, havendo interrompido o seu curso secundário, pretendam voltar a frequentar os liceus como internos

Regulamentos

- DG 179 Regulamento do «Prémio Ricardo Malheiros»
- DG 179 (R1 DG 66 de 1935) Nova publicação, rectificadora, do artigo 1.º do regulamento do «Prémio Ricardo Malheiros», inserto no Diário do Governo n.º 179, de 10 de Agosto de 1933
- DG 179 (R2 DG 182 de 1937) Rectificação ao artigo 1.º do regulamento do prémio Ricardo Malheiros, inserto no Diário do Governo n.º 179, de 10 de Agosto de 1933, e sua rectificação de 18 de Março de 1935, publicada no Diário do Governo n.º 66, de 22 de Março de 1935
- DG 184 Rectificações aos programas da língua inglesa e de química para os exames de admissão aos institutos comerciais, insertos no Diário do Governo n.º 162, de 20 de Julho último

1934

Decreto-Lei

- 23446 Autoriza as colónias a subsidiar os médicos dos seus quadros que desejem, durante qualquer período de licença na metrópole a que tenham legalmente direito, frequentar por tempo não superior a cinco meses no estrangeiro um curso de aperfeiçoamento ou de especialização em qualquer ramo da medicina tropical nos termos dêste decreto-lei
- 23447 Promulga o novo Estatuto do Ensino Particular **Revogado**
- 23496 Determina que os funcionários civis contratados para os lugares da Direcção Geral da Saúde Escolar não percam o direito a quaisquer lugares que exerçam à data da nomeação e seja sempre de carácter interino a nomeação dos funcionários que os substituírem
- 23497 Autoriza a Câmara Municipal de Tomar a ceder gratuitamente à Junta de Freguesia de Asseiceira o terreno destinado à construção de um edifício escolar no lugar de Santa Cita, da mesma freguesia
- 23514 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 3.º (número de vogais correspondentes nacionais e estrangeiros) do decreto n.º 20977, que cria em Lisboa a Academia Nacional de Belas Artes e regula o seu funcionamento
- 23518 Determina que fiquem à guarda e administração da Câmara Municipal do concelho de Tabuaço os títulos ou quaisquer outros valores monetários pertencentes à Escola Rural de Macedo Pinto, sita no referido concelho
- 23519 Autoriza a modificação de uma rubrica orçamental destinada a aquisições de utilização permanente para a biblioteca e museu do ensino primário
- 23523 Determina que o Comissariado Geral da Exposição Colonial Internacional de Paris proceda ao encerramento das suas contas independentemente da conclusão dos trabalhos relativos à publicação do livro Les Colonies Portugaises, cuja execução é transferida para a direcção da Escola Superior Colonial
- 23524 Define a composição do curso de quimicotecnia dos institutos médios industriais
- 23524 (R1 DG 28) Rectificação ao decreto-lei n.º 23524, que define a composição do curso de quimicotecnia dos institutos médios industriais
- 23531 Torna aplicáveis a todos os funcionários docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as disposições do decreto n.º 19794 (procedimento disciplinar a adoptar), podendo as transferências resultantes da aplicação das respectivas penalidades efectuar-se para escolas da mesma índole e categoria
- 23546 Reforça a dotação orçamental consignada a ajudas de custo com o serviço de exames de admissão ao Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) e Exames de Estado
- 23561 Extingue um dos lugares de naturalista do Museu e Laboratório Zoológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, e cria um lugar de naturalista no Museu e Laboratório Antropológico anexo à referida Faculdade
- 23563 Fixa os lugares do quadro e respectivos vencimentos do pessoal do Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 23577 Determina que o ensino de solfejo no Conservatório Nacional passe a ser ministrado em três anos, ensinando-se nos dois primeiros o solfejo entoado e sendo o terceiro ano especialmente consagrado à leitura rítmica e ao ditado musical
- 23578 Cria no Ministério da Instrução Pública a Direcção Geral do Ensino Secundário e extingue a Repartição do Ensino Secundário e o lugar de director dos serviços
- 23588 Autoriza a Junta de Freguesia de S. Cristóvão, concelho de Montemor-o-Novo, a aceitar e administrar a doação feita pelo cidadão Manuel José Lourenço para instituição de um prémio perpétuo anual ao aluno da escola da referida freguesia que tenha a maior aplicação e que seja pobre
- 23625 Organiza o Museu de Arte da Universidade de Coimbra
- 23635 Fixa definitivamente as normas de recrutamento do pessoal dependente da Direcção Geral da Saúde Escolar

- 23656 Determina que os funcionários docentes, técnicos ou auxiliares das Faculdades e escolas universitárias cujos cargos estejam sujeitos a recondução, nos termos da legislação vigente, conservem, quando reconduzidos, o direito aos vencimentos e mais abonos legais durante o tempo que decorrer entre o final de cada período de exercício e o início de novo período
- 23679 Concede aos funcionários de nomeação vitalícia dos quadros do pessoal docente e da secretaria da Escola Superior Colonial que exerçam outros cargos por que estejam ou possam vir a ser aposentados ou reformados a faculdade de desistirem do direito à aposentação como funcionários da Escola
- 23711 Dá nova redacção à alínea d) do artigo 1.º do decreto n.º 22079, para o efeito de o Ministério das Colónias ficar representado por um funcionário superior nas secções do ensino secundário, técnico e primário do Conselho Superior da Instrução Pública
- 23756 Altera a redacção do artigo 132.º e seu § único do regulamento da Escola Naval, aprovado pelo decreto n.º 16105, relativamente ao tirocínio dos aspirantes de 1.ª classe a engenheiros maquinistas navais
- 23758 Determina que a Junta de Educação Nacional estabeleça duas bôlsas, pelo menos, destinadas aos alunos mais distintos do último ano dos cursos das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto e ainda uma aos conservadores adjuntos e tirocinantes do Museu Nacional de Arte Antiga, cujas provas de estágio demonstrem a vantagem de aperfeiçoamento no estrangeiro
- 23770 Dá nova redacção ao decreto-lei n.º 23112, que manda inscrever no orçamento a doação feita pelo Dr. Francisco Henriques Góis para instituição de dois prémios escolares anuais aos alunos das escolas oficiais da povoação de Formoselha, concelho de Montemor-o-Velho
- 23803 Define a quem competem as gerências do balneário e farmácia e da cantina da escola do ensino primário elementar n.º 14, de Lisboa
- 23819 Cria mais um lugar de assistente no 1.º grupo do Instituto Comercial do Pôrto e extingue um de preparador
- 23894 Autoriza o serviço de leitura nocturna na biblioteca geral da Universidade de Coimbra
- 23972 Estabelece as condições que se devem observar para a admissão no quadro de engenheiros construtores navais e determina que o processo relativo à admissão dos referidos engenheiros seja organizado e arquivado pela Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada **Revogado**
- 23982 Modifica o regime de escolha de livros a adoptar nos liceus e nas escolas de ensino técnico profissional **Revogado**
- 23994 Obriga a concurso de provas públicas o provimento dos cargos de professoras de labores femininos nos liceus e remodela os programas dessa disciplina
- 24042 Dá nova redacção ao artigo 87.º do decreto-lei n.º 18717 (provimento dos lugares que constituem o quadro do pessoal auxiliar e técnico das Faculdades, escolas e outros estabelecimentos universitários)
- 24043 Altera várias disposições legais respeitantes a professores agregados dos liceus
- 24046 Cria o Montepio dos Servidores do Estado
- 24078 Substitue o decreto-lei n.º 23886, que autoriza o pagamento das rendas da casa onde está instalada a escola n.º 90, da cidade de Lisboa, respeitantes aos anos económicos de 1928-1929 a 1932-1933 e o das rendas respeitantes aos anos económicos corrente e seguintes pela dotação inscrita no orçamento
- 24101 Determina que a designação das horas do dia se faça numa única série de vinte e quatro, a partir da meia-noite, que é indicada por zero
- 24102 Aumenta o quadro do pessoal do Arquivo Distrital do Pôrto de dois sub-conservadores
- 24103 Inclue no quadro dos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa dois assistentes de neurologia especialmente destinados aos serviços de neuro-cirurgia
- 24111 Exonera de Ministro da Instrução Pública o professor da Universidade do Pôrto, Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto, e nomeia para exercer interinamente o referido cargo o Dr. Manuel Rodrigues Júnior, Ministro da Justiça
- 24122 Cria um lugar de servente no quadro do pessoal do Laboratório Químico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e acresce o quadro do pessoal do Museu e Laboratório Antropológico, anexo à mesma Faculdade, de um lugar de antropometrista
- 24123 Uniformiza a nomenclatura das categorias dos funcionários dos observatórios meteorológicos anexos às Faculdades de Ciências das Universidades portuguesas
- 24173 Estabelece as condições para o provimento de lugares do quadro geral do ensino primário elementar criados especialmente para o ensino de crianças internadas em estabelecimentos de beneficência
- 24174 Estabelece as condições para o provimento de lugares do quadro geral do ensino primário elementar criados especialmente para o ensino de crianças internadas em estabelecimentos de beneficência
- 24205 Transforma a cadeira de clínica terapêutica médica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa numa cadeira de clínica médica especialmente destinada ao ensino das doenças do aparelho respiratório, que se designará por clínica de doenças pulmonares **Revogado**
- 24205 (R1 DG 200) Rectificação ao decreto-lei n.º 24205, que transforma a cadeira de clínica terapêutica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa numa cadeira de clínica médica especialmente destinada ao ensino das doenças do aparelho respiratório, que se designará por clínica de doenças pulmonares
- 24219 Autoriza a Junta de Freguesia de S. Joaninho, concelho de Castro Daire, a alienar em hasta pública, independentemente do preceituado nas leis de desamortização, as paredes de uma casa que principiou a construir com destino à escola mixta da povoação de Cujó, aplicando o seu produto na reparação da fonte pública da referida povoação
- 24245 Modifica o decreto n.º 19909, que reorganizou o ensino profissional elementar agrícola, na parte referente aos alunos das escolas práticas de agricultura

- 24245 (R1 DG 184) Rectificação ao decreto-lei n.º 24245, que modifica o decreto n.º 19909, que reorganizou o ensino profissional elementar agrícola, na parte referente aos alunos das escolas práticas de agricultura
- 24246 Extingue as escolas infantis da cidade de Bragança
- 24271 Regula a administração da Escola de Medicina Tropical e fixa os quadros do pessoal a empregar nos serviços da sua secretaria e do pessoal auxiliar e menor
- 24297 Fixa os vencimentos eventuais a abonar ao pessoal das unidades e estabelecimentos de marinha com sede na margem sul do Tejo e dependentes do Comando Geral da Armada, do pessoal da Escola de Mecânicos, em Vila Franca de Xira, e do pessoal instrutor e auxiliar de instrução da Escola de Artilharia Naval, Escola de Mecânicos, Escola de Marinharia e Manobra e Escola Radiotelegráfica e de Comunicações
- 24337 Determina que passe a denominar-se Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário e regula as suas atribuições
- 24425 Determina que continue suspensa durante um novo período de dois anos a execução da doutrina do decreto n.º 16782, que proíbe o embarque de emigrantes de mais de vinte e um e menos de quarenta e cinco anos sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar
- 24440 Regula o encerramento da Imprensa da Universidade de Coimbra, extinta pelo artigo 38.º do decreto-lei n.º 24124
- 24425 Determina que continue suspensa durante um novo período de dois anos a execução da doutrina do decreto n.º 16782, que proíbe o embarque de emigrantes de mais de vinte e um e menos de quarenta e cinco anos sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar
- 24443 Prorroga para o próximo ano lectivo a vigência do decreto-lei n.º 23021, que suspende os exames de admissão às Universidades
- 24449 Confere às diplomadas com o curso de preceptoras que se ministrou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, de harmonia com o decreto n.º 10583, o direito a serem admitidas aos Exames de Estado para o magistério primário elementar
- 24450 Inscreve no quadro auxiliar do distrito escolar de Bragança a vigilante das escolas infantis, extintas pelo decreto-lei n.º 24246
- 24472 Fixa as normas para o provimento dos cargos de direcção das Escolas de Belas Artes
- 24530 Autoriza no próximo ano lectivo o aumento de turmas suplementares nos liceus e secções liceais e regula a sua distribuição
- 24571 Promulga diversas disposições acêrca da preparação do pessoal docente do ensino técnico profissional
- 24577 Autoriza as Faculdades de Medicina e Ciências das Universidades de Lisboa e Pôrto a contratarem, no ano lectivo de 1934-1935, diversos assistentes além dos quadros
- 24593 Acresce ao quadro do pessoal da Reitoria e Secretaria Geral da Universidade de Coimbra um lugar de guarda
- 24594 Fixa explicitamente as habilitações a exigir aos candidatos ao magistério nas Escolas de Belas Artes
- 24595 Autoriza o serviço de leitura nocturna e dominical na Biblioteca Popular Central de Lisboa **Revogado**
- 24596 Reforça as verbas para renda da casa do Liceu de Carolina Michaëlis (secção feminina) e para despesas da instalação do mesmo Liceu noutro edifício
- 24609 Determina que, sem prejuízo do disposto no regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 20860, o intervalo entre as duas chamadas a exame não seja inferior a três dias
- 24611 Modifica a constituição dos cursos professados na Escola Industrial de Campos Melo, da Covilhã
- 24612 Determina que a Câmara Municipal de Castelo de Vide tome à sua guarda, para devidamente administrar, a quantia de 25000\$00 doada por António José Repenicado Sénior para, com o seu rendimento, serem instituídos quatro prémios anuais destinados aos alunos pobres das escolas do ensino primário elementar da vila e concelho de Castelo de Vide
- 24618 Modifica o decreto n.º 20934, que constitue um fundo de assistência aos alunos do ensino técnico profissional, que se denominará «Fundo permanente de seguros escolares», e regula o seu funcionamento **Revogado**
- 24640 Cria um curso de serralheiro mecânico na Escola Industrial e Comercial de António Augusto de Aguiar, do Funchal
- 24644 Actualiza as propinas de inscrição no curso da Escola de Medicina Tropical e esclarece e completa o decreto n.º 17617, que reúne num único os dois cursos que a mesma Escola é obrigada a fazer em cada ano lectivo
- 24654 Extingue a escola infantil da cidade de Beja e coloca numa escola primária da mesma cidade a respectiva professora
- 24658 Determina que a Câmara Municipal de Bragança tome à sua guarda, para devidamente administrar, uma doação cujo rendimento se destina à instituição de quatro prémios anuais para as crianças mais pobres, aplicadas e bem comportadas das escolas da cidade de Bragança
- 24665 Regulariza as acumulações de serviços militares com os de carácter civil nas colónias
- 24672 Suspende a disposição do artigo 59.º do Estatuto do Ensino Secundário, aprovado pelo decreto-lei n.º 20741, que permite a permuta entre professores dos liceus, em certas condições
- 24679 Autoriza a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa a contratar dois ajudantes de laboratório da cadeira de anatomia patológica
- 24693 Autoriza o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa
- 24694 Autoriza o inspector do Conservatório Nacional a contratar um professor diplomado com o curso superior de piano do mesmo estabelecimento para nêle ministrar o ensino do curso geral dessa disciplina e permite que os alunos aprovados no último concurso de admissão à matrícula no 1.º ano do curso superior de piano, não admitidos por excederem o número fixado, possam ainda requerer matrícula
- 24695 Substitue o decreto-lei n.º 24595, que autoriza o serviço de leitura nocturna e dominical na Biblioteca Popular Central de Lisboa

- 24696 Extingue a escola mixta da freguesia de Faiões, concelho de Chaves, e cria um segundo lugar na escola para o sexo masculino da mesma freguesia
- 24701 Regula a situação dos professores efetivos ou agregados dos liceus que, por nomeação ou contrato, sejam colocados em cargos de assistentes ou professores de qualquer Faculdade ou escola universitária
- 24702 Cria a cadeira de direito corporativo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 24703 Altera as condições de remuneração dos mestres contratados de línguas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras que acumulem o exercício de funções docentes em estabelecimentos de ensino superior
- 24704 Define a constituição das zonas escolares do ensino primário da cidade de Faro e fixa o número de lugares de professores
- 24705 Define a constituição das zonas escolares do ensino primário da cidade de Viseu e fixa o número de lugares de professores
- 24713 Modifica a redacção de algumas das disposições acerca da preparação do pessoal docente do ensino técnico profissional, promulgadas pelo decreto-lei n.º 24571
- 24745 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto a contratar no ano lectivo de 1934-1935 um assistente e um contínuo além dos quadros, para prestarem serviço, respectivamente, no 1.º grupo (física) da 2.ª secção e no laboratório de física da mesma Faculdade
- 24747 Desdobra a Escola Industrial de Fonseca Benevides (arte aplicada) em duas escolas industriais
- 24753 Introduce várias alterações no decreto n.º 20328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial
- 24757 Dá nova redacção à alínea b) do n.º 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 21477, a qual fixa as habilitações exigidas para a admissão dos candidatos a aspirantes a engenheiros maquinistas navais
- 24760 Autoriza a Junta de Freguesia de S. João de Negrilhos, concelho de Aljustrel, a aceitar e administrar uma doação para instituição de um prémio anual destinado à aluna mais classificada no exame da 4.ª classe ou à mais pobre que freqüente a escola com aproveitamento, no caso de não haver exames
- 24776 Autoriza o Govêrno a fazer construir novos edifícios para a instalação da reitoria da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Letras e Direito da mesma Universidade
- 24776 (R1 DG 8 de 1935) Rectificação ao decreto-lei n.º 24776, que autoriza o Govêrno a fazer construir três novos edifícios para a Universidade de Lisboa
- 24795 Regula a inscrição e admissão a exames liceais de alunos externos e define os direitos dos alunos que estão estudando certas classes sem se haverem submetido à inscrição sucessiva e regular nas classes anteriores

Decretos

- 23495 Revoga o decreto n.º 22574, na parte em que permite substituir por multas pecuniárias as penalidades a aplicar a alunos dos liceus
- 23502 Cede definitivamente à comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho do Barreiro, a fim de ser demolido e no local construída uma escola de ensino primário geral, o edifício da antiga igreja de Santo António da Charneca, na freguesia de Palhais
- 23542 Define as precedências a que ficam subordinadas as inscrições nas diversas disciplinas da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 23575 Autoriza a Direcção Geral de Assistência a contratar como professores de educação física os ajudantes que tinham essa categoria à data da publicação do decreto n.º 18566
- 23596 Cede definitivamente à comissão administrativa da Junta Geral do distrito do Funchal a ala oriental do edifício do antigo paço episcopal daquela cidade para ampliação dos serviços escolares do Liceu de Jaime Moniz e, depois de êsse estabelecimento de instrução ter instalações próprias, para sede do commissariado da polícia cívica do referido distrito
- 23600 Cede definitivamente à comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho de Cantanhede os materiais aproveitáveis e o terreno da antiga Casa do Capelão, anexa à capela do lugar do Sanguinheiro, na freguesia de Cadima, para construção de uma escola de ensino primário
- 23661 Introduce várias alterações no decreto n.º 11089, que determina que ninguém possa usar o título de architecto ou exercer essa profissão sem que possua o respectivo diploma passado por qualquer das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 23685 Cria na cidade da Covilhã um liceu municipal, de freqüência mixta, que deverá funcionar a partir do ano lectivo de 1934-1935
- 23687 Nomeia director honorário do Observatório Astronómico, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, o professor catedrático da mesma Faculdade, Dr. Francisco Miranda da Costa Lôbo
- 23735 Aprova o regulamento dos Exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais
- 23777 Determina que o ensino especial da Casa Pia de Lisboa seja acrescido do de natação, a ministrar nos meses de Maio a Outubro de cada ano
- 23785 Modifica, a partir do início do ano lectivo de 1934-1935, as precedências fixadas pelo quadro II anexo ao decreto n.º 20804 para as cadeiras 7.ª e 15.ª dos institutos comerciais
- 23806 Determina que sejam válidos os concursos por provas públicas para os lugares de professores do 10.º grupo do ensino secundário realizados até 18 de Dezembro de 1931 por indivíduos que até esta data tivessem exercido os lugares de professores provisórios do mesmo grupo com mais de cinco anos de serviço
- 23807 Regulamenta os serviços da Direcção Geral da Saúde Escolar

- 23908 Eleva a 600\$00 a pensão mensal que pelo legado instituído por Ventura Terra é paga a sua irmã Maria Rosa Terra Renda
- 23915 Determina que a entrega da certidão de idade para o efeito de admissão ao exame do 2.º grau do ensino primário elementar possa deixar de ser realizada dentro do prazo fixado no artigo 8.º do decreto n.º 18413, quando o pai do candidato ou seu representante, ou ainda a entidade proponente, assim o requeira
- 23926 Substitue o decreto n.º 23785, que modifica, a partir do início do ano lectivo de 1934-1935, as precedências fixadas pelo quadro II anexo ao decreto n.º 20804 para as 7.ª e 15.ª cadeiras dos institutos comerciais
- 23980 Regula a matrícula prévia para admissão a exames nos liceus, tanto de classe como singulares
- 23993 Substitue o decreto n.º 23542, que define as precedências a que ficam subordinadas as inscrições nas diversas disciplinas da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 24004 Estabelece o prazo de validade do concurso para o pessoal dos secretarias dos liceus
- 24011 Regula a forma da prestação dos exames singulares das disciplinas não professadas nas escolas de ensino técnico por parte dos alunos que, habilitados com o 1.º ou 2.º ano dos cursos comerciais ou industriais, pretendam matricular-se na 2.ª ou 3.ª classe dos liceus
- 24019 Determina que os júris para os Exames de Estado a realizar nos Liceus Normais de Lisboa e Coimbra sejam constituídos por dois professores do ensino superior, um dos quais será o presidente, e três professores efectivos do ensino secundário, sendo um o metodólogo
- 24048 Permite, a partir do ano lectivo de 1934-1935, aos conselhos escolares das Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto reduzir o tempo do estágio laboratorial no 3.º ano das licenciaturas em ciências físico-químicas, geológicas e biológicas
- 24049 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 5.º do regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (distribuição, por grupos, dos professores catedráticos), aprovado pelo decreto n.º 20440
- 24104 Torna facultativa, a partir do ano lectivo de 1933-1934 inclusive, a disciplina de geologia para os alunos do curso de engenheiro geógrafo, estabelecido nas Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto pelos artigos 2.º e 4.º do decreto n.º 18477
- 24128 Autoriza cada uma das actuais escolas comerciais de Lisboa a aceitar três obrigações do valor nominal de 1000\$00, representativas do empréstimo interno consolidado denominado Consolidado 4 1/2 por cento, 1933, para, com o seu rendimento, instituir um prémio anual que será solenemente entregue, em dinheiro, ao aluno que, com mais elevada classificação, conclua o curso complementar de comércio
- 24147 Cede à comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho de Viana do Castelo, para instalação da escola de ensino primário geral e habitação do professor, a antiga residência paroquial da freguesia de Darque
- 24177 Regulamenta as disposições do decreto n.º 17437, que concedeu aos alunos da Academia de Música de Coimbra a faculdade de prestarem nela as suas provas de exames
- 24207 Regula os concursos para fornecimento de máquinas de escrever aos diversos serviços do Estado
- 24215 Fixa os quadros docentes das zonas escolares da cidade de Lisboa
- 24216 Fixa os quadros docentes das zonas escolares da cidade do Pôrto
- 24217 Providencia a fim de que as formalidades relativas aos provimentos por concurso dos lugares do quadro geral do ensino primário resultantes da ampliação dos quadros das cidades de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Braga possam decorrer a tempo de os nomeados entrarem em exercício no próximo ano lectivo
- 24227 Determina que cada um dos prémios instituídos pelo decreto n.º 24128 tenha a designação de «Prémio Associação Comercial de Lisboa»
- 24312 Fixa a zona de influência pedagógica do Liceu Municipal da Covilhã, ao qual é dada a denominação de Liceu Municipal de Heitor Pinto
- 24321 Determina que os professores efectivos dos liceus, que na qualidade de efectivos ou agregados tenham prestado serviço nos liceus normais, possam, mediante proposta fundamentada dos reitores, ser colocados em comissão nesses liceus
- 24361 Aprova o regulamento das escolas práticas de agricultura
- 24369 Determina que o Liceu do Dr. Júlio Henriques, em Coimbra, passe a funcionar como liceu normal a partir do próximo ano escolar de 1934-1935 e regula o seu funcionamento
- 24396 Promulga o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 24454 Anula o decreto n.º 22923, pelo qual era mantido o decreto que transfere, a seu pedido, um professor efectivo do 7.º grupo do Liceu Central de Salvador Correia, em Loanda, para igual grupo no Liceu 5 de Outubro, de Lourenço Marques
- 24497 Autoriza a cessão definitiva à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital do prédio do Estado sito na freguesia de Lagares da Beira, concelho de Oliveira do Hospital, em que funcionava a escola de ensino primário
- 24522 Extingue a oficina de encadernador da Escola Industrial do Infante D. Henrique, do Pôrto, e cria na mesma Escola a oficina de gravura química
- 24526 Manda pôr em vigor no ano lectivo de 1934-1935 em todas as classes dos liceus os novos programas do ensino secundário
- 24552 Prorroga para a presente época de Outubro a vigência do decreto n.º 23072, que fixa o programa de exame de admissão a que se devem sujeitar os candidatos à matrícula e inscrição no 1.º ano da Faculdade e Escolas de Farmácia que tenham aprovação no curso geral dos liceus
- 24553 Regulamenta a publicação do Boletim do Ensino Primário Oficial, que terá a designação da Escola Portuguesa
- 24569 Determina que a Biblioteca Nacional remeta à biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes um exemplar de todas as obras de interesse artístico e arqueológico recebidas a título de depósito legal sempre que essas obras, não se revestindo de carácter popular ou de vulgarização, não devam dar entrada na Biblioteca Popular Central de Lisboa

- 24570 Dá nova redacção ao § 1.º do artigo 139.º do regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 19691
- 24610 Determina que no corrente ano não sejam apresentados, para aprovação, livros destinados ao ensino secundário, devendo observar-se para o próximo ano escolar o disposto no artigo 11.º do decreto-lei n.º 23982
- 24612 Determina que a Câmara Municipal de Castelo de Vide tome à sua guarda, para devidamente administrar, a quantia de 25000\$00 doada por António José Repenicado Sénior para, com o seu rendimento, serem instituídos quatro prémios anuais destinados aos alunos pobres das escolas do ensino primário elementar da vila e concelho de Castelo de Vide
- 24616 Permite que o secretário geral da Junta de Educação Nacional deixe de acumular as funções próprias desse cargo com as docentes
- 24676 Promulga o regulamento dos liceus normais
- 24966 Promulga o regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 24966 (R1 DG 64 de 1935) Rectificação ao regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto, promulgado pelo decreto n.º 24966
- 24727 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar da Freguesia de Santa Catarina, de Lisboa
- 24743 Aumenta com uma professora o corpo docente efectivo da Escola Nacional do Sexo Feminino de Nova Goa fixado no orçamento do Estado da Índia para 1934-4935
- 24746 Regula o ingresso na Faculdade e Escolas de Farmácia dos ajudantes de farmácia
- 24762 Declara sem efeito o decreto n.º 9748, que cedeu à Câmara Municipal do concelho da Madalena uma parcela de terreno para instalação da escola de ensino primário geral do sexo feminino e habitação da respectiva professora na freguesia de S. Mateus
- 24787 Aprova o modelo do boletim para inscrição de alunos externos do ensino secundário em estabelecimento
- 24795 Suspende a disposição do artigo 59.º do Estatuto do Ensino Secundário, aprovado pelo decreto-lei n.º 20741, que permite a permuta entre professores dos liceus, em certas condições
- 24795 (R1 DG 21 de 1935) Rectificação ao decreto-lei n.º 24795, que regula a inscrição e admissão a exames liceais de alunos externos e define os direitos dos alunos que estão estudando certas classes sem se haverem submetido à inscrição sucessiva e regular nas classes anteriores
- 24815 Autoriza a Junta do Empréstimo para o Ensino Secundário a expropriar, por utilidade pública urgente, um terreno situado nas traseiras do Liceu de Rodrigues de Freitas, na cidade do Pôrto, para construção dos campos de jogos e ginástica do referido Liceu
- 24817 Aprova o regulamento da matrícula nas escolas oficiais do magistério primário
- 24817 (R1 DG 23 de 1935) Rectificação ao regulamento da matrícula nas escolas oficiais do magistério primário, aprovado pelo decreto n.º 24817
- 24825 Manda continuar em vigor as disposições dos decretos n.ºs 18608, 18876 e 18879 (regulamentos literários do Colégio Militar, Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e do Instituto Feminino de Educação e Trabalho) alteradas pelos decretos n.ºs 18896 e 20839, que ficam revogados

Portarias

- 7750 Aprova os programas das cadeiras de história geral da música e pedagogia geral da música
- 7761 Dispensa no corrente ano lectivo e ainda no ano lectivo próximo a idade legal fixada no artigo 37.º do decreto n.º 18881 para a admissão à matrícula na disciplina de órgão no Conservatório Nacional
- 7789 Aprova os programas das disciplinas de pontos da história de Portugal e de paleografia (1.ª e 2.ª partes) do curso superior de bibliotecário-arquivista
- 7791 Aprova o modelo anexo para as fôlhas dos livros de registo das visitas respeitantes aos serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário
- 7806 Declara nula e sem efeito a portaria n.º 7764, em virtude da qual se considerava nula e sem efeito a portaria publicada por extracto no Diário do Governo n.º 102, de 5 de Maio de 1930, que mandava entregar, em uso e administração, à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Arões, concelho de Fafe, a parte da residência paroquial da mesma freguesia não aplicada às escolas de ensino primário
- 7808 Determina que na elaboração dos pontos para as provas de cultura pedagógica os júris devam tomar em consideração as matérias que aos candidatos houverem sido ministradas nas escolas particulares do magistério primário
- 7811 Aprova os estatutos da Associação da Filosofia Natural, fundada pelos estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto
- 7814 Aprova a fôlha de registo biográfico do pessoal em serviço nas escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico
- 7816 Indica quais as habilitações a obter nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto para a admissão ao 1.º ano de estágio do 9.º grupo dos Liceus Normais de Lisboa e Coimbra
- 7872 Determina que nos concursos para o magistério no Conservatório Nacional não haja votação por esferas numeradas de 1 a 20 sempre que, na votação em mérito absoluto, tenha sido aprovado um só candidato
- 7877 Manda pôr em vigor na colónia de Angola os decretos n.ºs 20065, que regula a concessão de isenções de propinas e bolsas de estudo nos liceus, e n.º 22724, que regulamentou a doutrina do artigo 128.º do decreto n.º 20741 (Estatuto do Ensino Secundário), acêrca de faltas dos alunos nos liceus
- 7884 Aprova os modelos referentes à estatística provisória do ensino primário oficial

- 7886 Determina que as secretarias das inspeções dos distritos escolares se munam de um livro próprio para termos de posse, devidamente impresso
- 7891 Autoriza a Escola Prática de Agricultura, em Queluz, a expedir correspondência oficial para a Direcção Geral do Ensino Técnico, do Ministério da Instrução Pública, e bem assim para os encarregados da educação dos seus alunos para efeitos de remessa das relações de aproveitamento e procedimento
- 7894 Regula a admissão à matrícula no curso de peritos orientadores, instituído junto do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho pelos decretos n.ºs 22753 e 22754
- 7905 Determina que as Faculdades e escolas universitárias designem no princípio do ano lectivo o número de sessões de trabalhos práticos a realizar em cada disciplina
- 7906 Aprova o modelo das cartas de exames a que os inscritos marítimos são submetidos
- 7932 Aprova o ex-libris para a Direcção Geral do Ensino Primário e todos os serviços e estabelecimentos dela dependentes
- 7938 Declara sem efeito o despacho ministerial que manda excluir da frequência dos estabelecimentos de ensino secundário os alunos externos que durante três anos sucessivos, ou cinco alternados, não obtivessem aprovação em nenhuma disciplina ou classe
- 7946 Determina que sejam publicados nos Boletins Oficiais das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Índia e Macau, a fim de terem a devida execução, os novos programas do ensino secundário, mandados pôr em vigor no ano lectivo de 1934-1935 pelo decreto-lei n.º 24526

Pontos-modelo

- DG 16 Pontos-modelos organizados pelo Conselho Superior da Instrução Pública, secção do ensino secundário, para os exames liceais
- DG 121 Rectificações aos pontos-modelos para as provas escritas dos exames do ensino secundário, insertos no Diário do Govêrno n.º 16, de 19 de Janeiro último

Modelos

- DG 38 Modelo de diploma de licenciatura em medicina para médicos diplomados por Universidades estrangeiras ou pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa que tenham repetido as cadeiras do curso médico e defendido tese

Circulares

- DG 69 Circular aos professores do ensino primário, secundário e técnico elementar e médio do continente e ilhas acêrca de correspondência inter-escolar
- DG 145 Circular aos reitores dos liceus em que se estabelecem normas a observar nos exames liceais a realizar no próximo mês de Julho

Programas

- DG 131 Programa dos exames de admissão à primeira matrícula para o ano lectivo de 1934-1935 do Instituto Superior Técnico
- DG 204 Despacho que aprova os programas de concursos para admissão aos cursos superiores de canto, piano, violino e violoncelo no Conservatório Nacional
- DG 241 Programas de solfejo e do curso de órgão e alterações aos programas das disciplinas de canto, piano, violino, violoncelo, harpa, oboé, clarinete e saxofone do Conservatório Nacional

1935

Leis

- 1895 Determina que nas reformas de instrução ou assistência a realizar o Govêrno institua o ensino agrícola elementar nos estabelecimentos oficiais de assistência - Autoriza o Govêrno a subsidiar as corporações ou as instituições particulares que realizem ou possam realizar eficientemente esse mesmo ensino
- 1904 Promulga a reforma do ensino secundário
- 1910 Altera a redacção do § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política da República, respeitante ao ensino ministrado pelo Estado
- 1916 Institue cursos de higiene geral em todos os liceus e de puericultura, para as alunas, nos liceus femininos ou mixtos e demais escolas secundárias onde houver turmas exclusivamente femininas
- 1917 Autoriza o Govêrno a promover, pelos seus organismos técnicos, as providências atinentes a assegurar a eficiência da acção do médico e do pedagogo relativamente à correcção das causas da insuficiência escolar
- 1918 Estabelece as bases do ensino primário nas escolas rurais
- 1920 Cria em Lisboa o Instituto de Medicina Tropical

Decretos-Lei

- 24776 Autoriza o Govêrno a fazer construir novos edifícios para a instalação da reitoria da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Letras e Direito da mesma Universidade
- 24776 (R1 DG 8) Rectificação ao decreto-lei n.º 24776, que autoriza o Govêrno a fazer construir três novos edifícios para a Universidade de Lisboa
- 24795 Autoriza o Govêrno a fazer construir novos edifícios para a instalação da reitoria da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Letras e Direito da mesma Universidade

- 24795 (R1 DG 21) Rectificação ao decreto-lei n.º 24795, que regula a inscrição e admissão a exames liceais de alunos externos e define os direitos dos alunos que estão estudando certas classes sem se haverem submetido à inscrição sucessiva e regular nas classes anteriores
- 24861 Autoriza a Faculdade de Medicina de Lisboa a contratar no actual ano lectivo mais dois assistentes fora do quadro
- 24943 Transforma a cadeira de clínica terapêutica médica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa numa cadeira de clínica médica especialmente destinada ao ensino das doenças do aparelho respiratório e que se designará por Clínica de doenças pulmonares
- 24944 Cria na Escola Comercial de Rodrigues Sampaio o curso complementar de dactilografia e estenografia
- 24946 Autoriza o pagamento do serviço de exames prestado no ano lectivo de 1933-1934 pelos presidentes dos júris dos exames realizados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 24971 Torna extensivo aos alunos do Instituto Superior de Comércio do Porto o disposto no artigo 154.º e seus parágrafos do decreto n.º 20440, que aprova o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 25444 Extingue o lugar de artífice do Museu e Laboratório Zoológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e cria em sua substituição o lugar de ajudante de conservador do referido Museu e Laboratório
- 25189 Altera algumas disposições do regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 24396
- 25317 Manda aposentar, reformar ou demitir os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de opposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado
- 25371 Regula a aposentação dos funcionários dos quadros e serviços coloniais
- 25387 Estabelece a concessão de fardamento, de dois em dois anos, ao pessoal menor da Academia das Ciências de Lisboa, quer do quadro, quer assalariado ou adido e em serviço
- 25406 Institue o exame de admissão às Universidades
- 25444 Extingue o lugar de artífice do Museu e Laboratório Zoológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e cria em sua substituição o lugar de ajudante de conservador do referido Museu e Laboratório
- 25445 Autoriza a concessão de fardamentos a um guarda e a um dos contínuos do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana
- 25447 Regula a aprovação dos livros que devem ser adoptados nos liceus
- 25452 Concede aos alunos matriculados no Instituto de Música de Coimbra o direito de prestarem as provas dos exames de todas as disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional, com excepção dos cursos superiores
- 25461 Regula as provas de admissão aos liceus
- 25484 Torna extensivas às missões de estudo ou de investigação científica da Escola de Medicina Tropical as disposições constantes dos artigos 7.º a 10.º do decreto-lei n.º 24226, que reorganiza a Missão Hidrográfica e de Fronteira do Rio Zaire
- 25544 Torna extensivas à escola que funciona na Cadeia Civil do Pôrto as disposições relativas a exames do ensino primário elementar contidas no decreto n.º 14677
- 25552 Regula a situação dos professores do quadro geral do ensino primário elementar que, havendo sido demitidos mediante processo disciplinar, obtenham pela revisão do processo a anulação da pena que sobre eles recaíra
- 25555 Autoriza a direcção da revista colonial *O Mundo Português* a promover a realização, nos meses de Agosto e Setembro de 1935, do 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias Portuguesas
- 25569 Regula a primeira matrícula nas escolas da Universidade Técnica
- 25577 Regula o reingresso dos professores que tenham deixado de servir nas escolas da metrópole para fazerem parte dos quadros das colónias
- 25593 Regula a admissão ao 1.º ano do estágio nos liceus normais, no 9.º grupo
- 25628 Determina que a nomeação dos vogais da comissão central e das diversas secções do Conselho Superior da Instrução Pública, no triénio de 1935-1938, continue a ser da livre escolha do Governo
- 25631 Determina que as especialidades clínicas das Faculdades de Medicina tenham, no final do semestre em que são cursadas, um exame feito nas mesmas condições dos exames das outras disciplinas
- 25636 Acresce o quadro do pessoal técnico do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra de um lugar de ajudante de preparador
- 25637 Integra os serviços do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira nos de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário
- 25656 Autoriza o serviço de leitura nocturna e dominical na Biblioteca Popular Central de Lisboa até 31 de Dezembro de 1935
- 25676 Cria seis lugares de médicos escolares para os Liceus de D. Filipa de Lencastre e Passos Manuel, de Lisboa, Carolina Michaëlis, do Pôrto, Sá de Miranda, de Braga, José Estêvão, de Aveiro, e Afonso de Albuquerque, da Guarda, e cria dezasseis lugares de visitadoras escolares
- 25699 Autoriza até 31 de Dezembro de 1935 o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional
- 25723 Considera para todos os efeitos serviço oficial a participação, no próximo Cruzeiro de Férias às Colónias, dos professores de qualquer grau ou ramo de ensino dependente do Ministério
- 25750 Fixa a remuneração dos presidentes dos júris dos exames do 1.º e 2.º ciclos liceais nas escolas agrícolas do ensino médio, bem como dos presidentes dos júris de exames dos liceus municipais agrícolas
- 25760 Proíbe o uso, por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino do Estado, de dicionários e gramáticas da língua portuguesa que não estejam escritos na ortografia oficial

- 25807 Permite aos funcionários coloniais que eram sócios voluntários de extintos montepios do Estado, bem como aos herdeiros hábeis dos já falecidos, requererem a sua inscrição no Montepio dos Servidores do Estado - Permite a reinscrição de sócios deste Montepio que se encontrem em determinadas condições
- 25921 Revoga o decreto n.º 20933 e os decretos-leis n.ºs 23009 e 23982, que regularam e regulam a aprovação de livros de ensino nas escolas industriais e comerciais, ficando de nenhum efeito os concursos e apresentações de livros feitos ao abrigo das suas disposições
- 25922 Regulamenta o ensino particular de preparação para o magistério primário somente nas escolas a êle exclusivamente destinadas
- 25936 Estabelece as bases de uma organização nacional denominada Lar Português, que se destina a difundir os princípios e a preparar os meios e providências práticas, em ordem à defesa da família
- 25936 (R1 DG 241) Nova publicação, rectificada, do decreto-lei n.º 25936, que estabelece as bases de uma organização nacional denominada Defesa da Família, que se destina a difundir os princípios e a preparar os meios e providências práticas, em ordem à defesa da família
- 25993 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto a contratar pessoa idónea para, durante o ano lectivo de 1935-1936, reger as cadeiras e cursos anexos de desenho da referida Faculdade
- 26020 Autoriza as Faculdades de Medicina e de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a contratar, no ano escolar de 1935-1936, vários pessoal além dos quadros
- 26026 Institue na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o curso de bibliotecário-arquivista, destinado principalmente a fornecer a preparação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos do Estado e das corporações administrativas
- 26026 (R1 DG 270) Rectificação ao decreto-lei n.º 26026, que institue na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra o curso de bibliotecário-arquivista, destinado principalmente a fornecer a preparação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos do Estado e das corporações administrativas
- 26027 Extingue o curso superior de bibliotecário-arquivista, instituído pelo decreto n.º 19952
- 26028 Permite a matrícula no curso superior de piano aos alunos aprovados no último concurso de admissão e que excediam o limite fixado e providencia relativamente aos professores que devem ministrar o ensino
- 26043 Determina que a matrícula na Universidade do Pôrto, para inscrição nos cursos de engenharia, dos indivíduos com as habilitações constantes do artigo 8.º da base I (ensino médio industrial) do decreto n.º 20328 fique dependente de aprovação em exame de aptidão
- 26061 Determina que os secretários das secções liceais de Lisboa e Pôrto sejam nomeados de entre os professores efectivos ou agregados em serviço nessas secções
- 26070 Reorganiza o quadro do pessoal do Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu Bocage), anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- 26103 Fixa as turmas que no corrente ano lectivo devem funcionar nos liceus e secções liceais
- 26103 (R1 DG 285) Rectificação ao decreto-lei n.º 26103, que fixa o número de turmas com que funcionarão no corrente ano lectivo os liceus e secções liceais
- 26115 Promulga a reforma de vencimentos do funcionalismo civil
- 26121 Dá outra redacção aos §§ 3.º e 4.º do artigo 55.º do decreto n.º 18717, relativos a professores contratados e auxiliares das Faculdades e Escolas

Decretos

- 24870 Determina que seja substituída pela prova escrita de geografia política e económica a prova escrita sobre geografia matemática, a que deviam submeter-se os candidatos à licenciatura em ciências geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 24966 Promulga o regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto
- 24966 (R1 DG 64) Rectificação ao regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto, promulgado pelo decreto n.º 24966
- 24971 Torna extensivo aos alunos do Instituto Superior de Comércio do Porto o disposto no artigo 154.º e seus parágrafos do decreto n.º 20440, que aprova o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 25013 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar de S. Miguel, da cidade de Lisboa
- 25018 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar da Pena
- 25030 Autoriza a comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho do Barreiro a aplicar o terreno e materiais de construção da antiga igreja de Santo António da Charneca, na freguesia de Palhais, que àquele corpo administrativo foi cedida pelo decreto n.º 23052, à construção de um largo arborizado e os materiais à edificação da escola oficial
- 25040 Estabelece que fica competindo ao Governo a nomeação dos professores provisórios dos liceus do continente da República, incluindo os municipais
- 25060 Cria na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um curso livre anual de estudos olissiponenses
- 25078 Regula o provimento dos lugares de professores efectivos dos liceus
- 25102 Declara sem efeito o decreto publicado no Diário do Governo n.º 151, de 1 de Julho de 1913, na parte em que cede à Câmara Municipal do concelho de Santa Comba Dão, a título precário, o antigo presbitério da freguesia de Treixedo, para nêle se estabelecer a respectiva escola oficial e a residência do professor
- 25110 Introduce alterações na distribuição de algumas disciplinas dos cursos industriais da Casa Pia de Lisboa, a fim de intensificar a prática oficial
- 25111 Dá o nome de Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio ao Laboratório e Museu de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto

- 25134 Regulamenta a lei n.º 1435, que determina a remessa ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro de todas as obras impressas em Portugal
- 25135 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Sopa Escolar, da vila e concelho de Águeda
- 25145 Extingue nas Escolas Industriais e Comerciais de Fernando de Oliveira, de Aveiro, e Jácome Ratton, de Tomar, bem como na Industrial de O Comércio do Pôrto, de Oliveira de Azeméis, respectivamente, os cursos de carpinteiro-marceneiro, o de carpinteiro-segeiro e o de carpinteiro, e cria nas duas primeiras escolas os cursos de marceneiro-entalhador e na última o de marceneiro
- 25175 Promulga a reorganização do Liceu de 5 de Outubro, de Lourenço Marques
- 25189 Altera algumas disposições do regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 24396
- 25227 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar de Crianças Pobres da freguesia de Santos-o-Velho, da cidade de Lisboa
- 25228 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Associação da Oficina-Escola João de Deus, da freguesia da Cidade, do concelho de Braga
- 25305 Fixa o mobiliário e material didáctico mínimo para o funcionamento de cada lugar de professor do ensino primário elementar
- 25311 Aprova os programas das disciplinas das escolas do magistério primário
- 25328 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar da freguesia de Marquês de Pombal, da cidade de Lisboa
- 25339 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Associação Luiz Braille, da cidade de Lisboa
- 25356 Extingue na Escola Industrial e Comercial de Jácome Ratton, de Tomar, o curso de marceneiro-entalhador e cria na mesma escola o curso de marceneiro
- 25373 Autoriza a restituição das receitas das caixas escolares do ensino primário referentes aos anos económicos de 1930-1931 a 1933-1934 em conta da verba inscrita no orçamento do Ministério
- 25404 Cede definitivamente à Junta de Freguesia de Vil de Soito, concelho e distrito de Viseu, o edifício da antiga residência paroquial e o seu releixo, para instalação da escola primária oficial e da sede do corpo administrativo cessionários
- 25405 Eleva a pensão mensal que pelo legado instituído pelo arquitecto Ventura Terra é paga a Ana de Lemos
- 25407 Permite aos alunos internos dos liceus que, segundo a legislação actualmente vigente, estiverem em condições de ser admitidos a exames dos cursos complementares, obter a respectiva carta de curso, independentemente de aprovação nesses exames
- 25411 Regula o provimento dos lugares de observadores chefes de serviço, observadores e primeiros ajudantes de observadores do Instituto Geofísico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e dos Observatórios Meteorológicos anexos às Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa e Pôrto
- 25412 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar da Freguesia da Lapa, da cidade de Lisboa
- 25414 Estabelece os novos programas do ensino secundário
- 25446 Regula a concessão de diplomas de peritos orientadores de psicotécnica no Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho
- 25469 Determina que a receita proveniente do registo de matrícula oficial de qualquer curso ou grau de ensino, com exclusão do primário, paga por meio de estampilhas fiscais nos distritos autónomos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, passe a ser cobrada por meio de guia, devendo o produto das cobranças ser entregue oportunamente às respectivas juntas gerais
- 25497 Aprova o programa do curso complementar de dactilografia e estenografia, criado na Escola Comercial de Rodrigues Sampaio, de Lisboa
- 25528 Declara sem efeito o decreto n.º 1939, que cedeu à Junta de Freguesia de Genízio, concelho de Miranda do Douro, o edifício da antiga residência paroquial da referida freguesia, para nêle se estabelecer uma escola primária do sexo masculino e a habitação do respectivo professor
- 25556 Determina que o Laboratório e Museu de Zoologia e a Estação de Zoologia Marítima da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto passem a denominar-se Instituto de Zoologia Dr. Augusto Nobre e Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre
- 25565 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal do Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima, associação de instrução, da cidade de Lisboa
- 25635 Introduce várias alterações no regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 25675 Simplifica a escrita relativa aos estabelecimentos do ensino primário
- 25682 Autoriza a Junta de Freguesia de S. João de Negrilhos, concelho de Aljustrel, a aceitar e administrar o legado deixado por Manuel da Silva Figueiredo, para instituição de um prémio de 40\$00 e outro de 20\$00, anuais, destinados aos primeiros e segundos alunos mais classificados em cada uma das três escolas do ensino primário da referida freguesia
- 25733 Permite ao director do Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto, de Lisboa, admitir e despedir o respectivo pessoal assalariado, independentemente de quaisquer formalidades
- 25742 Determina que a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa organize anualmente, na época de verão e nos subúrbios da capital, um curso de férias para nacionais e estrangeiros
- 25793 Regulamenta o provimento dos lugares de aspirantes das secretarias das inspecções dos distritos escolares

- 25797 Determina que a idoneidade para a regência de postos de ensino primário seja comprovada, pelos indivíduos que não fôrem habilitados com o Exame de Estado do magistério primário, por meio da aprovação nas respectivas provas de aptidão
- 25802 Determina que continue em vigor no próximo ano escolar o disposto no artigo 4.º do decreto n.º 24369 (redução a nove turmas a frequência do Liceu do Dr. Júlio Henriques, em Coimbra)
- 25813 Regula os exames de aptidão às escolas da Universidade Técnica e aprova os programas da primeira matrícula nas referidas escolas
- 25817 Separa o liceu municipal criado na vila de Santo Tirso pelo decreto n.º 20742 da Escola Prática de Agricultura do Conde de S. Bento, passando a reger-se pelas disposições legais respeitantes a liceus municipais
- 25818 Aprova o regulamento dos Exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais
- 25853 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal do Asilo-Escola António Luiz de Oliveira, de Lisboa
- 25946 Institue em todos os liceus, a partir da 3.ª classe, cursos obrigatórios de higiene
- 25954 Aprova o regulamento da prática dos alunos-mestres das escolas oficiais do magistério primário
- 25958 Cede, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho de Figueiró dos Vinhos, para instalação da escola de ensino primário geral do sexo feminino e habitação da respectiva professora, o edifício da antiga residência paroquial da freguesia da Aguda
- 25961 Fixa a gratificação por cada hora de serviço extraordinário aos professores dos liceus da colónia de Angola
- 25962 Dá a denominação de Liceu Municipal de D. Diniz ao liceu municipal criado na vila de Santo Tirso pelo decreto n.º 25817 e fixa a zona de influência pedagógica do mesmo liceu
- 25967 Regula o serviço de leitura diurna e nocturna na Biblioteca Nacional Vasco da Gama, de Nova Goa
- 25976 Determina que no caso de vacatura, como na falta ou impedimento de qualquer professor da escola anexa à Escola Normal de Luiz de Camões, no Estado da Índia, só possa ser nomeado um professor do quadro do magistério primário com mais de sete anos de bom e efectivo serviço, apurado em concurso documental
- 26008 Cria, nos termos da base II da lei n.º 1916, a disciplina de puericultura nos cursos femininos das escolas do ensino técnico profissional de Lisboa e Pôrto
- 26015 Regula a admissão nas classes liceais dos alunos matriculados em alguma escola do ensino técnico ou em liceu anexo a escola agrícola, sem precedência do exame de admissão aos liceus
- 26019 Dá nova redacção ao artigo 24.º do regulamento das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, aprovado pelo decreto n.º 21662
- 26022 Extingue a oficina de carpintaria da Escola Industrial e Comercial de Pedro Nunes, de Águeda, e cria na mesma Escola a oficina de marcenaria
- 26029 Manda adoptar o modelo das fôlhas de cadastro do pessoal docente dependente da Direcção Geral do Ensino Primário
- 26044 Introduce algumas alterações no regulamento dos liceus normais, aprovado pelo decreto n.º 24676
- 26088 Autoriza a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno sito à Avenida Antunes Guimarães, na referida vila, destinado à construção de um edifício escolar para ambos os sexos
- 26124 Modifica, no que diz respeito à prática das línguas francesa e inglesa, a organização do curso de preceptoras professado no Instituto Feminino de Educação e Trabalho
- 26143 Autoriza a Junta de Freguesia de Castelões, concelho de Tondela, a aceitar e administrar a doação feita pelo proprietário Eduardo de Azevedo Alves de Matos, para instituição de um prémio anual destinado a oito alunos das duas escolas da referida freguesia
- 26173 Abre um crédito destinado à transformação de salas e outras despesas com a instalação do pòsto de puericultura e à montagem de bebedouros e gelosias no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, de Lisboa
- 26175 Reorganiza os serviços dêste Ministério (da Instrução Pública)

Portarias

- 7960 Manda publicar nos Boletins Oficiais das colónias a lista definitiva das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores portuguesas de engenharia, inserta no Diário do Governo n.º 106, 2.ª série, e suas rectificações publicadas nos n.ºs 121, 133 e 151
- 7969 Manda transitar para o Asilo de D. Maria Pia os alunos do Asilo de Nun'Álvares com mais de doze anos de idade que não puderam completar, por deficiência e atraso mental, o ensino primário elementar
- 7983 Aprova os estatutos da Associação dos Estudantes de Direito de Lisboa
- 7997 Esclarece que o regime de faltas e licenças a que estão sujeitos os professores agregados dos liceus, do quadro do exercício eventual, é o estabelecido para os restantes professores agregados e para os efectivos pelos artigos 77.º e 78.º do Estatuto do Ensino Secundário e, nos casos aí não especificados, pelo decreto n.º 19478
- 8011 Esclarece que deve não considerar-se desistência do Exame de Estado, para o efeito de ser contada no número das que excluem definitivamente o candidato, o facto de o examinando não poder comparecer às provas, ou não poder concluí-las, por motivo superior à sua vontade
- 8013 Esclarece que os atestados médicos em que se declare que o candidato não sofre de doença contagiosa, quanto à nomeação de professores dos liceus, devem ser exigidos por ocasião da primeira nomeação para a entrada no quadro de exercício eventual
- 8015 Aprova os estatutos da Associação de Estudantes do Instituto Comercial de Lisboa

- 8027 Esclarece que as disposições do decreto de 17 de Junho de 1911, relativas a matrículas e exames de antigos seminaristas, só podem aproveitar aos indivíduos que freqüentaram seminários antes da data da publicação desse Decreto
- 8029 Esclarece que as nomeações de secretários dos liceus não estão subordinadas a qualquer período de tempo, devendo todos os secretários nomeados permanecer no exercício das suas funções enquanto não forem legalmente substituídos
- 8030 Concede aos alunos do curso especial de higiene pública e curso de medicina sanitária, da Direcção Geral de Saúde, com freqüência anterior a 1930-1931 e que ainda não prestaram provas, as épocas de exames de Junho-Julho e Outubro do corrente ano, findas as quais caducarão as referidas freqüências
- 8047 Determina que os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério prestem as indicações constantes dos respectivos livros de registo que lhes forem pedidas pelos chefes dos distritos de recrutamento e reserva e pelos comandantes das unidades activas do exército acerca das habilitações literárias dos mancebos que anualmente são incorporados nas fileiras do exército
- 8083 Manda publicar nos Boletins Officiais das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Índia e Macau os decretos n.ºs 21110, com as rectificações publicadas no Diário do Governo n.º 259, de 4 de Novembro de 1932, 21150, 21681, 22724 e o parecer da secção do ensino secundário do Conselho Superior de Instrução Pública, inserto no Diário do Governo n.º 277, de 5 de Dezembro de 1933, no sentido de que a disposição do artigo 94.º do Estatuto do Ensino Secundário não aproveita aos indivíduos que, havendo interrompido o seu curso secundário, pretendam voltar a freqüentar os liceus como internos
- 8110 Torna extensivas a todo o território do Império Colonial as disposições do decreto-lei n.º 25317 (afastamento do serviço dos funcionários)
- 8147 Manda observar nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Estado da Índia as disposições do decreto-lei n.º 25406, que instituiu o exame de admissão às Universidades
- 8151 Torna aplicável o disposto no n.º 2.º, segundo caso, da portaria n.º 3545 (melhoria de vencimentos) aos oficiais que desempenhem por acumulação com qualquer outro cargo militar funções docentes (professores, assistentes ou instrutores) dentro da mesma escola ou em qualquer outra
- 8152 Autoriza as Escolas de Regentes Agrícolas, com sede em Coimbra, Santarém e Évora, a expedir até ao fim do corrente ano lectivo, isentas de franquia, as correspondências destinadas aos encarregados de educação dos seus alunos, para efeitos de remessa das relações de aproveitamento e procedimento
- 8158 Determina que os corpos administrativos locais das colónias satisfaçam pontualmente o subsídio de 1 por cento das receitas brutas para a Escola de Medicina Tropical
- 8170 Aprova os modelos A a F, referentes à estatística definitiva do ensino primário oficial
- 8171 Aprova o modelo F da estatística provisória dos serviços do ensino primário oficial
- 8173 Aprova os estatutos da Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 8192 Estabelece as bases reguladoras da fixação das dotações de água dos diversos serviços públicos - Relação das dotações gratuitas de água dos diversos estabelecimentos do Estado, e bem assim a lista dos estabelecimentos de assistência social, beneficência, instrução e recreio que beneficiam de água gratuita, em relação a metade do seu consumo, por conta da dotação do Estado
- 8203 Manda adoptar os modelos dos livros A, B, D, E e F da escrituração nas escolas do ensino primário oficial
- 8205 Aprova o modelo do mapa dos estabelecimentos de ensino primário elementar com autorização de funcionamento em 31 de Julho de cada ano e daqueles que ainda é preciso pôr a funcionar para atender às necessidades da população escolar em cada freguesia
- 8206 Faculta aos alunos que pretendam matricular-se nos liceus requererem o exame de admissão até 2 de Setembro próximo desde que comprovem que por motivo de força maior o não puderam fazer dentro do prazo fixado no decreto-lei n.º 25461
- 8210 Fixa a data em que deve começar a ser contado o prazo para as comissões encarregadas de exames de livros para o ensino secundário apresentarem os seus pareceres
- 8215 Determina que constitua exclusivo da Imprensa Nacional o modelo de boletim de admissão às provas de aptidão para a regência de postos de ensino, aprovado pelo decreto n.º 25797
- 8219 Manda adoptar o modelo do impresso para fôlhas destinadas à organização do cadastro dos edifícios públicos atribuídos a serviços escolares
- 8223 Manda distribuir por anos escolares as disciplinas das Faculdades de Direito, Ciências e Engenharia que compõem os cursos preparatórios para admissão na Escola Militar, aos cursos de artilharia e de engenharia militar
- 8230 Determina que os professores das escolas do magistério primário preencham, em relação a cada um dos meses do ano escolar e às disciplinas a seu cargo, os modelos referentes às lições dadas às diferentes classes do curso do magistério
- 8240 Manda publicar nos Boletins Officiais de todas as colónias, para ter a devida execução, o decreto-lei n.º 25807, que permite aos funcionários coloniais que eram sócios voluntários de extintos montepios do Estado, bem como aos herdeiros hábeis dos já falecidos, requererem a sua inscrição no Montepio dos Servidores do Estado, e que bem assim permite a reinscrição de sócios deste Montepio que se encontrem em determinadas condições
- 8243 Regula no presente ano lectivo a matrícula no curso de peritos orientadores, instituído junto do Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho
- 8251 Esclarece que não é obrigatória a inscrição e matrícula nos liceus dos alunos externos que não pretendam cartas de curso, e bem assim que podem ser admitidos a exame apenas com a aprovação de exame do 2.º grau de instrução primária

- 8253 Determina que em toda a correspondência expedida pela Direcção Geral do Ensino Primário para as estações ou entidades dela dependentes, ou por estas para aquela, sejam inscritas, por meio de sobrecarga a vermelho, as indicações «Administração», «Orientação» ou «Inspeção», segundo a função a que a referida correspondência se refere
- 8257 Determina que nas secretarias dos liceus haja um livro de registo de assinaturas dos directores de estabelecimentos de ensino secundário da respectiva zona pedagógica, devendo as mesmas assinaturas ser feitas nesse livro perante os chefes de secretaria e seguidas da aposição do selo branco do estabelecimento a que respeitam
- 8261 Introduce alterações nos mapas anexos à portaria n.º 8192, que designam os estabelecimentos de assistência social, beneficência e instrução que beneficiam da concessão de metade do consumo de água por conta da dotação do Estado
- 8269 Regula a situação dos alunos das Universidades reprovados três vezes no mesmo exame final
- 8284 Determina que só os funcionários com um ano, pelo menos, de diuturno e efectivo serviço possam usar do direito de transferência a que se referem os decretos n.ºs 19952 e 23096
- 8292 Esclarece que a disciplina de higiene, ou higiene e puericultura, seja considerada para todos os efeitos dos artigos 128.º a 131.º, 137.º e 181.º (perda do ano por faltas ou deficiência de aproveitamento) do Estatuto do Ensino Secundário, aprovado pelo decreto n.º 20741
- 8293 Permite que na matrícula oficial dos alunos de estabelecimentos mantidos por instituições de beneficência, por corpos e corporações administrativas, por instituições de utilidade pública e ainda dos filhos dos inválidos da guerra e dos alunos residentes em localidades em que não haja estabelecimento oficial do mesmo ensino possa a certidão de idade ser substituída pela confirmação do conteúdo dos boletins de inscrição
- 8307 Determina que os alunos aprovados antes de 1935 no exame de instrução primária, 2.º grau, possam matricular-se condicionalmente no 1.º ano dos liceus, e esclarece que os alunos maiores ou emancipados, ou habilitados com um curso completo de preparatórios feito em seminários portugueses, não são obrigados a exame de admissão se quiserem fazer exames nos liceus
- 8308 Esclarece dúvidas acerca da situação dos candidatos à primeira matrícula nas Universidades que ficaram reprovados no exame de admissão e desejem repeti-lo, nos termos do artigo 16.º do decreto-lei n.º 25406

Despachos

- DG 7 Despacho pelo qual se determina que a portaria n.º 7960, que manda publicar nos Boletins Oficiais das colónias a lista definitiva das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores portuguesas de engenharia, seja acrescentada de: «Para ser publicada nos «Boletins Oficiais» de todas as colónias»
- DG 241 Despacho do Presidente do Conselho pelo qual determina nova publicação do decreto-lei n.º 25936, em virtude de se denominar Defesa da Família, e não Lar Português, a instituição por êle criada

Programas

- DG 79 Programa dos exames de admissão à primeira matrícula para o ano lectivo de 1935-1936 do Instituto Superior Técnico
- DG 208 Despacho que aprova os programas de concursos para admissão aos cursos superiores de canto, piano, violino e violoncelo no Conservatório Nacional
- DG 208 Despacho que aprova os programas de concursos para adjudicação dos prémios de canto, piano, violino, violoncelo, clarinete, clarim de pistões e composição no Conservatório Nacional
- DG 247 Modificações no programa do curso de solfejo e alterações aos programas das disciplinas de canto, piano, violino, violoncelo, órgão e fagote, do Conservatório Nacional

Modelos

- DG 193 Modelo do diploma para o exame de admissão à primeira matrícula na Universidade de Lisboa
- DG 193 (R1 DG 204) Nova publicação, rectificada, do modelo do diploma para os alunos aprovados no exame de admissão à primeira matrícula nas Universidades, inserto no Diário do Governo n.º 193, de 21 de Agosto último

Circulares

- DG 130 Circular aos reitores dos liceus, em que se estabelecem normas a observar nos exames a realizar no próximo mês de Julho
- DG 130 Manda considerar justificadas as faltas que os funcionários públicos dêem, por imposição da Direcção Geral de Saúde Escolar, nos termos dos artigos 39.º e 40.º do decreto n.º 23807
- DG 142 Circular aos reitores dos liceus em que se estabelecem instruções a observar nos exames liceais a realizar no próximo mês de Agosto
- DG 142 (R1 DG 154) Alteração à circular dos reitores dos liceus em que se estabelecem instruções a observar nos exames liceais a realizar no próximo mês de Agosto, inserta no Diário do Governo n.º 142, de 22 de Junho último
- DG 191 Circular aos reitores dos liceus pela qual se estabelecem normas para os relatórios anuais que têm de elaborar

1936

Leis

- 1934 Estabelece as bases para o provimento dos lugares dos quadros e serviços do Estado e das autarquias locais que exijam a especialização ministrada nas escolas industriais, comerciais e práticas de agricultura
- 1941 Estabelece as bases da organização deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional

Decretos-Lei

- 26266 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto a contratar no ano escolar de 1935-1936 um assistente, além do quadro, para prestar serviço no 2.º grupo da 3.ª secção
- 26341 Regula o provimento de lugares e cargos públicos, a promoção, a colocação, transferência ou qualquer alteração na situação dos funcionários, sua exoneração ou demissão, e promulga diversas disposições sôbre o «visto» em contratos e julgamento de contas
- 26341 (R1 DG 43) Rectificações ao decreto-lei n.º 26341, que regula o provimento de lugares e cargos públicos, a promoção, a colocação, transferência ou qualquer alteração na situação dos funcionários, sua exoneração ou demissão, e promulga diversas disposições sôbre o «visto» em contratos e julgamento de contas
- 26431 Autoriza a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a contratar, de 1 de Abril de 1936 a 31 de Julho de 1938, um professor estrangeiro para exercer a regência de cadeiras do 3.º grupo da 3.ª secção e para dirigir o museu e laboratório zoológico anexo à referida Faculdade
- 26432 Permite ao Ministro autorizar o imediato restabelecimento das escolas e lugares de professores do ensino primário elementar extintos, logo que se verifique haverem sido fornecidas as instalações respectivas e demais condições regulamentares para o funcionamento e corresponder cada lugar extinto a necessidade da população escolar
- 26503 Promulga diversas disposições acêrca de aposentações **Revogado**
- 26594 Torna dependente a matrícula nas Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto de um exame de aptidão e regula a prestação desse exame
- 26606 Autoriza a associação denominada Cantina Escolar Correia de Seixas, com sede na vila da Lousã, a aceitar a herança que lhe foi legada por Francisco Pereira Correia de Seixas, e reconhece à mesma associação o carácter de utilidade pública
- 26611 Aprova o regimento da Junta de Educação Nacional
- 26622 Revoga o decreto n.º 20616, que aumentou transitòriamente com um professor o pessoal superior da Escola Náutica, entrando novamente em vigor o artigo 123.º do decreto n.º 10084 e o n.º 2.º do artigo 7.º do decreto n.º 11010
- 26625 Autoriza a leitura nocturna na Biblioteca Nacional e a leitura nocturna e dominical na Biblioteca Popular de Lisboa
- 26626 Manda transitar para as classes immediatas os alunos matriculados na 2.ª e 5.ª classes dos liceus, internos ou externos, nas mesmas condições em que transitam os das 1.ª, 3.ª, 4.ª e 6.ª classes, dispensa os alunos na próxima época de exames da prestação da prova da disciplina de higiene ou da de higiene e puericultura e permite que se possam efectuar a partir de 25 de Junho as provas práticas dos exames da 7.ª classe
- 26640 Eleva os lugares dos quadros de ensino primário elementar das cidades de Lisboa, Pôrto, Braga e Coimbra e indica as entidades às quais compete a indicação para o provimento de alguns dos lugares criados. Cria escolas primárias nessas cidades e suprime em Lisboa as n.ºs 91 e 100
- 26644 Isenta do imposto de salvação pública, criado pelo decreto n.º 15466, os vencimentos, abonos e pensões respeitantes aos meses de Junho a Dezembro de 1936 - Fixa em 15 por cento a contribuição industrial sôbre emolumentos, salários e custas, não incidindo sôbre esta percentagem qualquer adicional
- 26727 Autoriza a Junta Geral do distrito de Lisboa a efectuar a troca de uma parte da propriedade da Escola Profissional de Paiã por várias parcelas de terreno, e igualmente autoriza a Junta Geral do distrito de Lisboa e a Câmara Municipal do concelho de Loures a procederem à troca de um trôço de caminho macadamizado pertencente à primeira e privativo da Escola Profissional de Paiã por dois caminhos públicos sob a jurisdição da segunda
- 26818 Equipara os vogais das várias secções da Junta Nacional da Educação que não sejam funcionários do Estado ou dos corpos administrativos, para efeito de abonos de ajudas de custo, quando convocados para as reuniões das mesmas secções, aos professores do ensino superior e concede-lhes direito a transportes em 1.ª classe
- 26898 Esclarece que as condições indicadas na lei como necessárias para provimento em qualquer cargo público civil são também exigíveis como requisitos de admissão ao respectivo concurso
- 26957 Institue as Missões Estéticas de Férias (M. E. F.), destinadas a facilitarem aos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas o conhecimento dos valores de carácter paisagístico, étnico, arqueológico e arquitectónico de Portugal, bem como a contribuírem para o seu cadastro, inventário e classificação
- 26994 Autoriza o Instituto para a Alta Cultura a fundar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra um laboratório de fonética experimental, que será um centro de investigação científica e de ensino
- 27003 Torna obrigatória a declaração de estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as idéas subversivas, para admissão a concurso, nomeação, assalariamento e noutras circunstâncias, com relação aos lugares do Estado e serviços autónomos, bem como dos corpos e corporações administrativas, e ainda para os candidatos à frequência das escolas que preparem exclusivamente para o funcionalismo e para outros
- 27084 Promulga a reforma do ensino liceal
- 27146 Estabelece as bases da reforma da Escola Naval
- 27170 Autoriza o contrato de um professor para ministrar o ensino do curso geral de piano no Conservatório Nacional no actual ano lectivo e permite a matrícula dos alunos aprovados no último concurso de admissão no 1.º ano do curso superior de piano e que excederam o limite fixado
- 27214 Reorganiza o ensino na Escola Náutica e simplifica os serviços da mesma Escola
- 27214 (R1 DG 292) Rectificação ao decreto-lei n.º 27214, que reorganiza o ensino na Escola Náutica e simplifica os serviços da mesma Escola

- 27269 Manda organizar em Lisboa na primavera de 1937 uma demonstração documental de carácter iconográfico, militar e bibliográfico denominada Exposição Histórica da Ocupação, para mostrar os trabalhos e acção dos portugueses para assimilação dos indígenas e para a defesa do ultramar português
- 27272 Considera suficiente habilitação à matrícula nas escolas superiores portuguesas os cursos secundários dos países que efectuem ou venham a efectuar trocas de bolseiros com o Instituto para a Alta Cultura, quando os seus diplomados forem enviados a Portugal como estudantes trocados
- 27273 Encorporea no Museu Regional de Évora o museu arqueológico anexo à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora
- 27274 Autoriza o abono de gratificação mensal de 10\$00 ao encarregado de observações na Ferraria, do serviço meteorológico dos Açores, que, por lapso, não foi incluída na tabela anexa ao decreto-lei n.º 26175
- 27275 Autoriza as Faculdades de Medicina e Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a contratar, no ano lectivo, vário pessoal
- 27276 Cria na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra um lugar de chefe de serviço, o qual aproveitará para funções docentes o serviço da consulta de estomatologia nos Hospitais da mesma Universidade
- 27277 Permite, enquanto não fôr provido definitivamente o cargo de professor da cadeira anexa de história da música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao reitor contratar individuo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade
- 27278 Autoriza a rectificação da nota a) referente à verba inscrita no orçamento para máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios e livros para o Museu das Janelas Verdes
- 27279 Estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário
- 27281 Autoriza o Governo a efectuar todas as despesas com o pessoal resultantes da execução do decreto-lei n.º 27084 (ensino liceal)
- 27442 Cria um lugar de médico escolar e doze lugares de visitadoras escolares para o Liceu Camões (secção mixta)

Decretos

- 26184 Prorroga até 20 de Janeiro corrente o prazo estabelecido no § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 26029 (entrega das fôlhas de cadastro do pessoal docente dependente da Direcção Geral do Ensino Primário)
- 26237 Regulamenta as transferências de alunos de um para outro liceu
- 26258 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Educação Popular, da cidade de Lisboa
- 26347 Promulga o regulamento do concurso do diploma de architecto pelas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto
- 26349 Declara sem efeito o decreto n.º 6664, na parte em que cede, a título de arrendamento, à junta escolar do concelho de Fafe o edificio da antiga residência paroquial da freguesia de Serafão, daquele concelho, para nêle funcionar a escola de ensino primário geral
- 26372 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, da cidade de Lisboa
- 26374 Estabelece novas normas para o abono de vencimentos aos funcionários das colónias desligados do serviço para aposentação ou reforma por efeito da applicação do artigo 1.º do decreto-lei n.º 25317 ... que tenham revelado ou revelem espírito de opposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado
- 26391 Altera o regime de nomeação da comissão encarregada de administrar a Cantina José Rufino, anexa à escola primária oficial de Alijó
- 26400 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Cantina Escolar de S. Mamede, da cidade de Lisboa
- 26451 Autoriza o pagamento de emolumentos em dívida ao Tribunal de Contas pelo Liceu de Nun'Álvares, de Castelo Branco, à renda da Sé Catedral e fôro do extinto Colégio dos Paulistas, e a ajudas de custo e despesas de deslocação da Direcção Escolar do distrito da Horta
- 26583 Torna applicáveis aos combatentes da Grande Guerra que freqüentem ou venham a freqüentar qualquer curso dependente do Ministério das Colónias na metrópole a isenção de propinas de matrícula e inscrição
- 26611 Confirma a cedência feita ao Liceu de Sá de Miranda, da cidade de Santarém, pelo decreto n.º 21035, de uma das duas casas referidas no mesmo decreto mais próxima do dito Liceu, ficando o cessionário autorizado a applicá-la à instalação da respectiva associação escolar
- 26693 Constitue os quadros docentes das zonas escolares da cidade de Lisboa
- 26693 (R1 DG 154) Rectificações ao decreto n.º 26693, que constitue os quadros docentes das zonas escolares da cidade de Lisboa
- 26694 Constitue os quadros docentes das zonas escolares da cidade do Pôrto
- 26893 Aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.)
- 27010 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da Associação Luiz Braille, da cidade de Lisboa
- 27062 Autoriza o pagamento, pela Universidade de Coimbra, à Comissão Administrativa dos Bens Cultuais do mesmo concelho, de metade da renda, vencida no mês de Dezembro de 1935, das dependências da Sé Catedral arrendadas à referida Universidade
- 27085 Aprova, para vigorarem desde o início do ano lectivo de 1936-1937, os programas das disciplinas do ensino liceal
- 27111 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal do Asilo Escola Agrícola de Manuel Silveira Estrêla, da Ribeira Grande, S. Miguel
- 27237 Extingue a Secção Técnica de Agricultura da colónia de Macau
- 27294 Estabelece diversos preceitos acêrca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas e aprova, com alterações, os orçamentos de todas as colónias para 1937. No seu artigo n.º 120 e seguintes institui na Colónia de Angola o ensino profissional agricolo-pecuário para indígenas, o profissional de artes e officios e em substituição da Escola Primária Superior de Mossâmedes é criada uma escola prática de Pesca e comércio

- 27301 Aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa (M. P.) **Revogado**
- 27356 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal da instituição de beneficência denominada Educação Popular, com sede em Lisboa
- 27405 Cria junto da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa um gabinete de astronomia, para ensino prático dessa disciplina
- 27568 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da Escola Naval
- 27568 (R1 DG 88 de 1937) Rectificação ao decreto n.º 27568, que aprova e manda pôr em execução o regulamento da Escola Naval
- 27568 (R2 DG 187 de 1937) Rectificação ao regulamento da Escola Naval, aprovado pelo decreto n.º 27568

Portarias

- 8332 Anula a portaria n.º 8151, que torna aplicável o disposto no n.º 2.º, segundo caso, da portaria n.º 3545 (melhoria de vencimentos), aos oficiais que desempenhem por acumulação com qualquer outro cargo militar funções docentes (professores, assistentes ou instrutores) dentro da mesma escola ou em qualquer outra
- 8358 Inclui a categoria de professores directores das escolas-oficinas da colónia de Angola nas classes da tabela anexa ao decreto n.º 20260, sôbre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares ao serviço das colónias
- 8450 Ordena que sejam publicados nos Boletins Oficiais de todas as colónias os decretos n.º 21397, que aprovou os estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal, e n.º 21434, que instituiu no Ministério da Instrução Pública a Organização Escotista de Portugal
- 8470 Determina que tenha execução nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Estado da Índia o decreto-lei n.º 26594, que torna dependente a matrícula nas Universidades de Lisboa, Coimbra e Pôrto de um exame de aptidão, e regula a prestação desse exame
- 8485 Autoriza, na presente época, a fazerem o exame do 2.º grau do ensino primário e de admissão aos liceus os alunos que, embora não comprovem estar inscritos na 4.ª classe, satisfaçam a todos os outros requisitos legais, entre êles o do impreterível mínimo de idade estabelecido por Lei
- 8511 Habilita um assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, mandado agregar à Missão Geográfica de Moçambique, com os fundos necessários para os seus transportes dentro da colónia de Moçambique, de modo a poder desempenhar-se cabalmente dos estudos a que vai proceder
- 8530 Manda executar em todo o território do Império Colonial o decreto-lei n.º 27003, que torna obrigatória, em determinadas circunstâncias, a declaração de estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas
- 8535 Manda publicar em todas as colónias o decreto n.º 21160, que uniformiza e colige num só diploma todas as disposições legais referentes à disciplina académica e estabelece várias normas na sua aplicação
- 8547 Manda publicar e pôr em vigor nas colónias de Cabo Verde e Macau o decreto n.º 27085, que aprova, para vigorarem desde o início do ano lectivo de 1936-1937, os programas das disciplinas do ensino liceal, e com algumas modificações o decreto-lei n.º 27084, que promulga a reforma do ensino liceal
- 8563 Anula, por ilegalmente promulgada, a portaria n.º 1955 da colónia de Angola, que pretendeu pôr em vigor a doutrina do decreto n.º 25040, que estabelece ficar competindo ao Govêrno a nomeação dos professores provisórios dos liceus do continente da República, incluindo os municipais
- 8569 Aprova as tabelas das doenças e deformidades que incapacitam para a inscrição marítima

Despachos Ministeriais

- DG 122 Despacho ministerial de concordância com o parecer da Procuradoria Geral da República sôbre as dúvidas suscitadas pelo reitor do Liceu de Jaime Moniz, do Funchal, acêrca do provimento de lugares da secretaria e de contínuos do mesmo Liceu
- DG 259 Despacho ministerial no sentido de as professoras agregadas poderem prestar serviço nos liceus de freqüência masculina na falta de professores

Modelos

- DG 116 Modelo de diploma de engenheiro geógrafo
- DG 122 (R1 DG 116) Nova publicação, rectificada, do modelo de diploma de engenheiro geógrafo, inserto no Diário do Govêrno n.º 116, de 19 de Maio do corrente ano
- DG 167 Modelo de carta do curso complementar dos liceus
- DG 172 Nova publicação, rectificada, do modelo de carta do curso complementar dos liceus, inserta no Diário do Govêrno n.º 167, de 18 do corrente mês
- DG 239 Modelo de diploma de Estado das Escolas Normais Superiores
- DG 239 Modelo de diploma de farmacêutico-químico
- DG 249 Modelo de diploma de Estado (farmacêutico-químico) das Faculdades de Farmácia

Programas

- DG 282 Despacho ministerial pelo qual se estabelecem as normas para a aplicação dos actuais programas de ciências geográfico-naturais e de história no ano lectivo de 1936-1937, para o ensino oficial e particular

Circulares

- DG 157 Circular aos reitores dos liceus em que se estabelecem instruções a observar nos exames de admissão aos liceus a realizar no corrente mês de Julho
- DG 157 (R1 DG 161) Rectificação à circular aos reitores dos liceus em que se estabelecem instruções a observar nos exames de admissão aos liceus a realizar no corrente mês de Julho, inserta no Diário do Governo n.º 157, de 7 do corrente mês
- DG 161 Circular aos reitores das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto em que se fixa o horário dos exames de aptidão instituídos pelo decreto n.º 26594

1937

Decretos-Lei

- 27567 Substitue a designação de director pela de primeiro comandante nas bases V, VI, VII, XI e XXIII do decreto n.º 27146, que estabeleceu as bases da reforma da Escola Naval
- 27605 Determina que o número de alunos do curso do Instituto de Medicina Tropical passe a ser fixado anualmente pelo Ministro das Colónias
- 27676 Permite ao Ministro autorizar a substituição do registo de diplomas de engenheiros formados por escolas de engenharia estrangeiras de categoria equivalente às escolas superiores de engenharia portuguesa pelo registo do certificado passado pela respectiva escola
- 27799 Elimina do quadro de pessoal contratado da Biblioteca Nacional o lugar de auxiliar técnico e cria em sua substituição mais um lugar de auxiliar de secretaria, no qual considera provida a actual amanuense contratada ali em serviço
- 27851 Determina que continue suspensa por um novo período de dois anos a execução do decreto n.º 16782 na parte em que proíbe o embarque de emigrantes sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar, mas quando só tenham mais de dezassete e menos de quarenta e cinco anos de idade
- 27868 Manda adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 1939, nas máquinas de escrever de qualquer marca ou fabricante negociadas no território nacional o teclado português, com excepção das que comprovadamente se destinem a dactilografar documentos em língua estrangeira
- 27993 Introduce várias alterações nos estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional, aprovados pelo decreto n.º 12695
- 28026 Concede à Junta Geral Autónoma de Angra do Heroísmo um subsídio extraordinário para aquisição, conclusão e adaptação do imóvel sito naquela cidade e conhecido pela designação de Palacete do Comendador Silveira e Paulo e terrenos anexos, destinado à instalação da Escola Industrial e Comercial Madeira Pinto
- 28033 Introduce algumas alterações no decreto-lei n.º 27214, que reorganiza o ensino na Escola Náutica e simplifica os serviços da mesma Escola
- 28081 Promulga várias disposições acêrca de escolas e postos de ensino primário
- 28141 Classifica biblioteca de 2.ª classe a Biblioteca Pública de Ponta Delgada e estabelece o respectivo quadro do pessoal
- 28163 Permite a matrícula no curso superior de piano aos alunos aprovados no último concurso de admissão e que excediam o limite fixado e providencia, relativamente aos professores que devem ministrar o ensino
- 28172 Autoriza a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e as Faculdades de Medicina e de Ciências das Universidades de Lisboa e Pôrto a contratar, no ano escolar de 1937-1938, vários pessoal
- 28193 Prorroga até 31 de Julho de 1940 a vigência do decreto-lei n.º 26431, que autorizou a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a contratar um professor estrangeiro para exercer a regência de cadeiras do 3.º grupo da 3.ª secção e para dirigir o museu e laboratório zoológico anexo à referida Faculdade
- 28213 Autoriza os reitores das Universidades de Coimbra e Pôrto a contratarem vários pessoal além dos quadros fixados por Lei
- 28214 Fixa os quadros dos empregados menores dos liceus a cargo do Estado
- 28214 (R1 DG 288) Rectificação ao decreto-lei n.º 28214, que fixa os quadros dos empregados menores dos liceus a cargo do Estado
- 28215 Determina que, quando em concurso para o preenchimento de vagas de professores auxiliares, em algum grupo, não haja candidatos do sexo masculino, possam ser admitidos candidatos do sexo feminino, até metade do número fixado, para êsse grupo, no quadro respectivo
- 28219 Proíbe o uso ou simples detenção de acendedores ou isqueiros que estejam em condições de funcionar, quando os seus portadores não se achem munidos da licença fiscal
- 28331 Determina que continue suspensa por um novo período de dois anos a execução do decreto n.º 16782, na parte em que proíbe o embarque de emigrantes sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar, mas só quando tenham mais de dezassete e menos de quarenta e cinco anos de idade
- 28340 Considera investido nas funções de chefe da missão botânica a que se refere o decreto-lei n.º 27494, a partir de 15 de Junho de 1937, o naturalista da mesma missão, licenciado Francisco de Ascensão Mendonça

Decretos

- 27475 Considera em vigor a portaria n.º 3545, que esclarece dúvidas suscitadas na aplicação do decreto n.º 8488, que inseriu várias disposições relativas à aplicação da melhoria de vencimentos aos indivíduos que acumulem cargos públicos, aos professores que, além do serviço que lhes compete, exerçam a regência de cadeiras por substituição ou

- desdobramento, e aos funcionários civis ou militares, aposentados, reformados ou na situação de reserva, que exerçam qualquer cargo público
- 27535 Aprova o regulamento dos concursos para o provimento de lugares técnicos dos serviços meteorológicos dependentes das Universidades
 - 27568 Aprova e manda pôr em execução o regulamento da Escola Naval
 - 27568 (R1 DG 187) Rectificação ao regulamento da Escola Naval, aprovado pelo decreto n.º 27568
 - 27583 Revoga o decreto-lei n.º 23124, que determinava que o Liceu Central de Macau passasse à categoria de liceu nacional
 - 27603 Aprova os programas do ensino primário elementar
 - 27716 Regula provisoriamente o pagamento das propinas dos alunos dos liceus e simplifica alguns serviços de secretaria
 - 27735 Regula os exames do ensino primário elementar
 - 27728 Declara sem efeito o decreto n.º 6664 na parte em que cede, a título de arrendamento, à Junta Escolar do concelho de Fafe os edifícios das antigas residências paroquiais das freguesias de Arões (S. Romão) e Quinchães, daquele concelho, para nêles funcionarem as escolas de ensino primário geral
 - 27882 Regula a elaboração do livro único destinado a cada uma das três classes do ensino primário elementar e a aquisição da respectiva propriedade literária e artística
 - 27913 Aprova os estatutos da Academia Portuguesa da História
 - 27909 Autoriza o pagamento de ajudas de custo e despesas de transporte ao pessoal docente do antigo Liceu Normal de Coimbra Dr. Júlio Henriques que prestou serviço de exames de admissão ao estágio e Exames de Estado no ano lectivo de 1934-1935
 - 27920 Classifica como nacional o liceu da cidade de Beja, que passa a denominar-se Liceu Diogo de Gouveia
 - 28003 Aprova o regulamento interno da Academia Nacional de Belas Artes
 - 28114 Reorganiza os quadros privativos dos liceus coloniais e cria uma Escola Prática de Agricultura na Ilha de Santiago e uma Escola Industrial e Comercial na Ilha de S. Vicente
 - 28114 (R1 DG 256) Nova publicação, rectificada, do quadro II anexo ao decreto n.º 28114, que reorganiza os quadros privativos dos liceus coloniais, e cria uma escola prática de agricultura na Ilha de Santiago e uma escola industrial e comercial na Ilha de S. Vicente
 - 28114 (R2 DG 274) Rectificações ao decreto n.º 28114, que reorganiza os quadros privativos dos liceus coloniais e uma escola prática de agricultura na Ilha de Santiago e uma escola industrial e comercial na Ilha de S. Vicente
 - 28161 Regula a deslocação para a metrópole dos candidatos aos lugares de professor efectivo e de professor auxiliar da cadeira de patologia exótica, e clínica, do Instituto de Medicina Tropical
 - 28162 Regula a deslocação para a metrópole dos candidatos aos lugares de professor efectivo e de professor auxiliar da cadeira de patologia exótica, e clínica, do Instituto de Medicina Tropical
 - 28163 Permite a matrícula no curso superior de piano aos alunos aprovados no último concurso de admissão e que excediam o limite fixado e providencia, relativamente aos professores que devem ministrar o ensino
 - 28202 Concede uma pensão vitalícia, a partir de 13 de Novembro de 1937, ao engenheiro francês Charles Lepierre, que exerceu as funções de professor ordinário das cadeiras de química analítica, tecnológica e orgânica do Instituto Superior Técnico e anteriormente funções docentes na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e outros estabelecimentos de ensino
 - 28211 Promulga o Estatuto dos Oficiais da Armada
 - 28229 Determina que durante o corrente ano escolar funcionem no mesmo regime em que se encontravam à data da publicação do decreto n.º 28114 o Liceu Infante D. Henrique, da cidade do Mindelo, e a Escola Profissional, da cidade da Praia, da colónia de Cabo Verde
 - 28262 Aprova o regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa Feminina (M. P. F)
 - 28319 Torna nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 6664, pelo qual foi cedido, a título de arrendamento, à junta escolar do concelho de Fafe o edifício da residência paroquial da freguesia de Revelhe, para nêle funcionar uma escola de ensino primário geral

Portarias

- 8597 Determina que seja publicado e executado em todas as colónias o decreto-lei n.º 26898 (esclarece que as condições indicadas na lei como necessárias para provimento em qualquer cargo público civil são também exigíveis como requisitos de admissão ao respectivo concurso)
- 8602 Manda publicar e pôr em vigor nas colónias de Angola, Moçambique e Estado da Índia o decreto n.º 27085, que aprova, para vigorarem desde o início do ano lectivo de 1936-1937, os programas das disciplinas do ensino liceal, e nas mesmas colónias e nas de Cabo Verde e Macau, com algumas alterações, o decreto-lei n.º 27084, que promulga a reforma do ensino liceal
- 8604 Determina que se considerem em vigor para o Instituto de Medicina Tropical todos os diplomas que regulavam o funcionamento da antiga Escola de Medicina Tropical, emquanto não fôr publicado o regulamento da lei n.º 1920
- 8630 Aprova a insígnia destinada aos vogais da Academia Nacional de Belas Artes
- 8635 Permite aos estudantes militares, com licença especial ou registada para estudos, a matrícula no Instituto Superior Técnico, nas disciplinas que constituem preparatórios para a Escola Militar, independentemente da distribuição por anos dessas disciplinas nos cursos normais do Instituto, mas com acatamento das suas subordinações didácticas
- 8655 Fixa a lotação da Escola Naval
- 8678 Fixa em 54 o número de alunos que podem freqüentar, no actual ano lectivo, o curso do Instituto de Medicina Tropical

- 8686 Autoriza, na presente época, a fazer o exame do 2.º grau do ensino primário e de admissão aos liceus os alunos que, embora não comprovem estar inscritos na 4.ª classe, satisfaçam a todos os outros requisitos legais, entre eles o do impreterível mínimo de idade estabelecido por Lei
- 8710 Providencia sobre a vinda à metrópole dos alunos dos liceus coloniais e regula as condições em que esse cruzeiro deve realizar-se
- 8712 Esclarece a situação dos actuais professores da Escola Naval em relação ao novo regime de ensino
- 8731 Organiza os exames dos regentes de postos escolares, a que se refere o artigo 3.º, §§ 2.º e 3.º, do decreto-lei n.º 27279
- 8735 Permite a admissão a exames nas disciplinas do 2.º, 4.º e 5.º anos dos liceus, exclusivamente para o efeito de matrícula no ano imediato como internos, dos alunos que no ensino particular ou doméstico se encontrem matriculados naquelas disciplinas
- 8738 Regula a prestação dos Exames de Estado para o magistério primário requeridos no ano de 1936
- 8745 Manda publicar e pôr em vigor, com algumas alterações, nas colónias de Angola, Cabo Verde, Estado da Índia, Macau e Moçambique a portaria n.º 8735, que permite a admissão a exames nas disciplinas do 2.º, 4.º e 5.º anos dos liceus, exclusivamente para o efeito de matrícula no ano imediato, como internos, dos alunos que no ensino particular ou doméstico se encontrem matriculados naquelas disciplinas
- 8749 Regula os vencimentos e ajudas de custo a que têm direito os professores que acompanham os alunos dos liceus coloniais à metrópole
- 8766 Transfere para o dia 6 de Outubro do corrente ano a data do início da prestação das provas a que devem ser submetidos os candidatos a regentes dos postos escolares, estabelecida pelo § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 25797
- 8769 Manda aplicar às colónias de Angola e Moçambique, com algumas modificações, o decreto n.º 20420, que aprova a organização do ensino técnico profissional
- 8840 Regula os concursos e a nomeação dos professores primários e dos regentes de postos escolares agregados
- 8840 (R1 DG 259) Rectificação à base IX da portaria n.º 8840, que regula os concursos e a nomeação dos professores primários e dos regentes de postos escolares agregados
- 8841 Fixa o número de alunos que podem frequentar no próximo ano lectivo o curso do Instituto de Medicina Tropical
- 8849 Manda publicar e pôr em vigor nas colónias da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor os artigos 48.º e seu § único, 49.º, 50.º, 51.º e 52.º do decreto n.º 28114, que estabeleceu nas colónias o serviço de correspondência inter-escolar
- 8861 Aprova definitivamente as bases para a incorporação do Montepio Oficial do Professorado Primário na Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional
- 8870 Regula a distribuição dos empregados menores dos liceus a cargo do Estado
- 8890 Manda que no Estado da Índia seja considerada facultativa para os alunos filhos de pais não cristãos a frequência das aulas da disciplina de educação moral e cívica em que seja ministrado o ensino religioso cristão, conforme os programas aprovados pelo decreto n.º 27085

Despachos Ministeriais

- DG 7 Despacho ministerial pelo qual se esclarece a situação em que ficam os professores do ensino primário que venham a ser nomeados para os lugares de oficiais e escriturários das secretarias dos distritos escolares
- DG 174 Despacho ministerial pelo qual se considera extensível aos professores das escolas anexas de aplicação que se tornem dispensáveis a transferência para outro serviço do Ministério
- DG 278 Declaração de ter sido, por despacho ministerial, aprovada a lista de material didáctico considerado indispensável para a inteira execução dos programas oficiais dos 1.º e 2.º ciclos do curso liceal e que os estabelecimentos de ensino particular devem possuir, de conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 83.º do decreto n.º 23447
- DG 279 Despacho ministerial pelo qual se estabelecem as normas reguladoras do ingresso dos antigos seminaristas no curso liceal

Modelos

- DG 55 Modelo da carta do curso complementar dos liceus, conferida nos termos do artigo 11.º do decreto-lei n.º 26594
- DG 222 Declaração de ter sido, por despacho ministerial, mandado anular o modelo da carta do curso complementar dos liceus, conferida nos termos do artigo 11.º do decreto-lei n.º 26594, e aplicar à Universidade Técnica a circular aos reitores das restantes Universidades inserta no Diário do Governo n.º 211, de 9 do corrente

Orçamentos

- DG 122 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para 1937

Estatutos

- DG 86 Estatutos do Lar Académico Feminino de Coimbra, aprovados por S. Ex.ª o Ministro, mediante parecer favorável da Junta Nacional da Educação

Circulares

- DG 130 Circular aos reitores dos liceus em que se estabelecem instruções a observar nos exames de admissão aos liceus a realizar no corrente ano
- DG 134 Circular aos reitores dos liceus sobre o regime de exames dos alunos a quem falte uma disciplina para a conclusão de um ciclo
- DG 211 Circular aos reitores das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, relativa à unificação da carta do curso dos liceus

- DG 225 Circular aos reitores dos liceus a fim de no próximo ano lectivo ser dado rigoroso cumprimento às disposições da reforma do ensino liceal (decreto-lei n.º 27084), a que no ano último não haja sido possível dar completa execução

Pontos-modelo

- DG 65 Pontos-modelos para os exames liceais
- DG 110 Pontos-modelos das provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, no ano lectivo de 1937-1938
- DG 131 Pontos-modelos para os exames de admissão aos liceus
- DG 131 (R1 DG 138) Rectificação aos pontos-modelos para os exames de admissão aos liceus, insertos no Diário do Governo n.º 131, de 7 do corrente mês

1938

Leis

- 1969 Promulga as bases da reforma do ensino primário

Decretos-Lei

- 28331 Determina que continue suspensa por um novo período de dois anos a execução do decreto n.º 16782, na parte em que proíbe o embarque de emigrantes sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar, mas só quando tenham mais de dezassete e menos de quarenta e cinco anos de idade
- 28421 Autoriza o Ministério, pela Direcção Geral da Fazenda Pública, a trocar, com base de avaliação por inspecção directa, o prédio do Estado à Rua Alves Correia, desta cidade, por outro situado na mesma freguesia que sirva para instalação da escola de ensino primário oficial, e, sendo possível da assistência infantil, lactário e junta de freguesia
- 28423 Coloca na secretaria da Universidade de Coimbra, como segundo oficial além do quadro, o antigo chefe da secretaria do Liceu Júlio Henriques, de Coimbra
- 28604 Aprova o programa de novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais
- 28779 Regula o preenchimento das vagas existentes nas categorias de professores efectivos e auxiliares e agregados dos liceus
- 28804 Permite que o Ministro da Educação Nacional torne definitivas depois de um ano de bom e efectivo serviço as nomeações em comissão dos professores de ensino primário para os cargos de oficiais e escriturários das secretarias das direcções dos distritos escolares
- 28844 Determina os grupos que devem compor as secções do ensino liceal e regula o provimento de lugares de professores do mesmo ensino
- 28911 Autoriza o Ministro da Marinha, caso não fôr apurado no corrente ano número suficiente de candidatos no concurso ordinário para admissão de alunos na Escola Naval, a abrir concurso suplementar com elevação de um ano na idade limite estabelecida no § 1.º da base XXV do decreto-lei n.º 27146
- 28939 Extingue, a partir de 1 de Outubro de 1938, a secção mixta do Liceu Camões, em Lisboa, e a secção masculina do Liceu D. João III, em Coimbra, reorganiza os quadros do pessoal das secretarias dos Liceus D. Filipa de Lencastre e D. João III e fixa as lotações dos liceus com frequência feminina
- 29011 Promulga diversas disposições relativas à construção de escolas primárias no País
- 29011 (R1 DG 224) Relação dos novos edifícios de escolas primárias em construção (complemento do decreto-lei n.º 29011)
- 29149 Autoriza as Faculdades de Medicina e Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a contratar, no ano escolar de 1938-1939, vários pessoal
- 29171 Constitue, com a denominação de Ordem dos Médicos, o Sindicato Nacional dos Médicos
- 29176 Introduce algumas alterações no regulamento da Escola Naval, aprovado pelo decreto n.º 27568
- 29178 Regula o provimento dos lugares de directores gerais, chefes de repartição e mais pessoal do Ministério da Educação Nacional
- 29202 Esclarece que a expressão «ano económico decorrente» constante do artigo 4.º, § 3.º, do decreto-lei n.º 28214, que fixa os quadros dos empregados menores dos liceus, é interpretada como significando o ano económico que decorrer na data da nomeação ou promoção
- 29210 Permite a admissão à matrícula no 1.º ano do curso superior de piano dos alunos aprovados no último concurso e que excedem o limite fixado e providencia quanto aos professores que devem ministrar o ensino

Decretos

- 28410 Aprova o plano de uniformes, emblemas e distintivos para os dirigentes, auxiliares e filiados da Mocidade Portuguesa
- 28430 Torna nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 1252, pelo qual foi cedido, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho de Abrantes o presbitério da freguesia de Aldeia do Mato, do referido concelho, a fim de nê ser instalada uma escola de ensino primário geral
- 28431 Autoriza o govêrno da colónia de Timor a promover o estabelecimento na colónia do ensino particular liceal oficializado. Colégio Liceu "Dr. Francisco Machado"
- 28506 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 6664 na parte em que pelo mesmo foi mandado entregar à Junta Escolar do concelho de Fafe o edifício da residência paroquial da freguesia de Antime, para nê funcionar uma escola de ensino primário geral, subsistindo apenas a entrega do salão aplicado aos exercícios escolares

- 28515 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 10642, pelo qual foram cedidos à Junta de Freguesia de Bemposta, do concelho de Abrantes, o edifício da antiga residência paroquial da freguesia e o terreno anexo, para instalação de uma escola de ensino primário geral e residência do respectivo professor
- 28564 Fixa o prazo em que têm direito a ajudas de custo os reitores dos liceus quando tenham sido colocados em liceus cujas sedes sejam diferentes das daqueles a cujos quadros pertencem
- 28583 Providencia para o caso não previsto de às vacaturas de professor efectivo e de professor auxiliar da cadeira de patologia exótica, e clínica, do Instituto de Medicina Tropical concorrerem médicos estranhos aos quadros dos serviços de saúde das colónias mas que são funcionários públicos
- 28636 Autoriza o govêrno geral de Angola a contratar, nos termos legais, duas pessoas idóneas para uma em cada um dos dois liceus da colónia desempenharem no corrente ano lectivo as funções de professoras de labores femininos
- 28642 Autoriza os governos das colónias de Angola, Moçambique, Estado da Índia, Cabo Verde e Guiné a conceder anualmente, a funcionários já reconduzidos nos cargos, licença especial para freqüentarem na metrópole, como alunos ordinários, o curso superior colonial
- 28720 Dispensa a Câmara Municipal do concelho de Campo Maior da obrigação de aplicar a escolas primárias o edifício denominado Asilo do Camaride, sito na Rua Lourenço Caiola, da vila de Campo Maior
- 28739 Permite ao Ministro prover os lugares de professores de canto coral nos liceus coloniais em indivíduos que, com nomeação definitiva, estejam ministrando êsse ensino nas colónias
- 28850 Instala no distrito de Damão, e com sede em Damão, uma Escola de Artes e Ofícios, destinada a iniciar o ensino profissional dos aprendizes dos ofícios e a ministrar a instrução prática, para fornecer operários aptos para diversos ofícios e mesteres
- 28887 Suspende a execução do decreto n.º 28114 na parte que se refere à extinção do Liceu Central Infante D. Henrique, na cidade de Mindelo, e da Escola Profissional, na cidade da Praia
- 28905 Aprova o diploma legislativo da colónia da Guiné n.º 1033, que cria em Bolama uma escola de artes e ofícios para indivíduos nascidos na colónia
- 28919 Amplia o quadro do professorado primário oficial do Estado da Índia e autoriza o govêrno geral do mesmo Estado a abrir um crédito especial necessário para ocorrer aos encargos resultantes da referida ampliação
- 29161 Estabelece nos serviços de Fazenda das colónias as normas que a nova divisão administrativa impõe, quer no que respeita ao pessoal do quadro comum, quer no que respeita às regras do funcionamento dos serviços e à competência dos funcionários
- 29192 Autoriza o governador geral de Moçambique a abrir um crédito destinado a adquirir por compra à Caixa Económica Postal um edifício e terrenos anexos para instalação definitiva da Escola Técnica Sá da Bandeira, na cidade de Lourenço Marques
- 29244 Estabelece diversos preceitos acêrca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas, e aprova, com alterações, os orçamentos coloniais para 1939 (no artigo n.º 101 "É criada uma Escola agropecuária na província de Huíla, cujo funcionamento o Ministro das Colónias regulamentará em portaria")
- 29252 Reduz a cinco dias o prazo do concurso no corrente ano para a nomeação de professores provisórios do Colégio Militar
- 29282 Abre um crédito destinado a ocorrer aos encargos com a mudança para o Liceu D. João III, em Coimbra, de todo o material didáctico, mobiliário e arquivo que pertenciam à sua secção, extinta pelo decreto n.º 28939

Portarias

- 8861 Considera a certidão passada pela secretaria da Escola Superior Colonial, comprovando a aprovação em todas as cadeiras que constituem o curso geral colonial, como equivalendo, para todos os efeitos legais, à carta de curso, enquanto o respectivo modelo oficial não fôr aprovado por diploma competente
- 8904 Inclue a categoria de professor de canto coral e ginástica respiratória da colónia da Guiné nas classes da tabela anexa ao decreto-lei n.º 20260, sôbre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares ao serviço das colónias
- 8954 Manda observar várias disposições acêrca da preparação para os exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades
- 8991 Permite aos alunos do 3.º ciclo dos liceus que, em disciplinas professadas só no 1.º semestre, tenham obtido nota de aproveitamento não inferior a 8 valores, poderem ser admitidos a exame dessas disciplinas
- 9015 Regula a prestação de provas para directores e adjuntos das direcções dos distritos escolares
- 9038 Revoga o diploma legislativo da colónia da Guiné n.º 677, que criou o lugar de professor de canto coral e ginástica respiratória
- 9039 Autoriza, na presente época, a fazer o exame do 2.º grau do ensino primário e de admissão aos liceus os alunos que, embora não comprovem estar inscritos na 4.ª classe, satisfaçam a todos os outros requisitos legais, entre êles o do impreterível mínimo de idade estabelecido por Lei
- 9060 Esclarece a interpretação de algumas disposições do decreto n.º 28114, que reorganizou os quadros dos liceus coloniais
- 9084 Permite que haja no actual mês de Outubro uma nova época de exames na Escola Náutica, para os alunos internos e externos a quem falte uma só disciplina para completarem os respectivos cursos e na qual tenham ficado reprovados em Julho dêste mesmo ano
- 9088 Modifica algumas disposições da portaria n.º 8840, que regula os concursos e a nomeação dos professores primários e dos regentes de postos escolares agregados
- 9116 Regula a deslocação dos professores do quadro de agregados quando providos no quadro geral

- 9127 Cria o Prémio Nacional Doutor Guilherme Alves Moreira, em homenagem ao reformador dos métodos de ensino do direito civil em Portugal, destinado a galardoar, mediante concurso, o melhor trabalho de direito civil elaborado em cada ano lectivo por um aluno de qualquer das Faculdades de Direito
- 9130 Manda adaptar à colónia de Timor, com algumas alterações, a legislação que na metrópole regula o ensino liceal e determina que o respectivo governador apresente à apreciação do Ministro um projecto de adaptação à colónia da legislação vigente na metrópole sôbre ensino primário elementar

Despachos Ministeriais

- DG 4 Despacho ministerial, em concordância com o parecer da Procuradoria Geral da República, acêrca da nomeação e provimento do pessoal das secretarias dos liceus
- DG 50 Despacho ministerial, de concordância com o parecer da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública, pelo qual se estabelece que o 1.º curso das escolas regimentais pode substituir o exame do 2.º grau do ensino primário elementar
- DG 85 Despacho ministerial pelo qual se definem certas atribuições do Conselho da Academia Portuguesa da História

Declarações

- DG 25 Declaração de ter sido, por despacho ministerial, determinado, análogamente ao providenciado na metrópole, que a carta do curso dos liceus dos alunos aprovados no exame de aptidão exigido para a primeira matrícula nas Universidades seja passada pelos liceus onde os referidos alunos foram aprovados nas disciplinas não incluídas no aludido exame de aptidão
- DG 89 Declaração de terem sido, por despacho ministerial, aprovados os novos estatutos da associação cultural Instituto de Coimbra

Circulares

- DG 153 Circular aos reitores dos liceus pela qual se determina que se observem várias instruções nos exames de admissão aos liceus a realizar no corrente ano

Orçamentos

- DG 46 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para 1938

Avisos

- DG 6 Aviso pelo qual se tornam públicos os pontos dos exames de habilitação para juizes de direito e os dias marcados para as provas

Notas

- DG 137 Nota pela qual se torna público ter sido homologado o parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa no sentido de dever ser admitido ao exame de aptidão para a primeira matrícula na Universidade um aluno emancipado que frequentou o liceu no 1.º período e passou ao ensino particular sem fazer a respectiva inscrição

Normas

- DG 149 Normas para os reitores liceais, aprovadas por despacho ministerial

Estatutos

- DG 281 Estatuto da Sala Salazar, inaugurada no dia 27 de Abril do corrente ano na Universidade do Pôrto e aprovado por despacho ministerial

1939

Decretos-Lei

- 29429 Estabelece as condições gerais do novo empréstimo a contrair pelo Govêrno na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência para a construção de liceus
- 29438 Regula o provimento dos lugares de professor de história e de instrutor de educação física da Escola Naval
- 29465 Autoriza o Ministério da Educação Nacional a alugar o palácio dos Condes da Ribeira, na Rua da Junqueira, para instalação da secção do Liceu Pedro Nunes
- 29572 Cria na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra um lugar de prossector de anatomia patológica, a cujo cargo ficarão os serviços de autopsias e exames histo-patológicos das clínicas da mesma Faculdade
- 29658 Obvia a certas dificuldades que embaraçam a realização dos concursos de provas públicas nos diferentes Ministérios e ao mesmo tempo evita aos candidatos despesas com a apresentação de documentos cuja validade possa caducar antes das nomeações
- 29704 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a proceder à construção das oficinas da Escola Industrial Infante D. Henrique, no Pôrto, e a adquirir o mobiliário indispensável ao regular funcionamento da Escola Industrial e Comercial Tomaz Bordalo Pinheiro, na Figueira da Foz
- 29807 Promulga várias disposições atinentes a regular o funcionamento das escolas do ensino primário elementar que passaram a funcionar como oficiais e uniformiza a situação dos professores das referidas escolas

- 29808 Extingue a Escola Prática de Agricultura de Queluz, passando o ensino nela ministrado a ser feito no estabelecimento da Junta de Província da Estremadura que funciona nas suas propriedades da Paiã - Regula a sua organização e funcionamento
- 29808 (R1 DG 200) Rectificação ao decreto-lei n.º 29808, que extingue a Escola Prática de Agricultura de Queluz, passando o ensino nela ministrado a ser feito no estabelecimento da Junta de Província da Estremadura, que funciona nas suas propriedades de Paiã, e regula a sua organização e funcionamento
- 29830 Permite ao Ministro determinar no corrente ano a abertura de um concurso suplementar para admissão de alunos na Escola Naval, nas condições estabelecidas no artigo 1.º do decreto-lei n.º 28911
- 29880 Determina que o cargo de inspector do ensino particular seja provido por escolha feita entre professores catedráticos do ensino superior ou efectivos do ensino liceal, em comissão de serviço de cinco anos, renovável - Extingue o lugar de sub-inspector do referido ensino e coloca o seu actual serventuário em uma das vagas de primeiro oficial dos serviços dependentes do Ministério
- 29975 Torna aplicável às escolas do ensino liceal e técnico dependentes do Ministério o disposto no § 5.º do artigo 22.º do decreto-lei n.º 27084 e no artigo 1.º do decreto-lei n.º 28779
- 29980 Determina que continue suspensa por um novo período de dois anos a execução do decreto n.º 16782, na parte em que proíbe o embarque de emigrantes sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar, mas só quando tenham mais de dezassete e menos de quarenta e cinco anos de idade
- 30077 Esclarece dúvidas sobre a validade dos exames dos alunos do ensino liceal de Timor, feitos nos termos do decreto n.º 28431, e bem assim sobre se os mesmos exames valem para os referidos alunos poderem prosseguir os seus estudos nos liceus das diferentes colónias e da metrópole
- 30135 Estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que não-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social - Aprova o plano geral de estudos e programas, tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional
- 30135 (R1 DG 33 de 1940) Rectificações ao decreto n.º 30135, que estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que não-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social - Aprova o plano geral de estudos e programas, tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional
- 30222 Autoriza as Faculdades de Medicina e de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a contratar, no ano escolar de 1939-1940, vários pessoal
- 30241 Cria dois lugares no quadro do pessoal da Escola Superior Colonial - Manda passar um diploma aos indivíduos habilitados com o curso superior colonial professado na mesma Escola
- 30249 Fixa os vencimentos a abonar aos oficiais da armada, guardas-marinhas, sargentos e praças (director da Escola Náutica)

Decretos

- 29402 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 7249, pelo qual foram cedidos à Junta de Freguesia de Vila Chã, concelho de Vila do Conde, a antiga residência paroquial e o passal da mesma freguesia, para construção das escolas primárias
- 29405 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 1120 na parte em que pelo mesmo foi cedido à Câmara Municipal de Cantanhede o edifício da residência paroquial da freguesia de Cordinhã, subsistindo apenas a cedência do salão aplicado a escola do ensino primário
- 29436 Concede isenção de direitos a 60 peças de tecidos de algodão procedentes de S. Paulo, Brasil, expedidas pela S. A. Fábrica Votorantim à consignação de Alberto Pereira Inácio, de Baltar, destinadas exclusivamente à manufactura de vestuário das crianças que frequentam as escolas, cantina e creche «Portugal Novo» e dos pobres da «Humanitária», tudo com sede em Baltar
- 29453 Organiza a Mocidade Portuguesa das colónias, segundo a orientação e os princípios que informam a Mocidade Portuguesa na metrópole
- 29463 Simplifica o funcionamento do Commissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, regulado pelo decreto n.º 27301, e dota-o de um órgão técnico de consulta
- 29464 Altera as disposições dos estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional, para o efeito de na sua direcção ficar existindo uma vice-presidente e dela fazer parte a directora técnica
- 29487 Aumenta o quadro dos professores do Liceu de Lourenço Marques
- 29496 Declara nulo o decreto n.º 7, na parte em que pelo mesmo foi cedido à Câmara Municipal de Santa Comba Dão o antigo presbitério da freguesia de S. João de Areias, do mesmo concelho, subsistindo, em referência ao dito edifício e mediante a mesma renda, a cedência da parte ainda ocupada pela escola primária oficial
- 29531 Reorganiza os serviços do Instituto de Medicina Tropical
- 29532 Aprova o regulamento do Instituto de Medicina Tropical
- 29578 Autoriza o govêrno geral de Angola a contratar, nos termos legais, duas pessoas idóneas para, uma em cada um dos dois liceus da colónia, desempenharem no ano lectivo de 1939, e, se disso houver necessidade, nos anos lectivos seguintes, as funções de professoras de labores femininos
- 29612 Insere várias disposições aplicáveis ao Liceu Gil Eanes, da colónia de Cabo Verde - Fixa o número de horas, por semana, do serviço obrigatório dos professores dos liceus coloniais
- 29643 Considera extinto, a partir do dia 31 de Julho do ano corrente, o Liceu Municipal Dr. Álvaro Soares, em Mirandela, criado pelo decreto n.º 21738

- 29664 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 6296, pelo qual foi cedido à Junta Escolar do concelho de Fafe o edifício da residência paroquial da freguesia de Estorãos, do mesmo concelho, revertendo, em consequência, o dito prédio para a posse do Estado por intermédio da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais
- 29706 Autoriza o pagamento em dívida à firma União Gráfica, com sede em Lisboa, relativa ao fornecimento de impressos para pontos de exames efectuados em 1933
- 29771 Manda publicar e pôr em vigor nas colónias de Angola, Cabo Verde, Estado da Índia, Macau e Moçambique o decreto-lei n.º 25461, que instituiu os exames de admissão aos liceus, e estabelece várias normas a observar na sua aplicação
- 29851 Cede definitivamente à Câmara Municipal de Espinho o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de Anta, para instalação da escola de ensino primário oficial
- 29971 Isenta de direitos de importação e de quaisquer outras imposições, com excepção do imposto do selo, no continente da República, os objectos manufacturados, importados pelo director dos serviços do intercâmbio escolar da Sociedade de Geografia de Lisboa, com destino exclusivo às exposições de trabalhos escolares dos alunos das escolas coloniais portuguesas, ou das escolas de quaisquer outros núcleos de população portuguesa fixados em território estrangeiro, e à distribuição como prémios escolares entre os alunos das escolas da metrópole
- 29992 Regulamenta e esclarece as disposições do decreto-lei n.º 26611, que aprova o regimento da Junta Nacional da Educação, na parte respeitante a equiparação de habilitações
- 30015 Anula as notas (a) e (b) exaradas a p. 20 no desenvolvimento das despesas com os serviços do ensino primário autorizadas para o ano decorrente, em relação aos quadros do pessoal das Direcções dos Distritos Escolares de Vila Real e Viseu
- 30074 Aprova a reorganização do ensino primário da colónia da Guiné
- 30115 Define a competência do governador da colónia de Timor e do superior das missões da colónia para o provimento dos lugares de directores ou encarregados das escolas de ensino a indígenas

Portarias

- 9147 Regula a situação do professor do ensino primário elementar em comissão numa escola durante o impedimento de outra por deficiência de instalação
- 9201 Permite no próximo ano lectivo ao Liceu Salvador Correia, da colónia de Angola, poder funcionar com quinze turmas
- 9271 Manda publicar nos Boletins Oficiais das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Estado da Índia, com algumas observações, as normas para a elaboração dos relatórios liceais, constantes do Diário do Governo n.º 149, de 30 de Junho de 1938
- 9277 Manda publicar, para ter execução na colónia de Macau, com a redacção indicada neste diploma, o decreto n.º 23447, que promulga o Estatuto do Ensino Particular - Autoriza o respectivo governador a providenciar quanto à fiscalização e exercício do ensino particular de graus ou ramos de ensino que na colónia não sejam ministrados em estabelecimentos oficiais
- 9291 Cria o Prémio Nacional Doutor Luiz Câmara Pestana, o qual se destina a galardoar, mediante concurso, o melhor trabalho de bacteriologia ou anatomia patológica elaborado em cada ano lectivo por um aluno de qualquer das Faculdades de Medicina
- 9307 Determina que os alunos admitidos na Escola Naval nos anos lectivos de 1939-1940 e 1940-1941 tomem, respectivamente, como seu patrono o Rei D. Afonso Henriques e o Rei D. João IV
- 9308 Altera os quadros do pessoal menor de vários liceus
- 9338 Manda publicar nos Boletins Oficiais das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau, para ter a devida execução, a portaria n.º 8991, que permite aos alunos do 3.º ciclo dos liceus que em disciplinas professadas só no 1.º semestre tenham obtido nota de aproveitamento não inferior a 8 valores poderem ser admitidos a exame dessas disciplinas
- 9347 Permite que haja no actual mês de Outubro uma época especial de exames na Escola Náutica para os alunos externos a quem falte uma ou duas disciplinas para completarem o respectivo curso, por nelas terem ficado reprovados em Julho deste ano
- 9389 Estabelece bases a fim de se pôr termo à coeducação no ensino primário elementar
- 9360 Autoriza a Obra das Mães pela Educação Nacional a instituir em Coimbra, Lisboa e Pôrto o curso de visitadoras escolares, com a duração de três meses, abrangendo as disciplinas de educação moral e cívica e moral profissional, noções gerais de educação, higiene geral e higiene escolar, enfermagem e elementos de legislação sanitária e formação técnica, e bem assim a estabelecer as condições gerais de matrícula - Programas a adoptar no ano lectivo de 1939-1940
- 9366 Cria o Prémio Nacional Doutor Francisco Gomes Teixeira, o qual se destina a galardoar, mediante concurso, o melhor trabalho de matemáticas puras elaborado em cada ano lectivo por um aluno de qualquer estabelecimento de ensino universitário em que sejam professadas

Despachos Ministeriais

- DG 26 Despacho ministerial pelo qual se esclarece a situação dos professores de lugares extintos até que possa ser levado a efeito o provimento noutras escolas do ensino primário
- DG 38 Despacho do Sub-Secretário de Estado das Finanças pelo qual se determina que constituam receitas das juntas gerais autónomas dos distritos insulares as receitas provenientes de cadernos escolares

- DG 50 Despacho ministerial pelo qual foi determinado que os cônjuges de professores de ensino oficial, de qualquer grau dependente do Ministério, possam aproveitar da preferência absoluta consignada no artigo 10.º do decreto-lei n.º 27279, com precedência, porém, para os cônjuges de professores de ensino primário
- DG 50 Despacho do Sub-Secretário de Estado das Finanças pelo qual se determina que constituam receitas das juntas gerais autónomas dos distritos insulares as receitas provenientes de cadernos escolares
- DG 82 Despacho em Conselho de Ministros pelo qual se determina que os funcionários aposentados não possam exercer as funções de membros das Juntas das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- DG 251 Despacho do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social pelo qual se determina que fiquem obrigados ao pagamento da jóia e cotas a que por disposição estatutária estejam sujeitos os sócios do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Particular e secção distrital do Pôrto todos os professores que exerçam ou venham a exercer o magistério particular no continente
- DG 299 Despacho pelo qual são fixados salários mínimos para os professores do ensino particular do continente

Circulares

- DG 88 Circular aos directores das escolas de ensino técnico profissional pela qual se estabelecem as normas que devem ser adoptadas nos exames de transição do ensino liceal para o técnico no actual ano lectivo
- DG 114 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época
- DG 114 (R1 DG 118) Rectificação ao número da circular aos reitores dos liceus inserta no Diário do Govêrno n.º 114, de 18 do corrente mês
- DG 114 (R2 DG 128) Rectificação ao ponto-módulo de física, destinado às provas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades, inserto no Diário do Govêrno n.º 114, de 18 de Maio último
- DG 114 (R3 DG 144) Aditamento à circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época, inserta no Diário do Govêrno n.º 114, de 18 de Maio último
- DG 114 (R4 DG 160) Nova publicação, rectificada, do horário da 2.ª prova escrita destinado ao exame de aptidão para a 1.ª matrícula na licenciatura em filologia germânica, inserto no Diário do Govêrno n.º 114, de 18 de Maio último

Instruções

- DG 114 Instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, instituído pelo decreto-lei n.º 26594, e seu julgamento, referente ao ano lectivo de 1939-1940

Pareceres

- DG 153 Parecer da 3.ª secção da Junta Nacional da Educação, com fundamento no artigo 50.º do Estatuto do Ensino Particular, relativo à concessão do diploma de professor do ensino particular liceal a indivíduos que, não possuindo a licenciatura nas Faculdades de Letras ou Ciências, comprovem por outro modo as suas habilitações

1940

Decretos-Lei

- 30279 Cria em Lisboa o Instituto Nacional de Educação Física (I. N. E. F.) destinado a estimular e orientar, dentro da missão cooperadora do Estado com a família, e no plano da educação integral estabelecido pela Constituição, o revigoreamento físico da população portuguesa - Permite a criação de institutos e centros formativos de agentes de ensino de educação física noutras cidades, em especial Coimbra e Pôrto, com a colaboração das autarquias locais, em tudo sujeitos à jurisdição e orientação técnica do Ministério, através do I. N. E. F
- 30279 (R1 DG 42) Rectificação ao decreto-lei n.º 30279, que cria em Lisboa o Instituto Nacional de Educação Física (I. N. E. F.) destinado a estimular e orientar, dentro da missão cooperadora do Estado com a família, e no plano da educação integral estabelecido pela Constituição, o revigoreamento físico da população portuguesa - Permite a criação de institutos e centros formativos de agentes de ensino de educação física noutras cidades, em especial Coimbra e Pôrto, com a colaboração das autarquias locais, em tudo sujeitos à jurisdição e orientação técnica do Ministério, através do I. N. E. F
- 30315 Autoriza o Govêrno a aceitar a quantia de 255000\$00 oferecida ao Estado para manutenção da cantina anexa à escola primária oficial do Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão
- 30316 Autoriza o Ministro a nomear, ouvida a Junta Nacional da Educação, uma comissão de pedagogos e de artistas, escolhidos de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único destinado ao ensino primário elementar
- 30322 Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a ceder ao Estado o legado que lhe foi deixado por José Joaquim Pinto de Almeida, constituído por um edifício escolar, denominado Escola Pinto de Almeida, situado na Rua do Sol, ao Rato, 46 a 50, e pelo certificado de renda perpétua da importância de 25000\$00, em que se converteram várias inscrições de assentamento da dívida pública, com os encargos estabelecidos pelas disposições testamentárias constantes da escritura outorgada em 21 de Setembro de 1912
- 30325 Autoriza a Câmara Municipal do concelho de Santarém a ceder gratuitamente ao Estado o terreno necessário para a construção do novo edifício do Liceu Sá da Bandeira, daquela cidade
- 30334 Autoriza a direcção do Instituto para a Alta Cultura a aceitar o remanescente de uma herança, a fim de constituir, com o produto líquido desse remanescente, um fundo especial destinado, pelas forças do seu rendimento, à propaganda, publicação e execução das obras de João Arroio e à atribuição de bôlsas artísticas, o qual terá a designação de «Fundação Artística João Arroio»

- 30340 Determina que nos concursos para os diversos lugares dos serviços do Ministério das Finanças, quando se exija nas respectivas leis orgânicas ou em virtude do disposto no artigo 21.º do decreto n.º 26115 o exame do 5.º ano dos liceus ou habilitação equivalente, se entenda que possuem estas habilitações os indivíduos aprovados no exame do 2.º ciclo do curso liceal
- 30388 Prorroga até 31 de Julho de 1942 a vigência do decreto-lei n.º 26431, que autorizou a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a contratar um professor estrangeiro para exercer a regência de cadeiras do 3.º grupo da 3.ª secção e para dirigir o Museu e Laboratório Zoológico, anexos à referida Faculdade
- 30447 Cria no Instituto Português de Oncologia uma Escola Técnica de Enfermeiras (E. T. E.) destinada à preparação profissional e formação moral do pessoal de enfermagem do sexo feminino do mesmo Instituto
- 30502 Autoriza a Câmara Municipal de Chaves a ceder gratuitamente ao Estado o Convento de Nossa Senhora da Conceição e cêrca anexa, situado naquela cidade, com destino à construção de um edifício para a instalação do Liceu Fernão de Magalhães
- 30515 Considera para todos os efeitos escola oficial a Escola Portuguesa de Casablanca e autoriza a mesma Escola a passar os diplomas dos exames do ensino primário elementar
- 30532 Harmoniza a forma dos requerimentos para exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades com a dos requerimentos para os exames liceais
- 30526 Autoriza a Junta de Freguesia de Vila de Rei, do concelho dêste nome, a ceder gratuitamente à respectiva Câmara Municipal o terreno e o edifício, em ruínas, da escola primária oficial nêle existente, com destino à construção do novo edifício dos Paços do Concelho
- 30604 Altera o disposto pelo artigo 7.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 25461, que regula os exames de admissão aos liceus
- 30660 Estabelece as bases que regulam a execução da edição do livro único do ensino primário elementar
- 30653 Permite ao Ministro determinar que seja aberto no corrente ano concurso suplementar, com elevação de um ano na idade limite estabelecida no § 1.º da base XXV do decreto-lei n.º 27146, para preenchimento das vacaturas dos alunos da Escola Naval que o não forem no concurso normal
- 30665 Cria nos estabelecimentos de ensino técnico, elementar e médio a disciplina de educação moral e cívica, na qual se abrangerá o ensino da religião e moral católica - Determina que o provimento dos lugares seja feito por contrato, nos termos estabelecidos para o dos professores da mesma disciplina do ensino liceal e de acôrdo com a autoridade eclesiástica
- 30673 Substitue a cadeira de «Direito político, civil e administrativo» do 5.º grupo dos Institutos Comerciais pela de «Organização política da Nação - Economia corporativa» e cria esta mesma disciplina anual nos dois Institutos Industriais, sendo obrigatória a frequência para todos os alunos do último ano dos cursos ministrados em uns e outros Institutos - Regula o provimento da referida disciplina
- 30739 Cria a especialidade de jardinagem nas Escolas Práticas de Agricultura D. Diniz e Conde de S. Bento, a fim de se preparar técnicos que possam oficialmente obter o diploma de jardineiros
- 30951 Insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário
- 30975 Autoriza as Faculdades de Medicina e de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto a contratar, no ano escolar de 1940-1941, vário pessoal
- 30976 Revoga a 1.ª parte do § 3.º do artigo 44.º do decreto n.º 18310, que promulga a reorganização das Faculdades de Medicina - Revoga o decreto n.º 20641, que regula o provimento de vagas no quadro do magistério de qualquer Faculdade ou escola superior dependente do Ministério
- 31049 Extingue o lugar de aspirante da secretaria do Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho e cria mais um lugar de professora auxiliar no quadro do pessoal técnico do mesmo Instituto

Decretos

- 30297 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 6664 na parte em que pelo mesmo foi mandado entregar à Junta Escolar do concelho de Fafe o edifício da residência paroquial da freguesia de Arões (S. Romão), daquele concelho
- 30316 Autoriza o Ministro a nomear, ouvida a Junta Nacional da Educação, uma comissão de pedagogos e de artistas, escolhidos de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único destinado ao ensino primário elementar
- 30313 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 9536, pelo qual foi cedido ao Ministério da Instrução Pública o edifício da antiga residência paroquial da freguesia de Estoi, do concelho e distrito de Faro, revertendo o mesmo para a posse do Estado, por intermédio da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais
- 30314 Concede isenção de direitos a quarenta e nove peças de tecidos de algodão e a duzentos pares de sapatos de coiro, procedentes de S. Paulo, Brasil, destinados às Escolas-Cantinas Portugal Novo, de Manuel da Rocha Melo, situadas em Bustelo e Novelas, e a diversos objectos trabalhados por alunos das Escolas Maternal e da Bandeira, em Votorantim, do Estado de S. Paulo, destinados às Escolas, Cantina e Creche Portugal Novo
- 30379 Cede definitivamente à Câmara Municipal do concelho de Abrantes o edifício da antiga capela de S. Pedro, sita na freguesia de S. Vicente, daquele concelho, e uma casa anexa que lhe serve de sacristia, sendo a capela destinada à instalação de escolas ou a outro fim de utilidade pública e a casa contígua para alargamento da Rua da Videira, da cidade de Abrantes
- 30447 Cria no Instituto Português de Oncologia uma Escola Técnica de Enfermeiras (E. T. E.) destinada à preparação profissional e formação moral do pessoal de enfermagem do sexo feminino do mesmo Instituto
- 30453 Abre um crédito para complemento de vencimentos a um professor que percebe os correspondentes ao seu pòsto militar

- 30457 Interpreta o artigo 58.º, § 1.º, do decreto n.º 24676, no sentido de que pode o presidente do júri dos Exames de Estado de canto coral ser o director ou um professor do Conservatório
- 30638 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 7759, pelo qual foi cedido à Junta Escolar do concelho de Fafe o edifício da antiga residência paroquial, com o quintal anexo, da freguesia de S. Gens, do mesmo concelho, revertendo, em consequência, os ditos bens para a posse do Estado
- 30704 Concede ao Doutor Manuel Rodrigues Júnior, ao Doutor António de Oliveira Salazar, ao Doutor António Faria Carneiro Pacheco, ao Doutor João Pinto da Costa Leite e ao Dr. Rafael da Silva Neves Duque a exoneração respectivamente de Ministros da Justiça, Finanças, Educação Nacional, Comércio e Indústria e Agricultura
- 30706 Nomeia o Doutor Adriano Pais da Silva Vaz Serra, o Doutor João Pinto da Costa Leite e o Doutor Mário de Figueiredo respectivamente Ministros da Justiça, das Finanças e da Educação Nacional
- 30773 Adota medidas atinentes a assegurar o recrutamento normal do corpo docente do Colégio Militar - Revoga os artigos 71.º a 74.º do regulamento literário do referido Colégio, aprovado e pôsto em execução pelo decreto n.º 18608
- 30921 Aprova o regulamento da disciplina da Mocidade Portuguesa (M. P.)
- 30945 Estabelece diversos preceitos acêrca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas e aprova, com alterações, os orçamentos coloniais para 1941 (inclui rubrica sobre ensino)
- 30968 Aprova o regulamento e programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário oficial prescritos no decreto-lei n.º 30951

Portarias

- 9433 Torna obrigatório às direcções dos estabelecimentos de ensino particular, de qualquer espécie ou grau, em regime de frequência mixta, existentes no País e sujeitos à fiscalização do Estado, comunicar, até 31 de Maio de 1940, à Inspecção do Ensino Particular a opção pelo ensino de um dos sexos, ao qual deverão reajustar e adaptar os seus planos de direcção, instalações e elencos docentes - Mantém durante o corrente ano escolar o regime de coeducação nos referidos estabelecimentos de ensino particular
- 9485 Manda observar nos diversos graus e ramos de ensino que se ministram nos institutos de educação dependentes da Direcção Geral de Assistência as datas de abertura e de encerramento de aulas, e bem assim o regime de férias, estabelecidos para idênticos serviços nos estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 9474 Manda publicar e pôr em execução nas colónias de Angola e Moçambique os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 20990, ficando assim alterado por esta forma o disposto na portaria n.º 8769, que mandava aplicar às referidas colónias a organização do ensino técnico profissional posta em vigor pelo decreto n.º 20420
- 9576 Aprova o modelo anexo do boletim de inscrição para exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades
- 9585 Manda observar nos diversos graus e ramos de ensino que se ministram nos institutos de educação dependentes da Direcção Geral de Assistência as datas de abertura e de encerramento de aulas, e bem assim o regime de férias, estabelecidos para idênticos serviços nos estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 9596 Anula a portaria, inserta no Boletim Oficial n.º 1 da colónia de Cabo Verde, que nomeou quatro candidatas ao concurso para os lugares de professores primários oficiais provisórios de 2.ª classe, e determina que se proceda a nova graduação dos candidatos

Despachos Ministeriais

- DG 82 Despacho em Conselho de Ministros pelo qual se determina que os funcionários aposentados não possam exercer as funções de membros das Juntas das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- DG 128 Despacho ministerial pelo qual é prorrogado o prazo estabelecido no n.º 1.º da portaria n.º 9433 para a opção pelo ensino de um dos sexos em colégios e escolas particulares

Orçamentos

- DG 51 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para 1940

Circulares

- DG 117 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época

Instruções

- DG 155 Instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto, instituído pelo decreto-lei n.º 26594
- DG 163 Nova publicação, rectificada, do horário da 2.ª prova do exame de aptidão para a primeira matrícula na licenciatura em filologia germânica, no ano lectivo de 1940-1941, inserto no Diário do Govêrno n.º 155, de 6 do corrente mês

1941

Decretos-Lei

- 31108 Reorganiza o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira
- 31121 Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a aceitar, para o Estado, a doação dos bens imóveis de D. Maria Teresa Chagas, designadamente do prédio sito no Estoril, à Avenida Nice, destinando-se o seu rendimento líquido ao Museu Nacional de Soares dos Reis, no Pôrto, para aquisição de obras de arte ou de móveis artísticos, realização de trabalhos ou melhoramentos do mesmo Museu, constituindo o Fundo João Chagas

- 31161 Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal do Montijo uma parcela de terreno da Herdade de Pegões, propriedade do Estado, para construção de um edifício escolar
- 31153 Dá nova redacção ao artigo 1.º do decreto-lei n.º 29704, que autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a proceder à construção das oficinas da Escola Industrial Infante D. Henrique, no Pôrto, e a adquirir o mobiliário indispensável ao regular funcionamento da Escola Industrial e Comercial Tomaz Bordalo Pinheiro, na Figueira da Foz
- 31156 Atribue exclusivamente ao Ministro das Finanças decidir sobre a aceitação de heranças, legados e doações instituídos a favor do Estado, pròpriamente, ou de qualquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos
- 31207 Promulga o Estatuto Missionário (ver Decreto-Lei n.º 14440 no qual se esclarece que o ensino dos indígenas é confiado às missões católicas)
- 31247 Insere várias disposições sobre o uso e venda de fatos de banho - Institue o sistema de fiscalização e estabelece sanções a aplicar aos transgressores
- 31255 Insere várias disposições relativas à admissão ao exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades
- 31265 Fixa o prazo do concurso para o provimento dos lugares de professores do ensino primário elementar nos distritos autónomos das ilhas adjacentes
- 31279 Insere disposições relativas a apresentação de estudantes a exames liceais
- 31357 Insere várias disposições atinentes à execução do decreto n.º 21258, que autorizou o Govêrno a aceitar diversos títulos da dívida pública de 6 1/2 por cento, ouro, de 1923, doados ao Estado pelo benemérito Manuel da Rocha Melo, a fim de, com os juros, sustentar duas cantinas, uma na escola de Bustelo e outra na de Novelas
- 31407 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de conservação e beneficiação na Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra
- 31430 Insere várias disposições relativas às matrículas nas escolas do ensino técnico profissional - Regula o provimento de lugares de professores e mestres provisórios
- 31431 Cria a Comissão de Reforma do Ensino Técnico, que funcionará na dependência directa do Ministério até ser promulgada a reorganização daquele ensino nos graus elementar e médio
- 31433 Insere várias disposições atinentes à separação de sexos nos estabelecimento de ensino particular
- 31468 Regula a forma de custeamento dos encargos resultantes do funcionamento da comissão encarregada da distribuição dos edifícios e salas de aula, por freguesias e lugares, incluídos no plano de construção de escolas primárias, inserto no Diário do Govêrno n.º 174, de 29 de Julho findo
- 31544 Restabelece, no ensino dos liceus, o curso geral e os cursos complementares de letras e ciências - Extingue a secção do Carmo do Liceu Passos Manuel - Modifica o regime de frequência do Liceu Pedro Nunes
- 31576 Cria uma comissão administrativa autónoma e de carácter eventual, dependente do Ministério, destinada a administrar, dirigir e fiscalizar as obras e instalações da Cidade Universitária de Coimbra
- 31576 (R1 DG 7 de 1942) Rectificação ao decreto-lei n.º 31576, que cria uma comissão administrativa autónoma e de carácter eventual, dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, destinada a administrar, dirigir e fiscalizar as obras e instalações da Cidade Universitária de Coimbra
- 31591 Autoriza o Govêrno a aceitar uma doação para, com o seu rendimento, sustentar a cantina das escolas masculina e feminina de Carção, concelho de Vimioso, à qual será dado o nome de António Luiz dos Santos
- 31599 Autoriza o Govêrno a aceitar uma doação a fim de sustentar uma cantina nas escolas masculina e feminina de Fajozes, concelho de Vila do Conde, e manter uma casa de trabalho a instituir junto daquelas escolas
- 31604 Regula o provimento dos lugares de direcção e docentes do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (Odivelas)
- 31650 Determina que continue suspensa por um novo período de dois anos a execução do decreto n.º 16782 na parte em que proíbe o embarque de emigrantes sem o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário
- 31658 Insere várias disposições relativas ao pagamento de propinas nas escolas superiores e à concessão de bolsas de estudo - Fixa os quadros e vencimentos do professorado
- 31802 Inscreve no orçamento a verba anual destinada a subsidiar a Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa

Decretos

- 31112 Cria em cada colónia um curso de oficiais milicianos, que funcionará anualmente nas escolas de quadros militares ou, na falta destas, onde fôr determinado pelo govêrno da colónia, em época a fixar pelo mesmo govêrno - Cria desde já este curso em Angola e Moçambique e nas restantes colónias à medida das possibilidades
- 31115 Mantém todos os direitos, nas suas categorias, como se estivessem prestando serviço no Ministério da Educação Nacional, aos professores dos liceus requisitados nos termos do n.º 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 30773
- 31148 Autoriza o pagamento de uma importância em dívida a um médico escolar e professor aposentado, respeitante ao ano económico de 1936
- 31148 (R1 DG 64) Rectificação ao decreto n.º 31148, que autoriza o pagamento a um médico escolar e professor aposentado de uma importância em dívida respeitante ao ano económico de 1936
- 31155 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 112.º e aos artigos 113.º e 114.º do regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 19678
- 31432 Regulamenta a execução do decreto n.º 30665, que cria nos estabelecimentos de ensino técnico, elementar e médio a disciplina de educação moral e cívica, na qual se abrangerá o ensino da religião e moral católica - Determina que o provimento dos lugares de professores seja feito por contrato, nos termos estabelecidos para os professores da mesma disciplina do ensino liceal e de acôrdo com a autoridade eclesiástica
- 31534 Mantém o contrato celebrado com o Dr. Helmut Hellung para desempenhar as funções de assistente além do quadro do 3.º grupo da 3.ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra

- 31598 Permite aos professores do ensino primários nomeados nos termos do artigo 20.º do decreto-lei n.º 30951 entrar em exercício nas respectivas escolas imediatamente, seja qual for a data da publicação da portaria de nomeação
- 31714 Reorganiza alguns serviços da colónia de Macau (no artigo 2.º é abordado o ensino oficial, primário ou infantil e que será publicado no espaço de seis meses um regulamento do ensino primário, onde se prescreverá as condições em que poderão funcionar as escolas particulares de qualquer categoria, bem como o regime da sua fiscalização)

Portarias

- 9770 Aprova e manda pôr em execução o regulamento do Prémio Nacional Dr. Francisco Gomes Teixeira, criado pela portaria n.º 9366
- 9774 Manda aplicar aos diplomados com o curso da extinta Escola Primária do Barão de Mossâmedes, de Angola, o disposto na alínea e) do artigo 8.º do decreto n.º 5787-A
- 9788 Manda aplicar às colónias, com modificações, o regulamento da disciplina da Mocidade Portuguesa, aprovado pelo decreto n.º 30921
- 9855 Autoriza a Câmara Municipal de Viseu a ceder gratuitamente à Associação de Jardins-Escolas João de Deus, daquela cidade, uma faixa de terreno com destino à construção de um jardim-escola
- 9864 Regula a concessão do prémio escolar «Marechal Teixeira Rebêlo», destinado a galardoar alunos finalistas do Colégio Militar
- 9874 Autoriza a Câmara Municipal de Viseu a ceder gratuitamente à Associação de Jardins-Escolas João de Deus, daquela cidade, uma faixa de terreno, anexa à que lhe foi cedida por portaria inserta no Diário do Governo n.º 180, de 5 do corrente, com destino à construção de um jardim-escola
- 9922 Prorroga até 10 de Novembro próximo o prazo para a abertura de matrículas na Escola Superior Colonial
- 9957 Altera os programas do curso de solfejo do Conservatório Nacional, insertos no Diário do Governo n.º 14, de 7 de Janeiro de 1931

Despachos

- DG 174 Despacho do Conselho de Ministros acerca do plano de construção de escolas primárias –Plano dos Centenários

Circulares

- DG 126 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época
- DG 156 Circular aos reitores dos liceus pela qual se dá nova redacção à alínea b) do n.º 21 da circular inserta no Diário do Governo n.º 126, de 2 de Junho último, respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época
- DG 161 Declaração de ter sido dada nova redacção ao n.º III da circular aos directores das escolas do ensino técnico profissional, inserta no Diário do Governo n.º 88, de 17 de Abril de 1939

Orçamentos

- DG 57 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para 1941

Instruções

- DG 137 Instruções para as provas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto no ano lectivo de 1941-1942
- DG 270 II.ª série Exames

Doutrinas

- DG 304 Fixa a doutrina quanto à publicação de leis, decretos e outros diplomas no Diário do Governo

1942

Leis

- 1991 Insere várias disposições relativas ao condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal
- 1992 Revoga o § 2.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 28003 e considera válidas as eleições de sócios correspondentes da Academia Nacional de Belas Artes feitas dos termos do artigo único do decreto-lei n.º 23514

Decretos-Lei

- 31838 Permite ao Ministro autorizar o desdobramento de cursos em turmas na Escola Superior Colonial quando, fundado em razões de carácter pedagógico, o conselho escolar assim o propuser - Determina que a gratificação a abonar aos professores das cadeiras que tenham de funcionar com desdobramento seja igual à que percebem os professores que exercem a acumulação de regências
- 31850 Eleva de vinte e cinco para trinta e cinco anos a idade fixada para os candidatos ao exame como alunos externos do curso elementar de pilotagem que, à data da publicação do presente diploma, hajam efectuado parte da navegação exigida aos praticantes para alcançarem a carta de terceiro piloto **Revogado**
- 31890 Permite ao Conservatório Nacional contratar, além do quadro, individualidades, nacionais ou estrangeiras, de reconhecida competência, para regerem, mediante condições especiais de prestação de serviço e de retribuição, disciplinas do respectivo plano de estudos ou para realizarem cursos especiais

- 31908 Determina que todas as organizações, associações ou instituições que tenham por objecto a educação cívica, moral e física da juventude careçam, para se constituir e poder exercer actividade, de aprovação dos estatutos pelo comissário nacional da Organização Nacional Mocidade Portuguesa
- 31920 Determina que, enquanto não houver diplomados com a habilitação específica para o ensino de surdos-mudos ou de quaisquer indivíduos anormais, possam ser autorizados a acumular estas funções os funcionários públicos ou administrativos cuja competência de facto seja reconhecida pelo Ministro
- 31929 Designa os preparatórios para ingresso nos cursos da Escola do Exército, do Instituto de Altos Estudos Militares e da Escola Naval
- 31932 Insere várias disposições atinentes ao recrutamento e promoção de assistentes dos estabelecimentos de ensino superior e sobre isenção de propinas aos alunos matriculados nas Universidades anteriormente ao ano lectivo de 1942-1943
- 32005 Autoriza o Ministério, por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, a devolver à Câmara Municipal de Tabuaço o domínio e posse do prédio rústico e urbano, sito na vila deste nome, onde à data da publicação do decreto n.º 19909 funcionava a Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura Macedo Pinto, com todo o material didáctico e mobiliário que nêle se encontrarem, e bem assim os livros e armários que constituem a biblioteca anexa à mesma Escola
- 32045 Insere várias disposições relativas à admissão ao exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades
- 32065 Insere várias disposições atinentes a definir as categorias ou situação dos professores do ensino secundário, liceal ou técnico, dos quadros do Ministério da Educação Nacional, e dos diplomados para ingresso nesses quadros, que forem colocados no Colégio Militar ou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho (Odivelas)
- 32141 Fixa os quadros do pessoal menor dos liceus situados nas ilhas adjacentes
- 32143 Considera escola oficial a Escola Portuguesa de Rabat, autorizando-a a passar os diplomas dos exames do ensino primário elementar
- 32154 Reorganiza o ensino na Escola Náutica e simplifica os serviços da mesma Escola **Revogado**
- 32171 Insere várias disposições atinentes a regular a actividade da profissão médica e estabelece as necessárias medidas para a repressão do exercício ilegal da medicina **Revogado**
- 32171 (R1 DG 182) Rectificação ao decreto-lei n.º 32171, que insere várias disposições atinentes a regular a actividade da profissão médica e estabelece as necessárias medidas para a repressão do exercício ilegal da medicina
- 32193 Insere várias disposições relativas ao alargamento do número de horas do trabalho diário
- 32234 Integra nos centros escolares da Mocidade Portuguesa todas as associações escolares, cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, caixas ou associações filantrópicas existentes nos liceus, nas escolas de ensino técnico profissional, nas escolas práticas de agricultura, nas escolas de regentes agrícolas e nos estabelecimentos de ensino particular correspondentes, com todos os direitos e obrigações que actualmente lhes cabem
- 32235 Determina que se considerem regularizados os abonos feitos pelos conselhos administrativos dos liceus aos professores contratados para o serviço de exames antes da vigência do decreto-lei n.º 31255, desde que contados a partir da entrada em exercício daqueles professores, mesmo que a aprovação dos contratos tenha sido dada em data posterior
- 32238 Determina que para auxiliar a execução dos serviços de organização, impressão e expedição dos pontos destinados às provas escritas e práticas dos exames a realizar em quaisquer estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério possam, além dos três professores referidos no § 1.º do artigo 184.º do Estatuto do Ensino Secundário aprovado pelo decreto n.º 20741, ser chamados, por determinação do Ministro, quando e enquanto a intensidade do serviço o exigir, até mais quatro professores colocados nos liceus de Lisboa
- 32241 Reorganiza alguns serviços do Ministério da Educação Nacional
- 32243 Regula o funcionamento das escolas do magistério primário
- 32249 Regula a admissão dos alunos na Escola Superior Colonial
- 32297 Designa o vencimento que compete ao fotógrafo-médico do Instituto Português de Oncologia
- 32435 Determina que o pessoal menor do Liceu Pedro Nunes que, em virtude do funcionamento nesse estabelecimento de ensino de algumas turmas do Instituto Industrial de Lisboa, fôr obrigado à prestação de serviço extraordinário, além daquele que lhe compete, seja remunerado por êsse serviço de acôrdo com a alínea a) do artigo 42.º do decreto-lei n.º 26115 e até ao máximo estabelecido pelo artigo 43.º do mesmo diploma
- 32629 Aprova os programas das escolas do magistério primário

Decretos

- 31907 Regula o provimento dos lugares de médicos escolares dos ensinos primário e técnico
- 31909 Autoriza o pagamento de uma quantia para satisfação das diferenças da pensão de inactividade em dívida a um professor adido da Escola do Magistério Primário do Pôrto
- 31966 Regula o provimento de diversos cargos do Instituto de Odivelas - Constitue o conselho administrativo do mesmo Instituto
- 32000 Autoriza a 10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar pagar à Inspeccção do Ensino Particular uma quantia destinada a remunerar os serviços de vistorias a estabelecimentos de ensino particular realizados no ano findo
- 32607 Regula a admissão à matrícula no curso destinado à preparação de professores e outros agentes de ensino de anormais, criado no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira
- 31612 Transforma e amplia a Escola de Enfermagem Artur Ravara por forma a dar completa execução aos fins previstos nos decretos n.ºs 4563 e 19060

- 32615 Promulga a reorganização do Instituto de Odivelas

Portarias

- 9986 Manda observar várias disposições acerca dos pontos para os exames de admissão aos liceus nas colónias de Angola, Cabo Verde, Estado da Índia, Macau e Moçambique
- 10012 Altera os quadros do pessoal menor de vários liceus
- 10015 Declara suspensas as matrículas no curso de colonos da Escola Superior Colonial a partir do ano lectivo de 1942-1943
- 10031 Esclarece quais os trabalhos práticos pelos quais é devida a indemnização a que se referem os n.ºs 3.º e 4.º do artigo 1.º da tabela anexa ao decreto-lei n.º 31658
- 10035 Anula a portaria n.º 7997, que esclarece o regime de faltas e licenças a que estão sujeitos os professores agregados dos liceus, do quadro do exercício eventual
- 10065 Manda adoptar o modelo, anexo a esta portaria, de diploma de licenciatura em medicina para os médicos diplomados pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa que tenham repetido as cadeiras do curso médico, nos termos do decreto n.º 18310, e tenham sido dispensados do acto de licenciatura
- 10122 Manda aplicar às colónias, com algumas alterações, o decreto-lei n.º 31908, que determina que todas as organizações, associações ou instituições que tenham por objecto a educação cívica, moral e física da juventude careçam, para se constituir e poder exercer actividade, de aprovação dos estatutos pelo comissário nacional da Organização Nacional Mocidade Portuguesa
- 10245 Inclui nas classes VI e XVII da tabela anexa ao decreto n.º 20260, sobre abonos, concessões de licenças e passagens, as categorias de professores do ensino técnico e maquinista do quadro de fiscalização marítima e fluvial dos serviços aduaneiros da colónia de Moçambique

Despachos Ministeriais

- DG 87 Despacho ministerial pelo qual se considera revogado o artigo 9.º do decreto n.º 18413, que estabelece a idade mínima para admissão ao exame do 2.º grau

Orçamentos

- DG 71 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1942

Instruções

- DG 133 Fixa o sentido das disposições legais relativas ao direito do provimento sem concurso dos professores primários nas escolas vagas que não distem mais de 5 quilómetros das ocupadas pelos seus cônjuges
- DG 158 Instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto no ano lectivo de 1942-1943
- DG 158 (R1 DG 170) Alterações às instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto no ano lectivo de 1942-1943, insertas no suplemento ao Diário do Governo n.º 158, de 9 do corrente mês

Circulares

- DG 126 Circular aos reitores dos liceus respeitantes a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época
- DG 126 (R1 DG 170) Circular aos reitores dos liceus respeitante a nova publicação, rectificada, do horário da época de Outubro das provas escritas dos exames dos cursos complementares de letras e ciências, inserta no suplemento ao Diário do Governo n.º 126, de 1 de Junho último
- DG 165 Instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula na Universidade Técnica
- DG 165 (R1 DG 170) Alterações às instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula na Universidade Técnica, insertas no Diário do Governo n.º 165, de 17 do corrente mês

1943

Decretos-Lei

- 32636 Regula o abono, no que respeita aos vencimentos, dos professores de qualquer dos liceus do continente que forem nomeados reitores dos liceus dos distritos autónomos ou os dêstes que forem nomeados reitores daqueles ou de outro distrito autónomo - Torna aplicável as disposições dêste diploma às nomeações de reitores realizadas no ano lectivo de 1941-1942
- 32641 Permite aos candidatos aprovados no exame de admissão às escolas do magistério primário que, por falta de vaga, não ingressem nas mesmas escolas realizar nas escolas primárias das capitais de distrito, sob a direcção do respectivo director e em grupos de quatro por escola, um estágio de trinta dias
- 32645 Determina que para o ensino das disciplinas de educação física, música e canto coral e organização política e administrativa da Nação nas escolas do magistério primário sejam nomeados professores que a seu cargo tiverem a regência das respectivas disciplinas em liceus da sede da escola ou no Instituto Nacional de Educação Física, qualquer que seja a sua categoria e a natureza do provimento
- 32649 Define a situação do pessoal em serviço no Instituto de Odivelas à data do decreto n.º 32615
- 32659 Aprova o Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado
- 32667 Determina que nos requerimentos para admissão ao estágio a que se refere o artigo 1.º do decreto-lei n.º 32641 seja inutilizado pelos candidatos um sêlo fiscal de 50\$00

- 32687 Autoriza a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a contratar para o serviço do Instituto de Anatomia Patológica, enquanto nêe trabalhar um professor contratado ao abrigo do artigo 9.º do decreto-lei n.º 31658, um ajudante de preparador e um dactilógrafo
- 32688 Institue o regime do abono de família em favor dos funcionários do Estado, civis e militares, o qual se rege pelas disposições constantes neste diploma e nas do decreto-lei n.º 31192
- 32720 Modifica o regime de atribuição no ensino superior das bôlsas de estudo, da isenção e redução de propinas e alarga sensivelmente o número dêstes dois últimos benefícios
- 32808 Dá nova redacção ao artigo 96.º do regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária, aprovado pelo decreto n.º 21991
- 32834 Dá nova redacção ao artigo 4.º do decreto-lei n.º 28219, que proíbe o uso ou simples detenção de acendedores ou isqueiros que estejam em condições de funcionar, quando os seus portadores não se achem munidos da licença fiscal
- 32916 Determina que nas cláusulas do concurso que em cada ano se abrir na Escola Naval para admissão de cadetes seja indicada a idade, que todavia não excederá em mais de um ano a fixada no § 1.º da base XXV do decreto-lei n.º 27146 - Permite, com o fim de actualizar, melhorar e, onde possível e quando necessario, abreviar a formação dos futuros oficiais, possam ser adoptados, e por sua vez estabelecidos no regulamento da mesma Escola, prazos, datas e tirocínios diferentes dos que constam do mesmo decreto-Lei
- 33018 Modifica a duração das unidades lectivas da disciplina de desenho e trabalhos manuais, sem se alterarem os tempos semanais em globo, e modificam-se os tempos semanais, para menos na disciplina de matemática do curso complementar de ciências e para mais nas disciplinas de ciências físico-químicas do 2.º ciclo e de matemática do 6.º ano
- 33019 Cria as Escolas do Magistério Primário para funcionarem no Funchal e Ponta Delgada, conforme o regime estabelecido pelos decretos-leis n.ºs 32243 e 32645 e pelo presente diploma - Autoriza o Ministro a criar, por despacho, até mais cinco escolas do magistério primário no continente, se houver instalações para elas ou se as respectivas juntas provinciais lha facilitarem
- 33160 Permite que possam ser colocados em comissão nas escolas de ensino primário vagas, ou cujos titulares estejam por qualquer motivo impedidos, os regentes efectivos de postos escolares, em condições idênticas e com as mesmas formalidades a que estão sujeitas as colocações dos agentes do ensino dos quadros de agregados
- 33231 Determina que os portugueses diplomados por escolas de engenharia estrangeiras de categoria universitária, quando aí tenham iniciado os seus cursos depois da vigência dêste diploma, só sejam admitidos à inscrição na Ordem dos Engenheiros se forem aprovados em exame final, organizado, a requerimento seu, pelas escolas superiores de engenharia portuguesa, ou, independentemente dêste exame final, mas a título excepcional, se o Ministro homologar o parecer da Junta Nacional da Educação, dado sôbre informações daquelas escolas superiores, em que se declare o curso equivalente aos nacionais
- 33279 Fixa os quadros do corpo docente, do pessoal técnico auxiliar e dos serventes do Instituto de Medicina Tropical - Cria o lugar de médico adjunto da enfermaria escolar - Estabelece um prémio de 6000\$00, designado «Prémio de Medicina Tropical», destinado ao melhor trabalho original sôbre assuntos de medicina tropical
- 33280 Institue nas escolas do ensino técnico profissional, como órgãos de direcção e de coordenação de ensino, os cargos de sub-director e de director de curso ou cursos, em que serão providos professores efectivos ou agregados propostos pelos directores das escolas e nomeados pelo Ministro - Cria um lugar de aspirante e um de auxiliar para os serviços de secretaria em determinadas escolas - Fixa o quadro do pessoal menor das actuais escolas de ensino técnico profissional

Decretos

- 32629 Aprova os programas das escolas do magistério primário
- 32657 Insere várias disposições acêrca da licença aos funcionários dos quadros administrativos coloniais, na actividade de serviço ou na disponibilidade, para poderem contrair matrimónio - Concede licença graciosa especial, em determinadas condições, aos mesmos funcionários que se distinguirem pelo zêlo, probidade e competência demonstrados no exercício do seu cargo
- 32663 Permite que possam ser admitidos, sempre que as necessidades do ensino o exigirem, ao estágio a que se refere o artigo 1.º do decreto-lei n.º 32641 os candidatos aprovados no exame de admissão às escolas do magistério primário que, por falta de vaga, não puderem matricular-se nas mesmas escolas
- 32732 Amplia os limites de idade para a matrícula no curso liceal
- 32810 Institue nas colónias o regime do abono de família em favor dos respectivos funcionários do Estado, civis e militares, o qual se rege pelas disposições constantes dos artigos 2.º a 17.º dêste diploma
- 32946 Promulga o regulamento geral da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar **Revogado**
- 33147 Determina que o Liceu Salazar, da cidade de Lourenço Marques, passe a funcionar com 21 turmas, enquanto a sua frequência o justificar - Aumenta o quadro dos professores do mesmo Liceu de uma unidade em cada um dos grupos 5.º, 6.º e 8.º e autoriza o governador geral da colónia de Moçambique a abrir o crédito necessário à execução do presente diploma
- 33196 Abre um crédito destinado a ocorrer ao pagamento das gratificações aos professores directores do estágio a que se refere o § 2.º do artigo 1.º do decreto-lei n.º 32641
- 33303 Estabelece diversos preceitos acêrca da organização dos orçamentos coloniais e liquidação das respectivas receitas e despesas e aprova, com alterações, os orçamentos coloniais para 1944 (no seu artigo 2.º “Os professores das escolas coloniais ficam obrigados a realizar periodicamente palestras educativas sobre a vida e actos mais notáveis dos petronos das respectivas escolas”; artigo n.º 3 “As vagas que ocorrerem nos liceus coloniais poderão ser providas pela forma indicada no artigo 3.º do decreto n.º 33147 de 18 de Outubro de 1943”)

- 33318 Dá nova redacção ao § único do artigo 100.º do regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 19678

Portarias

- 10306 Determina que enquanto não estiver regulamentada a prova de equitação a prestar na Escola do Exército pelos alunos da Escola Superior Colonial seja dispensada a demonstração de a haver prestado para o efeito de ser passado o diploma do curso superior colonial, aprovado pelo artigo 2.º do decreto-lei n.º 30241
- 10314 Aprova e manda pôr em execução o regulamento referente à concessão do prémio «Alvarenga do Piauí (Brasil)»
- 10316 Aprova e manda pôr em execução o regulamento referente à concessão do «Prémio Ramos Paz»
- 10505 Manda publicar no Boletim Oficial das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Índia e Macau, para nelas ter a devida execução, o decreto-lei n.º 33018, que modifica a duração das unidades lectivas da disciplina de desenho e trabalhos manuais, sem se alterarem os tempos semanais em globo, e modificam-se os tempos semanais, para menos na disciplina de matemática do curso complementar de ciências e para mais nas disciplinas de ciências físico-químicas do 2.º ciclo e de matemática do 6.º ano
- 10508 Considera para efeito de valorização de diploma dos candidatos aos concursos de escolas de ensino primário geral todo o serviço prestado por êsses professores, quer tenha sido seguido, quer interpolado ou tenha sido prestado em anos lectivos diferentes, mas classificado em períodos não inferiores a trinta dias, até perfazer o tempo necessário para um ano completo de serviço
- 10515 Estabelece normas a observar nas cantinas dos centros escolares da M. P. e da M. P. F

Autorizações

- DG 94 Autoriza os motociclos e carros ligeiros de passageiros dos grupos II, III, IX e X, pertencentes aos médicos inscritos na Ordem dos Médicos, a abastecerem-se de gasolina em todo o País

Orçamentos

- DG 51 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1943

Circulares

- DG 112 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época

Instruções

- DG 144 Instruções para as provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, instituídos pelo decreto-lei n.º 26594, e seu julgamento

1944

Leis

- 1997 Aprova, para ser ratificada, a Convenção Ortográfica assinada em Lisboa em 29 de Dezembro de 1943 entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil

Decretos-Lei

- 33541 Institue no Ministério das Colónias a Direcção Geral do Ensino, para a qual transitam as atribuições da Direcção Geral de Administração Política e Civil relativas à instrução, missões e cultos - Aumenta um contínuo de 2.ª classe ao pessoal menor do Ministério
- 33541 (R1 DG 55 de 1945) Declaração ao decreto-lei n.º 33541, que institue no Ministério das Colónias a Direcção Geral do Ensino
- 33542 Permite aos assistentes das Faculdades ou escolas superiores que já se encontravam ao serviço à data da publicação do decreto-lei n.º 31658 ser admitidos ao doutoramento no grupo ou secção a que estão adstritos, embora não possuam a licenciatura correspondente
- 33543 Aumenta o quadro do pessoal menor da Escola do Magistério Primário de Lisboa de dois lugares de guardas de 2.ª classe
- 33618 Reforça as verbas fixadas no programa das novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais, aprovado pelo decreto-lei n.º 28604
- 33634 Regula a aposentação dos professores de qualquer grau de ensino temporária ou provisoriamente providos em cargo com direito de aposentação antes do decreto-lei n.º 26503
- 33674 Permite ao Ministro nomear como adjuntos um ou dois professores de ensino primário, sem prejuízo da sua função docente, para auxiliarem os delegados dos directores dos distritos escolares nos concelhos em que o número de agentes de ensino seja respectivamente superior a 80 ou a 120, os quais perceberão a gratificação mensal de 75\$00 cada um
- 33674 (R1 DG 145) Rectificação ao decreto-lei n.º 33674, que permite ao Ministro da Educação Nacional nomear como adjuntos um ou dois professores de ensino primário, sem prejuízo da sua função docente, para auxiliarem os delegados dos directores escolares nos concelhos em que o número de agentes de ensino seja respectivamente superior a 80 ou a 120, os quais perceberão a gratificação mensal de 75\$00 cada um
- 33681 Determina que o disposto no decreto-lei n.º 33160 deve entender-se como dispensando, desde a vigência desse diploma, quaisquer formalidades na colocação, em comissão, dos regentes efectivos de postos escolares em escolas do ensino primário diferentes das estabelecidas no § 1.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 28081

- 33709 Determina que as importâncias das rendas exigíveis aos agentes de ensino que habitam as moradias existentes nos edifícios escolares do ensino primário oficial pertencentes ao Estado, por virtude do disposto no artigo 16.º do decreto-lei n.º 26115, revertam a favor da câmara municipal do respectivo concelho
- 33709 (R1 DG 127) Declaração ao decreto-lei n.º 33709, que determina que as importâncias das rendas exigíveis aos agentes de ensino que habitam as moradias existentes nos edifícios escolares do ensino primário oficial pertencentes ao Estado, por virtude do disposto no artigo 16.º do decreto-lei n.º 26115, revertam a favor da câmara municipal do respectivo concelho
- 33792 Autoriza o director do Instituto Superior de Agronomia a contratar, além do quadro fixado por lei, um secretário para servir até à conclusão da acção disciplinar que vem sendo exercida nos serviços administrativos do mesmo Instituto
- 33797 Autoriza os governadores gerais e de colónia de várias colónias a abrir créditos especiais destinados a ocorrer ao pagamento na metrópole à Companhia Colonial de Navegação das despesas com a viagem de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, Legado a latere de Sua Santidade o Sumo Pontífice nas cerimónias da próxima sagração e inauguração de nova Catedral de Lourenço Marques, na sua visita às mesmas colónias, e sua comitiva - Insere várias disposições de carácter legislativo (no art. 4.º são mencionados: e) despesas das viagens de alunos do Instituto Superior Técnico que vão tirocinar na colónia; g) subsídio às Irmãs Educadoras de Lunada, destinado à continuação da construção do colégio; c) subsídios para diversas iniciativas da Mocidade Portuguesa da colónia)
- 33806 Determina que os encargos dos vencimentos dos primeiros assistentes dos estabelecimentos de ensino superior que resultarem da execução do § 1.º do artigo 6.º do decreto-lei n.º 31658, na falta de verba consignada especialmente a tal fim, sejam satisfeitos pelas disponibilidades que se verificarem nas dotações do pessoal dos quadros aprovados por lei daqueles estabelecimentos
- 33811 Prorroga para 1 de Janeiro de 1945 o prazo citado no artigo 4.º do decreto-lei n.º 33634, que regula a aposentação dos professores de qualquer grau de ensino temporária ou provisoriamente providos em cargo com direito de aposentação antes do decreto-lei n.º 26503
- 33888 Regula o ingresso nos quadros do pessoal dos estabelecimentos técnica e administrativamente dependentes da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos em que existir a categoria de terceiro bibliotecário ou terceiro conservador - Regula o provimento dos lugares de segundos e primeiros bibliotecários ou conservadores
- 33946 Autoriza a Junta Geral do distrito autónomo de Ponta Delgada a expropriar, por utilidade pública urgente, vários imóveis cuja aquisição se torna indispensável à construção, naquela cidade, de um asilo-escola para raparigas em perigo moral
- 33956 Permite a realização, na época de Outubro, de exames de duas disciplinas aos alunos que assim possam concluir o 2.º ciclo ou os cursos complementares
- 34047 Altera o regime literário do Colégio Militar - Permite ao Ministro da Guerra, com a concordância do Ministro da Educação Nacional, mandar aplicar ao Instituto de Odivelas, a partir do ano lectivo de 1944-1945 e a título de experiência, o regime estatuído pelo presente diploma para o Colégio Militar
- 34053 Remodela o actual sistema de exames liceais e de admissão aos liceus
- 34101 Cria a secretaria privativa da Academia Portuguesa da História
- 34102 Insere disposições indispensáveis ao regular funcionamento de serviços dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio - Revoga o § 2.º do artigo 8.º do decreto-lei n.º 24571
- 34118 Permite que possam beneficiar das bolsas de estudo e das isenções de propinas os alunos dos liceus quando do processo respectivo se verificar que o cociente da divisão total das receitas dos pais, depois de deduzidos 700\$00, pelo número de filhos não seja superior a 200\$00
- 34141 Extingue os serviços da hora legal, dependentes da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Cria no Ministério a Comissão Permanente da Hora
- 34142 Insere disposições relativas aos professores do ensino liceal que, por virtude de nomeação, contrato ou colocação, sem ser a seu pedido, tenham de deslocar-se do continente para as ilhas adjacentes
- 34143 Cria um liceu nacional de dezasseis turmas, destinado à população escolar das zonas dos concelhos de Oeiras e Cascais servidas pela respectiva linha férrea

Decretos

- 33556 Dá nova redacção ao artigo 11.º e ao § 1.º do artigo 35.º do decreto n.º 32946, que promulga o regulamento geral da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 33658 Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato com o escultor António Duarte para os trabalhos de execução em maquette definitiva de dois grupos escultóricos destinados à fachada do edifício da Biblioteca Central da referida Universidade
- 33578 Regula o provimento dos lugares de professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia
- 33586 Concede aos serventuários civis contratados, interinos e assalariados das colónias o direito à aposentação, nos termos do decreto n.º 25371, desde que satisfaçam às condições de tempo de serviço que o mesmo decreto fixa para os funcionários de nomeação definitiva e tenham pago o que fôr devido para a compensação de aposentação
- 33841 Abre um crédito destinado a subsídios às instituições circum-escolares do Instituto Superior Técnico
- 33903 Dá nova designação ao 4.º curso da Escola Superior de Medicina Veterinária, referido no artigo 2.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 21991
- 33926 Concede ao Dr. Mário Pais de Sousa, Doutor Adriano Pais da Silva Vaz Serra, Doutor António de Oliveira Salazar, capitão de mar e guerra Manuel Ortins de Bettencourt, Doutor João Pinto da Costa Leite, Dr. Francisco José Vieira Machado, Doutor Mário de Figueiredo e Dr. Rafael da Silva Neves Duque a exoneração, respectivamente, de Ministros

do Interior, Justiça, interino da Guerra, Marinha, interino das Obras Públicas e Comunicações, Colónias, Educação Nacional e Economia

- 33928 Nomeia o tenente-coronel do estado maior Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz, Doutor Manuel Gonçalves Cavaleiro Ferreira, tenente-coronel do estado maior Fernando dos Santos Costa, capitão de mar e guerra Américo Deus Rodrigues Tomaz, engenheiro Augusto Cancela de Abreu, Doutor Marcelo José das Neves Alves Caetano, Doutor José Caeiro da Mata e Dr. Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto, respectivamente, Ministros do Interior, Justiça, Guerra, Marinha, Obras Públicas e Comunicações, Colónias, Educação Nacional e Economia
- 34029 Aumenta o quadro do pessoal assalariado de instrução pública da colónia de Moçambique
- 34093 Promulga a reforma do Colégio Militar - Permite ao Ministro da Guerra, com a concordância do Ministro da Educação Nacional, mandar aplicar ao Instituto de Odivelas, a partir do ano lectivo de 1944-1945 e a título de experiência, o regime estatuído nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do presente diploma
- 34169 Introduce alterações do Estatuto, nos quadros e nos vencimentos do funcionalismo colonial (estabelece uma gratificação anual ao chefe da secretaria da Inspeção escolar e altera os quadros dos professores e de regentes escolares de cabo Verde)

Portarias

- 10581 Aprova o regulamento referente à concessão do «Prémio A. J. da Silva Pereira»
- 10609 Inclue a categoria de professor regente das escolas distritais de artes e ofícios da colónia de Moçambique na classe XII da tabela anexa ao decreto n.º 20260, sobre abonos, concessões de licença e passagens
- 10627 Suspende, até nova determinação, a obrigatoriedade de adaptação a gás pobre dos automóveis ligeiros de aluguer para transporte de passageiros
- 10639 Permite que no próximo ano lectivo o Liceu Salvador Correia, da colónia de Angola, possa funcionar com dezasseis turmas, sem aumento de despesa para a Fazenda Pública
- 10707 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias a lei n.º 1969, que promulga as bases da reforma do ensino primário, devendo os governos coloniais propor, ou adoptar, as providências atinentes à execução da mesma lei, tendo em obediência as regras estabelecidas neste diploma
- 10708 Determina que o ensino da religião católica seja ministrado, aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção, por sacerdotes para êsse efeito designados pelos prelados, quando estes não reconheçam idoneidade ao pessoal docente para o ministrar, e sem encargo orçamental
- 10718 Dá nova redacção aos estatutos da Associação da Filosofia Natural, fundada pelos estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, aprovados nos termos do decreto n.º 21566 e publicados pela portaria n.º 7811
- 10725 Providencia quanto ao destino a dar a todos os instrumentos do crime apreendidos que não tenham interêsse, sob qualquer ponto de vista, para figurarem nos museus criminais, existentes junto dos institutos de criminologia
- 10729 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias a circular da Secção Pedagógica, da Direcção Geral do Ensino Liceal, publicada no Diário do Govêrno n.º 270, 2.ª série, de 19 de Novembro de 1941
- 10746 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias o decreto-lei n.º 32234, a fim de serem aplicadas as suas disposições à Mocidade Portuguesa nas colónias, devendo atribuir-se aos governadores e aos comissários coloniais, respectivamente, a competência ministerial e a do Comissariado Nacional, que no referido diploma se estabelecem
- 10748 Determina que a competência a que se refere o artigo 27.º do decreto-lei n.º 31658, para a concessão de isenção de propinas, seja exercida em relação à Escola Superior Colonial pelo respectivo conselho escolar
- 10758 Manda executar, nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau o decreto-lei n.º 33956, que permite a realização, na segunda época, de exames de duas disciplinas aos alunos que assim possam concluir o 2.º ciclo ou os cursos complementares
- 10767 Manda publicar no Boletim Oficial das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau, para nas mesmas ter execução, o decreto-lei n.º 34053, que remodela o actual sistema de exames liceais e de admissão aos liceus
- 10778 Manda pôr em vigor nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau a alínea e) da portaria n.º 8954 (funcionamento, em regime de salas de estudo, de cursos facultativos de disciplinas que não sejam professadas no 3.º ciclo), devendo as horas lectivas resultantes do funcionamento dos cursos facultativos nela previstos ser incluídas na distribuição geral do serviço, e portanto sem remuneração especial

Declarações

- DG 70 Declaração de ter sido autorizado o abastecimento em todo o País aos motociclos e automóveis ligeiros, particulares, de passageiros, classificados nos grupos II, III, IX e X, no período que decorre desde o dia 6 ao dia 10, inclusive, do corrente mês, e de ter sido determinado que durante a primeira quinzena do presente mês as senhas não utilizáveis dos livretes de consumo passados para os veículos classificados nos referidos grupos sejam as correspondentes às letras desde P até Z, inclusive
- DG 231 Declaração de que deve ser publicada no Boletim Oficial das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau a portaria n.º 10758, que manda executar nas respectivas colónias o decreto-lei n.º 33956, que permite a realização, na segunda época, de exame de duas disciplinas aos alunos que assim possam concluir o 2.º ciclo ou os cursos complementares
- DG 264 Fixa a interpretação das disposições reguladoras do despacho inserto no Diário do Govêrno de 9 de Junho de 1942, relativas ao direito do cônjuge que ainda não exerceu a preferência em relação a escola que diste menos de 5 quilómetros da ocupada pelo outro cônjuge

Orçamentos

- DG 45 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1944

Cartas de Confirmação e Ratificação de Convenção

- DG 58 Carta de Confirmação e Ratificação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira

Circulares

- DG 111 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da próxima época
- DG 208 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames liceais da época de Outubro

Instruções

- DG 118 Instruções da Direcção Geral do Ensino Liceal para a realização das provas práticas e trabalhos manuais e normas para a sua classificação
- DG 125 Instruções para as provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, instituídos pelo decreto-lei n.º 26594, e seu julgamento
- DG 157 Instruções para as provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, instituídos pelo decreto-lei n.º 26594, e seu julgamento, em substituição das publicadas no Diário do Governo n.º 125, de 13 de Junho último
- DG 210 Instruções para as provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, a realizar em Outubro (alteram as publicadas no Diário do Governo n.º 157, de 20 de Julho de 1944)
- DG 210 (R1 DG 229) Alteração às instruções para as provas escritas dos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, insertas no Diário do Governo n.º 210, de 25 de Setembro último

1945

Leis

- 2004 Concede, a partir de 1 de Março do corrente ano, aos servidores do Estado um novo subsídio de carácter eventual não excedente a 15 por cento dos vencimentos, não podendo, porém, a respectiva despesa ser superior à importância do saldo que se verificar no encerramento da conta de 1944 - Exclue da aplicação do disposto neste diploma o Presidente da República e os Ministros - Autoriza o Governo a aumentar o subsídio à Caixa Geral de Aposentações, por forma a poder também ser concedido aos aposentados e reformados um subsídio eventual nas respectivas pensões - Autoriza os corpos administrativos a conceder aos seus funcionários igual subsídio, nos termos do diploma que vier a ser publicado em execução desta Lei

Decretos-Lei

- 34407 Prorroga por dois anos o prazo, a que se refere o § único do artigo 7.º do decreto-lei n.º 31913, para a comissão constituída pelo artigo 2.º do decreto n.º 32612 concluir os trabalhos de transformação e ampliação da Escola de Enfermagem Artur Ravara
- 34416 Amplia de um ano o prazo estabelecido no artigo 6.º do decreto-lei n.º 31658, que insere várias disposições relativas ao pagamento de propinas nas escolas superiores e à concessão de bolsas de estudo
- 34431 Introduce alterações no decreto-lei n.º 32688, que institue o regime de abono de família em favor dos funcionários do Estado, civis e militares
- 34436 Considera, até à reforma do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar, extinta a Secção Pedagógica, a que se refere o artigo 16.º do decreto n.º 15709 - Dá nova constituição à Secção Tutelar, a que se refere o artigo 14.º do citado Decreto
- 34467 Determina que o resultado dos exames de doutoramento em todas as Faculdades, institutos e escolas superiores seja expresso em valores, de harmonia com a escala de 0 a 20, considerando-se excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 16 valores
- 34476 Torna aplicável ao ensino agrícola dos graus elementar e médio os preceitos legais que regulam o exercício do ensino particular, em harmonia com o disposto neste diploma
- 34557 Revoga os §§ 1.º e 2.º do artigo 42.º do decreto n.º 19760, que promulga a organização das Escolas de Belas Artes (ensino artístico), e os §§ 1.º e 2.º do artigo 52.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 21662 - Dá nova redacção ao corpo do artigo 43.º do decreto n.º 19760 e ao corpo do artigo 53.º do decreto n.º 21662
- 34607 Cria nas escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, ficando a fazer parte do respectivo curso superior de arquitectura, as cadeiras de urbanologia e projectos e obras de urbanização, que constituirão respectivamente a 15.ª e a 16.ª cadeiras
- 34616 Permite que aos professores do ensino liceal, bem como aos médicos escolares em serviço nos liceus, possa, por despacho ministerial, ser reduzido o serviço obrigatório quando nomeados delegados provinciais ou subdelegados regionais da Mocidade Portuguesa ou da Mocidade Portuguesa Feminina
- 34630 Modifica as condições da admissão ao curso de engenheiro hidrógrafo e altera a sua constituição **Revogado**
- 34659 Estabelece novas condições para a admissão no quadro da classe dos engenheiros construtores navais - Revoga e substitue o decreto n.º 23972 **Revogado**
- 34730 Estabelece as condições em que devem realizar-se no corrente ano os exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades

- 34744 Considera legais os abonos de vencimentos ou gratificações que, pelos conselhos administrativos ou entidades com as suas funções dos institutos e escolas industriais e comerciais e das escolas agrícolas, tiverem sido ou vierem a ser feitos a professores, assistentes e mestres, interinos, extraordinários, contratados ou provisórios, a contar da entrada em exercício daqueles funcionários, mesmo que a portaria de nomeação ou o despacho de aprovação do respectivo contrato sejam de data posterior
- 34752 Estabelece para o corrente ano a remuneração do serviço de exames de admissão aos liceus e exames liceais respeitante aos alunos externos
- 34764 Dá nova redacção ao artigo 9.º do decreto-lei n.º 26957, que institue as Missões Estéticas de Férias
- 34805 Aumenta em 2\$00 a importância referida no artigo 1.º do decreto n.º 16382
- 34831 Autoriza o Ministro a contratar para a Escola do Exército um professor especialmente encarregado da formação moral dos alunos
- 34850 Introduce alterações na lei orgânica das Faculdades de Direito, promulgada pelo decreto n.º 16044
- 34875 Torna aplicável o disposto no decreto n.º 18649 aos laboratórios, institutos e oficinas dos estabelecimentos integrados na Universidade Técnica
- 34927 Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a aceitar, para o Estado, a cessão do usufruto do prédio rústico e urbano conhecido por Quinta dos Marmelais, situado na freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Tomar, que lhe foi legado por José Vieira da Silva Guimarães para a instalação de uma escola de olivicultura e oleicultura
- 34945 Insere disposições atinentes a acautelar os interesses do Estado e a eficiência do desempenho das funções públicas quando os funcionários na situação de licença ilimitada pretendam regressar ao serviço - Exige a todos os servidores do Estado as habilitações estabelecidas na reforma de 1935 - Não permite aos serviços o recrutamento de pessoal não pertencente aos quadros com remunerações inferiores às percebidas no mesmo serviço por servidores de igual categoria nas mesmas condições - Fixa o prazo para tomar posse de funções públicas **Revogado**
- 34948 Estabelece os vencimentos mensais dos secretários das Universidades Clássicas por períodos de anos de serviço no cargo
- 34960 Dá nova redacção à terceira, quarta e quinta fórmulas do formulário dos diplomas determinado pelo decreto-lei n.º 22470
- 34988 Permite a admissão a exame, em segunda época, aos alunos da Escola Superior Colonial que se encontrem nas condições estabelecidas neste diploma
- 35035 Fixa as gratificações mensais a abonar aos professores e assistentes dos Institutos de Hidrologia, ou a quem os substituir nas respectivas funções
- 35046 Cria a polícia internacional e de defesa do Estado - Revoga o decreto-lei n.º 22992
- 35046 (R1 DG 290) Declaração ao decreto-lei n.º 35046, que cria a polícia internacional e de defesa do Estado
- 35069 Simplifica o processo de nomeação dos professores e mestres provisórios das escolas do ensino técnico profissional que exercem o ensino com certa continuidade
- 35070 Eleva a seis o número de escolas do magistério primário que o Ministro poderá criar nos termos do artigo 6.º do decreto-lei n.º 33019
- 35090 Introduce alterações nos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa
- 35096 Define a situação do professor metodologo de canto coral do Liceu Pedro Nunes, em Lisboa
- 35108 Reorganiza os serviços da assistência social
- 35130 Cria no quadro do pessoal do Instituto Superior de Agronomia mais um lugar de professor extraordinário do 2.º grupo e dois lugares de colector de 1.ª classe - Suprime no referido quadro três lugares de preparador e o lugar de preparador (regente de 1.ª classe)
- 35152 Autoriza o serviço de leitura nocturna na biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
- 35153 Autoriza o Instituto de Música de Coimbra a ministrar o ensino dos cursos superiores das disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional, sem encargos para o Estado, segundo os planos, regime de estudos e mais condições estabelecidas para os mesmos cursos do Conservatório
- 35154 Determina que a receita da edição do livro único a que se refere o decreto-lei n.º 30660 seja destinada a assistência a alunos pobres do ensino primário e que por ela sejam custeados os encargos com a elaboração dos respectivos textos, edição, administração e fiscalização - Revoga o artigo 4.º do referido decreto-lei **Revogado**
- 35160 Cria na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto um lugar de prosector de anatomia patológica, a cujo cargo ficarão os serviços de autopsias e exames histopatológicos das clínicas da mesma Faculdade
- 35186 Regula a contagem do tempo de serviço para aposentação do pessoal de nomeação vitalícia e contratado do Instituto de Odivelas
- 35201 Reforça as verbas para o novo edifício do Liceu Eça de Queiroz, na Póvoa de Varzim, fixadas no programa das novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais, aprovado pelo decreto-lei n.º 28604
- 35220 Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato para a execução dos modelos de quatro estátuas alegóricas a erigir no novo edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 35227 Cria a Escola do Magistério Primário da Horta, para funcionar no liceu desta cidade, nos termos do decreto-lei n.º 33019
- 35260 Considera legais os abonos de vencimentos ou gratificações que pelos conselhos administrativos dos liceus tiverem sido ou vierem a ser feitos a professores a contar da sua entrada em exercício, mesmo que a respectiva portaria de nomeação ou o despacho de aprovação do respectivo contrato sejam de data posterior
- 35394 Reorganiza os serviços do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana
- 35401 Reorganiza os serviços do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira

- 35401 (R1 DG 4 de 1946) Declaração ao decreto-lei n.º 35401, que reorganiza os serviços do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira
- 35402 Cria na vila do Barreiro uma escola de ensino técnico profissional com a designação de Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva
- 35439 Cria no quadro do Instituto Superior de Agronomia o lugar de jardineiro chefe e extingue o de jardineiro

Decretos

- 34417 Reorganiza os serviços de saúde do Império Colonial Português. No artigo 108.º autorizava a criação de cursos superiores de: Assistentes Sociais, Enfermeiras; Puericultoras, Visitadoras Sanitárias, Educadoras Familiares religiosas ou laicas, quer pelo Estado, por corporações missionárias ou particulares
- 34445 Cria na colónia de Angola o quadro docente eventual do ensino primário
- 34451 Aprova os novos estatutos da Academia Portuguesa da História **Revogado**
- 34481 Aumenta de 22 unidades o actual quadro do magistério primário oficial no Estado da Índia
- 34481 (R1 DG 81) Rectificação ao decreto n.º 34481, que aumenta de 22 unidades o actual quadro do magistério primário oficial do Estado da Índia
- 34627 Insere disposições relativas a aposentação, ajudas de custo, suplemento de vencimentos, abonos de família e subsídios diários aos funcionários e assalariados dos quadros e ao funcionamento de vários serviços coloniais
- 34646 Regulamenta as disposições legais relativas aos exames de admissão aos liceus e aos exames liceais
- 34651 Autoriza a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situado no Barreiro, freguesia de S. Miguel de Lobrigos, concelho de Santa Marta de Penaguião, que se destina à construção das respectivas escolas, segundo o Plano dos Centenários
- 34666 Autoriza a Câmara Municipal de Redondo a expropriar, por utilidade pública urgente, nos termos do decreto com força de lei n.º 17508, uma parcela de terreno sito na vila de Redondo, que se destina à construção de dois edifícios escolares, segundo o Plano dos Centenários, respectivo recreio e arruamentos circundantes
- 34676 Dá nova redacção aos artigos 29.º, 45.º, 67.º e 68.º do decreto n.º 34646, que regulamenta as disposições legais relativas aos exames de admissão aos liceus e aos exames liceais
- 34687 Autoriza a Câmara Municipal de Sinfães a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada naquela vila, destinada à construção de edifícios escolares, segundo o Plano dos Centenários
- 34749 Extingue o lugar de desenhador-fotógrafo, contratado, do Instituto de Medicina Tropical e cria um lugar de encarregado da biblioteca do mesmo Instituto
- 34758 Autoriza a Câmara Municipal de Vila do Conde a expropriar, por utilidade pública urgente, os terrenos escolhidos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para a construção naquela vila da respectiva escola central feminina
- 34839 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de dezanove edifícios escolares no distrito da Guarda
- 34840 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de dezanove edifícios escolares no distrito da Guarda
- 34841 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a construção de vinte e oito edifícios escolares do Plano dos Centenários (programa de 1944) no distrito de Vila Real
- 34855 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de vários edifícios escolares no distrito de Viseu
- 34953 Suprime o lugar de professor efectivo do 8.º grupo da Escola Técnica Sá da Bandeira, de Lourenço Marques, e cria um do 6.º grupo
- 35049 Autoriza a Câmara Municipal da Covilhã a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 35076 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a construção de vários edifícios escolares no distrito de Castelo Branco
- 35079 Autoriza a Câmara Municipal de Oliveira de Frades a expropriar por utilidade pública urgente uma parcela de terreno situada na freguesia de Arcozelo das Maías, do concelho de Oliveira de Frades, destinada à construção da escola primária do Plano dos Centenários do núcleo de Fornelo, dos referidos concelho e freguesia
- 35122 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de sete edifícios escolares do Plano dos Centenários, programa de 1944, nos concelhos de Meda, Trancoso e Vila Nova de Fozcoa
- 35123 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de vinte e sete edifícios escolares do Plano dos Centenários, programa de 1944, no distrito do Pôrto
- 35136 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de vinte e quatro edifícios escolares do Plano dos Centenários (programa de 1944), no distrito de Bragança
- 35170 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para execução das obras de construção do edifício escolar de Mosteiro, freguesia de Paço de Sousa, concelho de Penafiel, do Plano dos Centenários (programa de 1944)
- 35179 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de quinze edifícios escolares do Plano dos Centenários (programa de 1944) nos concelhos de Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sinfães e Tabuaço

- 35228 Aprova o acôrdo de 10 de Agosto de 1945, resultante do trabalho da Conferência Interacadémica de Lisboa, para a unidade ortográfica da língua portuguesa, cujos instrumentos, elaborados em harmonia com a Convenção Luso-Brasileira de 29 de Dezembro de 1943, são publicados em anexo ao presente diploma
- 35232 Mantém em vigor durante o ano de 1946 o disposto nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 9.º, 11.º e 12.º do decreto n.º 34627, que insere disposições relativas à aposentação, ajudas de custo, suplemento de vencimentos, abonos de família e subsídios diários aos funcionários e assalariados dos quadros e ao funcionamento de vários serviços coloniais - Prorroga até 31 de Janeiro de 1946 o prazo fixado no § único do artigo 3.º do decreto n.º 33586, que concede direito à aposentação aos funcionários civis contratados, interinos e assalariados das colónias - Insere disposições legislativas a aplicar aos serviços das colónias de Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau e Timor - Aprova alterações aos orçamentos das colónias de Cabo Verde, Guiné e Estado da Índia
- 35245 Cria o lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública de Macau
- 35393 Estabelece a remuneração do serviço de exames de admissão aos liceus e o serviço dos exames liceais respeitantes aos alunos externos - Revoga o § único do artigo 3.º do decreto-lei n.º 28844 e autoriza o Ministro a alterar a composição dos quadros dos liceus

Portarias

- 10849 Estabelece normas reguladoras das funções docentes exercidas pela Faculdade de Medicina do Pôrto na Maternidade Júlio Diniz e no Instituto de Puericultura da mesma cidade
- 10858 Aumenta transitòriamente de uma unidade o quadro do pessoal das secretarias dos liceus, fixado pelo artigo 38.º do decreto n.º 20741
- 10883 Introduce um novo número na enumeração das penas disciplinares previstas no artigo 11.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado
- 10932 Aprova o regulamento interno da Academia Portuguesa da História
- 10956 Dá nova redacção aos artigos 19.º e 52.º do regulamento interno da Academia Portuguesa da História, aprovado pela portaria n.º 10932
- 10978 Inclue a categoria de mestre de ofício da Escola Prática de Pesca e Comércio de Mossâmedes na classe XV da tabela anexa ao decreto n.º 20260 (abonos, concessões de licença e passagens)
- 10990 Manda publicar e pôr em vigor nas colónias de Cabo Verde, Angola e Moçambique, Estado da Índia e Macau o decreto-lei n.º 31279, que insere disposições relativas à apresentação de estudantes a exames liceais
- 11077 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias, estabelecendo regras especiais para a sua execução, o decreto n.º 29992, que regula e esclarece as disposições do decreto-lei n.º 26611 (regimento da Junta Nacional da Educação)
- 11104 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias o parecer da 3.ª secção da Junta Nacional da Educação acêrca do ingresso dos antigos seminaristas no curso liceal, inserto no Diário do Govêrno n.º 279, de 30 de Novembro de 1937
- 11124 Manda pôr em execução nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor o decreto n.º 34646, que regulamenta as disposições legais relativas aos exames de admissão aos liceus e aos exames liceais, com a nova redacção dada aos artigos 29.º, 45.º, 67.º e 68.º pelo decreto n.º 34676, e indica as regras especiais a observar no seu cumprimento
- 11158 Manda publicar na colónia de Cabo Verde, para na mesma ter execução, os artigos 10.º e 20.º do decreto-lei n.º 35046, que cria a polícia internacional e de defesa do Estado
- 11170 Aprova o traje dos professores da Universidade Técnica
- 11212 Manda executar em todas as colónias o decreto n.º 35228, que aprova o acôrdo, de 10 de Agosto de 1945, resultante do trabalho da Conferência Interacadémica de Lisboa para a unidade ortográfica da língua portuguesa, cujos instrumentos foram elaborados em harmonia com a Convenção Luso-Brasileira de 29 de Dezembro de 1943

Portaria

- Portaria n.º 7 Fixa o quantitativo do subsídio de estudo na metrópole (Moçambique)
- Portaria n.º 17 Fixa o quantitativo do subsídio de estudo na metrópole (Angola)

Portaria Ministerial

- Portaria Ministerial n.º 17 (23 de Outubro) Artigo 8.º Cria uma “Bolsa de estudo” para um aluno pobre do ensino primário
- Portaria Ministerial n.º 24 artigos 8.º, 9.º e 11.º Refere o número de professores eventuais na província ultramarina de Moçambique
- Portaria Ministerial n.º 26 (23 de Outubro) Artigo 19.º Concede a licença graciosa especial aos professores do Ensino Primário

Instruções

- DG 163 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 224 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Orçamentos

- DG 55 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1945

1946

Decretos-Lei

- 35474 Dá nova redacção aos artigos 8.º e 13.º do decreto-lei n.º 35090, que introduz alterações nos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa
- 35488 Autoriza a Direcção Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Chaves diversos prédios adquiridos em tempos pelo Estado para no local se construir o novo edifício do Liceu Fernão de Magalhães
- 35489 Permite aos bacharéis em Direito segundo o decreto n.º 16044 obter o grau de licenciado em Ciências Jurídicas ou em Ciências Político-Económicas mediante aprovação em exame constituído exclusivamente por provas orais das disciplinas a que sejam obrigados os alunos que frequentem os cursos complementares de Ciências Jurídicas ou de Ciências Político-Económicas organizados nos termos daquele Decreto
- 35495 Dá nova redacção ao artigo 2.º do decreto-lei n.º 34945 (habilitações exigidas aos servidores do Estado)
- 35563 Determina que o provimento, por concurso, dos lugares de professores auxiliares dos liceus seja feito de harmonia com o disposto no artigo 7.º e seus parágrafos do decreto-lei n.º 24043 - Torna aplicável esta disposição ao provimento dos lugares vagos à data do presente diploma, mesmo que se encontrem encerrados os respectivos concursos
- 35583 Autoriza o Governo a aceitar do benemérito António Dias Costa uma quantia para a manutenção da cantina escolar de Vila Nova de Famalicão, à qual será dado o seu nome
- 35654 Autoriza o Governo a aceitar um legado para a manutenção de uma cantina escolar em S. Martinho de Gondomar, concelho de Guimarães, à qual será dado o nome de Cantina Escolar D. Maria das Dores Fernandes Formigal
- 35655 Mantém em vigor para o corrente ano o decreto-lei n.º 34730, que estabelece as condições em que devem realizar-se os exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades
- 35656 Autoriza o Governo a aceitar uma doação para a manutenção de uma cantina escolar em Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, à qual será dado o nome de Cantina Escolar Narciso Ferreira
- 35678 Dá nova redacção aos artigos 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 88.º, 90.º, 95.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º e 105.º do regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária, aprovado pelo decreto n.º 21991
- 35681 Autoriza o Governo a aceitar de um benemérito uma quantia para a manutenção de uma cantina na escola n.º 1 da 1.ª zona da cidade de Lisboa, à qual será dado o nome de Cantina Escolar D. Adelaide Tarujo Formigal
- 35709 Autoriza o Governo a aceitar uma doação para a manutenção de uma cantina na escola primária da freguesia de Estela, concelho da Póvoa de Varzim, à qual será dado o nome de Cantina Escolar do Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo
- 35725 Estabelece a forma de colocação dos professores do ensino liceal que, por terem recursos interpostos contra decisões ministeriais que preteriram os seus direitos em concursos para o provimento de lugares de professores efectivos dos quadros dos liceus, perderam o ensejo de obter outras nomeações
- 35734 Autoriza o Ministério a nomear provisoriamente para o Liceu Camões, em Lisboa, dois aspirantes além do quadro fixado por Lei
- 35743 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a adquirir e fornecer o mobiliário, maquinaria e mais apetrechos indispensáveis ao funcionamento no próximo ano escolar da Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro
- 35769 Insere várias disposições relativas ao plano de construção de escolas primárias denominado Plano dos Centenários
- 35781 Aprova os estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional
- 35803 Mantém em vigor para o corrente ano o decreto-lei n.º 34752, que estabelece a remuneração do serviço de exames de admissão aos liceus e exames liceais respeitante aos alunos externos
- 35804 Cria na cidade de Lisboa uma escola de ensino técnico profissional, com a designação de Escola Comercial Pedro de Santarém, na qual serão ministrados o ciclo preparatório a que se refere o decreto-lei n.º 35402 e o curso complementar de comércio regulado pelo decreto n.º 20420
- 35807 Insere disposições relativas a matrículas, inscrições, transferências, exames e benefícios das bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas nas Universidades
- 35812 Autoriza o Ministro a alterar, para os cursos do 1.º ano dos cadetes da Escola Naval, que se iniciam no dia 1 de Outubro próximo, os períodos e os tirocínios estabelecidos no decreto-lei n.º 27146
- 35825 Permite aos alunos que à data do encerramento do Colégio Alemão de Lisboa e do Colégio Alemão do Porto frequentavam com aproveitamento qualquer ano do curso liceal desses Colégios inscrever-se como alunos do ensino particular no ano seguinte àquele que frequentavam - Regula a sua inscrição
- 35830 Reorganiza os serviços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado **Revogado**
- 35850 Insere disposições atinentes à criação no quadro das disciplinas das Faculdades de Ciências das Universidades da Coimbra, Lisboa e Porto, para começarem a funcionar no ano escolar de 1946-1947, das cadeiras de Óptica, Meteorologia e Geofísica e dos cursos semestrais de Mecânica Física e de Geomorfologia - Revoga os decretos n.ºs 25411, 27535 e o artigo 1.º do decreto n.º 19307, na parte que se refere ao pessoal dos observatórios meteorológicos e Instituto Geofísico
- 35869 Reorganiza o ensino na Escola Náutica - Revoga o decreto-lei n.º 32154
- 35869 (R1 DG 220) Rectifica a forma como foi publicado o decreto-lei n.º 35869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica
- 35885 Reorganiza a Escola Superior Colonial
- 35885 (R1 DG 220) Rectifica a forma como foi publicado o decreto-lei n.º 35869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica

- 35886 Aumenta o subsídio abonado ao funcionalismo civil e militar - Concede subsídios de 20 e 30 por cento respectivamente aos reformados e aposentados e aos pensionistas do Estado **Revogado**
- 35898 Permite ao Ministro, sempre que as circunstâncias o exigirem, sobre proposta dos respectivos reitores, autorizar os professores em exercício nos liceus das ilhas adjacentes a prestarem até nove horas de serviço semanal além das que lhes estão fixadas pela legislação em vigor - Fixa a respectiva gratificação
- 35905 Extingue as actuais secções dos Liceus Pedro Nunes, em Lisboa, e Carolina Michaëlis, no Porto, e cria em sua substituição, respectivamente, os Liceus D. João de Castro e Rainha Santa Isabel - Cria secções femininas em determinados liceus - Nomeia professor efectivo do 1.º grupo do Liceu D. João de Castro o actual professor efectivo da disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação do Liceu Pedro Nunes
- 35917 Eleva a 700 o número-limite de turmas fixado no artigo 17.º do decreto-lei n.º 27084
- 35922 Torna aplicáveis às escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio e aos professores, mestres e médicos escolares as disposições contidas no decreto-lei n.º 34616 (redução do serviço obrigatório por motivo de nomeação para cargos da Mocidade Portuguesa ou da Mocidade Portuguesa Feminina) - Permite em determinados casos que a entrada em exercício dos professores efectivos nomeados para as escolas do ensino técnico profissional possa realizar-se depois do prazo fixado no artigo 51.º de decreto n.º 20420
- 35938 Mantém ao actual leitor de sânscrito do Instituto de Línguas Africanas e Orientais os direitos que lhe assegurava a sua anterior situação de professor da cadeira de Sânscrito anexa à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 35939 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito residente no Rio de Janeiro uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas da sede do concelho de Murça, à qual será dado o nome de Cantina Bernardina Breia
- 35943 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas de Agrela, concelho de Santo Tirso, à qual será dado o nome de Cantina Educação Nacional
- 35944 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito residente no Rio de Janeiro uma doação para a manutenção de uma cantina na escola de Vila Seca de Gradelos, freguesia de Adaúfe, concelho de Vila Real
- 35946 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de três beneméritos residentes no Rio de Janeiro uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas de Avelãs de Caminho, concelho de Anadia
- 35952 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas de Avelal, freguesia de Decermilo, concelho de Sátão, à qual será dado o nome de Cantina Escolar Elísio Ferreira Afonso
- 35954 Permite que os leitores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa possam ser contratados para os lugares de mestres de línguas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 35964 Amplia de dois anos o prazo estabelecido no artigo único do decreto-lei n.º 34416 (funções do pessoal docente das Universidades)
- 35966 Eleva a gratificação mensal de serviço atribuída pelo n.º 5.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º 30249 ao director da Escola Náutica
- 35989 Permite ao Ministro autorizar que a exploração das oficinas do Instituto Superior Técnico seja adjudicada a entidades particulares, devendo o director do referido Instituto propor, em cada caso, as condições da adjudicação
- 35990 Autoriza o reitor da Universidade de Lisboa, até à reorganização dos serviços das secretarias das Universidades, a contratar, além do quadro fixado por lei, para prestarem serviço na mesma Universidade, três aspirantes e um servente
- 35991 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas de Lalim, concelho de Lamego, à qual será dado o nome de Cantina Escolar de Santa Maria de Lalim
- 35992 Cria, a cargo e sob a administração da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, um fundo especial, que se denominará «Fundo de auxílio a organismos desportivos», destinado a promover a expansão de modalidades desportivas de pequenas disponibilidades financeiras e a auxiliar a representação portuguesa em congressos e competições internacionais
- 36012 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas da sede do concelho de Esposende, à qual será dado o nome de Cantina Escolar Rocha Gonçalves
- 36042 Fixa o número de lugares de professores efectivos dos liceus dos grupos 1.º a 9.º

Decretos

- 35457 Autoriza a criação no Instituto de Serviço Social de um curso de especialização técnica para a formação de assistentes de serviço social corporativo, particularmente orientadas no sentido da intervenção no campo do trabalho, através da colaboração na actividade social dos organismos corporativos e da cooperação em obras sociais da iniciativa das empresas ou do respectivo pessoal
- 35475 Autoriza a Câmara Municipal de Ílhavo a expropriar, por utilidade pública urgente, com destino à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários na freguesia da Gafanha da Encarnação, vários lotes de terreno situados na referida freguesia
- 35489 Permite aos bacharéis em Direito segundo o decreto n.º 16044 obter o grau de licenciado em Ciências Jurídicas ou em Ciências Político-Económicas mediante aprovação em exame constituído exclusivamente por provas orais das disciplinas a que sejam obrigados os alunos que frequentem os cursos complementares de Ciências Jurídicas ou de Ciências Político-Económicas organizados nos termos daquele Decreto

- 35526 Dá nova redacção ao artigo 7.º do regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa, aprovado pelo decreto n.º 27301
- 35530 Fixa os vencimento dos professores do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, de Nova Goa, e insere disposições tendentes a facilitar o recrutamento do pessoal docente e a melhorar os serviços do referido estabelecimento de ensino
- 35535 Autoriza a Câmara Municipal de Baião a expropriar por utilidade pública urgente diversas parcelas de terreno que se destinam à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários e foram autorizadas e aceites pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
- 35553 Autoriza a Câmara Municipal de Góis a expropriar, por utilidade pública urgente, os terrenos necessários à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários no lugar de Ponte de Sótão, freguesia e concelho de Góis
- 35610 Reorganiza a Escola Médico Cirúrgica de Goa, a qual passará a ter autonomia pedagógica e a ser independente dos serviços de saúde do Estado da Índia
- 35627 Autoriza a Câmara Municipal de Santiago do Cacém a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno necessário para a construção de uma escola do Plano dos Centenários no lugar de Ermidas, Aldeia, freguesia de Alvalade, daquele concelho
- 35632 Autoriza a Câmara Municipal de Peso da Régua a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 35658 Permite aos alunos do Instituto Superior de Agronomia que tiverem, em qualquer cadeira ou curso, média de frequência igual ou superior a 14 valores ser dispensados, se o requererem, do respectivo exame final - Regula a constituição dos júris dos exames finais das cadeiras e cursos do mesmo Instituto
- 35682 Dá nova redacção ao artigo 6.º do decreto n.º 35457, que autoriza a criação no Instituto de Serviço Social de um curso de especialização técnica para a formação de assistentes de serviço social corporativo
- 35688 Autoriza a Câmara Municipal de Gavião a expropriar, por utilidade pública urgente, um lote de terreno necessário para a construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 35704 Dá nova redacção aos artigos 20.º, 21.º e 82.º do decreto n.º 34646, que regulamenta as disposições legais relativas aos exames de admissão aos liceus e aos exames liceais
- 35745 Estabelece a remuneração para o serviço de exames de admissão à Escola Técnica Sá da Bandeira, de Lourenço Marques, bem como para os exames a alunos externos sobre as matérias na mesma Escola professadas
- 35755 Cria, na Escola Naval, o «Prémio de Aprumo Militar», a atribuir no fim de cada curso ao cadete que, pela sua conduta, tiver revelado possuir em grau elevado um conjunto de qualidades que o distingam e imponham como exemplo de aprumo militar
- 35801 Insere disposições regulamentares para a criação e funcionamento de classes especiais de crianças anormais
- 35802 Dá nova redacção ao artigo 14.º do decreto n.º 33578, que regula o provimento dos lugares de professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia
- 35840 Autoriza a Câmara Municipal de Alijó a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno sita na Fontela, limite do lugar de Cheires, freguesia de Sanfins do Douro, concelho de Alijó, destinada à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 35851 Autoriza a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários numa das freguesias do concelho
- 35853 Fixa o quantitativo do subsídio de estudo na metrópole, instituído em Moçambique pela portaria n.º 7, de 1 de Setembro de 1945, e em Angola pela portaria n.º 17, de 23 de Outubro do mesmo ano
- 35888 Autoriza a Câmara Municipal do concelho da Feira a expropriar, por utilidade pública urgente, os terrenos necessários para a construção de edifícios escolares do Plano dos Centenários nas freguesias de Feira e de Moselos
- 35901 Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção das escolas primárias de S. José
- 35918 Autoriza o Ministério a celebrar contrato de arrendamento do edifício contíguo ao das actuais instalações do Liceu Rainha Santa Isabel, no Porto, para ampliação das referidas instalações
- 36000 Cria na Escola Naval um museu escolar, para guarda e exposição dos documentos e objectos que constituam motivos de valioso testemunho da sua tradição escolar
- 36020 Insere disposições relativas a funcionários civis e militares em serviço ou residentes nas colónias - Inclui outras disposições de carácter legislativo respeitantes a diversas colónias e a serviços dependentes do Ministério (nos artigos 47.º e 48.º cria lugares de professores em São Tomé e Príncipe, e mais cinco lugares de professores do ensino primário em Moçambique)
- 36050 Regula a admissão aos cursos de medicina sanitária

Portarias

- 11235 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias os pareceres do Conselho Permanente da Acção Educativa acerca da equiparação de certos cursos e habilitações ao curso dos liceus para efeitos de provimento de cargos públicos e da equivalência do curso complementar de comércio, regulado pelo decreto n.º 20420, insertos no Diário do Governo n.ºs 1 e 2, 2.ª série, de 2 e 3 de Janeiro do corrente ano
- 11245 Estabelece preceitos quanto a matérias e demais condições de funcionamento do curso de higiene tropical, destinado a ministrar alguns conhecimentos gerais de utilização corrente e indispensável nas colónias a certas classes de funcionários
- 11249 Autoriza o funcionamento, no Instituto de Medicina Tropical, de um curso de elementos de higiene tropical destinado a futuros colonos

- 11264 Aprova o regulamento da Academia das Ciências de Lisboa
- 11290 Determina que o éplige do traje dos professores da Escola Superior de Medicina Veterinária, aprovado pela portaria n.º 11170, seja de tecido amarelo de lã, orlado de pele branca de coelho ou de arminho
- 11330 Manda pôr em vigor nas colónias de Angola e Moçambique os artigos 16.º, 19.º, 20.º e 21.º do decreto-lei n.º 31430, que insere várias disposições relativas às matrículas nas escolas do ensino técnico profissional e regula o provimento de lugares de professores e mestres provisórios
- 11334 Permite que no corrente ano lectivo o Liceu Salvador Correia, da colónia de Angola, possa funcionar com dezasseis turmas e o Liceu Diogo Cão, da mesma colónia, com doze turmas, sem aumento de despesa para a Fazenda Pública
- 11409 Manda executar nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor o decreto n.º 35704, que dá nova redacção aos artigos 20.º, 21.º e 82.º do decreto n.º 34646 (exames de admissão aos liceus e exames liceais), devendo observar-se no seu cumprimento as regras especiais estabelecidas na Portaria n.º 11124
- 11429 Aprova os modelos de diplomas de licenciatura em Medicina
- 11451 Inclui na classe VI da tabela anexa ao decreto n.º 20260 e na 1.ª classe da tabela anexa ao decreto n.º 12209 (abono, concessões de licenças e passagens) a categoria de inspector do ensino particular da colónia de Angola
- 11470 Aprova os modelos de matrícula, inscrição, bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas nas Universidades
- 11487 Inclui na classe XII da tabela anexa ao decreto n.º 20260 (abono, concessões de licenças e passagens) a categoria de mestre da Escola Técnica Sá da Bandeira, da colónia de Moçambique
- 11595 Considera extensiva ao pessoal docente do Instituto Nacional de Educação Física a doutrina do decreto n.º 22224, que estabelece o regime de faltas dos professores do ensino superior
- 11623 Aprova o modelo do diploma de bibliotecário-arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- 11625 Modifica algumas disposições da portaria n.º 9088 (concursos e nomeação de professores primários e de regentes de postos escolares agregados) - Revoga a citada portaria

Despachos

- DG 52 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1946
- DG 123 Programas das cadeiras e laboratórios que constituem os grupos 1.º, 5.º, 6.º e 7.º do Instituto Industrial de Lisboa
- DG 151 1.º orçamento suplementar da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- DG 162 Instruções para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 228 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

1947

Leis

- 2025 Promulga a reforma do ensino técnico profissional

Decretos-Lei

- 36042 Promulga a reforma do ensino técnico profissional
- 36102 Dá nova redacção ao artigo 81.º do regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 20860
- 36143 Determina que o conselho escolar da Escola Superior Colonial, salvo quando entenda dever aplicar o disposto na alínea b) do artigo 16.º do decreto-lei n.º 35885, proponha ao Ministro a abertura dos concursos para professores auxiliares ou ordinários, sempre que ocorra alguma vaga no respectivo quadro - Estabelece os programas para os referidos concursos
- 36145 Torna aplicável à comissão nacional da Mocidade Portuguesa Feminina o disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 32241 - Cria junto do respectivo Commissariado Nacional o cargo de secretária da organização
- 36147 Cria, junto das escolas de ensino primário, bibliotecas constituídas por livros em língua portuguesa
- 36176 Permite que possam ser remunerados, nos termos do decreto-lei n.º 26115, os empregados menores das escolas de ensino técnico profissional que prestem serviço nas secções que funcionem em liceus ou edifícios diferentes das sedes das mesmas escolas
- 36186 Autoriza o reitor da Universidade do Porto a contratar indivíduo de reconhecida competência para dirigir o orfeão da referida Universidade
- 36192 Determina que o tempo de serviço prestado na Mocidade Portuguesa ou na Mocidade Portuguesa Feminina pelo pessoal docente do Ministério seja considerado, para todos os efeitos legais, como serviço docente, desde que a dispensa deste seja previamente autorizada por despacho ministerial
- 36212 Determina que a renda da casa destinada à ampliação das instalações do Liceu Rainha Santa Isabel, no Porto, a que se refere o decreto n.º 35918, seja devida desde o dia 1 de Novembro último
- 36219 Reorganiza o ensino de enfermagem - Revoga os artigos 115.º a 124.º do decreto n.º 4563, os artigos 65.º a 67.º do decreto n.º 5736, os decretos n.ºs 6943 e 8505, os artigos 3.º a 13.º do decreto n.º 19060 e o decreto n.º 32612
- 36227 Determina que o ingresso nas Universidades seja feito segundo o regime estabelecido nos decretos-leis n.ºs 26594 e 32045, com as alterações estabelecidas pelo presente diploma
- 36309 Inclui entre os serviços cujo pessoal menor tem direito a fardamento o Arquivo Histórico Colonial

- 36338 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar para a Cantina Escolar Adelaide Cândida Mascarenhas Vieira, de Silves, o direito à meação de um prédio situado na Rua das Hortas, da mesma cidade, denominado A Adega
- 36344 Mantém em vigor, até à publicação da reforma do ensino liceal, o decreto-lei n.º 34752, que estabelece a remuneração do serviço de exames de admissão aos liceus e exames liceais respeitantes aos alunos externos
- 36384 Insere disposições relativas à assistência a alunos pobres do ensino primário
- 36405 Considera, para todos os efeitos legais, estabelecimentos de ensino particular as escolas profissionais a que se refere a alínea c) do artigo 12.º do decreto-lei n.º 23050, quando não tenham sido oficializadas
- 36409 Cria escolas do ensino técnico em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Faro e Funchal e estabelece os princípios que hão-de orientar a cooperação do Estado, das autarquias e das entidades particulares na criação e sustentação das referidas escolas
- 36411 Insere disposições relativas a quadros e serviços do Ministério - Dá nova redacção à nota (c) da tabela dos vencimentos e gratificações anexa ao decreto-lei n.º 32241
- 36411 (R1 DG 166) Rectificação ao mapa II anexo ao decreto-lei n.º 36411, que insere disposições relativas a quadros e serviços do Ministério da Educação Nacional
- 36453 Aprova o novo Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes - Revoga os decretos n.ºs 15035 e 15805
- 36455 Autoriza o Governo a conceder subsídios anuais a cada uma das juntas gerais dos distritos autónomos das ilhas adjacentes para cobertura das despesas com o suplemento e subsídio eventual dos servidores cujas remunerações-base estão a cargo das referidas juntas e, quanto às de Angra do Heroísmo e da Horta, também como comparticipação nas despesas do ensino primário **Revogado**
- 36495 Cria em Lisboa, para frequência exclusivamente feminina, um liceu, a que será dado o nome de Rainha D. Leonor e que funcionará na zona ocidental da cidade
- 36507 Promulga a reforma do ensino liceal
- 36517 Torna extensiva aos cursos do 1.º ano dos cadetes da Escola Naval que se iniciam no dia 1 de Outubro próximo a autorização concedida pelo artigo único do decreto-lei n.º 35812
- 36540 Insere disposições relativas à colocação de auxiliares de limpeza das escolas de ensino primário **Revogado**
- 36598 Introduce alterações no decreto-lei n.º 34630, que modifica as condições de admissão ao curso de engenheiro hidrógrafo
- 36613 Insere disposições relativas ao regime de estudos em vigor no Colégio Militar e no Instituto de Odivelas e reorganiza os respectivos quadros do pessoal - Aumenta o pessoal contratado do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar
- 36613 (R1 DG 293) Nova publicação, rectificadora, do mapa III anexo ao decreto n.º 36613 (vencimentos e gratificações do pessoal de nomeação vitalícia e contratado do Instituto de Odivelas)
- 36632 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar um legado para a manutenção de uma cantina na escola do lugar de Venestal, freguesia e concelho da Sertã
- 36635 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar um legado para a manutenção de uma cantina na escola da freguesia de Anelhe, concelho de Chaves, à qual será dado o nome de Cantina Escolar Padre Joaquim Fontoura
- 36635 (R1 DG 291) Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36635, que autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar um legado para a manutenção de uma cantina na escola da freguesia de Anelhe, concelho de Chaves
- 36640 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar um legado para a manutenção de uma cantina na escola da freguesia de Goujoim, concelho de Armamar
- 36697 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar da Liga dos Amigos das Escolas Primárias Oficiais da Cidade de Setúbal (cantinas escolares) uma quantia para a manutenção da cantina das escolas da freguesia de Bocage, da mesma cidade

Decretos

- 36126 Concede ao (...) Doutor José Caeiro da Matta (...) a exoneração que pediram, (...) Educação Nacional ...
- 36127 Concede ao (...) Dr. Luís Filipe Leite Pinto, a exoneração que pediram, (...) de Subsecretários de Estado (...) da Educação Nacional ...
- 36128 Nomeia o (...) Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, (...) respectivamente, Ministros (...) da Educação Nacional ...
- 36135 Determina que aos professores dos quadros do Ministério da Educação Nacional colocados nos institutos e estabelecimentos oficiais de assistência seja contado, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço neles prestado como se o fora nas escolas a que pertencerem
- 36143 Determina que o conselho escolar da Escola Superior Colonial, salvo quando entenda dever aplicar o disposto na alínea b) do artigo 16.º do decreto-lei n.º 35885, proponha ao Ministro a abertura dos concursos para professores auxiliares ou ordinários, sempre que ocorra alguma vaga no respectivo quadro - Estabelece os programas para os referidos concursos
- 36146 Dá nova redacção aos artigos 57.º, 63.º e 64.º do regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, aprovado pelo decreto n.º 24966
- 36160 Autoriza a Câmara Municipal de Alfândega da Fé a expropriar, por utilidade pública e urgente, uma parcela de terreno sita no lugar do Adro, freguesia de Sambade, concelho de Alfândega da Fé, destinada à implantação de um edifício escolar do Plano dos Centenários

- 36175
- 36231 Aumenta de mais um professor em cada um dos grupos 2.º, 8.º e 9.º o quadro dos professores do Liceu Diogo Cao, em Sá da Bandeira
- 36250 Permite que os exames a que se refere a disposição transitória constante do artigo 13.º e seu § único do decreto n.º 36050 possam realizar-se no corrente ano lectivo perante o júri designado pela Faculdade de Medicina em que os candidatos tenham obtido a frequência do curso
- 36331 Introduce alterações nos artigos 4.º e 46.º do regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, aprovado pelo decreto n.º 24396
- 36332 Autoriza a Câmara Municipal de Santo Tirso a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Lama, daquele concelho
- 36350 Dá nova redacção ao artigo 12.º dos estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional, aprovados pelo decreto n.º 26893
- 36356 Aprova os programas das disciplinas do ciclo preparatório ministradas nas Escolas Alfredo da Silva e Pedro de Santarém e dos cursos complementares de aprendizagem ministrados na primeira
- 36493 Reorganiza os serviços da Casa Pia de Évora - Integra no mesmo estabelecimento o Recolhimento - Escola Dr. João Baptista Rolo
- 36508 Aprova o Estatuto do Ensino Liceal **Revogado**
- 36509 Autoriza a Câmara Municipal de Ovar a expropriar, por utilidade pública urgente, duas parcelas de terreno destinadas à construção de dois edifícios para escolas primárias do Plano dos Centenários na freguesia de Cortegaça
- 36521 Insere disposições relativas a aposentação de funcionários coloniais e ao curso de farmácia da Escola Médico-Cirúrgica de Goa
- 36599 Autoriza a Câmara Municipal de Estremoz a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno para implantação de um edifício escolar do Plano dos Centenários **Revogado**
- 36644 Autoriza a Câmara Municipal de Viana do Castelo a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno, situada no lugar do Ribeiro, freguesia de Freixeiro de Soutelo, daquele concelho, para implantação de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 36644 (R1 DG 289) Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36644, que autoriza a Câmara Municipal de Viana do Castelo a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada no lugar do Ribeiro, freguesia de Freixeiro de Soutelo, daquele concelho, para implantação de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 36661 Insere disposições de carácter legislativo respeitantes às colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau e Timor (são criados vários lugares de professores)
- 36677 Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato para os trabalhos que constituem a empreitada das obras de adaptação do Convento dos Grilos a Casa dos Professores da Universidade de Coimbra

Portarias

- 11697 Inclui nas classes XV e X da tabela anexa ao decreto n.º 20260 (abonos, concessões de licenças e passagens) as categorias de inspector de frutas e classificador de cereais e mestra para o ensino de labores femininos no Liceu Salazar, da colónia de Moçambique
- 11709 Declara nulo e de nenhum efeito o decreto n.º 966, que cedeu à Junta de Freguesia de Campanhã, do bairro oriental do Pôrto, o edifício do antigo presbitério e o terreno do passal anexo para instalação de uma escola de ensino primário geral e para recreio dos alunos - Cede à Câmara Municipal do Pôrto o referido presbitério e dois socalcos do terreno do passal
- 11745 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias os pareceres do Conselho Permanente da Acção Educativa homologados pelo Subsecretário de Estado da Educação Nacional em despachos de 9 de Janeiro do corrente ano, incertos no Diário do Governo n.ºs 36 e 37, de 13 e 14 de Fevereiro do mesmo ano
- 11789 Determina que no corrente ano lectivo o Liceu Nacional Salvador Correia, da colónia de Angola, possa funcionar com dezasseis turmas, sem aumento de despesa para a Fazenda Nacional
- 11811 Determina que no corrente ano lectivo o Liceu Nacional Diogo Cão, da colónia de Angola, possa funcionar com doze turmas, sem aumento de despesa para a Fazenda Nacional
- 11812 Manda aplicar, com alterações, nas colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau várias disposições dos decretos n.ºs 15941 e 20065 sobre isenções de propinas e de bolsas de estudo
- 11837 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias o parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, homologado por despacho do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, inserto no Diário do Governo n.º 101, 2.ª série, de 2 do corrente mês
- 11885 Determina que o curso de altos estudos coloniais tenha início no ano lectivo de 1947-1948
- 11957 Estabelece as normas a que devem obedecer os exames dos candidatos que se destinem à licenciatura em Filologia Românica, ao curso de professores de Desenho dos liceus e à licenciatura em Filologia Germânica
- 11988 Aprova o regulamento do Museu Escolar da Escola Naval
- 12004 Substitui os modelos de boletins de matrícula, inscrição e inscrição condicional anexos à portaria n.º 11470
- 12083 Autoriza o funcionamento na Escola Superior Colonial de um curso livre de apicultura
- 12101 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor, com alterações, o decreto-lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 12111 Manda aplicar temporariamente a alguns liceus do Estado da Índia e das colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor os programas para o ensino do curso geral dos liceus, insertos no suplemento ao Diário do Governo n.º 231, de 4 de Outubro último

- 12195 Manda incluir nas classes X e XV da tabela anexa ao decreto n.º 20260 (abono, concessões de licenças e passagens) as categorias, respectivamente, de professor de Canto Coral do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, do Estado da Índia, e de agentes do quadro eventual do corpo de polícia civil da colónia de Moçambique

Despachos Ministeriais

- DG 104 Circular aos reitores dos liceus respeitante a diversas instruções a observar nos exames de admissão aos liceus e exames liceais
- DG 104 (R1 DG 123) Declaração de ter sido, por despacho ministerial, dada nova redacção ao n.º 34.º da circular n.º 1357 aos reitores dos liceus, inserta no Diário do Governo n.º 104, de 8 do corrente mês
- DG 165 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 210 Declaração de ter sido, por deliberação do Conselho de Ministros, dado provimento ao recurso interposto por quatro professores da Universidade de Lisboa e revogada a decisão tomada quanto aos mesmos em sessão de 14 de Junho de 1947, inserta no Diário do Governo n.º 138, 1.ª série, de 18 do referido mês

Circulares

- DG 80 Orçamento da Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1947
- DG 226 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 231 Circular aos reitores dos liceus acerca dos programas das disciplinas do curso geral dos liceus para servirem durante o ano lectivo de 1947-1948 (suplemento do Diário do Governo I.ª série)
- DG 291 Circular aos reitores dos liceus esclarecendo algumas disposições do Estatuto do Ensino Liceal respeitantes ao regime transitório
- DG 291 (R1 DG 5 de 1948) Nova publicação, rectificada, da circular aos reitores dos liceus esclarecendo algumas disposições do novo Estatuto do Ensino Liceal respeitantes ao regime transitório, inserta no Diário do Governo n.º 291, de 16 de Dezembro último
- DG 296 Circular aos reitores dos liceus com esclarecimentos ao programa do 3.º ano de Ciências Físico-Químicas

1948

Decretos-Lei

- 36731 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar da Câmara Municipal de Leiria uma quantia para a manutenção de uma cantina das escolas daquela cidade
- 36749 Permite ao Ministro designar as pessoas que, com os conselhos escolares, deverão formar os júris dos concursos para professores das escolas de belas-artes
- 36761 Extingue no quadro do pessoal técnico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o lugar de engenheiro químico e cria mais um lugar de chefe de serviço
- 36763 Fixa, a partir do dia 1 de Abril do corrente ano, a pensão a que se refere o artigo 75.º do decreto com força de lei n.º 19909, para os alunos internos e semi-externos das escolas práticas de agricultura
- 36774 Permite ao director da Escola de Farmácia da Universidade de Lisboa, enquanto não forem reorganizados os respectivos quadros, contratar o pessoal técnico, administrativo e menor indispensável ao funcionamento do serviço
- 36793 Reforça as verbas fixadas nos decretos-leis n.ºs 28604, 33618, 34143 e 35201 para a execução do programa das novas construções, ampliações e melhoramentos de edifícios liceais definido pelos mesmos diplomas
- 36811 Dá nova redacção à alínea b) do § 3.º do artigo 45.º do decreto-lei n.º 35885 (vantagens concedidas aos funcionários coloniais que, a seu pedido ou por nomeação do Ministro ou dos governadores, venham frequentar o curso de altos estudos coloniais) - Torna aplicável o disposto no § 3.º do artigo 99.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português aos funcionários do Ministério nomeados nos termos do artigo 200.º do decreto n.º 26180, quando hajam sido reconduzidos pela terceira vez
- 36817 Autoriza o Governo a aceitar uma doação para a manutenção de uma cantina nas escolas da sede do concelho de Vinhais
- 36828 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um industrial uma quantia para a manutenção de uma cantina na escola do sexo feminino do lugar de Carquejido, freguesia e concelho de S. João da Madeira
- 36839 Cria a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo, para funcionar nos termos do decreto-lei n.º 33019
- 36856 Autoriza o Governo a aceitar uma doação para a manutenção de uma cantina na escola da freguesia de Nespereira, concelho de Cinfães, a qual terá a denominação de Cantina Escolar Maria Moreira Nunes e Joaquim Moreira Nunes
- 36863 Cria secções femininas nos Liceus de Aveiro, Castelo Branco, Évora e Funchal - Dá nova constituição ao quadro dos professores efectivos dos Liceus Infanta D. Maria, D. João de Castro, de Angra do Heroísmo, de Aveiro, de Castelo Branco, D. João III, de Évora e do Funchal - Cria em cada uma das referidas secções femininas um lugar de professora contratada de Educação Física, um de Canto Coral e um de Lavoros Femininos - Fixa os quadros de pessoal docente, de secretaria e menor do Liceu Rainha D. Leonor e dá nova constituição aos quadros de professores auxiliares constantes da tabela n.º 3 anexa ao decreto-lei n.º 36507
- 36903 Constitui a Secção Portuguesa das Uniões Internacionais Astronómica e Geodésica e Geofísica

- 36904 Permite ao director da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, enquanto não forem reorganizados os respectivos quadros, contratar, com carácter eventual, o pessoal técnico indispensável ao funcionamento do serviço
- 36914 Dá nova redacção ao artigo 4.º e ao § único do artigo 7.º do decreto-lei n.º 30135, que estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que hão-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social
- 36959 Regula o provimento, nos lugares do quadro da reitoria e secretaria da Universidade de Coimbra, dos funcionários que atingiram os 35 anos de idade quando se encontravam a prestar serviço ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 28213
- 36969 Autoriza o Governo a aceitar uma doação para a manutenção de uma cantina na escola de Águas Frias, concelho de Chaves, à qual será dado o nome de Cantina Escolar Matilde Soares de Mesquita
- 36981 Autoriza a remuneração por serviços prestados pelos professores das disciplinas de Canto Coral, Educação Física e Lavoros Femininos dos quadros dos liceus que à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 36507 acumulavam cargos e optaram por outros que exerciam
- 37028 Determina que a Direcção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio passe a denominar se Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional e insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial
- 37040 Promulga a reforma dos estudos das Faculdades de Medicina
- 37072 Torna extensiva aos cursos do 1.º ano dos cadetes da Escola Naval que se iniciam no dia 1 de Outubro próximo a autorização concedida pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 35812
- 37079 Autoriza o Ministro a elevar no ano lectivo de 1948-1949, de harmonia com as necessidades do ensino, o número de alunos previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32243 e a nomear em comissão, nesse ano e no imediato, o pessoal docente indispensável, de modo que não exceda um professor por cada turma que venha a funcionar a mais em cada escola
- 37115 Extingue em 31 de Outubro do ano em curso o subsídio eventual criado pelo Decreto-Lei n.º 35886 - Concede, a partir de 1 de Novembro do corrente ano, um novo suplemento a todos os servidores do Estado na efectividade, aposentados e reformados e pensionistas do Estado e do Montepio dos Servidores do Estado - Revoga o Decreto-Lei n.º 35886
- 37135 Substitui o actual curso de artilharia professado na Escola do Exército pelos cursos geral e complementar
- 37136 Modifica, a partir do ano lectivo de 1948-1949, o plano de estudos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
- 37137 Organiza na Escola do Exército um curso geral preparatório de estudos destinado a habilitar para a matrícula ulterior nos diversos cursos de infantaria, cavalaria, artilharia e aeronáutica professados na mesma Escola os cadetes oriundos do Colégio Militar e outros candidatos à carreira das armas provenientes directamente dos liceus e que satisfaçam às condições estabelecidas no presente diploma
- 37138 Altera, a partir do ano lectivo de 1948-1949, o regime de funcionamento e o plano de estudos dos cursos complementar de comércio e de formação doméstica que funcionam ao Instituto de Odivelas
- 37144 Autoriza a Câmara Municipal de Alcácer do Sal a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno necessária para a construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Santa Maria, do mesmo concelho
- 37176 Concede, a partir de 27 de Outubro de 1948, uma pensão vitalícia mensal a um professor catedrático, contratado, do Instituto Superior Técnico
- 37182 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para a manutenção de uma cantina na escola de Vale de Mendiz, concelho de Alijó, à qual será dado o nome de Cantina Escolar D. Teresa Silva
- 37189 Dá nova redacção aos artigos 63.º e 64.º do Regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, aprovado pelo Decreto n.º 24966
- 37209 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar uma doação para a manutenção da cantina escolar de Almeirim, à qual será dado o nome de Cantina Escolar de S. João Baptista
- 37213 Restabelece na Escola Náutica o curso de comissários da marinha mercante
- 37223 Introduce alterações no Decreto-Lei n.º 37028, que insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial
- 37224 Adita um § único ao artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 36219, que reorganiza o ensino de enfermagem
- 37229 Dá nova constituição à Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Decretos

- 36753 Autoriza a Câmara Municipal de Estremoz a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários, na freguesia de Santa Maria, daquela cidade - Revoga o decreto n.º 36599
- 36755 Acrescenta um novo número ao artigo 19.º do decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal)
- 36728 Autoriza a Câmara Municipal de S. João da Pesqueira a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à implantação de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 36789 Autoriza a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa a expropriar, por utilidade pública urgente, um terreno destinado à construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Mós
- 36828 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um industrial uma quantia para a manutenção de uma cantina na escola do sexo feminino do lugar de Carquejido, freguesia e concelho de S. João da Madeira
- 36828 (R1 DG 92) Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36828, que autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar de um industrial uma quantia para manutenção de uma cantina na escola do sexo feminino do lugar de Carquejido, freguesia e concelho de S. João da Madeira

- 36860 Autoriza a Junta de Freguesia de Aguiã, concelho de Arcos de Valdevez, a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada no lugar de Vila Nova, da referida freguesia, destinada à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários
- 36879 Autoriza a Câmara Municipal de Loulé a expropriar, por utilidade pública urgente, duas parcelas de terreno destinadas à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários em Alte
- 36885 Determina que a educação das futuras autoridades gentílicas seja feita em estabelecimentos de ensino denominados escolas de preparação das autoridades gentílicas - Cria duas escolas em Angola, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, e igualmente duas em Moçambique
- 36893 Autoriza a Câmara Municipal de Loulé a expropriar, por utilidade pública urgente, várias parcelas de terreno destinadas à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários na freguesia de Salir
- 36893 (R1 DG 128) Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36893, que autoriza a Câmara Municipal de Loulé a expropriar, por utilidade pública urgente, várias parcelas de terreno destinadas à construção de um edifício escolar do Plano dos Centenários na freguesia de Salir
- 36906 Autoriza a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada no lugar de Cercal de Baixo, destinada a construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 36918 Torna extensivas as disposições do decreto n.º 8213, relativamente à contagem de tempo para o efeito de aposentação, aos missionários do clero secular que antes da partida para as missões ultramarinas prestaram serviço nos Seminários de Cucujães, Tomar e Cernache do Bonjardim durante um ou mais anos como professores ou nos cargos administrativos dos mesmos institutos - Altera várias legislação respeitante às colónias e insere disposições de carácter legislativo a aplicar às mesmas
- 36923 Determina que continue em vigor no Estado da Índia o decreto n.º 15127, que permite aos indo-portugueses cristãos de determinadas classes, dos sexos masculino e feminino, o casamento aos 14 e 12 anos de idade, respectivamente
- 36968 Extingue, a partir do fim do ano escolar corrente, o Liceu Municipal de Alcobaça
- 37025 Insere disposições relativas ao alistamento na reserva marítima ou reserva M. da Armada dos indivíduos que obtenham aproveitamento nos cursos professados na Escola de Pesca e na Escola de Marinheiros e de Mecânicos da Marinha Mercante e ainda dos que obtenham aproveitamento no 1.º ano de qualquer dos cursos da Escola Náutica
- **Revogado**
- 37029 Promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial **Revogado**
- 37029 (R1 DG 239) Rectificação ao mapa n.º 8 anexo ao Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 37087 Constitui os cursos das Faculdades de Letras destinados à preparação dos professores adjuntos dos 8.º e 11.º grupos do ensino profissional
- 37112 Aprova os programas das disciplinas do ensino liceal
- 37119 Autoriza a Câmara Municipal de Arraiolos a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada na freguesia de Vimieiro, daquele concelho, destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 37139 Promulga a organização dos cursos para promoção a oficial superior
- 37141 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às colónias de Angola, Moçambique e Estado da Índia - Elimina e substitui determinadas rubricas nos orçamentos de todas as colónias (são criados lugares de contínuo e eliminados lugares de guarda no Liceu Nacional de Afonso de Albuquerque)
- 37149 Autoriza a Junta de Freguesia de Bravães, do concelho de Ponte da Barca, a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 37205 Aprova o Regulamento Geral da Casa Pia de Lisboa
- 37207 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis a determinadas colónias e a diversos organismos dependentes do Ministério das Colónias
- 37212 Dá nova redacção ao artigo 307.º e acrescenta dois novos números ao artigo 325.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial

Portarias

- 12235 Inclui na classe XVIII da tabela anexa ao decreto n.º 20260 (abonos, concessões de licenças e passagens) a categoria de professora de costura e labores do ensino primário da colónia de Macau
- 12238 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor, com alterações, o Estatuto do Ensino Liceal
- 12238 (R1 DG 19) Rectifica a forma como foi publicada a portaria n.º 12238, que manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor, com alterações, o Estatuto do Ensino Liceal
- 12300 Determina que as reitorias dos liceus do ultramar elaborem, logo que terminem os exames dos 2.º e 3.º ciclos, propostas fundamentadas para a concessão de prémios nacionais aos alunos que satisfaçam aos requisitos legais
- 12323 Manda aditar um novo capítulo ao regulamento interno da Academia Portuguesa da História, aprovado pelas portarias n.ºs 10932 e 10956
- 12479 Estabelece as condições em que terão validade as habilitações conferidas pelo Instituto Liceal de D. Gonçalo da Silveira, fundado na cidade da Beira, da colónia de Moçambique
- 12491 Aprova os Estatutos da Associação Académica de Coimbra
- 12530 Inclui na classe XII da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de ajudante da biblioteca do Liceu Nacional Diogo Cão, da colónia de Angola

- 12531 Determina que seja de quinze dias o prazo fixado no corpo do artigo 8.º do Decreto n.º 19531, que regula o provimento dos lugares de professores do ensino primário elementar
- 12533 Aprova e manda pôr em execução as instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de enfermeiros
- 12536 Actualiza o quadro e vencimentos do pessoal assalariado do Instituto de Odivelas
- 12627 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor, com algumas alterações, o Decreto n.º 37112, que aprova os programas das disciplinas do ensino liceal
- 12700 Dá nova redacção ao § único do artigo 48.º e ao artigo 57.º dos estatutos da Associação Académica da Universidade de Coimbra, aprovados pela Portaria n.º 12491
- 12749 Estabelece as condições em que terão validade as habilitações conferidas pelo Instituto Liceal de D. Gonçalo da Silveira, fundado na cidade da Beira, da colónia de Moçambique

Despachos

- DG 292 Tabela de classificação e vencimentos do pessoal civil docente do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, organizada nos termos do § único do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 37136 **Revogado**
- DG 293 Tabela da classificação e vencimentos do pessoal civil docente do ensino técnico do Instituto de Odivelas, organizada nos termos do § 1.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37138

Instruções

- DG 170 Instruções para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 229 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Orçamentos

- DG 45 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1948
- DG 255 1.º orçamento suplementar da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- DG 288 2.º orçamento suplementar da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Circulares

- DG 31 Circular aos reitores dos liceus com esclarecimentos ao programa dos 4.º e 5.º anos de Ciências Físico-Químicas
- DG 124 Circular acerca das formalidades a seguir nas transferências de alunos para o ensino particular ou dentro das suas modalidades

1949

Leis

- 2033 Promulga as bases do ensino particular
- 2034 Substitui diversos artigos da Lei n.º 1961 (recrutamento e serviço militar) (ver Portaria n.º 15191)

Decretos-Lei

- 37333 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar para a Cantina Escolar Adelaide Cândida Mascarenhas Vieira, de Silves, o direito à meação de um prédio urbano situado na Rua das Hortas, daquela cidade
- 37350 Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar que sejam abertos perante a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes os concursos para professores agregados, extraordinários ou catedráticos das Faculdades ou escolas e institutos superiores
- 37390 Cria no quadro do pessoal do Instituto Superior Técnico o lugar de professor-secretário e define as suas atribuições
- 37454 Concede aos alunos matriculados na Academia de Música da Madeira o direito de prestarem no Funchal as provas dos exames de todas as disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional, com excepção dos cursos superiores
- 37455 Extingue um lugar de professor do 8.º grupo nos Liceus de Chaves, Guimarães e Viana do Castelo e um lugar do 7.º grupo no Liceu de Viana do Castelo
- 37477 Insere disposições relativas ao exercício em Portugal da profissão de engenheiro por estrangeiros diplomados em escolas não portuguesas
- 37544 Constitui a Inspeccção do Ensino Particular - Estabelece as taxas a cobrar por diferentes actos dos serviços do ensino particular e revoga o § 2.º do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 32241
- 37556 Torna extensiva aos cursos do 1.º ano dos cadetes da Escola Naval que se iniciam no dia 1 de Outubro próximo a autorização concedida pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 35812
- 37568 Mantém em vigor no ano lectivo de 1949-1950 as disposições do Decreto-Lei n.º 37079 (ampliação da matrícula nas escolas do magistério primário)
- 37584 Promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 37642 Altera a redacção do § 2.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37137 (curso geral preparatório de estudos da Escola do Exército)

Decretos

- 37695 Autoriza a Câmara Municipal de Lamego a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno situada no lugar da Quinta dos Morões, freguesia de Lalim, concelho de Lamego, destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 37312 Cria na cidade de Beja uma escola industrial e comercial e designa o respectivo plano de ensino
- 37316 Dá nova redacção aos §§ 4.º e 3.º, respectivamente, dos artigos 4.º e 7.º do Decreto n.º 35610 (reorganização da Escola Médico-Cirúrgica de Goa)
- 37317 Autoriza a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno para a construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 37322 Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 165.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 37330 Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 317.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal - Determina que os limites fixados pelo presente diploma tenham aplicação às isenções de propinas a conceder no corrente ano lectivo ao abrigo do n.º 1 do artigo 321.º do citado Decreto
- 37337 Autoriza a Câmara Municipal de Baião a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Teixeira, daquele concelho
- 37339 Autoriza a Junta de Freguesia de Monte Redondo, concelho de Arcos de Valdevez, a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários
- 37341 Autoriza a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários na povoação de Alvações do Corgo, daquele concelho
- 37376 Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 103.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 37408 Autoriza a Câmara Municipal de Gouveia a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Aldeias
- 37411 Determina que as funções atribuídas pelo Decreto n.º 36508 à reitora e ao conselho administrativo do Liceu Rainha D. Leonor sejam exercidas, até ao provimento dessas entidades, por um inspector do ensino liceal - Autoriza que os exames de admissão ao referido Liceu tenham lugar em qualquer liceu de Lisboa - Permite, mediante autorização do Ministro, aos alunos do sexo feminino que frequentarem à data da publicação do presente diploma os Liceus Pedro Nunes e D. João de Castro prosseguirem os seus estudos nos referidos estabelecimentos
- 37412 Dá nova redacção à alínea a) da alínea A) do n.º 1 do artigo 93.º do Decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal)
- 37453 Introduce alterações no Decreto n.º 37029, que insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial
- 37462 Autoriza a Junta de Freguesia de Padroso, concelho de Arcos de Valdevez, a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários, no lugar de Quintães, daquela freguesia
- 37480 Autoriza a Câmara Municipal de Vila do Bispo a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno destinada à construção de uma escola do Plano dos Centenários na freguesia de Barão de S. Miguel
- 37489 Dá nova redacção à rubrica orçamental criada pelo artigo 33.º do Decreto n.º 37141 - Concede um subsídio à Província Portuguesa da Pia Sociedade Salesiana da colónia de Macau para a ajuda da construção de um colégio destinado a portugueses
- 37545 Promulga o Estatuto do Ensino Particular
- 37561 Aumenta o pessoal docente da Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques, com mais um professor em cada um dos grupos 2.º, 3.º, 7.º, 10.º e 12.º e mais um mestre do ensino comercial
- 37568 Mantém em vigor no ano lectivo de 1949-1950 as disposições do Decreto-Lei n.º 37079 (ampliação da matrícula nas escolas do magistério primário)

Portarias

- 12728 Abre créditos nas colónias de Angola e Moçambique e no Estado da Índia destinados a reforçar várias verbas insertas nos respectivos orçamentos e a pagamento de outros encargos (autoriza gratificações ao pessoal docente da escola de preparação de professores indígenas)
- 12773 Aprova o modelo de fato de ginástica a adoptar pelos centros da Mocidade Portuguesa Feminina em todos os liceus, escolas técnicas e primárias e estabelecimentos congéneres do ensino particular
- 12787 Inclui nas classes X e XII da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) as categorias, respectivamente, de professor de Canto Coral do Liceu Salazar, da colónia de Moçambique, e de fundador monotipista da Imprensa Nacional da colónia da Guiné
- 12788 Autoriza o Governo-Geral da colónia de Angola a fixar gratificações ao pessoal docente da escola de preparação de professores indígenas
- 12790 Aprova as tabelas das doenças e deformidades que incapacitam para a admissão à Escola Náutica e às diversas modalidades da actividade marítima - Revoga a Portaria n.º 8569
- 12790 (R1 DG 198) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 12790 (tabelas das doenças e deformidades que incapacitam para a admissão à Escola Náutica e às diversas modalidades da actividade marítima)
- 12858 Aprova o plano de uniformes da Mocidade Portuguesa Feminina
- 12906 Estabelece as condições em que os governadores das colónias onde funcionam liceus podem autorizar transferências de alunos do ensino particular para o oficial
- 12922 Regula a atribuição das classificações finais do curso de altos estudos da Escola Superior Colonial

- 12951 Considera incluídos na rubrica «Professores de instrução secundária», da classe VI do Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) todos os professores do ensino liceal que o citado decreto não mencionar em outra classe - Revoga, na parte respeitante aos professores de Canto Coral, as Portarias n.ºs 12195 e 12787
- 13006 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias o parecer da 3.ª secção da Junta Nacional da Educação, inserto no Diário do Governo n.º 233, 2.ª série, de 7 de Outubro último, que estabelece as equiparações para o efeito do provimento em cargos públicos dos indivíduos diplomados por quaisquer seminários do ultramar

Orcamentos

- DG 46 Orçamento privativo da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1949
- DG 219 1º orçamento suplementar da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Instruções

- DG 153 Instruções para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 212 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Programas

- DG 133 Programa das cadeiras de Piano (2.ª disciplina) e de Violino (3.ª disciplina) do Conservatório Nacional

1950

Leis

- 2043 Promulga a reorganização das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto
- 2064 Promulga as bases da reorganização da educação física nacional

Decretos-Lei

- 37752 Torna extensiva ao pessoal técnico de nacionalidade estrangeira necessário para o exercício de funções docentes nas unidades e estabelecimentos militares a autorização concedida ao Ministério pelo Decreto-Lei n.º 27478
- 37816 Permite aos assistentes das escolas superiores a admissão ao doutoramento no grupo ou secção a que estiverem adstritos, embora não possuam a licenciatura correspondente
- 37818 Permite ao reitor da Universidade de Lisboa contratar, além do quadro, um dactilógrafo e dois escriturários de 2.ª classe para servirem na Faculdade de Ciências
- 37833 Concede um subsídio diário para alimentação aos alunos das escolas de faroleiros que não pertençam aos faróis onde elas estão instaladas **Revogado**
- 37856 Dá nova redacção ao artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 35869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica
- 37869 Determina que os lugares de médicos escolares e de visitadoras passem a constituir quadros privativos de cada localidade e insere disposições relativas ao provimento dos referidos lugares - Cria um lugar de condutor de automóvel no quadro da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 37873 Altera os quadros dos professores contratados dos Liceus D. João de Castro, em Lisboa, e Infanta D. Maria, em Coimbra
- 37944 Introduce alterações no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 37964 Torna extensiva aos cursos do 1.º ano da Escola Naval, que se iniciam em Outubro próximo, a autorização a que se refere o artigo único do Decreto-Lei n.º 35812
- 37978 Permite no corrente ano a admissão na Escola Naval de candidatos cuja idade exceda de dois anos a fixada no § 1.º da base XXV do Decreto-Lei n.º 27146 e, condicionalmente, aos que lhes falte uma das disciplinas dos preparatórios indicados no Decreto-Lei n.º 31929, desde que dessa disciplina possam fazer exame em Outubro
- 37985 Estabelece as normas em que o Ministro pode determinar a edição, por conta do Estado ou confiada aos respectivos autores, de livros aprovados nos termos dos artigos 399.º, n.º 2, e 403.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508 **Revogado**
- 38025 Organiza o ensino técnico médio agrícola
- 38031 Organiza o ensino técnico médio dos ramos industrial e comercial
- 38031 (R1 DG 243) Rectificação ao mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 38031, que organiza o ensino técnico médio dos ramos industrial e comercial
- 38049 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar uma importância para a manutenção de uma cantina nas escolas da freguesia de Ucanha, concelho de Tarouca
- 38124 Insere disposições relativas ao provimento efectivo dos médicos escolares que ocupavam interinamente lugares vagos à data da publicação do Decreto-Lei n.º 37869 e à nomeação dos médicos que se destinem a serviços especiais de saúde escolar

Decretos

- 37765 Aprova o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa - Revoga o Decreto n.º 27301
- 37774 Determina que os concursos para os lugares de professores efectivos do quadro comum dos liceus do ultramar sejam de futuro abertos perante a Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério
- 37798 Restabelece, com referência ao 2.º ciclo do ensino liceal, o sistema de exames por secções ou grupos de disciplinas
- 37892 Introduce alterações no Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508

- 37897 Cria no Estado da Índia oito lugares de professor oficial, destinados ao provimento de escolas de ensino misto de português-urdu
- 37938 Transfere no plano de licenciatura em Ciências Físico-Químicas a cadeira de Electricidade e a de Óptica, respectivamente, para os 3.º e 4.º anos
- 37987 Permite no corrente ano a admissão na Escola Naval de candidatos cuja idade exceda de dois anos a fixada no § 1.º da base XXV do Decreto-Lei n.º 27146 e, condicionalmente, aos que lhes falte uma das disciplinas dos preparatórios indicados no Decreto-Lei n.º 31929, desde que dessa disciplina possam fazer exame em Outubro
- 38001 Aumenta o pessoal docente da Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques, com mais um professor em cada um dos grupos 7.º, 10.º e 11.º e mais um mestre de ensino comercial
- 38010 Regula a inscrição nos cursos complementares a que se refere o Decreto-Lei n.º 34850 dos licenciados em Direito segundo o regime anterior ao instituído por aquele diploma
- 38026 Aprova o Regulamento do Ensino Médio Agrícola
- 38026 (R1 DG 231) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 38026, que aprova o Regulamento do Ensino Médio Agrícola
- 38032 Aprova o Regulamento dos Institutos Industriais
- 38032 (R1 DG 242) Rectificações ao Decreto n.º 38032, que aprova o Regulamento dos Institutos Industriais
- 38041 Fixa os quadros e vencimentos do pessoal dos serviços meteorológicos do ultramar - Revoga o artigo 42.º do Decreto n.º 37207
- 38043 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às colónias de Angola, Moçambique e Estado da Índia - Introduz alterações nos orçamentos das referidas colónias (são criados lugares em Moçambique no Liceu Salazar, na Escola Técnica de Sá da Bandeira e no ensino primário)
- 38106 Extingue as funções de professor agregado no Liceu Afonso de Albuquerque, do Estado da Índia
- 38122 Aprova o estatuto da secção feminina da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (M. P. F.) - Revoga o Decreto n.º 28262
- 38122 (R1 DG 6 de 1951) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 38122, que aprova o estatuto da secção feminina da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa

Portarias

- 13030 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as colónias o parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, inserto no Diário do Governo n.º 294, 2.ª série, de 21 de Dezembro de 1949, acerca da concessão a um diplomado com o curso do Magistério Primário pela Escola Normal Luís de Camões, de Nova Goa, da equivalência ao curso das escolas do magistério primário
- 13050 Inclui na classe IV da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de lente da Escola Médico-Cirúrgica de Goa
- 13061 Regula a atribuição do prémio de pintura Constantino Fernandes
- 13117 Aprova modelo de ficha de alunos internos e externos dos liceus
- 13118 Aprova a distribuição do pessoal da Albergaria de Lisboa não compreendido no quadro de direcção e chefia (Casa Pia)
- 13123 Acrescenta um § único ao artigo 1.º da Portaria n.º 7 do Gabinete do Ministro das Colónias em Lourenço Marques, de 1 de Setembro de 1945 (subsídio a alunos para estudo na metrópole)
- 13124 Legaliza os estudos de alguns alunos do ensino liceal residentes na colónia da Guiné
- 13126 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor o Decreto n.º 37798, que restabelece, com referência ao 2.º ciclo do ensino liceal, o sistema de exames por secções ou grupos de disciplinas
- 13129 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor a Portaria n.º 13117, que aprova o modelo de ficha de alunos internos e externos dos liceus
- 13130 Manda aplicar à colónia da Guiné, com algumas alterações, as disposições de determinados artigos do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 13142 Determina que os serviços da escola de artes e ofícios criada na ilha de S. Tomé pela respectiva Câmara Municipal transitem para a missão católica ali existente
- 13165 Aprova o Regulamento do Prémio Abílio Lopes do Rego
- 13195 Permite à Agência-Geral das Colónias editar a obra anualmente distinguida pela Academia das Ciências de Lisboa com o Prémio Abílio Lopes do Rego
- 13212 Aprova o Regulamento do Prémio Jaime José da Costa, Tenente-Coronel Farmacêutico com o Curso Superior de Farmácia, 1881-1946
- 13233 Estabelece as condições que devem regular a admissão dos alunos da Escola Náutica na reserva marítima e a forma como há-de decorrer a sua preparação militar e profissional
- 13268 Concede a carta de enfermeiro militar às praças do serviço de saúde militar habilitadas com o curso de sargentos milicianos do serviço de saúde, 2.º ciclo
- 13275 Manda publicar no Boletim Oficial do Estado da Índia o Decreto-Lei n.º 37917 e o Acordo entre a Santa Sé e a República Portuguesa destinado a adaptar à Índia as disposições estipuladas na Concordata e no Acordo assinados em Roma
- 13289 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau o Decreto n.º 37892, que introduz alterações no Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508

- 13290 Manda aplicar ao Estado da Índia e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau o Decreto-Lei n.º 37944, que introduz alterações no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 36507 (reforma do ensino liceal)
- 13306 Estabelece os preceitos a observar para a execução do artigo 5.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 28081 (concursos e nomeações de professores primários e de regentes de postos escolares agregados) - Revoga a Portaria n.º 11625
- 13324 Inclui na classe X da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de professor regente de escolas distritais de artes e ofícios da colónia de Moçambique - Revoga a Portaria n.º 10609
- 13338 Manda admitir à matrícula no curso de Mestre-de-Obras da Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques, os candidatos que provem ser profissionais desenhadores da construção civil

Não especificado

- DG 86 Processo da consulta feita pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública ao Tribunal de Contas e despacho ministerial acerca do abono de vencimentos a uma professora do distrito escolar de Setúbal que recuperou a nacionalidade portuguesa

Orçamento

- DG 45 Orçamento privativo da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1950
- DG 246 1.º orçamento suplementar da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Instruções

- DG 143 Instruções para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 195 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

1951

Decretos-Lei

- 38253 Torna extensiva, quanto às funções de leitores do Instituto de Línguas Africanas e Orientais da Escola Superior Colonial, a professores de reconhecida competência na especialidade dos quadros de outras escolas a faculdade de acumulação de regências, prevista no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 35885, que reorganiza a citada Escola
- 38253 (R1 DG 102) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto-Lei n.º 38253, que torna extensiva, quanto às funções de leitores do Instituto de Línguas Africanas e Orientais da Escola Superior Colonial, a professores de reconhecida competência na especialidade dos quadros de outras escolas a faculdade de acumulação de regências prevista no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 35885
- 38277 Converte num só estabelecimento de ensino técnico profissional as duas escolas técnica elementar e industrial e comercial actualmente existentes em Coimbra, Braga, Faro, Vila Nova de Gaia e Funchal, passando o ensino do ciclo preparatório a ser ministrado nas escolas industriais e comerciais das mesmas localidades
- 38280 Autoriza o Governo a aceitar uma importância para a manutenção de uma cantina escolar na freguesia de Baltar, concelho de Paredes, a qual será denominada Cantina Comendador António Pereira Inácio
- 38298 Regula algumas situações resultantes da execução da recente reorganização do ensino técnico médio
- 38318 Regula, a título experimental e durante cinco anos, a conservação dos edifícios escolares construídos ao abrigo do Plano dos Centenários
- 38333 Autoriza o Governo a aceitar uma quantia para a manutenção de uma cantina escolar na vila de Pedrógão Pequeno, concelho da Sertã, a qual será denominada Cantina Escolar Manuel Ramos
- 38380 Considera como suficiente, para efeito de provimento em cargos públicos em que seja exigido o curso completo das escolas comerciais, a habilitação do curso complementar do comércio e a do curso de comércio, regulados pelo Decreto n.º 20420, ou outra que, por força da lei, seja equiparada a qualquer delas
- 38386 Reorganiza o Conselho Superior dos Serviços Criminais e as Direcções-Gerais dos Serviços Prisionais e Jurisdicionais de Menores - Autoriza o Ministério a aumentar o subsídio do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça previsto no Decreto-Lei n.º 37766 (tem informação sobre o ensino profissional)
- 38416 Permite no corrente ano a admissão na Escola Naval de candidatos nas condições autorizadas em 1950 pelos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 37978
- 38426 Torna aplicável ao pessoal docente, técnico e auxiliar de todos os serviços dependentes da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes o preceituado no Decreto-Lei n.º 23656 relativamente ao pessoal daquelas categorias pertencente às Faculdades e escolas universitárias
- 38432 Permite ao director do Instituto Superior Técnico, enquanto se não proceder à reorganização dos serviços administrativos da Universidade Técnica, contratar, além do quadro, um terceiro-oficial e cinco escriturários de 2.ª classe
- 38433 Define a forma de contagem do prazo de validade dos livros aprovados como únicos, estabelecido no artigo 391.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508, e dá nova redacção à alínea e) do artigo 9.º e seus §§ 1.º e 2.º e ao artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 37985 (normas para a publicação de livros aprovados nos termos dos artigos 399.º, n.º 2, e 403.º do citado estatuto) - Introduz modificações no Orçamento Geral do Estado **Revogado**
- 38434 Cria vários lugares no quadro do pessoal técnico, auxiliar e menor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

- 38446 Cria vários lugares no quadro do pessoal do Observatório Astronómico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e extingue no mesmo quadro um lugar de contínuo de 1.ª classe
- 38446 (R1 DG 218) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 38446, que cria vários lugares no quadro do pessoal do observatório astronómico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 38451 Autoriza o Ministro das Finanças a conceder isenção de direitos de importação ao material escolar e aparelhagem de laboratório oferecidos pelo Governo da França, destinados à instalação do Liceu Francês Charles Lepierre, de Lisboa
- 38455 Dá nova constituição ao quadro dos arceiros da Universidade de Coimbra
- 38457 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa à escola mista de Agadão, concelho de Águeda, a qual será denominada Cantina Escolar Pereira de Almeida
- 38472 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo da manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Fão, concelho de Esposende, a qual será denominada Cantina Escolar Joaquim Mariz
- 38522 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Almada terrenos do Estado da mata da Costa da Caparica, destinados a urbanização e à construção de um edifício escolar
- 38575 Permite que, na falta de professor catedrático de Medicina Legal, a direcção dos Institutos de Medicina Legal possa ser assegurada interinamente por um professor catedrático das Faculdades de Medicina

Decretos

- 38183 Actualiza alguns preceitos do Regulamento do Instituto de Medicina Tropical, aprovado pelo Decreto n.º 29532
- 38187 Considera de aplicação permanente o artigo 95.º do Decreto n.º 36661, que insere disposições de carácter legislativo respeitantes a várias colónias
- 38213 Regula a inscrição no quadro dos especialistas organizado pela Ordem dos Médicos
- 38231 Promulga o Regulamento dos Institutos Comerciais
- 38254 Regula a prestação das provas dos concursos para médicos escolares
- 38302 Regula a forma de admissão ao exame previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33231 dos portugueses diplomados por escolas de engenharia estrangeiras que, para efeito do exercício profissional e do provimento em cargos públicos, pretendam fazer o referido exame
- 38351 Reconhece como instituto de utilidade pública nacional o Instituto Marquês de Vale Flor, com sede em Lisboa
- 38363 Acrescenta dois parágrafos ao artigo 66.º do Decreto n.º 12209, que regula a concessão de passagens, licenças e outros abonos aos funcionários ou empregados, civis e militares da Direcção-Geral do Ensino, ao serviço do ultramar
- 38369 Estabelece o recenseamento escolar, que abrangerá todas as crianças de idade compreendida entre os 7 e os 11 anos completos ou a completar até 31 de Dezembro
- 38381 Insere disposições relativas ao ensino técnico profissional
- 38425 Aumenta vários lugares de professores nos liceus das províncias ultramarinas de Cabo Verde, Angola e Moçambique e em doze unidades o quadro de professores do ensino primário oficial de Moçambique

Portarias

- 13425 Aprova o Regulamento do Prémio Fernando Tavares Cardoso de Carvalho
- 13427 Aprova o Regulamento do Prémio Pinto de Almeida
- 13428 Aprova o Regulamento do Prémio José Agostinho Pereira e Sousa
- 13450 Permite a nomeação de mais de um sacerdote para o desempenho do cargo de professor da disciplina de Educação Religiosa e Moral sempre que aos ordinários a quem compete a sua apresentação se afigure conveniente confiar o ensino a mais de um professor
- 13502 Considera válidas no ultramar português as certidões passadas pelo Ministério da Educação Nacional referentes a equiparações de habilitações reconhecidas nos termos do Decreto n.º 29992
- 13523 Aprova o Regulamento do prémio Centenário
- 13564 Manda aplicar à colónia da Guiné, observados os preceitos estabelecidos na presente portaria, os artigos 258.º a 269.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo decreto n.º 36508 (admissão de alunos à primeira matrícula no curso dos liceus)
- 13649 Substitui os planos dos cursos complementares de aprendizagem, de formação e de especialização profissionais constantes dos mapas anexos ao Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 13656 Estabelece preceitos para a execução de obras de reparação e conservação dos edifícios escolares do ensino primário e regula a forma do seu pagamento
- 13675 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 38380, que considera como suficiente, para efeito de provimento em cargos públicos em que seja exigido o curso completo das escolas comerciais, a habilitação do curso complementar de comércio e a do curso de comércio, regulados pelo Decreto n.º 20420, ou outra que, por força da lei, seja equiparada a qualquer delas
- 13678 Determina que a divisão diária dos trabalhos escolares dos liceus do ultramar obedeça em cada uma das províncias a preceitos regulamentares, que serão adoptados pelos respectivos governos segundo as condições climatéricas ou outras de carácter local e o interesse da melhor organização do ensino
- 13738 Inclui na classe IV da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de director da Escola Médico-Cirúrgica de Goa
- 13782 Determina que o estabelecimento oficial de ensino técnico profissional existente em Coimbra continue a denominar-se Escola Industrial e Comercial Brotero

Orçamentos

- DG 20 Orçamento privativo da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1951
- DG 137 1.º orçamento suplementar para o ano de 1951 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Instruções

- DG 155 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 203 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a 1.ª matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 203 (R1 DG 207) Nova publicação, rectificada, do horário das provas escritas dos exames de aptidão para a 1.ª matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica, anexo às instruções para a realização dos mesmos exames, insertas no Diário do Governo n.º 203, de 3 do corrente mês

Despachos

- DG 218 Resolução do Conselho de Ministros acerca da acumulação, por parte de funcionários do Estado, de cargos que não pertençam a quadros de natureza permanente

1952

Decretos-Lei

- 38613 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar um donativo para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa à escola mista de Vila Boa, freguesia de Ferreira de Aves, concelho de Sátão, a qual será denominada «Cantina Escolar D. Maria da Graça Frias»
- 38621 Autoriza a Academia de Música da Madeira a ministrar, sem encargos para o Estado, o ensino correspondente aos cursos superiores da secção de música do Conservatório Nacional
- 38663 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar um donativo para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas de Vale de Azares, concelho de Celorico da Beira, a qual será denominada «Cantina Escolar D. Maria da Conceição dos Reis Faria»
- 38680 Reorganiza os serviços do Instituto para a Alta Cultura, que deixa de constituir a 7.ª secção da Junta Nacional da Educação e passa a designar-se «Instituto de Alta Cultura»
- 38681 Concede os meios financeiros necessários à execução do Decreto-Lei n.º 38680
- 38684 Torna obrigatório aos proprietários, administradores ou gerentes das oficinas a que se referem os artigos 79.º e 80.º do Decreto n.º 19952 enviarem gratuitamente à Biblioteca Nacional de Lisboa, além dos exemplares mencionados no artigo 1.º do Decreto n.º 25134, mais um exemplar por cada uma das bibliotecas nacionais que funcionarem nas capitais dos territórios do ultramar
- 38692 Concede autonomia administrativa às Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e reorganiza os serviços das suas secretarias - Constitui um quadro único com o pessoal administrativo das secretarias das referidas Universidades, exceptuados os secretários e os dactilógrafos, para efeito de ingresso, transferência e promoção
- 38693 Designa as dotações por onde deverão ser satisfeitos os vencimentos do pessoal dos quadros das secretarias-gerais das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto fixados pelo Decreto-Lei n.º 38692
- 38774 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas - Dá nova redacção ao § 1.º do artigo 110.º do Decreto n.º 38043, cria nos serviços de saúde e higiene do Estado da Índia o Laboratório de Análises e extingue, logo que este laboratório esteja em funcionamento, o Instituto de Análises Químicas e Toxicológicas e o Instituto Bacteriológico, integrados, respectivamente, na Escola Médico-Cirúrgica e nos serviços de saúde
- 38807 Fixa os quadros do pessoal docente, de secretaria e menor do Liceu de Oeiras e insere disposições relativas ao seu funcionamento
- 38812 Introduce alterações no Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 38817 Atribui uma gratificação mensal ao secretário-geral da Academia Portuguesa da História e, na sua falta ou impedimento, ao vice-secretário-geral
- 38822 Cria e manda adicionar aos quadros constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 37869 um lugar de médico escolar, do sexo masculino, e um de visitadora escolar, para serviço no Liceu Nacional de Oeiras
- 38824 Dá nova redacção ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 38680, que reorganiza os serviços do Instituto de Alta Cultura
- 38826 Permite ao Ministro, enquanto não forem organizados os quadros do pessoal das bibliotecas e arquivos, autorizar que seja contratado, além do quadro, um escriturário de 2.ª classe para prestar serviço na Biblioteca Popular de Lisboa
- 38841 Determina que as funções de bedel das Faculdades e da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra passem a ser exercidas com aquela designação pelos aspirantes da secretaria da Universidade que o reitor determinar - Aumenta de seis aspirantes o quadro do pessoal da referida secretaria, fixado pelo Decreto Lei n.º 38692
- 38843 Determina que devem submeter-se a exame perante uma das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa ou Porto os portugueses diplomados por escolas estrangeiras ou pela de Goa que, para efeito do exercício profissional ou do provimento em cargos públicos, pretendam a equiparação das suas habilitações ao curso médico-cirúrgico daquelas Faculdades
- 38844 Regula a admissão ao exame previsto no Decreto-Lei n.º 38843 e a prestação das respectivas provas
- 38847 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas da freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa, a qual será denominada «Cantina Escolar D. Ester Costa»

- 38884 Regula o funcionamento dos cursos de enfermagem, de serviço social e de administração hospitalar - Revoga o Decreto n.º 20376 e o Decreto-Lei n.º 36219
- 38920 Permite ao Ministro da Marinha determinar a abertura de novos concursos para a admissão de cadetes na Escola Naval
- 38964 Regula a assistência de menores a espectáculos públicos - Dá nova constituição à Comissão de Censura dos Espectáculos e cria a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores e define as suas atribuições **Revogado**
- 38968 Reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo
- 38968 (R1 DG 278) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 38968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo
- 38969 Regula a execução do Decreto-Lei n.º 38968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar

Decretos

- 38629 Regula a distribuição da quantia inscrita no orçamento do Ministério para subsídios a institutos missionários, a que se refere o artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 31207
- 38636 Promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Agronomia - Dá nova redacção aos artigos 13.º e 14.º do Decreto n.º 33578, que regula o provimento dos lugares de professor catedrático do citado Instituto, e revoga o disposto no artigo 19.º do Decreto n.º 4685
- 38678 Insere disposições relativas aos serviços docentes dos liceus do ultramar - Revoga o artigo 28.º do Decreto n.º 30945
- 38679 Insere disposições atinentes ao funcionamento das escolas industriais e comerciais das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique
- 38716 Adiciona dois parágrafos ao artigo 8.º do Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto n.º 37765
- 38774 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas - Dá nova redacção ao § 1.º do artigo 110.º do Decreto n.º 38043, cria nos serviços de saúde e higiene do Estado da Índia o Laboratório de Análises e extingue, logo que este laboratório esteja em funcionamento, o Instituto de Análises Químicas e Toxicológicas e o Instituto Bacteriológico, integrados, respectivamente, na Escola Médico-Cirúrgica e nos serviços de saúde
- 38779 Dá nova redacção aos artigos 536.º e 537.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 38883 Adita um novo número ao artigo 22.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 38885 Aprova o Regulamento das Escolas de Enfermagem
- 38891 Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 35090, que introduz alterações nos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa - Elimina o § 1.º do mesmo artigo
- 38898 Dá nova redacção ao artigo 212.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial - Torna aplicável aos mestres, contramestres e auxiliares do mesmo ensino que sejam contratados para uma escola, estando em exercício noutra na mesma categoria ou em categoria inferior, o disposto nos artigos 211.º e 212.º do citado estatuto
- 38899 Introduce alterações no Decreto n.º 38032, que aprova o Regulamento dos Institutos Industriais
- 38902 Aumenta o quadro de professores do ensino primário oficial da província ultramarina de Moçambique e cria seis lugares de serventes indígenas para as escolas do mesmo ramo de ensino
- 38904 Introduce alterações no Decreto n.º 38231, que promulga o Regulamento dos Institutos Comerciais
- 38963 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas - Revoga o artigo 14.º e seus §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 32810 e dá nova redacção a várias disposições dos Decretos n.ºs 17881, 35751 e 38774 (referido vários pessoal docente)
- 38972 Insere disposições relativas aos quadros dos professores, mestres e pessoal de secretaria e menor de várias escolas industriais e comerciais das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique
- 38980 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis a várias províncias ultramarinas (acrescenta vários lugares de professores de Liceus em Angola e Moçambique, assim como do ensino agrícola em Angola)
- 38995 Determina que nos liceus das províncias ultramarinas seja ministrada, além das disciplinas a que se refere a alínea h) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36507, a de Ciências Físico-Químicas como preparatório para o curso de Arquitectura das escolas de belas-artes
- 39001 Promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto
- 39021 Altera o plano de estudos das Faculdades de Ciências - Dá nova redacção ao artigo 24.º do Decreto n.º 18477, que promulga a reorganização do ensino nas mesmas Faculdades
- 39021 (R1 DG 226) Rectificações ao Decreto n.º 39021, que aprova o plano de estudos das Faculdades de Ciências
- 39024 Isenta de quaisquer formalidades, inclusive a de posse, a colocação de professores nas escolas industriais e comerciais das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique determinada nos termos do § 3.º do artigo 7.º do Decreto n.º 38679 e do artigo 7.º do Decreto n.º 38972
- 39026 Constitui o quadro docente da escola primária anexa à Escola Normal Luís de Camões, da cidade de Goa, e regula as condições do seu provimento

Portarias

- 13800 Aprova os programas do ensino profissional industrial e comercial
- 13810 Abre um crédito no Estado da Índia destinado a suportar os encargos com a criação de um centro de hemoterapia e reanimação no hospital da Escola Médica de Goa
- 13820 Inclui na classe III da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de director da Escola Médico-Cirúrgica de Goa - Anula a Portaria n.º 13738
- 13833 Aprova e manda pôr em execução o Regulamento das Escolas de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa
- 13836 Esclarece algumas disposições previstas nas Portarias n.ºs 11077 e 13502 relativas à aplicação e validade no ultramar das certidões de equiparação de habilitações reconhecidas pelo Decreto n.º 29992
- 13883 Manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique a Lei n.º 2025, que promulga a reforma do ensino técnico profissional
- 13884 Manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o Decreto-Lei n.º 37028, que insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial
- 13885 Manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, promulgado pelo Decreto n.º 37029
- 13885 (R1 DG 70) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 13885, que manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 13886 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique a Portaria n.º 13649, que substitui os planos dos cursos complementares de aprendizagem, de formação e de especialização profissionais dos mapas anexos ao Decreto n.º 37029
- 13887 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar um donativo para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas da freguesia de Eixo, concelho de Aveiro, a qual será denominada «Cantina Escolar D. Rosália Mascarenhas»
- 13917 Determina que os exames do curso geral dos liceus realizados por alunos do ensino particular em S. Tomé (província de S. Tomé e Príncipe) tenham validade oficial e designa a forma de constituição dos respectivos júris
- 13922 Determina que nas províncias ultramarinas a aprovação de estatutos e demais atribuições a que se refere o Decreto-Lei n.º 31908 seja da competência dos respectivos governadores, ouvidos os comissários privativos estabelecidos pelo § 1.º do artigo 16.º do Decreto n.º 29453
- 13939 Cria o lugar de mestre de cerâmica na Prisão-Escola de Leiria
- 13941 Manda aplicar à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe várias disposições do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 13942 Estabelece o quadro de professoras para a secção feminina do Liceu Salvador Correia, de Luanda
- 13945 Inclui na classe XVI da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de regente de ensino primário do quadro da instrução pública da província da Guiné
- 13949 Aprova a norma de estatutos das cantinas escolares constituídas ou que venham a constituir-se
- 13961 Inclui na classe XV da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de professor auxiliar, contratado, das Escolas de Artes e Ofícios de Moçambique
- 13962 Inclui na classe X da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) as categorias de secretário de liceu e secretário das escolas técnicas da província ultramarina de Moçambique
- 13970 Abre um crédito na província ultramarina de Timor, destinado a suportar os encargos resultantes da aquisição de material didáctico para o Colégio-Liceu
- 13999 Estabelece o quadro de professoras para a secção feminina do Liceu Salazar, de Lourenço Marques
- 14057 Aprova o mapa do pessoal da Casa Pia de Lisboa não compreendido no quadro de direcção e chefia - Substitui o mapa II anexo ao regulamento daquele estabelecimento, aprovado pelo Decreto n.º 37205, e o mapa constante da Portaria n.º 13118
- 14061 Manda adoptar a cor branca em todas as peças do uniforme de ginástica da Mocidade Portuguesa Feminina, cujo modelo e descrição constam da Portaria n.º 12773
- 14066 Determina que na Escola Industrial e Comercial de Beja sejam ministrados, a partir do ano lectivo de 1952-1953, o curso geral de comércio e o curso de formação feminina
- 14070 Legaliza a admissão do pessoal congreganista e bem assim os estudos e exames nos Institutos Mouzinho de Albuquerque e João de Deus, ambos na Namaacha, província ultramarina de Moçambique
- 14085 Inclui nas classes X e XII da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) as categorias de escriturário principal dos correios, telégrafos e telefones e de professor de Ginástica e auxiliar de instrução, respectivamente, das províncias ultramarinas de Angola e Guiné
- 14109 Dá nova redacção ao n.º 7.º da Portaria n.º 13233, que estabelece as condições que devem regular a admissão dos alunos da Escola Náutica na reserva marítima e a forma como há-de decorrer a sua preparação militar e profissional
- 14151 Manda aplicar às províncias ultramarinas, na parte referente à redacção de vários artigos, o Decreto n.º 38812, que introduz alterações no Estatuto do Ensino Liceal
- 14192 Manda aplicar ao Estado da Índia, observadas determinadas alterações, várias disposições dos Decretos n.ºs 37028 e 37029 e da Portaria n.º 13800 (ensino profissional industrial e comercial)
- 14205 Determina que tenham execução relativamente à Biblioteca Nacional de Macau as disposições do Decreto-Lei n.º 38684 (exemplares a enviar gratuitamente à Biblioteca Nacional de Lisboa)

Orçamentos

- DG 27 Orçamento privativo da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1952

- DG 138 1.º orçamento suplementar para 1952 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Instruções

- DG 164 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 220 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a 1.ª matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Declarações

- DG 167 Declaração de ter sido, por despacho do Conselho de Ministros, concedido valor oficial aos diplomas de futuro conferidos pela Escola Comercial António Augusto Cabral, mantida em Torres Vedras pelo Grémio do Comércio dos Concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã

1953

Leis

- 2064 Promulga as bases da reorganização da educação física nacional

Decretos-Lei

- 39082 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito a doação de um prédio situado na freguesia de Candosa, concelho de Tábua, destinado à instalação da cantina da escola mista de Várzea, da referida freguesia, que será denominada «Cantina Escolar D. Maria da Encarnação»
- 39141 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas do ensino primário da freguesia de Viatodos, concelho de Barcelos, a qual será denominada «Cantina Escolar José Gonçalves Neiva»
- 39190 Institui a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, cujos bens e valores constituirão o Museu-Escola de Artes Decorativas, e aprova os respectivos estatutos
- 39213 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas do ensino primário do lugar de Glória, freguesia de Muge, concelho de Salvaterra de Magos
- 39219 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas, masculina e feminina, do ensino primário Oliveira Lopes, da sede da freguesia de Válega, concelho de Ovar, a qual será denominada «Cantina Escolar de Santa Maria de Válega»
- 39220 Regula o provimento dos lugares dos diferentes quadros que constituem as Direcções-Gerais dos Serviços Prisionais e Jurisdicionais de Menores e serviços dependentes e a Repartição dos Serviços Económicos e do Trabalho Prisional e Correccional (Inclui os serviços de Ensino) - Revoga os artigos 16.º e 32.º, respectivamente, dos Decretos-Leis n.ºs 34678 e 35969 e introduz alterações no Decreto-Lei n.º 38386
- 39226 Cria na Universidade do Porto a Faculdade de Economia, destinada ao ensino e à cultura das ciências económicas - Extingue os lugares de professor catedrático e professor extraordinário do 8.º grupo do quadro do pessoal da Faculdade de Engenharia da mesma Universidade e amplia de um aspirante o quadro do pessoal da secretaria da Universidade do Porto, fixado pelo Decreto-Lei n.º 38692
- 39242 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para manutenção de uma cantina anexa às escolas da freguesia de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão, a qual será denominada «Cantina Escolar Cardeal Cerejeira», e ainda o terreno necessário à construção das respectivas instalações
- 39264 Dá nova constituição aos quadros dos professores efectivos e adjuntos das Escolas Industriais e Comerciais de Beja, Caldas da Rainha e Peniche
- 39266 Cria um lugar de guarda de 2.ª classe no quadro do pessoal da reitoria da Universidade do Porto - Autoriza o Ministro da Educação Nacional a contratar um diplomado com o respectivo curso do Instituto Nacional de Educação Física para dirigir a educação física dos alunos de cada uma das Universidades de Coimbra e do Porto
- 39268 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas de ensino primário da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra
- 39323 Determina que as gratificações aos regentes de cursos de adultos sejam devidas desde a data da sua entrada em exercício
- 39353 Aumenta de um professor catedrático o quadro do pessoal docente do 4.º grupo (Ciências Históricas) das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 39445 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas de ensino primário da freguesia de Forjães, concelho de Esposende

Decretos

- 39211 Fixa o número de professores e professoras dos liceus, do quadro comum, que compete à província ultramarina de Angola
- 39227 Regula o funcionamento da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 39232 Permite ao Ministro da Educação Nacional alterar, para qualquer das Faculdades de Direito, o regime dos exames finais
- 39235 Insere disposições relativas ao funcionamento das escolas técnicas elementares do Estado da Índia

- 39251 Permite aos conselhos escolares das Faculdades e institutos e escolas superiores propor que em lugares de professor extraordinário sejam providos, independentemente de concurso, indivíduos aprovados em mérito absoluto em concurso para professor catedrático do mesmo grupo
- 39267 Cria as Escolas Industriais e Comerciais de Abrantes e Elvas
- 39291 Permite nas cidades do Mindelo, Luanda, Lourenço Marques, Goa e Macau a realização de exames de aptidão para a matrícula nas Universidades, na Escola Superior Colonial e nas escolas de belas-artes para os candidatos residentes nas províncias ultramarinas em que se situam aquelas cidades e que ali tenham concluído os estudos anteriores
- 39295 Insere disposições relativas à criação e dotação de lugares nos serviços de instrução pública das províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Moçambique e Estado da Índia e dá nova redacção ao § 1.º do artigo 4.º do Diploma Legislativo Ministerial n.º 15, publicado em Goa, que regula o provimento do lugar de conservador-intérprete do Arquivo Histórico do Estado da Índia
- 39297 Regula a concessão de passagens entre a metrópole e as províncias ultramarinas aos estudantes que venham frequentar determinados cursos na metrópole
- 39344 Aumenta os quadros do ensino profissional, industrial e comercial de vários lugares de professores, com destino às Escolas Industrial e Comercial de Lourenço Marques
- 39362 Aprova o regulamento a que se refere o artigo 6.º do Decreto n.º 39297 (concessão de passagens a estudantes residentes no ultramar que se destinem a estudos oficiais na metrópole)
- 39364 Cria em Podamo, distrito de Diu, uma escola de ensino primário de português-guzarate - Aumenta os quadros de professores do ensino primário da província ultramarina de Moçambique e do Estado da Índia
- 39411 Aumenta os quadros de professores de instrução primária do Estado da Índia e da província ultramarina de Angola - Cria um lugar de aspirante de secretaria na Escola Normal Luís de Camões, em Goa
- 39419 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas – acrescenta gratificações na Escola Industrial de Luanda
- 39429 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas - Dá nova redacção ao § único do artigo 3.º do Decreto n.º 39259 – explica o aumento dos vencimentos dos professores por diuturnidades
- 39458 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor e a diversos organismos dependentes do Ministério - Permite às referidas províncias subsidiar a Casa Pia de Lisboa, como compensação de serviços prestados a seus naturais, e mantém em vigor no ano de 1954 o disposto nos artigos 86.º do Decreto n.º 38084 e 14.º, 15.º e 16.º do Decreto n.º 38668 e as percentagens estabelecidas ao abrigo da delegação dada pela Portaria n.º 14468 (no artigo n.º 3 - Cabo Verde, é referida a instalação da Escola de Artes e Ofícios de Mindelo e a apoio a um estabelecimento de ensino particular em São Tomé)

Portarias

- 14065 Determina que na Escola Industrial de Peniche seja ministrado, a partir do ano lectivo de 1952-1953, o curso complementar de aprendizagem de comércio
- 14066 Determina que na Escola Industrial e Comercial de Beja sejam ministrados, a partir do ano lectivo de 1952-1953, o curso geral de comércio e o curso de formação feminina
- 14151 Manda aplicar às províncias ultramarinas, na parte referente à redacção de vários artigos, o Decreto n.º 38812, que introduz alterações no Estatuto do Ensino Liceal
- 14205 Determina que tenham execução relativamente à Biblioteca Nacional de Macau as disposições do Decreto-Lei n.º 38684 (exemplares a enviar gratuitamente à Biblioteca Nacional de Lisboa)
- 14232 Regula a prestação das provas do exame final do curso geral do Comércio previsto para que os indivíduos habilitados pela Escola Comercial Pedro Nolasco, de Macau, possam obter validade oficial daquela habilitação em todos os territórios portugueses
- 14260 Institui o Prémio Guiomar Torresão e estabelece os termos em que deve fazer-se a sua concessão
- 14269 Aprova a norma de estatutos das cantinas escolares
- 14270 Aprova a norma de estatutos das caixas escolares
- 14291 Regula a forma de concessão dos aumentos de vencimentos por diuturnidades e de contagem de tempo a que têm direito os professores do ensino profissional industrial e comercial das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique
- 14292 Introduce alterações no Estatuto do Ensino Liceal para efeitos da sua aplicação no ultramar
- 14292 (R1 DG 69) Declaração que rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 14292, que introduz alterações no Estatuto do Ensino Liceal para efeitos da sua aplicação no ultramar
- 14355 Fixa as remunerações a abonar aos professores catedráticos que, em regime de acumulação e por contrato, regerem determinadas matérias dos cursos de estado-maior professados no Instituto de Altos Estudos Militares
- 14369 Aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa
- 14369 (R1 DG 107) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 14369, que aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa
- 14369 (R2 DG 117) Substitui o texto da declaração inserta no Diário do Governo n.º 107, de 22 de Maio findo, que rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 14369, que aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa
- 14376 Aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Ângelo da Fonseca, de Coimbra
- 14391 Cria a Escola de Auxiliares Sociais de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa
- 14395 Manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 38964, que regula a assistência de menores a espectáculos públicos

- 14411 Manda aplicar ao Estado da Índia os artigos 138.º, n.º 1, e 139.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, promulgado pelo Decreto n.º 37029
- 14412 Manda aplicar à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, observados os preceitos contidos nesta portaria, os artigos 258.º a 269.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 14416 Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa **Revogado**
- 14433 Concede aos alunos matriculados nas Academias de Música da Índia Portuguesa e de Macau o direito de prestarem, nas cidades das suas sedes, as provas dos exames de todas as disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional compreendidas nos estatutos das referidas Academias
- 14440 Esclarece que o ensino dos indígenas, confiado às missões católicas, nos termos do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 31207, e considerado oficial por força do artigo 68.º do mesmo diploma, se destina à frequência de todas as populações escolares no estado indígena, sem distinção de credos religiosos que as mesmas professem
- 14452 Aprova o Regulamento da Escola de Auxiliares Sociais de S. Pedro de Alcântara, de Lisboa, criada pela Portaria n.º 14391
- 14479 Manda aplicar ao Estado da Índia e às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau os artigos 13.º, 19.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 26594 (exame de aptidão para a matrícula nas Universidades)
- 14482 Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem Doutor Ângelo da Fonseca, de Coimbra **Revogado**
- 14488 Dá nova redacção ao § 3.º do n.º 2.º da Portaria n.º 13233 (admissão e preparação militar e profissional dos alunos da Escola Náutica na reserva marítima)
- 14496 Modifica e revoga a Portaria n.º 13306, que estabelece os preceitos a observar para a execução do artigo 5.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 28081 (concursos e nomeações de professores primários e regentes de postos escolares agregados)
- 14499 Estabelece as precedências a que está sujeita a matrícula de alunos dos cursos de formação profissional nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique
- 14509 Mantém na Escola Comercial de Lourenço Marques o curso de Dactilografia e a disciplina de Elementos de Direito Fiscal
- 14524 Aprova os programas do ensino técnico médio agrícola
- 14535 Regula a duração dos cursos de Donas de Casa, de Educação Familiar e de Educadora Familiar e Social a ministrar no Instituto de Nossa Senhora da Piedade, em Goa
- 14552 Torna extensivo ao Governo-Geral do Estado da Índia, relativamente aos distritos de Damão e Diu, o disposto na regra do n.º 7.º da Portaria n.º 14395, que manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 38964 (assistência de menores a espectáculos públicos)
- 14567 Abre créditos nas províncias ultramarinas de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Macau e no Estado da Índia, destinados a custear as despesas com a concessão de passagens a estudantes que venham frequentar determinados cursos na metropole
- 14575 Torna extensiva ao ultramar a doutrina estabelecida na aplicação das disposições regulamentares relativas à admissão a exame das disciplinas do 3.º ciclo dos liceus
- 14587 Aprova os programas das disciplinas do 1.º e 2.º anos dos cursos superiores de Agronomia e de Silvicultura professados no Instituto Superior de Agronomia
- 14597 Constitui na Direcção-Geral do Ensino, do Ministério do Ultramar, a Comissão da Expansão do Livro Português no Ultramar
- 14639 Determina que nas colocações em serviço das professoras dos quadros privativos do ensino primário das províncias ultramarinas seja dada preferência às professoras cônjuges dos funcionários de serventia remunerada que tenham colocação, com carácter de estabilidade, na localidade onde exista a escola ou lugar a prover
- 14672 Manda aplicar, com alterações, às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau e ao Estado da Índia os artigos 15.º, 136.º e 137.º do Estatuto do Ensino Liceal, constante do Decreto n.º 36508
- 14681 Atribui uma professora do 3.º grupo ao quadro da secção feminina do Liceu Salazar, de Lourenço Marques, estabelecido pela Portaria n.º 13999

Orçamentos

- DG 49 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1953
- DG 217 1.º orçamento suplementar para o ano de 1953 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

Avisos

- DG 139 Torna público ter sido estabelecida a obrigatoriedade do estágio para os alunos do curso de contabilista dos institutos comerciais que não exerçam actividade profissional no comércio

Instruções

- DG 160 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 212 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a 1.ª matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Declarações

- DG 199 Declaração de ter sido, por despacho do Conselho de Ministros, declarada a utilidade pública urgente da expropriação, requerida pela Câmara Municipal da Feira, de uma parcela de terreno destinada à construção de um edifício escolar de duas salas

Despachos

- DG 118 Determina que se considere em vigor a partir de 1 de Junho corrente a Portaria n.º 14369, que aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa

1954

Decretos-Lei

- 39519 Insere disposições relativas às funções docentes, dirigentes e administrativas dos estabelecimentos de ensino superior dependentes do Ministério
- 39532 Fixa o início e o termo dos anos lectivos em Angola e Moçambique - Substitui as disposições do artigo 10.º e do artigo 24.º, respectivamente, dos Decretos-Leis n.ºs 36507 e 37028
- 39532 (R1 DG 41) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 39532, que fixa o início e o termo dos anos lectivos em Angola e Moçambique
- 39541 Estabelece normas gerais referentes a quadros e efectivos das forças terrestres ultramarinas e define a sua constituição e composição (no artigo 9.º são referidas as escolas de quadros militares de Angola e Moçambique)
- 39552 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas da sede do concelho de Sabrosa, a qual será denominada «Cantina Escolar António Júlio e Maria do Nascimento da Silva Monteiro»
- 39554 Permite ao Ministro do Ultramar nomear, em comissão de serviço, pelo período de três anos, professores do ensino primário dos quadros do Ministério da Educação Nacional para a regência das escolas oficiais localizadas nos núcleos de povoamento criados na província ultramarina de Angola e nos que nesta província e na de Moçambique o venham a ser ao abrigo dos planos de fomento e sob a orientação dos organismos oficiais
- 39580 Cria a Junta de Energia Nuclear e a Comissão de Estudos de Energia Nuclear e define as suas atribuições
- 39587 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia, representada em títulos da dívida pública, para manutenção de uma cantina anexa às escolas de Paderne, concelho de Albufeira, a qual se denominará «Cantina Escolar António Libânio Correia»
- 39655 Determina que o contrato, em regime de comissão de serviço, de qualquer funcionário público para o desempenho do cargo de assistente do ensino superior possa, quando resolvido por despacho do respectivo Ministro, motivar abertura de vaga no quadro a que o funcionário pertencer
- 39666 Promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique (artigo 6.º, refere que o ensino que for especialmente destinado aos indígenas deve visar aos fins gerais de educação moral, cívica, intelectual e física (...) e que procurará sempre difundir a língua portuguesa, mas como instrumento dele, poderá ser autorizado o emprego de idiomas nativos, mas o § 2 refere a admissão ao ensino público, é igual aos outros portugueses àqueles que mostrem desnecessidade de ensino de adaptação)
- 39680 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Rio Mau, freguesia de Sebolido, concelho de Penafiel
- 39681 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina anexa às escolas da sede da freguesia de Casa Branca, concelho de Sousel, a qual se denominará «Cantina Escolar Adriano Rovisco dos Santos»
- 39706 Altera os quadros de pessoal de diversas escolas do ensino profissional industrial e comercial e regula a comparticipação das Câmaras Municipais de Silves e da Póvoa de Varzim nos encargos de manutenção do ensino do curso geral de comércio nas escolas daquelas localidades
- 39715 Permite a atribuição, por simples despacho do Ministro, nas condições estabelecidas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 31658, da regência das disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa e História das Literaturas Dramáticas da secção de teatro do Conservatório Nacional a pessoal docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou, em regime de acumulação, a professores dos liceus
- 39730 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa à escola de Entre-os-Rios, freguesia de Eja, concelho de Penafiel, a qual se denominará «Cantina Escolar do Doutor Marques de Carvalho»
- 39783 Insere disposições relativas a vencimentos e gratificações a pessoal pelo desempenho de lugares criados em escolas do ensino profissional industrial e comercial e às funções de directores e dos conselhos administrativos das mesmas escolas
- 39792 Aprova o Regulamento do Prémio de Direito Público (Doação Gulbenkian), instituído pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 39800 Permite ao Ministro da Educação Nacional, enquanto não for reorganizado o quadro do pessoal da Academia Portuguesa da História, autorizar o contrato, com carácter eventual, de vários pessoal para prestar serviço na referida Academia - Considera devidamente legalizados, para todos os efeitos, os pagamentos efectuados no corrente ano e em anteriores anos económicos por força das dotações orçamentais consignadas a pessoal assalariado da citada Academia
- 39828 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a conceder à Associação de Educação Infantil um subsídio destinado à manutenção de uma escola para formação e especialização de educadores pré-escolares

- 39837 Insere disposições atinentes à actividade da Mocidade Portuguesa no ultramar
- 39842 Estabelece um reajustamento de vencimentos dos servidores do Estado
- 39877 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Chão de Couce, concelho de Ansião, a qual se denominará «Cantina Escolar Alberto M. Rosa»
- 39879 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas da sede do concelho de Proença-a-Nova, a qual se denominará «Cantina Escolar Assis da Silva Gonçalves Roda»
- 39880 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, a qual se denominará «Cantina Escolar Olímpia Tomé Feteira»
- 39883 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da cantina escolar anexa às escolas de Loureiro, freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, a qual se denominará «Cantina Escolar do Loureiro»
- 39892 Autoriza o Ministério das Finanças a aceitar de um benemérito uma quantia destinada à construção dos edifícios da sede da Junta de Freguesia de Galveias e de um infantário na mesma freguesia, concelho de Ponte de Sor
- 39902 Dá nova designação à Escola Superior Colonial e aos cursos nela ministrados
- 39916 Estabelece um novo regime da admissão aos cursos do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 39924 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar um legado para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Maria da Graça Palmares Henriques, anexa à escola de Carquejido, freguesia e concelho de S. João da Madeira
- 39982 Permite ao Ministro autorizar que sejam construídos pelas câmaras municipais interessadas, em regime de administração directa, os edifícios para escolas primárias do Plano dos Centenários cuja construção não tenha sido arrematada em concurso previamente realizado
- 40010 Insere disposições relativas à comissão executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar
- 40011 Prorroga até 31 de Dezembro de 1956 a Campanha Nacional de Educação de Adultos, instituída pelo artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 38968

Decretos

- 39522 Permite ao Ministro da Educação Nacional prorrogar o prazo fixado no artigo 103.º, n.º 5, do Decreto n.º 38969 (obrigatoriedade do ensino primário elementar), bem como determinar o prolongamento dos cursos que hajam começado a funcionar em cada ano depois do mês de Novembro
- 39572 Introduce alterações no Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 39590 Regula a concessão de passagens de ida e de regresso entre Lisboa e as capitais das províncias ultramarinas aos superiores e visitantes canónicos de nacionalidade portuguesa que pretendam visitar as missões confiadas às respectivas corporações missionárias e aos estudantes europeus e originários do ultramar que se destinem aos seminários diocesanos do ultramar ou da metrópole
- 39622 Permite nas capitais das províncias ultramarinas em que não existem escolas do magistério primário ou equivalentes a realização de exames de admissão às escolas deste género da metrópole para os indivíduos com as habilitações preparatórias exigidas pelos respectivos planos de estudo
- 39654 Regula os termos em que pode ser autorizado o funcionamento das escolas oficiais do ensino primário cuja regência obedece aos preceitos do Decreto-Lei n.º 39554
- 39658 Regula a forma de provimento do lugar de inspector do ensino particular atribuído à província ultramarina de Angola e autoriza o governador-geral a abrir um crédito especial para suportar o encargo criado por este diploma
- 39668 Regula a admissão ao exame do 2.º ciclo por disciplinas singulares no Liceu Afonso de Albuquerque, em Goa, com dispensa do exame do 1.º e da disciplina de Língua Inglesa, dos indivíduos que comprovem possuir as habilitações denominadas entrance e S. S. C. das Universidades da União Indiana, além dos demais requisitos legais
- 39694 Permite aos estagiários para professores adjuntos do ensino técnico profissional o exercício do magistério, como provisórios, nas escolas onde funcionem os estágios ou noutras das mesmas localidades
- 39700 Cria quatro escolas técnicas profissionais, a instalar em Gouveia, Santo Tirso, Torres Novas e Almada, com a denominação, respectivamente, de Escola Industrial de Gouveia, Escola Industrial e Comercial de Santo Tirso, Escola Industrial de Torres Novas e Escola Industrial e Comercial de Almada
- 39752 Institui as Academias de Música de Luanda e Lourenço Marques, destinadas a promover a cultura musical, e especialmente o ensino da Música, vocal e de instrumentos, e o das matérias teóricas com aquele ensino relacionadas
- 39719 Permite ao Ministro da Educação Nacional alterar, por despacho, para qualquer das Faculdades de Direito, o regime dos exames finais, enquanto isso se torne absolutamente indispensável à regularidade do serviço
- 39787 Promulga o novo Regulamento Geral da Casa Pia de Lisboa
- 39791 Fixa as gratificações a atribuir aos membros dos júris de fiscalização dos exames de aptidão a realizar no ultramar e aos professores de estabelecimentos de ensino do Ministério da Educação Nacional que elaborarem e prepararem pontos para os referidos exames e bem assim aos que classificarem as provas - Autoriza os governadores-gerais e de província a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 39803 Regula a realização do estágio a que se referem os artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 37040, que promulga a reforma dos estudos das Faculdades de Medicina
- 39807 Aprova, para entrarem em vigor no próximo ano escolar, os programas das disciplinas do ensino liceal

- 39824 Cria um liceu feminino em Luanda e um liceu de frequência mista em Lourenço Marques e insere providências julgadas convenientes para suprir as necessidades escolares e para eficiência do ensino de Religião e Moral - Autoriza os governadores-gerais de Angola e Moçambique a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 39824 (R1 DG 224) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 39824, que cria um liceu feminino em Luanda e um liceu de frequência mista em Lourenço Marques
- 39824 (R2 DG 255) Rectificação ao Decreto n.º 39824, que cria um liceu feminino em Luanda e um liceu de frequência mista em Lourenço Marques
- 39850 Cria várias escolas de ensino profissional nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique e no Estado da Índia e classifica de escola industrial e comercial a Escola Comercial de Moçâmedes - Insere disposições respeitantes aos cursos ministrados nas referidas escolas e à criação dos gabinetes de orientação profissional de Angola e Moçambique
- 39871 Substitui por um estágio hospitalar a exigência da dissertação estabelecida pelo artigo 6.º do Decreto n.º 35610, que reformou a Escola Médico-Cirúrgica de Goa
- 39909 Eleva a 300 lugares o quadro de professores do ensino primário da província ultramarina de Moçambique - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir o crédito necessário para dotação dos lugares a prover no ano lectivo de 1954-1955
- 39919 Regula o provimento dos cargos docentes de carácter provisório ou eventual nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico do Ministério do Exército **Revogado**
- 39919 (R1 DG 283) Rectificação ao Decreto n.º 39919, que regula o provimento dos cargos docentes de carácter provisório ou eventual nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico do Ministério do Exército
- 39922 Regula o funcionamento da nova Cadeia Central de Lisboa - Altera a constituição do corpo de guardas dos serviços prisionais e substitui o mapa n.º 3 anexo ao Decreto-Lei n.º 38386 - Revoga o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 35539 (tem 1 professor no quadro)
- 39958 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Macau, Timor e Estado da Índia e a diversos organismos dependentes do Ministério - Mantém em vigor no ano de 1955 o disposto no artigo 86.º do Decreto n.º 38084, no Decreto n.º 39890 e as percentagens estabelecidas ao abrigo das Portarias n.ºs 14468, 14689 e 14788 (Cria o lugar de ajudante de preparador do Instituto de Medicina Tropical e concede bolsas de estudo ao pessoal do quadro de enfermagem do hospital do Ultramar, em certas condições)

Portarias

- 14697 Manda aplicar, com nova redacção, às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique e Estado da Índia o artigo 361.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, aprovado pelo Decreto n.º 37029
- 14705 Suprime um lugar de monitor-chefe no quadro do pessoal da Escola de enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 14376
- 14707 Dá nova redacção ao artigo 11.º do Regulamento da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 14482
- 14719 Cria a Escola de Enfermagem Dr. Assis Vaz, na cidade do Porto
- 14758 Introduce alterações no quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara, aprovado pela Portaria n.º 14369
- 14787 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as normas estabelecidas na presente portaria, o Decreto n.º 37765, que aprova o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa
- 14789 Aprova as normas para a admissão e preparação dos recrutados e dos alunos marinheiros e para a frequência da instrução técnica elementar e dos cursos de aplicação do 1.º grau
- 14868 Fixa a redução de serviço docente obrigatório de determinados professores do ensino profissional do ultramar
- 14886 Cria na Escola Superior Colonial o Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar, que funcionará em colaboração com a Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar
- 14890 Organiza, com sede no Instituto de Medicina Tropical, a Comissão de Nutrição
- 14898 Autoriza o chefe da Repartição da Direcção-Geral do Ensino a assinar pelo director-geral, ainda que este esteja em exercício das suas funções, toda a correspondência da referida Direcção-Geral que seja de simples expediente ou resultante de cumprimento de despachos ministeriais ou do director-geral
- 14931 Inclui na classe XVI da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de professora contratada do quadro eventual do ensino primário da província ultramarina de Angola
- 14945 Aprova o Regulamento do Prémio Ernesto Antunes Gonçalves da Rocha e Castro
- 14992 Aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Dr. Assis Vaz, do Porto, criada pela Portaria n.º 14719
- 15006 Aprova o Regulamento do Prémio de Direito Público (Doação Gulbenkian), instituído pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 15007 Estabelece o programa a observar na disciplina de Contabilidade do curso geral de Comércio
- 15082 Inclui na classe V da tabela anexa ao Decreto n.º 20260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de professor do curso farmacêutico da Escola Médico-Cirúrgica de Goa, do Estado da Índia
- 15088 Prescreve quais as informações a prestar ao Ministério pelos governos das províncias ultramarinas em que há liceus
- 15093 Altera as designações de algumas disciplinas referidas nos artigos 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 35885, que reorganiza a Escola Superior Colonial - Dá nova denominação à revista Estudos Coloniais, da referida Escola

- 15108 Manda aplicar a todas as províncias ultramarinas, observadas as regras contidas na presente portaria, o Decreto n.º 39807, que aprova os programas das disciplinas do ensino liceal
- 15128 Adita vários parágrafos ao n.º 2.º da Portaria n.º 13233 (admissão dos alunos da Escola Náutica na reserva marítima)
- 15163 Aprova o Regulamento dos Prémios Carlos Ferreira David
- 15170 Manda emitir e pôr em circulação no Estado da Índia selos postais comemorativos do centenário da criação do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, em Goa

Despachos

- DG 8 Esclarece que o despacho inserto no Diário do Governo n.º 218, de 22 de Outubro de 1951, não se aplica ao exercício cumulativo de funções docentes eventuais em todos os estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional com outros cargos públicos, nem à acumulação destes cargos com os de professores de serviço eventual não agregados dos liceus

Instruções

- DG 162 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 217 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a 1.ª matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Orçamentos

- DG 29 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1954
- DG 195 1.º orçamento suplementar para o ano de 1954 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- DG 289 2.º orçamento suplementar para o ano de 1954 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

1955

Decretos-Lei

- 40102 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Aldeia da Mata, concelho do Crato, a qual se denominará «Cantina Escolar Dr. Joaquim Tavares Machado e D. Ana de Barros Camões Machado»
- 40126 Fixa o quadro do pessoal do Instituto de Altos Estudos Militares - Considera de conveniência urgente de serviço público as nomeações ou colocações no decorrer do ano lectivo de professores e instrutores efectivos ou eventuais para o mesmo estabelecimento
- 40128 Regula a forma de provimento dos lugares de analistas de todos os serviços do Estado, dos corpos administrativos e dos organismos corporativos e de coordenação económica
- 40193 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Jou, concelho de Murça, a qual se denominará «Cantina Escolar Guedes de Sousa»
- 40213 Insere disposições relativas à organização dos serviços da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional e dos seus serviços externos
- 40243 Torna aplicáveis, com alterações, à edição dos livros aprovados como únicos para o ensino técnico profissional as disposições do Decreto-Lei n.º 37985
- 40243 (R1 DG 160) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 40243, que torna aplicáveis, com alterações, à edição de livros aprovados como únicos para o ensino técnico profissional as disposições do Decreto-Lei n.º 37985
- 40295 Actualiza algumas disposições do Decreto-Lei n.º 23336, que regula o funcionamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- 40300 Regula a forma como serão satisfeitos no corrente ano económico os vencimentos e gratificações do pessoal respeitantes aos lugares criados pelo Decreto n.º 40209 e Decreto-Lei n.º 40213 e os dos lugares da Escola Industrial e Comercial de Almada e introduz alterações em várias rubricas do orçamento do Ministério - Insere disposições relativas ao funcionamento dos conselhos administrativos das escolas criadas pelos referidos diplomas
- 40303 Determina que o Hospital Escolar do Porto e a escola de enfermagem criada pela Portaria n.º 14719 passem a denominar-se, respectivamente, Hospital de S. João e Escola de Enfermagem do Hospital de S. João - Dissolve a actual comissão instaladora da referida escola
- 40305 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar a terça parte do remanescente de uma herança, destinada a integrar na Cantina Escolar Manuel Leite Garcia, com sede em S. João da Madeira
- 40310 Concede uma pensão vitalícia mensal a um professor catedrático, contratado, do Instituto Superior Técnico
- 40326 Determina que o título de médico-cirurgião pela Escola Médico-Cirúrgica de Goa constitua habilitação suficiente para o exercício de clínica particular em todas as províncias ultramarinas
- 40347 Altera o número de professores efectivos do Colégio Militar - Aumenta de uma professora de Ciências Geográficas o quadro das professoras do ensino liceal do Instituto de Odiveelas
- 40354 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de S. Facundo, concelho de Abrantes, que se denominará «Cantina Escolar D. Joana Dias Ruivo»
- 40360 Aprova o novo plano de estudos do curso médico-cirúrgico das Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto

- 40362 Torna aplicável aos livros da 4.ª classe do ensino primário elementar o regime legal para a edição do livro único do mesmo ensino, fixado no Decreto-Lei n.º 30660 – Revoga o artigo 11.º e seu § único do referido decreto-lei **Revogado**
- 40422 Reorganiza a Escola Central de Sargentos
- 40436 Regula o provimento dos lugares de professores das cadeiras e instruções dos cursos professados na Escola Naval consideradas como não sendo de natureza técnico-naval pelo disposto no § único do artigo 18.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27568 - Revoga o Decreto-Lei n.º 29438 **Revogado**
- 40459 Dá nova redacção aos §§ 1.º e 2.º do artigo 9.º e ao artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 37985, que estabelece normas para a publicação, por conta do Estado ou dos respectivos autores, de livros aprovados nos termos dos artigos 399.º, n.º 2, e 403.º do Estatuto do Ensino Liceal - Torna aplicáveis as disposições do presente diploma aos saldos das edições dos livros do ensino liceal relativos ao quinquénio findo em 30 de Setembro último **Revogado**
- 40481 Prolonga por mais cinco anos o período experimental estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 38318, que regula a conservação dos edifícios escolares construídos ao abrigo do Plano dos Centenários
- 40484 Cria um lugar de guarda de 2.ª classe no quadro do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Decretos

- 40041 Cria no Estado da Índia, para funcionar anexo à Escola Médico-Cirúrgica de Goa, o Centro de Hematologia, Hemoterapia e Reanimação
- 40055 Aprova o Regulamento do Instituto de Medicina Tropical - Revoga o Decreto n.º 29532
- 40072 Eleva para trezentos lugares o quadro de professores de ensino primário da província ultramarina de Angola - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir o crédito necessário para dotação dos lugares a prover no corrente ano lectivo
- 40078 Cria, com sede em Luanda e em Lourenço Marques, respectivamente, os Institutos de Investigação Científica e de Investigação Médica de Angola e de Moçambique e define os seus objectivos
- 40095 Cria duas rubricas na parte relativa aos serviços de instrução pública da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província ultramarina de Angola e aumenta o subsídio atribuído ao vapor 28 de Maio - Autoriza o governador-geral de Angola a abrir os créditos necessários para ocorrer aos encargos criados por este diploma
- 40107 Insere providências de carácter administrativo e de interesse pedagógico destinadas à melhor adaptação às exigências locais do ensino técnico profissional no Estado da Índia
- 40122 Torna aplicáveis aos estabelecimentos de ensino liceal e técnico dependentes do Ministério do Exército determinadas disposições do Estatuto do Ensino Liceal, promulgado pelo Decreto n.º 36508, quanto aos professores de serviço eventual, incluindo os destinados à regência de Religião e Moral - Considera de conveniência urgente de serviço público as nomeações ou colocações, no decorrer do ano escolar, de professores auxiliares, agregados ou de serviço eventual para os referidos estabelecimentos de ensino **Revogado**
- 40129 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do edifício para o internato do Colégio Militar
- 40149 Cria na cidade da Beira, da província ultramarina de Moçambique, o Liceu Pêro de Anaiá
- 40151 Cria um lugar de professora de Educação Física no Liceu Afonso de Albuquerque, de Goa, e regula o seu provimento - Autoriza o governador-geral do Estado da Índia a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados por este diploma
- 40188 Autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Angola a antecipar no corrente ano o início dos exames do 3.º ciclo dos liceus e, bem assim, do 2.º ciclo nos estabelecimentos em que houver estudantes que pretendam prestar, na província, exames de admissão a estudos subsequentes
- 40189 Designa a constituição do júri do acto de licenciatura em Medicina, a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37040 (reforma dos estudos das Faculdades de Medicina) - Insere disposições concernentes à realização do referido acto
- 40198 Cria, com sede nas cidades da Praia e do Mindelo, da província ultramarina de Cabo Verde, respectivamente uma secção do Liceu Gil Eanes, de S. Vicente, e uma escola técnica elementar e insere disposições relativas ao funcionamento dos referidos estabelecimentos de ensino
- 40209 Cria duas escolas técnicas profissionais, a instalar em Matosinhos e Castelo Branco, e transforma em escola técnica a actual Escola Prática de Agricultura Vieira Natividade, em Alcobaça
- 40243 Torna aplicáveis, com alterações, à edição dos livros aprovados como únicos para o ensino técnico profissional as disposições do Decreto-Lei n.º 37985
- 40243 (R1 DG 160) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 40243, que torna aplicáveis, com alterações, à edição de livros aprovados como únicos para o ensino técnico profissional as disposições do Decreto-Lei n.º 37985
- 40270 Aumenta com vários lugares os quadros docentes do ensino primário do Estado da Índia - Autoriza o governador-geral do Estado da Índia a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados por este diploma
- 40285 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto n.º 39622, que permite nas capitais das províncias ultramarinas em que não existem escolas do magistério primário ou equivalentes a realização de exames de admissão às escolas deste género da metrópole para os indivíduos com as habilitações preparatórias exigidas pelos respectivos planos de estudo
- 40289 Considera para todos os efeitos, mediante determinadas condições, equiparadas às ministradas nas escolas oficiais as habilitações do ensino primário ministradas nas escolas que funcionem nas unidades militares do ultramar
- 40290 Permite haver nas capitais das províncias ultramarinas e na cidade do Mindelo exames de admissão aos institutos comerciais e industriais da modalidade prevista na alínea a) do artigo 123.º dos Regulamentos dos Institutos Comerciais e Industriais, aprovados pelos Decretos n.ºs 38231 e 38032, respectivamente

- 40317 Insere disposições pertinentes à criação de lugares e regularização de serviços em escolas do ensino profissional industrial e comercial do ultramar
- 40364 Altera a organização dos cursos superiores de Agronomia, de Silvicultura e de Agronomia Tropical do Instituto Superior de Agronomia, referidos no artigo 2.º do Decreto n.º 38636 - Suprime uma disciplina no quadro das disciplinas complementares do mesmo Instituto **Revogado**
- 40378 Estabelece novos planos dos cursos de Engenharia professados nas Universidades portuguesas
- 40423 Promulga o Regulamento da Escola Central de Sargentos
- 40247 Exonera, a seu pedido o , ... Doutor Fernando Andrade Pires de Lima ... respectivamente, dos cargos de Ministros..., da Educação Nacional ...
- 40249 Nomeia o..., engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto ..., respectivamente, Ministros da ..., da Educação Nacional

Portarias

- 15191 Regula o funcionamento dos cursos especiais de preparação militar organizados por intermédio da Mocidade Portuguesa, nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 2034, destinados a conferir aos estudantes das escolas superiores obrigados à prestação do serviço militar habilitações equivalentes às dos cursos de oficiais milicianos no Ministério do Exército. Ver portaria 15454
- 15192 Introduce modificações nos cursos ministrados em várias escolas do ensino técnico profissional
- 15192 (R1 DG 21) Rectifica a forma como foi publicado o quadro do n.º 2.º da Portaria n.º 15192, que introduce modificações nos cursos ministrados em várias escolas do ensino técnico profissional
- 15193 Designa o traje profissional a usar pelos professores do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 15231 Cria na Escola de Enfermagem Artur Ravara, de Lisboa, para funcionar, a título provisório, junto da Maternidade Alfredo da Costa, um curso especial para dietistas
- 15260 Aprova o Regulamento do Prémio Trás-os-Montes
- 15311 Aprova o Regulamento do Prémio Marques de Carvalho
- 15312 Determina que os exames da 4.ª classe realizados nas escolas regimentais tenham a mesma validade que os correspondentes exames feitos perante júris do Ministério da Educação Nacional, desde que dos respectivos júris faça parte um delegado da Direcção-Geral do Ensino Primário - Aprova os modelos dos diplomas a passar aos mancebos aprovados nos exames da 3.ª ou da 4.ª classe das referidas escolas
- 15354 Manda aplicar ao Estado da Índia, observadas as modificações determinadas pela Portaria n.º 13885, várias disposições do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, promulgado pelo Decreto n.º 37029, e a Portaria n.º 13649, que modifica os mapas anexos ao referido decreto
- 15355 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Estado da Índia o n.º 2.º e seu § único da Portaria n.º 15192 (novo plano do curso geral do comércio)
- 15374 Aprova, para vigorar nas províncias ultramarinas onde foi, ou vier a ser, criada a respectiva disciplina, o programa de Elementos de Direito Fiscal e de Técnica Pautal
- 15378 Abre créditos na província ultramarina de Moçambique destinados a reforçar uma verba inscrita na respectiva tabela de despesa e para pagamento das rendas dos edifícios para as Escolas Técnicas Elementares de Nampula e de Quelimane
- 15391 Aprova o Regulamento Geral dos Prémios da Academia das Ciências de Lisboa
- 15394 Adita diversas disposições ao Regulamento da Academia das Ciências de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 11264
- 15408 Aprova o Regulamento do Prémio Zeferino de Oliveira
- 15436 Determina que ao liceu criado na cidade de Lourenço Marques pelo Decreto n.º 39824 seja dada a designação de «Liceu António Enes»
- 15437 Determina que seja designado «Escola Industrial e Comercial Freire de Andrade» o estabelecimento de ensino com que recentemente foi dotada a cidade da Beira, da província ultramarina de Moçambique
- 15449 Determina que ao Liceu Feminino de Luanda seja dada a designação de «Liceu D. Guiomar de Lencastre»
- 15454 Aprova as instruções para o funcionamento dos cursos especiais de preparação militar estabelecidos na Portaria n.º 15191
- 15458 Aprova o Regulamento do Prémio Teotónio Rodrigues
- 15468 Manda publicar nas províncias ultramarinas, para nas mesmas ter execução, o Decreto-Lei n.º 39916, que estabelece um novo regime de admissão aos cursos do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 15530 Manda aplicar às províncias ultramarinas onde há escolas comerciais a Portaria n.º 15007, que estabelece o programa a observar na disciplina de Contabilidade do curso geral de Comércio
- 15546 Estabelece o programa a observar na disciplina de Aritmética e Geometria do curso geral do Comércio em regime de ensino de aperfeiçoamento
- 15534 Cria um lugar de linotipista no Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira
- 15550 Abre créditos nas províncias ultramarinas de Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor, destinados a reforçar verbas inscritas nas respectivas tabelas de despesa e ao pagamento da renda do edifício destinado à nova escola do ensino primário de Lourenço Marques
- 15567 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Estado da Índia a Portaria n.º 15546, que estabelece o programa a observar na disciplina de Aritmética e Geometria do curso geral de Comércio, em regime de ensino de aperfeiçoamento
- 15578 Torna aplicável no Estado da Índia a declaração, inserta no Diário do Governo n.º 243, 2.ª série, de 19 do corrente mês, de ter sido considerada habilitação suficiente para ingresso nas Faculdades de Medicina das Universidades de

Coimbra, Lisboa e Porto e na Escola Médico-Cirúrgica de Goa a aprovação no Intermediate Examination in Science, que habilita à entrada nos cursos de Medicina das Universidades da União Indiana

- 15578 (R1 DG 241) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 15578, que torna aplicável ao Estado da Índia a declaração, inserta no Diário do Governo n.º 243, 2.ª série, de 19 do mês findo, de ter sido considerada habilitação suficiente para ingresso nas Faculdades de Medicina das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e na Escola Médico-Cirúrgica de Goa a aprovação no Intermediate Examination in Science, que habilita à entrada nos cursos de Medicina das Universidades da União Indiana
- 15590 Cria na cidade de Évora a Escola de Enfermagem S. João de Deus, que funcionará junto do Hospital da Santa Casa da Misericórdia local
- 15608 Prescreve quais as informações a enviar ao Ministério pelos governos das províncias ultramarinas em que há escolas do ensino profissional industrial e comercial
- 15623 Cria e manda pôr em circulação uma série de bilhetes-postais simples, denominada «Campanha de Educação Popular»
- 15636 Adita um artigo ao Regulamento da Escola de Enfermagem Artur Ravara, aprovado pela Portaria n.º 14416

Portaria Provincial

- Portaria Provincial n.º 11433 Regula o número de professores eventuais na província ultramarina de Moçambique e o seu vencimento

Instruções

- DG 159 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 212 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Orçamentos

- DG 214 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1955
- DG 221 1.º orçamento suplementar para o ano de 1955 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

1956

Decretos-Lei

- 40505 Permite ao Ministro autorizar o contrato, com carácter eventual, de três contínuos de 2.ª classe para prestarem serviço na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 40505 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39800, que permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar o contrato, com carácter eventual, de vários pessoal para prestar serviço na Academia Portuguesa da História
- 40528 Define a constituição e altera os quadros do pessoal da cadeia comarcã de Lisboa e da de Monsanto e da Prisão-Escola de S. João de Deus, em Caxias — Aumenta os quadros do pessoal da Prisão-Escola de Leiria com as unidades indispensáveis à organização eficiente do ensino profissional nela ministrado e dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39922
- 40533 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa à escola do núcleo de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que se denominará «Cantina Escolar D. Maria Augusta Franco»
- 40562 Autoriza o Governo, pelo Ministério da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Vila Meã, freguesia de Ferreirim, concelho de Lamego, a qual se denominará «Cantina Irmãos Sequeira»
- 40564 Considera devidos, para todos os efeitos legais e sem dependência de qualquer formalidade, os vencimentos do director-geral, interino, do Ensino Liceal desde a data da portaria da sua nomeação, enquanto exercer a função em substituição do titular do cargo ou por vacatura do lugar
- 40575 Determina que para provimento dos cargos dos quadros do Ministério (das finanças) em que as disposições legais vigentes exigem como habilitação a licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras (quatro secções) passe a exigir-se ou esta habilitação ou a licenciatura em Finanças, segundo o regime estabelecido pelo Decreto n.º 37584 **Revogado**
- 40590 Cria em Quelimane uma escola industrial e comercial e insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial no ultramar
- 40651 Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Médicos, instituída pelo Decreto-Lei n.º 29171 - Revoga o Decreto n.º 38213 e o Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29171
- 40661 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa à escola de Pomarelhos, concelho de Vila Real, a qual se denominará «Cantina Escolar Américo Aires»
- 40666 Eleva para 700000\$00, a partir do ano económico corrente, o subsídio a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29808 (funcionamento da Escola Prática de Agricultura da Paiã)
- 40674 Regula a actividade da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional no que se refere à aplicação dos seus capitais na resolução do problema da habitação dos associados
- 40678 Insere disposições pertinentes ao funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, de assistentes familiares e de monitoras familiares

- 40680 Determina que as importâncias entregues nos termos do artigo 393.º do Decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal) passem a constituir receita do Fundo do Livro Único do Ensino Liceal - Adita uma alínea ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 37985 **Revogado**
- 40690 Constitui a Fundação Calouste Gulbenkian e aprova os respectivos estatutos
- 40696 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a conceder um subsídio à Associação de Pedagogia Infantil, destinado à manutenção da Escola de Educadoras de Infância
- 40761 Cria, com sede na vila de Grândola, a Fundação António Inácio da Cruz, pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, de carácter perpétuo, destinada a instalar e manter naquela vila uma escola agrícola e industrial e a conceder a estudantes pobres do concelho outras formas de assistência - Aprova os estatutos da mesma Fundação
- 40762 Reorganiza a Direcção-Geral do Ensino Primário e adiciona um lugar de contínuo de 2.ª classe e um de servente ao quadro a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36411
- 40797 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 32645 (nomeação de professores para o ensino das disciplinas de Educação Física, Música e Canto Coral e Organização Política e Administrativa da Nação nas escolas do magistério primário)
- 40799 Cria na província ultramarina de Angola várias modalidades do ensino agrícola, previstas na Lei n.º 2025, e insere disposições relativas ao mesmo ensino - Dá nova designação à Escola Agro-Pecuária Dr. Francisco Vieira Machado e fixa as categorias e vencimentos do pessoal deste estabelecimento
- 40800 Restabelece em Lisboa o estágio pedagógico para a formação dos professores do ensino liceal, a realizar no Liceu Pedro Nunes, o qual readquire as funções de liceu normal, e insere disposições relativas ao mesmo estágio - Eleva o número de bolsas de estudo a que se refere o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 36507 e aumenta para vinte e dois o número de professores metodólogos referido no artigo 192.º, n.º 2, do Estatuto do Ensino Liceal
- 40825 Permite ao Ministro, ouvida a Junta Nacional da Educação, autorizar que os alunos de estabelecimentos particulares que não tenham sede em Lisboa ou no Porto destinados ao ensino da música realizem nesses estabelecimentos os exames de todas as disciplinas da secção de música do Conservatório Nacional, com excepção dos cursos superiores
- 40826 Cria o 3.º ciclo nos Liceus de Guimarães, Oeiras e Setúbal e fixa os quadros do pessoal efectivo, de secretaria e menor dos referidos estabelecimentos de ensino - Permite que nos liceus em que houver excesso de requerentes à matrícula sejam constituídas secções com funcionamento em edifícios separados
- 40827 Autoriza o Ministro a estabelecer o ensino do 2.º ciclo nos Liceus Municipais da Figueira da Foz, Covilhã e Portimão e insere disposições relativas à manutenção dos mesmos liceus
- 40859 Dá nova redacção ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 34659 (condições para a admissão no quadro da classe dos engenheiros construtores navais) - Torna aplicável aos oficiais que no corrente ano tenham ingressado ou venham a ingressar naquele quadro o disposto no § único do artigo alterado pelo presente diploma **Revogado**
- 40860 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Amora, concelho do Seixal, a qual se denominará «Cantina Escolar Berta Bastos Mendes»
- 40898 Cria no Ministério da Educação Nacional uma comissão para a elaboração de um novo plano de construções escolares - Abre um crédito no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, destinado a constituir a dotação de uma nova alínea do n.º 2) do artigo 833.º, capítulo 6.º, do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios
- 40900 Cria na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior - Estabelece o regime a que ficam sujeitas as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério - Revoga os Decretos n.ºs 21551 e 21566 **Revogado**
- 40964 Amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar - Dá nova estrutura a alguns dos serviços da Direcção-Geral do Ensino Primário - Altera a redacção de várias disposições dos Decretos-Leis n.ºs 30951 e 38968 e dos Decretos n.ºs 20181 e 38969 e revoga o disposto no § 11.º do n.º 12.º do artigo 3.º do Decreto n.º 19531 e no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30951
- 40964 (R1 DG 25 de 1957) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 40964, que amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar

Decretos

- 40531 Torna obrigatória a residência no edifício da Academia das Ciências de Lisboa de um funcionário do respectivo quadro do pessoal menor
- 40537 Estabelece novos preceitos no regime de exames liceais no Estado da Índia
- 40566 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto n.º 39227, que regula o funcionamento da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 40591 Modifica algumas disposições dos serviços de exames liceais - Determina que a redacção do artigo 270.º do Estatuto do Ensino Liceal seja a do Decreto n.º 36508, e não a fixada no Decreto n.º 38812
- 40606 Dá nova redacção ao artigo 47.º do Decreto n.º 34093, que promulga a reforma do Colégio Militar - Considera como descrito no pessoal contratado do quadro orgânico do mesmo estabelecimento um médico estomatologista
- 40679 Dá nova redacção aos artigos 393.º, 396.º e 401.º do Decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal) - Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar a adopção, no ensino, de livros em língua estrangeira **Revogado**
- 40695 Designa a constituição do júri do acto de licenciatura em Medicina, a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37040 (reforma dos estudos das Faculdades de Medicina) - Insere disposições concernentes à realização do referido acto

- 40697 Eleva para quatrocentos lugares o quadro de professores de ensino primário da província ultramarina de Moçambique - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir o crédito necessário para dotação dos lugares a prover no corrente ano
- 40713 Cria um liceu de frequência mista e destinado ao ensino do 1.º e do 2.º ciclos em cada uma das cidades de Benguela e Nova Lisboa - Insere disposições destinadas a resolver alguns pormenores da evolução do ensino liceal no ultramar
- 40714 Introduce alterações no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, promulgado pelo Decreto n.º 37029, e dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 2.º do Decreto n.º 39694, que permite aos estagiários para professores adjuntos do ensino técnico profissional o exercício do magistério, como provisórios, nas escolas onde funcionem os estágios ou noutras das mesmas localidades
- 40725 Cria quatro escolas técnicas profissionais, a instalar em Espinho, Vila Nova de Famalicão, Guarda e Santarém, e define os respectivos planos de estudos
- 40731 Torna extensivas à cidade de Sá da Bandeira, da província ultramarina de Angola, as disposições dos Decretos n.ºs 39291, 39622 e 40290 (realização de provas de exames de aptidão e admissão a diversos graus e ramos de ensino)
- 40803 Aumenta na província ultramarina de Moçambique o número de professores eventuais a que se referem o Decreto n.º 34029, a Portaria Ministerial n.º 24, dada em Lourenço Marques em 9 de Setembro de 1945, e o § 2.º do artigo 118.º do regulamento aprovado pela Portaria Provincial n.º 11433, de 31 de Março de 1956, e fixa os respectivos vencimentos - Autoriza o Governo-Geral a abrir um crédito para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 40844 Reforma o regime de estudos da Escola Superior de Medicina Veterinária
- 40858 Permite o funcionamento em qualquer das Faculdades de Letras do curso de Língua e Cultura Portuguesas, destinado a estrangeiros que desejem familiarizar-se com os aspectos gerais da nossa evolução histórica e literária
- 40869 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas - Substitui a tabela I anexa ao Decreto n.º 38041 (quadros e vencimentos do pessoal dos serviços meteorológicos do ultramar)

Portarias

- 15688 Aprova o quadro do pessoal para a Escola de Auxiliares Sociais de S. Pedro de Alcântara
- 15694 Manda aplicar à província ultramarina de Cabo Verde diversos preceitos legais sobre o ciclo preparatório do ensino profissional industrial e comercial, segundo os quais deverá funcionar a Escola Técnica Elementar do Mindelo
- 15715 Reforça a verba inscrita na alínea a) do n.º 17) do artigo 223.º, capítulo 10.º, da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1955 da província ultramarina de Cabo Verde e abre um crédito na de Angola destinado ao pagamento de gratificações, relativas ao ano de 1955, a que têm direito os professores e mestres das Escolas Industriais e Comerciais de Nova Lisboa, Sá da Bandeira e Moçâmedes
- 15720 Aprova e manda pôr em execução o Regulamento do Curso de Enfermeiros Hípicos
- 15755 Altera a constituição de diversos cursos e disciplinas ministrados em várias escolas do ensino profissional industrial e comercial
- 15760 Aprova as instruções para escolha dos terrenos destinados à edificação de escolas primárias
- 15761 Dá nova redacção ao artigo 132.º do Regulamento da Escola de Enfermagem Doutor Ângelo da Fonseca, de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 14482
- 15786 Aprova o Regulamento das Escolas de Enfermagem do Instituto Maternal
- 15835 Manda aplicar às províncias ultramarinas, a fim de ser observada nas cantinas da Mocidade Portuguesa, a Portaria n.º 10515
- 15843 Aprova o modelo da carta de licenciatura em Medicina segundo os regimes de estudos dos Decretos-Leis n.ºs 37040 e 40360
- 15850 Manda aplicar, com alterações, a todas as províncias ultramarinas o Decreto n.º 40591, que modifica algumas disposições dos serviços de exames liceais
- 15863 Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem S. João de Deus, de Évora
- 15885 Considera suprimida nos modelos dos diplomas passados pelas reitorias das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, com excepção dos diplomas de doutoramento, a expressão «Simulque alma Academia ipsa»
- 15891 Estabelece os preceitos a observar para a execução do artigo 5.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 28081 (concursos e nomeação de professores primários e regentes de postos escolares agregados) - Revoga a Portaria n.º 14496
- 15953 Designa os trabalhos práticos por que é devida a indemnização a que se referem os n.ºs 3.º e 4.º do artigo 1.º da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 31658 (pagamento de propinas nas escolas superiores)
- 15972 Aprova os planos e programas dos cursos de serviço social, geral e normal de educação familiar a funcionarem nas escolas de serviço social
- 15973 Estabelece a equiparação dos cursos de educação familiar professados no Instituto de Serviço Social de Lisboa e na Escola Normal Social de Coimbra
- 16003 Manda aplicar, com alterações, à província ultramarina de Angola o Regulamento do Ensino Médio Agrícola, aprovado pelo Decreto n.º 38026 - Torna aplicável ao referido ensino o disposto no artigo 35.º do Decreto n.º 38963
- 16006 Torna aplicável às províncias ultramarinas, observadas as disposições da presente portaria, o artigo 1.º do Decreto n.º 38969 (obrigatoriedade do ensino primário elementar)
- 16023 Dá nova redacção a várias disposições do Regulamento das Escolas de Enfermagem do Instituto Maternal, aprovado pela Portaria n.º 15786
- 16062 Aprova o Regulamento do Prémio Belo Morais
- 16088 Designa os trabalhos práticos da Escola Superior de Medicina Veterinária por que é devida a indemnização a que se referem os n.ºs 3.º e 4.º do artigo 1.º da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 31658

Instruções

- DG 155 Instruções para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 202 Instruções para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Orçamento

- DG 43 Orçamento da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para o ano de 1956
- DG 240 1.º orçamento suplementar para o ano de 1956 da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

1957

Decretos-Lei

- 40966 Autoriza o Ministro do Exército a contratar professores, nacionais ou estrangeiros, para o ensino da Língua Inglesa nas escolas de aplicação militar e para o ensino da Educação Física especificamente militar - Considera legalizados os abonos já feitos aos professores referidos no presente diploma
- 40967 Institui o serviço de leitura nocturna na biblioteca do Instituto Superior Técnico
- 40994 Permite a apresentação ao concurso de provas públicas para admissão no quadro diplomático e consular dos diplomados com qualquer curso superior professado em Universidade ou estabelecimento de ensino superior portugueses ou estrangeiros
- 41020 Considera, para todos os efeitos legais, válidas as nomeações das professoras efectivas para o quadro docente do Instituto de Odivelas, fixado pelo Decreto n.º 32615, constantes das portarias insertas no Diário do Governo n.º 6, 2.ª série, de 8 de Janeiro de 1943
- 41037 Considera prorrogado até à aprovação do novo plano de construções escolares o prazo de vigência das disposições do Decreto-Lei n.º 35769 - Torna aplicável o disposto no presente diploma às construções escolares já adjudicadas que envolvam encargos liquidáveis em data posterior a 31 de Dezembro de 1956
- 41048 Autoriza que as despesas com os pontos dos exames do ensino liceal sejam efectuadas com dispensa de todas as formalidades legais, incluindo o visto do Tribunal de Contas - Determina que beneficiem do regime estabelecido no presente diploma as despesas feitas no ano lectivo de 1955-1956
- 41051 Altera o regime em vigor sobre a assistência de menores a espectáculos públicos - Revoga o Decreto-Lei n.º 38964
- 41070 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de S. Torcato, concelho de Guimarães, a qual se designará «Cantina Escolar Maria de Faria Ramos»
- 41097 Cria lugares de médicos e visitadoras escolares nos distritos de Castelo Branco e de Setúbal, a adicionar ao mapa a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37869
- 41101 Permite ao Ministro autorizar o contrato, com carácter eventual, de um contínuo de 2.ª classe para prestar serviço na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 41102 Autoriza que os alunos de estabelecimentos particulares destinados ao ensino da Pintura e da Escultura realizem nesses estabelecimentos os exames de todas as disciplinas dos cursos de Pintura e de Escultura das escolas de belas-artes, com excepção dos cursos superiores
- 41103 Determina que nas escolas práticas de agricultura onde o serviço docente exceda o que pode ser distribuído pelos professores do quadro sejam contratados os professores necessários de entre os candidatos com a habilitação exigida para os correspondentes lugares do quadro
- 41114 Cria no Ministério a comissão de reapetrechamento em material das escolas superiores e secundárias e define a sua competência
- 41120 Inclui diversos lugares dos quadros de vários serviços do Ministério nos grupos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26115 e rectifica o mapa VIII anexo ao mesmo decreto-lei (reforma de vencimentos do funcionalismo civil)
- 41121 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas da freguesia de Santo Estêvão, concelho de Chaves, a qual se designará «Cantina Escolar Bento Gomes de Morais Sarmento»
- 41146 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar na sede do núcleo da Mina de S. Domingos, freguesia de Corte do Pinto, concelho de Mértola, a qual se designará «Cantina Escolar Rainha Isabel II»
- 41169 Modifica a orgânica e os quadros do Ministério do Ultramar (Inclui o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e os Serviços de Ensino)
- 41170 Determina que o número mínimo de exemplares dos livros únicos do ensino primário a atribuir aos livreiros editores no próximo concurso, o prazo da sua validade e o montante da entrega a que se refere o n.º 1.º do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 30660 sejam fixados por despacho do Ministro **Revogado**
- 41176 Cria a categoria de professores extraordinários do ensino técnico profissional e corrige a situação dos mestres de algumas oficinas escolares - Altera os quadros de diversas escolas do mesmo ensino e estabelece a comparticipação das Câmaras Municipais de Águeda, Oliveira de Azeméis, Bragança e Barreiro nas despesas de manutenção do curso geral do comércio nas escolas dos respectivos concelhos
- 41176 (R1 DG 184) Ao Decreto-Lei n.º 41176, que cria a categoria de professores extraordinários do ensino técnico profissional e corrige a situação dos mestres de algumas oficinas escolares

- 41192 Insere disposições relativas à matrícula de alunos nas diversas modalidades do ensino particular - Permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar que os alunos de qualquer estabelecimento de ensino particular realizem nele os respectivos exames **Revogado**
- 41260 Fixa os vencimentos a abonar aos cadetes da Escola do Exército e da Escola Naval
- 41273 Cria na cidade do Porto o estágio pedagógico para a formação de professores dos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º grupos do ensino liceal, a realizar no Liceu D. Manuel II, o qual adquire a categoria de liceu normal, e insere disposições destinadas a facilitar a admissão de candidatos ao estágio do mesmo ensino - Dá nova redacção ao artigo 237.º do Estatuto do Ensino Liceal e aumenta os quadros do pessoal de secretaria e menor dos Liceus Normais Pedro Nunes e D. Manuel II
- 41274 Determina que nos concursos de provimento a que se refere o artigo 185.º do Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial) gozem de preferência absoluta no preenchimento das vagas de professor de qualquer das escolas das ilhas adjacentes os candidatos que, durante a realização do estágio, hajam sido bolseiros da junta geral que tenha a seu cargo a manutenção da mesma escola - Permite que os professores em exercício naquelas escolas sejam autorizados, sob proposta dos respectivos directores, a prestar até cinco horas de serviço docente semanal além das que são obrigados pela legislação em vigor
- 41280 Cria o 3.º ciclo liceal nos Liceus da Horta e de Viana do Castelo e fixa os novos quadros do seu pessoal - Insere disposições atinentes ao provimento e colocação do pessoal docente, de secretaria e menor dos liceus e dá nova redacção a várias disposições do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 41281 Regula a constituição e funcionamento dos organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e de pára-quedistas e a prática respectiva - Revoga a Lei n.º 1975, os Decretos-Leis n.ºs 35473 e 38189 e a Portaria n.º 13493 e, na parte aplicável, o Decreto-Lei n.º 27627 e o Decreto n.º 30813
- 41285 Dá nova redacção ao § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40967, que institui o serviço de leitura nocturna na biblioteca do Instituto Superior Técnico
- 41305 Altera, a partir do ano lectivo de 1957-1958, os planos de estudo dos cursos ministrados no ensino técnico profissional do Instituto de Odivelas
- 41306 Cria na Directoria da Polícia Judiciária o Laboratório de Polícia Científica, a biblioteca da Polícia Judiciária e o museu criminalístico - Altera os quadros do pessoal dos institutos de medicina legal e extingue, a partir de 31 de Dezembro de 1957, a 9.ª Secção da Subdirectoria de Lisboa da Polícia Judiciária - Cria em Lisboa a Escola Prática de Ciências Criminais, destinada especialmente ao ensino e divulgação das ciências auxiliares do direito criminal
- 41330 Eleva para trezentos e cinquenta lugares o quadro de professores do ensino primário da província ultramarina de Angola, a que se refere o Decreto n.º 40072 - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir um crédito necessário para dotação dos lugares a prover no corrente ano lectivo
- 41355 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar no concelho de Miranda do Corvo, a qual se designará «Cantina Escolar D. Maria da Assunção Antunes»
- 41359 Altera o quadro do pessoal técnico e menor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Amplia de um aspirante o quadro do pessoal da secretaria da Universidade de Lisboa, fixado pelo Decreto-Lei n.º 38692
- 41359 (R1 DG 263) Ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 41359, que altera o quadro do pessoal técnico e menor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 41362 Fixa os quadros e vencimentos do pessoal das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto
- 41369 Permite ao Ministro (do Exército) contratar para os estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério do Exército pessoal civil eventual quando o pessoal do quadro se encontrar temporariamente impedido de comparecer ao serviço
- 41381 Institui no ensino profissional agrícola os cursos complementares de aprendizagem, elementares de aperfeiçoamento e de formação profissional - Fixa os quadros e vencimentos do pessoal das Escolas Práticas de Agricultura D. Dinis e Conde de S. Bento
- 41422 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar na freguesia de Macieira, concelho de Vila do Conde, a qual se designará «Cantina Escolar Ventura Pereira Pena»
- 41447 Promulga o novo plano de estudos do Instituto Nacional de Educação Física e insere disposições atinentes ao funcionamento do mesmo estabelecimento
- 41464 Cria na Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional o Gabinete Técnico-Pedagógico e insere disposições destinadas a melhorar as condições de funcionamento dos serviços relativos ao ensino técnico profissional
- 41469 Cria um lugar de guarda de 2.ª classe no quadro do pessoal da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- 41472 Insere disposições relativas ao ordenamento das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas no ultramar e do funcionamento dos respectivos órgãos
- 41472 (R1 DG 36 de 1958) Ao Decreto-Lei n.º 41472, que insere disposições relativas ao ordenamento das actividades de natureza cultural e pedagógica no ultramar e do funcionamento dos respectivos órgãos
- 41476 Autoriza o Governo a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar no núcleo de Lameira de S. Pedro, freguesia de Luso, concelho da Mealhada, a qual se designará «Cantina Escolar Família Alexandre de Almeida»
- 41479 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar na sede do concelho de Ferreira do Alentejo, a qual se designará «Cantina Escolar D. Diogo Francisco d'Affonseca Passanha e D. Matilde de Vilhena Passanha»

Decretos

- 40965 Determina que o Centro de Estudos Professor Egas Moniz passe a funcionar na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, adstrito às cadeiras de Neurologia e de Psiquiatria
- 41029 Aprova o Regulamento dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique
- 41034 Permite aos governadores das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique determinar que o intervalo entre o 2.º e 3.º períodos escolares deixe de compreender a época da Páscoa
- 41065 Aumenta de vários lugares os quadros de professores e mestres do ensino profissional industrial e comercial do ultramar e cria diversos lugares nos quadros do funcionalismo burocrático e do pessoal menor dos serviços de instrução pública de Angola - Determina que na Escola Comercial de Luanda e na Escola Industrial e Comercial de Moçâmedes seja ministrado, além dos cursos constantes do artigo 3.º do Decreto n.º 39850, o curso geral de comércio em regime de aperfeiçoamento - Autoriza o Governo-Geral de Angola a abrir os créditos necessários a suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41071 Altera o quadro dos professores do Liceu Infante D. Henrique, em Macau, e autoriza o Governo-Geral da província de Moçambique a alterar as disposições legais quanto a subsídios de estudo na metrópole
- 41115 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas (aumenta o número de professores em Macau - Substitui a redacção dos artigos 3.º e 4.º do Decreto n.º 29161
- 41116 Modifica o regime de exames finais do curso geral das Faculdades de Direito
- 41177 Regulamenta algumas disposições do Decreto-Lei n.º 41176 e introduz alterações no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, aprovado pelo Decreto n.º 37029
- 41177 (R1 DG 184) Ao Decreto n.º 41177, que regulamenta algumas disposições do Decreto-Lei n.º 41176 e introduz alterações ao Estatuto do Ensino Técnico Profissional, aprovado pelo Decreto n.º 37029
- 41182 Cria as especialidades de anatomia patológica e de neurocirurgia e integra-as no quadro das especialidades reconhecidas pelo artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651 **Revogado**
- 41202 Autoriza o Ministro do Ultramar a promover a formação de especialistas, incluindo cirurgiões, para serviço nos quadros das províncias ultramarinas
- 41236 Estabelece o plano de estudos da escola agro-industrial a instalar em Grândola pela Fundação António Inácio da Cruz
- 41251 Aumenta de vários lugares, com destino aos Liceus Salvador Correia e D. Guiomar de Lencastre, de Luanda, o quadro comum dos professores dos liceus do ultramar - Cria um lugar de professor de Educação Física do quadro complementar, a que se refere o artigo 5.º do Decreto n.º 38678, no Liceu Diogo Cão, em Sá da Bandeira, e vários lugares do pessoal de secretaria e menor dos liceus da província de Angola - Autoriza o governador-geral da mesma província a abrir os créditos necessários para suportar os encargos resultantes do presente diploma
- 41252 Aumenta de vários lugares de professores, com destino aos Liceus Salazar e António Enes, de Lourenço Marques, o quadro comum dos liceus do ultramar - Cria, no Liceu António Enes, um lugar de professor de Educação Física e um de Canto Coral do quadro complementar, a que se refere o artigo 5.º do Decreto n.º 38678, e vários lugares de pessoal de secretaria e menor dos referidos liceus - Autoriza o Governo-Geral da província de Moçambique a abrir os créditos necessários para solver os encargos criados pelo presente diploma e os demais que a abertura do Liceu António Enes importe
- 41258 Cria cinco escolas técnicas profissionais, a instalar em Barcelos, Loulé, Montijo, Pombal e Torres Vedras, e fixa o respectivo quadro do pessoal docente, administrativo e menor. Mantém em funcionamento, em Torres Vedras, como oficializada, a Escola Comercial António Augusto Cabral, à qual é concedido um subsídio anual
- 41315 Aumenta os quadros dos professores de ensino primário e do magistério primário eventual da província ultramarina de Moçambique. Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir um crédito para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41316 Integra os serviços laboratoriais e radiológicos no Hospital Escolar dependente da Escola Médico-Cirúrgica de Goa e fixa os quadros e vencimentos do pessoal dos referidos serviços. Considera extintos, logo que funcionem aqueles serviços, o Laboratório de Análises, criado pelo artigo 10.º do Decreto n.º 38774, e o Instituto de Radiologia
- 41330 Eleva para trezentos e cinquenta lugares o quadro de professores do ensino primário da província ultramarina de Angola, a que se refere o Decreto n.º 40072 - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir um crédito necessário para dotação dos lugares a prover no corrente ano lectivo
- 41341 Promulga a reforma das Faculdades de Letras
- 41341 (R1 DG 269 de 1961) Alteração ao Decreto n.º 41341, que promulga a reforma das Faculdades de Letras
- 41363 Aprova o Regulamento das Escolas Superiores de Belas-Artes
- 41382 Promulga o Regulamento das Escolas Práticas de Agricultura
- 41388 Insere disposições de carácter legislativo concernentes à administração financeira de algumas províncias ultramarinas
- 41399 Reorganiza as reservas da Marinha - Revoga os Decretos-Leis n.ºs 32445 e 34830
- 41473 Promulga o regime para a intensificação da assistência técnica à lavoura - Restabelece o Conselho Superior de Agricultura e revoga o § 2.º do artigo 12.º e o artigo 31.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 35422
- 41473 (R1 DG 27 de 1959) Rectifica para «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira Brandão de Vasconcelos» a designação de «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira de Vasconcelos», a que se referem o artigo 68.º do Decreto n.º 41473, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41873 e o regulamento constante do Decreto n.º 41874

Portarias

- 16125 Estabelece o programa a adoptar no 4.º e 5.º anos da disciplina de Culturas Metropolitanas do ensino técnico médio agrícola, a que se refere a Portaria n.º 16003
- 16128 Manda aplicar na província ultramarina de Angola, observadas as regras constantes do presente diploma, a Portaria n.º 14524, que aprova os programas do ensino técnico médio agrícola
- 16149 Regula a situação dos indivíduos que frequentaram com aproveitamento a Escola Náutica nos anos anteriores à publicação da Portaria n.º 13233 e se encontrem sem instrução militar e profissional na Armada
- 16157 Cria na Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar o Centro de Documentação Científica Ultramarina e define os seus objectivos
- 16167 Abre créditos destinados a reforçar uma verba inscrita na tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1956 da província ultramarina de Moçambique e ao pagamento de salários devidos a professores do ensino rudimentar da província de Angola
- 16189 Abre um crédito na província ultramarina de Moçambique, destinado à construção do Liceu da Beira
- 16198 Introduce alterações no plano de estudos de várias escolas do ensino profissional industrial e comercial
- 16209 Abre créditos nas províncias ultramarinas de Macau e Moçambique para pagamento, (...) e das despesas com o apetrechamento do Liceu Pêro de Ania
- 16232 Aprova e manda pôr em execução o Regulamento das Escolas de Enfermeiras e de Auxiliares de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa
- 16260 Aprova o modelo para o livro de termos de exames do 3.º ciclo, a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 16262 Fixa normas para o funcionamento da Escola de Enfermagem do Hospital de Santa Maria
- 16271 Dá nova constituição ao mapa I do pessoal do quadro da Casa Pia de Lisboa, anexo ao Decreto n.º 39787
- 16294 Codifica as determinações relativas à organização e funcionamento dos cursos especiais de preparação militar destinados a conferir aos estudantes das escolas superiores de Lisboa, Porto e Coimbra obrigados à prestação do serviço militar habilitações equivalentes às dos cursos de oficiais milicianos - Revoga todas as disposições em contrário anteriormente publicadas sobre os referidos cursos especiais
- 16323 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Estado da Índia o artigo 1.º do Decreto n.º 40714, na parte referente aos artigos 179.º e 192.º do Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 16338 Aprova o Regulamento do Prémio Júlio Mardel
- 16381 Manda publicar no Boletim Oficial de todas as províncias ultramarinas, para nas mesmas ter aplicação, o despacho, inserto no Diário do Governo n.º 81, 2.ª série, de 6 de Abril de 1957, que homologa o parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa que estabelece a equiparação, para efeito de provimento em cargos públicos, do curso geral de comércio, a que se refere o Decreto n.º 37029, ao 2.º ciclo dos liceus
- 16393 Abre créditos nas províncias ultramarinas de Angola e de Cabo Verde, respectivamente para pagamento da renda de um prédio destinado a ampliar as actuais instalações do Liceu de Benguela e à aquisição de um guindaste - Reforça uma verba inscrita na tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor na província ultramarina de Moçambique
- 16436 Fixa a remuneração por hora a atribuir aos professores de línguas estrangeiras contratados para o Instituto de Altos Estudos Militares
- 16461 Permite a admissão nos quadros de engenheiros electrotécnicos e de aeródromos da Força Aérea dos alunos das escolas de engenharia ou das Faculdades de Ciências, com os necessários preparatórios, aptos para o serviço militar ou habilitados com o curso de oficiais milicianos

Instruções

- DG 161 Para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica
- DG 223 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas e na Universidade Técnica

Resolução

- DG 199 Determina que seja adoptada como versão oficial do hino nacional a estabelecida para a Portuguesa pela comissão nomeada por portaria de 27 de Março de 1956

1958

Decretos-Lei

- 41503 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia proveniente de um legado para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas da freguesia de Avelar, concelho de Ansião, a qual de designará «Cantina Escolar Abílio Lopes do Rego»
- 41510 Determina que os rendimentos provenientes do saldo referido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39892 e da doação de uma quantia que o benemérito Assis da Silva Gonçalves Roda fez à Direcção-Geral da Assistência sejam aplicados exclusivamente na manutenção do Infantário D. Anita, instituído em Galveias, concelho de Ponte de Sor, pelo referido benemérito

- 41519 Torna aplicáveis aos diplomados pela Universidade de Karachi as disposições do Decreto n.º 39 668 e os preceitos sobre exames liceais no Estado da Índia estabelecidos no Decreto n.º 40537
- 41541 Permite que os contratos dos segundos-assistentes das Faculdades de Direito sejam prorrogados, além do limite estabelecido no Decreto-Lei n.º 35964, por período igual àquele em que, segundo declaração do Ministro da Justiça, os mesmos assistentes tiverem realizado para a elaboração do projecto do Código Civil trabalho incompatível com a preparação do doutoramento
- 41546 Altera o quadro do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional
- 41555 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar em Alcaide, concelho do Fundão, a qual se designará «Cantina Escolar Manuel Alves»
- 41558 Converte em liceu o instituto liceal que funciona na cidade de Bissau, da província ultramarina da Guiné, passando a designar-se «Liceu Honório Barreto», no qual será ministrado o ensino dos três ciclos, em regime de frequência mista - Revoga as Portarias n.ºs 13124, 13130 e 13564
- 41564 Permite que o lugar de director do Laboratório de Polícia Científica seja provido num diplomado em Ciências Físico-Químicas, em Farmácia ou em qualquer outro curso superior adequado
- 41569 Concede à Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário os meios indispensáveis para promover no ano corrente a execução das obras de construção de edifícios para as escolas de ensino técnico profissional a seu cargo
- 41571 Cria no concelho da Covilhã uma fundação, denominada «Escola-Quinta da Lajeosa», destinada ao ensino prático da agricultura, cujo património inicial é constituído pelos bens doados ao Estado pelo Dr. Júlio de Campos Melo e Matos **Revogado**
- 41572 Aprova o plano de construção de novos liceus, a realizar no prazo de oito anos
- 41599 Cria um lugar de chefe de trabalhos práticos para o 1.º grupo de disciplinas do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e regula a atribuição semanal dos mesmos trabalhos pelas diversas cadeiras e disciplinas e o serviço obrigatório dos assistentes, contratados, além do quadro docente, do referido Instituto
- 41617 Esclarece dúvidas suscitadas quanto à execução de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 41381 e Decreto n.º 41382 (ensino agrícola) - Substitui a tabela n.º 2 anexa ao Decreto-Lei n.º 41381 e dá nova redacção a vários números dos artigos 74.º, 76.º e 94.º do Decreto n.º 41382
- 41645 Permite o abono dos vencimentos ou remunerações correspondentes ao exercício das suas funções, antes de visados pelo Tribunal de Contas os respectivos diplomas, aos professores de serviço eventual e aos demais agentes de ensino de qualquer grau cuja nomeação, colocação ou recondução sejam feitas anualmente
- 41670 Institui no Liceu D. Manuel II, da cidade do Porto, o estágio pedagógico para a formação de professores dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º grupos do ensino liceal
- 41697 Dá nova redacção aos artigos 15.º e 16.º do Decreto n.º 37139, que promulga a organização dos cursos para promoção a oficial superior - Aumenta o número de professores efectivos, oficiais superiores, referido na alínea b) «Curso para a promoção a oficial superior» do título II) «Corpo docente» do quadro orgânico do pessoal do Instituto de Altos Estudos Militares, anexo ao Decreto-Lei n.º 40126
- 41698 Cria o 3.º ciclo nos Liceus de Lamego, Leiria, Portalegre e Póvoa de Varzim e aumenta os quadros do seu pessoal
- 41700 Determina que, enquanto não forem substituídos os textos dos livros únicos do ensino primário, se considere em vigor para os concursos a realizar o disposto no artigo único do Decreto-Lei n.º 41170 **Revogado**
- 41743 Dá nova constituição ao quadro do pessoal técnico e menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Amplia de um aspirante o quadro do pessoal da secretaria da referida Universidade
- 41765 Isenta de direitos de importação e demais imposições os objectos de arte que pertencem ao património deixado em testamento, pelo seu instituidor, à Fundação Calouste Gulbenkian, constituída pelo Decreto-Lei n.º 40690
- 41805 Autoriza o Governo a aceitar, pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional, determinados valores para manutenção duma cantina escolar, a funcionar na sede do concelho de Torres Novas, com a designação de «Cantina Escolar Visconde de S. Gião»
- 41864 Dá nova redacção ao artigo 2.º e seu § único dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35781 **Revogado**
- 41873 Fixa o quadro e os respectivos vencimentos e gratificações do pessoal da delegação da Estação de Fruticultura e do Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira de Vasconcelos - Permite a admissão como trabalhadores remunerados da delegação da Estação de Fruticultura dos alunos que frequentem a instrução profissional dos cursos complementares de aprendizagem agrícola daquele Centro-Escola
- 41873 (R1 DG 27 de 1959) Rectifica para «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira Brandão de Vasconcelos» a designação de «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira de Vasconcelos», a que se referem o artigo 68.º do Decreto n.º 41473, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41873 e o regulamento constante do Decreto n.º 41874
- 41881 Estabelece as bases para a reforma do ensino na Escola Naval **Revogado**
- 41896 Regula o abono de almoço por conta do Estado aos oficiais e sargentos em serviço nas unidades, estabelecimentos militares e outros serviços do Exército (incluindo os alunos das escolas militares)
- 41902 Autoriza o Ministro da Educação Nacional a elevar no ano lectivo de 1958-1959 o número de alunos previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32243 e a nomear em comissão, nesse ano, o pessoal docente indispensável
- 41934 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar na freguesia de Recardães, concelho de Águeda, a qual se designará «Cantina Escolar Dr. Júlio Afonso da Silva Tavares»
- 41949 Dá nova redacção à parte referente ao tirocínio prático do curso de engenheiro hidrógrafo a realizar no estrangeiro, referido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 34630, alterado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 36598

- 41978 Eleva a sete o número de escolas do magistério primário autorizadas a criar nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 33019
- 42003 Permite a constituição de secções nos liceus e escolas técnicas profissionais cujos alunos recebam ensino em mais do que um edifício, independentes, ou, embora no mesmo edifício, em regime de desdobramento, bem como nas escolas em que funcionem cursos de aperfeiçoamento - Insere disposições destinadas a regular o funcionamento das mesmas secções
- 42016 Altera o quadro do pessoal docente, técnico, auxiliar e menor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e amplia de um aspirante o quadro do pessoal da secretaria da mesma Universidade
- 42046 Promulga o reajustamento das condições de remuneração dos servidores do Estado

Decretos

- 41505 Procede à revisão de alguns dos preceitos regulamentares da concessão de passagens de férias a estudantes do ultramar
- 41516 Promulga o Regulamento da Escola Prática de Ciências Criminais
- 41519 Torna aplicáveis aos diplomados pela Universidade de Karachi as disposições do Decreto n.º 39 668 e os preceitos sobre exames liceais no Estado da Índia estabelecidos no Decreto n.º 40537
- 41536 Organiza os Institutos de Investigação Médica de Angola e Moçambique, criados pelo Decreto n.º 40078
- 41604 Cria na cidade do Mindelo, da província ultramarina de Cabo Verde, uma escola industrial e comercial, que substituirá a actual Escola Técnica Elementar da mesma cidade
- 41622 Cria o quadro privativo do magistério primário da província ultramarina de Timor e mantém o quadro do magistério primário eventual da mesma província - Permite ao governador de Timor assalariar cinco serventes para os serviços das escolas do ensino primário oficial
- 41681 Insere disposições atinentes à inscrição de alunos externos dos ensinos liceal e técnico profissional residentes no ultramar em estabelecimentos oficiais do competente ramo de ensino
- 41685 Cria na cidade de Bissau, província ultramarina da Guiné, uma escola técnica elementar - Autoriza o Governo da mesma província a abrir um crédito para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41686 Cria várias escolas do ensino técnico profissional nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique - Autoriza os Governos-Gerais das mesmas províncias a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41688 Torna extensivas à cidade da Beira, da província ultramarina de Moçambique, as disposições dos Decretos n.ºs 39291, 39622 e 40290, que permitem realizar no ultramar provas de exames de aptidão e de admissão a diversos graus e ramos de ensino
- 41690 Autoriza a Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias a celebrar contrato para a elaboração do anteprojecto, do projecto definitivo e assistência durante a sua construção do edifício destinado à Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa
- 41691 Dá nova redacção a várias disposições do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 41693 Determina que passem a ser expressas com base no sistema métrico decimal, a partir de 1 de Janeiro de 1959, as unidades tributáveis de todas as mercadorias sujeitas a tributação específica nas pautas de importação e de exportação em vigor no Estado da Índia - Insere outras disposições de carácter aduaneiro aplicáveis ao referido Estado
- 41698 Cria o 3.º ciclo nos Liceus de Lamego, Leiria, Portalegre e Póvoa de Varzim e aumenta os quadros do seu pessoal
- 41698 (R1 DG 155) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 41698, que cria o 3.º ciclo nos Liceus de Lamego, Leiria, Portalegre e Póvoa de Varzim e aumenta os quadros do seu pessoal
- 41699 Fixa as remunerações do serviço de exames de admissão aos liceus e de exames liceais respeitante aos alunos externos nos liceus do Estado da Índia e da Guiné Portuguesa
- 41702 Introduce alterações na tabela de precedências para inscrições nas Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, constante do artigo 3.º do Decreto n.º 39021
- 41707 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Construção das escolas anexas à Escola do Magistério Primário de Coimbra»
- 41711 Aumenta de vários lugares os quadros comum de professores do ensino liceal do ultramar, complementar de professores dos liceus de Angola e de pessoal menor do Liceu D. Guiomar de Lencastre - Autoriza o governador-geral de Angola a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41715 Aprova o Regulamento da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- 41727 Permite aos alunos dos cursos superiores do Instituto de Música de Coimbra prestarem na sede deste as provas dos respectivos exames
- 41744 Cria quatro escolas técnicas profissionais, a instalar nos concelhos de Moura, S. João da Madeira, Vila Franca de Xira e Vila Real de Santo António
- 41761 Insere disposições relativas ao funcionamento de diversos serviços da Casa Pia de Lisboa - Torna aplicável ao mesmo estabelecimento o disposto no n.º 1 do artigo 357.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial e dá nova redacção ao § 1.º do artigo 330.º do Regulamento Geral da Casa Pia de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 39787
- 41771 Altera a redacção do artigo 136.º do Decreto n.º 38026, que aprova o Regulamento do Ensino Médio Agrícola
- 41788 Insere disposições concernentes à administração financeira de algumas províncias ultramarinas (aumenta o quadro de 5 professores de posto escolar de ensino primário da província de Cabo Verde)
- 41839 Insere disposições relativas à preparação da dissertação de licenciatura em Medicina e dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto n.º 40695 (regime para a determinação final da referida licenciatura)
- 41874 Promulga o Regulamento do Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira de Vasconcelos

- 41874 (R1 DG 27 de 1959) Rectifica para «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira Brandão de Vasconcelos» a designação de «Centro-Escola de Pomicultura D. Alda Madureira de Vasconcelos», a que se referem o artigo 68.º do Decreto n.º 41473, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41873 e o regulamento constante do Decreto n.º 41874
- 41894 Aprova e manda pôr em execução o Regulamento da Escola Naval
- 41910 Eleva o número de professores eventuais a que se refere o § 1.º do artigo 4.º do Decreto n.º 40869 - Autoriza o Governo da província ultramarina da Guiné a abrir um crédito destinado a suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 41964 Aprova e manda pôr em execução no Exército o Regulamento para o Abono de Alimentação e Alojamento por conta do Estado em Tempo de Paz (incluindo os alunos dos estabelecimentos de ensino militar) **Revogado**
- 41973 Aumenta de vários lugares os quadros do ensino primário e do magistério primário eventual da província ultramarina de Angola - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir os créditos especiais necessários para dotar no ano económico corrente os lugares que a frequência escolar exigir
- 42080 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Construção de um edifício escolar de quatro salas, gémeas, no núcleo de Lorvão, freguesia do mesmo nome, concelho de Penacova, distrito de Coimbra - Empreitada n.º 5-C (6.ª fase)»
- 42083 Eleva a treze o número de professores do quadro eventual do ensino primário da província ultramarina de Cabo Verde referido no § 1.º do artigo 4.º do Decreto n.º 40869 - Autoriza o Governo da mesma província a abrir um crédito destinado a suportar os encargos contraídos pelo presente diploma

Portarias

- 16552 Cria mais um lugar de adjunto do director do Distrito Escolar de Coimbra
- 16553 Cria mais um lugar de adjunto do director do Distrito Escolar de Vila Real
- 16574 Estabelece as disposições a observar nos concursos para chefes de secção do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Ensino do Ministério
- 16574 (R1 DG 31) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 16574, que estabelece as condições a observar nos concursos para chefes de secção do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Ensino do Ministério do Ultramar
- 16630 Dá nova redacção à condição 5.ª do artigo 6.º das instruções para a admissão e preparação dos alunos do curso de alistamento de enfermeiros navais, anexas à Portaria n.º 12533
- 16642 Aprova os programas das provas de admissão ao estágio pedagógico, referido no Decreto-Lei n.º 41273
- 16642 (R1 DG 122) O sumário da Portaria n.º 16642, inserta no Diário do Governo n.º 62, de 25 de Março de 1958, que aprova os programas das provas de admissão ao estágio pedagógico, referido no Decreto-Lei n.º 41273, deve rectificar-se da seguinte forma: «Aprova os programas das provas a que se refere o § 1.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 41273»
- 16650 Cria o centro de instrução de contróle naval e de defesa da navegação **Revogado**
- 16655 Manda aplicar à província ultramarina da Guiné, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 16659 Aprova as bases orgânicas da Escola-Quinta da Lajeosa, criada pelo Decreto-Lei n.º 41571 **Revogado**
- 16680 Manda aplicar à província ultramarina da Guiné o Decreto n.º 37798, que restabelece, com referência ao 2.º ciclo do ensino liceal, o sistema de exames por secções ou grupos de disciplinas
- 16681 Manda aplicar à província ultramarina da Guiné, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 16696 Manda aplicar às províncias ultramarinas, tendo em atenção as disposições contidas na presente portaria, o Decreto-Lei n.º 41051 (assistência de menores a espectáculos públicos)
- 16699 Manda aplicar à província ultramarina de Cabo Verde determinadas disposições legislativas relativas ao ensino profissional industrial e comercial
- 16755 Manda aplicar à província ultramarina da Guiné determinadas disposições legais sobre o ciclo preparatório do ensino profissional industrial e comercial
- 16763 Aprova os modelos dos requerimentos a apresentar pelos candidatos ao exame de aptidão para a primeira matrícula nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto com destino ao curso de Arquitectura e à prova de aptidão para a primeira matrícula nas referidas Escolas com destino aos cursos de Pintura e de Escultura
- 16768 Aprova as disposições a observar nos concursos para chefes de repartição das direcções de serviços de instrução, para adjuntos dos chefes de serviços de instrução e para subdirectores escolares distritais, a que se refere o Decreto-Lei n.º 41472 (actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas no ultramar)
- 16778 Aprova o modelo do diploma de licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 16786 Dá nova constituição ao mapa I do pessoal do quadro da Casa Pia de Lisboa, incorporado na Portaria n.º 16271
- 16787 Dá nova constituição ao mapa II do pessoal da Casa Pia de Lisboa, anexo ao Decreto n.º 39787, que promulga o novo Regulamento Geral daquele estabelecimento
- 16796 Aprova os programas das matérias da instrução geral dos cursos complementares de aprendizagem agrícola
- 16827 Introduce alterações na Portaria n.º 14369, que aprova o quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Artur Ravara
- 16845 Reforça uma verba inscrita na tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor na província ultramarina de Angola e abre um crédito na mesma província destinado ao pagamento da renda de uma propriedade para instalação provisória da Escola Comercial Vicente Ferreira, na cidade de Luanda
- 16847 Aprova os modelos dos boletins de matrícula e de inscrição e das declarações para a concessão de bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas das Escolas Superiores de Belas-Artes
- 16858 Aprova o Regulamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem Professoado na Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia

- 16893 Determina que os estudantes residentes no ultramar beneficiados com primeiras passagens apresentem na Direcção-Geral do Ensino, até 15 de Novembro, certidões das matrículas ou inscrições nos cursos para cuja frequência aquelas passagens lhes foram concedidas
- 16893 (R1 DG 51 de 1959) Rectificação ao Decreto n.º 41893, que determina que os estudantes residentes no ultramar beneficiados com primeiras passagens apresentem certidões das matrículas ou inscrições nos cursos para cuja frequência aquelas passagens lhes foram concedidas (está incorreta a referência ao Decreto n.º 41893, deveria ser antes Rectificação à Portaria 16893)
- 16904 Cria a Escola de Enfermagem de Ponta Delgada, que funcionará junto do hospital da Santa Casa da Misericórdia local
- 16923 Define as atribuições dos bedéis das Faculdades e escolas universitárias
- 16934 Adita um parágrafo ao artigo 11.º do Regulamento da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, aprovado pela Portaria n.º 14482 e alterado pela Portaria n.º 14707
- 16947 Fixa as habilitações que devem possuir as pessoas encarregadas de ministrar o ensino doméstico nas províncias ultramarinas para as matrículas nos três ciclos do ensino liceal e no ensino técnico (ciclo preparatório), referido no artigo 5.º do Decreto n.º 41681
- 16954 Manda aplicar a todas as províncias ultramarinas a resolução do Conselho de Ministros, inserta no Diário do Governo n.º 199, de 4 de Setembro de 1957, que adopta como versão oficial do hino nacional a estabelecida para a Portuguesa pela comissão nomeada por portaria de 27 de Março de 1956

Instruções

- DG 151 Para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 155 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 209 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades Clássicas, na Universidade Técnica e nas escolas superiores de belas-artes (curso de Arquitectura)
- DG 209 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do curso de Arquitectura das mesmas escolas

1959

Decretos-Lei

- 42126 Torna aplicável ao provimento dos cargos de comissário nacional, comissário nacional adjunto, secretário-inspector, inspector nacional e vogal do conselho de inspecção da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e sua secção feminina, instituídas pelo Decreto-Lei n.º 26611, o disposto no artigo 14.º e seus §§ 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 26757
- 42134 Actualiza o quadro orgânico e o quadro das professoras, bem como os respectivos vencimentos, do Instituto de Odivelas
- 42134 (R1 DG 37) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto-Lei n.º 42134, que actualiza o quadro orgânico e o quadro dos professores, bem como os respectivos vencimentos, do Instituto de Odivelas
- 42135 Modifica o quadro orgânico do Colégio Militar, anexo ao Decreto n.º 34093, com as alterações introduzidas pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36613 e pelos artigos 1.º do Decreto-Lei n.º 40347 e do Decreto n.º 40606 - Fixa os vencimentos do pessoal de nomeação vitalícia e contratado e dá nova constituição ao quadro de professores efectivos do mesmo estabelecimento
- 42151 Cria a Academia Militar, estabelecimento de ensino superior destinado a formar oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Força Aérea - Considera extinta, a partir da entrada em vigor do presente diploma, a Escola do Exército
- 42152 Promulga a organização da Academia Militar
- 42190 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Sintra várias parcelas de terreno a destacar do prédio do Estado denominado «Quinta Nova», situado em Queluz, para construção de escola primária, jardim e parque infantil entre outros equipamentos
- 42191 Permite ao Ministro da Educação Nacional mandar colaborar em actividades de difusão da cultura popular funcionários de quaisquer serviços do Ministério e insere disposições atinentes ao funcionamento das referidas actividades - Dá nova redacção ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 40964 e adita um parágrafo ao artigo 7.º do Decreto n.º 18413 - Revoga as disposições do artigo 83.º e seus §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 22369
- 42247 Autoriza o Ministério a levar a efeito, pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, o estudo e a construção das instalações para a Escola Agrícola e Industrial de Grândola, em regime de comparticipação com a Fundação António Inácio da Cruz
- 42254 Determina que as disposições do Decreto-Lei n.º 40128 não sejam aplicadas nos casos em que o Ministro da Educação Nacional, sobre informação fundamentada do respectivo serviço ou organismo e parecer favorável da Junta Nacional da Educação, declare que para o desempenho das funções de analista se torna indispensável a posse de determinado curso superior

- 42257 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma quantia para reforço do fundo de manutenção da cantina escolar, já em funcionamento, na sede do concelho da Nazaré, a qual se designará «Cantina Escolar Amadeu Gaudêncio»
- 42267 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar em Vinhó, freguesia de Vila Cova de Alva, concelho de Arganil, a qual se designará «Cantina Escolar D. Maria da Conceição Paiva Filipe»
- 42284 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar a funcionar na Herdade do Pinheiro, freguesia de Palma, concelho de Alcácer do Sal, que se designará «Cantina Escolar da Herdade do Pinheiro»
- 42300 Dá nova redacção ao artigo 3.º e seu § único dos estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35781
- 42322 Dá nova redacção à alínea c) da base XXII do Decreto-Lei n.º 41881 (reforma do ensino na Escola Naval)
- 42328 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar na sede do concelho de Nelas, a qual se designará «Cantina Escolar Tertuliano Marques Pereira»
- 42349 Insere disposições destinadas a dar execução ao disposto no Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar
- 42352 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Parada do Pinhão, concelho de Sabrosa, a qual se designará «Cantina Escolar José Augusto e D. Sucena Gomes de Almeida»
- 42362 Cria o 3.º ciclo no Liceu de Chaves e fixa os quadros do pessoal docente, de secretaria e menor do mesmo Liceu
- 42391 Cria e integra no Laboratório Nacional de Engenharia Civil um centro de investigação científica, denominado «Instituto Calouste Gulbenkian», a instalar por força da doação efectuada para tal fim pela Fundação Calouste Gulbenkian
- 42393 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Ervedal, concelho de Avis, a qual terá a designação de «Cantina escolar instituída por legado do Dr. Emídio Guilherme Garcia Mendes em memória de seus pais, D. Francisca Margarida Garcia Mendes e Casimiro Esteves Mendes»
- 42396 Cria na freguesia de Fiães, concelho da Feira, como pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, de carácter perpétuo, a Fundação Coelho e Castro, destinada a instalar naquela freguesia uma escola técnica
- 42438 Concede os meios financeiros necessários para satisfazer no corrente ano económico os encargos com vencimentos e gratificações do pessoal respeitantes aos lugares criados pelo Decreto-Lei n.º 42368 (escolas técnicas profissionais a instalar nos concelhos de Fafe, Montemor-o-Novo e Sintra e técnica elementar D. António da Costa, em Almada) - Insere disposições atinentes ao exercício das funções de directores dos referidos estabelecimentos e ao funcionamento dos respectivos conselhos administrativos
- 42443 Dá nova redacção aos artigos 13.º do Decreto-Lei n.º 38968 e 25.º do Decreto-Lei n.º 40964 - Prorroga por mais um ano o prazo fixado no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 40964
- 42452 Eleva a oito o número de escolas do magistério primário que o Ministro da Educação Nacional poderá criar, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 33019
- 42511 Cria no curso de Altos Estudos Ultramarinos, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, a cadeira de Expansão da Cultura Portuguesa no Mundo, a qual será professada no 2.º ano daquele curso e integrada no 5.º grupo - Cria igualmente no quadro do referido Instituto dois lugares de professor ordinário, que acrescem aos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 35885
- 42512 Cria na cidade de S. Tomé, da província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, um liceu, denominado Liceu D. João II, destinado ao ensino dos três ciclos, em regime de frequência mista - Revoga as Portarias n.ºs 13917 e 13941
- 42514 Altera os subsídios anuais fixados no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 36455, a atribuir às juntas gerais dos distritos autónomos das ilhas adjacentes **Revogado**
- 42546 Dá nova denominação à Cantina Escolar Amadeu Gaudêncio, da sede do concelho da Nazaré, distrito de Leiria
- 42552 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 23656 (vencimentos e demais abonos legais ao pessoal docente, técnico ou auxiliar das Universidades sem provimento vitalício)
- 42583 Cria nos institutos industriais e nos institutos comerciais a cadeira de Filosofia e insere disposições destinadas a atenuar dificuldades com que os institutos e escolas técnicas vêm lutando
- 42588 Acresce de vários lugares o quadro do pessoal docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e amplia de um aspirante o quadro do pessoal da secretaria da mesma Universidade - Dá nova constituição ao quadro do pessoal técnico, auxiliar e menor daquela Faculdade
- 42624 Autoriza o Ministro da Educação Nacional a elevar no ano lectivo de 1959-1960 o número de alunos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32243 e a nomear, em comissão, nesse ano, o pessoal docente indispensável - Abre um crédito no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, para ocorrer aos encargos criados no corrente ano pelo presente diploma
- 42632 Reorganiza o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, o qual passa a designar-se Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército
- 42676 Determina que os encargos provenientes da execução do Decreto-Lei n.º 42588 sejam suportados, durante o corrente ano, pelas disponibilidades da dotação de pessoal dos quadros aprovados por lei da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

- 42758 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Cabeção, concelho de Mora, a qual se designará «Cantina Escolar D. Josefa da Conceição Penha Lopes Aleixo»

Decretos

- 42092 Dá nova redacção a vários artigos do Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e do estatuto da secção feminina da mesma Organização, aprovados, respectivamente, pelos Decretos n.ºs 37765 e 38122
- 42156 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Ampliação e beneficiação do antigo Liceu de Aveiro»
- 42168 Determina que seja dotada de biblioteca pública municipal cada uma das sedes dos concelhos de 1.ª classe do ultramar e que nas demais sedes de concelho e nas localidades mais progressivas onde ainda não seja praticável a criação de bibliotecas sejam instituídas salas de leitura
- 42179 Autoriza o funcionamento do curso de especialização de modista de vestidos, em complemento do curso de formação feminina da Escola Industrial e Comercial de Goa. Aumenta de vários lugares o quadro da referida Escola e autoriza o Governo-Geral do Estado da Índia a abrir um crédito necessário para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 42237 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Liceu Alexandre Herculano. Obras de ampliação (2.ª fase)»
- 42244 Torna aplicáveis aos exames de admissão ao estágio para professores efectivos do ensino profissional industrial e comercial as disposições dos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 39694, com as modificações nas mesmas introduzidas pelo artigo 2.º do Decreto n.º 40714 (exercício do magistério, como provisórios, nas escolas onde funcionem os estágios ou noutras das mesmas localidades)
- 42248 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de «Ampliação do Liceu de Santarém»
- 42292 Regula o provimento nos quadros complementares de cirurgiões e especialistas das províncias ultramarinas dos médicos concorrentes aos lugares a que se refere o Decreto n.º 41202 que não possuam os cursos de Medicina Tropical e de Medicina Sanitária
- 42303 Permite que nos concursos para os lugares de regentes de internato da Escola Dr. Francisco Machado, em Angola, na falta de concorrentes com todas as habilitações actualmente exigidas, sejam admitidos candidatos que se apresentem simplesmente com o diploma de regente agrícola - Atribui gratificações mensais aos professores da mesma Escola
- 42313 Torna extensivas à cidade de Bissau, da província ultramarina da Guiné, as disposições do Decreto n.º 39291, que permitem realizar no ultramar provas de exames de aptidão para a matrícula nas Universidades, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e nas escolas superiores de belas-artes
- 42326 Eleva de vários lugares os quadros efectivo e eventual de professores do ensino primário da província de S. Tomé e Príncipe - Autoriza o Governo da mesma província a abrir um crédito para dotação dos lugares criados pelo presente diploma
- 42327 Aumenta de vários lugares os quadros do ensino liceal do ultramar com destino ao Liceu Afonso de Albuquerque, de Goa - Elimina no quadro de professores do referido Liceu um dos lugares do 1.º grupo, criados pelo Decreto n.º 28114, e autoriza o governador-geral do Estado da Índia a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente Decreto
- 42340 Permite aos alunos que tenham ingressado nos cursos das Faculdades de Letras anteriormente ao ano lectivo de 1957-1958 realizar o acto de licenciatura nas épocas de Julho e de Outubro
- 42346 Cria a especialidade de neuropsiquiatria infantil no quadro das especialidades reconhecidas pelo artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651 **Revogado**
- 42368 Cria três escolas técnicas profissionais, a instalar nos concelhos de Fafe, Montemor-o-Novo e Sintra, e uma escola técnica elementar, no concelho de Almada com a denominação de Escola Técnica Elementar D. António da Costa - Determina que deixe de ser ministrado o ensino do ciclo preparatório na Escola Industrial e Comercial de Almada, a qual passa a denominar-se Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro, e fixa os quadros do pessoal docente, administrativo e menor das referidas escolas
- 42415 Fixa o quadro, por serviços, do pessoal técnico e auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42016
- 42432 Permite aos governadores das províncias ultramarinas, ouvidas as comissões centrais de patronato, adaptar às condições de vida local o funcionamento dos dois primeiros anos do ensino complementar de aprendizagem nas escolas de ensino profissional do ultramar
- 42433 Eleva à categoria de industrial e comercial a escola técnica criada na cidade de Bissau, província ultramarina da Guiné, pelo Decreto n.º 41685, e altera os quadros do pessoal da mesma escola - Ratifica o Diploma Legislativo n.º 1610, de 10 de Novembro de 1955, da província da Guiné
- 42434 Insere disposições destinadas a facilitar as matrículas, como internos ou como externos, nos liceus e escolas do ensino técnico profissional da metrópole de alunos que, nos respectivos prazos, residam ou se encontrem transitòriamente no ultramar e, reciprocamente, em idênticos estabelecimentos do ultramar, as dos que residam ou se encontrem na metrópole
- 42440 Cria, na província ultramarina de Moçambique, uma escola prática de agricultura, junto do Posto de Culturas Regadas, na obra de irrigação do vale do Limpopo, e regula o seu funcionamento
- 42441 Aumenta de vários lugares os quadros comum e complementar de professores do ensino liceal do ultramar com destino aos liceus da província de Angola e altera os quadros do pessoal de secretaria e menor dos Liceus Diogo Cão e

- D. Guiomar de Lencastre - Autoriza o governador-geral de Angola a abrir um crédito para suprir os encargos resultantes do presente diploma
- 42442 Fixa o quadro, por disciplinas, de assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
 - 42456 Permite o funcionamento do 3.º ciclo no Liceu de Nova Lisboa a partir do ano lectivo de 1959-1960 - Aumenta de vários lugares os quadros comum e complementar dos liceus do ultramar e o quadro do pessoal menor daquele liceu - Autoriza o governador-geral de Angola a abrir os créditos necessários para satisfazer os encargos resultantes da execução do presente Decreto
 - 42457 Adita um parágrafo ao artigo 19.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894 - Elimina as cadeiras de Inglês e de Comunicações incluídas no primeiro período da 1.ª fase dos quadros IV, V e VI a que se refere o artigo 10.º do citado regulamento
 - 42473 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 41399, que organiza as reservas da Marinha
 - 42475 Determina que os alunos das Universidades reprovados pela terceira vez no mesmo exame final durante a época de Junho-Julho só sejam excluídos da Universidade que frequentam se não obtiverem aprovação no referido exame na época de Outubro imediato
 - 42481 Eleva a dez o número de professores do quadro do magistério primário eventual da província ultramarina de Macau, a que se refere o artigo 34.º do Decreto n.º 41115
 - 42482 Classifica de industrial e comercial a Escola Industrial de Benguela, criada pelo Decreto n.º 39850, e aumenta de vários lugares os quadros de professores e mestres do ensino profissional e comercial do ultramar - Autoriza o Governo-Geral de Angola a abrir os créditos necessários para suportar os encargos criados por este diploma
 - 42489 Insere disposições atinentes ao funcionamento no ultramar dos cursos profissionais previstos no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial - Autoriza os Governos-Gerais de Angola e Moçambique a abrir os créditos necessários para solver os encargos criados pelo presente Decreto
 - 42489 (R1 DG 237) Ao Decreto n.º 42489, que insere disposições atinentes ao funcionamento no ultramar dos cursos profissionais previstos no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
 - 42509 Regula a atribuição aos professores em serviço efectivo dos quadros dos estabelecimentos do ensino liceal ou técnico do ultramar, dentro das obrigatoriedades estabelecidas pelos artigos 3.º e 326.º respectivamente do Decreto n.º 38678 e do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, da regência de tempos lectivos além daquelas obrigatoriedades
 - 42575 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de «Ampliação do Liceu da Póvoa de Varzim»
 - 42584 Regula o funcionamento e a frequência da cadeira de Filosofia, criada nos institutos industriais e nos institutos comerciais
 - 42584 (R1 DG 269) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 42584, que regula o funcionamento e a frequência da cadeira de Filosofia, criada nos institutos industriais e nos institutos comerciais
 - 42607 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de ampliação do Liceu de Setúbal
 - 42608 Permite o ingresso no curso de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras dos candidatos que satisfizerem todos os requisitos legais para concluir, no ano de ingresso, um curso superior
 - 42616 Introduce modificações na distribuição das matérias constantes dos quadros IV, V e VI anexos ao Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
 - 42617 Eleva o número de professores do quadro eventual do ensino primário da província ultramarina de Cabo Verde, a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 42083 - Autoriza o Governo daquela província a abrir um crédito para suportar os encargos resultantes do presente Decreto
 - 42625 Fixa as gratificações a abonar ao pessoal do Liceu D. João II, em S. Tomé, pelo exercício de determinadas funções e por serviço de exames - Autoriza o governador de S. Tomé e Príncipe a abrir os créditos necessários à execução do presente Decreto
 - 42643 Dá nova redacção ao artigo 28.º do Regulamento do Instituto de Medicina Tropical, aprovado pelo Decreto n.º 40055 - Determina que a admissão à segunda época de exames no mesmo Instituto obedeça a condições análogas às estabelecidas para o efeito nas Faculdades de Medicina
 - 42736 Dá nova redacção ao artigo 17.º e seu § 3.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
 - 42739 Cria em Mirandela uma escola técnica profissional, a instalar na Quinta dos Carvalhais, a qual se denominará Escola Prática de Agricultura de Mirandela - Revoga os artigos 274.º e 275.º do Decreto n.º 41382 (Regulamento das Escolas Práticas da Agricultura)

Portarias

- 16991 Regula a frequência de alunas do curso de formação feminina nas escolas técnicas profissionais do ultramar que ministrem o referido curso
- 17005 Aprova o Regulamento do Prémio Engenheiro Castro e Solla
- 17052 Determina que no ensino da numeração falada e nos livros didácticos se adopte na nomenclatura dos grandes números a nomenclatura internacional da regra N
- 17053 Determina que no ensino da numeração escrita e nos livros didácticos só seja permitida na escrita dos números, como sinal gráfico (além dos próprios algarismos), a vírgula, para separar a parte inteira da parte decimal

- 17058 Nomeia uma comissão interministerial permanente para promover a coordenação das actividades dos departamentos dos Ministérios da Educação Nacional e da Saúde e Assistência que se ocupem de problemas relativos a sectores semelhantes
- 17062 Aprova o quadro e vencimentos do pessoal assalariado do Colégio Militar
- 17062 (R1 DG 260) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17062, que aprova o quadro e vencimentos do pessoal assalariado do Colégio Militar
- 17084 Cria a Estação Agrária do Sul (Umbeluzi), que funcionará na actual Estação Experimental do Umbeluzi, a qual é extinta
- 17086 Fixa o quadro e vencimentos do pessoal assalariado do Instituto de Odivelas
- 17086 (R1 DG 244) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17086, que fixa o quadro e vencimentos do pessoal assalariado do Instituto de Odivelas
- 17108 Aprova o Regulamento dos Prémios Gulbenkian (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- 17109 Concede facilidades aos alunos dos cursos de D. Lourenço de Almeida na admissão aos exames finais nos dois primeiros períodos lectivos dos seus cursos
- 17112 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar António José de Oliveira, destinado aos alunos das escolas primárias da freguesia de S. Martinho da Gândara, concelho de Oliveira de Azeméis
- 17116 Fixa os subsídios a conceder no ano de 1959 às escolas e organizações civis de formação de pilotos aviadores e de pára-quedistas, referidas nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 41281
- 17123 Permite que os candidatos aos concursos para os lugares de chefes de repartição, de subdirectores escolares e de adjuntos dos chefes de serviços de instrução, a que se refere a Portaria n.º 16768, residentes nas ilhas adjacentes prestem ali as suas provas perante comissões de fiscalização designadas pelos governadores dos distritos autónomos
- 17149 Aprova as normas para a execução dos serviços relativos aos exames liceais a realizar nos estabelecimentos de ensino particular, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41192
- 17154 Abre um crédito na província ultramarina de Angola destinado ao pagamento da renda de um edifício onde serão instalados determinados serviços da Inspeção do Ensino e da Direcção dos Serviços de Instrução
- 17174 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia, observadas as regras constantes da presente portaria, os artigos 296.º a 299.º, 302.º e 307.º do Estatuto do Ensino Técnico Profissional, aprovado pelo Decreto n.º 37029
- 17188 Modifica as condições em que é realizada a instrução militar e a prestação de serviço dos reservistas da reserva marítima provenientes das escolas de pesca e da Escola de Marinheiros e de Mecânicos da Marinha Mercante
- 17193 Cria mais um lugar de adjunto do director do Distrito Escolar da Guarda
- 17197 Aprova os programas das disciplinas técnicas do ciclo profissional do curso de formação de agricultura (curso de agente rural)
- 17198 Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada, criada pela Portaria n.º 16904
- 17198 (R1 DG 156) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17198, que aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada
- 17217 Dá nova constituição ao quadro do pessoal da Escola de Enfermagem do Hospital de S. João, aprovado pela Portaria n.º 14992
- 17224 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Simões Neves
- 17237 Dá nova redacção à alínea c) do artigo 70.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 17242 Manda restabelecer o lugar de monitor-chefe, reduzindo, em contrapartida, de uma unidade o número de lugares de monitores no quadro do pessoal da Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, aprovado pela Portaria n.º 14376, com a alteração constante da Portaria n.º 14705
- 17249 Aprova o quadro do pessoal para a Escola de Enfermagem de S. João de Deus, de Évora
- 17261 Aprova o Regulamento para a Distribuição do Prémio Luís António Gil da Silveira aos alunos das escolas primárias do concelho do Fundão
- 17278 Regula a prestação nas províncias ultramarinas das provas a que se refere o artigo 26.º do Estatuto do Ensino Particular, promulgado pelo Decreto n.º 37545 (exercício do magistério particular), respeitantes a pretendentes que ali residam
- 17279 Designa as precedências a respeitar no plano de estudos do curso de regentes agrícolas da Escola Dr. Francisco Machado, da província ultramarina de Angola
- 17280 Introduce alterações no Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 17281 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia, com nova redacção dada pela presente portaria, o artigo 106.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial promulgado pelo Decreto n.º 37029 - Revoga as Portarias, n.ºs 13885, 15354 e 16699
- 17286 Fixa, provisoriamente, a lotação dos professores e dos instrutores da Escola Naval
- 17290 Aprova o estatuto do Externato de Santa Bárbara, que funciona na dependência da Escola Prática de Engenharia
- 17290 (R1 DG 204) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17290, que aprova o estatuto do Externato de Santa Bárbara, que funciona na dependência da Escola Prática de Engenharia
- 17298 Designa as matérias ou disciplinas que, sob a forma de noções gerais e práticas, serão ministradas em três anos lectivos do ensino de enfermagem na Armada, a que se refere o artigo 215.º do Regulamento de Saúde Naval - Dá nova redacção ao artigo 2.º das instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de enfermeiros, anexas à Portaria n.º 12533
- 17300 Altera a lotação de oficiais da Escola Naval, estabelecida pela Portaria n.º 17172
- 17306 Aprova os modelos do cartão de identidade a utilizar pelos serviços da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

- 17309 Manda aplicar à província ultramarina da Guiné determinadas disposições legislativas respeitantes ao ensino técnico profissional industrial e comercial
- 17309 (R1 DG 206) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17309, que manda aplicar à província ultramarina da Guiné determinadas disposições legislativas respeitantes ao ensino técnico profissional industrial e comercial
- 17314 Rectifica a Portaria n.º 17217, que dá nova constituição ao quadro do pessoal da Escola de Enfermagem do Hospital de S. João
- 17315 Classifica como grupo de cadeiras e aulas práticas de natureza académica o 16.º grupo de cadeiras e aulas práticas (Termodinâmica Aplicada, Elementos de Máquinas e Construção de Máquinas), a que se refere o artigo 136.º do novo Regulamento da Escola Naval
- 17329 Fixa o quadro, vencimentos e salários do pessoal civil contratado e assalariado da Academia Militar
- 17337 Aprova o Regulamento do Prémio Engenheiro Luís de Castro e Sola
- 17339 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Bonfim Barreiros
- 17343 Aprova o Regulamento do Prémio Padre Guimarães Dias
- 17356 Aprova os estatutos da Academia de Música de Luanda e estabelece os termos segundo os quais será atribuída validade oficial, em todos os territórios portugueses, às habilitações por ela conferidas
- 17357 Determina que seja ministrado sob a forma de instrução o ensino de Higiene na Escola Naval - Anula o n.º 9.º da Portaria n.º 17280
- 17368 Adita um § único ao artigo 20.º do regulamento aprovado pela Portaria n.º 16232 (Regulamento das Escolas de Enfermeiras e de Auxiliares de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa)
- 17389 Aprova o quadro de reforço ao quadro orgânico da Academia Militar para o ano de 1959, destinado ao aquartelamento da Amadora
- 17406 Manda aplicar à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe o Decreto n.º 37798, que restabelece, com referência ao 2.º ciclo do ensino liceal, o sistema de exames por secções ou grupos de disciplinas
- 17409 Regula as condições de funcionamento da junta de inspecção dos candidatos à matrícula na Academia Militar
- 17414 Manda aplicar a província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 17416 Manda aplicar à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 17422 Regula a concessão do Prémio Reserva Marítima, a atribuir anualmente ao aluno dos curso especiais da reserva marítima
- 17436 Aumenta o número de professores de ensino de surdos-mudos referido no mapa II do pessoal da Casa Pia de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 16787
- 17437 Anula um oficial da classe de saúde naval, médico naval, na regência do 20.º grupo de cadeiras da Escola Naval, a que se refere a Portaria n.º 17286, e aumenta com um primeiro-tenente médico a lotação da mesma Escola, fixada pela Portaria n.º 17300
- 17462 Adita uma alínea ao artigo 137.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
- 17465 Considera oficiais as habilitações conferidas pelo Colégio-Liceu Nossa Senhora do Rosário, na Vila de João Belo, da província ultramarina de Moçambique
- 17476 Fixa a lotação de oficiais da Escola Naval
- 17484 Esclarece que o curso de formação feminina ministrado nas escolas técnicas profissionais do ultramar constitui também habilitação para o exame de admissão aos institutos industriais
- 17515 Cria mais um lugar de adjunto do director do Distrito Escolar de Setúbal

Instruções

- DG 153 Para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 153 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 223 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 223 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas

Despachos Ministeriais

- DG 299 Aprova o quadro orgânico do pessoal (provisório) do Secretariado dos Serviços Sociais das Forças Armadas

1960

Decretos-Lei

- 42819 Autoriza a cunhagem de uma medalha, a qual será atribuída, juntamente com um diploma artístico, aos premiados de cada um dos prémios que até à data do presente diploma tenham sido instituídos com o fim de galardoar estudantes das escolas integradas na Universidade de Lisboa
- 42827 Actualiza as disposições do Decreto-Lei n.º 35869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica
- 42851 Reúne num só estabelecimento, que passará a denominar-se Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos, o Lar Académico de Filhos de Oficiais e o Lar Académico de Filhos de Sargentos, em funcionamento em Oeiras
- 42858 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Sebolido, freguesia do mesmo nome, concelho de Penafiel, a qual se designará «cantina escolar de Sebolido»
- 42871 Reorganiza os serviços do Instituto Ultramarino
- 42881 Regula a admissão de professores civis para a regência das cadeiras e aulas práticas de carácter académico da Escola Naval
- 42893 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas do núcleo de Vila Nova de Tazem, concelho de Gouveia, a qual se designará «Cantina Escolar D. Maria Emília Pais Borges Artiaga»
- 42972 Determina que os professores das escolas do magistério primário nomeados no corrente ano lectivo para o exercício de funções consideradas no Decreto-Lei n.º 42624 sejam abonados dos vencimentos correspondentes às suas funções desde a data da entrada em exercício, ainda que esta se haja verificado anteriormente à entrada em vigor do referido decreto-Lei
- 42993 Desanexa do arquivo a capela da Universidade de Coimbra e coloca-a, para efeitos administrativos, na imediata dependência da reitoria
- 42994 Actualiza os programas do ensino primário a adoptar a partir do próximo ano lectivo - Declara obrigatória a frequência da 4.ª classe para todos os menores com a idade escolar prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38968
- 43000 Modifica o regime de equiparação das habilitações a exigir normalmente, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26115, na nomeação para os lugares acima do grupo T da escala geral dos funcionários do Estado, dos corpos administrativos e dos organismos para-estatais
- 43006 Cria em cada um dos quadros do pessoal da reitoria das Universidades de Coimbra e do Porto o lugar de regente do orfeão académico
- 43032 Cria dois lugares de professor auxiliar no quadro do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 43088 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Pádua Correia, anexa às escolas de Mosteiro, freguesia de Paço de Sousa, concelho de Penafiel
- 43093 Atribui validade oficial aos exames legalmente previstos nos cursos profissionais, do ramo industrial, ministrados pelo Colégio D. Bosco, instituto de ensino missionário existente na cidade de Macau
- 43141 Aumenta de três lugares de técnico de 3.ª classe, que serão providos em licenciados em Ciências Médico-Veterinárias, o quadro do pessoal da Intendência-Geral dos Abastecimentos, anexo ao Decreto-Lei n.º 39108 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 40931 **Revogado**
- 43151 Autoriza o Ministro das Finanças a conceder isenção de direitos aos materiais importados, designadamente ao material escolar e aparelhagem de laboratório, destinados às escolas alemãs de Lisboa e Porto, constantes de lista a fornecer pela Embaixada da Alemanha
- 43164 Determina que a cantina escolar anexa às escolas do ensino primário da freguesia de Forjães, concelho de Esposende, criada pelo Decreto-Lei n.º 39445, passe a designar-se Cantina Escolar Marcelino de Queirós
- 43174 Regula a forma de recrutamento do pessoal especializado do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos - Dá nova redacção ao artigo 103.º e ao § 1.º do artigo 138.º do Decreto-Lei n.º 41169, que modifica a orgânica e os quadros do Ministério, e torna aplicável o artigo 154.º do mesmo decreto-lei ao pessoal menor dos quadros privativos dos organismos dependentes do Ministério, com ressalva, porém, quanto ao Instituto Ultramarino, do disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 42871
- 43175 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Comendador António Dias Júnior, anexa às escolas da freguesia da Sé, da cidade de Braga
- 43204 Autoriza o Ministério a elevar no ano lectivo de 1960-1961 o número de alunos a admitir nas escolas do magistério primário, previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32243, e a nomear, em comissão, nesse ano e no imediato, o pessoal docente indispensável, de modo que não exceda um professor por cada turma que venha a funcionar a mais em cada escola
- 43212 Altera o regime de provimento do cargo de director do Conservatório de Música do Porto, estabelecido no Decreto n.º 16677
- 43245 Autoriza o Governo a fixar, pelos Ministros das Finanças e da Marinha, a comparticipação do Tesouro e da Junta Nacional da Marinha Mercante no estudo e construção das instalações destinadas à Escola Náutica Infante D. Henrique, que englobará as actuais Escola Náutica e Escola de Marinheiros e de Mecânicos da Marinha Mercante, a executar pelo Ministério das Obras Públicas
- 43246 Adita um artigo ao Decreto-Lei n.º 42827 (reorganização do ensino na Escola Náutica) **Revogado**
- 43271 Torna extensiva ao ultramar a secção feminina da Organização Nacional Mocidade Portuguesa
- 43330 Converte em liceu o colégio-liceu existente na cidade de Díli, da província ultramarina de Timor, o qual se designará «Liceu Dr. Francisco Machado», e insere disposições relativas ao seu funcionamento

- 43333 Regula a matrícula no ciclo preparatório do ensino técnico profissional dos assistidos pelas instituições assistenciais de recuperação que não disponham de escolas próprias
- 43345 Regula a nomeação dos directores das escolas oficiais do magistério primário e submete, para efeitos de inspecção e orientação, à dependência da Direcção-Geral do Ensino Primário as escolas particulares do mesmo magistério e as respectivas escolas anexas - Cria dois lugares de inspector do ensino normal primário e confia a coordenação de todos os serviços de inspecção do ensino primário a um inspector superior
- 43369 Altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas
- 43370 Reajusta o quadro do pessoal do Instituto de S. José, em Viseu, e torna aplicável às primeiras nomeações resultantes deste reajustamento o disposto no § único do n.º 3.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39220
- 43370 (R1 DG 294) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 43370, que reajusta o quadro do pessoal do Instituto de S. José, em Viseu
- 43374 Insere disposições legislativas aplicáveis a vários organismos dependentes do Ministério - Define a quem pertence o património dos fundos referidos no artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 41169 e dá nova redacção ao § 2.º do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 22981 e aos n.ºs 2 e 3 do artigo 147.º do Decreto-Lei n.º 41169
- 43386 Torna dependentes apenas da aprovação conjunta dos Ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional os ajustamentos na composição do programa de novos liceus, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 41572
- 43428 Permite ao Ministro alterar, por portaria, os quadros docentes dos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra, desde que, em cada uma destas cidades e em cada grupo, se mantenha o número de lugares que está fixado pela legislação em vigor
- 43429 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Francisco Marcelino da Fontoura, anexa às escolas de Chaves, concelho de Chaves

Decretos

- 42801 Fixa os quadros, por disciplinas, de assistentes e, por serviços, do pessoal técnico e auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 42801 (R1 DG 33) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 42801, que fixa os quadros, por disciplinas, de assistentes e, por serviços, do pessoal técnico e auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 42811 Regula algumas situações relativas ao pessoal dos quadros do ensino técnico profissional - Dá nova redacção a várias disposições do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, promulgado pelo Decreto n.º 37029
- 42843 Eleva à categoria de comercial a Escola Técnica Elementar da cidade de Margão, no Estado da Índia, e cria, com destino à Escola Industrial e Comercial de Goa, um lugar de professor do 1.º grupo e outro ao 9.º no quadro comum de professores efectivos do ensino profissional industrial e comercial do ultramar - Autoriza o Governo-Geral do Estado da Índia a abrir os créditos necessários para satisfazer os encargos resultantes do presente diploma
- 42844 Torna aplicáveis aos secretários do Instituto Superior Técnico, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, do Instituto Superior de Agronomia e da Escola Superior de Medicina Veterinária, pertencentes ao quadro referido no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41362, as disposições que regulam o provimento, transferência e promoção dos segundos-oficiais do mesmo quadro
- 42857 Insere disposições destinadas a esclarecer a aplicação do limite estabelecido para a entrega do boletim de matrícula e inscrição dos alunos das Universidades e das escolas superiores de belas-artes que tenham utilizado na segunda época de exames a chamada especial destinada aos impedidos em serviço militar obrigatório
- 42918 Altera a data do início nas províncias ultramarinas dos exames de aptidão para matrícula nas Universidades, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e nas escolas superiores de belas-artes e de admissão para matrícula em escolas da metrópole
- 42931 Fixa a gratificação mensal de professores de Religião e Moral do Liceu D. João II, em S. Tomé
- 42937 Actualiza as disposições que regulam as comissões de serviço dos militares no ultramar (Inclui informação sobre continuação de estudos)
- 42954 Cria no Estado da Índia a Direcção dos Serviços de Instrução e extingue a Repartição de Instrução, a que se refere o § 3.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 41472
- 42963 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Convento do Lorvão - Adaptação do edifício da antiga escola a residência do corpo clínico»
- 43013 Eleva para 550 lugares o quadro do ensino primário da província ultramarina de Angola - Autoriza o Governo-Geral da mesma província a abrir os créditos necessários para dotar no ano económico em curso e em anos subsequentes os lugares exigidos pela afluência escolar dentro do limite do aumento dos lugares criados pelo presente Decreto
- 43014 Permite ao Ministro do Ultramar prover, nomeando em comissão pessoa de reconhecida competência, os cargos de reitor ou de director de qualquer estabelecimento de ensino liceal ou de correspondente grau do ensino profissional nas províncias ultramarinas
- 43016 Define as obrigações que competem aos leitores estagiários a que se refere o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 35885 (Instituto Superior de Estudos Ultramarinos ou Escola Colonial)
- 43025 Cria no Liceu Afonso de Albuquerque, da cidade de Goa, uma secção feminina, que abrangerá o 1.º e 2.º ciclos - Designa os lugares que passam a ser atribuídos à respectiva secção feminina e cria um lugar de professora de Canto Coral - Autoriza o governador-geral do Estado da Índia a abrir um crédito para suportar os encargos criados pelo presente diploma
- 43041 Insere disposições destinadas à satisfação de necessidades urgentes da administração pública nas províncias ultramarinas

- 43048 Altera determinadas disposições do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 43051 Permite aos alunos dos cursos complementares professados nas Faculdades de Direito realizar os respectivos exames na época de Outubro, ainda que neles tenham sido excluídos na primeira época
- 43052 Designa a distribuição, por grupos e subgrupos, das disciplinas do quadro das Faculdades de Medicina
- 43064 Insere disposições destinadas à adopção de diversas providências necessárias à regularização dos serviços de instrução nas províncias ultramarinas
- 43065 Cria na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a cadeira anexa de História do Teatro, a qual é incluída na lista das disciplinas de opção para as licenciaturas em Filologia Clássica, Filologia Românica e Filologia Germânica
- 43088 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Pádua Correia, anexa às escolas de Mosteiro, freguesia de Paço de Sousa, concelho de Penafiel
- 43093 Atribui validade oficial aos exames legalmente previstos nos cursos profissionais, do ramo industrial, ministrados pelo Colégio D. Bosco, instituto de ensino missionário existente na cidade de Macau
- 43136 Determina as disciplinas da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa a que corresponde um lugar de professor catedrático e distribui os lugares de professor extraordinário pelos diversos grupos e subgrupos de disciplinas da mesma Faculdade
- 43137 Dispensa da parte especial do exame de admissão ao estágio a que se refere o n.º 3 do artigo 237.º do Decreto n.º 37029 os candidatos a professores efectivos que tenham sido classificados com, pelo menos, 16 valores nas licenciaturas ou nos cursos superiores das escolas superiores de Belas-Artes e do estágio pedagógico estabelecido no Estatuto do Ensino Técnico Profissional os leitores e antigos leitores de Português enviados pelo Instituto de Alta Cultura a Universidades estrangeiras, em determinadas condições
- 43140 Introduce alterações nos regulamentos do ensino médio agrícola, industrial e comercial
- 43146 Eleva, na província ultramarina de Moçambique, o número de lugares do quadro de professores do ensino primário e o número de professores eventuais do mesmo ensino
- 43151 Autoriza o Ministro das Finanças a conceder isenção de direitos aos materiais importados, designadamente ao material escolar e aparelhagem de laboratório, destinados às escolas alemãs de Lisboa e Porto, constantes de lista a fornecer pela Embaixada da Alemanha
- 43158 Insere disposições destinadas a satisfazer determinadas necessidades do ensino do ultramar
- 43158 (R1 DG 253) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 43158, que insere disposições destinadas a satisfazer determinadas necessidades no ensino no ultramar
- 43161 Cria no Instituto de Medicina Tropical a cadeira de Antropologia Tropical, que acresce às cadeiras enumeradas no artigo 11.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40055, e regula a forma do seu provimento
- 43216 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a elaboração do projecto de ampliação do edifício do Liceu da Horta
- 43230 Dá nova redacção aos artigos 93.º e 115.º, n.º 1, do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 43231 Introduce alterações no Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 43323 Dá nova redacção ao artigo 10.º do Decreto n.º 35801 (funcionamento de classes especiais de crianças anormais)
- 43362 Designa a distribuição dos professores catedráticos e extraordinários pelas diversas disciplinas e pelos diversos grupos e subgrupos de disciplinas da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 43363 Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 317.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 43387 Cria no Instituto de Medicina Tropical a cadeira de Bioestatística, que acresce às cadeiras enumeradas no artigo 11.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40055
- 43401 Cria mais sete escolas de ensino técnico profissional, a instalar nos concelhos de Ovar, Penafiel, Tavira, Ponte de Lima, Peso da Régua e Barreiro e na zona oriental da cidade do Porto, e designa o ensino a ministrar em cada uma delas
- 43426 Dá nova redacção ao artigo 24.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894

Portarias

- 17569 Cria, para funcionar junto do Gabinete do Ministro da Educação Nacional, a Comissão de Estudo para a Formação do Pessoal Científico e Técnico
- 17572 Aprova o Regulamento do Prémio Mário da Cunha Brito
- 17572 (R1 DG 57) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17572, que aprova o Regulamento do Prémio Mário da Cunha Brito
- 17575 Cria o Centro de Estudos de Pedologia Tropical da Junta de Investigações do Ultramar, que funcionará em colaboração com o Instituto Superior de Agronomia
- 17583 Determina que aos alunos dos cursos que funcionam ao abrigo da nova reforma da Escola Naval seja aplicado até ao fim do ano lectivo de 1962-1963 o disposto no n.º 1.º da Portaria n.º 17109
- 17585 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia várias disposições do Estatuto de Ensino Profissional, promulgado pelo Decreto n.º 37029
- 17611 Aprova o quadro do pessoal para a escola de enfermagem do Hospital de Santa Maria
- 17629 Fixa o montante dos subsídios a conceder no ano de 1960, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41281, a organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e de pára-quedistas e a prática respectiva
- 17632 Aprova o Regulamento da Escola Náutica
- 17640 Manda aplicar às províncias ultramarinas as Portarias n.ºs 17052 e 17053, que, respectivamente, manda adoptar no ensino da numeração falada e nos livros didácticos a nomenclatura internacional da regra N e determina o uso único da vírgula na escrita dos números

- 17646 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Gabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia, com a redacção dada pela presente portaria, o artigo 485.º do Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 17655 Concede o direito a um abono de alimentação aos instruídos dos cursos especiais de preparação militar da Mocidade Portuguesa que estejam a cumprir punições nas unidades onde funcionam os centros de instrução
- 17672 Dá nova redacção ao § único do artigo 85.º do Estatuto dos Oficiais da Armada, promulgado pelo Decreto n.º 28211 - Torna aplicáveis aos actuais capitães-de-mar-e-guerra que por terem sido professores da Escola Naval tenham sido dispensados dos tirocínios de embarque estabelecidos para a promoção àquele posto as disposições estabelecidas pela nova redacção do referido parágrafo
- 17695 Considera cumprida no Estado da Índia a escolaridade obrigatória prevista na Portaria n.º 16006 para os menores de idade igual ou superior a 7 e inferior a 11 anos que provem estar matriculados em escolas primárias particulares de marata, gazerate, urdu ou concaním
- 17709 Estabelece as disposições a observar nos concursos para o provimento dos cargos de professor catedrático e adjunto da Academia Militar
- 17676 Aprova o Regulamento do Prémio D. João II, destinado a galardoar o melhor estudo sobre o tema «Unidade nacional»
- 17783 Autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Moçambique a executar, em mais de um ano económico, a obra de construção de um edifício para a residência do professor da escola primária de Angónia
- 17789 Modifica os preceitos a observar nos concursos e nomeação de professores e regentes dos quadros de agregados do ensino primário - Revoga a Portaria n.º 15891
- 17811 Aprova o Regulamento das Bolsas de Estudo e dos Prémios Lawton Mackall
- 17815 Manda fazer e pôr em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão extraordinária de selos postais comemorativa do 4.º centenário da Universidade de Évora
- 17829 Aprova o modelo dos cartões de identidade dos agentes voluntários da Obra das Mães pela Educação Nacional
- 17855 Aprova o Regulamento do Prémio Marconi
- 17857 Abre um crédito na província ultramarina de Angola para pagamento das rendas nos últimos quatro meses do corrente ano de um prédio destinado ao funcionamento de algumas salas de aula do Liceu D. Guiomar de Lencastre
- 17862 Designa o traje académico a usar pelos professores ordinários e auxiliares do Instituto de Medicina Tropical
- 17868 Aprova o Regulamento do Prémio dos Engenheiros da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- 17875 Aprova o Regulamento do Prémio D. Ana do Carmo Filipe
- 17879 Abre um crédito na província ultramarina de Cabo Verde destinado ao pagamento de horas extraordinárias nos Liceus de S. Vicente e Praia
- 17883 Manda aplicar nas províncias ultramarinas, observadas as alterações e aditamentos constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 42994 (programas do ensino primário a adoptar a partir do próximo ano lectivo)
- 17883 (R1 DG 250) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17883, que manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 42994 (programas do ensino primário)
- 17886 Fixa a lotação de oficiais da Escola Naval
- 17887 Aprova o quadro orgânico de pessoal (provisório) do Lar Académico de Filhos de Oficiais e Sargentos
- 17887 (R1 DG 265) Dá nova redacção à alínea (f) do quadro orgânico do pessoal (provisório) do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos, aprovado pela Portaria n.º 17887
- 17888 Regula a concessão de dez bolsas de estudo, instituídas pelo Ministério, destinadas a estudantes naturais das províncias ultramarinas que desejem frequentar o Instituto de Serviço Social no Ultramar
- 17888 (R1 DG 197) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 17888, que regula a concessão de dez bolsas de estudo destinadas a estudantes naturais das províncias ultramarinas que desejem frequentar o Instituto de Serviço Social no Ultramar
- 17889 Regula a concessão de dez bolsas de estudo, instituídas pelo Ministério, destinadas a estudantes naturais das províncias ultramarinas que desejem frequentar o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos **Revogado**
- 17894 Regula a concessão de dez bolsas de estudo, instituídas pelo Ministério, destinadas a estudantes naturais das províncias ultramarinas que desejem frequentar o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 17899 Determina que à Escola Industrial e Comercial de Moçâmedes seja dada a denominação de «Escola Infante D. Henrique»
- 18037 Aumenta de um marinheiro sinalheiro e de um marinheiro radarista a lotação da Escola Naval
- 18043 Institui os prémios de aptidão intelectual, de aptidão física e de curso a conceder aos alunos da Academia Militar
- 18081 Aprova o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, professado no Instituto Nacional de Educação Física
- 18098 Reforça verbas inscritas nos orçamentos privativos do Jardim e Museu Agrícola do Ultramar e do Hospital do Ultramar
- 18099 Manda aplicar a todas as províncias ultramarinas, com excepção de Timor, o artigo 2.º do Decreto n.º 38381, que fixa os limites de idade para a matrícula nas escolas de ensino profissional industrial e comercial
- 18134 Manda aditar dois condutores de viaturas auto ao quadro do pessoal assalariado da Academia Militar - Altera a Portaria n.º 17329
- 18139 Dá nova redacção aos artigos 1.º a 2.º do Regulamento do Prémio Zeferino de Oliveira, aprovado pela Portaria n.º 15408

- 18141 Determina que seja provido por livre escolha do Ministro o lugar de escriturário de 2.ª classe criado pelo Decreto-Lei n.º 43374, o qual prestará serviço na secretaria do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 18149 Regula as condições de prestação de provas públicas nos concursos para a admissão de professores da Escola Naval

Instruções

- DG 156 Para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 156 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das Escolas Superiores de Belas-Artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas Escolas
- DG 221 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 221 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas

Despacho Ministeriais

- DG 269 Actualiza os quantitativos atribuídos à Academia Militar para a alimentação dos seus alunos e do seu pessoal

1961

Leis

- 2107 Promulga as bases para a execução do Plano de construções para o ensino primário no continente e ilhas adjacentes
- 2109 Promulga o regime para a fixação dos períodos de evicção escolar por virtude de doenças infecto-contagiosas

Decretos-Lei

- 43429 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Francisco Marcelino da Fontoura, anexa às escolas de Chaves, concelho de Chaves
- 43520 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Professor Cândido Duarte, anexa às escolas n.ºs 124 e 127, do Bairro de Santa Cruz de Benfica, da cidade de Lisboa
- 43602 Introduce alterações nos grupos de cadeiras professadas no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35885, e estabelece as condições de matrícula no curso a que se refere o artigo 40.º do mesmo decreto-Lei
- 43608 Autoriza o Ministro da Marinha a tomar as medidas necessárias para abreviar os cursos dos cadetes que presentemente frequentam a Escola Naval
- 43612 Autoriza a inclusão de um novo liceu para a cidade de Angra do Heroísmo no plano de construção de novos liceus, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41572, e aumenta para 204000 contos o montante fixado no artigo 1.º do referido diploma
- 43613 Regula o funcionamento do curso de especialização de instrutor rural, a ensinar nas escolas de regentes agrícolas
- 43618 Autoriza o Ministro da Educação Nacional a instituir prémios em dinheiro e a atribuir quaisquer outras remunerações com vista à aquisição dos textos e ilustrações dos livros únicos do ensino primário e à aprovação dos cadernos escolares necessários **Revogado**
- 43619 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Valpaços uma parcela de terreno situada no sítio da Corredoura, freguesia de Carrzedo de Montenegro, destinada à construção de um edifício escolar
- 43658 Dá nova redacção ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 38680, que reorganiza os serviços do Instituto de Alta Cultura
- 43659 Atribui à Reitoria da Universidade de Lisboa competência para decidir sobre a forma de exploração dos restaurantes da Cidade Universitária de Lisboa
- 43677 Determina que os alunos que ingressaram nas Faculdades de Medicina durante a vigência da reforma de 1930 prosseguirão até final os seus estudos segundo os planos dessa reforma
- 43681 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da cantina escolar de Rãs, anexa às escolas de Cruzeiro, Rãs, concelho de Penafiel
- 43682 Autoriza o Governo a aceitar a doação do edifício construído na localidade de S. Mateus, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, concelho de Montemor-o-Novo, para instalação da cantina anexa às escolas e para residência dos professores
- 43707 Autoriza o reitor da Universidade do Porto a contratar, com carácter eventual, a fim de prestar serviço nas Faculdades de Ciências e de Farmácia, o pessoal menor indispensável ao funcionamento dos respectivos serviços
- 43713 Aumenta com mais um lugar de escriturário de 1.ª classe o quadro do pessoal da secretaria do distrito escolar de Ponta Delgada
- 43715 Regulariza a situação do pessoal em serviço no Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos admitido até à data da publicação da Portaria n.º 17887
- 43806 Introduce alterações no quadro orgânico do Colégio Militar, anexo ao Decreto-Lei n.º 42135

- 43814 Considera oficial, para todos os efeitos, a escola portuguesa mista de Newark, estado de Nova Jérnia, dos Estados Unidos da América
- 43820 Dá nova constituição ao quadro do pessoal da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- 43833 Permite ao Ministro da Marinha conceder aos professores civis da Escola Naval o abono de um subsídio para alimentação **Revogado**
- 43858 Integra na Universidade Técnica de Lisboa o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, que dependerá pedagógicamente do Ministério da Educação Nacional
- 43864 Cria a Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- 43913 Insere disposições que alteram as normas reguladoras da actividade docente dos estabelecimentos de ensino do ultramar
- 43927 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico Secundário a celebrar com a Arquidiocese de Évora a escritura de transferência para a posse do Estado da Herdade da Mitra, para instalação da Escola de Regentes Agrícolas de Évora
- 43947 Determina que os liceus municipais da Covilhã, Figueira da Foz e Portimão passem a liceus nacionais e neles se ministrem o ensino dos três ciclos - Fixa os quadros do pessoal docente, de secretaria e menor dos referidos liceus e insere disposições pertinentes ao funcionamento dos mesmos
- 43969 Autoriza o Ministro das Finanças a converter em cessões a título definitivo as cessões a título precário de prédios do Estado, operadas a favor de corpos administrativos, para efeitos da construção de edifícios escolares do Plano dos Centenários
- 43972 Regula a frequência do curso de engenheiros hidrógrafos pelos oficiais da classe de marinha - Revoga a legislação em contrário e, em especial, os Decretos-Leis n.ºs 34630 e 36598 **Revogado**
- 44001 Permite que se mantenham na função além de seis anos os segundos-assistentes obrigados a assegurar regências extraordinárias por virtude do impedimento em serviço militar obrigatório de elementos do corpo docente das escolas superiores que não tenha sido possível substituir
- 44003 Determina que as disciplinas de Anatomia Descritiva (1.ª parte), Anatomia Descritiva (2.ª parte) e Anatomia Topográfica, Patologia Médica e Anatomia Patológica Especial e Patologia Cirúrgica e Anatomia Patológica Especial, do quadro das Faculdades de Medicina, passem a designar-se, respectivamente, Anatomia Descritiva, Anatomia Topográfica, Patologia Médica e Patologia Cirúrgica
- 44017 Cria a representação de Portugal junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (U. N. E. S. C. O.), através de um director de serviços, que será acreditado como observador permanente **Revogado**
- 44042 Dá nova constituição ao quadro do pessoal da reitoria, secretaria e tesouraria da Universidade de Lisboa e permite que seja assalariado ou contratado além do quadro o pessoal que se amostrar necessário ao serviço - Estabelece que têm direito a fardamento os contínuos, guardas e serventes da mesma Universidade, preceito este extensivo ao pessoal menor de todas as reitorias das Universidades
- 44046 Permite a quem possuir as habilitações constantes das alíneas c) e f) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36507 ou ainda outras que, para esse fim especial, lhes sejam equiparadas, apresentar-se a exame de aptidão para efeito de matrícula no curso de professores de Educação Física professado no Instituto Nacional de Educação Física
- 44049 Retira a autonomia administrativa ao Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos e extingue o respectivo conselho administrativo - Revoga o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42851 **Revogado**
- 44056 Dá nova redacção aos artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 35090, que introduz alterações nos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa
- 44101 Estabelece o regime a que ficam sujeitos para o efeito de retomarem ou iniciarem o estágio para a obtenção do respectivo diploma de internato os médicos internos e os médicos aprovados em mérito relativo nos concursos de admissão aos internatos dos hospitais centrais que hajam sido convocados extraordinariamente ou mobilizados, em consequência de operações militares
- 44132 Considera legalizado, para todos os efeitos, o processamento das despesas feitas pelo Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos com todo o pessoal, quer do quadro, quer eventual, que nele presta ou prestou serviço

Decretos

- 43451 Amplia de um ano o prazo estabelecido no § 2.º do artigo 91.º do Decreto n.º 41363 (exercício das funções de professor contratado das escolas superiores de belas-artes)
- 43466 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto n.º 37584, que promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 43484 Dá nova redacção ao artigo 155.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
- 43526 Dá nova constituição aos quadros do pessoal administrativo e menor da Escola do Magistério Primário de Coimbra
- 43541 Amplia de um ano o prazo estabelecido no § 2.º do artigo 91.º do Decreto n.º 41363 (exercício das funções de professor contratado das escolas superiores de belas-artes)
- 43542 Dá nova redacção à alínea i) do n.º 2 do artigo 137.º do Decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal)
- 43564 Cria, com sede na cidade da Praia, província ultramarina de Cabo Verde, o Centro de Estudos de Cabo Verde e define as suas atribuições
- 43584 Dá nova redacção ao § único do artigo 111.º e adita um parágrafo ao artigo 113.º do Regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, aprovado pelo Decreto n.º 24966
- 43598 Dá nova redacção a várias disposições do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894

- 43599 Regula as condições para a matrícula no curso de altos estudos ultramarinos, referido no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 35885, e estabelece os requisitos indispensáveis para a admissão a doutoramento
- 43599 (R1 DG 104) Rectificação ao Decreto n.º 43599, que regula as condições para a matrícula no curso de altos estudos ultramarinos e estabelece os requisitos indispensáveis para a admissão a doutoramento
- 43614 Estabelece as condições em que é autorizado aos estabelecimentos de ensino efectuar, em automóveis de sua propriedade, o transporte remunerado dos respectivos alunos nos percursos compreendidos entre as suas residências e os colégios que frequentarem e vice-versa **Revogado**
- 43636 Determina que sejam criadas, nas províncias ultramarinas onde ainda não funcionam, disciplinas que constituem habilitação para o exercício de funções nas alfândegas do ultramar
- 43636 (R1 DG 125) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 43636, que determina que sejam criadas nas províncias ultramarinas onde ainda não funcionam disciplinas que constituem habilitação para o exercício de funções nas alfândegas do ultramar
- 43641 Dá nova redacção ao artigo 192.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 43644 Dá nova redacção aos artigos 237.º, 239.º, 247.º e 248.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 43647 Concede ao coronel do C. E. M. Arnaldo Schulz, Dr. Marcelo Gonçalves Nunes Duarte Matias, engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto e Dr. Henrique Veiga de Macedo a exoneração, que pediram, respectivamente, de Ministros do Interior, dos Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social
- 43650 Nomeia o Dr. Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, Dr. Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira, Doutor Manuel Lopes de Almeida e Doutor José João Gonçalves de Proença, respectivamente, Ministros do Interior, dos Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social
- 43652 Nomeia o Dr. Carlos Eduardo Bastos de Soveral Subsecretário de Estado da Educação Nacional
- 43664 Dá nova redacção ao n.º 1.º do artigo 28.º do Decreto n.º 34093, que promulga a reforma do Colégio Militar
- 43673 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de ampliação do Liceu de Vila Real
- 43674 Fica aprovada pelo Governo a distribuição dos edifícios e salas de aulas de acordo com o plano de construções para o ensino primário- actualização do plano dos centenários, Lei nº 2107, de 5 de Abril de 1961
- 43678 Atribui ao director do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército competência para admitir e despedir, observadas as formalidades legais, o pessoal civil assalariado
- 43688 Insere disposições relativas ao funcionamento nos liceus do ultramar de serviços docentes especiais, do respectivo plano de estudos, destinados a indivíduos que, por virtude das suas ocupações, não possam aproveitar a frequência do serviço normal
- 43688 (R1 DG 129) Rectifica a forma como foi publicado o Decreto n.º 43688, que insere disposições relativas ao funcionamento nos liceus do ultramar de serviços docentes especiais, do respectivo plano de estudos, destinados a indivíduos que, por virtude das suas ocupações, não possam aproveitar a frequência do serviço normal
- 43689 Determina que, no impedimento do presidente ou do vice-presidente da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, todos os documentos relativos a levantamento de fundos, recebimentos e pagamentos sejam assinados por um administrador-delegado e pelo vogal secretário
- 43711 Altera a orgânica e uniformiza a classificação dos estabelecimentos de ensino da Armada, com excepção do Instituto Superior Naval de Guerra **Revogado**
- 43743 Insere disposições destinadas a promover a formação de médicos para servirem nos quadros médico comum e complementar de cirurgiões e especialistas das províncias ultramarinas - Revoga os Decretos n.º 41202 e 42292
- 43782 Classifica de industrial e comercial a Escola Comercial de Malanje, criada pelo Decreto n.º 41686, e aumenta de vários lugares os quadros de professores e mestres do ensino técnico do ultramar
- 43783 Permite aos professores que à data da publicação do Decreto n.º 40714 se encontravam colocados no 7.º grupo de disciplinas do ensino profissional, se o requererem, serem nomeados para as vagas do 4.º grupo que ocorram nas escolas a cujo quadro pertencem
- 43808 Regula a constituição e funcionamento nas províncias ultramarinas das escolas civis de pilotagem de aviões e de planadores, das escolas civis de pára-quedismo, dos aeroclubes e das organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aerodelismo, de aviação, com e sem motor, ou de pára-quedismo
- 43847 Autoriza o Governo-Geral do Estado da Índia a fixar as gratificações pelo exercício de determinados cargos da Escola Comercial de Margão - Permite no ultramar a passagem ao ensino oficial de alunos do ensino profissional particular
- 43848 Insere disposições destinadas a adoptar algumas providências nos liceus das províncias ultramarinas de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Estado da Índia
- 43865 Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto n.º 38636, que promulga a reforma do Instituto Superior de Agronomia
- 43880 Insere disposições relativas aos serviços de instrução nas províncias ultramarinas
- 43880 (R1 DG 224) Rectificação ao Decreto n.º 43880, que insere disposições relativas aos serviços de instrução nas províncias ultramarinas
- 43886 Dá nova redacção a várias disposições do Regulamento das Escolas Superiores de Belas-Artes, aprovado pelo Decreto n.º 41363
- 43921 Permite a realização, nas localidades onde hajam provas de aptidão para a frequência de cursos superiores, de exames de aptidão para a matrícula no curso de professores do Instituto Nacional de Educação Física, para os candidatos residentes nas províncias ultramarinas e que tenham concluído nas mesmas os estudos anteriores

- 43931 Dá nova redacção ao artigo 41.º do Decreto n.º 39227, que regula o funcionamento da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 43933 Autoriza os governadores das províncias ultramarinas de Macau e Timor a tomar providências relativas ao abono de gratificações pelo exercício de determinadas funções docentes nos liceus das referidas províncias
- 43935 Permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar por despacho a constituição ou extinção de subgrupos dentro dos grupos de disciplinas a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 43052 (Faculdades de Medicina)
- 43948 Dá nova redacção ao artigo 39.º do Decreto n.º 34093, que promulga a reforma do Colégio Militar
- 43957 Promulga a reforma do plano de estudos e do processo de recrutamento do pessoal docente do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- 43961 Dá nova redacção ao n.º 1.º do § 2.º do artigo 38.º do Decreto n.º 42937, que actualiza as disposições que regulam as comissões de serviço dos militares no ultramar (Inclui informação sobre continuação de estudos)
- 44074 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de ampliação do Liceu de Chaves
- 44078 Insere disposições legislativas aplicáveis às províncias ultramarinas e destinadas a serem introduzidas nos orçamentos para o ano de 1962 - Modifica algumas disposições do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino e dá nova redacção ao artigo 68.º do Decreto n.º 34417 (serviços de saúde) - aumentado em 5 unidades o quadro dos professores contratados em Cabo Verde

Portarias

- 18210 Fixa a lotação de oficiais da Escola Naval que não desempenham as funções de professor ou instrutor, com excepção do caso previsto no n.º 4.º do artigo 51.º do Decreto n.º 41894
- 18234 Estabelece as condições mediante as quais podem obter diplomas de valor oficial os indivíduos habilitados pelo Colégio D. Bosco antes da vigência do Decreto-Lei n.º 43093
- 18247 Reconhece o direito à aposentação, na categoria de chefe de secção, aos primeiros oficiais do quadro privativo do Ministério que à data da publicação do decreto n.º 18836 desempenhavam o cargo de chefe de secção cumulativamente com o de primeiro oficial
- 18252 Aprova como definitiva, com o n.º NP-240, a norma provisória P-240, relativa a «Cadernos para fins escolares
- 18256 Adita um artigo ao Regulamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem Professado na Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia, aprovado pela Portaria n.º 16858
- 18274 Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem do Hospital de Santa Maria, criada pela Portaria n.º 16262
Revogado
- 18274 (R1 DG 99) Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 18247, que aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem do Hospital de Santa Maria
- 18326 Dá nova redacção ao n.º 8.º da Portaria n.º 16294 (cursos especiais de preparação militar)
- 18343 Fixa o montante dos subsídios a conceder nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41281 (organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e de pára-quedistas e a prática respectiva)
- 18344 Determina que a instrução B «Higiene marítima e primeiros socorros» indicada no quadro I a que se refere o artigo 4.º do Regulamento da Escola Náutica passe a ser ministrada nos cursos de pilotagem e comissariado no 2.º semestre do 1.º ano dos respectivos cursos gerais
- 18347 Altera os quadros de professores efectivos de vários liceus de Lisboa, Porto e Coimbra
- 18372 Cria mais um lugar de adjunto do director do Distrito Escolar de Faro
- 18393 Alarga a outras escolas e cursos superiores o recrutamento de oficiais da reserva naval e cria a classe de oficiais fuzileiros da reserva naval **Revogado**
- 18443 Torna aplicável às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia o artigo 330.º do Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 18455 Manda pôr em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão extraordinária de selos postais comemorativa do 1.º centenário da fundação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 18466 Esclarece que a aplicação do artigo 2.º do Decreto n.º 38381, determinada pela Portaria n.º 18099, se limita a fixação da idade mínima para a matrícula no curso de aperfeiçoamento
- 18486 Introduce alterações no mapa I do pessoal da Casa Pia de Lisboa, constante da Portaria n.º 16786
- 18489 Altera a organização dos cursos de cadetes que actualmente frequentam a Escola Naval
- 18496 Fixa a lotação dos oficiais da Escola Naval, não incluindo os que desempenham as funções de professores ou instrutores
- 18506 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia, observadas as regras constantes da presente portaria, os Decretos n.ºs 43231 e 43641, que introduzem alterações no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 18509 Classifica a Escola Naval como unidade independente e designa os estabelecimentos de ensino da Armada que são criados, mantidos ou extintos **Revogado**
- 18518 Designa os livros e cadernos a adoptar no ensino primário **Revogado**
- 18523 Regula o funcionamento dos cursos de preparação de técnicos e auxiliares dos serviços clínicos do Ministério da Saúde e Assistência
- 18552 Acrescenta um novo número às Portarias n.ºs 12341, 13637, 14481, 16159, 17549 e 17658, que regulam o funcionamento de algumas missões da Junta de Investigações do Ultramar

- 18565 Regula a concessão de dez bolsas de estudo instituídas pelo Ministério, destinadas a naturais das províncias ultramarinas ou que nelas tenham o seu domicílio e desejem frequentar o Instituto de Serviço Social - Revoga a Portaria n.º 17888 **Revogado**
- 18568 Dá nova redacção ao n.º 31.º da Portaria n.º 16294 (cursos especiais de preparação militar aos estudantes das escolas superiores de Lisboa, Porto e Coimbra)
- 18570 Aumenta de um cozinheiro e de dois condutores auto o quadro do pessoal assalariado do Colégio Militar, constante da Portaria n.º 17062
- 18580 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Artur Martins Nogueira
- 18581 Fixa as condições em que é permitido aos professores do ensino primário repetir o Exame de Estado
- 18583 Abre um crédito a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor na província ultramarina de Cabo Verde, destinado à construção de um edifício para o Liceu Gil Eanes, na cidade do Mindelo
- 18613 Revoga o n.º 5.º da Portaria n.º 9116, que regula a deslocação dos professores do quadro de agregados quando providos no quadro geral
- 18634 Aprova o modelo do diploma de enfermeira pela Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia
- 18679 Introduce alterações na organização dos cursos de cadetes que actualmente frequentam a Escola Naval, estabelecida no quadro II anexo à Portaria n.º 18489
- 18682 Cria o curso de formação de electromecânico, a incluir no mapa n.º 4 anexo ao Decreto n.º 37029 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 18698 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia o artigo 5.º do Decreto n.º 42583 (exercício de funções docentes eventuais nas escolas de ensino técnico profissional)
- 18706 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições dos Decretos-Leis n.ºs 38031, 38298 e 42583, dos Decretos n.ºs 38899, 38904, 42584 e 43140 e dos Regulamentos dos Institutos Industriais e Comerciais, aprovados pelos Decretos n.ºs 38032 e 38231
- 18720 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Abílio Aires
- 18726 Dá nova redacção ao artigo 121.º do Regulamento da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada, aprovado pela Portaria n.º 17198
- 18740 Designa as atribuições que cabem ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos nas suas relações com a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes
- 18746 Aprova os modelos dos diplomas do curso de Arquitectura, do curso geral de Pintura, do curso geral de Escultura, do curso complementar de Pintura e do curso complementar de Escultura das escolas superiores das belas-artistas
- 18749 Fixa as normas regulamentares para o funcionamento nas províncias ultramarinas de escolas civis de pilotagem de aviões e de planadores, de pára-queda, de aeroclubes e das organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aeromodelismo, de aviação, com ou sem motor, ou de pára-queda - Revoga a Portaria n.º 16849
- 18750 Fixa o montante dos subsídios a conceder no ano de 1962 às escolas civis de pilotagem de aviões e de planadores, de pára-queda, de aeroclubes e das organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aeromodelismo, de aviação, com ou sem motor, ou de pára-queda
- 18759 Determina que tenham execução, relativamente à Biblioteca Nacional de Moçambique, as disposições do Decreto-Lei n.º 38684
- 18767 Dá nova redacção ao § único do artigo 128.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894 - Revoga as Portarias n.ºs 17109 e 17583 do n.º 3.º da Portaria n.º 18489
- 18785 Regula o funcionamento dos cursos de seminário das Faculdades de Letras
- 18800 Altera os quadros de professores efectivos de vários liceus
- 18862 Abre um crédito na província ultramarina de Angola destinado ao arrendamento de um prédio para instalação de aulas da Escola Comercial de Malanje
- 18870 Dá nova redacção à alínea a) do artigo 3.º do Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, aprovado pela Portaria n.º 18081
- 18873 Aprova o Regulamento da Academia das Ciências de Lisboa
- 18873 (R1 DG 301) Rectifica a forma como foi publicado o Regulamento da Academia das Ciências de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 18873

Instruções

- DG 157 Para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 157 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artistas e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 220 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)

- DG 220 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de Desenho Artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas

Portarias Ministeriais

- 5 Cria cursos de especialização de acordo com o n.º 2.º do artigo 11.º do Regulamento do Ensino Médio Agrícola, aprovado pelo Decreto n.º 38 026, de 2 de Novembro de 1850 e alterado pela Portaria n.º 16003, de 15 de Outubro de 1955

1962

Decretos-Lei

- 44161 Autoriza a Academia de Música de Santa Maria, coar sede na Vila da Feira, a ministrar o ensino dos cursos superiores de Piano, Violino, Violoncelo, Canto e Composição da secção de música do Conservatório Nacional, sem encargos para o Estado
- 44162 Dá nova redacção ao corpo do artigo único do Decreto-Lei n.º 39715 (regência de disciplinas de índole literária do Conservatório Nacional)
- 44192 Insere disposições relativas à matrícula de alunos nas diversas modalidades do ensino particular - Permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar que os alunos de qualquer estabelecimento de ensino particular realizem nele os respectivos exames
- 44197 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Nicolau Mesquita, anexa às escolas do núcleo de Pedras Salgadas, freguesia de Bornes de Aguiar, concelho de Vila Pouca de Aguiar
- 44206 Altera os quadros do pessoal docente, técnico, auxiliar e menor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 44207 Dá nova redacção ao artigo 15.º e seu § 2.º do Decreto n.º 37584, que promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 44210 Estabelece a equivalência de determinadas cadeiras ministradas na Escola Naval e as de índole ou designação semelhantes professadas nas Faculdades e institutos superiores
- 44214 Autoriza o Ministro da Marinha a tomar, sempre que as circunstâncias o exigiam, as medidas necessárias para abreviar os cursos dos cadetes que frequentem a Escola Naval, de maneira a antecipar o seu ingresso nos quadros de oficiais **Revogado**
- 44232 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Alves Pimpão, anexa às escolas do núcleo de Carlão, concelho de Alijó
- 44236 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar D. Maria de Sousa Pereira, anexa às escolas de Sanfins do Torno, concelho de Lousada
- 44302 Determina que seja gratuita ou beneficie de redução a admissão e instrução ou internamento em todos os estabelecimentos de ensino do Estado dos filhos dos indivíduos falecidos, mutilados, estropiados ou por qualquer forma incapacitados ao serviço da Pátria
- 44303 Cria, para ser atribuído pelo Ministério das Finanças, um prémio anual para o melhor trabalho sobre tema histórico, económico, financeiro ou jurídico relacionado com a actividade do Ministério. (Ver Portaria 20539 que aprova o Regulamento do Prémio Doutor Oliveira Salazar, instituído por este Decreto-Lei)
- 44356 Determina que seja gratuita ou beneficie de redução a admissão e instrução ou internamento em todos os estabelecimentos de ensino do Estado dos filhos dos indivíduos falecidos, mutilados, estropiados ou por qualquer forma incapacitados ao serviço da Pátria
- 44357 Permite ao Ministro da Educação Nacional sempre ordenar, sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades, procedimento disciplinar contra alunos das escolas dependentes do Ministério, nomear livremente os instrutores e aplicar, mediante parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, qualquer das penas previstas pela legislação respectiva **Revogado**
- 44378 Estabelece novos preceitos a observar na realização dos exames da 4.ª classe do ensino primário - Revoga o disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Decreto n.º 38969
- 44405 Adita uma alínea ao artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 40678 (funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, assistentes familiares e monitoras familiares)
- 44413 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41192, que insere disposições relativas à matrícula de alunos nas diversas modalidades do ensino particular - Permite que no corrente ano escolar sejam admitidos a exame os alunos que, preenchendo os restantes requisitos, não tenham efectuado a matrícula, desde que hajam completado 18 anos até 31 de Dezembro último
- 44443 Insere disposições destinadas a simplificar e descongestionar os serviços da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional e a regular a prestação, pelos professores, de serviço extraordinário e o abono das correspondentes gratificações, bem como o recrutamento dos instrutores rurais do ensino complementar agrícola - Dá nova redacção aos artigos 16.º, 24.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 41381, que institui no ensino profissional agrícola os cursos complementares de aprendizagem, elementos de aperfeiçoamento e de formação profissional
- 44530 Cria nas províncias de Angola e Moçambique os estudos gerais universitários, integrados na Universidade Portuguesa

- 44552 Aumenta de três oficiais gerais o quadro de professores efectivos do curso de altos comandos do Instituto de Altos Estudos Militares, constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 42162
- 44560 Dá nova redacção ao artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 43369, que altera o plano de estudos das escolas do magistério primário - Determina que os exames de aptidão para a regência de postos escolares se realizem em data e lugar que forem determinados por despacho ministerial
- 44582 Dá nova constituição aos quadros do pessoal administrativo e menor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, referidos no artigo 78.º do Decreto n.º 43957, e extingue um lugar de inspector superior de obras públicas e comunicações e um de engenheiro civil de 2.ª classe, respectivamente nos quadros do Conselho Superior de Fomento Ultramarino e da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério
- 44589 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Joaquim Ramalhão, anexa às escolas do núcleo da Maia, concelho da Maia
- 44591 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar Abílio Vaz Coelho, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Paranhos, concelho de Seia
- 44612 Insere disposições relativas ao exercício dos lugares de professoras de Higiene, Enfermagem e Puericultura do Instituto de Odontologia - Altera os artigos 39.º, 40.º e 41.º do Decreto n.º 32615 e o Decreto-Lei n.º 42134
- 44632 Cria na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Organizações Circum-Ecolares do Ensino Superior - Revoga o Decreto-Lei n.º 40900
- 44632 (R1 DG 252) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 44632, que cria a Comissão Permanente das Organizações Circum-Ecolares do Ensino Superior
- 44639 Inclui nos dois primeiros anos da licenciatura em Economia professada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto as disciplinas Práticas de Técnica Comercial I e Práticas de Técnica Comercial II
- 44641 Transfere para a Cantina Escolar Tertuliano Marques Pereira, da sede do concelho de Nelas, um certificado de renda perpétua assentado a favor do Centro de Assistência Social de Nelas
- 44660 Regula a situação dos funcionários públicos do Estado Português da Índia, de nomeação definitiva, provisória ou com contrato de provimento, que, na presente data, se encontram na metrópole ou nas outras províncias ultramarinas a aguardar colocação em virtude dos acontecimentos ocorridos naquele Estado
- 44711 Permite que seja atribuída uma gratificação aos membros da comissão constituída, nos termos do § 2.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 40761, para julgamento das contas das gerências anuais da Fundação António Inácio da Cruz, de Grândola - Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional
- 44713 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da cantina escolar de Quintanilha, anexa às escolas do núcleo de Quintanilha, concelho de Bragança
- 44826 Permite que o cargo de reitor de Universidade seja exercido em acumulação com o de presidente ou director de organismo de investigação científica

Decretos

- 44146 Regula a constituição dos júris dos exames finais das escolas universitárias, exceptuadas as Faculdades de Direito
- 44159 Permite e regula a criação, dentro dos quadros do ensino oficial ou particular das províncias ultramarinas, de institutos de educação e serviço social – no art. 3.º tem as habilitações que eram exigidas
- 44159 (R1 DG 73) Rectificação ao Decreto n.º 44159 que permite e regula a criação dentro dos quadros do ensino oficial ou particular das províncias ultramarinas, de institutos de educação e serviço social
- 44159 (R2 DG 135) Permite e regula a criação, dentro dos quadros do ensino oficial ou particular das províncias ultramarinas, de institutos de educação e serviço social
- 44211 Determina que em todas as escolas universitárias as provas para a conquista do título de professor agregado sejam as mesmas do concurso para professor extraordinário
- 44240 Institui no ultramar escolas do magistério primário, destinadas a preparar pessoal docente para o ensino primário comum - Cria duas escolas do magistério primário na província ultramarina de Angola e outras duas na de Moçambique
- 44312 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de ampliação do Liceu Dr. Manuel de Arriaga (Horta, Açores)
- 44314 Regula as condições do estágio nas províncias ultramarinas dos finalistas dos cursos superiores de Agronomia, Economia, Engenharia e Medicina Veterinária da Universidade Técnica ou da Universidade do Porto, do curso superior de Arquitectura das escolas de belas-arts e da Faculdade de Farmácia que pretendam estagiar em serviços públicos no ultramar **Revogado**
- 44314 (R1 DG 135) Rectificação ao Decreto n.º 44314, que regula as condições do estágio nas províncias ultramarinas dos finalistas de vários cursos superiores que pretendam estagiar em serviços públicos no ultramar
- 44316 Determina que os estágios efectuados em serviços públicos do ultramar ao abrigo do Decreto n.º 44314, desta data, possam ser considerados para cumprimento dos prescritos nos regimes dos respectivos cursos
- 44337 Regula a distribuição do pessoal docente, técnico e auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 44377 Altera a constituição do 6.º ano do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, organizado pelo Decreto n.º 40378
- 44381 Permite que as certidões mencionadas nos artigos 5.º, 13.º e 16.º, respectivamente, dos Decretos n.º 29992, 38302 e 38844 sejam passadas pelas secretarias dos estabelecimentos de ensino superior em que foram prestadas as provas de equiparação ou, se esta não ficou dependente de provas, pelas secretarias dos estabelecimentos do mesmo ensino em que se ministram as habilitações a que a equiparação foi concedida
- 44404 Esclarece as condições de provimento dos lugares do quadro do pessoal técnico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

- 44472 Anula o Diploma Legislativo n.º 3235, de 21 de Abril de 1962, do Governo-Geral de Angola, e as respectivas portarias regulamentares n.ºs 12196 a 12201 (sobre os centros de Estudos Universitários, organizados por aquele Diploma, junto dos Institutos de Investigação e do Laboratório de Engenharia de Angola)
- 44487 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar um termo adicional ao contrato para a elaboração do projecto de ampliação do edifício do Liceu da Horta
- 44498 Autoriza a importação temporária de filmes educativos, de carácter científico ou cultural, que não se destinem a exibição em recintos de entradas pagas, pelo prazo de doze meses e com dispensa de garantia aos direitos respectivos
- 44533 Cria duas escolas técnicas profissionais, a instalar nos concelhos da Sertã e de Olhão, que se denominarão, respectivamente, Escola Industrial da Sertã e Escola Industrial de Olhão
- 44538 Cria o Instituto de Formação Profissional Acelerada (I. F. P. A.), dependente da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações **Revogado**
- 44551 Dá nova redacção ao artigo 21.º do Decreto n.º 37584, que promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 44620 Cria em Lisboa o Instituto de Estudos Sociais, destinado à investigação e ensino dos princípios informadores da política social no domínio do trabalho, da organização corporativa e da previdência
- 44624 Cria três escolas técnicas elementares, localizadas em João Belo, em Tete e em Vila Cabral
- 44644 Estabelece regras sobre a constituição dos corpos docentes dos estudos gerais universitários de Angola e Moçambique
- 44671 Esclarece dúvidas quanto ao regime de nomeação do pessoal docente dos estudos gerais universitários das províncias de Angola e Moçambique e dos governadores de distrito nas províncias de governo-geral
- 44712 Permite que sejam providos em lugares do 7.º grupo das escolas técnicas profissionais os professores que, à data da publicação do Decreto n.º 40714, possuíam a habilitação legal para o ingresso no quadro de professores efectivos do 6.º grupo
- 44732 Regula a admissão, como tirocinantes na metrópole, dos finalistas dos cursos superiores de Agronomia e de Medicina Veterinária que desejem servir nas províncias ultramarinas e a quem falte o estágio para completarem os respectivos cursos
- 44745 Introduce modificações no plano de estudos do Colégio Militar
- 44753 Concede ao Doutor António de Oliveira Salazar, general Mário José Pereira da Silva, Dr. Adriano José Alves Moreira, Doutor Manuel Lopes de Almeida, engenheiro José do Nascimento Ferreira Dias Júnior e Dr. Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho a exoneração, que pediram, respectivamente, de Ministros da Defesa Nacional, do Exército, do Ultramar, da Educação Nacional, da Economia e da Saúde e Assistência
- 44756 Nomeia o general Manuel Gomes de Araújo, coronel do C. E. M. Joaquim da Luz Cunha, capitão-de-fragata António Augusto Peixoto Correia, Doutor Inocêncio Galvão Teles, Doutor Luís Maria Teixeira Pinto e Doutor Pedro Mário Soares Martinez, respectivamente, Ministros da Defesa Nacional, do Exército, do Ultramar, da Educação Nacional, da Economia, da Saúde e Assistência e encarrega o Ministro da Economia da gerência da Secretaria de Estado da Indústria
- 44774 Regula a admissão à matrícula nos cursos de assistentes sociais, de educadores sociais e de monitores da família dos institutos de educação e serviço social do ultramar
- 44777 Insere disposições legislativas aplicáveis aos serviços de instrução do ultramar
- 44813 Determina que sejam abolidos para os alunos ordinários das escolas superiores os exames de frequência e que em sua substituição sejam utilizados nas aulas, para averiguar o aproveitamento dos alunos, interrogatórios orais, resolução de problemas, tarefas experimentais e exercícios escritos não anunciados

Portarias

- 19030 Estabelece a distribuição de actividades lectivas correspondente à habilitação complementar para exame de admissão às escolas do magistério primário das alunas admitidas ao curso de formação feminina do ensino técnico profissional, fixada nos n.ºs 1.º e 2.º da Portaria n.º 16991
- 19038 Adita um parágrafo ao n.º XI da Portaria n.º 17789, que modifica os preceitos a observar nos concursos e nomeação de professores e regentes dos quadros de agregados do ensino primário
- 19077 Torna extensivo à província ultramarina, de Moçambique o artigo 2.º do Diploma Legislativo Ministerial n.º 71, de 25 de Outubro de 1961, de Angola (protecção ao desporto)
- 19091 Aprova os programas dos cursos de serviço social, de educadores sociais, de educadores infância, de monitores de família e de monitores de infância, previstos no Decreto n.º 44159
- 19112 Torna aplicáveis ao ultramar, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições do Decreto-Lei n.º 32243, que regula o funcionamento das escolas do magistério primário
- 19114 Cria o Centro de Educação Física da Armada, adstrito ao Comando da Base Naval de Lisboa **Revogado**
- 19118 Manda abater ao quadro de professores efectivos do Liceu D. Manuel II, no Porto, um lugar de professor do 2.º grupo e aumentar ao mesmo quadro do Liceu Alexandre Herculano, da referida cidade, um lugar do mesmo grupo
- 19131 Dá nova redacção ao § 2.º do artigo 123.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 19137 Cria na Junta de Investigações do Ultramar, para funcionar junto do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, o Centro de Estudos de Antropologia Cultural
- 19168 Revoga os artigos 20.º a 34.º dos estatutos da Associação Académica de Coimbra, aprovados pela Portaria n.º 12491
- 19174 Aprova o Regulamento do Prémio Agria Grande
- 19272 Estabelece preceitos destinados a abreviar os cursos de cadetes a admitir no corrente ano na Escola Naval

- 19301 Aprova o quadro orgânico do pessoal civil e militar do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos - Substituído e aprovado pela Portaria n.º 17887
- 19364 Aprova o quadro provisório de reforço ao quadro orgânico da Academia Militar
- 19337 Manda aplicar às províncias ultramarinas o artigo 3.º do Decreto n.º 42811, que dá nova redacção a várias disposições do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 19377 Abre um crédito na província ultramarina de Moçambique destinado a fazer face ao pagamento da renda da casa onde funcionará o Liceu Nacional de Nampula no corrente ano
- 19404 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 44413, que dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 41192, que insere disposições relativas à matrícula de alunos nas diversas modalidades do ensino particular
- 19428 Altera, relativamente aos centros escolares da Mocidade Portuguesa, as normas a observar nas cantinas dos centros escolares da Mocidade Portuguesa Feminina, estabelecidas pela Portaria n.º 10515
- 19432 Aprova o Regulamento Geral do Instituto de Formação Profissional Acelerada
- 19443 Dá nova redacção à observação (h) do quadro orgânico do pessoal civil e militar do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos, aprovado pela Portaria n.º 19301
- 19470 Aprova o Regulamento respeitante à Organização, Funcionamento e Programas do Instituto de Estudos Sociais
- 19509 Estabelece as condições de admissão e de preferência aos concursos para a frequência do curso de engenheiro hidrógrafo e regula a constituição e funcionamento do júri para a selecção dos candidatos
- 19521 Determina que o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos passe a designar-se «Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina»
- 19561 Torna extensivo à província ultramarina de Timor o disposto na Portaria n.º 15088, que determina que os governos das províncias ultramarinas em que há liceus enviem determinadas informações ao Ministério
- 19589 Aprova o Regulamento do Prémio Almirante Américo Thomaz
- 19620 Cria em Lisboa o Instituto de Estudos Sociais, destinado à investigação e ensino dos princípios informadores da política social no domínio do trabalho, da organização corporativa e da previdência

Despachos

- DG 70 Determina que seja desdobrado em dois subgrupos o 1.º grupo de disciplinas das Faculdades de Medicina, referido no artigo 1.º do Decreto n.º 43052
- DG 277 Aprova o reforço para o ano lectivo de 1962-1963 do quadro orgânico do corpo docente da Academia Militar, constante do apêndice n.º 1 do mapa anexo n.º 3 ao Decreto-Lei n.º 42152

Instruções

- DG 155 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 155 Para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 214 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 214 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de Desenho Artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas

1963

Decretos-Lei

- 44851 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Almada uma parcela de terreno situado na Fonte da Telha, freguesia da Costa da Caparica, destinada à construção de uma escola primária
- 44859 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Bernardo do Paço, anexa às escolas do núcleo de Lamas, concelho de Sátão
- 44873 Eleva o número de bolsas destinadas aos alunos universitários, a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 31658, e fixa em 6000\$00 a importância anual das mesmas bolsas, bem como a daquelas a que se refere o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41362
- 44875 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Diocese do Algarve o antigo Paço Episcopal, incluindo o conjunto de edifícios onde estiveram instalados os serviços da escola industrial e comercial, situados no Largo da Sé, da cidade de Faro
- 44922 Permite à reitoria da Universidade de Lisboa contratar, além do quadro, o pessoal técnico indispensável para a conservação dos edifícios e do material afectos aos seus serviços, bem como o pessoal menor necessário para a guarda e vigilância do edifício do restaurante universitário
- 44941 Designa as situações em que os oficiais e sargentos ou equiparados, os alunos dos estabelecimentos de ensino do Ministério e os indivíduos sujeitos à prestação do serviço militar têm direito ao abono de alimentação e alojamento por conta do Estado - Revoga o Decreto-Lei n.º 41896 e o Decreto n.º 41964, ressalvadas, quanto a este último, as suas disposições de carácter regulamentar, enquanto não for publicado novo regulamento

- 44956 Institui junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com carácter perpétuo, a Fundação Rangel de Sampaio
- 44988 Autoriza o reitor da Universidade do Porto a contratar, com carácter eventual, a fim de prestar serviço na Faculdade de Medicina, o pessoal menor indispensável ao funcionamento dos respectivos serviços
- 44997 Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34659, que regula a admissão e frequência dos cursos de engenheiros construtores navais **Revogado**
- 45017 Permite que, para o ensino das instruções dos cursos da Escola Naval mencionados no quadro III anexo ao Decreto n.º 41894, possam ser contratados indivíduos estranhos à Armada, nas condições estabelecidas no Decreto-Lei n.º 42881 para os professores de línguas estrangeiras da mesma Escola - Revoga o Decreto-Lei n.º 40436 **Revogado**
- 45019 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44589, que autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Joaquim Ramalhão, anexa às escolas do núcleo da Maia, concelho da Maia
- 45030 Considera oficial, para todos os efeitos, a escola portuguesa mista do ensino primário de Caracas, na Venezuela
- 45034 Acresce de dois professores catedráticos o quadro do pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- 45042 Autoriza o Ministro da Educação Nacional a tomar as disposições que em cada caso se mostrarem necessárias ou convenientes para que os portugueses naturais do Estado da Índia possam obter a equiparação dos seus estudos a habilitações ministradas em quaisquer escolas oficiais portuguesas
- 45174 Permite à reitoria da Universidade de Coimbra contratar ou assalariar, além do quadro, o pessoal administrativo, técnico e menor indispensável à utilização e conservação dos edifícios e do material afectos aos seus serviços e à guarda e vigilância dos mesmos edifícios, incluindo as instalações académicas
- 45180 Promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 45180 (R1 DG 222) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 45180, que promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 45211 Cria e integra no Museu da Marinha um centro científico e cultural denominado «Planetário Calouste Gulbenkian» - Define o regime de movimentação dos respectivos fundos
- 45227 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Sabrosa o edifício do Estado e terreno anexo onde funcionou a escola primária feminina de Sabrosa, situado no lugar da Fontainha, ou Largo do Dr. Sá Fernandes
- 45249 Insere disposições relativas ao recrutamento e escolha de professores de Desenho e Trabalhos Manuais Educativos e de Psicologia Aplicada à Educação e de Didáctica Especial das escolas do magistério primário e à admissão do pessoal das secretarias das direcções escolares. Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 43369 e revoga os artigos 135.º, 136.º e 137.º do Decreto-Lei n.º 38969
- 45293 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Edificação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar Joaquim Craveiro Rabaça, anexa às escolas da sede do concelho de Manteigas
- 45302 Permite ao Ministro do Exército autorizar, a título excepcional, a matrícula na Academia Militar aos oficiais do quadro de complemento e aos sargentos que, por serviços prestados em defesa da integridade nacional, hajam sido galardoados
- 45304 Reajusta o sistema estabelecido para a admissão de professores civis para a regência de cadeiras e aulas práticas de carácter académico da Escola Naval - Revoga os Decretos-Leis n.ºs 42881 e 43833
- 45305 Institui o serviço de leitura nocturna na biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 45352 Regula as condições de provimento e do abono de remunerações dos professores, mestres e regentes de estudo do quadro orgânico do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos
- 45357 Dá nova redacção aos artigos 1.º, seus §§ 1.º e 2, e 3.º do Decreto-Lei n.º 44101, que estabelece o regime a que ficam sujeitos os médicos internos e os médicos aprovados em mérito relativo nos concursos de admissão aos internatos dos hospitais centrais que hajam sido convocados extraordinariamente ou mobilizados em consequência de operações militares
- 45382 Fixa as condições em que será efectuado o pagamento ao Patriarcado de Lisboa dos terrenos da Cerca de S. Vicente de Fora ocupados pelo Liceu Gil Vicente, bem como as compensações pela cedência de terrenos de que o mesmo Patriarcado necessita para a construção da Universidade Católica, efectuada por outras entidades
- 45409 Autoriza o reitor da Universidade de Coimbra a contratar, com carácter eventual, o pessoal menor indispensável ao funcionamento dos serviços na Faculdade de Direito
- 45426 Regula o provimento dos lugares de chefe de secção, ou equiparados, do Ministério da Educação Nacional - Confere ao chefe da Secretaria-Geral do Ministério as atribuições de assinar todas as folhas e demais documentos de despesa processados nos respectivos serviços
- 45461 Coloca na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira e regula outras disposições relativas ao mesmo Instituto
- 45470 Introduce alterações nos quadros do pessoal administrativo das escolas técnicas profissionais
- 45480 Adia para 1 Janeiro de 1965 a data prevista no artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 44721, que promulga a lei orgânica das ordens honoríficas portuguesas **Revogado**
- 45480 (R1 DG 71 de 1965) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 45840, que aumenta para cinco anos a escolaridade das licenciaturas nas Faculdades de Ciências

Decretos

- 44881 Amplia o quadro do professorado do ensino primário da província ultramarina de Angola

- 44994 Introduz ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 45023 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a alterar a distribuição dos encargos a satisfazer com a execução da obra de ampliação do Liceu Dr. Manuel de Arriaga, na Horta (Açores), a que se refere o Decreto n.º 44312
- 45038 Insere disposições relativas ao funcionamento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina - Dá nova redacção ao § 3.º do artigo 31.º e ao corpo do artigo 48.º do Decreto n.º 43957
- 45043 Regulamenta as actividades das organizações circum-escolares do ensino superior
- 45057 Prorroga até Outubro de 1963 o prazo de execução da obra de ampliação do Liceu de Chaves, a que se refere o Decreto n.º 44074, e autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a despender no corrente ano uma quantia com pagamentos relativos à mencionada obra
- 45076 Permite aos professores do ensino superior que atingirem o limite de idade para o exercício de funções públicas utilizarem, como se continuassem ao serviço, as instalações e o material das respectivas escolas para os seus trabalhos de investigação científica
- 45140 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a alterar a distribuição dos encargos a satisfazer com a elaboração do projecto da obra de ampliação do edifício do Liceu da Horta, a que se refere o Decreto n.º 44487
- 45160 Cria o curso de Medicina do Trabalho, que será professado no Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, como uma especialização do curso de Medicina Sanitária
- 45170 Dá nova redacção aos artigos 2.º e 3.º do Diploma Legislativo Ministerial n.º 43, publicado em Luanda em 19 de Maio de 1961 (orientação dos jardins-escolas)
- 45193 Permite aos alunos das escolas superiores de belas-artistas realizar em Outubro até dois exames de disciplinas de índole literária ou científica, mesmo que nesses exames tenham sido excluídos na época de Junho-Julho
- 45204 Determina que as Faculdades de Direito, além do grau de doutor em Ciências Histórico-Jurídicas e em Ciências Jurídicas, confirmam o de doutor em Ciências Jurídico-Económicas e em Ciências Jurídico-Políticas
- 45235 Insere disposições legislativas destinadas a prover às necessidades de vários graus de ensino das províncias de Angola e Moçambique - Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto n.º 44777
- 45240 Estabelece o regime para a concessão de bolsas de estudo e criação de lares de estudantes nas províncias ultramarinas
- 45240 (R1 DG 5 de 1964) Rectificação ao Decreto n.º 45240, que estabelece o regime para a concessão de bolsas de estudo e criação de lares para estudantes nas províncias ultramarinas
- 45304 Reajusta o sistema estabelecido para a admissão de professores civis para a regência de cadeiras e aulas práticas de carácter académico da Escola Naval - Revoga os Decretos-Leis n.ºs 42881 e 43833
- 45315 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Liceu Normal Pedro Nunes - Pavilhão de cultura física e cantina - 2.ª fase (acabamentos)»
- 45321 Regula as condições em que se podem candidatar a lugares do quadro do pessoal operário do Museu da Marinha os indivíduos educados em estabelecimentos do Estado, dele dependentes ou por ele subsidiados, com determinadas incapacidades físicas
- 45322 Permite aos alunos voluntários das Faculdades de Letras e de Direito e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina com residência nas províncias ultramarinas realizar ali os exames de frequência, nos estabelecimentos de ensino e perante as entidades que para o efeito forem designados
- 45351 Permite aos museus nacionais admitir conservadores ajudantes nas mesmas condições em que isso é permitido aos museus regionais e ao Museu Nacional de Soares dos Reis
- 45361 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da empreitada de ampliação do Liceu de Viseu
- 45387 Dá nova redacção a vários artigos do Decreto n.º 38026, que aprova o Regulamento do Ensino Médio Agrícola - Uniformiza as condições de provimento dos lugares de primeiro-oficial em todos os estabelecimento dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional
- 45389 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção das novas oficinas da Escola Profissional de Santa Clara, em Vila do Conde
- 45418 Cria no Instituto de Alta Cultura o Centro de Estudos de Pedagogia Áudio-Visual e define as suas atribuições

Portarias

- 19615 Aprova o modelo do diploma correspondente aos cursos organizados pelo Decreto n.º 37087 e pelo artigo 30.º do Decreto n.º 41341 (preparação dos professores adjuntos dos 8.º e 11.º grupos do ensino profissional)
- 19637 Determina que a Escola de Escriurários, criada pela Portaria n.º 18509, passe a designar-se por Escola de Abastecimento
- 19719 Institui no Ministério 53 bolsas de estudo e estabelece o regime para a sua concessão
- 19740 Aprova e manda pôr em execução, a partir do ano escolar de 1962-1963, o plano de estudos para o Colégio Militar
- 19766 Cria na Junta de Investigações do Ultramar, para funcionar junto do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, o Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário
- 19769 Introduz ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 19784 Fixa o montante dos subsídios a conceder, no corrente ano, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41281 (organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e pára-quedistas e a prática respectiva)
- 19827 Aprova o modelo do diploma do curso de aperfeiçoamento profissional
- 19870 Estabelece as preferências de que gozam na sua colocação os professores primários das províncias ultramarinas

- 19877 Dá nova redacção às regras 4.ª e 3.ª, respectivamente, das Portarias n.ºs 12238, 16681 e 17416, que mandam aplicar às províncias ultramarinas várias disposições do Estatuto do Ensino Liceal, aprovado pelo Decreto n.º 36508
- 19884 Abre um crédito na província ultramarina de Angola, a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor, destinado à satisfação dos encargos provenientes do incremento da campanha do ensino rural
- 19890 Aprova o plano do curso de formação agrícola, especialmente orientado para a vitivinicultura, atribuído à Escola Técnica da Régua
- 19892 Aprova os programas da instrução profissional do ensino complementar de aprendizagem agrícola
- 19925 Adita uma alínea ao n.º 4.º do plano de estudos para o Colégio Militar, aprovado pela Portaria n.º 19740
- 19927 Abre um crédito na província ultramarina de Moçambique, a inscrever em adicional à tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, para pagamento de gratificações aos membros do júri de exames de admissão ao Instituto Comercial de Lourenço Marques
- 19994 Reduz para 1,62 m a altura mínima exigida aos candidatos a cadete da Escola Naval para o concurso a efectuar no corrente ano
- 19999 Manda aplicar aos cursos de cadetes de Miguel Corte Real a admitir na Escola Naval no corrente ano o disposto na Portaria n.º 19272 - Substitui o quadro anexo à referida portaria
- 20012 Institui no Ministério (do Ultramar) mais dezasseis bolsas de estudo, a conceder nos termos da Portaria n.º 19719
- 20027 Fixa os quadros do pessoal docente, técnico, administrativo e menor dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 45180
- 20027 (R1 DG 274) Declaração de ter sido rectificadada a forma como foi publicada a Portaria n.º 20027, que fixa os quadros do pessoal docente, técnico, administrativo e menor dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 20066 Regula o recrutamento e provimento do pessoal técnico, administrativo e menor dos quadros dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique, fixados pela Portaria n.º 20027
- 20071 Fixa a distribuição, pelas províncias ultramarinas, dos subsídios para a formação e treino de pilotos de avião e pára-quedistas
- 20086 Abre um crédito na província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, a inscrever em adicional na tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, destinado ao pagamento das remunerações atribuídas aos professores encarregados do curso de monitoras de família do Instituto de Educação e Serviço Social anexo aos serviços de saúde
- 20123 Aprova o Regulamento do Prémio do Dr. Luís Pinto da Fonseca
- 20134 Abate um lugar de professor do 7.º grupo ao quadro de professores efectivos do Liceu Pedro Nunes, de Lisboa, e aumenta um lugar de professor do mesmo grupo em idêntico quadro do Liceu Passos Manuel, da mesma cidade
- 20155 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o artigo 219.º do Decreto n.º 38032 (Regulamento dos Institutos Industriais)
- 20198 Fixa o montante dos subsídios a conceder no ano de 1963 às escolas civis de pilotagem de aviões e de planadores de pára-queda, de aeroclubes e das organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aeromodelismo, de aviação, com ou sem motor, ou de pára-queda
- 20208 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com nova redacção, os artigos 1.º, 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 45249 (recrutamento e escolha de professores para as escolas do magistério primário)
- 20254 Aprova o Regulamento do Prémio Pedro Álvares Cabral, destinado a recompensar anualmente os dois melhores alunos (um de cada sexo) das escolas primárias de Belmonte

Despachos

- DG 37 Estabelece preceitos a observar no funcionamento dos diferentes cursos realizados na Academia Militar, para que possa ser antecipada temporariamente a sua conclusão
- DG 88 Determina que no ano lectivo de 1962-1963 vigorem, a título provisório, os planos de cursos (cadeiras, cursos de línguas e conferências) que vigoraram na Academia Militar no ano lectivo de 1961-1962

Instruções

- DG 160 Para execução dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de Desenho Artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 160 Para execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)
- DG 190 Para a execução, nas províncias ultramarinas, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades, nos estudos gerais universitários e nas escolas superiores de belas-artes (curso de Arquitectura)
- DG 190 Para a execução, nas províncias ultramarinas, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de desenho artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas
- DG 219 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, na Universidade Técnica de Lisboa, nos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique e nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (curso de Arquitectura)

- DG 219 Para a execução, na época de Outubro, dos serviços relativos à prova de aptidão com destino aos cursos de Pintura e de Escultura das escolas superiores de belas-artes e para a realização da prova de Desenho Artístico do exame de aptidão com destino ao curso de Arquitectura das mesmas escolas

1964

Decretos-Lei

- 45554 Insere disposições destinadas a regular o abate de alunos ao efectivo da Academia Militar
- 45558 Permite ao Conservatório Nacional contratar acompanhadores musicais para as aulas de canto, instrumentos, canto coral, dança e educação física
- 45559 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar Coronel Francisco Pina Lopes, anexa às escolas de Escalos de Baixo, concelho de Castelo Branco
- 45562 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar D. Maria Angelina Sá Coutinho, anexa às escolas do lugar de Cárcua, freguesia de Bertandos, núcleo de Crasto, concelho de Ponte de Lima
- 45563 Substitui por «directores escolares e directores de instrução na Escola Naval e nos grupos de escolas» a expressão «directores de instrução nas Escolas de Artilharia Naval e de Alunos Marinheiros», a que se refere a lista de cargos designados na alínea d) do n.º 5.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 30249 (vencimentos a abonar aos oficiais da Armada, guardas-marinhas, sargentos e praças)
- 45564 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar D. Antónia Correia, anexa às escolas do núcleo de Loureiro, freguesia de Delães, concelho de Vila Nova de Famalicão
- 45564 (R1 DG 44) De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 45564, que autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Antónia Correia, anexa às escolas do núcleo de Loureiro, freguesia de Delães, concelho de Vila Nova de Famalicão
- 45565 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas de Louredo, núcleo de Magida, freguesia de S. Julião do Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão, a qual será denominada «Cantina Escolar Domingos da Costa Simões»
- 45594 Considera, para todos os efeitos, prorrogado por dez anos o prazo estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 39226, que regula o funcionamento da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 45614 Aumenta de dois professores catedráticos o quadro do pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 45625 Concede os meios financeiros necessários à execução do Decreto-Lei n.º 45470, que introduz alterações nos quadros do pessoal administrativo das escolas técnicas profissionais, e estabelece os termos de caução pelas funções de chefe de secretaria e de tesoureiro do conselho administrativo de qualquer dos serviços dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional
- 45632 Inclui no plano de construção de novos liceus, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41572, dois liceus nacionais, um no concelho de Cascais e outro no de Vila Nova de Gaia e amplia a capacidade de vários liceus - Aumenta para 280000 contos o montante fixado no artigo 1.º do citado decreto-Lei
- 45634 Dá nova redacção ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 45636 Cria vários estabelecimentos do ensino liceal de frequência masculina, feminina e mista e fixa os quadros dos mesmos estabelecimentos - Amplia o quadro de médicos escolares e de visitadoras anexo ao Decreto-Lei n.º 37869 e extingue a actual secção feminina do Liceu de
- 45646 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Jerónimo Xavier Gouveia e João Xavier Gouveia, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Ervedal, concelho de Oliveira do Hospital
- 45652 Designa os casos em que é permitido nas Universidades o desdobramento dos cursos em turmas
- 45654 Adita um parágrafo ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 43369, que altera o plano de estudos das escolas do magistério primário - Revoga os artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 32243
- 45682 Determina que as receitas cobradas pela Comissão Administrativa do Livro Único, criada pelo Decreto-Lei n.º 30660, se destinem a assistência a alunos necessitados que frequentem o ensino primário oficial - Revoga o Decreto-Lei n.º 35154 **Revogado**
- 45697 Introduz alterações no quadro orgânico do Colégio Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 42135 e ampliado pelo Decreto-Lei n.º 43806
- 45701 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal do concelho de Macedo de Cavaleiros o antigo edifício escolar do Estado e sua cerca existentes no núcleo de Fornos de Ledra, freguesia de Lamalonga, daquele concelho
- 45710 Dá nova redacção ao n.º 10.º do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 41169, alterado pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 44585 (orgânica e quadros do Ministério), e regula a situação dos funcionários que actualmente exercem funções interinas no quadro do pessoal administrativo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- 45711 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Maria da Conceição do Carmo, anexa às escolas do núcleo de Alverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira

- 45749 Atribui aos vice-reitores das Universidades, além da substituição dos reitores na sua falta ou impedimento, exercer as competências que a título permanente lhes sejam delegadas pelos reitores, sendo-lhes concedido o direito a gratificação igual à que é abonada aos directores de escolas superiores
- 45784 Permite o provimento, a título excepcional, com mestres e instrutores civis diplomados e de comprovada idoneidade, nacionais ou estrangeiros, contratados, dos cargos de mestre ou instrutor de ginástica, de esgrima e de luta da Academia Militar
- 45810 Amplia o período de escolaridade obrigatória
- 45822 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Junta Central das Casas dos Pescadores o prédio do Estado na Póvoa de Varzim onde funcionou o liceu daquela vila, para nele ser levada a efeito uma nova construção destinada a centro de assistência social aos pescadores daquela vila
- 45822 (R1 DG 181) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 45822, que autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Junta Central das Casas dos Pescadores, o prédio do Estado na Póvoa de Varzim onde funcionou o liceu daquela vila, para nele ser levada a efeito uma nova construção destinada a centro de assistência social aos pescadores daquela vila
- 45834 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar do Coronel Francisco Pina Lopes, anexa às escolas do núcleo de Termas de Monfortinho, freguesia de Monfortinho, concelho de Idanha-a-Nova
- 45847 Cria nos institutos industriais e nos institutos comerciais o lugar de subdirector e determina que sejam remunerados nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 26115 os empregados menores dos referidos institutos que, por determinação superior e fora das horas do seu trabalho normal, prestem serviço no período nocturno das actividades escolares - Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 211.º tanto do Decreto n.º 33032 como do Decreto n.º 38231 (Regulamentos dos Institutos Industriais e Comerciais). (Existe uma incorrecção no número do primeiro Decreto. Não é Decreto n.º 33031 mas sim Decreto n.º 38032)
- 45861 Insere disposições destinadas a actualizar nalguns aspectos as necessidades funcionais da Academia Militar
- 45871 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Lisboa, para alargamento da Rua do Barão de Sabrosa, duas parcelas de terreno a destacar do prédio do Estado situado na mesma rua, onde se encontra instalada a Escola Maternal do Alto do Pina
- 45874 Autoriza o Colégio Militar a contratar para professores de prática de conversação de línguas estrangeiras professores dos liceus das respectivas nacionalidades habilitados com qualificações correspondentes ao Exame de Estado
- 45874 (R1 DG 205) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 45874, que autoriza o Colégio Militar a contratar para professores de prática de conversação de línguas estrangeiras professores dos liceus das respectivas nacionalidades habilitados com qualificações correspondentes ao Exame de Estado
- 45892 Regula a eleição dos professores-secretários e dos professores-bibliotecários das Faculdades e escolas e institutos superiores, bem como dos professores directores de laboratórios, museus, institutos e observatórios pertencentes ou anexos àqueles estabelecimentos
- 45908 Promulga a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas
- 45918 Regula a situação dos segundos-assistentes do ensino superior obrigatoriamente, candidatos ao doutoramento ou agregação
- 45932 Concede os meios indispensáveis ao funcionamento e manutenção do Planetário Calouste Gulbenkian, integrado no Museu de Marinha, e introduz alterações na lotação do pessoal civil do mesmo Museu
- 45951 Fixa o quadro orgânico do pessoal civil da Escola Prática de Engenharia
- 45954 Aprova os estatutos da Fundação Amélia da Silva de Mello, criada por Manuel Augusto José de Melo, instituição particular de utilidade pública administrativa, perpétua e dotada de personalidade jurídica
- 45959 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Albino Inácio Rosa, anexa às escolas da sede do concelho de Castanheira de Pêra
- 45960 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Lúcia Barbosa, anexa às escolas do núcleo de Viade, freguesia de Viade, concelho de Montalegre
- 45964 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar dos Irmãos Thadeu, anexa às escolas do núcleo de Folgosinho, concelho de Gouveia
- 45965 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de José Lourenço Martins e Francisco Fernandes Torres, anexa às escolas do núcleo de S. Sebastião, freguesia de Covas, concelho de Vila Nova de Cerveira
- 45970 Torna aplicáveis aos indivíduos mutilados, estropiados ou por qualquer forma incapacitados ao serviço da Pátria as disposições do Decreto-Lei n.º 44356, que determina que seja gratuita ou beneficie de redução a admissão e instrução ou internamento em todos os estabelecimentos de ensino do Estado dos filhos dos mesmos indivíduos
- 45989 Aumenta o número de professoras efectivas de ensino liceal técnico do quadro orgânico do Instituto de Odivelas, constante do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 42134, e fixa em seis o número de professoras auxiliares ou agregadas de serviço eventual ou em comissão, a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 39919
- 45990 Dá nova redacção aos artigos 1.º, 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 34659, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 40859 e 44997, que regula a admissão e frequência dos cursos de engenheiros construtores navais
- 45990 (R1 DG 285) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 45990, que dá nova redacção aos artigos 1.º, 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 34659, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 40859 e 44997 (frequência dos cursos de engenheiros construtores navais)

- 46008 Cria no Ministério da Educação Nacional o cargo de Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos - Mantém o cargo de Subsecretário de Estado da Educação, que passa a denominar-se Subsecretário de Estado da Administração Escolar
- 46009 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal do concelho de Cantanhede a parcela de terreno onde foi construído o novo edifício escolar de Montinho, freguesia de Pocariça, daquele concelho
- 46037 Determina que todos os serviços relativos ao processamento de abonos ao pessoal do ensino primário fiquem a cargo das secretarias das direcções dos distritos escolares, às quais competirá assegurar a execução do respectivo expediente e a observância das normas e preceitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 45003 (processo mecanográfico)
- 46038 Reforma a orgânica do Instituto de Alta Cultura - Revoga o Decreto-Lei n.º 38680, salvas as disposições transitórias dos seus artigos 27.º e 32.º, na medida em que ainda forem aplicáveis
- 46064 Concede o direito ao abono da gratificação mensal de 800\$00 aos directores das escolas técnicas - Manda abonar a referida gratificação ao director da Escola Técnica de Mirandela a partir da data em que deixou de exercer o cargo de director da Escola Prática de Agricultura de Mirandela
- 46124 Aumenta aos respectivos quadros de pessoal menor do Ministério da Educação Nacional, um lugar de condutor de automóvel e um lugar de contínuo de 1.ª classe
- 46129 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal do concelho de Machico uma parcela de terreno situada no Lugar de Igreja, freguesia de Água de Pena, destinada à construção de uma escola primária
- 46134 Revoga, a partir do ano lectivo de 1964-1965, o § único do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar
- 46133 Revoga, a partir do ano lectivo de 1964-1965, o § único do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar
- 46135 Cria no Ministério da Educação Nacional o Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino e define os seus fins e atribuições
- 46135 (R1 DG 23 de 1965) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 46135, que cria no Ministério da Educação Nacional o Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino e define os seus fins e atribuições
- 46136 Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, uma telescola destinada à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares
- 46137 Eleva para 1200000\$00, a partir de 1 de Janeiro de 1965, o subsídio a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29808, fixado à Escola Prática de Agricultura de D. Dinis, da Paiã

Decretos

- 45535 Introduce ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 45540 Revoga o artigo 17.º e seus parágrafos do Decreto n.º 28114 - Cria o Lar dos Estudantes de Sá da Bandeira, na província de Angola, para indivíduos do sexo masculino que frequentem cursos superiores e médios e secundários
- 45541 Promulga o Regulamento dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar - Revoga determinadas disposições legislativas **Revogado**
- 45544 Torna aplicável a todas as escolas universitárias o regime que estabelece que a admissão às provas de doutoramento depende da informação final mínima de 16 valores na licenciatura correspondente
- 45547 Institui nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique bolsas de estudo destinadas à formação de técnicos terapeutas para os serviços de saúde e assistência
- 45547 (R1 DG 35) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 45547, que institui nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique bolsas de estudo destinadas à formação de técnicos terapeutas para os serviços de saúde e assistência
- 45635 Introduce alterações em várias disposições do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 45653 Regula a concessão de primeiras passagens, passagens de férias e passagens de regresso aos estudantes ultramarinos - Revoga os Decretos n.ºs 39297, 39362 e 41505 e a Portaria n.º 16893
- 45681 Dá nova redacção, na parte respeitante às provas práticas, aos artigos 263.º, n.º 1, e 16.º, n.º 1, respectivamente do Estatuto do Ensino Liceal e do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, aprovados pelos Decretos n.ºs 36508 e 37029
- 45693 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Liceu da Infanta D. Maria, em Coimbra (ampliação do refeitório e aulas)»
- 45769 Estabelece o regime de bolsas-empréstimos previsto no artigo 9.º do Decreto n.º 45240
- 45786 Permite que sejam admitidos a concursos oficiais para preenchimento dos quadros ultramarinos, excepcionalmente, quando as necessidades o aconselharem, médicos veterinários, agrónomos, silvicultores e regentes agrícolas sem a apresentação de certificados comprovativos de aproveitamento, respectivamente, nos cursos de Medicina Veterinária Tropical, Agronomia Tropical e Silvicultura Tropical e da especialização referida na alínea f) do artigo 11.º do Regulamento do Ensino Médio Agrícola
- 45818 Promulga o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos serviços de Saúde e Assistência do Ultramar
- 45818 (R1 DG 18542440) Rectificação ao Decreto n.º 45818, que promulga o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar
- 45832 Altera a designação do curso destinado à preparação de professores e outros agentes de ensino de anormais, criado no Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, e regula a matrícula e funcionamento do mesmo curso

- 45832 (R1 DG 193) Rectificação ao Decreto n.º 45832, que altera a designação do curso destinado à preparação de professores e outros agentes de ensino de anormais, criado no Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, e regula a matrícula e funcionamento do mesmo curso
- 45837 Introdz ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, tornados necessários em consequência da evolução das condições que presidiram à elaboração daquele Plano posteriormente à sua publicação
- 45840 Aumenta para cinco anos a escolaridade das licenciaturas nas Faculdades de Ciências e introduz alterações nos planos de estudo das Faculdades de Letras, de Engenharia, de Farmácia e da Economia, do Instituto Superior Técnico, das escolas de farmácia e das escolas superiores de belas-artistas
- 45848 Aprova o regime para a frequência dos institutos industriais de técnicos já ocupados na indústria e regula o exercício do cargo de subdirector dos institutos industriais e dos institutos comerciais
- 45848 (R1 DG 299) eclarção de ter sido rectificado o Decreto n.º 45848, que aprova o regime para a frequência dos institutos industriais de técnicos já ocupados na indústria
- 45875 Eleva a três o número de professoras do ensino primário ou técnico a que se refere o artigo 17.º do Decreto n.º 38122 (estatuto da secção feminina da Organização Nacional Mocidade Portuguesa)
- 45876 Permite ao Ministro da Educação Nacional, por conveniência de serviço, transferir de um estabelecimento para outro, dentro da mesma localidade, os funcionários pertencentes ao quadro único a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41362
- 45879 Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção civil do edifício da Matemática da Faculdade de Ciências da referida Cidade Universitária
- 45980 Cria nos concelhos de Amarante e de Mirandela estabelecimentos de ensino técnico profissional com as denominações de Escola Industrial de Amarante e de Escola Técnica de Mirandela - Constitui nas Escolas Industriais e Comerciais de Emídio Navarro, em Almada, de Silves e de Tomar secções a instalar, respectivamente, no Seixal, em Portimão e no Entroncamento e insere disposições relativas ao funcionamento dos referidos estabelecimentos e das Escolas Prática de Agricultura de Mirandela e Técnica de Ponte de Lima
- 45980 (R1 DG 273) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 45980, que cria vários estabelecimentos do ensino técnico profissional
- 45992 Institui anualmente no Instituto Superior de Higiene do Dr. Ricardo Jorge um curso de Medicina do Trabalho, destinado a médicos e a outros licenciados e técnicos - Revoga o Decreto n.º 45160
- 45995 Introdz alterações nos Decretos n.ºs 45240 e 45769 (bolsas de estudo)
- 45998 Dá nova redacção à alínea y) do artigo 20.º do Decreto n.º 42152 (promulga a organização da Academia Militar)
- 46005 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada da Escola Técnica Elementar de Gomes Teixeira, Porto - Ampliação da ala principal sobre o terraço e obras de conservação
- 46007 Autoriza os governos das províncias ultramarinas a conceder licença especial aos funcionários de quaisquer dos seus serviços públicos para frequência do curso de Administração Ultramarina, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, e regulamenta a sua concessão
- 46012 Concede ao Doutor Alberto Carlos de Brito a exoneração, que pediu, de Subsecretário de Estado da Educação Nacional
- 46020 Dá nova redacção ao § único aditado ao artigo 19.º do Regulamento da Escola Naval pelo Decreto n.º 42457
- 46045 Nomeia o Prof. Doutor Gustavo Cordeiro Ramos presidente honorário do Instituto de Alta Cultura
- 46045 (R1 DG 303) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 46045, que nomeia o Prof. Doutor Gustavo Cordeiro Ramos presidente honorário do Instituto de Alta Cultura
- 46059 Cria a especialidade de cirurgia plástica e reconstrutiva, a integrar no quadro das especialidades reconhecidas pelo artigo 25.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651 **Revogado**
- 46065 Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 165.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 46068 Insere disposições legislativas aplicáveis às províncias ultramarinas (inclui disposições sobre estágios aos finalistas de vários cursos superiores e dos ministrados em institutos industriais e em escolas de regentes agrícolas que pretendam estagiar em serviços públicos do ultramar)
- 46081 Introdz alterações no artigo 2.º do Decreto n.º 37584, que promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas Financeiras

Portarias

- 20289 Institui o conselho coordenador destinado a assegurar a coordenação das actividades que entram na competência da Direcção-Geral do Ensino do Ministério e dos serviços provinciais dela dependentes
- 20325 Substitui, no que se refere ao 4.º e 5.º períodos, o quadro anexo à Portaria n.º 19272 (cursos de cadetes a admitir no ano de 1962 na Escola Naval)
- 20330 Introdz ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios
- 20331 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Regulamento do Prémio Trás-os-Montes, aprovado pela Portaria n.º 15260
- 20332 Aprova o Regulamento do Prémio D. Dinis, instituído pela Sociedade Central de Cervejas
- 20380 Manda aplicar em todas as províncias ultramarinas, observadas as alterações e aditamentos constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 42994 (programas do ensino primário) - Revoga a Portaria n.º 17883

- 20398 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar José Domingues Paulo e D. Dora Simões da Silva Domingues Paulo
- 20407 Aprova o Regulamento dos Exames do Instituto de Estudos Sociais
- 20408 Dá nova redacção ao n.º 4.º da Portaria n.º 20066, que regula o recrutamento e provimento do pessoal técnico, administrativo e menor dos quadros dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique
- 20412 Fixa o montante dos subsídios a conceder, no corrente ano, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41281 (organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e pára-quedistas e a prática respectiva)
- 20437 Aumenta de vários pessoal o quadro do pessoal assalariado do Colégio Militar, constante das Portarias n.ºs 17062 e 18570
- 20439 Torna extensivo à província ultramarina de Timor o preceituado no Decreto n.º 42509, que regula a atribuição aos professores em serviço efectivo dos quadros dos estabelecimentos do ensino liceal ou técnico do ultramar, dentro das obrigações estabelecidas pelos artigos 3.º e 326.º, respectivamente, do Decreto n.º 38678 e do Estatuto Profissional Industrial e Comercial, da regência de tempos lectivos além daquelas obrigações
- 20451 Dá nova, redacção ao n.º 8.º da Portaria n.º 18706, que manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42583 (cadeira de Filosofia nos institutos industriais)
- 20473 Estabelece novo regime para a concessão de bolsas de estudo a estudantes ultramarinos
- 20484 Altera várias disposições do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 20486 Aprova o Regulamento das Bolsas de Estudo e de Isenções ou de Reduções de Propinas para os alunos do Instituto de Estudos Sociais
- 20519 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, com alterações, o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43369 e várias disposições da Portaria n.º 18581 (repetição do Exame de Estado pelos professores do ensino primário)
- 20524 Define a constituição dos conselhos administrativos dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 20525 Aprova o Regulamento do Prémio Infante Dom Pedro
- 20525 (R1 DG 113) Declaração de ter sido rectificado o Regulamento do Prémio Infante Dom Pedro, aprovado pela Portaria n.º 20525
- 20528 Altera para Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário a designação do Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário, criado pela Portaria n.º 19766, e define as condições em que o mesmo Centro deverá desempenhar-se do encargo conferido pela alínea c) do n.º 1.º da mesma Portaria
- 20536 Regula a concessão de subsídios de deslocação ou transporte a alunos que frequentem a 4.ª classe do ensino primário oficial e que desejem vir a inscrever-se nalgum estabelecimento oficial do ensino secundário **Revogado**
- 20538 Aprova o Regulamento da Biblioteca Doutor Oliveira Salazar, criada pelo Decreto-Lei n.º 44302
- 20539 Aprova o Regulamento do Prémio Doutor Oliveira Salazar, instituído pelo Decreto n.º 44303
- 20588 Substitui o quadro provisório de reforço ao quadro orgânico da Academia Militar, aprovado pela Portaria n.º 19364
- 20602 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Major Arrochela Lobo
- 20615 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, com nova redacção, os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 42003, que permite a constituição de secções nos liceus e escolas técnicas
- 20687 Autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Moçambique a tomar determinadas medidas para fazer face aos encargos com a construção da Escola Técnica Elementar de Porto Amélia
- 20689 Torna aplicáveis aos concursos para professores catedráticos e extraordinários do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em tudo o que se coadune com o regime especial desses concursos, as disposições regulamentares em vigor para as Faculdades de Direito
- 20697 Manda aplicar aos cursos de cadetes a admitir no ano corrente na Escola Naval o disposto na Portaria n.º 19272 e substitui o quadro anexo à referida Portaria
- 20703 Introduce ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 20717 Introduce alterações na lotação dos professores e instrutores da Escola Naval, fixada pela Portaria n.º 17286
- 20722 Determina que o Governo-Geral da província ultramarina de Moçambique abra um crédito destinado à satisfação de encargos provenientes da continuação da construção das instalações e apetrechamento dos Estudos Gerais Universitários, incluídos no programa de execução do II Plano de Fomento
- 20703 Introduce ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 20756 Regula o funcionamento no Instituto Superior Técnico de um curso de Engenharia Aeronáutica como meio de preparação de engenheiros aeronáuticos militares da Força Aérea
- 20766 Anula a Portaria n.º 20627 e autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Moçambique a contratar a construção da Escola Técnica Elementar de Porto Amélia (está incorreta a Portaria, é a Portaria n.º 20687)
- 20779 Determina que o Prémio Almirante Américo Tomás, a que se refere o regulamento aprovado pela Portaria n.º 19589, seja também atribuído a dois alunos de ambos os sexos das escolas primárias da ilha da Madeira
- 20786 Aprova o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física
- 20835 Dá nova redacção a várias disposições do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 20843 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, observadas as alterações constantes da presente portaria, os artigos 1.º a 11.º do Decreto n.º 45848, que aprova o regime para a frequência dos institutos industriais de técnicos já ocupados na indústria
- 20845 Substitui o quadro orgânico do pessoal civil e militar do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos anexo à Portaria n.º 19301 e alterado pela Portaria n.º 19443

- 20865 Introduce um parágrafo no artigo 8.º do Decreto n.º 32243, que regula o funcionamento das escolas do magistério primário, mandando aplicar ao ultramar pela Portaria n.º 19112
- 20878 Altera a importância do Prémio Marconi, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 17855
- 20890 Fixa o montante dos subsídios a conceder no ano de 1964 às escolas civis de pilotagem de aviões e planadores de pára-quedismo de aeroclubes e das organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aeromodelismo, de aviação, com ou sem motor, ou de pára-quedismo
- 20904 Define a obrigação a que fica condicionada a concessão pelo Ministério das Obras Públicas de subsídios e participações para a construção, ampliação ou apetrechamento de estabelecimentos de ensino particular
- 20912 Aumenta de vários lugares os quadros das Direcções dos Distritos Escolares de Aveiro, Beja e Braga
- 20918 Manda aplicar na província ultramarina de Angola, com alterações, várias disposições do Regulamento do Ensino Médio Agrícola, aprovado pelo Decreto n.º 38026
- 20919 Torna aplicáveis às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, os artigos 85.º e 103.º do Decreto n.º 36508, com a nova redacção que lhes foi dada pelo artigo único do Decreto n.º 45635 (Estatuto do Ensino Liceal)
- 20925 Aprova os regulamentos dos prémios da Academia das Ciências de Lisboa
- 20946 Determina que não sejam aplicáveis à província ultramarina de Moçambique os n.ºs 8.º, 10.º e 11.º da Portaria n.º 20380 (programas do ensino primário)
- 20968 Aprova o regulamento do prémio instituído pela Companhia Portuguesa Rádio Marconi, com a designação de «Prémio Marconi»
- 20978 Aprova o regulamento do prémio instituído pelo Banco Raposo de Magalhães, na Escola Técnica de Alcobaça, com a designação de «Prémio Banco Raposo de Magalhães» **Revogado**

Despachos

- DG 83 Declara a habilitação do curso de comércio, regulado pelo Decreto n.º 20420, como suficiente, em paralelo com o curso geral dos liceus, para efeito de provimento de determinados cargos pertencentes aos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- DG 130 Estabelece os termos em que deve ser feita a valorização proveniente do tempo de serviço prestado pelos professores do ensino liceal

Instruções

- DG 12 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de frequência a realizar nas Províncias Ultramarinas por alunos voluntários de Letras, Direito e I.S.C.S.P.U.
- DG 150 Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para a primeira matrícula nos E.G.U.

1965

Leis

- 2126 Promulga as bases que alteram o Decreto-Lei n.º 28219 (uso de acendedores e isqueiros)

Decretos-Lei

- 46156 Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa
- 46156 (R1 DG 45) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 46156, que cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência directa do Ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa
- 46173 Dá nova redacção aos artigos 2.º e 4.º do Decreto n.º 44538, que cria o Instituto de Formação Profissional Acelerada, e procede a alguns reajustamentos na orgânica dos departamentos por onde corre a execução do programa de formação profissional
- 46219 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Domingos Rijo Valente, anexa às escolas do núcleo de Ficalho, freguesia de Vila Verde de Ficalho, concelho de Serpa
- 46220 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Ana da Fonte, anexa às escolas do núcleo de Igreja, freguesia de Gueifães, concelho da Maia
- 46228 Autoriza a inclusão no programa de realizações a efectuar por força das verbas do Plano Intercalar de Fomento, atribuídas a edificações para o ensino técnico, da construção de novas instalações para a Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada
- 46255 Insere disposições relativas aos Estudos Gerais Universitários e dá nova redacção ao artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 45180, que promulga o regime de funcionamento dos referidos Estudos
- 46274 Dá nova redacção ao artigo 1.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 44922, que permite à reitoria da Universidade de Lisboa contratar, além do quadro, o pessoal técnico indispensável para a conservação dos edifícios e do material afectos aos seus serviços
- 46306 Define o regime de movimentação dos fundos doados pela Fundação Calouste Gulbenkian destinados à renovação das instalações do Instituto Superior de Higiene do Dr. Ricardo Jorge
- 46324 Aprova para ratificação o Acordo (e seu protocolo adicional n.º 1) que estabelece a criação do Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos do Mediterrâneo, assinado em Paris no dia 21 de Maio de 1962

- 46328 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal de Cantanhede o antigo edifício escolar de Venda Nova, freguesia de Bolho, com vista à construção de uma nova escola do actual plano de construções para o ensino primário
- 46348 Fixa as bases gerais da organização, competência e funcionamento da Junta Nacional da Educação - Revoga as disposições do Decreto-Lei n.º 26111 relativas à Junta Nacional da Educação (Está incorreta a referência ao Decreto-Lei. O Decreto-Lei correto é o 26611)
- 46348 (R1 DG 292) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 46348, que fixa as bases gerais da organização, competência e funcionamento da Junta Nacional da Educação
- 46350 Insere disposições relativas ao funcionamento das bibliotecas e arquivos
- 46361 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal de Lisboa, um prédio situado na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, designado por «Escola-Cantina de Palma», para proceder à sua ampliação para fins escolares
- 46375 Permite, a título interino, nomear para o provimento de cargos dos serviços docentes, de instrução e quaisquer outros da Academia Militar oficiais que, embora não possuindo todas as condições especificadas nos Decretos-Leis n.ºs 42152 e 45861, reúnam as mínimas julgadas necessárias para o desempenho daqueles cargos
- 46377 Estabelece novas condições para o preenchimento de lugares dos quadros do pessoal docente do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e da Escola Central de Sargentos - Revoga os Decretos n.ºs 31115 e 40122 e várias disposições do Decreto n.º 34093 e do Decreto-Lei n.º 42632
- 46381 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Maria Borges Nunes da Fonseca, anexa às escolas do núcleo de Espadanal, freguesia de Azere, concelho de Tábua
- 46391 Aumenta com um escriturário de 2.ª classe o quadro orgânico do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, anexo ao Decreto-Lei n.º 42632
- 46403 Permite que o conselho escolar, quando em concurso para professor extraordinário de qualquer escola universitária houver um só candidato e este for professor agregado do grupo, proponha o provimento com dispensa de prestação de provas
- 46447 Promulga a orgânica dos serviços de inspecção das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas nas províncias ultramarinas
- 46447 (R1 DG 180) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 46447, que promulga a orgânica dos serviços de inspecção das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas nas províncias ultramarinas
- 46447 (R2 DG 201) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 46447, que promulga a orgânica dos serviços de inspecção das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas nas províncias ultramarinas
- 46455 Define o regime de movimentação dos fundos da doação efectuada pela Fundação Calouste Gulbenkian para a construção dos novos laboratórios de química e de física e do gabinete de ciências naturais do Colégio Militar
- 46481 Permite ao Ministro da Educação Nacional tomar as providências, necessárias a fim de evitar ou atenuar prejuízos que à sequência dos respectivos estudos possa acarretar o cumprimento, por parte dos alunos de qualquer ramo de ensino, da obrigação de prestação do serviço militar **Revogado**
- 46485 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Manuel e Conceição Hipólito, anexa às escolas do núcleo de Reguengo Grande, freguesia de Reguengo Grande, concelho da Lourinhã
- 46502 Autoriza o reitor da Universidade de Coimbra a contratar, com carácter eventual, a fim de prestar serviço na Faculdade de Ciências, o pessoal menor indispensável ao funcionamento dos respectivos serviços
- 46516 Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40422, que reorganiza a Escola Central de Sargentos - Revoga o § único do artigo 14.º e o artigo 41.º do Decreto n.º 40423
- 46537 Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45951, que fixa o quadro orgânico do pessoal civil da Escola Prática de Engenharia
- 46547 Cria o Instituto Industrial de Coimbra e regula o seu funcionamento
- 46550 Cria nos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique os cursos de professor adjunto do 8.º e do 11.º grupos do ensino técnico profissional
- 46580 Fixa em dezoito professores catedráticos, quinze professores extraordinários e dois professores de Desenho os quadros de professores das Faculdades de Ciências
- 46628 Insere disposições destinadas a facilitar a execução do programa nacional de vacinações e do programa complementar de educação sanitária
- 46667 Regula o funcionamento do Centro Universitário do Porto
- 46695 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de José Manuel Gonçalves, anexa às escolas do núcleo de Mosteiro, freguesia de Requião, concelho de Vila Nova de Famalicão
- 46696 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de José Manuel Gonçalves, anexa às escolas do núcleo de Igreja, freguesia de Vale (S. Cosme), concelho de Vila Nova de Famalicão
- 46758 Promulga o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia
- 46772 Autoriza o Ministro da Saúde e Assistência a dispor anualmente de uma importância da verba das apostas mútuas desportivas para a concessão de bolsas de estudos destinadas à formação ou aperfeiçoamento de pessoal médico, de enfermagem, de reabilitação e dos serviços auxiliares de diagnóstico e terapêutica
- 46781 Autoriza o reitor da Universidade de Coimbra a contratar, com carácter eventual, a fim de prestar serviço na Faculdade de Letras, o pessoal menor indispensável ao funcionamento dos respectivos serviços

Decretos

- 46144 Dá nova redacção à alínea y) do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 42152, alterado pelo Decreto n.º 45998 (organização da Academia Militar)
- 46162 Prorroga até Outubro de 1965 o prazo de execução da obra de ampliação do Liceu de Viseu, a que se refere o Decreto n.º 45361
- 46173 Dá nova redacção aos artigos 2.º e 4.º do Decreto n.º 44538, que cria o Instituto de Formação Profissional Acelerada, e procede a alguns reajustamentos na orgânica dos departamentos por onde corre a execução do programa de formação profissional **Revogado**
- 46180 Aprova os estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
- 46180 (R1 DG 76) Rectificação ao Decreto-Lei (está errado, é só decreto), n.º 46180, que aprova os estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa
- 46211 Esclarece dúvidas suscitadas acerca da contagem do tempo de serviço público prestado em comissão pelo pessoal docente universitário
- 46224 Permite ao Ministro da Educação Nacional prorrogar, por despacho, até dois anos o prazo fixado no § 1.º do artigo 26.º do Decreto n.º 39001 (comissão de serviço de funcionários do quadro das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, referido no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41362)
- 46228 Autoriza a inclusão no programa de realizações a efectuar por força das verbas do Plano Intercalar de Fomento, atribuídas a edificações para o ensino técnico, da construção de novas instalações para a Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada
- 46253 Regula as condições em que é reconhecido o direito à promoção dos aspirantes dos serviços de educação de Angola
- 46320 Cria a Repartição dos Serviços de Educação da província de S. Tomé e Príncipe
- 46333 Dá nova redacção ao n.º 1.º do § 2.º do artigo 38.º do Decreto n.º 42937, alterado pelo artigo único do Decreto n.º 43961 (comissões de serviço dos militares no ultramar) - Inclui informação sobre instrução e estudos
- 46347 Regula o funcionamento da Repartição Provincial dos Serviços de Educação de Timor
- 46349 Promulga o Regimento da Junta Nacional da Educação
- 46349 (R1 DG 2 de 1966) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 46349, que promulga o Regimento da Junta Nacional da Educação
- 46355 Regula o funcionamento do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira
- 46403 Permite que o conselho escolar, quando em concurso para professor extraordinário de qualquer escola universitária houver um só candidato e este for professor agregado do grupo, proponha o provimento com dispensa de prestação de provas
- 46416 Insere disposições de carácter legislativo aplicáveis às províncias ultramarinas
- 46423 Reconhece como instituição de utilidade pública a Escola de Limagem e Afinação de Máquinas, do Grémio Nacional dos Industriais de Serração de Madeiras
- 46439 Prorroga até 30 de Junho de 1966 o prazo previsto para a conclusão das obras de construção das novas oficinas da Escola Profissional de Santa Clara, em Vila do Conde, a que se refere o Decreto n.º 45389
- 46448 Introduce alterações ao Regulamento das Escolas de Enfermagem, aprovado pelo Decreto n.º 38885, e insere disposições relativas aos cursos de enfermagem, de serviço social e de administração hospitalar
- 46456 Cria no quadro técnico auxiliar de terapêutica e diagnóstico dos serviços de saúde e assistência do ultramar vários lugares do ramo de medicina física e reabilitação
- 46464 Cria nas províncias ultramarinas várias modalidades do ensino agrícola, previstas na Lei n.º 2025
- 46476 Introduce alterações no Decreto n.º 32946, que promulga o Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 46476 (R1 DG 266) Rectificação ao Decreto n.º 46476, que introduce alterações no Decreto n.º 32946, que promulga o Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 46484 Permite ao Ministro do Ultramar dispensar a habilitação do curso de Medicina Tropical para o exercício da clínica geral aos médicos que, tendo prestado serviço militar no ultramar, após o período de mobilização desejem exercer a sua profissão na província onde aquele serviço foi prestado
- 46491 Adita um parágrafo ao artigo único do Decreto n.º 46224 (comissão de serviço de funcionários do quadro das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto)
- 46504 Aprova o Regulamento do Serviço de Saúde Escolar do Ultramar
- 46512 Dá nova redacção ao artigo 1.º e ao § único do artigo 3.º do Decreto n.º 39803, que regula a realização do estágio a que se referem os artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 37040 (reforma dos estudos das Faculdades de Medicina)
- 46517 Prorroga por 90 dias o prazo estabelecido no artigo 37.º do Decreto n.º 46349, que promulga o Regimento da Junta Nacional da Educação
- 46519 Cria nas províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe, Timor e Angola várias escolas do ensino técnico e o Liceu de Silva Porto e eleva a escolas comerciais e industriais a Escola Comercial do Lobito e a Escola Técnica Elementar de Novo Redondo
- 46530 Cria nos concelhos de Cantanhede, do Fundão e de Torre de Moncorvo estabelecimentos de ensino técnico profissional com a denominação, respectivamente, de Escola Industrial de Cantanhede, Escola Industrial do Fundão e Escola Industrial de Moncorvo
- 46530 (R1 DG 223) Rectificação ao Decreto n.º 46530, que cria nos concelhos de Cantanhede, do Fundão e de Torre de Moncorvo estabelecimentos de ensino técnico profissional

- 46588 Introduce vários ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 46607 Autoriza a celebração de um contrato para a elaboração da Carta Escolar de Portugal Metropolitano
- 46616 Cria uma escola do magistério primário na província ultramarina de Macau
- 46616 (R1 DG 273) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 46616, que cria uma escola do magistério primário na província ultramarina de Macau
- 46644 Autoriza o Ministério das Obras Públicas, pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, a proceder, em cooperação com a Fundação Escola-Quinta da Lajeosa, ao estudo e construção das instalações necessárias ao funcionamento do ensino cuja instituição e manutenção estão a cargo da referida Fundação
- 46646 Autoriza os alunos dos cursos superiores a inscreverem-se em disciplinas de determinado ano desde que não lhes falte aprovação em mais de duas do ano anterior
- 46647 Permite ao Ministro da Educação Nacional, ouvido o director da escola, autorizar segundos-assistentes do ensino superior a exercerem o cargo até dois anos além do limite fixado no Decreto n.º 35964
- 46678 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de construção de três edifícios escolares, com o total de dezoito salas, e construção de uma cantina, no concelho de Loures, distrito de Lisboa (empreitada n.º 3/65-L-SL)
- 46680 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de cinco edifícios escolares e uma ampliação, com o total de doze salas, nos concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha e Óbidos, distrito de Leiria (empreitada n.º 1/65-Lr-SL)
- 46699 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real (empreitada n.º 580)
- 46689 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Penafiel, distrito do Porto (empreitada n.º 556)
- 46690 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de duas salas, no concelho de Arcos de Valdevez, distrito do Porto (empreitada n.º 564)
- 46691 Autoriza a Direcção-Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de quatro edifícios escolares, com o total de nove salas de aula, no concelho de Mafra, distrito de Lisboa (empreitada n.º 5/65-L-SL)
- 46692 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares e uma ampliação, com o total de dez salas de aula, no concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto (empreitada n.º 561)
- 46693 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrata para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala de aula, no concelho de Vila Real, distrito de Vila Real (empreitada n.º 584)
- 46700 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de oito edifícios escolares, com o total de onze salas de aula, no concelho de Valpaços, concelho de Vila Real (empreitada n.º 582)
- 46701 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Montalegre, distrito de Vila Real (empreitada n.º 574)
- 46702 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Murça, distrito de Vila Real (empreitada n.º 577)
- 46703 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Montalegre, distrito de Vila Real (empreitada n.º 575)
- 46704 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares, com o total de três salas de aula, no concelho de Chaves, distrito de Vila Real (empreitada n.º 573)
- 46705 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares e uma ampliação, com o total de sete salas de aula, e construção de uma cantina no concelho de Cascais, distrito de Lisboa (empreitada n.º 2/65-L-SL)
- 46706 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de três edifícios escolares, com o total de quatro salas de aula, no concelho de Mirandela, distrito de Bragança (empreitada n.º 543)
- 46707 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares, com o total de quatro salas de aula, no concelho de Alcanena, distrito de Santarém (empreitada n.º 2/65-S-SL)
- 46708 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no núcleo de Ribeirinha, freguesia de Valongo, concelho de Murça, distrito de Vila Real (empreitada n.º 526)
- 46709 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala de aula, no concelho de Mogadouro, distrito de Bragança (empreitada n.º 544)

- 48710 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de um edifício escolar e uma ampliação, com o total de duas salas, e construção de uma cantina nos concelhos de Abrantes, Tomar e Vila Nova da Barquinha (empreitada n.º 1/65-S-SL)
- 46711 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Portalegre, distrito de Portalegre (empreitada n.º 2/65-P-SL)
- 46712 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de três salas, no concelho de Vieira do Minho, distrito de Braga (empreitada n.º 538)
- 46713 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Portalegre, distrito de Portalegre (empreitada n.º 3/65-P-SL)
- 46714 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de uma sala, no concelho de Portalegre, distrito de Portalegre (empreitada n.º 4/65-P-SL)
- 46715 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar e uma ampliação, com o total de quatro salas, nos concelhos de Miranda do Douro e de Mogadouro, distrito de Bragança (empreitada n.º 542)
- 46716 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de quatro salas, no concelho de Guimarães, distrito de Braga (empreitada n.º 537)
- 46717 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares, com o total de três salas, no concelho de Macedo de Cavaleiros, distrito de Bragança (empreitada n.º 541)
- 46718 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de três edifícios escolares e uma ampliação, no total de dezasseis salas de aula, nos concelhos de Esposende e de Viana do Castelo (empreitada n.º 535)
- 46719 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar, de três salas, no concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo (empreitada n.º 562)
- 46720 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar para o ensino primário em Mem Martins, freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra, distrito de Lisboa
- 46721 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares, uma cantina e uma ampliação, com o total de seis salas de aula, no concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga (empreitada n.º 539)
- 46722 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de reparação do edifício escolar, de duas salas de aula, de tipo indefinido, existente no núcleo da sede da freguesia de S. Gião, concelho de Oliveira do Hospital
- 46723 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de reparação do edifício escolar, de uma sala, de tipo indefinido, existente no núcleo de Rapada, freguesia de Penalva do Castelo, concelho de Oliveira do Hospital
- 46724 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de reparação do edifício escolar, de uma sala de aula, de tipo indefinido, existente no núcleo da sede da freguesia de Vila Chã, concelho de Fornos de Algodres
- 46725 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de três edifícios escolares, com o total de cinco salas de aula, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real (empreitada n.º 583)
- 46729 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de reparação do edifício escolar, de uma sala de aula, de tipo indefinido, com habitação anexa, no núcleo de Cerro, freguesia de Guidões, concelho de Santo Tirso
- 46732 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de três edifícios escolares, com o total de quatro salas de aula, no concelho de Vinhais, distrito de Bragança (empreitada n.º 547)
- 46745 Altera a escolaridade atribuída no artigo 2.º do Decreto n.º 37584 a várias disciplinas dos cursos professados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 46777 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para o fornecimento de 140 mobílias para escolas primárias dos distritos de Aveiro (norte), Braga, Bragança, Guarda (norte), Porto, Viana do Castelo e Viseu (norte)
- 46818 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contratos para a execução de diversas empreitadas de construção, ampliação e reparação de edifícios escolares e, bem assim, de construção de edifícios para cantinas
- 46820 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de seis edifícios escolares, com o total de seis salas, no concelho de Valpaços (empreitada n.º 624)

- 46821 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de dois edifícios escolares e duas ampliações, com o total de dez salas de aula, nos concelhos de Amares e Barcelos, distrito de Braga (empreitada n.º 533)

Portarias

- 21035 Dá nova redacção ao n.º 6.º e adita dois novos números à Portaria n.º 17306, que aprova os modelos do cartão de identidade da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 21060 Aprova o Regulamento Geral do Instituto de Formação Profissional Acelerada, em substituição do aprovado pela Portaria n.º 19432
- 21061 Aprova o Regulamento Geral do Centro Nacional de Formação de Monitores
- 21081 Substitui, no que se refere aos 4.º e 5.º períodos, o quadro anexo à Portaria n.º 19999, que manda aplicar aos cursos de cadetes de Miguel Corte Real a admitir na Escola Naval o disposto na Portaria n.º 19272
- 21112 Determina que na telescola, criada pelo Decreto-Lei n.º 46136, se realize um curso de apoio ao ensino ministrado nos cursos de educação de adultos
- 21113 Determina que na telescola, criada pelo Decreto-Lei n.º 46136, seja ministrado um curso, a seguir em postos de recepção, formado pelas disciplinas que constituem o ciclo preparatório do ensino técnico profissional, acrescido da de Francês
- 21114 Estabelece que as lições ministradas por meio de radiodifusão (rádio escolar) como forma de apoio ao ensino primário passem a estar a cargo da telescola, instituída pelo Decreto-Lei n.º 46136
- 21116 Extingue o Centro de Instrução de Tática Anti-Submarina, a que se refere o n.º 3.º da Portaria n.º 18509, e cria, no Comando Naval do Continente, o Centro de Instrução de Tática Naval **Revogado**
- 21124 Dá nova redacção a várias disposições do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 21132 Fixa o montante dos subsídios a conceder durante o ano de 1965 às escolas civis de pilotagem de aviões, de planadores e de pára-quedismo, aos aeroclubes e às organizações civis ou suas secções que nas províncias ultramarinas tiverem por finalidade a prática de aerodelismo, aviação, com ou sem motor, ou pára-quedismo
- 21138 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Aureliano Pessegueiro
- 21142 Aprova o Regulamento do Prémio de Anatomia Patológica, instituído na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 21143 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Doutor Teixeira Bastos
- 21160 Aprova o Regulamento do Prémio Doutor Manuel Ferreira
- 21164 Aprova o Regulamento do Prémio Carlos José Silva Ferrer de Moncada
- 21164 (R1 DG 198) Declaração de ter sido rectificadora a Portaria n.º 21164, que aprova o Regulamento do Prémio Carlos José Silva Ferrer de Moncada
- 21171 Designa os serviços que asseguram a execução das actividades do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, criado pelo Decreto-Lei n.º 46135
- 21172 Estabelece que as lições ministradas por meio de radiodifusão (rádio escolar) como forma de apoio ao ensino primário passem a estar a cargo da telescola, instituída pelo Decreto-Lei n.º 46136
- 21188 Cria, na Junta de Investigações do Ultramar, um agrupamento científico que funcionará junto da Sociedade de Geografia de Lisboa e será denominado «Centro de Estudos Vasco da Gama» e define o seu objectivo
- 21201 Introduce alterações em várias disposições dos Regulamentos do Instituto de Estudos Sociais, dos Exames e das Bolsas de Estudo e de Isonções ou Reduções de Propinas, aprovados, respectivamente, pelas Portarias n.ºs 19470, 20407 e 20486
- 21207 Aprova o Regulamento do Prémio Lívia Quadros Cardoso
- 21239 Fixa o montante dos subsídios a conceder, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 43808, no ano de 1965, às escolas civis, aos aeroclubes e às organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aerodelismo, aviação, com e sem motor, ou pára-quedismo, nas províncias ultramarinas
- 21239 (R1 DG 116) Declaração de ter sido rectificadora a Portaria n.º 21239, que fixa o montante dos subsídios a conceder, no ano de 1965, às escolas civis, aos aeroclubes e às organizações civis ou suas secções que tiverem por finalidade a prática de aerodelismo, aviação, com e sem motor, ou pára-quedismo, nas províncias ultramarinas
- 21242 Substitui o quadro provisório de reforço ao quadro orgânico da Academia Militar, constante da Portaria n.º 20588
- 21265 Aumenta de vários lugares de terceiro-oficial e de escriturário de 2.ª classe os quadros das direcções de diversos distritos escolares
- 21300 Torna extensiva a todas as províncias ultramarinas a aplicação da Portaria n.º 21132, que fixa o montante dos subsídios a conceder durante o corrente ano às escolas civis de pilotagem de aviões
- 21310 Manda publicar nas províncias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor, para nas mesmas ter execução, a Portaria n.º 12300, que determina que as reitorias dos liceus do ultramar elaborem, logo que terminem os exames do 2.º e 3.º ciclos, propostas fundamentadas para a concessão de prémios nacionais aos alunos que satisfaçam aos requisitos legais
- 21323 Torna extensivo às províncias ultramarinas, com excepção da província de Macau, observadas as alterações constantes da presente portaria, o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 40964 (obrigatoriedade do ensino primário elementar)
- 21326 Dá nova redacção ao § 3.º do n.º 2.º da Portaria n.º 20066, que regula o recrutamento e provimento do pessoal técnico, administrativo e menor dos quadros dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 21358 Designa por «Curso unificado da telescola», para ser ministrado na telescola e seguido em postos de recepção, o curso formado pelas disciplinas que constituem o ciclo preparatório do ensino técnico profissional, acrescido da de

Francês, estabelecido pela Portaria n.º 21113 - Regula a concessão de diploma de monitor de posto de recepção do referido curso e revoga o disposto no artigo 3.º da referida Portaria

- 21361 Manda aplicar aos cursos de cadetes a admitir na Escola Naval no corrente ano o disposto na Portaria n.º 1972 para os cursos de Oliveira e Carmo e substitui o quadro anexo à referida Portaria (está incorreta a Portaria. O n.º correto é 19272)
- 21373 Reduz nos anos de 1965 e 1966 a duração de vários cursos da Academia Militar
- 21374 Manda publicar na província ultramarina de Moçambique, para na mesma ter execução, o disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto n.º 45823, que isenta de direitos de importação e mais imposições cobradas no despacho aduaneiro o material didáctico, oficial e de laboratório destinado aos Estudos Gerais Universitários
- 21404 Dá nova redacção ao artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 46135, que cria o Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino
- 21411 Determina que sejam aplicadas, com nova redacção, nas províncias ultramarinas da Guiné, de S. Tomé e Príncipe e de Timor as bases XVII a XXI da Lei n.º 2025 (reforma do ensino técnico profissional)
- 21413 Introduce alterações no Regulamento da Escola Naval - Revoga o n.º 8.º da Portaria n.º 17280
- 21439 Cria a Escola de Voo sem Motor da Mocidade Portuguesa e aprova o respectivo regulamento
- 21480 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Manuel Diogo da Silva
- 21485 Aprova o Regulamento do Prémio Doutor José António Sarmento
- 21488 Introduce alterações na Portaria n.º 21373, que reduz nos anos de 1965 e 1966 a duração de vários cursos da Academia Militar
- 21490 Regula a incumbência do ensino da moral e religião a fazer nos estabelecimentos de ensino primário oficial segundo os planos e textos aprovados **Revogado**
- 21550 Aumenta de vários lugares de professor os quadros do pessoal docente dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique, fixados pela Portaria n.º 20027
- 21569 Introduce vários ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 21570 Cria uma comissão interministerial para orientar superiormente a elaboração de um estudo de conjunto sobre as necessidades da investigação científica e técnica em função do desenvolvimento económico-social, em ordem a preparar o planeamento daquela investigação
- 21581 Aprova o modelo a adoptar para a passagem, por parte dos serviços competentes do ensino primário, dos certificados escolares necessários à prova de cumprimento dos preceitos legais que regulam a escolaridade obrigatória perante as instituições de previdência
- 21613 Aprova o Regulamento do Prémio Liberdade - Visconde de Sousa Prego **Revogado**
- 21681 Introduce alterações no artigo 137.º do Estatuto do Ensino Liceal, com a redacção dada pela Portaria n.º 14672
- 21687 Manda publicar no Boletim Oficial das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, para ali vigorarem, os Decretos n.ºs 46646 e 46647, este com nova redacção do seu artigo único, que, respectivamente, autorizam os alunos dos cursos superiores a inscreverem-se em disciplinas de determinado ano desde que não lhes falte aprovação em mais de duas do ano anterior e que os segundos-assistentes do ensino superior exerçam o cargo além do limite fixado no Decreto n.º 35964
- 21710 Dá nova redacção ao artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 46136, que cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, uma telescola destinada à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares
- 21715 Substitui o quadro provisório de reforço ao quadro orgânico da Academia Militar, constante da Portaria n.º 21242
- 21745 Aumenta com mais um lugar de serviçal o quadro do pessoal assalariado, do orçamento de receitas próprias, do Instituto de Reeducação do Padre António de Oliveira
- 21747 Aprova o Regulamento do Prémio Abílio Benedicto Virgolino da Silva

Despachos

- DG 111 Regula a concessão de alvarás de postos de recepção e de diplomas de monitores destinados ao curso unificado da telescola e ao funcionamento dos mesmos postos

Diplomas Legislativos Ministerial

- 8 Regula a concessão de estágios aos finalistas de vários cursos superiores e dos ministrados em institutos industriais e em escolas de regentes agrícolas que pretendam estagiar em serviços públicos do ultramar ou da metrópole
- 10 Modifica a constituição do quadro do pessoal do Conselho Provincial de Educação Física e Desportos de Moçambique

1966

Leis

- 2129 Promulga as bases sobre a preferência dos cônjuges no provimento de lugares de professores do ensino primário

Decretos-Lei

- 46824 Cria no quadro do pessoal técnico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa mais um lugar de preparador e suprime no mesmo quadro um lugar de desenhador de 2.ª classe
- 46834 Promulga disposições destinadas a definir os requisitos a que devem obedecer os alojamentos destinados a estudantes

- 46834 (R1 DG 34) De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 46834, que promulga disposições destinadas a definir os requisitos a que devem obedecer os alojamentos destinados a estudantes
- 46876 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Maria Amélia Magalhães Diogo e João Marques Diogo, anexa às escolas do núcleo de Malpica, freguesia de Malpica, concelho de Castelo Branco
- 46865 Cria na Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional o lugar de inspector superior
- 46934 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Ana do Carmo Filipe, anexa às escolas do núcleo de Piódão, freguesia de Piódão, concelho de Arganil
- 46937 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Maria Carolina Marques de Oliveira, anexa às escolas do núcleo de Baiões, freguesia de Baiões, concelho de S. Pedro do Sul
- 46962 Determina que os alferes-alunos do curso transitório de engenharia militar que terminaram em 1965 o curso da Academia Militar sejam promovidos a tenentes-alunos no início do tirocínio, contando a antiguidade de tenente desde 1 de Dezembro de 1965
- 46980 Aprova o Código do Direito de Autor - Revoga o Decreto n.º 13725, com ressalva do disposto nos artigos 11.º e 65.º a 68.º e, ainda, da regulamentação do direito à imagem
- 46993 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de António Marques, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Carvoeiro, concelho de Mação
- 47002 Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45180, que promulga o funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 47083 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Maria Manuela Correia de Oliveira, anexa às escolas do núcleo de Odeceixe, freguesia de Odeceixe, concelho de Aljezur
- 47091 Considera prorrogado para os anos de 1966 e 1967 o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 46037, que determina que o processamento de abonos ao pessoal do ensino primário fique a cargo das secretarias das direcções dos distritos escolares
- 47102 Extingue o Instituto de Medicina Tropical e cria em Lisboa e na dependência dos Ministérios do Ultramar e da Saúde e Assistência a Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 47103 Cria um lugar de técnico auxiliar a adicionar ao quadro da Escola Prática de Agricultura de D. Dinis, na Paiã, fixado pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 41381
- 47137 Permite ao Governo determinar a ultimação dos estudos em curso para a Reforma Administrativa e concede, a título transitório, a todos os servidores do Estado, civis e militares, em serviço no continente e ilhas adjacentes, um subsídio eventual de custo de vida sobre os vencimentos referidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42046 e legislação complementar
- 47159 Autoriza o Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral da Fazenda Pública, a ceder, a título definitivo e gratuito, ao Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, da arquidiocese de Braga, as antigas instalações do Seminário daquela cidade, actualmente conhecidas pela designação de «Quartel do Seminário ou de Santiago», incluindo as novas construções com que foram ampliadas pelo Estado, exceptuando-se, porém, uma parcela de terreno da antiga cerca
- 47201 Dá nova redacção às bases II, VIII e XVIII do Decreto-Lei n.º 41881, que estabelece as bases para a reforma do ensino na Escola Naval
- 47205 Generaliza a todas as Universidades o regime definido no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44922, segundo a redacção constante do Decreto-Lei n.º 46274, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 45174, que permitem contratar pessoal além do quadro necessário para auxiliar a gestão de serviços afectos às respectivas reitorias
- 47206 Institui os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa e os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa
- 47206 (R1 DG 245) Decalaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 47206, que institui os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa e os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa
- 47211 Insere disposições necessárias a completar as do Decreto-Lei n.º 45810, que amplia o período de escolaridade obrigatória
- 47227 Regula o funcionamento dos estabelecimentos do ensino técnico médio particular
- 47253 Dá nova redacção ao artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 45180, alterado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46255, que promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 47260 Dá nova redacção ao artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 35090, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44056, que introduz alterações nos estatutos da Academia das Ciências de Lisboa - Revoga os n.ºs 2.º e 4.º do artigo 7.º do regulamento da referida Academia de 22 de Outubro de 1852 e determina que o seu conselho da presidência seja o órgão de orientação e coordenação das actividades académicas
- 47265 Concede um subsídio anual à Fundação de António Inácio da Cruz como auxílio na sustentação da sua Escola Agro-Industrial - Determina que as contas das gerências da referida Fundação passem, a partir do primeiro ano em que incluam o subsídio concedido, a ser julgadas pelo Tribunal de Contas
- 47282 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina de Domingos Poula, anexa às escolas do núcleo de Paredes, freguesia de Rio Caldo, concelho de Terras de Bouro
- 47303 Institui os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra
- 47311 Actualiza as disposições por que se rege a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, instituída de harmonia com a Lei n.º 1941 e abreviadamente designada por Mocidade Portuguesa **Revogado**

- 47312 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Delmira Gomes de Sousa Bentes, anexa às escolas do núcleo de Ferreiras, freguesia e concelho de Albufeira
- 47319 Altera o quadro do pessoal da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e insere disposições relativas aos serviços da referida Direcção-Geral - Extingue o quadro da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos e aumenta de um contínuo de 1.ª classe e de dois serventes o quadro do pessoal menor do Ministério
- 47342 Autoriza o Ministro da Educação Nacional a contratar diplomados com o curso de instrutor de educação física para o desempenho de funções docentes de educação física nos estabelecimentos de ensino público dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 47347 Aprova o programa da disciplina de Religião e Moral, destinado ao 1.º ciclo do ensino liceal e ao ciclo preparatório do ensino técnico profissional
- 47363 Concede à Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário as condições indispensáveis para promover no ano corrente e em 1967 a execução das obras de construção de edifícios para as escolas do ensino técnico profissional a seu cargo abrangidas pelo Plano Intercalar de Fomento em execução, cuja conclusão se verificará além de 31 de Dezembro de 1967
- 47365 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Lia Alves do Nascimento e Sousa, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Cunha Baixa, concelho de Mangualde
- 47366 Introduce ajustamentos nos quadros do Hospital do Ultramar e da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 47385 Dá nova redacção, de aplicação retroactiva, ao artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 40674, que regula a actividade da Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional no que se refere à aplicação dos seus capitais na resolução do problema da habitação dos associados
- 47387 Introduce alterações no quadro do pessoal técnico e auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e no quadro do Museu Monográfico de Conímbriga - Regula a forma de remuneração dos chefes e subchefes de serviço-médicos do Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana quando acumularem o exercício de outro cargo remunerado nos quadros do Estado, corpos administrativos e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e torna aplicável aos trabalhos executados para o público pelo laboratório do citado Museu o regime estabelecido pelo Decreto n.º 18649
- 47424 Cria o Instituto de Física e Matemática, estabelecimento de investigação científica que fica na dependência do Instituto de Alta Cultura
- 47429 Dá nova redacção ao n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46377 (preenchimento de lugares dos quadros do pessoal docente do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército)

Decretos

- 46823 Determina que deixe de ser ministrada a 15.ª disciplina (Inglês Tecnológico) no curso da Escola Central de Sargentos, a que se refere a alínea C) do artigo 13.º do Decreto n.º 40423
- 46825 Autoriza o Conservatório Regional de Aveiro a ministrar, sem encargos para o Estado, o ensino dos cursos superiores de Piano, Violino, Violoncelo, Canto e Composição, da secção de música do Conservatório Nacional, segundo os planos, regime de estudos e mais condições em vigor para os mesmos cursos no Conservatório
- 46832 Fixa a forma de distribuição pelos diversos grupos de disciplinas dos lugares de professor catedrático e de professor extraordinário das Faculdades de Ciências, a que se refere o artigo único do Decreto-Lei n.º 46580
- 46845 Insere disposições legislativas aplicáveis a várias províncias ultramarinas - Permite que os segundos-assistentes do Instituto de Medicina Tropical exerçam o cargo até dois anos além do limite fixado no artigo 56.º do Decreto n.º 40055, com a redacção dada pelo artigo 5.º do Decreto n.º 43387
- 46854 Determina que a cadeira anexa de Língua Árabe seja professada nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa
- 46855 Concede um subsídio anual à escola fundada pela Empresa Carbonífera do Douro, S. A. R. L., junto das minas do Pejão, enquanto nela for ministrado o ensino do curso de monitor de pessoal de minas
- 46860 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do edifício escolar de oito salas de aula na freguesia de Aqualva, concelho de Vila da Praia da Vitória
- 46875 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção de um edifício escolar de oito salas de aula na freguesias de Porto Judeu, concelho de Angra do Heroísmo
- 46883 Revoga o n.º 13.º do artigo 41.º e o artigo 155.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 46884 Permite, em determinadas circunstâncias, que sejam preenchidas por contrato, sem formalidades de concurso, as vagas de engenheiros e agentes técnicos de engenharia de 2.ª classe existentes nalguns serviços públicos da província ultramarina de Moçambique - Dá nova redacção ao artigo 9.º do Decreto n.º 45412 (apetrechamento dos quadros de pessoal de determinados serviços das províncias ultramarinas)
- 46912 Define as funções, em matéria de educação física, que cometem aos indivíduos habilitados com o curso de professor e com o de instrutor que desempenhem funções docentes em estabelecimentos de ensino público dependentes do Ministério da Educação Nacional **Revogado**

- 46932 Designa os lugares criados pelo Decreto n.º 41065, Diploma Legislativo Ministerial n.º 81, de 26 de Outubro de 1961, e Decreto n.º 45235, além dos previstos no artigo 10.º do Decreto n.º 46519, que continuam a fazer parte dos quadros das Escolas Industriais e Comerciais de Novo Redondo e do Lobito
- 46935 Actualiza as normas respeitantes à atribuição de bolsas de estudo e de passagens e ainda à criação e funcionamento de residências de estudantes ultramarinos
- 46943 Transfere, no quadro do pessoal da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, para a disciplina de Química Fisiológica o lugar de assistente atribuído à disciplina de Deontologia pelo artigo 3.º do Decreto n.º 44337
- 46946 Regula a situação dos indivíduos que a data da entrada em vigor do Decreto n.º 45541 exerciam a enfermagem nas províncias ultramarinas sem possuírem as qualificações que passaram a ser exigidas pelo artigo 246.º do citado diploma
- 46973 Regula a preferência na colocação de professores nas localidades onde os respectivos cônjuges desempenhem funções com estabilidade
- 46974 Inclui no plano de estudos do 1.º e 2.º ano do curso de professor do ensino primário professado nas escolas do magistério primário das províncias ultramarinas a disciplina de Formação Portuguesa e as Actividades Sociais, a que se refere o Decreto-Lei n.º 45908, com os programas estabelecidos pelo mesmo diploma
- 46998 Permite ao Ministro da Educação Nacional, ouvido o respectivo reitor, autorizar os encarregados de curso das Faculdades de Letras ou de Economia da Universidade do Porto a exercerem o cargo até dois anos além do limite fixado pela legislação em vigor
- 47013 Dá nova redacção á alínea d) do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 42151, que cria a Academia Militar
- 47030 Altera as designações de diversas cadeiras professadas na Academia Militar, constantes do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42151
- 47047 Designa a distribuição das disciplinas e dos professores catedráticos e extraordinários pelos grupos e subgrupos de disciplinas da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- 47052 Regula a situação dos professores do ensino primário que presentemente exercem, interinamente, as funções de director ou de subdirector escolar nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique
- 47060 Estabelece a tabela de precedências a que devem obedecer as inscrições nas Faculdades de Medicina
- 47062 Concede o direito a uma gratificação pelo exercício de funções docentes exercidas por acumulação nas escolas técnicas dos serviços de saúde e assistência do ultramar por funcionários pertencentes aos serviços do Estado e dos corpos administrativos ou por pessoas a eles estranhas
- 47136 Concede o direito a uma gratificação mensal aos reitores dos Liceus de Gil Eanes, de S. Vicente, e do Dr. Adriano Moreira, da Praia, e ao director da Escola Industrial e Comercial do Mindelo
- 47198 Esclarece dúvidas suscitadas na interpretação do Decreto n.º 46464 no respeitante às remunerações dos regentes de trabalho e regentes de internato em serviço na Escola de Regentes Agrícolas do Dr. Francisco Machado, do Tchivinguiro, na província ultramarina de Angola, e ao recrutamento de professores técnicos adjuntos do ensino agrícola do ultramar
- 47213 Cria a Corporação das Ciências, Letras e Artes
- 47215 Institui a Corporação da Educação Física e Desportos
- 47224 Dispensa da defesa de dissertação os candidatos a professor extraordinário das escolas universitárias aprovados em doutoramento ou em concurso para professor universitário que tenha incluído aquela prova
- 47228 Cria estabelecimentos de ensino técnico profissional na cidade de Lamego e nos concelhos de Nelas (Canas de Senhorim), Serpa e Feira (Fiães), converte em escola industrial a Escola Técnica Elementar de Clara de Resende, no Porto, institui secções das Escolas Industriais e Comerciais de Aveiro, de Brotero (Coimbra), Abrantes, Évora e Torres Novas e da Escola Industrial de Ovar, respectivamente em Ílhavo, Lousã, Tramagal, Reguengos de Monsaraz, Alcanena e Estarreja, e regula o funcionamento dos mesmos estabelecimentos
- 47228 (R1 DG 257) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 47228, que cria estabelecimentos de ensino técnico profissional em várias localidades, converte em escola industrial a Escola Técnica Elementar de Clara de Resende, no Porto, e institui secções de diversos estabelecimentos do mesmo ensino
- 47261 Regula o provimento das vagas existentes em quaisquer quadros técnicos do ultramar para cujo preenchimento se exijam como habilitações quaisquer cursos superiores ou médios - Revoga determinadas disposições dos Decretos n.ºs 43041, 46416 e 46884
- 47262 Introduce vários ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 47266 Dá nova redacção ao artigo 5.º dos estatutos da Fundação de António Inácio da Cruz, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 40761
- 47272 Eleva a três, a título excepcional, apenas nos casos em que o aluno, por essa forma, possa concluir a licenciatura ou o curso, o número de exames a que se referem o artigo 66.º, § 2.º, do Decreto n.º 18717 e disposições legais paralelas (Estatuto da Instrução Universitária)
- 47347 Aprova o programa da disciplina de Religião e Moral, destinado ao 1.º ciclo do ensino liceal e ao ciclo preparatório do ensino técnico profissional
- 46359 Autoriza a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário a celebrar contrato para a execução da obra de ampliação do Liceu da Rainha D. Leonor, de Lisboa
- 47430 Dá nova redacção ao n.º 1.º do § 2.º do artigo 38.º do Decreto n.º 42937, alterado pelos artigos únicos dos Decretos n.ºs 43961 e 46333 (comissões de serviço dos militares no ultramar)
- 47445 Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato adicional para a execução de diversos trabalhos de construção civil e de urbanização complementares da empreitada de construção civil do edifício da Matemática da Faculdade de Ciências da referida Cidade Universitária

Portarias

- 21770 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Regulamento do Curso de Instrutores de Educação Física, aprovado pela Portaria n.º 20786
- 21782 Aprova os programas dos cursos elementares agrícolas nas províncias ultramarinas
- 21846 Inclui a disciplina de Desenho Esquemático nos planos de curso da secção preparatória dos cursos de formação de montador electricista, com duas horas semanais no 3.º ano e outras duas no 4.º
- 21848 Aprova os programas dos cursos secundários agrícolas nas províncias ultramarinas
- 21906 Permite às caixas sindicais de previdência e abono de família a criação e manutenção de serviços e obras de interesse social, designadamente infantários, jardins infantis e estabelecimentos análogos, destinados à protecção dos filhos dos seus beneficiários
- 21908 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com nova redacção dos n.ºs 3.º, 4.º e 6.º, a Portaria n.º 21490, que regula a incumbência do ensino da moral e religião a fazer nos estabelecimentos do ensino primário oficial
- 21910 Fixa o montante dos subsídios a conceder, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 41281, durante o ano de 1966, aos organismos civis que tenham por finalidade a formação de pilotos aviadores e de pára-quedistas e a prática respectiva
- 21939 Esclarece dúvidas suscitadas na aplicação do Decreto-Lei n.º 46135, que cria no Ministério da Educação Nacional o Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino
- 21940 Esclarece dúvidas suscitadas na aplicação do Decreto-Lei n.º 46136, que cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, uma telescola destinada a realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares
- 21947 Extingue três lugares de serviçal auxiliar do quadro do pessoal assalariado, do orçamento de receitas próprias, do Instituto de Reeducação de S. Bernardino e cria um lugar de prático agrícola no mesmo quadro
- 21959 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar do Eng.º José Frederico Ulrich
- 21970 Manda aplicar nas províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições dos Decretos-Leis n.ºs 32243 e 43369 (escolas do magistério primário)
- 22007 Dá nova redacção a várias disposições dos Regulamentos do Instituto de Estudos Sociais e dos Exames do Instituto de Estudos Sociais, aprovados, respectivamente, pelas Portarias n.ºs 19470 e 20407
- 22034 Regula as condições para a formação de pessoal técnico especializado dos serviços de reabilitação e autoriza a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a criar, no seu Centro de Medicina de Reabilitação, em Alcoitão, uma escola de reabilitação
- 22034 (R1 DG 173) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 22034, que regula as condições para a formação de pessoal técnico especializado dos serviços de reabilitação e autoriza a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a criar, no seu Centro de Reabilitação, em Alcoitão, uma escola de reabilitação
- 22038 Manda aplicar nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições dos Regulamentos dos Institutos Industriais e Comerciais, aprovados pelos Decretos n.ºs 38032 e 38231
- 22046 Manda aplicar às províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Timor, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições legais relativas ao ciclo preparatório do ensino profissional industrial e comercial
- 22099 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor, com as alterações constantes da presente portaria, o artigo 361.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, aprovado pelo Decreto n.º 37029
- 22110 Aumenta de vários lugares os quadros das direcções dos distritos escolares do continente
- 22113 Introduce alterações no regime do Curso Unificado da Telescola, instituído pela Portaria n.º 21113, de harmonia com o disposto nos Decretos-Leis n.ºs 46135 e 46136
- 22120 Dá nova redacção ao n.º 5.º e elimina os n.ºs 9.º e 11.º da Portaria n.º 18043, que institui os prémios de aptidão intelectual, de aptidão física e de curso a conceder aos alunos da Academia Militar
- 22124 Aprova o modelo do diploma de funções públicas do funcionalismo ultramarino
- 22162 Cria nos quadros do pessoal administrativo dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique o lugar de secretário e altera para a letra N do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino a categoria do lugar de preparador de 2.ª classe dos quadros do pessoal técnico dos Estudos Gerais Universitários
- 22174 Aprova o Regulamento dos Concursos para Inspectores e Subinspectores Escolares das Províncias Ultramarinas
- 22176 Introduce alterações no Decreto-Lei n.º 42151, que cria a Academia Militar
- 22185 Fixa as condições de admissão ao curso de engenheiro construtor naval **Revogado**
- 22191 Aprova o Regulamento do Prémio Manuel Alves Monteiro
- 22194 Fixa a distribuição dos subsídios a conceder na província ultramarina de Angola para a formação e treino de pilotos de aviões e de pára-quedistas, a que se referem as alíneas a) e b) do artigo 9.º do Decreto n.º 43808
- 22227 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, várias disposições, respeitantes ao recrutamento do respectivo pessoal docente, do Regulamento das Escolas de Práticas de Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 41382
- 22230 Aprova o Regulamento do Prémio Carlos Farinha, destinado aos alunos da Escola Industrial de Campos Melo, na Covilhã
- 22251 Manda aplicar nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o artigo 211.º dos Decretos n.ºs 38032 e 38231, que aprovam, respectivamente, os Regulamentos dos Institutos Industriais e dos Institutos Comerciais

- 22257 Introduce vários ajustamentos no Plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 22261 Introduce um aditamento na lotação de professores e instrutores da Escola Naval, fixada pela Portaria n.º 17286, alterada pela Portaria n.º 17437 **Revogado**
- 22268 Fixa o montante dos subsídios a conceder no ano de 1966, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 43808, às escolas civis que tenham por finalidade a prática de aeromodelismo, aviação, com e sem motor, ou pára-quedaismo
- 22291 Dá nova redacção à alínea a) do artigo 1.º do Regulamento do Prémio D. Dinis, aprovado pela Portaria n.º 20332
- 22301 Determina que o governador da província ultramarina de S. Tomé e Príncipe abra créditos destinados a suportar os encargos com a instalação e apetrechamento das Escolas Elementar e Penal Agrícolas
- 22308 Dá nova redacção aos n.ºs 11.º, 13.º, 15.º e 32.º da Portaria n.º 17709, que estabelece as disposições a observar nos concursos para o provimento dos cargos docentes da Academia Militar
- 22347 Adapta às disposições do Decreto n.º 46935 o regime de concessão de bolsas de estudo a estudantes ultramarinos - Revoga as Portarias n.ºs 19719 e 20473
- 22363 Permite aos actuais catequistas-enfermeiros providos ao abrigo da Portaria Ministerial n.º 12554 requererem a frequência do curso de agente sanitário de assistência rural, estabelecido na alínea i) do artigo 29.º do Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, aprovado pelo Decreto n.º 45818
- 22381 Reforça ... e abre créditos, a inscrever em adicional às tabelas de despesa extraordinária dos orçamentos gerais das províncias de Moçambique e de Timor, destinados, respectivamente, à instalação e equipamento científico dos laboratórios do 4.º ano dos cursos dos Estudos Gerais Universitários e ...
- 22398 Regula a admissão ao estágio de pilotagem dos mancebos que desejem concorrer ao 1.º ano da Academia Militar, com vista à ulterior frequência do curso de Aeronáutica
- 22403 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Escritor Ferreira de Castro, instituído por iniciativa da Casa da Comarca de Oliveira de Azeméis

Despachos Ministeriais

- DG 91 Estabelece a orientação para o funcionamento, em 1966-1967, do 4.º ano dos cursos professados nos Estudos Gerais Universitários das províncias ultramarinas de Angola e de Moçambique

Declarações

- DG 200 De ter sido, por despacho do Conselho de Ministros, tornada extensiva aos funcionários dos corpos administrativos com funções de secretaria e tesouraria a excepção prevista na alínea b) do despacho do mesmo Conselho inserto no Diário do Governo de 29 de Outubro de 1956, relativa ao exercício cumulativo de funções docentes eventuais

1967

Decretos-Lei

- 47480 Institui o ciclo preparatório do ensino secundário, que substitui tanto o 1.º ciclo do ensino liceal como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional - Cria no Ministério a Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório
- 47480 (R1 DG 22) De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 47480, que institui o ciclo preparatório do ensino secundário
- 47481 Dá nova redacção a vários artigos do Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar
- 47518 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundação de uma cantina junto dos núcleos escolares da freguesia de Boidobra, concelho da Covilhã
- 47538 Dá nova redacção ao artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 42151, que cria a Academia Militar
- 47547 Torna aplicável à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho o disposto no Decreto-Lei n.º 47182 (microfilmagem dos livros e documentos que devam ser conservados em arquivo por certo prazo)
- 47554 Define o regime a observar na construção e equipamento de três residências em Castelo Branco, Guarda e Bragança destinadas a estudantes do ensino secundário financiadas por força de doação efectuada para tal fim pela Fundação de Calouste Gulbenkian
- 47586 Acresce de um lugar de professor extraordinário, que fica adstrito ao 1.º grupo de disciplinas, o quadro do pessoal docente do Instituto Superior de Agronomia
- 47587 Permite ao Ministro da Educação Nacional determinar ou autorizar a realização de experiências pedagógicas em estabelecimentos de ensino público dependentes do respectivo Ministério para além dos casos e limites em que essa realização já é possível segundo a legislação vigente
- 47601 Esclarece que as remunerações correspondentes ao desempenho efectivo de funções próprias ao pessoal docente, seja qual for a modalidade do seu provimento, que preste serviço nos organismos do Ministério regulados pelos Decretos-Leis n.ºs 46667, 47206, 47303 e 47311, continuam a ser abonadas pelos respectivos serviços
- 47655 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Família Martins da Silva, anexa às escolas do núcleo da sede do concelho de Oleiros
- 47658 Introduce alterações no Decreto-Lei n.º 46667, que regula o funcionamento do Centro Universitário do Porto
- 47659 Determina que a cantina anexa às escolas do núcleo de Termas de Monfortinho, freguesia de Monfortinho, concelho de Idanha-a-Nova, criada pelo Decreto-Lei n.º 45834, e designada «Cantina Escolar do Coronel Francisco Pina Lopes», passe a denominar-se «Cantina Escolar de D. Maria da Graça Pina Lopes»

- 47665 Autoriza o Ministério das Finanças, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, a ceder, a título definitivo, à Câmara Municipal de Braga a parcela sobranche do terreno anteriormente ocupado pelo edifício da escola primária oficial da freguesia dos Maximinos, para efeitos de urbanização do local
- 47676 Aumenta para 38000000\$00 o montante do plano de construção de novos liceus, a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 41572, 43612 e 45632
- 47713 Fixa os períodos de férias lectivas nos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 47724 Dá nova redacção às condições 2.ªs dos n.ºs 1), 2), 3) e 4) da alínea B) da secção I do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42827, que actualiza as disposições do Decreto-Lei n.º 35869, que reorganiza o ensino na Escola Náutica - Revoga o Decreto-Lei n.º 43246
- 47742 Autoriza o Ministério da Marinha a proceder às aquisições e construções necessárias à reconversão e ampliação das suas escolas e instalações portuárias, oficinais e de armazenamento, a fim de permitir a preparação técnica do pessoal e a criação dos meios de apoio indispensáveis aos novos navios e submarinos com que a Armada está sendo dotada
- 47744 Cria um lugar de chefe de secção e aumenta para quatro o número de lugares de terceiro-oficial no quadro do pessoal da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 36411 - Extingue os conselhos técnicos e desportivos mencionados no § 1.º do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 32241 e no artigo 8.º do Decreto n.º 32946
- 47755 Dá nova redacção à regra 3.ª do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 47102, que extingue o Instituto de Medicina Tropical e cria em Lisboa e na dependência dos Ministérios do Ultramar e da Saúde e Assistência a Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 47791 Cria na Presidência do Conselho, e na dependência directa do Presidente do Conselho, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e define o seu funcionamento e atribuições **Revogado**
- 47784 Altera a composição do mapa do pessoal da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical, anexo ao Decreto-Lei n.º 47102
- 47786 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de José Rodrigues Campos de Oliveira e D. Maria José Albuquerque Amaral Campos de Oliveira, anexa à escola do núcleo de Vila Ruiva, freguesia de Senhorim, concelho de Nelas
- 47789 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da cantina escolar instituída por legado do Eng.º António Maria Fernandes em memória de seus pais, D. Maria de Jesus Lopes Fernandes e José Maria Fernandes, anexa às escolas do núcleo de Tamanhos, freguesia de Tamanhos, concelho do Trancoso
- 47810 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Francisco Pinto de Carvalho, anexa às escolas da sede do concelho de Cantanhede
- 47818 Dá nova redacção ao artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar
- 47820 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Maria Augusta Fontoura Duarte, anexa às escolas do núcleo de Secarias, freguesia de Secarias, concelho de Arganil
- 47886 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Pedro Rodrigues Costa, anexa às escolas do núcleo de Alhos Vedros, freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita
- 47907 Acresce de um professor catedrático para o 1.º grupo de disciplinas o quadro do pessoal docente da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto
- 47923 Eleva para 150000 contos o montante dos encargos a assumir pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário nas condições do artigo único do Decreto-Lei n.º 47363 (construção de edifícios para as escolas do ensino técnico profissional)
- 47938 Dá nova redacção ao § 1.º do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 31156 (heranças, legados e doações instituídos a favor do Estado, pròpriamente, ou de qualquer dos seus serviços, estabelecimentos ou organismos)
- 48038 Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36507, que promulga a reforma do ensino liceal
- 48068 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de João Nuno de Sousa Fernandes Lima, anexa à escola do núcleo de Montedor, freguesia de Carreço, concelho de Viana do Castelo
- 48074 Autoriza o Ministro da Marinha a contratar, em regime de acumulação e com a concordância do Ministro da Educação Nacional, professores universitários para ministrar cursos do Instituto Superior Naval de Guerra, bem como a nomear dois professores de entre oficiais superiores do Exército e Força Aérea, um de cada ramo - Inscreve uma importância no orçamento do Ministério da Marinha para fazer face no corrente ano aos encargos resultantes com a execução do presente decreto-lei **Revogado**
- 48079 Restabelece os quadros únicos de médicos e de visitadoras escolares e regula os regimes dos respectivos provimentos
- 48146 Cria na Presidência do Conselho, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional e define a sua finalidade e competência **Revogado**
- 48166 Promulga a estruturação das carreiras hospitalar, de saúde pública e de ensino para os profissionais de enfermagem dos estabelecimentos e serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência
- 48174 Equipara, para efeitos de vencimentos e diuturnidades, os mestres de trabalhos manuais do Colégio Militar aos mestres da classe C referida no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 37028 (ensino profissional industrial e comercial)

Decretos

- 47483 Introduz alterações no Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 47497 Dá nova redacção às alíneas c) do n.º 1), b) do n.º 3), b) do n.º 4) e a) e b) do n.º 5) do artigo 83.º do Decreto n.º 41363 (Regulamento das Escolas Superiores de Belas-Artes)
- 47523 Permite que funcionem, a título transitório, cursos de auxiliares de enfermagem, com início em 1 de Abril de cada ano
- 47558 Regula a concessão de estágios aos finalistas de vários cursos superiores e dos ministrados em institutos industriais e em escolas de regentes agrícolas que pretendam estagiar em serviços públicos do ultramar ou da metrópole - Revoga o Decreto n.º 44314, o artigo 43.º do Decreto n.º 46068, o Diploma Legislativo de Angola n.º 3573, de 14 de Agosto de 1965, e o Diploma Legislativo Ministerial n.º 8 (Moçambique), de 15 de Dezembro de 1965
- 47559 Confere direito ao título de professor agregado a aprovação em mérito absoluto no concurso para professor catedrático do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa - Permite aos mesmos professores apresentarem-se aos concursos abertos na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto para lugares de professor catedrático ou extraordinário do grupo a que pertencer a disciplina da agregação
- 47592 Insere disposições relativas ao recrutamento do pessoal não docente dos estabelecimento do ensino técnico profissional e ao exercício de funções do pessoal docente dos mesmos serviços - Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 425.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 47603 Eleva a escolas industriais e comerciais as escolas técnicas criadas nas cidades de S. Tomé e de Díli, respectivamente das províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e de Timor, designa os cursos a professor nos mesmos estabelecimentos e fixa os respectivos quadros do pessoal
- 47606 Cria na cidade de Carmona um liceu, de frequência mista, para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, e as Escolas Técnicas Elementares de Vila Nova do Seles, Santa Comba, no concelho de Cela, e Vila General Machado, todas de frequência mista, da província ultramarina de Angola
- 47607 Permite que os licenciados por outras Faculdades ou escolas superiores do País que numa das Faculdades de Letras tenham exercido funções docentes como professores contratados durante, pelo menos, cinco anos sejam admitidos a concurso para professores ou a prestar provas de habilitação ao título de professor agregado das Faculdades de Letras
- 47609 Dá nova constituição ao 4.º grupo (História) e ao 5.º grupo (Geografia) da 2.ª secção (Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas) das Faculdades de Letras
- 47610 Amplia de dois anos o período por que o Ministro da Educação Nacional pode prorrogar, nos termos dos Decretos n.ºs 46224 e 46491, o prazo fixado no § 1.º do artigo 26.º do Decreto n.º 39001 (comissão de serviço de funcionários do quadro das Escolas Superiores das Belas-Artes de Lisboa e do Porto, referido no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41362)
- 47648 Cria a Escola do Magistério Primário de Benguela
- 47650 Introduz alterações na orgânica dos serviços do Conselho Provincial de Educação Física de Angola
- 47662 Atribui à Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional organizar, no âmbito dos planos de fomento da acção educativa ou independentemente de tais planos, cursos especiais com o fim de completar a formação técnica dos candidatos a mestres das oficinas escolares e de orientá-los, mediante estágio pedagógico, para a actividade docente
- 47700 Dá nova redacção ao § único do artigo 1.º e ao artigo 5.º do Decreto n.º 29992, que regulamenta e esclarece as disposições do Decreto-Lei n.º 26611, que aprova o Regimento da Junta Nacional da Educação, na parte respeitante a equiparação de habilitações
- 47701 Dá nova redacção aos artigos 95.º e 97.º do Decreto n.º 39001, que promulga o Regulamento dos Serviços Administrativos das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto
- 47753 Atribui ao subgrupo do 4.º grupo da 2.ª secção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto um dos três lugares de professor catedrático e um dos dois lugares de professor extraordinário que pela legislação em vigor estavam adstritos ao mesmo grupo
- 47787 Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto n.º 46644, que autoriza o Ministério das Obras Públicas, pela Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, a proceder, em cooperação com a Fundação da Escola-Quinta da Lajeosa, ao estudo e construção das instalações necessárias ao funcionamento do ensino, cuja instalação e manutenção estão a cargo da referida Fundação
- 47789 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma quantia para fundo de manutenção da cantina escolar instituída por legado do Eng.º António Maria Fernandes em memória de seus pais, D. Maria de Jesus Lopes Fernandes e José Maria Fernandes, anexa às escolas do núcleo de Tamanhos, freguesia de Tamanhos, concelho do Trancoso
- 47799 Eleva à categoria de escolas industriais e comerciais as Escolas Técnicas Elementares de Henrique de Carvalho e do Cubal, ambas de frequência mista, da província ultramarina de Angola - Altera os quadros do pessoal das referidas Escolas e de outras escolas do ensino industrial e comercial da mesma província
- 47843 Permite a realização, a título temporário, de cursos de base para o exercício dos cargos de enfermagem psiquiátrica e de saúde pública
- 47884 Permite que nas escolas de enfermagem oficiais sejam criados cursos de especialização obstétrica para enfermeiras e auxiliares de enfermagem
- 47929 Transfere para a disciplina de Anatomia Topográfica o lugar de professor catedrático que pelo artigo 1.º do Decreto n.º 44337 foi atribuído à disciplina de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
- 47951 Promulga o Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 47970 Institui na organização da Mocidade Portuguesa Feminina na província ultramarina de Angola um conselho administrativo

- 47972 Eleva a escola comercial a Escola Técnica Elementar do Comandante Augusto Cardoso, de Vila Cabral, da província ultramarina de Moçambique, e aumenta os quadros do pessoal da mesma Escola
- 47978 Cria no Instituto Hidrográfico um curso destinado a criar técnicos oceanográficos, com a designação de «Curso de técnicos auxiliares de oceanografia»
- 47980 Permite que os candidatos reprovados em Julho nas provas ou exames de aptidão para ingresso nos cursos superiores possam repetir essas provas ou exames na época de Outubro
- 47986 Altera as designações de várias disciplinas do plano de estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, aprovado pelo Decreto n.º 37584
- 48013 Fixa as gratificações mensais do director e dos directores de curso da Escola Industrial e Comercial de Bissau - Ratifica o artigo 10.º do Diploma Legislativo do Governo da província ultramarina de Macau n.º 1724, de 29 de Outubro de 1966
- 48030 Introduce vários ajustamentos no plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 48042 Determina que a partir do corrente ano escolar seja professada nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique a parte geral das licenciaturas em Matemática, em Física, em Química e em Biologia
- 48075 Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de «Liceu Nacional de Beja - Ampliação com sete salas de aula, incluindo instalações sanitárias e recreio coberto, 2.ª fase (acabamentos)»
- 48179 Dá nova redacção ao artigo 134.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal

Portarias

- 22463 Aprova o Regulamento dos Prémios Padre José Rodrigues Neto e Padre José Filipe Rodrigues
- 22477 Aprova o Regulamento do Prémio de Henrique Pimenta Diogo da Silva
- 22495 Aprova o Regulamento do Prémio Augusto Martins
- 22529 Determina que sejam abreviados os cursos dos cadetes admitidos na Escola Naval de forma a antecipar o seu ingresso nos quadros de oficiais - Substitui os quadros anexos às Portarias n.ºs 20697 e 21361
- 22532 Torna extensivo à província ultramarina de S. Tomé e Príncipe o disposto na Portaria n.º 15088, que prescreve quais as informações a prestar ao Ministério pelos governos das províncias ultramarinas em que há liceus
- 22534 Torna extensivo às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor o preceituado no artigo 19.º do Decreto n.º 39850 (provimento de lugares de mestres e contramestres de escolas do ensino técnico profissional do ultramar)
- 22535 Aprova o Regulamento da Bolsa de Estudo Axel Johnson
- 22539 Cria, para funcionar em Lisboa, a Escola de Ensino e Administração de Enfermagem, na qual será professado o curso referido na alínea e) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38884 e outros que lhe sejam confiados por despacho do Ministro da Saúde e Assistência
- 22565 Torna extensivo às províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Timor o disposto na Portaria n.º 18506, que determina a aplicação a Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e Estado da Índia, observadas as regras constantes da citada portaria e dos Decretos n.ºs 43231 e 43641 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 22565 (R1 DG 74) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 22565, que torna extensivo às províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Timor o disposto na Portaria n.º 18506 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial)
- 22577 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações introduzidas pela presente portaria e pela Portaria n.º 22227, o Regulamento das Escolas Práticas de Agricultura, constante do Decreto n.º 41382
- 22590 Fixa o montante dos subsídios a conceder, nos termos dos artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 43808, no ano de 1967, às organizações civis das províncias ultramarinas que tenham por finalidade a prática de aeromodelismo, aviação, com e sem motor, ou pára-quedismo
- 22597 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Manuel Guilhermino da Silva
- 22597 (R1 DG 93) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 22597, que aprova o Regulamento do Prémio Escolar de Manuel Guilhermino da Silva
- 22625 Altera o quadro II, que estabelece o regime dos cursos de cadetes de Mem de Sá, anexo à Portaria n.º 22529
- 22643 Estabelece o regime dos exames finais do curso unificado da telescola
- 22649 Abre um crédito destinado a ser inscrito em adicional à tabela de despesa do orçamento privativo da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical para o ano em curso **Revogado**
- 22650 Institui os prémios anuais «Angola» e «Salazar», destinados a galardoar o melhor trabalho de investigação científica de interesse para o desenvolvimento económico de Angola e o aluno mais distinto dos Estudos Gerais Universitários daquela província ultramarina
- 22663 Dá nova redacção às alíneas a) e b) do artigo 137.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
- 22664 Aprova a Nomenclatura Gramatical Portuguesa **Revogado**
- 22673 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o artigo 1.º do Decreto n.º 38899 e o n.º 4.º do artigo 119.º dos Regulamentos dos Institutos Industriais e dos Institutos Comerciais, aditado pelo artigo 4.º do Decreto n.º 43140
- 22674 Torna extensivo às províncias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor o disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 38678, que insere disposições relativas aos serviços docentes dos liceus do ultramar
- 22676 Aprova o modelo a adoptar para a passagem, por parte dos serviços competentes do ensino primário, dos certificados escolares respeitantes a descendentes de servidores do Estado quando pretendam fazer a prova, para

- efeitos do abono de família, do cumprimento dos preceitos legais que regulam a escolaridade obrigatória do referido ensino - Constitui exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa o referido modelo
- 22689 Dá nova redacção às condições 2.as dos n.ºs 1), 2), 3) e 4) do artigo 47.º do Regulamento da Escola Náutica, aprovado pela Portaria n.º 17632
 - 22693 Nomeia definitivamente professor auxiliar do 4.º grupo (medicina legal e toxicologia forense) da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa o professor auxiliar contratado Dr. Artur Cardoso Pereira
 - 22701 Fixa os quantitativos das receitas e despesas decorrentes da execução do disposto no artigo 15.º da Portaria n.º 22113 e na Portaria n.º 22643 (curso unificado da telescola) **Revogado**
 - 22721 Manda aplicar nas províncias ultramarinas, com a nova redacção dada pela presente portaria, o artigo 5.º do Decreto n.º 29992, na forma que lhe foi dada pelo artigo único do Decreto n.º 47700 (Regimento da Junta Nacional da Educação)
 - 22722 Aprova a instituição do Prémio Rogério Cardoso, bem como os Estatutos da Fundação de Rogério Cardoso
 - 22733 Cria, na Junta de Investigações do Ultramar, a comissão de planeamento da investigação científica e tecnológica, com a incumbência de habilitar o Ministério a planear as correspondentes actividades em função do desenvolvimento económico-social e a fornecer ao Ministério da Educação Nacional os elementos de que carece para a tarefa cometida à comissão interministerial criada pela Portaria n.º 21570
 - 22741 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 47347, que aprova o programa da disciplina de Religião e Moral destinado ao 1.º ciclo do ensino liceal e ao ciclo preparatório do ensino técnico profissional
 - 22760 Aprova o Estatuto do Centro Universitário de Lisboa
 - 22761 Introduce alterações no Regulamento da Escola Naval, aprovado e mandado pôr em execução pelo Decreto n.º 41894
 - 22769 Estabelece os preceitos a observar na verificação do aproveitamento da frequência da 5.ª classe do ciclo complementar do ensino primário
 - 22806 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Abílio Benedicto Virgolino da Silva
 - 22841 Manda aplicar às províncias ultramarinas o artigo 34.º do Decreto n.º 37545 (Estatuto do Ensino Particular)
 - 22842 Aprova o Regulamento do Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga, instituído na Academia Portuguesa da História
 - 22874 Cria, para funcionar em Lisboa e na dependência da Direcção-Geral de Saúde, a Escola de Enfermagem de Saúde Pública, na qual serão professados os cursos a que se refere o artigo 2.º do Decreto n.º 47834
 - 22787 Abre créditos destinados a reforçar verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província ultramarina de Cabo Verde e a inscrever uma quantia em idêntica tabela do orçamento geral de S. Tomé e Príncipe destinada a apetrechamento de serviços públicos e à construção da Escola Industrial e Comercial de S. Tomé (1.ª fase)
 - 22893 Aprova o Regulamento do Prémio Infante D. Henrique
 - 22914 Manda aplicar às províncias ultramarinas a Portaria n.º 19521, que determina que o Instituto Superior de Escudos Ultramarinos passe a designar-se «Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina»
 - 22915 Abre um crédito para reforço do crédito especial, inscrito pela Portaria n.º 22649, em adicional à tabela de despesa do orçamento privativo da Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical para o corrente ano, destinado a suportar os encargos com os contratos a celebrar com técnicos estrangeiros encarregados da regência de cadeiras especiais
 - 22919 Manda aplicar à província ultramarina de Moçambique o Regulamento do Ensino Médio Agrícola, aprovado pelo Decreto n.º 38026, de harmonia com o texto da Portaria n.º 16003, observadas as alterações constantes da presente Portaria
 - 22920 Manda aplicar à província ultramarina de Moçambique, com a alteração constante da presente portaria, a Portaria n.º 14524, que aprova os programas do ensino médio agrícola, conforme a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 16128
 - 22935 Determina que, a título excepcional, fique sem efeito a acumulação de regências para a 44.ª cadeira (Balística), a que se refere o apêndice n.º 1 ao mapa anexo n.º 3 do Decreto-Lei n.º 42152, que promulga a organização da Academia Militar, e que passem as 43.ª e 44.ª cadeiras a dispor de um professor catedrático e de um professor adjunto, cada uma
 - 22937 Fixa o quadro da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, criada pelo artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 47480
 - 22944 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 47480, que institui o ciclo preparatório do ensino secundário
 - 22966 Aprova, a título experimental, os programas do ciclo complementar do ensino primário
 - 22968 Aprova o regime a que passa a estar sujeito o uso dos cartões de identidade do pessoal dos serviços centrais do Ministério
 - 22983 Dá nova redacção à alínea g) dos n.ºs 2 dos artigos 137.º e 361.º constantes do Decreto n.º 36508 e do Estatuto do Ensino Técnico Profissional, aprovado pelo Decreto n.º 37029, na forma que lhes foi dada pelas Portarias n.ºs 21681 e 14697
 - 22993 Autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Angola a tomar as medidas financeiras indispensáveis a contratar ou executar por administração directa a construção e apetrechamento da escola primária de Carmona e de vários estabelecimentos do ensino industrial e comercial
 - 23005 Introduce vários ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares no plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
 - 23007 Permite que o quadro do pessoal do Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino e respectivos vencimentos sejam revistos, quando as circunstâncias o justificarem, por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Educação Nacional

- 23008 Fixa o quadro e respectivos vencimentos do pessoal do Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino
- 23009 Abate no quadro de professores efectivos do Liceu de D. Manuel II, no Porto, um lugar de professor do 7.º grupo e aumenta em idêntico quadro do Liceu de Alexandre Herculano, no Porto, um lugar de professor do mesmo grupo
- 23046 Fixa a distribuição anual dos trabalhos escolares dos cursos ministrados em regime nocturno nos institutos industriais
- 23051 Aprova o Regimento da Corporação das Ciências, Letras e Artes
- 23053 Cria no âmbito dos Serviços de Veterinária da província ultramarina de Moçambique cursos de auxiliares técnicos de pecuária
- 23067 Adita um número ao n.º 3.º da Portaria n.º 22937, que fixa o quadro da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário
- 23070 Autoriza o Governo da província ultramarina de S. Tomé e Príncipe a tomar as medidas financeiras necessárias a contratar as obras de construção e apetrechamento, ou a executar por administração directa, do edifício destinado à escola técnica
- 23114 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 45810, que amplia o período de escolaridade obrigatória

Despachos

- DG 284 Declaração de terem sido rectificadas os textos dos programas de Matemática da 5.ª classe e Aritmética e Geometria da 6.ª classe do ciclo complementar do ensino primário, constantes da Portaria n.º 22966

Despachos ministeriais

- DG 68 Fixa em 15 de Maio de cada ano o termo do prazo para os interessados, autores e ou editores, apresentarem na Direcção-Geral do Ensino os livros, compêndios didácticos e cadernos que nesse ano desejem ver apreciados
- DG 263 Altera, a título transitório, várias disposições relativas a exames e férias dos alunos do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército
- DG 263 Fixa os planos de estudos do curso de Serviço Social e do curso complementar do serviço Social, professados no Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- DG 291 Fixa as remunerações a abonar aos professores universitários que, em regime de acumulação e por contrato, regerem matérias nos cursos professados no Instituto Superior Naval de Guerra

1968

Leis

- 2137 Considera eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei; e os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015, desde que satisfaçam aos requisitos nela fixados

Decretos-Lei

- 48197 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas do núcleo da sede do concelho da Guarda, com a denominação de «Cantina Escolar de D. Guilhermina Andrade dos Santos e Sousa»
- 48255 Mantém em vigor, não obstante o preceituado na alínea c) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46377, o Decreto n.º 40122 no que respeita a nomeações e colocações de professores eventuais do Instituto de Odivelas
- 48259 Cria no quadro do pessoal do Instituto Geofísico, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o lugar de jardineiro de 2.ª classe e extingue no mesmo quadro o lugar de contínuo de 1.ª classe
- 48274 Permite que sejam providas em lugares técnicos das Faculdades de Medicina para que se exija o 2.º ciclo liceal as pessoas que, embora não possuindo esta habilitação, já ocupem em estabelecimentos hospitalares do Estado lugares técnicos com remuneração não inferior à daqueles
- 48314 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Maria Luísa Marques Duque, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Vale da Pinta, concelho do Cartaxo
- 48321 Substitui por «directores escolares e directores de instrução na Escola Naval, nos grupos de escolas e no Centro de Educação Física da Armada» a expressão «directores escolares e directores de instrução na Escola Naval e nos grupos de escolas» a que se refere a lista de cargos designados na alínea d) do n.º 5.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 30249 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 45563 (vencimentos a abonar aos oficiais, guardas-marinhas, sargentos e praças da Armada)
- 48339 Determina que o pessoal do Gabinete de Estudos e da 1.ª Repartição da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais passe a constituir um quadro único - Permite ao Ministro da Justiça, enquanto não for proferida resolução definitiva, determinar, a título provisório, o imediato internamento de reclusos menores em regime de prisão-escola e insere disposições pertinentes à frequência e exame dos cursos a que se refere o § 2.º do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38386 e à admissão de assalariados eventuais para colaborarem na vigilância dos reclusos ocupados nas obras ou nas actividades económicas dos estabelecimentos prisionais

- 48356 Autoriza a Direcção-Geral da Fazenda Pública a ceder, a título definitivo e gratuito, ao Seminário Maior Diocesano de Viseu o edifício do antigo Seminário de Viseu, igreja, cerca anexa e parcela desta destacada pela estrada de circunvalação
- 48367 Reorganiza os serviços da Casa Pia de Évora - Revoga o Decreto n.º 36493
- 48372 Define os termos em que é constituída a Fundação Dicca, com sede em Lourenço Marques, instituição de assistência particular de utilidade pública geral criada por iniciativa de Pedro Dica
- 48374 Permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar, sobre proposta fundamentada dos directores das Faculdades de Letras ou de Economia da Universidade do Porto, que os respectivos encarregados de curso atingidos no decorrer de um ano escolar pelo limite fixado para o exercício do cargo permaneçam nele até ao termo desse ano
- 48377 Define o regime de movimentação dos fundos provenientes da doação feita pela Fundação de Calouste Gulbenkian para construção e apetrechamento dos edifícios da escola e lar de alunas do Hospital de Santa Maria, cujo conjunto se denominará «Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian», em Lisboa
- 48382 Dá nova redacção a vários artigos do Regulamento da Escola Prática de Ciências Criminais, aprovado pelo Decreto n.º 41516 - Revoga o § 4.º do artigo 29.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40738
- 48406 Define as condições em que a aprovação nos três primeiros anos das licenciaturas das Faculdades de Ciências confere direito ao grau de bacharel
- 48419 Altera para 33 o número de professoras efectivas de ensino liceal e técnico do quadro orgânico do Instituto de Odivelas, constante do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 42134, e fixa em 5 o número de professoras auxiliares ou agregadas de serviço eventual ou em comissão do mesmo estabelecimento de ensino
- 48426 Autoriza o Conservatório Regional de Braga a ministrar o ensino dos cursos superiores de Piano, Violino, Violoncelo, Canto e Composição da secção de música do Conservatório Nacional, sem encargos para o Estado, segundo os planos, regime de estudos e mais condições em vigor para os mesmos cursos do Conservatório
- 48429 Dá nova redacção ao artigo 7.º do Decreto n.º 44620, que cria o Instituto de Estudos Sociais
- 48433 Reforça, por contribuição da Fundação de Calouste Gulbenkian, a verba a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47554, com vista à execução, por agora, das residências para estudantes do ensino secundário de Castelo Branco e Bragança
- 48447 Dá nova redacção ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37229, que constitui a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário
- 48462 Atribui ao Departamento da Defesa Nacional competência para autorizar e fiscalizar o ensino, aprendizagem ou prática das artes marciais, sob qualquer aspecto em que se apresentem e como tal qualificadas pelo referido Departamento, com exclusão do judo desportivo
- 48476 Permite ao Secretário de Estado da Aeronáutica pôr à disposição das escolas e organizações civis de pilotagem e pára-quedismo, a que se referem os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 41281, aeronaves e equipamento para a prática de pára-quedismo
- 48485 Permite que aos estabelecimentos destinados a crianças deficientes, criados pelo Instituto de Assistência aos Menores nos termos do artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 35108, seja atribuída autonomia administrativa, quando ela seja necessária à sua conveniente administração
- 48489 Dá nova redacção ao § único do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46350, que insere disposições relativas ao funcionamento das bibliotecas e arquivos
- 48527 Cria nas províncias ultramarinas cursos de formação e actualização de professores do ciclo preparatório do ensino secundário
- 48531 Autoriza a criação da Fundação de D. Manuel II, instituída pela condessa Augusta Victoria Douglas, princesa de Hohenzollern
- 48541 Insere disposições relativas aos serviços dependentes da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e introduz alterações no Decreto-Lei n.º 47480 - Revoga o disposto na 2.ª parte do n.º 2 do artigo 25.º do referido decreto-lei **Revogado**
- 48546 Substitui a redacção dos artigos 3.º, 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 45810, que amplia o período de escolaridade obrigatória - Introduz algumas alterações nas normas por que se rege o ciclo complementar do ensino primário (5.ª e 6.ª classes) constantes dos Decretos-Leis n.ºs 45810, e 47211
- 48547 Regula o exercício da profissão farmacêutica - Revoga os Decretos n.ºs 9481, 13470 e 17636 e os Decretos-Leis n.ºs 23422 e 43724 **Revogado**
- 48587 Dá nova redacção a várias disposições do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651 - Revoga o § único do artigo 1.º do mesmo Estatuto e os Decretos n.ºs 41182, 42346 e 46059
- 48639 Considera oficial, para todos os efeitos, a escola portuguesa do ensino primário, mista, fundada pelo Clube Luso-Canadano de Toronto, no Canadá
- 48684 Cria no quadro do pessoal do Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu de Bocage), anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o lugar de auxiliar de naturalista e extingue no mesmo quadro o lugar de analista
- 48690 Aumenta com o lugar de chefe de culinária o quadro orgânico do Colégio Militar, anexo ao Decreto-Lei n.º 42135, com os aditamentos criados pelos Decretos-Leis n.ºs 43806 e 45697
- 48696 Transforma em Faculdades, com plano de estudos idêntico ao que vigora para a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, as Escolas de Farmácia das Universidades de Coimbra e de Lisboa - Determina que no ano lectivo de 1968-1969 não seja professor nas novas Faculdades o último ano do curso complementar
- 48697 Acresce de cinco lugares de professor catedrático e de dez lugares de professor extraordinário o quadro do pessoal docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e extingue, no mesmo quadro, o lugar de professor de cadeiras anexas

- 48720 Acresce de vários lugares que ficarão adstritos à secção de Matemática, o quadro do pessoal técnico, auxiliar e menor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- 48732 Autoriza o Governo a aumentar os subsídios anuais de cada uma das juntas gerais dos distritos autónomos das ilhas adjacentes, para cobertura dos encargos do subsídio eventual de custo de vida, a que se refere o Decreto-Lei n.º 47137, e que digam respeito aos vencimentos liquidados aos servidores do Estado a cargo das mesmas juntas
Revogado
- 48764 Determina que os titulares dos lugares de terceiro-oficial ainda existentes nas escolas industriais e comerciais, a que se refere a alínea b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 45470, sejam providos, a contar da vigência deste diploma e independentemente de quaisquer formalidades, nos lugares de segundo-oficial do quadro das escolas em que estão prestando serviço, criados pela referida disposição legal
- 48782 Eleva para 360000\$00 a partir de 1 de Janeiro de 1969 o subsídio anual à Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa, a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 31802
- 48791 Autoriza o Ministério das Finanças, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, a ceder, a título definitivo, ao Lar de S. João de Deus uma parcela de terreno do Estado situada em Lisboa destinada a construção de um edifício para alojar e socorrer pessoas necessitadas
- 48797 Procede à revisão das remunerações dos professores efectivos e agregados do ensino primário
- 48798 Regula o exercício das funções dos inspectores-orientadores do ensino primário, dos directores de distrito escolar e dos seus adjuntos responsáveis pela orientação, inspecção e chefia e fixa, a partir de 1 de Janeiro de 1969, os correspondentes vencimentos e gratificações mensais
- 48807 Insere disposições destinadas a proceder à revisão dos quadros das escolas técnicas e a tomar providências susceptíveis de obstem ao estabelecimento de injustificáveis desequilíbrios na situação dos professores do ensino liceal e, ainda, às condições de prestação do serviço docente nos dois ramos do ensino secundário - Dá nova redacção ao artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 37028
- 48807 (R1 DG 23 de 1969) Rectificação ao mapa a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 48807, que insere disposições destinadas a proceder à revisão dos quadros das escolas técnicas

Decretos

- 48196 Determina que, a partir do ano escolar de 1968-1969, seja professada nos Estudos Gerais Universitários de Angola a parte geral das licenciaturas em Matemática, em Física, em Química e em Biologia
- 48208 Altera várias disposições dos Regulamentos dos Institutos Industriais e dos Institutos Comerciais, aprovados, respectivamente, pelos Decretos n.ºs 38032 e 38231
- 48209 Dá nova redacção ao artigo 89.º e ao corpo e § 1.º do artigo 83.º, respectivamente, dos Regulamentos das Faculdades de Engenharia e de Farmácia da Universidade do Porto, aprovados pelos Decretos n.ºs 24966 e 21005
- 48213 Cria vários lugares no quadro do pessoal da Escola de Regentes Agrícolas de Vila Pery, na província ultramarina de Moçambique
- 48217 Introduce no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, os ajustamentos tornados necessários em consequência da evolução das condições que presidiram à elaboração do referido Plano
- 48220 Dá nova redacção aos artigos 2.º e 5.º do Decreto n.º 29992, que regulamenta e esclarece as disposições do Decreto-Lei n.º 26611 na parte respeitante a equiparação de habilitações
- 48286 Sujeita a autorização para contrair matrimónio os funcionários dos quadros administrativos, privativos e comuns, do ultramar e os médicos de ambos os sexos do quadro comum do ultramar - Revoga os artigos 1.º a 5.º e 8.º do Decreto n.º 82657 (está errado é o Decreto 32657)
- 48230 Estabelece as gratificações previstas no Decreto n.º 46464 ao pessoal em serviço na Escola de Regentes Agrícolas de Vila Pery, na província de Moçambique, e define a forma de provimento de alguns lugares do quadro do pessoal da mesma Escola
- 48235 Altera a redacção dos artigos 5.º e 22.º do Regulamento da Academia Nacional de Belas-Artes, aprovado pelo Decreto n.º 28003
- 48286 Sujeita a autorização para contrair matrimónio os funcionários dos quadros administrativos, privativos e comuns, do ultramar e os médicos de ambos os sexos do quadro comum do ultramar - Revoga os artigos 1.º a 5.º e 8.º do Decreto n.º 32657
- 48287 Permite aos governos das províncias ultramarinas, durante um período transitório improrrogável de cinco anos, autorizar, a título excepcional e apenas no sector particular, o exercício da profissão de ajudantes técnicos de farmácia aos indivíduos que possuam os títulos legalmente reconhecidos na metrópole para o desempenho da mesma profissão
- 48298 Transfere para determinadas disciplinas da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa os lugares de professor catedrático e de professor extraordinário atribuídos pelos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 43136 à disciplina de Dermatologia e Venereologia da mesma Faculdade
- 48324 Reorganiza os quadros do pessoal dos comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, da província de Angola
- 48324 (R1 DG 132) Rectificação ao Decreto n.º 48324, que reorganiza os quadros do pessoal dos comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, da província de Angola
- 48385 Mantém para o período de vigência do III Plano de Fomento os quadros complementares para as construções escolares e para as construções hospitalares, funcionando nos Serviços Provinciais de Obras Públicas e Transportes de Moçambique e a eles subordinados, criados pelo artigo 15.º do Decreto n.º 43041

- 48406 Define as condições em que a aprovação nos três primeiros anos das licenciaturas das Faculdades de Ciências confere direito ao grau de bacharel
- 48426 Autoriza o Conservatório Regional de Braga a ministrar o ensino dos cursos superiores de Piano, Violino, Violoncelo, Canto e Composição da secção de música do Conservatório Nacional, sem encargos para o Estado, segundo os planos, regime de estudos e mais condições em vigor para os mesmos cursos do Conservatório
- 48429 Dá nova redacção ao artigo 7.º do Decreto n.º 44620, que cria o Instituto de Estudos Sociais
- 48471 Institui os Serviços Sociais dos Estudos Gerais Oficial Universitários de Angola e de Moçambique
- 48471 (R1 DG 182) Declaração de ter sido omitida a assinatura do Ministro da Educação Nacional no Decreto n.º 48471, que institui os Serviços Sociais dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique
- 48521 Acrescenta um parágrafo ao artigo 11.º do Decreto n.º 38885, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto n.º 46448 (Regulamento das Escolas de Enfermagem)
- 48533 Concede ao ... Doutor Inocêncio Galvão Teles, ... a exoneração, que pediram, dos cargos, respectivamente, de Ministros... , da Educação Nacional, ...
- 48535 Nomeia o..., Dr. José Hermano Saraiva ..., respectivamente, Ministros ... da Educação Nacional ...
- 48562 Determina que a partir do ano escolar de 1968-1969 seja professada nos Estudos Gerais Universitários de Angola a parte geral da licenciatura em Geologia
- 48563 Determina que a partir do ano escolar de 1968-1969 seja professada nos Estudos Gerais Universitários de Moçambique a parte geral da licenciatura em Geologia
- 48572 Aprova o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário **Revogado**
- 48572 (R1 DG 227) Declaração de ter sido rectificad a forma como foi publicado o Decreto n.º 48572, que aprova o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário
- 48572 (R2 DG 297) Rectificação ao n.º 1 do artigo 279.º do Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto n.º 48572
- 48572 (R3 DG 27 de 1969) Declaração de ter sido rectificado o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto n.º 48572
- 48596 Introduce no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, os ajustamentos tornados necessários em consequência da evolução das condições que presidiram à elaboração do referido Plano
- 48598 Concede ao..., Dr. José Hermano Saraiva, ... a exoneração, respectivamente, de Ministros ... da Educação Nacional, ...
- 48601 Nomeia o ... Dr. José Hermano Saraiva, ..., respectivamente, Ministros..., da Educação Nacional, ...
- 48606 Eleva a escola comercial a Escola Elementar do Dr. Braga Paixão, da cidade de João Belo, e a escola industrial e comercial a Escola Técnica Elementar de Lacerda e Almeida, de Tete, ambas de frequência mista, e aumenta de vários lugares os quadros do pessoal dos mesmos estabelecimentos de ensino
- 48608 Cria escolas preparatórias do ensino secundário nas províncias ultramarinas e converte em escolas preparatórias do mesmo ensino várias escolas técnicas elementares das províncias de Angola e de Moçambique - Fixa os quadros do pessoal docente, administrativo e menor das mesmas escolas
- 48611 Fixa os quadros do pessoal dirigente e administrativo dos Comissariados Provinciais da Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina da província ultramarina de Moçambique
- 48612 Determina que passe a ser professada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a licenciatura em Filologia Românica
- 48613 Adiciona um novo número ao artigo 100.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 48626 Altera a organização do curso superior de Economia professado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 48627 Estabelece os planos dos cursos correspondentes aos diversos bacharelatos e licenciaturas das Faculdades de Letras
- 48632 Autoriza os governadores das províncias ultramarinas a contratar diplomados com o curso da instrutores de Educação Física para o desempenho de funções docentes de Educação Física nos estabelecimentos de ensino dependentes das direcções ou repartições provinciais de educação, de acordo com as necessidades
- 48751 Adita várias disposições no Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical, promulgado pelo Decreto n.º 47951
- 48769 Determina que as disciplinas de Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva e Sociologia Geral (questões morais e sociais relacionadas com a técnica), do curso de Arquitectura, passem a ser cursadas nas escolas superiores de belas- artes e suprime no elenco do mesmo curso a disciplina de Química Geral
- 48790 Determina que os Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique passem a ter a designação, respectivamente, de Universidade de Luanda e de Universidade de Lourenço Marques
- 48823 Cria na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira anexa de Língua e Cultura Romena, a incluir na lista das disciplinas de opção para a licenciatura em Filologia Românica

Portarias

- 23151 Dá nova redacção à alínea c) do artigo 3.º e ao § único do artigo 8.º do Regulamento Geral dos Prémios da Academia das Ciências de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 20925
- 23163 Introduce no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, os ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares

- 23181 Aprova os programas a observar nas cadeiras, laboratórios e trabalhos gráficos que compõem os diferentes cursos professados nos institutos industriais
- 23207 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 47211, que insere disposições necessárias a completar as do Decreto-Lei n.º 45810, que amplia o período de escolaridade obrigatória
- 23217 Cria na telecola um curso de formação e actualização de futuros professores do ciclo preparatório do ensino secundário
- 23223 Manda publicar de novo o Regulamento do Prémio de Pedro Álvares Cabral, destinado a recompensar os dois melhores alunos (um de cada sexo) das escolas primárias de Belmonte
- 23268 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, a Portaria n.º 22769, que estabelece os preceitos a observar na verificação do aproveitamento da frequência da 5.ª classe do ciclo complementar do ensino primário
- 23282 Autoriza o Governo-Geral da província ultramarina de Angola a tomar as medidas financeiras necessárias a contratar a construção da Escola Industrial e Comercial de Silva Porto (1.ª fase)
- 23321 Aprova o Regulamento do Prémio e Bolsas de Estudo Arquitecto Ricardo G. Spratley
- 23323 Aprova o Regulamento do Prémio Carlos Augusto Farinha
- 23326 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Doutor Ruy Telles Palhinha
- 23327 Aprova o Regulamento do Prémio e Bolsas de Estudo Eng.º Cristiano P. Spratley
- 23328 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Coronel Médico Dr. Francisco da Silva Garcia
- 23345 Fixa as normas a que devem obedecer os concursos de ingresso e promoção de monitor, enfermeiro professor, monitor-chefe e director de escola das escolas de enfermagem previstas no Decreto-Lei n.º 48166
- 23367 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique os artigos 132.º do Regulamento dos Institutos Industriais e 132.º e 133.º do Regulamento dos Institutos Comerciais, constantes, respectivamente, dos Decretos n.ºs 38032 e 38231, com a nova redacção que lhes foi dada pelo Decreto n.º 48208
- 23381 Eleva de vário pessoal o quadro da Escola Prática de Polícia
- 23394 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, com nova redacção da base II, as bases II e V da Lei n.º 2043, que promulga a reorganização das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto
- 23401 Manda lançar em circulação, cumulativa com as que estão em vigor, uma emissão extraordinária de selos comemorativos do 30.º aniversário da Obra das Mães pela Educação Nacional
- 23415 Aprova a revisão das normas NP-21 (1960) - Papel. Colheita das amostras; NP-27 (1960) - Papel. Condicionamento das amostras, e NP-240 (1961) - Cadernos para fins escolares, feita nos termos do artigo 9.º do Estatuto de Normalização
- 23426 Torna extensivos ao ultramar, observadas as alterações constantes da presente portaria, os programas do ciclo preparatório do ensino primário, aprovados pela Portaria n.º 22966
- 23439 Estabelece as condições de admissão e de preferência aos concursos para a frequência do curso de engenheiro hidrógrafo e regula a constituição e funcionamento do júri - para a selecção dos candidatos - Revoga a Portaria n.º 19509 **Revogado**
- 23444 Extingue o Centro de Instrução de Enfermagem, referido na alínea j) do n.º 2.º e no n.º 7.º da Portaria n.º 18509, e cria, em sua substituição, a Escola de Enfermagem, que funcionará adstrita ao Hospital da Marinha **Revogado**
- 23445 Define a natureza do curso de alistamento para enfermeiros e as condições a que deve obedecer a elaboração do respectivo plano - Revoga a Portaria n.º 17298
- 23454 Manda publicar no Boletim Oficial das províncias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe e Timor o artigo 3.º do Decreto n.º 38678, que insere disposições relativas aos serviços docentes dos liceus do ultramar
- 23477 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Escultor António Carlos Esteves
- 23485 Aprova os programas do ciclo elementar do ensino primário
- 23504 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar de Maria Cecília Cardoso da Cunha Pinto
- 23519 Aprova os impressos modelos D. S. C. P. E. S.-1, D. S. C. P. E. S.-2 e D. S. C. P. E. S.-3, destinados à matrícula dos alunos do ciclo preparatório do ensino secundário - Fixa o uso obrigatório dos referidos modelos e considera-os exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa
- 23529 Cria o ciclo preparatório da telecola, ou, abreviadamente, ciclo preparatório TV, como modalidade do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 47430
- 23530 Aprova o Regulamento do Prémio Doutor Mendonça Monteiro
- 23538 Manda aplicar à província de Angola os n.ºs 3.º e 5.º da Portaria n.º 15755, na parte que se refere à constituição do curso de montador radiotécnico e ao programa das disciplinas de Introdução às Ciências Naturais e Geografia dos cursos de aperfeiçoamento industrial
- 23551 Determina que o estabelecimento de ensino técnico criado na cidade do Porto pelo Decreto n.º 43401 passe a denominar-se Escola Industrial de Fontes Pereira de Melo
- 23557 Torna aplicável às províncias ultramarinas, com as alterações constantes da presente portaria, várias disposições do Decreto-Lei n.º 38969, que regula a execução do Decreto-Lei n.º 38968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar
- 23559 Dá nova redacção ao artigo 22.º do Decreto n.º 43369, que insere disposições relativas ao funcionamento das escolas do magistério primário, mandado aplicar ao ultramar pela Portaria n.º 19112
- 23600 Cria as escolas preparatórias do ensino secundário, fixa as denominações e quadros de pessoal docente, administrativo e menor das mesmas escolas e define certos regimes especiais aplicáveis, a título provisório, na primeira fase do respectivo funcionamento

- 23601 Aprova os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-Lei n.º 47480
- 23614 Determina que o disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 48541 (concurso extraordinário para as primeiras vagas do ciclo preparatório do ensino secundário) abranja também os professores contratados dos quadros de educação física e de canto coral dos ensinos liceal e técnico profissional
- 23625 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 48541 (ciclo preparatório do ensino secundário)
- 23626 Determina que os professores adjuntos dos 5.º, 8.º e 11.º grupos, os mestres de Trabalhos Manuais e os professores de Educação Física e de Canto Coral do ensino técnico profissional classificados no concurso do passado mês de Junho, e que deveriam ser empossados até 10 de Agosto do corrente ano, sejam abrangidos pelo n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 48541 (ciclo preparatório do ensino secundário)
- 23629 Introduce no Plano de Construções para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, os ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 23654 Manda aplicar ao ultramar, observadas as alterações constantes da presente portaria, os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituídos pelo Decreto-Lei n.º 47480
- 23654 (R1 DG 272) Declaração de ter sido rectificadas a Portaria n.º 23654, que manda aplicar ao ultramar, observadas as alterações constantes da mesma portaria, os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituídos pelo Decreto-Lei n.º 47480
- 23655 Aprova o Regulamento dos Prémios Universitários do Papa Paulo VI
- 23684 Dá nova redacção aos artigos 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º e 133.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e mandado pôr em vigor pelo Decreto n.º 41894
- 23691 Atribui autonomia administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 1968, ao Centro de Educação Especial dos Açores, criado através do Instituto de Assistência aos Menores
- 23712 Institui o Prémio Tenente Piloto Aviador Manuel Pedro de Sousa Franklin, destinado a ser concedido anualmente ao aluno da Academia Militar que concluir o curso de Engenharia Aeronáutica Militar (tirocínio incluído) com mais elevada classificação
- 23718 Manda aplicar nas províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto n.º 48572
- 23743 Altera a tabela n.º 1, II), anexa à Portaria n.º 23625, que manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 48541 (ciclo preparatório do ensino secundário)
- 23744 Atribui autonomia administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 1969, ao Centro de Educação Especial da Madeira, criado nos termos do artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 35108
- 23768 Cria a Escola de Submarinos e de Mergulhadores (E. S. M.) e extingue o Centro de Instrução de Navegação Submarina, criado pela Portaria n.º 18509 **Revogado**
- 23773 Aumenta de um lugar de médico escolar, do sexo masculino, e de um lugar de visitadora escolar, no distrito de Ponta Delgada, o quadro de médicos e visitadoras escolares da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 23792 Determina que o prémio instituído pelo Banco Raposo de Magalhães na Escola Técnica de Alcobaça, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria n.º 20978, passe a denominar-se «Prémio Banco Português do Atlântico» **Revogado**
- 23799 Aprova a instituição do Prémio Delfim Ferreira na Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Famalicão

Despachos

- DG 253 Fixa gratificações ao pessoal dirigente dos Comissariados Provinciais da Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina da província de Angola

Despachos Ministeriais

- DG 6 Estabelece as regras necessárias ao funcionamento da escola-piloto do ensino primário criada no núcleo de Mem Martins, freguesia de Algueirão, concelho de Sintra

1969

Decretos-Lei

- 48838 Dá nova redacção à alínea a) do n.º 2.º do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 24046, que cria o Montepio dos Servidores do Estado
- 48840 Regula o exercício das funções em comissão de serviço dos professores de qualquer ramo do ensino secundário ou médio chamados a desempenhar o cargo de assistente do ensino superior
- 48854 Estabelece o quadro e remunerações do pessoal da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (A. D. S. E.), regula o provimento do seu pessoal e insere disposições tendentes a uma melhor adaptação aos seus objectivos e à aceleração e simplificação do funcionamento dos serviços
- 48854 (R1 DG 40) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 48854, que estabelece o quadro e remunerações do pessoal da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (A. D. S. E.)
- 48857 Dá nova redacção ao artigo 48.º do Decreto n.º 21853, que remodela o ensino farmacêutico
- 48868 Regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores dos grupos 1.º a 9.º do ensino liceal e 1.º a 11.º do ensino técnico profissional **Revogado**

- 48879 Determina que o grau de licenciado em Medicina seja conferido àqueles que tiverem obtido aprovação em todas as disciplinas do curso médico-cirúrgico das Faculdades de Medicina das Universidades portuguesas e aproveitamento do 1.º ano do internato geral - Dá nova redacção ao n.º 1.º do artigo 7.º e à alínea e) do artigo 16.º do Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651 e modificado pelo Decreto-Lei n.º 48587
- 48944 Permite a criação de escolas do ensino primário oficial no estrangeiro **Revogado**
- 48962 Reorganiza os serviços do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, que passa a designar-se por Instituto de Meios Áudio-Visuais de Educação
- 48963 Regula o funcionamento por que passa a reger-se a Telescola, destinada à realização de cursos de radiodifusão sonora e televisão escolares
- 48973 Manda adoptar no Colégio Militar, no Instituto de Odivelas e no Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 47480, que criou o ciclo preparatório do ensino secundário em substituição do 1.º ciclo do ensino liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico
- 49009 Regula a prestação do estágio para a preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas
- 49043 Dá nova redacção aos artigos 2.º, 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 41114, que cria no Ministério da Educação Nacional a comissão de reapetrechamento em material das escolas superiores e secundárias
- 49057 Aprova, para ratificação, o Acordo Relativo ao Salvamento dos Astronautas, Regresso dos Astronautas e Restituição dos Objectos Lançados no Espaço Extra-Atmosférico, concluído em Londres em 11 de Abril de 1968
- 49072 Determina que passe a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia, a que corresponde o grau de bacharel - Extingue nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Luanda e Lourenço Marques os cursos de preparação de professores adjuntos do 8.º e do 11.º grupos do ensino profissional organizados pelo Decreto n.º 37087, e dá nova constituição aos senados das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 49069 Reforça, por contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian, a verba a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47554, com vista à execução da residência para estudantes do ensino secundário da Guarda
- 40070 Estabelece o regime em que fica competindo ao Ministério das Obras Públicas promover, por empreitada ou por outra forma mais adequada, inclusive a prevista na base VIII da Lei n.º 2107, a construção de casas destinadas aos professores do ensino primário nas localidades em que se reconheça a necessidade de assegurar o seu alojamento - Revoga as bases XIX e XX da Lei n.º 2107
- 49072 Determina que passe a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a parte geral das licenciaturas em Filologia Românica, História e Geografia, a que corresponde o grau de bacharel - Extingue nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Luanda e Lourenço Marques os cursos de preparação de professores adjuntos do 8.º e do 11.º grupos do ensino profissional organizados pelo Decreto n.º 37087, e dá nova constituição aos senados das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 49119 Insere disposições destinadas a regular o funcionamento de estágios para formação profissional dos professores do ciclo preparatório na metrópole e nas províncias de Angola e de Moçambique **Revogado**
- 49119 (R1 DG 185) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 49119, que insere disposições destinadas a regular o funcionamento de estágios para formação profissional dos professores do ciclo preparatório na metrópole e nas províncias de Angola e de Moçambique
- 49153 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 48807, que procede à revisão dos quadros das escolas técnicas e estabelece as condições de prestação do serviço docente nos dois ramos do ensino secundário - Considera habilitação própria, para efeito de aplicação da tabela n.º 1 anexa ao citado decreto, o antigo curso para professor de Desenho dos liceus e extingue nos quadros dos institutos industriais e dos institutos comerciais os lugares de mestre, substituindo-os por lugares de mestre principal, considerando providos nestes últimos lugares, com dispensa de todas as formalidades, os titulares dos lugares extintos
- 49169 Cria no Ministério das Obras Públicas a Direcção-Geral das Construções Escolares, para a qual transitam as funções da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra e da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que são extintas **Revogado**
- 49171 Equipara aos professores e mestres do ensino das escolas técnicas do Ministério da Educação Nacional, quanto a remunerações, diuturnidades e tempo de serviço obrigatório, os professores do ensino técnico, os de Educação Física, os de Música e Canto Coral e os mestres do ensino comercial e industrial da Casa Pia de Lisboa
- 49173 Regula as condições em que são permitidos a prestar provas de Exame de Estado para o exercício de enfermagem indivíduos diplomados por escolas ou cursos nacionais, oficiais ou particulares, não referidos nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 38884 e por escola estrangeira oficialmente reconhecida no respectivo país - Revoga o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 38884 **Revogado**
- 49202 Cria um lugar de chefe de laboratório de anatomia patológica da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical e introduz alterações no quadro do pessoal técnico auxiliar da mesma Escola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47784
- 49230 Altera para trinta e quatro o número de professoras efectivas do ensino liceal e técnico do Instituto de Odivelas e fixa em quatro o número de professoras auxiliares ou agregadas de serviço eventual ou em comissão do mesmo estabelecimento de ensino
- 49233 Cria as Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto, estabelecimentos de ensino público, de grau médio, que ficam na dependência da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

- 49239 Determina que os agentes de ensino de educação física dos estabelecimentos escolares dependentes do Ministério da Educação Nacional passem a perceber o vencimento mensal correspondente à letra M do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42046
- 49252 Altera os vencimentos do pessoal de enfermagem civil contratado para serviço no Hospital Militar Principal, nos hospitais militares regionais e no Instituto de Odivelas - Altera os quadros orgânicos do Hospital Militar Principal e do Instituto de Odivelas e permite que sejam contratadas auxiliares de enfermagem de 1.ª classe para preenchimento de vagas existentes no quadro das enfermeiras de 1.ª classe do referido Hospital
- 49274 Dá nova redacção ao artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 45180, que promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique
- 47275 Permite a admissão aos concursos de bolsas de estudo distribuídas por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional dos candidatos que hajam obtido no ano lectivo anterior a classificação mínima de 14 valores e satisfaçam às demais condições fixadas em regulamento
- 49280 Permite que nas Universidades e nas escolas superiores de mais elevada frequência ou de maior desenvolvimento e complexidade de serviço haja, respectivamente, dois vice-reitores e um subdirector - Torna aplicável aos referidos cargos o disposto no § 4.º do artigo 16.º do Estatuto da Instrução Universitária, aprovado pelo Decreto n.º 18717
Revogado
- 49302 Acresce de três lugares de professor catedrático e de dois lugares de professor extraordinário o quadro de pessoal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, os quais ficam adstritos ao grupo de Filologia Românica
- 49327 Autoriza o Ministério das Obras Públicas a participar nas obras, realizadas por iniciativa das câmaras municipais, de construção, ampliação e apetrechamento de edifícios destinados ao funcionamento de escolas do ciclo preparatório
- 49327 (R1 DG 269) De ter sido rectificada a forma como foi publicado o Decreto-Lei n.º 49327, que autoriza o Ministério das Obras Públicas a participar nas obras, realizadas por iniciativa das câmaras municipais, de construção, ampliação e apetrechamento de edifícios destinados ao funcionamento de escolas do ciclo preparatório
- 49367 Regula o desempenho das funções de direcção das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas nas províncias ultramarinas, a que se refere o Decreto-Lei n.º 41472
- 49367 (R1 DG 293) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 49367, que regula o desempenho das funções de direcção das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas nas províncias ultramarinas
- 49406 Dá nova redacção ao artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 43369, que altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas **Revogado**
- 49410 Insere disposições diversas sobre vencimentos e regalias económico-sociais dos servidores do Estado; bem como sobre quadros e categorias - Revoga os artigos 33.º, 18.º e 12.º, respectivamente dos Decretos-Leis n.ºs 26115, 26503 e 42046
- 49452 Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 6.º e aos artigos 14.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 46038, que reforma a orgânica do Instituto de Alta Cultura
- 49458 Dá nova redacção aos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 46348, que fixa as bases gerais da organização, competência e funcionamento da Junta Nacional da Educação
- 49466 Determina que, a partir de 1 de Janeiro de 1971, seja dada preferência no fornecimento de máquinas de escrever para os serviços públicos, a que se refere o Decreto n.º 24207, às máquinas de escrever providas com teclado universal «Azert», e que, a partir da data da entrada em vigor do presente diploma, cesse o condicionalismo imposto pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 27868 e sejam permitidas a importação e a produção no território nacional de máquinas de escrever com qualquer teclado e, ainda, as modificações de teclado nas máquinas em uso
- 49473 Revoga o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 27279 (autorização para o casamento das professoras do ensino primário)
- 49475 Cria na Universidade Técnica de Lisboa o curso de Ciências Antropológicas e Etnológicas
- 49501 Actualiza as bases que regulam o ensino ministrado na Escola Naval, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 41881
Revogado

Decretos

- 48833 Fixa as gratificações a que tem direito o pessoal que venha a prestar serviço nas escolas de habilitação de professores de posto escolar das províncias ultramarinas
- 48887 Altera o artigo 3.º do Decreto n.º 46476, que introduz alterações no Decreto n.º 32946 (Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar)
- 48959 Dá nova redacção aos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 39590, que regula a concessão de passagens de ida e de regresso, entre Lisboa e as capitais das províncias ultramarinas, aos superiores e visitantes canónicos de nacionalidade portuguesa que pretendam visitar as missões confiadas às respectivas corporações missionárias e aos estudantes europeus e originários do ultramar que se destinem aos seminários diocesanos do ultramar ou da metrópole
- 48969 Introduce ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 49011 Estabelece o regime em que é permitido aos examinandos empregados, maiores de 21 anos, fazer exame de qualquer das secções do 2.º ciclo do ensino liceal por disciplinas
- 49016 Esclarece que o encargo atribuído às câmaras municipais ou a outras entidades com a instalação provisória de escolas técnicas profissionais ou de suas secções, referido nos artigos 12.º e 13.º do Decreto n.º 47228, não prejudica a comparticipação financeira a conceder pelo Estado, quando tal se justifique

- 49039 Modifica a constituição do quadro do pessoal do Conselho Provincial de Educação Física e Desportos de Moçambique - Revoga o artigo 50.º do Decreto n.º 41388 e o Diploma Legislativo Ministerial n.º 10, de 18 de Dezembro de 1965
- 49047 Cria em S. Tomé e Príncipe, integrado nos Serviços de Educação, o Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe
- 49049 Permite que os funcionários dos quadros de secretaria dos estabelecimentos dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional requeiram, a partir da data do presente decreto, durante um ano, o provimento em lugares vagos dos mesmos quadros independentemente do tempo de serviço que tenham prestado, desde que satisfaçam os demais requisitos legais
- 49061 Determina que o aviso a inserir no Diário do Governo, nos primeiros cinco dias de Junho, nos termos do artigo 185.º do Decreto n.º 37029, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 40714 (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial), seja publicado no corrente ano, pelo que respeita aos lugares de professor efectivo, mestre principal e mestre, até ao dia 31 de Julho
- 49067 Insere disposições destinadas a rever a doutrina do artigo 11.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto n.º 40591, que modifica os serviços de exames liceais
- 49092 Cria em Vila Pery, província de Moçambique, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista e acresce de várias unidades os quadros do pessoal docente do ciclo preparatório do ensino secundário da mesma província
- 49094 Regula as condições em que o Ministro do Ultramar poderá autorizar a especialização ou o aperfeiçoamento técnico, por conta do Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, dos funcionários dos serviços provinciais de geologia e minas, bem como de quaisquer outros serviços provinciais ou do Ministério do Ultramar (nos seus art.ºs 6.º, 7.º e 8.º são referidas formações e bolsas de estudo)
- 49098 Estabelece o regime para a concessão de bolsas de estudo especiais destinadas à formação nas Universidades nacionais de engenheiros de minas de nacionalidade portuguesa que se comprometam a exercer a respectiva actividade profissional nas províncias ultramarinas por um prazo mínimo de três anos
- 49117 Dá nova redacção ao artigo 554.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal
- 49120 Uniformiza o critério de recrutamento dos professores eventuais do ensino secundário
- 49157 Insere disposições relativas ao funcionamento nos liceus das províncias ultramarinas, cujos meios pedagógicos o consintam, das actividades docentes no período nocturno, destinadas a indivíduos que façam prova de não poderem aproveitar a frequência no período diurno por motivo das suas ocupações - Revoga o Decreto n.º 43688
- 49163 Considera oficial o ciclo preparatório do ensino secundário ministrado no Colégio de D. Bosco e na Escola Comercial de Pedro Nolasco, de Macau, e regula o regime de exames finais dos alunos externos na referida Escola
- 49182 Altera determinadas disposições que regulam o funcionamento dos Institutos Industriais e Comerciais de Angola e de Moçambique
- 49199 Proceda à revisão da legislação que regula o sistema de isenções fiscais a conceder a espectáculos públicos com fins culturais ou educativos realizados no ultramar
- 49200 Permite aos alunos dos estabelecimentos de ensino superior prestar na época de exames de Outubro do ano lectivo de 1968-1969 provas de exame em três disciplinas - Permite igualmente aos alunos do ensino liceal realizar na próxima época de Setembro até três exames de disciplinas do 7.º ano, desde que utilizando a referida concessão fiquem em condições de concluir uma das alíneas daquele ano
- 49204 Regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 9.º grupos do ensino liceal **Revogado**
- 49204 (R1 DG 219) Rectificação ao Decreto n.º 49204, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 9.º grupos de ensino liceal
- 49205 Regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 11.º grupos do ensino técnico profissional - Revoga o capítulo XV do Decreto n.º 37029 e o artigo 2.º do Decreto n.º 43231 **Revogado**
- 49219 Permite que as Universidades de Luanda e de Lourenço Marques contratem, pelas disponibilidades das suas dotações para pessoal ou por força de verba especialmente inscrita, pessoal administrativo além dos quadros
- 49254 Dá nova redacção ao artigo 113.º do Regulamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, aprovado pelo Decreto n.º 24966
- 49258 Dá nova redacção aos artigos 482.º e 484.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 49261 Introduce reajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 49262 Insere algumas providências relativas ao ensino secundário agrícola e às escolas técnicas femininas de Lisboa e Porto
- 49263 Proceda à regulamentação de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 48807, introduz alterações no sistema de recrutamento dos professores de ensino agrícola, secundário e médio, amplia a base legal da admissão à categoria de professores auxiliares dos institutos comerciais e torna extensivo aos alunos de todos os estabelecimentos dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional os benefícios do seguro escolar instituído em 1930 sòmente para os das escolas industriais e comerciais
- 49312 Introduce ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 49347 Cria uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista na Jamba, distrito da Huíla, da província de Angola

- 49348 Aumenta de dez lugares de professor de Trabalhos Manuais, destinados à província de Moçambique, o quadro complementar do ciclo preparatório do ensino secundário
- 49434 Dá nova redacção ao n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 48166, que promulga a estruturação das carreiras hospitalar, de saúde pública e de ensino para os profissionais de enfermagem dos estabelecimentos e serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência - Revoga a nota 1 do mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º, anexo ao referido decreto-Lei
- 49448 Cria a Biblioteca Nacional de Angola, com sede em Luanda, dependente dos Serviços de Educação da mesma província, e extingue a Biblioteca Central de Educação
- 49450 Regula as condições em que os funcionários dos quadros de secretaria dos estabelecimentos dependentes da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário podem requerer o provimento em lugares vagos dos mesmos quadros
- 49460 Introduce alterações no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 49461 Dá nova redacção aos artigos 5.º e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 48146, que cria o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional **Revogado**

Portarias

- 23892 Desintegra do Grupo n.º 2 de Escolas da Armada a Escola de Fuzileiros (E. F.), que passa a funcionar como unidade independente **Revogado**
- 23893 Torna aplicáveis à província de Macau, com as alterações constantes da presente portaria, o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43369 e a Portaria n.º 18581, que, respectivamente, altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e fixa as condições em que é permitido aos professores do ensino primário repetir o Exame de Estado
- 23903 Aprova, a título experimental e para vigorar no ano de 1969, o Regulamento do Internato Médico
- 23921 Dá nova redacção ao § único do artigo 135.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 41894
- 23930 Permite que a 1.ª época dos exames finais, estabelecida no Regulamento dos Exames do Instituto de Estudos Sociais, aprovado pela Portaria n.º 20407, seja, em relação aos cursos realizados no 1.º semestre, antecipada para os meses de Março ou Abril
- 23958 Cria o Grupo de Estudos de História Marítima (G. E. H. M.) e define as suas finalidades
- 23984 Determina que durante os anos de 1969 e 1970, e em relação aos médicos que actualmente se encontram a frequentar qualquer período de internato dos hospitais centrais, as datas, condições e provas dos concursos e exames sejam fixados por despacho do Ministro da Saúde e Assistência
- 24026 Aprova o Regulamento dos Prémios Universitários Prof. Oliveira Salazar
- 24031 Introduce ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 24034 Aprova o modelo do diploma de bacharel pelas Faculdades de Letras
- 24044 Aprova, para aplicação nas províncias ultramarinas, os programas do ciclo elementar do ensino primário - Revoga a Portaria n.º 20380
- 24053 Determina que a Escola Técnica Elementar de Coelho e Castro, de Fiães, seja abrangida, para todos os efeitos legais, passando a denominar-se Escola Preparatória de D. Pedro V, pelo n.º 2.º-1 da Portaria n.º 23600 (escolas preparatórias do ensino secundário) - Anula a inclusão da referida Escola no mapa 1 anexo à mesma portaria e considera o seu pessoal docente, administrativo e menor abrangido pelas disposições do Decreto-Lei n.º 48541 a partir de 11 de Setembro de 1968
- 24078 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Joaquim José Delgado
- 24106 Torna extensivo a todas as províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 48038, que dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36507 (reforma do ensino liceal)
- 24115 Aprova o modelo de diploma de bacharel pelas Faculdades de Letras - Revoga a Portaria n.º 24034
- 24118 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar D. Maria Beatriz Pacheco Malheiro Martins
- 24123 Torna extensivo a todas as províncias ultramarinas, com a alteração constante da presente portaria, o Decreto n.º 49011, que estabelece o regime em que é permitido aos examinandos empregados, maiores de 21 anos, fazer exame de qualquer das secções do 2.º ciclo do ensino liceal por disciplinas
- 24148 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 49067, que insere disposições destinadas a rever a doutrina do artigo 11.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto n.º 40591 (serviços de exames liceais)
- 24150 Cria em Lisboa, Porto e Coimbra comissões mistas com a incumbência de estabelecerem o programa do 1.º ano do internato geral, integrado no plano geral e anual a que se refere o artigo 8.º da Portaria n.º 23903, e escolherem os hospitais e serviços com condições para neles se realizarem os estágios do referido ano de internato
- 24155 Cria no ciclo preparatório do ensino secundário os exames de transição, destinados aos alunos que tenham realizado, em Portugal ou no estrangeiro, estudos de qualquer natureza não equivalentes por lei aos do referido ciclo e nele queiram ingressar
- 24168 Institui na Academia Militar, além dos prémios escolares estabelecidos pela Portaria n.º 18043, alterada pela Portaria n.º 22120, prémios de aprumo e apresentação militar
- 24206 Designa as escolas e liceus das províncias de Angola e de Moçambique onde funcionarão no ano de 1969-1970 os estágios pedagógicos a que se refere o Decreto n.º 48868
- 24208 Altera a partir do corrente ano lectivo a Portaria n.º 22701, que fixa os quantitativos das receitas e despesas decorrentes da execução do disposto no artigo 15.º da Portaria n.º 22113 e na Portaria n.º 22643 (Curso Unificado da Telescola)

- 24210 Introduz alterações no Regulamento da Escola Náutica, aprovado pela Portaria n.º 17632
- 24222 Cria na Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical o curso de Administração Hospitalar
- 24231 Determina que os cursos de especialização obstétrica para enfermeiras e auxiliares de enfermagem que, nos termos do Decreto n.º 47884, forem criados nas escolas de enfermagem oficiais se regerão pelos regulamentos das respectivas escolas, observando-se os requisitos fixados pela presente portaria, com excepção da Escola de Enfermagem do Centro de Saúde e Assistência Materno-Infantil do Dr. Bissaia Barreto, onde se continua a aplicar a Portaria n.º 15786, alterada pela Portaria n.º 16023
- 24249 Manda aplicar às províncias ultramarinas a Portaria n.º 24155, que cria no ciclo preparatório do ensino secundário os exames de transição, destinados aos alunos que tenham realizado, em Portugal ou no estrangeiro, estudos de qualquer natureza não equivalentes por lei aos do referido ciclo e nele queiram ingressar - Dá nova redacção ao n.º 3.º da referida Portaria
- 24260 Cria na província de Timor cursos de auxiliares técnicos de pecuária, no âmbito dos Serviços de Veterinária
- 24262 Cria várias escolas do ciclo preparatório do ensino secundário
- 24263 Regula a admissão ao estágio de preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 49009
- 24271 Dá nova redacção aos artigos 18.º e 30.º do Regulamento dos Exames do Instituto de Estudos Sociais, aprovado pela Portaria n.º 20407
- 24278 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 49117, que dá nova redacção ao artigo 554.º do Decreto n.º 36508 (Estatuto do Ensino Liceal)
- 24296 Cria uma escola preparatória no concelho e vila de Coruche, de frequência mista, a qual se denominará «Escola Preparatória do Visconde de Coruche»
- 24310 Introduz ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 24313 Aprova a instituição e respectivos regulamentos dos Prémios Engenheiro Vasco de Quevedo Pessanha e Engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, com o fim de galardoar os alunos da Escola Industrial e Comercial de Aveiro
- 24314 Aprova a instituição e respectivo regulamento do Prémio Molaflex, destinado ao aluno que obtenha mais alta classificação no exame de aptidão profissional do curso de serralheiro na Escola Industrial de S. João da Madeira
- 24371 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as excepções e alterações constantes da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 48807 (revisão dos quadros das escolas técnicas)
- 24371 (R1 DG 296) Declaração de ter sido rectificadas a Portaria n.º 24371, que manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 48807 (revisão dos quadros das escolas técnicas)
- 24379 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar D. Maria Beatriz Pacheco Malheiro Martins
- 24380 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com as alterações constantes da presente portaria, o Decreto n.º 49204, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 9.º grupo do ensino liceal
- 24381 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Dr.ª Francisca das Dores Silva Valadares
- 24384 Introduz ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 24389 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com nova redacção, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48546, que introduz alterações no Decreto-Lei n.º 45810 (período de escolaridade obrigatória)
- 24402 Regula o funcionamento nas escolas técnicas dos serviços de saúde e assistência das províncias ultramarinas do curso de formação básica para auxiliar de fisioterapia
- 24403 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Albino Inácio Rosa e Joaquina Barreto Rosa
- 24421 Manda aplicar às províncias ultramarinas o artigo 17.º da Portaria n.º 22113 (curso unificado da Telescola)
- 24431 Cria na província de Cabo Verde os cursos de auxiliar técnico de pecuária, no âmbito dos Serviços de Veterinária
- 24471 Determina que tenham execução relativamente à Biblioteca Nacional de Angola, com sede em Luanda, as disposições do Decreto-Lei n.º 38684 (obrigatoriedade de os proprietários, administradores ou gerentes de oficinas enviarem às bibliotecas nacionais exemplares de publicações mencionadas no artigo 1.º do Decreto n.º 25134)
- 24482 Dá nova composição aos quadros I, III e IV anexos ao Regulamento da Escola Náutica, aprovado pela Portaria n.º 17632
- 24482 (R1 DG 24 de 1970) Declaração de terem sido rectificadas os quadros anexos à Portaria n.º 24482, que dá nova composição aos quadros I, III e IV anexos ao Regulamento da Escola Náutica, aprovado pela Portaria n.º 17682 (erro, é 17632)
- 24484 Introduz no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário vários reajustamentos relativos a localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 24511 Atribui, a partir de 1 de Janeiro de 1970, autonomia administrativa ao Centro de Educação Especial do Porto, criado através do Instituto de Assistência aos Menores, nos termos do artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 35108

Despachos

- DG 166 Estabelece as habilitações, ou outras declaradas equivalentes, para ingresso no estágio para professores do ciclo preparatório do ensino secundário
- DG 182 Aprova a tabela de gratificações, a abonar logo que as circunstâncias o permitam, ao pessoal dirigente do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa da Guiné
- DG 195 Dá nova constituição ao 5.º grupo de disciplinas das Faculdades de Medicina referido no artigo 1.º do Decreto n.º 43052

- DG 256 Determina que a nomeação para determinadas funções previstas no Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário seja considerada como de conveniência urgente de serviço e, como tal, com direito à respectiva gratificação legal desde a data de entrada em exercício

1970

Decretos-Lei

- 31/70 Extingue os conselhos administrativos do Arquivo Geral da Marinha, da Biblioteca Central da Marinha e da Escola Náutica
- 48/70 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42135, que modifica o quadro orgânico do Colégio Militar, anexo ao Decreto n.º 34093
- 73/70 Autoriza a Secretaria de Estado do Tesouro, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, a ceder, a título definitivo e gratuito, à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra o edifício escolar de Meãs
- 98/70 Cria nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques vários lugares de director de curso e regula a constituição dos júris das provas de doutoramento nas aludidas Universidades
- 116/70 Atribui ao presidente da Junta Nacional da Educação a categoria e o ordenado correspondentes à letra A do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49410
- 117/70 Permite que a composição dos quadros de pessoal docente das escolas secundárias técnicas seja modificada em correspondência com as necessidades do ensino, desde que o número de lugares do quadro geral não seja aumentado
- 132/70 Define o regime para recrutamento de pessoal qualificado para o exercício de funções docentes e de investigação no ensino superior
- 147/70 Permite que a composição dos quadros de pessoal docente dos liceus seja modificada por portaria do Ministro da Educação Nacional, em correspondência com as necessidades do ensino, desde que o número de lugares do quadro geral não seja aumentado
- 157/70 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 42827, que actualiza as disposições do Decreto-Lei n.º 35869 (ensino na Escola Náutica) **Revogado**
- 159/70 Regula a situação dos funcionários dos quadros afectos aos serviços das secções das escolas técnicas profissionais convertidas em escolas independentes pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48807
- 214/70 Insere disposições relativas ao provimento de lugares do pessoal das secretarias dos liceus
- 262/70 Aprova o Regulamento dos Exames de Fim do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário
- 269/70 Determina que os quadros de professores das Faculdades de Farmácia das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto passem a ser constituídos por sete professores catedráticos e quatro professores extraordinários
- 271/70 Insere disposições relativas ao primeiro provimento no quadro geral dos professores efectivos do ensino primário - Revoga o artigo 2.º do Decreto n.º 19531 e o § único do artigo 170.º do Decreto n.º 22369 - Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 44378, sobre exames da 4.ª classe do ensino primário
- 284/70 Cria um lugar de motorista de 2.ª classe no quadro do pessoal auxiliar dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional
- 299/70 Determina que o Ministro das Obras Públicas possa autorizar que os edifícios previstos de acordo com o Plano de Construções para o Ensino Primário, aprovado pela Lei n.º 2107, sejam substituídos por pavilhões pré-fabricados e recuperáveis, sempre que tal se justifique pela urgência de satisfazer necessidades do ensino ou pela instabilidade da população escolar a servir
- 303/70 Introduce alterações em disposições regulamentares relativas aos três ramos do ensino secundário
- 352/70 Autoriza o Ministro da Educação Nacional, no presente ano lectivo, a determinar que os exames do ensino secundário e médio sejam prestados mediante as provas e nos termos que forem considerados mais convenientes à justa e expedita apreciação do aproveitamento dos examinandos
- 158/70 Determina que sejam admitidos nos estabelecimentos oficiais não militares de ensino de todos os graus e ramos, com isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes, pelo menos, de Ordem de Região Militar, Naval ou Aérea, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente - Torna extensiva esta isenção aos filhos dos referidos combatentes
- 368/70 Determina que a matéria de exames, dispensa das respectivas provas e classificação com vista à definição do aproveitamento dos alunos do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, do Instituto de Odivelas e do Colégio Militar passe a reger-se pelas disposições em vigor nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico dependentes do Ministério da Educação Nacional, com as necessárias adaptações e as ressalvas emergentes das características específicas daqueles estabelecimentos de ensino, que serão objecto de regulamentação especial
- 371/70 Estabelece as condições de admissão, distribuição de vagas, ordenação e classificação final dos candidatos, bem como a definição dos grupos de mensalidades, a classificação dos alunos de acordo com esses grupos e a forma como devem ser satisfeitas as mensalidades, relativamente ao Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército **Revogado**
- 388/70 Estabelece um novo regime do doutoramento nas Universidades portuguesas **Revogado**
- 407/70 Acresce de vários lugares os quadros de pessoal das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e da Universidade Técnica de Lisboa
- 456/70 Determina que, a partir do ano escolar de 1970-1971, passe a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a licenciatura em Economia

- 473/70 Reforça com 1500 contos a doação a que se refere o Decreto-Lei n.º 48377, destinada à construção de um anfiteatro na escola de enfermagem do Hospital de Santa Maria
- 489/70 Eleva a hierarquia militar dos alunos da Escola Naval que frequentam os três últimos anos dos cursos que habilitam ao ingresso nos quadros do activo dos oficiais da Armada
- 516/70 Dá nova redacção a diversos artigos dos Decretos-Leis n.ºs 42151 e 42152, que criam e promulgam a organização da Academia Militar - Insere várias disposições relativas ao referido estabelecimento militar
- 519/70 Insere disposições relativas ao reajustamento do quadro de pessoal, bem como às correspondentes remunerações, da Escola Prática de Agricultura de D. Dinis
- 522/70 Cria no concelho de Grândola um estabelecimento de ensino técnico profissional, com a denominação de Escola Técnica de António Inácio da Cruz, que substitui a actual escola agro-industrial da Fundação António Inácio da Cruz, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40761
- 529/70 Procede ao reajustamento dos quadros docentes dos liceus no que diz respeito aos quadros femininos
- 548/70 Converte em secção agrícola da Escola Industrial e Comercial de Campos Melo a escola prática de agricultura a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41571 - Determina que a Escola Industrial e Comercial de Campos Melo passe a denominar-se Escola Técnica de Campos Melo - Revoga a Portaria n.º 16659
- 559/70 Uniformiza o regime de colocação temporária de professoras dos quadros dos ensinos liceal e técnico, casadas, em localidades onde o cônjuge exerce a sua actividade profissional, com dispensa de prestação de serviço no estabelecimento a cujo quadro pertencem
- 601/70 Introduce alterações estruturais na lei orgânica da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica - Revoga e dá nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 47791 **Revogado**
- 637/70 Introduce alterações a vários diplomas legislativos relativos ao ensino superior
- 676/70 Altera as colunas referentes ao pessoal de enfermagem hospitalar e de ensino constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 48166 **Revogado**
- 689/70 Determina que sejam aplicadas às Universidades de Luanda e de Lourenço Marques, com as alterações constantes do presente diploma, as disposições do Decreto-Lei n.º 132/70, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 637/70 (ensino superior)

Decretos

- 5/70 Cria em Vila Salazar, província de Moçambique, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista e acresce de várias unidades os quadros do pessoal docente do ciclo preparatório do ensino secundário da mesma província
- 12/70 Estabelece os preceitos a observar para o reconhecimento definitivo da idoneidade técnica para o exercício de actividades de medicina do trabalho dos médicos que não possuam o respectivo curso
- 20/70 Concede ao..., Dr. José Hermano Saraiva, ...a exoneração, que pediram, respectivamente, de Ministros..., da Educação Nacional, ...
- 22/70 Nomeia o Ministro..., Doutor José Veiga Simão, ... Ministros..., da Educação Nacional, ...
- 27/70 Cria em cada uma das cidades do Novo Redondo e da Gabela, no distrito do Cuanza Sul, província de Angola, liceus de frequência mista, denominados, respectivamente, de Inocêncio de Sousa Coutinho e de Pedro Alexandrino da Cunha, e aumenta de vários lugares os quadros do pessoal docente, de secretaria e menor dos liceus
- 28/70 Introduce algumas alterações em disposições regulamentares relativas ao ensino técnico profissional - Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 149.º do Decreto n.º 37029 e ao artigo 3.º do Decreto n.º 47592
- 29/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de António Cardoso da Cunha, anexa às escolas da sede da freguesia de Vila Franca da Serra, concelho de Gouveia
- 34/70 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto n.º 43711, que altera a orgânica e uniformiza a classificação dos estabelecimentos de ensino da Armada, com excepção do Instituto Superior Naval de Guerra
- 77/70 Permite aos alunos voluntários do curso de Ciências Pedagógicas colocados como professores de serviço eventual em estabelecimentos de ensino secundário das ilhas adjacentes ali realizarem os exames de frequência, nos locais e perante as entidades que o Ministro da Educação Nacional designar para o efeito
- 81/70 Permite o provimento nos lugares referidos no artigo 137.º do Regulamento das Escolas Superiores de Belas-Artes, aprovado pelo Decreto n.º 41363, pessoas aprovadas em concursos de provas práticas abertos entre habilitados com a 4.ª classe do ensino primário
- 87/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar do Comendador Pedro Monteiro Pereira Queirós, anexa às escolas do núcleo e sede do concelho da Batalha
- 96/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Francisco Marques Jacob, anexa às escolas da sede da freguesia de Espariz, concelho de Tábua
- 98/70 Cria nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques vários lugares de director de curso e regula a constituição dos júris das provas de doutoramento nas aludidas Universidades
- 99/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Eugénia Garcia Monteiro de Brito, anexa às escolas da sede da freguesia de Lagares da Beira, concelho de Oliveira do Hospital
- 110/70 Dá nova redacção a determinada parte do artigo 3.º e ao artigo 44.º do Decreto n.º 49205, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 11.º grupos do ensino técnico profissional

- 116/70 Atribui ao presidente da Junta Nacional da Educação a categoria e o ordenado correspondentes à letra A do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49410
- 118/70 Permite a equiparação ao doutoramento pelas Universidades portuguesas o doutoramento obtido em Universidades ou institutos de investigação científica estrangeiros
- 125/70 Cria vários lugares no quadro da Escola Prática de Agricultora do Limpopo, da província de Moçambique, e define a situação de outros funcionários do mesmo estabelecimento de ensino
- 127/70 Aumenta para 1500 lugares o quadro de professores do ensino primário de Angola
- 132/70 Define o regime para recrutamento de pessoal qualificado para o exercício de funções docentes e de investigação no ensino superior
- 134/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Idalina Correia dos Santos, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Fonte Arcada, concelho de Sernancelhe
- 145/70 Introdz diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 147/70 Permite que a composição dos quadros de pessoal docente dos liceus seja modificada por portaria do Ministro da Educação Nacional, em correspondência com as necessidades do ensino, desde que o número de lugares do quadro geral não seja aumentado
- 157/70 Dá nova redacção a várias disposições do Decreto-Lei n.º 42827, que actualiza as disposições do Decreto-Lei n.º 35869 (ensino na Escola Náutica)
- 159/70 Regula a situação dos funcionários dos quadros afectos aos serviços das secções das escolas técnicas profissionais convertidas em escolas independentes pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48807
- 169/79 Torna extensivo aos finalistas dos cursos superiores ministrados nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques o disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 47558, que regula a concessão de estágios aos finalistas de vários cursos superiores e dos ministrados em institutos industriais e em escolas de regentes agrícolas que pretendam estagiar em serviços públicos do ultramar ou da metrópole
- 173/70 Cria uma escola do magistério primário na província de Cabo Verde, a instalar na cidade da Praia
- 190/70 Determina que os lugares de professor e professora de língua chinesa das escolas primárias oficiais luso-chinesas de Macau sejam providos por escolha do governador da província entre indivíduos chineses habilitados com o curso secundário chinês e curso do magistério primário chinês
- 214/70 Insere disposições relativas ao provimento de lugares do pessoal das secretarias dos liceus
- 223/70 Revê várias disposições do Decreto n.º 49011, que instituiu para os alunos maiores o regime de exames por disciplinas no 2.º ciclo do ensino liceal
- 224/70 Insere disposições que revêem a doutrina dos artigos 3.º e 11.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Decreto n.º 40591, que modifica os serviços de exames liceais, e actualizam o Decreto n.º 49067
- 229/70 Aprova o Regulamento do Exercício da Profissão Farmacêutica no Ultramar
- 246/70 Introdz diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 252/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de D. Rosa Albertina Simões de Faria e Joaquim Carvalho de Faria, anexa às escolas da localidade de Magida, freguesia de S. Julião do Calendário, concelho de Vila Nova de Famalicão
- 255/70 Dá nova redacção ao artigo 3.º de Decreto n.º 224/70, que insere disposições que revêem a doutrina dos artigos 3.º e 11.º e dos n.ºs 1 e 2 de artigo 15.º do Decreto n.º 40591, que modifica os serviços de exames liceais
- 262/70 Aprova o Regulamento dos Exames de Fim do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário
- 269/70 Determina que os quadros de professores das Faculdades de Farmácia das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto passem a ser constituídos por sete professores catedráticos e quatro professores extraordinários
- 271/70 Insere disposições relativas ao primeiro provimento no quadro geral dos professores efectivos do ensino primário - Revoga o artigo 2.º do Decreto n.º 19531 e o § único do artigo 170.º do Decreto n.º 22369 - Dá nova redacção ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 44378, sobre exames da 4.ª classe do ensino primário
- 272/70 Adopta algumas medidas tendentes a melhorar as condições de funcionamento dos serviços do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa
- 282/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância proveniente do legado de um benemérito para fundo de manutenção da Cantina Escolar de José de Moura Coutinho, anexa às escolas do núcleo de Camatoga, freguesia de Vila Marim, concelho de Mesão Frio
- 286/70 Determina que os concursos para habilitação de professores de Canto Coral e Liores Femininos só são válidos para o provimento de vagas que ocorram no prazo de três anos, a partir da publicação no Diário do Governo, da relação graduada dos concorrentes aprovados, salvo para aqueles que, após a aprovação no concurso, prestarem serviço no ensino oficial, classificado de Bom, sem interrupção superior a três anos lectivos consecutivos ou quatro interpolados
- 299/70 Determina que o Ministro das Obras Públicas possa autorizar que os edifícios previstos de acordo com o Plano de Construções para o Ensino Primário, aprovado pela Lei n.º 2107, sejam substituídos por pavilhões pré-fabricados e recuperáveis, sempre que tal se justifique pela urgência de satisfazer necessidades do ensino ou pela instabilidade da população escolar a servir
- 303/70 Introdz alterações em disposições regulamentares relativas aos três ramos do ensino secundário
- 310/70 Determina que compete aos órgãos legislativos das províncias ultramarinas estabelecer as gratificações por serviço extraordinário prestado pelo pessoal dos estabelecimentos de ensino em que sejam ministrados cursos nocturnos

- 328/70 Altera o período de financiamento estabelecido no artigo 2.º do Decreto n.º 49069, que reforça, por contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian, a verba a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47554, com vista à execução da residência para estudantes do ensino secundário da Guarda
- 329/70 Aumenta de vários lugares o quadro do pessoal docente para os estabelecimentos do ensino técnico profissional de Angola
- 346/70 Aumenta de vários lugares o quadro comum dos serviços de educação do ultramar constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 49367
- 352/70 Autoriza o Ministro da Educação Nacional, no presente ano lectivo, a determinar que os exames do ensino secundário e médio sejam prestados mediante as provas e nos termos que forem considerados mais convenientes à justa e expedita apreciação do aproveitamento dos examinandos
- 358/70 Determina que sejam admitidos nos estabelecimentos oficiais não militares de ensino de todos os graus e ramos, com isenção de propinas de frequência e exame, os combatentes e antigos combatentes de operações militares ao serviço da Pátria, nas quais tenham obtido condecorações e louvores, constantes, pelo menos, de Ordem de Região Militar, Naval ou Aérea, ou que, por motivo de tais operações, tenham ficado incapacitados para o serviço militar ou diminuídos fisicamente - Torna extensiva esta isenção aos filhos dos referidos combatentes
- 368/70 Determina que a matéria de exames, dispensa das respectivas provas e classificação com vista à definição do aproveitamento dos alunos do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, do Instituto de Odivelas e do Colégio Militar passe a reger-se pelas disposições em vigor nos estabelecimentos de ensino liceal e técnico dependentes do Ministério da Educação Nacional, com as necessárias adaptações e as ressalvas emergentes das características específicas daqueles estabelecimentos de ensino, que serão objecto de regulamentação especial
- 371/70 Estabelece as condições de admissão, distribuição de vagas, ordenação e classificação final dos candidatos, bem como a definição dos grupos de mensalidades, a classificação dos alunos de acordo com esses grupos e a forma como devem ser satisfeitas as mensalidades, relativamente ao Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército
- 374/70 Introduce diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 388/70 Estabelece um novo regime do doutoramento nas Universidades portuguesas
- 392/70 Determina que os professores catedráticos, extraordinários e auxiliares das Faculdades de Medicina, ainda que não estejam investidos em lugares dos quadros hospitalares, possam, respectivamente, nos concursos para director de serviço, assistente e graduado ou de final do internato, fazer parte da constituição de todos os júris previstos no Regulamento dos Concursos Médicos nos Hospitais Centrais e no Regulamento de Internato Médico
- 407/70 Acresce de vários lugares os quadros de pessoal das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e da Universidade Técnica de Lisboa
- 425/70 Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 3.º do Decreto n.º 49204, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 9.º grupos do ensino liceal
- 438/70 Cria em Luanda uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista
- 439/70 Simplifica as provas dos exames de admissão aos institutos industriais e comerciais a prestar pelos candidatos que possuam habilitação escolar adequada
- 441/70 Determina que se aplique aos professores metodólogos do ciclo preparatório do ensino secundário, em matéria de categoria para efeitos de vencimentos, de serviço normal de aulas e de horas de serviço docente extraordinárias, regime em vigor para os metodólogos do ensino liceal e do ensino técnico profissional
- 454/70 Aprova e manda pôr em execução o Regulamento da Escola Naval **Revogado**
- 454/70 (R1 DG 84/71) Rectificação ao Decreto n.º 454/70, que aprova e manda pôr em execução o Regulamento da Escola Naval
- 456/70 Determina que, a partir do ano escolar de 1970-1971, passe a ser professada nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques a licenciatura em Economia
- 463/70 Aprova o Regulamento dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique
- 478/70 Cria em cada uma das vilas de Caluquembe e Quibaxe, na província de Angola, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista
- 485/70 Cria na Escola Industrial e Comercial de Artur de Paiva, em Sá da Bandeira, o curso de mecânico Diesel, que funcionará como curso de especialização do curso de formação de serralheiro
- 506/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da cantina escolar anexa às escolas da sede da freguesia de Dornelas, concelho de Amares
- 512/70 Introduce alterações no plano de estudos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
- 515/70 Estabelece normas sobre o funcionamento dos vários órgãos colegiais de governo das Universidades e das Faculdades e escolas
- 519/70 Insere disposições relativas ao reajustamento do quadro de pessoal, bem como às correspondentes remunerações, da Escola Prática de Agricultura de D. Dinis
- 522/70 Cria no concelho de Grândola um estabelecimento de ensino técnico profissional, com a denominação de Escola Técnica de António Inácio da Cruz, que substitui a actual escola agro-industrial da Fundação António Inácio da Cruz, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40761
- 540/70 Procede à actualização dos planos de estudos dos cursos de Engenharia nas Universidades portuguesas
- 540/70 (R1 DG 8/71) Rectificação ao Decreto n.º 540/70, que procede à actualização dos planos de estudos dos cursos de Engenharia nas Universidades portuguesas
- 555/70 Dá nova redacção ao n.º 2 do artigo 93.º do Decreto n.º 36508, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal

- 559/70 Uniformiza o regime de colocação temporária de professoras dos quadros dos ensinos liceal e técnico, casadas, em localidades onde o cônjuge exerce a sua actividade profissional, com dispensa de prestação de serviço no estabelecimento a cujo quadro pertencem **Revogado**
- 587/70 Define o regime por que passam a ser professados os cursos de Engenharia nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 587/70 (R1 DG 42 de 1971) Declaração de ter sido rectificado o Decreto n.º 587/70, que define o regime por que passam a ser professados os cursos de Engenharia nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 597/70 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância proveniente do legado de um benemérito para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Cristina Maria, anexa às escolas da sede da freguesia de Sarzedo, concelho de Arganil
- 610/70 Introdz diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674

Portarias

- 1/70 Manda aplicar ao ultramar, observadas as alterações constantes da presente portaria, os artigos 255.º a 302.º do Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto n.º 48572, com excepção dos n.ºs 3 dos artigos 257.º e 261.º, n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 262.º, n.º 3 do artigo 271.º e artigos 272.º, 273.º, 274.º, 275.º e 293.º
- 9/70 Aprova a instituição do Prémio Prof. Doutor Bento Carqueja, bem como o respectivo regulamento
- 34/70 Aprova o Regulamento Geral das Escolas de Enfermagem **Revogado**
- 69/70 Cria uma escola preparatória no concelho e vila de Alcochete, que se denominará Escola Preparatória de El-Rei D. Manuel I
- 75/70 Aprova o Regulamento do Prémio Varela Cid
- 89/70 Introdz no Plano de Construções para o Ensino Primário vários ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 93/70 Manda publicar nas províncias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor, para nas mesmas terem execução, as Portarias n.ºs 16991, 17484 e 19030 (curso de formação feminina nas escolas técnicas profissionais do ultramar)
- 96/70 Fixa em 1200\$00 a gratificação mensal a atribuir aos orientadores dos estágios de preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas
- 98/70 Substitui o Regulamento do Prémio Marconi, aprovado pela Portaria n.º 20968
- 119/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Decreto n.º 49205, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 10.º grupos do ensino técnico profissional
- 124/70 Designa os estabelecimentos da Armada que funcionam como unidades independentes, os adstritos aos comandos, forças, unidades e serviços e as escolas que compreendem os grupos n.ºs 1 e 2 de Escolas da Armada - Revoga as Portarias n.ºs 16650, 18509, 19114, 19637, 20636, 21116, 23444, 23768 e 23892
- 136/70 Determina que passe a vigorar em Angola e Moçambique, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 43140, o artigo 153.º do Regulamento do Ensino Médio Agrícola
- 146/70 Aprova o regulamento das bolsas de estudo a conceder pela Fundação Antero Gonçalves
- 161/70 Fixa os planos de estudos e os quadros do pessoal das Escolas Industriais de Alcanena e de Estarreja e Industriais e Comerciais do Entroncamento, de Portimão, de Reguengos de Monsaraz e do Seixal, criadas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48807
- 173/70 Dá nova composição aos quadros de pessoal docente das escolas técnicas profissionais
- 179/70 Aprova o modelo do diploma do curso de auxiliar de enfermagem do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil
- 182/70 Manda aplicar nas províncias de S. Tomé e Príncipe e Timor várias disposições do Estatuto do Ensino Técnico Profissional não abrangidas pelas Portarias n.ºs 22046 e 22565
- 186/70 Determina que tenham execução, relativamente à Biblioteca Nacional da Guiné, com sede em Bissau, as disposições do Decreto-Lei n.º 38684 (obrigatoriedade de os proprietários, administradores ou gerentes de oficinas enviarem às bibliotecas nacionais exemplares de publicações mencionadas no artigo 1.º do Decreto n.º 25134)
- 199/70 Manda aplicar nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, conforme redacção que lhes foi dada pelo Decreto n.º 38899, os artigos 126.º e 127.º do Regulamento dos Institutos industriais, aprovado pelo Decreto n.º 38032
- 216/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 110/70, o qual deu nova redacção aos artigos 3.º e 44.º do Decreto n.º 49205, que regula a prestação de estágios para a formação pedagógica dos professores do 1.º ao 11.º grupos do ensino técnico profissional
- 220/70 Altera o quadro do pessoal docente dos liceus
- 238/70 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Antão de Almeida Garrett
- 240/70 Aprova o Regulamento do Internato Médico - Revoga a Portaria n.º 23903
- 243/70 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar António de Carvalho e Maria da Costa Faria
- 247/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor, observando-se as alterações constantes da presente portaria, os artigos 1.º a 5.º do Decreto n.º 49262, que insere algumas providências relativas ao ensino secundário agrícola e às escolas técnicas femininas de Lisboa e Porto
- 252/70 Aprova o Regulamento de Prémios e Menções Honrosas, a vigorar na Escola Preparatória de D. Jorge de Lencastre, em Grândola

- 254/70 Aprova os modelos n.ºs 4, 5 e 6 do ciclo preparatório do ensino secundário e fixa o seu uso obrigatório com vista aos próximos exames finais
- 255/70 Dá nova redacção ao artigo 3.º de Decreto n.º 224/70, que insere disposições que revêem a doutrina dos artigos 3.º e 11.º e dos n.ºs 1 e 2 de artigo 15.º do Decreto n.º 40591, que modifica os serviços de exames liceais
- 261/70 Manda abreviar, ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44214, os cursos de cadetes de Diogo Gomes, admitidos na Escola Naval em 1967, de maneira a antecipar o seu ingresso nos quadros de oficiais
- 262/70 Introduce no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário vários reajustamentos relativos a localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 304/70 Torna extensivos às províncias ultramarinas os Decretos n.ºs 223/70 e 224/70 (exames liceais)
- 313/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 255/70 (serviços de exames liceais)
- 328/70 Adita um parágrafo ao artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 32243, que regula o funcionamento das escolas do magistério primário, mandando aplicar ao ultramar pela Portaria n.º 19112
- 345/70 Uniformiza os vencimentos dos professores de Moral e Religião do ciclo preparatório do ensino secundário ultramarino e manda fixar pelos órgãos legislativos locais uma gratificação dos professores metodólogos do mesmo ensino
- 384/70 Aprova o modelo do diploma de bacharel pelas Faculdades de Ciências
- 385/70 Aprova o modelo do diploma de bacharel pelas Faculdades de Letras - Revoga a Portaria n.º 24115
- 389/70 Aprova e põe em execução, no Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e no Instituto de Odivelas, no corrente ano lectivo, várias disposições relativas aos exames do ensino técnico secundário
- 390/70 Aprova e põe em execução, no Colégio Militar e no Instituto de Odivelas, a partir da época de exames de Julho de 1970, várias disposições relativas aos exames correspondentes aos 2.º e 3.º ciclos liceais
- 392/70 Determina que as disciplinas de Instrução Militar e a de Educação Física devam ser consideradas eliminatórias, no âmbito do Colégio Militar, sem prejuízo, porém, do aproveitamento nas restantes matérias para o efeito de transferência de matrícula em outros estabelecimentos de ensino
- 395/70 Introduce no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário vários ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 426/70 Dá nova redacção ao artigo 58.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 240/70
- 428/70 Cria o Centro de Estudos de Marinha - Extingue o Grupo de Estudos de História Marítima, criado pela Portaria n.º 23958
- 433/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas, observadas as excepções e alterações constantes da presente portaria, o Decreto n.º 49263, que procede à regulamentação de algumas disposições do Decreto-Lei n.º 48807, introduz alterações no sistema de recrutamento dos professores de ensino agrícola, secundário e médio, amplia a base legal da admissão à categoria de professores auxiliares dos institutos comerciais e torna extensivo aos alunos de todos os estabelecimentos dependentes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional os benefícios do seguro escolar instituído em 1930 somente para os das escolas industriais e comerciais
- 484/70 Dá nova redacção aos artigos 128.º, 130.º e 133.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pelo Decreto n.º 41894
- 485/70 Cria na Escola Industrial e Comercial de Artur de Paiva, em Sá da Bandeira, o curso de mecânico Diesel, que funcionará como curso de especialização do curso de formação de serralheiro
- 486/70 Cria várias escolas do ciclo preparatório do ensino secundário
- 490/70 Manda aplicar, nas escolas de habilitação de professores de posto escolar das províncias ultramarinas, os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, com as alterações deles constantes
- 503/70 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Salustiano dos Santos Leal e D. Mariana Lopes Ferreira Leal
- 505/70 Aprova o Estatuto das Escolas Profissionais de Hotelaria e Turismo
- 524/70 Manda aplicar à província de Moçambique os n.ºs 3.º e 5.º da Portaria n.º 15755 (ensino profissional industrial e comercial), na parte que se refere à constituição do curso de montador radiotécnico e ao programa das disciplinas de Introdução às Ciências Naturais e Geografia dos cursos de Aperfeiçoamento Industrial
- 538/70 Cria o Centro de Estudos de Epidemiologia Tropical, integrado na cadeira de Epidemiologia Tropical da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 543/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas o Decreto n.º 439/70, que simplifica as provas dos exames de admissão aos institutos industriais e comerciais a prestar pelos candidatos que possuam habilitação escolar adequada
- 565/70 Substitui o Regulamento do Prémio Escolar Dr.ª Francisca das Dores Silva Valadares, aprovado pela Portaria n.º 24381
- 575/70 Torna aplicável a Portaria n.º 23984 aos concursos e exames finais do internato médico a realizar no ano corrente, ainda que a frequência do internato a que digam respeito se tenha iniciado posteriormente à data da publicação do referido diploma
- 578/70 Regula a transferência dos professores da Escola Naval dos vários grupos de cadeiras e aulas práticas para os que foram fixados pelo Decreto n.º 454/70
- 600/70 Concede às praças do serviço de saúde militar habilitadas com o curso de sargentos milicianos do serviço de saúde - 2.º ciclo, especialidade de enfermagem -, quando o requeiram, e após o cumprimento de serviço a que são obrigados findo aquele curso, uma carta de enfermeiro militar - Revoga a Portaria n.º 13268
- 603/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique a Portaria n.º 23046, que fixa a distribuição anual dos trabalhos escolares dos cursos ministrados em regime nocturno nos institutos industriais
- 633/70 Altera os quantitativos das remunerações dos professores, mestres e regentes de estudos do quadro orgânico do Lar Académico de Filhos de Oficiais e de Sargentos, a partir de 1 de Dezembro de 1970

- 640/70 Estabelece que o curso de enfermagem seja constituído pelo curso de alistamento para enfermeiros e pelo curso complementar e determina que o programa do referido curso contenha as matérias essenciais versadas no programa do curso de enfermagem geral professado nas escolas dependentes do Ministério da Saúde e Assistência - Revoga a Portaria n.º 23445
- 654/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com a alteração constante do presente diploma, o Decreto n.º 46912, que define as funções, em matéria de educação física, que competem aos indivíduos habilitados com o curso de professor e com o de instrutor que desempenhem funções docentes em estabelecimentos de ensino público dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 655/70 Manda aplicar às províncias ultramarinas, com as alterações constantes do presente diploma, o Decreto-Lei n.º 49233, (Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto)
- 666/70 Dá nova redacção ao artigo 1.º da Portaria n.º 75/70, que aprova o Regulamento do Prémio Varela Cid
- 671/70 Revoga a alínea a) do n.º 1 da Portaria n.º 19740, que aprova e manda pôr em execução, a partir do ano escolar de 1962-1963, o plano de estudos para o Colégio Militar

Despachos

- DG 13 Despacho n.º 7 Aprova o Regulamento Interno do Grupo de Estudos de História Marítima
- DG 69 Uniformiza as condições de inscrição na Ordem dos Engenheiros dos profissionais da metrópole e do ultramar
- DG 232 Atribui gratificações mensais ao pessoal em serviço na Escola Náutica de Mindelo
- DG 242 Estabelece as regras a que devem obedecer os Exames de Estado dos candidatos habilitados por escolas de enfermagem oficiais do ultramar

1971

Decretos-Lei

- 3/71 Fixa os quadros e remunerações do pessoal de cada uma das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 27/71 Esclarece dúvidas acerca das condições em que pode verificar-se a suspensão preventiva, por motivos disciplinares, dos alunos das escolas dependentes do Ministério da Educação Nacional **Revogado**
- 31/71 Determina que o serviço prestado na Junta de Investigações do Ultramar por professores de estabelecimentos de qualquer grau ou ramo de ensino dependentes dos Ministérios do Ultramar ou da Educação Nacional, ou de ambos eles, é considerado serviço docente, para todos os efeitos legais
- 47/71 Dá nova redacção ao § 6.º do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46348, alterado pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 49458 (Junta Nacional da Educação)
- 49/71 Cria a Escola Superior da Força Aérea
- 157/71 Aprova medidas para o recrutamento de pessoal docente para o Instituto Nacional de Educação Física, enquanto não se concluem os estudos em curso para a reforma daquele estabelecimento de ensino
- 162/71 Elimina ou diminui dificuldades que se têm verificado na efectivação do cumprimento da obrigatoriedade escolar - Revoga o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 30951 e os artigos 8.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 40964
- 165/71 Aprova medidas para o recrutamento de pessoal docente para o Instituto Nacional de Educação Física, enquanto não se concluem os estudos em curso para a reforma daquele estabelecimento de ensino
- 167/71 Determina que as escolas superiores com frequência inferior a mil alunos possam ter um subdirector quando a complexidade dos respectivos serviços o tornar necessário
- 178/71 Cria no Ministério da Educação Nacional, sob a dependência directa do Ministro, o Instituto de Acção Social Escolar, que terá por fim possibilitar os estudos, para além da escolaridade obrigatória, a quem tenha capacidade intelectual para os prosseguir, bem como proporcionar aos estudantes em geral condições propícias para tirarem dos estudos o máximo rendimento
- 239/71 Torna extensivo aos professores de Educação Física e de Canto Coral e aos mestres do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e do Instituto de Odívetas as regalias constantes do Decreto-Lei n.º 46377 e do Decreto n.º 32615 - Actualiza os vencimentos do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino que não foram abrangidos pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 49410 (vencimentos e regalias económico-sociais dos servidores do Estado)
- 239/71 (R1 DG 143) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 239/71 (vencimentos do pessoal docente do Colégio Militar, do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército e do Instituto de Odívetas)
- 279/71 Determina que sejam tomadas providências complementares e correcções de pormenor no ensino, na Academia Militar, com carácter provisório e progressivo, até que seja elaborado o Estatuto da referida Academia
- 300/71 Dá nova redacção ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 42151, que cria a Academia Militar, estabelecimento de ensino superior destinado a formar oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Força Aérea
- 300/71 (R1 DG 180) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 300/71, que dá nova redacção ao artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 42151 (cria a Academia Militar)
- 307/71 Aprova o estatuto legal da Universidade Católica Portuguesa
- 310/71 Institui junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com carácter perpétuo, a Fundação Dr. José Alberto dos Reis
- 331/71 Cria em todo o ensino secundário a categoria de professor extraordinário **Revogado**
- 331/71 (R1 DG 197) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 331/71, que cria em todo o ensino secundário a categoria de professor extraordinário

- 340/71 Autoriza a Academia de Música de Luanda a ministrar, sem encargos para o Estado, o ensino correspondente aos cursos superiores da secção de Música do Conservatório Nacional, segundo os planos e regime de estudos adoptados neste estabelecimento
- 344/71 Concede aos regentes escolares direito à aposentação e dá preferência na colocação em vários lugares da administração escolar ou permite a sua admissão a concursos para esses lugares independentemente do limite de idade
- 389/71 Mantém em vigor, por mais dois anos, o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48541, que insere disposições relativas aos serviços dependentes da Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e introduz alterações no Decreto-Lei n.º 47480
- 400/71 Cria seis novas escolas do magistério primário, que funcionarão nos termos do Decreto-Lei n.º 32243 e legislação complementar
- 408/71 Promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional
- 408/71 (R1 DG 254) Retificação ao Decreto-Lei n.º 408/71, que promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional
- 413/71 Promulga a Organização do Ministério da Saúde e Assistência - Revoga determinadas disposições legislativas
- 437/71 Aprova o novo regime de provimento dos professores eventuais nomeados para as escolas do magistério primário - Revoga o Decreto-Lei n.º 49406
- 440/71 Autoriza o Instituto Comercial do Porto a organizar, na cidade de Aveiro, uma secção, na qual será ministrado o ensino do curso de contabilista e o dos preparatórios para o ensino superior de Economia e Finanças - Converte em Instituto Industrial e Comercial o Instituto Industrial de Coimbra, nele passando a ser também ministrado, a partir do ano lectivo de 1972-1973, o referido ensino
- 446/71 Cria no Ministério da Educação Nacional o Secretariado para a Juventude
- 447/71 Cria em várias localidades liceus nacionais mistos, todos com secções femininas - Amplia de vinte e um lugares de médicos escolares e de vinte e uma visitadoras o quadro anexo ao Decreto-Lei n.º 37869
- 464/71 Insere disposições relativas à nomeação, colocação e situação de professores agregados e de regentes agregados do ensino primário - Revoga o artigo 5.º e seus parágrafos e o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28081 e o artigo 173.º do Decreto n.º 22369
- 464/71 (R1 DG 266) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 464/71, que insere disposições relativas à nomeação, colocação e situação de professores agregados e de regentes agregados do ensino primário
- 471/71 Procede à revisão e actualização das remunerações do pessoal docente, de direcção e de inspecção do ensino normal primário - Revoga o § 6.º do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 32243 e o artigo 14.º do Decreto n.º 25954
- 486/71 Transforma a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina em associações abertas à livre inscrição dos que nelas desejem filiar-se, tendo por fim a formação moral, cultural e patriótica da juventude - Revoga o Decreto-Lei n.º 47311
- 486/71 (R1 DG 267) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 486/71, que transforma a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina em associações abertas à livre inscrição dos que neles desejem filiar-se, tendo por fim a formação moral, cultural e patriótica da juventude
- 504/71 Altera várias disposições do Decreto-Lei n.º 47102, que cria a Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical
- 504/71 (R1 DG 287) Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 504/71 (Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical)
- 509/71 Actualiza as categorias e vencimentos do pessoal do serviço de vacinações, do pessoal técnico e técnico auxiliar e do pessoal dos serviços gerais da Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 47784
- 515/71 Determina que o grau de licenciado em Medicina será conferido àqueles que, tendo obtido aprovação em todas as disciplinas do actual curso médico-cirúrgico das Faculdades de Medicina das Universidades portuguesas, efectuem, com aproveitamento, um ano de prática clínica em hospitais escolares, sob a directa responsabilidade das respectivas Faculdades - Revoga os artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 48879
- 535/71 Adita um artigo 4.º ao Decreto-Lei n.º 44101, que estabelece o regime a que ficam sujeitos para o efeito de retomarem ou iniciarem o estágio para a obtenção do respectivo diploma de internato os médicos internos e os médicos aprovados em mérito relativo nos concursos de admissão aos internatos dos hospitais centrais que hajam sido convocados extraordinariamente ou mobilizados, em consequência de operações militares
- 540/71 Considera regularizadas as nomeações dos professores de serviço eventual dos liceus, dos professores provisórios do ensino técnico profissional e dos professores provisórios e directores de turma do ciclo preparatório do ensino secundário, bem como os respectivos abonos efectuados até à presente data, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 41645, referentes a diplomas que não tenham sido visados pelo Tribunal de Contas
- 571/71 Reforça, por contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian, a verba a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 49069, com vista à construção da residência para estudantes do Liceu da Guarda
- 583/71 Determina que os vencimentos do pessoal do ensino primário e ciclo preparatório em serviço nas ilhas adjacentes passem a constituir encargo do Estado - Revoga os Decretos-Leis n.ºs 36455, 42514 e 48732, e, na parte aplicável, o n.º 12.º do artigo 86.º do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36453
- 585/71 Determina que as escolas do magistério primário das ilhas adjacentes, quando disponham de instalações próprias fornecidas pelas juntas gerais dos respectivos distritos autónomos, passem a funcionar integralmente sob o regime geral estabelecido no Decreto-Lei n.º 32243 (funcionamento das escolas do magistério primário)
- 608/71 Insere disposições relativas à acção social escolar

Decretos

- 6/71 Aumenta os quadros de inspecção e direcção dos Serviços de Educação de Angola e Moçambique
- 6/71 (R1 DG 95) Rectificação ao Decreto n.º 6/71, que aumenta os quadros de inspecção e direcção dos Serviços de Educação de Angola e Moçambique
- 56/71 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito determinada importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar D. Ernestina da Silva Reis, anexa às escolas da sede do concelho de Moncorvo
- 57/71 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito determinada importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas da sede do concelho de Vila do Bispo
- 96/71 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância de um benemérito para fundo de manutenção da Cantina Escolar de António Lourenço Pereira e Maria de Jesus Pereira, anexa às escolas do núcleo de Outeiro, freguesia de Insalde, concelho de Paredes de Coura
- 133/71 Autoriza a Reitoria da Universidade de Coimbra a celebrar um contrato com a firma Scientific Data Systems, mediante o qual a referida firma se obrigará a promover a boa conservação e manutenção técnica de um computador electrónico
- 140/71 Introdz diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 143/71 Cria em cada uma das localidades de Vila Guilherme Capelo, Portugália, Vila Nova e Alto Catumbela, na província de Angola, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista
- 144/71 Proceda à distribuição de lugares de professor catedrático e extraordinário, por disciplinas, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 144/71 (R1 DG 113) Rectificação ao Decreto n.º 144/71, que procede à distribuição de lugares de professor catedrático e extraordinário, por disciplinas, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
- 156/71 Proceda à remodelação dos quadros do pessoal administrativo e auxiliar de diversas escolas do magistério primário
- 166/71 Cria, em conformidade com as disposições do Decreto n.º 44240, a Escola do Magistério Primário de Malanje
- 250/71 Cria na cidade de Salazar, no distrito do Cuanza Norte (Angola), um liceu de frequência mista
- 252/71 Revê e uniformiza os actuais regimes de provimento dos lugares de comissário provincial e comissário provincial adjunto da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina em Angola e em Moçambique
- 254/71 Institui o conselho administrativo da Mocidade Portuguesa em Angola
- 256/71 Dá nova redacção à alínea a) e ao § único do artigo 10.º do Regulamento das Escolas de Enfermagem, aprovado pelo Decreto n.º 38885
- 291/71 Introdz diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 294/71 Determina que o quadro comum dos liceus do ultramar seja acrescido de vários lugares de professor destinados aos liceus da província de Moçambique
- 296/71 Cria na Escola Técnica do Prof. Silva Cunha, que funciona em S. Tomé, os cursos de formação de serralheiro e montador electricista, em substituição do curso de formação de electromecânico - Acresce com um lugar de professor do 1.º grupo o quadro constante da alínea A) do artigo 3.º do Decreto n.º 47603
- 336/71 Cria em cada uma das localidades de Pereira de Eça e de Nova Sintra, da província de Angola, uma escola preparatória do ensino secundário
- 337/71 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto n.º 48324, que reorganiza os quadros do pessoal dos comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, da província de Angola
- 356/71 Dá nova redacção a vários artigos do Decreto n.º 32946, que promulga o Regulamento Geral da Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar - Revoga o artigo 36.º do referido diploma
- 374/71 Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto n.º 346/70, que aumenta de vários lugares o quadro comum dos serviços de educação do ultramar constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 49367
- 379/71 Determina que a cantina escolar anexa às escolas do núcleo e freguesia de Quintanilha, concelho de Bragança, designada, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44713, «Cantina Escolar de Quintanilha», passe a denominar-se, conforme expressa vontade dos doadores, «Cantina Escolar de Amélia da Conceição Fialho da Costa e do Dr. Eduardo Costa
- 401/71 Estabelece a constituição dos quadros do pessoal administrativo e do pessoal auxiliar das escolas do magistério primário criadas pelo Decreto-Lei n.º 400/71
- 422/71 Aprova o Regulamento das Escolas de Artes e Ofícios
- 426/71 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar uma importância proveniente do legado de duas beneméritas para o fundo de manutenção da Cantina Escolar de Adrião Reis, anexa às escolas do núcleo de Bolo, freguesia e concelho de Castanheira de Pêra
- 436/71 Determina que os reitores dos liceus e directores das escolas técnicas e do ciclo preparatório do ensino secundário que funcionem em regime de desdobramento e os vice-reitores das secções e subdirectores em idêntico regime de funcionamento com um total de trinta ou mais turmas sejam dispensados do serviço lectivo - Determina igualmente que sejam dispensados do referido serviço os reitores dos liceus e os directores das escolas técnicas e do ciclo preparatório do ensino secundário com um número de turmas igual ou superior a quarenta, embora não funcionando em regime de desdobramento
- 443/71 Revê os elencos das disciplinas e a orgânica dos bacharelatos e licenciaturas que se professam nas Faculdades de Ciências, bem como o respectivo regime de frequência e exames **Revogado**

- 457/71 Introduz alterações na organização do ensino técnico
- 470/71 Determina que nas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques os cursos de Ciências passem a ser professados segundo o regime definido pelo Decreto n.º 443/71, que revê os elencos das disciplinas e a orgânica dos bacharelatos e licenciaturas que se processam nas Faculdades de Ciências, bem como o respectivo regime de frequência e exames, e os planos anexos ao mesmo diploma
- 514/71 Insere disposições relativas à orgânica dos serviços de geologia e minas do ultramar - Extingue dois lugares de guarda-livros e cria mais um lugar de geólogo (especializado) nos Serviços de Geologia e Minas de Angola
- 519/71 Autoriza, a partir do início do ano de 1972, nos Hospitais das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques o funcionamento do internato de especialidades definido no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 414/71 (carreiras profissionais)
- 523/71 Insere disposições relativas ao funcionamento do ciclo preparatório da Telescola
- 584/71 Constitui os quadros do pessoal administrativo e do pessoal auxiliar de cada uma das escolas do magistério primário integradas no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 585/71
- 609/71 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar, proveniente de um legado, determinada importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas da sede do concelho de Espinho

Portarias

- 3/71 Cria nas escolas técnicas dos serviços de saúde e assistência do ultramar o curso de Ortóptica
- 10/71 Determina que seja constituída na Direcção-Geral de Educação a Comissão da Expansão do Livro Português no Ultramar, em que estarão representadas a Direcção-Geral de Educação, a Agência-Geral do Ultramar, a Corporação da Imprensa e Artes Gráficas e a direcção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, competindo a presidência ao representante da Direcção-Geral de Educação - Revoga a Portaria n.º 14597
- 27/71 Aprova o Regulamento de Prémios e Menções Honrosas, a vigorar na Escola Preparatória de Ramalho Ortigão, a funcionar no Liceu de Garcia de Orta
- 41/71 Torna extensiva à província da Guiné a Portaria n.º 23538, que manda aplicar à província de Angola os n.ºs 3.º e 5.º da Portaria n.º 15755, na parte que se refere à constituição do curso de montador radiotécnico e ao programa das disciplinas de Introdução às Ciências Naturais e Geografia dos cursos de aperfeiçoamento industrial
- 59/71 Aprova o Regulamento do Prémio Egas Moniz
- 60/71 Aprova o Regulamento das Escolas de Instrutores de Educação Física - Revoga a Portaria n.º 20786
- 60/71 (R1 DG 55) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 60/71, que aprova o Regulamento das Escolas de Instrutores de Educação Física
- 128/71 Manda aplicar à província de Moçambique a Portaria n.º 16125, que fixa para Angola o programa da disciplina de Culturas Metropolitanas prevista no Regulamento do Ensino Médio Agrícola, em vigor nas mesmas províncias
- 160/71 Procedê à actualização dos planos de estudos dos cursos de Engenharia da Academia Militar
- 188/71 Introduz no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário vários ajustamentos relativos a localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 189/71 Abre um crédito para a respectiva importância ser inscrita em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor da província de Cabo Verde, destinado ao intercâmbio da Mocidade Portuguesa
- 197/71 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar José Duarte e Adelaide Gomes Duarte
- 202/71 Determina que as instituições didácticas (no Ultramar) adotem os seus professores de traje privativo, como é regra nos estabelecimentos portugueses de ensino superior **Revogado**
- 218/71 Prorroga até 31 de Dezembro de 1971 o prazo previsto no n.º 6 da Portaria n.º 18523, que regula o funcionamento dos cursos de preparação de técnicos e auxiliares dos serviços clínicos do Ministério da Saúde e Assistência
- 222/71 Cria, para funcionar em Bragança, a Escola de Enfermagem daquela cidade, como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência
- 227/71 Aprova a instituição do Prémio Dr. Joaquim da Assunção Ferraz, bem como o respectivo Regulamento
- 228/71 Cria, para funcionar em Viseu, a Escola de Enfermagem daquela cidade, como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência
- 231/71 Cria, para funcionar junto do Centro Hospitalar de Coimbra, a Escola de Enfermagem de Bissaia Barreto, como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência
- 232/71 Cria, para funcionar em Portalegre, a Escola de Enfermagem daquela cidade, como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência
- 237/71 Aprova o Regulamento do Prémio D. Maria da Conceição Pina Ala dos Reis
- 238/71 Aprova o Regulamento do Prémio Luís de Sousa Adão
- 248/71 Dá nova redacção ao artigo 1.º da Portaria n.º 15458, que aprova o Regulamento do Prémio Teotónio Rodrigues
- 260/71 Altera para 35 o número de professoras efectivas do ensino liceal e técnico do Instituto de Odivelas e fixa em 3 o número de professoras auxiliares ou agregadas de serviço eventual ou em comissão do mesmo estabelecimento de ensino
- 261/71 Torna extensivo às províncias ultramarinas da Guiné, Angola e Moçambique o Decreto-Lei n.º 49/71, que cria a Escola Superior da Força Aérea
- 273/71 Fixa a composição do quadro do pessoal docente, administrativo e auxiliar de cada escola de instrutores de educação física

- 307/71 Aumenta com mais seis membros a Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior, criada na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pela Portaria n.º 29/70
- 328/71 Manda aplicar a todas as províncias ultramarinas o Decreto n.º 49258, que dá nova redacção aos artigos 482.º e 484.º do Decreto n.º 37029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial
- 343/71 Cria a Escola de Enfermagem de Faro, para funcionar naquela cidade como serviço oficial do Ministério da Saúde e Assistência
- 364/71 Introdúz no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário vários ajustamentos relativos à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 389/71 Fixa o quadro de pessoal da Escola de Enfermagem da Guarda
- 390/71 Determina que o Prémio Almirante Américo Thomaz passe a abranger também um aluno de cada sexo das escolas primárias das ilhas de S. Miguel, de Santa Maria e Terceira, nas condições fixadas no regulamento aprovado pela Portaria n.º 19589
- 425/71 Cria uma escola do ensino primário elementar masculina, com dois lugares docentes, no núcleo escolar da sede do concelho de Coimbra, sendo-lhe atribuído o n.º 25
- 429/71 Cria uma escola do ensino primário elementar feminina, com dois lugares docentes, no núcleo escolar da sede do concelho de Coimbra, sendo-lhe atribuído o n.º 34
- 446/71 Cria várias escolas do ciclo preparatório do ensino secundário
- 472/71 Determina que a Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical organize cursos intensivos de Saúde Pública com a duração máxima de doze semanas
- 458/71 Atribui autonomia administrativa, a partir de 1 de Agosto de 1971, ao Centro de Educação Especial de Viseu, criado através do Instituto de Assistência aos Menores
- 490/71 Dá nova redacção aos n.ºs 1.º e 3.º da Portaria n.º 23439, que estabelece as condições de admissão e de preferência aos concursos para a frequência do curso de engenheiro hidrógrafo e regula a constituição e funcionamento do júri para a selecção dos candidatos
- 536/71 Institui o Prémio Major Jacinto José do Nascimento Moura, a conceder anualmente ao aluno do Colégio Militar distinguido com o Prémio Honra do Colégio Militar
- 540/71 Torna extensiva às províncias de Angola e Moçambique a Portaria n.º 23181, que aprova os programas a observar nas cadeiras, laboratórios e trabalhos gráficos que compõem os diferentes cursos professados nos institutos industriais
- 551/71 Torna extensivo às províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor, com a redacção dada pelo presente diploma, o artigo 1.º do Decreto n.º 46324, que reorganiza os quadros do pessoal dos comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, da província de Angola
- 572/71 Dá nova redacção à primeira condição do n.º 4 do artigo 53.º do Regulamento da Escola Náutica, aprovado pela Portaria n.º 17632
- 575/71 Cria as Escolas Preparatórias do Brigadeiro Moura e Azevedo (mista), em Campo Maior, do General Francisco José Machado (mista), na Lourinhã, e de Frei João de Lucena (mista), em Trancoso
- 603/71 Aprova e põe em execução o Regulamento da Escola de Faroleiros
- 607/71 Dá nova redacção ao n.º 3.º da Portaria n.º 23439, que estabelece as condições de admissão e de preferência aos concursos para a frequência do curso de engenheiro hidrógrafo e regula a constituição e funcionamento do júri para selecção dos candidatos
- 610/71 Toma providências destinadas a regular a transição para o novo regime do internato médico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 414/71
- 613/71 Substitui os quadros I e IV anexos à Portaria n.º 24482 (Regulamento da Escola Náutica)
- 664/71 Abre créditos, a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor da província de Cabo Verde, destinados à atribuição de um subsídio à Mocidade Portuguesa Feminina e a custear os encargos com as comemorações do centenário do nascimento do poeta José Lopes
- 668/71 Torna extensivo às províncias ultramarinas o Decreto n.º 436/71 (reitores e vice-reitores dos liceus e directores e subdirectores das escolas técnicas e do ciclo preparatório do ensino secundário)
- 718/71 Atribui autonomia administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 1972, ao Centro de Educação Especial de Bragança
- 712/71 Determina que nos hospitais abrangidos pelo regime do Decreto-Lei n.º 527/71, mediante proposta fundamentada do presidente da comissão directiva, pode o Ministro da Saúde e Assistência dispensar a participação de elementos de outros hospitais na constituição dos júris de exames e concursos do internato médico - Prorroga até 20 de Janeiro de 1972 a data fixada no n.º 28 da Portaria n.º 610/71 para a conclusão dos actuais exames finais do internato de especialidades
- 734/71 Substitui o quadro anexo ao Decreto-Lei n.º 40964 (nova estrutura a alguns serviços da Direcção-Geral do Ensino Primário)
- 766/71 Estabelece a organização e funcionamento das procuradorias dos estudantes ultramarinos, atribuindo os vários serviços que nelas se incluíam à Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos e ao Círculos de Estudos Ultramarinos

Revogado

Despachos

- DG 74 Determina que a abertura de concurso nos primeiros cinco dias após o termo dos Exames de Estado, prevista no n.º 1 do artigo 232.º do Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, passe a efectuar-se nos primeiros cinco dias do mês de Outubro de cada ano
- DG 121 Fixa as gratificações ao pessoal dirigente dos Comissariados Provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, de Moçambique

- DG 121 (R1 DG 154) Rectificação ao despacho que fixa as gratificações ao pessoal dirigente dos comissariados provinciais da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, da província de Moçambique

1972

Decretos-Lei

- 25/72 Iguala as remunerações do pessoal técnico das Universidades metropolitanas, do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil e do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira às equivalentes categorias no Ministério da Saúde e Assistência
- 88/72 Fixa critérios com vista às equivalências de remunerações estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 25/72 (pessoal técnico das Universidades metropolitanas, do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil e do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira)
- 92/72 Insere disposições relativas ao pessoal docente da Escola Náutica de Lisboa **Revogado**
- 102/72 Insere disposições relativas ao vencimento dos professores de Organização Política da Nação e Economia Corporativa dos institutos industriais e comerciais
- 129/72 Insere disposições relativas ao provimento de lugares dos vários serviços e organismos centrais do Ministério da Educação Nacional
- 148/72 Fixa os quadros de pessoal dos Hospitais das Universidades de Lourenço Marques e de Luanda, bem como as respectivas categorias e remunerações
- 196/72 Adopta providências de combate à alta dos preços (Afecta os preços dos materiais escolares - livros)
- 200/72 Introduce alterações no regime de atribuição da categoria de professor extraordinário do ensino secundário, bem como no processo de colocação dos professores provisórios e eventuais
- 201/72 Promulga a reorganização da Secretaria-Geral do Ministério da Educação Nacional **Revogado**
- 202/72 Dá nova redacção ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40825 (nomeação dos júris de exames realizados em estabelecimentos particulares de música)
- 204/72 Regula as condições a que fica sujeito o provimento de professoras do Instituto de Odivelas - Revoga os Decretos n.ºs 39919 e 40122
- 205/72 Determina que passem a ser professados na Faculdade de Letras da Universidade do Porto os bacharelatos e as licenciaturas em Filologia Germânica e em Geografia
- 254/72 Torna gratuito o cumprimento da escolaridade obrigatória nas escolas preparatórias públicas e nos postos oficiais da Telescola
- 258/72 Equipara, para o efeito de provimento em cargos públicos, a habilitação do ciclo complementar do ensino primário à do ciclo preparatório do ensino secundário
- 259/72 Determina que passem a ser professados na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra os cursos de Engenharia
- 259/72 (R1 DG 189) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 259/72, de 28 de Julho (funcionamento dos cursos de Engenharia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra)
- 262/72 Cria três novas escolas do magistério primário
- 263/72 Altera a redacção do § 2.º do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 41362, respeitante ao pessoal das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto **Revogado**
- 264/72 Determina que as Universidades possam organizar, durante o período de férias, cursos intensivos de preparação e aperfeiçoamento ou de actualização sobre matérias dos planos de estudo dos cursos nelas professados ou matérias afins **Revogado**
- 284/72 Dispensa a autorização dos superiores hierárquicos para os funcionários se ausentarem do País
- 306/72 Mantém em vigor o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 45180, de 5 de Agosto de 1963, com a redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 46255, de 19 de Março de 1965, e 47253, de 10 de Outubro de 1966
- 313/72 Regula a forma de preenchimento dos lugares de director dos Gabinetes de Estudos e Planeamento da Junta Autónoma de Estradas e da Direcção-Geral das Construções Escolares
- 367/72 Cria o Centro de Estudos de Engenharia de Minas e de Geologia, anexo à Universidade de Luanda, e define as suas atribuições
- 372/92 Substitui a Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical por duas instituições com as designações de Instituto de Higiene e de Medicina Tropical e de Escola Nacional de Saúde Pública **Revogado**
- 372/72 (R1 DG 267) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 372/72, de 2 de Outubro, que substitui Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical por duas instituições com as designações de Instituto de Higiene e de Medicina Tropical e de Escola Nacional de Saúde Pública
- 376/72 Cria a Obra Social do Ministério da Educação Nacional
- 389/72 Introduce alterações na redacção do Decreto-Lei n.º 43345, de 22 de Novembro de 1960, e do Decreto n.º 48572, de 9 de Setembro de 1968, que regula a nomeação dos directores das escolas oficiais do magistério primário e que aprova o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, respectivamente
- 389/72 (R1 DG 268) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 389/72, de 13 de Outubro, que introduce alterações na redacção do Decreto-Lei n.º 43345, de 22 de Novembro de 1960, e do Decreto n.º 48572, de 9 de Setembro de 1968
- 403/72 Fixa as categorias e os vencimentos dos professores do Conservatório Nacional
- 482/72 Restabelece o regime de coeducação no ensino primário e institui-o no ciclo preparatório do ensino secundário

- 485/72 Reorganiza o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, que passa a denominar-se Gabinete de Estudos e Planeamento **Revogado**
- 503/72 Confere o direito à aposentação a todo o pessoal que actualmente presta serviço em tempo integral na Obra das Mães pela Educação Nacional
- 504/72 Acresce de vários lugares os quadros de pessoal administrativo das escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto
- 519/72 Transfere para o Ministério da Educação Nacional o Conservatório de Música do Porto»
- 520/72 Introduce alterações na estrutura dos cursos professados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- 520/72 (R1 DG 61 de 1973) Rectificação ao Decreto-Lei n.º 520/72 de 15 de Dezembro, que introduce alterações na estrutura dos cursos professados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina
- 521/72 Cria, na Universidade de Coimbra, a Faculdade de Economia
- 522/72 Cria em Lisboa, no Ministério da Educação Nacional, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e extingue o Instituto de Estudos sociais
- 532/72 Aprova normas a aplicar na elaboração do orçamento do Ministério da Educação Nacional para 1973
- Decretos 13/72 Acresce de vários lugares de professor o quadro comum do ciclo preparatório do ensino secundário do ultramar destinados às escolas preparatórias de Angola
- 49/72 Dá nova redacção ao artigo 3.º do Decreto n.º 49157, que insere disposições relativas ao funcionamento nos liceus das províncias ultramarinas, cujos meios pedagógicos o consintam, das actividades docentes no período nocturno, destinadas a indivíduos que façam prova de não poderem aproveitar a frequência no período diurno por motivo das suas ocupações
- 59/72 Introduce diversos ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674
- 107/72 Insere disposições relativas à colocação no Instituto de Acção Social Escolar dos serviços de saúde escolar até agora integrados na Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar
- 131/72 Insere disposições relativas ao funcionamento do ciclo preparatório da Telescola na província de S. Tomé e Príncipe - Revoga o § único do artigo 8.º do Diploma Legislativo Ministerial n.º 3, de 25 de Julho de 1970, da referida província
- 186/72 Cria uma escola do magistério primário na província da Guiné
- 190/72 Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar determinada importância para fundo de manutenção da cantina escolar de Favaios, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Favaios, do concelho de Alijó
- 301/72 Fixa as regras a que devem obedecer os concursos de provas para o recrutamento de professores extraordinários e catedráticos
- 333/72 Fixa as normas a que deve obedecer a concessão do grau de bacharel àqueles que tenham cursado as Faculdades de Ciências segundo os planos de estudos em vigor à data da publicação do Decreto n.º 45840, de 31 de Julho de 1964
- 345/72 Aprova e põe em execução o Regulamento da Escola de Mestrança e Marinhagem
- 346/72 Permite ao Ministro da Saúde e Assistência criar, por despacho, cursos especiais e intensivos para promoção de auxiliares de enfermagem e de auxiliares de enfermagem psiquiátrica à categoria de enfermeiros, e para equiparação de enfermeiros psiquiátricos e de enfermeiros de saúde pública aos enfermeiros de enfermagem geral
- 348/72 Modifica a actual designação de Escola Náutica para Escola Náutica do Infante D. Henrique e aprova o respectivo Regulamento **Revogado**
- 348/72 (R1 DG 231) Rectificação ao Decreto n.º 348/72, de 5 de Setembro, que modifica a designação de Escola Náutica para Escola Náutica «Infante D. Henrique»
- 360/72 Autoriza a aceitação de determinada importância para constituição do fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas do núcleo e freguesia de Sangalhos
- 361/72 Autoriza o Governo a aceitar da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, concelho de Alijó, a importância de 250000\$00 para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas do núcleo de Cabeda, da referida freguesia
- 363/72 Introduce ajustamentos no plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 364/72 Introduce alterações na estrutura das Faculdades de Direito
- 374/72 Converte em escola industrial e comercial a Escola Comercial de Vila Cabral
- 397/72 Cria em Bafatá, na província da Guiné, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista
- 416/72 Converte em mistas as duas escolas preparatórias masculinas criadas em Lourenço Marques pelo Decreto n.º 48608, de 7 de Outubro de 1968
- 419/72 Acresce de vários lugares de professor, destinados aos liceus do Estado de Angola, o quadro docente do ensino liceal do ultramar
- 441/72 Promulga o Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública **Revogado**
- 441/72 (R1 DG 291) Rectificação ao Decreto n.º 441/72, de 8 de Novembro, que promulga o Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública
- 453/72 Cria no Estado de Angola, na povoação de Viana, uma escola preparatória do ensino secundário, de frequência mista
- 461/72 Converte em escola industrial e comercial a Escola Comercial de Jerónimo Romero, de Porto Amélia
- 473/72 Cria em Angola, na vila do Cuma, uma escola preparatória do ensino secundário de frequência mista

- 496/72 Introdz ajustamentos no plano de construções escolares para o ensino primário aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 502/72 Introdz alterações na redacção do Decreto n.º 46935, de 1 de Abril de 1966, respeitante à atribuição de bolsas de estudo aos estudantes ultramarinos
- 502/72 (R1 DG 16 de 1973) Declaração de ter sido rectificadado o Decreto n.º 502/72, de 11 de Dezembro, respeitante à atribuição de bolsas de estudo aos estudantes ultramarinos
- 515/72 Autoriza o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa a adquirir dois elevadores para o edifício destinado aos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional
- 566/72 Acresce de vários lugares o quadro comum dos serviços de educação do ultramar, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 49367, de 8 de Novembro de 1969, alterado pelos Decretos n.ºs 346/70, de 23 de Julho, e 6/71, de 12 de Janeiro

Portarias

- 4/72 Determina que durante o período de dois anos o funcionamento da Secção de Pina Manique da Casa Pia de Lisboa obedeça ao regime fixado nos artigos 79.º, n.º 1, e 80.º a 84.º do Decreto-Lei n.º 413/71, e, ainda, a um regulamento provisório, a aprovar por despacho ministerial
- 5/72 Cria na Secção de D. Maria Pia da Casa Pia de Lisboa o Instituto Médico-Pedagógico. Determina que durante o período de dois anos o funcionamento da referida Secção obedeça ao regime fixado nos artigos 79.º, n.º 1, e 80.º a 84.º do Decreto-Lei n.º 413/71, e, ainda, a um regulamento provisório, a aprovar por despacho ministerial
- 12/72 Determina que o disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 18523 seja tornado extensivo aos militares do quadro de complemento que tenham obtido aprovação em qualquer dos cursos de técnicos e auxiliares dos serviços clínicos ministrados na Escola de Serviço de Saúde Militar
- 39/72 Aprova o Regulamento do Prémio Rui de Sousa, destinado a recompensar anualmente os dois melhores alunos (um de cada sexo) das escolas do ensino primário dos concelhos de Vila do Bispo e de Santo António do Zaire, em Angola
- 48/72 Cria um lugar de mestre de forneiros da Prisão-Escola de Leiria
- 77/72 Aprova o Regulamento do Prémio Engenheiro Gilberto Guerreiro Ranhada
- 78/72 Introdz alterações no Regulamento da Escola Naval, aprovado e posto em execução pelo Decreto n.º 454/70
- 79/72 Aprova o Regulamento do Prémio do Curso do 1.º Ano do Liceu Nacional de Aveiro de 1914
- 87/72 Aprova o Regulamento do Prémio Maria Eulália Balacó
- 99/72 Introdz no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário determinado ajustamento relativo à localização e agrupamento dos edifícios escolares
- 101/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas, com as alterações constantes do presente diploma, o Decreto-Lei n.º 331/71, que cria em todo o ensino secundário a categoria de professor extraordinário
- 102/72 Regulariza o funcionamento do internato médico no corrente ano - Revoga os n.ºs 8 a 27 da Portaria n.º 610/71
- 141/72 Aprova o regulamento de prémios a vigorar na Escola Preparatória de Mouzinho de Albuquerque, na Batalha
- 146/72 Aprova o regulamento das bolsas de estudo a conceder pela Fundação Antero Gonçalves
- 147/72 Aprova o Regulamento do Prémio Fernando António Pereira Taveira da Costa
- 166/72 Aprova os modelos dos diplomas de licenciado em Medicina e em Engenharia pelas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 178/72 Fixa os quantitativos para as gratificações mensais a abonar aos professores e instrutores da Escola Náutica, quando o respectivo serviço docente seja prestado nas condições previstas no n.º 2 do artigo 1.º e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/72, e aos auxiliares de instrução daquela Escola referidos no n.º 2 do artigo 4.º do mesmo diploma
- **Revogado**
- 193/72 Revoga o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 49204 (estágios do ensino liceal) e o n.º 2 do artigo 21.º do Decreto n.º 49205 (estágios do ensino técnico), em vigor nas províncias ultramarinas por força, respectivamente, das Portarias n.ºs 24380 e 119/70
- 205/72 Dá nova redacção ao Regulamento do Prémio Marconi, aprovado pela Portaria n.º 17855, alterada pela Portaria n.º 20878
- 216/72 Altera o número de professores efectivos do curso de promoção a oficial superior das armas do Instituto de Altos Estudos Militares
- 242/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes do presente diploma, o Regulamento de Exames de Fim do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/70
- 253/72 Determina que as normas a que devem obedecer os concursos da carreira de ensino de enfermagem são as que constam da Portaria n.º 23345
- 260/72 Estabelece as condições para a concessão, pelo Instituto de Acção Social Escolar, de bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas, subsídios ou outras formas de auxílio económico a alunos do ensino oficial secundário e do ciclo preparatório que careçam de recursos para prosseguimento dos seus estudos **Revogado**
- 271/72 Aprova o Regulamento do Prémio Vasco da Gama, destinado a recompensar anualmente os dois melhores alunos (um de cada sexo) das escolas do ensino primário do concelho de Sines e da ilha de Moçambique
- 350/72 Aplica à Escola de Enfermagem do Hospital de S. João, que ficará a designar-se Escola de Enfermagem de S. João, o regime de instalação previsto nos artigos 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71
- 310/72 Aprova os modelos dos diplomas de bacharel em Letras e em Ciências pelas Universidades de Luanda e de Lourenço Marques
- 326/72 Aplica à Escola de Enfermagem do Hospital de Santa Maria, que ficará a designar-se Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa, o regime de instalação previsto nos artigos 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71

- 343/72 Insere disposições relativas à incorporação de recrutas que se encontrem matriculados no curso de auxiliares de enfermagem ou de enfermagem geral ou em qualquer curso de formação básica dos serviços de saúde e assistência do ultramar - Revoga a portaria de 9 de Maio de 1967, publicada na Ordem do Exército, 1.ª série, de 31 do mesmo mês e ano
- 350/72 Aplica à Escola de Enfermagem do Hospital de S. João, que ficará a designar-se Escola de Enfermagem de S. João, o regime de instalação previsto nos artigos 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71
- 364/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes do presente diploma, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 200/72, que alterou o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 331/71 (regime de atribuição da categoria de professor extraordinário do ensino secundário)
- 367/72 Regulamenta o registo de prática farmacêutica dos auxiliares de farmácia
- 394/72 Estabelece as correspondências de categorias do pessoal técnico das Universidades metropolitanas e do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, segundo o estabelecido nos Decretos-Leis n.ºs 25/72 e 88/72
- 407/72 Aprova o Regulamento do Prémio Escolar Flora Belo Gonçalves Coelho
- 439/72 Permite a admissão de pessoal feminino voluntário para o desempenho das funções de médicas e farmacêuticas em qualquer dos ramos das forças armadas
- 452/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas o artigo 295.º do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, aprovado pelo Decreto n.º 37029, de 25 de Agosto de 1948
- 461/72 Aprova o Regulamento dos Prémios Prof. António de Sousa da Câmara e Prof. Joaquim Vieira Natividade
- 479/72 Manda lançar em circulação uma emissão extraordinária de selos comemorativa do II Centenário da Reforma Pombalina dos Estudos Universitários
- 485/72 Manda aditar dois parágrafos ao artigo 3.º do Regulamento dos Prémios Universitários Prof. Oliveira Salazar, aprovado pela Portaria n.º 24026, de 11 de Abril de 1969
- 493/72 Cria cursos do ensino primário oficial no Luxemburgo e em Esch-sur-Alzete
- 506/72 Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Hattigen, na República Federal da Alemanha
- 507/72 Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Ausburgo, na República Federal da Alemanha
- 507/72 (R1 DG 219) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 507/72, de 30 de Agosto (criação de cursos de ensino básico oficial em Augsburg, na República Federal da Alemanha)
- 508/72 Manda que sejam criados cursos de ensino básico oficial em Rheydt, na República Federal da Alemanha
- 509/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 258/72, de 28 de Julho
- 512/72 Torna extensivo às províncias ultramarinas o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 254/72, de 27 de Julho
- 519/72 Cria cursos do ensino primário oficial em diversas localidades francesas
- 528/72 Aprova o Regulamento dos Concursos para Subdirectores Escolares
- 535/72 Ajusta algumas disposições da Portaria n.º 22837 à nova estrutura dos cursos de oficiais da marinha mercante, estabelecida pelo Regulamento da Escola Náutica do Infante D. Henrique
- 551/72 Simplifica os trâmites processuais da nomeação de professores portugueses para o ensino no estrangeiro
- 557/72 Introduce um ajustamento no plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, da 8 de Maio do 1961, relativo à localização e agrupamento de edifícios escolares
- 561/72 Cria várias escolas preparatórias do ensino secundário
- 562/72 Cria várias escolas preparatórias do ensino secundário e introduce alterações na estrutura de diversas outras escolas preparatórias do mesmo ensino
- 562/72 (R1 DG 264) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 562/72, de 28 de Setembro, que cria várias escolas preparatórias do ensino secundário e introduce alterações na estrutura de diversas outras escolas preparatórias do mesmo ensino
- 562/72 (R2 DG 9 de 1973) Declaração de ter sido rectificadada a Portaria n.º 562/72, de 28 de Setembro, respeitante à criação e a alterações de estrutura de várias escolas preparatórias do ensino secundário
- 564/72 Determina que no ano lectivo de 1972-1973 funcionem na Escola Náutica «Infante D. Henrique» os 1.º e 2.º anos do curso preparatório para ingresso em vários cursos gerais de oficiais
- 572/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem de Artur Ravara
- 574/74 Aprova o quadro de pessoal dirigente da Escola de Enfermagem de Artur Ravara
- 575/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem de Artur Ravara
- 577/72 Aprova o quadro de pessoal dirigente da Escola de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca
- 578/72 Cria cursos de ensino básico de português em Neuss, República Federal da Alemanha
- 580/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca
- 583/73 Aprova o quadro de pessoal dirigente da Escola de Enfermagem de S. João de Deus, de Évora
- 585/72 Cria cursos de ensino primário de português em Lião, República da França
- 588/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem de S. João de Deus, de Évora
- 592/72 Cria cursos de ensino básico de português em Clermont-Ferrand, República da França
- 594/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem da Guarda
- 596/72 Aprova o quadro de pessoal dirigente da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada
- 597/72 Aprova o quadro de pessoal não dirigente da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada
- 601/72 Cria cursos de ensino básico de português na cidade de Borken, República Federal da Alemanha
- 602/72 Cria cursos de ensino básico de português em Arnsberg, República Federal da Alemanha
- 603/72 Cria cursos de ensino básico de português em Mülheim-Ruhr, República Federal da Alemanha
- 605/72 Cria cursos de ensino básico de português em várias localidades do Luxemburgo
- 606/72 Cria cursos de ensino básico de português em Emden, República Federal da Alemanha

- 607/72 Cria cursos de ensino básico de Português em Wickede-Ruhr, República Federal da Alemanha
- 613/72 Torna extensivos às províncias de Cabo Verde, Guiné e Macau o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43369, de 2 de Dezembro de 1960, e a Portaria n.º 18581, de 8 de Junho de 1961, com a redacção da Portaria n.º 20519, de 17 de Abril de 1964, em vigor nos Estados de Angola e Moçambique
- 634/72 Estabelece um período transitório para a inscrição no curso de Administração Hospitalar do determinados funcionários ou empregados do Ministério da Saúde e Assistência
- 651/72 Atribui autonomia administrativa ao Centro de Educação Especial de Lisboa
- 689/72 Aprova o Regulamento do Prémio Engenheiro Agrónomo Luís Quartin Graça
- 701/72 Altera a redacção dos n.ºs 3 e 4 da Portaria n.º 124/70, de 2 de Março, respeitante às escolas e centros de instrução da Armada
- 707/72 Introduce um ajustamento no plano de construções escolares para o ensino primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 714/72 Cria cursos de ensino básico de Português em Minden, República Federal da Alemanha
- 723/72 Cria cursos de ensino básico de português em várias localidades da República da França
- 735/72 Cria no Instituto de Higiene e Medicina Tropical o curso de Saúde Pública e Medicina Tropical
- 741/72 Determina que a concessão dos benefícios previstos no Decreto-lei n.º 358/70, de 29 de Julho, seja tornada extensiva a vários documentos e a outras taxas e emolumentos exigidos em quaisquer estabelecimentos de ensino oficial
- 752/72 Determina que não seja concedido o adiamento da prova de classificação - incorporação - para o ano de 1974 e seguintes aos recrutados que tenham tido falta de aproveitamento escolar nos dois anos lectivos anteriores
- 762/72 Determina que passem a vigorar na Academia Militar os planos dos cursos de Engenharia Militar para o Exército e para a Força Aérea

Despachos

- DG 54 Declara a habilitação do curso de comércio, regulado pelo Decreto n.º 20420, como suficiente, em paralelo com o curso geral dos liceus, para efeito de provimento em lugares de terceiro-oficial, segundo-oficial e primeiro-oficial das secretarias das escolas do ensino técnico profissional e de terceiro-oficial das escolas do ciclo preparatório do ensino secundário
- DG 54 Regulamenta o provimento nas funções de monitor dos postos de recepção oficiais do ciclo preparatório da Telescola
- DG 166 Fixa as gratificações mensais a abonar ao pessoal dirigente dos Comissariados Provinciais da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina de S. Tomé e Príncipe
- DG 213 Declara a habilitação do curso de comércio, regulado pelo Decreto n.º 20420, de 20 de Outubro de 1931, como suficiente, em paralelo com o curso geral dos liceus, para o provimento em lugares de primeiro, segundo e terceiro-oficial dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional e de todos os serviços dependentes do mesmo Ministério
- DG 246 Fixa o montante dos subsídios de residência e de transporte a atribuir aos professores primários e aos regentes escolares
- DG 285 Determina que a Escola do Magistério Primário do Funchal passe a funcionar no regime definido no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 585/71, de 23 de Dezembro
- DG 295 Declara a habilitação de diversos cursos de formação profissional suficiente, em paralelo com o curso geral dos liceus, para efeito de provimento em vários lugares da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e dos cursos de Ciências e Engenharia da Universidade de Lourenço Marques

1973

Leis

- 5/73 Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo

Decretos-Lei

- 32/73 Introduce alterações na ortografia oficial portuguesa
- 44/73 Organiza a Direcção-Geral do Ensino Secundário, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro
- 45/73 Organiza a Direcção-Geral do Ensino Básico, instituída pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro
- 46/73 Organiza a Direcção-Geral da Administração Escolar, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro
- 47/73 Organiza a Inspeção-Geral do Ensino Particular, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro
- 67/73 Extingue os postos escolares do ensino primário, substituindo-os por escolas primárias
- 82/73 Organiza a Direcção-Geral da Educação Física e Desportos
- 95/73 Define as regras a que deve obedecer a concessão de diuturnidades aos professores dos quadros do ensino preparatório, secundário e médio
- 119/73 Permite a continuação do exercício de funções docentes, em regime de prestação de serviço, por parte dos professores das Universidades de Luanda e de Lourenço Marques aposentados ou desligados do serviço para efeitos de aposentação

- 146/73 Aumenta um lugar de inspector-geral no quadro único do pessoal dirigente e técnico dos serviços centrais do Ministério da Educação Nacional
- 166/73 Regula a licença graciosa a que tem direito o pessoal docente das Universidades de Lourenço Marques e de Luanda
- 223/73 Reorganiza o Instituto de Acção Social Escolar
- 234/73 Altera a constituição do conselho orientador que funciona junto da Direcção-Geral das Construções Escolares
- 239/73 Cria o Centro de Estudos de Engenharia de Minas e de Geologia anexo à Universidade de Lourenço Marques
- 380/73 Cria em cada Universidade uma assessoria jurídica
- 393/73 Oficializa a Escola de Enfermagem do Dispensário de Puericultura do Dr. Alfredo Mota, de Castelo Branco, que passa a designar-se Escola de Enfermagem do Dr. Lopes Dias
- 402/73 Cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas comissões instaladoras e adopta providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respectivas actividades
- 407/73 Dá nova redacção aos artigos 4.º, 5.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 49233, de 11 de Setembro de 1969, que criou as Escolas de Instrutores de Educação Física de Lisboa e do Porto
- 417/73 Determina que os escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe do quadro referido no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41362, de 14 de Novembro de 1957, deixem de pertencer a este quadro
- 426/73 Estabelece as categorias e os vencimentos do pessoal docente das escolas superiores de belas-artes
- 489/73 Reestrutura os cursos de educação básica para adultos
- 490/73 Reorganiza as bibliotecas criadas pelo Decreto-Lei n.º 36147, de 5 de Fevereiro de 1947, para funcionarem junto das escolas primárias
- 513/73 Revê as estruturas administrativas dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário e das escolas do magistério primário e reúne num quadro único de pessoal administrativo e auxiliar os quadros privativos daqueles estabelecimentos
- 520/73 Define a estrutura e funções dos serviços do Secretariado para a Juventude e a forma de recrutamento e provimento do seu pessoal
- 524/73 Estabelece a gratuidade do ensino em oito anos, correspondente ao ensino preparatório de quatro anos definido na reforma do sistema educativo
- 528/73 Fixa novas categorias para vários cargos docentes e de direcção do Instituto do Presidente Sidónio Pais
- 581/73 Organiza a Direcção-Geral do Ensino Superior
- 582/73 Organiza a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais
- 599/73 Altera a redacção do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 436/73, de 28 de Agosto, que aprovou o novo quadro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- 613/73 Reorganiza o Instituto de Alta Cultura
- 629/73 Regula os termos em que pode ser recusada a matrícula ou a inscrição aos alunos dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Educação Nacional
- 650/73 Define as condições a que devem obedecer os provimentos a título definitivo dos funcionários nomeados ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 408/71, de 27 de Setembro, e 129/72, de 27 de Abril
- 675/73 Adopta medidas destinadas a assegurar a conservação, pelas câmaras municipais, dos edifícios destinados à instalação das escolas do ensino primário
- 675/73 (R1 DG 16 de 1974) Declaração de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 675/73, de 20 de Dezembro, que fixa normas relativas à conservação das construções escolares executadas ao abrigo do Plano dos Centenários e da Lei n.º 2107, de 5 de Abril de 1961
- Decreto 18/73 Define a competência do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino e acresce a categoria de vigilante ao pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino superior
- 61/73 Regula a forma de apreciação de livros escolares do ensino primário e secundário destinados às províncias ultramarinas
- 68/73 Regulamenta a transformação de postos escolares em escolas
- 71/73 Organiza o Instituto de Tecnologia Educativa
- 87/73 Cria em Moçambique, na cidade de Salazar, uma escola industrial e comercial
- 91/73 Autoriza o Governo a aceitar determinada importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas n.ºs 9 e 10 da freguesia de Bonfim, na cidade do Porto
- 102/73 Revê as condições de exercício de funções directivas nos estabelecimentos de ensino técnico médio, secundário, liceal e técnico e nas escolas do magistério primário e do ciclo preparatório
- 103/73 Autoriza o Governo a aceitar uma determinada importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas da sede do concelho de Porto Moniz, distrito do Funchal
- 107/73 Autoriza o Governo a aceitar determinada importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Santa Bárbara, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Ousilhão, concelho de Vinhais
- 122/73 Cria em Lourenço Marques uma escola de artes decorativas
- 152/73 Autoriza o Governo a aceitar determinada importância para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas do núcleo e freguesia de Vila Nova de Cabela, concelho de Vila Real de Santo António
- 171/73 Cria na cidade de Trigo de Morais, em Moçambique, uma escola industrial e comercial
- 176/73 Regula a concessão da licença graciosa ao pessoal docente dos quadros do ensino primário, do ciclo preparatório, secundário (liceal e técnico) e do ensino médio do ultramar
- 177/73 Aprova o Regulamento da Obra Social do Ministério da Educação Nacional

- 195/73 Determina que os avisos a inserir no Diário do Governo, nos termos do artigo 92.º do Decreto n.º 36508, de 17 de Setembro de 1947, sejam, no corrente ano, publicados até 10 de Maio
- 256/73 Aprova o plano de estudos dos três últimos anos dos cursos de Engenharia professados na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- 256/73 (R1 DG 13 de 1974) Rectificação ao Decreto n.º 256/73, de 21 de Maio, que aprovou os planos de estudo dos três últimos anos dos cursos de Engenharia professados na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
- 258/73 Considera como oficiais as habilitações do ciclo preparatório do ensino secundário ministradas no Colégio de S. João de Brito, de António Enes, e no de S. Teotónio, de Nova Freixo, e as do ensino liceal professadas no segundo
- 268/73 Cria uma escola do magistério primário em cada uma das cidades de Nampula e de Quelimane
- 298/73 Introduce ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 300/73 Cria uma escola do magistério primário na província de Timor
- 314/73 Autoriza o Governo a aceitar a importância de 250000\$00 para fundo de manutenção de uma cantina escolar anexa às escolas da sede da freguesia de S. João da Fresta, concelho de Mangualde
- 418/73 Simplifica algumas formas de execução das tarefas a cargo dos serviços administrativos das Universidades e das escolas de ensino superior, designadamente no que diz respeito a matrículas, inscrições, pagamento e isenção de propinas e bolsas de estudo
- 425/73 Dá nova redacção ao artigo 141.º e ao n.º 1 do artigo 354.º do Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, aprovado pelo Decreto n.º 48572, de 9 de Setembro de 1968
- 436/73 Reestrutura o quadro do pessoal da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- 444/73 Altera a redacção de vários parágrafos do artigo 4.º do Decreto n.º 44240, de 17 de Março de 1962 (organização e funcionamento de escolas do magistério primário no ultramar)
- 462/73 Cria uma escola industrial e comercial em cada uma das cidades de Vila Pery e de Nacala, em Moçambique
- 463/73 Converte em industriais e comerciais a Escola Comercial de Pêro da Covilhã, em Moçambique, e a Escola Comercial do Dr. Braga Paixão, em João Belo
- 498/73 Oficializa o ensino do ciclo preparatório ministrado no Externato de Cacheu, em Teixeira Pinto, na província da Guiné
- 569/73 Cria cinco escolas de enfermagem destinadas a funcionar em Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Guimarães e Vila Real
- 612/73 Considera oficiais as habilitações do ciclo preparatório do ensino secundário, ministradas no Externato de Inhaminga, distrito da Beira
- 629/73 Regula os termos em que pode ser recusada a matrícula ou a inscrição aos alunos dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Educação Nacional

Portarias

- 3/73 Altera a redacção do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto n.º 49204, de 25 de Agosto de 1969, aplicado às províncias ultramarinas pela Portaria n.º 24380, de 21 de Outubro de 1969
- 14/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Cumberland, Estados Unidos da América
- 20/73 Oficializa o ciclo preparatório do ensino secundário ministrado no Missionsgymnasium St.º Antonius, de Bardel, República Federal da Alemanha
- 65/73 Cria cursos de ensino básico de português em várias localidades da República da França
- 108/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Unna, Consulado de Dusseldórfia, República Federal da Alemanha
- 140/73 Estabelece várias disposições sobre o curso intensivo criado pelo Decreto-Lei n.º 67, de 26 de Fevereiro
- 147/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Poulseur e Sprimont, área consular de Antuérpia, Bélgica
- 174/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Borghorst, República Federal da Alemanha
- 176/73 Cria cursos de ensino básico de português em Hilden, República Federal da Alemanha
- 179/73 Cria cursos de ensino básico de Português em várias localidades da República Francesa
- 188/73 Cria cursos de ensino básico de português na cidade de Ludlow, nos Estados Unidos da América
- 195/73 Altera a redacção do n.º 4.º da Portaria n.º 23053, de 11 de Dezembro de 1967
- 220/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Wahlstedt, área consular de Hamburgo, República Federal da Alemanha
- 279/73 Altera a redacção dos artigos 16.º e 19.º do Estatuto do Ensino Liceal, na sua aplicação ao ultramar
- 284/73 Aprova o Regulamento dos Concursos para Professores Auxiliares, Extraordinários e Catedráticos da Escola Nacional de Saúde Pública
- 290/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Osnabruck, República Federal da Alemanha
- 311/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Bremerhaven, República Federal da Alemanha
- 314/73 Cria cursos de ensino básico de Português na Câmara de Comércio de Bruxelas, Bélgica
- 328/73 Torna extensivo às províncias ultramarinas, com alterações, o Regulamento das Escolas de Instrutores de Educação Física, aprovado pela Portaria n.º 60/71, de 6 de Fevereiro
- 330/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Bad Kreuznack, Frankfurt, República Federal da Alemanha
- 409/73 Introduce um ajustamento no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 463/73 Cria cursos de ensino básico de Português na cidade do Cabo, África do Sul
- 471/73 Fixa os prazos para o ingresso nos quadros, transferências e permutas de professores agregados

- 519/73 Torna extensivo ao ultramar o Decreto-Lei n.º 32/73, de 6 de Fevereiro, que introduz alterações na ortografia oficial portuguesa
- 569/73 Manda entrar em regime de instalação a Escola de Enfermagem do Dr. Lopes Dias, de Castelo Branco
- 584/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Welkom, República da África do Sul
- 593/73 Fixa o quadro do pessoal docente, administrativo e auxiliar de cada escola de instrutores de educação física
- 595/73 Fixa as normas a observar para a repetição do Exame de Estado pelos professores do ensino primário
- 650/73 Aprova o Regulamento do Prémio Direito dos Seguros
- 656/73 Aprova o Regulamento do Prémio Doutor Alberto Brochado
- 662/73 Aprova o Regulamento do Prémio Prof. Doutor Rocha Pereira
- 664/73 Cria diversas escolas preparatórias do ensino secundário e fixa as suas denominações e quadro de pessoal
- 688/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Manzini, África do Sul (Suazilândia)
- 688/73 (R1 DG 18 de 1974) Declaração de ter sido rectificadas a Portaria n.º 688/73, de 10 de Outubro, que cria cursos de ensino básico de Português em Manzini, Suazilândia
- 692/73 Sujeita ao regime de homologação prévia previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 196/72, de 12 de Junho, livros e outro material escolar e de ginástica
- 695/73 Oficializa o ciclo preparatório do ensino secundário que funciona em Kaiserslautern, na República Federal da Alemanha
- 696/73 Cria cursos de ensino básico de Português em Gronau e Epe, na República Federal da Alemanha
- 697/73 Aprova o Regulamento do Prémio Bolsa Mobil, a distribuir anualmente na Universidade de Luanda
- 698/73 Determina que o Prémio Almirante Américo Thomaz passe a abranger também um aluno de cada sexo das escolas primárias da ilha do Faial
- 700/73 Cria cursos de ensino básico de Português na cidade de Antuérpia, Bélgica
- 703/73 Fixa o quadro de professores efectivos do Colégio Militar
- 705/73 Cria cursos de ensino básico de Português em várias localidades da República Federal da Alemanha
- 727/73 Manda lançar em circulação uma emissão extraordinária de selos comemorativa do II Centenário do Ensino Primário Oficial
- 742/73 Cria cursos de ensino básico de português em várias localidades da área consular de Estugarda, Alemanha
- 774/73 Regulamenta os cursos de ensino primário supletivo para adultos
- 781/73 Aprova os programas dos cursos de educação básica para adultos para o ensino primário supletivo
- 784/73 Cria cursos de ensino básico de Português na cidade de Londres, Inglaterra
- 836/73 Cria cursos de ensino básico de Português nas cidades de Amsterdão, Haia e Roterdão, na Holanda
- 843/73 Fixa as regras a observar na organização dos cursos especiais para a formação de professores para o ensino primário supletivo dos cursos de educação básica para adultos
- 897/73 Cria cursos de ensino básico de Português em várias localidades da República Francesa
- 908/73 Aprova o Regulamento de Exames do Ensino Primário Supletivo para Adultos

Instruções

- DG 25 Define as normas para a comunicação dos comissários nacionais-adjuntos da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina com os respectivos comissariados das províncias ultramarinas
- DG 45 Define as normas para a comunicação dos comissários nacionais-adjuntos da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina com os respectivos comissariados das províncias ultramarinas

Despachos

- DG 266 Determina o tipo de livros e material escolar que ficam sujeitos ao regime de homologação prévia de preços

1974

Decreto-Lei

- 87/74 Regula a criação no estrangeiro de institutos de cultura portuguesa e define a respectiva competência **Revogado**
- 171/74 Extingue a Direcção-Geral de Segurança, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina e o Secretariado para a Juventude - Insere disposições relativas às atribuições da Polícia Judiciária e da Guarda Fiscal
- 176/74 Exonera os reitores e vice-reitores das Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques e os directores e subdirectores das Faculdades, escolas ou institutos universitários e ainda os das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto

Decretos

- 2/74 Altera a redacção do artigo 4.º do Decreto n.º 49182, de 11 de Agosto de 1969
- 15/74 Acresce de vários lugares o quadro comum dos serviços de educação do ultramar
- 39/74 Altera a redacção de várias disposições do Decreto n.º 41363, de 14 de Novembro de 1957, relativo aos cursos ministrados nas escolas superiores de belas-artes
- 64/74 Autoriza o Governo a aceitar a importância de 250000\$00 para fundo de manutenção de uma cantina escolar a instituir junto das escolas n.ºs 7 e 10 da freguesia de Mafamude, da sede do concelho de Vila Nova de Gaia
- 68/74 Introduce ajustamentos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961

- 145/74 Determina que os metodólogos do ciclo preparatório do ensino secundário tenham direito ao vencimento correspondente à última diuturnidade da respectiva categoria e a gratificação idêntica à estabelecida nas províncias de Angola e de Moçambique para os do ensino secundário
- 154/74 Altera o quadro do pessoal do Instituto de Orientação Profissional de Moçambique e indica os requisitos de provimento nos respectivos lugares

Portarias

- 24/74 Oficializa o ciclo preparatório do ensino secundário que funciona em Dortmund, República Federal da Alemanha
- 27/74 Cria cursos de ensino básico de português em Berlim, República Federal da Alemanha
- 30/74 Cria cursos de ensino básico de Português em Bremen, República Federal da Alemanha
- 85/74 Cria a Biblioteca Popular de Ludlow, Massachusetts, Estados Unidos da América, para funcionar na Escola Portuguesa Professor Marcelo Caetano
- 92/74 Aprova o Regulamento do Prémio Dr. Jorge Godinho
- 135/74 Acrescenta uma disciplina no anexo D do Regulamento da Escola Náutica «Infante D. Henrique» e substitui o anexo I ao mesmo Regulamento
- 136/74 Introduce um ajustamento no Plano das Construções Escolares para o Ensino Primário, aprovado pelo Decreto n.º 43674, de 8 de Maio de 1961
- 149/74 Oficializa o ensino básico de Português ministrado na Escola Primária Portuguesa de Luís de Camões, em Nova Iorque, Estados Unidos da América
- 154/74 Oficializa o ensino básico de português ministrado na Escola Primária Elementar Português do Atlântico, em Montreal, Canadá
- 158/74 Oficializa o ensino básico de Português ministrado na Escola Portuguesa de Bloemfontein, Joanesburgo, África do Sul
- 224/74 Oficializa o ensino ministrado na escola do Centro Paroquial de Santa Cruz, Montreal, Canadá
- 235/74 Determina que o Prémio Almirante Américo Thomaz passe a abranger também um aluno de cada sexo das escolas primárias da ilha do Faial, nas condições fixadas no regulamento aprovado pelas Portarias n.ºs 19589, de 27 de Dezembro de 1962, e 390/71, de 22 de Julho
- 246/74 Torna extensivo às províncias ultramarinas o Decreto-Lei n.º 47587, de 10 de Março de 1967
- 247/74 Altera a redacção dos artigos 1.º e 4.º do Regulamento do Prémio de Pedro Álvares Cabral, aprovado pela Portaria n.º 23223, de 14 de Fevereiro de 1968, e procede a nova publicação do mesmo Regulamento
- 250/74 Torna extensivo às províncias ultramarinas, com alterações, o disposto no Decreto-Lei n.º 102/73, de 13 de Março
- 252/74 Altera a redacção dada pela Portaria n.º 701/72, de 2 de Dezembro, ao n.º 4 da Portaria n.º 124/70, de 2 de Março, respeitante ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino da Armada
- 257/74 Manda aplicar nas províncias ultramarinas os artigos 3.º, 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 67/73, de 26 de Fevereiro
- 278/74 Torna extensiva às províncias ultramarinas a Lei n.º 5/73, de 25 de Julho
- 289/74 Torna extensiva às províncias ultramarinas, com alterações, a Portaria n.º 140/73, de 26 de Fevereiro
- 313/74 Cria na Escola Náutica «Infante D. Henrique» vários cursos de aperfeiçoamento
- 320/74 Fixa o regime a que devem obedecer as matrículas e inscrições nas Universidades e nos estabelecimentos de ensino superior e determina várias providências relativas ao seu pessoal
- 321/74 Aprova o Regulamento do Prémio Margarida Brochado **Revogado**

Documentação utilizada

- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol I «1288-1377»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol II «1377-1408»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol III «1409-1430»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol IV «1431-1445»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol V «1446-1455»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol VI «1456-1470»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol VII «1471-1481»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol VIII «1481-1490»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. IX: «1491-1500»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. X: «1501-1510»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. XI: «1511-1520»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. XII: «1521-1525»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. XIII: «1526-1529»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. XV: «1533-1537»
- Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537); documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Collecção das cortes. Vol. XVI: «Índice analítico geral abreviado».
- Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, Segunda Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1836.
- Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840.
- Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840.
- Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira de 15 de Junho de 1829 a 28 de Fevereiro de 1832.
- Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, Primeira Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1836.
- Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, Primeira Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1836.
- Collecção de legislação das Cortes de 1821 a 1823, Imprensa Nacional, Lisboa 1843.
- Collecção de legislação, publicada em 1834, depois da abertura das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, em 15 de Agosto. - Lisboa: na Impressão de Galhardo e Irmãos, 1835.
- Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde o 1º de Janeiro de até 9 de Setembro de 1836, Quinta série, Imprensa Nacional, Lisboa 1836.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 1º semestre de 1837 Sétima série, Primeira parte, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2º semestre de 1837 Sétima série, Segunda parte, Imprensa Nacional, Lisboa 1837.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838, 8ª série, Imprensa Nacional, Lisboa 1838.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839, 9ª série, Imprensa Nacional, Lisboa 1839.

Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1840, 10ª série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (I semestre de 1824) - Folheto II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (I semestre de 1825) - Folheto IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (II semestre de 1825) - Folheto V, Imprensa Nacional, Lisboa, 1843.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (I semestre de 1826) - Folheto VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1843.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (II semestre de 1826) – Parte I - Folheto VII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (I semestre de 1827) – Parte I - Folheto VIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipografica (II semestre de 1827) – Parte I - Folheto IX, Imprensa Nacional, Lisboa, 1849.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc. impressos na regia officina tipografica (I semestre de 1828) – Parte I - Folheto X, Imprensa Nacional, Lisboa, sd.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc. impressos na regia officina tipografica (II semestre de 1823) - Folheto I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc. impressos na regia officina tipografica (II semestre de 1824) - Folheto III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção de todas as Leis, Alvarás, decretos impressos na Regia Officina Typografica.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1849, Imprensa Nacional, Lisboa 1849.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1850, Imprensa Nacional, Lisboa 1851.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1851, Imprensa Nacional, Lisboa 1852.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852, Imprensa Nacional, Lisboa 1853.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853, Imprensa Nacional, Lisboa 1854.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1854, Imprensa Nacional, Lisboa 1855.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855, Imprensa Nacional, Lisboa 1856.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1856, Imprensa Nacional, Lisboa 1857.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1857, Imprensa Nacional, Lisboa 1858.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1858, Imprensa Nacional, Lisboa 1859.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1901, Imprensa Nacional, Lisboa 1902.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1902, Imprensa Nacional, Lisboa 1903.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1903, Imprensa Nacional, Lisboa 1904.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1904, Imprensa Nacional, Lisboa 1905.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1905, Imprensa Nacional, Lisboa 1906.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1906, Imprensa Nacional, Lisboa 1907.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1907, Imprensa Nacional, Lisboa 1908.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1908, Imprensa Nacional, Lisboa 1909.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1909, Imprensa Nacional, Lisboa 1910.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1910, Imprensa Nacional, Lisboa 1911.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante, na Imprensa Nacional, Lisboa 1842.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante, na Imprensa Nacional, Lisboa 1842.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Anno de 1844-1845, Imprensa Nacional, Lisboa 1845.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Anno de 1846, Imprensa Nacional, Lisboa 1846.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Anno de 1848, Imprensa Nacional, Lisboa 1848.

Indice alphabetico e remissivo dos decretos e ordens das cortes gerais, extraordinárias e constituintes da Nação Portuguesa. Dr. B. J. C.. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1823.

Indice ou repertorio alphabetico e remissivo da legislação portugueza, publicada desde Janeiro de 1830 até 31 de Dezembro de 1845. Joaquim Xavier Pinto da Silva. Lisboa: Tipografia da Silva, 1845.

Inventário dos Livros das Portarias do Reino, volume I. Lisboa, Real Archivo da Torre do Tombo, Imprensa Nacional 1909.

Legislação académica coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada, revista e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas. Volume I. 1772-1850. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1894.

Legislação académica desde 1855 até 1863 e Supplemento á legislação anterior. Pelo Conselheiro José Maria de Abreu. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1863.

Legislação académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850. Colligida e coordenada por ordem do Conselheiro Reitor da Universidade de Coimbra [pelo D. José Maria de Abreu]. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1851.

Legislação académica: 1864-1866 e Repertório de toda a legislação académica desde 1772 até 1866, pelo Conselheiro José Maria de Abreu. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.

Legislação da instrução primária. Guilherme Augusto de Macedo Alves, Lisboa, 1889.

Legislação da instrução primaria. Compilada e coordenada Guilherme Augusto de Macedo Alves. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Legislação da instrução primaria. Compilada e coordenada Guilherme Augusto de Macedo Alves. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Legislação de instrução secundária desde 1895 até Março de 1901. Colligida e coordenada pela 2.^a Repartição da Direcção Geral de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

Legislação de instrução secundária posterior ao decreto de 29 de agosto de 1905 até 31 de Dezembro de 1909. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

Legislação de Instrução Superior e Especial desde 1860 até 1870. Colligida e coordenada pela Direcção Geral de Instrução Publica. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Legislação de instrução superior e especial desde 1860 até 1870. Colligida e coordenada Direcção Geral de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Legislação de instrução superior e especial desde 1871 até 1880. Colligida e coordenada pela Direcção Geral de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

Legislação de instrução superior e especial desde 1881 até 1890. Colligida e coordenada Direcção Geral de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Legislação de instrução superior e especial desde 1891 até 1895. Colligida e coordenada pela Direcção Geral de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

Legislação sobre a instrução publica primaria, secundaria e superior, desde a reforma de 1836 até 10 de Janeiro de 1851. Colligida, coordenada e impressa por ordem do Conselho Superior d'Instrucção Publica. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1851.

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação: Tomo I, vol. I - 1835-1869

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação: Tomo I, vol. II - 1870-1879

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação: Tomo I, vol. III - 1880-1899

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação: Tomo I, vol. IV - 1900-1910

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação: Tomo I, vol. V - 1912 (parte 1; parte 2; parte 3) - 1913

Reformas do ensino em Portugal / Secretaria Geral [do] Ministério da Educação e Instituto de Inovação Educacional: Tomo II, vol. I – 1911

Repertorio alphabetico da legislação publicada desde 1848 até 1867. Alípio Freire de Figueiredo Abreu Castello Branco. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

Repertório alphabetico da legislação publicada desde 1848 até 1867. Alipio Freire de Figueiredo Abreu Castello Branco. Lisboa: Imp. Nacional, 1868.

Repertorio geral ou Indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal: publicadas depois das ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observância. Manoel Fernandes Thomaz. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1815.

Repertorio geral ou Indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal publicadas depois das ordenações, compreendendo também algumas anteriores que se achão em observancia. Manoel Fernandes Thomaz. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1819.

Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal. Manoel Fernandes Thomaz. 2.ª ed. correcta e augmentada. Coimbra: Na Impr. da Universidade, 1843.

Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das ordenações, compreendendo tambem algumas anteriores que se achão em observancia. Coimbra: Imprensa Nacional. 1843.

Repertorio geral ou Indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal: publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores que se achão em observância. Manoel Fernandes Thomaz. Coimbra: na Real Impr. da Universidade, 1819.

Repertório geral ou índice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal. Manuel Fernandes Tomás. Coimbra: Imp. da Universidade, 1825.

Repertorio Geral ou Indice Alphabetico e Remissivo de toda a legislação Portuguesa, publicada desde o anno de 1815 até o de 1819. 2.ª edição augmentada com a legislação de 1850. Volume Primeiro A-G: Lisboa, 1850

Repertorio Geral ou Indice Alphabetico e Remissivo de toda a legislação Portuguesa, publicada desde o anno de 1815 até o de 1819 Volume Segundo H-Z: Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1850

Repertorio geral ou indice alphabético e remissivo de toda a legislação portugueza publicada desde o anno de 1815 até o de 1849 em continuação ao de Fernandes Thomaz. Bacharel José Justino d'Andrade e Silva. Lisboa: Imp. Francisco Xavier de Souza, 1850.

Repertorio ou indice alphabetico e remissivo de toda a legislação portugueza constitucional desde o estabelecimento do governo na Ilha Terceira em 1829, até Abril do anno de 1836 inclusivé. Alípio Freire de Figueiredo Abreu Castello Branco. Lisboa: Typografia de J. R. de Figueiredo, 1838.

Repertório ou indice alphabetico e remissivo de toda a legislação portugueza publicada desde o anno de 1815 até o de 1849 em continuação ao de Fernandes Thomaz. Jozé Justino de Andrade e Silva. 2.ª ed. augmentada com a legislação de 1850. Lisboa: Na Typ. do Author, 1850.

Repertorio ou indice alphabetico, e remissivo de todas as leis publicadas desde 1815 até ao estabelecimento da regencia na Ilha Terceira em 1829, e desde Maio de 1838 até Julho do corrente ano. Alípio Freire de Figueiredo Abreu Castello Branco e Albino Abranches Freire de Figueiredo. Lisboa: Imp. J. F. de Sampayo, 1840.

Synopse ou Indices Chronologico e alfabético da Legislação relativa á instrucção primária, Coimbra 1848.

Sites utilizados

Legislação Régia — Contem documentos do ano de 1521 e de 1603 a 1910. Site:

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1>

DRE — Diário da República electrónico de 1910 até a 1974 site: <https://dre.pt/>

Arquivo Histórico Parlamentar site: <http://ahpweb.parlamento.pt>

Ortografias

Aceitar - Acceitar
Acumular – Accomular
Admitir - Admittir
Aí - Ahi
Alemã – Allemã
Aluno – Alumno
Ano – Anno
Anula – Annula
Anúncio – Annuncio
Aprontar – Apromptar
Aprovado – Approvado
Aritmética – Arithmetica
Arqueológicas - Archeologicas
Arquivos – Archivos
Asilo – Asylo
Atestado – Attestado
Aumentar – Augmentar
Autógrafos – Autographos
Autorizando – Auctorizando
Belas Artes – Bellas Artes
Benfica – Bemfica
Bienal – Biennal
Ciências – Sciências
Ciências filosóficas - Sciencias philosophicas
Ciências naturais - Sciencias naturaes
Coleções – Collecções
Colegial – Collegial
Colégio – Collegio
Coleta – Collecta
Coletivos – Collectivos
Colocado – Colocado
Comercial – Commercial
Comissão - Commissão
Comunicar-se – Communicarse
Comutação – Commutação
Contudo – Comtudo
Criação – Creação
Crianças – Creanças
Criando – Creando
De outros - Doutros
De uma – Duma
Despesa – Despeza
Diante – Deante
Efectivo - Efecttivo
Época – Epoque
Erguidas - Ergidas
Escola – Eschola
Escrito – Escripto
Escritório – Escriptório
Espanha – Hespanha
Especiais – Especiaes
Farmácia - Pharmácia
Filosofia – Philosophia - Philosophia
Física - Physica - Phisica
Físico – Fysico
Françês – Francez

Freguesia – Freguezia
Funcionário – Funcionario
Funções – Funcções
Ginástica – Gynastica
Gramática – Grammatica
Higiénica – Hygienica
Hipótese – Hypothese
Idade – Edade
Inaugurais – Inauguraes
Industriais – Industriaes
Inglês – Inglez
Inibido – Inhibido
Instrução – Instrucção
Intervalos – Intervallos
Júris – Jurys
Kiew – Kew
Legais - Legaes
Leiam – Leâm
Liceu – Lyceu - Lycêo
Língua – Lingoa
Literário – Litterário
Luanda – Loanda
Lugar – Logar
Manuais – Manuaes
Mapa - Mappa
Máquinas – Machinas
Matemática - Mathematica
Mensais – Mensaes
Mês – Mez
Método – Methodo
Mirandela - Mirandella
Mista – Mixtas
Mula – Muar
Municipais - Municipaes
Murcelas – Murcellas (p. 387)
Nacional – Nacionaes
Normais – Normaes
Oferta – Offerta
Oficiais – Officiais
Oficinas - Officinas
Ofício – Officio
Opositores – Oppositores
Orfãos – Orphãos
Ortografia – Ortograffia
Ovildem – Oviltem
Oftalmológico - Ophtalmologico
Pai – Pae
País - Paiz
Paróquia – Parochia
Pesos – Pezos
Politécnico - Politechnico
Português – Portuguez
Puserem- Pozerem
Prazo - Praso
Principais – Principaes
Programa – Programma
Proiba - Prohiba
Pupilos - Pupillos
Quais – Quaes

Química - Chymica
Real – Rial
Regime – Regimen
Remeter – Remetter
Repreender – Reprehender
Retórica - Rhetorica
Sinais – Signaes
Sindicância – Syndicancia
Sistema - Systema
Soma – Somma
Técnico – Technico
Telegrafos – Telegraphos
Tese - These
Tipógrafias – Typographias
Trate – Tracte
Urinas – Ourinas (p. 239)
Vai – Vae
Viana do Castelo - Vianna do Castello
Vila – Villa
Vizinhas – Visinhas
Vogais – Vogaes

Significados

Abrindo - Creando
Aluno - Escolar – Estudante - Aulista
Amanuense – Empregado de secretaria
Aulas — Lições
Bolsas - Pensões
Bolsheiros – Pensionistas - Subvenções
Certidão – Passa Carta – Título
Colegio – Academia – Institutos
Disciplina – Cadeira
Empregados – Vassallos
Ensina – Professora
Ensinada – Lida
Ensino – Magistério
Ensino Particular – Ensino Livre
Ensino primário – Estudos Menores – Primeiras Letras
Enviar – Remeter
Escola Primária – Escola Elementar
Estudar – Cursar
Lecionar – Reger
Leiam – Ensinem
Livro – Manual – Compêndio
Luanda (capital de Angola) – São Paulo de Assunção
Moios - é um termo metrológico
Ocupar – Prover
Permutar – Comutar
Pios – Caridade
Porcionista – era o termo usado a partir do século XVI para descrever os alunos externos que frequentavam os colégios religiosos
Praças de pret (termo arcaico) - Uma praça de pré ou simplesmente praça é um militar que pertence à categoria inferior da hierarquia militar. Normalmente, incluem-se na categoria das praças, os militares com as graduações de soldado e de cabo. Nas forças armadas, os sargentos e suboficiais também estão incluídos na classe dos praças
Professor — Lente — Mestre – Mestre-escola
Prohíbe – Proíbe
Providos – Pagos
Reforma – Aposentadoria
Salários – Vencimentos – Ordenados – Remunerações – Gratificações
Taxas – Emolumentos
Tenças – pensão dada em remuneração de serviços

A legislação constitui um *corpus* de fontes primárias a que os investigadores na área da História da Educação recorrem com muita frequência, na medida em que a sua análise e estudo comparativo são necessários para a compreensão das políticas educativas. Este trabalho é uma compilação de fontes legislativas oficiais portuguesas abrangendo mais de vinte mil entradas recolhidas num conjunto muito significativo de obras de referência e de séries editadas cronologicamente. Fica pois disponível para todos os que se interessam por questões de educação e ensino, uma ferramenta que pode permitir uma maior celeridade na pesquisa da informação.

António José Almeida é engenheiro mecânico, mas sempre se interessou por questões da História. Nos últimos tem dedicado algum do seu tempo à investigação em História da Educação, tendo sido um dos editores do livro *A Matemática nos programas do ensino não-superior (1835-1974)*.

Mária Cristina Almeida é licenciada em Matemática, Mestre e Doutora em Ciências da Educação. É professora de Matemática no Agrupamento de Escolas de Casquilhos e investigadora na UIED (FCT, UNL). O seu principal interesse de investigação é a História da Educação Matemática, particularmente formação de professores, desenvolvimento curricular e livros didáticos.